1

1964
1988

COMISSÃO DA VERDADE EM MINAS GERAIS

RELATÓRIO FINAL

Belo Horizonte - 2017

VOLUME 1

1964
1988

COMISSÃO DA VERDADE EM MINAS GERAIS

RELATÓRIO FINAL

Belo Horizonte - 2017

Fernando Damata Pimentel
Governador

Antônio Andrade
Vice-Governador

Nilmário Miranda
Secretário de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – SEDPAC

Comissão da Verdade em Minas Gerais - Covemg
Carlos Antonio Melgaço Valadares
Emely Vieira Salazar
Jurandir Persichini Cunha
Maria Celina Pinto Albano
Maria Céres Pimenta Spínola Castro
Paulo Afonso Moreira
Robson Sávio Reis Souza

Coordenação Gráfica e Produção
Frente Verso Encadernações e Editora

Projeto Gráfico
Lúcia Nemer e Martuse Fornaciari

Diagramação
Fábio de Assis [NFDesign]

Fotografia
Celso Travassos

Revisão
Elizete Munhoz Ribeiro

© 2017 – Comissão da Verdade em Minas Gerais (Covemg) Todos os direitos reservados. Autoriza-se a reprodução parcial ou total desta obra, desde que se respeite a fidelidade ao texto original, seja citada a fonte conforme as normas vigentes e não seja para venda ou qualquer fim comercial.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M663c

Minas Gerais. Governo do Estado.

Comissão da Verdade em Minas Gerais [recurso eletrônico]: Relatório / Governo do Estado. - Belo Horizonte: COVEMG, 2017.
341 p. 20 x 27cm - (Relatório da Comissão da Verdade em Minas Gerais; v. 1).

ISBN 978-85-66644-19-7 (Coleção digital)
ISBN 9978-85-66644-20-3 (v. 1 digital)

1. Ditadura militar - Minas Gerais. 2. Violação de direitos humanos. 3. Comissão da verdade. 4. Relatório final. Título.

CDD: 323.81044

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Ana Cláudia Ribeiro CRB 6/2868.

2017

COMISSÃO DA VERDADE EM MINAS GERAIS

RELATÓRIO FINAL

Carlos Antonio Melgaço Valadares

Emely Vieira Salazar

Jurandir Persichini Cunha

Maria Celina Pinto Albano

Maria Céres Pimenta Spínola Castro

Paulo Afonso Moreira

Robson Sávio Reis Souza

2017

AGRADECIMENTOS

Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais
Anistia Internacional
Arquivo Fundiário do Estado de Minas Gerais
Arquivo Histórico de Juiz de Fora
Arquivo Nacional, Arquivo Público Mineiro
Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais
Associação Médica de Minas Gerais
Câmara Municipal de Belo Horizonte
Câmara Municipal de Juiz de Fora
Câmara Municipal de Montes Claros
Câmara Municipal de Nova Lima
Câmara Municipal de Verdelândia
Casa do Jornalista de Minas Gerais
Centro Acadêmico Afonso Pena/UFMG
Centro Acadêmico de Ciências do Estado/UFMG
Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas
Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva
Centro de Estudos sobre Justiça de Transição/UFMG
Centro de Memória de Nova Lima
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Centro de Referência e Memória do Trabalhador
Clínica de Direitos Humanos/UFMG
Comissão da Verdade dos Trabalhadores e do Movimento Sindical em Minas Gerais
Comissão de Anistia do Ministério da Justiça
Comissão de Direitos Humanos da ALMG
Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos
Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora
Comissão Nacional da Verdade
Comissão Pastoral da Terra – MG
Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos de Minas Gerais
Conselho Indigenista Missionário
Defensoria Pública de Minas Gerais
Departamento de Direito Público/UFMG
Escola da Ciência da Informação/UFMG
Faculdade de Direito/UFMG
Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais
Fórum Memória e Verdade do Vale do Aço

Fundação Cristiano Otoni/UFMG

Fundação do Amparo à Pesquisa de Minas Gerais

Fundação Nacional do Ìndio

Governo do Estado de Minas Gerais

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-MG

Núcleo de Estudos Sociopolíticos da PUC Minas

Núcleo de História Oral/UFMG

Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo/UFRRJ

Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Minas Gerais

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Prefeitura Municipal de Carmésia

Prefeitura Municipal de Bertópolis

Prefeitura Municipal de São João das Missões

Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão/MPF-MG

Projeto Integrado Memória e História do Programa de História Oral/UFMG

Projeto República/UFMG

Rádio Inconfidência FM

Rede Minas

Secretaria de Cultura e Turismo de Nova Lima

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania

Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento

Serviço de Gestão Documental/FUNAI

Sindicato de Metalúrgicos de João Monlevade

Sindicato de Trabalhadores Rurais de Bocaiúva

Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais

Sindicado dos Mineiros de Nova Lima e Região

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Unaí

Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro

Universidade Estadual de Montes Claros

Universidade Federal de Juiz de Fora

Universidade Federal de Minas Gerais

Universidade Federal de Ouro Preto

Universidade Federal de Uberlândia

Universidade Federal de Viçosa

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Universidade FUMEC

ESTE RELATÓRIO É UM TRIBUTO
À MEMÓRIA DE TODOS AQUELES
QUE LUTARAM CONTRA A
DITADURA MILITAR NO NOSSO
PAÍS E AOS QUE, AINDA HOJE,
LUTAM POR UM BRASIL LIVRE,
DEMOCRÁTICO E SOBERANO.

EXPEDIENTE

Equipe Executiva

COORDENADORA
Helena Maria Penna Amorim Pereira

SECRETÁRIA EXECUTIVA
Simone Rabelo Goyas Jardim

ASSESSORES
Angélica Vilela Santos
Camila Americano Lanhoso
Celso Gomes Travassos
José Alexandre Salles
Luciana Paula dos Santos Ferreira
Maria Aparecida Rodrigues de Miranda
Ronald Rocha
Thelma Yanagisawa Shimomura
Vanuza Nunes Pereira

BOLSISTAS DE PÓS-GRADUAÇÃO
Camilla Cristina Silva, Clarissa Teixeira Fazito Rezende, Claudia Graça da Fonseca, Felipe Guimarães Assis Tirado, Fernanda Nalon Sanglard, Jaana Braz Rodrigues, Jailane Pereira da Silva, Janaina Campos de Freitas Breugelmans, Jose Antonio Marçal, Lorena Martoni de Freitas, Ludmila Lais Costa Lacerda, Marcelo de Freitas Assis Rocha, Marcus Vinicius Porcaro Nunes Schubert, Mariane dos Reis Cruz, Marina Mesquita Camisasca, Pedro Berutti Marques, Thiago Lenine Tito Tolentino, Tiago de Souza Lima Gomes, Vanda Lucia Praxedes.

BOLSISTAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
Amanda Brissa Bonilla Arruda, Ana Luiza Otoni Borges, Ana Sofia Vilanova Monken, Anna Luiza Werkema Ferreira Freitas, Carlos Lucio Romano Neto, Christian Victor de Oliveira Coelho, Claudemir Henrique Silva, Fernanda Mara Gonçalves, Florencia Lorenzo, Henrique Sena Guimarães Lopes, Igor Britto Lica, Igor da Silva Nunes, Ivangilda Bispo dos Santos, Jade Noronha de Oliveira, João Pedro Galvão, Josias de Matos Ferreira, Julia Somberg Alves, Larissa Fernandes Ribeiro de Assis, Laura Luiza Costa, Leonardo Bittencourt Silva, Loren Lopes Santos, Luis Gonzaga Martins Mota de Oliveira, Luiza Leone Prazeres Araújo, Marco Paulo Barbabela Penna Amorim, Marina Ribeiro Reis, Pauline Louise Araújo Silva, Paulo Vitor Cordeiro Repoles, Pétalah Augusto Lotti, Raissa Lott Caldeira da Cunha, Raquel Khouri dos Santos, Raquel Marques Soares, Thatyanna Paula Barbosa Mota, Vanilda Peres dos Santos, Victoria Rezende Fagundes de Albuquerque, Vitor Tadeu de Sena Pires Cunha.

ESTAGIÁRIA
Caroline Cunha Rodrigues

PESQUISADORES VOLUNTÁRIOS
Amanda Queiroz Magalhães, Ana Clara Abrantes Simões, Ana Cláudia Ribeiro, Ana Lívia Gomes Vieira, Ana Luise Santana de Souza, Ana Luiza Melo Maciel, Andréia de Jesus Silva, Arnaldo José Zangelmi, Augusto Rodrigues Borges, Beatriz Parreiral Xavier, Bruno Camilloto, Bruno Guarienta Barbosa Braga, Camila Gonçalves Zedes, Carlos Magno Machado, Carolina Dellamore Batista Scarpelli, Christiane Jalles de Paula Edna Martins Borges, Emily Jaine Nunes Guimarães, Érico Ubaldino Diniz, Everson de Alcântara Tardeli, Francine Lelina Rosa de França, Gabriele Ferreira dos Santos, Gisele Lucowicz Costa, Giuliana Alves Ferreira de Rezende, Gustavo Rocha Vital Gonçalves, Isabela de Andrade Pena M. Corby, Isabela Cristina Carreiro Cavalcante, Jéssica Holl, João Paulo Medeiros Araújo, Juliana Carvalho, Juliana Ventura de Souza Fernandes, Júnia Versiani Mourão, Letícia Maria Antunes do Carmo, Lilian Andrade, Luísa Santos Paulo, Luiza Drummond Veado, Marcelo Corrêa Giacomini, Marco Antônio Silveira, Marco Túlio Antunes Gomes , Maria Clara Barros Mota, Maria Lisboa de Oliveira, Mariana Rezende Oliveira, Marina Almeida, Marina Araújo, Marta Maia, Mateus Pereira, Matheus Cazeca Oliveira Ferreira, Monique Alvares Assis, Myriam Costa de Oliveira, Natália Lisbôa, Nayara Maria Gonçalves Pedrosa, Núbia Medeiros Caetano da Silva, Oraldo Paiva, Paulo Vitor Cordeiro Repolês, Rafael Drummond, Raquel Cristina Possolo Gonçalves, Renata Diniz de Souza, Renato Santos Gonçalves, Robert Salles Roque, Rodrigo Rievers de Almeida, Sebastião Soares da Silva, Sophia Pires Bastos, Tayara Talita Lemos, Vanessa Padrão de Vasconcelos Paiva, Vânia Márcia Paiva Pacheco.

Consultores

Equipe de Justiça de Transição

COORDENAÇÃO
Emílio Peluso Neder Meyer

Equipe de Redação
Amanda Brissa Bonilla Arruda, Felipe Guimarães Assis Tirado, Jéssica Holl, Vitor Tadeu de Sena Pires Cunha.

Equipe da Ciência da Informação

COORDENADORA
Maria Guiomar da Cunha Frota

Equipe
Ana Cláudia Ribeiro, Anna Luiza Werkema, Pétalah Augusto Lotti.

COMISSÃO DE REDAÇÃO
Helena Maria Penna Amorim Pereira
Maria Celina Pinto Albano
Maria Céres Pimenta Spínola Castro
Robson Sávio Reis Souza
Ronald Rocha
Vanda Lúcia Praxedes

LISTA DE SIGLAS

APCBH	Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte
AAB	Aliança Anticomunista Brasileira
ACESITA	Companhia Aços Especiais Itabira
ACP	Ação Civil Pública
ADPF	Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental
AESI	Assessoria Especial de Segurança e Informação
AI-1	Ato Institucional Número 1
AI-5	Ato Institucional Número 5
AJMB	Ajudância Minas-Bahia da
ALMG	Assembleia Legislativa de Minas Gerais
ALN	Ação Libertadora Nacional
AN	Arquivo Nacional
AP	Ação Popular
APM	Arquivo Público Mineiro
APML	Ação Popular Marxista-Lenista
APMLDOB	Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ART	Assembleia de Representantes de Turmas
ASI	Assessoria de Segurança e Informações
ASPLAN	Assessoria de Planejamento, Estratégia e Modernização da Gestão
ATAMG	Associação de Trabalhadores Agrícolas de Minas Gerais
BDMG	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CA	Centro Acadêmico
CAAP	Centro Acadêmico Afonso Pena
CAEM	Centro Acadêmico da Escola de Minas de Ouro Preto
CAIS	Complexos Agroindustriais
CEB	Confederação Evangélica do Brasil
CEBS	Comunidades Eclesiais de Base
CEDEFES	Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva
CEDOC/CPT	Centro de Documentação D. Tomáz Balduino
CEFET-MG	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
CEIVT	Comissão Especial de Indenização às Vítimas de Tortura
CEMDP	Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos
CEMIG	Centrais Elétricas de Minas Gerais
CENIMAR	Centro de Informações da Marinha
CET	Comando Estadual dos Trabalhadores do Estado de Minas Gerais
CETI	Centro Estudantil Técnico Industrial
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CIDH	Corte Interamericana de Direitos Humanos
CIE	Centro de Informações do Exército
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CMDP	Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos
CMI	Conselho Mundial de Igrejas

CMV-JF	Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora
CNA	Confederação Nacional de Agricultores
CNTI	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CODI	Centro de Operações de Defesa Interna
COLINA	Comando de Libertação Nacional
CONEDH	Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos
CONSIR	Comissão Nacional de Sindicalização Rural
CONTAG	Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura
CORRENTE	Corrente Revolucionária de Minas Gerais
COSEG	Coordenadoria Geral de Segurança
COVEMG	Comissão da Verdade em Minas Gerais
CPC	Centro Popular de Cultura
CPOR	Centro de Preparação de Oficiais da Reserva
CPOR	Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Belo Horizonte
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRFB/88	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CTA	Centro de Tecnologias Alternativas
DA	Diretório Acadêmico
DCE	Diretório Central de Estudantes
DEE	Diretório Estadual de Estudantes
DNE	Diretório Nacional de Estudantes
DAEM	Diretório Acadêmico da Escola de Minas de Ouro Preto
DEOP	Delegacia Especializada de Ordem Pública
DEOPS/SP	Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo
DEP	Departamento de Estudos e Pesquisas
DIPOA	Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal
DNOS	Departamento Nacional de Obras e Saneamento
DNPA	Departamento de Produção Animal
DOI-CODI	Destacamento de Operações de Informação Centro de Operações de Defesa Interna
DOP	Delegacia de Ordem Pública
DOPS	Departamento de Ordem e Política Social
DPF/BH	Departamento de Polícia Federal em Belo Horizonte
DR	Delegacia Regional
DSI	Divisões de Segurança e Informação
DSI/MEC	Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação e Cultura
DVS	Delegacia Vigilância Social
DVS	Divisão de Vigilância Social
EC	Estatuto da Criança e do Adolescente
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPAMIG	Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
EPOMG	Escola Popular Orocílio Martins Gonçalves
EQUIP	Escola de Formação Quilombos dos Palmares
ESAV	Escola Superior de Agricultura e Veterinária

ETFMG	Escola Técnica Federal de Minas Gerais
FACE-UFMG	Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais
FAFEOD	Faculdade Federal de Odontologia de Diamantina
FAFICH	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais
FAFI-UMG	Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais
FEB	Força Expedicionária Brasileira
FEEPDH	Fundo Estadual de Promoção dos Direitos Humanos
FETAEMG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais
FMTM	Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro
FOGUERA	Forças Guerrilheiras do Araguaia
FUMA	Fundação Mineira de Arte
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNRURAL	Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
GARCAFÉ	Cooperativa dos Cafeicultores da Região de Garça
GREQUI	Grupo de Estudos da Questão Indígena de Minas Gerais
GRIN	Guarda Rural Indígena
IADESIL	Instituto Interamericano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre
IAPETEC	Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Empregados em Transportes e Cargas
IBAM	Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
ICB/UFMG	Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Minas Gerais
ID/44ª	Infantaria Divisionária
IEVE	Instituto da Violência do Estado
III ENE	Terceiro Encontro Nacional de Estudantes
IML	Instituto Médico Legal
INC	Instituto Nacional do Cinema
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPM	Inquérito Policial Militar
IPSEMG	Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais
IPUC	Instituto Politécnico da Universidade Católica
IR	Inspetoria Regional
ISA	Instituto Socioambiental
JAC	Juventude Agrária Católica
JB	Jornal do Brasil
JEC	Juventude Estudantil Católica
JIC	Juventude Independente Católica
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
JUGAS	Junta Geral de Ação Social
LGBT	Grupo de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
LSN	Lei de Segurança Nacional
MA	Ministério da Agricultura
MAIC	Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio

MCM	Meios de Comunicação de Massa
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
ME	Movimento Estudantil
MEB	Movimento de Educação de Base
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MEC/USAID	Ministério da Educação e Cultura/United States Agency for International Development
MEI	Movimento Ecumênico Internacional
METASITA	Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos da Acesita
MINTER	Ministério do Interior
MIRAD	Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário
MOBON	Movimento da Boa Nova
MPF-MG	Ministério Público Federal em Minas Gerais
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem-terra
NUDOC-CPT-FUNAI	Núcleo de Documentação da Diretoria de Proteção da FUNAI
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PADAP	Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba
PADVALE	Programa de Assentamento Dirigido do Vale do Jequitinhonha
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCDOB	Partido Comunista do Brasil
PCI	Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados
PDR	Partido Democrata Republicano
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos
PI	Posto Indígena
PIGM	Posto Indígena Guido Marlière
PIMO	Posto Indígena Mariano de Oliveira
PIS	Postos Indígenas
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMMG	Polícia Militar de Minas Gerais
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
POC	Partido Operário Comunista
POLONORDESTE	Programa de Desenvolvimento das Áreas Integradas do Nordeste
POLOP	Organização Revolucionária Marxista Política Operária
PPG CPDA/UFRRJ	Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
PRODEMATA	Programa de Desenvolvimento Integrado da Zona da Mata
PRORURAL	Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste
PROVALE	Programa Especial para o Vale do São Francisco
PROVÁRZEA	Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea
PSD	Partido Social Democrático
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro

PUC MINAS	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
PUC SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RAN	Resistência Armada Nacional
RURALMINAS	Fundação Rural Mineira Colonização e Desenvolvimento Agrário
SCDP	Serviço de Censura às Diversões Públicas
SEDESE	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais
SEDOC-FUNAI	Serviço de Gestão Documental da FUNAI
SEP	Seção de Estudos e Planejamento
SNI	Serviço Nacional de Informações
SPI	Serviço de Proteção ao Índio
SPILN	Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais
SSNE	Seção de Segurança Nacional do Ministério da Educação e Saúde
STF	Supremo Tribunal Federal
STM	Superior Tribunal Militar
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUPRA	Superintendência de Política Agrária
TJMMG	Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais
TRF	Tribunal Regional Federal
UCMG	Universidade Católica de Minas Gerais
UDPR	União Democrática dos Produtores Rurais
UDR	União Democrática Ruralista
UEE	União Estadual dos Estudantes
UEEMG	União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFRN	Universidade Federal do Rio de Grande do Norte
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFV	Universidade Federal de Viçosa
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UMG	Universidade de Minas Gerais
UNA	União de Negócios e Administração Ltda
UNB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNEM	União Nacional dos Estudantes de Medicina
UNIMONTES	Universidade Estadual de Montes Claros
UREMG	Universidade Rural do Estado de Minas Gerais
URSO	União das Repúblicas Socialistas Ouro-pretanas
USP	Universidade de São Paulo
UTE-MG	União dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais
VAR PALMARES	Vanguarda Armada Revolucionária Palmares
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

VOLUME 1

APRESENTAÇÃO 21

PREFÁCIO 25

1. A COMISSÃO DA VERDADE EM MINAS GERAIS: HISTÓRIA E ATUAÇÃO 31

1.1 A criação da Comissão da Verdade em Minas Gerais, finalidades e objetivos 32

1.2 A composição da comissão e escolha de seus membros 34

1.3 A organização e estrutura de trabalho da Covemg 38

1.4 O processo de formação da equipe de trabalho da Covemg 41

1.5 Acordos, parcerias e cooperação técnica com instituições públicas e privadas 44

1.6 Atividades da Comissão 47

2. ACONTECIMENTOS ENVOLVENDO MORTES E DESAPARECIMENTOS DE OPOSITORES À DITADURA MILITAR 67

2.1 Marcos conceituais 68

2.2 Responsabilização pelas mortes e desaparecimentos 70

2.3 Pioneirismo mineiro na resistência à ditadura militar 73

2.4 Mortos e desaparecidos em Minas Gerais 80

2.5 Mineiros mortos e desaparecidos fora de Minas Gerais 128

3. TORTURA E VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL AOS OPOSITORES À DITADURA EM MINAS GERAIS 161

3.1 Introdução 162

3.2 O conceito de tortura e o trabalho com as vítimas 165

3.3 O agente da tortura 169

3.4 O trabalho sobre as fontes 171

3.5 Os limites do trabalho 180

3.6 A institucionalização da tortura 183

3.7 Depoimentos das vítimas 199

3.8 Conclusões 204

Anexos 210

4. LOCAIS DE REPRESSÃO E TORTURA 293

4.1 Introdução 294

4.2 A estrutura de repressão em Minas Gerais 295

4.3 Os percursos da repressão 301

4.4 Lugares de memória emblemáticos da repressão 308

VOLUME 2

5. AS GRAVES VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NO CAMPO (1961-1988)

5.1 Introdução

5.2 O meio rural

5.3 Conflitos agrários: casos emblemáticos

5.4 Perseguição política no campo

5.5 Assassinatos e desaparecimentos de trabalhadores rurais e seus apoiadores

Anexos

VOLUME 3

6. A REPRESSÃO AO MUNDO DO TRABALHO E AO MOVIMENTO SINDICAL URBANO EM MINAS GERAIS, DE 1946 A 1988

6.1 Introdução

6.2 A saga dos mineiros na mina de Morro Velho contra a exploração, a opressão e o terror

6.3 O massacre de Ipatinga

6.4 A guerra suja do regime ditatorial militar contra os trabalhadores urbanos em Minas Gerais

6.5 Entidades sindicais atingidas pela repressão

6.6 Violações aos direitos dos trabalhadores

6.7 Conclusões e responsáveis

VOLUME 4

7. A POSIÇÃO DAS IGREJAS CRISTÃS DURANTE O GOVERNO MILITAR

7.1 Introdução

7.2 A Igreja Católica, uma força perigosa

7.3 Aproximações e antagonismos entre o Estado e a Igreja

7.4 O caso dos padres franceses

7.5 A fábula das freiras comunistas

7.6 O lugar do trabalho sociorreligioso na ditadura militar

8. VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS DOS POVOS INDÍGENAS

8.1 Considerações teórico-metodológicas

8.2 Histórico do indigenismo no Brasil

8.3 As instituições repressoras na ditadura militar

8.4 Povos indígenas em Minas Gerais

Anexos

9. A EXTREMA DIREITA VAI AO TERRORISMO EM MINAS GERAIS

9.1 Introdução

9.2 Contexto nacional

9.3 Periodização do ciclo militar

9.4 Situação política em Minas Gerais

9.5 Relação dos atos terroristas

9.6 Atentados caso a caso

9.7 Suspeitos

9.8 Indícios e ecos

9.9 Conclusões

10. CENSURA AOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA DE BELO HORIZONTE, AOS ESPETÁCULOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS E AOS INTÉRPRETES

10.1 Introdução

10.2 A censura à imprensa de Belo Horizonte

10.3 A comunicação em Minas

10.4 O modus operandi da censura em Minas

10.5 Eventos isolados de censura e/ou violação dos direitos de informação e de expressão

10.6 Os alternativos e a resistência ao autoritarismo

10.7 Suplemento literário em Minas – a literatura e o rebelde oficial

10.8 A censura violenta aos espetáculos artísticos e culturais e a intérpretes, em Minas Gerais

10.9 Eventos de censura violenta a espetáculos artísticos e culturais e a intérpretes mineiros ou ocorridos em Minas Gerais

11. CASSAÇÃO DE REPRESENTANTES POLÍTICOS, APOSENTADORIAS E DEMISSÕES DE SERVIDORES PÚBLICOS, NO ÂMBITO DE MINAS GERAIS

11.1 Introdução

11.2 Cassação de representantes políticos de Minas Gerais

11.3 Aposentadorias e demissões de servidores públicos

11.4 Comissão Estadual de Investigação

VOLUME 5

12. REPRESSÃO AO MOVIMENTO ESTUDANTIL E ÀS UNIVERSIDADES EM MINAS GERAIS

12.1 Introdução

12.2 O golpe de 1964 e sua ação contra o movimento estudantil em Minas Gerais

12.3 A dura repressão nas universidades durante o regime militar – estudo de casos de algumas instituições de ensino em Minas Gerais

12.4 O binômio informação/repressão contra o movimento estudantil e universidades em Minas Gerais

13. IMPEDIMENTO DE CONVIVÊNCIA DE CRIANÇAS COM SEUS GENITORES EM RAZÃO DA SUA PRISÃO, MORTE OU DESAPARECIMENTO

13.1 Introdução

13.2 A violação ao direito de convivência familiar sob a perspectiva da legislação

13.3 Percurso metodológico da pesquisa realizada

13.4 Casos relatados: violação ao direito de convivência com os genitores

13.5 Casos a serem investigados

14. RECOMENDAÇÕES

15. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

16. ANEXO: CARTAS DE LINHARES

VOLTAR AO SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Democracia sempre

Faço um pedido a todos que tiverem a oportunidade de ter este Documento nas mãos: leiam-no com atenção. Ele é importante para cada um, é importante para Minas Gerais, para o Brasil e, principalmente, para as novas gerações.

Este Relatório é um tributo que a Comissão da Verdade e seus bravos combatentes da democracia e dos direitos humanos prestam aos que sofreram a violência do Estado de Exceção em Minas Gerais e em todo o País.

Um tributo aos que foram presos ilegalmente, aos que não tiveram o direito de defesa assegurado, aos que foram declarados culpados mesmo sem provas, aos que foram execrados por uma imprensa venal e cúmplice do Estado antidemocrático, aos que amargaram a solidão do exílio, aos que foram torturados e seviciados nos porões da ditadura, aos que desapareceram sob a custódia do Estado, aos que foram assassinados por causa de seus ideais e suas ideias políticas.

É um tributo, também, às mães e aos pais que perderam seus filhos e que, em muitos casos, sequer tiverem o direito de pranteá-los em corpo presente, assim como aos irmãos e filhos que perderam os seus entes mais queridos e são, até hoje, órfãos de violências nunca julgadas e punidas.

A Comissão Nacional da Verdade, criada por lei do governo Dilma Rousseff, e a Comissão da Verdade em Minas Gerais, organizada a partir de um Projeto de Lei apresentado pela então deputada Liza Prado, lançam luz sobre um período de nossa história ainda escondido pela sombra da mentira e do medo.

É fundamental que as gerações que nasceram depois da ditadura militar saibam, por meio deste Relatório e do Relatório da Comissão Nacional da Verdade, o que se passou nos porões de um Estado arbitrário, ditatorial e repressor que ocupou o poder durante mais de 20 anos no Brasil.

O momento da edição deste Relatório não podia ser mais apropriado. A distância no tempo e a tendência natural ao esquecimento facilitam a criação de um ambiente de pouco rigor em relação à agressão, à intolerância e ao preconceito. O esvaecimento da memória não inibe o surgimento, aqui e ali, de manifestações absurdas em defesa de intervenções militares, práticas autoritárias nos três Poderes da República, abusos de poder, atos flagrantemente fascistas, censura às artes e à livre circulação das ideias, intolerância e discursos grosseiros em redes sociais.

A intolerância e o preconceito são fruto da ignorância e da desinformação. Ignorância e desinformação que este Relatório pode ajudar a diminuir. O acesso à informação histórica límpida, sem censuras e sem nuances que a atenuem pode ser difícil e doloroso, mas é indispensável.

Só a verdade nos livrará de repetir erros que ceifaram vidas, destruíram famílias e infelicitaram uma Nação inteira. O silêncio sobre os erros do passado pode ser tão danoso quanto a mentira. O silêncio e o esquecimento nos ameaçam, ameaçam a democracia e o Estado Democrático de Direito.

Este Relatório é nosso aliado na luta contra a violência do Estado, contra a repressão e o desrespeito aos direitos humanos, e contra o flerte irresponsável que um certo tipo de político ou ativista faz com o Estado de Exceção.

Com este Relatório, nós estamos dizendo aos ditadores e aos candidatos a ditador, aos velhos fascistas e aos postulantes ao novo fascismo, aos velhos e aos novos inimigos da democracia: "Nós sabemos o que vocês fizeram quando estiveram no poder. Nós sabemos o que vocês fazem quando chegam ao poder. E nós vamos lutar, sempre, para impedir que gente como vocês tenha poder sobre a vida dos cidadãos".

A versão mineira do Relatório Nacional da Comissão da Verdade é também a nossa maneira de dizer que os carrascos, os torturadores e os assassinos da ditadura deveriam ter sido julgados para pagar pelos crimes que cometeram contra a humanidade.

Estamos dizendo ainda que, hoje, a leniência com ideias ditatoriais e golpistas devia ser tratada como efetivamente é – um crime contra a democracia, o Estado de Direito e a Constituição brasileira.

Mas estamos dizendo mais. Neste caso, se for necessário, deveremos gritar:

Ditadura nunca mais!

Tortura nunca mais!

Democracia sempre!

Fernando Damata Pimentel
Governador do Estado de Minas Gerais

VOLTAR AO SUMÁRIO

PREFÁCIO

Por determinação legal e efetuando o compromisso assumido com a sociedade mineira, depois de quatro anos de existência, a Comissão da Verdade em Minas Gerais (Covemg) presta contas dos resultados de seus trabalhos, neste Documento final.

Desde a sua instalação, a Covemg não mediu esforços para, cumprindo seus objetivos políticos, legais e institucionais, restaurar a verdade dos fatos relativos aos tempos tenebrosos do período ditatorial em Minas Gerais. Para tanto, trabalhou arduamente, pesquisando fontes diversas, ouvindo e interagindo com cidadãos e grupos sociais que foram silenciados, alguns até exterminados, na época do arbítrio. Os trabalhos de pesquisa da Covemg abrangem o período que se estende de 1946 até 1988.

Além deste Relatório, um amplo banco de dados foi organizado em um portal na Internet e será liberado para o público. Essa base de dados possibilitará a continuidade de pesquisas e a produção de novas informações sobre as graves violações aos direitos humanos em Minas e no País.

Outro produto, resultado dos esforços da Covemg, é a realização de uma série de vídeos institucionais e educativos, a serem apresentados à sociedade.

Todos esses documentos reúnem uma extensa atividade de investigação que envolveu, ao longo do período, mais de 100 pessoas que se dispuseram a atuar em 13 frentes de trabalho (subgrupos temáticos de pesquisa), com o objetivo de resgatar a história da luta pela democracia e pelos direitos humanos de inúmeros mineiros e mineiras que empreenderam um árduo e doloroso combate contra a ditadura militar, implantada por um golpe de Estado em 1964. Registre-se que uma parte dos que atuaram na Covemg, inclusive seus membros efetivos, prestaram seus serviços sem receberem nenhuma remuneração.

Ao vocalizar a história revelada pelos segmentos perseguidos e oprimidos durante a ditadura militar, a Covemg busca colaborar na construção da memória do País e na luta pela democracia. Numa democracia, mesmo de baixa intensidade como a brasileira, a prevalência dos direitos humanos deve ser política de Estado permanente, inegociável e irretocável.

Ao mesmo tempo, a Covemg atua na complexa empreitada de apontar para os poderes do Estado, principalmente a Justiça, um posicionamento claro em relação aos atores sociais e políticos que foram vitimados pela ditadura e que devem ter garantido seu direito à verdade, à memória e à justiça.

O golpe militar de 1964 atingiu profundamente a democracia brasileira, rasgando a Constituição e destruindo o Estado do Direito. Instalou-se um regime de exceção, governado por decretos e atos institucionais; cidadãos eleitos foram cassados; as eleições eram controladas e figuras esdrúxulas, como senadores biônicos, foram criadas.

Para se manter no poder, os generais calaram os meios de comunicação impondo censura e ameaças; houve forte repressão aos movimentos sociais; a utilização da tortura transformou-se em política de Estado e prática recorrente; diversos desaparecimentos forçados aconteceram, além de exílios e incontáveis violações dos direitos humanos.

É nesse cenário que a Covemg procurou atuar, com vistas a esclarecer a verdade, reescrevendo a história a partir da versão dos perseguidos, dos silenciados e dos excluídos daquele período.

O regime de exceção, além de ter massacrado centenas de militantes de movimentos sociais e estudantis, partidos políticos e sindicatos de trabalhadores nas cidades (como a Covemg e várias outras Comissões da Verdade têm revelado), também atingiu, em Minas, grupos sociais mais amplos, como trabalhadores rurais, urbanos e indígenas, que padeceram todo o tipo de perseguição e sevícias. Este Relatório traz pesquisas inéditas nessas temáticas.

Além dos atores conhecidos que promoveram a repressão durante a ditadura, notadamente as Forças Armadas e as polícias estaduais (Militar e Civil), a Covemg demonstra em seu Relatório que outros personagens foram ativos durante o período de arbítrio, conhecido como "anos de chumbo". Pela conivência, omissão e, inclusive, colaboração, identificamos agentes públicos de diversas áreas, órgãos públicos e instituições privadas que atuaram em parceria com o regime ditatorial. Neste sentido, reafirmamos a importância da série de recomendações que propomos aos poderes públicos, esperando que tais indicações sejam devidamente avaliadas e implementadas.

Conhecer a complexa rede de agentes públicos civis e de agentes privados que foram partícipes do regime ditatorial também passa a ser um elemento importante para o desvelamento das armadilhas do passado de tão triste memória.

A falta de punição aos perpetradores da tortura, das graves violações de direitos humanos e do arbítrio fizeram com que esta prática se institucionalizasse em

muitos setores, transformando-se em políticas de Estado que ainda persistem nos dias atuais. Em muitas delegacias, batalhões policiais, centros de internação de adolescentes, nas abordagens policiais, na ação seletiva da Justiça e, principalmente, nas prisões a prática da violência institucional do Estado, atentando contra princípios elementares dos direitos humanos, ainda sobrevive. Mudaram-se as vítimas: antes, militantes políticos (estudantes, trabalhadores da cidade e do campo, padres, homens e mulheres) que lutavam pela democracia; hoje, pobres, negros, moradores em situação de rua e das periferias; população LGBT; prostitutas; um sem-número de crianças, jovens, homens e mulheres que, sem acesso à Justiça e limitados em seus direitos de cidadania pelos terríveis mecanismos de exclusão, ainda são vítimas de todo o tipo de arbitrariedade cometida por agentes públicos.

Nesses tempos sombrios que vivemos, quando vozes agourentas clamam pelo passado de arbítrio e exceção; quando governos ilegítimos assumem o poder; quando o discurso da violência, da intolerância e do ódio prevalece em segmentos poderosos da sociedade é preciso rememorar as lutas e os ideais democráticos daqueles que tombaram e dos que foram violentados lutando pelas liberdades democráticas.

Enquanto o Estado brasileiro não dizimar, de vez, qualquer tipo de afronta à dignidade humana praticada por agente público; enquanto os poderes públicos não implantarem mecanismos institucionais de prevenção e combate às violações de direitos praticadas também pelos civis, não podemos dizer que somos um País democrático.

Com os resultados dos trabalhos da Covemg espera-se, firmemente, que o poder público em Minas Gerais tome as providências legais e cabíveis para que as arbitrariedades do passado sejam extirpadas das práticas dos agentes públicos no presente; que os devidos reconhecimentos às vítimas sejam processados com a finalidade da prática da justiça e que políticas públicas de prevenção à violência institucional sejam implementadas nas agências governamentais, em todos os níveis.

Por falta de tempo e as condições adequadas de trabalho e infraestrutura, haja vista a complexidade do tema e a extensão do estado de Minas Gerais, sugere-se, nas recomendações, uma série de outras proposições para o aprofundamento de casos que não puderam ser apurados pela Comissão.

Os membros da Comissão da Verdade de Minas, CARLOS MELGAÇO VALADARES, EMELY VIEIRA SALAZAR, JURANDIR PERSICHINI CUNHA, MARIA CELINA PINTO ALBANO, MARIA CÉRES PIMENTA SPÍNOLA CASTRO, PAULO AFONSO MOREIRA e este, que assina, e toda a nossa equipe de trabalho, acreditamos que a Covemg colabora na reconstrução da verdade, no respeito à memória; auxilia na busca pela justiça e contribui para a construção de uma sociedade mais igualitária, justa, inclusiva e democrática.

Robson Sávio Reis Souza - Coordenador



1

VOLTAR AO SUMÁRIO

A COMISSÃO DA VERDADE EM MINAS GERAIS: HISTÓRIA E ATUAÇÃO

Coordenador: Robson Sávio Reis Souza

Redação: Maria Celina Albano Pinto
Maria Céres Pimenta Spínola Castro
Helena Maria Penna Amorim Pereira
Ronald Rocha
Vanda Lúcia Praxedes

1.1 A criação da Comissão da Verdade em Minas Gerais, finalidades e objetivos

A criação da Comissão Nacional da Verdade, com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticados no Brasil no período entre 1946 e 1988, foi resultado de uma demanda da sociedade civil brasileira pelo direito à memória, à verdade histórica. Com a instalação de seus trabalhos, tendo em vista sua finalidade e seus objetivos, tornou-se necessária a constituição de comissões da verdade em todo o País, para auxiliar e dar suporte ao processo de investigação. Neste contexto, nasce a **Comissão da Verdade em Minas Gerais.**

> A Comissão da Verdade de Minas Gerais (Covemg) surge de um projeto de Lei apresentado à Assembleia Legislativa de Minas Gerais em 2012 pela deputada Liza Prado. Aprovado um substitutivo, se tornou a Lei 20.765 em 17/07/2013.

Esta Lei, o Decreto 46.293/13 que a regulamentou e a Resolução 01/2013 da Covemg, denominada regimento, compõem os marcos legais que definem suas finalidades, tarefas, objetivos e prerrogativas. Entende-se esse arcabouço legal como propulsor de uma política pública voltada para a afirmação do direito à verdade, à memória e à justiça.

Tanto a legislação quanto seus dispositivos orientaram os trabalhos, os processos de investigação e apuração dos fatos, abrangendo a adoção de princípios, referenciais, e diferentes métodos de pesquisa e análise das informações, documentos, dados e testemunhos que permitissem tanto o reconhecimento das graves violações dos direitos humanos e ofensas aos direitos fundamentais, quanto o propósito de promover a reconstrução histórica desse período, a partir de outros olhares, outros sujeitos sociais que vivenciaram essa experiência- limite, com o intuito de oferecer à sociedade brasileira e mineira outro ponto de vista, perspectivas de análise e entendimento dos fatos e eventos ocorridos.

A análise do texto sobre a Lei 20.765 publicado no sítio eletrônico da Assembleia Legislativa de Minas Gerais – ALMG ressalta o papel e relevância social dessa Comissão para uma (re) construção da história nacional e regional:

> a criação da Covemg não apenas é justificável, mas também altamente relevante, já que contribuirá para a efetivação do

> direito à memória e à verdade histórica e permitirá, no Estado, a apuração dos fatos ainda obscuros ocorridos no passado recente, como forma de aprofundar as liberdades democráticas e de facilitar a apropriação intelectual da história de Minas Gerais pelas novas gerações, sobretudo acerca das experiências de muitas pessoas e movimentos que ajudaram a construí-la, tantas vezes ao custo das próprias vidas. A instituição da Comissão também se apoia no fato de que a história brasileira foi marcada, entre 1964 e 1985, por prisões arbitrárias, sequestros, torturas, assassinatos e ocultação de corpos de membros da resistência democrática, entre outros abusos e crimes, e que a transição "lenta, gradual e segura", realizada com exclusão do protagonismo popular, deixou um rastro de irregularidades e entulhos autoritários, que até hoje persiste.[1]

De acordo com a Lei, a Covemg nasce com a finalidade de:

> acompanhar e subsidiar a Comissão Nacional da Verdade, criada pela Lei federal nº 12.528, de 18/11/2011, nos exames e esclarecimentos sobre as violações de direitos fundamentais praticadas no período estipulado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República, bem como de proceder às mesmas atividades no âmbito estadual.[2]

Observa-se que o artigo 1º. da Lei 20.765 evidencia a dupla finalidade da Covemg: a de realizar o acompanhamento e fornecer subsídios à Comissão Nacional da Verdade no que se refere a exames e esclarecimentos sobre as graves violações dos direitos fundamentais praticadas entre os anos de 1946 a 1988, conforme estabelecido na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 8º das Disposições Transitórias e, ao mesmo tempo, realizar as mesmas atividades no âmbito do Estado de Minas Gerais.

Em 08/08/2013 foi publicado o Decreto 46.293,[3] em que o governador Antônio Augusto Junho Anastasia regulamenta a lei e cria as condições institucionais para a instalação da Comissão da Verdade em Minas Gerais, o que vem a ocorrer em 24/09/2013.

O caráter da Lei n.º 20.765 e suas formas de regulamentação, definiram as finalidades, tarefas, objetivos e prerrogativas para a Covemg, e criou uma Resolução com vistas a efetivar a sua implementação, organização interna, orientação e planejamento de suas atividades.

A Resolução nº 1 de 04/12/2013 aprovou o Regimento Interno em que reafirma e detalha as finalidades, tarefas, objetivos e prerrogativas da Covemg. De acordo com a Resolução, em seu artigo 1º - § 3º, são seus objetivos:

> I – esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações aos direitos fundamentais;
>
> II – identificar e tornar públicos os locais, as instituições, as estruturas e as circunstâncias relacionados direta ou indiretamente à prática de violações aos direitos fundamentais, inclusive as suas eventuais ramificações nos diversos aparelhos estatais e na sociedade civil;
>
> III – encaminhar à Comissão Nacional da Verdade quaisquer informações obtidas que possam auxiliar no alcance de seus objetivos;
>
> IV – colaborar com todas as instâncias do poder público para a apuração de violação aos direitos fundamentais, observadas as disposições legais;
>
> V – recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir ofensas aos direitos fundamentais;
>
> VI – promover, com base nos informes obtidos e averiguações efetivadas, a reconstrução da história dos casos cabíveis em suas atribuições, bem como colaborar para que seja prestada assistência às vítimas ou seus familiares.

1.2 A composição da Comissão e escolha de seus membros

No texto do Decreto nº 46.293/2013[4] que regulamenta a Lei 20.765 e cria as condições objetivas de funcionamento e condução dos trabalhos da Covemg destaca-se o art. 5º, e seus parágrafos, que dispõe sobre os critérios de composição de seus membros, denominados Conselheiros.

> Art. 5º A Covemg, composta a partir de critério plural, será integrada por sete membros, designados pelo Estado, entre brasileiros de reconhecida idoneidade e conduta moral, identificados com a defesa das liberdades democráticas e dos direitos fundamentais.

§ 1º Para cumprimento do critério de pluralidade, observar-se-á, além da trajetória pessoal e os atributos previstos no caput, a diversidade de conhecimento ou de área de atuação.

§ 2º Os membros da Covemg serão designados pelo governador para mandato com duração até o término de seus trabalhos, o qual se extinguirá após a publicação do relatório a que se refere o caput do art. 2º da Lei nº 20.765, de 2013.

Art. 6º A participação nas atividades da Covemg é considerada serviço público relevante, vedada a remuneração, a qualquer título, de seus integrantes.

Atendendo o disposto no Decreto e definições legais, a Comissão da Verdade de Minas Gerais foi composta por sete membros, escolhidos e nomeados pelo governador.

A Comissão foi constituída inicialmente pelos seguintes membros nomeados: Antônio Ribeiro Romanelli, que na cerimônia da posse foi indicado coordenador da Covemg; Alberto Carlos Dias Duarte, Carlos Vitor Alves Delamonica, Emely Vieira Salazar, Jurandir Persichini Cunha, Maria Celina Pinto Albano e Maria Céres Pimenta Spínola Castro, coordenadora adjunta à época.



Figura 1 – Posse de Conselheiros da Covemg. Da esquerda para a direita: Jurandir Persichini Cunha, Maria Céres Pimenta Spínola Castro, Carlos Vitor Alves Delamonica, Antônio Ribeiro Romanelli, Antônio Anastasia (então governador de Minas Gerais) e Alberto Carlos Dias Duarte. Fonte: Jornal *O Tempo*, 06/01/2014

No dia 08/05/2014, o governador de Minas Gerais Alberto Pinto Coelho, recém-empossado no cargo em substituição ao Sr. Antônio Augusto Anastasia, acompanhado da Secretária de Estado da Casa Civil e Relações Institucionais, Sra. Maria Coeli Simões, recebeu os membros da Comissão da Verdade em Minas Gerais para uma reunião. Na ocasião foi feito um relatório sucinto das atividades realizadas até aquele momento pela Covemg, sendo ainda solicitada ao novo governador a criação de condições adequadas para seu funcionamento.

Em 09/12/2014 foi realizada, no auditório da OAB-MG, uma solenidade de entrega de um relatório da Covemg contendo os primeiros resultados de sua pesquisa.

No que se refere ao prazo de funcionamento da Comissão, o art. 2º, parágrafo Único do Decreto 46.293/2013 determina que a Covemg terá o prazo de funcionamento de dois anos para a conclusão dos trabalhos, contados a partir da sua instalação e prorrogável pelo governador do Estado.

Atendendo a um pedido formal do coordenador da Comissão, Robson Sávio Reis Souza, com a interveniência do Secretário de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, Nilmário Miranda, o mandato dos membros da Covemg foi prorrogado por mais dois anos pelo governador Fernando Damata Pimentel, no final de 2015.

Alberto Carlos Dias Duarte, Carlos Vitor Alves Delamonica e Antônio Ribeiro Romanelli, designados para a composição inicial, não desejaram continuar e renunciaram às suas funções na Comissão da Verdade em Minas Gerais.

O Regimento Interno da Covemg em seus parágrafos 4º e 5º do art. 2º determinam as condições de vacância dos cargos.

> §4º – A vacância dos cargos ocupados pelos membros da Covemg só acontecerá em virtude de falecimento, interdição ou renúncia.
>
> §5º – O eventual ato de renúncia deverá dirigir-se por escrito ao governador do Estado, com remessa concomitante de cópia ao Pleno da Covemg.

Em 04/11/2015, o governador do Estado de Minas Gerais[5] designou Carlos Antonio Melgaço Valadares, Paulo Afonso Moreira e Robson Sávio Reis Souza para compor a Comissão da Verdade de Minas Gerais – Covemg e permaneceram até o final das atividades em 2017.



Figura 2 – Conselheiros empossados em 18/11/2015. Da esquerda para a direita: Carlos Antonio Melgaço Valadares, Robson Sávio Reis Souza e Paulo Afonso Moreira. Fonte: Arquivo Covemg



Figura 3 - Composição atual da Covemg. Da esquerda para a direita: Paulo Afonso Moreira, Maria Céres Pimenta Spínola Castro, Jurandir Persichini Cunha, Maria Celina Pinto Albano, Carlos Antonio Melgaço Valadares, Emely Vieira Salazar e Robson Sávio Reis Souza. Fonte: Arquivo Covemg

Todas as atividades desenvolvidas pelos membros da Covemg são, conforme disposto no art. 6º, do Decreto 46.293/2013, consideradas como um serviço público relevante, sendo vedado qualquer tipo de remuneração aos seus integrantes.

Inúmeras foram as demandas e os desafios que a Comissão teve de enfrentar nos seus dois primeiros anos de existência. Desde questões de organização e ajustes internos, dificuldades na formação e contratação da equipe de acordo com suas necessidades e volume de tarefas da Comissão, além de recursos orçamentários restritos e acanhados, impediram que a Covemg pudesse atender ao prazo previsto inicialmente.

Nesses últimos dois anos (2016 – 2017), a Comissão trabalhou de forma intensa para reunir, consolidar, analisar o farto material coletado de vários arquivos públicos e pessoais, Instituições e Órgãos de Estado, além da coleta de depoimentos e relatos de sobreviventes e familiares dos mortos e desaparecidos.

1.3 A organização e estrutura de trabalho da Covemg

Após a instalação e posse dos membros da Covemg, os conselheiros responsáveis pela condução dos trabalhos da Comissão passaram a se reunir todas as semanas e, posteriormente, de 15 em 15 dias, em uma sala, no 7º andar da Rua Espírito Santo, 495, onde funciona a sede da Advocacia Geral do Estado – AGE. O espaço destinado à Sede da Covemg durante seu primeiro ano de existência foi no 1º andar do Edifício Gerais, na Cidade Administrativa. No segundo ano ficou instalada do 7º andar da Sede da AGE.

A partir de 2015, a Covemg passou a funcionar na Av. Amazonas, 558, ocupando três salas do 3º andar do prédio onde funciona a Casa dos Direitos Humanos, em espaço cedido pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – SEDPAC. O novo local, mais espaçoso, melhor mobiliado, com salas amplas e auditórios para as reuniões plenárias[6] e com uma infraestrutura de apoio à Covemg permitiu um aporte de recursos humanos e materiais que possibilitaram a ampliação da equipe de trabalho da Covemg. No mesmo espaço, passou a funcionar também a Diretoria de Memória e Verdade da SEDPAC, que será o órgão responsável a dar sequência aos trabalhos da Covemg, após a entrega deste Relatório final e o efetivo encerramento das atividades desta Comissão.

A Comissão funciona de forma colegiada, tendo à frente dos trabalhos um Coordenador eleito pelos demais conselheiros. De maneira que os encontros quinzenais, denominados de Reuniões do Pleno, servem para discutir as diversas questões relacionadas à organização da Comissão, questões de ordem administrativa mais gerais, que envolvem a rotina de funcionamento. E ainda, realizar contatos com Instituições, órgãos do governo, universidades, estabelecer e formalizar parcerias, deliberar sobre ações, procedimentos, no âmbito institucional, relacionadas a assuntos referentes ao trabalho investigativo e procedimentos de pesquisa, audiências públicas, diligências, depoimentos. Para melhor realizar as suas atribuições e tarefas, a Covemg estruturou-se em subcomissões, conforme disposto no artigo Art. 6º do seu Regimento Interno:

> A Covemg pode designar subcomissões, com vistas a desenvolver atividades voltadas a segmentos sociais e temas específicos. Parágrafo único – As subcomissões serão dirigidas, sempre que possível, por um membro da Covemg, permitida a delegação.

Assim, foram criadas seis subcomissões e, em algumas delas, com subgrupos, sob a coordenação dos conselheiros. Tais subcomissões procuraram identificar locais, instituições, pessoas, circunstâncias e estruturas relacionadas às graves violações de direitos humanos, envolvendo fatos e eventos ocorridos no estado de Minas Gerais e com mineiros em diversas partes do Brasil, no período entre 1946 a 1988. Durante o processo de investigação foram promovidas averiguações, exames de documentos, perícias, realização de pesquisa em arquivos públicos e privados, coletados depoimentos de forma a apurar e esclarecer os fatos com o intuito de reconstruir a história, celebrar a memória e a verdade e recomendar a adoção de medidas para que tais violações nunca mais aconteçam.

Para tanto, foram instaladas as seguintes subcomissões e grupos correlatos para realizar as apurações:

Subcomissão I – Acontecimentos que envolveram mortes e desaparecimentos de opositores à ditadura.

Inicialmente esteve sob a responsabilidade do Sr. Carlos Victor Alves Delamonica e, posteriormente, com sua renúncia, ficou a cargo do Sr. Carlos Antonio Melgaço Valadares

Subcomissão II – Acontecimentos que envolveram tortura de opositores à ditadura. Responsável: Sra. Emely Vieira Salazar

Subcomissão III – Acontecimentos que atingiram trabalhadores rurais, trabalhadores urbanos e sindicalistas

Esta subcomissão, devido às especificidades de cada uma das temáticas, foi subdivida em dois grupos:

a) Trabalhadores rurais
Esteve no início sob a responsabilidade do Sr. Antônio Ribeiro Romanelli. Após sua saída ficou a cargo do Sr. Robson Sávio Reis Souza.

b) Trabalhadores urbanos e sindicalistas – Responsável: Sr. Jurandir Persichinni Cunha.

Subcomissão IV – Perseguição a membros de igrejas e congregações religiosas, a membros de etnias indígenas e atentados terroristas praticados pela extrema direita.

Esta subcomissão esteve sob a responsabilidade do Sr. Alberto Carlos Dias Duarte. Em virtude de seu afastamento, da abrangência do campo para a apuração dos fatos, da variedade de sujeitos envolvidos e de eventos, optou-se pelo seu desmembramento em três grupos distintos. As temáticas ficaram então distribuídas nos seguintes grupos:

a) Atentados terroristas praticados pela extrema direita
Responsável: Sr. Alberto Carlos Dias Duarte. A primeira versão deste relatório foi encaminhada à Comissão Nacional da Verdade (CNV) e publicada no Relatório de 2014. A redação ficou a cargo dos assessores Ronald de Oliveira Rocha e Vanuza Nunes Pereira.

b) Perseguição a membros de igrejas e congregações religiosas
Responsável: Sra. Maria Celina Pinto Albano

c) Perseguição a membros de etnias indígenas
Responsável: Sr. Paulo Afonso Moreira

Subcomissão V – Locais de resistência à ditadura e locais onde ocorreram torturas de opositores Responsável: Sra. Maria Celina Pinto Albano

O trabalho de investigação foi realizado em conjunto com a Subcomissão II.

Subcomissão VI – Outras violações aos direitos humanos

Esta Subcomissão foi desmembrada em quatro grupos e esteve sob a responsabilidade da Sra. Maria Céres Pimenta Spínola Castro, assim distribuídos:

a) Censura aos meios de comunicação e aos espetáculos artísticos e culturais

b) Cassação de representantes políticos e demissão/exoneração de profissionais por motivos políticos

c) Repressão a estudantes, professores e servidores de Instituições de Ensino Superior

d) Impedimento de convivência de crianças e adolescentes com seus genitores em razão da sua prisão, morte ou desaparecimento

1.4 O processo de formação da equipe de trabalho da Covemg

Em 2014, as atividades de pesquisa da Comissão começaram a ser desenvolvidas por um grupo de cinco assessores selecionados pelos membros da Covemg[7]. Desde este período, pesquisadores voluntários deram suporte aos trabalhos da Comissão. Em 2016, a equipe técnica foi acrescida de três servidoras designadas pelo Secretário da SEDPAC para atuar na Covemg.

Em 03/09/2014, mediante o protocolo de intenções assinado entre o reitor da UFMG, Jaime Arturo Ramírez e Maria Celina Pinto Albano, coordenadora da Covemg à época, ficou instituída a cooperação mútua entre essas Instituições, com vistas a estabelecer o "intercâmbio de informações e métodos de trabalho e a realização de esforços conjuntos para a efetivação do direito à memória relativa às violações de direitos humanos durante os períodos autoritários no Brasil".[8]

Esse protocolo permitiu a ativa colaboração dos Núcleos de Estudos e Pesquisas: Centro de Estudos sobre Justiça de Transição da Faculdade de Direito da UFMG, sob a coordenação do professor Emílio Peluso Neder Meyer e do Projeto República, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

O protocolo também viabilizou a cessão de bolsistas para colaborar no processo de investigação realizado pela Comissão da Verdade, como foi o caso da seleção de bolsistas voluntários pelo Centro de Estudos de Justiça de Transição e a cessão de cinco bolsistas do Projeto República/FAFICH-UFMG, coordenado pela professora Heloisa Starling, no primeiro semestre de 2016.

No final de 2016, foi assinado um Convênio de Cooperação Técnica e Financeira entre a Comissão da Verdade em Minas Gerais e a Fundação do Amparo à Pesquisa de Minas Gerais – FAPEMIG, a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e a Fundação Cristiano Otoni, com a interveniência das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SEDECTES e a Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – SEDPAC.

Esse Convênio foi possível devido ao recebimento de um aporte de recursos para realizar as atividades previstas em um plano de trabalho da Covemg. Os recursos foram provenientes de duas fontes. A primeira resultou da gestão e mobilização intensa de membros da Covemg e de diversos movimentos sociais do campo dos direitos humanos, por recursos oriundos de emenda parlamentar da Assembleia Legislativa do Estado de Minas, por ocasião da revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG no final do ano de 2015. A mobilização resultou na obtenção de um recurso financeiro significativo aprovado na Lei Orçamentária Anual – LOA, para as atividades da Covemg pela Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Minas Gerais – SEPLAG. A segunda foi resultado do pleito da Comissão da Verdade em Minas Gerais nas Secretarias de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – SEDPAC; de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SEDECTES, para propiciar projeto endogovernamental, ou seja, de demandas diretas do Estado, com a Fundação do Amparo à Pesquisa de Minas Gerais – FAPEMIG.

A FAPEMIG, agência indutora e de fomento à pesquisa em Minas Gerais atuou como instituição concedente e teve um papel fundamental para viabilizar junto à UFMG o gerenciamento e execução do projeto do "Direito à memória e à verdade", pela Covemg, sob a coordenação da Sra. Maria Céres Pimenta Spínola de Castro.

A Universidade Federal de Minas Gerais, como uma das instituições de referência na formação científica, tendo a pesquisa como uma de suas atividades básicas, atuou como instituição executora, tendo à frente a Fundação Cristiano Otoni – FCO como cogestora do projeto, conforme os termos do Convênio.

Nesse processo, a atuação do Departamento de Direito Público, na pessoa do professor Emilio Peluso Neder Meyer, da Faculdade de Direito, e a Reitoria da UFMG tiveram papel decisivo para o êxito da negociação com a FAPEMIG, com vistas ao recebimento dos recursos financeiros e para a execução de todas as fases do projeto.

Diante deste novo cenário tornou-se possível a abertura de edital para a seleção de bolsistas/pesquisadores. Assim, neste ano de 2017, 16 bolsistas de pós-graduação (mestrandos, mestres, doutorandos e doutores) e 25 bolsistas de Iniciação Científica (graduandos), passaram a compor os diversos grupos temáticos de pesquisa.



Figura 4 – Primeira reunião do coordenador da Covemg, Robson Sávio, com os bolsistas selecionados para as atividades de pesquisa em 2017. Fonte: Arquivo da Covemg

A ampliação da equipe técnica com bolsistas e voluntários se incorporando ao trabalho desenvolvido e coordenado pelos assessores possibilitou a realização de um grande volume de pesquisa em poucos meses.

Esta conjunção de fatores em 2017 - aporte de recursos, aumento da equipe de pesquisadores contratados, a atuação permanente de pesquisadores voluntários, estagiários e apoio das Instituições mais as parcerias estabelecidas com diversos órgãos estaduais, federais, municipais, e instituições privadas - foram elementos estratégicos para se atingir os objetivos da Comissão da Verdade em Minas Gerais.

1.5 Acordos, parcerias e cooperação técnica com instituições públicas e privadas

As parcerias e acordos foram fundamentais para o desenvolvimento, avanço e ampliação dos trabalhos da Covemg no que diz respeito ao processo de investigação, apuração dos fatos e acesso a informações e acervos, algumas delas inéditas.

Para realizar sua finalidade e seus objetivos e atendendo ao disposto no artigo 3º do seu Regimento, procurou-se ao longo de sua vigência atuar de forma articulada e integrada com vários órgãos colegiados, tais como o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, a Comissão de Anistia, a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, entre outros.

Nesse sentido, obteve-se a estreita colaboração dessas e demais instituições mineiras e nacionais que prontamente atenderam às várias demandas e solicitações. A maioria delas não mediram esforços para nos enviar em tempo hábil os documentos solicitados, forneceram todas as informações necessárias ou até mesmo indicaram pistas e caminhos a percorrer para se obter determinadas informações. Dentre elas destacamos a Comissão Nacional da Verdade, comissões estaduais e municipais da verdade; comitês e centros documentação e de memória; entidades de direitos humanos; sindicatos; universidades; órgãos das administrações federal, estaduais e municipais; casas legislativas, poder judiciário e Ministério Público; Ordem dos Advogados do Brasil – OAB – Seção Minas Gerais – Arquivo Nacional, Arquivo Público Mineiro e outros arquivos públicos e privados em várias cidades, diversos cidadãos e cidadãs, em especial, os familiares de mortos e desaparecidos. Desses contatos, colaborações e intercâmbio nasceram mais parcerias, acordos de cooperação técnica e partilha de documentos e foi construída uma rede de troca de informações.

No campo da cooperação institucional um aspecto que merece ser assinalado diz respeito às parceiras estabelecidas pela Covemg, por meio de termos de cooperação, convênios e protocolos de intenção. Além da FAPEMIG, UFMG e Fundação Cristiano Otoni foram assinados acordos com as seguintes instituições e órgãos públicos:

- Acordo de Cooperação Recíproca assinado com a Universidade Federal de Uberlândia – UFU em 14/04/2014, com o objetivo de realizar

troca de informações, métodos de trabalhos e verificar a existência de acervos relacionados à reconstrução da memória e da verdade relativa ao período da ditadura militar;

- Câmara Municipal de Belo Horizonte - acordo assinado em 31/07/2014;

- Acordo de Cooperação Recíproca, assinado em 13/05/2015, com a Fundação Mineira de Educação e Cultura (FUMEC). Esse acordo permitiu a utilização dos estúdios de gravação e acesso a todos os equipamentos, pela Covemg, para gravação de entrevistas e depoimentos de diversos sujeitos;

- Termo de Cooperação Técnica assinada com o Ministério Público Federal em 18/05/2015 para a colaboração e troca de informações;

- Acordo de Cooperação Recíproca a com a Universidade Estadual de Montes Claros, assinado em 26/05/2015, pelo reitor João dos Reis Canela e pela Sra. Maria Celina Pinto Albano, coordenadora da Covemg à época, na cidade de Montes Claros;

- Termo de Cooperação com o Sindicato dos Jornalistas de Minas Gerais, assinado em 09/12/2015 na Casa dos Jornalistas no centro de Belo Horizonte. A solenidade contou com a presença do Secretário de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, Nilmário Miranda, do Secretário de Estado de Cultura, Ângelo Oswaldo, da Coordenadora da Comissão da Verdade em Minas Gerais à época, Maria Céres Pimenta Spínola Castro e de outros membros da Covemg e do presidente do SJPMG, Kérison Lopes, autoridades e membros da sociedade civil.

- Termo de Cooperação Recíproca com a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC MINAS - assinado em 21/12/2015, no Espaço Cultura e Fé - *Campus* Coração Eucarístico, com a presença do Sr. reitor, professor Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães, e a coordenadora da Comissão na época, Maria Céres Pimenta Spínola Castro e todos os membros da Comissão. Teve o objetivo de estabelecer processos de geração de resultados conjuntos, intercâmbios de informações e métodos de trabalho, para o bem recíproco de suas missões institucionais, tornando pública a disposição de ambas as instituições para a realização de esforços conjuntos visando

à efetivação do direito à memória e à verdade relativa a violações de direitos humanos durante os períodos autoritários no Brasil.

- Termo de Cooperação com a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB- Seção Minas Gerais assinado dia 15/03/2016 na Sede da OAB- Seção Minas Gerais, com a presença da Coordenadora da Covemg à época, Sra. Maria Céres Pimenta Spínola Castro, o presidente da OAB-MG, Antônio Fabrício de Matos Gonçalves, o membro da Comissão Sr. Paulo Afonso Moreira e a assessora executiva, Helena Amorim.

- Acordo de Cooperação Técnica com a Defensoria Pública de Minas Gerais, em 15/04/2016. No convênio firmado, foi previsto, entre outras ações, o apoio operacional da Defensoria de Minas em relação à localização de processos envolvendo violações a trabalhadores rurais em Minas Gerais.

- Acordo de Cooperação Recíproca assinado com a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) em 27/10/2016, no Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA) na cidade de Mariana, com a finalidade de apurar violações dos direitos dos estudantes, professores e técnicos-administrativos durante a ditadura militar (1964 a 1985) e anunciar as ações de repressão que resultaram em expulsões, aposentadorias e demissões, respaldadas pelo Ato Institucional n° 5 (AI – 5) e pelo Decreto-Lei 477;

- Acordo de Cooperação Recíproca com o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG, assinado em 12/05/2017, no ato representado pelo diretor geral professor Flávio Antônio dos Santos e pela Sra. Maria Céres Pimenta Spínola Castro, membro da Covemg e coordenadora da subcomissão Repressão a estudantes, professores e servidores de Instituições de Ensino Superior.

Parcerias

- Parceria com a Comissão da Anistia, do Ministério da Justiça, que foi efetivamente estabelecida a partir de março de 2014. Além de acompanhar e subsidiar a CNV nos exames e esclarecimentos sobre as graves violações de direitos humanos de cidadãos e cidadãs brasileiras no período da ditadura militar, estabeleceu-se o intercâmbio de informações.

- Parceria com a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais - ALMG, em vigor desde 2014, com participação em diversas audiências públicas.

Criadas as bases de sustentação materiais e humanas, para sua sobrevivência institucional, a Covemg procurou dar andamento e visibilidade ao seu trabalho por meio de uma série de ações e atividades.

1.6 Atividades da Comissão

Inúmeras foram as atividades e tarefas da Covemg ao longo desses quatro anos de existência: várias audiências públicas realizadas, coletados depoimentos (oitivas) de sobreviventes da ditadura, diversas incursões em arquivos públicos e privados como parte do processo investigativo para a apuração das graves violações dos direitos humanos em Minas Gerais durante a ditadura militar.

Audiências públicas

A realização de audiências públicas em várias localidades mineiras teve um papel importantíssimo não só para a divulgação de suas atividades, mas de criar instrumentos de aproximação e diálogo com a sociedade civil de uma forma geral, como produzir uma história pública sobre o período da ditadura militar, de modo a registrar a ação e a experiência de diversos sujeitos sociais perseguidos, desaparecidos e mortos na época. De certo modo, as audiências públicas deram visibilidade a fatos e eventos referentes não só à história de Minas Gerais, mas conferiu outra dinâmica, outra dimensão à história local e regional, demonstrando, inclusive, a necessidade de se reconhecer publicamente a existência de graves violações de direitos humanos em diferentes contextos no Brasil. As audiências públicas abaixo relacionadas foram realizadas em 2013 e 2017.

Audiência pública sobre o massacre de Ipatinga

Em 07/10/2013 foi realizada audiência pública sobre o massacre dos trabalhadores de Ipatinga, na cidade de Ipatinga – Vale do Aço, promovida pela CNV. O evento foi coorganizado pelo Fórum Memória e Verdade do Vale do Aço, com a participação da Comissão da Verdade de Minas.

Audiência pública sobre a repressão aos grupos religiosos

Realizada de 29 a 30/11/2013, promovida pela Comissão Nacional da Verdade, com a colaboração da Covemg, para apurar o papel das igrejas na ditadura mi-

litar, em Minas Gerais. A audiência foi coordenada pelo Sr. Anivaldo Padilha, assessor da CNV, e realizada no auditório da OAB-MG. Foram ouvidos 12 militantes ligados à Igreja Católica e a outras confissões religiosas.

Audiência pública sobre a morte de Juscelino Kubitschek de Oliveira

Realizada no dia 16/10/2013 pela Comissão de Direitos Humanos da ALMG, em cooperação com a Covemg para discutir e dar visibilidade às investigações já realizadas sobre o acidente que vitimou o ex-presidente Juscelino Kubitschek.

Audiência pública em Teófilo Otoni

Realizada em 13/12/2013, no *campus* regional da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, na cidade de Teófilo Otoni, com o objetivo de tratar das graves violações de direitos fundamentais de membros das comunidades da região de Teófilo Otoni e do Vale do Mucuri. Essa atividade contou com a participação da Covemg e a colaboração essencial do grupo de apoio da cidade de Teófilo Otoni, especialmente dos professores César Canato e Márcio Achtschin e do deputado federal Nilmário Miranda.

Audiência pública sobre atentados terroristas no período da ditadura militar

No dia 21/05/2014, a Comissão de Direitos Humanos da ALMG, em cooperação com a Covemg, realizou uma audiência pública para tratar dos atos de terrorismo praticados pela extrema direita durante a ditadura militar. Foram destacados os atentados contra pessoas atuantes na luta pela democracia – como o Sr. Célio de Castro, cuja casa foi atingida por uma bomba - e contra jornais de esquerda ou periódicos alternativos que viviam sob intimidação e ameaça.

Audiência pública sobre sindicalistas e sindicatos perseguidos pela ditadura militar

No dia 27/08/2014, a Comissão de Direitos Humanos da ALMG, em cooperação com a Covemg, realizou audiência com o objetivo de debater as perseguições a sindicalistas e sindicatos no período da ditadura, como desdobramento do evento "Ciclo de Debates Resistir Sempre - Ditadura Nunca Mais: 50 anos do Golpe 64" realizado em 31/03/2014. Esta atividade, também, fez parte das várias programações realizadas no mês de agosto de 2014 pelo evento "Jornadas de Agosto: Anistia política, uma ferida aberta", pela Covemg. Participaram da audiência pública o diretor regional da Federação dos Trabalhadores na Agricultura – Fetaemg – no Vale do Mucuri, Joaquim Pereira da Silva; Maria Aparecida Rodrigues de Miranda, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Unaí; Juarez Teixeira Santana, ex-presidente do Sindicato de Trabalhadores

Rurais de Bocaiúva; Enio Seabra, ex-presidente do Sindicato de Metalúrgicos de Belo Horizonte; João Paulo Pires de Vasconcelos, ex-presidente do Sindicato de Metalúrgicos de João Monlevade, Aguinaldo Quintela, ex-diretor do Sindicato dos Petroleiros de Minas Gerais; e Dora Bambirra, viúva de Sinval Bambirra, dirigente da Federação dos Tecelões de Minas Gerais.

Audiência pública em Montes Claros

Realizada no dia 20/08/2015 na Câmara Municipal. Nesta data foi instalada a Comissão da Verdade e Memória do Grande Sertão e também realizada audiência pública para coleta de depoimentos sobre casos de violações de direitos humanos pela ditadura militar, entre 1964 e 1988. Foram ouvidos familiares e representantes de grupos e associações da sociedade civil que relataram mais de uma dezena de crimes cometidos naquele período, especialmente contra camponeses. Participaram da audiência, dentre outros, Nilmário Miranda, secretário de estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania de Minas Gerais, Helena Amorim, representando a Comissão da Verdade em Minas Gerais, Eduardo Madureira, vereador de Montes Claros e representantes de diversas instituições públicas e privadas da região.

Audiência pública sobre o período da ditadura militar no Brasil

Realizada pela Comissão de Direitos Humanos da ALMG em 31/03/2016 com o objetivo de debater o período da ditadura militar no Brasil e seus efeitos na sociedade. Compuseram a mesa os deputados Cristiano Silveira, Rogério Correia, professor Neivaldo e Marília Campos e os convidados Afonso Henrique de Miranda Teixeira, procurador de Justiça; Maria Céres Pimenta Spínola Castro, coordenadora da Comissão da Verdade em Minas Gerais na época, Maria Cristina Rodrigues, presidente da Associação dos Amigos do Memorial da Anistia Política, Betinho Duarte, membro da Rede em Defesa da Humanidade – Capítulo Brasil, Sálvio Humberto Penna, militante político, torturado no período militar, Ronald de Oliveira Rocha, assessor da Covemg e representantes da OAB/MG e do Sindicato dos Advogados de Minas Gerais.

Audiência pública sobre a censura aos meios de comunicação de massa em Belo Horizonte no período da ditadura

Promovida pela Covemg em 23/03/2017 no auditório da Associação Médica de Minas Gerais. Foram convidados a falar sobre suas experiências os jornalistas Aloísio Moraes, Carlos Lindenberg, Manoel Marcos Guimarães, Mirian Chrystus, Vilma Fazito, Washington Melo e o secretário de estado de Direitos Humanos Participação Social e Cidadania, Nilmário Miranda.



Figura 5 – Audiência pública sobre censura aos meios de comunicação de massa no período da ditatura – 23/03/2017. Da esquerda para a direita: Carlos Lindenberg, Nilmário Miranda, Vilma Fazito, Robson Sávio, Maria Céres Pimenta Spínola Castro, Mirian Chrystus, Aloísio Moraes e Manoel Marcos Guimarães. Fonte: Arquivo Covemg

Audiência pública sobre repressão ao movimento estudantil em Minas Gerais



Figura 6 – Audiência discute a luta dos estudantes contra a ditadura em Minas Gerais. Da esquerda para a direita: Américo Antunes, Emely Vieira Salazar, Robson Sávio, Maria Céres Pimenta Spínola Castro, Paulo Telles e Jésus Santiago. Fonte: Arquivo Covemg

Promovida pela Covemg 06/04/2017 no auditório da Associação Médica de Minas Gerias, para tratar das violações cometidas contra os integrantes do movimento estudantil, durante o período da ditadura militar (1964 a 1985). Durante a audiência foram ouvidos os depoimentos de Aluízio Marques; Américo Antunes; Eleonora Menicucci; Emely Salazar; Gildázio Cosenza; Jésus Santiago; Marcos José Burle de Aguiar; Paulo Telles; Samira Zaidan e Waldo Silva;

Audiência pública "Ditadura Militar no Norte de Minas: memórias de lutas e resistências camponesas (1964-1988)"

Realizada em 07/06/2017 na Câmara Municipal de Montes Claros, com o objetivo de debater os conflitos de terra e acontecimentos que atingiram camponeses e seus apoiadores. Foi organizada pela Covemg em parceria com a secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania - SEDPAC/MG e a Comissão da Verdade e Memória do Grande Sertão, com apoio da Câmara Municipal de Montes Claros e do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA/MG). A equipe composta por Robson Sávio Reis, coordenador da Covemg e pelos pesquisadores Marina Camisasca, Thiago Lenine e Caroline Rodrigues realizou, ainda, diligências nas cidades de Januária, Verdelândia e Montes Claros.



Figura 7 - Audiência pública na Câmara Municipal de Montes Claros. Da esquerda para a direita: Sr. José Francisco da Silva, subsecretário de Promoção de Direitos Humanos da SEDPAC; Sr. Nilmário Miranda, secretário de estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania; Robson Sávio, coordenador da Covemg; Vereador Cláudio Prates (PTB), presidente da Câmara Municipal de Montes Claros e o vereador Aldair Fagundes (PT). Fonte: Arquivo Covemg

Audiência pública em Juiz de Fora



Figura 8 – Audiência pública na Câmara Municipal de Juiz de Fora. A audiência com a presença do secretário de estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – SEDPAC, Nimário Miranda, foi presidida pelo coordenador da Covemg, Robson Sávio, e acompanhada por cinco conselheiros da Comissão: Carlos Antonio Melgaço Valadares, Emely Vieira Salazar, Jurandir Persichini Cunha, Maria Celina Pinto Albano e Paulo Afonso Moreira. Fonte: Arquivo Covemg

Realizada pela Covemg na Câmara Municipal de Juiz de Fora nos dias 20 e 21/06/2017 com o objetivo de coletar depoimentos, visitar unidades de repressão e localizar documentação sobre as violações dos direitos humanos praticadas na região da Zona da Mata durante a ditadura. Estiveram presentes os Conselheiros Carlos Antonio Melgaço Valadares, Emely Vieira Salazar, Jurandir Persichini, Maria Celina Pinto Albano, Paulo Afonso Moreira, o coordenador geral da Comissão, Robson Sávio Reis Souza, e um grupo de pesquisadores.

Também participaram da audiência o secretário de estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, Nilmário Miranda, o secretário adjunto, Biel Rocha e o subsecretário de Promoção dos Direitos Humanos, José Francisco da Silva.

Ainda como parte das atividades foi realizada uma visita à penitenciária de Linhares. Entre os integrantes da Covemg estavam Emely Vieira Salazar e Carlos Antonio Melgaço Valadares que, no início de 1970, estiveram presos nessa unidade carcerária.

Audiência Pública na Assembleia Legislativa de Minas Gerais

Equipe da Comissão da Verdade em Minas Gerais – Covemg, representada pelo Sr. Jurandir Persichini, participou, no dia 31/08/2017, audiência pública com a

finalidade de debater o Relatório Preliminar da Comissão da Verdade em Minas Gerais, que trata dos crimes da ditadura militar contra o movimento sindical e os trabalhadores. A audiência foi requerida pelo presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, deputado Celinho do Sinttrocel.



Figura 9 - Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social debate o relatório preliminar da Covemg sobre crimes da ditadura contra o movimento sindical e os trabalhadores. Da esquerda para a direita: Alexandre Sales (membro do Instituto 25 de Março Sérgio Miranda), José Francisco Neres (membro da diretoria estadual do Partido Comunista Brasileiro), Emílio Peluso Neder Meyer (professor da Faculdade de Direito da UFMG - Grupo de Estudos em Direito Internacional dos Direitos Humanos), Celinho do Sinttrocel (deputado estadual PCdoB/MG), Geraldo Pimenta (deputado estadual PCdoB/MG), Jurandir Persichini Cunha (conselheiro e coordenador adjunto da Comissão da Verdade de Minas), João Paulo Pires de Vasconcelos (diretor da Central Única dos Trabalhadores do Vale do Aço). Fonte: ALMG/Sarah Torres

Audiência pública na Faculdade de Direito da UFMG

Realizada em 06/09/2017, em Belo Horizonte, com o tema "Atuação da Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e Clínicas do Testemunho". Carlos Antonio Melgaço Valadares representou a Covemg.

Diligências em Minas Gerais

A Comissão Nacional da Verdade, em cooperação com a Covemg, realizou diligência no 12º Regimento de Infantaria do Exército – RI, hoje denominado 12º Batalhão de Infantaria, em Belo Horizonte, no dia 30/09/2014. Este 12 RI foi identificado por muitos presos políticos como um dos locais de tortura de opositores

do regime militar. A diligência teve o objetivo de estabelecer elementos que permitissem a identificação dos locais de forma adequada. Estiveram presentes membros da CNV – Pedro Dallari, Maria Rita Kehl, José Carlos Dias e Paulo Sérgio Pinheiro – e da Covemg – Maria Celina Pinto Albano, Emely Vieira Salazar e Alberto Carlos Dias Duarte – e se fizeram acompanhar por ex-presos políticos que sofreram torturas nas dependências do 12 RI. Entre os presentes, quatro ex-presos políticos reconheceram duas áreas específicas como locais de prisões e torturas: Carlos Antonio Melgaço Valadares, Gildásio Cosenza, Gilse Cosenza e Emely Vieira Salazar, que é integrante da Comissão da Verdade de Minas.

A segunda diligência foi realizada em Governador Valadares no período de 05 a 07/02/2017. A equipe formada pelo coordenador da Covemg e da subcomissão de Trabalhadores Rurais, Sr. Robson Sávio Reis Souza, pela advogada voluntária da subcomissão, Monique Assis e pelo assessor e fotógrafo, Celso Travassos. As atividades foram iniciadas no domingo, 05/02/2017, com uma visita ao assentamento Oziel Alves, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), antiga "fazenda do Ministério", local de intensas disputas em torno da reforma agrária no final do governo Jango (1964).



Figura 10 – Diligência no Norte de Minas - Robson Sávio conduz reunião com trabalhadores rurais em Verdelândia, no Norte de Minas. Fonte: Arquivo Covemg

Outras diligências foram realizadas por ocasião da audiência pública no Norte de Minas nos dias 05 e 06/06/2017, nas cidades de Januária e Verdelândia pela subcomissão de Trabalhadores Rurais. Foram realizadas atividades de investigação sobre violações de Direitos Humanos e dos acontecimentos que atingiram trabalhadores rurais e seus apoiadores. No dia 05 de junho, foram realizadas

entrevistas e atividades de identificação de arquivos sobre a repressão a trabalhadores rurais e seus apoiadores. Na cidade de Montes Claros, a equipe de pesquisadores composta por Marina Mesquita Camisasca, Thiago Lenine Tito Tolentino e Caroline Cunha Rodrigues, sob a coordenação do Sr. Robson Sávio, a Covemg fez pesquisas no acervo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e realizou entrevista com o padre jesuíta Henrique Munáiz Puig. Em Januária, foi entrevistado Antônio Inácio Corrêa, ex-líder sindical da região, com marcante atuação no Sindicato de Trabalhadores Rurais de Januária. No dia 06 de junho, foi realizada na Câmara Municipal de Verdelândia uma reunião com testemunhas, posseiros e lideranças de trabalhadores rurais sobre o episódio conhecido como "massacre de Cachoeirinha".

Oitivas

Entre outubro de 2014 a agosto de 2017 foram realizadas mais de 200 oitivas com a finalidade de colher depoimentos que pudessem subsidiar o processo investigativo realizado pelas diversas subcomissões criadas pela Covemg.

Foram entrevistados homens e mulheres que de uma forma ou de outra tiveram seus direitos violados pelo Estado brasileiro.

Outras atividades da Covemg

No sentido de estabelecer um diálogo com a sociedade civil e propiciar maior visibilidade das suas ações, a Comissão da Verdade em Minas Gerais participou e promoveu dezenas de atividades e eventos. Foram congressos, seminários, mesas redondas, ciclo de debates, mostra de filmes, lançamentos de livros, reuniões e instalação de comissões da verdade municipais, conforme elencados abaixo:

Reunião da Comissão Nacional da Verdade - CNV

Reunião ocorrida em São Paulo, nos dias 29 e 30/09/2013. Estiveram presentes representantes de comissões estaduais e municipais da verdade. Essa reunião teve o objetivo de dialogar com as comissões da verdade de âmbito estadual ou local, alinhar as formas de cooperação e intercâmbio de informações e construção de uma agenda de trabalho conjunto que poderia ser implementada entre os diferentes grupos e comissões.

Tombamento da antiga sede do DOPS/MG

Evento ocorrido em 16/10/2013 referente ao tombamento, aprovado pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte, do edifício que durante muitos anos foi sede do antigo DOPS/MG na capital.

Homenagem a militantes políticos mineiros mortos pela ditadura

Evento organizado pelos Centros Acadêmicos Afonso Pena – CAAP e de Ciências do Estado - CAGE da Faculdade de Direito da UFMG em parceria com a Covemg, realizado no dia 24/10/2013, na sala da congregação da Faculdade de Direito da UFMG, com o objetivo de prestar homenagem a todos os militantes políticos mineiros assassinados pela ditadura militar há 40 anos.

Congresso Internacional "50 anos depois: a nova agenda da Justiça de Transição no Brasil"

O Congresso ocorrido entre os dias 10 a 14/03/2014 foi organizado pelo "Grupo de Estudos sobre Internacionalização do Direito e Justiça de Transição" – IDEJUST e contou com a participação dos membros da Covemg, Sr. Antônio Ribeiro Romanelli e do Sr. Alberto Carlos Dias Duarte na Mesa de abertura.

Seminário "1964-2014: Um olhar crítico, para não esquecer"

Seminário realizado na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais durante os dias 18, 19 e 20/03/2014. Contou com a presença dos senhores Antônio Ribeiro Romanelli e Betinho Duarte na Mesa de abertura.

Ciclo de debates "Resistir Sempre, Ditadura Nunca Mais – 50 anos do Golpe Militar"

Evento promovido pela ALMG, realizado no período de 31 de março a 1º/04/2014. A atividade foi conduzida pelo deputado estadual Durval Ângelo, presidente da Comissão de Direitos Humanos da ALMG, especialmente no painel "Contexto do golpe militar de 1964", com o então coordenador da Covemg, Antônio Ribeiro Romanelli.

Tombamento do antigo edifício da FAFICH/UFMG

O evento de Tombamento, pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte, do antigo Edifício da FAFICH situado na Rua Carangola, 288 - Bairro Santo Antônio ocorreu no dia 31/03/2014, no 1º andar, na Plenária do Conselho Municipal de Educação.

Reunião especial: "50 anos do golpe militar de 1964"

O evento ocorreu na Escola Estadual Coração Eucarístico. Na ocasião foi feita uma apresentação de atividades da Covemg para estudantes da escola pelo Sr. Jurandir Persechini no dia 1º/04/2014.

Cinema Comentado

No dia 14/04/2014 ocorreu a exibição do filme "Repare bem", no Teatro Cidade em Belo Horizonte com participação de membros da Covemg. A organização esteve a cargo da Associação dos Amigos do Memorial da Anistia Política do Brasil.

Sessão comentada do filme "Setenta"

Evento realizado no dia 15/04/2014, no Cine 104. Trata-se do documentário sobre o sequestro do embaixador da Suíça e sua troca por 70 prisioneiros políticos, durante a ditadura militar no Brasil. Após a exibição foi realizado um debate com a Sra. Maria Céres Pimenta Spínola Castro, da Covemg, Inês Assunção de Castro Teixeira, professora da FaE-UFMG e Heloisa Greco, professora de História.

Reunião especial: "50 anos do golpe - Os advogados e a ditadura".

Em 15/05/2014 o Memorial da Anistia Política da OAB – Seção Minas Gerais e a Covemg organizaram o evento na Sede da OAB Minas Gerais, quando foi divulgado o livro "Os advogados e a ditadura", organizado por José Mentor.

Reunião da Comissão Nacional da Verdade

Em 19/05/2014, a Covemg esteve presente na reunião da CNV e as comissões parceiras para a apresentação da estrutura de capítulos do Relatório Final da CNV, com a finalidade de orientar as contribuições das comissões parceiras na sua elaboração.

Cerimônia da Comissão da Verdade do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

A Covemg participou, na cidade de Uberlândia, da cerimônia de Instauração da Comissão da Verdade do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba Ismêne Mendes e do evento "Cartas na mesa – Porque justo é conhecer a Verdade", realizado na Universidade Federal de Uberlândia – *Campus* Santa Mônica, no dia 03/06/2014. Nele foram apresentadas várias situações de violação de direitos na região, especialmente aqueles casos relativos às questões camponesas.

Jornada de agosto: Anistia política, uma ferida aberta

Entre os dias 18 e 28/08/2014, em parceria com entidades da sociedade civil, a Covemg promoveu esta Jornada, com as seguintes finalidades: rememorar o martírio de frei Tito de Alencar; rediscutir a questão da anistia política após 35 anos da promulgação da Lei[9]; discutir as questões relativas à memória, justiça e verdade nos 50 anos do golpe militar. Como parte do evento foram realizadas as seguintes atividades: audiência pública, reunião especial, cinema comentado, lançamento de livros, homenagens em diversos bairros de Belo Horizonte.

Lançamento de Livro sobre frei Tito de Alencar

Como parte das atividades do evento "Jornada de agosto", a Covemg patrocinou o lançamento do livro sobre frei Tito, intitulado "Um homem torturado: nos passos de frei Tito de Alencar", no dia 18/08/2014. O lançamento, ocorreu na Livraria Mineiriana e contou com as presenças das autoras Leneide Duarte-Plone e Clarisse Meireles.

Cinema comentado

Exibição, no dia 19/08/2014, do filme "Batismo de Sangue" comentado pelo frei Oswaldo Resende, na Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, no Bairro Planalto.

Exibição, no dia 20/08/2014, do filme "Ato de fé" no Cine Clube da Face/UFMG no *campus* Pampulha, comentado pelo frei Oswaldo Resende.

Exibição e sessão comentada, no dia 28/08/2014, do filme "Setenta", no Cine 104, na Praça da Estação, em Belo Horizonte, comentado pela Sra. Maria Céres Pimenta Spínola Castro.

Celebrações e homenagem a frei Tito

No dia 21/08/2014, celebração pela vida e ressurreição de frei Tito de Alencar Lima realizada no Salão Paroquial da Igreja São José, no centro da capital.

Reunião especial sobre os 35 anos da Anistia Política

Realizada no dia 26/08/2014, na Câmara Municipal de Belo Horizonte, no Bairro Santa Efigênia. Foram homenageadas personalidades que lutaram contra a ditadura militar. Esta homenagem foi, também, parte do Projeto Rua Viva, que atribui a ruas de Belo Horizonte o nome daqueles que lutaram contra a ditadura militar. Tal medida expressa o reconhecimento do legislativo da capital ao trabalho realizado pelos homenageados. A coordenadora da Covemg à época, Maria Celina Pinto Albano representou a Comissão, que contou, ainda, com a presença da equipe.

Fechando o evento Jornada de Agosto - "Anistia Política, uma ferida aberta", no dia 29/08/2014, realizou-se uma Mesa Redonda, na sala da congregação da Faculdade de Direito da UFMG, sobre a Lei da Anistia, que contou com a participação dos professores Cristiano Paixão (UnB) e Marcelo Cattoni (UFMG).

Solenidade de entrega do Relatório de atividades da Comissão da Verdade em Minas Gerais

Solenidade realizada em 09/12/2014 para apresentação do Relatório de Atividades referentes ao primeiro ano de atividades da Comissão da Verdade em Minas Gerais, no auditório da OAB – MG.

Ciclo de Debates "O Direito à Memória - A resistência do campesinato no contexto da ditadura"

Participação no evento organizado pela PUC Minas na cidade de Arcos/MG em 17/03/2015.

89ª Caravana da Anistia

Sessão deliberativa da Comissão de Anistia, ocorrida na quadra da Escola Estadual Dona Augusta Gonçalves Nogueira em Belo Horizonte/MG nos dias 24 e 25/03/2015.

Reunião do Grupo de Estudos sobre Internacionalização do Direito e Justiça de Transição - IDEJUST

Evento ocorrido na Universidade de São Paulo – USP, nos dias 26 e 27/03/2015, na cidade de São Paulo, com apresentação de trabalhos por membros da Covemg.

Reunião de Comissões da Verdade

Participação nas Reunião de Comissões Municipais e Estaduais da Verdade, ocorrida no Rio de janeiro/ RJ nos dias 15 e 16/04/2015.

Homenagem a Nestor Vera

No dia 21/03/2015, a Covemg esteve presente em evento organizado pelo Sindsep – Belo Horizonte/MG sob o título de "Camarada Nestor Vera, presente?"

Homenagem a Inês Etienne

No dia 07/05/2015 a Covemg esteve presente na homenagem a Inês Etienne, em frente ao antigo DOPS, hoje Departamento de Investigação Antidrogas da Polícia Civil – Belo Horizonte/MG.

Lançamento do Relatório da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora

Lançamento do livro "Memórias da Repressão da Comissão da Verdade" da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora, realizado em 1º/07/2015, na sede da OAB/Subseção Juiz de Fora/MG.

Filme "Memória Essencial"

Participação da sessão de exibição do documentário "Memória Essencial", no Instituto Helena Greco de Direitos Humanos e Cidadania – Belo Horizonte/MG, no dia 22/07/2015.

Semana da Anistia/BH

Evento ocorrido na Biblioteca Central e na Faculdade de Direito e Ciências do Estado da UFMG – Belo Horizonte/MG, no período de 24 a 28/08/2015.

Cerimônia de posse novos membros da Comissão da Verdade em Minas Gerais

Evento ocorrido no dia 18/11/2015, no Auditório da Imprensa Oficial de Minas Gerais.

Homenagem a Betinho, Henfil e Chico Mário

Homenagem aos irmãos Betinho (sociólogo), Henfil (cartunista) e Chico Mário (músico), realizada no dia 30/11/2015, na Sede do Sindicato dos Jornalistas, durante a solenidade de comemoração dos 70 anos do Sindicato. Na oportunidade foi entregue o Relatório da Comissão da Verdade dos jornalistas mineiros, com a presença de membros da Covemg e diversas autoridades: secretários de estado, deputados e familiares dos homenageados, além de pessoas da sociedade civil.

Como parte das homenagens a Covemg organizou uma exposição de desenhos e histórias em quadrinhos que marcaram a trajetória do cartunista Henrique de Souza Filho (Henfil), que teve a curadoria de Ivan Cosenza, filho de Henfil. A mostra permaneceu exposta na Casa do Jornalista de 30/11/2015 até final de dezembro de 2015 e ainda, com o lançamento de banners alusivos à trajetória de Betinho na campanha contra a fome e a favor dos direitos humanos no Brasil, com a presença de seu filho, Daniel Souza.

Lançamento e exibição comentada do filme/documentário "Betinho, uma esperança equilibrista"

Organização do evento do documentário, do diretor Victor Lopes, no dia 09/12/2015, na sede do Sindicato dos Jornalistas em Belo Horizonte e que contou com a presença do filho de Chico Mário, também homenageado, do produtor cultural Marcos Souza e de Filomena de Souza, irmã dos três homenageados.

Seminário Internacional *Contemporary Issues* (Questões Contemporâneas Internacionais),

Evento integrante da 3ª Conferência do ramo brasileiro da *Internacional Law Association,* ocorrido de 21 a 23/03/2016, na Faculdade de Direito da UFMG. A coordenadora da Covemg à época, Sra. Maria Céres Pimenta Spínola Castro, foi debatedora na Mesa "Conflitos na América Latina", que aconteceu na tarde do dia 22 de março.

Entrevista com o ex-presidente do Uruguai, Pepe Mujica

A Covemg entrevistou o ex-presidente e senador do Uruguai José "Pepe" Mujica, na ocasião em que ele esteve em Belo Horizonte para receber o Grande Colar, grau máximo da Medalha da Inconfidência, e que lhe foi entregue pelo governador Fernando Pimentel, em Ouro Preto, no dia 21/04/2016

12ª Conferência Nacional de Direitos Humanos

A 12ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, realizada em Brasília, no dia 04/05/2016, teve como uma de suas principais finalidades reafirmar e ampliar o compromisso do Estado e da sociedade brasileira com as políticas públicas de promoção e defesa dos direitos humanos e de promoção da igualdade. Representaram a Covemg a Sra. Maria Céres Pimenta Spínola Castro e o Sr. Carlos Antonio Melgaço Valadares.

Reunião especial com a ECI/UFMG

No dia 17/07/2016, a Sra. Maria Céres Pimenta Spínola de Castro apresentou os trabalhos desenvolvidos pela Covemg a um grupo de docentes da Escola de Ciência da Informação – ECI da UFMG.

V Mostra de Cinema Documentário

Evento organizado em parceria com o Museu da Imagem e do Som, a Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte e o Núcleo de História Oral da UFMG a V Mostra de Cinema Documentário "A ditadura na Tela", no MIS Cine Santa Tereza em Belo Horizonte/MG, onde aconteceram as exibições. As sessões realizadas no dia 28/09/2016 foram comentadas por pesquisadores convidados pelo Núcleo de História Oral.

Roda de conversa - UFOP

No dia 30/09/2016, a Covemg e a Universidade Federal de Ouro Preto realizaram roda de conversa, no auditório Francisco Iglésias- ICHS, no *campus*

de Mariana. O tema foi a violação aos direitos humanos dos povos indígenas durante a ditadura militar e foi coordenado pela Sra. Maria Céres Pimenta Spínola Castro. O membro da Covemg Paulo Afonso Moreira, coordenador do grupo de trabalho sobre os povos indígenas, também compôs a Mesa de trabalhos.

Apresentação musical no Centro Cultural Banco do Brasil

Evento realizado no CCBB-BH no dia 15/10/2016 com a apresentação musical "Ecos da ditadura", pela Orquestra de Coral da Corporação Musical Santa Cecília (CMSC), de Itapecerica (MG). O evento teve o apoio da Covemg.

Lançamento do livro "Exílio"

Em cooperação da Covemg, no dia 12/11/2016, houve o lançamento do livro de Maria Ester Cristelli Drumond Maillard (Teinha), no Asa de Papel – Café e Arte, na Rua Piauí, 631, Bairro- Santa Efigênia, em Belo Horizonte. A publicação é um resgate particular da experiência da autora durante o período da ditadura.

Encontro da Covemg com representantes do povo indígena Pataxó

Entre os dias 7 e 10/03/2017, a subcomissão do tema Violações de Direitos dos Povos Indígenas esteve na aldeia do povo Pataxó em Carmésia (MG), a fim de obter depoimentos sobre as graves violações de direitos humanos dos povos indígenas durante a ditadura militar.

Reunião Covemg e defensoria pública de Minas Gerais

Reunião realizada em 09/03/2017 para discutir apoio em relação à localização de processos envolvendo violações a trabalhadores rurais em Minas Gerais. Estiveram presentes o coordenador da subcomissão de Trabalhadores Rurais, Sr. Robson Sávio, e as pesquisadoras Thelma Shimomura e Monique Álvares Assis. Pela defensoria pública, estiveram presentes as defensoras responsáveis pela área dos direitos humanos daquele órgão, Ana Cláudia da Silva Alexandre Storat, Maria Auxiliadora Viana Pinto e Júnia Roman Carvalho, além da assessora da direção geral da defensoria, Tifanie Avellar Carvalho.

Reunião especial - Memorial dos Direitos Humanos

Participação da Covemg no encontro sobre o Memorial dos Direitos Humanos, em 09/03/2017, na Casa de Direitos Humanos, com a presença do secretário de

estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, Nilmário Miranda, do secretário de estado da Cultura, Ângelo Oswaldo, da presidenta do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA), Michelle Arroyo, de ex-presos políticos, militantes dos direitos humanos. No evento discutiu-se o tombamento do prédio do antigo Departamento de Ordem Política e Social - DOPS, na avenida Afonso Pena, que será transformado em Memorial dos Direitos Humanos de Minas Gerais.

Encontro da Covemg com representantes do povo indígena Krenak

A subcomissão de Violações de Direitos dos Povos Indígenas esteve na cidade de Resplendor (MG), onde se localiza a Terra Indígena Krenak, no período de 20 a 24/03/2017, para investigar as violações aos direitos humanos dos indígenas durante a ditadura militar. Os trabalhos foram coordenados por Paulo Afonso Moreira, membro responsável pela subcomissão, acompanhado por Juliana Ventura, Pedro Berutti e Marco Túlio Antunes Gomes, pesquisadores do tema.

Seminário na PUC Minas, *campus* Coração Eucarístico

No dia 29/03/2017, a Covemg foi convidada para participar da Semana de História, promovida pelo departamento de História da PUC Minas. Com o tema "História, Poder e Registros: desafios contemporâneos", o evento contou com a presença do coordenador adjunto da Covemg à época, Sr. Robson Sávio, e foi dirigido pelo professor Caio Boschi, diretor do Centro de Memória e de Pesquisa Histórica da PUC Minas. Contou, ainda, com a presença de estudantes do Curso de História e funcionários do Centro de Memória e de Pesquisa Histórica da PUC Minas.

Seminário "Direito à Memória e à Verdade"

Seminário ocorrido no auditório da Associação Médica de Minas Gerais, em 26/04/2017, com a participação de toda a equipe da Comissão da Verdade em Minas Gerais e de representantes da SEDPAC, com o objetivo de apresentar os trabalhos realizados pela Covemg até aquela data e debater as possibilidades de integração das pesquisas com as ações e políticas da secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania. Os trabalhos foram conduzidos pelo coordenador da Covemg, Robson Sávio Reis, e pelo secretário de estado da SEDPAC, Nilmário Miranda.

Reunião especial – Covemg e UFV

Foi realizada em 07/06/2017 no auditório do Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal de Viçosa - departamento de Ciências Sociais, a apresentação dos trabalhos de pesquisa realizada pela equipe da subcomissão de Repressão ao movimento estudantil e às universidades em Minas Gerais para professores e estudantes da UFV.

Roda de Conversa - Covemg e professor Rodrigo Patto

Ocorrida na sede da Covemg no dia 13/07/2017 com a presença de conselheiros, pesquisadores bolsistas e voluntários com o professor Rodrigo Patto Sá Motta, da UFMG, com a finalidade de discutir questões conceituais, teóricas e metodológicas sobre a ditadura militar no Brasil. Os trabalhos estiveram sob a coordenação da Sra. Maria Céres Maria Pimenta Spínola de Castro.

NOTAS

1. Texto publicado no Site da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Disponível em: http://mediaserver.almg.gov.br/acervo/43/779043.pdf
2. MINAS GERAIS. Lei nº 20.765, de 17/07/2013, art. 1.
3. MINAS GERAIS. Decreto n. 46.293, de 08/08/2013. Dispõe sobre a regulamentação de lei e cria condições institucionais para a instalação da Comissão da Verdade em Minas Gerais. BELO HORIZONTE. Assembleia Legislativa. Lei nº 20.765, de 17/07/2013. Criação da Comissão da Verdade m Minas Gerais.
4. Idem
5. MINAS GERAIS, Atos do Governador, Caderno 1, Diário do Executivo, p.3, 05/11/2015, Belo Horizonte.
6. Registramos a parceria com o Conselho Estadual de Direitos Humanos de Minas que cedeu uma de suas salas de reuniões para atividades de grupo da Covemg.
7. A relação de pesquisadores cedidos pelo Projeto República, pesquisadores contratados e pesquisadores voluntários e dos demais membros da Equipe da Covemg está apresentada nas primeiras páginas deste Relatório.
8. Protocolo de Intenções assinado entre Universidade Federal de Minas Gerais e Comissão da Verdade em Minas Gerais – Covemg, 2014. p. 01.
9. Lei 6.683, de 28/08/1978 – Lei da Anistia.



2

VOLTAR AO SUMÁRIO

ACONTECIMENTOS ENVOLVENDO MORTES E DESAPARECIMENTOS DE OPOSITORES À DITADURA MILITAR

Coordenador: Carlos Antonio Melgaço Valadares

Redação: Camila Americano Lanhoso
Clarissa Teixeira Fazito Rezende
Helena Maria Penna Amorim Pereira
Ludmila Laís Costa Lacerda

Colaboradores: Augusto Rodrigues Borges
Edna Martins Borges
Francine Lelina Rosa de França
Gisele Lucowicz Costa
Gustavo Rocha Vital Gonçalves
Ivangilda Bispo dos Santos
Maria Lisboa de Oliveira
Maria Piedade Alves Furtado
Mariana Rezende Oliveira
Núbia Medeiros Caetano da Silva
Paulo Vitor Cordeiro Repolês
Raissa Lott Caldeira da Cunha
Raquel Cristina Possolo Gonçalves
Vania Márcia Paiva Pacheco
Victoria Rezende Fagundes de Albuquerque

2.1 Marcos conceituais

O período da ditadura militar brasileira (1964-1988) está associado a um quadro de graves violações de direitos humanos, que ocorreram de modo massivo e sistemático. É nesse cenário que se encontram os fatos relacionados às mortes e aos desaparecimentos perpetrados durante o regime ditatorial, uma vez que a repressão e a eliminação de opositores políticos consistiram em uma política de Estado. A implementação dessa política foi projetada e operacionalizada por meio de cadeias de comando dos poderes estatais, que se estenderam aos agentes públicos e a membros da sociedade civil, permitindo que pessoas consideradas "inimigas" fossem perseguidas, detidas para averiguação, interrogadas, presas, torturadas e exterminadas.

Durante o período inicial de redemocratização do País, os atos de pressão social e resistência dos opositores ao regime e/ou de seus familiares resultaram na criação da Lei 9.140/1995, que reconheceu como mortos sob responsabilidade do Estado, para todos os efeitos legais, 136 brasileiros detidos por agentes públicos, mortos ou cujos corpos encontravam-se desaparecidos. A mesma Lei criou a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) para continuar reconhecendo pessoas desaparecidas e/ou mortas. As alterações trazidas pelas leis 10.536/2002 e 10.875/2004, promulgadas em outro momento político, ampliaram o escopo da primeira versão da Lei de 1995, permitindo a entrada de processos para as seguintes categorias no reconhecimento de pessoas: (1) desaparecidas; (2) que, por terem participado, ou terem sido acusadas de participação, em atividades políticas, tenham falecido por causas não naturais, em dependências policiais ou assemelhadas; (3) que tenham falecido em virtude de repressão policial sofrida em manifestações públicas ou em conflitos armados por agentes do poder público; (4) que tenham falecido em decorrência de suicídio praticado na iminência de serem presas ou em decorrência de sequelas psicológicas resultantes de atos de tortura praticados por agentes do poder público.

A Comissão Nacional da Verdade - CNV, criada pela Lei 12.528/2011, reavaliou casos de mortes e desaparecimentos e definiu que os casos envolvendo "mortes" se relacionam com: (1) execuções sumárias, arbitrárias ou extrajudiciais; (2) mortes de indivíduos em conflitos armados causadas pelo poder público (quando , em função de suas especificidades, não configurarem execução extrajudicial ou arbitrária); e (3) suicídios praticados na iminência de prisão ou de tortura ou em decorrência de sequelas psicológicas resultantes de ato de tortura ou maus-tratos praticados por agentes do poder público. Além disso, a CNV

reconheceu como "desaparecimento forçado" as pessoas que foram privadas de liberdade por agentes do Estado ou por terceiros, que agiram em cumplicidade, tolerância ou aquiescência estatal e, na sequência, foram mortas e enterradas como indigentes em valas comuns ou clandestinas, ou jogadas em lagos, rios e mares, seguindo-se a recusa do Estado em prestar informações sobre seu paradeiro, independentemente da existência de documentação sobre a morte e de posterior encontro ou plena identificação dos restos mortais.

Considerando a complexidade dos casos identificados, decidiu-se trabalhar com as seguintes categorias para as mortes e desaparecimentos ocorridos em território mineiro e para os mineiros mortos fora do estado de Minas Gerais: (1) Pessoas que, por terem participado, ou por terem sido acusadas de participação, em atividades políticas, tenham falecido por causas não naturais em dependências policiais ou assemelhadas; (2) Pessoas que tenham falecido em virtude de repressão policial sofrida em manifestações públicas ou em conflitos armados com a presença de agentes do poder público; (3) Pessoas que tenham falecido em decorrência de sequelas físicas e/ou psicológicas resultantes de perseguição, prisão e tortura; (4) Pessoas que tenham falecido em decorrência de suicídio praticado na iminência de serem presas ou em decorrência de sequelas psicológicas resultantes de atos de tortura praticados por agentes do poder público; (5) Execução sumária, arbitrária ou extrajudicial de pessoas acusadas de participação em atividades políticas por agentes públicos e outros a seu serviço; (6) Pessoas que morreram em decorrência de atentados produzidos ou instigados pelo poder público; (7) Desaparecimentos forçados.

As categorias (1), (2), (4), (5) e (7) se fundamentam em conceitos e reflexões abrangidos por legislações e bibliografias pertinentes. As demais categorias, (3) e (6), merecem algumas explicações, de modo a facilitar a compreensão das propostas e inovações que carregam. Alguns casos, especialmente aqueles relacionados ao item (3), foram objeto de Perícia Técnica para buscar desvendar o fio condutor de algumas mortes.

A violência praticada pelo Estado Brasileiro contra seus cidadãos, durante a ditadura militar, especialmente sobre prisioneiros, tanto a violência física como a violência psicológica, foram geradoras de graves consequências e abalos individuais e coletivos. As precárias condições carcerárias durante a tortura – alimentação, sono, lesões físicas, ameaças - a que os detentos estavam submetidos levaram muitos a desenvolverem debilidades físicas e psicológicas - algumas muito graves -, que, ao longo dos anos que se sucederam, provocaram sua morte prematura. As violências físicas e psicológicas originaram sequelas de-

correntes da perseguição e prisão, o chamado estresse pós-traumático. Esse estresse pode ser caracterizado por alterações físicas, funcionais, anatômicas e/ou psicossomáticas e psicológicas crônicas e tardias, tais como síndrome do pânico, depressão, insônia, pesadelos, revivescências, angústia, ansiedade, sensação de perseguição, perda de memória, incapacidade para o trabalho, pensamentos suicidas, entre outras patologias.

No período da ditadura militar, ocorreram ainda atentados políticos produzidos ou instigados pelo poder público. Na época, tais atentados foram chamados de "acidentes", que contaram com laudos e perícias atestando os acontecimentos em conformidade com a versão dos fatos produzida e autorizada pelo regime militar. Posteriormente, com a redemocratização e a criação de comissões e processos de investigação das mortes, novas perícias e investigações permitiram elucidar e esclarecer alguns acontecimentos. O caso envolvendo o assassinato de Zuzu Angel (1976) pode ser citado como exemplo do reconhecimento de atentado político.

2.2 Responsabilização pelas mortes e desaparecimentos

O conceito de "crimes contra a humanidade" foi criado e desenvolvido no âmbito da comunidade internacional e no contexto pós-Segunda Guerra Mundial, visando ao fortalecimento dos Direitos Humanos no mundo e ao combate às atrocidades, tais como aquelas cometidas pelo regime nazista.

Os atos nomeados de "crimes contra a humanidade" em geral podem ser encontrados no conjunto de normas imperativas internacionais[1]. Essas normas possuem caráter definitivo e obrigatório, não podem ser suspensas ou suprimidas e devem ter aplicação para todas as pessoas.

No Brasil, os crimes contra a humanidade foram reconhecidos pelo Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional[2], estabelecendo que as circunstâncias de cometimento dos crimes considerem o quadro de ataque do Estado, generalizado ou sistemático, contra qualquer população civil.

No Estatuto de Roma foram fixados 11 tipos penais considerados atos graves o suficiente para caracterização de crimes contra a humanidade, pelos quais os Estados Nacionais-membros respondem perante os órgãos internacionais competentes: a) Homicídio; b) Desaparecimento forçado de pessoas; c) Prisão

ou outra forma de privação da liberdade física grave, em violação das normas fundamentais de direito internacional; d) Tortura; e) Agressão sexual, escravatura sexual, prostituição forçada, gravidez forçada, esterilização forçada ou qualquer outra forma de violência no campo sexual de gravidade comparável; f) Perseguição de um grupo ou coletividade que possa ser identificado, por motivos políticos, raciais, nacionais, étnicos, culturais, religiosos ou de gênero, ou em função de outros critérios universalmente reconhecidos como inaceitáveis no direito internacional, relacionados com qualquer ato referido neste parágrafo ou com qualquer crime da competência do Tribunal; g) Outros atos desumanos de caráter semelhante, que causem intencionalmente grande sofrimento, ou afetem gravemente a integridade física ou a saúde física ou mental; h) Extermínio; i) Escravidão; j) Deportação ou transferência forçada de uma população; k) Crime de *apartheid.* Os tipos 'a' e 'b', Homicídio e Desaparecimento Forçado fazem parte do escopo do grupo "Acontecimentos que envolveram mortes e desaparecimentos de opositores à ditadura", enquanto os tipos 'c', 'd', 'e', 'f', 'g' estão sendo tratados por outros grupos de pesquisa da Comissão da Verdade em Minas Gerais (Covemg).

Dentre eles, interessa a este trabalho o "homicídio", entendido como a conduta de matar ou causar a morte de pessoa e o "desaparecimento forçado", definido a partir da privação da liberdade de pessoa pelo Estado ou organização política com autorização, apoio ou concordância deste. Nesta caracterização, a privação deve ser seguida da recusa de o Estado reconhecer essa condição ou de prestar qualquer informação sobre a situação ou localização da pessoa.

Expressando esse entendimento, foram promulgadas no plano jurídico nacional a Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas[3] e a Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado[4]. Estes atos definiram que as ações penais e penas nos casos de desaparecimento forçado em geral são imprescritíveis.

Ao assinar as Convenções, o Brasil tornou-se responsável por tomar medidas para assegurar que o desaparecimento forçado constitua crime em conformidade com o seu direito penal interno. Para dar cumprimento a esse compromisso tramita no Congresso Nacional Projeto de Lei[5]. Um substitutivo[6] apresentado a este projeto pretende excluir o delito de desaparecimento forçado da categoria de "imprescritível" para os casos alcançados pela Lei da Anistia[7], que atualmente se encontra em vigor no País – diferente da Argentina que a anulou, e do Chile e Uruguai que a reinterpretaram. Entende-se, em contraposição a esse substitutivo, que a própria Convenção Internacional de

modo geral veda a prescrição antes que seja cessado o crime de desaparecimento forçado, que só ocorre quando há localização e plena identificação dos restos mortais, o que ainda não ocorreu em muitos casos relacionados à ditadura militar brasileira.

Nesse aspecto, apesar de medidas e esforços empreendidos pelo Brasil para cumprir as exigências internacionais, o País está em ilegalidade e atraso. Seja porque ainda não concluiu devidamente suas obrigações, seja porque foi condenado em decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Conforme a Constituição brasileira de 1988, fundada na dignidade da pessoa humana e na proteção aos direitos fundamentais, e no Estatuto de Roma que ampliou as situações de imprescritibilidade penal, além de documentos do Direito e decisões internacionais, considera-se que a responsabilização pelas mortes e desaparecimentos no período ditatorial pode e deve recair sobre o Estado brasileiro e também sobre os agentes públicos e privados que atuaram, de forma direta ou omissiva, em conduta criminosa ou que deram causa a ela. Juridicamente, existe a responsabilização "objetiva" a ser imputada ao Estado e existe também a responsabilização "subjetiva" dos agentes envolvidos nas atrocidades cometidas. As esferas civil/administrativa (que envolvem, por exemplo: o pagamento de indenizações, ressarcimentos, prestação de assistência, realização de atos públicos, etc.) podem ser demandadas sem o prejuízo de exigências feitas também na esfera penal, que tem as responsabilizações atualmente obstaculizadas por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

Em 2010, o STF decidiu pela validade e constitucionalidade da Lei da Anistia em ADPF[8]. No mesmo ano, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) decidiu o Caso "Guerrilha do Araguaia"[9]. A Corte IDH definiu que houve descumprimento da Convenção Americana pelo Estado brasileiro que, ao praticar o desaparecimento forçado na repressão à Guerrilha do Araguaia, violou direitos das vítimas. A Corte IDH condenou também o posicionamento institucional brasileiro sobre a permanência da Lei de Anistia, taxando esta posição como óbice, tanto ao dever internacional do Estado brasileiro em investigar e punir as graves violações de Direitos Humanos, quanto à obrigação de adequação do direito interno no País. O Estado brasileiro foi condenado por descumprir a obrigação de fornecer informações, apresentar uma resposta fundamentada e exceder o prazo de razoável duração processual em prejuízo dos familiares das vítimas. Com base nesta decisão, constata-se que houve e ainda há violação da integridade pessoal dos familiares das vítimas devido ao desaparecimento forçado de seus entes, por falta de

esclarecimento das circunstâncias de mortes, desconhecimento do paradeiro final e impossibilidade de propiciar o devido sepultamento dos restos mortais das vítimas.

Com (1) a decisão da Corte IDH; (2) a constatação que no caso brasileiro os corpos de desaparecidos não foram localizados e identificados e (3) o posicionamento do STF pela constitucionalidade da Lei da Anistia, pela impossibilidade de prescrição de crimes contra a humanidade, tornou-se cabível a reivindicação de responsabilizar os agentes envolvidos e o Estado, juntamente com o efetivo cumprimento de medidas visando ao pleno esclarecimento, correção e reparações nos casos de mortes e desaparecimentos.

Essa questão voltou a ser levada ao STF em 2014, dessa vez em outra ADPF[10]. Nessa nova ação, a pauta da discussão não é diretamente a questão de validade da Lei da Anistia, mas o posicionamento brasileiro para o cumprimento da decisão da Corte IDH de 2010. Esse processo encontra-se sob apreciação judicial, mas ainda não foi de fato analisado, discutido e julgado. Com isso, há ainda em aberto uma possibilidade do STF rever, de certo modo, a eficácia e o alcance da Lei da Anistia, conformando seu posicionamento ao entendimento expresso pela Corte IDH em relação à Guerrilha do Araguaia.

Com as legislações sobre reconhecimento dos mortos e desaparecidos durante a ditadura militar, regime e direitos do anistiado político, acesso à informação e criação de Comissões da Verdade, algumas medidas necessárias para a adequação do Brasil às exigências de Direitos Humanos foram tomadas, porém, até o momento é fato que as graves violações ocorridas no passado ainda não tiveram seus autores plenamente responsabilizados e não foram adequadamente denunciadas, sendo insatisfatórios os esclarecimentos de crimes contra a humanidade.

2.3 Pioneirismo mineiro na resistência à ditadura militar

A esquerda brasileira assistiu, atônita, ao golpe militar de 1964. Em um primeiro momento, tentou se articular para entender o que tinha acontecido. O Partido Comunista Brasileiro (PCB) que desde o seu V Congresso em 1960, havia optado por uma estratégia pacífica e reformista, colocou-se em oposição ao regime instalado. Vários de seus dirigentes foram presos e seu maior líder, Luís Carlos Prestes, seguiu para o exílio.

O ataque e incêndio contra a sede da União Nacional dos Estudantes (UNE) no Rio de Janeiro, em 1º/04/1964, colocou a entidade na ilegalidade, desarticulando temporariamente as organizações que tinham no movimento estudantil sua maior força. As intervenções aos sindicatos aconteceram quase imediatamente, com o objetivo de neutralizar as suas atividades. Segundo Élio Gaspari[11], entre os anos de 1964 e 1966, sete entre dez sindicatos e confederações de trabalhadores sofreram intervenções. Qualquer pessoa que fizesse oposição ao regime era chamada a prestar esclarecimentos. Em Minas Gerais, pelo menos 900 pessoas foram presas nos meses de abril, maio e junho seguintes ao golpe.

A resistência incialmente aconteceu de maneira difusa em várias partes do País, com ações pontuais de estudantes e trabalhadores. No campo da cultura, canções de protesto e peças teatrais eram produzidas com a temática da resistência.

Manifestações em favor do golpe aconteceram em várias partes do País. Em Belo Horizonte, em abril de 1964, ocorreu na Av. Afonso Pena, no centro da cidade, a "Marcha da Vitória", uma espécie de parada militar. A grande manifestação pró-golpe, em Minas, a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", aconteceu em 13/05/1964, em frente à Igreja São José.

Ao final de 1964, vários militantes que haviam sido presos, saíram da prisão e começaram a articular formas de resistir à ditadura. Em Belo Horizonte, as principais organizações concentraram seus esforços em rearticular o movimento estudantil.

O ano de 1966 marcou a história do movimento estudantil com a retomada das entidades e grandes manifestações. Minas Gerais se tornou palco central dessa História. A União Estadual de Estudantes de Minas Gerais (UEE-MG) organizou a "Semana do Calouro", programação unificada para recepcionar os novos universitários das duas maiores universidades da capital, a Universidade Católica de Minas Gerais (UCMG) e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Na programação, estavam previstos eventos culturais e uma manifestação com trajeto definido. O governador Israel Pinheiro autorizou a realização do evento, sem cartazes ou faixas contra o regime. Mesmo assim, a manifestação foi brutalmente reprimida pela Polícia Militar. As entidades estudantis emitiram Nota de repúdio e chamaram uma greve de três dias. Programaram outra manifestação, em solidariedade aos estudantes espancados e presos. A "Passeata do Silêncio", também conhecida como "Passeata da Mordaça", aconteceu em 14/03/1966. Mais uma vez, estudantes foram atacados com bombas de efeito moral.

Ainda em 1966, as entidades estudantis decidiram realizar o XXVIII Congresso da União Nacional dos Estudantes em Belo Horizonte, entre 28 de julho e 1º de agosto. O secretário de Segurança proibiu o Congresso. A mobilização de mais de 5 mil homens da Polícia Militar não foi capaz de impedir sua realização. Trezentos estudantes, representando 13 estados, elegeram os mineiros José Luís Guedes, da Ação Popular (AP) como presidente e Apolo Heringer Lisboa, da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (Polop) como vice-presidente da UNE. Em setembro, manifestações em Minas, Rio de janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul foram duramente reprimidas, o que ficou conhecido no meio estudantil como "setembrada".

Com o aumento da repressão, organizações políticas de esquerda decidiram partir para a luta armada. Em 1967, no congresso da POLOP, o grupo mineiro e o da Guanabara romperam com a entidade para formar grupos revolucionários ligados ao Comando de Libertação Nacional (Colina). Também nesse ano, o Comitê Municipal do PCB de BH, decidiu que era preciso pegar em armas contra o regime e se desligaram do partido para formar a Corrente Revolucionária de Minas. Vários militantes da AP entram na clandestinidade a partir de 1968, a maioria se integra ao movimento operário ou foi para a área rural trabalhar com os camponeses e preparar a guerrilha.

As greves de Contagem aconteceram em abril e outubro de 1968. A de abril teve importância fundamental, pois foi a primeira grande greve operária no País depois das intervenções nos sindicatos. Durou três dias e obrigou o ministro do Trabalho Jarbas Passarinho a vir a Minas negociar com os grevistas. AP, Colina e Corrente estavam presentes na organização das greves. A de outubro mobilizou milhares de trabalhadores, terminando com a intervenção no sindicato, prisão de sindicalistas e demissão de trabalhadores.

Em 13/12/1968, em resposta às intensas mobilizações sociais, como as greves de Contagem e Osasco, às várias manifestações estudantis em todo o País, culminando com a passeata dos 100 mil no Rio de Janeiro, o governo decretou o Ato Institucional nº5, que viria instalar um quadro de terror de Estado em todo o território nacional.

Em 1969, o recrudescimento das forças de repressão atingiu em cheio as organizações mineiras, levando à prisão muitos de seus membros. Na prisão, os militantes encontraram outras formas de resistência e foram responsáveis por elaborar os primeiros documentos de denúncia de torturas: as Cartas de Linhares.

A maioria dos presos políticos de Minas, após as fases de interrogatório sob tortura, IPMs e julgamentos, eram transferidos para a penitenciária José Edson Cavalieri, mais conhecida como penitenciária de Linhares, em Juiz de Fora. Em Linhares, foram produzidas pelos presos políticos, pela primeira vez no País, três cartas com denúncias das torturas sofridas pelos signatários, elencando os tipos de sevícias, locais e nomes dos torturadores. Uma, assinada por membros da Corrente, outra pelo pessoal da Colina e uma terceira dos presos que fizeram greve de fome por melhores condições carcerárias. As cartas enviadas para fora de Linhares foram reproduzidas e divulgadas no Brasil e principalmente no exterior, constituindo-se uma das bases para o relatório que a Anistia Internacional publicou no início dos anos 1970. As cartas do Colina e Corrente sobreviveram aos tempos. Cópias da terceira carta devem estar esquecidas em algumas gavetas de Paris, Roma, Estocolmo, entre outras cidades europeias.

Ação Popular - AP

Em 1965, a AP aprovou uma Resolução Política, optando pela luta armada e criou uma Comissão Militar para orientar os grupos regionais por meio de estudos político-militares. Para a guerrilha acontecer, o primeiro passo seria avaliar locais estratégicos para as ações. O local escolhido deveria ser o campo, e a estratégia seria a guerra popular. Para auxiliar os guerrilheiros no campo, previa-se a realização de ações nas cidades. Por último, seria preparada a grande ofensiva, em que o exército popular já formado lutaria para obter a vitória e tomar o poder.

Como momento preliminar de todas essas etapas estava prevista uma preparação revolucionária ativa, que consistia nas fases de preparação de grupos guerrilheiros e de faixas de ação armadas na cidade.

Dois militantes da AP, o português radicado no Brasil, Alípio de Freitas e o mineiro Raimundo Gonçalves de Figueiredo, por iniciativa própria, decidiram explodir uma bomba no aeroporto de Guararapes no momento em que o general Costa e Silva chegasse ao Recife para fazer campanha para as eleições indiretas para presidente. Na hora prevista para a chegada de Costa e Silva no aeroporto, a bomba explodiu, mas o general não estava no aeroporto. Devido a uma pane no avião, Costa e Silva resolveu ir da Paraíba ao Recife de carro.

Raimundo Gonçalves de Figueiredo, mineiro de Curvelo, em 27/01/1971 já como dirigente da Vanguarda Armada Revolucionaria (VAR-Palmares), foi preso em Recife (PE). Os militares cercaram a casa em que estavam Raimundo, Arlindo Felipe da Silva, Aurea Bezerra e seus filhos. Cortaram a luz e entraram atirando,

sem ouvir os apelos de Raimundo que gritava que havia crianças na casa. Raimundo levou um tiro e foi levado pelos policiais. Foi torturado e morto.

Em 1968, militantes do movimento estudantil da AP em Minas Gerais entraram para a clandestinidade. Alguns começaram a trabalhar em fábricas e outros foram enviados para localidades rurais, tais como a Mata da Jaíba e áreas próximas a Coronel Fabriciano e Ipatinga. A experiência durou pouco tempo, acarretando na prisão de vários militantes em 1969.

José Carlos Novaes da Matta Machado e Gildo Macedo Lacerda, mineiros que integravam os quadros da Ação Popular Marxista Leninista (APML) foram mortos pela repressão em Recife, em 28/10/1973. O corpo de José Carlos foi entregue à família depois de árdua luta de seu pai, o ex-deputado Edgard de Godoi da Mata Machado. O corpo de Gildo foi negado aos familiares, permanecendo desaparecido até hoje.

Comando de Libertação Nacional - Colina

Em 1967, a POLOP em Minas contava com aproximadamente 200 integrantes. Em setembro, realizou seu IV Congresso na cidade de Santos. Os grupos de Minas e Rio de Janeiro mostravam-se insatisfeitos com a direção nacional, se retiraram da organização e se juntaram para formar o Comando de Libertação Nacional (Colina). Para a organização, era preciso sair do plano teórico e partir para a luta armada. A organização seria dividida em comandos que atuavam com autonomia. Se tratava de um grupo extremamente jovem, em que mais da metade dos militantes tinha menos de 25 anos de idade.

O grupo mineiro realizou seis ações armadas em Minas Gerais. A primeira delas ocorreu em 23/08/1968. Um grupo liderado por Ângelo Pezzuti interceptou um jipe da Secretaria da Fazenda na estrada para Guanhães, acreditando que o veículo transportava valores. No entanto, não havia dinheiro algum dentro do carro.

Em 28 de agosto, fizeram uma ação no Banco do Comércio e Indústria na Av. Pedro II de Belo Horizonte. Em 04 de outubro, entraram no Banco do Brasil da Cidade Industrial, em Contagem, provavelmente uma das primeiras ações com "assinatura" de uma Organização. Ao final da ação, os militantes jogaram panfletos pelas ruas explicando o porquê do ocorrido e quem eram.

Em 18 de outubro, ocorreram os ataques com bombas caseiras à casa do delegado do trabalho, Onésimo Viana e à casa de Humberto Porto, interventor dos Sindicatos dos Metalúrgicos e de Fiação e Tecelagem de Contagem. Foram deixados

panfletos explicando que a ação se dava pela prisão de líderes grevistas de Contagem e pelas demissões em massa de vários trabalhadores, sem indenização.

A última ação armada do grupo, talvez a mais espetacular, foi o assalto simultâneo aos Banco Mercantil e Banco da Lavoura na cidade de Sabará, em 14/01/1969. A ação foi completada com sucesso, os integrantes conseguiram fugir, mas Ângelo Pezzuti abandonou um dos carros utilizados em frente ao Palácio da Liberdade, deixando suas digitais no automóvel e, como já era fichado pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), foi preso no mesmo dia. Pedro Paulo Bretas também foi preso.

O grupo tinha combinado que se alguém fosse preso deveria resistir às torturas por exatamente 15 dias e então contar que, no dia seguinte, tinha um "ponto" em local pré-combinado pelo grupo. Os demais membros planejariam o resgate do preso. Assim, quando Ângelo foi preso, o plano para seu resgate foi preparado. Todo o grupo de expropriação do Colina estava reunido na noite anterior ao dia marcado em uma casa no Bairro São Geraldo, na Rua Atacarambu, 120, em Belo Horizonte. Eram sete militantes: Afonso Celso Lana Leite, Jorge Raimundo Nahas, Júlio Antônio Bitencourt de Almeida, Maurício Vieira de Paiva, Murilo Pinto da Silva, Nilo Sérgio Menezes Macedo e Maria José Carvalho Nahas.

Conforme combinado, Ângelo diria aos agentes do DOPS que teria um encontro com um dirigente nacional do Colina em 29 de janeiro, em frente ao Colégio Padre Machado, na região central da cidade. Contando com o elemento surpresa, os integrantes do Colina estariam no local em dois carros fortemente armados, para o resgate.

Pedro Paulo Bretas, barbaramente torturado, havia informado o local de um dos aparelhos, aquele que ele considerava pouco utilizado. Os sete militantes estavam justamente neste endereço, todos dormindo para se preparar para a ação do dia seguinte.

Na noite de 28 para 29, a polícia invadiu a casa da Rua Atacarambu. Os militantes resistiram à bala, matando um policial. Maurício Paiva foi alvejado na perna. Após a rendição, foram amarrados com arames em volta do pescoço ligados um a um e colocados perfilados de frente à parede, com ameaça de fuzilamento. Levados para o DOPS, começou o martírio das torturas.

Com a desorganização do Colina em Minas Gerais, os militantes se reorganizaram na Vanguarda Popular Revolucionária - VPR. O mineiro Juarez Guimarães de

Brito tornou-se um dos seus dirigentes nacionais. Juarez havia feito um pacto com sua companheira Maria do Carmo de Brito de não se entregar com vida. No dia 18/04/1970, emboscados pelos agentes do DOPS do Rio, Juarez deu um tiro no ouvido, sendo alvejado também por policiais. Maria do Carmo foi presa.

Maria Auxiliadora Lara Barcelos, integrante do Colina, depois VPR e VAR-Palmares, foi presa com mais dois companheiros em 21/11/1969 no Rio de Janeiro. Presenciou a morte de Chael Charles Schreirer, fato que a marcou profundamente. Saiu da prisão em troca do embaixador Giovani Enrico Bucher. Banida do País em 1971, foi para o Chile. Em 1973, pediu asilo na embaixada do México, devido ao golpe que matou Allende. No México, trabalhou dois anos como tradutora. Foi para a Europa, passando por alguns países antes de se estabelecer em Berlim Ocidental. No dia 1º/07/1976, Dodora, como era conhecida, atirou-se nos trilhos do metrô de Berlim.

Corrente Revolucionária de Minas Gerais - Corrente

O VI Congresso do PCB estava marcado para acontecer em março de 1964, mas devido ao golpe, só foi ocorrer em dezembro de 1967. Vários dirigentes defendiam a luta armada como forma de resistência. No entanto, a tese vitoriosa foi novamente a de resistência pacífica com intensificação do trabalho de massas.

Com tal resolução, várias dissidências se formaram. Carlos Marighella, liderou a Ação Libertadora Nacional (ALN). Em Minas Gerais, o grupo que apoiava a resistência armada já havia ganhado as eleições internas para os diretórios de Belo Horizonte e Ouro Preto e se preparava para sair do PCB. Segundo depoimento de Ricardo Apgaua: "quando os membros da Corrente Revolucionária do PCB, em Minas, foram expulsos do Partido, já contávamos com uma estrutura partidária funcionando."[12]

A Corrente Revolucionária de Minas era formada basicamente por operários e estudantes universitários e secundaristas. Contou com pelo menos 86 integrantes, dos quais 37 originários do PCB. Desse total, 35 militavam no movimento estudantil.

A organização foi dividida em 3 escalões: o primeiro era responsável pelo levantamento de área para guerrilha no perímetro rural e pelas ações armadas; o segundo era responsável por setores de massa, movimento estudantil, operário e de servidores públicos. Realizavam as ações de agitação e propaganda dentro dos movimentos. Produziram dois Jornais. O "1º de maio", distribuído nas fábricas e o "Faísca", distribuído entre os servidores da prefeitura de Belo Horizonte. O terceiro escalão era responsável pelas ações clandestinas e dava suporte aos demais.

Nelson José de Almeida, ex-militante do Colina que havia passado para a Corrente, foi deslocado para Teófilo Otoni. Preso nessa cidade no dia 11/04/1969, foi torturado e morto.

A Corrente Revolucionária de Minas tinha estreitas relações com a ALN de Marighella, mas mantinha independência nas ações.

Foram nove ações armadas realizadas pela Corrente. A primeira ação se deu no dia 25/10/1968 à Drogaria São Felix. Em 1º de dezembro em Belo Horizonte a ação ocorreu na boate "6 às 6". Em 14 de dezembro, ação ao Bar e Mercearia São Vicente, no Bairro das Indústrias em Contagem. Para conseguir explosivos, militantes da Corrente entraram na firma Itaminas Comércio de Minérios SA em Ibirité no dia 20/01/1969; no mesmo dia ocorreu a tentativa de assalto à Pedreira de Belo Horizonte, sem sucesso. A Caixa Econômica Estadual, da Avenida Alfredo Balena, em Belo Horizonte, foi assaltada em 31/03/1969. Em 1º/04/1969, na Rua Rio de Janeiro, na capital mineira, houve a tentativa de ação para conseguir armas na Casa Tucano, mas os donos revidaram a tiros.

Em abril de 1969, vários militantes da Corrente foram presos. Os militantes que conseguiram sair de Minas nesse período se juntaram as fileiras da ALN, que atuavam no eixo Rio-São Paulo. Hélcio Pereira Fortes foi um desses. Tornou-se dirigente nacional da ALN quando da morte de Joaquim Câmara Ferreira. Foi preso no Rio de Janeiro, no dia 22/01/1972 pelo DOI-Codi-RJ e levado ao DOI-Codi de São Paulo. Segundo Darci Miyaki, Hélcio morreu sob tortura em São Paulo no dia 30 ou 31 de janeiro.

2.4 Mortos e desaparecidos em Minas Gerais

A pesquisa sobre os acontecimentos que envolveram mortes e desaparecimentos de opositores à ditadura compreendeu o período entre 1964 e 1988.

A identificação de mortos e desaparecidos iniciou-se com um estudo de compatibilidade entre os casos que estavam sendo pesquisados pela Comissão Nacional da Verdade e por outras comissões estaduais e temáticas. A Covemg recebeu também algumas denúncias de pessoas que teriam sido mortas e/ou sequestradas e desaparecidas.

Foram pesquisados documentos e testemunhos contidos nos processos da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos e da Comissão de Indeniza-

ção de Vítimas de Tortura do Conselho Estadual de Defesa de Direitos Humanos de Minas Gerais; depoimentos que fazem parte dos Inquéritos Policiais Militares compilados pelo projeto Brasil Nunca Mais e lista apresentada pelo Relatório sobre as Acusações de Tortura no Brasil, elaborado pela Anistia Internacional em 1974. Além disso, foram identificados documentos do Serviço Nacional de Informações (SNI), disponibilizados pelo Arquivo Nacional e consultado o acervo do ex-DOPS/MG, disponível no Arquivo Público Mineiro. Procedeu-se também à coleta de testemunhos de familiares, companheiros e advogados dos militantes, bem como a busca de novos documentos com familiares. Para análise de alguns casos de presos políticos que morreram quando estavam sob custódia no Hospital Militar, era necessário obter seus prontuários médicos. A Polícia Militar de Minas Gerais foi contatada e oficiada para disponibilizar tais prontuários e respondeu que não localizou qualquer informação sobre as pessoas listadas pela Covemg. Também foram infrutíferas as tentativas junto à Polícia Civil de Minas Gerais, de obter inquéritos e outros documentos de presos políticos.

Os casos identificados levaram à definição dos seguintes tipos de mortes/desaparecimentos:

1. Pessoas que, por terem participado, ou por terem sido acusadas de participação, em atividades políticas, tenham falecido por causas não naturais em dependências policiais ou assemelhadas;

2. Pessoas que tenham falecido em virtude de repressão policial sofrida em manifestações públicas ou em conflitos armados com agentes do poder público;

3. Pessoas que tenham falecido em decorrência de sequelas físicas e/ou psicológicas resultantes de perseguição, prisão e tortura;

4. Pessoas que tenham falecido em decorrência de suicídio praticado na iminência de serem presas ou em decorrência de sequelas psicológicas resultantes de atos de tortura praticados por agentes do poder público;

5. Execução sumária, arbitrária ou extrajudicial de pessoas acusadas de participação em atividades políticas por agentes públicos e outros a seu serviço;

6. Pessoas que morreram em decorrência de atentados produzidos ou instigados pelo poder público;

7. Desaparecimentos forçados.

A seguir, apresentam-se relatos sobre casos de mortes e desaparecimento forçado, ocorridos em Minas Gerais, nas circunstâncias já relacionadas. Após investigação apurada, estas mortes e desaparecimentos são considerados pela Covemg como de responsabilidade do Estado

Desta lista, não constam os mortos e desaparecidos pesquisados nos Capítulos: Trabalhadores Rurais, Trabalhadores Urbanos e Indígenas. Também não estão incluídas as ocorrências de mortes ou desaparecimentos fora do período abrangido pela legislação que criou a Covemg (1946-1988); nem aquelas mortes ou desaparecimentos sem nexo causal de responsabilidade do Estado, como por exemplo, acidentes e doenças.

ALDO DE SÁ BRITO SOUZA NETO



Filiação: Therezinha Barros Câmara de Souza e Aldo Leão de Souza
Data e local de nascimento: 20/01/1951, Rio de Janeiro (RJ)
Ocupação: estudante
Organização política: Aliança Libertadora Nacional (ALN)
Data e local da morte: 07/01/1971, Belo Horizonte (MG)

Aldo tinha dois irmãos, Hernani e Miguel. Perdeu a mãe em 1962 e foi criado pela avó Mercedes de Paiva Barros Câmara. Concluiu estudo científico no Colégio Mallet Soares no Rio de Janeiro. Iniciou sua militância política aos 17 anos na Aliança Libertadora Nacional (ALN) e chegou ao comando da organização no Rio de Janeiro.

Aldo participou de duas ações armadas no Rio de Janeiro, nas agências Leblon do Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais e na agência de Ramos do Banco Nacional de Minas Gerais.

Em data desconhecida, Aldo viajou a Belo Horizonte para ajudar no assalto da Agência da Rua dos Tupinambás do Banco Nacional de Minas Gerais, junto com os companheiros da ALN, Milton Campos de Souza, Marcos Nonato da Fonseca (vulgo Miranda), Newton Morais e Manoel José de Almeida, de codinome "Dos Quinhentos".

No dia 06/01/1971, em um fusca roubado por Milton e Marcos, Aldo e Manoel juntaram-se aos dois no alto da Avenida Afonso Pena e dirigiram-se ao Banco. Durante a ação, um funcionário conseguiu fugir por um alçapão localizado no banheiro e avisar a polícia.

Milton foi preso na porta do Banco e os outros fugiram no fusca que foi perseguido por viaturas militares. Na fuga, o grupo abandonou o veículo. Marcos e Manoel apossaram-se de outro veículo e fugiram. Aldo e Newton fugiram para o Bairro Floresta e entraram em um apartamento de quatro andares. Newton foi preso dentro do apartamento e Aldo no andar térreo, após pular do 3º andar e fraturar a bacia.

Aldo foi torturado e morto nessa mesma noite em que o prenderam e o levaram para interrogatório no DOPS, segundo soube Carlos Eugênio Sarmento Coelho da Paz, companheiro da ALN, de acordo com informações das testemunhas Manoel José de Abreu e Marcos Nonato da Fonseca.[13]

A foto de Aldo apareceu nos jornais do dia 09/01/1971 com o nome de Fernando Antônio Araújo Bacelar, conforme constava no documento falso que ele portava.

As autoridades assumiram a versão de que Aldo foi morto ao pular da janela do 3º andar do apartamento no Bairro Floresta. De acordo com a Nota Oficial do Centro de operações de defesa interna (Codi), do dia 13/01/1971[14], Aldo teria morrido quando foi encaminhado para o Hospital Militar após ter passado pelo DOPS. Seu corpo estava retido na Medicina Legal com identidade mantida em segredo pelas autoridades, com o objetivo de identificar outros envolvidos, uma vez que também estavam tentando localizar o embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, sequestrado por militantes da VPR no Rio de Janeiro.

O atestado de óbito[15], datado aos 25/01/1971, informou que a morte de Aldo teria ocorrido às 12 horas do dia 07/01/1971 por fraturas do crânio e hemorragia cerebral. O atestado de óbito da morte foi assinado pelo médico Djezzar Gonçalves Leite, que não participou da necropsia.

A necropsia[16] apontou a mesma data para a morte, mas informou que a morte ocorreu às 02h30min da manhã do dia 07/01/1971, concluindo ser fratura de crânio com hemorragia cerebral a causa da morte. A mesma necropsia registrou Aldo com o nome de Fernando, feita no Departamento de Medicina Legal, pelas peritas médicas Neyder Teixeira e Vera Lúcia Junqueira Monteiro de Barros e foi identificada como "Laudo nº 0353/71 – D.M.L. nº 5799 – Guia nº 186 do dia 07/01/1971".

A necropsia[17] informou que as lesões externas foram:

> [...] contusão com escoriação profunda nas regiões: lombo-sacra, infra-escapular direita, supra-escapular direita, ombros, joelhos, terço médio da perna direita, em sua face anterior, regiões maleolares, frontal esquerda. Contusão com equimo-

> ses arroxeada ao nível das regiões peri-orbitária-esquerda, cotovelo esquerdo, joelho direito. Fratura da bacia.

No exame interno, aberta a cavidade tóraco abdominal, constataram-se:

> contusão de ambos os pulmões. Com a abertura da calota craneana constatou-se hematoma sub-dural ao nível da região fronto-parieto-temporal esquerda e intensa hemorragia sub-aracnoides difusa, bem como fraturas múltiplas lineares ao nível das grandes asas do esfenoide.

Conforme perícia técnica realizada pelo Instituto Carlos Éboli[18], "o auto do corpo de delito apontou que a morte de Aldo ocorreu aproximadamente 12 horas antes da necropsia, realizada às 14:30horas, ou seja, sua morte teria sido no dia 07/01/1971, por volta de 02:30horas". A perícia ressaltou, ainda, que Aldo não foi levado para atendimento médico imediato e que, somente horas depois, foi levado ao Hospital Militar, onde teria morrido.

As autoridades indicaram que Aldo morreu devido às fraturas típicas de uma queda e a perícia revela que haveria lesões não compatíveis com queda. O laudo de necropsia afirma que o Aldo faleceu devido a uma lesão no crânio, com afundamento de aproximadamente 2 (dois) centímetros. Essa descrição é característica da utilização da "coroa de Cristo", instrumento de tortura que consiste na compressão e consequente esmagamento do crânio, por meio de uma tira de metal com parafusos, conforme visto nas fotos feitas no IML à época dos fatos.[19]

A avó Mercedes recebeu informações contraditórias sobre as circunstâncias em torno da morte de Aldo, confundindo a família. De acordo com ela[20]

> Fui avisada na repartição, por um telefonema anônimo, que meu neto havia sido preso em Belo Horizonte no dia 6 e pedia que eu providenciasse um advogado. A notícia também foi dada pelos jornais, mas com o retrato de outra pessoa. [...] Fomos à delegacia de polícia onde nos informaram que Aldo havia sido transferido para Juiz de Fora, mas que dentro de dois dias ele retornaria a Belo Horizonte, quando então, eu poderia vê-lo. Ao retornar ao aeroporto, deparei com a notícia no Jornal local de que Aldo havia falecido. Voltei novamente à delegacia e me disseram que havia morrido um jovem de 20 anos por atropelamento, gerando a partir disso uma generalizada confusão, mas que eu seria levada ao necrotério para certificar-me da veracidade dos fatos. Ao chegar no necrotério constatei que não era Aldo. Diante disto voltei ao Rio. Dois

> dias depois, conforme havia sido acertado com o delegado, voltei a Belo Horizonte com meu genro. Na delegacia, pediram a meu genro para que passasse para outra sala onde lhe mostraram vários retratos de rapazes presos, entre eles uma de meu neto que foi logo reconhecido pelo pai. Então lhe foi dito que Aldo havia falecido em consequência de uma queda, ao tentar fugir pulando de uma janela no Bairro de Santa Inês e em seguida pediram dados sobre o Aldo - filiação, idade, etc. Ao anoitecer voltamos ao Rio de avião. [...] Horas depois, a pessoa que não quis identificar-se, ligou novamente dando a notícia da morte de Aldo e dizendo que se a família quisesse o corpo que providenciasse a remoção para o Rio. O corpo foi removido para o Rio com ordem expressa das autoridades competentes de que não poderia haver velório. Apenas seria permitido a abertura do caixão no cemitério, o que foi feito para um rápido reconhecimento.

O traslado do corpo de Aldo de Belo Horizonte para o Rio de Janeiro foi acompanhado por um inspetor do DOPS e um coronel do Exército. Foi enterrado no Cemitério de Inhaúma (RJ) em 14/02/1971.

Em 14/03/1996, seus irmãos Miguel e Hernani requereram à Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos do Ministério da Justiça[21] e conseguiram o reconhecimento do Aldo como morto sob responsabilidade do Estado[22] e o esclarecimento sobre a possível *causa mortis* do Aldo.

Seu nome – Aldo Sá Brito – foi atribuído a uma rua no Bairro Lagoa, em Belo Horizonte, em homenagem à sua militância política e outra rua, na cidade do Rio de Janeiro, também leva seu nome.



AUGUSTO SOARES DA CUNHA

Filiação: Guiomar Soares da Cunha e Otávio Soares Ferreira da Cunha
Data e local de nascimento: 03/06/1931 Governador Valadares (MG)
Ocupação: não consta
Organização política: não se aplica
Data e local de morte: 1°/04/1964, Governador Valadares (MG)

Augusto Soares da Cunha foi morto no dia 1°/04/1964, em um atentado em Governador Valadares. Três fazendeiros, Wander Campos, Maurílio Avelino de Oliveira e Lindolfo Rodrigues Coelho, a mando do coronel Paulo Reis, fizeram uma emboscada quando Augusto, junto com seu pai Otávio e seu irmão Wilson Soares, estavam em um jeep. Augusto foi executado sumariamente. Seu pai morreu três dias depois em decorrência dos graves ferimentos à bala e seu irmão, ferido, sobreviveu.

Para maiores informações sobre as circunstâncias em torno da morte de Augusto, ver Capítulo sobre Trabalhadores Rurais deste Relatório.

BENEDITO GONÇALVES



Filiação: João Gonçalves e Maria Júlia
Data e local de nascimento: 20/08/1931, Carmo da Mata (MG)
Ocupação: operário metalúrgico
Organização política: não consta
Data e local da morte: 08/11/1979, Divinópolis (MG)

Benedito Gonçalves casou-se com Maria Conceição Gonçalves e era pai de cinco filhos, Chirlene, Elaine, Dejamilton, Kleber e Nelson. Trabalhou por 11 anos como metalúrgico na Companhia Siderúrgica Paim, na cidade de Divinópolis, em Minas Gerais.

Benedito era operário sindicalizado e aderiu ao movimento grevista dos metalúrgicos de Divinópolis, deflagrado em 1979. Durante uma manifestação dos grevistas em 13/08/1979, foi agredido e ferido pela Polícia Militar de Minas e levado por uma viatura para o hospital.

Segundo o Jornal Estado de Minas do dia 17/08/1979[23],

> O operário Benedito Gonçalves, 49 anos, ferido pela polícia, quando participava de um piquete na noite de terça-feira (13 de agosto), ainda hoje se encontra no CTI do Hospital São João de Deus, de Divinópolis. Benedito Gonçalves foi ferido às 19 horas por uma cacetada e levado ao hospital às 13h30min por alguns policiais. Às quatro horas o trabalhador foi operado pelo cirurgião Calazans, mas ainda ontem se encontrava no CTI daquele hospital.

De acordo com o Jornal Diário do Oeste do dia 18/08/1979[24],

> [...] Benedito foi vítima de bombas [...] quando tentou correr e devido a problemas na perna não conseguiu e caiu. Há versão de que depois de caído, a polícia causou-lhe mais ferimentos além da queda. No dia seguinte foi internado no "São João de Deus", sofrendo duas intervenções cirúrgicas. Antes fizeram nele apenas curativos, liberando-o em seguida, mas os familiares notaram que seu estado não era bom. Durante a noite, teve crises de delírio quando dizia "Bomba, bomba". Voltando ao hospital, foi submetido a operações, retirando o hematoma da cabeça, está com afundamento do cérebro e, segundo Dr. Nelson Pereira, estava inconsciente até ontem à tarde.

O estado de saúde foi se agravando nos dias seguintes e, no dia 20 do mesmo mês, não resistiu aos ferimentos e faleceu no Hospital São João de Deus, em Divinópolis. Sua morte aconteceu no mesmo dia em que completava 48 anos de idade.

De acordo com a certidão de óbito, assinada pelo Dr. José Maria Alves Aragão, a causa da morte foi "fratura da casa do crânio".[25]

Foi registrado no Jornal Estado de Minas de 22/08/1979[26] que, após sua morte,

> [...] atravessando toda a cidade de Divinópolis, cerca de mil trabalhadores metalúrgicos, a pé ou de bicicleta, levaram em cortejo, ontem pela manhã, o corpo do operário Benedito Gonçalves, morto na quarta-feira, devido a um traumatismo craniano, em consequência de um golpe de cassetete.

Após a morte de Benedito Gonçalves, a família viveu uma fase de insegurança emocional. Os filhos ficaram desorientados, em especial Dejamilton, que passou a ser intimidado frequentemente pela polícia para que não lhes imputassem a culpa pela morte de Benedito.[27]

Em 1980, a família ajuizou na 2ª Vara da Fazenda Pública uma ação ordinária de indenização contra o Estado. As testemunhas presentes na manifestação, Sebastião José Reis, Celso Aquino Ribeiro, Lourival Alves Pereira - que também foi agredido no ato e levado ao hospital junto com Benedito - e Elói de Assunção confirmaram a agressão por membros da Polícia Militar. O comandante da 3ª Companhia de Polícia, tenente Júlio Miranda, em entrevista coletiva, disse Benedito caiu e sofreu atropelamento por uma bicicleta.[28] A ação foi derrotada e a Justiça não reconheceu da responsabilidade do Estado na morte de Benedito.

Embasada na Lei nº 9140, de 04/12/1995, Maria da Conceição, sua esposa, requereu – em 1996 – à Comissão Especial dos Desaparecidos Políticos que reconhecesse Benedito Gonçalves como vítima da ditadura militar. O pedido foi indeferido por quatro votos a dois.

Após a edição da Lei 10.875/2004, de 24/03/2004, sancionada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Maria da Conceição requereu a reabertura do processo. No dia de 11 de outubro do mesmo ano, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) concluiu que Benedito morreu vítima da violência das forças policiais exercidas durante o período da ditadura militar.

Maria da Conceição também entrou com requerimento previsto na Lei 13.187/1999 perante a Comissão Estadual de Indenização às Vítimas de Tortura de Minas Gerais, que foi deferido. Em sua homenagem foram renomeadas duas ruas em Minas Gerais, uma em Belo Horizonte, no Bairro Serra Verde e outra no Distrito Industrial de Divinópolis.

CARLOS ANTUNES DA SILVA



Filiação: Odete Izaurina Reis e Benone Antunes da Silva
Data e local de nascimento: 12/09/1939, Piranga (MG)
Ocupação: escriturário
Organização política: Grupo dos Onze/Frente Nacionalista Marianense
Data e local da morte: 16/01/1970, Belo Horizonte (MG)

Décimo primeiro filho do casal Benone e Odete, Carlos mudou-se com a família para a cidade de Mariana (MG), onde estudou nos colégios Dom Benevides e Estadual Dom Silvério. Exerceu atividades de escriturário em algumas firmas até 1969, sendo a última a Companhia Estrada de Rodagem Barbosa Mello.

Organizou o Grupo dos Onze[29] em Mariana, junto com Helber José Gomes Goulart, Geraldo Goulart do Nascimento, Manoel Vítor da Silva, Carlos Pereira, João Batista Walter, Geraldo Basilio de Lima, Gerson Firmino da Costa, Álvaro Modesto da Silva, Derly Pedro da Silva e José Bernardino de Souza, sendo este último eleito presidente da Organização.

Conforme inquérito policial militar instaurado por determinação do secretário de Segurança pública de Minas Gerais[30], logo após o golpe militar de 31 de março de 1964, todos os membros do Grupo dos Onze foram presos em Mariana e, posteriormente, levados ao DOPS de Belo Horizonte para interrogatório.

De acordo com a testemunha Geraldo Basílio de Lima,[31] um dos membros do Grupo dos Onze,

> [...] Presos, fomos retirados de casa, levados por agentes do DOPS, interrogados separadamente, todos recebemos ameaças de ser levados para a Ilha das Cobras. Permanecemos presos por quase 48 horas, sem receber uma gota d'água e qualquer alimento e sem direito de comunicação com parentes ou advogados. Os agentes do DOPS revezavam-se no interrogatório, desejavam saber onde estavam as armas que, segundo eles, teriam sido entregues em Mariana, a mando de Leonel Brizola, chefe supremo do Grupo dos Onze.

Carlos Antunes e os demais membros do Grupo dos Onze foram indiciados em Inquérito Policial Militar no dia 02/06/1964.[32] Em 04/04/1966, o Promotor da Auditoria da 4ª Região Militar de Juiz de Fora ofereceu denúncia contra todo o grupo, como incursos no Art. 24 da Lei 1802 de 05/01/1953.[33]

Em declarações feitas à Comissão Estadual de Indenização às Vítimas de Tortura de Minas Gerais[34], os sobreviventes do Grupo dos Onze – Derly Pedro da Silva e Manoel Vitor da Silva Filho – atestaram que, em diversas ocasiões, os membros do Grupo foram intimados a comparecer em Juiz de Fora, sendo todas as despesas das viagens custeadas por eles mesmos.

Em 08/08/1967, os membros do Grupo dos Onze foram julgados e "absolvidos por falta de provas suficientes de que tivessem subordinação hierárquica e finalidade combativa."[35]

Carlos Antunes da Silva foi internado no Hospital Júlia Kubitschek no dia 11/08/1967, com graves problemas pulmonares e outros problemas de saúde, permanecendo internado por 209 dias.

Conforme parecer técnico realizado pelo Instituto Carlos Éboli[36], Carlos "esteve internado na Casa de Saúde Santa Clara"... "Uma clínica psiquiátrica", em 14/03/1969.

Reingressou no Hospital Júlia Kubitschek dia 14/01/1970, vindo a falecer no dia 16, aos 30 anos de idade, de coma hepático, hepatite crônica e tuberculose pulmonar, como consta em seu atestado de óbito.[37]

Derly Pedro Silva, afirmou, em depoimento, que

> Carlos também esteve preso em Belo Horizonte. Dentre os companheiros do Grupo dos Onze, Carlos foi um dos que após a prisão foi internado em Belo Horizonte, vindo a ali falecer [...].
>
> Carlos veio a falecer no Hospital Julia Kubitschek, no ano de 1970. Após a prisão, Carlos Antunes foi um dos que ficou muito abatido física e psicologicamente, e tendo em vista na prisão termos sido espancados com toalha molhada, acabou ele sofrendo dos pulmões, razão de sua morte.

Manoel Vitor da Silva, do Grupo dos Onze, em sua declaração prestada à Comissão Especial de Indenização às Vítimas de Tortura de Minas Gerais, relatou que "[...] Carlos Antunes da Silva foi levado para Belo Horizonte e lá foi torturado, ficando inutilizado para trabalhar, vindo a falecer vítima de doença pulmonar".[38]

A vizinha e amiga da família de Carlos Antunes, Neiva da Silva, narrou o estado de saúde de Carlos Antunes em depoimento escrito para a Comissão Estadual de Indenização às Vítimas de Tortura – CEIVIT:[39]

> Acompanhei de perto o sofrimento deste jovem quando se envolveu num grupo aparentemente inocente quando foi denunciado e perseguido tendo a prisão de todos eles decretada pois, no regime daquela época não havia liberdade. Daí começou o calvário para essas pessoas, sendo que os mais experientes fugiram para evitar uma prisão mais rigorosa e o Carlos foi levado para Belo Horizonte [...]. Lá na prisão sofreu, apanhou, passou fome e quando saiu, seu destino mudou completamente, era outro; doente, começou a beber, passou por diversas casas de saúde, era constantemente hospitalizado o que culminou com sua morte ainda jovem em consequência das barbaridades sofridas por ter sido considerado membro de um grupo de terroristas.

Em 1º/10/2003, o CEIVIT acolheu, por unanimidade, o pedido feito pelos familiares e reconheceu Carlos Antunes como vítima de tortura por agentes do Estado.

A Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado Brasileiro na morte de Carlos Antunes da Silva em 02/02/2006.

Em 29/09/2009, a pedido de seus sucessores, foi reconhecido como anistiado político *post-mortem* pela Comissão de Anistia, em sua 81ª sessão.

Ainda de acordo com parecer técnico do Instituo Carlos Éboli,[40]

> a prisão e torturas deixaram sequelas, tendo o Sr. Carlos Antunes da Silva, depois de sair da prisão, doente, começando o uso intenso de bebida alcoólica, passando por sucessivas internações em casas de saúde sendo constantemente hospitalizado e vindo a falecer em consequências das barbaridades sofridas no hospital Júlia Kubitschek em 1970 [...] A causa de sua morte indicada na certidão de óbito foi "coma hepático; hepatite e tuberculose pulmonar". A tortura por meio de agressão física pode ter desencadeado tais patologias. O não tratamento adequado pode ter, ainda, contribuído para a evolução do quadro clínico.



CARLOS SCHIRMER

Filiação: Maria Benedita da Costa Schirmer e Leopoldo Carlos Schirmer.
Data e local de nascimento: 30/3/1896, Além Paraíba (MG).
Ocupação: eletricista.
Organização política: Partido Comunista Brasileiro (PCB).
Data e local de morte: 1/5/1964, Divinópolis (MG).

Carlos Schirmer, filho do austríaco Leopoldo Carlos Schirmer e da portuguesa Maria Benedita da Costa Schirmer, exerceu a profissão de eletrotécnico.

Viveu parte de sua infância e juventude no interior de São Paulo, onde seu pai possuía uma fazenda de café. Com a crise de produção deste produto, a família mudou-se para o Rio de Janeiro, onde Carlos trabalhou como eletricista e ascensorista. Especializou-se em montagem de usinas hidrelétricas, atuando na Usina de Cajuru, em Itapecerica e na Usina do Camarão, em Teófilo Otoni.

Por volta de 1920, Carlos Schirmer filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro. Mudou-se para Divinópolis e passou a contribuir com o Jornal do Povo e o Partido Comunista da cidade. Em 1928 casou-se com Maria de Lourdes Passos e teve seu primeiro filho, Luiz Carlos – nome registrado em homenagem ao líder político Luiz Carlos Prestes. Após a morte de sua esposa, Carlos casou-se com Mariana de Carvalho em 1953, com quem teve uma filha, Silvia Schirmer.

Em 29/04/1964 foi publicada Portaria do chefe do departamento de vigilância social determinando que o coronel Melquíades Líbano Horta apurasse a responsabilidade de "elementos subversivos e comunistas" em Divinópolis. Inquéritos deveriam ser abertos para a elucidação dos fatos, identificando e intimando indivíduos suspeitos a comparecerem na delegacia para depoimentos. No decorrer das investigações, Carlos Schirmer teria sido apontado pelos depoimentos de outras pessoas como um "adepto fervoroso do comunismo" há muitos anos, o que resultou na sua intimação para prestar declarações na delegacia.

Às 7h da manhã do dia 1º/05/1964, o investigador Carlos Expedito de Freitas, encarregado da diligência, chegou à residência de Carlos Schirmer, que se recusou a cumprir a intimação. Segundo o depoimento do investigador, Schirmer assumiu ser "comunista e não iria à polícia de jeito nenhum, pois ninguém podia proibi-lo de ter esse ideal". Depois de informar a situação ao coronel Melquíades, o investigador foi orientado a retornar à casa de Schirmer acompanhado por dois policiais e um tenente.

Chegando lá, não localizaram Schirmer imediatamente, pois ele encontrava-se escondido na oficina de trabalho que ficava em um lugar separado da residência. Quando foi encontrado, houve uma troca de tiros e o investigador Carlos Expedito foi baleado na orelha. Outro policial presente, sargento José Batista de Sousa, também saiu ferido. Em meio à agitação, Carlos desapareceu e o coronel Melquíades encaminhou reforços, cerca de 50 policiais pertencentes ao 5º Batalhão de Polícia de Governador Valadares, para capturá-lo.

Durante a nova busca, a casa foi revirada com o intuito de achar material considerado subversivo. No auto de apreensão constam relação de armamentos e publicações consideradas subversivas.

Segundo depoimentos de vizinhos que se encontravam na casa de Carlos Schirmer no momento da busca e apreensão, após escutarem o barulho do tiro, viram Carlos ferido, e ser jogado como um animal atrás de uma caminhonete.

Antes de o levarem, os agentes do Estado disseram que Carlos havia tentado suicídio.[41]

Carlos Schirmer foi encaminhado para o Hospital Nossa Senhora Aparecida, onde foi atendido pelos médicos Waldemar Henrique Rausch e Hélio Coelho de Souza. Por causa da gravidade do caso e da falta de recursos para atendê-lo, foi levado para o Hospital Felício Rocho, em Belo Horizonte. Faleceu no dia 1º de maio, aos 68 anos, devido a "ferida perfuro contusa na região mentoniana por projétil de arma de fogo, acarretando hematoma retro-lingual e asfixia".[42]

Carlos Schirmer foi uma das primeiras vítimas da ditadura militar no Brasil. Foi sepultado no Cemitério do Carmo do Cajurú.

Em uma declaração feita por Silvia Schirmer ao periódico A Semana, de Divinópolis, publicado em março de 1998, ela revela algumas medidas que possivelmente contribuíram para a morte de seu pai, tais como omissão de socorro, negligência médica, incompetência e falta de recursos.

Com base nessas e outras dúvidas, em 1997 a família de Carlos Schirmer mobilizou-se junto à Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos Políticos do ministério da Justiça para reunir documentação que comprovasse que ele foi vítima da ditadura militar.

Em 1997, a CEMDP solicitou ao perito criminal Celso Nenevê a análise do processo de Carlos Schirmer. Contudo, com base no laudo de exame de corpo de delito/exame necroscópico, não foi possível para o legista fornecer um Parecer criminalístico sobre o evento ou nem mesmo o diagnóstico diferencial entre suicídio, homicídio e acidente, já que este documento não descreveu os indícios necessários para a formulação de uma conclusão.

Em 1998, a CEMDP julgou procedente a tese do suicídio de Carlos Schirmer, fato que Carlos Schirmer Cardoso contestou por meio de recurso. Relacionado a este posicionamento, o caso foi indeferido por cinco votos a dois, sendo favoráveis apenas os posicionamentos de Nilmário Miranda e Suzana Keniger Lisboa.

Em 2004, Silvia Schirmer pediu a reabertura do caso na CEMDP que, desta vez, reconheceu que Carlos Schirmer foi vítima da ditadura militar, ao enquadrá-lo nas alíneas "c" e "d" do inciso I do art. 4° da Lei 9.140/1995, já com a nova redação da Lei 10.875/2004.[43]

FLÁVIO FERREIRA DA SILVA



Filiação: Maria Fernandes da Silva e
Romão Ferreira da Silva
Data e local de nascimento: 07/12/1934,
em Pirapora (MG)
Ocupação: jornalista e prefeito de Barreiro Grande
(Três Marias) (MG)
Organização política: Partido Social Progressista (PSP)
Data e local da morte: 14/04/1975 em Belo Horizonte (MG)

Flávio passou a infância em Pirapora, quando mudou-se para Corinto, onde viveu até meados dos anos 1950. Casou-se com Doracy A. Ferreira com quem teve três filhos: Glaucy, Flávia e Fárley.

Exerceu a função de jornalista policial em Belo Horizonte, em diversos jornais. Recebeu em 1962, o Prêmio Esso de Jornalismo, pela reportagem sobre o manicômio de Barbacena.

Participou da comissão organizadora do 1º Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Rurais que aconteceu em Belo Horizonte no final de 1961. Liderou e comandou vários movimentos de trabalhadores rurais, no período anterior ao golpe militar, conforme investigação do DOPS.

Colegas jornalistas descrevem-no como um excelente repórter policial, que não aparentava militância política, brincalhão, indomável e trabalhador.

Parou a trajetória jornalística em 1962, para tentar carreira política. Candidatou-se a prefeito de Corinto, sem conseguir se eleger.

Em 1963, conseguiu eleger-se como o primeiro prefeito do recém-emancipado município de Barreiro Grande – mais tarde denominado Três Marias (MG). Tomou posse em 01/09/1963 e teve seu mandato cassado em 02/04/1964, ficando apenas sete meses à frente da prefeitura.

Viajou a Brasília em março de 1964, como líder de 116 prefeitos empossados de novos municípios mineiros recém-emancipados, tentando obter recursos federais. Discursou no encontro com João Goulart, em solenidade realizada no dia 06/03/1964, transmitida pela "Voz do Brasil". Viu, com fotos ao lado de Goulart, aumentarem suas chances de se eleger deputado.[44]

Com o golpe de 1964, Flávio disse a amigos que sabia que seria preso devido aos recentes acontecimentos. Alguns vereadores e fazendeiros o denunciaram como comunista logo que os militares chegaram à cidade.

O comando militar, reunido na casa de do fazendeiro Neném da Peleca com os vereadores, planejou cassar o mandato de Flávio. Para dar uma configuração política ao fato, junto com os vereadores contrários ao prefeito, fez um acordo com o vereador Gerson Lino Santana, amigo de Flávio, que assinou o requerimento, redigido pelos militares, solicitando a cassação do mandato.[45]

Flávio recebeu ordem de prisão, deixando as chaves da prefeitura com um funcionário, sendo levado para a delegacia de polícia no acampamento da Cemig e levado para o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR). Ficou detido em uma sala, mas impedido de receber visitas. Flávio informou desconhecer as razões da sua prisão, creditando-a às denúncias infundadas de inimigos e adversários políticos da região. Foi transferido para a base aérea de Lagoa Santa. Inspeção conduzida pelo DOPS não encontrou armas na prefeitura nem irregularidade contábil.

A filha Glaucy relatou que, pelos poucos depoimentos que pôde colher, Flávio

> [...] apresentava uma péssima aparência, pálido, mancava e trajava apenas uma calça comprida, presa por suas mãos trêmulas, devido ao seu rápido emagrecimento. Seu rosto estava muito inchado, sentia fortes dores no ouvido e estava bastante assustado e amedrontado. O local de sua permanência era constantemente molhado, sujo, sem ventilação e escuro.[46]

Acrescenta que:

> [...] foram várias as formas de tortura aplicadas e é legítimo acrescentar, que algumas foram decisivas, deixando sequelas mentais pelo resto dos poucos anos de vida que lhe restaram. Como não poderia ser diferente, nunca mais ele foi o mesmo. Agressões a chutes, pescoções, pancadas na cabeça, surra com toalha molhada, perfurações de agulhas nas partes sensíveis, choques elétricos, goteiras sobre a cabeça foram os métodos aplicados.[47]

Uma testemunha, em depoimento à Comissão da Verdade em Minas Gerais, informou que, a pedido do Flávio, providenciou declarações de pessoas do município atestando que ele não era subversivo e que estava realizando um bom

trabalho. O deputado Antônio Gomes Pinto Coelho intercedeu junto ao coronel Nery, solicitando a visita de Aimoré Aranha, sogro de Flávio.

Flávio foi liberado no dia 8 de maio, após 34 dias preso, na condição de que morasse com o sogro e que se apresentasse a cada dois dias ao delegado.[48] Passou a exibir um comportamento mais reservado, jamais falando da sua prisão, com receio de ser denunciado e preso novamente. Mudou-se para Belo Horizonte e trabalhou em rádios e jornais. Fundou os Jornais Porta-voz dos Municípios e Polícia em Ação, conseguindo bons resultados financeiros.

Em 13/02/1970, o delegado do DOPS, Thacyr Omar Mendes sai, e o chefe do DOPS, David Hazan, declararam que Flávio não voltara a se envolver com atividades subversivas, desde a sua prisão em 1964.

Flávio foi absolvido em 02/04/1970, no processo 37.944 do Tribunal Superior Militar, quando a denúncia contra ele foi julgada improcedente.

Passados mais de dez anos, Flávio e sua mulher Doracy morreram em sua residência, na Rua Itapemirim, 190, apto 301, quando seus três filhos dormiam no quarto ao lado. Os tiros não despertaram as crianças e não foram ouvidos pelos vizinhos.[49]

A empregada da família, Iris Matuzinha Ferreira Martins, não estava no apartamento na noite do crime. Relatou ter encontrado o casal morto ao chegar para trabalhar. Estavam deitados na cama e Flávio com o revólver próximo à boca. Pediu ajuda a Durvalina R. Baltar. Essa pediu ajuda a outra vizinha, Linnette, cujo marido acionou a polícia que concluiu tratar-se, possivelmente, de assassinato seguido de suicídio.[50]

A matéria intitulada "Um homem confuso", publicada no Jornal Estado de Minas do dia 16/04/1975, relata que Flávio ligou para Salomão Borges, presidente do Sindicato dos Jornalistas, na semana anterior à sua morte, afirmando estar sendo perseguido e ameaçado de morte. Flávio disse a colegas que sua esposa estava planejando um flagrante de adultério para conseguir separação e guarda dos filhos. Após conversar com colegas, confessou não existir ameaças de morte.

Durvalina, vizinha da família, moradora no apartamento 202, em depoimento à Polícia, relatou que Flávio, no domingo anterior à sua morte, dia 13/04/1975, encontrava-se em perfeita tranquilidade, sem nenhuma indicação de que estivesse prestes a cometer qualquer crime.

A filha Glaucy relembrou, entretanto, ter presenciado, no último ano da vida deles, pequenas brigas entre os pais, nas quais o assunto "separação" era tratado.

Os laudos toxicológicos de Flávio e Doracy indicaram resultado negativo para pesquisa de rotina dos tóxicos pertencentes ao grupo dos orgânicos fixos (alcaloides e psicotrópicos).[51]

O auto de corpo de delito realizado em Flávio encontrou impregnações de pólvora na mão esquerda e a foto pela polícia, da forma que encontrou a cena do crime, mostrou a arma na mão direita.

A perícia, realizada em agosto de 2017, pelo Instituto Carlos Éboli[52], apontou essa contradição, constatando que a morte dele "é compatível com suicídio, mas as informações do Cabo da Polícia Militar (CB. PM) Rocha e a declaração da filha Glaucy, além da contradição entre as informações do auto de corpo do delito e o Instituto de Criminalística, questionam essa afirmativa", mas que, no entanto, "fatores que levam a grande abalo psíquico podem levar a diversos distúrbios mentais, tais como depressão, alcoolismo crônico, etc., o que pode levar ao suicídio. "

Flávio recebeu homenagem *post-mortem* do Sindicato dos Jornalistas de Belo Horizonte e da prefeitura de Três Marias, que deu seu nome a uma rua na cidade.

Com a promulgação da Lei Estadual n° 13.187/1999, de 20 de janeiro, os filhos de Flávio solicitaram à Comissão Estadual de Indenização ás Vítimas de Torturas de Minas Gerais – CEIVIT, em agosto de 1999, que reconhecessem Flávio como vítima de torturas por agentes do Estado.[53]

Glaucy Marisa Aranha, filha de Flávio, entrou com processo na Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Em decisão de 02/04/2008, decidiu-se pelo deferimento parcial do pedido, para ratificar a condição de anistiado político *post mortem*, sob o argumento de que "foi comprovada a perseguição de caráter exclusivamente político."[54]

Glaucy também entrou com processo na Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos. Em 2006, Maria Eliane M. de Faria, da CEMDP, opinou pelo indeferimento e arquivamento dos autos. Alegou ser necessário "que se comprove absolutamente a relação de causa e efeito entre a prisão, tortura e posterior desequilíbrio psíquico que teria levado Flávio Ferreira da Silva a cometer os

atos noticiados no pedido", ressalvando, entretanto, a possibilidade de rever o parecer, caso novas provas sejam carreadas aos autos. No mesmo ano, Glaucy elencou as muitas contradições que encontrou no processo, além de apresentar parecer[55] elaborado por um doutor em Psicologia para a Comissão de Direitos Humanos do Conselho Regional de Psicologia – 4ª região – MG/ES, explicando as consequências físicas, psicológicas e clínicas da tortura:

> Em síntese, podemos dizer, respeito aos danos e sequelas psicológicas sofridas pelas vítimas de tortura, e baseando-nos na experiência e bibliografia internacionais, que: [...] A experiência traumática produz sequelas trans-geracionais.
>
> O índice de psicoses é 5 vezes mais elevado que na população normal.
>
> A taxa de suicídios é de 16 a 23% mais elevado.
>
> [...] Além do traumatismo inicial, deve ser levado em conta os efeitos agravantes produzidos pela re-traumatizaçao posterior.
>
> Alguns sintomas sequelares aparecem logo depois de períodos aparentemente assintomáticos (20, 30 anos após...) [...]

A CEMDP, a partir do voto do conselheiro João Batista Fagundes, em incumbência da relatora Maria Eliane Menezes de Faria, representante do Ministério Público Federal, argumentou que restara "comprovada absolutamente a relação de causa e efeito entre a prisão, tortura e posterior desequilíbrio psíquico que levou Flávio ao suicídio" e o reconheceu Flávio vítima da ditadura militar, instalada pelo golpe militar de 1964.

GERALDO DE ASSIS



Filiação: Miguel Pereira Silva e
Maria Ribeiro de Souza
Data e Local de Nascimento: 07/07/1933, em Luz (MG)
Ocupação: contador
Organização política: Partido Comunista do Brasil – PCB
Data e Local de Morte: 30/11/1964, Belo Horizonte (MG)

Geraldo de Assis viveu a infância, a adolescência e parte da juventude em Dores do Indaiá (MG).

Mudou-se para Belo Horizonte em 1945 para estudar e trabalhar. Casou-se em 1961, com Doracy Fiúza Faria, com quem teve três filhos, os gêmeos Marcus, Márcio; e Ivan.

O primeiro emprego de Geraldo foi na Companhia de Seguros Minas Brasil, época em que morou na casa de parentes. Posteriormente, foi morar na pensão de Rubens Fiúza e sua esposa, Rita Soares de Faria, seus conterrâneos. Na pensão residiam diversos estudantes de Direito. Tornou-se amigo de Armando Ziller e Álvaro Adjuto Botelho, ambos do PCB. Nessa época, Geraldo participava de movimentos políticos e também distribuía panfletos de propaganda do PCB. Foi preso mais de uma vez por agentes do DOPS na década de 1950.[56]

Geraldo entrou para o Curso de Ciências Econômicas na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 1960, mas não o concluiu. Em 1961, trouxe seus pais de Dores do Indaiá para morar em Belo Horizonte, pois eram pobres e idosos, indo morar com eles no Bairro Calafate. Agentes do DOPS mineiro e do 12º Regimento de Infantaria procuravam-no com insistência.[57] Em função das perseguições, voltou a viver em Dores do Indaiá.

Em Dores do Indaiá, no ano de 1962, morou na Praça São Vicente, onde também trabalhava em um pedaço de terra da fazenda Santa Fé, de propriedade do sogro José Pinto Fiúza, por motivo de segurança, uma vez que era perseguido pelas autoridades municipais, em especial o delegado José de Azevedo.

Geraldo teve problemas de saúde, tendo de fazer tratamento psicológico/mental na Clínica Santa Maria, localizada em Belo Horizonte, em 19/04/1962.[58]

Fugindo das perseguições em Dores do Indaiá, voltou a morar e trabalhar em Belo Horizonte, na Biblioteca Luso-Brasileira Ltda e na Editora José Olímpio[59] em 1963.

O Jornal Estado de Minas publicou em 08/06/1964, edital de Inquérito militar convocando 28 pessoas implicadas em atividades subversivas para prestarem declarações no 12º Regimento da Infantaria, entre eles Geraldo. No dia 18 de junho Geraldo de Assis foi preso e submetido a interrogatório e torturado no quartel do 12º Regimento de Infantaria do Exército em Belo Horizonte.[60]

Entre outubro e novembro, Geraldo voltou a Dores do Indaiá, onde permaneceu escondido em uma mata da fazenda Santa Fé.[61]

Em 28/11/1964, Geraldo foi a Belo Horizonte levar um parente que necessitava de tratamento médico. Aproveitando a oportunidade, procurou seu amigo Renato Facisto, para comprar porcos de raça, que levaria para a fazenda de seu sogro, onde estava escondido.

Dois dias depois, Geraldo de Assis sofreu uma queda do 13° andar do Edifício Joaquim de Paula, localizado na Rua Carijós, n° 424, em Belo Horizonte. Segundo o Jornal Estado de Minas,[62] os investigadores de polícia informaram que ele deixou um bilhete para a viúva e seus filhos.

Nos autos do processo da Comissão Especial de Indenização às Vítimas de Torturas de Minas Gerais (CEIVIT) constam relatos emitidos por terceiros de que Geraldo de Assis teria sido jogado pela parte interna do prédio por agentes do Estado, como queima de arquivo e ter sido torturado até a morte.[63]

Conforme parecer técnico realizado pelo Instituto Carlos Éboli, em 2017, em relação ao bilhete deixado por Geraldo de Assis, "pela forma escrita da carta de despedida para a família e em função das informações colhidas pela Sra. Rita Soares de Faria, concluímos que o Sr. Geraldo de Assis foi muito torturado."[64]

O atestado de óbito de Geraldo de Assis, assinado pelo Dr. Carlos Epifanio de Queirós, deu como causa de morte o esmagamento do crânio – fratura de coluna dorsal.[65] Ainda de acordo com o parecer técnico realizado pela perícia do Instituto Carlos Éboli, de 2017,

> a partir do relato de que o mesmo se jogou do 13º andar do Edifício Joaquim de Paula no centro de Belo Horizonte, a *causa-mortis* seria suicídio e não "esmagamento do crânio – fratura de coluna dorçal", como consta da certidão de óbito [...] Apenas houve conhecimento, pela imprensa, de que o mesmo se jogou. O atestado de óbito não indica a morte como suicídio e não foi encontrada perícia feita no local.

Embasada na Lei 13.187/1999 de 20 de janeiro, a viúva Doracy Fiúza de Assis entrou com um requerimento na CEIVIT, em 2001. Em 28/04/ 2008, a CEIVIT reconheceu Geraldo de Assis como vítima de torturas praticadas por agentes do Estado.

As informações disponíveis apontam para a inexistência de provas suficientes para afirmar que Geraldo de Assis se suicidou ou que teria sido jogado pela parte

interna do prédio por agentes do DOPS. No entanto, na esteira do parecer do Instituto Éboli[66], parece razoável afirmar que Geraldo de Assis "foi por diversas vezes perseguido, preso e torturado até culminar na sua morte ocorrida em 30/11/1964", elementos que têm relação direta com o seu falecimento.



GUIDO LEÃO SANTOS

Filiação: José Glicênio dos Santos e Maria Joana dos Santos
Data e Local de Nascimento: 1956, local não identificado
Ocupação: operário metalúrgico
Organização política: não consta
Data e Local de Morte: 27/09/1979, Betim (MG).

A Comissão da Verdade em Minas Gerais não conseguiu entrar em contato com os familiares de Guido Leão Santos, não sendo possível ter informações mais precisas quanto a data e local de nascimento, nem sobre sua história de vida.

Nos anos de 1978 e 1979, trabalhadores brasileiros se organizaram para contestar a política econômica e social do governo João Batista Figueiredo (1979-1985). De acordo com os jornais da época, Belo Horizonte se tornou a capital nacional das greves: metalúrgicos, bancários, funcionários públicos e operários da construção civil foram os principais atores.

Segundo o Jornal A Nova Democracia[67], operários da fábrica da FIAT decidiram se mobilizar e realizar uma greve devido às precárias condições de trabalho, uma vez que a unidade de Betim havia iniciado suas operações com a sucata tecnológica trazida das unidades italianas.

No dia 27/09/1979, entre 00h38m e 5h35m, cerca de 4 mil operários estavam parados em frente à portaria 5 da FIAT, localizada na área de estacionamento. Pouco depois das 5 horas da manhã, oito soldados a cavalo começaram a empurrar as pessoas que ali se encontravam e fizeram um corredor com outros 20 policiais que estavam a pé. Quando a cavalaria avançou, os operários correram em direção à estrada. Durante a fuga, Guido caiu e foi atropelado por um ônibus da Transilva, placa JO-5201, dirigido pelo motorista identificado como José Augusto de Oliveira, na altura do Km 428, da BR-381[68]. Guido morreu quando

chegava ao Hospital Nossa Senhora do Carmo, em Betim, conduzido por uma ambulância da própria FIAT.

Seu nome é citado em um manifesto do Partido Comunista Brasileiro (PCB) intitulado "Viva a nossa pátria livre e independente", de 07/09/1980, como vítima da repressão policial. Esse documento foi recolhido pelo Serviço Nacional de Informações.[69]

A família de Guido Leão não entrou com processo na Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP). Seu nome está no livro "Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)" e na relação de mortos e desaparecidos da Comissão de Direitos Humanos, da OAB, de 1980. Na Comissão de Anistia, sua morte é considerada como responsabilidade do Estado. Uma rua no Bairro Serra Verde, em Belo Horizonte, leva seu nome como forma de homenagem.

JOÃO DE CARVALHO BARROS



Filiação: Antônio de Carvalho e Maria Barros de Carvalho
Data e Local de Nascimento: 24/07/1908, São Borja (RS)
Ocupação: veterinário da inspeção do Departamento Nacional da Produção Animal (DNPA), do Ministério da Agricultura
Organização política: Partido Trabalhista Brasileiro
Data e Local de Morte: 02/04/1964, Belo Horizonte (MG)

João de Carvalho Barros foi casado com Benedita Fontes, com quem teve sete filhos: (Jorge, Catarina, Maria José, Vera Lúcia, Luiz Antônio, Ana Maria e Rosemary) e residiram em Belo Horizonte no Bairro Aarão Reis. Era funcionário público federal do Ministério da Agricultura, tendo sido lotado no Departamento Nacional da Produção Animal (DNPA), antigo Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (DIPOA), onde atuava como veterinário. Quando de sua morte, João trabalhava no matadouro do Bairro São Paulo.

Dados do registro de filiação do Partido Trabalhista Brasileiro mostram que João de Carvalho Barros filiou-se ao Partido em 1949, aos 41 anos de idade.[70] Segundo Dimas Perrin, ex-deputado federal, João foi um importante líder trabalhista,

ocupando o lugar de presidente do diretório do PTB do Bairro Aarão Reis.[71] Era temperamental e quando policiais agrediam operários e estudantes, nas manifestações políticas, envolvia-se nos conflitos para liberar os que estavam presos.[72]

Além da militância política partidária, João de Carvalho Barros era presidente da Igreja Primitiva dos Apóstolos Pró-Salvação e Cura Divina e da Casa Transitória Leonor Barros. Como líder comunitário do bairro, distribuía alimentos, roupas, calçados e medicamentos para as pessoas necessitadas. Sua casa era muito frequentada por políticos e, nas horas vagas, usava os autofalantes da Igreja para fazer campanha política em defesa dos candidatos e correligionários de seu Partido, em especial, para Getúlio Vargas e João Goulart.

No dia 02/04/1964, por volta de 20h45min, no interior de sua residência na antiga Rua Dois, nº 02, hoje Rua Manhuara, n° 02, Bairro Aarão Reis, João de Carvalho Barros foi assassinado na presença de sua esposa e de seus sete filhos.

Nesta noite, como de costume, João de Carvalho Barros havia feito pregação em sua Igreja. Não se mostrava preocupado e nem fez nenhuma revelação a quem quer que fosse sobre qualquer problema. Acabava de se recolher quando entraram em sua residência, entre 20 e 30 homens fortemente armados, vestidos de terno e gravata.

Segundo a testemunha Laura dos Santos Soares[73], vizinha de João Carvalho, à época com 13 (treze) anos, por volta de 20h45min acordou assustada com a grande movimentação na rua e viu veículos de "chapa branca", de onde saíram diversos homens vestidos de terno, indo em direção à casa de João, localizada em frente a sua; ouviu barulhos de tiros e gritos. As luzes das casas dos demais vizinhos logo se apagaram e após algum tempo, mais ou menos 20 (vinte) minutos, os mesmos homens saíram dali em alta velocidade, indo em direção ao centro da cidade.

De acordo com o relato de seus familiares[74], no momento que os homens entraram em sua residência, foram logo atirando, atingindo mortalmente João de Carvalho Barros, em seguida atingindo também sua filha Catarina, que foi baleada na região torácica-dorsal, e sua esposa, Anita, com um tiro de raspão na perna. Além das vítimas baleadas, os outros filhos foram ameaçados pelos homens armados, os quais se tratavam de "tenente", "capitão", "major".[75] Quebraram móveis e pertences existentes na casa, chutando tudo que viam e levaram objetos pessoais de João de Carvalho Barros, inclusive fotos.

Logo em seguida, a Polícia Civil chegou ao local e providenciou a remoção do corpo para o Instituto Medicina Legal (IML), onde foi necropsiado. Sua filha, gravemente ferida, foi levada para o Pronto Socorro João XXIII e submetida a uma intervenção cirúrgica que lhe retirou parte do intestino e do ovário. As graves lesões sofridas por Catarina deixaram sequelas físicas e neurológicas irreversíveis, que a acompanharam por toda a vida.

A certidão de óbito de João de Carvalho Barros, assinada pelo Dr. Cristobaldo Motta de Almeida, confirma que ele morreu em consequência de feridas perfuro-contusas causadas por projétil de arma de fogo.[76]

A imprensa divulgou amplamente o ocorrido. O Diário da Tarde, no dia 04/04/1964[77], após obter depoimentos da polícia, informou que a "disputa de liderança seria a causa do crime", sendo o comunista José Nogueira Soares o principal suspeito, desaparecendo logo em seguida. Tal crime seria motivado por disputas políticas na Vila Aarão Reis. No dia 07/04/1964[78], o mesmo Jornal publicou uma Nota dizendo que José Nogueira Soares finalmente fora preso. Informaram as autoridades policiais que a prisão ocorreu em Belo Horizonte pela ação de um grupo de voluntários e que foi levado para a penitenciária agrícola de Ribeirão das Neves.

Pesquisas realizadas nos arquivos da Comissão Especial de Indenização às Vítimas de Tortura – órgão colegiado do Conselho Estadual de Direitos Humanos[79] – localizaram o depoimento de Anésia Santos Fontenelle, esposa de José Nogueira Soares que relata que, no dia 31 de março de 1964, cerca de 20 homens invadiram sua residência no Bairro Aarão Reis, espancaram José Nogueira Soares, revistaram armários, guarda-roupas e quebraram móveis e levaram-no preso. Dias depois Anésia descobriu que o marido se encontrava no DOPS. Ainda de acordo com Anésia[80], ocorrências dessa natureza aconteciam com frequência no bairro onde residiam, mencionando o assassinato de João de Carvalho Barros pelos mesmos homens.

A família de João de Carvalho de Barros acessou o banco de dados dos processos judiciais extraídos no Fórum Lafaiete em 1997, constatando que José Nogueira Soares nunca foi processado ou julgado por crime de homicídio que a imprensa impingiu nas reportagens à época dos fatos.

Hernani Maia, deputado estadual do PTB, em seu depoimento[81], esclareceu que os evangélicos se movimentaram em defesa da família de João de Carvalho Barros e entraram em contato com a primeira-dama do Estado, Berenice de Magalhães Pinto, exigindo a apuração dos fatos, uma vez que a família do

governador do Estado também era evangélica. O governador José de Magalhães Pinto respondeu que, de acordo com as informações dos órgãos policiais, o caso era complicado; que a situação era difícil e que os policiais não tinham cobertura para uma correta apuração. E nada mais foi feito.

A ficha de João de Carvalho Barros consta no volume III (três) do relatório "Mortos e Desaparecidos" da Comissão Nacional da Verdade, publicado em dezembro de 2014.

A família de João de Carvalho Barros entrou com processo na Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos em 1997. Em decisão de 05/05/1998, a mesma comissão não reconheceu a responsabilidade do Estado pela morte de João Carvalho de Barros. Em 2002, Catarina de Barros, filha de João de Carvalho Barros, solicitou reabertura do processo. Em 30/08/2008, o pedido foi novamente indeferido pela CEMDP, com a justificativa de falta de provas que identificassem os agentes do Estado como responsáveis pelo assassinato, além da motivação política, para a morte de João de Carvalho Barros.

A impossibilidade de acesso a documentos oficiais contribui para a dificuldade de estabelecer uma relação direta entre a morte de João de Carvalho Barros e agentes do Estado

Mas sabe-se da existência de vários grupos de extrema direita em Minas Gerais na década de 1960. Destaca-se o grupo conhecido como os "Novos Inconfidentes", do qual faziam parte militares da ativa e da reserva, policiais civis, estudantes e empresários, que se reunia no Edifício Acaiaca, no centro da capital e tinha como principal objetivo a caça aos comunistas. Outro grupo se formou logo após o golpe de 1964, que se reunia nas dependências do Colégio Pandiá Calógeras e era composto por policiais militares e seus filhos e alguns estudantes, com os mesmos objetivos do primeiro. Havia também o grupo autodenominado "Comando de Caça aos Comunistas" que atuava nacionalmente, tendo também representantes em Minas Gerais.

Apesar de não ser possível dizer quem são os responsáveis pela morte de João de Carvalho Barros, é razoável afirmar que ele pode ter sido assassinado por um grupo da extrema direita do qual participavam policiais e civis que "caçavam pessoas" consideradas comunistas e que puderam fazer isto, pois tinham a conivência e a omissão do Estado. Uma hipótese também plausível é que João de Carvalho Barros tenha sido executado por agentes do DOPS, autores comprovados de perseguições, prisões, assassinatos e desaparecimentos de opositores ao regime militar.

JOÃO LUCAS ALVES



Filiação: Odília Pimenta Alves e
José Lucas Alves
Data e local de nascimento: 03/11/1935, Canhotinho (PE)
Ocupação: militar
Organização política: Comando de Libertação Nacional (Colina)
Data e local da morte: 06/03/1969, Belo Horizonte (MG)

Na infância, João Lucas Alves mudou-se para Recife (PE). Cursou o primário no Grupo Escolar Maciel Pinheiro e fez o colegial no Ginásio Visconde de Mauá, ambos em Recife (PE). Após trabalhar na Philips do Brasil, foi para a Escola de Especialistas da Aeronáutica, em Guaratinguetá (SP), de onde saiu como 3° sargento. Serviu na capital de Pernambuco, em Natal e no Rio de Janeiro. Também participou de um curso de especialização em voo nos Estados Unidos.

Segundo o Relatório da Comissão Nacional da Verdade, João Lucas Alves ocupou lugar de destaque na "Rebelião dos Sargentos", em 1963.[82]

No mesmo mês, João Lucas foi preso na base aérea de Santa Cruz e solto poucos dias depois. Em seguida foi expulso das Forças Armadas Brasileiras devido a aplicação do Ato Institucional nº I.

Aderiu ao grupo Comando de Libertação Nacional (Colina) em fins da década de 1960, atuando como seu dirigente. João Lucas é associado pelos órgãos públicos do período a vários assaltos, especialmente ao Banco Ultramarino e ao Banco Comércio e Indústria de Minas, ambos localizados no Rio de Janeiro.

João Lucas e o ex-sargento da Força Expedicionária Brasileira (FEB) José Mendes de Sá Roriz foram presos em flagrante no dia 08/11/1968, na cidade do Rio de Janeiro, por agentes do Serviço de Ordem Política e Social (SOPS). Teriam sido encontrados com eles explosivos, munições, armamentos, uniformes da força armada, medicamentos e documentos sobre revolução comunista e guerrilha.

A mãe João Lucas, Odília Pimenta Alves, afirmou em depoimento prestado na superintendência de polícia judiciária e correições, em Belo Horizonte, que ele foi preso em novembro de 1968[83] por agentes do SOPS da Guanabara (RJ) sendo encaminhado ao Exército na cidade do Rio e voltando em 28/11/1969 para o SOPS. Durante este período ela o visitou três vezes por semana, encontrando-o sempre

em perfeito estado de saúde mental e física. Em uma das visitas, João Lucas disse à irmã, Yara Lucas Alves, que tinha medo de morrer nas mãos dos militares. No dia 28/02/1969, seu filho foi encaminhado para o DOPS de Minas Gerais por solicitação das autoridades do Departamento de Vigilância Social (DVS).

O delegado Luiz Soares da Rocha era quem fazia o interrogatório dos presos, e foi por sua determinação que Antônio Nogueira Lara Rezende, titular da Delegacia de Furtos e Roubos, afirmou ter levado João Lucas do DVS à delegacia onde ele trabalhava para ficar à disposição de Luiz.

O policial José Lisboa, em seu depoimento[84], afirmou que a cela da delegacia em que João Lucas se encontrava estava fora dos padrões, pois ficava separada das demais e nos fundos do prédio.

João Lucas Alves morreu sob tortura aos 34 anos, em 06/03/1969, nas dependências da Delegacia de Furtos e Roubos, em Belo Horizonte. A versão oficial, no entanto, alegou que João Lucas foi encontrado morto em sua cela, enforcado por sua própria calça, sustentando a versão de suicídio.

Antônio Nogueira Lara Rezende afirmou no seu termo de declarações realizado em 24/08/1970, que foi chamado em sua residência para ir à delegacia e, lá chegando, o policial de plantão, José Lisboa, o informou que havia um preso morto em sua cela com uma perna de calça amarrada ao pescoço. Haydn Prates Saraiva é quem foi encarregado pelo detetive José Lisboa de comunicar a Antônio Nogueira sobre o ocorrido.

O laudo de necropsia[85] realizada no departamento de medicina legal no dia da morte de João Lucas foi assinado pelos médicos Djezzar Gonçalves Leite e João Bosco Nacif da Silva. O documento contribui para os diversos depoimentos que alegam que João Lucas foi torturado ao mencionar várias lesões, como unha arrancada, hematomas na região dos olhos, nos pés e nas nádegas:

> LESÕES CORPORAIS: [...] duas escoriações lineares alargadas medindo a maior cerca de 5 cm e situadas na face interna, terço inferior do antebraço esquerdo. Escoriações vermelhas situadas nos 4 últimos pododátilos esquerdo. Ausência da unha do primeiro pododátilo esquerdo. Edema do pé direito. Contusão com equimose arroxeada sobre a unha do primeiro pododátilo direito. Equimose arroxeada na região glútea direita, face posterior da região escapular direita e flanco direito. (...) EXAME INTERNO: aberta a cavidade tóraco abdominal, pulmões apresentam manchas de Tardieu e sangue

> de tipo asfixico. Rebatido o couro cabeludo notamos pequena sufusão sanguínea na região temporal esquerda e músculos temporal. Retirada a calota craniana verificou-se intensa congestão dos vasos meníngeos. (...) CAUSA DA MORTE: asfixia mecânica.

O subcorregedor de polícia Nilton Nogueira Campos foi quem requisitou a realização de perícia na cela – ou sala de triagem, como é mencionado em alguns depoimentos da época. Os peritos relataram no laudo que encontraram no piso do local um bloco de folhas pautadas, três folhas, vários fragmentos de papel, NCr$ 800 em notas e moedas e duas canetas esferográficas e uma camisa com sangue. Posteriormente, no departamento de medicina legal, os peritos fizeram fotografias e recolheram uma calça e um calção, que acompanharam o cadáver.

Segundo o Departamento de Medicina Legal, o corpo foi sepultado no cemitério da Saudade no dia 08/03/1969, ou seja, dois dias após a sua morte. A mãe de João Lucas só ficou sabendo da morte do filho quase uma semana depois. Segundo Antônio Modesto da Silveira, advogado de João Lucas, a família solicitou a exumação do corpo passados aproximadamente 5 anos, sendo os ossos transladados para o cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro.

Em março de 1996, a CEMDP acolheu, por unanimidade, o caso de João Lucas Alves.[86] Apesar de ele ter sido considerado uma das vítimas da ditadura militar, dúvidas em relação às circunstâncias de sua morte motivaram iniciativas a fim de desvendar essa lacuna no caso.

Em 2013, o Ministério Público Federal, por meio da procuradoria regional dos Direitos Humanos, solicitou ao setor técnico da superintendência regional do Departamento de Polícia Federal no Estado de Minas Gerais um laudo de perícia criminal, para obter informações em relação à causa da morte. Em resposta, os peritos Rodrigo Octavio de Paiva e Gustavo Guimarães Parma afirmaram, com base no laudo de necropsia, que a causa da morte descrita neste documento, asfixia mecânica, seria compatível com as condições em que o corpo foi encontrado e que os peritos não tiveram como apontar uma causa diferente da mencionada. Uma informação técnica foi realizada um ano depois pelo mesmo setor, reforçando a versão do suicídio.

Durante audiência pública realizada pela Comissão Nacional da Verdade em 2014, o médico legista João Basco Nacif da Silva, signatário do laudo necroscópico de João Lucas Alves, confirmou que as lesões no corpo, e descritas no laudo, foram decorrentes de tortura.[87]

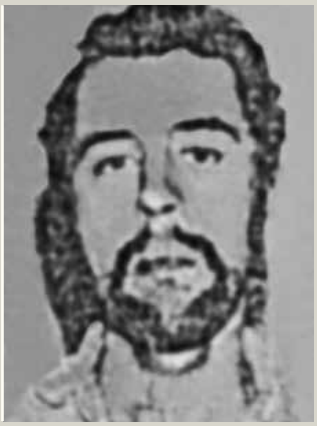
O relatório da CNV também mencionou que Afonso Celso Lana Leite, Maurício Vieira de Paiva e Antônio Pereira Mattos, presos políticos, declararam que João Lucas sofreu torturas, inclusive sendo o fato contado por policiais, na época.

A Comissão Nacional da Verdade realizou ainda um laudo pericial indireto da morte de João Lucas Alves.[88] Os médicos legistas Saul de Castro Martins, Mauro José Oliveira Yared e Pedro Luiz Lemos Cunha concluíram que a causa da morte foi homicídio por estrangulamento. Entre os pontos levantados neste documento destaca-se que a "horizontalidade do sulco em relação à posição ortostática do corpo" indica, sem dúvida alguma, estrangulamento "por meio de um instrumento constritor, possivelmente a calça que (...) envolvia o pescoço da vítima". Complementando esta afirmação, apontaram o fato que não havia no local qualquer sistema planejado por João Lucas que viabilizasse o suicídio.

A Comissão Nacional da Verdade concluiu que a morte de João Lucas Alves, militante da resistência contra o regime militar, ocorreu:

> [...] mediante tortura, na cela especial da delegacia de furtos e roubos por conduta direta do delegado Luiz Soares da Rocha, com o concurso omissivo do delegado Antônio Nogueira Lara Rezende, do major Gilberto Pessoa, chefe do SNI, em Minas Gerais e do comandante do ID/4, general Gentil Marcondes Filho.

A CNV acrescenta que "o delegado Luiz Soares de Souza Rocha não obtivera do preso João Lucas Alves, mesmo sob tortura, qualquer informação", e qualifica de mentirosa a declaração de Luiz Soares de que não tinha interesse na morte de João Lucas, porque se chegaria mais depressa ao aniquilamento do grupo, já que Ângelo Pezzuti da Silva, Ervin Rezende e Pedro Paulo Bretas, também do Colina, estavam presos e, com este fato, o grupo político se desmantelava em Belo Horizonte.



LUCIMAR BRANDÃO GUIMARÃES

Filiação: Maria Dinah Brandão Guimarães e Leovegildo Guimarães
Data e Local de Nascimento: 08/02/ 1949, Lambari (MG)
Ocupação: estudante
Organização política: Partido Comunista Brasileiro e Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR – Palmares)
Data e Local da morte: 31/07/1970, Belo Horizonte (MG)

Lucimar mudou-se com a família para a cidade do Rio de Janeiro, ainda bem jovem. Militou no movimento estudantil secundarista enquanto estudava no Colégio Pedro II, tendo pertencido, também, à Juventude Estudantil Católica (JEC). Fez parte do Partido Comunista Brasileiro, do Núcleo Marxista Leninista e, posteriormente, ingressou na Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares).

Usava os codinomes Calixto e Antunes (ou Calixto Antunes). Em 1969, mudou-se para Belo Horizonte, foragido da polícia da Guanabara.

Foi preso no dia 26/01/1970 em seu apartamento, localizado na Avenida Augusto de Lima, no centro de Belo Horizonte. Levaram-no para o presídio Magalhães Pinto, em Ribeirão das Neves. Foi indiciado em Inquérito Policial Militar com o objetivo de investigar a VAR-Palmares.

No relatório anexado ao IPM nº 32/1970[89], consta o depoimento do capitão Alaor Ribeiro, que relatou a ocorrência de um acidente no dia 1° de fevereiro, envolvendo a viatura que transportava Lucimar para outra localidade, sob a responsabilidade do capitão Eneas Antônio de Azevedo. Na viatura estariam ainda o sargento da Polícia Militar Waldemar Moreira dos Santos e dois soldados, Valdete Ferreira de Souza e Rubens Antônio Ferreira, este último, condutor do veículo. O capitão afirma, ainda, que Lucimar teria sido visto dentro da viatura horas depois, apesar de os militares terem se ferido e sido conduzidos imediatamente ao hospital. Lucimar foi tardiamente levado ao Hospital Militar com fraturas na coluna vertebral e ficou imobilizado até seu falecimento em 31/07/1970.

Conforme perícia realizada pelo Instituto Carlos Éboli[90], não foi realizado boletim de ocorrência sobre o acidente, constando "apenas as informações do relatório do capitão Alaor Ribeiro [...], não forneceram cópia de prontuário médico"

Em relatório de 1974 da omissão de Direitos Humanos da ONU, contudo, há relato em que a ex-presa política Mara Curtis Alvarenga contou que Lucimar Brandão teria sido submetido ao uso do instrumento de tortura conhecido como "mesa elástica", o qual acarretaria fratura em sua coluna vertebral, deixando-o paralisado até a sua morte.[91]

O ex-preso político José Roberto Borges Champs[92], em ata realizada para a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, afirma:

> [...] depoimento registrado em ata notarial de declaração de José Roberto Champs, em 24/05/1996, às 16 horas, em Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, República Fe-

> derativa do Brasil, no 6º Ofício de Notas, instalado à Avenida João Pinheiro, 33 - que esteve preso junto com Lucimar. Segundo ele, no dia 28 de janeiro, "vi quando chegaram trazendo o companheiro Lucimar Brandão Guimarães, que se mostrava em condições físicas normais, não apresentando qualquer debilidade; que horas depois, a mesma equipe de agentes policiais voltou para buscá-lo; que depois disso nunca mais vi Lucimar" [...]

José Roberto afirma que entre a equipe de policiais que levaram e trouxeram Lucimar do presídio estavam o capitão Pedro Ivo Gonçalves Ferreira e o tenente R-2 Carlos Alberto Delmenezzi. No mesmo depoimento, José Roberto relata que quando esteve preso no 8º BG da PM recebeu a notícia, de uma sentinela, de que teria visto um "terrorista" agonizando no Hospital Militar. A sentinela afirmou que parecia se tratar de um homem muito mais velho por conta das debilidades físicas e que, entre outros ferimentos, Lucimar tinha a coluna quebrada.

Maria Dinah Brandão Guimarães, mãe de Lucimar, confirma que, ao visitá-lo no hospital, soube que seu filho havia sido seviciado, conforme declaração constante no processo dirigido ao presidente da Comissão Especial dos Desaparecidos Políticos Ato 56.6, p 22/62. Conta, ainda, que tentou transferi-lo para outro hospital, sem sucesso e que não forneceram cópia do prontuário médico.

Lucimar morreu aos 21 anos de idade no Hospital Militar de Belo Horizonte, onde se encontrava há cerca de cinco meses, em consequência de ferimentos graves decorrentes de tortura sofrida quando estava sob a custódia do Estado.

No atestado de óbito[93], assinado pelo Dr. Calil Cury, constam:

> Lesões Externas: escaras de decúbito com exposição óssea ao nível de ambos os joelhos, nádegas, regiões ilíacas, com exposição total dos ossos dessas regiões. Exame Interno: dentre outros detalhes destacamos distrofia policarencial chegando à caquexia total. Concluindo destaca como *causa-mortis*: Caquexia – Anemia e distrofia. Apresenta ainda aderência do fígado e alças delgadas.

Um quadro de caquexia total e feridas de decúbito com exposição óssea é expressão de negligência e falta de devidos cuidados médicos.

Durante a apreciação do caso pela Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, houve pedido de vista de Paulo Gustavo Gonet Branco, que concluiu que Lucimar não morreu por "causas naturais", ainda que o acidente

tenha realmente acontecido. Pela sua interpretação, a morte em acidente envolvendo veículo policial também caracteriza o conceito de dependência policial ou assemelhada, enquadrando o caso na Lei n 9.140/1995. A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), em decisão de 15/04/1997, reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Lucimar Brandão Guimarães.

Em sua homenagem, uma rua em Belo Horizonte foi renomeada, no Bairro Serra Verde.

MARCOS MAGALHÃES RUBINGER



Filiação: Leon Laboissiere Rubinger e Alzira Magalhães Rubinger
Data e local de nascimento: 05/02/1934, Belo Horizonte (MG)
Ocupação: professor universitário
Organização política: Partido Socialista Brasileiro (PSB)
Data e local da morte: 19/11/1975, Belo Horizonte (MG)

Marcos Magalhães Rubinger casou-se com Conceição Marques Rubinger, com quem teve três filhos.

Em 1958, foi candidato a vereador pelo Partido Socialista Brasileiro. Foi membro efetivo da comissão estadual executiva do Partido. Em 1960, teve participação como líder universitário na Convenção do PSB para escolha de candidato à presidência da República. Em 1962, assinou o pedido de registro de legalização do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Era professor de Antropologia no Curso de Sociologia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais, hoje UFMG.

Foi preso pela primeira vez em 12/04/1964, à noite, em sua residência, em Belo Horizonte. Sua casa foi invadida, revistada e revirada, sem nenhum documento de ordem de prisão, segundo relata sua esposa Conceição Marques Rubinger, em depoimento concedido à Comissão da Verdade em Minas Gerais.[94]

Em 19/06/1964, Rubinger foi novamente preso. Durante cerca de um mês, ficou incomunicável. Ainda segundo Conceição, Marcos "lhe relatou que em

uma ocasião em que estava detido em outro lugar, um carro o levou ao DOPS para prestar depoimento [...] na Comissão de Inquérito, com o capitão Antônio Carlos Thomé."[95]

No final do mês de junho foi transferido para a colônia penal Magalhães Pinto, em Ribeirão das Neves, onde teria retornado à condição de incomunicabilidade. Todos os pedidos de *habeas corpus* requeridos ao Superior Tribunal Militar (STM) foram indeferidos.

Por ocasião do natal, Conceição Marques Rubinger conseguiu autorização do delegado do DOPS, David Hazan para que seu marido fizesse uma visita ao seu pai e, para isto, assinou um termo de responsabilidade.

Saindo do DOPS, acompanhados por viatura policial, se dirigiram à casa dos pais de Rubinger. À noite, saíram de táxi em direção ao Rio de Janeiro e lá chegando se dirigiram à embaixada da Bolívia, onde permaneceram até o final de janeiro de 1965, quando receberam um "salvo conduto" e puderam embarcar para São Paulo e, de lá, para a Bolívia.[96]

Permaneceram na Bolívia durante um ano e dois meses, até março de 1966. Inicialmente, ficaram sem recursos, recebendo ajuda de amigos para a sobrevivência. Depois, Rubinger foi contratado como pesquisador em projeto sob patrocínio da UNESCO. Em 16/08/1965, nasceu Mayura, a primeira filha do casal.

Em condições muito precárias, o casal e sua filha com seis meses de idade se dirigiram ao Chile, onde permaneceram por 11 meses (de março de 1966 a 07/02/1967). Depois de um período inicial sem emprego, Rubinger foi contratado em outro projeto financiado pela UNESCO como professor da Universidade Técnica do Estado.

Foram informados por familiar de um exilado em Santiago do Chile, no final de 1966, que o processo dos professores da UFMG havia sido julgado pelo Supremo Tribunal Federal, que mandou arquivar, por falta de elementos que dessem justa causa. Com a concessão de *habeas corpus* e o arquivamento da ação penal, Rubinger decidiu voltar ao Brasil para obter a documentação oficial e retomar suas atividades na UFMG.

Ao procurar a UFMG, para consultar os procedimentos necessários para o retorno de Rubinger à Universidade, Conceição Marques Rubinger relatou que

foi informada que Marcos Magalhães Rubinger, de acordo com a Portaria nº 028, expedida dia 28/01/1966 pela própria UFMG, havia sido exonerado de seu cargo.[97]

O conhecimento de sua exoneração teria provocado, segundo depoimento de sua esposa, um efeito devastador sobre a "constituição físico-emocional" de Rubinger, "bem como sobre sua esperança de permanecer no Brasil".[98]

Sem emprego no Brasil, Marcos Rubinger recebeu convite da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e partiu com a família para Genebra, na Suíça. Em agosto de 1968, foi transferido para o Peru, para acompanhar um dos dirigentes da OIT no desenvolvimento de programa para a América Latina. Dez dias depois de chegados em Lima, Peru, (em 30/08/1968) nasceu Tarina, a segunda filha do casal.

Em seu depoimento, Conceição afirmou que,

> [...] Ao se aproximar o final do contrato – um ano depois – os efeitos da depressão começaram a se fazer notar, assim como os do alcoolismo, apesar de meu marido se esforçar para disfarçá-los. Contudo, ele ainda conseguia desenvolver um bom trabalho. Porém, Marcos não pensava mais em renovar seu contrato e nem em mudança para outros países. Eu estava ciente da situação política no Brasil, ainda em plena ditadura militar. Marcos havia sido exonerado pela UFMG, e isto sem pensar nos riscos de sofrermos novas perseguições, etc. Como iríamos sobreviver com duas filhas pequenas? Todas as reflexões possíveis não foram suficientes para demovê-lo da decisão de voltar para o Brasil.[99]

Conceição relatou que retornou ao Brasil em 30/09/1969, com as duas filhas pequenas. Marcos Rubinger chegou um mês depois. Foi contratado pela Transcon no Rio de Janeiro, para fazer pesquisas socioeconômicas em regiões onde seriam construídas estradas. Segundo Conceição Marques Rubinger,

> [...] ele trabalhou nesta empresa por cerca de duas semanas. Porém quando souberam que ele tinha sido preso e exilado, foi demitido. Assim, conseguir trabalho não estava sendo possível. (...) Marcos foi para Belo Horizonte em busca de trabalho. Eu fui para a casa de meus pais em Juiz de Fora, onde nasceu nosso filho, em 05/07/1972.

Em Belo Horizonte, Marcos não conseguiu emprego. A sua condição de preso e exilado político não permitiam a concretização de oportunidades que apareciam ou que ele encontrava.

> [...] A partir de 1974 a saúde do Marcos foi ficando cada vez mais comprometida. Já estávamos há dois anos em BH e ele não havia conseguido nenhum trabalho. Nós não tínhamos recursos para fazer um plano de saúde. Então, fui ao INSS pedir para incluí-lo como meu dependente. Ao ver como tinham registrado isto na minha carteira de trabalho, senti uma tristeza profunda: marido inválido.[100]

Nesse mesmo período, ele teria sofrido uma crise de cirrose hepática, tendo sido atendido pelo Dr. Célio de Castro, que providenciou sua internação imediata no Hospital Semper.

> [...] Daí em diante, o Dr. Célio assumiu com outros membros de sua equipe o acompanhamento da saúde dele. Ele também foi atendido pelo médico psiquiatra Dr. Francisco Paes Barreto, a pedido do Dr. Célio [...] Entretanto, o processo de depressão e de alcoolismo já estava muito avançado e Marcos teve outra internação, dessa vez no Hospital Evangélico, onde faleceu em 19/11/1975.[101]

Conforme certidão de óbito[102] assinada pelo Dr. Célio de Castro aos 20/04/2010, a morte de Marcos Magalhães Rubinger foi decorrente de "cirrose hepática provocada por alienação mental". Faleceu com 41 anos de idade, em Belo Horizonte.

A Comissão da Verdade em Minas Gerais contratou perícia[103] para avaliar se os problemas de saúde desenvolvidos por Marcos Magalhães Rubinger tiveram relação com as prisões e perseguição sofridas durante a ditadura. A perícia afirmou que o distúrbio psiquiátrico pode ter sido desencadeado por diversos traumas a que ele foi submetido:

> Fatores com alta psíquica (prisão, incomunicabilidade, torturas, exclusão da UFMG, exílio, desemprego) podem ser associados como causa de instabilidade emocional, podendo levar a diversos distúrbios psiquiátricos.

A perícia confirmou, ainda, que o quadro psiquiátrico de Rubinger pode ser caracterizado como primário em relação ao alcoolismo crônico, sugerindo que

> [...] os traumas sofridos por ele como prisão, incomunicabilidade, torturas, desligamento da UFMG, exílio e desemprego

> podem ter desencadeado a crise depressiva e o consequente abuso de bebidas alcóolicas, levando à sua morte prematura.

Em seu parecer técnico, os peritos afirmam:

> O diagnóstico do Dr. Célio de Castro indica o quadro psicótico como patologia primária, entretanto, se confirmado que o quadro psicótico é fator secundário aos diversos traumas, a causa da morte se torna consequência indireta.

Todas estas informações, relatos e análises levam à convicção de que Marcos Magalhães Rubinger desenvolveu graves problemas de saúde que ocasionaram a sua morte devido aos traumas sofridos em decorrência das ações do Estado perpetradas contra ele.

MILTON SOARES DE CASTRO



Filiação: Universina Soares de Castro e Marcírio Palmeira de Castro
Data e local de nascimento: 23/06/1940, Santa Maria (RS)
Ocupação: servente de pedreiro e pintor
Organização política: Movimento Nacional Revolucionário (MNR)
Data e local de desaparecimento e morte: 28/04/1967, Juiz de Fora (MG)

Milton cresceu no Bairro Camobi em Santa Maria com seus 10 irmãos. Quando pequeno, pintava escolas para conseguir uns trocados. Sua mãe, descendente de indígenas, era benzedeira e trabalhava na roça. Seu pai era policial militar na cidade. Após a morte do pai, em maio de 1946, de tifo, Universina se casou novamente, teve mais cinco filhos e se separou. Após a separação, a família se mudou para São Borja e depois para Porto Alegre.

O Bairro Vila Jardim, onde moravam em Porto Alegre, tinha uma infraestrutura precária, e apesar de ser pouco povoado, era o destino de muitos que buscavam uma oportunidade na capital gaúcha. Este local também foi um dos núcleos de oposição contra o militarismo crescente. Foi ali que Milton começou a participar da Associação Operária e Cultural da Vila Jardim, criada para mobilização e conscientização dos trabalhadores. O jovem pintor que também trabalhava como servente de pedreiro, passou a se envolver cada vez mais em atividades políticas contra a ditadura militar, passando de observador a militante.

Por meio dos encontros com Gregório Mendonça, que coordenava a Associação, conheceu o ex-sargento do Exército Amadeu Felipe da Luz Ferreira que o apresentou a Araken Vaz Galvão, ligado ao Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). Em 1966, Milton foi para Montevidéu, no Uruguai, onde passou a manter contato com militantes ligados a Leonel Brizola. Também chegou a participar de reuniões para discutir política, ligado ao PCdoB em Porto Alegre.

Milton havia concluído apenas o primário e era considerado o menos intelectualizado do grupo, o que não impediu sua significativa participação política. Em 1966, recebeu a missão de Araken de levar material subversivo de Porto Alegre até o Rio de Janeiro, o Jornal Panfleto. Este periódico era produzido por brasileiros exilados no Uruguai e publicava informações contra o regime. Esta foi uma das missões mais perigosas que Milton realizou. Posteriormente, Araken afirmou que, na verdade, ele transportou armamento, o que Edelson Palmeira de Castro, também militante (FARP) e irmão de Milton, desmentiu.

Teve o seu último domicílio em Gravataí (RS). Ainda em setembro de 1966, aos 25 anos de idade, partiu para a Serra do Caparaó para reconhecer a área, até a chegada dos demais guerrilheiros. Utilizava o codinome Januário ou Henrique em suas atividades na região.

Os habitantes de Macieira (MG) – cidade mais próxima da Serra do Caparaó – desconfiaram de homens barbados que ficavam no meio do mato e evitavam falar de onde vinham. O Dr. Moacir Caldeira, delegado de polícia e fazendeiro da região, forneceu pistas dos guerrilheiros ao comandante Jacinto Franco do Amaral Melo do 11º BI, culminando na prisão de três pessoas que se passavam por camponeses.[104]

Após a prisão dos três indivíduos suspeitos por agentes de informações do 11º BI da PMMG, sediado em Manhuaçu, foi encontrado um grupo de guerrilheiros que estava acampado há 150 dias na Serra do Caparaó.[105] Presos no dia 1º/04/1967, foram transferidos para a penitenciaria de Linhares em Juiz de Fora e entregues às autoridades da 4ª RM, onde foi instaurado IPM, resultando na prisão preventiva e julgamento dos envolvidos.[106]

O grupo de guerrilheiros era comandado por Amadeu Felipe da Luz Ferreira, ex-3º sargento do Exército. Junto com Amadeu, foram presos naquela operação Araken Vaz Galvão, ex-2º-sargento do Exército e subcomandante do grupo, Edval Augusto de Melo, ex-2º-sargento da Marinha e chefe de ação administrativa, Avelino Blan capitão e ex-marinheiro, José Jorge da Silva, ex-cabo da Marinha,

João Jerônimo da Silva, ex-marinheiro e Milton Soares de Castro, o único civil. O grupo de jovens participava de um movimento de resistência contra o governo Castelo Branco (1964-1967).

No dia 26/04/1967 Milton foi levado para o seu primeiro interrogatório após ser indiciado. No dia seguinte, foi para o seu segundo interrogatório no Quartel General da 4ª Região Militar de Juiz de Fora e 4ª Divisão de Infantaria, no qual foi pressionado pelo Exército para entregar outros companheiros.

Na manhã do dia seguinte, 28 de abril, o tenente Fernando Antônio Carneiro Barbosa e o 1º-tenente José Mauro Moreira Cupertino disse que, durante a revista de praxe das celas, acharam Milton morto, sendo carregado pelo tórax e o tornozelo. Após este episódio a porta da cela foi lacrada às 09h15min. Foi informado aos presos que Milton estava morto, sendo o suicídio apontado como a causa da morte.

A morte foi divulgada pelo serviço de relações públicas do IV Exército como suicídio cometido por meio de tiras de lençol da cama de Milton, que ao amarrar na pia e a seu pescoço, se enforcou.[107] Nas publicações "Dos filhos deste solo", "Brasil: Nunca Mais" e o "Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964" são lançadas dúvidas sobre a versão oficial do Exército.

No auto de exame cadavérico do corpo de Milton, realizado no dia 27/04/1967 no Hospital Geral de Juiz de Fora, foi registrado que a causa da morte de Milton seria asfixia por enforcamento.[108] Após este exame, o corpo foi dado como desaparecido.

Os companheiros de cela de Milton acreditam que ele teria sido morto em consequência de uma discussão com o major Ralph Grunewald Filho, que conduziu o interrogatório de Milton no dia da sua morte. Logo após este episódio, ele assumiu o comando do 10° RI de Juiz de Fora.[109]

Em uma entrevista feita por Gilson Rebello – conforme aponta o livro de sua autoria "A Guerrilha de Caparaó"[110] – o major Ralph admitiu ter responsabilidade pelo suicídio de Milton devido à pressão psicológica que o fez sofrer durante o interrogatório.

Em 1996, Zair Castro do Amaral entrou com pedido de localização do corpo de seu irmão, Milton Soares de Castro, à Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos.[111] No mesmo ano, a Comissão reconheceu e incluiu Milton entre os desaparecidos com base na Lei 9.140/1995.[112]

A jornalista Daniela Arbex realizou uma busca de informações sobre a morte e o corpo de Milton, em abril de 2002 e encontrou o nome do guerrilheiro no livro de óbitos de 1967 do cemitério municipal de Juiz de Fora, na cova 312, quadra L. Milton foi enterrado como indigente em Juiz de Fora às 14h do dia 29/04/1967, sendo a contratação da sepultura rasa assinada pelo sargento Wilton Fagundes.[113]

Antes de publicar a reportagem sobre o caso no Jornal Tribuna de Minas, em 28/04/2002, quando completaria 35 anos da data oficial da morte de Milton, Arbex avisou a família sobre o lugar onde o militante havia sido enterrado. A família de Milton procurava por todos esses anos pelo corpo de Milton, tendo sempre resposta negativa do Exército, sob a justificativa de "sigilo militar".

Diante destes fatos, o prefeito Tarcísio Delgado pediu a interdição da cova 312[114] e no dia 29 de abril, os funcionários isolaram a sepultura. O ministro da Justiça, Miguel Reale Junior, autorizou a exumação da ossada do guerrilheiro do Caparaó, mas não foi realizada porque a família considerou ser um assunto muito delicado.

Em 2014, Daniela Arbex deu continuidade à investigação sobre Milton. Em entrevista com Gilney Amorim Viana, prisioneiro político que mais tempo permaneceu na penitenciária de Linhares, ficou sabendo de um inquérito instaurado pelo Exército no dia em que Milton foi encontrado morto. Arbex encontrou esses documentos originais no Superior Tribunal Militar em Brasília, na seção do arquivo (nº 224, caixa 1.249).[115] O processo tinha 79 páginas com 16 fotografias, inclusive de Milton morto em cima de uma mesa de mármore.

Edelson, irmão de Milton, confirmou que o corpo que aparecia nas fotos era de seu irmão. Após consultar especialistas, Arbex concluiu que não era possível Milton ter cometido suicídio, pois nas fotos que adquiriu no STM não aparece cianose na face do cadáver, somente sulco abaixo do pescoço e não existe nenhuma marca deixada atrás das orelhas.[116]

Outras inconsistências do caso foram identificadas durante a investigação da jornalista: o registro incorreto da altura de Milton, que tinha quase 1,90m e ela foi informada de uma altura que o considerava como se fosse mais baixo, o fato do pescoço ter marcas aparentemente produzidas por um arame e, ainda, a informação de que o declarante da certidão de óbito, Waldir Aguiar, havia dado baixa na instituição um ano antes do acontecimento.[117]

NELSON JOSÉ DE ALMEIDA



Filiação: Manoel Celzapim de Almeida e Ana Tereza de Almeida
Data e local de nascimento: 07/1947, Mendes Pimentel (MG)
Ocupação: operário
Organização política: Corrente Revolucionária de Minas Gerais (Corrente)
Data e local de desaparecimento e morte: 11/04/1969, Teófilo Otoni (MG)

Nelson José de Almeida era filho de camponeses da região do Vale do Rio Doce e tinha nove irmãos. Quando atingiu os 10 anos de idade, passou a residir na cidade de Governador Valadares, juntamente com sua família e, desde essa época, já trabalhava como vendedor de produtos agrícolas. Logo após terminar os seus estudos no primário, mudou-se novamente com sua família para a cidade de Brasília, na qual o seu irmão mais velho já residia. Neste período, começou a trabalhar como ajudante de pedreiro e conseguiu terminar o ginásio estudando no período noturno, em Sobradinho.

Em 1968, com a edição do AI-5, engajou-se na organização Comando de Libertação Nacional (Colina), depois migrou para a Corrente Revolucionária de Minas Gerais em Belo Horizonte. Após certo tempo, a organização Corrente passou a fazer parte da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Nelson, de codinome Beto e/ou Paulo, foi encaminhado à Corrente por intermédio do líder sindicalista Armando Teixeira, que usava o codinome Juca. A organização era dividida em três escalões e Nelson participava do primeiro escalão, responsável por roubos e levantamentos de áreas dos aspectos militares, políticos, geográficos e econômicos.

Após a edição do AI-5, a Corrente[118] passou pelo processo de instalação de "aparelhos"[119] em diversas cidades do interior de Minas Gerais, mas estava com dificuldades financeiras e passou a utilizar-se de assaltos, como à Drogaria São Félix, à Boate 6 às 6, à Caixa Econômica e ao Armazém São Vicente, dos quais Nelson participou, com o objetivo de obter recursos para viabilizar a realização de suas atividades revolucionárias.

Depois de conseguirem levantar certa quantidade de recursos financeiros, seguindo as orientações da organização e devido ao aumento da repressão,

Nelson foi transferido para Teófilo Otoni, onde montaram um "aparelho" e começaram o levantamento da região.

Nelson foi preso e morto por agentes do DOPS no dia 11/04/1969, acusado de participação em movimento armado de resistência ao regime militar.

De acordo com a certidão de óbito[120], emitida em 14/05/1969, Nelson morreu em via pública no dia 11 de abril às 15 horas, na Rua Wenefredo Portela, em Teófilo Otoni. A certidão foi assinada por Cristobaldo Motta de Almeida, que deu como causa da morte "rigidez, hipóstase dorsal, hipotermia midríase", ocasionada por "ferida perfuro-contusa do tórax" e, no verso do atestado, "complemento causa da morte: lesão de órgão e víscera interna, dando em consequência grave hemorragia interna, conforme certidão da necropsia".

No dia 20/05/1969, foi emitido ofício n° 730/69 da Polícia Militar[121], dizendo que o major Rubens José Ferreira, da Polícia Militar de Minas Gerais, enviou o 1º tenente Murilo Augusto de Assis Toledo, no dia 10/04/ 1969, para realizar a "Operação Corrente", que prenderia Nelson. O Inquérito da Polícia Militar apontou que

> [...] II - O oficial, com a ajuda do contingente policial daquela cidade, localizou o endereço (Travessa Rubim, 23) constatando a existência, de fato, do aparelho.
>
> III - Durante a diligência, foi capturado, ao chegar no aparelho, Nelson José de Almeida, que, posteriormente, ao forçar fuga, foi baleado e veio a falecer em hospital de Teófilo Otoni. Local da Morte: Hospital de Teófilo Otoni. Data da morte: 10/04/1969.

Alguns meses após o conhecimento da morte pela família, o irmão de Nelson, Enes, foi a Teófilo Otoni tentar obter mais informações e, apesar de ter tido a confirmação de sua morte, sequer teve acesso aos restos mortais de Nelson, que tinha sido enterrado como indigente.

Embasado na Lei nº 9140, de 04/12/1995, Enes de Almeida requereu, em 1996, à Comissão Especial dos Desaparecidos Políticos, que reconhecesse Nelson José de Almeida como morto por agentes do Estado, bem como a localização de seus restos mortais.

A CEDMP, por meio de diligências realizadas pelo relator responsável do caso, Nilmário Miranda, obteve informações mais detalhadas sobre a morte de Nelson.

Foi emitido relatório pela Aeronáutica em 1993[122], no qual diz que Nelson foi morto em um assalto a uma agência da Caixa Econômica Federal na cidade de Teófilo Otoni no ano de 1969. O relator utilizou-se do depoimento das funcionárias Maria Pinto de Oliveira, que trabalhou que agência da Caixa Econômica no período de 1952 e 1982 e Marilena Rausch, que começou a trabalhar no local no ano de 1968. As funcionárias afirmaram não se lembrarem da ocorrência de nenhum assalto no referido ano.

O relator também salientou que[123]

> [...] como a certidão de óbito diz que faleceu à Rua Wenefredo Portela onde fica a cadeia pública, é certo que para lá foi conduzido e a [...] prova de que Nelson não foi morto na rua é o reconhecimento feito pelo soldado Artur Orozimbo na prisão. O soldado o reconheceu porque foi colega de Nelson e de seu irmão no curso primário em sua cidade natal, Mendes Pimentel. Este mesmo soldado deu a notícia da morte à família.

Desse modo, foi refutada a ideia de que Nelson teria sido morto na rua.

No dia 23/04/1996, a Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos Políticos reconheceu que, pelos indícios, Nelson foi morto na mesma data em que foi detido, ou seja, no dia /04/1969, sob a custódia da Polícia Militar de Minas Gerais.

Carlos Marighela escreveu uma dedicatória a Nelson José de Almeida e outros companheiros que lutaram contra a ditadura no livro "Manual do Guerrilheiro Urbano", escrito em junho de 1969 e mimeografado em 1970.

Nelson teve seu nome incluído no Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e pelo Instituto da Violência do Estado (IEVE) publicado em 1995. Seu nome também consta no "Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964 – 1985)".



NESTOR VERA

Filiação: Pilar Velasques e Manoel Vera
Data e Local de Nascimento: 19/07/1915, Ribeirão Preto (SP)
Ocupação: trabalhador rural
Organização política: PCB,
Data e Local de Morte: 1975, Belo Horizonte (MG)

De origem camponesa, Nestor Vera casou-se em 1938 com Maria Miguel Dias, com quem teve cinco filhos.

Dedicou-se ao estudo da questão dos trabalhadores do campo no Brasil, atuando junto às lideranças do movimento camponês, com o objetivo de organizar o movimento trabalhista rural. Foi secretário geral da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) e tesoureiro da primeira diretoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura.

Ainda em 1949, suas atividades já eram investigadas, em um contexto carregado de sentimentos anticomunistas, pelo então Departamento de Ordem, Política e Social da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo[124]. Certidão emitida, em 1967, pelo departamento de vigilância social da Polícia de Minas Gerais[125] sobre os antecedentes de Nestor Vera traz uma longa lista de informações relacionadas a suas atividades políticas, como por exemplo, ter sido vereador na cidade de Santo Anastácio (SP), editor do Jornal comunista "Voz Operária", sua condenação à revelia pela 2ªauditoria da Justiça Militar de São Paulo, encontrando-se, à época da confecção da certidão, foragido. Foi membro de destaque do PCB, parte do comitê estadual do Partido em São Paulo, conforme informações levantadas pelo DOPS[126] naquele estado, sendo o principal responsável pelo setor camponês no Partido. Na década de 1970 era dirigente da executiva nacional do PCB.

Após sua cassação pelo AI-1 e a condenação a cinco anos de reclusão por ofensas à Lei de Segurança Nacional, passou a viver na clandestinidade, adotando nome e sobrenome falsos, assim como sua esposa e filhos.

José Francisco Neres[127], seu companheiro de PCB, informa que a direção do Partido enviava Nestor Vera frequentemente a Minas Gerais para reorganizar o movimento sindical no campo. Porém, o dirigente não retornou de uma dessas viagens.

Conforme relatório da CEMDP, Luís Carlos Prestes, companheiro de PCB de Nestor Vera, teria denunciado que Nestor fora sequestrado em abril de 1975, em frente a uma drogaria em Belo Horizonte.[128] José Francisco Neres informou que, após as eleições de 1974, apoiadores do recém-eleito deputado federal Marcos Tito (MDB-MG), entre eles, Vera, reuniram-se em Belo Horizonte. Após o encontro, Nestor foi deixado pelos companheiros na Rua Rio Grande do Sul, esquina com a Rua Tamoios. Segundo o itinerário traçado e informado pelo próprio Nestor, ele passaria pela Avenida Olegário Maciel e, logo em seguida, iria para a rodoviária, pois já estava com passagem marcada para as 10h, com destino a São Paulo, viagem que não se concretizou.

Neres afirma que o sequestro teria sido noticiado, no início de 1975, pelo Jornal Estado de Minas, por meio de uma pequena nota.[129] José Carlos Alexandre, jornalista, afirma ter recebido um telefonema do farmacêutico Edgar Guerra, informando que estivera com Nestor pouco antes de seu sequestro, ocorrido na porta de sua farmácia, localizada no citado endereço. O jornalista afirma, em declarações prestadas ao Ministério Público, que redigiu uma pequena nota de denúncia, que teria sido publicada no Jornal onde trabalhava, o Diário da Tarde, e não o Estado de Minas.[130]

Alípio Gomes Filho e Lúcia Helena Lacerda Gomes[131] afirmam, entretanto, que a data do desaparecimento seria entre dezembro de 1975 e janeiro de 1976, vez que quando se encontraram com Nestor Vera, Lúcia estava no final da gravidez de sua filha, que nasceu em 23/02/1976. Os entrevistados relatam que o encontro se deu após a queda do comitê central do PCB, em São Paulo, e que em seu encontro, Nestor entregou-lhes jornais "Voz Operária", que denunciavam as mortes e desaparecimentos dos companheiros do Partido.

Pesquisas no acervo da hemeroteca da Biblioteca Pública de Belo Horizonte, no Jornal Diário da Tarde e no Jornal Estado de Minas, nas edições referentes aos primeiros semestres de 1975 e 1976, duas aproximações possíveis da data do desaparecimento restaram infrutíferas, pois não foi localizada a citada Nota.

Nestor Vera foi reconhecido como desaparecido político pela Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (processo nº 212/96), com base na Lei nº 9.140/1995.

Claudio Guerra, da Polícia Civil do Espírito Santo, revela que foi responsável pela morte de Nestor, ocorrida em Belo Horizonte.[132] Conta que o dirigente comunista estava preso na Delegacia de Furtos e Roubos, na Rua Pouso Alegre, e tinha sido muito torturado. Guerra foi chamado para executá-lo e, com os investigado-

res locais Joãozinho Metropol e Saraiva, conduziu Nestor Vera para uma mata fora da cidade, onde o matou com um tiro no peito e outro na cabeça. Ali mesmo foi enterrado. Em depoimento para a Comissão Nacional da Verdade, Cláudio Guerra confirmou sua versão.[133]

O Ministério Público Federal requisitou uma diligência à Polícia Federal, para que fosse investigado o local indicado para sepultamento de Nestor. Tal diligência ocorreu em 09/05/2012. Entretanto, foram utilizados meios inadequados para a investigação – por exemplo, uma retroescavadeira – e a diligência restou infrutífera.[134] Assim, o local de sepultamento de Nestor permanece desconhecido.



OROCÍLIO MARTINS GONÇALVES

Filiação: Evangelina Luiz Martins e
Elias Ferreira de Souza
Data e Local de Nascimento: 23/10/1954,
Sete Lagoas (MG)
Ocupação: operário
Data e Local de Morte: 30/07/1979, Belo Horizonte (MG)

Aos vinte e três anos de idade, no dia 03/09/1977 Orocílio casou-se com Vânia de Oliveira Gonçalves, no munícipio de Cordisburgo (MG). O casal teve um filho, Douglas de Jesus Gonçalves, nascido em Belo Horizonte (MG) em 24/05/1979. Na capital mineira, Orocílio e Vânia residiram na região do Barreiro.

Orocílio atuava como operador de máquinas, especificamente como tratorista de terraplanagem na Empresa de Mecanização Rural, empreiteira ligada à multinacional alemã Mannesman. Quando de sua morte, o tratorista trabalhava na construção de um dique em Vespasiano, cidade da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Foi morto em 30/07/1979, baleado pela Polícia Militar do Estado de Minas Gerais durante as manifestações da greve dos operários da construção civil por melhores salários.

Neste mesmo dia, cerca de 10 mil trabalhadores da construção civil paralisaram as obras e se concentraram na Praça da Estação para marcharem até o centro da cidade, em protesto contra o arrocho salarial e por melhores condições de trabalho. Segundo o Memorial da Democracia[135],

> [...] a greve no setor, que durou três dias, começou e terminou sem direção e sem apoio do Sindicato da categoria. A Revolta dos Peões, como ficou conhecida, foi uma das 246 greves deflagradas em todo o País em 1979, estimuladas pelo exemplo dos metalúrgicos do ABC.

Orocílio foi morto na Avenida Olegário Maciel, esquina com a Rua Gonçalves Dias, em frente ao ex-campo do Atlético, e atual *Diamond Mall*, localizado no Bairro Santo Agostinho, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

Nos documentos apresentados à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, encontra-se o parecer dos legistas Euclides de Matos Santana e Ludércio Rocha de Oliveira, que atestam a morte do operário em decorrência de '"hemorragia interna consequente de ferida perfuro contusa-necropsiada causada por projétil de arma de fogo".[136] O laudo pericial mostra que "além dos tiros, Orocílio levou várias cacetadas e outras agressões após ter sido rendido e recebido voz de prisão, em um logradouro público".[137]

O ato político que culminou na morte de Orocílio não foi o único daquele dia, sendo que a primeira concentração dos grevistas havia ocorrido originalmente na Praça da Estação, de onde, após um cerco e a ocorrência de diversos conflitos e incidentes, foi definido que iriam para o antigo campo do Atlético.

Ao chegarem ao local, os grevistas encontraram os portões fechados, e foram novamente cercados e agredidos. Segundo depoimento dos colegas de trabalho de Orocílio, Osmir Venuto da Silva e Gerson Antônio Guedes Lima[138], os policiais utilizaram bombas de gás, cassetetes e armas de fogo na tentativa de dispersar movimentos manifestantes. Ainda de acordo com o relato, em certo momento um grupo de trabalhadores – dentre os quais estava o tratorista – foi cercado e sitiado pela polícia, que passou a espancá-los e efetuar disparos. Nesse momento, Orocílio Martins foi atingido.

Os arquivos da agência do Serviço Nacional de Informações (SNI)[139] em Belo Horizonte demonstram que o movimento grevista foi monitorado desde o dia 15 de julho, com destaque para a assembleia do dia 29 e a deflagração da greve no dia 30 de julho.

O corpo de Orocílio foi entregue pelo departamento de medicina legal à Empresa de Mecanização Rural, onde ele trabalhava. A esposa afirmou ter sido impedida de ver o corpo de seu marido, e também declarou, para a Revista Veja, ter tomado a decisão de enterrar seus restos mortais na cidade de Cordisburgo (MG) por medo da confusão.

Cerca de mil pessoas participaram da missa de 7º dia da morte de Orocílio. A cerimônia ocorreu no antigo campo do Atlético, em Belo Horizonte. Em São Bernardo do Campo, ABC paulista, também houve uma missa em homenagem a Orocílio.

O inquérito realizado pela delegacia de homicídios, de número 107/79, não indiciou ninguém, sendo enviado à Justiça sem confirmar nem mesmo as denúncias de que o crime teria sido cometido por um policial militar. A viúva Vânia declarou nunca ter pedido a reabertura do processo por falta de apoio e de condições financeiras. A morte do marido fez com que Vânia retornasse juntamente com seu filho à sua cidade natal, Cordisburgo (MG), uma vez que, sem a figura de Orocílio como provedor, a vida na capital se tornara insustentável.

Orocílio teve seu nome incluído no "Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964", organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e pelo Instituto da Violência do Estado (IEVE) publicado em 1995. Seu nome também consta no "Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964 – 1985) ".

Embasada na Lei nº 9.140/1995, Vânia requereu – em maio de 1996 – à Comissão Especial dos Desaparecidos Políticos, que reconhecesse Orocílio Martins Gonçalves como vítima da ditadura militar. O relator do pedido, Dr. João Grandino Rodas, votou pelo indeferimento, considerando ausentes os requisitos da militância e da morte em dependência policial.

Pouco após o novo indeferimento do pedido, Vânia de Oliveira Gonçalves, a viúva de Orocílio, faleceu, portanto, sem nunca receber o devido reconhecimento pela morte de seu marido. Seu filho, Douglas de Jesus Gonçalves, requereu uma reabertura do processo. Isso foi possível porque o dispositivo legal, reconheceu como vítimas do Estado os "que tenham falecido em virtude de repressão policial sofrida em manifestações públicas ou em conflitos armados com agentes do poder público."[140] Nesse sentido votou o relator, João Batista Fagundes e em decisão proferida no dia 26/10/2004, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Orocílio Martins Gonçalves, julgando procedente o pedido de Douglas de Jesus.

No tocante às homenagens prestadas a Orocílio, foi criada a Sede Social Orocílio Martins Gonçalves. Em 03/04/2000, também foi criada a Escola Popular Orocílio Martins Gonçalves (EPOMG), no Bairro Barro Preto, em Belo Horizonte. Além disso, uma rua no Bairro Brasil Industrial, localizada na região do Barreiro, em Belo Horizonte, também foi nomeada em sua homenagem.

OTÁVIO SOARES FERREIRA DA CUNHA



Filiação: Anna Soares de Almeida e
Roberto Soares Ferreira
Data e local de nascimento: 1898, Pinhuí (MG)
Ocupação: farmacêutico
Organização política: não se aplica
Data e local de morte: 04/04/1964,
Governador Valadares (MG)

Otávio Soares Ferreira da Cunha foi morto no dia 04/04/1964, em um atentado em Governador Valadares. Três fazendeiros, Wander Campos, Maurílio Avelino de Oliveira e Lindolfo Rodrigues Coelho, a mando do coronel Paulo Reis, fizeram uma emboscada quando Otávio, junto com seus filhos Augusto Soares e Wilson Soares, estavam em um jipe. Otávio ficou gravemente ferido, falecendo 3 dias depois. Seu filho Augusto morreu na hora e Wilson ficou gravemente ferido, mas sobrevivera ao atentado.

Para maiores informações sobre as circunstâncias em torno da morte de Otávio e seu filho Augusto. [Veja Capítulo sobre Trabalhadores Rurais neste Relatório].

2.5 Mineiros mortos e desaparecidos fora de Minas Gerais

A Comissão da Verdade em Minas Gerais identificou 49 mineiros que, combatendo a ditadura, foram mortos ou desapareceram fora do estado de Minas Gerais.

Diversas instituições – como a Comissão Nacional da Verdade (CNV), as comissões da verdade estaduais de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Pernambuco e a comissão municipal de Juiz de Fora – realizaram investigações a respeito das circunstâncias em torno das mortes e desaparecimento dessas pessoas.

A partir desta constatação e levando em conta que o foco da pesquisa era a investigação das violações de direitos humanos ocorridas em território mineiro, a Covemg decidiu não aprofundar a pesquisa sobre todos estes casos.

Optou-se por realizar uma análise quantitativa das características destes casos, buscando revelar as principais tendências deste conjunto de mortes e, também, apresentar dois estudos de casos que tem características mais contundentes.

O primeiro estudo de caso refere-se aos 10 mineiros que desapareceram na Guerrilha do Araguaia. O segundo caso, à suposta "morte acidental" do ex-presidente Juscelino Kubitschek.

Mineiros mortos e desaparecidos fora de Minas Gerais

	NOME	Tipo de morte	Organização Política	Ocupação	Ano da morte ou desaparecimento	Local da morte
1	ABELARDO RAUSCH DE ALCÂNTARA	1	Não se aplica	Trabalhador	1970	Brasília (DF)
2	ADRIANO FONSECA FILHO (GA)	7	Partido Comunista do Brasil (PCdoB)	Estudante	1973	Araguaia (PA)
3	ALBERTO ALEIXO	1	Partido Comunista Brasileiro (PCB)	Trabalhador	1975	Rio de Janeiro (GB)
4	ANTÔNIO CARLOS BICALHO LANA	1	Ação Libertadora Nacional (ALN)	Estudante	1973	São Paulo (SP)
5	ANTÔNIO DOS TRÊS REIS DE OLIVEIRA	7	Ação Libertadora Nacional (ALN)	Estudante	1970	São Paulo (SP)
6	ANTÔNIO JOAQUIM DE SOUZA MACHADO	7	Vanguarda Armada Revolucionária (VAR- Palmares)	Profissional liberal	1971	Rio de Janeiro (GB)
7	ARNALDO CARDOSO ROCHA	1	Ação Libertadora Nacional (ALN)	Militar	1973	São Paulo (SP)
8	ÁUREA ELIZA PEREIRA (GA)	7	Partido Comunista do Brasil (PCdoB)	Trabalhador	1974	Araguaia (PA)
9	CARLOS ALBERTO SOARES DE FREITAS	7	Vanguarda Armada Revolucionária (VAR- Palmares)	Profissional liberal	1971	Rio de Janeiro (GB)
10	CIRO FLÁVIO SALAZAR DE OLIVEIRA (GA)	7	Partido Comunista do Brasil (PCdoB)	Trabalhador	1972	Araguaia (PA)
11	DANIEL JOSÉ DE CARVALHO	7	Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)	Trabalhador	1974	Foz do Iguaçu (PR)
12	DAVID DE SOUZA MEIRA	2	Não se aplica	Trabalhador	1968	Rio de Janeiro (GB)
13	DEVANIR JOSÉ DE CARVALHO	1	Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT)	Trabalhador	1971	São Paulo (SP)

	NOME	Tipo de morte	Organização Política	Ocupação	Ano da morte ou desaparecimento	Local da morte
14	EDUARDO ANTONIO DA FONSECA	2	Ação Libertadora Nacional (ALN)	Estudante	1971	São Paulo (SP)
15	EDUARDO COLLEN LEITE	1	Ação Libertadora Nacional (ALN)	Trabalhador	1970	Guarujá (SP)
16	ÉLSON COSTA	7	Partido Comunista Brasileiro (PCB)	Profissional liberal	1975	São Paulo (SP)
17	FELICIANO EUGÊNIO NETO	1	Partido Comunista Brasileiro (PCB)	Trabalhador	1976	São Paulo (SP)
18	GABRIEL SALES PIMENTA	5	Não se aplica	Profissional liberal	1982	Marabá (PA)
19	GERALDO BERNARDO DA SILVA	4	Não se aplica	Trabalhador	1969	Rio de Janeiro (GB)
20	GETÚLIO DE OLIVEIRA CABRAL	7	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR)	Trabalhador	1972	Rio de Janeiro (GB)
21	GILDO MACEDO LACERDA	7	Ação Popular Marxista-Leninista (APML)	Estudante	1973	Recife (PE)
22	HELBER JOSÉ GOMES GOULART	1	Ação Libertadora Nacional (ALN)	Trabalhador	1973	São Paulo (SP)
23	HÉLCIO PEREIRA FORTES	1	Ação Libertadora Nacional (ALN)	Estudante	1972	São Paulo (SP)
24	IDALÍSIO SOARES ARANHA FILHO (GA)	7	Partido Comunista do Brasil (PCdoB)	Estudante	1972	Araguaia (PA)
25	ITAIR JOSÉ VELOSO	7	Partido Comunista Brasileiro (PCB)	Trabalhador	1975	Rio de Janeiro (RJ)
26	IVAN MOTA DIAS	7	Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)	Estudante	1971	Rio de Janeiro (GB)
27	JEOVÁ ASSIS GOMES	7	Movimento de Libertação Popular (MOLIPO)	Estudante	1972	Guaraí (TO, na época estado de Goiás)
28	JOÃO BATISTA FRANCO DRUMOND	1	Partido Comunista do Brasil (PCdoB)	Profissional liberal	1976	São Paulo (SP)

	NOME	Tipo de morte	Organização Política	Ocupação	Ano da morte ou desaparecimento	Local da morte
29	JOÃO BOSCO PENIDO BURNIER	5	Não se aplica	Profissional liberal	1976	Ribeirão Bonito, atual município de Ribeirão Cascalheira (MT) / Goiânia (GO)
30	JOÃO FORTUNATO VIDIGAL	3	Não se aplica	Trabalhador	1972	Rio de Janeiro (GB)
31	JOEL JOSÉ DE CARVALHO	7	Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)	Trabalhador	1974	Foz do Iguaçu (PR)
32	JOSÉ CARLOS NOVAES DA MATA MACHADO	1	Ação Popular Marxista-Leninista (APML)	Trabalhador	1973	Recife (PE)
33	JOSÉ JULIO DE ARAÚJO	1	Ação Libertadora Nacional (ALN)	Trabalhador	1972	São Paulo (SP)
34	JOSÉ MAXIMINO DE ANDRADE NETTO	3	Partido Comunista Brasileiro (PCB)	Militar	1975	Campinas (SP)
35	JOSÉ TOLEDO DE OLIVEIRA (GA)	7	Partido Comunista do Brasil (PCdoB)	Trabalhador	1972	Araguaia (PA)
36	JUARES GUIMARÃES DE BRITO	4	Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)	Profissional liberal	1970	Rio de Janeiro (GB)
37	JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA	6	Partido Social Democrático (PSD)	Profissional liberal	1976	Resende (RJ)
38	MARIA AUXILIADORA LARA BARCELLOS	4	VAR-Palmares	Estudante	1976	Berlim Ocidental (Alemanha)
39	OSWALDO ORLANDO DA COSTA (GA)	7	Partido Comunista do Brasil (PCdoB)	Profissional liberal	1974	Araguaia (PA)
40	NATIVO DA NATIVIDADE DE OLIVEIRA	5	Partido dos Trabalhadores (PT)	Trabalhador	1985	Carmo do Rio Verde (GO)
41	PAULO COSTA RIBEIRO BASTOS	7	Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8)	Profissional liberal	1972	Rio de Janeiro (GB)
42	PAULO ROBERTO PEREIRA MARQUES (GA)	7	Partido Comunista do Brasil (PCdoB)	Trabalhador	1973	Araguaia (PA)

	NOME	Tipo de morte	Organização Política	Ocupação	Ano da morte ou desaparecimento	Local da morte
43	PEDRO ALEXANDRINO OLIVEIRA FILHO (GA)	7	Partido Comunista do Brasil (PCdoB)	Estudante	1974	Araguaia (PA)
44	RAIMUNDO EDUARDO DA SILVA	1	Ação Popular (AP)	Trabalhador	1971	São Paulo (SP)
45	RAIMUNDO GONÇALVES DE FIGUEIREDO	7	Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (Var-Palmares)	Trabalhador	1971	Recife (PE)
46	RODOLFO DE CARVALHO TROIANO (GA)	7	Partido Comunista do Brasil (PCdoB)	Estudante	1974	Araguaia (PA)
47	WALKIRIA AFONSO COSTA (GA)	7	Partido Comunista do Brasil (PCdoB)	Estudante	1974	Araguaia (PA)
48	WALTER DE SOUZA RIBEIRO	7	Partido Comunista Brasileiro (PCB)	Trabalhador	1974	São Paulo (SP)
49	ZULEIKA ANGEL JONES	6	Não se aplica	Profissional liberal	1976	Rio de Janeiro (RJ)

Tipos de morte/desaparecimento

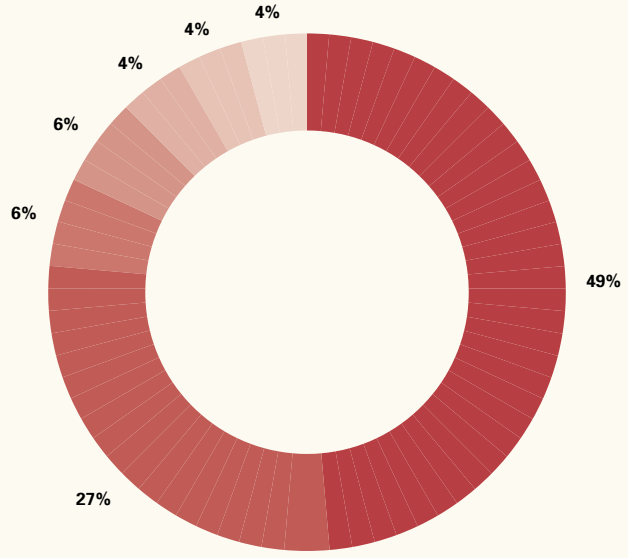
O desaparecimento forçado de pessoas foi a política mais utilizada por agentes do Estado, totalizando 49%.

A categoria que engloba as pessoas que, por terem participado, ou terem sido acusadas de participação, em atividades políticas, tenham falecido por causas não naturais em dependências policiais ou assemelhadas, correspondem a 27% dos casos. Tais mortes são majoritariamente decorrentes de torturas em dependências clandestinas ou não, destinadas, de maneira sistemática, à violação de direitos humanos.

Em menor escala, os outros tipos de morte/desaparecimento totalizam: 6% - pessoas que tenham falecido em decorrência de suicídio praticado na iminência de serem presas ou em decorrência de sequelas psicológicas resultantes de atos de tortura praticados por agentes do poder público; 6% - execução sumária de pessoas acusadas de participação em atividades políticas por agentes públicos e outros a seu serviço; 4% - pessoas que tenham falecido em decorrência de sequelas físicas e/ou psicológicas resultantes de perseguição, prisão e tor-

tura; 4% - pessoas que tenham falecido em virtude de repressão policial sofrida em manifestações públicas ou em conflitos armados com agentes do poder público e 4% - pessoas que morreram em decorrência de atentados produzidos ou instigados pelo poder público.

Gráfico 1: Distribuição da frequência de tipos de mortes/desaparecimentos de mineiros fora de Minas Gerais



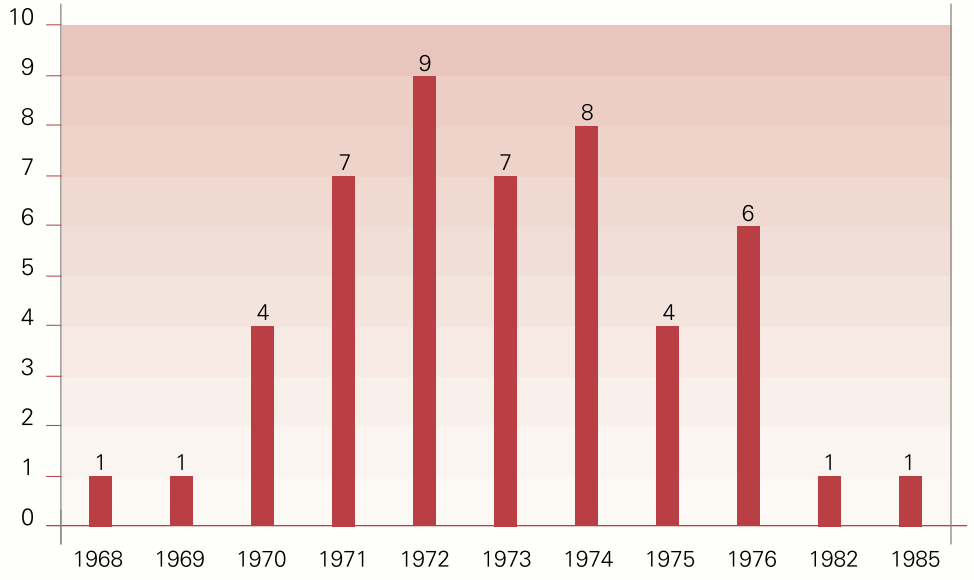
- (7) Desaparecimento forçado
- (1) Pessoas que, por terem participado, ou por terem sido acusadas de participação em atividades políticas, tenham falecido por causas não-naturais em dependências policiais ou assemelhadas.
- (4) Pessoas que tenham falecido em decorência de suicídio praticado na iminência de serem presas ou em decorrência de sequelas psicológicas resultantes de atos de tortura praticados por agentes do poder público.
- (5) Execução sumária de pessoas acusadas de participação em atividades políticas por agentes públicos e outros a seu serviço.
- (2) Pessoas que tenham falecido em virtude de repressão policial sofrida em manifestações públicas ou em conflitos armados com agentes do poder público.
- (3) Pessoas que tenham falecido em decorrência de sequelas físicas e/ou psicológicas resultantes de perseguição, prisão e tortura.
- (6) Pessoas que morreram em decorrência de atentados produzidos ou instigados pelo poder público.

Fonte: gráfico elaborado pela Covemg

A tentativa dessa categorização revela, ainda, dificuldades quanto ao esclarecimento das reais circunstâncias em torno das mortes e desaparecimentos, visto que as autoridades divulgavam falsas versões de morte, além de não permitirem a abertura dos arquivos até os dias atuais.

Ano da morte/desaparecimento

Gráfico 2: Apresentação de frequência de mortes/desaparecimentos por ano



Fonte: gráfico elaborado pela Covemg

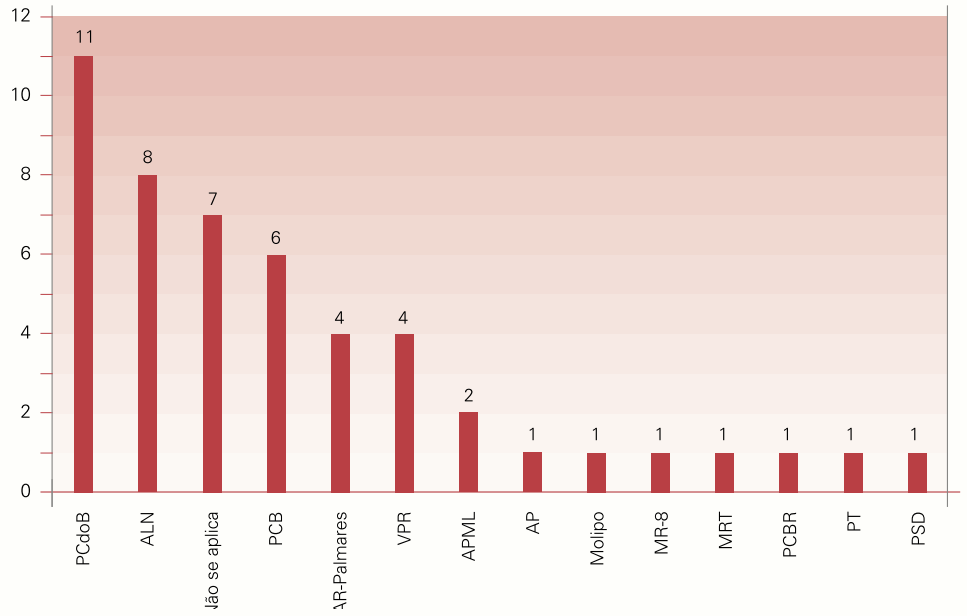
O aumento considerável de mortos e desaparecidos políticos a partir do final da década de 1960 revela o impacto do AI-5 sobre um dos direitos humanos mais fundamentais: a vida. A esta estrutura de repressão se relaciona, no início da década de 1970, à política de Estado que visava eliminar a qualquer custo todos que fossem considerados "subversivos" sem deixar vestígios para não chamar a atenção da sociedade.

É nessa linha que o gráfico revela que, entre 1968 e 1985, ocorreram as mortes/desaparecimentos de 49 mineiros.

O abuso do poder continuou após a vigência do AI-5, o que se pode perceber por meio das vítimas dessa lógica violenta promovida pela ditadura mesmo após o final da década de 1970. Assim, os que se destacavam devido a seus ideais de transformação social do País tinham menos chances de sobreviver à perseguição promovida pelo Estado.

Organização política

Gráfico 3: Número de mortos/desaparecidos por organização política



Fonte: gráfico elaborado pela Covemg

Existiram, na época do regime militar, diversas organizações políticas clandestinas que tiveram como objetivo a luta, armada ou não, contra o regime vigente. Tais organizações eram formadas por diversas células que possuíam estratégias e ações políticas próprias.

Ao longo desse período, surgiram novas organizações políticas a partir de desmembramentos e fusões de outras já existentes. O foco de análise é saber qual era a organização política que a pessoa militava no momento da morte ou do

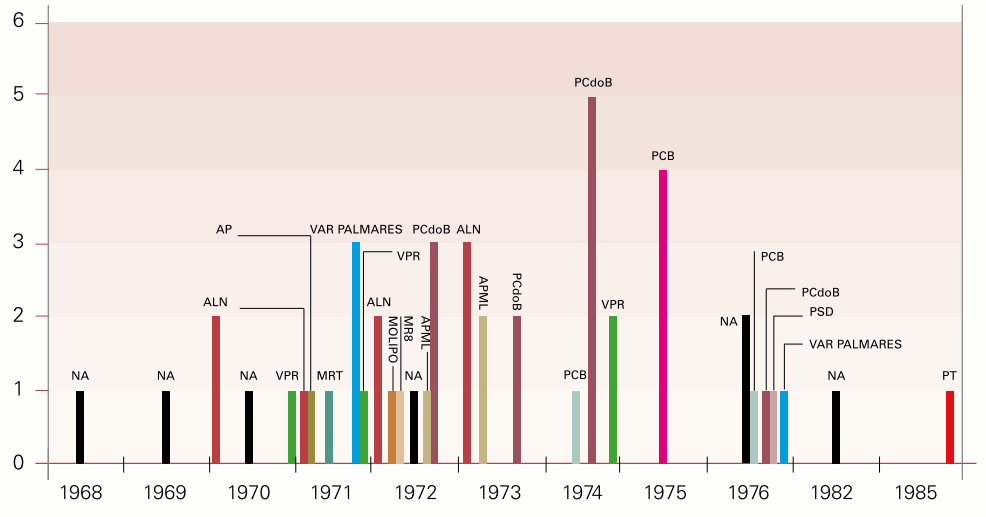
desaparecimento. Isso significa que não necessariamente era a organização a qual a pessoa pertenceu toda a sua vida política, uma vez que havia intensa migração de militantes entre as organizações existentes.

É necessário levar em consideração que, dependendo do ano da morte, algumas organizações já haviam se dividido e incorporado a outras, tendo como exemplo a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) que se uniu com o Comando de Libertação Nacional (Colina) e formou a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) em 1969.

O maior número de militantes mortos ou desaparecidos pertencia ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), seguido da Ação Libertadora Nacional (ALN), maior organização guerrilheira do Brasil no final dos anos 1960 e início dos anos 1970. Em terceiro lugar foram mortas pessoas que não tinham vínculo partidário, nos quais se incluem os grevistas e os ligados aos sindicatos, às associações, aos conselhos, entre outros, sendo representadas por "não se aplica". Em quarto lugar destaca-se o Partido Comunista Brasileiro (PCB), seguido da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares).

Organização política por ano da morte/desaparecimento

Gráfico 4: Número de mortos/desaparecidos por ano e organização política



Fonte: gráfico elaborado pela Covemg

A necessidade de analisar ano da morte/desaparecimento por organização política se dá em virtude das ações realizadas por operações de inteligência militar organizadas pelo regime para eliminação do "inimigo interno".

A Guerrilha do Araguaia, organizada por membros do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) desenvolveu-se entre os anos de 1972 e 1974, sendo a principal ocorrência de mortes/desaparecimentos por ano e organização política.

A Operação Radar foi articulada entre 1973 e 1976 por orgãos da repressão política com o objetivo de desmantelar o Partido Comunista Brasileiro (PCB), eliminando as principais lideranças do comitê central (CC), como Itair José Veloso, Élson Costa e Walter de Souza Ribeiro, que encontram-se desaparecidos até hoje, e outros que possuíam influência na vida política e cultural do País. Observam-se estas circunstâncias na predominância de mortes em 1975 de pessoas ligadas ao Partido.

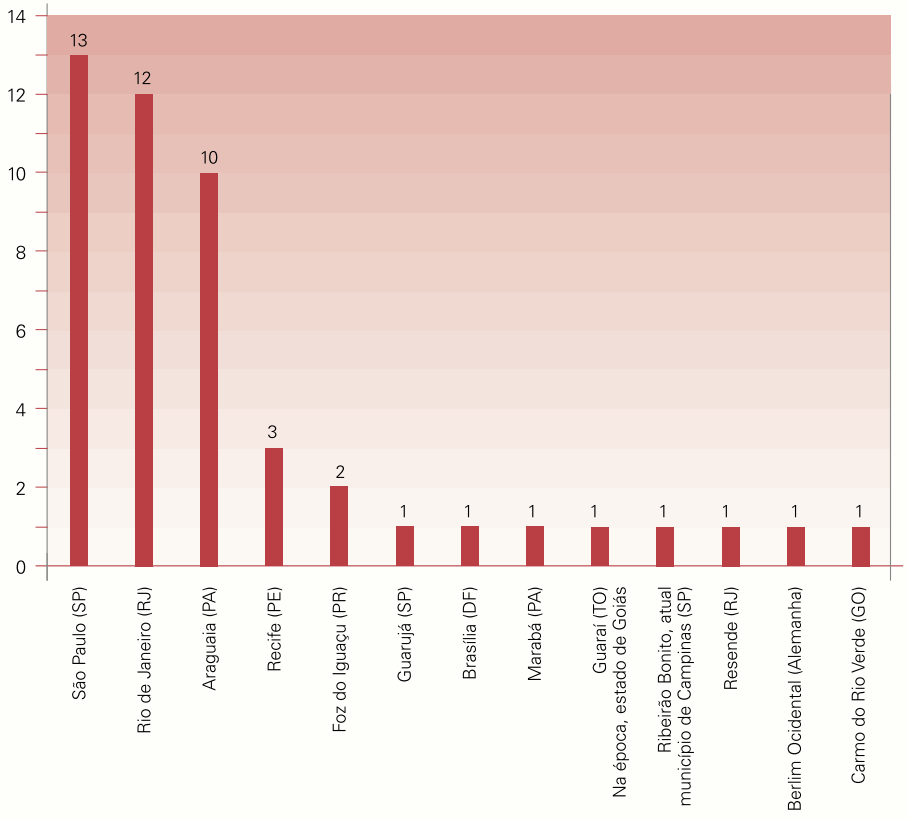
A Operação Cacau atingiu militantes ligados à Ação Popular Marxista-Leninista (APML), organização política estruturada em alguns estados. Foi realizada entre os anos de 1972 e 1973 pelo Centro de Informações do Exército – CIE. As principais lideranças mineiras mortas nessa operação foram José Carlos Novaes da Mata Machado e Gildo Macedo Lacerda, ambos torturados até a morte.

Observa-se, por último, o desmantelamento contínuo de organizações políticas armadas entre os anos de 1970 a 1976, atingindo, principalmente, as lideranças da Aliança Libertadora Nacional (ALN), da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), da Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR-Palmares) e de outras organizações menores.

No caso das lideranças da ALN cabe destacar Eduardo Collen Leite, conhecido como Bacuri, torturado por 109 dias pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury. Juarez Guimarães Brito, dirigiente nacional da VPR, na eminência de ser preso e torturado, se matou. Carlos Alberto Soares de Freitas, dirigente nacional da VAR-Palmares foi torturado na "casa da morte" de Petrópolis e encontra-se desaparecido até hoje.

Local da morte/desaparecimento fora de Minas Gerais

Gráfico 5: Local onde ocorreram as mortes/desaparecimentos



Fonte: gráfico elaborado pela Covemg

A intensificação das perseguições em Minas Gerais estimulou vários militantes a saírem do estado e aderirem a outras organizações políticas.

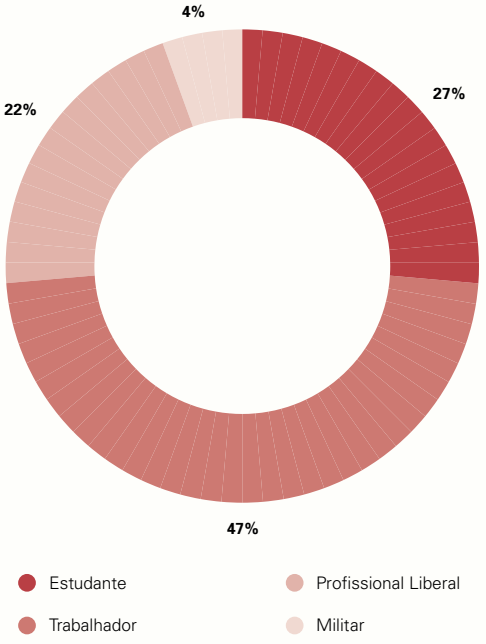
As capitais de São Paulo e do Rio de Janeiro foram os locais que mais se destacaram na prática de violações dos direitos humanos em relação à morte e ao desaparecimento forçado de opositores mineiros da ditadura.

Nestes estados funcionavam importantes instituições de repressão, como a "casa da morte" de Petrópolis, o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), no Rio de Janeiro e em São Paulo, e o Departamento de Ordem Política e Social da Guanabara (DOPS-GB). O DOI-Codi de São Paulo tem papel destacado no assassinato e desaparecimento de dezenas de pessoas, o que também influencia a quantidade de mineiros que foram vítimas dessa conjuntura.

A região do Araguaia (PA) foi um dos locais onde mais ocorreram mortes/desaparecimentos.

Ocupação

Gráfico 6: Tipo de ocupação quando das mortes/desaparecimentos



Fonte: gráfico elaborado pela Covemg

As ocupações foram categorizadas de acordo com fontes da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) e da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Nesse sentido, as ocupações analisadas se referem ao tipo de atividade e/ou trabalho da pessoa no momento em que ela foi morta ou desaparecida.

A maioria dos mortos/desaparecidos eram trabalhadores de diversos ramos, como operários, comerciários, bancários, gráficos, técnicos em telecomunicações, etc., compondo 47%. Em seguida, com o total de 27%, encontram-se os estudantes, vinculados ao movimento estudantil secundarista e/ou universitário, ligando-se, muitas vezes, à luta armada. Em menor quantidade, 22%, incluem-se os profissionais liberais, compostos por professores, jornalistas, economistas, engenheiros, etc.

Mineiros mortos na Guerrilha do Araguaia

No Araguaia passa um rio
Rio onde plantaste
Tua liberdade
Camponês, homem da terra
Vingará teu sangue
Sonhará contigo
Nunca há de te esquecer
(Grupo Mambembe)

Na década de 1980 o grupo mineiro Mambembe gravou a canção Rio Araguaia em homenagem à Guerrilha do Araguaia, ocorrida entre os anos de 1972 a 1974. Somente com a retomada do processo democrático foi possível falar sobre a Guerrilha no Brasil. As forças armadas se ocuparam não só com a execução sumária, prisão, tortura, desaparecimento físico dos guerrilheiros, mas também de ocultar informações sobre os fatos ocorridos na região. Ainda hoje, o acesso à maioria dos documentos e informações referentes a esse período histórico é negado.

As informações aqui contidas tiveram como fonte, o Relatório Arroyo[141] sobre a Luta no Araguaia, primeiro documento produzido pelo PCdoB sobre a Guerrilha. Ângelo Arroyo foi um dos poucos combatentes do Araguaia a sair com vida da região. Apresentou seu relatório ao comitê central em 1974 - um dos mais importantes documentos sobre a Guerrilha. Arroyo foi morto pela repressão em 1976 na operação militar conhecida como o "massacre da Lapa", ação feita com o intuito de dizimar a direção do PCdoB. Ainda como fonte primária foram utilizados documentos produzidos pelas Forças Guerrilheiras do Araguaia (FOGUERA), reproduzidos pelo PCdoB na edição especial da Revista Princípios, com o título de Guerrilha do Araguaia, 3a Edição.[142]

O relatório final sobre a Guerrilha do Araguaia da Comissão Nacional da Verdade também contém relato substancial sobre os fatos.[143] O livro "Operação Araguaia", de Taís Morais e Eunamo Silva traz documentos inéditos sobre a guerrilha.[144] O relatório "Serra das Andorinhas", do Grupo de Trabalho Araguaia[145], relata a viagem de representantes do Ministério Público Federal e secretaria dos Direitos Humanos à Serra das Andorinhas, possível local onde enterraram alguns guerrilheiros. Utilizamos também as biografias sobre os 10 mineiros, produzidas pela Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, Comissão Nacional da Verdade, pela Revista Guerrilha do Araguaia e pelo livro "Operação Araguaia[146]".

O PCdoB é partido de esquerda que fez a opção de combater o regime autoritário dos militares por meio de ações armadas. Muitas outras organizações optaram pela luta armada, em grande parte em território urbano. Acreditava na

mobilização das massas, pelo amplo trabalho político com o povo na qual a guerrilha seria uma parte da luta pela emancipação.

Em 1962, um grupo de militantes liderado por João Amazonas reorganizou o Partido Comunista do Brasil, com a sigla PCdoB, se identificando como um partido revolucionário.

Para eles, não havia outra saída para a libertação dos povos, senão a luta revolucionária. A preparação para a guerrilha deu-se no início da década de 1960. Quadros do Partido receberam treinamento de guerrilha, aprenderam táticas de guerra, teoria e prática.

O golpe militar de 1964 obrigou os dirigentes do PCdoB a apressarem seus planos de preparação e busca de locais para a guerrilha. Em meados de 1966, militantes do Partido se deslocaram para a região do Bico do Papagaio, no Pará, para iniciarem o reconhecimento do local e o estabelecimento dos guerrilheiros na região. Nas cidades, começou o recrutamento de militantes.

A maioria dos guerrilheiros eram jovens que já estavam sob a mira da repressão por suas atividades políticas, alguns já na clandestinidade.

Com células espalhadas em grande parte do território nacional, o PCdoB recrutou pessoas de diferentes localidades e com diferentes perfis. Mesmo mantendo o foco principal da guerrilha na região do campo, o Partido tinha importante participação nos movimentos estudantil e operário nas cidades, principalmente na Região Sudeste do país. O trabalho nas cidades era entendido como fundamental para dar sustentação política, financeira e de informação aos guerrilheiros.

A estratégia elaborada pelo Partido previa uma guerra popular prolongada, sendo necessário conquistar a confiança e a participação do povo na luta. No documento de 1969, intitulado "Guerra Popular – Caminho da Luta Armada no Brasil", o comitê central confirmou a opção pela revolução no campo, afirmando a necessidade de se criar um grande exército popular.

Para o PCdoB, a luta deveria ter caráter essencialmente popular. O local escolhido seria o campo, que cercaria as cidades.

O sudeste do estado do Pará – Bico do Papagaio – foi a região escolhida pelo PCdoB, no entroncamento dos rios Araguaia e Tocantins.

Em meados de 1966, princípio de 1967, chegam os primeiros guerrilheiros à região do Pará, procurando viver como a população ribeirinha, trabalhar na roça

e ajudar a população da melhor maneira possível. O Relatório Arroyo relata que havia 69 guerrilheiros na região divididos em três destacamentos e uma comissão militar em 12/04/1972, dia do primeiro ataque das forças armadas. Entre os combatentes, 10 mineiros, em sua maioria jovens com menos de 30 anos, sendo oito homens e duas mulheres. A participação dos mineiros na Guerrilha do Araguaia se destaca pela bravura, resistência e comprometimento com o grupo, combatentes que lutaram e morreram por um ideal.

Foram três grandes operações militares de combate à guerrilha chamadas de Papagaio, Sucuri e Marajoara, envolvendo um grande contingente de soldados, estimado entre 5 e 10 mil homens, envolvidos em todas as operações, pois o número exato nunca foi revelado. Outras operações foram feitas antes dos confrontos armados, e uma última operação após a derrota dos guerrilheiros, nomeada de "Operação Limpeza", responsável por desenterrar os corpos e levá-los para local desconhecido.

Os combates militares tiveram início em 12/04/1972.O Exército atacou o ponto de apoio (PA) do destacamento A e poucos dias depois o PA do destacamento C. Em seguida, fustigou o destacamento B e a Comissão Militar. Nessa primeira ofensiva, os guerrilheiros conseguiram reagir e escapar, mas perderam suprimentos e armas. O objetivo era desestabilizar os guerrilheiros e acabar com os pontos de apoio, para dificultar o acesso à alimentação e recursos. A Operação Papagaio teve início em agosto de 1972 terminando no final desse ano. Nos combates armados, os guerrilheiros tiveram 10 baixas; entre elas os mineiros Idalísio Soares Aranha Filho, Ciro Flávio Salazar de Oliveira, e José Toledo de Oliveira. Em fins de setembro o Exército opta por uma retirada estratégica, mas sem abandonar totalmente a região.

A segunda Operação ficou conhecida como "Sucuri", de 1973. Os militares intensificaram os trabalhos de informação e conhecimento da área. Foram realizados diversos voos estratégicos de reconhecimento. Agentes militares foram convocados para se infiltrarem na região como representantes de empresas, agentes do INCRA, funcionários da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM), bodegueiros e posseiros. Esses militares ficariam responsáveis por mapear a região, dando informações dos guerrilheiros, por onde andavam e com quem conversavam. A Operação tinha um caráter mais investigativo que de combate.

A "Operação Marajoara" teve início em 07/10/1973. Tinha como objetivo principal aniquilar a Guerrilha. Com ordem do alto comando do Exército, com o conhecimento do presidente da República, general Emilio Garrastazu Médici, ficou estabelecida a caça aos comunistas e ninguém deveria sair vivo das matas do Araguaia. Os agentes infiltrados serviriam de guia para as perseguições.

Utilizou-se também mateiros, bate-paus[147] e índios da região para a localização dos combatentes. O resultado de toda a duração da operação foram 56 guerrilheiros desaparecidos. Em 1973, morreram os mineiros Adriano Fonseca Filho e Paulo Roberto Pereira Marques.

O ano de 1974 foi decisivo e, provavelmente, o de maiores perdas para os guerrilheiros. No grupo dos mineiros, foi o ano das mortes de Oswaldo Orlando da Costa, Áurea Elisa Pereira, Pedro Alexandrino Oliveira Filho, Rodolfo de Carvalho Troiano e de Walkiria Afonso Costa, última guerrilheira a ser presa. Estava fraca, doente e desnutrida, não oferecendo resistência, o que não impediu os militares de a torturarem antes de executá-la.

Com o fim da Guerrilha, os militares se ocuparam em apagar sua existência. A "Operação Limpeza" se encarregou de desenterrar os corpos dos guerrilheiros e ocultar seus restos mortais. Os documentos das operações também desapareceram. A população da região foi barbaramente reprimida durante e após a guerra, com o intuito de não falarem sobre o ocorrido.

Os mineiros da Guerrilha do Araguaia

Foram 10 mineiros para região do Araguaia, oito homens e duas mulheres. Deste grupo, sete iniciaram sua militância no movimento estudantil, dois eram bancários e Oswaldão era engenheiro e dirigente comunista com treinamento em guerrilha na China. Sete desses guerrilheiros tinham menos de 30 anos.

Idalísio Soares Aranha Filho e Walkíria Afonso Costa militaram pelo PCdoB no movimento estudantil da UFMG. Ele, estudante de Psicologia, eleito presidente do Diretório Acadêmico (DA) da FAFICH, ela vice-presidente do Centro Acadêmico (CA) da Pedagogia. Para homenageá-los, as entidades hoje têm seus nomes. Rodolfo de Carvalho Troiano militou no movimento estudantil secundarista na cidade de Juiz de Fora, tendo sido diretor da União Juizforana de Estudantes Secundaristas (UJES).

Outros quatro mineiros que, anteriormente à Guerrilha, militaram no movimento estudantil da cidade do Rio de Janeiro. São eles: Adriano Fonseca Filho, fez Filosofia na UFRJ; Áurea Elisa Pereira, estudante de Física da UFRJ; Ciro Flávio Salazar de Oliveira, cursou Arquitetura na Faculdade Nacional de Arquitetura, da Universidade do Brasil, hoje UFRJ; Pedro Alexandrino Oliveira atuou no movimento estudantil de São Paulo nos anos de 1967 e 1968, em 1969 foi preso pelo DOPS-MG quando em viagem a Minas.

Adriano Fonseca Filho, Áurea Elisa Pereira, Ciro Flávio Salazar de Oliveira, José Toledo de Oliveira, Pedro Alexandrino Oliveira Filho e Rodolfo de Carvalho Troiano foram presos anteriormente à ida para a Guerrilha.

Chegando ao Araguaia, os guerrilheiros eram deslocados para os destacamentos. Rodolfo de Carvalho Troiano pertenceu ao destacamento A, ficando conhecido como Manoel do A. José Toledo de Oliveira, foi designado como vice-comandante do Destacamento C. Adriano Fonseca Filho e Áurea Elisa Pereira, também foram para o C.

O destacamento B foi o que mais recebeu mineiros, a começar pelo seu comandante, Oswaldo Orlando da Costa. Foram também desse agrupamento, Ciro Flávio Salazar de Oliveira, Idalísio Aranha Soares Filho, Paulo Roberto Pereira Marques, Pedro Alexandrino Oliveira Filho e Walkíria Afonso Costa, que devido as baixas do destacamento A, foi deslocada posteriormente para esse destacamento.

O primeiro mineiro a ser morto foi Idalísio, em uma emboscada na região do Peri (PA) em julho de 1972. Foi assassinado durante a "Operação Peixe", responsável por colher informações, destruir os pontos de apoio dos guerrilheiros, e travar eventuais combates.

Durante o período da "Operação Papagaio" (18/09/1972 a 10/10/1972), ocorreu o desaparecimento de dois guerrilheiros mineiros: Ciro Flávio Salazar de Oliveira e José Toledo de Oliveira. A "Operação Marajoara" foi a mais violenta e responsável pelo aniquilamento da Guerrilha. Essa operação teve início em 07/10/1973 e nela morreram os mineiros: Auréa, Adriano, Paulo Roberto; Pedro Alexandrino, Rodolfo, Walkíria e Oswaldão. A Operação terminou com um saldo de 56 guerrilheiros mortos e com a população local devassada pelo Exército, com centenas de camponeses torturados e com suas casas e roças destruídas. Depois dessa Operação foi decretado o fim da Guerrilha, levando o Exército a organizar a derradeira Operação na região a "Operação Limpeza".

Essa operação foi responsável por desenterrar os corpos dos guerrilheiros e colocá-los em local desconhecido para evitar que o lugar do sepultamento servisse para homenagens, significando símbolo de resistência.

No calor dos acontecimentos, foram feitas denúncias no exterior por padres franceses que atuavam na região. Em 1974, Ângelo Arroyo apresentou um Relatório sobre a luta no Araguaia ao comitê central do PCdoB, o que se tornou um dos mais importantes documentos produzidos sobre a Guerrilha. Algumas publicações clandestinas à época denunciavam o massacre no Araguaia, mas não tinham alcance nacional. Em 1979, saiu uma matéria no O Jornal da Tarde, do jornalista Fernando Portela.

A história da Guerrilha nos foi negada durante muitos anos. O Estado negou a existência da guerrilha enquanto pôde. A Guerrilha do Araguaia só foi oficialmente reconhecida pelas Forças Armadas 20 anos depois de seu início em 1992, após ser revelado parte de um documento militar que comprovava as mortes dos guerrilheiros Bergson Gurjão de Farias e Idalísio Soares Aranha, o primeiro mineiro a ser morto em combate.

Em 1996, o Jornal O Globo faz um dossiê sobre a Guerrilha do Araguaia, matéria que alcançou visibilidade nacional, obrigando os militares a se pronunciarem.

O aniquilamento da Guerrilha do Araguaia inaugura uma nova fase na perseguição aos opositores do regime militar. A partir de 1974, a ditadura passa a fazer do desaparecimento forçado, e/ou assassinato, um método sistemático para acabar com seus opositores. No entanto, essa não é uma ação aleatória, são escolhidos determinados alvos a serem aniquilados: dirigentes de organizações e autoridades. Podemos citar a "Operação Radar", de 1973-1976 responsável por assassinar dirigentes do PCB, assim como o "massacre da Lapa" de 1976, emboscada para matar dirigentes do comitê central do PCdoB. A "Operação Condor" entra nesse espectro na colaboração mútua entre as ditaduras da América do Sul para assassinarem pessoas e políticos importantes de seus países.

Os crimes da ditadura militar ainda que imprescritíveis, seguem sem punição, devido à Lei da Anistia. O acesso à verdade continua dificultado, uma vez que as autoridades militares continuam afirmando a não-existência de registros.



ADRIANO FONSECA FILHO (CHICÃO, QUEIXADA)

Data e local de nascimento: 18/12/1945, Ponte Nova (MG)
Data e local de desaparecimento: entre 28/11/1973 e 03/12/1973 – Grota do Nascimento (PA)
Idade quando desaparecido: 27 ou 28 anos
Filiação: Zeli Eustáquio Fonseca e Adriano Fonseca
Operação Militar: Marajoara

Chicão, como ficou conhecido, era um homem alto, de 1.96m, impossível de não se notar. Chegou ao Araguaia depois de iniciado o conflito. Foi morto enquanto caçava jaboti, com um tiro no peito. Depois de morto teve a cabeça decepada.

ÁUREA ELIZA PEREIRA (ELISA)



Data e local de nascimento: 06/04/1950, Monte Belo (MG)
Data e local de desaparecimento: 13/06/1974 – Cemitério de Xambioá (TO), ou 23° Batalhão de Infantaria da Selva, Marabá (PA), ou Base Militar de Xambioá (TO)
Idade quando desaparecida: 24 anos
Filiação: Odila Mendes Pereira e José Pereira
Operação Militar: Marajoara

Presa em 30/04/1974, segundo relatos, se encontrava muito magra e debilitada, foi vista viva em instituições militares antes de desaparecer. O ministério da Marinha em relatório enviado ao ministro da Justiça Maurício Correa em 1993, afirma que ela teria sido morta em 13/06/1974.

CIRO FLÁVIO SALAZAR DE OLIVEIRA (FLÁVIO)



Data e local de nascimento: 26/12/1943, Araguari (MG)
Data e local de desaparecimento: 30/09/1972 ou princípio de 1972 – Próximo à área do Franco (MA)
Idade quando desaparecido: 29 anos
Filiação: Maria de Lourdes Salazar e Oliveira e Arédio de Oliveira
Operação Militar: Papagaio

A circunstância exata da morte não foi revelada, apenas é confirmada em alguns relatórios oficiais, com divergências quanto à data do óbito.

IDALÍSIO SOARES ARANHA FILHO (APARÍCIO)



Data e local de nascimento: 21/08/1947, Rubim (MG)
Data e local de desaparecimento: 13/06/1972, 12/07/1972 ou 13/07/1972 - Casa de Peri, nas redondezas da Grota Vermelha (PA), aproximadamente a 50 metros da estrada ou Região de Perdidos ou Marabá (PA)
Idade quando desaparecido: 25 anos
Filiação: Aminthas Rodrigues Pereira e Idalísio Soares Aranha
Operação Militar: Peixe

Primeiro mineiro a ser morto pelo Exército resistiu bravamente, segundo os próprios oficiais.



JOSÉ TOLEDO DE OLIVEIRA (VÍTOR)

Data e local de nascimento: 17/07/1941, Uberlândia (MG)
Data e local de desaparecimento: 20/09/1972, 21/09/1972, 26/09/1972 ou 29/09/1972, Base de São Geraldo do Araguaia (PA) ou Cemitério de Xambioá (TO) ou Roça do Rodrigues ou Base Militar de Xambioá (TO) ou Terra Indígena Sororó, às margens da estrada, perto de São Raimundo (PA)
Idade quando desaparecido: 31 anos
Filiação: Adaíde de Toledo Oliveira e José Sebastião de Oliveira
Operação Militar: Papagaio

Vitor era vice-comandante do destacamento C. Foi morto em tiroteio com mais dois outros companheiros.



OSWALDO ORLANDO DA COSTA (MINEIRÃO, OSWALDÃO)

Data e local de nascimento: 27/04/1938, Passa Quatro (MG)
Data e local de desaparecimento: 07/02/1974 ou 04/1974 - Saranzal, perto de São Domingos (PA), Xambioá (TO) ou Brasília (DF)
Idade quando desaparecido: 36 anos
Filiação: Rita Orlando dos Santos e José Orlando da Costa
Operação Militar: Marajoara

Comandante do destacamento B, negro, alto, de quase dois metros de altura, muito querido pela população. Considerado um dos maiores líderes da Guerrilha, virando uma lenda na região. Foi morto pelo mateiro Arlindo Piauí, com um tiro nas costas.

PAULO ROBERTO PEREIRA MARQUES (AMAURY)



Data e local de nascimento: 15/05/1949, Pains (MG)
Data e local de desaparecimento: 12/1973 -a 5 ou 6 km da Base do Mano Ferreira, próximo a Palestina (PA) ou perto do Rio Saranzal (PA)
Idade quando desaparecido: 24 anos
Filiação: Maria Leonor Pereira Marques e Silvio Marques Canelo
Operação Militar: Marajoara

As circunstâncias da morte nunca foram reveladas, apresentando na certidão de óbito apenas o ano de 1973.

OLIVEIRA FILHO (PERI)



Data e local de nascimento: 19/03/1947, Belo Horizonte (MG)
Data e local de desaparecimento: 10/03/1974 ou 04/08/1974 - Palestina (PA) ou Xambioá (TO).
Idade quando desaparecido: 24 anos
Filiação: Diana Piló Oliveira e Pedro Alexandrino Oliveira
Operação Militar: Marajoara

Pouco se sabe sobre as circunstâncias exatas da morte de Pedro Alexandrino, nem mesmo a data exata.

RODOLFO DE CARVALHO TROIANO (MANOEL DO A)



Data e local de nascimento: 02/04/1949, Juiz de Fora (MG)
Data e local de desaparecimento: 10/1973 ou 12/1/1974 - Tabocão, Brejo das Pacas ou nas redondezas da estrada de São Domingos (PA)
Idade quando desaparecido: 25 anos
Filiação: Geny de Carvalho Troiano e Rodolfo Troiano
Operação Militar: Marajoara

Manoel do A, como ficou conhecido, foi morto após denúncia de um camponês, quando foi entregar o filho-de um trabalhador rural à casa de seus tios.



WALKIRIA AFONSO COSTA (WALK)

Data e local de nascimento: 02/08/1947, Uberaba (MG)
Data e local do desaparecimento: entre 30/9/1974 e 25/10/1974, Xambioá (TO)
Idade quando desaparecido: 28 anos
Filiação: Odete Afonso Costa e Edwin Costa
Operação Militar: Marajoara

Última guerrilheira a ser capturada pelos militares. Estava doente, magra e não ofereceu resistência. Foi torturada antes de morrer.

A MORTE DE JUSCELINO KUBITSCHEK

Mais de 40 anos depois, a morte do ex-presidente Juscelino Kubitschek continua sendo alvo de inúmeras polêmicas ligadas ao suposto acidente que tirou sua vida. As controvérsias chegaram às comissões da verdade. A CNV e as comissões municipal e estadual de São Paulo travam uma contenda que está chegando aos tribunais.

A Comissão da Verdade em Minas Gerais, considerando que JK é um dos mineiros mais famosos, decidiu fazer um estudo técnico das produções destas Comissões para entender as alegações de cada uma e, assim, emitir suas próprias considerações.

A metodologia consistiu em consulta bibliográfica, levantamento dos trabalhos e produções textuais realizadas pela Comissão Municipal da Verdade em São Paulo, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo e Comissão Nacional da Verdade. Foram analisados os conteúdos e elementos considerados pelas três Comissões, com atenção para o que pudesse sinalizar fatos ou comprovações relevantes nas investigações e conclusões das circunstâncias das mortes de Juscelino Kubitschek e de seu motorista Geraldo Ribeiro. Também foram verificados e analisados os documentos contidos nos processos judiciais envolvendo o caso. Todo o material serviu para elaboração comparativa e textual.

A TRAJETÓRIA DE JUSCELINO KUBITSCHEK



Filiação: João César de Oliveira e Júlia Kubitschek
Data e local de nascimento: 12/09/1902, Diamantina (MG)
Ocupação: médico e político
Organização política: PSD
Data e local da morte: 22/08/1976, Resende (RJ)

Foi Prefeito de Belo Horizonte (1940-1945), deputado federal Constituinte (1945-1946), governador de Minas Gerais (1951-1955), presidente do Brasil (1956-1961) e senador pelo estado de Goiás (1962-1964). Manifestou oposição política ao regime militar. Planejava candidatura para as eleições de 1965, mas em 08/06/1964 teve seu mandato de senador cassado e seus direitos políticos suspensos por 10 anos. Exilou-se na Europa e Estados Unidos. Para custear suas despesas desenvolveu atividades empresariais em Lisboa e palestrou nos Estados Unidos. Durante seu exílio, retornou ao Brasil no dia 04/10/1965, cumprindo duas intimações para depor em inquéritos policiais. Era acusado de ligação com os comunistas e de corrupção. Em menos de duas semanas passou por interrogatórios que duraram até 9 horas. Partiu do Brasil em 09/11/1965. Em 09/06/1966, por ocasião do enterro de sua irmã Nana, Juscelino voltou ao Brasil permanecendo por três dias, mas proibido de dar declarações e de receber manifestações, depois partiu para Nova York. Em outubro de 1966, propôs junto com Carlos Lacerda e adesão de João Goulart a criação de uma "Frente Ampla", pela democracia e eleições. Seu exílio teve término em 09/04/1967, quando desembarcou no Rio de Janeiro durante o governo Costa e Silva. Em 13/12/1968 foi decretado o AI-5, e Juscelino foi preso por um oficial à paisana, levado para o 3º Regimento de Infantaria em São Gonçalo-RJ, ficando 9 dias preso em uma cela com condições precárias, onde seus movimentos eram observados por um buraco no teto. Na ocasião ficou isolado, incomunicável, não sendo permitido receber familiares nem advogado. A esposa de JK - Sarah Kubitschek, pressionando os militares, conseguiu furar o bloqueio, levando alguns objetos de uso pessoal para ele. JK, ao ser solto, foi para o seu apartamento no Rio de Janeiro, onde ficou durante um mês em regime de prisão domiciliar. Em janeiro de 1969 foi autorizado a sair do Brasil para tratamento de saúde. Após o retorno do exílio participou com os genros de um Banco de investimentos, que se manteve até 1975. Em 1976 estava trabalhando na Revista Manchete-RJ escrevendo resenhas de livros, a convite de Adolfo Bloch. JK morreu em 22/08/ 1976, juntamente com seu motorista, Geraldo Ribeiro, devido a uma colisão envolvendo uma carreta e o veículo (opala) no qual estavam viajando de São Paulo para o Rio de Janeiro.

RELATO DO OCORRIDO EM 22/08/1976

Juscelino Kubitschek estava fazendo o trajeto Rio de Janeiro/São Paulo no opala, placa NW-9326, conduzido por seu motorista Geraldo Ribeiro. Próximo de Resende-RJ (no km 168, atual 331) pararam no Hotel Fazenda Villa-Forte e ao retornar para a rodovia e percorrer poucos quilômetros (no km 165, atual 328) o opala cruzou o canteiro central em direção à pista oposta, colidindo com uma carreta Scania-Vabis, dirigida por Ladislau Borges, que trafegava no sentido RJ-SP. JK e Geraldo morreram no local. O motorista do ônibus da Viação Cometa que trafegava na mesma via parou para prestar socorro às vítimas e seguiu viagem para o Rio, informando ao posto policial rodoviário sobre a colisão. A polícia alegou que o ônibus teria batido no opala, causando o acidente. O motorista do ônibus foi julgado e absolvido.

ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO

Em avaliação dos arquivos, documentos e materiais relacionados à Comissão Nacional da Verdade e às Comissões Estadual e Municipal da Verdade de São Paulo, percebe-se a profundidade e seriedade na busca da verdade, por meio do estudo dos fatos, perícias realizadas, oitivas de participantes e testemunhas da colisão, no esforço para desvendar em suas distintas dimensões as contradições encontradas, os pesos atribuídos a cada evidência e conclusões divergentes: acidente ou atentado?

A Comissão da Verdade em Minas Gerais, consciente das dificuldades de esclarecer a morte do ilustre mineiro, comparou os estudos realizados pelas três Comissões indicando os principais pontos contraditórios ou não totalmente esclarecidos e levantando outros pontos.

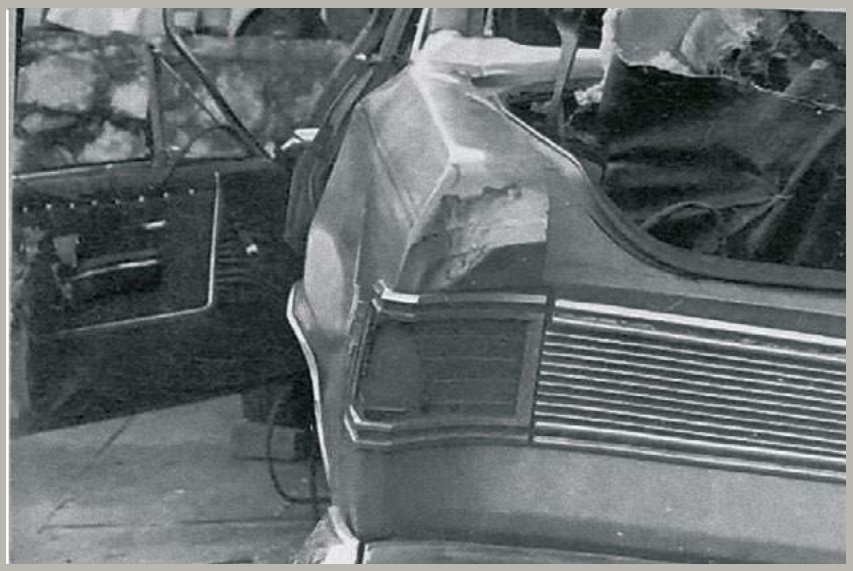
Levantou-se que:

(1) não foi feita a interdição da pista na Dutra após o acidente;

(2) foi realizado exame toxicológico do corpo de Juscelino, mas não do condutor do opala dirigido por Geraldo Ribeiro;

(3) os laudos inicial e complementar possuem fotos traseiras do opala sem avarias no dia do acidente e diferentes no dia seguinte – a seguir, imagem comparativa de fotografias dos Laudos de Exame em Local;





(4) o laudo de vistoria e de identidade de tinta do ônibus e do opala e o parecer técnico do Centro de Tecnologia e Transporte são contraditórios: um afirma que a composição das tintas era a mesma, enquanto o outro mostra que as afirmações do laudo anterior necessitariam de outras técnicas de investigação e que seria impossível comprovar a identidade entre as duas amostras de tinta;

(5) o certificado de análise de tinta juntado ao laudo só contém a assinatura da engenheira-chefe e não é assinado pelos peritos, o que poderia ser rejeitado de acordo com o Código de Processo Penal;

(6) a perícia do opala, realizada em 1996 para avaliação de explosão e/ou sabotagem, foi feita em veículo com chassi diferente do opala de 1976 - abaixo imagem comparativa de fotografias do número do motor da carcaça periciada em 1996 e do documento do veículo opala onde estava JK na ocasião de sua morte;





(7) em processo judicial, o motorista Josias foi absolvido na sentença, sendo "presumida sua inocência devido a provas deficientes, incompletas ou contraditórias que deixaram margem à dúvida, já que não houve como afirmar de forma irrefutável falha do motorista do ônibus diante dos depoimentos e documentos apresentados". Foi negado o recurso de apelação contra a sentença e mantida a absolvição;

(8) parecer técnico do Instituto Mineiro de Perícias que analisou os distintos laudos e documentos indicados em trabalhos das três comissões da verdade. A Comissão da Verdade em Minas Gerais conclui que a perícia não apontou "elementos de provas insofismáveis".

As contradições e divergências encontradas revelam inconsistências e apontam dúvidas. Para desvendar as circunstâncias exatas do ocorrido, diante da necessidade que o Brasil siga o caminho da Justiça, é preciso que todos os arquivos do período da ditadura militar sejam abertos e disponibilizados de acordo com a legislação do Direito à Informação.

Não se pode analisar um episódio fora de seu contexto histórico, quais circunstâncias objetivas e subjetivas foram determinantes e/ou condicionantes para que os acontecimentos se desdobrassem de uma forma e não de outra.

Em 1976, o Brasil ainda vivia sob a ditadura militar, período em que os EUA e o mundo ocidental faziam guerra ao comunismo, o considerando como grande ameaça à democracia, em que todos eram suspeitos. Não foram suficientes o Tribunal de Nuremberg condenando os crimes de guerra e de lesa humanidade, nem as Convenções de Genebra e a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 para deter a violação dos direitos humanos pela ditadura.

Oficiais franceses, derrotados na Argélia, ensinaram a torturar, sequestrar, fazer ocultar a morte de opositores nas escolas das Forças Armadas dos EUA, onde estudaram oficiais brasileiros e da América Latina. Indicaram a necessidade de colaboração entre as forças repressivas dos diversos países, o que levou à organização da "Operação Condor", coordenada pela ditadura de Pinochet.

A Carta de Manuel Contreras Sepúlveda[148], chefe da Inteligência Chilena, dirigida ao general João Baptista de Oliveira Figueiredo, em 1975, diz:

> [...] 1) Compartilho da sua preocupação pelo possível triunfo do Partido Democrata nas próximas eleições presidenciais nos Estados Unidos. Também temos conhecimento do reiterado apoio dos democratas a Kubitschek e Letelier que no futuro poderia influenciar seriamente na estabilidade do Cone Sul do nosso hemisfério. 2) O plano proposto por você para coordenar nossa ação contra certas autoridades eclesiásticas e conhecidos políticos social-democratas e democratas-cristãos da América Latina e Europa contam com nosso decidido apoio [...]

Um dos oficiais franceses, Paul Aussaresses, derrotado no Vietnam em 1954, aplicou seus conhecimentos contra os argelinos que lutavam para se livrar do jugo colonial francês, criando clandestinamente o "Esquadrão da Morte". Aplicavam a tortura, justificada como arma de guerra, utilizaram os desaparecimentos forçados, a simulação de suicídios, o não reconhecimento da prisão, o assassinato com ocultação de cadáver. Paul Aussaresses foi adido militar francês no Brasil entre 1973 e 1975, deu aulas em diversas unidades militares, incluindo a Escola de Informação de Guerra nas Selvas, em Manaus, durante a Guerrilha do Araguaia, onde sequestro, tortura e desaparecimento forçado foram práticas sistemáticas.

Significativo que vários oposicionistas e lideranças morrem em datas próximas, durante os anos de 1976/1977. Juscelino Kubitschek morre em 22/08/1976, João Goulart em 06/12/1976, Carlos Lacerda em 21/05/1977 lideranças que propuse-

ram a Frente Ampla; Zuzu Angel em 14/04/1976 em atentado político; Orlando Letelier em 21/09/1976, ex-ministro de Salvador Allende no Chile; Juan Jose Torres 02/06/1976, ex-presidente da Bolívia, nacionalista. No Brasil, a operação contra o Partido Comunista do Brasil, PCdoB, dirigente da Guerrilha do Araguaia, culminou com o massacre da Lapa em 1976, a morte de três membros do comitê central e a prisão de vários outros. A "Operação Radar" contra o Partido Comunista Brasileiro (PCB) empreendeu prisões de dirigentes do comitê central e militantes, com vários desaparecidos. Qual seria a probabilidade real de tantas mortes de lideranças no Brasil e outros países acontecerem em tão curto espaço de tempo? Obra do acaso?

A Comissão da Verdade do Estado de São Paulo e o Grupo de Trabalho GT-JK reuniram, em seu relatório, pareceres jurídicos consistentes. Os juristas consultados manifestaram a necessária inversão do ônus da prova em prol das vítimas da ditadura militar, ressaltando que são ilícitas as declarações que não obedeçam a esse critério conforme estabelecem as normas gerais do Direito Internacional dos Direitos Humanos. Deve prevalecer a proteção contra a prática de crimes contra a humanidade e o acesso à verdade histórica. Em casos de desproporção e desigualdade, quando uma das partes é hipossuficiente para apresentar provas das suas alegações, cabe inversão do ônus de prova, que se aplica nos casos da ditadura, pois as vítimas são vulneráveis diante da utilização do aparato estatal para a prática de crimes e para ocultar as possíveis provas, que poderiam esclarecer a verdade. Assim, o ônus de prova deve recair sobre o Estado democrático que se segue à ditadura, como meio de fortalecer suas bases.

O princípio do *in dubio pro victima* deriva da proteção diante de crimes contra a humanidade cometidos com a utilização de aparato estatal. Por arcar com as consequências do abuso, a vítima não possui condições de apresentar provas ao seu favor. Assim, existindo dúvidas sobre a verdade deve-se concluir em prol das vítimas.

Quanto mais se conhece sobre a ditadura militar e se desvenda violações de direitos humanos, maiores são as dúvidas sobre as circunstâncias das mortes e desaparecimentos de resistentes durante esse período.

Com as pesquisas e investigações realizadas até hoje permanecem controversas e pouco claras as circunstâncias das mortes de Juscelino Kubitschek e Geraldo Ribeiro. Considerando o contexto da época, as distintas contradições das avaliações periciais, os depoimentos e pareceres jurídicos pode-se afirmar que é plausível, provável e possível que as mortes tenham ocorrido devido a atentado político.

NOTAS

1. Normas imperativas internacionais também podem ser chamadas de *jus cogens*, definido no art. 53 da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados.
2. O Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional foi promulgado pelo Decreto nº 4.388/2002.
3. A Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas foi promulgada por meio do Decreto nº 8.766/2016.
4. A Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado foi promulgada por meio do Decreto nº 8.767/2016.
5. Projeto de Lei nº 6.240/2013.
6. Em Parecer do Relator, deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ), pela aprovação, com substitutivo consta: "Outra preocupação manifestada pelo Ministério da Defesa se refere à Lei nº 6.683, de 28/08/1979, a Lei de Anistia, julgada válida pelo Supremo Tribunal Federal na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 153, proposta pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil." Projeto disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=589982>.
7. No sistema jurídico nacional a Lei da Anistia está localizada sob o nº 6.683/1979.
8. A ADPF em questão se refere à Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº153/DF. Acórdão disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=612960>.
9. O Caso conhecido como "Guerrilha do Araguaia" se refere ao Caso Gomes Lund e outros vs. Brasil. Sentença Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_por.pdf Resolução de supervisão de cumprimento da sentença disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/supervisiones/gomes_17_10_14_por.pdf>.
10. A ADPF em questão se refere à Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº320/DF. Petição Inicial disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5892287&ad=s#2%20>.
11. GASPARI, E. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Compan GASPARI, E. A ditadura envergonhada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.hia das Letras, 2002.
12. VITRAL, T. V. *Corrente Revolucionária de Minas Gerais:* resistência ativa à ditadura civil militar em Minas Gerais. Dissertação. APUD. APGAUA. Depoimento concedido a Otávio Luiz Machado. Nova Lima, 0202/2003. p. 45.
13. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0004_0003, p. 68. Declaração, de 20/04/1996.
14. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANSBS_ATO_0_0004_003, p. 75. Relatório da Comissão Especial, 23/04/1996.
15. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANSBS_ATO_0_0004_003, p. 55. Certidão de Óbito.
16. Arquivo Nacional, CEMDP: AC_ACE_34017_71, p. 51. Necropsia realizada no IML/MG, em 07/01/1971.
17. Arquivo Nacional, CEMDP: AC_ACE_34017_71, p. 51. Necropsia realizada no IML/MG, em 07/01/1971.
18. Laudo pericial realizado pelo Instituto Carlos Éboli, solicitado pela Comissão da Verdade em Minas Gerais, 28/08/2017.
19. Foto de necropsia de Aldo de Sá Brito. Arquivo da Comissão da Verdade em Minas Gerais, s/d.
20. Depoimento extraído do livro *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964*.CEPE – Companhia Editora de Pernambuco Governo do Estado de Pernambuco, 1995.
21. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANSBS_ATO_0_0004_00, p. 77. Relatório da Comissão Especial, 23/04/1996.
22. O processo de Aldo foi acolhido pelas determinações do artigo4º, inciso I, letra "b" da Lei 9.140
23. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0020_0007, p. 34. Parecer da CEMDP, s/d.
24. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0020_0007, p. 34. Parecer da CEMDP, s/d.
25. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0020_0007, p. 10. Certidão de óbito, 20/08/1979.
26. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0020_0007, p. 34. Parecer da CEMDP, s/d.
27. Processo nº 319 do Conselho Estadual de Direitos Humanos – CONEDH, p. 11. Depoimento testemunhal, 31/01/2001.
28. Processo nº 319 do Conselho Estadual de Direitos Humanos – CONEDH, p. 23. Jornal Diário do Oeste, 22/08/1979.
29. No ano de 1962, na rádio Mayrink Veiga, Leonel Brizola convocava a população para participar da vida política por meio da criação de diversas células formadas por 11 pessoas, em alusão à formação de um time de futebol, espalhadas por todo o País, sob seu comando, na busca pelo apoio ao governo Jango, que passava por turbulências políticas. Assim, os grupos ficaram conhecidos como Grupos de Onze Companheiros ou Grupo dos Onze.
30. APM, pasta 3866, rolo 49, figs 4 a 9 e Processo CONEDH, figs. 37 a 39.
31. Declaração da testemunha Geraldo.
32. Ficha de IPM nº 77 – DVS 030 APM, pasta 005, rolo 001, Fig. 20.
33. Processo 655, fig.11, CONEDH e Processo 131/04, pag. 50, CEMDP.
34. Processo nº 655 do CONEDH. Declaração Derly e Manoel Vitor.
35. Certidão emitida em 27/05/2002 pela diretora de Secretaria da Auditoria da 4ª circunscrição judiciária militar de Juiz de Fora, Processo 655 – CONEDH, de Gerson Firmino, pag. 06.
36. Laudo pericial realizado a pedido da Covemg, 28/08/2017.
37. Processo 655, fig. 19.CONEDH. Atestado de óbito de Carlos Antunes, 27/07/1990
38. Processo nº 655 do CONEDH. Declaração de Manoel Vitor.
39. Processo nº 655 do CONEDH. Declaração de Neiva da Silva.
40. Laudo pericial realizado a pedido da Covemg, 28/08/2017.
41. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0025_0006. p. 14. Depoimento de Mariana Carvalho Schirmer. 21/03/1996.
42. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0025_0006. p. 46. Requerimento, 23/05/2002.
43. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0025_0006. p.17. Parecer da Comissão Especial, 25/08/2004.

44. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ ATO_0034_000, p.43: Foto com João Goulart, 06/03/1964.

45. Jornal Estado de Minas. Telefonemas. 15/04/1975.

46. Processo n° 58 do Conselho Estadual de Direitos Humanos – CONEDH. Depoimento de Glaucy Marise Aranha de Morais e Flávia Magda Aranha Ferreira. Pág. 41 e 42. 03/10/2001.

47. Processo n° 58 do Conselho Estadual de Direitos Humanos –CONEDH. Depoimento de Glaucy Marise Aranha de Morais e Flávia Magda Aranha Ferreira. Pág. 41 e 42. 03/10/2001.

48. Arquivo Público Mineiro. Acervo do DOPS. PASTA 5489 / [Fichas de identificação] documento 343. 08/05/1964.

49. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ ATO_0034_000, p. 384. Foto com Flávio e Doracy mortos, 14/04/1975.

50. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0034_0034. p.386. Inquérito Policial.

51. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ ATO_0034_000, pp. 359-362. Laudos Toxicológicos, 17/04/1975.

52. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ ATO_0034_000, pp. 385-386. Auto de Corpo de Delito e foto da cena, 04/04/1975.

53. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ ATO_0034_000. Indenização CONEDH, ff. 104-108, 08/04/2002.

54. Arquivo Nacional, CNA: BR_DFANBSB_ AT0_0_0_0034_0002.Requerimento de Anistia n° 2042.01.11662.

55. Processo n° 58 do Conselho Estadual de Direitos Humanos – CONEDH. Pág. 71. Documento elaborado por Dr. Alfredo Martin para a Comissão de Direitos Humanos do Conselho Regional de Psicologia – 4ª Região – MG/ES, 2001.

56. Arquivo Público Mineiro. Acervo do DOPS. PASTA 0002[2]} / [Comunismo] documento 42. Interrogatório - 18/06/1964.

57. Processo n°353 do Conselho Estadual de Direitos Humanos – CONEDH. Pág. 12. Depoimento de Doracy Fiuza de Assis.

58. Processo n°353 do Conselho Estadual de Direitos Humanos – CONEDH. Pág. 24. Atestado da clínica Santa Maria, de 19/03/1963.

59. Processo n°353 do Conselho Estadual de Direitos Humanos – CONEDH. Pág. 12. Depoimento de Doracy Fiuza de Assis.

60. Processo n°353 do Conselho Estadual de Direitos Humanos – CONEDH. Pág. 22. Notícia do jornal Estado de Minas, de 08/06/1964.

61. Processo n°353 do Conselho Estadual de Direitos Humanos – CONEDH. Pág. 12. Depoimento de Doracy Fiuza de Assis.

62. Processo n° 353 do Conselho Estadual de Direitos Humanos – CONEDH. Pág. 22. Notícia do jornal Estado de Minas, de 30/11/1964.

63. Processo n° 353 do Conselho Estadual de Direitos Humanos – CONEDH. Pág. 24. Depoimento testemunhal.

64. Laudo pericial realizado a pedido da Covemg, 28/08/2017.

65. Processo n° 353 do Conselho Estadual de Direitos Humanos – CONEDH. Pág. 34. Atestado de óbito.

66. Laudo pericial realizado a pedido da Covemg, 28/08/2017.

67. Jornal A Nova Democracia. O dia da caça na FNM. Ano III n° 25, julho de 2005

68. Hemeroteca da Biblioteca Pública Luis de Bessa. Acervo digitalizado da Superintendência de Bibliotecas Públicas. Código 635862, Edição n° 14897 do Jornal Estado de Minas, p. 5, 28/09/1979.

69. Arquivo Nacional, SNI: ABH_ACE_2143_80. Encaminhamento 024/116/ABH/XXX/80, 08/09/1980.

70. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0045_0007, p. 2. Carteira de filiação ao PTB, 18/10/1961.

71. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0045_0007, pp. 47-49. Testemunho de Hernani Maia, do PTB, em nome do Diretório de Minas Gerais, 23/09/1997 (nome ilegível).

72. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0045_0007, pp. 47-49. Testemunho de Hernani Maia, do PTB, em nome do Diretório de Minas Gerais, 23/09/1997 (nome ilegível).

73. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0045_0007, p.54. Testemunho de Laura dos Santos Soares, 17/09/1997.

74. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0045_0007, pp. 4-8. Petição inicial - requerimento junto à Comissão Especial - Lei 9140-95. 29/09/1997.

75. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0045_0007, pp. 4-8. Petição inicial - requerimento junto à Comissão Especial - Lei 9140-95. 29/09/1997.

76. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0045_0007, p. 24. Certidão de óbito, 10/04/1972.

77. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_ DFANBSB_ AT0_0045_0007, p. 69. Jornal Diário da Tarde, 04/04/1964.

78. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0045_0007, p. 70. Jornal Diário da Tarde, 07/04/1964.

79. Processo n° 245 do Conselho Estadual de Direitos Humanos – CONEDH. Depoimento de Anésia Fontenelle, p.32. 19/12/2001.

80. Processo n° 245 do Conselho Estadual de Direitos Humanos – CONEDH. Depoimento de Anésia Fontenelle, p.32. 19/12/2001.

81. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_ DFANBSB_ AT0_0045_0007, p. 50. Depoimento de Dimas Perrin, s/d.

82. A Revolta dos Sargentos ocorreu após o Supremo Tribunal Federal (STF) declarar inelegível um sargento para a assembleia legislativa. Com o golpe militar de 1964, em 4 de abril, foi instaurado Inquérito Policial Militar para apurar práticas de atividades consideradas subversivas no interior das Forças Armadas.

83. Outros depoimentos afirmam que ele foi preso no dia 8.

84. Assentada de José Lisboa, 30/10/1970.

85. Auto de Corpo Delito de João Lucas Alves, 06/03/1969.

86. A CEMDP acolheu o caso de João Lucas Alves por ter falecido de causas não naturais em dependência policial ou assemelhada, com base na tipificação do artigo 4º, I, b, da Lei n° 9.140, de 04/12/1995.

87. Depoimento de João Bosco Nacif da Silva Audiência pública da CNV, 30/09/2014.

88. Laudo pericial indireto da morte de João Lucas Alves requerido pela Comissão Nacional da Verdade, 22/10/2014.

89. Arquivo Brasil: nunca mais digital: BNM 150, pp. 436-2342. Relatório, 11/03/1970.

90. Perícia realizada a pedido da Covemg. 28/08/2017.

91. Arquivo Nacional, DSI-MJ: BR_AN_ RIO_TT_0_MCP_PRO_0432, p. 84. Relatório Subcomissão Para a Prevenção da Discriminação e Proteção às Minorias da Comissão de Direitos Humanos da ONU, 1974.

92. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0056_0006, pp. 8-10. Declaração de José Roberto Borges Champs, 24/05/1996.

93. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0056_0006, p.25. Certidão de óbito, 1970.

94. Ver também ROMANELLI, Antonio Ribeiro. *Minhas histórias do cárcere e do exilio.* Mazza Ed.; Belo Horizonte, 1994. pp. 43-44.

95. Depoimento concedido à Comissão da Verdade em Minas Gerais por Conceição Marques Rubinger, viúva de Marcos Magalhães Rubinger em 25/06/2015.

96. Depoimento concedido à Comissão da Verdade em Minas Gerais por Conceição Marques Rubinger, viúva de Marcos Magalhães Rubinger em 25/06/2015 e recorte do Jornal Diário de Minas, datado de 29/12/1964.

97. Portaria nº 28.28/01/66 e Depoimento concedido à Comissão da Verdade em Minas Gerais por Conceição Marques Rubinger, viúva de Marcos Magalhães Rubinger, em 25/06/2015.

98. Depoimento concedido à Comissão da Verdade em Minas Gerais por Conceição Marques Rubinger, viúva de Marcos Magalhães Rubinger, em 25/06/2015.

99. Depoimento concedido à Comissão da Verdade em Minas Gerais por Conceição Marques Rubinger, viúva de Marcos Magalhães Rubinger, em 25/06/2015.

100. Cópia de página da Carteira de Trabalho de Conceição Marques Rubinger.

101. Depoimento concedido à Comissão da Verdade em Minas Gerais por Conceição Marques Rubinger, viúva de Marcos Magalhães Rubinger, em 25/06/2015 e Certidão de óbito 19/11/1975.

102. Certidão de óbito 19/11/1975.

103. Perícia realizada a pedido da Covemg. 28/08/2017.

104. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0065_0013, p. 8. Notícia, s/d.

105. Arquivo Público Mineiro. PASTA 0334 / [Manifestações Públicas] documento 170.

106. Arquivo Público Mineiro, DOPS: Pasta 0334 – documento 170. Ofício (confidencial), 03/03/1975.

107. Brasil Nunca Mais, Bib_01: Notícia. Guerrilheiro morre na cela. São Paulo, 4 a 10/05/1967. p.3. Brasil nunca mais.

108. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0065_0013, p. 48. Auto de Exame de Corpo de Delito, 27/04/1967.

109. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0065_0013, p. 11. Parecer, 02/04/1996.

110. REBELLO, Gilson. A guerrilha de Caparaó. São Paulo. Editora Alfa-Omega, 1980.

111. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0065_0013, p. 2. Requerimento, 27/02/1996.

112. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0065_0013, p.13. Diário oficial, 11/04/1996.

113. ARBEX, Daniela. Cova 312. São Paulo. Geração Editorial. 2015, p.280

114. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0065_0013, pp. 2-4.Reportagem do Jornal Tribuna de Minas, de 28/04/2002.

115. ARBEX, Daniela. Cova 312. São Paulo. Geração Editorial. 2015, p.309

116. ARBEX, Daniela. Cova 312. São Paulo. Geração Editorial. 2015, p.312-314

117. ARBEX, Daniela. Cova 312. São Paulo. Geração Editorial. 2015, pp.274-280.

118. Ver 2.3, neste Capítulo, Pioneirismo de Minas, referente ao histórico da organização política Corrente.

119. O termo "aparelho" se refere aos lugares – como casas, apartamentos, escritórios, etc. – que eram utilizados por militantes com o objetivo de reunir, discutir política, guardar armas, artefatos, materiais, etc.

120. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0067_0002, p. 7. Certidão de óbito, 06/03/1970.

121. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0067_0002, p. 15. Ofício nº 730/69, 20/05/1969.

122. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0067_0002, p. 22. Parecer emitido pela Câmara dos Deputados, 23/04/1996.

123. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0067_0002, p. 22.Parecer emitido pela Câmara dos Deputados, 23/04/1996.

124. Arquivo Público do Estado de São Paulo. DEOPS/SP. Prontuário Nº 82320.

125. Arquivo Público Mineiro. DOPS. Pasta 0247. Rolo 017.

126. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. DEOPS/SP. Prontuário nº 82320.

127. Arq. Covemg. NERES, José Francisco. Depoimento. [set. 2014]. Belo Horizonte, 2014. 2 arquivos .mp3 (XX min).

128. CEMDP. Procedimento nº 212/96. Ficha descritiva de Nestor Vera.

129. Arq. Covemg. NERES, José Francisco. Depoimento. [set. 2014]. Belo Horizonte, 2014. 2 arquivos .mp3 (XX min).

130. BRASIL. Procuradoria da República em Minas Gerais. Inquérito Civil Público nº 1.22.000.000320/2012-99. pp. 106-107.

131. Arq. Covemg. GOMES FILHO, Alípio; GOMES, Lúcia Helena Lacerda. Depoimento. [fev. 2017]. Entrevistadora: Helena Amorim. Belo Horizonte, 2017. 2 arquivos .mp3 (91 min.).

132. GUERRA, Claudio; NETTO, Marcelo; MEDEIRA, Rogério. *Memórias de uma Guerra Suja.* Petrópolis: Topbooks, 2012. P. 39.

133. GUERRA, Cláudio. Depoimento. [jul. 2014]. Brasília: Comissão Nacional da Verdade. Entrevista concedida a Pedro Dallari. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=h9ydg5FLHdE.

134. BRASIL. Procuradoria da República em Minas Gerais. Inquérito Civil Público nº 1.22.000.000320/2012-99. pp. 243-245.

135. Memorial da Democracia. Greves se Alastram e Peões se Revoltam.

136. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0068_0007, p. 21. Certidão de óbito, 1979.

137. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0068_0007, p. 13. Laudo 11182/79, 1979.

138. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0068_0007, p. 46. Depoimento testemunhal de Gerson Antônio Guedes Lima e Osmir Venuto da Silva. s/d.

139. Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_ ABH_ACE_490_79_001. Informação n° 101/116/ABH/79/SNI, 31/08/1979.

140. Convertido na Lei nº 10.875, incluiu a alínea "d" do inciso I, art. 4º da Lei 9.140

141. Arroyo, Ângelo Relatório Arroyo. In: *Guerrilha do Araguaia*. 3 ed. São Paulo: Editora Anita, 1996.

142. *Guerrilha do Araguaia*. 3 ed. São Paulo: Editora Anita, 1996.

143. BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014.

144. MORAIS, T; SILVA, E. *Operação Araguaia:* os arquivos secretos da guerrilha. 2 Ed. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

145. Relatório Serra das Andorinhas: Grupo de Trabalho Araguaia.

146. MORAIS, T; SILVA, E. *Operação Araguaia*: os arquivos secretos da guerrilha. 2 Ed. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

147. Bate-paus são informantes da polícia que guiam forças policiais na selva no combate à guerrilha.

148. A carta se encontra no livro CONY, Carlos Heitor. *JK e a ditadura*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, pp. 223-224.



3

VOLTAR AO SUMÁRIO

TORTURA E VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL AOS OPOSITORES À DITADURA EM MINAS GERAIS

Coordenadora: Emely Vieira Salazar
Redação: Florência Lorenzo
Giuliana Alves Ferreira Rezende
José Alexandre Salles
Lorena Martoni de Freitas
Marina Reis
Tiago Gomes

"Lembrar, lembrar, lembrar...",
assim Steven Spielberg respondeu
por que filmara a "Lista de Shindler"[1].
A Comissão da Verdade em Minas Gerais
também tem a sua lista para lembrar
as atrocidades cometidas pelo regime militar.

3.1 Introdução

Este Capítulo tem por foco a tortura e demais ocorrências de violência institucional sofridas por opositores do regime militar em condições de privação de liberdade, no período entre 1964 e 1988. Seu principal objetivo foi a identificação dessas vítimas, de forma a registrar a memória das sevícias perpetradas pelo Estado e reconhecê-las como graves afrontas aos direitos humanos. Secundariamente, cuidou-se também de evidenciar o processo de institucionalização da tortura como técnica legítima de investigação em nome da segurança nacional, bem como de registrar a identificação dos agentes responsáveis pelas agressões relatadas.

A matéria tortura é também tratada em outros Capítulos deste Relatório. Abordada de maneira difusa e com métodos distintos, geraram dados e conclusões, igualmente importantes, que contribuem e complementam este Capítulo 3.

A presença da tortura no Brasil remonta ao período colonial, tendo sido praticada pelos portugueses contra indígenas, escravos africanos, e depois em trabalhadores livres, constituindo o modelo de dominação político-econômica da época.[2] No decorrer do tempo, configurou-se como uma verdadeira "herança maldita", aplicada aos marginais de toda sorte a quem é negado o respeito ao cidadão. A despeito de ser expressamente repudiada juridicamente desde 1948, a tortura jamais foi completamente eliminada, mantendo-se presente no interior das instituições de poder e, de forma mais acentuada, em contextos políticos autoritários. No Brasil, ainda hoje é corriqueiramente empregada por agentes do Estado, em regra, direcionada aos miseráveis e desassistidos que abarrotam as prisões brasileiras, seja para obter confissões, seja como forma de "castigo", ou mesmo para satisfazer desejos patológicos de indivíduos que ocupam cargos de autoridade.

Por que, então, o enfoque deste Capítulo nos anos de 1964 a 1988? A resposta está exatamente na tecnicidade e institucionalização do emprego da tortura, assumida como meio legítimo de o Estado autoritário combater seus opositores,

em um período da história em que o Estado de Direito e os Direitos Humanos já haviam se estabelecido internacionalmente como paradigma político. Sob essa perspectiva, o referido recorte temporal diz respeito a um dos tristes períodos da história brasileira, marcado por inúmeras perseguições, prisões arbitrárias, torturas, execuções sumárias, desaparecimento forçado e variados tipos de violência praticados por agentes do Estado contra estudantes, políticos, sindicalistas, trabalhadores, dentre outras pessoas que defendiam o legítimo direito de todo o povo brasileiro de decidir, autônoma e coletivamente, os rumos de sua própria história.

Além de, politicamente, representar o obscurantismo de um período marcado pelo completo desrespeito à dignidade humana e aos valores democráticos fundamentais, a experiência da tortura macula o campo simbólico que permeia a estrutura social. Isso porque, independentemente de passados os anos, a tortura permanece no âmago daqueles que a experimentaram. Os conteúdos psíquicos ligados ao traumatismo engendrado por ela tornam-se cristalizados, enquistados, conformando-se como puros fragmentos de negatividade[3]. Sofrer passa, ter sofrido não passa.

Em parecer técnico encaminhado à Comissão Estadual de Indenização às Vítimas de Tortura (CEIVT) pela Comissão de Direitos Humanos do Conselho Regional de Psicologia - 4ª Região, o psicólogo Alfredo Martin[4] sustenta que a tortura é um fenômeno que produz graves consequências emocionais. Embasado em dados empíricos, aponta os danos e sequelas psicológicas sofridas pelas vítimas da tortura: sequelas que podem ser graves e permanentes, com tendência ao agravamento na velhice; o índice de psicose é cinco vezes mais elevado que na população normal; a taxa de suicídios é de 16% a 23% mais elevada; a interseção social é muito difícil, com rupturas familiares frequentes; a capacidade laboral fica muito diminuída, às vezes até impossibilitada; as doenças físicas, as hospitalizações, as intervenções cirúrgicas, etc., são mais graves e frequentes; alguns sintomas/sequelas aparecem logo depois de períodos aparentemente assintomáticos (20,30 anos após); as vítimas de tortura não consultam facilmente especialistas e só o fazem 20% na média.

Além de atingir a matriz psíquica do indivíduo, corroendo as bases da sua identidade e do seu sentimento de pertencimento a uma comunidade, a experiência traumática da tortura, quando represada e não elaborada, acaba também por produzir sequelas transgeracionais [que diz respeito a várias gerações].[5] Isso significa que a violência institucionalizada no período ditatorial não se faz sentir somente por aqueles que foram diretamente submetidos a ela, mas repercute

inclusive na vida daqueles que compõem sua constelação afetiva, permanecendo latente na sociedade contemporânea.[6] Nesse ponto, a também psicanalista Tânia Kolker[7]explica:

> Estamos falando de rapazes e moças que não conheceram ou quase não se lembram de seus familiares, muitas vezes não tendo deles mais do que algumas fotos amareladas e meia dúzia de histórias congeladas; que nasceram na prisão ou no seio de famílias submetidas à tortura psicológica pela morte ou desaparecimento político de algum(ns) de seus membros, sem poder dar nenhum sentido a isso; ou que estavam com seus pais no momento em que estes foram presos, sendo abruptamente subtraídos de sua companhia e entregues a desconhecidos, ou tendo presenciado e participado, sem que pudessem entender, da situação de sequestro e tortura. Jovens que nasceram pouco tempo antes ou depois da prisão e tortura de seus pais; ou cujos pais viveram na clandestinidade e, tendo eles próprios passado ou não por esta experiência, herdaram esta condição como formato para as suas vidas; jovens que desenvolveram uma relação muito peculiar com sua memória e história, que não conseguiam entender por que, quando crianças, não podiam contar para os seus amiguinhos onde moravam; que mudaram inúmeras vezes de casa, de cidades e até de países, e que continuaram a fazê-lo ao longo de sua existência, ainda que já não tivessem motivo para isso; que para não se colocarem em risco, ou a sua família, passaram a se isolar ou silenciar, levando este mandato ao longo de toda a vida. Enfim, jovens que tendo nascido durante ou após as situações de violência vividas por seus familiares herdaram dores, culpas, medos, mandatos e pactos de silêncio, frequentemente sem sequer saber disto e que custam a poder fazer algum nexo entre o que experimentam e as histórias de seus ancestrais. Jovens que parecem aprisionados por um já vivido (muitas vezes por um outro) e que têm em comum a dificuldade de se sentirem fazendo parte de um coletivo e de criar vida e obra próprias.[8]

Assim, a tortura empregada por agentes públicos reverbera ainda no presente, produzindo efeitos nefastos. Por isso, como qualquer processo de superação traumática, é preciso que o dano provocado por essa experiência seja inscrito e elaborado socialmente, sendo o primeiro passo nessa direção o reconhecimento e responsabilização do Estado por suas violações.

O trabalho de denúncia e condenação do emprego da tortura por agentes públicos é de suma importância pois, ao contrário do que se pensa, tal prática não se desvaneceu com o fim do regime militar, permanecendo presente, em especial,

nas instituições prisionais. Por um lado, isso ocorre devido a uma construção ideológica de inferioridade desses sujeitos marginalizados que se encontram sob o jugo do sistema punitivo estatal, negando-lhes o reconhecimento de sua dignidade humana. Por outro, porque muitos indivíduos, ao assumirem um posto de autoridade no sistema público, sentem-se legitimados para se tornarem verdadeiros técnicos da violência, dada a impunidade - ou até mesmo o incentivo - institucional que experimentam.

Nesse sentido, o presente trabalho justifica-se não só pela função de consubstanciar o direito constitucional à memória e à verdade, mas também de combater a prática da tortura ainda presente no País.

3.2 O conceito de tortura e o trabalho com as vítimas

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 representa um importante marco no combate à tortura ao condená-la penalmente, positivando que "ninguém será submetido a torturas, nem tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante". Em consonância com esse referencial normativo, a Constituição brasileira de 1988 reproduziu a determinação da Declaração em seu art. 5º, inc. III, e estabelecendo ainda, em seu inc. XLIII, que a prática da tortura configura "crime inafiançável e insuscetível de graça e anistia". Tal repúdio constitucional alinha-se diretamente ao Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional de 1998, promulgado no Brasil em 2002 pelo Decreto 4.338, no qual a tortura foi compreendida como um crime contra a humanidade por violar diretamente o princípio da dignidade humana. Nele a tortura é definida como

> o ato por meio do qual uma dor ou sofrimentos agudos, físicos ou mentais, são intencionalmente causados a uma pessoa que esteja sob a custódia ou o controle do acusado; este termo não compreende a dor ou os sofrimentos resultantes unicamente de sanções legais, inerentes a essas sanções ou por elas ocasionadas.[9]

Não obstante, é na Convenção das Nações Unidas contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, principal referência legislativa internacional no combate à tortura, que encontramos a mais completa definição jurídica do crime de tortura. Aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 1984 e promulgada no Brasil por meio do Decreto nº 40/1991, a Convenção traz uma definição que não apenas descreve os efeitos do ato e as condições

nas quais o sujeito torturado se encontra, mas que delimita também sua finalidade e o agente que a pratica.

> Artigo 1º: Para os fins desta Convenção, o termo "tortura" designa qualquer ato pelo qual uma violenta dor ou sofrimento, físico ou mental, é infligido intencionalmente a uma pessoa, com o fim de se obter dela ou de uma terceira pessoa informações ou confissão; de puni-la por um ato que ela ou uma terceira pessoa tenha cometido ou seja suspeita de ter cometido; de intimidar ou coagir ela ou uma terceira pessoa; ou por qualquer razão baseada em discriminação de qualquer espécie, quando tal dor ou sofrimento é imposto por um funcionário público ou por outra pessoa atuando no exercício de funções públicas, ou ainda por instigação dele ou com o seu consentimento ou aquiescência.[10]

Essa definição foi reproduzida de maneira ampliada no direito brasileiro na Lei 9455/97, penalizando também aquele que se omite frente à prática da tortura quando tinha o dever de evitá-la ou apurá-la:

> Art. 1º: Constitui crime de tortura:
>
> I - Constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental:
>
> a) Com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa;
>
> b) Para provocar ação ou omissão de natureza criminosa;
>
> c) Em razão de discriminação racial ou religiosa;
>
> II – Submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.
>
> § 1º Na mesma pena incorre quem submete pessoa presa ou sujeita a medida de segurança a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal.
>
> § 2º Aquele que se omite em face dessas condutas, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, incorre na pena de detenção de um a quatro anos.

As definições de tortura apresentadas nas normas jurídicas citadas indicam três objetivos que configuram a prática de tortura: a) a obtenção de informações ou confissões; b) o castigo; c) intimidação ou coação de certas pessoas. Nessa linha, Fábio Konder Comparato ainda aponta um quarto objetivo a ser levado em consideração: "a montagem de um clima de terror generalizado pelas autoridades estatais, como forma de combate aos movimentos subversivos."[11]

A adição desse quarto elemento na configuração da tortura justifica-se historicamente, uma vez que no Brasil a institucionalização dessa prática teve também por objetivo capturar e enfraquecer a resistência civil ao regime militar recentemente instaurado. Trata-se, portanto, da intrínseca relação entre a tortura e o terror de Estado, cujo objetivo é a completa submissão representada na relação torturado-torturador, na qual o sujeito é desnudado de seus direitos e civilidade, tornando-se mero elemento biológico submetido à arbitrariedade da autoridade. Assim, nas palavras de Tânia Kolker:

> mais que uma tecnologia científica da dor e do dano irreversível utilizada para a neutralização ou eliminação de opositores políticos (plano mais visível dos métodos coercitivos do exercício do poder), [a tortura] pretendia funcionar como um vetor de subjetivação tanto para os afetados diretos e perpetradores, como para a imensa massa dos que se calaram, apoiaram, ou foram contrários a esse tipo de prática (plano mais invisível das estratégias positivas de maquinação das subjetividades).[12] [grifo da autora]

Com o objetivo de compreender o fenômeno da tortura não somente do ponto de vista jurídico ou clínico, a Covemg tomou também por base a definição fornecida pela ex-presa política e psicóloga, Emely Vieira Salazar, em depoimento concedido à Covemg. Nele, a tortura é definida como:

> o sofrimento planejado e deliberado aplicado ao indivíduo privado de liberdade. É um sofrimento físico, mental e psicológico que recrudesce até a morte. É constituído por chutes (em todas as partes do corpo), socos, e ainda com auxílio de instrumentos: choque elétrico, pau de arara, telefone, palmatória, geladeira, afogamento, esmagamento, queimadura e todo tipo de sevícia. Todo espancamento é acompanhado de xingamento: palavras de baixo calão, ofensas morais, ameaças aos parentes, humilhações e ofensas sexuais. As sessões de tortura têm como objetivo obter confissão do preso. A confissão tem que confirmar o que eles querem saber. Às vezes a vítima tem que negar a verdade ou a tortura é praticada apenas para diversão do torturador. A tortura é praticada, geralmente, por mais de um torturador. Na verdade, a tortura tenta destruir o sujeito no íntimo do seu ser: suas convicções, valores, sua autoestima. Tentam aniquilar o corpo e a alma do preso.[13]

Mediante essa descrição, é possível afirmar então que a tortura se dá como um processo violento e de intensa humilhação, cujo objetivo é não só a obtenção de informações, mas, concomitantemente, o de produzir na vítima uma experiência de intenso sofrimento ligado à completa despossessão de si.

O alto caráter subjetivo do que configuraria um sofrimento agudo suficiente para distinguir a tortura de tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes ("maus-tratos"), principalmente no que diz respeito à dimensão da "tortura psicológica", muitas vezes configura um impasse no trabalho de classificação das vítimas de tortura. Para o Comitê contra a Tortura da ONU, o limite conceitual entre as expressões é nebuloso[14], dificuldade reafirmada pela Comissão Nacional da Verdade que, ao assumir o caráter impreciso da distinção entre tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes ("maus-tratos"), equipara ambos em seu Relatório final em um conceito "amplo" de tortura.[15]

Por esse motivo, desde o início do processo de investigação sobre as vítimas de tortura no regime militar brasileiro enfrentou-se o problema de constituir um critério delimitador do que seria considerado como experiência de tortura ou não. Isso porque, se por um lado é preciso cuidado para não banalizar o termo, por outro não é incomum que algumas vítimas não tenham elaborado suas vivências traumáticas como uma experiência de tortura. Assim, enquanto algumas resistiram, explicitamente, em descrever situações de intenso abuso e violência nos locais de detenção como tortura, outras o fizeram em relação a situações muito mais brandas. Ainda existe uma parcela de casos que, na rememoração dos fatos, descreverem as violências experimentadas como "ameaças", "coação", "agressão", tanto físicas quanto psicológicas, porém, não negaram explicitamente que tais ocorrências fossem consideradas como "tortura", pelo simples fato de tal distinção não ter sido questionada no decorrer do processo.

Tal questão se tornou ainda mais problemática dado que muitos dos relatos trabalhados pela Comissão Nacional da Verdade foram fornecidos por terceiros, de modo que o autorreconhecimento como critério para identificar determinada violência institucional como tortura foi insuficiente.

Por essas razões, a Covemg decidiu por não se limitar a investigar e reportar somente a pessoas que se autoidentificaram expressamente como vítimas de tortura, elencando também aquelas que descreveram violências sofridas ao serem presas por motivos políticos.

3.3 O agente da tortura

Imperioso compreender que a prática da tortura é o exato oposto de um processo investigativo bem-articulado, uma vez que não se engaja em reunir diferentes informações provenientes de fontes diversas para subsidiar um interrogatório consistente. É antes um método brutal, no qual o torturador vai às últimas consequências para obter as informações que ele necessita para confirmar uma verdade já previamente estabelecida. E, se por um lado, o torturador se sente gratificado ao obter a confirmação que deseja por meio da tortura, por outro, ele coloca toda a sua fúria no ato de torturar quando percebe que a vítima omite ou mente sobre fatos.

Apesar da brutalidade que configura a tortura sugerir uma completa corrupção de caráter do agente que a pratica, Maria Auxiliadora de Arantes Cunha Almeida, na obra "Tortura: clínica psicanalítica", sustenta que, a tortura não deve ser qualificada como um ato inumano. Muito pelo contrário, o torturador deve ser compreendido exatamente em sua condição humana, uma vez que é ela que garante sua responsabilização. Ou seja, é preciso ter em mente que tal indivíduo optou conscientemente pela prática da tortura, teve a intenção de fazê-lo.[16]

Se por um lado ressaltamos que o torturador não é um monstro, por outro é importante também destacar que, no contexto da ditadura militar, tratava-se de um agente que foi treinado, com extrema atrocidade, para não ter nenhuma empatia por suas vítimas. O psicólogo americano Philip Zimbardo, autor do livro "O Efeito Lúcifer", ao responder sobre suas descobertas após entrevistar torturadores brasileiros que atuaram na ditadura militar diz:

> Queria entender que tipo de gente aceita um trabalho desses. Analisamos a história de vida dessas pessoas – havia muitos policiais civis – para saber se existia algum fato no passado que as tivesse levado a isso. Não achei nada. Em geral eram indivíduos normais, com vida comum, até assumirem a função. Não apresentavam desvios de personalidade nem eram sádicos. A triste conclusão foi que qualquer um pode ser treinado para se tornar torturador.[17]

Não obstante, isso não implica tomar o torturador como um sujeito despido de sua autonomia e poder de agência, que obedece acriticamente às ordens superiores. Como bem sinaliza Emely Salazar em seu depoimento à Covemg, "houve funcionários que pediram transferência do emprego por não concordarem com

os métodos da polícia[18], enquanto outros tinham prazer em torturar, em ver o sofrimento do preso, em participar da sessão de tortura."[19]

Apesar de a Convenção da ONU contra a tortura defini-la como um crime praticado por um funcionário público, ou por outra pessoa atuando no exercício de funções públicas, ou ainda por instigação dele ou com o seu consentimento ou aquiescência, ela não contemplou a "omissão" do agente público. Já a Lei brasileira 9455/97[20], no §2º do art. 1º, suplementou esse vácuo, determinando que aquele que se omite em face dessas condutas, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, também pratica crime de tortura.

Vale lembrar que a Lei brasileira, ao se omitir sobre o agente do crime de tortura – não o especificando como funcionário público, como faz a Convenção da ONU - abriu a possibilidade para que civis também sejam considerados torturadores. Não obstante, uma vez que essa é uma questão ainda controversa juridicamente, e dado os objetivos deste Capítulo, o foco foi direcionado somente aos agentes públicos envolvido com a prática da tortura·.

Assim, em um primeiro momento, tendo em mente que responsabilizar o Estado pelos crimes cometidos contra seus cidadãos constitui importante dimensão de reparação das vítimas, os trabalhos desenvolvidos pela Covemg tinham como foco central a identificação dos agentes torturadores. Porém, logo de início tal abordagem se apresentou problemática pelos seguintes motivos:

a) algumas das vítimas, devido às condições adversas em que se encontravam, não foram capazes de identificar com precisão o local para onde foram levadas, ou mesmo os executores e/ou participantes das sessões de interrogatório e tortura às quais foram submetidas.

b) alguns torturadores são nomeados somente por apelidos, pelo primeiro nome ou pela patente que ocupavam à época, de modo que tais informações não foram suficientes para efetuar uma identificação precisa;

Frente às dificuldades, a Covemg decidiu dar maior enfoque à identificação e reconhecimento das vítimas (cuja lista completa encontra-se anexa), dedicando especial atenção ao que tinham a relatar, abordagem que se mostrou mais profícua para a efetivação do direito constitucional à memória e à verdade.

Os agentes públicos denunciados nos depoimentos como torturadores, cujos nomes completos foram possíveis encontrar, integram lista anexa a este Capútulo. Constam também desta lista pessoas que não faziam parte dos quadros

das Forças Armadas nem das polícias locais mas que se incorporaram ativamente às sessões de tortura. A divulgação dos torturadores que atuaram em Minas serve para lembrar sempre dos graves atentados aos direitos humanos. Um crime contra a humanidade.

3.4 O trabalho sobre as fontes

O trabalho da Covemg buscou não apenas referendar as fontes já existentes sobre o tema, mas também ampliar sua base de dados. Recorreu, eminentemente, à publicação do projeto "Brasil Nunca Mais" – BNM de 1985[21], e às declarações contidas nos depoimentos das vítimas de tortura, encontradas nos processos indenizatórios deferidos (sob a guarda do Arquivo Público Mineiro-APM) e/ou ainda em curso no Conselho Estadual de Direitos Humanos do Estado de Minas Gerais – CONEDH. De maneira suplementar, trabalhou-se também com o documento "Carta de Linhares", escrita e assinada por presos políticos detidos na Penitenciária Regional de Juiz de Fora em 1969, com "O Relatório sobre as Acusações de Tortura no Brasil", de 1972, elaborado pela Anistia Internacional, bem como testemunhos coletados pela Covemg. Também foi feita uma revisão bibliográfica, especialmente de livros autobiográficos e testemunhais, que serviram para ampliar a base desta pesquisa.

Dado os objetivos da Comissão da Verdade em Minas Gerais, a análise das fontes voltou-se exclusivamente para os relatos de casos de violência institucional contra presos políticos ocorridos em Minas Gerais, buscando-se sistematizar o maior número de informações possíveis sobre essas ocorrências durante o período da ditadura militar.

Cabe ainda ressaltar que os resultados gráficos e percentuais apresentados aqui dizem respeito exclusivamente às fontes consultadas pela Covemg durante a pesquisa. À medida que uma fonte era trabalhada, uma nova lista ia sendo montada para posterior cruzamento dos dados. Com isto, foi possível complementar a lista de vítimas em território mineiro, a de pessoas que praticaram essas violências institucionais, bem como a dos locais onde eram praticadas. Mesmo assim, destaca-se a possível imprecisão dos dados aqui publicados pois, considerando-se que muitos nomes não se encontram registrados de maneira uniforme nas fontes consultadas, é possível que algumas pessoas tenham sido computadas mais de uma vez em nossa pesquisa.

Mesmo assim, considera-se a pesquisa incompleta. Existe a possibilidade de pessoas que sofreram abusos no período entre 1964 e 1988 não terem se ma-

nifestado publicamente, nem optado por pedir indenização a qualquer dos organismos existentes, seja por medo ou mesmo por não terem conhecimento de tais oportunidades.

Brasil nunca mais

A fonte "Brasil: nunca mais" constitui a mais ampla pesquisa desenvolvida sobre a tortura praticada por agentes públicos no período da ditadura militar. O projeto, realizado de maneira clandestina entre 1979 e 1985, foi uma iniciativa do Conselho Mundial de Igrejas e da Arquidiocese de São Paulo, e consiste na sistematização de processos judiciais por crimes políticos do Superior Tribunal Militar.

Cobrindo o período de 1964 a 1979, o projeto "Brasil Nunca Mais" analisou 695 processos que levou 7.367 pessoas ao banco dos réus, na Justiça Militar. O trabalho trouxe à tona uma ampla documentação de denúncia da violência institucional da repressão política que, dada sua origem judicial, consiste em depoimentos muitas vezes corroborados por testemunhas e laudos periciais. São, portanto, informações que provêm de documentos oficiais, elemento que contribuiu para a consolidação e legitimação histórica de um trabalho elaborado pela sociedade civil.

Por esses motivos, o BNM se tornou uma das mais importantes fontes de pesquisa deste Capítulo.

Processos do CONEDH/CEIVT

Os processos do CONEDH dizem respeito à Lei 13.187/99, que determina o pagamento de indenização às vítimas de tortura praticada por agente do Estado, em razão de participação em atividades políticas, e ocorrida entre 02/09/1961 a 15/09/1979.

Parte dos processos concluídos e deferidos já estava digitalizada pelo Arquivo Público Mineiro - APM, perfazendo um total de 569 processos administrativos, de modo que Covemg trabalhou apenas sistematizando essas informações. Outra parcela, composta por 210 processos, sob a guarda do CONEDH/CEIVT, ainda não havia sido digitalizada. Desses, muitos estavam indeferidos, arquivados ou careciam de análise por terem sido abertos fora do prazo estabelecido pela lei. Por esses motivos, coube à Covemg trabalhar com esse arquivo físico, analisando cada caso específico para o levantamento de nomes e demais informações acerca da prática de tortura no estado de Minas Gerais.

Em primeira mão, incluíram-se todos os processos que já estavam deferidos. Na análise dos demais casos, tomou como documentação primária o relato do/da requerente do processo, selecionando os que detalhavam a ocorrência de alguma forma de prisão ou detenção do indivíduo por agentes públicos do estado de Minas Gerais, em razão de suas crenças políticas, ou por se opor ou discordar do regime político no período da ditadura militar no Brasil. Isso porque, seguindo entendimento expresso pelo jurista José de Jesus Filho, compreendeu-se que a configuração da tortura exige que a vítima se encontre sob custódia da autoridade que a pratica.[22] Consequentemente, casos de trabalhadores coagidos a se demitirem, ou de políticos que tiveram seu mandado cassado não foram contabilizados neste Capítulo, uma vez que, apesar de ser manifesta a coerção por parte das autoridades públicas nesses casos, não houve, propriamente, o cerceamento da liberdade na qual se configura, por excelência, a prática da tortura.

Por outro lado, dada a dificuldade de medir a intensidade da dor provocada pela violência que tipificaria a tortura, a Covemg optou por adotar uma compreensão ampla sobre o tipo de violência que se configuraria como tal, o que nos levou a contabilizar todas as pessoas que foram presas ou detidas por motivos políticos e manifestaram seu sofrimento nesse processo.

Tal escolha metodológica se justificou porque, considerando as dimensões física e psicológica da tortura, bem como sua prática generalizada como política de Estado no período analisado reconheceu-se que o cerceamento da liberdade por motivos políticos, nesse contexto, colocava a vítima em uma posição de completa impotência, algo que por si só já era capaz de produzir efeitos equiparáveis à tortura psicológica.

Nesses termos, decidiu-se que a constatação da ocorrência de prisão e/ou detenção por motivos políticos, juntamente com a descrição do sofrimento experimentado nesse processo, já seria critério suficiente para a Comissão considerar a configuração de grave violência institucional equiparável à tortura, ainda que o relato em questão carecesse de detalhes sobre tal experiência, ou a descrevesse expressamente como "tortura". Todavia, não se trata, aqui, de uma banalização do conceito de tortura, mas, sim, de uma escolha metodológica em um trabalho que tem por objetivo abarcar o quantitativo de indivíduos afetados diretamente pela institucionalização dessa prática no período da ditadura militar.

Já para constatar a ocorrência do cerceamento da liberdade por motivos políticos, foram levantadas as seguintes informações: local da prisão; data; instituição em que ficou preso; tempo de prisão; tipo de tortura/violência; agentes responsáveis; testemunhas.

Cartas de Linhares

As Cartas de Linhares foram escritas por presos políticos, em dezembro de 1969, que pertenciam a duas organizações integrantes da luta armada: Comando de Libertação Nacional (Colina) e Corrente Revolucionária de Minas Gerais (Corrente). Estes signatários estavam detidos na penitenciária de Linhares, em Juiz de Fora/MG.

As Cartas de Linhares representam um dos documentos mais importantes sobre a prática da tortura no período militar.

A Carta do Colina trata-se de uma declaração conjunta que denunciava a violência institucional praticada contra os presos políticos na época, redigida por Ângelo Pezzuti e assinada por Irany Campos, Ângelo Pezzuti da Silva, Pedro Paulo Bretas, Antônio Pereira Mattos, Maurício V. Paiva, Afonso Celso Lana Leite, Murilo Pinto Silva, Júlio Antônio Bettencourt Almeida, Marco Antônio Azevedo Mayer, José Raimundo de Oliveira, Jorge R. Nahas e Erwin Rezende Duarte. Por sua vez, a declaração da Corrente é assinada por Márcio Araújo de Lacerda, José Alfredo, Celso Joaquim, Degulle Freitas Castro, José Adão Pinto, Antônio José de Oliveira, Elias Siqueira, Arnaldo Fortes Dumond, Marco Antônio Victoria Barros, Délio de Oliveira Fantini e Demétrio Rocha Ribeiro.

As Cartas de Linhares foram os primeiros documentos de presos políticos. Tais documentos saíram das prisões e foram encaminhados ao Conselho de Defesa da Pessoa Humana com o objetivo de divulgar a tortura empregada no regime militar. Retratava de maneira detalhada o percurso dos locais para onde os presos eram levados após terem sido detidos, as condições às quais foram eles submetidos após terem sido presos, as torturas sofridas nesses locais, os responsáveis por essas torturas e também diferentes formas de como eram realizadas.

Em um anexo à Carta do Colina, redigida pelo então preso Ângelo Pezzuti, encontra-se registrado que uma primeira versão do documento, ainda em fase de redação, foi apreendida pelo diretor da penitenciária para ser examinada. Tomando conhecimento de sua existência, o major Vicente Teixeira, então apontado como "um dos torturadores mais contumazes em Minas Gerais"[23], desapareceu com o documento, que já havia sido assinado por 13 presos. A mesma denúncia foi relatada na Carta da Corrente. Felizmente, a denúncia pôde ser reescrita e divulgada, permitindo que se tornassem públicas algumas das atrocidades cometidas pelo regime militar.

De acordo com o relatório da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora, a Penitenciária Regional José Edson Cavalieri (PJEC) foi criada pela Lei 3.393, de 1º/07/1965, com o nome de penitenciária regional de Juiz de Fora. Em 1966 foi inaugurada e ficou conhecida como "penitenciária de Linhares", nome do bairro onde se localiza, e foi edificada para receber presos comuns. Já em 1967 começou a receber presos políticos, porém, após a decretação do AI-5, em dezembro de 1968, esse número aumentou consideravelmente, de modo que a penitenciária de Linhares acabou conformando-se como um presídio político. Isso porque para lá seguiam não apenas indivíduos condenados por crimes políticos, mas também aqueles que aguardavam julgamento, e que vinham de instituições nas quais já tinham passado por interrogatórios, como DOPS, DEOPS, DOI-Codi.

Conforme relatado nas Cartas, antes de chegarem à penitenciária de Linhares os presos passavam por diversos locais: a delegacia de vigilância social (DVS, conhecida como DOPS), delegacia de furtos e roubos, 12º Regimento de Infantaria – 12º RI e a Polícia do Exército (Vila Militar da Guanabara). Nessas instituições, que funcionavam em Belo Horizonte, foram colocados em celas totalmente insalubres, submetidos a interrogatórios, e sofreram diferentes tipos de torturas praticadas por agentes públicos.

Sobre o DVS:

> O espancamento teve início quando os presos lá chegaram e continuou durante todo o tempo que ali permaneceram. Logo que chegaram foram colocados de pé em um xadrez, com o rosto voltado para a parede e assim ficaram, sem água nem alimentação, até a madrugada do dia seguinte. A todo o momento chegavam policiais do DVS, da Guarda Civil e da Polícia Militar que passavam a bater-lhes com cassetetes, chutes e murros, deixando-lhes ulcerações por todo o corpo. Além disso, sofreram toda espécie de tortura psicológica com ameaças de morte a toda hora. O delegado Thacir Sia, durante todo o primeiro dia de interrogatório, afirmava a Murilo Pinto da Silva que acabaria matando-o, "como havia já feito muitas vezes, sem que ninguém soubesse."[24]

Já ao tratar da história de Nilo Sérgio Menezes Macedo, preso na delegacia de furtos e roubos, os autores da Carta descrevem:

> Foi ali espancado por vários dias pelos delegados Lara Rezende e Mário Rocha, pelos investigadores José Pereira e Haydn Saraiva e outros – foi colocado nu durante três dias e três noites, numa cela infecta, malcheirosa e cheia de enormes ratazanas que à noite o impediam de dormir.[25]

Os documentos discorrem também sobre as mortes de algumas das vítimas de torturas. O caso mais notório é do ex-sargento da Aeronáutica, João Lucas Alves, que morreu na delegacia especializada de furtos e roubos (situada na Rua Pouso Alegre, 417, Bairro Floresta, Belo Horizonte). Ele foi brutalmente torturado porque não queria admitir sua participação em assaltos a bancos. Porém, oficialmente, as autoridades afirmaram que João Lucas havia "cometido suicídio com sua própria calça".

Outra notória referência contida no documento é sobre a morte de Viana Callou, ocorrida na 1ª Companhia de Polícia do Exército, na Guanabara.[26] Os policiais afirmaram que ele se matou enforcando-se com a cueca. Ambos os suicídios são contestados na Carta do Colina, ainda assim, os signatários argumentam que "mesmo admitindo o suicídio de ambos, coisa bastante discutível, não podemos deixar de afirmar serem os seus torturadores seus verdadeiros assassinos. Pois qualquer pessoa submetida à tortura (...) matar-se-ia para escapar do sofrimento, se encontrasse uma oportunidade."[27]

O documento do grupo Corrente denuncia, ainda, "o bárbaro assassinato de Nelson José de Almeida, ocorrido em Teófilo Otoni, em 12 de abril. Após ser algemado, fez menção de fugir, desvencilhando-se das mãos de seus captores. Sua corrida foi interrompida alguns metros à frente por uma bala calibre 38 disparada por um oficial da G2, irmão do tenente Marcello [...]."[28]

Além de identificar os torturadores, os relatos consignam ainda os métodos de tortura utilizados como o pau-de-arara, a hidráulica, os choques elétricos, a palmatória, além de espancamentos e ameaça de morte. Descrevendo os acontecimentos na polícia do Exército, onde eram ensinadas e aprendidas as técnicas de tortura, a Carta do Colina relata:

> Ângelo Pezzuti da Silva: torturado com choques elétricos e com uma palmatória de madeira. Chegando a um determinado ponto da tortura Ângelo não suportou mais e atirou-se na janela de vidro da sala, cortando-se em várias partes do corpo e perdendo os sentidos.[29]

Os documentos tiveram grande repercussão internacional, tendo sido amplamente divulgados no exterior[30], servindo de base para denúncias apresentadas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos - CIDH/OEA.[31]Nesse sentido, constitui um importante registro histórico para o trabalho de memória sobre esse período.

O Relatório da Anistia Internacional de 1972

Fundada em 1961 em Londres, a Anistia Internacional é uma organização internacional autônoma, que realiza trabalhos de investigação, denúncia e mobilização em defesa dos Direitos Humanos em todo o mundo.

Seu primeiro relatório global sobre o tema da tortura foi sobre o Brasil, publicado em 1972, com o objetivo de expor as violências praticadas sistematicamente pelas autoridades nacionais. Após o lançamento dessa publicação, a imprensa e órgãos do governo brasileiro ficaram proibidos de mencionar o nome da organização.

O referido documento consiste em uma paradigmática documentação ativista de combate à tortura. Abordando o período entre 13/12/1968 e 15/07/1972, sistematiza informações sobre a institucionalização da tortura no Brasil, relacionando o histórico legislativo da época com uma vasta documentação de depoimentos e inquéritos de acusação de tortura. Traz também uma lista de presos políticos e vítimas de tortura, bem como nomes de alguns agentes torturadores. Por esses motivos, consistiu em importante fonte de pesquisa.

As fichas do DOPS

Em pesquisa no Arquivo Público Mineiro, foi encontrado um conjunto de fichas físicas constituintes do antigo arquivo do DOPS, transferido em 1998. [32]

Todas as fichas dispõem de fotos dos indivíduos, e são formatadas com os seguintes campos de informação: nome; filiação; naturalidade; residência; data de nascimento; observações. Todavia, muitos desses campos estavam em branco. Nas observações, normalmente se apresentavam informações como os codinomes dos indivíduos; a filiação a algum Partido e/ou grupo de resistência; a ligação a outros indivíduos envolvidos com a resistência política; o contexto da prisão. Em alguns casos, há também informações sobre a profissão e a situação criminal. A seguir, exemplos de algumas imagens de fichas:



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
COORDENAÇÃO GERAL DE SEGURANÇA
COORDENAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Nome: FERNANDO DA MATTA PIMENTEL
Filiação: Miguel Pimentel
Naturalidade: Belo Horizonte = BH.
Data do nasc.: 31 / MAR. / 951
Residência:
Observações: COLINA - Ex-estudante, mineiro, profissional da subversão, uma vez que é mantido por ela. Anteriormente, pertenceu, já no RGS, a VAR=P., com o codinome de CHICO. Na VAR=P., "JORGE" foi um dos que as-

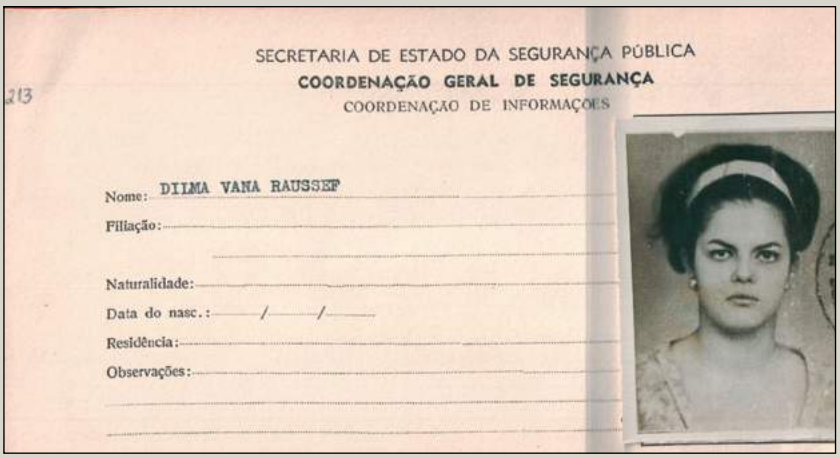
Figura 1: Ficha DOPS Fernando Pimentel



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
COORDENAÇÃO GERAL DE SEGURANÇA
COORDENAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Nome: MÁRCIO DE ARAÚJO LACERDA
Filiação: REGINALDO RIBEIRO LACERDA E
BERNADETE ARAÚJO DE LACERDA
Naturalidade: LEOPOLDINA = MG.
Data do nasc.: 22 / 01 / 1946
Residência:
Observações: Ex-militante da "COLINA"

Figura 2: Ficha DOPS Márcio de Araújo Lacerda



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
COORDENAÇÃO GERAL DE SEGURANÇA
COORDENAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Nome: DILMA VANA ROUSSEF
Filiação:
Naturalidade:
Data do nasc.: / /
Residência:
Observações:

Figura 3: Ficha DOPS Dilma Rousseff

Uma vez que tais documentos apenas forneciam informações sobre indivíduos investigados pela polícia política sem, todavia, possibilitar dizer se tais pessoas sofreram algum tipo de violência institucional, os nomes levantados nessa pesquisa não foram computados em nossas listas e análises. Não obstante, o nome das pessoas cujas fichas do DOPS estão disponíveis no Arquivo Público Mineiro encontra-se registrado no deste Relatório.

Arquivo Público Mineiro (APM Digital)

No primeiro momento, as pesquisas efetuadas no Arquivo Público Mineiro, se concentraram nos processos administrativos deferidos do CONEDH/CEIVT, que se encontram digitalizados e sob a guarda do APM.

A partir de nomes citados nesses processos, fontes bibliográficas, depoimentos concedidos à Covemg e matérias de jornais e revistas, foram feitas consultas desses nomes no acervo do DOPS/MG disponibilizado no site do APM.[33] Neste *site* são encontradas, também, imagens de documentos de acesso restrito. Diante disto, os pesquisadores, em ofício dirigido ao coordenador do APM, solicitaram e obtiveram a liberação dos dados contidos na imagem. [34]

A consulta ao acervo do DOPS/MG, teve como referência os processos indenizatórios do CEIVT e outras fontes bibliográficas citadas, levou à inclusão de 11 pastas (5.291; 4.214; 4.392; 4.040; 4.039; 1.254; 0060; 0059; 0056; 0055; 0052) na lista de fontes de pesquisa utilizadas. Esta inclusão se justifica uma vez que nessas pastas são encontradas imagens digitalizadas de presos políticos, correspondências policiais, listas de nomes e fichas de identificação, investigações a suspeitos, presos e trocas de informações que revelam a quantidade de dados do acervo do DOPS.[35]

Importante ressaltar que, o acervo do APM/DOPS, permite efetuar buscas a partir de descritores, de locais, presos, presos políticos, torturas, anistia internacional, militares, golpe de 1964, dentre outros, que ratifica a necessidade de continuidade do trabalho.

Destaca-se, porém, que os dados obtidos a partir dessa fonte não foram utilizados para a análise da distribuição temporal das prisões políticas por ano, dado que nessas pastas havia exclusivamente casos referentes aos anos de 1964 e 1969. Consequentemente, tal aporte de dados causaria séria distorção no gráfico quando juntado às demais fontes. Porém, integraram a relação dos presos políticos da Covemg, bem como o percentual por gênero disponível neste Capítulo.

3.5 Os limites do trabalho

O "anexo 2" do Relatório da Anistia

No Relatório da Anistia Internacional sobre as Acusações de Tortura no Brasil de 1972, há referência a um "Anexo 2", que supostamente conteria uma lista com 472 das pessoas ditas responsáveis pela tortura no Brasil. Tal compilado foi enviado para autoridades brasileiras, e não seria publicado até que o governo tivesse oportunidade de responder ao relatório.

A Anistia Internacional, em resposta ao ofício da Covemg[36], informou que tal lista foi um documento elaborado em condições difíceis, de modo que parte expressiva dela não foi compilada pela organização, mas, sim, por outras fontes variadas não especificadas. Na medida em que esses dados específicos não foram devidamente investigados, a lista nunca foi publicada, e por esse motivo não foi disponibilizada à Covemg.

O arquivo do DOPS

Com a abertura democrática consolidada pela Constituição da República de 1988 e reafirmada na Constituinte mineira, em 1989, o DOPS/MG foi extinto, por proposição da deputada estadual Sandra Starling registrada no art. 15 das Disposições Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, tendo sido mantidas as delegacias especializadas. A deputada foi também autora da Lei estadual nº 10.360/90, que dispõe sobre a transferência para o Arquivo Público Mineiro da documentação constante nos arquivos do departamento de ordem política e social. Tal arquivo constituiu uma fonte imprescindível para a elaboração deste relatório, no entanto, é necessário que uma ressalva seja feita quanto a provável incompletude desses arquivos.

Conforme disposto no art. 1º, §2º, da Lei 10.360/90, a transferência dos documentos deveria ser realizada dentro de 45 dias a contar de sua publicação, porém, até 1997 essa determinação não havia sido cumprida. Foi então instaurada na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em dezembro de 1997, uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a destinação desses arquivos, tendo em vista o descumprimento da Lei. A "CPI do DOPS" (como ficou conhecida) foi motivada por graves denúncias sobre o uso indevido desses documentos, tendo chegado ao conhecimento de alguns deputados que informações contidas nos antigos arquivos estavam sendo utilizadas de forma a impedir a obtenção de certidão de bons antecedentes.[37] Ouvido o secretário de estado da segurança pública da época, o delegado Santos Moreira da Silva, afirmou que os documentos que compunham

o arquivo do DOPS/MG foram microfilmados e encaminhados à coordenação-geral de Segurança (COSEG), ao passo que os originais foram incinerados entre os anos de 1975 e 1976[38] (a despeito da determinação da Lei Federal 5.433/68 que regula a microfilmagem e proíbe, em seu artigo 2º, a eliminação de documentos de valor histórico). No entanto, tal informação se mostrou bastante controversa durante os trabalhos da CPI, pois: 1) conforme depoimento do delegado Ediraldo Brandão, ex-chefe da COSEG que atuou entre 1976 e 1982, os referidos documentos foram incinerados somente em 1982[39]; 2) não foram encontrados registros formais referentes à incineração dos documentos originais[40]; 3) a deputada Sandra Starling afirmou ter conseguido, em 1986, documentos produzidos na década de 1970, ou seja, 10 anos após a suposta queima dos arquivos[41]; 4) paralelamente à investigação, o relator da CPI recebeu, em ocasiões diferentes, um total de 101 fichas que supostamente compunham o arquivo do DOPS/MG[42], contendo dados sumários e fotografias de pessoas. Algumas dessas fichas foram deixadas anonimamente na Rádio CBN (juntamente com uma ligação na qual foi afirmada a existência de outras centenas de fichas semelhantes), outras no Jornal Estado de Minas, e outras ainda no Jornal Hoje em Dia, tendo então sido repassadas à CPI.[43] Em todas elas havia o cabeçalho "Secretaria de Segurança Pública – Coordenação Geral de Segurança – COSEG", porém, apesar de identificadas pelos depoentes, a veracidade das fichas não foi seguramente reconhecida pela Secretaria de Segurança Pública, que até então negava sua existência.

Além da insegurança sobre a existência e paradeiro dos documentos originais que não estariam em posse da COSEG, a incerteza acerca da integralidade do arquivo do DOPS/MG remetido ao Arquivo Público Mineiro se agrava à medida que a Secretaria de Segurança Pública negou à CPI, de maneira reiterada, o acesso a 444 rolos de microfilmes contidos em seus arquivos. Tal foi a sequência dos fatos: em uma primeira visita da CPI ao Instituto de Identificação da Secretaria de Segurança foram identificados 541 rolos, localizados em oito gavetas registradas como "Arquivos do DOPS" e assim identificadas em uma primeira visita da CPI à Secretaria. Porém, já na segunda visita todo esse material foi encontrado lacrado, tendo sido entregues à Comissão apenas 97 dos 541 rolos inicialmente identificados como "Arquivos do DOPS". A decisão foi justificada com a afirmação de que o restante dos microfilmes pertencia à própria COSEG e não ao DOPS/MG, não se enquadrando, portanto, na determinação da Lei 10.360. Essa questão gerou uma longa polêmica pois a Secretaria negou, por três vezes, qualquer tipo de acesso a esses arquivos por parte da Comissão, alegando que os microfilmes denominados "COSEG" continham apenas registro e matéria de interesse da polícia comum, e não da polícia política, impedindo que tal afirmação fosse checada. A desconfiança por parte da CPI se agravou

quando, por engano, com o lote de 97 rolos registrado como "microfilmes do DOPS", foi encontrado um rolo estranho ao conjunto, cuja codificação era bastante semelhante a dos "microfilmes da COSEG" (a primeira imagem que introduzia os fotogramas do rolo o identificava como "Pasta de assuntos diversos- COSEG"), porém, contendo documentos das décadas de 1960 e 1970 de alta relevância que faziam referência à atividade da polícia política, vários deles com o timbre do DOPS/MG. Ou seja, tratava-se de um rolo identificado como "microfilme da COSEG", assim com os vários outros censurados pela Secretaria, mas que continha importantes arquivos do DOPS/MG, conforme afirmado no relatório final da CPI:

> Se assim era um dos rolos, estava-se, mais uma vez, frente a frente com a verdade inequívoca – a de que parte dos arquivos liberados do lacre em 1º/4/1998, com a denominação arquivos da Coseg, eram, nada mais, nada menos, do que documentos gerados, recebidos ou produzidos pelo Dops. Tal fato leva à conclusão de que o Governo Estadual não só vinha descumprindo a Lei nº 10.360, de 1990, quando deixou de transferir por sete anos os arquivos do DOPS para o Arquivo Público Mineiro, como também, no momento em que realizou essa transferência, por imposição do fato político criado pela CPI, só o fez parcialmente, subtraindo a esta CPI cerca de 5/6 dos microfilmes do DOPS, justamente aqueles cujo conteúdo é mais significativo, mais denso como relato do policiamento político. O Governo Estadual, mais uma vez, ignora a lei e nega informação à sociedade mineira.[44]

Tendo em vista esses fatos, e considerando a relação orgânica entre os arquivos do DOPS/MG e a COSEG[45], a Comissão Parlamentar de Inquérito da ALMG apresentou proposta de alteração da Lei 10.360/90 com o objetivo de tornar obrigatória a transferência ao Arquivo Público Mineiro de toda a documentação relacionada às atividades da polícia política produzida pelos órgãos de segurança mineiros em geral. Tal determinação foi formalizada em 10/01/2000, na Lei 13.450, e regulamentada pelo Decreto-Lei 46.143 de 30/01/2013.

À data de conclusão deste Capítulo, toda a documentação citada já estava de posse do APM. Não obstante, trata-se de um arquivo de grande extensão que ainda não foi sistematizado. Uma equipe da Covemg teve acesso a esses arquivos, constando tratar-se de material extremamente rico em informações sobre a repressão, porém, dada a condição em que se encontra, não foi possível trabalhá-lo, de modo que tal tarefa resta em aberto para pesquisas futuras.

Arquivo Público Mineiro (APM Digital)

Nessa pequena amostragem, já foi possível identificar a quantidade e relevância dos dados que necessitam ser complementados por novas investigações.

A partir dos descritores, encontrados no *site* do APM, várias opções de pesquisa podem ser acessadas, tais como: presos, presos políticos, policiais, partidos, comunismo, torturas, dentre outras. Outra opção a ser acessada é a referência aos municípios do estado de Minas Gerais.

Além disso, importante cotejar esses dados levantados, com as listas de nomes de presos políticos disponíveis nos processos do CONEDH/CEIVT.[46]

3.6 A institucionalização da tortura

Quando se fala de tortura particularmente direcionada a presos políticos, cujo objetivo não se restringe à mera coleta de informações em um processo inquisitório, mas consiste também na disseminação do medo e na intimidação da resistência civil ao regime, é preciso destacar que tal prática alcançou patamares singulares durante o período da ditadura militar.

Porém, isso não significa dizer que somente a partir de 1964 a tortura começou a ser praticada por agentes públicos brasileiros. Segundo Relatório produzido pela Comissão Nacional da Verdade[47] tratava-se de algo já rotineiro no período do Estado Novo, e que se estendeu pelos anos subsequentes a ele.[48] Todavia, o que especifica a prática da tortura após o golpe militar é exatamente o refinamento da técnica como saber a ser difundido entre as autoridades públicas, sua institucionalização como meio de investigação policial, tendo sido validada e sustentada por uma estrutura montada para acobertá-la enquanto era adotada como estratégia de luta contra os opositores do regime, ao ponto de se tornar uma verdadeira política de Estado. Conforme relatado no documento de Linhares:

> Os métodos de tortura utilizados hoje na repressão política foram incorporados da polícia civil em sua longa prática de repressão ao marginalismo. Os métodos e os elementos da Delegacia de Furtos e Roubos de Belo Horizonte foram usados no interrogatório de dezenas de presos políticos durante o ano de 1969. (...) A tortura está nas entranhas da repressão política, é uma de suas instituições. E vai além disso. A tortura é um dos baluartes da Justiça Militar. Basta que seja

> examinado um processo político. Tudo encontra seu centro de irradiação, sua pedra de toque, no depoimento do réu. Durante o inquérito policial-militar o exército, os centros de informações e a polícia orientam-se exclusivamente pelas informações obtidas sob tortura.[49]

Nesses termos, a existência da tortura durante o regime não deve ser analisada como um ato irracional e isolado, praticado por alguns agentes públicos que se excederam no exercício do seu dever, ou mesmo algo que era excepcionalmente tolerado em condições extremas.[50] Ou seja, é preciso deixar claro que nessa época a tortura se configurou como um "elemento fundamental de uma cadeia de ações altamente planificada e hierarquizada, apoiada em autojustificativas ideológicas e objeto de pesquisa e treinamento específicos, inclusive com a participação de médicos e psicólogos[51]

Tal utilização sistemática da tortura como uma arma de combate teve suas origens na teoria da guerra contrarrevolucionária, desenvolvida originariamente no interior das instituições militares francesas e operacionalizada no combate à Revolução da Argélia. Teorizados como um antídoto à "guerra revolucionária" proposta nos escritos de Mao Tsé-tung, os princípios da "guerra contrarrevolucionária" tornaram flexíveis à definição de "inimigo", de modo que esse deixou de ser o não civil que se concentra em um território de batalha específico, e passou a ser compreendido como um "inimigo interno", que se organiza de maneira difusa em meio à população civil, em redes de militância subversivas que praticam atos de sabotagem e tumultos tidos como "terroristas". Por conseguinte, a concepção de inimigo interno substituiu então a detenção e punição dos opositores ao governo pela necessidade de sua aniquilação, tornando a tortura e o extermínio de cidadãos práticas institucionalizadas.

Em 1959, no contexto da Guerra Fria e com o avanço da ideologia comunista em território latino-americano, a teoria da guerra contrarrevolucionária chegou ao Brasil por meio de uma conferência pronunciada na Escola Superior de Guerra pelo coronel Augusto Fragoso.[52] Já em 1961, o general francês Paul Aussaresses, ex-combatente da Guerra na Argélia, foi enviado aos Estados Unidos para ensinar seus princípios[53], conformando um verdadeiro alicerce para a tese do inimigo interno, redesenhando a doutrina da Segurança Nacional para melhor combater a ideologia comunista e, com isso, produzindo o fermento para o golpe de 1964 no Brasil.[54]

Conforme a obra *"Le manuel de l'officier de renseignement"*, publicação do Exército francês, que continha técnicas de tortura adotadas durante a Revolução da Argélia, Leneide Duarte-Plon evidencia que, com base na teoria do inimigo interno

e da guerra contrarrevolucionária, a tortura tornou-se um saber sistematizado, uma técnica a ser ensinada e adotada pelas autoridades militares.[55] Tal afirmação é corroborada nas palavras de Marcelo Paixão Araújo[56], um dos torturadores do 12º Regimento de Infantaria, que confessou à Revista Veja, em 09/12/1998: "gostava muito de dar choques nos dedos e aprendi a torturar vendo."[57]

Outro depoimento que chama atenção por seu conteúdo é do ex-sargento da Polícia Militar mineira Leo Machado. "Vivo o dia de hoje [...] Não fico remoendo o passado. Não quero falar nada sobre isso. Prefiro esquecer."[58] Eis um verbo muito conjugado pelos homens acusados de tortura na ditadura: esquecer.

O ex-delegado Antônio Nogueira Lara Resende, é outro que faz tudo para não se lembrar dos anos difíceis. Ele diz, na mesma matéria, que jamais praticou tortura, afirma, ainda, que os depoimentos que o acusam de torturador são fantasiosos, mas que acha que os "métodos persuasivos"[59] usados na época eram a única alternativa de combate à subversão. "Naquele contexto, a polícia tinha de ser enérgica"[60], alegou, ainda Lara Resende. "Afinal de contas, tinha de manter a ordem e dar satisfações à sociedade. Aqueles caras eram um bando de fanáticos que estavam dispostos a fazer qualquer coisa para combater o regime."[61] Quando perguntado na entrevista se havia tortura, Lara Resende foi lacônico: "Você vai me permitir que eu escureça na minha mente a resposta a esta pergunta."[62]

> O jornalista Alexandre Oltramari[63] constata que: "na malha de reações diversas, existem agentes públicos que não reconhecem as acusações e tomam uma postura de defesa. Por exemplo, o coronel Hilton Paula da Cunha Portela, que serviu no 12º Regimento de Infantaria do Exército em Belo Horizonte, entre 1969 e 1970, é apontado como torturador por dezenas de presos políticos. Além de usar o pau de arara e os afogamentos, ele é acusado de esbofetear presos até quebrar-lhes os dentes e mandar arrancar-lhes as unhas. Também usava a técnica de ameaçar de morte os familiares dos torturados. Obrigava mulheres presas a desfilar nuas diante dos torturadores e espremia seus mamilos até sangrar, para em seguida aplicar choques elétricos ligando os fios nos seios feridos."[64] O coronel Portela, como é conhecido, não fala do assunto: "não tenho que me defender das alegadas acusações. Se tivesse qualquer problema, caberia à Justiça resolver. O maior problema do homem é sua consciência, e eu tenho minha consciência absolutamente tranquila"[65], declarou à Revista Veja. Nessa mesma reportagem ele, também, "se irrita quando o assunto é a selvageria da repressão na ditadura"[66], ao afirmar que, "só os militares são acusados de tortura porque a imprensa é dominada por uma "esquerda ultrapassada" e, por isso, nunca se fala das vítimas dos terroristas.[...]."[67]

Nesse viés, Maria Auxiliadora de Arantes Cunha Almeida sintetiza:

> A tortura foi uma prática autorizada pelos governantes enquanto vigorou a ditadura civil-militar. Essas práticas ocorreram dentro de instituições do Estado brasileiro, prisões, locais de isolamento, hospitais militares, cadeias públicas e ainda em casas de tortura clandestinas sob a responsabilidade de agentes da repressão. Os torturadores, executores e mandantes eram homens preparados, que ostentavam altas patentes militares, delegados, agentes, investigadores e outros profissionais, todos eles pessoas preparadas para os cargos que exerciam.[68]

Na perspectiva dos militares no poder, o Brasil estava engajado em uma guerra contra grupos subversivos, de modo que, como comprovou a CNV, os interrogatórios sob tortura foram praticados desde o início do regime em 1964, alicerçados por uma intensa atividade de espionagem da população. Porém, se até 1966 os esquemas de repressão funcionavam de maneira local, já que não trabalhava com cruzamento de informações nas três armas, quando os militantes políticos se decidiram pela luta armada, o recrudescimento do regime levou o aparelho de repressão a trabalhar em conjunto, fundamentados na Lei de Segurança Nacional.

Para atingir tais objetivos, foram criados o Conselho de Segurança Nacional (CSN), e o Serviço Nacional de Informações (SNI), realizaram-se modificações no papel dos três poderes, e determinou-se que todos os cidadãos suspeitos de atividades que ameaçassem a segurança nacional seriam julgados por tribunais militares.[69] Conjuntamente, e a fim de dar uma aparência de legalidade à intensa persecução aos opositores do regime, o governo militar impôs, progressivamente, uma sequência de decretos leis, ampliando seus poderes e justificando os severos atos de censura e demais restrições das liberdades civis, compondo paulatinamente um conjunto legislativo vinculado à doutrina da Segurança Nacional.

Se no início do período ditatorial ainda vigorava no Brasil a Constituição de 1946, essa foi aos poucos perdendo espaço com a declaração de um conjunto de atos institucionais, com destaque para:

Ato Institucional nº 1: decretado em 09/04/1964, estabelecendo que as eleições para presidente da República fossem indiretas. Dava ao presidente o poder de alterar a constituição e de cassar mandatos legislativos, suspender direitos políticos por 10 anos e demitir, colocar em disponibilidade ou aposentar compulsoriamente qualquer pessoa que tivesse atentado contra a segurança do País, entre outras determinações.

Ato Institucional nº 2: decretado em 27/10/1965, manteve o sistema de eleição indireta para presidente da República e estabeleceu um sistema bipartidário. Legitimava a intervenção do governo federal nos estados e municípios, e determinava que o presidente poderia decretar estado de sítio por 180 dias sem a prévia aprovação do Congresso.

Ato institucional nº 3: decretado em 05/02/1966, estabeleceu eleições indiretas para governador e vice-governador dos estados.

Ato institucional nº 5: decretado em 13/12/1968, concedia ao executivo enormes poderes, tais como fechar o Congresso Nacional e cassar mandatos parlamentares. Determinava também a suspensão de direitos políticos e, expressamente, a "proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política", além de suspender a garantia do *habeas corpus* para crimes contra a segurança nacional. A suspensão da concessão de *habeas corpus*, mecanismo que basicamente visa proteger a liberdade de locomoção que está sendo infringida, garantia então condições legais para a prisão de perseguidos políticos que, quando detidos, ficavam incomunicáveis nas mãos de carcerários por tempo indeterminado, passíveis de sofrer todo e qualquer tipo de tortura.

Ato Institucional nº13: decretado em05/09/1969, endureceu ainda mais o regime militar, dando competência para o poder executivo de "banir do território nacional o brasileiro que, comprovadamente, se tornar inconveniente, nocivo ou perigoso à segurança nacional."

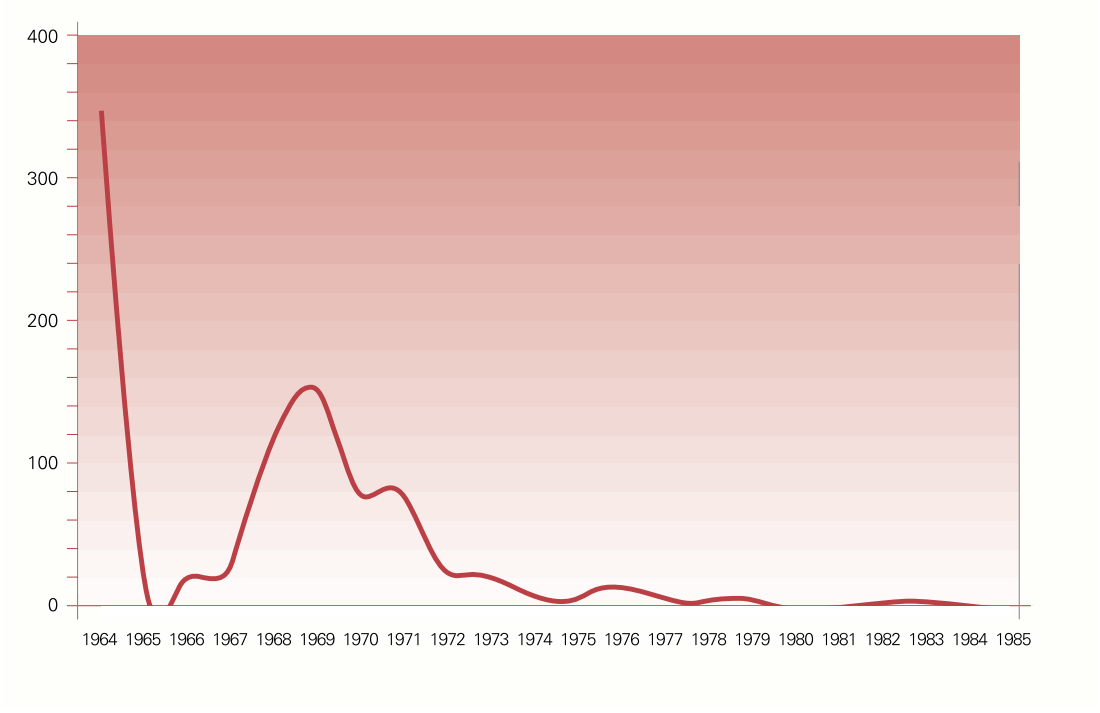
O conjunto desses atos culminou, em 1967, na outorga de uma nova Constituição federal, trazendo para o campo da legalidade todos os mecanismos antidemocráticos adotados pelo governo e concentrando o poder nas mãos do executivo. No mesmo ano, o Decreto-Lei nº 314 alterou a Lei de Segurança Nacional, redefinindo os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social. Em seu artigo 3º, a nova Lei dispunha que "a segurança nacional compreende, essencialmente, medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna, inclusive a prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva." Com esse dispositivo amplo e abstrato, que não elencava de maneira específica quais condutas configuravam crimes contra a segurança, alargou-se o rol de atividades proibidas, configurando um instrumento legal de repressão mais forte para o governo. Alguns meses depois a Lei de Segurança Nacional foi ainda modificada pelo Decreto 510 – que aumentava a pena dos seus crimes e arrolava outros até então considerados crimes comuns – e, em 1969, pelo Decreto 898, que determinava a prisão perpétua e a pena de morte para os crimes políticos.

Ainda que tais penas não tenham sido de fato executadas, percebe-se por meio de tais legislações o explícito cunho ideológico do regime, voltado a intensificar e legitimar a perseguição aos "comunistas", a membros e partidos de esquerda, ou qualquer indivíduo suspeito de ter ligação com esses grupos. Por esse motivo os anos de 1968 até 1974 ficaram conhecidos como "anos de chumbo", representando os anos de maior repressão da ditadura militar.

No período de 1964 a 1979, é possível dizer que a repressão esteve concentrada em duas fases: a primeira, entre 1964 e 1966, coincidindo com o governo Castello Branco; a segunda, correspondente ao mandato de Garrastazu Médici, no qual houve a decretação do Ato Institucional nº5. Foram, portanto, duas décadas de avanços e recuos, de aberturas e endurecimentos.

No caso específico de Minas Gerais, 1964 foi destacadamente o ano em que ocorreu o maior número de prisões arbitrárias coordenadas pelo DVS/DOPS em todo o Estado. Em seguida, sobressaem-se os anos de 1969 e 1968, que coincidem com o recrudescimento do regime após o AI-5, conforme aponta o gráfico abaixo, e que indica a distribuição temporal das prisões por ano.

Gráfico 1: Distribuição temporal dos presos políticos em Minas Gerais



Fonte: Elaborado pela Covemg a partir da análise da Carta de Linhares, APM digital, BNM e CONEDH

Repressão e resistência organizada

Em "A ditadura envergonhada", Elio Gaspari[70] ainda aponta como o conflito instaurado entre as guerrilhas urbanas e o regime militar instaurou um novo momento na ditadura, em que as técnicas de tortura passaram a ser ensinadas aos agentes da polícia política em verdadeiras aulas práticas. A partir de tal perspectiva, o autor sugere que o processo de desmantelamento da organização Colina (Comando de Libertação Nacional) foi paradigmático para a institucionalização da tortura no governo militar.

Formada em 1967 sob inspiração da técnica cubana de guerrilha foquista[71], o Colina foi uma organização comunista aparelhada em células[72], com grande preocupação com a ordem e o disciplinamento interno.[73] Criada a partir de ex-integrantes da Polop[74], tinha como objetivo a instauração de focos rurais de resistência ao governo (mesmo que na prática tenha feito apenas guerrilha urbana). Era composta principalmente por estudantes universitários[75], e alguns de seus integrantes mais conhecidos foram: Ângelo Pezzuti, Apolo Lisboa, Carlos Alberto Soares, Cláudio Galeno Linhares, Dilma Rousseff, Gilberto Martins Vasconcelos, Guido Rocha, Herbert Eustáquio de Carvalho, João Lucas Alves, Jorge Batista Filho, Jorge Nahas, Juarez Brito, Marcos Antonio Rocha, Maria José Nahas, Oroslinda Goulart e Reinaldo José de Melo.

Em 1969, os grupos do Colina foram desmantelados no contexto mineiro, principalmente após a prisão de sete de seus líderes no dia 28/01/1969 em um dos aparelhos do grupo, localizado no Bairro São Geraldo, em Belo Horizonte.[76] Na sequência, em um intervalo de um mês, mais de 30 integrantes do grupo foram presos[77], de modo que a rede se dissolveu. Essa foi uma das primeiras operações de sucesso da ditadura em prender militantes de organizações clandestinas no Brasil após o AI 5, e a primeira vez que um grupo armado foi desmantelado.[78]

Os jovens que integravam o Colina foram submetidos a um longo processo de torturas, passando por quatro delegacias diferentes e dois quartéis.[79] Foi nesse contexto que alguns dos mais famosos torturadores mineiros se consolidaram em seus cargos: o coronel Medeiros[80] ganhou fama com o interrogatório dos membros do Colina, e o então jovem tenente Marcelo Paixão começou sua carreira na tortura, aprendendo com seus superiores.[81]

Cinco dos militantes do Colina presos na casa do Bairro São Geraldo, em Belo Horizonte, também foram levados para a 1ª Companhia do Batalhão de Polícia do Exército da Vila Militar, no Bairro de Deodoro, na Guanabara. Nessa Companhia,

no dia 08/10/1969, foi ministrada uma aula em que 10 jovens (dentre os quais, seis eram militantes do Colina) serviram de cobaias para a demonstração de técnicas de tortura:

> Foram tirados das celas, postos em fila e escoltados até um salão. No caminho ouviram uma piada de um cabo: "são esses aí os astros do show?" A platéia, sentada em torno de mesas, chegava perto de cem pessoas. Eram oficiais e sargentos, tanto do Exército como da Marinha e Aeronáutica. Numa das extremidades do salão havia uma espécie de palco, e nele o "tenente Ailton" presidia a sessão com um microfone e um retroprojetor: "Agora vamos dar a vocês uma demonstração do que se faz clandestinamente no País."[82]

Uma aula similar já havia sido ministrada em São Paulo, em janeiro do mesmo ano[83], o que indica que o ensino e a prática da tortura não foram casos isolados, mas sim uma tática institucionalizada, uma verdadeira política de Estado, configurada como uma prática bastante metódica, precisa, sistemática, padronizada e rotineira.

Dentre os especialistas responsáveis por ministrar aulas e treinar os agentes da repressão no que se passou a chamar "escolas de tortura", um dos mais famosos é o agente americano conhecido sob o pseudônimo "Dan Mitrione"[84], que veio ao Brasil para ensinar como torturar e trabalhou na capital mineira de 1960 até fevereiro de 1963, pelo Programa de Segurança Pública da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional – Usaid.[85] Em depoimento ao CONEDH, Nilo Sérgio de Meneses Macedo relata sobre o curso de interrogatórios e tortura ocorrida na Vila Militar, no Rio de Janeiro, sob a orientação do americano:

> Lá passamos muita fome, fomos espancados e aterrorizados de várias maneiras. No dia 8 de outubro de 1969 fomos levados para um salão onde havia um auditório onde estavam mais ou menos 100 militares fardados, sentados em suas cadeiras. Na frente, ao lado de um telão, estava o então Tenente Aylton Guimarães. Fomos introduzidos no salão e, sem camisas, fomos submetidos a vários tipos de tortura, inclusive choques elétricos e "pau de arara". Dois presos comuns também participaram da "aula".[86]

Partindo de uma técnica bem-desenvolvida, as sessões de tortura eram ainda acompanhadas por médicos que avaliavam o quadro clínico dos torturados, auxiliando os agentes sobre os limites que o corpo podia aguentar. Jean Paul Nicolla Seeburger, professor de Morfologia da UFMG e médico do Hospital do Pronto

Socorro – HPS, em Belo Horizonte, foi um dos reconhecidos por diversos presos políticos submetidos à tortura, conforme diversas declarações e depoimentos de presos políticos. Dentre elas, destaque para o relato de Maria Dalce Ricas:

> MARIA DALCE RICAS: E aí lá pela madrugada, [...] eu já tinha tomado tanto choque na perna direita, que eu estava tendo dificuldades de levantar. Aí chamaram aquele famoso médico, como é que ele chama? Lá da Medicina? ENTREVISTADORA: Eu sei.
>
> MARIA DALCE RICAS: Jean Paul. Jean Paul. Chamaram o Jean Paul. Olha as ironias da coisa. Parece brincadeira. Chamaram o Jean Paul para ajudar a assistência médica. O Jean Paul falou tipo assim. Eu deduzi que ele falou que era perigoso continuar dando choque na perna porque tinha um detalhe que é importante lembrar. Naquela época pela minha leitura, principalmente em Minas, aqui a desgraça tem graduação, vocês podem ter certeza. Principalmente em Minas, você tinha aqueles que eram presos para morrer. Se sobreviver será sorte. Então assim. Eles não tinham nenhum cuidado. Era pontapé, era o capeta, não tinha nada. [...] Era, então assim, como eu era peixinho, não era para morrer, então a Polícia tinha cuidado para não matar. Aí por exemplo, antes de me colocar no pau de arara. Pau de arara que se descreveu aqui, o quê que é? Acho que não, não é? Pau de arara, eles enfaixavam as mãos, enfaixaram as pernas para não deixar marca. Então quando o Jean Paul disse que, deduzindo eu, que seria melhor não dar continuidade aos choques elétricos, e recomendou que eu ficasse com a perna assim. Aí estava eu sentada na cadeira o Del Meneses na outra, o Rodrigo Dolabela na outra e eu com medo, que eu já tinha percebido que a situação podia piorar, de deixar a perna assim, eu botava a perna para baixo. "Sua filha da puta, bota a perna para cima que o médico mandou".
>
> ENTREVISTADORA: Recomendação médica.
>
> MARIA DALCE RICAS: Ô gente, parece coisa de filme de terror mesmo. E aí eles continuaram o interrogatório com o choque elétrico. Em dado momento, eles foram um pouco mais refinados. Pegaram um revólver, colocaram na minha cabeça e ameaçaram a apertar o gatilho. Racionalmente...[87]

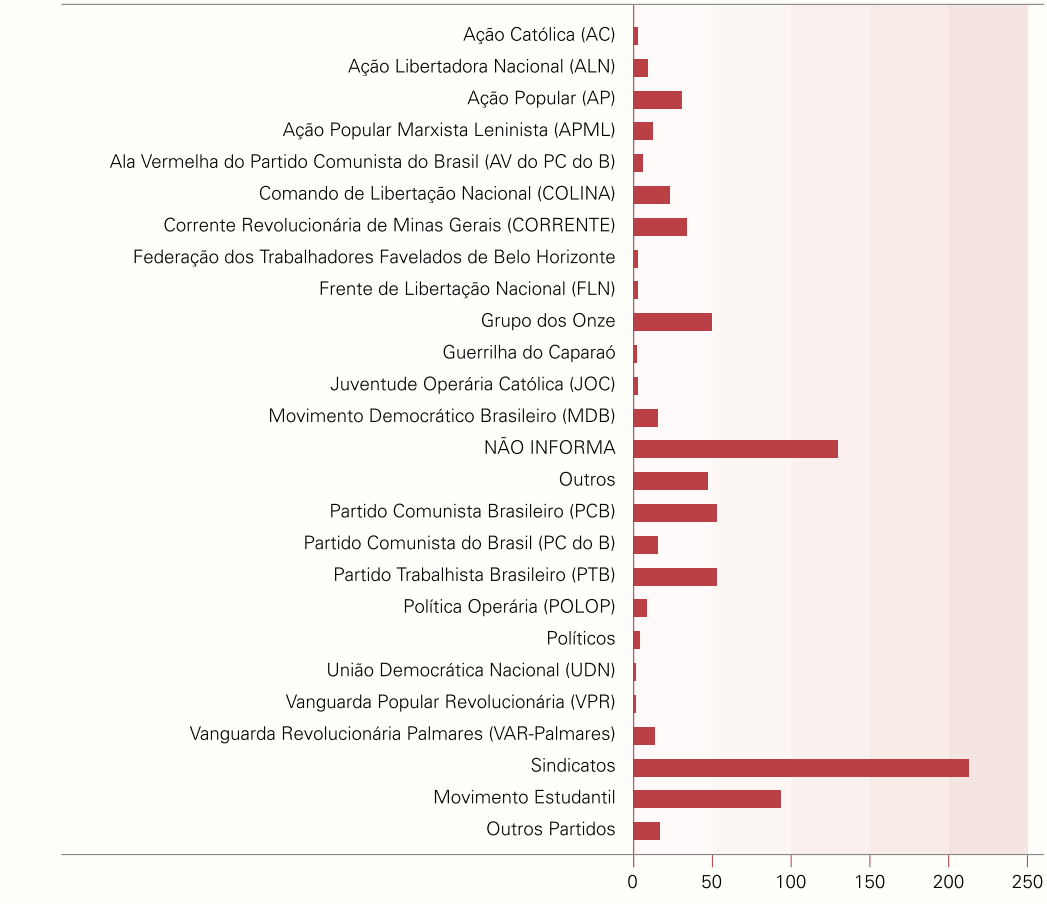
Já em outro depoimento à Covemg, a ex-presa política Emely Vieira Salazar descreve o médico Jean Paul:

> Eu era funcionária da UFMG, do departamento de Cirurgia da Faculdade de Medicina. Conhecia o Jean Paul da Faculdade, ele era professor. Quando estava sendo torturada no DOPS vi ele e pensei: tava chegando algum conhecido. Estava com

> um olho arrebentado da tortura. Ele me desconheceu. Examinou e disse que eu estava bem e aquilo não era nada não, e que podia continuar a tortura.[88]

Se os integrantes do Colina se destacaram como alvo no qual a violência institucional foi empregada mais intensamente, é importante destacar que integrantes de diversas outras organizações da sociedade civil também sofreram com perseguição política e privações de liberdade arbitrárias. A partir dos processos do CONEDH que informavam a entidade organizada às quais as vítimas pertenciam, a Covemg buscou analisar o perfil desses grupos, chegando ao seguinte resultado:

Gráfico 2: Perfil das organizações da sociedade civil por militantes torturados



Fonte: Dados reunidos pela equipe da Covemg, a partir dos processos do CONEDH

O gráfico acima reúne o perfil de 695 sujeitos que foram vítimas de tortura e/ou outros tipos de violência por parte do Estado em condições de privação de

liberdade. Destes, 132 indivíduos não indicam organização alguma. Daqueles que indicaram algum grupo de pertencimento, vários estavam ligados a mais de uma organização, motivo pelo qual foi necessário separar uma organização por contagem e, desta forma, acabamos com um número total maior do que o de vítimas. Neste gráfico, estão disponíveis apenas as organizações que apareceram mais de uma vez, e que possuíam caráter político - assim, declarar-se estudante ou trabalhador não sindicalizado não foi contabilizado em nossa amostra.

Conclui-se então que aqueles que foram mais vitimados pelo Estado foram os trabalhadores. Dentre eles, o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de João Monlevade, com atuação no contexto da Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, foi um dos mais visados pela repressão.

Quanto à filiação partidária, o partido mais referenciado foi o PTB (55 indivíduos), seguido pelo PCB (54 indivíduos), referendando a política ideológica anticomunista assumida pela repressão.

Entidades estudantis também foram muito perseguidas, sendo que o movimento estudantil, incluindo organizações de nível secundarista e universitário, engloba 94 indivíduos. Ao analisar o perfil profissional das vítimas a partir das fontes "Brasil Nunca Mais" e "Relatório da Anistia de 1972", identificou-se também que o grupo "estudantes" representou o maior quantitativo de vítimas nessa fonte, conforme tabela apresentada nos anexos deste Relatório. Isso se justifica à medida que o movimento estudantil foi responsável por organizar protestos, passeatas, congressos e atos públicos contra o governo ditatorial, tidos como subversivos e, portanto, uma ameaça à Segurança Nacional. Vale destacar que a União Nacional dos Estudantes (UNE) foi uma das principais opositoras ao golpe de 1964 e atuou contra o regime realizando eventos culturais e políticos em prol de conscientizar a juventude e a população em geral. Nesse viés, os professores também se sobressaem como uma das profissões mais afetadas pelos atos de repressão, uma vez que o ambiente de sala de aula também foi muito vigiado e regulado pelos agentes da ditadura, desde o conteúdo ministrado aos termos que podiam ser usados, evidenciando o alto controle ideológico do saber por parte das autoridades estatais.

A violência por gênero

Nesse viés descritivo, ainda é necessário adensarmos reflexivamente na espécie de violência empregada contra as vítimas, evidenciando a violência sexual como prática de tortura que engloba:

> 1) a violência contra os órgãos sexuais; 2) o assédio físico e os atos sexuais que envolvam contato sexual físico entre a vítima e o torturador, entre vítimas, entre vítimas e um animal, ou os

> três; 3) o assédio sexual mental, a nudez forçada, as humilhações sexuais, as ameaças sexuais e presenciar outros sendo sexualmente torturados 4) a combinação dos três anteriores.[89]

Conforme constatação realizada pelo grupo de pesquisa "ditadura e gênero", responsável por escrever o Capítulo 10 do Relatório da Comissão Nacional da Verdade, a ditadura empregou tortura sexual tanto contra mulheres como contra homens, sendo que em relação a estes últimos ela se deu como uma forma de emasculação ou feminilização, performando-se como estratégia de dominação simbólica.[90]Subscreve-se aqui a abordagem explicitada no Relatório da CNV, que aponta como o machismo e a hierarquia entre os gêneros situam-se no cerne das práticas da tortura. Nesse sentido, é preciso elucidar os aspectos específicos do terrorismo de Estado em relação às mulheres, ressaltando as dimensões que a opressão política alcança no espectro do gênero.

Se no período da ditadura os cidadãos que resistiam ao regime eram tidos como criminosos políticos, destaca-se que no caso das mulheres que integraram a resistência somava-se também a alcunha de "pessoas que desafiavam os papéis tradicionais de gênero", já que comumente designa-se ao feminino um devir não político, recluso à domesticidade da esfera privada. Os torturadores, reiteradas vezes, se referiam às presas como "putas" e "vagabundas" durante os interrogatórios, pois estas jovens abandonaram o lugar de "moça de família". Tal viés se confirma nos depoimentos contidos nos processos do CONEDH:

> Os dois Medeiros e Portela se revezavam na sala onde fui colocada, de dez a doze horas por dia. O primeiro, senhor de cabelos grisalhos, fazia o papel de pai compreensivo e me dava conselhos de que contasse tudo o que sabia, para que pudesse seguir minha vida normal, de moça de boa família. Poderia parecer que era fácil lidar com ele, se não fizesse parte de uma técnica, logo percebida, de oscilação emocional, para enfraquecer o preso. Quando eu começava a relaxar, achando que tinha conseguindo convencê-lo de que não tinha nada a declarar, ele se retirava e aparecia o Portela, que fazia o papel de durão, me tratava aos berros, ameaçava me bater e estuprar.[91]
>
> ***
>
> Quando estive presa em 69 [1969] em Belo Horizonte fui assediada psicologicamente pelo capitão Jesus que simulava estar apaixonado por mim. Sem que eu soubesse, aparecia inesperadamente na casa dos meus pais para dar informações sobre a minha pessoa, quando se dizia muito interessado afetivamente por mim e simulava dar-me

> proteção. Enquanto no presídio ameaçava-me torturar com a prática das ´latinhas´.[92]

Tal especificidade no que diz respeito ao gênero evidencia que o uso de tortura sexual nesse grupo tinha, entre seus objetivos, reforçar uma ordem simbólica de submissão das mulheres aos homens. Por conseguinte, a maternidade também foi um aspecto muito empregado por torturadores ao tratarem as mulheres. Além da privação do convívio com os filhos, em vários casos esses eram mantidos em frente às suas mães durante as sessões de tortura, enquanto os oficiais ameaçavam torturá-los caso as prisioneiras não falassem o que eles queriam. Essa prática é bem-explicitada nesta longa – porém necessária – transcrição do depoimento da ex-militante da Ação Popular (AP), Gilse Consenza, presa em 1969:

> Fomos colocadas na solitária, onde ficamos por três meses, sendo tiradas apenas para sermos interrogadas sob tortura. Era choque elétrico, pau de arara, espancamento, telefone, tortura sexual. Eles usavam e abusavam. Só nos interrogavam totalmente nuas, juntando a dor da tortura física à humilhação da tortura sexual. Eles aproveitavam para manusear o corpo da gente, apagar ponta de cigarro nos seios. No meu caso, quando perceberam que nem a tortura física nem a tortura sexual me faziam falar, me entregaram para uns policiais que me levaram, à noite, de olhos vendados, para um posto policial afastado, no meio de uma estrada. Lá, eu fui torturada das sete da noite até o amanhecer, sem parar. Pau de arara até não conseguir respirar, choque elétrico, espancamento, manuseio sexual. Eles tinham um cassetete cheio de pontinhos que usavam para espancar os pés e as nádegas enquanto a gente estava naquela posição, de cabeça para baixo. Quando eu já estava muito arrebentada, um torturador me tirou do pau de arara. Eu não me aguentava em pé e caí no chão. Nesse momento, nessa situação, eu fui estuprada. Eu estava um trapo. Não parava em pé, e fui estuprada assim pelo sargento Leo, da Polícia Militar. De madrugada, eu percebi que o sol estava nascendo e pensei: se eu aguentar até o sol nascer, vão começar a passar carros e vai ser a minha salvação. E realmente aconteceu isso. Voltei para a solitária muito machucada. A carcereira viu que eu estava muito mal e chamou a médica da penitenciária. Eu nunca mais vou esquecer que, na hora que a médica me viu jogada lá, ela disse: 'Poxa, menina, não podia ter inventado isso outro dia, não? Hoje é domingo e eu estava de saída com meus filhos para o sítio'. Depois disso, eles passavam noites inteiras me descrevendo o que iam fazer com a minha menina de quatro meses. 'Você é muito "marruda", mas vamos ver se vai continuar

> assim quando ela chegar. Estamos cansados de trabalhar com adulto, já estudamos todas as reações, mas nunca trabalhamos com uma criança de quatro meses. Vamos colocá-la numa banheirinha de gelo e você vai ficar algemada marcando num relógio quanto tempo ela leva para virar um picolé. Mas não pense que vamos matá-la assim fácil, não. Vocês vão contribuir para o progresso da ciência: vamos estudar as reações, ver qual vai ser a reação dela no pau de arara, com quatro meses. E quanto ao choque elétrico, vamos experimentar colocando os eletrodos no ouvido: será que os miolos dela vão derreter ou vão torrar? Não vamos matá-la, vamos quebrar todos os ossinhos, acabar com o cérebro dela, transformá-la num monstrinho. Não vamos matar você também não. Vamos entregar o monstrinho para você para saber que foi você a culpada por ela ter se transformado nisso'. Depois disso, me jogavam na solitária. Eu quase enlouqueci. Um dia, eles me levaram para uma sala, me algemaram numa cadeira e, na mesa que estava na minha frente, tinha uma banheirinha de plástico de dar banho em criança, cheia de pedras de gelo. Havia o cavalete de pau de arara, a máquina do choque, e tinha uma mamadeira com leite em cima da mesa e um relógio na frente. Eles disseram: 'Pegamos sua menina, ela já vai chegar e vamos ver se você é comunista "marruda" mesmo'. Me deixaram lá, olhando para os instrumentos de tortura, e, de vez em quando, passava um torturador falando: 'Ela já está chegando'. E repetia algumas das coisas que iam fazer com ela. O tempo foi passando e eles repetindo que a menina estava chegando. Isso durou horas e horas. Depois de um tempo, eu percebi que tinham passado muitas horas e que era blefe.[93]

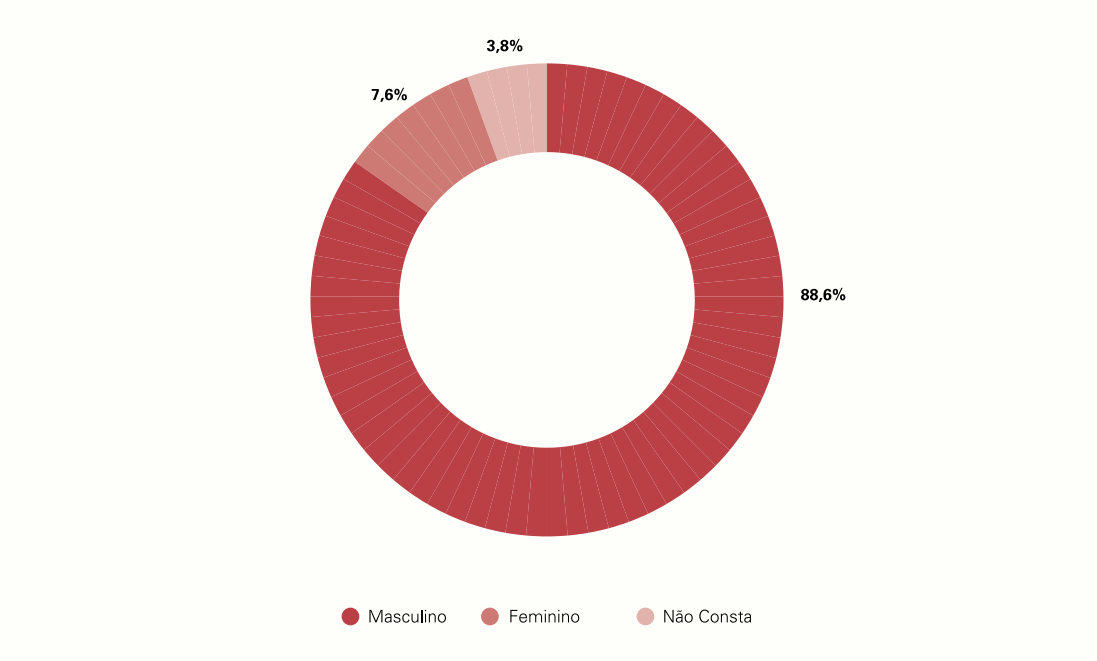
Além disso, tem-se registro da realização de abortos forçados em presas políticas, como no caso da líder sindicalista Maria Imaculada da Conceição, do Sindicato dos Metalúrgicos de BH e Contagem, que foi submetida a um aborto forçado nas dependências do DOPS, tal como relatado no Jornal Tribuna da Imprensa, do Rio de Janeiro, em 16/12/1969:

> Maria Imaculada da Conceição ficou incomunicável na prisão por mais de 60 dias, embora a lei preveja o máximo de dez dias. Durante esse período de dois meses, sofreu terríveis pressões psicológicas, torturas físicas e outros "tratamentos" típicos da polícia política, da 2ª seção da polícia militar e do serviço secreto do exército da 4ª divisão de Infantaria. Quando presa, estava grávida, tendo sido vítima de um aborto, depois que se encontrava na prisão, e não só não recebeu nenhuma assistência médica, como foi terrivelmente maltratada. E, mais que isso, para satisfazer à sanha assassina dos torturadores, fizeram-lhe o aborto em uma sala fétida, do

> departamento de Vigilância Social, na qual reuniram, pouco antes, vários presos políticos para que assistissem a tudo. Sem anestesia, sem nenhum cuidado de higiene, nem sequer empregaram os instrumentos cirúrgicos adequados para a operação. Quando a vítima gritava impotente, os torturadores berravam de alegria e de sádica histeria e insultavam com palavrões aos indignados espectadores, submetidos pelas metralhadoras.[94]

No decorrer das pesquisas, concluiu-se que o número de vítimas mulheres que apareceram nas fontes era expressivamente menor que o de homens, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 3: Vítimas de tortura por gênero



Fonte: Dados tabulados pela equipe da Covemg, a partir dos processos do CONEDH / BNM / Relatório da Anistia / APM digital

Como vimos, a violência, a tortura, atingiram basicamente os homens. Tal fato deve ser analisado no contexto da época. Eram os homens, na maioria das vezes, a principal fonte de renda da família.

Nesse sentido, a perseguição, a perda de emprego por motivações políticas e a impossibilidade de conseguir uma nova ocupação por ficar rotulado como agitador tinha implicações cruéis no resto da família. Assim, danos econômicos,

psicológicos e até mesmo físicos acometiam muito mais pessoas que somente aqueles que de fato eram presos.

A seguir, alguns depoimentos retratam de que modo a violência estatal vitimou, ainda que indiretamente, mulheres que faziam parte do núcleo familiar dos presos políticos:

> O tenente-coronel Góes[95] chegou a expedir um mandado de prisão contra minha mãe, e que foi revogado pelo general Álvaro Cardoso. Não conseguindo prendê-la, o tenente-coronel Góes passou a ameaçar minha mãe sempre que ela ia me visitar, chegando a interrogá-la durante dez horas, em uma ocasião. Minha mãe tem 46 anos de idade e estava grávida de três meses, esperando seu segundo filho. Em consequência das pressões psicológicas e ameaças a que foi submetida, sofreu um aborto (depoimento de Laudelina Maria Carneiro).[96]
>
> ***
>
> Sempre eram os mesmos que iam, tinha um tal de sargento Alaor, essa era o pior, eu tinha 13 anos e ele me levava pro quarto, trancava a porta, fazia ameaças horríveis caso eu não fizesse o que ele mandasse. Ele fazia eu passar a mão nele, ficava pegando, em resumo, me molestava, era nojento, mas ele fazia isso comigo, quando lembro, eu era uma criança, e não entendia nada, nem recordação boa do primeiro beijo de um namorado de quem eu gostasse eu podia ter. Aquele nojento estragou minha adolescência. E ele falava se eu não obedecesse ao maior absurdo, o meu pai sofreria. Até matar eles o fariam. Com a minha mãe ele fazia o mesmo, só que eu não entendia nada e depois eu ouvia ela falar que ele obrigava ela a fazer coisas horríveis também e ceder aos caprichos nojentos dele, e a gente era obrigada a assinar as coisas absurdas que ele escrevia (depoimento de Luiza Nereu, 51, Filha de operário da Belgo Mineira).[97]

Se o exercício de construção de uma memória coletiva da repressão militar é de suma importância para a superação dos vestígios que perduram até os dias de hoje, compreender a dimensão sexista da ditadura é duplamente importante. O apagamento da história de mulheres militantes e que participaram da resistência tem o efeito de reduzir o papel histórico por elas empenhado, e contribui para a consolidação da visão da mulher como um ser não político, recluso ao ambiente doméstico.

3.7 Depoimentos das vítimas

As sequelas da tortura

Ápio **Costa Rosa:**[98] Marcelo apagava cigarro no meu corpo, mas a pior coisa que ele fez foi me deitar no chão, colocar um cabo de vassoura no meu pescoço e subir em cima. Aí, quando eu ia respirar, ele derramava óleo no meu rosto. Estou pagando por isso tudo até hoje.

Arnaldo Fortes Drummond:[99] [...] Um dos policiais que me prendeu, denominado Jorjão, imediatamente após imobilizar-me com uma coronhada na cabeça, enfiou a mão na minha carteira, tirou o dinheiro e pôs no seu bolso. Fui imediatamente tomado de certo pânico cujo sentimento ainda hoje me impressiona quando recordo. [...] Ao final desse período de dois meses, quando fui retirado da cela escura de Neves, percebi que não enxergava mais o horizonte com nitidez. Mas só pude fazer exame de vista daí a um ano e meio, quando já estava com quase três graus de miopia. [...] Antes, nunca tivera problema de visão. Hoje, muito mais do que à época, tenho consciência de que a tortura destrói a condição psíquica e moral do ser humano, comprometendo o que lhe é mais caro, como pessoa, que é a sua dignidade. Quem padece tal flagelo, cujo extremo sofrimento (misto de pânico e dor) abala as mais íntimas convicções e valores, sabe que não há crime mais hediondo.

Samir Sagih El Aouar:[100] Dos espancamentos, lhe restou a perda da audição do lado direito (além da claustrofobia, insônia, insegurança e esofagite causada por alimentos putrefatos vindos de Neves ao DOPS)", segundo o procurador Carlos Henrique Peixoto de Souza.

Carmela Pezutti:[101] Até o fim de sua vida, Carmela apelava para antidepressivos, tinha pesadelos e pensava na morte diariamente: "tenho vontade de me matar", mas resistiu até à própria vontade e à morte de dois filhos: "só me chocava o medo de ser presa e falar. Tinha medo de ser torturada, sim, senão não seria um ser humano. Mas não era propriamente o medo de ser machucada pela tortura. Era o medo de falar. Se eu não tivesse nada para falar, apanharia com mais tranquilidade, menos pavor. O medo de colocar um amigo – ou um filho – na cadeia é muito doloroso."

Carlos Antonio Melgaço Valadares: [...] fratura de tornozelo esquerdo quebrado com martelo; fratura de costela devido a pontapés e saltos sobre o peito; estado comatoso [...].

Délio de Oliveira Fantini:[102] [...] eu tive o corpo todo ele queimado por choques, por cigarros; tive uma lesão no crânio, um afundamento temporoparietal; uma fratura da pirâmide do nariz do lado direito; fraturas em vários ossos do metatarso, do tarso; tive arrancado nesses espancamentos os dentes da frente; tive uma fratura que fragmentou o osso rádio que foi necessária uma cirurgia para colocação de uma haste.[...] esse afundamento do crânio ele começou a sangrar muito [...] essa questão do afundamento, a questão dessa fratura em vários fragmentos né, do osso rádio direito, várias fraturas no pé, no pé esquerdo, todo o corpo, o corpo todo queimado e eu, quer dizer, não sei se foi sorte ou azar né esse chute na cabeça que a partir daí houve a necessidade de ser deslocado para o pronto-socorro, as outras coisas que a gente vivenciou são de menor relevância, a gente praticamente não conta, na época eu fui o preso mais novo que teve aqui em Minas Gerais, eu tinha feito 18 anos e teve esses fatores, certo.

Eustáquio Pinto de Oliveira:[103] [...] Fui levado a abandonar o curso de Educação Física da UFMG e perdi empregos por causa dessa pressão. Fiquei sem estrutura emocional e psicológica. Não conseguindo permanecer em nenhum emprego, por mais do que alguns meses...

Expedito Evangelista de Andrade:[104] [...] Em verdade, não se trata do relato de tortura ou maus-tratos físicos clássicos, mas, sim, do intenso sofrimento mental (ansiedade, angústia, medo, insegurança, depressão etc.) [...] que quase me levaram ao completo esgotamento nervoso. [...] cujas sequelas nem mesmo o longo tempo já decorrido foi suficiente para extinguir; apenas reduziu.

José Adão Pinto:[105] Como sequelas deste terrível período, ficou a esterilidade que o impediu de ter filhos e uma doença de hemorroidas, decorrente de fato de os torturadores ter introduzido um cabo de vassoura em seu ânus.

Marco Antônio Victoria Barros:[106] [...] Tive um estresse tão grande que fui obrigado a tomar medicação controlada por muito tempo; fiquei durante dois anos com dor de cabeça crônica; [...]. Estas sequelas me atrapalharam bastante no decorrer da minha vida, e não me acho totalmente livre delas. Elas retornam, de vez em quando.[...]

Maria Dalce Ricas:[107] Fisicamente, ainda tenho marcas nos dedos mínimos dos pés e mãos, onde o fio elétrico era enrolado e a marca nos pulsos. Até cerca de cinco anos atrás, tinha uma insensibilidade parcial sobre o pé e não suportava sapatos fechados por muito tempo. Conforme cópia de matéria na Revista Veja

fui uma das pessoas que denunciaram o médico Jean Paul. Em função disso, fui avisada de que estava correndo risco de ser sequestrada e, durante alguns meses, tive de suportar esse temor.

Maria José Carvalho Nahas:[108] Mais conhecida como a "loira da metralhadora", relata seu confinamento por 5 meses na solitária, ou ¨surda¨ no presídio feminino Estevão Pinto, na região do Horto. Segundo ela, a cela era tão pequena e incômoda, que além de uma forte tortura psicológica, servia como uma tortura física incomensurável. Além disso, a cela estava cheia de baratas e ratos todo o tempo.

O que apresentamos desses depoimentos anteriores pode ser observado também, nos demais processos do CONEDH. A lista das vítimas é imensa e a tortura deixou suas marcas pelas sequelas físicas e psicológicas, confirmando o diagnóstico apresentado no parecer de Alfred Martin juntado aos processos deferidos pelo CONEDH, e já referenciado anteriormente.

Configuração de um ato de tortura

A Via-Crúcis de Delsy Gonçalves de Paula[109] pelos porões da ditadura começa em junho de 1969, quando foi presa em Belo Horizonte. Em declaração dirigida ao CONEDH, Delcy diz que três anos antes de ser presa iniciou militância de oposição ao regime militar e ditatorial. Como aluna do Curso de Ciências Sociais na FAFICH/UFMG e como professora no Colégio Municipal de Contagem, integrou-se à organização política denominada Ação Popular (AP). Em junho de 1969, foi presa, tendo sofrido torturas físicas e psicológicas por aproximadamente 50 dias.

No dia 14/06/1969, após ter sido interrogada das 14h às 22h, na Central de Polícia Militar, G-2, conhecida como casa amarela, localizada na Rua Santa Rita Durão, ao lado do Palácio do Bispo, foi levada para a penitenciária de Mulheres Estevão Pinto, em Belo Horizonte e colocada em uma cela "solitária".

No dia seguinte, às 20h foi levada pela PM a uma casa desconhecida, no Bairro Renascença, onde foi barbaramente espancada pelo capitão Pedro Ivo, capitão Portela, tenente Pádua, sargento Léo e pelo major Rubem[110]. Após toda sua roupa ter sido violentamente arrancada, sofreu golpes de karatê no pescoço, estômago e rins, socos no rosto e pontapés. Às 22h foi conduzida novamente para a G-2 [...]. Por ordem do tenente Pádua, foi novamente despida e espancada pelo sargento Léo, ora com cassetete ora com um cinturão e sua fivela, até a madrugada do dia

16/06/1969. Foram chamados à sala cerca de 20 policiais, que rindo muito, faziam piadas e comentários de baixo calão, enquanto assistiam ao espancamento. Tinha os cabelos puxados, o pescoço torcido, golpes lhe eram aplicados nas costas com a coronha do revólver. Esse bárbaro espancamento lhe causou muitas contusões e hematomas por todo o corpo. [...] foi submetida a choques elétricos de alta voltagem, por várias vezes caindo no chão, perdendo a consciência e sendo acordada por violentos chutes, o que ocorreu até as 4h30m, quando, então, foi levada para uma residência na Rua Osvaldo Cruz, Bairro Nova Suíssa. Nessa casa, além de sofrer golpes conhecidos como "telefone", golpes de karatê e outros espancamentos, o capitão Portela apertou os seus mamilos até sangrar.

Às 9h foi levada para a Central de Polícia, tendo o corpo, além de totalmente dolorido, com tremuras involuntárias e os dedos marcados devido à queimadura dos choques. Às14h, juntamente com inúmeras outras pessoas detidas, foi levada para o DI, onde permaneceu sentada durante 24 horas em carteiras escolares, apesar da debilidade de seu estado físico, especialmente as costas e nádegas.

No dia 18, apesar de o comandante Helus, do DI, ter assegurado ser responsável pela integridade física de todas as pessoas aí detidas, garantindo a segurança de todos e o não uso da violência, às 16h ela foi retirada desse quartel, pelo sargento Léo e pelo tenente Pádua, que a levaram de volta para a Central de Polícia, reiniciando as torturas: choques elétricos nos dedos das mãos e dos pés, torturas sexuais – completamente despida, colocada em uma cadeira e, ao mesmo tempo, em que lhe davam choques, o sargento Léo acariciava suas pernas, seios e ventre, beijando-lhe os lábios, orelhas e pescoço – em dado momento, a declarante perdeu os sentidos.

De volta para o DI, às 21h, foi medicada por enfermeiras. Juntamente com todas as outras pessoas, que somavam aproximadamente um grupo de 50, permaneceu nesse local até o dia 27 de junho. Nesse dia, por diversas vezes, foi interrogada por pessoas à paisana, ocasiões em que, devido ao profundo abalo físico e emocional, não conseguia articular sequer uma palavra e depois, foi transferida para a penitenciária de Mulheres Estevão Pinto, colocada novamente em cela "solitária", onde permaneceu isolada.

No dia 14 de julho, devido ao estado lastimável em que ainda se encontrava, sofrendo com cólicas estomacais, vômitos, descontrole emocional e insônia, foi atendida pelo Dr. Autemar, médico da penitenciária, que lhe aplicou injeções de sonoterapia para que a declarante dormisse por 24 horas sucessivas. Nesse momento tomou consciência que emagrecera 11 quilos.

Em 16/07/1969, foram reiniciados os interrogatórios pelos responsáveis pelo Inquérito Policial Militar – IPM. Todas as noites, das 19h às 7h, durante mais de 30 dias, a declarante foi interrogada. Por várias vezes, seus sobrinhos – Maria das Graças Magalhães Drumond e João Batista Magalhães Drumond -, ainda menores de idade nessa época, foram ora detidos no 12º R.I., ora colocados em carros-patrulha do Exército ou da Polícia Militar, que rodavam pela cidade por tardes inteiras. Posteriormente, João Batista M. Drumond veio a desenvolver esquizofrenia, que se expressava, muitas vezes, por alucinações de perseguição policial.

No dia 21/07/1969, às 2h, a declarante foi acareada com sua irmã Zuleica que, apesar de não ser filiada a nenhuma organização política, se encontrava detida no 12º RI, sofrendo maus-tratos e humilhações. Após a acareação, a declarante foi submetida novamente a torturas: durante duas horas e meia, permaneceu, em pé, sobre duas latas de massa de tomate, sendo agredida com socos. Ao longo desse processo, durante interrogatórios, por várias vezes o presidente do IPM. – o coronel do Exército Valdir Teixeira Góes – submetia a declarante a torturas sexuais.

Essa terrível situação permaneceu durante todo o mês de agosto e setembro. Em outubro, juntamente com todos os presos políticos do estado de Minas Gerais, foi levada para uma penitenciária em Linhares, em Juiz de Fora, onde permaneceu até junho de 1970, ainda sofrendo, juntamente com os outros presos, constante tensão psicológica.

Oito dias após a liberação da declarante, foi decretada novamente sua prisão preventiva. Temendo a repetição dos horrores sofridos, a declarante não viu outra saída a não ser a fuga e a clandestinidade. Viveu em São Paulo, trabalhando como pesquisadora em institutos de pesquisa, em Curitiba, como auxiliar de escritório na Associação de Pais e Amigos dos Surdos; em Porto Alegre, como vendedora ambulante.

Em 14/04/1972 foi presa em Porto Alegre, onde de novo sofreu muitas violências. Aproximadamente, no final de maio, foi transferida, juntamente com outros presos políticos para São Paulo, DOI-Codi. As pressões aí sofridas foram de tal ordem que, por duas vezes, desmaiou, tendo sido levada para o Hospital das Clínicas de SP, onde foi feito o seu eletroencefalograma. A declarante foi transferida para Curitiba em uma data que não consegue se lembrar, permanecendo numa prisão feminina em Piraquara junto com presas comuns. Como já havia sido julgada em Minas Gerais e condenada a dois anos de prisão, solicitou sua transferência para esse estado. Foi, então, transferida para um presídio em Rio

Espera e lá permaneceu como única presa, não lhe sendo permitido o acesso a nenhum tipo de leitura, nem mesmo a jornais velhos. Por ser um local de difícil acesso, a declarante recebeu pouquíssimas visitas. Por duas vezes, sofreu desmaios com longo período de inconsciência e, por essa razão, foi transferida para o DOPS, onde cumpriu o restante de sua pena.

Ao sair, procurou um médico neurologista Dr. Gilberto Belizário, que a partir dos exames feitos, constatou uma epilepsia, que persiste até o presente momento, necessitando do uso contínuo de medicamento.

3.8 Conclusões

Ainda que, como ressaltado anteriormente, o levantamento do número de vítimas seja deficitário, e a Comissão da Verdade de Minas continue sem ter a lista completa de prisioneiros políticos, a partir do resultado aqui obtido restou inegável que a repressão política e a violência empregada contra os opositores da ditadura foram expressivas em Minas Gerais.

A partir de um profundo estudo sobre a tortura, junto com os dados empíricos levantados a partir dos relatos e depoimentos das vítimas, constatou ser esse um conceito nebuloso, sendo extremamente difícil delimitá-lo, dada sua dimensão psíquica e singular. Ou seja, apesar de alguns procedimentos serem tipicamente característicos da técnica da tortura (como o pau de arara, o choque elétrico, a hidráulica, dentre outros descritos na Carta de Linhares e em outros depoimentos), é inegável a variedade de práticas capazes de infligir grave sofrimento aos mais variados indivíduos. Por esses motivos, concluiu-se pela necessidade de, em um trabalho de memória histórica, operar o conceito de maneira ampla, para não correr o risco de excluir tantos indivíduos fortemente violentados pelo aparelho estatal em condições de privação de liberdade.

Durante o estudo sobre a tortura e seus matizes, destacou-se sua especificidade quando empregado em mulheres. Apesar de, em nossas pesquisas, o grupo de vítimas mulheres ter sido expressivamente menor que o de homens, nos depoimentos restou claro a dimensão sexista da violência estatal. Nesse sentido, percebeu-se que a prática da tortura ganhava maior densidade e espaço para se desenvolver – abarcando, principalmente, a dimensão da maternidade e do sexo das vítimas -, pelo fato de ser empregada contra um grupo social já historicamente oprimido. Ademais, veio à tona também com bastante clareza o desencadeamento dos efeitos da violência estatal, já que muitos dos depoimentos partiram

das esposas, que relataram as dificuldades sofridas pela família nos casos em que o pai, geralmente provedor, se tornava um preso ou perseguido político.

Quanto ao levantamento do perfil profissional das vítimas, bem como dos grupos de resistência organizada dos quais faziam parte, constatou-se que o maior número diz respeito a sindicalistas, movimentos estudantis e professores. Disso é possível inferir o forte viés ideológico da polícia política, que teve como foco grupos cuja formação de base era constituinte de uma visão crítica ao governo ditatorial. Nesse sentido, conclui-se que tais grupos e movimentos organizados, na perspectiva da doutrina da Segurança Nacional, foram identificados como "o inimigo interno", cuja ação difusa na sociedade civil era reconhecida como uma verdadeira ameaça à ordem política vigente.

A análise da distribuição temporal das prisões por motivos políticos coincide com as mais bruscas alterações legislativas, demonstrando que a violência empregada pelas autoridades públicas estava plenamente conciliada com a política estatal voltada ao controle da ordem social. Ou seja, dado que o maior número dessas prisões ocorreu nos anos de 1964 e 1969 – o primeiro, coincidente com a instauração do regime militar, e o segundo, com o AI-5 em dezembro de 1968 e mais um conjunto de 12 outros atos institucionais -, restou evidente que a violência empregada contra os opositores da ditadura se deu em um contexto de institucionalização da repressão.

Tal compreensão da tortura como prática institucionalizada foi respaldada por diversos depoimentos que descrevem não só a homogeneidade das técnicas empregadas pelos agentes, mas também as próprias aulas nas quais tal saber era ensinado aos agentes da repressão. Não obstante, ainda hoje não houve reconhecimento expresso por parte do Estado de que tal prática foi resultado de uma política refletidamente empregada. Isso porque, quando muito, o que se tem atualmente são declarações esparsas de ex-agentes de que a tortura de fato acontecia, porém indevidamente, sem conhecimento nem respaldo das autoridades superiores, ou seja, como ocorrências desviantes, "excesso" de alguns poucos funcionários que trabalhavam com a polícia política.

Por esse motivo, conclui-se que se encontra aí uma das maiores feridas abertas relativamente ao período da ditadura militar. Pois, mesmo com os (poucos) processos de indenização às vítimas, e os trabalhos das Comissões da Verdade no levantamento dessa memória, sem o reconhecimento estatal desse erro torna-se impossível o processo de conciliação histórica, bem como uma afirmação fundamental de que isso não se repetirá futuramente.

NOTAS

1. *Relatório Azul*, edição 97, Comissão de Cidadania e Direitos Humanos – Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/relatorios/r_relatorio_azul/r_azul_1997.pdf, p.177.

2. BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS. *Questões fundamentais para prevenção à tortura no Brasil*/Coordenação Geral de Combate à Tortura (org.). Brasília: SEDH, 2015, p. 15.

3. SIRONI, F. ; BRANCHE, R. *La torture aux frontiéres de l'humain*. In: *Revue Internacionale des sciences sociales*. 2002/4, n.174, p. 59 *apud* ALMEIDA, Maria Auxiliadora de Arantes Cunha. *Tortura: clínica psicanalítica*. São Paulo: Casapsi, 2013, pp. 92-93.

4. Analista institucional e doutor em Ciências da Educação, pela Universidade de Paris VIII. Iniciou seu trabalho como psicoterapeuta no Brasil acolhendo os refugiados latino-americanos em 1980, e logo na França, como psicólogo coordenador da *Consultation Psychologique des Migrants, Réfugies et Démandeus d'Asile*, e de três redes de Atendimento Etnopsicológicas regionais, organizadas pelo Comitê Médico Social pela Saúde dos Migrantes de Toulose, nas quais são acolhidas anualmente centenas de refugiados e vítimas da tortura de todo o mundo.

5. Arq. Covemg. MARTIN, Alfredo. Parecer técnico à Comissão Estadual de Indenização às vítimas de tortura (CEIVT), 2001.

6. As constatações presentes nos dois últimos parágrafos foram ratificadas em vários momentos da pesquisa, em especial nos processos do Conselho Estadual de Direitos Humanos do Estado de Minas Gerais - CONEDH, nos quais são diversos os relatos feitos por familiares das vítimas, que relacionam as sequelas e morte das pessoas torturadas à violência a qual foram submetidas no passado.

7. KOLKER, Tania. Tortura e impunidade – danos psicológicos e efeitos de subjetivação. In: BRASIL. SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Tortura*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010, pp. 170-195.

8. KOLKER, 2010, pp. 186-187.

9. BRASIL. *Decreto nº 4.388, 25 de setembro de 2002* - Promulgação do Estatuto de Roma do Tribunal Internacional Penal, art. 7º, 2.e.

10. Convenção das Nações Unidas contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, adotada pela Resolução 39/46 da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10/12/1984.

11. COMPARATO, Fábio Konder. A tortura no direito internacional. In: BRASIL. SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Tortura*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010, p. 81.

12. KOLKER, Tania. Tortura e impunidade – danos psicológicos e efeitos de subjetivação. In: BRASIL. SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Tortura*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010, p. 174.

13. Arq. Covemg. SALAZAR, Emely Vieira. Depoimento à Covemg em 04/12/2015. Belo Horizonte, Covemg, 2015, pp.1-15.

14. Organização das Nações Unidas. Comitê Contra a Tortura. Observação Geral nº2. CAT/GC/2/CRP.1/Ver.4. 23/11/2007, parágrafo 3.

15. BRASIL. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014. v. 1, p. 328.

16. ALMEIDA, 2013, p. 240.

17. Trecho extraído da entrevista do psicólogo americano, Philip Zimbardo, concedida a Gabriel Jimenez, In: JIMENEZ, Gabriel. *O mal está em todos nós*. Veja, Editora Abril, edição 2335, ano 46, número 34, 21/08/2013, p.19. Disponível em: <https://acervo.veja.abril.com.br/index.html#/edition/32136?page=18&section=1>.

18. Nesse ponto, convém referenciar o Relatório final da Comissão Nacional da Verdade que, em seu capítulo 13, expõe os casos de repressão contra militares que resistiram e se insurgiram contra as práticas adotadas pelo regime.

19. Arq. Covemg. SALAZAR, Emely Vieira. Depoimento à Covemg em 04/12/2015. Belo Horizonte, Covemg, 2015, pp 1-15.

20. Lei 9.455 de 07/04/1977 que define os crimes de tortura e dá outras providências.

21. O projeto Brasil: Nunca Mais – BNM foi desenvolvido na década de 1980 pelo Conselho Mundial de Igrejas e pela Arquidiocese de São Paulo. O projeto esteve sob a coordenação do Reverendo Jaime Wright e de Dom Paulo Evaristo Arns, com os seguintes objetivos: evitar que os processos por crimes políticos pudessem ser destruídos ao final da ditadura militar; obter o máximo de informações sobre torturas praticadas pelos agentes da repressão, bem como garantir a sua divulgação para a sociedade brasileira. *Brasil nunca mais, 1985*.

22. FILHO, 2010. p. 244.

23. Arq. Covemg. Carta de Linhares. Disponível no Anexo 3. Fl. 17.

24. Arq. Covemg. Carta de Linhares. Disponível no Anexo 3. Fls. 22-23.

25. Arq. Covemg. Carta de Linhares. Disponível no Anexo 3. Fl. 24.

26. No documento redigido pela Corrente, "Anexo 4", é denunciada, também, a morte de Chael Charles, pela repressão. Fl.1.

27. Arq. Covemg. Carta de Linhares. Disponível no Anexo 3. Fl. 39.

28. Arq. Covemg. Carta de Linhares. Disponível no Anexo 4. Fl. 7.

29. Arq. Covemg. Carta de Linhares. Disponível no Anexo 3. Fl. 29.

30. Arq. CONEDH/CEIVT. Proc. 207, Murilo P. Silva, Fl. 133.

31. Mais informações sobre o encaminhamento da carta ao Conselho de Defesa da Pessoa Humana, e sobre o processo de solicitações da CIDH/OEA, podem ser encontradas em documentação do Arquivo Nacional, disponibilizada pela Comissão Nacional da Verdade. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/documentos/Capitulo9/Nota%2068,%20130,%20131,%20132,%20159%20-%20BR_%20RJANRIO_TT_0_MCP_AVU_83.pdf>.

32. Os dados contidos nessas fichas ainda não haviam sido sistematizados, trabalho assumido pela Subcomissão II, servindo como importante fonte de informação tanto para a Covemg, quanto para o próprio APM.

33. Arquivo Público Mineiro – APM. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/search.php?query=&andor=AND&dt1=&dt2=&notcao=&nantiga=&ordenar=30&asc_desc=10&submit=Executar+pesquisa&action=results&id_REQUEST=0a94dda04639b057c378d68c46f298c0>

34. Foram feitas várias visitas para consultar o acervo do Arquivo Público Mineiro – APM, situado na Av. João Pinheiro, 372, bairro Funcionários, Belo Horizonte, via intranet e, posteriormente, complementadas, pela internet. http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/search.php?query=&andor=AND&dt1=&dt2=&notcao=&nantiga=&ordenar=30&asc_desc=10&submit=Executar+pesquisa&action=results&id_REQUEST=0a94dda04639b057c378d68c46f298c0>. Em alguns casos foram solicitadas ao APM, cópias de rolos ou pastas, a partir dos nomes pesquisados, para subsidiar as pesquisas em foco. Arquivo Público Mineiro – APM, situado na Av. João Pinheiro, 372, bairro Funcionários, Belo Horizonte.

35. Em especial na pasta 5.291 são encontradas 184 imagens de boletins do DVS/DOPS, com relação de presos políticos, sob custódia deste Departamento, nos primeiros meses do golpe militar de 1964, no Estado de Minas Gerais.

36. Arq. Covemg. Histórico de e-mails Anistia Internacional, Rio de Janeiro, jul. 2014.

37. Conforme depoimentos de Betinho Duarte, Aluísio Rodrigues Coelho, Sálvio Humberto Pena (Notas taquigráficas da CPI do DOPS, v. 1, 1998, pp. 69-74), bem como de Amílcar Viana Martins Filho (Arq. Covemg, notas taquigráficas da CPI do DOPS, v. 1, 1998, p. 226).

38. Arq. Covemg, notas taquigráficas da CPI do DOPS, v.1, 1998, pp. 26; 262.

39. Arq. Covemg, notas taquigráficas da CPI do DOPS, v. 1, 1998, p. 516.

40. Conforme ofício 645-GAB-98, CPI do DOPS, v. 1, 1998, pp. 766-767.

41. Arq. Covemg, notas taquigráficas da CPI do DOPS, v. 1, 1998, p. 263.

42. Vide imagens registradas no v. 2 da CPI do DOPS, 1998, pp. 590-644.

43. Conforme Relatório final da CPI do DOPS, 2013, pp. 23-24.

44. Relatório final da CPI do DOPS, 2013, p. 41.

45. Conforme atestado no depoimento de Ediraldo Brandão, ex-coordenador da COSEG, registrado nas notas taquigráficas da CPI do DOPS, v. 1, 1998, pp. 512-513.

46. Cópias de listas contendo nomes de presos políticos são encontradas nos processos digitalizados do APM/CONEDH, a exemplo das imagens de números 10/24, encontradas no processo 144, da caixa 55.

47. BRASIL. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014, v.1, p. 337.

48. BRASIL. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. v. 1, p. 337.

49. Arq. Covemg. Carta de Linhares. Disponível no Anexo 3. Fls. 44-45.

50. Tal ideia foi firmemente defendida por defensores do regime militar, dentre eles, o ex-ministro do trabalho Jarbas Passarinho, que foi um dos signatários do AI-5. Em entrevista a Mário Magalhães pela Folha de São Paulo, Passarinho sustentou que "a tortura não era, como nos países totalitários, institucional. Era episódica" e relatou que, quando ciente de tal prática, o ex-presidente Médici tomou as devidas providências de punir os responsáveis. Disponível em: <https://blogdomariomagalhaes.blogosfera.uol.com.br/2016/06/06/historia-entrevista-de-jarbas-passarinho-em-defesa-de-ustra-o-torturador/?cmpid=copiaecola)>. Para informações mais detalhadas, vide: <http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/279/entrevistados/jarbas_passarinho_1996.htm>.

51. KOLKER, Tania. Tortura e impunidade – danos psicológicos e efeitos de subjetivação. In: BRASIL. SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Tortura. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010, p. 175.

52. DUARTE-PLON, Leneide. *A tortura como arma de guerra.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 46.

53. DUARTE-PLON, Leneide. *A tortura como arma de guerra.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 28.

54. DUARTE-PLON, Leneide. *A tortura como arma de guerra.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, pp. 36-46.

55. DUARTE-PLON, Leneide. *A tortura como arma de guerra.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 53.

56. O torturador, Tenente Marcelo Paixão de Araújo, foi capa da Revista Veja, na edição de 9/12/1998. Nesse "depoimento de quase duas horas", considerado histórico por ser "o primeiro agente da repressão a admitir em público que torturava presos políticos durante a ditadura militar" – concedido ao repórter Alexandre Oltramari –, o torturador Marcelo Paixão "conta como e porque torturou três dezenas de presos políticos" no período de 1968 a 1971. Em algumas fontes pesquisadas pela Covemg, vários presos políticos, ao relatarem as torturas sofridas, o apontam como torturador. Os presos políticos Ápio Costa Rosa, ex-militante do PCB, e José Adão Pinto – que pertencia à Corrente Revolucionária, relatam sequelas das torturas deixadas pelo Tenente Marcelo. Essa matéria contou, ainda, com reportagem de Luciana Patzch, de Curitiba, José Edward e Cláudia Campos, de Belo Horizonte, Virgínie Leite, do Rio de Janeiro, e Maurício Lima, de São Paulo. Importante salientar um "ranking da tortura" da referida revista, feito a partir de acusações das vítimas de torturas, publicado na página 52, em que o Tenente Marcelo aparece em primeiro lugar, com 22 acusações. A pesquisa da Covemg contemplou, ainda, outros nomes de torturadores – a partir de consulta aos processos do APM/CONEDH e do documento "Carta de Linhares" –, que foram também relacionados pela Veja, tais como: Hilton Paulo da Cunha Portela, Pedro Ivo dos Santos Vasconcelos, João Câmara Gomes Carneiro, Léo Machado, Jésu do Nascimento Rocha, Antônio de Pádua Alves Ferreira, Thacir Omar Menezes Sia, Carlos Alberto del Menezzi, Jofre de Lacerda, João Vicente Teixeira, Waldir Teixeira Góes e Antônio Nogueira Lara Rezende. Outros agentes acusados como torturadores por vários presos políticos – o ex-sargento da PMMG, Léo Machado; o ex-delegado Antônio Nogueira Lara Resende; o coronel Hilton Paulo da Cunha Portela – são citados e entrevistados na reportagem em tela, que circulou com 1.269.068 exemplares, sob o título "Esse maldito passado".

57. OLTRAMARI, Alexandre. "Torturei uns trinta". *Veja,* Editora Abril, edição 1576, ano 31, número 49, dezembro, 1998, p.47.

58. OLTRAMARI, Alexandre. "Torturei uns trinta". *Veja*, Editora Abril, edição 1576, ano 31, número 49, dezembro, 1998, p. 52.
59. OLTRAMARI, Alexandre. "Torturei uns trinta". *Veja,* Editora Abril, edição 1576, ano 31, número 49, dezembro, 1998, p. 52.
60. OLTRAMARI, Alexandre. "Torturei uns trinta". *Veja*, Editora Abril, edição 1576, ano 31, número 49, dezembro, 1998, p. 52.
61. OLTRAMARI, Alexandre. "Torturei uns trinta". *Veja,* Editora Abril, edição 1576, ano 31, número 49, dezembro, 1998, p. 52.
62. OLTRAMARI, Alexandre. "Torturei uns trinta". *Veja,* Editora Abril, edição 1576, ano 31, número 49, dezembro, 1998, p. 52.
63. OLTRAMARI, Alexandre. "Torturei uns trinta". *Veja,* Editora Abril, edição 1576, ano 31, número 49, dezembro, 1998, p. 9.
64. OLTRAMARI, Alexandre. "Torturei uns trinta". *Veja*, Editora Abril, edição 1576, ano 31, número 49, dezembro, 1998, p. 53.
65. OLTRAMARI, Alexandre. "Torturei uns trinta". *Veja*, Editora Abril, edição 1576, ano 31, número 49, dezembro, 1998, p. 53.
66. OLTRAMARI, Alexandre. "Torturei uns trinta". *Veja,* Editora Abril, edição 1576, ano 31, número 49, dezembro, 1998, p. 53.
67. OLTRAMARI, Alexandre. "Torturei uns trinta". *Veja*, Editora Abril, edição 1576, ano 31, número 49, dezembro, 1998, p. 53.
68. ALMEIDA, Maria Auxiliadora de Arantes Cunha. *Tortura: clínica psicanalítica*. São Paulo: Casapsi, 2013, p. 240.
69. Arq. Covemg, Relatório sobre a acusação de tortura no Brasil, ANISTIA INTERNACIONAL, 1972.
70. GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2ª reimpressão, 2002. Versão online disponível em: <http://redept.org/uploads/biblioteca/6673ae85eb67bd20cab33a9507c61c30.pdf>.
71. O foquismo foi uma tática de guerrilha, inspirada na guerrilha cubana de Che Guevara, e depois melhor desenvolvida por Régis Debray, que tinha por objetivo criar *focos de revolução* para enfraquecer o imperialismo Assim, a guerrilha seria uma espécie de catalisador para uma revolta mais generalizada, como ocorreu na Revolução Cubana.
72. Células: locais onde os militantes políticos se reuniam, podendo ser casas, escritórios, salas, etc.
73. LEITE, Isabel Cristina. *Comandos de libertação Nacional: oposição armada à ditadura em Minas Gerais (1967-1969)*. Dissertação de Mestrado em História e Culturas políticas na UFMG. Belo Horizonte, 2009, p. 21.
74. A Política Operária (POLOP) foi uma organização de esquerda revolucionária, que teve seu primeiro congresso no ano de 1961, em São Paulo. A organização era crítica ao PCB, a quem consideravam reformistas. Ver mais em Leite (2009).
75. LEITE, Isabel Cristina. Comandos de libertação Nacional: oposição armada à ditadura em Minas Gerais (1967-1969). Dissertação de Mestrado em História e Culturas políticas na UFMG. Belo Horizonte, 2009, p.114.
76. NAHAS JÚNIOR, A. A queda: Rua Atacarambu, 120. Belo Horizonte: Scriptum, 2015, pp. 15-16.
77. DANIEL, Hebert. *Passagem para o próximo sonho — Um possível romance autocrítico. Rio de Janeiro*. Codecri, 1982. Apud: GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2ª reimpressão, 2002, p.357.
78. LEITE, Isabel Cristina. *Comandos de libertação Nacional: oposição armada à ditadura em Minas Gerais (1967-1969).* Dissertação de Mestrado em História e Culturas políticas na UFMG. Belo Horizonte, 2009, p.12.
79. GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 358.
80. O Coronel Octávio Aguiar de Medeiros era o comandante do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) e encarregado do IPM da subversão Universitária em Minas, à época em que a polícia invadiu um aparelho do COLINA, na rua Atacarambú, nº 120, bairro São Geraldo, Belo Horizonte. Dentre os presos políticos estava, Murilo Pinto Silva, que relata: "no 12º RI meus espancadores e interrogadores foram o coronel Medeiros, sargento Mendes, sargento Kléber, capitão Almeida e outros" (autos de qualificação do BNM, tomo V, vol.3, pp. 259 e 361). Júlio Antônio Bittencourt de Almeida também o identificou, nos autos de qualificação do BNM, tomo V, vol. 2, p.696, afirmando que, "no RI nossos espancadores e interrogadores foram: coronel Medeiros, sargento Marcolino [...]".
81. GASPARI, Elio. A ditadura envergonhada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, pp. 358-359.
82. GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 360.
83. GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 362.
84. Alguns excertos extraídos dos dois depoimentos ao CONEDH (processos de números 125 e 383) evidenciam a participação do americano Dan Mitrione nas sessões de tortura. Conferir excertos no ponto 4. Vale lembrar que em 1971 o prefeito Souza Lima inaugurou uma placa de rua com o nome Dan Mitrione, com direito a evento público e discurso para agradecer os serviços prestados pelo agente. Já nos anos 1980, o nome do torturador foi substituído pelo do torturado, de modo que a rua foi rebatizada com o nome de José Carlos da Matta Machado, morto pela ditadura em 28/10/1973 MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O instrutor. In*: Revista de História*. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/o-instrutor>.
85. LANGGUTH, A.J. *A face oculta do terror*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 42.
86. APM, CONEDH, processo 125, cx.71, imagem 07, relato de Nilo Sérgio de Meneses Macedo.
87. Arq. Covemg, RICAS, Maria Dalce. Depoimento. [mai. 2017]. Entrevistadora: Emely Vieira Salazar. Belo Horizonte, 2017.
88. Arq. Covemg. SALAZAR, Emely Vieira. Depoimento à Covemg em 04/12/2015. Belo Horizonte, Covemg, 2015.
89. LUNDE, Inge; ORTMANN, Jørgen. 1990. *Prevalence and Sequelae of Sexual Torture.The Lancet* 336, nº 8710: 289-291 *apud* GRISALES, Natalia Rodriguez. Cuerpo, sexualidad y violencia simbólica en la tortura sexual. *Rev.estud.soc.*, Bogotá, n. 54, pp. 81-92; Dec. 2015, pp. 82-83.

90. BRASIL. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014. v. 1, pp. 400-401.

91. Arq. CONEDH/CEIVT. Depoimento de Marília Pires Fernandes dos Santos, Proc. 926.

92. Arq. CONEDH/CEIVT. Depoimento de Carmen Lúcia do Amaral. Proc.26.

93. MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor (orgs): *Direito à memória e à verdade: Luta, substantivo feminino*. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010, pp. 192-193.

94. KUCINSKI, Bernardo. *Pau de arara: a violência militar no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 158.

95. Antônio Américo de Magalhães Goés, ligado à ID-4, foi agente policial no período de 1969 a 1971. É apontado como torturador por alguns presos políticos, conforme pesquisa realizada no APM/CONEDH.

96. KUCINSKI, Bernardo. *Pau de arara: a violência militar no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 178.

97. Arq. CONEDH/CEIVT, Processo 188, Sebastião Evaristo Alves.

98. Excerto extraído do depoimento do Professor de História, Ápio da Costa Rosa concedido à Revista Veja, edição de 09/12/1998. Vide, também, o processo administrativo do preso político Ápio da Costa Rosa em: APM, SEDESE, SUDH, CONEDH, CEIVT, Processos de Indenização às Vítimas da Ditadura Militar – Ápio Costa Rosa, cx.07, processo n.º 015.

99. APM, SEDESE, SUBDH, CONEDH, CEIVT, Processos de Indenização às Vítimas da Ditadura Militar – Arnaldo Fortes Drummond, cx 61, processo 17, fls.66/68, imagens 67/69.

100. APM, SEDESE, SUBDH, CONEDH, CEIVT, Processos de Indenização às Vítimas da Ditadura Militar – Samir Sagih El Aouar, cx 55, processo 781, fls.1/5 imagens 02/06.

101. PEZUTTI, Carmela. *Revista TPM*. Entrevista de Carmela Pezutti nas Páginas Vermelha; outubro de 2001.

102. FANTINI, Délio de Oliveira. *Depoimento à Comissão da Verdade em Minas Gerais*. Belo Horizonte, Covemg/Fumec, ano 2015, pp. 2 e 3. In: Covemg. Arquivo. Transcrições Délio de Oliveira Fantini.

103. APM, SEDESE, SUBDH, CONEDH, CEIVT, Processos de Indenização às Vítimas da Ditadura Militar – Eustáquio Pinto de Oliveira cx18, processo nº43, fls.03/04, imagens 04/05.

104. APM, SEDESE, SUBDH, CONEDH, CEIVT, Processos de Indenização às Vítimas da Ditadura Militar - Expedito Evangelista de Andrade cx18, processo nº44, fls.10 e 16, imagens 11 e 17.

105. APM, SEDESE, SUDH, CONEDH, CEIVT, Processos de Indenização às Vítimas da Ditadura Militar – José Adão Pinto, cx.65, processo n.º 83, fls.08, imagem 09.Vide também matéria publicada pela revista Veja, edição de 09/12/1998.

106. APM, SEDESE, SUBDH, CONEDH, CEIVT, Processos de Indenização às Vítimas da Ditadura Militar – Marco Antônio Victória Barros, cx 44, processo 106, fls.06/07, imagens 07/08.

107. APM, SEDESE, SUDH, CONEDH, CEIVT, Processos de Indenização às Vítimas da Ditadura Militar – Maria Dalce Ricas, cx. 45, processo nº 415, fls. 07, imagem 08.

108. CONEDH, CEIVT, Processos de Indenização às Vítimas da Ditadura Militar – Maria José de Carvalho Nahas, cx. 4, Proc. 113.

109. APM, SEDESE, SUBDH, CONEDH, CEIVT, Processos de Indenização às Vítimas da Ditadura Militar – Delsy Gonçalves de Paula, cx 12, processo nº 710, fls.02/06, imagens 03/07.

110. Transcrição de parte do depoimento de Delsy Gonçalves de Paula concedido à Covemg, em 22/10/2015, no palco do auditório da FUMEC, que contou com a presença do membro da Covemg, Emely Vieira Salazar e participação dos assessores Celso Travassos e José Alexandre Salles. Na ocasião, Delcy solicitada a esclarecer sobre a exata localização de uma "casa na Renascença", referenciada como local de tortura no livro "As moças de Minas" de Luiz Manfredini, disse que: […] tinha um aparelho da AP, mas não era na Renascença era Cachoeirinha, entendeu? Eu tenho a impressão que houve uma confusão. Tinha um aparelho, mas era Cachoeirinha, por que nós tínhamos um trabalho na Fábrica Cachoeirinha. Tínhamos pessoas que moravam nessa casa, que eram pessoas que faziam esse trabalho, porque elas estavam integradas na produção. Elas trabalhavam na fábrica [...] fábrica de tecido Cachoeirinha, talvez porque a Cachoeirinha esta do mesmo lado é mais próxima. Talvez, essa Casa, eu não sei por que eu nunca fui lá […] não fui nessa casa da Renascença. […] A casa em que eu fui torturada era a casa em que eu morei na Nova Suissa […] na Rua Oswaldo Cruz.

ANEXO A
Lista de nomes de presos políticos: 1964-1981

PRESOS POLÍTICOS	Fontes
AARON ROICHMAN	4
ABEL DA ROCHA LEAL	4
ABEL FALEIRO	4
ABEL MURTA DE GOUVEA	4
ABEL RODRIGUES AVELAR	4
ABEL VICENTE FERREIRA	4
ABILIO PEREIRA DA SILVA	4
ABILIO VITOS DA SILVA	4
ABNER DE SOUZA PEREIRA	1,2,6
ACELINO OROZIMBO DE ALMEIDA	4,5
ADAIR MARINHO COTA	4
ADAIR RICARDO	2,4
ADALBERTO BELLO ANDRADE	2
ADALBERTO LANDAU	2,4
ADÃO DE MORAIS COUTINHO	4
ADÃO FAGUNDES DE AQUINO	2,4
ADELINO OROZIMBO DE ALMEIDA	4
ADENIR TALARICO	3,4
ADERBAL CAETANO DE BURGOS	4
ADILSON MARQUES GUIMARÃES	4
ADOLFO FERREIRA NETO	2
ADOLFO HERMITON DE ALMEIDA	2
ADOLFO MARTINS DA COSTA	4
ADONEL ALMEIDA SILVA	4
AFFONSO JUNQUEIRA DE ALVARENGA	2
AFONSO CARLOS VITOR	2,3,4
AFONSO CELSO LANA LEITE	1,2,3,4
AFONSO JUNQUEIRA ALVARENGA - ALEX / DANILO	4
AFONSO LANA DE SOUZA	2,4
AFONSO MARIA CÂMARA	2
AGAMENON JOSÉ SIQUEIRA	4
AGENOR DO NASCIMENTO	4
AGENOR DOS REIS MARIA	4
AGENOR GOMES DE OLIVEIRA	2,4
AGENOR GOMES PINTO SOBRINHO	4
AGENOR MOREIRA DA SILVA NETTO	4

PRESOS POLÍTICOS	Fontes
AGEU HERINGER LISBOA	2,4
AGNALDO ADELINO DE PAULA	4
AGNALDO AFONSO PIMENTA DE FIGUEIREDO	4
AGNALDO ALVES DE FREITAS	5
AGNALDO AQUILIS PEIXOTO QUINTELA	2
AIRTON MARTINS	4,5
ALAERCIO MARCONDES MONTEIRO	4
ALANIR CARDOSO	4
ALAOR GERALDO MENDES	3,5
ALAOR MADUREIRA MELO	4
ALBERTINO DANIEL DE MELO	4
ALBERTO ANTONIAZZI	4
ALBERTO CARLOS DIAS DUARTE	2,4
ALBERTO GENTILLI	6
ALBERTO IBRAHIM ARBEX	4
ALBERTO JOSÉ DOS SANTOS	2,4
ALBERTO LEMOS MOTA	2,4
ALBERTO MODESTO KIMURA	4
ALCANTARA CASSEMIRO	4
ALCEU DE PINHO TAVARES	4
ALCIDES FERREIRA CARVALHO	2
ALCIDES MARTINS DO REGO	4
ALCIDES PINTO BARBOSA	2
ALCIDES SALLES FILHO	4
ALDERICO FERREIRA RAMOS	4
ALDEYSIO GERALDE DIAS DUARTE	2,3,4
ALDO JOSÉ SAGAZ	4
ALERCIO MARCONDES MONTEIRO	4
ALEXANDRE ALVES DE SOUZA	4
ALEXANDRE LUIZ DE ALMEIDA BARROS NETO	2,4
ALFONSO CELSO LEITE LARA	6
ALFREDO DIAS SOBRINHO	2,4
ALFREDO SOARES DA CRUZ	4
ALÍPIO GOMES FILHO	3
ALLEN DA SILVA BOECHAT	5
ALMIR LEAL ARNAUT	2,4
ALMIR PINHO	6
ALMIRO GARCIA	4
ALOISIO EUSTAQUIO DE FREITAS MARQUES	4

PRESOS POLÍTICOS	Fontes
ALOISIO RODRIGUES COELHO - REMO	4
ALOÍSIO VIEIRA	4,5
ALTINO MOTA DOS SANTOS	4
ALTIVO RIBEIRO	4
ALUÍZIO MARTINS DE ALMEIDA	5
ÁLVARO ARTHUR DO COUTO NETO E LEMOS	3
ALVARO DE OLIVEIRA PACHECO	4
ALVARO MODESTO DA SILVA	2
ALVELINO LUCAS PEREIRA ROSA	4
AMADEU GRESSI DE BARROS	4
AMILAR CAMPOS DE OLIVEIRA	4
AMILCA BAYARD	6
AMÍLCAR VIANA MARTINS FILHO	3
AMILTON ALVES DUARTE	4
AMINTAS PINHEIRO DOS SANTOS	4
ANA LÚCIA CAMPANHA BATISTA	4
ANA LUCIA DE OLIVEIRA	4
ANA LÚCIA PENNA	2,3
ANA MARIA LADEIRA ARAGÃO	4
ANA MARIA PEREIRA DE SOUZA	4
ANACLETO AFONSO FARIA	4
ANANIAS MORAIS	2
ANDRÉ ALOISIO DUARTE CORRÊA	2
ÂNGELA AMÉRICA DA SILVA ALBERNAZ	2,4
ANGELINA DUTRA DE OLIVEIRA	2,4
ANGELINA MARIA DE RESENDE	4
ÂNGELO DIAMANTE	5
ÂNGELO PEZZUTI DA SILVA	1,2,3,4
ANIBAL AMARAL DE BARROS	4
ANÍBAL TORRES FRANCO	4
ANÍSIO R. DOS SANTOS	5
ANIVAL ALVES NETO	2
ANSELMO MARANGON	4
ANTENOR FERREIRA DE QUEIROZ JUNIOR	4
ANTENOR MOREIRA BORGES	2
ANTHERO DE CARVALHO DRUMOND	2
ANTONIO {ALEM?}	4
ANTONIO {MORSITA?} COTA	4
ANTONIO ABDON SENEN	4

PRESOS POLÍTICOS	Fontes
ANTONIO ALMEIDA SILVA	4
ANTONIO ALPHEU DA MATA	4,5
ANTONIO ALVES ASSIS DINIZ	2,4
ANTONIO ALVES MOREIRA	4
ANTONIO ANASTÁCIO CAMPOS	4
ANTONIO ARCY KUMPFER	4
ANTÔNIO ARNOND MATOS	2,4
ÂNTÔNIO BARTHOLOMEU AZEVEDO	3
ANTÔNIO CARDOSO RORIZ	2,4
ANTÔNIO CARLOS BICALHO LANA	4
ANTÔNIO CARLOS DE MORAES SARMENTO	2
ANTÔNIO CARLOS MADEIRA	3
ANTONIO CARLOS MORAIS SARMENTO	4
ANTONIO CARLOS RORIZ	4
ANTÔNIO CLÁUDIO LUCAS	5
ANTONIO CORNÉLIO DE ARAUJO	4
ANTONIO CORNÉLIO DE OLIVEIRA	4
ANTONIO CORREA FILHO	4
ANTÔNIO CRISPIM DE OLIVEIRA	2,4
ANTÔNIO DA LUZ	5
ANTONIO DE ASSIS LOPES	2
ANTÔNIO DE CARVALHO	3
ANTONIO DE FARIA LOPES	2,4
ANTÔNIO DE OLIVEIRA BARROS	2
ANTONIO DE OLIVEIRA LINS	4
ANTÔNIO DE REZENDE GUEDES	1,2,6
ANTÔNIO DIVINO MOURA	4
ANTÔNIO EUSTÁQUIO PEIXOTO	3
ANTÔNIO FERNANDES NETO	5
ANTÔNIO FERNANDO MARQUES DE AGUIAR	2
ANTÔNIO FERREIRA NETO	5
ANTONIO FONSECA FILHO	4
ANTÔNIO FRANCISCO PARENTES FORTES	3,5
ANTONIO GOMES DOS SANTOS	4
ANTÔNIO GONÇALVES	4
ANTÔNIO HOLANDINO DE ARAÚJO	2,4
ANTONIO JANUÁRIO GONÇALVES	4
ANTONIO JOÃO DAMASCENO	4
ANTÔNIO JORGE DE SOUZA	5

PRESOS POLÍTICOS	Fontes
ANTÔNIO JOSÉ ANDRADE ROCHA	4
ANTÔNIO JOSÉ DE OLIVEIRA	1,2,3,4,6
ANTÔNIO JOSÉ MIGUEL	4
ANTÔNIO LÁZARO RODRIGUES	3,4
ANTONIO LIMA BANDEIRA	4
ANTÔNIO MAGALHÃES	1,3,4,6
ANTONIO MARIA PORTO	4
ANTONIO MARIA SILVA	4
ANTÔNIO MARTINS GONÇALVES	4,5
ANTÔNIO MAXIMIANO DE OLIVEIRA	3,4
ANTÔNIO MESSIAS DA ROCHA FILHO	2
ANTÔNIO MUNIZ DE REZENDE	4
ANTÔNIO NAZARIO FILHO	2
ANTÔNIO NETO BARBOSA	4
ANTÔNIO PEDRO	5
ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS	2,4
ANTÔNIO PEREIRA MATOS	2,3,4,6
ANTONIO PEREIRA PONTES	4
ANTÔNIO RAPHAEL DE OLIVA BRANDÃO	2,4
ANTONIO REIS	4
ANTÔNIO RESENDE GUEDES	3
ANTÔNIO RIBEIRO ROMANELLI	2,4
ANTONIO ROBERTO BERTELLI	4
ANTONIO ROBERTO SOARES	4
ANTÔNIO RODRIGUES COSTA	2
ANTÔNIO TEIXEIRA	4,5
ANTONIO TEODORO SOBRINHO	4
APIO COSTA ROSA	1,2,3,6
APOLO HERINGER LISBOA	2,4
ARABELA PEREIRA MADALENA	2,4
ARÃO ZACARIAS DE FARIAS	2
ARCY RIBEIRO DE CARVALHO	5
ARGENTILHO JULIÃO ASSIS	4
ARI CÂMARA	2
ARICY CURVELO DAVILA FILHO	4
ARISTEU PIRES LIMA	4
ARISTIDES CARDOSO RORIZ	2,4
ARISTIDES DE SOUZA SANTOS	4
ARISTIDES FERREIRA DE AGUIAR	2

PRESOS POLÍTICOS	Fontes
ARISTIDES GRACIANO DE FREITAS	4
ARISTIDES SALGADO DOS SANTOS	2
ARISTON PIRES LIMA	4
ARISTÓTELES DOS SANTOS	4
ARMANDO BÔRTOLO	4
ARMANDO DIAS DUARTE	4
ARMANDO FERREIRA	4
ARMANDO GERÔNIMO	5
ARMANDO RIGUETO	4
ARMANDO TEIXEIRA FRUTUOSO	4
ARNALDO CARDOSO DA ROCHA	4
ARNALDO DE ASSIS MOURTHÉ	4
ARNALDO FORTES DRUMMOND	2,3,6
ARNALDO LUIZ LAGE	2
ARNALDO NOGUEIRA DA SILVA FILHO	2,4
ARNALDO RIBEIRO	4
ARON ROICHMAN	4
ARTHUR ANDRADE	4
ARTUR DE AGUIAR MACHADO	4
ARY PEREIRA DA SILVA	5
ASPASIA DE OLIVEIRA PIRES	4
ATANASIO HORTZ	6
ATHOS MAGNO COSTA E SILVA	4
ATOMI KAMEI	4
AUGUSTO CÉSAR SALLES GALVÃO	3,4,6
AUGUSTO PINTO PADRÃO	4
AUREA CELESTE DE MOURA	4
AURECLYDES PONCE DE LEÓN	2,4
AURENTINO JOSÉ GONÇALVES FERREIRA	4
AVELINO BIOEN CAPITANI	2
AVELINO GOLÇALVES KOCH TORRES	3
AZARIAS DUARTE DE SOUZA LIMA	5
BADIH MELHEN	4
BALMACEDA GUEDES	3,4
BARNABÉ LUIZ RODRIGUES	5
BATISTA FAIOLI	4
BELANI RIBEIRO CUSTÓDIA	4
BELIZÁRIO FERREIRA RODRIGUES	2
BENEDITO GERALDO RIBEIRO	4

PRESOS POLÍTICOS	Fontes
BENEDITO GERVÁSIO DE FARIA	4
BENEDITO GONÇALVES	2
BENEDITO GONÇALVES XAVIER	2,4
BENEVENUTO RIBEIRO DOS SANTOS	2
BENIGNO AZEVEDO LEITE	4
BENITO CAPARELLI	4
BENJAMIM CECÍLIO	5
BENJAMIM DE CASTRO GUIMARÃES	4
BENTO AMÉRICO DE PAULA	4
BENTO JACOB DA SILVA	2
BIBIANO FERREIRA PEQUENO	2
BOLIVAR DETALOND LOPES	2,4
BOLIVAR LAMOUNIER	4
BRAZ ALVES VIEIRA	4
BRAZ TEIXEIRA DA CRUZ	4
CAIO SALOMÉ	4
CALIXTO ROSA NETO	2
CAMILO ALVES DO NASCIMENTO	2,4
CÂNDIDO BIZEWAKI	4
CARÍCIO OLIVEIRA	4
CARLOS ALBERTO DO CARMO	2,4
CARLOS ALBERTO JORGE	3,4
CARLOS ALBERTO SOARES DE FREITAS	4
CARLOS ALVES DA SILVA	4
CARLOS ANTONIO MELGAÇO VALADARES	1,2,3,4
CARLOS ANTUNES DA SILVA	2
CARLOS BARCELOS MARTINS	4
CARLOS COSTA	4
CARLOS DE ALMEIDA DUARTE CORRÊA	2
CARLOS DE FREITAS ANDRADE	4
CARLOS EINSTEN GOMES DINIZ	2,3,4
CARLOS GATTI	2
CARLOS GUIMARÃES	4
CARLOS JOSÉ FERREIRA	4
CARLOS JOSÉ PEREIRA	4
CARLOS LUCIANO SOARES	5
CARLOS LÚCIO MONTALVÃO COUTINHO	5
CARLOS MALUF WUTKE	3
CARLOS MICHEL	5

PRESOS POLÍTICOS	Fontes
CARLOS MINA BOMFELD	6
CARLOS ROBERTO LEITE TORMIN	4
CARLOS SCHIRMER	2
CARLOS SERGIO CORREA SALLES	4
CARLOS SIMÕES	2
CARLOS VECCI GASPAR	2,4
CARLOS VICTOR ALVES DELAMONICA - JOAQUIM / DOMÍCIO	4
CARLOS VILAN PIÑON	4
CARLOS WOLNEY SOARES	2
CARMELA PEZZUTI	2,3,6
CARMEM HELENA DO VALLE HENRIGER LISBOA	4
CARMEN LÚCIA DO AMARAL	3,4,5
CÁSSIO GONÇALVES	4
CASSIO ROGERIO RAMOS	4
CATARINA MARIA BARROS	5
CAUBY JOSÉ DA SILVA	4
CECÍLIO EMIGDIO SATURNINO	2,3,4
CELESTINO ESTEVES PEREIRA	4
CÉLIA FANTINI VIEIRA	2,3,4
CÉLIO DE CASTRO	3
CÉLIO SEGUNDO SALLES	2,4
CÉLIUS AULICUS GOMES JARDIM	4
CELSO AQUINO RIBEIRO	1,2,3,4
CELSO DA SILVA	4
CELSO DOS REIS	4
CELSO VIANA DE ASSIS	5
CELSON DINIZ PEREIRA	2,4
CESAR EDUARDO GINO CERQUEIRA	4
CESAR EPITÁCIO MAIA	4
CÉSAR MAIA	4
CESÁRIO MATIAS DE ALMEIDA	2,4
CHRISTOVAM ALVES FERREIRA	2
CICERO RICARDO	4
CINÉSIO LOURENÇO DOS REIS	2
CIRO DA SILVA	2,4
CIRO MALAQUIAS DOS SANTOS	4
CIRO VALADARES DE VASCONCELOS JÚNIOR	2,4
CLÁUDIO FERNANDES ARABAL	4
CLÁUDIO GALENO DE MAGALHÃES LINHARES	4

PRESOS POLÍTICOS	Fontes
CLAUDIONOR SOARES VIANA	4
CLEBER CONSOLATRIX MAIA	4
CLODESMIDT RIANI	2,4
CLOVIS DAMIANCE	2
COLATINO LOPES SOARES FILHO	2
CONCEIÇÃO IMACULADA DE OLIVEIRA	1,3,4,6
CRISTOVAN ALVES FERREIRA	4
CRISTOVÃO JOSÉ DE RIBAMAR NUNES	5
CUSTODIO REZENDE EVANGELISTA DE PAULA	4,5
DALMY BARRETO E SILVA	2,4
DALTON GODINHO PIRES	4
DANIEL ÂNGELO DA SILVA	4
DANILO CARATA	4
DARCI POLICARPO	2
DARCY DO COUTO GIL	2
DARIO PAULO DA SILVA	4
DARIO VELASCO MENDOZA	4,5
DAVID CUSTÓDIO SILVA	4
DAVID ESTEVES CARDOSO	2,4
DAVID RODRIGUES DINIZ	2,3,4
DAVID S. MACHADO	5
DAVID SILVA	4
DAWIDSON CABRAL FABRI	4
DÉCIO GERALDO DE OLIVEIRA SALES	2,4
DEGULE DE FREITAS CASTRO	1,2,3,4,6
DELCI BOLIVAR DE CASTRO	4
DELCY GONÇALVES DE PAULA	4
DELIO DE OLIVEIRA FANTINI	1,3,4,6
DELMYR FERNANDES VILLELA	2
DELSY GONÇALVES DE PAULA	2,6
DEMÉTRIO DA ROCHA RIBEIRO	1,2,3,6
DEOCLACIDES FERREIRA ANDRADE	4
DERLY PEDRO DA SILVA	2
DEUSDANTE FERREIRA DE FREITAS	4
DEUSDETE BRAGA	2
DEUSMIRO DUARTE LAGE	2
DEUZEDINO AVELINO SANTOS	2
DILERMANDO NOGUEIRA TONY	4
DILMA VANA ROUSSEFF LINHARES	2

PRESOS POLÍTICOS	Fontes
DIMAS DANUNCIAÇÃO PERRIM	4
DIOGÉNES DE SOUZA	5
DIONOR FERREIRA	2
DIRCEU ASSIS MOURTHE	5
DIVINO FRANCISCO DE ASSIS	2
DIVINO MEDEIROS	2
DJANMIRO JOSÉ DE OLIVEIRA	4
DOMICIO VALADARES BAHIA	4
DOMINGOS G. NETO	5
DOMINGOS RIBEIRO VIOTTI	4
DOMINGOS SÁVIO DO NASCIMENTO ALVES	2,3
DOMINGOS VIEIRA VIOTTI	4
DORMA	6
DOROTÉIA KOHNERT	4
DOUGLAS	4
DOUGLAS VANCURA DE MORAES	5
DURVAL RIBEIRO DE MATOS	4
DURVALDINO TELES DE ANDRADE	2,4
EBER PACHECO BARBOSA	4
EDER SIMÕES	4
EDÉSIO FRANCO PASSOS	3
EDGAR ANTONIO ARAUJO	4
EDGAR MAGALHÃES DIAS	4
EDGARD ANTÔNIO DE ARAÚJO	2
EDILSON DE ALMEIDA JÚPITER	2,4
EDILSON ILDEFONSO DE OLIVEIRA	3
EDISON NOGUEIRA DA SILVA	2
EDMUR JOSÉ FONSECA	4,5
EDSEL DE OLIVEIRA	2,4
EDSON BATISTA	4
EDSON DE OLIVEIRA	4
EDSON GONÇALVES SOARES	4
EDSON LOURIVAL REIS DE MENEZES	2,4
EDSON LUIS DE ALMEIDA TELES	2
EDUARDO BELUCO MARRA	4
EDUARDO DEMÉTRIO FERREIRA	2
EDUARDO LEOPOLDINO DE ANDRADE	4
EDUARDO MAGALHÃES SALLES	4
EDUARDO RODRIGUES	5

PRESOS POLÍTICOS	Fontes
EDUARDO SOARES DA SILVA	2
EDUARDO TELES DE BARROS	4
EDWARD BRAGA	3
EFIGÊNIA MARIA DE OLIVEIRA	4,6
EFRAIN JOSÉ DA SILVA	4
ELDEMAR PINTO MASSOTE	4
ELEONORA MENICUCCI DE OLIVEIRA	4
ELIAS ANDRADE	4
ELIAS ANTÔNIO JORGE	2,4
ELIAS JOSÉ MARIANO	4
ELIAS PARREIRA BARBOSA	3
ELIAS SIQUEIRA	1,3,4,6
ÉLIO ASUNÇÃO	2
ÉLIO RAMIRES GARCIA	2
ELIVAL CORREA NETO	2
ELIZABETH ANDRADE RIBEIRO DE OLIVEIRA	4
ELMO COELHO DA SILVA	1,2,3
ELMO COELHO DE SOUZA	4
ELOISA CORRÊA DE REZENDE DIAS DUARTE	2,3
ELOY ALVES DE FREITAS	4
ELOY FERNANDES DE FARIA	2
ELPÍDIO LUÍS DE SOUZA	5
ELPÍDIO PIRES DA SILVA	2
ELSO SILVA MARTINS	4
ÉLVIO CARLOS MOREIRA	2
ELY BALMANT	5
ELY BONINI GARCIA	4
ELZA PEREIRA	2
ELZIO FONSECA DOLABELA	4
EMELY VIEIRA RIBEIRO	3,4
EMÍLIA EMIKO KITA LOPES	2,3,6
EMILIO GONZAGA DO ESPÍRITO SANTO	2,4
EMILIO SÁVIO MORAIS LIMA	2,4
ENIO ANTÔNIO DINIZ DUTRA	4
ÊNIO FONSECA	2
ENIO LUIZ MOREIRA	4
ÊNIO SEABRA	2,4,6
ENNES MOREIRA JÚNIOR	2,4
ERASMO JOSÉ DE OLIVEIRA	2

PRESOS POLÍTICOS	Fontes
ERCÍLIO DOMINGUES DA SILVA	2,4
ERNANI MAIA	4
ERWIN REZENDE DUARTE	1,2,3,4,6
ESTEVÃO DE TOLEDO	4
EUCLIDES ANATÓLIO DOS SANTOS	4
EUCLIDES ASCENDINO DE CARVALHO	4
EUCLIDES DIOGO SABARÁ	4
EUCLYDES ASCENDINO DE CARVALHO	2,4
EUGÊNIO CAETANO DA COSTA	2,4
EULER ANDRADE BENJAMIM	4
EUPLINIO SIMPLICIO VIEIRA	4,5
EURICO LEÃO DE MIRANDA	2,4
EUSTÁQUIO PINTO DE OLIVEIRA	2
EUZÉBIO MOREIRA SANTOS	5
EVAGRIO TORRES DE OLIVEIRA	4
EVANDRO ADOLFO DO NASCIMENTO - VINÍCIUS	4
EVANDRO JOSÉ MALAQUIAS	4
EVARISTO GARCIA DE MATTOS	2,3,4
EVILÁSIO TELBNER FERREIRA	3
EXPEDITO EVANGELISTA DE ANDRADE	2,4
EXPEDITO PEREIRA AMORÉLLI	4
EZEQUIEL RABELO	4
EZEQUIEL RODRIGUES	4
FÁBIO GERALDO FLORES	3
FABRICIO SOARES DA SILVA	5
FARID HELOU	3
FAUSTO CUPERTINO DA SILVA	2
FAUSTO DE ALMEIDA DRUMOND	2,4
FAUSTO GOMES MARANHÃO	4,5
FAUSTO WELLINGTON LOPES	4
FELICIANO ESPINOSA VILAR	4
FELIPE CUPERTINO DA SILVA	2,4
FELIPE SOARES ARANHA	4
FENELON LINS FILHO	2
FERNANDA COLÁS ARANTES	3
FERNANDO ANTÔNIO DOS SANTOS OLIVEIRA	2,4
FERNANDO ANTÔNIO MARTINS MONTANARI	2
FERNANDO CHAVES	2
FERNANDO DE FREITAS PICARDI	1,3,4,6

PRESOS POLÍTICOS	Fontes
FERNANDO FERREIRA	2,4
FERNANDO JOTA PAULA	5
FERNANDO LUIZ PARREIRA TAVARES	2
FERNANDO SANA PINTO	4
FERNANDO SCOTT DE OLIVEIRA	4
FERNANDO SILVEIRA MASSOTE	2,4
FLAVIO DE CARVALHO SERPA	4
FLÁVIO FERREIRA DA SILVA	2,4
FLÁVIO SAMPAIO	3
FORTUNATO DA SILVA BERNARDES	4
FORTUNATO FERREIRA BARBOSA	4
FRANCELINA SOARES DE MIRANDA	5
FRANCISCO ANTÔNIO DE SOUZA JORGE	2
FRANCISCO BARBOSA DOS SANTOS	2,4
FRANCISCO DAS CHAGAS GRAÇA DE OLIVEIRA	2,4
FRANCISCO DE ASSIS ALVES BRANT	4
FRANCISCO DE ASSIS SOUZA	2
FRANCISCO DE MELO	4
FRANCISCO DE SALLES GONZAGA	2
FRANCISCO DE SOUZA VIANA	4
FRANCISCO FARIAS DO NASCIMENTO	2,4
FRANCISCO FERNANDES DE OLIVEIRA	2,4
FRANCISCO FILGUEIRAS	4
FRANCISCO GONÇALVES DA COSTA	5
FRANCISCO LAGE PESSOA	2,4
FRANCISCO LUCIANO GURCEL DO AMARAL	4
FRANCISCO MONTEIRO DA SILVA	4
FRANCISCO NONATO DOS SANTOS	4
FRANCISCO ONOFRE PEREIRA	4
FRANCISCO RAYMUNDO DA PAIXÃO	2
FRANCISCO RENNA FILHO	4
FRANCISCO RODARTE	5
FRANCISCO SCOTT DE OLIVEIRA	4
FRANK ULRICH HELMUT FRALKENHEIN	4
GABRIEL JOSÉ PEREIRA	4
GABRIEL MARCIO MAGALHÃES PAIVA	4
GABRIEL PROCÓPIO LOURES	2
GASPAR CLAUDINO RODRIGUES	4
GENÉSIO DA SILVA VEIGA	4

PRESOS POLÍTICOS	Fontes
GEORGES MICHEL SOBRINHO	3
GEORGINA GOMES DE FIGUEIREDO	4
GERALDINO HELIODORO DE CARVALHO	2
GERALDINO NATIVIDADE	4
GERALDO ALBERTO LUZES FERREIRA	4
GERALDO ALVES DE ALVARENGA	3
GERALDO ALVES DO NASCIMENTO FILHO	4
GERALDO ARAUJO MELO	4
GERALDO BASÍLIO DE LIMA	2
GERALDO BIZZOTTO	2,4
GERALDO BORGES CAMPOS	2,4
GERALDO CLEMENTE SOARES	1,3
GERALDO DE ASSIS	2
GERALDO DE CASTRO MEDINA	5
GERALDO DE PAULA MIRANDA	2
GERALDO FÉLIX DE SOUZA	5
GERALDO FERREIRA	2,4
GERALDO FERREIRA MONÇÃO	4
GERALDO FERREIRA PORTO	2,4
GERALDO GALDINO DE FREIRE	4
GERALDO GOULART DO NASCIMENTO	2
GERALDO JORGE DA SILVA	2,4
GERALDO LUIZ MORAIS DE ANDRADE	5
GERALDO MACHADO	4
GERALDO MADEIRA	4
GERALDO MENDES DA SILVA	2,4
GERALDO MIRANDA	2,4
GERALDO MOREIRA	2
GERALDO OSCAR DE MENEZES	2,4
GERALDO RODRIGUES	2
GERALDO RODRIGUES DE OLIVEIRA	4,5
GERALDO SETIMO MOREIRA	4
GERALDO VIANA ESPESCHIT	2,4
GERALDO WILSON GOMES DE MORAIS	4
GERSON FIRMINO COSTA NETO	2
GESY ROMUALDO	4
GETULIO ALVES	4
GIL SIMÕES MARTINS	2,4
GILBERTO DIAS CALAES	4

PRESOS POLÍTICOS	Fontes
GILBERTO FERNANDES GOMES DE FARIA	2
GILBERTO GUSMÃO DE ANDRADE	4
GILBERTO OLIVEIRA GASPAR	4,5
GILDASIO WESTIN COSENZA	1,2,4
GILDO MACEDO LACERDA	4
GILNEY AMORIM VIANA	2,3,4
GILSE MARIA GOZENZA DE AVELAR	6
GILSE MARIA WESTIN COSENZA	2
GILSON FERNANDES DAS CHAGAS	4
GUERINO PASCHOINI	2,4
GUIDO ANTONIO DE ALMEIDA	4
GUIDO DE SOUZA ROCHA	2,4
GUILHERME APGUA PAULO GUILHERME	5
GUILHERME CALDEIRA	2
GUILHERME FROSSARD	2,4
GUILHERME MENDES DOS SANTOS	2
GUILHERME WINTER	2
GUY AFONSO DE ALMEIDA GONÇALVES	4
HAILTON CURI	4
HAMILTON ALVES DUARTE	4
HAROLDO DA SILVA MENDES	4
HAROLDO DE ALMEIDA MARQUES	4
HAROLDO PEREIRA DA SILVA	4
HAROLDO SANTIAGO	2,3
HEITOR BRANDÃO DE AZEVEDO	2
HELBER JOSÉ GOMES GOULART	2
HELCIO MARIO NAGUCHI	4
HELCIO PEREIRA FRANCÊS	4
HELCIO VIDOM	4
HELENA DA MOTTA SALLES	3
HELÍ GOMES	4
HELIO ASSUNÇÃO	4
HELIO DE ALMEIDA	4
HÉLIO DE SOUZA MAFRA	2,4
HÉLIO NOGUEIRA DA SILVA	2
HENRIQUE DE ALMEIDA	4
HENRIQUE MAURÍCIO DE OLIVEIRA	4
HENRIQUE ROBERTI SOBRINHO	2,4
HERADIA GOMES	4

PRESOS POLÍTICOS	Fontes
HERCULANO DOS SANTOS	5
HERCULANO MOURÃO SALAZAR	2,3,4
HERCULANO PINTO FILHO	2
HERCULANO SALAZAR	6
HÉRCULES DE OLIVEIRA SOARES	4
HEREDIA GOMES	2
HERNANI JUSTINIANO SILVA	4
HERNANI MAIA	4
Hervé Croguennac	6
HERVÊ DE MELO	2,4
HIDEO ISHII	2,4
HILÁRIO SABINO DOS SANTOS	4
HILTON JOSÉ NUNES	4
HILTON LOBATO	2,4
HIPÉRIDES DUTRA ARAUJO ATENIENSE	4
HIREAKI HIGASHITANI	4
HOMERO DE ALMEIDA MOREIRA	5
HOMERO GUILHERME DE ALMEIDA	4
HOMERO PARIZI	2
HORÁCIO BATISTA PEREIRA	2
HUGO ANTONIO MASOCHI	4
HUGO DE LUCENA LOPES	4
HUMBERTO GOMES DA CUNHA	5
HUMBERTO ROCHA CUNHA	2,3
IDALÍSIO SOARES ARANHA FILHO - IVAN / BRAGUINHA	4
IGOR KORSCH	4
ILDA TARZIA BARBOSA DA SILVA	4
INACIO GOMES DA SILVA	4
INIMAR RODRIGUES DE SOUZA	4
IRACAHY SOARES PITA	4
IRACEMA DE OLIVEIRA LEFORT	4
IRACIDES LIMA	4,5
IRANI CAMPOS	2,3,4,6
IRENE CARMEM WEISS TELLES	2,3
IRINEU VALADARES DA FONSECA	2,6
ISMAEL SIMÕES DE FIGUEIREDO	2
ITAGIBA DE CASTRO	4
ÍTALO PIFANO	2,4
ITAMAR BARBOSA DE SOUZA	4

PRESOS POLÍTICOS	Fontes
ITAMAR MAZOCHI	2
IVANIR DE SOUZA BASTOS	2,3
IZABEL MARQUES TAVARES DA CUNHA	2,3
JAÇANÃ MUSA DOS SANTOS	4
JACK SIQUEIRA	4
JACOBUS GERARDUS HUBERTUS MESTERS	4
JACQUES HERSKOVIC	4
JADIR DE OLIVEIRA IZIDORO	3
JAFET ABRAHÃO	4
JAIME ALVES MARTINS	4
JAIME BARRA	2
JAIME DE ALMEIDA	2,3,4
JAIR ALVES MARTINS	2,4
JAIR REIHN	2,4
JAIR REIS FILHO	4
JAIR RODRIGUES DE OLIVEIRA	2
JAIRO MOTTA HOSKEN	5
JAN HENDRIK MARIA MEEKS	4
JANETE DE OLIVEIRA REIS	2
JAQUES HERSKOVIC	4
JARBAS SILVA MARQUES	2,3,4
JAYME DE OLIVEIRA CORREA	4,5
JAYME GOIFMAN	2,3
JAYME LOPES CANÇADO	4
JECY ROMUALDO	4
JEFERSON BARBOSA DA SILVA	3,4
JEOVAH FERREIRA	4
JERÔNIMO RODRIGUES DE LIMA	4
JERZY WARSILEWSIDI	4
JESU RAIMUNDO DE PAULA	4
JESU RIGUETO	2
JÉSUS ALMEIDA FERNANDES	2,3,4
JESUS DA PAIXÃO PAULA	4
JESUS DE ALMEIDA FERNANDES - ZÉ	4
JESUS DE OLIVEIRA CASTRO	4
JESUS DE SOUZA MENDES	4
JILDERT TJALLING VAN BALEN	4
JOÃO ALVERS VIEIRA	4
JOÃO ALVES RABELO	4

PRESOS POLÍTICOS	Fontes
JOÃO ALVES RODRIGUES	2
JOÃO ALVES VIEIRA	2,4
JOÃO ANUNCIATO DOS REIS	2,6
JOÃO AUGUSTO DE PAULA	4
JOÃO AURÉLIO SALGADO	5
JOÃO BAIÃO LIMA	4
JOAO BARBOSA DOS SANTOS FILHO	2,4
JOÃO BATISTA BRAGA	2,4
JOÃO BATISTA DOS MARES GUIA	4
JOÃO BATISTA FRANCO DRUMOND	4
JOÃO BATISTA ROSA	3
JOÃO BEBIANO PINTO	2
JOÃO BOSCO RIBEIRO	2
JOÃO BRAZ DA SILVA	4
JOÃO CÂNDIDO DE OLIVEIRA	2
JOÃO CANDIDO DOS SANTOS	4
JOÃO CARLOS FERREIRA COSTA	4
JOÃO CARLOS REIS HORTA	2
JOÃO CERQUEIRA	4
JOÃO CEZÁRIO DE FARIA	4
JOÃO DA ROCHA HIRSON	4
JOÃO DARÓS CASAGRANDE	4
JOÃO DE S. R. JÚNIOR	5
JOÃO DOMINGOS FASSARELLA	2,4
JOÃO EDUARDO DE VASCONCELOS	2,4
JOÃO ELIAS BARROSO	4
JOÃO EVANGELISTA DE MORAIS	4
JOÃO EVANGELISTA DIAS	2,4
JOÃO EVANGELISTA FERNANDES	2
JOÃO FERRAZ LIMA	4
JOÃO FERREIRA NUNES	4
JOÃO FIRMINO LUZIA	2,4
JOÃO FRANCISCO DA SILVA	4
JOÃO JACINTO FILHO	2
JOÃO JESUS DE OLIVEIRA	4
JOÃO JORGE COURY	4
JOÃO LEAL	4
JOÃO LUIZ MIGUEL	2
JOÃO MARCHIORI	2

PRESOS POLÍTICOS	Fontes
JOÃO MAURÍCIO ANDRADE GOULART	2,4
JOÃO MENDES	4
JOÃO NÉVIO VERDOLIN	4
JOÃO NUNES	2,4
JOÃO ROBERTO ZAGATTI	4
JOÃO SECUNDINO NETO	4
JOÃO SOTERO	2,4
JOÃO THOMAZ DOS SANTOS	2,4
JOÃO VIEIRA DOS SANTOS	4
JOAQUIM ALBERTO DA SILVA MARQUES	5
JOAQUIM ANACLETO PEREIRA	4
JOAQUIM ANTUNES SIQUEIRA	4
JOAQUIM BAIÃO LIMA	4
JOAQUIM BARBOSA NERI	4
JOAQUIM BERNARDO	4,5
JOAQUIM BONIFÁCIO DA SILVA	4
JOAQUIM CAETANO SANTOS	4
JOAQUIM COSTA	2
JOAQUIM ESTEVES FARIA	2,4
JOAQUIM FALCÃO FILHO	2,3,4
JOAQUIM FERNANDES CAVALCANTI	2
JOAQUIM GUEDES CARDOSO	4,5
JOAQUIM IGNEZ DE OLIVEIRA	2
JOAQUIM INÊS OLIVIEIRA	4
JOAQUIM JOSÉ SANTANA	4
JOAQUIM LUCAS PIRES	5
JOAQUIM MARIANO DE OLIVEIRA	2,4
JOAQUIM PEREIRA DA SILVA NETO	2
JOAQUIM RAFAEL DE AZEVEDO	2
JOAQUIM SANTOS CARVALHO	4
JOAQUIM VITAL LADEIRA	4
JOB ALVES DOS SANTOS	4
JOB DE PAULA DIAS	4
JOEL RIBEIRO CAMPOS	2,4
JOFRE DE ALMEIDA	2,4
JOMAR TEIXEIRA DE OLIVEIRA	4
JORGE ANTÔNIO PIMENTA FILHO	2,3
JORGE BAFACAT	4
JORGE BATISTA FILHO	3,4

PRESOS POLÍTICOS	Fontes
JORGE EDUARDO SAVERA DURÃO - HUGO/ CLÁUDIO/ GILBERTO	4
JORGE RAIMUNDO NAHAS	1,2,3,4,6
JORGE RICARDO SANTOS GONÇALVES	3
JORGE SOLIVELLA PERELLÓ	4
JOSÉ ADÃO PINTO	1,2,3,4,6
JOSÉ AFONSO DE ALENCAR	1,3,4
JOSÉ ALEXANDRE	4
JOSÉ ALFONSO	6
JOSÉ ALFREDO	1,2,3,4
JOSÉ ALMEIDA LIMA	4
JOSÉ ALVES CAXEADO	4
JOSÉ ALVES DE ANDRADE	5
JOSÉ ALVES PINTO SOBRINHO	2
JOSÉ ALVES PRADO JÚNIOR	2,4
JOSÉ ANTÔNIO GONÇALVES DUARTE	2,3,4
JOSÉ ANTÔNIO PINTO PINHEIRO	3
JOSÉ AUGUSTO BARROSO	5
JOSÉ AUGUSTO DE PAULA	2,4
JOSÉ AUGUSTO WANDERLEY CONCEIÇÃO	4
JOSÉ AYRES LOPES	2,3
JOSÉ BATISTA COSTA	4
JOSÉ BATISTA DE CARVALHO	5
JOSÉ BENEDITO NOBRE RABELO	4
JOSÉ BENTO JANUÁRIO	3,5
JOSÉ BERNARDINO DE SOUZA	2
JOSÉ BISPO COSTA	2
JOSÉ BOGGIONE	2,4
JOSÉ CARLOS COSTA ANDRADE	4
JOSÉ CARLOS DA SILVA	3
JOSÉ CARLOS MARTINS	5
JOSÉ CARLOS NOVAES DA MATA MACHADO	4
JOSÉ CARLOS SOUZA	2
JOSÉ CASSIMIRO FERNANDES	4
JOSÉ CÉLIO DA SOUZA	2
JOSÉ CELSO GARCIA	2
JOSÉ CHRISTIANO FILGUEIRAS	2,4
JOSÉ CIRÍACO SAMPAIO	4
JOSÉ CONDÉ FERNANDES	5
JOSÉ CORDEIRO DE SOUZA	4

PRESOS POLÍTICOS	Fontes
JOSÉ COSTA	4
JOSÉ DA MATA	2,4
JOSÉ DA ROCHA CORREA	2,4
JOSÉ DA SILVA LIMA FILHO	4
JOSÉ DAZINHO GOMES PIMENTA	2
JOSÉ DE ANCHIETA CORRÊA	2,4
JOSÉ DE ASSIS	5
JOSÉ DE JESUS PEREIRA	2,4
JOSÉ DE PAULA DIAS	4
JOSE DE SOUZA	4
JOSÉ DE SOUZA DIAMANTINO	4
JOSÉ DE SOUZA LELIS	4
JOSÉ DE SOUZA QUEIROZ FILHO	2,4
JOSÉ DEUSDEDITH CHAVES	2,4
JOSÉ DO CARMO	2,4
JOSÉ DO CARMO ROCHA	3,5
JOSÉ DO PATROCÍNIO	2
JOSÉ DOROTÉIO GOMES	4
JOSÉ DOS SANTOS	4
JOSÉ DOS SANTOS ROCHA	4
JOSÉ DOS SANTOS SILVA	2
JOSÉ DUARTE MARRA	4
JOSÉ EDGARD AMORIM PEREIRA	4
JOSÉ EVARISTO BARROSO	4
JOSÉ FERNANDES DE SIQUEIRA	2
JOSÉ FERRAZ BAIÃO	5
JOSÉ FERREIRA DA COSTA	4
JOSÉ FERREIRA DE NAZARETH	2
JOSÉ FERREIRA LOPES	2,3
JOSÉ FLAVINO DE OLIVEIRA	5
JOSÉ FLÁVIO RODRIGUES PEREIRA	2,4
JOSÉ FONSECA FILHO	2,4
JOSÉ FRAGOSO FILHO	4
JOSÉ FRANCISCO NERES	2,3,4
JOSÉ GARCIA ESCOBAR	4
JOSÉ GERALDO CAMPOS	4
JOSÉ GERALDO CRUZ	6
JOSÉ GERALDO DA SILVA	4
JOSÉ GERALDO MOTA MAYER	4

PRESOS POLÍTICOS	Fontes
JOSE GODINHO NETO	4
JOSÉ GOMES LIMA	2
JOSÉ GOMES PIMENTA	4
JOSÉ GONÇALVES DA SILVA	2
JOSÉ GONSALVO ALVES	6
JOSÉ JULIÃO DA CRUZ	2
JOSÉ KLEBER LEITE DE CASTRO	4
JOSÉ LADEIRA DE SOUZA	2,4
JOSÉ LAERTE DOS SANTOS	4
JOSÉ LUIZ DE CAMPOS	5
JOSÉ LUIZ DE CARVALHO	4
JOSÉ LUIZ DE LIMA	2
JOSÉ LUIZ DOS SANTOS	2,4
JOSÉ LUIZ ESTEVES DOS SANTOS	2
JOSÉ LUIZ SANTOS	4
JOSE LUIZ SOARES DE CARVALHO	4
JOSÉ MANTO PEREIRA	4
JOSÉ MARÇAL DA SILVA	5
JOSÉ MARIA RABELO	5
JOSÉ MARIA RODRIGUES	2,4
JOSÉ MARIANE FERREIRA ALVES	2
JOSÉ MARIO FASSY	4
JOSÉ MÁRIO PEREIRA	2,4
JOSÉ MÁRIO RIBAS	4
JOSÉ MARTINS DA SILVA	3,5
JOSÉ MARTINS DE BARROS	4
JOSÉ MARTINS JUNIOR	4,5
JOSÉ MATHEUS PINTO FILHO	2
JOSÉ MENDES DA SILVA	4
JOSÉ MIGUEL DIAS	5
JOSÉ MONTEIRO	4
JOSÉ MORAIS DA SILVA	4
JOSÉ MOREIRA LANNA	2,4
JOSÉ MRAD	4
JOSÉ NATALINO MAGALHÃES	1,2,3,6
JOSÉ NAZARENO ATAÍDE	4
JOSÉ NAZÁRIO GONÇALVES	2,3
JOSÉ NICOLAU	2
JOSÉ NILO DO ROSÁRIO	4

PRESOS POLÍTICOS	Fontes
JOSÉ NOGUEIRA DE PINTO	4
JOSÉ NOGUEIRA SOARES	2,4
JOSÉ OJEDA CORTEZ	4
JOSÉ OLINTO VIEGAS	2
JOSÉ OSCAR {ILEGÍVEL}	4
JOSÉ OTAVIANO DE OLIVEIRA LAGE	4
JOSÉ PAES	2,4
JOSÉ PATROCÍNIO DA SILVA	2
JOSÉ PAULO DA CRUZ	2
JOSÉ PAULO DE VASCONCELOS GOMES	4
José Paulo Netto	3
JOSÉ PEDRO BARBOSA	4
JOSÉ PEDRO DA COSTA	2
JOSÉ PEREIRA	4
JOSÉ PEREIRA MARTINS FILHO	4
JOSÉ PINTO DOS SANTOS	2
JOSE PROTÁZIO DE AZEVEDO MEDEIROS	4
JOSÉ QUARESMA SOBRINHO	2,4
JOSÉ RAFAEL DA SILVA VIEIRA	4
JOSÉ RAFAEL DE OLIVEIRA	4
JOSÉ RAIMUNDO DE OLIVEIRA	1,6
JOSÉ RAIMUNDO DOS SANTOS	4
JOSÉ RAIMUNDO FILHO	4
JOSÉ RAIMUNDO JARDIM ALVES PINTO	4
JOSÉ RAIMUNDO LINHARES	2
JOSÉ RAMOS	2
JOSÉ RAYMUNDO DE OLIVEIRA	2
JOSÉ RENATO DA SILVA	4
JOSÉ ROBERTO BORGES CHAMPS	2,3,4
JOSÉ ROCHA FILHO	4
JOSÉ RODRIGUES DA ROCHA	4
JOSÉ ROSA FILHO	2,3,4
JOSÉ ROSA MELO	2,4
JOSÉ SALVATI FILHO	2
JOSÉ SANTA BARBARA SÁ	4
JOSÉ SARTORI	5
JOSÉ SILVEIRA MACHADO	4
JOSE SILVERIO MARTINS GIOVANINI	4
JOSÉ SILVESTRE PINTO	4

PRESOS POLÍTICOS	Fontes
JOSÉ SILVIO PETTINATE	4
JOSÉ SMITH XAVIER	2,4
JOSÉ TAVARES	4
JOSÉ TEODORO GUIMARÃES DA SILVA	4
JOSÉ TEÓFILO	4
JOSÉ TEÓFILO DA SILVA	2,4
JOSÉ TEÓFILO RODRIGUES	4
JOSÉ UBIRAJARA GUIMARÃES BERTOLETTI	2
JOSE URAD	4
JOSÉ VERÍSSIMO DE AZEVEDO	2,4
JOSÉ VIEIRA LOPES	2,4
JOSÉ VILAS NOVAS MENDES	2
JOSÉ VILLANI CÔRTES	2,4
JOSÉ XAVIER DE ABREU	4
JOSECLER UMBELINO DOS SANTOS	4
JOSEFINO DE CARVALHO	4
JOSEMAR PIRES DELARETTE	4
JOSMAN BASTOS DOS SANTOS	4
JOSUÉ LOURENÇO	3
JOVANY DA CUNHA MONTALVÃO	4
JOVELINO LOPES DOS SANTOS	4
JOVINO NESTOR	2
JUAN ANTONIO RUIZ COPEQUI	4
JUAREZ SILVA DANTAS	4
JUBEL BARRETO	3
JUDAS TADEU TIBÚRCIO	2
JULIO ANTÔNIO BITTENCOURT ALMEIDA	1,2,3,4,6
JÚLIO JOSÉ ARMANDO FUERTES ARIAS	2,4
JURANDIR PERSICHINI CUNHA	2
JURANY CASTRO REZENDE ANDRADE	4
JUSCELINO JOSÉ DA SILVA	5
JUSSARA LINS MARTINS	3
JUSTINO SALGADO FILHO	2,4
JUVELINO LOPES DOS SANTOS	4
JUVENAL PEREIRA COUTO NETO	2,4
JUVENIL VICENTE DE SOUZA	4
JUVERCINO CÂNDIDO DA SILVA	2
KELIO RODRIGUES DE OLIVEIRA	4
KIRKI JERÔNIMO	2,4

PRESOS POLÍTICOS	Fontes
LAERCIO CAMPOS	4
LAERCIO MACEDO GONTIJO	4
LAERCIO NONATO DA SILVA	4
LAERTE LADEIA DAVID	2
LAERTE LEITE DIAS	4
LAERTE THIAGO DE ALMEIDA	2
LAHYRE MOREIRA DA SILVA	4
LAMARTINE SACRAMENTO FILHO	3
LAUDELINA MARIA CARNEIRO	3,6
LAURINDO SANTIAGO DA SILVA	4
LAURO BELCHIOR MENDES	5
LAURO DA COSTA REIS	2,4
LÁZARO LOPES MOREIRA	4,5
LÁZARO SANTOS REGO	4
LEANDRO ALVES PEREIRA	4
LÉLEA AMARAL	2
LELIA REGO	4
LÉLIO AVELINO DE BARROS	4
LEMOEL MAIA GOMES	4
LEOLITO CABRAL MARINHO	4
LEON LINHARES RENAULT	5
LEOPOLDO BORTONI	2,4
LEOVEGILDO PEREIRA LEAL	4
LEOVI ANTÔNIO PINTO CARÍSIO	2,3,4,6
LEVINDO ADRIANO PEREIRA	2,4
LIBERALINO MOREIRA	2
LIBERATO ANTONIO VIEIRA	4
LIDIA LOURENÇO DE LIMA	4
LIMÍRIO FRANCISCO DA COSTA	4,5
LINCOLN DE SOUZA	2,4
LINCOLN RAMOS VIANA	2
LÍVIO LOPES	1,2,3,4
LORETA KIEFER VALADARES	1,2
LORETTA DE ALMEIDA	1
LOURENÇO PEREIRA DE MATOS	2
LOURIVAL COSTA PINTO COELHO	4
LUCIMAR BRANDÃO GUIMARÃES	3,4,6
LÚCIO DIAS NOGUEIRA	1,3,4,6
LUIS MÁRIO GIULIANI	2

PRESOS POLÍTICOS	Fontes
LUIS RAUL DODSWORTH MACHADO	6
LUIZ AGOSTINI	4
LUIZ ALBERTO GOMES DE SOUZA	4
LUIZ ANTÔNIO SANSÃO	2,3
LUIZ AUGUSTO DE OLIVEIRA LEFORT	4
LUIZ AURELIANO GAMA DE ANDRADE	4
LUIZ AURÉLIO RODRIGUES DE ANDRADE	4
LUIZ AZEVEDO MEDEIROS	4
LUIZ CARLOS DE SENA JERONIMO	4
LUIZ CARLOS DOS SANTOS	4
LUIZ CELEMENTE PEREIRA	5
LUIZ DA FONSECA PRADO	4
LUIZ DE AZEVEDO MEDEIROS	4
LUIZ EDMUNDO GERMANO DE ALVARENGA	4
LUIZ EDUARDO GRAPINHA LIMA	4
LUIZ ELOY DURÃES	2,4
LUIZ EUSTÁQUIO LINHARES	4
LUIZ FERNANDO GONÇALVES DOS REIS	4
LUIZ FRANCISCO DE SOUZA	4
LUIZ GONZAGA DE SOUZA LIMA	4
LUIZ JOSÉ DE MACEDO	4
LUIZ LINO PERDIGÃO	2
LUIZ MARCOS DE MAGALHÃES GOMES	2,4
LUIZ MÁRIO GIULIANI	4
LUIZ OSWALDO CARNEIRO RODRIGUES	3
LUIZ PAULO LÍRIO DE ARAÚJO	4,5
LUIZ PEREIRA COUTO NETO	4
LUIZ ROGÉRIO AVELINO BRANDÃO	2
LUIZ ROGERIO FABRINO	4
LUIZ SÉRGIO FONSECA SOARES	2,4
LUIZ SEVERIANO DOS SANTOS	4
Mª DO PERPÉTUO SOCORRO BARREIRA GOMES	2
MAIRY BARBOSA LOUREIRO	4
MANOEL CASTELANI	4
MANOEL CONEGUNDES DA SILVA	2,4
MANOEL CORREA RODRIGUES	4
MANOEL DA COSTA BARROS	5
MANOEL DE AGUIAR ARAÚJO	2
MANOEL DE OLIVEIRA PINTO	2

PRESOS POLÍTICOS	Fontes
MANOEL DO NASCIMENTO	4
MANOEL DOS SANTOS CARDOSO	4
MANOEL GONÇALVES PEREIRA	4
MANOEL JOSÉ RODRIGUES	2
MANOEL OTAVIANO DA FONSECA	2
MANOEL QUEIROZ	4,5
MANOEL RIBEIRO DA SILVA NETO	2
MANOEL ROSA DA SILVA	4
MANOEL SATURNINO DA SILVA	5
MANOEL SERGIO DA SILVA	4
MANOEL SOARES HENRIQUES	4
MANOEL TEODORO DE OLIVIERA	4
MANOEL VITOR DA SILVA FILHO	2
MANOEL XAVIER FILHO	2,4
MANUEL CORRÊA RODRIGUES	2
MANUEL TOLENTINO FILHO	4
MARA CURTISS ALVARENGA	2,4,6
MARCELO AZZI BOVARI	4
MARCELO BARREIRO CANABRAVA	4
MARCELO GUIMARÃES MELO	4
MARCELO PIMENTEL	5
MARCELO RIBEIRO VAZ	2
MÁRCIA DE ALMEIDA DUARTE CORRÊA	2
MARCIL GABRIEL DIAS	2
MARCIO ANTONIO {ILEGÍVEL}	4
MÁRCIO ANTÔNIO PEREIRA	2,4
MÁRCIO ARAÚJO DE LACERDA	1,3,4,6
MARCIO CARLOS QUEIROZ	4
MARCIO MATEUS DE PADUA	4
MARCO ANTÔNIO DE AZEVEDO MEYER	2
MARCO ANTÔNIO ROCHA	2
MARCO ANTONIO VALADARES GONTIJO	4
MARCO ANTÔNIO VICTÓRIA BARROS	1,2,3,6
MARCO AURÉLIO DE FREITAS LISBOA	2,4
MARCO FÁBIO DA FONSECA MOURÃO	4
MARCOS ANTÔNIO ROCHA	2,3,4
MARCOS AURÉLIO PEREIRA DE MORAIS	2
MARCOS JOÃO NERI DA SILVA	2
MARCOS NORALDINO MENDONÇA	5

PRESOS POLÍTICOS	Fontes
MARCOS RODRIGUES DE OLIVEIRA	2
MARCOS TEIXEIRA POLANSKI	4
MARCOS WILSON	4
MARCUS MAGALHÃES RUBINGER	4
MARCUS VINICIUS RIOS MEYER	4
MARDEN DE CARVALHO BELO	2,4
MARGARIDA MARIA GODINHO GODOY	5
MARGOT ALVARENGA ARAÚJO	4
MARIA AUGUSTA DA NÓBREGA CESARINO	3
MARIA AUXILIADORA DE FARIA	2,4
MARIA AUXILIADORA LARA BARCELOS	2
MARIA CELESTE REIS	4
MARIA CÉLIA DE MELLO	2
MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO	3
MARIA CLARA ARANTES PÊGO	2,3
MARIA DA SILVA GONÇALVES PEDROSA	4
MARIA DALCE RICAS	2,3,4
MARIA DAS DORES FREIRE	2
MARIA DE LOURDES ARAÚJO VIANA	2,4
MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO BARREIRA GOMES	2
MARIA DO ROSÁRIO DA CUNHA PEIXOTO	2,3,4,6
MARIA GERTY ANDRADE VILHENA	4
MARIA GONÇALVES DA SILVA PEDROSA	4
MARIA HELENA DA SILVA	2
MARIA HELENA DE LACERDA GODINHO	2
MARIA IGNEZ ROCHA COUTO	2
MARIA IMACULADA DA CONCEIÇÃO	6
MARIA IMACULADA DINIZ	2,3
MARIA JOSÉ CARVALHO NAHAS	4,6
MARIA LÚCIA RESENDE GARCIA	2
MARIA MADALENA PRATA SOARES	2,3
MARIA MENDES BARBOSA	1,2,3,6
MARIA RODRIGUES PEREIRA	5
MARIA ROSÂNGELA BATISTONI	2,3
MARILDA ALMEIDA TRANCOSO	4
MARILDA SOARES VILLELA	3
MARILDA TRANCOSO DE ALMEIDA	4,5
MARILDA VILLELA IAMAMOTO	2
MARILÉA VENÂNCIO PORFÍRIO	2,3

PRESOS POLÍTICOS	Fontes
MARILETE OTONI TIBERY	5
MARILIA PIRES FERNANDES DOS SANTOS	5
MÁRIO BENTO DA SILVA	2,3,4,6
MARIO CAMPOS	4
MÁRIO DE ASSIS CORDEIRO	2,4
MÁRIO DO PRADO QUEIRÓZ	2
MÁRIO HELENO DE CASTRO DEL RIO	2
MARIO JORGE DIAS CARNEIRO	4
MÁRIO LUCIANO DE OLIVEIRA	2,4
MÁRIO PINTO	4
MARIO PRADO QUEIROZ	4
MÁRIO ROBERTO GALHARDO ZANCONATO	1,2,4
MARISTELA SCOFIELD SILVA PIMENTA	4
MARIZE DA CONCEIÇÃO SILVA	2
MARTINHO MENDES	4
MARYLENE MELGAÇO VALADARES	2
MATIAS GOMES BARBOSA	3,4
MATIAS SCHEPFER	4
MATILDE MARIA ALMEIDA MELO	2
MATUSALEM BRETAS	6
MAURICIO CAMPOLINA LIBANIO	4
MAURÍCIO DE VASCONCELOS PINHEIRO	4
MAURÍCIO EDUARDO GUIMARÃES CADAVAL	4
MAURÍCIO MOREIRA	4
MAURÍCIO VIEIRA DE PAIVA	1,2,3,4,6
MAURO CARVALHO ESQUERDO	5
MAURO GOMIDE BORGES	4
MAURO MENDES BRAGA	2,3,4
MAURY DE CASTRO MENEZES	2
MAX DA COSTA	1
MELANI RIBEIRO CUSTÓDIO	4
MELQUIADES ABRAHÃO DE CARVALHO	4
MICHEL MARIE LEVEN	6
MIGUEL ARCANJO DA COSTA	2
MIGUEL ELÍSIO REJO	4
MIGUEL ELOSUA ROJO	4
MILITÃO FERREIRA DIAS	2,4
MILTON CAMPOS DE SOUZA	2,3,4
MILTON DE OLIVEIRA	4

PRESOS POLÍTICOS	Fontes
MILTON JOSÉ FERNANDES	2,4
MILTON MORAIS	4
MILTON SEBASTIÃO PACHECO	4
MILTON SOARES FERREIRA	2,4
MILTON TAVARES CAMPOS	2
MILTON TEIXEIRA	5
MILTON VILELA DE ANDRADE	4
MISAEL CARDOSO TEIXEIRA	4
MOACIR JOSÉ DA SILVA (CICIU)	2,4
MOACIR JOSÉ DE LUCCA	4
MOACYR LATERZA	4
MOISÉS ARAUJO	4
MOISÉS CHACHAM	4
MOISÉS PAULINO DE BARROS	4
MÔNICA EUSTÁQUIO FONSECA	2,3,4
MONIR TAHAN SAB	2
MORETHSON JOSÉ BARBOSA	2,4
MOYSÉS PAULINO DE BARROS	2
MOZART COELHO PINTO FILHO	4
MURILO PINTO DA SILVA	1,3,4,5,6
MYCHAJIO SXPYTKO	4
NANTO FURTADO DE SIQUEIRA	3,4
NAURO BORGES DE REZENDE	4
NEACYR RODRIGUES PEREIRA	2,4
NELSO PINHEIRO MENDES	4
NELSON	6
NELSON CUPERTINO	4
NELSON FERREIRA	2,4
NELSON MACULAN FILHO	4
NELSON RAIMUNDO	2,4
NELSON RIBEIRO MENDES	4
NEMÉSIO ANTONIO DE ALMEIDA	4
NESTOR ANTÔNIO MEDINA	2,4
NESTOR DA CUNHA LIMA	4
NEUSA MARIA (NETO) HUEBRA	6
NEUSA MARIA MARCONDES VIANA DE ASSIS	2
NEUZA MARIA DE SOUZA NETTO LADEIRA	2,4
NEUZA MARIA MARCONDES VIANA DE ASSIS	2,3
NEUZA MARIA MESSIAS DA CUNHA	4

PRESOS POLÍTICOS	Fontes
NEWTON MORAES	3,4
NEY DE ALMEIDA	4
NILCÉA MORALEIDA BERNARDES	2,4
NILMÁRIO MIRANDA	2,4
NILO SÉRGIO MENEZES MACEDO	1,2,3,4,6
NILO WEBER CAMPOS PORTO	4
NILSEA MORALEIDA GOMES	4
NILSON VITAL NAVES	4
NILTON ALEXANDRE DE PAULA	4
NILTON SANTOS DE BRITO	4
NILTON SOARES FERREIRA	4
NILVÉIA MORALEIDA GOMES	3
NIVALDO FREIRE SAMPAIO	4
NIZAN OLIVEIRA	2
NOÉ ALMEIDA	4
NONIR TUHAN SAAB	6
NORACY LUIZ DE SOUZA	4
NORETO FERREIRA DA CUNHA	4
NUMIRA SIRYAL	4
NURI ANDRAUS GASSANI	4
NYLTON ALEXANDRE DE PAULA	4
OCTACÍLIO DA CUNHA BORGES	2
ODETE ALVES DA SILVA	4
ODILIO RIBEIRO DOS SANTOS	2
ODILON DOMINGUES DO COUTO	2
ODILON FERREIRA DE CARVALHO	2
ODILON SILVA DE MIRANDA	2,4
OLAVO GUALBERTO FRÓES	2
OLIMPIO MARTINS GONÇALVES	4
OLINTO GOULART	4
OLINTO LUIZ GREGÓRIO	5
OLINTO RODRIGUES PEREIRA	4
OLYMPIA GERALDA BACELAR PRADO	2
OLYNTHO DE CAMPOS	2,4
OMAR EL HARIRI	2,4
ONALDO FRANCO JANOTTI	4
ONESIO SIQUEIRA DUARTE	4
ONOFRE DOS SANTOS	2,3,4
ORESTES P. SILVA	5

PRESOS POLÍTICOS	Fontes
ORLANDO CORRÊA DE SÁ BANDEIRA	2,4
OSAMU TAKANOHASHI	4
OSCAR EFIGÊNIO EVANGELISTA	2,4
OSCAR JOSÉ COLMENARES TOVAR	4
OSCAR VIRGILIO PEREIRA	4
Osmar de Paula Duani	3
OSMAR TOMAZ COSTA	4
OSÓRIO RODRIGUES	2
OSVALDO SIQUEIRA GALANTINE	4
OSWALDO AUGUSTO FERREIRA	2,4
OSWALDO BARBOSA	4
OSWALDO BERNARDINO DA SILVA	4
OSWALDO MACHADO DOS SANTOS	4
OSWALDO MARQUES LADEIRA	4
OSWALDO RIBEIRO DOS SANTOS	2
OSWALDO WALDIR BRANDÃO	4
OTACILIO CORREA	5
OTACÍLIO DA CUNHA BORGES	4
OTACILIO GONÇALVES THOMÉ	4
OTAVIANO BATISTA DUARTE	5
OTAVIO REIS DA SILVA RAMOS	4
OTTO JOSÉ WALTER SCHNEIDER	2,3
OTTO WALZ	4
OZORIO RODRIGUES	4
PADRE JORGE SOLIVELLA PERELLÓ	4
PADRE MÁRIO PINTO	4
PALMERINDO LOPES	4
PATRICIA PINTO DE CARVALHO	4
PAULINO CHAGAS FERREIRA	5
PAULINO SANTANA	4
PAULO ALVES DE MEIRA	2
PAULO APGAUA PAULO GUILHERME	4
PAULO ARMANI DE SOUZA	5
PAULO CANGUSSU CORDEIRO	2
PAULO CESAR CURY	4
PAULO CÉSAR DE OLIVEIRA SOUZA	2,3
PAULO DE BARROS MACHADO	3,4
PAULO DE FREITAS FENELON	4
PAULO DOMINGOS DE SOUZA	4,5

PRESOS POLÍTICOS	Fontes
PAULO ELISARIO NUNES	2,3,5
PAULO FERNANDES SOARES DE OLIVEIRA	4
PAULO FERREIRA SOUZA	2
PAULO GERALDO FERREIRA	2,3,4
PAULO GONÇALVES DE OLIVEIRA	2
PAULO JOSÉ CARDOSO	2
PAULO JOSÉ RIBAS	4
PAULO PEDREIRA DA SILVA	2,4
PAULO RICARDO MASSINO	5
PAULO ROBERTO HADDAD	4
PAULO ROBERTO HAFAN BARCELOS	4
PAULO RODRIGUES CHAVES	2
PAULO RODRIGUES SOARES DE OLIVEIRA	4
PAULO SENA GOULART	4
PAULO TELLES DA SILVA	2,3,4
PAULOS JONIS JOANIDES	4
PEDRO ALCANTARA CASTRO	4
PEDRO ALCANTARA MACEDO	4
PEDRO ALVES CABRAL ROSA	3,4
PEDRO AMÉRICO ANTUNES	4
PEDRO AUGUSTO LEANDRO DIAS PAES LEME PINHEIRO MOREIRA	4
PEDRO CRUZEIRO	4
PEDRO DE ALCÂNTARA MACEDO	2
PEDRO ESPINOSA DA SILVA	2
PEDRO GARCIA GOMES	4
PEDRO LAUREANO DA SILVA	2
PEDRO LOURDES DE MORAIS	5
PEDRO LÚCIO DE ALMEIDA	2
PEDRO PAULO BRETAS	1,2,3,4,6
PEDRO PAULO RODRIGUES	4
PEDRO UMBELNO DOS SANTOS	4
PERALVA DE MIRANDA DELGADO	4
PERY TADEU DE OLIVEIRA FALCOM	4
PETRONIO DE FREITAS FENELON	4
PETRONIO GABRIEL FRADE	4
PETRÔNIO MENDES DE SOUZA	2
PETROS SIMONIAN	4
PETRUS MARTINUS JOHANES VON ROSSUM	4
PITÁGORAS DE OLIVEIRA MACHADO	4,5

PRESOS POLÍTICOS	Fontes
PLÍNIO ANOI AMADEU	4
PLINIO ARANTES	4
POMPEU JOSÉ ANTÔNIO	2,4
PORFÍRIO FRANCISCO DE SOUZA	2,3,4
PRECIOSO BARBOSA DOS SANTOS	2,4
RAIMUNDO ALVES DE JESUS	4
RAIMUNDO BORGES SANTOS	4
RAIMUNDO GIL DA SILVA	2,4
RAIMUNDO JOAQUIM GONÇALVES	4
RAIMUNDO NONATO DINIZ	4
RAIMUNDO NONATO DO NASCIMENTO	2
RAIMUNDO NONATO LOPES DOS SANTOS	4
RAIMUNDO NONATO PEREIRA	4
RAIMUNDO VICENTE DOS SANTOS	2
RAMIRO CIPRIANO DA SILVA	2,4
RAMIRO FRANCISCO (PADRE FREI AGOSTINHO)	5
RANDOLFO FERNANDES DE LIMA	4
RAUL DECIO BELEM MIGUEL	4
RAYMUNDO OSÓRIO CARDOSO	2
REALINO DE OLIVEIRA	2,4
REALINO RODRIGUES DA COSTA JUNIOR	4
REGALDINO NETO DE SOUZA	4
REGINALDO DUTRA PESSANHA	4
REINALDO CRUZ CALVO	4
REINALDO JOSÉ DE MELO	2,4
REINALDO LUIZ CALVO	4
RENATO ALVES DO VALLE	2
RENATO BARBUTO	4
RENATO BRANDÃO VIEGAS	4
RENATO DE PÁDUA MONTANDON	2,4
RENATO GODINHO NAVARRO	2,4
RENATO PARAGUASSU DE OLIVEIRA	4
RENATO RIBEIRO	5
RENATO VIEIRA DOS SANTOS FIGUEIREDO	4
RENÉ TRINDADE DO NASCIMENTO	2,4
RICARDO ANGELIM	6
RICARDO FONTES CINTRA	2,3
RICARDO GONÇALVES ANGELIM	3,4
RICARDO HENRIQUE NICHOLLS	2

PRESOS POLÍTICOS	Fontes
RICARDO PEIXOTO BRAGA	4
RICARDO PRATA SOARES	2,4
RICARDO SAMUEL DE LANA	4
ROBELINO ALVES	3
ROBERDÁRIO DINIZ VALÉRIO	3
ROBERTO BARBUTO	4
ROBERTO BIZZOTO	4
ROBERTO CANAVARRO COSTA	4
ROBERTO DE ASSIS CARVALHO	4
ROBERTO DE PALMA GASBARRO	2,4
ROBERTO EMILIO MANES	4
ROBERTO FERREIRA DE REZENDE	4
ROBERTO FIGUEIREDO BARBOSA	4
ROBERTO FONSECA	5
ROBERTO GALHARDO ZANCONATO	6
ROBERTO MARGONARI	4
ROBERTO PEREIRA REZENDE	4
ROBERTO TEUBNEE	4
ROBINSON AIRES PIMENTA	4
ROBSON VIEIRA PORTO	4
RODOLFO DE CARVALHO TROIANO	2,3,4
RODOLFO FRITSCH FILHO	3,4
RODOLFO LEITE DE OLIVEIRA	5
RODOLPHO FRITSCH FILHO	2
ROGEIRO CAMPOS TEIXEIRA	6
ROGER NORTON LONGUINHOS DA MOTTA	4
ROGÉRIO DE CAMPOS TEIXEIRA	1,2
ROGERIO VIEIRA DELBONI	4
ROMÁRIO RIBEIRO JÚNIOR	3
ROMEU MATAR	4
ROMEU PASCUCCI	4
ROMEU RAMOS CHAVES	4
ROMULO FREIRA PESSOA	4
RÔMULO QUINHÕES PEREIRA	2
RONALDO MONTALVÃO	4
ROSA ALVES COSTA	4
ROSA MARIA NASSIF DE MESQUITA	2
ROSANGELA MARIA MONNERAT DA SILVA	2
ROSÁRIO JOFFILY	4

PRESOS POLÍTICOS	Fontes
ROSSÍNIO PARRELA VELOSO	5
ROUBERDÁRIO DINIZ VALÉRIO	2
RUBEM CARLOS PINTO DE SOUZA	2
RUBENS DIAS RIBEIRO	4
RUBENS EVANGELISTA	4
RUBENS FIÚZA	2,4
RUBENS MENDES	4
RUBENS POLICASTRO MEIRA	4
RUBINO DA SILVA MELO	4
RUBIO DIAS RIBEIRO	4
RUFINO DA SILVA NETO	4
RUY DINIZ	2
RUY RODARTE	2
SACHA CALMON NAVARRO COELHO	4
SADALA JORGE	5
SALOMÃO BARBOSA	3
SALVADOR AFONSO PINHEIRO	4
SALVADOR VASCONCELOS	4
SALVIO HUMBERTO PENNA	2,3,4
SAMIR SAGIH EL AOUAR	2,4
SAMUEL FRANKILIN DE MIRANDA	4
SAMUEL GOMES DE MELO	4
SAMUEL MENDES DA FONSECA	2,4
SANDY BORGES PADILHA	4
SARA BALBINO DE AQUINO	4
SATURNINO MUNIZ	4
SATURNINO RAMOS FERREIRA	2,4
SAULO MAIA VIZA	4
SEBASTIÃO ALVES DE OLIVEIRA	2,4
SEBASTIÃO ALVES DE SALES	5
SEBASTIÃO ANDRADE	4
SEBASTIÃO ARAÚJO	4
SEBASTIÃO BARBOSA	5
SEBASTIÃO CARDOSO	2,4
SEBASTIÃO DE CALAIS OLIVEIRA	4
SEBASTIÃO DE OLIVEIRA COSTA	5
SEBASTIÃO EDUARDO DOS SANTOS	4
SEBASTIÃO EVARISTO ALVES	2
SEBASTIÃO EVERALDO NEVES	4

PRESOS POLÍTICOS	Fontes
SEBASTIÃO FERREIRA	5
SEBASTIÃO FERREIRA SOARES	5
SEBASTIÃO FRANCISCO	2,4
SEBASTIÃO FRANCISCO DA SILVA	5
SEBASTIÃO FRANCISCO DOS SANTOS	2,4
SEBASTIÃO LUIZ MAMEDE	5
SEBASTIÃO MATIAS SOUZA	4
SEBASTIÃO PAIXÃO FONSECA	4
SEBASTIÃO REZENDE	4
SEBASTIÃO ROSA	2
SEBASTIÃO TRINDADE	4
SENAS JOSÉ DA SILVA	4
SERAFIM DE SOUZA SANTOS	5
SÉRGIO ANTONIO PRETTI MACULAN	4
SÉRGIO DE MORAES ELIAS	4
SERGIO SEVERIANO SILVA	4
SÉRGIO SILVA	2,4
SEVERINO AFONSO CHAVES	4
SILVIO CARVALHO VASCONCELOS	4
SILVIO DE MIRANDA RAMOS	4
SILVIO NOBREGA WANDELSEN	4
SILVIO VASCONCELOS	4
SIMÃO SALOMÉ DE OLIVEIRA	2
SIMON SCHWARTZMAN	4
SINÉSIO LOURENÇO REIS	4
SINVAL DE OLIVEIRA BAMBIRRA	2,4
SINVAL FERREIRA DA SILVA	2,4
SIRLENE DUTRA	3
SONIA LACERDA DE MACEDO	6
SOSTENES DE ARAUJO FREIRE	4
SPYRIDON HARILAO DOUVAKIS	4
STUART CAETANO DO NASCIMENTO	5
SYLIA DA SILVA ARAUJO	4
T. CARLOS	6
TÂNIA ESPIR DA CUNHA BRAGA	2
TANIA MARIA RIBEIRO CARDOSO	2
TARCÍSIO DE AMORIM	2
TARCÍSIO MACHADO ROCHA	4
TARZAN DE CASTRO	2

PRESOS POLÍTICOS	Fontes
TAYLOR SILVA	3
TEMISTOCLES SOARES SALES	4
TEÓFILO ANSELMO	5
TEOTONIO DOS SANTOS JUNIOR	4
TEREZINHA DE JESUS PEIXOTO CHAVES	2
TERTULIANO FERREIRA DOS SANTOS	2,4
TERTULINO FERREIRA CARVALHÃES FILHO	2,4
THEREZA AURELIA ÁLVARES VIDIGAL	2
THEREZINHA MARTINS RABELO	5
THOMAZ BERNARDINO	4
THOMAZ DE AQUINO PRATA	2
TITO GUIMARÃES FILHO	2,4
TOMÉ GERALDO DA SILVA	4
TRACAHY SOARES PITA	4
TUFI FAISSAL	4
TÚLIO (QUINTANISTA DE ENGENHARIA NA GUANABARA)	1
TÚLIO ROBERTO CARDOSO QUINTILIANO	4,6
UBIRAJARA PEREIRA BRITO	4
ULYSSES INCERTI	2,4
URBANO DE SOUZA SILVINO	4
VALADARES CORDEIRO DE AVILA	4
VALDEMAR DE ALMEIDA	2
VALDOMIRO NINOS DOS SATOS	4
VALMIR JOSÉ DE RESENDE	3
VÂNIA CÂNDIDA DE A. SANTAYANNA	4
VANIA MARA FRANCO DRUMOND	4
VARNER RIBEIRO GONÇALVES	4,5
VERA LÍGIA HUEBRA SAAVEDRA DURÃO	2,4
VERA LÚCIA DE MAGALHÃES LOPES	2
VERA LÚCIA MONTALDI	3,4
VERA MAGALHÃES	6
VERÔNICA SANTOS DE FREITAS	2
VICENTE DE AQUINO FIGUEIREDO SAMPAIO	4
VICENTE GONÇALVES	2
VICTOR HUGO GOMES	2,4
VILMAR EVANGELISTA FARIA	4
VIRGÍLIO FAUSTINO SALOMÃO	2,4
VITAL DE SOUZA	4
VITAL MARIA FIGUEIREDO ARAUJO	4

PRESOS POLÍTICOS	Fontes
VITOR CRISPIM SOUZA	4
VITOR HUGO DE ALMEIDA	4
WAGNER CORREIA DE OLIVEIRA	4
WAGNER GERALDO DA SILVA	4
WAGNER RAGGI	4
WAGNER SILVA DE ASSIS	2,4
WALDEMAR DAS DORES	2
WALDENAR JORGE	4
WALDIR JOSÉ DE RESENDE	4
WALDO SILVA	2,4
WALKÍRIA AFONSO COSTA - VERA	4
WALMIR JOSÉ DE RESENDE	4
WALTER ALVES DE LIMA	4
WALTER ANTÔNIO PORTILHO	3
WALTER BARROS	4
WALTER DAVID DA SILVA	4
WALTER DE ASSIS	2,4
WALTER DE OLIVEIRA TIM GARROCHO	2,4
WALTER JOSÉ RESENDE	4
WALTER LOPES DE CARVALHO	4
WALTER PORTILHO	4
WALTER ROMEIRO MENESES	4
WANDA MARIA ROLFS	4
WANDA MARY ROHLFS	4
WANDER PORTAS COSTA	4
WANIA CÂNDIDA DE ALMEIDA SANTAYANA	2
WELDON SELMO PEREIRA	4
WELLINGTON MOREIRA DINIZ	2,4
WELSON FERREIRA	4
WILHELMUS PETRUS TOLENAAR	4
WILIMAR DA ROCHA	2
WILLIAN SILVA	4
WILLIAN VIGLIONI	2,4
WILMA APARECIDA BARBAN	4
WILMAR EVANGELISTA FARIA	4
WILSON JOSÉ DOS SANTOS	4
WILSON LOPES DE OLIVEIRA	4
WILSON MARINHO DA ROCHA	4
WILSON MODESTO RIBEIRO	4

PRESOS POLÍTICOS	Fontes
WILSON RAMIRES ALEXANDRINO	4
WILSON SOARES DA CUNHA	2
WILSON VALVERDE	2,3,4
WISNO CARVALHO	4
WU HAUANG CHT	4
WYLEM SCHREIBER	4
YONE DE SOUZA GROSSI	6
ZACARIAS ROQUE	4
ZANDER PORTES COSTA	2,4
ZANILO MOREIRA DA SILVA	4
ZENAS JOSÉ DA SILVA	4
ZILDA ENGRÁCIA GAMA DE OLIVEIRA	2
ZORAIDE GOMES DE OLIVEIRA	3,4

Fontes

1 - Declaração dos presos políticos de linhares

2 - Sedese/Conedh. Disponível no Arquivo Público Mineiro.

3 - Brasil nunca mais digital. http://bnmdigital.mpf.mp.br/

4 - Relação de presos no APM/Dops - pastas 5291, 4392, 4214, 4040, 4039, 1254, 60, 59,56, 55, 52.

5 - Lista de processos presentes no Conedh que ainda não foram transferidos para o APM - 1964/1988

6 - Relatório da Comissão de Anistia Internacional

ANEXO B
Lista de Agentes Públicos denunciados como torturadores

TORTURADOR	Fontes	Número de Citações
AÉCIO FLÁVIO SILVEIRA COUTINHO	1,2,3	14
AFONSO ARAÚJO PAULINO	1,2	3
ALCIDES CABRAL DE SOUTO	6	1
ALTINO MACHADO DE OLIVEIRA	6	1
ÁLVARO GUIDO	6	1
ALVINO CASABRANCA	2	2
AMANDO DE ANTÔNIO CAETANO MOURÃO GUIMARÃES	6	1
AMARO ZACARIAS GORGOZINHO	2,6	3
ANTÔNIO AMÉRICO DE MAGALHÃES GÓES	2	4
ANTÔNIO CAMPOS	2	1
ANTÔNIO CURCIO NETO,ANTÔNIO CURCIO NETO	2	1
ANTÔNIO DE PÁDUA ALVES FERREIRA	1,2,3	48
ANTÔNIO DOLABELA	2,3	2
ANTÔNIO EUSTÁQUIO COSTA	3	1
ANTÔNIO FERNANDO DE ALCÂNTARA	2	1
ANTÔNIO NOGUEIRA LARA REZENDE	1,2,3,6	29
ARI CARLOS DA SILVA	2,6	4
ARIOVALDO DA HORA E SILVA	1,2,3,6	30
ARMANDO AMARAL	6	1
ARVELAS ROSAS	3	1
AYRTON REIS	2,3,6	3
BARTOLOMEU RODRIGUES	6	1
BENJAMIM SOARES/BENJAMIM GOMES	2	1
CARLOS ALBERTO DEL MENEZZI	1,2,3,6	24
CARLOS AUGUSTO DA COSTA	6	1
CARLOS EDUARDO GUEDES	2	1
CARLOS FREDERICO DE CASTRO	6	1
CASEMIR VIEIRA	2,3	4
CECILDES MOREIRA DE FARIA	1,2,3	3
CLAUDIO ALBANO DE BRITO RECH	6	9
CLAUDIO GUIMARÃES	2,3	2
DARLAN ALVES GOUVÊA	2,3	2
DAVID HAZAN	2,3,6	31
DERCY DA SILVA PEREIRA	3,6	3
DIOCÉLIO DE OLIVEIRA CABRAL	6	6
EDSON CAVALIERI	2	4

TORTURADOR	Fontes	Número de Citações
EDUARDO GOMES DA SILVA	2	1
ELLOS PIRES DE CARVALHO	1,2	5
EUCLIDES DE FIGUEIREDO	2	1
EUSTÁQUIO MURILO DA SILVA	6	2
FÁBIO BANDEIRA DE FIGUEIREDO	2,3	5
FRANCISCO PEREIRA XAVIER	2,6	2
FRANKLIN TORRES FIGUEIREDO	6	1
FREDERICO NASCIMENTO	1,2	11
GIL CARLOS MENDES	2,3	5
GUARACI MACHADO	6	1
HAYDN PRATES SARAIVA	1,2,3	27
HELY ANTÔNIO FARIA	6	1
HENRI PESTRY	2	3
HILTON DE PAULA DA CUNHA PORTELLA	1,2,3,6	80
HUMBERTO POLO DA SILVA	3	1
ÍTALO TERÊNCIO JOSÉ	6	1
ITAMAR VASCONCELOS DIAS	2	2
ITIBERÊ GOUVEA DO AMARAL	2,3	3
JAIME PORTELA	2	1
JAIR ALVES TEIXEIRA	2	1
JAIR ARVELOS ROSA	2,6	2
JEAN PAUL NICOLLA SEEBURGUER	2,6	4
JÉSU DO NASCIMENTO ROCHA	1,2,3,6	26
JOÃO ALCÂNTARA GOMES CARNEIRO	1,2,3,6	26
JOÃO BONFANTE	6	1
JOÃO TEIXEIRA VICENTE	1,2,3,6	20
JOAQUIM DIAS DE FREITAS	2	1
JOAQUIM FERREIRA GONÇALVES	1,3	5
JOAQUIM GOMES	3	1
JOAQUIM RIBEIRO DE ALBUQUERQUE	2	1
JOAQUIM SIMEÃO DE FARIA FILHO	2,6	3
JOEL DE CASTRO	2	4
JOFRE FERNANDES LACERDA	1,2,3	33
JOSÉ ANTÔNIO GONÇALVES DUARTE	3	1
JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA	1,2,3,6	20
JOSÉ AURÉLIO	2	1
JOSÉ DO CARMO	1,2,6	12
JOSÉ EUSTÁQUIO DE ALMEIDA PRAXEDES	1,2,3,6	19
JOSÉ GISPIM BISPO	6	1

TORTURADOR	Fontes	Número de Citações
JOSÉ GOMES RODRIGUES	2	1
JOSÉ LEOPOLDINO JÚNIOR	6	1
JOSÉ MARIA DE PAULA	1,2,3	7
JOSÉ PEREIRA GONÇALVES	1,2,3	23
JOSÉ REIS DE OLIVEIRA	1,2,3	16
KLÉBER LUIS DE SOUZA	1,2,3	9
KLINGER SOBREIRA DE ALMEIDA	2,6	2
LÉO MACHADO	1,2,3	62
LEO MAGALHÃES	3	1
LÚCIO SCORALICK	1,2,3,6	22
LUIZ SOARES DE SOUZA ROCHA	1,2,3,6	29
MANOEL ALFREDO CAMARÃO DE ALBUQUERQUE	1,2,3,6	9
MARCELO PAIXÃO DE ARAÚJO	1,2,3,6	66
MÁRCIO NICOLI	2	1
MÁRCIO ROCHA	1,2,3,6	13
MARIO CÂNDIDO DA ROCHA	1,2,3,6	20
NELSON GALVÃO SARMENTO	2	5
NILO PEÇANHA DE ARAÚJO	2	1
NILTO RIBEIRO	2	1
OCTÁVIO AGUIAR DE MEDEIROS	1,2,3,6	17
ONÉSIO VIANA DE SOUZA	3	1
PAULO GUILHERME VAZ DE MELO	2	5
PAULO KOSCKI ROSA	2	2
PEDRO CARLOS PIRES DE CAMARGO	6	1
PEDRO IVO DOS SANTOS VASCONCELOS	1,2,3,6	68
PEDRO IVO GONÇALVES FERREIRA	2	1
PEDRO ZANELA	6	1
PRATA NETO	2	2
RAFAEL CRUZ	2,3	2
RAIMUNDO AZEVEDO	2	1
RALPH GRUNEWALD FILHO	1,2,3	7
RODRIGO PAULO DE ULHÔA DOLABELLA	1,2	3
RÔMULO AGUILLAR FARIA	6	1
RONALDO DE SOUZA	1,2,3	8
RUBENS JOSÉ FERREIRA	1,2,3	15
SEBASTIÃO GERALDO DA PAIXÃO	3	1
SEBASTIÃO RODRIGUES DE MOURA	2	1
SHUBERT GONZAGA DE SANTANA	2,3	3
SYLVIO TEIXEIRA DOS SANTOS	2	2

TORTURADOR	Fontes	Número de Citações
THACIR OMAR MENEZES SIA	1,2,3,6	69
TININHO TIBÚRCIO DA SILVA	2	1
URANO NUNES DE QUEIROZ	6	1
VENUTO ALVARENGA	2	1
VICENTE DOS SANTOS NOGUEIRA	1,2,3	9
WALDELAR MACEDO PETERSEM	2	1
WALDIR ROSA NAZARETH	6	10
WALDIR TEIXEIRA GOÉS	1,2,3,6	37
WILSON PINTO DA SILVA	2	1
WILSON RAMALHO	3	2
ZEMO JOSÉ DE ALMEIDA MOURA	3	6

FONTES

1 - Declaração dos presos políticos de Linhares

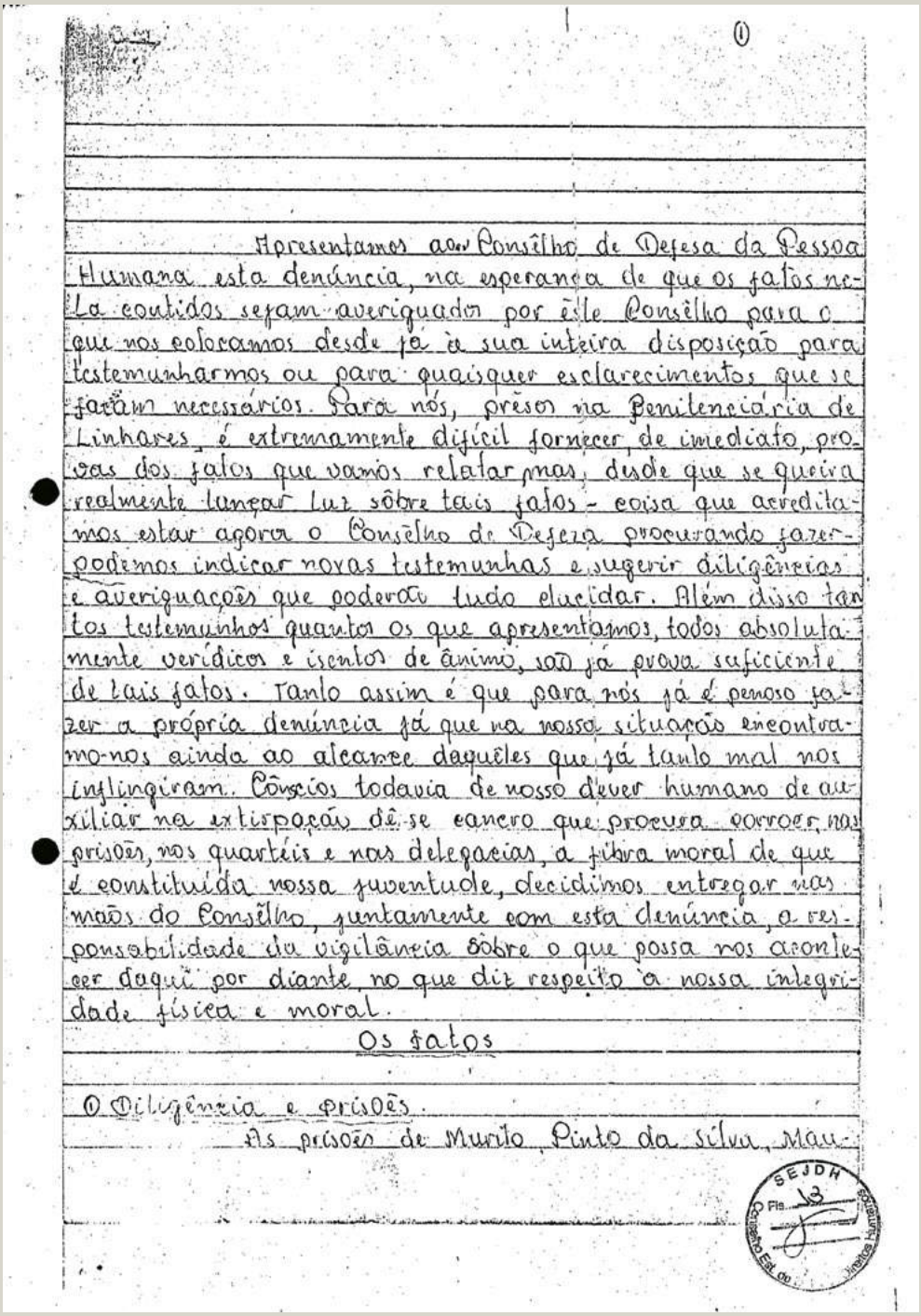
2 - SEDESE/CONEDH. Disponível no Arquivo Público Mineiro.

3 - Brasil Nunca Mais (TOMO V- Volume, I, II, III- As Torturas)

6 - CONEDH/CEIVT

ANEXO C

Cópia de uma das Cartas de Linhares, como são conhecidas, datada em 19 de dezembro de 1969, assinada pelos integrantes do Colina.



①

Apresentamos ao Conselho de Defesa da Pessoa Humana esta denúncia, na esperança de que os fatos nela contidos sejam averiguados por êste Conselho para o que nos colocamos desde já à sua inteira disposição para testemunharmos ou para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários. Para nós, presos na Penitenciária de Linhares, é extremamente difícil fornecer, de imediato, provas dos fatos que vamos relatar mas, desde que se queira realmente lançar Luz sôbre tais fatos - coisa que acreditamos estar agora o Conselho de Defesa procurando fazer - podemos indicar novas testemunhas e sugerir diligências e averiguações que poderão tudo elucidar. Além disso tantos testemunhos quantos os que apresentamos, todos absolutamente verídicos e isentos de ânimo, são já prova suficiente de tais fatos. Tanto assim é que para nós já é penoso fazer a própria denúncia já que na nossa situação encontramo-nos ainda ao alcance daqueles que já tanto mal nos infligiram. Cônscios todavia de nosso dever humano de auxiliar na extirpação dêsse cancro que procura corroer nas prisões, nos quartéis e nas delegacias, a fibra moral de que é constituída nossa juventude, decidimos entregar nas mãos do Conselho, juntamente com esta denúncia, a responsabilidade da vigilância sôbre o que possa nos acontecer daqui por diante, no que diz respeito à nossa integridade física e moral.

Os fatos

① Diligência e prisões.

As prisões de Murilo Pinto da Silva, Mau-

SEJDH
Fls. 13
Conselho Estadual de Justiça e Direitos Humanos

rício Vieira de Paiva, Afonso Celso Lara Leite, Jorge Raimundo Nahas, Maria José Carvalho Nahas, Nilo Sérgio Menezes Macedo e Júlio Antônio Betancourt de Almeida ocorreram por volta das 4 (quatro) da madrugada do dia 29 de janeiro de 1969, na rua Itacarambu, no bairro São Geraldo em Belo Horizonte. No momento da prisão Maurício foi atingido por duas balas disparadas pelos policiais.

Todos os presos foram em seguida encostados na parede dos fundos da casa, sob intenso espancamento, para serem fuzilados pelos policiais que, exaltados, chegaram a armar as metralhadoras. A ação foi impedida pelo sr. Luiz Soares da Rocha, chefe da diligência, que ficou temeroso das conseqüências que aquêle ato poderia provocar.

Frustados na tentativa de fuzilamento os policiais passaram a espancar os prêsos, com maior violência, com os carregadores das metralhadoras. Todos foram espancados, quase todos tiveram cortes profundos na cabeça, inclusive Maurício que, apesar de nem mesmo agüentar-se em pé, teve a cabeça tão machucada que, mais tarde, no Pronto Socorro, os médicos acharam que esta havia sido atingida por uma bala. Ainda na casa da rua Itacarambu foram algemados e amarrados com arame nos pulsos e no pescoço, tendo alguns policiais tentado enforcá-los com êsses arames.

Os prêsos foram então levados para a Delegacia de Vigilância Social (DVS - antigo DOPS) em uma Rural-Willys onde 5 (cinco) dêles, incluindo Maurício, foram jogados no porta-malas. Como Maurício tivesse sua perna enrijecida, em conseqüência do tiro no joelho, foi obrigado a ir tombado em cima do encôsto do banco traseiro, aumentando o seu sofrimento. Chegando ao DVS foram novamente espancados com punhos, carregadores de metralhadoras e chutes. Não resistindo aos espancamentos - estava sangrando

SEJDH Fls. 14

havia mais de 1 (uma) hora - Maurício caiu no chão, ainda algemado e amarrado com arames. Após o espancamento foi separado dos outros companheiros e ali ficou, jogado no chão por muito tempo ainda, sendo de vez em quando chutado por alguns policiais. Já eram quase 8 (oito) horas quando resolveram levá-lo para o Pronto Socorro porque - disse o delegado Thacir Menezes Sia - êle "não ia morrer mesmo". Chegou portanto ao Pronto socorro 4 (quatro) horas após ter sido baleado.

Policiais que participaram da diligência, prisões e espancamentos: Sr. Luiz Soares da Rocha (superintendente do policiamento geral do estado de Minas Gerais), delegados Lara Rezende, Mário Cândido da Rocha (da Delegacia de Furtos e Roubos de Belo Horizonte), José Pereira, Haydn Saraiva e José Reis (também da Furtos e Roubos) além de outros policiais e guardas-civis.

② Os interrogatórios

I - Na Delegacia de vigilância social (DVS):

O espancamento teve início quando os presos lá chegaram e continuou durante todo o tempo que ali permaneceram. Logo que chegaram foram colocados de pé em um xadrez, com o rosto voltado para a parede e assim ficaram, sem água nem alimentação, até a madrugada do dia seguinte. A todo momento chegavam policiais do DVS, da Guarda Civil e da Polícia Militar que passavam a bater-lhes com cassetetes, chutes e murros, deixando-lhes ulcerações por todo o corpo. Quase todos tiveram que levar pontos na cabeça. Além disso sofreram tôda espécie de tortura psicológica, com ameaças de morte a tôda hora.

O delegado Thacir Sia, durante todo o primeiro dia de interrogatório, afirmava a Murilo Pinto da Silva que aca-

SEJDH 15

baria matando-o "como havia já feito muitas vêzes, sem que ninguém soubesse". Levado para fazer um diligência Murilo foi cutucado com ponta de faca durante todo o trajeto, pelos integrantes da diligência, comandada pelo delegado Thacir Sia.

Maurício, por ter sido operado, prestou seu depoimento no Pronto Socorro. Devido a isso não foi espancado nêsse primeiro interrogatório tendo sido, entretanto, ameaçado de morte e de ser levado naquêle mesmo dia para o DVS onde "o colocariam no pau-de-arara e lhe decerariam o cacête," - palavras do escrivão do DVS, Arioswaldo Hora, que o interrogou na presença do sr. Fábio Bandeira.

Ângelo Arezuti da Silva e Erwin Rezende Duarte, ambos presos na madrugada do dia 15 (quinze) de janeiro de 1969, também passaram pelo DVS tendo ali levado pescopões e chutes do delegado Thacir Sia. Também foi espancado no DVS José Raimundo de Oliveira, tendo sido várias vêzes pendurado pelo pescoço.

Alguns dias após Maurício ter chegado ao Pronto Socorro (uma semana mais ou menos) ali chegou Antônio José de Oliveira, com ferimentos gravíssimos à bala. Havia ficado jogado em uma cela do DVS durante mais de 2 (duas) horas) "a espera de que morresse", segundo diziam os policiais daquela delegacia, e sido submetido a espancamentos generalizados. Dois dias depois chegou ao Pronto Socorro Délio Fantini. Estava com um pé e um braço quebrados em várias partes, ulcerações em várias partes do corpo e vários cortes na cabeça. Délio Fantini foi seviciado no DVS onde partilhou uma cela com Júlio Antônio Betancourt de Almeida que ouvir conduzir logo após as torturas. Segundo Júlio, Délio Fantini estava com "os dentes arrancados, o braço quebrado, torto para um lado, os dedos do pé macetados, as pernas muito inchadas, a cabeça com dois cortes profundos e todo corpo marcado de cassetetes e queimados de cigarros." Tal era seu estado, segundo

SEJDH Fls. 16 Consulta Fed. do Br. Direitos Humanos

Maurício, que as pessoas que trabalhavam no Pronto Socorro, quando êle ali chegou (médicos, enfermeiras, etc.) ficaram horrorizados com a selvageria policial.

Irany Campos, 17 (dosessete) dias após ter sido submetido a uma operação de captura de fígado, com escoriações por todo o corpo (Irany fora vítima de um acidente de ônibus no Viaduto das Almas - BH-Rio - onde morreram 30 pessoas), com um abcesso pós-operatório, foi colocado numa cela suja no DVS onde dormia no chão e não tinha assistência médica. Sòmente depois de alguns dias lhe deram uma cama com cobertor, bem como assistência médica, por interferência do diretor do Pronto Socorro que afirmou que seu caso inspirava cuidados. Não se alimentava pois davam-lhe de comer arroz cru e feijão azêdo. Foi também ameaçado de ser torturado.

Torturadores do DVS: Thaeir Menezes Sia, Arlosvaldo Hora, Secralick, José do Carmo, Joel, Cabo Ferreira, Márcio, José Aparecido, Anésio, Geraldo, Vander, Bicalho.

II - Na Delegacia de Furtos e Roubos -

Os primeiros interrogatório do inquérito foram realizados na Delegacia de Furtos e Roubos de Belo Horizonte. O presidente do inquérito era então o sr. Luiz Soares da Rocha, superintendente do policiamento geral do Estado. A mando dêle e dos delegados Lara Rezende e Mário Cândido da Rocha, os presos que por ali passaram foram barbaramente torturados.

Os primeiros, Ângelo Pezzuti da Silva e Erwin Rezende Quarte, foram para ali levados por duas vêzes na segunda quinzena de janeiro de 1969. Erwin Rezende Quarte foi obrigado a deitar-se no chão, nu e brutalmente espancados e chutado em tôdas as partes do corpo por Lara Rezende, Mário Cândido da Rocha, os policiais Rodrigo, Saraiva e outros. O capitão do Exército Gomes Carneiro, que ali estava presente também o espancou aplicando-lhe "telefones" (bate-se com as palmas das mãos

SEJDH
Fls. 17
Comissão Est. do Def. dos Direitos Humanos

3

abertas com fôrça e simultâneamente, nos dois ouvidos.). Em outra ocasião aplicaram-lhe choques e bateram-lhe com a palmatória, além de ameaçá-lo de morte, de prender seus familiares, etc. Ângelo Pezzuti da Silva foi espancado no pau-de-arara por José Pereira. Enquanto êste lhe aplicava a "hidráulica" (água no nariz), José Maria lhe espancava violentamente as solas dos pés com uma palmatória de borracha e o sub-inspetor Cecildes, juntamente com o delegado Mário Cândido da Rocha lhe aplicavam choques com o aparêlho portátil de manivela.

Em fevereiro de 1969 os demais prêsos, que se encontravam no DVS ou na Colônia Penal Magalhães Pinto, começaram a ser interrogados na Delegácia de Furtos.

Nilo Sérgio Menezes Macedo foi ali espancado por vários dias pelos delegados Lara Rezende e Mário Rocha, pelos investigadores José Pereira e Haydu Saraiva e outros. Foi colocado nú, durante três dias e três noites, numa cela infecta, mal-cheirosa e cheia de enormes ratazanas que à noite o impediam de dormir. Ângelo e Erwin também dormiram nesta cela. Por fim os elementos citados penduraram Nilo Sérgio no pau-de-arara, espancaram as solas de seus pés com a palmatória de borracha, aplicaram-lhe choques elétricos e o sufocaram com uma esponja embebida de água. Jorge Raimundo Nahas foi torturado nesta delegacia por Mário Cândido da Rocha, José Pereira, Haydu Saraiva, José Maria e Pionoro que usaram choques elétricos e palmatória. Ficou com as mãos e as unhas arrebentadas e o corpo todo marcado. Pedro Paulo Bretas foi ali torturado em janeiro de 1969 pelos delegados Lara Rezende, e Mário Rocha e pelos investigadores Adão, Haydu Saraiva, José Pereira e outros. Foi pendurado no Pau-de-arara e submetido a choques elétricos e palmatórias. Permaneceu na cela cheia de ratazanas por três dias e três noites.

Na delegacia de furtos e Roubos torturaram adolecentes de doze anos a quinze - prêsos comuns - na presença de Ângelo Pezzuti da Silva, Erwin Rezende Duarte, Pedro Paulo Bretas e Júlio An-

SEJDH Fls. 18 Comissão Estadual da Verdade dos Direitos Humanos

tônio Betancourt de Almeida a fim de induzi-los a falar.

Conduzido a esta delegacia Júlio Antônio foi colocado numa cela com instalação sanitária estragada onde o ar era praticamente inespirável e onde havia dezenas de enormes ratazanas. Durante todo o tempo em que ali permaneceu ouvia gritos de pessoas sendo torturadas. Viu 15 (quinze) a 20 (vinte) pessoas numa cela de 2 (dois) por 6 (dois) metros.

Maurício Vieira de Paiva quando foi depor naquela delegacia, apesar de ferido e recém-operado foi espancado inclusive nos locais dos ferimentos.

As torturas empregadas na delegacia de Furtos e Roubos foram a mando do sr. Luiz Soares da Rocha e dos delegados Zara Rezende e Mário Cândido da Rocha, com a conivência e o assentimento do comandante do 4ºRR na época, Coronel Otávio Aguiar de Medeiros, representado pessoalmente em vários interrogatórios na delegácia de Furtos pelo Capitão Almeida.

III - NO 12 RI

Após os interrogatórios na Delegacia de Furtos, os presos ficaram à disposição das autoridades militares na Colônia Penal Magalhães Pinto, onde ficaram também, posteriormente outros presos políticos. Ficaram vários meses incomunicáveis, proibidos de conversar, em celas com as janelas fechadas e pintadas de preto, proibidos de deitar-se ou de ficar em pé na cela (deveriam ficar todo o dia sentados no colchão - não havia camas) e às vêzes proibidos de ler e de fumar por várias semanas, sem direito a descer ao pátio para tomar sol. Vários adoeceram nesta época. Nilo Sérgio esteve durante todo êsse tempo necessitado de assistência médica por possuir uma lesão grave no ouvido esquerdo. As autoridades, como o coronel Otávio Aguiar de Medeiros, foram informadas de seu estado de saúde por intermédio de seus familiares, sem tomarem qualquer providência a respeito. Todos, inclusive o diretor da prisão, foram informados do que estava acontecendo com Nilo e, inclusive tiveram conhe-

SEJDH Fls. 19 Comissão Est. da Dof. dos Direitos Humanos

4

cimento do diagnóstico do Dr. Idalmo Duarte (Ed. Helena Passig 11º andar Belo Horizonte) e da indicação explícita, feita por êste médico, de uma intervenção cirúrgica imediata no início do mês de maio. Nada disso foi levado em conta.

Durante êste período deu-se prosseguimento ao inquérito policial-militar, agora sob a presidência do coronel Otávio Aguiar de Medeiros. Os interrogatórios eram realizados numa sala especial do CPOR (12 RI) onde os prêsos eram submetidos a várias formas de coação moral e pressão psicológica ficando - durante a prestação de seus depoimentos, coisa que às vêzes durava várias semanas - em celas sujas, sem cama, sem chuveiro, etc. Os responsáveis pelo inquérito não tiveram maior interêsse em aumentar as torturas já sofridas pelos prêsos porque já tinham obtido as informações que lhes interessavam. Mesmo assim Jorge Raimundo Nahas foi torturado naquêle quartel, numa sala do Departamento de Educação Física, para confirmar depoimentos e prestar ou "inventar" (segundo o tenente Delmenesi) novas informações. Foi torturado com choques elétricos produzidos por um aparêlho normalmente usado para comunicações no Exército, além de ser obrigado a subir em talas pequenas de bordas cortantes. Essa tortura foi feita, a mando do Coronel Medeiros e do capitão Almeida, por: capitão Portela, tenente Delmenezi, sargento Cléber, sargento Averno, cabo Aires, policial Vicente e um civil (provável agente do SNI) de nome Afonço Paulino.

Ainda na Delegacia de Furtos e Roubos de Belo Horizonte sofreu torturas Antônio Pereira Mattos. Foi pendurado no pau-de-arara, recebeu choques elétricos durante 12 (doze) horas juntamente com espancamentos com a palmatória de borracha por todo o corpo, "telefone" nos ouvidos, pontapés, água nas narinas ("hidráulica"). Em conseqüência das torturas sofridas teve que tomar antibióticos durante 30 (trinta) dias. Foi ameaçado de ir para a "mesa de operação" (segundo os torturadores trata-se de uma mesa de ferro onde o torturado é amarrado, munida de um dispositivo que faz espichar o

SEJDH Fls. 20 Conselho Est. da Def. dos Direitos Humanos

o corpo da vítima, enquanto se lhe raspam os ossos das costelas com um estilete longo).

Nesta delegacia morreu João Lucas Alves ex-sargento da aeronáutica que havia sido prêso no fim do ano anterior na Guanabara e para a Delegacia de Furtos transferido após as prisões realizadas em Belo Horizonte em janeiro de 1969. João Lucas Alves foi brutalmente ~~assassinado~~ torturado na Delegacia de Furtos, segundo os próprios delegados e investigadores daquela delegacia, porque não queria admitir sua participação em assaltos a bancos. Os policiais afirmam que João Lucas suicidou-se com sua própria calça (enforcando-se) em uma cela onde fôra colocado.

IV Na Polícia do Exército (PE) - Vila Militar GB.

Terminado o inquérito em Belo Horizonte os prêsos Ângelo Pezzuti da Silva, Murilo Pinto da Silva, Nilo Sérgio Menezes Macedo, Júlio Antônio Betancourt de Almeida, Afonço Celso Lana Leite e Pedro Paulo Bretas foram enviados para a Guanabara (1ª companhia do exército - PE) a pedido do coronel Ary, encarregado de um inquérito policial-militar, no dia 18 de agôsto de 1969. Os prêsos foram transportados na parte traseira de uma rádio-patrulha, os seis amontoados e algemados entre si, sem ar, tendo quase todos passado mal e vomitado uns nos outros, sem que lhes dessem atenção desde Belo Horizonte até a Guanabara. Foram transportados por policiais do DVS (entre êles os torturadores Scoralice e Ariosvaldo Hora) e pelo tenente do exército, Marcelo. Chegando à PE foram retirados da radio-patrulha aos pescoções e pontapés, desprovidos de suas roupas e atirados - após espancamento - em duas celas (cinco em uma e um na outra) ladrilhadas, de dois metros por dois metros de área onde permaneceram nus por 74 (setenta e quatro) dias sem as condições mínimas de higiene. Posteriormente, cêrca de um mês depois, foram também enviados para a PE: Maurício Vieira de Paiva e Irany Campos.

SEJDH Fls. 21 Comissão Est. do Def. dos Direitos Humanos

5

Nas duas primeiras noites após sua chegada, os presos foram proibidos de dormir, sendo obrigados a permanecer de pé por 96 (noventa e seis) horas e de momento a momento jatos de água fria jogados por uma mangueira. Durante todo o tempo que permaneceram na PE os presos citados (passaram) fome, sem nenhum exagêro. A alimentação recebida não dava para encher um copo d'água, assim mesmo quando a recebiam. De vez em quando voltavam a jogar água fria nas celas com as mangueiras e por duas vêzes jogaram bombas de gás lacrimogênio, tendo os prêsos quase morrido sufocados por não poderem escapar ao gás. Eram proibidos doces e cigarros que, se encontrados, eram motivo de mais espancamento e torturas. Os prêsos emagreceram tanto e tão rápidamente - apesar da inação absoluta em que ficavam nas celas - que assustavam seus familiares - pareciam espectros recém-saídos de campo de concentração. Aliás os torturadores da PE se orgulhavam de repetir sempre que ali era a "Gestapo brasileira".

Em setembro de 1969 foram submetidos a tortura na PE: Murilo Pinto da Silva - torturado com choques elétricos, palmatória de madeira, sôcos e chutes por quatro horas ininterruptas. Torturadores: major Ênio de Albuquerque de Lacerda (comandante da PE), capitão João Luís (cavalaria CIC), tenente Haylton (PE-6-8), sargento Oliveira, sargento Montes, estando ainda presentes sargento Rangel e tenente-coronel Ary (presidente do inquérito). Durante as torturas o tenente Haylton introduziu na sala uma criança de 8 (oito) anos aproximadamente. Os torturadores pararam um momento a tortura, ao que tenente Haylton disse: "não há problemas. Podem continuar. Êle (referia-se à criança) precisa ir se acostumando a isto".

Pedro Paulo Bretas - pendurado no pau-de-arara, espancado com a palmatória, torturado com choques elétricos e com pequenos ferros de 20cm de comprimento que compunem os dedos por dois dias e duas noites. Foi torturado pelos cabos Mendonça, Boocreli e Gilberto a mandado do capitão João Luís e do tenente Haylton. Os serviços eram managed pelo sargento Andrade.

SEJDH Fls. 222 Conselho Est. de Def. dos Direitos Humanos

Ângelo Pezzuti da Silva - torturado com choques elétricos e com a palmatória de madeira. Chegando a um determinado ponto da tortura Ângelo não suportou mais e atirou-se na janela de vidros da sala, cortando-se em várias partes do corpo e perdendo os sentidos. Foi levado para o Hospital Militar da Vila onde recebeu vários pontos nas costas e no braço. Sua entrada naquêle Hospital foi ali registrada.

Afonso Celso Lana Leite - torturado com choques elétricos, sêcos e "telefone" por várias horas pelo sargento Andrade que, mesmo depois de terminado o interrogatório continuou dando-lhe choques a fim de presenciar as contrações "interessantes" que o choque produzia no corpo de Afonso Celso.

Ângelo Pezzuti foi torturado pelo cabo Mendonça e Boocreli a mando do tenente Haylton.

Júlio Antônio Betancourt de Almeida - foi pendurado no pau-de-arara, submetido a choques, "telefone", espancamento com palmatória e introduziram-lhe um cassetete no ânus. Foi torturado pelo capitão Guimarães, sargento Andrade, cabo Mendonça e Boocreli e soldado Marcolino.

No dia 8 (oito) de outubro houve, na PE, uma Instrução sôbre interrogatórios para um grupo de cêrca de 100 (cem) militares, a maioria sargentos das três armas. Antes dessa instrução Maurício foi submetido a choques "para ver se o aparêlho estava funcionando bem", segundo disse o cabo de nome Mendonça. A hora da instrução, cêrca de 16 horas, os prêsos Maurício de Paiva, Ângelo Pezzuti, Murilo Pinto, Pedro Paulo Bretas, Afonso Celso Lana, Nilo Sérgio, Júlio Antônio, Irany Campos, um ex-PM da GB e um outro prêso conhecido por Zèzinho foram levados para as proximidades das salas onde estava se realizando a reunião. Em seguida fizeram-nos entrar na sala, tirar as roupas e, enquanto o tenente Haylton projetava "slides" explicando a forma de tortura, suas características e efeitos os sargentos, Andrade, Oliveira, Rossoni e Rangel, juntamente com o cabo Mendonça e Boocreli e o soldado Marcolino

SEJDH Fls. 23 Comissão Est. de Def. dos Direitos Humanos

torturavam os prêsos frente aos cem militares, numa demonstração ao vivo dos vários métodos de torturas empregado. Maurício recebeu choques, Brêtas teve o dedo comprimido pelos ferrinhos, Murilo teve que subir nas latinhas de bordas cortantes, Zézinho foi pendurado no pau-de-arara, o ex-PM foi espancado com a palmatória enquanto Nilo Sérgio deveria ficar segurando pêsos com os braços abertos, equilibrando-se numa perna só.

Enquanto estiveram na PE os prêsos, quando não estavam sendo torturados, ouviam, ininterruptamente gritos de pessoas sendo torturados noite e dia, chegando a distinguir, depois de algum tempo, pelos gritos e outros sons, o tipo de tortura que estava sendo utilizado. Enquanto ali estiveram foram torturados: Marco Aurélio - jornalista "copy desk" do Correio da Manhã. Recebeu choques, rôcos, foi queimado com pontas de cigarros. Os torturadores queriam que êle confessasse um assalto em uma agência bancária em Bonsucesso. Como era professor de inglês da senhora do presidente da LIGHT chegou a insinuar que ela havia participado de tal assalto a fim de escapar à continuação das torturas e ter oportunidade de ser levado até a residência do presidente da LIGHT para que pudesse denunciar a sua situação (o que de fato aconteceu). Foi também obrigado a denunciar Almir e Walmir, como culpados de atividades revolucionárias.

Walmir Marum Cury e Almir Marum Cury foram prêsos e levados para a PE. Walmir foi colocado na mesma cela que Maurício V. de Paiva. Passados alguns momentos passaram a ouvir gritos desesperados. Walmir disse a Maurício que reconhecia naquêles gritos a voz de seu irmão. Após meia hora de gritos ininterruptos os torturadores vieram até a cela onde estavam e disseram a Walmir: "Pode ir abrindo logo o jôgo que agora é você". Quem disse isso e levou, em seguida, Walmir, foi o sargento Oliveira. Logo em seguida os prêsos passaram a ouvir gritos e os sons da palmatória. Mais de uma hora depois de ter saído Walmir foi jogado novamente dentro da cela e seu estado era lastimável: suas mãos e seus pés estavam roxos, sangrando e inchados como uma bola. Suas costas, nádegas e co-

SEJDH
Fls. 24
Conselho Est. de Def. dos Direitos Humanos

xxx estavam em carne viva. Seu peito estava queimado e o rosto inchado.

No dia 14 de outubro foi levado para a PE Reinaldo J. Milo. Os presos ouviram seus gritos e o som do espancamento de 10 (dez) horas da noite até as 4 (quatro) horas da manhã. Foi pendurado no pau-de-arara, recebeu choques, "telefones", foi espancado com palmatória. Os presos viram-no passar em frente à sua cela, depois da tortura, todo machucado, cheio de ulcerações, com os membros inchados.

Carlos Mine Baufeno - torturado com coronhadas de revólver, choques elétricos, "telefone" e espancamento com a palmatória de madeira. Também êsse rapaz, não suportando a continuação das torturas, atirou-se a uma janela de oitão, o que lhe causou várias cortes nas costas. Foi medicado no Hospital da Vila Militar. Carlos Mine é menor de idade e seu curador foi o tenente Hayleton, o mesmo que mandou torturá-lo.

Jayme (filho do gerente do Banco do Brasil, ag. Leblon), foi torturado com choques elétricos, espancamento com a palmatória de madeira. Bateram-lhe com uma caixa na cabeça. Ficou cheio de eczemas e ulcerações profundas nos pés, joelhos, etc., e com as unhas arrebentadas.

Salvador Sales Wey (chamado China - ex-operário da Remington) submetido a choques, espancamento com palmatória por um agente da polícia Federal que o levou a PE para isso.

Aldo de Albuquerque de Alcântara - (morador à rua Costa Filho, Bloco B, apto 304 - preso na Guanabara como suspeito de furto de automóvel. Foi pendurado no pau-de-arara onde o balançavam. Devido a isso, adquiriu duas enormes ulcerações nos antebraços, nas regiões por onde passava o pau-de-arara. Foi submetido a várias sessões de choques e espancamentos com palmatória de madeira. Os espancamentos lhe provocaram um deslocamento na espinha. O seu Aero-Willys branco é utilizado pelos torturadores da PE em suas diligências.

SEJDH Fls. 25 Conselho Est. de Def. dos Direitos Humanos

X 7

Uma senhora - Dona Angelina, sogra de Juarez Guimarães de Brito que estava sendo procurado pela polícia - estêve presa na PE por mais de um mês. Um garotinho de nome André, seu neto, ficou preso com ela. A êle diziam ensinar civismo (ásperas palavras de baixo calão).

Na PE. os prêsos Ângelo, Murilo, Nilo, Júlio, Afonso Celso, Bretas, Maurício e Irani encontraram-se com Marco Antônio de Azevedo Meyer, Fausto Machado Freire, José Roberto Monteiro, José Corme Neto, Sérgio Lara, Walter Fernandes de Araújo e outros presos que lhes relataram as atrocidades que se cometiam na PE. desde março de 1969. Marco Antônio Meyer encontra-se hoje prêso com os primeiros na Penitenciária de Linhares.

- Março de 1969 -

Sr. Euclides - proprietário de uma casa de sombrinhas, com mais de 60 (sessenta) anos. Foi torturado com choques e espancado com a palmatória de madeira e algemado nas portas ~~transparente~~ da cela, nas grades, por mais de 24 (vinte e quatro) horas.

Geraldo - marinheiro, da marinha mercante. Foi bàrbaramente espancado e algemado nas grades da cela por mais de 24 horas

- Maio - junho de 1969 -

Túlio - Quintanista de medicina da Guanabara. Foi prêso porque seu endereço foi encontrado com um estudante prêso em Belo Horizonte (deu o endereço ao estudante em uma excursão que êste havia feito com outros colegas a Guanabara). Foi torturado com choques e espancado com palmatória.

Raul Noronha Soares - 2º sargento paraquedista. Depois de torturado com choques, est., foi jogado nu em uma cela pequena e fria onde passou mais de 100 (cem) dias

Waldir de Almeida - 2º sargento paraquedista - idem.

Severino Beatriz da Silva - ex-presidente do sindicato dos motoristas autônomos da Guanabara. É um senhor com mais de 50 (cinqüenta) anos - Foi torturado por mais de 30 (trinta)

SEJDH
Fls. 26
Consultoria Est. de Def. dos Direitos Humanos

dias. Devido a isso permaneceu minando sangue por muito tempo e teve que se submeter a operações nos olhos.

Walter Fernandes de Araújo - trocador de ônibus. Submetido a choques e barbaramente espancado com a palmatória em todo o corpo. (Arrancaram). Teve que permanecer de cuecas na cela por mais de 120 (cento e vinte dias).

Sérgio Lara - Físico do Instituto de Pesquisas Nucleares. Espancado com palmatória, foi obrigado a confessar o assalto a um quartel, coisa que nunca ocorreu.

José Neves - Sargento da PM da Guanabara - torturado com choques (no ânus, mãos, pés, etc) com sôcos e palmatórias. Levou tantos "telefones" que acabou surdo do ouvido direito. José Neves afirmou ter visto os ossos das pernas de Viana Callou aparecendo, de tanto pontapés que tomou.

Severiano Viana Callou - sargento Viana, preso em Magé estado do Rio. Foi barbaramente torturado e seviciado. Morreu na PE. Os torturadores afirmam que êle suicidou-se com a própria calça. É fato sabido por tôdas as pessoas que estiveram na PE, todavia, que os presos ficam nus ou apenas de cuecas nas celas.

Luiz Stalin - jovem de 17 anos, preso para averiguações. Trabalhava como pescador, ajudante de Viana. Foi violentamente espancado.

Fausto Machado Freire - chefe de divisão no MEC. Foi torturado com choques, palmatórias, sôcos e chutes. Passou também muito tempo na cela sem colchão, com fome. Em outubro tentou matar-se com tiras do colchão por não suportar mais as torturas. Tiveram que levá-lo para o Hospital da Vila Militar.

Marco Antônio Azevedo Meireles - foi espancado por mais de 14 horas no DOPS-GB. Enfiaram-lhe um pedaço de madeira no ânus. Espancaram-no com sôcos, chutes, com as algemas... Bateram-lhe com uma toalha no rosto e obrigaram-lhe a ficar su-

SEJDH Assessoria Fls. 27 Conselho Est. de Def. dos Direitos Humanos

portando pêso, tendo desmaiado. Isto se deu no dia 28 de maio de 1969. Posteriormente em fins de junho, ou melhor de julho, foi transferido para a PE, onde foi submetido a choques (âmus, pés maõs, regiaõ mamária) e socos, pontapés, palmatórias, "telefones" e ferrinhos no dedo. Passou 30 dias dormindo no chaõ. Em outubro de 1969, quando os prêso, Ângelo, Murilo, Nilo, Júlio, Bretas, Maurício, Matos, Irany e Afonso Celso ali estavam, foi novamente submetido ao pau-de-arara, choques, palmatória, etc.

junho - julho - 1969.

José Roberto Monteiro - engenheiro do IBRA - submetido a choques elétricos por todo o corpo. Está preso há mais de um ano (sem julgamento) apenas por ter emprestado seu VolksWaagen a joaõ Lucas Alves, o sargento que morreu na Delegacia de Furtos e Roubos de B H.

José Cosme Neto - Diretor da Cinemateca do Museu de Arte Moderna - Prêso por ter alojado em sua residência a jovem Lotus, sua namorada, que era caçada por ser cunhada de Jurer Guimaraes, tido como subversivo. Ficou uma semana sem dormir (jogavam água em sua cela toda noite, de hora em hora). De dia era obrigado a ficar correndo em círculos. Recebeu choques, sôco e pancadas de palmatória em todo o corpo. O major Lacerda, comandante da PE, queria arrancar uma confissaõ dele de qualquer maneira. E como o mesmo havia ido a um festival de cinema no Peru, representando a Cinemateca, alegavam que o mesmo estive com os guerrilheiros peruanos. Passou mais de 60 dias de cuecas nas celas. E como nada foi provado ou "arrancado" foi remetido para o Cenimar onde, dizem, existem método mais perfeito.

O tenente Haylton da PE espancou bàrbaramente a um prêso comum (um rapaz de côr escura, forte, de uns 22 anos, prêso por ter brigado com um soldado do exército) apenas a título de intimidar Vera Wrobel a novas confissões. Vera é estudante de Ciências Sociais da Universidade Federal Flumi-

SEJDH
Fls. 28
Conselho Est. de Def. dos Direitos Humanos

nense e já se encontrava condenada a 4 anos.

O cabo Marco Antônio Povoreli, da PE, em uma diligência acertou dois tiros de pistola calibre 45 na região anal de um rapaz que já se encontrava preso, apenas porque acreditou que ele "tinha a intenção" de esboçar alguma reação. O rapaz era um pacato operário.

Os torturadores da PE - major Lacerda, capitão João Luís, tenente Haylton, capitão Guimarães, sargento Oliveira, sargento Andrade, sargento Rangel, sargento Rossoni, sargento Montes, cabo Povoreli, cabo Mendonça, cabo Gilberto, soldado Marcolino, soldado Rosa - todos ou quase todos são membros do Esquadrão da Morte ("Escuderie le Coq") possuindo escudos dessa organização em seus carros, chaveiros, etc.

Atualmente encontramo-nos na Penitenciária Regional de Linhares e - apesar de presos a quase um ano - sem nada ter feito após a nossa prisão que possa ser qualificado como mau comportamento (o próprio diretor desta Penitenciária elogia nosso comportamento) estamos ainda submetidos a várias restrições absurdas que caracterizam um rigor penitenciário do qual estamos isentos pela própria Lei de Segurança Nacional. Ficamos fechados nas celas individuais 19 (dezenove) horas diárias, proibidos de ter fósforos, isqueiros, jornais, revistas ou rádio dentro das celas. Não podemos receber livros, exceto os livros didáticos, as visitas são dificultadas pelas exigências feitas, não é possível contato reservado com os advogados, etc.

- A tortura. Por que existe?

A tortura existe porque é o método mais rápido, menos trabalhoso, menos inteligente e mais brutal de obter informações. É o método mais rápido e a rapidez é, às vezes, o elemento mais importante na repressão ao movimento revolucionário, segundo

SEJDH
Fls. 29
Comissão Est. do Def. dos Direitos Humanos

os serviços de informações. Não se pode perder tempo tentando obter um depoimento ao mesmo tempo espontâneo e esclarecedor de um comunista, procurando os indícios de seus contatos, companheiros, chefes - no levantamento minucioso de sua vida, de seus hábitos, etc. Prendendo-se um suspeito, a possibilidade de êle ser alguém que saiba alguma coisa, algum nome, algum endereço que faça marchar um pouco mais a repressão, esta única possibilidade (às vezes acertam uma em dez ou vinte) de obter rápidamente informação é uma tentação demasiado grande! E o pequeno pecado da tortura fica impune.

É menos trabalhoso. Depois de certa prática o torturador executa a sua arte sem muito esfôrço físico ou mental. É necessário muito mais inteligência para bolar uma diligência, para concatenar informações de dedo-duro, para interrogar informantes ou realizar uma boa investigação em geral do que para se fechar em um pequeno cubículo com um revolucionário, alguns auxiliares e alguns aparêlhos e dizer ao primeiro: "vai levar pau até falar tudo o que sabe". Aí, como geralmente não se tem a mínima indicação do que o fulano sabe, tortura-se até que seu estado físico, os ferimentos, a quantidade de sangue perdido, o número de desmaios, o número de vezes que o camarada engole a língua (no choque), a qualidade de seus berros, a natureza de suas súplicas, a aparência sincera de suas promessas indiquem que é hora de fazer uma pausa para que o indivíduo "abra o bico". É muito simples e muito fácil.

E "last but not least", é o método mais brutal. A importância disso está em que a brutalidade dirigida contra os revolucionário gratifica os interrogadores, a maioria intensivamente preparada em cursinhos simplistas onde os comunistas aparecem como comedores de crianças e que, tendo oportunidade de com êles trocar alguns tiros em uma ou outra ocasião, começaram a exercitar assim o seu ódio maniqueísta. Um efeito dêsses, que cria o "espírito de corpo" da repressão, que lhe dá unidade

SEJDH
Fls. 90
Conselho Est. de Def. dos Direitos Humanos

de, necessita uma gratificação. A tortura ao mesmo tempo que gratifica, que compensa, alimenta êsse ódio. Pois o revolucionário às vêzes não quer falar assim nas primeiras sessões, ou outras, descobre-se de outro torturado que o fulano omitiu alguma coisa, ou mentiu. Nada pode excitar mais a cólera dos torturadores contra os torturados do que a constatação de que êstes, após várias sessões de torturas, têm ainda algo a esclarecer. Isto redobra o furor dos torturadores que, mesmo o torturado esclarecendo o tal ponto que havia omitido e não se tenha mais nada a perguntar-lhe, voltam a torturar, numa "repassagem", como medida de segurança, a fim de terem a consciência limpa; tal é o seu zêlo fervoroso para com o método, tal a sua ansiedade em não se deixar enganar por êsse sistema ao qual entregaram sua própria alma.

No Brasil, dêsde 64, as torturas aumentaram e muito já se escreveu sôbre isto. Todavia, depois que a esquerda brasileira se recompôs mais ou menos da fermentação, das fissões, cisões, rachas, etc. em que o golpe de 64 e os movimentos de massa 66-67-68 a lançaram, depois que se organizou novamente, e se lançou à prática daquilo que nunca havia feito antes: assaltos a bancos, a casas de armas, a quartéis, preparando-se para novas formas de luitas propostas, e depois que - como uma das conseqüências dessa tentativa - muitos jovens estudantes, operários foram prêsos como suspeitos, inicialmente em Minas, São Paulo, Guanabara, e depois em quase todo o Brasil, as torturas duplicaram, triplicaram em intensidade, em crueldade, chegando a tamanha violência sistemática contra os prêsos que esta, por si só, explicaria os movimentos de contestação violenta do poder.

Como torturam - os métodos

Depois de todo êsse tempo de utilização sistemática da tortura, os métodos não se tornaram mais complexos, mais engenhosos, ou mais cruentos, muito pelo contrário, não têm a complexidade dos

SEJDH
Fls. 31
Conselho Est. de Def. dos Direitos Humanos

trumentos medievais como os borzeguins, etc. Por outro lado não devem deixar marcas, pois a tortura "não é permitida". Contudo com tôda a simplicidade e sem deixar muitas mutilações (físicas naturalmente) ou marcas por mais de algumas semanas, pode-se realizar um louvável trabalho de tortura com os seguintes instrumentos: ① o pau-de-arara - ② o choque elétrico - ③ a "hidráulica" - ④ a palmatória - ⑤ algumas latas - ⑥ pequenos bastões de ferro de alguns milímetros de espessura e cêrca de 20 cm de comprimento. Êsses instrumentos, usados isoladamente ou combinados, recebendo o método o nome que a gíria da repressão na região consagrou, podem provocar sofrimentos simplesmente insuportáveis.

É o que tem sido feito com bastante sucesso, em que pese pequenos deslizes, como algumas mortes e mutilações que, no cômputo geral, não o têm qualquer significação estatística. Mas se houvesse um cômputo geral do sofrimento provocado pelos torturas (digamos só de presos políticos) e fizéssemos uma comparação estatística com os sofrimentos causados pelas piores e mais dolorosas doenças do Brasil nos últimos dois anos, duvidamos que qualquer dessas doenças tenha causado mais sofrimento que a tortura.

Mas como medir o sofrimento? pela intensidade dos gritos, pela pungência dos gemidos, pela verossimilhança das convulsões epileptiformes, pela "facies" multiforme que assume a dor e o desespêro na fisionomia do torturado? Não. Tudo isso é imensurável. Só a qualidade dêsse sofrimento pode nos dar alguma indicação de sua grandeza.

As vítimas da tortura que morreram ou perderam a razão em 1969 são muito. Podemos citar João Lucas Alves, Severino Viana Colou e Fausto Machado Freire. O primeiro morreu na Delegacia de Furtos e Roubos de Belo Horizonte. A polícia afirma que êle se suicidou com a própria calça, na cela. Existem, contudo, na 1ª auditoria da Marinha na GB, foto-

SEJDH
Fls. 32
Conselho Est. de Def. dos Direitos Humanos

grafias de seu cadáver, onde são evidentes as marcas e mutilações deixadas pela tortura. Viana Callou morreu na 1ª Companhia de Polícia do Exército, na GB. Também ali dizem que êle se matou enforcando-se com a cueca, na cela 2.

Mesmo admitindo o suicídio de ambos, coisa bastante discutível, não podemos deixar de afirmar serem os seus torturadores seus verdadeiros assassinos. Pois qualquer pessoa submetida a tortura, durante uma sessão de pau-de-arara com choques ou "hidráulica", matar-se-ia para escapar ao sofrimento, se encontrasse uma oportunidade. E qualquer preso político que já passou por qualquer dessas sessões, se pudesse optar, preferiria morrer que voltar a ser torturado. Fausto Freire perdeu a razão devido à torturas. Parcialmente recuperado, continua em tratamento psiquiátrico.

O PAU-DE-ARARA

Uma barra de ferro ou de madeira do comprimento de um cabo de vassoura e cuja espessura varia. Na Delegacia de Furtos e Roubos e no DVS de BH tem uns 2cms. de diâmetro, na 1ª Companhia de PE da GB uns 3cms, assim como no DOPS de S. Paulo. Quanto mais grossa mais "pesa a barra" pois machuca consideràvelmente mais os braços do acusado, como será explicado. Os pulsos da vítima são amarrados, assim como o tornozêlo. A barra é passada por baixo dos joelhos que são colocados entre os braços do indivíduo curvado para frente. A barra passa, portanto, por cima dos antebraços. As extremidades das barras são apoiadas em dois suportes que podem ser duas mesas ou duas cadeiras altas ou dois caixotes. O torturado fica suspenso sendo o pêso de seu corpo sustentado pela articulação dos joelhos e pelos antebraços. É como se se aplicasse um pêso de setenta quilos (se é que a essas alturas o falano ainda pesa isso) a um determinado ponto dos antebraços durante horas. Depois de meia hora a coisa começa a fazer sentir seus efeitos: as amarras dos pulsos e do tornozêlo, sorcadas pelo pêso do corpo, quase impedem a circulação do sangue. As mãos e os pés ficam rôxos, insensíveis, pro-

SEJDH
Fls. 83
Conselho Est. de Def. dos Direitos Humanos

vocando inicialmente uma sensação de formigamento, depois de inchação progressiva e enfim de pletora. O torturado pensa que a qualquer momento seus dedos vão estourar, fazendo escorrer o "líquido azul-pardo" que escurece e faz inchar seus membros. Essa sensação é reforçada por palavras "amáveis" dos torturadores que a cada momento insinuam isto e aquilo, que vai acontecer com seus dedos, com sua coluna vertebral, com seus pulmões, etc. Esta parte da tortura que foi incorporada do interrogatório de criminosos comuns aos inquéritos políticos chamo-se "sugestão" - É a pressão psicológica destinada a abater moralmente o torturado.

Depois de mais algum tempo, o pêso nos antebraços começa a provocar uma dor terrível, como se os estivessem quebrando naquêle ponto em que sustentam o pêso do corpo. Dor aumentada quando balançam o torturado, para a frente e para trás, coisa que os torturadores fazem sempre constantemente, rindo e pilheriando entre si, como se estivessem fazendo uma brincadeira.

O torturado é pendurado nu no pau-de-arara, e oficiando muitas horas. De vêz em quando é necessário desamarrar os pulsos e os tornozelos pois do contrário o torturado perderia as mãos e os pés por isquemia e necrose. Mas o pau-de-arara raríssimamente é utilizado isoladamente. É mais um ponto de referência, um começo, uma excelente posição para a aplicação das demais formas de tortura: o choque elétrico, a palmatória, a "hidráulica", etc.

- A Hidráulica -

A "hidráulica" é apenas uma das formas do afogamento parcial, assim batizado na delegacia de Furtos e Roubos em Belo Horizonte. Um tubo de borracha que se introduz no nariz do torturado e pelo qual se injeta água. Todavia a injeção de água pelas narinas pode ser feita de mil e uma formas diferentes, por meio de esponjas, panos, vasilhas, etc. Tapa-se a bôca da vítima para que essa não possa respirar. Quando o torturado inspira pelas narinas, recebe a injeção de água. Começa a tossir deses-

SEJDH
Fls. 34
Conselho Estadual de Def. dos Direitos Humanos

peradamente procurando expulsar a água, e inspira procurando um pouco de ar, recebendo então novo jato de água e assim sucessivamente. É a sensação de quem está se afogando e de vez em quando volta à tona. É das piores torturas. Quando o torturado está prestes a desmaiar ou, mais comumente, quando desmaia, deixam-no respirar e recuperar um pouco para reiniciar em seguida.

A "hidráulica" ou outras formas de afogamento parcial são aplicadas geralmente quando o torturado está no pau-de-arara. O torturado pensa que seguramente vai morrer afogado e aquela angústia da morte iminente por asfixia, aquela busca desesperada, inconsciente (conscientemente, a vítima, sem dúvida, prefere morrer logo, mas não consegue deixar de procurar avidamente tomar ar), animal de um pouco de ar, aquele tossir gorgolejante, aquela desesperado arfar pré-agônico, tudo isso é repetido 10, 20 vezes, indefinidamente. É simplesmente inenarrável.

O choque elétrico

A maioria dos torturadores utiliza-se dos aparelhos elétricos portáteis, se bem que em muitos lugares aplica-se, na falta deles, o choque obtido com a corrente comum.

Com os aparelho portáteis consegue-se geralmente 110volt e é o suficiente. A corrente alternada é obtida pelo princípio do deslocamento do campo magnético. Enfim é um aparelho que possui uma manivela, cuja velocidade de rotação que ai ela se imprime ou diminui a corrente, e dois fio (os eletrodos) que são ligado ao corpo da vítima, fechando-se o circuito e produzindo-se o choque.

A imaginação dos torturadores regula os locais onde se aplicam os choques no corpo do torturado. A maneira mais simples é amolar-se o fio nos dedos das mãos ou dos pés. Em seguida gira-se a manivela.

SEJDH
Fls. 35
Conselho Est. de Def. dos Direitos Humanos

A descarga elétrica provoca no torturado uma sensação difícil de definir-se, um estremecimento físico e psicológico cheio de faúlhas elétricas que juntamente com o tremor convulsivo e o descontrôle muscular, dá ao torturado o sentimento de perda, de atração ineludável daquela turbilhonante trituração elétrica.

O choque provoca no músculo um estímulo idêntico ao estímulo das fibras nervosas e o músculo responde com uma contração. Os músculo extensores estendem-se e os flexores fletem, provocando movimentos desordenados, incontroláveis, semelhantes a convulsões epileptiformes.

O torturado grita com tôdas as sua fôrças, procurando tomar pé, afirmar-se naquêle caos de convulsões, estremecimentos e faúlhas. É necessário não se deixar perder, desviar a atenção dessa sensação desesperadora. Para o torturado, nêsse momento, qualquer outra forma de tortura, a palmatória, por exemplo, é um alívio pois desvia a sua atenção, prendendo-o a terra, ao seu próprio corpo que parece escapar-lhe. A dor o salva, o espancamento o resgata. Êle próprio procura se infligir dor, buscando bater com a cabeça no chão repetidamente, com tôdas as fôrças. Mas geralmente está amarrado, pendurado no pau-de-arara e nem dêsse recurso pode valer-se.

O choque em determinadas partes do corpo é um requinte adicional: no rosto, nos órgãos genitais, no ânus. No rosto é necessário ter cuidado pois o descontrôle muscular leva o torturado a engolir a própria língua.

Em S. Paulo, na PE, o choque é dado dentro do reto do indivíduo, sendo o eletrodo introduzido dentro de um tubo de polietileno, dentro do intestino. Aí o choque provoca a incontinência urinária e fecal.

- A Palmatória -

A palmatória é apenas o espancamento menos indiscriminado um pouco. O espancamento indiscriminado

SEJDH Fls. 36 Conselho Est. de Def. dos Direitos Humanos

também existe mas é uma forma demasiado grosseira, pouco técnica. Hoje em dia costuma-se bater mais nas palmas das mãos, nas plantas dos pés e nas nádegas, com a palmatória. Este varia enormemente em forma e material, podendo ser de madeira, de borracha, de alumínio, com ou sem furinho, etc.

Os mãos, os pés e as nádegas aumentam quatro vêzes de volume, ficando em carne viva. As pancadas inicialmente vão formando bôlhas de sangue que vão estourando, saindo a pele juntamente com o sangue (às vêzes também algumas unhas, mas isso é mais raro).

A palmatória nas mãos é geralmente aplicada com o torturado em pé em cima de duas latas pequenas que, depois de algum tempo, começam a penetrar dolorosamente na pés do indivíduo. Ainda com o indivíduo em cima das latinhas, costumam a lhe aplicar os ferrinho nos dedos das mãos. São uns ferrinhos de 20cm de comprimento e alguns mm de espessura que se colocam entre os dedos para serem apertados entre si. Provocam uma dor lancinante de esmagamento. São uma espécie de luvas borzeguins. Estas são apenas algumas das formas de torturas, as mais usadas por tôda a parte; naturalmente em cada lugar onde se tortura encontram-se variantes das formas mencionadas, que se devoderam segundo o gôsto sádico do torturador. Em S. Paulo, por exemplo, na PE ao invés de pau-de-arara, penduram o torturado de cabeça para baixo. Introduzem cabos de vassoura, cassetetes, etc. no ânus do torturado. As mulheres são seviciadas quase sempre.

A institucionalização da tortura - Quem tortura?

A tortura no Brasil está sendo utilizada em tão larga escala que já é quase uma instituição dentro da repressão política. Tem a sua própria cultura, seus valôres, seu aprendizado, sua linguagem própria. Os torturadores possuem seus

SEJDH Fls. 97 Comissão Est. de Def. dos Direitos Humanos

feito glosado, suas famas, suas características que os distinguem e os fazem respeitar entre seus confrades. Um especialista passa a ter apelido de "pau-de-arara", etc.

Os métodos de tortura utilizados hoje na repressão política foram incorporados da polícia civil em sua longa prática de repressão ao marginalismo. Os métodos e os elementos da Delegacia de Furtos e Roubos de Belo Horizonte foram usados nos interrogatórios de dezenas de presos políticos durante o ano de 1969. Assim também o DEIC de são Paulo. A 1ª Companhia de Polícia do Exército, na Vila Militar da Guanabara, também especializada na repressão dos marginais do morro ali próximo, agora se dedica a interrogatórios de presos políticos. Os próprios sargento e cabo, especialistas dali, chamam a PE de Gestapo. Desde o comandante da companhia, Major Ênio Albuquerque de Lacerda, passando pela oficialidade: capitão Guimarães, capitão João Luís (da cavalaria-CIC), tenente Haylton, pelo sargento Andrade, Oliveira, Rangel, Monter, Rosconi, pelo cabo Mendonça, Povoredi, Gilberto, pelos soldados Rosa, Marcolino ... todos torturam presos políticos e nisso são apenas igualáveis.

A prova da institucionalização da tortura está ali, onde a tortura é ensinada, onde sargento do exército, da marinha e daí aeronáutica vão aprender os métodos acima descritos, com projeção de slides e tortura ao vivo - um dos cursinho foi ministrado pelo tenente Haylton para mais de cem sargentos reunidos. Aí se fez a demonstração ao vivo, do pau-de-arara, dos choques, das latinhas, das palmatórias, etc. Naturalmente um ou outro tem o estômago mais fraco, não é bem talhado para tal tarefa. Um desses sargentos, no cursinho acima, ao ver aquela porção de presos nus, um no pau-de-arara, outro gritando desesperadamente ao receber choques, etc., não aguentaram e saiu da sala ao vômito.

O presidente Médici diz que não haverá mais tortu-

SEJDH
38
Fls
Comissão Est. de Def. dos Direitos Humanos

ras, o ministro da justiça interfere diretamente prometendo punir os culpados, o Conselho de Direitos da Pessoa Humana é mobilizado.

Mas como acabar com a tortura sem acabar com a própria repressão política? A tortura é hoje a sua mola principal. Para citarmos os três maiores centros: Na Guanabara, em todos os lugares onde se fazem inquéritos ou interrogatórios, há torturas; no Cenimar, na Polícia do Exército, no DOPS; Em S. Paulo, idem no DOPS., no DEIC, na P.E. Em Belo Horizonte idem no DOPS, na Delegacia de Furtos e Roubos, no G-2 (da Polícia Militar) no 12 RI, etc.

A tortura está nas entranhas da repressão política. É uma de suas instituições. E vai além disso. A tortura é um dos baluartes da justiça Militar - Basta que seja examinado um processo político. Tudo encontra seu centro de irradiação sua pedra de toque, no depoimento do réu. Durante o inquérito policial-militar O exército, os centros de informações e a polícia orientam-se exclusivamente pelas informações obtidas sob tortura. Procuram obter as indicações das provas materiais para incriminar o próprio réu, seus companheiros, ou um outro acusado político, no interrogatório sob parreiras - O interrogatório do réu é a peça orientadora fundamental de tôdas as demais peças do processo político.

Enfim a tortura é a manifestação e o alimento de uma violência maior que a repressão política põe em marcha. A violência extravasa a simples fase do interrogatório do suspeito e penetra tôdas as etapas e procedimentos da repressão política. Basta olhar a forma como são conduzidas as diligências para a efetuação de prisões. São verdadeiros massacres. A resistência armada à prisão dos presos políticos é em parte, conseqüência disso. A resistência se motiva, muitas vezes, no conhecimento que o procurado político tem do que êle irá passar nos quartéis e delegacias. A tortura é aí, mais uma

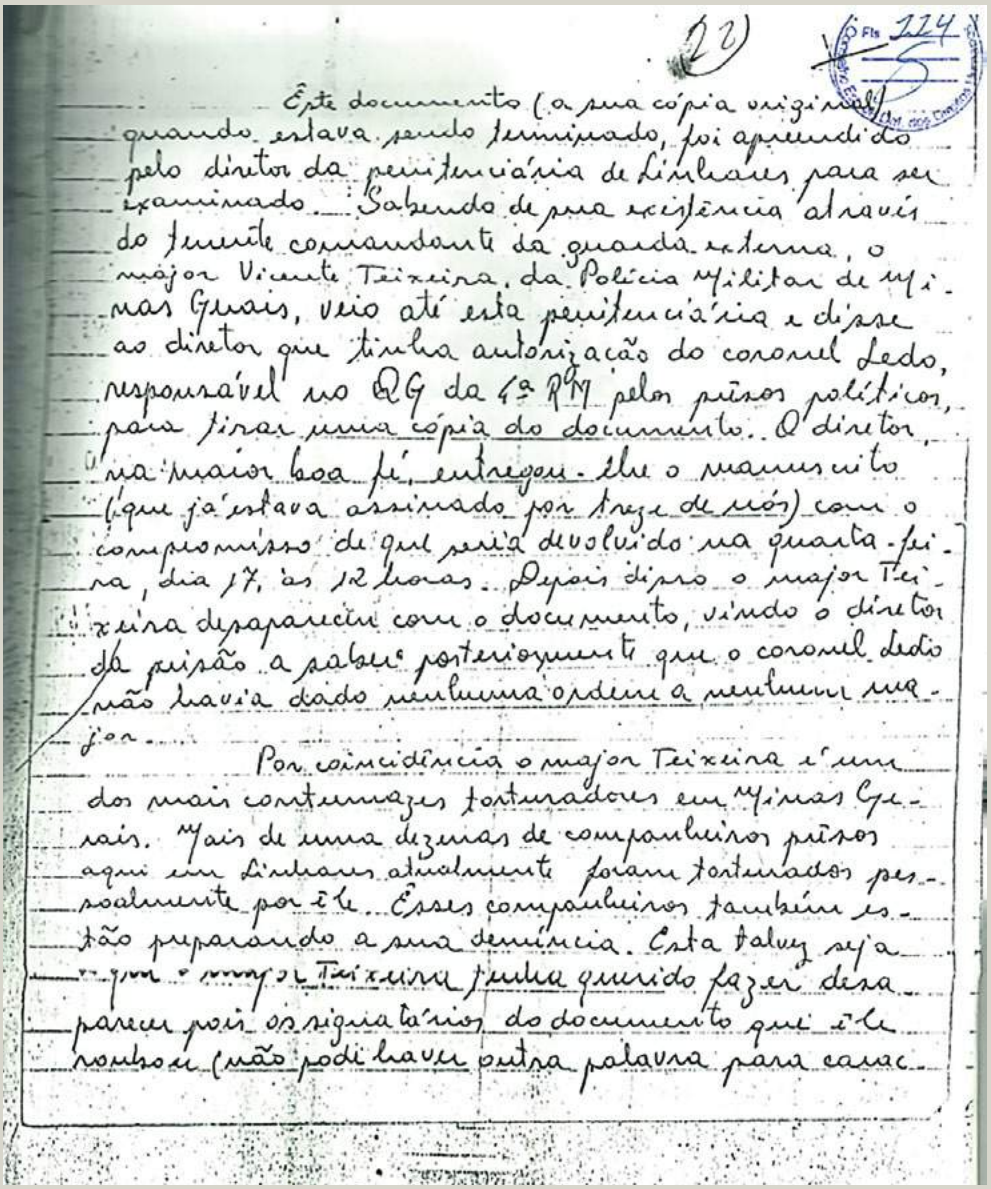
SEJDH Fls. 39 Comissão Est. de Def. dos Direitos Humanos

14

vez, o centro motivador. E o indivíduo que resiste é ainda mais torturado. É uma verdadeira bola de neve de violência. E o ~~[illegible]~~ caudal de violência não se mostra apenas aí. Os oficiais nos quarteis, ciosos dos princípio da geração da violência, assustam seus sentinelas: qualquer sombra é suspeita de terrorista! Os sentinelas atiram (e têm ordem para isso). Recentemente no Rio, foi morta uma môça que passava perto de um quartel, dentro de um taxi. Há dezenas de casos assim. A população se vê envolvida, inadvertidamente, nesse caudal da violência. As famílias dos prêsos que fazem esta denúncia foram maltratadas em todos os centros de repressão política. Isto é um sinal de radicalização. Outro, da outra parte, é o aviso que os revolucionários fizeram por ocasião do rapto do embaixador: de que os torturadores devem colocar suas barbas de môlho pois a sua hora e a sua vez estão para chegar.

Franjamiro
Angelo Pezzuti da Silva
Pedro Paulo Cretas
[illegible]
[illegible]
[illegible]
[illegible]
[illegible]
[illegible]
José Raymundo de Oliveira
[illegible]
Ernani Rezende Duarte

SEJDH
Fls. 40
Conselho Est. de Dif. dos Direitos Fiscais



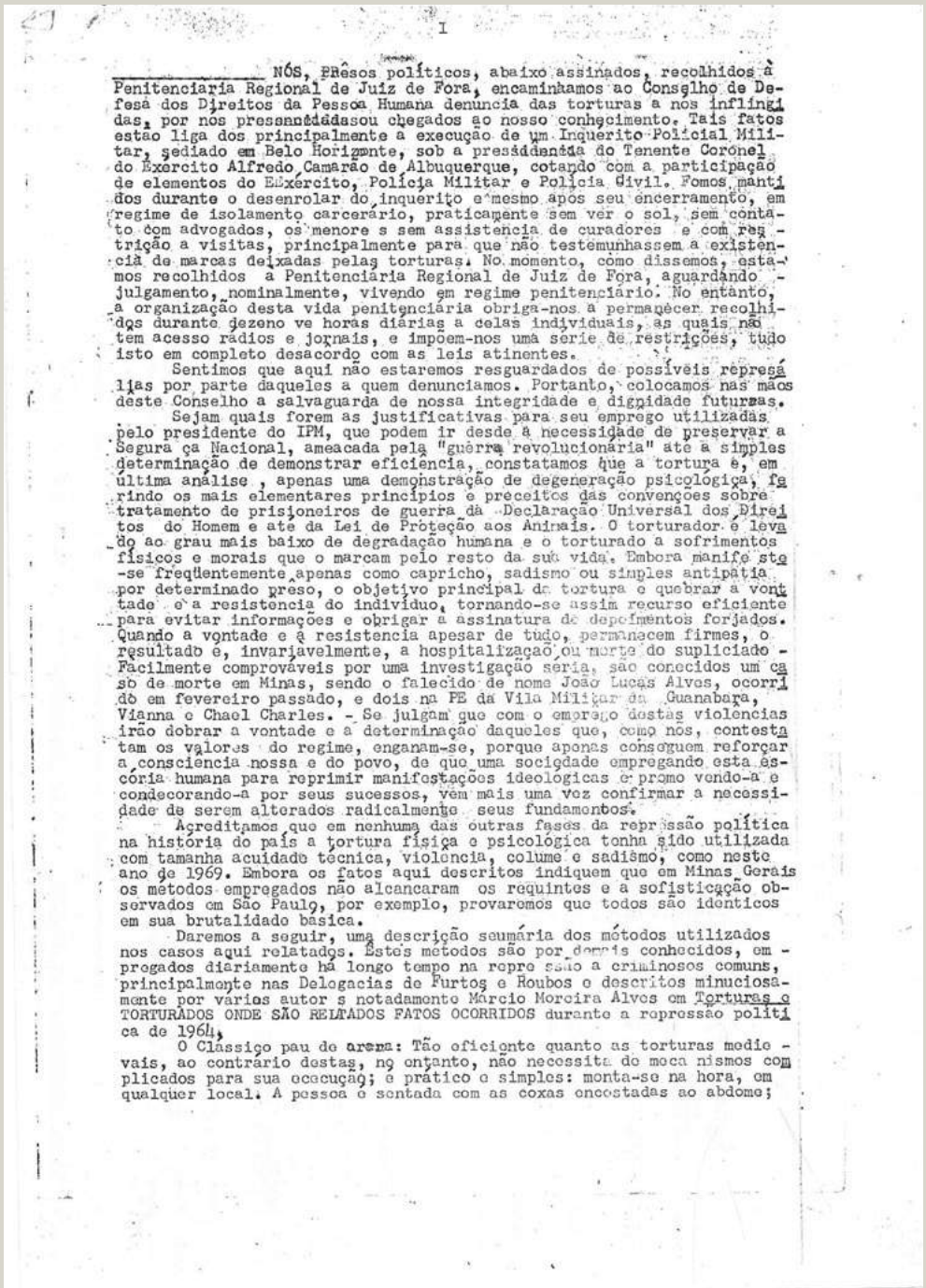
22) Fls 224

Este documento (a sua cópia original) quando estava sendo terminado, foi apreendido pelo diretor da penitenciária de Linhares para ser examinado. Sabendo de sua existência através do tenente comandante da guarda externa, o major Vicente Teixeira, da Polícia Militar de Minas Gerais, veio até esta penitenciária e disse ao diretor que tinha autorização do coronel Ledo, responsável no QG da 4ª RM pelos presos políticos, para tirar uma cópia do documento. O diretor, na maior boa fé, entregou-lhe o manuscrito (que já estava assinado por treze de nós) com o compromisso de que seria devolvido na quarta-feira, dia 17, às 12 horas. Depois disso o major Teixeira desapareceu com o documento, vindo o diretor da prisão a saber posteriormente que o coronel Ledo não havia dado nenhuma ordem a nenhum major.

Por coincidência o major Teixeira é um dos mais contumazes torturadores em Minas Gerais. Mais de uma dezenas de companheiros presos aqui em Linhares atualmente foram torturados pessoalmente por ele. Esses companheiros também estão preparando a sua denúncia. Esta talvez seja a razão pela qual o major Teixeira tenha querido fazer desaparecer pois os signatários do documento que ele roubou (não pode haver outra palavra para caracterizar

ANEXO D

Cópia de uma das Cartas de Linhares, como são conhecidas, datada em dezembro de 1969, assinada pelos integrantes da Corrente.



I

_____ NÓS, PRêsos políticos, abaixo assinados, recolhidos à Penitenciaria Regional de Juiz de Fora, encaminhamos ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana denuncia das torturas a nos inflingidas, por nos presenciadasou chegados ao nosso conhecimento. Tais fatos estão liga dos principalmente a execução de um Inquerito Policial Militar, sediado em Belo Horizonte, sob a presidencia do Tenente Coronel do Exercito Alfredo Camarão de Albuquerque, cotando com a participação de elementos do Exercito, Policia Militar e Policia Civil. Fomos mantidos durante o desenrolar do inquerito e mesmo apos seu encerramento, em regime de isolamento carcerário, praticamente sem ver o sol, sem contato com advogados, os menore s sem assistencia de curadores e com restrição a visitas, principalmente para que não testemunhassem a existencia de marcas deixadas pelas torturas. No momento, como dissemos, estamos recolhidos a Penitenciaria Regional de Juiz de Fora, aguardando julgamento, nominalmente, vivendo em regime penitenciario. No entanto, a organização desta vida penitenciaria obriga-nos a permanecer recolhidos durante dezeno ve horas diarias a celas individuais, as quais não tem acesso radios e jornais, e impoem-nos uma serie de restrições, tudo isto em completo desacordo com as leis atinentes.

Sentimos que aqui não estaremos resguardados de possiveis represálias por parte daqueles a quem denunciamos. Portanto, colocamos nas mãos deste Conselho a salvaguarda de nossa integridade e dignidade futuras.

Sejam quais forem as justificativas para seu emprego utilizadas pelo presidente do IPM, que podem ir desde a necessidade de preservar a Segurança Nacional, ameacada pela "guerra revolucionaria" até a simples determinação de demonstrar eficiencia, constatamos que a tortura é, em última análise , apenas uma demonstração de degeneração psicologica, ferindo os mais elementares principios e preceitos das convenções sobre tratamento de prisioneiros de guerra da Declaração Universal dos Direitos do Homem e até da Lei de Proteção aos Animais. O torturador é levado ao grau mais baixo de degradação humana e o torturado a sofrimentos fisicos e morais que o marcam pelo resto da sua vida. Embora manifeste-se freqüentemente apenas como capricho, sadismo ou simples antipatia por determinado preso, o objetivo principal da tortura e quebrar a vontade e a resistencia do individuo, tornando-se assim recurso eficiente para evitar informações e obrigar a assinatura de depoimentos forjados. Quando a vontade e a resistencia apesar de tudo, permanecem firmes, o resultado é, invariavelmente, a hospitalização ou morte do supliciado - Facilmente comprováveis por uma investigação seria, são conecidos um caso de morte em Minas, sendo o falecido de nome João Lucas Alves, ocorrido em fevereiro passado, e dois na PE da Vila Militar da Guanabara, Vianna e Chael Charles. - Se julgam que com o emprego destas violencias irão dobrar a vontade e a determinação daqueles que, como nós, contestam os valores do regime, enganam-se, porque apenas conseguem reforçar a consciencia nossa e do povo, de que uma sociedade empregando esta escória humana para reprimir manifestações ideologicas e promovendo-a e condecorando-a por seus sucessos, vem mais uma vez confirmar a necessidade de serem alterados radicalmente seus fundamentos.

Acreditamos que em nenhuma das outras fases da repressão política na historia do pais a tortura fisica e psicologica tenha sido utilizada com tamanha acuidade tecnica, violencia, colume e sadismo, como neste ano de 1969. Embora os fatos aqui descritos indiquem que em Minas Gerais os metodos empregados não alcancaram os requintes e a sofisticação observados em São Paulo, por exemplo, provaremos que todos são identicos em sua brutalidade basica.

Daremos a seguir, uma descrição seumária dos métodos utilizados nos casos aqui relatados. Estes metodos são por demais conhecidos, empregados diariamente há longo tempo na repressão a criminosos comuns, principalmente nas Delegacias de Furtos e Roubos e descritos minuciosamente por varios autor s notadamente Márcio Moreira Alves em Torturas e TORTURADOS ONDE SÃO RELTADOS FATOS OCORRIDOS durante a repressão politica de 1964.

O Classico pau de arara: Tão eficiente quanto as torturas modernas, ao contrario destas, no entanto, não necessita de mecanismos complicados para sua ocecução; é pratico e simples: monta-se na hora, em qualquer local. A pessoa é sentada com as coxas encostadas ao abdome;

passa-se uma roliça de madeira ou de ferro sob os joelhos; os braços são passados sob a barra, cada um pelo lado externo de uma das pernas e os pulsos são atados. Finalmente, colocam-se as extremidades da barra, cada um pelo lado externo de uma das pernas, e os pulsos são atados. Finalmente, colocam-se as extremidades da barra sobre duas mesas. Dependendo da resistência da vítima e do desenrolar do interrogatório paralelo, esta posição pode prolongar-se de poucos minutos a várias horas, grande uma crescente pressão sobre braços e pernas começa uma sensação de formigamento nas mãos e nos pés, que em breve tornam-se insensíveis. Simultaneamente, são aplicados outras formas de suplício.

Espancamentos e sevícias: o espancamento é a forma mais simples e primitiva de infligir sofrimento físico. Nos casos aqui citados geralmente ministrado simultâneamente por mais de um torturador, usando-se pés, mãos, cassetete de metal, borracha ou madeira, cabos de aço, cintos militares, achas de lenha e coronhas de revólveres, atingindo-se cabeça, tronco, membros e órgãos genitais, enfim, todo o corpo. Embora provocassem em alguns casos fraturas em braços e pernas e a perda de alguns dentes, na maioria das vezes as consenquências foram hematomas de larga extensão e dores atrozes, de curta duração. Os resultados sobre os orgãos internos, possíveis nestas circunstâncias, são de difícil constatação; no entanto, ocorreu um caso evidente de amnésia parcial. O chamado "telefone", método particularmenhe cruel, prejudicou irremediàvelmente a audição de alguns torturados. O torturador usa as duas mãos para bater violenta e simultâneamenhe sôbre os ouvidos, provocando uma pressão insurportável nos tímpanos.

São nas sevícias que os torturadores tem um campo mais vasto para dar largas à sua imaginação: queimaduras com pontas de cigarros enforcamentos parciais, introdução de objetos no ânus e na vagina, perfuração com tesoura, cortes com lâmina de barbear. Quando o torturado é uma jovem, as sevícias alcançam seu grau mais virulento, pisoteando-se à dignidade feminina.

Choques elétricos: em quase todos os casos aqui citados, foi utilizado o telefone de campanha do Exército, modelo TF- 201 que produz uma corrente alternada de baixa freqüencia, com aproximadamente 100 v. girando-se a manivela do magneto. É muito prático para os torturadores: leve, fácil manejo, comodamente transportável e, o que é mais importante, abundante nas unidades militares. Os caminhos percorridos pela corrente elétrica no organismo podem variar, dependendo dos pontos onde se fixem as extremidades dos dois fios: as orelhas, língua e face, as mãos, orgãos genitais e ânus, braço e perna, etc. Êste tipo de choque provoca principalmente contrações e flexões involuntárias dos músculos, com as consequentes convulsões; quando o músculo percorrido pela corrente elétrica pertence a um orgão interno, o sofrimento é naturalmente mais acentuado.

Torturas morais e psicológicas: vão desde a agressão verbal, pura e simples, porém continuada e constante, até ameaças de represálias contra pais, esposas e filhos, algumas vezes concretizadas, e passando pelas montagens ostensivas de preparativos de fuzilamentos e esterilização, sendo a execução desta última facilitada pela realização do inquérito nas dependências do 12º RI. Um método muito usado foi o de colocar a pessoa nua, deitada no chão e cercá-la de cães policiais, continuamente açulados, sobre a vítima; claro que o zelo dos policiais não foi suficiente para evitar algumas mordidas.

Julgamos, diante de nossa experiência, e o Conselho talvez julgue, colocado até agora apenas perante rumores, que, seja difícil provar a realização de torturas; na maioria dos casos, eles tiveram bom senso bastante para não deixar marcas visíveis e evitar a presença de incomodas testemunhas. Em várias ocasiões, no entanto, a fúria desenfreada mandou alguma vítimas para hospitais, onde ficou patente para médicos, enfermeiros e funcionários qual a origem daquelas chagas. No 12 RI, as torturas eram efetuadas no interior da enfermaria, quase sempre na presença de soldados em tratamento. Na Colônia Penal Magalhães Pinto à vista de todos presos políticos, presos comuns em regime de recuperação e funcionários com a conivencia complacente do diretor do estabelecimento.

-4-

-- Capitães Pedro Ivo dos Santos, Aécio, Lacerda e Jésu;
-- Tenentes Marcello e Pádua;
-- Sargentos: Leo, Machado, Jorge, Nonato, Monta ha, Praxedes, Franklin. Para caracterizar êste grupo no que tem em comum, podemos citar uma frase de : "A única coisa que sei fazer é bater em comunista. Meu maior prazer ´ ver um de vocês apontar-me na rua e dizer: vejam, foi aquêle que destruiu-me os pulmões.
-- Soldados - Vicente e Buiao-
DOPS OU DVS de MG: seus policiais, bastante conhecidos, deram uma contribuição importante a êste festival de brutalidade.
-- Delegado- Tacir Menezes Sia
-- Investigadores: Frederico, Scoralick, José Aparecido e outros.

TORTURADOS

1- Délio de Oliveira Fantini, secundarista, 18 anos; No momento de sua prisão, em 5 de fevereiro de 1969, foi atacado a sôcos e pontapés. Levado para a 12ª Delegacia, no Barreiro, em Belo Horizonte, foi cercado por um grupo de agentes do DOPS, que passaram a espancá-lo; em virtude de pontapés recebidos na cabeça, desmaiou. Levado para o Dops, foi chamado um médico para constatar se estava dopado, sendo negativo o resultado do exame. Foi sentado em uma cadeira com as mãos algemadas para trás; enquanto um policial o interrogava, dois outros o esmurravam, um pela frent frente, outro por trás. Recebeu pontapes no abdomen e foi ~~xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx~~ e foi queimado com pontas de cigarro. Pendurado no "pau de arara", passaram a balançar seu corpo e a espancar-lhe os pés com um cassetete tamanho família. Ligando dois fios a uma tomada da parede, um dos policiais fixou um dos polos na barra de ferro do pau de arara, e, com o outro, percorreu diversas partes do corpo de Délio, especialmente sôbre o peito, nádegas e penis; a seguir, o torturador segurando quase juntos as duas extremidades dos fios, começou a provocar curto-circuitos sôbre o corpo de Délio, produzindo-se queimaduras cujas cicatrizes ainda são visíveis. Diversos outros prêsos foram levados a assistir a cena, e ameaçados de sofrer igual tratamento. Seu estado consequente foi constatado por diversos outros prêsos, entre êles Júlio Antônio Bittencourt, João Anunciato dos Reis e Matusalém Bretas, indiciados no inquérito do Coronel Medeiros, o que passaram por tratamento semelhante. Na noite seguinte produziu-se uma hemorragia no crânio de Délio, sendo por isto internado no Hospital do Pronto Socorro, onde permaneceu cêrca de 20 dias. Radiografias constataram a presença a presença de fraturas em três pontos do crânio, ~~xx~~ uma no pé esquerdo e outra no braço esquerdo, exigindo esta última intervenção cirúrgica, que foi efetuada no Hospital da Cruz Vermelha. Seu rosto ficou pràticamente irreconhecível durante dois mêses, registrando-se ainda a perda de três dentes. Seus torturadores foram Tacir Menezes Cia, Scoralick, Frederico, José Aparecido e outros;

2- Antônio José de Oliveira, operário;
Prêso também no dia 5 de fevereiro, em companhia de Dlio Fantini, foi igualmente levado para o Dops, com o pulmão esquerdo varado por doos projéteis, 45 e a perna esquerda atingida por um terceiro No Dops, passou por duas horas de espancamento, sendo depois removido para o Hospital do Pronto Socorro, onde foi medicado; seus torturadores foram os mesmos citados no caso 1. Dois meses após, no 12 RI, passou por várias sessões de choques elétricos e espancamentos, ministrados principalmente pelo Capitão Portella e Major Teixeira.

3- José Adão Pinto, secundarista.-
Prêso a 8 de abril de 1969, foi levado para a G 2, onde inicialmente foi ameaçado por cães, da forma descrita anteriormente. Logo após, atacado a socos e pontapés pelo Capitão Aécio, Tenente Pádua e Major Rubens, auxiliados por alguns dos sargentos citados. O Delegado de Furtos e Roubos, Lara Rezende, bem como o Superintendente do Policiamento do Estado, Luís Soares da Rocha, também o torturaram nesta ocasião. Continuando os espancamentos,

José Adão desmaiou, encontrando a seu lado, quando voltou a si, o Secretário de Segurança Pública, Joaquim Ferreira Gonçalves, que lhe disse: - "Se dentro de 10 minutos você não falar o que sabe, eu o entrego a êsses interrogadores". Passados 10 minutos reiniciaram-se as torturas no mesmo ritmo prolongando-se até a madrugada, registrando-se choques elétricos na cabeça, língua e órgãos sexuais. Rasgado, sangrando e queimado com pontas de cigarro, foi transportado para o Dops, onde passou no dia seguinte por novas sessões de espancamentos ministrados por Tacir Menezes Gia e José Aparecido. Nos dias 11 e 12 do mesmo mês esteve no DI da PM, levando tesouradas, cassetetadas, socos e pontapés, partidos dos mesmos elementos citados na G-2. No dia 18 de abril, na penitenciária, foi espancado pelo Capitão Portella e Sargento Saulo, levando socos, pontapés e telefones. Nesta sessão foram quebrados seus óculos. No dia 21 de abril, no mesmo local, foi chutado e esmurrado pelo Capitão Portella, na presença do Cel. Camarão. No dia 25 do mesmo mês, foi levado ao pau-de-arara, pelos Capitães Pedro Ivo dos Santos e Aécio. Neste mesmo dia assistiu ao espancamento de José Alfredo pelo Capitão Pedro Ivo dos Santos. Em rpincípios de maio sofreu novas torturas no 12 RI, principalmente por parte do Capitão Portella. Em fins de maio, espancado conjuntamente pelo Capitão Portella, Capitão Pedro Ivo e Ten. Del. Menezzi e Capitão Aécio, perdeu os sentidos. Voltando a si, o Capitão Portela empunhou o cabo de uma vassoura e forçou a entrada dêste em seu ânus. Em 5 de junho, no 12 RI, foi espancado pelo Capitão Gomes Carneiro, levando choques elétricos. Os contínuos espancamentos trouxeram-lhe problemas de hemorróidas, ficando também quase cego de um ôlho. Em 13 de junho, no 12 RI, assistiu ao espancamento de Rogério Campos Teixeira. Em 17 e 18 de junho, foi novamente espancado. Em 12 de julho, assitiu em Governador Valadares, torturas inflingidas a Elias Siqueira e outros. Em 14 de julho, na penitenciária, espancado novamente pelo Capitão Portella. A 10 de agôsto, no 12 RI, levou marteladas, choques elétricos, chutes e sôcos. Em 2 de setembro no 12 RI, foi agredido pelo Cap. Portella, assistinto ainda à tortura de Ápio Costa Rosa pelo Ten. Ronaldo de Souza.

4 - Lúcio Dias Nogueira, secundarista, 18 anos.
Preso juntamente com José Adão, Lúcio enfrentou ao lado dêste as maratonas da G2, Dops e DI da PM. Em 16 de abril, na penitenciária, foi levado ao pau-de-arara, pelo Major Rubens, Capitão Pedro Ivo, Capitão Aécio e Ten. Pádua. As pancadas que levou na cabeça neste dia provocaram a ram amnésia, que durou vários dias. Em setembro, no 10º RI de Juiz de Fora, foi ameaçado juntamente com Délio Fantini e Geraldo Clemente Soares, pelo Te. Cel. Ralph de serem fuzilados, chegando a montar-se os preparativos.

5 - Celso Aquino Ribeiro - funcionário público.
Preso em 27 de junho, em Lagoa da Prata. Durante seu transporte para Divinópolis, feito de autmóvel, seus captores desviaram o veículo para uma variante existente a certa altura da estrada, onde foi despido e encostado a uma cêrca de arame farpado, passando a ser agredido a sôcos e pontapés, pauladas e golpes de cassetete, correia do ventilador e mangueira plástica. Recebeu ainda alguns telefones. Finalmente, para intimidá-lo, dispararam vários tiros, que passaram ora ao lado do corpo, ora sôbre a cabeça e entre as pernas. Colocado novamente no automóvel, foi espancado até o local do destino, Quartel da Companhia da Polícia Militar de Divinópolis, perdendo três dentes no trajeto. Participaram da diligência os Capitães Portella e Pedro Ivo, Ten. Pádua e soldado Buião. No quartel da PM em Divinópolis, no mesmo dia, prosseguiram os espancamentos, com o concurso também do Cp. Aécio e do Ten. Faria, comandante do destacamento. Foi levado ao pau de arara, por 8 vêzes consecutivas, com permanência variável de 15 a 25 minutos. Violentamente golpeado a cassetete, colocaram sal em seus olhos, narinas e bôca, despejaram coca-cola e água nas suas narinas. A seguir, veio a sessão de choques elétricos, já com a participação do Major Teixeira, Ten. Souza e soldado Vicente, que durou até a madrugada. No dia seguinte, 28, no 12 RI, choques e pancadas ministradas por Portella. No dia 29, no Batalhão de Guardas da PM, recebeu pancadas durante três horas seguidas, dadas por Portella e Pedro Ivo. A 30 de junho e a 6 de julho, no 12 RI, novamente os-

pancado por Portella. A 6 de julho, no 12 RI, assistiu à tortura da universitária Maria Mendes Barbosa. A 29 de julho, no quartel da PE da Tijuca, Guanabara, sendo torturadores os capitães Portella e Pedro Ivo, o sargento Franklin e três elementos da PE, sendo um dêles um Major, foi mais uma vez espancado, sendo usada para isso, entre outros instrumentos, uma mangueira de borracha com cêrca de dois metros de comprimento, repleta de objetos contundentes. Esta ultima sessão durou aproximadamente 4 horas. Em consequência das torturas, além de perder três dentes, sofreu pequenas hemorragias internas e veio até a ter problemas de hérnia.

6 - Mário Roberto Galhardo Sanconato - médico.
Levado ao pau-de-arara, na G2 e na penitenciária em abril. Espancado a acha de lenha, ficou coberto de hamtomas, e imobilizado durante 3 dias. Seus torturadores foram Cap. Aécio, Sargento Machado e outros.

7 - Rogério Campos Teixeira - universitário.
Em 13 de junho, no 12 RI, de 17 às 18 horas, foi chutado, esmurrado, levou telefones, joelhadas nos órgãos genitais, pancadas com cassetete família e cabo de aço. Levou choques elétricos nos pulsos, lábios e língua. No dia 14 de julho, às 13;30 horas, foi levado a uma das salas da administração da penitenciária. Lá estavam os capitães Pedro Ivo e Portella. "Tire a roupa", foram as palavras de Portella. Diante dos protestos de Rogério, os três citados tiraram suas vestes, deixando-o nu no meio da sala. Pode começar a falar ou não saiu daqui vivo (Portella). Tudo o que dizia, tentando explicar o que lhe perguntaram era logo classificado de mentira e lá vinham socos e pontapés. O cap. Portella, com uma correia, enforcava-o, fazendo com que se ajoelhasse ao chão, enquanto o cap. Pedro Ivo dava-lhe chutes nas nádegas, no abdomen, e nos órgãos genitais! O sargento Praxedes, munido de uma barra de ferro, desferia-lhe golpes nas pernas.

8 - Ápio da Costa Rosa, universitário.
Apêsar de encontrar-se em tratamento psiquiátrico e alegado isso, no 12 RI, em agôsto, recebeu de Portella a respos[illegible] doido se mata com pancadas, e uma série de murros e pontapés. Fizeram-lhe uma brincadeira conhecida como cabra-cega. Colocado no centro de um grupo formado por Portella, Gomes Carneiro, Ten. Ronaldo de Souza, sargento Saulo e Praxedes, ten. Marcello Paixão, Cap. Pedro Ivo, Major Teixeira e Soldado Vicente, Ápio, de olhos vendados, tinha a tarefa de identificar um dêles. Sempre que errava era espancado. Passou ainda por eletrochoques, teve o pênis queimado com ponta de cigarro e tentaram introduzir em seu ânus uma vareta de limpeza de fuzil. Seu estado consequente foi testemunhado pelo Pastor James Goldwin, da Igreja Metodista de Governador Valadares.

9 - Lívio Lopes, funcionário público.
Prêso em 30 de abril, levado à G2 foi espancado pelo Cap. Aécio, Sargentos Leo e Machado. Ameaçado por cães policiais, no mesmo dia foi sôlvagemente espancado por Portella, Pedro Ivo e Praxedes.

10 - Fernando de Freitas Picardi, funcionário público.
Foi espancado por Portella na Penitenciária, em julho. A[illegible]pir e soviciar sua espôsa em presença sua. Esta se[illegible] mantida encarcerada naquela prisão masculina du[illegible]. A tortura psicológica levou-o a uma tentativa de suicídio.

11 - Degulle de Freitas Castro, operário.
Torturado pelo Cap. Pedro Ivo e Sarg. Praxedes, na penitenciária, em 18 de abril.

12 - José Nataline Magalhães, operário.
Torturado no Dops, em julho. Frederico e Scoralick arrancaram-lhe as unhas de três dedos de um dos pés.

13 - Abner de Souza pereira, operário.
Espancado com cassetete e cabo de vasoura, no 12 RI, em maio, pelo Capitão Pedro Ivo e pelo Sargento Machado, queimaram a fogo parte de seus cabelos.

14 - Antônio de Rezende Guedes, universitário.
Espancamentos e pau de arara, no 12 RI, em setembro, promovidos pelo Cap. Portella e ten. Marcello Paixão.

15 - José Alfredo, operário.
Preso em 9 de abril, foi torturado no DI da PM e na penitenciária. No DI, com a presença do Cel. Drumond, Comandante da unidade. Espancado pelo Cap. Pedro Ivo e Sargentos Nonato e Machado. Foi ferido com uma tesoura.

16 - Antônio Magalhães, funcionário público.
Torturado no Dops, em julho, pelo Capt. Portella, Sargento Averno, cabo Hilton e pelo Delegado Nacir Monezes Sia.

17 - Márcio Araújo de Lacerda, universitário.
Torturado na G2, em 4 de julho, pelo Cap. Portella, Ten. Pádua, Sargentos Jorge e Nonato.

18 - Marco Antônio Victória Barros, secundarista.
Torturado no DI da PM em abril, pelo major Rubens.

19 - Elias Siqueira, secundarista.
Torturado no 6º Batalhão da PM em Governador Valadares, pelo Capitão Aécio, ten. Pádua, o Sargento Machado e na penitenciária, pelo cap. Portella, cap. Pedro Ivo, Major Teixeira e Ten. Souza. Perdeu parcialmente a audição no ouvido esquerdo devido aos golpes de "telefone".

20 - Demétrio Rocha Ribeiro, funcionário público.
Torturado no 12 RI, pelo Cap. Portella e Ten. Marcello Paixão.

21 - Túlio, quintanista de Engenharia na Guanabara. Torturado na penitenciária, em maio, pelo Sargento Leo.

22 - Arnaldo Fortes Drumond, estudante secundarista. Torturado pelo Te. Pádua e Sargento Jorge, em abril.

23 - Maria Mendes Barbosa, universitária.
Conduzida presa ao 12 RI, em 6 de julho, foram-lhe arrancados depoimentos e confissões sob torturas que duraram das 20 horas desse dia, [illegible] horas do dia seguinte, como se segue:

- Despida violentamente por várias vezes pelo Cap. Pedro Ivo, sendo obrigada a andar nua em sua frente a uma assistência composta pelo referido, mais cap. Portella, Major Teixeira, Ten. Ronaldo de Souza, Ten. Pádua e Sargento Leo. Espancada com chutes e golpes de karatê, nas costas, reato, pernas e ao mesmo tempo boliscada com violência nos mamilos e regiões glúteas, todos êstes atos praticados em conjunto por Portella, Pedro Ivo e Pádua, que os reforçaram com palavras de baixo calão. - Forçada a ficar de pé e nua numa cadeira, posição em que o sargento Leo lhe atou os fios de um telefone de campanha às mãos e pés, tendo caído da cadeira em conseqüência dos choques. - Tentativa de estrangulamento pelo Cap. Pedro Ivo, causando-lhe asfixia parcial e contusão no pescoço. Vítima também do telefone. Durante todo o tempo em que durou a tortura-interrogatório, foi agraciada com propostas indecorosas (tendo sido, inclusive, sorteada entre os presentes) e ultrajada com as mais ignóbeis expressões e atos (o Ten. Pádua chegou a agredí-la sexualmente com um cassetete), no mais vil ataque violento ao pudor que se possa caracterizar.

24 - Conceição Imaculada de Oliveira, operária.
Torturada pelo Cap. Portella em junho. Levou socos e choques elétricos.

Queremos também denunciar o bárbaro assassinato de Nelson José de Almeida, ocorrido em Teófilo Otoni, em 12 de abril. Após ser algemado, fez menção de fugir, desvencilhando-se das mão de seus captores. Sua corrida foi interrompida alguns metros à frente por uma bala calibre 38 disparada por um oficial da G2, irmão do Ten. Marcello Paiva. Finalmente, denunciamos, por terem sido por nós presenciados ou chegados ao nosso conhecimento pelas próprias vítimas, as torturas inflingidas às seguintes pessoas:

- No inquérito presidido pelo Cel. Medeiros, de Belo Horizonte: Ângelo Pezutti, Murilo da Silva, Jorge Nahas, Maurício Paiva, Pedro Paulo, Bretas, Matos de tal, Afonso Celso Lana, Erwih Rezende, Júlio Bittencourt, Nilo de Tal. Torturados no DOPS, Delegacia de Furtos e Roubos, 12 RI, em Belo Horizonte, e na PE da Vila Militar da Guanabara.

- No inquérito presidido pelo Cap. Gomes Carneiro, em Belo Horizonte - estudante - estudantes conhecidos como José Antônio, Pery e outros. Torturados no 12 RI e no Colégio Militar de Belo Horizonte.

- No inquérito presidido pelo Cel. Góes, em Belo Horizonte, destacando-se como torturadores o referido coronel, mais os capitães Jesus e Lacerda, Tenente Pádua, Sargento Leo e outros. Foram torturados no 12 RI, na C2, Colônia Penal Magalhães Pinto (penitenciária) e no DI da PM, as seguintes pessoas: - Elmo Coelho da Silvam, motorista de taxi; José Afonso, advogado; Max da Costa, estudante; Gildásio de Tal, estudante; Mário de Tal, operário; Ênio de Tal, operário; Carlos Melgaço de Almeida, médico e sua espôsa Loretta de Almeida; cinco outras jovens cujos nomes não são de nosso conhecimento e que se encontravam em outro pavilhão da penitenciária de Juiz de Fora. Devido às torturas, Carlos Melgaço foi internado no Hospital do Pronto Socorro e no Hospital Militar, em Belo Horizonte, onde permaneceu vários meses.

Resta ainda relatar um fato ocorrido há poucos dias aqui na Penitenciária: tomando conhecimento de que os prêsos aqui recolhidos estavam preparando denúncias de torturas, o já bastante citado Major PM João Teixeira Vicente penetrou na penitenciária e usando de meios excusos, apoderou-se do documento onde os indiciados no inquérito do Cel. Medeiros fazem suas denú[illegible]s.

Juiz de Fora, dezembro de 1969.

a)
Márcio Araújo de Lacerda
José Alfredo
Celso Joaquim
[illegible] Castro
Jose Adao Pinto
Antônio José de Oliveira
Elias Siqueira
Arnaldo Fortes Drumond
Marco Antônio Victoria Barros
Délio de Oliveira Fantini
Demétrio Rocha Ribeiro.

ANEXO E
Quantitativo de vítimas por organizações da sociedade civil.

Ação Católica (AC)	3
Ação Libertadora Nacional (ALN)	9
Ação Popular (AP)	31
Ação Popular Marxista Leninista (APML)	13
Ala Vermelha do Partido Comunista do Brasil (AV do PC do B)	7
Comando de Libertação Nacional (COLINA)	24
Corrente Revolucionária de Minas Gerais (CORRENTE)	35
DAs/DCEs	45
Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte	4
Frente de Libertação Nacional (FLN)	4
Grupo dos Onze	51
Guerrilha do Caparaó	2
Juventude Estudantil Católica (JEC)	2
Juventude Operária Católica (JOC)	4
Juventude Universitária Católica (JUC)	5
Movimento Democrático Brasileiro (MDB)	16
Movimento Estudantil (Outros)	13
NÃO INFORMA	132
Outros	49
Outros sindicatos	43
Partido Comunista Brasileiro (PCB)	54
Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR)	1
Partido Comunista do Brasil (PC do B)	16
Partido Democrata Cristão (PDC)	1
Partido Democrático Trabalhista (PDT)	1
Partido Democrático Trabalhista (PTB)	1
Partido Libertador Comunista (PLC)	1

Partido Operário Comunista (POC)	4
Partido Republicano (PR)	1
Partido Social Democrata (PSD)	3
Partido Social Progressista (PSP)	1
Partido Socialista Brasileiro (PSB)	4
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	55
Política Operária (POLOP)	10
Políticos	6
Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Extração de Ouro e Metais Preciosos de Nova Lima	8
Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de João Monlevade (MG)	63
Sindicatos da Indústria Têxtil e Fabril	17
Sindicatos de Bancários	24
Sindicatos de Ferroviários	15
Sindicatos de Jornalistas	3
Sindicatos de Metalúrgicos	28
Sindicatos de Mineiros de Nova Lima	8
Sindicatos de Servidores Públicos	6
União Democrática Nacional (UDN)	2
União Estadual dos Estudantes (UEE)	7
União Juizforana de Estudantes Secundários (UJES).	7
União Municipal dos Estudantes Secundaristas de Belo Horizonte (UMES-BH).	2
União Nacional dos Estudantes (UNE)	13
Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)	3
Vanguarda Revolucionária Palmares (VAR-Palmares).	14
Total geral	1026

FONTE: Dados reunidos pela equipe da COVEMG, a partir dos processos do CONEDH.



4

VOLTAR AO SUMÁRIO

LOCAIS DE REPRESSÃO E TORTURA

Coordenação: Maria Celina Pinto Albano
Redação: Marcus Vinicius Porcaro Nunes Schubert

4.1 Introdução

Este Capítulo tem como objetivo identificar locais onde direitos fundamentais dos opositores ao regime militar foram violados por agentes públicos, alocados nas três instâncias do aparelho repressor do Estado brasileiro: Polícia Civil, Polícia Militar e Forças Armadas. De um lado, relacionaremos as unidades administrativas de segurança pública que foram criadas com a função de investigar, interrogar, deter para averiguações e/ou cumprir pena cidadãos comuns suspeitos de cometer algum ato ilegal, como delegacias, cadeias públicas e penitenciárias, mas que, no entanto, cometeram graves violações aos direitos humanos. De outro, apresentaremos as instalações administrativas da Polícia Militar e do Exército que foram utilizadas para a perpetração de prisões ilegais e de práticas de tortura, evidenciando claro desvio de finalidade.

A partir da descrição dos percursos cumpridos pelos presos políticos, dentro da trama burocrática da repressão, poderemos compreender a linha de comando construída entre as três esferas de poder. Por fim, o destaque dado a algumas unidades prisionais atestará com maior clareza a realidade dos fatos ocorridos especialmente, de 1964 até a metade dos anos 1970.

Cabe ressaltar, que as informações coletadas sobre os centros de repressão e tortura devem ser vistas como complementares ao estudo elaborado, no Capítulo anterior deste Relatório, sobre as práticas de tortura no período da ditatura militar.

O levantamento e a análise dos dados se apoiam em um enfoque interdisciplinar que compreende diferentes técnicas de pesquisa nas áreas da Sociologia, História, Ciência Política e do Direito. Nesse sentido, as informações coletadas se originam das seguintes fontes: (1) – livros testemunhais, revistas e jornais; (2) – documentos e fichas de militantes políticos guardados no Arquivo Público Mineiro – APM; (3) – lista de vítimas da ditadura militar elaborada pelo projeto Brasil Nunca Mais – BNM; (4) – processos indenizatórios sob a guarda do Conselho Estadual de Direitos Humanos de Minas Gerais - CONEDH/MG; (5) – depoimentos e entrevistas de presos políticos.

É importante salientar, que esse trabalho enfrentou limitações que inviabilizaram a ampliação do nosso escopo analítico. A dificuldade em obter, em algumas unidades prisionais, dados e informações básicas sobre o assunto em pauta demonstra que ainda existe um clima de suspeita, receio e medo de torná-los mais acessíveis ao público. O curioso é que as negativas raramente são ditas,

explicitadas: elas são sugeridas em documentos não enviados, em telefonemas sem retorno, em reuniões adiadas.

É imprescindível uma mudança de postura, de compreensão, por parte dos dirigentes de órgãos públicos em relação aos lugares de memória de um período doloroso da história do nosso País, do nosso Estado. É preciso romper o silêncio sobre fatos e acontecimentos dos anos de chumbo, para que não ocorram novamente.

4.2 A estrutura de repressão em Minas Gerais

No período do regime militar, de 1964 até 1988, em razão da doutrina de segurança nacional, uma nova forma de crime foi reconhecida pelo Estado brasileiro: crimes políticos internos, caracterizados pelos termos da subversão e afinidade marxista. Tais crimes foram criados a partir de instrumentos como o Decreto-Lei nº 314, de março de 1967, que instituía a Lei de Segurança Nacional, com objetivos e políticas totalitárias, como o Ato Institucional nº 5 (AI-5), entre outros.

A doutrina de segurança nacional brasileira teve por inspiração a francesa, adotada principalmente na Guerra da Argélia. Ela se apoiava na visão do inimigo interno que poderia ser qualquer cidadão simpatizante de ideias que se opunham ao regime vigente. Deste modo, o papel das Forças Armadas e o das instituições policiais, especialmente as estaduais (Militar e Civil) se alteraram na promoção da segurança interna do País, utilizando tanto métodos policiais, (interrogatórios à base de torturas), como princípios militares, (cerco estratégico de bases sociais e geográficas). Por ocasião desta mudança do entendimento do papel das instituições, estruturas físicas e burocráticas foram erguidas ou adaptadas para servir aos objetivos dessa doutrina, fincando as bases para o Estado de Exceção, colocando em jogo princípios constitucionais do Estado de Direito.

Diante dessas ferramentas de repressão, surge a figura do preso político, que era alguém detido por cauda de suas convicções ideológicas ou por ter se posicionado contrariamente ao regime militar. Tais presos normalmente eram civis submetidos à justiça militar sob a acusação de condutas subversivas.

No período em pauta, o preso político se diferenciava do comum nos seguintes pontos: ideias e crenças em oposição as do regime vigente; o que o indiciava na Lei de Segurança Nacional, respondendo a um Inquérito Policial Militar (IPM) e julgado pela Justiça Militar. Já o preso comum se encontrava encarcerado pelo

cometimento de delitos que não tinham relação direta com o conjunto de crenças políticas ou com o posicionamento contrário ao regime militar.

É preciso destacar o contexto do regime prisional de ambos os perfis de presos. Compreende-se o regime prisional como o modo ou método pelo qual o condenado iniciará o seu cumprimento de pena, variando desde o grau de limitação de liberdade, até mesmo as instituições pelas quais ele passará. No contexto do regime ditatorial, as penas instituídas para presos políticos eram de reclusão ou de detenção conforme o Decreto-Lei nº 314, de março de 1967, não havendo, portanto, previsão de prisão simples. Além desse regime específico, o procedimento ditado pelos IPMs determinava a prisão do indiciado para condução de investigação, permanecendo recluso durante o processo, e sendo alvo de interrogatórios, muitas vezes, acompanhados de atos de tortura. Dependendo dos rumos que tomavam a investigação e o interrogatório, o indiciado poderia ser posto em liberdade ou encaminhado para confinamento, dando início ao processo de cumprimento de pena.

No caso do preso comum, este, após cometer um crime, era julgado pela justiça comum, e sua pena se dividia em etapas conforme o Código Penal de 1940 e, também, a Lei 6.416 de 1977. A primeira fase tinha duração de três meses, período em que o condenado ficava inteiramente em observação, isolado em absoluto. A segunda fase marcava o início do trabalho dos presos, e se dava após o período de reclusão total; e a terceira fase, por sua vez, aprofundava o trabalho desempenhado pelos condenados enviando-os para colônias penais. Tinha direito a progredir para a terceira fase apenas aqueles presos que tivessem bom comportamento e já tivessem cumprido metade da pena, se essa tivesse duração de até três anos, ou um terço da pena, caso fosse superior. A última fase do antigo sistema era a liberdade condicional verificada caso a caso. Como exposto, os crimes políticos tinham penas de detenção, em que o preso já iniciava o regime na segunda fase, ou de reclusão, na primeira fase, isso após a conclusão do IPM.

As instituições carcerárias também variavam conforme o regime prisional e tinham diferentes utilizações. No caso de presos políticos, estes muitas vezes eram identificados como tais e levados para delegacias e cadeias públicas onde ocorria a prisão para averiguação: detenção do indivíduo temporariamente, sem ordem judicial alguma e para investigação. Em Belo Horizonte o maior exemplo era a Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS, cujas funções abrangiam desde a triagem até a detenção. Já as penitenciárias de Linhares, Neves e Estêvão Pinto geralmente funcionavam como centros de detenção e cumprimento de pena após a conclusão do IPM. Essas penitenciárias foram exemplos de adaptações feitas para a recepção de presos políticos durante a ditadura militar.

No interior, os estabelecimentos utilizados eram em sua grande maioria as cadeias públicas, figuras oriundas da época colonial, remontando às Casas de Câmara e Cadeia, praticamente, calabouços que sobreviveram ao período. Cabe ainda afirmar que o termo "cadeia pública" não é mais utilizado para identificar esses locais, tendo caído em desuso.

Em 1964, o estado de Minas Gerais tinha 482 municípios. A maioria possuía unidades prisionais que recebiam, em termos administrativos, as seguintes denominações: delegacias de polícia, cadeias públicas, penitenciárias e quartéis da Polícia Militar. Embora em número reduzido, as Forças Armadas, especialmente o Exército e a Aeronáutica, tinham também seus quartéis, seus regimentos e bases aéreas localizadas em alguns pontos do território mineiro. A seguir, os quadros apresentam a distribuição dos centros de repressão por corporação e localização em Minas Gerais no período de 1964-1974.

FORÇAS ARMADAS - BELO HORIZONTE	
12º Regimento de Infantaria	Bairro Barro Preto
4ª Infantaria Divisionária – ID-4	Bairro Lourdes
4ª Unidade de Comunicações	Bairro Pampulha
Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR)	Bairro Barro Preto
Colégio Militar de Belo Horizonte	Bairro Pampulha
Destacamento de Operações de Informação – Centro de Defesa Interna DOI-CODI/MG	Bairro Funcionários
FORÇAS ARMADAS - INTERIOR DO ESTADO	
10º Regimento de Infantaria	Juiz de Fora
11º Regimento de Infantaria da Montanha	São João Del Rei
32º Batalhão de Infantaria Motorizada	Uberlândia
4ª Companhia de Intendência	Santos Dumont
4º Batalhão de Infantaria de Combate	Itajubá
Capitania Fluvial do São Francisco	Pirapora
Quartel-General da 4ª Região Militar	Juiz de Fora
Tiro de Guerra	São João Nepomuceno
Tiro de Guerra	Divinópolis
Base Aérea	Lagoa Santa
Penitenciária Linhares/José Edson Cavalieri	Juiz de Fora

POLÍCIA MILITAR - BELO HORIZONTE	
Batalhão Escola/BEs	Bairro Prado
Departamento de Instrução/D.I.	Bairro Prado
G2/Informações (Casa Amarela)	Bairro Funcionários
G3/Instrução e Operações	Praça da Liberdade
Primeiro Batalhão (1º B.I.) com denominação especial de Batalhão de Guardas (B.G.)	Bairro Santa Efigênia
Quartel do Comando Geral - QCG	Praça da Liberdade
5º Batalhão (5º B.I.) – com a denominação especial de batalhão de Policiamento Ostensivo BPO	Bairro Santa Tereza
Quartel do Corpo de Bombeiros	Bairro Cruzeiro
Hospital da Polícia Militar	Santa Efigênia
POLÍCIA MILITAR - INTERIOR DO ESTADO	
2º Batalhão da Polícia Militar (2º B.I.)	Juiz de Fora
3º Batalhão da Polícia Militar	Diamantina
4º Batalhão da Polícia Militar	Uberaba
6º Batalhão da Polícia Militar	Governador Valadares
7ª Região da Polícia Militar	Divinópolis
7º Batalhão da Polícia Militar	Bom Despacho
8º Batalhão da Polícia Militar	Lavras
9º Batalhão da Polícia Militar	Barbacena
10º Batalhão da Polícia Militar	Montes Claros
11º Batalhão da Polícia Militar	Manhuaçu
Reformatório Krenak – Centro de Reeducação Indígena	Resplendor
Fazenda Guarani	Carmésia

POLÍCIA CIVIL - BELO HORIZONTE	
Departamento de Ordem Política e Social – DOPS	Bairro Funcionários
1ª Delegacia Distrital da Polícia Civil	Bairro Santo Antônio
Delegacia de Furtos e Roubos e Crimes Contra o Patrimônio	Bairro Floresta
Delegacia da Lagoinha	Bairro Lagoinha
Penitenciária Feminina Estêvão Pinto	Bairro Santa Tereza

POLÍCIA CIVIL - INTERIOR DO ESTADO			
Nome	Local	Nome	Local
Cadeia Pública de Araçuaí	Araçuaí	Delegacia de Caratinga	Caratinga
Cadeia Pública de Cataguases	Cataguases	Delegacia de Governador Valadares	Governador Valadares
Cadeia Pública de Caxambu	Caxambu	Delegacia de Ipatinga	Ipatinga
Cadeia Pública de Dores do Indaiá	Dores do Indaiá	Delegacia de Ituiutaba	Ituiutaba
Cadeia Pública de João Pinheiro	João Pinheiro	Delegacia de João Monlevade	João Monlevade
Cadeia Pública de Lavras	Lavras	Delegacia de Juiz de Fora	Juiz de Fora
Cadeia Pública de Manhuaçu	Manhuaçu	Delegacia de Mariana	Mariana
Cadeia Pública de Muzambinho	Muzambinho	Delegacia de Montes Claros	Montes Claros
Cadeia Pública de Nova Era	Nova Era	Delegacia de Oliveira	Oliveira
Cadeia Pública de Nova Lima	Nova Lima	Delegacia de Ouro Preto	Ouro Preto
Cadeia Pública de Pedro Leopoldo	Pedro Leopoldo	Delegacia de Conselheiro Lafaiete	Conselheiro Lafaiete
Cadeia Pública de Ponte Nova	Ponte Nova	Delegacia de Santa Rita do Sapucaí	Santa Rita do Sapucaí
Cadeia Pública de Rio Espera	Rio Espera	Delegacia de São João Nepomuceno	São João Nepomuceno
Cadeia Pública de São João Del Rei	São João Del Rei	Delegacia de São Sebastião do Paraíso	São Sebastião do Paraíso
Complexo Penitenciário de Neves (Penitenciária José Maria Alkimin e Colônia Penal Magalhães Pinto)	Ribeirão das Neves	Delegacia de Teófilo Otoni	Teófilo Otoni
Delegacia de Além-Paraíba	Além-Paraíba	Delegacia de Três Corações	Três Corações

Delegacia de Barbacena	Barbacena	Delegacia de Varginha	Varginha
Delegacia de Cambuquira	Cambuquira	Delegacia de Viçosa	Viçosa
Delegacia de Campo Belo	Campo Belo	Delegacia de Visconde do Rio Branco	Rio Branco
Delegacia de Carangola	Carangola	Delegacia Municipal de Poços de Caldas	Poços de Caldas

LOCAIS EVENTUALMENTE UTILIZADOS PARA DETENÇÃO E/OU TORTURA

BELO HORIZONTE	
Casa de Saúde Santa Maria	Bairro Serra
Cooperativa dos Médicos da Santa Casa da Misericórdia	Bairro São Lucas
Departamento de Trânsito/Detran	Praça da Liberdade
Hospital das Clínicas	Bairro Santa Efigênia
Pronto-Socorro Maria Amélia Lins	Bairro Santa Efigênia
Hotel Sul-Americano	Centro
Instituto Bom Pastor	Bairro Nova Suíssa
Hospital Psiquiátrico Raul Soares	Bairro Santa Efigênia
Secretaria de Segurança Pública	Praça da Liberdade
Secretaria do Interior	Praça da Liberdade
INTERIOR DO ESTADO	
Associação Rural	Curvelo
Penitenciária de Santa Terezinha	Juiz de Fora
Penitenciária Professor Aluizio Ignacio de Oliveira	Uberaba
Sede do Sindicato	Ubá
Unidade da Polícia Federal	Juiz de Fora

Na montagem de todos esses quadros foram utilizadas informações contidas nos processos do CONEDH e do APM, no dossiê BNM e em depoimentos autorais prestados por militantes políticos.

É importante ressaltar, que esta relação não pretende ser completa. Sítios no entorno de Belo Horizonte e residências em bairros afastados do centro da cidade foram mencionados em alguns relatos de presos políticos, mas não puderam ser identificados. Na maioria dos casos a localização é imprecisa, já que muitos presos eram levados encapuzados, colocados no chão, no banco traseiro ou no porta-malas dos veículos, e transportados durante a noite. Além do fato de algumas edificações prisionais estarem reunidas em um mesmo terreno, o que também provocava imprecisões nos relatos, por exemplo: o Colégio Militar era sempre citado como o principal centro de tortura, e não a 4ª Companhia de Comunicações; as Penitenciárias José Maria Alkimin e Antônio Dutra Ladeira se transformavam em "penitenciária de Neves" e o 12º Regimento de Infantaria se confundia com o CPOR, entre outros.

4.3 Os percursos da repressão

É importante descrever como se dava o percurso dos presos políticos pelo sistema repressivo do Estado. Depois de serem detidos nas delegacias ou cadeias públicas para averiguação, era usual que fossem encaminhados para penitenciárias, quartéis e colônias penais, onde aguardavam a conclusão dos inquéritos.

O termo presídio é genérico e às vezes utilizado para se referir às penitenciárias ou a locais em que o preso ainda não teve sentença condenatória definitiva proferida. Penitenciárias são os estabelecimentos empregados para o cumprimento de pena dos condenados à reclusão em regime fechado, ou, na época, no regime de reclusão em primeira fase. Em razão disso, geralmente são destinadas àqueles que já foram condenados definitivamente, sem caber recurso. Colônias penais são estabelecimentos prisionais destinados, atualmente, ao cumprimento de penas de regime semiaberto, embora ainda sejam em número bem reduzido. No período do governo militar, estes eram os estabelecimentos entre a segunda e terceira fases destinados aos presos comuns, o que não se aplicava ao preso político. O mesmo valia para as colônias penais, onde os presos comuns dispunham de liberdade relativa, por se tratar de situação intermediária e contar com sistema próprio de trabalho a depender de seu tipo, por exemplo, colônias penais agrícolas e industriais.

Por fim, mesmo não se tratando de instituição prisional, era comum que se alojassem presos políticos em quartéis de forma improvisada, especialmente tendo em vista o translado realizado pelos militares, que conduziam os indiví-

duos para interrogatórios e sessões de tortura. Dessa forma, é preciso ter em vista que o termo "quartel" é genérico e se refere ao conjunto de instalações de uma organização militar, ou mesmo destinadas ao alojamento de militares, sendo sinônimo de aquartelamento. Tendo em vista a complexidade do fenômeno de repressão militar no período de 1964-1988, é importante o destaque de tais expressões e conceitos para melhor compreender a origem e jornada daqueles que eram detidos por mera expressão de crenças e ideias políticas, fazendo valer o direito à verdade, memória e justiça.

Mesmo com as definições legais dispondo em contrário, era comum o flagrante desrespeito às condições de salubridade e de individualidade dos presos políticos, mantidos em reclusão total e sendo submetidos a condições degradantes.

O levantamento dos regimes punitivos existentes nos mostra a importância de certos locais para o funcionamento do sistema de repressão em Minas Gerais. Entretanto, além das unidades principais, quartéis do exército, centrais do DOPS e Delegacias de Polícia usadas para a triagem dos presos políticos, inúmeros outros foram utilizados para manter os indivíduos que eram detidos por crimes contra o regime militar. A finalidade da manutenção dos presos em tais lugares variava. Poderia se dar, por exemplo, em razão da falta de cuidados específicos do recinto onde se encontrava cativo, como no caso da jornalista Wânia Santayana, que tinha sido detida na Penitenciária de Mulheres Estêvão Pinto quando grávida. Por pressão do Sindicato de Jornalistas Profissionais de Minas Gerais, que solicitou ao comando militar a visita de um ginecologista, ela foi transferida para uma unidade onde pudesse contar com maior apoio médico. Essa transferência ocorreu face à mobilização das Freiras Vicentinas que alegaram a insalubridade da penitenciária. Com isso, a jornalista foi levada para o Convento das Irmãs Beneditinas, onde permaneceu até o relaxamento da prisão.

Nem sempre a prisão em locais não-convencionais se dava em razão de melhores condições para o detento. Muitas vezes, a transferência dos presos políticos para recintos insalubres tinha como finalidade mantê-los isolados dos demais e, assim, sujeitá-los a condições degradantes, tentando forçá-los a denunciar outros militantes. Isso era uma estratégia que buscava disseminar o "terror" pela doutrina de segurança nacional.

O caso de Terezinha de Jesus Peixoto Chaves, que foi mantida em total reclusão em um quarto semelhante a uma sala de aula na Penitenciária Estêvão Pinto, é um exemplo dessa prática. O local onde foi mantida a militante possuía teto de zinco - o que gerava intenso calor - e as presas políticas não tinham direito

de sair para banho de sol, refeições, entre outros. Os lugares improvisados para tal fim variavam: desde sede de sindicatos, associações, hospitais, prédios do Estado impróprios, como a Secretaria de Segurança Pública, a sede do Departamento de Trânsito e até um hotel na capital mineira.

Houve ocasiões em que a utilização de determinado prédio impróprio para a manutenção de presos políticos foi restrita a um caso específico. Maria de Lourdes Araújo Viana, por exemplo, era bancária e trabalhava no Banco Hipotecário, hoje, Itaú. Em 1964 foi instaurado inquérito para apurar atividades consideradas subversivas do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários em Minas Gerais e em Goiás. A investigação concluiu que Maria de Lourdes estava incursa na Lei de Segurança Nacional, sobretudo por atos desempenhados no período entre 1961 e 1962, quando foi diretora do Departamento Feminino do Sindicato mencionado. Toda a diretoria do órgão foi cassada e a ex-diretora levada para a Penitenciária Estêvão Pinto e mantida com as demais presas políticas do órgão sindical, no Asilo Bom Pastor, onde ficou por 30 dias, até o relaxamento de sua prisão.

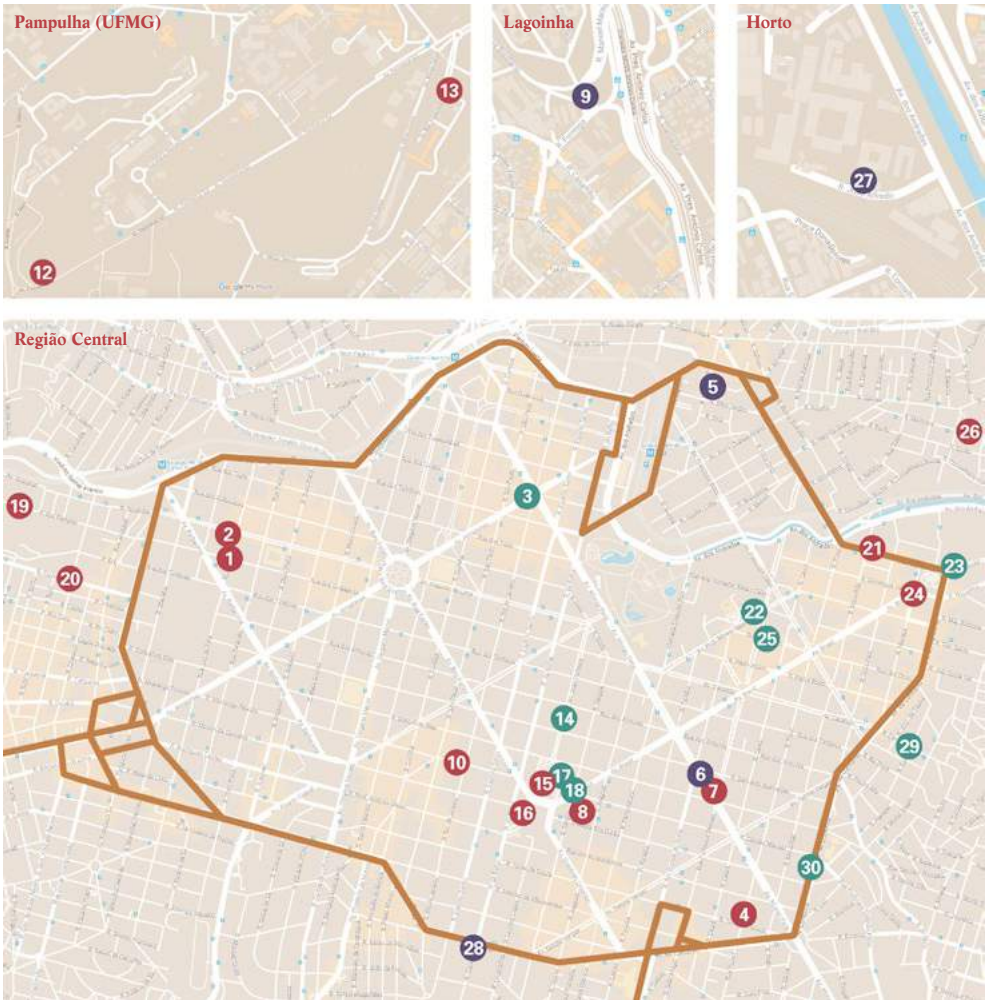
A grande diversidade nos percursos feitos pelos presos políticos não impede que se trace um perfil dos caminhos percorridos pelos militantes detidos. Dependendo de onde partiam, eles eram levados para delegacias de polícia para a primeira triagem e interrogatório, onde, se fosse o caso, ocorria a prisão para averiguação.[1] Em seguida, na maioria dos casos, os presos eram conduzidos para o DOPS, órgão central no sistema repressivo, onde eram submetidos a todos os tipos de tortura e privações durante os interrogatórios. A partir daí muitos eram transferidos para unidades militares, como a Base Aérea de Lagoa Santa, o 12 RI e a 4ª Companhia de Comunicações, onde as torturas e interrogatórios prosseguiam, com idas periódicas ao DOPS. Por fim, os militantes eram levados para penitenciárias e colônias penais, sendo os maiores exemplos a Colônia Penal Magalhães Pinto, a Penitenciária José Maria Alkimin, a Penitenciária de Mulheres Estêvão Pinto e, principalmente, a Penitenciária de Linhares em Juiz de Fora. Esta última, por estar localizada na mesma cidade da Auditoria Militar da 4ª Região do Exército, recebia um fluxo constante de militantes que aguardavam julgamento.

Alguns exemplos de percursos, coercitivamente, realizados por opositores do regime militar:

- Antônio Ribeiro Romanelli, preso no DOPS em 1964, foi enviado à Unidade da Aeronáutica em Lagoa Santa, voltou ao DOPS algumas vezes para novos interrogatórios e encerrou o percurso na Colônia Penal Magalhães Pinto.

- Aristides Cardoso Roriz, preso em 1964, foi levado para a Cadeia Pública de Ouro Preto e, de lá, para o DOPS, em seguida, para a Unidade aérea em Lagoa Santa, passando pelo G3 e terminando o percurso na Colônia Penal Magalhães Pinto.
- Antônio Holandino de Araújo, preso em 1964, foi conduzido diretamente para o DOPS e, de lá, levado para a Penitenciária de Ribeirão das Neves, voltando periodicamente ao DOPS para interrogatório. Terminou sua prisão na Penitenciária de Neves.
- José Gomes Pimenta, preso em 1964, foi inicialmente detido no D.I da Polícia Militar, levado posteriormente ao DOPS, e de lá, seguiu para a Colônia Penal Magalhães Pinto. Seguiria periodicamente ao DOPS e encerraria seu percurso no Complexo Penitenciário de Neves.
- Carlos Antonio Melgaço Valadares foi preso em 1969, levado inicialmente para o 12 RI, passando por interrogatórios no DOPS, depois voltou para o 12 RI, indo então para o Pronto-Socorro de Belo Horizonte (Maria Amélia Lins) e também Hospital Militar. Em seguida foi para a 4ª Companhia de Comunicações para novos interrogatórios e terminou seu percurso na Penitenciária de Linhares em Juiz de Fora.
- Loreta Kiefer Valadares, presa em 1969, interrogada no G2 da Polícia Militar, sendo levada em seguida para a Penitenciária Feminina Estêvão Pinto. Volta ao G2 para interrogatório, retorna à Penitenciária de Mulheres e termina sua pena na Penitenciária de Linhares.
- Emely Salazar foi presa e conduzida ao DOPS, em 1970, para interrogatório, indo, logo depois para o 12 RI. Em seguida, ficou detida na Penitenciária Feminina Estevão Pinto por 4 meses, com retornos esporádicos ao DOPS e no final desse mesmo ano foi enviada para a Penitenciária de Linhares, onde aguardou seu julgamento durante 2 anos.
- Jorge Nahas, preso em 1969, foi interrogado no DOPS e na Delegacia de Furtos e Roubos, sendo levado posteriormente para a Penitenciária de Linhares.

A utilização de tantos lugares impróprios revela o compromisso do regime militar com a repressão ao manter uma mentalidade de "inimigo público" separando presos comuns dos políticos. A logística da doutrina de segurança nacional se revela perversa, à medida que, não satisfeita com leis autoritárias, as extrapola e as seus princípios nos mecanismos de organização estatal.



Mapa 1 – Distribuição dos centros de repressão e tortura em Belo Horizonte

1- 12º Regimento de Infantaria

2- Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR)

3- Hotel Sul-Americano

4- Quartel do Corpo de Bombeiros

5- Delegacia de Furtos e Roubos e Crimes Contra o Patrimônio

6- Departamento de Ordem Política e Social - DOPS

7- Destacamento de Operações de Informação – Centro de Defesa Interna DOI-CODI/MG

8- G2/Informações (Casa Amarela)

9- Delegacia da Lagoinha

10- 4ª Infantaria Divisionária – ID-4

11- Instituto Bom Pastor

12- 4ª Unidade de Comunicações

13- Colégio Militar de Belo Horizonte

14- Departamento de Trânsito/ Detran

15- G3/Instrução e Operações

16- Quartel do Comando Geral - QCG

17- Secretaria de Segurança Pública

18- Secretaria do Interior

19- Batalhão Escola/BEs

20- Departamento de Instrução/D.I.

21- Hospital da Polícia Militar

22- Hospital das Clínicas

23- Hospital Psiquiátrico Raul Soares

24- Primeiro Batalhão (1º B.I.) com denominação especial de Batalhão de Guardas (B.G.)

25- Pronto-Socorro Maria Amélia Lins

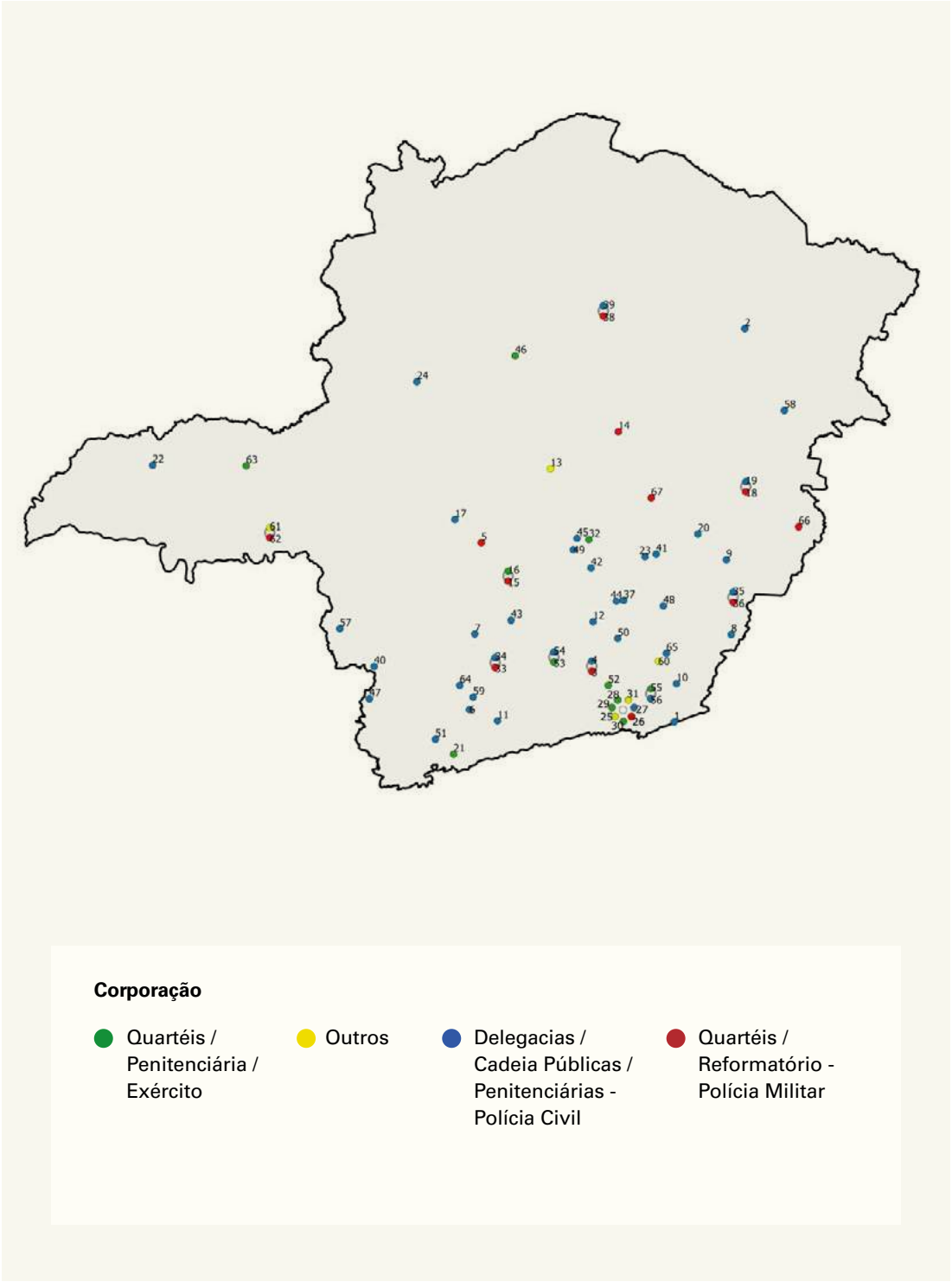
26- 5º Batalhão (5º B.I.) – com a denominação especial de batalhão de Policiamento Ostensivo BPO

27- Penitenciária Feminina Estêvão Pinto

28- 1ª Delegacia Distrital da Polícia Civil

29- Cooperativa dos Médicos da Santa Casa da Misericórdia

30- Casa de Saúde Santa Maria



Mapa 2 – Distribuição dos centros de repressão e tortura no Interior

1- Delegacia de Além-Paraíba

2- Cadeia Pública de Araçuaí

3- 9º Batalhão da Polícia Militar

4- Delegacia de Barbacena

5- 7º Batalhão da Polícia Militar

6- Delegacia de Cambuquira

7- Delegacia de Campo Belo

8- Delegacia de Carangola

9- Delegacia de Caratinga

10- Cadeia Pública de Cataguases

11- Cadeia Pública de Caxambu

12- Delegacia de Polícia de Conselheiro Lafaiete

13- Associação Rural

14- 3º Batalhão da Polícia Militar

15- 7ª Região da Polícia Militar

16- Tiro de Guerra

17- Cadeia Pública de Dores do Indaiá

18- 6º Batalhão da Polícia Militar

19- Delegacia de Governador Valadares

20- Delegacia de Ipatinga

21- 4º Batalhão de Infantaria de Combate

22- Delegacia de Ituiutaba

23- Delegacia de João Monlevade

24- Cadeia Pública de João Pinheiro

25- 10º Regimento de Infantaria

26- 2º Batalhão da Polícia Militar (2º B.I.)

27- Delegacia de Juiz de Fora

28- Penitenciária de Santa Terezinha

29- Penitenciária Linhares / José Edson Cavalieri

30- Quartel-General da 4ª Região Militar

31- Unidade da Polícia Federal

32- Base Aérea

33- 8º Batalhão da Polícia Militar

34- Cadeia Pública de Lavras

35- 11º Batalhão da Polícia Militar

36- Cadeia Pública de Manhuaçu

37- Delegacia de Mariana

38- 10º Batalhão da Polícia Militar

39- Delegacia de Montes Claros

40- Cadeia Pública de Muzambinho

41- Cadeia Pública de Nova Era

42- Cadeia Pública de Nova Lima

43- Delegacia de Oliveira

44- Delegacia de Ouro Preto

45- Cadeia Pública de Pedro Leopoldo

46- Capitania Fluvial do São Francisco

47- Delegacia Municipal de Poços de Caldas

48- Cadeia Pública de Ponte Nova

49- Complexo Penitenciário de Neves (Penitenciária José Maria Alkimin e Colônia Penal Magalhães Pinto)

50- Cadeia Pública de Rio Espera

51- Delegacia de Santa Rita do Sapucaí

52- 4ª Companhia de Intendência

53- 11º Regimento de Infantaria da Montanha

54- Cadeia Pública de São João Del Rei

55- Delegacia de São João Nepomuceno

56- Tiro de Guerra

57- Delegacia de São Sebastião do Paraíso

58- Delegacia de Teófilo Otoni

59- Delegacia de Três Corações

60- Sede do Sindicato

61- 4º Batalhão da Polícia Militar

62- Penitenciária Professor Aluizio Ignacio de Oliveira

63- 32º Batalhão de Infantaria Motorizada

64- Delegacia de Varginha

65- Delegacia de Visconde do Rio Branco

66- Reformatório Krenak - Resplendor

67- Fazenda Guarani - Carmésia

É preciso destacar os eventos centrais que se passaram durante o período de repressão a fim de revelar os acontecimentos até então desconhecidos e promover a reconciliação com a sociedade. Tal afirmação se baseia no conceito do direito à verdade e à memória, que são mecanismos de tratamento em sociedades que passaram por eventos traumáticos, tais como as violações maciças de direitos humanos, promovidos por governos ditatoriais.

4.4 Lugares de memória emblemáticos da repressão

Aqui, são abordados os principais locais em que foi realizada a tortura por integrantes do regime, bem como os lugares em que foram mantidos detidos militantes políticos, acusados de subversão e afinidade comunista. É apresentada também uma análise do funcionamento desses locais de tortura. A exposição dos fatos busca fomentar o debate e promover o gradual desenvolvimento dos direitos humanos, pelo conhecimento histórico e apoio à memória e à verdade.

Delegacia de ordem política e social/DOPS-MG

localizado em área nobre da cidade, na Avenida Afonso Pena nº 2351, o Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais (DOPS/MG) foi criado por meio da Lei Estadual n 1.435 de 1956 e regulamentado pelo Decreto nº 5.027 do mesmo ano, como um órgão de polícia política. Conforme explicação do delegado Antônio Dutra Ladeira, que assumiu a chefia deste órgão após sua criação, à polícia política compete combater os fatores de desagregação nitidamente político-sociais, zelando pela ordem e segurança do Estado de maneira preventiva e repressiva. Sendo assim cabia ao DOPS/MG dirigir os serviços policiais ligados à prevenção e repressão dos delitos de caráter político-social bem como instaurar, avocar, prosseguir e ultimar os inquéritos, dentre outras atividades.[2]

A manutenção da ordem pública incluía o controle sobre greves, atentados, agitações; policiamento e fiscalização de reuniões, encontros e manifestações políticas em geral, especialmente aquelas de cunho comunista. Neste sentido, as delegacias recebiam auxílio da Seção de Arquivo do DOPS, que era o local da guarda e transmissão de informações que movia a ação policial.

A Seção de Arquivo alimentava a Delegacia de Ordem Política e Social e a Delegacia de Vigilância com uma farta documentação: exemplares de publicações comunistas apreendidos, recortes de jornais e outros, que serviam para municiar a ação policial com informações sobre os comunistas, organizações, entidades e partidos ligados ao comunismo.

> (...) Não obstante verificarmos existir desde a Delegacia de Segurança e Ordem Pública e Social (1927) um setor de arquivo para onde convergiam as informações colhidas pelos investigadores, foi nos anos 30 que esse arquivo começou a ganhar proporções significativas culminando, a partir da transformação do órgão de polícia política em Departamento, como um setor altamente especializado quanto à forma de arquivamento e difusão dos informes. [3]

Nesses termos, é possível dizer que quando ocorreu o golpe militar a polícia política mineira estava pronta para servir ao novo regime. Apesar de ser uma modalidade da Polícia Civil vinculada à Secretaria de Segurança Pública, o DOPS/MG já se ligava, desde 1956, à Polícia Militar, por meio do "Adjunto Militar", cargo ocupado por um membro daquela corporação indicado pelo chefe do Departamento. Esta colaboração se tornou mais estreita durante a ditadura militar, especialmente após o AI-5, quando são frequentes as ações conjuntas de tortura realizadas por delegados e investigadores, sargentos e tenentes, dentro de quartéis e delegacias.

Com a mudança de regime político o DOPS passou também a produzir e a distribuir informações ao Exército, Marinha e Aeronáutica, chegando a receber assistência técnico-operacional de órgãos de segurança de outros países, especialmente dos Estados Unidos, e integrando o sistema tentacular da comunidade de informações coordenada pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), criado em junho de 1964. Em 1970, no terceiro andar do prédio da Avenida Afonso Pena foi instalado o DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna), unidade de inteligência destinada a combater os grupos de oposição ao regime militar.[4]

Inspirado ideologicamente pela doutrina de segurança nacional, o DOPS tinha como função principal prevenir e reprimir os crimes políticos, estabelecendo seus próprios parâmetros para a obtenção de dados acerca dos cidadãos, especialmente mineiros. Além de formalizar os inquéritos remetidos pelo DOI-CODI, o departamento também atuava nas investigações, prisões e interrogatórios utilizando de forma sistemática e frequente, principalmente no período conhecido como os anos de chumbo, os mais variados e cruéis tipos de tortura. Emely Salazar, presa durante dois meses nesta delegacia, descreve, de maneira precisa, cenas e características do seu interior:

> as mulheres ficavam presas em salas localizadas no 2º andar, enquanto os homens eram trancafiados nas carceragens situadas no primeiro pavimento. Durante o dia várias pessoas

> circulavam pelo edifício, dando um clima de normalidade. À noite, montavam-se as salas onde se dariam as sessões de tortura. Era uma estratégia para evitar que os gritos dos presos fossem ouvidos. A utilização de instrumentos portáteis de tortura, que podiam ser facilmente montados e desmontados, como máquinas de choque e pau de arara, também era uma estratégia para não deixar vestígios daquelas práticas. As torturas eram praticadas diariamente e chegavam a durar algo em torno de quarenta minutos. As mulheres ficavam todas juntas em uma sala, esperando a sua vez de ser chamada. (...)[5]

Relatos de outros presos mostram que:

> embora boa parte das sessões de tortura aconteciam em salas preparadas, existiam outros espaços no interior do DOPS que foram adaptados para atender outros tipos de violência física. Em um canto de seu estacionamento ficava uma sala, ainda hoje conhecida pelo apelido de sauna. Uma marcação no chão, feito de cimento, encobre a existência de uma antiga "piscina" ou tanque azulejado, de raio pequeno, impossível de ser utilizada para a prática da natação, mas com profundidade capaz de cobrir uma pessoa adulta. Na mesma sala existe até hoje, um cubículo também azulejado, com capacidade para abrigar alguns homens. Nela funcionava a "sauna", uma sala de tortura onde os presos passavam pelo método do esquenta e esfria. Depois do calor o preso passava por sessões de afogamento na piscina. Bancos de alvenaria completavam o cenário de tortura. (...) outro cômodo que ainda guarda os sinais da prática de tortura é uma saleta localizada no segundo piso, com as paredes revestidas por placas de cortiça para abafar o som. Embora houvesse uma preocupação em abafar os gritos dos presos que passavam por interrogatórios, em todos os relatos de vítimas de tortura a lembrança dos gritos dos amigos é recorrente. [6]

O que foi descrito só confirma a fama desta delegacia como o principal centro de tortura do estado e um dos mais temidos do País: bem-aparelhado de equipamentos e de espaços diferenciados de tortura. Mas, é importante ressaltar, que sua característica de órgão independente se torna mais restrito no início da década de 1970 com a criação do CODI/MG. Este fato, no entanto, não provocou uma diminuição nos atos de violações aos direitos humanos cometidos ao longo da história deste centro de repressão, que sempre foi sinônimo de maus-tratos, de torturas, enfim de toda sorte de arbitrariedades não só para os belo-horizontinos, mas para a grande maioria dos mineiros.

O DOPS foi extinto em 1989, sendo substituído pelo Departamento Estadual de Operações Especiais (DEOEsp).[7]

Passados 11 anos de seu "desaparecimento" da estrutura administrativa da Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais, foi aberto o processo de tombamento do imóvel da Av. Afonso Pena 2351, que funcionou como sua sede.

Neste sentido, tinha início o primeiro processo de criação de um espaço de memória destinado à preservação e divulgação dos fatos históricos vinculados aos graves atos de violação dos direitos humanos praticados durante a ditadura militar. Processo este que somente foi concluído em 16/10/2013. Nesta data o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte – CDPCM/BH determinou o tombamento da edificação, não tanto pelo seu valor arquitetônico - um importante exemplar do modernismo vanguardista dos anos 1950 - mas muito mais por seu valor imaterial como lugar de memória. É o que afirma Juliana Jayme no seu parecer:

> (...) proteger a edificação importa para salvaguardar a memória dos abusos cometidos pelo Estado. Memória difícil, incômoda, traumatizante, vergonhosa, mas que nós temos o direito de conhecer e o Estado o direito de divulgar. Preservar a memória, aliás, é uma forma eficaz de evitar a repetição daquilo que se repudia e, nesse caso o que se evita é repetir sessões de tortura física e psicológica, que ocorreram diuturnamente no número 2351 da Avenida Afonso Pena. Sessões essas, que nós repudiamos e, por isso mesmo não queremos esquecer e, tampouco silenciar sobre elas.[8]

Delegacia de Furtos e Roubos

Criada em 1964 como uma unidade autônoma, era uma das mais temidas delegacias de Minas Gerais e até mesmo do País, por seus métodos de tortura e prisões legais. Em suas dependências bem precárias e insalubres, presos políticos se juntavam a presos comuns nas salas onde se praticavam diferentes tipos de tortura: pau de arara, hidráulica, choque elétrico, palmatória, espancamentos, ameaças de morte, entre outros. O depoimento do preso Nilo Sérgio Meneses Macedo é um exemplo das atrocidades que eram cometidas neste centro de repressão:

> Foi ali espancado por vários dias pelo deputado Lara Resende, pelos investigadores José Pereira e Haydn Saraiva e outros - foi colocado nu durante três dias e três noites, numa cela infecta, malcheirosa e cheia de enormes ratazanas que à noite o impediam de dormir.[9]

Outro fato gravíssimo, acontecido no interior desta delegacia, está ligado à morte do ex-sargento da Aeronáutica João Lucas Alves, militante da organização Colina. No dia 28/01/1969 ele foi encontrado morto em sua cela. Por não admitir

sua participação em assaltos a Bancos e nem fornecer informações sobre seus companheiros, João Lucas foi brutalmente torturado até a morte: para a polícia foi suicídio. Mas fotos de seu corpo mostram um quadro de graves mutilações decorrentes das torturas sofridas.

No ano de 1985, após denúncias do Ministério Público, a Delegacia de Furtos e Roubos foi desativada e transferida para a Rua Uberaba, no Barro Preto.

ALGUNS MILITANTES DETIDOS NA DELEGACIA DE FURTOS E ROUBOS (1964-1974)

Afonso Celso Lana Leite, Ageu Heringer Lisboa, Angelo Pezzuti da Silva, Antonio Pereira Matos, Erwin Rezende Duarte, Jorge Nahas, José Antonio Gonçalves Duarte, Mônica Eustáquio Fonseca, Nestor Vera, Nilo Sérgio Menezes Macedo, Paulo Ferreira Souza, Pedro Paulo Bretas.

G2 – Serviço de Informação da Polícia Militar - Casa Amarela

Construído em 1912, para servir como moradia familiar, esse sobrado destaca-se por suas características arquitetônicas em estilo eclético, que predominava nas primeiras edificações da capital mineira: relevos em massa, sobrevergas ornadas, platibandas em frontões, presença de varanda na lateral e de um pequeno jardim. [10]

A partir de 1944, a edificação perde sua função residencial e passa a ser propriedade da Polícia Militar, onde se instala o G2 – Grupo de Informação do Estado de Minas Gerais, vinculado, administrativamente, ao Estado Maior da Polícia Militar.

No período da ditadura militarista a edificação ficou conhecida, pelos militantes políticos, como "Casa Amarela", funcionando como centro de repressão e local de triagem, bem próximo do Palácio da Liberdade e do Palácio Episcopal. No seu interior, saletas de teto alto e grandes janelas davam a impressão de uma repartição pública com seus ruídos normais e ritmo lento. Mas à medida que a repressão contra os opositores do regime militar aumentava, o cenário da Casa Amarela também se modificava: "salas e corredores repletos de gente e os ruídos de carros estacionados na frente do prédio a despejar continuamente novas levas de presos que vinham já aos sopapos e aos gritos." [11] A partir de 1976 este local mudou radicalmente de função, passando a ser a sede da Ação Feminina de Assistência Social da PMMG.

ALGUNS MILITANTES POLÍTICOS QUE PASSARAM PELO G2 (1966-1969)

Carlos Antonio Melgaço Valadares, Elmo Coelho da Silva, Gildásio Westin Cosenza, Jorge Raimundo Nahas, José Adão Pinto, Loretta Kiefer Valadares, Lúcio Dias Nogueira, Luís Raul, Márcio Araújo de Lacerda e Vera Lúcia de Magalhães Lopes.

Quartel do 12º Regimento de Infantaria – 12 RI

Construção em estilo eclético da década de 1920, esse quartel foi uma das unidades do Exército utilizada como aparato para prisões ilegais e para obtenção de depoimentos, sob tortura, de presos políticos. Localizada na Rua Brito Melo s/nº, no Barro Preto, sua área total compreende a quadra entre as ruas Juiz de Fora, Timbiras, Uberaba e Gonçalves Dias, onde funcionaram o Centro de Preparação dos Oficiais da Reserva (CPOR), a 4ª Infantaria Divisionária (ID-4), e a partir de 1970 o Destacamento de Operações e Informações (DOI).

Neste conjunto arquitetônico, que concentrava funções de logística, alojamento, treinamento de militares e armazenamento de material, foi montado no interior do quartel 12RI um dos mais violentos locais de tortura da capital mineira, como atesta o depoimento do ex-preso político Carlos Melgaço:

> Fui espancado numa sala e depois num pátio relativamente grande para onde fui levado de madrugada. Trouxeram minha companheira, a Loreta, que estava presa no presídio feminino. Eles queriam que ela falasse, pois não sabiam nada e acreditavam que ela e outras presas pertenciam a uma organização de mulheres. No pátio fui espancado e algemado e o tenente Pádua pulou em cima do meu peito. Lembro até hoje, ele usava uma botina preta com marrom. Ele me quebrou quatro costelas. Loreta, sentada numa cadeira, era obrigada a assistir o que acontecia e ela me identificou quando ligaram o farol do jipe em cima de mim. Ela disse que era advogada. Responderam: "estamos na ditadura, isto não tem valor nenhum."[12]

Segundo a publicação "Brasil Nunca Mais", 74 presos foram torturados neste quartel onde cumpriram funções dois militares bem conhecidos dos opositores da ditadura: o coronel Otávio Medeiros, futuro chefe do SNI e o capitão Hilton Portella, acusado por 18 depoentes por atos marcados de crueldade e sadismo.[13]

ALGUNS MILITANTES POLÍTICOS QUE PASSARAM PELO 12º REGIMENTO DE INFANTARIA – 12 RI (1964-1974)

Abner de Souza Pereira, Ana Lúcia Penna, Antônio de Faria Lopes, Antônio Pereira Matos, Ápio Costa Rosa, Apolo Heringer Lisboa, Aristides Salgado Santos, Carlos Melgaço, Conceição Imaculada de Oliveira, Ênio Seabra, Gildásio Cosenza, Gilse Cosenza, Jorge Antônio Pimenta Filho, José Adão Pinto, Manoel de Oliveira Pinto, Maria do Rosário Cunha Peixoto, Maria Lúcia Resende Garcia, Maria Mendes Barbosa, Mário Bento, Murilo Borges Bernardes, Nilcéa Moraleida, Waldo Silva.



Figura 1 - Penitenciária Estevão Pinto. Entrada. Fonte: "A Pedra e a Lei" – Oscar Vianna Vaz. Dissertação de Mestrado UFMG. 2005

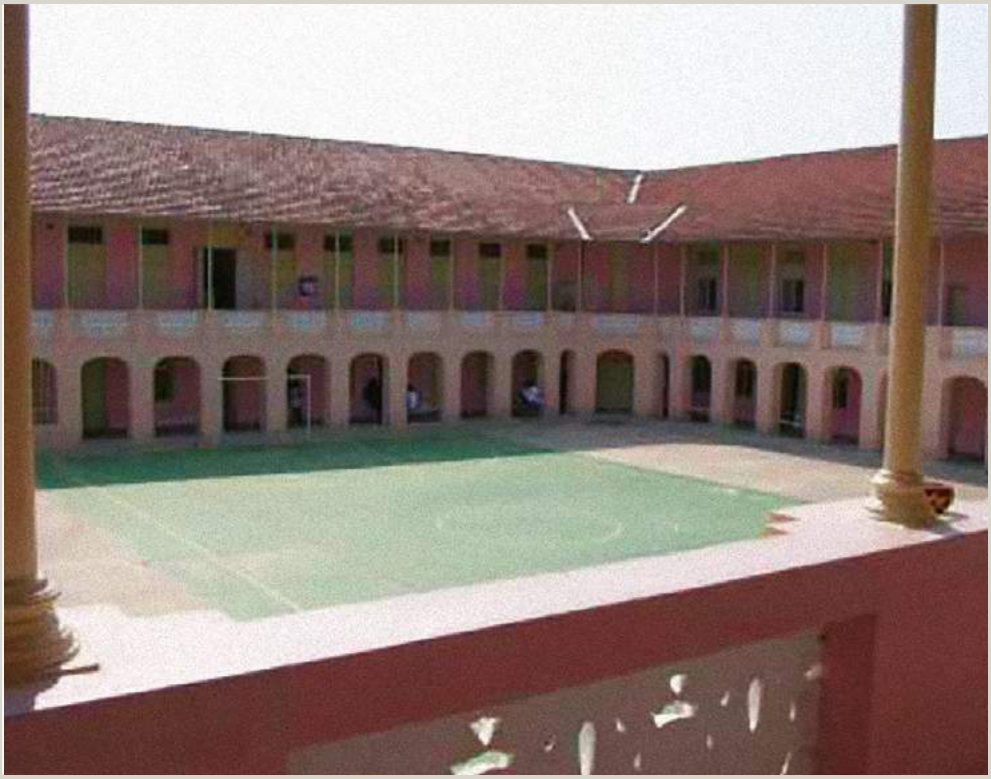


Figura 2 - Penitenciária Estêvão Pinto. Vista do Pátio. Fonte: "A Pedra e a Lei" – Oscar Vianna Vaz. Dissertação de Mestrado UFMG. 2005



Figura 3 - Penitenciária Feminina Estêvão Pinto. Vista pela passarela. Fonte: "A Pedra e a Lei" – Oscar Vianna Vaz. Dissertação de Mestrado UFMG. 2005



Figura 4 - Prédio da antiga Delegacia de Vigilância Social – DOPS. Fonte: Acervo do Jornal *Hoje em Dia*



Figura 5 - Corredor de acesso às celas do primeiro pavimento do DOPS. Fonte: Dossiê de Tombamento. Departamento do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte



Figura 6 - Visão noturna do DOPS, período em que mais aconteciam as sessões de tortura
Fonte: Dossiê de Tombamento. Departamento do Patrimônio Cultural de BH



Figura 7 - Saleta coberta com cortiça, utilizada para abafar os gritos que ocorriam durante as torturas. Fonte: Dossiê de Tombamento. Departamento do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte



Figura 8 - Delegacia de Furtos e Roubos. Fonte: Acervo do Jornal *Hoje em Dia*



Figura 9 - Delegacia de Furtos e Roubos (de outro ângulo). Fonte: Acervo da Polícia Civil



Figura 10 - Centro de Triagem da Polícia Militar – Casa Amarela. Fonte: Foto Breno Pataro - Acervo PBH



Figura 11 - G2 Casa Amarela – Polícia Militar. Fonte: Foto Marcus Schubert. Acervo Covemg



Figura 12 - Complexo Penitenciário Agrícola de Neves. Fonte: Jornal *Estado de Minas*



Figura 13 - Penitenciária José Maria Alkimin (vista lateral). Fonte: Google Maps



Figura 14 - Penitenciária José Maria Alkimin - Vista das janelas das celas. Fonte: Google Maps



Figura 15 - Penitenciária José Maria Alkimin - Vista da área externa. Fonte: "A Pedra e a Lei" – Oscar Vianna Vaz. Dissertação de Mestrado UFMG. 2005



Figura 16 - Colégio Militar de Belo Horizonte. Fonte: Acervo do Jornal *O Tempo*



Figura 17 - 4ª Companhia de Comunicações Leves do Exército. Fonte: Acervo do Exército Brasileiro Forças Armadas



Figura 18 - Entrada para a Penitenciária de Linhares. Fonte: Acervo Covemg



Figura 19 - Interior do Complexo Penitenciário de Linhares. Fonte: Acervo Covemg



Figura 20 - Frente do bloco central da Penitenciária de Linhares. Fonte: Acervo Covemg



Figura 21 - Guarnições do 12º Regimento de Infantaria em BH. Fonte: Google Maps



Figura 22 – 12º Regimento de Infantaria, Quartel Principal crivado de balas na Revolução de 1930. Fonte: Jornal *O Tempo*



Figura 23 - Prédio principal do 12º Regimento de Infantaria. Fonte: Google Maps

4ª Companhia de Comunicações do Exército – Colégio Militar

A 4ª Companhia teve sua origem no Batalhão de Engenheiros que participou da Guerra da Tríplice Aliança, construindo a "Estrada do Chaco", que permitiu a duque de Caxias realizar a manobra de envolvimento chamada "dezembrada" na Guerra do Paraguai. O Batalhão foi desmembrado na 4ª Companhia de Transmissões com sede inicial na Vila Militar no Rio de Janeiro. Em seguida, foi transferida para Ouro Preto, até que em 16/04/1964 a Unidade foi transferida para Belo Horizonte e passou a ocupar um pavilhão do Colégio Militar. Em 25/03/1966 foi inaugurado um aquartelamento ao lado da Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente, possui área de 190mil m² que compartilha com o Colégio Militar, vizinha à Universidade Federal de Minas Gerais. Em 02/07/2014, por meio da Portaria nº 645, o comandante do Exército alterou a natureza e transformou essa unidade militar em ações em 4ª Cia de Comunicações Leves. [14]

Durante o regime militar a 4ª Companhia, como muitas outras unidades das Forças Armadas, teve suas funções originais desviadas e foi utilizada para manter os presos políticos e funcionar como centro de tortura. Em depoimento, João Batista dos Mares Guia afirma que o lugar era mantido em condições deploráveis, o que lhe causou problemas de saúde:

> Lá eu era mantido isolado. (...) em uma cela inundada, cheia de ratos e baratas, isso acabou com a minha rinite e eu fui internado pouco tempo depois no Hospital Militar. (...) Também eram constantes as sessões de torturas físicas e psicológicas que variavam de espancamentos, pau de arara, choques elétricos e "passeios noturnos", fora do terreno da 4ª Companhia, sempre acompanhados de ameaças de morte.[15]

Muitos destes graves atos de violação dos direitos humanos foram perpetrados por membros do Exército como o coronel Cavalieri, o coronel Motta e o capitão Gomes Carneiro.

Em outubro de 1968, os estudantes mineiros presos por ocasião do 30º Congresso da UNE em Ibiúna, depois de uma curta passagem pela Penitenciária de Tiradentes em São Paulo, foram alojados nas dependências dessa unidade aguardando investigação. No percurso, três estudantes conseguiram burlar a vigilância e fugiram, saltando do ônibus em movimento pela porta de emergência: José Luiz Guedes, José Jarbas Cerqueira e Ronald de Oliveira Rocha.

Outro fato que deu destaque a 4ª Companhia de Comunicações e demonstrou claramente sua ligação com o Colégio Militar foi a prisão dos padres

franceses do Horto. Porque eles contaram sobre a presença de alunos do educandário no momento em que eram realizadas as sessões de tortura e interrogatório. Essa estratégia fazia parte do plano de criação de um "inimigo comum" pelos membros do Exército. O relato de Michel Le Ven descreve como os alunos do Colégio eram levados para assistir às sessões de interrogatório dos prisioneiros:

> Todos os sábados chegavam uns 20 alunos do Colégio Militar. Do corredor eles ficavam falando: 'olha lá o comunista, comedor de criancinha'. Isso eu na cela e eles na grade, com mais ou menos 17 anos (...) o pior era na hora dos interrogatórios, havia estudantes do Colégio assistindo. Eu perguntava para eles: O que vocês estão fazendo? Vão para casa meninos. [16]

O método de operação e o uso dos próprios alunos da Instituição como alicerces e "membros futuros" revelam o compromisso e a perversidade da doutrina de segurança nacional durante o regime militar.

ESTUDANTES MINEIROS PRESOS EM IBIÚNA DETIDOS NA 4ª COMPANHIA DE COMUNICAÇÕES DO EXÉRCITO

Abel Antônio da Costa, Aluísio Eustáquio de Freitas Marques, Ana Maria Mendes, Antônio Carlos Drumond Monteiro de Castro, Antônio Silva Maia, Antônio Lázaro Rodrigues, Antônio de Pádua Machado, Arlete Diniz Campolina, Arlinda Lima da Costa, Arquimedes Cartulianes, Cândido Bretas Magnini, Carlos Alberto A. Fernandes Távora, Carlos Augusto Junqueira Henrique, Carlos Wolney Soares, Carmen Maria da Conceição, Cássio Rogério Ramos, Cesar Epitacio Maia, Dalvo Cardoso de Oliveira, Danilo Carata, Demerval da Silva, Edson Gonçalves Soares, Elias Antônio Jorge, Elizabeth Schmidt de Andrade, Elza Pereira, Enio Antônio Diniz Dutra, Eumar Prottis, Gilberto Martins Vasconcelos, Gildásio Westin Cosenza, Gildo Macedo Lacerda, Hailton Couri, Irani Martins Parreiras, Jaime Petit da Silva, João Álvaro de Oliveira, João Batista dos Mares Guia, Jorge Batista, José Antônio Gonçalves Duarte, José Carlos Novaes da Mata Machado, José Diniz Moreira, José Gomes de Paula Filho, José Jader da Silva, José Norberto Ataíde Mota, Jurany Castro Rezende Andrade, Laís Soares Pereira, Lucimar Belo Pereira, Luiz Fernando Borges de Oliveira, Luiz José de Macedo, Luiz Lotfallah Miziara, Luiz Sérgio Fonseca Soares, Manoel Selto, Manoel da Silva Costa Junior, Manuel Tolentino Filho, Marcos Silvio Pinheiro, Marcos Wilson Spyer Prates, Maria Lucia Santos Resende, Maria Luzia Rodrigues, Marilia Pires Fernandes, Marília da Silva Costa, Mauro Mendes Braga, Max Botelho Victor Rodrigues, Newton Miranda Sobreiro, Olavo Junqueira de Andrade, Paulo Roberto de Magalhães, Paulo Telles da Silva, Pedro Luiz Matos Giovanini, Rafael Arendt Neto, Reginaldo Joaquim Pereira, Reynaldo do Carmo Neve, Renato Alves do Valle, Ricardo Fontes Cintra, Ricardo Samuel de Lima, Romualdo Francisco Damáso, Ronald de Oliveira Rocha, Rosa Maria Nassif de Mesquita, Salvio Moreira Penna Franco, Sérgio de Moraes Elias.

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo. Acervo DEOPS.

Complexo Penitenciário De Neves: Unidades Penais José Maria Alkimin e José Magalhães Pinto

A Penitenciária José Maria Alkimin se destaca como a primeira penitenciária do Estado de Minas Gerais. Construída em 1927, a mando do presidente da República Washington Luís, foi instalada na zona rural do município de Contagem, na localidade conhecida como "Fazenda das Neves", com 925 hectares. No entanto, só seria inaugurada em 1938, pelo presidente Getúlio Vargas que, em seu discurso, comentou o fato de ser criada a primeira penitenciária autossustentável do continente sul-americano. E ela assim permaneceu durante muitas décadas, chegando a ter até mesmo uma loja em Belo Horizonte para comercializar os frutos do trabalho agrícola dos presos, desempenhado no interior da instituição.[17]

Seus pavilhões possuem arquitetura de inspiração modernista, tendo como modelo estabelecimentos penais da Inglaterra e da França. Hoje, pelo menos 80% dos detentos desempenham trabalho dentro do estabelecimento prisional ou em parcerias com a iniciativa privada.

Atualmente, aproximadamente 1,25 mil presos estão encarcerados na Penitenciária, que preserva suas origens agrícolas. O prédio foi tombado pelo Conselho Municipal do Patrimônio Histórico de Ribeirão das Neves.

A Colônia Penal Magalhães Pinto, uma edificação com dois pavimentos em formato de U, ficava a 3 km do município de Ribeirão das Neves. Segundo o depoimento de Antônio Ribeiro Romanelli, era anexa à Penitenciária José Maria Alkimin e foi utilizada com o propósito específico de receber presos políticos, tendo em vista que esta última unidade penal seria destinada apenas a presos comuns (condenados por furtos, homicídios, etc.). Deste modo, segundo os depoimentos de guardas da Colônia Penal,[18] os agentes eram treinados de maneira especial para lidar com os presos políticos, tendo sido, em algumas ocasiões, enviados aos Estados Unidos para treinamento. Neste local, dentre as imposições aos presos, estava a incomunicabilidade, relatada por inúmeros detentos, como Antônio Ribeiro Romanelli, Marcos Rubinger, Domingos Viotti, entre outros.[19]

Durante o regime militar, os presos formavam comunidades multidisciplinares compostas de médicos, advogados, dentistas e outros profissionais. Este fato reverberava na maneira como os guardas do local os tratavam, com maior respeito e atenção. Em seu livro, Romanelli relata o seguinte fato: um dos guardas do Complexo recebeu a visita de sua esposa com o filho doente e na ausência de quaisquer condições de levar a criança ao hospital, um dos presos políticos,

médico, solicitou permissão para atender a criança e assim foi concedido. Com o passar do tempo, os demais soldados e guardas aderiram à ideia de se beneficiar dos serviços profissionais da comunidade dos presos políticos. Sendo assim, a relação do preso político com o agente público se desenvolveu, com os detentos chegando a obter autorização da administração até mesmo para a construção de um campo de futebol em uma das áreas do pátio.[20]

Posteriormente, a denominação da Colônia Penal Magalhães Pinto foi mudada para Penitenciária Antônio Dutra Ladeira.

ALGUNS OPOSITORES DO REGIME MILITAR PRESOS NO COMPLEXO PENITENCIÁRIO DE NEVES (1964-1974)

Adolfo Hérmiton de Almeida, Antônio Faria, Antônio Ribeiro Romanelli, Aristides Cardoso Roriz, Carlos Alberto Soares de Freitas, Degulle de Freitas Castro, Domingos Viotti, Francisco Fernandes de Oliveira, Gildásio Cosenza, José Afonso Alencar, José Augusto de Paula, José Gomes Pimenta (Dazinho), Marcos Rubinger.

Penitenciária feminina Estêvão Pinto

A Penitenciária Industrial Estêvão Pinto foi criada em 1948 como decorrência direta da criação do Código Penal de 1940. No início do seu funcionamento, foram destinadas 60 vagas para todos os regimes de cumprimento de pena, o que era suficiente para a demanda prisional feminina em Minas Gerais. No entanto, desde a criação da Penitenciária, em 1948, o estado não manteve uma política de expansão de vagas no sistema penitenciário estadual e menos ainda de prevenção e recuperação da delinquência conforme o sexo do infrator, o que levou o local a inúmeras superlotações.[21]

A arquitetura da "Penitenciária de Mulheres", como é conhecida, é marcada pela presença de barreiras físicas, como todo estabelecimento prisional, contudo, é interessante notar que os muros externos e internos são todos cor-de-rosa, tentando feminilizar algo tido como essencialmente masculino. O conjunto arquitetônico é composto por um pavilhão principal, dividido em dois níveis. Há inúmeros anexos, compostos por oficinas de trabalho, suítes, alojamento de segurança máxima e ambulatório médico-odontológico.

Durante o regime militar, a "Penitenciária de Mulheres" serviu como local de prisão para inúmeras militantes e demais acusadas de subversão. Um exemplo é o de Heredia Gomes, que foi mantida na prisão por aproximadamente 13 dias.

Em seu depoimento para o processo de Maria de Lourdes Viana[22], narra que as presas políticas eram mantidas em uma cela com inúmeras outras, característica da lotação. "O tratamento era horrível, só terrorismo (...). Nós só saíamos da cela para visita e para banho. Nem sol nós não tomávamos." Outro exemplo é o da jornalista Wânia Santayanna, que foi presa já grávida. Em seu processo, consta que sofreu maus-tratos e abusos, mesmo tendo necessidades especiais, porque o estabelecimento se omitiu em fornecer a devida assistência médica. Este fato teve intensa repercussão dada pelo Sindicato dos Jornalistas do Estado de Minas Gerais, e por causa disso, Wânia foi transferida da "Penitenciária de Mulheres" para o Convento das Irmãs Beneditinas, onde funciona hoje o Hospital Madre Tereza.[23]

Com o desmonte das organizações políticas clandestinas, a partir de 1969, o número de presas políticas aumentou de forma expressiva. Depois da triagem no DOPS e no G2, elas eram encaminhadas para esta Penitenciária. Pela descrição de uma das presas, Loreta Valadares, apresenta com detalhes o cenário do interior dessa unidade carcerária:

> [lá as presas] são enviadas para celas de isolamento, que servem de castigo para as presas comuns: pequenos cubículos, com uma cama de pedra e colchão de palha, um espaço reservado para latrina, no chão sobre a qual pende uma torneira. A janela é gradeada e alta, a porta de ferro com uma portinhola para passar a comida. As celas ocupam um pequeno corredor, são cinco de um lado, quatro de outro, porque a última havia sido transformada em um banheiro, com chuveiro, para onde, nos dias que se seguem, as levam, uma a uma, de manhã cedo, para tomar banho. É o único "acontecimento social". (...).[24]

ALGUMAS MILITANTES POLÍTICAS PRESAS NA PENITENCIÁRIA FEMININA ESTÊVÃO PINTO (1964-1974)

Delsy Gonçalves de Paula, Gilse Cosenza, Laudelina Maria Carneiro, Loreta Valadares, Maria das Dores Freire, Maria do Rosário Cunha Peixoto, Matilde Maria Almeida Melo, Tânia Cardozo Spyer Prates, Terezinha de Jesus Peixoto Chaves, Thereza Aurelia Alvares Vidigal, Vera Lígia Huebra Saavedra Durão, Vera Lúcia de Magalhães Lopes, Veronica Santos de Freitas e Wania Candido de Almeida Santayanna.

Penitenciária José Edson Cavalieri - Linhares

Linhares foi criada por um ofício da Câmara Municipal de Juiz de Fora que apontava a necessidade de um presídio que "estivesse dentro das técnicas modernas,

e que também servisse para melhorar as condições das cadeias públicas da região". Sendo assim, em 1º/07/1965, por meio da Lei 3.393, uma nova unidade prisional foi instituída, com o nome de Penitenciária Regional de Juiz de Fora. Inaugurada em 1966, logo ficou conhecida como Penitenciária Linhares, nome da área onde foi construída, nos arredores da cidade. Com o objetivo de substituir as acanhadas dependências da Penitenciária Santa Terezinha, era destinada a receber presos comuns e deveria funcionar também como uma instituição penal agrícola. Mas os primeiros presos foram 16 militantes do Movimento Nacionalista Revolucionário, detidos por participarem da guerrilha da Serra do Caparaó, na Zona da Mata.[25] Dentre os presos estava um único civil, o gaúcho Milton Soares de Castro, encontrado morto em sua cela, e sua morte dada como suicídio. Entretanto, este fato não seria possível em razão das dimensões do local onde estava preso: um homem de 1,80m não poderia se enforcar em uma torneira de uma pia cuja altura não ultrapassava 1,20m. Vários depoimentos apontam para execução, no entanto, as circunstâncias em que esta morte se deu até hoje são controversas. [26]

Em 1968, com a decretação do AI-5 houve um grande aumento de presos políticos não só em Minas, mas também em todo o País e muitos deles foram encaminhados para Linhares, que pertencia a IV Região Militar, para cumprir pena ou para aguardar julgamento. Mas foi somente em 1969 que esta unidade foi transformada, de fato, em "prisão política, sob controle militar", com a chegada de um grande número de militantes de diferentes grupos políticos e a redução drástica do contingente de presos comuns em suas dependências.

Mas o que deu grande destaque ao presídio foram documentos produzidos por presos vindos de Belo Horizonte dos grupos Colina e Corrente. Em Linhares, sob forte vigilância e controle, estes presos conseguiram, com muita coragem e criatividade, escrever e divulgar duas cartas que denunciavam as condições desumanas vividas por eles nas prisões para onde foram levados anteriormente – DOPS, Delegacia de Furtos e Roubos, DOI-CODI e 12 RI- os diferentes tipos de tortura sofridos, e os agentes públicos responsáveis por estas atrocidades. Também relatavam a morte de dois presos políticos: João Lucas Alves, na delegacia de Furtos e Roubos de Belo Horizonte e de Viana Caillou, na 1ª Companhia de Polícia do Exército, no antigo estado da Guanabara.

Estes documentos, conhecidos como as "Cartas de Linhares", datadas de dezembro de 1969, permitiram que se tornassem públicos, no País e no exterior, muitos atos de violência cometidos pela ditadura militar contra seus opositores políticos.[27]

Linhares manteve sua condição de presídio político até 1978. Atualmente, a Penitenciária faz parte da estrutura administrativa do estado de Minas Gerais.

SIGNATÁRIOS DA CARTA DE LINHARES – GRUPO COLINA

Afonso Celso Lana leite, Angelo Pezzuti da Silva, Antônio Pereira Mattos, Erwin Rezende Duarte, Irany Campos, Jorge R. Nahas, José Raymundo de Oliveira, Júlio Antonio Bitencourt de Almeida, Marco Antônio Azevedo Meyer, Maurício V. Paiva, Murilo Pinto da Silva e Pedro Paulo Bretas.

SIGNATÁRIOS DA CARTA DE LINHARES – GRUPO CORRENTE

Antônio José de Oliveira, Arnaldo Fortes Drumond, Celso Joaquim, Délio Fantini, Demétrio Rocha Ribeiro, Elias Siqueira, José Adão Pinto, José Alfredo, Márcio Lacerda e Marco Antônio Victoria Barros.

No dia 20/07/2017, um grupo de conselheiros e assessores da Covemg visitou a Penitenciária de Linhares. Entre eles estavam dois ex-presos políticos, Carlos Melgaço e Emely Salazar, que cumpriram pena e aguardaram julgamento nesta unidade carcerária, no início dos anos 1970.

Durante a visita, eles reconheceram suas celas minúsculas e úmidas, as compridas e extensas galerias das alas masculina e feminina e, principalmente, relembraram os companheiros e companheiras com os quais compartilharam não somente o duro cotidiano do presídio, mas também criaram as mais variadas estratégias de sobrevivência, em especial, a de comunicação para dividir as notícias do mundo lá fora, as angústias e as esperanças, Para os dois conselheiros, a paisagem do entorno mudou, perdendo seu ar rural devido à expansão urbana de Juiz se Fora. Mas o conjunto arquitetônico permaneceu o mesmo, sem grandes mudanças: insalubre e mal iluminado, celas sem nenhum conforto e pátios acanhados, e por último, porém o mais importante: o número de presos acima da capacidade de suas instalações. Um retrato fiel do que revelam, intramuros, a grande maioria das penitenciárias brasileiras.

ALGUNS MILITANTES POLÍTICOS PRESOS NO PRESÍDIO DE LINHARES (1966-1974)

Ângelo Pezutti, Ápio Costa Rosa, Augusto Sales Galvão, Avelino Bioen Capitani, Colatino Lopes Soares Filho, Dilma Rousseff, Fernando Pimentel, Gilney Amorim Viana, João Carlos Reis Horta (João Comunista), Luiz Antônio Sansão, Marco Antônio Azevedo Maia, Milton Soares de Castro, Nilmário Miranda, Oswaldo Ribeiro dos Santos e Ricardo Fontes Cintra.

Delegacia de João Monlevade

Logo após o golpe militar de 31 de marco de 1964, a Cia Siderúrgica Belgo Mineira (CSBM) demitiu, de forma coercitiva, cerca de 74 operários acusados de serem agitadores, embora todos eles, contratados em regime da CLT, tivessem estabilidade de emprego. Este fato aconteceu na unidade da empresa localizada na cidade de João Monlevade.

Em meados de 1964, emancipada do município de Rio Piracicaba, era uma típica cidade-empresa: a CSBM não só dominava a paisagem urbana como também se responsabilizava pela infraestrutura necessária à manutenção de seus trabalhadores e familiares em termos de habitação, saúde, educação e abastecimento. Perder o emprego significava, portanto, perder a casa, a escola dos filhos, o atendimento ambulatorial e a compra de alimentos e remédios nos armazéns da empresa, que eram descontados, mensalmente, na folha de pagamento. Naquela época, a Belgo empregava aproximadamente 4mil trabalhadores.

A justificativa da empresa para punir uma parte significativa de sua mão de obra se baseou em ações que, em algum momento, tinham sido compartilhadas reivindicações por melhores condições de trabalho e salário, via o Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade e participação na assembleia permanente organizada pela entidade sindical para manifestar, publicamente, seu apoio ao governo deposto de João Goulart e protestar contra o golpe militar.

Conforme depoimentos encontrados nos processos do CONEDH esta demissão em massa foi o modo utilizado pela CSBM para se livrar dos metalúrgicos comprometidos com as causas do movimento operário, ou seja, dos trabalhadores sindicalizados estáveis. Na verdade, o objetivo final era conter o avanço do movimento sindical, cada vez mais forte, no interior da fábrica: greves já tinham ocorrido em anos anteriores.

Para isso a empresa contou com o suporte de agentes públicos das Policias Civil e Militar. De um lado, a Belgo Mineira se valeu de um oficial reformado da PM, o tenente-coronel Gorgozinho, que era encarregado do seu setor de vigilância e mantinha um ótimo relacionamento no interior da corporação militar. Sendo assim, ele mobilizou policiais do 6º Batalhão sede Governador Valadares a fim de apurar atos de subversão e prender comunistas, que transformaram Monlevade em uma verdadeira praça de guerra, auxiliados por agentes da Polícia Civil e do Exército. De outro lado, a mando do responsável pelo serviço social da empresa, Ademar Soares de Oliveira, estes policiais passaram a buscar operários suspeitos, nas suas casas ou no trabalho. Detidos e levados à delegacia de Monlevade,

onde eram submetidos a constrangimentos físicos e psicológicos, eles permaneciam presos entre 3 e 7 dias. Sob fortes ameaças, eram levados ao escritório de Ademar ou diante de sua presença, na própria delegacia local, e assinavam um pedido de demissão que lhes dava apenas uma indenização simples e não em dobro, como garantia a legislação trabalhista, pela falta de justa causa.

Após esse ato, os operários eram levados ao Fórum de Piracicaba para terem seu "acordo" homologado, conforme exigência legal, uma vez que a assistência sindical ficava prejudicada, pois o Sindicato dos Metalúrgicos de Monlevade estava sob intervenção e o interventor era, justamente, o tenente-coronel Gorgozinho.

Segundo o relato de algumas vítimas, todos os trabalhadores eram transportados em um jipe que seria de propriedade da CSBM e acompanhados por escolta policial.

Inicialmente, o critério ou pretexto para a demissão dos trabalhadores teria sido a assinatura na ata da assembleia permanente organizada pelo Sindicato dos Metalúrgicos. Para sustentar a necessidade de deter ou de manter preso esse grupo, os agentes policiais fizeram verdadeiras devassas em suas casas, em busca de qualquer indício que os ligasse a ideias comunistas ou contrárias à ditadura militar. Mas o resultado desta investida policial apenas conseguiu encontrar, com alguns operários, documentação que pudesse servir de base para um inquérito militar. Sendo assim, surgiram dois tipos de punição: demissão sumária e perda da moradia fornecida pela CSBM, e outra que incluía, além das duas citadas, prisão no 6º Batalhão da PM de Governador Valadares, seguida de transferência para o DOPS de BH, dando continuidade às investigações. Todos responderam a processo perante a Auditoria da 4ª Região Militar, como incursos na Lei de Segurança Nacional. Mas a perseguição não cessou com estas punições, porque a Belgo queria ver-se livre dos chamados "agitadores" de forma bem contundente. Assim foram tomadas outras providências: além da perda da moradia, eles eram proibidos de residirem próximos à usina; o envio de uma circular pela CSBM a todas as empresas da região informando o nome dos trabalhadores "demitidos por subversão"; e um comunicado entre autoridades da Polícia Militar de Minas Gerais relacionando os acusados e os qualificando conforme sua "periculosidade".

A história de Pedro Lúcio de Almeida mostra, de maneira exemplar, os atos de violência que atingiram a maioria dos trabalhadores demitidos da Belgo. Segundo o processo 228 do CONEDH ele começou a trabalhar na Belgo, em 14/03/1946.

> Foi demitido em 27/04/1964, quando veio a revolução, juntamente com mais 73 companheiros, a mando CSBM, por três policiais à paisana e armados; que foram à casa dele e o prende-

ram; que ele estava se preparando para ir pegar serviço, quando chegou o jipe com os policiais, "e me agrediram e me pegaram empurrando e jogaram-me dentro do jipe"; que eram mais ou menos 19h; que levaram-no junto com outros trabalhadores para Rio Piracicaba, onde se encontrava o juiz Murilo Furtado; que o referido juiz dava saída nos documentos até às 22h: que de volta para João Monlevade, o policial Napoleão desse o dinheiro desse um tanto para ele; que ficou preso de um dia para o outro ,que o chamavam de comunista; que ele não pode mais trabalhar de empregado porque a vista dele "não passava mais os exames", porque perdera a vista com uma farpa de ferro no laminador de arame; que passou dificuldades, com problemas psicológicos; que os filhos pequenos sofriam ameaça dos policiais e do chefe da CSBM [...]; que o Sr. Ademar o obrigou a assinar e sair da casa com prazo de 24 horas, ou seria despejado; que sob a ameaça de revólver calibre 38 encostado na cabeça dele desocupou a casa e foi morar de aluguel; que mesmo assim os policiais passavam em frente à casa dele e o ameaçavam; que os policiais agrediam verbalmente os familiares dele; que fazia "bicos" de serviço capinando lote, furando cisterna e alguns biscates que apareciam; que ele não conseguia emprego; que ele era maquinista da CSBM; que após 18 anos de trabalho na empresa não foi indenizado na forma da lei."

LISTA DOS 74 OPERÁRIOS DEMITIDOS

Aarão Zacarias de Faria, Alcides Pinto Barbosa, Ananias Morais, Antenor Moreira Borges, Antonio Crispim de Oliveira, Antônio de Oliveira Barroso, Antônio Nazário Filho, Antônio Pedro, Antônio Pereira Filho, Aristeu Camilo, Arnaldo Luiz Lage, Ary Câmara, Bento Jacó da Silva, Carlos Michel, Carlos Simões, Deusedino Avelino Santos, Deusmiro Duarte Lage, Divino Francisco de Assis, Divino Medeiros, Elpídio Pires da Silva, Euzébio Moreira dos Santos, Evangelista Justino Silva, Francisco Assis de Souza, Francisco de Sales Gonzaga, Galdino Tomaz da Costa, Geraldo de Paula Miranda, Geraldo Felicíssimo Nascimento, Geraldo Menezes, Geraldo Oscar Menezes, Geraldo Rodrigues, Guilherme Caldeira, Jair Mendes, Jesus Valério Carneiro, João Bebiano Pinto, João Evangelista Fernandes, João Furtado de Oliveira, João Jacinto Filho, Joaquim Costa, Joaquim Inêz de Oliveira, Joaquim Lino Sobrinho, José Acácio da Silva, José Alves Pinto Sobrinho, José Bento dos Santos, José Bispo Costa, José do Espírito Santo, José do Patrocínio, José Flavino de Oliveira, José Gomes de Lima, José Jorge Firmino, José Julião da Cruz, José Luiz de Campos, José Luiz de Lima, José Maria Rodrigues, José Olinto Viegas, José Paulo da Cruz, José Quaresma Sobrinho, José Raimundo Linhares, José Ramos, José Sartori, Liberalino Moreira, Luiz Lino Perdigão, Manuel Ribeiro da Silva Neto, Miguel Arcanjo da Costa, Odilon Domingos do Couto, Odilon Ferreira Carvalho, Paulo José Cardoso, Pedro Lúcio de Almeida, Sebastião de Almeida, Sebastião Evaristo Alves, Sebastião Franco dos Santos, Sebastião Rosa, Virgílio Faustino Salomão.

Fonte: CONEDH, Processo 228, Cx. 52.

Em síntese, as arbitrariedades ocorridas na unidade da CSBM de João Monlevade expõem, de modo bem claro, a aliança civil-militar que se formou entre o empresariado e as forças da repressão, a partir do golpe de 1964.

NOTAS

1. Atualmente não existe mais no sistema penal brasileiro a figura da prisão para averiguação, esta é uma característica de regimes autoritários. MEIRELES, Bernardo Costa. *Prisão para Averiguação em Grandes Eventos: Um Estudo de Caso do Inquérito Policial Instaurado em Brasília-DF durante a Copa das Confederações*. 2014. 52 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Centro Universitário de Brasília- Uniceub, Brasília, 2014.
2. DUTRA LADEIRA, Antônio. *Manual de organização civil de Minas Gerais e práticas sociais*. Belo Horizonte: Academia de Polícia Civil de Minas Gerais, 1971, p. 355.
3. ASSUNÇÃO, Rosângela Pereira de Abreu. *DOPS/MG: Imaginário anticomunista e policiamento político (1935-1964*). Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Departamento de História p. 47.
4. Os DOI-CODI eram unidades vinculadas ao exército e articulados com órgãos de segurança dos estados, encarregados de executar prisões, investigações e relatórios.
5. Contido no Dossiê de Tombamento do antigo edifício do DOPS, pp. 23-24
6. Idem.
7. Relatório da Comissão Nacional da Verdade, Vol.1, dezembro de 2014.
8. JAYME, Juliana Gonzaga. Parecer de dossiê de tombamento do antigo DOPS apresentado ao Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte – CDPCM/BH; outubro de 2013. p. 4.
9. Informação contida no Processo 125 SEDESE 1.1.1 – Cx. 71CONEDH/MG de Nilo Sérgio de Menezes Macedo.
10. Dossiê elaborado pelo Departamento do Patrimônio Cultural Municipal de Belo Horizonte. s/d.
11. MANFREDINI, Luiz. *As moças de Minas: Uma história dos anos 60***.** São Paulo: ALFA-OMEGA, 1989.p.68.
12. Depoimento prestado a CNV durante uma diligencia ao 12 RI, em 25/11/ 2014.
13. Relatório da Comissão Nacional da Verdade, Vol.1, dezembro de 2014.
14. 4ª Companhia de Comunicações Leves do Exército. Documento digital disponível em: http://www.ccomgex.eb.mil.br/dpdg/arquivos/4%C2%AA%20Cia%20com%20L.pdf
15. Depoimento prestado para a Covemg por João Batista dos Mares Guia em 28/03/2017.
16. Depoimento prestado para a Covemg por Michel Le Ven em 23/06/2015.
17. DRUMOND, Ivan. *Ribeirão das Neves já teve presídio modelo*. Estado de Minas. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/01/16/interna_gerais,839731/ribeirao-das-neves-ja-teve-presidio-modelo.shtml.>.
18. ROMANELLI, Antonio Ribeiro. *1964 Minhas Histórias do Cárcere e no Exílio***.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 1994.pp. 50-60.
19. Informação contida no Processo 014 SEDESE 1.1.1 – Cx. 07 CONEDH/MG de Antônio Ribeiro Romanelli.
20. ROMANELLI, Antonio Ribeiro. *1964 Minhas Histórias do Cárcere e no Exílio***.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 1994. pp. 50-60.
21. RIBEIRO, Ludmila Mendonça Lopes. *Análise da política penitenciária feminina do Estado de Minas Gerais: o caso da Penitenciária Industrial Estevão Pinto*. 2003. 164 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2003.p. 50-60
22. Informação contida no Processo 230 SEDESE 1.1.1 – Cx. 45CONEDH/MG de Maria de Lourdes
23. Informação contida no Processo 634 SEDESE 1.1.1 – Cx. 60CONEDH/MG de Wania Santayanna
24. VALADARES, Loreta. *Estilhaços em tempos de luta contra a ditadura*. p. 82.
25. A Guerrilha do Caparaó foi o primeiro movimento do tipo no Brasil, com o objetivo de tomada do poder por meio de técnicas semelhantes às cubanas. Iniciado em 1966, foi organizado por Leonel Brizola, contando também com um comando no Rio de Janeiro. O grupo enfrentou inúmeras intempéries: terreno hostil, falta de alimentos, frio intenso e despreparo de seus participantes em face desse tipo de manobra militar. Em 1º/04/1967 este movimento chegou ao fim com a prisão de todos os seus membros pelos os soldados do 11º Batalhão da Polícia Militar, em uma incursão no Parque do Caparaó. In: ALMEIDA, Dinorá Rubim. *A Guerrilha Esquecida: Memórias do Caparaó (1966-67), o primeiro foco guerrilheiro contra a Ditadura Militar no Brasil***.** Vitória, 2014, 304 fls. Dissertação (Mestrado); Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).
26. Este episódio é narrado em detalhes por Daniela Arbex no livro "Cova 312." ARBEX, Daniela. *Cova 312*. Juiz de Fora, 2015. Jardim dos Livros.
27. A Carta de Linhares está disponível, na íntegra, no Relatório da Comissão da Verdade de Juiz de Fora. Relatório da Comissão Municipal da Verdade. *Memórias da Repressão: Relatório da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora*. Juiz de Fora. 2016.



Este livro faz parte de um conjunto de cinco volumes, impressos na Gráfica Formato, compostos com as tipologias Lyon [desenhada por Kai Bernau] e Univers [desenhada por Adrian Frutiger]. Impressos em papel Chambril Avena 90g/m² com a capa revestida em couchê fosco 150g/m² para a Comissão da Verdade em Minas Gerais. Belo Horizonte. Primavera de 2017.

2

1964
1988

COMISSÃO DA VERDADE EM MINAS GERAIS

RELATÓRIO FINAL

Belo Horizonte - 2017

VOLUME | 2

1964
1988

COMISSÃO DA VERDADE EM MINAS GERAIS

RELATÓRIO FINAL

Belo Horizonte - 2017

Fernando Damata Pimentel
Governador

Antônio Andrade
Vice-Governador

Nilmário Miranda
Secretário de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – SEDPAC

Comissão da Verdade em Minas Gerais - Covemg
Carlos Antonio Melgaço Valadares
Emely Vieira Salazar
Jurandir Persichini Cunha
Maria Celina Pinto Albano
Maria Céres Pimenta Spínola Castro
Paulo Afonso Moreira
Robson Sávio Reis Souza

Coordenação Gráfica e Produção
Frente Verso Encadernações e Editora

Projeto Gráfico
Lúcia Nemer e Martuse Fornaciari

Diagramação
Fábio de Assis [NFDesign]

Fotografia
Celso Travassos

Revisão
Elizete Munhoz Ribeiro

© 2017 – Comissão da Verdade em Minas Gerais (Covemg) Todos os direitos reservados. Autoriza-se a reprodução parcial ou total desta obra, desde que se respeite a fidelidade ao texto original, seja citada a fonte conforme as normas vigentes e não seja para venda ou qualquer fim comercial.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M663c

Minas Gerais. Governo do Estado.

Comissão da Verdade em Minas Gerais [recurso eletrônico]: Relatório / Governo do Estado. - Belo Horizonte: COVEMG, 2017.
234 p. 20 x 27cm - (Relatório da Comissão da Verdade em Minas Gerais; v. 2).

ISBN 978-85-66644-19-7 (Coleção digital)
ISBN 978-85-66644-21-0 (v. 2 digital)

1. Ditadura militar - Minas Gerais. 2. Violação de direitos humanos. 3. Comissão da verdade. 4. Relatório final. Título.

CDD: 323.81044

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Ana Cláudia Ribeiro CRB 6/2868.

2017

COMISSÃO DA VERDADE EM MINAS GERAIS

RELATÓRIO FINAL

Carlos Antonio Melgaço Valadares

Emely Vieira Salazar

Jurandir Persichini Cunha

Maria Celina Pinto Albano

Maria Céres Pimenta Spínola Castro

Paulo Afonso Moreira

Robson Sávio Reis Souza

2017

EXPEDIENTE

Equipe Executiva

COORDENADORA
Helena Maria Penna Amorim Pereira

SECRETÁRIA EXECUTIVA
Simone Rabelo Goyas Jardim

ASSESSORES
Angélica Vilela Santos
Camila Americano Lanhoso
Celso Gomes Travassos
José Alexandre Salles
Luciana Paula dos Santos Ferreira
Maria Aparecida Rodrigues de Miranda
Ronald Rocha
Thelma Yanagisawa Shimomura
Vanuza Nunes Pereira

BOLSISTAS DE PÓS-GRADUAÇÃO
Camilla Cristina Silva, Clarissa Teixeira Fazito Rezende, Claudia Graça da Fonseca, Felipe Guimarães Assis Tirado, Fernanda Nalon Sanglard, Jaana Braz Rodrigues, Jailane Pereira da Silva, Janaina Campos de Freitas Breugelmans, Jose Antonio Marçal, Lorena Martoni de Freitas, Ludmila Lais Costa Lacerda, Marcelo de Freitas Assis Rocha, Marcus Vinicius Porcaro Nunes Schubert, Mariane dos Reis Cruz, Marina Mesquita Camisasca, Pedro Berutti Marques, Thiago Lenine Tito Tolentino, Tiago de Souza Lima Gomes, Vanda Lucia Praxedes.

BOLSISTAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
Amanda Brissa Bonilla Arruda, Ana Luiza Otoni Borges, Ana Sofia Vilanova Monken, Anna Luiza Werkema Ferreira Freitas, Carlos Lucio Romano Neto, Christian Victor de Oliveira Coelho, Claudemir Henrique Silva, Fernanda Mara Gonçalves, Florencia Lorenzo, Henrique Sena Guimarães Lopes, Igor Britto Lica, Igor da Silva Nunes, Ivangilda Bispo dos Santos, Jade Noronha de Oliveira, João Pedro Galvão, Josias de Matos Ferreira, Julia Somberg Alves, Larissa Fernandes Ribeiro de Assis, Laura Luiza Costa, Leonardo Bittencourt Silva, Loren Lopes Santos, Luis Gonzaga Martins Mota de Oliveira, Luiza Leone Prazeres Araújo, Marco Paulo Barbabela Penna Amorim, Marina Ribeiro Reis, Pauline Louise Araújo Silva, Paulo Vitor Cordeiro Repoles, Pétalah Augusto Lotti, Raissa Lott Caldeira da Cunha, Raquel Khouri dos Santos, Raquel Marques Soares, Thatyanna Paula Barbosa Mota, Vanilda Peres dos Santos, Victoria Rezende Fagundes de Albuquerque, Vitor Tadeu de Sena Pires Cunha.

ESTAGIÁRIA
Caroline Cunha Rodrigues

PESQUISADORES VOLUNTÁRIOS
Amanda Queiroz Magalhães, Ana Clara Abrantes Simões, Ana Cláudia Ribeiro, Ana Lívia Gomes Vieira, Ana Luise Santana de Souza, Ana Luiza Melo Maciel, Andréia de Jesus Silva, Arnaldo José Zangelmi, Augusto Rodrigues Borges, Beatriz Parreiral Xavier, Bruno Camilloto, Bruno Guarienta Barbosa Braga, Camila Gonçalves Zedes, Carlos Magno Machado, Carolina Dellamore Batista Scarpelli, Christiane Jalles de Paula Edna Martins Borges, Emily Jaine Nunes Guimarães, Érico Ubaldino Diniz, Everson de Alcântara Tardeli, Francine Lelina Rosa de França, Gabriele Ferreira dos Santos, Gisele Lucowicz Costa, Giuliana Alves Ferreira de Rezende, Gustavo Rocha Vital Gonçalves, Isabela de Andrade Pena M. Corby, Isabela Cristina Carreiro Cavalcante, Jéssica Holl, João Paulo Medeiros Araújo, Juliana Carvalho, Juliana Ventura de Souza Fernandes, Júnia Versiani Mourão, Letícia Maria Antunes do Carmo, Lilian Andrade, Luísa Santos Paulo, Luiza Drummond Veado, Marcelo Corrêa Giacomini, Marco Antônio Silveira, Marco Túlio Antunes Gomes , Maria Clara Barros Mota, Maria Lisboa de Oliveira, Mariana Rezende Oliveira, Marina Almeida, Marina Araújo, Marta Maia, Mateus Pereira, Matheus Cazeca Oliveira Ferreira, Monique Alvares Assis, Myriam Costa de Oliveira, Natália Lisbôa, Nayara Maria Gonçalves Pedrosa, Núbia Medeiros Caetano da Silva, Oraldo Paiva, Paulo Vitor Cordeiro Repolês, Rafael Drummond, Raquel Cristina Possolo Gonçalves, Renata Diniz de Souza, Renato Santos Gonçalves, Robert Salles Roque, Rodrigo Rievers de Almeida, Sebastião Soares da Silva, Sophia Pires Bastos, Tayara Talita Lemos, Vanessa Padrão de Vasconcelos Paiva, Vânia Márcia Paiva Pacheco.

Consultores

Equipe de Justiça de Transição
COORDENAÇÃO
Emílio Peluso Neder Meyer

Equipe de Redação
Amanda Brissa Bonilla Arruda, Felipe Guimarães Assis Tirado, Jéssica Holl, Vitor Tadeu de Sena Pires Cunha.

Equipe da Ciência da Informação
COORDENADORA
Maria Guiomar da Cunha Frota

Equipe
Ana Cláudia Ribeiro, Anna Luiza Werkema, Pétalah Augusto Lotti.

COMISSÃO DE REDAÇÃO
Helena Maria Penna Amorim Pereira
Maria Celina Pinto Albano
Maria Céres Pimenta Spínola Castro
Robson Sávio Reis Souza
Ronald Rocha
Vanda Lúcia Praxedes

LISTA DE SIGLAS

APCBH	Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte
AAB	Aliança Anticomunista Brasileira
ACESITA	Companhia Aços Especiais Itabira
ACP	Ação Civil Pública
ADPF	Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental
AESI	Assessoria Especial de Segurança e Informação
AI-1	Ato Institucional Número 1
AI-5	Ato Institucional Número 5
AJMB	Ajudância Minas-Bahia da
ALMG	Assembleia Legislativa de Minas Gerais
ALN	Ação Libertadora Nacional
AN	Arquivo Nacional
AP	Ação Popular
APM	Arquivo Público Mineiro
APML	Ação Popular Marxista-Lenista
APMLDOB	Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ART	Assembleia de Representantes de Turmas
ASI	Assessoria de Segurança e Informações
ASPLAN	Assessoria de Planejamento, Estratégia e Modernização da Gestão
ATAMG	Associação de Trabalhadores Agrícolas de Minas Gerais
BDMG	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CA	Centro Acadêmico
CAAP	Centro Acadêmico Afonso Pena
CAEM	Centro Acadêmico da Escola de Minas de Ouro Preto
CAIS	Complexos Agroindustriais
CEB	Confederação Evangélica do Brasil
CEBS	Comunidades Eclesiais de Base
CEDEFES	Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva
CEDOC/CPT	Centro de Documentação D. Tomáz Balduino
CEFET-MG	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
CEIVT	Comissão Especial de Indenização às Vítimas de Tortura
CEMDP	Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos
CEMIG	Centrais Elétricas de Minas Gerais
CENIMAR	Centro de Informações da Marinha
CET	Comando Estadual dos Trabalhadores do Estado de Minas Gerais
CETI	Centro Estudantil Técnico Industrial
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CIDH	Corte Interamericana de Direitos Humanos
CIE	Centro de Informações do Exército
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CMDP	Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos
CMI	Conselho Mundial de Igrejas

CMV-JF	Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora
CNA	Confederação Nacional de Agricultores
CNTI	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CODI	Centro de Operações de Defesa Interna
COLINA	Comando de Libertação Nacional
CONEDH	Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos
CONSIR	Comissão Nacional de Sindicalização Rural
CONTAG	Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura
CORRENTE	Corrente Revolucionária de Minas Gerais
COSEG	Coordenadoria Geral de Segurança
COVEMG	Comissão da Verdade em Minas Gerais
CPC	Centro Popular de Cultura
CPOR	Centro de Preparação de Oficiais da Reserva
CPOR	Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Belo Horizonte
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRFB/88	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CTA	Centro de Tecnologias Alternativas
DA	Diretório Acadêmico
DCE	Diretório Central de Estudantes
DEE	Diretório Estadual de Estudantes
DNE	Diretório Nacional de Estudantes
DAEM	Diretório Acadêmico da Escola de Minas de Ouro Preto
DEOP	Delegacia Especializada de Ordem Pública
DEOPS/SP	Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo
DEP	Departamento de Estudos e Pesquisas
DIPOA	Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal
DNOS	Departamento Nacional de Obras e Saneamento
DNPA	Departamento de Produção Animal
DOI-CODI	Destacamento de Operações de Informação Centro de Operações de Defesa Interna
DOP	Delegacia de Ordem Pública
DOPS	Departamento de Ordem e Política Social
DPF/BH	Departamento de Polícia Federal em Belo Horizonte
DR	Delegacia Regional
DSI	Divisões de Segurança e Informação
DSI/MEC	Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação e Cultura
DVS	Delegacia Vigilância Social
DVS	Divisão de Vigilância Social
EC	Estatuto da Criança e do Adolescente
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPAMIG	Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
EPOMG	Escola Popular Orocílio Martins Gonçalves
EQUIP	Escola de Formação Quilombos dos Palmares
ESAV	Escola Superior de Agricultura e Veterinária

ETFMG	Escola Técnica Federal de Minas Gerais
FACE-UFMG	Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais
FAFEOD	Faculdade Federal de Odontologia de Diamantina
FAFICH	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais
FAFI-UMG	Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais
FEB	Força Expedicionária Brasileira
FEEPDH	Fundo Estadual de Promoção dos Direitos Humanos
FETAEMG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais
FMTM	Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro
FOGUERA	Forças Guerrilheiras do Araguaia
FUMA	Fundação Mineira de Arte
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNRURAL	Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
GARCAFÉ	Cooperativa dos Cafeicultores da Região de Garça
GREQUI	Grupo de Estudos da Questão Indígena de Minas Gerais
GRIN	Guarda Rural Indígena
IADESIL	Instituto Interamericano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre
IAPETEC	Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Empregados em Transportes e Cargas
IBAM	Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
ICB/UFMG	Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Minas Gerais
ID/44ª	Infantaria Divisionária
IEVE	Instituto da Violência do Estado
III ENE	Terceiro Encontro Nacional de Estudantes
IML	Instituto Médico Legal
INC	Instituto Nacional do Cinema
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPM	Inquérito Policial Militar
IPSEMG	Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais
IPUC	Instituto Politécnico da Universidade Católica
IR	Inspetoria Regional
ISA	Instituto Socioambiental
JAC	Juventude Agrária Católica
JB	Jornal do Brasil
JEC	Juventude Estudantil Católica
JIC	Juventude Independente Católica
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
JUGAS	Junta Geral de Ação Social
LGBT	Grupo de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
LSN	Lei de Segurança Nacional
MA	Ministério da Agricultura
MAIC	Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio

MCM	Meios de Comunicação de Massa
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
ME	Movimento Estudantil
MEB	Movimento de Educação de Base
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MEC/USAID	Ministério da Educação e Cultura/United States Agency for International Development
MEI	Movimento Ecumênico Internacional
METASITA	Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos da Acesita
MINTER	Ministério do Interior
MIRAD	Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário
MOBON	Movimento da Boa Nova
MPF-MG	Ministério Público Federal em Minas Gerais
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem-terra
NUDOC-CPT-FUNAI	Núcleo de Documentação da Diretoria de Proteção da FUNAI
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PADAP	Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba
PADVALE	Programa de Assentamento Dirigido do Vale do Jequitinhonha
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCDOB	Partido Comunista do Brasil
PCI	Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados
PDR	Partido Democrata Republicano
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos
PI	Posto Indígena
PIGM	Posto Indígena Guido Marlière
PIMO	Posto Indígena Mariano de Oliveira
PIS	Postos Indígenas
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMMG	Polícia Militar de Minas Gerais
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
POC	Partido Operário Comunista
POLONORDESTE	Programa de Desenvolvimento das Áreas Integradas do Nordeste
POLOP	Organização Revolucionária Marxista Política Operária
PPG CPDA/UFRRJ	Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
PRODEMATA	Programa de Desenvolvimento Integrado da Zona da Mata
PRORURAL	Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste
PROVALE	Programa Especial para o Vale do São Francisco
PROVÁRZEA	Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea
PSD	Partido Social Democrático
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro

PUC MINAS	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
PUC SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RAN	Resistência Armada Nacional
RURALMINAS	Fundação Rural Mineira Colonização e Desenvolvimento Agrário
SCDP	Serviço de Censura às Diversões Públicas
SEDESE	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais
SEDOC-FUNAI	Serviço de Gestão Documental da FUNAI
SEP	Seção de Estudos e Planejamento
SNI	Serviço Nacional de Informações
SPI	Serviço de Proteção ao Índio
SPILN	Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais
SSNE	Seção de Segurança Nacional do Ministério da Educação e Saúde
STF	Supremo Tribunal Federal
STM	Superior Tribunal Militar
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUPRA	Superintendência de Política Agrária
TJMMG	Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais
TRF	Tribunal Regional Federal
UCMG	Universidade Católica de Minas Gerais
UDPR	União Democrática dos Produtores Rurais
UDR	União Democrática Ruralista
UEE	União Estadual dos Estudantes
UEEMG	União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFRN	Universidade Federal do Rio de Grande do Norte
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFV	Universidade Federal de Viçosa
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UMG	Universidade de Minas Gerais
UNA	União de Negócios e Administração Ltda
UNB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNEM	União Nacional dos Estudantes de Medicina
UNIMONTES	Universidade Estadual de Montes Claros
UREMG	Universidade Rural do Estado de Minas Gerais
URSO	União das Repúblicas Socialistas Ouro-pretanas
USP	Universidade de São Paulo
UTE-MG	União dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais
VAR PALMARES	Vanguarda Armada Revolucionária Palmares
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

VOLUME 2

5. AS GRAVES VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NO CAMPO (1961-1988) 13

5.1 Introdução 14

5.2 O meio rural 24

5.3 Conflitos agrários: casos emblemáticos 37

5.4 Perseguição política no campo 84

5.5 Assassinatos e desaparecimentos de trabalhadores rurais e seus apoiadores 117

Anexo A: Relação de trabalhadores rurais e seus apoiadores mortos e desaparecidos: os 109 casos pesquisados 228


AGRICOLAS
tudo pela REFORMA AGRARIA!
TERRA
MORTE

VOLTAR AO SUMÁRIO

AS GRAVES VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NO CAMPO (1961-1988)

Coordenador: Robson Sávio Reis Souza
Redação: Caroline Cunha Rodrigues
Fernanda Nalon Sanglard
Marina Mesquita Camisasca
Monique Álvares Assis
Thelma Yanagisawa Shimomura
Thiago Lenine Tito Tolentino
Colaboradores[1]: Arnaldo Zangelmi
Fernanda Mara Gonçalves
Loren Lopes Santos
Luíza Leone Prazeres Araujo
Maria Aparecida Rodrigues de Miranda

5.1 Introdução

O regime de exceção instaurado a partir do golpe de 1964 impactou profundamente as mobilizações camponesas em torno da demanda por reconhecimento de direitos e da luta pelo acesso à terra. Dado o subsequente quadro de agravamento de violações de direitos humanos perpetradas sistematicamente contra trabalhadores rurais e seus apoiadores na ditadura militar, a Covemg dispõe de suas prerrogativas para investigar e reconhecer o direito à memória e à verdade de vítimas camponesas, assim como o direito da sociedade em ver esclarecida a responsabilidade do Estado nessas violações e conhecer as circunstâncias do envolvimento de atores privados.

Um dos fatores centrais à tensão política e social que resultou na referida ruptura institucional foi a luta camponesa pela reforma agrária, que esteve submetida ao controle autoritário e à repressão dos governos militares que se sucederam até os anos 1980. Nesse período, a luta pela reforma agrária acompanhada do movimento sindical que crescia no campo trouxe à tona a latente contradição entre o processo de transição democrática e a escalada da violência no campo como resultado de práticas sistemáticas de abusos e desrespeito aos direitos humanos, ora vinculados à atuação de agentes públicos e instituições do Estado em disputas pela terra, ora aos projetos governamentais de modernização do campo empreendidos durante os anos de chumbo.

A despeito da relevância deste tema para se entender o contexto ditatorial que assolou o País, constata-se uma posição de invisibilidade na história oficial das lutas camponesas contra a repressão no meio rural. Não é raro haver questionamentos sobre a abordagem das violações de direitos humanos ocorridas no campo em relatórios de comissões da verdade. Tais questionamentos se devem a diversos fatores, mas, destacadamente a três: (1) o fato de que, no Brasil, a ocorrência de conflitos de terra e da violência no campo antecede o período da ditadura militar e não cessa com o seu fim; (2) a errônea suposição de que os camponeses seriam atores ausentes das lutas políticas face ao autoritarismo da ditadura, bem como não consistiriam em vítimas autênticas do aparelho repressor do Estado, dado que não teriam atuado na resistência ao regime do mesmo modo que segmentos politicamente organizados no meio urbano; e (3) a alegação de que a violência e a exclusão social na zona rural já eram tão arraigadas que não poderiam sofrer impactos substanciais que estivessem relacionados ao período ditatorial.

Tais proposições são contestadas de algum modo por este Relatório, por reafirmarem e legitimarem narrativas que promovem o esquecimento institucionali-

zado das violações que atingiram os trabalhadores rurais. Não por acaso, predomina a exclusão de camponeses da contabilidade oficial das vítimas da ditadura militar e dos processos de reparação, de modo a aprofundar a invisibilidade dos conflitos e das resistências políticas.

No sentido de reconhecer a importância da memória das lutas políticas camponesas e atuar contra os supracitados esquecimentos e invisibilidade predominantes na história oficial, a Covemg constituiu um grupo de trabalho para o tratamento da temática das violações de direitos fundamentais de camponeses e seus apoiadores no Estado de Minas Gerais. Para tanto, houve a adoção de uma perspectiva ampla do termo camponês, a fim de se viabilizar a investigação dos fatos, das circunstâncias e dos autores relacionados aos casos de graves violações que atingiram trabalhadores rurais, agricultores familiares, lavradores, posseiros e sindicalistas do campo. Enfatiza-se que a expressão "camponês" abrange o conjunto de sujeitos que são trabalhadores e moradores do campo, guardando dependência especial em relação à terra para o seu desenvolvimento individual e em comunidade.[2] Neste Capítulo, serão considerados como apoiadores todos aqueles sujeitos ou instituições que manifestavam apoio às lutas camponesas tanto em atividades relacionadas à mobilização política, organização sindical e assessoria jurídica, quanto na formulação de denúncias, participação em campanhas de solidariedade e outras ações direcionadas à promoção e à defesa das demandas camponesas perante as autoridades e a sociedade, auxiliando-os frente à violência institucionalizada e politicamente motivada, senão autorizada, no meio rural.

O panorama das violações de direitos humanos em Minas Gerais se traduz em execuções sumárias, arbitrárias e extrajudiciais de camponeses que resistiram e lutaram em conflitos de terra, em mobilizações coletivas e em reivindicações trabalhistas. É notório que vários dos casos de execuções foram precedidos de atos de ameaça e intimidação que, frequentemente, estavam acompanhados de tentativas de denúncia aos órgãos públicos.

Esse quadro se amplia quando são analisadas as prisões (ou detenções) ilegais e arbitrárias, as torturas, os maus-tratos, os atos discriminatórios em situações de abuso de autoridade, as perseguições políticas sustentadas por ameaças à vida e o cerceamento do acesso à Justiça. As graves violações de direitos humanos observadas nas situações de expulsão da terra e na expropriação de posseiros para a implantação de projetos governamentais sem reparação provocaram, por vezes, deslocamentos forçados em diversos pontos de Minas Gerais.

Destacadamente, a violência política no campo e os conflitos centrados na terra abrangeram atentados aos direitos à vida, à dignidade humana, à integridade pessoal, de acesso à justiça, de desenvolvimento individual e em comunidade, à organização sindical e trabalhista. Ressalta-se que a autoritária Constituição de 1967 já reconhecia tais direitos, e o Código Penal brasileiro previa o crime de ameaça. Dessa forma, os direitos trabalhistas e sindicais, assim como os de inviolabilidade de direitos e garantias individuais e a adesão aos tratados e convenções internacionais na matéria, continuavam inseridos na ordem jurídica, apesar de o regime de exceção, na prática, não os adotar.

A Covemg buscou identificar o envolvimento do Estado nessas violações, seja por omissão seja por atuação direta – isolada ou em parceria com agentes privados – dos responsáveis pelo cumprimento da lei (Polícia Civil, Militar ou Federal) ou no exercício da função pública vinculada aos poderes Executivo, Legislativo ou Judiciário. Conforme o dossiê "Camponeses Mortos e Desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição",

> a relação de cumplicidade entre agentes do Estado e agentes privados nestes eventos, está indicada de uma forma geral na dimensão política e institucional, e de uma forma específica em casos concretos, na dimensão operacional; concluindo que de uma forma e de outra há evidência de responsabilidade do Estado.[3]

Para os objetivos da Covemg, pretendeu-se também a investigação do envolvimento direto de agentes privados, isto é, todo aquele que não exerce função pública ou não possui vínculo de natureza empregatícia com alguma instituição pertencente ao Estado. A caracterização desse envolvimento em violações de direitos humanos ocorre quando o agente privado instiga um ou mais agentes públicos a praticarem tais violações, ou as perpetra com a aquiescência, o apoio, a omissão ou a conivência do Poder Público. Nesta categoria de agentes privados estão incluídos os grandes proprietários de terras (fazendeiros, grileiros, empresas rurais, etc.) e agentes de segurança privada (guardas, jagunços, pistoleiros, etc.).

Faz-se necessário destacar, ainda, a reiterada conivência do Estado em relação às fraudes cartoriais e outras nuances de esquemas de grilagem de terras devolutas em Minas Gerais. A Fundação Rural Mineira (Ruralminas), por exemplo, atuou pela legitimação de terras griladas em detrimento dos posseiros. No âmbito local, policiais apoiavam fazendeiros ou grileiros com atos ilegais e arbitrários de violência e intimidação contra posseiros e seus apoiadores para coagi-los

ao abandono de suas terras. Geralmente, essas ações englobavam a destruição de cercas, casas e plantações, ameaças de execução sumária, espancamentos e detenções. Isto se agravava em situações de atuação conjunta com pistoleiros ou jagunços para expulsar violentamente os camponeses, o que ocorria, por vezes, sem mandados judiciais.

Nesse período, verifica-se ainda a omissão e a conivência policial com as violações de direitos humanos ao não se registrar boletins de ocorrência ou levar adiante necessárias investigações de denúncias feitas por camponeses. Como será exemplificado, constituía-se como prática comum o emprego de agentes privados para a execução de ataques e atos recorrentes de intimidação contra comunidades de posseiros em processos de grilagem, o que se intensificava quando havia o fortalecimento da mobilização camponesa por meio dos sindicatos e de outras entidades de apoio.

Os fatos examinados neste Capítulo evidenciam a utilização do aparato estatal nos âmbitos federal, estadual e municipal para a prática de crimes contra camponeses e seus apoiadores, além da assimetria de poder entre as vítimas e os perpetradores. Não obstante, a impunidade diante das referidas práticas criminosas contra camponeses e a dificuldade desses em ter acesso à Justiça agravaram o quadro de violações de direitos humanos na ditadura, incluindo o período de transição democrática dos anos 1980. Essa dificuldade decorria especialmente da ambígua atuação de agentes responsáveis pelo cumprimento da lei, o que foi documentado pela Anistia Internacional nos anos da Assembleia Nacional Constituinte:

> Enquanto, de um lado, os camponeses são submetidos a detenções repetidas e arbitrárias e a maus-tratos sob custódia e ameaças de execução sumária por parte da Polícia Militar e dos pistoleiros, de outro, os responsáveis pela aplicação da lei deixam sistematicamente de responder a pedidos formais contra as ações dos pistoleiros ou de investigar mortes violentas de camponeses envolvidos na disputa.[4]

A Covemg obteve documentos que trazem indícios dessas detenções de camponeses envolvidos em disputas por terra, atividades sindicais ou reclamações trabalhistas. Elas eram permeadas por práticas de maus-tratos, torturas e outras arbitrariedades.

Nesse complexo cenário de repressão no campo, que envolve o poder local e a conjuntura ditatorial, a identificação da responsabilidade do Estado é eluci-

dada pelo documento da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas sobre a responsabilidade estatal em atos internacionalmente ilícitos. Nesse documento, adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas (Resolução 56/83) e reconhecido pela Corte Internacional de Justiça, fica esclarecido em seu artigo 4º que:

> A conduta de qualquer órgão do Estado deverá ser considerada um ato deste Estado de acordo com o direito internacional, se o órgão exerce funções legislativas, executivas, judiciais ou quaisquer outras, seja qual for a posição que detenha na organização do Estado e qualquer que seja seu caráter como um órgão do governo central ou de uma unidade territorial do Estado. 2. Um órgão inclui qualquer pessoa ou entidade que tenha este *status* de acordo com o direito interno do Estado.[5]

Denominado Responsabilidade do Estado por Atos Internacionalmente Ilícitos, tal documento é reconhecido como de direito consuetudinário e discorre sobre certos tipos de condutas, conforme o direito internacional, para a atribuição de responsabilidade estatal em situações como as examinadas por este relatório: a) a conduta de uma pessoa ou grupo de pessoas que esteja sob instrução, direção ou controle do Estado na realização das ações (artigo 7º); b) a conduta de uma pessoa ou grupo de pessoas que envolva o desempenho de elementos de autoridade governamental na ausência ou omissão de autoridades oficiais (artigo 9º) e; c) a conduta que constitua uma violação da obrigação internacional do Estado enquanto perdurarem as ações e os efeitos da mesma (artigos 12, 13 e 14).[6] Para os objetivos da Covemg, concebe-se também o artigo 15 que discorre sobre a existência da violação de uma obrigação internacional do Estado:

> 1. A violação de uma obrigação internacional por um Estado através de uma série de ações ou omissões definidas, em agregado, como ilícitas, ocorre quando a ação ou omissão, tomada com outras ações ou omissões, é suficiente para constituir um ato ilícito. 2. Neste caso, a violação se estende por todo o período, começando com a primeira das ações ou omissões da série e dura tanto quanto estas ações ou omissões sejam repetidas e permaneçam em desacordo com a obrigação internacional.[7]

Segundo parecer do CJT-UFMG[8], a jurisprudência internacional em direitos humanos avançou no reconhecimento da responsabilidade estatal por atos perpetrados por agentes privados. Esse avanço se expressou na Corte Internacional de Justiça, no Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia e, especialmente, em decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), no Caso "Massacre de Mapiripán Vs. Colômbia", que admitiu a responsabilidade do Es-

tado sobre atos em uma situação ou área sob controle estatal. Nessa decisão da CIDH, houve o entendimento de que:

> uma vez que o Estado é obrigado a assegurar a todas as pessoas sujeitas à sua jurisdição o exercício livre e pleno dos direitos e liberdades, qualquer violação dos direitos humanos cometida sob sua jurisdição é atribuível ao Estado ou a um dos seus agentes.[9]

Por fim, a Covemg também examinou casos de ameaças praticadas por agentes públicos e privados contra sindicalistas e apoiadores de lutas camponesas que se engajavam em assessorias jurídicas, educacionais ou sindicais. Em tópico destinado às perseguições políticas, este Capítulo também demonstrará como o movimento sindical foi amplamente monitorado, contido e reprimido pelo aparelho estatal dos governos autoritários, destacando-se a atuação do Ministério do Trabalho e de sua Delegacia Regional que se articulava aos órgãos de segurança e informação.

Sobretudo, esta proposta de investigação se dedica àqueles camponeses assassinados, torturados, ameaçados, acusados de subversão, presos, expulsos de suas terras e marcados para morrer em Minas Gerais por resistirem às estruturas de repressão no campo. Longe de exaurir o tema, pretende-se a abertura de caminhos para outras investigações e iniciativas do Estado e da sociedade.

Feitas essas considerações introdutórias, os seguintes tópicos se destinam a especificar os caminhos da pesquisa realizada, além de delinear o contexto do meio rural e da mobilização camponesa. Para a compreensão do escopo de investigação da Covemg, serão abordados aspectos referentes ao levantamento que buscou identificar os camponeses mortos, os atores e as instituições envolvidos, e os projetos governamentais relevantes para o exame da conjuntura de violações de direitos humanos e de resistências camponesas no Estado de Minas Gerais.

A pesquisa e seus desafios

O propósito de investigação das graves violações dos direitos humanos ocorridas no meio rural de Minas Gerais resultou na adoção de três eixos de pesquisa: conflitos agrários; perseguição política e assassinatos de trabalhadores rurais e seus apoiadores. Nesse sentido, a pesquisa perpassou o levantamento e a análise de conflitos de terra existentes no estado, com a seleção de casos emblemáticos para a compreensão das graves violações de direitos humanos que integravam a dinâmica desses conflitos. O eixo de perseguição política, por

outro lado, direcionou a atenção dos trabalhos para a repressão ao movimento sindical de trabalhadores rurais e a camponeses considerados "subversivos" à ordem política e social. O levantamento dos assassinatos, por sua vez, se deu por meio do cruzamento de fontes diversas (bibliográfica, documental e oral) e trouxe à tona a ocorrência de, pelo menos, 109 casos de mortes (ou desaparecimentos) relacionadas às disputas por terra, reivindicações de direitos trabalhistas e mobilizações políticas no campo.

O recorte temporal deste estudo compreende os anos de 1961 a 1988, que abrangem o período do governo Jango até a promulgação da Constituição de 1988. Foi também em 1961 que o movimento camponês começou a ganhar força, visibilidade e reconhecimento público[10], principalmente após a realização do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, ocorrido em Belo Horizonte.

A partir dos anos 1960, os conflitos entre proprietários rurais e camponeses acirraram-se, impulsionando a mobilização desses últimos e, consequentemente, a repressão que viria a se intensificar após o golpe de 1964. Conforme a lei que instituiu a Covemg, o ano de 1988 representa o marco final de suas prerrogativas de investigação, dada a promulgação da Carta Magna.

Como já mencionado, a Covemg fez uso de fontes diversas: bibliográficas, documentais e orais. Em relação à bibliografia nota-se uma escassez de pesquisas sobre os conflitos rurais em Minas Gerais, especialmente no período da ditadura. Mais escassos ainda são os trabalhos que tratam das violações dos direitos dos trabalhadores rurais no estado. Algumas referências iniciais foram encontradas em publicações da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Movimento dos Trabalhadores Sem-terra (MST) e da então Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República[11], além de relatórios de comissões da verdade, teses e dissertações. Com efeito,

> buscar recuperar a história das lutas dos trabalhadores rurais é um desafio. Trata-se de um percurso com poucos registros, a maioria dispersos e fragmentados. A própria trajetória desses trabalhadores – explorados, subordinados politicamente aos grandes proprietários, excluídos dos mais elementares direitos políticos e sociais – implica na dificuldade de preservação de sua memória social.[12]

Esse desafio se impôs no processo de reunião das fontes documentais que se encontravam dispersas em acervos com níveis diferentes de organização e pre-

servação. O material localizado se mostrou, por fim, farto e rico em informações e memórias. Foi realizada pesquisa nos seguintes acervos: Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (Cedefes); Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo, pertencente ao CPDA-UFRRJ; Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Superintendência de Minas Gerais (INCRA-MG); Ruralminas – alocado no Arquivo Fundiário do Estado de Minas Gerais; Centro de Documentação Dom Tomás Balduíno – CPT Nacional; CPT Minas Gerais – sede em Belo Horizonte; CPT Norte de Minas – sede em Montes Claros; Arquivo Público Mineiro (APM) que detém a guarda da documentação produzida e apreendida pelo Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais (DOPS/MG) e pela Coordenadoria Geral de Segurança (Coseg) subordinada à Secretaria de Estado de Segurança Pública de Minas Gerais; além de arquivos pessoais.

No acervo do Cedefes foi encontrada extensa documentação produzida por órgãos e entidades ligados ao campo, como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg), INCRA, CPT, Igreja Católica e sindicatos de trabalhadores rurais. Além disso, no acervo há também documentos processuais, listas de assassinatos, periódicos, relatos de conflitos de terra, cartas- denúncia, entre outros.

Já no Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo, pertencente ao CPDA-UFRRJ, foram encontradas algumas pastas com documentos referentes às áreas rurais mineiras. São, em sua maioria, cartilhas, circulares, ofícios, informativos, relatórios de atividades, solicitações e denúncias realizadas pela Fetaemg. Há ainda documentos produzidos pelo Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (Mirad) e pela Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (Contag) que tratam da violência no meio rural mineiro.

Na ALMG foram pesquisadas duas CPIs relacionadas ao tema. A CPI Violência no campo, requerida em 21/03/1986 pelo então deputado estadual João Batista dos Mares Guia, devido à ocorrência de 26 assassinatos de trabalhadores rurais no período de 1984 a 1986; e a CPI Ruralminas, solicitada pelo mesmo deputado, provavelmente em 1984, com o objetivo de investigar possíveis irregularidades praticadas na entidade.

No INCRA-MG a documentação encontrada se refere a processos de desapropriação de terras devolutas ou improdutivas. Nesses documentos constam in-

formações técnicas sobre as áreas a serem desapropriadas, além de relatórios produzidos por sindicatos de trabalhadores rurais e pela Fetaemg, denunciando os conflitos agrários. Há ainda cartas de apoio aos trabalhadores rurais enviadas por deputados estaduais. Nos processos, os funcionários do INCRA descrevem se nas terras havia posseiros, desde que época eles estavam no local, como eram suas plantações e moradias. Em alguns desses documentos há fotos dos posseiros, de suas respectivas benfeitorias e mapas da área.

Já no acervo da Ruralminas consta o registro das terras devolutas doadas a particulares e empresas. Nos processos há mapas e informações sobre os limites da área doada e também dados sobre a desapropriação.[13]

O acervo da CPT Nacional, disponível *online*, está organizado por estado e na parte que se refere a Minas Gerais existem pastas numeradas e tituladas que contêm documentos sobre fazendas que eram áreas de conflito por terra. Além dessas pastas, há outras que tratam de temas específicos, como assassinatos, acidentes de trabalho que provocaram mortes, acidentes com boias-frias em estradas, entre outros, todos eles relacionados ao meio rural.

Na sede da CPT-MG, foi possível localizar material sobre assentamentos rurais, regiões de conflito agrário, assassinatos no campo e projetos desenvolvidos pelo governo para o meio rural. Na CPT Norte de Minas, a documentação é composta por periódico produzido pela entidade, além de correspondências, recortes de periódicos e pasta de fotos relacionadas aos conflitos agrários na região.

Já o acervo da Coseg é constituído por 521 rolos de microfilmes e existe apenas uma listagem com os títulos das pastas existentes em cada rolo. Foram pesquisadas todas as pastas cujo título poderia remeter a assuntos relacionados ao campo, inclusive as pastas dos municípios que já se sabia da ocorrência de violações dos direitos dos trabalhadores rurais, principalmente assassinatos. O conteúdo desse acervo inédito possibilitou a localização de informações importantes sobre alguns casos pesquisados.

No acervo do DOPS-MG, que pode ser consultado *online*, foi localizada farta documentação sobre os conflitos rurais investigados pela polícia política, além de muitos Inquéritos Policiais Militares, instaurados em 1964, contra as lideranças atuantes no meio rural. Nesse acervo existem também documentos produzidos por sindicatos rurais e que foram apreendidos pela polícia política, além de relatórios policiais sobre investigações a grupos, associações, ou pessoas consideradas "subversivas" e que atuaram no meio rural.

Em relação aos arquivos pessoais, cinco pessoas cederam à Covemg o direito de utilização da documentação que detinham: o advogado Luiz Antonio Chaves, o ex-sindicalista João Dalício de Resende, o jornalista Alpiniano Silva Filho, conhecido como Tim Filho, o professor João Antônio Alves e a ex-presidente do STR de Unaí Maria Aparecida Rodrigues de Miranda.

O acervo de Luiz Chaves é composto por farta documentação produzida e recolhida por ele sobre os conflitos rurais ocorridos no Norte de Minas, região onde atuou como assessor sindical e jurídico da Fetaemg, além de agente da CPT. Já o acervo de Tim Filho contém documentação referente ao conflito rural ocorrido em Governador Valadares e o de João Antônio Alves ao conflito ocorrido na região do Pântano, em Piumhi. Os documentos cedidos por João Dalício dizem respeito à Fetaemg e à Delegacia Regional do Trabalho. O acervo de Maria Aparecida Rodrigues de Miranda é composto por documentos referentes ao assassinato de seu pai Júlio Rodrigues de Miranda, à tentativa de assassinato de sua mãe Cipriana da Cruz Rodrigues, aos posseiros da região de Bonfinópolis de Minas e ao monitoramento de suas atividades sindicais de 1983 a 1989.

Além desses acervos, foi realizada consulta a processos judiciais localizados, em sua maioria, via cooperação institucional, com a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais. Os processos foram fontes fundamentais para a análise, pois contém informações relevantes sobre os casos tratados. No entanto, localizar os processos não foi tarefa fácil, pois muitos não estão digitalizados e encontram-se arquivados em comarcas diferentes daquelas onde os crimes ocorreram, sendo que nem sempre as secretarias dos fóruns foram solícitas em auxiliar na localização. A pesquisa conseguiu consultar cerca de dez processos. Além disso, convém ressaltar que muitos desses crimes não tiveram inquéritos para investigação das mortes, o que faz com que não existam documentos judiciais sobre diversos assassinatos abordados nesse Capítulo. Foram consultados também registros civis e processos de pessoas presas por infringirem a Lei de Segurança Nacional, que se encontram no Superior Tribunal Militar (STM).

Objetivou-se ainda pesquisar o acervo da Fetaemg, mas o acesso à documentação não foi autorizado pelo presidente da entidade, sob a alegação de que o material não estava organizado e que, antes de ser coletado pela Covemg, necessitava ser avaliado por um de seus funcionários devido à confidencialidade de algumas informações. Certamente esse acervo forneceria novos dados relevantes à pesquisa. Felizmente muito do material produzido pela Fetaemg pôde ser resgatado em outros acervos, o que de alguma forma supriu a impossibilidade de acesso ao arquivo da entidade.

Por fim, o grupo coletou também depoimentos de trabalhadores rurais, vítimas e seus familiares, lideranças sindicais, antigos e atuais membros da Fetaemg, da CPT e do INCRA, além de pessoas ligadas a movimentos de esquerda que atuaram no meio rural mineiro.

Mesmo com essa diversidade de fontes foi preciso lidar com as lacunas e limitações impostas pelo tempo. Este Capítulo do Relatório, que aborda a violência política no meio rural mineiro, também procura, portanto, lançar indagações sobre muitas questões não solucionadas, além de sugerir que futuras pesquisas sejam realizadas para que a repressão no campo possa ser mais compreendida.

5.2 O meio rural

Recuperar a história das violações ocorridas na área rural mineira no período compreendido entre 1961 a 1988 envolve considerar que, no caso de Minas Gerais, a ocupação de terras devolutas foi amplamente estimulada pelo Estado durante` a primeira metade do século XX. Nesse processo, muitos trabalhadores rurais migraram e se tornaram posseiros, desbravando a mata, constituindo famílias e comunidades, confrontando com índios e cultivando a terra por décadas. Em grande parte dos casos, o Estado incentivou o povoamento abrindo estradas e regularizando a condição dos posseiros ao expedir documentos que atestavam seu direito à terra.

No entanto, a partir da década de 1940, as ações estatais nessas regiões foram assumindo outros contornos. A maior aproximação entre as iniciativas modernizadoras do Estado e os interesses de fazendeiros e grandes empresas ocasionou intensa e violenta concentração fundiária. O Estado que, algum tempo antes, havia incentivado o estabelecimento dos posseiros, passou a respaldar e, muitas vezes, executar a expulsão desses trabalhadores de suas terras. Dessa forma, os posseiros foram sendo empurrados para os centros urbanos ou integrados em condições precárias de trabalho nas fazendas. As investidas de grileiros contra posseiros foram disseminadas rapidamente, assim como os conflitos decorrentes dessas tentativas de expulsão. Aumentou também a organização dos trabalhadores visando resistir a esse processo, formando ligas, associações e sindicatos em várias regiões de Minas Gerais.

A primeira possibilidade de organização do homem do campo no Brasil foi instituída pelo Decreto nº 979, de 1903, que reconhecia a possibilidade de formação de sindicatos rurais. Porém, esses sindicatos não faziam distinção entre proprietários e trabalhadores, patrões e empregados, de modo que a lei não garantiu o

acesso dos trabalhadores rurais a modelos de organização mais expressivos e contundentes como, aliás, os trabalhadores urbanos vinham construindo.

O primeiro registro de constituição de um sindicato rural no País data de 1932, na cidade de Campos (RJ). Apesar disso, as associações, ligas camponesas e sindicatos de trabalhadores rurais (STRs) só ganharam fôlego a partir dos anos 1940 e, notadamente, nas décadas de 1950 e 1960. Em 1944, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio defendeu a sindicalização autônoma dos trabalhadores rurais e, pelo Decreto-Lei nº 7.038/44, dispôs sobre as normas para a sindicalização. Esta, porém, teria que cumprir vários pré-requisitos: os diretores deveriam ter documentos de boa conduta conferidos pela autoridade policial competente, o que significava a obtenção de um atestado policial que assegurasse não se tratar o investido da diretoria sindical de pessoa defensora de ideologias incompatíveis com os chamados interesses da nação; e comprovação de ter atuado por pelo menos um ano no trabalho pertinente ao sindicato, o que implicava adquirir uma declaração dos empregadores ou autoridade federal.[14]

Em 1945, o Estado tornou legal a constituição de Associações Rurais, que deveriam garantir a reunião de empregadores e empregados na mesma organização, que seria formada segundo cada município e não pela atividade profissional de seus membros. Previa, ainda, a formação de uma representação estadual e uma federação nacional.

Tais medidas legais eram formas utilizadas pelo governo e pelas associações patronais para tentar conduzir a crescente organização dos trabalhadores do campo em várias regiões do País. Assim, na segunda metade dos anos 1940, com o fim do Estado Novo e o retorno da liberdade de imprensa, das eleições regulares e de uma dinâmica democrática, muitos fatos, ações e interpretações ganharam nova força política e social. A atuação do PCB cresceu e mesmo com a ilegalidade do Partido já em 1947, associações de lavradores foram criadas sob sua influência e o tema da reforma agrária passou a ser debatido de forma mais recorrente.

Em 1950 ocorreu o I Congresso Camponês de Pernambuco e, no ano seguinte, o I Congresso Camponês Goiano. Em 1953, o I Encontro Nacional dos Trabalhadores Agrícolas foi realizado simultaneamente em São Paulo e em Recife. Aí já se colocaram as pautas de expropriação territorial dos latifúndios, concessão de títulos de propriedades a posseiros, estímulos à produção a partir de crédito agrícola, insumos e maquinário. Também se reivindicava o fim de práticas de relações trabalhistas que negavam o direito a salário, descanso semanal e previdência aos trabalhadores do campo. As greves tornaram-se recorrentes. Tam-

bém arrendatários se recusavam a pagar taxas abusivas que poderiam chegar a 50% aos proprietários das terras. Tal fato ocorreu, por exemplo, em Canápolis, no Triângulo Mineiro, em 1950.[15]

A II Conferência Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas realizada em São Paulo, em 1954, contou com a participação de representantes de 16 estados. Na ocasião, foram discutidas reivindicações pontuais em torno dos direitos dos trabalhadores rurais e foi lançada a "Carta dos Direitos e das Reivindicações dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas", que situava a reforma agrária como medida fundamental para a promoção do desenvolvimento econômico nacional associado à justiça social.

No mesmo ano, sob orientação do PCB, foi criada a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab). Além da Ultab, as Ligas Camponesas, que se formaram de modo mais contundente no Nordeste, especialmente sob a liderança do advogado Francisco Julião, passaram a atuar com grande expressão nacional na defesa dos direitos de trabalhadores rurais e da reforma agrária. Esses posicionamentos da classe trabalhadora rural vinham na contramão de programas de colonização que já eram anunciados desde os anos 1930 pelo governo de Getúlio Vargas. Esses programas ficaram muito aquém das crescentes demandas feitas pelas organizações dos trabalhadores rurais que, a partir da década de 1950, proliferaram-se por todo o País.

No início dos anos 1950, o segundo governo Vargas enviou proposta de formação do Serviço Social Rural, uma autarquia que visava garantir a prestação de serviços sociais à população das áreas rurais. Esse e outros programas objetivavam manter o trabalhador rural nas áreas de produção agrícola. Em 1955, foi lançada a semente do que seria o Estatuto do Trabalhador Rural, que garantiria os direitos trabalhistas básicos ao homem do campo. Tal Estatuto, porém, seria aprovado apenas em 1963, já no governo João Goulart. É preciso observar que, por seu caráter federativo, várias iniciativas regulamentadoras das políticas agrárias no País vinham por meio de leis estaduais.

Em Minas Gerais, o primeiro momento em que se percebe a atuação dos camponeses, com objetivo de manifestar os seus anseios de forma coletiva, foi em 1956, com a realização da I Conferência Estadual de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas. Essa conferência foi realizada em Belo Horizonte e contou com a participação de membros das recém-criadas associações de lavradores e trabalhadores agrícolas.

De acordo com Medeiros[16], entre 1945 e 1964, surgiram várias organizações de trabalhadores, que conseguiram conquistar alguns direitos trabalhistas e colocar a questão da reforma agrária na pauta nacional. Conforme dados da Fetaemg, na década de 1950 existiam 48 sindicatos rurais no Brasil, visto que havia dificuldades para que o Ministério do Trabalho reconhecesse essas entidades. A solução encontrada pelos camponeses foi então fundar as associações de lavradores e trabalhadores agrícolas.

Alguns anos após a I Conferência Estadual, realizada em Belo Horizonte, a cidade sediou, em 1961, o I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, organizado pela Ultab e pelas Ligas Camponesas. A justificativa para a escolha da cidade para a realização do Congresso teria sido, na opinião das maiores lideranças nacionais, como Francisco Julião e Lyndolpho Silva (este último presidente da Ultab), justamente pela localização estratégica do estado na geografia nacional, pela predominância do latifúndio nas áreas de produção agrícola, pela fragilidade das organizações dos trabalhadores rurais e, notadamente, pela situação extremamente miserável a qual estavam submetidos os camponeses mineiros. O evento foi bem-sucedido, tendo reunido, além de 300 delegados mineiros oriundos de 50 municípios, representantes de outros estados.

O Congresso teria marcado ainda as dissidências entre os dirigentes das Ligas Camponesas e aqueles associados à Ultab. Apesar de ambas as organizações defenderem radicalmente a reforma agrária, elas discordavam acerca do próprio sentido do campesinato na realidade brasileira. Ao passo que as Ligas, influenciadas pelo movimento cubano, tinham no movimento campesino a maior força revolucionária brasileira, não cabendo, portanto, conciliações com os setores burgueses, a Ultab via nas medidas institucionais e ações no Congresso as possibilidades mais imediatas de ganhos para os trabalhadores rurais. Tais distinções deram o tom do congresso em Belo Horizonte. Essas divergências, mais do que alinhamentos ideológicos, revelam a complexidade e a dimensão nacional que o movimento camponês ganhou no período pré-1964.

João Goulart, atento às demandas e às mobilizações dos camponeses em todo o País, procurou em seu governo (1961-1964) atender aos anseios desse grupo pela obtenção da posse da terra e pelo reconhecimento legal dos seus sindicatos. Em 1962, instituiu a portaria 209-A que legitimava a organização e o reconhecimento dos sindicatos rurais, tanto de empregados quanto de empregadores. No mesmo ano, foi implementada a categorização da classe de trabalhadores rurais discriminados como trabalhadores na lavoura; trabalhadores na

pecuária, e similares; trabalhadores na produção extrativa rural (empregados na extração de lenha, carvão, etc.) e produtores autônomos (pequenos proprietários, arrendatários e trabalhadores autônomos que possuam uma atividade rural, sem empregados, em regime de economia familiar ou coletiva).

De acordo com a nova legislação, os sindicatos deveriam ser cadastrados no Ministério do Trabalho e cada categoria possuiria apenas um sindicato por município. Para registrar um sindicato era necessário ainda apresentar ata de fundação, ter estatutos aprovados e convocar assembleia composta por, no mínimo, 50 integrantes. A legislação previa ainda a criação de uma Confederação Nacional de Agricultores (CNA), de caráter patronal, instituída em janeiro de 1964, e uma Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (Contag), fundada em dezembro de 1963. Nesse mesmo ano, entrou em vigor o Estatuto do Trabalhador Rural, que passou a reconhecer a categoria e a legislar sobre esse tipo de atividade.

Dois outros órgãos foram criados pelo governo Goulart para atuarem no meio rural: a Superintendência de Política Agrária (Supra), instituída em 1962, e a Comissão Nacional de Sindicalização Rural (Consir), implementada em fins de 1963. A Supra tinha por finalidades colaborar na formulação da política agrária do País; planejar e executar, nos termos da legislação específica, a reforma agrária; promover a desapropriação de terras, por interesse social, objetivando a justa distribuição da propriedade rural e condicionando o seu uso ao bem-estar social; além de prestar serviços de extensão rural e de assistência social aos trabalhadores rurais. Já a Consir possuía como objetivos principais a fundação de sindicatos rurais e a realização de planos integrados de atendimento às reivindicações das populações camponesas em áreas específicas, sobretudo no âmbito do direito civil e do direito trabalhista.

Em Minas Gerais, entre 1963 e 1964, os sindicatos rurais começaram a proliferar e três federações foram criadas: a Federação de Trabalhadores na Lavoura, a Federação de Produtores Autônomos e a Federação de Trabalhadores na Produção Extrativa. Em 31 de março de 1964, existiriam cerca de 1.200 sindicatos rurais em todo o País, sendo que 105 estariam em Minas Gerais.[17] A consolidação do movimento de trabalhadores rurais nesse período se deu com muitos conflitos, disputas e violências praticadas tanto por agentes do estado, quanto por milícias contratadas por fazendeiros, de modo que, em Minas Gerais, antes do golpe de 1964, movimentos em Três Marias, Piumhi e Governador Valadares são exemplos emblemáticos da violência no campo.

Após o golpe, a situação piorou significativamente. Houve perseguição aos sindicatos, aos líderes camponeses e às manifestações públicas por direitos

trabalhistas e pela reforma agrária. Implantou-se um modelo de modernização agrícola com a mecanização cada vez maior da produção rural, a sua associação a modelos de desenvolvimento capitalista no campo, a parceria com empresas agrícolas e a abertura de empreendimentos com auxílio do capital estrangeiro.

Uma série de reformas era defendida pelo regime ditatorial que se dizia revolucionário (reforma universitária, administrativa e agrária). Em 1964, o Congresso aprovou o texto do Estatuto da Terra, que dispunha sobre as modalidades de propriedade nas áreas rurais brasileiras que seriam latifúndio, minifúndio e empresas agrícolas. Estas últimas não estariam sujeitas a programas de reforma agrária. O Estatuto da Terra colocava em outros termos a questão da reforma agrária no País. Pretendia-se criar uma espécie de classe média rural, ao mesmo tempo em que se incentivava a formação de complexos agrícolas, como os que serão implementados na região do Jaíba e de programas de reflorestamento que propunham a plantação de eucalipto em vastas extensões de terras.

Em termos institucionais, extinguiu-se a Supra e criou-se o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra), subordinado à presidência da República, e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda), associado ao Ministério da Agricultura. Esses institutos, portanto, revelavam que mesmo em um contexto de reação às políticas que vinham sendo empregadas no País nos anos anteriores, o programa de reforma agrária era, ao menos teoricamente, tomado como fundamental ao desenvolvimento social e econômico do Brasil.

Apesar de muita perseguição aos sindicatos, alguns continuaram funcionando e, inclusive, organizando manifestações e ações coletivas, como a greve geral na região do Cabo, em Pernambuco. Em Minas Gerais, no ano de 1968, quando da fundação da Fetaemg, cinco eram os sindicatos rurais reconhecidos pelo Ministério do Trabalho: Poté, Araçuaí, Esmeraldas, Brumadinho e Três Pontas. Vários outros já haviam sido criados, mas ainda não eram reconhecidos. O movimento sindical tentava se reestruturar em Minas Gerais no final da década de 1960, mas ainda não conseguia atuar de maneira efetiva contra a violência e as arbitrariedades cometidas por agentes do Estado nas áreas rurais.

Exemplo dessa violência cometida por agentes estatais foram os despejos de posseiros ocorridos em 1964 e 1967, no distrito de Cachoeirinha, hoje município de Verdelândia (MG). Localizado a 200 quilômetros de Montes Claros, ou seja, nos rincões do sertão Norte mineiro, o povoado de Cachoeirinha foi submetido por mais de 15 anos a um regime no qual a única lei era ditada pelo coronel da Polícia Militar em Montes Claros, Georgino Jorge de Souza. Muitos trabalha-

dores rurais viveram sob vigilância constante, inclusive com paredes de casas perfuradas e observadas cotidianamente, despejos feitos do dia para a noite, práticas de torturas em praça pública, em moirões que serviam para amarrar pessoas, e morte de dezenas de crianças vítimas da fome e das doenças que proliferavam no local. Em Cachoeirinha, o Estado de Exceção parece ter atingido seu ápice. Afinal, durante muitos anos, não se tinha ali presença de qualquer força política contrária aos desmandos do coronel da Polícia Militar.

De acordo com Medeiros, no período pós-1964,

> As lutas no campo [...] atomizaram-se, isolaram-se, porém não desapareceram. Muito pelo contrário. A modernização da agricultura que se verificou, amplamente respaldada pela política agrícola do Estado, a opção pela manutenção de uma estrutura de propriedade concentrada no campo, jogando por terra as esperanças em uma reforma agrária, o estímulo oficial à ocupação da fronteira pelo grande capital, intensificaram os conflitos, as lutas de resistência. Do ponto de vista organizativo, o período foi marcado, em que pese a repressão, pela constituição de um sindicalismo rural centralizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Embora pouco eficaz no sentido de impedir despejos e garantir os direitos já conquistados, esse sindicalismo, no entanto, consolidou-se como porta-voz das bandeiras históricas dos trabalhadores rurais. Ao lado dele, também setores da Igreja se tornaram canais de expressão dos anseios desse grupo social, denunciando a miséria e a opressão de que eram vítimas e também buscando colaborar na sua organização.[18]

Nos primeiros anos da ditadura as três federações formadas por camponeses existentes em Minas Gerais foram fechadas. Com o pretexto de "caçar" comunistas, fazendeiros usavam desenfreadamente de milícias formadas por jagunços e policiais para expulsar massivamente posseiros em várias regiões do País. Em Minas Gerais, esses abusos foram constatados especialmente nas regiões Norte, Vale do Rio Doce e Noroeste, não apenas no início do regime.

Após o AI-5, a repressão aumentou ainda mais nas áreas rurais brasileiras, inclusive com uma ação mais incisiva do Ministério do Trabalho nas intervenções aos sindicatos rurais que passaram a ter uma função limitada na luta pelos direitos dos trabalhadores, ainda que segundo os termos do próprio Estatuto da Terra, promulgado pelo regime ditatorial. Assim, apesar da existência de órgãos como a Contag e a Fetaemg, a margem de ação dos camponeses permanecia cer-

ceada pelas restrições impostas pelo regime. A Contag, por exemplo, passou a atuar sob a direção de um interventor nomeado pelo Ministério do Trabalho. As fraudes eleitorais tornaram-se recorrentes e a formação de chapas de oposição era algo que envolvia riscos que comprometiam a própria integridade física dos candidatos contestadores. Na Fetaemg, o ex-presidente André Montalvão se recorda que era constantemente monitorado por policiais infiltrados e que todas as reuniões contavam com a presença de um agente da polícia. Segundo ele, na própria Fetaemg havia funcionários infiltrados, como o Brina (Estevão Salvador Mansur Brina) que era advogado e que diziam estar a serviço da Coseg.[19]

Já em 1965, o governo unificou a categoria de trabalhador rural que deveria ser o nome concedido à "pessoa física que exerça atividade profissional rural sob a forma de emprego ou como empreendedor autônomo, neste caso, em regime de economia individual, familiar ou coletiva e sem empregados."[20] Assim, um mesmo Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) poderia abrigar categorias distintas e mesmo com interesses diversos. Havia, ainda, os trabalhadores assalariados e os não assalariados, sendo os últimos vistos como clandestinos que, nesta condição, eram desestimulados a participarem dos sindicatos.

Em fins da década de 1960, o governo militar passou a estimular a sindicalização no campo, e o País assistiu a uma proliferação de entidades ligadas aos trabalhadores rurais. Em Minas Gerais, apenas entre 1969 e 1971, na vigência da primeira diretoria da Fetaemg, foram fundados 56 sindicatos. Já entre 1971 e 1975, foram 174.[21] Contudo, a maioria era criada para atender aos anseios do governo – nem sempre da classe trabalhadora – e tinha finalidade assistencialista.[22]

Em 1971, o governo regulamentou a previdência rural, que já estava prevista no Estatuto do Trabalhador Rural de 1963, com a criação do Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Prorural), implementado pelo Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural). Tal medida fez com que o sindicato se convertesse em provedor de políticas de assistência social e sindical, especialmente a partir de atenção médica e odontológica.

A tradição de assistencialismo sindical já era conhecida pelas primeiras organizações de trabalhadores rurais, como a primeira Liga Camponesa que surgira, de fato, como uma organização para auxílio dos moradores do Engenho de Fogo Morto da Galileia, em Vitória do Santo Antão (PE). Assim, tal prerrogativa assistencial, apesar dos ganhos que poderia conceder aos filiados, não deixava de significar um retrocesso na luta por direitos trabalhistas e, principalmente, pela reforma agrária. Essa perda das funções do sindicato foi assim descrita pela professora Ana Maria Motta Ribeiro, ex-assessora educacional da Fetaemg:

> O dinheiro do Funrural dava direito a você ter remédios, distribuir remédios, escola para crianças, creches algumas vezes, e consultório dentário. A verba ia para o sindicato e ocupava tanto o dirigente sindical que ele tinha tempo de tudo, menos de fazer cumprir a legislação trabalhista. O sindicato não tinha assessor jurídico, não precisava. Ele não se metia em luta, não fazia nada, o negócio dele era contratar médico, contratar dentista.[23]

André Montalvão da Silva, ex-presidente da Fetaemg, também se recorda da atuação limitada da Federação:

> A Fetaemg até 1975 não tinha nenhuma proposta de defesa dos trabalhadores, a Federação era uma entidade assumida politicamente, controlada pelos políticos da época, do Estado. [...]. Não havia uma programação a não ser assistência médica através do Funrural. O Funrural foi criado em 1971 e foi criado exatamente para dar um 'cala a boca' na proposta da luta dos trabalhadores pela terra e pela reforma agrária e aí no caso o sindicato e a Federação tinham como proposta levar para os municípios assistência médica através de ambulatórios médicos e gabinetes dentários [...] porque naquela época a maioria dos municípios pequenos de Minas Gerais não tinha um médico residente e um dentista. [...]. A única proposta que a Federação tinha era essa.[24]

Em 1973, durante o II Congresso de Trabalhadores Agrícolas, organizado pela Contag, ou seja, no auge da ditadura e do chamado "milagre econômico", uma das principais questões debatidas foi a desarticulação existente entre os vários sindicatos de trabalhadores rurais que, pelas políticas do Funrural, restringiam-se às práticas de reprodução de suas diretorias e dos trabalhos assistenciais e burocráticos. Debatia-se, então, a formação de delegados sindicais, capazes de mobilizar as bases e dar maior alcance às demandas dos trabalhadores rurais. Era discutida também a validação do Estatuto da Terra como norteador das reivindicações trabalhistas e de reforma agrária, especialmente segundo o argumento da função social da terra, por parte dos sindicalizados.

O governo, por sua vez, continuava a promover políticas que a partir de vastos programas poderiam atender tanto ao desenvolvimento macroeconômico das áreas agrícolas, quanto ao assentamento de núcleos de pequenos proprietários. Em 1970, o Ibra e o Inda foram extintos para dar lugar ao INCRA. Em 1971, o governo lançou o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (Proterra); no ano seguinte, o Programa

Especial Para o Vale do São Francisco (Provale); em 1974, o Programa de Desenvolvimento das Áreas Integradas do Nordeste (PoloNordeste). Criou, ainda no início dos anos 1970, o Sistema Nacional de Crédito Rural para garantir insumos para a compra de maquinários, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) para empréstimos e aquisições federais e os Complexos Agroindustriais (CAIs).

Alguns programas e projetos foram criados especificamente para regiões de Minas Gerais, como o Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados (PCI), com auxílio do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) e do Banco Mundial, que tinha por objetivo promover uma transformação na agricultura nas áreas de cerrado; o Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (Padap)[25], destinado à colonização de imigrantes japoneses e que foi realizado juntamente com a Cooperativa Agrícola de Cotia, por meio de parceria entre os governos brasileiro e japonês; e o Programa de Assentamento Dirigido do Vale do Jequitinhonha (Padvale), voltado para a criação de quatro núcleos de colonização na região, nos municípios de Taiobeiras, Grão Mogol, Jequitinhonha e Minas Novas.

Todas essas iniciativas revelam o quanto os governos militares e seus apoiadores nos estados investiram no fomento de projetos de grande porte, visando à agroindústria e destinando grande parte dos recursos nacionais para políticas de beneficiamento de médios e grandes produtores. Em Minas Gerais, a Ruralminas, criada em 1966 no governo de Israel Pinheiro, pode ser vista como a precursora dessa lógica modernizante do regime autoritário, que procurava garantir um modelo agroindustrial associado a pretensas políticas de assentamento, de segurança ao trabalhador rural e, mesmo, de reforma agrária.

A Ruralminas possuía um estatuto jurídico bastante flexível, podia operar com orçamento próprio e tomar empréstimos no exterior. Respondia apenas ao seu diretor-geral que, por sua vez, prestava contas somente ao governador. Ela dirigia os grandes projetos agroindustriais implementados em Minas Gerais e se dividia em três subsidiárias: Ruralminas Delta, para administrar sistemas de irrigação implantados pela empresa com fins públicos; Ruralminas Gama: para executar obras; e Ruralminas Beta, para oferecer suporte comercial e gerencial às áreas de colonização.

A Ruralminas foi criada, inclusive, com a incumbência de coordenar, já em 1966, o Planoroeste, instituído com a finalidade de fomentar a agroindústria do No-

roeste de Minas e que contava com investimentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Ela também se responsabilizou pelo incipiente Projeto Mocambinho, depois nomeado Projeto Jaíba, que tinha por objetivo promover a irrigação de vastas extensões de terras localizadas no Norte de Minas. A primeira fase desse projeto previa a irrigação de cerca de 28.200 hectares, no prazo de 52 meses, e acabou por favorecer grandes empresas agrícolas.[26]

Com o passar do tempo, a Ruralminas se tornou operadora de todos os grandes planos de desenvolvimento nas regiões agrícolas de Minas Gerais: Prodemata, Provárzea, Padap, Pasa, Programa de Distritos Florestais, Programa de Legitimação de Terras, entre outros. Os recursos financeiros, fundiários, de bens de capital, etc. eram enormes. Sua ação era, basicamente, a de arregimentar empresários e garantir condições para a execução de projetos agroindustriais de grande porte. Pela Lei nº 6.177, de 1973, foi dado ao governador do estado o direito de conceder títulos de terra de 750 a 3 mil hectares sem qualquer intermediação da Assembleia Legislativa e da União. Até então, a concessão feita pelo governador, sem aprovação da ALMG, era apenas para propriedades de até 750 hectares. Acima de 3 mil hectares essa concessão só era feita com o consentimento da União.

Associada a órgãos como o Instituto Estadual de Florestas, a Ruralminas concedeu a empresas como a Agrivale, em 1976, cerca de 8 mil hectares de terras na região do Jaíba, os quais nunca foram devidamente utilizados nem tiveram sua contrapartida garantida ao Estado, o que resultou na devolução das terras à administração estadual. Na mesma região, chegou-se a conceder 34.700 hectares ao Grupo Ometto, que também abandonara a região sem qualquer beneficiamento dos terrenos negociados. Ao mesmo tempo, conforme relatado na CPI da Ruralminas, realizada entre 1984 e 1985, uma série de pessoas físicas obtiveram vantagens na alienação de terras pelo órgão em benefício próprio, sempre sem nenhuma contrapartida comprovada, além de várias inconsistências nos trâmites em que se deram as transações. Vale lembrar que a CPI terminou pela comprovação das práticas de empreguismo, nepotismo e desmando na política de pessoal, venda irregular de gado e alienação irregular de terra, notadamente na gestão do diretor Moacyr Lopes, entre os anos 1983 e 1984, mas também nas administrações anteriores.

Na época da CPI da Ruralminas, modificações importantes haviam ocorrido nos movimentos de trabalhadores rurais. A luta por direitos coletivos foi uma temática recorrente em toda a década de 1970. Por meio de Encontros Nacionais de

Assalariados, de Política Agrícola e de Conflitos de Terra, debatiam-se as experiências das lutas e analisavam-se as melhores formas de pressão dos trabalhadores. Em Minas Gerais, os canavieiros de Passos fizeram uma grande greve em 1980 e os posseiros de Cachoeirinha se organizaram na luta pela posse da terra. Uma nova política sindical foi proposta pela Contag e pela Fetaemg, a fim de se formarem líderes mais engajados na luta e atuantes em todo estado. A Federação passou a produzir materiais de educação e formação de trabalhadores rurais. Encontros regionais foram organizados e foi priorizado o incentivo às lutas coletivas.

Ana Maria Motta Ribeiro se recorda de ter ido trabalhar como assessora educacional na Fetaemg, no começo da década de 1980, uma vez que a Federação seguiu as propostas da Contag de enviar assessores educacionais, que fossem intelectuais com conhecimento sobre o campo para trabalharem junto aos trabalhadores rurais. A partir dessa proposta a Fetaemg contratou ela e Alex Sgrecia para atuarem como assessores educacionais em todo o Estado de Minas Gerais.

> Nós éramos *Ghost Writer,* sombras dos dirigentes sindicais. Aprendemos a ter humildade, aprendemos a escrever sem ter autoria, que ser *Ghost Writer*, ser fantasma escritor, botar na mão do dirigente sindical um documento com análise contábil, estatística, econômica, era fundamental. Alterava a qualidade da negociação com os usineiros [...]. Ao mesmo tempo, eram dados cursos de formação de delegados de base ou delegados sindicais. Então a gente dava legislação trabalhista e história do movimento sindical, história do Brasil, história do capitalismo [...]. A nossa função era de formação e mobilização.[27]

No início da década de 1980, Minas Gerais era um dos estados com maior número de conflitos no campo do País. As lutas em Cachoeirinha tiveram repercussão nacional e, em 1983, realizou-se o I Encontro Estadual de Conflitos de Terra em Minas Gerais. As ações dos trabalhadores constituíam-se de atos públicos, manifestações, ocupações de órgãos públicos, denúncias na grande imprensa, ocupações de terra, além da reivindicação de desapropriação das áreas em conflito junto ao INCRA e por vezes na justiça. As regiões do Triângulo e do Sudoeste mineiro conheceram as campanhas salariais, que tiveram desdobramento especialmente nas áreas de reflorestamento, e, em 1985, aconteceu o I Encontro Estadual de Assalariados Rurais.

A criação da CPT, em 1975, deu grande amparo aos trabalhadores rurais submetidos a condições de opressão e falta de direitos. A formação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) serviu como meio de aglutinação e engajamento de trabalhadores rurais na participação sindical e na luta por direitos e reforma agrária. Além disso, lideranças intelectuais e ativistas como o bispo Pedro Casaldáliga, com repercussão nacional, criavam interpretações da questão agrária no Brasil como um dos maiores problemas do País.

Desse modo, os anos 1980 iniciaram-se com grande contingente de proprietários rurais abastecidos com as verbas dos programas gigantescos de promoção do agronegócio, ao mesmo tempo em que a classe trabalhadora rural se via alijada de muitos dos seus direitos há anos conquistados, mas nunca efetivamente postos em prática devido às negligências do Estado.

Em publicações, relatórios e edições da CPT em Minas Gerais, numerosas denúncias de práticas de grilagem, violência e supressão dos direitos dos trabalhadores rurais foram descritas, algumas, inclusive, com a participação da Ruralminas.[28] Assim, as práticas de desenvolvimento agroindustrial, desrespeitando os direitos dos trabalhadores rurais, aumentavam os já graves problemas de êxodo rural e de miséria no campo.

Em janeiro 1985, ocorreu o I Congresso dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em Curitiba (PR), reunindo 1.500 delegados de 20 estados. Na ocasião, o próprio Estatuto da Terra foi questionado e reivindicou-se a criação de uma lei que contasse com a participação dos trabalhadores na sua elaboração. O MST fez da ocupação de terras improdutivas o caminho central para a promoção da reforma agrária e considerou a conquista da terra como meio fundamental de realização da finalidade social da propriedade.

Em maio do mesmo ano, reunindo os principais grupos patronais da produção agrícola brasileira, foi criada a União Democrática Ruralista (UDR), cuja mobilização girava em torno do impedimento das desapropriações e da restrição à atuação dos membros "progressistas" da Igreja Católica, chamados por eles de "padres comunistas", atualizando o anticomunismo como meio recorrente para perpetuar as relações de poder na sociedade brasileira.

Na passagem dos anos 1970 para os anos 1980, observa-se que os contrapontos das políticas agrícolas milionárias levadas a cabo pela ditadura eram as denúncias cada vez mais explícitas acerca da opressão e violência no campo que pareciam crescer ininterruptamente. Conflitos, mortes, perseguições, violências

e assassinatos dispararam desde os últimos anos do regime autoritário até a implementação da Constituição de 1988, ao menos segundo os levantamentos feitos até hoje.

Vários líderes sindicais foram assassinados em todas as Regiões do País. No governo Sarney (1985-1989) foi criado o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e os relatórios produzidos pelo Mirad em conjunto com o INCRA revelaram dados alarmantes. Segundo um deles, elaborado pela Coordenadoria de Conflitos Agrários, apenas durante dez meses de 1985, contabilizavam-se 211 assassinatos no País, dos quais 198 estavam relacionados com conflitos em terras públicas e privadas e 13 envolviam terras indígenas. Assim, a reforma agrária era tida como o meio principal para tentar resolver essa situação alarmante.

Apesar de significar uma ruptura com as propostas do governo militar nessa matéria e ter até reacendido certa esperança nos trabalhadores rurais, o PNRA, que não era isento de contradições e brechas para o adiamento de processos de desapropriação, teve vida curta. Cedeu aos interesses da UDR e protelou, ainda mais, um plano de reforma agrária nacional que pudesse atingir o conjunto da população dos trabalhadores rurais brasileiros e encaminhasse uma solução realmente eficaz para diminuir a violência que assola as áreas rurais brasileiras acerca das quais, ainda hoje, mantem-se um silêncio e uma obscuridade seculares, perpetrando a impunidade.

5.3 Conflitos agrários: casos emblemáticos

Diversos conflitos agrários ocorridos em Minas Gerais no período de 1961 a 1988 provocaram morte, tortura, prisão e perseguição de trabalhadores rurais e seus apoiadores. Alguns desses conflitos serão analisados, aqui, o que não significa afirmar que foram os únicos. A pesquisa realizada pela Covemg identificou a existência de conflitos agrários em todas as regiões do estado sendo que a maioria dos casos esteve concentrada nas regiões Norte, Noroeste e nos vales do Jequitinhonha e Mucuri. Aqui serão descritos os conflitos ocorridos em Três Marias, Piumhi, Governador Valadares e Cachoeirinha, área que hoje integra o município de Verdelândia. Tais conflitos foram selecionados pelo fato de serem considerados emblemáticos para comprovar a participação de agentes de Estado nas violações e por permitirem exemplificar as questões agrárias que levaram a diferentes práticas violentas.

Três Marias

A região hoje conhecida como Três Marias foi, na década de 1960, palco de um conflito agrário que teve grande visibilidade e atraiu para a região, no período pré-golpe militar, pessoas ligadas a diversas organizações políticas como PCB, Polop, PTB, AP e Ligas Camponesas. A área foi alvo de disputa entre o fazendeiro Olinto Gonçalves de Melo, conhecido como Neném da Peleca, e a Liga Camponesa de Três Marias.

A região de Três Marias era pouco povoada até a construção da barragem da usina hidrelétrica e da BR-040, rodovia que liga Belo Horizonte a Brasília. Essas obras estavam inseridas no Plano de Metas do presidente Juscelino Kubitschek e atraíram milhares de pessoas para a região. A barragem de Três Marias começou a ser construída em 14/09/1956 e foi entregue em 14/01/1961.

João Gonçalves Neto, autor do livro "Memórias de Três Marias", foi funcionário da prefeitura de Barreiro Grande, hoje Três Marias, nos anos de 1963 e 1964, e conta que se mudou para região em 1958 e se surpreendeu com a intensidade dos trabalhos nas obras, "mais de dez mil homens trabalhavam em dois turnos: das 6h às 18h e das 18h às 6h da manhã."[29] Após o término das obras, muitos trabalhadores que migraram de outras localidades ficaram desempregados, mas permaneceram na região. Um desses trabalhadores era Randolfo Fernandes Lima, natural de Curvelo e que chegou a Três Marias, como outros tantos migrantes, para trabalhar na construção da barragem. Era carpinteiro nas Centrais Elétricas de Minas Gerais (Cemig), uma das empresas responsáveis pela construção da barragem. Acumulava nas horas vagas as funções de barbeiro e pescador, a fim de sustentar a família.

Em 1959, ele estava pescando no Rio São Francisco quando avistou um "mato muito bom". O fazendeiro Olinto Gonçalves de Melo dizia-se proprietário daquelas terras, por isso, Randolfo o procurou para arrendar dois alqueires, produzir e viver com a família. Embora tivesse concordado e prometido firmar contrato de três anos em cartório, o latifundiário não o fez. Confiando na palavra de Olinto, Randolfo pediu demissão da Cemig e começou a trabalhar na terra e a levantar seu barraco. Por três vezes, quando a estrutura de base do barraco já estava construída, Olinto disse a Randolfo que não poderia construir sua casa naquele local e que deveria ir para outro lugar. Olinto aproveitava o trabalho já realizado por Randolfo para construir instalações para seu proveito, enquanto Randolfo era mandado de um ponto a outro do terreno, sem conseguir produzir o suficiente para sua família.

Inconformado, ele foi procurar o delegado de Polícia Civil de Três Marias, capitão Daniel Noronha Neto. Este o informou sobre uma lei que dizia que as terras localizadas às margens dos rios navegáveis pertenciam à Marinha, sendo possível obter concessão de posse na Capitania dos Portos de Pirapora.[30] Randolfo resolveu então pedir dinheiro emprestado para ir até esta Capitania e, de posse do documento, escolheu um terreno de cerca de um alqueire para nele trabalhar. Olinto mais uma vez o intimou a sair. Randolfo era analfabeto e tinha medo do fazendeiro, por isso procurou o advogado da prefeitura de Belo Horizonte, Antônio Ribeiro Romanelli, que o garantiu que os seus documentos eram legítimos e o permitiam ocupar aquela área de terra devoluta.

Logo, outras 14 famílias ocuparam a região, embora sem a mesma permissão da Capitania dos Portos, pois não tinham dinheiro para irem até Pirapora. Várias plantações foram feitas e a terra começou a produzir.[31] Em maio de 1961, Olinto, insatisfeito e afirmando que aquelas terras eram suas, expulsou à força todas as famílias, cerca de 120 pessoas, destruindo violentamente os barracos e as plantações. Para tanto, foi acompanhado por três filhos, dois jagunços armados com facas e espingardas, dois oficiais de Justiça de São Gonçalo do Abaeté e dois investigadores de Belo Horizonte.[32]

Olinto Gonçalves havia feito um pedido de reintegração de posse ao juiz de São Gonçalo do Abaeté, mesmo não sendo dono das terras. O juiz convocou uma audiência, porém não ouviu os réus e deu ganho de causa ao fazendeiro. De posse do mandado de integração, que era apenas contra Randolfo e sua esposa, Olinto despejou violentamente as 14 famílias.[33] Os camponeses expulsos acamparam no distrito de Joaquim de Lima e procuraram novamente o advogado Antônio Ribeiro Romanelli para defendê-los.

Um mês após a expulsão, em julho de 1961, foi fundada a Associação de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Três Marias, que tinha por objetivo defender o direito de retorno às terras localizadas às margens do Rio São Francisco e também melhorar as condições de vida na região, com a criação de uma escola e de um posto de saúde. A fundação da associação ocorreu no distrito de Joaquim Lima e cerca de 500 pessoas participaram do evento, entre elas Jofre Correia Neto (membro do PCB do Rio Grande do Sul), Antônio Ribeiro Romanelli, o professor José Thiago Cintra, Hernani Maia (membro do PTB) e Jerônimo Moura Neto (membro da ATAMG e do PCB). O assunto mais abordado foi a reforma agrária.[34] Randolfo Fernandes Lima foi eleito presidente da associação. [35]

Em primeiro de agosto de 1961, o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG) deu ganho de causa aos camponeses Randolfo Fernandes de Lima,



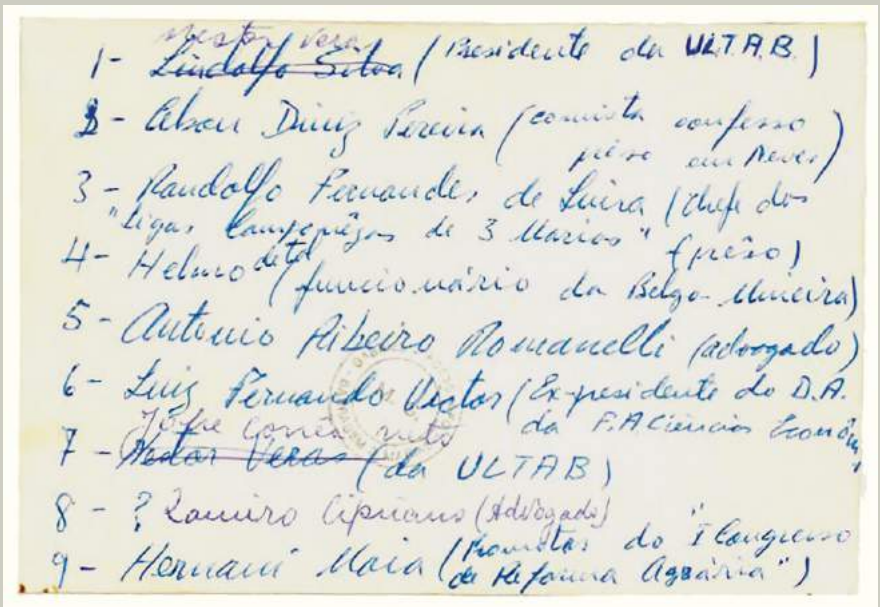


Figura 1 – Participantes da audiência pública realizada na ALMG. **Fonte: STM, Apelação 37616. Vol 1.pdf. Foto do grupo (Nestor Vera, Celson Diniz Pereira, Randolfo Fernandes Lima, Helmo, Antônio Ribeiro Romanelli, Luiz Fernando Victor, Jofre Corrêa Neto, Ramiro Cipriano e Hernani Maia). s/d, pp. 101-102**

Aladino Ferreira de Souza, Afonso Mendes Soares, Cândida Alves Martins, Flaviano Rodrigues Pereira, Antônio Mendes, Argemiro Júlio da Silva, Laudomiro Alves de Paula e Otacílio Batista dos Santos, defendidos por Romanelli.[36] A reintegração de posse ocorreu em outubro de 1961.

O caso tomou grandes proporções recebendo cobertura da mídia e o apoio de diversos setores da sociedade. Antes da reintegração de posse, o então deputado estadual Hernani Maia marcou uma audiência na ALMG para discutir a questão.

A volta dos camponeses para as terras ocorreu sem problemas, apesar de Olinto afirmar que era dono daquela área e que usaria de violência para defendê-la.[37] Em 17/11/1961, Randolfo Fernandes levou 306 pessoas da região de Três Mariaspara o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas. A partir de então, os moradores da área em conflito passaram a conviver com participantes de movimentos de esquerda que permaneceram por períodos distintos na região. Jofre Corrêa Neto, por exemplo, ficou nove dias na área, já Guido de Souza Rocha, estudante e membro da Polop, residiu seis meses junto aos camponeses de Três Marias. Funcionários da Supra também realizaram visitas à localidade, assim como deputados e advogados. Além deles, Francisco Julião marcou presença na inauguração da Liga Camponesa de Três Marias.

Em 21/04/1962, a Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas foi transformada na Liga Camponesa de Três Marias, e Raimundo Nonato Pereira assumiu a presidência. Segundo depoimento de Antônio Romanelli, essa mudança ocorreu devido à afinidade ideológica dos camponeses de Três Marias com as Ligas, mas não havia uma subordinação direta desses ao movimento de Francisco Julião.[38]

No dia 18/06/1962, tropas armadas da Polícia Militar invadiram a sede da Liga Camponesa de Três Marias prendendo toda a sua diretoria, que foi conduzida para a delegacia de São Gonçalo do Abaeté. A diretoria foi liberada no mesmo dia, com exceção de Randolfo Fernandes de Lima. O pretexto para invadir a Liga foi uma carta escrita por Randolfo, em tom amistoso, que reclamava o pagamento de 80 mil cruzeiros devidos por um latifundiário a um meeiro. A polícia considerou a carta uma ameaça e o indício de que os lavradores iriam invadir outras terras.

Após 10 dias da prisão de Randolfo, dois advogados de Belo Horizonte foram até São Gonçalo do Abaeté para tratar da sua liberdade. Sua prisão gerou manifestações de apoio de universitários, do movimento de favelados e de organizações sindicais de Belo Horizonte.[39]

Enquanto o conflito em Três Marias ganhava visibilidade, em março de 1963, os camponeses conseguiram inaugurar uma escola primária que funcionava dentro do terreno de Randolfo Fernandes de Lima e atendia cerca de 40 crianças. As tábuas para as carteiras escolares foram doadas pelo cônsul de Portugal, e o Sindicato dos Marceneiros de Belo Horizonte confeccionou as carteiras que foram transportadas por uma Kombi. Com a chegada do material, correu o boato que não eram carteiras escolares, mas sim farto armamento importado (metralhadoras tchecas e munição) para que os camponeses lutassem pela reforma agrária. Para averiguar a existência dessas armas, a polícia política enviou para o local um investigador, que permaneceu mais de 20 dias infiltrado entre os camponeses e comunicou ter encontrado apenas uma carabina velha, uma espingarda e dois revólveres.[40]

Alguns meses após a fundação da escola, em julho de 1963, os camponeses tentaram ocupar terras localizadas na Ilha da Catuaba, região próxima à área ocupada pelo grupo liderado por Randolfo, que também pertenciam à União. Entretanto, foram presos e conduzidos para a delegacia. Após o ocorrido, latifundiários de Três Marias, juntamente com o presidente da Farem, Josaphat Macedo, se dirigiram ao gabinete do secretário de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, Caio Mário da Silva Pereira, para solicitar reforço de destacamento policial na região. O secretário autorizou o envio de armamento para os policiais e de dois agentes do DOPS/MG para reprimirem qualquer tentativa de "subversão".[41]

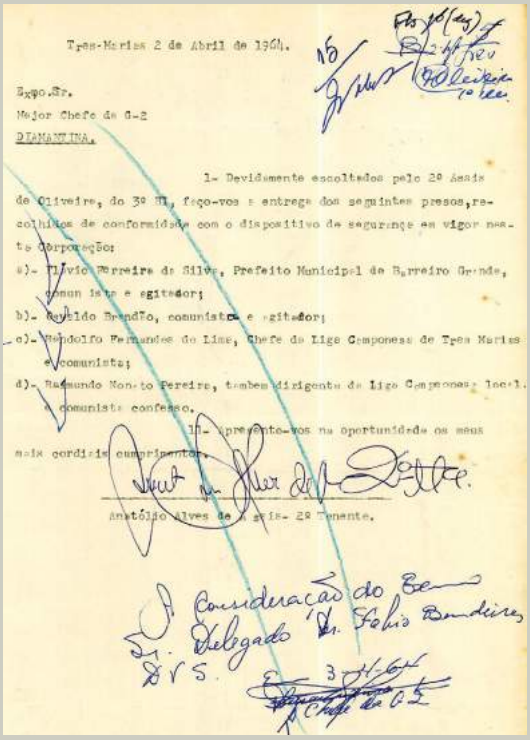
Em meio ao aumento do monitoramento das atividades camponesas, em outubro de 1963, a Liga foi transformada em sindicato rural, devido aos incentivos de sindicalização dados pelo governo João Goulart por meio da Supra.[42] O principal objetivo do sindicato era conseguir a obtenção legal das terras ocupadas pelo campesinato. A polícia política calculava que o sindicato congregava aprovimadamente 1,5 mil pessoas, Randolfo, por sua vez, contabilizava três mil associados.[43]

No início de 1964, uma nova decisão judicial deu ganho de causa ao latifundiário Olinto Gonçalves, mudando todo o cenário e autorizando o despejo dos camponeses. Mas após grande pressão popular, o presidente Goulart, emitiu o Decreto nº 53.499, de 27/01/1964, que autorizava a Supra a promover a desapropriação das terras que seriam ocupadas legalmente pelos camponeses. A Supra estipulou para o pagamento da desapropriação a quantia de Cr$ 47.320, mas Olinto não concordou, alegando que as terras valiam Cr$ 1 milhão. Tal desapropriação, entretanto, não chegou a ser efetivada, devido ao golpe de 1964.[44]

Após o golpe, a região de Três Marias foi rapidamente ocupada pelo Exército e pela Polícia Militar, que enviou um pelotão de Diamantina. A prefeitura de Três Marias foi cercada e barricadas foram feitas na ponte da BR-040 acima do Rio



Figura 2 – Convite para a inauguração do Sindicato Rural de Três Marias. Fonte: STM, Apelação 37944 (1970). Vol 1, 21/04/1962. p. 535.



Tres-Marias 2 de Abril de 1964.

Expo.Sr.
Major Chefe da C-2
DIAMANTINA.

1- Devidamente escoltados pelo 2º Assis de Oliveira, do 3º BI, faço-vos a entrega dos seguintes presos, recolhidos de conformidade com o dispositivo de segurança em vigor nesta Corporação:

a)- Flávio Ferreira da Silva, Prefeito Municipal de Barreiro Grande, comunista e agitador;

b)- Oswaldo Brandão, comunista e agitador;

c)- Randolfo Fernandes de Lima, Chefe da Liga Camponesa de Tres Marias e comunista;

d)- Raimundo Nonato Pereira, tambem dirigente da Liga Camponesa local, e comunista confesso.

II- Apresento-vos na oportunidade os meus mais cordiais cumprimentos.

Anatólio Alves de Assis- 2º Tenente.

A Consideração do Exmo Sr. Delegado Dr. Fabio Bandeira
D.V.S.

Figura 3 – Carta de escolta de Randolfo Fernandes de Lima, Raimundo Nonato Pereira, Flávio Ferreira da Silva e Oswaldo Waldir Brandão. Fonte: STM, Apelação 37944 (1970). Vol 1, 02/04/1964. p. 33.

São Francisco. Os líderes camponeses e seus possíveis apoiadores foram presos nos primeiros dias após o golpe e, em 02/04/1964, Randolfo Fernandes de Lima, Raimundo Nonato Pereira, Flávio Ferreira da Silva e Oswaldo Waldir Brandão foram escoltados por Assis de Oliveira, do 3º Batalhão de Infantaria, até o DOPS/MG, situado em Belo Horizonte.[45]

A prefeitura de Três Marias também foi cercada, pois se falava que o prefeito Flávio Ferreira da Silva[46] guardava armas a pedido dos camponeses liderados por Randolfo. Militares, vereadores e uma multidão de curiosos acompanharam a abertura da prefeitura com a expectativa de encontrarem um arsenal, porém nenhuma arma foi localizada. Mesmo assim, após a vistoria, os presentes se dirigiram à residência do fazendeiro Olinto Gonçalves de Melo, que naquele período funcionou como Câmara Municipal, e "entre risos e escárnios, bolinhos de fubá, café com leite, cometeram o primeiro grande crime político da história de Três Marias: cassaram injustamente o prefeito".[47]

Na mesma semana do golpe, um camponês de apelido Geraldo "Preto" foi assassinado e seu corpo encontrado por Joaquim Viana de Oliveira, cabo da Polícia de Diamantina, e por João Siqueira, auxiliar do delegado local. O Exército havia ocupado a ponte que ligava os municípios de São Gonçalo do Abaeté e Três Marias na BR-040. Próximo desta ponte estava a área reivindicada pelo sindicato rural de Três Marias, onde viviam alguns camponeses. Em documento do DOPS/MG de 27/08/1964, o cabo Joaquim Viana relatou que o responsável pelo crime foi preso, porém não citou o nome do assassino.[48]

Ainda sobre as acusações imputadas aos camponeses de Três Marias e seus apoiadores, há a seguinte descrição realizada por Capistrano de Oliveira, 1º tenente encarregado do Inquérito Policial Militar:

> A região composta das cidades de Três Marias, Corinto, Curvelo e Sete Lagoas vinha sendo alvo de agitadores extremistas, os quais, por intermédio de Sindicatos, Ligas Camponesas e Grupos Organizados, faziam propagandas de cunho subversivo, utilizando, para tanto, todos os meios ilícitos possíveis, subvertendo a ordem [...] Os empregados da lavoura foram impelidos contra seus patrões, para que tôdas as posses fôssem divididas em comum. Armas de tôdas as espécies e calibres eram guardados pelos agitadores, a fim de, em época oportuna, tomarem, pela fôrça e terrorismos diversos, aquilo que pleiteavam durante as sessões nos Sindicatos, Ligas Camponesas, Grupos Organizados e, mesmo, em praças públicas. A subversão naquela localidade era tão bem dirigida e difundida, que seus mentores intelectuais conseguiram ar-

> regimentar numa só Liga Camponesa, a de Três Marias, 1500 (Hum Mil e Quinhentos) operários, que portavam armas e recebiam instruções básicas de guerrilhas; havia contrato de pistoleiros para garantir as posses das terras invadidas pelos camponeses por êles orientados. Estas Ligas se constituíam, unicamente, dos ex-Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, de onde se originaram. É fato consumado que tais ligas eram diretamente orientadas pela SUPRA, órgão-pai de todas as entidades comunistas do interior de Minas Gerais.[49]

Percebe-se que todos os acusados nessa ação (Randolfo Fernandes de Lima, Raimundo Nonato Pereira, Flavio Ferreira da Silva, Oswaldo Waldir Brandão, Guido de Souza Rocha[50] e Antonio Ribeiro Romanelli[51]) tinham algum tipo de relação com a Liga Camponesa de Três Marias e, por isso, foram taxados de comunistas, agitadores ou subversivos. Eles foram processados pela Justiça Militar da 4ª Região Militar em Juiz de Fora, acusados de desobedecer a Lei de Segurança Nacional (Lei nº 1802/53). Como aponta o Relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV), a prisão deles pode ser classificada como ilegal, uma vez que não houve expedição de mandado de prisão e foi considerada conduta subversiva o simples fato de pertencerem a uma associação trabalhista.[52]

A Covemg colheu o depoimento de Raimundo Nonato Pereira, que afirmou que sua prisão durou 78 dias. Ele foi preso em Três Marias, depois conduzido para o DOPS de Belo Horizonte, em seguida para a penitenciária agrícola de Neves e, posteriormente, para a colônia penal Magalhães Pinto. Ele relata que o período ditatorial foi doloroso e prefere esquecer, não tendo entrado com nenhuma ação indenizatória e sem pretensões de fazê-lo.[53] Suas informações sobre a prisão em 1964 podem ser confirmadas pelos documentos do DOPS/MG.[54]

De Randolfo Fernandes Lima sabe-se apenas que após a prisão voltou a Três Marias e permaneceu por pouco tempo, pois os camponeses, com medo, abandonaram as terras.[55] Faleceu em 1985 em cidade não identificada.[56]

Já Antônio Ribeiro Romanelli permaneceu preso por cerca de três meses, passando pelo DOPS de Belo Horizonte, em seguida para a base da Aeronáutica de Lagoa Santa e, posteriormente, para a colônia penal Magalhães Pinto. Teve relaxamento de prisão em 07/08/1964[57] e no ano de 1966 foi para o exílio no Chile, com a esposa e os cinco filhos.[58] José Thiago Cintra, por sua vez, exilou-se no México[59], e Guido de Souza Rocha estava em fuga na Bolívia quando o governo de tal país o prendeu e entregou aos militares da Operação Bandeirantes (Exército e DOI-Codi de São Paulo); ele foi barbaramente torturado.[60]

Não foi possível identificar as consequências da prisão de Osvaldo Waldir Brandão.[61] Sobre Flávio Ferreira da Silva, há a descrição do seu caso no Capítulo 2 deste Relatório.

O Processo nº 68/66 da Justiça Militar contra Randolfo Fernandes de Lima, Raimundo Nonato Pereira, José Tiago Cintra e Flávio Ferreira da Silva foi transformado na Apelação nº 37944 e se extinguiu em 16/12/1970 por "ausência de prova".[62] O Processo contra Antônio Ribeiro Romanelli[63], Reg nº 28/64, depois transformado na Apelação nº 37616 e também foi prescrito em 2/12/1969.[64]

Nota-se que o golpe militar destruiu a organização camponesa em Três Marias, fechou a escola primária por ela fundada e favoreceu o latifundiário Olinto Gonçalves, que se apropriou das terras devolutas que juridicamente tinham sido conquistadas pelos camponeses pelo do Decreto nº 53.499/64 assinado pelo presidente João Goulart. Em depoimento à Covemg, José Amaro da Silva, filho de Sebastião Amaro da Silva, camponês e pescador associado à Liga Camponesa de Três Marias, informou que antes de Olinto falecer, ele vendeu as terras para doutor Lúcio e este vendeu para Paulo Afonso. Atualmente as terras constituem o Bairro Beira Rio, ponto turístico ligado à pesca na cidade de São Gonçalo do Abaeté.[65]

Governador Valadares

Governador Valadares, antiga Figueira do Rio Doce, está situada no vale de mesmo nome e foi palco de intenso conflito por terra e consequente repressão a trabalhadores rurais.[66] Grande parte dos latifúndios da cidade foi constituída por processos violentos de grilagens, por meio dos quais os grileiros, em sua maioria grandes proprietários de terras, matavam e expulsavam os donos das pequenas faixas, normalmente antigos posseiros, que, recém-chegados do Norte e Nordeste do País, ocupavam a terra e dela tiravam o sustento da família.[67]

Na década de 1950, em razão do aumento da violência no campo, algumas famílias de trabalhadores rurais reuniram-se em torno da figura de Francisco Raimundo da Paixão (Chicão), um sapateiro, filho de um antigo trabalhador rural que viu nascer a luta diante da opressão. Chicão assistiu à perda das terras do pai pela grilagem e passou a trabalhar para que a violência não se perpetuasse. Com a intenção de defender os interesses dos camponeses da região, Chicão fundou, em 1963, o Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura de Governador Valadares.

Desde sua criação, o sindicato representou uma ameaça para os fazendeiros que controlavam a economia local. O coletivo de trabalhadores defendia a ideia

da reforma agrária e, rapidamente, ganhou força e projeção política regional e nacional. De modo bastante organizado, os trabalhadores rurais começaram a reivindicar a reforma agrária, na lei ou na marra, influenciados pela luta de Francisco Julião. O Sindicato cresceu rapidamente e no início de 1964 já contava com mais de dois mil camponeses.[68] A ajuda do jornalista Carlos Olavo da Cunha Pereira foi imprescindível para que a atuação do Sindicato se fortalecesse. Carlos Olavo era de uma família influente na política mineira, seu avô fora senador, o pai, deputado federal, e o irmão, Simão da Cunha Pereira, deputado por vários mandatos.

Enquanto o Sindicato ganhava força e novos adeptos, a oposição também crescia, sendo coordenada principalmente pelos militares reformados Pedro Ferreira



Figura 4 - Chicão na porta do Sindicato. Fonte: acervo do jornalista Alpiniano Silva Filho. Governador Valadares



Figura 5 – Carlos Olavo da Cunha Pereira. Fonte: Acervo DOPS-MG, Pasta 583. APM.

e Altino Machado, que participavam da Associação Rural de Governador Valadares. Eles diziam que as terras da região não eram férteis, prestando-se somente à criação de gado. Ressalta-se que ambos eram considerados os maiores grileiros da região e sempre contaram com o apoio da Rádio Educadora do Rio Doce e do jornal Diário do Rio Doce.

Para desmoralizar o movimento dos trabalhadores rurais, os fazendeiros tentavam associar Chicão e Carlos Olavo a comunistas subversivos responsáveis pela invasão da propriedade privada, como informa um folheto dirigido ao homem do Rio Doce:

> Hoje é a terra do fazendeiro a ser invadida e desapropriada. Amanhã, será o seu estabelecimento comercial e seu lar humilde ou rico, mas sempre honrado. Aliste-se em nossas fileiras de luta contra o comunismo invasor, ateu e materialista [...]. Não seja omisso![69]

Em janeiro de 1964, começaram os rumores de que a fazenda do Ministério da Agricultura (Fazenda-modelo), localizada nas imediações da cidade às margens

da estrada Rio-Bahia, seria desapropriada para fins da reforma agrária. Em 1941, o Decreto-Lei nº 3.069, instituído por Getúlio Vargas, criou uma colônia agrícola na área da fazenda. Mas, desde 1953, ela estava abandonada e, no final de 1963, 30 famílias ocuparam a área de forma pacífica.[70] Há relatos que o local servia como depósito de máquinas e gado dos latifundiários de Governador Valadares.[71]

Nos primeiros dias de fevereiro de 1964, o ministro da Agricultura Oswaldo Lima Filho realizou uma visita a Governador Valadares. Durante inspeção à Fazenda Modelo, o gestor anunciou que iria realmente proceder à desapropriação do terreno em favor dos camponeses e que verificaria outros locais no município passíveis de desapropriação.[72] Dias depois, em 4 de fevereiro, o superintendente da Supra em Minas Gerais, João Pinheiro Neto, e o deputado federal Israel Pinheiro Filho, então diretor da Companhia Vale do Rio Doce, também realizaram visita a Governador Valadares, atendendo ao pedido do presidente João Goulart. Na ocasião, o superintendente disse que, além da Fazenda Modelo, iria verificar a possibilidade de desapropriar as fazendas Grã-Duquesa de Luxemburgo e Frigorífico Anglo.[73] João Pinheiro também se reuniu com membros da Associação Rural de Governador Valadares, que ficaram insatisfeitos com as declarações emitidas pelo chefe da Supra.

> A classe ruralista tomou a única posição que lhe resta: defender, custe o que custar, não importam os sacrifícios e as agruras, o sagrado e inalienável direito de propriedade garantido pela vigente Constituição Federal, guardiã dos direitos de todos os brasileiros; os ruralistas não iniciarão qualquer violência, mas reagirão a ela de todas as formas e para isto estão preparados.[74]

Segundo o coronel Altino Machado, "o ministro da guerra é a única autoridade em quem ainda depositamos confiança, porque as demais do governo federal, ao que parece, já estão podres."[75] Os jornais veiculados à época deixam claro que o clima era de instabilidade na cidade, e que a visita do superintendente da Supra serviu para exaltar ainda mais os ânimos. Reportagens noticiavam que ambas as partes estavam se armando para um possível embate. Inclusive havia troca de ameaças entre as principais lideranças.[76]

Do lado dos trabalhadores rurais, a notícia das possíveis desapropriações foi recebida com festa pelos sindicalizados. Chicão e Carlos Olavo decidiram realizar um comício no dia 23/02/1964, com a intenção de repassar aos cidadãos da cidade as boas notícias. Contudo, o comício não pôde ser realizado em razão das ameaças perpetradas pelos fazendeiros, e a Justiça de Governador Valadares impediu sua realização em função de um possível confronto.

Alguns dias depois, em 28 de fevereiro, Chicão viajou a Brasília, onde se encontrou com o presidente João Goulart, conforme noticiado pelo jornal Última Hora, sendo que Jango teria confirmado a desapropriação e garantido a realização pacífica do comício, com o apoio do governo de Minas Gerais.[77] O fato de o presidente da República ter recebido Chicão em Brasília acirrou mais ainda o conflito. Os fazendeiros começaram a vigiar a sede do Sindicato, alegando que os camponeses estariam organizando uma invasão a propriedades privadas. O Diário *do Rio Doce* noticiou a apreensão de armas de indivíduos que, a mando da Associação Rural, estariam rodeando as imediações do Sindicato.

Adiado para 08/03/1964, o comício teve de ser novamente cancelado a pedido do governador Magalhães Pinto, haja vista que o comandante-geral da Polícia Militar declarou que não teria condições de garantir a segurança do evento. Dias depois, em 13 de março, na cidade do Rio de Janeiro, o presidente João Goulart anunciou, durante comício realizado na Central do Brasil, a assinatura do Decreto da Supra. Segundo o jornal Última Hora: "Quando foi anunciado pelo rádio a assinatura do decreto da SUPRA, os bairros pobres de Governador Valadares explodiram de alegria, numa chuva de foguetes que durou mais de 10 minutos".[78]

Ao retornar do Rio de Janeiro, já que esteve presente no comício da Central do Brasil, Chicão informou que o delegado do Ministério da Agricultura iria à Governador Valadares em 31 de março para que fossem realizadas todas as diligências para que a Fazenda Modelo fosse desapropriada e entregue aos camponeses. Oswaldo Lima, então ministro da Agricultura do governo João Goulart, em 1964, agendou a assinatura do Decreto de distribuição de terras para o dia 31 de março daquele ano, em Governador Valadares, no local da fazenda.

Um dia antes, em 30 de março, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais foi invadido a tiros e o jornal O Combate, de propriedade do jornalista Carlos Olavo, foi empastelado (desestruturado). Esses dois acontecimentos dão sinais de que o golpe teria sido antecipado no Vale do Rio Doce.[79] Em depoimento, Jair Rosa de Paiva, atual presidente da Associação dos Moradores do Bairro Santa Terezinha, entidade situada no local onde estava instalada a sede do Sindicato em 1964, relatou:

> Aconteceu o seguinte, a gente morava na beira do rio, mais lá embaixo, então a gente vinha do serviço… eu vinha do serviço assim, quando vi o movimento. Quando eu vi o movimen-

> to, achei que era bombinha, que tava estourando bombinha, né? Quando eu vi que era arma, eu voltei, passei pela Avenida Brasil, e saí em casa. E depois que eu soube que era grave, que era aquele negócio do sindicato, mas sindicato já tava, bastante dia que já tava movimentando, né? Então, a gente presenciou, eu vi a turma, só assim, quando eu cheguei mais ou menos, uma base de uns 200 metros de distância, que eu achei que era bombinha, que tava coisa, eu peguei voltei pra trás, que eu vi a arma, voltei pra trás.[80]

Durante a invasão, Paschoal de Souza Lima, genro do coronel Pedro Ferreira, foi morto com um tiro na nuca, contudo, o atirador não foi identificado. Ficaram ainda feridos Edna da Paixão e Elizabete respectivamente esposa e filha de Chicão, e também o jornalista Agnaldo Freitas. De acordo com o jornal Diário de Minas, mais de 300 tiros foram desferidos durante o ataque. Chicão foi encontrado debaixo de uma cama na casa de um vizinho, e Carlos Olavo, que havia sido informado da invasão momentos antes, foi encaminhado ao 6° Batalhão de Polícia. Posteriormente, Chicão também foi levado pela polícia, para sua segurança, e ambos foram transferidos para Belo Horizonte.[81]

Hoje, no local onde se situava o Sindicato dos Trabalhadores da Lavoura, consta apenas uma placa relatando brevemente os acontecimentos ocorridos no dia 30/03/1964.

A invasão ao Sindicato e o empastelamento do jornal O Combate foram motivos de comemoração para os fazendeiros da região, que foram grandes auxiliares do aparato repressivo. Após esses eventos, Chicão e Carlos Olavo foram duramente perseguidos, assim como suas famílias. Olavo seguiu para Brasília, e ainda no ano de 1964 ficou exilado na Bolívia e depois no Uruguai, retornando ao Brasil somente após a Lei de Anistia em 1979. Sua esposa Dona Zuca e seus cinco filhos permaneceram em Governador Valadares durante algum tempo, mas depois de sucessivas ameaças e insultos mudaram-se para Belo Horizonte.[82] Tempos depois, Carlos Olavo escreveu o livro "Nas Terras do Rio sem Dono", relatando toda a história sangrenta que é parte constitutiva da formação da cidade e do povo valadarense, trocando nomes de personagens, em razão da perseguição ainda existente.

Já o sindicalista Chicão ficou em exílio na Bulgária de 1964 a 1967, depois morou no Uruguai de 1967 a 1968 e somente em 1969 regressou ao Brasil, vivendo na clandestinidade até o final do ano, quando foi preso no Rio de Grande do Sul. Em carta, Chicão relata as torturas sofridas no cárcere:

> Eu, FRANCISCO RAYMUNDO DA PAIXÃO (Chicão) ex-sindicalista de Governador Valadares/MG, perseguido, preso, torturado barbaramente no Terceiro Exército – Porto Alegre/RS, final do ano de 1969, passando pelo DOPS. Três meses mais tarde [fui] transferido para a base área do Galeão, Rio de Janeiro/RJ, onde [continuei] sendo torturado, perdendo todos os dentes superiores com as coronhadas de fuzis e metralhadoras, [possuo] três marcas de baioneta no braço esquerdo, uma com mais de 8 (oito) centímetros, sem ter direito a qualquer assistência, [fiquei] com cicatrizes visíveis.[83]

Em 1971, Chicão conseguiu novamente fugir para Santiago do Chile, onde relatou que também foi preso durante a ditadura instaurada por Augusto Pinochet, e, em 1974, conseguiu exílio na Suíça, retornando ao Brasil também em 1979, após a Lei da Anistia. Sua família sofreu diversas ameaças e teve que se mudar de Governador Valadares. Como o provedor da família teve que se exilar do País, a família enfrentou muita dificuldade financeira e viveu em estado de completa miséria. Os filhos tiveram que utilizar nomes falsos para esconderem a filiação e a esposa faleceu, em 1985, de acordo com uma das filhas, em consequência de tudo o que viveu.[84]

Em 31/03/1964, Maurílio Avelino de Oliveira, Lindolfo Rodrigues Coelho e Wander Campos, reservistas reincorporados à PMMG, praticaram um atentado à família Soares. De acordo com relatório policial produzido pelo DOPS/MG:

> Cerca das 9 horas, elementos desconhecidos na rua Osvaldo Cruz matou o indivíduo Augusto Soares e feriram Otávio Soares e Wilson Soares elementos estes considerados comunistas, e são parentes do não menos comunista Dr. Milton Soares, que pouco após o tiroteio foi preso e levado ao Major na delegacia, pois elementos democratas queriam matá-lo de qualquer jeito. Mais tarde as rádios pediram o comparecimento dos democratas na Associação Rural onde também compareci. Ali compareceram os Srs. Fidelcino Viana e Júlio Lander de ordem do Governo Magalhães Pinto que foram esclarecer a situação no Brasil. Evitando derramamento de sangue nos lares das famílias dos valadarenses falou e pediu muita calma o Coronel Pedro Ferreira dos Santos e Cel. Altino Machado. Começou neste dia a prisão de elementos considerados comunistas, feita pelos elementos democratas, contudo foi preciso chamar-lhes atenção pois excediam em alguns casos.[85]

Nessa emboscada foram assassinados Otávio Soares e Augusto Soares, casos que serão apresentados posteriormente neste relatório.

As terras que compunham a Fazenda Modelo, hoje constituem o primeiro assentamento do MST na região, e é um dos principais do País, sendo denominado Oziel Alves Pereira.[86] Em visita da equipe da Covemg ao assentamento, em 05/02/2017, os moradores informaram que a fazenda foi ocupada em 1994 e o assentamento foi devidamente declarado em 1998. Cumpre ressaltar que a Fazenda Modelo teve sua desapropriação decretada em 1964, mas durante o período da ditadura a mesma continuou em posse do Ministério da Agricultura, que, em 1976, fez um contrato de comodato com a EPAMIG - Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais para pesquisa agropecuária. Houve relatos também da extração de madeira e minério da fazenda e utilização do local para permanência de gado de alguns fazendeiros.[87]

As perseguições em Governador Valadares não cessaram. O sindicato, após o tiroteio de 1964, não voltou a funcionar, inclusive a documentação de abertura nunca foi localizada. Em 1975, foi outorgada Carta Sindical ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Governador Valadares, mas ele só passou a funcionar anos depois. No entanto, até os dias de hoje o Sindicato sofre perseguição e não possui associados, pois os fazendeiros proíbem que seus trabalhadores façam parte da entidade.

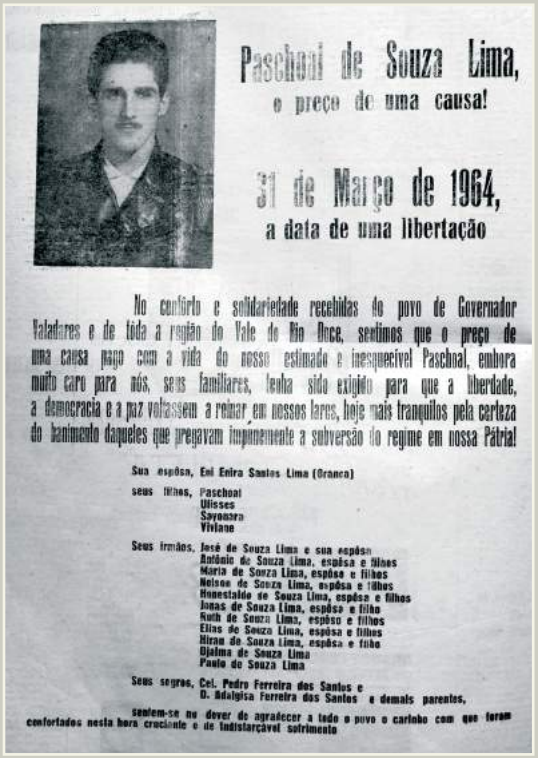
A reprodução da ideia de que há coisas que precisam ficar no passado e devem ser esquecidas é frequente e demonstrada no documentário "Na lei ou na marra", realizado pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais e que conta os fatos ocorridos em Governador Valadares.[88] No filme, opressores e oprimidos, fazendeiros e trabalhadores rurais, partidários do regime e seus opositores tem voz e, em muitos casos, evitam falar de modo claro sobre tudo o que aconteceu. Ainda há aqueles que tentam naturalizar e justificar a violência. Os conflitos de terras ainda são frequentes em Governador Valadares, a presença da União Ruralista é forte na região e o MST tenta marcar posição em diversas situações políticas. Na cidade há monumentos e homenagens a figuras que assassinaram, oprimiram, perseguiram e torturaram camponeses e seus apoiadores. Tais monumentos são visitados como pontos turísticos importantes. Praças, aeroporto, ruas e escolas recebem o nome de personalidades que perpetraram a violência no período de 1961 a 1988.

Atualmente, há uma sutil iniciativa da gestão municipal que se volta para a mudança de nomes de escolas, por exemplo, e a instalação de totens que possam homenagear figuras oprimidas.[89] Ainda assim, parcelas da população – conservadoras e mantenedoras da imagem de Governador Valadares como terra de coronéis – se mostram resistentes em (des)construir essa história.

Paschoal de Souza Lima

Algumas publicações[90] sobre vítimas da ditadura militar apontam Paschoal de Souza Lima como integrante do Sindicato dos Trabalhadores da Lavoura de Governador Valadares. Porém, a partir da pesquisa realizada pela Covemg, constatou-se que Paschoal Lima não era filiado ao Sindicato. Ele foi baleado quando, em companhia de fazendeiros e jagunços, invadiu o Sindicato. No momento da invasão, Paschoal foi atingido por projétil no crânio e faleceu.

Sobre a morte de Paschoal assim descreveu Camisasca:



Paschoal de Souza Lima,
o preço de uma causa!

31 de Março de 1964,
a data de uma libertação

No conforto e solidariedade recebidas do povo de Governador Valadares e de toda a região do Vale do Rio Doce, sentimos que o preço de uma causa paga com a vida do nosso estimado e inesquecível Paschoal, embora muito caro para nós, seus familiares, tenha sido exigido para que a liberdade, a democracia e a paz voltassem a reinar em nossos lares, hoje mais tranquilos pela certeza do banimento daqueles que pregavam impunemente a subversão do regime em nossa Pátria!

Sua esposa, Eni Enira Santos Lima (Branca)

seus filhos, Paschoal
Ulisses
Sayonara
Viviane

Seus irmãos, José de Souza Lima e sua esposa
Antônio de Souza Lima, espôsa e filhos
Maria de Souza Lima, espôso e filhos
Nelson de Souza Lima, espôsa e filhos
Honestaldo de Souza Lima, espôsa e filhos
Jonas de Souza Lima, espôsa e filho
Ruth de Souza Lima, espôso e filhos
Elias de Souza Lima, espôsa e filhos
Hirau de Souza Lima, espôsa e filho
Djalma de Souza Lima
Paulo de Souza Lima

Seus sogros, Cel. Pedro Ferreira dos Santos e
D. Adalgisa Ferreira dos Santos e demais parentes,

sentem-se no dever de agradecer a todo o povo o carinho com que foram confortados nesta hora cruciante e de indistarçável sofrimento

Figura 6 – Volante produzido por ocasião da morte de Paschoal. Fonte: Assessoria de Imprensa da ALMG

> No dia 30 de março, liderados pelos proprietários de terras, grupos armados abriram fogo contra a sede do sindicato rural, que era também a residência de Chicão. Na troca de tiros entre os camponeses e o grupo comandado pelos proprietários de terras, o genro do coronel Pedro Ferreira, Pascoal Souza Lima, morreu ao ser atingido por uma bala na cabeça. Além disso, se feriram, mas sem gravidade, o repórter do jornal O Combate, Aguinaldo Alves de Freitas, a esposa de Chicão, Edna Maria, e uma de suas filhas, Elizabete, de apenas 5 anos de idade. Já Chicão nada sofrera, pois havia se escondido debaixo de uma cama na casa do vizinho. Após o tiroteio, Chicão foi levado para a delegacia e mais tarde junto com Carlos Olavo foram retirados da cidade pela polícia, e encaminhados para Belo Horizonte.[91]

No dia 31 de março de 1964 o jornal Diário da Tarde veiculou reportagem intitulada "Fazendeiro morre no ataque ao sindicato dos camponeses de Governador Valadares", noticiando a morte do fazendeiro Paschoal Lima.

No documentário "Na Lei ou na Marra: 1964 – Um Combate antes do Golpe"[92], constam depoimentos de pessoas que presenciaram a morte de Paschoal de Souza Lima. Antor Santana, ex-repórter do Diário do Rio Doce, relatou:

> nós recebemos da polícia um comunicado de que a polícia estava, ia se deslocar do batalhão para lá no Chicão porque estava para acontecer um tiroteio lá. [...] Vi quando o Paschoal saiu correndo e chutou a porta (do Sindicato). A porta tava fechada. Ele meteu o pé na porta e imediatamente recebeu o tiro.

Sobre a invasão ao Sindicato, Chicão afirmou que, quando os trabalhadores se deram conta, havia "60 homens armado[s] até os dentes de carabina, de fuzil. Se enfrentasse[mos] era massacre. Nós não tinha[mos] arma suficiente para chocar contra." Chicão ainda diz no documentário que suspeitaram que ele tivesse atirado em Paschoal, mas que "ninguém pode provar isso, nem eu mesmo posso provar porque eu não me lembro. [...] Nós estávamos ali no nosso Sindicato, não estávamos ali para matar ninguém, eles que foram para nos matar".

José Altino Machado, filho do Coronel Altino Machado, lembrou que:

> Lamentavelmente, houve essa imprudência de um dos nossos que quis entrar no Sindicado. Falou: quer saber de uma coisa? Tô cansado de esperar, vou pegar ele é de mão. E foi entrar lá [no Sindicato]. Oh..., eu disse, que se eu tivesse lá dentro, minha resposta seria com tiro, hein?!? E [Paschoal] levou um tiro na cabeça.

No livro "Um certo delegado de capturas: o romance de um mito-herói", que exalta a vida do sogro de Paschoal, o coronel Pedro Ferreira dos Santos, consta que Paschoal foi ferido na cabeça por dois projeteis e faleceu horas depois na Casa de Saúde Nossa Senhora das Graças.[93]

Mesmo que um ou ambos os tiros que mataram Paschoal tenham vindo da arma de Chicão, este agiu em legítima defesa, uma vez que foi cercado por homens armados que de fato atiraram contra ele. Desta forma, demonstra-se que Paschoal de Souza Lima não foi uma vítima da ditadura militar, pelo contrário, estava vinculado ao grupo de fazendeiros e militares que utilizaram de violência com o intuito de executar sumariamente seus opositores.

Piumhi

A região do Pântano, também chamado de Pântano do Cururu, situava-se às margens do Rio Piumhi, na região limítrofe entre Centro-Oeste e Sul de Minas Gerais, nos municípios de Piumhi e Capitólio. Nas décadas de 1950 e 1960 a área foi palco de disputa de terra entre camponeses e grandes proprietários ribeirinhos. O Pântano foi fisicamente modificado quando o Estado decidiu construir a Usina Hidrelétrica de Furnas, no final da década de 1950 e início de 1960. Para viabilizar essa construção foi necessária a transposição do Rio Piumhi, que desaguava na bacia do Rio Grande e passou a desaguar na bacia do Rio São Francisco. Para realizar tal obra, o pântano existente em torno do Rio Piumhi precisou ser drenado.[94] O Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) foi o responsável pela drenagem. Como o terreno pantanoso era impróprio para agricultura e pastagem, não havia plantações nessa região. Porém, alguns fazendeiros já vislumbravam que após drenada as águas, o terreno poderia se tornar muito fértil.[95] De fato, essas terras ficaram extremamente férteis e à medida que o DNOS realizava a dragagem, os fazendeiros se apropriavam indevidamente delas, às custas do Estado, e arrendavam aos lavradores para cultivarem cereais, principalmente o arroz, mediante contratos onerosos.[96]

No ano de 1959, José Neca da Costa e Manuel de Almeida, filiados ao Partido Social Democrático (PSD), despontaram no cenário político defendendo classes distintas e interesses antagônicos para a região do Pântano. Favorável aos interesses dos fazendeiros, o latifundiário José Neca da Costa assumiu o comando da prefeitura de Piumhi em fevereiro de 1959.[97] Por outro lado, em dezembro do mesmo ano, com o intuito de minimizar o impacto causado aos camponeses da região, principalmente aos desabrigados pela construção da represa de Furnas, o deputado federal Manuel de Almeida, apresentou ao plenário da Câmara Federal o Projeto de Lei nº 1.293, que propunha a criação do condomínio rural de Piumhi, nas terras drenadas do Pântano. A proposta visava à desapropriação da área para a criação de um condomínio por meio do arrendamento das terras aos camponeses desabrigados.[98] A efetivação desta lei alteraria os planos dos fazendeiros, que já estavam obtendo lucro com a apropriação indevida das terras drenadas.

No âmbito legal, o Projeto de Lei nº 1.293 afirmava que as terras drenadas pelo DNOS pertenciam à União e poderiam ser distribuídas aos camponeses. Os fazendeiros, por sua vez, começaram a adulterar as escrituras, registrando em cartório modificações dos limites das terras do pântano.[99] Mesmo os que não adulteraram os documentos afirmavam deter a posse de uma extensão maior de terra, apossando-se da área drenada. Os fazendeiros arrendavam os terre-

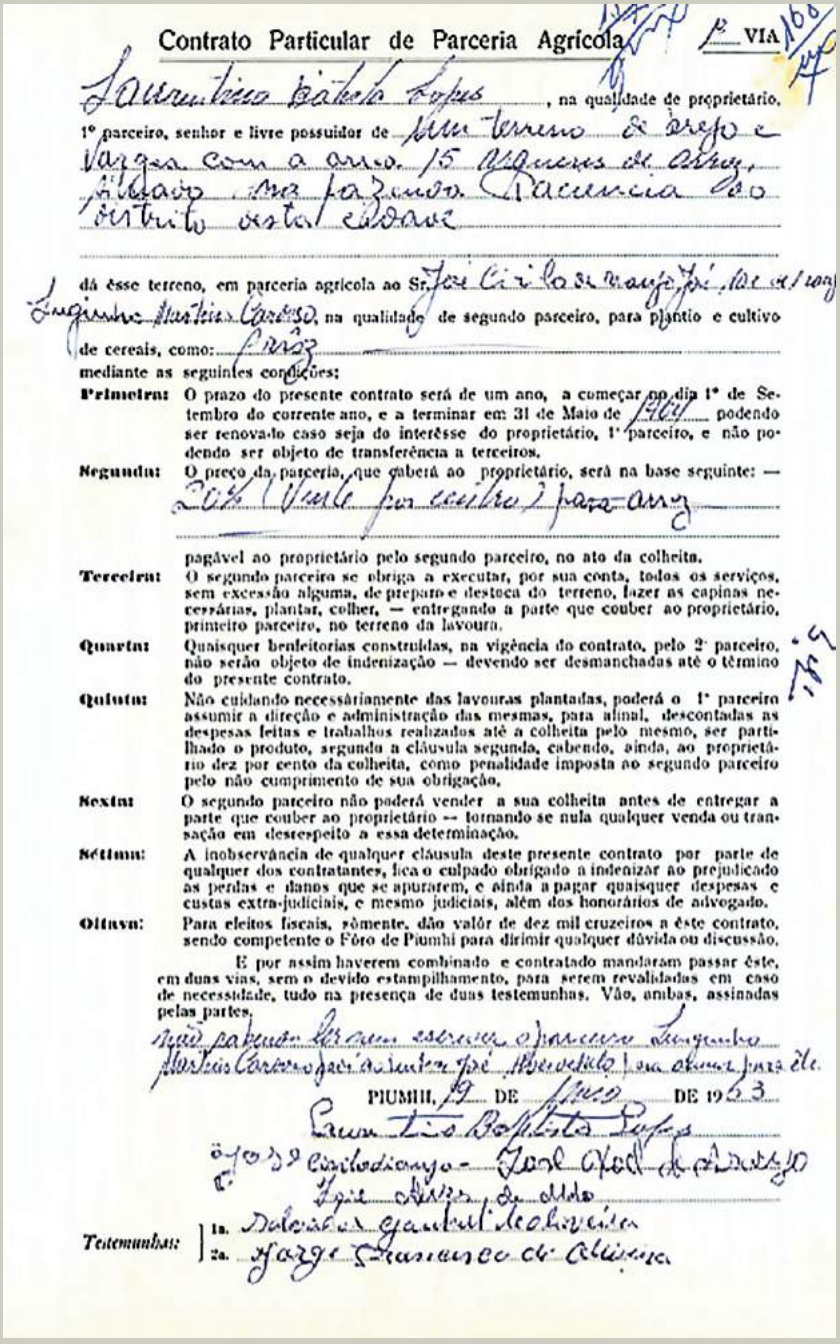
nos e cobravam, em média, de trinta a quarenta por cento da produção.[100] Os contratos, na maioria das vezes apenas verbais, favoreciam somente aos latifundiários. Afinal, a não-existência de documentos que pudessem comprovar as taxas estabelecidas para o pagamento do arrendamento e o prazo de permanência dos camponeses nas terras acabavam por gerar arbitrariedades, como o confisco de uma parte maior da produção e expulsões dos arrendatários das propriedades, antes mesmo do período da colheita.

Alguns camponeses insatisfeitos com a situação começaram a realizar um trabalho de união daqueles que trabalhavam nas terras do Pântano. Um desses camponeses, Christóvão Mourão, membro do PCB, destacou-se no trabalho de união e conscientização dos trabalhadores em prol da conquista da posse dessas terras e do não cumprimento dos contratos abusivos de trabalho.

Em dezembro de 1962, o governo federal, na tentativa de solucionar o conflito, sancionou a Lei nº 4.176, baseada no Projeto de Lei nº 1.293. A Lei instituía a desapropriação por interesse social das áreas drenadas pelo DNOS nos municípios de Piumhi e Capitólio. As terras seriam destinadas à constituição de lotes agrícolas e a sua distribuição deveria ser feita, inicialmente, mediante arrendamento aos camponeses que foram desalojados ou tiveram suas terras inundadas pela construção da usina de Furnas. Baseados nesta Lei, os camponeses aumentaram suas esperanças de conseguirem a posse da terra e os conflitos entre estes e os latifundiários se agravaram.

Para exemplificar como os camponeses foram desalojados devido à transposição do Rio Piumhi, cita-se o caso do lavrador José Eugênio Lopes, conhecido como "Déco". Ele morava em Capitólio e por causa da construção da represa de Furnas suas terras foram inundadas. Em 1962 ele foi para a região do Pântano plantar arroz, escolheu um terreno de menos de um alqueire, plantou por conta própria, sem arrendamento, e já no primeiro ano foi surpreendido pela produção, pois nunca havia colhido tanto em sua vida. Déco ficou animado e, no ano seguinte, voltou a plantar arroz. Porém, na época da colheita, o fazendeiro Laurentino Batista Lopes apareceu com um contrato impresso exigindo sua assinatura e a de outros camponeses, ameaçando-os de expulsá-los da terra. Ele assinou o contrato com medo de perder a colheita e, baseado nesse documento, Laurentino recolheu parte de sua produção.[101]

Entre maio e julho de 1963, foi possível identificar que 93 camponeses assinaram o mesmo tipo de contrato com o latifundiário Laurentino Batista Lopes, sendo que a maioria estabelecia a entrega de 20 a 30% da safra de arroz e 50%



Contrato Particular de Parceria Agrícola 1ª VIA

Laurentino Batista Lopes, na qualidade de proprietário, 1º parceiro, senhor e livre possuidor de um terreno de brejo e Varjão com a area de 15 alqueires de area, situado nas fazendas Taquaricica do distrito desta cidade

dá êsse terreno, em parceria agricola ao Sr. José Cirilo de Araujo Filho de 1/2 Eugenio Martins Caetano, na qualidade de segundo parceiro, para plantio e cultivo de cereais, como: Arroz

mediante as seguintes condições:

Primeira: O prazo do presente contrato será de um ano, a começar no dia 1º de Setembro do corrente ano, e a terminar em 31 de Maio de 1969 podendo ser renovado caso seja do interêsse do proprietário, 1º parceiro, e não podendo ser objeto de transferência a terceiros.

Segunda: O preço da parceria, que caberá ao proprietário, será na base seguinte: — 20% (Vinte por cento) para arroz

pagável ao proprietário pelo segundo parceiro, no ato da colheita.

Terceira: O segundo parceiro se obriga a executar, por sua conta, todos os serviços, sem excessão alguma, de preparo e desteca do terreno, fazer as capinas necessárias, plantar, colher, — entregando a parte que couber ao proprietário, primeiro parceiro, no terreno da lavoura.

Quarta: Quaisquer benfeitorias construidas, na vigência do contrato, pelo 2º parceiro, não serão objeto de indenização — devendo ser desmanchadas até o têrmino do presente contrato.

Quinta: Não cuidando necessàriamente das lavouras plantadas, poderá o 1º parceiro assumir a direção e administração das mesmas, para afinal, descontadas as despesas feitas e trabalhos realizados até a colheita pelo mesmo, ser partilhado o produto, segundo a cláusula segunda, cabendo, ainda, ao proprietário dez por cento da colheita, como penalidade imposta ao segundo parceiro pelo não cumprimento de sua obrigação.

Sexta: O segundo parceiro não poderá vender a sua colheita antes de entregar a parte que couber ao proprietário — tornando se nula qualquer venda ou transação em desrespeito a essa determinação.

Sétima: A inobservância de qualquer cláusula deste presente contrato por parte de qualquer dos contratantes, fica o culpado obrigado a indenizar ao prejudicado as perdas e danos que se apurarem, e ainda a pagar quaisquer despesas e custas extra-judiciais, e mesmo judiciais, além dos honorários de advogado.

Oitava: Para efeitos fiscais, sòmente, dão valôr de dez mil cruzeiros a êste contrato, sendo competente o Fôro de Piumhi para dirimir qualquer dúvida ou discussão.

E por assim haverem combinado e contratado mandaram passar êste, em duas vias, sem o devido estampilhamento, para serem revalidadas em caso de necessidade, tudo na presença de duas testemunhas. Vão, ambas, assinadas pelas partes.

Não puderam ler nem escrever o parceiro Eugenio Martins Caetano pelo assistente José Benedito Lima Filho ele.

PIUMHI, 19 DE Julho DE 1968

Laurentino Baptista Lopes

Eugenio Martins Caetano - Geral Abel de Andrade

José Benedito Lima Filho

Testemunhas: 1a. Dalcio de Paula Oliveira

2a. Jorge Francisco de Oliveira

Figura 7 – Contrato Particular de Parceria Agrícola. Fonte: STM. Autos Findos 111 (1969) MG - V. 1. pp. 141-146

da safra de cereais, como o milho.[102] Antes desses contratos escritos, havia alguns acordos verbais onde os fazendeiros arrendavam as terras do Pântano cobrando em média de 30 a 40% da produção, porém forneciam as sementes. Após os contratos escritos, os fazendeiros passaram a não fornecer as sementes, causando insatisfação entre os camponeses, que além de arcarem com os custos, tinham parte de sua produção confiscada pelos fazendeiros que agiam acompanhados de jagunços, acionavam a polícia e/ou entravam com ações judiciais exigindo o cumprimento do contrato.[103]

Em meio às intensas disputas entre latifundiários e camponeses foi fundado, em fins de 1963, o Sindicato dos Trabalhadores Autônomos de Piumhi, com aproximadamente 2,5 mil associados, todos camponeses que trabalhavam na região do Pântano e estavam insatisfeitos com as perseguições dos fazendeiros que queriam apossar-se das terras e da produção.[104] Christóvão Mourão foi eleito presidente do Sindicato e, segundo ele,

> depois da fundação do sindicato ficou resolvido que os pantaneiros só pagariam a porcentagem contratada por via judicial. O sindicato iria, assim, recorrer à justiça para tentar solucionar o problema dos contratos abusivos cobrados pelos fazendeiros.[105]

Além de Christóvão Mourão, o sindicato contava também com a participação de outro membro do PCB, Sérgio Firmino, redator do jornal Alto São Francisco. Firmino trabalhava juntamente com Mourão, com o objetivo de instruir o campesinato de que as terras pertenciam à União, e divulgava essas ideias no jornal Alto São Francisco. Desta maneira, por meio de ampla divulgação na imprensa local dos anseios e das ações do sindicato, este conseguiu obter o apoio de grande parte da população de Piumhi.[106]

O sindicato defendeu os interesses dos camponeses, mas não propôs que eles invadissem as terras de outrem. De acordo com Christóvão Mourão, "nunca houve invasão de terra, porque a terra que a gente estava ocupando, a terra estava provada que era terra da União. Nós não entramos em terra particular de ninguém, não".[107] Uma importante deliberação do Sindicato dos Trabalhadores Autônomos de Piumhi ocorreu em dezembro de 1963, e seria implementada na primeira colheita de arroz de 1964. Estes decidiram que:

> 1. Os trabalhadores do Pântano contestam a legalidade da exigência de pagamento de porcentagem sobre a produção uma vez que ela pressupõe o direito de propriedade sobre as terras recuperadas pela União nas várzeas do rio Piumhi.

> 2. Os trabalhadores reterão a parte exigida no aguardo de uma decisão judicial que esclareça definitivamente o assunto.
>
> 3. Os trabalhadores consideram medida de legítima defesa impedir que o fruto do seu trabalho seja confiscado por quem não esteja imbuído de autoridade legal ou não possa assegurar o cumprimento de decisão judicial posterior.
>
> 4. Os trabalhadores cooperarão com as autoridades na manutenção da ordem pública e repelirão decididamente as provocações que lhe forem dirigidas.[108]

Desta forma, em 09/01/1964, o Sindicato promoveu um mutirão para a colheita do arroz plantado pelo camponês José Felício.[109] O delegado de Piumhi, José Karam, foi até o local enquanto os camponeses realizavam a colheita, para intervir a pedido do advogado dos proprietários, que exigia a prisão dos dirigentes sindicais e do responsável pela plantação, sob a acusação de apropriação indébita. Porém o delegado agiu como "mediador" e os camponeses deixaram 30% da safra em seu poder até decisão judicial sobre quem seriam os legítimos donos das terras do Pântano. Ao final do dia, os trabalhadores retornaram à cidade e desfilaram de caminhão pelas ruas gritando: "é nosso, é nosso, é nosso!"[110]

O jornal comunista Terra Livre, que tinha os camponeses como público-alvo, noticiou o fato:

> Querem os latifundiários cobrar a terça do lombo dos camponeses, que não estão de acordo e nem vão pagar, protegidos que estão pelo seu Sindicato. Através do Dr. Ramiro os fazendeiros mandaram um recado ao presidente do Sindicato, proibindo os camponeses de colher o arroz e ameaçando de impedir a saída do produto, com seus capangas armados. Mesmo diante de todas essas intimidações, os camponeses não recuaram; colheram o produto e não entregaram aos usurpadores de terra e do trabalho alheio.[111]

A ação teve grande repercussão e advogados da Supra passaram a defender os camponeses nas disputas judiciais que objetivavam resolver a questão do pagamento ou não do arrendamento.[112] Em meio à euforia de conquista de direitos, em 27/01/1964, foi instituído, pelo presidente João Goulart, o Decreto nº 53.498 que declarou de interesse social para fins de desapropriação toda a área recuperada pelo DNOS. De acordo com esse Decreto, a desapropriação foi declarada de urgência e a Supra ficou autorizada a promover a sua efetivação.[113]

Em reação às conquistas camponesas, os latifundiários fundaram, em março de 1964, a Associação Rural de Piumhi. No momento da fundação, a associação já

contava com a participação de mais de 300 proprietários de terras, que firmaram um pacto para a realização de uma campanha de esclarecimento aos camponeses sobre a infiltração do comunismo. Segundo os seus organizadores,

> trata-se de um movimento que visa demonstrar que os comunistas estão procurando transformar pacatos trabalhadores do campo em instrumento de agitação no meio rural, em detrimento dos verdadeiros interesses da classe.[114]

A Associação Rural de Piumhi passou a atuar no sentido de impedir as ações que visavam o não pagamento das taxas de arrendamento, além de propagandear a ideia de que o trabalho realizado pelo sindicato rural era produto da atuação dos comunistas, um "bando de agitadores", que desejavam insuflar os camponeses contra os verdadeiros proprietários das terras. O jornal Estado de Minas após entrevistar alguns proprietários de Piumhi divulgou:

> Frisam os fazendeiros que não são contra a reforma agrária, nem tampouco contra o direito dos lavradores de aspirarem a uma melhor posição econômico-social. O que não suportam e nem permitirão é que essa onda de agitação comunista venha a dominar aquelas terras, cujos habitantes são todos homens fiéis aos princípios que sempre nortearam a nossa vocação de povo livre e cristão.[115]

Nota-se que os latifundiários se utilizaram do discurso anticomunista para tentar enfraquecer as ações do sindicato rural de Piumhi. De acordo com esse grupo:

> Elementos comunistas, que têm procurado tumultuar a vida de Piumhi, iniciaram uma campanha falsa, segundo a qual as terras são devolutas, com o propósito de justificar possíveis invasões. Acolheremos a deliberação da justiça, porque não nos interessam tumultos. Não poderemos concordar, contudo, que nossas propriedades sejam violadas. O nosso direito sobre a área é sagrado e as únicas divergências existentes referem-se apenas a fazendeiros e confrontantes.[116]

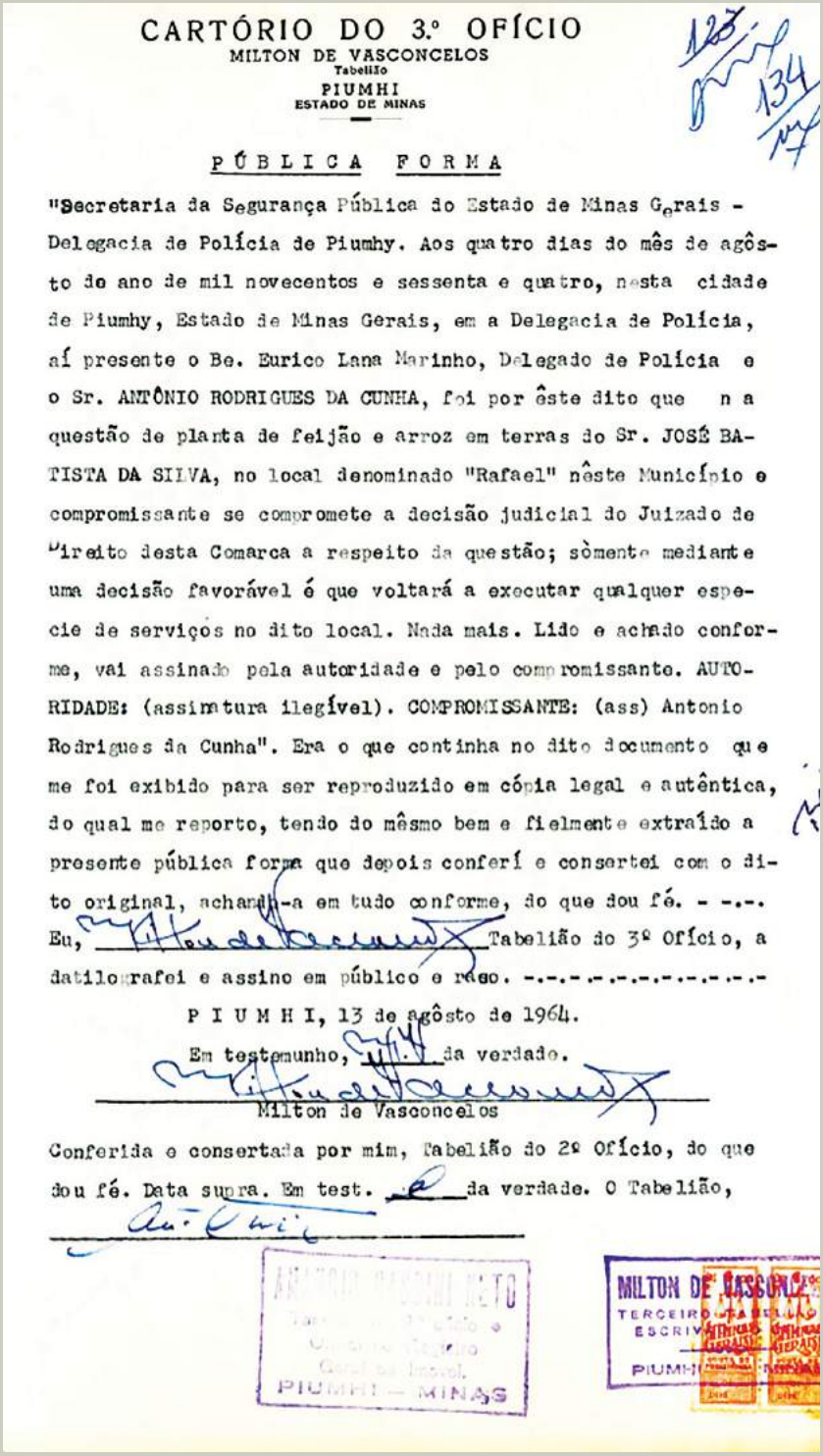
Apesar de afirmarem que acatariam a decisão judicial no que se referia à questão das invasões do Pântano, o que se percebe é que os latifundiários não respeitavam as determinações. Esses muitas vezes iam às casas dos camponeses e, por meio de ameaças, confiscavam a produção.

Em meio ao enorme conflito emergiu a ação do pároco local, padre Alberico de Souza Santos, que objetivava amenizar as tensões. De acordo com o religioso, ele interveio no conflito na qualidade de conselheiro e apaziguador. Porém, para os fazendeiros, esse padre era um dos principais responsáveis pelas agitações "comunistas" ocorridas na região e suas ações estariam intimamente ligadas ao Sindicato dos Trabalhadores Autônomos de Piumhi.[117]

Após o golpe de 1964, o cenário que acenava para importantes conquistas dos camponeses se modificou. O Sindicato dos Trabalhadores Autônomos de Piumhi foi fechado, assim como a redação do jornal Alto São Francisco, cuja gráfica foi destruída pela polícia. A disputa de terras no Pântano tornou-se alvo de investigação do Departamento de Vigilância Social (DVS) nos primeiros meses da ditadura.[118] Em 05/05/1964 foram indiciados para responder a Inquérito Policial Militar (IPM) o Padre Alberico de Souza Santos, o médico Osvaldo Soares Machado, o advogado Vitraciano Leonel da Silva e o fazendeiro Josué Soares de Oliveira.[119] Não houve prisão.

Em agosto de 1964, alguns camponeses foram intimados pelo delegado Eurico Lana Marinho, do município Formiga, a ir à delegacia local e, por coação, obrigados a assinar documentos se comprometendo a sair da região do Pântano. No dia 04/08/1964, o camponês João Batista de Oliveira, conhecido como João Ouro, foi chamado na delegacia local pelo delegado de Formiga, que disse estar encarregado de regularizar a situação do declarante com o fazendeiro Laurentino Batista Lopes, intimando-o a sair do terreno e a entregar a chave ao juiz de Direito da Comarca de Piumhi. No dia seguinte, João Ouro procurou o juiz, mas este não aceitou receber a chave alegando desconhecer o caso e que o delegado pertencia a outro município.[120]

Os camponeses Alaor Teodoro da Silva, Renê Alves Machado, José Hilário Rosa, Luiz Gonzaga da Silva, Alcimino de Alvarenga de Resende e Antônio Rodriguez da Cunha também receberam intimações do delegado de Formiga e foram obrigados a assinar um termo de compromisso dizendo que não voltariam a plantar no Pântano até sair decisão judicial sobre a posse do terreno e que deixariam as terras dos fazendeiros José Batista da Silva e Laurentino Batista Lopes.[121] Christóvão Mourão também foi obrigado pelo mesmo delegado a assinar um termo de compromisso de não voltar a plantar no Pântano e de não agressão ao pretenso proprietário. O delegado Eurico Lana Marinho também embargou o serviço de Mourão.[122] O fazendeiro Laurentino Batista Lopes, disse que, no dia 26/06/1964, ocorreu nova invasão no Pântano, seguidas de outras, que culminaram na vinda de Eurico Lana Marinho, para novamente intervir no caso.[123]



CARTÓRIO DO 3.º OFÍCIO
MILTON DE VASCONCELOS
Tabellio
PIUMHI
ESTADO DE MINAS

PÚBLICA FORMA

"Secretaria da Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - Delegacia de Polícia de Piumhy. Aos quatro dias do mês de agôsto do ano de mil novecentos e sessenta e quatro, nesta cidade de Piumhy, Estado de Minas Gerais, em a Delegacia de Polícia, aí presente o Be. Eurico Lana Marinho, Delegado de Polícia e o Sr. ANTÔNIO RODRIGUES DA CUNHA, foi por êste dito que na questão de planta de feijão e arroz em terras do Sr. JOSÉ BATISTA DA SILVA, no local denominado "Rafael" nêste Município e compromissante se compromete a decisão judicial do Juizado de Direito desta Comarca a respeito da questão; sòmente mediante uma decisão favorável é que voltará a executar qualquer especie de serviços no dito local. Nada mais. Lido e achado conforme, vai assinado pela autoridade e pelo compromissante. AUTORIDADE: (assinatura ilegível). COMPROMISSANTE: (ass) Antonio Rodrigues da Cunha". Era o que continha no dito documento que me foi exibido para ser reproduzido em cópia legal e autêntica, do qual me reporto, tendo do mêsmo bem e fielmente extraído a presente pública forma que depois conferí e consertei com o dito original, achando-a em tudo conforme, do que dou fé. - -.-. Eu, _____ Tabelião do 3º Ofício, a datilografei e assino em público e raso. -.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-

P I U M H I, 13 de agôsto de 1964.

Em testemunho, _____ da verdade.

_____
Milton de Vasconcelos

Conferida e consertada por mim, Tabelião do 2º Ofício, do que dou fé. Data supra. Em test. _____ da verdade. O Tabelião,

_____

ANTONIO MACHADO NETO
PIUMHI — MINAS

MILTON DE VASCONCELOS
TERCEIRO OFÍCIO DE NOTAS
ESCRIVÃO
PIUMHI

Figura 8 – Registro em cartório de termo de compromisso feito por coação. Fonte: STM. Autos Findos 111 (1969) MG - V. 1. p. 267.

No dia 11/08/1964, a partir de denúncia feita pelos fazendeiros – agentes de outras invasões de terra no Pântano –, a secretaria de Segurança do Estado determinou a abertura de outro Inquérito Policial Militar, indiciando Christóvão Mourão, Otacílio Gonçalves Tomé, Sérgio Firmino e José Neca da Costa. Os três primeiros foram dados como infratores dos arts. 12 e 15 da Lei nº 1802 de 05/01/1953 (Lei de Segurança Nacional) por terem incitado trabalhadores da região pantanosa do Rio Piumhi à luta pela violência e atentarem contra pessoas e bens, já o último foi indiciado como infrator do art.13 da mesma Lei por ter, com violência e ameaças, feito paralisar trabalhos de saneamento na região. No dia 15/08/1964, o delegado do DOPS/MG Thacyr Omar Menezes Sia colheu depoimentos nos quartos seis e oito do Hotel Caiçara, em Piumhí.[124] No dia 26 do mesmo mês foi decretada a prisão preventiva de Christóvão Mourão.[125]

Ainda em 1964, Christóvão Mourão e Sérgio Firmino conseguiram fugir de uma tropa de choque do DVS que chegou em Piumhi de madrugada com metralhadoras em punho. Foram avisados por vizinhos e fugiram de táxi para a Zona rural, abandonando esposas e filhos. O jornalista Sérgio Firmino se escondeu em grutas e fazendas, ficou foragido no Rio de Janeiro e depois retornou a Piumhi. Christóvão Mourão exilou-se na antiga União Soviética[126] e Otacílio Gonçalves Tomé permaneceu foragido.[127]

Em 1966, a região do Pântano foi novamente alvo de inspeção policial. O advogado Vitrasiano Leonel da Silva teria solicitado ao deputado Orlando de Andrade drásticas providências das autoridades estaduais quanto às invasões de terras no Pântano. Em 16/02/1966, agentes do departamento de Vigilância Social, chefiados pelo delegado Thacyr Menezes Sia, chegaram a Piumhi com metralhadoras e gás lacrimogênio a fim de efetuarem diligências. Foi aberto inquérito policial e, diante do depoimento das testemunhas e da vistoria do local, verificou-se que moradores daquela região, em situação de extrema pobreza, aproveitaram a 'soca' de lavouras abandonadas desde o ano anterior, colhendo o arroz que cresceu entre os matos. Devido à ínfima quantidade, alguns litros de arroz, e as circunstâncias que se encontravam esses moradores, o inquérito foi arquivado.[128]

Em meio ao ambiente de opressão, em 07/03/1966, dois camponeses foram assassinados pelo filho de um grande proprietário na região do Pântano. José Vaz dos Santos, de 41 anos e Joaquim Rodrigues Pereira, de 53 anos, estavam colhendo arroz quando foram mortos pelo filho do fazendeiro Laurentino Batista Lopes.[129] O duplo homicídio casou grande comoção na cidade e acarretou um gradativo abandono do Pântano e da luta camponesa, acompanhado pelo silêncio acerca da disputa pelas terras.[130]

O processo envolvendo Christóvão Mourão, Otacílio Tomé, Sérgio Firmino e José Neca da Costa foi arquivado em 8 de janeiro de 1969. Em 30/08/ 1967, José Neca, fazendeiro e antigo prefeito da cidade, conseguiu um *habeas corpus* baseado na mudança do depoimento do mecânico Benjamim Rodrigues dos Santos, que relatou não ter recebido ameaça de José Neca para embargar a drenagem do Pântano. Disse que quando o latifundiário o procurou em sua residência com mais 15 fazendeiros foi para conversar e dizer que o serviço de dragagem estava prejudicando suas plantações porque estava tornando suas terras ressecadas e sem água. Também afirmou que os fazendeiros não estavam armados, que não se sentiu coagido ou atemorizado, e que resolveu parar a obra por preferir aguardar solução superior. Outro ponto levantado pela defesa do fazendeiro foi o relatório do Interventor da Supra Cincinnatus Goulart Mascarenhas, que afirmou que os fazendeiros eram os donos legítimos do Pântano. Apoiados na concessão de *habeas corpus* ao fazendeiro, Christóvão Mourão e Sérgio Firmino também entraram com processos e receberam o *habeas corpus* em 14/10/1968. Ressalta-se que nenhum deles foi preso.[131]

Também no ano de 1969, após permanecer inativo por quase seis anos, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Piumhi foi reaberto, mas com um caráter mais assistencialista[132] O seu presidente, neste período, Ronan Rodrigues de Castro apontou para a impossibilidade de a organização tentar resolver os conflitos existentes entre camponeses e latifundiários na região.[133] Segundo Boletim Informativo da Fetaemg de dezembro de 1969, a região do Pântano chegou a ter

> [...] 10.000 trabalhadores que cultivavam arroz em grande quantidade. Depois de sua drenagem, segundo depoimento de inúmeros lavradores, os fazendeiros confrontantes começaram a exigir um percentual muito elevado sobre a produção. O percentual foi aumentando gradativamente, até tirar qualquer condição de exploração do referido Pântano. Hoje este pântano é capim (pastos). Assim mesmo, os lavradores esperam que as entidades representativas procurem junto ao poder público a sua integração na sociedade.[134]

Em 1970, a polícia política realizou uma nova investigação na região do Pântano com o mesmo intuito de analisar a questão da posse da terra e detectou que a situação ainda não havia sido solucionada. No inquérito consta um laudo emitido por um juiz de direito que analisou o caso do Pântano, em outubro de 1970, e afirmou que "tudo que se apurou foi que, sobre a área litigiosa, ninguém - mas ninguém mesmo - possuía antes da drenagem do rio Piumhi pelo DNOS domínio ou mesmo "pretensão de posse".[135] Apesar de o laudo afirmar a inexistência da posse antes da dragagem, os latifundiários continuaram com o domínio do

local e os arrendatários sujeitos aos contratos abusivos. Embora tenha ocorrido grande repercussão da luta empreendida para a regularização da situação dos camponeses, nenhuma medida efetiva foi colocada em prática. Ao contrário, com a ditadura militar a situação piorou, dois trabalhadores rurais foram assassinatos e a atuação do Sindicato, depois que foi reaberto, se tornou limitada. Os latifundiários foram expulsando os camponeses da região, os mais resistentes, que não cederam às ameaças, acabaram, pouco a pouco, por vender as terras que ocupavam.

Outro fator de interferência do golpe militar sobre a área do Pântano foi a substituição de todos os funcionários da Supra, que por meio do interventor Cincinnatus Goulart Mascarenhas posicionou-se contrário às reivindicações camponesas. Em carta para Paulo Antunes, secretário do Trabalho, o interventor relatou que a área do Pântano era dos fazendeiros e que o trabalho de avaliação da Supra, realizado em 1963, continha erros e estava mal feito.[136] Presume-se que o não prosseguimento da desapropriação do Pântano esteja ligado a modificação estrutural da Supra feita pelos militares, uma vez que para a efetivação do Decreto n° 53.498/64 faltava apenas a "imissão em posse", que era responsabilidade do órgão.

Dos conflitos agrários analisados pela Covemg, este foi o único em que não houve pesquisa de campo.

Cachoeirinha

Localizado às margens do Rio Verde Grande, no Norte de Minas Gerais, o povoado de Cachoeirinha foi palco de inúmeras violações de direitos humanos, praticadas por agentes públicos e privados, que atingiram centenas de famílias de posseiros. Situado a cerca de 200 quilômetros de Montes Claros, hoje o povoado faz parte de Verdelândia, mas integrava o município de Varzelândia quando começou a história de luta e resistência dos posseiros na década de 1960.

As origens de Cachoeirinha remetem a meados do século XIX, quando pessoas negras fugiram em busca da liberdade e encontraram a região da lagoa de Jaíba, já ocupada por indígenas.[137] De acordo com as memórias da comunidade, Nicácio foi o primeiro escravo a chegar à localidade. E, curiosamente, o seu tataraneto, Ursulino Pereira Lima, falecido em 2016, veio a se tornar uma das principais lideranças do movimento de resistência dos posseiros.

A comunidade negra permaneceu isolada até a construção da Ferrovia Belo Horizonte-Montes Claros, em 1946. Durante a expansão da ferrovia para Janaúba,

cidade próxima de Cachoeirinha, chegaram os primeiros posseiros. A segunda geração de posseiros foi atraída na finalização da Ferrovia, que aumentou o fluxo de pessoas na região e de informações sobre a existência de terras livres, o que mobilizou lavradores interessados em pequenas áreas. Já no fim dos anos 1940, o povoado ganhou forma entorno de uma capela. No fim dos anos 1950, uma terceira geração de posseiros tentou se fixar em Cachoeirinha, após migrações que não deram certo, e, em razão disso, concentraram-se nas formas legais para assegurar a terra, pagando impostos e buscando documentos de ocupação expedidos por órgãos do Estado. Assim, nativos e posseiros construíram uma forma de convivência com laços comunitários baseados na terra, na religiosidade e no comércio.[138]

Na década de 1960, vários posseiros possuíam documentos oficiais de ocupação emitidos por funcionários do Ibra. Vivendo e trabalhando nessas terras, os pequenos agricultores pouco se integravam à economia mercantil do Norte de Minas. Todavia, no governo Magalhães Pinto, a região se transformou em alvo do Plano de Colonização do Estado de Minas Gerais, com a organização do Projeto Jaíba. Ambicionando a irrigação de 100 mil hectares, distribuição de terras (pequenas propriedades), oferta de assistência técnica e de crédito, além da previsão de criação de um órgão estadual para a sua administração, o projeto despertou o interesse de fazendeiros em adquirir terras que se valorizariam na região.[139]

Após o golpe militar, a luta pela terra no Norte de Minas ganhou novas formas e mais intensidade com a venda de terras devolutas a particulares, a grilagem de terras e os mandados judiciais que favoreceram os grandes fazendeiros.[140] Nesse período, a fazenda Arapuá, área que era ocupada pelos posseiros de Cachoeirinha, passa por processo de subdivisão. Se nos anos 1930 a fazenda possuía quase quatro mil hectares, desde os anos 1960, parcelas da unidade que já representava 15 mil hectares vinham sendo subdivididas judicialmente e repassadas a fazendeiros,[141] entre eles, o médico búlgaro Konstantin Christoff Raeff,[142] que vendeu suas terras em 09/07/1964 a Manoelito Maciel de Salles, fazendeiro de Vitória da Conquista (BA), e ao gerente do Banco Econômico da Bahia, Sebastião Alves da Silva.[143]

Em depoimento ao delegado Sérgio de Freitas, em 1973, Konstantin reconheceu que havia posseiros muito antigos nas terras, como a família de José Alves Barbosa (João Lalau), descendente do escravo Nicácio, ao descrever um acordo com os fazendeiros:

> [Ele] reservou para sua pessoa cem alqueires destes mencionados, bem como solicitou [...] que reservassem vinte alqueires de terras para o Sr. "João de Lalau"; que João de Lalau tinha terras cercadas, cuidava dela, criava um pequeno rebanho nas mesmas; que os demais que ali moravam em número aproximado de oito ou nove famílias, os quais segundo consta eram descendentes de escravos, viviam [...] [plantando] numa época em um local, em outra época, noutro local.[144]

Diante da presença de nativos e posseiros nas terras, em setembro de 1964, Manoelito e Sebastião entraram com uma ação de manutenção de posse referente a, aproximadamente, 6.400 hectares, contra 32 famílias – alguns citados nominalmente, outros sob a denominação "de tal". Esta ação foi julgada em menos de duas semanas pelo juiz de paz José Fernandes de Aguiar, da comarca de São João da Ponte. Com uma liminar favorável aos fazendeiros, iniciou-se a execução do despejo de posseiros, o que ocorreu com a participação de policiais militares do 10º Batalhão de Montes Claros e de jagunços armados.[145]

Nessa época, o advogado de Manoelito e Sebastião era o coronel Georgino Jorge de Souza, que também exercia o comando do 10º Batalhão da PM de Montes Claros, cargo que ocupou até 10/04/1965.[146] Assim, o próprio advogado, também era o agente do Estado responsável pelo comando dos policiais que executariam o despejo. De aberta posição política contra o suposto "perigo vermelho", na ocasião do golpe militar, Georgino fez questão de organizar e levar as tropas do 10° Batalhão até a cidade de Paracatu, rumo à Brasília, para dar apoio logístico ao golpe com os policiais e armamentos do Batalhão.[147] Tamanho o seu poder e influência em Montes Claros que, logo após o golpe, impôs práticas de censura à imprensa local, com a atuação de policiais militares nas redações dos periódicos jornal de Montes Claros e Diário de Montes Claros.[148]

As 32 famílias de posseiros foram representadas, por sua vez, pelo advogado Cassiano Alves de Oliveira, que, após o cumprimento da liminar, abandonou a defesa por discordar da decisão do conjunto de posseiros em continuar com a ação em vez de aceitar uma proposta dos fazendeiros de transferi-los para outra localidade da fazenda. Em depoimento datado de 1973, também ao delegado Sérgio de Freitas, Cassiano afirmou que os posseiros chegaram a contar sobre as violências que começaram a sofrer por parte do fazendeiro Manoelito Maciel Salles e de seus jagunços, entre elas a queima de barracos. Relatou, ainda, que um policial militar invadiu a casa de um dos posseiros. Segundo o policial, a ordem para a invasão foi dada pelo tenente Alberto Reis que, nesta época, era delegado de polícia de Janaúba.[149]

Assim, em 1964, teve início uma série de arbitrariedades praticadas contra os posseiros, visando a expulsá-los das terras ocupadas durante muitos anos. Mesmo não havendo reação dos posseiros, a expulsão inicial foi marcada pela violência. Os posseiros tiveram suas casas queimadas, plantações destruídas e animais mortos. Muitas dessas pessoas foram obrigadas a se alojar com suas crianças debaixo de árvores por longo período, passando fome e ficando expostos à chuva e ao relento. Pouco tempo depois, amparados pelo argumento de que as terras eram devolutas, os posseiros reocuparam as terras enquanto o processo corria na Justiça.

Apesar dos títulos de propriedade apresentados pelos fazendeiros serem duvidosos, com indícios de grilagem se observada a trajetória da divisão da fazenda, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais e o Supremo Tribunal Federal confirmaram a decisão de manutenção de posse a favor de Manoelito e Sebastião, em decisões datadas de 13/04/1966 e 17/04/1967, respectivamente.[150] Apesar disso, Georgino, já coronel da reserva, encaminhou à Justiça um requerimento de apoio de forças policiais para acompanhar os oficiais de justiça porque todos os posseiros reocuparam a fazenda após o despejo de 1964. Segundo o requerimento datado de 09/05/1967, o apoio era necessário diante da invasão das terras e permanência "hostil" dos posseiros, argumento acatado pelo Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Montes Claros, Lourenço Pimenta de Figueiredo.

Em contraste ao que foi indicado no requerimento de Manoelito e Sebastião, a Contag encaminhou um ofício ao delegado-chefe do DOPS/MG no dia 16/06/1967, relatando que estavam acontecendo violências contra os posseiros de Cachoeirinha e pedindo providências a David Hazan. A confederação tomou conhecimento das violências por meio de denúncias feitas pelo posseiro Martinho Fagundes Lisboa. Em visita de representantes da Contag a Cachoeirinha, realizada no mês de abril de 1967, a entidade relatou:

> Tratava-se de fundar os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e encaminhar a solução de problemas de posse, de ocupação de terra devoluta e de denúncia de crimes de morte e medonha "grilagem" que ali se levava a efeito. Segundo informações de Martim Fagundes Lisboa, que aqui chegou vindo do Rio e com vários documentos, a origem de tudo era João Antônio Alves Coutinho, elemento mancomunado com gente do fórum, Juiz de Paz e Oficial de Justiça de uma daquelas acéfalas comarcas da região.
>
> Já havia ocorrido um homicídio, portanto, e seu autor era a própria Autoridade Policial, o cabo JOSÉ GUILHERME, que

> abateu a Antônio Mansos de Brito com três tiros de revólver. Face ao que nos informaram, a nós todos da Contag, o Capitão Delegado Especial de Polícia de Janaúba, José Onofre de Alkmin, daria todo apôio contra êstes abusos todos. Na verdade, o que ocorreu foi o contrário. Não permitiu a fundação do Sindicato, não quis receber a petição que lhe denunciava o homicídio praticado pelo referido cabo, embora declarasse o seu conhecimento do fato. Prendeu mesmo os representantes da Contag na Pensão onde se achavam, submetendo-os a vários vexames. Afirmou que Martin Fagundes era homicida, que já dispunha de mandado de prisão preventiva contra o mesmo.[151]

O tenente José Onofre de Alkmin, autoridade policial de Janaúba que também era responsável por Varzelândia, já estava ciente das violências praticadas contra os posseiros e se omitia diante das mesmas. Ele atuava para impedir a fundação do sindicato – inclusive, com a detenção dos representantes da Contag – e apresentava acusações falsas contra o posseiro que exercia certa liderança do movimento.

> [Representantes da Contag] Foram a Cachoeirinha. Mas antes de iniciar a reunião chegaram alguns soldados comandados por Capitão Alkmin sob as ordens do Cel. Georgino. Prenderam os quatro membros da CONTAG. Estavam há dois dias presos quando a Secretaria de Segurança de Belo Horizonte comunicou com o Cap. Alkmin que havia autorização para a reunião. Soltos, os representantes da CONTAG vieram embora. Só onze anos depois as entidades sindicais se fariam presentes na defesa dos lavradores.[152] [grifo nosso]

No dia 14/06/1967, veio a execução da ordem de despejo. Era uma quarta-feira, período da festa de Santo Antônio no povoado que contava com a presença do bispo de Montes Claros, Dom José Alves Trindade. Durante toda a ação, os oficiais de justiça de São João da Ponte, Durval da Costa Campos e Antonio Veloso Santos foram acompanhados pelo tenente Alberto Reis e por outros policiais do 10º Batalhão cujo comandante era, na época, coronel José Coelho de Lima. Segundo depoimento do tenente Alberto Reis, o despejo durou dois ou três dias e todos os agentes públicos foram transportados em três caminhonetes.[153]

Houve então a segunda expulsão, mas, desta vez, as 212 famílias de posseiros foram retiradas com muita violência das terras em que viviam. Assim, o despejo atingiu a todos de forma indiscriminada, abrangendo uma área equivalente a 14 mil hectares.[154] Relatos de mulheres e homens sobreviventes apontam que vários posseiros foram assassinados em Cachoeirinha a partir do início do des-

pejo, muitos fugiram com medo da morte para outras cidades e aqueles que lá permaneceram, vivenciaram situação de imenso sofrimento, medo e fome, que perdurou até os anos 1980.

Essas pessoas foram expulsas de suas casas, sem poder levar nada do que possuíam. As lembranças dos posseiros revelam que houve a queima de moradias, além do roubo de animais e alimentos de suas roças. Muitos saíram apenas com a roupa do corpo, carregando os filhos sem ter o que comer ou para onde ir. Em completo desespero, muitos se deslocaram para as ruas do povoado, para a beira da estrada ou para as margens do Rio Verde Grande.

As lembranças dos posseiros que vivenciaram o "despejo de 67" demonstram que a ação começou em junho de 1967, mas se prolongou devido à perseguição. O despejo não terminou com as expulsões dos posseiros das terras, na verdade, representou o início de um estado permanente de violência e terror em Cachoeirinha, que perdurou até a década de 1980.

Nos depoimentos prestados à Covemg e a pesquisadores, como Sônia Nicolau dos Santos e Mércio Mota Antunes, posseiros da época expressaram as experiências de violações de direitos humanos às quais estiveram sujeitos em decorrência do despejo. Jader de Paula (conhecido como Jadé), um dos principais líderes dos posseiros, que chegou a Cachoeirinha em 1959, afirmou:

> Se fosse hoje não tirava, porque naquele tempo quem mandava era a ditadura. Chegava, falava que você tinha que sair, aí tinha que sair mesmo. Se não saísse morria, não é? Igual aqui nesse despejo, que morreram seis companheiros meus. Morreram e ficou por isso mesmo. Quem mandava era eles. Eu fiz tudo pra não morrer, porque eles me perseguiu. Perseguiu. Pondo jagunço…[155]

Pedro Ferreira Queiroz, 76 anos, posseiro que chegou a Cachoeirinha com a família em 1946, contou à Covemg que, durante o despejo, a esposa de Narciso Alves Barbosa teve o rosto e a cabeça queimados com um "banho" de arroz quente, que ela preparava no fogo:

> O despejo foi brabo, quando sr. Manoelito chegou aqui ele fez coisas que não dá nem pra gente se alembrar, ficar alembrando não, porque é ruim. Ele pegou uma comadre [Dalina] que morava na beirada da lagoa, que era pobre igual a nós, tirou o arroz do fogo, botou na cabeça dela o arroz fervendo, fez ela levar, botou fogo nas casas. Eu estava lá nesse dia ele falou comigo: "Você faz o favor de sumir daqui porque

> senão nós lhe mata." Eu digo: "Mata nada. Homem que fala não faz, não". Aí fiquei. Saí mais outros companheiros e fui pra casa. Chegou lá, a velha falou comigo, disse: "Olha, meu filho, cê volta e panha as galinha e traz, que eu tenho que aproveitar ao menos minhas galinhas [...] Então as galinhas que está ali fora, você traz." Eu voltei. Quando eu voltei, ele disse: "Oh, moço, você ainda está por aqui ainda?" Eu disse: "Estou. Eu vim panhar as galinhas." Ele disse: "é, eu vou ali chamar o pistoleiro meu que ele acerta com você daqui a pouco". Eu digo: "o senhor quem sabe. Aí é dois destinos, o senhor marca a sua que eu marco a minha. Mas que as galinhas eu levo, eu levo". Aí eu peguei as galinhas, que as galinhas era mansas, e eu botei cachorro e peguei, e vim embora. Aí ele chegou na rua e falou com o Juju, disse, era o pistoleiro dele. Disse: "olha, você tem que sumir aquele moço daqui, porque ele é encrenqueiro. [...] É, eles fizeram a maior covardia aqui.[...] É, teve fome, doença e sofrimento. [...] Nós ficamos aí meio, assim, igual bicho aí, solto na cidade, sem futuro e sem eira e sem beira. [...] Essa época, eu estava carregando as coisas dos companheiros e vendo a morte nos olhos e o sofrimento.[156]

Outra posseira chamada Maria de Jesus Dias Reis, conhecida como Maria do Zé do Padre, também se lembrou do período:

> O que a gente passou só Deus Sabe, uma vida muito difícil. Meu marido tinha uns parentes, que também já se foram, que tinham uma fazenda aqui detrás da serra e fomos pra lá com um pouco de gado. O resto meu ninguém sabe o que virou. [...] Eles falou que não podia tirar porque era para pagar a invasão da terra.[...] Fomos morar numa casa de sapé que era puro percevejo. A gente sofreu demais. Deus do céu![157]

Carolino Alves Barbosa, descendente dos Lalau, lembrou que, na época dos despejos, 45 vacas do seu pai foram mortas e que a metade da terra foi tomada. Seu tio, Tintiliano, ficou tão desesperado com o que acontecia que morreu três dias depois, com 115 anos.[158] Geralda Lopes da Silva, hoje com 62 anos, recordou-se que seu irmão, José (Zezinho), morreu porque o sofrimento era demais.[159] Já Dona Prikita contou ao pesquisador Mércio Mota Antunes que:

> O despejo que foi feito comigo, com a família, foi feito em sessenta e sete. Foi num dia de quarta-feira, nós desocupou Cachoeirinha dez horas do dia, mudou para o Barreiro. Tinha nada mais pra fazer em Cachoeirinha. Perdeu roça, perdeu porco, perdeu gado, perdeu galinha, que nós ia ficar fazendo lá? E os mantimento nosso, nós não pegou nada. [...] Saí só

> com a roupa. Não peguei nada. Mamona, milho, feijão, algodão, tinha batata-doce. [...] E pediram pra não pisar lá, no rancho. Que as casa tudo era de rancho, de palha de coco. Mas era muita gente morava lá, e todo mundo perdeu, não foi um só não. [...] O coração doía. [...] Mas não podia falar nada. Ninguém tinha direito de falar nada, quem falasse apanhava, ou morria, sem direito de falar nada.[160]

Símbolo do movimento de posseiros de Cachoeirinha, Jadé de Paula sintetizou a indignação das vítimas diante da Justiça e dos governos:

> Se o sujeito queimar a sua casa [...] [tomar conta de tudo], será que a Justiça não enxerga que você tem direito? Ela tem que enxergar. E aqui não foi eu só, foi 212 família. [...] deve dar em torno aí de três, quatro mil pessoas. E ficou tudo jogado aí. Será que a Justiça não olha isso? E teve diversos governos que não olhou, não. A gente chegava lá e falava, eles tapeava e ficava.[161]

O então secretário estadual de Segurança, Joaquim Ferreira Gonçalves, nomeou o major Eustáquio Murilo da Silva Delegado Especial de Varzelândia e o incumbiu de examinar a existência de problemas entre posseiros e fazendeiros em Cachoeirinha, o que provavelmente aconteceu em função do ofício enviado pela Contag ao DOPS/MG. Em seu relatório de 13/09/1967, o major afirmou que a situação em Cachoeirinha era de tranquilidade, "não existia ali nenhum desajuste social com relação aos posseiros, o que apenas estava havendo eram comentários com informações falsas e distorcidas da verdade."[162] Para ele, "não houve nenhum caso de grandes prejuízos para os posseiros em Cachoeirinha."[163] Ao mesmo tempo, ele reconhece que os posseiros estavam inseguros em relação à terra porque, conforme as suas apurações,

> No dia do despejo, os fazendeiros vizinhos de Sebastião e Manoelito, procuraram tirar proveito do efeito psicológico da presença dos oficiais da Justiça e da Polícia, avisando pessoalmente e mandando avisar os seus posseiros, que todos iriam ser despejados e que para tal já estavam chegando ali os oficiais de Justiça e a Polícia, chegando mesmo alguns dos fazendeiros a dizerem para os posseiros que se não saíssem iriam ser prêsos. Para tal, o fazendeiro Valdir Coutinho fêz-se acompanhar do Cabo José Guilherme, destacado em Cachoeirinha, onde é muito respeitado e temido, bem como do soldado cujo nome não anotei. Com a notícia efetiva dos primeiros despejos legais, os demais posseiros não mais alimentaram qualquer esperança a seu favor, e se puseram em retirada, sem, contudo, se registrarem violências pessoais

> por parte da Justiça ou da Polícia. Realmente, o Cabo referido mandou os empregados do fazendeiro Valdir, filho de João Antônio, queimar três ranchos de sapé, de alguns dos posseiros, mas isso muito depois de os mesmos haverem abandonado os seus ranchos.[164]

O relatório indica ao secretário que, além de um sargento, somente quatro praças teriam participado da ação de despejo, sem arbitrariedades cometidas por policiais. Afirma também que a queima de ranchos ocorreu quando os mesmos estavam desabitados. O relatório assume a perspectiva de que a situação de Cachoeirinha "não teve as dimensões propagadas por alguns agitadores, e tudo ali está normal."[165]

Nessa época, a Contag era presidida pelo interventor José Rotta, que não deu apoio consistente aos posseiros. Em 1968, a Fetaemg recebeu informações sobre o que ocorria, porém, o presidente José Maurício não atendeu aos apelos dos posseiros.[166] Liderados principalmente por Martinho Fagundes e Norberto José Lopes, os camponeses não desistiram de levar ao conhecimento das autoridades o que acontecia em Cachoeirinha. Ainda em 1968, um grupo de posseiros chegou a Brasília para falar com o presidente Costa e Silva. Na década de 1970, os governadores de Minas Gerais foram procurados pelos posseiros, que também visitaram diversas vezes a Assembleia Legislativa.

Ciente da existência do conflito em Cachoeirinha, a AP tentou atuar na organização dos posseiros. Em 1968, alguns de seus integrantes foram morar na região. Mas o trabalho teve curta duração e foi desativado em 1969, com o aumento da repressão. A tentativa de engajamento da AP não trouxe grande impacto à organização dos posseiros ou à situação precária em que se encontravam, mas talvez tenha contribuído com a construção de um sentimento de injustiça. Carlos Melgaço, ex-coordenador da AP em Minas Gerais, recorda-se desse processo:

> Nós fomos para certas áreas para conhecer um pouco mais da situação, era muito mais aquele impulso de fazer as coisas sem pensar muito. [...] [Em Cachoeirinha] quando a gente chegou, eles [os posseiros] ajudaram a gente. Pegamos uma casa que tinha só a armação e a ideia era viver ali.[167]

Em julho de 1968, o coronel Georgino Jorge de Souza se tornou fazendeiro, com a aquisição de terras na fazenda Arapuá, à beira da estrada que ligava Janaúba ao povoado de Cachoeirinha. Ele comprou uma parte da fazenda, sendo outra parte concedida como pagamento dos honorários advocatícios, e lá construiu uma mansão.

Desde 1964, as terras da fazenda Arapuá foram objeto de diversas vendas, ao longo das quais os hectares adquiridos aumentavam. Nos anos 1970, Georgino requereu à Ruralminas a legitimação de 9.680 hectares de terras devolutas que correspondiam à área da fazenda Caetité[168], obtida pela compra feita em 1968[169]. Assim, em 16/05/1975, "o coronel compra uma terra que a princípio já era sua. Assume o fato de que aquelas terras realmente nunca foram dos fazendeiros, pois devolutas."[170] Sobre a construção da casa estrategicamente localizada, um dos posseiros relatou a Antunes:

> De primeiro você não podia passar aqui perto, o coronel aqui era cheio de polícia. Olha ali o mastro onde é que ele colocava a bandeira do Brasil quando ele tava aí. […] Colocava a bandeira, e se você parasse lá na beira do rio, nas estradas, dava pra você ver a bandeira, já sabia que ele tava aí. E quem é que vinha aqui? Via de lá, ao menos de longe, ficava cheio de polícia aí, direto. Ninguém podia vir aqui não, ninguém. Só quem vinha mais ele, porque tinha uns capanga aí que vinha mais ele. Os outros que foi despejado não. Na hora que tivesse dois, três conversando, igual nós tá aqui, a polícia já tava aí perseguindo a gente. Olhando se tava armado, se tava com qualquer coisa. Não deixava não.[171]

Após o despejo, os posseiros passaram a viver e trabalhar em condições precárias.[172] Em vários dos depoimentos[173], está descrita a perseguição que sofreram por jagunços que ameaçavam, assassinavam e praticavam outras violências a mando de fazendeiros. Nesses relatos de violência, destacam-se os nomes de Manoelito e Georgino, além da menção a atos de policiais não identificados e dos pistoleiros Juju, Guiobaldo e Antônio Preto.

A organização da resistência dos despejados encontrou dificuldades, porque os posseiros eram impedidos de se reunir, além de ser comum a perseguição e a prisão de pessoas percebidas como lideranças. Além disso, a fome e a discriminação eram constantes. Sem terras para plantar, grande parte dos posseiros viraram boias-frias. Diante do cotidiano de repressão, aprenderam a desenvolver profundos laços de solidariedade, tomando conta um do outro, compartilhando o que conseguiam (alimentos e moradia, por exemplo) e reunindo dinheiro para enviar representantes – que se deslocavam escondidos – a Belo Horizonte e Brasília. Os posseiros enfrentaram um desafio diário pela sobrevivência, resistindo sozinhos até os anos 1980, quando a Fetaemg e o movimento sindical começaram a atuar no conflito. Sobre a perseguição sofrida por posseiros, Dona Geralda relatou:

> Está aí Sula [Ursulino Pereira Lima], acho que foi você mesmo que um dia você chegou em casa, que as polícia estava atrás de você, e você não podia ir embora, e eu vesti você de mulher. […] Nós chegou e ficou conversando mais o finado Henrique, aí tardou. […] Vestiu Sula o vestidão, e nós: - ô cumadre! - Pois é cumadre. Aí coloquei Sula lá na casa dele. Quando pensou que não, no outro dia que eu fui lá, Sula já tinha ido esbarrar no pé da serra com medo das polícia. Que eles tava querendo levar ele. […] Pois é, foi duas pessoa que vestiu de mulher, foi Sula e finado Antonio Manso, que ele gostava de conversar mais o finado Henrique. Que ia conversando esse negócio de terra, quando dava tarde eles queria ir embora, e não podia ir, e eu saía mais eles como se fosse duas mulher, não era Sula? Não, nós sofreu aqui […]. Sofreu.[174]

Em reunião pública organizada pela Covemg no município de Verdelândia, os participantes relataram o uso de cordas para amarrar posseiros. Segundo eles, o comerciante Ubaldo Maximo de Carvalho[175] ("Ubalde") doava cordas para serem usadas nesses atos de tortura a mando de Manoelito. O posseiro Pedro Ferreira Queiroz deu detalhes em seu depoimento:

> O Juju mais o Antônio fez foi amarrar o povo na rua, onde era o mercado. Amarrava o povo no meio da rua em um pau, tudo de braço amarrado. Até eu era pra ser amarrado, foi muita gente. […]. Foi o velho Sula, foi vários companheiros que eu não me lembro mais não. […] A armação do mercado serviu de mourão para amarrar o povo. […] Lá era o mercado, o senhor entendeu? […] Aqui perto da delegacia hoje, que era o mercado. Os pau fincado, sabe? Tudo fincado no mercado, inclusive era um amigo meu que trabalhava nesse lugar. Depois ele adoeceu e morreu, que era o finado Tião Carpinteiro. Aí eles desarmaram, assim, como de fazer o mercado e deixaram lá a armação armada. Serviu foi de mourão para amarrar o povo. […] Amarrou de corda e com os braços para trás lá no meio da rua, para todo mundo ver e deixou lá amarrado.[176]

O problema da fome sempre se fez presente após o despejo de 1967. Mortes relacionadas a sarampo e subnutrição se tornaram comuns, principalmente entre as crianças. Em 1971, houve uma epidemia de sarampo que causou a morte de 64 crianças. Em depoimento, Dona Zuina relatou que sua filha Ivoni morreu porque "não tinha tratamento, não tinha comida para comer, não tinha nada, não tinha remédio, não tinha nada."[177] Carolino Alves Barbosa também perdeu três filhos em razão da fome: Antonio, Miro e Maria.[178]

Os posseiros foram perseguidos por vários anos, alguns sendo assassinados, principalmente entre o final dos anos de 1960 e meados de 1970. Várias notícias de jornais relataram a crescente violência nessa região durante os anos 1970.[179] Essas matérias enfatizavam a morosidade estatal para conter os conflitos, como a demora no envio de uma comissão da Secretaria de Segurança que avaliaria os casos relatados. Os jornais descreviam denúncias sobre o envolvimento de fazendeiros e policiais militares na perseguição aos posseiros, que não dispunham de condições para se defenderem.

Um caso que chama a atenção é o do posseiro Honório Pereira de Aguiar, esfaqueado no dia 24/11/1973. O próprio autor do crime, Sebastião de Souza Silva, apontou o fazendeiro José Sídio Freire como mandante.[180] Noutro conjunto documental, uma matéria destaca como os posseiros denunciaram as perseguições cometidas "por elementos de destaque político na região, acobertados por destacamentos policiais-militares ali instalados."[181]

Em meio à repercussão das violências nos jornais, os órgãos de informação do Estado percebiam as denúncias como modos de subverter a ordem e a tranquilidade. Informe encaminhado ao coronel João Baptista Ramos Lima, chefe da ASI na Sudene, no dia 26/09/1973, dizia:

> entrevista com diversos posseiros, levado pelo mencionado deputado [Marcos Titto (MDB)], afirmando eles, na ocasião, que soldados da Polícia Militar Mineira metralharam crianças, filhos de posseiros, procurando, deste modo, acirrar o ódio do povo contra o poder militar de um modo geral. Denúncias sobre as mortes das crianças: do próprio Coronel Comandante do Batalhão sediado em Montes Claros, a quem está afeta a segurança da área, as notas divulgadas não passariam de mentiras, com fins sub-reptícios de subverter a ordem e a tranquilidade.[182]

Em 1973 foi criada uma comissão estadual para investigar a violência na Jaíba. No início das atividades, a Comissão enviada à Cachoeirinha era composta por membros do DOPS/MG, Coseg e DOI. Cachoeirinha foi objeto de atenção em atividades de apuração da situação de violência e do envolvimento de Georgino Jorge de Souza. Em relatório da comissão, a origem do conflito é atribuída à ambiência de 1962 em prol da reforma agrária. Esse ambiente abriu "portas para contínuas e descabidas invasões de propriedades particulares e mesmo do Estado."[183] Posicionando-se em relação às decisões da Justiça que levaram aos despejos de 1964 e 1967, o delegado de polícia Sérgio Francisco de Freitas, considerou que:

> [em Varzelândia], os fenômenos das invasões e posses ilegítimas não foi diferente do [que] acontecia em outros lugares. Inúmeras pessoas, dentre elas espertalhões e incautos, lavradores verdadeiros e meros aproveitadores de situações iguais, valendo-se de todos os recursos e artimanhas apossearam-se de glebas diversas. Uns trabalhavam a terra e dela retiravam os meios necessários tanto para manutenção própria quanto de dependentes. Outros, simplesmente delas aposseavam-se para efetuarem negócios lucrativos, vendendo-as como se delas fossem proprietários legitimamente constituídos. [...] Tampouco, preocupavam-se com a regularização das glebas que aposseavam-se, junto a quem de direito.[184]

Sobre as lideranças dos posseiros, a comissão assim os descreveu:

> Norberto José Lopes, o mais violento e revoltado de tôdos eles [...] Arrogante em suas palavras e atitudes, Norberto demonstra incrível ascendência sôbre seus demais companheiros, os quais falam dêle com admiração e respeito, contribuindo sempre com seus parcos recursos para que êle faça viagem a Belo Horizonte e Brasília-DF, a fim de percorrer redações de órgãos de comunicação e desfiar o rosário de seus dramas, aos quais, invariavelmente associa o nome do Dr. Georgino Jorge de Souza. [...]
>
> Martinho Fagundes Lisboa, elemento que se afigura como pernicioso à sociedade [...] constando em Janaúba e Cachoeirinha que êle é um aproveitador da ignorância dos posseiros, indivíduo que sem ter profissão definida, prefere a constante de viagens a Belo Horizonte para conceder entrevistas a órgãos de comunicação, aproveitando-se para isso dos recursos com os quais é provido pelos verdadeiros posseiros, à dedicação ao trabalho [...] nas duas últimas [Belo Horizonte e Brasília-DF], reclamando e dizendo-se vítimas de perseguições, assacando inverdades e destruindo honorabilidades.[185]

Por fim, o relatório inocenta Georgino Jorge de Souza das acusações sobre violências praticadas durante e após o despejo dos posseiros.

Pouco tempo depois, em 1975, Martinho Fagundes, um dos principais líderes dos posseiros, conseguiu da Ruralminas autorização para demarcar suas terras. No momento em que, ao lado de um agrimensor do governo, procederia à demarcação, foi impedido por um grupo de pistoleiros. Alguns dias depois, ele foi assassinado numa emboscada. O pistoleiro foi preso e confessou o crime, indicando como mandante Waldir Alves Coutinho, filho de João Antônio, fazen-

deiro que alegou posse e supostamente vendeu as terras de Cachoeirinha para Manoelito e Sebastião. O pistoleiro sumiu misteriosamente da prisão e o caso foi arquivado. A filha de Martinho Fagundes contou que:

> ele foi o cabeça pra fazer essas coisas [...]. Não tinha quem dava apoio, inclusive mataram ele, foi a mesma coisa que matar um passarinho. Ele morreu sem saber quem matou, quem mandou. Nós é que sofreu. [...] Ele era muito lutador, um homem como ele morreu e ficou por isso mesmo. [...] Nós ficamos sabendo que foi eles, inclusive meu irmão quis vingar mas não soube fazer. É o único feito porque pela justiça ninguém esperava.[186]

De acordo com as investigações da Covemg, entre o período de 1964 a 1975, cinco posseiros foram assassinados e dois desapareceram em Cachoeirinha. Possivelmente esse número é maior, visto que, nos depoimentos coletados na região, muitos depoentes se referiram a outros assassinatos, mas não sabiam informar detalhes das ocorrências, tampouco o nome completo das vítimas, em geral nomeadas apenas pelo apelido.

Os posseiros viveram nessa situação de violência e abandono até o início da década de 1980, quando o assessor sindical da Fetaemg, Luiz Antonio Chaves, iniciou um trabalho de mobilização dos posseiros para lutarem pela terra da qual haviam sido expulsos. Foi criado então o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Varzelândia.

> Nesse período que eu cheguei lá, os posseiros estavam praticamente derrotados, não havia nenhum sinal de luta mais. […]. Não havia nenhuma organização, não havia nenhum posseiro disposto a liderar a luta ali. Foi quando eu comecei as primeiras reuniões, que eu tomei conhecimento, que eu conheci o Jader. O Jader foi importante, o Preto Velho, que era o Ursolino, o irmão dele, foi uma meia dúzia de posseiros que eu comecei conversando, comecei reunindo, aí foi tomando força. Foi a primeira vez que o sindicato chegou até eles. Foi a primeira vez que a Fetaemg chegou até eles.[187]

Na ocasião, o advogado da Fetaemg no Norte de Minas, Afrânio Silva, passou a trabalhar junto a Luiz Chaves e aos posseiros, garantindo suporte jurídico para tentarem recuperar legalmente as terras.

> A melhor terra estava localizada exatamente na fazenda Caetité, pomposa fazenda, que ele [o Coronel Georgino Jorge] simulou uma aquisição do Manoelito, na verdade ele ganhou

> pelo serviço prestado. Fazenda Caetité, logo chegando em Cachoeirinha, à esquerda, a casa dele em cima, do alto assim, pra dominar a região toda. E os posseiros nunca engoliram aquilo né? Então nós iniciamos por começar a invadir exatamente a terra do coronel Georgino. Tanto é que as terras eram devolutas que o coronel Georgino, já em [19]69, solicitou a regularização de sua fazenda, junto a Ruralminas, e essa regularização ocorreu assim num piscar de olhos. Porque normalmente levaria alguns meses, por ordem do governador Rondon Pacheco, que determinou à Ruralminas, que se fizesse imediata titulação para o coronel Georgino Jorge de Souza.[188]

No dia 08/04/1981, 69 posseiros tentaram ocupar novamente suas terras em Cachoeirinha, desta vez com apoio da Fetaemg e da CPT. A reação dos fazendeiros e policiais foi imediata, com a prisão de oito trabalhadores considerados lideranças do movimento: Jadé (Jader de Paula), Henrique Durães de Vasconcelos, Ursulino Pereira Lima, Aristides Aparecido Soares, José Soares dos Santos, Bertulino de Oliveira, Minelvino Francisco dos Santos e Florisvaldo Gomes da Silva.[189] Em apoio aos presos e para contestar a atribuição de liderança por parte da polícia, outros posseiros voltaram a ocupar as fazendas no dia seguinte. Nesse mesmo ano, o governo de Minas, via Ruralminas, chegou a propor a transferência dos posseiros para uma área da Jaíba que estava localizada há dezenas de quilômetros de Cachoeirinha. Jadé conta que as terras eram ruins para o plantio;

> E o pessoal da Ruralminas que levou nós na Jaíba pra lá, quase matou nós quando veio de lá pra cá. Quando nós não aceitou a terra, que não queria, eles enfezaram e puseram nós dentro dos carro, tinha uns buraco assim, eles faltava era matar a gente... De raiva. Que nós não queria a terra lá.[190]

Conforme relato de um posseiro em entrevista à pesquisadora Sonia Nicolau dos Santos,

> O diretor da Ruralminas foi dizendo assim: "esses que ficam na terra boa, plantam lavoura e os outros vão criar gado para a Ruralminas, outros vão trabalhar de boia-fria para a açucareira Ometto, que vai precisar de muitos trabalhadores. Vocês vão ser colocados na frente de trabalho". Aí eu falei: "doutor, nós já tamos de bóia-fria, vamos ficar de bóia-fria mesmo, não precisa de ser escravo do grupo Ometto. Os senhores devem mandar pr'aqui primeiro os filhos da Ruralminas e os filhos do governador, pra depois os meus virem. Por que mandar só escravizar os meus, e os da Ruralminas e do governo na boêmia? Não entendo essa justiça aí".[191]

No contexto político de transição dos anos 1980, no qual o pretexto de eliminação do comunismo já não mais prevalecia, as arbitrariedades não podiam mais ser realizadas de forma explícita, o que direcionou o conflito para o campo jurídico e político. Nesse cenário, a Fetaemg e a CPT puderam apoiar a organização dos trabalhadores de forma mais intensa, o que trouxe nova esperança para os posseiros. Apesar do maior respaldo, as lideranças e os seus familiares tiveram que enfrentar constantes ameaças, vigilância, prisões arbitrárias e constrangimentos.[192]

Em 31/07/1982, os posseiros, juntamente com o movimento sindical, organizaram um ato público em Cachoeirinha para denunciar as arbitrariedades ocorridas na localidade e também pressionar as autoridades para desapropriarem a área que lhes foi tomada em 1967. O evento foi duramente reprimido, um enorme contingente policial foi mobilizado, inclusive do DOPS, e ocorreram diversos abusos contra os participantes, visando à intimidação e desmobilização.[193] Três barreiras foram montadas na estrada de acesso à Cachoeirinha e todo o material produzido para o ato foi apreendido. Em carta, as CEBs repudiaram a repressão:

> Nós que lá estivemos vimos um grande aparato repressivo policial de mais de 300 soldados. Os nossos ônibus foram parados e revistados em quatro barreiras policiais, com objetivo de impedir a nossa chegada em Cachoeirinha. Os policiais diziam que estavam cumprindo ordens superiores e queriam ver se a gente estava levando armas. Mas como disse um lavrador na reunião: "Só temos uma arma senhores: a força da verdade. E também as nossas armas são pesadas demais para carregar: são a enxada, a foice, a picareta e o machado". Vimos lavradores, operários senhores e crianças dos nossos ônibus serem encostados nas beiradas das cercas, em filas e vigiados por policiais do DOPS com metralhadoras e bombas nas mãos. As senhoras foram revistadas sem muito respeito.[194]

Durante a campanha para o governo de Minas Gerais, Tancredo Neves "prometeu terra para os desapossados de Cachoeirinha", mas o que ele realizou de fato foi o assentamento de parte das famílias na Jaíba. Terras nessa região já haviam sido oferecidas anteriormente aos posseiros, que recusaram. Em 1983, depois de um trabalho de convencimento realizado por representantes da Ruralminas, 64 famílias aceitaram se transferir para Jaíba e se instalaram no local batizado de "Nova Cachoeirinha."[195] Contudo, centenas de famílias permaneceram em Cachoeirinha e continuaram a luta para receber de volta as terras onde residiam.

Em 06/10/1983, Tancredo assinou o decreto 23.080 para a desapropriação de áreas de terras e benfeitorias situadas em Cachoeirinha, que chegavam a 13 mil hectares. Mas o decreto era inconstitucional, dado que a desapropriação para fins de reforma agrária consistia numa prerrogativa da União. Diante do problema, o governo mineiro conseguiu negociar com o fazendeiro Pedro Gonçalves Pereira a desapropriação de 484 hectares, sendo que apenas 23% eram aproveitáveis. Essa negociação foi feita porque o fazendeiro pôde escolher uma área muito maior em outro local de condições mais favoráveis à produção.

A luta dos posseiros continuou após a morte de Tancredo. Em 1986, o presidente José Sarney assinou o decreto do PNRA de Minas Gerais, o qual envolvia a desapropriação de terras em Cachoeirinha. A reação patronal foi imediata. Tais terras faziam parte de 11 fazendas de diferentes proprietários; dessas, nove estavam sob a condição de empresa rural. Perante a Justiça, os fazendeiros Nerval Leite Flávio e José Antônio Madureira alegaram que as suas fazendas também constituíam empresas rurais, o que impedia a desapropriação, conforme o Estatuto da Terra. Foi iniciada uma disputa no plano judicial entre os fazendeiros e o INCRA, que, no ano de 1987, terminou em decisão favorável aos fazendeiros, conforme sentença do juiz federal Sacha Calmon Navarro Coelho[196] proferida com a presença de alguns dos posseiros. O fato foi noticiado na imprensa:

> O INCRA chegou a ajuizar a ação desapropriatória perante a 10ª Vara, apesar de proibido por medida cautelar deferida pelo juiz federal da 8ª Vara. A Justiça decidiu que face à medida cautelar, o INCRA não poderia desapropriar, indeferindo a ação, liminarmente. […] Agora com a sentença do juiz federal da […] [12ª Vara], confirma-se o êxito anterior dos proprietários e se preceitua em definitivo o impedimento de "desapropriar, para fins de reforma agrária, os referidos imóveis, se e enquanto lhes perdurar a condição de empresas rurais." O mandado de segurança, a contestação da ação de desapropriação e agora a ação ordinária foram patrocinados pelo escritório de advocacia Vilela e Maia, dos advogados Djalma de Souza Vilela e João Fabiano Maia.[197]

A lentidão, indefinição e ambiguidade do Estado em relação ao caso de Cachoeirinha fez com que a região fosse marcada pela constante tensão, envolvendo atores cujas relações com o conflito pelas terras são dúbias. Em 19 de maio de 1986, o fotógrafo Milton Barbosa dos Reis atirou contra o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Varzelândia, Valdeci Alves de Almeida, o

alvejando duas vezes. Na época, em resposta ao decreto de Sarney e do PNRA, havia sido fundada a União Democrática dos Produtores Rurais (UDPR) no Norte de Minas. Apesar de o fotógrafo alegar motivo de vingança, vários trabalhadores rurais e organizações do movimento sindical afirmaram que o crime estava relacionado ao conflito de Cachoeirinha. O fotógrafo tinha relações com fazendeiros da região e o sindicalista vinha sofrendo constantes ameaças em decorrência de sua atuação junto aos posseiros.[198] Ainda em 1986, os posseiros de Cachoeirinha acamparam na sede regional do INCRA, em Belo Horizonte, aguardando uma decisão favorável sobre a desapropriação das terras na região.

Apesar dos longos impasses jurídicos e administrativos, os posseiros e seus descendentes conseguiram conquistar parte das terras em 1987, quando receberam a fazenda Caetité, de 964 hectares, adquirida pela Ruralminas com recursos do INCRA. Para marcar o ato, o então superintendente regional do INCRA, Jafete Abrahão, e o diretor geral da Ruralminas, Ajax Barcelos, entregaram a Jadé as chaves da sede da fazenda.[199]

Hoje a região é formada pelos assentamentos União, Caetité e Vitória. Alguns dos antigos posseiros, que habitavam a localidade na época das expulsões, conseguiram receber um lote para plantar e residir, o que para eles representou uma fundamental conquista do movimento que hoje se funde às outras lutas por terra na região. As palavras de Dona Mariquinha trazem a marca da história dos posseiros:

> Porque até hoje, até hoje, quando eu vejo falar de um posseiro eu sinto dor. Porque eu sei como é que foi o sofrimento nosso, a luta nossa como é que foi. Acho que poucos sabem contar a luta que nós sofreu, né Sula? [...] Eu tenho amor aqui. Aqui eu corro, eu grito, eu turro, eu faço o que eu quero, nada me... não... Eu tenho amor. [...] Eu tenho duas coisas que eu tenho amor aqui: uma é essa área de terra, e outra, eu tenho, não sei se é se eles tem em mim, né, mas eu tenho amor em meus companheiro.[200]

A antiga sede da fazenda Caetité, que pertenceu ao coronel Georgino, hoje é de propriedade da família do falecido líder Jadé. A casa tem com poucas alterações em relação à época de Georgino. Desde que a terra foi reconquistada pelos posseiros, a piscina nunca mais foi utilizada, porque, para Jadé, era um símbolo do poderio exercido pelo coronel Georgino na região. Contudo, se antes representava o poder do coronel e a repressão aos posseiros, agora a Caetité tornou-se um símbolo da resistência à ditadura militar.

5.4 Perseguição política no campo

Muitas foram as perseguições a trabalhadores rurais e aos seus apoiadores no período de 1961 a 1988 e, nesta seção do relatório, serão expostas algumas situações que envolveram integrantes da Fetaemg, sindicalistas e camponeses. Os casos de dois camponeses, Saluzinho e Dona Geralda, foram considerados emblemáticos e serão descritos separadamente pelo fato de os dois terem sido comprovadamente perseguidos políticos, fichados nos órgãos de segurança da ditadura e excluídos até o momento da Justiça de Transição.

Perseguição ao movimento sindical

Para conter a atuação do movimento sindical e determinar a direção das lutas camponesas em Minas Gerais, a Delegacia Regional do Trabalho se articulou aos órgãos de segurança e informação e impôs diversas medidas. Criada em 1968 para representar a classe de trabalhadores rurais de Minas Gerais perante o Estado, a Fetaemg foi, em determinadas ocasiões, monitorada pelo DOPS/MG e controlada pelo Ministério do Trabalho, por meio de sua delegacia regional, que esteve sob a chefia de Onésimo Vianna de Souza até o fim do governo Figueiredo.

A partir do golpe de 1964, houve o fechamento e a refundação de diversos sindicatos rurais, sendo a nomeação de Juntas Governativas uma prática comum que perdurou até os anos 1980. Além da exigência de atestados de antecedentes políticos e sociais para candidatos às diretorias, havia o monitoramento das assembleias de formação e eleição.

Dentre os sindicatos que sofreram intervenções está o de Poté, que foi o primeiro Sindicato de Trabalhadores Rurais do estado a obter o registro. Joaquim Pereira da Silva Neto, conhecido como Joaquim de Poté, então presidente do Sindicato, foi preso poucos dias após o golpe, no dia 2 de abril, juntamente com o secretário Ary Pereira da Silva e o tesoureiro Serafim de Souza Santos. Os policiais militares levaram os três sindicalistas à cidade de Teófilo Otoni, sendo que durante o percurso ocorreram xingamentos e ameaças.

Em processo na Comissão Estadual de Indenização às Vítimas de Tortura (Ceivit) do Conselho de Direitos Humanos de Minas Gerais (Conedh-MG), Joaquim relata que permaneceu preso com mais 41 pessoas durante 24 horas e, posteriormente, foi levado a Governador Valadares, sendo liberado após interrogatório.[201] Os policiais apreenderam toda a documentação do Sindicato, com exceção da

carta sindical que foi escondida por Joaquim.[202] Seus direitos sindicais foram suspensos por 10 anos, e, no período inicial da ditadura, ele sofreu torturas psicológicas em interrogatórios. Somente em 1975 o DOPS/MG concedeu atestado de bons antecedentes ao sindicalista, que pôde, então, retornar ao trabalho no STR de Poté.

João Dalício de Resende, ex-membro da primeira diretoria da Fetaemg, reafirma que alguns sindicatos foram refundados e outros simplesmente desapareceram após o golpe, sendo recorrente o recolhimento de documentos que comprovassem a existência anterior, como a carta sindical e as atas de reuniões.[203] Os supostos membros da diretoria do Sindicato preenchiam uma ficha de qualificação que era acompanhada de atestados diversos e, se não houvesse a aprovação da ficha de qualquer membro, ele deveria ser substituído no processo eleitoral: "às vezes, era barrado o nome sem justificativa. […] E aí a gente não tinha como discutir a questão, tinha que simplesmente buscar um substituto. […] Não havia a possibilidade de recorrer."[204]

O sindicalista também se recorda de que as reuniões e as eleições deveriam ser autorizadas pelo Ministério do Trabalho, com editais de convocação encaminhados para exame. Sobre a junta governativa nomeada após a destituição de diretores pelo Ministério, Dalício destaca que:

> quando havia a destituição da diretoria ou de alguns diretores do sindicato, em caso da diretoria, aí era nomeada uma Junta Governativa, um presidente, secretário e tesoureiro. Não eleita pelos trabalhadores, para administrar aquele sindicato até que o sindicato fizesse uma nova eleição sob a tutela do Ministério do Trabalho para dar aquela diretoria como legítima. [...] A nomeação era feita pelo Ministério e costumava até solicitar a própria Federação para indicar nomes ou políticos de influência na região dos respectivos sindicatos. [...] Quem decidia se nomeava ou não era a Delegacia.[205]

No primeiro boletim da Fetaemg, com data de 1969, Onésimo Vianna encaminhou a seguinte mensagem aos sindicatos: "não se esqueçam de que são órgãos de colaboração com o Estado para a harmonia social e que sua finalidade não é a luta de classe, nem a reivindicação violenta de seus direitos."[206] Dessa forma, o Ministério do Trabalho esvaziava o papel político do movimento sindical, relegando-o a uma posição de conformidade às políticas governamentais. Logo na eleição da 2ª diretoria da Fetaemg, em 1972, houve uma intervenção do Ministério do Trabalho que impediu a posse de João Dalício como secretário da Federação. A quatro dias da cerimônia de posse, o seguinte documento foi encaminhado à Fetaemg:

> CONSIDERANDO que as federações são constituídas para fins de coordenação e proteção da respectiva categoria e com o intuito de colaboração com os poderes públicos e as demais associações, no sentido de solidariedade profissional e de sua subordinação a interêsses nacionais; CONSIDERANDO que, por isso mesmo, a Consolidação das Leis do Trabalho, em seus artigos 529 e 530, estabelece condições para a investidura em cargos administrativos ou de representação econômica ou profissional; CONSIDERANDO que ao Ministério do Trabalho e Previdência Social compete zelar pela manutenção de clima de paz social; CONSIDERANDO informações chegadas ao conhecimento desta Delegacia Regional do Trabalho, posteriormente às eleições realizadas na FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, RESOLVO: a) Tornar nula a eleição do Sr. JOÃO DALÍCIO DE RESENDE para a Diretoria daquela entidade e seu Delegado Representante junto à respectiva Confederação, não podendo o mesmo tomar posse dos referidos cargos; b) Destituir o referido dirigente sindical dos cargos de SECRETÁRIO e DELEGADO REPRESENTANTE do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE BRUMADINHO. Dê-se ciência. Ao S.R.T. Em 11 de abril de 1972. Onesimo Vianna de Souza Delegado Regional do Trabalho em Minas Gerais.[207]

De acordo com documentos do DOPS[208], tal intervenção foi motivada pela participação de João Dalício no IV Seminário Interamericano para Trabalhadores Rurais, patrocinado pelo Instituto Interamericano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre (Iadesil) e realizado em Fusagasugá, Colômbia. Por representar a Fetaemg e a Contag no seminário, João Dalício foi alvo de investigação cujo relatório se pautou em informações de Geraldo (ou "Geraldino") Lopes Faria, pessoa empregada na Fetaemg e que repassava informações ao DOPS/MG.

> Em permanente observação nas atividades da FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS [...], pôde ser observado o seguinte: [...] Esta entidade é representada por três diretores que são o presidente, tesoureiro e secretário. O diretor tesoureiro tem se apresentado de maneira regular com suas atividades. O secretário que é o Sr. João Dalício de Resende, deixa dúvida quanto sua posição ideológica, e é radicalmente contrário a política sindical do atual govêrno, principalmente com a doutrinação da classe do trabalhador rural, manifestando-se contra a política educacional do homem do campo, demonstrando-se ser partidário de uma reforma agrária agressiva, conforme revela seus ideais de doutrinação aos camponeses. No mês de novembro de 1971, o Sr. João Dalício de Resende, participou de um

> congresso de sindicatos rurais, que se realizou na Colômbia e teve a participação de representantes de sindicatos rurais do Peru, Argentina, Chile, Bolívia e outros como Cuba, que participou extraoficialmente. O referido congresso chegou a ser proibido pelo governo Colombiano por motivos de subversão [...] Do congresso o referido trouxe materiais e documentos de doutrinação sindical [...] Após o regresso do Sr. João Dalício de Resende, pôde se notar grande modificação no seu comportamento em relação aos assuntos de reforma agrária e relacionamento com as autoridades governamentais.[209]

Baseado nessas informações do DOPS, Onésimo Vianna expediu ofício que impediu João Dalício de exercer qualquer atividade sindical até a Lei da Anistia. Em depoimento prestado à Covemg, o sindicalista descreve que esse ato arbitrário e politicamente motivado trouxe a ele muitas dificuldades. O salário da federação era o seu sustento e ele morava em local cedido pela instituição, perdendo tudo ao ser destituído do cargo. Sendo financeiramente responsável por sua esposa e filho, além da mãe e nove irmãos, trabalhou como taxista e passou por situação difícil até ser reintegrado à Fetaemg em 1980[210], durante a gestão de André Montalvão que foi pressionado por Onésimo Vianna a não contratar João Dalício, tido como subversivo pelo delegado.[211]

Fundador do STR de Muzambinho e reconhecido líder sindical da época, André Montalvão assumiu a presidência da Fetaemg em 1978, após o afastamento de João Batista de Souza por suspeita de corrupção, permanecendo no cargo até 1987. De acordo com Montalvão e João Dalício, houve um esquema de corrupção iniciado por pessoas que mantinham relações de proteção com o DOPS e a Delegacia Regional do Trabalho.[212] Conforme Montalvão, a interferência era tão grande que Onésimo Vianna não queria permitir o afastamento de João Batista. Por conta disso, Montalvão diz ter sofrido constantes pressões de Onésimo Vianna e sido monitorado por agentes do DOPS e da Coseg:

> Foi nessa época que sofri a maior pressão da minha vida, porque eu tinha que ir quase que direto na tentativa de liberar a realizar a assembleia e tinha o pessoal do DOPS e tinha um departamento que chamava Coseg também. Então, esse pessoal sempre designava policiais disfarçados para ficar me acompanhando. Por exemplo, quando eu entrava no avião no aeroporto da Pampulha, os caras entrava e já sentava atrás de mim no avião. Se hospedava num hotel em Brasília, hospedava no hotel ao lado. [...] O último que me acompanhou eu até lembro o nome dele, era tenente Junior, esse era da Polícia Militar. [...] Ele era da Polícia Militar, mas ele era deslocado para trabalhar na delegacia do trabalho [...] Eu era vigiado e acompanhado.[213]

Após assumir a presidência da Fetaemg, Montalvão diz que objetivava renovar a federação para de fato defender os trabalhadores rurais, assumindo uma posição de enfrentamento não só da violência no campo e dos conflitos de terra, mas também da ditadura. Esse enfrentamento também se direcionou às pessoas infiltradas que estavam ligadas aos órgãos do Estado, especialmente DOPS, SNI e Ministério do Trabalho. Em depoimento, André Montalvão conta que conseguiu identificar infiltrados na Fetaemg e os despediu, como o advogado Estevão Salvador Mansur Brina, conhecido como Dr. Brina, e um médico militar que trabalhava no ambulatório da Fetaemg.[214] A presença desses infiltrados também é lembrada por outros membros da Fetaemg, como Afrânio Oliveira e Silva e Luiz Antonio Chaves.

Ajudando na mobilização contra a ditadura e na organização da CUT com reuniões intersindicais em sua sede, a Fetaemg enfrentou ameaças de intervenção feitas pelo delegado regional do trabalho. Montalvão diz que sua gestão começou a estruturar polos regionais com a contratação de dezenas de assessores jurídicos e educadores sindicais, que eram enviados para a organização sindical e de camponeses em conflitos de terra em diversas regiões de Minas.[215] Apesar do processo de transição democrática em curso no Brasil, esses enviados da Fetaemg encontraram, ao lado dos trabalhadores rurais, a intensificação da violência dos fazendeiros, da perseguição política e da repressão dos órgãos de segurança.

O trabalho da Fetaemg foi monitorado pela Coseg e apontado como um problema à ordem pública por estar "agindo contra a ordem, insuflando e incentivando greves e procurando agitar o meio sindical rural."[216] Conforme exposto em relatório da Coseg:

> Até por volta de 1974, a FETAEMG, não se envolvia em qualquer tipo de propaganda ou de divulgação de doutrinas incompatíveis com Instituições legais, porém, nos últimos anos, a FETAEMG tem acolhido inúmeros movimentos comprometidos com correntes ideológicas de contestação, agrupando à sua volta entidades estranhas à categoria trabalhador rural, aliciando e admitindo como funcionários, agitadores e líderes grevistas profissionais oriundos de outras classes trabalhadoras.
>
> A FETAEMG vem de há muito tempo desenvolvendo uma atividade no sentido de criar lideranças rurais autênticas e fundar Sindicatos Rurais comprometidos com a luta de classe. A entidade levava ao ar, aos domingos, o programa intitulado "FETAEMG NO CAMPO" e os temas abordados eram a "REFORMA AGRÁRIA RADICAL", ataques caluniosos contra as

> Autoridades Constituídas e principalmente a divulgação e incitação aos conflitos de terras.
>
> A partir de 1978, a FETAEMG, com maior ousadia em suas ações e doutrinação e mobilização de trabalhadores rurais, passou a adotar o sistema de "polos jurídicos e educacionais", que consiste em colocar em cidades onde existem grandes concentrações de trabalhadores rurais, elementos encarregados da conscientização e organização do Sindicato de trabalhadores rurais.
>
> Na parte jurídica do polo, funciona no mínimo um advogado contratado de assumir todas as causas de empregados contra patrões. Na parte educacional, surge a figura do "educador", encarregado de instruir os trabalhadores quanto aos seus direitos, normalmente incitando à ação de posse de terra.[217]

Em âmbito local, os agentes de Estado reproduziam essa visão da Coseg sobre a Fetaemg e as lideranças sindicais. Sendo chamados de "agitadores", "elementos de subversão" ou "comunistas" eles se tornaram alvo de reiteradas ameaças e violências politicamente motivadas no campo.

Nos últimos anos da década de 1970, os agentes da Fetaemg se depararam com um ambiente de repressão às lutas camponesas que estava permeado por conflitos vinculados à grilagem de terras, desrespeito aos direitos trabalhistas, torturas, ameaças e prisões. Em depoimentos à Covemg, ex-sindicalistas e agentes da Fetaemg e da CPT relataram que sofreram ameaças de agentes públicos e privados em razão do trabalho desenvolvido.

Um dos primeiros advogados contratados pela Fetaemg, Afrânio Oliveira e Silva, chegou a São Francisco em 1978, após o presidente do STR da cidade, Marcelino Pereira da Silva, pedir auxílio à federação porque não conseguia solucionar os problemas de ameaças e violências. Logo que Afrânio Oliveira chegou ao local, recebeu a advertência de fazendeiros da região na sede do sindicato:

> Aí foi chegando gente, chegava gente a cavalo, chegava gente de carro e tal. […] Aí quem falou foi um líder deles, um advogado, Oscar [Caetano Júnior].[…] ele falou: "olha, o que nós estamos querendo falar é o seguinte: o senhor está extrapolando a função, o senhor está incentivando invasão de terra, o senhor estão incentivando a assinatura de carteira de trabalho. Olha só, o senhor está incentivando a pagamento de salário. O senhor, depois que o senhor veio para cá, o se-

> nhor trouxe aqui intranquilidade aqui no meio rural". Eu falei assim: "o senhor está falando que antigamente essa tranquilidade era de vocês, que vocês faziam o que bem vocês entendem: não pagava salário, não assinava carteira"[…] "Não, o senhor não é daqui, o senhor não sabe. Então aqui a gente era uma família.[…] Não, aqui era, a gente não tinha essas questões, esses conflitos, essas brigas e tal. Patrão com empregado, empregado com patrão e tal.". Eu falei: "olha, vai ficar pior, porque a gente vai continuar". Ele falou: "não vai, não. Não vai, não". Eu falei: "pois é, então não vai.". Eu falei: "Olha, sabe o que acontece?[…] Agora eu acho que vocês deviam ir à Brasília, pedir lá ao Ministério do Trabalho para intervir ou o governo lá ou, por exemplo, no meu caso, você ir na Ordem dos Advogados e cassar a minha carteira e me tirar daqui. Porque o que vocês estão fazendo agora, isso foi uma agressão". Aí eles falaram: "bom, o recado está dado. Vamos ver o que vai acontecer amanhã". E saíram soltando foguetes e falando assim: "o sindicato fecha amanhã, o advogado vai embora, o sindicato vai fechar as portas, então acabou toda essa situação."[218]

Em 1978, os posseiros de São Francisco se encontravam "marcados para morrer" e tinham preço, como divulgado em matéria da Revista Montes Claros em Foco. Segundo apurações da Revista, havia uma caderneta com nomes de posseiros que deveriam ser assassinados em troca de uma recompensa que variava de 20 a 30 mil cruzeiros por execução. Diante disso, muitos posseiros se esconderam em outras cidades.[219] Por meio de abaixo-assinado datado de 15/10/1978, os posseiros que ficaram fizeram um pedido de proteção ao Secretário de Segurança, cel. Armando Amaral:

> […] posseiros da região Ribeirão de Areia, município de São Francisco e Arinos respectivamente, através de seu Sindicato, vêm à presença de V. Excia., solicitarem proteção, pessoais e de suas posses, contra ALVINO MENDES DE AMORIM; JOAQUIM VIANNA MATOS; ROSALVO DIAS GUIMARÃES; ANTÔNIO ELCY VIEIRA; LUIS VIEIRA E JOSÉ MENDES DE AMORIM, os dois primeiros, grileiros de terras e os demais jagunços, estão promovendo verdadeiro terror naquela região invadindo terras, cortando arames, expulsando posseiros de suas posses, e ainda ameaçando as vidas dos trabalhadores rurais. Autoridades locais impotentes para conter tais injustiças. Esperamos que V. Exa. tome medidas cabíveis e urgentes.[220]

Em ofício enviado a Fetaemg, no dia 28/11/1978, a câmara municipal de São Francisco pediu providências imediatas para conter a atuação do STR que po-

deria, segundo os vereadores, se transformar numa "célula comunista". Os vereadores, então, demonstraram um posicionamento a favor dos fazendeiros que ameaçavam o sindicato e a comunidade de posseiros. A Fetaemg, em resposta à câmara, apontou as violências identificadas em São Francisco e pediu que os vereadores colaborassem no sentido de trazerem orientações aos fazendeiros para o cumprimento da legislação. Tal resposta levou a uma nota dos fazendeiros publicada em jornal local, na qual classificaram a atuação do STR de São Francisco como subversiva e ilegal.

Os trabalhos de Afrânio Oliveira e Silva na região não cessaram e as pressões aumentaram com a vinda do juiz Gothardo Soares Ferreira para a comarca de São Francisco. Em reunião no fórum com advogados e representantes políticos, o juiz declarou que não deferiria processos encaminhados pelo advogado porque ele estava trazendo intranquilidade e agitação para o campo, jogando o trabalhador contra o patrão. A parcialidade do juiz se manteve ao longo dos anos, assumindo, por exemplo, posições a favor de interesses do grileiro Antônio Luciano Pereira Filho.[221] Conforme documento da CPT-MG, datado de 1983, sobre um conflito que envolvia 98 famílias de posseiros na Fazenda Vereda Grande, localizada em São Francisco:

> Constantemente, a Polícia Militar é requisitada por este latifundiário para efetuar prisões de posseiros, expulsões e espancamentos de trabalhadores. [...] O Juiz de Direito da cidade de São Francisco, Dr. Gothardo Soares Ferreira está apoiando abertamente as ações de violência deste grileiro, além de fazer uma campanha contra o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e seus orientares e diretores.
>
> Segundo o Juiz, não pretende sair de São Francisco enquanto não conseguir acabar com o Sindicato de Trabalhadores Rurais, deixando transparecer claramente sua ligação e subordinação ao Dr. Antônio Luciano ao se colocar contra qualquer ação judicial proposta pelo Sindicato.[222]

Em depoimento Afrânio Oliveira informou que recebeu uma carta de Antônio Luciano, que dizia que o grileiro iria "tomar providências" contra o advogado. Em seguida, Afrânio foi denunciado à OAB a partir de um abaixo-assinado afirmando que ele seria um agitador comunista que levava problemas à região de São Francisco por incentivar a invasão de terras de fazendeiros.[223]

> [...] esse abaixo-assinado veio sobrescrito por... Eu até acho assim, eu acho, não, eu tenho certeza. Por exemplo, o Humberto Souto, o Antônio Dias, o pessoal aqui de Montes

> Claros, a Ordem dos Advogados de Montes Claros, a subseção de advogados lá de São Francisco. Era um abaixo-assinado com um poder político muito forte, e eu recebi essa pressão, fui na Ordem e o presidente falou: "olha, está aqui. O pessoal está falando disso, disso, já tenho acompanhado o senhor lá, tal. E se o senhor continuar com esse tipo de atividade, eu vou cassar a carta do senhor, a carteira". Disse assim, eu e ele só, na sala dele, e ele falando para mim.[224]

No ano de 1981, quando Afrânio Oliveira e Luiz Antonio Chaves atuavam em defesa dos posseiros de Cachoeirinha, ambos sofreram ameaças de morte direcionadas também a seus familiares. As intimidações eram feitas por meio de bilhetes e telefonemas. Somente após a realização de um ato público na praça XII de Montes Claros, em novembro do mesmo ano, que as ameaças cessaram.[225] Esse ato foi organizado pela Fetaemg, Contag, CPT e pelo STR de Montes Claros para defendê-los. Luiz Chaves afirma que houve o registro em imagens por parte de um médico ligado ao SNI chamado Élio Rocha: "filmando a gente, filmando tudo, filmando tudo, e a gente já tinha coragem de apontar o dedo 'Pode filmar! Pode filmar a gente aqui! A praça é nossa!'"[226] Ainda segundo Luiz Chaves:

> Antônio Luciano era o terror da região, um dos motivos das nossas ameaças de morte. Eu e Afrânio sofremos diversas ameaças, mas naquele momento ali, eram no mínimo três conflitos pesados, que era Cachoeirinha, que a ameaça vinha direto do coronel Georgino; era a Fazenda Menino, com ameaça direta da turma do Luciano Pereira; e era a fazenda Flores em Varzelândia, também vindo de um coronel da aeronáutica aposentado chamado Barros Lima, coronel [João Almeida] Barros Lima.[…] Então as ameaças a gente nunca sabia de onde vinham, mas vinham[…] desses três grandes conflitos, e obviamente todos eles envolvendo a polícia, de uma forma ou de outra, né? Forças públicas.[227]

Antônio Luciano Pereira Filho foi responsável por expulsões de posseiros, assassinatos e outras violências no campo, casos relatados em diversos documentos e depoimentos. Com grande poder econômico e influência política, o grileiro chegou a ameaçar André Montalvão no início dos anos 1980. Acompanhado de jagunços com armas em maletas, Antônio Luciano entrou na sede da federação e ameaçou o presidente por denunciar, ao secretário de Segurança Pública, que ele estava desviando o Rio Urucuia com o intuito de se apropriar de terras ocupadas por posseiros.[228] Uma das regiões mais visadas por Antônio Luciano era o Norte de Minas Gerais, onde usava empregados e policiais para a destruição de cercas, moradias e plantações de posseiros, além de fazer ameaças, agressões e expulsões.

No mês de maio de 1981, uma das vítimas de Antônio Luciano, José Durães de Brito, denunciou ao INCRA que o grileiro usava jagunços armados para cometer arbitrariedades na fazenda Atoleiro. Em relatório do INCRA[229], foram apontadas várias violências e a conivência do Estado com o arquivamento de inquéritos e a omissão diante de denúncias feitas pela comunidade de posseiros.

Luiz Chaves afirma que Antônio Luciano "expulsava o posseiro com ajuda da polícia. Era comum ele chegar lá em São Romão com o avião cheio de policiais civis. Polícia Civil [...], sequestrando trabalhador, torturando, expulsando trabalhador."[230] Testemunhando os efeitos das ações do grileiro em São Francisco e redondezas, Afrânio Oliveira relata que:

> [Antônio Luciano] tinha uma equipe de advogados que percorria Minas Gerais todinha, principalmente a região do Jequitinhonha, Mucuri, Norte de Minas, para levantar essas terras que hoje eu falei para você que chamava terra de ausente, terra devoluta, terra pública. Os advogados iam no Fórum, nesses cartórios, e começava a levantar o histórico dessas terras. Entendeu? Aqui no São Francisco, Januária, aqui mesmo em Montes Claros, entendeu? Então, ele de posse dessas informações, ele começava a acionar grileiro de terra, jagunço, Polícia Militar, Polícia Civil. [...] Então, ele fazia isso, ele comandava invasão de terra, ele, por exemplo, jogava gado nas roças do pessoal.[231]

No quadro de repressão no meio rural de Minas Gerais, foi possível identificar que a Polícia Civil e a Polícia Militar atuavam predominantemente de duas formas: (1) monitoramento investigativo da organização e atuação dos sindicatos; e (2) apoio aos fazendeiros e repressão aos posseiros, expulsando-os das terras com ou sem mandado judicial. Nesse sentido, Luiz Chaves enfatiza que houve absoluta vigilância da polícia à maioria dos sindicatos que auxiliou o processo de fundação:

> [...] A gente fazia trabalho de base formando grupos em comunidades. Em cada comunidade, a gente escolhia uma liderança que, posteriormente, ou passaria a ser, próprio, fazendo parte da diretoria, ou se tornaria um líder sindical, um delegado sindical daquela comunidade. Assim que a gente saía dessas reuniões, chegava a polícia, já tomava ficha completa, não só dele, mas como de quem foi lá, o que fomos fazer, tudo. Era levantamento completo. Isso era em todos os lugares, ocorria esse monitoramento da polícia. [...] A Polícia Civil. A Polícia Militar, à época, ela fazia mais o trabalho de bate palma, era a Polícia Militar que chegava pra avisar o

> posseiro se ele tinha que sair, quer dizer, era o primeiro bote, quem dava, era a Polícia Militar, mas quem fazia esse trabalho de investigação sempre foi a Polícia Civil.[232]

O orientador sindical Rômulo Luiz Campos, atuante no meio rural desde os anos 1980, percebia a polícia o seguindo com frequência e via outras ações intimidatórias por parte de policiais militares em mobilizações grevistas, como no caso da greve de Passos.[233] Enviado pela Fetaemg para apurar a denúncia de trabalho escravo na usina Ariadnópolis, em Campo do Meio, Rômulo se viu obrigado a fugir da cidade para preservar sua vida.[234]

Sônia Mara de Souza Prata, advogada de sindicatos e da Fetaemg desde a década de 1980, também foi monitorada pelo aparato policial no Noroeste de Minas: "tinha dois policiais na porta da nossa casa, e qualquer manifestação, qualquer viagem que a gente ia fazer, estava a polícia na porta do sindicato perguntando pra onde que a gente ia."[235] Sônia Prata também informou que havia o controle, a vigilância e o afastamento de dirigentes sindicais até 1988. Engajada na defesa dos trabalhadores rurais, a advogada recebeu ameaças de fazendeiros, como José Alfredo Alves, "[…] que mandou dizer que eu ia aparecer com a boca cheia de formiga."[236]

Em Governador Valadares, conflito descrito anteriormente, Chicão, presidente do STR de Governador Valadares, e Carlos Olavo Pereira da Cunha, jornalista que apoiava a luta camponesa, foram alvos de intensas perseguições. Carlos Olavo fundou o jornal O Saci, que posteriormente foi substituído pelo jornal O Combate. Ambos tinham cunho político de esquerda, incluindo a defesa do camponês, denunciando a exploração dos trabalhadores, a violência urbana e rural, as ações policiais arbitrárias e a corrupção de políticos. Em razão dessa atuação como ativista político, sofreu várias ameaças.[237] Tanto o jornal O Combate quanto o sindicato eram alvo de ameaças e repressões constantes, sendo que há indícios de camponeses que se sindicalizavam a mando dos fazendeiros para vigiar a atuação de Chicão e Carlos Olavo.[238]

Na região do Vale do Jequitinhonha um importante líder sindical rural foi Vicente Gonçalves Afonso, conhecido como Vicente Nica, presidente do STR de Turmalina. Ele atuou, no final dos anos 1970 e início de 1980, em defesa dos posseiros das fazendas São Miguel e Mato Grande contra os grileiros José Cordeiro de Castro e Geraldo Luiz Antunes e, por isso, foi duramente perseguido. Vicente Nica denunciava à Fetaemg, ao INCRA e à Ruralminas os crimes cometidos pelos grileiros e lutou na Justiça para que os posseiros conseguissem permanecer na terra.[239]

Em 1984, o presidente do STR de São Francisco, Eloy Ferreira da Siva, foi assassinado, o que evidencia a perseguição vivenciada pelas lideranças no campo.

Com a visão de que o Sindicato não tinha fronteiras, Eloy se destacou no movimento sindical pela sua grande capacidade de mobilizar e organizar camponeses, participando da fundação de diversos sindicatos, inspirando o engajamento nas lutas e atuando em vários conflitos de terra.



Figura 9 – Homenagem a Eloy e protesto por sua morte em 1984. Fonte: Acervo Coseg, rolo 21, Estado de Minas, 19/12/1984, p.1.



Figura 10 – Cortejo fúnebre de Eloy. Fonte: Acervo Coseg, rolo 21, Estado de Minas, 19/12/1984, p.19. Foto: Alberto Escalda.

Seu filho, Paulo Gomes Ferreira, assumiu a presidência do Sindicato após o ocorrido e relata que as ameaças ao pai e à família ocorriam devido à atuação do sindicalista nos conflitos de terra, especialmente na fazenda Vereda Grande.[240]

Para Paulo Ferreira, a perseguição ao sindicato estava diretamente associada ao combate de violências cometidas contra posseiros. Com o crescimento da importância da atuação de Eloy, as ameaças se fizeram constantes no cotidiano de sua família.[241] Pelo menos desde 1982, Eloy realizou diversas denúncias e escreveu cartas pedindo proteção e auxílio. Sua última carta foi enviada ao advogado Afrânio Oliveira no dia 06/12/1984, com o pedido de providências diante das ameaças de morte contra ele e sua família, expressando que estava muito preocupado com os seus filhos.[242] Paulo se recorda de ameaças de grileiros, como Antônio Luciano e Paulo Leonardo Pereira, e da própria Polícia Militar. Apesar das denúncias, frequentemente, a polícia ia até a casa de Eloy para investigá-lo e procurar armas. O filho destaca que sua família vivia com medo porque a morte de Eloy era vista, pelos fazendeiros, como a solução para o fim dos conflitos rurais na região.

> Eles achavam assim, que se matasse Eloy, acabava o movimento sindical aqui, acabava tudo. Foi o que eles fizeram, né. Assassinaram ele. E realmente, foi um baque para o Sindicato, um baque muito grande. Que aí o Sindicato ficou o resto, o ano de 85 [1985] todo, capengando e tal. E eu só vim assumir o sindicato em 86 [1986]. [...] Foi uma perda muito grande o assassinato de Eloy, né, porque deu uma freada no sindicato [...]. Ficou o restante do mandato dele, né, que aí diretoria ficou esfacelada, o Sindicato, ficou assim. O pessoal não ia ao Sindicato, com medo. [...] Os trabalhadores afastaram do Sindicato. Muitos pelo sentimento da morte. E muitos com medo. E achando que o Sindicato ia acabar.[243]

Quando Eloy foi assassinado, a família viu as ameaças se concretizarem e precisou vender a propriedade rural onde morava e se mudar para a cidade de São Francisco. Paulo ressalta que as perseguições de fazendeiros permaneceram durante a sua atuação no sindicato e que "naquela época, tudo era muito difícil. Era superdifícil conseguir encaminhar alguma coisa. Porque o posseiro, o sindicato, os trabalhadores não eram vistos com bons olhos."[244]

Inspirada por Eloy Ferreira da Silva, e apoiada por agentes das CEBs e da CPT, Maria Aparecida Rodrigues de Miranda (Cida Miranda) atuou na fundação do STR de Unaí, em 1981, e se tornou a primeira mulher a presidir um STR em Minas Gerais. Assim como Eloy, ela vivenciou uma rotina de ameaças e fez diversas denúncias de arbitrariedades aos órgãos públicos. O conflito de terra que envolvia a sua família na Fazenda Riacho dos Cavalos, localidade Mandiocal, no Noroeste do estado, e a sua atuação política no Sindicato, culminou com o assassinato de seu pai, Júlio Rodrigues de Miranda, e com a tentativa de homicídio de sua mãe, Cipriana da Cruz Rodrigues. Como afirmado em depoimento à Covemg:

> a partir do assassinato do meu pai, já era muito comentado [...] que o Sindicato estava interferindo na ordem pública da cidade. Que nós éramos baderneiros, que nós éramos invasores de terra e que a paz precisava voltar, ser restabelecida na cidade. Então, isso era voz corrente na cidade e recebia recados de fazendeiros que ia me matar para que a paz voltasse à cidade.[245]

Marcada para morrer em lista da UDR, por liderar a mobilização camponesa por terra em Unaí e municípios vizinhos, Maria Aparecida recebeu ameaças de vários fazendeiros, como os membros da família Martins Carneiro. Após a morte do fazendeiro Juscelino Martins Carneiro, por exemplo, um dos seus filhos foi ao Sindicato e disse: "olha aqui, eu vim aqui te avisar que se você continuar entrando nas fazendas da nossa família, você vai amanhecer com a boca cheia de formiga."[246] A presidente do STR tentou fazer um boletim de ocorrência na delegacia de Unaí, que não foi registrado pela autoridade policial.

Em março de 1986, Cida Miranda tentou produzir provas fotográficas da derrubada de casas e plantações na fazenda São Pedro a fim de encaminhar uma denúncia ao juiz Jairo Boy de Vasconcelos. Contudo, foi ameaçada de morte por 12 jagunços armados que destruíram a câmera de um fotógrafo contratado e sua denúncia foi recusada pelo referido juiz porque o mesmo considerou que não havia provas das ações dos jagunços.[247]

Nessa época, Jairo Boy expressava em declarações a oposição ao STR de Unaí e acusava a diretoria de incitar conflitos na região, classificando seus membros como agitadores e baderneiros. O juiz também se manifestava a favor de ações arbitrárias de grileiros e policiais contra trabalhadores rurais. Exemplo dessa atuação do juiz ocorreu quando, em 05/03/1984, o cabo Motta e outros dois policiais do destacamento de Unaí, instigados pelo fazendeiro, Antonio José de Souza, atiraram contra os trabalhadores rurais Pedro Soares de Lima, Antônio José Carvalho, José Valadão da Silva, Laurito José Calixto, Adelton José Calixto e Antonio da Mota Fernandes na Fazenda São Pedro. Eles foram enfileirados com as mãos cruzadas sobre a cabeça antes de haver os disparos. Isso ocorreu porque protestavam pacificamente contra a ação do fazendeiro que pretendia desmatar o cerrado antes da vistoria do INCRA para desapropriação e, assim, tentar induzir o INCRA a concluir que havia produtividade na fazenda. Os trabalhadores feridos pela polícia foram abandonados sem socorro, à noite, no meio do cerrado e, quando chegaram ao hospital, foram presos em flagrante pelo delegado Raimundo Soares Pereira, por suposta desobediência à ordem judicial emitida pelo juiz Jairo. Todos ficaram detidos até o pagamento de fiança.[248]

> Além de [o juiz Jairo Boy] chamar os trabalhadores de irresponsáveis e baderneiros, ameaçou-os de prendê-los e puni-los. Acusa ainda, o Sindicato que está agindo de má fé na intenção de conseguir desapropriação de terras, fora outras difamações.
>
> Embora as audiências não estivessem relacionadas com o acontecimento do dia 05 de março (Chacina Policial), o Juiz conduziu a maioria dos interrogatórios para apurar a responsabilidade dos Trabalhadores no fato e inocentar as Autoridades e os Policiais culpados.[249]

Sobre esse quadro de violência frente à organização sindical de camponeses, Cida Miranda enfatiza que:

> A impressão que eu tenho é que enquanto não existia ninguém ou nada, nenhuma organização ao lado dos trabalhadores, é como se houvesse uma total invisibilidade mesmo, como se a gente não existisse como cidadão. Na medida em que o Sindicato foi criado e os trabalhadores começaram a acreditar, a procurar o Sindicato e participar das assembleias, das discussões e acreditar que era possível juntar força e conseguir conquistas. A partir desse momento, então, a elite, os fazendeiros, os poderes constituídos dos municípios duvidavam da nossa capacidade, mas quando reconheceram essa capacidade, nós passamos a ser perseguidos. E era uma perseguição velada, às vezes; e, às vezes, direta. Então, o fato de um trabalhador entrar no Sindicato e sair de lá com uma carteirinha na mão, de sócio, era motivo para que o fazendeiro mandasse ele embora, seja em qualquer relação de trabalho que ele tivesse na terra ou de posseiro, de parceiro ou assalariado. Muitas vezes, eu tive que fazer a defesa desses trabalhadores simplesmente porque eles foram ao sindicato, né. Então, isso era constituído como um crime.[250]

A perspectiva de Cida Miranda se confirma nos municípios de Miradouro e Tombos, localizados na Zona da Mata, onde ocorreram violências em resposta à organização dos trabalhadores do campo. Segundo José Maria dos Santos, primeiro presidente do STR de Miradouro: "como é que começa o conflito? Uma série de fazendeiros na região nunca tinha sido contestada por ninguém. [...] Aí o sindicato começa a orientar e conduzir as primeiras ações trabalhistas [...], e aí começam as primeiras retaliações."[251] Estas retaliações atingiram sindicalistas e trabalhadores rurais sindicalizados:

> Isso causou uma irritação muito grande na cidade, porque os fazendeiros se sentiram ofendidos na sua postura de autori-

> dade. [...] Havia casos que mandavam perseguir, ou o trabalhador que procurasse a Justiça do Trabalho não ia arrumar emprego em fazenda nenhuma, era ameaçado de morte em alguns casos. [...] E começa com exclusão na cidade. Como é que é a exclusão na cidade? Quando eu chegava na cidade, aquele pessoal que tinha alguma coisa, ou com poder econômico maior, já olhava para o Zé Maria de forma atravessada né. A gente não tinha muito acesso aos órgãos públicos, porque era uma política questionadora. E era fazendeiro que estava lá como prefeito. Então você não tinha acesso ao Poder Público. A Polícia Militar, por exemplo, a Delegacia, esse pessoal, você não tinha muito acesso. Porque normalmente naquele período, primeiro que a Polícia Militar se sentia dona da cidade, né. Não tinha ninguém para contestá-los. Segundo, que o Poder Público local estava sempre ligado aos fazendeiros, porque os fazendeiros que elegiam. Então eles tinham o Poder Público do lado deles. [...] Era um resquício da ditadura, sem dúvida nenhuma. A primeira coisa então que você se sentia era excluído dentro da sua própria cidade.[252]

José Maria sofreu várias intimidações, foi ameaçado de morte pelo fazendeiro Dadi Campos e teve que fugir de Miradouro com a família (esposa e três filhos). Ele residiu temporariamente em outros municípios, como Barbacena e Viçosa, até conseguir se instalar em Visconde do Rio Branco, com o apoio da CPT, sem nunca mais ter voltado a viver em Miradouro.

A família do trabalhador rural Antônio Gomes (conhecido como Tote Gomes), também considerado uma liderança local em Miradouro, sofreu diversas ameaças.[253] Um dos seus filhos, José Morialdo Gomes (chamado de Zé Tote) chegou a ser agredido dentro de uma igreja por Antônio Ribas de Oliveira (conhecido como Antônio Cadete). Eles disputaram a eleição para escolha da liderança da Igreja Católica para a CEB e Zé Tote venceu a disputa. Não concordando com o resultado, Antônio Cadete "deu uma surra no Zé Tote, na frente de todo mundo", afirma uma moradora da região que pediu sigilo[254] do nome em depoimento à Covemg. Segundo ela, a plantação de Tote Gomes também foi destruída com máquina pela família Ribas.

Em Tombos, Vanderli Pereira Pinheiro (Derli), liderança sindical rural na década de 1980, conta que até a criação do STR o município estava há mais de 50 anos sendo comandado pelo mesmo grupo político, formado em sua maioria por coronéis. Sem alternativas e consciência política, os trabalhadores acabavam apoiando tal grupo, até perceberem que a mobilização sindical estava ocasionando represálias.

> Nós não tínhamos consciência nenhuma. [...] E quando nós criamos o sindicato, naquele tempo a gente precisava de uma carta sindical que dependia de três autoridades, que tinha que ser o juiz, o promotor, ou o delegado, ou, naquele caso, o padre. Só que nós não achamos nem o prefeito nem outra autoridade que assinasse para nós. [...] Nós tínhamos votado no prefeito [Marco Aurélio M. de Barros Guimarães] em 1982 [...] e fomos lá na casa dele. [...] Chegou lá, o prefeito falou assim: "se vocês precisar de sindicato com a minha a assinatura, vocês nunca vão ter em Tombos".[255]

Derli diz que essa negativa e a violência com que as autoridades e os fazendeiros locais reagiram à organização estimulou também a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) no município, pelo qual ele foi posteriormente eleito vereador por três mandatos. De acordo com o sindicalista, o movimento entendia que "cada um tem o seu direito de participar, como cidadão, da ação política"[256], mas a elite política e econômica não entendia dessa forma e agiu de modo a perseguir os trabalhadores sindicalizados.

> Foi uma época que morreu muito presidente de sindicato. Eu lembro do Eloy [Ferreira da Silva], do pai da Cida [Júlio Rodrigues de Miranda] em Unaí, então essa realidade aconteceu no estado todo e aqui [na Zona da Mata] não foi muito diferente. [...] Estava acontecendo muita perseguição, despejo de trabalhador [...]..[257]

Em novembro de 1986, o jornal Pelejando noticiava uma das ameaças sofridas por Derli no mês anterior, informando que a intimidação chegou na forma de carta anônima direcionada "contra os companheiros Vanderli Pereira Pinheiro, Sebastião José Guedes e José Agostinho. Os dois primeiros são membros da diretoria do sindicato. O terceiro companheiro é sócio-fundador do sindicato."[258]

Dentre as ameaças de morte sofridas por Derli, uma culminou em atentado, que ele diz ter sido encomendado pelo fazendeiro João Damacena, por conta de um processo movido por dois trabalhadores rurais vizinhos (Jenessi e João Bandoli). Conforme o sindicalista, o conflito se iniciou em 1987, porque João Damacena queria comprar um pedaço de terra desses vizinhos, que não concordaram com o negócio e, como represália, Damacena mandou fechar uma parte da estrada, impedindo o acesso às duas propriedades e também o escoamento da produção dos trabalhadores. Como Derli coordenava o sindicato, que representava os trabalhadores nos processos, era considerado uma ameaça. Em uma ocasião, foi agendada reunião do sindicato com os trabalhadores na capela da comunidade de Córrego dos Pereira, mas João Damacena chegou mais cedo ao local, armado e acompanhado de familiares, o que fez com que o encontro fosse can-

celado e transferido para outro local. Em represália, o fazendeiro teria mandado atear fogo em sua porteira e feito denúncia na polícia, alegando que teria sido ação dos sindicalistas.

Em outras duas circunstâncias, Derli diz que andava de moto por estrada da região, quando uma camionete cruzou o caminho e o motorista jogou o veículo na direção da moto. Segundo ele, as perseguições não eram apenas de João Damacena, mas também de outros fazendeiros.

> Por conta disso, paramos de andar de moto e tivemos que começar a andar de carro. Mas eles ficavam acompanhando a gente [...] e um dia atiraram contra nós, mas erraram o carro, não acertou ninguém. [...] Aí fizemos um manifesto [...], reunimos umas 60 lideranças daqui, fizemos um documento, [...] e entregamos esse documento a todas as autoridades locais. [...] Antes disso, fazíamos ocorrência e era como se não fôssemos ninguém. A gente tinha uma [entrevista] coletiva em Belo Horizonte e isso saiu em todo o estado. Lá nós relatamos o que tinha acontecido. [...] Mandamos documento para a Brasília e a Polícia Federal veio parar aqui [...], isso já em 89 [1989] ou 90 [1990]. Vieram quatro policiais federais me dar proteção e ficar aqui por 30 dias [...], quando perceberam que a realidade era concreta, eles mesmos pediram para ficar mais 30, e aí ficaram 60 [dias]. A partir dali as coisas mudaram.[259]

No Norte de Minas Gerais, o fundador e ex-presidente do STR de Bocaiúva, Juarez Teixeira Santana, também sofreu perseguição política. Em depoimento prestado durante audiência pública realizada em Montes Claros ele contou que foi ameaçado de morte pelos fazendeiros José Maria Caldeira Brant, José Maria Pimenta e Joaquim Veloso Filho, destacando que

> [...] não foi só essa [ameaça], essa foi contra mim, [...] porque os fazendeiros, em toda região, agiam como se eles fossem, tivessem, realmente eles tinham essa carta branca da ditadura pra fazer isso, porque até hoje a gente não viu, e muito menos naquela época, via algum fazendeiro desses sendo punido ou sendo preso.[260]

O trabalhador rural Antônio Inácio Corrêa, ex-dirigente do Sindicato de Januária, se recorda da perseguição aos trabalhadores e ao Sindicato: "Quando havia um congresso, um seminário, […] a Polícia chegava lá. […] Chegava perguntando, vocês vão nesse seminário? Nesse congresso? Vamos. Quantas pessoas? Quem é que vai? Vocês vão tratar lá de quê?"[261] Conforme a sua vivência, Antônio Inácio vê que o golpe militar "fez foi o seguinte, apoiou os corruptos. Os donos das grandes fazendas. Apoiou, passaram tudo para lá e eles foram perseguir foi sindicato, foi trabalhador, não é?"[262]

As perseguições atingiram trabalhadores rurais no dia a dia de resistência e luta por direitos. Conforme documentação coletada no Cedefes e na CPT-MG, prisões ilegais e arbitrárias, torturas e espancamentos eram práticas recorrentes diante dos interesses de grileiros em expulsar camponeses da terra e também das reivindicações por direitos trabalhistas. No dia 29/08/1979, por exemplo, a trabalhadora rural Daria Conceição Guimarães e seus familiares foram torturados por policiais de Braúnas, no Vale do Rio Doce, por dois oficiais de justiça e por três jagunços que trabalhavam a mando do fazendeiro Gil Vieira Terra. Algemados, os seis membros da família sofreram agressões com fuzis, pontapés e cacetadas a fim de abandonarem as terras. Tobias Pereira Guimarães, filho de Daria que tinha menos de 18 anos, e seu sobrinho Divino José Guimarães sofreram as maiores agressões, o que levou Daria a pedir a Gil que não matasse o filho. Em resposta, o fazendeiro afirmou: "não posso fazer nada para a senhora, é ordem do juiz bater até matar." A família ficou cinco horas algemada e foi obrigada a andar três quilômetros até a cidade de Guanhães, onde todos foram levados à cadeia e ficaram presos. Ao final, Gil e um sargento disseram para eles que os poupariam desta vez, mas que não ficariam vivos caso voltassem.[263]

Já em Itacarambi, no Norte de Minas, a lavradora Ernestina Ferreira de Souza foi presa e espancada em 11/02/1986, pelo delegado regional Antônio Reis que agiu a mando do grileiro José Ferreira do Nascimento que pretendia se apropriar das terras de Ernestina e de sua família.[264] Numa carta escrita pela CPT[265], consta denúncia de prisão arbitrária de trabalhador rural sem-terra em Bonfinópolis de Minas, cidade localizada no Noroeste do estado. Mozar Dias Vieira foi preso no dia 05/03/1985 e torturado:

> [Mozar] se encontrava em sua residência, quando foi abordado por dois policiais (um fardado e outro à paisana), convidando o Sr. Mozar a comparecer na delegacia de Natalândia, distrito de Bonfinópolis de Minas, dizendo que o Cabo Divino queria conversar com ele. Ao chegar à delegacia, recebeu voz de prisão sem alegação de motivo. O trabalhador não reagiu e mesmo assim foi colocado numa cela de 2 x 2,5m. Tiraram sua roupa e o cabo jogou água no cimento onde o trabalhador devia ficar. Tirou a comida trazida pela família de Mozar, que na sua presença era entregue, mas quando sua mulher saía, o cabo tirava e dava para os cachorros. Não lhe deram nem água para beber. Mozar tomava água da caixinha do vaso sanitário. Ficou preso 54 horas sem comer e nem beber nada. Além disso, foi espancado pelo cabo e ameaçado de morte, caso procurasse justiça. O cabo ameaçou também as testemunhas que viram o fato.[…] Esse fato é consequência de uma luta pelos direitos do trabalhador rural sem-terra.[266]

Estes são somente alguns dos muitos casos e indícios de perseguições e violências arbitrárias localizadas nos depoimentos e documentos pesquisados. No que tange à ação da Ruralminas, André Montalvão afirma que:

> E, no caso, por exemplo, da Ruralminas era pior ainda porque[…] havia uma concentração muito forte de terras devolutas onde a grande maioria dos trabalhadores que ali morava e trabalhava, que eram os chamados posseiro, é… Não havia o menor respeito dos órgãos de Estado por eles. O sistema, ele era horrível, as empresas ou os grandes latifundiários, eles expulsavam os trabalhador da terra, queimava os seus barracos, mandava medir as terras, entrava com requerimento na Ruralminas para titulação e regularização da terra e a Ruralminas publicava um edital dando um prazo de 30 dias para que alguma pessoa interessada se manifestasse contrário. Isso era publicado no Diário Oficial do Estado, você imagina o trabalhador analfabeto que não tinha nem vale, como que ele ia saber que tinha alguma coisa publicada no Diário Oficial do Estado.[…] E aí o que o Estado fez, foi legalizando terra pros fazendeiro, pros latifundiário, legalizando terra pras empresas plantar eucalipto.[267]

Afrânio Oliveira e Silva completa que em situações de expulsão de terra o juiz concedia uma liminar para despejar as pessoas e após o despejo tudo que existia no local era destruído, principalmente casas e plantações. [268]

Segundo documentos obtidos no acervo da Coseg, a "invasão de terras" por posseiros apoiados pela Fetaemg ou por sindicatos, representava um problema à ordem que exigia repressão policial. Por outro lado, os atos de expulsões de posseiros promovidos por fazendeiros eram encaixados em situações de "tensão social", apenas com o registro sobre o ocorrido. Predominava a atribuição do termo "invasão de terras" aos posseiros que eram, então, transformados em invasores, sendo seus apoiadores vistos como agitadores que insuflavam conflitos de terra.

No dia 07/01/1984, a Ruralminas solicitou em ofício à Coseg:

> Tendo em vista que pessoas instigadas por agitadores estão invadindo terras pertencentes a Ruralminas e também de particulares, na localidade de Gado Bravo, vimos solicitar as devidas providências policiais para que o problema seja resolvido.[269]

Embora a Ruralminas afirmasse à Coseg que os invasores não eram colonos ou posseiros, o interrogatório de pessoas que foram identificadas como "lideran-

ças da invasão", revela a situação que levou às duas tentativas de ocupação das terras da Ruralminas Beta em Gado Bravo, município de Manga em 1984. Um dos interrogados, Sebastião Marcelo de Souza esclarece:

> [...] que, não possui terra em lugar nenhum; — que trabalha em fazenda alheia, mexendo com carvoeira, sendo que mora há dez anos naquela região; — que, quando o declarante soube que [...] a Ruralminas, estava distribuindo terras naquela região, foi um dos primeiros a se inscrever como candidato a aquisição de uma gleba;- que, até o presente o declarante não recebeu nenhuma resposta da Ruralminas [...] que, o chefe da Ruralminas, Dr. João tem dividido as terras referidas, para pessoas de seu próprio interesse, ou sejam: policiais militares de Jaíba e Otinolândia, em sua maioria, funcionários da Ruralminas, fazendeiros, comerciantes e outras pessoas, contudo existem inúmeras pessoas que inscreveram inicialmente e são necessitadas e nada receberam.[270]

Após a retirada de mais de 50 "invasores" por policiais e uma investigação voltada para os atos de invasão de terras e a possibilidade de participação da Fetaemg, a Coseg concluiu:

> A maioria foi unânime em suas alegações, dizendo que o principal motivo que os levaram a agirem foi a delonga em serem atendidos no Escritório da Ruralminas; todos estavam já conscientizados para assim proceder, orientados que foram pelos dois elementos da FETAEMG [Luiz Antonio Chaves e Ciciliano Gonçalves de Matos] Percebe-se que, atrás deste movimento, tem algum cérebro manipulando a massa que ali sempre morou e sempre foi pacífica, desde que, com raras exceções não são posseiros e sim, querem terras agora; não estão reivindicando terras que perderam e, sim, terras que o Governo prometeu.[271]

A história destes "invasores" compõe um conjunto de indícios de que a Ruralminas atuou a favor da legitimação de terras para latifundiários em detrimento de trabalhadores rurais, além de contribuir para amplas práticas de grilagem. Em decorrência dessa linha de ação da Ruralminas, responsável pelas terras devolutas, muitos camponeses que lutavam pela terra foram ameaçados, presos e perseguidos. Em depoimento prestado à Covemg, Jafete Abrahão, ex-diretor geral da Ruralminas e da Delegacia Regional do INCRA de Minas Gerais, reconheceu que a Ruralminas não tinha uma cultura interna de atenção aos posseiros afetados em processos de legitimação de terras até os anos 1980. Ele confirmou, ainda, que esquemas de grilagem faziam uso de processos legais da Ruralminas:

> Com a conivência legal da Ruralminas, que ela tinha autoridade para fazer isso. Ela era a única arrecadadora de terras devolutas do Estado de Minas Gerais. Então, o cara vinha, declarava que aquela terra era devoluta. Se era uma área grande, como que você arrecadada? Você pega essa área, faz o edital [...] aí o pessoal vai lá, tem que comprovar a propriedade. A posse, não. Tem que comprovar a propriedade, posse eles nem levam em consideração pra isso. [...] Então, tinha isso, aqui, a área. Fazia a ação discriminatória. [...] O interesse não era arrecadar terra para posseiro, para trabalhador, não. [...] Atrás de cada ação dessas, havia o pedido de um grupo que queria aquela terra. [...] De um latifundiário.
>
> [...] Então, ia uma comissão para lá, da Ruralminas, para receber a documentação [na ação discriminatória]. Então, ele chama todo mundo aqui que tá envolvido nisso, ele chama para os caras provar a propriedade.[272]

Com uma perspectiva de vivência camponesa no Norte de Minas, José Alagoano sustenta que:

> naquela época tinha um órgão muito perverso, que foi o órgão mais perverso de Minas Gerais, que eu considero, que foi a Ruralminas. Ela, na época dos anos 70 [1970], ela se juntou aos grandes doutores de Belo Horizonte e tomaram as terra, demarcou as terra dos pequeno latifundiário, dos pequeno agricultor rural que tinha, pros latifundiário [...] a Ruralminas tomou as terra, passou pros fazendeiro, oprimiu o povo, a Polícia Militar não atendia nenhum registro de que os fazendeiro tava matando as criação nossa, tudo, porque era regime, né? Já era regime. Até nos anos 70 [1970], 80 [1980] existiu isso. Os fazendeiro tomou as terra e tudo.[273]

A partir desses relatos é possível afirmar que o regime ditatorial impactou a vida dos camponeses, de seus apoiadores e também suas tentativas de organização. A repressão teve diversas faces e estratégias. O Estado participou e promoveu violências sistemáticas contra camponeses e seus apoiadores que não consistem em acontecimentos pontuais. A seguir, serão tratados dois casos emblemáticos de perseguição a camponeses, como forma de demonstrar a variedade de formas de atuação dos agentes do Estado e a dificuldade de acesso à Justiça pelos trabalhadores rurais. Suas histórias de resistência são exemplares do cenário de escassez de recursos, desigualdade social, e do medo da guerrilha agrária, que justificou o uso desproporcional de forças policiais do Estado.

Saluzinho: um mito da resistência

A região de Serra Azul (ou Serra do Gato), em Varzelândia, transformou-se em palco de um caso emblemático de perseguição, cujo personagem central foi o posseiro Salustiano Gomes Ferreira, conhecido como Saluzinho. Nascido nesse mesmo município em 1917, mas tendo vivido 19 anos no Paraná[274] – para onde se mudou com 16 anos de idade em busca da promessa de terras devolutas e férteis –, Saluzinho havia retornado ao Norte de Minas na década de 1960 e sabia da expulsão de outros posseiros na região.



Figura 11 - Saluzinho. Fonte: Foto cedida por Wagner Gomes.

Voltou para a região de origem para assumir a posse que pertencia ao seu pai. Em 17/11/1967, a mando do fazendeiro Oswaldo Alves Antunes, pistoleiros e policiais militares à paisana foram à casa de Saluzinho no intuito de expulsá-lo da área. Chegaram fortemente armados, desencadeando um tiroteio no qual, segundo a denúncia[275] da promotoria, João Gonçalves Ruas (João Brejeiro), funcionário do fazendeiro, e também um PM, Luiz Barral, ficaram feridos. Por conta desse episódio, Saluzinho passou a ser tratado e perseguido como "bandido de alta periculosidade" e transformado em mito pelos moradores do Norte de Minas, que acreditavam na extrema coragem e agressividade de Saluzinho, por ter sido capaz de resistir sozinho com uma espingarda velha à violência do grupo armado incumbido de expulsar os posseiros da região.

Em depoimento à Covemg, o ex-assessor sindical da Fetaemg Luiz Antonio Chaves, que conheceu Saluzinho, diz que soube de sua história por meio de uma música do Grupo Agreste, em Montes Claros.

> Nessa banda tinha um percussionista que chamava Zé Chorró, [...] e ele me falou sobre Saluzinho, e eles gravaram uma música sobre Saluzinho. Só que, para ele, Saluzinho já estava morto [...]. E aí eu passei a perceber que a reação das pessoas com relação a Saluzinho era terrível. Para a maioria, Saluzinho era um homem muito perigoso, um bandido. Eu lembro-me que as mães até brincavam com os filhos dessa forma: "ô, meu filho, vai pra dentro" – à noite, né? "Sai da rua, sai da rua, que Saluzinho vem aí, Saluzinho vem aí!"[276]

Tal crença na periculosidade de Saluzinho se deve especialmente a dois fatores. O primeiro é que, prevendo retaliação após ter enfrentado os que ameaçavam despejá-lo, ele fugiu e se alojou em uma gruta nas proximidades de Serra Azul, levando uma garrucha, um revólver calibre 38 que um dos agressores deixou cair ao ser atingido e uma cabaça de água, tendo sua fuga mobilizado uma megaoperação policial de busca. E o segundo se deve às narrativas criadas na ocasião para justificar a violência policial e a retaliação pelo fato de um PM e um jagunço terem sido atingidos no embate.

Em 22/11/1967, o jornal O Estado de S. Paulo estampava na página 5: "Invasor de terras é cercado pela polícia". Reforçando apenas a versão oficial, a notícia informava que Saluzinho estaria armado com "três espingardas de carregar pela boca, uma pistola, um revólver e várias facas" e resistia ao cerco feito por 15 PMs por pelo menos três dias escondido na gruta. Tanto na edição do dia 22 quanto na do dia 24, o jornal[277] tratou Saluzinho como "comandante da invasão de terra em Minas" e "um homem muito perigoso". A narrativa oficial, conforme relatado pelo veículo, foi construída temendo que a resistência de Saluzinho estimulasse mais conflitos por terra na região, devido à proximidade com o Vale do Rio Jaíba e o distrito de Cachoeirinha, localidades que tinham histórico de desapropriações e luta por terra. A notícia do dia 22 ainda afirmava que o delegado de Montes Claros considerava as invasões de terra como subversão e acreditava que após a prisão de Saluzinho a situação poderia ser "inteiramente esclarecida, afastando-se a possibilidade de surgimento de novos focos de subversão".[278]

Antes de localizarem a gruta onde Saluzinho se refugiou, policiais militares – desta vez fardados, em grande número e fortemente armados – voltaram ao local onde o posseiro vivia, prendendo e agredindo posseiros das imediações, dentre eles a mulher e os filhos de Saluzinho. Os policiais queriam que eles indicassem o local onde o posseiro estava escondido. Segundo Saluzinho, em depoimento a Luiz Chaves, sua esposa foi torturada e faleceu em decorrência das agressões.[279]

> Ele [Saluzinho] não teve dúvida em falar que a esposa dele morreu jovem, 42 anos de idade, a Dúlcia[280], ela morreu em função das torturas que ela sofreu. Ele deu até o nome do médico, Dr. Pedro Santos, de Januária, que teria atendido ela antes dela falecer e teria constatado que ela teve ferimentos graves em função da tortura na casa dela. E o outro filho morreu, ele não soube dizer por que, mas parece que morreu enquanto ele [Saluzinho] estava preso ainda aqui em Belo Horizonte, no DOPS.[281]

Conforme relato da esposa de Saluzinho ao jornal Diário de Montes Claros, publicado em 05/12/1967, o marido pediu a ela que fugisse com os filhos para a casa de Marçal, um tio de Dúlcia [ou Dulce], temendo represálias à família. Segundo ela, ainda assim os policiais os encontraram e levaram de volta ao rancho que ela vivia com o marido, torturando Marçal em um pau de arara e ela com palmatória improvisada, em busca do paradeiro de Saluzinho. "O sargento pegou uma tábua de bater sabão, me chamou de sem-vergonha, ladrona e criminosa e bateu muitos bolos em minha mão. [...] No outro dia, eles vieram outra vez, Jerônimo[282] também"[283]. Dúlcia relatou aos jornalistas que, da segunda vez, apanhou o dia inteiro e que um dos policiais tocou seu corpo e disse que mataria seu marido e ficaria no lugar dele. Ela disse ainda que só não contaria mais sobre as violações que sofreu, pois ficava "avexada".

Em entrevista à Rede Brasil Atual[284] em 2016, o filho mais novo de Saluzinho, Daniel Gomes Ferreira, contou que a mãe também teve os seios queimados pelos torturadores e disse acreditar que ela tenha morrido em decorrência das torturas sofridas enquanto o pai estava na gruta.

Na ocasião, os policiais se dirigiram para a gruta em que Saluzinho se escondia e atiraram contra o posseiro, que revidou atingindo outro policial. Saluzinho surpreendentemente resistiu naquele local contra o grande contingente policial. Os policiais tentaram incendiar a gruta com gasolina e, em seguida, usaram dinamite visando desmoroná-la. Apesar de ficar surdo, Saluzinho resistiu. Um comando especial do DOPS, com 40 homens, levou um lançador de bombas de gás, que foi utilizado várias vezes contra o posseiro, também sem sucesso. A resistência diante de um aparato tão desproporcional chamava a atenção da imprensa nacional, obrigando que fosse realizada uma negociação para que ele se entregasse vivo, o que finalmente ocorreu depois de cinco dias de enfrentamento.[285]

Segundo Luiz Chaves, após se entregar, Saluzinho foi colocado pela polícia na caçamba de um caminhão, que circulou por Montes Claros, exibindo-o como

um troféu. A polícia divulgava que havia prendido o maior bandido da história do Norte de Minas.[286]

Saluzinho passou por várias prisões, visto que ninguém queria receber um "bandido tão perigoso". Ele esteve, inclusive, como preso político no DOPS[287] de Belo Horizonte, onde conheceu integrantes de organizações e movimentos sociais contra a ditadura e aprendeu a ler com eles. Costumava se referir ao "Grande Sertão: Veredas", de Guimarães Rosa, como espécie de narrativa de sua história pessoal.

Apesar de Saluzinho só ter conhecido os integrantes de grupos como a AP durante a prisão, seu nome é relacionado em documentos do DOPS/MG numa tentativa de vincular sua atuação aos movimentos de esquerda contrários à ditadura.[288] Entretanto, em um Inquérito Policial Militar destinado a investigar as atividades subversivas da AP, Saluzinho é citado como "homem bastante trabalhador, estimado e respeitado entre os habitantes daquela região", num esforço de tentar atrelar a imagem do posseiro à de liderança na região que teria sido usada pelas organizações políticas.[289]

Carlos Melgaço Valadares, integrante da Covemg e membro da AP na época, narrou suas impressões sobre Saluzinho no período em que estiveram no DOPS, em 1969, o que ajuda a compreender as motivações da resistência do posseiro:

> Ele não confiava em polícia. Quem tentou [Saluzinho] atacar no Paraná foram policiais e jagunços. A mesma coisa no Norte de Minas. Ele não tinha confiança em polícia, tanto que a resistência dele foi maior porque ele sabia que se saísse [da gruta], ia ser assassinado, então ele batalhou para ter um processo de negociação, para poder não morrer ali. Quer dizer que ele também tinha consciência e que ali era desproporcional. [290]

Nessa interação, Melgaço pôde perceber também que, quando Saluzinho afirmava recorrentemente que o "latifúndio é o diabo", não estava se referindo apenas a um conflito ou latifundiário específico, mas a uma identidade mais ampla, um grupo, uma força econômica e política que atacava os direitos dos posseiros.[291]

> Saluzinho já estava preso e depois foi considerado preso político, é raro um camponês ser incluso na Lei de Segurança Nacional. No caso aí, ele foi incluso na Lei de Segurança Nacional, e esteve preso aqui no DOPS e aí foi quando eu o conheci pessoalmente; eu conhecia a história dele, mas

> o conheci pessoalmente [...]. Ele era um cara muito calado. Era uma pessoa extremamente sensível e solidária dentro da prisão. E a consciência dele era contra o latifúndio. Quer dizer que, isso aí, esse negócio da afirmação de que o latifundiário é o diabo, já mostra que é uma coisa mais geral, não era só uma coisa… individual.[292]

Ainda que em janeiro de 1968 o juiz-auditor da 4ª Circunscrição Judiciária Militar, Antônio Arruda Marques, tenha remetido os autos para a comarca de Manga, por considerar a Justiça Militar "incompetente para o dito processo"[293], Saluzinho permaneceu como preso político no DOPS e respondendo a processos distintos na Justiça comum – um na comarca de Manga e outro na comarca de São João da Ponte[294], sendo o primeiro referente ao fato de ter resistido na gruta e atirado contra os policiais – atingindo um deles –, e o segundo à tentativa de homicídio contra o policial Luiz Barral e o funcionário de Oswaldo Alves Antunes, quando agiu em legítima defesa durante a invasão de sua residência.

Além das prisões e maus-tratos, Saluzinho sofreu também uma forte campanha difamatória durante muitos anos, principalmente pelas veiculações de O jornal de Montes Claros, cujo diretor e proprietário era Oswaldo Alves Antunes, o mesmo fazendeiro que tentou expulsá-lo.

No texto de memórias "Sons do Entardecer"[295], Oswaldo Antunes conta sua versão dos fatos afirmando que tudo começou "quando, na primeira vez, o médico Pedro Santos foi candidato a prefeito [de Montes Claros], ofereceu ao O Jornal, como garantia por elaboração e publicação de propaganda de campanha, um sítio próximo à cidade". Tal sítio foi trocado posteriormente por uma gleba na região da Jaíba, que era fruto de grilagem e composta por terras devolutas – que o fazendeiro dizia desconhecer à época, por ter feito o negócio "às escuras". Conforme Oswaldo Antunes "a propriedade dessa terra posseada, o advogado regularizou depois, com nova compra, junto a Ruralminas".

A parcela ocupada por posseiros, incluindo Saluzinho, era um problema para o fazendeiro e dono de jornal, que acionou com sua influência a Polícia Civil, na tentativa de expulsar os posseiros. No texto ele confirma ter procurado o delegado especial e coronel reformado Atílio Fallieri e cobrado uma atitude em relação à Saluzinho, que havia informado ao seu funcionário Jerônimo Mendes dos Santos que não sairia das terras nem aceitaria que a cercassem. Por isso, foi criada a versão de que Saluzinho seria um líder violento do movimento camponês, que poderia estimular a revolta de outros posseiros.

Como o próprio Oswaldo Antunes destacou: "era início da ditadura militar e o receio de guerrilhas estava à flor da pele nas Forças Armadas. [...] O Exército tomou conhecimento da suposta guerrilha [...] e mandou o Serviço de Inteligência acompanhar e relatar os fatos." Tal paranoia alimentava o temor em relação à possibilidade de desenvolvimento de guerrilhas no campo e servia para justificar os atos de violência praticados. Justificativa que recebia apoio dos veículos de comunicação conservadores. De acordo com Campos,

> O jornal de Montes Claros foi largamente utilizado, de uma maneira imoral, veiculando notícias solertes para confundir a opinião pública, na tentativa de transformar Saluzinho num endemoniado, num ser odioso e comunista, empunhando uma bandeira destinada a transformar a República numa ditadura marxista.[296]

O posseiro foi taxado como comunista, invasor de terras, uma fera, assassino incontrolável que teria prazer em matar. Assim, foi fortemente estigmatizado, o que dificultou sua vida naquela sociedade e o obrigou, após sair da prisão, a morar e trabalhar de forma precária e instável pelo resto da vida. Na região de Itacarambi, percorreu algumas posses, chegou a voltar a produzir, foi novamente expulso e preso. Posteriormente, um advogado chamado Aristeu conseguiu por meio de *habeas corpus* a soltura de Saluzinho.[297] Por muitos anos, o posseiro permaneceu quase completamente isolado, sem deixar vestígios sobre seu paradeiro, o que levou grande parte da população da região a acreditar que ele havia falecido na década de 1970. Porém, Luiz Chaves narrou como o encontrou:

> Eu saí rodando, levei muitos dias, até meses procurando. Cada um informava uma coisa [...]. Até que consegui um dia, em Itacarambi, numa luta dos Xakriabá, me informaram sobre Saluzinho. Saluzinho morava no Fabião, fica onde hoje é o Parque Peruaçu [Januária/MG] [...]. Pegamos uma estrada no sentido das cavernas do Peruaçu, estrada muito íngreme, ruim. Chegamos até onde deu para ir com o Fiat, seguimos a pé [...]. Encontrei um ranchinho numa cava de rocha. Gritei por Saluzinho e ninguém... De repente uma senhora abriu a porta, morrendo de medo também, querendo saber quem eu era [...] Até que ele [Saluzinho] apareceu de dentro do barraco. Aí eu sentei lá, fiz uma longa entrevista com ele e posteriormente, eu trouxe ele pra Montes Claros, apresentei ele à cidade de Montes Claros [...].Toda vez que eu fazia uma reunião com trabalhador, eu levava Saluzinho. [...] A função dele era retirar madeira, mourões de cerca, e vendia para fazendeiros [...]. Numa miséria absoluta.[298]

O caso de Saluzinho é exemplar de como fazendeiros atuavam em conjunto com as forças policiais e com o respaldo do Estado para ameaçar, perseguir, expulsar e até matar os camponeses que se colocassem no caminho. O fato de os policiais terem chegado a sua residência à paisana, acompanhados de jagunços, sem qualquer intimação ou mandado judicial, representa violação de direitos recorrente naquele período. Posteriormente, a prisão preventiva e a acusação de crime de natureza político-militar, o que foi posteriormente desconsiderado pela Justiça Militar, também podem ser questionadas e demonstram como o regime autoritário procedia com os cidadãos que imaginava representar qualquer tipo de resistência, ainda que eles sequer tivessem dimensão do cenário político em questão. A violência imposta a ele enquanto preso e a seus familiares, enquadra-se ainda como grave violação de direitos humanos. Sobre a acusação dos crimes que teria cometido em Serra Azul, Saluzinho foi absolvido pelo júri popular.[299] Ainda assim, conforme o advogado Flávio Antônio Carneiro de Carvalho atesta em um dos pedidos de *habeas corpus* encaminhado ao TJ-MG[300], já teria cumprido a possível pena pelos anos que passou preso.

Apesar da luta de Saluzinho ser reconhecida por alguns integrantes de organizações, movimentos sociais e trabalhadores rurais, sua imagem na região não foi recuperada, o que, somado à forte perseguição policial, obrigou-o a viver recluso por mais de uma década. Saluzinho faleceu no ano 1990 em Itacarambi, sem qualquer terra, explorado por fazendeiros e passando privações.

A partir das informações contidas em documentos, testemunhos e bibliografia, é possível afirmar que as violações sofridas por Saluzinho e sua família foram praticadas por agentes privados e públicos, sendo fruto também da omissão e conivência do Estado. Apesar dos indícios encontrados e dos relatos, a Covemg não conseguiu localizar documentos que possibilitem comprovar que a segunda esposa de Saluzinho, Dúlcia Gonçalves de Araujo [nome que também aparece comoDulce Gonçalves Pereira], tenha morrido em decorrência das sequelas deixadas pela tortura. (ver página 165)

Dona Geralda resiste: a repressão na Fazenda Menino

Outro caso de perseguição, que envolve também prisão arbitrária e monitoramento pelos serviços de informação da ditadura, foi o de Geralda de Brito Oliveira, conhecida como Dona Geralda, nascida em 27/05/1941. As violações ocorreram na região de Arinos, no Noroeste de Minas Gerais, onde ela vivia com a família humilde de trabalhadores rurais. Mesmo sem instrução formal, Dona Geralda trabalhava como professora rural desde 1969, lecionando para crianças da comunidade em uma escolinha localizada na Fazenda Menino.

A fazenda pertencia ao alemão Max Hermann[301], que a adquiriu em 1955. No ano seguinte, Hermann encomendou a Oscar Niemeyer um projeto para a construção de uma cidade[302], denominada Marina, nome de sua esposa, no local onde estava situada a propriedade. Segundo informações de reportagem especial do jornal Estado de Minas, a construção era:



Figura 12 – Dona Geralda em 2017. Fonte: Arquivo pessoal.

> projetada para ocupar os 90 mil hectares da Fazenda Menino – quase três vezes a área de Belo Horizonte –, a planta geral era dividida entre Cidade Marina e Colônia Agropecuária, com terrenos a partir de 20 hectares. As vendas ficariam por conta da Colonizadora Agrícola e Urbanizadora S/A (Causa), sociedade formada em 1956 sob a liderança do empresário Max Hermann, que fez fortuna no ramo de importação e exportação no Rio.[303]

Hermann vivia na Guanabara (hoje Rio de Janeiro) e Dona Geralda tinha como função cuidar da fazenda, sendo, portanto, trabalhadora assalariada. Cerca de 320 famílias de posseiros ocupavam parte das terras, que abrangiam 18.500 alqueires, entre os municípios de Arinos e São Francisco. Por suspeitas de que Hermann fosse ligado aos movimentos de esquerda e receio institucional de que pudesse utilizar a Fazenda Menino para estimular a ação política dos camponeses, devido aos conflitos agrários que se intensificavam em Minas Gerais, ele passou a ser investigado pelos órgãos de segurança, assim como quem o cercava, o que era o caso de Dona Geralda.

Conforme documento[304] da agência do Serviço Nacional de Informações (SNI) em Belo Horizonte, a Operação Vasculhamento foi desencadeada em 1972, "com o fito de investigar, '*in loco*', as suspeitas" de prática de "movimentação de subversivos" na Fazenda Menino. Coordenada pela Coseg, com a participação de integrantes do DOI/4ª Brigada de Infantaria, do DOPS-MG e da PM, a operação foi motivada na tentativa de comprovar as atividades "subversivas" de Max Hermann e José Lopes de Almeida, dirigentes da empresa Causa, sediada no então estado da Guanabara. Segundo o mesmo documento, Hermann era "militante comunista de alto nível, tendo ligação direta com o MCI [Movimento Comunista Internacional]".

Ainda que o relatório da própria operação informe sobre a improcedência das suspeitas relativas ao uso da Fazenda Menino por grupos de esquerda, constata-se que o local foi palco de detenção ilegal e arbitrária de Dona Geralda, bem como de violações a sua família. Em depoimento à Covemg, ela diz ter ficado por dias presa na fazenda, sem poder sair, sendo interrogada, ameaçada e sofrendo tortura psicológica. Na ocasião, Dona Geralda tinha sete filhos, que foram afastados do convívio com a mãe e encaminhados à casa da avó (mãe de Geralda) até o fim das investigações. Ela se recorda que dezenas de policiais se dirigiram à Fazenda Menino, que ficou sob vigilância por um período.

A professora rural diz que as perseguições começaram quando o então prefeito de Arinos, por discordar que as crianças estudassem na fazenda, a denunciou

"por comunismo". "Na época eu nem sabia o que era comunismo, e até hoje não sei", revela com simplicidade em depoimento à Covemg.[305] Durante as investigações, ela foi informada de que não poderia deixar a fazenda e que receberia, mensalmente ou quinzenalmente, "visita" de policiais: "eles vinham e apontavam as armas em mim. [...] Era para mim dar conta do meu patrão e das coisas que aconteciam na fazenda."[306]

Dona Geralda não sabe precisar quem eram os policiais e militares que estiveram na fazenda, mas o documento do SNI informa que além da ação da Coseg, DOPS/MG e Polícia Militar, o local também era investigado desde 1971 pela Polícia Federal, por determinação de um delegado lotado em Brasília.[307]

Carta[308] do major da PM Rubens José Ferreira ao tenente-coronel que comandava a E-2 da 4ª Brigada de Infantaria informa que ele realizou investigação sigilosa na região no período de junho e julho de 1972, por determinação do superior, para verificar se a fazenda vinha sendo usada por "terroristas". Conforme o relato, havia em Minas Gerais na época "bolsões terroristas em áreas escolhidas por Marighella [Carlos Marighella]", como em Governador Valadares, Januária, Manga, Montes Claros, Teófilo Otoni, Unaí, entre outras. Cabe destacar que essas foram justamente as regiões onde a Covemg verificou terem ocorrido alguns dos conflitos e algumas das perseguições mais emblemáticos.

Ainda segundo o major, quando Marighella foi morto em 1969, foram apreendidos documentos e anotações, e em um desses materiais constava menção a regiões que poderiam ser alvo do "plano de agitação". Suspeitava-se, inclusive, que Marighella tivesse dormido por uma noite na Fazenda Menino, fazendo uso do codinome Dr. Duarte. Foi determinado então que essas áreas e possíveis líderes nas comunidades passassem a ser investigados.

Em 25/11/1969, o jornal Diário da Tarde já havia anunciado em manchete de página: "O DOPS mostrando o terrorismo". A matéria dizia haver "informações de que participantes do grupo do ex-deputado comunista Carlos [Marighella] teriam se infiltrado pela fronteira de Minas Gerais, procurando contatos no norte e no nordeste", o que teria justificado o emprego de violência policial visando "desmanchar possíveis focos de guerrilhas rurais".[309] A notícia indica que, ainda que a Operação Vasculhamento tenha sido desencadeada em 1972, Minas Gerais já era monitorada pelas forças de segurança (e alvo de sua violência) ao menos desde 1969.

Desse modo, as regiões de Arinos, São Francisco e Unaí passaram a fazer parte formalmente da rota de repressão da ditadura. E também por essa razão o

nome de Geralda foi incorporado aos documentos do SNI.[310] Ainda no relato do major da PM Rubens José Ferreira, Geralda começou a administrar a Fazenda Menino em 1969, sucedendo dois administradores anteriores (Clarimundo e Adão), visto que o proprietário "parece nunca ter dado muita importância ao aproveitamento agropecuário do latifúndio."[311] Clarimundo afirmou aos investigadores que recebia orientação de Hermann para não cobrar qualquer valor "da 'pobreza' (meeiros, posseiros, agregados, arrendatários)" que vivia no local, e Dona Geralda informou que ele distribuía roupas e medicamentos, fato que causou estranhamento ao policial, que considerava tal comportamento incomum aos fazendeiros.

Os investigadores também tentam relacionar no relatório do SNI a possível relação entre Hermann e Marighella, afirmando que, após a morte deste, aquele passou a frequentar menos a Fazenda Menino. Suspeitava-se que a área tivesse sido vendida ou cedida a Marighella, ainda que o documento aponte não haver sinal "de sua utilização recente por terroristas."[312] Em outro relatório[313], com data de 20/07/1972, major Rubens José Ferreira explica ao comando da Operação Vasculhamento que não localizou na Fazenda Menino armamento, munição ou indícios de "utilização por pessoas estranhas" após novembro de 1969 (referência à data de morte de Marighella). Ele afirma que:

> As investigações realizadas sobre a administradora GERALDA ANTÔNIO DE BRITO [Geralda de Brito Oliveira] e seu tio JERÔNIMO FRANCISCO DE BRITO não levantaram suas [sic] cumplicidade com a subversão. Tudo indica que os dois apenas ajudaram Max [Hermann] na qualidade de pessoas humildes e necessitadas, tendo, inclusive sido por êle exploradas.[314]

Mesmo assim, recomenda "estudo especial" sobre Dona Geralda e seu tio, Jerônimo, "por serem considerados comunistas e terem ligação com Max". Afirma ainda que estaria bem caracterizada a "presença de pessoas suspeitas de subversão na fazenda, no período de 1968 a 1969."[315]

Dona Geralda diz que os policiais a intimidaram e ameaçaram de morte:

> Um dia disseram que era para eu tomar banho, porque era o dia da minha morte, que eu ia morrer às 19h. [...] Tinha que tomar banho para morrer limpa. [...] Mandou eu caminhar 40 passos que ia atirar. Covarde. Caminhei e não atirou nem nada. [...] Levou até enxada para me enterrar. [...] Dispararam cada tiro, cada bomba, [...] só ouvi o barulho [...], era de fuzil,

> mas não tinha bala, porque eu só vi foi a fumaça [...]. Mas não me mataram foi nada. [316]

Ela atribui as ameaças ao fato de que não detinha as informações que os policiais buscavam, por sequer compreender a razão da perseguição à Marx Hermann. Dona Geralda diz não saber se de fato o proprietário da fazenda era um agente comunista de atuação internacional, como os militares suspeitavam, nem se havia pretensão de integrantes do Partido Comunista e da ALN (grupo vinculado a Marighella) em utilizar a área. Por não ter auxiliado os investigadores nem dito o que eles queriam induzi-la a falar, Dona Geralda foi expulsa da fazenda e ficou por oito anos sem voltar ao local. Quando retornou, encontrou tudo destruído, inclusive seus bens pessoais, que ou estavam danificados ou haviam desaparecido. Desde então, ela continua vivendo na casinha que reconstruiu na Fazenda Menino e passou a atuar auxiliando os posseiros que viviam na área a conseguir o registro das terras. Dona Geralda pretende entrar com ação na Comissão de Anistia.

A violência contra Dona Geralda e seus familiares é exemplar da atuação de agentes públicos, especificamente dos órgãos de segurança do governo autoritário, no campo. O arbítrio das forças policiais e também das relações que o serviço de informações tentava estabelecer para incriminar inocentes ficam claros tanto no depoimento da vítima quanto nos documentos produzidos pelo próprio SNI.

5.5 Assassinatos e desaparecimentos de trabalhadores rurais e seus apoiadores

Mais do que descrever individualmente os casos de violação dos direitos humanos no campo entre 1961 e 1988 que tivessem a atuação direta de agentes de Estado ou indícios de sua omissão ou conivência, era objetivo da Covemg compreender o quadro geral dessas violações, os principais tipos de violadores e as vítimas como um grupo social ameaçado pelos detentores de terras, de meios econômicos e políticos.

Características gerais das mortes e das vítimas

Aqui é apresentado o perfil dos camponeses identificados como vítimas que viviam em Minas Gerais e analisa as principais características da violência no campo no período em questão. A definição de vítima é aplicada de forma restrita a pessoas que sofreram dois tipos de graves violações de diretos humanos: (1) execuções[317] e (2) desaparecimento forçado e ocultação de cadáver[318].

Os 109 casos (103 mortos e seis desaparecidos) identificados pela Covemg ampliam em muito os levantamentos até então divulgados, pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (76 casos)[319] e pela Fetaemg (73 casos).[320] Entretanto, por falta de informações, registros e documentação sobre outros casos, estima-se que o número possa ser ainda maior.

O levantamento aqui apresentado pode ser considerado então como um registro rigoroso realizado a partir de análise minuciosa dos materiais já descridos, mas também como o ponto de partida para outros estudos e análises sobre as violações sofridas pelos camponeses, que podem construir um quadro ainda mais completo das vítimas. Além de permitir a compreensão do perfil dos camponeses mortos ou desaparecidos no período, a análise empreendida auxilia a dimensionar a atuação dos fazendeiros e dos agentes públicos nas violações.

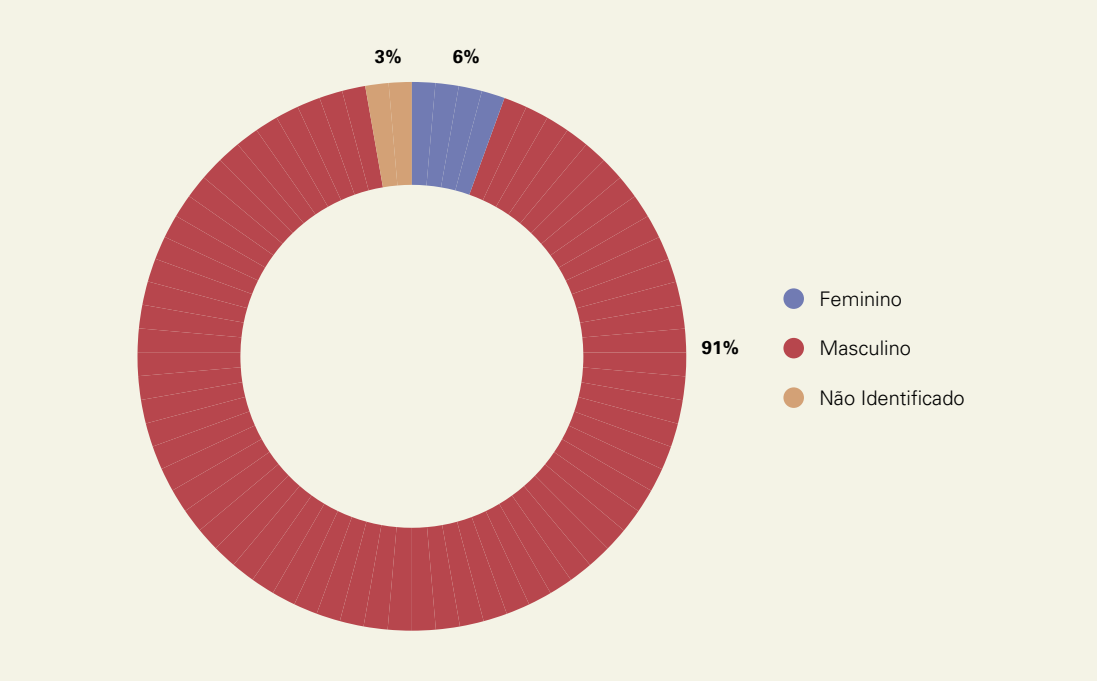
Entre as informações coletadas pelos pesquisadores da Covemg, 11 variáveis foram delimitadas como de fundamental importância para traçar o perfil das vítimas: região da ocorrência do crime, município, ano, sexo, faixa etária, profissão/ocupação principal, vinculação política, tipo de violação/morte, agente envolvido na violação (se público ou privado), executor e mandante.

A frequência dessas variáveis e os seus possíveis cruzamentos foram considerados para que se pudesse descobrir, por exemplo, em quais regiões os assassinatos foram mais frequentes, em quais municípios foram registrados maior número de mortes, qual era a idade média das vítimas e se havia predominância do tipo de violência empregado (como o uso de arma de fogo), entre outros aspectos.

O método aplicado considerou a pesquisa histórica e bibliográfica bem como a coleta de testemunhos embasados no método da história oral, para levantamento de informações. Desse modo, foi criada uma planilha com o detalhamento do conjunto de informações para cada vítima e um formulário de codificação para o tratamento quantitativo dos dados. O último passo foi utilizar o *software* estatístico SPSS e proceder com as análises sobre o perfil das vítimas e as características gerais das ocorrências.

Os resultados demonstram a predominância de homens no conjunto das vítimas. Dos 109 casos, apenas sete se referem a mulheres, sendo 99 homens. Em três casos não foi possível identificar o sexo.

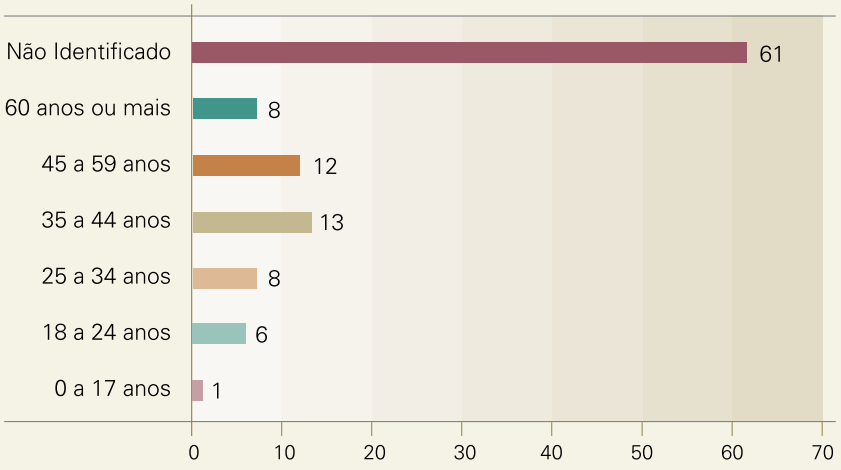
Gráfico 1 – Vítimas por sexo



Fonte: Covemg

Durante o levantamento, houve extrema dificuldade para se identificar a idade das vítimas, visto que tais casos eram praticamente alijados da cobertura dos grandes jornais (que, assim como hoje, concentram mais esforços nas ocorrências dos grandes centros urbanos) e eram veiculados apenas em periódicos locais ou alternativos (como os das entidades de classe), que nem sempre tinham preocupação com essa informação ou acesso a ela. Além disso, os casos costumavam ser reportados nos documentos das entidades (como associações, sindicatos, CPT) sem menção à idade. Os depoimentos também não revelaram informações precisas sobre esse aspecto. Por isso, buscas em processos judiciais, atestados de óbitos e outras fontes foram necessárias, mas nem sempre bem-sucedidas, visto que muitos trabalhadores rurais eram conhecidos pelo apelido ou por referência ao nome dos pais (vide caso de Nelson Fernandes Espínola, que era identificado em todos os documentos como Nelson Randolfo). Desse modo, a própria descoberta do nome completo de registro das vítimas, em determinados casos, demandou um trabalho árduo de investigação e cruzamento de dados e fontes. Ao final, foi possível identificar as idades de 48 vítimas, sendo que as outras 61 não foram descobertas. Dessas 48 vítimas, 25 (52%) tinham entre 35 e 59 anos.

Gráfico 2 – Faixa etária das vítimas

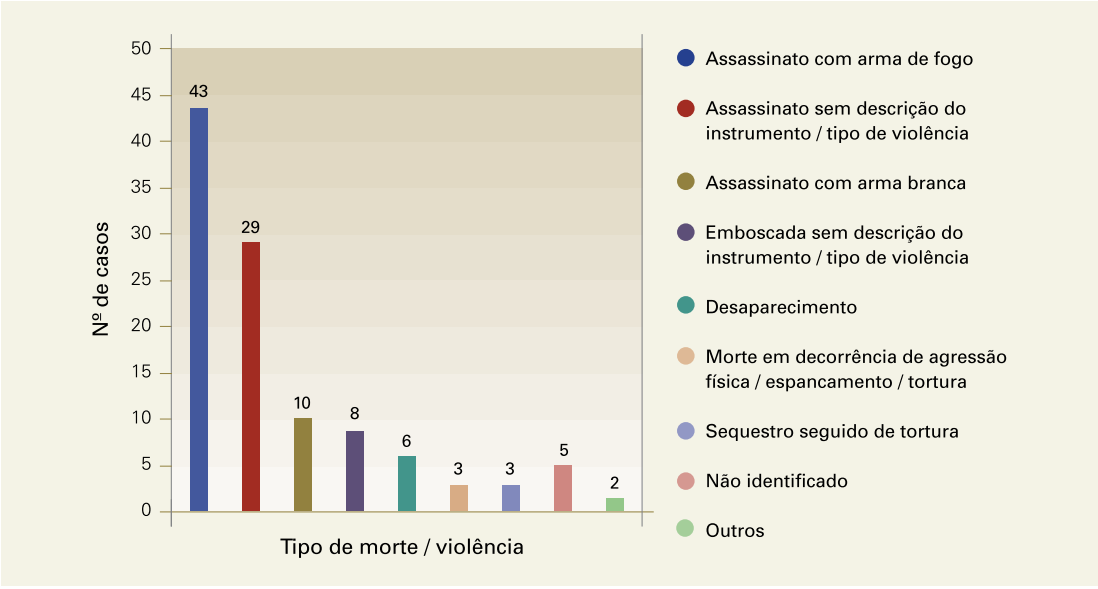


Fonte: Covemg

Tais resultados demonstram a prevalência de homens, trabalhadores rurais sem a propriedade da terra, acima dos 35 anos de idade como vítimas das execuções. Tentou-se estabelecer a vinculação política das vítimas, mas os resultados não são representativos, visto que o quadro de desinformação a esse respeito só possibilitou que tal vinculação direta (em sindicatos e partidos políticos, por exemplo) fosse confirmada em 12 casos. Contudo, sabe-se que a ação política, ainda que não formalizada, foi uma das motivações para os conflitos e as práticas violentas que levaram à perseguição e morte dos camponeses.

Sobre o tipo de violência majoritariamente praticada nesses assassinatos, 40% das vítimas foram atingidas por arma de fogo, 9% por arma branca e 5,5% foram alvo de espancamento e tortura. Juntas, essas três categorias representam 54,5% dos casos. Em 34% dos casos não se encontrou o detalhamento do instrumento de violência usado, mas sabe-se que foram execuções, sendo que em ao menos 20,5% destes casos foram realizadas emboscadas para a captura das vítimas. Há ainda seis casos de desaparecimento (5,5%) e duas ocorrências (1,5%) que foram consideradas na categoria "outros", por terem sido registradas como suicídio, mas que os familiares e conhecidos das vítimas ou duvidam dessa possibilidade ou suspeitam que elas possam ter cometido tal ato extremo em decorrência das perseguições sofridas. Em cinco casos (4,5%), não houve identificação do tipo de violência.

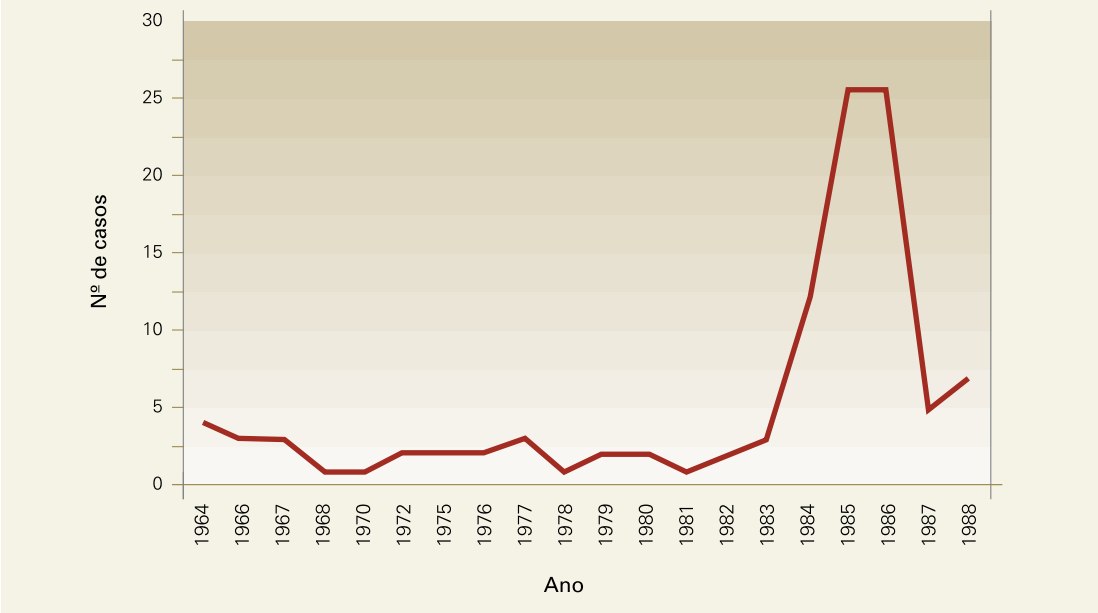
Gráfico 3 – Frequência de mortes por tipo de violência/instrumento



Fonte: Covemg

Quando o número de mortes é verificado levando em consideração a data de ocorrência, torna-se nítido que apesar de as violências terem sido praticadas desde os anos 1960, o ápice dos conflitos que culminaram em mortes é predominante na década de 1980, como pode ser observado no Gráfico 4.

Gráfico 4 – Frequência de casos por ano de ocorrência



Fonte: Covemg

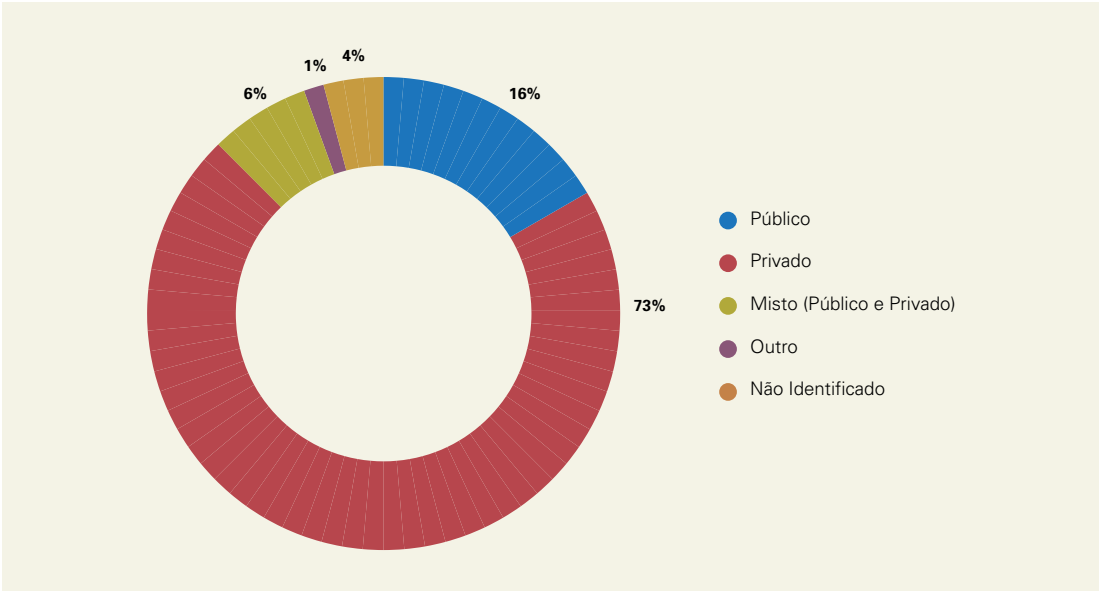
Tal resultado decorre de vários fatores. O primeiro deles é que, em algumas regiões, o movimento de sindicalização é retomado mais intensamente nos anos 1980, quando há diminuição da intervenção do Estado nos órgãos de classe, e a organização política surgida em reação ao autoritarismo contesta o poder dos coronéis, que reagem com mais violência. Outra condicionante é que alguns conflitos, como o de Cachoeirinha, no Norte de Minas, por exemplo, perduraram cerca de 20 anos e nem sempre as mortes se concentraram em apenas uma data, ou seja, a violência começa no período da ditadura, mas se estende até a redemocratização.

Além disso, no período de redemocratização, as instituições se fortalecem e os crimes que antes eram ignorados passaram a ser divulgados e investigados, sendo que os principais registros que serviram de base para a pesquisa datam dos anos 1980. Há ainda indícios de subnotificação dos assassinatos ocorridos na década de 1970, pois é notável a escassez de informações mais consistentes sobre as violações ocorridas nesse período. Suspeita-se que pelo fato de os anos 1970 terem sido os mais violentos no meio urbano, em decorrência do AI-5, e de maior repressão aos movimentos sociais (muitos sindicatos e associações de trabalhadores foram fechados no início da ditadura e só foram reabertos na década de 1980), não havia entidades que registrassem essas ocorrências; a CPT, por exemplo, cujos arquivos foram de fundamental importância para o levantamento de dados, só foi criada em 1975, e passou a divulgar os anuários nacionais de violência no campo dez anos depois.

Diferentemente das ocorrências nos centros urbanos consideradas pelo governo ditatorial como crimes políticos, atrelados à Lei de Segurança Nacional e delegados à Justiça Militar, que possui arquivos organizados, a invisibilidade da violência no campo, conforme já explanado, deve-se também à falta de conservação e organização dos acervos dos órgãos de segurança regionais e à falta de investigação dos crimes ocorridos nas zonas rurais, o que garantiu amplos poderes aos fazendeiros, promoveu impunidade e fez com que, por muito tempo, a vinculação política dos agentes violadores fosse desconsiderada. Por isso, é também importante entender quem eram os executores e mandantes desses atos.

A separação dos agentes envolvidos nas violações em privados, públicos e mistos demonstra que em 80 casos (73%) só foi possível identificar a atuação direta dos agentes privados. Em 17 (16%) a atuação foi exclusiva de agentes públicos e em sete (6%) a atuação foi mista. Em outros quatro casos (4%), não foi possível verificar o envolvimento. Sabe-se que apesar de a maioria dos agentes ser privada, esses agiram com a complacência ou omissão das autoridades públicas, como foi explicado anteriormente e será demonstrado na descrição dos casos.

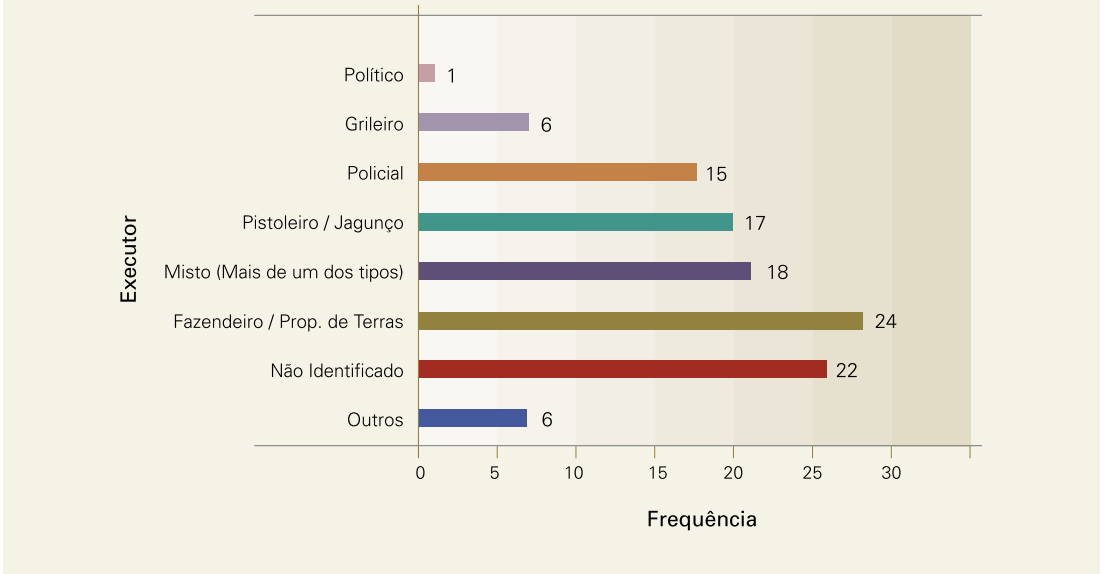
Gráfico 5 – Agentes diretamente envolvidos nas violações



Fonte: Covemg

Tais agentes também foram divididos entre executores e mandantes e os resultados demonstram que os fazendeiros prevalecem nos dois casos, sendo que, entre os executores, eles representam 22%, e, entre os mandantes, 47%. Também hou-

Gráfico 6 – Executores

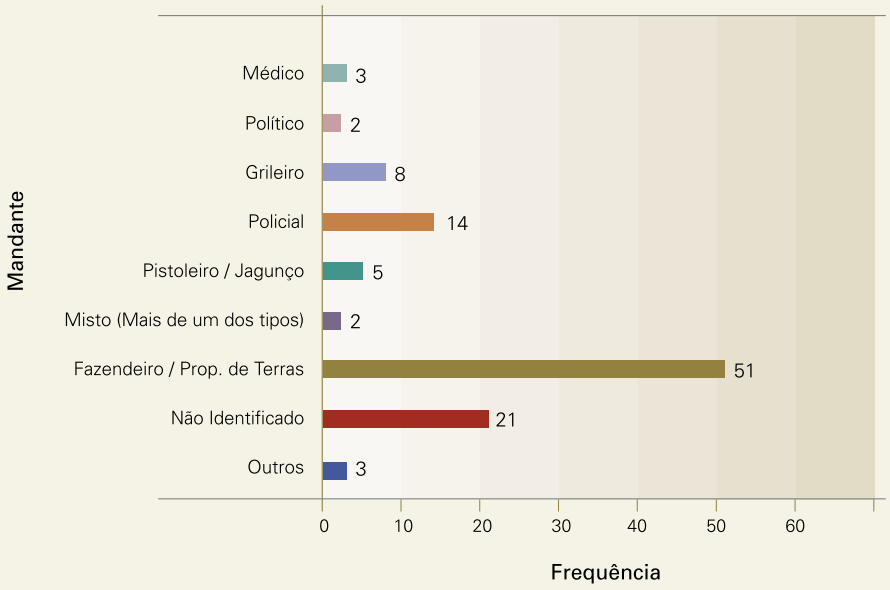


Fonte: Covemg

ve ocorrência de policiais, jagunços e pistoleiros, grileiros e casos mistos, em que havia mais de um tipo de executor envolvido (como jagunços e policiais) ou que o agente pertencia a dois grupos (como um fazendeiro que também era policial).

Ainda que os fazendeiros predominem entre os mandantes, foram verificadas também ocorrências a mando de policiais, grileiros, jagunços, médicos, políticos e casos mistos.

Gráfico 7 – Mandantes

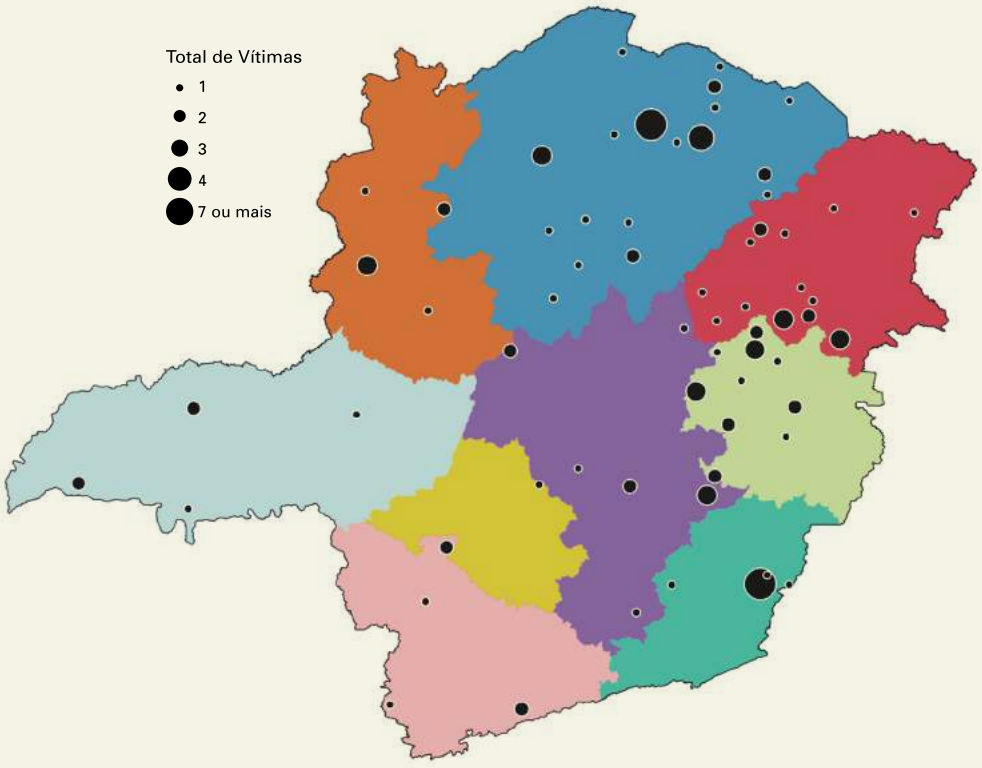


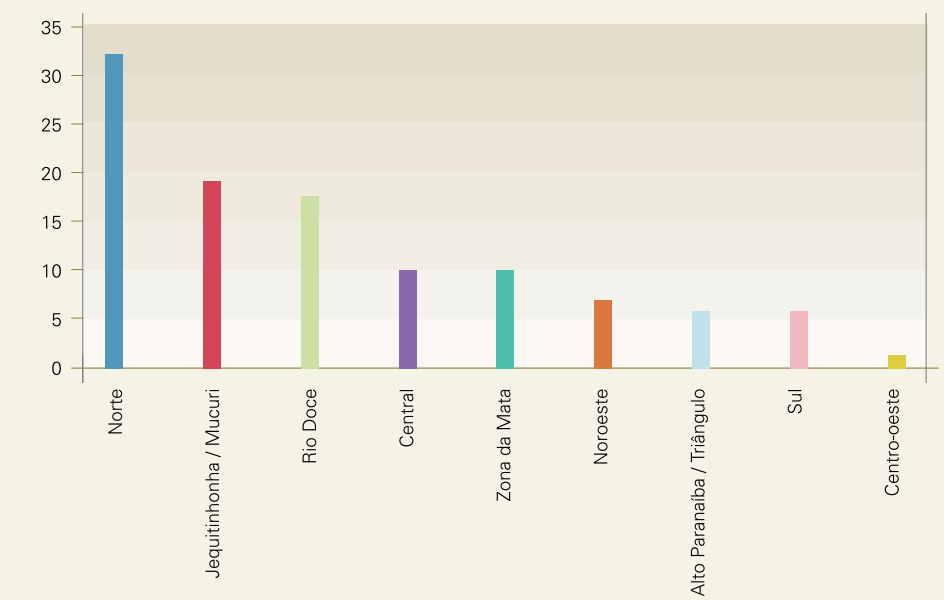
Fonte: Covemg

Já em relação à distribuição regional, considerando nove regiões de Minas Gerais[321], o maior número de casos foi verificado no Norte do estado, que concentra 32 ocorrências (cerca de 30% do total). A região do Vale do Jequitinhonha e Mucuri aparece na segunda posição, com 19 mortes (17%), e o Vale do Rio Doce, em seguida, com 18 mortes (16%).

Paranaíba e Triângulo (1), Central (1), Noroeste (1) e Vale do Rio Doce (1). Já os esfaqueamentos ocorreram especificamente nas regiões Central (4), Zona da Mata (3), Norte (2) e Alto Paranaíba e Triângulo (1). Ainda que as emboscadas tenham ocorrido em todas as regiões, conforme demonstrado na seção sobre as perseguições políticas e aos sindicalistas, nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri os casos de emboscada que ocasionaram morte foram mais frequentes.

Gráfico 8 – Quantidade de mortes por região





Fonte: Covemg

As cidades onde foram identificadas mais de uma morte estão listadas na Tabela 1:

Tabela 1 – Municípios com registro de morte

Município de Ocorrência	Nº de casos
Varzelândia (Norte)	8
Miradouro (Zona da Mata)	7
Porteirinha (Norte)	4
Frei Gaspar (Jequitinhonha e Mucuri)	3
Malacacheta (Jequitinhonha e Mucuri)	3
Paracatu (Noroeste)	3
Sabinópolis (Rio Doce)	3
Santa Maria do Suaçuí (Rio Doce)	3
São Domingos do Prata (Central)	3
São Francisco (Norte)	3
Água Boa (Rio Doce)	2
Antônio Dias (Rio Doce)	2
Bocaiúva (Norte)	2
Bonfinópolis de Minas (Noroeste)	2
Braúnas (Rio Doce)	2
Governador Valadares (Rio Doce)	2
Iturama (Triângulo Mineiro)	2
Monte Alegre de Minas (Triângulo Mineiro)	2
Monte Azul (Norte)	2
Piumhi (C. Oeste/Sul de Minas*)	2
Poté (Jequitinhonha e Mucuri)	2
Salinas (Norte)	2
Santa Luzia (Central)	2
Três Marias (Central)	2
Virgem da Lapa (Jequitinhonha e Mucuri)	2
Virgínia (Sul de Minas)	2
Outros	37
Total	109

Fonte: Covemg

* As mortes computadas em Piumhi ocorreram na região do Pântano, situada às margens do Rio Piumhi, na região limítrofe entre Centro-Oeste e Sul de Minas, nos municípios de Piumhi e Capitólio. No mapa da página 125, estão contabilizadas no Sul de Minas.

Ao todo, a Covemg identificou execução de camponeses em 63 municípios mineiros, sendo Varzelândia (Norte) – principalmente o povoado de Cachoeirinha, hoje Verdelândia – e Miradouro (Zona da Mata) as cidades que apresentaram o maior número de mortes ou desaparecimentos. O mapa demonstra que municípios próximos a essas localidades também eram afetados pelos conflitos e pela violência dessas áreas.

A partir de tal levantamento, serão descritos a seguir os casos individualmente de acordo com as nove regiões, que serão apresentadas de forma sucinta para fins de contextualização.

É preciso ressaltar que, apesar da ampla e rigorosa pesquisa elaborada pela Covemg, alguns casos não foram completamente esclarecidos. Ainda assim, optou-se por incluí-los na relação de mortos e/ou desaparecidos que se segue, por três motivos. O primeiro se deve ao fato de serem trabalhadores rurais ou seus apoiadores e de haver indícios de que as mortes teriam ocorrido por conflitos agrários ou questões trabalhistas. O segundo se refere ao fato de tais nomes terem sido incluídos nas listagens oficiais de outras comissões da verdade, da Fetaemg, dos anuários da CPT ou do levantamento do Mirad/INCRA e, por isso, excluí-los deste relatório seria contribuir para o silenciamento de tais casos. Por fim, porque descrever minimamente essas execuções, ainda que elas careçam de novas investigações, representa uma forma de incentivar que outras pesquisas possam ser realizadas, ampliando o que foi alcançado por esta Comissão. A Covemg optou pelo princípio da transparência, informando as limitações encontradas e os possíveis caminhos para se avançar.

Os casos foram divididos por regiões e, além da descrição das graves violações elencadas pelo nome das vítimas (no Anexo A consta listagem dos mortos e desaparecidos, em ordem alfabética), optou-se também por fazer uma breve descrição das regiões onde os crimes ocorreram, como forma de contextualizar o período e apontar as características comuns entre os casos relatados.

Alto Paranaíba e Triângulo Mineiro

O Triângulo Mineiro e o Alto Paranaíba estão localizados no extremo oeste de Minas Gerais e constituem duas regiões de planejamento definidas pelo governo, que serão consideradas conjuntamente neste Relatório. Historicamente, essa área começou a se desenvolver a partir do declínio das atividades mineradoras em outras regiões do estado. Desse modo, a região, que, anteriormente, era chamada de Sertão da Farinha Podre, passou a ser um dos principais destinos de forasteiros, sobretudo a partir do século XIX, que vinham em busca

da concessão de sesmarias ou ocupavam terras de domínio indígena. Dona de terras férteis, a região está localizada entre os rios Grande e Paranaíba, definindo a zona fronteiriça com os estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Goiás.

Durante a década de 1970 a região recebeu grandes investimentos de programas do governo que visavam implementar a Revolução Verde, que se destinava a aumentar a produtividade agrícola com o intuito de amenizar o problema da fome no País. Por meio desses programas a área se consolidou como um importante centro do complexo agroindustrial do País, o que favoreceu a concentração de propriedades de médio e grande porte em detrimento das pequenas unidades de produção. Esse processo promoveu a expulsão dos pequenos proprietários e posseiros das terras que ocupavam. Muitos passaram a trabalhar para os grandes proprietários, enquanto outros optaram por migrar para os centros urbanos. Os que permaneceram no campo, com frequência, se organizaram por meio de Sindicatos de Trabalhadores Rurais – STRs para defender seus direitos, melhores condições de vida e acesso às terras.

No ano de 1972 o governo mineiro criou o Plano de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (Padap), que visava assentar agricultores descendentes de japoneses em terras desapropriadas pelo Estado. Esse programa, implementado pela Ruralminas, desapropriou 60 mil hectares de terras e tinha por objetivo expandir a produção de soja, café e trigo. Foi o primeiro plano de assentamento na região, eleito como um programa modelo.[322] Setenta nipo-brasileiros, produtores de médio porte, associados à Cooperativa Agrícola de Cotia, foram selecionados para participar do programa que abrangia os municípios de Campos Altos, São Gotardo, Alto Paranaíba e Rio Paranaíba.[323] O Padap não favoreceu a população local que estava sendo expulsa das terras, mas sim descendentes de japoneses oriundos de outras regiões do País.

No início dos anos 1980, o Triângulo Mineiro assim foi descrito no periódico O São Paulo:

> A região mais rica de Minas Gerais, o Triângulo Mineiro, tem a propriedade altamente concentrada na mão de latifundiários e empresas até estrangeiras. No Triângulo existem mais de 100.000 boias-frias, trabalhando em condições miseráveis, que ficam desempregados uma parte do ano, passando fome. Os trabalhadores dizem, porque entram nas terras: 'Meu sonho é ver alimentos de toda a natureza para a família'.[324]

Sobre a região, a Comissão Pastoral da Terra do Triângulo Mineiro afirmou, em 1985, que ela "está nas mãos de poucos fazendeiros e é utilizada para pasta-

gens e plantações de cana-de-açúcar, o que torna cada vez mais difícil o acesso ao trabalho na terra, mesmo na condição de boia-fria."[325]

No período de 1961 a 1988, cinco camponeses foram assassinados na região. Além desses casos, será descrita a morte de uma advogada que havia trabalhado em um Sindicato de Trabalhadores Rurais.

Vítima: Luizão

Data da morte: maio de 1976
Local: Tanquinho, Monte Alegre de Minas

O nome de Luizão, a data e o local de sua morte constam na publicação "Camponeses mortos e desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição". Sobre Luizão a obra apresenta as seguintes informações:

> Era membro do Conselho do STR de Monte Alegre, MG, foi assassinado em maio de 1976, na localidade de Tanquinho pelo fazendeiro José Bento e seus capangas. Depois de assassinado seu corpo foi retalhado com requintes de crueldade. A pendência dizia respeito a pretensão do fazendeiro de comprar as terras dos vizinhos por preços baixos e sob pressão; o que Luizão, pequeno proprietário não aceitou e resistiu.[326]

A Covemg não localizou outras informações nas fontes analisadas sobre esse assassinato.

Vítima: Durval Ventura de Souza

Data da morte: 22/11/1979
Local: Frutal

Durval Ventura de Souza era advogado e presidente do STR de Frutal. Ele foi morto por três pistoleiros contratados pelo fazendeiro Rudis Dias de Oliveira. Na ocasião, Durval Ventura defendia na Justiça o direito de 700 posseiros que habitavam local denominado Serra das Araras, além de interceder a favor de um trabalhador rural que cobrava uma dívida de Cr$ 16 mil do fazendeiro Rudis Dias.[327] Os pistoleiros receberam, como pagamento, Cr$ 30 mil e três garrafas de cachaça.[328] Um dos pistoleiros se chamava Paulo Mateus e os outros dois não foram identificados, pois logo após o assassinato se mudaram para o Mato Grosso.[329]

Rudis Dias e Paulo Mateus foram julgados e, em seu depoimento, o fazendeiro alegou legítima defesa e que, ao saber de supostas intenções da vítima em liquidá-lo, preferiu matar para não morrer.[330]

De acordo com correspondência enviada pelo então presidente do STR de Frutal para o presidente Fetaemg, André Montalvão, em 26/07/1985:

> o criminoso está trabalhando em uma fazenda, e à noite ele dorme no Quartel da PM, só que nós gostaríamos que ele estivesse preso preventivo. O julgamento dele se deu no começo do mês de fevereiro desse ano, a pena foi de (4) quatro anos.[331]

A Covemg não conseguiu descobrir se – e por quanto tempo – os dois envolvidos cumpriram a pena. O nome de Durval consta nas publicações "Camponeses mortos e desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição", "Relatório final: Violações de Direitos no campo 1946 a 1988" e "Assassinatos no campo crime e impunidade, 1964-1986".

Vítima: Juraci José Alves

Data da morte: 06/11/1984

Local: Fazenda Barreiro, distrito de Limeira do Oeste - Iturama

O primeiro caso de luta pela terra no Triângulo Mineiro identificado pela Covemg teve início na década de 1970, na Fazenda Barreiro, localizada no então distrito de Limeira do Oeste, município de Iturama. Segundo a Fetaemg, em dossiê elaborado sobre a fazenda, em 1987,

> as raízes do problema perdem-se no tempo, pois algumas famílias de posseiros estavam ali há mais de sessenta anos, em posse tranquila e sem contestação, chegando a 113 famílias em 1970 quando começam os atritos.[332]

Antes dos conflitos, a fazenda era de propriedade de Dídimo Soares de Freitas. Posteriormente, ela foi dividida entre Izahú Rodrigues de Lima, filho adotivo de Dídimo, José Alves de Resende e Joaquim Machado, sendo que a Izahú coube uma área onde havia vários posseiros.

No início dos anos 1970 o fazendeiro Izahú, aproveitando-se da impossibilidade de os posseiros apresentarem documentos comprovando a posse da terra, iniciou um processo de expulsão dos ocupantes da Fazenda Barreiro. Esses começaram a se organizar para tentar permanecer na terra e eram liderados pelo posseiro Juraci José Alves. Na tentativa de solucionar o problema, os posseiros passaram a se reunir com membros do STR de Iturama. Na maioria das vezes essas reuniões eram realizadas na casa de Juraci José Alves e acompanhadas pelo capataz da fazenda, Jerônimo de Souza Freitas, conhecido como "Jerominho", que relatava para Izahú o teor das discussões.

Os posseiros sofriam constantes ameaças de morte. O padre Divino Aizza, coordenador da CPT no Triângulo Mineiro, também sofreu ameaças dos fazendeiros por apoiar a luta dos camponeses.[333] Além da CPT, os posseiros da Fazenda Barreiro contaram também com o suporte da Fetaemg, da vereadora Nilza (PCB), de Uberlândia, e do deputado estadual Raul Messias (PT).[334]

Em 06/11/1984, aos 58 anos, Juraci José Alves foi assassinado. Ele recebeu, na fazenda Barreiro, às 21 horas, seis tiros à queima roupa na frente de sua esposa, Tereza de Oliveira Alves, que estava grávida. Segundo relatório policial produzido por detetives que foram encarregados de investigar o caso,

> Juraci, bastante ferido, conseguiu correr cerca de quase 100 metros, caindo logo a seguir já sem forças; socorrido pelos vizinhos que foram atraídos pelos disparos, e também por seu filho Alvino José Alves, que chegara instantes depois, foi levado às pressas para o distrito de Limeira do Oeste onde recebeu os primeiros socorros, e posteriormente transferido para o Hospital Nossa Senhora Aparecida na cidade de Iturama onde faleceu dois dias após ser alvejado; ou seja, dia 08/11/1984 às 21 horas. [...] A vítima Juraci José Alves era homem honesto cumpridor de seus deveres, não tinha inimigos declarados, a não ser após ter chamado para si a responsabilidade de liderar o movimento de luta pela posse da terra, angariando com isso a antipatia do proprietário das terras que já o havia ameaçado de morte caso persistisse em sua teimosia de permanecer em suas terras.[335]

Um ano após a morte de Juraci, em 20/12/1985, em represália ao seu assassinato, o fazendeiro Izahú Rodrigues de Lima foi baleado na cabeça e morreu em decorrência de traumatismo craniano encefálico.[336] O conflito pela posse da terra passou, então, a ser liderado pelos descendentes de Izahú.

A polícia investigou o assassinato de Juraci José Alves e prendeu, em 16/11/1985, o pistoleiro Ivan Ferreira Neto, conhecido como Tabaquinho, residente na cidade de Paranaiguara (GO). Cinco dias antes do assassinato de Juraci, Tabaquinho chegou à fazenda Barreiro, sob o codinome de Paulo, para trabalhar como tirador de leite. Enquanto lá ficou, rondava as moradias dos posseiros com Izahú e Jerominho, além de gozar de regalias. Alguns dias antes do crime, Ivan desapareceu, e só foi visto novamente na data da execução.

Tabaquinho disse à polícia que foi contratado pelo fazendeiro Izahú Rodrigues de Lima, que lhe deu um revólver calibre 32 e Cr$ 1 milhão de adiantamento para fazer o "serviço" e, uma semana depois do crime, recebeu mais Cr$ 3 milhões.[337]

De acordo com investigação policial, dois dias após a morte de Juraci, Dídimo – pai de Izahú – chegou à fazenda e lá permaneceu por cerca de três dias. Depois disso, foi junto com Izahú e sua concubina para Ituiutaba (MG). Antes de sair da fazenda, Izahú pegou no cofre uma quantia em dinheiro e colocou em uma mala. Durante a viagem, parou na rodoviária de Santa Vitória. Lá encontrou com Ivan e entregou-lhe o dinheiro. Izahú deixou Ivan no entroncamento das rodovias que levam a Ituiutaba (MG) e São Simão (GO).[338]

Alguns meses após ser preso, em 25/06/1986, Ivan Ferreira Neto prestou novo depoimento e teve a sua prisão preventiva revogada pelo juiz Dário Borges de Paula, que lhe concedeu liberdade provisória.[339]

Em 21/10/1992, Ivan Ferreira Neto foi novamente interrogado na cidade de Iturama e negou ter sido o autor dos disparos que mataram Juraci José Alves. Segundo ele, foi Izahú Rodrigues de Lima quem atirou na vítima, ele apenas teria dado dois tiros para o alto.[340] Nessa data ocorreu o julgamento de Ivan Ferreira Neto que foi condenado "como incurso nas iras do artigo 121, §2º, inciso I, do Código Penal."[341] A pena foi de 18 anos de reclusão em regime fechado para o início de cumprimento da pena.

Cinco dias após a morte de Izahú Rodrigues de Lima, em 26/12/1985, o presidente José Sarney expediu o Decreto nº 92.219 autorizando a desapropriação de parte da fazenda Barreiro, área de 2.603 hectares dos 6.333 hectares que ela possuía, para fins de reforma agrária.[342]

A partir do Decreto, a diretoria regional do INCRA, com sede em Belo Horizonte, ficou responsável por realizar a desapropriação e a restruturação do imóvel com o intuito de criar até 130 unidades familiares na área. Em 28/04/1986, a área foi registrada em nome do INCRA sob o nº 8.040 no Cartório de Registro de Imóveis de Iturama.[343] Todavia, os fazendeiros insistiam em utilizar o terreno para pastagem de bois, invadindo a área dos posseiros, destruíam as lavouras e arrancavam as cercas. Essas invasões eram realizadas com a presença de policiais, que apesar de não possuírem mandado judicial para realizar tal ação, agiam juntamente com os fazendeiros e seus jagunços.[344]

Em 09/07/1987, o batalhão de choque da Polícia Militar de Uberaba invadiu a fazenda Barreiro "de armas em punho, lançando bombas de gás, a fila de soldados marcha sobre eles [os posseiros] e quem não foge é pisoteado e chutado. Estava consumada pela nossa briosa polícia militar a 'limpeza da área'".[345] O tenente Robson Lopes, que comandou a operação, declarou que cumpria ordem

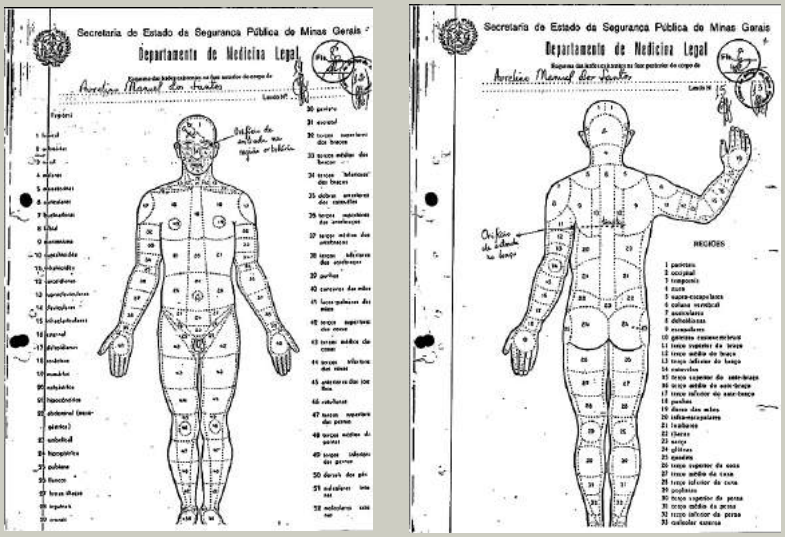


Figura 13 - Lesões existentes no corpo de Aurelino Manoel dos Santos. Fonte: Autos da ação penal nº 0428.05.001341-9

direta do secretário de Segurança, Sidney Saffe Silveira.[346] O capitão da Polícia Militar de Iturama, Gilberto Gotelipe, declarou que a tropa de choque permaneceria no local por tempo indeterminado para impedir que os colonos retornassem à área desocupada.[347]

Apesar de o INCRA já possuir legalmente o imóvel, o processo tramitava no Tribunal Federal de Recursos e aguardava a sentença judicial. Para tentar pressionar o governo, cerca de 100 posseiros expulsos da fazenda rumaram para Brasília e acamparam em frente ao Congresso Nacional aguardando o julgamento da sentença.[348] Outros foram para Belo Horizonte encontrar-se com o governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, para pedir sua intercessão no conflito.[349] O governador prometeu se empenhar na solução do problema.[350]

De acordo com o então superintendente regional do INCRA, Jafete Abrahão,

> a liminar concedida pelo TFR impediu a aplicação, na área de mais de 16 milhões de cruzados, disponíveis no INCRA para o projeto de assentamento, desde a compra de sementes até a construção de escolas e moradias.[351]

O INCRA tentou sustar a liminar para que os posseiros retornassem à terra. Posteriormente, os posseiros conseguiram voltar à fazenda e foi criado o primeiro projeto de assentamento da região, que abrigou 131 famílias. No ano de 1993, os posseiros receberam os títulos de propriedade de áreas da fazenda Barreiro e comemoraram a conquista com um churrasco.[352]

O nome de Juraci José Alves é citado nas publicações "Camponeses mortos e desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição", "Relatório final: Violações de Direitos no campo 1946 a 1988", "Assassinatos no Campo: crime e impunidade 1964 – 1985", "Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos" e "Fetaemg 30 anos de luta: 1968 a 1998".

Vítima: Aurelino Manoel dos Santos

Data da morte: 06/11/1984

Local: Fazenda Campo Alegre, Monte Alegre de Minas

Aurelino Manoel dos Santos, de 48 anos, foi assassinado pelo fazendeiro Nicanor Conegundes Peres na Fazenda Campo Alegre, de propriedade de Edgar Figueira Peres, filho de Nicanor. De acordo com inquérito policial, Aurelino foi assassinado no dia 06/11/1984, por volta das 15h30. No momento da morte, Aurelino estava trabalhando ao lado de seu patrão, Edgar Figueira Peres, ocupados na cura de um boi preso em um tronco, quando chegaram na fazenda Nicanor Conegundes Peres e o seu irmão Antônio Gervásio Figueira. Imediatamente iniciaram uma discussão com Aurelino, sacaram os revólveres e, sem dar qualquer chance de defesa, atiraram várias vezes, provocando a morte imediata do trabalhador rural. O fato ocorreu, segundo o inquérito, "em virtude da animosidade e aversão que sentia o primeiro denunciado [Nicanor Conegundes] em relação à vítima, em função da qual já vinha tentando há certo tempo a contratação de um pistoleiro que lhe desse cabo."[353]

De acordo com a publicação "Assassinatos no campo crime e impunidade, 1964-1986", Aurelino Manoel dos Santos foi atingido por três tiros sem que houvesse a menor discussão. "Sabe-se que Aurelino reivindicava aumento salarial e o cumprimento das leis trabalhistas."[354]

Os dois denunciados, Nicanor Conegundes Peres e Antônio Gervásio, Figueira foram processados e submetidos a julgamento pelo Egrégio Tribunal de Júri, que, por quatro votos a três, reconheceu que:

> O réu Nicanor Conegundes Peres concorreu para a prática do crime, planejando-o e conduzindo o co-réu Antônio Gervásio Figueira, o qual estava a seu serviço, até o local onde se encontrava a vítima. Por esta mesma votação foi reconhecido ter o réu praticado o crime de modo a dificultar ou tornar impossível a defesa da vítima atacando-a de surpresa ou desprevenida.[355]

Em 04/04/1991, Nicanor Conegundes, com 65 anos, foi condenado a 12 anos de reclusão e deveria iniciar a pena em regime fechado. O réu recorreu da sentença, mas teve o pedido negado.[356] Já Antônio Gervásio Figueira encontrava-se foragido.[357] O nome de Aurelino Manoel dos Santos é citado nas publicações "Camponeses mortos e desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição", "Relatório final: Violações de Direitos no campo 1946 a 1988", "Assassinatos no Campo: crime e impunidade 1964 – 1985", "Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos" e "Fetaemg 30 anos de luta: 1968 a 1998".

Vítima: Ismêne Mendes

Data da morte: 22/10/1985

Local: Patrocínio

Nascida em 29/01/1956, na fazenda Tijuco, zona rural de Patrocínio (MG), Ismêne Mendes era filha de Almerinda Ferreira Mendes e do trabalhador rural e sindicalista Almando Ferreira Mendes. Estudou Direito na Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e, como advogada, atuou em defesa dos direitos de trabalhadores rurais por meio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Patrocínio, onde atuou durante alguns anos. Em janeiro de 1985, Ismêne deixou o trabalho no Sindicato e passou a trabalhar na Cooperativa dos Cafeicultores da Região de Garça (Garcafé), além de atuar como vereadora pelo PMDB em Patrocínio.

Além de não constar requerimento relativo à morte de Ismêne no âmbito da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, o seu nome não está contido no dossiê "Ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)", organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Contudo, o seu nome consta como 'Ismênia Mendes' nas publicações "Camponeses Mortos e Desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição", "Relatório final: Violações de Direitos no campo 1946 a 1988" e "1985 Conflitos de Terra no Brasil", produzida pela CPT.[358] Também foi citado no "Relatório de atividades da Comissão da Verdade em Minas Gerais – COVEMG" de dezembro de 2014.[359]

Sobre sua morte, há registro de denúncia em anais da Assembleia Legislativa de Pernambuco referente à ata da 143ª Reunião Ordinária da terceira sessão legislativa da Décima Legislatura, que aconteceu em 26/11/1985. Na página 308, a então deputada Ruth Escobar, presidente do Conselho Nacional de Defesa da Mulher, relatou o caso como um escândalo nacional e uma gravíssima violência contra a mulher.

Em junho de 2014, foi criado um grupo de trabalho na UFU que se intitulou Comissão da Verdade do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba "Ismêne Mendes", com o propósito de pesquisar e analisar o referido caso, além de outros. Em ocasião de visita institucional da Covemg à UFU, estabeleceu-se um termo de cooperação recíproca entre as instituições que foi acompanhado da apresentação à Covemg, por parte do grupo de trabalho, da demanda de investigação e esclarecimento das circunstâncias vinculadas à morte de Ismêne Mendes. Tal demanda respaldou-se em sua atuação como advogada junto ao STR de Patrocínio e como vereadora pelo PMDB na mesma cidade.

Em dezembro de 2016, o grupo de trabalho da UFU divulgou um relatório final que apresenta conclusões e recomendações após o desenvolvimento de pesquisa autônoma. A fim de atender à demanda apresentada, a Covemg analisou as oitivas realizadas pelo grupo de trabalho e os documentos correspondentes aos inquéritos que envolvem a violência sofrida por Ismêne no dia 10/10/1985 e o seu óbito no dia 22 do mesmo mês. Por meio destes, fez-se uma análise do caso que será descrita a seguir, apresentando-se as circunstâncias da morte de Ismêne e as lacunas encontradas diante da documentação obtida.

A advogada Ismêne Mendes iniciou sua trajetória profissional e política no STR de Patrocínio, com uma marcante atuação em defesa dos direitos de trabalhadores rurais frente aos proprietários de terras da região, o que a tornou conhecida na cidade, possibilitando sua eleição como vereadora. Desde 1983, exerceu o mandato de vereadora pelo PMDB em Patrocínio e, junto a outros vereadores, denunciou irregularidades da prefeitura na venda de imóvel durante a gestão do prefeito Amâncio Silva, o que provocou a abertura de uma CPI. Esta denúncia, além de combativa no campo político, rendeu à Ismêne muitas inimizades e especulações acerca de sua vida íntima.

Segundo seus familiares, Ismêne recebia frequentes ligações (algumas anônimas) com ameaças de morte ou que procuravam saber se ela estava em casa. Em 10/10/1985, Ismêne sofreu violência física e, possivelmente, sexual por três indivíduos em emboscada, de acordo com ocorrência policial registrada no mesmo dia. Porquanto a necessidade de apuração dessa denúncia, abriu-se um inquérito voltado para a apuração da autoria do crime de lesões corporais. A vítima relatou que os indivíduos usavam meias para encobrir seus rostos e a agrediram até perder a consciência. Inicialmente, Ismêne afirmou em depoimento que acreditava na existência de uma motivação política para tal acontecimento e que poderia ter sido vítima de estupro, porém não se recordava do ato uma vez que estava desacordada após golpe na cabeça e não houve exame ginecológico por parte de um médico.[360] Os atos de violência teriam ocorrido na antiga Estrada

dos Dourados, zona rural de Patrocínio, após a vítima ser instigada a se deslocar até lá por um menino não identificado que a abordou numa avenida e pediu ajuda para uma mulher que estava prestes a ganhar um bebê.

Para os fins da ocorrência policial, Ismêne afirmou que, após recuperar a consciência, viu-se sozinha e retornou a Garcafé, onde foi atendida pelo médico Dr. Raildo Barbosa Viana. Mais tarde, foi levada à delegacia para fazer o boletim de ocorrência. No dia seguinte, o delegado de Polícia Civil Walter Luiz de Melo expediu Portaria para a realização dos procedimentos de exame médico legal na vítima e de apuração dos fatos. Ismêne realizou teste de gravidez, cujo resultado foi negativo. O exame voltado para a agressão física indicou que ela sofrera lesões em várias partes do corpo que foram provocadas por objetos contundentes. Conforme depoimento do médico responsável pelo exame, não houve a realização de avaliação ginecológica para apurar se houve violência sexual porque a vítima não soube confirmar ao médico se havia sido estuprada e não se queixou acerca de agressões sexuais. À mãe, por outro lado, Ismêne afirmou que poderia estar grávida, uma vez que sua vagina estava machucada.[361]

Ismêne declarou para mais de uma pessoa que suspeitava ser Amir Nunes, político de Patrocínio e colega de partido, o mandante da agressão, devido às divergências políticas que nutriam desde a denúncia feita em 1984, que repercutiu na convenção partidária do PMDB.[362] Almerinda Mendes sustentou, em depoimento à polícia, que Ismêne soube da contratação de uma mulher, por parte de Amir, para ajudar no planejamento do espancamento. A mãe da vítima também afirmou que atendeu a diversas ligações de uma mulher não identificada que perguntava se Ismêne estava em casa.

O inquérito policial instaurado para apurar as violências sofridas por Ismêne concluiu que ela havia simulado a situação e se autoflagelado. Contudo, o laudo de exumação existente no inquérito policial aberto após a sua morte aponta ferimentos com características daquelas produzidas por "arrastamento" em fase inicial de cicatrização. Se Ismêne foi arrastada durante a agressão, ela não seria capaz de simular tal fato. Ao que tudo indica, ela foi realmente vítima de agressão no dia 10/10/1985, cujos autores não foram identificados.

Insatisfeita com o andamento das investigações, Ismêne articulou o pedido de envio de um delegado de Belo Horizonte, o que ocorreu após a sua morte. Ademais, expressou a pessoas próximas certo constrangimento e nervosismo devido ao fato de algumas pessoas e a própria polícia levantarem suspeitas sobre a veracidade dos acontecimentos. Do ponto de vista de Ismêne, ninguém estava acreditando que ela havia sido realmente vítima de um espancamento e

isso repercutiu sobre sua situação mental e emocional, com o agravamento de um quadro de crises depressivas que a advogada já apresentava anteriormente à situação de agressão.

Nos dias que se seguiram, Ismêne não compareceu ao trabalho, retornando no dia 21 de outubro, um dia antes do óbito. Neste período, fez uma viagem para Uberlândia com sua colega de trabalho, prima e amiga, Maria José, para tentar se distrair e se recuperar da violência sofrida. Maria José, por sua vez, afirmou à polícia que Ismêne chorava muito e demonstrava insatisfação em relação ao andamento das investigações.

No dia 22/10/1985, Ismêne participou de uma reunião com alguns colegas de trabalho, que a chamaram para conversar porque haviam encontrado, em ocasião anterior ao espancamento, cartas escritas por ela em sua mesa de trabalho, e queriam confrontá-la acerca do conteúdo das cartas e da veracidade da violência. Cientes de seu quadro depressivo, os colegas sustentaram que, supostamente, sabiam que a violência sofrida por Ismêne era uma farsa e coagiram-na a pedir demissão em troca da devolução das cópias das cartas.[363] Estas cartas não versavam sobre qualquer situação de violência física ou sexual, mas indicavam despedidas e a intenção de tirar a própria vida.

Ismêne assinou o aviso prévio e dirigiu-se, então, à câmara municipal, onde escreveu outras mensagens de despedida nas quais indicava a realização do suicídio, afirmando o seu desespero por sentir-se desacreditada e incompreendida por todos. Ela defendia, nessas cartas, que o espancamento realmente aconteceu e tinha origem política. Tais cartas continham também detalhes de seu relacionamento com familiares e conhecidos, além de recomendações sobre dívidas, valores existentes em contas bancárias e objetos pessoais.

Depois de escrever as mensagens, Ismêne foi para sua residência e disse à mãe que não gostaria de ser acordada. Por volta das 16h30, Humberto Pedro Casagrande, chefe da Garcafé, chegou à casa de Ismêne para conversar sobre a assinatura do aviso prévio e dar-lhe esclarecimentos sobre os médicos designados pelo delegado a fim de realizarem exames direcionados à apuração da violência sexual. Sendo atendido por sua mãe, Almerinda, soube que Ismêne estava dormindo e insistiu em tentar falar com ela. Ao chamarem-na na porta do quarto, Almerinda e Humberto não obtiveram resposta por parte de Ismêne e, de acordo com Humberto, ela parecia soluçar. Ao entrar no quarto, ele afirmou à polícia que viu marcas de vômito no chão e observou que Ismêne não estava bem. Foi, então, à procura do médico Dr. Walter e o levou ao local, oportunidade em que o médico a examinou e indicou a necessidade de levá-la a um hospital.

Contudo, antes que a ambulância chegasse à residência, Ismêne faleceu. Conforme laudo presente no inquérito, a vereadora veio a óbito por ingestão de um inseticida comumente utilizado para o controle de pragas.

O inquérito policial aberto para investigar as causas da morte de Ismêne, concluiu que ela suicidou. Entretanto, existem controvérsias sobre tal acontecimento. Há informações de que o tubo do inseticida foi encontrado em um terreno baldio localizado ao lado direito do imóvel. Todavia, o quarto da vítima se localizava no lado esquerdo da residência. Além disso, no dia da morte, Ismêne deixou um bilhete para a secretária da câmara municipal que recomendava que ela encaminhasse documentos para o STR de Patrocínio e que fizesse sua inscrição no Congresso de Vereadores que seria realizado em Belo Horizonte, deixando duas fotografias 3X4.

As cartas de Ismêne encontradas pelos colegas de trabalho foram entregues à polícia e houve a apreensão das últimas cartas que ela teria deixado para familiares e amigos antes de se matar. Nesses escritos, foi realizada perícia pelo perito criminal da 10ª Delegacia Regional de Segurança Pública, Antônio Rodrigues de Souza, em 30/10/1985, que atestou a autenticidade dos mesmos. O conteúdo das cartas é de foro íntimo e, possivelmente, apenas Ismêne as teria escrito, já que contêm informações precisas e detalhes pessoais.

Sua irmã mais nova, Islêne Mendes, em depoimento à Comissão da Verdade do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, afirma que as cartas não foram escritas pela irmã. Islêne sustenta, ainda, que encontrou marcas de pés do lado de fora da janela do quarto de Ismêne, o que foi descartado pela polícia à época dos acontecimentos. Como o quarto ficava no segundo andar e possuía uma janela próxima ao muro da residência, caso alguém tentasse chegar a ele pelo lado de fora da casa, teria que subir pelo muro e, inevitavelmente, pisar na parede. O Laudo nº 3906/85 descreve a perícia realizada pelo Instituto de Criminalística na residência de Ismêne:

> Perlustrando ainda o local, a altura entre o piso da parte posterior do imóvel até a janela do quarto de Ismêne Mendes, é de 3,60 metros e na parede correspondente não havia nenhum sinal que evidenciasse uma possível escalada naquele setor. E a janela foi encontrada aberta normalmente.[364]

Por fim, cabe destacar que em uma de suas últimas cartas, Ismêne afirma que a polícia estaria contra ela por ter recusado um suposto pagamento de aluguel

para delegado e tenente. No ano seguinte, os colegas de trabalho da Garcafé foram indiciados por violação de correspondência e omissão de socorro, dada a indicação de pretensão ao suicídio, sendo que o Ministério Público solicitou o arquivamento dos inquéritos em agosto de 1986.

Vítima: Rubens Gabriel dos Santos

Data da morte: 03/01/1987

Local: distrito de Limeira do Oeste, Iturama

No distrito de Limeira do Oeste, local onde três anos antes havia sido assassinado Juraci José Alves, em 03/011987, foi morto o lavrador Rubens Gabriel dos Santos, de 41 anos. O lavrador era casado e foi assassinado pelo carpinteiro Otávio Nogueira Sobrinho, de 43 anos, que foi autuado em flagrante pelo delegado José Carlos de Carvalho. As causas do crime não foram identificadas, mas possivelmente o assassinato foi motivado pelo conflito de terra existente na Fazenda Barreiro, localizada no distrito de Limeira do Oeste. Supõe-se que a motivação tenha sido essa, pois o único documento localizado pela Covemg que se refere ao crime, um recorte do jornal Estado de Minas, foi encontrado em pasta encadernada de documentos recolhidos e produzidos pela CPT de Minas Gerais sobre o assentamento dos posseiros na fazenda Barreiro.[365]

Central

O processo de ocupação do território mineiro iniciou-se a partir de fins do século XVII, com a descoberta das riquezas minerais. Surgiram vários núcleos mineradores, destacando-se Ouro Preto, Sabará e Congonhas. "Em função dessa atividade, desenvolveu-se na periferia da área mineradora, onde os solos eram mais favoráveis às atividades agropastoris, um setor vinculado ao abastecimento da zona de mineração."[366]

Em 1970, a região Central era compreendida pela Região Metropolitana de Belo Horizonte e as áreas periféricas, que viviam em função dos núcleos urbanos da zona metalúrgica. As outras regiões de Minas Gerais apareciam como unidades produtoras de leite, carne e cereais, visando ao abastecimento dessa área urbano-industrial. Apesar de não ter sido uma região com intensos conflitos agrários, como a região do Norte de Minas Gerais, a região Central apresentou dois importantes conflitos fundiários no período pesquisado, um em Três Marias (1961-1964) e outro em Baldim (1967-1988).

O conflito de terra em Baldim ocorreu na fazenda Fortuna, quando cerca de 300 trabalhadores rurais foram expulsos da fazenda de forma violenta em 1967

por fazendeiros que contaram com o apoio da Polícia Militar. Em 1982, eles se organizaram para conseguir a desapropriação da fazenda Caraybas, que era uma parte da fazenda Fortuna. No ano de 1984, o INCRA fez vistoria na área e a cadastrou como latifúndio improdutivo.[367] Em documento reservado da Coseg há a informação que durante o ano de 1983 a Fetaemg, juntamente com a CPT, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Matozinhos, Isaias Sávio Maciel, o padre Jerônimo Nunes e o deputado do PT João Batista dos Mares Guia, estavam cadastrando cerca de 300 ex-posseiros da fazenda Fortuna para reivindicarem a posse das terras a partir da lei da reforma agrária.[368] Em 1985, os posseiros ocuparam as terras e foram novamente expulsos de forma violenta pela polícia.[369] A fazenda Caraybas foi declarada de interesse social para fins de reforma agrária somente em 1987, pelo Decreto nº 94.707.[370] O processo tramitou, em 1988, no Tribunal Federal de Recursos[371] e foi revogado pelo Decreto de 05/09/1991, do ex-presidente Fernando Collor que anulou os efeitos jurídicos de várias desapropriações de interesse social.[372]

A partir da pesquisa realizada sobre o conflito de Três Marias, já descrito neste Capítulo, foi possível identificar o assassinato de Geraldo "Preto" e Pedro Pereira Passos. A seguir serão apresentados 10 casos de assassinatos de camponeses ocorridos na região Central, todos eles necessitando de pesquisas mais aprofundadas.

Vítima: Geraldo "Preto"

Data da morte: primeira semana de abril de 1964
Local: Três Marias

Logo após o golpe militar, tropas do Exército e policiais militares de Minas Gerais ocuparam a ponte em Três Marias, na BR-040, fazendo barricadas e revistando os transeuntes. Em documento do DOPS/MG de 27/08/1964 há o relato Joaquim Viana de Oliveira, cabo da Polícia de Diamantina, que permaneceu nesta região, com um pelotão destacado do "dia da revolução", durante uma semana. Segundo ele:

> Foi nessa oportunidade que, em diligência da qual fazia parte o Auxiliar de Delegado João Siqueira, seu compadre, que encontraram o cadáver de 'Geraldo Preto' debaixo da ponte que cruza o Rio S. Francisco, abaixo da represa; esse indivíduo havia sido assassinado pouco antes e o responsável pelo crime ainda se achava no local, sendo preso.[373]

A referida ponte se localizava próxima à sede do Sindicato Rural de Três Marias. Nas terras abaixo da ponte, margeadas pelo Rio São Francisco, iniciava a área

dos camponeses. Pela proximidade da ponte à região ocupada, a pesquisa tentou levantar se entre os camponeses havia algum Geraldo que poderia ser Geraldo "Preto". No extrato dos Estatutos da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Três Marias de 18/08/1961 foi encontrada a assinatura de Geraldo Francisco da Cruz como um dos associados[374]. Já em carta sem data enviada pelos camponeses de Três Marias aos deputados federais e senadores consta a assinatura de Geraldo Martins [sobrenome incompreensível] e Geraldo Mendes da Silva.[375] Porém, não foi possível verificar se algum deles seria Geraldo "Preto".

Foi João Siqueira, auxiliar de delegado, que em 1º/05/1964, como testemunha no Inquérito Policial Militar instaurado contra Randolfo Fernandes Lima e Raimundo Nonato Pereira, afirmou que Geraldo "Preto" era camponês colaborador do Sindicato Rural.[376] A morte de Geraldo pode ter sido um dos motivos da evasão dos camponeses das terras após o golpe militar, além do medo de serem presos como ocorreu com seus líderes, Randolfo e Raimundo.

Vítima: Pedro Pereira Passos

Data da morte: 07/10/1972
Local: Três Marias

Pedro Pereira Passos era irmão de José Amaro da Silva, artista plástico, escritor e fundador do Memorial do Barreiro Grande, em Três Marias. Eram filhos de Sebastião Amaro da Silva e Maria Conceição Pereira. O pai era pescador e camponês associado à Liga Camponesa de Três Marias e, por isso, sofreu perseguição do fazendeiro Olinto Gonçalves de Melo. As terras onde moravam tinham sido delimitadas por Randolfo Fernandes de Lima, próxima a outras famílias filiadas ao Sindicato Rural de Três Marias, anteriormente denominado Liga Camponesa. Após o golpe militar, Sebastião Amaro da Silva foi preso por três dias na delegacia local, por ter ligação com Raimundo Nonato Pereira, ex-presidente da Liga Camponesa de Três Marias. Outra arbitrariedade que sofreu foi o impedimento do acesso à cidade com a construção de muros ao redor de sua casa, edificados pelo latifundiário Olinto Gonçalves. Esses muros fizeram com que a família se deslocasse apenas por meio do Rio São Francisco, não podendo acessar as estradas de terra que Olinto alegava serem de sua propriedade.

Em depoimento prestado à Covemg, José Amaro da Silva contou sobre o assassinato de seu irmão, Pedro Pereira Passos, em 07/10/1972. Pedro tinha 21 anos [de idade], era pescador e morava com a família nas terras próximas ao Sindicato Rural. Havia a proibição da pesca devido à proximidade da região com a barragem de Três Marias, por isso foi definida como área de Segurança Nacional. Porém, os pescadores necessitavam exercer seu trabalho que geralmente começava de

madrugada para de manhã limparem os peixes e venderem. Pedro continuava pescando na represa da Cemig e exercia certa liderança entre os pescadores impedidos de trabalhar. Sua morte ocorreu de madrugada enquanto pescava na represa. Ele estava acompanhado de um colega e o executor foi o guarda do Exército denominado Teixeira. Este respondeu processo e foi absolvido.[377]

Vítima: José Graciano da Silva

Data do desaparecimento: 1977, corpo encontrado em 10/06/1988
Local: Fazenda Cipó – Fortuna de Minas

As informações sobre o desaparecimento de José Graciano da Silva foram publicadas em reportagem do jornal Estado de Minas de 03/06/1988.

> Onze anos depois, a polícia de Fortuna de Minas esclareceu o assassinato do lavrador José Graciano da Silva, cuja ossada foi encontrada há uma semana numa grota próxima da fazenda Cipó, onde o crime foi cometido. O delegado Sebastião Alves Jesus, há dois anos à frente da delegacia local, reabriu o inquérito e, após várias diligências, indiciou o capataz Geraldo da Silva, o 'Ti Mário', pela autoria do homicídio. O juiz Éber Carvalho de Melo decretou a prisão preventiva do capataz que já está preso na cadeia pública de Fortuna de Minas.[378]

Em 1977, a família do lavrador comunicou à polícia o desaparecimento de José Graciano. Apesar da abertura do inquérito, os policiais encarregados de apurar o caso não localizaram informações que pudessem solucioná-lo. Durante vários anos acreditava-se que José Graciano havia viajado para outro estado sem avisar aos parentes. Porém, alguns boatos surgiram na cidade, apontando Geraldo da Silva como o provável matador do lavrador. Interrogado, ele negou qualquer participação no suposto crime.

Ao assumir a delegacia de Fortuna de Minas, o delegado Sebastião Alves de Jesus retomou as investigações, escalando o detetive Ronald Geraldo Barbosa para apurar o caso. O policial conseguiu avançar nas investigações e descobriu a ocorrência de um sério atrito entre José Graciano e Geraldo da Silva. Novamente interrogado, Geraldo confessou o homicídio e levou a polícia até o local onde escondeu o corpo.[379]

Apesar do assassinato de José Graciano da Silva não estar diretamente relacionado a um conflito agrário ou envolver um agente público, é um caso que mostra como camponeses eram considerados "desaparecidos" e, por vezes, tinham sido assassinados por agentes privados que não eram devidamente investiga-

dos pelos órgãos públicos e, neste caso, o esclarecimento do assassinato só foi possível com a troca do delegado local, no período de abertura democrática. Não foi possível identificar quais foram as penas impostas a Geraldo da Silva e nem os motivos que causaram o atrito entre a vítima e o assassino.

Vítima: Luiz Fernando Reis

Data da morte: 28/04/1985
Local: Senador Modestino Gonçalves

Em 28/04/1985, o vaqueiro Luiz Fernando Reis foi assassinado pelo patrão e fazendeiro, Fortunato Geraldo de Araújo, no município de Senador Modestino Gonçalves. De acordo com o jornal Pelejando,

> Luiz Fernando Reis foi assassinado porque ao atravessar um Rio durante a enchente, o cavalo do fazendeiro foi carregado pelas águas. Comenta-se na região que o fazendeiro ficou 'muito bravo' por ter perdido um cavalo com arreio e por isso matou o vaqueiro. Fortunato Geraldo de Araújo é, segundo a polícia local, o assassino.[380]

O nome de Luiz Fernando Reis aparece como "Luis Fernandes Reis" nas publicações "Camponeses mortos e desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição", "Relatório final: Violações de Direitos no campo 1946 a 1988", "1985. Conflitos de Terra no Brasil", "Assassinatos no Campo: crime e impunidade 1964 a 1985" e "Fetaemg 30 Anos de Luta: 1968-1998".[381]

Vítima: Divino João de Deus
Vítima: Maria da Cruz Vieira
Vítima: João Leite

Data da morte: 02/02/1986
Local: São Domingos do Prata

Em 02/02/1986, Divino João de Deus (37 anos, lavrador), sua mãe, Maria da Cruz Vieira (64 anos, lavradora, viúva), e seu cunhado João Leite (44 anos, metalúrgico) foram assassinados pelo fazendeiro Geraldo Magela de Faria.[382] Consta em documento elaborado pela coordenadoria de conflitos agrários do Mirad/INCRA que:

> o delegado regional de Monlevade, Jairo Lelis Filho, está procurando o pai-de-santo que induziu o pequeno proprietário rural Geraldo Magela de Faria a matar três pessoas a golpes de foice e esmagar as cabeças em um pilão, porque elas planejavam entrar com uma ação na justiça de Alfie, distrito de São Domingos do Prata, para reivindicar parte da propriedade dele.[383]

Geraldo de Faria, 48 anos, também conhecido como Geraldo Maximiniano, foi à casa de seus vizinhos com uma foice e uma "mão" de pilão. Com a foice matou primeiro Maria da Cruz e, em seguida, seu filho, Divino João de Deus, esquartejando seus corpos. Depois massacrou seus crânios com a "mão" de pilão. Andou cerca de dois quilômetros onde estava hospedado João Leite e o matou da mesma maneira. Fátima Maria Vieira Rocha, irmã de Divino João de Deus, presenciou as mortes e descreveu-as ao delegado.

Após a chacina, Geraldo fugiu e se escondeu numa mata fechada próxima ao local do crime. Cerca de 30 policiais, civis e militares, procuraram o assassino e a população de Alfie se revoltou com o crime. Os corpos das vítimas foram enterrados em Timóteo e foram acompanhados de um cortejo fúnebre que saiu de João Monlevade. A última reportagem encontrada sobre o crime registrou que após dois dias Geraldo Magela não tinha ainda sido encontrado pela polícia.[384]

Além da publicação do Mirad/INCRA, os nomes dessas vítimas constam também nas publicações, "Camponeses mortos e desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição" "Relatório final: Violações de Direitos no campo 1946 a 1988" e "1986: Conflitos de Terra no Brasil".

Vítima: Sebastião Ferreira Leite

Data da morte: 15/06/1986
Local: Santa Luzia

No arquivo do CPDA constam as seguintes informações extraídas de documento produzido pela CPT/MG sobre o assassinato do trabalhador rural Sebastião Ferreira Leite:

> No dia 15 de junho, três homens que se diziam policiais, arrombaram a pontapés a porta do barraco da casa do trabalhador. Entraram atirando e um dos tiros acertou a cabeça do lavrador. Sebastião era posseiro, plantava na terra de seu patrão há vários anos.[385]

Na Revista "Fetaemg 30 Anos de Luta: 1968-1998", há registro com o nome de Sebastião Ferreira Leite, informando o ano e o local de seu assassinato.[386]

Vítima: Jair Augusto de Campos

Data da morte: 22/07/1988
Local: Sítio em Patrimônio, zona rural de Barbacena

Jair Augusto de Campos, 45 anos, era lavrador em Patrimônio, zona rural de Barbacena. Em 1970, havia comprado um terreno do seu tio, pai de Joel

Augusto de Campos e João Batista de Campos. Nesse local, Jair plantava feijão, alho, milho e capim para pastagem. Seus primos sabiam que a documentação da venda do imóvel não estava devidamente regularizada, mesmo decorridos 18 anos da compra. Por esse motivo, pressionaram Jair, exigindo Cz$ 60 mil e prometeram solucionar o problema. Para conseguir o dinheiro, Jair vendeu uma vaca e o motor de moer capim.[387]

No dia 22/07/1988, Jair voltava do trabalho com a enxada nas costas quando foi abordado pelos primos, que alegavam não querer mais o dinheiro e, sim, as terras. João Batista de Campos rapidamente pegou a enxada de Jair e lhe golpeou várias vezes na cabeça. A esposa de Jair, Maria Imaculada, tentou socorrer o marido e também foi golpeada pela enxada. A filha do casal, Janete, de 12 anos, foi espancada com um banco de madeira.[388]

Ensanguentada, Maria Imaculada conseguiu pedir ajuda a um vizinho que os levou ao hospital, porém, Jair não resistiu e faleceu. Maria passou por cirurgia e Janete recebeu medicação.[389] Mãe e filha sobreviveram e contaram a barbárie. Os criminosos se apresentaram à polícia, porém não foram presos.[390]

O nome de Jair Augusto de Campos é citado nas publicações "Camponeses Mortos e Desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição", "Relatório final: Violações de Direitos no campo 1946 a 1988", "1988: Conflitos de Terra no Brasil" e "Fetaemg 30 Anos de Luta: 1968-1998", porém o município de morte aparece como Prata, ao invés de Patrimônio, distrito pertencente ao município de Barbacena.[391]

Vítima: Não Identificada

Data da morte: 1988
Local: Santa Luzia

As poucas informações desse caso estão nas publicações "Camponeses Mortos e Desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição" e "Relatório final: Violações de Direitos no campo 1946 a 1988", que informam que a vítima cujo nome não foi possível identificar era lavrador, do sexo masculino e foi assassinado por agente privado em Santa Luzia.[392]

Centro-Oeste

A região Centro-Oeste de Minas está situada entre os rios Grande, Pará e São Francisco e possui duas usinas hidrelétricas em áreas limítrofes ao seu território, ao sul, Furnas, e ao norte, Três Marias. De acordo com o censo do IBGE de 1970, essa região distinguia-se pela produção de ferro gusa. Já em relação às

atividades agropastoris, a região era marcada pela criação extensiva de gado de corte e produção de leite, a agricultura era praticada em pequenas propriedades e a produção de carvão vegetal visava ao abastecimento dos altos fornos de ferro gusa. Divinópolis era a principal cidade, onde se situava o importante entroncamento da Viação Férrea Centro-Oeste.

No período pesquisado foram encontrados poucos registros de conflitos de terras na região, porém há a confirmação de uma morte relacionada à disputa fundiária.

Vítima: Luiz Jesus Campos

Data da morte: 28/05/1986

Local: estrada que ligava Santana da Prata à região de "Pinduquinha", próximo ao município de Conceição do Pará

Luiz Jesus Campos nasceu em 16/11/1946, era filho de João Viega Campos e Geralda Patrício e foi casado com Maria José Mota. Luiz Jesus era lavrador no município de Conceição do Pará e tinha 39 anos quando foi assassinado pela família de seu primo Otávio Faria Patrício, no dia 28/05/1986.[393]

Luiz Jesus Campos e Otávio Faria Patrício moravam em terras vizinhas que foram de seus falecidos avós. Essas terras localizavam-se na estrada que ligava Santana da Prata à região de "Pinduquinha", próximo ao município de Conceição do Pará. Os primos tinham relacionamento conflituoso por causa da divisa entre suas terras e não se falavam, pois Otávio queria demarcar e providenciar uma cerca divisória e Luiz não concordava, uma vez que Otávio não possuía a documentação legal. O crime aconteceu no momento em que Otávio estava construindo uma cerca de demarcação de terras, acompanhado de seus três irmãos (Antônio Iolando Faria, Vicente de Paula Patrício e João Patrício Filho) e dos primos (Geraldo Fernandes e Antônio Fernandes Viegas). Geraldo e Antônio Fernandes não sabiam que a cerca estava sendo levantada sem o consentimento de Luiz Jesus e foram até o local a pedido do tio, João Mariano Patrício, pai de Otávio.[394]

No horário do almoço, João Mariano Patrício foi até o local onde a cerca estava sendo construída para levar marmita para os filhos. Segundo informações da investigação policial, Luiz Jesus apareceu no local em seguida, enquanto levava ração para o gado. Ele estava de bicicleta quando viu a família de Otávio construindo a cerca e tentou argumentar que eles não estavam agindo de forma correta e exigiu os documentos que provassem a legalidade daquele ato. Houve

discussão e Luiz Jesus pegou uma das foices da família de Otávio, que estes utilizavam para construir a cerca, e caminhou em direção a Otávio. Nesse ínterim, João Mariano e Vicente (pai e irmão de Otávio) imobilizaram Luiz Jesus enquanto Otávio atirou três vezes à queima roupa.[395] Segundo o laudo de necrópsia, destes três tiros, dois acertaram Luiz, um no tórax e outro no joelho.[396]

Apesar de João Mariano Patrício e Vicente de Paula Patrício terem participado do crime, imobilizando Luiz de Jesus, somente Otávio Faria Patrício respondeu a inquérito policial. O processo demorou mais de seis anos e Otávio Faria Patrício foi condenado por homicídio culposo em 27/08/1991. A pena foi de um ano em regime aberto, sem a necessidade de apresentar-se trimestralmente ao juízo.

O nome de Luiz Jesus Campos é citado na relação de trabalhadores rurais vítimas da violência no campo em 1986 na Revista "Fetaemg 30 Anos de Luta: 1968-1998" e também na publicação do Mirad/INCRA "Conflitos de Terra, Vol II, 1986".

Jequitinhonha e Mucuri

Os vales do Jequitinhonha e Mucuri estão localizados no Nordeste de Minas Gerais e cada um deles constitui uma região de planejamento do estado, que aqui também serão consideradas conjuntamente, devido às semelhanças. No século XIX, com a queda na produção de ouro e diamantes ocorrida no final do século XVIII, acentuou-se um processo de migração em direção ao Baixo Jequitinhonha e ao Mucuri, regiões ainda quase inexploradas. Essas regiões possuíam terras férteis, sem dono e com índios a serem "preados", o que atraiu migrantes que não detinham muitas posses.[397] Mas essas pessoas não se fixavam na terra, era um povoamento errante, pois os posseiros iam em busca da fertilidade e quando a terra se esgotava saíam à procura de novas terras.

Esse processo de ocupação foi estimulado pelo Estado, principalmente por meio de incentivos fiscais. No entanto, ele foi desestruturado com a chegada de fazendeiros, principalmente de gado e, posteriormente, de grandes empresas interessadas em recursos naturais. Assim, chancelados pelo Estado, esses grupos começaram a expulsar os posseiros das terras.[398] Muitos migraram para as grandes cidades, outros passaram a trabalhar na terra, como agregados, em péssimas condições de trabalho.

Nos anos 1960, os recursos naturais minguaram e as interdições dos fazendeiros aumentaram. À medida que a fazenda impunha regras mais rígidas, os agregados reagiam e a violência aumentava.[399] Somado a isso, nesse período,

ocorreu também a chegada de madeireiros e grileiros na região, aumentando as tensões. Dessa forma, após o golpe de 1964, a ação do Estado e da iniciativa privada intensificou a violência na região. A implementação de grandes projetos agropecuários, com o apoio do poder público, ampliou o número de conflitos por terra.[400] Além desses projetos, esse período foi marcado também pela expansão da cafeicultura e de empresas de reflorestamento, incentivadas pelo Estado por meio de crédito, infraestrutura e benefícios fiscais. Esses fatores foram preponderantes para que muitos trabalhadores rurais fossem expulsos da terra, sendo alguns deles assassinados.

A pesquisa realizada pela Covemg localizou 19 assassinatos ocorridos nos vales do Jequitinhonha e Mucuri que serão descritos a seguir.

Vítima: Arlindo Soares da Silva

Data da morte: 22/10/1983
Local: Frei Gaspar

O nome de Arlindo Soares da Silva, o ano, o local de sua morte e que foi assassinado por agente privado constam nas publicações "Camponeses mortos e desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição", "Relatório final: Violações de Direitos no campo 1946 a 1988", "Assassinatos no Campo: crime e impunidade 1964 – 1985" e "Fetaemg 30 anos de luta: 1968 a 1998". Em exemplar do jornal Pelejando que relata sua morte existe apenas a descrição de Arlindo como um "grande batalhador pelo direito dos pequenos proprietários que devem ao Banco."[401]

Vítima: Joaquim Teixeira Jardim

Data da morte: 21/01/1984
Local: Poté

Joaquim Teixeira Jardim era lavrador e residia na cidade de Poté (MG). Ele vinha sofrendo constantes ameaças de José Natalense Pessoa de Matos para que deixasse suas terras. Diante dessa situação, em 21/01/1984, Joaquim Teixeira Jardim cometeu suicídio ingerindo veneno.

José Natalense era conhecido pelas diversas violências cometidas contra os lavradores da região, chegando a atentar contra a vida de Amador de Oliveira no ano de 1985 em razão de conflitos por terra.[402]

O nome de Joaquim Teixeira Jardim é citado na relação de trabalhadores rurais vítimas da violência no campo em 1984 na Revista "Fetaemg: 30 Anos de Luta. 1968-1998".

Vítima: Augustavo Gomes da Silva

Data da morte: 24/04/1984
Local: Berilo

Augustavo Gomes da Silva era lavrador no município de Berilo. Ele foi assassinato em 24/04/1984 por meio de uma emboscada armada a mando do grileiro José Roberto Magalhães, conhecido na região como Zé Fonseca, que cobiçava as terras de Augustavo.

Augustavo era casado com Joana Alves Amaral e as terras em que viviam pertenciam à família da esposa. José Roberto ameaçava Augustavo constantemente e em diversas ocasiões o denunciou ao delegado municipal de Berilo, Antônio Sales Amaral, que também ameaçava o lavrador na tentativa de fazê-lo abandonar a área.

De acordo com registro do jornal Tribuna Operária, José Roberto chegou a dizer que: "se o lavrador teimasse em ficar na terra, que ele o mataria, e que seria o mesmo que matar um porco." [403]

Em certa ocasião, José Roberto ameaçou o lavrador com uma arma, mas Augustavo conseguiu tomá-la das mãos do grileiro e atirou, acertando-o de raspão. Posteriormente, o lavrador entregou a arma na delegacia de Berilo. Após esse episódio, as ameaças se intensificaram e eram dirigidas também ao cunhado de Augustavo, Valdemar Amaral Alves.[404]

No dia 24/04/1984, o lavrador foi pego em uma emboscada organizada por José Roberto, acompanhado do filho Milton José Magalhães e do capataz da fazenda do grileiro, Cirilo Gouveia Souza. Eles teriam cortado a ligação de água da casa de Augustavo e o surpreendido enquanto ele se encaminhava para concertá-la. O lavrador foi assassinado com quatro tiros e quatro facadas e ainda teve as orelhas decepadas pelos executores.[405]

O nome de Augustavo consta nas publicações "Camponeses mortos e desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição", "Relatório final: Violações de Direitos no campo 1946 a 1988", "Assassinatos no Campo: crime e impunidade 1964 – 1985" e "Fetaemg 30 anos de luta: 1968 a 1998".

Vítima: Jorge Rodrigues Caldeira (Caldas)

Data da morte: 22/12/1984
Local: Virgem da Lapa

Jorge Rodrigues Caldeira, de 33 anos, era posseiro, casado e possuía uma filha quando foi assassinado no município de Virgem da Lapa. Ele foi morto pelo fazendeiro José Barreto Prates, para quem trabalhava ocasionalmente.

No dia do homicídio José Barreto impediu a passagem de Jorge pelo único acesso que havia entre o município e o povoado onde morava e, depois disso, o assassinou. Em carta[406] enviada pela viúva de Jorge à Fetaemg ela afirma que seu marido trabalhava vendendo dias de serviço para a família de José Barreto desde criança e que uma semana antes do crime havia trabalhado para o fazendeiro e ainda não tinha recebido.

O nome de Jorge Rodrigues Caldeira (ou Caldas) é citado nas publicações "Camponeses mortos e desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição", "Relatório final: Violações de Direitos no campo 1946 a 1988", "Assassinatos no Campo: crime e impunidade 1964 – 1985", "Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos" e "Fetaemg 30 anos de luta: 1968 a 1998".

Vítima: José Gomes da Silva

Data da morte: 1º/02/1985

Local: Capelinha

José Gomes da Silva foi dirigente sindical e militava junto ao movimento dos boias-frias, no município de Capelinha. Ele foi assassinado a tiros no dia 1º/02/1985, aos 47 anos, próximo a sua casa.

Segundo os registros dos jornais da época o assassino foi o fazendeiro e gerente do banco Minas-Caixa, Arcedino Jardim Meira.[407] Arcedino cobiçava as terras da vítima e havia tentado passar uma cerca por elas. Diante do ocorrido, José Gomes recorreu ao escritório da Ruralminas e ao STR de Capelinha conseguindo que fosse embargada a medição feita para a construção da cerca, o que segundo testemunhas não agradou ao fazendeiro.[408] No dia do crime, Arcedino teria procurado José Gomes da Silva e tentado obrigá-lo, com ameaças, a assinar um documento que dizia que as terras da vítima pertenciam a ele, Arcedino. José Gomes teria novamente procurado o Sindicato para denunciar as ameaças. No mesmo dia, 1º/02/1985, horas mais tarde, José Gomes foi encontrado morto.

Três meses após o assassinato, Arcedino foi indiciado em processo por homicídio e, segundo consta no jornal Informativo da Terra, teria dito que: "diversos crimes acontecidos em Capelinha continuam impunes e que esse cometido por ele [Arcedino] poderia também permanecer com a autoria desconhecida."[409]

O nome de José Gomes da Silva consta nas publicações "Camponeses mortos e desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição", "Relatório final: Violações de Direitos no campo 1946 a 1988", "Assassinatos no Campo: crime

e impunidade 1964 – 1985", "Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos", "Conflitos de terra, vol. I, 1985", "Conflitos de terra no Brasil, 1985" e "Fetaemg 30 anos de luta: 1968 a 1998".

Vítima: Eli Braga Coelho

Data da morte: 20/03/1985
Local: Itamarandiba

Eli Braga Coelho era posseiro e possuía 59 anos quando foi assassinado. Os responsáveis pelo crime foram os grileiros Geraldo Lourenço de Almeida e Amazo Abelim, que já vinham ameaçando os posseiros da região para que deixassem as terras.

Eli Braga residia e trabalhava na propriedade desde seu nascimento e lá plantava milho, arroz e feijão para subsistência. Ele liderava cerca de 10 famílias de posseiros que moravam, muitos deles, há mais de 50 anos em uma área de aproximadamente 120 hectares, que tentavam na Justiça conseguir a posse definitiva. Essa terra era cobiçada por Geraldo Lourenço e, na Justiça, o processo já estava bem encaminhado em favor das famílias de posseiros.[410]

No dia 20/03/1985, as ameaças feitas a Eli Braga foram cumpridas e ele foi morto pelos grileiros com três tiros, dois no peito e um nas costas. Após a morte de Eli Braga, os grileiros ameaçaram outro posseiro da região de apenas 19 anos.

O nome de Eli Braga consta nas publicações "Camponeses mortos e desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição", "Relatório final: Violações de Direitos no campo 1946 a 1988", "Assassinatos no Campo: crime e impunidade 1964 – 1985", "Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos", "Conflitos de terra no Brasil, 1985" e "Fetaemg 30 anos de luta: 1968 a 1998".

Vítima: Alceu Ribeiro
Vítima: José Felix

Data da morte: 23/03/1985
Local: Malacacheta

Alceu Ribeiro e José Félix eram lavradores e foram assassinados no dia 23/03/1985, pelos irmãos Sebastião Pego e Odilon Pego, devido a uma disputa de terras em Malacacheta. O nome de Alceu Ribeiro e de José Félix, a data e o local de suas mortes constam nas publicações "Camponeses mortos e desapa-

recidos: Excluídos da Justiça de Transição", "Relatório final: Violações de Direitos no campo 1946 a 1988", "Conflitos de Terra 1985, vol. I" e "1985 Conflitos de Terra no Brasil". Já nas publicações "Assassinatos no campo crime e impunidade 1964-1986" e "Fetaemg 30 anos de luta: 1968 a 1998", o nome de José Félix aparece como José Felipe. A Covemg não localizou outras informações sobre esses assassinatos.

Vítima: Sebastião Gomes Pereira

Data da morte: 1º/04/1985
Local: Malacacheta

O lavrador Sebastião Gomes Pereira, 52 anos, era casado e tinha seis filhos quando foi assassinado. Ele foi atingido por quatro tiros no dia 1º/04/1985, proferidos por pistoleiro não identificado. O mandante do crime foi o fazendeiro Gerson Rocha Silva.

O homicídio foi motivado por conflito de terras. Gerson Rocha cobiçava as terras de Sebastião Gomes Pereira, que sofreu ameaças durante cinco anos para que saísse do local, uma área de 50 hectares localizada a 16 quilômetros do município de Malacacheta. O conflito já havia sido denunciado nas delegacias de polícia de Teófilo Otoni, Ladainha e Malacacheta.[411]

O nome de Sebastião Gomes Pereira consta nas publicações "Camponeses mortos e desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição", "Relatório final: Violações de Direitos no campo 1946 a 1988", "Assassinatos no Campo: crime e impunidade 1964 – 1985" e "Fetaemg 30 anos de luta: 1968 a 1998".

Vítima: Francisca Prata

Data da morte: 02/08/1985
Local: Carbonita

Francisca Prata era lavradora e possuía 35 anos quando foi assassinada com dois tiros na cabeça pelo policial João Aventura, no município de Carbonita. Francisca foi morta ao tentar ajudar o marido Jorge Prata, que havia sido baleado na perna pelo mesmo policial.

Jorge teria prendido no curral de suas terras três animais que invadiram a propriedade e estavam estragando a plantações, para devolvê-los ao proprietário. O lavrador reivindicava uma indenização pelos danos causados à plantação pelos animais. Se recusando a pagar a indenização, o proprietário dos animais se dirigiu às terras da vítima, acompanhado pelo policial João Aventura e por um juiz de

paz, na tentativa de obrigar Jorge a devolver os animais. Ao se recusar, Jorge foi ferido na perna pelo policial João Aventura e, quando Francisca foi tentar ajudar o marido, o policial a acertou com dois tiros na cabeça.[412]

O nome de Francisca Prata consta nas publicações "Camponeses mortos e desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição", "Relatório final: Violações de Direitos no campo 1946 a 1988", "Assassinatos no campo crime e impunidade: 1964-1986", "Conflitos de Terra no Brasil, 1985" "Conflitos de Terra, 1985, vol I" e "Fetaemg 30 anos de luta: 1968 a 1998".

Vítima: José Esteves Viana

Data da morte: 02/10/1985
Local: Novo Cruzeiro

José Esteves Viana era lavrador e tinha 37 anos quando foi assassinado pelo pistoleiro Pelé em uma emboscada. Seu nome, o ano e o local de sua morte constam nas publicações "Camponeses mortos e desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição", "Relatório final: Violações de Direitos no campo 1946 a 1988", "Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos", "Assassinatos no campo crime e impunidade: 1964-1986", "Conflitos de Terra no Brasil, 1985" e "Fetaemg 30 anos de luta: 1968 a 1998". Porém, não foram encontradas informações adicionais sobre o caso.

Vítima: José Nunes Ferreira

Data da morte: 12/03/1985
Local: Poté

José Nunes Ferreira, 52 anos, era lavrador e foi assassinado enquanto fazia a colheita da sua plantação de milho no dia 12/03/1985. Ele tinha problemas de saúde em virtude de um atropelamento que havia sofrido e sobrevivia plantando em uma faixa de terra do estado às margens da rodovia Rio-Bahia, no município de Poté. Ele foi assassinado por um homem conhecido como Jamil, que, segundo as fontes consultadas, tinha conflitos com José Nunes por causa da plantação.[413]

O nome de José Nunes Pereira consta nas publicações "Camponeses mortos e desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição", "Relatório final: Violações de Direitos no campo 1946 a 1988", "Assassinatos no campo crime e impunidade 1964-1986", "Conflitos de terra, vol I, 1985", "Conflitos de Terra no Brasil, 1985" e "Fetaemg 30 anos de luta: 1968 a 1998".

Vítima: Não Identificada

Data da morte: fevereiro de 1986
Local: Virgem da Lapa

As poucas informações sobre esse assassinato constam na publicação "Conflitos de Terra, vol.II, 1986", que informa que a vítima foi morta por policial após tortura, em fevereiro de 1986, na cidade de Virgem da Lapa.

Vítima: Jorge Passos

Vítima: Maria Rosa Passos

Data da morte: 16/04/1986
Local: Frei Gaspar

Jorge Passos e Maria Rosa Passos eram filhos do lavrador Otacílio Souza Passos e foram assassinados a tiros em 16/04/1986 por pistoleiros que agiam a mando do grileiro João Pereira de Souza. No ano de 1976, o pai de Jorge Passos, Otacílio Souza Passos comprou duas terras herdadas por Flausomiro Rodrigues Salomão, ficando com a documentação de uma delas. No mesmo ano, a senhora Lina Alves de Oliveira comprou todas as terras da mesma herança. A partir de 1982, o filho de Lina, o grileiro João Pereira de Souza, passou a ameaçar Otacílio, para que ele saísse das terras.[414]

Preocupado com as ameaças, Otacílio cercou a propriedade. No dia 16/04/1986, o grileiro, acompanhado de 11 pistoleiros, derrubou a cerca e invadiu a propriedade, dirigindo-se a casa do lavrador, que mandou seu filho Jorge Passos buscar ajuda no Sindicato de Trabalhadores Rurais. Enquanto isso, um dos pistoleiros atirou em direção à casa de Otacílio, acertando sua filha Maria Rosa Passos, que não resistiu aos ferimentos e morreu. Otacílio revidou acertando um dos pistoleiros e o grileiro João Pereira de Souza e em seguida conseguiu fugir com a família. Entretanto, os pistoleiros encontraram o filho de Otacílio, Jorge Passos, na estrada e atiram a queima roupa.[415]

Os nomes de Jorge e Maria Rosa Passos constam nas publicações "Camponeses mortos e desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição", "Relatório final: Violações de Direitos no campo 1946 a 1988", "Conflitos de terra, vol II, 1986" e "Conflitos de terra no Brasil, 1986". Na revista "Fetaemg 30 anos de luta: 1968 a 1998" existe referência apenas ao assassinato de Jorge Passos.

Vítima: Aristides Gonçalves Pereira

Data da morte: 07/05/1986
Local: Ladainha

Aristides Gonçalves Pereira era trabalhador rural e morava há 40 anos no Sítio Caiapó quando foi assassinado. As terras que ele e sua família habitavam perten-

ciam à família de sua esposa antes de serem compradas por ele. Porém, cerca de 30 anos antes de seu assassinato, teve início um conflito pela posse da terra, que envolveu o fazendeiro José Ramalho dos Santos, que procurava incorporar as terras de Aristides às suas.[416]

José Ramalho teria feito uma nova medição em suas terras e, no dia 07/05/1986, quando Aristides se dirigia à cidade de Teófilo Otoni para denunciar a situação, foi assassinado na estrada por Virgílio[417], genro do fazendeiro, que confessou o crime. [418] O corpo de Aristides Gonçalves Pereira só foi encontrado pela polícia três dias depois.

O nome de Aristides Gonçalves Pereira é citado na relação de trabalhadores rurais vítimas da violência no campo em 1986 na Revista "Fetaemg 30 Anos de Luta: 1968-1998".

Vítima: Joaquim José Xavier

Data da morte: 10/11/1986
Local: Fazenda Montanha, Rio do Prado

Joaquim José Xavier era trabalhador rural na fazenda Montanha, localizada no município de Rio do Prado e foi despedido após quatro anos de trabalho. Entrou na Justiça contra o proprietário da fazenda reclamando direitos trabalhistas e ganhou a ação. A partir de então, o trabalhador foi impedido pelo proprietário, Rubens Lacerda, de passar pela fazenda. No entanto, Joaquim Xavier começou a trabalhar como boia-fria em uma fazenda vizinha (de propriedade de Gino Carvalho dos Santos) e era obrigado a atravessar a fazenda Montanha, pois aquele seria o único acesso.

Joaquim José Xavier foi assassinado em 10/11/1986 por volta das 16h, quando retornava da fazenda onde trabalhava. Ele foi morto por Natael Lacerda, irmão de Rubens Lacerda, com tiros de cartucheira. Segundo o sargento Denair Oliveira, a arma do crime foi encontrada próxima à casa de Natael.[419]

Conforme a CPT, "o delegado de Rio do Prado, Joviano Pereira Braga, encaminhou a ocorrência para o delegado de polícia de Almenara, Mauro Santiago Neves, que irá conduzir o inquérito policial".[420] No entanto, a Covemg não conseguiu localizar o inquérito.

O nome de Joaquim Xavier consta nas publicações "Camponeses mortos e desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição", "Relatório final: Violações de

Direitos no campo 1946 a 1988", "Conflitos de Terra no Brasil, 1986" e "Conflitos de Terra, vol II, 1986".

Vítima: José Dias de Matos

Data da morte: 04/01/1988
Local: Itaobim

José Dias de Matos era secretário do STR de Itaobim e possuía 60 anos quando foi assassinado. Ele era conhecido pelo seu trabalho em defesa dos trabalhadores rurais da região e por sua militância nas CEBs da Igreja Católica.[421]

Ele foi vítima de uma emboscada no dia 04/01/1988 por volta das 11h30, enquanto transportava uma carga de mandioca, fruto de seu trabalho. José Dias recebeu um tiro de cartucheira no pescoço, que o matou imediatamente. O autor do crime foi Alcides Gonçalves Barbosa, e o mandante, o fazendeiro Dejaniro Gil de Souza.

De acordo com as informações contidas nos registros da CPT-MG e do Cedefes, uma das possíveis motivações para o crime seria o fato de José Dias defender os direitos de outro trabalhador rural ameaçado de demissão pelo fazendeiro, que, por isso, vinha ameaçando o sindicalista.[422]

Os responsáveis foram intimados a prestar esclarecimentos à polícia e Dejaniro haveria dito que preferia morrer a depor. Dejaniro tentou se matar jogando seu carro no rio enquanto passava pela ponte do Rio Jequitinhonha, foi socorrido e encaminhado ao hospital, porém fugiu antes de receber alta. Alcides Gonçalves também fugiu.[423]

O nome de José Dias de Matos consta nas publicações "Camponeses mortos e desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição", "Relatório final: Violações de Direitos no campo 1946 a 1988", "Conflitos de terra no Brasil, 1988" e "Fetaemg 30 Anos de Luta: 1968-1998".

Vítima: João Dutra

Data da morte: 1988
Local: Araçuaí

O nome de João Dutra, o ano e o local de sua morte constam nas publicações "Camponeses mortos e desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição", "Relatório final: Violações de Direitos no campo 1946 a 1988", "Conflitos de terra no Brasil, 1988" e "Fetaemg 30 Anos de Luta. 1968-1998".

Em relato feito à Comunidade Setúbal, zona rural de Araçuaí, aparecem os seguintes detalhes:

> Aqui em nossa comunidade um fazendeiro (Cenivaldo) matou a tiros e facadas um trabalhador (João Dutra). Esse fazendeiro foi um grande perseguidor dos pequenos e até agora nada aconteceu com ele. Hoje é um dos grandes fazendeiros porque tomou parte das terras dos pequenos trabalhadores. Nossa comunidade reza para que a justiça divina reine sobre a terra.[424]

A Covemg não localizou outras informações sobre o assassinato nas fontes analisadas.

Noroeste

O povoamento da região Noroeste ocorreu a partir do século XVII, quando foram criadas as primeiras fazendas de gado. É a região menos densamente povoada de Minas Gerais. Em 1988, a Fetaemg assim a descreveu:

> A região Noroeste é uma área de grandes proporções, predominantemente marcada por latifúndios desocupados, sem exploração econômica nenhuma, ou com a exploração de reflorestamento em terras agricultáveis. A pecuária é bastante presente e, em termos de agricultura, o forte são as monoculturas para exportação, como a soja, que se desenvolve a região, ao mesmo tempo expulsa o trabalhador rural, por ser uma lavoura totalmente mecanizada. [...]. Nesta região é comum haver um único proprietário para mais da metade da área de um município.[425]

De acordo com dados do Censo realizado em 1980 pelo IBGE, a região se estendia por cerca de 60 mil quilômetros quadrados, cobrindo quase 10% de Minas Gerais. Sendo que 46% dos imóveis possuíam menos de 100 hectares e ocupavam 5,6% da área, enquanto 7,4% dos imóveis possuíam mais de mil hectares e ocupavam 54% da região.[426]

Devido à alta concentração da exploração de terras, a região foi palco de muitos conflitos agrários no período de 1961 a 1988. De acordo com a advogada da Fetaemg Sônia Mara de Souza Prata, que trabalhou na região na década de 1980:

> a região do Noroeste de Minas era onde mais havia expulsão do homem da terra, do campo. E predominava naquela época várias áreas de posseiro que tava sendo expulso da terra, que era fazenda Tabocas, fazenda Barreirinho, fazenda São Pedro, eram vários conflitos de expulsão das famílias pra cidade.[427]

A pesquisa realizada pela Covemg localizou diversos casos de expulsões de posseiros na região. Tramitavam, na década de 1980, muitos processos de desapropriação das áreas, como nas fazendas Bom Jesus e Guariroba, situadas em Paracatu; Mimoso e Rancharia, localizadas no município de Arinos; Saco Grande, Bálsamo, Tabocas, Barrerinho, São Pedro, Cipó, Picos, Extrema e Salitre, no município de Unaí; Barreirão e Prata dos Netos, no município de Presidente Olegário; Mamoneiras, Saco do Rio Preto, Assa Peixe e Riacho dos Cavalos, no município de Bonfinópolis de Minas; e Curralinho, no município de João Pinheiro.

A maior parte dessas expulsões foi feita de forma violenta e, em alguns casos, provocou até mesmo a morte de trabalhadores rurais. A pesquisa localizou seis assassinatos e um desaparecimento na região, que serão descritos a seguir.

Vítima: José dos Reis Soares

Data da morte: 15/10/1983
Local: Paracatu

José dos Reis Soares era trabalhador rural e foi assassinado na fazenda Jambreiro, localizada no município de Paracatu, no dia 15/10/1983. A fazenda pertencia a Joaquim Pedro da Silva Neiva. Após a morte do trabalhador foi aberto inquérito policial, no entanto, o fazendeiro Joaquim Neiva, possivelmente o mandante do crime, facilitou a fuga do assassino, Francisco Filho,

> fornecendo-lhe um caminhão para o transporte da mudança que foi levada para uma pequena cidade no canal de São Simão, divisa com Goiás e Mato Grosso, quem levou sua mudança foi um motorista por nome Lázaro, que também trabalhava para o Sr. Joaquim Pedro, na mesma fazenda.[428]

O crime foi denunciado ao STR de Paracatu no dia 24/10/1983 por José Luiz Soares e Pedro Pereira dos Santos, sendo o primeiro irmão da vítima e o segundo, seu cunhado. Contudo, não é possível afirmar as causas que levaram ao assassinato.

Vítima: Paulista

Data da morte: 1983
Local: Unaí

Paulista era posseiro na fazenda Saco Grande, no município de Unaí. De acordo com a CPT, ele foi assassinado pelo grileiro Marcelino Martins Carneiro ou por Geraldo Martins Carneiro.[429] Esse apelido consta nas listagens e informações sobre mortes e desaparecimentos no campo, existentes nas publicações "Camponeses Mortos e Desaparecidos excluídos da Justiça de Transição",

"Relatório final: Violações de Direitos no campo 1946 a 1988", "Fetaemg 30 Anos de Luta: 1968-1998" e "Assassinatos no campo: crime e impunidade, 1964-1986". A pesquisa realizada pela Covemg não conseguiu apurar mais informações sobre Paulista, como nome, data precisa do assassinato e causa do crime.

Vítima: Otávio Ferreira Gonzaga

Data do desaparecimento: **07/01/1985**
Local: **Bonfinópolis de Minas**

Otávio Ferreira Gonzaga era trabalhador rural e desapareceu no dia 07/01/1985, após sair para trabalhar em uma carvoaria localizada a cerca de 80 quilômetros de Unaí. Ele saiu junto com seu patrão Armando, conhecido como "Gordo". No dia seguinte, Armando retornou até a casa de Otávio para entregar uma cesta de alimentos que, segundo ele, havia sido enviada pelo trabalhador. No dia 9 do mesmo mês, Armando novamente foi até a casa de Otávio com objetos pessoais do trabalhador e informou à família que ele havia desaparecido. A secretaria de Segurança Pública solicitou à delegacia de polícia de Unaí que tomasse as providências cabíveis.[430] No entanto, para a Covemg, não é possível afirmar as causas que levaram ao assassinato.

Vítima: Raimundo de Deus Vieira

Data da morte: **19/02/1985**
Local: **João Pinheiro**

No dia 05/02/1985, Raimundo de Deus Vieira, trabalhador rural, foi detido na pensão Iracema, na cidade de João Pinheiro, sob a suspeita de roubo de gado. Ficou preso até o dia 8 do mesmo mês, quando foi ouvido em cartório e liberado. A partir de então, Raimundo de Deus passou a reclamar de profundas dores na altura do estômago e foi internado no Hospital São Lucas, na cidade de Patos de Minas, onde faleceu no dia 19/02/1985. Seu genro, Argemiro Moreira da Silva, após a morte do sogro, apresentou representação contra dois policiais de João Pinheiro, um policial militar conhecido como "Bigode" e outro policial civil conhecido como detetive Rogério, alegando que Raimundo de Deus havia sido espancado durante o período em que ficou detido e morrido em consequência dessa violência.[431]

O nome Raimundo de Jesus Vieira, e não Raimundo de Deus Vieira, consta nas publicações "Camponeses Mortos e Desaparecidos excluídos da Justiça de Transição", "Relatório final: Violações de Direitos no campo 1946 a 1988" e "Assassinatos no campo: crime e impunidade, 1964-1986". De acordo com as informações pesquisadas, trata-se da mesma pessoa.

Vítima: Júlio Rodrigues de Miranda

Data da morte: 06/10/1985

Local: Bonfinópolis de Minas

Júlio Rodrigues de Miranda, filho de Cândida Rodrigues Miranda, nasceu na roça, em 26/08/1941, no município de Bonfinópolis de Minas. Era casado com Cipriana da Cruz Rodrigues, com quem teve oito filhos e, no período em que foi assassinado, vivia na fazenda Riacho dos Cavalos, localidade Mandiocal, no mesmo município. Foi sócio-fundador do STR de Unaí e sua filha, Maria Aparecida Rodrigues de Miranda, foi presidente do mesmo Sindicato.

Júlio e Cipriana fixaram moradia na referida fazenda no ano de 1962. Tratava-se de uma grande área, cujo dono era desconhecido. Os termos da permissão para o uso da terra foram informais, acertados com um preposto que se apresentava como "gerente". Receberam a terra "nua" e, com o trabalho realizado em mutirão, junto com outros posseiros, construíram moradias e roças. Segundo carta aberta enviada pela Fetaemg:

> Desde 1972, ano em que a fazenda foi adquirida por Boaventura e seu irmão Edmundo, essas famílias começaram a sofrer todo tipo de ameaça. Impuseram às famílias o pagamento da parceria da produção de 50% (meia), muito embora elas recebessem a terra nua, tirando assim a condição de sobrevivência; jogavam capim em quase todas as lavouras e colocavam o gado para comer o pouco que as famílias plantavam; destruíam cercas e queimavam casas. Em 1982, derrubaram a casa do trabalhador Júlio (assassinado). Também em 1982 foi ameaçado de morte o menor Itamar Rodrigues de Miranda, de 13 anos, filho de Júlio.[432]

No dia 06/10/1985, após mais de 20 anos de residência na fazenda, num domingo pela manhã, Júlio Rodrigues, com 44 anos, foi assassinado por Boaventura Moreira Magalhães, que, no mesmo ato, baleou sua esposa Cipriana, pelas costas, quando ela tentava socorrer o marido, configurando dois crimes. O suposto dono da terra chegou na comunidade armado com um revólver [calibre] 38, acompanhado por dois jagunços, também armados. Perguntou a Júlio Rodrigues onde se encontrava sua filha, Maria Aparecida, que era a presidente do STR de Unaí, atuante em toda a região. Boaventura procurava por Maria Aparecida, mas como ela não estava, logo disparou um tiro no rosto de Júlio, disparou o segundo tiro contra Cipriana, pelas costas, e um terceiro tiro fatal, no peito de Júlio. De acordo com o jornal Pelejando de novembro de 1985,

> Seu Júlio, pai de Maria Aparecida, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Unaí-MG, era um homem esclarecido e firme na luta. Na hora de morrer, seu sangue manchou o jornal Pelejando que D. Cipriana lia para ele. Nunca faltou a uma reunião do sindicato dos trabalhadores rurais da comunidade.[433]

O assassino de Júlio Rodrigues foi levado a julgamento. Na primeira instância, dois anos após a ocorrência dos crimes, o assassino foi inocentado pelo tribunal do júri, com o resultado de 7X0. Esse resultado foi possível devido à tese de "legítima defesa", sustentada pela conclusão do inquérito policial. Essa tese foi acolhida pelo promotor e pelo juiz. Em grau de recurso, houve a anulação do julgamento de primeiro grau e, dois anos depois, ocorreu o segundo julgamento. Na ocasião, derrotada a tese de "legítima defesa", o réu, confesso, deveria ser julgado pelos dois crimes, assassinato e tentativa de homicídio. No entanto, o juiz, primeiro, descaracterizou a tentativa de assassinato, transformando-a em lesões corporais leves, ou seja, o tiro desferido pelas costas de Cipriana deixou de ser um crime a ser levado a júri popular. Essa conduta permitiu que o réu fosse julgado e condenado por apenas um dos crimes. Como réu primário, ele foi beneficiado com o *sursis*. Utilizando-se da tese de "boa conduta", obteve o direito de não cumprir a pena em regime fechado, sendo condenado a uma pena alternativa: contribuição em dinheiro para a Sociedade São Vicente de Paulo e apresentação mensal à Justiça, durante dois anos. Para a filha de Júlio e Cipriana, Maria Aparecida, "toda essa trajetória seguindo os rituais da Justiça nos provou que a impunidade prevaleceu. Um crime que compensa."[434]

A morte de Júlio Rodrigues de Miranda foi o primeiro caso de assassinato de trabalhador rural que, segundo conhecimento da Anistia Internacional, chegou à fase de julgamento perante tribunal do júri.[435] Seu nome consta nas publicações "Camponeses Mortos e Desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição", "Relatório final: Violações de Direitos no campo 1946 a 1988", "Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985: Camponeses torturados, mortos e desaparecidos", "Conflitos de Terra, vol. I, 1985", "Assassinatos no Campo: crime e impunidade 1964 a 1985", "Conflitos de terra no Brasil, 1985" e "Fetaemg 30 Anos de Luta: 1968-1998". O assassinato é citado também em documento do Serviço Nacional de Informações (SNI), nº 11338/85/ABH/ACE, que trata de "Problemas Fundiários – Reforma Agrária" (SNI, 1985, p.2). Além disso, a família entrou com pedido de anistia, cujo processo se encontra em tramitação na Comissão Nacional da Anistia.

Vítima: Benedito de Melo Peres

Data da morte: 1985
Local: Paracatu

Benedito de Melo Peres era trabalhador rural e foi assassinado na fazenda Boa Sorte, em Paracatu (MG). Ele foi morto pelo próprio irmão devido à disputa por terras.[436] Seu nome é citado nas publicações "Camponeses Mortos e Desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição", "Relatório final: Violações de Direitos no campo 1946 a 1988" e "Fetaemg 30 Anos de Luta. 1968-1998".[437]

Vítima: Walter Gonçalves de Carvalho

Data da morte: 25/01/1986
Local: Paracatu

Walter Gonçalves de Carvalho era trabalhador rural e foi assassinado na fazenda Buritizeiro, em Paracatu (MG), no dia 25/01/1986, às 4h55. O trabalhador recebeu quatros tiros de revólver calibre 38.[438] De acordo com o jornal Pelejando de abril de 1986, "os assassinos são Urcelino da Silva Neiva, Negrão e Chaveiro. Após o crime, Urcelino da Silva Neiva foi para Paracatu onde ficou livre andando pelas ruas."[439] Dois dias após o assassinato, o STR de Paracatu divulgou documento noticiando a violência no meio rural da região e denunciando a impunidade para os crimes ocorridos contra trabalhadores rurais.

Sobre a morte de Walter Gonçalves, o STR de Paracatu afirmou que não se sabia as causas, mas reforçou que o principal criminoso, Urcelino da Silva Neiva, conhecido como Letinho, estava "em plena liberdade pelas vias públicas de Paracatu."[440]

O nome de Walter Gonçalves de Carvalho consta como trabalhador rural assassinado em 1986 nas publicações "Conflitos de Terra, vol II, 1986"; "Conflitos de Terra no Brasil, 1986", "Camponeses mortos e desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição", "Relatório final: Violações de Direitos no campo 1946 a 1988" e "Fetaemg 30 Anos de Luta: 1968-1998".

Norte

Historicamente, o início da ocupação do Norte de Minas data do século XVII, a partir de dois movimentos populacionais: um, vindo de Pernambuco e da Bahia e, outro, de São Paulo. A área já era habitada por várias tribos indígenas que foram, em sua maioria, dizimados pelos novos ocupantes. A região passou então a ser constituída por fazendas de gado. Paralelamente à pecuária, desenvolveu-se também a agricultura de subsistência com o plantio de arroz, feijão, mandioca milho e cana-de-açúcar.

No século XX, a expansão da agricultura na região ocorreu por meio de dois processos complementares. O primeiro, de concentração de terras nas mãos de latifundiários e empresários, e o segundo, de investimentos governamentais que subsidiaram a modernização da agricultura. A região era constituída por grandes áreas de terras devolutas, com pouca infraestrutura e que estavam isoladas dos principais polos econômicos do estado. Parte dessas terras era ocupada por posseiros e pequenos agricultores que praticavam a agricultura de subsistência e de pouca inserção comercial.

Durante o regime autoritário, sob o discurso governamental da necessidade de integração da região ao processo de desenvolvimento nacional, agências federais, como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e a Companhia para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Paraíba (Codevasf) viabilizaram grandes investimentos financeiros na região. Essas duas agências concederam também incentivos fiscais para o desenvolvimento da agropecuária empresarial, a agroindústria irrigada e o reflorestamento. De outro lado, a ação da Ruralminas, responsável pela gestão das terras devolutas, encarregava a repassar grandes extensões de terra na região para latifundiários e a grandes empresas. Esses fatores favoreceram a eclosão de diversos conflitos na região, o que fez com que o Norte de Minas, no período pesquisado, fosse a região de Minas Gerais com maior número de assassinatos e desaparecimentos de trabalhadores rurais: 32 casos.

Vítima: Nilo Gomes Teles

Data de desaparecimento: entre 1964 e 1967

Local: Varzelândia

Nilo Gomes Teles era baiano e desapareceu no período dos despejos de Cachoeirinha. Segundo depoimento prestado em julho de 1984 a Sônia Nicolau dos Santos, Jesuína Soares de Moura, conhecida como Dona Zuína, posseira residente em Cachoeirinha à época, afirmou:

> Sumiu também um companheiro meu [Nilo Gomes Teles] [...] esse companheiro meu eles andou com ele aqui dentro desse comércio piado, amarrado dentro do carro de um dia prá outro e soltou ele aqui amarrado e esse homem desapareceu que até o dia de hoje ninguém dá notícia. Não se sabe se eles matou, jogou n'água ou se enterrou pro mato ou o que fizeram com ele.[441]

Ao narrar sobre esse caso, Dona Zuína contava sobre a violência empreendida pelo coronel Georgino Jorge e seus jagunços na região e acredita que o desaparecimento tenha ocorrido a mando do coronel.

> Porque o Georgino prometeu que ele ia sumir gente aqui dentro de uma tal maneira, que os companheiros não haveria de achar nem osso comido pelos urubu prá levar pro sepulcro. E isso ele me disse foi a mim o dia que ele me ameaçou...[442]

Contudo, essa foi a única referência encontrada pela pesquisa sobre o desaparecimento de Nilo Gomes Teles. Possivelmente o mandante do crime foi o coronel Georgino Jorge de Souza, que atuou no processo de expulsão dos posseiros e exerceu influência em Cachoeirinha como coronel reformado, adquirindo terras e sendo responsável por diversas violências e ameaças, conforme relatado na seção anterior. Várias publicações que abordam o conflito de Cachoeirinha mencionam o coronel Georgino Jorge como o mandante dos assassinatos de posseiros ocorridos na região. No entanto, não se descarta a hipótese de fazendeiros como, Manoelito Maciel de Salles e Sebastião Alves da Silva, também terem envolvimento com os crimes.

Vítima: Dulce Gonçalves Pereira

Data da morte: 1967

Local: Varzelândia

O nome de Dulce Gonçalves Pereira, a data e o local de seu assassinato constam da dissertação de mestrado intitulada "À procura da terra perdida – Para uma reconstituição do conflito de Cachoeirinha."[443] A pesquisa da Covemg identificou que Dulce Gonçalves Pereira, provavelmente, é a mesma pessoa que Dúlcia Gonçalves de Araújo, a segunda esposa de Saluzinho, que teria morrido em decorrência das violações a que foi submetida, com suspeita de participação direta de agentes do Estado, conforme detalhado na descrição do caso "Saluzinho: o mito da resistência", neste Capítulo. A confusão dos nomes é apontada por Leonardo Campos, no livro "Saluzinho: luta e martírio de um bravo".[444]

A Covemg suspeita que a morte de Dúlcia possa ter relação com o segundo despejo realizado em Cachoeirinha, ocorrido em 1967, mas também com as torturas que os policiais que perseguiram Saluzinho a submeteram, o que ocorreu na mesma época. A falta de documentos e outros relatos que possam comprovar a ligação entre a tortura e morte exigem que duas novas linhas de investigação sejam contempladas: a primeira delas deve verificar se Dúlcia morreu durante a expulsão dos posseiros no distrito Cachoeirinha (em Varzelândia). Neste caso, possivelmente o mandante do crime teria sido o coronel Georgino Jorge de Souza, que atuou no processo de expulsão dos posseiros e exerceu influência em Cachoeirinha como coronel reformado, adquirindo terras e sendo responsá-

vel por diversas violências e ameaças, conforme já relatado. Várias publicações que abordam o conflito de Cachoeirinha mencionam o coronel Georgino Jorge como o mandante dos assassinatos de posseiros ocorridos na região. No entanto, não se descarta a hipótese de fazendeiros como, Manoelito Maciel de Salles e Sebastião Alves da Silva, também terem envolvimento com os crimes.

A outra linha de investigação deve verificar se Dúlcia, na verdade, morreu em decorrência das torturas sofridas na região de Varzelândia onde vivia (chamada Serra Azul) e, portanto, por ação dos policiais que estavam em busca de Saluzinho. A Covemg não conseguiu avançar nessas linhas investigativas, mas recomenda o prosseguimento das pesquisas sobre este caso.

Vítima: Marcionílio

Data de desaparecimento: 1967

Local: Varzelândia

Marcionílio era posseiro na região de Cachoeirinha, então distrito de Varzelândia e desapareceu em 1967, ano em que foi realizado o despejo. Ele foi colocado em uma caminhonete, com as mãos e os pés atados, pelo pistoleiro Juju e nunca mais foi visto. Marcionílio era conhecido na região como o "velhinho das cachorras" por andar sempre acompanhado desses animais.

Segundo relato de Maria Pereira dos Santos,

> Tinha o finado Marcionílio... Esse eu vi [...] eu tenho dó do finado Marcionílio, o velho das cachorrinha, até hoje. Ele, que ele era assim meio, levéião, assim né, dadá, ele falava que pra ele sair do lote dele só se viesse o batalhão pra poder tirar ele. Aí nessa hora que eles chegou esse Marcionílio gritava, eles amarrou finado Marcionílio, eles desapareceram com ele, não sei se matou ou o que fez. Amarrou ele, isso eu vi com esses dois olho meu assim, amarrou ele e veio com ele piado e jogou no jipão. Num era jipão não... era jipão mesmo, jogou ele como se fosse um saco de mamona. Nunca mais vi ele. Ele era sozinho. Quem cuidava dele era nós, eu mais finado Henrique. Porque ele era meio leve do juízo, ele trabalhava, mas ele não era muito certo não. Trabalhador, mas tinha dia que ele não girava bem. Ele não tinha, ninguém não sabe nem quem era a família dele. Não sabe se era baiano... Sei que ele chegou aqui e nós ficou tendo cuidado com ele. E esse velhinho sumiu que ninguém sabe pra onde Marcionílio foi. Eu tenho uma dó assim. Mas foi triste, triste, uma coisa triste.[445]

Seu nome consta nas publicações "Fetaemg 30 anos de luta: 1968 a 1998", "Camponeses mortos e desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição", "Relatório final: Violações de Direitos no campo 1946 a 1988", "Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985: Camponeses torturados, mortos e desaparecidos" e "Assassinatos no campo crime e impunidade 1964-1986".

Vítima: Ursino Oliveira Lima (Sino, Alcino)

Vítima: Antônio Montes de Brito (Antonio Manso)

Vítima: Juarez Barbosa da Silva

Data das mortes: entre 1964 e 1969

Local: Varzelândia

Os nomes desses três posseiros aparecem citados como assassinados nos períodos dos despejos realizados em Cachoeirinha na dissertação "À procura da terra perdida – Para uma reconstituição do conflito de Cachoeirinha". A autora colheu depoimento de Dona Zuína, em julho de 1984, e a posseira narrou:

> Eles mataram Antônio Montes de Brito aqui dentro da casa dele, dentro da residência, matado pelo cabo José Guilherme a tiro. Juarez aqui na rua matado pelo cabo Luiz [Luiz Soares da Fonseca] [...]. O cabo atirou nele no meio da rua. Mataro também o Sino, matado por um pistoleiro de Manoelito [Manoelito Maciel de Salles], por nome Antonio Preto, aqui na rua, matado por uma pexerada [...]. Matou e ficou por isso mesmo.[446]

Em reunião pública realizada pela Covemg em Verdelândia, no dia 06/06/2017, Dona Zuína novamente se recordou das mortes de Juarez, Antônio Manso e Ursino.

> morreu um companheiro nosso chamado Juarez [...] eles matou um compadre nosso chamado Juarez. Matou um companheiro nosso chamado de Antonio Manso [...] matou finado Alcino [Sino], homem trabalhador finado Alcino, esse que matou chamava Antonio de Manelito [Manoelito Maciel de Salles], o jagunço que matou.[447]

O assassinato de Antônio Manso pelo cabo José Guilherme foi confirmado em documento oficial da delegacia de Polícia Civil de Minas Gerais encontrado no acervo da Coseg, que informa que o cabo José matou Antônio com três tiros de revólver.[448] Foi possível verificar ainda, em documentos do DOPS/MG, que o

cabo José Guilherme e o soldado Delorme Spinola responderam ao processo nº 2833 da Auditoria da Justiça Militar de 24/04/1967.[449]

Também em documentos do DOPS/MG há o registro que o cabo Luiz Soares da Fonseca, autor dos tiros contra o posseiro Juarez Barbosa da Silva, foi absolvido em 25/04/1972.[450]

Em documento de 1983, assinado pelo padre José Silveira, vigário de Varzelândia, no período dos despejos, consta que:

> Os posseiros, na sua maioria, gente humilde e religiosa, nunca mataram ninguém. Os fazendeiros começaram a criar casos como os posseiros para que reagissem e pudessem ser eliminados. Até o presente já eliminaram quatro posseiros: Antônio "Manço", Ursino, Martim Fagundes... Alguns morreram mais de desgosto que de doença. Emílio de tal, José da Esperança...[451]

Não foi possível identificar a data precisa de cada um desses assassinatos, mas há suspeita de que o de Ursino Oliveira Lima possa ter ocorrido em 1969, visto que, em um dos documentos do DOPS/MG[452], consta que a denúncia sobre a morte foi recebida em 15/10/1969.

Vítima: Martino Afonso (Martinho Afonso)

Data da morte: 1970
Local: Varzelândia

Martino Afonso, ou Martinho Afonso, foi assassinado em decorrência dos desejos realizados em Cachoeirinha em 1964 e 1967 que expulsaram os posseiros das terras que ocupavam. O mandante do crime foi o coronel Georgino Jorge de Souza. O nome de Martinho Afonso consta nas publicações "Fetaemg 30 anos de luta 1968 a 1998", "Assassinatos no campo crime e impunidade 1964-1986", "Relatório final: Violações de Direitos no campo 1946 a 1988" e "Camponeses mortos e desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição", mas, nesta última, o ano do assassinato aparece como 1978 e, não, 1970.

Vítima: Valdivino Gonçalves de Oliveira

Data da morte: 1972
Local: Bocaiúva

Valdivino Gonçalves de Oliveira era posseiro e residia na fazenda Copacabana, no município de Bocaiúva, junto com sua esposa Joana Gonçalves de Oliveira

e seus seis filhos. Desde 1953, o fazendeiro, médico e presidente do Sindicato Rural de Bocaiúva, José Caldeira Brant, tentava expulsar a família de Valdivino de sua posse. Em 1970, a perseguição à família se intensificou, e, em 1972, o corpo de Valdivino foi encontrado em estado de decomposição, com suspeita de ter sido asfixiado pelo fazendeiro José Caldeira Brant.[453] O fazendeiro não foi indiciado como suspeito de ter cometido o crime e continuou a ameaçar a família mesmo após a morte do genitor. Seu nome é citado nas publicações "Fetaemg 30 anos de luta 1968 a 1998", "Assassinatos no campo crime e impunidade 1964-1986", "Camponeses mortos e desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição" e "Relatório final: Violações de Direitos no campo 1946 a 1988".

Vítima: Fidelcino Ferreira Bispo

Data da morte: 1º/11/1975

Local: Espinosa

Fidelcino Ferreira Bispo era pequeno proprietário de terra. No dia 1º/11/1975 foi espancado e assassinado a tiros pelo pistoleiro Antônio Tolentino Dantas e seu irmão, José Barbosa Dantas, a mando do então vereador de Espinosa, Serafim Rodrigues Muniz que queria tomar-lhe a escritura de suas terras.

Por interferência política, o delegado municipal, Aureliano de Freitas, não deu prosseguimento ao inquérito policial. Fidelcino Dias Santana e João Cândido de Souza entraram com uma ação no Ministério da Justiça contra o mandante e os executores do crime, por não confiarem no juiz de direito local, Ronald de Carvalho, que acumulava o comando das comarcas de Espinosa e Monte Azul. O juiz já havia recebido terras do vereador Serafim, que as transferiu para nomes de terceiros para evitar que aparecesse algum envolvimento entre eles.

O promotor de justiça José Pontes Junior indiciou os denunciados em 22/12/1975, o processo foi recebido pelo juiz Ronald de Carvalho em 05/02/1976, mas, até 10/09/1976, nada havia sido feito, nem mesmo o interrogatório dos denunciados.

Há a referência de que Oswaldo Campos de Oliveira teria afirmado que o mandante do assassinato de Fidelcino Ferreira Bispo foi o irmão do deputado Serafim – Zezito Tolentino Dantas, conhecido como Zé Godoi – e que este também o ameaçou de morte dizendo "já mandei matar um e poderei mandar matá-lo".

Os dados descritos sobre a morte de Fidelcino Ferreira Bispo foram compilados de documento confidencial do Coseg, Informe nº 3/DRSP/76.[454] Pelo documento não foi possível identificar se Antonio Tolentino Dantas e Zezito Tolentino Dantas seriam a mesma pessoa.

Vítima: Martinho Fagundes de Lisboa (Martim Fagundes)

Data da morte: 1975
Local: Cachoeirinha – então distrito de Varzelândia

Martinho Fagundes foi uma liderança entre os posseiros de Cachoeirinha. Segundo documento assinado pelo padre José Silveira, vigário de Varzelândia no período:

> [Martinho Fagundes] era um preto velho muito inteligente que representava os posseiros junto aos fazendeiros. Ele mesmo disse que estava sendo perseguido por eles. Vivia escondido em Janaúba. Um pistoleiro Capixaba contratado por um fazendeiro o localizou em Janaúba e o assassinou. O pistoleiro foi preso na Bahia. Confessou o crime, disse que foi contratado por 15.000,00 cruzeiros, pelo filho de João Antônio por nome de Valdir Alves Coutinho. O pistoleiro foi trazido para Janaúba, para a cadeia. Mas "fugiu.[455]

Dona Zuína também se recorda do assassinato de Martinho Fagundes: "Martins Fagundes eles matou ele também, era o líder nosso que eles mataram também."[456] Em depoimento prestado à Covemg o ex-assessor sindical da Fetaemg Luiz Antônio Chaves também narrou esse assassinato.

> Martinho Fagundes liderou a oposição para não aceitar aquela área proposta pelos fazendeiros. E ele que se deslocou várias vezes para Belo Horizonte, onde teve contato inclusive com o governador Rondon Pacheco, teria ido até Brasília também, onde conversou com vários deputados, e enviou carta ao Costa e Silva. Algumas fontes informam, os posseiros não confirmaram, de que Costa e Silva teria mandado uma comissão investigar a situação deles em Cachoeirinha, né? Ele foi assassinado por um pistoleiro em Janaúba, esse pistoleiro foi preso na Bahia, trouxeram pra Janaúba, ele não ficou uma semana na cadeia e fugiu, nunca mais deu notícia dele.[457]

O assassinato de Martinho Fagundes de Lisboa é citado na dissertação de mestrado intitulada "À procura da terra perdida – Para uma reconstituição do conflito de Cachoeirinha"

Vítima: Praxedes Ferreira da Silva

Data da morte: 28/10/1978
Local: São Francisco

Praxedes Ferreira da Silva era lavrador em Serra das Araras, na Fazenda Gameleira, localizada no município de São Francisco. Ele tinha 21 anos quando foi

assassinado devido a um conflito iniciado no ano de sua morte, quando 23 famílias de posseiros passaram a ser ameaçadas, tendo suas terras invadidas e suas cercas cortadas. No dia 28/10/1978, José Mendes Amorim cortou a cerca da roça do pai de Praxedes, assassinando, em seguida, o filho com vários tiros. Praxedes Ferreira da Silva era sobrinho de Eloy Ferreira da Silva, presidente do STR de São Francisco, que anos depois também foi assassinado.

Em 29/08/1986, José Mendes de Amorim foi julgado e condenado a cinco anos de prisão pelo assassinato de Praxedes. O nome de Praxedes Ferreira da Silva consta nas publicações "Fetaemg 30 anos de luta: 1968 a 1998", "Camponeses mortos e desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição", "Relatório final: Violações de Direitos no campo 1946 a 1988", "Assassinatos no campo crime e impunidade 1964-1986" e "Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985: Camponeses torturados, mortos e desaparecidos".

Vítima: Nelson de Paula Neto

Data da morte: 31/05/1976

Local: Monte Azul

As únicas informações sobre o assassinato do lavrador Nelson de Paula Neto constam no acervo da Coseg. De acordo com informe confidencial, Nelson de Paula foi morto a tiros pelo advogado e grileiro Juraci Rodrigues Primo, em 31/05/1976, no centro da cidade de Monte Azul. O documento não informa a causa do assassinato, mas, pelo conteúdo, deduz-se que o crime teria ocorrido devido à disputa por terra. O informe apresenta informações sobre o juiz de Monte Azul e Espinosa, Ronald de Carvalho, que foi preso pela prática de grilagem de terras. Ronald de Carvalho não garantia andamento aos inquéritos envolvendo problemas de terras e, ao que tudo indica, um desses casos não investigados foi o assassinato de Nelson de Paula Neto.[458]

Vítima: Patrocínio Caldeira

Data da morte: 1979

Local: Riachinho, zona rural de Montes Claros

Patrocínio Caldeira era pequeno proprietário na localidade de Riachinho e se encontrava muito doente quanto teve sua terra invadida pelo fazendeiro Bernardo da Costa Zuba, conhecido por outros atos de violência na região.[459] O fazendeiro, juntamente com seus jagunços, agrediu os familiares de Patrocínio, ameaçando-os de morte. O filho de Patrocínio conseguiu reagir às agressões e atacou Bernardo Zuba, o que permitiu à família sair do local e se esconder no mato.

Como Patrocínio se encontrava muito doente, não resistiu à fuga e faleceu por falta de tratamento, pois a família temia aparecer na região e ser linchada pela "bernadada".[460] Com isso, Bernardo Zuba se apossou da terra de Patrocínio Caldeira, cujo nome consta nas publicações "Camponeses mortos e desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição" e "Relatório final: Violações de Direitos no campo 1946 a 1988".

Vítima: Não Identificada

Data da morte: junho de 1981

Local: Fazenda Cachoeirinha, Manga

As poucas informações deste assassinato constam nas publicações "Camponeses mortos e desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição", "Relatório final: Violações de Direitos no campo 1946 a 1988" e "Assassinatos no campo crime e impunidade 1964-1986", que informam sobre a morte de um trabalhador rural não identificado na fazenda Cachoeirinha, situada no município de Manga, apontando a responsabilidade para os fazendeiros Manoelito Maciel de Salles e Sebastião Alves da Silva. Possivelmente, a citada fazenda Cachoeirinha representa o mesmo local denominado como Nova Cachoeirinha, localizado na região da Jaíba, para onde muitos posseiros do povoado de Cachoeirinha migraram.

Vítima: Jerônimo Costa Ribeiro

Data da morte: 14/07/1984

Local: Fazenda Pindaíba, Córrego do Olho D'Água – município de Salinas

O posseiro Jerônimo Costa Ribeiro, 37 anos, foi assassinado a tiros na fazenda Pindaíba, local onde morava, no dia 14/07/1984. Ele era casado com Josefina Maria Lima e possuía cinco filhos, todos menores. Jerônimo Costa Ribeiro foi morto por Abraão, que era seu vizinho. Após o crime, Abraão fugiu. Relatório produzido pela CPT-MG em março de 1985 afirmava que "até o momento não foi aberto o Inquérito Policial, não sabemos ao certo a origem do crime."[461]

A Covemg não conseguiu encontrar outras informações que esclareçam o motivo do crime, mas, pelo fato do assassinato estar em documentação produzida pela CPT-MG, julgou-se que deveria ser incluído neste relatório.

Vítima: José Celestino de Souza

Data da morte: 19/07/1984

Local: Fazenda Galanto, comunidade de Rodeadouro – município de Rubelita

José Celestino, 67 anos, era proprietário de terreno comprado 17 anos antes da data da sua morte, onde morava juntamente com a família. O assassinato

foi cometido pelo grileiro Esperidião Ferreira de Medeiros, em 19/07/1984.[462] No dia do crime, Esperidião e seus filhos "abriram uma picada" (desmataram um trecho para abrir caminho) nas terras de Celestino que, juntamente com sua família, tentou impedir o serviço. Celestino foi atacado com foice e facadas e morreu no local. Uma de suas filhas foi ferida na perna e outra, que estava grávida, levou um coice. Já seu filho desmaiou ao ver o pai morto.[463] Esperidião foi preso e autuado em flagrante, e o inquérito foi enviado à comarca de Salinas. Já seus filhos conseguiram fugir.

O nome de José Celestino consta nas publicações "Fetaemg 30 anos de luta: 1968 a 1998", "Relatório final: Violações de Direitos no campo 1946 a 1988", "Camponeses mortos e desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição" e "Assassinatos no campo crime e impunidade 1964-1986".

Vítima: Geraldo Gonçalves de Oliveira

Data da morte: 02/11/1984

Local: Bocaiúva

Geraldo Gonçalves de Oliveira, 20 anos, era filho do lavrador Valdivino Gonçalves de Oliveira, assassinado 12 anos antes pelo médico, fazendeiro e grileiro José Caldeira Brant. No dia de sua morte, 2 de novembro, Dia de Finados, Geraldo, juntamente com seu irmão Nivaldo, de 16 anos, levou flores para colocar na sepultura de seu pai. Os jovens foram surpreendidos por José Caldeira Brant, que estava a cavalo junto com dois capangas. Há muitos anos ele ameaçava a família de Geraldo, por causa das terras que ocupavam. O fazendeiro atirou nos rapazes e acertou Geraldo, que morreu no local. Nivaldo, defendendo-se dos ataques, agrediu José Caldeira Brant com uma faca de cozinha que trazia para chupar cana.[464] O fazendeiro, mesmo ferido, tentou galopar em direção à sede fazenda, mas não resistiu e também morreu. Nivaldo, que tinha menos de 18 anos, foi conduzido à delegacia local.

O STR de Bocaiúva e a Fetaemg denunciaram o assassinato e as perseguições e ameaças vividas pela família de Nivaldo após a morte do fazendeiro.

O nome de Geraldo Gonçalves de Oliveira consta nas publicações "Camponeses mortos e desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição", "Relatório final: Violações de Direitos no campo 1946 a 1988", "Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985: Camponeses torturados, mortos e desaparecidos", "Assassinatos no campo crime e impunidade 1964-1986" e "Fetaemg 30 anos de luta: 1968 a 1998".

Vítima: Eloy Ferreira da Silva

Data da morte: 16/12/1984
Local: São Francisco

Eloy Ferreira da Silva, filho de Arlindo Ferreira da Silva e Maria Gomes Ferreira, era casado com Luzia e pai de 10 filhos. Quando foi assassinado, ocupava o cargo de presidente do STR de São Francisco. Era natural de Goiás, de onde saiu com 8 anos de idade (1938), indo para o Norte mineiro. Filho de lavradores, ele e seus parentes trabalhavam como agregados até se tornarem posseiros em áreas devolutas na região da Serra das Araras, onde viviam aproximadamente 220 famílias.

No dia 16/12/1984, às 9h, Eloy foi assassinado no distrito de Serra das Araras, com quatro tiros: no peito, na garganta, no abdômen e na parte anterior ao braço, sugerindo que fora disparado pelas costas.[465] O executor, Paulo Leonardo Pereira, tinha um cúmplice, José Mendes Amorim, também acusado pela morte do sobrinho de Eloy, Praxedes Ferreira da Silva, em 1978.

Dois dias antes de ser assassinado, Eloy havia denunciado à secretaria de estado do trabalho e ação social de Minas Gerais, por meio de carta, uma série de ameaças que vinha recebendo por parte de Paulo Leonardo Pereira, que arrancava também as cercas de sua propriedade. Naquele final de semana, Eloy havia programado uma viagem a Belo Horizonte para denunciar pessoalmente, aos órgãos competentes, as ameaças de morte que vinha sofrendo.[466]

Minutos após o sepultamento de Eloy, o delegado encarregado do caso, Márcio Lima Carence, indiciava como executores do sindicalista os grileiros Paulo Leonardo Pereira e José Mendes Amorim. Após 10 dias do ocorrido, os acusados se apresentaram às autoridades, na delegacia de homicídios de Belo Horizonte, a 750 quilômetros do local do crime. A partir do inquérito policial, a defesa dos acusados montou a tese de legítima defesa, que foi acolhida pela Promotoria Pública e pelo Poder Judiciário. O executor do crime foi condenado a sete anos de prisão, porém recorreu da decisão e não foi preso. Quanto ao cúmplice, José Mendes de Amorim, e o suposto mandante, sequer foram indiciados, prevalecendo a impunidade.

Paulo Leonardo não foi o único beneficiário da morte do sindicalista:

> no dia 18 de dezembro enquanto o corpo de Eloy descia à sepultura, latifundiários e comerciantes ricos de São Francisco soltavam rojões, devoravam suculentos churrascos e se em-

> briagavam alegremente. Estavam comemorando, aliviados, o desaparecimento daquele que, com tanta firmeza, liderara a resistência dos trabalhadores do campo contra o latifúndio.[467]

Após o assassinato de Eloy, a Contag recebeu um telegrama denunciando que o crime havia sido cometido em virtude da atuação do líder sindical em defesa das famílias de agricultores pressionadas por grileiros.

> Em 1981, Eloy já denunciara publicamente a perseguição que ele e seu companheiro sindical Marcelino Pereira da Silva eram submetidos pelo Juiz local. Na mesma ocasião, denunciou que o Juiz havia obrigado onze pequenos proprietários a assinarem (com as digitais) a desistência de parte de suas terras, beneficiando um grande grileiro da região.[468]

Eloy ficou conhecido como herói dos posseiros em razão de sua incansável luta em defesa desses e de pequenos proprietários contra a invasão de grandes grileiros e latifundiários. Nos anos 1970, fez parte de um grupo de lideranças rurais formado pela atuação das CEBs e da CPT, com forte atuação nas regiões Norte e Noroeste de Minas Gerais. Esse grupo almejava a organização de sindicatos e o fortalecimento das lutas coletivas dos camponeses, para fazer frente ao processo de expropriação, repressão e violência desencadeado por latifundiários, empresários, grileiros e agentes do Estado contra os camponeses.

Em 1978, Eloy se tornou delegado sindical na Serra das Araras e, em 28 de outubro do mesmo ano, seu sobrinho Praxedes Ferreira da Silva, de 21 anos, foi assassinado. Eloy foi eleito Presidente do STR de São Francisco em 1981 e logo passou a atuar na defesa dos trabalhadores rurais do seu município e no apoio a outras lutas dos trabalhadores na região.

No dia 21/04/1984, Eloy foi condecorado com a Medalha da Inconfidência, entregue pelo governador Tancredo Neves, tendo sido o primeiro trabalhador rural a receber a comenda. Na ocasião, Eloy afirmou ao jornalista que o entrevistara:

> A política mudou e está ficando melhor para o nosso lado. Está na hora da reforma agrária sair do papel porque a terra é um dom de Deus para todos e não pode ficar concentrada na mão de quem não produz.[469]

Após assumir a presidência do STR de São Francisco, Eloy se envolveu intensamente na liderança de conflitos pela posse da terra que se aguçavam na região,

no período final da ditadura militar. Durante os três anos que antecederam a sua morte, ele denunciava todo tipo de violência dos grileiros e latifundiários que avançavam a posse dos trabalhadores rurais.[470]

O seu trabalho levou à solução do conflito da fazenda Vereda Grande, onde moravam 36 famílias de pequenos posseiros, contra a invasão de Antônio Luciano. A referida fazenda foi a primeira área destinada à reforma agrária, em Minas Gerais, a ser desapropriada por dispositivo do Estatuto da Terra que previa a desapropriação de terra onde fosse provado um conflito de interesse social.[471]

O nome de Eloy Ferreira da Silva consta nas publicações "Camponeses Mortos e Desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição", "Relatório final: Violações de Direitos no campo 1946 a 1988", "Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985: Camponeses torturados, mortos e desaparecidos", "Assassinatos no campo crime e impunidade 1964-1986", "Fetaemg 30 anos de luta 1968 a 1998", "Rua Viva: O Desenho da Utopia" e "Eloy: Morre uma voz, nasce um grito". Ele ainda é citado no documento do Serviço Nacional de Informações Relatório do (SNI), nº 11338/85/ABH/ACE, que trata de "Problemas Fundiários – Reforma Agrária" (SNI, 1985, p.14). Consta que a família não entrou com pedido de anistia.

Vítima: Moacir da Silva

Data da morte: 04/04/1985
Local: São Francisco

Moacir da Silva era trabalhador rural e possuía 23 anos quando foi assassinado. Ele trabalhava na fazenda Galba, localizada no Vale do Urucuia, no município de São Romão. Moacir e outros trabalhadores rurais receberam uma boa proposta para irem trabalhar nessa fazenda, entretanto, ao fim do serviço, não receberam o que havia sido prometido. Os trabalhadores foram então conversar com o fazendeiro. Este afirmou que não pagaria o valor combinado, causando revolta nos trabalhadores, que pediram demissão. Após esse acontecimento, o fazendeiro mandou o pistoleiro conhecido como "Antônio Boi" matar Moacir, que foi assassinado a tiros na estrada localizada no município de São Francisco. Logo após sua morte, relatos informam que dois indivíduos que se identificaram como delegado de polícia e soldado do Exército executaram a perícia e sepultaram o corpo de Moacir, que foi enrolado em um cobertor.[472] O assassinato é citado nas publicações "Camponeses Mortos e Desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição", "Relatório final: Violações de Direitos no campo 1946 a 1988", "Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985: Camponeses torturados, mor-

tos e desaparecidos", "Assassinatos no campo: crime e impunidade 1964-1986" "Conflitos de terra no Brasil, 1985" e "Fetaemg 30 anos de luta 1968 a 1998".

Vítima: Durvalino Soares dos Santos

Vítima: Minalvo Pereira da Silva

Data da morte: 09/05/1985

Local: Porteirinha

Em 1983, o lavrador Minalvo Pereira da Silva comprou de Aureliano Rodrigues 60 hectares de terra da fazenda Coco de Gravatá, no município de Porteirinha. Alegando não ter recebido pagamento, Rodrigues revendeu a mesma área ao ex-delegado de Polícia Civil[473] e advogado de grileiros da Jaíba, Asdrúbal Geovani Vital[474]. Um ano depois, em 1984, Asdrúbal tentou invadir as terras de Minalvo, quando este se ausentou para ir a Belo Horizonte. Asdrúbal expulsou a família de Minalvo, porém, quando o camponês retornou de viagem, voltou para a posse junto com a mulher e os filhos.

No início de 1985 houve apuração policial que constatou que Minalvo pagou Aureliano pelo terreno, porém Minalvo continuava recebendo ameaças do ex-delegado e de Sinderley Ernandes Mendes, político no município de Janaúba que havia concorrido às últimas eleições para ocupar o cargo de vice-prefeito.[475]

Minalvo Pereira da Silva tinha 62 anos, era casado e pai de 11 filhos. Ele empregou Durvalino Soares dos Santos, que se encontrava numa situação difícil, por não conseguir trabalho. Durvalino também era casado, tinha 50 anos e era pai de 10 filhos.[476] No dia do assassinato, Minalvo estava preparando a terra para plantar alho quando Asdrúbal Vital chegou acompanhado de Sinderley Ernandes Mendes e de Alex Fernandes[477] (jagunço e cunhado de Asdrúbal)[478]. O ex-delegado ficou conversando na sede da fazenda enquanto Sinderley e Alex foram até a horta e mataram Minalvo e Durvalino. Dois filhos de Minalvo, que também estavam trabalhando no local, conseguiram escapar e comunicaram a polícia de Janaúba.[479]

Minalvo foi sepultado perto de Porteirinha, no dia 10 de maio, em cerimônia que reuniu lideranças sindicais do Norte de Minas. Durvalino foi sepultado em Belo Horizonte, no dia 11 de maio, reunindo 90 lideranças rurais que protestaram contra a violência no campo e exigiam a punição dos culpados. Havia faixas de protesto e uma delas estampava a frase: "democracia com reforma agrária".[480]

Em meio ao aumento dos assassinatos de camponeses, em 1986 houve uma CPI na Assembleia Legislativa de Minas Gerais para investigar as razões de al-

gumas mortes no campo e consta os nomes de Durvalino Soares dos Santos e Minalvo Pereira da Silva.[481] Os nomes desses lavradores são citados também nas seguintes publicações: "Camponeses Mortos e Desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição", "Relatório final: Violações de Direitos no campo 1946 a 1988", "Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985: Camponeses torturados, mortos e desaparecidos", "Conflitos de terra no Brasil, 1985", "Assassinatos no campo crime e impunidade 1964-1986" e "Fetaemg 30 anos de luta 1968 a 1998".

Vítima: Geraldo Alves da Silva

Data da morte: 22/11/1985

Local: Mato Verde

Geraldo Alves da Silva, 37 anos, morava e trabalhava nas terras do fazendeiro Antônio Celso Silveira há 11 anos e nos meses anteriores ao assassinato, o latifundiário estava descumprindo os tratos feitos com o trabalhador e ameaçando-o de morte. Geraldo Alves da Silva fez várias denúncias do ocorrido à delegacia regional de Janaúba. A Fetaemg também ingressou com notificação criminal contra o fazendeiro, porém nenhuma providência foi tomada.[482]

No dia 22/11/1985, aproximadamente às 17h, Geraldo Alves da Silva voltava para casa, na fazenda Barreirinho, município de Mato Verde, quando foi vítima de uma emboscada perpetrada pelos pistoleiros Marciano Martins dos Santos e Osmar Messias dos Santos, a mando do fazendeiro e dirigente do PMDB de Mato Verde, Antônio Celso Silveira.[483] Tereza Carlos dos Santos testemunhou o assassinato e disse que:

> Marciano começou a atirar e a vítima [Geraldo] tentou se esconder, pois sua arma estava sem munição; o filho menor da vítima, presenciando o fato, observou que o acusado Osmar, também armado, tentou atingir a vítima pelas costas; o menino alertou o pai e este se voltou e o acusado Marciano aproveitou para atirar na vítima pelas costas.[484]

A Covemg teve acesso ao processo de investigação do assassinato de Geraldo Alves da Silva (Autos nº 0429.03.0027117-2) e constatou a morosidade e impunidade dos criminosos. Até hoje o crime não foi julgado, sendo que o último registro deste processo data de 2009, quando o juiz de Monte Azul submeteu os acusados Antônio Celso Silveira, Marciano Martins da Silva e Osmar Messias dos Santos a julgamento pelo tribunal do júri, tendo o direito de recorrerem em liberdade.[485]

A violência no campo em Minas Gerais foi tamanha que, entre abril de 1984 e março de 1986, foram assassinados 26 trabalhadores rurais, fato que mereceu a abertura de uma CPI na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Foi pedido melhor investigação das mortes desses camponeses, inclusive de Geraldo Alves da Silva.[486] Seu nome consta nas publicações "Camponeses Mortos e Desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição", "Relatório final: Violações de Direitos no campo 1946 a 1988" e "Conflitos de terra no Brasil, 1985".

Vítima: João Antunes da Silva

Data da morte: 14/08/1986
Local: Janaúba

Há poucas informações sobre o assassinato de João Antunes da Silva; consta que era trabalhador rural e que foi morto por pistoleiros não identificados em 14/08/1986, em Janaúba.[487] Segundo documento localizado no acervo da CPT-MG

> João Antunes da Silva estava em sua casa quando um elemento, que ainda não foi identificado, desferiu-lhe um tiro, matando-o instantaneamente. Segundo o delegado Carlos Barbosa, da Delegacia Regional de Janaúba, a morte de João Antunes pode ter sido vingança, uma vez que, no ano passado, ele matou um lavrador naquela cidade, por causa de um litígio de terras. O Delegado Carlos Barbosa está dando andamento nas investigações para apurar o assassinato.[488]

O nome de João Antunes da Silva, a data e o local de seu assassinato constam nas publicações "Camponeses mortos e desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição"[489] "Relatório final: Violações de Direitos no campo 1946 a 1988" e "Conflitos de Terra no Brasil, 1986".[490]

Vítima: Pedro Antônio de Oliveira

Data da morte: 03/01/1986
Local: Salinas

Poucas são as informações sobre a morte do trabalhador rural Pedro Antônio de Oliveira. Encontrou-se apenas registro de data e local do assassinato – 03/01/1986, no município de Salinas – e que o responsável foi agente privado. Esse registro consta nas publicações "Camponeses mortos e desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição"[491], "Relatório final: Violações de Direitos no campo 1946 a 1988", "Conflitos de Terra, vol II, 1986"[492] e "Fetaemg 30 anos de luta: 1968 a 1998".[493]

Vítima: Osvaldo Fernandes de Oliveira

Data da morte: 23/05/1986
Local: Várzea da Palma

Osvaldo Fernandes de Oliveira foi assassinado em Várzea da Palma no dia 23/05/1986. O trabalhador rural tinha 53 anos e o crime ocorreu após intensa discussão com seu patrão, o fazendeiro Sebastião Vaz Miranda, 49 anos, que não estava efetuando adequadamente o pagamento ao seu funcionário.[494] No arquivo da CPT-MG foi encontrada notícia sobre a morte, com o título "Fazendeiro assassinou agregado pelas costas", a qual relata que:

> Após ter atirado no agregado, o fazendeiro Sebastião Vaz fugiu de sua residência, onde ocorreu o crime, indo para local ignorado. O lavrador foi socorrido pelos policiais de Várzea da Palma, mas morreu ao chegar no hospital. Os policiais esperam que a qualquer momento o fazendeiro se apresente, já que ele é considerado como uma pessoa de muitos bens na cidade, onde goza de grande prestígio.[495]

O nome de Osvaldo Fernandes de Oliveira é citado nas publicações "Camponeses mortos e desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição", "Relatório final: Violações de Direitos no campo 1946 a 1988", "Conflitos de terra no Brasil, 1986" e "Fetaemg 30 anos de luta: 1968 a 1998".

Vítima: Manoel Versiane dos Santos

Data da morte: 1º/11/1986
Local: Jequitaí

A pesquisa realizada pela Covemg localizou dois documentos que informam sobre a morte de Manoel Versiane dos Santos, ambos elaborados pela CPT/MG. Conforme um desses relatos:

> Ao sair do trabalho e se dirigir para a casa de sua mãe, Ramira Pereira, Manoel foi abordado pelo delegado Veraldino mais dois militares à paisana que desceram do carro com armas na mão gritando que 'eram da polícia'. Manoel se assustou e saiu correndo. O delegado atirou acertando Manoel na cabeça e nas costas. O delegado afirma que Manoel seria suspeito de ter roubado seu carro, estar armado e não ter identificação. Manoel não sabia dirigir, segundo testemunhas, não tinha arma e levava consigo todos os documentos. A família contratou um advogado em Montes Claros. Foi instaurado inquérito pelo delegado regional de Segurança Pública.[496]

Manoel Versiane dos Santos foi assassinado por agente público no município de Jequitaí em 1º/11/1986.[497]

Vítima: Anapoleão Fernandes Viana

Data da morte: 09/06/1986

Local: São João do Paraíso

O pequeno proprietário Anapoleão Fernandes Viana tinha uma rixa com o fazendeiro Djalma de Oliveira. Os dois possuíam propriedades limítrofes e entre elas havia uma faixa de terra que há dois anos vinha sendo ocupada por posseiros e era alvo de disputa. Anapoleão incentivou os posseiros a entrarem com ação na justiça e eles ganharam a causa na comarca de São João do Paraíso.

Carta encontrada pela Covemg no arquivo do Cedefes relata o caso. O texto foi escrito na ocasião por Maria Zilah de Mattos e enviada a Jerônimo, ambos agentes da CPT-MG:

> Nestes dias em São João do Paraíso, o fazendeiro e político Djalma de Oliveira assassinou o pequeno fazendeiro Napoleão [Anapoleão Fernandes Viana] em sua casa. Motivo: Sr. Napoleão [Anapoleão] dizendo defender um grupo de posseiros há 2 anos, com procuração dos mesmos entrou com ação na justiça, nestes dias o juiz concedeu a liminar favorável ao Sr. Napoleão [sic]. O Sr. Djalma já havia invadido parte das terras, não quis entregar – os posseiros confiando e sem estar preparados acabou perdendo as terras...[498]

Diante da derrota jurídica, o fazendeiro Djalma procurou vingança. Armado de um revólver e uma faca, ele foi até a casa de Anapoleão e, após discussão, disparou cinco tiros à queima-roupa. Após a queda da vítima, ainda desferiu quatro golpes de faca.[499]

Vítima: Sebastião Pederneira Santos

Data da morte: junho de 1986

Local: Porteirinha

Na pesquisa realizada pela Covemg foi possível encontrar somente as informações que o lavrador Sebastião Pederneira Santos foi assassinado a tiros por José Maria Fernandes, em junho de 1986, no município de Porteirinha.[500] É necessário verificar se José Maria Fernandes seria José Soares dos Reis, fazendeiro de Porteirinha cujo apelido era 'José Fernandes' e que, em 1987, matou o camponês Orlando Silva. O nome de Sebastião Pederneira Santo é citado na publicação "Fetaemg 30 anos de luta: 1968 a 1998".

Vítima: Orlando Silva

Data da morte: 23/01/1987

Local: Fazenda Boca do Mato - Porteirinha

Orlando Silva tinha 36 anos quando foi assassinado na fazenda Boca do Mato, no distrito de Jacaré Grande, município de Porteirinha. Segundo reportagem do jornal Pelejando,

> o motivo do crime foi um litígio de terras que Orlando Silva arrolava há tempos com José Soares dos Reis, 52 anos, conhecido na região com o apelido de 'José Fernandes'. Conforme foi apurado pela polícia local o assassino foi o próprio José Fernandes que estava acompanhado de mais dois pistoleiros armados de garruchas e revólveres. Todos fugiram após cometerem o crime.[501]

O nome de Orlando Siva consta nas publicações "Camponeses mortos e desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição", "Relatório final: Violações de Direitos no campo 1946 a 1988", "Conflitos de terra no Brasil, 1987" e "Fetaemg 30 anos de luta: 1968 a 1998".

Vítima: Ângelo dos Santos

Data da morte: 23/03/1987

Local: Ibiaí

Ângelo dos Santos tinha 7 anos de idade quando foi assassinado com um tiro de cartucheira, na fazenda de Araras, a quatro quilômetros da cidade de Ibiaí. No Boletim Integração, nº 24, produzido pela CPT do Norte de Minas em maio de 1987, consta que:

> o vigia da fazenda, Antônio Bispo, tinha ordens do proprietário 'Veríssimo' para não permitir que ninguém pescasse na lagoa existente. Antônio Bispo esperava que o pai da criança, José dos Santos aparecesse. O que não aconteceu. Quem aparecera foi Ângelo dos Santos, que recebeu um disparo de cartucheira na cabeça. A criança foi atendida num hospital de Pirapora. Ainda com vida, foi transferido para a Prontoclínica São Lucas em Montes Claros, onde veio a falecer. O corpo foi sepultado no dia 23 de março em Ibiaí.[502]

O nome de Ângelo dos Santos foi encontrado nas publicações "Camponeses mortos e desaparecidos: Excluídos da justiça de transição"[503] "Relatório final: Violações de Direitos no campo 1946 a 1988" e "Conflitos de Terra no Brasil,

1987"[504], que informam que o mesmo era criança quando foi morto, por responsabilidade de agente privado e motivo de conflito de terra, porém registram a data da morte como 13 e, não, 23/03/1987.

Vítima: Joaquim Soares da Silva

Data da morte: **04/01/1988**

Local: **Coração de Jesus**

Joaquim Soares da Silva era lavrador e foi assassinado na comunidade do Espigão, localizada no município de Coração de Jesus. O pistoleiro José Lúcio de Souza foi contratado pelo fazendeiro Valter Pinto Mota que vinha ameaçando Joaquim Soares da Silva devido à disputa pela posse da terra onde o lavrador morava desde que nasceu.

Em outubro de 1987, o mesmo pistoleiro havia atirado no filho de Joaquim Soares, Gilvan Soares da Silva. No dia da audiência relativa ao caso, 04/01/1988, Joaquim Soares foi morto ates de prestar depoimento. De acordo com o jornal Pelejando de julho de 1988, a delegacia de Coração de Jesus ainda não havia apurado e nem punido os culpados pelo crime.[505]

O nome de Joaquim Soares da Silva consta nas publicações "Fetaemg 30 anos de luta: 1968 a 1998", "Camponeses mortos e desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição", "Relatório final: Violações de Direitos no campo 1946 a 1988" e "Conflitos de Terra no Brasil, 1988".[506]

Vítima: Hermes Bispo da Silva

Data da morte: **15/04/1988**

Local: **Fazenda Poço da Vovó, distrito de Otinolândia - município de Monte Azul**

A Fazenda Poço da Vovó era de propriedade da Universidade Federal de Viçosa (UFV), que não havia explorado o terreno, sendo, por isso, considerada terra improdutiva.[507] A fazenda ocupava trecho de influência do Projeto Jaíba.[508] Em 1985, cerca de 160 famílias de posseiros ocuparam uma área de 3 mil hectares e, desde então, sofriam ameaças do grileiro Pedro Trindade Filho, que tentava expulsá-las, derrubando barracos, queimando e destruindo plantações, para se apossar das terras.

Após um ano, em 1986, o grileiro entrou com um pedido de reintegração de posse na comarca de Monte Azul, que foi recusado pelo juiz por falta de documentação que comprovasse o domínio.[509] Em fevereiro de 1987, Pedro Trindade tentou novamente expulsar os posseiros, mas desta vez com o apoio da UDR e

da Polícia Civil.[510] As casas de vários posseiros foram destruídas, inclusive a de Alaor Neres Miranda e sua esposa, Maria Geralda Ferreira, que estava internada no hospital para dar à luz sua segunda filha. Por causa da violência, apenas 90 famílias permaneceram no local antes mesmo da chegada da Polícia Civil.[511]

O conflito entre os posseiros e o grileiro ia se agravando, aumentando a violência contra os que resistiam. Em abril de 1988 somente cinco famílias estavam no local, ocupando uma gleba de 15 hectares cada. Alaor e Maria Geralda continuavam plantando milho, feijão, mandioca e frutas no local e demoraram quase um ano para reconstruir o barraco, ainda que dividindo a moradia com Hermes Bispo da Silva e seu filho, Almir Queiroz da Silva.[512]

No dia 14/04/1988, o comandante do destacamento de Otinolândia, sargento Plínio, da Polícia Militar, acompanhado dos jagunços Julio Ferreira da Silva (Julião) e Manoel Batista da Silva (Manelão) foi chamado por Pedro Trindade Filho para orientar os posseiros a abandonarem o local. Às 14h do mesmo dia, uma equipe de policiais militares de Janaúba, integrada por 11 detetives e comandada pelo capitão Osvaldo, também da Polícia Militar, foi à fazenda e, após três horas, com a ajuda dos mesmos jagunços, destruíram com motosserra os casebres dos posseiros, inclusive o barraco das famílias de Alaor Neres Miranda e Hermes Bispo da Silva. Eles tiveram que construir uma barraquinha de lona para se abrigarem. Havia duas crianças entre os desabrigados das famílias Neres Miranda e Bispo da Silva, sendo uma de 2 anos e outra de 9 meses.[513]

No dia seguinte, Alaor foi até Otinolândia tentar resolver o problema da moradia e buscar remédio para uma de suas filhas, que estava doente, e, enquanto estava na cidade, os jagunços Julio Ferreira da Silva, Manoel Batista da Silva e Zinho, montados a cavalo, foram até o barraco de lona. Lá encontraram Maria Geralda, as duas filhas, Hermes e o filho Almir, sacaram os revólveres e disparam contra Hermes, matando-o na hora. Almir tentou fugir e foi perseguido pelos jagunços que estavam a cavalo, sendo atingido por quatro tiros nas costas. Maria Geralda também tentou fugir com as filhas, arrastando-se pelo mato, e ficou na mira do revólver do pistoleiro Zinho, que foi impedido de atirar pelos outros jagunços, que disseram que matariam apenas homens. Mesmo sem apresentar sinal de vida, Hermes ainda foi atingido a facadas pelos pistoleiros.[514]

Em reportagem do jornal Estado de Minas, de 1º/05/1988 há o registro que diversas entidades sindicais (Fetaemg, Cut, PT, PCdoB, Associação Brasileira de Reforma Agrária, Sindicato dos Metalúrgicos de Betim e dez Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Minas Gerais) foram na região conversar com trabalha-

dores e com os delegados de polícia de Jaíba e Janaúba, Raimundo Nonato e Carlos Barbosa, respectivamente. Eles informaram que os três pistoleiros acusados do crime estavam foragidos, provavelmente escondidos em Curvelo, e que faltavam condições para dar prosseguimento ao inquérito policial.

Representantes das entidades foram até o hospital e acompanharam a alta médica de Almir Queiroz da Silva, que voltou para casa. Com o assassinato de Hermes Bispo da Silva, os posseiros Alaor Neres Miranda, Maria Geralda Ferreira e Luciano Cardoso de Moura continuaram sofrendo ameaças de morte do grileiro Pedro Trindade Filho e precisaram se mudar para a casa de parentes. No mesmo dia da alta hospitalar de Almir, encontravam-se na fazenda quatro funcionários do Mirad, que faziam vistoria para avaliar a possibilidade de desapropriação para reforma agrária, uma vez que a UFV, proprietária legal, nunca havia explorado a terra. As últimas informações encontradas pela Covemg demonstram que não houve prosseguimento do inquérito policial[515] e, até 2001, a propriedade ainda não havia sido transformada em assentamento.[516]

O nome de Hermes Bispo da Silva consta nas publicações: "Camponeses mortos e desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição", "Relatório final: Violações de Direitos no campo 1946 a 1988", "Assassinatos no Campo: crime e impunidade 1964 – 1985" e "Fetaemg 30 anos de luta: 1968 a 1998".

Vale do Rio Doce

O Vale do Rio Doce, desde a sua ocupação em tempos mais remotos, vem sendo alvo de disputas. Para lá rumaram nordestinos escorraçados pela seca, pela fome e pelo latifúndio, além de migrantes sem-terra de várias partes do País. Aquelas terras sem fim, região toda formada por mata fechada, terra de cultura, com água brotando por todos os lados, e, "sem dono", representava a esperança e a oportunidade da vida, um pedaço de chão onde homens sem posses e invisíveis viram a possibilidade de fincar suas raízes.

Eram imensas matas de terras devolutas, herança do regime das sesmarias que Dom Pedro I, por meio de um documento, indicou a faculdade da "concessão de sesmarias a todos os que, até 1836, se dirigissem para a região do Rio Doce e ali se dispusessem a cultivar a terra e a comercializar seus produtos."[517]

A partir dos anos 1940, a região foi se tornando uma das principais áreas da pecuária bovina de corte.

> À medida que as matas foram ficando distantes e tornando desvantajosa [...] a pecuária foi se tornando a atividade principal... A lavoura existente nas fazendas era a de sobrevivência, o fazendeiro não queria investir. Só queria lucro, mal davam sal ao gado. As fazendas de Governador Valadares não tinham nem sede, era só uma casinha e em torno dela não tinha nada plantado.[518]

Para os camponeses, a fertilidade daquelas terras significava a possibilidade de deixar para trás uma vida de miséria e abandono e conseguir um pedaço de terra. Mas, com o passar do tempo, eles acabaram sendo expulsos por meio de ações violentas.

> O posseiro, gente humilde, pobre, achou que entrando na terra e fazendo um aberto, plantando, etc., seria dono da terra. Mas acontece que vieram os grandes, poderosos, e tocaram esse povo de qualquer jeito. Compravam ou abriam um pedaço na mata e depois partiam por cima dos outros... Tocavam o sujeito para fora impiedosamente, o sujeito com a família e tudo. Às vezes, gente morava ali há 10 ou 15 anos. Mataram demais, quebraram esse povo de lá de qualquer maneira. Queimaram barracos e tocaram eles sem dó.[519]

A região foi alvo também de vários processos de grilagem e fraude nos processos de regulamentação da terra.

> Houve diversos tipos de irregularidades e fraudes nos processos que requeriam a legitimação de terras na Secretaria de Agricultura. Havia um mercado paralelo de venda de posses, sendo que, qualquer pessoa poderia pedir a medição das terras, não necessariamente os ocupantes com moradia habitual. As terras eram medidas e aprovadas pelo chefe do Distrito de Terras e, então, iam à hasta pública, se os ocupantes não manifestavam interesse na compra das mesmas, elas eram arrematadas por quem propusesse a compra. [...]. Os posseiros moradores de áreas de difícil acesso e analfabetos não tomavam conhecimento da venda das terras que ocupavam e ficavam a mercê da lei e dos grileiros. [520]

De acordo com Pereira[521], nas terras do Rio Doce, as lutas dos posseiros contra os grileiros se intensificam a partir das décadas de 1940 e 1950. Com isso, a região foi se transformando e a concentração de terras aumentou.

> No Rio Doce há um processo constante e nítido de concentração da propriedade rural. É a substituição da pequena gleba lavourista do posseiro pelo latifúndio da pecuária extensiva

> do fazendeiro [...] através da grilagem de terras, da espoliação do posseiro, do despejo violento de milhares e milhares de famílias de pequenos lavradores, gerando um drama humano doloroso, criando um problema social agudo, gestando a revolução. [...] É isso que explica o porquê da intensidade arrebatadora que tomou a luta pela reforma agrária.[522]

Esse quadro de violência no campo foi realmente no período de 1961 a 1988. Foram localizadas pela pesquisa 18 casos de assassinatos de trabalhadores rurais e seus apoiadores na região, que serão descritos a seguir.

Vítima: Augusto Soares da Cunha

Vítima: Otávio Soares Ferreira da Cunha

Data da morte: 1ª/04/1964 e 04/04/1964

Local: Governador Valadares

Otávio Soares da Cunha, filho de Anna Soares de Almeida e Roberto Soares Ferreira, nascido em 1898, em Minas Gerais, era farmacêutico em Governador Valadares e pequeno proprietário rural. Foi assassinado aos 66 anos, em Governador Valadares, onde sofreu um atentado, juntamente com os seus filhos Wilson e Augusto. A família pretendia retirar Wilson da cidade, devido aos rumores de que ele era considerado comunista pelas forças de repressão.

Os três se encontravam dentro do carro da família, quando foram abordados por Maurílio Avelino de Oliveira (fazendeiro, reservista e reincorporado à PM). Fingindo ser amigo, o miliciano se aproximou do carro e retirou a chave da ignição. A seguir, juntamente com seus acompanhantes Lindolfo Rodrigues Coelho e Wander Campos (também reservistas reincorporados à PM), disparou contra a família Soares. Augusto, de 33 anos, faleceu no local, enquanto Otávio, mesmo alvejado, conseguiu abrir a porta do carro e engatinhar em direção a casa de Wilson, mas foi atingido por um tiro no rosto, disparado por Lindolfo, falecendo três dias depois. Wilson ficou gravemente ferido, mas foi o único sobrevivente. O atentado à família Soares, que resultou em duplo assassinato por meio de execução sumária, é comprovadamente o primeiro crime da ditadura militar no Estado de Minas Gerais.

A morte por execução sumária de Otávio e Augusto e o atentado à vida de Wilson estão ligados ao ambiente de disputa pela terra entre latifundiários e trabalhadores rurais. Dos três filhos de Otávio, Wilson e Milton eram identificados como comunistas pelos grandes fazendeiros locais, por terem apoiado o Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura de Governador Valadares.

Segundo o processo nº 35.679, do Superior Tribunal Militar (STM), no dia 1º/04/1964, o Delegado de Polícia de Governador Valadares declarou que:

> devido à falta de elementos no destacamento policial, convocou Maurílio Avelino de Oliveira, Lindolfo Rodrigues Coelho e Wander Campos, todos reservistas, para prestarem serviços, localizando e interceptando elementos comunistas, bem como conduzindo os prisioneiros à Delegacia, em virtude do 'Estado de Guerra' em que se encontrava o Estado de Minas Gerais, aliás expressamente declarado pelo general Olímpio Mourão Filho, comandante da 4ª Região Militar, a cujo mando foi incorporada a ao Processo nº 35.679, do Superior Tribunal Militar.

A estranha reincorporação dos três fazendeiros em serviços de natureza policial pelo delegado tenente-coronel Paulo Reis teria ocorrido às 8 horas da manhã do dia 1º/04/1964, apenas uma hora antes da ocorrência criminosa. Deve-se deixar em aberto, portanto, a possibilidade de que essa convocação tenha sido tão somente um expediente formal forjado *a posteriori* para conferir alguma cobertura legal ao assassinato e facilitar a defesa jurídica.

Segundo os depoimentos de Zalfa de Lima Soares, esposa de Wilson, e de Eunice Ferreira da Silva, empregada doméstica na residência da família, bem como as declarações dos próprios assassinos, sabe-se que às 9 horas do mesmo dia os três se dirigiram a casa de Wilson Soares da Cunha, na Rua Osvaldo Cruz, 203. O alvo principal da incursão seria o filho Wilson, que sobreviveu aos disparos.

A viúva de Otávio, Guiomar Soares da Cunha, conseguiu do delegado Paulo Reis a abertura de Inquérito Policial. Segundo o jornal Última Hora, em 72 horas o delegado Bastos Guimarães tinha o nome dos criminosos e os denunciou ao juiz Alves Peito, que decretou a prisão preventiva dos acusados. Os assassinos passaram à condição de foragidos. A partir daí, travou-se uma batalha política envolvendo os coronéis Pedro Ferreira e Altino Machado, o major do Exército Henrique Ferreira da Silva, a Associação Ruralista de Governador Valadares e outros apoiadores do novo governo, resultando na decisão, tomada pelo coronel Dióscoro Gonçalves do Vale, comandante do ID-4, de requisitar, com base no primeiro Ato Institucional, que o processo das mortes fosse transferido para a justiça militar.

O Inquérito Policial Militar (IPM) foi chefiado pelo major Célio Falheiros. Em 19/08/1966, o conselho extraordinário de justiça do Exército, na sede da audito-

ria da 4ª Região Militar, homologou a farsa jurídica inicial. O promotor Joaquim Simeão de Faria pediu ao conselho que decidisse se "no dia do crime ainda se considerava em estado revolucionário, pois, apesar dos tiros terem sido desfechados pelas costas, se estivessem em estado revolucionário haveria de ser considerada a situação em que tais tiros foram desfechados" ou se os acusados simplesmente cometeram homicídio doloso.

Os advogados dos criminosos alegaram que os três acusados "estavam no estrito cumprimento do dever legal", que a "situação era revolucionária e estavam em guerra", que "os acusados, ao receberem voz de prisão, tentaram a fuga, o que determinara a reação dos acusados, que somente poderiam tomar atitude enérgica e viril eis que de dentro da casa onde tentaram refugiar não se sabia o que de lá viria". Na decisão, o conselho mandou apurar as responsabilidades das pessoas apontadas como subversivas e, por maioria de votos (4 a 1), absolveu os acusados Wander Campos e Lindolfo Rodrigues Coelho. A absolvição do acusado Maurílio Avelino de Oliveira foi por 3 a 2. O Ministério Público recorreu ao STM, que reformou a sentença.

Em Governador Valadares, havia sido oferecida denúncia contra os assassinos, em 17/05/1965. Os réus obtiveram no STF *habeas corpus*, recolhendo-se os mandados de prisão. Depois de uma série de tramitações judiciais, o STM, em 11/01/1967, condenou os três criminosos a 17 anos e meio de reclusão, por unanimidade. O jornal Estado de Minas, de 03/11/1996, em matéria denominada "Memória de um Crime", assinada por Tim Filho, informa que os criminosos foram indultados por intermediação do governador Rondon Pacheco. O relator na CEMDP concluiu que:

> há decisões jurídicas comprovando que os três criminosos desempenhavam serviço de natureza policial convocados por autoridades militares. Tanto é que foram julgados, absolvidos e condenados no âmbito da Justiça Militar. Comprovada está também, fartamente, a motivação política dos crimes. Duas pessoas foram mortas, com tiros pelas costas e uma ferida, estando todas desarmadas, após receberem ordem de prisão. Preenchidos estão todos os requisitos exigidos pela Lei nº 9.140/1995.[523]

Diante disto, o relator votou pelo deferimento do processo. O general Oswaldo Pereira Gomes solicitou vistas ao processo e lavrou o seguinte voto vencido:

> Verificamos que o STF tomou uma decisão política por 4 a 3 votos, mandando julgar pela Justiça Militar um ato Revo-

> lucionário de civis que obviamente não poderiam ser punidos, por terem sido vitoriosos e, se fosse o caso de punir, o julgamento deveria ter-se realizado na Justiça comum. Ao final de tudo e para reparar o absurdo, a pedido do austero governador Rondon Pacheco e sob a responsabilidade do inatacável homem público que foi o presidente Castelo Branco, os homicidas foram indultados. Essa Comissão não deve e não pode julgar com critérios políticos, sobretudo revanchistas; estaremos, se assim fizermos, cometendo atos ilegais e contrariando frontalmente a Lei nº 9.140/95, que nos obriga no art. 2º a acatar o princípio da reconciliação e pacificação nacional, expresso na Lei nº 6.683, de 28/08/1979 – Lei de Anistia. Inaplica-se, pois, a Lei nº 9.140/95, no caso de pessoas baleadas em via pública, no dia 1/4/1964, às 9 horas, no quadro de um movimento revolucionário, vez que esses indivíduos não eram agentes públicos, nem poderiam sê-lo naquele momento quando o movimento não era ainda vitorioso; no caso os agentes eram simplesmente rebeldes.[524]

Os processos de Augusto e Otávio Soares Ferreira da Cunha tramitaram juntos. Ambos foram aprovados por 4 a 3 pela CEMDP, com votos contrários do general Osvaldo Gomes, de João Grandino Rodas e de Paulo Gonet.

Pai e filho foram reconhecidos como mortos pela Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos: procedimento administrativo CEMDP 345/96. Seus nomes constam também no Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985), no relatório da Comissão Nacional da Verdade, Mortos e Desaparecidos Políticos, volume III e nas publicações "Camponeses Mortos e Desaparecidos Excluídos da Justiça de Transição", "Relatório final: Violações de Direitos no campo 1946 a 1988" e "Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos".

Vítima: José Máximo da Fonseca

Data da morte: **25/05/1968**

Local: **São José da Safira**

José Máximo da Fonseca era posseiro e liderava os camponeses na localidade de Perdidos, município de São José da Safira. Ele foi assassinado em 25/05/1968. Seu nome consta nas publicações "Camponeses Mortos e Desaparecidos excluídos da Justiça de Transição", "Relatório final: Violações de Direitos no campo 1946 a 1988", "Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos", "Assassinatos no campo: crime e impunidade, 1964-1986" e "Fetaemg 30 Anos de Luta. 1968-1998". Con-

tudo, a pesquisa realizada pela Covemg não conseguiu levantar informações sobre as causas e possíveis agentes responsáveis pelo crime.

Vítima: Avelino Pereira Guimarães

Vítima: Adelino Pereira Guimarães

Data da morte: 07/10/1980 e 14/10/1980

Local: Fazenda Lambari, Braúnas e cadeia pública de Itabira

Adelino Pereira Guimarães, de 38 anos, era posseiro na região de Braúnas e reclamava na Justiça o direito de propriedade da terra onde morava. Ele alegava que a área era habitada pela sua família desde os tempos de seus avós. Adelino vivia na terra junto com sua família, esposa e filhos, além do seu pai Avelino Pereira Guimarães e sua mãe Otávia Conceição Guimarães. O conflito se iniciou em 1975 quando o fazendeiro Gil Vieira Terra invadiu pela primeira vez a fazenda, denominada Lambari, afirmando ser o proprietário da área. Desde então a família de Adelino passou a sofrer constantes ameaças e pressões do fazendeiro.

Em agosto de 1979, Gil Vieira, acompanhado de policiais e capangas armados, invadiu a fazenda de Adelino "espancando indistintamente homens, mulheres e crianças. Ao se despedirem o sr. Gil e seus acompanhantes prometeram voltar. Então seria para matar a todos."[525]

Após essa ameaça, Adelino procurou os meios legais para se defender, indo com frequência a Belo Horizonte para tratar com advogados. Mas no dia 06/10/1980, Gil Vieira, juntamente com cinco policiais à paisana e um oficial de justiça foram até a casa de Adelino.

> Adelino estava no campo [...] quando viu os homens virem no meio da boiada, ele desceu deixando duas crianças no alto da serra, onde trabalhava. Conseguiu chegar à casa antes dos elementos. Estes começaram logo a atirar. Adelino rebateu a tiros e acertou dois policiais, um deles vindo a falecer.[526]

O policial morto era o cabo da PM José Gonçalves Ferreira, que na ocasião estava de férias e fora contratado pelos fazendeiros Geraldo Pacheco e seu genro Gil Vieira Terra para invadirem a fazenda Lambari.[527] Já o policial ferido, que também era cabo da PM, se chamava José Ribeiro da Silva.

No dia seguinte uma guarda da polícia com cerca de 60 homens se dirigiu ao local e lançou um verdadeiro arsenal de armas e bombas em direção às residências do posseiro, que havia se escondido no mato, e de seus familiares. Avelino,





Figura 14 – Imagens do suposto suicídio de Adelino Pereira Guimarães. Fonte: Acervo Coseg. Pasta 88 – Braúnas

pai de Adelino, resolveu sair de casa para se entregar aos policiais, foi recebido por um tiro de fuzil e faleceu no local. Após atirarem em Avelino, que possuía 62 anos, os policiais saquearam sua casa e levaram ferramentas, dinheiro e algumas espingardas.[528] Segundo a esposa de Avelino, Otávia Conceição Guimarães:

> Quem atirou em Avelino estava postado junto a porteira [...] que a declarante quis socorrer seu marido, mas foi brutalmente empurrada por alguns soldados afastando-a do corpo de Avelino e conduzida até uma horta pouco distante da casa e aí agredida a murros e pontapés por um soldado de cor morena e bigode preto e que estava fardado.[529]

Na ocasião, os policiais também prenderam Afonso Pereira Guimarães, filho de Avelino, Tobias Pereira Guimarães, primo de Afonso, José Paulo Pereira Filho, irmão de Avelino, e Divino. Os dois últimos foram amarrados com um cabresto e espancados com coronhadas de fuzis e pancadas de cassetete. Os quatro foram liberados após o pagamento de fiança no valor de 2 mil cruzeiros.[530]

Alguns dias depois, em 12/10/1980, Adelino foi capturado pelos policiais, na casa do seu vizinho José Pedro Lage, e conduzido para a delegacia de Braúnas, sendo transferido, no dia seguinte, para a delegacia da cidade de Itabira. De acordo com depoimento de Maria das Graças Guimarães, esposa de Adelino:

> Dia 12 como estava chovendo muito Adelino, que estava foragido no mato, se viu obrigado a refugiar-se na casa de José

> Lage [...] ele foi preso na casa mencionada, onde todos os moradores foram espancados; que Adelino foi algemado [...] que o mesmo foi barbaramente espancado pelos policiais [...] que quando a declarante viu o mesmo estava sangrando pela boca e com o rosto todo roxo.[531]

No dia 14 de outubro Adelino foi encontrado morto no banheiro da cela da cadeia. A polícia alegou suicídio por enforcamento e que o preso teria utilizado um cabo condutor de energia elétrica para se matar.[532]

Logo após o ocorrido, o médico legista, Celso Botelho Falcão, do Instituto Médico Legal de Belo Horizonte, foi até Itabira para examinar o corpo. Ele constatou várias fraturas no corpo de Adelino que indicavam espancamento. Segundo ele, "não há dúvida de que o rapaz foi espancado seriamente. Ele tinha contusões no duodeno e no cérebro, além de equimoses nos olhos e na testa, o que sugere espancamento."[533] Mas no relatório de necropsia assinado pelo mesmo perito consta a seguinte informação:

> O resultado do exame anátomo patológico não fornece elementos para afirmar ou negar a existência de enforcamento, estrangulamento ou esganadura. Diante dos dados colhidos durante a necropsia e dos resultados, concluímos que a morte se deu por asfixia mecânica por compressão do pescoço.[534]

Em 1982, o bispo auxiliar de Itabira, Dom Lélis Lara, denunciou o crime e o fato dos assassinos continuarem impunes. "Gostaria que tudo fosse apurado e divulgado o resultado do inquérito. Estamos perplexos, sem uma resposta. Precisamos de uma definição, pois afinal onde fica a Justiça nisto?"[535] Em resposta, o secretário de Segurança Pública Armando Amaral, informou que o inquérito sobre a morte de Adelino Guimarães foi encaminhado à comarca de Itabira e que outro foi instaurado, presidido inicialmente pelo capitão Expedito Antônio Almeida, para apurar as violências contra o filho de Avelino.[536]

De acordo com o informe nº 316 produzido pelo Exército, em abril de 1982, em resposta ao pronunciamento de Dom Lélis Lara:

> Inquérito Policial procedido pelo Delegado Francisco de Assis Teixeira para apurar a morte de Adelino, concluiu que: 'ao ser preso Adelino foi fisicamente maltratado e moralmente humilhado pelos policiais; [e que] houve suicídio.[537]

A pesquisa realizada pela Covemg localizou também documentos que mencionam o assassinato de José Pereira Filho, em 1979, na fazenda Lambari, por Gil

Vieira Terra e que o seu filho havia sido morto na delegacia de Itabira.[538] No entanto, devido às similaridades dos casos a Covemg não encontrou documentos que comprovassem que se tratavam de outros assassinatos.

Os nomes de Avelino e Adelino Pereira Guimarães constam nas publicações "Camponeses Mortos e Desaparecidos excluídos da Justiça de Transição", "Relatório final: Violações de Direitos no campo 1946 a 1988", "Assassinatos no campo: crime e impunidade, 1964-1986" e "Fetaemg 30 Anos de Luta: 1968-1998".

Vítima: Carlos Zomar

Data da morte: 02/01/1982

Local: Fazenda Alexandrenópolis, Água Boa

As informações apresentadas constam no relatório do delegado de polícia de Belo Horizonte, Ruy Eustaquio Alves Resende, enviado para o juiz da comarca de Capelinha. Segundo o documento, Carlos Zomar era empregado da fazenda Alexandrenópolis, propriedade de José Bernadino Pereira, conhecido como Juquita. O fazendeiro e dois capatazes assassinaram Zomar no dia 02/01/1982, esconderam seu corpo e simularam que ele estivesse vivo. No mesmo dia, João da Conceição Meira que também era empregado de Juquita, encontrou-se com Zomar nas imediações da fazenda e o levou até a presença do fazendeiro e do capataz Julio de Jesus Oliveira. Zomar foi submetido a violentos maus-tratos, sem poder reagir, uma vez que o proprietário e o capataz estavam de armas em punho e, em seguida, dispararam contra ele. Após a morte de Zomar, o fazendeiro ordenou que outro empregado, Vasco Pereira de Jesus, colocasse o corpo de Zomar no interior de um balaio, sobre o lombo de um animal, usando como contrapeso algumas pedras e o transportasse para local conhecido como Manga do Meio, situado na mesma fazenda.

Na manhã seguinte, o fazendeiro conversou com seus irmãos José Nonato Pereira, José Paulo Pereira e José Maria Pereira, eles acordaram que enterrariam o corpo e para ocultar o crime, José Nonato enviaria um telegrama para a família da vítima, simulando ser Carlos Zomar, dizendo que estava viajando e voltaria brevemente. Diante do ajuste, o capataz Julio de Jesus Oliveira sepultou o corpo e somente no dia 16 de janeiro, José Nonato enviou o telegrama aos familiares de Carlos que moravam em Guanhães. Estes desconfiaram do telegrama, tentaram com que a delegacia de Água Boa investigasse o caso e não obtendo resposta procuraram Ruy Eustaquio Alves Resende, na delegacia de Belo Horizonte, que esclareceu o assassinato. Devido à crueldade do assassinato, a população local ficou revoltada e temendo a integridade física dos mesmos e também à fuga

para outro estado, o delegado fez um pedido para que os assassinos fossem presos no DOPS de Belo Horizonte.

Na análise do crime foram realizados auto de exumação e reconhecimento, auto de corpo de delito preliminar e auto de necropsia de nº 535, que não conseguiu localizar os projéteis devido à precariedade do local de sepultamento e o tempo decorrido. Porém, foi apreendido o revólver do fazendeiro Juquita emprestado para o capataz Julio, usado para matar a vítima. O revólver utilizado pelo fazendeiro já havia sido vendido.[539]

Vítima: Felício Germano Mendes
Vítima: José Amâncio Rocha
Vítima: Sávio Gonçalves da Silva

Data da morte: 24 e 25/09/1984
Local: Santa Maria do Suaçuí

Felício Germano Mendes, de 31 anos, José Amâncio Rocha, conhecido como "Zé Guedes" e Sávio Gonçalves da Silva eram trabalhadores rurais em Santa Maria do Suaçuí e foram assassinados em circunstâncias não esclarecidas pela pesquisa. Os dois primeiros foram mortos no dia 24/09/1984 e o terceiro no dia 25 de setembro do mesmo ano. De acordo com correspondência enviada pelo então deputado estadual João Batista dos Mares Guia ao presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, solicitando a apuração dos assassinatos de oito trabalhadores rurais ocorridos em 1984, dentre eles dos três descritos acima, as mortes estavam relacionadas com a luta pela posse da terra ou pelo cumprimento de direitos trabalhistas.[540]

Em correspondência enviada por Hilqueas Faria da seção de buscas da Coseg para o coordenador do órgão em 20/11/1984 consta a informação de que para esses três homicídios foram abertos inquéritos policiais, sendo indiciados Geraldo Conrado dos Santos, Júlio da Paixão, Laucides Pereira da Rocha, José Carlos Alvarenga, conhecido como "Jota", e seu irmão Antonio Alvarenga Rosa.[541] Já em ofício emitido pelo secretário de segurança pública, Chrispim Jacques Bias Fortes, em 18/12/1984, enviado para a secretária particular do governador, consta que:

> a) Quanto a Felício Germano Mendes, o inquérito foi remetido à Justiça da Comarca, tendo sido indiciados Júlio da Paixão, Geraldo Conrado dos Santos, Laucides Pereira da Rocha denunciados, e recebidas as denúncias estando os réus sendo regularmente processados criminalmente.

> b) Quanto a José Amâncio Rocha, apelidado "Zé Guedes" está em conclusão o inquérito devendo ser encaminhado ao Poder Judiciário. O autor é Antônio Alvarenga Rosa, que já confessou plenamente o crime.
> c) Quanto a Sávio Gonçalves da Silva, inquérito já foi enviado à Justiça da Comarca, os réus Geraldo Conrado dos Santos e Júlio da Paixão já denunciados pelo Ministério Público.[542]

Em reportagem do jornal Folha de São Paulo há registro de que Felício Germano Mendes foi assassinado pouco depois de prestar depoimento na polícia sobre um crime de morte e previu que seria o próximo a ser assassinado por causa de uma disputa de terra.[543]

No entanto, a pesquisa não conseguiu obter outras informações sobre a causa das mortes e tudo indica que realmente havia uma disputa de terras entre os indiciados e os trabalhadores rurais assassinados.

Os nomes de Felício, José Amâncio e Sávio Gonçalves constam nas publicações "Camponeses Mortos e Desaparecidos excluídos da Justiça de Transição", "Relatório final: Violações de Direitos no campo 1946 a 1988", "Assassinatos no campo: crime e impunidade, 1964-1986" e "Fetaemg 30 Anos de Luta: 1968-1998".

Vítima: Não identificada

Data da morte: 26/03/1985
Local: Água Boa

As poucas informações desse assassinato constam no periódico Pelejando, que afirma "tem-se a notícia de mais um assassinato de trabalhador em Água Boa, no último dia 26. Este crime teria sido praticado pelo filho do fazendeiro José de Vitório, mas não temos ainda dados precisos."[544] O caso é citado nas publicações "Camponeses Mortos e Desaparecidos excluídos da Justiça de Transição" e "Relatório final: Violações de Direitos no campo 1946 a 1988", que indicam que um trabalhador rural foi morto por agente privado no dia 26/03/1985, em Água Boa (MG).

Vítima: Francisco Alves Pereira

Data da morte: 11/07/1985
Local: Córrego do Japão, Coluna

Francisco Alves Pereira, de 59 anos, era lavrador e foi assassinado por Sebastião Pereira de Andrade, por volta das 13 horas do dia 11/07/ 1985, no lugar denominado Córrego do Japão, no município de Coluna. Francisco recebeu quatro tiros

de revólver calibre 32, na área da fazenda onde morava de propriedade de João Gregório Calixto, cunhado de Sebastião Pereira de Andrade.

O nome de Francisco Alves Pereira é citado nas publicações "Camponeses Mortos e Desaparecidos excluídos da Justiça de Transição", "Relatório final: Violações de Direitos no campo 1946 a 1988", e "Assassinatos no campo: crime e impunidade, 1964-1986".

Nos autos do processo sobre o assassinato, localizado pela pesquisa, consta que "os fatos ocorreram quando a vítima tentou impedir que o denunciado passasse com o gado em terrenos onde Francisco tinha uma plantação de cana."[545]

Em suas declarações, Sebastião Pereira de Andrade confessou a autoria do crime. De acordo com relatório produzido pelo delegado de polícia Carlos Alberto de Abreu, em 21/08/1985:

> Sebastião Pereira de Andrade confessa a autoria do delito, esclarecendo que possui um terreno no Córrego do Japão e [...] junto com Alcebíades foram levar um gado até as suas terras e no caminho iam passar defronte a casa de Francisco Alves Pereira, o qual morava nas terras de seu cunhado João Gregório Calixto, quando passavam com o gado surgiu a vítima desses autos com uma foice na mão passando pelo gado vindo em sua direção para ataca-lo, ocasião em que puxou do revólver fazendo disparos, fugindo em seguida e logo depois tomou conhecimento que Francisco faleceu devido aos tiros.[546]

Entretanto, o processo não informa a pena imposta a Sebastião Pereira de Andrade. Assim, não foi possível saber se ele foi julgado e foi preso ou se permaneceu em liberdade.

Vítima: Júlio Eustáquio de Oliveira

Data da morte: **28/07/1985**
Local: **Sabinópolis**

Júlio Eustáquio de Oliveira, de 21 anos, era vaqueiro e foi assassinado no município de Sabinópolis, com quatro tiros, pelo fazendeiro Afrânio Ferreira de Oliveira. O crime aconteceu por volta das 11 horas do dia 28/07/1985 e o fazendeiro fugiu logo em seguida.[547]

A pesquisa não conseguiu, no entanto, identificar os motivos do crime. Seu nome consta nas listagens e informações sobre camponeses mortos e desapa-

recidos existentes nas publicações "Camponeses Mortos e Desaparecidos excluídos da Justiça de Transição", "Relatório final: Violações de Direitos no campo 1946 a 1988", e "Assassinatos no campo: crime e impunidade, 1964-1986". No entanto, o local do assassinato consta como Guanhães.

Vítima: Divino Balbino Lana

Data do desaparecimento: 10/10/1985
Local: Engenheiro Caldas

Divino Balbino Lana era lavrador e possuía 29 anos quando desapareceu. Ele foi retirado algemado de uma oficina mecânica em Engenheiro Caldos e colocado à força em um veículo, após esse evento não foi mais visto. O crime teve como mandante o fazendeiro Nilton de Andrade Flores que pagou ao soldado reformado Elizeu Ferreira de Souza a quantia de Cr$12 milhões para eliminar Divino.

O motivo para o desaparecimento foi que, antes anos, os fazendeiros Ariel Flores de Mendonça, pai de Nilton de Andrade Flores, João Jocoico e Antônio Vitório de Nalon invadiram as terras de Lucinda Maria de Jesus, avó de Divino, localizadas no Córrego dos Ilhéus, área rural de Engenheiro Caldas. Eles realizavam constantes ameaças a Lucinda Maria de Jesus e à sua filha Sebastiana Maria de Jesus, mãe de Divino, para abandonarem a área. Divino, que morava em Belo Horizonte, voltou a residir na terra e entrou com uma ação da Justiça contra os fazendeiros.[548] O conflito pela terra foi o motivo que levou o fazendeiro Nilton de Andrade Flores a contratar o soldado reformado Elizeu Ferreira de Souza, conhecido pistoleiro da região, para efetuar o crime.

A mãe de Divino prestou queixa sobre o desaparecimento do filho e, dias depois, Nilton de Andrade foi preso e confessou o crime, sendo levado para a 5ª Delegacia Regional de Polícia de Governador Valadares.[549] Nilton de Andrade alegou legítima defesa informando que Divino, em duas ocasiões, havia tentado acabar com a sua vida.[550] Sobre o pagamento do pistoleiro, que estava foragido, Nilton informou que:

> O dinheiro para o pistoleiro eu consegui emprestado, Cr$ 2 milhões com o fazendeiro João Jocoico, Cr$ 2 milhões com meu irmão José Roberto e Cr$ 1 milhão com meu outro irmão Nivaldo Flores, todos residentes em Engenheiro Caldas, sendo que João Jocoio também é proprietário de quatro alqueires no terreno.[551]

O nome de Divino Balbino Lana consta nas publicações "Camponeses mortos e desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição", "Relatório final: Violações de Direitos no campo 1946 a 1988", "Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil

1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos" e "Fetaemg 30 anos de luta: 1968 a 1998".

Vítima: Paulici Pereira da Mata

Vítima: Alcir Alves da Silva

Data da morte: 28/01/1986
Local: Localidade de Ribeirão de São Félix – Sabinópolis

Havia na localidade de Ribeirão de São Félix um atalho utilizado pelos lavradores que cortava a fazenda cujo proprietário era Sebastião Fernandes. O uso desse atalho incomodava o fazendeiro, que realizava constantes ameaças aos transeuntes. Em 27/01/1986, o lavrador Paulici Pereira da Mata, de 38 anos, acompanhado de sua mulher, a professora Maria Moreira Mata, e seus filhos menores de idade, atravessaram a fazenda e Paulici sofreu um atentado recebendo um tiro na mão. Paulici foi até a delegacia e denunciou o ocorrido, a polícia fez o registro e prometeu tomar providências.[552]

No dia seguinte, Paulici Pereira da Mata e Alcir Alves da Silva, de 25 anos, sofreram uma emboscada, por volta das 16 horas, armada pelo fazendeiro Sebastião Fernandes, seus filhos e capangas. Alcir foi assassinado com 30 tiros, já Paulici mesmo baleado tentou se defender e atirou contra os agressores, acertando José Afonso, que morreu no local e ferindo gravemente Clemente Fernandes, ambos filhos do fazendeiro. Em seguida, Paulici foi morto com mais de 40 tiros e teve sua cabeça degolada por uma foice.[553]

Além do fazendeiro e seus filhos foram identificados mais quatro participantes da emboscada, José Augusto, Dirceu, Ivan e José Francisco. Após a chacina o fazendeiro Sebastião Fernandes e seus quatro capangas fugiram. A polícia prendeu José Maria Fernandes, de 31 anos, filho de Sebastião Fernandes.[554]

Os nomes de Alcir Alves da Silva e Paulici Pereira da Mata constam nas publicações "Camponeses mortos e desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição", "Relatório final: Violações de Direitos no campo 1946 a 1988", "Conflitos de terra, vol II, 1986", "Conflitos de terra no Brasil, 1986" e "Fetaemg 30 anos de luta: 1968 a 1998".

Vítima: Salvador Mota Viana

Data da morte: 15/06/1986
Local: Peçanha

O lavrador Salvador Mota Viana foi assassinado a tiros na Praça Matriz, em Peçanha, por autor desconhecido.[555] As circunstâncias e as causas da morte

não foram localizadas pela pesquisa, mas seu nome consta em levantamento realizado pelo Mirad/INCRA sobre conflitos de terras que ocasionaram mortes em 1986. O nome de Salvador Mota Viana também é citado na relação de trabalhadores rurais vítimas da violência no campo em 1986 na Revista "Fetaemg 30 Anos de Luta. 1968-1998".

Vítima: Geraldo Damião dos Santos

Data da morte: 23/03/1987

Local: Sítio José de Oliveira, Antônio Dias

No dia 23/03/1987, o lavrador Geraldo Damião dos Santos de 20 anos foi cruelmente assassinado. Ele morava com seu irmão Juarez de 12 anos, no sítio José de Oliveira, perto da Comunidade de Roseira, no município de Antônio Dias. Eles eram órfãos e procuravam cuidar da herança de seus pais – o pequeno sítio de um hectare onde residiam.

Suas terras estavam sendo disputadas por José Izídio Alves, conhecido grileiro da região. Ele ameaçou Geraldo de morte várias vezes e chegou a plantar eucalipto na propriedade dos órfãos. O grileiro há anos perseguiu a tia deles, Dona Olinda, que teve a cerca destruída e a plantação desfeita. Em 1986, o filho do grileiro, Antônio Izídio, cujo apelido era Toné, junto com dois capangas, espancaram os filhos de Dona Olinda, João Batista e José. Ambos ficaram gravemente feridos e tiveram que ser socorridos no hospital em Nova Era.

Foi também Toné quem assassinou Geraldo a tiros. Geraldo estava se deslocando para o trabalho na Cantina da Eletrovale quando foi surpreendido na estrada por Antônio Toné, na altura da comunidade do Piçarrão, município de Nova Era.

Após o assassinato, os moradores do local, em especial a família de Dona Olinda ficaram indignados e aterrorizados, pois José Izídio dissera que "depois de matar esse, pretendia matar todos dali." Os agentes da CPT, padre Ernesto, padre Antônio e irmã Lila foram até a comunidade e procuraram o delegado de Nova Era para que fosse aberto um inquérito policial com o intuito de apurar a morte de Geraldo e punir os responsáveis.

O nome de Geraldo Damião dos Santos consta nas publicações "Camponeses mortos e desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição", "Relatório final: Violações de Direitos no campo 1946 a 1988", "Conflitos de terras no Brasil, 1987" e "Fetaemg 30 Anos de Luta: 1968-1998".

Vítima: Sebastião R. dos Santos

Data da morte: setembro de 1987
Local: Antônio Dias

Sebastião R. dos Santos era garimpeiro e trabalhava na jazida de Alexandrita, em Antônio Dias. Foi assinado pela Polícia Militar em setembro de 1987. Seu nome consta na publicação "Conflitos de terra no Brasil, 1987", no entanto, a pesquisa realizada pela Covemg não localizou outras informações sobre este caso.[556]

Sul

No período da ditadura militar, o Sul de Minas se destacava na produção agrícola em pequenas propriedades, que cultivavam, principalmente, café, cereais e cana-de-açúcar. A região também era produtora de leite. Segundo o Censo do IBGE de 1970, havia usinas de açúcar em Passos, e a região Sul era tradicionalmente ligada ao estado de São Paulo, do qual fez parte até 1764.[557]

Nessa região ocorreram dois assassinatos em 1966, na região do Pântano, em Piumhi, cujas mortes serão apresentadas a seguir. Já na década de 1970 não foram encontrados relatos de conflitos agrários e assassinatos. Porém, na década de 1980, essa região se destacou na organização camponesa pela luta de direitos trabalhistas. A primeira greve de trabalhadores rurais do estado de Minas Gerais aconteceu em Passos, no ano de 1980, e paralisou cinco mil canavieiros.[558]

Os assassinatos de Luiz Antônio Faria, Antônio dos Santos e Maria Rita de Fátima dos Santos, inserem-se neste contexto de reivindicação de direitos trabalhistas e serão apresentados na sequência. Por fim, será relatado o assassinato de Manoel Albino.

Vítima: José Vaz dos Santos
Vítima: Joaquim Rodrigues Pereira

Data da morte: 07/03/1966
Local: Pântano do Cururu, Piumhi[559]

Em 07/03/1966 ocorreu o assassinato de dois camponeses pelo filho de Laurentino Batista Lopes, latifundiário da região do Pântano do Cururu, no município de Piumhi. José Vaz dos Santos, 41 anos e Joaquim Rodrigues Pereira, 53 anos, estavam colhendo arroz quando foram assassinados.

José Vaz dos Santos, conhecido como Butuca, havia entrado com ação judicial contra o proprietário reclamando a posse de cerca de 300 alqueires de terras re-

cuperadas na área do Pântano. No dia do crime, os lavradores estavam colhendo arroz quando o filho do proprietário, Laurentino Batista da Silva, de 20 anos, reclamou a terça parte do cereal, sendo-lhe negado. O filho do proprietário sacou um revólver, atirou em José no crânio e em Joaquim no coração. Butuca era casado com Antonieta da Silva, e deixou 10 filhos, o mais velho com 12 anos e o mais novo com 4 meses. Joaquim Rodrigues Pereira era casado com Alda Lara Pereira e deixou 8 filhos. O duplo homicídio causou grande comoção na cidade onde as vítimas eram bastante conhecidas. Laurentino Batista da Silva fugiu e não respondeu a nenhum processo judicial. A secretaria de segurança pública determinou que o DVS ajudasse nas investigações e uma caravana coordenada pelo delegado de polícia Thacyr Menezes Sia se deslocou para Piumhi.[560]

Vítima: Luiz Antônio Faria

Data da morte: 06/12/1982

Local: Conceição da Aparecida

Luiz Antônio Faria era tratorista agrícola e foi morto por seu patrão, o fazendeiro Demerval de Carvalho, após cobrar 15 mil cruzeiros referentes à prestação de trabalho. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição Aparecida elaborou Nota de protesto contra sua morte.

> As autoridades policiais de Conceição da Aparecida devem ficar alerta e punir severamente os criminosos que atentam contra os Trabalhadores Rurais. Em 1981, o trabalhador rural LUIZ ALVES FERREIRA foi estupidamente agredido pelo patrão Nelviro Alves dos Santos; e, hoje dia 06 de dezembro, o trabalhador LUIZ ANTÔNIO FARIA, foi barbaramente assassinado por DEMERVAL DE CARVALHO (irmão do prefeito eleito) por ter cobrado uma dívida de Cr$15.000,00 a que tinha direito por trabalho rural.[561]

Vítima: Antônio dos Santos

Vítima: Maria Rita de Fátima dos Santos

Data da morte: 28/12/1985

Local: Virgem do Socorro, Virgínia

Antônio dos Santos tinha 33 anos e era casado com Maria Rita de Fátima dos Santos, de 29 anos. Eles tinham uma filha de 8 anos[562] e Maria Rita estava grávida quando o patrão de Antônio, o fazendeiro Jorge Inácio Torres foi à residência do casal para assassiná-los.[563] Antônio dos Santos era trabalhador rural e entrou com uma ação na Justiça contra Jorge Inácio Torres por descumprir a legislação trabalhista e ganhou a causa.[564]

No dia 28/12/1985, por volta de 13 horas, Carlito Augusto, genro de Jorge Inácio Torres, procurou Antônio dos Santos em sua casa. Antônio estava trabalhando e na residência estava Maria Rita de Fátima dos Santos e Pureza da Conceição Batista, respectivamente esposa e irmã de Antônio. Antes de ir embora Carlito ameaçou a família de Antônio de morte. No final da tarde, Antônio voltou para casa e logo em seguida chegou seu patrão, Jorge Inácio Torres, que o assassinou junto com sua esposa.[565]

Segundo documentos do auto de prisão em flagrante delito da delegacia de Itanhandu, do dia posterior ao duplo homicídio, Jorge Inácio Torres confessou os assassinatos alegando que após perder a ação trabalhista procurou Antônio para fazer novo acordo e como obteve resposta negativa "perdeu o controle" e sacou uma arma de fogo que trazia na cintura, dando um tiro na perna e uma facada na altura das costelas do lado esquerdo de Antônio. O fazendeiro relatou que Antônio e Maria Rita tentaram fugir, indo juntos até uma pinguela, quando Antônio correu para um lado e Maria Rita para o outro. Jorge perseguiu primeiro Antônio que caiu morto no chão e depois foi atrás de Maria Rita, que se abrigou na casa de sua prima, Dona Marieta.[566] Maria Rita foi pedir ajuda e avisou Maria Ribeiro da Silva (Dona Marieta) que o marido estava ensanguentado. Elas estavam do lado de fora da casa, quando chegou o fazendeiro e atirou em Maria Rita. Ela entrou dentro da casa e ele a perseguiu, atirando mais uma vez e matando-a. "Jorge Inácio Torres saiu tranquilamente da casa, sem dizer uma palavra."[567]

Os exames de corpo delito constataram que Antônio dos Santos foi assassinado com dois tiros e duas facadas[568] e Maria Rita de Fátima dos Santos com dois tiros.[569]

Imediatamente após o duplo homicídio, Jorge Inácio Torres também tentou matar com tiros o seu vizinho de propriedade, Manoel Araújo Guimarães, pois acreditava que havia instruído Antônio dos Santos a processá-lo na Justiça.[570] Manoel ficou gravemente ferido, mas sobreviveu.[571]

Não foi possível saber se Jorge Inácio Torres respondeu a processo judicial pelos assassinatos. A última notícia encontrada foi veiculada no jornal Pelejando, de janeiro de 1986, que informou: "o fazendeiro encontra-se preso, mas políticos pressionam pela soltura do perigoso assassino."[572]

No livro "Camponeses mortos e desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição", as mortes constam como ocorridas em janeiro de 1986 e o nome da vítima como Maria Rita dos Santos,[573] esses equívocos também aparecem nas pu-

blicações "Relatório final: Violações de Direitos no campo 1946 a 1988", "1986. Conflitos de Terra no Brasil", da CPT[574], "Conflitos de Terra, Vol II", elaborado pelo Mirad/INCRA[575] e na revista "Fetaemg 30 Anos de Luta: 1968-1998".[576]

Vítima: Manoel Albino

Data da morte: junho de 1986
Local: Jacutinga

Informações sobre Manoel Albino foram encontradas na revista "Fetaemg 30 Anos de Luta: 1968-1998"[577] e no arquivo do núcleo de pesquisa, documentação e referência sobre movimentos sociais e políticas públicas no campo, CPDA/UFRRJ:

> Jacutinga- MG. Junho 1986. Manoel Albino (TR [Trabalhador Rural] morto por 3 indivíduos não identificados). *Responsáveis: Antônio Dionísio Pereira, Antônio Galvão Lopes, Mauro Ferreira da Silva. O lavrador Manoel Albino foi assassinado com um picão (instrumento agrícola) e enterrado com cova rasa. (CPT/MG).[578]

A Covemg não localizou outras informações nas fontes analisadas.

Zona da Mata

A região da Zona da Mata localiza-se no Sudeste de Minas Gerais. Até meados do século XVIII, era totalmente coberta pela Mata Atlântica, e a vegetação fechada servia de barreira natural que dificultava o escoamento de ouro e pedras preciosas da região mineradora.[579] Mas foi justamente por se localizar entre as regiões das minas, os grandes centros e as regiões portuárias localizados no Rio de Janeiro que a Zona da Mata se desenvolveu, principalmente em decorrência do declínio da mineração, no final do século XVIII, começando a ser povoada e tendo como atividade econômica o extrativismo vegetal, além de uma agricultura de subsistência.

No século XIX a região começou a vivenciar a expansão da produção cafeeira. Apesar da riqueza gerada pelos cafezais, em poucos anos a fertilidade do solo ficou comprometida, devido ao caráter migratório e extensivo da cultura implantada na região e às dificuldades impostas pelo relevo acidentado.

A queda na produtividade do café promoveu relativa decadência e estagnação econômica da região, mas também estimulou o desenvolvimento de lavouras de produção de alimentos – principalmente a agricultura familiar nas terras oriundas das divisões entre herdeiros – e de pecuária leiteira e de corte com caráter extensivo.

> Percebe-se, pois, que a estrutura fundiária da região, com o predomínio quase absoluto de pequenas propriedades rurais, se deve principalmente à decadência da produção cafeeira nos moldes exigidos pelo modelo agroexportador.[580]

Além da predominância de pequenas propriedades, outra característica que difere a Zona da Mata de regiões como o Vale do Rio Doce, Noroeste e Norte do estado é a motivação dos conflitos rurais, que eram travados mais em resposta à organização política dos trabalhadores, ao desejo de manutenção do poder e às questões trabalhistas do que por disputa por terras que levavam à expulsão de posseiros por latifundiários.

Em pesquisa sobre a ação da Igreja Católica e a formação de STRs na Mata de Muriaé, Fernando Schettini (2013) considera que:

> A ação mediadora que deu origem aos STRs da Mata de Muriaé teve início em finais de 1960 e foi promovida pela Igreja Católica por meio de alguns padres da região e pelo Movimento da Boa Nova. Esse movimento, que tinha como principal objetivo a fundação de CEBs, adotava a realização de cursos e leitura e reflexão do evangelho como principal mecanismo para fomentar a criação dessas comunidades. Para tanto, sua principal estratégia era fomentar o diálogo entre a população mediada, qual seja, os camponeses da Zona da Mata Mineira. Buscamos, assim, compreender como esse diálogo em torno de temas bíblicos desembocou no reconhecimento dessa população enquanto categoria e em sua organização política e sindical.[581]

Schettini[582] explica que a Zona da Mata começou a experimentar a organização camponesa em meados de 1980, quando nascem na região vários STRs. A fundação desses sindicatos pode ser considerada, aliás, um efeito não premeditado da ação evangelizadora da Igreja Católica. Dentre os municípios que se destacaram nesse tipo de mobilização estão Muriaé (englobando também Miradouro) e Tombos.

Segundo o trabalhador rural José Maria dos Santos, que foi o primeiro presidente do STR de Miradouro, as discussões e reflexões nas CEBs estimularam que os trabalhadores percebessem a necessidade de criar alguma ferramenta para defender seus direitos: "aí aparece como primeira ferramenta a organização sindical."[583] O mesmo ocorreu em Tombos, onde Vanderli Pereira Pinheiro (Derli), um dos fundadores e primeiro presidente do STR, recorda a atuação do padre Elisete Lopes Gusmão, que apoiava os trabalhadores e estimulava a atuação da

CPT na região, e, por isso, chegou a ser perseguido, sofrer emboscada e ver uma das capelas em que atuava ser fechada.

Schettini identifica que tal relação se irradiou a partir da pequena cidade de Eugenópolis, localizada a 26 quilômetros de Muriaé, diante da ação pastoral inovadora iniciada por um religioso francês que chegou à região em 1957, padre Gwenael Kerandel, em conjunto com um grupo de leigos católicos e o Movimento da Boa Nova (Mobon), que atuava na evangelização rural e organização de núcleos comunitários no Vale do Rio Doce.

A atuação do padre Gwenael em meio aos camponeses chamou a atenção do regime ditatorial brasileiro que, em 1968, promoveu intervenção no seminário de Eugenópolis, sob a alegação que o padre estaria implantando núcleo de guerrilha na região. A "atuação da polícia do Estado no seminário, além de incutir medo naqueles que participavam do trabalho do padre Gwenael, fez com que muitas pessoas que discordavam de seus métodos de evangelização passassem a taxá-lo de comunista ou subversivo."[584] Foi na busca por rebater tais acusações, se aproximar da comunidade e desenvolver um novo projeto de evangelização que o padre apostou no auxílio do Mobon.

> Embora não fosse um movimento de caráter político, o MOBON fez com que a população envolvida nos trabalhos de comunidades, ao buscar retirar a religião da esfera meramente discursiva e tentar aplicá-la e vivenciá-la no dia-a-dia de sua realidade, experimentassem a organização em torno dos interesses mais imediatos de sua comunidade. O isolamento no qual viviam os camponeses da Mata de Muriaé, constatado pelo padre Gwenael, começa a ser quebrado por uma nova forma de socialização, pela qual as pessoas buscam melhorar a vida na comunidade.[585]

Ainda que o Mobon não tivesse abertamente cunho político, as atividades das comunidades de base funcionavam como ação política, uma vez que mobilizavam a população rural para questionar a baixa remuneração, a falta de perspectivas de melhoria de vida, de acesso à educação, assistência à saúde, luz elétrica, água encanada, entre outros confortos urbanos negados aos camponeses. As discussões sobre os direitos trabalhistas não foram promovidas pelo Mobon, mas levadas pela população rural aos grupos de reflexão das CEBs.

Entrevistas de lideranças rurais concedias a Schettini e à Covemg demonstram que em geral os fazendeiros não permitiam aos líderes de CEBs realizar reuniões em suas propriedades ou repreendiam os empregados que participassem dos

encontros mesmo que fora de suas terras. A partir da segunda metade da década de 1970, a organização na Zona da Mata se fortalece, especialmente com auxílio e orientações da Emater, do Centro de Tecnologias Alternativas (CTA), ligado à Universidade Federal de Viçosa (UFV) e da CPT. Posteriormente, começam a se estabelecer na região os STRs e os núcleos do Partido dos Trabalhadores (PT).

Schettini (2013) estima que a partir das ações das CEBs, decorrentes da ação do Mobon na Mata de Muriaé, ao menos 15 STRs foram criados na região, todos a partir de 1984, sendo que inicialmente não foram reconhecidos por Contag e Fetaemg. Segundo José Maria dos Santos, o assessoramento da CPT foi também o que propiciou a organização de tantos sindicatos no mesmo período e "um vínculo de solidariedade na região". Como resposta à organização dos trabalhadores do campo, veio a violência.

Tal violência será descrita a partir dos dez assassinatos identificados na região e a seguir relatados. Os relatos dos casos de morte serão iniciados pelas ocorrências localizadas no entorno de Miradouro devido a uma condicionante importante: a atuação da mesma família de fazendeiros em uma série de crimes.

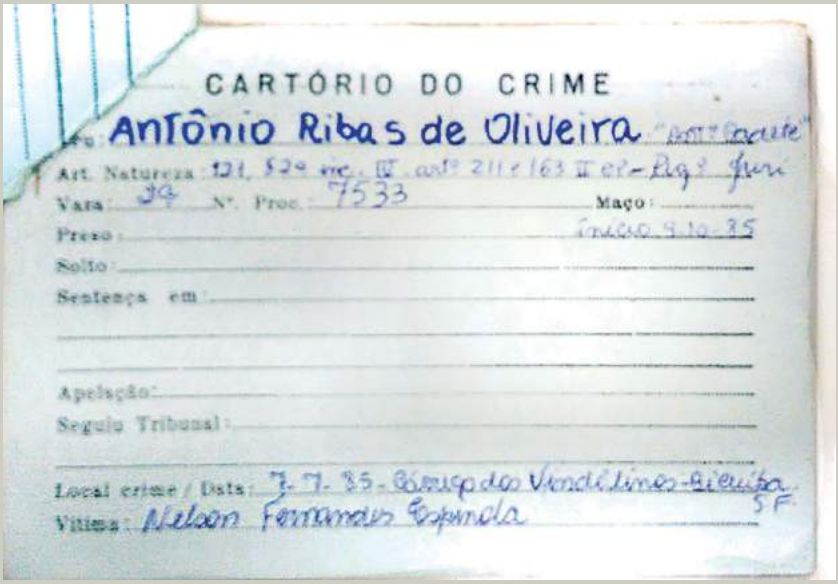
Vítima: Antônio "Velho"
Vítima: Maria Bernardina

Data da morte: 1977
Local: localidade de Monte Alverne, município de Miradouro

Maria Bernardina e seu filho Antônio "Velho" tinham uma pequena propriedade e algumas cabeças de gado, eram trabalhadores rurais e foram mortos a facadas quando estavam em casa. Relatos de quem vivia na região na época dão conta de que um grupo[586] armado com facas chegou à residência à noite chamando por Antônio "Velho", que foi esfaqueado. A mãe ouviu o barulho e chegou com uma lamparina para ver o que havia ocorrido, quando se deparou com os suspeitos, que a atingiram em seguida. Ela também teria sido esfaqueada e degolada.

O histórico da violência contra os trabalhadores rurais no município de Miradouro tem como marco a atuação da família Ribas, cujos irmãos ficaram conhecidos na região como "irmãos Cadetes".[587] Segundo documentos encontrados nos arquivos do Cedefes e da CPT-MG, desde que se instalaram na localidade de Monte Alverne, distrito de Miradouro, tal família passou a espalhar o medo e a ameaçar os moradores da região que se colocassem em seu caminho.

Conforme correspondência da CPT-MG incorporada ao relatório dos conflitos de terra elaborado pela coordenadoria de conflitos agrários do Mirad/INCRA em 1986:


CARTÓRIO DO CRIME

Antônio Ribas de Oliveira

Art. Natureza: 121, 529 inc. III, art. 211 e 163 II e 2 - Pag. furi

Vara: 34 Nº. Proc.: 7533 Maço:

Preso: Início 9.10.85

Solto:

Sentença em:

Apelação:

Segundo Tribunal:

Local crime / Data: 7-7-85 - Córrego dos Vindelinos - Bicuíba SF

Vítima: Nelson Fernandes Espinola

Figura 15 – Ficha criminal. Fonte: Fórum da Comarca de Muriaé

> Esse clima de terror teve início, segundo os trabalhadores da região, com a chegada da família Ribas, vulgarmente conhecida como 'os cadetes', que teriam assassinado em 1977 Maria Bernardina e Antônio "Velho" (mãe e filho) [...].[588]

Outro relato da CPT-MG[589] informa que "investigações policiais revelaram [...] o envolvimento dos Cadetes nos assassinatos da pequena proprietária Maria Bernardina e de seu filho Antônio 'Velho'".

Moradores da região e os relatos da CPT, entretanto, dizem que também existe a suspeita de que familiares de Antônio "Velho" poderiam ser os mandantes do crime, praticado com participação dos Ribas, visando ficar com a pequena propriedade pertencente a Maria Bernardina e ao filho.

Como Antônio "Velho" era solteiro e não tinha filhos, os moradores acreditam que os mandantes do crime tinham o intuito de se apossar de suas terras. Suspeita-se que essas tenham sido as primeiras mortes a marcar a era de violência e medo na região de Miradouro, Araponga e Ervália.

Pelo fato de nas denúncias encontradas[590] constarem apenas o nome "Antônio Velho", sendo "Velho" um apelido, e a Covemg não ter conseguido identificar o nome completo de Antônio, não foi possível localizar o atestado de óbito ou processo que possa ter sido instaurado no Fórum da Comarca de Muriaé, que atendia os casos de Miradouro na época. Também por isso, a Covemg não teve

condições de apurar a relação com a família Ribas nem se a suposta motivação para o crime se confirma. Algumas fichas[591] com referência a Antônio Ribas de Oliveira como réu foram localizadas no Fórum da Comarca de Muriaé e em uma delas consta o nome da Antônio Geraldo Neto como vítima. Ele foi assassinado em Monte Alverne e poderia ser Antônio Velho, mas a data do crime é diferente (1968 e, não, 1977). Antônio Geraldo Neto também poderia ser "Antônio do Beijo", que foi assassinado na região tendo as suspeitas recaído sob os Ribas. Não se sabe se "Antônio do Beijo" era camponês – por isso ele não foi incluído na lista de mortos no período – e os documentos[592] que mencionam sua morte citam apenas que teria ocorrido por desentendimentos políticos com os cadetes.

Os nomes de Antônio "Velho" e Maria Bernardina são citados nas publicações "Conflitos de terra no Brasil, 1986" e "Conflitos de terra, vol II, 1986".

Vítima: Nelson Fernandes Espínola

Data da morte: 15/07/1985
Local: São Francisco do Glória

Nelson Fernandes Espínola, conhecido como Nelson Randolfo, era trabalhador rural na localidade de Monte Alverne, distrito de Miradouro, quando foi assassinado em 1985. Ele era irmão da segunda esposa de João Dias Paes, morto aproximadamente um ano depois.

Conforme informações de moradores da região, integrantes da família Ribas (Cadetes) teriam "prendido" e retirado Nelson de casa e o levado à delegacia local sob a denúncia que ele estaria envolvido com o furto de uma produção de café. Na delegacia, Nelson teria atribuído o fato aos Ribas, que, em vingança, teriam planejado uma emboscada para matá-lo. O corpo de Nelson foi encontrado esquartejado dentro de um saco em um córrego do Rio Glória. Conforme a ficha criminal localizada no Fórum da Comarca de Muriaé, Antônio Ribas de Oliveira consta como réu no processo, denunciado pelos artigos 121, 211 e 163 do Código Penal. José Ribas (Ziquita) é citado como "corréu".

Apesar de na ficha do processo a data da morte constar como 07/07/1985, no atestado de óbito localizado no livro 1C, folha 115, termo 224 do cartório de registro civil de São Francisco do Glória, está registrada a data de 15/07/1985.

Após a morte de Nelson, Antônio Ribas de Oliveira, um dos irmãos Cadetes, foi também assassinado, suspeita-se que por vingança pelos crimes até então praticados. Além da citação nos casos dos trabalhadores rurais, Antônio Ribas de Oliveira foi réu em outros processos.

O nome de Nelson Fernandes Espínola é citado nas publicações "Conflitos de terra, vol II, 1986", "Conflitos de terra no Brasil, 1985" e "Assassinatos no campo crime e impunidade, 1964-1986".

Vítima: João Dias Paes

Vítima: Wantuil Dias Paes

Data da morte: entre 20 e 24 de março de 1986

Local: Miradouro[593]

A morte de João Dias Paes (conhecido como João "Laurindo")[594], cunhado de Nelson Randolfo, e de seu filho, Wantuil Dias Paes, moradores de Miradouro, também podem estar relacionadas à família Ribas. Isso é o que indicam cartas, depoimentos, relatos sindicais e artigos de jornais pesquisados pela Covemg.[595]

Em março de 1986, os corpos de pai e filho foram encontrados abandonados na estrada de Raul Soares, município próximo a Miradouro, com sinais de violência. Há indícios de que eles tenham sido torturados, amarrados vivos em um automóvel e arrastados. Eles estavam desaparecidos há alguns dias. Há suspeita de que o assassinato teria relação com a morte de Antônio Ribas de Oliveira (Antônio Cadete), ocorrida algum tempo antes. A família Cadete suspeitava que a família Dias Paes poderia ter oferecido refúgio ao/s assassino/s de Antônio Cadete e estaria ameaçando-os.

Além dessa suspeita, desavenças por conta de questões de terra também podem ter motivado as mortes. Os Cadetes ficaram conhecidos na região por mudar de lugar as cercas de suas propriedades sem o consentimento de vizinhos e de agir com truculência quando contrariados.

Segundo denúncia encontrada no arquivo da CPT-MG, "[...] os Cadetes estariam pressionando pequenos proprietários a venderem suas propriedades a preços inferiores aos de mercado. Quem resistia às ofertas de compra recebia, em troca, ameaças, espancamentos e tocaias."[596]

Conforme documentos localizados no acervo da Ruralminas, Antônio Ribas de Oliveira era ocupante de 13,5 hectares de terras devolutas referentes à fazenda Pai Inácio, na região de Miradouro, as quais requereu medição e direito de aquisição preferencial em 1981.[597] Dessas terras, dois hectares haviam sido adquiridos em 1961[598] e faziam divisa com propriedade de, entre outros trabalhadores, Laurindo Dias Paes, o pai de João e avô de Wantuil. Em 1982, a fazenda Pai Inácio foi finalmente concedida a Antônio Ribas de Oliveira pelo Programa MG II por meio de pagamento de Cr$ 9.639 à Ruralminas.[599]

Quatro anos depois, a carta de socorro assinada pelo padre Agostinho Vanden Broek, então responsável pela paróquia São Paulo, de Muriaé, reforça o clima de terror que acometia Miradouro e descreve detalhes dos bastidores dos crimes:

> [...] Devido à inoperância da polícia, o povo acabou fazendo justiça pelas próprias mãos matando o sr. Antônio Cadete. [...] Tem uns trinta capangas da família Cadete que armam tocaias e à noite ninguém mais tem coragem para sair. O povo está com medo e ninguém mais quer se comprometer com nada. De outro lado existe um grupo que planeja vingança, caso alguém venha a morrer. E o pessoal da comunidade quer evitar isso. [...] José Todd [Tote] [...] informou que já houve morte de um homem pobre, pai de oito filhos, que trabalhava para os Cadetes. Diz também que a polícia não age, pois acham que tem alguém poderoso dando cobertura aos acontecimentos. Como última notícia ele me falou do desaparecimento de um pequeno proprietário com o seu filho [João e Wantuil Dias Paes] que foi acusado de ter escondido os matadores do Antônio Cadete. Disse que 4 homens vestidos como policiais entraram na casa deste homem e sumiram com ele. Não sei se o homem voltou ou morreu, como eles estavam suspeitando.[600]

As informações acima, extraídas da correspondência da paróquia, datada de 26/03/1986, faziam um alerta sobre o perigo e também sobre o possível envolvimento de policiais. Presidente do STR de Miradouro na ocasião, José Maria dos Santos se recorda da comoção da cidade após a morte dos Dias Paes e diz que a atuação da família Ribas se concentrava no distrito de Monte Alverne e em localidades do entorno, como Araponga, Ervália e São Francisco do Glória.

> Eles tinham coragem de matar mesmo. Tinham capangas e matavam com requintes de crueldade. Houve um caso [da família Dias Paes] em que eles atiraram na[s] vítima[s] e depois arrastaram a[s] vítima[s] de carro, com requintes de crueldade. [...] A informação que eu tinha é que eles foram amarrados num carro e foram arrastados na estrada. Mas eu não lembro se ele[s] levou[aram] tiro antes, se foram espancados e depois teve o tiro de misericórdia [...]. Foi homicídio duplo que apavorou a cidade.[601]

Tanto a correspondência do padre Agostinho quanto o depoimento de José Maria reforçam o medo da população local, a relação com a polícia e a descrença que justiça pudesse ser feita. "Teve um período que ninguém saía à noite [...]. Se encontrasse um carro na estrada já pulava no mato com medo de ser Cadete. Virou

um terror na época. Mas, diretamente, o sindicato não teve intervenção direta com ele"[602], conta José Maria dos Santos. Ainda que o sindicato denunciasse e informasse aos outros sindicatos e à CPT as ocorrências, havia sensação de impunidade, devido à proximidade entre os fazendeiros e as forças políticas locais. "Ele [Antônio Ribas] andava com o prefeito para baixo e para cima, e o prefeito se sentia até protegido por ele. Esse Nico Dias [prefeito Antônio Calixto Dias]."[603]

Artigo do jornal Pelejando de maio de 1986 anunciava já no título o "terror e medo em Miradouro", ao tornar pública a morte de João e Wantuil Dias Paes, informando:

> Atribui-se o crime à família Ribas (mais conhecida como 'Cadetes') [...]. Com este, eleva-se para 12 o número de crimes na região. Todos sem solução jurídica, apesar de serem conhecidos os culpados.[604]

O artigo noticiava também que os dois teriam sido sequestrados e mortos em 20/03/1986, mas que os corpos só teriam sido localizados na estrada de Raul Soares três dias depois. Já o livro "Camponeses mortos e desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição"[605] informa o dia 21, e o anuário "Conflitos de Terra no Brasil, 1986,"[606] da CPT, diz que a morte teria sido em 24/03/1986 e identifica a família Ribas entre os agressores.

Os nomes de João e Wantuil Dias Paes são citados nas publicações "Camponeses mortos e desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição", "Conflitos de Terra no Brasil, 1986", "Conflitos de terra, vol II, 1986", "Relatório final: Violações de Direitos no campo 1946 a 1988" e "Fetaemg 30 Anos de Luta: 1968-1998".

A Covemg não conseguiu descobrir se o assassinato de João e Wantuil Dias Paes contou com inquérito policial nem identificar o processo criminal. Ofícios foram enviados às delegacias de Polícia Civil de Miradouro e Muriaé, que não retornaram até a conclusão da redação deste Relatório. A ficha referente ao caso não foi localizada no Fórum da Comarca de Muriaé.

Vítima: João Novo
Vítima: Não identificada

Data da morte: 1986

Local: Araponga ou Miradouro

Referência a João Novo e a outro trabalhador rural não identificado (provavelmente seu irmão, José Novo) foi encontrada nas publicações "Camponeses

mortos e desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição", "Conflitos de Terra no Brasil,1986", "Conflitos de terra, vol II, 1986", "Relatório final: Violações de Direitos no campo 1946 a 1988", "Assassinatos no campo crime e impunidade, 1964-1986" e "Fetaemg 30 Anos de Luta. 1968-1998". Há relatos de que João Novo e José Novo tinham parentesco com a família Ribas e que também trabalhavam nas terras dos "Cadetes"[607], mas suspeita-se que tenham sido assassinados por desavenças em relação à disputa política e por terra.

Documento localizado nos arquivos da CPT-MG[608] informa que um dos suspeitos de ter matado João Novo é Geraldo Sancler, que também era trabalhador rural, e, posteriormente, teria sido morto por vingança.

Como "Novo" é um apelido de João e a Covemg não conseguiu identificar o nome correto das vítimas nem o dia aproximado da morte, é preciso ampliação das pesquisas para que se verifique a motivação e autoria dos crimes e a possibilidade de participação ou omissão de agentes públicos.

Vítima: Geraldo Sancler

Data da morte: **1986**

Local: **Araponga ou Miradouro**

Geraldo Sancler era de Fervedouro e teria sido morto a tiros em Araponga. Os dois municípios são vizinhos de Miradouro e, por isso, informações encontradas nos arquivos pesquisados pela Covemg e depoimentos prestados mencionam como local da morte os dois municípios. O nome de Geraldo Sancler é citado nas publicações "Camponeses mortos e desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição", "Conflitos de Terra no Brasil,1986", "Conflitos de terra, vol II, 1986", "Relatório final: Violações de Direitos no campo 1946 a 1988", "Assassinatos no campo crime e impunidade, 1964-1986" e "Fetaemg 30 Anos de Luta: 1968-1998".

Ele teria sido morto como represália por supostamente ter atuado no assassinato de João Novo. Suspeita-se que a morte possa ter o envolvimento dos irmãos Cadetes, devido à denúncia feita à época pela CPT-MG:

> Geraldo Sancler assassinou João Novo. Logo depois Geraldo Sancler foi assassinado. A autoria da morte de Geraldo Sancler é atribuída aos Ribas (Cadetes) que queriam vingar a morte de João Novo. João Novo e Geraldo Sancler eram empregado[s] da família Ribas.[609]

Não foi encontrada ação judicial que tivesse Geraldo Sancler como vítima ou réu no Fórum de Muriaé nem outros documentos que esclareçam melhor as informações da CPT-MG. Também não é possível afirmar se havia agente público envolvido nem se houve omissão do Estado.

Vítima: Oscar Varejeano Badaró

Data da morte: 15/08/1985
Local: Cipotânea

Oscar Varejeano Badaró foi assassinado em 1985 por agente privado no município de Cipotânea. O nome de Oscar é citado nas publicações "Camponeses mortos e desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição", "Conflitos de Terra no Brasil,1985", "Relatório final: Violações de Direitos no campo 1946 a 1988" e "Fetaemg 30 Anos de Luta: 1968-1998". Não foram localizadas outras informações sobre o caso, a vítima, os suspeitos e a possível motivação do crime nos arquivos pesquisados. Mas, há indícios de que o homicídio possa ter relação com conflito de terra ou por direitos trabalhistas.

Vítima: Melchíades de Souza

Data da morte: 22/08//1988
Local: Fazenda da Cachoeira, município de Tombos

Melchíades de Souza, 68 anos, trabalhador rural aposentado, filho de Joaquim Antonio de Souza e Jesuína Cândida de Jesus, natural de Providência (MG) e morador de Tombos, morreu na porta de casa na noite do dia 22/08/1988. Ele residia na Fazenda da Cachoeira, no município de Tombos, e, conforme nota do STR[610], morreu após ser agredido com crueldade, provocando clima de revolta na população.

Segundo relato de Maria da Cruz Kaizer, sobrinha de Melchíades, à Covemg, o tio trabalhava e vivia há bastante tempo na Fazenda da Cachoeira, de propriedade dos irmãos Emílio e Rubens Gouvea, e sua morte foi "encomendada". "O chamaram na porta de casa à noite, em agosto de 1988, dizendo que tinham um recado da família. Quando ele saiu, espancaram ele com pauladas e largaram o corpo lá."[611] A esposa de Melchíades, Zulmira Melo de Souza, vivia em Itaperuna (RJ) com os filhos.

Ainda conforme a sobrinha, o suspeito de ter sido o mandante do crime era o administrador da fazenda, conhecido como Norberto.

> Ele contratou um moço que veio à cidade só para matar meu tio. Depois de tudo o que fizeram, esse administrador sen-

> tou no bar do meu marido, tomou cerveja, meu marido tinha bar e lanchonete no Centro da cidade, colocou o moço num ônibus e mandou ele embora de Tombos. O rapaz sumiu. Dizem que ele recebeu dois mil cruzados para fazer o serviço. Enquanto meu tio agonizava na porta de casa, esse administrador estava no bar da minha família. Ele foi morto por volta das 21h, mas só lá para as 23h, que ele foi chamar ajuda e disse no bar o que tinha acontecido. Ele estava esperando ele [Melchíades] terminar de morrer.[612]

Maria da Cruz Kaizer diz não saber os motivos que levaram ao crime nem se o administrador da fazenda teria agido a mando de outras pessoas.

> O que sei é que aqui tinha um detetive de polícia muito bom que encontrou o rapaz, que confessou ter recebido os dois mil [cruzados] para matar. Ele ficou preso por cinco anos. Mas o Norberto não acharam, pois foi levado embora de Tombos escondido num carro de um dos donos da fazenda.[613]

No atestado de óbito de Melchíades consta que ele morreu em decorrência de traumatismo craniano encefálico, o que seria condizente com as agressões a pauladas. A sobrinha da vítima diz não ter conhecimento se o tio teria vínculo com partido político, sindicato, CPT ou outra organização camponesa. Segundo o então presidente do STR de Tombos, Vanderli Pereira Pinheiro, "essa morte é um mistério", pois o caso não passou pelo sindicato e foi conduzido por um advogado da família. "Quando a gente descobriu a morte, achou que nem tinha relação com trabalho. Achou que não era. Achou que era uma coisa pessoal, mas, depois, com o tema da história, a gente viu que tinha a ver." [614]

A Covemg não conseguiu mais informações sobre a motivação do crime. Suspeita-se que poderia ter relação com questões trabalhistas, mas outras pesquisas precisam ser desenvolvidas e o acesso ao processo de Melchíades, solicitado sem sucesso ao Fórum da Comarca de Tombos, é indispensável para avançar na investigação.

NOTAS

1 Agradecimento e reconhecimento especial a Ana Cláudia da Silva Alexandre Storch, Apiniano Silva Filho, João Paulo Medeiros Araújo, Leonilde Servolo de Medeiros, Luiz Antonio Chaves, Marcelo Côrrea Giacomini, Marilia Maria Fonseca, Raquel Cristina Possolo Gonçalves e Tayara Talita Lemos, pela contribuição com o levantamento de informações para a pesquisa.

2 AUGUSTO, 2016.

3 BRASIL, 2013, p. 14.

4 ANISTIA INTERNACIONAL, 1988, p. 60.

5 NAÇÕES UNIDAS, 2002, p. 2, tradução livre. *"1. The conduct of any State organ shall be considered an act of that State under international law, whether the organ exercises legislative, executive, judicial or any other functions, whatever position it holds in the organization*

of the State, and whatever its character as an organ of the central Government or of a territorial unit of the State. 2. An organ includes any person or entity which has that status in accordance with the internal law of the State."

6 NAÇÕES UNIDAS, 2002.

7 NAÇÕES UNIDAS, 2002, p. 5. Tradução livre. *"1. The breach of an international obligation by a State through a series of actions or omissions defined in aggregate as wrongful occurs when the action or omission occurs which, taken with the other actions or omissions, is sufficient to constitute the wrongful act. 2. In such a case, the breach extends over the entire period starting with the first of the actions or omissions of the series and lasts for as long as these actions or omissions are repeated and remain not in conformity with the international obligation."*

8 CJT-UFMG, 2017.

9 CJT-UFMG, 2017, p. 11.

10 CAMISASCA, 2009.

11 No governo de Michel Temer a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República foi extinta. Inicialmente, a pasta passou a estar vinculada ao Ministério da Justiça e Cidadania, atual Ministério da Justiça e Segurança Pública, até a criação do Ministério dos Direitos Humanos.

12 MEDEIROS, 1989, p.11.

13 Quando a desapropriação era realizada por meio de programa ou projeto governamental essa informação era registrada no processo.

14 Decreto Lei disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del7038.htm>.

15 MEDEIROS, 1989, p. 24.

16 MEDEIROS 1989, p.14,

17 CAMISASCA, 2009, p. 61.

18 MEDEIROS, 1989.

19 Depoimento de André Montalvão da Silva prestado à Covemg em 17/07/2017, por telefone.

20 Cf. MEDEIROS, 1989, p. 94.

21 FETAEMG, 1998.

22 SGRECIA; GADELHA, 1987.

23 Depoimento de Ana Maria Motta Ribeiro prestado à Covemg em 31/03/2017, na cidade de Niterói (RJ).

24 Depoimento de André Montalvão da Silva prestado à Covemg em 17/07/2017, por telefone.

25 O Padap também visava a transformação do cerrado e a ocupação de fronteiras agrícolas. Houve uma parceria entre os governos brasileiro e japonês para a concessão de créditos agrícolas para descendentes de japoneses, por meio da Cooperativa Agrícola de Cotia e da Cooperativa Sul Brasil.

26 Arquivo ALMG. CPI da Ruralminas.

27 Depoimento de Ana Maria Motta Ribeiro prestado à Covemg em 31/03/2017, na cidade de Niterói (RJ).

28 "Em 1980 a Ruralminas titulou uma área de 1.300 ha para uma firma paulista – CAVALINHO AGROPECUÁRIA, dentro da Comunidade de Cardoso (município de Berilo), desrespeitando totalmente os direitos dos 75 posseiros na área da Chapada e favorecendo a grilagem mais absurda. Há mais de um século a Chapada vem sendo utilizada pelos posseiros para o plantio de mandiocal e animais em regime comunitário". NUNES, Pe. Jerônimo. Denúncia. Comissão Pastoral da Terra – Documento Avulso, Contagem (MG), 14 ago. 1985, p. 1. Acervo: CEDEFES.

29 GONÇALVES NETO, 2001. p. 26.

30 SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR (STM), Apelação 37616. Vol 1.pdf. Depoimento de Randolfo Fernandes Lima.15/05/1964. pp. 354-358.

31 Idem

32 Última Hora, 02/08/1961, p. 5. In: CAMISASCA, 2009. p.137.

33 STM, Apelação 37616. Vol 1.pdf. Depoimento de Randolfo Fernandes Lima.15/05/1964. pp.354-358. STM, Apelação 37616. Vol 2.pdf. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Defesa de Randolfo Fernandes de Lima e outros contra expulsão de terras. 01/08/1961 pp. 221-238.

34 CAMISASCA. 2009. pp.137-138.

35 Idem.

36 STM, Apelação 37616. Vol 2.pdf. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Defesa de Randolfo Fernandes de Lima e outros contra expulsão de terras. 01/08/1961 pp. 221-238.

37 CAMISASCA, 2009. p.139.

38 Depoimento de Antônio Ribeiro Romanelli prestado à Covemg em 22/09/2016, na cidade de Belo Horizonte (MG).

39 Jornal O Seminário. Violência contra os camponeses em Minas Gerais. Polícia invade sede das Ligas de Três Marias e leva algemado seu presidente. Nº 287, 28/06/1962. p. 7.

40 CAMISASCA, 2009. p.141. BORGES, 1992.

41 CAMISASCA, 2009. p.142-143.

42 GONÇALVES, 2005, p. 52.

43 CAMISASCA. 2009. p.143.

44 Idem, p.144.

45 STM, Apelação 37944 (1970). Vol 1.pdf. Carta de escolta de Randolfo Fernandes de Lima, Raimundo Nonato Pereira, Flávio Ferreira da Silva e Oswaldo Waldir Brandão. 02/04/1964. p. 33.

46 Cf. descrição sobre Flávio Ferreira da Silva, que se encontra neste relatório, elaborada pela Subcomissão de Mortos e Desaparecidos.

47 GONÇALVES NETO, 2001. p. 204.

48 APM. DOPS. Pasta 0101. Imagens 42-43.

49 STM, Apelação 37944 (1970) MG - V. 1.pdf. Relatório de Capistrano de Oliveira -1°Ten. Encarregado do IPM. 10/10/1964. pp. 685-713.

50 STM, Apelação 37944 (1970). Vol 1.pdf. Justiça Militar. Auditoria da 4ª Região Militar. IPM de Randolfo Fernandes de Lima, Raimundo Nonato Pereira, José Tiago Cintra, Flávio Ferreira da Silva, Osvaldo Waldir Brandão, Guido de Souza Rocha e outros. Reg. Nº 68/66-OP. Juiz de Fora. 3 Vol. Autuação 05/06/1966. p. 3.

51 STM, Apelação 37616. Vol 1. Justiça Militar. Auditoria da 4ª Região Militar. IPM de Roberto Marjonari, Antônio Ribeiro Romanelli e outros. Reg. Nº 28/64. 3 Vol. Autuação em 04/09/1964. p. 2.

52 BRASIL, 2014. p. 283.

53 Depoimento de Raimundo Nonato Pereira prestado à Covemg em 29/04/2017, na cidade de Três Marias (MG).

54 APM. DOPS. Pasta 5291. Imag. 12-182.

55 Depoimento de José Amaro da Silva e Manoel Castelo Branco prestado à Covemg em 29/04/2017, na cidade de Três Marias (MG).

56 BORGES,1992.

57 STM, Apelação 37616. Vol 2. Telegrama confirmando relaxamento de prisão de Romanelli. 07/08/1964. p. 256.

58 Depoimento de Antônio Ribeiro Romanelli prestado à Covemg em 20/01/2015, na cidade de Belo Horizonte (MG).

59 STM, Apelação 37944 (1970). Vol 2.pdf. Certidão do Oficial de Justiça de Belo Horizonte informando que José Thiago Cintra encontra-se no México. 11/06/1966, p. 60.

60 MIRANDA; TIBÚRCIO, 1999. p. 513.

61 Osvaldo Waldir Brandão era vereador municipal de Barreiro Grande quando foi preso em 1964 por apoiar as Ligas Camponesas de Três Marias.

62 STM, Apelação 37944 (1970). Vol 3. Superior Tribunal Militar. Estado de Minas Gerais. Prescrição. 16/12/1970. p.177-179.

63 Antônio Ribeiro Romanelli foi o primeiro coordenador da Covemg no ano de 2013.

64 STM, Apelação 37616. Vol 3. Superior Tribunal Militar. Apelação. Estado de Minas Gerais. Prescrição. 28/12/1969. pp. 469-479.

65 Depoimento de José Amaro da Silva e Manoel Castelo Branco prestado à Covemg em 29/04/2017, na cidade de Três Marias (MG).

66 Figueira do Rio Doce em 1938 passou a se denominar Governador Valadares, quando então ganhou autonomia municipal e emancipação política.

67 CAMISASCA, 2009.

68 Jornal Estado de Minas, 07/02/1964, p. 8; Terra Livre, março de 1964, suplemento, p.2.

69 APM. DOPS. Pasta 4632. Material de propaganda veiculado na cidade de Governador Valadares em 21/02/1964.

70 APM. DOPS. Pasta 0173. Depoimento de Joaquim Pedro do Nascimento, prefeito de Governador Valadares, em 12/05/1964.

71 Depoimento coletivo prestado à Covemg no Assentamento Oziel, antiga Fazenda Modelo em 05/02/2017, no município de Governador Valadares (MG).

72 Jornal Folha de Minas, 04/02/1964, p. 1; Estado de Minas, 04/02/1964, p. 4.

73 Jornal Estado de Minas, 05/02/1964, p. 8 a 16.

74 APM. DOPS. Pasta 4632. Material de propaganda veiculado pela Associação Rural de Governador Valadares em fevereiro de 1964.

75 Jornal Estado de Minas, 06/02/1964, p. 16.

76 BORGES, 1988.

77 MORAIS 2013.

78 Jornal Última Hora, 16/03/1964, p. 5.

79 SILVA, 2010.

80 Depoimento de Jair Rosa Paiva prestado à Covemg em 06/02/2017, no município de Governador Valadares (MG).

81 Jornal Diário de Minas, 31/03/1964.

82 SILVA, 2010.

83 Carta escrita por Chicão, s/d. Acervo privado do jornalista Alpiniano Silva Filho.

84 Informações escritas por Edinézia Cevidanes, filha de Chicão, em seu blog http://blogmariapaixao.blogspot.com.br

85 APM. DOPS. Pasta 4632. Relatório policial manuscrito, s/d.

86 Oziel Alves Pereira foi um militante sem-terra assassinado no Pará, em Eldorado dos Carajás, pelas mãos da polícia militar, em 1996. Mais informações sobre o assentamento podem ser obtidas na página www.assentamentos.com.br.

87 Depoimento coletivo prestado à Covemg no Assentamento Oziel, antiga Fazenda Modelo em 05/02/2017, no município de Governador Valadares (MG).

88 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. Na Lei ou na Marra: 1964 – Um Combate antes do Golpe. Documentário. TV ALMG. Belo Horizonte, 2013.

89 É sintomático que até mesmo o site da prefeitura, ao noticiar uma ação de oposição à ditadura, de tentativa de resgate da memória, chame o golpe militar de revolução.

90 BRASIL, 2014. p.104 -105; ESTADO DE SÃO PAULO, 2009, p. 63; DUARTE, 2004, p. 553.

91 CAMISASCA, 2009, p.164.

92 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. Na Lei ou na Marra: 1964 - Um combate antes do golpe. Documentário. TV ALMG. Belo Horizonte, 2013.

93 ALMEIDA, 2009. p. 564.

94 SILVEIRA, 2008, p. 9-14.

95 STM. Autos Findos 111 (1969) MG - V. 1. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Comarca de Piumhí. Denúncia do Promotor de Justiça contra o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. 16/06/1965. p. 7.

96 APM. DOPS. Pasta 0198. Imag. 24.

97 Jornal Alto São Francisco. PTV relembra vida de Padre Alberico. 6/5/2005. p. 9.

98 SILVEIRA, 2008, p. 2 -14.

99 STM. Autos Findos 111 (1969) MG - V. 1. Secretaria da Segurança Pública do Estado de Minas Gerais. Assentada. Delegado Aloysio Machado Gomes. Testemunha Osvaldo Soares Machado. 02/06/1964. pp. 475-478.

100 STM. Autos Findos 111 (1969) MG - V. 1. Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais. Termo de declaração de Cristóvam Mourão. 15/08/1964. p.142.

101 STM. Autos Findos 111 (1969) MG - V. 1. Secretaria da Segurança Pública. Departamento de Vigilância Social.Termo de Declarações. Testemunha José Eugênio Lopes. 17/08/1964. pp.403-405.

102 STM. Autos Findos 111 (1969) MG - V. 1. Contrato Particular de Parceria Agrícola, pp. 271-398.

103 STM. Autos Findos 111 (1969) MG - V. 1. Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais. Termo de declaração de Cristóvam Mourão. 15/08/1964. p.142.

104 STM. Autos Findos 111 (1969) MG - V. 1. Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais. Termo de declaração de Cristóvam Mourão. 15/08/1964. p.142.

105 APM. DOPS. Pasta 3893. Imag. 69-76.

106 APM. DOPS. Pasta 3893. Imag. 77-79.

107 Centro de Estudos Mineiros. Entrevista Christóvão Mourão.

108 Jornal Alto São Francisco, jan. 1964.

109 STM. Autos Findos 111 (1969) Vol 1. p. 9.

110 Jornal Alto São Francisco. Primeira ceifa no Pântano. Fase decisiva nas lutas pela posse das terras. 12/01/1964.

111 Jornal Terra Livre, março, 1964.

112 Jornal Alto São Francisco. Primeira ceifa no Pântano. Fase decisiva nas lutas pela posse das terras. 12/01/1964.

113 SENADO FEDERAL. Decreto nº 53.498, de 27/01/1964. Disponível em: http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=185530. Acesso em 17 ago. 2017.

114 Jornal Estado de Minas, 03/03/1964

115 Jornal Estado de Minas, 19/02/1964.

116 Jornal Estado de Minas, 22/02/1964.

117 APM. DOPS. Pasta 0173. Imag. 29-32.

118 SILVEIRA, 2008, p. 37-39.

119 APM. DOPS. Pasta 0004{1} Imagem 382-383.

120 STM. Autos Findos 111 (1969) MG - V. 1. pp. 67-73.

121 STM. Autos Findos 111 (1969) MG - V. 1. Cartório do 3º Ofício. Piumhi. Estado de Minas Gerais. Pública Forma. 13/08/1964. p. 261-269.

122 STM. Autos Findos 111 (1969) MG - V. 1. pp. 141-146.

123 STM. Autos Findos 111 (1969) MG - V. 1. Secretaria da Segurança Pública. Departamento de Vigilância Social. Termo de Declarações. Testemunha Laurentino Batista Lopes. 16/08/1964. pp. 249-252.

124 Jornal Alto São Francisco. Golpe de 64. 2/4/2006, p. 9.

125 STM. Autos Findos 111 (1969) Vol 1. Secretaria da Segurança Pública do Estado de Minas Gerais. Departamento de Vigilância Social. Delegacia de Ordem Social. Relatório. Indicia Sergio Firmino, Otacílio Tomé e José Neca. Prisão preventiva de Christóvão Mourão. 26/08/1964. p. 515.

126 Jornal Alto São Francisco. Golpe de 64. 2/4/2006, p. 9.

127 STM. Autos Findos 111 (1969) MG - V. 1. Estado de Minas Gerais. Secretaria da Segurança Pública. Serviço de Estatísticas Policiais e Criminal. Departamento de Vigilância Social. Otacílio Gonçalves Tomé. pp. 503-505.

128 Jornal Alto São Francisco. Pântano: Boato sobre novas invasões movimenta DVS. Edição1.415. Piumhí, 19/02/1966.

129 Os dois assassinatos serão descritos na sessão seguinte deste relatório.

130 SILVEIRA, 2008. pp. 52-54.

131 Autos Findos 111 (1969) MG - V. 2. Justiça Militar. Auditoria da 4ª RM. Reg. N. 32/66. Réu Cristovam Mourão e Sérgio Firmino Pereira. 17/02/1966 pp. 1; 159-163; 313-318 e 325.

132 Idem, p. 25.

133 APM. DOPS. Pasta 5087. Imag. 16-19.

134 APM. DOPS. Pasta 5304. Imag.18.

135 APM. DOPS. Pasta 5087. Imag. 155.

136 STM. Autos Findos 111 (1969) MG - V. 1. Carta para Paulo Antunes, secretário do Trabalho. Assinado por Cincinnatus Goulart Mascarenhas (Interventor) da SUPRA. s/d. pp.451-458.

137 SANTOS, 1985.

138 Idem.

139 ANTUNES, 2010.

140 SANTOS, 1985.

141 Idem.

142 APM.DOPS. Pasta1064. Imag. 141-142.

143 Idem.

144 Idem. Imag.170.

145 SANTOS, 1985, p. 47.

146 SENA, 2014.

147 SOUZA, 1996.

148 SILVA, 2011.

149 APM. DOPS. Pasta1064. Imag.155-156.

150 Intrigante como o tamanho das terras nas documentações apresentadas pelos fazendeiros aumentou ao longo dos anos, sem explicação plausível. Por sua vez, o Coronel Georgino Jorge de Souza, advogado dos fazendeiros e comandante do batalhão que expulsou e perseguiu os posseiros, também se tornou proprietário de parte das terras em Cachoeirinha, como pagamento por seus serviços. Essa transação é ainda mais suspeita na medida em que Georgino adquiriu as mesmas terras duas vezes, uma de Manoelito em 1968, outra da Ruralminas em 1975.

151 Arquivo Coseg. Ofício CONTAG, Delegacia Estado de Minas Gerais, 16 de junho de 1967. Imag. COSEG 1147-1148.

152 SANTOS, 1985, p. 56, grifo da autora.

153 APM. DOPS. Pasta1064. Imag.200.

154 Arquivo CPT-MG. Pasta "Conflitos por terras no Norte de Minas", 1985. Imag. 2865-2870.

155 ANTUNES, 2010, p. 98.

156 Depoimento de Pedro Ferreira Queiroz prestado à Covemg no dia 06/06/2017, no assentamento Caitité, localizado no município de Verdelândia (MG).

157 Depoimento de Maria de Jesus Dias Reis prestado à Covemg no dia 06/06/2017, no município de Verdelândia (MG).

158 Depoimento prestado à Covemg em reunião pública realizada no dia 06/06/2017, no município de Verdelândia (MG).

159 Idem.

160 ANTUNES, 2010, pp. 107-108.

161 ANTUNES, 2010, p.100.

162 Acervo Coseg. Pasta 709- Varzelândia. Imag. Coseg 1166.

163 Idem. Imag. Coseg 1169.

164 Idem. Imag. Coseg 1167-1168.

165 Idem. Imag. Coseg 1169.

166 Acervo CEDEFES. Imag. CDFS243.

167 Depoimento de Carlos Melgaço Valadares prestado à Covemg no dia 26/05/2017, na cidade de Belo Horizonte.

168 Os documentos da Ruralminas registram a grafia do nome da fazenda como Caetité e os do INCRA registram o assentamento de modo diferente, como Caitité.

169 SANTOS, 1985, p. 136.

170 ANTUNES, 2010, p. 31.

171 ANTUNES, 2010, p. 99.

172 Em entrevistas cedidas a Santos (1985) alguns posseiros narraram as perseguições cotidianas que sofreram durante anos, como quando eram impedidos de se comunicar entre si e com atores externos, e também de plantar e coletar madeira na região.

173 Ver depoimentos prestados à Covemg durante reunião pública em 06/06/2017, na cidade de Verdelândia (MG). Ver entrevistas com posseiros em SANTOS (1985) e ANTUNES (2010).

174 ANTUNES, 2010, p.119.

175 Os posseiros afirmam que um comerciante de nome Ubalde dava cordas com esta intenção. Em documento do DOPS, há referência a Ubaldo Maximo Carvalho, um comerciante residente em Cachoeirinha – ver APM. DOPS. Pasta1064. Imag. 211.

176 Depoimento de Pedro Ferreira Queiroz prestado à Covemg no dia 06/06/2017, no assentamento Caitité localizado no município de Verdelândia (MG).

177 Depoimento prestado à Covemg durante reunião pública realizada no dia 06/06/2017, na cidade de Verdelândia (MG).

178 Depoimento prestado à Covemg durante reunião pública realizada no dia 06/06/2017, na cidade de Verdelândia (MG).

179 APM. DOPS. Pasta 5079-Jaíba.

180 O Jornal de Montes Claros, 06/12/1973. APM. DOPS. Pasta 5079-Jaíba.

181 Arquivo CEDOC/CPT. O Estado de São Paulo, 16/10/1973. Pasta 0044, Imag. 103.

182 APM. DOPS. Pasta1064. Imag. 160.

183 APM. DOPS. Pasta1064. Imag. 239.

184 Idem.

185 APM. DOPS. Pasta1064. Imag. 248-249.

186 Depoimento disponibilizado por Santos, 1985.

187 Depoimento de Luiz Antonio Chaves: prestado à Covemg no dia 26/05/2017, na cidade de Belo Horizonte.

188 Idem.

189 Arquivo CEDEFES. "Expulsão de posseiros preocupa a FETAEMG." Jornal Estado de Minas, 28/09/1983. Imag.CDFS-1944.

190 ANTUNES, 2010, p. 104.

191 Arquivo CEDEFES. Artigo de Sonia Nicolau dos Santos sobre o conflito de Cachoeirinha, Cadernos do CEAS (Salvador), v. 110, 1987. Imag. CDFS-2029.

192 Arquivo CEDOC/CPT. Pasta 0044, Imag. 91, 107 e 108.

193 Arquivo CEDOC/CPT. Pasta 0044, Imag. 75, 76, 77, 79, 81 e 84. Ver também Santos (1985).

194 Arquivo CEDEFES. Cartilha da CPT "Cachoeirinha Terra da Esperança", 1983. Imag. 2048.

195 SANTOS, 1985, p. 106.

196 ANTUNES, 2010.

197 Arquivo CEDEFES. Juiz federal diz que o INCRA errou e excluiu Cachoeirinha da reforma agrária, Estado de Minas, 06/02/1988, p. 12. Imag.2872.

198 Arquivo CEDOC/CPT., Pasta 0044, Imag. 16, 22, 23 e 24.

199 Arquivo CPT/MG. Recorte do jornal Estado de Minas de 23/09/1987, existente na Pasta intitulada Conflitos por terras no Norte de Minas. Imag. CPT-2867.

200 ANTUNES, 2010, p. 118-119.

201 Processo Ceivt-Conedh 185 – Joaquim Pereira da Silva Neto.

202 SILVA NETO, 1996.

203 Depoimento de João Dalício de Resende prestado à Covemg no dia 18/07/2017, na cidade de Belo Horizonte (MG).

204 Idem.

205 Idem.

206 APM. DOPS. Pasta 5304. Imag. 15.

207 Ofício 13.087/72 do Ministério do Trabalho e Previdência Social, Delegacia Regional do Trabalho, de 11/04/ 1972.

208 APM. DOPS. Pasta 4228. Imag. 2064-2065.

209 Idem.

210 Depoimento de João Dalício de Resende prestado à Covemg no dia 18/07/2017, na cidade de Belo Horizonte (MG).

211 Depoimento de André Montalvão da Silva prestado à Covemg no dia 17/072017, por telefone.

212 Idem.

213 Depoimento de André Montalvão da Silva prestado à Covemg no dia 17/07/2017, por telefone.

214 Idem.

215 Idem.

216 APM. DOPS. Pasta 4228. Imag. 0694.

217 Arquivo Coseg. Rolo 21. Pasta PCB01. Imag. COSEG 0686-0687.

218 Depoimento de Afrânio Oliveira e Silva prestado à Covemg no dia 07/06/2017, na cidade de Montes Claros (MG).

219 Revista Montes Claros em Foco, Ano XII, n. 34, abril de 1979, "Cabeça de posseiro vale 30 mil cruzeiros".

220 Revista Montes Claros em Foco, Ano XII, n. 34, abril de 1979, "Cabeça de posseiro vale 30 mil cruzeiros".

221 Depoimento de Afrânio Oliveira e Silva prestado à Covemg no dia 07/06/2017, na cidade de Montes Claros (MG).

222 Arquivo CEDEFES. Nota da CPT-MG: "Carta aberta às autoridades, às comunidades e a todo o povo mineiro", de 23/09/1983. Imag. CDFS-2113-2114.

223 Depoimento de Afrânio Oliveira e Silva prestado à Covemg no dia 07/06/2017, na cidade de Montes Claros (MG).

224 Idem.

225 Depoimento de Afrânio Oliveira e Silva prestado à Covemg no dia 07/06/2017, na cidade de Montes Claros (MG). Depoimento de Luiz Antônio Chaves prestado à Covemg no dia 26/05/2017, na cidade de Belo Horizonte (MG).

226 Depoimento de Luiz Antônio Chaves prestado à Covemg no dia 26/05/2017, na cidade de Belo Horizonte (MG).

227 Idem.

228 Ver depoimento de André Montalvão da Silva prestado à Covemg no dia 17/07/2017, por telefone. Ver depoimento de Rômulo Luiz Campos prestado à Covemg no dia 14/07/2017, na cidade de Belo Horizonte (MG).

229 Arquivo INCRA. Processo do INCRA sobre área de tensão social na localidade de São Francisco, fazenda Atoleiro, 1981.

230 Depoimento de Luiz Antônio Chaves prestado à Covemg no dia 26/05/2017, na cidade de Belo Horizonte (MG).

231 Depoimento de Afrânio Oliveira e Silva prestado à Covemg no dia 07/06/2017, na cidade de Montes Claros (MG).

232 Depoimento de Luiz Antônio Chaves prestado à Covemg no dia 26/05/2017, na cidade de Belo Horizonte (MG).

233 Depoimento de Rômulo Luiz Campos prestado à Covemg no dia 14/07/2017, na cidade de Belo Horizonte (MG).

234 Idem.

235 Depoimento de Sônia Mara de Souza Prata prestado à Covemg no dia 20/03/2017, na cidade de Belo Horizonte (MG).

236 Idem.

237 SILVA et. al., 2010.

238 Jornal Folha de Minas, 09/02/1964, p. 2.

239 Arquivo CPT-MG. Fazenda Mato Grande e São Miguel. Recorte do jornal Estado de Minas de 22/01/1987. Imag. CPT 3782.

240 Depoimento de Paulo Gomes Ferreira prestado à Covemg no dia 19/07/2017, por telefone.

241 Idem.

242 Arquivo CEDEFES. Carta de Eloy endereçada a Dom Lélis Lara, 1982, Imag. CDFS-1829. Arquivo CEDEFES. Carta de Eloy endereçada a Afrânio Oliveira e Silva, 06/12/1984, Imag. CDFS-175-176.

243 Depoimento de Paulo Gomes Ferreira prestado à Covemg no dia 19/07/2017, por telefone.

244 Idem.

245 Depoimento de Maria Aparecida Rodrigues de Miranda prestado à Covemg, no dia 21/07/2017, na cidade de Belo Horizonte-MG.

246 Idem.

247 Idem.

248 Arquivo CEDEFES. Relatório do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, processo MG-05.943/86, de 12/05/1986. Imag. CDFS-2404-2408.

249 Arquivo CEDEFES. Ofício Nº 014/86 do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Unaí-MG, endereçado ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana do Ministério da Justiça, 07/04/1986. Imag. CDFS-2397-2398.

250 Depoimento de Maria Aparecida Rodrigues de Miranda prestado à Covemg no dia 21/07/2017, na cidade de Belo Horizonte (MG).

251 Depoimento de José Maria dos Santos prestado à Covemg em 20/07/2017, por telefone.

252 Idem.

253 Anuário sobre conflitos agrários da CPT de 1986 inclui o nome de João Todd [o correto, conforme a família, é João Tote], um dos filhos de Tote Gomes, na lista dos trabalhadores rurais ameaçados. No documento consta que a família Ribas teria sido autora das ameaças (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 1986, p.48). Correspondência da CPT-MG à Secretaria de Segurança Pública de MG também relata as ameaças aos "Tote" (Arquivo CPT-MG. Correspondência da CPT-MG à SSP-MG, 1986, Imag. 5595 a 5599).

254 O sigilo foi solicitado porque, até os dias de hoje, há habitantes de Miradouro que temem represálias da família dos Cadetes.

255 Depoimento de Vanderli Pereira Pinheiro prestado à Covemg em 17/07/2017, por telefone.

256 Idem.

257 Idem.

258 Arquivo CEDEFES. Jornal Pelejando, novembro de 1986.

259 Depoimento de Vanderli Pereira Pinheiro prestado à Covemg em 17/07/2017, por telefone.

260 Depoimento de Juarez Santana em audiência pública realizada em 07/06/2017, na cidade de Montes Claros (MG).

261 Depoimento de Antônio Inácio Corrêa prestado à Covemg, em 05/06/2017, na cidade de Januária-MG

262 Idem.

263 Arquivo CEDEFES. Manuscrito de Daria Conceição Guimarães, de 29/08/1979. Imag. CDFS-1008.

264 Arquivo CEDEFES. Recorte do jornal Pelejando, nº 27, ano IV, abril de 1986. Imag. CDFS-783.

265 Arquivo CEDEFES. Carta da CPT, 08/03/1985, Cabo de polícia de Natalândia prende e espanca trabalhador. Imag. CDFS-1855.

266 Idem.

267 Depoimento de André Montalvão da Silva prestado à Covemg no dia 17/07/2017, por telefone.

268 Depoimento de Afrânio Oliveira e Silva prestado à Covemg no dia 07/06/2017, na cidade de Montes Claros (MG).

269 Arquivo Coseg. Rolo 21. Pasta PCB01. Imag. 0781

270 Arquivo Coseg. Rolo 21. Pasta PCB01. Imag. 0958-0959

271 Arquivo Coseg. Rolo 21. Pasta PCB01. Imag. 0818.

272 Depoimento de Jafete Abrahão prestado à Covemg, no dia 2107/2017, na cidade de Belo Horizonte-MG.

273 Depoimento de José Antônio da Silva (José Alagoano) prestado à Covemg, no dia 07/06/2017, na cidade de Montes Claros-MG.

274 Conforme Luiz Antônio Chaves em depoimento prestado à Covemg e Campos (2014), no Paraná, Saluzinho conseguiu uma posse, casou-se com a primeira esposa e teve filho. No entanto, um fazendeiro reivindicou as terras e ele foi preso após resistência à desocupação. Quando saiu da prisão, não localizou mais a casa onde vivia e a família. Retornou depois a Minas Gerais, para assumir a terra deixada pelo pai.

275 Denúncia contra Saluzinho oferecida pelo promotor de Justiça da Comarca de São João da Ponte, reproduzida em Campos (2014, p.52).

276 Depoimento de Luiz Antônio Chaves prestado à Covemg no dia 26/05/2017 na cidade de Belo Horizonte (MG).

277 Jornal ESTADÃO, 22/10/1967, p. 5; e 24/10/1967, p. 5.

278 Jornal ESTADÃO, 22/10/1967, p. 5.

279 A Covemg não conseguiu encontrar documentos que comprovem tal relação, mencionada nos depoimentos, mas recomenda que a pesquisa tenha continuidade para que os indícios sejam averiguados.

280 O nome da segunda esposa de Saluzinho aparece grafado nas fontes consultadas como Dulce Gonçalves Pereira e Dúlcia Gonçalves de Araújo, mas, conforme Chaves (2005) e Campos (2014), o nome correto é Dúlcia Gonçalves de Araújo..

281 Depoimento de Luiz Antônio Chaves prestado à Covemg no dia 26/05/2017, na cidade de Belo Horizonte (MG).

282 Capataz da fazenda de Oswaldo Alves Antunes.

283 CAMPOS, 2014, p.76.

284 Disponível em: < http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/113/a-verdade-vai-sendo-desenterrada-no-grande-sertao-3276.html>.

285 MOREIRA, 2010.

286 Depoimento de Luiz Antônio Chaves prestado o à Covemg no dia 26/05/2017, na cidade de Belo Horizonte (MG).

287 O nome de Saluzinho é citado em investigações do DOPS sobre integrantes da Ação Popular (AP) em tentativa do órgão de relacionar o movimento camponês com a AP, atribuindo a ela a responsabilidade de politizar trabalhadores rurais no Norte de Minas, o que os próprios IPMs tratam depois de desconsiderar, visto não haver provas nem se tratar de "ação de grande monta" (APM. DOPS. Pasta 0040).

288 APM.DOPS. Pasta 0040.

289 Idem.

290 Depoimento de Carlos Melgaço Valadares prestado à Covemg no dia 26/05/2017, na cidade de Belo Horizonte (MG).

291 Sobre a constituição das identidades de camponês e latifundiário, ver Novaes (1997).

292 Depoimento de Carlos Melgaço Valadares prestado à Covemg no dia 26/05/2017, na cidade de Belo Horizonte (MG).

293 Arquivo Auditoria Militar de Juiz de Fora, Ofício de remessa dos autos proc.8/68, 1968. Imag. AUDITORIA_Saluzinho03.

294 Documento digitalizado disponível em Moreira (2010, p.103).

295 O texto foi publicado em 2007 no livro "A Tempo".

296 CAMPOS, 2014, p. 54.

297 MOREIRA, 2010, p.121.

298 Depoimento de Luiz Antônio Chaves prestado à Covemg no dia 26/05/2017, na cidade de Belo Horizonte (MG).

299 MOREIRA, 2010.

300 Documento digitalizado disponível em Moreira (2010, p.116 a 118).

301 A grafia do nome foi encontrada como Max Hermann e Marx Hermann nos documentos.

302 Sobre o projeto de construção da cidade de Marina ver reportagem especial do jornal Estado de Minas de 1º/09/ 2017. http://www.em.com.br/app/noticia/especiais/cidademarina/2017/09/01/cidade-marina,897091/marina-o-sonho-de-niemeyer-no-sertao-mineiro-que-a-ditadura-abafou.shtml.

303 Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/especiais/cidademarina/2017/09/01/cidade-marina,897091/marina-o-sonho-de-niemeyer-no-sertao-mineiro-que-a-ditadura-abafou.shtml>.

304 Arquivo Nacional. SNI. Informação 222/72/ABH/SNI, 1972, AC_ACE_49230_72.

305 Depoimento de Geralda de Brito Oliveira prestado à Covemg em 19/07/2017, por telefone.

306 Depoimento de Geralda de Brito Oliveira prestado à Covemg em 19/07/2017, por telefone.

307 Arquivo Nacional. SNI (AC_ACE_49230_72). Informação 222/72/ABH/SNI, Anexo A, 1972, fls.7

308 Arquivo Nacional. SNI (AC_ACE_49230_72). Informação 222/72/ABH/SNI, Anexo A, 1972. No documento consta que a carta foi dirigida ao "tenente coronel EE chefe da E-2 da IB-4".

309 Arquivo Nacional. SNI (AC_ACE_49230_72). Informação 222/72/ABH/SNI, Anexo A, 1972, p.16-17.

310 O nome de Geralda consta primeiramente no documento como Geralda Antônio de Brito (Arquivo SNI (AC_ACE_49230_72). Informação 222/72/ABH/SNI, Anexo A, 1972.

311 Arquivo Nacional. SNI (AC_ACE_49230_72). Informação 222/72/ABH/SNI, Anexo A, 1972, fls.4.

312 Ibidem, fls.9.

313 Arquivo Nacional. SNI (AC_ACE_49230_72). Informação 222/72/ABH/SNI, Anexo B, 1972.

314 Ibidem, fls.2.

315 Idem.

316 Depoimento de Geralda de Brito Oliveira prestado à Covemg em 19/07/2017, por telefone.

317 É importante observar que a Covemg localizou dois casos de suicídio que supostamente teriam relações com ameaças que as vítimas sofreram em decorrência de conflitos agrários e de defesa de trabalhadores rurais. Esses casos também estão descritos nesta seção.

318 Especificamente no caso dos camponeses, é preciso destacar que o número de vítimas de desaparecimento é significativamente menor do que o das ocorrências no meio urbano.

319 Informação levantada em BRASIL (2013).

320 Informação levantada em FETAEMG (1998).

321 A determinação dessas nove mesorregiões foi baseada nas regiões de planejamento do estado de Minas Gerais, divisão elaborada pelo governo do Estado. Convém observar que existem outros critérios de divisão do Estado e que, para esta análise, Alto Paranaíba e Triângulo Mineiro foram considerados em conjunto.

322 CARVALHO, 2011, p. 19.

323 Ata da décima reunião da Comissão de Inquérito para apurar possíveis irregularidades praticadas na Ruralminas, especialmente a ocorrência de empreguismo e destinação irregular de terras, de 26/03/1985, p. 48.

324 Arquivo CEDOC/CPT. Pasta CEMIG. Jornal *O* São Paulo de 16 a 22/12/1983, p. 8.

325 Arquivo CEDOC/CPT. Pasta Fazenda Bartira. Jornal SIN, nº 7, out. 1985.

326 BRASIL, 2013, p. 60.

327 Arquivo CEDOC/CPT. Pasta Assassinato de Durval Ventura de Souza, Recorte do jornal O São Paulo de 24 a 30/04/1981, p. 6.

328 Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, 1986, p.186.

329 Arquivo CEDOC/CPT. Pasta Assassinato de Durval Ventura de Souza Carta denúncia escrita em 1981 por Randulfo Resende de Oliveira, então secretário do STR de Monte Carmelo.

330 Arquivo CEDOC/CPT. Pasta Assassinato de Durval Ventura de Souza. Informativo Terra, produzido pela Fetaemg, 17/06/1980.

331 Arquivo CPT-MG. Correspondência enviada à Fetameg pelo STR de Frutal em 26/07/1985.

332 Arquivo CEDEFES. Dossiê Violência na Fazenda Barreiro produzido pela Fetaemg em 1987.

333 Arquivo CEDOC/CPT. Pasta Fazenda Barreiro. Quinzena, nº 30, 01/08/1987.

334 Arquivo CEDOC/CPT. Pasta Fazenda Barreiro. Pelejando, nº 45, setembro de 1987.

335 Relatório policial datado de 07/12/1984. Documento presente nos autos nº 034411001123-8 em que Juraci José Alves figura como vítima de homicídio.

336 Atestado de óbito de Izahú Rodrigues de Lima. Documento presente no processo nº 034411001123-8, localizado na Comarca de Iturama.

337 Arquivo CEDOC/CPT. Pasta Fazenda Barreiro. jornal Sem Terra, nº 49, dezembro de 1985.

338 Informações retiradas do processo nº 034411001123-8, localizado na Comarca de Iturama.

339 Idem.

340 Qualificação e interrogatório de 21/10/1992. Documento presente no processo nº 034411001123-8.

341 Sentença do julgamento de Ivan Ferreira Neto. Documento presente no processo nº 034411001123-8.

342 Decreto disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-92219-26-dezembro-1985-442385-publicacaooriginal-1-pe.html>.

343 Arquivo CEDEFES. Manifesto dos assentados da Fazenda Barreiro.

344 Arquivo CEDOC/CPT. Pasta Fazenda Barreiro. Comunicado da CPT Minas Gerais.

345 Arquivo CEDEFES. Dossiê Violência na Fazenda Barreiro produzido pela Fetaemg em 1987.

346 Idem.

347 Arquivo CEDEFES. Estado de Minas, 10/07/1987, "Polícia de Uberaba expulsa posseiros e o INCRA protesta".

348 Arquivo CEDOC/CPT. Pasta Fazenda Barreiro. CNRA, nº 23, julho-agosto 1987.

349 Arquivo CEDOC/CPT. Pasta Fazenda Barreiro. Jornal do Brasil, 14/07/1987.

350 Idem.

351 Arquivo CEDOC/CPT. Pasta Fazenda Barreiro. Terra Notícias, nº 6, agosto 1987.

352 Arquivo CEDOC/CPT. Pasta Fazenda Barreiro. Estado de Minas, 06/04/1993.

353 Autos da ação penal nº 0428.05.001341-9. Comarca de Monte Alegre de Minas (MG).

354 Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra., 1986, p. 341.

355 Autos da ação penal nº 0428.05.001341-9. Comarca de Monte Alegre de Minas (MG).

356 Autos da ação penal nº 0428.05.001341-9. Comarca de Monte Alegre de Minas (MG). Nicanor Conegundes faleceu aos 84 anos, em 27/10/2011, e pelos autos parece que não chegou a cumprir a pena.

357 Antônio Gervásio Figueira faleceu no dia 23/03/2001 na cidade de Canápolis (MG), aos 84 anos.

358 Na primeira publicação o nome "Ismênia Mendes" é citado na página 85 e a data da sua morte é informada como 23/10/1985 ao invés de 22/10/1985. Na segunda publicação 'Ismênia Mendes' aparece citada no Quadro 11 – Trabalhadores assassinados em 1985 e a data informada também é 23 de outubro.

359 O nome Ismêne Mendes é relacionado como um caso exemplar de repressão no campo e as circunstâncias de sua morte são descritas nas páginas 201 a 210. Naquele momento a COVEMG ainda não tinha tido acesso aos inquéritos do espancamento e da morte da advogada.

360 Autos nº 0481.04.033.280-3, Fórum de Patrocínio. Depoimento de Ismêne Mendes, Imag. 00011.

361 Depoimentos presentes nos Autos nº 0481.04.033.280-3, Fórum de Patrocínio.

362 Autos nº 0481.04.033.280-3, Fórum de Patrocínio. Imag. 00026, 00040 e 00069.

363 Autos nº 0481.04.033.278-7, Fórum de Patrocínio. Imag. 00266.

364 Laudo nº 3906/85 assinado pelo perito criminal Antonio Rodrigues de Souza. O laudo consta nos autos nº 0481.04.033.278-7, Fórum de Patrocínio. Imag. 00125.

365 O recorte do jornal Estado de Minas de 03/02/1987 encontra-se no Arquivo CEDOC-CPT, Pasta Assentamento Triângulo: Limeira do Oeste Iturama. Imag. 4909.

366 Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Fundação IBGE. Instituto Brasileiro de Estatística. Sinopse preliminar do Censo Demográfico. VIII Recenseamento Geral – 1970. Minas Gerais. p 16. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/311/cd_1970_sinopse_preliminar_mg.pdf>.

367 Arquivo CEDOC/CPT. Pasta 5- Fazenda Fortuna ou Caraíbas/00007. Jornal do Brasil. p. 15. 04/06/1986.

368 Arquivo Coseg. Reservado. Informe Interno. Arquivado em 16/04/1984. Imag. 0691-0692.

369 Arquivo CEDOC/CPT. Pasta 5 - Fazenda Fortuna ou Caraíbas/00001-00015. Correspondências, memorandos produzidos pela CPT e pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Matozinhos e recortes de jornais sobre a luta pela posse da terra da fazenda Fortuna.

370 BRASIL. Senado Federal. Secretaria de Informação Legislativa. Decreto nº 94.707, de 29/07/1987. Disponível em http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=208180&norma=221526.

371 Arquivo CEDOC/CPT. Pasta 5- Fazenda Fortuna ou Caraíbas/00001-00015. Correspondências, memorandos produzidos pela CPT e pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Matozinhos e recortes de jornais sobre a luta pela posse da terra da fazenda Fortuna.

372 BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto de 05/09/1991. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/Anterior%20a%202000/Dnn7-05-09-91.htm#anexo.

373 APM. DOPS. Pasta 0101.

374 STM, Apelação 37944 (1970). Vol 1. Extrato dos Estatutos da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Três Marias. Assinatura dos associados. 18/08/1961, p.513.

375 STM, Apelação 37944 (1970). Vol 1.pdf. Carta dos Camponeses para deputados e senadores em Brasília. pp. 519-520.

376 STM, Apelação 37944 (1970). Vol 1.pdf. Estado de Minas Gerais. Secretaria da Segurança Pública. Departamento de Ordem Política e Social. Assentada. 01/05/1964. pp. 57-64.

377 Depoimento de José Amaro da Silva prestado à Covemg em 29/04/2017, na cidade de Três Marias (MG).

378 Arquivo CPT-MG. Estado de Minas, 03/06/1988, p. 19. Imag. CPT3232.

379 Idem.

380 Arquivo CEDOC/CPT. Pasta Assassinato de vaqueiro. jornal Pelejando. nº 16. Abril, 1985.

381 SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, 2013. p.84; COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 1985. Conflitos de Terra no Brasil, 1985; MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA, 1986, p.194. FETAEMG, 1998, p. 27.

382 SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, 2013. p. 137; MIRAD/INCRA. Vol II, 1986.p.118; COMISSÃO PASTORAL DA TERRA 1986, p. 32; Arquivo CPDA, Imag. CPDA 0072-0074; Arquivo CPT-MG, Imag. CPT 4314-4317. Arquivo CEDEFES. Imag. CDFS 776.

383 MIRAD/INCRA,1986. p.118. A mesma informação foi encontrada no Arquivo do CPDA e da CPT-MG.

384 Arquivo CPT-MG. Recorte do jornal Estado de Minas de 04/02/1986, p.23. Imag. CPT 4317.

385 Arquivo CPDA, Imag. CPDA 0100-0101.

386 FETAEMG, 1998, p.27.

387 Arquivo CEDOC/CPT. Pasta Assassinato de Jair. Jornal de Barbacena, 29/07/1988. A mesma informação foi encontrada no Arquivo da CPT-MG, Imag. CPT 1789-1790.

388 Idem.

389 Arquivo CEDOC/CPT. Pasta Assassinato de Jair. Jornal Pelejando, nº 57, 09/10/1988.

390 Arquivo CEDOC/CPT. Pasta Assassinato de Jair. Jornal de Barbacena, 29/07/1988.

391 SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, 2013. p.65; COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 1988; FETAEMG, 1998, p. 27.

392 SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, 2013. p. 84.

393 MIRAD/INCRA, 1986, Vol II, p. 24.; FETAEMG, 1988, p. 27.; Arquivo CPDA. Imag. CPDA 91-92; COMARCA DE PITANGUI. Tribunal de Justiça. Estado de Minas Gerais. Processo crime 5053. Réu Otávio Faria Patrício. Vítima Luiz Jesus Campos, 1986.

394 COMARCA DE PITANGUI. Tribunal de Justiça. Estado de Minas Gerais. Processo crime 5053. Réu Otávio Faria Patrício. Vítima Luiz Jesus Campos, 1986.

395 Investigação Policial do dia 04/07/1986. COMARCA DE PITANGUI. Tribunal de Justiça. Estado de Minas Gerais. Processo crime 5053. Réu Otávio Faria Patrício. Vítima Luiz Jesus Campos, 1986.

396 Laudo de Necropsia. COMARCA DE PITANGUI. Tribunal de Justiça. Estado de Minas Gerais. Processo crime 5053. Réu Otávio Faria Patrício. Vítima Luiz Jesus Campos, 1986.

397 RIBEIRO, 1996.

398 ZANGLEMI, 2014.

399 RIBEIRO, 1996.

400 FERREIRA NETO & DOULA, 2003.

401 Jornal Pelejando, nº 7, janeiro/fevereiro de 1984.

402 Arquivo CEDEFES. Documento informando sobre tentativa de assassinato em Poté.

403 Arquivo CEDOC/CPT. Pasta José Fonseca, Jornal Tribuna Operária, 15/07/1984.

404 Idem.

405 Arquivo CPT-MG. Relação dos Assassinatos de Trabalhadores Rurais em Minas Gerais, 1984-1985.

406 Arquivo CEDEFES. Carta da viúva de Jorge Rodrigues Caldas endereçada a FETAEMG. 1985, Imag. CDFS-1854.

407 Nas fontes o nome do gerente aparece também como Manoel Gracílio Froes.

408 Arquivo CEDOC/CPT. Pasta Assassinato de José Gomes da Silva. Jornal Tribuna Operária, 24/02/1985.

409 Arquivo CEDOC/CPT. Pasta Assassinato de José Gomes da Silva. Recorte de jornal Informativo da Terra, 31/05/1985.

410 Arquivo CEDOC/CPT. Pasta Serra Negra. Recorte de jornal Informativo da Terra, maio 1985.

411 Arquivo CEDOC/CPT. Pasta Assassinatos. Recorte do jornal Informativo da Terra, maio 1985.

412 Arquivo CPT/Norte de Minas. Recorte de jornal Informativo da Terra, agosto 1985.

413 Arquivo CPT-MG. Recorte do jornal Pelejando, nº15, março 1985, Imag. CPT 5539.

414 Arquivo CEDOC/CPT. Pasta Ribeirão, Identificação de Vítimas de conflitos no campo, 1986.

415 Arquivo CPDA-UFRRJ. Levantamento de conflitos de terra em que se registram mortes, ocorridos no País entre 1º de janeiro e 30 de junho de 1986. Imag. CPDA 0083-0084.

416 Arquivo CPDA-UFRRJ. Levantamento de conflitos de terra em que se registram mortes, ocorridos no país entre 1º de janeiro e 30 de junho de 1986. Imag CPDA 0085-0086.

417 Virgilio, nas fontes não consta o nome completo do executor.

418 Arquivo CPT-MG. Carta endereçada a Jerônimo que informa sobre o assassinato, s/d. Imag. CPT 5491-5492.

419 Arquivo CEDOC/CPT. Pasta Fazenda Montanha. Recorte do jornal do Brasil, 14/11/1986, p. 34.

420 Arquivo CEDOC/CPT. Pasta Fazenda Montanha. Recorte do jornal do Brasil, 14/11/1986, p. 34.

421 Arquivo CPT-MG. Recorte do jornal Estado de Minas, janeiro 1988.

422 Arquivo CEDEFES. Recorte do jornal Pelejando, nº 49, fevereiro 1988. Imag. CDFS 693.

423 Arquivo CPT-MG Recorte do jornal Diário de Minas, 22/01/1988, p.11. Imag. CPT 3236.

424 Arquivo CEDOC/CPT. Pasta Cenivaldo. Recorte do jornal Vai e Vem, junho-julho 1988, nº 31.

425 Arquivo CPDA-UFRRJ. Documento produzido pela Fetaemg em 22/10/1988 em que a entidade denuncia os conflitos agrários existentes no Noroeste de Minas e solicita ao Mirad a desapropriação e o assentamento de trabalhadores rurais na região.

426 Arquivo CPDA-UFRRJ. Dados localizados em recorte do jornal Estado de Minas de 27/09/1988.

427 Depoimento de Sônia Prata prestado à Covemg no dia 20/03/2017, na cidade de Belo Horizonte (MG).

428 Arquivo CPT-MG. Denúncia encaminhada ao Sindicato de Trabalhadores Rurais de Paracatu, feita por José Luiz Soares e Pedro Pereira dos Santos em 24/10/1983. Imag. CPT 1108-1109.

429 Arquivo CEDEFES. Assassinatos no campo – crime e impunidade, Estado de Minas Gerais, 1986.

430 Arquivo CPT-MG. Relatório Conflitos de terra, produzido pela Fetaemg, 1985. Apresenta um histórico dos conflitos de terra no período no estado de Minas Gerais. Esse mesmo documento foi localizado no acervo do CPDA-UFRRJ.

431 Arquivo CPT-MG. Relatório produzido pela Fetaemg no ano de 1985, denominado Conflitos de terra. Apresenta um histórico dos conflitos de terra no período no estado de Minas Gerais. Esse mesmo documento foi localizado no acervo do CPDA-UFRRJ.

432 Arquivo CEDEFES. Carta aberta às entidades e movimentos populares, enviada pela Fetaemg. 1986, Imag. CDFS 1580-1582.

433 Arquivo CEDEFES. jornal Pelejando, nº 23, ano III, p.10.

434 Depoimento de Maria Aparecida Rodrigues prestado à Covemg no dia 21/07/2017, na cidade de Belo Horizonte (MG).

435 Arquivo CEDEFES. Publicação da Anistia Internacional denominada Brasil violência autorizada nas áreas rurais, 1988, p.33.

436 Arquivo CEDOC/CPT. Pasta 251 - Fazenda Boa Sorte.

437 FETAEMG, 1998, p. 26.

438 Arquivo CEDOC/CPT, Pasta 59 - Fazenda Buritizeiro.

439 Arquivo CEDEFES. jornal Pelejando, nº 27, ano IV, p.10.

440 Arquivo CEDOC/CPT. Pasta 59 - Fazenda Buritizeiro.

441 SANTOS, 1985, p. 55. Depoimento prestado à autora por Dona Zuína em julho de 1984.

442 Idem.

443 SANTOS, 1985

444 CAMPOS, 2014, p.73.

445 ANTUNES, 2010, pp.115-116.

446 Idem. pp.54-55.

447 Depoimento de Jesuína Soares de Moura prestado à Covemg em reunião pública realizada no dia 06/06/2017, na cidade de Verdelândia-MG.

448 Arquivo Coseg. Pasta 709 Varzelândia. Carta da Contag para a Delegacia do Estado de Minas Gerais. 16/06/1967. Imag. COSEG-1147.

449 APM. DOPS. Pasta 1065. Imag. 186.

450 APM. DOPS. Pasta 1065. Imag. 217.

451 Arquivo CEDEFES. Documento escrito pelo pe. José Silveira dos Santos, denunciando a violência em Cachoeirinha em 21 de junho de 1983. Imag. CDFS 1941-1942.

452 APM. DOPS. Pasta 1065, Rolo 27, imag.219-224. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=1065&imagem=223>.

453 Arquivo CEDEFES. Nota à imprensa escrita pela Fetaemg, denunciando o assassinato de Geraldo Gonçalves de Oliveira, filho de Valdivino. Imag. CDFS-1825.

454 Arquivo Coseg. Pasta 351 Janaúba. Imag. COSEG 1241-1243.

455 Arquivo CEDEFES. Documento escrito pelo pe. José Silveira dos Santos, denunciando a violência em Cachoeirinha em 21/06/1983. Imag. CDFS 1941-1942.

456 Depoimento de Jesuína Soares de Moura prestado à Covemg em reunião pública realizada no dia 06/06/2017, na cidade de Verdelândia-MG.

457 Depoimento de Luiz Antonio Chaves prestado à Covemg no dia 26/05/2017, na cidade de Belo Horizonte (MG).

458 Arquivo Coseg. Imag. COSEG 502-503.

459 Arquivo CEDOC/CPT. Pasta 35 Brejinho e Riachinho. Recorte do Jornal do Norte, 01/12/1979. Imag, 02.

460 Idem.

461 Arquivo CEDEFES. Relatório da situação dos posseiros de 06/03/1985. Imag. CDFS 2090.

462 Arquivo CPT-MG. Fetaemg – Conflitos de terra 1985, anexo. Imag. CPT2736.

463 Arquivo CEDEFES. Correspondência enviada pelo Centro de Defesa dos Direitos Humanos, em 29/08/1984. Imag. CDFS 2073.

464 Arquivo CEDOC/CPT. Pasta 111 Fazenda Curral das Varas. Boletim da CPT Nacional nº 55, nov/dez 1984. Imag 8.

465 AMADO, 1985, p.38.

466 Idem, p. 18

467 Idem, p.17.

468 CARNEIRO e CIOCCARI, 2011, p. 219.

469 AMADO, 2005, p. 64.

470 CARNEIRO e CIOCCARI, p. 219.

471 O Estatuto da Terra foi criado pela lei 4.504, em 30-11-1964. No artigo 2º prevê a desapropriação de áreas em conflito por "interesse social" para fins de Reforma Agrária.

472 Arquivo CPT Norte de Minas. Jornal Integração, nº 10. Março/abril 1985. Imag. CPT175.

473 Arquivo CEDOC/CPT. Pasta 128- Coco Gravata. Assassinados mais trabalhadores Rurais. Jornal O São Paulo, p. 7. 1985. Imag. 6.

474 Trabalhadores são assassinados em Porteirinha. Informativo Terra. nº 2. maio 1985.

475 Arquivo CEDOC/CPT. Pasta 128- Coco Gravata. Assassinados mais trabalhadores Rurais. Jornal O São Paulo, p. 7. 1985. Imag. 6.

476 Trabalhadores são assassinados em Porteirinha. Informativo Terra. nº 2. maio 1985.

477 Arquivo CEDOC/CPT. Pasta 128- Coco Gravata, Grilagem mata de novo em Minas. Pelejando, nº 17. maio 1985. Imag. 4.

478 Arquivo CEDOC/CPT. Pasta 128- Coco Gravata. Pedindo justiça. jornal Sem Terra. nº 44. junho 1985. Imag. 1.

479 Arquivo CEDOC/CPT. Pasta 128- Coco Gravata. Grilagem mata de novo em Minas. Pelejando, nº 17. maio 1985. Imag. 4.

480 Trabalhadores são assassinados em Porteirinha. Informativo Terra. nº 2. maio 1985.

481 Arquivo ALMG. Pasta CPI Violência no Campo.

482 Arquivo CEDOC/CPT. Pasta 227- Faz. Barreirinha. Nota de denúncia. 26/11/1985. Imag. 4. Este mesmo documento foi encontrado no Arquivo CEDEFES. Imag. CDFS 2092.

483 Arquivo CEDOC/CPT. Nota de denúncia. 26/11/1985. Pasta 227- Faz. Barreirinha. Imag. 4; AUTOS nº 0429.03.0027117-2. Autor: Ministério Público Estadual. Acusados: Antônio Celso Silveira, Marciano Martins da Silva e Osmar Messias dos Santos.

484 AUTOS nº 0429.03.0027117-2. Autor: Ministério Público Estadual. Acusados: Antônio Celso Silveira, Marciano Martins da Silva e Osmar Messias dos Santos, p. 4.

485 AUTOS nº 0429.03.0027117-2. Autor: Ministério Público Estadual. Acusados: Antônio Celso Silveira, Marciano Martins da Silva e Osmar Messias dos Santos, p. 6.

486 Arquivo ALMG. Pasta CPI Violência no Campo.

487 Arquivo CPDA-UFRRJ. Imag. CPDA 0105.

488 Arquivo CPT-MG. Imag. CPT 5632.

489 SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, 2013, p.180.

490 COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 1986.

491 SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, 2013, p.182.

492 MIRAD/INCRA, Vol II, 1986.p. 99.

493 FETAEMG, 1998, p.27.

494 Arquivo CPDA-UFRRJ. 'Fazendeiro mata pelas costas'. Jornal *Pelejando*, nº 29, junho 1986, p.10. Imag. 89. A mesma notícia do Pelejando também foi encontrada nos arquivos da CPT-MG (Imag. CPT 2161) e do CEDEFES (Imag. CDFS 2555).

495 Arquivo CPT-MG. Fazendeiro assassinou agregado pelas costas. 23/05/1986. Imag. CPT 2164.

496 Arquivo CPT-MG. Imag. CPT 5633.

497 Arquivo CPDA-UFRRJ. Imag. CPDA 0117.

498 Arquivo CEDEFES. Carta de Maria Zilah de Mattos para Jerônimo. 13/06/1986. Imag. CDFS1899-1900

499 Arquivo CPDA-UFRRJ. Imag. CPDA 0097.

500 Arquivo CPDA-UFRRJ. Imag. CPDA102; FETAEMG, 1998, p. 27.

501 A mesma reportagem do Jornal *Pelejando* nº 40 de 1987 aparece no Arquivo CEDOC/CPT. Pasta 66 Fazenda Boca do Mato. Imag. 2 e no Arquivo CEDEFES. Imag. CDFS2568.

502 Arquivo CPT Norte de Minas. Boletim Integração, nº 24. Maio de 1987. Jagunço mata criança. Imag. CPT415.

503 SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, 2013. p. 178.

504 COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. 1987.

505 Arquivo CEDEFES. Jornal *Pelejando* nº 53, junho de 1988. Imag. CDFS 730.

506 COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 1988.

507 Arquivo CEDOC/CPT. Pasta 55 Fazenda da Vovó-Poço da Vovó, Documento do INCRA-MG. s/d. Imag 10.

508 Arquivo CPDA-UFRRJ. FETAEMG denuncia: assassinado posseiro por jagunços de fazendeiro em Otinolândia, região de Jaíba, 21/04/1988. Imag. CPDA 0423.

509 Arquivo CEDOC/CPT. Pasta 55 Fazenda da Vovó-Poço da Vovó, Conflitos na Jaíba têm providências policiais. Jornal Estado de Minas. 23/04/1988. Imag. 9.

510 Arquivo CEDOC/CPT. Pasta 55 Fazenda da Vovó-Poço da Vovó, Documento do INCRA-MG. s/d. Imag 10.

511 Idem.

512 Arquivo CEDOC/CPT. Pasta 55 Fazenda da Vovó-Poço da Vovó. Conflitos na Jaíba têm providências policiais. Jornal Estado de Minas. 23/04/1988. Imag. 9.

513 Arquivo CPDA-UFRRJ. FETAEMG denuncia: assassinado posseiro por jagunços de fazendeiro em Otinolândia, região de Jaíba. 21/04/1988. Imag. CPDA 0423.

514 Arquivo CEDOC/CPT. Pasta 55 Fazenda da Vovó-Poço da Vovó. CUT. Mais um assassinato acontece. 25/04/1988. Imag. 7-8.

515 Arquivo CEDOC/CPT. Pasta 55 Fazenda da Vovó-Poço da Vovó, Entidades avaliam conflitos de Monte Azul. Jornal Estado de Minas. 01/05/1988. Imag. 3.

516 CRUZ, 2006.

517 BORGES, 2004, p.306.

522 PEREIRA, 1988, p. 84.

523 BRASIL; 2007, p. 58.

524 BRASIL; 2007, p. 58.

525 Arquivo CEDEFES. Carta denúncia escrita pelo Bispo Auxiliar da Diocese de Itabira-Coronel Fabriciano, Lelis Lara, em 20/11/1980. Imag. CDFS 1015-1017.

526 Idem.

527 Arquivo Coseg. Pasta 88 – Braúnas. Portaria nº 35/80CG expedida em 21/10/1980 pelo Comando Geral da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais.

528 Arquivo CEDEFES. Carta denúncia escrita pelo Bispo Auxiliar da Diocese de Itabira-Coronel Fabriciano, Lelis Lara, em 20/11/1980. Imag, CDFS 1015-1017.

529 Arquivo Coseg. Pasta 88- Braúnas. Depoimento prestado em 21/10/1980 na Corregedoria Geral de Polícia, em Belo Horizonte.

530 Arquivo Coseg. Pasta 88- Braúnas. Depoimentos prestados em 21/10/1980 na Corregedoria Geral de Polícia, em Belo Horizonte.

531 Arquivo Coseg. Pasta 88- Braúnas. Depoimento prestado em 21/10/1980 na Corregedoria Geral de Polícia, em Belo Horizonte.

532 Arquivo Coseg. Pasta 88 – Braúnas. Recorte do Jornal Diário da Tarde de 16/10/1980.

533 Idem.

534 Arquivo Coseg. Pasta 88 – Braúnas. Auto de Corpo de Delito - Relatório de Necropsia de 15/10/1980.

535 Arquivo Coseg. Pasta 88 – Braúnas. Recorte do Jornal do Brasil de 05/01/1982.

536 Idem.

537 Arquivo Coseg. Pasta 88 – Braúnas. Informe nº 316 de 28/04/1982.

538 Os documentos localizados foram um quadro de conflitos, ocupações e assentamentos – Violências nas áreas rurais de Minas Gerais no período de 1987 a 1989 (Arquivo CEDEFES) e um trecho de uma correspondência que menciona o assassinato (Arquivo CPT-MG).

539 Arquivo Coseg. Imag. COSEG 673-677.

540 Arquivo CEDEFES. Correspondência enviada pelo deputado estadual João Batista dos Mares Guia ao presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, em 23/11/1984.

541 Arquivo Coseg. Rolo 21. Pasta CB.01.

542 Arquivo ALMG. CPI Ruralminas.

543 Arquivo CEDOC/CPT. Pasta 286- Três Assassinatos.

544 Arquivo CEDEFES. *Pelejando*, nº16, ano 3, abril/1985. Imag. CDFS 2498.

545 Autos do processo 062806004842-6, arquivado na Comarca de São João Evangelista (MG). O processo foi localizado pela Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.

546 Idem.

547 Arquivo CPT-MG. Recorte do Jornal Estado de Minas de 30/07/1985. Imag. CPT 2182.

548 Arquivo CEDEFES. Jornal Pelejando, novembro de 1985, p.11.

549 Arquivo CEDOC/CPT. Pasta Assassinato de Divino Balbino, Recorte do jornal Diário do Rio Doce, 25/10/1985.

550 Idem.

551 Idem.

552 Arquivo CPDA-UFRRJ. Levantamento de conflitos de terra realizado pelo MIRAD, em que se registram mortes, ocorridas no país de 1º de janeiro a 31/10/1986.

553 Idem.

554 Idem.

555 Idem.

556 A Covemg não analisou mortes de garimpeiros, esse caso foi incluído no relatório por constar em publicação da CPT de 1987.

557 Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Fundação IBGE. Instituto Brasileiro de Estatística. Sinopse preliminar do Censo Demográfico. VIII Recenseamento Geral – 1970. Minas Gerais. pp. 16-26. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/311/cd_1970_sinopse_preliminar_mg.pdf.

558 FETAEMG, 1998, p. 14.

559 Piumhi está localizada na região do Centro-oeste mineiro, contudo, a região do Pântano, onde ocorreram as mortes, está situada entre esse município e Capitólio, na divisa do Sul de Minas com o Centro-Oeste. A Covemg optou por considerar as mortes na região Sul porque o trajeto do rio Piumhi antes da transposição situava-se próximo à Capitólio, logo na região Sul.

560 SILVEIRA, 2008, p. 37-39. Jornal Alto São Francisco, 15/03/1966.

561 Arquivo CPT-MG. Jornal Pelejando, s/d, Imag. CPT-2213.

562 Arquivo CEDEFES. SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DE MINAS GERAIS. Delegacia de Itanhandú. Testemunho Pureza da Conceição Batista, 29/12/1985. Imag. CDFS-959.

563 Foram encontradas referências do duplo homicídio nas publicações e acervos: SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, 2013. p. 126 e 147; COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 1986, p. 32; Arquivo CPDA, Imag. CPDA 70; MIRAD/INCRA, Vol II, p. 21, Arquivo CEDEFES. Imag. CDFS 775,946-996.

564 Arquivo CEDEFES. Jornal Pelejando, nº 25/ Ano IV/ Jan 1986, p.10, Imag. CDFS 775.

565 Arquivo CEDEFES. SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DE MINAS GERAIS. Delegacia de Itanhandú. Testemunho Pureza da Conceição Batista, 29/12/1985, Imag. CDFS 957-959.

566 Arquivo CEDEFES.SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DE MINAS GERAIS. Delegacia de Itanhandú. Auto de prisão em flagrante delito de Jorge Inácio Torres, 29/12/1985, Imag. CDFS 951-952.

567 Arquivo CEDEFES. SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DE MINAS GERAIS. Delegacia de Itanhandú. Testemunho Maria Ribeiro da Silva, 29/12/1985, Imag. CDFS 960-961.

568 Arquivo CEDEFES. SESP/MG. Superintendência de Polícia Técnico-Administrativa. Exame de corpo delito. Nº 3732, 30/12/1985, Imag. CDFS 976-979.

569 Arquivo CEDEFES. SESP/MG. Superintendência de Polícia Técnico-Administrativa. Exame de corpo delito. Nº 3734. 30/12/1985. Imag. CDFS 976-979.

570 Arquivo CEDEFESL. SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DE MINAS GERAIS. Delegacia de Itanhandú. Auto de prisão em flagrante delito de Jorge Inácio Torres, 29/12/1985. Imag. CDFS 952-953.

571 Arquivo CEDEFES. SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DE MINAS GERAIS. Delegacia de Itanhandú. Vítima Manoel Araujo Guimaraes, 04/01/1986. Imag. CDFS 972-973.

572 Arquivo CEDEFES. Jornal Pelejando, nº 25/ Ano IV/ Jan 1986, p. 10. Imag. CDFS 775.

573 SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, 2013. pp. 126 e 147.

574 COMISSÃO PASTORAL DA TERRA 1986. p. 32

575 MIRAD/INCRA (1985, 1986, p. 21).

576 FETAEMG, 1998, p. 27.

577 Idem.

578 Arquivo CPDA-UFRRJ. Imag. CDPDA 93-94.

579 CINTRÃO, 1996, p. 66.

580 SCHETTINI, 2013. p.23.

581 SCHETTINI, 2013, p.6.

582 SCHETTINI, 2013

583 Depoimento de José Maria dos Santos prestado à Covemg, em 20/07/2017, por telefone.

584 SCHETTINI, 2013, p. 46.

585 Idem, p.45.

586 O grupo seria composto por Antônio Ribas, Jair Pimenta e Edinho Pimenta (Arquivo CPT-MG. Continua a violência no campo. 1986, p.1, Imag. CPT-5596).

587 Eram chamados de "Cadetes", conforme documentos da CPT-MG e depoimentos à Covemg: Antônio Ribas de Oliveira (Totonho), José Ribas (Ziquita) e João Batista Ribas.

588 COORDENADORIA DE CONFLITOS AGRÁRIOS, 1986, Vol II, p.22.

589 Arquivo CPT-MG. Contra a violência no campo. 1986, p.1. Imag. CPT-5596.

590 COORDENADORIA DE CONFLITOS AGRÁRIOS, 1986, Vol II, COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 1986.Arquivo CPT-MG. Correspondência da CPT-MG à SSP-MG, 1986, Imag. CPT 5595 - 5599.

591 A advogada Marilia Fonseca, em colaboração com a Covemg, localizou sete fichas referentes a informações processuais, em que consta como réu Antônio Ribas de Oliveira, no período de 1961 a 1988. As denúncias são por homicídio, lesão corporal e ameaça, sendo que há casos em que o réu foi absolvido.

592 Arquivo CPT-MG. Continua a violência no campo. 1986, p.1, Imag. CPT-5596.

593 Foram sequestrados em casa, no município de Miradouro, e os corpos encontrados na estrada de Raul Soares.

594 Nos documentos da CPT e do Cedefes há referências a João Dias Paes e a João Laurindo como se fossem pessoas distintas. Contudo, a partir das investigações, identificamos no acervo da Ruralminas um vizinho de terras de Antônio Ribas de Oliveira que se chamava Laurindo Dias Paes e suspeitamos do parentesco com João e Wantuil Dias Paes. A partir das entrevistas descobrimos que Laurindo era pai de João e que, por isso, João Dias Paes ficou conhecido na cidade à época como João Laurindo, ou seja, João, filho do Laurindo.

595 Arquivo CEDEFES; Arquivo CPT-MG; BRASIL, 2013; COORDENADORIA DE CONFLITOS AGRÁRIOS, 1986, Vol II; Jornal Pelejando.

596 Arquivo CPT-MG. Continua a violência no campo. 1986, p.1, Imag. CPT-5596.

597 Arquivo Ruralminas, Requerimento de medição, 1981, Imag.0195.

598 Arquivo Ruralminas, Certidão de Registro de Imóvel, 1961, Imag.0205.

599 Arquivo Ruralminas, Despacho de concessão de terras, 1982, Imag.0233; e Correspondência interna da Ruralminas, 1982, Imag.0229.

600 Arquivo CEDEFES, Carta da Paróquia São Paulo, de Muriaé de 1986, Imag. CDFS-1000.

601 Depoimento de José Maria dos Santos prestado à Covemg, em 20/07/2017, por telefone.

602 Idem.

603 Idem.

604 Arquivo CEDEFES, Jornal Pelejando, nº 28, maio 1986, p. 11, Imag. CDFS791.

605 BRASIL, 2013.

606 COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 1986, Vol I.

607 Arquivo CPT-MG. Continua a violência no campo. Correspondência da CPT-MG, 1986, Imag. CPT-5595 a 5599.

608 Arquivo CPT-MG. Com medo de sair de casa. Correspondência da CPT-MG, 1986, Imag. CPT-5598.

609 Idem.

610 Arquivo CPT-MG. Solidariedade na dor: Nota do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tombos, 1988, Imag. CPT-3220.

611 Depoimento de Maria da Cruz Kaizer prestado à Covemg, em 05/07/2017, por telefone.

612 Idem.

613 Idem.

614 Depoimento de Vanderli Pereira Pinheiro prestado à Covemg,em 17/07/2017, por telefone.

Anexo A – Relação de trabalhadores rurais e seus apoiadores mortos e desaparecidos: os 109 casos pesquisados

Nome da vítima	Município de Minas Gerais	Região	Data da morte ou do desaparecimento	Agentes envolvidos (Público, Privado, Misto)	Casos que constam em relatórios de comissões da verdade*	Recomenda-se outras pesquisas e apurações
Adelino Pereira Guimarães	Braúnas	Rio Doce	14/10/1980	Público	X	X
Alceu Ribeiro	Malacacheta	Jequitinhonha e Mucuri	23/03/1985	Privado	X	X
Alcir Alves da Silva	Sabinópolis	Rio Doce	28/01/1986	Privado	X	X
Anapoleão Fernandes Viana	São João do Paraíso	Norte	09/06/1986	Privado		X
Ângelo dos Santos	Ibiaí	Norte	23/03/1987	Privado	X	X
Antônio dos Santos	Virgínia	Sul de Minas	28/12/1985	Privado	X	
Antônio Montes de Brito	Varzelândia	Norte	1964-1967	Público		X
Antônio Velho	Miradouro	Zona da Mata	1977	Privado		X
Aristides Gonçalves Pereira	Ladainha	Jequitinhonha e Mucuri	07/05/1986	Privado		X
Arlindo Soares da Silva	Frei Gaspar	Jequitinhonha e Mucuri	22/10/1983	Privado	X	X
Augustavo Gomes da Silva	Berilo	Jequitinhonha e Mucuri	24/04/1984	Privado	X	X
Augusto Soares da Cunha	Governador Valadares	Rio Doce	01/04/1964	Público	X	
Aurelino Manoel dos Santos	Monte Alegre de Minas	Triângulo Mineiro	06/11/1984	Privado	X	
Avelino Pereira Guimarães	Braúnas	Rio Doce	07/10/1980	Misto	X	X
Benedito de Melo Peres	Paracatu	Noroeste	1985	Privado	X	X
Carlos Zomar	Água Boa	Rio Doce	02/01/1982	Privado		
Divino Balbino Lana	Engenheiro Caldas	Rio Doce	10/10/1985	Privado	X	X
Divino João de Deus	São Domingos do Prata	Central	02/02/1986	Privado	X	X
Dulce Gonçalves Pereira	Varzelândia	Norte	1967	Público		X
Durval Ventura de Souza	Frutal	Triângulo Mineiro	22/11/1979	Privado	X	X
Durvalino Soares dos Santos	Porteirinha	Norte	09/05/1985	Misto	X	X
Eli Braga Coelho	Itamarandiba	Jequitinhonha e Mucuri	20/03/1985	Privado	X	X

Nome da vítima	Município de Minas Gerais	Região	Data da morte ou do desaparecimento	Agentes envolvidos (Público, Privado, Misto)	Casos que constam em relatórios de comissões da verdade*	Recomenda-se outras pesquisas e apurações
Eloy Ferreira da Silva	São Francisco	Norte	16/12/1984	Privado	X	
Felício Germano Mendes	Santa Maria do Suaçuí	Rio Doce	24/09/1984	Privado	X	X
Fidelcino Ferreira Bispo	Espinosa	Norte	01/11/1975	Misto		X
Francisca Prata	Carbonita	Jequitinhonha e Mucuri	02/08/1985	Público	X	X
Francisco Alves Pereira	Coluna	Rio Doce	11/07/1985	Privado	X	
Geraldo "Preto"	Três Marias	Central	Abril/1964	Não identificado		X
Geraldo Alves da Silva	Mato Verde	Norte	22/11/1985	Privado	X	
Geraldo Damião dos Santos	Antônio Dias	Rio Doce	23/03/1987	Privado	X	X
Geraldo Gonçalves de Oliveira	Bocaiúva	Norte	02/11/1984	Privado	X	X
Geraldo Sancler	Miradouro ou Araponga	Zona da Mata	1986	Privado	X	X
Hermes Bispo da Silva	Monte Azul	Norte	15/04/1988	Privado	X	
Ismêne Mendes	Patrocínio	Alto Paranaíba	22/10/1985	Não identificado	X	X
Jair Augusto de Campos	Barbacena	Central	22/07/1988	Privado	X	X
Jerônimo Costa Ribeiro	Salinas	Norte	14/07/1984	Privado		X
João Antunes da Silva	Janaúba	Norte	14/08/1986	Privado	X	X
João Dias Paes	Miradouro	Zona da Mata	Entre 20 e 24 /03/1986	Misto	X	X
João Dutra	Araçuaí	Jequitinhonha e Mucuri	1988	Privado	X	X
João Leite	São Domingos do Prata	Central	02/02/1986	Privado	X	X
João Novo	Miradouro ou Araponga	Zona da Mata	1986	Privado	X	X
Joaquim José Xavier	Rio do Prado	Jequitinhonha e Mucuri	10/11/1986	Privado	X	X
Joaquim Rodrigues Pereira	Piumhi	Sul de Minas	07/03/1966	Privado		X

Nome da vítima	Município de Minas Gerais	Região	Data da morte ou do desaparecimento	Agentes envolvidos (Público, Privado, Misto)	Casos que constam em relatórios de comissões da verdade*	Recomenda-se outras pesquisas e apurações
Joaquim Soares da Silva	Coração de Jesus	Norte	04/01/1988	Privado	X	X
Joaquim Teixeira Jardim	Poté	Jequitinhonha e Mucuri	21/01/1984	Não Identificado		X
Jorge Passos	Frei Gaspar	Jequitinhonha e Mucuri	16/04/1986	Privado	X	X
Jorge Rodrigues Caldeira	Virgem da Lapa	Jequitinhonha e Mucuri	22/12/1984	Privado	X	X
José Amâncio Rocha	Santa Maria do Suaçuí	Rio Doce	24/09/1984	Privado	X	X
José Celestino de Souza	Rubelita	Norte	19/07/1984	Privado	X	X
José Dias de Matos	Itaobim	Jequitinhonha e Mucuri	04/01/1988	Privado	X	X
José dos Reis Soares	Paracatu	Noroeste	15/10/1983	Privado		X
José Esteves Viana	Novo Cruzeiro	Jequitinhonha e Mucuri	02/10/1985	Privado	X	X
José Felix	Malacacheta	Jequitinhonha e Mucuri	23/03/1985	Privado	X	X
José Gomes da Silva	Capelinha	Jequitinhonha e Mucuri	01/02/1985	Privado	X	X
José Graciano da Silva	Fortuna de Minas	Central	1977	Privado		X
José Máximo da Fonseca	São José da Safira	Rio Doce	25/05/1968	Não Identificado	X	X
José Nunes Ferreira	Poté	Jequitinhonha e Mucuri	12/03/1985	Privado	X	X
José Vaz dos Santos	Piumhi	Sul de Minas	07/03/1966	Privado		X
Juarez Barbosa da Silva	Varzelândia	Norte	1964-1967	Público		X
Júlio Eustáquio de Oliveira	Sabinópolis	Rio Doce	28/07/1985	Privado	X	X
Júlio Rodrigues de Miranda	Bonfinópolis de Minas	Noroeste	06/10/1985	Privado	X	
Juraci José Alves	Iturama	Triângulo Mineiro	06/11/1984	Privado	X	
Luiz Antônio Faria	Conceição da Aparecida	Sul de Minas	06/12/1982	Privado		X
Luiz Fernando Reis	Senador Modestino Gonçalves	Central	28/04/1985	Privado	X	X
Luiz Jesus Campos	Conceição do Pará	Centro-Oeste	28/05/1986	Privado		

Nome da vítima	Município de Minas Gerais	Região	Data da morte ou do desaparecimento	Agentes envolvidos (Público, Privado, Misto)	Casos que constam em relatórios de comissões da verdade*	Recomenda-se outras pesquisas e apurações
Luizão	Monte Alegre de Minas	Triângulo Mineiro	Maio/1976	Privado	X	X
Manoel Albino	Jacutinga	Sul de Minas	Junho/1986	Privado		X
Manoel Versiane dos Santos	Jequitaí	Norte	01/11/1986	Público		X
Marcionílio	Varzelândia	Norte	1967	Privado	X	X
Maria Bernardina	Miradouro	Zona da Mata	1977	Privado		X
Maria da Cruz Vieira	São Domingos do Prata	Central	02/02/1986	Privado	X	X
Maria Rita de Fátima dos Santos	Virgínia	Sul de Minas	28/12/1985	Privado	X	
Maria Rosa Passos	Frei Gaspar	Jequitinhonha e Mucuri	16/04/1986	Privado	X	X
Martinho Fagundes de Lisboa	Varzelândia	Norte	1975	Privado		X
Martino Afonso	Varzelândia	Norte	1970	Público	X	X
Melchiades de Souza	Tombos	Zona da Mata	22/08/1988	Privado		X
Minalvo Pereira da Silva	Porteirinha	Norte	09/05/1985	Misto	X	X
Moacir da Silva	São Francisco	Norte	04/04/1985	Privado	X	X
NOME DESCONHECIDO	Santa Luzia	Central	1988	Privado	X	X
NOME DESCONHECIDO	Manga	Norte	Junho/1981	Privado	X	X
NOME DESCONHECIDO	Água Boa	Rio Doce	26/03/1985	Privado	X	X
NOME DESCONHECIDO	Miradouro ou Araponga	Zona da Mata	1986	Privado	X	X
NOME DESCONHECIDO	Virgem da Lapa	Jequitinhonha e Mucuri	Fevereiro/ 1986	Público	X	X
Nelson de Paula Neto	Monte Azul	Norte	31/05/1976	Privado		X
Nelson Fernandes Espínola	São Francisco do Glória	Zona da Mata	15/07/1985	Privado		X
Nilo Gomes Teles	Varzelândia	Norte	Entre 1964 e 1967	Público		X
Orlando Silva	Porteirinha	Norte	23/01/1987	Privado	X	X
Oscar Varejeano Badaró	Cipotânea	Zona da Mata	15/08/1985	Privado	X	X

Nome da vítima	Município de Minas Gerais	Região	Data da morte ou do desaparecimento	Agentes envolvidos (Público, Privado, Misto)	Casos que constam em relatórios de comissões da verdade*	Recomenda-se outras pesquisas e apurações
Osvaldo Fernandes de Oliveira	Várzea da Palma	Norte	23/05/1986	Privado	X	X
Otávio Ferreira Gonzaga	Bonfinópolis de Minas	Noroeste	– 07/01/1985	Privado		X
Otávio Soares Ferreira da Cunha	Governador Valadares	Rio Doce	04/04/1964	Público	X	
Patrocínio Caldeira	Montes Claros	Norte	1979	Privado	X	X
Paulici Pereira da Mata	Sabinópolis	Rio Doce	28/01/1986	Privado	X	X
Paulista	Unaí	Noroeste	1983	Privado	X	X
Pedro Antônio de Oliveira	Salinas	Norte	03/01/1986	Privado	X	X
Pedro Pereira Passos	Três Marias	Central	07/10/1972	Público		X
Praxedes Ferreira da Silva	São Francisco	Norte	28/10/1978	Privado	X	
Raimundo de Deus Vieira	João Pinheiro	Noroeste	19/02/1985	Público	X	X
Rubens Gabriel dos Santos	Iturama	Triângulo Mineiro	03/01/1987	Privado		X
Salvador Mota Viana	Peçanha	Rio Doce	15/06/1986	Não Identificado		X
Sávio Gonçalves da Silva	Santa Maria do Suaçuí	Rio Doce	25/09/1984	Privado	X	X
Sebastião Ferreira Leite	Santa Luzia	Central	15/06/1986	Público		X
Sebastião Gomes Pereira	Malacacheta	Jequitinhonha e Mucuri	01/04/1985	Privado	X	X
Sebastião Pederneira Santos	Porteirinha	Norte	Junho/1986	Privado		X
Sebastião R. dos Santos	Antônio Dias	Rio Doce	Setembro/ 1987	Público		X
Ursino Oliveira Lima	Varzelândia	Norte	1964-1969	Privado		X
Valdivino Gonçalves de Oliveira	Bocaiúva	Norte	1972	Privado	X	X
Walter Gonçalves de Carvalho	Paracatu	Noroeste	25/01/1986	Privado	X	X
Wantuil Dias Paes	Miradouro	Zona da Mata	Entre 20 e 24/03/1986	Misto	X	X



Este livro faz parte de um conjunto de cinco volumes, impressos na Gráfica Formato, compostos com as tipologias Lyon [desenhada por Kai Bernau] e Univers [desenhada por Adrian Frutiger]. Impressos em papel Chambril Avena 90g/m² com a capa revestida em couchê fosco 150g/m² para a Comissão da Verdade em Minas Gerais. Belo Horizonte. Primavera de 2017.

3

1964
1988

COMISSÃO DA VERDADE EM MINAS GERAIS

RELATÓRIO FINAL

Belo Horizonte - 2017

VOLUME | 3

1964
1988

COMISSÃO DA VERDADE EM MINAS GERAIS

RELATÓRIO FINAL

Belo Horizonte - 2017

Fernando Damata Pimentel
Governador

Antônio Andrade
Vice-Governador

Nilmário Miranda
Secretário de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – SEDPAC

Comissão da Verdade em Minas Gerais - Covemg
Carlos Antonio Melgaço Valadares
Emely Vieira Salazar
Jurandir Persichini Cunha
Maria Celina Pinto Albano
Maria Céres Pimenta Spínola Castro
Paulo Afonso Moreira
Robson Sávio Reis Souza

Coordenação Gráfica e Produção
Frente Verso Encadernações e Editora

Projeto Gráfico
Lúcia Nemer e Martuse Fornaciari

Diagramação
Fábio de Assis [NFDesign]

Fotografia
Celso Travassos

Revisão
Elizete Munhoz Ribeiro

© 2017 – Comissão da Verdade em Minas Gerais (Covemg) Todos os direitos reservados. Autoriza-se a reprodução parcial ou total desta obra, desde que se respeite a fidelidade ao texto original, seja citada a fonte conforme as normas vigentes e não seja para venda ou qualquer fim comercial.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M663c

Minas Gerais. Governo do Estado.

Comissão da Verdade em Minas Gerais [recurso eletrônico]: Relatório / Governo do Estado. - Belo Horizonte: COVEMG, 2017.
276 p. 20 x 27cm - (Relatório da Comissão da Verdade em Minas Gerais; v. 3).

ISBN 978-85-66644-19-7 (Coleção digital)
ISBN 978-85-66644-22-7 (v. 3 digital)

1. Ditadura militar - Minas Gerais. 2. Violação de direitos humanos. 3. Comissão da verdade. 4. Relatório final. Título.

CDD: 323.81044

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Ana Cláudia Ribeiro CRB 6/2868.

2017

COMISSÃO DA VERDADE EM MINAS GERAIS

RELATÓRIO FINAL

Carlos Antonio Melgaço Valadares

Emely Vieira Salazar

Jurandir Persichini Cunha

Maria Celina Pinto Albano

Maria Céres Pimenta Spínola Castro

Paulo Afonso Moreira

Robson Sávio Reis Souza

2017

EXPEDIENTE

Equipe Executiva

COORDENADORA
Helena Maria Penna Amorim Pereira

SECRETÁRIA EXECUTIVA
Simone Rabelo Goyas Jardim

ASSESSORES
Angélica Vilela Santos
Camila Americano Lanhoso
Celso Gomes Travassos
José Alexandre Salles
Luciana Paula dos Santos Ferreira
Maria Aparecida Rodrigues de Miranda
Ronald Rocha
Thelma Yanagisawa Shimomura
Vanuza Nunes Pereira

BOLSISTAS DE PÓS-GRADUAÇÃO
Camilla Cristina Silva, Clarissa Teixeira Fazito Rezende, Claudia Graça da Fonseca, Felipe Guimarães Assis Tirado, Fernanda Nalon Sanglard, Jaana Braz Rodrigues, Jailane Pereira da Silva, Janaina Campos de Freitas Breugelmans, Jose Antonio Marçal, Lorena Martoni de Freitas, Ludmila Lais Costa Lacerda, Marcelo de Freitas Assis Rocha, Marcus Vinicius Porcaro Nunes Schubert, Mariane dos Reis Cruz, Marina Mesquita Camisasca, Pedro Berutti Marques, Thiago Lenine Tito Tolentino, Tiago de Souza Lima Gomes, Vanda Lucia Praxedes.

BOLSISTAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
Amanda Brissa Bonilla Arruda, Ana Luiza Otoni Borges, Ana Sofia Vilanova Monken, Anna Luiza Werkema Ferreira Freitas, Carlos Lucio Romano Neto, Christian Victor de Oliveira Coelho, Claudemir Henrique Silva, Fernanda Mara Gonçalves, Florencia Lorenzo, Henrique Sena Guimarães Lopes, Igor Britto Lica, Igor da Silva Nunes, Ivangilda Bispo dos Santos, Jade Noronha de Oliveira, João Pedro Galvão, Josias de Matos Ferreira, Julia Somberg Alves, Larissa Fernandes Ribeiro de Assis, Laura Luiza Costa, Leonardo Bittencourt Silva, Loren Lopes Santos, Luis Gonzaga Martins Mota de Oliveira, Luiza Leone Prazeres Araújo, Marco Paulo Barbabela Penna Amorim, Marina Ribeiro Reis, Pauline Louise Araújo Silva, Paulo Vitor Cordeiro Repoles, Pétalah Augusto Lotti, Raissa Lott Caldeira da Cunha, Raquel Khouri dos Santos, Raquel Marques Soares, Thatyanna Paula Barbosa Mota, Vanilda Peres dos Santos, Victoria Rezende Fagundes de Albuquerque, Vitor Tadeu de Sena Pires Cunha.

ESTAGIÁRIA
Caroline Cunha Rodrigues

PESQUISADORES VOLUNTÁRIOS
Amanda Queiroz Magalhães, Ana Clara Abrantes Simões, Ana Cláudia Ribeiro, Ana Lívia Gomes Vieira, Ana Luise Santana de Souza, Ana Luiza Melo Maciel, Andréia de Jesus Silva, Arnaldo José Zangelmi, Augusto Rodrigues Borges, Beatriz Parreiral Xavier, Bruno Camilloto, Bruno Guarienta Barbosa Braga, Camila Gonçalves Zedes, Carlos Magno Machado, Carolina Dellamore Batista Scarpelli, Christiane Jalles de Paula Edna Martins Borges, Emily Jaine Nunes Guimarães, Érico Ubaldino Diniz, Everson de Alcântara Tardeli, Francine Lelina Rosa de França, Gabriele Ferreira dos Santos, Gisele Lucowicz Costa, Giuliana Alves Ferreira de Rezende, Gustavo Rocha Vital Gonçalves, Isabela de Andrade Pena M. Corby, Isabela Cristina Carreiro Cavalcante, Jéssica Holl, João Paulo Medeiros Araújo, Juliana Carvalho, Juliana Ventura de Souza Fernandes, Júnia Versiani Mourão, Letícia Maria Antunes do Carmo, Lilian Andrade, Luísa Santos Paulo, Luiza Drummond Veado, Marcelo Corrêa Giacomini, Marco Antônio Silveira, Marco Túlio Antunes Gomes , Maria Clara Barros Mota, Maria Lisboa de Oliveira, Mariana Rezende Oliveira, Marina Almeida, Marina Araújo, Marta Maia, Mateus Pereira, Matheus Cazeca Oliveira Ferreira, Monique Alvares Assis, Myriam Costa de Oliveira, Natália Lisbôa, Nayara Maria Gonçalves Pedrosa, Núbia Medeiros Caetano da Silva, Oraldo Paiva, Paulo Vitor Cordeiro Repolês, Rafael Drummond, Raquel Cristina Possolo Gonçalves, Renata Diniz de Souza, Renato Santos Gonçalves, Robert Salles Roque, Rodrigo Rievers de Almeida, Sebastião Soares da Silva, Sophia Pires Bastos, Tayara Talita Lemos, Vanessa Padrão de Vasconcelos Paiva, Vânia Márcia Paiva Pacheco.

Consultores

Equipe de Justiça de Transição

COORDENAÇÃO
Emílio Peluso Neder Meyer

Equipe de Redação
Amanda Brissa Bonilla Arruda, Felipe Guimarães Assis Tirado, Jéssica Holl, Vitor Tadeu de Sena Pires Cunha.

Equipe da Ciência da Informação

COORDENADORA
Maria Guiomar da Cunha Frota

Equipe
Ana Cláudia Ribeiro, Anna Luiza Werkema, Pétalah Augusto Lotti.

COMISSÃO DE REDAÇÃO
Helena Maria Penna Amorim Pereira
Maria Celina Pinto Albano
Maria Céres Pimenta Spínola Castro
Robson Sávio Reis Souza
Ronald Rocha
Vanda Lúcia Praxedes

LISTA DE SIGLAS

APCBH	Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte
AAB	Aliança Anticomunista Brasileira
ACESITA	Companhia Aços Especiais Itabira
ACP	Ação Civil Pública
ADPF	Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental
AESI	Assessoria Especial de Segurança e Informação
AI-1	Ato Institucional Número 1
AI-5	Ato Institucional Número 5
AJMB	Ajudância Minas-Bahia da
ALMG	Assembleia Legislativa de Minas Gerais
ALN	Ação Libertadora Nacional
AN	Arquivo Nacional
AP	Ação Popular
APM	Arquivo Público Mineiro
APML	Ação Popular Marxista-Lenista
APMLDOB	Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ART	Assembleia de Representantes de Turmas
ASI	Assessoria de Segurança e Informações
ASPLAN	Assessoria de Planejamento, Estratégia e Modernização da Gestão
ATAMG	Associação de Trabalhadores Agrícolas de Minas Gerais
BDMG	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CA	Centro Acadêmico
CAAP	Centro Acadêmico Afonso Pena
CAEM	Centro Acadêmico da Escola de Minas de Ouro Preto
CAIS	Complexos Agroindustriais
CEB	Confederação Evangélica do Brasil
CEBS	Comunidades Eclesiais de Base
CEDEFES	Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva
CEDOC/CPT	Centro de Documentação D. Tomáz Balduino
CEFET-MG	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
CEIVT	Comissão Especial de Indenização às Vítimas de Tortura
CEMDP	Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos
CEMIG	Centrais Elétricas de Minas Gerais
CENIMAR	Centro de Informações da Marinha
CET	Comando Estadual dos Trabalhadores do Estado de Minas Gerais
CETI	Centro Estudantil Técnico Industrial
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CIDH	Corte Interamericana de Direitos Humanos
CIE	Centro de Informações do Exército
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CMDP	Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos
CMI	Conselho Mundial de Igrejas

CMV-JF	Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora
CNA	Confederação Nacional de Agricultores
CNTI	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CODI	Centro de Operações de Defesa Interna
COLINA	Comando de Libertação Nacional
CONEDH	Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos
CONSIR	Comissão Nacional de Sindicalização Rural
CONTAG	Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura
CORRENTE	Corrente Revolucionária de Minas Gerais
COSEG	Coordenadoria Geral de Segurança
COVEMG	Comissão da Verdade em Minas Gerais
CPC	Centro Popular de Cultura
CPOR	Centro de Preparação de Oficiais da Reserva
CPOR	Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Belo Horizonte
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRFB/88	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CTA	Centro de Tecnologias Alternativas
DA	Diretório Acadêmico
DCE	Diretório Central de Estudantes
DEE	Diretório Estadual de Estudantes
DNE	Diretório Nacional de Estudantes
DAEM	Diretório Acadêmico da Escola de Minas de Ouro Preto
DEOP	Delegacia Especializada de Ordem Pública
DEOPS/SP	Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo
DEP	Departamento de Estudos e Pesquisas
DIPOA	Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal
DNOS	Departamento Nacional de Obras e Saneamento
DNPA	Departamento de Produção Animal
DOI-CODI	Destacamento de Operações de Informação Centro de Operações de Defesa Interna
DOP	Delegacia de Ordem Pública
DOPS	Departamento de Ordem e Política Social
DPF/BH	Departamento de Polícia Federal em Belo Horizonte
DR	Delegacia Regional
DSI	Divisões de Segurança e Informação
DSI/MEC	Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação e Cultura
DVS	Delegacia Vigilância Social
DVS	Divisão de Vigilância Social
EC	Estatuto da Criança e do Adolescente
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPAMIG	Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
EPOMG	Escola Popular Orocílio Martins Gonçalves
EQUIP	Escola de Formação Quilombos dos Palmares
ESAV	Escola Superior de Agricultura e Veterinária

ETFMG	Escola Técnica Federal de Minas Gerais
FACE-UFMG	Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais
FAFEOD	Faculdade Federal de Odontologia de Diamantina
FAFICH	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais
FAFI-UMG	Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais
FEB	Força Expedicionária Brasileira
FEEPDH	Fundo Estadual de Promoção dos Direitos Humanos
FETAEMG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais
FMTM	Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro
FOGUERA	Forças Guerrilheiras do Araguaia
FUMA	Fundação Mineira de Arte
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNRURAL	Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
GARCAFÉ	Cooperativa dos Cafeicultores da Região de Garça
GREQUI	Grupo de Estudos da Questão Indígena de Minas Gerais
GRIN	Guarda Rural Indígena
IADESIL	Instituto Interamericano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre
IAPETEC	Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Empregados em Transportes e Cargas
IBAM	Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
ICB/UFMG	Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Minas Gerais
ID/44ª	Infantaria Divisionária
IEVE	Instituto da Violência do Estado
III ENE	Terceiro Encontro Nacional de Estudantes
IML	Instituto Médico Legal
INC	Instituto Nacional do Cinema
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPM	Inquérito Policial Militar
IPSEMG	Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais
IPUC	Instituto Politécnico da Universidade Católica
IR	Inspetoria Regional
ISA	Instituto Socioambiental
JAC	Juventude Agrária Católica
JB	Jornal do Brasil
JEC	Juventude Estudantil Católica
JIC	Juventude Independente Católica
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
JUGAS	Junta Geral de Ação Social
LGBT	Grupo de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
LSN	Lei de Segurança Nacional
MA	Ministério da Agricultura
MAIC	Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio

MCM	Meios de Comunicação de Massa
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
ME	Movimento Estudantil
MEB	Movimento de Educação de Base
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MEC/USAID	Ministério da Educação e Cultura/United States Agency for International Development
MEI	Movimento Ecumênico Internacional
METASITA	Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos da Acesita
MINTER	Ministério do Interior
MIRAD	Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário
MOBON	Movimento da Boa Nova
MPF-MG	Ministério Público Federal em Minas Gerais
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem-terra
NUDOC-CPT-FUNAI	Núcleo de Documentação da Diretoria de Proteção da FUNAI
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PADAP	Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba
PADVALE	Programa de Assentamento Dirigido do Vale do Jequitinhonha
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCDOB	Partido Comunista do Brasil
PCI	Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados
PDR	Partido Democrata Republicano
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos
PI	Posto Indígena
PIGM	Posto Indígena Guido Marlière
PIMO	Posto Indígena Mariano de Oliveira
PIS	Postos Indígenas
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMMG	Polícia Militar de Minas Gerais
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
POC	Partido Operário Comunista
POLONORDESTE	Programa de Desenvolvimento das Áreas Integradas do Nordeste
POLOP	Organização Revolucionária Marxista Política Operária
PPG CPDA/UFRRJ	Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
PRODEMATA	Programa de Desenvolvimento Integrado da Zona da Mata
PRORURAL	Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste
PROVALE	Programa Especial para o Vale do São Francisco
PROVÁRZEA	Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea
PSD	Partido Social Democrático
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro

PUC MINAS	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
PUC SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RAN	Resistência Armada Nacional
RURALMINAS	Fundação Rural Mineira Colonização e Desenvolvimento Agrário
SCDP	Serviço de Censura às Diversões Públicas
SEDESE	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais
SEDOC-FUNAI	Serviço de Gestão Documental da FUNAI
SEP	Seção de Estudos e Planejamento
SNI	Serviço Nacional de Informações
SPI	Serviço de Proteção ao Índio
SPILN	Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais
SSNE	Seção de Segurança Nacional do Ministério da Educação e Saúde
STF	Supremo Tribunal Federal
STM	Superior Tribunal Militar
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUPRA	Superintendência de Política Agrária
TJMMG	Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais
TRF	Tribunal Regional Federal
UCMG	Universidade Católica de Minas Gerais
UDPR	União Democrática dos Produtores Rurais
UDR	União Democrática Ruralista
UEE	União Estadual dos Estudantes
UEEMG	União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFRN	Universidade Federal do Rio de Grande do Norte
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFV	Universidade Federal de Viçosa
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UMG	Universidade de Minas Gerais
UNA	União de Negócios e Administração Ltda
UNB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNEM	União Nacional dos Estudantes de Medicina
UNIMONTES	Universidade Estadual de Montes Claros
UREMG	Universidade Rural do Estado de Minas Gerais
URSO	União das Repúblicas Socialistas Ouro-pretanas
USP	Universidade de São Paulo
UTE-MG	União dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais
VAR PALMARES	Vanguarda Armada Revolucionária Palmares
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

VOLUME 3

6. A REPRESSÃO AO MUNDO DO TRABALHO E AO MOVIMENTO SINDICAL URBANO EM MINAS GERAIS, DE 1946 A 1988 13

6.1 Introdução 14

6.2 A saga dos mineiros na mina de Morro Velho contra a exploração, a opressão e o terror 17

6.3 O massacre de Ipatinga 107

6.4 A guerra suja do regime ditatorial militar contra os trabalhadores urbanos em Minas Gerais 196

6.5 Entidades sindicais atingidas pela repressão 236

6.6 Violações aos direitos dos trabalhadores 239

6.7 Conclusões e responsáveis 254



6

A REPRESSÃO AO MUNDO DO TRABALHO E AO MOVIMENTO SINDICAL URBANO EM MINAS GERAIS, DE 1946 A 1988

Coordenador: Jurandir Persichini
Redação: José Antônio Marçal
Marcelo Freitas
Ronald Rocha
Colaboradores: Andreia Silva
Bernardo Carvalho
Bruno Braga
Carlos Machado
Carolina Scarpelli
Everson Tardeli
Flávia dos Santos
Isabela Corby
Josias Ferreira
Júnia Mourão
Luiz Gonzaga de Oliveira
Marina Araújo
Myriam Costa
Oraldo Paiva
Sebastião da Silva
Robert Sales

6.1 Introdução

Este Capítulo do Relatório elaborado pela Comissão da Verdade em Minas Gerais (Covemg) pretendeu apurar, arrolar e descrever as violações aos direitos fundamentais dos trabalhadores urbanos em Minas Gerais, assim como apresentar suas conclusões e recomendações. Compõe-se de três partes, selecionadas a partir de um critério histórico-cronológico:

Parte 1 – A saga dos mineiros na mina de Morro Velho contra a exploração, a opressão e o terror;

Parte 2 – O Massacre de Ipatinga;

Parte 3 – A guerra suja do regime ditatorial militar contra os trabalhadores urbanos em Minas Gerais.

A primeira parte é dedicada aos operários da mineração, ao movimento sindical, às correntes políticas e às pessoas da região onde, hoje, se localizam Nova Lima, Raposos e Rio Acima, municípios integrantes da Região Metropolitana de Belo Horizonte. O levantamento, portanto, abarca o conjunto formado pela Mina Morro Velho e as suas galerias, perfuradas e mantidas para extração aurífera, e, mais amplamente, pela região onde trabalhavam ou moravam os seus operários, com o entorno de aglomerados urbanos e rurais. Além de abordar os fatos ocorridos entre 1946 e 1964, buscará inseri-los e compreendê-los nas circunstâncias histórico-sociais do País, de Minas Gerais e dos municípios afetados.

A pesquisa utilizou os arquivos do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Ouro e Metais Preciosos de Nova Lima e Região (SDM), do Centro de Memórias de Nova Lima e da Câmara Municipal de Nova Lima, materiais do Arquivo Público Mineiro, processos judiciais, notas taquigráficas da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG), livros, teses acadêmicas, ensaios, artigos, revistas, jornais e páginas eletrônicas, além de depoimentos, entrevistas e relatos das seguintes testemunhas diretas ou indiretas: Alcebíades Campbell, Aluísio Vieira, Anélio Marques Guimarães, Armando Ziller, Clodesmidt Riani, Dimas Perrin, Iguatemy Corrêa, João Paz Rocha, José Carlos Alexandre, José Gomes Pimenta (Dazinho), Magda Campbell, Orlando Corrêa de Sá Bandeira, Sinval Bambirra e Tarcísio Delgado.

A segunda parte deste Documento apura o evento repressivo acontecido em outubro de 1963, composto pela série de conflitos irrompidos entre as 22 horas

do dia 6 e o final da manhã do dia 7, envolvendo os trabalhadores da Usiminas, os vigilantes da empresa, os soldados da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) e populares. Tais acontecimentos ficaram conhecidos no País como o "massacre de Ipatinga". O objetivo foi reconstituir a sequência de fatos que os constituiu e acompanhar a trajetória de seus desdobramentos até os dias atuais.

Para tanto, consultaram-se a bibliografia já publicada sobre o assunto e os jornais da época, além de documentos oficiais sobre o tema, produzidos pela Usiminas, pela ALMG e pelo Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais (TJM). O conjunto de informações classificadas possibilitou a revisão sobre o tamanho do conflito a partir de algo ainda obscuro: o número de feridos. Para a checagem os dados e a localização de novas fontes, a Covemg contou, em Ipatinga, com o apoio da vereadora Lene Teixeira e do ex-deputado Ivo José.

A última parte deste Capítulo pretendeu arrolar e descrever os casos de violações aos direitos fundamentais dos trabalhadores urbanos e apurar as repressões sofridas pelas suas organizações sindicais durante o regime ditatorial militar, no Estado de Minas Gerais. O período compreendido pela apuração dos fatos vai do golpe de 1964 até 1988, quando só então foi promulgada a Constituição que marcou a implantação do regime democrático, ainda que limitado e restritivo.

Os casos de repressão arrolados foram levantados nas seguintes fontes: arquivos dos órgãos estatais, inclusive do aparelho repressivo, abrigados no Arquivo Público Mineiro (APM); depoimentos de trabalhadores e dirigentes sindicais à época; bibliografias produzidas a partir de pesquisas em matérias de jornais, artigos, teses, dissertações, livros, *sites* e arquivos sindicais. A Covemg realizou oitivas com Agnaldo Quintela, Ênio Seabra, Luiz Marcos Magalhães, Clodesmidt Riani, Carlos Vitor Alves Delamônica, Antônio Carlos de Ramos Pereira (Carlão), Antônio de Faria Lopes, João Paulo Pires Vasconcelos e Oraldo Paiva. Foram também estudadas entrevistas e depoimentos, alguns com as mesmas pessoas ouvidas pela Covemg: Antônio de Faria Lopes, Clodesmith Riani, Sinval Bambirra, Ênio Seabra e Fernando Cabral, além de Francisco e Zildo, operários e sindicalistas da construção civil.

Os estudos sobre a repressão ao mundo do trabalho e ao movimento sindical urbanos em Minas Gerais, de 1946 a 1988 consideraram a conclusão, já apresentada pela Comissão Nacional da Verdade e pela Comissão da Verdade do

Estado de São Paulo, de que a coerção político-ideológica atingiu, sistematicamente, os trabalhadores brasileiros durante o regime militar.[1] Assim, a Covemg da proposição de que em Minas Gerais não poderia ser diferente, premissa amparada nos fatos. Do início ao fim, encontra-se perpassado pela ideia de que as violações aos direitos fundamentais no passado ultrapassaram os períodos e conjunturas em que aconteceram. Como processos sociopolíticos, eles são compreendidos em uma perspectiva mais ampla, pois deixaram legados e sequelas que se perpetuaram em um tempo histórico além de sua manifestação empírico-fática, inclusive sobrevivendo nas instituições estatais, na cultura política e na memória coletiva.

Os relatos e apurações evidenciam que um grande número de trabalhadores sofreu danos e prejuízos irreparáveis nos planos profissionais, sociais e familiares, do ponto vista individual e coletivo. Assim, o legado da repressão resultou na difusão e consolidação de uma cultura do medo e de uma forma de hegemonia em que, não raro, prevalece a coerção sobre o consenso. Sem dúvida, as arbitrariedades perpetradas contra o movimento operário e sindical durante o regime militar pretenderam eliminar ou retardar a sua organização e o desenvolvimento de sua consciência.

Visto à luz da experiência democrática mais recente, inaugurada pela Constituição de 1988, a violação aos direitos fundamentais abrange formas ainda não completamente reconhecidas e consagradas no senso comum e até na sociedade política. Os crimes detectados pela Covemg incluem desde intervenções aos Sindicatos, passando por vigilâncias aos trabalhadores – individualmente ou a suas organizações –, controles, constrangimentos, perseguições, ameaças e demissões, até repressões mais evidentes e pesquisadas, como prisões, torturas, condenações, desaparecimentos e assassinatos.

A Covemg assume, pois, a perspectiva de que as diversas espécies de violações a direitos – das abertas e brutais as mais sutis e difusas – tiveram funções complementares na opressão e controle ao mundo do trabalho e aos seus movimentos coletivos, como as organizações sindicais e as greves. Com frequência, as formas mais veladas constituíram o "contexto e a preparação" para as ocorrências mais graves de abuso e arbitrariedade,[2] que acabaram assumindo, no seu ápice, o método caracterizado como terrorismo de Estado. Os tipos difusos de coerção também produziram, além de prejuízos materiais e sociais, danos à saúde física e emocional dos trabalhadores atingidos, derramando-se para os seus familiares, amigos e companheiros de trabalho.

6.2 A saga dos mineiros na mina de Morro Velho contra a exploração, a opressão e o terror

Origem da Companhia Morro Velho e do movimento sindical na região de Nova Lima, Raposos e Rio Acima

As minas da Cia. Morro Velho se localizam na Região Central do Estado, mais precisamente na bacia do Rio das Velhas, à montante, próximo a Belo Horizonte. O município de Nova Lima, emancipado em 1891, tinha 87.391 habitantes em 2013, considerando-se os dados projetados pelo IBGE. Raposos, desmembrado de seu território em 27/12/1948, possuía 15.345 habitantes em 2010. Rio Acima, contíguo a ambos, também separado na mesma data, possuía 10.026 habitantes em 2016. Nesses três municípios se localizava a mina de Morro Velho e/ou residiam as famílias de operários empregados na mineração.

As primeiras escavações sistemáticas de ouro nas imediações das localidades conhecidas como Campos de Congonhas das Minas de Ouro, como o antigo Arraial dos Raposos e como Santo Antônio do Rio Acima, constituem uma fase da expansão mineradora pelo centro mineiro afora, em cujo epicentro Vila Rica se colocara desde 1699. A extração em maior escala começou no início do século XVIII, nas terras do Padre Antônio Freitas, onde as jazidas ficaram conhecidas como as Minas de Morro Velho. Em 1814 já trabalhavam na empreitada 122 escravos e 24 homens livres.[3] Sobre tal atividade inicial, que prosseguiu por dois séculos, encontram-se menções em Saint Hilaire, Richard Burton e Caldeleugh.[4]

Durante os anos 1830, na região se implantaram várias companhias estrangeiras, ao lado de antigas minerações brasileiras. Em 1834, algumas foram vendidas, diretamente ou por intermediários, a *St. John d'El Rey Mining Company Limited*, que já operava há quatro anos na cidade homônima de São João Del Rei.[5] Às vésperas da abolição de 1888, a Cia. Morro Velho reunia, entre os 2.500 trabalhadores, nada menos do que 1.690 escravos.[6] Portanto, era uma empresa escravocrata, embora na formalidade adotasse o padrão de sociedade por ações.

Assim, o capital variável da Companhia – imobilizado em força de trabalho livre – era superado pelo patrimônio consubstanciado em propriedade humana, evidenciando que a burguesia inglesa, concomitantemente às suas proclamações e

poses abolicionistas em face do tráfico negreiro, mimetizou-se no nível local nas relações de produção precedentes e até as desenvolveu enquanto a lei continuava a permiti-lo. Ao mesmo tempo, o imposto se reduzia a zero, as novas forças produtivas permaneciam dispensáveis e os lucros se mostravam generosos.

Roberto Costa, em texto escrito "na cadeia"[7] desmascarou tal hipocrisia. Enquanto a potência do norte europeu pretextava moral abolicionista, ao sul a empresa sustentava a incompetência da justiça brasileira para julgar a manutenção de pessoas na condição de escravos, quando, legalmente, já deveriam ter sido libertados:

> [...] a *Brazilian Mining Co.*, cessando suas atividades em Catta Branca (Minas Gerais), vendeu à Cia. Morro Velho, entre 'móveis e semoventes', 385 escravos, com a condição expressa de que seriam libertados após 14 anos, ou seja, em 1859. [...] passaram-se os 14 anos e mais ... 20 anos e a Cia. Morro Velho continuava a explorar os escravos remanescentes, (165, pois haviam morrido 220) quando constituíram advogado o bacharel Jacintho Dias da Silva, que encaminhou a causa ao MM. Juiz da Comarca de Sabará – Dr. Frederico Augusto Álvares da Silva, que deu ganho de causa aos escravos, condenando a empresa a pagar a importância de RS. 550$ por cabeça, a título de salário e indenização pelos 20 anos de trabalho ... roubados aos escravos.[8] [grifo do autor]

Continua Roberto Costa:

> Recorreu a Cia. Morro Velho ao Tribunal de Relação em Ouro Preto e...ao seu ouro arrancado pelos escravos ludibriados pela empresa, conseguindo a revogação da sentença, do que recorreram os escravos para o Supremo Tribunal que – em 15/10/1881 reconheceu seus direitos, por decisão que empolgou a nação ... menos, é claro a Cia. Morro Velho.[9]

Os diretores da Companhia avocaram a incompetência da justiça brasileira para dirimir questões entre ingleses, como argumento de que o contrato fora produto de transações entre "*gentlemans* britânicos", mas tiveram que desistir da pretensão diante da gritaria geral provocada por "tamanho insulto à nossa justiça e soberania".[10] Tal passado escravocrata ficou vivo na memória operária, que Wilson Carneiro Vidigal deixou grafada no hino do Sindicato: "Salve a liberdade dos escravos, / Grilhões a rolarem pelo chão, / Liberdade para outros bravos, / Quebrando agora outras formas de opressão."[11]

Indiferente à Lei Imperial n.º 3.270, de 1885 – mais conhecida como Saraiva-Cotegipe –, que regulava a extinção gradual do "elemento servil" em meio a disputas políticas acirradas em âmbito nacional sobre a escravatura, narradas por José Flávio Motta,[12] a decisão da Companhia Morro Velho sobre a passagem a processos extrativos calcados em novas forças produtivas só iria efetivar-se após os terríveis desabamentos de 1886, em Congonhas, que sacudiram o subsolo com a potência de um terremoto, enterraram dezenas de trabalhadores a 570 metros de profundidade, interromperam a distribuição de dividendos, lançaram a empresa em situação crítica e geraram clamores generalizados, como revelou a pesquisadora.[13]

Apesar da boataria que anunciava uma retirada iminente do capital inglês, os proprietários resolveram manter as atividades mineradoras. A reabertura de 1888, após dois anos de indefinições na gestão interna e posterior à promulgação da Lei Áurea, já foi obra de um estabelecimento de características capitalistas, com trabalho exclusivamente proletário de brasileiros e imigrantes.[14] Alguns anos depois, quando as frações superiores da burguesia inglesa já concentravam e centralizavam os ativos, assim como readaptavam o seu Estado para o trânsito às práticas imperialistas,[15] começavam a constituir-se, na Mina Morro Velho, as condições socioeconômicas básicas para a emergência do movimento operário.



Figura 1 - Vista parcial da planta industrial da Companhia Morro Velho. Fonte: acervo família Victor Gomes

O aparecimento local do operariado tinha um retardo de um século em relação às primeiras organizações criadas pelo moderno mundo do trabalho na Europa, mas era contemporâneo

e compatível com o processo inicial de formação do capital nas grandes cidades brasileiras. O primeiro ensaio de greve foi articulado em 1900, provocado pela iminência de um corte salarial, concebido e anunciado a pretexto do alinhamento com alterações no câmbio e no preço do ouro. Para contextualizar-se o evento: sua realização aconteceu três anos após a inauguração de Belo Horizonte, então ainda nomeada como Cidade de Minas, e durante a presidência[16] de Francisco Silviano de Almeida Brandão em Minas Gerais, do Partido Republicano Mineiro (PRM).

Tal movimento pode ser arrolado entre as primeiras lutas operárias no Brasil, que Sebastião Soares localizou no início do século XIX e seu entorno.[17] Importa registrar que, apesar do art. 72, §8º, da Constituição de 1891, dispondo sobre a licitude universal de associação e de reunião "livremente e sem armas" e limitando a intervenção policial à manutenção da "ordem pública",[18] a tentativa paredista se deparou com a repressão desencadeada pela PMMG, deslocada da recente capital para Nova Lima, depois de mera solicitação patronal, efetuando várias prisões. Note-se que a empresa se relacionava com o aparato repressivo do Estado sem qualquer mediação institucional.

A estreia dos mineiros na luta de massas se deu simultaneamente ao surgimento de novos equipamentos e técnicas de extração e elaboração, mas no terreno em que os lucros ainda eram catapultados a partir dos privilégios oligárquicos, mantidos na Primeira República pela Companhia Morro Velho, inclusive a inexistência de um arcabouço jurídico trabalhista e de quaisquer encargos sociais,[19] isto é, quando a questão operária era vista como um simples "caso de polícia". Operava-se a extração de mais-valia absoluta, intensificada pela manipulação do labor, seja o estendendo, seja concentrando tarefas na unidade temporal, mediante a imposição de um ritmo acentuado.

A jornada de trabalho nas galerias da mina podia chegar a 16 horas. Segundo Orlando Corrêa de Sá Bandeira, "houve épocas ali em que se entrava para o trabalho às 4 horas e se saía às 19 ou 20 horas".[20] Nas três primeiras décadas dos anos 1900, a organização racional do trabalho, as adequações infraestruturais, a implantação da primeira ferrovia eletrificada no Brasil, o transporte por trilhos ao interior da mina, a insuflação de ar refrigerado em locais profundos, a perfuração de galerias até 2.450 metros e os processos químicos mais eficientes na preparação do minério, embora elevassem a produtividade, encontravam limites exógenos de aplicação, sobretudo com a eclosão da Primeira Guerra Mundial e suas repercussões econômicas.



Figura 2 - Boca da Mina Morro Velho, em Nova Lima. Fonte: acervo família Victor Gomes

Foi nesse período que se acentuou a disseminação de ideias progressistas entre os mineiros de Nova Lima. O Decreto nº 1.637, de 1907 – que teve inspiração cristã e fora expedido um ano após o Congresso Operário realizado no Rio de Janeiro –, concedia certa legalidade ao movimento sindical por referir-se ao direito de organização para todas as categorias laborais, embora visasse a uma utópica "harmonia [...] entre o capital e o trabalho".[21] Localmente, as condições penosas, os acidentes recorrentes, as moléstias funcionais – a exemplo da tuberculose e da silicose –, os desníveis salariais e a truculência patronal, dentro e fora da mina, acirravam a luta de classes, gerando uma situação de revolta latente e crônica.

As greves dos anos 1920, que uniram, pela primeira vez, os empregados da Companhia Morro Velho por cima das diferenças nacionais e corporativas,[22] inserem-se no processo de paralisação geral desencadeado a partir de 1917, que mobilizou multidões em São Paulo, Santos, Rio de Janeiro e Curitiba. Fazem parte, pois, da vertente social que pesou na implantação do Direito do Trabalho, inoculando na forma jurídica a dimensão de conquista e de brecha para demandas sindicais, mesmo que tolhida por óbices ideológicos e sérios limites institucionais. Evaristo de Moraes Filho registrou as mobilizações, lutas e transformações desse período, vinculando-as às primeiras leis sociais efetivadas.[23]

Ao fim e ao cabo, em meio a grandes agitações sociais, concluía-se, em seus aspectos cruciais, a longa e singular revolução democrático-burguesa no

Brasil. Sem um evento fundante, de caráter único e radical, seria mantido o monopólio da terra no campo, a dependência econômica diante dos centros mundiais do capitalismo, os traços autocráticos em nível do regime político e o conservadorismo cultural.[24] Assim, a afirmação histórica do capital assumiria um caráter passivo, conforme conceito de Gramsci. As tarefas institucionais de cunho antioligárquico, somente cumpridas, assim mesmo de modo parcial, no levante e nas reordenações institucionais de 1930, refletiram-se nos seus desdobramentos imediatos, em especial na supremacia contra as reações locais e nos avanços efetivados pela Assembleia Constituinte convocada logo após.

Nesse quadro, o proletariado nascente, além de expandir-se como classe, viu-se alçado ao centro das preocupações estatais, como alvo social necessário da reconstrução hegemônica e da disciplina legal. As formas embrionárias e espontâneas de organização associativa, emergentes no mundo do trabalho, passaram a ser acolhidas por meio de estatutos político-institucionais, inaugurando um novo terreno de disputa. A Constituição de 1934, ao dispor sobre normas específicas das relações trabalhistas – como o salário mínimo, a jornada de 8 horas, as férias, o repouso semanal e maior liberdade sindical –, reforçou o clima psicossocial favorável a outros direitos.

Apesar das ligações da Companhia Morro Velho com os governos municipal, estadual e central – lembrem-se os empréstimos ingleses para a construção da capital mineira e a dispensa do serviço militar para os jovens alistados na região de Nova Lima –, que lhe valiam isenções de impostos e negligência nas fiscalizações, alguns espaços se abriram para os movimentos organizados entre seus empregados, que já estavam constituindo-se como classe desde o final do século XIX. Já em 1931, o Decreto nº 19.770, do Governo Provisório, pretendia "organizar as profissões idênticas, similares ou conexas para defender os seus interesses" e permitia a criação de entidades gerais, como federações e confederações, incluindo uma Confederação Brasileira do Trabalho, segundo registrou José Carlos Arouca.[25]

Em 1932, quando a fase depressiva da 3ª onda longa do capitalismo chegara ao auge, o Decreto nº 22.132 estabelecia a sindicalização vinculada ao recém-criado Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), condicionando-lhe as prerrogativas pessoais de férias e reclamações judiciais, e o estado de Minas Gerais se concentrava no esforço para sustentar a guerra civil contra o levante oligárquico de São Paulo. No mesmo ano, o Partido Comunista do Brasil

(PCB), que já se implantara em Juiz de Fora, Itajubá e Belo Horizonte, chegou ao município de Nova Lima: o comerciante judeu León Lermann, que foi presidente da União Israelita de Minas, havia sido enviado à cidade para criá-lo.

De início, recrutou Anélio Marques Guimarães, que criou, com mais dois operários – Pedro Pinto Carneiro e Geraldo de Souza –, a primeira célula dentro da mina.[26] Assim que surgiu, esse núcleo assumiu, ao lado da construção orgânica, a tarefa de criar o Sindicato local.[27] Tal objetivo, encaminhado por meio de métodos cuidadosos e discretos, mas amplos, como registrou a pesquisadora Yonne Grossi, estava envolvido nas ambiguidades institucionais das entidades representativas em face do Estado – direito de existência, mas sem autonomia –, que em 1934 seriam constitucionalmente reordenadas em moldes mais liberais. A comemoração do 1º de maio, em 1935, foi um êxito.

De qualquer modo, as movimentações de massas iniciais e a meta de organizar a entidade representativa dos mineiros colocaram a organização comunista local, no nascedouro, sob a mira repressiva. A empresa jamais admitira estender aos trabalhadores brasileiros os mesmos direitos já desfrutados pelos ingleses assalariados e residentes em Nova Lima:

> [...] querendo assim demonstrar o maior desprezo pelo serviço pesadíssimo que recebe de milhares de operários, ainda não lhes permite, de forma alguma, sindicalizarem [...]. Ninguém que já serviu ou ainda serve em Morro Velho desconhecerá a pressão exercida pelos magnatas ingleses contra qualquer tentativa de agrupamento oficial de seus míseros assalariados. [...] Nova Lima, um dos maiores focos de trabalho operário por excelência [...] está constituindo um exemplo à parte dentro do movimento de reivindicações que tem agitado o País de Norte a Sul.[28]

A criação da União dos Mineiros da Morro Velho – o primeiro nome do Sindicato –, em 13/05/1935, efetivou-se em dia e mês simbólicos, alusivos à promulgação da Lei Áurea. Portanto, a data homenageava a abolição da escravatura. A presença de um representante da Inspetoria Regional do Trabalho, que se referiu ao Decreto nº 19.770, de 19/03/1931,[29] foi recebida na dupla condição de fiscal do Estado e cobertura legal em face das pressões locais. Naquele ano, a Companhia já tinha 1.312 operários no subsolo, sem contar os trabalhadores da superfície, que somavam mais que o dobro. Na assembleia-geral de Instalação, a iniciativa dos 17 mineiros que desafiaram a Companhia recebeu apoio de mais 30, conforme constou na primeira ata.[30]



Figura 3 - Quadro com as fotos dos 17 fundadores, hoje afixado na sede do SDM. Fonte: Sede do Sindicato dos Mineiros de Nova Lima e Região

Segundo Yonne Grossi, na segunda assembleia a fundação foi ratificada por 447 associados, que aprovaram o estatuto, elegeram a diretoria definitiva e fixaram uma pauta reivindicatória, destacando as condições de trabalho e a remuneração.[31] A empresa, amparada no pluralismo – admitido constitucionalmente, embora limitado pelo Decreto nº 24.694, de 1934 –,[32] respondeu com a organização de uma entidade paralela e divisionista, inaugurando uma disputa pela hegemonia contra o Sindicato e o movimento comunista local, ambos em fase de fortalecimento. Porém, o quadro político geral do País era marcado por grandes inquietações e mobilizações.

A situação seguia favorável. Em 1934, havia surgido no País a Aliança Nacional Libertadora, que se fortalecia com rapidez. Em Minas Gerais, um ano depois, reuniu-se o Congresso Pró-Unidade Sindical, sob a direção e o acompanhamento da Conferência Sindical Unitária do Brasil, que então já aglutinava 489 entidades representativas. Yonne Grossi sublinhou que, na esfera municipal, em 20/01/1936, a Companhia Morro Velho, preocupada com a mobilização operária, denunciou como "extremistas" os 13 diretores do Sindicato, e os dispensou alguns meses depois, alegando "prescrição do Ministério do Trabalho".[33]

Tal truculência ocorreu poucos meses após a empresa ceder na disputa em torno do seguro social e assistir à derrota de seus candidatos na eleição para cargos de um conselho previdenciário interno à empresa, o CAP, por 2.500 votos de diferença. Por certo, aproveitou a histeria anticomunista que acompanhara o fracasso do levante democrático e nacional-libertador em 1935 e preparara o golpe de 1937, no qual a provocação afinal conhecida como "Plano Cohen", elaborada

e realizada pelo conluio entre a cúpula militar do governo e os chefes integralistas, jogaria um papel destacado, conforme narrativa de Carlos Newton.[34]

A repercussão da realidade política nacional sobre os operários de Nova Lima foi intensa. Em ofício datado de 23/03/1936, ao ministro Agamenon de Magalhães, Filinto Müller, então chefe de polícia, relata uma sindicância que revela a lógica da movimentação repressiva dos órgãos do Estado e governamentais ao tratar das acusações "feitas contra um grupo de operários pela *St. John del Rey Mining Co. Ltd.* com sede em Nova Lima":[35]

> Os referidos operários, pertencentes ao Sindicato União dos Mineiros, são apontados como elementos ligados ao Partido Comunista e, como tal, incentivadores de desordens e agitação entre os seus companheiros. [...] Da consulta feita aos arquivos da Delegacia Especial de Segurança Pública e Social, e, bem assim, de uma investigação direta, mas reservada, em Nova Lima, resultou a coleta de fortes indícios contra os operários Gabriel Barbosa, Gilberto Branco, Abel Saturnino, José Pedro de Deus, João Crisóstomo e José Silvestre Barbosa, os quais, de maneira inequívoca, apoiaram e trabalharam em prol da Aliança Nacional Libertadora. [...] Os operários Maximino Egédio Ferreira, Pedro Muller Filho, José Nelson, Américo Rocha, Francisco Moreira, José Vaz de Melo, Geraldo Barbosa, Viriato Gomes de Barros, Altivo José Vilmieiro, Joaquim José de Souza, Antonio Vicente Rodrigues, Ovídio José de Souza e Pedro Souto secundaram os movimentos dos primeiros, acima indicados, emprestando-lhes todo o concurso possível ao desenvolvimento da campanha de agitação.

E assim conclui, reconhecendo o caráter ilegal da investigação em face das leis vigentes:

> Estando Nova Lima fora da jurisdição desta Repartição, não foi possível proceder a um inquérito regular, nele coligindo e documentando os fatos acima relatados. Apesar disto os referidos elementos serão mantidos em observação, no que diz respeito às suas ligações com os centros operários do Distrito Federal, a fim de positivar, ainda com mais segurança, o que já foi apurado pela sindicância aludida.

Contexto político de 1946 a 1950

Em ato típico de faxina político-ideológica, a empresa aproveitou para adicionar à lista dos 13 dirigentes do Sindicato mais alguns ativistas, atingindo, assim, todos os 17 fundadores da entidade representativa, que organizaram a primeira assembleia e cujos nomes estão entre os 18 atualmente afixados em quadro na

sede do SDM. Segundo José Carlos Alexandre e conforme confirmado em ata, são eles, por ordem alfabética: Abel Saturnino de Melo, Américo Teodoro da Rocha, Antônio Vicente Rodrigues, Artivo Vimieiro, Francisco Moreira, Geraldo Barbosa, Gilberto Branco, João Crisóstomo Gomes, Joaquim José de Souza, José Nelson, José Pedro de Deus, José Vaz de Mello, Máximo Egídio, Ovídio José da Silva, Pedro Müller, Pedro Souto, Vimieiro Silvestre Barbosa e Viriato de Barros.[36]

Yonne Grossi frisa que a Companhia declarou, pois, uma guerra aberta e sem quartel aos trabalhadores,[37] método afinal cristalizado como preferencial e permanente. Seu propósito era, valendo-se da reviravolta na conjuntura e da contraofensiva conservadora em curso no País, extirpar quaisquer situações favoráveis a contestações operárias, as incômodas frestas de liberdade sindical e, sobretudo, a geração de quadros dirigentes que então se formava. Após dois anos de batalha jurídica e política – interposição de recurso na Comarca de Sabará; mobilização do Delegado de Ordem Social e Política de Belo Horizonte para verificar os fatos *in loco*; ida de comissão ao MTIC; entrega de abaixo-assinado ao governador e ao presidente –, em que a Companhia nem sequer precisou apresentar alguma prova de sua denúncia, os dirigentes do combativo "Sindicato de Baixo" continuaram afastados, embora conseguindo arrancar das autoridades uma indenização legal.[38]

No entanto, a espinha dorsal do Partido permaneceu intacta, pois apenas um de seus membros estava entre os 17 demitidos. Em 1937, após a eleição da nova diretoria sindical e à custa de penosas mediações, a intervenção cessou e a entidade retomou seu funcionamento legal. Iniciou-se, porém, um período difícil e complexo, em que nem mesmo havia direito de greve. Mesmo assim, tendo de fazer manobras e concessões, continuou o Sindicato alcançando conquistas e o movimento comunista crescendo na clandestinidade. O Partido adotara, então, uma estrutura baseada em grande número de células menores e ampla inserção popular.[39]

Contraditoriamente com as intenções de Vargas, mais preocupado em suprimir a autonomia das entidades representativas, colocá-las sob o controle estatal e proibir as greves – como atestam os decretos presidenciais expedidos na passagem dos anos 1930 aos 1940 –, a luta dos mineiros acabou beneficiando-se, na prática, da unicidade legal, instituída pelo Decreto Lei n.º 1.402, art. 6º, de 1939.[40] Isso porque as manobras da Companhia para montar e sustentar uma instituição paralela, pró-patronal, deixaram de ter amparo legal, ao passo que a prática da repressão ao movimento autêntico dos mineiros ficou bem mais complexa e difícil. Abriu-se uma brecha.

Em 1939, a Companhia Morro Velho já possuía 8.163 empregados, sendo que 2.044 laboravam no subsolo.[41] Visando à unificação das entidades distintas e concorrentes, o novo SDM se registrou em 1940 por uma oportuna e unilateral iniciativa da União dos Mineiros da Morro Velho – o conhecido "Sindicato de Baixo" –, que decidira adaptar-se à unicidade recentemente fixada em lei, com vistas a isolar os agentes patronais. A rápida flexão tática selou, por assimilação, o fim do "Sindicato de Cima" – fundado com o apoio da Companhia –, que acabou derrotado na consulta aos operários, à qual fora obrigado a submeter-se, mesmo a contragosto.

A ambiguidade e a confusão terminaram: agora havia uma só e unitária entidade representativa dos mineiros, para dissabor e preocupação da empresa. Simultaneamente, a eclosão da Segunda Guerra Mundial, a política de aliança internacional contra o nazifascismo, a organização da Justiça do Trabalho e, em 1943, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT),[42] concederam algum oxigênio às atividades sindicais, permitindo-lhes a dura travessia até 1945, quando houve a anistia, a queda de Vargas e a legalização do PCB, conforme registro de Hélio Silva.[43]

Já a partir de 1942, o Palácio do Catete, percebendo que o regime político do Estado Novo entrava em crise e estava politicamente condenado, começara a preparar a transição para uma República Constitucional, embora de contornos ainda nebulosos. A busca de respaldo entre os trabalhadores encontrava reforço nos aumentos do salário mínimo e na instituição da CLT. O apelo nacional ficaria por conta da chamada Lei Antitruste, de 1945.[44] Todavia, a disputa política mais ampla exigiria uma abordagem imediata sobre as questões partidária-eleitoral e sucessória, que se alçavam ao centro da conjuntura.

Sob a pressão da opinião pública – estimulada pela vitória da URSS e dos chamados aliados, impulsionada pela busca de liberdade política pelas massas populares e influenciada por segmentos de oposição ansiosos pela remoção de Vargas –, o governo central prometeu a normalização democrática tão logo terminasse a guerra. Em 1945 baixou a Lei Constitucional nº 9,[45] que previa a marcação do pleito em data próxima, e decretou o código eleitoral,[46] que convocava as eleições à presidência da República e ao parlamento nacional para 02/12/1945, e aos governos e assembleias estaduais para maio de 1946.

Nessa conjuntura instável e dinâmica, marcada por uma crise de governo, de regime e até de hegemonia, em que emergiam vários partidos e candidaturas, uma sombra se derramava sobre o cenário político. Preocupada com o prestígio popular de Getúlio, que prosseguia dirigindo a passagem a outro regime

conforme seu modo próprio, a UDN – partido liberal-conservador que afirmava, nos seus estatutos, ser "o capital estrangeiro [...] necessário [...] para o aproveitamento das nossas reservas inexploradas"[47], exigia imediata eleição presidencial, pois sua meta era apossar-se do governo federal antes que os setores à esquerda se enrobustecessem em demasiada.

Já para o PCB – que atuava abertamente desde a anistia de abril, que já reunira 50 mil filiados e que chegaria a ter 180 mil membros ao fim de 1946 – a transição deveria iniciar-se com uma assembleia nacional constituinte, que promoveria mudanças institucionais de interesse popular, para só depois, sob o novo arcabouço legal, se realizarem os demais pleitos. Com o "queremismo" ganhando as ruas e o movimento comunista aproximando-se politicamente de setores trabalhistas, os oposicionistas mais à direita, com participação de militares e apoio estadunidense, intensificaram a conspiração contra um tipo de continuísmo que adquiria um perfil e compromissos políticos cada vez mais reformadores.

Em 29 de outubro, sob o ultimato do alto comando do Exército - segundo Bernardo Kucinski e Ítalo Tronca - os generais Cordeiro de Farias, Gaspar Dutra e Gois Monteiro, vale dizer, "os pretorianos que criaram o Estado Novo", teriam sido "também agentes de sua destruição."[48] Vargas se retirou para São Borja e teve seu cargo assumido pelo presidente do Supremo Tribunal Federal. O golpe fora vitorioso sem confronto, criando condições para se realizarem os seus objetivos principais: a restauração do clima propício à penetração do capital monopolista-financeiro exógeno, impulsionado pelo frenesi da expansão econômica pós-guerra – a fase A da 4ª onda longa do capitalismo ou "Era de Ouro" – e a contenção das lutas populares em processo de fortalecimento.[49]

Em novembro, o PCB divulgou seu programa para a assembleia nacional constituinte e, rechaçando o dilema dual Brigadeiro *versus* Dutra, lançou um candidato à presidência. Yedo Fiuza, mesmo imprensado pelo apoio de Vargas ao general, conseguiu obter 10% dos votos. Prestes se elegeu senador pelo Distrito Federal – então, o Rio de Janeiro – e 14 de seus camaradas chegaram à Câmara Federal. Essa bancada se alargou para 16 na eleição suplementar. Após a promulgação constitucional, em setembro de 1946, e sob uma administração dominada, como afirmou Prestes, por forças políticas de "caráter tremendamente reacionário", começou a campanha eleitoral para os governos e as assembleias constituintes estaduais.

Em janeiro de 1947, os comunistas e seus aliados conseguiram eleger 46 deputados em 16 unidades da Federação, como relatou Augusto Buonicore.[50] Durante

1946 e 1947, a inconformidade do conservadorismo interno com a ascensão dos movimentos populares na sociedade civil e suas expressões na sociedade política, açulada pela agressividade militar dos Estados Unidos na Coréia e pela inflexão da cena internacional rumo à "guerra fria", provocou uma espiral repressiva contra os comunistas: proibição de manifestações, invasão de residências, prisão de dirigentes, mortes em refregas de rua e, por fim, a supressão do registro eleitoral pelo Tribunal Superior Eleitoral, em 07/05/1947, com imediata proibição de suas atividades três dias depois e invasão de suas sedes pela polícia.

A repressão foi ordenada pelo próprio presidente da República recém-eleito, antecipando o macarthismo que se insinuava no hemisfério norte-americano, baseando-se em provocações policialescas e apresentando motivações banais ou forjadas. Em 21/10/1947, em ações articuladas e executadas pelo governo Federal, direta ou indiretamente, com o concurso de seus apoiadores e aliados, foram depredadas as instalações da Tribuna Popular. Na sequência, romperam-se as relações diplomáticas com a URSS e, seis dias depois, aprovou-se a cassação dos mandatos "vermelhos" no Senado, para envio do projeto à Câmara dos Deputados.[51]

Conforme orientou a direção pecebista, por meio de um artigo assinado por Luiz Carlos Prestes,[52] a resposta veio nos pleitos municipais de 23/11/1947, com a formação de expressivas bancadas de esquerda em cidades proletárias: São Paulo, Santos, Recife, Distrito Federal e assim por diante. Tais parlamentares, desta feita, estavam abrigados em outras legendas e fizeram campanhas em aliança com setores democráticos, conforme as condições nacionais e locais sugeriam. Em Nova Lima – então abarcando os territórios que comporiam os municípios de Raposos e Rio Acima –, já na clandestinidade, participaram em uma chapa legalizada mediante acordo com políticos do PSD. Os comunistas elegeram os seis candidatos que haviam apresentado para diferentes cargos: Jacinto Augusto de Carvalho, a vice-prefeito; Joviano Assis Fonseca, a Juiz de Paz; os operários Anélio Marques Guimarães, William Dias Gomes, Antônio Liberato da Silva e Pedro Matias Horta, a vereador, com os dois primeiros alçados à posição de mais votados no município.[53] Tal resultado frutificou em um trabalho amplo e cotidiano das organizações partidárias junto ao povo e nas lutas sindicais, que vinha se desenvolvendo há anos e que, desde o fim do regime político do Estado Novo, demonstrara grande iniciativa política. Para ilustrar esse percurso, vale a pena recuar um pouco no tempo.

Após a instalação solene do Comitê Estadual em Belo Horizonte, no dia 30/06/1945, e, a seguir, da sede em Nova Lima, os comunistas passaram à

legalidade e começaram a ganhar influência. No ano anterior, em fins de 1944, já havia acontecido uma greve na Mina, que se caracterizou por grande adesão e mobilização. Em 1946, a celebração do dia dos trabalhadores – 1º de maio –, precedido por grande propaganda e divulgação no interior da Mina, alcançou um êxito expressivo. Com parte de seus desdobramentos, elegeram-se os delegados mineiros ao primeiro encontro do Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil, a realizar-se no Rio de Janeiro. Comícios com até 10 mil pessoas, reunindo delegações dos municípios vizinhos, encheram a Praça da Matriz.

Nas eleições de 1947 para governo estadual e deputados, os candidatos comunistas, entre os quais o mineiro William Dias Gomes, obtiveram 1.352 em 7.477 votos válidos, isto é 19%, que foram comemorados como vitória.[54] Todavia, preocupada com a nova correlação de forças em Nova Lima, a reação local já tinha declarado guerra aos "vermelhos". Tratava-se de uma conflagração, uma hostilidade sem tréguas ao movimento operário e ao Sindicato. O aliciamento de eleitores, associado a pressões de vários tipos, foi efetivado e sustentado pela ação da imprensa, da Companhia Morro Velho e da hierarquia oficial da Igreja Católica. Como nota Yonne Grossi, as pregações do vigário paroquial, infenso às encíclicas papais de caráter social, propagavam em alto-falantes um anticomunismo agressivo, que incitava os fiéis ao confronto e à agressão.[55]

Expressava-se, com a virulência de poucos lugares, o sectarismo ultramontanista que, na história da Igreja Católica, representava uma resposta às transformações democráticas advindas no ocidente na esteira da grande Revolução Francesa. De fato, com epicentro no interior de Minas Gerais, inclusive em Nova Lima, desenvolveu-se um espírito de cruzada com ideologia fundamentalista de direita, retrógrada e obscurantista, que investia contra as outras religiões, contra as próprias sensibilidades católicas progressistas e contra tudo que representasse algum perfume de moderno.

O jovem Rui Barbosa, ao prefaciar sua tradução da obra "O Papa e o Concílio", de Johann Joseph Ignaz Döllinger, sintetizou o conteúdo central de tal corrente, ao referir-se aos:

> [...] charcos morais, onde a caquexia ultramontanista atrofia as almas à puerícia. [...] a verdade, portanto, a respeito do catolicismo ortodoxo, na idade corrente, é que todas as liberdades, populares, individuais, políticas e civis estão por ele, sem exceção, nem reserva, nem atenuante, absolutamente condenadas.[56]

A reação prosseguia no País inteiro: no dia 10/01/1948, a cassação dos mandatos foi aprovada na Câmara federal. Três anos depois, no início de 1951, fechou-se, sob um regime democrático restritivo e com traços autocráticos, o ciclo de máxima exacerbação antioperária e anticomunista oficial, encabeçado pelo novo governante, lançado pelo PSD e depois apoiado pela UDN. Assim um ilustre contemporâneo, Álvaro Lins, descreveu o mandato de Gaspar Dutra:

> Um governo que deve ficar caracterizado pelos intelectuais – e para vergonha e anátema de quem nele ocupou cargos e posições – como o mais violento, o mais grosseiro e o mais desonesto de todos os governos republicanos.[57]

O novo ocupante do Catete, com métodos violentos, também investiu, contra o movimento sindical. Nesse quesito, sua maior façanha foi fechar a Confederação dos Trabalhadores do Brasil e, a seguir, intervir em suas entidades representativas filiadas, totalizando cerca de 400 ações repressivas. Em 1946, criminalizou a greve por simples decreto,[58] ignorando o direito consagrado na Declaração de Princípios da América e os compromissos assumidos pelo Brasil ao assinar a *Acta de Chapultepec* no ano anterior. Apenas foram aceitos os dispositivos que consagravam os interesses conservadores, como a imposição da doutrina Monroe, pelos Estados Unidos.

A liberdade partidária durou pouco e o regime democrático sofreu uma grave restrição. Durante os cinco anos do governo Dutra, transcorridos entre 1946 e 1950, Nova Lima e, a partir de 1º/01/1949, os novos municípios emancipados por desmembramento de seu território – Raposos e Rio Acima – viveram em uma situação de terror aberto. O próprio Sindicato sofreu intervenção governamental, pelo MTIC, ficando interditado entre 1947 e 1950: seu livro de atas só foi reaberto em 1951, após a nova eleição da diretoria.[59] Quanto à sociedade política de Minas Gerais, uma sucessão de interventores ligados ao oligarca PRM, já inclinados a entender-se com as políticas federais, ocupou o Palácio da Liberdade até 19/03/1947, quando Milton Campos tomou posse.

O novo governador – eleito pela UDN com apoio de uma aliança eclética, que incluía os comunistas – desenvolveu sua gestão com fisionomia clara. Apesar das expectativas e ilusões que despertara em setores democráticos e à esquerda, combinou a política econômica liberal, típica de seu Partido, com uma postura intolerante em relação ao movimento operário e sindical. Oscilou da violência aberta à omissão cúmplice, em consonância com o retrocesso político irradiado a partir do Catete. Embora iniciada no ano anterior e envolvendo também membros das Forças Armadas, durante seu mandato se afirmou e tomou corpo a histeria anticomunista oficial em Minas Gerais.

A pesquisa realizada por Saint'Clair L. Nascimento mostrou a devassa que reuniu "em masmorras de Belo Horizonte [...] a fim de serem submetidos a processo e julgamento" – sendo frequentemente "torturados" – muitos militantes sindicais e 65 policiais militares, além de bombeiros, guardas civis e funcionários públicos, "que resultaram em diversos Inquéritos Policiais Militares. "[60] Em contraste, o antigo interventor de Belo Horizonte, Juscelino Kubitschek, no espírito da modernização conservadora, mas arejada, que caracterizava seu perfil político, havia convidado Niemeyer para projetar o conjunto da Pampulha – ajudado por Santa Rosa, Burle Marx e Portinari –, enfrentando as reações negativas da ultradireita e das autoridades eclesiásticas conservadoras, já incorporadas à crônica mineira.

Depois do período Milton Campos, o pessedista reiterou a mesma atitude quando assumiu o governo estadual em 1951, ao convidar de novo o arquiteto comunista para colaborar na construção do Colégio Estadual de Minas Gerais, da Biblioteca Pública, do Edifício Niemeyer, do Bemge e da Escola Técnica da Gameleira. Todavia, no clima repressor do governo udenista, até 31/01/1951, as polícias estaduais, civil e militar, envolveram-se – de uma forma ou de outra, em ações correlatas ou no ato mesmo de sua realização – nas graves violações ocorridas na Mina Morro Velho.

Assim, elevaram-se ao paroxismo a intolerância sindical e contra a oposição, como método preferencial de abordagem aos conflitos sociais e como suporte ou incentivo ao obscurantismo nas regiões do interior. Às ações coercitivas do Estado, por meio de suas esferas federal e local, somaram-se as participações diretas, não raro com protagonismo principal, da Companhia Morro Velho, da direita municipal ligada aos seus interesses e dos então responsáveis hierárquicos pela Igreja Católica em Minas Gerais, todos, ao fim e ao cabo, fomentadores da União Novalimense de Assistência Social (Unas), da qual o padre Osvaldo Barbosa, designado pelo arcebispo metropolitano, era o assistente eclesiástico.[61]

Yonne Grossi sublinha que o agravamento da luta de classes e o acirramento da repressão em Nova Lima, longe de serem fatos episódicos e isolados, articulavam-se aos contextos políticos nacional e local: "todo esse complexo viabilizava forças cujo grau de poder nas relações variava de acordo com determinações estruturais que se tornavam explícitas em conjunturas de crise, sendo uma delas a de 1948-50."[62] Se assim era, muito mais violência ainda estava por vir. Um dos aspectos mais emblemáticos no processo de radicalização à direita foi o surgimento da Unas, em janeiro de 1949.

Dos anos 1950 ao golpe militar de 1964

Os objetivos declarados da Unas – sigla assumida por uma instituição com nome inocente, que pretendia concorrer com o Sindicato – seriam sobrepujados, no imaginário e na convicção popular, pela fama de cumprir ordens da empresa, sabotar os eventos sindicais, perseguir cidadãos tidos como subversivos e encobrir uma milícia de pistoleiros armados. O relatório de sua 1ª reunião plenária, em 31/07/1949, esclarece o seu objetivo. A organização tinha a finalidade específica de concorrer com o Sindicato, dividir a classe operária, apoiar a empresa e promover atividades anticomunistas, como nota Yonne Grossi.

Para a pesquisadora, a entidade paralela tinha o apoio explícito da Companhia Morro Velho. O acompanhamento orgânico, em forma de assistência eclesiástica formalizada, era função do vigário local, Padre Osvaldo, por meio do qual agia a estrutura hierárquica da Igreja, então hegemonizada por uma concepção ultraconservadora. Tal movimentação foi assim detectada e narrada:

> Foi-se formando uma liderança operária anticomunista, sustentada subterraneamente pela Companhia, incentivada pela Igreja. Fato confirmado por moradores de Nova Lima que não eram operários, inclusive ex-funcionários da Morro Velho.[63]

O relatório dessa reunião, depois de uma retrospectiva dos acontecimentos no município, justificava a sua fundação mediante a nomeação dos acontecimentos de novembro, especialmente a tentativa de comemorar-se a revolução de outubro, embora se apresentasse como entidade sem vínculos políticos. Dizia, de forma clara, que a sua meta era combater a "infiltração comunista". Assim, enunciava que "Nova Lima desde muito vem atraindo a atenção dos propagandistas de Moscou". Preocupada com o rumo do movimento operário-popular, considerava que, "a princípio andou certa a tática vermelha", pois "os operários da mina de Morro velho iam se iludindo."[64]

O referido relatório informava, ainda, assumindo um viés confessional, que a entidade criada atuaria "dentro do espírito cristão, para a valorização do trabalho humano e o desenvolvimento do espírito profissional dos trabalhadores". Com franqueza bem maior, o estatuto da Unas fazia um corte ideológico em suas fileiras, de vez que o art. 3º proibia "a entrada em seu quadro social àqueles que professavam ideologias subversivas ou contrárias à ordem social". Um depoente se refere à Unas como um "órgão que representava a Companhia e a polícia", que lhes "informava [...] sobre o movimento operário."[65]

Atenta às peculiaridades que definem a conjuntura no ocaso dos anos 1940 – mais precisamente, nos anos de 1948 e 1949 –, em que a direita local respondia com fúria aos avanços do movimento operário e à cassação do registro eleitoral dos comunistas, Yonne Grossi constata que a escalada repressiva assumiu as seguintes formas: "continuidade de intervenção no Sindicato pelo ministério do Trabalho, assassinatos de líderes, demissão de operários ativistas acobertada pelo Estado".[66] Contudo, estava aproximando-se uma fase nova, seja pelas alterações na conjuntura nacional e local, seja pela reorientação política encetada pelos principais atores sociais na região de Nova Lima.

Os anos 1950 e seus desdobramentos imediatos, em Nova Lima, Raposos e Rio Acima, foram repletos de lutas reivindicatórias, de caráter econômico ou político. Abrindo-se com as denúncias e mobilizações contra a sucessão de repressões e assassinatos cometidos em 1948 e 1949, então ainda impunes, as iniciativas combativas prosseguiram até o início de 1953, como resistência à perseguição a 51 operários acusados pela Companhia como "sabotadores", visando a ceifar a geração de quadros emergentes que dirigiam o movimento sindical e participavam das disputas eleitorais com posições à esquerda.

De fato, a Companhia Morro Velho, aproveitando a conjuntura que se lhe apresentava favorável, queria cortar o movimento operário pela raiz. A demissão apenas foi consumada após a sentença do Superior Tribunal do Trabalho, que decidiu pela culpa dos réus como incursos no Decreto-Lei nº 9.070, que proibia o direito de greve, a regra "dispõe sobre a suspensão ou abandono coletivo do trabalho e dá outras providências" –[67] e permitiu o enquadramento dos militantes por terem participado no movimento de 1948. De nada adiantaram outras providências efetivadas, como o recurso ao Superior Tribunal de Justiça e a petição ao presidente da República.[68]

As lutas sindicais, longe de se arrefecerem, atravessaram o restante da década em crescimento, amparadas em amplas mobilizações de massas, até se fundirem, na passagem aos anos 1960, com os reclamos nacionais por reformas, quando são atacadas pelo golpe de 1964. Em Minas Gerais, tal período se abriu em 31/01/1951, com o ciclo de governadores vinculados ao PSD – Juscelino Kubitschek, Clóvis Salgado da Gama e José Francisco Bias Fortes: o primeiro ligado a Vargas desde os idos de 1930, quando atuou como oficial médico na Polícia Militar e na guerra civil de 1932; os dois últimos, como correligionários do referido político diamantinense, então ocupando o governo federal, que anunciaria, em meio a batalhas e conspirações políticas, o progresso econômico acelerado para realizar "cinquenta anos em cinco", simbolizado pela construção e inauguração de Brasília.

Esses dois presidentes da República articulavam, ao seu modo e conforme as características das forças que lhe eram mais próximas, estratégias burguesas calcadas no desenvolvimentismo clássico, embora distintas entre si. De qualquer modo, ambas exigiam novos desenhos hegemônicos e precisavam acenar para os setores populares com certa abertura, no propósito de garantir alianças sociais mais amplas. Jacob Gorender mostra como "o populismo inaugurado por Getúlio Vargas se definiu pela associação íntima entre trabalhismo e projeto de industrialização", que adquiriu feição trágica no suicídio político de 24/08/1954, e manteve a ponte, por meio de seu vice João Goulart, com a modernização conservadora e cosmopolita de Juscelino, que também se iniciou em meio a crises.[69]

Tais caminhos, incluindo "a euforia coletiva raras vezes vivida em nossa terra",[70] articulavam-se ao cenário mineiro e se derramavam sobre a região de Nova Lima, Raposos e Rio Acima. Na mina de Morro Velho, a sensação comum, apesar das justificáveis prudências e amplitudes dos comunistas nos métodos e táticas de ação, era de que novos espaços se abriam à militância sindical e às disputas gerais. Refletindo o clima nacional de certa liberdade e crescimento econômico, a própria atuação militante, apesar da ilegalidade em que se movia, era vista com relativa "vista grossa".

Toleravam-se entendimentos em torno de pontos políticos, acordos eleitorais e espaços reivindicatórios, ensejando campanhas políticas com articulação e amplitude nacionais, a exemplo dos movimentos contra a bomba atômica e o envio de tropas à Coreia, e em favor da criação da Petrobrás e da encampação da Companhia Morro Velho pelo Estado. Como jamais acontecera, fortaleceram-se os protestos contra os acidentes de trabalho, a ação das seguradoras privadas, a exposição dos operários à silicose e à insalubridade, que se desdobravam em atitudes propositivas, bem como as exigências por melhores salários, jornada de 8 horas, aposentadoria aos 15 anos de serviço, permanência de viúvas nas casas onde residiam e abono de natal.

De 1952 a 1961, ocorreram 12 dissídios, sempre acompanhados por ameaças de paralisação, e cinco greves com vitórias – a mais longa em 1953, que durou 33 dias – nos quais os temas recorrentes foram aumento salarial, salário mínimo, taxas adicionais, pagamento de atrasados, abono família, salário família, condições de trabalho e assistência social.[71] A mudança do clima, porém, jamais chegou à plena liberdade política e sindical. Continuaram submetidas ao controle ministerial as entidades representativas dos trabalhadores e proscritos os comunistas, no âmbito do mesmo e intacto Estado, assim como do regime político de democracia restritiva e autocrática.

Os depoimentos e relatos da época se referem a mudanças de forma e abertura de frestas, por certo relevantes, mas insuficientes para caracterizarem uma transformação profunda, já que a repressão continuou como parte da vida operária. Outra característica importante foi o surgimento do ativismo cristão que se projetava na contramão do ultramontanismo – doutrina católica ultraconservadora – e sob os influxos ensejados pela repercussão retardatária das encíclicas papais de 1891 e 1931, a *Rerum Novarum* e a *Quadragésimo Anno*. A sua intenção manifesta era harmonizar os direitos e deveres do capital e do trabalho em uma perspectiva de compaixão social.

De início, a presença da militância religiosa no interior da mina de Morro Velho, de corte confessional e por indicação paroquial, pretendia combater a influência comunista, mediante a ocupação da brecha que a repressão abrira nas fileiras do movimento operário ao final dos anos 1940,[72] inclusive por meio da atuação agressiva e violenta promovida pela Unas. Todavia, aos poucos, independentemente da hierarquia conservadora, sua prática foi adquirindo um sentido popular e à esquerda,[73] estimulado pela vivência concreta nas relações de produção capitalistas e pela ideologia sensível que brotava das necessidades cotidianas, expressas por carecimentos e reivindicações. Semelhante inflexão nos padrões do ativismo e da fé desaguou na unidade com os comunistas, como verbalizou Dazinho, membro da Juventude Operária Católica (JOC) e da Ação Católica Operária (ACO), mais tarde parlamentar pelo PDC.[74]

O espaço e a ascensão experimentados pelo movimento sindical de Nova Lima, Raposos e Rio Acima se ligavam às inflexões políticas gerais, em Minas Gerais e no País, pois se dilatavam os vasos comunicantes da sociedade política e aconteciam sobre um pano de fundo econômico-social concreto. Foi nos anos 1950, em época bem posterior em relação à Europa e aos EUA, que o capitalismo começou a gerar monopólios econômicos no Brasil. Os investimentos estrangeiros, que já penetravam sem obstáculos durante o governo Dutra, estiveram também presentes nos esforços de construção estrutural de Vargas – mesmo com suas veleidades patrióticas – e se consolidaram no mandato de Juscelino, em forma de grupos transnacionais, indo além da antiga presença que mantinham nas esferas da circulação doméstica e do controle exógeno sobre as riquezas nacionais.

Com a industrialização acelerada, notada por Pedro Sampaio Malan,[75] os grandes conglomerados privados se fortaleceram e intensificaram a sua competição pela primazia total ou sem contestações. Era o prenúncio de profundas mudanças. A "modernização" passiva da produção penetrava as diferentes esferas da vida

social e se estendia às instituições públicas, passando a exercer, apesar de carregar contradições internas, considerável influência econômica e política.[76] Na primeira metade dos anos 1960, com o auge da "Era de Ouro" mundial do capitalismo, o *aggiornamento* conservador na economia nacional começou a expressar-se como interesse político dos grupos monopolista-financeiros emergentes, passando a disputar o controle do aparato estatal contra o que seus agentes enxergavam como licenciosidade republicana e excessiva intervenção do Estado.

No capitalismo retardatário e dependente, com o auge da "guerra fria" na geopolítica mundial, com o crescimento dos movimentos populares, com a ascensão nacional das lutas por reformas de base, com o engajamento da intelectualidade progressista à esquerda, com um vácuo de supremacia entre as várias frações do capital, com a sociedade política penetrada por disputas radicalizadas e com o governo federal permeável a reivindicações "de baixo" – a presidência havia sido recuperada por João Goulart, após o plebiscito que encerrara o curto parlamentarismo de ocasião, casuísta –, era improvável que a reorganização autocrática do Estado, traduzida na fusão de seus órgãos com os monopólios econômico-financeiros,[77] acontecesse sem traumas, pacificamente e pela via democrática, de modo que a dimensão consensual da hegemonia jogasse o papel central.

Como se não bastasse, a crise conjuntural que afetava a sociedade capitalista dependente brasileira, com a inflação e a recessão no imediato pré-64, completava o ambiente de instabilidade e oferecia pretextos aos conluios da oposição liberal-conservadora e antinacional, encabeçada pelo lacerdismo, enrobustecida pela conspiração nos quartéis[78] e estimulada pela intervenção dos Estados Unidos nos assuntos internos do Brasil. Em face dos profundos dilemas nacionais, dos conflitos incontornáveis e do reduzido espaço ao exercício de mediações políticas, que até foram tentadas à exaustão, os representantes dos conglomerados econômico-financeiros e seus aliados, impotentes no âmbito da representação política formalizada e da correlação de forças expressa no sufrágio, decidiram recorrer à cirurgia extralegal, isto é, à linha mais aderente à tradição direitista, mais simples à efetivação prática, mais rápida e mais garantida.

Portanto, o golpe de 1964 correspondeu, politicamente, à forma assumida pelo ajuste do Estado ao processo de concentração e centralização dos negócios e das fortunas sob a hegemonia da oligarquia monopolista-financeira, contra as lutas nacionais, democráticas, proletárias e camponesas em ascensão. O pronunciamento militar ocorreu sob os auspícios do capital em expansão, dos cartéis transnacionais e do latifúndio, então autonomeados defensores da civilização

ocidental, da religião, da moral e da família, e açulados pelas tramas nos quartéis e avalizados pela ingerência dos Estados Unidos, documentada com fartura e nomeada por Roberto Sander.[79]

João Goulart, nas vésperas, pronunciando-se no "Comício da Central", alertara:

> Chegou-se a proclamar, até, que esta concentração seria um ato atentatório ao regime democrático, como se no Brasil a reação ainda fosse a dona da democracia e a proprietária das praças e das ruas. Desgraçada a democracia se tiver que ser defendida por tais democratas. Democracia para esses democratas não é o regime da liberdade de reunião para o povo: o que eles querem é uma democracia de povo emudecido, amordaçado nos seus anseios e sufocado nas suas reivindicações.[80]

Poucos dias depois, os segmentos mais retrógrados da classe dominante suprimiram a república democrático-constitucional, em que os seus representantes partidários geriam o poder público, e cederam às Forças Armadas o papel de mediador institucional de fato, com total respaldo de Washington. Em Nova Lima, Raposos e Rio Acima, a repressão desencadeada na madrugada de 31/03/1964 para 1º/04/1964 e nos primeiros dias do regime militar foi minuciosa e planejada pelos golpistas, entre os quais estavam o governador Magalhães, cuja polícia já se envolvera há poucos meses no massacre de Ipatinga, e Milton Campos, que mandara reprimir permanentemente os mineiros da Companhia Morro Velho durante seu mandato no governo estadual.

O movimento sindical urbano vinha de uma fase com amplo protagonismo em âmbito nacional, desde a greve geral pela posse de João Goulart. Em 1962, o IV Congresso Sindical Nacional dos Trabalhadores decidiu organizar o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), que congregou vários fóruns existentes, desempenhou papel decisivo na antecipação do plebiscito pelo Congresso Nacional e em 1964 apelou à greve geral, que acabou sendo parcial e fragilizada. Todavia, os mineiros de Nova Lima, Raposos e Rio Acima, que estavam entre os primeiros alvos do golpe, cruzaram os braços e se mobilizaram sob o lema de solidariedade ao governo constitucional. Conseguiram resistir por dois dias.

Os operários sabiam muito bem o preço das liberdades democráticas, ainda que parcas – inclusive a sua importância para a organização e as lutas sindicais desde o século XIX –, e intuíam sobre o que lhes reservava o golpe militar. De fato, o AI-1, entre os 100 primeiros cassados, arrolou 31 sindicalistas. A seguir,

o regime militar interveio em 1.565 Sindicatos e entidades gerais, atingido mais de 10 mil dirigentes.[81] A escalada repressiva desencadeada pelo golpe implantou, nas palavras de Yonne Grossi, "uma fase de terror".[82]

Seus principais episódios, com foco sobre a mina de Morro Velho, serão alvo de uma atenção específica, caso a caso:

- a repressão à greve de outubro, em 12/10/1948, quando uma concentração de operários em frente ao portão próximo à entrada da Mina, em Nova Lima, foi reprimida por meio de cerco policial-militar e alvejada por vários disparos, com pelo menos um operário atingido;

- a chacina de novembro, em 07/11/1948, quando um evento alusivo aos 30 anos da revolução de outubro foi atacado a tiros, com a execução de William Dias Gomes, o atentado a um bancário vindo de fora, o deputado Armando Ziller, e mais duas mortes, além de ferimentos em vários participantes;

- a execução de junho, em 17/06/1949, quando o dirigente comunista José dos Santos – mais conhecido como "Lambari" – voltava desarmado a Nova Lima, durante a noite, depois de participar de uma reunião com mulheres familiares de mineiros, em Raposos;

- o processo judicial de 06/07/1949, requerido pelo representante do MPE contra 51 trabalhadores acusados de "sabotadores", que percorreu as várias instâncias na Justiça do Trabalho, com duração de vários anos;

- o Inquérito Policial Militar (IPM) nº 87, de 24/04/1964, que arrolou 163 operários da Mina Morro Velho e cujo processo correspondente foi a julgamento na Auditoria da 4ª RM-JF, com base na Lei de Segurança Nacional.

A sequência integral desses processos repressivos, cujos episódios mais relevantes serão apresentados a seguir, enquadra-se, entre outras formas de consciência e objetividade, no conceito de "fato público e notório", incorporados à história da região, além de ter sido mencionada nos depoimentos colhidos e de estar gravada, oficialmente, em arquivos de instituições locais, no Centro de Memórias de Nova Lima, nos anais da Câmara Municipal, no SDM e nos registros da imprensa.

A repressão à greve de outubro, em 12/10/1948

Apesar da espiral de violência desencadeada nos anos 1940, em âmbito nacional, estadual e municipal – que culminou com a intervenção ao Sindicato em 1947, tentando cercear a ascensão operário-sindical e barrar a influência crescente do movimento comunista –, jamais cessaram a resistência e as lutas na Companhia Morro Velho. Três anos antes dessa medida coercitiva, efetivada pelo MTIC, os operários já se haviam declarado em greve por aumento de salários. Como era fins de 1944 e o departamento de imprensa e propaganda controlava as comunicações públicas e só permitia que circulassem os fatos de interesse governamental, assim mesmo reciclados pelas versões oficiais, nenhuma notícia foi veiculada.

Hoje se sabe que o movimento de 1944 teve um caráter combativo e demonstrou o avanço dos mineiros em matéria de organização. Depois de uma semana de braços cruzados, durante a qual se agigantou a figura de William Dias Gomes como dirigente, quebraram a intransigência dos ingleses, da polícia do Estado Novo e das manobras efetivadas pelos agentes internos da Companhia. Dois anos depois, a mobilização massiva no dia 1º de maio gerou acúmulos e desdobramentos organizativos importantes. Aliás, o afastamento dos dirigentes sindicais foi uma das respostas a tal demonstração de força, que assustara a empresa.

Destacam-se também os resultados obtidos em Nova Lima pelos candidatos operários às eleições de 1947. Em janeiro, a legenda do PCB, que lançara postulantes a deputado estadual e federal, em Nova Lima chegou a 19% do eleitorado.[83] Em novembro, a coalizão entre comunistas e pessedistas saiu vitoriosa em toda linha, inclusive nos pleitos majoritários locais, em que obteve 61,53% dos votos.[84] Os trabalhadores se manifestaram com força e combatividade na greve deflagrada em 12/10/1948. Todavia, nenhum desses acontecimentos, mesmo as assembleias e reuniões de fato realizadas, foi registrado no livro de atas, que permaneceu fechado[85] por determinação das autoridades impostas oficialmente em lugar dos dirigentes legítimos dos mineiros.

Nos meses que antecederam à greve, a atmosfera política em Nova Lima ficara mais pesada. O ambiente estava conturbado e radicalizado, em face da intolerância conservadora perante a participação das massas nos movimentos reivindicatórios e nas sessões parlamentares. Alguns exemplos ilustram as várias dimensões do processo político em curso. Por exemplo, em dezembro de 1947, o vereador Anélio Marques Guimarães propôs uma moção ao Congresso Nacional, "em protesto contra o Projeto de Lei Ivo Aquino", que cassava os "mandatos dos parlamentares comunistas". Submetido à votação, esse requerimento foi "aprovado por unanimidade".[86]

O vereador William Dias Gomes, em janeiro de 1948, "demonstrou [...] o quanto era inconstitucional a Lei 211, que cassou o mandato dos parlamentares comunistas [...] e pediu uma moção de protesto ao governo e ao congresso". Posta "em votação" foi aprovada "por 6 a 5". Como se definiu que os vereadores não a assinariam, para evitarem pressões e retaliações, o presidente da sessão se recusou a fazê-lo.[87] Ainda em janeiro, Anélio, durante sessão da câmara municipal, "leu um manifesto do Sr. Prestes, dirigido ao povo de Nova Lima, pedindo que constasse em ata".[88]

Também as reivindicações específicas das classes populares eram abordadas pelos "vereadores do povo". Pedro Matias Horta, conhecido pelo apelido de "Mosquito",[89] "apresentou e justificou um requerimento da União das Mulheres Democratas de Nova Lima, em que pedem providências sobre o matadouro e o depósito de lixo", e depois o encaminhou à comissão de educação e saúde. "Expôs a situação de Vista Alegre" e as ameaças existentes à segurança pública, denunciando a Companhia Morro Velho como responsável pela queda de "pedras enormes nas ruas e em cima das residências."[90]

O quarto vereador operário, Antônio Liberato da Silva, também participou ativamente: em janeiro, já pedira, por meio de ofício, "iluminação [...] para o bairro Areião, sustentado em um "abaixo-assinado de 112 pessoas", e também "auxílio para o bloco carnavalesco "Foliões do Morro"; em junho, apresentou um requerimento em nome da União Feminina da cidade, "solicitando a designação de um vereador de cada bancada" – PSD, PTB, PR e PDC – "para integrar uma comissão que se dirigirá [...] à Cia. Morro Velho", com vistas à "criação de um armazém de abastecimento."[91]

Registra-se que foram aprovados os pedidos de Anélio, William, Liberato e Matias para que se providenciassem o auxílio ao carnaval, a construção do mercado municipal, o transporte ao distrito de Honório Bicalho, as ligações de luz, os reparos em estradas, o abastecimento de água, as exigências das associações de bairros e outras demandas populares em geral. Igualmente, abordaram-se assuntos nacionais e suprapartidários, como a luta contra "a participação do capital estrangeiro" na extração petrolífera e em apoio à campanha "O petróleo é nosso", como ilustram os pronunciamentos e propostas de Antônio Liberato e William Dias.[92] Houve intervenções em apoio à Organização Brasileira de Defesa da Paz e da Cultura, contra o uso de armas atômicas e assim por diante.

Os "vereadores do povo", por conta de sua linha política e sua conduta ampla, nunca se isolaram. Por exemplo, o vereador Wilson Carneiro Vidigal, do PDC –

advogado prestigiado na cidade, assistente jurídico da entidade representativa dos mineiros e o autor de seu hino oficial – atuou com a bancada operária em várias questões de interesse democrático, nacional, popular e trabalhista. Em certa ocasião, em claro tom de apoio e simpatia, relatou que, após a intervenção realizada pelo MTIC em 1947, "o movimento se transferiu do Sindicato para a Câmara durante a legislatura", conforme registra em depoimento a Yonne Grossi.[93]

Outro episódio é digno de nota: em abril de 1948, o vereador José Romani, do PSD, também encarregado no escritório da Morro Velho, conhecido como notório e fiel porta-voz da empresa no legislativo, propôs "que fosse lavrado um protesto sobre uma reportagem do Jornal do Povo", porque tal órgão havia feito críticas ao presidente da Câmara. Wilson Carneiro Vidigal, do PDC, somou-se aos "vereadores do povo" ao participar da celeuma por meio de aparte, mediante o qual protestou contra a moção, "argumentando sobre a liberdade de imprensa."[94]

Nesse clima, a polícia de Nova Lima, sob os protestos de William na Câmara municipal, interditou a sede do "escritório dos vereadores do povo", alegando que os "vermelhos" tinham sido postos na ilegalidade. Alinhado à Companhia Morro Velho e possuído por forte preconceito anticomunista, o pároco local, Osvaldo Barbosa, açulava os fiéis contra os "vermelhos", como relata Yonne Grossi.[95] Tal era o clima de 1948, ano tenso – Nova Lima "poderia explodir a qualquer momento"[96] –, que ficou marcado pela greve dos mineiros e se encerrou com a repressão aberta.



Figura 4 - Casarão onde funcionava o "Escritório dos Vereadores do povo". Atualmente, o terreno abriga a sede do SDM. Fonte: acervo família Victor Gomes

No ano da greve, em 1948, a mina de Morro velho tinha 2.267 operários no subsolo e cerca de 5.500 nas tarefas de superfície, totalizando quase 8 mil proletários, que em grande parte estavam alocados em funções produtivas.[97] A extração de minério bruto chegou a 316,7 milhões de quilogramas,[98] com teor aurífero de 13,02 gramas por tonelada, a julgar pela declaração oficial sobre o desempenho das várias minas envolvidas no processo industrial.[99] A despeito da altíssima taxa de exploração vigente, a administração da empresa resolveu implantar o método de execução e remuneração do trabalho então conhecido como plano canadense, que modulava o salário dos operários alocados no subsolo, mediante gratificação por massa de minério escavado e transportado às saídas das galerias.

Foi o estopim da mobilização, conforme registra e relata Orlando Bandeira, militante político e um dos participantes:

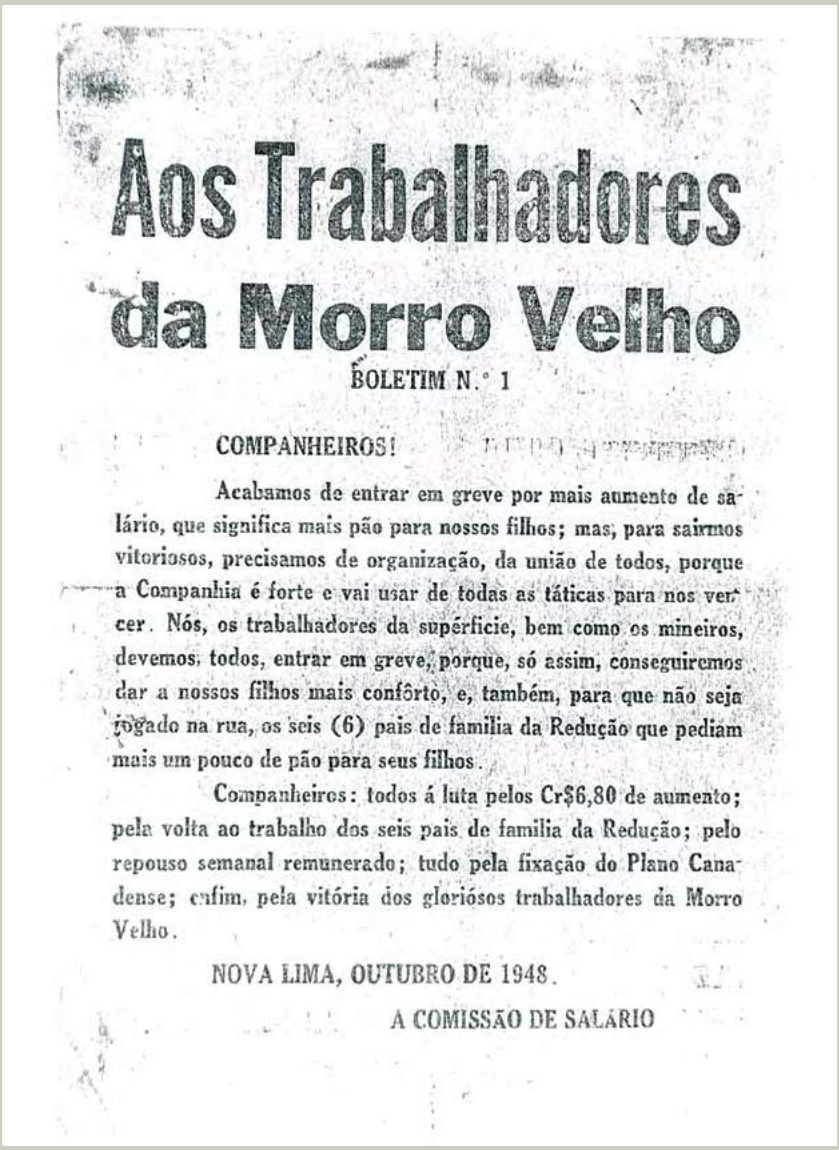
> Depois de 1945, um engenheiro canadense introduziu na Companhia um plano para aumentar a produção, denominado 'Plano Canadense'. O plano previa que os mineiros passariam a ganhar por produção, mas omitia os operários da superfície, cujo trabalho também seria aumentado, com o aumento da produção no fundo da mina. Prometeu-se aumento para os que trabalhavam nas correntes que engatavam os carros de minério procedentes da mina, e os levavam para a superfície. [...] Dois meses depois, o aumento ainda não havia sido pago e iniciou-se, então, uma greve branca na superfície: o número de carros que as correntes puxavam para fora foi diminuindo progressivamente. Apesar dos pedidos dos chefes, encarregados e feitores, a greve continuou. Em represália, a Companhia suspendeu seis feitores, por achar que estavam apoiando os grevistas. A greve continuou.[100]

Avaliando que a medida apenas seria benéfica para uma parte dos mineiros, os trabalhadores da superfície reivindicaram o mesmo critério, mas o pleito lhes foi negado, com base na velha política de dividir para dominar. Iniciaram, então, uma "operação tartaruga", amarrando a produção e deixando montanhas de minério acumuladas na boca da mina por mais de uma semana. Conforme a tradição e o método adotados pela empresa, iniciou-se a retaliação. Os encarregados, chamados feitores – nomenclatura que carregava uma óbvia herança escravista –, foram advertidos e depois suspensos. Em protesto e reafirmando a reivindicação inicial, os operários da superfície cruzaram os braços, no que receberam apoio dos demais.

Com rapidez, a Comissão de Salário, constituída pelos operários, divulgou o seu Boletim nº 1:

> Companheiros! [...] Acabamos de entrar em greve por mais aumento de salário, que significa mais pão para nossos filhos;

mas, para sairmos vitoriosos, precisamos de organização, da união de todos, porque a Companhia é forte e vai usar de todas as táticas para nos vencer. Nós, trabalhadores da superfície, bem como os mineiros, devemos todos entrar em greve, porque, só assim, conseguiremos dar a nossos filhos mais conforto, e, também, para que não sejam jogados na rua os seis pais de família da Redução que pediam mais um pouco de pão para seus filhos. [...] Companheiros: todos à luta pelos Cr$6,80 de aumento; pela volta ao trabalho dos seis pais de família da redução; pelo repouso semanal remunerado [...]. NOVA LIMA, OUTUBRO DE 1948. A COMISSÃO DE SALÁRIO.[101]



Aos Trabalhadores da Morro Velho

BOLETIM N.° 1

COMPANHEIROS!

Acabamos de entrar em greve por mais aumento de salário, que significa mais pão para nossos filhos; mas, para sairmos vitoriosos, precisamos de organização, da união de todos, porque a Companhia é forte e vai usar de todas as táticas para nos vencer. Nós, os trabalhadores da superficie, bem como os mineiros, devemos, todos, entrar em greve, porque, só assim, conseguiremos dar a nossos filhos mais confôrto, e, também, para que não seja jogado na rua, os seis (6) pais de familia da Redução que pediam mais um pouco de pão para seus filhos.

Companheiros: todos á luta pelos Cr$6,80 de aumento; pela volta ao trabalho dos seis pais de familia da Redução; pelo repouso semanal remunerado; tudo pela fixação do Plano Canadense; enfim, pela vitória dos gloriósos trabalhadores da Morro Velho.

NOVA LIMA, OUTUBRO DE 1948.

A COMISSÃO DE SALÁRIO

Figura 5 - Boletim nº 1 da Comissão de Salários na greve de 1948. Fonte: Comissão Especial de Investigação em Nova Lima. Relatório, 3º Volume, Publicações subversivas.

Assim a greve se instalou na mina inteira, em Nova Lima e nas galerias localizadas no atual Município de Raposos, conforme relata Orlando:

> Houve uma reunião de trabalhadores com elementos do Partido, e estes últimos alertaram para o risco de o movimento ser considerado de sabotagem, e a Companhia decidir pela dispensa coletiva dos trabalhadores das correntes. [...] Três dias depois da suspensão dos feitores, estes voltaram ao serviço e foram avisados pela chefia que seriam demitidos. 'Um deles me comunicou o fato [...] e era preciso agir'. Foram feitas reuniões, e em todas percebia-se 'uma divisão injusta: pela mesma produção, os mineiros ganhavam mais e os operários da superfície não recebiam acréscimo de salário'.[102]

Prossegue Orlando:

> O problema era só com os da superfície, mas havia necessidade da solidariedade dos mineiros do subsolo: se não houvesse certa consciência de todos, a greve não teria saído: não ganharíamos nada com ela. [...] Fui distribuindo, então, as tarefas: o que devia e como devia parar; o que devia ser feito. A comunicação entre os líderes e operários se fazia intensamente por telefone, através dos emissários ou direta. Nós, da superfície, fomos caminhando e nos concentramos na boca da mina. Aí, entreguei o comando a William, que trabalhava no subsolo, 'o fundo da mina é com você'. A mina parou.[103]

A greve de 1948 foi ainda mencionada pelo sociólogo Maurício Vinhas de Queiroz, com base em entrevistas realizadas com participantes alguns meses depois:

> Em junho de 1948 [...] Mr. Wigle, o novo administrador da empresa, [...] pôs em prática um novo sistema para acelerar o ritmo do serviço, aumentar as horas no interior das galerias e espoliar ainda mais os trabalhadores. Era o chamado 'plano canadense'. [...] William denunciava a tramoia em uma entrevista no 'Jornal do Povo', de Belo Horizonte. [...] 'Concito a todos os trabalhadores — afirmava aí — a abrirem os olhos, porque esse plano canadense pode ser muito bom para inglês ver, mas não o será para os operários. [...] Daí a necessidade de lutarmos organizadamente na defesa de nossos interesses, porque a Companhia está sabendo lutar pelos seus, em prejuízo dos trabalhadores'. [...] Em setembro [...] os mineiros, contra a resistência dos pelegos encastelados em seu Sindicato e a má vontade do delegado regional do Trabalho, um reles agente da Companhia, conseguiram uma assembleia geral. Compareceram mil e seiscentos operários.[104]

Os interventores, que haviam sido nomeados pelo MTIC, tentaram manobrar para desmobilizar a assembleia geral, mas fracassaram:

> Para evitar que estes discutissem entre si os seus problemas, o presidente da junta deu um golpe logo no início dos trabalhos. Declarou que pedira demissão havia dias e só uma nova junta, nomeada pelo Ministério, poderia dirigir a Assembleia. Por conseguinte, encerrava a sessão. [...] Houve grande tumulto. Levantando-se no meio da massa indignada, fez-se ouvir poderosa a voz de William: [...] 'Isto é um golpe baixíssimo! ' [...] E, encarando bem o pelego nos olhos, disse que só lhe restavam dois caminhos: ou presidir os trabalhos até ao fim, ou se retirar da sala como um traidor, que era, da classe operária. Os trabalhos prosseguiriam de qualquer maneira. [...] O presidente da Junta reconheceu a sua 'precipitação'. Voltou atrás. Neste dia, ali, foi eleita a Comissão de Salários, com William à frente, que desempenharia ainda importante papel. Os mineiros exigiam mais sete cruzeiros diários e o repouso semanal remunerado.[105]

Dias depois, em plena mobilização reivindicatória, outras medidas antioperárias vieram acentuar a indignação e esquentar ainda mais a situação:

> A Companhia ameaçava despejar, das casas que lhes alugava, aposentados precoces, tuberculosos, silicóticos e aleijados no serviço da mina. [...] Imediatamente, organizou-se uma grande passeata de estropiados e doentes, viúvas e órfãos, pelas ruas de Nova Lima. Das escadarias da prefeitura, William discursou à massa: [...] 'No Brasil – disse – há uma minoria, dona de tudo, e uma maioria, representada por vocês que estão aqui, e que nada possui. O povo, os operários, só devem confiar na sua própria força, na força de sua unidade e de sua organização. Nada se pode esperar do governo, pois o atual governo tanto de Minas Gerais como do Brasil é composto de traidores da Pátria. Se a Companhia quiser cumprir a ameaça do despejo, os aposentados todos devem ocupar a casa do companheiro mais ameaçado, e não permitir que ele seja despejado. A Companhia é inglesa – concluiu – e a casa fica no Brasil'. [...] E o despejo, pelo menos naqueles dias, não foi concretizado.[106]

Logo depois, começou a paralisação:

> Na mesma semana, uma notícia correu célere através dos elevadores e galerias, das oficinas de redução e de energia. É que seis feitores, por exceção amigos dos trabalhadores tinham sido por este 'crime' postos na rua pelos ingleses. [...]

> A notícia precipitou a greve. Começou diminuindo a produção de Raposos. No dia seguinte, em todas as minas, baixava a 50%. A 18 de outubro, a greve se tornou total. Tudo parou. Sete mil operários cruzavam os braços. [...] Foi uma luta de heroísmo e persistência, contra o delegado e o prefeito, a demagogia de certos políticos e as ameaças terroristas do bando de capangas já organizado e armado por Mr. Wigle que queria obrigar alguns mineiros a trair os companheiros e furar o movimento.[107]

Instalada a greve, os administradores da Morro Velho, como de praxe, acionaram a PMMG, como se a corporação fosse uma espécie de milícia privada. À noite, milhares de operários ocuparam as ruas de Nova Lima, em passeata, à revelia e por cima da diretoria sindical interventora, que estava subordinada à Companhia e nenhuma autoridade tinha sobre o movimento. Após percorrer a cidade, a multidão reuniu-se no portão da Mina, em frente à entrada. Dirigindo o movimento agia a Comissão Salarial, composta por 10 operários. Entre os integrantes estavam os comunistas Antônio Liberato da Silva, Pedro Matias Horta, Anélio Marques Guimarães e William Dias Gomes, que haviam sido eleitos vereadores no ano anterior.



Figura 6 - Portão de entrada na Cia. Morro Velho, local da concentração grevista em 1948. Fonte: acervo família Victor Gomes

No auge da concentração, a massa operária foi atingida por disparos. João Paz Rocha, então com 20 anos, também conhecido pelo apelido de "João Fubá",[108] que depois seria presidente do Sindicato, assim relatou o atentado indiscriminado à concentração operária:

> Olha, tenho pouca lembrança. Naquela época eu já estava rapaz, mas não lembro assim muito não. Mas eu sei desse caso. [...] foi uma concentração feita lá no portão, e os jagunços do governo vieram e atiraram. [...] Da empresa.[109]

Para João, os disparos foram efetuados por "jagunços" da "empresa" e do "governo". Com certeza, a fuzilaria causou, ao fim e ao cabo, conforme a imprensa local, pelo menos um ferido,[110] coroando o ato repressivo contra a manifestação dos trabalhadores que, pacificamente, utilizava os seus principais instrumentos de luta, que são a greve e as manifestações. Também se pode sustentar, com segurança, que os criminosos não foram incomodados no ato pela PMMG e ficaram acobertados pela Polícia Civil, que se limitou a ouvir, de forma protocolar, alguns depoimentos.

Apurou-se que o capitão Mário Norberto Lindemberg ofereceu – conforme suas próprias palavras ao narrar o acontecido ante o delegado José de Almeida Sobrinho, no dia 21/10/1948, entre referências preconceituosas a "comunistas" e "vermelhos" – ajuda aos "responsáveis pela Cia. Morro Velho". As tropas chegaram prontamente e bloquearam os caminhos de acesso aos engenhos. Havia mais ou menos 2 mil operários e familiares. O clima de confronto se estabeleceu e dois soldados dispararam suas armas. A seguir, os jagunços, que estavam querendo furar a greve, também fizeram fogo.[111]

No mesmo dia, a greve assumiu uma conotação ainda mais política, extrapolando a reivindicação econômica específica, para transformar-se em protesto contra a demissão de seis companheiros e a repressão policial, sob a responsabilidade do governador do Estado, Milton Campos, que tomara posse no ano anterior. O delegado, ao lado da pressionada junta governativa do Sindicato, limitou-se a acompanhar as negociações entre grevistas e a Companhia, sendo ambos apresentados como fiadores do acordo firmado para garantir-se o fim do movimento paredista.

Segundo a pesquisa de Yonne Grossi, foram atendidas e sacramentadas as três seguintes reivindicações: volta ao trabalho dos seis feitores que trabalhavam nas correntes da redução, pagamento relativo aos dois dias parados e garantia de que nenhum grevista sofreria perseguição.[112] Maurício Vinhas descreve em detalhes os fatos, conforme o ângulo dos mineiros:

> Em dois dias a greve tornou-se parcialmente vitoriosa. A Companhia aceitava a readmissão dos seis feitores; o pagamento aos operários dos dias de paralisação e o compromisso de

> dar uma resposta, no prazo de 30 dias, às reivindicações de salários. [...] "Saímos de cabeça erguida — acentuou William em um comício de regozijo. De cabeça erguida, porque vencemos. Aguardemos agora o prazo para que a Companhia responda sobre os salários. Concedemos 30 dias, mas seremos intransigentes caso não forem aceitas até lá as nossas reivindicações".

As manobras patronais ficariam, porém, desmascaradas: tão logo os mineiros voltaram ao trabalho, a Morro Velho se recusou a cumprir todas as cláusulas com as quais havia se comprometido. Por sua vez, os "garantidores" – o delegado e a diretoria interventora – fizeram vista grossa. A Companhia se negou a honrar o acordo de pagar os dias parados, alegando que lhe faltavam condições econômico-financeiras para fazê-lo, agora ou no futuro. A seguir, a história demonstraria que a perseguição aos grevistas e ativistas seria feroz e sem limites.

No caso dos órgãos e autoridades estatais, do delegado de polícia local, passando pelo comandante geral da PMMG, até o governador Milton Campos, houve no mínimo um crime de omissão específica, configurando a figura da responsabilidade objetiva por meio de uma atuação arbitrária e ilegal, que nem sequer investigou até o fim o atentado aos manifestantes-grevistas, os disparos e os ferimentos causados, conduta agravada pela intenção de proteger os criminosos diretos e a empresa-mandante. Por isso, até hoje se mantém a interrogação sobre o número de atingidos pela saraivada de balas.

Pesquisa da Covemg nos arquivos públicos da época, reunidos no Centro de Memórias de Nova Lima, não encontrou quaisquer documentos alusivos a denúncias persecutórias ou processos judiciais contra os autores e os mandantes dos disparos no portão da mina, que jamais foram molestados e permaneceram no anonimato. Na verdade, a repressão foi tratada como algo natural e até uma resposta desejável em face da "agitação comunista". Quando ao item "c", que fixava a "não perseguição a grevista algum", foi ignorado. Era um claro incentivo à violência contra o mundo do trabalho.

No mês seguinte, como se verá, houve execuções de operários no ataque ao escritório dos "vereadores do povo". Depois, um assassinato por tocaia. Na sequência, nada menos que 51 operários foram demitidos do trabalho na Companhia, sem qualquer indenização, sob a alegação de que estavam "fichados na delegacia de polícia local como comunistas" e a acusação de "sabotarem a produção".[113] Como a lei, à época, previa certa estabilidade no emprego, a medida retaliativa, que tinha como finalidade principal o afastamento dos militantes

e ativistas sindicais, gerou um longo e rumoroso processo judicial, em torno do qual a resistência e a disputa política se articulariam durante três anos.

No rastro da repressão ao movimento sindical dos mineiros da mina de Morro Velho, fortalecido pela presença organizada e institucional dos comunistas – que passaram a ter assento na vice-prefeitura, no juizado de paz e na câmara municipal, bem como pelo êxito parcial da greve de 1948, foi convocado para realizar-se em Nova Lima um evento amplo e público, em forma de palestra e debate alusivos ao 30º aniversário da revolução de outubro. Como a sede dos comunistas havia sido fechada pela polícia de Nova Lima em 1947, com apreensão dos seus arquivos, a iniciativa e a organização do encontro ficaria por conta do escritório dos "vereadores do povo", instituição formada pelos quatro parlamentares operários eleitos na legenda do PSD, para receber as demandas populares e trabalhistas encaminhadas à câmara municipal.

Preocupada com a força demonstrada pela greve de outubro, a direita intensificou o ataque aos sindicalistas e militantes cassados, atribuindo a ocorrência do movimento reivindicatório a uma mera manipulação de fora e já anunciando o terror em preparação – "os mineiros não agiram ainda contra os comunistas porque confiam nas autoridades", conforme estampado nas páginas do Jornal Estado de Minas:

> [...] o movimento não passou assim de uma exploração dos comunistas para fazer propaganda de suas ideias e fomentar a discórdia entre patrões e empregados. Os marxistas [...] tendo à frente os quatro vereadores filiados ao partido já considerado ilegal se atribuíram a função de orientadores dos operários [...] Eles estavam usando dos truques de colocar mulheres na frente e uma mulher comunista chegou ao ponto de esbofetear um mineiro, simplesmente porque ele queria trabalhar. [...] os mineiros não agiram ainda contra os comunistas porque confiam nas autoridades.[114]

No auge da inflexão à direita em nível nacional e da crise política local, o debate sobre a revolução de outubro entrou na mira da repressão. A decisão de realizar o evento foi tomada, após vivo debate e por votação, pelo Comitê Estadual do PCB, então composto por 21 militantes, entre os quais, "dois metalúrgicos, três tecelões, sete mineiros" e nove ligados às camadas médias. William era um desses membros e acumulava o cargo de "1º secretário de Nova Lima", além de vereador e integrante da Comissão Salarial na Companhia Morro Velho. Três dirigentes mineiros foram destacados para comandar o evento, enquanto William seria o orador oficial. O convite partiria do escritório dos "vereadores do povo".[115]

A chacina de novembro, em 07/11/1948

O relato a seguir é baseado em depoimentos colhidos pela pesquisadora Yonne Grossi, de pessoas presentes aos acontecimentos de 07/11/1948:

> A palestra foi marcada para o grupo escolar. A propaganda foi em torno das figuras que viriam de fora. O que se fez para divulgar: faixas pela cidade inteira com os dizeres 'comemoração do 7 de novembro'; cartazes de papel manilha foram colados nas casas de comércio, nas paredes das casas de diversão, onde estava escrito o nome do pessoal de fora, local e data do comício; diariamente escrevia-se nos muros da cidade, nos carros de minério, nas pedras da mina o convite. Foi contratado pelo escritório dos vereadores do povo o serviço de alto-falante da cidade, para propaganda nas ruas. Fizemos tudo isso sem descuidar das nossas campanhas.[116]

Quando chegaram o dia e a hora do ato, estavam o clima muito tenso e as ameaças explícitas. Todos sentiam que havia um ataque em preparação, com armas de fogo, e já não seria o primeiro. À medida que o povo ia chegando ao local marcado, apareceram carros da polícia e uma ambulância. Os responsáveis pela segurança operária ao evento e aos dirigentes que iriam usar da palavra perceberam o perigo, que assim se revelava:

> O quadro foi-se firmando. Capangas da Morro Velho gritando e provocando. [...] Boatos corriam. Segredavam que haveria morte. A direção local do Partido percebeu que haveria um massacre se o povo entrasse para a sede do grupo escolar, entre dezenas de capangas da Morro Velho, armados, ameaçando. Decidiu transferir a palestra para o escritório dos vereadores do povo. Pequenos grupos avisavam as pessoas sobre a mudança do local. Este trabalho foi organizado pela segurança do Partido.[117]

O plano, refeito, era colocar os alto-falantes no sobrado velho, onde ficava o escritório dos "vereadores do povo". Da sacada, os oradores se dirigiriam também aos participantes presentes na praça, pois dentro do casarão caberiam no máximo 100 pessoas. Ao mesmo tempo, a segurança se reorganizou, preparando-se para o pior:

> Montamos novo esquema de segurança: militantes do Partido, com revólveres, receberam a seguinte ordem: 'se desconhecido tentasse entrar, seria barrado; se insistisse e usasse violência, fogo'. O restante do povo ficaria na praça.

> Os militantes armados se distribuíram pela sala, pelo corredor, pé da escada e entrada do 'escritório'.[118]

Todavia, o ataque já estava decidido, planejado e ordenado. Os próprios policiais, comandados pelo Capitão Lindemberg, delegado de Nova Lima, proibiram "toda e qualquer manifestação de caráter comunista"[119] e secundaram a repressão mais que anunciada e prestes a acontecer, incentivando-a e dando-lhe pretexto legal. Depois, começou o assalto ao recinto e a caçada de morte aos militantes mais visados, inclusive aos dirigentes e palestrantes vindos de fora, obrigando os presentes e a segurança a se autodefenderem:

> Os jagunços invadiram a sede atirando e atacando com revólveres, espingardas, facas. Houve tiroteio, luta corporal, confusão total. Ao lado da sede havia o prédio do cinema. Pensando numa emergência, todas as janelas foram abertas para facilitar a fuga. Encobertos pelas armas do comando de segurança, quem podia tentava escapar. A fuga se dava pelas janelas, pulando-se para o cinema; pela sacada, pulando-se para a praça.[120]

A execução de William e a tentativa de eliminar também o deputado Armando Ziller, que aconteceram a sangue frio no início da invasão, assim como a repressão policial aos sindicalistas e militantes, que se aprofundou a seguir, foram assim relatadas por um depoente:

> William, sem armas, desce pela escada para tentar convencer os capangas a não perturbar. Recebe duas balas; foi atingido na cabeça e no peito. Outro operário, parecido com o bancário de Belo Horizonte, eles o mataram. Pensaram ter acabado com o líder comunista. [...] O corre-corre do povo transformou a praça num tumulto. Os comunistas seguiram para o mato em direção a um lugarejo próximo. A fuga pela noite e pelo mato deu para escapar também da perseguição policial. Três companheiros se responsabilizaram pelos dois conferencistas do Partido que vieram. Pela madrugada, o líder bancário conseguiu seguir para Belo Horizonte. O do Rio não pôde sair. Escondido na casa de um mineiro aposentado, aguardou dias para viajar. [...] No dia seguinte, muitos mineiros não compareceram ao trabalho. Foram presos em casa, na entrada da mina, no bondinho que ligava Nova Lima a Raposos e trazia os mineiros para a Morro Velho.[121]

O sindicalista João Paz Rocha estava nas cercanias do local onde aconteceu a execução e assim a relembra:

> Wiliam [...] Dias Gomes. [...] E depois... [...] fiquei sabendo, através de outras pessoas, que foi aquele jagunço mesmo, da Morro Velho, [...] que o matou. Ele era um sindicalista muito especial. Uma pessoa muito fina. E era uma pessoa muito poderosa [...] no movimento sindical. E, com isso, eles aproveitaram, atiraram nele e o mataram. Em um dia da assembleia, [...] quando escutamos os tiros, quando nós chegamos lá, já estava morto no chão.[122]

Os vários depoimentos e declarações afirmam que houve atingidos, segundo estimativas de testemunhas e vítimas, por cerca de 50 tiros, e depois no combate corpo a corpo, esgotada a munição, com armas brancas e porretes.[123] O montante exato se tornou impossível quantificar com exatidão, após quase 70 anos. Pelos cálculos feitos a partir de documentos oficiais, a cifra é de 22 entre mortos e feridos, sendo 13 militantes operários, oito agressores e um de posição desconhecida.[124] Certo é que tal lista desconsidera os ferimentos extraoficiais: muitos preferiram o anonimato ao risco de serem molestados pela represália policial, especialmente os agredidos.

Com base nas requisições para exames e nos autos de corpo de delito ou de necropsia, foram atingidos os seguintes militantes mineiros: William Dias Gomes, vereador e dirigente, e Ornélio Pereira da Costa, o "Bem", executados mediante disparos à queima-roupa com armas de fogo e, no caso do segundo, com linchamento; Antônio Lisboa Xavier, Erdir Pena, o "Canoa", Hacip Ribeiro Sales, José Gerônimo Gonçalves, Laurindo Lopes dos Santos, o "Ciganinho" ou "Broinha" e Militão Alves Rosa, com ferimentos por armas de fogo, armas brancas ou porretes; o militante Sebastião Luiz dos Santos, em meio à agressão, teve um ataque epilético.

De acordo com os Termos de Declarações, ficaram ainda feridos por disparos com armas de fogo, armas brancas ou porretes, os militantes comunistas Geraldo Rosa de Oliveira, Lincoln Corrêa, o "Lili", Manoel Corrêa de Sá Bandeira e Orlando Corrêa. Também foi atingido um homem chamado Argemiro, cujos sobrenomes e posições assumidos no conflito não foram apurados com suficiente precisão.

Entre os agressores, também as requisições para exames e os autos de corpo de delito ou de necropsias, bem como os Termos de Declarações colhidos pela Polícia Civil, indicam a morte de Antônio Fernandes da Silva, o "Antônio Soldado" ou "Zé Soldado", atingido por balas no revide autodefensivo, assim como ferimentos de vários tipos em Belarmino Barbosa Filho, o "Belo", Francisco Avelino Assis, Geraldo Paulo Vitorino, José Cauê, José Rodrigues de Souza

(laudo com nome de José Henrique de Souza), Mário Melo Sobrinho, o "Mário de Gute", e Walter Rodrigues.

Eis por que a Comissão Especial de Investigação em Nova Lima se refere a "vários mortos e feridos".[125] O exato instante e os detalhes da execução de William foram pesquisados e esclarecidos por Maurício Vinhas, que os narrou passo a passo à Revista Problemas, em texto publicado em outubro do ano seguinte:

> Quando os sicários já invadiam o escritório dos vereadores, ele se postou no topo da escada, e aguardou que o primeiro chegasse bem próximo. Neste reconheceu Belarmino Barbosa, homem com muitos crimes nas costas, bem pago pela 'Mining Company'. [...] – Que é que vocês querem aqui, Belarmino? - Perguntou William com firmeza. [...] O bandido estacou: – Nós queremos entrar. [...] – Para entrar é preciso pedir licença! - Retrucou o líder operário. [...] Sob aquele olhar de fogo, o bandido não teve coragem de deflagrar o revólver que já trazia empunhado. Foi um outro, um tal de Sebastião de Paula que, escondido às costas do primeiro, deu o tiro que penetrou direto no coração do herói. Só quando William tombava é que Belarmino se animou a dar-lhe por sua vez um balaço na cabeça, à queima-roupa. [...] Contou-me a esposa de William que ele morreu sorrindo.[126]

No "termo de declarações", Erdir Pena, repórter, narrou:

> [...] que meia dúzia de provocadores ameaçavam perturbar a ordem; que os policiais se conformaram, dizendo-lhes que esperassem, enquanto falavam ao delegado e depois voltariam com novas instruções; que, decorridos 10 minutos, mais ou menos, o indivíduo vulgarmente conhecido por Belo subiu as escadas do escritório; que o vereador William [...] se encontrou com Belo na porta, assim lhe falando: 'Belo, o que você quer'?; que Belo estava com o revolver na mão, respondeu a William que 'onde tem gente, entra gente', dando-lhe diversos tiros; que após Belo ser atingido por um tiro, desceu as escadas.[127]

Também no "termo de declarações", Laurindo Lopes dos Santos, carreiro de mina, afirmou:

> [...] que mal haviam saído os investigadores do escritório, os anticomunistas invadiram o mesmo, subindo a escada e indo até o topo da mesma onde num patamar ali existente, William os recebeu tendo junto [...] à sua pessoa o declarante, Canoa,

> Liberato, Raimundo Barreto de Lima e Orlando Corrêa, enquanto os companheiros ficaram na porta observando o movimento; que Belo, que vinha à frente do grupo, parou de frente a frente de William, tendo junto dele Francisco de Assis, Antônio Soldado e José Cauê; que colocados de frente a frente, William pôs a mão sobre o ombro de Belo e perguntou o que ele queria, tendo ele, Belarmino, respondido que era casa onde tinha gente e entrava gente. Que, a esta resposta, William respondeu que ali era casa, mas tinha dono e para entrar precisava licença; que Belarmino insistiu para entrar e como estivesse sido barrada a sua passagem atirou em William, no peito, à queima-roupa, tendo o vereador caído no patamar.[128]

A "testemunha" José Gualberto de Souza, motorista da Companhia Morro Velho, confirmou a ocorrência de um tiro na nuca de William, fato que prova a execução:

> [...] que o depoente estava de plantão no Hospital da mina de Morro Velho, quando recebeu por telefone um chamado urgente para comparecer à Praça Bernardino de Lins, onde acabara de haver um conflito, resultando disso mortos e feridos; [...] que o depoente entrou ao prédio em apreço e ali encontrou caído no patamar da escada, de bruços, o cadáver de William Dias Gomes, com dois ferimentos, um na nuca e outro no peito.[129]

Ainda no "termo de declarações", 16 dias depois do fato, Armando Ziller foi claro e convincente ao responsabilizar os policiais e o delegado pelo tiroteio e os assassinatos:

> [...] que, finalmente, o declarante atribui à Polícia de Nova Lima, sob a orientação do delegado Lindemberg, a principal responsabilidade pelo conflito do dia sete e suas consequências, porque deixou de tomar medidas preventivas, aconselháveis no momento, mesmo quando previamente solicitada pelo declarante; que, além disso, o capitão Lindemberg, após o conflito, demonstrou a sua parcialidade, prendendo somente elementos vitimados pelos assaltantes, enquanto que esses continuaram em liberdade; [...] sabe que o grupo de assaltantes era orientado pelos indivíduos Dedé e Belarmino.[130]

Iguatemy Corrêa – funcionário público municipal de Nova Lima, vereador em 1982-1988 e vice-prefeito em 1989-1992 –, depondo sobre relatos feitos por seu pai, Orlando Corrêa de Sá Bandeira, que estava dentro do escritório dos "vereadores do povo" no momento do assalto e foi testemunha ocular da execução, declarou à Covemg:

> [...] meu pai disse que a agressão ao escritório dos 'vereadores do povo', no dia 07/11/1948, foi instigada por Mário Melo, o Mário Melo II ou Mário de Gute, presente nas imediações, então motorista de ônibus na empresa do próprio irmão Osvaldo Melo, que o 'Pipote' foi um dos assassinos de William e que um amigo da vítima, o 'Bem', [...] também foi morto no Centro de Nova Lima, a pauladas, pedradas e pontapés.[131]

Anélio Marques Guimarães discorreu sobre o ato final ocorrido na execução de Ornélio: "saltou para escapar, eles o mataram com paralelepípedo na cabeça, No meio da rua."[132] O depoimento de um conterrâneo e contemporâneo de William, situado em posição diferente no espectro ideológico, também confirma a origem da trama que resultou na execução dos operários:

> Nunca fui do Partido Comunista. Reconheço que William exercia um certo fascínio pela sua coragem pessoal. Enfrentava e denunciava a Companhia e a prefeitura, sempre buscando o interesse dos mineiros e do povo. [...] Embora não tivesse ocupado cargo de destaque no Sindicato, era grande sua influência sobre os mineiros. Era um ativista e um militante dedicado à luta diária. William empolgava. [...] William era perigoso: não usava meias palavras. Não temia a Companhia. Atacava de frente. Os mineiros o seguiam. Existia um grupo contra William, apoiado pela Companhia: era vencer "o cabra" ... ou o que precisasse. Eu gostava do Sindicato, mas era contra os comunistas. Sou católico. Não fui daquele grupo. Conhecia a turma e um deles matou William.[133]

A execução de William está conectada à luta dos mineiros, seja pela sua trajetória política e sindical, seja por suas ideias revolucionárias, seja pela conjuntura em que se deu. Na essência do acontecimento, estiveram longe de predominar os fatores aleatórios e contingentes. Finda a greve de outubro, os mineiros estipularam o prazo de 30 dias para que a Companhia cumprisse o acordado. O tempo estava esgotando-se: ou a empresa honrava o compromisso público ou a greve seria retomada. Tal era o pano de fundo da tensão que rescendia no ar.

Mais uma vez, Maurício Vinhas deixa registrado:

> Faltava apenas uma semana para esgotar-se o prazo, quando William foi assassinado. A bala dos capangas derrubou a William seis dias antes, precisamente, da data em que esse prazo terminava. Ao matá-lo, os ingleses tinham a intenção de destruir todo o espírito de luta dos mineiros, pois haviam se acostumado a ver essa flama encarnada naquele homem grande, belo e simples. [...] Logo depois do assassínio, um dos bandidos gritava pela praça, a quem o quisesse ouvir:

> "Esse William precisava ser morto! Sempre foi um traidor da Companhia!" Queria dizer que William sempre havia defendido os operários, e tinha nisto razão.[134]

Os funerais de William se transformaram em um ato político de protesto, de composição basicamente operária e de caráter democrático, segundo relata Maurício Vinhas:

> Como resposta ao terror desencadeado em Nova Lima, duas mil pessoas, homens e mulheres, gente de toda idade, principalmente mineiros do Morro Velho, acompanharam os funerais de William Dias Gomes, cuja vida fora cortada na véspera — aos 33 anos — pelo tiro de um capanga da companhia britânica. [...] Inúmeros operários vieram de Raposos, localidade vizinha, onde se abre a boca de outra mina da empresa. Vieram, apesar das tiras, que ameaçaram e espancaram muitos do que se dirigiam a pegar o bondinho. [...] No pensar dos mais idosos habitantes, foi o maior cortejo fúnebre que Nova Lima já viu. Ao lado do caixão de William, o líder dos mineiros, ia o de Ornélio, trabalhador novo na luta, assassinado a pau e a pedra. [...] Os investigadores, enviados aos bandos, de Belo Horizonte, não ousaram chegar perto; ficaram de longe, espiando a massa. Caminhões, sobrecarregados de policiais militares, cruzaram rápidos com o desfile. Ninguém se atemorizou. Muitos operários, alquebrados no serviço das galerias e das máquinas, derramavam sim lágrimas de cólera e pesar. Amargas lágrimas, viris, pela morte do seu camarada, amigo e chefe. [135]

Os depoimentos colhidos por Yonne Grossi completam o panorama do enterro que parou e comoveu Nova Lima:

> O enterro de William foi na parte da manhã. O corpo fora entregue à família. William tinha mãe, mulher e filhos. O ambiente do velório era de insegurança. Sempre que morria mineiros, era tradição da Companhia dispensar algumas turmas para o enterro. Desta vez a Morro Velho não dispensou ninguém que trabalhava pela manhã. Ignorou a morte de William. A vida continuou na Mina, como se nada sucedera. [...] Além da família, um e outro mineiro levaram o corpo ao cemitério. Na entrada do cemitério, a polícia prendeu os mineiros considerados suspeitos de serem do Partido, e os que foram vistos, na véspera, na sede dos 'vereadores do povo'. O caixão de William ficou coberto pela bandeira do Sindicato até a hora do sepultamento. Este era o nosso costume quando morria um associado.[136]

O boletim impresso em memória de William – uma espécie de obituário sem assinatura, intitulado "William Dias Gomes", com letras maiúsculas – foi distribuído em Nova Lima e região:

> WILLIAM era um operário da mina dos ingleses em Nova Lima, lutador e líder dos mineiros. Foi candidato a deputado nas eleições estaduais e vereador dos mais votados da cidade, sendo ainda membro do Centro de Defesa do Petróleo e da Comissão de Salários de Nova Lima. Dirigente dos movimentos reivindicatórios desde 1944, participou da última greve dos mineiros pelo aumento de sete cruzeiros e esteve à frente desta luta até o dia 7 de novembro. Por esse motivo, WILLIAM foi assassinado junto com o mineiro Ornélio pelos capangas da St. John Del Rey Mining Co., deixando enlutados sua mãe, esposa e três filhos. [...] Honremos a memória de WILLIAM empunhando com a mesma coragem a sua bandeira de luta por aumento de salários e contra o imperialismo, pela libertação da classe operária. Levemos nossa solidariedade financeira à família de WILLIAM. [...] Solidarizemo-nos com os mineiros de Nova Lima e exijamos a punição dos gringos estrangeiros e seus capangas.[137]

A imprensa noticiou a chacina, ao seu modo: culpando os militantes e a massa operária, açulando ainda mais a repressão. Teria sido um conflito entre "operários comunistas e não comunistas", com o "saldo de três mortos: dois tiveram morte instantânea e, um, em consequência dos ferimentos produzidos pela "multidão incontrolável." Registre-se: "houve três mortos e numerosos feridos", conforme reconheceu e noticiou o Jornal Estado de Minas, no próprio título da matéria que publicou em 09/11/1948.[138] O "escritório dos vereadores do povo" foi novamente fechado pela polícia.

No inquérito policial, também noticiado pela imprensa e relatado por Yonne Grossi, o delegado de Belo Horizonte concluiu, com claro viés político-ideológico e autocrático: a polícia "não poderia ter consentido que no coração daquela cidade funcionasse às escâncaras o 'escritório dos vereadores do povo', verdadeira célula comunista".[139] Raimundo Barreto foi preso sob a incrível acusação de "tentativa de homicídio praticado nesta cidade de Nova Lima contra Belarmino Barbosa, Zé Canê e outros"[140] – os assassinos que iniciaram a chacina, sendo o primeiro o executor sumário de William.

Houve muitas vozes que ousaram dizer e registrar a verdade. Na câmara municipal, foi proposto e aprovado um projeto de lei que garantiu perpetuidade à sepultura de William. Um discurso em memória do vereador foi transcrito em ata,

no qual "se salientavam" o "assassinato por 'elementos inconscientes, mas insuflados' pelos que se serviam do 'imperialismo explorador'", assim como as qualidades do dirigente operário e vereador executado, a de ser um "honrado representante do povo". Inúmeras moções e telegramas de condolências e protestos pelo crime foram recebidos e protocolados pela câmara.[141]

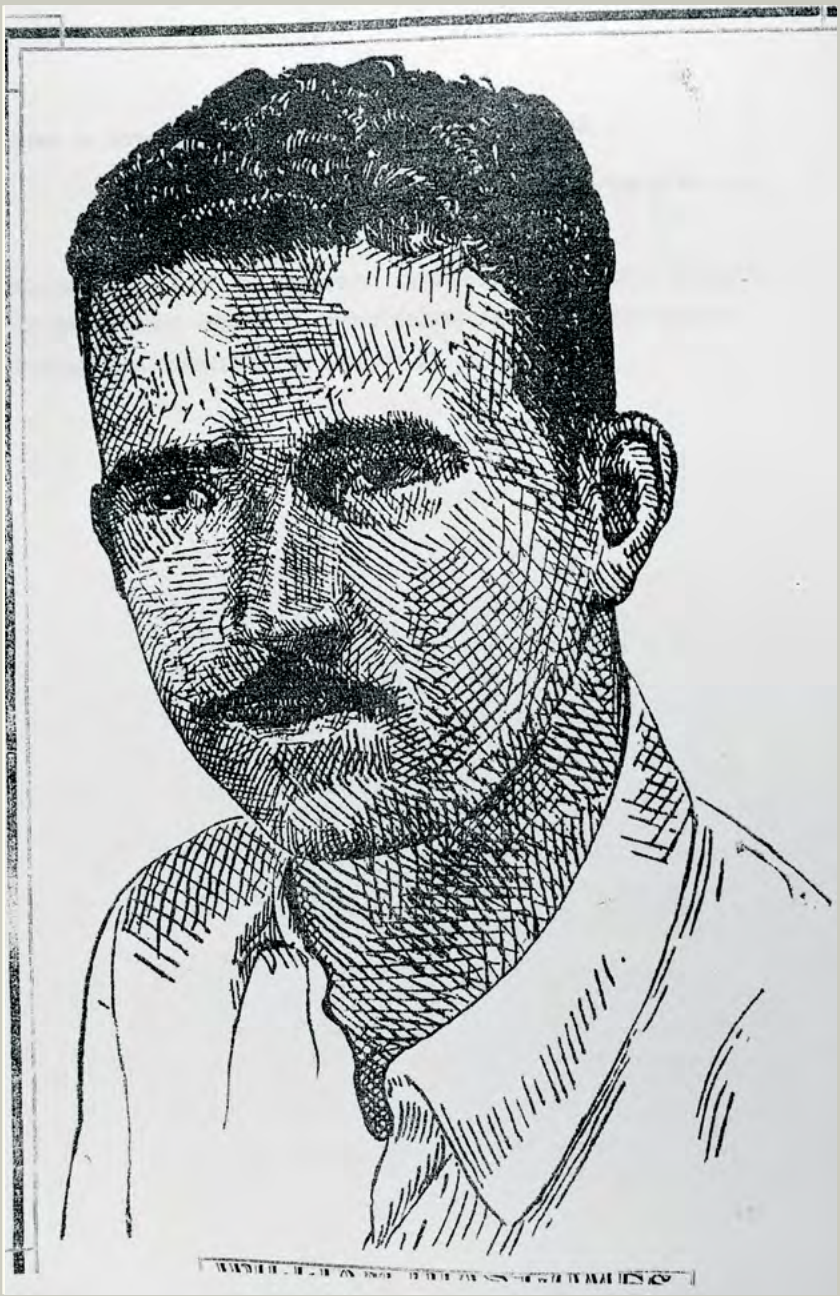


Figura 7 - Rosto de William Dias Gomes em desenho de artista anônimo, afixado nas ruas de Nova Lima. Fonte: Comissão Especial de Investigação em Nova Lima. Relatório, 3º Volume, Publicações subversivas.

Este registro da Covemg retira o nome de William Dias Gomes do anonimato a que foi relegado na longa noite do regime militar. Para perpetuar sua memória, faz uma síntese de sua vida e militância, com base nos dados biográficos levantados por Maurício Vinhas: William nasceu em Mariana, perto de Ouro Preto. Ainda criança se mudou com a família para Nova Lima, onde foi registrado. Ali residiu sempre, como todos aqueles que trabalhavam na mais profunda mina de ouro do mundo inteiro. Formou-se na luta comum dos mineiros, tornando-se seu dirigente e sua maior expressão política. Eis por que passou a ser temido pela Morro Velho, uma das mais antigas empresas estrangeiras fixadas no Brasil. Os administradores ingleses viam naquele brasileiro simples e jovial, que trazia atrás de si uma multidão de trabalhadores, uma permanente ameaça.

William perdeu o pai aos seis anos. Dona Liberalina, sua mãe, passou a ser lavadeira. Declarou que, ganhando apenas 500 reis por dia, conseguiu criar o "filho como pessoa de bem". Aos 22 anos, o jovem se empregou na mina de Morro Velho. Como "gaioleiro", empurrava o carrinho cheio de minério bruto para dentro do elevador, a 2.500 metros abaixo da superfície, sob uma temperatura não raro superior a 40 graus e sempre respirando uma atmosfera de poeira finíssima, que provocava nos pulmões a terrível silicose. Com seu miserável salário, William sustentava a mãe, a mulher e três filhos. No dia em que o pai foi executado, o mais velho tinha apenas cinco anos de idade e o menor era uma garotinha ainda aprendendo a andar.

Apesar das dificuldades que sempre encontrou na vida, William era fisicamente muito forte. Quando adolescente, distinguiu-se como o melhor jogador do Vila Nova Futebol Clube, o "Leão de Nova Lima". Pelos mineiros, era tido como bom, prestativo, amigo, conselheiro. Desde cedo, ganhou a estima dos companheiros no trabalho e na vizinhança. Calmo, ponderado, amante de longas conversas com todo mundo, sabia, quando necessário, enérgico. Em fins de 1944, quando os operários da Companhia se declararam em greve por aumento de salários, organizando-se e mobilizando-se de forma heroica e eficiente, assim como, em uma semana, vencendo a intransigência dos ingleses, a repressão do Estado Novo e as manobras dos pelegos, William se distinguiu como dirigente.

Em 1945, ingressou no PCB, passando a distinguir-se nos estudos multilaterais. No ano seguinte, orientou a campanha salarial, que gerou dissídio coletivo, "greve branca" e mais uma conquista. Tornando-se referência pública, candidatou-se a vereador em 1947, por tarefa partidária, sendo o candidato mais votado na cidade de Nova Lima. Os mineiros introduziram na câmara municipal "uma

voz que jamais os trairia". Ao contrário, sempre defendeu, frente a frente aos representantes da Companhia, as reivindicações dos trabalhadores, dos bairros pobres, do município, dos camponeses – muitos trabalhando nos latifúndios da própria Companhia – e do povo brasileiro, como a campanha em defesa do petróleo. Apesar de sua densa militância política e parlamentar, jamais deixou de trabalhar no fundo da mina.[142]

A chacina de outubro gerou movimentos democráticos de protesto no País inteiro. As denúncias começaram em Nova Lima, que foi coberta por cartazes com os seguintes dizeres:

> PASSEIAM IMPUNEMENTE PELAS RUAS DE NOVA LIMA OS MATADORES DE WILLIAM E ORNÉLIO. Isto prova a cumplicidade do governo de Dutra e Milton Campos no infame assassinato praticado pelos capangas da "Inglesa". NESTE 30º DIA DO MASSACRE DE NOVA LIMA, INTENSIFIQUEMOS A LUTA PELA EXPULSÃO DOS GRINGOS IMPERIALISTAS, POR AUMENTO DE SALÁRIOS E PUNIÇÃO DOS CRIMINOSOS.[143]

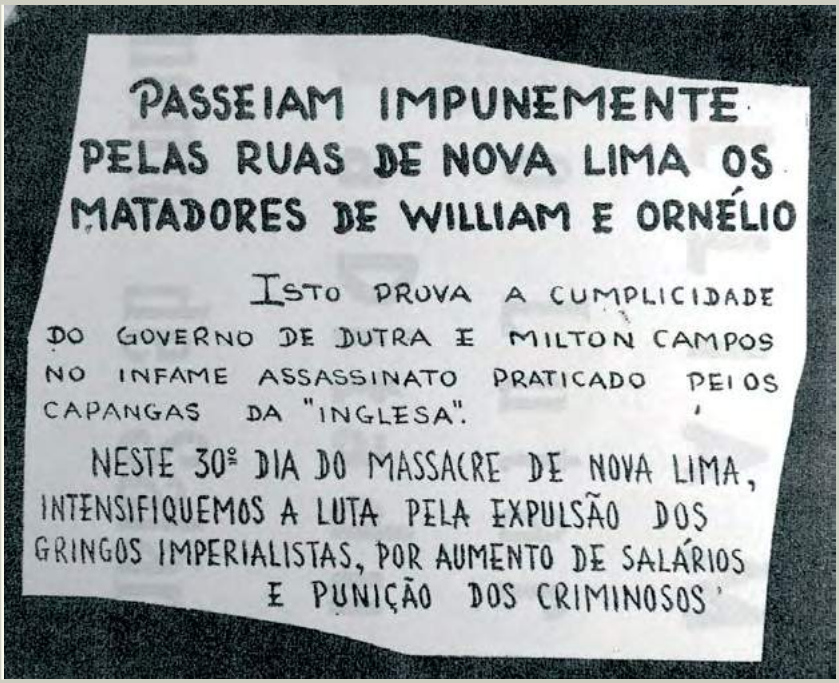


Figura 8 - Cartaz em protesto contra a impunidade dos assassinos de William e Ornélio. Fonte: Comissão Especial de Investigação em Nova Lima. Relatório, 3º Volume, Publicações subversivas.

Outro cartaz conclamava: "Resposta ao assassinato de WILLIAM. O Povo Lutará: Contra a Ditadura! Aumento de Salários! Contra o Capital Estrangeiro!"[144]

Circulou também um manifesto público, divulgado inclusive na imprensa carioca e assinado por 14 parlamentares de vários municípios mineiros – "os vereadores de Prestes": Orlando Bonfim Júnior, de Belo Horizonte; Anélio Marques de Guimarães e Antônio Liberato, de Nova Lima; Lindolfo Hill, de Juiz de Fora; Roberto Margonari, José Virgílio Mineiro, Enkmar Borges e Enoke de Paiva, de Uberlândia; Hilda Ferreira, de Araguari; Larlson Godol, de Poços de Caldas; Galba Rodrigues Ferraz, de Cataguases; Pedro Paulo Rodrigues, de Aimorés; Antônio Pedro de Andrade, de Sabará; Lucília Rosa, de Campo Florido –, que denunciava, "o governo de Milton Campos" como "cúmplice do assassinato de William Dias Gomes":

> No dia 7 de novembro de 1948, um bando de capangas embriagados, agentes do Ministério do Trabalho, e a serviço da Cia. Morro Velho, invadiu o Escritório dos Vereadores do Povo em Nova Lima, ASSASSINANDO EM SEU INTERIOR o líder operário e vereador mais votado da cidade, William Dias Gomes, que dirigia a luta pelo aumento de Cr$7,00 diários, nos salários de todos os mineiros. E neste mesmo ataque também foi vítima do bando assassino o trabalhador Ornélio, morto pelos bandidos com os maiores requintes de perversidade. [...] É um crime que sempre será recordado em todo o estado de Minas. Sua preparação e consumação são também conhecidos em todos os seus detalhes, principalmente pela população de Nova Lima. Ninguém desconhece os assassinos que continuam impunes, em plena liberdade, reunindo com chefes políticos locais e ainda acobertados pela polícia, enquanto Raimundo Barreto, uma das vítimas do bando, continua preso nos cárceres de Milton Campos, Pedro Aleixo e Campos Cristo.[145]

Prossegue o manifesto dos vereadores:

> Transferiram imediatamente o capitão Mário Lindemberg, dada sua escandalosa cumplicidade no assalto, DANDO INÍCIO À COMÉDIA DE UM INQUÉRITO cujo único resultado até agora foi manter Raimundo Barreto na prisão, enquanto os capangas da Cia. Morro Velho continuam livres para novos assassinatos debaixo da mais cínica proteção da polícia do Estado, que ainda hoje fornece 'tiras' especiais para o serviço da Cia. [...] Até agora permanece a vergonhosa pressão policial sobre os trabalhadores da Cia. Estrangeira, que não podem mais nem reunir em recinto fechado para discutirem suas necessidades, porque a isso são impedidos pelo capitão de polícia de Nova Lima e pelo tenente de Raposos, autoridades zelosas pelos interesses da empresa, orientadas pela chefatura de polícia para oprimir e perseguir os trabalhadores da Morro Velho.[146]

Conforme Magda Campbell, o referido "tenente de Raposos" efetuou a prisão de um garoto com apenas oito anos [de idade], filho de um vereador operário e integrante dos 51 processados: "Foi. [...] Filho do Anélio, eu não lembro... [...] É filho do Anélio Guimarães."[147] O oficial era o tenente Pedro Ferreira dos Santos, o futuro coronel que mais tarde iria também reprimir o povo de Governador Valadares:

> Esse tenente Pedro andava a cavalo lá em Raposos. [...] Assim a pessoa sentia que vinha o tenente Pedro, com o cavalo dele, todo mundo saía correndo da ponte, de todo lado, porque ele jogava o cavalo em cima das pessoas, sem dó nem piedade, menino, mulher, velho, sabe? Ele era um homem sádico [...]. Ele foi que prendeu o filho do Anélio, que fez essa porção de prisão, e que mandou bater nesses operários. Eu sei que teve outros que fizeram também, mas ele ficou muito marcado, porque ele fazia questão mesmo de falar que fazia isso, que ele não gostava mesmo de pobre, não gostava de operário, não gostava de comunista, ele falava isso tudo assim rasgado. Ele não aceitava as pessoas, ele achava que estava por cima, que ele era onipotente, que as pessoas então estavam ali para servi-lo. Então ele era um homem muito perigoso [...]. Lembro-me dele, de criança e de ouvir falar. As pessoas falavam, os vizinhos, os amigos: 'Ah, esse homem é um perigo; Magda, se você o vir no cavalo, você corre, esconde no primeiro buraco que você encontrar'. Então eles falavam assim para a gente. Nós, às vezes estávamos na estação; ele vinha descendo, a gente corria, entrava no bar do Calixto, entrava na própria estação do trem, para não ter jeito de entrar lá com o cavalo em cima da gente. A gente corria dele, nós corríamos dele. Ele era um homem perigoso. Superperigoso, sabe? [...] Pedro Ferreira. Pedro Ferreira. [...] Lembro-me bem o nome dele.[148]

A execução de junho, em 17/06/1949

Os fatos narrados no depoimento de Magda Campbell são compatíveis com a trajetória percorrida pelo policial militar. Em fins de 1948, sua fama de anticomunista estava em alta, pois armara a provocação de que um assassino estaria a serviço do então deputado federal Pedro Pomar, para explodir o Porto de Santos.[149] Sua biografia, com viés laudatório, relata a participação direta do governador Milton Campos na operação que o enviou a Nova Lima e o nomeou delegado de Raposos, bem como as suas tratativas diretas com representantes da Companhia Morro Velho, fechando assim – e simbolizando – o círculo das responsabilidades repressivas que desabou sobre os mineiros, conforme os trechos a seguir:

> O governador Milton Campos [...] convocara seus principais secretários mais o chefe de polícia Campos Cristo e o Cmt. José Vargas da Silva. [...] O coronel Vargas esclareceu que dois pelotões do Batalhão de Guardas se achavam em 'ordem de marcha', aguardando diretrizes. O grande problema era: quem vai comandar a tropa? [...] Campos Cristo [...] disse: [...] – só visualizo uma pessoa capaz. [...] O tenente Pedro. [...] Enquanto o coronel Vargas [...] escutava perplexo aquelas observações do chefe de polícia, [...] o governador Milton Campos interveio: [...] – Já ouvi falar nesse tenente Pedro. Acreditava-o um policial que lidava com facínoras perigosos. Via-o pela sua fama de homem arbitrário e violento. Porém, diante dos fatos, curvo-me aos argumentos do senhor chefe de polícia e recomendo ao senhor comandante Vargas que o invista do comando da tropa [...]. Fora investido no cargo de delegado de polícia em diligência em Nova Lima e no comando de um contingente de elite do Batalhão dos Guardas no valor de uma companhia de fuzileiros reduzida. [...] Fez a seu jeito: firme, direto e objetivo – o tratamento de cavalheiro para quem se portasse como homens; o relho e a enxovia para os moleques.[150]

O episódio confirma, com precisão e de forma incontestável, as responsabilidades de altas autoridades públicas e da Companhia Morro Velho, acumpliciadas, na repressão ao movimento operário, sindical e popular em Nova Lima, Raposos e Rio Acima:

> No dia seguinte ao retorno, após ser cumprimentado por diversos próceres políticos, inclusive pelo governador Milton Campos, que o chamara ao Palácio da Liberdade para conhecê-lo, compareceu ao gabinete do chefe de polícia que o aguardava em companhia dos principais diretores da *Saint John Del Rey Mining Company.* Presente também o coronel José Vargas da Silva. Pedro estava sendo convidado para assumir a delegacia especial de polícia de Raposos [...]. Foi-lhe relatada uma situação caótica. Os comunistas e os 'bicheiros' dominavam a cidade. [...] Enquanto isso, a produção estava sendo sabotada no interior das minas. Houvera uma queda de 60%, havia uma espécie de 'greve branca' permanente. [...] Perante aquela plateia selecionada, Pedro, após refletir alguns momentos, colocou a sua posição. [...] – Pelo que vejo, estamos diante de um grave problema de ordem pública que afeta a economia. É uma missão militar, portanto estão querendo entregá-la a um oficial investido do cargo de delegado especial de polícia.[151]

Nomeado para policiar o enterro de William, o tenente impusera, literalmente, a paz do cemitério. De vez que acabara de reunir-se com o governante, o

secretário, o comandante e os diretores da Companhia, não precisaria esclarecer com palavras quem julgava serem os "homens" dignos de tratamento como "cavalheiro". Já que, no seleto conclave, acordara com os representantes patronais a sua introdução "no interior das minas", sob o disfarce de operário, para espionar os mineiros,[152] parte preparatória da nomeada "missão militar", também deixou óbvio quem seria o inimigo, isto é, "os moleques" sobre os quais desfecharia "o relho e a enxovia".

Enquanto isso, a campanha contra a repressão e os desmandos estava sendo coberta pelo Jornal a Folha do Povo, do Rio de Janeiro. Dirigentes nacionais do PCB, como Pedro Pomar, escreveram várias vezes sobre o tema. Também houve muitas outras matérias. Por exemplo, um manifesto intitulado "Protestam os intelectuais junto ao sr. Milton Campos", assinado por várias personalidades públicas – como Astrogildo Pereira, Edson Carneiro, Graciliano Ramos, Maurício Vinhas de Queiroz, Osvaldo Peralva e Otávio Brandão, entre outros –, afirmava: "Devem ser punidos os assassinos do vereador William Gomes".[153]



AGÊNCIA LUX

Folha do Povo
RIO DE JANEIRO

PROTESTAM OS INTELECTUAIS JUNTO AO SR. MILTON CAMPOS

DEVEM SER PUNIDOS OS ASSASSINOS DO VEREADOR WILLIAM GOMES

Escritores e jornalistas democratas enviaram ao governador de Minas Gerais, veemente telegrama de protesto contra a chacina de Morro Velho, de que resultou a morte dos trabalhadores William Gomes e Onésio Pereira:

"Governador Milton Campos — Palácio da Liberdade — Belo Horizonte

Protestamos veementemente contra o brutal assassínio do líder popular William Dias Gomes e do mineiro Onésio Pereira Castro, vítimas da sanha de emprêsa estrangeira, com aberta conivência da polícia. Tais crimes envergonham e indignam a consciência nacional, tornando-se imperiosa e imediata a punição dos bárbaros massacradores.

Astrojildo Pereira — Graciliano Ramos — Aydano Couto Ferraz — Pedro Mota Lima — Moacir Werneck de Castro — Egidio Squeff — Lia Corrêa Dutra — Maurício Vinhas de Queiroz — Otávio Brandão — Emo Duarte — Paulo Mota Lima — Edison Carneiro — Osvaldo Peralva — [illegible] Jurandir — Floriano Gonçalves — Rui Facó — Gilberto Faim — Moacir Paixão — Osvaldo Alves — Fernando Segismundo — [illegible] Austregesilo — Atania Reis Kondor — Arcelina Goto — Souza Filho e Santos Morais"

Figura 9 - Intelectuais exigem a punição dos assassinos de William e Ornélio. Fonte: Comissão Especial de Investigação em Nova Lima. Relatório, 3º Volume, Publicações subversivas.

Mais uma nota, com o título "Contra a Chacina de Morro Velho", complementado por "Protestos populares endereçados ao senhor Milton Campos", transcrevia o seguinte telegrama:

> Ao sr. Milton Campos, [...] cidadãos de diversas profissões, residentes nesta Capital, enviaram ontem o seguinte telegrama: [...] 'Profundamente indignados contra o bárbaro assassinato do vereador William Gomes e seu companheiro Onélio Pereira, exigimos imediata punição dos culpados. [...] Ass/ Valdir Braga, Manoel Ludovico, Orlando Osório Soares, Artigas Valente, Deiolo M. Ferraz, Frois Jesus, Aluízio Campos, Nilson Alencar, José Ferreira do Nascimento, Dinísio L. Almeida, Antônio Geofre Vanderley, Luiz Varela, Jovenito Marcelino, Jorge Rocha, Leonetti Vasconcelos, Arlindo Lima, Martin Correia, Joana D'Arc Varela, José Custódio, Everaldo Cruz'.[154]

Uma terceira matéria clamava por "solidariedade aos mineiros":

> William Gomes e Ornélio Pereira, os dois mais acatados líderes dos mineiros da Morro Velho, foram assassinados a mando dos ingleses, pelos capatazes da Companhia Minas de Morro velho. Os nomes de heróis e mártires desses dois dirigentes operários são hoje uma bandeira sob a qual se acolhem para lutas futuras os trabalhadores de Minas Gerais, terra de amor à liberdade, cujas tradições o sr. Milton Campos desmentirá como governante se não punir os covardes trucidadores, passando à posição de cúmplice perante a opinião pública.[155]

A resistência adquiriu uma característica de massas, com ativa participação operária. O Jornal Folha do Povo noticiou a luta: "greve de protesto nas Minas de Morro Velho". Assim desdobrou a manchete: "apesar do ambiente de terror, mantido pelos capangas da empresa e pela polícia do Sr. Milton Campos, os trabalhadores iniciaram um movimento de braços cruzados – caiu para 50% a produção". A seguir, referindo-se aos efeitos da indignação popular, noticiou a morte do "indivíduo Antônio Fernandes da Silva", e os ferimentos sofridos pelo "bandido Belarmino Barbosa", ambos pertencentes ao bando que assaltara o escritório dos "vereadores do povo" e executara dois operários. Ambos estavam recebendo cuidados médicos no Hospital da Companhia Morro Velho.[156]

Após a greve de outubro e a chacina de novembro, logo após a fundação da Unas, a Companhia emitiu um novo regulamento interno, de caráter repressivo. Tentava, assim, estrangular as lutas e mobilizações operárias, e mais amplamente, inibir a participação proletária na vida política nacional, estadual e municipal. As suas normas – redigidas com a participação direta de uma comissão do

governo federal, que havia sido nomeada para investigar "a queda da produção" e "sugerir medidas para sanar essa anormalidade" – tentavam controlar o mundo do trabalho e reprimir quaisquer liberdades democráticas sindicais, políticas e civis, fazendo valer uma rígida hierarquia e uma disciplina draconiana, um clima de desconfiança, intimidação e delação, imposta pelo capital.



GREVE DE PROTESTO
NAS MINAS DE MORRO VELHO

APESAR DO AMBIENTE DE TERROR MANTIDO PELOS CAPATAZES DA EMPRÊSA E PELA POLICIA DO SR. MILTON CAMPOS, OS TRABALHADORES INICIARAM UM MOVIMENTO DE BRAÇOS CRUZADOS — CAIU PARA 50% A PRODUÇÃO

MORRE UM DOS ASSASSINOS E OUTRO SE ENCONTRA EM ESTADO GRAVE — O AMBIENTE EM NOVA LIMA — PROTESTOS EM TODO O ESTADO

Figura 10 - Greve em protesto contra a Chacina de Novembro. Fonte: Comissão Especial de Investigação em Nova Lima. Relatório, 3º Volume, Publicações subversivas.

Eis alguns de seus dispositivos:

> Art. 6º - É expressamente proibida aos empregados, dentro do estabelecimento, ainda que em horas de refeição ou descanso, a prática de atos ou atitudes que signifiquem a propaganda de políticas partidárias, doutrinas, credos ou ideologias de qualquer espécie. [...] Art. 7º - É terminantemente proibida a formação de grupos para fins que não sejam os do trabalho em turmas, assim como reuniões para conversas sobre assuntos estranhos ao serviço. [...] Art. 16 - É terminantemente proibido riscar ou escrever quaisquer dizeres, afixar cartazes ou avisos de qualquer natureza nas paredes, muros, vagonetas, máquinas ou quaisquer outros bens da Companhia, assim como fazer circular panfletos, boletins ou publicações manuscritas ou impressas em locais de serviço ou em quaisquer dependências da Companhia. [...] Art. 24 - Todo empregado que tiver conhecimento de algum fato considerado prejudicial aos interesses da Companhia [...] deverá levá-lo ao conhecimento do Chefe. [...] Art. 29 – A concessão para

> ocupar casas de propriedade da Companhia ou a outorga de quaisquer outros favores que a Companhia possa dispensar, serão feitos aos empregados que as mereçam [...] de acordo com as anotações consignadas em seu prontuário.[157]

Fica evidente que as regras expostas, redigidas de comum acordo com a comissão do governo federal, presidida por um coronel, representaram a antessala do terror generalizado dentro e fora da mina, atingindo formas de violência e amedrontamento inauditos. Prepararam-se, inclusive, documentos-padrão de retratação e abjuração públicas – repudiando ideologias e laços partidários, como condições para que os trabalhadores suspeitos de "vermelhos" pudessem permanecer na empresa, serem acolhidos na sociedade e suas instituições veneráveis –, que lembravam os processos inquisitoriais da Idade Média europeia e da época colonial.

Eis um desses textos de renúncia compulsória, como condição de manter o emprego, livrar-se das perseguições, reintegrar-se aos cultos católicos e ser aceito na vida social, ou seja, para evitar o carimbo de pária vermelho:

> O abaixo-assinado [...], residente nesta cidade, operário, vem declarar a seus amigos e às autoridades de Nova Lima o seguinte: [...] 1º - Há mais de dois anos ingressou no Partido Comunista, no qual militou até a sua extinção pela justiça do Brasil. [...] 2º - Tendo tomado esta atitude de boa fé e reconhecendo depois tratar-se de uma ideologia contrária aos princípios cristãos, às leis de sua pátria e à própria felicidade de seus camaradas operários, afirma, pela sua honra de cristão brasileiro e chefe de família, que não professa os princípios bolchevistas, desligando-se de qualquer compromisso com o extinto Partido e seus atuais seguidores. [...] Nova Lima, 10 de abril de 1949. [...] Ass. [...][158]

Era o anúncio de ainda mais violência física contra os que não se curvavam em face das ameaças. Na madrugada do dia 17/06/1949 foi executado o operário comunista José dos Santos. Michel Marie Le Ven, no seu livro biográfico sobre Dazinho, registra com exatidão a conjuntura e sua marca trágica: "foi o momento do assassinato de 'Lambari'."[159] A certeza geral era mitigada pela imprensa, que apenas aventara, em tom provocador, "a hipótese de questões políticas, pois o morto professava a doutrina de Moscou e não escondia sua filiação partidária."[160]

Todavia, na noite seguinte, os vereadores comunistas – já então subdivididos entre as câmaras municipais de Nova Lima e Raposos, de vez que o antigo município fora desmembrado – assinaram, imprimiram e divulgaram um panfleto que

denunciava o caráter e a motivação do crime, assim como os nomes dos seus executores. Conforme os parlamentares operários, os assassinos eram os mesmos que chefiavam o bando que invadira o escritório dos "vereadores do povo" e executara William, 20 dias antes. Agora, porém, com o respaldo da Unas.

Aberto o inquérito, o criminoso se apresentou cerca de quatro dias depois, acompanhado por um advogado e duas testemunhas, que corroboraram a sua versão fraudulenta. Ninguém acreditava em semelhante versão, nem os algozes, nem as autoridades públicas, nem os companheiros da vítima. Mesmo assim, o inquérito foi encerrado, com base em uma fantasiosa "legítima defesa" que desfechara uma saraivada de sete tiros à queima-roupa contra um homem que estava só e desarmado. Os fatos de domínio público e todos os depoimentos colhidos desmentem, categoricamente, essa versão oficial.[161]

Conforme apurou Yonne Grossi, com base em depoimentos de testemunhas que viveram o clima da época e no local, a execução tem contornos fáticos que indicam sua natureza política:

> Os entrevistados testemunharam que José dos Santos trabalhava na mina e tinha o apelido de Lambari, devido a um defeito numa das pálpebras, que lembrava olho de peixe. Era membro do Comitê Municipal (CM) e assistente das células formadas por mulheres, parentes de mineiros e camadas populares. As células se subdividiam por bairros e distritos. Sua função era ativar as associações femininas, união feminina, comitê democrático de mulheres, liga das noivas, etc.[162]

Os depoimentos também frisaram as características pessoais e informaram sobre as tarefas políticas a cargo de José dos Santos:

> Os depoimentos o consideravam especial no trato com as mulheres. Organizava-as e as mobilizava para as lutas. Para ser respeitado, apreendera 'com perfeição todo o serviço das mulheres'. Olhar crianças, cozinhar, preparar varal de roupas, remendar etc. Diziam dele: 'só não sabe dar à luz'. Era casado, tinha dois filhos. Sua mulher compreendia o trabalho dele, sem ciúmes. Era solidário, mas incisivo na hora das tarefas partidárias. Nunca se ouviu falar 'de um deslize moral de Lambari com relação às companheiras ou outras mulheres. [...] Durante o período da legalidade sua participação nas eleições foi ostensiva. A oposição sabia de seu potencial de liderança, A oposição sabia também que quando os homens arriam, as mulheres tomam o lugar deles. Lambari ficou conhecido demais, pela polícia e os mineiros contra o Partido."[163]

"A oposição", desta forma, assume um significado abrangente, que representa, no contexto, a Companhia, a polícia, a Unas, a hierarquia da Igreja, os capangas, os políticos conservadores, os interventores no Sindicato e os "paus-mandados" dentro da mina. Um depoimento, em especial, constrói a moldura e aponta as responsabilidades relativas à execução do dirigente partidário:

> Foi assassinado quando voltava da reunião com uma célula feminina, em um distrito da cidade. Havia rumores de que estava na mira dos capangas da Companhia. Os companheiros insistiram para que dormisse no distrito. A reunião ia acabar tarde. Estava preparando uma campanha pelos direitos das viúvas. O seguro demorava a pagar a indenização por acidente de morte na mina. Ele disse: tenho que ir e voltar. Vou trabalhar amanhã cedo'. [...] Nova Lima à noite era ermo, passada a hora de o pessoal sair do serviço. Lambari foi assassinado de tocaia, já indo para sua casa. Foi abatido a tiros. Os estampidos acordaram e chamaram a atenção de vizinhos. Juntou gente. Os vizinhos já o pegaram morto. [...] Os mineiros que saem do turno da noite, após o banho, voltam para casa mais ou menos às 11:30 horas. Depende da distância. Os que moravam perto do local do crime viram três vultos correndo. À escuridão não deu para reconhecer.[164]

Ciente das implicações desses depoimentos e das circunstâncias do crime, a pesquisadora Yonne Grossi estabelece, com precisão, os interesses, as motivações e as conexões presentes e evidentes no assassinato de José dos Santos, em especial a sequência de extermínios que mirava os dirigentes comunistas na região em que operava a Companhia Morro Velho, o perfil similar dos suspeitos, o *modus operandi* da operação criminal, o comportamento desrespeitoso em face do enterro e a repetitiva conduta policial:

> São claras as implicações político-partidárias de Lambari, e o que sua liderança representava de ameaça para a empresa. A Companhia se comportando de modo idêntico ao da morte de William: não dispensou operário para o enterro. Aliás, a narrativa do assassinato dos dois líderes comporta indagações. O que fundamentaria a ação da Companhia, se subjacente ao extermínio de operários houvesse barganha entre a empresa e culpados pelo inquérito policial? Por que a Companhia se arriscaria a possíveis reações do movimento operário, no sentido da radicalização da luta de classes? Ou a filosofia da empresa se configuraria em castigar com a morte, visando exterminar ideias? Por que não se valeu de instrumentos jurídico-legais, outorgados pelas próprias leis trabalhistas? Por que recorrer a métodos utilizados pela Inglaterra

> em seus impérios coloniais? É certo que a dominação inglesa institucionalizaria a política de favorecer discordâncias para se prevalecer de situações, como ocorrera em seu império na Europa, Ásia, África, América.[165]

Hoje, quase 70 anos depois, considerando-se a conspiração que, associada à omissão, apagou as provas técnico-periciais e tentou eliminar os rastros da memória histórica, já não é possível fechar os detalhes perdidos sobre a execução do militante operário. Porém, não restam dúvidas significativas sobre as responsabilidades da Companhia, da Unas e dos órgãos policiais, que vão da ordem de assassinato à omissão criminosa, passando pela ação combinada para eliminar provas e cobrir os fatos de domínio público com a mortalha do esquecimento.

Por fim, a Covemg rememora também o nome de José dos Santos e perpetua sua memória. Anélio Marques relatou um fragmento biográfico sobre a militância de "Lambari" junto ao movimento das mulheres em Nova Lima, Raposos e Rio Acima, com os familiares dos mineiros que trabalhavam na Companhia Morro Velho. Como responsável pelo trabalho feminino no comitê municipal do PCB, implantou o movimento e prestava assistência às suas dirigentes. Destacava-se pela facilidade de organizar as mulheres e de conversar sobre tudo, desde os direitos das mulheres, passando pela carestia e demandas educacionais, até a defesa do petróleo.[166]

Em meados de 1949, concomitantemente ao extermínio dos dirigentes e militantes comunistas, a Companhia e o governo federal elaboraram mais um artifício, adicional e complementar, para deter o movimento operário e sindical, que jamais aceitara como a manifestação de um direito coletivo fundamental. Tratava-se de uma farsa "legal", com a cobertura da Justiça: a demissão de trabalhadores, mesmo estáveis, sem arcar sequer com o ônus da indenização, a pretexto de combater a sabotagem da produção. Sob tal argumento, arrolou 51 operários, escolhidos a dedo.

O passo foi dado em 26/06/1949, apenas 11 dias após a execução de José dos Santos, quando um represente da procuradoria geral do estado de Minas Gerais, o 1º subprocurador geral J. Pinto Rennó, entregou ao juiz de direito da comarca de Nova Lima, José Tavares Reis, em ofício, uma denúncia que remontava à greve de outubro no ano anterior, em termos que explicitam, sem rodeios, o interesse de classe em jogo, conforme as citações a seguir:

> Pelo Exmo. Senhor Ministro do Trabalho foi designada uma Comissão para investigar as causas do decréscimo de produção da '*Saint John del Rey Mining Co. Ltd.* e sugerir

> medidas capazes de sanar as anormalidades' encontradas. [...] Após exaustivas diligências, essa comissão chegou à conclusão de que as anormalidades existentes eram consequências de atividades de operários filiados ao extinto Partido Comunista do Brasil, como se vê no seguinte trecho do Relatório (fl. 6, 1º Vol.) [...] 'Ficou demonstrado [...] que como resultado de intensa campanha comunista e até mesmo em consequência da pressão exercida por esses sobre grande maioria dos empregados da Companhia, foi imposta à empresa, durante os primeiros dias de outubro do ano próximo passado, uma greve branca de sérias consequências e, finalmente, a paralisação de todos os seus serviços por dois dias.[167]

Prossegue a denúncia de um agente público que nem tentava disfarçar a sua condição de procurador empresarial:

> Durante a greve branca, os elementos comunistas empregados da Companhia se desdobraram em atividades. E, com seu trabalho dissolvente e impatriótico, ganharam terreno na propaganda de sua ideologia e levaram à completa desorganização o ritmo de produção na Companhia. [...] Não contentes, foram até, os inimigos do regime, da ordem e da lei, em 13 de outubro citado, tomando de assalto os portões da empresa e impondo, com violências e ameaças, o fechamento das seções de trabalho, impuseram a paralisação de todos os serviços da Companhia.[168] [grifos do texto original]

Para assim concluir, na dúplice e indisfarçada condição de advogado do Estado e do capital:

> A cessação do trabalho considerar-se-á falta grave e autoriza a rescisão do contrato de trabalho (dec.-Lei 9.070, de 15/3/46, art. 10). [...] Como, na sua maioria, sejam os operários estáveis, vem o Ministério Público, na forma do § único do art. 10 do citado Decreto-Lei 9.070, representar a V. Exa. para que autorize a Empregadora a rescindir os seus contratos de trabalho, procedendo-se tudo na conformidade das leis reguladoras da matéria, citados os empregados, constantes da relação abaixo, para que apresentem na forma legal, a defesa que tiverem.[169]

A peça persecutória arrola os nomes dos indiciados, a maioria com 20 a 30 anos de trabalho. Eis os nomes dos 51 operários atingidos pela repressão, por meio do processo iniciado em 28/06/1949, na ordem em que aparecem no corpo da denúncia e acompanhados por seu número de "chave": 1) Argemiro Marçal de Oliveira, 2.026; 2) Antônio Liberato, 2.112; 3) Benevenuto Ferreira, 2.117; 4)

Agenor Gomes Ferreira, 2.129; 5) José dos Santos, 5.061; 6) Eliezer Pereira da Silva, 5.279; 7) Geraldo Cipriano Teixeira, 6.124; 8) Alvino Ferreira, 6.367; 9) José Egydio Nery, 8.028; 10) Modesto de Paula Santos, 8.114; 11) João Felipe de Oliveira, 8.125; 12) Militão Alves Rosa, 9.028; 13) Manoel Corrêa Sá Bandeira, 518; 14) João Batista Soares, 571; 15) Pedro Matias Horta, 588; 16) Sebastião Araújo Silva, 922; 17) Antenor Rodrigues das Dores, 142; 18) Lindorico Silva Barbosa, 240; 19) Ladislau Pereira, 241; 20) Pedro Junqueira, 258; 21) Vitalino Rufino Martins, 404; 22) Florindo Peixoto Frade, 790; 23) Orlando Corrêa, 809; 24) João Batista Viana, 1.825; 25) Luiz Pascoal dos Santos, 2.003; 26) Joaquim Carvalho, 3.041; 27) Joaquim Gonçalves Andrade, 8.116; 28) Raimundo Barreto Lima, 9.005; 29) Venceslau Ferreira, 2.312; 30) Ulisses Vieira Silva, 2.830; 31) Alcebíades Melo Campbell, 2.942; 32) Adão Vital Silva, 3.263; 33) Geraldo Policarpo Souza, 4.462; 34) Anélio Marques Guimarães, 4.426; 35) Eurípedes Nunes Coelho, 4.604; 36) João Ferreira Dias, 2.800; 37) José Alves Vieira, 2.934; 38) Fhesibe Ribeiro Sales, 3.004; 39) Agamenon Arruda Alves, 3.407; 40) Alsor Madureira Melo, 3.633; 41) Dionísio Gomes, 3.770; 42) José Carolino dos Santos, 653; 43) Nelson Fernandes de Melo, 5.245; 44) Jorge Branco, 263; 45) Adão Firmo, 317; 46) José Eduardo Braga, 594; 47) Sebastião Vitorino Silva, 748; 48) Antônio Ferreira Dias, 877; 49) Manoel Madureira Rodrigues, 484; 50) João Oliveira Guimarães, 689; 51) José Vizaque, 1.434.[170]

O argumento do subprocurador apenas repetia, quase *ipsis litteris*, os termos contidos na carta da comissão especial de investigação em Nova Lima, enviada ao ministro em 14/03/1949:

> Daí chegou a Comissão Especial de Investigação em Nova Lima a uma gravíssima conclusão: a de que a queda da produção se prende a um trabalho deliberado do comunismo que, infiltrando-se sub-repticiamente nos meios operários, por métodos de ação já conhecidos, ali exerce a sua nefasta influência, provocando a grave situação. Pregando a greve branca, ou de braços cruzados, os comunistas culminaram na sua impatriótica empreitada, induzindo o operariado à paralisação total do trabalho, o que se verificou, por dois dias, em outubro do ano p. findo, debaixo de violência e ameaças por parte do grupo comunista. [...] Apurou a Comissão a responsabilidade dos principais dirigentes do impatriótico e ilegal movimento, bem assim o sentido da luta política por eles desfraldada, e que se acha em pleno desenvolvimento com a desorganização deliberada dos serviços.[171]

Acatava, também, as sugestões "b" e "c" da comissão especial, transformando-as em peça persecutória e confessando, nos próprios termos do ato denunciante, a perseguição sindical, política e ideológica:

> b) Demissão de vários empregados que gozam de estabilidade, e que são os principais responsáveis pelos acontecimentos verificados, conforme relação nominal que apresenta. [...]
> c) Demissão de vários outros empregados, também arrolados e que não gozam de estabilidade funcional.[172]

O processo judicial contra os 51 militantes, em 06/07/1949

Prontamente, no dia 07/07/1949, com celeridade incomum – após rápidos 11 dias a partir da denúncia –, o juiz José Tavares Reis ordenou que os oficiais de justiça cumprissem a intimação aos 51 denunciados sob a acusação de comunistas e "sabotadores", assim como a outra parte, que seria a empresa.[173] Aliás, a polícia cometeu uma imprecisão: apenas 50 eram militantes orgânicos do Partido. No entanto, corria a notícia de que havia outra lista, com mais "400 'vermelhos'."[174] A Companhia e o Estado tinham pressa. Sintomático e relevante: mesmo que submetidos à estrita vigilância política e fichados na delegacia de polícia de Nova Lima, como "vermelhos", os atingidos tinham suas folhas de serviço isentas de anotações desabonadoras.

Na verdade, o subprocurador Rennó nada fez além de transcrever a lista de sindicalistas que lhe foi remetida pelos informantes da Companhia, por meio da comissão especial de investigação em Nova Lima, e as fichas de comunistas que lhe foram entregues pela delegacia de polícia. Resta patente o conluio e a conspiração antidemocrática e ilegal entre a Companhia Morro Velho, o governo estadual, o governo federal, o MPE e a Justiça. Ficam, ainda, comprovados: primeiramente, a inépcia da fundamentação no respeitante à acusação de "sabotagem"; depois, o caráter antissindical e ideológico da medida coercitiva.

A improcedência e o caráter farsesco da denúncia e de sua aceitação pelo "juiz de Direito da comarca de Nova Lima" são reforçados pela inclusão do nome de José dos Santos, que havia sido executado anteriormente. Aliás, a perseguição ao nome de um cadáver, além de representar um assédio moral gravíssimo à sua família ainda enlutada e uma mesquinha tentativa de sonegar indenização à viúva pela dispensa do ex-marido, lembra certo manifesto, publicado em 1848, que narrara o pânico do capital e de seus políticos perante as andanças de um fantasma pela Europa afora.

A repressão política aos mineiros e ao movimento operário é ainda confirmada pelas pesquisas bibliográficas e em arquivos públicos, além de narrada por todos os depoimentos e entrevistas realizados pela Covemg, entre as quais familiares de dois arrolados no processo dos 51. Alcebíades Campbell Filho, por exemplo, denuncia a perseguição sofrida por seu pai, Alcebíades Melo Campbell, que "foi

eleito para a comissão de salário em 1947", que "foi reeleito em 48", que se orgulhava de ser comunista e que repudiava a pecha de "sabotador": trata-se de uma clara exclusão por motivos sindicais e ideológicos.

Iguatemy Corrêa, depondo sobre a violência constante à época sofrida por seu pai, Orlando Corrêa de Sá Bandeira, declarou:

> [...] em um só ano, [...] meu pai foi preso 17 vezes por ser comunista, ficando detido de um a 20 dias em cada caso e sofrendo agressões, sendo que uma vez teve de sair da prisão com o corpo encolhido por causa de açoitamento com mangueira em suas costas [...][175]

A alegação inicial, de que teria havido queda na produção, acabou sendo a prova maior e inquestionável contra o processo por "sabotagem". Aliás, o aludido declínio fora o motivo declarado para a formação da comissão especial de investigação em Nova Lima. Todavia, apesar dos números destorcidos e gráficos de encomenda preparados pelos comissários oficiais, os dados guardados pela própria Companhia, relativos aos resultados obtidos ano a ano, demonstram que de 1947 a 1948 a queda na produção foi de 325.900 para 316.700 toneladas, isto é, 2,8%, enquanto a retração no efetivo de operários no subsolo foi de 2.403 para 2.267, ou seja, 5,7%.

A realidade se repetira: de 1948 a 1949, mesmo com a greve e os movimentos políticos de protesto, a produção subiu de 316.700 para 328.900 toneladas, isto é, 3,8%, ainda que o efetivo do subsolo permanecesse inalterado – 2.267 operários.[176] Como se vê, o argumento de queda na produção e de sabotagem não passou de uma mentira com fins de provocação. A crise pela qual passava a empresa no final dos anos 1940 se evidencia quando se consideram as mudanças que seus administradores acabaram introduzindo nos equipamentos de labor, tais como novas perfuratrizes, escavadeiras mecânicas e locomotivas elétricas para transportar o minério.[177]

De fato, os diretores da Companhia tentaram, antes de atualizarem o capital constante e os processos técnicos da empresa, aumentar os resultados com a redução no contingente de operários, para prolongar a sobrevida de forças produtivas obsoletas, ou seja, condensando a carga e acelerando o ritmo das operações, em típica intenção de elevar a mais-valia, ampliando a superexploração do trabalho pelo capital. Entretanto, os 51 arrolados, em seus depoimentos, desmontaram os argumentos da Companhia e desmascararam suas reais intenções.[178]

O processo, aberto sem qualquer fundamento plausível, seguiu em frente como causa trabalhista, de vez que ao juiz José Tavares Reis foram atribuídas funções correspondentes. A Companhia ficou representada pela procuradoria geral do estado de Minas Gerais. Caracterizara-se, pois, contra os operários, um poderoso bloco formado pelo capital estrangeiro, o MPE e a própria Justiça, sob a benção do governador Milton Campos. Estava desenhada uma típica luta política, com dimensões abrangentes.

A imprensa local e nacional reverberou o embate que, pelo vulto e pelas características sociopolíticas atingidas, suscitou vivo interesse público, inclusive nas áreas jurídicas e acadêmicas. Um depoente lembra a repercussão da luta de classes, que foi além da categoria econômica mineira:

> [...] ninguém esconde detalhes do acontecimento. Em praça pública o povo discute, procurando opinar contra ou a favor dos operários. Como parcela integrante da massa, os implicados gozam da preferência. A simpatia nasce espontaneamente, mas sempre espelha a realidade.[179]

Logo os acusados constituíram, como procuradores, advogados de sua confiança – Hezick Muzzi, Orlando Bonfim Junior, Antônio Claudio de Lima Vieira e Fábio Farin Medeiros. Pressionado pelo movimento operário, a própria diretoria interventora do Sindicato, mesmo escudando-se em um discurso anticomunista, teve que arguir a suspeição do juiz. Afinal, o magistrado mantinha íntimas e notórias ligações com a Companhia, já que residia de favor em uma de suas casas e primava por frequentar almoços com seus altos funcionários. Foram assim remetidos ofícios e notificações a várias autoridades, inclusive os titulares da secretaria do interior e da procuradoria-geral do estado de Minas Gerais,[180] em vão.

O magistrado suspeito, avesso a qualquer ponderação e razoabilidade, mas muito preocupado com o clima de protestos e confrontos, tomou providências policiais para amedrontar o povo e precaver-se de eventuais consequências do processo de radicalização em curso. Nesse clima, uma tentativa de acordo foi encaminhada pelo MTIC, que acenava com dispensa mediante indenização. Todavia, os 51 se mantiveram firmes, exigindo a volta ao trabalho, tal como se decidiu na sua reunião coletiva com os advogados, em Belo Horizonte.

Tal postura se revelou fundamental para a continuidade e o fortalecimento da luta, inclusive em torno das audiências em Nova Lima, que se converteram em polos de resistência democrática.[181] A mobilização de massas extrapolou a região e o próprio contencioso judicial, transformando-se em pressão operário-

popular sobre as autoridades estaduais e federais. Uma passeata de mineiros, engrossada por familiares, que empunhavam cartazes, percorreu as ruas de Belo Horizonte em 21/07/1949 e se dirigiu à sede do governo estadual, reivindicando a sua intervenção em face da perseguição política e da repressão aos direitos sociais dos trabalhadores.

A omissão do governador foi justificada com o argumento de que o assunto estava na esfera judiciária, como se tal desculpa o isentasse de qualquer outra iniciativa e sancionasse, tanto a sua postura desde o início favorável à Companhia Morro Velho, como a intervenção policial orquestrada contra os mineiros e os comunistas. Tal política, francamente repressiva, não era "um raio no céu azul". Desde a sua posse, em março de 1947, Milton Campos combinava uma política econômica liberal com a intolerância em relação ao movimento operário e sindical, em consonância com o retrocesso comandado pelo governo federal.

Enquanto os mineiros desfilavam pela capital, a histeria anticomunista se oficializava e provocava uma devassa repressiva, enchendo as prisões de militantes sindicais, policiais militares, bombeiros, guardas civis e funcionários públicos, "a fim de serem submetidos a processo e julgamento" e "inquéritos", sendo frequente a prática de torturas.[182] Ao mesmo tempo, o governador via nos telegramas da Unas, que lhe eram enviados para atacar os "vermelhos" e "agitadores" e declamar a irrestrita confiança "na serenidade da justiça", a oportunidade para lavar as mãos como *Pilatus* das Alterosas – leia-se: sancionar e fortalecer o processo viciado em marcha.

Diante dos operários sem trabalho e sem salário, processados como se fossem criminosos, já lutando em primeira instância há um ano e meio, as forças reacionárias de Nova Lima primavam pela intolerância. Um depoimento narra como se efetivava o entendimento entre as principais instituições envolvidas na disputa, inclusive a Igreja – direta ou indiretamente, de forma aberta ou velada, por ação ou omissão, ativa ou por cumplicidade –, e os métodos então utilizados:

> Os 51 operários foram despedidos, sem indenização. [...] Foi feita uma procissão com a imagem de Nossa Senhora do Pilar, que passou em frente a casa de cada um deles, onde o cortejo parava e todos gritavam: [...] – Cristo reina? [...] – Reina! [...] – Abaixo os vermelhos! [...] – Abaixo![183]

Com o apoio, a conspiração e o ditado dos setores mais conservadores da região e de Minas, inclusive o governo e demais órgãos públicos, o juiz suspeito emitiu a sentença mais que anunciada, em 05/01/1951. Obviamente, proferiu

o veredito de culpabilidade e autorizou a Companhia a manter a demissão sem qualquer compensação indenizatória, em termos eivados por interesse de classe, que assim taxava os 51 demitidos:

> [...] autores de um movimento de caráter comunista, tendente à paralisação do serviço da mina, visando afetar a economia nacional, considerada a natureza das atividades da Companhia como indústria básica de defesa nacional, por força do ato do governo federal.[184]

No entanto, o drama e a luta dos mineiros continuaram refletindo-se na esfera jurídica como apelação ao Tribunal Regional do Trabalho, pleiteando a reforma da sentença. Desta feita, uma vitória parcial se deu em 05/09/1951, oito meses depois, quando o recurso foi tido como procedente por três votos, conforme o relator, eximindo os réus da acusação por sabotagem e ordenando a readmissão dos estáveis. No entanto, os juízes, após baterem o martelo "no cravo", preferiram dar outra pancada "na ferradura" pelo mesmo placar, concedendo aos não estáveis "apenas o direito de reclamação em juízo".[185] Insatisfeita pela mediação efetivada, a Companhia recorreu ao STF. Queria o esmagamento total dos réus.

Zeloso pelo código do capital – que mediante o Decreto-Lei nº 9.070, de 15/03/1946, ao dispor "sobre a suspensão ou abandono coletivo do trabalho" e dar "outras providências", proibia o direito de greve nas "atividades profissionais [...] consideradas fundamentais", entre as quais as "indústrias básicas ou essenciais à defesa nacional",[186] isto é, quase todas, inclusive a Companhia Morro Velho – o STF, um ano depois, retornou ao veredito primário por cinco a um, com base na greve de outubro, em 1948. De nada adiantaram os novos recursos judiciais e as petições ao presidente da República, já então Getúlio Vargas, assinadas por dirigentes sindicais do Estado inteiro.[187]

Durante a batalha judicial e política de três anos, só as listas de solidariedade e o amparo de militantes locais e estaduais, com participação de trabalhadores e Sindicatos de outras categorias econômicas, evitaram que os operários e suas famílias amargassem a miséria completa. Os lutadores jamais se livraram do preconceito ideológico e do medo empresarial diante do sindicalismo combativo, materializado na pecha de "comunistas" e "vermelhos", que seria sempre lembrada e repetida pela Companhia, pelos setores reacionários da Igreja, pela Unas, pela sociedade política conservadora mineira e pela histeria nacional, especialmente nos tempos de macartismo e Guerra Fria.

Tal situação foi ilustrada pelas seguintes manchetes de jornais, todas no Diário de Minas e no Estado de Minas, de Belo Horizonte, entre 1949 e 1952:

> Detido em Nova Lima um vereador comunista.[188] [...] Apreendido no Rio Farto material de propaganda comunista.[189] [...] Seis comunistas detidos em Juiz de Fora.[190] [...] O Brasil soube defender-se com energia dos envolvimentos comunistas.[191] [...] Rechaçados os comunistas em todo o território nacional.[192] [...] Proibida a realização de *meetings* comunistas em todo o território nacional.[193] [...] 18 mil comunistas disseminados em Minas Gerais. Cruzada Brasileira Anticomunista.[194]

Mesmo assim, enfrentando uma direita truculenta, unida, forte e determinada, o movimento dos mineiros manteve-se de pé. No início dos anos 1950, estava enfraquecido, mas vivo e ainda muito ativo, com sua extraordinária tradição de organização e luta, bem como sabendo adaptar-se às novas conjunturas em busca de um novo ciclo ascendente. Entre as mudanças, destacam-se o fim dos governos Dutra e Milton Campos. Em janeiro de 1951 tomam posse Getúlio e Juscelino. Em Minas, recua o liberalismo econômico fundamentalista, que lastreara uma política de subserviência completa em face dos setores empresariais e políticos até então estabelecidos e na zona de conforto.

Pouco a pouco, o eixo da ação pública cede lugar a um projeto centrado na eletrificação, implantação de rodovias e industrialização, que exigiam a iniciativa estatal e certas reformulações na base de apoio política, embora dentro da ordem estabelecida. Concomitante e articuladamente, o movimento operário ganharia novos espaços, enquanto no interior da Igreja os sinais de renovação emergiriam. Em Nova Lima, apesar do apego dogmático às tradições ultramontanistas e às interpretações universais abstratas sobre a doutrina paulina, que continuavam arraigadas ao espírito de harmonia metafísica entre lobos e cordeiros, criam-se a JOC e a ACO em 1951.

Um ano depois, o I Encontro Regional dos novos movimentos formaliza a iniciação batismal dos cristãos da mina e do entorno nova-limense no que se refere à existência real das classes e dos conflitos sociais, recuperando a célebre passagem de Eclesiastes, pela suposta voz de Salomão, que a Companhia, com sinal contrário e virulência extrema, já vinha adotando desde o nascedouro:

> 21. O lobo jamais terá amizade com o cordeiro: assim é entre o pecador e o justo. 22. Que relação pode haver entre um santo homem e um cão? Que ligação pode ter um rico com um pobre? 23. O onagro é a presa do leão no deserto: assim os pobres servem de pasto aos ricos.[195]

José Gomes Pimenta, o Dazinho, relembra o episódio em que se descolou da hierarquia retrógrada, fenômeno formal de uma realidade-síntese de múltiplas e complexas determinações e relações, cujo fulcro era o ombro a ombro do processo social de trabalho e a vivência político-sindical por anos a fio:

> Em 1951 fui procurado pela Ação Católica. O padre disse: tem um rapaz aqui, congregado mariano, bom católico. Peguei a literatura e estudei. Fui o fundador da JOC em Nova Lima. Um padre de Belo Horizonte entrou para o regional como assistente da JOC lá. Reunimos cinco ou seis sujeitos da mina e o padre Lage leu o Evangelho, e o disse em termos operários: amor, justiça, trabalho. Colocou o Evangelho na vida do operário.[196]

A participação de Dazinho na diretoria do Sindicato, durante o biênio 1953-1954, em aliança com os comunistas, soou como dobre de finados para a Unas e a autoridade do vigário local. Foram, por fim, a primeira enterrada e o segundo substituído, no processo que elegeu a principal referência da AC para a presidência da entidade em 1961:

> Em 1952 foi que participei efetivamente do Sindicato. Apareci numa chapa encabeçada por um candidato que não era católico, não era comunista, nem contra ambos. [...] o PC apoiou. Eu era efetivo da chapa. Ganhamos o Sindicato. Fiquei como secretário. Os comunistas sabiam trabalhar. [...] A partir desse momento. Meu próprio sogro veio a mim como intérprete da Companhia: se continuasse a mexer com o movimento sindical, a Companhia não faria nada por mim. Minha resposta: nada feito. [...] O presidente eleito foi completo em sua primeira gestão.[197]

Com a mesma postura, outro operário relata como o presidente eleito em 1952 e o movimento sindical combateram a direita: "Na primeira gestão ele comandava as massas. Não temia ninguém: Companhia, prefeito, governo. [...] Derrotou a Unas apoiado pelo nosso movimento."[198] Um antigo militante comunista também recupera o episódio:

> A composição de chapas visava à unidade para nós, que era a razão de existir do Sindicato. [...] Nossa tática era nunca dividir os que estavam contra a Companhia. [...] Circunstância trabalhadas por nós nos fizeram ter acesso a toda a vida de Nova Lima. [...] O Partido tinha sua força nas bases, na massa. [...] estávamos lá dentro da mina, sabíamos onde podíamos chegar, onde começar, onde terminar.[199]

A partir de então, apesar da continuidade repressiva – seja inercial, seja pela utilização permanente do aparato estatal que continuava intacto, inclusive a proscrição legal dos comunistas –, o movimento sindical entrou em nova fase de ascensão, conforme ilustram as seguintes lutas: em 26/06/1952, dissídio salarial; em 18/07/1952, ameaça de greve por melhoria de salários e adicionais; em 17/08/1952, dissídio com ameaça de greve por aumento salarial, abono familiar e adicional de insalubridade; em 12/10/1952, ameaça de greve em defesa da previdência própria; em 28/04/1953, ameaça de greve por aumento salarial, salário família e taxa de insalubridade.



O ambiente político na década de 1950 era profundamente tenso na mina de Morro Velho. Greves e conflitos com a empresa tornaram-se episódios constantes e o sindicato sempre atuava em uma posição de vanguarda, com a militância de comunistas e cristãos. As assembléias se sucediam, como esta, realizada no teatro municipal de Nova Lima.

Figura 11 - Assembleia sindical nos anos 1950. Fonte: GROSSI, Yonne de Souza. Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 223.

Continuando: em 03/05/1953, greve de oito dias por aumento salarial, salário família e taxa de insalubridade; em 13/10/1953, greve de 33 dias por pagamento de atrasados, aumento salarial e melhorias nas condições de trabalho; em 26/01/1954, ameaça de greve por assistência social, contra a delegação ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas – IAPETEC – e contra privilégios; em 05/08/1954, greve de 11 dias por reajuste salarial e contra revisão do salário mínimo; em 12/05/1955, greve de 18 dias pela taxa de insalubridade; em 13/10/1955, greve branca de nove dias pela taxa de insalubridade para todos; em 15/12/1955, greve de um dia contra atraso de pagamento; em 11/07/1957, ameaça de greve contra forma de pagamento de salários atrasados.

Por fim: em 22/09/1959, dissídio com ameaça de greve por aumento salarial; em 28/02/1960, nova ameaça de greve; em 09/03/1960, ameaça de greve pela taxa de insalubridade; em 07/04/1960, outra ameaça de greve pela taxa mínima de insalubridade; em 08/04/1960, ameaça de greve por dissídio coletivo e prêmios; em 03/05/1960, mobilização por aumento na taxa de insalubridade; em 14/08/1961, greve de oito dias por aumento salarial, taxa insalubridade, prêmios e salário família; em 1º/04/1964, a memorável greve de dois dias em solidariedade ao governo constitucional de João Goulart e contra o golpe militar em marcha.[200]

Dazinho rememora a pujança das assembleias-gerais que discutiram, decretaram e prepararam tais mobilizações:

> Então, as assembleias do Sindicato eram muito concorridas. Não tinha assembleia lá com menos de 3 mil operários. Nunca teve uma assembleia lá que tivesse menos de 3 mil operários. A empresa tinha 8 mil trabalhadores na sua folha de pagamento, 7 mil e tanto eram associados do Sindicato.[201]

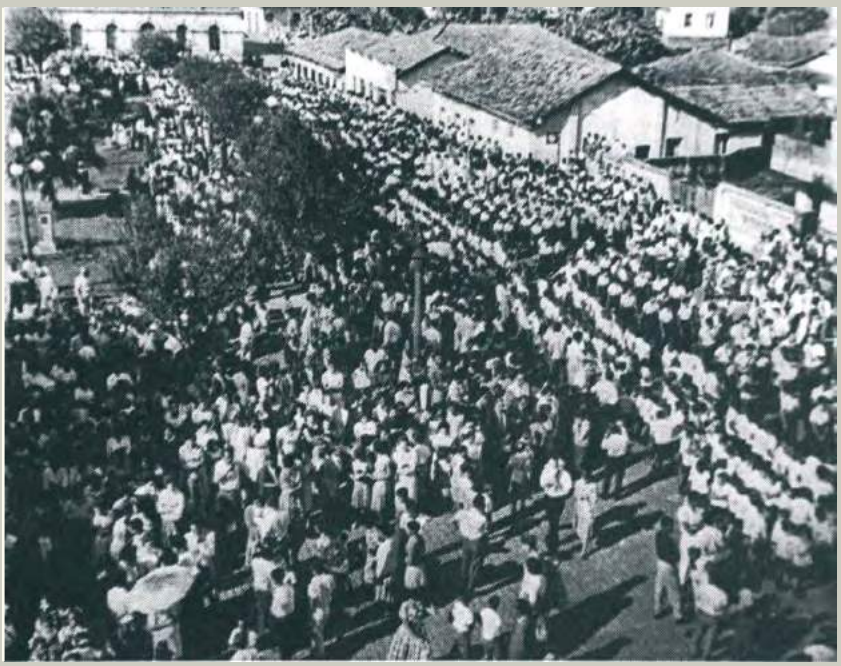


Figura 12 - Manifestação dos mineiros da Cia. Morro Velho em Nova Lima. Fonte: LE VEN, Michel Marie. Dazinho, um Cristão nas Minas – minas do ouro, minas d'água, minas de gente.... Belo Horizonte, Editora O Lutador, 2005, p. 279.

Dignas de nota são também duas grandes passeatas: a de 1961, que ficou conhecida como a "Marcha das Panelas Vazias", e a anterior, de 1953, cuja repercussão foi celebrada pelo jornalista Newton Carlos, ao contar a história surpreendente de

"uma caminhada de 16 quilômetros: o drama coletivo de uma população [...]. As minas no Morro Velho e as soluções de aparência":

> Desciam à Capital não apenas para dizer ao cidadão de gravata que sustentavam uma greve de 20 dias sem que ninguém se dispusesse a ajudá-los numa solução [...]. Acompanhando a picada que corta o estreito vale dois montes, na Serra do Curral, a coluna se estendia por quase dois km, uma extremidade perdida de vista da outra. [...] Não eram apenas mineiros. Eles eram 5mil. A cidade tem 25 mil habitantes que vivem todos da dependência do trabalho (salário mínimo) das minas onde não são admitidos menores e mulheres. [...] Vinham juntos crianças que mal podiam andar, acompanhando os pais; mulheres carregando crianças de colo acompanhando os maridos; casais jovens aos braços. Cada um, com a mochila de comida a tiracolo. [...] Era comovente observar tanta ordem em pessoas vítimas de tanta exploração. [...] Haviam feito a primeira passeata grevista do Brasil.[202]

O período de elevado protagonismo sindical, no País e na Companhia Morro Velho, foi brutalmente interrompido pelo golpe militar em 1964. Mas houve resistência, luta. Quando o CGT convocou a greve geral em defesa do regime democrático e de solidariedade ao governo constitucional de João Goulart, os mineiros de Nova Lima, Raposos e Rio Acima, que estavam entre os primeiros alvos do golpe, mobilizaram-se, conseguindo resistir por dois dias:[203]

> Às primeiras horas da manhã [...] os mineiros de Nova Lima entraram em greve. Todos os setores da Morro Velho, à exceção dos serviços de energia elétrica, de água e compressores, foram paralisados. Uma assembleia geral estava marcada para as 16 horas, mas a direção do Sindicato dos mineiros decidiu antecipá-la para as 10:30 horas.[204]

Os operários sabiam muito bem o preço das liberdades políticas e sindicais, ainda que limitadas – inclusive a sua importância para a organização e as lutas sindicais desde o final do século XIX –, e sabiam muito bem o que lhes reservava o regime militar A escalada repressiva desencadeada pelo golpe militar implantou, nas palavras de Yonne Grossi, "uma fase de terror".[205] Foi uma espécie de antecipação, uma experimentação sobre o terrorismo de Estado que seria consagrado e institucionalizado em 1969. A repressão generalizada atingiu as várias correntes e inclinações políticas presentes na diretoria do Sindicato: comunistas, trabalhistas e cristãos progressistas.



Operários tiveram choque com PM em greve de apoio a Jango

Três mil operários filiados ao Sindicato dos Empregados na Indústria e Extração do Ouro e Metais Preciosos de Nova Lima declararam-se em greve pacífica às primeiras horas de hoje, antecipando para as 10 horas uma assembléia geral que estava programada para as 16, quando foram surpreendidos por um contingente da Polícia Militar quando se preparavam para realizar uma passeata pela cidade conduzindo retratos dos presidentes Getúlio Vargas e João Goulart.

O contingente da PM estava comandado pelo capitão Cristiano que, em entrevista com o juiz Luiz Vilares da Fonseca, disse que estava em Nova Lima com ordem bastante para acabar com a greve à ponta de baioneta. Logo depois se foi para a sede do sindicato para retirar alguns operários que lá se achavam, sendo impedido pelo promotor Saad Bedran e pelo juiz, que se comprometeram a um entendimento com os líderes sindicais para a paralisação do movimento.

GREVE

As primeiras horas de hoje três mil filiados do sindicato dos mineradores da Companhia de Mineração Morro Velho S/A declararam greve de solidariedade ao presidente João Goulart, mantendo contatos com a emprêsa, mediante os quais se comprometeram a não paralisarem os trabalhos de eletricidade, fornecimento de água e bombeamento da água dos fundos da mina e a fazerem o policiamento dos grevistas para evitar depredações.

Uma assembléia que estava programada para as 16 horas, foi antecipada para as 10 horas, quando vários oradores se solidarizaram com o Presidente da República, tendo o prefeito Sebastião Fabiano Dias afirmado que ali estava porque é um prefeito do PTB e isso bastava para justificar a sua presença.

PASSEATA

Depois da assembléia que terminou às 12 horas, havia uma passeata dos operários conduzindo a Bandeira Nacional e a do sindicato e os retratos dos presidentes Getúlio Vargas e João Goulart, que chegou até a praça Bernardino de Lima, onde está a sede do sindicato.

Quando tudo estava pronto para a passeata, os operários foram surpreendidos com a chegada de um contingente da Polícia Militar, comandado pelo Capitão Cristiano, que determinou a imediata ocupação da praça por soldados portando metralhadoras e fuzis com baionetas caladas. Diante a atitude irredutível [illegible] e operários da não desocuparem a praça, o Capitão se dirigiu ao juiz Luiz Vilares da Fonseca, dizendo que ali estava para acabar com a greve de qualquer maneira, determinando uma carga contra o povo, quando os tiros atingiram algumas pessoas.

INVASÃO DO SINDICATO

Logo em seguida o Capitão determinou a invasão do sindicato dos grevistas, sendo lhe pedido pelo juiz e pelo promotor Saad Bedran que retardasse a medida, pois iriam entrar em entendimentos com os grevistas para encontrarem uma solução pacífica para o caso.

Nova Lima encontra-se fortemente guarnecida pela PM, estando o juiz e o promotor empenhados na mediação para que sejam evitados choques entre os militares e grevistas.

Jornal Diário da Tarde, de Belo Horizonte, edição do dia 2/4/1964

Figura 13 - Greve dos mineiros da Cia. Morro velho contra o golpe militar de 1964.

Fonte: DELGADO, Raimundo Tarcísio. Tatuagens na alma – 1964: a saga dos mineiros da Mina Morro velho de Nova Lima. Belo Horizonte, Mandamentos Editora, 2009, p. 84.

Conforme relato dos operários, no dia 31 de março o presidente do Sindicato, José Alexandre resolveu convocar um encontro da diretoria. Às 19h30min, compareceram à sede, além do responsável pela convocação, por ordem alfabética: Ademar Lima, Alberto Lemos Mota, Alberto Luiz dos Santos, Armando Gerônimo, Hélio de Oliveira, Jesú Gonçalves, José Arechiro, Osiel Assis Vaz, Raimundo Gertrudes da Costa e Vicente Faria. A reunião começou por volta de 20 horas, quando já havia notícias de prisões, inclusive a de Sinval Bambirra e Dazinho. Aprovou-se, por unanimidade, a assembleia geral, com indicativo de greve. José Avelino, de filiação trabalhista, leu a Carta Testamento de Getúlio Vargas em meio a muita emoção. Redigiu-se a ata.[206]

No dia 1º de abril, após uma noite de vigília e muita discussão, José Alexandre abriu a assembleia geral às 10 horas em ponto. Depois dos pronunciamentos, com vários oradores inscritos, aprovaram-se a greve e uma passeata. Logo depois, o delegado Ismail Leonel de Paula solicitou reforço ao DOPS-MG, sediado em Belo Horizonte. Passava um pouco das 13 horas quando um batalhão da PMMG chegou para reprimir as manifestações operárias e populares. Na Praça Bernardino de Lima, em Nova Lima, a tropa se colocou em posição de combate[207] contra o "inimigo interno", como virou padrão.

As metralhadoras foram apontadas em direção ao prédio do Sindicato. A seguir, houve resistência, tiros e bombas, culminando com a invasão e a depredação da sede. A tropa estava comandada pelo capitão Cristiano Martins da Silva, que, dirigindo-se ao juiz Luiz Vilares e ao promotor Saad Bedran, afirmou que a ordem era acabar com a greve de qualquer forma, mesmo que fosse preciso chegar, conforme suas próprias palavras, "à chacina".[208] O Jornal Diário da Tarde noticiou que os "operários tiveram choque com PM em greve de apoio a Jango".[209]

Tarcísio Delgado narra os acontecimentos dramáticos daquele dia e das noites seguintes, baseado na narrativa dos trabalhadores lá presentes:

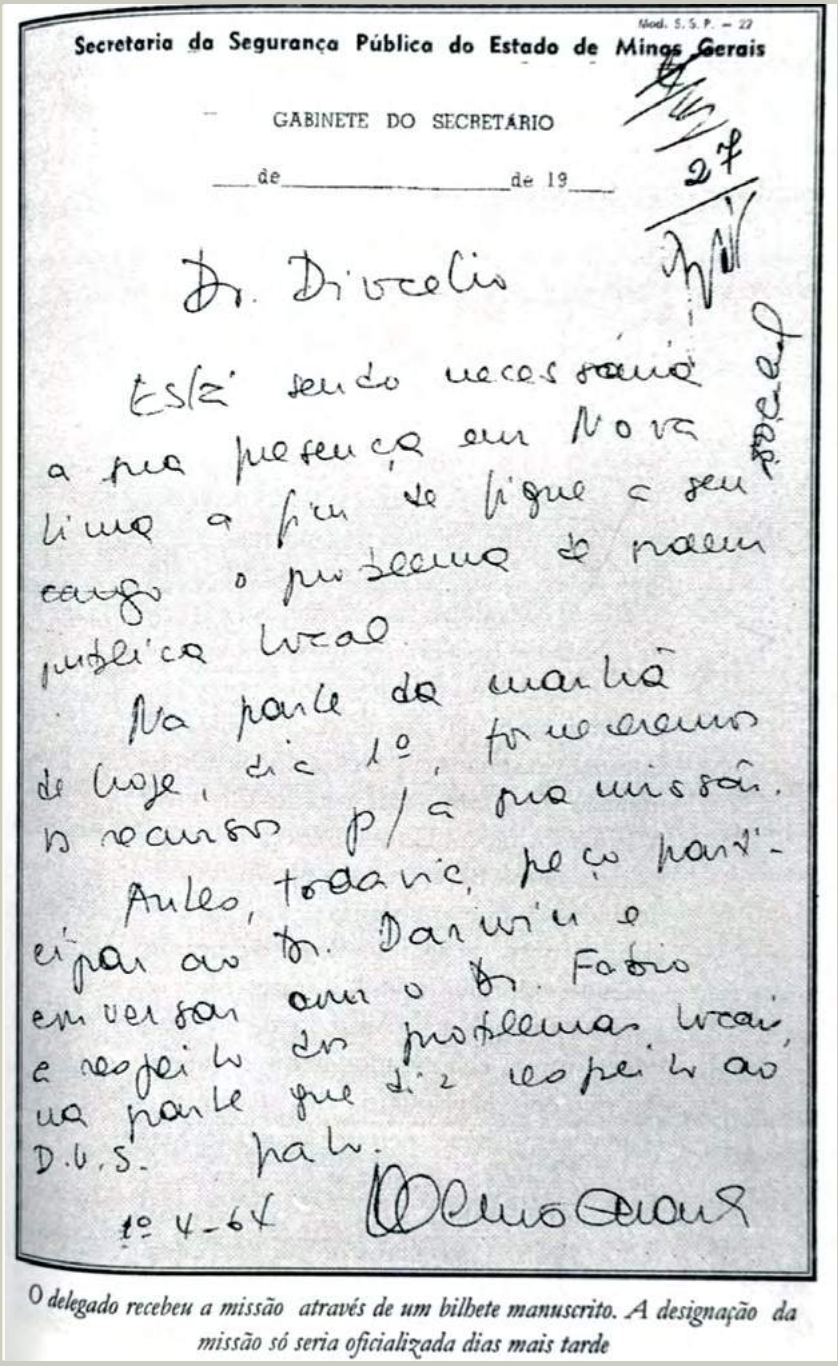
> [...] no dia 1º de abril de 1964 o Sindicato da categoria realizou uma assembleia geral com centenas de mineiros e preparava-se para uma passeata pela cidade, para protestar contra o golpe militar, deflagrado na véspera. [...] operários foram presos e violência se estendeu por aquela noite e dias seguintes, inclusive, com a invasão de muitas casas. [...] As tropas militares, fortemente armadas, arrombavam janelas e porta e, ao não encontrar quem procuravam, levavam uma das pessoas da família, sem qualquer explicação. Isto aconteceu com muitos mineiros.[...].

> Além disso, um delegado especialmente enviado de Belo Horizonte, Dr. Diocélio de Oliveira Cabral, e o Ministério Público de Nova lima, através do promotor de justiça, Dr. Saad Bedran, processaram mais de 170 operários como incursos na Lei de Segurança Nacional. [...] O vereador Heraldo Otero e seu irmão Wilson eram conhecidos na cidade como informantes da polícia, radicais de direita, sempre dispostos a colaborarem em qualquer ação contrária aos interesses dos trabalhadores. Mantinham ligações e mereciam a confiança da empresa mineradora.[210]

Um relatório secreto, interno ao ministério da Justiça, além de conter as informações necessárias à coerção policial, persecutória e judicial em marcha, tornou-se a confissão oficial dos golpistas e seu governo, em nome do Estado brasileiro, sobre a violência e os desmandos realizados em Nova Lima:

> (NL 1-4-64) 17 horas: É simplesmente melancólico o ambiente nesta cidade. [...] Deste momento em diante (após a dispersão da passeata), a cidade tomou um aspecto sombrio, funesto mesmo, com os grupinhos pelas esquinas, o povo pelas janelas, [...] a revolta estava estampada na face dos operários que foram impedidos em suas manifestações. [...] Como se pode notar, Nova Lima não comemorou [...].[211]

Em texto, um informante narra que a cidade continuava "como que enlutada, os setores operários visivelmente sentidos com o resultado da revolução, evitando, entretanto, qualquer comentário."[212] Outro relatório secreto dava conta das prisões e repressões, citando nomes e operações.[213] Eis o clima criado em Nova Lima. Nesse ambiente, o delegado assistente Helvécio Arantes comunicou ao delegado de Polícia Diocélio de Oliveira Cabral que o secretário de estado de Segurança Pública, em cujo gabinete o bilhete havia sido manuscrito em papel timbrado, necessitava de "sua presença em Nova Lima", missão mais tarde oficializada.[214]



Mod. S. S. P. – 22

Secretaria da Segurança Pública do Estado de Minas Gerais

GABINETE DO SECRETÁRIO

___de_____de 19___

27

Dr. Diocelio

Está sendo necessária a sua presença em Nova Lima a fim de fique a seu cargo o problema de ordem pública local.

Na parte da manhã de hoje, dia 1º, forneceremos os recursos p/ a sua missão.

Antes, todavia, peço participar ao Dr. Darwin e conversar com o Dr. Fabio a respeito dos problemas locais, na parte que diz respeito ao D.V.S. pato.

1º 4-64

O delegado recebeu a missão através de um bilhete manuscrito. A designação da missão só seria oficializada dias mais tarde

Figura 14 - Bilhete do Delegado Assistente Helvécio Arantes para o Delegado de Polícia Diocélio de Oliveira Cabral. Fonte: DELGADO, Raimundo Tarcísio. Tatuagens na alma – 1964: a saga dos mineiros da Mina Morro velho de Nova Lima. Belo Horizonte, Mandamentos Editora, 2009, p. 95.

A repressão aos 600 e o IPM dos 176, em 24/04/1964

O delegado Diocélio conduziu uma caçada aos resistentes contra o golpe militar, especialmente aos comunistas, em que pontificou a violência absoluta, sem mandados, sem registros e sem tréguas. Os autos da devassa antioperária e antipopular omitem os dados sobre as prisões, sobre suas durações e métodos de inquirição, as torturas que se tornaram conduta padrão dos agentes policiais. Todavia, os jornais conservadores os festejaram:

> Desde 31 de março, vem o delegado Diocélio de Oliveira Cabral, da delegacia geral do Estado, desenvolvendo intensa atividade no tocante à descomunização de diversas áreas do território mineiro, principalmente em Nova Lima, Honório Bicalho e Raposos. [...] O delegado Diocélio de Oliveira Cabral [...] acrescentou que vem tendo curso a 'operação limpeza', [...] com o que serão apuradas as responsabilidades esquerdistas de cada um. [...] No momento, o delegado Diocélio de Oliveira Cabral tem contado, para os serviços anticomunistas que vem realizando com êxito, com a colaboração dos investigadores Carlos Pereira, Geraldo João Santana e escrivão Walter da Silva.[215]

Nesta matéria, o delegado confessava a vastidão massiva de seu crime, ao vangloriar-se a respeito da perseguição a nada menos do que 600 pessoas:

> Naquela repartição policial, em palestra com a reportagem DO ESTADO DE MINAS, assinalou que, durante o movimento revolucionário e depois, teve oportunidade de prender 22 líderes comunistas naquelas áreas. Indicou, no entanto, que considera esse número de detenções ainda bastante insatisfatório, 'pois somente em Nova Lima existem 600 indivíduos de coloração vermelha, dentre os quais 276 fichados como comunistas', o que bem comprova quão foi nefasta para todos a ação levada a efeito, nesse particular, pelo governo deposto e em boa hora 'removido' para o estrangeiro.[216]

De fato, peça básica apresentada pela denúncia contra os mineiros foi a sua subscrição ao pedido de registro para o PCB dois anos antes, em 14/02/1962:

> Nos autos do processo dos Mineiros de Nova Lima consta a certidão emitida pelo escrivão eleitoral da 183ª Zona do estado de Minas Gerais, comarca de Nova Lima, José da Cruz Lacerda Neto, nos seguintes termos: [...] requerendo registro do Partido Comunista Brasileiro.[217]

Assim, de modo arbitrário, foi realizado o inquérito policial e a denúncia e aberto o processo dos mineiros. O julgamento dos indiciados estava previsto para Audi-

toria da 4ª RM em Juiz de Fora, tendo como auditor Milton Fiuza. As acusações eram puramente político-ideológicas, tais como "subversão" ou "comunismo". Ao constituírem Tarcísio Delgado como advogado, os réus lhe relataram que, dos 176 denunciados, cerca de uma dezena já tinha morrido por doenças de trabalho, em especial a silicose. Os autos empilhados continham 10 volumes, que alcançavam a altura de uma cadeira.[218] Foi o maior dos IPMs abertos pelo regime militar em todo o País: 600 alvejados pela repressão política e 176 processados. Os réus eram, em sua maioria, operários da Companhia Morro Velho.

As investigações, desprovidas de fatos e critérios juridicamente justificáveis, chegaram às raias do absurdo e do ridículo, já que simples brindes se transformavam em prova de uma ideologia já criminalizada de forma arbitrária:

> As diligências policiais na busca de armas e 'material subversivo' foram tão minuciosas e radicais que chegaram à apreensão de brindes e miniaturas trazidas pelos sindicalistas em suas viagens à Europa, como se tais objetos fossem provas incontestes da ideologia dos réus. Se o relato aqui não for absolutamente real, difícil será a qualquer um acreditar que, ao fim de intensas buscas, as forças revolucionárias conseguiram apreender os seguintes brindes: [...] – um escudo e uma máscara de gás da Polônia, com José Alexandre; [...] – três lanternas, uma de carbureto e duas de pilha, com Alberto Lemos Mota; [...] – uma miniatura de Sputnik, trazida da Rússia, com Militão Ferreira Dias; [...] – um cinzeiro de cristal trazido da Tchecoslováquia, com Sebastião de Oliveira; [...] – uma estátua de sal, trazida da Polônia, com José Alexandre; [...] – um vidro contendo pedras do Mar Negro, também, com José Alexandre; [...] – Uma caixa de plástico contendo partículas de ossos de seres humanos, oriundos de campo de concentração e cremação na Alemanha nazista.[219]

Tais sandices eram combinadas com truculências e violências extremas. Alguns casos singulares, a seguir relatados, permitem uma visão geral sobre as centenas de outros ligados ao processo. Iguatemy Corrêa, em depoimento à Covemg, narrou como aconteceu o assalto noturno à casa de seu pai, Orlando Bandeira, um dos réus arrolados:

> [...] presenciei a prisão de meu pai na madrugada de 31/03/1964 para 1º/04/1964, quando nossa residência foi cercada por muitos policiais militares e cinco policiais civis, que desfecharam saraivadas de balas com metralhadoras, fuzis e revólveres na casa, ensurdecendo-me por algum tempo, ato seguido de invasão pelos policiais civis Carlos, que esbofeteou o rosto de meu pai e empurrou minha mãe, Miguel, que apontou um fuzil para mim e meus irmãos, delegado Tito

> Rosa, que comandou a violência, e Leopoldino, que assistiu aos fatos de forma conivente [...]"; "[...] o delator Heraldo Otero estava acompanhando essa operação policial [...]"; "[...] minha mãe, Petrina de Paula Correa, foi submetida a interrogatório pelo simples fato de ser casada com meu pai [...]"; "[...] na mesma ocasião, mas em outros lugares, foram presos Adilson Guimarães (filho de Anélio), Agildo Guimarães (também filho de Anélio), Alberto Lemos Mota, Anélio Marques Guimarães, Militão Ferreira Dias e Orlando Corrêa de Sá Bandeira, membros do PCB, Dazinho, da JOC, e Aluísio Vieira e Joaquim Mariano, independentes, além de outros, sendo que a detenção de José Alexandre, do PCB, só aconteceu posteriormente, pois havia escapado [...].[220]

Outro acusado, Aluísio Vieira, à época do golpe militar local na função de gerente administrativo concursado do Sindicato, relatou à Covemg, com a confirmação presencial de sua esposa Maria Albertina Vieira, que:

> [...] no dia 31 de março de 1964, a sede do Sindicato foi cercada por cerca de 100 policiais militares, que chegaram em três ônibus para reprimir uma manifestação em apoio ao governo legal. [...] na madrugada de 31 de março de 1964 para 1º/04/1964, minha casa foi cercada por policiais militares e invadida por quatro policiais civis, acompanhados por dois alcaguetes, Heraldo Otero, sem trabalho conhecido, e Vando Martins, empregado no setor administrativo da Cia. Morro Velho. [...] fui preso naquela madrugada e levado ao DOPS-MG, onde fiquei detido por 20 dias, juntamente com outras pessoas de Nova Lima, onde assisti ao espancamento de Militão Ferreira Dias, diante de todos, e onde recebi um chute nas costas ao fim de preleção no pátio, sendo tais agressões obras de policiais civis daquele órgão. [...] a Sra. Maria Sílvia foi enquadrada no IPM de 1964, acusada de dirigir uma associação de mulheres, que mantinha relações com o Sindicato [...].[221]

A repressão atingiu também Alberto Lemos Mota, ex-presidente do SDM. Preso na madrugada do dia 31/03/1964, quando sua residência sofreu a invasão de cerca de 60 policiais. Sua família ficou dois meses sem notícias. Enquanto passava pelo DOPS-MG, foi torturado por meio de espancamentos, choques elétricos, pau de arara, privação alimentar, afogamentos, queimaduras com cigarro e agulhas enfiadas sob as unhas. Mota saiu do presídio Ribeirão das Neves para uma cirurgia de úlcera estomacal. Ainda respondeu ao processo na Justiça Militar, em Juiz de Fora, voltou a trabalhar na Companhia Mina Morro Velho, mas foi rebaixado de função e submetido a uma perseguição permanente, sendo quase obrigado a sair da Companhia e a renunciar à estabilidade.[222]

Depondo à Covemg, João Paz Rocha, ex-presidente do Sindicato, relembra os fatos acontecidos, entre os quais os métodos adotados nos interrogatórios e o papel desempenhado pelo pároco de Raposos, Antônio Donato de Lima, que, além de entregar uma lista de comunistas, cedeu a casa paroquial para sessões de interrogatórios e maus tratos, conforme os dois trechos citados a seguir:[223]

> Covemg: [...] O senhor lembra qual foi? Qual foi? O senhor chegou a ser ameaçado por ele? [...]
>
> João: Cheguei. Cheguei. Eu fiz depoimento na Câmara Municipal de Nova Lima, com ele, esse homem, ele metia muito assim a mão na cara da gente para poder falar, né. Ele falava assim: 'ah, você sabe de tudo. Você conhece todo mundo.' E eu fui, mais assim, bode expiatório porque eles me chamaram para poder eu entregar aqueles companheiros e eu, graças a Deus, Deus me deu a graça de que eu fui chegando, fui entendendo o que eles queriam e levei o depoimento bem-conceituado, mas sem pôr nome de ninguém. [...] Covemg: O senhor lembra o nome desse Delegado? [...]
>
> João: ah, agora eu não lembro não. [...]
>
> Covemg: Foi um único depoimento que o senhor deu, uma única vez? Ou teve vários? [...]
>
> João: Não, eu fiz esse com esse delegado e com ele mesmo que eu fiz outro aqui na casa do padre, que até estranhei na época, deles me chamarem para fazer depoimento na casa do padre. Daí foi muito pesado também, aqui na casa do padre. [...]
>
> Covemg: O padre era amigo dele? Do delegado? [...]
>
> João: Eu não lembro assim se eles eram amigos não, eu acho que não, mas ele foi uma pessoa que não gostava também de comunista, né? Padre, na época não gostava dos comunistas. [...]
>
> Covemg: O senhor lembra o nome do padre? [...]
>
> João: Pois esse padre Antônio. [...]
>
> Covemg: Ah, o padre Antônio. [...]
>
> João: É. Ele não gostava muito de comunista. [...]
>
> Covemg: padre Antônio Donato de Lima. [...]
>
> João: padre Antônio Donato de Lima. É. [...]
>
> Covemg: Por um acaso esse nome desse delegado lembra alguma coisa de Diocélio? [...]
>
> João: Diocélio. Lembra. [...]

Covemg: Pois é esse delegado? [...]

João: Esse delegado, você me lembrou. [...]

Covemg: Ele era delegado aqui em Raposos? [...]

João: Não. Era Nova Lima, né?

João Fubá continua seu depoimento:

Covemg: [...] como é que esse padre era com o Dazinho. Eles eram conhecidos? Amigos ou não? Ou brigavam? [...]

João: Ah, o padre, o padre da época, ele foi um ..., tem comentário que foi ele que deu a lista para esse povo, os policiais. [...]

Covemg: Para o delegado. [...]

João: É. [...]

Covemg: O padre lá de Nova Lima, né? [...]

João: Não, daqui. [...]

Covemg: Então ele era, digamos assim, adversário do Dazinho né? [...]

João: Era. [...]

Covemg: Porque se ele deu a lista e o Dazinho foi um dos perseguidos, né? João: Porque Dazinho era um dos sindicalistas assim muito, muito firme, e era desses que falavam mesmo com muito cuidado e tudo, mas acabou se tachando ele também como comunista, mas Dazinho nunca foi comunista. Covemg: [...] Senhor João, o senhor falou que quando foi, quando prestou depoimento esse delegado foi muito ríspido e agressivo com o senhor. [...] João: [...] ele gritou muito comigo né. E eu tive, foi um depoimento muito difícil. Porque foi, ele batia muito assim com soco na mesa para eu poder denunciar as pessoas. [...]

Covemg: Te intimidar, né? [...]

João: É, intimidar, mas eu graças a Deus eu passei por tudo aquilo, mas não denunciei ninguém.

Tarcísio Delgado narra outros episódios, exemplos da conduta comum adotada:

Para arrancar confissões dos mineiros presos logo após o golpe, a polícia da ditadura lançava mão de todos os expedientes. Valia tudo. Anos mais tarde, estando em Nova Lima, na residência de Aluísio Vieira, vi nele as marcas da grande agressão que sofrera, quando me relatou, lacrimejando na emoção repetida:

> [...] – Doutor, naquela noite de 1° para 2 de abril, eu, que desde a tarde havia ficado em casa, aqui mesmo onde estamos, para não me comprometer com o movimento de repressão instalado na cidade, fui acordado às 2 da madrugada e, quando abri os olhos, havia quatro baionetas apontadas para mim. Os homens diziam, 'levante rápido, viemos te buscar'. Eu, doutor, era um simples funcionário burocrático do Sindicato. Chegaram, bateram na porta, minha mulher, assustada, a abriu, o que facilitou a invasão. Muitos trabalhadores tiveram a casa arrombada durante aquela noite. Levaram-me e me colocaram numa prisão imunda sem qualquer palavra. Só foram me ouvir vários dias depois – completou, já com os olhos vermelhos e brilhantes.[224]

Continua Tarcísio Delgado, narrando os desmandos:

> Noutra crise de emoção, Aloysio relatou-me o acontecido com Joaquim Mariano de Oliveira, o 'Boa Conversa' e com Dona Maria Silva. [...] – Lembra-se, doutor, do Boa Conversa, aquele homem esguio, forte, bonito, muito franco e firme em suas convicções? Pois é, para alquebrá-lo fizeram com ele todo tipo de torpeza, inclusive, submetendo-o, doutor, ainda me arrepio todo, na presença de um grupo de sádicos, aos apetites de um tarado. E com Dona Maria Silva, também não deixaram por menos, levaram-na ao máximo da humilhação. [...] Ao estar com Dona Irene, irmã de Maria Sílvia, mais de 40 anos depois, ela foi contundente: [...] – Deixa isso pra lá, doutor, não gosto de lembrar daquilo que não me sai da cabeça. Foi tudo muito horrível![225]

Ainda outro trecho:

> O uso de coação e de violência para obter confissões dos acusados foi denunciado por José Melquíades, brasileiro, casado, soldador, com 38 anos de idade, no depoimento que prestou ao Juiz de Nova Lima, como testemunha, no qual diz que 'não confirma o seu depoimento constante de folhas 76 a 78, dos autos, que lhe foi lido, pois prestou o seu depoimento, como disse, por seu chefe, já falecido, de nome José Aureliano, vulgo 'Cartacho', que amedrontou o depoente; que 'Cartacho' dissera ao depoente que o mesmo tinha que dizer o que está escrito em seu depoimento, porque estávamos em revolução e ia haver mortes e o depoente corria o risco de morrer; que 'Cartacho' ensinou ao depoente como devia depor e, justamente como consta de seu depoimento de folhas 76 a 78.[226]

Mais violências foram relatadas por Tarcísio Delgado, desta vez com a contribuição de sua secretária Vera Amaral:

> Tarcísio delgado: houve violência de todo o tipo. O livro relata alguns casos de violências terríveis que eles sofreram. [...] ele foi submetido a um problema sexual. [...] Vera Amaral: Estupro. [...] Estupro, ele foi submetido, ele era um operário assim mais elegante, ele gostava de andar bem-arrumado e então eles cismaram de fazer essa sacanagem com ele. [...] eles entravam assim que chegava a noite. Lá em Bicalho aconteceu muito isso. Por exemplo, em casinhas pequenas. Eles chegavam, metiam a corona do fuzil na janela, arrebentavam, saltavam lá dentro. Quando o cara acordava na cama dele já estava com o fuzil na cabeça dele assim, ele ao lado da mulher e o fuzil na cabeça dele, e aí prendiam, levavam e tal. Muitos foram levados a Belo Horizonte para prestar depoimento no DOPS, sobre todo tipo de ameaça e violência. Ia, prestava depoimento, voltava. Então a parte do inquérito foi essa coisa de... foi a violência da violência.[227]

Não faltaram os festejos nos episódios de caçada político-ideológica:

> Quando conseguia prender algum dos 'suspeitos', o delegado Diocélio comemorava, eufórico, como fez naquela tarde de 14/04/1964, gritando pelos corredores da câmara municipal, transformada em delegacia de Polícia: [...] – Conseguimos pegar o tal de Dr. Juvenal, do IAPETEC, o coordenador da formação do Grupo dos Onze! Este agitador estava escondido desde o dia 1°, é um elemento-chave para todas as investigações, exerce uma liderança danada entre os trabalhadores e estava tendo êxito na organização daquele movimento subversivo inspirado pelo grande agitador Leonel Brizola. Recebia toda orientação pela Rádio Mayrink Veiga, e encontrava ambiente favorável entre os comunistas daqui. Cortamos suas asas. Agora, vai gelar na cadeia. Não é comunista, mas é pior ainda, é inocente útil![228]

Uma prisão anunciada em tom extático, desta feita pelo jornal Estado de Minas, foi a do presidente do SDM, José Alexandre, no início de junho, em São Paulo, "em virtude de uma informação recebida pelo delegado de Nova Lima, Sr. Diocélio Cabral", anunciando: "delegado diz que Nova Lima era o maior foco de agitação no Estado"; "Mais de duas centenas de indiciados em inquéritos".[229] A inculpação antecipou os métodos oficializados como terrorismo de Estado:

> Para justificar a truculência das operações contra os acusados, a polícia da ditadura pintava com cores fortes os 'antecedentes criminais' e a 'periculosidade' dos operários. Assim é que José Alexandre passou a ser considerado pela imprensa como 'um dos principais comunistas de Nova

> Lima', dirigente máximo do Sindicato e ex-presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria Extrativa de Minério, cuja influência não se restringia ao setor sindicalista, desde que tinha vinculações muito mais amplas com influentes comunistas do País e até do exterior, tendo realizado viagens à Polônia, Checoslováquia e União Soviética. [...] O depoimento de José Alexandre ao Dr. Diocélio, no dia 08/06/1964, durou 13 horas, e foi o mais longo de todos os depoimentos deste processo. Para 'frustração' de autoridades e imprensa, as declarações de José Alexandre pouco acrescentaram de novo e ele não incriminou a ninguém, assumindo pessoalmente, com muita dignidade, toda a responsabilidade pelos eventos ocorridos em Nova Lima nos dias 31 de março e 1° de abril."[230]

Tal foi o artifício mediante o qual surgiram as famigeradas listas. No relatório do Inquérito, remetido em 29 de junho a Fábio Bandeira de Figueiredo, diretor do departamento de vigilância social, o delegado Diocélio – "em um verdadeiro testemunho ideológico" e fundamentalista que, por sinal, "reproduzia trechos de outro antigo relatório de sua autoria, apresentado em 1948, quando instaurou e completou um inquérito coletivo contra a ação comunista dos funcionários da Estrada de Ferro Vitória-Minas[231] – pediu a prisão preventiva de 28 indiciados.[232]

Para solicitá-la, o delegado destilou os seus preconceitos e ódios pessoais e de classe, consagrados pelo golpe militar:

> As acusações eram variadas e iam do fato de o indiciado ter sido presidente do Sindicato ou ser sindicalista atuante, ter participado da reunião do dia 31 de março, ter participado da assembleia do dia 1° de abril, ter feito piquete ou ter aderido à greve desencadeada neste dia, ter liderado alguma célula dos Grupos dos Onze, ser comunista confesso, ter representado o Sindicado em viagens aos países da cortina de ferro, manter em sua posse material de propaganda subversiva ou arma. Pesava contra eles, também, acusações as mais diversas feitas por pessoas da cidade e companheiros da Mina, ouvidos no Inquérito."[233]

Como se não bastasse, o delegado Diocélio resolveu indiciar, também, todos os componentes dos Grupos dos Onze, em número de 20.[234] Não poderiam faltar, ainda, os chamados "comunistas confessos", que haviam assinado a solicitação de registro do Partido em 1962, em número de 54.[235] Aproveitou também a oportunidade para indiciar, por fim, outros 57 assinantes na mencionada petição de registro, mas que não haviam sido encontrados até então, além de mais quatro cidadãos que desenvolviam militância em Nova Lima, embora residissem em

cidades próximas: "Anélio Marques Guimarães, Manoel Correa de Sá Bandeira, Geraldo Policarpo de Souza e João Batista Viana."[236]

Ao todo, 163 pessoas no processo, que anexou, ainda, 12 documentos de vários tipos, também expressivos no que diz respeito à concepção e aos critérios adotados, além de apurar "as atividades subversivas em Nova Lima" logo após o golpe militar, somando assim "923 folhas divididas em sete volumes" e, na condição de anexos, mais "452 documentos apreendidos".[237] A farta papelada não disfarça que as condutas e procedimentos na tramitação do processo dos mineiros de Nova Lima atestam sua fragilidade jurídica. O relatório do delegado Diocélio, em vez de ser remetido ao juiz de Direito, conforme regra processual, foi enviado ao diretor do departamento de vigilância social da secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais, nos termos da Portaria baixada pelo general Carlos Luiz Guedes em 20/04/1964.

Como se não bastasse, assim que o processo entrou no citado departamento, o delegado e torturador do DOPS-MG, Thacyr Omar Menezes Sia, solicitou ainda informações sobre alguns indiciados. Não contente com tal irregularidade, determinou, antes de encaminhar os autos à 4ª DI do Exército, que as armas apreendidas em Nova Lima fossem recolhidas à delegacia de armas, munições e explosivos. Logo, não era a lei que vigia, mas a vontade e o capricho dos repressores. Em 14/07/1964, a secretaria de Segurança Pública do estado de Minas Gerais enviou uma lista com 42 dos indiciados, atestando o "nada consta" do departamento de vigilância social.

Em 13/08/1964, o capitão Antônio Maria Claret da Silva, encarregado militar do IPM na 4ª Divisão de Infantaria, da 4ª Região Militar, subscreveu, em parte, o relatório do delegado Diocélio, indiciando os seguintes 163 apontados, com base nos preconceitos político-ideológicos de praxe: José Alexandre, Juvenal Pereira do Couto Neto, Militão Ferreira Dias, Alberto Lemos Motta, Orlando Corrêa de Sá Bandeira, Benigno de Azevedo Leite, José Batista da Costa, Joaquim Mariano de Oliveira, Jesú Gonçalves, Maria da Silva Gonçalves Pedrosa, Remo Rodrigues Silva, Lincoln de Souza, Sebastião Fabiano Dias, Félix Feliciano Ferreira, José Nilo do Rosário, Joaquim Bernardo, Ricardo Henrique Nichols, Vicente Faria, Ademar Lima, José Alexandre Diniz, Luiz Pacoal dos Santos, Raimundo Agostinho, Geraldo Antônio da Silva, Armando Gerônimo, Avelino Lucas Pereira Rosa, Antônio Maria da Silva, Oziel de Assis Vaz, Anélio Marques Guimarães, Manoel Correa de Sá Bandeira, Geraldo Policarpo de Souza, João Batista Viana, Aluísio Vieira, Apolinário Ferreira do Nascimento, Vantuil Lima,

Sebastião Ramalho de Oliveira, Miguel Dias, Sebastião de Oliveira, Ruy Barbosa Torres, Milton José Rodrigues, David Menezes Filho, José Diolindo de Oliveira, José Bernardino Filho, Raimundo Nonato Freitas, Benjamin Cecílio, José Marsal Silva, Juscelino José da Silva, Otacílio Corrêa, Jacinto Pires da Silva, Joaquim Lucas Pires, Sebastião Ferreira Soares, Afonso Lopes, Joaquim Bonifácio Freitas, Sebastião Gonçalves, João Pequeno da Silva, Maria Felicidade da Silva, Paulo Gonçalves, Hermógenes Luiz Braga, Geraldo Exprodigio, Miguel Benedito Andrade, João Ferreira de Morais, Jaime Patrocínio, José Otaviano Guimarães, Sebastião Alves de Souza, Antônio Acácio Alves, Pedro Junqueiro, Nilson Lopes, Vicente Francisco, Clorindo Peixoto Frade, Raimundo Sérgio de Freitas, Benedito Felício Cornélio, Oscar Vieira, Alberto Luiz dos Santos, Antônio Rômulo de Souza, José Ferreira da Silva, Emílio Evangelista da Silva, Jair Alexandre de Souza, Anésio Inocêncio Costa, João Pedro Ferreira, João Pastor Costa, João Cinza Mendes, Raimundo Eustáquio dos Santos, Milton Nunes, Laudelino Ferreira Silva, Luiza Batista Simões, Amaro Teodoro Fernandes, Nair Vieira da Silva, José Gonçalves de Souza, José Marcos da Silva, José Vitor de Moraes, João Arnufo Costa, João Roberto, Geraldo Vicente, Salvador Silva, Antônio Alves Ferreira de Melo, José Francisco de Souza, José Ribeiro Sobrinho, João Marcelino Silva, Manoel Rodrigues Fonseca, Vicente Antero Horta, João Fagundes Feliciano, Maria do Rosário dos Anjos, Maria Eugênia Ribeiro, Ana Alves de Souza, Mário Rodrigues, Alcides Lopes Magalhães, Maria da Anunciação da Silva, João Ribeiro Maia, Alfredo Marques Guimarães, Helena Bibiana, Alcides Cirilo de Paulo, Edisa dos Anjos Alexandre, Lourdes Barbosa, Antônio Carlos, Antônio Cornélio da Silva, Gildes Damião Magalhães, Aline Carvalho Oliveira, Sebastião Gomes, Silvério José da Silva, Pero Alexandrino de Oliveira Borges, Adolfo Magalhães Guerra, José Paulo, Antenor Anastácio, Benedito das Mercês, Geni Gonçalves da Silva, Petrina de Paula Corrêa, Gerson Alves de Souza, José Borges de Oliveira, Iracema Rodrigues de Souza, Benjamin Pastor Jorge, Ducilda de Brito Vieira, Gilberto Branco, Emília dos Santos Souza, Antônio Cláudio Lucas, Maria Raimunda Costa, Alaor Madureira Melo, Raimunda Valesiano Melo, Abel Vitor, Luiza dos Santos, José Augusto de Oliveira, Ângelo José Vieira, João Solano de Paula, Dorcelino Alves de Souza, Manoel Rodrigues Horta, Maria Nagib Teixeira, Raimundo Alves Dias, João Idelfonso Moreira, Carlos Barbosa, Venceslau Ferreira, Geraldo Antônio de Morais, Almerinda Maria de Morais, Eduardo Augusto, Antônio Ramos da Silva, José Furtado, Jorge Blanco, Ieda Soares Azevedo Dias, Ataíde Francisco.[238]

O processo passou a tramitar em um ambiente de confusões, incompetências e vaidades, além das instabilidades provocadas pelas constantes modificações de prerrogativas e ritos, provocadas pelos atos e regras volitivas de exceção.

Em 28/08/1964, o capitão Claret, em vez de enviar o seu relatório ao juiz adequado, preferiu enviá-lo ao comandante da ID-4, coronel Dióscoro Gonçalves Vale, a quem incumbiria, segundo o emitente, "solucionar o mesmo e remetê-lo a autoridade competente", na forma do parágrafo 2° do art. 117 do CJM, pois havia indiciados enquadrados em crimes da competência da Justiça Militar.

Em 15/12/1964, após apreciar o relatório do subordinado, o general Dióscoro determinou que sua cópia fosse entregue ao general Hugo Panasco Alvim, encarregado geral dos IPMs, e que se aguardasse a sua autorização para encaminhá-lo ao órgão competente. Quando os autos chegaram à auditoria da 4° RM, o promotor Felippe Luiz Paletta Filho, em 04/06/1965, arguiu que a Justiça Militar seria incompetente para apreciar o caso. Em 10/06/1965, o juiz Milton Fiúza empurrou o julgamento para a justiça comum. Após comunicar tal encaminhamento ao Comando da 4ª RM, em 14/06/1965, devolveu os autos ao procurador-geral de Justiça do estado de Minas Gerais.[239]

Assim, o processo dos mineiros chegou ao promotor de Nova Lima, Saad Bedran, homem de longa data e ligado à Companhia. Em 15/09/1965, o promotor solicitou que o juiz da comarca de Nova Lima desdobrasse o inquérito, para poder carregar a mão caso a caso, com amplos poderes seletivos, além de minimizar a repercussão política negativa e acelerar a consumação do ato repressivo:

> Tudo indica que o juiz acatou a sugestão do promotor. O que se vê no processo é que em 19/10/1965, com surpreendente rapidez, o dr. Saad Bedran apresentou denúncia ao juiz de Direito de Nova Lima contra os mineiros indiciados nos inquéritos, quase nos mesmos termos da denúncia apresentada pelo capitão Claret, encarregado do IPM. Algumas pequenas alterações foram feitas, fundamentalmente no enquadramento dos acusados, organizando melhor o processo, conforme havia sido sua sugestão. [...] Em seu documento, o promotor denunciou 158 pessoas e relacionou uma lista de 74 testemunhas. Dos indiciados, 106 o foram simplesmente por terem assinado a lista solicitando a volta à legalidade do partido Comunista, e, 20, por terem confessado participação no Grupo dos Onze.[240]

Em 27/10/1965, com a edição do Ato Institucional n° 2, o processo voltou à Justiça militar, mais precisamente à auditoria da 4ª RM. O promotor, Felippe Luiz Paletta Filho, em 26/11/1965, subscreveu a denúncia do promotor Bedran, com pequenos remendos para adequar os detalhes legais de enquadramento, e deu início ao sumário de culpa. Em 30/12/1965, o juiz auditor da 4ª RM, Milton Fiúza, aceitou a denúncia contra 155 civis, comunicando a sua decisão, em 14/01/1966, ao general-comandante. No mesmo dia, ordenou que os réus fos-

sem citados para comparecessem à auditoria da 4ª RM, na condição de incursos na Lei de Segurança Nacional.

Entraram em cena, além dos acusados que lá percorriam sua *via crucis* há 22 meses, os advogados Francisco Izento, de ofício, e Raimundo Tarcísio Delgado. Os episódios da saga defensora, que passaram à história jurídica e política de Minas como paradigmas clássicos da luta pelos direitos fundamentais, merecem ser lidos, estudados e rememorados. Estão perpetuados no livro "Tatuagens na alma – 1964: a saga dos mineiros da Mina Morro Velho de Nova Lima", cujo autor confirmou, em depoimento à Covemg, a completa veracidade dos fatos e personagens narrados, mesmo que às vezes intercalados por trechos literários:

> Covemg: Então, quer dizer que, retirando essas partes literárias, os fatos relativos aos réus, os nomes dos réus, as circunstâncias, são todos verdadeiros?
>
> Tarcísio delgado: Tudo real, tudo real, [..] só o Gerê tem o nome fictício, porque ele não era operário e desempenhava um papel diferente dentro do livro, mas os outros todos... [...] é verdadeiro por exemplo o nome do livro; [...] um dos réus chega perto de mim e fala, 'doutor, não adianta doutor, não adianta, isso aí é como tatuagem na alma, marcaram a gente para nunca mais sair'. [...] então, usei o termo dele para botar o nome no livro. [241]

Resta lembrar que os mineiros de Nova Lima foram denunciados como base na Lei nº 1802, de 05/01/1953, que previa penas de reclusão com até 12 anos aos intitulados "cabeças" e três a seis anos para os demais incursos nos ditos "crimes contra o Estado e a ordem política e social", eivados intencional subjetivismo, alguns definidos para cercear, especificamente, a liberdade político-partidária:

> Art. 9º - Reorganizar ou tentar reorganizar, de fato ou de direito, pondo logo em funcionamento efetivo, ainda que sob falso nome ou forma simulada, partido político ou associação dissolvidos por força de disposição legal ou fazê-lo funcionar nas mesmas condições quando legalmente suspenso. [...] Art. 10 - Filiar-se ou ajudar com serviços donativos, ostensiva ou clandestinamente, mas sempre de maneira inequívoca, a qualquer das entidades reconstituídas ou em funcionamento na forma do artigo anterior. [...] Art. 40 – Para os efeitos desta lei, são considerados cabeças os que tiverem excitado ou animado a prática do crime, ou promovido ou organizado a cooperação na sua execução, ou dirigido ou controlado as atividades dos demais agentes.[242]



STADO DE MINAS — Sábado, 6 de Junho de 1964

Delegado diz que Nova Lima era o maior foco de agitação no Estado

Mais de duas centenas de indiciados em inquéritos

No curso de uma palestra que manteve ontem, no Departamento de Vigilancia Social (ex-DOPS), o delegado Diocélio Cabral, que preside o inquérito sôbre atividades subversivas em Nova Lima, disse que considera essa cidade como tendo sido o maior foco de comunistas de todo o Estado. Adiantou que, dos 4.500 operários novalimenses, cêrca de 2.500 estavam na linha de agitação, dispostos, inclusive, a seguir, sem discussão, as ordens e orientação dos proceres vermelhos locais, dos quais José Alexandre, que acaba de ser preso em São Paulo, por agentes daquela repartição policial, era, na qualidade de presidente do Sindicato dos Mineiros, o principal líder.

TREZE «CRUPOS DE 11»

Esclareceu, por outro lado, que havia em Nova Lima, devidamente articulados, treze "Grupos de 11", sob a chefia de determinados dirigentes comunistas, os quais tinham por comandante geral o médico Juvenal Pereira Couto Neto, que trabalhava no IAPETC, local, e que se encontra detido, desde 14 de abril, e recolhido à Penitenciária de Neves. Indicou, também, o sr. Diocélio Cabral, outros influentes vermelhos de Nova Lima, que lideravam os "Grupos de 11": Alberto Lemos Mota, ex-presidente do Sindicato dos Mineiros, e que esteve na Rússia; Orlando Correa de Sá Bandeira, comunista fichado no DVS; Militão Ferreira Dias, que igualmente foi à URSS; bem como Benigno Azevedo Leite, ex-prefeito de Raposos, e que, a despeito de não ser declaradamente comunista, se apoiava nos vermelhos e com êles mantinha estreitas ligações.

PASSEATA

"Para se ter uma idéia do ponto a que chegou o comunismo em Nova Lima — prosseguiu o delegado Diocélio Cabral — basta acentuar que, conforme já declarei, anteriormente, ao ESTADO DE MINAS, no dia 1.º de abril, em plena marcha revolucionária, uma passeata foi organizada pelos vermelhos e iria ter início na principal praça da cidade. Teria por finalidade apoiar o govêrno deposto, mas não chegou, sequer, a se movimentar pelas ruas, porque, juntamente com investigadores que comigo trabalham, cheguei ao local a tempo de desbaratar manifestantes. Para isso, contei com o eficiente auxílio de militares do BG que, sob o comando de um oficial, para lá se dirigiram apressadamente. Assim, fracassou mais uma bandeira que os vermelhos, contando com o incentivo do govêrno deposto, estavam habituados a realizar, impunemente".

Assinalou, ademais, o delegado especial em Nova Lima que a idéia dessa incrível passeata partiu de uma professôra. E' ela Maria da Silva Gonçalves Pedrosa, diretora do ginásio federal "Tiradentes", e que, depois de prêsa e permanecer durante 20 dias na Penitenciária de Mulheres (Hoje se encontra agora em liberdade vigiada.

250 INDICIADOS

Disse, ademais, o delegado Diocélio Cabral, que até o momento, já instaurou numerosos inquéritos, já colheu mais de 400 depoimentos e que indiciará, para julgamento, mais de 250 indiciados. Frisou que seu trabalho em Nova Lima, nêsse particular, está praticamente concluído e que, dentro de mais uns 10 dias, encaminhará tôdas as peças processuais ao DVS para os devidos fins.

ARMAS

Sôbre a prisão, em São Paulo, de José Alexandre, presidente do Sindicato dos Mineiros, disse que "era peça importante que estava faltando para o encerramento dos inquéritos". Assinalou que, nos dias que antecederam a revolução, José Alexandre recebeu um calxote, vindo da Tchecoslováquia, e que, agora, se encontra no arquivo do Sindicato dos Mineiros. Êsse volume, segundo tudo indica, continha armas. Pelo menos, foram encontrados no seu interior papeis próprios para o acondicionamento de armamento. Vamos, portanto, diligenciar e despender esforços no sentido de esclarecer, não sòmente êsse detalhe, como outros que possam servir para punição de todos aqueles que estiveram, direta ou indiretamente, a serviço dos vermelhos em nosso país", mencionou o sr. Diocélio Cabral.

Finalmente, disse que levará José Alexandre, a Nova Lima, na próxima segunda-feira, quando êle estará sendo interrogado a respeito de suas atividades subversivas e de seus antecedentes.

Jornal Estado de Minas, edição do dia 06 de junho de 1964

Figura 15 - Nos primeiros dias após o golpe militar, a repressão se concentrou nos mineiros da Cia. Morro Velho. Fonte: Jornal Estado de Minas – 6/6/1964

A perseguição aos 600 resistentes de Nova Lima, Raposos e Rio Acima, inclusive a sua face jurídica consubstanciada no IPM nº 87, de 24/04/1964, que na sua quase totalidade mirava os proletários da Companhia Morro Velho, insere-se no quadro geral da violência desencadeada pelo golpe militar ao movimento

operário-popular e à resistência democrática. Relevante, porém, é a tese de que os interesses particularistas do capital – no caso, a Companhia Morro Velho – estiveram presentes e atuantes no processo de perseguição, inquérito e julgamento, desde o início:

> À medida que estudava o volumoso processo, fui formando a firme convicção de que aquilo se tratava de uma ação orquestrada pela empregadora, a Mineração Morro Velho, e pelo promotor de Nova Lima, Dr. Saad Bedran, pessoa muito próxima da empresa. O objetivo era o de promover um verdadeiro e estranho dissídio coletivo na Justiça militar, visando ao afastamento daqueles servidores, todos com bastante tempo de casa, e que traziam sérios incômodos com as ações reivindicatórias coordenadas pelo Sindicato. Isso talvez explicasse o fato de que a liderança sindical fora toda envolvida neste processo.[243]

A repressão aos mineiros, ao movimento comunista e aos democratas em geral foi ampla, abarcou pessoas que ainda permanecem anônimas e prosseguiu após o golpe, até a Constituinte de 1988. Além dos réus processados, foram também atingidos pela perseguição política em Nova Lima, conforme arquivos do DOPS-MG: Abel Dirotel de Souza, Caetano José Pires, Francisco de Assis Borges de Oliveira, Heloísa dos Anjos, João Augusto de Paula, José Heleno de Souza, José Olívio de Oliveira, Júlio Evangelista Ribeiro, Levi Antônio da Silva e Ulisses Cirilo.[244]

Lembrem-se mais dois exemplos: em 04/12/1955, o delegado especial de polícia de Raposos, tenente-coronel Sebastião Pereira Reis, "procedeu a real apreensão de quatro pacotes de folhetos de programas do Partido Comunista do Brasil" na banca da "Rua Professor Ernesto", que "eram distribuídos pelo comunista Jacob Francisco Rosa".[245] Em 02/05/1977, o promotor Saad, com seu estilo típico, solicitou a abertura de uma diligência para "apurar" as responsabilidades do deputado federal Tarcísio Delgado por suposto uso indevido da "bandeira nacional com suas formas alteradas" e abuso "do poder econômico."[246]

Seguindo a linha repressiva contra os parlamentares proletários e progressistas – que vinha de 1948, quando foi cassado o mandato parlamentar de Armando Ziller e iniciada uma feroz perseguição aos "vereadores do povo" em Nova Lima, culminando com a execução de William Dias Gomes – o regime militar investiu contra os deputados estaduais eleitos pelo mundo do trabalho, alguns com densa votação nas galerias e na superfície da mina de Morro Velho: José Gomes Pimenta (Dazinho), Sinval Bambirra e Clodesmidt Riani.

Conclusões e responsáveis

Conclusões

Considerando-se os fatos apurados e narrados, assim como o seu exame contextual, a Covemg, ao cumprir as disposições legais que a embasam, apresenta suas conclusões a respeito da repressão histórica aos mineiros da Companhia Morro Velho, que seguem.

A coerção contra o movimento operário e as correntes políticas ligadas ao mundo do trabalho, especialmente contra os comunistas, os trabalhistas de esquerda e os cristãos progressistas – mesmo tendo gerado eventos singulares característicos e de caráter emblemático, sempre foi intensa, violenta e constante no período que vai de 1946 até o processo de transição conservadora do regime militar ao regime democrático-constitucional, quando o terrorismo de Estado recuou.

Ainda que possam ser destacadas as operações direcionadas contra partidos e militantes individuais, destacadamente os comunistas e sindicalistas, a repressão teve como alvo permanente e preferencial o mundo do trabalho e suas lutas, adquirindo, portanto, uma dimensão de massas, já que desabou o seu peso sobre a classe operária e a própria sociedade – civil e política –, como ilustram os fatos e números superlativos, sobretudo quando a avaliação se expande ao universo mais amplo dos familiares e conhecidos, e às consequências sobre o povo e a vida política das cidades atingidas.

A despeito das características constantes e regulares da coerção e da perseguição sindical ou política, perpassando os diferentes regimes políticos e governos, sem exceção, houve maiores truculências e arbitrariedades em duas conjunturas definidas, considerando-se apenas o período abarcado pela apuração: durante os governos contemporâneos de Eurico Gaspar Dutra, federal, e Milton Campos, em Minas Gerais, por ocasião do golpe militar de 1964, incluindo os anos subsequentes, até o fim do IPM nº 87, de 24/04/1964, processado na 4ª RM-JF.

Os atos repressivos desencadeados sobre os mineiros de Nova Lima, Raposos e Rio Acima, em vez de serem meras ações isoladas, esporádicas e erráticas – sem objetivos precisos e maiores, assim como sem origem estável e definida –, possuíram características comuns, detectáveis caso a caso: a autoria de policiais ou jagunços civis sob o mando da Companhia Morro Velho; a omissão, o incentivo ou até mesmo a cumplicidade de autoridades estatais; a obediência a diretrizes claras; a existência de comando superior; a permanente certeza de impunidade.

A repressão – mesmo que tenha sido efetivada por agentes específicos e pessoalizados – foi bem mais profunda do que eventuais desavenças e iniciativas individuais ou grupais, de vez que ficaram comprovadas a responsabilidade intelectual, política e decisória de órgãos e autoridades do Estado brasileiro, do estado de Minas Gerais, da Companhia Morro Velho, de setores da sociedade política local e da hierarquia estabelecida na Igreja Católica – em níveis e participações diferenciadas no tempo, nos acontecimentos e nas intensidades, mas em geral articulados entre si de maneira funcional e complementar.

As violências arbitrárias sobre os mineiros da Morro Velho jamais foram tratados como objeto de inquérito policial, apesar das frequentes solicitações dos atingidos às autoridades federais e estaduais – inclusive ao presidente Dutra e ao governador Milton Campos, com destaque às tentativas efetivadas pelo advogado Tarcísio Delgado em forma de denúncia nos autos, que acabam gerando a responsabilização do presidente Castelo Branco e do governador José de Magalhães Pinto, além dos órgãos policiais, persecutórios e judiciários –, a despeito de sua tipicidade como crime de ação pública, que exigia a iniciativa das instâncias competentes, e apesar de ampla campanha realizada nos níveis municipal, estadual e nacional.

A repressão centenária, desencadeada e mantida contra os operários da mina de Morro Velho, caiu no esquecimento, sem que tenha havido investigações e quaisquer punições aos responsáveis – mandantes e executores –, não por inexistirem condições técnicas e elementos materiais suficientes para se tomarem as providências e os encaminhamentos necessários, mas porque as autoridades, mesmo tendo à sua disposição recursos e aparatos suficientes nas esferas políticas, policiais, jurídicas e financeiras, optaram pela cumplicidade, pela omissão e pelo resguardo aos suspeitos, em vez de procederem à imprescindível proteção aos ameaçados em cada conjuntura.

Os atentados e atitudes práticas das autoridades constituídas revelam, não apenas indícios acerca dos interesses inconfessáveis envolvidos nos círculos governamentais e de certa intimidade nos órgãos públicos com assassinos e insufladores da direita civil, como também a cumplicidade das autoridades maiores dos Estados brasileiro e mineiro, assim como, em 1964, as suas consequências diretas sobre mais ou menos 600 militantes políticos ou sindicais e indiretas sobre aproximadamente 3mil pessoas – interrogadas, agredidas, ameaçadas ou atingidas de várias outras maneiras –, aproximadamente 8% da população, à época, de Nova Lima, Raposos e Rio Acima.

Responsáveis

A apuração desenvolvida pela Covemg sobre o processo repressivo desencadeado contra os mineiros da Companhia Morro Velho, com vistas a delinear-se as responsabilidades diretas ou indiretas, evento por evento, assim como a torná-las públicas de forma perene e oficial, chegou aos resultados que seguem.

A intervenção no SDM (1947) foi decretada por Morvan Dias de Figueiredo, titular do MTIC, por motivos ideológicos e hostis às lutas trabalhistas. Esse ministro estava subordinado ao presidente Eurico Gaspar Dutra, que lhe dera posse no dia 30/10/1946 e desencadeou a política repressiva em âmbito nacional. A cúpula da Delegacia Regional do Trabalho em Minas Gerais, então sob a influência da Companhia Morro Velho, completa o quadro. Tais autoridades estiveram implicadas na cruzada anticomunista e antissindical, instigando-a e praticando-a.

A repressão à greve de outubro (1948), em especial durante a passeata que desfilou pelas ruas da cidade e a concentração em frente à entrada da mina em Nova Lima, sofreu o cerco ostensivo da Polícia Militar, sob as ordens operacionais do capitão Mário Norberto Lindemberg e a direção a distância do comandante geral da corporação, coronel José Vargas da Silva, nomeado, subordinado e dirigido pelo governador Milton Campos. Os disparos contra os operários manifestantes foram efetivados por policiais militares e um grupo de jagunços a mando da Companhia, então administrada por G. P. Wigle.

Os atiradores civis contra a concentração de 2 mil grevistas foram os mesmos milicianos que, dias depois, encabeçaram a invasão ao escritório dos "vereadores do povo", planejada e orquestrada com a complacência cúmplice das polícias militar e civil. O delegado José de Almeida Sobrinho se limitou a ouvir algumas pessoas, sem dar sequência ao inquérito e sem indiciar ninguém, mesmo tendo havido ferimentos e tentativas de assassinato com uso indiscriminado de armas de fogo sobre a multidão operária em assembleia pacífica.

A chacina de novembro (1948) foi realizada por uma horda insuflada e armada pela Companhia Morro Velho, estimulada pela omissão e pelo incentivo policiais, com a participação ativa dos seguintes capangas: Belarmino Barbosa Filho, Sebastião de Paula, Antônio Fernandes da Silva (morto a tiros no revide autodefensivo), Francisco Avelino Assis, Geraldo Paulo Vitorino, José Cauê, José Rodrigues de Souza (laudo com nome de José Henrique de Souza), Mário Melo Sobrinho e Walter Rodrigues.

O assassinato do vereador e dirigente comunista William Dias Gomes foi efetuado por Sebastião de Paula, que lhe deu o primeiro tiro no tórax, e por Belarmino

Barbosa Filho, que na sequência o executou a sangue frio com um tiro na nuca, quando já estava caído ao solo. A seguir, esgotada a munição no tiroteio, vários membros da turba agressora, cujos nomes permanecem sem identificação, perseguiram o operário Ornélio Pereira da Costa, já ferido, que havia saltado pela janela do casarão onde funcionava o escritório até a rua contígua à Praça Bernardino de Lima, onde consumaram a sua execução com um golpe de paralelepípedo que lhe esmagou o crânio.

Também se revela responsável o delegado capitão Mário Norberto Lindemberg, que proibiu o debate relativo à revolução de outubro, além de, mesmo avisado sobre o assalto iminente dos jagunços ao casarão onde funcionava o escritório dos "vereadores do povo", omitir-se e estimular a invasão, perseguiu os comunistas depois do conflito e passou a prender vítimas. Frise-se, ainda, a conduta do delegado Luiz Soares de Souza Rocha, que se limitou a representar a pantomima de um "inquérito". Restam as atitudes do chefe de polícia Campos Cristo, do comandante geral da PMMG coronel José Vargas da Silva e do governador Milton Campos, que sancionaram e acompanharam os procedimentos repressivos.

A execução de junho (1949), em que foi morto o dirigente comunista José dos Santos, teve como responsáveis diretos os mesmos mandantes e pistoleiros atuantes na chacina de novembro, desta feita com a participação da Unas. Conforme a nota assinada pelos vereadores comunistas, a tocaia foi efetuada pelo mesmo bando que assassinara William e Ornélio, 20 dias antes. Também são responsáveis, por motivos diferenciados: o delegado de Nova Lima, cujo nome não foi apurado, que se omitiu no indiciamento do criminoso, denotando acumpliciamento.

Por tal crime, cabe definir também a responsabilidade das mesmas autoridades estaduais já relatadas: o chefe de polícia Campos Cristo, o comandante geral da PMMG, coronel José Vargas da Silva, e o governador de Minas Gerais, Milton Campos. Por fim, o tenente Pedro Ferreira dos Santos, já delegado em Raposos, indicado pelo comitê acima, ampliado com a participação dos principais diretores da Companhia Morro Velho, que impôs um clima de terror e cerco ao movimento operário, estimulando a histeria e a violência anticomunista, um claro sinal verde à ação criminosa.

O processo contra os 51 (1949) foi preparado antes da etapa judicial. Os responsáveis iniciais foram a Companhia e seu administrador G. P. Wigle, assim como o coronel Lauro Loureiro de Souza, presidente da Comissão Especial de Investigação em Nova Lima, com a participação dos demais membros, Ernani de Oliveira e João Lopes Guimarães. A implicação do governo Dutra e de seu ministro

Morvan Dias de Figueiredo é notória, já que nomearam aqueles titulares, em nome do MTIC. A denúncia-cúmplice foi efetuada pelo próprio Subprocurador do estado de Minas Gerais, J. Pinto Rennó. O pároco de Nova Lima, Osvaldo Barbosa, insuflou de modo permanente o ódio aos "vermelhos".

O juiz que conduziu o processo, alinhado à Companhia Morro Velho, é José Tavares Reis. A lista dos "sabotadores" e comunistas foi elaborada e fornecida à Comissão de Investigação pelos delegados capitão Mário Norberto Lindemberg e Luiz Soares de Souza Rocha. O tenente Pedro Ferreira dos Santos destacou-se na repressão aos indiciados em Raposos, durante todo o transcurso da luta contra a demissão. Sem dúvida, os processos repressivos e judiciários, articulados desde o nascedouro, receberam especial atenção por parte do governador Milton Campos e do MPE.

O inquérito policial, predecessor do IPM nº 87 (1964), teve como responsável Diocélio de Oliveira Cabral, delegado de polícia de 3ª Classe, titular na "delegacia supervisora de Nova Lima" por designação do secretário de Segurança Pública do estado de Minas Gerais – antecipado por recado, escrito pelo delegado assistente Helvécio Arantes. Papeis auxiliares à repressão desempenharam o escrivão Walter da Silva, o delegado Ismail Leonel de Paula e o pároco Antônio Donato de Lima, de Raposos. O procurador geral do estado, sintonizado e acumpliciado com o governador Magalhães Pinto, a Companhia Morro Velho e os demais golpistas, indicou, como assistente da caçada político-ideológica, o promotor de Justiça da comarca de Nova Lima, Saad Bedran.

A tais agentes públicos se associaram a Fábio Bandeira de Figueiredo, diretor do departamento de vigilância social, e Thacyr Omar Menezes Sia, delegado de Ordem Pública e Social. Na fase processual-militar, destacaram-se o capitão Antônio Maria Claret da Silva, encarregado do IPM na 4ª DI da 4ª RI, o general Hugo Panasco Alvim, responsável geral pelos IPMs, Felippe Luiz Paletta Filho, promotor da Justiça Militar, e Milton Fiúza, juiz auditor, além de Waldemar Lucas, Antônio Marques Arruda e Mauro Seixas Telles, que participaram no Conselho do Julgamento Final. O promotor foi Joaquim Simeão de Faria, que pediu a condenação de todos os réus.

Participaram das repressões e prisões no dia do golpe militar o delegado Tito Rosa, os policiais civis Carlos Pereira, Geraldo João Santana, Leopoldino e Miguel (os dois últimos sem definição de sobrenomes), os alcaguetes e reforços informais Heraldo Otero e Vando Martins (esse último alocado no setor administrativo da Companhia Morro Velho). Em seguida, o delegado tenente-

coronel Sebastião Pereira Reis prosseguiu e reiterou a tradição repressiva em Nova Lima. Todos os policiais aqui nomeados, especialmente os ligados ao DOPS-MG, foram responsáveis diretos por graves violências. Pelo menos dois delegados foram notórios torturadores: Diocélio de Oliveira Cabral e Thacyr Omar Menezes Sia.

6.3 O Massacre de Ipatinga

O contexto nacional em 1963

Localizada no Vale do Aço, na região Leste de Minas, a cidade de Ipatinga era, em certo sentido, quase um mundo à parte em relação ao que ocorria no Brasil e no exterior. No cenário internacional, vivia-se o auge da Guerra Fria, como ficou conhecido o período da história contemporânea ocorrido logo após a Segunda Guerra Mundial, que dividiu o mundo em dois blocos. Um, sob a hegemonia dos Estados Unidos, formado pelos países capitalistas. O outro, que tinha a antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) como principal referência, aglomerava sociedades baseadas em processos de apropriação social dos meios de produção.

O Brasil foi atingido pela tensão planetária, que se articulava com as determinações nacionais. Na madrugada de 12/09/1963, Brasília ficou isolada do País. Os telefones foram cortados, o aeroporto ocupado, os prédios públicos tomados e os acessos às rodovias federais bloqueados. A capital estava sitiada pela ação de 630 sargentos, cabos e soldados da Marinha e da Aeronáutica. Num ato ousado, os revoltosos ainda prenderam dezenas de oficiais e autoridades civis, como um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e até o presidente interino da Câmara dos Deputados, deputado Clovis Mota (PSD-RN). O episódio ficou conhecido como "levante de Brasília".

Da mesma forma, no conflito ocorrido em outubro do mesmo ano, no Vale do Aço – que ficou conhecido como massacre de Ipatinga e que vinha sendo anunciado há vários meses –, o clima também era de beligerância e prenúncio do golpe militar que, cinco meses e 24 dias depois, destituiria o presidente da República, João Goulart. No mesmo dia em que os metalúrgicos de Ipatinga eram alvejados pelos disparos feitos pelos soldados do destacamento da PMMG na cidade, em Brasília, João Goulart retirava de tramitação no Congresso o projeto que enviara três dias antes, por meio do qual solicitava autorização para decretar o estado de sítio no País pelo prazo de 30 dias.

A mensagem chegou ao Congresso em 04/10/1963, uma sexta-feira, apenas três dias antes do conflito de Ipatinga, e foi bombardeada tanto pela oposição quanto por deputados aliados ao próprio governo, como o líder do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Caio Bocaiúva, que, em nota distribuída à imprensa no dia 6 de outubro, criticou o pedido do Palácio do Planalto.

Em Minas, Clodesmidt Riani, José Gomes Pimenta, o Dazinho, e Sinval Bambirra eram os mais influentes dirigentes sindicais da época. Os três tinham, também, mandatos de deputados estaduais. Os dois últimos foram a Ipatinga no dia 7 de outubro. Perante o vácuo de referências políticas na cidade, ajudaram a construir o acordo que pôs fim ao clima local de insurreição. Do ponto de vista oficial, os metalúrgicos de Ipatinga eram representados pelo Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos da Acesita (Metasita) que, originalmente, atendia apenas aos operários da antiga Companhia Aços Especiais Itabira (Acesita), hoje "Aperam", a outra siderúrgica de grande porte do Vale do Aço, situada no município vizinho de Timóteo. No entanto, o conflito dos dias 6 e 7 de outubro aconteceu à revelia do Sindicato. Uma possível ida de Riani a Ipatinga chegou a ser noticiada pela imprensa, mas acabou não se confirmando.

Riani, Dazinho e Bambirra foram os três primeiros deputados estaduais eleitos por bases operárias no Estado. Riani era eletricitário em Juiz de Fora. Bambirra era tecelão em Belo Horizonte, tendo sido presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Belo Horizonte e da federação dos trabalhadores da mesma categoria. Dazinho era operário da mineração de ouro da *Saint John Del Rey Mining Company*, que depois se transformou em Mineração Morro Velho e hoje é a *Anglo Gold*. Com o golpe de 1964, os três tiveram seus mandatos cassados pela ALMG em abril de 1964, com rito sumário e votação secreta. De acordo com Neves, do momento em que o pedido de cassação foi protocolado até a data em que se efetivou não se passaram mais do que cinco dias.[247]

Com a cassação, os três parlamentares foram presos. Bambirra foi o único que deixou o País, como exilado. Como tinham filhos menores, Riani e Dazinho optaram por permanecer no Brasil. Em 1983, Riani se elegeu deputado estadual, cargo no qual permaneceu por um único mandato, já que em 1986 não foi reeleito. Bambirra voltou à atividade sindical e morreu em 10/12/2003. Dazinho passou os últimos anos de sua vida praticamente acamado, depois que um acidente a cavalo o deixou semiparalítico. Faleceu em 16/03/2007. Em 1994, Riani, Dazinho e Bambirra foram reabilitados pela própria ALMG, que reconheceu o erro e lhes concedeu pensão especial. O projeto foi sancionado pelo governador

Hélio Garcia, o mesmo político que, em 1964, como deputado estadual, ajudou a cassá-los. Em 2001, passaram a receber uma pensão equivalente ao subsídio mensal dos deputados estaduais, algo em torno de R$ 6 mil em 2007. Clodsmitdt Riani vive em Juiz de Fora. Hoje, mantém a mesma posição em relação ao ato que o colocou na clandestinidade política. "A cassação foi uma barbaridade. Os deputados ficaram todos com medo."[248]

O massacre o o golpe em andamento

No início de outubro de 1963, independentemente de Carlos Lacerda, o golpe que seis meses depois destituiria o presidente já estava sendo tramado na caserna. Em fins de agosto de 1963, na sede do comando geral da PMMG, localizado no primeiro andar de um prédio de linhas neoclássicas onde funciona hoje o Centro de Cultura do Banco do Brasil, na Praça da Liberdade, em Belo Horizonte, o general Olímpio Mourão Filho, recém-empossado no comando da 4ª Região Militar (4ª RM); o general Carlos Luís Guedes, comandante da Infantaria Divisionária-4 (ID-4); o comandante geral da PMMG, coronel José Geraldo de Oliveira; e o chefe do Estado-Maior da Corporação, coronel Afonso Barsante dos Santos,[249] travaram o seguinte diálogo: "comandante, o senhor não acha que nós temos que pôr esse presidente da República para correr? Eu acho que as Forças Armadas não podem ficar inativas diante da situação que o Brasil está passando. E eu conto com a Polícia Militar."[250]

O convite para que a PMMG participasse de uma conspiração para depor João Goulart foi feito por Mourão Filho em sua primeira visita oficial aos organismos militares do Estado, depois de assumir o comando da 4ª RM. Em agosto de 1963, quando Mourão já conspirava contra o presidente da República, o governo Jango tentava livrar-se do fantasma da crise cíclica na economia. No ano anterior, a inflação havia chegado a 52% e não havia sinais de que recuaria. Com o fim do sistema parlamentarista, sepultado pelo plebiscito em janeiro de 1963, Jango tentava recuperar sua autoridade política.

Em setembro de 1963, os comandantes militares Mourão Filho e o Carlos Luís Guedes tiveram uma reunião com o governador Magalhães Pinto, na qual foi discutida a formação de um estado-maior revolucionário em Minas Gerais. Em seguida, os dois generais estabeleceram contatos para as operações com o coronel José Geraldo de Oliveira.[251]

Em outubro, a conspiração militar contra o governo já começava a ganhar corpo em vários outros estados. Magalhães Pinto acreditava ser possível um levante armado, mas defendia a espera de melhor oportunidade para deflagrar o

movimento. Por isso, não aceitou a proposta de Mourão Filho de que preparasse um manifesto a ser assinado pelos governadores do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e Minas Gerais, conclamando o povo e as Forças Armadas a derrubarem Goulart do governo. Entretanto, planos mais detalhados começaram a ser delineados com o objetivo de transformar Minas numa fortaleza de resistência, caso os setores leais ao presidente reagissem militarmente.[252]

O projeto, que vinha sendo arquitetado também com o apoio de Magalhães Pinto, previa, no caso de uma reação armada contra a deposição do presidente, o fechamento das fronteiras do estado, que se transformaria em uma unidade autônoma no País. A expectativa era de que o conflito entre as tropas do general Mourão e as que fossem leais ao presidente durassem, pelo menos, três meses. Para isso, além do fechamento das fronteiras, por tropas da PMMG, o governo abriu inscrições para voluntários. Até 31 de março de 1964, cerca de 16 mil pessoas se alistaram como voluntárias nos dois postos de inscrição. Todos usavam uma braçadeira verde e amarela com um triângulo. Um posto funcionava no DI da PMMG no Bairro do Prado, zona oeste da Capital. O outro se localizava no grupo escolar [hoje Escola Estadual] Pandiá Calógeras, no Bairro Santo Agostinho, região central, de onde a partir do dia 31, instalado o quartel general das forças militares, emitiam-se ordens dos comandantes do Exército e da PMMG.[253]

Em dezembro de 1963, mal se refez do levante dos fuzileiros navais e soldados da Aeronáutica, ocorrido apenas dois meses antes, o presidente teve de enfrentar outra briga com os militares, desta vez com os oficiais da Marinha, que reagiram à nomeação do almirante Cândido Aragão para comandar o Corpo de Fuzileiros Navais, por meio de um manifesto. Os assinantes foram todos presos.

O mesmo almirante Aragão foi protagonista de outro episódio, que acabou por aguçar ainda mais os ânimos da caserna contra o presidente. No dia 25/03/1964, marinheiros e fuzileiros navais voltaram a rebelar-se, desta vez em protesto contra a detenção aos diretores da associação dos marinheiros e fuzileiros navais. A prisão dos dirigentes ocorreu porque se manifestaram a favor das reformas de base anunciadas por João Goulart no dia 13 de março daquele ano e prestaram homenagem aos trabalhadores da Petrobras pelo ato de o presidente encampar as refinarias particulares de petróleo. A conduta foi considerada uma transgressão disciplinar pelo ministro da Marinha, almirante Silvio Mota. Entre os que participaram do protesto estava o almirante Aragão. No dia seguinte, os marinheiros rebelados se entrincheiraram no Sindicato dos Metalúrgicos, dispostos a resistirem a cerca de 500 soldados do Exército, que aguardavam ordem do ministro da Marinha para invadir o prédio. Afastado do comando do Corpo de Fuzileiros Navais, Aragão recebeu ordem de prisão. Os rebeldes foram detidos,

libertados logo em seguida e, a contragosto dos comandos militares, anistiados por João Goulart, que, no dia 27 de março, reconduziu Aragão ao comando do Corpo de Fuzileiros Navais.

A postura de João Goulart em face das contradições internas à hierarquia militar irritou ainda mais as Forças Armadas. Oficiais da Aeronáutica e do Exército solidarizaram-se com seus colegas da Marinha nas críticas ao presidente. Para agravar a crise, na noite do dia 30, véspera do levante, o primeiro mandatário do País, contra a vontade de alguns de seus auxiliares mais próximos, decidiu comparecer a uma reunião de sargentos e subtenentes no Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro. Poucas horas depois, o fantasma do golpe deixava os quartéis e ganhava as ruas.

A tão propalada resistência legal pelo "dispositivo militar" de Jango não ocorreu. Os trabalhadores e demais setores populares que foram à greve e às ruas não reuniram condições e forças efetivas, suficientes para deterem a reação política em marcha. Em Ipatinga, a notícia do golpe chegou ainda na manhã do dia 1º de abril, quando José Deusdedith "Serrinha" Chaves, uma das principais figuras pertencentes à nascente safra de militantes políticos à esquerda surgidos em Ipatinga após o massacre, havia ido ao cartório registrar o filho recém-nascido.

"Serrinha" afirma que, naquele momento, não tinha uma noção clara sobre a dimensão do movimento. "Eu nem sabia que eles estavam prendendo".[254] No seu depoimento, disse que tão logo a notícia da deposição do presidente chegou a Ipatinga, reuniu os integrantes do "grupo dos 11", ao qual pertencia, para discutir a quem seus integrantes iriam seguir na falta do presidente. Entretanto, segundo ele, só muito depois ficaram sabendo que todos os principais dirigentes nacionais dos trabalhadores já estavam presos. Naquele mesmo dia, o golpe militar deixou de ser uma notícia distante e passou a fazer parte de seu cotidiano.

Caio Navarro de Toledo considera a frágil resistência, como a encontrada em Ipatinga, fruto da própria fragilidade nas fileiras da esquerda:

> O golpe encontrou as esquerdas fragmentadas em diferentes correntes ideológicas, isoladas das grandes massas populares e sem nenhuma estratégia política para resistir à ação deflagrada. Subordinadas e vinculadas ao populismo janguista, não conseguiram as organizações populares sindicais vislumbrar e implementar uma ação independente face ao "capitulacionismo" do governo Goulart. Com uma crescente retórica radical e pseudorrevolucionária no pré-64, as esquerdas mostraram-se inteiramente inertes e desorientadas frente à ação militar, amargando uma derrota arrasadora e desmoralizante. As massas populares e trabalhadoras não deram um passo a não ser em casos isolados – em defesa do governo populista, assistin-

> do passivamente ao desmantelamento de suas organizações políticas e sindicais, bem como à prisão de suas lideranças mais expressivas. Como um castelo de cartas, desabou a chamada Frente Democrática, que reuniria operários, camponeses, militares nacionalistas e estudantes – na época considerada uma força sólida e inexpugnável diante de qualquer veleidade golpista, acreditavam as lideranças de esquerda.[255]

Tentando classificar as análises sobre o golpe de 1964, Lucília de Almeida Neves opina que há quatro linhas de pensamento.[256] A primeira, que seria de natureza estruturalista e funcional, vincularia a deposição do presidente à dimensão de longo tempo e, portanto, a problemas quase que inerentes à própria forma como a sociedade brasileira se organizou ao longo dos últimos séculos, com destaque para o subdesenvolvimento e o atraso na industrialização. A segunda corrente enfatizaria o caráter preventivo da intervenção militar: seria uma ação para se evitarem as possíveis transformações no sistema econômico e político brasileiro, determinadas pela ascensão de segmentos tradicionalmente explorados, oprimidos e sem influência nas decisões políticas, como os trabalhadores.

Uma terceira corrente trabalharia com a ideia de que a ruptura da ordem política então vigente teria resultado de uma ação conspiratória por parte dos seguintes segmentos sociais e organizações: as forças anticomunistas; os setores conservadores das Forças Armadas, alguns deles vinculados à Escola Superior de Guerra; uma parte expressiva dos grandes empresários brasileiros e dos latifundiários; as frações conservadoras da Igreja Católica; o capital internacional que tinha interesse no Brasil; entre os partidos políticos, principalmente a UDN. Assim, o golpe seria uma conspiração conjuntural. A quarta e última linha de análise, além da situação da época, consideraria como componente da ruptura política a falta de compromisso, tanto dos grupos de esquerda quanto de direita, com a manutenção do regime democrático, colocando todos os antagonistas – os defensores da legalidade constitucional e os golpistas de 1964 – nos mesmos saco e grau de responsabilidade.

Os rumos do golpe militar

De qualquer forma, sem endossar quaisquer tentativas de simplificar e esquematizar um processo tão complexo, o massacre de Ipatinga ocorreu em um contexto muito delicado. A sua eventual repercussão poderia transformar-se em uma pedra no sapato dos conspiradores mineiros não fosse a pronta intervenção do governo estadual no conflito, que, assim, ficou restrito ao Vale do Aço.

Para entender o seu significado, é importante analisar o contexto político da época. A Usiminas era uma siderúrgica estatal cujo maior acionista, o governo

federal, associava-se com sócios japoneses.[257] No epicentro do conflito estava a PMMG, cujo comandante maior era o governador Magalhães Pinto, que, mais tarde, quando da deposição do presidente, seria alçado à condição de uma das principais expressões civis do movimento.

Quando o conflito de Ipatinga eclodiu, uma das primeiras reivindicações dos metalúrgicos foi a substituição da PMMG por tropas federais, do Exército, no policiamento de Ipatinga. O pedido foi feito por rádio, no dia 7 de outubro, por Gil Guatimosim. Em depoimento à comissão de sindicância aberta pela Usiminas para apurar as causas do conflito, o diretor de Relações Industriais alegou que a animosidade dos trabalhadores em relação à PMMG era tanta que a sua presença poderia complicar ainda mais a situação. "Eu mandei passar rádio[258] de Acesita, pedindo que o reforço a ser enviado fosse de forças do Exército, porquanto o pessoal estava inteiramente indisposto com a polícia."[259]

Tal foi a situação que o secretário de Segurança de Minas, Caio Mário da Silva Pereira, e o comandante geral da PMMG, coronel José Geraldo de Oliveira, encontraram em Ipatinga na tarde de sete de outubro. Foi esse oficial quem, pessoalmente, procurou restabelecer a autoridade do governo de Minas junto aos metalúrgicos, ao negociar a volta ao trabalho e à renúncia a represálias à ação da tropa policial militar.[260]



Figura 16 - O secretário de Segurança de Minas, Caio Mário da Silva Pereira, de terno, e o comandante-geral da PMMG, José Geraldo de Oliveira, chegam a Ipatinga no início da tarde do dia 7 de outubro de 1963, em busca de um acordo que pusesse fim à crise.
Fonte: Fialho Pacheco / Estado de Minas

O pedido de substituição da PMMG pelo Exército foi feito, também, pelo presidente do Metasita, Geraldo Ribeiro, na tarde do dia 7, durante uma reunião com o secretário e o comandante da tropa. Ante as promessas de que as atrocidades cometidas contra os trabalhadores não voltariam a repetir-se e de que os responsáveis seriam todos punidos, o dirigente sindical resolveu dar um voto de confiança ao governo do estado. Em resposta, Caio Mário lhe agradeceu pelo apoio, especialmente em relação à substituição da PMMG pelo Exército no policiamento de Ipatinga.[261]

José Geraldo de Oliveira afirmou que, se o Exército tivesse sido chamado ao Vale do Aço, é possível que os rumos ou o desenho do levante que derrubaria o presidente João Goulart tivessem sido outros, pois a medida equivaleria de certa forma a uma intervenção do governo federal na PMMG, ainda que a requisição tivesse partido do próprio governo mineiro. É possível supor que se o deslocamento de tropas federais tivesse ocorrido, a história do Brasil poderia ter tomado outro caminho: "A revolução de 64 não teria ocorrido".[262] Hipóteses à parte, o fato é que em outubro de 1963, com o fim do conflito aberto entre os trabalhadores da Usiminas, a empresa e a PMMG, cortou-se o elo que poderia constituir uma ligação direta entre a dura realidade do Vale do Aço e o contexto político nacional. Ipatinga saiu do noticiário da imprensa tão rapidamente quanto entrou. Logo em seguida, os metalúrgicos retomaram a sua rotina.

Na prática, o conflito gerou a primeira – e de curta duração – safra de dirigentes sindicais de oposição à Usiminas. Uma de suas expressões era o "Serrinha", um dos militantes do Grupo dos 11 no Vale do Aço. Segundo sua informação, as reuniões ocorreram publicamente, no período compreendido entre o massacre e o golpe de 1964. Como o PCB e o PCdoB, como outras organizações de esquerda, estavam proscritos, todos os militantes da nascente esquerda de Ipatinga militavam no PTB.

> Antes do golpe, chegamos a reunir o pessoal até mesmo em praça pública, ou dentro da usina, em pleno horário de trabalho. A gente chamava o pessoal e passava todas as informações e orientações em reuniões sobre a Supra[263] e o Grupo dos 11. Não havia muita perseguição política porque o João Goulart era presidente da República. Estávamos fazendo aqui um movimento que tomava uma dimensão muito boa. Muita gente diria, mais tarde, que se não fosse o golpe militar, a Revolução poderia ter começado aqui.[264]

Porém, com o golpe militar, cinco meses após o massacre, o movimento seria aniquilado, já que todos os principais dirigentes à esquerda em Ipatinga foram

presos. O resultado foi o seguinte: as diretorias do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Ipatinga e Região (Sindipa), que seria fundado em 1º/05/1965, manteve por longos anos a mesma tradição político-sindical.

Os trabalhadores reclamavam sobre as perdas

No Brasil dos anos 1960, a deterioração da capacidade para comprar, por parte dos trabalhadores, também gerava tensão social. Após a euforia do ciclo desenvolvimentista patrocinado pelo governo de Juscelino Kubitschek, quando o Produto Interno Bruto (PIB) chegou a crescer a taxas de 10,8% e 9,8% ao ano, como ocorreu, respectivamente, em 1958 e 1959, a economia nacional retornou à crise cíclica. A inflação voltou a assustar. Em 1962, o custo de vida subiu 52%, número que pulou para 79% no ano seguinte, um número recorde na história do País até então. Por outro lado, o crescimento econômico perdia forças. Em 1963, o PIB cresceu apenas 0,6%, a menor taxa desde 1947.

A fase de expansão capitalista nos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial não significou aumento real de salários para os trabalhadores. Segundo o economista Francisco Oliveira, entre 1944 e 1951 o poder aquisitivo do salário mínimo foi reduzido à metade.[265] Entre 1952 e 1957, houve recuperação e declínio, dependendo de acordos dos governos com o movimento sindical. No período seguinte, entre 1957 e 1964, houve nova recuperação do salário mínimo real, tendência que apresentou recuo após 1964.

Em dois momentos, durante o ano de 1962, uma parte dessas perdas foi amenizada. Em julho, o governo federal instituiu o 13º salário. Em dezembro, reajustou o salário mínimo em 50%, aumento que não satisfez os sindicalistas. Benedito Cerqueira, membro da direção nacional do CGT o considerou insuficiente para aliviar a "situação aflitiva" em que se encontrava o trabalhador brasileiro na época.[266]

As duas medidas só foram alcançadas após intensa mobilização dos Sindicatos. Em agosto de 1962, durante o IV Encontro Nacional Sindical, que resultaria na criação do CGT, foi aprovado um "plano de ação imediata" por meio do qual os trabalhadores reivindicavam alguns direitos mínimos: a revisão dos níveis salariais; a aprovação dos projetos que instituíam o salário família e a aposentadoria aos 30 anos de trabalho; a jornada de trabalho com seis horas para mulheres.[267]

O pagamento do 13º salário já era reivindicado há vários anos pelos trabalhadores. A conquista da Lei que instituiu o benefício foi acompanhada de uma série de mobilizações, sobretudo no final de 1962, com o objetivo de fazer com que, em dezembro daquele ano, o 13º fosse pago pela primeira vez. Durante os

meses de novembro e dezembro, os Sindicatos ameaçaram deflagrar um movimento grevista caso tal reivindicação fosse protelada. A polêmica foi parar na Justiça, saindo os trabalhadores vitoriosos.

Os sindicatos lutavam por uma central sindical

No plano específico da luta sindical, os primeiros anos da década de 1960 foram marcados pela mobilização de Sindicatos, federações e confederações pela construção de um organismo sindical nacional, capaz de representar todos os trabalhadores do País, o que era proibido pela CLT. Tal discussão permeou os primeiros anos na década de 1960, até que, em agosto de 1962, durante o IV Encontro Nacional Sindical, 3,5 mil entidades sindicais fundaram o CGT, que, ao longo de seus dois anos de funcionamento, nem chegou a ser legalizado. O golpe de 31 de março de 1964 o colocou na clandestinidade.

O reconhecimento do CGT como organismo representativo máximo dos Sindicatos trabalhistas era uma das principais polêmicas travadas entre o movimento, João Goulart e os dirigentes sindicais. Criado em agosto de 1962, à revelia do Estado, o Comando tinha sua legalidade questionada pelo governo federal, apoiado no dispositivo celetista que proibia a criação de organizações sindicais gerais, articuladoras e unificadoras de várias categorias econômicas. Na hierarquia desenhada pela Lei vigente, o máximo aceitável eram as confederações nacionais que representavam apenas Sindicatos e federações de uma só categoria profissional.

Para a criação do CGT, foi fundamental a mudança na direção da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI). Maior organismo sindical brasileiro, com cerca de 1,1 milhão de filiados, a Confederação era presidida, até então, por Diocleciano de Holanda Cavalcanti, que era contrário à criação do Comando. Em novembro de 1961, foi substituído por Clodesmidt Riani, um dos principais defensores da criação imediata do CGT. A CNTI, por ser a mais forte entre todas as confederações e federações nacionais, iria bancar a infraestrutura local para as reuniões do CGT.

Em 1962, a criação do CGT aconteceu quando o movimento sindical se encontrava em um momento de transição. Até então, a maior parte das reivindicações era setorial. Todavia, no mesmo ano, o Comando assumiu uma postura mais ampla, que incorporava as lutas políticas, priorizando as reivindicações de natureza geral e conjuntural. Em julho de 1962, como consequência da greve geral vitoriosa contra a posse de Auro de Moura Arantes como primeiro-ministro de

João Goulart, praticamente todas as reivindicações dos trabalhadores tinham sentido político.

As exigências eram as seguintes: reforma agrária "radical"; reforma urbana; reforma bancária; "repulsa" ao Fundo Monetário Internacional (FMI); encampação das empresas estrangeiras que exploravam serviços públicos; instituição do monopólio estatal na aviação civil; revogação de "todo e qualquer" acordo lesivo aos interesses nacionais. Apenas três itens podiam ser considerados específicos. Conforme Delgado[268] a participação nos lucros das empresas; a aprovação da lei que regulamentava o direito de greve; a aprovação da lei que instituía o 13º salário. Todavia, esses também tinham claro viés político.

Ainda segundo Delgado, no dia 21/10/1963, em São Paulo, cerca de 700 mil trabalhadores de categorias diversas entraram em greve por aumento salarial de 100%. Entretanto, embutida em uma reivindicação inicialmente econômica, estava outra, de caráter político: os sindicalistas pretendiam modificar a CLT no item que proibia a negociação salarial unificada. A greve durou uma semana e, ao final, conquistou aumentos salariais à base de 80%.[269]

Dois cenários, conectados e distintos

Ainda que se admita, no caso de Ipatinga, uma conexão de causalidade entre os cenários políticos conjunturais nacional, estadual e local, essa vinculação deve ser caracterizada como relativa, indireta e mediata. Tal ressalva se contrapõe à ideia, alimentada e difundida ao longo dos anos, de forma elaborada ou espontânea, de que a repressão aos operários do Vale do Aço pela PMMG tenha sido parte de uma espécie de teste macabro, concebido pelo governo Magalhães Pinto para saber como a classe reagiria no caso das possíveis mudanças do regime político e ocupação do governo federal pelos militares.

Nos depoimentos tomados pela polícia, nos dias que se seguiram ao massacre, inexistem quaisquer evidências de que os trabalhadores da Usiminas estivessem preocupados com as grandes questões nacionais. Semelhante conclusão é sustentada pelo jornalista Marcelo Freitas[270] e pela historiadora Marilene Tuler,[271] dois pesquisadores sobre o evento em tela. Tuler, em particular, informa que não encontrou qualquer indício razoavelmente seguro sobre a existência, no período anterior ao massacre, de sindicalistas comunistas no universo dos rebelados.

A única informação disponível a respeito se refere a uma data em torno de 1961. Consta, em uma ficha do DOPS-MG, que um agente sugeriu, sob o título de "penetração comunista na Usiminas":

> a) convém prevenir o coronel Célio, encarregado da seleção do pessoal da Usiminas de que elementos recém-lançados pelo Partido, cujos nomes ainda não constam dos fichários do DOPS, estão sendo admitidos, como operários daquela empresa; [...] b) seria prático sindicar nas localidades de origem desse pessoal.[272]

Todavia, a Usina só foi inaugurada no ano seguinte. O mais provável é que as referidas contratações estivessem acontecendo nas empreiteiras. A denúncia é genérica, sem citar número ou nomes, e a única a respeito. Se houve alguma ação deliberada para organizar o PCB no distrito de Ipatinga, o que jamais foi confirmado, é forçoso reconhecer que teria ficado aquém do resultado almejado. No máximo, teria obtido uma implantação débil e inicial, insuficiente para articular e dirigir, após dois anos de existência discreta, um levante tão forte. Aliás, tal documento, anterior a 1964, nem sequer foi localizado e utilizado pela defesa dos policiais militares envolvidos no massacre.

Tuler e Freitas[273] afirmam que, nas 10 páginas que compõem o relatório final do IPM sobre o massacre, o major Sílvio de Souza faz uma descrição detalhada dos acontecimentos e de seus antecedentes, e em nenhuma parte menciona a existência de militantes de esquerda que teriam sido deslocados para Ipatinga antes de outubro, com o objetivo de tumultuar a relação entre os trabalhadores e a empresa. Pelo contrário, admite que os policiais exageraram no uso da violência, como na noite de 6 de outubro, quando ocorreu a ocupação dos alojamentos da empreiteira *Chicago Bridge*, "onde cerca de 300 trabalhadores foram detidos e tratados de maneira desumana, não condizente com nossos foros de civilização".[274]

O documento é a demonstração cabal de que as motivações prioritárias estavam relacionadas: às más condições de trabalho, aos maus-tratos efetivados pelos vigilantes da companhia e os próprios soldados da PMMG; às deficiências de alimentação, transporte e moradia. A questão salarial era importante. Porém, já equacionada pelo menos ao nível do Sindicato, porque em 6 de outubro o Metasita fechou um acordo que garantiu um aumento, que vinha sendo negociado desde julho e tratava apenas da remuneração. Segundo o então presidente do Sindicato, Geraldo Ribeiro, quando as duas partes chegaram a um entendimento, o clima era dos melhores, não havendo razões para a realização de greve ou muito menos qualquer movimento de natureza política. O que havia ficado para encaminhamento posterior estava relacionado às condições de trabalho oferecidas pela empresa.[275]

Outra ressalva importante diz respeito à existência em Ipatinga, antes de outubro, de um Grupo dos 11, como eram denominados os organismos locais cuja criação era incentivada pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, para garantir a permanência do presidente João Goulart no poder e, ao mesmo tempo, fazer frente a uma eventual tentativa de depô-lo. Nos depoimentos colhidos no início do IPM, não há referências à existência de tal organização antes de outubro de 1963. A historiadora Marilene Tuler, autora do livro "Massacre de Ipatinga: mitos e verdades", entrevistou José Deusdedith Serrinha, um dos principais dirigentes surgidos no Vale do Aço após o massacre, obtendo a resposta assertiva de que o Grupo dos 11 fora criado como resposta aos acontecimentos de 6 e 7 de outubro. "Aqui em Ipatinga só existiu o nosso Grupo dos 11. E ele foi formado após o massacre de Ipatinga".[276]

A mesma tese foi defendida pelo jornalista Marcelo Freitas, autor do livro "Não foi por acaso",[277] sustentando que os trabalhadores da Usiminas se encontravam em um estágio de comportamento espontâneo, sem referência nos grandes embates políticos nacionais, sem militância orgânico-partidária revolucionária e sem uma consciência de classe além da esfera sensível. Boa parte era originária de áreas rurais onde a luta de classes estava em um estágio elementar – portanto, sem qualquer experiência orgânica anterior nas áreas sindical e política, embora se tenha notícias sobre alguns conflitos agrários no Vale do Rio Doce.

De acordo com o autor, todo o processo de implantação da Siderúrgica se deu em um período muito curto de tempo. Ainda que o Metasita procurasse conferir aos trabalhadores da Usiminas um mínimo de representação – que resultou, por exemplo, no acordo salarial firmado em 6 de outubro – Freitas julga exagerado supor que já estivessem tão organizados e politizados quanto seus companheiros dos grandes centros. Também contribuiu para o predomínio do "economicismo" corporativista no Metasita a tradicional postura de seu presidente, Geraldo Ribeiro: sempre se negou a aceitar os insistentes apelos de Clodesmidt Riani para que filiasse o Metasita ao CGT. Em "Não foi por acaso", o sindicalista narra que o dirigente nacional chegou a lhe propor, pela filiação jamais ocorrida, a nomeação para fiscal do Imposto Sindical, o que lhe renderia uma remuneração mensal extra equivalente a cinco vezes a remuneração recebida como presidente do Metasita:

> Eu não concordava com greves políticas. Eles pressionavam o governo tentando coisas que eu achava que não eram coisas certas. Coisas que não eram da esfera sindical. Eles estavam querendo mandar no governo. E a verdade é que eles mandavam.[278]

A fundação da Usiminas

A construção de uma usina siderúrgica que realizasse o processamento, no próprio Estado, do minério de ferro local era uma antiga reivindicação de políticos e empresários mineiros. O projeto começou a ser desenhado na época do governo Getúlio Vargas, que foi o responsável pelo início da exploração em grande escala do minério de ferro extraído na região de Itabira e que se destinava, em boa parte, à exportação. Porém, o plano foi adiado, tendo em vista a decisão de Vargas de priorizar a construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CNS) no município de Volta Redonda, no estado do Rio de Janeiro.

Com a posse de Juscelino Kubitscheck de Oliveira na presidência da República, em janeiro de 1956, o propósito voltou à tona, capitaneado pela Federação das Indústrias no Estado de Minas Gerais (FIEMG), que articulou, em abril de 1956, um grupo de capitalistas para realizá-lo. Porém, o início da construção aconteceu apenas dois anos depois, com a entrada de novos sócios: o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e o conglomerado monopolista-financeiro japonês *NipponSteell Corporation*.

As obras da usina se deram em ritmo acelerado, de vez que incluídas no Plano de Metas do governo federal, cujo slogan era "50 anos em cinco". Em outras palavras, o objetivo era fazer, em apenas cinco anos, o que em condições normais demoraria meio século. O Plano era composto por 30 metas, sendo o desenvolvimento da siderurgia foi a 19ª do setor "indústria de base". A sua finalidade consistia em duplicar de um para 3,5 milhões de toneladas a capacidade produtiva de aços em lingotes até 1965. Pretendia-se transpor o Brasil fortemente agrícola para outro Brasil, urbano e industrializado.

A pedra fundamental da Usina Intendente Câmara – assim batizada em homenagem a um engenheiro e senador mineiro contemporâneo do Império – foi lançada em agosto de 1958, em solenidade que teve a participação do presidente Juscelino. A escolha do local se deveu, entre outros fatores, à proximidade (cerca de 100 km) das minas ferríferas de Itabira, que eram exploradas por outra estatal, a Companhia Vale do Rio Doce. Também pesaram os fatos de que a Estrada de Ferro Vitória-Minas (EFVM) tangenciava o terreno da futura usina e a usina hidrelétrica de Salto Grande – pertencente à empresa Centrais Elétricas de Minas Gerais, hoje Companhia Energética de Minas Gerais – se localizava na região.

Das obras que construíram a hidrelétrica foram transferidas as primeiras três casas para Ipatinga, onde se instalariam os topógrafos enviados para mapear o terreno e escolher o local apropriado à planta industrial. Quando os peões

pioneiros chegaram ao sítio, havia apenas um povoado – não mais de 100 casas, cerca de 500 habitantes – localizado, segundo Tuler, no entorno da Estação Pedra Mole, às margens do Rio Piracicaba, atual Bairro Cariru. O território da usina, onde hoje se localiza Ipatinga, pertenceu aos municípios, primeiramente, de Antônio Dias e, posteriormente, de Coronel Fabriciano.

A área foi considerada, até o início do século XX, como um vazio demográfico, o que, segundo a historiadora, é questionável, pois até então era habitada por etnias originárias, fato tido como um dos fatores que retardaram a ocupação regional. Outras razões foram: presença de uma vegetação fechada – a Mata Atlântica, tipo de floresta constituída por árvores de grande porte e com copas densas –; alta incidência de doenças, como a febre amarela e a malária.[279] Nesse cenário, o começo da sobreposição social na região se deu com a construção da EFVM, nos anos 1920. Em agosto de 1922 se iniciou, ainda de acordo com Tuler, a construção da Estação Ferroviária no quilômetro 457 da ferrovia, atual Estação Intendente Câmara, nas proximidades do encontro entre os rios Doce e Piracicaba.[280]

A implantação da ferrovia propiciou a instalação de usinas. Primeiramente, a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, em João Monlevade, em 1937. Depois a Acesita, em 1944.[281] O povoado de Ipatinga nasceu graças à atividade madeireira, que visava fornecer o carvão necessário ao funcionamento dessas siderúrgicas. Em 1928, uma parte da área, denominada Pedra Mole, foi adquirida ao governo do estado pelo empresário Alberto Giovanini, que em 1936 a revendeu à Belgo-Mineira, afinal responsável pela exploração de carvão vegetal na região. Para tanto, montou um acampamento no povoado de Ipatinga e uma escola primária onde hoje se localiza o centro da cidade.

Em 1949, a prefeitura de Coronel Fabriciano conseguiu, junto à Belgo, a posse das terras onde ficava o acampamento pioneiro. Em 12/12/1953, Ipatinga, então um pequeno núcleo urbano formado por cerca de 40 residências, foi elevado a distrito de Coronel Fabriciano pela Lei nº 1.039, conforme depoimento do engenheiro Gil Guatimosim, à época assistente da Superintendência de Construções Civis. Atualmente, segundo Tuler, ainda existem vestígios da estação ferroviária original de Ipatinga, cujos primeiros passageiros eram carvoeiros cujo trabalho abasteciam, principalmente, a antiga Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira. Gil Guatimosim descreveu a região de Ipatinga como uma imensa área de reflorestamento da Belgo-Mineira.[282]

Quando da construção da usina, alguns desafios tiveram que ser vencidos para cumprir-se o cronograma da obra. Uma viagem de trem demorava 12 horas: começava em Belo Horizonte, entre 21 e 22h, com a chegada da composição

somente no final da madrugada à estação de Nova Era, onde os passageiros teriam que fazer uma baldeação, embarcando no trem seguinte, que os levaria a Ipatinga, chegando por volta das 9h30 do dia seguinte. Outro obstáculo, já para o transporte de máquinas e equipamentos, era a transposição da Serra do Espinhaço, entre João Monlevade e Timóteo. Para que os caminhões passassem na época chuvosa, a Usiminas manteve dois tratores – um no alto e outro na parte inferior da rodovia – que rebocavam os caminhões porventura atolados.

Dessa forma, segundo o engenheiro Janot Pacheco – durante a obra diretor comercial da empresa –, foi possível evitar que as deficiências infraestruturais comprometessem os prazos estipulados.[283] Considerando-se tais adversidades, a planta só foi concluída sete meses após a data prevista, segundo o engenheiro Luiz Verano, chefe geral das Obras de Construção da Usina.[284] Todavia, outros obstáculos teriam que ser enfrentados e superados, como a elevada incidência de malária na região.

Havia a expectativa de que a propagação da doença retrocedesse à progressão das obras, pois, com a construção da usina, os brejos seriam drenados, eliminando-se ou restringindo os locais onde se procriavam o mosquito transmissor. A solução, de acordo com Paulo Pinto, chefe dos serviços médicos da empresa, foi descartar nos alagados o óleo queimado produzido pelos motores. O Departamento Nacional de Endemias Rurais (DNERU) também aplicava o inseticida DDT.[285]

O nascimento de Ipatinga

Tão logo as primeiras notícias sobre a construção da Usiminas foram divulgadas, um contingente enorme de pessoas, em número muitas vezes maior do que o previsto e necessário, passou a afluir para Ipatinga. Surgiu, assim, para os responsáveis da obra, um problema a mais: como fazer a seleção e o treinamento de pessoal em tempo recorde? Era preciso, também, alojá-los e oferecer-lhes a infraestrutura mínima, em termos de alimentação, saúde e transporte, entre outros serviços básicos. Tudo isso sem contar com outro agravante: boa parte dos homens que constituíam a força de trabalho trazia mulher e filhos, que também teriam de ser abrigados.

Raimundo Anício, um dos pioneiros do comércio em Ipatinga, conta que no auge da migração, a situação chegou a ser caótica:

> O trem descarregava na estação, que era aqui pertinho, 50, 100, 200, 300 famílias. Algumas vinham com a família e outras não. Então, não havia nada que chegasse. No princípio, as empreiteiras aceitavam o pessoal, mas chegou num ponto que não tinha onde colocar mais, porque era muita gente. O pessoal vinha e trazia o problema social para Ipatinga. Eles

> vinham e não tinham dinheiro para voltar. Numa barraquinha coberta de qualquer coisa, a gente encontrava o pai, a mãe, dois ou três filhos. Ficavam lá, naquela miséria.[286]

Antes, a partir dos anos 1920, houve um primeiro fluxo migratório em direção a Ipatinga, que fora responsável pelo surgimento do distrito. O segundo começou por volta de 1955 e se intensificou na primeira metade dos anos 1960, com a notícia da construção da siderúrgica. De 1966 em diante, verifica-se uma forte redução migratória, como ilustra um estudo (Quadro I) realizado em 1972 pelo Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Quadro I – Fluxo migratório rumo a Ipatinga

Anos	% dos chefes de família entrevistados
1970-1971	15
1968-1969	11
1966-1967	10
1962-1965	38
1956-1961	24
1950-1955	1
1945-1949	0
Antes de 1945	2

Fonte: DCP/UFMG (1971)

O mesmo estudo revelou que 56% das pessoas que se dirigiam para Ipatinga eram de origem rural ou quase rural, pois vinham de municípios com menos de 5 mil habitantes (Quadro II).

Quadro II – Origem dos chefes de família migrantes para Ipatinga

Urbanização do município de origem	Onde nasceu	Onde viveu entre 5 e 15 anos	Onde viveu antes de ir para Ipatinga
Até 5mil habitantes	56%	53%	42%
Entre 5mil e 19.999	30%	29%	24%
Entre 20mil e 99.999	11%	14%	18%
Mais de 100 mil	3%	4%	16%
Total	100%	100%	100%

Fonte: DCP/UFMG (1971)

O resultado foi a "favelização" precoce do povoado. As pessoas que se dirigiam a Ipatinga, mas não conseguiam emprego nas empreiteiras que trabalhavam na construção da Usiminas, iam estabelecer-se na "Rua do Buraco", um aglomerado de barracos de madeira e sem nenhuma infraestrutura, localizado às margens do Ribeirão Ipanema, o principal curso d'água que atravessa Ipatinga. Nos anos 1980 e 1990, tal logradouro foi eliminado na aplicação dos programas voltados à reorganização espacial do centro.

Nos primórdios da cidade, os chegantes viviam em situação precária. A carência por moradia era tal que chegou a ocorrer em Ipatinga o aluguel de camas. O hábito foi descrito pelo vigário de Ipatinga nos anos 1960. As repúblicas de operários viviam tão lotadas que a cama passou a ser a referência de moradia, não o quarto ou a casa. "Um dormia tantas horas e ia trabalhar. O outro vinha, dormia na mesma cama e pagava por ela. No começo, isso era normal", afirmou o padre Miranda.[287]

A precariedade na habitação atingia também os trabalhadores da Usiminas e das empreiteiras. No livro "O Massacre de Ipatinga", o jornalista Carlindo Marques entrevistou Antenor Rodrigues, que tinha o registro 3.054 na Siderúrgica: o operário morava com a família e seus cinco filhos em uma casa de madeira, com apenas um quarto e cozinha, sem banheiro. Suas necessidades fisiológicas eram feitas no mato e o banho era tomado na bacia.[288]



Figura 17 - Ipatinga vista do alto no início dos anos 1960: moradores observam os barracos construídos às margens do ribeirão Ipanema, onde morava a maior parte da população pobre que migrou para o Vale do Aço em busca de emprego na Usiminas.
Fonte: arquivo da Prefeitura de Ipatinga

A dualidade captada pelo sociólogo Cláudio Letro, que apontou a existência do paradoxo entre a construção da usina e o surgimento da cidade informal, consubstanciada na "Rua do Buraco":

> Embora parte do mesmo projeto nacional-desenvolvimentista, a usina siderúrgica e a cidade produziram dois efeitos contraditórios entre si. De um lado, um contingente de trabalhadores precários funcionais ao sistema formal, ainda que a ele integrado de maneira subordinada; de outro, um cenário habitado por parte deste contingente, que negava a ordenação e a racionalidade pretendidas para o espaço urbano da cidade moderna. Assim, o processo histórico de formação e desenvolvimento urbano de Ipatinga transcorreu segundo uma lógica que combinou, tensa e contraditoriamente, o enfrentamento entre a intenção de 'apagar' a Rua do Buraco do cenário urbano e a necessidade de integração subordinada e funcional de seus moradores.[289]

Assim, no início dos anos de 1960, a expressão que melhor define Ipatinga é a mesma que o escritor Zuenir Ventura usou para descrever o Rio de Janeiro em 1994: "cidade partida". Essa divisão se apresentava de duas formas. Uma era a divisão da área urbana em duas, literalmente, pela linha da EFVM. À esquerda da ferrovia, na direção de Belo Horizonte para Vitória, ficava o centro da cidade – o primeiro núcleo urbano de Ipatinga, onde se incrustava a "Rua do Buraco" –, além dos bairros surgidos no rastro da Usiminas: Vila Celeste, Canaã, Iguaçu e Cidade Nobre. Ali foram morar, em boa parte, as pessoas que se mudaram para o Vale do Aço em busca de trabalho. À direita estava a chamada "Cidade Usiminas", como eram denominados os bairros construídos para se abrigarem os seus empregados.

Da mesma forma, havia uma divisão e também segregação social dentro da própria "Cidade Usiminas". Os engenheiros e as chefias superiores moravam em um mesmo bairro, localizado na parte leste da Usina: o Castelo. São casas amplas, sem muros de proteção e com um jardim frontal. Suas casas são de dois tipos: a dos chefes tinha 185m^2, com três quartos, duas varandas, abrigo, sala de estar, sala de refeição, escritório, cozinha, área de serviço e dois banheiros; a dos engenheiros tinha 201,95 m^2 e os mesmos equipamentos. Para os técnicos de nível intermediário, construíram-se os bairros Cariru e Horto, com três tipos de casas, todas com 84 m^2, sala, três quartos, banheiros, cozinha e coberta. Os operários menos qualificados moravam no alojamento de Santa Mônica, palco dos acontecimentos acontecidos no dia 6 de outubro, à noite, e no dia 7 de outubro, pela manhã.

Assim, havia uma segregação dentro da segregação. Tal ideia faz sentido porque, na "Cidade Usiminas", um bairro era independente do outro. Fora da usina, engenheiros e chefes não tinham contato com seus subordinados, nem esses

com seus superiores, uma vez que cada bairro tinha sua vida própria, não sendo necessário qualquer deslocamento ao bairro vizinho, muito menos ao centro da cidade, onde estava a "Rua do Buraco", com seus casebres miseráveis.

O mundo do trabalho em Ipatinga

A construção de uma planta industrial com o porte da Usiminas, em intervalo de tempo tão curto, transformou Ipatinga em uma região marcada pela precariedade. A cidade se apresentava com "favelização" precoce, além de baixa oferta e qualidade de serviços básicos, como educação, saúde e saneamento. Tais mazelas apareciam também no mundo do trabalho. No caso da Usiminas e de suas empreiteiras, dava-se, por exemplo, na terceirização da força de trabalho contratada pelas empreiteiras responsáveis pelas obras. No livro "Não foi por acaso", Marcelo Freitas descreve o caso do operário Alvino Ferreira Felipe, que na manhã de 7 de outubro foi atingido pelos disparos na aglomeração em frente ao portão da usina, vindo a falecer.

Alvino foi para Ipatinga em busca de emprego na Usiminas. Não conseguiu e acabou contratado como trabalhador pela empresa A. B. Cavalcanti, especializada na prestação de operações terceirizadas para as empreiteiras maiores. A carteira de trabalho mostra que Alvino, no curto tempo de dois anos e três meses, foi contratado e demitido três vezes. Em outubro de 1963 estava desempregado e doente. Cinco meses antes, pela terceira vez, havia sido demitido pela A. B. Cavalcanti, que fornecia à Usiminas trabalhadores braçais para tarefas como capina, varrição ou serviços gerais, ou seja, para funções que não constituíam a atividade-fim da Usiminas. A empresa contratada recebia, como remuneração, um valor correspondente a 40% sobre o valor bruto da Folha.

Em 1963, a terceirização na força de trabalho era vista como uma atividade antiética e moralmente condenável, não sendo raros os casos em que era considerada, por alguns, como aluguel de mão de obra escrava. Foi assim que o jornalista Carlindo Marques Pereira a definiu no livro "Massacre de Ipatinga". A analogia decorria, conforme Carlindo, da situação em que o operário recebia o salário em vales e era obrigado a fazer suas compras mensais em um armazém da própria empresa A. B. Cavalcanti. De fato, porém, tratava-se de trabalho proletário por excelência, inclusive com registro documental, embora associado à burla dos direitos trabalhistas e da pessoa física pelo capital.

O assunto foi tratado também em uma reunião especial da Comissão de Direitos Humanos (CDH) da ALMG em Ipatinga, realizada em outubro de 2003 para relembrar os 40 anos do massacre de Ipatinga. Em depoimento, Geraldo Ribeiro, presidente do Metasita em 1963, descreveu um episódio que ilustra o

clima da terceirização. Certa vez solicitou reunião com um dos diretores da A. B. Cavalcanti. Chegando ao seu escritório percebeu que um revólver calibre 38 fazia as vezes de um prendedor de papel na mesa. O diálogo foi muito curto e logo o diretor da empresa lhe pediu que se retirasse: "o senhor saia daqui que eu não converso com sindicalista. Não tenho nada com Sindicato." Em seguida, fez soar a campainha chamando um funcionário da segurança, a quem ordenou: "ponha esse moço para fora." Ao sair, Geraldo Ribeiro conta que ainda o advertiu: "o senhor ainda vai ter notícias minhas".[290]

A precariedade no mundo do trabalho em Ipatinga, no início dos anos 1960, apareceu de forma muito clara nos depoimentos colhidos por dois inquéritos abertos para apurar as causas do massacre. Um, pela própria Usiminas. O outro, pelo IPM. Em ambos, apareceram reclamações relacionadas à qualidade da refeição servida nos "bandejões" da companhia, ao transporte, às condições dos alojamentos e, principalmente, à forma de atuação dos vigilantes.

As queixas quanto ao sistema de transporte foram relatadas por Jacy Portilho, um funcionário da Usiminas, em documento de 30/07/1963, dirigido a Makoto Inohe e Luiz Verano, que eram, respectivamente, o diretor de Operações e o chefe geral de Construção da Usina e da Cidade de Ipatinga. No documento, fazia uma série de reclamações sobre o serviço prestado pela empresa Mariano Pires, concessionária no serviço de transporte entre a usina e o Bairro do Cariru, onde residiam trabalhadores de nível intermediário da Usiminas. Jacy apontava os problemas que causavam o aumento da tensão, entre os quais a inexistência de um quadro de horários, a superlotação dos ônibus e a falta de troco, fato que obrigava os passageiros a pagarem sempre a mais pela viagem.



Figura 18 - O retrato da desigualdade: em Ipatinga, os trabalhadores iam na carroceria de caminhões; os militares, de ônibus. Fonte: arquivo da Prefeitura de Ipatinga

A carta prenunciava os trágicos acontecimentos de outubro, de vez que advertia o destinatário sobre as "próximas, difíceis e dolorosas dificuldades":

> Raras são as viagens sem atritos, sem reclamações, sem gritos, sem palavrórios ofensivos a motoristas, numa evidente incompreensão e descaso da empresa de ônibus para a solução de tão desagradável e degradante situação, a que ninguém escapa, desde que embarque em um destes ônibus.[291]

No caso dos trabalhadores de menor qualificação, o transporte era feito em caminhões que nem sempre davam tempo suficiente para os passageiros descessem ou subissem na carroceria, ocasionando acidentes. Logo após o massacre, a ALMG instalou uma CPI para apurar as causas do conflito. Em depoimento, o capitão Robson Zamprogno descreve:

> Os homens eram carregados como porcos para trabalhar em caminhões, parecendo lata de sardinha. Era comum até eles dizerem que, de vez em quando, o motorista do caminhão dava uma freada que era para chacoalhar aqueles homens que estavam ali para melhor eles tomarem posição no caminhão.[292]

Outra reclamação referia-se à alimentação servida nos restaurantes da empresa. Tais queixas também foram levadas à CPI. O depoimento de Misaque Bernardino Ribeiro, funcionário do restaurante desde 11/06/1962, afirma que a comida era preparada com produtos de péssima qualidade, inclusive carne podre e arroz cheio de "marinheiro", isto é, ainda com casca. Também revelou que as reclamações eram tratadas com descaso pela chefia do setor.

Misaque disse que, certa vez, um funcionário reclamou sobre o leite azedo servido aos funcionários. A queixa foi levada ao chefe da Seção de Alimentação da Usiminas, José Joaquim de Morais, que, sem dar a devida atenção ao fato, ordenou: "toca o pau para frente". Segundo o depoente, o episódio provocou a revolta de outros trabalhadores, que foram espancados pela polícia. Os problemas na alimentação também foram descritos por Almir de Paula, funcionário da empresa, em depoimento destacado por Tuler no livro "Massacre de Ipatinga: mitos e verdades":

> [...] tinha um restaurante só para os japoneses, no Bairro Cariru, onde funciona hoje a cooperativa. Existia o restaurante central, no Horto, chamado de "Bandejão", um restaurante chamado "Número Três", na rua Eucalipto, e o "Número Quatro. Esses dois últimos eram para o pessoal mais graduado.

> Existia também o restaurante no alojamento dos engenheiros. Posteriormente, a empresa construiu outro lá nos alojamentos do Santa Mônica, onde funciona hoje a Academia Olguin. A alimentação era algo que preocupava, porque não era boa. Grande quantidade de alimento, às vezes, vinha mal temperada, mal cozida, de qualidade ruim. [...] Para se tomar refeição no bandejão, capatazes guardavam as filas e, por qualquer motivo, dava "quebra-pau". Era um aglomerado de pessoas de todos os lados, de índoles das mais rebeldes que se possa imaginar. Algo que assustava.[293]

Porém, na primeira metade dos anos 1960, considerando-se o cenário precário em que viviam os trabalhadores em Ipatinga, incluindo-se as deficiências no transporte e na alimentação, outro grave problema se destaca nos depoimentos colhidos durante as investigações que se seguiram ao conflito de 7 de outubro. Trata-se da violência com que os operários metalúrgicos e peões eram tratados pelo corpo de vigilantes da Usiminas e pelo destacamento local da PMMG, que mantinham relações de cumplicidade e colaboração no que se refere aos desmandos.

Um exemplo é o espancamento a Rodir Rodrigues, operador do laminador na usina, por volta de 22h no dia 6 de outubro, no horário de troca no turno da noite. Ao deixar o serviço, operário foi barrado na portaria pelos vigilantes, que lhe exigiram o documento de identidade e, sem explicar a razão, fizeram a sua retenção. Revoltado, retrucou. Naquele instante, passavam pela portaria quatro policiais, a quem o funcionário da vigilância tentou entregá-lo. Sem ter cometido crime algum, o laminador foge do local, passando a ser perseguido por vigilantes e policiais. Depois de alcançado, Rodir é espancado e transferido para o galpão do Serviço de Vigilância.

O episódio, presenciado pelos trabalhadores, gerou uma revolta em cadeia que levou à intervenção, ainda mais violenta, da PMMG nos alojamentos da empreiteira Chicago Bridge e de Santa Mônica, no Bairro do Horto, que ficavam próximos à confusão inicial. O espancamento de Rodir foi o ápice de um processo que se desenrolava desde o início da usina. Foi como se tivesse explodido o barril de pólvora em que se transformara a relação dos trabalhadores da Usiminas com o corpo de vigilantes e a PMMG. Os depoimentos colhidos durante o IPM, o inquérito da própria Usiminas e a CPI da ALMG estão repletos de relatos sobre a rotina de intimidação e uso da força contra os operários da Companhia.

Em depoimento a uma publicação comemorativa dos 25 anos de fundação da Usiminas, editada pela própria empresa, Luiz Verano opina que o uso da força

era algo inevitável, devido ao tamanho da Siderúrgica em construção e ao curto período de tempo previsto para a obra:

> Gerou-se muito conflito. Inclusive, houve um erro – que eu diria ser meu –, mas não havia outra maneira de se fazer. Fizemos alojamentos enormes, onde moravam 100 pessoas de cada vez. Mas, como é que eu iria alojar 10 mil pessoas não sendo através de um regime militar?[294]

O "regime militar", ao que se refere Verano, consubstanciou-se no corpo de vigilantes da empresa e nos soldados da PMMG. Tais agentes eram chamados, com frequência, para "apaziguar" os trabalhadores que se queixavam de seguidos maus-tratos. No entanto, as autoridades públicas e os diretores da Usiminas, em Ipatinga, consideravam a coerção constante como método necessário ao funcionamento da vida cotidiana. Em tese, havia uma divisão de território entre a PMMG e o corpo de vigilantes. À PMMG era reservado o policiamento da cidade e da área externa à Usina.

Na área interna da Companhia, pontificava a vigilância, como explicou, em depoimento à CPI da Usiminas, o capitão Robson Zamprogno:

> Os vigilantes eram a polícia da Usiminas dentro da área da obra, propriamente dita, de construção do alto-forno. Esses homens mantinham a disciplina dos operários ali dentro dos portões. Eles não tinham nenhuma atividade, nenhuma atitude fora da cerca, na parte externa da Usiminas. E nós não tínhamos nenhuma ação dentro da usina. Quer dizer, se havia um crime lá dentro, aí então eles requisitavam a polícia para as medidas de praxe.[295]

A afirmação de Robson Zamprogno contém uma verdade, mas apenas até certo ponto. De fato, os dois esquemas coercitivos extrapolavam suas atribuições. Os depoimentos colhidos após o massacre o mostraram isso de modo muito claro. Um exemplo foi a confusão ocorrida na noite do dia 6, quando um dos vigilantes deixou a área da Usina e, junto com a PMMG, saiu ao encalço de Rodir Rodrigues, que foi alcançado cerca de um quilômetro além dos limites da usina.

Outro fato revelador da relação promíscua entre a vigilância e a PMMG foi a cessão de um caminhão para que, na manhã do dia 7, as tropas policiais militares se deslocassem até a massa aglomerada em frente ao mesmo portão onde ocorrera o conflito da noite anterior. O veículo era particular, mas alugado pela Usiminas para prestar serviço à PMMG. Em sua carroceria, o soldado Moacir

Almeida se postou para operar o fuzil-metralhadora que seria utilizado para disparar contra os trabalhadores.

O caminhão era um Opel, de placa 962776, de Clay Zilian, que, no dia seguinte, iria perder o veículo. Descoberto por um grupo de operários no Bairro Horto, próximo do local onde, no dia anterior, havia ocorrido o massacre, o veículo foi destruído a golpes de picareta. O proprietário também revela que, além do veículo, a Usiminas custeava, também para a PMMG, o aluguel de um jipe, que ficava à sua disposição na delegacia de polícia. Tais fatos revelam como eram tênues as fronteiras entre a vigilância da Usiminas e a PMMG.



Figura 19 - No dia 8 de outubro, os operários descobriram que o caminhão utilizado pela PMMG estava estacionado no bairro do Horto. Imediatamente, o veículo foi virado, destruído a golpes de picareta e incendiado. Jurandir Persichini, conselheiro da Covemg, aparece bem na margem direita da imagem, com blusa escura de manga comprida. Fonte: arquivo do Jornal Estado de Minas

Eis a cena em que a revolta eclodiu na noite de 06/10/1963. Trata-se de uma síntese entre os fatores relacionados à precariedade do trabalho e das condições de vida na nascente Usiminas, e a existência, em Ipatinga, de uma cidade em processo de construção, com um ambiente de elevada taxa de exploração, opressão e segregação social. Tal realidade, um complexo de múltiplas relações e determinações, produziu as condições básicas para eclodirem os acontecimentos afinal conhecidos como massacre de Ipatinga. Portanto, inexiste uma relação direta, linear, teleológica e conspirativa entre o cenário local e o processo golpista em marcha, o que não significa ausência de causalidades econômico-sociais e isenção de responsabilidades.

Cronologia dos acontecimentos[296]

O que entrou para a história com o nome de massacre de Ipatinga foi uma sequência de acontecimentos que durou aproximadamente 14 horas. O início aconteceu na troca do turno das 22h, em 06/10/1963, um domingo, na portaria da Usiminas que havia no Bairro do Horto, ao lado da rodovia MG-4, atual BR-381, quase em frente ao local onde, em 1998, foi inaugurado o *shopping* Vale do Aço. Ao deixar o serviço, às 22h, o laminador Rodir Rodrigues é abordado por um dos vigilantes da empresa, que lhe exige a carteira de identidade e a detém. O fato gerou um questionamento de Rodir e o início de um desentendimento.

No momento em que tal contencioso ocorria passam quatro policiais, a quem o vigilante pede apoio. O operário, alegando que não havia feito nada de errado, foge, sendo perseguido pelos policiais e pela vigilância da empresa. Depois de alcançado, é espancado e levado preso para o galpão do Serviço de Vigilância. À 1h da madrugada, já no dia 7, foi levado para o quartel da PMMG. No momento em que era colocado no jipe dos policiais militares, o chefe do serviço de vigilância da Usiminas, Augusto Pereira Braga, foi questionado por um funcionário, José Anastácio da Costa, sobre a atitude da empresa. A resposta foi seca: "é preciso consertar essa turma de safados ou tenho que matar muito 'home'."[297]

A notícia sobre o ocorrido na portaria se alastrou pelos alojamentos da empresa situados no Horto, onde moravam cerca de 2 mil trabalhadores. O alojamento de Santa Mônica fica em uma rua íngreme, aos pés da montanha que circunda a área onde foi construída a Usiminas. Para conter os ânimos exaltados, a PMMG envia para lá seus homens, que, ao chegarem ao local, encontram uma concentração de, aproximadamente, 300 operários. No comando, estava o capitão Robson Zamprono, comandante do destacamento da PMMG de Ipatinga, que chegou ao local por volta de 22h30 daquela mesma noite. Percebe a gravidade da situação, mas não consegue subir, pois a rua havia sido obstruída por barricadas com pedaços de madeira. Ao constatar a situação, decide recuar e determina que a tropa se afaste do local.

Próximo dali, no alojamento da empreiteira americana Chicago Bridge, outra equipe da PMMG, sob o comando do sargento Carlos Alberto Xavier, tenta confrontar os trabalhadores presentes. Para tanto, decide invadir o recinto. O pedreiro Manoel Rodrigues de Oliveira, de 24 anos, que ali morava, estava dormindo quando os policiais chegaram e, fora do alojamento, gritaram: "abra ou morre". Antes que tivesse tempo de abri-la, a porta é arrombada. Um soldado aplica-lhe dois golpes de cassetete e o obriga a entrar em uma fila. Recebe,

então, um segundo golpe, com a coronha do revólver, em sua cabeça, que sangra, manchando seus cabelos e rosto. Depois, é obrigado a deitar-se no chão. Os depoimentos colhidos contêm inúmeros outros relatos sobre a violência usada no assalto.



Figura 20 - O alojamento Santa Mônica após os conflitos ocorridos na noite de 06/10/1963. No chão, os pedaços de madeiras utilizados pelos trabalhadores para barrar a subida da polícia. Fonte: reprodução do Inquérito Policial Militar

No alojamento de Santa Mônica, Robson Zamprogno recebe a notícia das prisões na Chicago Bridge e decide que os operários lá presos sejam removidos para o galpão do serviço de vigilância da Usiminas, e não para o quartel da PMMG. Não se sabe exatamente a razão, mas o fato é que a sua ordem não foi cumprida: os detidos foram conduzidos ao quartel da PMMG, local conhecido como Fazendinha, de onde mais tarde, já no início manhã do dia 7 de outubro, foram soltos.

A essa altura, o diretor de relações industriais da Usiminas, Gil Guatimosim, já informado sobre a dimensão dos acontecimentos, faz chegar a Robson Zamprogno, por telefone, um convite para reunir-se na residência do chefe do departamento de serviços gerais da Usiminas, João Claudio Teixeira de Sales, com o chefe da seção de moradia, Davi Ferreira, que também já estava a par dos fatos. O recado ocorreu por volta de 23h. Robson Zamprogno vai ao encontro de Gil Guatimosim, a quem informa sobre a prisão de cerca de 300 trabalhadores, notícia que deixa o administrador assustado.

Em função disso, Robson Zamprogno decide pedir ajuda ao padre Avelino, vigário de Ipatinga, para atuar como mediador do conflito, que foi buscado em casa.

Ao chegar ao alojamento de Santa Mônica, o sacerdote encontra o local às escuras, já que as lâmpadas da rua tinham sido quebradas pelos operários. Padre Avelino, acompanhado por Gil Guatimosim, sobe a rua com as mãos para cima e iluminado apenas pelos faróis de um caminhão então requisitado.



Figura 21 - Os cerca de 300 trabalhadores presos na noite do dia 6, no alojamento da empreiteira Chicago Bridge, foram levados para a "Fazendinha", como era conhecido o quartel da PM de Ipatinga. Fonte: reprodução Inquérito Policial-Militar

Durante a subida, o soldado Clementino da Silva faz um disparo com arma de fogo. Em voz alta, é repreendido por Robson Zamprogno, para que todos os policiais o ouvissem. O capitão o advertiu que o autor de outro tiro seria responsabilizado pelas consequências. Ao chegar ao local onde estavam as trincheiras, o padre é abordado pelos trabalhadores, iniciando-se então um diálogo. Próximo a Gil Guatimosim, um dos soldados, com a arma empunhada, grita: "agora é que está bom". Ao ouvir o comentário Gil Guatimosim o repreende, dizendo que o policial militar não "seria louco de fazer tal coisa".

Após conversar com os operários, padre Avelino consegue firmar um acordo precário: a polícia sairia do local e soltaria os presos da Chicago Bridge, que estavam no quartel da PMMG. O padre permaneceu no local por algum tempo. Gil Guatimosim e Robson Zamprogno se dirigem, em seguida, ao quartel da PMMG, onde estavam os trabalhadores que haviam sido presos horas antes. Lá os encontram deitados de barriga para o chão e com as mãos na nuca.

Gil Guatimosin pede que sejam retirados daquela posição, solicitando-lhes que retornassem ao alojamento e se mantivessem calmos.

Pede-lhes também que no dia seguinte fossem ao escritório da Companhia, onde seriam atendidos e cada caso examinado. Por fim, determina que os feridos fossem encaminhados ao ambulatório. Em depoimento, o capitão Robson Zamprogno disse ter estranhado o envio dos presos ao quartel, uma vez que a ordem tinha sido para que fossem conduzidos ao galpão do serviço de vigilância.

Robson Zamprogno permanece no quartel até por volta de 4h da manhã do dia 7, uma segunda-feira. Ciente de que a situação era extremamente grave, determina ao cabo Argentino Teodoro Gonçalves que solicitasse reforço ao batalhão da PMMG de Governador Valadares. Gil Guatimosim decide retornar ao alojamento de Santa Mônica para ver a situação por lá. Assim que chegou, uma pedra quebrou o vidro traseiro de seu carro. Foi mal recebido pelos trabalhadores, cujos gritos pediam mais médicos e ambulâncias. Diante do clima de animosidade, decide deixar o local e encaminhar-se ao ambulatório, onde pede que um médico se dirija ao alojamento.

Padre Avelino permaneceu no local até por volta das 5h, quando foi constituída a comissão que, horas depois, iria reunir-se com a diretoria da Usiminas e a PMMG no escritório central da companhia. Chegando à sua casa por volta das 5h30, o padre informa a Gil Guatimosin sobre a formação e as atribuições da comissão. Nas primeiras horas da manhã, no dia 7, os feridos começam a chegar ao ambulatório. O livro "Não foi por acaso" traz o relato de José Gregório Saldanha, enfermeiro da Usiminas de plantão na manhã do dia 7. Na entrevista, afirmou que ninguém morreu no ambulatório, mas que são sabia precisar quantos feridos chegou a atender naquele dia. "Nós não contamos. Não tinha tempo de contar", afirmou José Gregório.[298]

Ao mesmo tempo – em frente ao portão de acesso ao almoxarifado da empresa, que fica junto à rodovia MG-4, atual BR-381 –, Gil Guatimosim é informado sobre o início de uma aglomeração de massa. Na sequência, solicita por telefone um reforço policial para o local. Minutos depois, Robson Zamprogno lhe retorna a ligação, informando que havia enviado 10 policiais, comandados pelo tenente Jurandir Gomes de Carvalho.

O cenário

O local para onde os policiais foram enviados está situado em frente ao portão de acesso ao almoxarifado central da Companhia, junto à rodovia MG-4 e aos trilhos

da EFVM. A rodovia já era asfaltada, mas tinha pista simples, com acostamento em terra batida nos dois lados. Hoje, tem pista dupla. À direita da estrada – considerando-se a direção de Coronel Fabriciano para Ipatinga – fica o almoxarifado e, um pouco distante do asfalto, alguns prédios ainda em construção para abrigar novas instalações. Um pouco mais adiante está o escritório central da empresa.



Figura 22 - A antiga rodovia MG-4, atual BR-381, no exato ponto onde ocorreu o Massacre de Ipatinga. O ponto assinalado pela seta, destacado pelos peritos, corresponde ao local onde estavam as estacas de uma guarita destruída em conflito anterior ao dia 7, ocorrido também entre trabalhadores e vigilantes da Usiminas. Fonte: reprodução Inquérito Policial Militar

À direita da rodovia, na mesma direção, distante 8,65m de seu eixo central, há uma cerca de arame farpado com oito fios de 18 em 18 centímetros. Sustentam-na mourões de concreto com altura de 1,5mde altura, de 2,2 em 2,2 metros. Na cerca, havia uma passagem medindo 21,4m, que servia de acesso à área onde estavam as dependências industriais da Usiminas. No lado de dentro, entre a cerca e os trilhos da ferrovia, podem-se ver os destroços de um marco e duas estacas de madeira. O marco era o resto de uma cancela. As estacas constituíram a base de uma guarita destruída em conflito anterior, ocorrido alguns dias antes entre trabalhadores e vigilantes, sinal de que a tensão era antiga.

No início da manhã, no dia 7 de outubro, cerca de 2 mil pessoas já estavam aglomeradas na área da Companhia, em frente ao portão de entrada do almoxarifado. Os policiais, porém, ainda estavam ausentes. Quando chegaram, ocorreu um incidente: a aglomeração estava obstruindo o local por onde a tropa passaria para chegar ao interior da Companhia, onde iriam ficar, mas o tenente Jurandir insistia em cruzar aquele ponto. Foi então contido por um operador da aciaria, Pedro Butilheiro, que lhe fez um apelo: "tenente, o senhor parece que está

perdendo o juízo. Se balear ou metralhar algum operário terá a possibilidade de matar mais de 500." O oficial lhe retruca que sua tropa não estava acostumada a passar por aquele tipo de humilhação. Butilheiro argumenta que os soldados não estavam sendo humilhados e que tudo começou porque, no dia anterior, a PMMG praticou violências contra os trabalhadores.

Diante do impasse e da argumentação, o tenente Jurandir decide recuar, postando seus homens fora da Companhia, ao lado da rodovia e da cerca com 100m do almoxarifado, que ficava no outro lado da cerca de arame. Ao chegarem ao ponto definido pelo tenente Jurandir, a tropa desce do caminhão e se coloca em forma de cunha, em frente ao veículo.

A posição em que os trabalhadores estavam impediu a entrada da polícia. Mas serviu também como barreira na troca dos turnos: quem desejava entrar para trabalhar, não conseguiu. Formou-se, então, uma nova aglomeração, também no lado de fora da cerca. Assim, os policiais acabaram ficando meio cercados, forçando o tenente Jurandir a pedir mais reforços, prontamente enviados. Assim, em vez de 10, o número de policiais sobe para 18. O capitão Robson Zamprogno, pelo sistema de rádio da Usiminas, pede ao comando geral da PMMG, em Belo Horizonte, o envio de uma Companhia – aproximadamente, 90 policiais. Em seu depoimento ao IPM, alegou pretender evitar o conflito, uma vez que, se o número de policiais fosse grande, por uma questão psicológica, os trabalhadores se sentiriam inferiorizados e evitariam quaisquer atitudes agressivas.

Além do reforço policial, Gil Guatimosim pede o comparecimento na Usiminas do presidente do Metasita, Geraldo Ribeiro, que àquela altura já estava a caminho de Ipatinga, chamado ao local por dois trabalhadores. Quase no mesmo instante, chegam à empresa o padre Avelino e a comissão formada na madrugada do dia 7, no alojamento de Santa Mônica. O sacerdote tenta convencer o tenente Jurandir a retirar a tropa. O comandante alega que, para tomar uma atitude daquela, precisaria de autorização superior, isto é, de Robson Zamprogno. Além de manter a tropa, o tenente envia um emissário ao capitão Robson, informando-o sobre a gravidade da situação. Pede, também, o reforço do armamento com um fuzil-metralhadora, que teria a função de intimidar os trabalhadores. Todavia, estava equipado com munição real, não com balas de festim.

Assim que chegou, o fuzil-metralhadora foi instalado na carroceria do caminhão. Ao seu lado estava o soldado Moacir Almeida. Alguns trabalhadores, sem sucesso, fazem outra tentativa para convencer o tenente Jurandir a retirar os policiais. O comandante lhes reitera a mesma alegação: estava cumprindo ordens e pede que todos aguardem o término da reunião entre a direção da

Companhia, a comissão de trabalhadores da empresa, padre Avelino e a PMMG, que prosseguia no escritório central. À comissão de sindicância aberta pela Usiminas, o tenente Jurandir disse que não retirou o policiamento porque temeu vir a ser responsabilizado por qualquer dano ao patrimônio da Usiminas.[299]



Figura 23 - Na única imagem disponível dos momentos que antecedem o início dos tiros, o soldado Moacir Almeida está em cima do caminhão, junto à metralhadora que usaria instantes depois. A foto foi feita pelo fotógrafo amador José Isabel do Nascimento, que seria atingido por um dos disparos e morreria dias depois. Fonte: José Isabel do Nascimento

A reunião no escritório central durou cerca de uma hora. Em tese, os operários teriam sido os grandes vitoriosos no embate com a empresa, já que todas as suas principais reivindicações haviam sido atendidas pela empresa, a saber:

- Retirada imediata dos policiais localizados na frente do portão. Para tanto, Gil Guatimosim pede que o capitão Robson oriente os policiais a não reagirem, caso venham a ser vaiados. Ficou acertado, também, que a aglomeração se dissolveria no mesmo instante em que os policiais estivessem se afastando. Por precaução, todos os participantes da reunião iriam para o local. Ficou acertado que o Metasita convenceria os trabalhadores a se dispersarem; ao mesmo tempo, a polícia se retiraria.

- Remoção da cavalaria no policiamento de Ipatinga.
- Remodelação do serviço de vigilância da empresa.
- Destituição de Augusto Pereira Braga, chefe do setor de vigilância da Usiminas, considerado o principal responsável pelo clima de tensão entre os trabalhadores e a vigilância da Companhia.

- Abertura de inquérito para apurar as responsabilidades pelos acontecimentos da madrugada.
- Indenização por prejuízos pessoais aos trabalhadores feridos nos incidentes sucedidos na noite do dia 6 e na madrugada do dia 7 de outubro.

Em seguida, a reunião se desfez e os participantes deixaram o escritório central para irem ao encontro dos trabalhadores. Em seu depoimento ao IPM, Robson Zamprogno contou que estava no pátio externo do escritório quando ouviu os primeiros tiros. Porém, são várias versões. No depoimento à Comissão de Sindicância da Usiminas, o tenente Jurandir de Carvalho afirma que os disparos começaram depois que os soldados foram atacados a pedradas, com brita apanhada entre os trilhos da EFVM.[300]

O padre Avelino, porém, descreve em seu depoimento ao IPM, tanto o momento em que o bilhete chegou ao tenente Jurandir, trazido por um policial a mando do capitão Robson, como o início dos tiros. O padre narrou que, ao receber o bilhete, o tenente se viu cercado por algumas pessoas, que acabaram fechando um círculo ao seu redor. O oficial, supondo estar na iminência de sofrer uma agressão, fez sinal para o policial que estava em cima do caminhão, com o fuzil-metralhadora. Imediatamente, segundo o depoimento de padre Avelino, foi efetuada uma rajada de disparos para o alto. Na sequência, o tenente chama os policiais para subirem na carroceria do caminhão e deu início à retirada da tropa.[301]

Em tese, seria o registro do exato momento em que teriam começado os tiros. A dúvida reside no fato de que padre Avelino não estava no local quando o bilhete foi entregue ao tenente Jurandir, nem pôde presenciar o início dos disparos, por uma razão muito simples: ainda estava no escritório central, pois foi uma das pessoas que participaram da reunião com os diretores da Usiminas e representantes da PMMG, como disse em seu depoimento. Assim, acredita-se que a sua descrição tenha se baseado em relatos de terceiros.

De concreto, há o relato de que o bilhete chegou ao tenente Jurandir, que o leu. A informação do padre Avelino coincide com o depoimento do enfermeiro Afonso Enes de Oliveira, que estava no local, destacado que foi pela Usiminas para trabalhar junto à aglomeração formada em frente ao almoxarifado. Afonso também descreve o momento em que os trabalhadores se aproximaram do tenente, que reclamou sobre o fechamento de um círculo. "Vocês fecharam o círculo. Agora eu não me responsabilizo". Em seguida, um dos trabalhadores perguntou ao tenente quem iria responsabilizar-se pelos feridos da noite anterior, no alojamento de Santa Mônica. Em resposta, o tenente disse, laconicamente: "isso é um problema." A partir daí, iniciaram-se os tiros.[302]

Conforme relatos feitos pelos presentes, a reunião no escritório central havia chegado a bom termo. O problema foi que participou também o diretor de operações da Usiminas, Makoto Inohe. Como não falava português, tudo tinha de ser traduzido por um intérprete. Assim, a reunião demorou bem mais que previsto. Não fosse tal lentidão, todos teriam chegado antes, possivelmente a tempo de evitar o início dos disparos.

Quando a fuzilaria começou, os integrantes da reunião se encontravam fora do escritório central, prontos para se dirigirem ao local da aglomeração. Ao ouvir os disparos o capitão Robson Zamprogno requisitou o jipe da polícia e se dirigiu ao portão. No caminho, depara-se com o caminhão cheio de policiais, que vinha em sentido contrário. Faz sinal para que pare, mas não é atendido. Na aglomeração de massa, o que se viu, antes e depois da retirada da tropa, foram minutos de pânico, com as pessoas correndo, abrigando-se dos tiros, deitando-se no chão e protegendo-se das balas entre os trilhos da ferrovia. Oficialmente, oito pessoas morreram a tiros. Entre os feridos que vieram a falecer dias depois estava o fotógrafo José Isabel do Nascimento, autor da única imagem conhecida do massacre, que mostra o caminhão com a metralhadora em sua carroceria e o policial ao lado da arma, empunhando-a. Nem todos os mortos e feridos eram operários da Usiminas.

No início, a aglomeração se formava quase que apenas por operários da Usina. Com o passar do tempo, porém, seja motivado pelo clima então estabelecido, seja por curiosidade, seja pela presença da polícia, muitos populares se agregaram e permaneceram no local. Entre os mortos estavam, por exemplo, o trabalhador braçal Alvino Ferreira Felipe, o alfaiate Geraldo da Rocha Gualberto e, no colo da mãe, Antonieta Francisca da Conceição Martins, de 39 anos, a menina Eliane Martins, de apenas três meses de idade. As duas foram feridas em um local longe da aglomeração, por disparos feitos pelos policiais em fuga.

Após o início dos disparos, presenciaram-se muitas cenas dramáticas. O IPM, o inquérito aberto pela Usiminas e a CPI da ALMG descrevem algumas em detalhes. João Pereira da Silva, funcionário do almoxarifado da Usiminas estava no local e acabou ferido na perna esquerda. Assim que foi atingido, desmaiou e só recobrou os sentidos no hospital.[303] Até mesmo a ambulância, que estacionara próximo ao local, foi perfurada com tiros. Um projetil quebrou o vidro do compartimento para o transporte de doentes. Amedrontado, o motorista foge do local, conseguindo resgatar somente dois feridos.

Nos hospitais da região, o clima era de pânico. O livro "Não foi por acaso" descreve as cenas. Na Casa de Saúde Santa Terezinha, em Ipatinga, um desconhecido chegou a apontar o revólver para a atendente de portaria, Inês Hipólita de

Souza Araújo, tentando entrar nos quartos para procurar um parente. Foi contido por um dos médicos, que procurou acalmá-lo com as seguintes palavras: "não, moço, calma aí que nós vamos atender você", relatou Inês, que define como trágica a situação. "Chegou muita gente ensanguentada. Foi aquela 'sangaiada', com muita gente escorrendo sangue pela cabeça, outros pelos ombros, pelas pernas, outros com a camisa rasgada".[304]

Para atenderem aos feridos, médicos e enfermeiros foram deslocados de unidades, como Verônica Soares, que trabalhava no ambulatório da Usiminas e que, em veículo da Companhia, se transferiu na manhã do dia 7 para o Hospital Santa Terezinha, de onde só saiu na madrugada seguinte. Não pôde atender a muitos feridos, pois passou toda a tarde e noite na sala de cirurgia, auxiliando os médicos nos casos de maior gravidade.

Enquanto os hospitais se mobilizavam para atender aos feridos, em frente ao portão de entrada da Usiminas a revolta se generalizara. Um grupo de trabalhadores, armados de enxadas e pedaços de pau, chega ao escritório central disposto a destruí-lo, mas é contido por Gil Guatimosin, que consegue convencê-los a não tomarem tal atitude. Logo em seguida, chega outro grupo de trabalhadores, carregando sete cadáveres. Três deles foram colocados nas mesas dos diretores. Um ficou no chão, outros três em uma área coberta. Aos gritos, os operários se dirigiram a Gil Guatimosim, como que o desafiando: "você matou, você come!".[305]



Figura 25 - Caixas de balas apreendidas pelos responsáveis do IPM que apurou a participação dos policiais no Massacre. Se todos os cartuchos foram utilizados na manhã do dia 7, cerca de 700 tiros teriam sido disparados contra a multidão. Fonte: reprodução Inquérito Policial Militar

Nunca se soube quantos tiros foram disparados naquele dia. No IPM consta uma foto com 14 caixas de cartuchos vazias, que foram recolhidas pela polícia no local. Em cada uma cabem 50 cartuchos calibre 45. Se todos foram disparados, teria sido algo em torno de 700 tiros.

Outro ponto que demanda esclarecimento diz respeito ao bilhete escrito pelo capitão Robson Zamprogno no escritório central, para o tenente Jurandir. A primeira versão era de que, no bilhete, o capitão teria ordenado ao tenente a fuzilaria. Em depoimento à Comissão de Inquérito da Usiminas, Zamprogno confirmou o bilhete, mas disse que a ordem era para que os policiais ficassem calmos e não utilizassem suas armas, porque a solução acordada na reunião previa a retirada concomitante dos dois lados – policiais e operários. No depoimento, afirmou que os termos exatos do bilhete são os seguintes: "tenente Jurandir, não tome nenhuma atitude agressiva contra os grevistas, pois estou reunido no escritório central com o Sindicato e os diretores da Usiminas".

A versão apresentada pelo tenente Jurandir à polícia diverge de suas declarações efetuadas quando ouvido no inquérito da Usiminas: no depoimento nega ter ordenado os primeiros disparos e sustenta que, após o seu início, cada policial agiu por conta própria. Contudo, acaba desmentindo-se ao admitir que, chegando ao quartel, verificou a utilização de dois cartuchos em sua arma.

O governo do estado intervém

A notícia sobre a tragédia na Usiminas Ipatinga chegou, no final da manhã, ao governo de Minas, que ciente de sua gravidade, envia a Ipatinga, naquele mesmo dia, as duas principais autoridades estaduais ligadas à área envolvida: o Secretário de Segurança, Caio Mário da Silva Pereira, e o comandante geral da PMMG, José Geraldo de Oliveira.

Após os disparos, os trabalhadores permaneceram concentrados em frente ao almoxarifado central da Companhia, à espera de um pronunciamento oficial da empresa e das autoridades governamentais. Em busca de um entendimento sobre o rumo a ser tomado, os representantes dos trabalhadores, os membros do governo mineiro e os representantes da Usiminas se reuniram no final da tarde, no escritório central da empresa. O encontro foi público. Durante o evento, o presidente do Metasita, Geraldo Ribeiro, condenou a ação dos militares, definindo-a como "selvagem e sem precedentes".[306]

Logo em seguida, Caio Mário leu nota remetida pelo governador Magalhães Pinto, determinando a abertura de "rigoroso inquérito para apuração de respon-

sabilidades". Geraldo Ribeiro pede o documento e o lê para os trabalhadores. Como o escritório central estava lotado, muitos acompanhavam o desenrolar da reunião no lado de fora, para onde Geraldo Ribeiro se dirigiu. José Geraldo de Oliveira também falou aos trabalhadores: prometeu prender os policiais e entregá-los à Justiça, para que fossem julgados, assim como pediu um crédito de confiança à PMMG.

Em seguida, Geraldo Ribeiro pediu permissão para retirar-se e reunir-se com outros dirigentes sindicais, em uma sala anexa. Na sequência, retornou ao local onde estavam as autoridades governamentais e os representantes da Companhia. Disse-lhes que, tendo em vista as manifestações vindas do governo de Minas, os sindicalistas haviam decidido dar um crédito de confiança à PMMG e pedir a punição do tenente Jurandir Gomes de Carvalho, comandante da tropa que atirara nos trabalhadores. Instalou-se, então, um princípio de controvérsia. Os metalúrgicos exigiram a substituição da polícia militar pelo Exército no patrulhamento de Ipatinga. Caio Mário reafirmou ser preciso um crédito de confiança à PMMG. Acabou prevalecendo a sua opinião, contrária à convocação do Exército para atuar em Ipatinga.

Ao final dos trabalhos, Caio Mário agradeceu aos dirigentes sindicais pelo que chamou de compreensão:

> [...] bem compreendem todos que o governo do Estado, por intermédio das forças a ele subordinadas, achava-se, como efetivamente se acha, em perfeitas condições de assegurar tranquilidade, respeito e paz em todo o território do Estado.[307]

A notícia de que os trabalhadores da Usiminas haviam pedido a substituição da PMMG pelo Exército em Ipatinga chegou ao comandante da ID-4,[308] general Carlos Luiz Guedes, que, em entrevista à imprensa, procurou minimizar o seu significado. Tratava-se, segundo ele, de um problema de competência da Usiminas, embora, pela legislação da época, a empresa fosse considerada de "interesse da segurança nacional". Na reportagem, Guedes acrescentou que o Exército somente interviria em Ipatinga caso houvesse pedido formal do governador ao ministro da guerra, o que não havia ocorrido, e também em caso de calamidade pública, situação que, no entender do general, não era a de Ipatinga.

De acordo com o compromisso assumido com os trabalhadores, o coronel José Geraldo de Oliveira determina, no dia 7, a prisão dos policiais participantes do

massacre, que passaram o resto do dia recolhido ao quartel da PM em Ipatinga e que, no dia seguinte, 8 de outubro, foram transferidos para Belo Horizonte.

Enquanto isso, ainda no dia 7, a equipe de negociadores insistia na tarefa de buscar um acordo que encerrasse a tensão reinante entre os trabalhadores, a Usiminas e a PMMG. Para acelerar o entendimento, o governador enviou a Ipatinga o secretário de estado do Trabalho, Edgar de Godoy da Mata Machado, que chegou à cidade na noite do dia 7. Em sua companhia viajou o deputado estadual Silval Bambirra. Também chegou a Ipatinga o deputado José Gomes Pimenta, o Dazinho. O deputado estadual Clodesmidt Riani não se deslocou para a região, embora sua possível presença tenha sido noticiada pelos jornais da época.

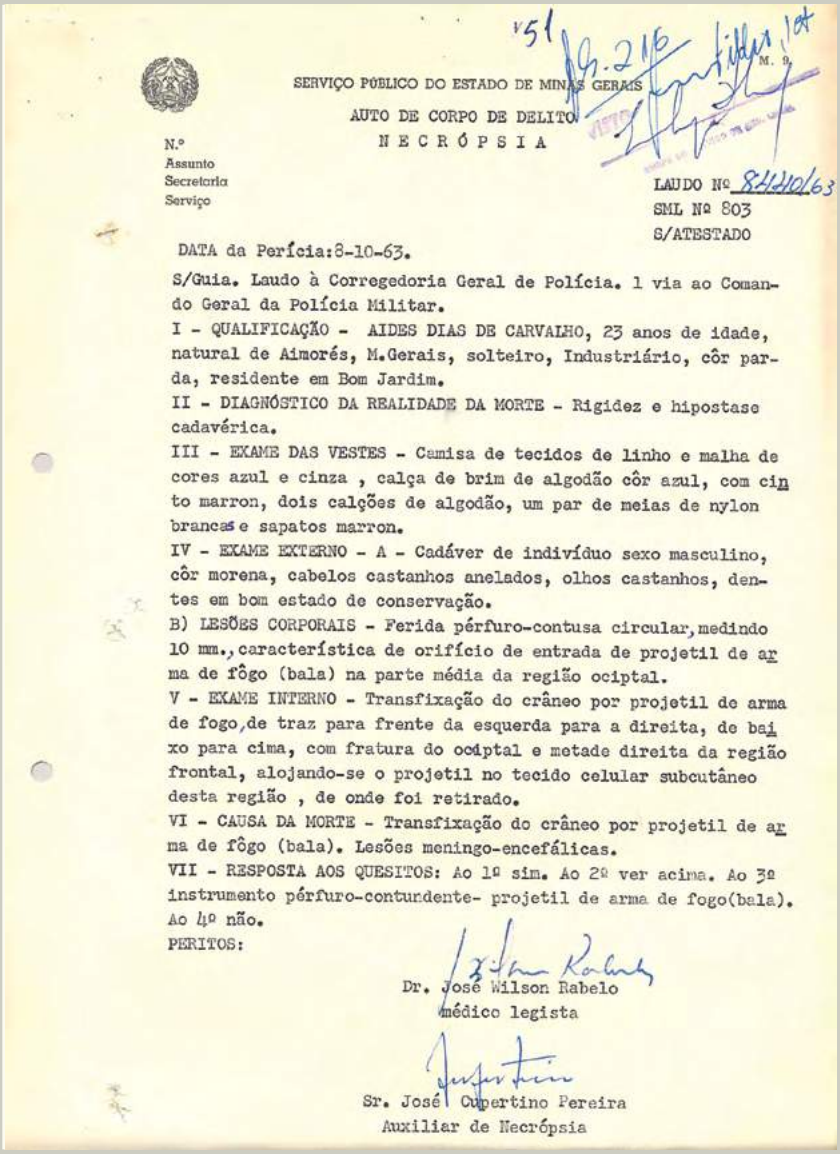
O acordo começou a ser negociado à tarde, mas somente foi fechado no dia seguinte, 8 de outubro, após um certo embate entre os participantes. Segundo relato de Edgar da Mata Machado, Dazinho não queria assinar o acordo, porque o texto final diferia do que havia redigido. A oficialização do entendimento foi conseguida somente após um insistente pedido do secretário, lembrando a Dazinho que a redação acertada tinha o aval de Bambirra e outras importantes figuras locais de Ipatinga, que não eram adversárias dos trabalhadores.[309]

Os mortos

Oficialmente, oito pessoas morreram no massacre de Ipatinga. Seis faleceram no local do conflito: Aides Dias de Carvalho, Alvino Ferreira Felipe, Antônio dos Reis, Geraldo Gualberto, Gilson Miranda e Sebastião Tomé. Dois chegaram aos hospitais, mas não resistiram aos ferimentos: a menina Eliane Martins, de três meses, e o fotógrafo José Isabel do Nascimento. Seguem os resumos de suas histórias.

AIDES FERREIRA DE CARVALHO

Aides, metalúrgico da Usiminas, solteiro e com 23 anos, era natural de Aimorés, no Vale do Rio Doce. De cor morena, tinha cabelos castanhos anelados e olhos também castanhos. Quando morreu, estava vestido com uma camisa de linho e malha nas cores azul e branca, e calça de brim azul com cinto marrom. De acordo com o laudo de necropsia, o projétil lhe atingiu a nuca e lhe atravessou o crânio, alojando-se na testa, debaixo da pele que a recobre, de onde foi retirado.



SERVIÇO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

AUTO DE CORPO DE DELITO

N E C R Ó P S I A

N.º
Assunto
Secretaria
Serviço

LAUDO Nº 844/63
SML Nº 803
S/ATESTADO

DATA da Perícia: 8-10-63.

S/Guia. Laudo à Corregedoria Geral de Polícia. 1 via ao Comando Geral da Polícia Militar.

I - QUALIFICAÇÃO - AIDES DIAS DE CARVALHO, 23 anos de idade, natural de Aimorés, M.Gerais, solteiro, Industriário, côr parda, residente em Bom Jardim.

II - DIAGNÓSTICO DA REALIDADE DA MORTE - Rigidez e hipostase cadavérica.

III - EXAME DAS VESTES - Camisa de tecidos de linho e malha de cores azul e cinza , calça de brim de algodão côr azul, com cinto marron, dois calções de algodão, um par de meias de nylon brancas e sapatos marron.

IV - EXAME EXTERNO - A - Cadáver de indivíduo sexo masculino, côr morena, cabelos castanhos anelados, olhos castanhos, dentes em bom estado de conservação.

B) LESÕES CORPORAIS - Ferida pérfuro-contusa circular, medindo 10 mm., característica de orifício de entrada de projetil de arma de fôgo (bala) na parte média da região occiptal.

V - EXAME INTERNO - Transfixação do crâneo por projetil de arma de fogo, de traz para frente da esquerda para a direita, de baixo para cima, com fratura do occiptal e metade direita da região frontal, alojando-se o projetil no tecido celular subcutâneo desta região , de onde foi retirado.

VI - CAUSA DA MORTE - Transfixação do crâneo por projetil de arma de fôgo (bala). Lesões meningo-encefálicas.

VII - RESPOSTA AOS QUESITOS: Ao 1º sim. Ao 2º ver acima. Ao 3º instrumento pérfuro-contundente- projetil de arma de fogo(bala). Ao 4º não.

PERITOS:

Dr. José Wilson Rabelo
médico legista

Sr. José Cupertino Pereira
Auxiliar de Necrópsia

Figura 26 - Laudo de necrópsia do corpo de Aides Dias de Carvalho, de cujos familiares nunca se teve qualquer informação posterior a outubro de 1963. Nem eles chegaram a reivindicar a indenização a que tinham direito por parte do Governo Federal. Fonte: reprodução Inquérito Policial Militar

ALVINO FERREIRA FELIPE

Antes de ir para Ipatinga, Alvino era um trabalhador rural que prestava serviços em um município próximo, chamado Ferros. Recebia pelo dia trabalhado. Era semialfabetizado. Cansado de uma vida miserável, segundo definição de sua filha, Maria da Conceição Gomes Felipe, mudou-se para Ipatinga em busca de emprego na Usiminas. Foi morar no bairro Vista Alegre, a cerca de nove km do local de trabalho.

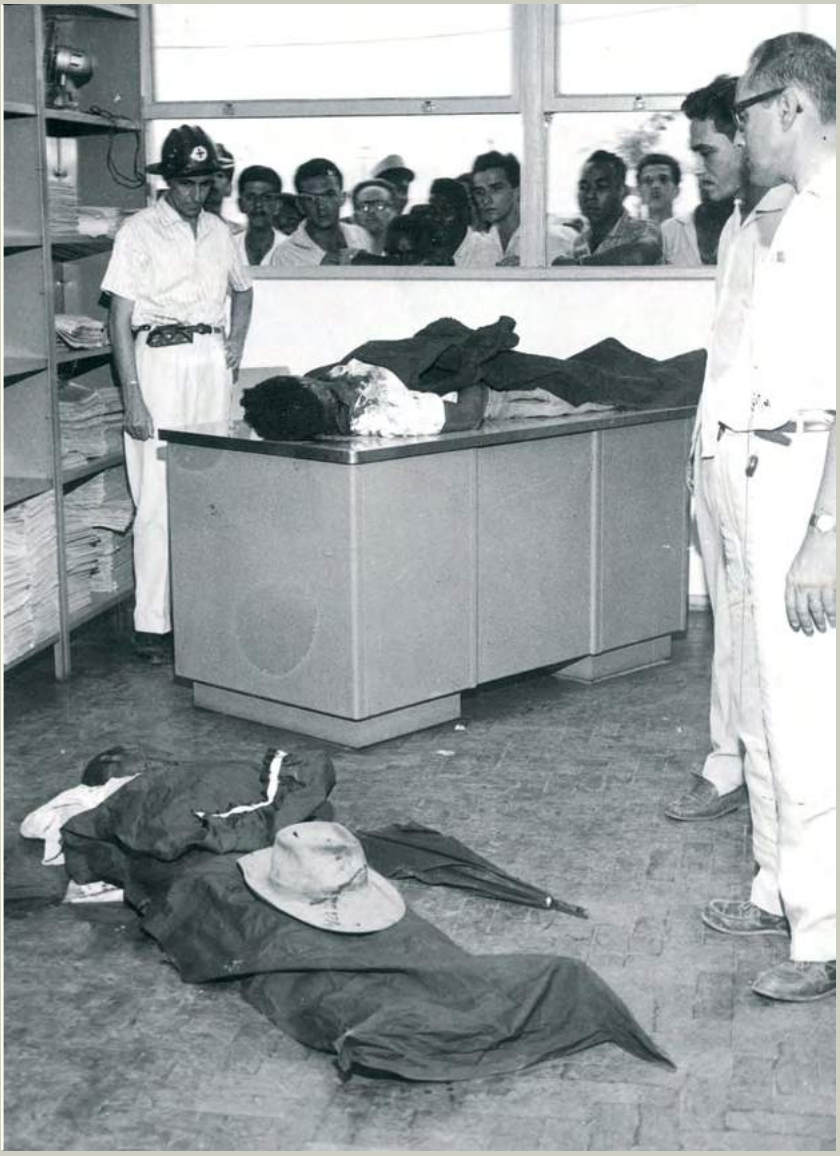


Figura 27 - Ao fim dos disparos, trabalhadores recolheram corpos e os levaram para o Escritório Central da Usiminas. O cadáver de Alvino Ferreira Felipe está no chão e o de Sebastião Tomé na mesa. Do lado de fora, ainda perplexos, trabalhadores observam a cena. Fonte: Antônio Cocenza / Jornal Estado de Minas

Sua primeira contratação foi na A.B. Cavalcanti. Como a empresa não fornecia transporte para os funcionários preferia fazer o trajeto a pé, diariamente. Saía de casa às 8h e chegava só às 22h. No dia 7, pela manhã, pretendia ir a Coronel Fabriciano, onde esperava passar por uma perícia médica, pois adquirira dificuldades para caminhar: um caminhão passara sobre um de seus pés. Estava na aglomeração formada em frente ao almoxarifado central da Usiminas quando foi atingido por um tiro, que entrou por sua nuca, atravessou-lhe o crânio e saiu por sua testa, onde deixou um orifício de 1,5 cm.

O corpo de Alvino foi levado para o escritório central e colocado no chão. Confundido com um mendigo por causa dos trajes, muito simples, que usava, teve o corpo estendido no chão, coberto por um pano azul. Ao seu lado, um guarda-chuva, um canivete enferrujado e dois pedaços de fumo goiano.

Maria da Conceição soube da morte do pai por intermédio de um funcionário da Usiminas, que lhe informou o pretendido enterro dos mortos em covas a serem abertas pela empresa. Inconformada, disse que não aceitava ficar sem despedir-se do pai. Algum tempo depois, o corpo de Alvino chega à sua residência, onde foi velado durante a noite e enterrado na manhã do dia seguinte, no cemitério do próprio povoado. Hoje, Maria não sabe localizar onde o pai está sepultado. Como a família não tinha dinheiro para comprar um jazigo perpétuo, Alvino foi enterrado em uma cova provisória, anos mais tarde usada para se depositarem outros cadáveres.

Em 1963, Maria da Conceição tinha 15 anos. Com a morte de Alvino, teve de ajudar nas despesas de casa. Trabalhou primeiro como verdureira, fazendo os mesmos nove quilômetros percorridos pelo pai todos os dias. Em seguida, passou a trabalhar como empregada doméstica. A situação somente melhorou depois que se casou e o marido conseguiu emprego na Usiminas, onde também trabalhou seu filho. Oficialmente, nunca chegou a pedir ajuda à Companhia. Mas desconfia que o emprego, tanto para o marido quanto para o filho, possa ter sido uma espécie de compensação informal pela morte de Alvino.

ANTÔNIO DOS REIS

Natural de Colatina, no Espírito Santo, Antônio se mudara para Ipatinga para buscar emprego em meados de 1963. Primeiramente, foi sozinho; depois seguiram a mulher e os dois filhos menores, um menino de sete anos e uma menina de dois. Logo ao chegar, ainda sem a família, foi contratado como ajudante de serviços gerais pela empreiteira Convap, que trabalhava nas obras de construção da Usiminas. Decidido a fugir da confusão, já estava perto da estação da EFVM quando foi atingido. A bala penetrou em suas costas, entre o pescoço e omoplata, e saiu pela face.

De acordo com o laudo de necropsia, houve fratura do malar – osso que forma a "maçã do rosto" –, do nariz e do maxilar direito. A ferida atingiu, em profundidade, o palato – osso que forma o "céu da boca" – e a coluna cervical. De acordo com o laudo, o projétil percorreu no corpo uma direção de trás para frente, de baixo para cima e ligeiramente da esquerda para a direita. A notícia de sua morte chegou a Tereza Gomes, sua mulher, no final da tarde do dia 7. O corpo, sepultado no final da tarde do mesmo dia, estava enrolado em um pano branco e sem caixão, que foi providenciado pela família.

Alguns dias depois de sua morte, a viúva foi procurada por uma pessoa, não se sabe se da Convap ou da Usiminas, que lhe perguntou o que gostaria de receber como uma espécie de compensação pela perda do marido. A mesma pessoa lhe disse que não teria direito à pensão, porque Antônio tinha apenas dois meses de carteira assinada. Prometeu, apenas, que não ficaria desamparada.

Como não houve resposta, Tereza decidiu procurar a Usiminas que, durante três anos, lhe forneceu uma cesta básica e pagou o aluguel da casa onde morava com os dois filhos. Entretanto, como estava bem de saúde, preferiu reivindicar um emprego. A resposta da Companhia foi que o teria no Hospital Márcio Cunha, quando fosse inaugurado, o que realmente aconteceu. Em 1965, Tereza Gomes passou a trabalhar na lavanderia do hospital, onde ficou por 26 anos. Nunca requereu indenização financeira, tendo em vista que, segundo lhe disseram, a sua relação com Antônio era informal. Mesmo assim, usou a sua condição de viúva para pressionar a Usiminas, quando tentaram dispensá-la do hospital. Foi então que recorreu ao massacre como forma de assegurar o trabalho.

ELIANA MARTINS

Eliana era uma criança de três meses, que estava nos braços da mãe. Antonieta Francisca da Conceição Martins, de 39 anos, levantou-se bem cedo naquele dia, pois pretendia levar Eliana ao médico, no ambulatório da Usiminas, que ficava perto do local em que se formava a manifestação. Até as proximidades, foi de ônibus. O restante do trajeto teria que ser feito a pé. Chegou a ser aconselhada por algumas pessoas a não prosseguir por causa do conflito anunciado. Mesmo assim decidiu ir adiante. Quando vê a multidão se dispersando, por causa dos tiros, decidiu voltar.

Não teve tempo. Antonieta foi atingida nas costas pelos policiais que atiravam a esmo, em fuga. A bala atinge suas costas, na altura da cintura, à esquerda, e perfura o seu intestino. O mesmo projétil fere Eliana, que estava em seus braços, nas pernas, produzindo uma ferida de oito centímetros. Ambas foram socorridas por populares, que passavam de carro na hora, e levadas para a Casa de Saúde Santa Terezinha, em Ipatinga. A mãe foi operada e conseguiu sobreviver. Mas a filha faleceu no mesmo dia 7 de outubro, pois o tiro lhe cortara a artéria femoral, provocando forte hemorragia, e causara fratura no fêmur.

Antonieta definiu a cena dos policiais militares, que atiravam em fuga, como uma surpresa terrível:

> Eu nunca poderia imaginar que no caminho fosse encontrar um louco atirando de metralhadora nas pessoas que passa-

vam na rodovia. Homens, mulheres e crianças rastejavam agarradas aos arbustos, protegendo-se contra as balas das metralhadoras que derrubaram, na minha frente, várias pessoas. Quem se encontrava na margem da rodovia pôde agradecer a Deus o milagre: nasceram de novo.[310]



Figura 24 - A menina Eliane Martins, de três meses e vítima fatal dos disparos, estava no colo da mãe, Antonieta Martins, que também ficou ferida. O tiro produziu uma ferida de oito centímetros de diâmetro. Fonte: Rilton Rocha/Jornal Estado de Minas

GERALDO GUALBERTO

Geraldo estava a oito metros dos policiais quando os tiros começam. A bala lhe atingiu as nádegas, perfurando os seus dois intestinos e alojando-se no rim direito, de onde foi retirada posteriormente, quando houve a exumação de seu cadáver para elaborar-se a necropsia. De acordo com o laudo, a bala percorrera uma trajetória de baixo para cima em seu abdômen, causando intensa hemorragia.

O seu corpo chegara a Braúnas em uma camionete, sem caixão, na tarde do dia 7. Foi velado na casa dos pais e enterrado no dia seguinte, no cemitério de Braúnas, sem laudo cadavérico. O exame para identificar a causa de sua morte foi feito somente 15 dias depois, em 22 de outubro à tarde. A necropsia foi conduzida pelo médico Antônio Sadi, com a presença do delegado de Braúnas, Enes Moreia Pinto. Assim que terminou, o corpo foi recolocado no caixão e novamente sepultado. O laudo, assinado pelo médico Hercílio Costa Lage, dava como *causa mortis* "anemia aguda produzida por projétil de arma de fogo".

GILSON MIRANDA

Gilson era funcionário da empreiteira Ebse, que trabalhava na implantação da Usina. Nascera em Vitória, tinha 34 anos de idade e cor branca, com cabelos e olhos castanhos. Um detalhe revelado pela autópsia: não tinha dentes. O tiro lhe atingiu o lado direito da cabeça, próximo ao olho, fazendo com que o globo ocular fosse projetado para fora. A bala lhe penetrou o crânio e chegou até próximo à nuca, causando o esfacelamento do encéfalo. Ao que parece, o projétil permaneceu no interior da cabeça, pois o laudo de necropsia não apresenta nenhum registro de sua saída.

Uma particularidade separa Aides Ferreira de Carvalho e Gilson Miranda dos demais mortos: nenhum pesquisador, mesmo os dedicados a levantar informações sobre as vítimas ao longo das últimas décadas, conseguiu localizar os seus parentes na região do Vale do Aço. Tampouco foi possível saber onde estão sepultados. Além disso, em 2004, ninguém se apresentou para requerer indenização pela perda familiar em manifestação de rua, tal como previa medida provisória enviada pelo governo Lula ao Congresso. Acredita-se que tal silêncio seja consequência da condição forasteira de muitos migrantes, que abandonavam a família e o passado em busca de vida nova. Assim, supõe-se que fosse impossível alguém reclamar os corpos, pois nem mesmo sabiam onde estavam e que vida levavam os familiares.

O caso da menina Eliana Martins guarda alguma semelhança com os de Aides e Gilson: sua mãe também estava entre os familiares das vítimas fatais que nunca se interessaram em requerer ao Estado qualquer indenização pela morte de seus parentes. A diferença é que Antonieta não ficou de todo desaparecida. Em outubro de 2003, durante audiência pública da CDH da ALMG, apresentou-se para falar uma pessoa de nome Edson, que seria parente de Eliane. Segundo depôs, sua mãe passou por momentos trágicos, causados pela perda da filha, sendo inclusive internada em uma clínica especializada no tratamento de pessoas com transtornos mentais: "a família sofreu demais". Na ocasião, falando em nome da família, pediu justiça: "não queremos dinheiro. Queremos que haja justiça". Depois daquela aparição relâmpago, Edson nunca mais foi localizado. A família não requereu a indenização pela morte de Eliane.

JOSÉ ISABEL DO NASCIMENTO

José era metalúrgico e tinha por *hobby* a fotografia. Na manhã do dia 7, estava com sua câmera na concentração que se formou em frente ao almoxarifado da Usiminas, tirando as únicas fotos que a registraram. Uma das últimas foi a do soldado Moacir Gomes de Almeida em cima do caminhão e ao lado do fuzil-metralhadora. Estava de frente para o policial quando recebeu um tiro na

região do abdômen, entre o umbigo e o osso externo, conhecida como "boca do estômago". O tiro lhe perfurou o intestino e saiu em suas costas, à direita. Foi socorrido pelo médico Emílio Gomes Fernandes, que estava próximo ao local, e levado ao hospital de Coronel Fabriciano, onde acabou falecendo, depois de permanecer internado por 11 dias. José Isabel deixou quatro filhos, todos ainda pequenos, e a viúva, Geralda Aguiar do Nascimento, grávida de seu quinto filho.



Figura 28 - O fotógrafo José Isabel do Nascimento, ferido no abdômen, permaneceu internado na Casa de Saúde Santa Terezinha, de Coronel Fabriciano, onde faleceu 11 dias depois. As suas fotos nos momentos que antecederam o Massacre são, até hoje, os únicos registros visuais daquele acontecimento. Fonte: Evandro Santiago/Jornal Estado de Minas

SEBASTIÃO TOMÉ

Sebastião morreu na hora, atingido por um tiro na nuca. A bala atravessou a sua coluna cervical e saiu na altura de sua face direita. O laudo de necropsia apontou a existência, também, de uma contusão com hematoma na região de seu olho esquerdo, de escoriações na testa e do esfacelamento no dedo mínimo da mão esquerda, arrancando-lhe a unha. Acredita-se que ao fugir, já dando as costas aos policiais, tentou proteger a cabeça com as mãos. O dedo foi esfacelado, conforme tal raciocínio, pelo mesmo projétil que lhe penetrara a nuca. Sebastião era, entre os mortos, o único funcionário da Usiminas. Por isso, tinha um "privilégio": o transporte, na carroceria de um caminhão, até a Usina.

O corpo de Sebastião era um dos que, tão logo cessaram os tiros, foram recolhidos pelos trabalhadores e levados, já mortos, para o escritório central. Colocado em cima de uma das mesas de aço com tampo de fórmica verde, somente o

entregaram aos familiares no dia seguinte. O seu sepultamento aconteceu no dia 8 à tarde, no cemitério de Timóteo.

DE RÉUS A VÍTIMAS

No calor dos acontecimentos, ainda na tarde do dia 7 de outubro, o comandante geral da PMMG determinou a abertura de um IPM e a prisão dos policiais envolvidos nos acontecimentos da noite, madrugada e manhã anteriores. Os militares passaram o resto do dia recolhidos ao quartel da corporação em Ipatinga, de onde, no dia seguinte, 8 de outubro, a zero hora, foram transferidos para Belo Horizonte, aonde chegaram pela manhã. De carro, vieram as esposas de dois policiais, que temiam ser hostilizadas pela população de Ipatinga caso lá permanecessem. Viajaram no ônibus da corporação – placa MG-C-19 –, escoltados por 15 policiais armados com fuzis. Na capital foram recolhidos no quartel do Regimento de Cavalaria – Bairro Prado, região oeste da capital –, onde permaneceram por 30 dias, aguardando a conclusão do IPM. As aparências indicavam que o comando da PMMG seria rigoroso e que dificilmente os policiais escapariam da punição.

Entretanto, nos 795 dias transcorridos entre 07/10/1963 e 10/12/1965, quando o processo judicial chegou ao fim, alguns fatos se colocaram no meio do caminho. O principal deles foi a quartelada que, no dia de 31/03/1964, derrubou João Goulart. O golpe militar, que ocorreu 176 dias depois do conflito em Ipatinga, mudou os rumos do País e também acabou influenciando no destino dos 19 policiais envolvidos nos acontecimentos do Vale do Aço. Além disso, o inquérito correu em sigilo de justiça. Os depoimentos não puderam ser acompanhados pela imprensa. A alegação dada era que o sigilo era necessário para "evitar tumultos e obter toda a verdade".[311] O caráter sigiloso do inquérito também foi noticiado pelo Jornal Diário de Minas: "major Sílvio faz segredo sobre o inquérito".[312]

O processo, conduzido pelo major Sílvio de Souza, gerou seis volumes e 977 páginas. As oitivas foram realizadas, em sua maior parte, em Ipatinga, algumas na tarde de 7 de outubro e nos dias imediatamente posteriores. Algumas testemunhos foram colhidos ainda nos hospitais na região. São ricos em detalhes, já que as imagens sobre os acontecimentos na noite do dia 6 e manhã do dia 7 ainda estavam muito vivas na memória daquelas pessoas.

Em nenhum dos depoimentos há referência à presença em Ipatinga, naqueles dias, de militantes políticos de fora, que teriam se deslocado do Rio de Janeiro e de São Paulo para a região, com o objetivo de insuflar os trabalhadores da Usiminas contra a empresa. O que predomina é a descrição minuciosa do que ocorreu na noite de 6 de outubro e terminou de forma trágica na manhã do dia seguinte.

O conflito ideológico formalizado, entre esquerda e direita, pelo menos em sua formatação doutrinária e partidária, tão presente nos grandes centros nos conturbados anos 1960, passava longe dos acontecimentos de Ipatinga.

Internamente, o coronel José Geraldo de Oliveira vinha sendo pressionado por oficiais que discordavam da prisão aos policiais envolvidos no conflito, ainda recolhidos ao Regimento de Cavalaria, em Belo Horizonte. O movimento contra a detenção dos militares se iniciou no Batalhão de Guardas e se alastrou por outras unidades. Em um boletim interno da corporação, José Geraldo afirmou que via com simpatia o movimento dos oficiais:

> Todo e qualquer movimento de apoio, quer de ordem material, quer de ordem moral, que se queira prestar aos nossos companheiros que estejam sendo processados, não só neste caso, como em qualquer outro caso, é visto com simpatia e aplauso pelo comando geral, desde que resguardados os princípios da disciplina que nos regem.[313]

Em seu depoimento ao IPM, o principal executivo da Usiminas que participou dos acontecimentos, Gil Guatimosim, denunciou a presença de "elementos agitadores", mas não citou nomes. Em 06/11/1963, exatos 30 dias depois de aberto, o IPM é encaminhado à auditoria da Justiça Militar. Nas 10 páginas de seu relatório, o major Sílvio de Souza faz uma descrição dos acontecimentos, de seus antecedentes e, em nenhum momento, menciona a existência de militantes de esquerda que teriam sido deslocados para Ipatinga com o objetivo de tumultuar a relação entre os trabalhadores e a Companhia.

Pelo contrário, em seu relatório admite que os policiais exageraram quanto ao uso da violência, como nos alojamentos da Chicago Bridge, "onde cerca de 300 trabalhadores foram detidos e tratados de maneira desumana, não condizente com os nossos foros de civilização."[314] O máximo de insinuação quanto a um suposto movimento organizado aparece quando Sílvio de Souza descreve o quadro encontrado pelos policiais militares em que, na noite do dia 6, chegaram ao alojamento de Santa Mônica, localizado um pouco acima das instalações da Chicago. "Os operários amotinados deram mostra de organização militar ao construírem a barricada para enfrentar a polícia."[315] A conclusão do responsável pela condução do inquérito foi muito clara: os policiais cometeram crime, razão pela qual pediu que o inquérito fosse encaminhado à Justiça militar.

Entretanto, ao mesmo tempo em que, de certa forma, o IPM é desfavorável aos policiais, mantém aberta a brecha que, mais tarde, seria utilizada em favor dos réus. A investigação apontou a existência de falhas no registro das armas usa-

das pelos policiais de Ipatinga. O livro é o documento oficial por meio do qual se pode identificar o pertencimento de cada peça a um agente específico no exercício de sua função. No inquérito, alguns policiais informavam que o armamento anotado como seu estava, no dia 7 de outubro, emprestado com um colega:

> Esse livro apresenta falhas, razão pela qual não se pode, de sã consciência e sem possibilidade de injustiça, apontar, revólver por revólver, metralhadora por metralhadora, FM [sigla de fuzil-metralhadora] por FM, pagos à tropa que tomou parte nos acontecimentos de 7 de outubro.[316]

Diante disso, o major Sílvio adiantava que não seria possível apontar, com especificidade, os autores dos disparos, muito menos puni-los individualmente.

> Em consequência dessa falha no livro de registro de armamento, o encarregado deste inquérito não poderá alcançar seu objetivo ao mandar fazer o exame de balística em todas as armas, a fim de poder apontar à sociedade, individualmente, os nomes dos indivíduos que mataram e feriram ao próximo nas citadas ocorrências.[317]

Pela polêmica que o assunto gerou na opinião pública, a Justiça militar temia que pudesse vir a ser acusada de parcialidade no julgamento. Assim, solicitou que fosse anexado ao processo o inquérito aberto pela Polícia Civil para também apurar a responsabilidade de cada uma das partes no conflito. Na ocasião, o promotor militar Geraldo Costa Guerra declarou que os fatos descritos pelo IPM envolvem "certa complexidade". Admitiu, também, que, para a opinião pública, o inquérito da Polícia Civil poderia ser considerado como o de "maior probabilidade de isenção", uma vez que os indiciados eram todos policiais militares.

A propósito, em seu despacho também insinuou a existência de uma linha de pensamento na Justiça militar sobre o assunto. Segundo Guerra:

> [...] o evento teve enorme repercussão perante a opinião pública, chocou profundamente o espírito de todos e, por isso, se reclama uma rigorosa ação da polícia e da justiça no sentido de que fatos tão aberrantes e deploráveis não venham a ficar impunes.[318]

No dia 17/02/1964, o juiz auditor do TJM, Christovam Colombo dos Santos Sobrinho, responsável pelo processo, enviou carta precatória ao juiz de direito da comarca de Coronel Fabriciano, Massilon de Rodrigues Teixeira, pedindo que fossem ouvidas seis testemunhas e que os policiais presenciassem os depoimentos. No documento, considerou a presença dos policiais "imprescindível".[319]

Em 07/04/1964, Teixeira expediu mandado de intimação para a oitiva das testemunhas em 16 de abril. Determinou, também, que os policiais comparecessem ao depoimento, como já havia solicitado o juiz auditor. Como os réus não apareceram, o juiz nomeou Emílio Eddstone Duarte Gallo[320] como seu advogado. No mesmo dia foram ouvidos Gil Guatimosim e Jair Abelha. Ambos disseram que os policiais fizeram disparos depois que tomaram o rumo da estrada que os levaria de volta ao quartel.

Logo depois, seguiu-se uma polêmica entre o promotor Orlando Milannez e o juiz Massilon Teixeira. Milannez insistiu em que, sem a presença dos militares, os depoimentos não teriam validade. Também pediu o comparecimento dos réus, visto como "imprescindível", tal como pensava o juiz auditor. Em resposta, Teixeira afirmou que os depoimentos foram válidos e que a sua renovação significaria subordinar as atividades da Justiça ao "arbítrio da Polícia Militar".[321]

O juiz lembrou também que, na ausência dos verdadeiros defensores – os advogados Marcello Jardim Linhares e Marcelo Roberto Marques Linhares –, as testemunhas haviam prestado depoimento na presença de Emílio Gallo, advogado de defesa nomeado pela Justiça. Os dois advogados haviam sido contratados pelos réus em 11/11/1963, cinco dias depois o major Silvio de Souza, em relatório, defendeu a abertura de processo contra os policiais. Entretanto, foi somente no dia 19/08/1964 que, pela primeira vez, os defensores se manifestaram no processo. Mais tarde, também se integrou à defesa Decio Fulgêncio Alves da Cunha.

No documento endereçado ao juiz auditor em 19/08/1964, Marcello Jardim e Marcello Roberto informam que nem o tenente Jurandir, nem os demais acusados, iriam comparecer pessoalmente aos depoimentos e, sim, por intermédio de seus advogados. A firme determinação dos policiais de não acompanhar os depoimentos pessoalmente durou só cinco dias. No dia 24 de agosto de 1964, o coronel Afonso Barsante, chefe do Estado Maior da PMMG expediu ofício ao juiz Massilon Teixeira "determinando providências relativas ao comparecimento dos denunciados", o que realmente veio a ocorrer, ainda que de maneira parcial.

O depoimento de padre Avelino Marques foi acompanhado por sete policiais: José Maria Francisco, Francisco Torres Dutra, Sebastião Campelo de Oliveira, Milton Souto da Silva, José Rodrigues, José Gomes Vidal Filho e Sebastião Cândido dos Santos. O testemunho do sacerdote não trouxe maiores novidades. Relatou os detalhes que havia presenciado, como os pedidos para que a PMMG retornasse ao quartel na manhã do dia 7, e os protestos que os trabalhadores dirigiram aos policiais. O padre reafirmou, também, que entre os amotinados no alojamento de Santa Mônica, na noite e na madrugada do dia 6, como na manhã do dia 7, não havia representantes ou dirigentes. Tanto que a Usiminas e a própria tropa da PMMG foram obrigadas a recorrer à sua pessoa para promover a interlocução entre as partes em conflito.[322]

Ainda que o País já estivesse sob o regime militar, implantado após a deposição de Goulart em 31 de março de 1964, em todos os depoimentos tomados até então, não havia referência explícita a questões doutrinário-ideológicas. O conflito entre o mundo capitalista e o mundo socialista, entre esquerda e direita, não estava presente no inquérito, nem, até então, no processo que corria na Justiça militar.

Foi só no final de 1964 que os advogados de defesa anexaram os primeiros documentos que visavam criar a versão de que havia uma organização sindical e perigosos agitadores por trás dos trabalhadores, isto é, de que os conflitos do dia 6 no alojamento de Santa Mônica e do dia 7 pela manhã haviam sido previamente arquitetados. Trata-se dos relatórios da seção de vigilância da Usiminas, que apontavam a realização de reuniões entre metalúrgicos e representantes do Metasita para discutir, entre outros itens, aumento salarial. Segundo a seção de vigilância, os dias em que tais reuniões ocorreram foram 9 de setembro, 20 de setembro, 30 de setembro, 2, 3, e 4 de outubro de 1963.

Até aí, nenhuma novidade: desde julho a direção da empresa e os trabalhadores estavam negociando aumento salarial. A aprovação do acordo se deu no dia 6 de outubro. Em um clima de liberdade sindical, ainda que relativa, como acontecia até o golpe militar, as propostas eram aprovadas depois de muitas trocas de opinião. Para a discussão de qualquer assunto é imprescindível que tivessem sido realizadas reuniões entre os trabalhadores, inclusive com a presença dos dirigentes sindicais.

A tese que procura implicar a revolta dos operários em um complô político-ideológico aflorou também no depoimento de João Cláudio Teixeira de Sales, ocorrido em 05/11/1964. Trata-se do chefe da seção de serviços gerais, responsável, em outubro de 1963, entre outras áreas, pelos serviços de alimentação e moradia. Era, portanto, uma pessoa com trânsito fácil na alta cúpula da Usiminas. No seu longo testemunho à comissão de inquérito da Usiminas, logo após o conflito, não se referiu a qualquer ação do "serviço secreto" do Exército, que teria detectado a presença de sindicalistas de São Paulo em Ipatinga, no início de outubro, para "insuflar" o movimento dos trabalhadores.

Estranhamente, preferiu "revelá-la" apenas um ano depois, em depoimento durante a tramitação do processo criminal na Justiça militar.[323] Geraldo Ribeiro, então presidente do Metasita, nega a informação.[324] O sindicalista lembra, inclusive, que a entidade nem sequer era filiada ao CGT. Reafirma que tal postura, autodefinida como independente, lhe causara certa dificuldade ao ser recebido pelo presidente Goulart para discutir questões trabalhistas referentes à Acesita, àquela altura uma empresa estatal.

A propósito, além do esclarecimento feito por Ribeiro, conforme o qual a versão da defesa era fantasiosa, frise-se que as eventuais participações de militantes sindicais e partidários, nos episódios dos dias 6 e 7 de outubro, nada mais seriam do que o exercício do direito fundamental e do dever político de expressar os anseios dos trabalhadores, em nada servindo para justificar quaisquer provocações contra as vítimas e absolvição de assassinos. Aliás, se houvesse a presença e a direção de um partido operário consciente e consequente, a luta reivindicatória e o contencioso dificilmente assumiria o aspecto de um conflito acéfalo, confuso e de consequências imprevisíveis.

Todavia, na falta de argumentos sólidos, os advogados dos réus e um setor do oficialato, acobertados pela omissão dos governantes já no cenário do regime ditatorial militar, teceram e se apegaram a uma teoria conspirativa, patrocinada por militantes e forças políticas tidas, a partir de 1964, como inimigos da segurança nacional. Para reforçar a tese de que o conflito de 7 de outubro havia sido previamente arquitetado, como parte local de um plano maior para controlar o País, os advogados dos réus anexaram ao processo algumas dezenas de recortes de jornais do período imediatamente anterior ao golpe militar.

Entre as várias e desconexas notícias apresentadas e citadas, pela defesa, destacou-se a famosa "noite das cadeiradas", em que Leonel Brizola, um dos principais dirigentes do PTB, fora impedido de falar no auditório da antiga secretaria de Saúde, hoje Minascentro, em Belo Horizonte. O então governador do Rio Grande do Sul fora hostilizado por grupos conservadores orquestrados, com apoio da PMMG, que se omitiu diante da ação provocadora.

Outra notícia, também anexada ao processo, falava sobre a descoberta de um suposto plano para paralisar a Usiminas e, ao mesmo tempo, destruir a ponte sobre o Rio Piracicaba, por onde passariam os reforços vindos do 6º Batalhão de Infantaria da PMMG, sediado em Governador Valadares. O plano seria explodir o gasômetro da Usiminas, gerando uma reação em cadeia que arrasaria a cidade de Ipatinga e, por tabela, a usina da Acesita, cujo gasômetro também explodiria, como reação em cadeia. Em resumo, segundo a publicação, o Vale do Aço iria todo pelos ares.[325]

Para reforçar a ideia de que as instalações de Santa Mônica era uma espécie de quartel das forças sindicais, difundiu-se a notícia de que ali havia um elevado número de armas, inclusive armamento pesado, como metralhadoras, e que o início e o fim do dia eram marcados por toques de corneta, como nos acampamentos militares. Ao iniciar-se março de 1964, porém, antes do golpe militar, a polícia fez apenas algumas apreensões de armas banais no alojamento e em Coronel Fabriciano. Ao cartório do crime da comarca foram entregues somente 14 armas: seis revólveres, três espingardas de calibre 36, uma espingarda de

ar comprimido, dois fuzis mosquetão, uma pistola, uma arma cuja identificação não foi possível e 70 cartuchos.[326]

Pelos depoimentos, é possível deduzir que o número de armas em posse dos moradores no alojamento de Santa Mônica era maior que o apreendido pela polícia. Entretanto, também nesse ponto, mais uma vez, é preciso entender o contexto: após o conflito de 7 de outubro, o alojamento, durante quase quatro meses, tornou-se um local sem o controle de autoridades, já que os seus moradores rechaçavam a presença da PMMG. A volta do policiamento ocorreu somente no dia 28 de janeiro. Para não melindrar os trabalhadores que ali residiam, os primeiros a chegarem foram os componentes da banda de música do 6º BI, de Governador Valadares.

Padre Avelino testemunhou o episódio e afirmou que, quando o ônibus da PMMG chegou ao local, as ruas ficaram desertas. Somente depois dos primeiros acordes musicais emitidos pelos músicos é que os trabalhadores começaram a deixar suas casas. Só então notaram que aqueles policiais estavam em missão de paz.[327] A ausência de policiamento, além dos ainda remanescentes hábitos e situações de uma época marcada pelo clima de cheganças e povoamentos espontâneos, ajuda a entender e a explicar porque algumas pessoas viviam ou passaram a andar armadas.

Quanto aos toques de alvorada e de recolher, a explicação foi dada pelo próprio "corneteiro", em depoimento ao tenente Francisco Xavier Pereira, que assumira a delegacia de Ipatinga após o conflito em 7 de outubro. No testemunho, colhido em 07/03/1964 e anexado ao processo pelos advogados de defesa dos policiais, Antônio Carlos de Melo se identificou como industriário e músico: tocava trompete em si bemol. Contou que no dia 7 de outubro, tocou seu instrumento apenas para fazer um contraponto ao som de outros corneteiros situados na parte de baixo do alojamento. Explicando o "toque de recolher", disse que nos dias calmos, na parte de baixo do alojamento, melodiava sambas, choros e outros gêneros musicais. Então, atendendo a frequentes pedidos, quando se aproximavam 22h tocava o tema de repouso, ato que repetira em outras ocasiões.[328]

Os depoimentos colhidos durante o desenrolar do processo na Justiça Militar guardam grande diferença em relação aos constantes no IPM, produzidos no calor dos acontecimentos. Na Justiça militar, aparece, pela primeira vez, a história de um caminhão da marca Scania, parado próximo à multidão, que teria sido tomado por alguns metalúrgicos. O caminhão teria sido arremessado pelos operários aos policiais, como parte de uma operação para assumirem o controle da situação. Já nos depoimentos tomados em Ipatinga, nos dias imediatamente após os acontecimentos, o único caminhão descrito como situado naquele local era o que transportou os policiais, em cuja carroceria seria armado o fuzil-metra-

lhadora depois disparado contra a multidão. Não houve referências a qualquer caminhão Scania, o que prova a sua introdução posterior e artificial nos autos.

Teotônio Saraiva, outra testemunha arrolada pela defesa dos policiais, também enfatizou, em seu depoimento, o suposto complô político por trás do protesto operário. Para tanto, acusou o ex-prefeito de Coronel Fabriciano, Rufino da Silva Neto,[329] por participar em um Grupo dos 11 e, nessa condição, ter sido um dos dirigentes que atuaram no movimento dos trabalhadores da Usiminas, com Sinval Bambirra e José Gomes Pimenta, o Dazinho. Também apontou Tertuliano Ferreira dos Santos, que tinha o apelido de "Fidel Castro", como um dos responsáveis pelo conflito, de vez que incitava os trabalhadores contra os policiais.[330]

Com a intenção de realçar o papel ativo e hostil dos trabalhadores, a testemunha de defesa Saulo Cunha, vigilante da empresa, assegurou que os primeiros disparos teriam sido efetuados pelos metalúrgicos, e não pelos policiais. Em suma, Teotônio e Saulo tentaram reforçar a ideia de que não foram os militares, mas, sim, os próprios trabalhadores os autores dos tiros que vitimaram a criança Eliana Martins.[331] O objetivo da defesa, assim procedendo, era justificar uma suposta legítima defesa. O caso de "Fidel Castro" ilustra a consistência nula das novas "provas" arroladas pela defesa.

Na manhã do dia 7, em frente ao portão de entrada da Usiminas, Tertuliano estava vestindo uma camisa vermelha do clube de futebol Mirassol, que frequentava em São Paulo, de onde veio para trabalhar na siderúrgica. Além disso, usava barba. A camisa vermelha e a barba o transformaram no "comunista" que "agitou" os trabalhadores no dia 7. Na mira da repressão, após o golpe, foi preso e levado para o 6º Batalhão da PMMG, em Governador Valadares, sendo conduzido, posteriormente, ao DOPS, em Belo Horizonte.

Condenado pela Lei de Segurança Nacional, Tertuliano cumpriu pena na penitenciária agrícola de Neves.[332] Muito tempo depois, em entrevista à publicação "Ipatinga 42 anos", negou com firmeza que na época fosse comunista ou tivesse a intenção de tumultuar a vida da Companhia. Segundo afirmou, os movimentos de que participou, como a greve de três dias em janeiro de 1964, foram conduzidos com rigor para manter os equipamentos essenciais à empresa funcionando. "Só entrava quem tivesse credencial da empresa ou do Metasita", disse.[333]

O depoimento do chefe da seção de vigilância da Usiminas, Omar Rodrigues Vieira, à Justiça militar, é o mais discrepante em relação ao testemunho anterior, à comissão de sindicância da Companhia. Para ressaltar as supostas motivação e direção político-ideológicas da manifestação e colocar os policiais como víti-

mas, chega a afirmar que em 7 de outubro, Clodesmidt Riani, então presidente do CGT, e Sinval Bambirra, estavam, respectivamente, junto ao portão e dentro do almoxarifado. Omar mentiu em juízo. Naquele dia e hora, Riani estava no Rio de Janeiro e Bambirra em Belo Horizonte.

Como dirigente sindical importante em nível nacional, Riani chegou a cogitar a possibilidade de ir a Ipatinga, o que acabou não ocorrendo. Bambirra foi a Ipatinga, mas só chegou à cidade na manhã do dia 8 de outubro, com o secretário do Trabalho, Edgar de Godoi da Mata Machado. Ao contrário do que afirmou Omar Vieira, Bambirra, em vez de incentivar o embate entre a empresa e os trabalhadores, ajudou a redigir o texto do acordo que pôs fim ao impasse. Como as demais testemunhas de defesa, Omar também disse que o tiro fatal na menina Eliane foi disparado pelos trabalhadores.

No primeiro depoimento, realizado dias após o conflito, ainda na fase do IPM, o tenente Jurandir Gomes de Carvalho não chegou a apontar quaisquer nomes de pessoas que estariam na origem e por trás da revolta dos operários. No segundo depoimento, porém, já na Justiça militar, afirmou que militantes externos a Ipatinga seriam os responsáveis pelos acontecimentos. Conforme afirmou o militar, nos primeiros dias de outubro se realizaram reuniões diárias no Sindicato dos Metalúrgicos, que teriam sido acompanhadas de perto por integrantes do Corpo de Vigilância da Usiminas.

Em testemunho no Processo Criminal da Justiça militar, o tenente afirmou que "elementos reconhecidamente extremistas" haviam participado das tidas como "reuniões preparatórias", ao lado de sindicalistas de São Paulo e de "elementos estranhos" ao Sindicato dos Metalúrgicos. E ainda apontou como principais dirigentes dos trabalhadores de Ipatinga Clodesmidt Riani, Sinval Bambirra e Dazinho, cujos nomes não haviam aparecido nos depoimentos tomados após o conflito, pela CPI da ALMG, nem pela Comissão de Sindicância da Usiminas, ou pelo IPM.[334]

O julgamento dos militares ocorreu no dia 08/03/1965, uma segunda-feira de carnaval, em Belo Horizonte. A sessão durou 10 horas: começou ao meio-dia e terminou às 22h. Dos 19 acusados, apenas o tenente Jurandir respondeu às perguntas efetuadas pelos membros do Conselho Especial de Justiça. Os demais, seguindo orientações, optaram pelo silêncio, deixando a tarefa de "alegarem e provarem sua inocência" a cargo de seus advogados.[335] Nas quatro primeiras horas da sessão, o promotor militar Geraldo Costa Guerra pediu a condenação dos réus. Alegou que estavam naquele local e dia somente para garantir a ordem, não para matar. Nas quatro horas seguintes, falaram os defensores Decio

Fulgêncio, Marcello Jardim Linhares e Marcello Roberto Linhares. Pediram a absolvição dos militares que, conforme alegaram, teriam agido "no estrito cumprimento de um dever legal e em legítima defesa própria".[336]

Ouvidos os representantes das duas partes, a sessão foi convertida em secreta. Ao final, por quatro votos a um, o Conselho Especial de Justiça decidiu absolver os policiais da acusação, tanto de homicídio qualificado como de insubordinação. No que diz respeito à primeira, entenderam os juízes que os militares agiram no cumprimento de um dever legal e em legítima defesa. Quanto à segunda acusação, entenderam inexistirem provas de que a ordem do capitão Robson Zamprogno, para que se abstivessem de abrir fogo contra a multidão, havia chegado aos policiais a tempo de ser conhecida e cumprida.

O juiz presidente do Conselho, coronel Moizés Houri, foi voto vencido. Defendeu a condenação dos militares à pena de um ano e dois meses de prisão, por entender que "excederam culposamente os limites da legítima defesa".[337] Entretanto, por quatro votos a um, os réus foram absolvidos de todas as acusações. A sentença contém erros históricos, a começar pelas informações. Um exemplo: entre os organizadores dos piquetes grevistas montados no dia 7 de outubro estariam Sinval Bambira, Clodesmidt Riani e Dazinho, entre outros dirigentes sindicais. Outra falha gritante: os três seriam do PCB, quando são por demais conhecidas as filiações de Dazinho ao Partido Democrata Cristão (PDC) ou de Riani e Bambirra ao PTB.

Na sentença, os juízes criticaram os meios utilizados pela polícia para controlar a situação. Lembraram que, nos USA e na Europa, as concentrações se dispersam com jatos d'água, não com fuzis e metralhadoras como os usados pelos policiais de Ipatinga. Ainda assim, consideram que, naquela situação, os militares estavam em desvantagem, não lhes restando qualquer alternativa, senão a de atirarem para defender-se:

> Que fariam os senhores julgadores em lugar dos policiais? Atirariam flores nos operários? Entregar-lhes-iam suas armas? Dispersar-se-iam com salve-se quem puder pelo meio da multidão ou, normalmente, aguardariam, calmamente, que os operários, tão pacíficos e ordeiros, lhes arrebatassem as armas e os prendessem ou os massacrassem ali diante da usina?[338]

Para Moizés Houri, seria demais exigir dos policiais que conseguissem ao mesmo tempo defender a empresa e manter a ordem em uma "verdadeira praça de guerra, onde uma turma numerosa brandia porretes e atirava pedras, dava tiros

e proferia insultos". Inconformada, a promotoria apelou da sentença, alegando que os policiais não agiram em legítima defesa:

> Os apelados metralharam vítimas inermes, inclusive uma criancinha lactente, no aconchego de sua desventurada mãe que, ferida, como a filhinha, a viu morrer em seus braços. Outras numerosas vítimas eram colhidas pela ceifa da morte quando, surpresas e apavoradas, desabalavam-se na corrida de fuga amedrontada.[339]

Para o promotor Geraldo Costa Guerra, os policiais se excederam no cumprimento da missão policial. Segundo o promotor, as vítimas "não se achavam em guerra ou revolução, não levavam missão de executar penas de morte, não se achavam em nenhum dos casos que lhes justificasse matar por imposição ou cumprimento de um dever legal".[340] Em defesa dos acusados, já no recurso contra a absolvição dos policiais, os advogados Marcello Jardim Linhares e Marcello Roberto Linhares questionam o argumento da promotoria de que os policiais se excederam na legítima defesa, sustentando que não lhes restavam opções:

> Não se poderia exigir dos militares a ignomínia de uma fuga. A dignidade pessoal e a dignidade militar não poderiam ser abdicadas. O pelotão não tinha o dever de poupar os agressores, fugindo indecorosamente diante deles.[341]

Para os defensores, a pressão dos trabalhadores sobre os policiais exigia "uma reação forte e violenta para que fosse contida."[342] Ouvido, o procurador geral do Tribunal militar, Lourival Vilela Viana, acolheu a tese de que houve, por parte dos policiais, um excesso no uso da legítima defesa, já que muitos disparos foram feitos depois do perigo. Eis por que defendeu a revisão da sentença inicial, buscando inclusive a punição dos policiais envolvidos nos acontecimentos da noite anterior.

> Não devem ficar impunes os militares que foram os verdadeiros causadores de toda a lamentável tragédia (os que agrediram e prenderam na noite anterior). Não pode uma corporação da tradição da honradez, de disciplina, de correção e de perfeita exação no cumprimento de seus deveres, e que tantos e tão grandes serviços tem prestado à ordem pública e à Justiça, como a Polícia Militar, tolerar que poucos elementos se transviem e a ensombrem.[343]

Em 17/09/1965, o TJM julgou o recurso do ministério público e acabou condenando os policiais à pena de um ano e dois meses de prisão. Os juízes concordaram com a tese de que houve excesso na legítima defesa. Prevaleceu a ideia de que todo o episódio se deu em três fases. A primeira, no conflito na noite e na madrugada do

dia 6, foi considerada como a menos grave, não tendo sido as responsabilidades devidamente definidas. Na segunda, quando os militares se viram cercados pela multidão, teriam agido em legítima defesa, pois estavam, segundo os julgadores, na iminência de serem massacrados. "Não havia outra alternativa para os militares", diz o acórdão. Na terceira fase, quando estavam em fuga, os policiais, ainda conforme os juízes, agiram "inadvertidamente, com desatenção e precipitação".[344]

Em sua declaração de voto, o coronel Afonso Barsante dos Santos, chefe do Estado Maior da PMMG, defendeu a ideia de que na terceira fase do conflito, ocorrida quando, na manhã do dia 7, os militares já se retiravam, houve conduta criminosa:

> Não se pode conceber que seja legítima defesa o uso de armas dentro da carroceria de um caminhão em velocidade, contra homens, mulheres e crianças que se encontravam ao longo da rodovia, prostrando vítimas inocentes e mesmo alheias aos acontecimentos, em local distante da agressão.[345]

Foi acompanhado pelo ministro João Romeiro, cuja justificação de voto afirma ter localizado no processo 16 testemunhas que disseram ter visto os policiais atirando quando de sua retirada, já na rodovia, rumo ao quartel.

Já o coronel Manuel Araújo Porto defendeu a manutenção da sentença inicial, com a absolvição dos policiais, "que não regressavam de um piquenique quando procuravam o caminho do quartel; saiam, isto sim, sob violenta pressão, de um local em que eram acossados por incalculável multidão".[346]

Com a condenação, a Justiça militar expediu os mandados de prisão de todos os policiais envolvidos. O tenente Jurandir, o cabo José Maria Francisco e os soldados José Rodrigues, Milton Souto da Silva, Francisco Torres Dutra, José Gomes Vidal Filho, Sebastião Candido dos Santos e Sebastião Campelo de Oliveira foram recolhidos ao Regimento de Cavalaria. Moacir Gomes de Almeida foi levado ao 5º BI, enquanto nove soldados – Argentino Teodoro Tavares, Florício Forniciari, Odeíno Gomes da Silva, Osvaldo Ferrarez de Castro, João Clementino da Silva, José Félix Gáspar, Elson Valeriano, João Medeiros e José Cirilo Borges – permaneceram presos no quartel do 6º BI, de Governador Valadares.

Em 11/10/1965, inconformados com a condenação, os policiais entram com recurso contra a decisão. Como justificativa, seus advogados procuram desqualificar os depoimentos constantes do IPM, que serviram de base para sua condenação. Tais testemunhos trouxeram descrições mais detalhadas sobre os acontecimentos, inclusive a cena dos policiais atirando contra pessoas ao longo da rodovia.

Para os defensores dos réus, depoimentos anteriores aos colhidos pelo juiz deveriam ser vistos com reserva. No seu entender, era impossível que os policiais deixassem o local de forma serena: estariam tomados por uma "perturbação do espírito, medo ou terror".[347]

Em 27/10/1965, o procurador Lourival Vilela Viana, em seu parecer, sustentou que nenhum perigo corriam os policiais quando, em fuga pela rodovia, atiraram a esmo em transeuntes. No julgamento sobre o pedido para revisão da sentença houve uma inversão do resultado. Os ministros Afonso Barsante e João Romeiro mantiveram sua posição pela condenação. Os ministros Manuel de Araújo Porto e Eurico Paschoal também mantiveram seus votos, pela absolvição. A decisão que anulou a sentença condenatória ficou a cargo de Antônio Carlos Vieira Christo.

A declaração de voto proferida pelo ministro transformou Ipatinga no epicentro de uma disputa revolucionária "de operários" instigados e organizados "por comunistas e agitadores", a serviço de um "tenebroso esquema de subversão nacional". A sua fundamentação tem um desenho delirante:

> Nesse ambiente de fermentação e de ódio reivindicatório, a força policial de Ipatinga se viu, de súbito, frente a frente com uma massa de operários que os comunistas e agitadores de longo curso prepararam para impor pela agressão, as suas supostas razões. Feriu-se a luta. E a luta – observe-se – foi a resultante de fatores psicológicos, paulatinamente somados pelos agentes desagregadores, para que ela se realizasse, pelo sangue, um dos pontos fundamentais, senão o mais alto, do tenebroso esquema de subversão nacional.[348]

Em sua declaração de voto, o ministro chega a sustentar que se os policiais não tivessem agido com a firmeza naquele momento, talvez a história do Brasil tivesse tomado outro rumo:

> Se aquelas forças se entibiassem (afrouxassem), a mazorca teria triunfado e a guerra revolucionária, fomentada por um governo que as Forças Armadas tiveram que levar à deposição, teria ganho em Ipatinga uma vitória capaz de mudar o curso da resistência militar nacional oposta ao seu desencadeamento.[349]

Assim, o voto de minerva, em que razões e conspirações de cunho político-ideológico se sobressaíram, anulou a sentença. Os agentes do massacre de Ipatinga foram absolvidos e, imediatamente, postos em liberdade. Coincidência ou não, no mesmo dia em que a Justiça militar voltava atrás de sua decisão anterior, absolvendo em definitivo os policiais envolvidos, o marechal Humberto Castelo Branco editava em Brasília o Ato Institucional nº 2 (AI-2), que extinguia os partidos políti-

cos até então existentes[350] e autorizava a cassação de representantes com mandatos eletivos. Assim, aprofundava-se o controle dos militares sobre a vida política nacional e se alargava o fosso entre o regime de 1964 e os anseios democráticos.

No longo intervalo de tempo que se desenvolveu entre o dia 07/10/1963, no início da tarde, quando o então comandante geral da PMMG, coronel José Geraldo de Oliveira, ordenou a prisão dos policiais envolvidos e prometeu que o caso seria apurado com rigor, e o dia 10/12/1965, no final da noite, passaram-se 795 dias. Nesse ínterim, um golpe militar destituiu o presidente da República eleito democraticamente e transformou os trabalhadores de Ipatinga de vítimas em réus, os policiais da PMMG envolvidos no massacre de réus em vítimas.

Quadro III – Relação de policiais levados a julgamento

Nome	Posto
José Maria Francisco	Cabo
Argentino Teodoro Gomes	Soldado
José Felix Gaspar	Soldado
Francisco Torres Dutra	Soldado
Florício Forniciare	Soldado
Milton Souto Silva	Soldado
Sebastião Cândido da Silva	Soldado
Sebastião Campelo de Oliveira	Soldado
José Gomes Vidal	Soldado
José Rodrigues	Soldado
João Clementino da Silva	Soldado
João Medeiros	Soldado
Moacir Gomes de Almeida	Soldado
Odeino Gomes	Soldado
Élcio Valeriano	Soldado
Joaquim Felix de Carvalho	Soldado
Osvaldo Ferraz de Castro	Soldado
Jurandir Gomes de Carvalho	2º tenente

Fonte: PMMG. IPM. Ipatinga, 1963

O comandante dos policiais deslocados para o portão da Usiminas, tenente Jurandir Gomes de Carvalho, foi reformado na patente de coronel. Em 1988, procurado pelo Jornal Hoje em Dia, recusou-se a falar sobre o tema: "o senhor vai me desculpar, mas eu quero é esquecer esse assunto. Não vou dar nenhuma declaração a respeito."[351]

O capitão Robson Zamprogno, comandante do destacamento da PMMG em Ipatinga não chegou a ser indiciado pelo IPM, pois, na manhã do dia 7 de outubro estava no escritório central, participando da reunião entre os diretores da empresa, o padre Avelino e a comissão de trabalhadores definida na noite do dia anterior, durante o conflito no alojamento de Santa Mônica. Naquela noite, entretanto, o oficial também foi preso e recolhido ao quartel que sediava o comando geral da corporação, em Belo Horizonte. Mas, até hoje, o episódio está muito presente em sua memória. "Quando você é o comandante, sofre todas as consequências. Minha vida acabou-se ali. Eu, que tentei evitar o conflito, que tinha um ideal de herói, vi tudo se acabar."[352]

Quem também carrega o peso de ter sido destacado para compor o grupo de 19 policiais deslocados ao portão da Usiminas, na manhã de 7 de outubro, é o soldado Joaquim Félix de Carvalho. Até hoje, as lembranças o perseguem:

> Não foi por nossa vontade fazer aquilo. Nós gostamos da amizade, de trabalhar honestamente, mas não de perseguir funcionários da Usiminas e nem qualquer pessoa. Nós não queríamos isso, não. Isso é a pura verdade. Até hoje tenho remorso. Nunca pensei em tirar a vida de ninguém. Eu não. Meu negócio é paz. A lembrança me incomoda até hoje. Tenho muita dó daquele pessoal.[353]

Pelo menos algo os parentes das vítimas e o soldado Joaquim têm em comum: acabaram fazendo a opção pelo silêncio. Os familiares, por razões políticas e o medo de serem perseguidos pela empresa. Joaquim também sempre teve o receio de ser perseguido, mas pelos familiares das vítimas, inquietação que conserva até hoje. Tanto que, durante a entrevista, pediu que não fosse revelado o nome da cidade onde mora.

Joaquim Félix tem medo de que volte a ocorrer, com ele, um episódio acontecido cerca de um ano depois do massacre, quando uma menina veio lhe perguntar se havia trabalhado na polícia. Percebendo a situação, respondeu que não, que nem gostava do serviço policial. Imediatamente, outro policial, que estava ao seu lado, recomendou-lhe: "racha fora. Vão te matar". Ao ouvir a frase, saiu

rapidamente do local, temeroso de ser vítima de vingança. Joaquim Felix permaneceu na polícia até 1965. Após deixar a corporação, foi para a Companhia Vale do Rio Doce, onde trabalhou por 22 anos e três meses, até se aposentar em 1992. Cortou completamente os laços com a corporação: "isolei de tudo". Entretanto, afirma não guardar ressentimentos da PMMG: "não tenho mágoa da polícia. Não tenho mágoa de ninguém."[354]

A luta contra o esquecimento

Por 12 anos o massacre de Ipatinga permaneceu no limbo da história. Com o golpe de 1964, tornou-se um assunto proibido no Vale do Aço, entre os próprios trabalhadores da Usiminas e a população em geral. Tal silêncio começou imediatamente após a deposição do presidente Goulart, quando os militantes e dirigentes surgidos em consequência do massacre foram presos. Em 1º/05/1964, uma nova etapa do processo começou quando o presidente da associação dos trabalhadores metalúrgicos de Ipatinga, Jáder Macial, recebeu do presidente militar Humberto Castelo Branco a carta sindical, legalizando o Sindipa. Com a entidade reconhecida, os operários da Usiminas deixariam de ser atendidos pelo Metasita, de Timóteo, que já tinha, sob a sua responsabilidade, a representação sindical na Acesita, hoje "Aperam".

A movimentação com vistas à fundação do Sindipa começou a ser articulada um ano antes, depois que as novas expressões sindicais nascidas como resposta ao massacre de Ipatinga já haviam sido retiradas de cena pela repressão. Assim, a entidade surgia sem que o confronto com a empresa estivesse em sua pauta, como explicou Jorge Nomam em "Não foi por acaso". Nomam se baseava em dois argumentos: os diretores da empresa também eram empregados; como a política salarial do governo federal, que controlava a Usiminas, era sempre muito dura, os primeiros dirigentes adotaram a negociação como recurso exclusivo para os trabalhadores alcançarem benefícios.[355]

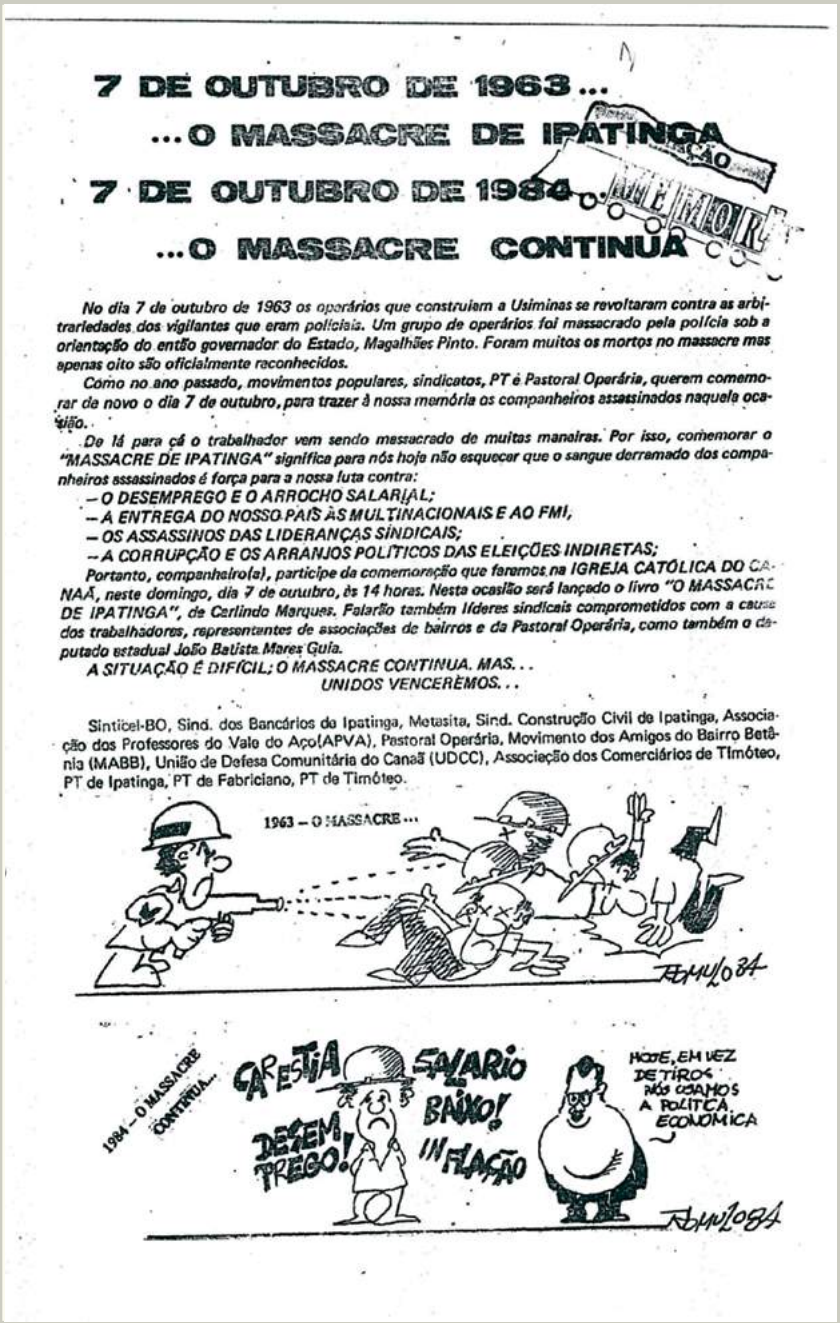
O resultado do rígido "controle" sobre o mundo do trabalho foi o alijamento dos críticos, durante anos, à direção do Sindipa. O silêncio do Vale do Aço em relação ao massacre de Ipatinga durou três anos. A primeira manifestação pública sobre o assunto aconteceu em 13/06/1967, quando alguns estudantes da UFMG foram presos em Ipatinga, ao distribuírem o Jornal Liberdade: uma de suas matérias versava sobre o assunto. Entre os detidos estava o ex-trabalhador da Usiminas, Jurandir Persichini Cunha, então estudante de Jornalismo da UFMG. Conduzido à cadeia de Ipatinga, foi torturado como tentativa de forçá-lo a revelar nomes de pessoas que também seriam vinculadas ao periódico. Em seguida, transferido para o DOPS, em Belo Horizonte, sofreu nova rodada de torturas, comandadas

pessoalmente, como revela Persichini, pelo delegado Thacyr Menezes Sia, pelo inspetor Frederico e pelo escrivão Ariovaldo Hora, entre outros. Após ser solto, conseguiu terminar o curso universitário, iniciando carreira jornalística como repórter estagiário do Jornal do Brasil.

Em 1971, Persichini sofreu novas agressões. Foi preso no Bairro Sion, em Belo Horizonte, enquanto caminhava perto da residência do então secretário de Segurança de Minas, coronel Murgel, retornando de uma festa. Na ocasião, teve uma parte do cabelo queimado, assim como recebeu chutes na barriga, pancadas no rosto e murros nos ombros até sua omoplata se quebrar. No dia seguinte, fez exame de corpo de delito e, com o apoio do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais, protocolou denúncia contra os agressores. Como não conseguia redigir com o braço enfaixado, ficou de licença por 15 dias. Dois meses depois do ocorrido, foi demitido do Jornal do Brasil. Também foi afastado da Rede Globo de Televisão, devido a um episódio ocorrido na abertura da 6ª Olimpíada Operária Global, evento do qual era coordenador: não concordara com a leitura, pelo mestre de cerimônia, de um texto que exaltava as Forças Armadas e o regime político ditatorial.

No Vale do Aço, após a prisão dos estudantes que distribuíam o que podia ser considerado, àquela altura, o primeiro documento escrito sobre a história do massacre de Ipatinga, um novo silêncio se impôs. E durou mais 11 anos, até que em 1978, o Jornal Em Tempo, que fazia oposição ao regime militar, trouxe extensa reportagem sobre o assunto. Em 1979, o Centro de estudos e ação social (Ceas) – uma organização não governamental (ONG) da Bahia, ligada à Companhia de Jesus, instituição da Igreja Católica – publicou um texto sobre o assunto, assinado por Daniel Miranda Soares, em que aparece pela primeira vez a expressão "massacre de Ipatinga" para designar os acontecimentos dos dias 06 e 07/10/1963.[356] Mais uma luz se derramou sobre o assunto em 1984, quando o jornalista Carlindo Marques Pereira publicou "Massacre de Ipatinga", o primeiro livro sobre o tema.

Acredita-se que a primeira manifestação pública sobre o massacre de Ipatinga tenha ocorrido em 1984, quando entidades sindicais e do movimento popular, forças políticas de esquerda e setores progressistas da Igreja Católica realizaram ato público para relembrar o ocorrido. O título do manifesto convocando a população fazia uma ponte entre 1963 e 1984: "7 de outubro de 1963, o massacre de Ipatinga; 7 de outubro de 1984, o massacre continua". Os dizeres eram uma alusão ao contexto político da época. Durante o evento, lançou-se o livro de Carlindo Marques Pereira.



7 DE OUTUBRO DE 1963...
...O MASSACRE DE IPATINGA
7 DE OUTUBRO DE 1984...
...O MASSACRE CONTINUA

No dia 7 de outubro de 1963 os operários que construiem a Usiminas se revoltaram contra as arbitrariedades dos vigilantes que eram policiais. Um grupo de operários foi massacrado pela polícia sob a orientação do então governador do Estado, Magalhães Pinto. Foram muitos os mortos no massacre mas apenas oito são oficialmente reconhecidos.

Como no ano passado, movimentos populares, sindicatos, PT e Pastoral Operária, querem comemorar de novo o dia 7 de outubro, para trazer à nossa memória os companheiros assassinados naquela ocasião.

De lá para cá o trabalhador vem sendo massacrado de muitas maneiras. Por isso, comemorar o "MASSACRE DE IPATINGA" significa para nós hoje não esquecer que o sangue derramado dos companheiros assassinados é força para a nossa luta contra:

– O DESEMPREGO E O ARROCHO SALARIAL;
– A ENTREGA DO NOSSO PAÍS ÀS MULTINACIONAIS E AO FMI;
– OS ASSASSINOS DAS LIDERANÇAS SINDICAIS;
– A CORRUPÇÃO E OS ARRANJOS POLÍTICOS DAS ELEIÇÕES INDIRETAS;

Portanto, companheiro(a), participe da comemoração que faremos na IGREJA CATÓLICA DO CANAÃ, neste domingo, dia 7 de outubro, às 14 horas. Nesta ocasião será lançado o livro "O MASSACRE DE IPATINGA", de Carlindo Marques. Falarão também líderes sindicais comprometidos com a causa dos trabalhadores, representantes de associações de bairros e da Pastoral Operária, como também o deputado estadual João Batista Mares Guia.

A SITUAÇÃO É DIFÍCIL; O MASSACRE CONTINUA. MAS...
UNIDOS VENCEREMOS...

Sinticel-BO, Sind. dos Bancários de Ipatinga, Metasita, Sind. Construção Civil de Ipatinga, Associação dos Professores do Vale do Aço(APVA), Pastoral Operária, Movimento dos Amigos do Bairro Betânia (MABB), União de Defesa Comunitária do Canaã (UDCC), Associação dos Comerciários de Timóteo, PT de Ipatinga, PT de Fabriciano, PT de Timóteo.

1963 – O MASSACRE...

1984 – O MASSACRE CONTINUA...
CARESTIA
DESEMPREGO!
SALÁRIO BAIXO!
INFLAÇÃO
HOJE, EM VEZ DE TIROS NÓS USAMOS A POLÍTICA ECONÔMICA

Figura 29 - Reprodução de folheto convocando, em 1984, a população do Vale do Aço a participar de ato promovido por entidades populares em Ipatinga, para relembrar o Massacre. Fonte: arquivo do Sindicato dos Empregados do Comércio de Ipatinga

Três anos depois, outra manifestação pública sobre o tema seria realizada. "Massacre nunca mais", dizia o texto do documento convocatório, com a presença confirmada de Chico Ferramenta, que no ano seguinte seria eleito prefeito de Ipatinga. No ano seguinte, 1988, foi a própria Usiminas, à época ainda uma es-

tatal que levantou o assunto. Em uma série de publicações alusivas aos 25 anos de sua fundação, alguns dos antigos diretores admitiram que a empresa havia cometido vários erros durante o processo de instalação da usina. Luiz Verano, então chefe geral de construção da Usina, atribuiu o conflito às deficiências no tratamento dado pela empresa aos operários: "houve erros muito sérios dessa parte. Foi muito certo recrutar 10 mil pessoas, mas, depois, o que fazer com 10 mil pessoas em uma região que não tinha apoio logístico? Isso levou àquele famoso 7 de outubro."[357]

Na mesma publicação, Gil Guatimosim fez uma revisão crítica sobre as causas do massacre. Admitiu a procedência das reclamações dos trabalhadores quanto à moradia, mas afirmou desconhecer as queixas contra o corpo de vigilantes, garantindo que somente soube do problema na manhã de 7 de outubro, quando retornou ao alojamento de Santa Mônica em companhia de seu chefe de vigilância, Omar Rodrigues Vieira, e teve o seu carro apedrejado. Guatimosim também considerou "um erro a Usiminas ter determinado que todos os trabalhadores fossem revistados na entrada e saída dos turnos, porque boa parte da área da Usina ainda não havia sido fechada por muros."[358]

A eleição de Francisco Carlos Delfino Ferramenta, o Chico Ferramenta (PT), como prefeito de Ipatinga, na eleição de 1988, tirou o assunto do limbo em que estava desde 1963, a despeito das várias tentativas de conferir-lhe maior visibilidade, encetadas no Vale do Aço por Sindicatos e entidades comunitárias. A política do silêncio acabou sofrendo uma derrota em 1988, fora do espaço propriamente sindical. Chico Ferramenta, que havia perdido a disputa pela presidência do Sindicato, decidiu disputar a prefeitura de Ipatinga e tomou posse em 1989. O Sindipa, que até então desconhecera publicamente o massacre de Ipatinga, decidiu erigir, em frente à sua sede, um monumento em homenagem às vítimas.

A prefeitura tentou embargar o monumento sob a alegação de que aquele tipo de construção não era permitido no local. No fundo, estava em jogo a representação sobre a memória das vítimas. Sem poder embargar o monumento, que foi erigido, a prefeitura fez a sua homenagem, batizando-o de "7 de Outubro" um centro cultural na região central da cidade. O mesmo nome recebeu a escola sindical mantida pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) no Barreiro, região industrial de Belo Horizonte. A escola, destinada à formação de militantes sindicais, foi fundada em 1987 com o apoio da central sindical italiana CISL.



Figura 30 - Monumento erguido pelo Sindipa, em homenagem aos trabalhadores mortos em 7 de outubro. Fonte: Marcelo Freitas

Em 1988, um ano depois da inauguração da Escola Sindical, o Jornal Hoje em Dia publica uma extensa reportagem, de duas páginas, sobre o massacre. A edição coincidiu com os 25 anos do acontecimento e descreveu o dia 6 à noite, passando pela madrugada, até a manhã do dia 7, e seus desdobramentos. A matéria trouxe também a opinião de algumas pessoas presentes ao evento. Trata-se da primeira vez que um Jornal de grande circulação fora do Vale do Aço aborda o tema. No texto há uma passagem em que o então presidente

da Usiminas, Paulino Cícero, afirma que acontecimentos como o massacre de Ipatinga serviram para a empresa aprimorar seu relacionamento com os trabalhadores e, ao mesmo tempo, para o governo modernizar o destacamento da PMMG local: "nós procuramos retirar lições de cada evento e de cada fato que acontece na história da empresa ou em conexão com ela, de maneira a, permanentemente, realimentar esse comportamento", afirmou Paulino Cícero.[359]

Outra iniciativa pública para retirar-se o massacre de Ipatinga do esquecimento surgiu na ALMG que, em outubro de 2003, exatos 40 anos após o acontecimento, realizou em Ipatinga uma audiência da CDH. Da reunião, que lotou o plenário da câmara municipal de Ipatinga, participaram familiares de algumas vítimas. Ao final, os deputados aprovaram três requerimentos. Um solicitava que a ALMG elaborasse um projeto de lei concedendo pensão vitalícia às viúvas do massacre e aos sobreviventes que tivessem sofrido lesões ou sequelas permanentes em consequência dos tiros. Outro requerimento foi encaminhado aos cartórios de registro civil de Coronel Fabriciano, Timóteo e Ipatinga, solicitando a relação de todos os atestados de óbito emitidos no período compreendido entre 07/10/1963 e 07/12/1963.

O projeto que concedia pensão no valor de R$ 100 mil às viúvas chegou a tramitar, mas foi vetado pela Comissão de Constituição e Justiça, sob a alegação de inconstitucionalidade, por violar a iniciativa governamental exclusiva e faltar uma fundamentação sobre o impacto financeiro da medida.

Em 2003, a Usiminas já deixara de ser estatal. Sua privatização ocorreu em 1991 e significou uma mudança substancial de visão sobre o massacre. Até então, a empresa admitia sua parcela de culpa no acontecido. Porém, a partir da privatização, passou a ignorar o assunto. Isso ficou claro durante a audiência pública da ALMG. Embora tenha sido convidada, a empresa optou por não enviar representantes e até, segundo o presidente da CDH, pressionou a ALMG para que a reunião fosse fora de Ipatinga. Isso porque, ainda conforme o deputado, se realizada em Belo Horizonte, a possibilidade de participação de personagens que, a juízo da empresa, deveriam permanecer para sempre no esquecimento, seria menor: a viagem à capital envolveria despesas inacessíveis para muitos.[360]

Durante o evento, o deputado estadual Durval Ângelo chegou a chamar o presidente da empresa, Rinaldo Soares Campos, para compor a mesa, mas nenhuma manifestação formal da Usiminas sobre o assunto foi ouvida. Ao final do encontro, o deputado estadual Chico Simões, do PT, lamentou a ausência da Usiminas.

O ano de 2004 foi importante para retirar o massacre de Ipatinga do limbo da história também por outra razão. Em março, o recém-empossado presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória (MP) nº 176, que reabriu o prazo para que familiares de pessoas mortas pelo regime militar pudessem requerer indenização. A MP alterava o prazo fixado pela Lei nº 9.140, de 04/12/1995, que continha regras para a concessão do benefício. De acordo com nova norma, podem ter direito a indenização os familiares de pessoas que perderam a vida em "dependências policiais ou assemelhadas". Com a reabertura do prazo, a indenização poderia ser pedida também por familiares de vitimados por agentes estatais em manifestações públicas, como greves e passeatas.

Com a MP, abriu-se a possibilidade de estender a indenização aos familiares das pessoas assassinadas no massacre de Ipatinga, a ser requerida no prazo de 120 dias. Com a garantia do direito, havia a expectativa de que, além das oito vítimas formalmente reconhecidas pelo Estado brasileiro no IPM, familiares de outras pessoas também fariam o mesmo, tendo em vista o sentimento que predominava no Vale do Aço de que mais pessoas tivessem morrido em consequência dos disparos efetuados em 7 de outubro pela manhã. Com tal esperança, o Centro de Apoio ao Cidadão (CAC) da câmara municipal de Ipatinga divulgou intensamente a MP nº 176. Além de reportagens nos principais jornais do Vale do Aço, veicularam-se informes publicitários nas emissoras de Rádio da região, informando sobre a reabertura do prazo para os pedidos de indenização.

Mesmo assim, das oito vítimas, os familiares de três deixaram de protocolar o pedido: de Aides Dias Carvalho, de Gilson Miranda e de Eliana Martins, o bebê de três meses atingido quando estava nos braços da mãe. Acredita-se que, na época, residiam fora da região, permanecendo desinformados. Tampouco apareceram familiares de outras pessoas desaparecidas que, supostamente, teriam morrido durante o massacre de Ipatinga. Semelhante resultado, de certa forma, frustrou as pessoas dedicadas ao caso, pois havia o propósito de esclarecer-se, finalmente, com a reabertura do prazo, a verdade sobre o número de mortos.

Encaminharam pedidos de indenização com base na MP nº 176 os familiares de Geraldo Gualberto, Alvino Ferreira Felipe, Antônio José dos Reis, Sebastião Tomé e José Isabel do Nascimento. Desses, quatro requerimentos – Geraldo, Alvino, Antônio e Sebastião – foram protocolados por meio do CAC: o de José Isabel do Nascimento, diretamente pela família. Quando apreciado o primeiro pedido, de Geraldo Gualberto, surgiu uma polêmica no âmbito da Comissão dos Mortos e Desaparecidos: Geraldo não era metalúrgico e apenas passava pelo

local quando foi atingido. Para a conselheira Maria Eliane Menezes de Faria, o primeiro requisito da MP – a participação em atividades políticas – não foi atendido. Argumentando em direção contrária, o conselheiro Belisário Júnior sustentou que a lei não distinguia o militante político da vítima casual e que, portanto, deveria prevalecer a constatação de que a morte ocorreu em uma manifestação política. Ao final dos debates, prevaleceu o ponto de vista favorável às vítimas.

Embora não se possa afirmar com certeza, acredita-se que se o ponto de vista defendido por Maria Eliane tivesse prevalecido, os demais pedidos de indenização – requeridos por familiares de vítimas sem vínculo empregatício com a Usiminas ou empreiteiras vinculadas à construção da sua planta –, teriam sido recusados. É possível que seriam beneficiados apenas José Isabel do Nascimento, que trabalhava na empreiteira Fichet, e Sebastião Tomé, metalúrgico de operações na Usiminas. A consagração do critério defendido por Belisário Júnior ajudou a reverter o caso de Geraldo Gualberto, ao mesmo tempo em que se tornou referência para se julgarem os demais pedidos, que foram todos aprovados.

O anúncio sobre a aprovação do primeiro pedido de indenização ocorreu, simbolicamente, no dia 07/10/2004, quando haviam transcorridos 41 anos desde o massacre de Ipatinga. Para Magna Maria, irmã de Geraldo Gualberto, mais importante foi o reconhecimento oficial sobre o erro cometido. Na escala do que seria ainda melhor e mais justo, sobressai-se a punição dos culpados, algo que, como reconhecia, já seria impossível: "a justiça que a gente gostaria mesmo é a da punição", afirmou Magna.[361]

Opiniões semelhantes demonstraram Antônio Tomé, irmão de Sebastião Tomé, Maria da Conceição Felipe, filha de Alvinho Ferreira Felipe, e Eva Maria dos Reis, filha de Antônio José dos Reis. "A vida de ninguém não tem preço. É uma das coisas mais preciosas que há", afirmou Antônio,[362] explicando que decidiu requerer a indenização porque, se não o fizesse, o dinheiro permaneceria com o governo. Para Maria da Conceição, o pagamento da indenização e o reconhecimento oficial do Estado não fizeram com que a ferida cicatrizasse: "não dá para esquecer isso, não. Não dá para apagar da memória."[363] Eva considera importante o reconhecimento oficial, porque, de certa forma, ajudou a aplacar a identidade de vítima que sua família carregou, internamente, nas últimas décadas. Considerando limitado o alcance da indenização, observam, ainda, que tampouco conseguirá quitar o débito que a história tem com os mortos de Ipatinga: "contribui apenas para amenizar a dor. Mas acho que fechar... a ferida não vai se fechar nunca", afirmou Eva Maria dos Reis.[364]

Para os familiares das outras vítimas, o dinheiro da indenização também veio em boa hora. Maria da Conceição Felipe, a filha mais velha de Alvino Felipe, já havia desistido de buscar uma compensação financeira pela morte do pai. Quando aconteceu, serviu para a mãe construir um terraço na casa onde morava. Conceição terminou a construção de um banheiro e uma cozinha. Duas de suas irmãs ganharam casa. Até os netos foram beneficiados, como destinatários de R$ 10 mil cada um, utilizados da forma que lhes foi conveniente. Antônio José da Silva, irmão de Sebastião Tomé, terminou a construção da casa onde mora e trocou de carro.

O uso da palavra "massacre"

A caracterização do conflito em 7 de outubro como um "massacre" não se deu imediatamente. A primeira vez foi em junho de 1967, pelo Jornal Liberdade, cujos exemplares acabaram sendo apreendidos no Vale do Aço. Depois, passaram-se 11 anos sem que o termo fosse utilizado em publicações. Em 1978, o Jornal Em Tempo produziu extensa reportagem sobre o assunto, mas sem utilizar a palavra "massacre". Ao que tudo indica, o seu ressurgimento foi no caderno do Ceas. Em 1984, o primeiro livro sobre o assunto, publicado por Carlindo Marques Pereira, tinha o título de "Massacre de Ipatinga", tornando o vocábulo de uso corrente, inclusive na grande imprensa. Na reportagem publicada pelo Jornal Hoje em Dia, em 1989, e na série publicada pelo Jornal Estado de Minas, em 2004, a palavra "massacre" também foi utilizada.

Porém, em alguns segmentos mais conservadores, havia dúvidas quanto ao seu uso, sobre a absolvição dos policiais pela Justiça militar, com base na pretensa legítima defesa em face da multidão operária e popular. Porém, tais dúvidas se dissipam quando se verifica o número total entre mortos e feridos: 102. Dos 94 feridos, 48 foram registrados pelo ambulatório da Usiminas, aonde foram os operários feridos.

A correção da palavra "massacre", aplicada ao evento, é reforçada, também, quando se compara o número de vítimas dos dois lados. Na relação anexada ao IPM, aparecem os nomes de três policiais: o sargento Carlos Alberto Xavier; os soldados Florício Forniciari e José Rodrigues. Consta no IPM que Carlos Alberto foi ferido à bala, quando efetuava a prisão dos operários amotinados no alojamento de Santa Mônica, como assinalado no laudo de corpo de delito emitido pelos médicos que o atenderam às 10h30 do dia 7, no ambulatório da Usiminas. Porém, depondo ao IPM no dia 26 de outubro, o próprio sargento nega que o ferimento tenha sido causado por tiro.

Tal informação foi desconsiderada pela Justiça militar, que optou por ater-se ao laudo de corpo de delito, acolhendo-o como a informação oficial sobre o ferimento. O militar, na noite do dia 6, mesmo após ter sido ferido, manteve as suas atividades, tendo sido responsável pela prisão dos 300 operários, mas não foi destacado para compor o destacamento encaminhado ao portão do almoxarifado. Tanto que nem foi indiciado pelos acontecimentos do dia 7. Ao contrário, os outros dois policiais feridos – José Rodrigues e Florício Forniciari – estavam na tropa. Logo, são apenas dois feridos na concentração.

A diferença entre o número de feridos e mortos entre os operários e populares, de um lado, e os policiais, de outro, é gritante e dispensa maiores discussões: 102 para dois. Os agentes estatais sofreram apenas ferimentos leves e nenhum faleceu. Portanto, o uso da palavra "massacre" para designar os acontecimentos na noite do dia 6, na madrugada do dia 7 e na manhã do mesmo dia, está absolutamente preciso. Aliás, já se consolidou e se transformou em um indelével significante histórico.

As indenizações tardias

Dos pedidos de indenização provenientes de Ipatinga, recebidos pela Comissão dos Mortos e Desaparecidos, dois foram recusados: os de José das Graças Oliveira e José Elias dos Santos. Ambos estavam na aglomeração formada em frente ao portão de entrada da Usiminas no dia 7 de outubro, acabaram feridos, conseguiram sobreviver e ficaram incapacitados para o trabalho. Indeferidos, foram transferidos para a Comissão de Anistia, onde tiveram destinos diferentes, ainda que compartilhassem histórias muito semelhantes.

José das Graças foi para Ipatinga em busca de emprego na Usiminas. Como não conseguiu, recorreu à empresa A.B. Cavalcanti, pela qual passou a trabalhar prestando "serviços gerais" à Usiminas. Atingido na tíbia, a porção inferior da perna, tornou-se incapacitado para o trabalho, e ainda hoje caminha com extrema dificuldade. Ao longo dos anos, sobreviveu de biscates e uma pequena aposentadoria. Apreciado pela Comissão de Anistia, seu pedido foi novamente indeferido. Prevaleceu a posição defendida pelo relator Sérgio Muylaert, alegando que o requerente não era militante político: apenas estava no local no momento em que foi atingido pelos tiros.

Por discordar do argumento de Muylaert, José das Graças recorreu da decisão. Sua alegação foi a seguinte: a ausência de militância organizada não invalidava a sua reivindicação, visto que os disparos tinham o propósito de silenciar uma manifestação política. O seu agravo foi encaminhado ao Setor de Julgamento

da Comissão de Anistia, mas ainda não havia sido julgado. A última informação disponível, recebida pelos familiares em junho de 2017, era a de que os processos pendentes de análise estavam passando por um processo de reorganização interna para que o trabalho fosse reiniciado.

José Elias dos Santos era natural de Resplendor, a cerca de 150 quilômetros do Vale do Aço, a leste, próximo à divisa com o Estado do Espírito Santo. Chegou a Ipatinga em 1962, depois de trabalhar na construção da ponte que faz a transposição do Rio Doce, na altura de Conselheiro Pena, e nas obras de implantação da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda. Quando soube que seria construída a Usiminas, decidiu mudar-se para Ipatinga. Seu sonho era trabalhar na Siderúrgica, mas como tal não aconteceu, procurou as empreiteiras que trabalhavam na implantação da Usina.

Foi contratado em março de 1962, pela *Fichet*. No dia 7 bateu o ponto, mas foi liberado pela chefia porque tudo estava parado. Então decidiu voltar para casa. Às 8h30, o tráfego na rodovia já estava praticamente interrompido por causa da aglomeração. Naquele momento se localizava a mais ou menos 50 metros dos policiais, quando ouviu os primeiros tiros. Foi atingido no fêmur esquerdo, que se quebrou. Sem ter como andar, acabou recolhido em um pequeno caminhão e levado para o Hospital Nossa Senhora do Carmo, em Coronel Fabriciano, onde permaneceu internado por três meses.

O tiro o deixou manco. Com isso, José Elias foi aposentado por invalidez pela Previdência Social. A partir de então sempre viveu de "biscates", tal como José das Graças. Todavia, seu pedido foi aprovado pela Comissão de Anistia em 2009, recebendo indenização no valor de R$ 180 mil reais. Até então, sempre que era convidado a falar sobre o assunto, revelava a decepção que a demora lhe causava. No livro "Não foi por acaso", deixou registrado:

> Então, é preciso morrer para receber a indenização? Quem morre só é que pode ter direito? Então, esse dinheiro vai valer para o que para quem morreu? Vale nada. Vale é para quem ficou vivo. Se eu tivesse continuado a trabalhar, não estava com o salário mínimo de hoje. Estava com um salário "melhorzinho". Minha família não pôde estudar, nenhum dos meus meninos, para ter um salariozinho melhor. Não pôde progredir em nada. O que eu tenho foi Deus quem deu e a luta dos meninos. Por isso, eu acho que eu haveria de ter o direito de receber. Acabou com a vida da gente. Quem morreu, acabou a vida para ele. Quem ficou [vivo] ficou com o trauma de ficar inutilizado e o trauma da vida de não poder progredir em nada, não poder dar nada de bom para a

> família. Ficou pior do que o que morreu. Se eu morrer sem receber nada, essa mágoa vai me levar, porque é uma injustiça tremenda.[365]

José Elias faleceu em setembro de 2010, pouco tempo depois de receber a compensação. Segundo William Souza, seu filho, o recurso lhe permitiu, do ponto de vista material, realizar alguns pequenos consertos na casa, que nunca tivera condições. Além disso, o dinheiro lhe garantiu, um pouco antes de falecer, os meios para assegurar à esposa o tratamento adequado ao seu grave problema de saúde. No entanto, segundo o filho, o ganho maior, de natureza imaterial, foi presenciar José Elias feliz por cumprir o dever que lhe coube em vida, ainda que pelo curto tempo de apenas um ano: "demorou, mas veio", afirmou Wiliam.

Além de José das Graças e José Elias, há também os casos de Jesulino França de Souza e Fábio Rodrigues de Souza. Ambos moravam em Itapetinga, no interior da Bahia e, em 1963, deslocaram-se para o Vale do Aço, em busca de emprego na Usiminas. Junto com os dois, no dia 7 pela manhã, estava Odílio Rodrigues de Souza, que era amigo de Jesulino e irmão de Fábio. Os três pararam na aglomeração, em frente ao portão da Usiminas. Mas Jesulino e Fábio desapareceram. Nunca mais Odílio, que presenciou o massacre, teve notícia de qualquer um e resolveu retornar para Itapetinga. Aos familiares e amigos, descrevia o "fogo" que havia presenciado. Por causa disso, foi até submetido a tratamento psiquiátrico.

A história de Jesulino e Fábio foi contata no livro "Não foi por acaso". O autor revela que a informação lhe chegou quando era repórter do Jornal Estado de Minas e, em junho de 2003, publicara uma reportagem sobre o massacre de Ipatinga. O jornalista revelou que, logo após a edição, foi procurado por Aloísio Salgado, que lhe contou a história descrita por Odílio Rodrigues de Souza. O caso lhe despertou interesse porque um dos personagens, Jesulino, era o pai do narrador, que fora de Itapetinga para o Vale do Aço e se separou da família.

Em busca de mais informações sobre a história de Jesulino e Fábio, o jornalista foi atrás de Odílio em Itapetinga. Ao perguntar-lhe sobre a história, o interlocutor adotou o mesmo comportamento de vezes anteriores, quando alguém tocava na história: o silêncio, interpretado pelo jornalista como sinal de que havia um fundo de verdade. Segundo relato de Aloísio Salgado, quando, em ocasiões anteriores, alguém lhe perguntava se tinha visto Jesulino e Fábio feridos, Odílio respondia que não. Dizia apenas que haviam sumido e que os três estavam presentes à aglomeração no dia 07/10/2017.

Os órgãos de segurança costumam encarar com reserva casos de pessoas que desaparecem. Afinal, o sumiço pode encobrir outro fato: que a pessoa, na verdade, poderia estar tentando imprimir um rumo diferente à sua vida. Seria algo como começar de novo, em outro local, cercado de pessoas diferentes. Algo como renegar o próprio passado. Porém, para os organismos policiais, por mais que o desaparecido tenha planejado desaparecer, seus registros nas instituições oficiais de identificação não poderiam ser totalmente apagados.

Para afastar a hipótese de autodesaparecimento, o jornalista buscou os dados sobre Jesulino e Fábio nos arquivos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), da Secretaria de Segurança de Minas, da Receita Federal e do Infoseg, o sistema informatizado que interliga os bancos informativos das secretarias de Segurança dos estados. O resultado revelou a inexistência de quaisquer registros com identificação em nome de Jesulino e Fábio. Os desaparecidos não tiraram documentos, títulos ou números de identidade, nem de motorista, nem de eleitor, nem CPF.

Em 1963, os documentos públicos de identificação eram todos analógicos, em arquivos de papel. Na hipótese de estarem vivos os desaparecidos, a ausência de registros indicaria que os dois teriam vivido, em boa parte de sua existência, em completa clandestinidade. Trata-se de uma hipótese pouco provável. Assim, a possibilidade mais plausível, mesmo sem provas materiais assertivas, é a morte de ambos. Portanto, a definição correta é que Jesulino e Fábio são desaparecidos, o que indica a necessidade de uma revisão na literatura oficial sobre o massacre de Ipatinga, com o acréscimo de uma terceira categoria de vítimas: mortos, feridos e desaparecidos – nesse último caso, Jesulino França de Souza e Fábio Rodrigues de Souza.

O terceiro desaparecimento foi relatado por Conceição Maia Ribeiro durante audiência pública em memória dos 50 anos do massacre de Ipatinga, realizada no dia 07/10/2013, em Ipatinga, pela Comissão Nacional da Verdade (CNV). Trata-se de seu irmão, João Flávio Neto, funcionário de uma empreiteira da Usiminas, que morava no povoado de Cachoeira Escura, próximo a Ipatinga. Em seu depoimento, Conceição relata que João descrevia o clima na Usiminas como péssimo e que seu pai, Sebastião Pio Maia, assim que o filho desapareceu, decidiu mudar-se para Ipatinga com o único objetivo de encontrá-lo, o que acabou não ocorrendo. "Desde que ocorreu essa tragédia, nós não vimos mais ele", afirmou Conceição.[366] No depoimento à CNV, solicitada a precisar a data em que o irmão havia desaparecido, não soube precisar ao certo. Todavia, foi direta ao dizer que foi na época do massacre.

O mistério dos caixões

No livro "Não foi por acaso", Marcelo Freitas descreve também a história dos 32 caixões que foram encomendados pela Usiminas no dia posterior ao massacre. A história lhe foi contada por Laerte Ferreira Abelha, condutor do caminhão que transportava os gêneros alimentícios utilizados nos restaurantes da Usiminas. O motorista contou que no dia 08/10/2017, pela manhã, recebeu uma missão diferente: buscar na funerária da Santa Casa de Misericórdia, em Belo Horizonte, a carga de 32 caixões e 34 tambores cromados contendo sangue.

Os ataúdes foram deixados à noite no almoxarifado da Usiminas em Ipatinga. Laerte contou que tinha certeza sobre o número, pois foi obrigado a conferir a mercadoria. O que foi feito com os caixões, depois de entregues no almoxarifado da empresa, não soube informar. Quem recebeu a mercadoria foi Raul Bretas de Alvarenga, funcionário daquele departamento. Quando entrevistado pelo autor, Raul contou serem caixões de madeira, porém, sem um acabamento mais refinado, isto é, sem aplicação de verniz ou detalhes decorativos.

Os dois fatos – a história de Jesulino, Fábio e João Flávio Neto; o mistério em torno da compra pela Usiminas de 32 caixões e de sua entrega no almoxarifado da empresa – lançam dúvidas sobre o IPM, que relacionou apenas oito mortos. A sustentar a versão oficial está o fato de que ninguém, além de familiares de pessoas já relacionadas na lista oficial de mortos, se apresentou para reivindicar indenização pela perda familiar durante o massacre, mesmo quando a Comissão de Mortos e Desaparecidos reabriu o prazo.

Em meados de 2013, a CNV, junto com a Covemg, anunciou a reabertura da investigação sobre o massacre de Ipatinga. Em 13 de outubro do mesmo ano, realizou-se uma audiência pública com tal objetivo, em Ipatinga. Durante um dia inteiro, foram ouvidas testemunhas, pessoas que ficaram feridas, familiares de mortos em consequência dos disparos, um representante da PMMG e um funcionário da Usiminas, o diretor de relações institucionais Afonso Celso Flecha de Lima Álvares. Em seu depoimento, o enviado da Companhia informou que iria fornecer todas as informações solicitadas pela CNV.

Sua declaração pareceu representar uma mudança na postura que a Companhia, agora privada, vinha adotando até então: rejeitar qualquer responsabilidade em relação aos fatos investigados, alegando que o conflito se dera fora da área da empresa. Presente à mesma reunião, um representante da PMMG informou que também estava à disposição para atender aos pedidos de informação.

No decorrer da audiência, o coronel Eduardo César Reis, que representava o comando geral da corporação, entregou cópia do IPM que apurou o fato.

A CNV se comprometeu a solicitar, oficialmente, à Usiminas, informações sobre os seguintes assuntos: a estranha e suspeita compra dos 32 caixões pela empresa no dia 8 de outubro; a relação dos 59 trabalhadores da Companhia que teriam sido demitidos por abandono de emprego 30 dias após o conflito; o paradeiro dos 47 funcionários que foram feridos e receberam atendimento no ambulatório da empresa ou nos hospitais da região.[367]

O envio formal do pedido de informações à Usiminas não foi feito pela CNV, mas pela Covemg, que também participara da audiência pública sobre o massacre de Ipatinga. O ofício foi enviado no dia 29/02/2016, endereçado ao então presidente da Companhia, Rômel Erwiin de Souza. No documento formal, a Covemg lembrou que, na audiência pública de 2013, a empresa, representada por Afonso Celso Flecha de Lima Alvares, declarou que estaria à disposição para fornecer todas as informações a serem solicitadas. Também deixou claro para a Usiminas a hipótese de que o número de vítimas fatais era superior ao que foi oficialmente definido pelo IPM de 1963.

A partir desse pressuposto, a Comissão solicitou à Usiminas três informações:

- relação dos trabalhadores demitidos por abandono do emprego até dois meses após o conflito – precisamente, até o dia 08/12/1963, inclusive –, detalhando-se o número da chapa, o nome completo, a data de nascimento, o número de documento de identidade, os nomes de pai e mãe;
- relação dos 47 funcionários da empresa feridos e internados em hospitais da região, de 08/10/1963 a 18/10/1963, detalhando-se os dados componentes da identificação pessoal, tal como pontuados no item anterior – número da chapa, nome completo, data de nascimento, número de documento de identidade, nomes de pai e mãe –, além de, caso tivessem retornado ao trabalho, as datas de suas reintegrações;
- os motivos que justificaram a compra dos 32 caixões e o uso ao qual se destinaram.

Ao solicitar tais dados, a Covemg estava em busca de novos elementos que ajudassem a dar sustentação à hipótese com a qual estava trabalhando: a de que o número de mortos era superior ao que ficou oficialmente definido no IPM.

Na literatura sobre o massacre de Ipatinga há histórias de pessoas que, feridas, teriam se refugiado nos morros que circundam a usina e, por lá falecido, sendo seus corpos recolhidos tempos depois. Outros comentários falam em cadáveres lançados no Rio Doce. Assim, há suspeitas de que a relação oficial de mortos omita muitos casos.

Eis por que a Covemg pediu a relação dos funcionários que abandonaram seus empregos. Pela lei, quando se constata o absenteísmo por um prazo superior a 30 dias, o empregador tinha o direito de demitir o empregado. No pedido, buscase a relação dos demitidos por abandono de emprego até 12/12/1963, ou seja, em até 60 dias após o Massacre. A embasar tal requerimento estava a informação, prestada pelo presidente do Metasita, Geraldo Ribeiro, de que o Sindicato teria recebido em novembro uma correspondência da Usiminas, contendo uma relação de 59 trabalhadores a serem demitidos por abandono de emprego. Como o Sindicato não dispõe de uma cópia, destruída no incêndio de sua sede, coube à Covemg encaminhar, oficialmente, o pedido para que os originais, após serem reproduzidos, lhe fossem remetidos para pesquisa e apuração.

No ofício, a Covemg solicitou, ainda, que a Usiminas lhe informasse os nomes completos, as datas de nascimento, os registros da RG, os nomes de pai e mãe, os números de chapa e, caso tivessem retornado ao trabalho, as datas das reintegrações de todos os funcionários ausentes nos dias posteriores ao massacre. O pedido para que a Companhia informasse sobre o retorno ao trabalho de trabalhadores feridos e internados nos hospitais da região também considera a hipótese de nem todos se terem recuperado. Semelhante linha de investigação considera o pressuposto de que alguns feridos faleceram, mas a morte poderia ter ocorrido tempos depois, sendo omitida na relação oficial: a ausência de reintegração à empresa seria uma prova.

A oferecer certa sustentação à tese de que o número de mortos seria superior ao divulgado oficialmente estava, ainda, a informação sobre a compra dos caixões feita em Belo Horizonte pela Companhia. No documento enviado à Usiminas, a Covemg solicitou uma informação oficial sobre o destino dos caixões, já que, conforme descrito por dois funcionários da empresa, foi a compra feita e a mercadoria entregue em seu almoxarifado.

A resposta oficial da empresa somente foi enviada após reiterações sucessivas, no dia 10/05/2017, por *e-mail*, via Gerência Geral de Comunicação Corporativa. No texto, a Usiminas informa que devido o longo tempo decorrido entre 1963 e o ano de 2017, não possui mais os documentos solicitados. Dessa forma, ficou

a Covemg sem condições de chegar a uma conclusão sobre a suspeita generalizada de que o número de mortos seria superior aos da lista oficial. De concreto, o que há é a informação de que o massacre produziu oito vítimas fatais, que fazem parte da lista oficial de mortos.

As oito mortes se somam três desaparecimentos. Os dois primeiros são Jesulino e Fábio, conforme relatos sobre a presença de ambos na aglomeração em frente ao portão de entrada da empresa em 07/10/1963, sem que haja qualquer informação acerca de sua existência posterior. Como inexistem provas de que estejam mortas, são, a rigor, pessoas desaparecidas. O terceiro desaparecido é João Flávio Neto, cuja irmã afirma que sumiu na mesma época, embora não haja testemunhas de que estivesse no local em 7 de outubro. Quanto às demais hipóteses de mortes, até o momento permanecem no campo da suposição. Como a companhia afirma não dispor de registros funcionais relativos a 1963, a Covemg não teve condições de avançar de modo consistente na apuração.

O número de feridos

Entre os habitantes do Vale do Aço, há um consenso de que o número de mortos sobe a várias dezenas. Porém, até hoje, ainda perduram dúvidas. Na relação que consta no IPM, a quantidade oficial de vítimas é 68. No total estão contabilizados os feridos no dia 7 pela manhã e também no dia 6 à noite, inclusive a madrugada, e os mortos. A lista de vítimas considera os dias 6 e 7 como acontecimento único. Tanto é que contém o nome do metalúrgico Odir Rodrigues, agredido ao findar-se a noite do dia 6 em uma das portarias da empresa, considerado o ponto de partida dos acontecimentos estendidos pela noite do dia 6, pela madrugada do dia 7 e pela manhã subsequente.

Quadro IV – Feridos que constam do IPM (com laudo de corpo de delito)

	Nome	Profissão	Tipo de ferimento
1	Carlos Alberto Xavier	2º sargento PMMG	Projétil. Ombro esquerdo.
2	Odir Rodrigues	Industriário	Feridas (seis) por cassete e espada.
3	Celine da Silva Machado	Industriário	Feridas (seis) nas pernas.
4	Afonso Enes de Carvalho	Enfermeiro	Queda. Feridas no rosto.
5	Josias Marinho	Operário	Escoriações no rosto por arma contundente.

	Nome	Profissão	Tipo de ferimento
6	Antonieta F.C. Martins	Doméstica	Projétil. Lombar, flanco esquerdo.
7	José Isabel do Nascimento	Mestre montador	Projétil. Lombar direita. Atingiu o intestino.
8	Nilson João de Miranda	Auxiliar de administração	Projétil. Pescoço.
9	Walter Volpato	Industriário	Projétil. Clavícula esquerda.
10	João Pereira da Silva	Mecânico	Projétil. Perna direita.
11	Jurandir Soares Macário	Ajudante de montagem	Projétil. Perna esquerda, na região da panturrilha.
12	Antônio Fernando Bongiovani	Auxiliar de serviço	Agressão por socos.
13	Benjamim Miranda Neves	Ajudante de solda	Agressões por socos e chutes.
14	Antônio Maciel Coelho	Guarda sanitário	Agressões por socos e cassetetes.
15	João Elias de Souza	Chefe vacinação	Agressões por cassetetes e pontapés.
16	José das Graças Oliveira	Industriário	Projétil. Tíbia esquerda.
17	José João de Souza	Industriário	Projétil. Tíbia esquerda.
18	Waltencir Brito de Paula	Industriário	Projétil. Região poplítea direita (parte posterior da perna)
19	Cyro Alypio Siqueira	Industriário	Projétil. Região lombo sacra (na parte traseira)
20	José Elias dos Santos	Industriário	Projétil. Fêmur esquerdo.
21	Francisco de Assis	Industriário	Queda. Ferido no tornozelo direito.
22	Waldemar Siqueira	Serralheiro	Queda durante fuga aos policiais.
23	Walter Pereira Leite	Operador	Agressões. Ferido no tórax por cassetete.
24	Geraldo Celestino Figueiredo	Apontador	Queda. Fuga aos tiros de metralhadora.
25	José Maria de Almeida	Operador de ponte	Projétil. Antebraço esquerdo.
26	Gilson Miranda	Industriário	Projétil. Olho esquerdo.
27	Eliane Martins	Criança com três meses	Projétil. Coxa esquerda, com ruptura da artéria femoral.
28	José Vilas Novas Mendes	Mecânico	Projétil. Coxa esquerda.
29	Aides Dias de Carvalho	Industriário	Projétil. Região occipital (tiro nas costas)
30	Carlos Roberto da Silva	Operador	Agressões.

	Nome	Profissão	Tipo de ferimento
31	Jésus Bittencourt Braga	Operador	Espaçamento. Ferido no rosto.
32	Wanderley Santos Soares	Soldador	Agressões e chutes.
33	José Silvério Couto	Industriário	Projétil. Punho direito.
34	Elvande de Oliveira Souza	Eletricista	Projétil. Pé direito.
35	Hélio Soares de Queiroz	Não descrita	Projétil. Região glútea.
36	Antônio Venâncio de Araújo	Carpinteiro	Projétil. Fratura na tíbia.
37	José Aleião da Silva	Industriário	Projétil. Hemitórax esquerdo.
38	Florício Forniciari	Militar	Agressões.
39	José Rodrigues	Militar	Contusão no punho esquerdo.
40	Agenor Napoleão Almeida	Industriário	Projétil. Deltoideana esquerda (braço).
41	Milton Pereira da Silva	Industriário	Projétil. Poplítea direita (perna na altura do joelho)
42	Francisco João de Souza	Eletricista	Projétil. Inframamária esquerda.
43	Waldir Resende Xavier	Industriário	Projétil. Deltoideana esquerda (braço).
44	Antônio José dos Reis	Operário	Projétil. Região interescapular vertical esquerda.
45	Alvino Ferreira Felipe	Industriário	Projétil. Região occipital. Crânio. Saída frontal.
46	Sebastião Tomé de Souza	Industriário	Projétil. Parte média da nuca; Transfixação da medula.
47	Geraldo Rocha Gualberto	Alfaiate	Projétil. Nádega esquerda. Cápsula perirrenal direita.

Fonte: PMMG. IPM. Ipatinga, 1963

Dessa mesma relação fazem parte três militares: o sargento Carlos Alberto Xavier; os soldados Florício Forniciari e José Rodrigues. Seus nomes estão nas posições 1, 38 e 39 na tabela. Consta que o sargento foi atingido por um tiro na noite do dia 6, quando a polícia ocupou o alojamento da Chicago Bridge. Porém, no inquérito não constam mais detalhes sobre o caso. Na descrição dos ferimentos nos soldados constam "agressões" e "contusão no punho esquerdo". Fazem parte ainda as vítimas fatais, em número de oito, nos acontecimentos do dia 7 ou, posteriormente, nos hospitais da região, como foram os casos do fotógrafo José Isabel do Nascimento e da criança Eliane Marques.

O Quadro IV traz os nomes submetidos pela polícia a exame de corpo de delito. Porém, no IPM consta uma segunda tabela, com outros 21 nomes também reconhecidos oficialmente como vítimas, mas sem referência a qualquer análise técnica, embora conste o tipo de ferimento: estão relacionados no Quadro V, a seguir.

Quadro V – Feridos que constam do IPM (sem laudo de corpo de delito)

	Nome	Tipo de ferimento
1	Jair Rosa	Ferido na região escapular, sem penetração.
2	Ildo Ferreira dos Santos	Ferido na região lombar esquerda.
3	Francisco João de Souza	Ferido na região intramamária.
4	Antônio Favato	Ferimentos leves.
5	José Elias Silvino	Ferimento na coxa.
6	Einas Silvino de Souza	Ferimento na região axilar direita.
7	Mizak Bernardino Ribeiro	Couro cabeludo. Região frontal.
8	Milton Moreira da Silva	Ferido na poplítea esquerda.
9	Yokio Kaxakana	Ferido. Deltoideana.
10	Selme da Silva Machado	Ferimento na coxa esquerda.
11	Walter Von Pater	Fratura clavicular.
12	Sebastião Araújo Costa	Ferimentos leves.
13	Hélio Mateus Ferreira	Ferimento na região glútea esquerda.
14	Elvande Oliveira Souza	Tiro no pé.
15	José Martins da Silva	Fratura na coxa.
16	Ivan Ferreira Costa	Ferimentos no joelho esquerdo e no braço direito.
17	Jurandir Gomes Macalha	Tiro no pé.
18	João Pereira da Silva	Tiro no pé.
19	Josias Marinho	Escoriações no rosto.
20	Afonso Enes	Escoriações no rosto.
21	José Rodrigues dos Santos	Ferimento no joelho direito.

Fonte: PMMG. IPM. Ipatinga, 1963

O número de feridos, relacionados nos quadros IV e V, chega a 68. O objetivo da Covemg, conforme consta na lei que baliza os seus trabalhos, é investigar as violações aos direitos fundamentais ocorridas no período que vai de 1946 a 1988. Assim, consoante a tal finalidade e para efeito de contabilizar-se o número de feridos, os três policiais não vão ser considerados, nem as vítimas fatais, já relacionadas anteriormente. Assim, excluindo-se os militares e os mortos, o número de vítimas não fatais relacionadas no IPM é 57.

Ocorre, entretanto, que o IPM não considerou duas outras listas de feridos, compostas por pessoas atendidas no ambulatório da Usiminas.[368] Tal foi o local para onde Gil Guatimosim, na madrugada do dia 7, recomendou que os trabalhadores – feridos durante as prisões noturnas feitas pela PMMG– se dirigissem, para receberem atendimento. Prova: dos 48 feridos constantes nas duas listas, 53 eram metalúrgicos da Usiminas, de vez que na relação constam os seus nomes e o números de registro na empresa, conhecidos como "chapa". O Quadro VI é composto pelos funcionários da Usiminas e o Quadro VII pelos funcionários de empreiteiras.

Quadro VI – Feridos da Usiminas no ambulatório da Usiminas

	Nome	Registro Usiminas (chapa)
1	Antônio Dilson Sales	10.814
2	Austeno Manoel Coelho	5.801
3	Cícero Alves	10.786
4	Dilton da Silva	10.552
5	Devenir Gomes Silva	10.756
6	Edson Generoso Coelho	10.807
7	Irineu Melo Almeida	10.709
8	Ivan Ferreira da Costa	9.719
9	Isolino Salvador Rosa	10.630
10	Jésus Bitencourt Braga	10.406
11	João Batista de Resende	10.662
12	João Elias Souza	2.703
13	João Nascimento	11.019
14	Joaquim do Carmo Siqueira	10.7887

	Nome	Registro Usiminas (chapa)
15	José Esteves da Silva	10.507
16	José Eugênio Almeida	10.708
17	José Fabiano Cordeiro	10.499
18	José Maria de Almeida	4.610
19	José Martins Silva	10.043
20	José Moreira Gomes	10.628
21	José Oliveira Mendes	10.560
22	José Raimundo Mafra	10.638
23	José Pereira Filho	Não informado
24	José Silveira do Couto	Não informado
25	José Ribeiro Guimarães	9.787
26	Josias Mariano	Não informado
27	Luis Carlos	10.556
28	Mário Lucio Costa	10.972
29	Manuel Queiros Neto	9.921
30	Manuel R. Oliveira	10.624
31	Misaque Bernardino Ribeiro	Não informado
32	Onofre Santiago de Carvalho	10.548
33	Paulo Cláudio	10.994
34	Pedro Nogueira Souza	10.256
35	Pedro Paulo Castro	10.254
36	Raimundo Nonato Vitoriano	10.973
37	Ricardo Resende Rocha	10711
38	Roberto Barros	11.018
39	Salomão Freitas	10.632
40	Sebastião Barbosa Coutinho	10.673
41	Sebastião Mariano	10.995
42	Walter Arci	19.674

Fonte: PMMG. IPM. Ipatinga, 1963

Quadro VII – Feridos de outras empresas no ambulatório da Usiminas

	Nome	Empresa
1	João Ferreira da Silva	A.B. Cavalcanti
2	José das Graças Oliveira	A.B. Cavalcanti
3	José Rodrigues dos Santos	A.B. Cavalcanti
4	Jurandir Macário	Fichet
5	Mirande Oliveira Souza	Ecisa
6	Romualdo Mendes Silva	Nacional

Fonte: PMMG. IPM. Ipatinga, 1963

O cruzamento dos Quadros IV e V com os VI e VII aponta para uma situação duplamente trágica. Por dedução, as pessoas constantes em mais de uma tabela teriam, em tese, sofrido ferimentos na noite do dia 6 e na madrugada do dia 7, mas, revoltadas com a situação presenciada anteriormente, se dirigiram à aglomeração em frente ao portão da empresa, onde foram novamente vitimadas.

Porém, para chegar-se ao número final de feridos, é preciso, antes, considerar uma relação adicional de cinco pessoas internadas na Casa de Saúde Santa Terezinha, em Ipatinga, e na Casa de Saúde de Coronel Fabriciano, mas ignoradas na relação de feridos apresentada no IPM. Eis os seus nomes, divulgados pela Usiminas: Alípio Siqueira, Elias Silvino de Souza, Hélio Gomes, José Apinhão da Silva e Sra. Julieta. Sobre tais atingidos só há registro de nomes.

A soma pura e simples dos nomes constantes nos Quadros IV, V, VI e VII, mais os cinco citados, totaliza 121. Para completar-se o número final de feridos é preciso, porém, deduzir os nomes dos três policiais, dos oito mortos – relacionados no Quadro IV – e dos que estão em duplicidade. Assim, chega-se ao número final de 92 feridos, relacionados no Quadro VIII.

Quadro VIII – Relação consolidada de feridos em 06 e 07/10/1963

	NOME	QUALIFICAÇÃO	TIPO DE FERIMENTO
1	Afonso Enes de Carvalho	Enfermeiro	Queda. Feridas no rosto.
2	Agenor Napoleão Almeida	Industriário	Projétil. Deltoidiana esquerda (braço).
3	Alipio Siqueira	Não informado	Não informado.

	NOME	QUALIFICAÇÃO	TIPO DE FERIMENTO
4	Antonieta F. C Martins	Doméstica	Projétil lombar. Flanco esquerdo
5	Antônio Dilson de Sales	Chapa 10.814	Não informado.
6	Antônio Favato	Não informado	Ferimentos leves.
7	Antônio Fernandes Bongiovani	Aux.serviço	Agressão a socos.
8	Antônio Maciel Coelho	Guarda sanitário	Agressões a socos e pontapés.
8	Antônio Venâncio de Araújo	Carpinteiro	Projétil. Fratura da tíbia.
10	Austeno Manoel Coelho	Chapa 5.801	Não informado.
11	Benjamim Miranda Gomes	Ajudante de solda	Agressões a socos e chutes.
12	Carlos Roberto da Silva	Operador	Agressões.
13	Celine Silva Machado	Industriário	Feridas nas pernas (seis).
14	Cícero Dias	Chapa 10.786	Não informado.
15	Cyro Alípio Siqueira	Industriário	Projétil. Região lombo-sacra (atrás)
16	Devenir Gomes Silva	Chapa 10.756	Não informado.
17	Dilton Silva	Chapa 10.752	Não informado.
18	Edson Generoso Coelho	Chapa 10.807	Não informado.
19	Eines Silvino Souza	Não informado	Ferimento na região axilar direita.
20	Elias Silvino	Não informado	Não informado.
21	Elvande de Oliveira Souza	Eletricista	Projétil. Pé direito.
22	Francisco de Assis	Industriário	Queda. Ferido no tornozelo direito.
23	Francisco João de Souza	Eletricista	Projétil. Inframamária esquerda.
24	Geraldo Celestino Figueiredo	Apontador	Queda. Fuga aos tiros de metralhadora.
25	Hélio Gomes	Não informado	Não informado.
26	Hélio Mateus Ferreira	Não informado	Ferimento na região glútea esquerda.
27	Hélio Soares de Queiroz	Não informado	Projétil. Região glútea.
28	Ildo Ferreira dos Santos	Não informado	Ferimento na região lombar.
29	Irineu Melo Almeida	Chapa 10.709	Não informado.
30	Isolino Salvador Rosa	Chapa 10.630	Não informado.

	NOME	QUALIFICAÇÃO	TIPO DE FERIMENTO
31	Ivan Ferreira da Costa	Chapa 9.719	Ferimentos no joelho esquerdo e no braço direito.
32	Jair Rosa	Não informado	Ferimento na região glútea escapular, sem penetração.
33	João Batista de Resende	Chapa 10.662	Não informado.
34	João Elias de Souza	Chefe de vacinação	Agressões a cassetetes e pontapés.
35	João Ferreira da Silva	AB Cavalcanti	Não informado.
36	João Nascimento	Chapa 11.009	Não informado.
37	João Pereira da Silva	Não informado	Tiro no pé.
38	João Pereira da Silva	Mecânico	Projétil. Perna direita.
39	Joaquim Carmo Siqueira	Chapa 10.778	Não informado.
40	Jésus Bitencourt Braga	Operador	Espaçamento. Ferida no rosto.
41	José Aleião da Silva	Industriário	Projétil. Hemitórax esquerdo.
42	José Apinhão da Silva	Não informado	Não informado.
43	José das Graças Oliveira	Industriário	Projétil. Tíbia esquerda.
44	José Elias dos Santos	Industriário	Projétil. Fêmur esquerdo.
45	José Elias Silvino	Não informado	Ferimento na coxa.
46	José Eugênio Silva	Chapa 10.708	Não informado.
47	José Esteves da Silva	Chapa 10.507	Não informado.
48	José Fabiano Cordeiro	Chapa 10.499	Não informado.
49	José João de Souza	Industriário	Projétil. Tíbia esquerda.
50	José Maria de Almeida	Operad.de ponte	Projétil. Antebraço esquerdo.
51	José Martins Silva	Não informado	Fratura na coxa.
52	José Moreira Gomes	Chapa 10.628	Não informado.
53	José Oliveira Mendes	Chapa 10.560	Não informado.
54	José Pereira Filho	Não informado	Não informado.
55	José Raimundo Mafra	Chapa 10.638	Não informado.
56	José Ribeiro Guimarães	Chapa 9.787	Não informado.
57	José Rodrigues dos Santos	AB Cavalcanti	Ferimento no joelho direito.

	NOME	QUALIFICAÇÃO	TIPO DE FERIMENTO
58	José Silvério Couto	Industriário	Projétil. Punho esquerdo.
59	José Vilas Novas Mendes	Mecânico	Projétil. Coxa esquerda.
60	Josias Marinho	Operário	Escoriações no rosto com arma contundente.
61	Julieta (sra.)	Não informado	Não informado.
62	Jurandir Gomes Macário	Ajudante montador	Projétil. Perna esquerda. Região da panturrilha.
63	Luis Carlos	Chapa 10.556	Não informado.
64	Manuel Queiroz Neto	Chapa 9.921	Não informado.
65	Manuel Rodrigues Oliveira	Chapa 10.624	Não informado.
66	Mário Lúcio Costa	Chapa 10.972	Não informado.
67	Milton Pereira da Silva	Industriário	Projétil. Poplítea esquerda (perna na altura do joelho).
68	Mizande Oliveira Souza	Ecisa	Não informado.
69	Mizaque Bernardino Ribeiro	Não informado	Ferimento no couro cabeludo. Região frontal.
70	Nilson João de Miranda	Auxiliar de administração	Projétil. Pescoço.
71	Onofre Santiago de Carvalho	Chapa 10.548	Não informado.
72	Paulo Cláudio	Chapa 10.994	Não informado.
73	Pedro Nogueira Souza	Chapa 10.256	Não informado.
74	Pedro Paulo Castro	Chapa 10.254	Não informado.
75	Raimundo Nonato Vitoriano	Chapa 10.973	Não informado.
76	Ricardo Resende Rocha	Chapa 10.711	Não informado.
77	Rodir Rodrigues	Industriário	Feridas (seis) por meio de cassetete e espada.
78	Romualdo Mendes Silva	Nacional	Não informado.
79	Roberto Barros	Chapa 11.018	Não informado.
80	Sebastião Araújo Costa	Não informado	Ferimentos leves.
81	Sebastião Barbosa Coutinho	Chapa 10.673	Não informado.
82	Sebastião Freitas	Chapa 10.632	Não informado.

	NOME	QUALIFICAÇÃO	TIPO DE FERIMENTO
83	Sebastião Mariano	Chapa 10.995	Não informado.
84	Selme da Silva Machado	Não informado	Ferimento na coxa esquerda.
85	Waldemar Siqueira	Serralheiro	Queda durante fuga aos policiais.
86	Waldir Resende Xavier	Industriário	Projétil. Deltoidiana esquerda (braço).
87	Walter Arci	Chapa 19.674	Não informado.
88	Walter Pereira Leite	Operador	Agressões. Ferido no tórax (cassetete).
89	Walter Wolpato	Industriário	Projétil. Clavícula esquerda.
90	Waltencir Brito de Paula	Industriário	Projétil. Região polítea direita (parte posterior da perna).
91	Wanderley Santos Soares	Soldador	Agressões e chutes.
92	Yokio Kaxakana	Não informado	Ferimento. Deltoidiana.

Fontes: PMMG. IPM. Ipatinga, 1963. Comissão de Inquérito da Usiminas

O número de 92 feridos vai além das pesquisas anteriores. Dois autores que estudaram o assunto, Marcelo Freitas e Marilene Tuler, chegaram ao número de 68 vítimas. Edivaldo Fernandes avançou mais, chegando a 92 vítimas, sem apresentar o método utilizado. A Covemg, fazendo o cruzamento das várias listas de feridos anteriormente divulgadas – excluindo os nomes das vítimas fatais, dos policiais e das duplicidades – chegou ao mesmo total: 92 feridos. Tal é o número mais preciso, embora possam surgir novas informações, considerando-se que o assunto continua sendo alvo de pesquisas.

Em tese, é bem possível que o universo atingido seja maior, já que a relação oficial contém somente os atendidos no ambulatório e os internados nos hospitais da região. Não foram relacionadas vítimas com ferimentos de menor gravidade, que se abstiveram de solicitar cuidados ou que, sem internação, foram imediatamente dispensadas após atendimento ambulatorial ligeiro. Depoimentos de profissionais que atuaram no dia 7, citados em "Não foi por acaso", reforçam tal hipótese. O relato de Inês Hipólita de Souza, atendente de portaria na Casa de Saúde Santa Terezinha, em Ipatinga, onde quatro pessoas foram internadas em consequência dos acontecimentos do dia 7, dá a entender que mais de cinco pessoas receberam atendimento.

No entanto, em termos precisos e com certeza probatória no estágio atual das pesquisas, pode-se asseverar que os acontecimentos à noite, na madrugada

e na manhã de 6 para 7, em outubro de 1963, resultaram em pelo menos 103 vítimas, assim discriminadas: oito mortos; 92 feridos com lesões não fatais; três desaparecidos e presumivelmente mortos. O total é 103.

Conclusões

O número final de atingidos pela repressão nos dias 6 e 7/10/1963 – ao todo, 103 vítimas – caracteriza o massacre de Ipatinga como o conflito operário mais sangrento e com maior número de vítimas no Brasil, de todos os tempos. Contudo, mesmo que seja um episódio importantíssimo da história recente e esteja razoavelmente contemplado na bibliografia, ainda permanece desconhecido pela maioria da população em Minas e ainda mais no País.

Já é hora definir-se com precisão o que ficou conhecido como "massacre de Ipatinga". A propósito, os livros publicados sobre o assunto descrevem com exatidão uma série de fatos ligados à rotina da empresa que radicalizaram a contradição essencial entre capital e trabalho, típica da sociedade burguesa, e geraram uma forte tensão no relacionamento entre os trabalhadores e as empresas que empregavam a sua força de trabalho: a Usiminas e as suas empreiteiras terceirizadas, responsáveis pelas obras de construção civil. Tais acontecimentos estavam ligados a deficiências no transporte, à qualidade da comida servida pela empresa e às péssimas condições de moradia, à forma truculenta como os trabalhadores eram tratados pelo corpo de vigilantes da empresa e pelos agentes estatais que compunham a tropa da PMMG em Ipatinga. O resultado foi uma crescente tensão entre os operários, de um lado, e a Companhia, de outro, que acabou sendo a causa imediata dos eventos transcorridos em outubro de 1963.

Assim, para uma noção precisa do acontecido, urge uma revisão do conceito adotado para designá-lo, predominante ainda hoje, tanto na historiografia quanto entre os moradores no Vale do Aço. O evento tem sido considerado como se fosse composto unicamente pelos fatos transcorridos no dia 7. Todavia, é preciso integrar as ocorrências da noite anterior e da madrugada do dia 7. Assim, o massacre de Ipatinga deve ser considerado como um processo único, com duração de aproximadamente 12 horas, que se iniciou na troca de turno, prosseguiu à noite, adentrou a madrugada – com a prisão de aproximadamente 300 trabalhadores nos alojamentos de Santa Mônica – e terminou pela manhã do dia 7, com a concentração operária em frente ao portão de entrada da empresa, que foi metralhada pelos policiais militares.

No massacre de Ipatinga havia dois lados: um formado pelos trabalhadores; outro, pelo pacto estabelecido entre a Usiminas, os seus vigilantes e a PMMG. Em capacidade de fogo, não há como equipará-los. A empresa detinha o poderio

econômico e, em parceria com o destacamento local da PMMG, a autoridade policial do Estado. A maior prova é a seguinte: o caminhão que transportou a tropa no dia 7 era alugado pela Companhia, para servir, exclusivamente, à PMMG. No local do confronto, as tropas militares estavam em desvantagem apenas em número. Entretanto, apresentavam-se fortemente armados, fato que, com enorme sobra, compensava a inferioridade numérica. A forte supremacia dos agentes públicos apetrechados, como de praxe, pode ser comprovada pelo simples fato de que apenas três feridos, todos de forma superficial e não fatal, eram policiais.

Durante a tramitação do IPM, os advogados de defesa, com o respaldo de setores da corporação e a cumplicidade de segmentos da Justiça militar, conseguiram, de certa forma, inverter a realidade óbvia, transformando os policiais em vítimas de uma agressão por parte dos trabalhadores. A julgar por semelhante enfoque, os disparos teriam sido feitos em "legítima defesa", tese que acabou predominando judicialmente, tendo em vista que os policiais militares foram, todos, absolvidos. O elevado número de vítimas é uma das provas inequívocas, em sentido contrário, de que os agentes do Estado eram os algozes.

Também é preciso estabelecer a correlação entre os cenários: local, estadual e nacional. Certo imaginário político construiu a narrativa de que o massacre de Ipatinga teria sido uma espécie de treino para o golpe que viria cinco meses depois, em março de 1964. Conforme tal enfoque conspirativo, se a repressão em Ipatinga tivesse sido bem-sucedida, o caminho para a implantação do regime militar estaria assegurado. A pesquisa da Covemg, porém, mostrou que o massacre, ainda que expressasse o antagonismo universal e permanente entre o capital e o trabalho, configurou-se por meio de determinações particulares e locais, vinculadas às precárias condições de vida e trabalho, como também devido ao relacionamento opressivo e conflituoso entre os trabalhadores, de um lado, e os vigilantes da empresa e os soldados da PMMG, de outro.

Tampouco havia entre os operários, mobilizados em processo e em luta tipicamente espontâneos e inorgânicos, qualquer movimentação político-ideológica de sentido mais geral, que se alinhasse ou se contrapusesse a decisões ou posições na esfera nacional. As dezenas de depoimentos tomados logo após o massacre mostram, de forma inequívoca, que a percepção e a preocupação dos operários estavam ligadas ao seu cotidiano em Ipatinga – configurando-se apenas em ideologia sensível –, não a projetos ou campos nacionais. O próprio Sindicato que então os representava, o Metasita, por opção de seu presidente, Geraldo Ribeiro, mantinha-se afastado do CGT. Assim, o trânsito da luta à esfera política ocorreu mediante a marcha ascensional de um movimento espontâneo rumo ao protesto democrático contra a opressão e a repressão policial e da empresa.

6.4 A guerra suja do regime ditatorial militar contra os trabalhadores urbanos em Minas Gerais

O golpe de 1964 em Minas Gerais

A sociedade mineira sempre ocupou papel estratégico na política nacional brasileira. Na década de 1960, período em que a crise política se tornou aguda e desembocou no golpe militar, não foi diferente. A participação ativa da classe dominante local teve também uma dimensão nacional,[369] inclusive nos acontecimentos de 1964. Entre 1961 e 1966, o estado de Minas Gerais foi governado por José de Magalhães Pinto, um banqueiro e político filiado à UDN, partido liberal conservador que aglutinou as forças políticas de oposição ao governo Goulart e às propostas nacional-populares.

Ainda que possa haver algumas controvérsias[370] quanto ao papel desempenhado por Magalhães Pinto no que se refere à conspiração golpista, não há a menor dúvida de que participou e se envolveu pessoalmente no movimento, inclusive arrastando proeminentes membros da sua administração. O titular do Palácio da Liberdade manteve estreito contato com empresários conspiradores, com as casernas de Juiz de Fora, com o governo de Washington – por meio de seu embaixador no Brasil – e com a Agência Central de Inteligência (CIA).

Um secretário de estado e alguns coronéis da PMMG negociaram em seu nome, com o governo capixaba, um plano para a entrada de recursos e ajuda dos Estados Unidos, em caso da resistência do governo Goulart.[371] Por fim, no ocaso de março, o então governador mineiro dirigiu-se a Juiz de Fora para encontrar-se com os comandantes militares, definindo o momento em que seria deflagrado o movimento golpista.[372] Ao terminar seu mandato, Magalhães Pinto se elegeu deputado federal e se tornou ministro das relações exteriores no governo Costa e Silva (1967-1969).

Coerentemente, o governo de Magalhães Pinto foi marcado pela violência policial contra os movimentos reivindicatórios dos trabalhadores. Antes mesmo do golpe, no seu governo a PMMG havia reprimido com violência os movimentos de metalúrgicos em Conselheiro Lafaiete, Belo Horizonte e Ipatinga, prenunciando tempos sombrios. No contexto da conspiração, vale destacar que deputados estaduais também participaram do esforço para depor Goulart. No caso de Minas Gerais, o Instituto de Pesquisa e Estudo Sociais (IPES) e o Instituto

Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), organizações civis que articulavam empresários, profissionais liberais, militares, religiosos e estudantes, funcionaram como braço político-ideológico do bloco liberal conservador e atuaram intensamente para formar uma base parlamentar alinhada ao seu projeto.



Figura 31 - O governador Magalhães Pinto, ao lado do general Olympio Mourão Filho, em 1964. Fonte: http://aovivo.folha.uol.com.br/2014/03/30/3145-4-aovivo.shtml

Tais organizações civis tinham como objetivo público defender a "democracia" – sempre tratada, hipocritamente, como valor universal abstrato –, mas também cumpriam a função velada de receber doações de empresas nacionais, estrangeiras e do governo norte-americano para financiar candidatos às eleições legislativas em outubro de 1962, que fossem favoráveis aos seus interesses. O plano era criar frentes parlamentares de oposição ao projeto nacional popular em

todas as unidades da Federação e no Congresso Nacional. O trabalho aliciador, feito pela rede IPES-IBAD, foi tão incisivo que resultou em abertura de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) na ALMG e no Congresso Nacional.[373]

O resultado foi o fechamento do IBAD em setembro de 1963, por um Decreto do presidente João Goulart, sob a acusação de corrupção eleitoral. Mesmo assim, a composição de forças já estava estabelecida. No pleito de 1962, elegeram-se deputados estaduais em Minas Gerais os sindicalistas Sinval Bambirra (PTB), Clodesmidt Riani (PTB) e José Gomes Pimenta, o "Dazinho" (PDC). Após o golpe, os três foram presos e cassados em 08/04/1964. Dessa forma, a ALMG se tornou a "única do País a cassar seus próprios membros por acusação de subversão e ligação com o PCB, o Partido Comunista Brasileiro."[374]

Consumado o golpe e instalado o regime militar, os primeiros sinais de desaprovação, em temos políticos, vieram nas eleições. Repercutiu fortemente no governo Castelo Branco a eleição de Israel Pinheiro para governador de Minas, em 1965. A vitória da oposição provocou imediata reação do regime ditatorial militar. Objetivando silenciar toda e qualquer ação oposicionista no campo político institucional, editou o AI-3 em fevereiro de 1966, que decretou, em todo o País, o fim das eleições diretas para governador e prefeito nas capitais. Com isso, os primeiros mandatários dos estados passaram a ser indicados pelo presidente da República.

Em Minas, foram três: Rondon Pacheco (1971-1975), Aureliano Chaves (1975-1978) e Francelino Pereira (1979-1983), todos filiados à Aliança Renovadora Nacional (Arena), o partido oficial do regime militar.[375] Após o retorno às eleições diretas para a escolha dos governadores, no período da "abertura" conservadora, Tancredo Neves e Newton Cardoso foram os preferidos pelo voto direto, em 1983 e 1987, respectivamente.[376] Ambos pertenciam ao PMDB, partido que aglutinava a oposição no bipartidarismo imposto, mas que, com a abertura e a volta do multipartidarismo, inclinou-se à direita.

O mundo do trabalho em Minas Gerais

Para compreender-se o perfil dos trabalhadores mineiros, faz-se necessário elencar alguns aspectos da economia local, sobretudo quanto à dinâmica da sua integração nacional. Devido à sua localização geográfica – Região Sudeste, a mais desenvolvida do País – e sua importância política, as Alterosas experimentaram um processo de industrialização a partir dos anos 1940 e 1950. Contudo, manteve-se em posição desvantajosa em relação aos demais estados da Região, particularmente São Paulo. Assim, a sua vinculação à dinâmica do

crescimento capitalista em condições desfavoráveis conservou a "heterogeneidade" da formação econômico-social, no que se refere aos ramos industriais.



Figura 32 - Cidade industrial de Contagem, MG, nas décadas de 1960 e 1970. Fonte: http://www.contagemnotempo.com.br/um-pouco-da-historia-de-contagem/

Ainda que o setor mais dinâmico da economia mineira já fosse formado pela mineração, metalurgia e siderurgia e algumas outras atividades, com 43,9% da produção em 1959, também tinham peso as fábricas de alimentos, têxteis, vestuários e calçados, entre outras, com 52,1%. A presença dos Bancos era também considerável.[377] Em perspectiva temporal, note-se que a indústria chamada intermediária foi ocupando, a partir dos anos 1960 e 1970, espaço mais significativo. Em 1970, já representava 51,1% da produção, enquanto a dita tradicional só perfazia 37,8%. A metalurgia, que em 1959 representava 29,6% do total, passou a 33,2% em 1970.

Os números mostram que as empresas do complexo minério, metalúrgico e siderúrgico passaram a ocupar uma posição destacada na economia mineira a partir dos anos 1950, embora seu desenvolvimento máximo tenha ocorrido nas duas décadas seguintes. Tal tendência foi acentuada pelos esforços políticos governamentais mineiros, que procurou dinamizar o processo local de reprodução de capital com investimentos em energia e transporte, além de consolidar o distrito industrial de Contagem.[378] Os grupos estrangeiros se estabeleceram na economia mineira por meio do mesmo complexo minério, metalúrgico e siderúrgico.[379]

Considerando-se que, no modo de produção capitalista, o desenvolvimento dos meios de produção é sempre ligado à expansão da força de trabalho proletarizada, foi entre os trabalhadores da chamada indústria intermediária que surgiram os "núcleos mais vigorosos e combativos" na luta contra a conspiração política que em 1964 derrotou o projeto nacional popular e instaurou o regime militar, ainda que tal setor de classe não representasse a maioria dos trabalhadores em geral. Para Heloísa Maria Starling,[380] na década de 1960, quando a economia mineira estava em franco crescimento e transformação, o "grosso do operariado" mineiro se concentrava, ainda, na tradicional indústria têxtil e, em menores percentuais, na dita intermediária, com destaque para a metalúrgica e de cimento, e no setor metal mecânico.

Assim, os trabalhadores assalariados produtivos eram, basicamente, um "operariado tradicional", cujas principais reivindicações estavam circunscritas à dimensão "econômica corporativa", articulados a um segmento de "operários modernos", que tinha nos metalúrgicos sua principal expressão.[381] Desse meio surgiram importantes dirigentes sindicais, depois perseguidos pelo regime militar, entre os quais Sinval Bambirra, da categoria têxtil, Clodesmidt Riani, eletricitário de Juiz de Fora, José Gomes Pimenta, extrativista de Nova Lima, e Ênio Seabra, metalúrgico de Belo Horizonte. Em 1964, por ocasião do golpe, alguns estavam à frente do CGT e se constituíram nas principais referências da classe operária em Minas Gerais.[382]

Para compor um quadro referencial dos trabalhadores urbanos, somavam-se a tais industriários – metalúrgicos, têxteis, mineiros, eletricitários e assim por diante – outras categorias politicamente importantes, a saber: bancários, servidores públicos e operários da construção civil, por exemplo. Tais trabalhadores, incluindo os seus Sindicatos e dirigentes, foram os alvos prioritários da perseguição política após a instalação do regime ditatorial militar. Ainda antes do golpe, a repressão atingiu – além do caso emblemático da Companhia Morro Velho –, basicamente, os setores operários de ponta.

Assim é que, em janeiro de 1962, uma greve de metalúrgicos em Conselheiro Lafaiete foi reprimida com violência. Em setembro de 1963, a coerção se deu contra os operários da Siderúrgica Mannesmann, em Belo Horizonte, objetivando impedir que aderissem à greve dos metalúrgicos. Em 07/10/1963, o braço policial atingiu os trabalhadores da siderúrgica Usiminas, quando um destacamento da PMMG usou de brutal violência para reprimir trabalhadores na portaria da empresa (o massacre de Ipatinga).

Vale ressaltar, também, que as frações mais conservadoras da burguesia mineira, sobretudo os segmentos ligados ao capital estrangeiro, participaram da conspiração que culminou no golpe de 1964. Há registros sobre a conduta de empresas como financiadoras e articuladoras. Constata-se a sua representativa presença na célebre "reunião do Edifício Acaiaca", na qual se teria decidido encetar a ação militar para derrubar o governo Goulart, assim pretendendo articular-se com o general Carlos Guedes para "agir à margem da legalidade".[383] Tal conclave foi realizado pelo IPES-MG, em janeiro de 1964, contando com a participação de capitalistas e executivos ligados a mais de 50 grupos atuantes nos diferentes setores da economia mineira.

Estavam presentes: Artefatos de Aço S/A Indústria e Comércio; Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais; Banco Econômico de Minas Gerais S/A; Banco Mineiro do Oeste; Caixa Econômica Federal de Minas Gerais; Celulose e Papel Minas Gerais S/A; Central de Administração e Participações; Cia. Fiação e Tecidos Santa Rosa; Comercial Santa Rita S/A; Comércio e Indústria Mannex do Brasil S/A; Companhia Agropastoril Rio Doce S/A; Companhia de Seguros Minas Gerais; Companhia de Tecidos Pitanguiense; Companhia de Tecidos Santanense; Companhia Ferro Brasileiro S/A; Companhia Imobiliária Santo Elói S/A; Companhia Industrial Belo Horizonte; Companhia Industrial de Estamparia; Companhia Industrial e Mercantil de Artefatos de Ferro (Cimaf), Companhia Industrial Itaunense.[384]

Também participaram do encontro: Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira; Companhia Siderúrgica Mannesmann; Companhia Siderúrgica São Caetano; Companhia Têxtil Cachoeira de Macacos; Demisa; Distribuidora Euclides Andrade S/A Produtos Farmacêuticos; EBC Empreendimentos Brasileiros de Cimento S/A; Fábrica de Papel Cruzeiro S/A; Fiação Dom Bosco S/A; Frigorífico Sipa S/A; Fundição Santa Fé Ltda.; Imobiliária Mineira S/A; Indústria de Calcinação Ltda.; Indústria e Comércio São Lucas S/A; Magnesita S/A; Mannesmann Mineração S/A; Máquinas Agrícolas Altivo S/A; Mascarenhas Barbosa-Roscoe S/A Engenharia e Comércio; Metalgráfica Mineira S/A; Metalúrgica Triangulo S/A; Paraopeba Indústria S/A; Refratários e Isolantes S/A; S/A Casa Comercial Romualdo Cançado; S/A Mineração da Trindade; Serraria Santa Helena S/A; Sociedade Corretora de Títulos; Tecidos Euclides Andrade S/A; Tela Diversões Siderúrgica Itatiaia S/A.[385]

O IPES tinha relevante capilaridade no meio empresarial mineiro. Entre os seus fundadores e dirigentes constam pessoas com vasto currículo, entre os quais: Aluízio Aragão Villar, Antônio Mourão Guimarães, Antônio Pereira de Souza, Caetano Nascimento Mascarenhas, Celso Mello Azevedo, César Gonçalves de Souza, Euler Marques Andrade, Fábio Araújo Motta, Fernando Souza Reis, Hélio

Pentagna Guimarães, Jaime Kirzner, Jonas Barcellos Correia, Josaphat Macedo, José Antônio de Oliveira Júnior, Laércio Garcia Nogueira, Nylton Velloso, Oscar Nicolai e Ruy de Castro Magalhães.[386]

Muitos dirigentes do IPES-MG eram intelectuais vinculados à classe dominante ou titulares de cargos estratégicos nas entidades da sociedade civil empresarial, em diferentes ramos, entre as quais estão: Associação Comercial de Minas; Associação dos Bancos de Minas Gerais; Centro das Indústrias da Cidade Industrial; Clube dos Diretores Lojistas; Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais; Federação da Agricultura no Estado de Minas Gerais; Federação das Associações Comerciais do Estado de Minas Gerais; Federação das Associações Rurais do Estado de Minas Gerais; Federação do Comércio do Estado de Minas Gerais; Federação da Indústrias do Estado de Minas Gerais; Sindicatos dos Bancos de Minas Gerais; Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis Minerais de Belo Horizonte; Sindicato da Indústria de Carne e Derivados e do Frio de Belo Horizonte; Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Minas Gerais.

A presença dos empresários, com suas entidades e seus executivos, pressupõe não somente um envolvimento particular de alguns burgueses na conspiração golpista, mas a existência de uma vasta e articulada rede do capital, pois muitos partícipes eram sócios em estabelecimentos de setores diferentes da atividade econômica.[387] Os vários ramos se vinculavam ideologicamente por meio das diferentes instituições envolvidas. O processo de transformação industrial em Minas Gerais se completou somente no regime militar, pois a classe dominante, sobretudo a fração ligada à chamada indústria intermediária, sabia que iria beneficiar-se com a política econômica a ser aplicada pelos governantes.

Visto pela perspectiva dos trabalhadores mineiros, o processo de transformação econômica do estado foi acompanhado de perda salarial, repressão política e expansão da força de trabalho em oferta, o que tornou os trabalhadores mais vulneráveis à exploração. Em seu depoimento à Covemg, o metalúrgico João Paulo Pires de Vasconcelos expressa tal conclusão:

> Na época em que nós tivemos o mercado de trabalho pleno, havia a necessidade de mão de obra semiqualificada e qualificada. Isso foi na segunda metade da década de 70 [1970]. Quando o nosso Sindicato se mobilizou, não tinha problema, o indivíduo participava, não tinha medo. As empresas entenderam isso antes de nós, quando o movimento sindical começou a crescer, e aí ativaram o sistema de formação de

> mão de obra em tudo quanto é lugar. E depois de 1980, aí, cadê ela? A primeira greve que o nosso amigo Leonardo, saudoso Leonardo, grande companheiro, ele fez lá, 10 minutos depois tava uma lista de dispensa de trabalhador na porta da usina.[388]

Na percepção do sindicalista, a grande virada econômica em Minas Gerais ocorreu a partir dos anos 1970, no auge do terrorismo de Estado e na fase do chamado "milagre econômico". Contudo, o desenvolvimento industrial ocorreu no mesmo tempo em que houve a fragilização do movimento sindical. De fato, o crescimento se acelerou no momento em que o golpe autocrático repressor se estabeleceu, desencadeando uma brutal violência sobre o movimento e as organizações sindicais. Ao bloquear as liberdades de organização e expressão reivindicatória dos trabalhadores, o Estado adotou um regime em que as mediações democráticas já não interferiam em suas decisões e práticas de órgão político a serviço da classe dominante, tornando o histórico conflito entre capital e trabalho ainda mais desfavorável aos trabalhadores.

A despeito das particularidades da economia mineira, a repressão política sobre os trabalhadores, seus Sindicatos e seus movimentos não foi diferente da que ocorreu em outros estados da Federação. O conluio entre militares e empresários para reprimir o engajamento proletário na resistência democrática foi extensivo e atingiu as categorias mais engajadas na resistência. O regime militar implantou um "novo regime fabril" no interior das empresas. Tornou-se um fato notório a constituição de sistemas de vigilância, informação e perseguição nos estabelecimentos privados e autarquias estatais. O mundo do trabalho passou a conviver com um aparato repressor permanente, que contava com agentes públicos infiltrados entre os operários, integrados às Assessorias de Segurança e Informação (ASI) nos locais de trabalho, nos setores de Recursos Humanos (RHs) nas empresas privadas, além das investidas efetuadas pelos DOPS e Doi-Codi, entre outros dispositivos.

O sistema de colaboração e troca de informações entre os empresários e o regime ditatorial militar em Minas foi intenso, especialmente onde se empregavam categorias mais numerosas e organizadas. Foi o caso, por exemplo, das companhias siderúrgicas Belgo Mineira e Mannesmann, que apoiaram política e financeiramente a conspiração que resultou no golpe de 1964, e colaboraram com a repressão política que desabou sobre os operários. Lembre-se que tais empresas estavam representadas no encontro do IPES-MG, em janeiro de 1964, no Edifício Acaiaca. Na lista dos presentes àquela reunião constavam os nomes de Edwin May, da Mannesmann; e de Joseph Hein, da Belgo Mineira.

Os depoimentos de operários e sindicalistas constatam não somente a presença da polícia nos locais de trabalho, mas também a consolidação de um sistema de articulação entre empresas, Delegacia Regional do Trabalho (DRT) e DOPS-MG, com o objetivo de vigiar, perseguir e reprimir os trabalhadores e suas organizações. Mostram, ainda, que tal rede repressiva se estruturou como procedimento comum, mantendo-se adaptada mesmo após o regime militar. João Paulo Pires de Vasconcelos, operário na Belgo Mineira à época em que se deu o golpe de 1964 e ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade, relata a brutalidade sofrida pelos trabalhadores na empresa.

Tal repressão foi tão truculenta que produziu um caso inusitado de contradição entre os próprios agentes, conforme narra:

> Imediatamente, a empresa mandou um preposto conduzir 15 trabalhadores estáveis para que o tenente Corgosinho [Amaro Zacarias Corgosinho] fizesse a rescisão do contrato dos trabalhadores estáveis. O tenente recebeu os homens no Sindicato, olhou pra cara deles e falou com o preposto da empresa: 'não, eu não faço essa rescisão, não. Eu conheço esses homens todos. Esses homens são trabalhadores valiosos. Essa rescisão de contrato só pode ser feita após um processo de justa-causa. Eu não faço a rescisão desses contratos, a homologação'. Voltaram com os trabalhadores. Logo depois, o presidente da empresa, Joseph Hein comunicou-se com ele no Sindicato e falou: 'tenente Corgosinho, vou enviar novamente os homens aí para que o senhor faça a rescisão de contrato deles'. Ele falou: 'o senhor não mande, porque eu não farei a homologação dessas rescisões. Eu sou um homem da revolução aqui, mas eu vou cumprir a lei. Se o senhor não quer cumprir a lei, eu vou cumprir a lei'. O presidente da empresa falou: 'então, você vai sair daí'. Saiu e foi substituído por um contramestre, chefe do setor de energia, chamado Alencar de Assis. E o Alencar de Assis homologou as rescisões. [...] E aí, o que aconteceu depois disso? A empresa foi demitindo todos os trabalhadores estáveis que tinham segurança pra militar no Sindicato. [...] Esses trabalhadores eram conduzidos à cidade de Rio [Piracicaba], a [...] comarca, e lá era juiz um homem chamado Murilo Furtado. E o juiz de direito homologou todas essas rescisões ilegais."[389]

Ao que tudo indica, o contencioso repercutiu na empresa, já que os operários chegarem a parar a Usina. Todavia, como avaliou João Paulo Pires, a "empresa foi demitindo todos os trabalhadores estáveis que tinham segurança para militar no Sindicato". A homologação das rescisões ilegais passou a ser feita, inclusive,

pelo juiz de direito da comarca de Rio Piracicaba, Murilo Furtado. A repressão realizada pela Belgo Mineira, em João Monlevade, foi tão abusiva que provocou contradições ao aparato do regime. O grau de arbitrariedade transparece em outros momentos do relato. Por exemplo, quando narra como os trabalhadores eram forçados a assinar rescisões contratuais sob a mira de metralhadoras e sofrendo humilhações:

> [...] no chamado Serviço Social [...] os companheiros todos em pé com metralhadora nas costas iam entrando, um por um, dentro do escritório, onde ficavam à frente do senhor Ademar [Soares de Oliveira] e do Fausto [Godoy da Mata Machado]. O Fausto falava: 'e agora? Cadê o seu Sindicato? [...] Tá demitido, assina aqui'. Quem não assinava ia preso, e ele falava assim: 'some, pode pegar sua família e sumir da cidade'.[390]

O depoimento indica a presença de agentes policiais armados com metralhadoras, acompanhando o processo de demissão. Isso já evidencia a existência de uma articulação entre o regime militar e a empresa para reprimir os operários mais esclarecidos. Como se não bastassem tais arbitrariedades e o uso da força, o relato também evidencia a humilhação aos demitidos. A conduta, no contexto da época e do cotidiano em João Monlevade, mostra-se física e moralmente agressiva e violenta, sobretudo porque a empresa era proprietária de tudo na cidade, inclusive das casas onde moravam os operários, conforme relato:

> O clube era da Belgo, o mercado da Belgo, o posto de abastecimento da Belgo, lactário da Belgo, hospital da Belgo, ambulatório da Belgo, tudo era da Belgo, sua vida era da Belgo. Eles tomavam conta de tudo, da sua vida particular, se intrometiam na sua liberdade.[391]

O esquema de vigilância, de perseguição e de repressão política, longe de ser casual e contingente, erigiu-se como prática no interior das empresas. Os trabalhadores tinham ciência da situação. Em audiência pública, o metalúrgico e sindicalista Gilberto Antônio Gomes disse o seguinte:

> A Belgo Mineira em Contagem, por exemplo, já no meu período de Sindicato, em 1984, ainda tinha elementos infiltrados do DOPS dentro da empresa. Então, desde a greve de 1968 até o período da década de 1980, a Belgo teve uma participação [...] da polícia dentro do seu corpo de funcionários.[392]

Na sua exposição, fez também referência a outro instrumento de perseguição, as "listas", muito conhecidas no meio operário. "O problema da lista negra é que nós éramos demitidos das empresas e não sabíamos por quê [...]. As empresas e o DOPS tinham acesso direto às nossas fichas de admissão e demissão dessas empresas".[393] São relatos que evidenciam a consolidação de um sistema cada vez mais elaborado de controle policialesco sobre os trabalhadores, perpetrado pelo regime militar em conluio com o capital. Tal prática se disseminou e se tornou procedimento comum nas fábricas da Cidade Industrial de Contagem, sobretudo a partir de 1968, especialmente quando se iniciou o terrorismo de Estado.

A FIAT também implantou a perseguição em colaboração com o regime militar, conforme denunciam os sindicalistas Oraldo Paiva[394] e Gilberto Antônio Gomes ("Giba").[395] A pesquisadora Carolina Dellamore também constatou que, nos arquivos abrigados no APM, existem registros de ofícios mediante os quais a Companhia Siderúrgica Mannesmann, no ano de 1972, solicitava ao DOPS-MG a investigação sobre a conduta de trabalhadores que iriam ser admitidos, anexando-lhes uma lista com dados sobre os operários. O objetivo era a "verificação de possíveis ocorrências desabonadoras". Em poucos dias, o remetente recebia a resposta, que indicava se a contratação prosseguiria ou seria cancelada.[396]

Diante do aparato repressivo institucionalizado, articulando as empresas com os órgãos policiais civis e as forças militares, foram em número inestimável os casos de violações aos direitos dos trabalhadores – perseguições, constrangimentos, demissões injustas, prisões arbitrárias, torturas, assassinatos e desaparecimentos por motivação política, e intervenções em Sindicatos – ocorridos a partir dos primeiros dias após o golpe de 1964. Os dados e informações coletados comprovam o contexto repressivo que atingiu os trabalhadores de várias formas, ainda que não tenha conseguido aniquilar sua organização. Os casos de repressão política sob o regime militar podem ser descritos a partir da ação do aparato sobre os movimentos reivindicatórios, a organização sindical e os trabalhadores de forma individual.

Eventos reprimidos

Os movimentos grevistas

Considerando-se os movimentos reivindicatórios ocorridos no período militar, pode-se afirmar que a repressão política tentou desarticular, de maneira imediata, os setores mais conscientes dos trabalhadores. Logo após o golpe de

1964, a violenta coerção afetou o movimento sindical e fragilizou as condições de trabalho na fase de consolidação do regime militar. Conforme Portugal e Assumpção, o número de greves no Brasil:

> [...] caiu drasticamente com a repressão policial, militar e empresarial, que recrudesceu com o golpe. Em 1964, não acontece nenhuma greve; entre 1965 e 1967, ocorreram apenas 41, a maioria pequenas paralisações por empresa.[397]

Todavia, a repressão não elimina a luta de classes. Em termos de movimentação proletária, os principais eventos pós-golpe conhecidos ocorreram em 1968 e entre 1978 e 1985. O primeiro grande movimento grevista, com ampla repercussão na sociedade civil e no interior do próprio governo militar, foi constituído pelas duas greves metalúrgicas de Belo Horizonte e Contagem, ocorridas em 1968. Tal manifestação, acontecida em dois pulsos – abril e outubro –, adquiriu tamanho significado que a notícia correu como verdadeira "bomba" em Minas Gerais e no País inteiro. A maior surpresa para as autoridades governamentais e razão de regozijo para a resistência democrática ficou por conta da ousadia operária, ao reivindicar reajuste salarial e, ao mesmo tempo, questionar a própria política salarial vigente.

As greves de 1968, inclusive as paralisações desencadeadas pelos taxistas e pelos bancários, foram de importância superlativa. As demais, protagonizadas pelos professores da rede privada e pública, em 1979; pelos trabalhadores do ensino dirigidos pela União dos Trabalhadores do Ensino (UTE), em 1980; e pelos operários da construção civil em Belo Horizonte, em 1979, também se revestiram de enorme importância. Todas obtiveram uma grande repercussão na sociedade belo-horizontina e causaram preocupações nos governos estaduais. De um modo geral, foram tratadas como caso de polícia, mesmo quando já se aproximava a Constituinte.

A greve metalúrgica de abril, em 1968

O ano de 1968 foi emblemático no Brasil e no mundo. Aqui havia uma ascensão do combate democrático ao regime ditatorial militar. Entre os trabalhadores, ganhava corpo a luta contra o arrocho salarial e a legislação que os vinha massacrando desde o golpe de 1964: retirando-lhes os direitos; cerceando ou intervindo nas suas instâncias de organização, como os Sindicatos e as federações; dificultando ao extremo quaisquer manifestações democrático-populares de oposição. No entanto, mesmo no contexto de arbítrio, os operários conseguiram organizar-se e mobilizar-se para alcançar suas reivindicações.



Figura 33 - Assembleia dos trabalhadores metalúrgicos em Belo Horizonte / Contagem, em 1968. Fonte: http://fsmemoriasindical.blogspot.com.br/2010/10/greves-de-1968-em-contagem-e-osasco-o.html

O ano de 1968 no Brasil ficou marcado na memória dos movimentos de oposição ao regime militar, sobretudo, pelos pronunciamentos operários de Contagem, Minas Gerais, e Osasco, São Paulo. Como a área de abrangência da Covemg é Minas Gerais, aqui se tratará das duas greves de metalúrgicos na Cidade Industrial, e das paralisações encetadas pelos taxistas e pelos bancários de Belo Horizonte. O objetivo é colocar em relevo a capacidade organizativa dos trabalhadores, mesmo em um forte contexto repressivo, além de demonstrar as violações de direitos humanos perpetradas pelos agentes estatais contra os trabalhadores em luta e suas entidades representativas.

A Cidade Industrial de Contagem, localizada na Região Metropolitana de Belo Horizonte, foi o primeiro parque empresarial planejado de Minas Gerais. Inaugurada em 1946, sua consolidação só ocorreu nos anos 1960, quando já contava com 105 indústrias em funcionamento.[398] Ao longo dos anos em que transcorreu a sua implantação, o complexo atraiu milhares de trabalhadores provenientes de diversas cidades mineiras, de outros estados e até alguns do exterior, em busca de trabalho e de melhores condições de vida. Assim, em meados dos anos de 1960, já atuavam na região 18 mil operários de várias categorias econômicas.

Os trabalhadores pioneiros enfrentavam muitos problemas: péssimas condições de labor; elevado índice de acidentes; vigilância e controle constantes;

superexploração; salários baixos; inflação alta. Semelhante situação provocava o chamado arrocho salarial, prática integrante da política econômica vigente e fonte de vida precária. A oposição ao regime militar já se construíra na região. Luiz Marcos Magalhães – então dirigente da Ação Popular (AP), membro de seu Comando Regional em Minas Gerais e o responsável pelo trabalho operário – relata em depoimento à Covemg que acompanhou o trabalho da célula local, com presença em fábricas metalúrgicas importantes, na qual militavam Ênio Seabra, Mário Bento e Renato Godinho, entre outros. Tal organismo já decidira, inclusive, preparar a greve.[399]

A organização clandestina também estava presente na categoria dos petroleiros, em que atuavam Agnaldo Quintela, presidente do Sindicato desde 1967, e Afonso Cruz. Existiam ainda, na Cidade Industrial, a estrutura da "Corrente", em que militava Conceição Imaculada, diretora do Sindicato, assim como, segundo rememorou Carlos Delamonica em depoimento à Covemg,[400] membros do PCdoB. Há notícias e narrativas sobre incursões realizadas por outros movimentos com fins de solidariedade ou divulgação política, estando alguns com presença estabelecida ou em fase de implantação.

O papel desses partidos, organizações e agrupamentos foi decisivo para o desencadeamento e a direção efetiva da greve, como defende Augusto Buonicore, com base em relatos de antigos militantes:

> [...] entrevistas recentes com antigos militantes operários de Belo Horizonte e Contagem ofereceram novas interpretações [...]. Utilizarei aqui como fontes dois depoimentos essenciais. O primeiro é do dirigente do PCdoB Vital Nolasco, que era militante da Ação Popular. O segundo é de Otavino Alves da Silva, ex-militante da Polop. Os dois eram operários e atuaram naquela histórica greve. [...] Eles esclarecem, por exemplo, que um dos principais dirigentes daquela greve, o operário Ênio Seabra, era militante da Ação Popular, uma organização da esquerda católica que havia recém-aderido ao marxismo-leninismo. Declarou Nolasco: 'a Ação Popular, por exemplo, era força hegemônica na comissão de fábrica da Mannesman e esta era a maior empresa da cidade. Ali, inclusive, criou-se um Jornal de massa chamado 'Companheiro' [...]. Entre os diretores do Sindicato dos Metalúrgicos existiam militantes de outras organizações de esquerda [...]. A secretária-geral da chapa, Maria Imaculada Conceição, que não foi cassada, era ligada a uma das dissidências armadas do PCB. [...] Assim, afirmou Nolasco, [...] 'houve durante este período um trabalho prévio de conscientização e organização dos trabalhadores. Já estava sendo preparada pela esquerda sindical [...]. Ou seja, não surgiu do nada'.[401]

Nesse contexto, a greve na Companhia Siderúrgica Belgo Mineira foi deflagrada. No dia 16/04/1968, 1.200 trabalhadores no setor de trefilaria deram início à paralisação, com a ocupação da fábrica. Uma comissão de negociação foi eleita para negociar com os diretores, alguns dos quais retidos no recinto de trabalho, sem poder sair. As principais reivindicações eram melhorias nas condições de trabalho e reajuste de 25% nos salários, em contraposição aos 10% oferecidos pelos patrões. Não houve acordo e, no dia seguinte, a DRT decretou a ilegalidade do movimento. Como surgiram rumores sobre "uma possível invasão policial da fábrica ocupada",[402] os trabalhadores decidiram então sair da Belgo e seguir para o Sindicato dos Metalúrgicos. Às "18 horas do mesmo dia a Polícia Militar ocupa a empresa."[403]



Figura 34 - Movimento grevista na Belgo Mineira, Contagem, 1968. Fonte: http://www.contagemnotempo.com.br/greve-dos-metalurgicos-1968-cidade-industrial/



Figura 35 - Metalúrgicos da Belgo Mineira, MG, em abril de 1968. Fonte: http://www.contagemnotempo.com.br/wp-content/uploads/2016/05/metalurgicos-1.jpg

O movimento ganha a adesão dos operários da Sociedade Brasileira de Eletrificação (SBE) e da Mannesmann, totalizando cerca de 6 mil grevistas. No dia 20 de abril foi eleito, em assembleia, o comando de greve unificado, dirigida por Ênio Seabra, importante sindicalista que presidira o Sindicato dos Metalúrgicos antes do golpe, encabeçara a chapa eleita em 1967 e fora impedido de tomar posse pela DRT. No mesmo dia, o Ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, chegou a Belo Horizonte para negociar diretamente com os grevistas. O coronel se dirigiu aos operários em assembleia, mas não conseguiu convencê-los a voltar ao trabalho: sentiram-se desafiados pelo discurso que "caracterizou a greve como uma tentativa de derrubar o regime militar".

A postura e as ameaças do ministro militar desferidas diante dos operários, dos representantes grevistas e do Sindicato, renderam-lhe vaias e, em vez de amedrontar, provocaram a ampliação do movimento, com novas adesões. Os grevistas não se intimidaram e mantiveram suas reivindicações. Nos dias subsequentes, os trabalhadores da RCA Victor, Demisa, Industam, Acesita, Minas Ferro, Material Ferroviário S/A (Mafersa), Cimec, Pohlig Heckel Brasil S.A. e outras seções da Belgo Mineira também pararam. Sob a pressão de massas, o governo ofereceu um abono salarial de 10%, que seria incorporado ao salário, mas a proposta foi recusada.

Na sequência, outras fábricas também pararam. No dia 23 de abril, a Cidade Industrial de Contagem e a parte que lhe corresponde em Belo Horizonte já contavam com, aproximadamente, "20 mil trabalhadores em greve"[404] e 20 empresas paralisadas. Enquanto isso, a PMMG ocupava as ruas da região, tentando impedir a realização de assembleias e concentrações. Ao mesmo tempo, os empresários, com a cobertura da polícia, passaram a convocar os operários em casa para retornarem

ao trabalho, sob a ameaça de demissão por justa causa.[405] A partir daí, iniciou-se um refluxo do movimento, que não estava preparado para tamanho confronto.



Figura 36 - O Ministro do Trabalho Coronel Jarbas Passarinho tenta encerrar o movimento grevista, em 1968. Fonte: http://www.contagemnotempo.com.br/greve-dos-metalurgicos-1968-cidade-industrial/

No dia 24 de abril, uma parte da categoria voltou ao trabalho. No dia seguinte, em face da correlação de forças, uma nova assembleia dos metalúrgicos votou pelo fim da greve, mas o ânimo permaneceu elevado:

> [...] o clima vitorioso é evidente, com a conquista do reajuste de 10% inicialmente proposto. Os metalúrgicos de BH e Contagem mostraram que era possível lutar contra o regime. Dias depois, Costa e Silva anuncia a extensão do reajuste para todos os trabalhadores e trabalhadoras do Brasil.[406]

Na ALMG se criou uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as causas e os eventos do conflito. Um dia após o fim do movimento, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Antônio Santana, foi preso. Conceição Imaculada, uma das dirigentes do movimento, permaneceu dentro do Sindicato, até ser resgatada pelo deputado Edgar da Matta Machado, que a levou para depor em segurança, sendo liberada em seguida. Ênio Seabra narrou a sua perseguição e detenção nos primeiros dias de maio:

> Eles me prenderam em consequência da greve. Me chamaram lá no DOPS, eu fui até lá acompanhado de um advogado, mas chegando lá o delegado do DOPS disse que eu estava preso, que era uma ordem do comando do Exército e, a partir daquele momento, me manteve encarcerado.[407]

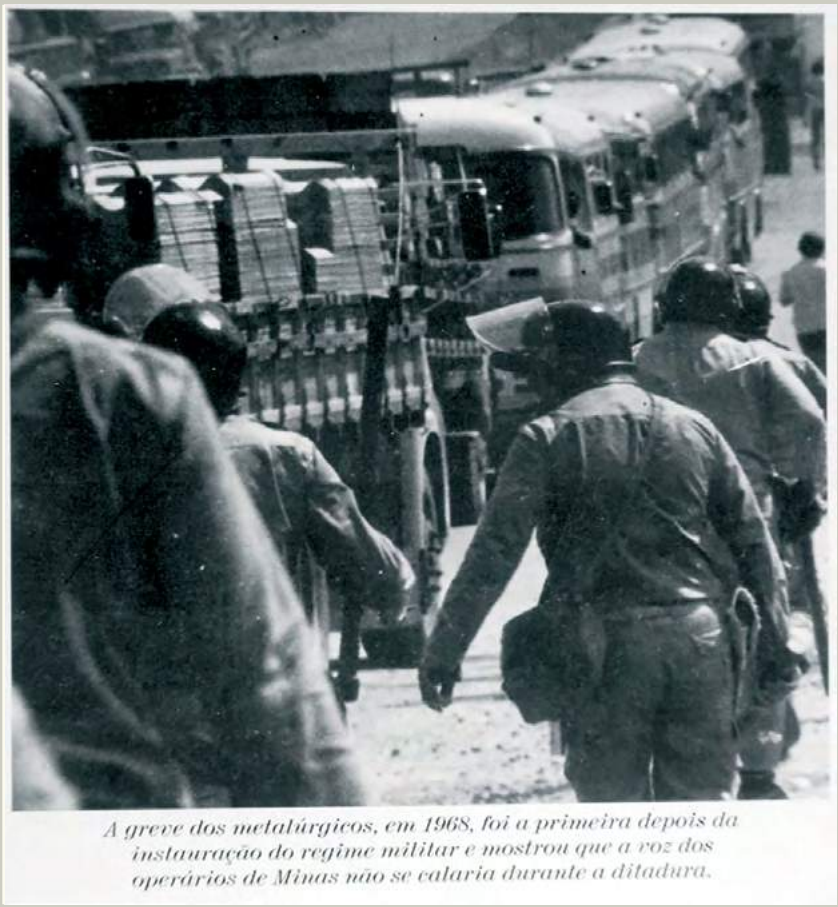


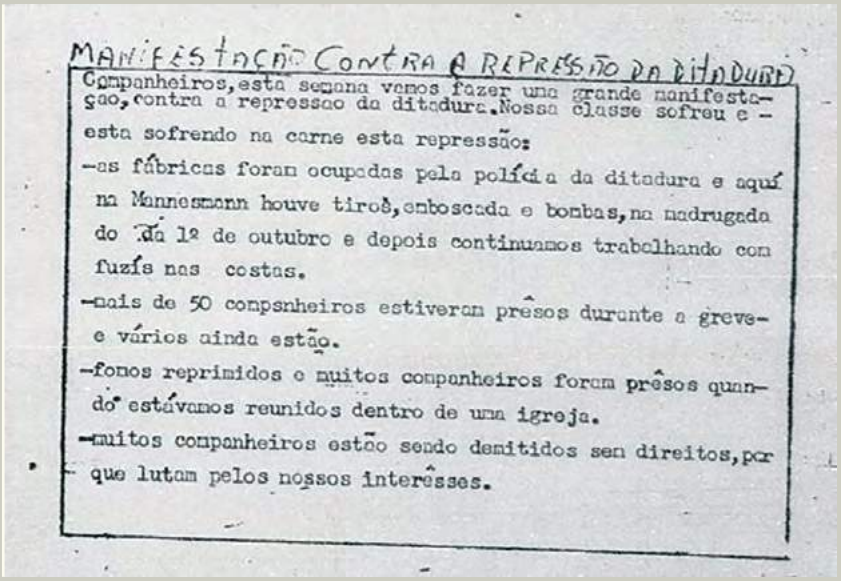
Figura 37 - Tropa da PMMG. Fonte: Revista do Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem e Região, 80 Anos, agosto de 2014

A greve de abril, em Contagem, tornou-se um marco da luta operária de resistência ao regime militar. Em termos salariais, os trabalhadores conseguiram um abono fora das cogitações governamentais, que se estendeu ao País inteiro. Em termos políticos, mobilizou grande contingente de operários na Cidade Industrial, inclusive um grande setor de massa não sindicalizado, que viu nesse movimento um espaço para mostrar sua insatisfação diante da exploração e do processo de empobrecimento a que estava submetido. O mundo do trabalho, por meio daquele ato pioneiro, questionou a legitimidade de proibir-se a greve.

A greve metalúrgica de outubro, em 1968

A paralisação dos metalúrgicos em outubro, a segunda leva grevista de 1968, teve como motivação reivindicatória o reajuste salarial de 50%. Iniciou-se no dia 1º de outubro, paralisando inicialmente a Pohlig Heckel do Brasil S/A. Como estratégia para ampliar-se o movimento, a comissão de greve organizou piquetes e

comícios relâmpagos. À tarde, cerca de 10 fábricas já se encontravam paradas. Contudo, ao contrário do que havia ocorrido em abril, a repressão já estava preparada para agir. Na Companhia Siderúrgica Mannesmann, por exemplo, os trabalhadores nem chegaram a começar a paralisação, pois foram surpreendidos pela polícia, como denunciou o Jornal produzido pelos operários da empresa, chamado Bodoque.



MANIFESTAÇÃO CONTRA A REPRESSÃO DA DITADURA

Companheiros, esta semana vamos fazer uma grande manifestação, contra a repressão da ditadura. Nossa classe sofreu e está sofrendo na carne esta repressão:

-as fábricas foram ocupadas pela polícia da ditadura e aqui na Mannesmann houve tiros, emboscada e bombas, na madrugada do dia 1º de outubro e depois continuamos trabalhando com fuzis nas costas.

-mais de 50 companheiros estiveram presos durante a greve e vários ainda estão.

-fomos reprimidos e muitos companheiros foram presos quando estávamos reunidos dentro de uma igreja.

-muitos companheiros estão sendo demitidos sem direitos, porque lutam pelos nossos interêsses.

Figura 38 - Jornal Bodoque (Ano I, nº6, outubro 68), editado clandestinamente por operários da Companhia Siderúrgica Mannesmann. Fonte: APM. DOPS/MG. Pasta 0905, rolo 025, out.1968/fev.1969, imagem 9

A iniciativa e as formas assumidas pela repressão evidenciavam que o regime ditatorial militar não iria dar espaço para que um novo movimento, de proporção igual ou superior ao anterior, pudesse surgir e se fortalecer, como reforça Ênio Seabra:

> No mesmo ano de 68 [1968], em outubro, nós nos preparamos para uma outra greve, mas não nos preparamos para enfrentar batalhão militar, contingente militar. Nós estávamos preparados para uma outra greve, agora, a polícia preparou para dissolver a greve.[408]

No mesmo dia em que teve início o movimento, a DRT de Minas Gerais decretou a ilegalidade da greve e interviu no Sindicato dos Metalúrgicos, destituindo a diretoria eleita, em pleno mandato. Todavia, a atuação do então delegado do trabalho, Onésimo Viana, foi além da questão sindical. No acervo do DOPS-MG

há um ofício de sua autoria, expedido ao secretário de Segurança Pública do estado em 1º/10/1968, solicitando providências para instaurar um processo criminal, com base na Lei de Segurança Nacional, contra aqueles que julga serem os responsáveis pela eclosão do movimento.

Na lista estão os nomes de membros da diretoria sindical e importantes dirigentes operários que haviam participado também do movimento de abril, tais como: Ênio Seabra, Mário Bento da Silva, Conceição Imaculada de Oliveira, Antônio Santana Barcelos, Joaquim José de Oliveira, Luiz Fernando de Souza, José Nilson Santos, Renato B. Viegas e Argentino Martins.[409] O documento demonstra a colaboração do delegado regional do trabalho em Minas Gerais com a repressão. Várias pessoas foram detidas já no dia 1º de outubro. Às 9h30, na Cidade Industrial, foram presos outros integrantes do movimento.

A operação policial militar alcançou, primeiramente, os seguintes militantes: Benedito Pedro de Paula, gravador na Metalgráfica Triângulo; João Vieira, escriturário da Metalgráfica Triângulo; Paulo Guilherme Rosa, escriturário da Metalgráfica Triângulo; Wilson Dias de Araújo, escriturário da Metalgráfica Triângulo; Joaquim Galdino dos Santos, trabalhador na Metalgráfica Triângulo; Leonícia Firmino de Souza e Maria Luiza de Araújo, ambas funcionárias da JMA. O responsável pelas detenções foi "João (ilegível) Filho – 2º sargento PM – chefe da guarnição", sob a Ocorrência 8665.

No documento do DOPS-MG, o motivo da prisão foi assim relatado:

> Encontravam-se na manhã de hoje percorrendo as indústrias da Cidade Industrial em companhia de várias outras distribuindo material de propaganda de greve e subvertendo a ordem pública. Ditos elementos chegaram nas portarias das fábricas e tentavam, com anúncios relâmpagos e ameaças, impedir que os operários da fábrica focalizada continuassem a trabalhar.[410]

Foram também presos: João Afonso, metalúrgico ajustador, e Edson Moreira, metalúrgico, ajudante de ajustador, às 17h47, na Cidade Industrial. A natureza da detenção foi identificada como "subversão". Segundo a Ocorrência 8676, João Afonso e Edson "faziam parte de um grupo de 50 pessoas que andava em todas as fábricas da Cidade Industrial pressionando os trabalhadores para que entrassem em greve." Ou seja, esses militantes foram presos por fazerem "piquete", forma de mobilização amplamente utilizada em greves. No relato oficial não constam os nomes dos agentes que os prendeu, pois traz apenas

que o "executante" foi a "guarnição da PV 46"[411]. Em outras fichas produzidas pelo DOPS, fica-se sabendo que ambos são trabalhadores da Pohlig Heckel do Brasil S/A.[412]

Ainda em 1º de outubro foram detidos: Vitor Hugo Gomes, eletricista; Renato Brandão Viegas, mecânico; Pedro Garcia Gomes, metalúrgico; Paulo Domingos de Souza, galvanizador; Osvaldo Siqueira Galantini, eletricista. Todos trabalhadores da Mannesmann, foram aprisionados às 23h30, dentro da própria empresa, pelo "Ten. Schmitz e Pol. Gustavo", da Patrulha Volante, como constatado no Boletim de Ocorrência 8684. A "natureza" da detenção foi identificada pelos policiais como "contra patrimônio". Os trabalhadores estavam distribuindo panfletos e foram qualificados como "líderes agitadores no movimento grevista que foi deflagrado na Cidade Industrial".[413]

No dia seguinte, as autoridades os encaminharam ao departamento de vigilância Social.[414] Também no dia 2 de outubro, às 15h50, foi preso Heraldo Turíbio Gonçalves, maquinista da Mannesmann, pelos "investigadores Sabino Catão e o subinspetor Hélio de Paula, do DVS", e conduzido pela PMMG com base na Ocorrência 8701. O local da prisão foi também identificado: Mannesmann. A natureza ficou caracterizada como crime "contra a paz pública".[415] Às 23h15, as forças do regime detiveram, por "subversão da ordem", Pedro Sebastião Rodrigues e Sebastião Soares Benevides, ambos metalúrgicos da Mannesmann, "pelos policiais Moacir Gomes e Luiz Vital Lourenço, do 5º BI".[416]

Em seguida foram conduzidos por "Léo Machado 1º sarg. PM" ao departamento de vigilância social, sob a acusação de "apedrejamento em um ônibus da Cia. Mannesmann e distribuição de boletins grevistas".[417] Também conduzidos pelo "capitão Antonio Egg" ao Departamento de Vigilância Social, nos dias 3-4/10/1968, estavam os seguintes trabalhadores: Barcelar Antônio Eustáquio, metalúrgico da Metalgráfica; Benedito Guedes, Maurílio José Coelho, José Pereira Idelfonso e José Anastácio Machado, empregados na Pohlig Heckel do Brasil; Lauro Justino da Silva e Joaquim José de Oliveira, trabalhadores da Única S/A; Milton de Freitas Carvalho, da Refrigeração Ir; Pita e Ercias Gomes de Oliveira, da Cimec; José Antunes Pereira, trabalhador na SBE; Antônio Belo, metalúrgico da Mannesmann; José Venâncio de Souza, trabalhador na Magnesita; Jurandir Paulo da Silva, operador; Nelson Evangelista Espinola, metalúrgico.[418]

Os seus nomes estavam escritos nas fichas de ocorrência no departamento de vigilância social, mas são omitidos as identidades e os motivos dos agentes que executaram a prisão e nem o motivo.[419] Alguns dirigentes do Comitê de

Greve – Ênio Seabra, Renato Godinho Navarro e Luiz Eduardo Grapiuna Lima – foram presos em uma operação policial, quando realizavam uma reunião dentro da Igreja Nossa Senhora da Piedade, no Bairro Inconfidentes, localizada nas proximidades da Cidade Industrial, em Contagem. O padre Peter Marie Lohs, responsável pela Igreja, também foi detido para dar explicações compulsórias.[420]

Com o comitê de greve preso, o Sindicato dos Metalúrgicos sob a intervenção da DRT e os membros de sua diretoria também detidos ou na mira da repressão, além de demitidos, ficou seriamente afetada a capacidade de sustentação do movimento. Aos poucos, a greve entrou em declínio. No dia 4 de outubro, já cassados, os membros da diretoria foram também demitidos das fábricas em que trabalhavam, como narra Antônio Santana Barcelos:

> Mas, na cassação de outubro, nós perdemos, bom, eu pelo menos perdi, a condição de estar no meio metalúrgico, pois eles cassaram o meu mandato, a Companhia Siderúrgica Mannesmann me mandou embora sem direitos, por subversão, e eu não conseguia emprego em lugar nenhum, e como diz o outro, eu fiquei duro né?[421]

Para piorar a situação a demissão foi oficialmente formalizada como sendo por justa causa, conforme afirma Luís Fernando de Souza:

> O que eu não aceitava era justa causa, porque eles me deram justa causa [...] Como deram justa causa a Antônio Santana também... Ao Ênio [Seabra] também, todos que foram demitidos, tinha um suplente também aí, era o Zenílson, também foi demitido por justa causa.[422]

O artifício de afastar o empregado por justa causa tinha por objetivo "manchar" a sua carteira de trabalho para dificultar-lhe o acesso a um novo emprego. Além disso, anos depois, como aponta Antônio Santana, foi descoberto que havia um código, criado pelos empregadores, que possibilitava identificar quem havia participado na greve de outubro:

> E aí eu fiquei impressionado na época, porque, poxa, eu li minha carteira de tudo quanto é jeito, não tem nada constando aqui que eu sou grevista, que eu fui presidente do Sindicato, eu fui conhecido? Eu sabia que saía na reportagem do Jornal todo dia, na televisão e tal, mas que eu era um grevista de 64 [1964], de 68 [198], não estava escrito. Depois de muitos anos, eu estava trabalhando de fotógrafo num Jornal e fui fazer uma cobertura de um encontro do pessoal da FIEMG [Federação da Indústrias do Estado de Minas Gerais]. Aí eu

> falei com ele [presidente da Mannesmann]: 'doutor, até hoje eu não sei como é que era o código que vocês utilizaram pra gente não conseguir emprego em outras indústrias metalúrgicas'. [Ele disse:] 'Ah, foi simples demais, todos aqueles subversivos têm na carteira a data de 04 de outubro de 1968, todos foram demitidos no mesmo dia, todos que têm o dia 4, todo mundo tava avisado'. Aí eu olhei, realmente, todos estavam 4 de outubro de 1968, todos eles que foram demitidos junto comigo, na época, tinham a data de outubro de 1968.[423]

Assim, todos os operários demitidos na segunda paralisação dos metalúrgicos de 1968 eram identificados e não conseguiam emprego. A repressão sobre os trabalhadores, depois da greve de outubro, gerou vários tipos de abusos além do acontecimento propriamente dito. O Sindicato dos Metalúrgicos ficou sob intervenção até julho de 1969, quando se realizou uma nova eleição para a diretoria. Muitos trabalhadores foram presos e alguns torturados, como Ênio Seabra, que denunciou as violências sofridas, entre as quais o fato de ter "levado umas marteladas nos dedos, no tornozelo; algumas pancadas".[424]

Outros tantos foram excluídos do mercado de trabalho, sem contar o clima de medo e a vigilância que se tornaram presentes dentro das fábricas. Nos anos posteriores às duas greves e a partir da decretação do AI-5 em dezembro de 1968, a repressão se intensificou em todo o Brasil. Na Cidade Industrial não foi diferente. Aliada à repressão do regime militar estava a vigilância e os desmandos patronais. Tornou-se comum a cumplicidade e a colaboração entre os empresários e o DOPS, para filtrar contratações mediante a "verificação de possíveis ocorrências desabonadoras registradas nos arquivos dessa delegacia".[425]

As greves dos metalúrgicos de 1968, na Cidade Industrial de Belo Horizonte e Contagem, foram um marco na luta operária durante o regime militar. Se em abril houve ganho econômico e político, em outubro a vitória já não foi possível, de vez que a repressão policial militar, secundada pelo ditado e a colaboração empresarial, abateu-se com virulência sobre o mundo do trabalho na região, demonstrando que o País caminhava para o terrorismo de Estado. No fim do ano, a edição do AI-5 deixou clara a disposição de aprofundar o arbítrio, para garantir a continuidade de seu projeto de desenvolvimento econômico hostil ao mundo do trabalho e ao povo brasileiro.

Um relato sobre o tratamento dispensado a Conceição Imaculada em um quartel da PMMG deve ficar retido na memória democrática, como imagem típica da política aplicada contra o movimento operário e sindical:

Presa política durante o período, a primeira mulher a fazer parte direção do Sindicato dos Metalúrgicos, Conceição Imaculada sofreu um aborto depois de torturada num quartel no bairro Calafate, em Beagá. Num primeiro momento eu não vi ninguém. Era só eu sendo torturada. Então eu tive uma hemorragia muito grande porque estava grávida e sofri um aborto.[426]

A greve dos taxistas, em 1968

Em Belo Horizonte, no dia 14/05/1968, iniciou-se a greve dos motoristas, reivindicando melhores tarifas e maior segurança no trabalho, principalmente no horário noturno, tendo em vista o aumento de assaltos à categoria. Sem dúvida, eles sentiam-se estimulados pela manifestação dos metalúrgicos. Durante o movimento, muitos participantes acusaram a então diretoria do Sindicato dos Condutores Autônomos de omissão diante dos interesses da categoria, sendo que muitos exigiam a sua deposição. Conforme reportagem publicada pelo Jornal Diário da Tarde, na edição de 15//1968, cerca de 1.500 veículos se concentraram em diferentes pontos da capital mineira e paralisaram algumas ruas do Centro, como forma de exigirem o atendimento de seus pleitos.[427]



Figura 39 - Início da greve dos taxistas em Belo Horizonte. Fonte: Jornal Última hora, 15/05/1968. In: APM. DOPS/MG. Pasta: 0252, rolo 017, maio1968/ago.1968, imagem 72

A repressão foi imediata. Declarada ilegal a greve, iniciaram-se as prisões dos participantes. Já no dia 14, o departamento de guarda civil – divisão da radiopatrulha – recolheu, na encruzilhada das avenidas Pedro II com Mauá, no Bairro Carlos Prates, os motoristas João Batista Oliveira, Geraldo Evaristo Oliveira, Manuel Batista Silva, Márcio Bastos Dabul e Ediel José Santos, que segundo anotação no Boletim de ocorrência, "parece-nos o mentor". Sobre o motivo da prisão, relata o patrulheiro no Boletim de Ocorrência 1.207:

> Cumprimos o dever de informar-lhes que os acima conduzidos encontravam promovendo desordem à Av. Pedro II c/ Mauá fingindo de motoristas de praça para apedrejarem ônibus e demais carros que por ali trafegavam. Vários veículos que por ali passavam foram com seus vidros e pneus furados porque os motoristas não podiam nem reclamar aos policiais ali em serviço devido ao aumento de desordeiros ali concentrados [...].[428]

Também no dia 14, em outro local da cidade – Praça da Estação Ferroviária –, foram aprisionados Elizeu Alfredo Ferreira, Henrique Ermenegildo da Silva e Antônio José de Campos, pelos "Sg. Dácio, Cabo Sinésio, Sd. Campos". A natureza do delito teria sido "contra os costumes – contravenção". Dácio Batista, 2º sargento PM, que assina a ocorrência 4.457, afirma que os citados "foram detidos por estarem perturbando a ordem, bem como apedrejando os veículos (táxi) que passavam no local acima. [...] tais elementos estavam ainda fazendo com que outros os acompanhassem em tal ato".[429] Ou seja, fazendo piquete, prática usual durante as greves, para se convencerem os trabalhadores a participar.

Foram, ainda, detidos 55 motoristas grevistas no dia 15/05/1968, tendo sido liberados às 24 horas do mesmo dia, entre os quais: Waldevino Antunes Vieira, João de Almeida Freire, Nelito Rodrigues Pereira, João Nogueira Duarte Filho, José Alberto Pinto Fiuza, João Batista de Almeida, Cesarinho José Félix, Dorival Jorge de Jesus, José Eustáquio Caetano, Edimar Jeferson de Paiva Lopes, João Matias de Souza, José Pires dos Santos, José Leão Câmara, Edson Cruz Baldil, Heni Jorge do Nascimento, Melquíades Pereira da Silva, Vicente Moreira, Alvimar de Oliveira Santana, Severino José Soares, José Pereira, Joaquim Balduino Felipe, Onildo Neves de Carvalho, Joaquim Tiago Filho, Emílio José Fonseca Muzzi, José Eymard Monteiro, Almir Scarpelli Vilaça, José de Paula, Wilson de Castro, Geraldo Eustáquio dos Santos, João Batista Pereira, Ercides Soares de Oliveira, Cristóvan Bonifácio da Silva, Lincoln Inês Ribeiro, Claudomiro Antônio de Souza, Venancius Ferreira, João Batista de Oliveira, Erli Rabelo da Costa, Alcides Liberato Pereira, Múcio Gonçalves dos Reis, Olavo Batista de Oliveira, Pedro Simões Neves, Josias Costa Peles, Vicente Pereira da Silva e Ivaldo Alves Martins.

Também foram presos alguns indivíduos que, mesmo exteriores à categoria, estavam apoiando o movimento: João Resende Dias, escriturário; José Hermínio de Souza, funcionário dos Correios e Telégrafos; Antônio Carlos Chaves, lavador de carros; Vanir Soares de Magalhães, comerciário, que trabalhava na Casa dos Cereais Alto Paranaíba Ltda; Sebastião Chaves de Abreu, comerciante; José dos Santos Oliveira, torneiro mecânico, que teria comprado carro há pouco tempo; Mário Del Cantoni Júnior, motorista, mas que não estava exercendo a profissão; Márcio Antônio Del Catoni, gráfico, que trabalhava nos 'Diários Associados e Emissoras Associadas; Geraldo Magela de Oliveira e José Dias Filho, desempregados; Felismundo de Paula Alves, motorista, mas vivendo de biscates.[430]

Na lista, além de constarem os dados pessoais dos detidos – nome completo, filiação, data de nascimento, nacionalidade, naturalidade, estado civil, endereço, profissão, carteira de motorista e placa do carro –, registravam-se as seguintes informações acerca do autuado: se trabalhava por conta própria ou, caso trabalhasse para outra pessoa, o endereço do proprietário do táxi. Conforme o delegado Fábio Bandeira, em declaração ao Jornal Última Hora, de 16/05/1968, os donos dos veículos também seriam responsabilizados, pois nada teriam feito para impedir que seus empregados se envolvessem.[431]

Na mesma reportagem o Jornal informa que a greve foi declarada ilegal e que, imediatamente, "o Departamento de Vigilância Social passou a prender todos os motoristas que se encontravam fazendo piquetes ou aconselhando seus colegas a não furar greve". Na declaração do delegado Fábio Bandeira:

> [...] os responsáveis estão sendo encaminhados ao DOPS, onde são ouvidos em inquérito já instaurado, e estas medidas independem ainda de outras, como cassação de registro, matrícula e corte das placas de táxi que se encontram no movimento paredista.

O secretário de segurança, Joaquim Gonçalves, também ameaçou os grevistas com a suspensão da Portaria que proibia "o emplacamento de novos carros", o que não seria de interesse da categoria, pois aumentaria a concorrência. A repressão policial amplamente utilizada pelas polícias militar e civil. O Jornal Última Hora informa, por exemplo, que "vários comandos da Polícia Civil se encontravam [...] nas ruas, prendendo os motoristas que se negavam a trabalhar e levando-os para o DOPS, para serem interrogados".[432] Nesse clima, a greve foi temporariamente suspensa pela categoria no próprio dia 15 de maio, como informa o mesmo Jornal, no dia seguinte, já que o secretário de Segurança condicionara o início das negociações ao fim do movimento.

Os motoristas apresentaram uma proposta com aumento de 44% na tarifa, maior segurança para trabalhar, principalmente à noite, limitação no número de táxis na cidade e melhor tratamento por parte dos fiscais.[433] O Conselho Estadual de Trânsito definiu um aumento de 14%, que foi aceito pelo Sindicato, mas não pela categoria, que continuou tentando negociar. No dia 25 de maio, os grevistas tentaram uma audiência com o governador Israel Pinheiro. Sem conseguir a reunião, estacionaram seus carros no meio da Praça da Liberdade, obstruindo o trânsito. Conforme matéria do Jornal Estado de Minas, os agentes do Departamento de Vigilância Social dissolveram a paralisação.

Na ocasião, foram presos os seguintes motoristas: Deusdet Moreira da Cunha, Waldemar Neves Carneiro, Ricardo Xavier Borges, Afrânio de Oliveira, Eustáquio José Lima, Antônio Elias e José Pires, todos liberados em seguida.[434] Os taxistas, como informa o Jornal O Diário, de 05/06/1968, decidiram continuar negociando e afirmaram que iriam suspender a greve como forma de protesto,[435] cientes de que, no contexto de regime militar, precisavam evitar a continuidade e o agravamento da repressão. Ao todo, foram detidos 70 taxistas. Com tais fichamentos ficaria mais fácil, para o Departamento de Vigilância Social e a polícia, identificar e reprimir aqueles que se envolvessem em futuras paralisações.

A greve dos bancários, em 1968

No mesmo ano, em setembro, na sequência dos pronunciamentos dos metalúrgicos e taxistas, secundados pela ascensão vigorosa do movimento estudantil, os bancários também cruzaram os braços, exigindo um reajuste salarial de 32%. Após recusarem a proposta patronal de 27%, deflagraram a greve em uma assembleia que reuniu, segundo o Jornal Correio da Manhã, de 28/09/1968, "3 mil bancários".[436] Os documentos oriundos do DOPS-MG, hoje disponíveis no APM, demonstram que a nova iniciativa paredista de massas despertou uma forte preocupação no interior aparato repressivo.

A Pasta 0257, Rolo 017, contém informações a respeito, sob o título "Greve dos Bancários", acompanhado pela descrição: "lista de nomes, depoimentos e requisições". A pasta aborda indivíduos envolvidos na greve dos bancários. Trata também de indivíduos do grupo Corrente Revolucionária de Minas Gerais (Corrente) considerados foragidos. [437] Importante destacar que a repressão perpetrada pelo regime militar contra a luta reivindicatória dos bancários foi imediata e intensa. Em matéria jornalística consta a seguinte informação:

> [...] toda a diretoria do Sindicato está sumida desde as primeiras horas de ontem. A polícia informa que não é responsável, mas admite que prendeu vários bancários durante a parte da

> manhã e mesmo de madrugada quando ocorreram pichações nas paredes dos Bancos com dizeres alusivos à greve.[438]

Concomitantemente às prisões, o delegado regional do trabalho, Onésimo Viana, decretou a dissolução da diretoria sindical. Os interventores nomeados foram Humberto Colo da Silva, Benedito de Luca e Tupã Lucas dos Santos. A PMMG invadiu o prédio da sede do Sindicato e reforçou os seus efetivos no centro de Belo Horizonte. A tropa de choque se distribuiu para vigiar os bancários nas portas das agências. Nem a imprensa escapou à violência das forças repressivas, conforme indica um trecho de matéria jornalística: "os repórteres eram afastados com brutalidade e algumas máquinas fotográficas foram destruídas".[439]

Foram presos e conduzidos à Delegacia de Vigilância Social, por atuarem no movimento grevista no centro de Belo Horizonte, vários bancários. No arquivo do DOPS existe um documento intitulado "relação dos detidos durante a greve dos bancários, de 27/09/1968", que arrola os seguintes nomes: Antônio Augusto Furst Gonçalves, Antônio Elias Nicomedes Morais, Erley Anghinetti, Evandro Carvalho Cornélio, Itamar Vieira da Costa, Ildeu Alves Costa, João Alves de Matos, João Pedro Mendes, Joaquim Martins Borges, José Gomes Coimbra, Jose Gomes Machado, Júlio Rilson da Silva, Nilson Nunes de Castro, Romildo Borges, Ubiraci Carias dos Santos e Wellington da Rocha Costa.[440]

Há também registros, em "termo de declarações" (depoimento) de pelo menos outros quatro participantes da greve: Erley Anghinett, Joaquim Martins Borges, Antônio Augusto Furst Gonçalves e José Gomes Coimbra. Demonstrando uma firme conduta, os detidos se recusam a admitir as imputações que lhe foram feitas, seja declarando desconhecer a existência de piquetes, seja negando a participação na assembleia da categoria. Obviamente, já estavam preparados para lidar com a repressão política. No depoimento de Erley Anghinett chega a constar o seguinte:

> [...] o declarante não sabe o que é piquete; que o declarante e as pessoas que formavam o grupo que se dirigiu para as citadas agências não estava impedindo a qualquer pessoa que trabalhasse e, sim, pedia os que não trabalhassem [..].[441]

Os militantes foram aprisionados sob a suspeita de escreverem palavras alusivas à greve nas portas dos Bancos. Conforme consta no depoimento de Antônio Augusto Furst Gonçalves:

> [...] o declarante, somente, aqui, notou a lata de *color-jet*; que não portava nenhum material que pudesse identificá-lo

> como sendo o autor do escrito já referido, podendo afirmar também que seus colegas não escreveram nada relacionado com a greve [...].[442]

No depoimento de José Gomes Coimbra há uma informação que indica o local onde fora realizada a assembleia geral dos bancários:

> [...] por volta das 23 horas, teve sua atenção despertada para um grupo de pessoas, possivelmente, bancários que estariam regressando de uma assembleia de classe na secretaria de saúde, que gritava que a greve havia sido deflagrada [...].[443]

A mobilização com paralisação dos funcionários das instituições bancárias merece registro, ainda que sintético, pois se somou a outras três greves para marcar o ano belo-horizontino de 1968 como explosão dos anseios econômicos das categorias em luta e seus desdobramentos políticos, assim como exemplo de resistência e combatividade dos trabalhadores, além das manifestações estudantis e da intelectualidade progressista. Um de seus participantes foi o jovem Paulo Roberto Pereira Marques, membro da AP e então funcionário do Banco de Minas Gerais, com apenas 18 anos, cuja militância entrou na mira repressiva do DOPS-MG.

Denunciado no Processo nº 11/70, como incurso no Decreto-Lei nº 898/1969, artigos 43 e 45, I e II, pela auditoria da 4ª Circunscrição Militar Judiciária, foi demitido e teve de passar à clandestinidade no mesmo ano. Já militando no PCdoB, saiu de Belo Horizonte para a Bahia, onde ficou algum tempo. Depois, esteve no Rio de Janeiro. Por fim, deslocou-se ao Araguaia, fixando residência na região da Gameleira. Tendo combatido no destacamento B das forças guerrilheiras que atuavam naquela parte do País em defesa dos interesses populares locais e contra o regime militar, é tido como desaparecido político desde o combate ocorrido no dia 25/12/1973.[444]

A primeira greve dos professores, em 1979

A paralisação de 1979 foi dirigida pelo Comando Geral de Greve (CGG), que aglutinou os trabalhadores das redes particular e pública do estado de Minas Gerais. A decretação do movimento se deu em assembleia, no dia 12 de maio, com previsão para iniciar-se cinco dias depois. Caracterizada por sua longa duração e grande alcance geográfico, durou 41 dias e angariou adesão de 420 cidades, em um contexto da crise cíclica no interior da fase depressiva inaugurada no início da década, em geral conhecida como o fim do "milagre", mas que de fato tinha uma dimensão internacional.

Socialmente, a greve simbolizava a luta dos professores em sua nova condição, agora já proletarizados, como uma enorme categoria assalariada que se esparramava pelos estabelecimentos privados e, na esfera dos serviços, pelas redes públicas de ensino estaduais e municipais. Na pauta de reivindicações estavam medidas destinadas a valorizar a carreira e as condições de trabalho, assim como a resgatar as perdas salariais provocadas pelas políticas de arrocho dos anos anteriores. Semelhante convergência de reivindicações acabou gerando um movimento amplo, forte e muito unificado.

A greve foi capitaneada, sobretudo, pelos professores da rede estadual, que aderiram em massa. A paralisação surpreendeu os governantes, pela versatilidade das atividades e dos atos públicos, e angariou apoio na sociedade. Luiz Soares Dulci, um dos dirigentes à época, em entrevista concedida ao Jornal dos Bairros, em 21/07/1979, explica os possíveis motivos da solidariedade à greve:

> A nossa greve teve um apoio muito grande. Eu acredito que um apoio popular maior que a maioria dos movimentos de professores no País inteiro. [...] O fato de, por exemplo, 80% dos professores grevistas serem do sexo feminino pode ter influído na simpatia imediata que a greve despertou [...] O determinante para o apoio popular foi a distribuição bastante equitativa do magistério por todas as cidades do estado e por todos os bairros da capital [...] Tudo isso contribuiu para que a população, desde o primeiro momento, visse o movimento como algo que partiu da população mesmo e não como um movimento, em princípio político, de conteúdo ideológico definido. Por outro lado, a situação gravíssima da deterioração do salário do professor, de conhecimento público, motivou a solidariedade para o movimento.[445]

O respaldo à paralisação veio também de outras categorias econômicas, sobretudo dos metalúrgicos, que acabavam de obter uma vitória, e de duas cidades. Uma era Monlevade, onde:

> [...] os operários participavam das assembleias 'para sugerirem formas de lutas, formas de arrecadar fundos de greve. A mesma coisa ocorreu em Itabira onde, em certas assembleias, a presença de operários era até superior à presença de professores'.[446]

O movimento acabou por colocar em xeque as próprias organizações de massas então existentes. As diretorias do Sindicato dos Professores de Minas Gerais (Sinpro Minas) e da Associação de Professores Primários de Minas Gerais

(APPMG), entidades representativas à época, recusaram-se a assumir ou apoiar a greve. Pelo contrário, adotaram uma postura desmobilizadora, ao tentarem enfraquecê-la. No que se refere ao Sinpro, a primeira eleição, realizada na sequência da renúncia e intervenção da DRT, resultou no ingresso à diretoria de professores ligados ao Comando Geral de Greve: Guilherme Tell Quintão Furtado Gomes, Inês Teixeira Gomes e Carlos Magno Machado ocupariam a presidência, respectivamente, nos anos de 1980, 1983 e 1986.

No setor público, a APPMG perdeu a legitimidade: o espaço de representação foi ocupado pela UTE, criada logo após a greve. Um episódio marcante, que ilustra a crise da entidade e a sua superação, ocorreu em plena assembleia, reunida na Secretaria da Saúde, atual Minascentro, quando Maria Telma Cançado, que então presidia a Associação, foi vaiada e teve sua presença "rejeitada" pelos presentes que, em coro, gritavam: "Comando Geral de Greve na mesa".[447] Esse teria sido o ato simbólico que marcaria a transição para as novas direções do Sinpro e, notadamente, a criação do atual SindUTE.

Antônio Carlos Ramos Pereira (Carlão) relata os acontecimentos:

> [...] a Maria Telma Cançado, que era presidente da APPMG, convocou uma assembleia de professores, [na] antiga Secretaria de Saúde, hoje Minascentro e bancou ônibus do estado todo para lá. Então, veio gente de todo lado! Encheu. Daí nós fomos pra lá. E a palavra de ordem era: CGG na mesa. Comando Geral de Greve, nome de entidade. A UTE foi fundada depois da greve de 79 [1979]. Nós fomos para a mesa, a mesa foi destituída, fizemos alguns encaminhamentos, vida que segue. Encerrado, fomos para casa [...].[448]

Durante a greve, os órgãos de repressão estatais acompanhavam as atividades dos principais militantes, o que bem demonstrava o caráter conservador e consentido da transição em curso nacionalmente. Os agentes monitoravam todas as reuniões e assembleias. No arquivo da Coordenação Geral de Segurança (Coseg), abrigado no APM, há relatos feitos por agentes da PMMG, datados de 18/05/1979, sobre a presença de elementos de fora, que estariam "infiltrados" na greve dos professores. Há, também, um relatório sobre as assembleias, datado de 06/06/1979.[449]

Portanto, a vigilância e a espionagem, efetivadas pelas Polícias Militar e Civil, bem como pelos órgãos de inteligência do governo federal, foram severas e incessantes. O movimento também se deparou com uma dura repressão nas

ruas. No dia 29 de maio, depois de uma assembleia, os trabalhadores do ensino decidiram sair em passeata até a Praça da Liberdade. No entanto, foram violentamente impedidos de lá chegar, por meio de jatos d'água, gás lacrimogêneo, cães e cassetetes, e pela utilização da tropa de choque da PMMG. Um professor, Antônio Pádua Simão, de Conselheiro Lafaiete, foi preso e levado ao DOPS para interrogatório.



Figura 40 - Professoras de Belo Horizonte em manifestação durante a greve da categoria, em junho de 1979. Fonte: http://memorialdademocracia.com.br/card/greves-se-alastram-e-peoes-se-revoltam



Figura 41 - Profissionais do ensino protestando por "reajuste digno", na Praça da Liberdade, 1979. Fonte: http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/05/02/interna_gerais,643229/repressao-na-praca-da-liberdade.shtml). Foto: Marco Antonio/EM, Brasil

Carlão comentou o episódio: "o jato d'água é que ficou famoso. O governo Francelino se queimou muito nessa. O jato d'água deveria apagar fogo, mas pegou muito mal para ele".[450] O fato repercutiu negativamente na imprensa e na ALMG, não apenas porque se estabeleceu uma identidade geral com a resistência democrática ao regime e as justas reivindicações então defendidas pelo professorado, mas também porque desvelou um tratamento contrastante com a imagem venerável que a população guardava a respeito dos mestres. O secretário de estado de Segurança foi convocado pelo parlamento mineiro, para prestar esclarecimentos sobre os rumos e métodos da ação policial. Além disso, a indignação recrudesceu o movimento, inclusive aumentando as adesões no interior.

A segunda greve dos professores, em 1980

A segunda greve no setor da educação pública aconteceu em abril de 1980. Novamente, os trabalhadores do ensino em Minas Gerais se mobilizaram por demandas salariais e um plano de carreira. A repressão foi ainda mais intensa. Mesmo antes da paralisação, os militantes mais notórios, especialmente os que desempenhavam funções dirigentes, foram intimados a comparecerem ao DOPS para interrogatórios. Deflagrado o movimento, em 22 de abril, o governo do Estado publicou o Decreto nº 20.500, de 23/04/1980, que autorizava a Secretaria de Educação, por meio de suas delegacias regionais e diretorias escolares, a desligar trabalhadores faltosos e contratar outros para substitui-los.

O objetivo era impedir a paralisação das atividades escolares. O Decreto dizia, nos seus artigos 3º e 4º: "fica a Secretaria de Estado da Educação autorizada a promover a imediata substituição dos ocupantes de cargo efetivo ou de cargo em comissão que, por ação ou omissão, permitirem a interrupção dos trabalhos escolares". O mesmo valia para os servidores que não eram efetivos. Tais providências repressivas limitaram a força e o alcance do movimento, até porque se associavam a outras, de cunho inclusive criminal, direcionadas aos membros do SindUte [antiga UTE], especialmente os mais visados.

Assim, nos dias 25 e 29 de abril, foram presos cinco diretores da entidade. O primeiro foi Carlão, logo após uma assembleia da categoria no pátio da ALMG. Outros, que estavam procurados, abrigaram-se no interior do parlamento mineiro, buscando proteção política. Contudo, mesmo assim, em violação à imunidade que vários deputados procuravam defender, quatro dias depois foram detidos, no recinto da Casa, Luiz Dulci, Isis Magalhães e Luiz Fernando Carceroni. Fernando Cabral foi capturado em Juiz de Fora, conforme relatou em entrevista: "eu fui o último. Fui preso em Juiz de Fora [...]."[451]

Os cinco dirigentes da UTE, levados ao DOPS, em Belo Horizonte, foram interrogados, mantidos incomunicáveis e indiciados na Lei nº 6.620/1978, em nome da Segurança Nacional. Carlão relatou tais acontecimentos:

> [...] nós fizemos uma assembleia no pátio da Assembleia Legislativa. Ao final dessa assembleia, eu fui preso. Depois vieram Luiz Dulci, Fernando Cabral, Isis Magalhães; [...] o falecido Fernando, Luiz Fernando [Carceroni] foi preso nessa época também. Mas eu, Dulci, Cabral e Isis, com certeza.[452]

Com as detenções preventivas, ficava muito clara a disposição governamental de enfrentar a ferro e fogo o movimento, sem indecisões ou concessões. O próprio Fernando Cabral esclarece a intenção repressiva e a política que a norteava na conjuntura: "em [1980 [...] o governo percebeu que o movimento já tinha lideranças mais ou menos estabelecidas [...] o governo percebeu que se ele tirasse de circulação as lideranças, ia colocar o movimento na defensiva".[453] Interessante notar que mesmo na fase de "abertura conservadora" do regime militar, as autoridades acionaram a legislação autocrática.

Naquele contexto, em que os atentados terroristas da extrema direita se multiplicavam em Belo horizonte, é provável que a ação repressora tenha sido coordenada pelo governo militar em nível nacional, pois atingira, simultaneamente, os movimentos grevistas em Minas Gerais e São Paulo, conforme o relato de Cabral: "[...] o governo agiu rápido, botou a Lei de Segurança Nacional para funcionar rapidamente, agiu assim em nível nacional, agiu rapidamente em São Paulo, como agiu rapidamente em Minas Gerais [...]."[454] Isso evidencia que o regime militar perseguiu e reprimiu implacavelmente os trabalhadores, até na sua fase final. Também mostra que a fase da "abertura" conservadora foi pendular, alternando ações de distensão e de repressão.

Além dos dirigentes, muitos militantes intermediários foram atingidos pela perseguição política, inclusive os apoiadores. Nas cidades do interior, como em João Monlevade, a vigilância dos órgãos repressivos também agiu. Em Divinópolis, vários professores e um diretor de escola foram detidos e levados à delegacia de polícia local, para interrogatório. Sobre uma coerção com tamanha magnitude – conforme levantamentos, 409 trabalhadores demitidos ou punidos até o final da greve[455] – Carlão relata:

> [...] o esquema da repressão funcionou: foram exonerados diretores de escolas. Isso foi um pouco concentrado, não foi uma coisa generalizada pelo estado. Apenas em algumas delegacias de ensino, hoje superintendências, a ação foi mais

> forte, mais dirigida. Então, escola que tinha paralisação, onde tinha alguma possibilidade de o diretor estar estimulando ou participando, o diretor foi exonerado. Houve também exoneração de professores designados, convocados, que era o nome à época, mais uma leva de prisões.[456]

No dia 3 de maio, os cinco dirigentes confinados nas dependências do DOPS entraram em greve de fome, com o objetivo forçar o governo estadual a negociar, como explicou Fernando Cabral:

> [...] foi quando, então, nós optamos por aquela decisão de entrar em greve de fome, coisa que acabou forçando o governo a dar um desfecho ao movimento, porque tinha um agravante que era novidade para a época. Afinal de contas havia cinco professores em greve de fome dentro da cadeia sem nenhuma justificativa para a prisão [...]..[457]

A dura repressão desencadeada sobre a greve de 1980 deixou sequelas. Além da punição sobre os diretores da entidade representativa e outros trabalhadores diretamente envolvidos – diretores e professores – houve uma passageira desmobilização da categoria, que veio a se rearticular somente alguns anos depois. Carlão relata com foi o desfecho do jejum político e como as autoridades estatais se comportaram perante as reivindicações: "o governo, depois de oito ou dez dias de greve de fome, não lembro ao certo, mas foi longa, abriu negociação. Nós encerramos a greve de fome e, obviamente, na sequência, a negociação foi encerrada."[458]

A greve dos peões, em 1979

A greve operária da construção civil foi um grande evento de massa, que durou cinco dias e repercutiu fortemente na cidade de Belo Horizonte, além de ter sido um marco na história da categoria econômica. Por suas características e consequências, tornou-se objeto de estudos acadêmicos, como a dissertação do mestre Ricardo Cordeiro de Oliveira.[459] Tradicionalmente, os peões da construção civil eram vistos como uma categoria pouco politizada, ainda que fosse uma das mais vulneráveis à exploração capitalista. O movimento reivindicatório de 1979 ajudou os estudiosos e militantes sindicais a reverem tal noção.

A paralisação aconteceu no final dos anos 1970, quando entrava em ascensão a luta proletária no Brasil e quando os trabalhadores mineiros já haviam dado provas de coragem e combatividade. Mesmo diante das rígidas restrições impostas pelo regime militar, em período de transição conservadora, uma série de greves eclodira. Segundo Oliveira, "em números, aproximadamente, 400 mil trabalhadores e trabalhadoras mineiros cruzaram os braços"[460] em 1979. Entre as categorias

paradas estavam metalúrgicos, trabalhadores do ensino, motoristas e trocadores de transporte coletivo, comerciários, funcionários de hospitais, bancários, vigilantes de casas comerciais, garis, coveiros e operários da construção civil.

Greves motivadas pelo fracasso do dito "milagre econômico", aspecto importante da política aplicada pelos governos militares, reagiram às perdas salariais generalizadas. O movimento dos peões não surgiu por acaso: teve uma relação estreita com a especificidade da industrialização em Minas Gerais, em franco desenvolvimento, bem como a política de organização pela base, a partir do local de trabalho, adotada no ambiente operário mineiro nas décadas de 1960 e 1970. Tais condições combinadas aproximaram os proletários da construção civil com outras categorias, inclusive durante a construção de plantas industriais.

Nessa época, havia grande investimento em infraestrutura e na construção civil pesada, o que transformou o Brasil e, particularmente, Minas Gerais, em um grande "canteiro de obras". A Cidade Industrial de Contagem, por exemplo, estava em franco desenvolvimento, com ampliação e mesmo construção de indústrias. Ênio Seabra, que se empregou na Companhia Siderúrgica Mannesmann em 1959, destaca a forte presença dos peões: "na firma onde iniciei, a Mannesmann, na época era muito mais construção civil que estava surgindo. E eles pararam aquilo tudo ali na Cidade Industrial."[461]

Eis o ambiente que incentivou o movimento reivindicatório de massa como a greve protagonizada pelos operários da construção civil na RMBH. Apesar da ofensiva repressora promovida pelo regime militar, com as intervenções em Sindicatos pela DRT, a cassação de diretorias suspeitas de simpatias oposicionistas e a supressão aos direitos políticos de militantes, prisões e torturas, o movimento sindical continuou articulando-se e organizando-se por baixo, ou seja, a partir dos "próprios locais de trabalho". Em especial naquele ano, houve grande mobilização em torno da campanha salarial.

No dia 15 de julho, convocou-se uma assembleia geral na sede do Sindicato. O objetivo era definir a proposta de reajuste salarial que seria apresentada aos patrões. Compareceram, surpreendentemente, cerca de 10 mil operários, número muito superior ao que comportava a sede. Dessa forma, a direção foi pressionada a marcar outra assembleia para o dia 29/07/1979, um domingo, no antigo estádio do Clube Atlético Mineiro, localizado na Av. Olegário Maciel, no Bairro de Lourdes, no terreno onde hoje funciona o *Diamond Mall*. Segundo notícia de um Jornal, compareceram cerca de 30 mil operários. A proposta de reajuste feita pelos trabalhadores havia sido recusada pelo Sindicato patronal, que pedira um prazo para apresentação de contraproposta.



Figura 42 - Passeata dos operários da construção civil em Belo Horizonte, 1979. Fonte: http://memorialdademocracia.com.br/card/greves-se-alastram-e-peoes-se-revoltam

Na assembleia geral, os operários recusaram o adiamento e deflagraram a greve a partir da zero hora da segunda-feira. Em seguida iniciaram uma passeata, que percorreu a Av. Olegário Maciel e se dirigiu ao centro da cidade, carregando faixas e cartazes: "Queremos oito mil. Peão precisa de comida".[462] Espalharam-se piquetes em toda a RMBH. A massa avançada exigia que os companheiros ainda no trabalho participassem. Uma vigília, na Praça da Estação, reuniu aproximadamente 20 mil operários na manhã de segunda-feira. A concentração pacífica se transformou em conflito quando um taxista avançou contra os manifestantes, atropelando um operário e recusando-se a socorrê-lo.

Os manifestantes reagiram e o motorista abandonou o carro, que foi incendiado no local. Os grevistas também se desentenderam com os bombeiros que chegaram para apagar o incêndio, já que o caminhão da corporação avançou sobre a multidão. Os choques se intensificaram com a chegada de 50 policiais militares. Os manifestantes atiravam objetos, como pedras, frutas e sacos de lixo, nos agentes que os hostilizavam. A tropa revidava com bombas de efeito moral e cassetes. Em face da confusão geral, a multidão se dispersou pelas ruas. Ato contínuo, a direção do Sindicato orientou os operários a se dirigirem ao mesmo estádio onde houvera a assembleia, mesmo contra a vontade da prefeitura de Belo Horizonte, que não liberara mais o local.

Os grevistas, entoando palavras de ordem, seguiram pela Avenida Amazonas, passaram pela Praça Sete e ganharam a Av. Olegário Maciel. No trajeto, obtiveram manifestações de solidariedade, mas também houve algum sentimento de medo e certas manifestações negativas. Alguns poucos moradores lançaram

sacos com água dos prédios sobre os manifestantes. Aconteceram também saques e quebra-quebras em lojas, e confrontos com a polícia. Carros foram virados e incendiados. Políticos, governantes e até alguns sindicalistas atribuíram os conflitos e atos agressivos a "agitadores infiltrados no movimento".

Alguns políticos, especialmente os aliados ao regime militar, recorreram à "origem humilde" dos trabalhadores, para justificarem a sua suposta incapacidade de tomar iniciativas mais agressivas.[463] Tal postura, por parte do governo, tinha duplo significado, conforme observou Oliveira:

> [...] legitimar a repressão e descaracterizar a paralisação como momento legítimo de reivindicação dos operários da construção civil de Belo Horizonte, que há anos sofriam com a depreciação de seus salários e com as péssimas condições de trabalho.[464]

Como o impasse na negociação permanecia, a greve foi a julgamento no Tribunal Regional do Trabalho (TRT), na noite do dia 2 de agosto. Surpreendentemente, mesmo com a vigência da Lei de Greve, o movimento foi considerado legal. "A decisão determinou um reajuste de 53% (o índice oficial havia sido fixado em 44%), mandou que fossem pagos os dias parados e determinou o retorno imediato ao trabalho".[465] Ante a decisão, realizou-se uma nova assembleia geral em 3 de agosto, no mesmo estádio, para avaliar a decisão judiciária. O presidente do Sindicato comunicou a decisão aos presentes, aproximadamente 10 mil operários, colocando em votação o encerramento da greve, aprovado por maioria.

Contudo, a decisão gerou alguns conflitos. Os trabalhadores reagiram contra os favoráveis e o presidente do Sindicato, Francisco Pizarro Neto. Os salários fixados pelo TRT atendiam à intenção patronal de cindir a categoria. Para encarregado e mestre de obra, os empresários aceitaram a proposta do Sindicato, que previa salários de, respectivamente, Cr$12.000,00 e Cr$20.000,00. Todavia, para serventes e oficiais, o reajuste foi muito inferior, desagradando uma parte dos grevistas presentes ao encontro. Serventes ganhariam Cr$3.600,00 e oficiais Cr$6.500,00, bem abaixo dos pisos reivindicados, que eram, respectivamente, Cr$5.000,00 e Cr$8.000,00.

Além disso, em pouco mais de um mês, atendendo a um recurso do Sindicato dos empregadores, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) suspendeu a decisão do TRT e os patrões passaram a pagar os salários de acordo com o reajuste estipulado pelo governo. Os salários diferenciados desagradaram a categoria, que havia ido à greve disposta a melhorar, principalmente, as remunerações dos oficiais e serventes, como diziam algumas mensagens de cartazes que apare-

ceram na passeata do dia 29: "Queremos oito mil", "peão precisa de comida" e "basta de exploração". Na marcha do dia seguinte, 30 de julho, os operários gritavam: "é de oito mil; é de oito mil!"

Nesse ambiente, a greve chegou ao fim. Durante os dias de mobilização, a PMMG colocou nas ruas um aparato policial estimado em cerca de 10 mil homens, inclusive o Batalhão de Cavalaria. A repressão teve resultados trágicos. Somente nos dois primeiros dias, o "saldo foi de 50 pessoas feridas, entre policiais e manifestantes, 61 prisões efetuadas e uma morte."[466] Dois dias depois de encerrada a greve, houve um culto ecumênico em memória do operário Orocílio Martins Gonçalves, de 24 anos, atingido com um tiro na Av. Olegário Maciel, perto do antigo estádio do Atlético, no dia 30, primeiro dia da greve.



Figura 43 - Corpo de Orocílio Martins Gonçalves, operário de construção civil morto no primeiro dia da greve, em 1979. Fonte: http://www.sticbh.org.br/fotos_greve_1979.html

Segundo o laudo da necropsia, a morte do operário "fora provocada por um tiro, bala calibre 38, recebido no lado direito do peito."[467] Considerando o relato de Francisco, também dirigente sindical, o jovem participava ativamente da greve, e da resistência à truculência policial, própria daquele contexto:

> Ele era forte na greve. Ele desafiou o soldado. Bateu no peito: 'Se você é homem, atira!'. Uma época de ditadura, estava na ditadura, Francelino Pereira era o governador, e o cara desaforando a polícia. Aí, os caras [policiais] já estavam correndo atrás pra aqui, pra acolá, que não tinha sossego, e o cara (Orocílio) ainda desafia. [...] Ele caiu assim mesmo.[468]

A morte de um trabalhador, em luta coletiva por direitos, produz uma forte identificação, a partir do sentimento universal de que o evento poderia ter acontecido com qualquer um dos participantes. Tal compreensão foi explicitada no depoimento de Zildo, outro dirigente sindical: "eles acertaram o Orocílio, mas do jeito que eles (policiais) atiraram, era qualquer um que estivesse na frente. Poderia ter sido a mim, poderia ter sido meu irmão que participou junto, meu cunhado."[469] Dessa forma, o operário assassinado se transformou em símbolo da combatividade e da solidariedade dos operários em construção civil.

As mobilizações operárias no final do regime militar

No final de 1978, antes mesmo de entrarem em ascensão as lutas dos professores e dos peões nos dois anos seguintes, os metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem reiniciaram suas assembleias, visando à recuperação das perdas salariais que lhe haviam sido impostas em 1973 por meio da política econômica governamental e da espiral inflacionária. O movimento precursor da retomada foi a greve dos operários da Mannesman, no primeiro semestre, que reivindicaram uma pauta específica da categoria. Entre os pontos enumerados constava, com destaque, a questão salarial e a redução na jornada de trabalho.

No primeiro semestre do ano seguinte, quase todas as categorias fizeram greve. A primeira empresa em que os braços se cruzaram foi a Mannesman, em 22/05/1979, com os trabalhadores obtendo uma vitória relevante. Logo depois, pipocaram paralisações em várias fábricas, como a Randazo, a Nanzen, a Randon, a Fiatallis e a RCA Victor, entre outras. Na Toshiba, aumentava o clima de insatisfação no que diz respeito aos salários, à remuneração inferior para mulheres e à precariedade dos transportes: em julho, após assembleia realizada na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, começou uma nova greve que durou oito dias e conseguiu que fossem atendidas importantes reivindicações, inclusive a estabilidade no emprego de seis meses para a comissão de negociação.

No segundo semestre de 1979, o movimento se fortaleceu mais ainda na categoria. A antecipação da campanha salarial pelo Sindicato precipitou a eclosão de uma greve generalizada, que acabou sendo "duramente reprimida pela PM, Polícia Civil, DOPS, etc.", seja por meio da infiltração de agentes nas assembleias e piquetes, promovendo atividades de vigilância e provocação, seja por meio de intensa repressão.[470] Mesmo assim, a paralisação na Toshiba alcançou a proporção de 100%. Atuou nessas jornadas uma nova geração de militantes sindicais, ao lado de organizações e partidos ainda parcial ou totalmente clandestinos, como "a Convergência Socialista, [...] o PCdoB, MR8, MEP, e outros ligados à Igreja, e também algumas organizações clandestinas".[471]

Em meados dos anos 1980, a despeito dos discursos governamentais em prol da chamada abertura política, o controle sobre o movimento sindical continuava a ser exercido pelo Estado e pelo patronato, a exemplo da relação entre a "Polícia Militar / DOPS e a direção da Fiatallis".[472] De um modo geral, semelhante método repressivo continuou em vigor durante as greves dos metalúrgicos de 1985, 1986, 1987 e 1988. Vale registrar que semelhante forma repressiva esteve presente nas greves de ocupação na Belgo Mineira e na Mannesman, como partes integrantes da paralisação nacional e geral deflagrada a partir de 14/03/1989, e ainda nas mobilizações dos anos 1990, cristalizando-se como política e cultura empresarial que perdura até os dias atuais.

6.5 Entidades sindicais atingidas pela repressão

Levantamento preliminar nos arquivos do DOPS e Coseg, ambos acolhidos no APM, constatou que 39 Sindicatos e duas confederações sofreram intervenção e tiveram suas diretorias destituídas após 1964, em Minas Gerais. Ainda que sejam iniciais, tais números reforçam a conclusão de que os trabalhadores foram o alvo prioritário da repressão política durante o regime militar. A perseguição às entidades, aos dirigentes e aos militantes foi intensiva nos dois anos posteriores ao golpe, em 1964 e 1965. Ressalte-se o caráter seletivo das intervenções, atingindo os Sindicatos com maior número de filiados e os que representavam os trabalhadores industriais.[473]

Tal esforço coercitivo evidencia a tentativa de aniquilar os protestos remanescentes e qualquer possibilidade de resistência por parte do proletariado. Em Minas Gerais, a repressão política atingiu os Sindicatos de categorias numerosas e de longa tradição, como os mineiros, os tecelões, os metalúrgicos, os bancários e a construção civil, entre outras. Contudo, as intervenções tiveram como propósito atingir o conjunto de trabalhadores e o próprio movimento sindical. Ou seja, a massa potencial ou já efetivamente crítica que, se mobilizada, imprimiria à resistência democrática uma força irresistível.

As entidades atingidas pelo regime militar, representativas de várias e diversas categorias, expressam o mundo integral do trabalho em Minas Gerais, em sua correlação com as especificidades do desenvolvimento econômico local: Sindicatos dos tecelões de Além Paraíba, Belo Horizonte, Cataguases, Curvelo, Juiz de Fora, Lavras, Leopoldina, Pará de Minas, São João Nepomuceno e Uberaba; Sindicatos dos metalúrgicos de Barão de Cocais, Belo Horizonte, Conselheiro

Lafaiete, Coronel Fabriciano, João Monlevade e Sabará; Sindicatos dos bancários de Belo Horizonte, Cataguases, Juiz de Fora, Montes Claros e Ponte Nova; Sindicatos dos operários em construção de Belo Horizonte, Cataguases e Montes Claros; Sindicatos dos eletricitários de Belo Horizonte, Juiz de Fora e Sul de Minas.[474]

Além desses, destacamos também: Sindicato dos aeroviários de Belo Horizonte; Sindicato dos marceneiros e similares de Belo Horizonte; Sindicato dos petroleiros de Minas Gerais; Sindicato dos operários em confecção e similares de Belo Horizonte; Sindicato dos fumageiros de Belo Horizonte; Sindicato dos mineiros de Nova Lima e região; Sindicato dos mineiros de Belo Horizonte; Sindicato dos garis de Juiz de Fora; Sindicato dos transportadores fluviais de Pirapora; Sindicato dos industriários em laticínios de Três Corações; Sindicato dos industriários em alimentação de Uberaba; Sindicato dos barbeiros e similares de Uberaba; Sindicato dos industriários em calçados de Uberaba; Sindicato dos rodoviários de Varginha; federação dos bancários de Minas Gerais; federação dos tecelões de Minas Gerais.

Portanto, sofreram intervenções sindicatos de categorias extremamente variadas, seja com grande número de trabalhadores, seja com menor expressão numérica, alguns ligados a atividades econômicas tidas como tradicionais. Com certeza, tais intervenções visavam às entidades que tinham maior tradição de luta e representavam polos de resistência democrática ao regime militar. Os atos direcionados ao interior também sugerem o caráter genérico e abrangente da repressão política, demonstrando a extensão do arbítrio. Assim, o impacto atingiu o conjunto dos trabalhadores, isto é, os assalariados, em vasto número de empresas, afetando suas famílias e as camadas populares de um modo geral, mesmo em cidades menores. Politicamente, significou a supressão de seus direitos fundamentais, inclusive de organização, expressão e lutas, que precisaram manifestar-se a despeito do aparato repressivo oficial.

Tais atos também se desdobraram em outras espécies criminais gravíssimas, como caça a partidos proscritos, perseguições individuais, prisões arbitrárias, torturas, desaparecimentos e assassinatos. Para atingir de forma ostensiva os trabalhadores, o regime militar utilizou a estrutura burocrática da DRT-MG, órgão governamental criado para mediar os conflitos entre trabalhadores e patrões – até onde permitem os interesses e a lógica suprema do capital e tornou-se um dos principais dispositivos de repressão ao movimento sindical. De fato, os órgãos estatais se instrumentalizaram para adaptar-se à prática da repressão política e especializar-se em sua realização, tentando imprimir-lhe um disfarce de legalidade.

Durante quase todo o período ditatorial militar, a DRT-MG foi dirigida por Onésimo Viana de Souza, nomeado pelo então presidente da República Juscelino Kubitschek e há cerca de 30 anos no cargo. Tal agente só deixou o posto em 1985, último ano do governo João Batista de Figueiredo. A despeito das aparências contemporizadoras, sempre colaborou com o regime militar. Ênio Seabra, presidente em exercício do Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem à época do golpe de 1964, narra uma entrevista tida com o delegado regional do trabalho, quando a entidade sofreu intervenção:

> [...] Bom, eu me mantive calado; não disse para ele [o interventor] nada, que ia fornecer ou não. Mas, depois que ele saiu, eu fui ao delegado do trabalho, que era Onésimo Viana, e conversei com ele. Que eu, como vice-presidente, estava em exercício e não ia fornecer dados nenhum para ninguém. Poderia fornecer alguns dados para o delegado do trabalho, que era ele, porque algumas coisas eram de lei. Agora, se ele tivesse que botar intervenção, que pusesse, porque eu não ia dar nenhum dado para o coronel, não ia fornecer nada para ele. E, com três dias mais ou menos, não durou muito tempo, ele mandou intervenção [...].[475]

A pesquisadora Carolina Dellamore apresentou dados recolhidos em pesquisa, que confirmam o relato do sindicalista. Estudando a ata da reunião realizada em 17/04/1964, a primeira após a intervenção, constatou que a "junta governativa foi nomeada pela Portaria nº 989, emitida pelo delegado regional do trabalho, Onésimo Viana".[476] Em entrevista, Seabra apresenta sua impressão sobre o referido agente público:

> A gente, às vezes, discordava muito dele porque ele era muito conciliador, mas tinha sempre uma penazinha para um lado, uma penada para o lado do empregador. Então a gente ficava sempre com um pé atrás com ele. Mas era uma pessoa fácil de combinar, de conversar, de dialogar. Quanto a isso, não tinha problema não.[477]

Apesar das características pessoais de tais ou quais autoridades estatais, as intervenções parecem ter seguido um padrão. Após as destituições das diretorias, os Sindicatos passavam a ser dirigidos por um militar reformado ou alguma outra pessoa confiável ao regime. No caso do Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem e Região, foi nomeado o presidente que havia sido afastado pelos trabalhadores, conforme relato de Seabra: "agora, a nossa surpresa é que ele botou como interventor o ex-presidente. Não, o ex-presidente não, o presidente que era o Onofre Martins Barbosa, que nós já não estávamos aceitando [...]."[478]

Sinval Bambirra, dirigente operário em 1964, conta que para interventor no Sindicato dos Tecelões foi nomeada uma figura vinculada ao Sindicato patronal e na federação, um general:

> [...] o Sindicato dos Tecelões sofreu uma intervenção imediata, no dia 30 mesmo, e colocaram um patronal na presidência do Sindicato, o Danovan, da [Tecelagem] Renascença, indicado pelos patrões. Ele é homem de absoluta confiança dos patrões. No caso da Federação, eu já estava preso, e quem assumiu o comando da Federação foi um general. Um general que assumiu a presidência da Federação, no lugar [...].[479]

Pode-se inferir que o objetivo do regime militar não foi, simplesmente, fechar ou promover modificações estruturais nos Sindicatos, mas garantir o domínio do regime sobre as entidades representativas. Era preciso mantê-las em funcionamento, não para defender os interesses dos trabalhadores, mas para barrar as suas ações reivindicatórias, facilitar o fluxo de informações fundamentais para a sistemática vigilância, perseguição, demissão e outras violações a direitos dos trabalhadores, coletivos ou individuais, durante todo o período repressivo de 24 anos, que transcorreu entre o golpe de 1964 e a Constituição de 1988.

6.6 Violações aos direitos dos trabalhadores

A consolidação do regime ditatorial representou uma intensa perseguição aos trabalhadores, por meio de IPMs abertos em várias cidades. O objetivo era investigar pessoas que desenvolviam atividades sindicais e políticas consideradas como ameaças ao regime militar. Ao se observarem algumas peças, identificam-se dados relevantes. Um deles é a descrição do "assunto": na maioria dos casos, tratava-se da então chamada "apuração de atividades subversivas". A responsabilidade de execução processual era de militares das Forças Armadas, delegados de polícia e oficiais da PMMG, em articulação com a Delegacia de Vigilância Social (DVS), sobretudo nas cidades do interior.

Grande número de trabalhadores foi indiciado em IPMs e processos administrativos, particularmente os vinculados ao movimento sindical, nos primeiros anos do regime militar. Mesmo com limites temporais e de pessoal disponível, a Covemg levantou os nomes e dados de milhares e milhares de trabalhadores vigiados, interrogados, cassados, presos, torturados ou mortos, apresentados no Quadro IV,[480] anexo à versão digital deste Relatório. Tal lista, embora gigantesca,

retrata tão somente a ponta do *iceberg* repressivo. No Quadro IX, a seguir, que sintetiza os resultados do levantamento por cidade, ainda que apareçam centenas de indiciados sem identificação de moradia, o grande número de cidades alcançadas permite concluir que a coerção política se interiorizou.

A quantidade de investigados varia muito, mas o rol de municípios atingidos indica a abrangência do aparato repressor. O aparato antioperário e antissindical atingiu, em levantamento preliminar e ordem decrescente, trabalhadores nas seguintes localidades: RMBH – com destaque para Belo Horizonte, Nova Lima e Contagem –; Juiz de Fora; Uberlândia; Uberaba; Coronel Fabriciano; Cataguases; João Monlevade; Montes Claros; Araguari; Varginha; Além Paraíba; Lavras; Caxambu; Caratinga; Pouso Alegre; Barão de Cocais; Ponte Nova. No total, o braço persecutório do regime, considerados apenas os atos formalizados em inquéritos, abarcou 105 cidades, indicando o seu impacto geral. Provavelmente, o número real foi maior.

A forte repressão desencadeada na mina de Morro Velho, abarcando a região de Nova Lima e municípios adjacentes, foi tratada neste Capítulo. Em Juiz de Fora e Uberlândia, importantes centros urbanos, a repressão atingiu servidores públicos – incluindo professores —, eletricitários, autônomos, bancários, comerciários, tecelões e rodoviários. De um modo geral, são notórios e frequentes os casos de assalariados submetidos a constrangimentos, humilhações, vigilâncias, perseguições, prisões e torturas por motivações exclusivamente sindicais e políticas. Muitos tiveram direitos cassados e foram indiciados, presos arbitrariamente, torturados, desaparecidos ou assassinados. Os IPMs constituem provas documentais sobre as brutais perseguições e violências perpetradas contra o mundo do trabalho.

Quadro IX – Cidades mineiras onde trabalhadores foram implicados em IPMs[481]

Nº de cidades	Cidades	Nº de trabalhadores atingidos	Nº de cidades	Cidades	Nº de trabalhadores atingidos
1	Açucena	3	55	Lavras	45
2	Aimorés	13	56	Leopoldina	19
3	Aiuruoca	5	57	Manhuaçu	1
4	Além Paraíba	46	58	Mariana	16
5	Alfenas	17	59	Mato Verde	3
6	Andradas	2	60	Medina	23

Nº de cidades	Cidades	Nº de trabalhadores atingidos	Nº de cidades	Cidades	Nº de trabalhadores atingidos
7	Araçuaí	4	61	Monte Carmelo	13
8	Araguari	52	62	Monte Santo	1
9	Augusto de Lima	3	63	Montes Claros	59
10	Barão de Cocais	34	64	Nanuque	9
11	Barbacena	12	65	Nova Lima	175
12	Belo Horizonte	730	66	Novo Cruzeiro	6
13	Bicas	13	67	Oliveira	1
14	Bom Despacho	6	68	Ouro Preto	15
15	Brasilândia	5	69	Pará de Minas	15
16	Buenópolis	6	70	Passos	7
17	Cachoeira Dourada	3	71	Pedro Leopoldo	13
18	Caetanópolis	2	72	Pirapora	17
19	Cambuquira	19	73	Piumhi	7
20	Campestre	1	74	Planura	6
21	Campina Verde	13	75	Poços de Caldas	5
22	Campo Belo	10	76	Poços de Caldas	6
23	Candeias	1	77	Ponte Nova	32
24	Carangola	4	78	Porteirinha	4
25	Caratinga	39	79	Pouso Alegre	38
26	Cássia	5	80	Recreio	2
27	Cataguases	67	81	Resplendor	8
28	Caxambu	32	82	Ribeirão Vermelho	2
29	Coimbra	2	83	Rio Pardo de Minas	1
30	Congonhas do Campo	15	84	Rio Pomba	16
31	Conselheiro Lafaiete	40	85	Rio Vermelho	4
32	Conselheiro Pena	4	86	Sabará	21
33	Corinto	6	87	Santa Rita do Sapucaí	3

Nº de cidades	Cidades	Nº de trabalhadores atingidos	Nº de cidades	Cidades	Nº de trabalhadores atingidos
34	Coronel Fabriciano	69	88	Santos Dumont	11
35	Curvelo	29	89	São Geraldo	3
36	Diamantina	13	90	São João del Rei	12
37	Divinópolis	18	91	São João Nepomuceno	27
38	Engenheiro Navarro	5	92	São Lourenço	10
39	Estrela Dalva	1	93	São Sebastião do Paraíso	3
40	Formiga	2	94	Sete Lagoas	15
41	Frutal	13	94	Teófilo Otoni	19
42	Furtado de Campos	2	96	Timóteo (Acesita/ Marliéria)	10
43	Governador Valadares	23	97	Três Corações	28
44	Guapé	3	98	Três Marias (Barreiro Grande)	6
45	Ipatinga	3	99	Ubá	3
46	Itabirito	4	100	Uberaba	74
47	Itajubá	17	101	Uberlândia	148
48	Itanhandu	4	102	Unaí	7
49	Itaobim	7	103	Varginha	54
50	Ituiutaba	24	104	Viçosa	1
51	Jeceaba	4	105	Visconde do Rio Branco	5
52	João Monlevade	62		Não identificada	320
53	Juiz de Fora	158			
54	Laginha	1			

Fonte: APM, DOPS e COSEG, IPMs e Processos de 1946 a 1988

A repressão atingiu, também, diversos ramos: em levantamento preliminar, 30. Todavia, pode haver outras, pois aparecem 426 trabalhadores de categorias econômicas sem identificação, além de 406 autônomos, que denotam os chamados trabalhadores por conta própria, como artesãos, advogados, contadores,

médicos e pequenos comerciantes, entre outros tipos de profissionais externos às relações de assalariamento. A diversidade do mundo proletário, que aparece no levantamento, ilustra os distintos labores concretos internos à classe. Fala também sobre a heterogeneidade do capital implantado na economia mineira, que estava em crescimento à época, e sobre o funcionalismo público existente.

Na relação das categorias arroladas, algumas compunham uma espécie de "massa avançada", em termos de organização e consciência política, e reuniam grande número de trabalhadores: servidores públicos, metalúrgicos, tecelões, mineiros, bancários, industriários e operários da construção civil, entre outras. Surgem, também, categorias menos numerosas, mas com bom nível de esclarecimento político: jornalistas, trabalhadores dos correios, eletricitários, professores, ferroviários, rodoviários, petroleiros, fumageiros, marceneiros, alfaiates-costureiras e aeroviários-aeronautas, entre outras. (Quadro X)

Quadro X – Trabalhadores urbanos atingidos, por categoria econômica

	Categorias econômicas	Nº de trabalhadores atingidos
1	Trabalhadores Autônomos	426
2	Profissões não identificadas	406
3	Servidores Públicos	282
4	Metalúrgicos	275
5	Tecelões	229
6	Extrativista	210
7	Bancários	180
8	Trabalhadores do ensino (professores)	179
9	Ferroviários	155
10	Industriários	109
11	Jornalistas	90
12	Trabalhadores do Correios	75
13	Eletricitários	71
14	Taxistas	70
15	Trabalhadores da Construção Civil	64
16	Comerciários	63

	Categorias econômicas	Nº de trabalhadores atingidos
17	Militares	49
18	Trabalhadores do transporte	49
19	Petroleiros	29
20	Fumageiros	26
21	Marceneiros	22
22	Alfaiates/Costureiros(as)	18
23	Aeroviários/Aeronautas	16
24	Previdenciários	7
25	Vendedores	2
26	Securitários	2
27	Trabalhador do transporte marítimo	1
28	Trabalhador das telecomunicações	1
29	Estivador	1
30	Barbeiro	1
31	Artista	1

Fonte: APM, DOPS e COSEG, IPMs e Processos de 1946 a 1988

Os dados apresentados ainda são inconclusivos. Os quadros I e II devem ser tomados somente como indicativo preliminar da interiorização e amplitude da repressão política, que ainda precisa ser completado. Até por que a perspectiva que orienta a elaboração da Covemg é, não exaurir as informações, tarefa que seria inviável, mas contribuir, nas condições e possibilidades práticas que se apresentaram, para se garantirem e consolidarem os direitos fundamentais. Sob tal perspectiva, um único caso de violação e arbítrio, em qualquer lugar que ocorra, jamais poderia ser menosprezado.

É preciso também olhar os fatos com uma noção ampliada sobre os crimes cometidos. A Covemg considera os atos preparatórios e o contexto que acabaram possibilitando, provocando e legitimando as práticas repressivas. Assim, é possível tipificar todos e cada um dos fatos que configuram crimes contra a dignidade e a liberdade de trabalhadores, ocorridos em Minas entre 1946 e 1988. Tal esforço tem um propósito didático. Na realidade, em muitos casos, as violações mais sutis ambientaram e constrangeram os atos consagrados, com

resultados graves e claros. Em outras palavras, a supressão dos direitos deve ser pensada como o ápice de uma cadeia nem sempre evidente.

Exemplos são os eventos no âmbito das relações laborais, como demissões injustas e cassação de mandatos sindicais, que atingiram milhares de trabalhadores, logo após o golpe. É notório que houve uma vasta e dirigida operação antiproletária, centrada nas pessoas que tinham alguma militância política e que pudessem representar estorvo ao regime instaurado. Tal política coercitiva, desfechada em nome do combate à "subversão" e ao comunismo, manifestou-se na legião de mandatos cassados e de trabalhadores demitidos, muitos com estabilidade, em óbvia violência contra a dignidade e a sobrevivência de seus familiares.

Tais crimes atingiram, sobretudo, os participantes do movimento sindical. Muitos foram demitidos ilegalmente pelo simples fato de desenvolverem atividades em suas entidades representativas ou em movimentos grevistas. Semelhantes formas persecutórias foi uma prática comum e corrente. São fatos notórios as chamadas "listas" e as trocas de informações entre os setores de RHs nas empresas ou desses com os órgãos repressivos. A demissão injusta representava, no contexto do regime militar, um óbice real para o retorno ao emprego. Ênio Seabra narra tal dificuldade após a demissão na Companhia Siderúrgica Mannesmann e a prisão: "emprego não existia, porque em qualquer firma que a gente fosse, era falar Ênio Seabra que não tinha serviço. Não adiantava. Aí resolvemos criar uma oficina."[482]

Muitos são os casos de trabalhadores que ocupavam cargos de direção em Sindicatos e tiveram seus mandatos sindicais cassados e seus direitos políticos suspensos. Foram alvejados, assim, pelas flagrantes violações às liberdades de associação e opinião, combinadas. Cerca de 800 trabalhadores tiveram seus direitos políticos cassados em Minas Gerais, a partir de 1964. Destacam-se os aeroviários, alfaiates, costureiras, bancários, operários da construção civil, eletricitários, extrativistas, fumageiros, industriários de alimentos e calçados, marceneiros, metalúrgicos, petroleiros, tecelões e rodoviários.

Igualmente comum foi o indiciamento em IPMs por motivação política, que representava a violação ao direito à intimidade e à pessoalidade, inclusive profissional, pois os atingidos se tornaram objeto de investigação, sofriam constrangimentos em sua vida cotidiana e eram submetidos a interrogatórios humilhantes. Muitas informações que propiciaram abertura de IPMs foram cedidas pelas próprias empresas, especialmente pelos setores de RHs e segurança, ou pelos interventores nos Sindicatos. Quaisquer suspeitas de participação política ou

ideologia diversa das noções consagradas pelo regime militar, ainda que fluidas, já era motivo para denúncias e investigações.

O simples indiciamento em IPM significava que o trabalhador estava "fichado como subversivo", resultando em perseguição e vigilância. É o caso, por exemplo, de pessoas investigadas no exercício da própria atividade profissional, como alguns jornalistas, advogados e educadores. Caso típico foi o acontecido com o professor Sílvio Carvalho de Vasconcelos, em Belo Horizonte, interrogado em IPM na 4ª DI do Exército por causa da simples suspeita de ser comunista e de patrocinar viagem de estudantes a uma exposição de arquitetura.[483] O fichamento também acarretava constrangimentos, quando não provocava outros tipos de violações mais graves.

Há três casos de servidores públicos com "atestado de antecedentes negado", por estarem "fichados": Samuel Simões de Morais, em 09/09/1966, por constar em lista da 4ª RM; Nilberto Batista Moreira, por ter participado da UNE em 1963; Carlos de Las Casas Ignácio da Silva, em 03/04/1974, por ter assinado uma lista pelo registro do PCB em 1962 e sido preso em Ipatinga em 1964.[484] Tornou-se notório que os IPMs se tornaram pretextos legalizados sob a encomenda para encobrir as práticas de prisões arbitrárias e, com frequência, as torturas, prática consagrada como método de investigação.

Houve trabalhadores e dirigentes sindicais presos mais de uma vez. Relatos dramáticos demonstram que muitos presos ficaram longos períodos encarcerados e incomunicáveis como ato, seja preventivo, para retirar os dirigentes de circulação e anular sua ação política, seja investigativo, com o objetivo de extrair informações e forçar delações. Nesse caso, a tortura configura-se como brutalidade eivada de requintes, um método pensado e adotado para impor sofrimento às pessoas com fins de recolher-se confissões e informações. Clodesmidt Riani, Antônio Lopes Faria e Ênio Seabra foram presos preventivamente. Já as detenções de Antônio Crispim de Oliveira, Virgílio Justino Salomão e Alberto Lemos Mota tiveram características de ato investigativo.

Clodesmidt Riani,[485] eletricitário de Juiz de Fora, era um dirigente sindical com expressão nacional e internacional. Por ocasião do golpe militar, acumulava as funções de presidente da CNTI, dirigente do CGT, deputado estadual e membro do Conselho Administrativo da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ligado à ONU e com sede em Genebra. Como outros sindicalistas, foi perseguindo pelo regime militar. Tendo seus direitos políticos cassados, acabou indiciado em IPMs e preso, conforme seu relato, por cinco anos oito meses.[486] Na idade avançada, ainda retinha lembranças atormentadas sobre os maus-tratos sofridos.[487]

Riani ficou detido após apresentar-se na 4ª RM, em Juiz de Fora, no dia 04/04/1964. Em seguida, transferido, juntamente com outros dirigentes sindicais, para o DOPS-MG e o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), em Belo Horizonte. Esteve também no presídio de Ribeirão das Neves. Graças à incansável luta de sua esposa, conseguiu retornar ao quartel do Exército em Juiz de Fora, no dia 2 de maio. Indiciado em dois inquéritos, foi solto somente depois de quatro anos e dois meses, ainda com o processo em andamento. Em 1969, viu-se condenado e preso novamente, sob a falsa acusação de "apropriação indébita" de recursos na CNTI com a qual seus algozes tentaram desmoralizá-lo.

A calúnia foi em vão, pois sua imagem se manteve incólume. Sobre a segunda prisão, quando cumpriu pena no Rio de Janeiro durante mais um ano e seis meses, o dirigente sindical relatou:

> Eles me deram a sentença e depois fui entregue no depósito de presos da Guanabara. Não tem nem jeito da gente descrever o que é um depósito de presos. Nem jeito. Depois, fui mandado para a penitenciária Lemos de Brito, penitenciária. [...] Eu tive uma intuição. De fato, de madrugada eles me levaram para Ilha Grande.

Riani também falou sobre os maus-tratos sofridos na prisão. Sofreu espancamentos quando, ao se apresentar em Juiz de Fora, um oficial lhe ordenou "colaborar", assinando uma carta que declarava a ideologia comunista de João Goulart e Leonel Brizola. Diante da recusa, passou a ser agredido a socos e pontapés.[488] Conforme declarou, sempre teve a clara percepção de que fora encarcerado por motivo de sua influência política: "eles não tinham nada, nada contra mim. Era [...] o poder que eles acham que eu queria..., me incriminaram mais porque estavam querendo parar um poder da República [...]."[489]

Antônio Faria Lopes,[490] presidente do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Belo Horizonte, foi um dos redatores do manifesto em apoio ao presidente João Goulart, em 30/03/1964. Preso no dia 28 do mês seguinte e arrolado em investigação sobre ações consideradas "subversivas" acabou demitido do Banco do Brasil em 6 de outubro. Em 13/08/1965, após ser condenado a 18 anos de prisão, teve a pena revisada pelo Superior Tribunal Militar (STM) para um ano. A acusação, cômica, era de que o sindicalista estaria a serviço de uma potência estrangeira, conforme contou em entrevista: "quer dizer, no caso, estávamos todos a serviço da União Soviética".[491]

Segundo ainda relata, "muitos foram denunciados nesse artigo, [...] o artigo que dava a pena mais pesada na Lei [referência à Lei Segurança Nacional]."[492] Detido

no DOPS, no 12º RI, em Belo Horizonte, e em Ribeirão das Neves, Faria narra os espancamentos sofridos, especialmente, no DOPS-MG: pontapés, socos, golpes com cassetete:

> Tanto que quando eu falo que fui espancado, é muito diferente de dizer que eu fui torturado [...]. Tortura é uma coisa científica, preparada [...]. Eles erraram muito, tanto que mataram muitos companheiros [...]. Não era tão científica assim. É, foram muito além do que podiam. Mas nesse meu caso, não, meu caso era mesmo espancamento.[493]

Ênio Seabra, por ocasião do golpe militar, estava na presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem. Apesar de removido da diretoria por intervenção, continuou desenvolvendo a militância de base até aparecer como um dos principais dirigentes nas greves de 1968, quando os metalúrgicos enfrentaram o regime militar. Indiciado em IPM e demitido da empresa, perdeu os direitos políticos por 10 anos. De 1968 a 1970, foi detido por várias vezes, sob a acusação de "agitador". Ao relatar as circunstâncias de suas prisões, Seabra fornece informações que permitem compreendê-las como ato preventivo.

Pelo menos duas ocorrências chamam a atenção. Uma em 30/09/1968, véspera da greve organizada e definida para começar em 1º de outubro, conforme falou em entrevista: "dia 1º de outubro de 68, já estava marcado. Eu fui preso de noite, em 30 de setembro. Fiquei no DOPS. Cedo eles me soltaram, às 7h. Falaram que não queriam nada comigo não."[494] A outra em 1970, véspera do dia 1º de maio, quando foi preso em sua casa:

> Eles foram à minha casa. Alguns policiais, meio receosos, entraram lá, perguntaram para minha filha se eu estava. Ela disse que estava. Eles disseram que o secretário de Segurança Pública queria falar comigo. Em casa, só tinha meus filhos, todos menores de 10 anos, me parece, 11 anos. Eles ficaram lá. E eu fui para o carro e me levaram até o DOPS, me prenderam. Fiquei de um dia para o outro lá. Passei o primeiro de maio. Me soltaram no dia seguinte, mas não falaram, não me perguntaram nada. Ninguém conversou comigo nada. Talvez só precaução para o dia, por ser 1º de maio.

O episódio mostra que os órgãos repressivos adotavam uma política sistemática, sempre com o propósito de anular os militantes e dirigentes sindicais. Para tanto, consolidaram um esquema de vigilância e monitoramento constante, que se derramava sobre o movimento operário em geral. Seabra, por exemplo, sofreu seguidas prisões às vésperas de acontecimentos relevantes. Ao relatar o

caráter limitado das violências que havia sofrido nessas detenções preventivas, nada mais fez que acentuar e denunciar, por contraste, as brutais torturas perpetradas contra outros militantes: "[...] Do jeito que eu já contei e já vi, comigo até que relativamente foi pouco".[495]

Em certa ocasião permaneceu encarcerado por mais tempo e passou por diversos lugares, conforme relatou:

> A gente foi para o [12] RI do Exército. De lá, nós fomos para Neves [presídio de Ribeirão das Neves]. Fiquei lá em Neves uns dois meses e pouco. Depois vim para o DOPS. Aliás, em Neves foram quase três meses. Depois vim para o DOPS e fiquei no DOPS alguns dias. Daí me soltaram [...][496].

Os casos de Antônio Crispim de Oliveira e Virgílio Faustino Salomão, trabalhadores metalúrgicos da Companhia Siderúrgica Belgo Mineira e dirigentes operários em João Monlevade, foram típicos de prisão usada como instrumento investigativo. Logo após o golpe de 1964, ambos perderam os seus mandatos, por meio da intervenção decretada no Sindicato, e foram forçados a pedir demissão do emprego sob pressão de policiais armados dentro da empresa. Encarcerados e depois liberados, passaram a ser cotidianamente vigiados e perseguidos, inclusive com invasões de suas residências pela polícia. A esposa de Antônio Crispim de Oliveira sofreu violência sexual.

Um relatório enviado de João Monlevade ao DOPS-MG em 30/05/1964, assinado por Amaro Zacarias Corgosinho – "1º tenente reformado. Elemento de ligação entre as autoridades militares e policiais desta [localidade] e o Comando da I.D.4" – contém os nomes de vários operários e sindicalistas demitidos, assim como informações sobre o "motivo da dispensa", "endereço" e "observações". Nesse último item, foram registradas informações sobre as preferências político-ideológicas e o perfil comportamental dos vigiados. [497] Em relação a Antônio Crispim de Oliveira, consta o seguinte:

> [...] diretor do Sindicato. Grevista, agitador, sempre apresentou reivindicações absurdas, fazia parte do "grupo dos 11", ligado a Leonel Brizola e Chicão. Mantinha correspondência com Dazinho e Bambirra. Esteve preso no DOPS (DVS).

Sobre Virgílio Faustino Salomão, o documento informa: "suplente de diretoria. Idem a Antônio Crispim quanto à ideologia. É violento e inconformado". Vê-se que a filiação político-ideológica dos sindicalistas tinha muita importância naquele contexto. Assim, a sua atividade política era um motivo determinante

para o processo de perseguição, prisão e tortura que enfrentaram. No caso de Oliveira, houve tortura com "choques elétricos", "pau de arara", "telefones", "dança das latas", privação de alimentos e fuzilamento simulado.[498] No caso de Salomão, os horrores chegaram em forma de socos, agressões físicas variadas, violência sexual e incomunicabilidade.[499]

Em depoimento sobre o Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade, Tereza, esposa de Virgílio, narrou a repressão política sofrida pelo marido, por seus companheiros e familiares:

> Prisão [...] houve pessoas que a polícia foi em casa para prender [...] quando ele viu que prendeu todo mundo, ele falou: eu também vou ser preso mesmo, deixa eu ver como é que tá os meus colegas lá dentro da prisão'. Chegou lá eles falaram: "Ah, você veio, né, nós estamos de olho em você mesmo, que você é mais teimoso, é um dos mais cabeçudo, pois é, nós estamos de olho em você mesmo" e revistou e encontrou uma bala, uma balinha de garrucha 22 no bolso dele, que é pequeninha e ele falou: "pode ir buscar essa arma que você tem em casa e trazer para nós, e vem para ficar aqui, que você não vai voltar para casa não". "Assim ele fez, assim que ele foi preso".[500]

Em outro momento, Tereza conta como se deu a segunda prisão de Virgílio: estava sendo levado para prestar depoimento em João Monlevade, o que acabou não se confirmando, uma vez que acabou encaminhado ao DOPS, onde foi barbaramente torturado. Quatro dias depois, os policiais o entregam de volta, muito debilitado e com grave quadro infeccioso: "quando eu olhei para ele, eu comecei a chorar de pena de ver. Ele estava com um febrão que vocês precisavam ver." Sua esposa continuou: "estava todo vomitado, todo sujo". A seguir levou-o ao banheiro para dar-lhe um banho e lhe fez um café. Foi quando Virgílio lhe contou: "o processo infeccioso foi causado por perfurações que lhe fizeram no pênis".

Alberto Lemos Mota, operário da mina de Morro Velho, também foi seviciado. Então presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Extração de Ouro e Metais Preciosos de Nova Lima, foi preso na madrugada do dia 31 de março de 1964, quando teve a residência invadida por cerca de 60 policiais. Sua família ficou dois meses sem notícias sobre o seu paradeiro. Passou pelo DOPS e pelo presídio de Ribeirão das Neves, sendo submetido a torturas: espancamentos, choques elétricos, queimaduras com cigarro, agulhas enfiadas debaixo das unhas, pau de arara, privação de alimentos, "afogamento" e pressões psicológicas. Saiu do presídio para realizar uma cirurgia de úlcera estomacal. Libertado, respondeu a

processo na Justiça militar, em Juiz de Fora. Quando voltou a trabalhar na Companhia Morro Velho, foi rebaixado e passou a sofrer constantes perseguições. Em dezembro de 1964, desligou-se da empresa após 27 anos de trabalho, tendo de abrir mão da estabilidade.[501]

Esses três casos ilustram a prisão arbitrária como instrumento investigativo. Obviamente, não foram os únicos. Como sugerem tais exemplos, arrolados para efeito de tipificação, a posição político-ideológica, o envolvimento em atividades políticas e a combatividade sindical constituíram a senha para a selvageria. Contudo, se tais foram os tipos mais comuns de violações, também deve ser mencionado o nível extremo: os desaparecimentos e assassinatos sob o regime militar são relatados neste Relatório da Covemg.

Cabe sublinhar o assassinato do operário em construção civil Orocílio Martins Gonçalves, em plena manifestação grevista, já narrado aqui. Há também o misterioso desaparecimento de Paulo Duran, operário da Companhia Siderúrgica Mannesmann, que não retornou à sua residência em Belo Horizonte após uma viagem de trabalho a São Paulo, em 1976, segundo seus familiares. Duran havia sido investigado pelas forças repressivas desde os anos 1950: no acervo do DOPS-MG existem dois registros com seu nome – inclusive um pedido de informações sobre a sua militância –, que são fortes indícios de motivação política.

Entre as violações aos direitos fundamentais estão as consequências psicossociais da repressão. Ao atingir os trabalhadores, o regime militar afetou, também, direta ou indiretamente, toda a população, em especial as camadas populares. Em primeiro lugar, porque as arbitrariedades se derramaram sobre muita gente no entorno dos prejudicados. As dificuldades financeiras decorrentes das demissões, o constrangimento de receber a intromissão policial em casa ou dirigir-se a delegacias para depoimentos, a ausência de parentes presos ou mortos e o contato com pessoas torturadas significaram sofrimentos duradouros, em muitos casos levando as famílias à desestruturação.

A perseguição produziu situações como as relatadas pela esposa de Virgílio Salomão:

> [...] um dia ele chegou, falou: 'Tereza, nós temos que mudar daqui [...] porque a casa é da Companhia. Nós temos que ir embora, pois eles não querem que a gente fique aqui'. Eu tinha 18 dias de operada de vesícula e falei para Virgílio: 'para onde nós vamos?' [...] 'Vamos ver se eu acho uma casa em Nova Era'. E todo mundo naquela época tinha medo de

> alugar, pois diziam que são comunistas. Mas Deus ajudou e ele arrumou um lugarzinho lá em Nova Era e nós fomos para [cidade de] Nova Era.[502]

O relato mostra duas dimensões da repressão política: a primeira é a dificuldade familiar em consequência da demissão e demais tipos de violações a direitos, ou seja, a desgastante experiência de mudança compulsória, às pressas e sem destino conhecido; a outra é o medo alheio de envolver-se com pessoas tachadas de comunistas. Eis uma questão social de maior importância, que permite pensar como a repressão repercute nos locais de trabalho e moradia, sobretudo nas cidades pequenas. Trata-se ainda de uma diretriz política do regime militar, pois a hegemonia incorpora formas amplas e disseminadas de dissuasão.

Tomando como campo de pesquisa a atual Região Metropolitana do Vale do Aço (RMVA), em particular as cidades de Ipatinga, Coronel Fabriciano e Timóteo, Amir José de Melo[503] encontrou uma pista para se analisarem os resíduos repressivos na memória coletiva da população. Em trabalho monográfico, arrolou alguns casos para descrever o processo de "interiorização" do regime militar. Logo após a decretação do AI-1, uma lista com nomes de pessoas supostamente "perigosas" foi organizada, iniciando-se uma série de prisões arbitrárias de jornalistas, sindicalistas, políticos e até pessoas comuns.

Euclides Diogo Sabará, proprietário do Jornal A Verdade Impressa, foi detido pela manhã, quando fazia compras em um mercado de Timóteo, sob a acusação de participar em uma conspiração contra o regime militar. A operação estava comandada pelo tenente Xavier, à frente de um destacamento vinculado ao 6º Batalhão da PMMG, sediado em Governador Valadares. O jornalista ficou preso por nada menos que 40 dias, incomunicável, na cadeia de Ipatinga. Depois, foi transferido para o presídio de Ribeirão das Neves, sem que sua família tivesse qualquer informação a seu respeito.

Adolfo Martins da Costa Quintão, proprietário de uma banca de jornal, foi preso em Belo Horizonte, quando, em 27/04/1964, cumpria uma intimação que lhe havia sido enviada. A acusação era o "crime" de vender o Jornal Classe Operária, considerado subversivo. Na ocasião, os seus nome e endereço constavam em um caderno de anotações, como cliente e responsável pela distribuição do impresso. Levado para depor no DOPS, foi encaminhado ao presídio de Ribeirão das Neves, onde adoeceu. Internado no Hospital Militar, sob uma estrita vigilância, só foi libertado depois de 22 dias.

Durval Ribeiro de Matos, um conhecido comerciante de Coronel Fabriciano, foi detido, pela manhã, em sua própria casa. A operação policial havia fechado o quarteirão onde o procurado morava e mantinha um bar. Acusado de ser comunista – pois havia dado ao filho o nome "Lenini", supostamente em homenagem a Lênin, dirigente revolucionário russo –, foi conduzido a Belo Horizonte para interrogatório. Mantido em cárcere privado na casa de uma família conhecida, que residia na capital, só foi liberado para retornar à família e ao trabalho após a intervenção de um advogado e deputado estadual.

O Metasita sofreu intervenção em 09/07/1964. À época, tinha cerca de 9 mil associados, congregando os trabalhadores da Acesita, da Usiminas e da Siderúrgica Belgo Mineira. A junta era formada pelo capitão do Exército Hormezinho Viceas Borges (presidente); Manuel Ferreira da Silva, operário da Acesita (secretário), e Geraldo Gonçalves Rodrigues, operário da Usiminas (tesoureiro). Ao presidente afastado, Geraldo dos Reis Ribeiro, reservaram-se a prisão e a perda de direitos políticos. Outros dirigentes do Metasita também foram detidos, como de praxe sob a acusação de comunismo: Antônio de Melo, Joaquim de Melo, Antônio Silva e Batista Faiole.

A denúncia contra Batista teria sido articulada e formalizada pelo serviço de segurança da própria Acesita, a Siderurgia onde trabalhava. Em consequência, permaneceu detido por dois meses na cadeia de Coronel Fabriciano, sendo transferido, posteriormente, à penitenciária de Ribeirão das Neves. A intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos de Coronel Fabriciano é um caso de repressão política que precisa ser lembrado e realçado, de vez que a RMVA se compunha de cidades tipicamente operárias, cujas populações trabalhavam, organizavam-se e viviam em torno das referidas empresas.

Amir José de Melo destacou, ainda, casos de arbitrariedades e abusos de autoridade cometidos, que permaneceram na memória popular na RMVA. Sua narrativa evidencia como o regime militar favoreceu uma licenciosidade à PMMG para aterrorizar, humilhar, reprimir e torturar trabalhadores. Frequentemente, os operários da Usiminas e das empreiteiras envolvidas em sua construção foram vítimas de abusos. Não raro, tarde da noite, a caminho de casa, eram abordados pela polícia, que lhes davam buscas, usando as formas mais grosseiras de intimidação: empurrões, tapas na nuca, gritos e xingamentos.

Os relatos também informam que, em algumas ocasiões, não bastassem tais violências, os soldados, utilizando uma segueta, serravam guidons de bicicletas,

obrigando os "peões" a irem para casa a pé, empurrando-as. Outro abuso de autoridade, arrolado pelo autor, diz respeito a José Silva Sobrinho, um ex-policial militar que havia servido no 6º Batalhão da PMMG e agora estava empregado na recepção do então Hospital Siderúrgica. Em 27/08/1975, à noite, quando passeava pela zona boêmia, foi preso por três policiais da cidade de Coronel Fabriciano, a saber: Geraldinho, Gessy e Matias, sem qualquer acusação ou Boletim de Ocorrência.

Silva foi torturado pelos citados e outros policiais nas dependências da cadeia. Seu irmão, ao perceber sua falta em casa e no trabalho, começou a procurá-lo. Depois de passar duas vezes pelo local onde estava detido e de receber falsas notícias de que lá não havia nenhuma pessoa com seu nome, um policial conhecido o procurou e acabou lhe informado o que tinha acontecido. Com a ajuda de um promotor da cidade, o preso foi resgatado e internado com graves lesões. Após passar por três cirurgias, faleceu no dia 19 de setembro. Um inquérito foi aberto, mas se estagnou. Os acusados nem sequer foram julgados.

Tais circunstâncias contribuíram para formatar a memória coletiva no mundo do trabalho e, de forma geral, nos moradores na RMVA. Permitem compreender, em certo sentido, a percepção que a população, especialmente as camadas populares, tinha sobre regime militar. Sua face mais conhecida acabou sendo a repressiva: o uso autocrático, abusivo e ilimitado da força, de forma legal ou não. Assim, difundiu e consolidou uma cultura do terror e do medo, seja dos órgãos estatais, seja do patronato, seja até do comunismo, que se revelava por meio do silêncio em situação de abuso efetivo ou possível, que só muito tempo depois começou a ser quebrado e superado.

6.7 Conclusões e responsáveis

Conclusões

A repressão política da ditadura militar sobre os trabalhadores foi sistemática, atingindo as diferentes categorias econômicas, na capital de Minas e nas cidades do interior. Embora tenha perseguido e reprimido os partidos e organizações revolucionárias e seus militantes, e as demais pessoas envolvidas na resistência democrática, sua política coercitiva foi bem mais geral e abarcou o conjunto dos trabalhadores, sempre focalizado como objeto de exploração e perigo de subversão, efetivo ou latente. Ao mesmo tempo, as violações se concretizaram em pessoas como particularidades individuais dos trabalhadores, especialmente do proletariado.

Uma consideração relevante para compreender-se a repressão política sobre os trabalhadores mineiros é de cunho conceitual. A noção de violação a direitos se encontra expandida, abarcando inclusive práticas mais sutis e não menos nocivas. Considerou-se, pois, não somente as formas consagradas, como prisões arbitrárias, assassinatos e desaparecimentos, mas também as demissões sem causa justa, a supressão a direitos políticos e os indiciamentos em IPMs por motivações ideológicas. Tais práticas condenavam os atingidos, quase sempre, a serem vigiados, perseguidos, ameaçados e constrangidos, formas de arbitrariedade constituíam, no contexto do regime militar, o desdobramento ou a preparação de ocorrências graves.

Os trabalhadores foram os alvos prioritários do regime militar, sendo duplamente atingidos. Trata-se de uma repressão ao mesmo tempo de caráter conjuntural, visando ao desmantelamento do movimento sindical organizado e politicamente autônomo, e de caráter estrutural, com vistas a impor e manter a sua subordinação e o seu silêncio em face do capital. Ou seja, a classe dominante queria um desenvolvimento conservador com a presença inevitável e ativa do proletariado como força de trabalho, mas temia a sua atividade sindical e política, isto é, queria reproduzir o capital à custa dos trabalhadores nos planos da economia, mas impondo a sua hegemonia com coerção militar.

A política salarial orientada para o arrocho salarial e a restrição aos direitos trabalhistas, previstos em Lei, como os dispositivos antigrevistas e o FGTS evidenciaram o propósito de fragilizar o trabalho perante o capital. Assim, além de atingir quase todos os ramos urbanos – o levantamento preliminar constatou 30 categorias econômicas –, o regime militar concentrou a repressão sobre os setores maiores e mais organizados. Em Minas Gerais, a vigilância e a perseguição foram intensas, gerando as seguintes intervenções: tecelões, com 10 Sindicatos e a federação; metalúrgicos, com seis Sindicatos; bancários, com cinco Sindicatos e a federação; peões da construção civil, com três Sindicatos; eletricitários, com três Sindicatos; entre outras.

A amplitude da ofensiva repressora coincide com a heterogeneidade e a especificidade da economia mineira à época, quando setores tradicionais coexistiam com as indústrias implantadas depois. A susceptibilidade dos trabalhadores locais em face da exploração, à época, de vez que socialmente reconstituídos em um contexto de rápidas transformações na economia, gerou acontecimentos marcantes e únicos, como as greves de 1968 e 1979, ambas motivadas por questões salariais, mas rapidamente expandidas à dimensão política. De qualquer modo, saltam aos olhos os crimes do regime militar no trato com tais movimentos.

Constata-se uma série de crimes: vigilância e perseguição no local de trabalho, demissões por motivos políticos, intervenções com destituição de diretorias sindicais, prisões arbitrárias, torturas físico-psicológicas, assassinatos e desaparecimento, além de inúmeros casos de pressão, interrogatório e vigilância, atingindo familiares e conhecidos. A ocorrência desses crimes quase sempre teve uma sequência progressiva, ou seja, foram inúmeros, sobrepostos e crescentes. O tipo de trabalhador mais atingido foi o militante sindical e político-partidário, especialmente os comunistas e os revolucionários em geral. Em termos quantitativos, a violação a direitos mais comum foi o binômio composto por prisão arbitrária e tortura.

O objetivo do regime militar não era aniquilar fisicamente o proletariado como classe, até por que necessitava dos produtores diretos para reproduzir o capital, nem o movimento sindical como formalidade. Contudo, precisava conformar o mundo do trabalho aos seus desígnios, impondo-lhes um regime rigidamente hierárquico-disciplinador dentro e fora das empresas. Assim, mais que a repressão aos demais segmentos sociais, os desmandos contra os trabalhadores se constituíram em via preferencial para atingir as camadas populares. Basta pensar no contexto dos bairros e cidades operárias da época, lugares típicos, onde a população se organizava em torno das indústrias.

Em um tempo com meios de comunicação ainda pouco desenvolvidos e sob uma forte censura, as notícias sobre a repressão circulavam nos espaços populares de moradia e trabalho, inclusive no interior das indústrias, das famílias e da vizinhança comunitária. Nessas condições, reproduzia-se um efeito psicossocial abrangente, criando um conflito entre lutar sob o influxo das determinações econômico-sociais objetivas e os valores democráticos ou paralisar-se e esmorecer, aceitando um processo que, ao longo do tempo, criava uma sensação de impotência. Eis por que a face mais difundida do regime militar entre as camadas populares foi o terror e a brutalidade.

A reação conservadora e traumática sobre trabalhadores e demais camadas populares interrompeu e/ou adiou o processo constitutivo de um projeto democrático, nacional e popular no Brasil. O golpe de 1964 e os 24 anos de regime militar, com suas sobrevivências posteriores, representaram a cristalização e banalização da violência estatal contra o mundo do trabalho, inclusive os seus movimentos e entidades, além dos partidos vinculados aos seus interesses imediatos e históricos. Marcaram uma quadra sombria, que deixou às novas gerações uma herança de profundos resíduos antidemocráticos e preconceitos antioperários.

Responsáveis

Muitos agentes responsáveis e executores foram identificados, seja pelos próprios trabalhadores, em depoimentos ou em processos indenizatórios, seja por meio de registros oficiais nos IPMs. O funcionamento do aparato repressor é um tema que, devidamente aprofundado, decerto levantará novos envolvimentos e provas. A repressão política aos trabalhadores envolveu uma rede articulada de órgãos militares e civis de coerção pública, no ápice da qual se localizaram os governantes federal e estadual, e as empresas que urdiram, apoiaram, incentivaram e até financiaram o regime militar e seus atos.

O rol de comando, execução e cumplicidade abarcou a DRT, a Polícia Civil, a PMMG, o DOPS-MG e a 4ª RM, desde o dia do golpe militar. Alguns anos depois, quando o País mergulhou no terrorismo de Estado, o comando operacional do aparato repressivo foi centralizado pelo DOI-Codi, por ordem expressa do governo Médici. Assim, os relatos e dados apurados sobre as detenções e demais formas de arbítrio contra os trabalhadores demonstram a existência de um fluxo entre os órgãos coercitivos do Estado federativo e do Estado-membro, com trocas de informações e trânsitos de prisioneiros políticos.

Na capital, a maioria dos opositores detidos foi enviada para o DOPS, onde os detidos eram, não raro, torturados e interrogados. Posteriormente, seguiam para as unidades do Exército – CPOR e 12º RI –, em Belo Horizonte, ou as penitenciárias de Ribeirão das Neves e Linhares. Quando as prisões ocorriam em cidades do interior, os militantes sindicais e políticos eram também encaminhados ao DOPS/MG, onde ficavam submetidos às condutas violentas de praxe, e em seguida para as penitenciárias ou alguma unidade militar, em Belo Horizonte. Nos relatos, aparece como local de julgamento dos processos o Tribunal Regional Militar (TRM), em Juiz de Fora.

A Delegacia Regional do Trabalho atuava em colaboração com os governos e o aparato repressivo. Os registros encontrados no APM comprovam que o então delegado regional do trabalho, Onésimo Viana, assinou portarias, autorizando intervenções em vários Sindicatos e partilhou informações com o DOPS. As empresas estavam envolvidas até a medula com o aparato repressivo, permitindo e até solicitando a presença de policiais infiltrados entre os operários e no serviço de segurança interno, como exemplificam a Companhia Siderúrgica Belgo Mineira e a Mannesmann.

O capital mineiro e o capital externo internalizado se mobilizaram em favor do golpe de 1964. Várias empresas e entidades civis burguesas se empenharam

na sustentação política e econômica da conspiração que o desferiu. Aliás, chegaram ao ponto de abrir mão de sua participação na gerência do Estado – em que adotavam a tradicional mediação republicana e civil de seus partidos, políticos e lobistas, e a fusão monopólica de seus conglomerados com os órgãos de poder – para aceitar e até promover um novo regime político também delegado, mas de caráter ditatorial, estruturado e exercido pelo autodenominado "Comando Supremo da Revolução", composto pelos ministros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.

As políticas econômica e trabalhista aplicadas pelo regime militar foram, desde o início e sempre, favoráveis aos grandes grupos capitalistas, que se sentiam, na maioria dos casos, garantidos pela nova ordem política. Frequentemente, os primeiros atos repressivos, já no ano do golpe, aconteceram dentro das próprias empresas, com a constituição e institucionalização de um sistema de vigilância e perseguição em conluio com os órgãos repressivos. Tal cultura e a concepção política que lhe corresponde permanecem vigorando até hoje em Minas Gerais, especialmente dentro das fábricas na região divisória de Belo Horizonte e Contagem.

Sublinhe-se a responsabilidade dos governos e legislativos, estaduais e municipais, por ação ou omissão, nos atos repressivos. Muitos servidores públicos sofreram perseguições durante o regime militar, tendo seus direitos fundamentais violados: implicados em IPMs e acusados de "atividades subversivas", no ambiente de trabalho ou fora dele, foram demitidos e denunciados. Os governos mineiros utilizaram as instituições estaduais em apoio à ditadura militar, especialmente as forças de segurança pública, como a PMMG e a Polícia Civil. Aqui é preciso citar, nominalmente, José de Magalhães Pinto e Francelino Pereira. A ALMG, além do pioneirismo em matéria de cassar deputados – lembrem-se os três parlamentares sindicalistas, José Gomes Pimenta, Sinval Bambirra e Clodesmidt Riani –, também perseguiu seus próprios servidores, conforme reconhecimento e reparação formal. Da mesma forma, funcionários foram reprimidos em vários municípios, como Juiz de Fora e Uberlândia, entre outros.

Uma vasta legião de agentes estatais mobilizada para reprimir os trabalhadores está identificada. O Quadro III foi elaborado com base nos dados levantados em pesquisa, levando-se em consideração os órgãos e os nomes das autoridades atuantes. As cidades aparecem como informações adicionais. Os nomes emersos dos documentos, processos e depoimentos constituem um elemento fático importante, pois inúmeros perseguidos, presos e torturados conseguiram identificá-los, alguns se repetindo em outras ocorrências. A opção foi apresentá-los

caso a caso. Note-se a concentração dos órgãos e agentes responsáveis em torno da 4ª RM, em Juiz de Fora, e do DOPS, em Belo Horizonte.

Quadro XI – Órgãos e agentes implicados em repressão aos trabalhadores

Órgão repressor	Agentes implicados
4ª RM, 10 º RI e 11º RI; 4º RO, Juiz de Fora.	capitão Adílio Sarmento Xavier; capitão Francisco de Oliveira; capitão Sebastião Ferreira de Oliveira; general Osvaldo de Almeida Brandão; major Benedito Waldir Navarro de Souza; major Cid Godofredo Fonseca; major Dalmo de Oliveira Mott; major Expedito Ribeiro de Rezende; major Hélio Pires de Moraes; major José Félix; major José Ferras de Souza (sic); major José Joaquim Paiva de Pinho; major Lourenço de Oliveira; major. Sílvio Genti Filho; major Stênio de Paula Cunha; major Urbano Ribeiro Amaral; major Wilson Gomes de Paiva; tenente-coronel Olavo Martins da Costa Cruz; tenente-coronel Roberval Barral Tavares; cabo José Matos, soldado Derli, major José Felix.
11ª RM - 3ª/6º BC, Uberlândia.	capitão Cláudio Albano de Brito Rech
6º Batalhão da PMMG, Governador Valadares.	tenente Klinger Sobreira.
9º Batalhão de PMMG, Barbacena.	tenente Pedro H. Medeiros; tenente-coronel Waldir Victor Foureanx.
Artilharia Divisionária (AD/4): Aiuruoca; Alfenas; Belo Horizonte; Cambuquira; Caxambu; Itajubá; Pouso Alegre; Três Corações; Varginha.	1º tenEnte Demóstenes Pereira Guimarães; 1º tenente José Ribeiro Sobrinho; 1º tenente José Wilson Peçanha Brito; 1º tenente Sebastião Rodrigues Moura; 2º tenente Agostinho Antônio da Silva; coronel Edgard Catunda Gondim; coronel José Alves Martins; major Vet. Zoroastro, Franco de Carvalho Filho; tenente Wesley de Souza Moreira.
ALMG, Belo Horizonte.	deputado Nicanor Neto; deputado Armando Geraldo Quintão; deputado Hugo Aguiar Maria Ribeiro Pena; deputado Mário Hugo Ladeira.
Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, João Monlevade.	tenente Amaro Zacarias Corgosinho; Ademar Soares de Oliveira (funcionário administrativo da Companhia Siderúrgica Belgo Mineira).
Colégio Militar/CPOR/delegacia de furtos e roubos/12º RI, 4ª DI, Belo Horizonte	capitão Álvaro Guadalupe Montezuma; capitão Juarez Arruda Gomes de Sá; capitão José Gabriel Sartori; major Rodrigo Octávio Morande Xavier de Azevedo; José Maria de Paula (Cachimbinho); delegado Pereira, Cruz; So Nego; Subinspetor Português; Tonhão; Ferreirão; capitão Hilton de Paula da Cunha Portela; sargento Léo; capitão Wilmar Barros Nogueira; capitão Pedro Ivo de Vasconcelos; coronel Mário W. Filho; tenente Marcelo Paixão de Araújo, general Manoel Francisco Pacheco.

Órgão repressor	Agentes implicados
Delegacias de polícia / cadeias públicas, várias cidades	capitão Amauri de Sá Ferreira de Lima; capitão Carlos Augusto da Costa; capitão Carlos Dias Rolim; capitão Cid Nélson Safe Silveira; capitão Jair Alves Pinheiro; capitão José Lucas Marinho Filho; capitão Vicente de Paula Gomes; capitão Waldir Rosa Nazareth; capitão Walfrido de Oliveira; coronel José Geraldo Leite de Barbosa; coronel Luís de Oliveira Fonseca; Cel. Mário Nobert Lindemberg; Cel. MelquiadesLibânio Horta; delegado Aloysio Machado Gomes; delegado Aluísio Oliveira Andrade; delegado Bolivar Malaquias; delegado Cid Nélson Safe Silveira; delegado Décio Guerzoni; delegado Diocélio de Oliveira Cabral; delegado Francisco de Assis Teixeira; delegado Glauco Brandão; delegado João Arantes; delegado José Cândido de Almeida; delegado José Fernandes Motta; delegado José Geraldo Leite Barboza; delegado Lindolfo Coimbra de Souza; major Carlos de Abreu Lopes; delegado Oscar Soares de Souza Lima; delegado Pedro Antônio Caifa; delegado Rubens Coelho da Rocha; delegado Thacyr Omar Menezes Sai; delegado Virgílio Soares de Souza Lima; delegado Washington Gomes de Faria; Deusdedit Freitas; major Carlos de Abreu Lopes; major Cristiano Martins da Silva; major João Santos Rabelo; Major José dos Santos; tenente Caio Márcio Correa; tenente-coronel Eurico de Alvarenga Mafra; tenente-coronel Urano Nunes Queirós; tenente-coronelWálter Viana; tenente Iinger Sobreira de Almeida; tenente Welison de Oliveira; detetive Carlos; detetiveLeopoldino; detetive Miguel; detetive Tito Rosa; detetive Ari Carlos da Silva; detetive policial Hernani; detetive Benjamim Gomes; tenente Francisco Pereira Xavier; capitão Eustáquio Murilo da Silva; 2º sargento Alaor Gomes da Silva, detetive Napoleão.
DRT, Belo Horizonte.	Onésimo Viana de Souza.
DOPS (DVS), Presídio Colônia Penal Magalhães Pinto; Presídio de Linhares / PMMG G-2, Belo Horizonte / Ribeirão das Neves / Juiz de Fora.	cabo Helvécio; capitão Geraldo Sampaio Vaz de Melo; capitão Hélcio Menezes Carvalho; capitão PM Rubens José Ferreira; capitão da Polícia Militar Paulo Koscki Rosa; capitão Hilton de Paula da Cunha Portela; capitão João Alcântara Gomes Carneiro; capitão Paulo Clementino; capitão Pedro Ivo de Vasconcelos; coronel PM Geraldo de Morais; coronel Góes, Sargento Léo; tenente Marcelo Paixão de Araújo; delegado Raimundo Tomaz; delegado David Hazan; delegado Ercílio; Soldado Lambert; delegado Thacyr Omar Menezes Sai; policial "Esperendeus"; escrivão Ariovaldo da Hora e Silva, detetive "Garrufo"; detetive Sarmento; general Bandeira; José Paulino; major Ilmar Vilas Boas; major Silvio de Souza; sargento Antônio Apolinário Capanema; sargento Djalma; sargento Pedro Lúcio; sargento Pedro; sargento Praxedes, soldado Joel de Castro; subtenente Chaves; tenente José Luiz Pinheiro de Figueiredo; tenente Fernando Torres; tenente Francisco Pereira Xavier; tenente-coronel Manuel Alfredo Camarão Albuquerque; delegado Virgílio Soares Souza Lima; capitão Pedro Ivo de Vasconcelos; tenente-coronel Sílvio de Souza.

Fonte: APM; Dops, Coseg, Sedese;1946 a 1988.

NOTAS

1 Relatório da Comissão Nacional da Verdade – Grupo de Trabalho 13, 2014; Relatório da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, 2015.

2 Relatório da Comissão Nacional da Verdade – Grupo de Trabalho 13, 2014, p. 64.

3 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 34.

4 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 36

5 COSTA, Roberto C. *A Cortina de Ouro* (morro-velho). Belo Horizonte, S/Ed., 1955, p. 13.

6 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 38.

7 COSTA, Roberto C. *A Cortina de Ouro* (morro-velho). Belo Horizonte, S/Ed., 1955, p. 7.

8 COSTA, Roberto C. *A Cortina de Ouro* (morro-velho). Belo Horizonte, S/Ed., 1955, p. 46.

9 COSTA, Roberto C. *A Cortina de Ouro* (morro-velho). Belo Horizonte, S/Ed., 1955, p. 46.

10 COSTA, Roberto C. *A Cortina de Ouro* (morro-velho). Belo Horizonte, S/Ed., 1955, p. 46.

11 VIDIGAL, Wilson Carneiro. Hino dos Mineiros de Morro Velho, 13/05/1959. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 83.

12 MOTTA, José Flávio. Derradeiras Transações: O comércio de escravos nos anos de 1880 (Areias, Piracicaba e Casa Branca, Província de São Paulo). In: *Almanaque braziliense* / Revista Eletrônica, nº 10. São Paulo, IEB/USP, 2009, p. 148.

13 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 39.

14 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho:* A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 39.

15 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 40.

16 À época, o governador era nomeado a título de presidente, obviamente, com prerrogativas e competências declinadas pela constituição vigente em cada momento.

17 SOARES, Sebastião. Influências estrangeiras na formação do sindicalismo brasileiro. In: VÁRIOS (org. José Reginaldo Inácio). *Sindicalismo no Brasil: os primeiros 100 anos?* Belo Horizonte, Editora Crisálida, 2007, pp. 163 e 165.

18 BRASIL. Constituição Republicana de 1891. Apud: AROUCA, José Carlos. *Organização sindical no* Brasil – passado, presente, futuro. São Paulo, Editora LTr, 2013, p. 13.

19 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 41.

20 BANDEIRA, Orlando de Sá. Relatos pessoais. In: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 239.

21 BRASIL. Decreto nº 1.637, de 1907. Apud: AROUCA, José Carlos. *Organização sindical no Brasil* / passado, presente, futuro. São Paulo, Editora LTr, 2013, p. 13.

22 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, pp. 42 e 43.

23 MORAES FILHO, Evaristo de. *A ordem social num novo texto constitucional*. São Paulo, Editora LTr, 1986, PP. 60 e 61.

24 ROCHA, Ronald. Antíteses dos 500 anos do Brasil. In: ALMG. *Revista do Legislativo*, nº 27, janeiro/março de 2000". Belo Horizonte, ALMG, 2000, p. 16.

25 AROUCA, José Carlos. *Organização sindical no Brasil* / passado, presente, futuro. São Paulo, Editora LTr, 2013, p. 14.

26 GUIMARÃES, Anélio Marques. Entrevista por Lucília de Almeida Neves. Belo Horizonte, Projeto Memória e História: Visões de Minas / UFMG, 1991. Fita 02, 25/03/1991, Lado A, p. 2.

27 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, pp. 84 a 87.

28 CORREIO MINEIRO. A Cia. de Morro Velho é Contra a Sindicalização. Belo Horizonte, Correio mineiro, 14/04/1933, p. 7. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 93.

29 BRASIL. Decreto nº 19.770, de 19/03/1931. In: www.planalto.gov.br

30 UNIÃO DOS MINEIROS DA MORRO VELHO. Ata da instalação da União dos Mineiros da Morro Velho. In: SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DO OURO E METAIS PRECIOSOS DE NOVA LIMA E REGIÃO. Arquivo SDM, Caixa 1.

31 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, pp. 96 e 97.

32 AROUCA, José Carlos. *Organização sindical no Brasil* – passado, presente, futuro. São Paulo, Editora LTr, 2013, p. 14.

33 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 117.

34 CARLOS, Newton. Toda a verdade sobre o Plano Cohen. *Revista Manchete,* nº 344, 22/11/1958, pp. 23 e 24.

35 MÜLLER, Filinto. Ofício ao Exmo. Sr. Dr. Agamenon, de Magalhães, ao Ministro do trabalho. Indústria e Comércio. Rio de Janeiro, 23/03/1936.

36 ALEXANDRE, José Carlos. A demissão dos 51 "terroristas" de Nova Lima, um trabalho para a Comissão Estadual da Verdade. In: josecarlosalexandre.blogspot.com.br

37 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 117.

38 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 118.

39 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, pp. 121 a 148.

40 BRASIL. Decreto Lei n.º 1.402, de 1939. In: www.planalto.gov.br

41 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 257.

42 BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 1943. In: www.planalto.gov.br

43 SILVA, Hélio. Por que depuseram Vargas. In: *O ciclo de Vargas*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976, Vol. XV, p. 192.

44 BRASIL. Decreto-Lei nº 7.666, de 22/06/1945. In: www.planalto.gov.br

45 BRASIL. Lei Constitucional nº 9, de 28/02/1945. In: www.camara.leg.br

46 BRASIL. Decreto-Lei nº 7.586, de 28/05/1945. In: www.camara.leg.br

47 UDN. Estatutos da União Democrática Nacional. Apud: KUCINSKI, Bernardo; TRONCA, Ítalo. *Pau de Arara*: a violência militar no Brasil. São Paulo, Editora Perseu Abramo, 2013, p. 32.

48 KUCINSKI, Bernardo; TRONCA, Ítalo. *Pau de Arara*: a violência militar no Brasil. São Paulo, Editora Perseu Abramo, 2013, p. 33.

49 KUCINSKI, Bernardo; TRONCA, Ítalo. *Pau de Arara*: a violência militar no Brasil. São Paulo, Editora Perseu Abramo, 2013, p. 33.

50 BUONICORE. Augusto. A explosão eleitoral comunista nos anos 40. In: www.vermelho.org.br

51 KUCINSKI, Bernardo; TRONCA, Ítalo. *Pau de Arara:* a violência militar no Brasil. São Paulo, Editora Perseu Abramo, 2013, pp. 33 e 34.

52 PRESTES, Luiz Carlos. Participemos ativamente das eleições municipais. *Revista Princípios*, nº 2, setembro de 1947. In: pcb.org.br (acessado em 30/06/2015).

53 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, pp. 158 e 159.

54 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, pp. 152 a 157.

55 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 155.

56 BARBOSA, Rui. Prefácio a O Papa e o Concílio: a questão religiosa, de Johann Joseph Ignaz Döllinger. In: BARBOSA, Rui. *Obras*. Rio de Janeiro, Ministério de Educação e Cultura / Fundação Casa de Rui Barbos, 1977, Volume 1.

57 LINS, Álvaro. Os mortos de sobrecasaca. Apud: KUCINSKI, Bernardo; TRONCA, Ítalo. *Pau de Arara*: a violência militar no Brasil. São Paulo, Editora Perseu Abramo, 2013, p. 36.

58 BRASIL. Decreto-Lei nº 9.070, de 31/01/1946. Apud: AROUCA, José Carlos. *Organização sindical no Brasil* / passado, presente, futuro. São Paulo, Editora LTr, 2013, p. 15.

59 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho:* A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, pp. 202 e 235.

60 NASCIMENTO, Saint'Clair L. *Os comunistas, Cizânia em Quartéis em Minas*. Juiz de Fora, Editar Editora Associada Ltda., 2008, pp. 9 e 10.

61 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 177.

62 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho:* A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 176.

63 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 177.

64 DIÁRIO DE MINAS. Organizam-se os Mineiros de Nova Lima para Conter Naquela Cidade a Infiltração Comunista. Belo Horizonte, Estado de Minas, 04/08/1949, p. 12. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 176.

65 ANÔNIMO. Depoimento. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 177.

66 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho:* A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 186.

67 BRASIL. Decreto-Lei nº 9.070, de 15/03/1946. In: www.planalto.gov.br

68 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 184.

69 GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas* – A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo, Editora Ática, 1987, pp.16 a 18.

70 GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas* – A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo, Editora Ática, 1987, p. 18.

71 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, pp. 215, 216 e 224.

72 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, pp.196 a 200 e 231.

73 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, pp. 212 e 213.

74 LE VEN, Michel Marie. *Dazinho, um Cristão nas Minas* – minas do ouro, minas d'água, minas de gente.... Belo Horizonte, Editora O Lutador, 2005, pp. 95 e 96.

75 MALAN, Pedro Sampaio; et al. *Política econômica externa e industrialização no Brasil, 1939-1952*. Rio de Janeiro, Ipea, 1977, p. 294. MALAN, Pedro Sampaio; et al. *Crescimento econômico, industrialização e balanço de pagamentos: o Brasil dos anos 70 aos anos 80*. Friburgo / Stanford-Bekerley, Joint Center for Latin American Studies, Iuperj, 1983.

76 NUNES, Edson. *A Gramática Política do Brasil* – Clientelismo e Insulamento Burocrático. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2003, p. 108.

77 ROCHA, Ronald. *Teses Tardias* – capitalismo e revolução social no Brasil moderno. São Paulo, Editora Interferência, 1989, p. 143.

78 SANDER, Roberto. 1964 – *O verão do golpe*. Rio de Janeiro, Maquinaria editora, 2013, pp. 39 a 153.

79 SANDER, Roberto. 1964 – *O verão do golpe*. Rio de Janeiro, Maquinaria Editora, 2013, p. 158.

80 GOULART, João Belchior Marques. Discurso no comício da Central do Brasil, em 13/03/1964. In: http://www.institutojoaogoulart.org.br

81 ALVES, Maria Helena Morais. *Estado e oposição no Brasil* (de 1964 a 1979). Petrópolis, Editora Vozes, 1984, p. 244. AROUCA, José Carlos. *Organização Sindical no Brasil* – Presente, Passado, Futuro (?). São Paulo, Editora LTr, 2013, p. 16.

82 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho:* A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 231.

83 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 157.

84 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, pp. 157 a 159.

85 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 160.

86 CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LIMA. Ata nº 2 da Sessão Extraordinária da Câmara dos Vereadores de Nova Lima, 10/12/1947. Livro I, fl. 5. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 161.

87 CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LIMA. Ata da 8ª Sessão da 1ª Reunião Ordinária da Câmara dos Vereadores de Nova Lima, 23/01/1948. Livro I, fl. 11. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 161.

88 CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LIMA. Ata da 10ª Sessão da 1ª Reunião Ordinária da Câmara dos Vereadores de Nova Lima, 28/01/1948. Livro I. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 162.

89 CAMPBELL, Alcebíades Filho. Depoimento à Covemg em 05/05/2015. Belo Horizonte, Covemg. 2015, Parte 2, p. 3.

90 CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LIMA. Ata da 4ª Sessão da 3ª Reunião Ordinária da Câmara dos Vereadores de Nova Lima, 21/06/1948. Livro I, fl. 48. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 162.

91 CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LIMA. Ata da 10ª Sessão da 1ª Reunião Ordinária da Câmara dos Vereadores de Nova Lima, 21/06/1948. Livro I. Ata da 5ª Sessão da 3ª Reunião Ordinária da Câmara dos Vereadores de Nova Lima, 28/06/1948. Livro I, fl. 49-50. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 162.

92 CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LIMA. Ata da 5ª Sessão Extraordinária da Câmara dos Vereadores de Nova Lima, 22/06/1948. Livro II, fl. 3. *Ata da 7ª Sessão da 5ª Reunião Ordinária da Câmara dos Vereadores de Nova Lima,* 18/09/1948. Livro II, fl. 3. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, pp. 163 e 164.

93 VIDIGAL, Wilson Carneiro. Depoimento. In: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho:* A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, pp. 159 e 160.

94 CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LIMA. Ata da 3ª Sessão da 2ª Reunião Ordinária da Câmara dos Vereadores de Nova Lima, 06/04/1948. Livro I, fl. 24. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 163.

95 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 165.

96 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 171.

97 ST. JOHN D'EL REY MINING CO. LTD. E MINERAÇÃO MORRO VELHO S.A. Annual Reports (Relatórios 1938, 1939, 1960, 1980). Nova Lima, Arquivo da Mineração Morro Velho S.A., 1980. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho:* A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, pp. 257 e 258.

98 ST. JOHN D'EL REY MINING CO. LTD. E MINERAÇÃO MORRO VELHO S.A. Annual Reports (Relatórios 1938, 1939, 1960, 1980). Nova Lima, Arquivo da Mineração Morro Velho S.A., 1980. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho:* A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 258.

99 ST. JOHN D'EL REY MINING CO. LTD. E MINERAÇÃO MORRO VELHO S.A. Annual Reports (Relatórios 1938, 1939, 1960, 1980). Nova Lima, Arquivo da Mineração Morro Velho S.A., 1980. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 259.

100 BANDEIRA, Orlando Correa de Sá Bandeira. Relatos Pessoais. In: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho:* A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, pp. 243 e 244.

101 COMISSÃO DE SALÁRIO. Boletim nº 1. Nova Lima, Comissão de Salário, 1948. Apud: COMISSÃO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO EM NOVALIMA. Relatório, 3º Volume, Publicações subversivas.

102 BANDEIRA, Orlando Correa de Sá Bandeira. Relatos Pessoais. In: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981.

103 BANDEIRA, Orlando Correa de Sá Bandeira. Relatos Pessoais. In: GROSSI, Yonne de Souza. "Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária". Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981.

104 QUEIROZ, Maurício Vinhas de. Figuras do Movimento Operário: Willian Dias Gomes. In: *Problemas* (Revista mensal de cultura política), nº 21, outubro de 1949. Rio de Janeiro, Problemas, 1949.

105 QUEIROZ, Maurício Vinhas de. Figuras do Movimento Operário: Willian Dias Gomes. In: *Problemas* (Revista mensal de cultura política), nº 21, outubro de 1949. Rio de Janeiro, Problemas, 1949.

106 QUEIROZ, Maurício Vinhas de. Figuras do Movimento Operário: Willian Dias Gomes. In: *Problema*s (Revista mensal de cultura política), nº 21, outubro de 1949. Rio de Janeiro, Problemas, 1949.

107 QUEIROZ, Maurício Vinhas de. Figuras do Movimento Operário: Willian Dias Gomes. In: *Problema*s (Revista mensal de cultura política), nº 21, outubro de 1949. Rio de Janeiro, Problemas, 1949.

108 Quando este Capítulo estava sendo concluído, faleceram João Paz Rocha e Magda Campbell. Ambos deixaram na Covemg o registro de seus depoimentos.

109 ROCHA, João Paz. Depoimento à Covemg em 15/07/2015. Raposos, Covemg, 2015, pp. 15 e 16.

110 ESTADO DE MINAS. Em Greve Cerca de 6.000 Operários da Cia. Morro Velho. Belo Horizonte, Estado de Minas, 13/10/1948, p. 10. ESTADO DE MINAS. Cessou a Greve em Nova Lima e Raposos. Belo Horizonte, Estado de Minas, 14/10/1948. TERRA DO OURO. Terminou a Greve dos Empregados da Companhia Morro Velho. Nova Lima, Terra do Ouro, 16/10/1948, Ano II, nº 121, p. 4. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981.

111 LINDEMBERG, Mário Norberto. Assentada em 21/10/1948. In: COMISSÃO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO EM NOVA LIMA. Relatório. Nova Lima, Comissão Especial de Investigação em Nova Lima, 1948.

112 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 168.

113 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 181.

114 ESTADO DE MINAS. Responsáveis os comunistas pela greve em Nova Lima. Belo Horizonte, Estado de Minas, 19/10/1948, p. 10. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 170.

115 ANÔNIMO. Depoimento. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 172.

116 ANÔNIMO. Depoimento. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho:* A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 173.

117 ANÔNIMO. Depoimento. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 173.

118 ANÔNIMO. Depoimento. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 173.

119 SOUZA ROCHA, Luiz Soares, Delegado; BRAGA, João Alves, Condutor. Auto de prisão em flagrante delito, p. 6. In: COMISSÃO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO EM NOVA LIMA. Relatório, 3º Volume, Publicações subversivas.

120 ANÔNIMO. Depoimento. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 173.

121 ANÔNIMO. Depoimento. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho:* A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 173.

122 ROCHA, João da Paz. Depoimento à Covemg em 15/07/2015. Raposos, Covemg, 2015, p. 7.

123 COMISSÂO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÂO EM NOVA LIMA. Relatório, 3º Volume, Publicações subversivas.

124 REQUISIÇÔES DE EXAMES, AUTOS DE CORPO DE DELITO, TERMOS DE DECLARAÇÔES. In: COMISSÃO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO EM NOVA LIMA. Relatório, pp. 39 a 47.

125 COMISSÂO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÂO EM NOVA LIMA. Relatório, 2º Volume.

126 QUEIROZ, Maurício Vinhas de. Figuras do Movimento Operário: Willian Dias Gomes. In: *Problemas* (Revista mensal de cultura política), nº 21, outubro de 1949. Rio de Janeiro, Problemas, 1949.

127 PENA, Erdir. Termo de declarações, p. 1. In: COMISSÃO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO EM NOVA LIMA. Relatório, 3º Volume, Publicações subversivas.

128 SANTOS, Laurindo Lopes dos. Termo de declarações, p. 2. In: COMISSÃO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO EM NOVA LIMA. Relatório, 3º Volume, Publicações subversivas.

129 SOUZA, José Gualberto de. Testemunho, p. 1. In: COMISSÃO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO EM NOVA LIMA. Relatório, 3º Volume, Publicações subversivas.

130 ZILLER, Armando. Termo de declarações, p. 3. In: COMISSÃO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO EM NOVA LIMA. Relatório, 3º Volume, Publicações subversivas.

131 CORRÊA, Iguatemy. Depoimentos à Covemg em 03/05/2015. Nova Lima, Covemg, 2015.

132 GUIMARÃES, Anélio Marques. Entrevista por Lucília de Almeida Neves. Belo Horizonte, Projeto Memória e História: Visões de Minas / UFMG, 1991. Fita 05, Lado A, p. 4.

133 ANÔNIMO. Depoimento. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 171.

134 QUEIROZ, Maurício Vinhas de. Figuras do Movimento Operário: Willian Dias Gomes. *Problemas* (Revista mensal de cultura política), nº 21, outubro de 1949. Rio de Janeiro, problemas, 1949.

135 QUEIROZ, Maurício Vinhas de. Figuras do Movimento Operário: Willian Dias Gomes. *Problemas* (Revista mensal de cultura política), nº 21, outubro de 1949. Rio de Janeiro, Problemas, 1949.

136 ANÔNIMO. Depoimento. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho:* A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 174.

137 BOLETIM. William Dias Gomes. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho:* A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 175.

138 ESTADO DE MINAS. Dois Mortos e Numerosos Feridos num Conflito em Nova Lima. Os Comunistas foram os causadores da Tragédia. In: Belo Horizonte, Estado de Minas, 9/11/1948, pp. 8 e 12. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração

do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 174.

139 ESTADO DE MINAS. Revivem os Sangrentos Episódios de Nova Lima. In: Belo Horizonte, Estado de Minas, 21/01/1949, p. 10. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 174.

140 SOUZA ROCHA, Luiz Soares, Delegado. Nota de culpa, p. 9. In: COMISSÃO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO EM NOVA LIMA. Relatório, 3º Volume, Publicações subversivas.

141 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, pp. 174 e 175.

142 QUEIROZ, Maurício Vinhas de. Figuras do Movimento Operário: Willian Dias Gomes. In: *Problemas* (Revista mensal de cultura política), nº 21, outubro de 1949. Rio de Janeiro, 1949.

143 ANÔNIMO. Cartaz. Apud: COMISSÃO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO EM NOVALIMA. Relatório, 3º Volume, Publicações subversivas.

144 SEM ASSINATURA. Cartaz. Apud: COMISSÃO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO EM NOVALIMA. Relatório, 3º Volume, Publicações subversivas.

145 BONFIM JÚNIOR, Orlando; et al. O Governo Milton Campos cúmplice no assassinato de William Dias Gomes. Apud: COMISSÃO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO EM NOVA LIMA. Relatório, 3º Volume, Publicações subversivas.

146 BONFIM JÚNIOR, Orlando; et al. O Governo Milton Campos cúmplice no assassinato de William Dias Gomes. Apud: COMISSÃO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO EM NOVA LIMA. Relatório, 3º Volume, Publicações subversivas.

147 CAMPBELL, Magda. Depoimento à Covemg em 05/05/2015. Belo Horizonte, Covemg, 2015, Parte 1, p. 4.

148 CAMPBELL, Magda. Depoimento à Covemg em 05/05/2015. Belo Horizonte, Covemg, 2015, Parte 1, pp. 3, 4 e 7.

149 ALMEIDA, Klinger Sobreira de. *Um certo delegado de capturas* – O Romance de um Mito-heró*i*. Salvador, Editora Contexto & Arte, 2009, p. 269.

150 ALMEIDA, Klinger Sobreira de. *Um certo delegado de capturas* – O Romance de um Mito-heróI. Salvador, Editora Contexto & Arte, 2009, pp. 275-277.

151 ALMEIDA, Klinger Sobreira de. *Um certo delegado de capturas* – O Romance de um Mito-heróI. Salvador, Editora Contexto & Arte, 2009, pp. 275-277.

152 ALMEIDA, Klinger Sobreira de. *Um certo delegado de capturas* – O Romance de um Mito-heróI. Salvador, Editora Contexto & Arte, 2009, p. 278.

153 FOLHA DO POVO. Protestam os intelectuais junto ao sr. Milton Campos. Rio de Janeiro, Jornal do Povo, 1948. Apud: COMISSÃO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO EM NOVALIMA. Relatório, 3º Volume, Publicações subversivas.

154 FOLHA DO POVO. Contra a Chacina de Morro Velho. Rio de Janeiro, Jornal do Povo, 1948. Apud: COMISSÃO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO EM NOVALIMA. Relatório, 3º Volume, Publicações subversivas.

155 FOLHA DO POVO. Solidariedade aos mineiros. Rio de Janeiro, Jornal do Povo, 1948. Apud: COMISSÃO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO EM NOVALIMA. Relatório, 3º Volume, Publicações subversivas.

156 FOLHA DO POVO. Greve de protesto nas minas de Morro Velho. Rio de Janeiro, Jornal do Povo, 1948. Apud: COMISSÃO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO EM NOVALIMA. Relatório, 3º Volume, Publicações subversivas.

157 ST. JOHN MINING COMPANY LIMITED. Regulamento Interno. Nova Lima, 25/01/1949, C III, p.7. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, pp. 177-178.

158 REDAÇÂO RESERVADA. Declaração de retratação. Terra do Ouro, Nova Lima, 23/04/1949, Ano III, nº 142, p. 1. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, pp. 178-179.

159 LE VEN, Michel Marie. *Dazinho, um cristão nas minas* – minas do ouro, minas d'água, minas de gente... Belo Horizonte, Editora O Lutador, 2005, p. 99.

160 ESTADO DE MINAS. Misterioso Assassínio Ocorrido em Nova Lima. Belo Horizonte, Estado de Minas, 21/06/1949. ESTADO DE MINAS. Esclarecido o crime de Nova Lima. Belo Horizonte, Estado de Minas, 22/06/1949, p. 12. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho:* A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 179.

161 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p.179.

162 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p.179.

163 ANÔNIMO. Depoimento. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, pp.179-180.

164 ANÔNIMO. Depoimento. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p.180.

165 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, pp.180 e 181.

166 GUIMARÃES, Anélio Marques. Entrevista por Lucília de Almeida Neves. Belo Horizonte, Projeto Memória e História: Visões de Minas / UFMG, 1991. Fita 05, Lado A, p. 4.

167 RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/06/1949. In: MARÇAL, Argemiro; et al. *Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasi*l, pp. 1 e 2 (grifo original do texto).

168 RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/06/1949. In: MARÇAL, Argemiro; et al. *Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasi*l, pp. 1 e 2 (grifo no texto original).

169 RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/06/1949. In: MARÇAL, Argemiro; et al. *Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasi*l, pp. 1 e 2 (grifo original do texto).

170 RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/06/1949. In: MARÇAL, Argemiro; et. al. *Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil*, pp. 2-3.

171 COMISSÃO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO EM NOVA LIMA. Carta ao Sr. Ministro. In: MARÇAL, Argemiro; et. al. *Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil*, pp. 3-4.

172 COMISSÃO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO EM NOVA LIMA. Carta ao Sr. Ministro. In: MARÇAL, Argemiro; et al. *Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil*, p. 4.

173 REIS, José Tavares. Mandado. Nova Lima, Juizado da Comarca de Nova Lima, 1949.

174 ANÔNIMO. Depoimento. In: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 186.

175 CORRÊA, Iguatemy. Relatos à Covemg em 03/05/2015. Nova Lima, Covemg, 2015.

176 ST. JOHN D'EL REY MINING CO.; MINERAÇÃO MORRO VELHO S.A. Annual reports (Relatórios 1938, 1939, 1960, 1980). Nova lima, Arquivo da Mineração Morro Velho S.A., 1980. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, pp. 257-258.

177 COMISSÃO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO EM NOVA LIMA. Carta ao Sr. Ministro. In: MARÇAL, Argemiro; et al. *Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil,* p. 1.

178 JUÌZO DA COMARCA DE NOVA LIMA. Autos do processo dos 51. In: Arquivo Judiciário. Nova Lima, Centro de Memórias de Nova Lima, 1949.

179 ANÔNIMO. Depoimento. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 182.

180 SINDICATO DOS MINEIROS. Ofícios e Notificações. Exceção de Suspeição. In: JUÍZO DA COMARCA DE NOVA LIMA. Autos do processo dos 51, Arquivo Judiciário. Nova Lima, Centro de Memórias de Nova Lima, 1949.

181 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 183.

182 NASCIMENTO, Saint'Clair L. *Os comunistas, Cizânia em Quartéis em Minas*. Juiz de Fora, Editar Editora Associada Ltda., 2008, pp. 9 e 10.

183 SÁ BANDEIRA, Orlando Correa. Relatos pessoais. In: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária". Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 241.

184 RENNÓ, J. Pinto. Sentença de 05/01/1949. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho:* A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 184.

185 TRT. Sentença de 05/09/1951. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho:* A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 184.

186 BRASIL. Decreto-Lei nº 9.070, de 15/03/1946. In: www.planalto.gov.br

187 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 184.

188 DIÁRIO DE MINAS. Exemplar de 02/09/1949. Belo Horizonte, Diário de Minas, 1949, p. 12. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 185.

189 DIÁRIO DE MINAS. Exemplar de 14/09/1949. Belo Horizonte, Diário de Minas, 1949, p. 1. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária". Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 185.

190 DIÁRIO DE MINAS. Exemplar de 15/09/1949. Belo Horizonte, Diário de Minas, 1949, p. 12. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho:* A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 185.

191 DIÁRIO DE MINAS. Exemplar de 16/09/1949. Belo Horizonte, Diário de Minas, 1949, p. 5. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária". Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 185.

192 DIÁRIO DE MINAS. Exemplar de 16/09/1949. Belo horizonte, Diário de Minas, 1949, p. 1. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho:* A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 185.

193 DIÁRIO DE MINAS. Exemplar de 28/03/1951. Belo Horizonte, 1951, p. 1. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. "*Mina de Morro Velho:* A Extração do Homem – Uma história de experiência operária". Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 185.

194 ESTADO DE MINAS. Exemplar de 16/07/1952. Belo Horizonte, Estado de Minas, 1952, p. 5. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 185.

195 ECLESIASTES. *Velho Testamento*. Eclesiastes 13, 21-22-23.

196 PIMENTA, José Gomes (Dazinho). Relatos pessoais. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho:* A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 198.

197 PIMENTA, José Gomes (Dazinho). Depoimento. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 200.

198 ANÔNIMO. Depoimento. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 200.

199 ANÔNIMO. Depoimento. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 210.

200 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 224.

201 LE VEN, Michel Marie. *Dazinho, um Cristão nas Minas* – minas do ouro, minas d'água, minas de gente... Belo Horizonte, Editora O Lutador, 2005, pp. 102-103.

202 CARLOS, Newton. Uma caminhada de 16 quilômetros: o drama coletivo de uma população escravizada às minas de ouro. As minas no Morro Velho e as soluções de aparência. Revista da Semana, nº 48, 28/11/1953. Apud: LE VEN, Michel Marie. *Dazinho, um Cristão nas Minas* – minas do ouro, minas d'água, minas de gente... Belo Horizonte, Editora O Lutador, 2005, pp. 106 e 107.

203 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, pp. 224-229.

204 ESTADO DE MINAS. Movimento grevista em Nova Lima. Belo Horizonte, Estado de Minas, 2/4/1964, p. 8. In: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 229.

205 GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho*: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 231.

206 DELGADO, Raimundo Tarcísio. *Tatuagens na alma* – 1964: a saga dos mineiros da Mina Morro velho de Nova Lima. Belo Horizonte, Mandamentos Editora, 2009, pp. 71-74.

207 DELGADO, Raimundo Tarcísio. *Tatuagens na alma* – 1964: a saga dos mineiros da Mina Morro velho de Nova Lima. Belo Horizonte, Mandamentos Editora, 2009, pp. 78-81.

208 DELGADO, Raimundo Tarcísio. *Tatuagens na alma* – 1964: a saga dos mineiros da Mina Morro velho de Nova Lima. Belo Horizonte, Mandamentos Editora, 2009, p. 83.

209 DIÀRIO DA TARDE. Operários tiveram choques com PM em greve de apoio a Jango. Apud: DELGADO, Tarcísio. *Tatuagens na alma* – 1964: a saga dos mineiros da Mina Morro velho de Nova Lima. Belo Horizonte, Mandamentos Editora, 2009, p. 84.

210 DELGADO, Raimundo Tarcísio. *Tatuagens na alma* – 1964: a saga dos mineiros da Mina Morro velho de Nova Lima. Belo Horizonte, Mandamentos Editora, 2009, pp. 18 a 20, 90.

211 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Relatório NL/SS-1302-WG. Apud: DELGADO, Raimundo Tarcísio. *Tatuagens na alma* – 1964: a saga dos mineiros da Mina Morro velho de Nova Lima. Belo Horizonte, Mandamentos Editora, 2009, pp. 85-88.

212 INFORMANTE ANÔNIMO. Relatório. Apud: DELGADO, Raimundo Tarcísio. *Tatuagens na alma* – 1964: a saga dos mineiros da Mina Morro velho de Nova Lima. Belo Horizonte, Mandamentos Editora, 2009, p. 93.

213 INFORMANTE ANÔNIMO. Ação Enérgica – Prisões. Apud: DELGADO, Raimundo Tarcísio. *Tatuagens na alma* – 1964: a saga dos mineiros da Mina Morro velho de Nova Lima". Belo Horizonte, Mandamentos Editora, 2009, p. 96.

214 ARANTES, Helvécio. Bilhete a Diocélio de Oliveira Cabral. Apud: DELGADO, Raimundo Tarcísio. *Tatuagens na alma* – 1964: a saga dos mineiros da Mina Morro velho de Nova Lima. Belo Horizonte, Mandamentos Editora, 2009, p. 95.

215 ESTADO DE MINAS. Descomunização em Nova Lima e suas adjacências, 25/04/1964. Belo Horizonte, Estado de minas, 1964. Apud: DELGADO, Raimundo Tarcísio. *Tatuagens na alma* – 1964: a saga dos mineiros da Mina Morro velho de Nova Lima. Belo Horizonte, Mandamentos Editora, 2009, pp. 101-103.

216 ESTADO DE MINAS. Descomunização em Nova Lima e suas adjacências, 25/04/1964. Belo Horizonte, Estado de minas, 1964. Apud: DELGADO, Raimundo Tarcísio. *Tatuagens na alma* – 1964: a saga dos mineiros da Mina Morro velho de Nova Lima. Belo Horizonte, Mandamentos Editora, 2009, pp. 101-102.

217 LACERDA NETO, José da Cruz. Certidão. Apud: DELGADO, Raimundo Tarcísio. *Tatuagens na alma* – 1964: a saga dos mineiros da Mina Morro velho de Nova Lima. Belo Horizonte, Mandamentos Editora, 2009, p. 106.

218 DELGADO, Raimundo Tarcísio. *Tatuagens na alma* – 1964: a saga dos mineiros da Mina Morro velho de Nova Lima. Belo Horizonte, Mandamentos Editora, 2009, p. 20.

219 DELGADO, Raimundo Tarcísio. *Tatuagens na alma – 1964:* a saga dos mineiros da Mina Morro velho de Nova Lima. Belo Horizonte, Mandamentos Editora, 2009, pp. 117-118.

220 CORRÊA, Iguatemy. Relatos à Covemg em 03/05/2015. Nova Lima, Covemg, 2015.

221 VIEIRA, Aluísio. Relatos à Covemg em 03/05/2015. Nova Lima, Covemg, 2015.

222 ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. SEDESE 1.1.1, Cx.03, Proc.524.

223 ROCHA, João Paz. Depoimento à Covemg em 15/07/2015. Raposos, Covemg, 2015, pp. 10, 11, 20 e 21.

224 DELGADO, Raimundo Tarcísio. *Tatuagens na alma* – 1964: a saga dos mineiros da Mina Morro velho de Nova Lima. Belo Horizonte, Mandamentos Editora, 2009, p. 133.

225 DELGADO, Raimundo Tarcísio. *Tatuagens na alma* – 1964: a saga dos mineiros da Mina Morro velho de Nova Lima. Belo Horizonte, Mandamentos Editora, 2009, pp. 133-134.

226 DELGADO, Raimundo Tarcísio. *Tatuagens na alma* – 1964: a saga dos mineiros da Mina Morro velho de Nova Lima. Belo Horizonte, Mandamentos Editora, 2009, p. 134.

227 DELGADO, Raimundo Tarcísio. Depoimento à Covemg, em 05/05/2017. Juiz de Fora, Covemg, 2017, p. 5.

228 DELGADO, Raimundo Tarcísio. *Tatuagens na alma* – 1964: a saga dos mineiros da Mina Morro velho de Nova Lima. Belo Horizonte, Mandamentos Editora, 2009, p. 134.

229 ESTADO DE MINAS. Delegado diz que Nova Lima era o maior foco de agitação no Estado, em 06/06/1964. Belo Horizonte, Estado de Minas, 1964. Apud: DELGADO, Raimundo Tarcísio. *Tatuagens na alma* – 1964: a saga dos mineiros da Mina Morro velho de Nova Lima". Belo Horizonte, Mandamentos Editora, 2009, pp. 138-139.

230 DELGADO, Raimundo Tarcísio. *Tatuagens na alma* – 1964: a saga dos mineiros da Mina Morro velho de Nova Lima. Belo Horizonte, Mandamentos Editora, 2009, p. 140.

231 DELGADO, Raimundo Tarcísio. *Tatuagens na alma* – 1964: a saga dos mineiros da Mina Morro velho de

Nova Lima. Belo Horizonte, Mandamentos Editora, 2009, p. 153.

232 DELGADO, Raimundo Tarcísio. *Tatuagens na alm*a – 1964: a saga dos mineiros da Mina Morro velho de Nova Lima. Belo Horizonte, Mandamentos Editora, 2009, p. 157.

233 DELGADO, Raimundo Tarcísio. *Tatuagens na alma* – 1964: a saga dos mineiros da Mina Morro velho de Nova Lima. Belo Horizonte, Mandamentos Editora, 2009, p. 158.

234 DELGADO, Raimundo Tarcísio. *Tatuagens na alma* – 1964: a saga dos mineiros da Mina Morro velho de Nova Lima. Belo Horizonte, Mandamentos Editora, 2009, p. 158.

235 DELGADO, Raimundo Tarcísio. *Tatuagens na alma* – 1964: a saga dos mineiros da Mina Morro velho de Nova Lima. Belo Horizonte, Mandamentos Editora, 2009, pp. 158-159.

236 DELGADO, Raimundo Tarcísio. *Tatuagens na alma* – 1964: a saga dos mineiros da Mina Morro velho de Nova Lima. Belo Horizonte, Mandamentos Editora, 2009, p. 159.

237 DELGADO, Raimundo Tarcísio. *Tatuagens na alma* – 1964: a saga dos mineiros da Mina Morro velho de Nova Lima. Belo Horizonte, Mandamentos Editora, 2009, p. 157-161.

238 DELGADO, Raimundo Tarcísio. *Tatuagens na alma* – 1964: a saga dos mineiros da Mina Morro velho de Nova Lima. Belo Horizonte, Mandamentos Editora, 2009, pp. 169-170.

239 DELGADO, Raimundo Tarcísio. *Tatuagens na alma* – 1964: a saga dos mineiros da Mina Morro velho de Nova Lima. Belo Horizonte, Mandamentos Editora, 2009, pp. 167-172.

240 DELGADO, Raimundo Tarcísio. *Tatuagens na alma* – 1964: a saga dos mineiros da Mina Morro velho de Nova Lima. Belo Horizonte, Mandamentos Editora, 2009, p. 173.

241 DELGADO, Raimundo Tarcísio. Depoimento à Covemg em 05/05/2017. Juiz de Fora, Covemg, 2017, p. 11.

242 DELGADO, Raimundo Tarcísio. *Tatuagens na alma* – 1964: a saga dos mineiros da Mina Morro velho de Nova Lima. Belo Horizonte, Mandamentos Editora, 2009, pp. 179-182.

243 DELGADO, Raimundo Tarcísio. *Tatuagens na alma* – 1964: a saga dos mineiros da Mina Morro velho de Nova Lima. Belo Horizonte, Mandamentos Editora, 2009, p. 191.

244 DOPS-MG. Documento. Belo Horizonte, APM, Pasta 0005, Imagens 32 a 35.

245 AUTO POLICIAL. Processo 01, Caixa 161. In: Arquivo Judiciário Nova Lima. Centro de Memórias de Nova, 1955.

246 BEDRAN, Saad. Solicitação de diligência. In: Arquivo Judiciário. Nova Lima, Centro de Memórias de Nova, 1977.

247 NEVES, Lucília de Almeida. Rito Sumário: política, poder e discriminação: a cassação dos deputados operários. *In*: VIANA, Márcio Túlio; RENAULT, Luiz Otávio Linhares (org.). *Discriminação*. São Paulo: EditoraLTR,2000. pp. 77-91.

248 RIANI, Clodsmitdt. Entrevista. In: Estado de Minas. Belo Horizonte, 23/03/2004, p. 5.

249 Olímpio Mourão Filho e Carlos Luís Guedes foram as principais expressões militares do golpe em Minas. O relato do diálogo é de Afonso Barsante dos Santos, o único dos quatro que ainda se encontra vivo.

250 SANTOS, Afonso Barsante. Entrevista. In: Estado de Minas. Belo Horizonte, 21/3/2004, p. 3.

251 FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 2001, *2ª Edição*.

252 FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Dicionário* Histórico-*Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 2001, 2ª Edição.

253 Estado de Minas. Belo Horizonte, 1º/04/1964.

254 CHAVES, José Deusdedith "Serrinha". Depoimento. *In*: RUEDA, Lenira e JÚNIOR, Antônio Nahas. *Homens em Série:* a história de Ipatinga contada por seus próprios personagens". Ipatinga: Ed. Prefeitura de Ipatinga, 1991, Vol. 1.

255 TOLEDO, C. N. A democracia populista golpeada. *In*: TOLEDO, Caio Navarro (org.). *1964:* visões críticas do golpe. Democracia e reformas no populismo. Campinas, Ed. Unicamp, 2001, p. 42.

256 DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *1964:* temporalidade e interpretações. In: TOLEDO, Caio Navarro (org.). "1964: visões críticas do golpe. Democracia e reformas no populismo". Campinas, Ed. UNICAMP, 2001, pp. 15- 18.

257 O capital da Usiminas estava dividido entre o governo federal (40%), por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) – atual Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – NipponStell (40%) e governo de Minas (20%).

258 Em 1963, o sistema de telefonia era extremamente precário. Por isso, o rádio era o meio de comunicação mais eficiente quando se queria agilidade. As primeiras notícias sobre a gravidade do conflito de sete de outubro chegaram a Belo Horizonte pelo sistema de radiocomunicação operado pela Acesita em Timóteo.

259 GUATIMOSIM, Gil. Depoimento. *In*: ALMG. Comissão Especial de Ipatinga. Belo Horizonte, 1963, p. 551.

260 Esse oficial conseguiu atingir seu objetivo parcialmente, pois, no dia seguinte, pela manhã, trabalhadores revoltados com a ação da polícia destruíram o caminhão que havia sido utilizado, no dia anterior, no transporte dos policiais para o local do conflito. (FREITAS, 2008).

261 Estado de Minas. Belo Horizonte, 08/10/1963, p. 4.

262 Depois de ter apoiado abertamente a deposição do presidente João Goulart, José Geraldo de Oliveira, que deixou a PMMG em 1966, entrou para a política em 1979, quando se elegeu deputado estadual. Em 1986, rompeu com seu partido, o PDS, e apoiou a eleição do então governador de Minas, Tancredo Neves, pelo PMDB, de oposição, no Colégio Eleitoral. Morreu em maio de 1989. Em seus últimos anos de vida se dedicou apenas à sua fazenda, em Brumadinho, município da Região Metropolitana de Belo Horizonte, aonde ia quase diariamente. (Hoje em Dia. Belo Horizonte, 1º/11/1988, p. 7).

263 Superintendência de Reforma Agrária (Supra), órgão federal encarregado de implantar a reforma agrária no País.

264 CHAVES, José Deusdedith "Serrinha". Depoimento. In: RUEDA, Lenira e JÚNIOR, Antônio Nahas. *Ho-*

mens em Série: a história de Ipatinga contada por seus próprios personagens". Ipatinga, Ed. Prefeitura de Ipatinga, 1991, Vol. 1.

265 OLIVEIRA, Francisco. *A economia brasileira:* crítica à razão dualista. São Paulo, Seleções Cebrap, 1976.

266 CERQUEIRA, Benedito Cerqueira. Entrevista. In: Última Hora. Rio de Janeiro, 26/11/1962. Apud: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O comando geral dos trabalhadores no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1986.

267 DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O comando geral dos trabalhadores no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1986.

268 DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O comando geral dos trabalhadores no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1986.

269 DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O comando geral dos trabalhadores no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1986.

270 FREITAS, Marcelo. *Não foi por acaso*. Belo Horizonte: Comunicação de Fato Editora, 2008.

271 TULER, Marilene. *O massacre de Ipatinga*: mitos e verdades. Belo Horizonte, O Lutador, 2007.

272 APM. Acervo do DOPS, pasta 157, imagem 31.

273 TULER, Marilene. *Massacre de Ipatinga*: mitos e verdades. Belo Horizonte, O Lutador, 2007; FREITAS, Marcelo. *Não foi por acaso*. Belo Horizonte, Comunicação de Fato Editora, 2008.

274 PMMG. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963.

275 RIBEIRO, Geraldo. Depoimento. In: ALMG. Comissão Especial de Ipatinga. Belo Horizonte, 1963, p. 551.

276 TULER, Marilene. *O massacre de Ipatinga:* mitos e verdades. Belo Horizonte, O Lutador, 2007.

277 FREITAS, Marcelo. *Não foi por acaso*. Belo Horizonte, Comunicação de Fato Editora, 2008.

278 RIANI, Clodesmidt. Depoimento. In: FREITAS, Marcelo. *Não foi por acaso*. Belo Horizonte, Comunicação de Fato Editora, 2008.

279 TULER, Marilene. *Massacre de Ipatinga*: mitos e verdades. Belo Horizonte, O Lutador, 2007.

280 TULER, Marilene. *Massacre de Ipatinga*: mitos e verdades. Belo Horizonte, O Lutador, 2007.

281 As duas siderúrgicas mudaram os seus nomes. Em 2001, com fusão do grupo luxemburguês Arbed, do qual a Belgo fazia parte, com a francesa Usinor e a espanhola Aceralia, surgiu o grupo Arcelor. Tal conglomerado passou a ter o nome da Belgo Mineira. Em 2006, em outra fusão, o Arcelor fundiu-se com indiano Mittal, nascendo, daí, a Arcelor Mittal. Isso resultou em nova mudança de nome, para Acelor Mittal Monlevade. Diferentemente da Arcelor, a Acesita nasceu como uma empresa estatal. Em 1992 foi privatizada, mas seu controle acionário permaneceu nas mãos de brasileiros até 2007, quando foi adquirida pela Arcelor Mittal, passando a denominar-se Acelor Mittal Timóteo. Em 2011, a usina foi transferida para o grupo Aperam, que, por sua vez, também fazia parte da Acellor Mittal. Com isso, a empresa ganhou nova denominação, que é a atual *Aperam South America*.

282 GUATIMOSIM, Gil. Depoimento. In: USIMINAS. Usiminas conta sua história. Ipatinga, 1987, p. 154.

283 PACHECO, Janot Pacheco. Depoimento. In: USIMINAS. Usiminas conta sua história. Ipatinga, 1987, p. 154.

284 VERANO, Luiz. Depoimento. In: USIMINAS. Usiminas conta sua história. Ipatinga, 1987, p; 154.

285 PINTO, Paulo. Depoimento. In: USIMINAS. Usiminas conta sua história. Ipatinga, 1987, p. 154.

286 ANÍCIO, Raimundo. Depoimento. In: USIMINAS. Usiminas conta sua história. Ipatinga, 1987, p. 154.

287 MIRANDA, Padre. Depoimento. In: RUEDA, Lenira e JÚNIOR, Antônio Nahas. *Homens em Série:* a história de Ipatinga contada por seus próprios personagens. Ipatinga, Ed. Prefeitura de Ipatinga, 1991, Vol. 1.

288 PEREIRA, Carlindo Marques. *O Massacre de Ipatinga*. Belo Horizonte, Segrac, 1984.

289 LETRO, Cláudio. Trajetórias de deslocamento: experiência e narrativas dos moradores da "Rua do Buraco" no espaço urbano de Ipatinga. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2006.

290 RIBEIRO, Geraldo. Depoimento. In: ALMG. Comissão Especial de Ipatinga. Belo Horizonte, 1963, p. 551.

291 PORTILHO, Jacy. Depoimento. In: USIMINAS. Usiminas conta sua história. Ipatinga, 1987, p. 154.

292 ZAMPROGNO, Robson. Depoimento. In: ALMG. Comissão Especial de Ipatinga. Belo Horizonte, 1963, p. 551.

293 PAULA, Almir. In: TULER, Marilene. *Massacre de Ipatinga*: mitos e verdades. Belo Horizonte, O Lutador, 2007.

294 VERANO, Luiz. Depoimento. In: USIMINAS. Usiminas conta sua história. Ipatinga, 1987, p. 154.

295 ZAMPROGNO, Robson. Depoimento. In: ALMG. Comissão Especial de Ipatinga. Belo Horizonte, 1963, p. 551.

296 A narrativa dos acontecimentos foi construída com base nas seguintes fontes: ALMG, CPI; PMMG, Inquérito Policial; USIMINAS, Inquérito; FERNANDES, Edivaldo (org.), Massacre de Ipatinga quadro a quadro, Belo Horizonte, Instituto Pauline Reichstul, 2013; FREITAS, Marcelo. Não foi por acaso, Belo Horizonte, Comunicação de Fato Editora, 2008; TULER, Marilene, Massacre de Ipatinga: mitos e verdades, Belo Horizonte, O Lutador, 2007.

297 ALMG. Comissão Especial de Ipatinga. Belo Horizonte, 1963, p. 228.

298 FREITAS, Marcelo. *Não foi por acaso*. Belo Horizonte, Comunicação de Fato Editora, 2008, p. 46.

299 ANDRADE, Jurandir Gomes. Depoimento. In: USIMINAS. Comissão de Inquérito da Usiminas. Ipatinga, 1963.

300 CARVALHO, Jurandir Gomes de. Depoimento. In: USIMINAS. Comissão de Inquérito da Usiminas. Ipatinga, 1963.

301 MARQUES, Padre Avelino. Depoimento. In: PMMG. IPM. 1963, Vols. 1 a 3.

302 OLIVEIRA, Afonso Enes. Depoimento. In: PMMG. IPM. Ipatinga, 1963, Vols. 1 a 3.

303 SILVA, João Pereira da. Depoimento. In: PMMG.IPM Ipatinga, 1963, Vols. 1 a 3.

304 FREITAS, Marcelo. *Não foi por acaso*. Belo Horizonte, Comunicação de Fato Editora, 2008.

305 PINTO, Moacir Bretas. Depoimento. In: MORAES, José Augusto de. *Ipatinga 42 anos*: a história de uma cidade que se confunde com a construção de uma siderúrgica. Ipatinga, Ed. Prefeitura de Ipatinga, 2006, p. 360.

306 RIBEIRO, Geraldo. Entrevista. In: Estado de Minas. Belo Horizonte, 08/10/1963, p. 8.

307 MÁRIO, Caio. Entrevista. In: Estado de Minas. Belo Horizonte, 08/10/1963, p. 4.

308 Uma divisão do Exército, principal unidade de combate, é formada por um número variável de brigadas e regimentos. A ID-4 estava sediada em Belo Horizonte e pertencia à 4ª RM, cuja sede era Juiz de Fora.

309 DELGADO, Lucília de Almeida Neves; DULCI, Otávio Soares; MENDES, Virgínia dos Santos. *Edgar de Godoi da Mata Machado*: fé, cultura e liberdade. Belo Horizonte, Ed. UFMG / Edições Loyola, 1993.

310 MARTINS, Antonieta Francisca da Conceição. Entrevista. In: Última Hora. Rio de Janeiro, 09/10/1963, p. 3.

311 CORREIO DE MINAS. Belo Horizonte, 17/10/1963, p. 10.

312 CORREIO DE MINAS. Belo Horizonte, 17/10/1963, p. 10.

313 DIÁRIO DE MINAS. Belo Horizonte, 16/10/1963, p. 7.

314 PMMG. IPM. Ipatinga, 1963, Vol. 3, p. 310.

315 PMMG. Conclusões. In: IPM. Ipatinga, 1963, p. 310.

316 PMMG. Conclusões. In: IPM. Ipatinga, 1963, Vol. 3, p. 316.

317 PMMG. Conclusões. In: IPM. Ipatinga, 1963, Vol. 3, p. 316.

318 TJM. Processo Criminal da Justiça Militar. Belo Horizonte, 1964.

319 TJM. Processo Criminal da Justiça Militar. Belo Horizonte, 1964.

320 Emílio Gallo, como ficou conhecido, mais tarde entrou para a política, por indicação de seu tio, Geraldo Quintão, político de expressão na região do Vale do Aço nos anos 1960. Foi deputado estadual por dois mandatos, entre 1985 e 1993, inicialmente pela Aliança Renovadora Nacional (Arena) e depois pelo Partido Democrático Social (PDS), partido em que chegou a ocupar o cargo de secretário da Executiva Regional.

321 TJM. Processo Criminal da Justiça Militar. Belo Horizonte, 1964.

322 MARQUES, Padre Avelino. Depoimento. In: TJM. Processo Criminal da Justiça Militar. Belo Horizonte, 1964, p. 142.

323 SALES, João Cláudio. Depoimento. In: TJM. Processo Criminal da Justiça Militar. Belo Horizonte, 1964.

324 RIBEIRO, Geraldo. Entrevista. In: "Estado de Minas. Belo Horizonte, 24/01/2006.

325 A ideia de explodir gasômetros tinha adeptos entre os militares. Em 1968, o capitão-aviador reformado da Aeronáutica, Sérgio Ribeiro Miranda de Carvalho, o "Sérgio Macaco", recusou-se a cumprir ordens do brigadeiro João Paulo Burnier, que tinha planos para explodir o gasômetro do Rio e sequestrar políticos considerados de esquerda, atirando-os do alto dos aviões, entre os quais Carlos Lacerda. "Sérgio Macaco" era aviador da 1ª Esquadrilha Aeroterrestre de Salvamento (Para-Sar), como é conhecido o serviço de salvamento e buscas da Força Aérea Brasileira (FAB). Por conta de sua recusa em cumprir a ordem, foi transferido para a reserva. Morreu em fevereiro de 1984 sem realizar o seu grande sonho: chegar ao posto de brigadeiro.

326 TJM. Processo Criminal da Justiça Militar. Belo Horizonte, 1964, Vol. 4.

327 FREITAS, Marcelo. *Não foi por acaso*. Belo Horizonte, Comunicação de Fato Editora, 2008.

328 MELO, Antônio Carlos. Depoimento. In: TJM. Processo Criminal da Justiça Militar. Belo Horizonte, 1964, Vol. 4.

329 Rufino da Silva Neto foi prefeito de Coronel Fabriciano (1955-1959 e 1971-1973) e também deputado estadual (1975-1979 e 1979-1983, inicialmente pela Arena e depois pelo PDS).

330 SARAIVA, Teotônio. Depoimento. In: TJM. Processo Criminal da Justiça Militar. Belo Horizonte, 1964, Vol. 5.

331 CUNHA, Saulo. Depoimento. In: TJM. Processo Criminal da Justiça Militar. Belo Horizonte, 1964, Vol. 5.

332 MORAES, José Augusto de. *Ipatinga 42 anos:* a história de uma cidade que se confunde com a construção de uma siderúrgica. Ipatinga, 2006.

333 MORAES, José Augusto de. *Ipatinga 42 anos:* a história de uma cidade que se confunde com a construção de uma siderúrgica. Ipatinga, 2006, pp.189 a 193.

334 CARVALHO, Jurandir Gomes. Depoimento. In: TJM. Processo Criminal da Justiça Militar. Belo Horizonte, 1964, Vol. 5.

335 TJM. Depoimento dos policiais. In: Processo Criminal da Justiça Militar. Belo Horizonte, 1965, Vol. 5, pp. 120 a 154.

336 TJM. Ata da sessão de julgamento. In: Processo Criminal da Justiça Militar. Belo Horizonte, 1965, Vol. 5, p. 206.

337 TJM. Ata da sessão de julgamento. In: Processo Criminal da Justiça Militar. Belo Horizonte, 1965, Vol. 5, p. 206.

338 CARVALHO, Jurandir Gomes. Depoimento. In: TJM. Processo Criminal da Justiça Militar. Belo Horizonte, 1964, Vol. 5, p. 214.

339 TJM. Processo Criminal da Justiça Militar. Belo Horizonte, 1964, Vol. 5.

340 TJM. Processo Criminal da Justiça Militar. Belo Horizonte, 1964, Vol. 5.

341 TJM. Conclusões. In: Processo Criminal da Justiça Militar. Belo Horizonte, 1965.

342 TJM. Conclusões. In: Processo Criminal da Justiça Militar. Belo Horizonte, 1965.

343 VIANA, Lourival Vilela. Depoimento. In: TJM. Processo Criminal da Justiça Militar. Belo Horizonte, 1965, p. 242.

344 TJM. Conclusões. In: Processo Criminal da Justiça Militar. Belo Horizonte, 1965.

345 SANTOS, Afonso Barsante. Depoimento. In: TJM. Processo Criminal da Justiça Militar. Belo Horizonte, 1965, p.15.

346 PORTO, Manuel Araújo. Depoimento. In. TJM. Processo Criminal da Justiça Militar. Belo Horizonte, 1965, p.48.

347 TJM. Processo criminal da Justiça Militar. Belo Horizonte, 1965, Vol. 6.

348 CHRISTO, Antônio Vieira. Depoimento (Conclusões). In. TJM. Processo Criminal da Justiça Militar. Belo Horizonte, 1965.

349 CHRISTO, Antônio Vieira. Depoimento (Conclusões). In. TJM. Processo Criminal da Justiça Militar. Belo Horizonte, 1965.

350 Os principais partidos políticos eram o PSD, a UDN e o PTB.

351 CARVALHO, Jurandir Gomes. Entrevista. In: Hoje em Dia. Belo Horizonte, 1º/11/1988, p. 7.

352 ASSIS, Paulo. Massacre de Ipatinga completa 40 anos. Projeto de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo da UFMG). Belo Horizonte, 2003, p. 16.

353 CARVALHO, Joaquim Félix. In: FREITAS, Marcelo. *Não foi por acaso*. Belo Horizonte, Comunicação de Fato Editora, 2008, p. 124.

354 CARVALHO, Joaquim Félix. In: FREITAS, Marcelo. *Não foi por acaso*. Belo Horizonte, Comunicação de Fato Editora, 2008, p. 125.

355 FREITAS, Marcelo. *Não foi por acaso*. Belo Horizonte, Comunicação de Fato Editora, 2008.

356 *SOARES, Daniel Miranda. O Massacre de Ipatinga. In: Cadernos do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS*). Salvador, 1980, Nº 64.

357 VERANO, Luiz. Depoimento. In: USIMINAS. Usiminas conta sua história. Ipatinga, 1987, p. 15.

358 GUATIMOSIM, Gil. Depoimento. In: USIMINAS. Usiminas conta sua história. Ipatinga, 1987, p. 15.

359 CÍCERO, Paulino. Entrevista. In: Hoje em Dia. Belo Horizonte, 1º/11/1988, p. 7.

360 FREITAS, Marcelo. *Não foi por acaso*. Belo Horizonte, Comunicação de Fato Editora, 2008.

361 MARIA, Magna. Depoimento. In: FREITAS, Marcelo. *Não foi por acaso*. Belo Horizonte, Comunicação de Fato Editora, 2008, p. 276.

362 REIS, Antônio José. Depoimento. In: FREITAS, Marcelo. *Não foi por acaso*. Belo Horizonte, Comunicação de Fato Editora, 2008, p. 281.

363 REIS, Eva Maria. Depoimento. In: FREITAS, Marcelo. *Não foi por acaso*. Belo Horizonte, Comunicação de Fato Editora, 2008, pp. 281 a 283.

364 REIS. In: FREITAS, 2008, pp. 281 a 283.

365 SANTOS. In: FREITAS, 2008, p. 166.

366 RIBEIRO, Maria Conceição. Depoimento à CNV. Ipatinga, outubro de 2013. 1 arquivo.mp3 (10m29s).

367 Esses 47 operários da Usiminas faziam parte da lista de 79 feridos, que incluía também populares e pessoas empregadas nas empreiteiras a serviço da companhia (FREITAS, 2008).

368 PEREIRA, Carlindo Marques. O Massacre de Ipatinga. Belo Horizonte, SEGRAC, 1984, pp.74 a 76.

369 Sobre a participação de tradicionais políticos mineiros no cenário nacional, ver SANDER, 2013.

370 STARLING, STARLING, Heloisa M. M. *Os Senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1986, pp. 128-140.

371 STARLING, 1986, pp. 126-127.

372 SANDER, 2013. STARLING, 1986.

373 STARLING, 1986, pp. 267 a 310.

374 CIPRIANI, 2014.

375 Relatório da Covemg, 2014, p. 71.

376 Em 14/08/1984, Hélio Garcia, então vice-governador, assumiu o governo no lugar de Tancredo Neves que se afastou para concorrer, no Colégio Eleitoral, à presidência da república, sendo o primeiro civil eleito para tal cargo após o golpe militar.

377 STARLING, 1986, p. 52.

378 STARLING, 1986, pp. 48-53.

379 STARLING, 1986, p. 50.

380 STARLING, Heloisa M. M. Os Senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1986.

381 STARLING, 1986, p. 232-233.

382 STARLING, 1986, p. 231.

383 SANDER, 2013, p. 65.

384 STARLING, 1986, pp. 343 a 346.

385 STARLING, 1986, pp. 343 a 346.

386 STARLING, 1986, pp. 337 a 339.

387 STARLING, 1986, pp. 72 a 75.

388 VASCONCELOS. João Paulo Pires de. Depoimento à Covemg. Belo Horizonte, Covemg, março de 2017.

389 VASCONCELOS. João Paulo Pires de. Depoimento à Covemg. Belo Horizonte, Covemg, março de 2017.

390 VASCONCELOS, João Paulo Pires de. Depoimento ao Cerem (Centro de Referência e Memória do Trabalhador) sobre o Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade, s/d.

391 VASCONCELOS, João Paulo Pires de. Depoimento ao Cerem (Centro de Referência e Memória do Trabalhador) sobre o Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade, s/d.

392 GOMES, Gilberto Antônio. Ciclo de Debates Resistir Sempre – Ditadura Nunca Mais: 50 anos do Golpe de 1964. In: CDHU-ALMG. Notas Taquigráficas da Audiência Pública. Belo Horizonte, ALMG, 2014.

393 GOMES, Gilberto Antônio. Ciclo de Debates Resistir Sempre – Ditadura Nunca Mais: 50 anos do Golpe de 1964. In: CDHU-ALMG. Notas Taquigráficas da Audiência Pública. Belo Horizonte, ALMG, 2014.

394 PAIVA, Oraldo. Depoimento à Covemg. Belo Horizonte, 25/07/2017.

395 GOMES, Gilberto Antônio. *A Perseguição da ditadura militar aos metalúrgicos de BH e Contagem e o papel das empresas na colaboração com a repressão militar*. Belo Horizonte, CSP-Conlutas, s/d.

396 DELLAMORE, 2015, p. 13. APM. DOPS. Pasta 0947, rolo 025, mai.1972-nov.1972.

397 PORTUGAL e ASSUMPÇÃO, 2015, p. 102.

398 PROJETO, 1968, s/p.

399 MAGALHÃES, Luiz Marcos. Depoimento à Covemg. Belo Horizonte, Covemg, 2016.

400 DELAMONICA, Carlos. Depoimento à Covemg. Belo Horizonte, Covemg, 2016.

401 BUONICORE, Augusto. *O 1968 operário*. Portal Vermelho, 2017 (consultado em agosto de 2017).

402 BRANCO, 2008, p. 17.

403 WEFFORT, 1972, p. 38.

404 SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE BH/CONTAGEM E REGIÃO. A greve em Contagem. In: SINDI-

CATO DOS METALÚRGICOS DE BH/CONTAGEM E REGIÃO. *Uma história forjada na luta*. Contagem, Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem e Região, 2014, p. 22.

405 OLIVEIRA, 2010.

406 SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE BH/CONTAGEM E REGIÃO. A greve em Contagem. In: SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE BH/CONTAGEM E REGIÃO. *Uma história forjada na luta*. Contagem, Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem e Região, 2014, p. 23.

407 SEABRA, Ênio. Entrevista a Michel Le Ven e Marluci da Silva C. Moreira. Belo Horizonte, 8-22/11/1995, Acervo Núcleo de História Oral da UFMG.

408 SEABRA, Ênio. Entrevista a Michel Le Ven e Marluci da Silva C. Moreira. Belo Horizonte, 8-22/11/1995, Acervo Núcleo de História Oral da UFMG.

409 OF. GDR 159/68. APM. DOPS/MG, pasta 0346, rolo: 022, mar.1966- ago.1975, imagem 81.

410 APM. DOPS. Pasta 5303, rolo 085, ago./1968-abr./1969, imagem 122.

411 APM. DOPS. Pasta 5303, rolo 085, ago./1968-abr./1969, imagem 123.

412 APM. DOPS. Pasta 5303, rolo 085, ago./1968-abr./1969, imagem 79.

413 APM. DOPS. Pasta 5303, rolo 085, ago./1968-abr./1969, imagem 118.

414 APM. DOPS. Pasta 5303, rolo 085, ago./1968-abr./1969, imagem 119.

415 APM. DOPS. Pasta 5303, rolo 085, ago./1968-abr./1969, imagem 105.

416 APM. DOPS. Pasta 5303, rolo 085, ago./1968-abr./1969, imagem 104.

417 APM. DOPS. Pasta 5303, rolo 085, ago./1968-abr./1969, imagens 99 e 103.

418 APM. DOPS. Pasta 5303, rolo 085, ago./1968-abr./1969, imagens 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44 e 45.

419 Tais nomes também aparecem no documento intitulado Relação dos operários metalúrgicos detidos durante a última greve, imagens 4 a 7.

420 APM. DOPS. Pasta 5303, rolo 085, ago. 1968-abr.1969, imagens 12 a 29 (relato sobre a prisão dos militantes citados).

421 BARCELOS, Antonio Santana. Entrevista a Edgar Leite de Oliveira, em 25/03/2010. In: *Conflito social, memória e experiência: a*s greves dos metalúrgicos de Contagem em 1968, 2010, pp. 118 e 119.

422 SOUZA, Luís Fernando de. Entrevista a Edgar Leite de Oliveira, em 27/03/2010. In: *Conflito social, memória e experiência:* as greves dos metalúrgicos de Contagem em 1968, 2010, p. 118.

423 SOUZA, Luís Fernando de. Entrevista a Edgar Leite de Oliveira, em 27/03/2010. In: *Conflito social, memória e experiência*: as greves dos metalúrgicos de Contagem em 1968, 2010, p. 117.

424 SEABRA, Ênio. Entrevista a Michel Le Ven e Marluci da Silva C. Moreira. Belo Horizonte, 8-22/11/1995, Acervo Núcleo de História Oral da UFMG.

425 APM. DOPS. Pasta 0947, rolo 025, mai.1972-nov.1972.

426 SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE BH/CONTAGEM E REGIÃO. O golpe de 1964. In: SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE BH/CONTAGEM E REGIÃO. *Uma história forjada na luta*. Contagem, Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem e Região, 2014, p. 21.

427 APM. DOPS. Pasta: 0252, rolo 017, maio/1968-agosto/1968, imagem 65.

428 APM. DOPS. Pasta: 0252, rolo 017, maio/1968-agosto/1968, imagem 67.

429 APM. DOPS. Pasta: 0252, rolo 017, maio/1968-agosto/1968, imagem 66.

430 APM. DOPS. Pasta: 0252, rolo 017, maio/1968-agosto/1968, imagens 4 a 10

431 APM. DOPS. Pasta: 0252, rolo 017, maio/1968-agosto/1968, imagem 80.

432 APM. DOPS. Pasta: 0252, rolo 017, maio/1968-agosto/1968, imagem 80.

433 APM. DOPS. Pasta: 0252, rolo 017, maio/1968-agosto/1968, imagem 81.

434 APM. DOPS. Pasta: 0252, rolo 017, maio/1968-agosto/1968, imagem 22.

435 APM. DOPS. Pasta: 0252, rolo 017, maio/1968-agosto/1968, imagem 32.

436 CORREIO DA MANHÃ. Primeiro Caderno, 28/9/1968. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_07&pagfis=95917&url=http://memoria.bn.br/docreader#>

437 APM. Pasta 0257, Rolo 017. www.siaapm.cultura.mg.gov.br

438 APM. Pasta 0257, Rolo 017. www.siaapm.cultura.mg.gov.br

439 APM. Pasta 0257, Rolo 017. www.siaapm.cultura.mg.gov.br

440 APM. DOPS. Pasta 5072, rolo 77, imagem 14.

441 APM. DOPS. Pasta 0257, rolo 17, imagem 6.

442 APM. DOPS. Pasta 0257, rolo 17, imagem 16.

443 APM. DOPS. Pasta 0257, rolo 17, imagem 18.

444 BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Direito à Memória e à Verdade. Brasília, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. pp. 233 e 234.

445 DULCI, Luiz Soares. Jornal dos Bairros, 21/06/1979. Apud OLIVEIRA, 2006, p. 80.

446 OLIVEIRA, 2006, p. 81.

447 OLIVEIRA, 2006, p. 84.

448 RAMOS, Antônio Carlos Pereira ("Carlão"). Depoimento à Covemg. Belo Horizonte, Covemg, 2017.

449 APM. Coseg. Rolo de microfilmes nº 5, pasta CA.04.03-2, documento 37; Rolo de microfilmes nº 6, pasta CA.04.03-7, documento 155.

450 RAMOS, Antônio Carlos Pereira ("Carlão"). Depoimento à Covemg. Belo Horizonte, Covemg, 2017.

451 CABRAL. Apud: OLIVEIRA, 2006, p. 250.

452 RAMOS, Antônio Carlos Pereira ("Carlão"). Depoimento à Covemg. Belo Horizonte, Covemg, 2017.

453 CABRAL. Apud: OLIVEIRA, 2006, p. 250.

454 CABRAL. Apud: OLIVEIRA, 2006, p. 250.

455 APM. Coseg. Rolo de microfilmes nº 6, pasta CA.04.04-3, documento 109a.

456 RAMOS, Antônio Carlos Pereira ("Carlão"). Depoimento à Covemg. Belo Horizonte, Covemg, 2017.

457 CABRAL. Apud: OLIVEIRA, 2006, p. 250.

458 RAMOS, Antônio Carlos Pereira ("Carlão"). Depoimento à Covemg. Belo Horizonte, Covemg, 2017.

459 Os fatos sobre a greve dos Operários da Construção Civil têm como referência a dissertação de mestrado de Ricardo Cordeiro de Oliveira, defendida no Programa de Pós-graduação em História da UFRJ, em 2006.

460 OLIVEIRA, 2006, pp. 48 e 49.

461 SEABRA, Ênio. Ciclo de Debates Resistir Sempre – Ditadura Nunca Mais: 50 anos do Golpe de 1964. In: ALMG. Notas Taquigráficas da Audiência Pública da CDHU-ALMG. Belo Horizonte, ALMG, 2014.

462 SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE BH/CONTAGEM E REGIÃO. A revolta dos Peões. In: SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE BH/CONTAGEM E REGIÃO. *Uma história forjada na luta*. Contagem, Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem e Região, 2014, p. 29.

463 OLIVEIRA, 2006, p. 86.

464 OLIVEIRA, 2006, p. 57.

465 OLIVEIRA, 2006, p. 59.

466 OLIVEIRA, 2006, p. 55.

467 OLIVEIRA, 2006, p. 55.

468 FRANCISCO. Apud: OLIVEIRA, 2006, p. 68.

469 ZILDO. Apud: OLIVEIRA, 2006, p. 68.

470 GOMES, Gilberto Antônio. *A Perseguição da ditadura militar aos metalúrgicos de BH e Contagem e o papel das empresas na colaboração com a repressão militar*. Belo Horizonte, CSP Conlutas, s/d.

471 FUNGHI, Paulo César. Entrevista. In: SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE BH/CONTAGEM E REGIÃO. *Uma história forjada na luta*. Contagem, Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem e Região, 2014, p. 34.

472 GOMES, Gilberto Antônio. *A Perseguição da ditadura militar aos metalúrgicos de BH e Contagem e o papel das empresas na colaboração com a repressão militar*. Belo Horizonte, CSP Conlutas, s/d.

473 CNV. Relatório. CNV, Grupo de Trabalho 13, 2014, p. 60. DELLAMORE, 2015, pp. 1 e 2.

474 TARDELI, Everson de Alcântara. *Eletricitários do sul de Minas* – Meio século de lutas, 1957-2007. Belo Horizonte, Crisálida Livraria e Editora, 2008, pp. 47 e 48.

475 SEABRA, Ênio. Entrevista a Michel Le Ven e Marluci da Silva C. Moreira. Belo Horizonte, 8-22/11/1995, Acervo Núcleo de História Oral da UFMG.

476 DELLAMORE, 2015, p. 4, nota 7.

477 SEABRA, Ênio. Entrevista a Michel Le Ven e Marluci da Silva C. Moreira. Belo Horizonte, 8-22/11/1995, Acervo Núcleo de História Oral da UFMG.

478 SEABRA, Ênio. Entrevista a Michel Le Ven e Marluci da Silva C. Moreira. Belo Horizonte, 8-22/11/1995, Acervo Núcleo de História Oral da UFMG.

479 BAMBIRRA, Sinval. Entrevista a Lucília Neves. Projeto Integrado Memória e História: Visões de Minas do Programa de História Oral do Centro de Estudos Mineiros da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Belo Horizonte, UFMG, 19/fev.-4/abril de 1990.

480 O Quadro IV está publicado como anexo à versão digital deste Relatório.

481 Conforme aparecem nos IPMs e processos, as cidades apresentadas no Quadro I correspondem ao local onde houve a investigação, não à cidade de origem dos investigados. Em muitos casos os trabalhadores foram investigados nas próprias cidades onde nasceram.

482 SEABRA, Ênio. Entrevista a Michel Le Ven e Marluci da Silva C. Moreira. Belo Horizonte, 8-22/11/1995, Acervo Núcleo de História Oral da UFMG.

483 APM. DOPS. Pasta 0007.

484 APM, DOPS, pasta 308, imagens 3 e 4. APM, DOPS, pasta 308, imagem 23. APM. APM, DOPS, pasta 309, imagens 3 e 4.

485 RIANI, Clodesmidt. Entrevista a Lucília Neves. Projeto Integrado Memória e História: Visões de Minas do Programa de História Oral do Centro de Estudos Mineiros da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Belo Horizonte, UFMG, 14/01/1991.

486 RIANI, Clodesmidt. Entrevista a Lucília Neves. Projeto Integrado Memória e História: Visões de Minas do Programa de História Oral do Centro de Estudos Mineiros da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Belo Horizonte, UFMG, 14/1/1991.

487 RIANI, Clodesmidt. Depoimento à Covemg. Juiz de Fora, Covemg, 2016.

488 RIANI, Clodesmidt. Depoimento à Covemg. Juiz de Fora, Covemg, 2016.

489 RIANI, Clodesmidt. Depoimento à Covemg. Juiz de Fora, Covemg, 2016.

490 LOPES, Antônio Faria. Entrevista a Michel M. Le Ven. Projeto Integrado Memória e História: Visões de Minas do Programa de História Oral do Centro de Estudos Mineiros da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Belo Horizonte, 10/08/1994. Ver: APM. Sedese-1.1.1. Caixa 05, Processos 534.

491 LOPES, Antônio Faria. Entrevista a Michel M. Le Vem. Projeto Integrado Memória e História: Visões de Minas do Programa de História Oral do Centro de Estudos Mineiros da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Belo Horizonte, 10/08/1994. Ver: APM. Sedese-1.1.1, Caixa 05, Processos 534.

492 LOPES, Antônio Faria. Entrevista a Michel M. Le Ven. Projeto Integrado Memória e História: Visões de Minas do Programa de História Oral do Centro de Estudos Mineiros da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Belo Horizonte, 10/08/1994. Ver: APM. Sedese-1.1.1, Caixa 05, Processos 534.

493 LOPES, Antônio Faria. Entrevista a Michel M. Le Ven. Projeto Integrado Memória e História: Visões de Minas do Programa de História Oral do Centro de Estudos Mineiros da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Belo Horizonte, 10/08/1994. Ver: APM. Sedese-1.1.1, Caixa 05, Processos 534.

494 LOPES, Antônio Faria. Entrevista a Michel M. Le Ven. Projeto Integrado Memória e História: Visões de Minas do Programa de História Oral do Centro de Estudos Mineiros da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Belo Horizonte, 10/08/1994. Ver: APM. Sedese-1.1.1, Caixa 05, Processos 534.

495 LOPES, Antônio Faria. Entrevista a Michel M. Le Ven. Projeto Integrado Memória e História: Visões de Minas do Programa de História Oral do Centro de Estudos Mineiros da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Belo Horizonte, 10/08/1994. Ver: APM. Sedese-1.1.1, Caixa 05, Processos 534.

496 LOPES, Antônio Faria. Entrevista a Michel M. Le Ven. Projeto Integrado Memória e História: Visões de Minas do Programa de História Oral do Centro de Estudos Mineiros da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Belo Horizonte, 10/08/1994. Ver: APM. Sedese-1.1.1, Caixa 05, Processos 534.

497 APM. DOPS. Pasta 0311, imagens 6, 7, 8 e 9.

498 APM. Sedese-1.1.1. Caixa 05, Processos 280.

499 APM. Sedese-1.1.1. Caixa 58, Processos198.

500 SALOMÃO, Tereza. Depoimento ao CEREM (Centro de Referência e Memória do Trabalhador) sobre o Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade, s/d.

501 APM. Sedese-1.1.1. Caixa 03, Processos 524.

502 SALOMÃO, Tereza. Depoimento ao CEREM (Centro de Referência e Memória do Trabalhador) sobre o Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade, s/d.

503 Ver: MELO, 2014, Capítulo 2.



Este livro faz parte de um conjunto de cinco volumes, impressos na Gráfica Formato, compostos com as tipologias Lyon [desenhada por Kai Bernau] e Univers [desenhada por Adrian Frutiger]. Impressos em papel Chambril Avena 90g/m² com a capa revestida em couchê fosco 150g/m² para a Comissão da Verdade em Minas Gerais. Belo Horizonte. Primavera de 2017.

4

1964
1988

COMISSÃO DA VERDADE EM MINAS GERAIS

RELATÓRIO FINAL

Belo Horizonte - 2017

VOLUME 4

1964
1988

COMISSÃO DA VERDADE EM MINAS GERAIS

RELATÓRIO FINAL

Belo Horizonte - 2017

Fernando Damata Pimentel
Governador

Antônio Andrade
Vice-Governador

Nilmário Miranda
Secretário de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – SEDPAC

Comissão da Verdade em Minas Gerais - Covemg
Carlos Antonio Melgaço Valadares
Emely Vieira Salazar
Jurandir Persichini Cunha
Maria Celina Pinto Albano
Maria Céres Pimenta Spínola Castro
Paulo Afonso Moreira
Robson Sávio Reis Souza

Coordenação Gráfica e Produção
Frente Verso Encadernações e Editora

Projeto Gráfico
Lúcia Nemer e Martuse Fornaciari

Diagramação
Fábio de Assis [NFDesign]

Fotografia
Celso Travassos

Revisão
Elizete Munhoz Ribeiro

© 2017 – Comissão da Verdade em Minas Gerais (Covemg) Todos os direitos reservados. Autoriza-se a reprodução parcial ou total desta obra, desde que se respeite a fidelidade ao texto original, seja citada a fonte conforme as normas vigentes e não seja para venda ou qualquer fim comercial.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M663c

Minas Gerais. Governo do Estado.

Comissão da Verdade em Minas Gerais [recurso eletrônico]: Relatório / Governo do Estado. - Belo Horizonte: COVEMG, 2017.
336 p. 20 x 27cm - (Relatório da Comissão da Verdade em Minas Gerais; v. 4).

ISBN 978-85-66644-19-7 (Coleção digital)
ISBN 978-85-66644-23-4 (v. 4 digital)

1. Ditadura militar - Minas Gerais. 2. Violação de direitos humanos. 3. Comissão da verdade. 4. Relatório final. Título.

CDD: 323.81044

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Ana Cláudia Ribeiro CRB 6/2868.

2017

COMISSÃO DA VERDADE EM MINAS GERAIS

RELATÓRIO FINAL

Carlos Antonio Melgaço Valadares

Emely Vieira Salazar

Jurandir Persichini Cunha

Maria Celina Pinto Albano

Maria Céres Pimenta Spínola Castro

Paulo Afonso Moreira

Robson Sávio Reis Souza

2017

EXPEDIENTE

Equipe Executiva

COORDENADORA
Helena Maria Penna Amorim Pereira

SECRETÁRIA EXECUTIVA
Simone Rabelo Goyas Jardim

ASSESSORES
Angélica Vilela Santos
Camila Americano Lanhoso
Celso Gomes Travassos
José Alexandre Salles
Luciana Paula dos Santos Ferreira
Maria Aparecida Rodrigues de Miranda
Ronald Rocha
Thelma Yanagisawa Shimomura
Vanuza Nunes Pereira

BOLSISTAS DE PÓS-GRADUAÇÃO
Camilla Cristina Silva, Clarissa Teixeira Fazito Rezende, Claudia Graça da Fonseca, Felipe Guimarães Assis Tirado, Fernanda Nalon Sanglard, Jaana Braz Rodrigues, Jailane Pereira da Silva, Janaina Campos de Freitas Breugelmans, Jose Antonio Marçal, Lorena Martoni de Freitas, Ludmila Lais Costa Lacerda, Marcelo de Freitas Assis Rocha, Marcus Vinicius Porcaro Nunes Schubert, Mariane dos Reis Cruz, Marina Mesquita Camisasca, Pedro Berutti Marques, Thiago Lenine Tito Tolentino, Tiago de Souza Lima Gomes, Vanda Lucia Praxedes.

BOLSISTAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
Amanda Brissa Bonilla Arruda, Ana Luiza Otoni Borges, Ana Sofia Vilanova Monken, Anna Luiza Werkema Ferreira Freitas, Carlos Lucio Romano Neto, Christian Victor de Oliveira Coelho, Claudemir Henrique Silva, Fernanda Mara Gonçalves, Florencia Lorenzo, Henrique Sena Guimarães Lopes, Igor Britto Lica, Igor da Silva Nunes, Ivangilda Bispo dos Santos, Jade Noronha de Oliveira, João Pedro Galvão, Josias de Matos Ferreira, Julia Somberg Alves, Larissa Fernandes Ribeiro de Assis, Laura Luiza Costa, Leonardo Bittencourt Silva, Loren Lopes Santos, Luis Gonzaga Martins Mota de Oliveira, Luiza Leone Prazeres Araújo, Marco Paulo Barbabela Penna Amorim, Marina Ribeiro Reis, Pauline Louise Araújo Silva, Paulo Vitor Cordeiro Repoles, Pétalah Augusto Lotti, Raissa Lott Caldeira da Cunha, Raquel Khouri dos Santos, Raquel Marques Soares, Thatyanna Paula Barbosa Mota, Vanilda Peres dos Santos, Victoria Rezende Fagundes de Albuquerque, Vitor Tadeu de Sena Pires Cunha.

ESTAGIÁRIA
Caroline Cunha Rodrigues

PESQUISADORES VOLUNTÁRIOS
Amanda Queiroz Magalhães, Ana Clara Abrantes Simões, Ana Cláudia Ribeiro, Ana Lívia Gomes Vieira, Ana Luise Santana de Souza, Ana Luiza Melo Maciel, Andréia de Jesus Silva, Arnaldo José Zangelmi, Augusto Rodrigues Borges, Beatriz Parreiral Xavier, Bruno Camilloto, Bruno Guarienta Barbosa Braga, Camila Gonçalves Zedes, Carlos Magno Machado, Carolina Dellamore Batista Scarpelli, Christiane Jalles de Paula Edna Martins Borges, Emily Jaine Nunes Guimarães, Érico Ubaldino Diniz, Everson de Alcântara Tardeli, Francine Lelina Rosa de França, Gabriele Ferreira dos Santos, Gisele Lucowicz Costa, Giuliana Alves Ferreira de Rezende, Gustavo Rocha Vital Gonçalves, Isabela de Andrade Pena M. Corby, Isabela Cristina Carreiro Cavalcante, Jéssica Holl, João Paulo Medeiros Araújo, Juliana Carvalho, Juliana Ventura de Souza Fernandes, Júnia Versiani Mourão, Letícia Maria Antunes do Carmo, Lilian Andrade, Luísa Santos Paulo, Luiza Drummond Veado, Marcelo Corrêa Giacomini, Marco Antônio Silveira, Marco Túlio Antunes Gomes , Maria Clara Barros Mota, Maria Lisboa de Oliveira, Mariana Rezende Oliveira, Marina Almeida, Marina Araújo, Marta Maia, Mateus Pereira, Matheus Cazeca Oliveira Ferreira, Monique Alvares Assis, Myriam Costa de Oliveira, Natália Lisbôa, Nayara Maria Gonçalves Pedrosa, Núbia Medeiros Caetano da Silva, Oraldo Paiva, Paulo Vitor Cordeiro Repolês, Rafael Drummond, Raquel Cristina Possolo Gonçalves, Renata Diniz de Souza, Renato Santos Gonçalves, Robert Salles Roque, Rodrigo Rievers de Almeida, Sebastião Soares da Silva, Sophia Pires Bastos, Tayara Talita Lemos, Vanessa Padrão de Vasconcelos Paiva, Vânia Márcia Paiva Pacheco.

Consultores

Equipe de Justiça de Transição
COORDENAÇÃO
Emílio Peluso Neder Meyer

Equipe de Redação
Amanda Brissa Bonilla Arruda, Felipe Guimarães Assis Tirado, Jéssica Holl, Vitor Tadeu de Sena Pires Cunha.

Equipe da Ciência da Informação
COORDENADORA
Maria Guiomar da Cunha Frota

Equipe
Ana Cláudia Ribeiro, Anna Luiza Werkema, Pétalah Augusto Lotti.

COMISSÃO DE REDAÇÃO
Helena Maria Penna Amorim Pereira
Maria Celina Pinto Albano
Maria Céres Pimenta Spínola Castro
Robson Sávio Reis Souza
Ronald Rocha
Vanda Lúcia Praxedes

LISTA DE SIGLAS

APCBH	Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte
AAB	Aliança Anticomunista Brasileira
ACESITA	Companhia Aços Especiais Itabira
ACP	Ação Civil Pública
ADPF	Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental
AESI	Assessoria Especial de Segurança e Informação
AI-1	Ato Institucional Número 1
AI-5	Ato Institucional Número 5
AJMB	Ajudância Minas-Bahia da
ALMG	Assembleia Legislativa de Minas Gerais
ALN	Ação Libertadora Nacional
AN	Arquivo Nacional
AP	Ação Popular
APM	Arquivo Público Mineiro
APML	Ação Popular Marxista-Lenista
APMLDOB	Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ART	Assembleia de Representantes de Turmas
ASI	Assessoria de Segurança e Informações
ASPLAN	Assessoria de Planejamento, Estratégia e Modernização da Gestão
ATAMG	Associação de Trabalhadores Agrícolas de Minas Gerais
BDMG	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CA	Centro Acadêmico
CAAP	Centro Acadêmico Afonso Pena
CAEM	Centro Acadêmico da Escola de Minas de Ouro Preto
CAIS	Complexos Agroindustriais
CEB	Confederação Evangélica do Brasil
CEBS	Comunidades Eclesiais de Base
CEDEFES	Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva
CEDOC/CPT	Centro de Documentação D. Tomáz Balduino
CEFET-MG	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
CEIVT	Comissão Especial de Indenização às Vítimas de Tortura
CEMDP	Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos
CEMIG	Centrais Elétricas de Minas Gerais
CENIMAR	Centro de Informações da Marinha
CET	Comando Estadual dos Trabalhadores do Estado de Minas Gerais
CETI	Centro Estudantil Técnico Industrial
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CIDH	Corte Interamericana de Direitos Humanos
CIE	Centro de Informações do Exército
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CMDP	Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos
CMI	Conselho Mundial de Igrejas

CMV-JF	Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora
CNA	Confederação Nacional de Agricultores
CNTI	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CODI	Centro de Operações de Defesa Interna
COLINA	Comando de Libertação Nacional
CONEDH	Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos
CONSIR	Comissão Nacional de Sindicalização Rural
CONTAG	Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura
CORRENTE	Corrente Revolucionária de Minas Gerais
COSEG	Coordenadoria Geral de Segurança
COVEMG	Comissão da Verdade em Minas Gerais
CPC	Centro Popular de Cultura
CPOR	Centro de Preparação de Oficiais da Reserva
CPOR	Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Belo Horizonte
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRFB/88	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CTA	Centro de Tecnologias Alternativas
DA	Diretório Acadêmico
DCE	Diretório Central de Estudantes
DEE	Diretório Estadual de Estudantes
DNE	Diretório Nacional de Estudantes
DAEM	Diretório Acadêmico da Escola de Minas de Ouro Preto
DEOP	Delegacia Especializada de Ordem Pública
DEOPS/SP	Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo
DEP	Departamento de Estudos e Pesquisas
DIPOA	Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal
DNOS	Departamento Nacional de Obras e Saneamento
DNPA	Departamento de Produção Animal
DOI-CODI	Destacamento de Operações de Informação Centro de Operações de Defesa Interna
DOP	Delegacia de Ordem Pública
DOPS	Departamento de Ordem e Política Social
DPF/BH	Departamento de Polícia Federal em Belo Horizonte
DR	Delegacia Regional
DSI	Divisões de Segurança e Informação
DSI/MEC	Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação e Cultura
DVS	Delegacia Vigilância Social
DVS	Divisão de Vigilância Social
EC	Estatuto da Criança e do Adolescente
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPAMIG	Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
EPOMG	Escola Popular Orocílio Martins Gonçalves
EQUIP	Escola de Formação Quilombos dos Palmares
ESAV	Escola Superior de Agricultura e Veterinária

ETFMG	Escola Técnica Federal de Minas Gerais
FACE-UFMG	Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais
FAFEOD	Faculdade Federal de Odontologia de Diamantina
FAFICH	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais
FAFI-UMG	Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais
FEB	Força Expedicionária Brasileira
FEEPDH	Fundo Estadual de Promoção dos Direitos Humanos
FETAEMG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais
FMTM	Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro
FOGUERA	Forças Guerrilheiras do Araguaia
FUMA	Fundação Mineira de Arte
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNRURAL	Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
GARCAFÉ	Cooperativa dos Cafeicultores da Região de Garça
GREQUI	Grupo de Estudos da Questão Indígena de Minas Gerais
GRIN	Guarda Rural Indígena
IADESIL	Instituto Interamericano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre
IAPETEC	Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Empregados em Transportes e Cargas
IBAM	Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
ICB/UFMG	Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Minas Gerais
ID/44ª	Infantaria Divisionária
IEVE	Instituto da Violência do Estado
III ENE	Terceiro Encontro Nacional de Estudantes
IML	Instituto Médico Legal
INC	Instituto Nacional do Cinema
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPM	Inquérito Policial Militar
IPSEMG	Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais
IPUC	Instituto Politécnico da Universidade Católica
IR	Inspetoria Regional
ISA	Instituto Socioambiental
JAC	Juventude Agrária Católica
JB	Jornal do Brasil
JEC	Juventude Estudantil Católica
JIC	Juventude Independente Católica
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
JUGAS	Junta Geral de Ação Social
LGBT	Grupo de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
LSN	Lei de Segurança Nacional
MA	Ministério da Agricultura
MAIC	Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio

MCM	Meios de Comunicação de Massa
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
ME	Movimento Estudantil
MEB	Movimento de Educação de Base
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MEC/USAID	Ministério da Educação e Cultura/United States Agency for International Development
MEI	Movimento Ecumênico Internacional
METASITA	Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos da Acesita
MINTER	Ministério do Interior
MIRAD	Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário
MOBON	Movimento da Boa Nova
MPF-MG	Ministério Público Federal em Minas Gerais
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem-terra
NUDOC-CPT-FUNAI	Núcleo de Documentação da Diretoria de Proteção da FUNAI
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PADAP	Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba
PADVALE	Programa de Assentamento Dirigido do Vale do Jequitinhonha
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCDOB	Partido Comunista do Brasil
PCI	Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados
PDR	Partido Democrata Republicano
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos
PI	Posto Indígena
PIGM	Posto Indígena Guido Marlière
PIMO	Posto Indígena Mariano de Oliveira
PIS	Postos Indígenas
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMMG	Polícia Militar de Minas Gerais
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
POC	Partido Operário Comunista
POLONORDESTE	Programa de Desenvolvimento das Áreas Integradas do Nordeste
POLOP	Organização Revolucionária Marxista Política Operária
PPG CPDA/UFRRJ	Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
PRODEMATA	Programa de Desenvolvimento Integrado da Zona da Mata
PRORURAL	Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste
PROVALE	Programa Especial para o Vale do São Francisco
PROVÁRZEA	Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea
PSD	Partido Social Democrático
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro

PUC MINAS	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
PUC SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RAN	Resistência Armada Nacional
RURALMINAS	Fundação Rural Mineira Colonização e Desenvolvimento Agrário
SCDP	Serviço de Censura às Diversões Públicas
SEDESE	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais
SEDOC-FUNAI	Serviço de Gestão Documental da FUNAI
SEP	Seção de Estudos e Planejamento
SNI	Serviço Nacional de Informações
SPI	Serviço de Proteção ao Índio
SPILN	Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais
SSNE	Seção de Segurança Nacional do Ministério da Educação e Saúde
STF	Supremo Tribunal Federal
STM	Superior Tribunal Militar
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUPRA	Superintendência de Política Agrária
TJMMG	Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais
TRF	Tribunal Regional Federal
UCMG	Universidade Católica de Minas Gerais
UDPR	União Democrática dos Produtores Rurais
UDR	União Democrática Ruralista
UEE	União Estadual dos Estudantes
UEEMG	União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFRN	Universidade Federal do Rio de Grande do Norte
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFV	Universidade Federal de Viçosa
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UMG	Universidade de Minas Gerais
UNA	União de Negócios e Administração Ltda
UNB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNEM	União Nacional dos Estudantes de Medicina
UNIMONTES	Universidade Estadual de Montes Claros
UREMG	Universidade Rural do Estado de Minas Gerais
URSO	União das Repúblicas Socialistas Ouro-pretanas
USP	Universidade de São Paulo
UTE-MG	União dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais
VAR PALMARES	Vanguarda Armada Revolucionária Palmares
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

VOLUME 4

7. A POSIÇÃO DAS IGREJAS CRISTÃS DURANTE O GOVERNO MILITAR 13

7.1 Introdução 14

7.2 A Igreja Católica, uma força perigosa 16

7.3 Aproximações e antagonismos entre o Estado e a Igreja 21

7.4 O caso dos padres franceses 36

7.5 A fábula das freiras comunistas 58

7.6 O lugar do trabalho sociorreligioso na ditadura militar 70

8. VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS DOS POVOS INDÍGENAS 79

8.1 Considerações teórico-metodológicas 80

8.2 Histórico do indigenismo no Brasil 90

8.3 As instituições repressoras na ditadura militar 98

8.4 Povos indígenas em Minas Gerais 120

Anexos 177

9. A EXTREMA DIREITA VAI AO TERRORISMO EM MINAS GERAIS 185

9.1 Introdução 186

9.2 Contexto nacional 187

9.3 Periodização do ciclo militar 188

9.4 Situação política em Minas Gerais 190

9.5 Relação dos atos terroristas 193

9.6 Atentados caso a caso 195
9.7 Suspeitos 212
9.8 Indícios e ecos 214
9.9 Conclusões 217

10. CENSURA AOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA DE BELO HORIZONTE, AOS ESPETÁCULOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS E AOS INTÉRPRETES 223
10.1 Introdução 224
10.2 A censura à imprensa de Belo Horizonte 227
10.3 A comunicação em Minas 233
10.4 O modus operandi da censura em Minas 239
10.5 Eventos isolados de censura e/ou violação dos direitos de informação e de expressão 247
10.6 Os alternativos e a resistência ao autoritarismo 256
10.7 Suplemento literário em Minas – a literatura e o rebelde oficial 264
10.8 A censura violenta aos espetáculos artísticos e culturais e a intérpretes, em Minas Gerais 267
10.9 Eventos de censura violenta a espetáculos artísticos e culturais e a intérpretes mineiros ou ocorridos em Minas Gerais 275

11. CASSAÇÃO DE REPRESENTANTES POLÍTICOS, APOSENTADORIAS E DEMISSÕES DE SERVIDORES PÚBLICOS, NO ÂMBITO DE MINAS GERAIS 307
11.1 Introdução 308
11.2 Cassação de representantes políticos de Minas Gerais 308
11.3 Aposentadorias e demissões de servidores públicos 319
11.4 Comissão Estadual de Investigação 327



7

VOLTAR AO SUMÁRIO

A POSIÇÃO DAS IGREJAS CRISTÃS DURANTE O GOVERNO MILITAR

Coordenação: Maria Celina Pinto Albano
Redação: Jailane Pereira da Silva
Raquel Marques Soares
Raquel Khouri dos Santos
Vanilda Peres dos Santos

7.1 Introdução

"Onde termina a justiça social
e começa a subversão? "
(Dom Avelar Brandão)

Esse texto tem como foco principal denunciar a perseguição sofrida por membros das igrejas cristãs, congregações e movimentos religiosos durante o regime militar, no período de 1964-1988, em Minas Gerais.

Para alcançar este objetivo a análise busca, de um lado, esclarecer as ações violentas que atingiram as igrejas cristãs, congregações e grupos laicos, bem como os fatos e as circunstâncias que motivaram graves violações de direitos humanos. De outro, apurar os atos de resistência das instituições religiosas, assim como as ações políticas de movimentos laicos que visavam à volta do País à democracia. Por último, mas não menos importante, apontar posturas ambíguas e apoios explícitos à ditadura, que permearam as instituições religiosas, gerando não só sérios conflitos internos como também contribuindo para a legitimação dos militares no poder.

Nesse sentido, o trabalho de investigação se divide em duas partes: a primeira, mais geral, apresenta informações que descrevem o cenário religioso e demonstram as mudanças por que passou a Igreja Católica, especialmente nos anos 1960, no modo de fazer pastoral, com reflexos profundos na sua forma de atuar no campo social e político. O objetivo maior é destacar, de um lado, como se deu em Minas Gerais, a promoção de um novo protagonismo da Igreja Católica que conta com a participação de importantes congregações religiosas, de uma parte significativa da hierarquia eclesiástica e dos grupos laicos reunidos especialmente na Ação Católica (JOC, JEC e JUC). De outro lado, as diferentes formas de reação, colocadas em prática pelo governo militar para enfrentar esta Igreja atuante e combativa, que possibilitava alianças e aproximações com diversas camadas da sociedade: estudantes e intelectuais, operários e camponeses. Ainda nesta primeira parte, deverá ser feita uma análise sobre a participação das Igrejas Protestantes e de seus membros, ao longo dos 21 anos de regime ditatorial.

A segunda parte, centrada nos estudos de caso - a "prisão dos padres franceses do Horto" e o fechamento do Colégio e da Escola Helena Guerra, no final dos anos 960 e início da década de 1970. Neste sentido, descreve e analisa esses acontecimentos a partir de exercícios de memória de dois de seus mais importantes protagonistas: Michel Marie Le Ven e Linda Bimbi (Madre Raffaela), que

pertenciam, no final dos anos 1960, à ordem dos padres Assuncionistas e das irmãs Oblatas do Espírito Santo.

A escolha desses dois episódios não foi aleatória. Pode-se afirmar que ambos são lados de uma mesma moeda: a perseguição a membros de duas congregações estrangeiras, francesa e italiana, que viam na educação o principal instrumento para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Não podemos, no entanto, deixar de assinalar as dificuldades que enfrentamos ao abordar a história institucional e pedagógica do Colégio Helena Guerra e como ocorreu, em termos administrativos, o seu fechamento. Esse educandário, que marcou época no ensino "primário, secundário e clássico", em Belo Horizonte, não consta dos registros do Conselho Estadual de Educação e nem dos arquivos da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais: um triste exemplo do descaso com a história, com a memória da educação mineira.

Sendo assim, a meta a ser alcançada por este trabalho visa preservar e divulgar a memória escrita e oral de fatos e acontecimentos ocorridos em Minas Gerais, que exemplificam muito bem o tecido histórico que gerou graves enfrentamentos entre as Igrejas Cristãs, em especial a instituição católica, e o governo militar. Por último, mas não menos importante, será feita uma breve descrição do papel das Comunidades Eclesiais de Base, que surgem e se fortalecem entre os anos de 1970 e1980.

A investigação dos fatos e acontecimentos relacionados com os temas acima destacados se apoia em dados primários e secundários, obtidos por meio das seguintes fontes de pesquisa:

a) documentos e relatórios disponíveis em acervos públicos e privados: Arquivo Público Mineiro, Arquivo do Memorial da Arquidiocese de Belo Horizonte, Comissão Nacional da Anistia, Comissão Nacional da Verdade (CNV), Conselho Estadual de Direitos Humanos de Minas Gerais (CONEDH), Centro Ecumênico de Documentação e Informação, dentre outros.

b) livros, artigos, ensaios, pesquisas acadêmicas e material jornalístico, que se encontram relacionados nas referências bibliográficas.

c) relatos pessoais coletados por meio de audiências públicas, oitivas e entrevistas, com religiosos e leigos que vivenciaram intensamente os fatos e acontecimentos ocorridos em Minas Gerais durante a ditadura militar.

7.2 A Igreja Católica, uma força perigosa

Para compreender como uma parte expressiva da Igreja Católica ganhou o *status* de inimiga da ditadura militar, é necessário contextualizar as transformações pelas quais ela passou no período que se estende de 1950 ao começo da década de 1960.

Nesta época, a Igreja inicia um processo de mudanças que reflete as transformações econômicas, políticas e sociais que ocorrem no País, mais especificamente nas regiões Sul e Sudeste: crescimento industrial, urbanização acelerada e a presença marcante na cena política populista dos movimentos estudantil, sindical e camponês. O que melhor expressa o início de um novo posicionamento da Igreja Católica foi o incentivo dado aos diferentes processos de participação dos leigos nas ações pastorais. Nesse sentido, ganha destaque o movimento da Ação Católica que reunia grupos de jovens de diferentes setores da sociedade brasileira, sob as seguintes denominações: Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Independente Católica (JIC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Universitária Católica (JUC).[1]

Este movimento, que nos primeiros anos de atuação tinha uma postura bem conservadora, passa a contar com o apoio valioso da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que desempenhava o importante papel de mediadora entre as inúmeras dioceses, tornando mais ágil e eficiente a comunicação entre elas, bem como atuava na coordenação das diversas atividades pastorais. A partir de 1952, a CNBB torna-se um ator fundamental nas relações entre a Igreja e o Estado. E o seu protagonismo, no projeto de consolidação da nova trajetória do catolicismo no País, se deve muito ao bispo Dom Helder Câmara, seu secretário nos primeiros dez anos de atuação.

O pensamento de Jacques Maritain e do movimento "Economia e Humanismo" do Padre Lebret faz com que a Ação Católica assuma uma postura mais progressista. E Dom Helder Câmara, nomeado assistente nacional dessa entidade, contribui, de forma contundente para a inserção de seus militantes na realidade social.[2]

Em linhas gerais, neste período, marcado pela eleição do Papa João XXVIII, pela Conferência Episcopal Latino-Americana (1958), pela publicação das encíclicas *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963) e pelo Concílio Vaticano II (1962-1965), ocorre uma mudança crucial, tanto na liturgia quanto na ação

pastoral: um novo olhar sobre a realidade social e, por consequência, uma aproximação maior das camadas populares. Mas como salienta Ferreira *et al* "ainda é necessário articular esse período com aquele que o precede, detectando permanências e continuidades ao lado de propostas desafiantes. A Igreja é antiga e futura ao mesmo tempo."[3]

Assim, o processo de renovação da Igreja brasileira, ancorada nos pronunciamentos papais que enfatizavam questões relacionadas com justiça e igualdade social, direitos de todos e desenvolvimento econômico, ecoava de forma diferente nos corações e nas mentes dos católicos de diferentes regiões do País.

Em Minas Gerais, especialmente em Belo Horizonte, são os militantes da JUC dos cursos de Sociologia e Economia, que assumem um novo projeto de participação social buscando articular as dimensões religiosa, política e econômica. Na sua grande maioria eles eram originários do movimento de secundaristas católicos (JEC) que, sob a orientação do dominicano frei Mateus da Rocha, procuravam associar ao trabalho prático nas comunidades carentes a evangelização e o engajamento político. Assim, a atuação dos militantes da JUC se pautava na seguinte direção:

> Para a vida religiosa as exigências da catequese, da vivência evangélica, da importância litúrgica, do incremento das vocações sacerdotais; para a vida política os jucistas preconizavam que os partidos se ligassem aos interesses das classes menos favorecidas e exploradas (...) e que "a opção pelo desenvolvimento brasileiro implicava na supressão do capitalismo". Assim sendo, termos como desenvolvimento socialista e nacionalismo passam a fazer parte da linguagem jucista.[4]

Estas propostas foram exaustivamente detalhadas no texto "Algumas diretrizes de um ideal histórico cristão para o povo brasileiro" apresentado pelo representante da Regional Centro-Oeste, o mineiro Antônio Otávio Cintra, no Congresso dos 10 anos e foi alvo de um caloroso debate dentro da JUC sobre o maior ou menor engajamento de sua militância nos problemas nacionais.[5]

Na verdade, esse ponto de discussão prenunciava uma mudança significativa nos rumos que tomariam os movimentos católicos leigos ainda no início dos anos 1960:

> Foi no encontro de dez anos da JUC, realizado em 1960, na Guanabara, que ficou a posição diante do social, como exigência fundamental da própria fidelidade ao Evangelho. Não

> inovamos nada. Repetimos com todos os Papas, a condenação ao capitalismo, a necessidade de uma estrutura mais justa e mais humana. Nossas teses expostas com a maior honestidade foram objeto de uma série de intrigas e de apelidos de infiltração marxista.[6]

Com um trabalho intensivo de divulgação da doutrina social da Igreja no meio estudantil, a JUC vai, gradativamente, desenhando uma liderança católica no interior da União Nacional dos Estudantes (UNE) e, consequentemente, causando a perda de poder de jovens socialistas e comunistas, que desde 1956 eram maioria na composição dos seus quadros dirigentes.

Neste processo de conquista de espaço político é importante destacar a presença de jucistas mineiros como Herbert José de Souza (Betinho), Henrique Novais, Vicente Caldeira Brant, Antônio Otávio Cintra, José de Anchieta Corrêa, Paulo Henrique Osório, entre outros. De acordo com Ferreira *et al*. "o eixo da liderança no movimento desloca-se de São Paulo para Belo Horizonte".[7]

O crescimento do protagonismo da JUC no cenário político nacional cria tensões e conflitos no interior da hierarquia eclesial da Ação Católica. Em dezembro de 1961, a Comissão Episcopal e de Apostolado dos Leigos decide proibir que jucistas participassem de qualquer tipo de eleição para cargos em organismos de política estudantil a partir de 1962.[8] Este fato levou o jucista Aldo Arantes, recém-eleito à presidência da UNE, a abandonar a JUC permanecendo no posto conquistado para não precisar renunciar. Neste sentido, os atos de proibição e renúncia deflagraram uma grave crise que abriu espaço para o surgimento da Ação Popular (AP) em 1962.

Dom Helder, referindo-se aos momentos difíceis da Ação Católica e, de modo especial, aos embates e rupturas da JUC fez as seguintes afirmações:

> A juventude não se embaraça em prudência, matizes e precauções. É normal que a juventude seja radical. (...) então, a um certo momento, uma parte da hierarquia ficou preocupada pelo que lhe parecia uma marxização da juventude estudantil universitária. (...) se a juventude universitária católica se radicalizou, se ela criou a Ação Popular (AP) foi porque ela acreditava que as encíclicas sociais não eram para ficar no papel. (...) esta radicalização da juventude universitária, da juventude estudantil, da juventude independente também, e da juventude operária, esta radicalização tinha primeiramente por responsáveis diretos, a nós bispos que não soubemos compreender.[9]

Este novo movimento leigo, que foi lançado sem nome, tinha como porta voz o jornal tabloide AP – Ação Popular, criado por dois de seus fundadores, Betinho e Vinícius Caldeira Brant, e que já circulava em Belo Horizonte, desde fins de 1961. Evidentemente, pela própria formação de seus primeiros dirigentes, as linhas básicas do pensamento da AP se apoiavam em muitos fundamentos filosóficos da JUC:

> O documento-base segue a trilha do "ideal histórico" da JUC, principalmente quando adere às noções do padre Henrique Vaz, ele próprio entusiasta da AP e inspirado no filósofo católico francês Emmanuel Mounier. Contudo, aquilo que no "ideal histórico" da JUC era apresentado como uma perspectiva cristã genuína, agora é apresentado como uma perspectiva abrangentemente humanista."[10]

Embora a maioria dos membros da AP fosse católica, fica claro no seu discurso que se negava o caráter confessional presente nos grupos da Ação Católica. Sua marca era manter-se livre do controle eclesial e aberta para não católicos ou cristãos.

Em 1962, o 25º Congresso da UNE elege Vinícius Caldeira Brant, para seu presidente nos próximos dois anos. Estava assim consolidada a liderança da AP no movimento estudantil. Mais uma vez a esquerda católica mineira assume um papel de destaque nessa nova configuração política.

Ao fortalecer progressivamente seus quadros, o movimento ganhará maior visibilidade no cenário político pré-64, exercendo sua influência também sobre outros setores sociais, como operários e camponeses. Em outras palavras, os militantes da AP procuravam cada vez mais disputar com outros partidos e organizações o papel de vanguarda no processo de mobilização e conscientização das massas populares, convocando-as para serem protagonistas das transformações da sociedade brasileira.[11]

Em julho de 1963, durante quatro dias, Belo Horizonte foi sede de uma importante reunião: o 1º Encontro de Jornalistas Católicos. Este evento contou com a presença de 54 jornalistas que escreviam tanto para jornais religiosos como para a grande imprensa. O foco principal foi debater sobre o papel dos jornalistas católicos na narração dos fatos e no compromisso com a verdade das informações apresentadas aos leitores.[12]

Entre os conferencistas estava Dom Serafim Fernandes de Araújo, arcebispo de Belo Horizonte, que abordou o seguinte tema: "O plano de emergência do

episcopado brasileiro", com ênfase nos desafios da Igreja à época e seu papel junto à sociedade brasileira.[13]

O clima de efervescência política que vivia o País no período do governo de João Goulart possibilitou à Igreja Católica uma de suas mais importantes experiências no seu processo de aproximação com as camadas populares. Neste sentido, a atuação da JOC junto à classe trabalhadora ajudava as instituições religiosas a compreender melhor os valores, os anseios e as necessidades desse importante segmento social. E o que era essencial: se dedicar à formação de líderes combativos e conscientes do papel que deveriam desempenhar na sociedade brasileira. Por meio da JOC, a Igreja Católica expressava seu esforço no desenvolvimento de ações mais eficazes para a classe operária e também demonstrava o avanço do clero progressista na promoção de mudanças sociais.

Sem impor limites temporais rígidos é possível afirmar que entre o final dos anos 1950 e o início da década de 1960 a Igreja Católica viveu momentos pendulares: não sendo um bloco homogêneo, não tinha um pensamento único. Neste sentido, foi visível a força do clero progressista e dos movimentos de leigos católicos na implantação e expansão de projetos sociais e educacionais e na implantação de ações de promoção dos direitos humanos imprescindíveis para a construção de um País mais justo e igualitário.

Em Minas Gerais, como em outras regiões brasileiras, o desempenho desses trabalhos coube às ordens religiosas: um papel de destaque em comparação com o clero secular. Para o frei franciscano Claudio Van Balen:

> Os religiosos eram mais engajados e essa diferença pode ser atribuída ao espírito comunitário, vive-se em grupo, mais ligado ao povo. O religioso é menos burocrático que o padre secular. Ele acha que tem mais segurança porque vive tudo em comum. O padre secular vive sozinho, tem que cuidar dele mesmo. Ele não tem tanta mobilidade que tem o religioso, que vive dia e noite em comunidade, cercado dos outros.[14]

Pelo lado conservador, surgiu um grupo de bispos, sacerdotes e leigos que se tornaram arautos do anticomunismo e da infiltração comunista nas ordens e movimentos religiosos. Sendo assim, "terminaram por servir a manobras ideológicas, até mesmo com apoio da *Central Intelligence Agency* (CIA) do governo dos Estados Unidos como foi a Cruzada do Rosário em Família com a presença do padre Patrick Peyton".[15] Em Minas Gerais era o bispo de Diamantina, Dom Geraldo Proença Sigaud, quem liderava os ataques aos grupos religiosos progressistas e um de seus alvos era Dom Helder Câmara.

Em 1963, um grupo político conservador intitulado "Novos Inconfidentes" surge em Belo Horizonte reunindo representantes de diferentes setores da sociedade mineira, especialmente da classe média tradicional: militares da reserva das Forças Armadas, oficiais graduados da Polícia Militar, delegados de polícia, profissionais liberais, professores e estudantes universitários, além de empresários, latifundiários e religiosos. Os laços que uniam esse grupo tão heterogêneo eram o sentimento anticomunista e a ferrenha oposição ao governo populista do presidente João Goulart.[16]

Assim sendo, não é nenhuma surpresa que os "Novos Inconfidentes" contassem com a participação de Dom Sigaud, arcebispo de Diamantina, ao lado do jesuíta José Cândido de Castro e do padre secular João Botelho, membros bem representativos da ala mais reacionária da Igreja Católica em Minas Gerais e no Brasil.

No início de 1964, uma parte substantiva do clero brasileiro tinha, com muita tenacidade e ousadia, cortado os vínculos institucionais da Igreja Católica com o passado retrógrado e, por consequência, com sua imagem e linguagem tradicional. Um ator político renovado, interna e externamente, pronto para enfrentar os setores mais reacionários da sociedade que se opunham a qualquer mudança no *status quo*.

7.3 Aproximações e antagonismos entre o Estado e a Igreja

As relações entre as igrejas cristãs e o Estado brasileiro nunca foram lineares, havendo momentos de aproximação e de divergência de interesses, envolvendo desde os altos setores hierárquicos, até as ordens e movimentos religiosos, em diversas circunstâncias. Tais conflitos ficam mais evidentes quando inserido no golpe militar de 1964, onde a sociedade e consequentemente a Igreja Católica acabam por se polarizar diante da situação nacional.

Sem dúvida o movimento de 31 de março agravou ainda mais a crise interna entre os católicos. De um lado, a maior parte da hierarquia eclesial apoiou o golpe militar. Por exemplo, "Dom João Rezende Costa, arcebispo de Belo Horizonte, abençoava sob sigilo a rebelião do governador Magalhães Pinto."[17] Em várias paróquias do interior de Minas Gerais aconteceram manifestações de apoio ao golpe: na cidade de Raposos, o padre Antônio Donato de Lima, cedeu a casa paroquial para os interrogatórios da Polícia Militar e também entregou uma lista de "comunistas" da cidade.

As tensões entre Igreja e Estado tornaram-se mais explicitas após o golpe, uma vez que diversos grupos religiosos se colocaram contra o regime militar por defenderem a retomada do sistema democrático e por lutarem pelos direitos sociais das populações mais necessitadas: dominicanos, jesuítas, franciscanos, lazaristas, redentoristas, entre outros. No dia 1º de abril, o convento dos dominicanos no Bairro Serra foi invadido por forças militares. Esta escolha está associada à militância desta ordem religiosa que abria o seu espaço para reuniões e encontros de diferentes grupos da esquerda católica. No mesmo dia a sede da Ação Católica, localizada no Edifício Eugênio Paccelli, foi invadida pelo grupo paramilitar "Novos Inconfidentes", e seu fundador, padre Willian Silva, foi indiciado em um IPM.

Nesse embate, é importante destacar a atuação dos leigos católicos que, com a tomada de postura mais engajada por parte da Igreja, começam a buscar ações de cunho pastoral tanto para evangelizar, quanto para auxiliar as populações mais necessitadas a reivindicarem seus direitos. Mas, após 1964, a atuação destes setores mais envolvidos com questões sociais foi atingida por importantes mudanças na cúpula da Igreja Católica. Os líderes mais progressistas como Dom Hélder Câmara, no momento arcebispo de Recife e Olinda, entre outros, foram substituídos por religiosos mais conservadores. Esta transformação ocorreu durante a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil realizada em 1966. Dom Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre, foi nomeado para a Comissão dos Apostolados dos Leigos e não tinha a mesma empatia e entusiasmo com o crescimento dos movimentos laicos.

Em Minas Gerais, as divergências também eram bastante acentuadas por uma parte da Igreja, entre os que apoiavam e os que eram contrários ao governo militar. O convento dos dominicanos foi um espaço de acolhida para opositores do regime militar. Os frades demonstram a sua sensibilidade diante da turbulência que o Brasil enfrentava, demonstrando uma postura mais efetiva em relação aos acontecimentos da sociedade brasileira. Dessa forma, buscavam contribuir sempre que possível com militantes e organizações de esquerda. Por isso, das ordens religiosas progressistas o maior alvo eram os dominicanos, que recebiam constantemente buscas policiais e eram levados para prestar depoimentos nos órgãos de repressão. Frei Oswaldo Augusto Rezende Júnior, em seu depoimento, descreveu um desses momentos:

> [...]nós estávamos rezando, quando chega a polícia. Queriam vistoriar o convento porque Castelo Branco, o primeiro ditador, viria a Belo Horizonte, em visita. E ele passaria, necessariamente, pela Rua do Ouro para ir ao Palácio das

> Mangabeiras [...]. Então, para fazer a segurança [...] eles vieram fazer uma visita ao Convento. Nós ficamos indignados. Como se nós fossemos ficar de metralhadora ou fuzil na janela para matar o presidente. [...] Como reação a isso, nós colocamos panos pretos [das janelas] dos quartos do noviciado.[18]

Um exemplo de participação efetiva nas questões sociais e nos confrontos com o governo militar é o padre Francisco Lage, mineiro da cidade de Ferros e religioso da ordem dos lazaristas. Lage aproximou-se da população pobre da favela dos Marmiteiros em Belo Horizonte, integrando as reuniões pela defesa da moradia. Segundo o seu relato:

> Fui a dom Cabral para pedir-lhe licença para participar das reuniões clandestinas dos comunistas e não senti nenhuma dificuldade, antes um incentivo discreto para estar presente aonde fosse, contando que para ajudar os pobres.[19]

Essas reuniões possibilitaram a organização dos moradores da Vila dos Marmiteiros sendo, em 1948, fundada a Associação de Defesa Coletiva (ADC), para enfrentar as ameaças de despejo nessa região que estavam sofrendo[20]. A ADC serviu de inspiração para o surgimento de outros movimentos de favelas que se organizaram e deram início a Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte (FTFBH). Dentro desta efervescência, é interessante apontar que

> [...] outros padres, como Agnaldo Leal e Tarcísio Rocha, emprestaram prestígio e apoio ao novo associativismo na década de 1950. Esse diálogo consagrou-se na publicação do manifesto dos párocos belo-horizontinos pelo "direito de morar" em 1959, apoiando a luta das favelas.[21]

Além da atuação no movimento dos favelados, o padre Lage participou da primeira reunião regional da Ação Católica em Nova Lima. Engajou-se também em greves de trabalhadores urbanos e na dos mineiros da mina de Morro Velho, na educação de crianças pobres e na assistência da Juventude Operária Católica (JOC), tornando-se uma grande referência política. Esse engajamento acabou por aproximá-lo do então presidente João Goulart e do PTB. Candidatou-se a deputado pelo mesmo partido e posteriormente trabalhou na criação de sindicatos rurais, realizando diversas viagens para apaziguar conflitos entre latifundiários e posseiros no estado de Minas Gerais. Em entrevista ao Jornal Brasil Urgente[22], ele explicou sua posição partidária "[...] é impossível fazer política operária sem os operários. E os operários, pelo menos em meu estado, votam no PTB. "[23]

Francisco Lage tornou-se o primeiro religioso mineiro a ser preso. Detido em Brasília no dia 10/04/1964, foi entregue à Polícia Militar mineira que estava acampada no Distrito Federal. No DOPS/MG foi despido várias vezes e submetido ao "corredor polonês". Lage ficou desamparado por alguns setores da Igreja, sendo que Dom Geraldo Sigaud, na versão mineira da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, solicitou ao governo "revolucionário" a execução "em nome de Deus" de 20 lideranças consideradas comunistas, entre elas o padre Lage. Na prisão, tomou conhecimento desse fato, quando um soldado levou o Jornal Estado de Minas para o DOPS bradando "O padre Lage vai ser fuzilado."[24]

Enquanto as investigações ocorriam, o diretor do DOPS, Fábio Bandeira, deu a Lage o direito de escolher um convento para ser transferido. A primeira opção foi o convento dos dominicanos, mas o pedido foi negado, pela invasão militar já descrita nesse Capítulo. Lage acabou transferido para o convento dos franciscanos, no Carlos Prates. Enquanto o processo corria, foi levado para Juiz de Fora e mais tarde para o Hospital Central do Exército na Tijuca, no Rio de Janeiro, para tratar de problemas do coração e de onde, sem sucesso, tentou fugir. Conseguiu *habeas corpus* somente em maio de 1965 quando ganhou liberdade. Condenado a 28 anos de prisão pelo crime de "ter tentando a preço de dinheiro entregar o Brasil de João Goulart ao Vietnã"[25], padre Lage abrigou-se na Embaixada do México, deixando o Brasil em dezembro de 1965. Ao longo dos episódios que viveu, ressentiu-se muito pelo fato de a Igreja Católica não ter tido uma postura mais efetiva em relação aos duros episódios de perseguição pelos aparatos de repressão militar.[26]

A Igreja mineira, nesse momento, encontrava-se extremamente dividida, os conservadores tinham a forte influência de Dom Sigaud, do padre João Botelho e do padre Caio de Castro, todos apoiadores do movimento *Tradição, Família e Propriedade* (TFP). Esse grupo de extrema direita foi fundado, em São Paulo, por Plínio Correia de Oliveira, com o objetivo de combater o comunismo e o socialismo, se opondo fortemente a qualquer reforma progressista. O padre João Botelho também havia fundado, em 1956, o Movimento por um Mundo Cristão (MMC) em Belo Horizonte, de caráter bem reacionário. Além de ajudar na organização da Marcha da Família com Deus, o MMC fortificou o discurso anticomunista no periódico *Por um Mundo Melhor*, um programa semanal na TV Itacolomi e participações em programas de rádio.[27]

O Inquérito Policial Militar (IPM) do padre Francisco Lage foi o primeiro de muitos abertos para investigar os religiosos de Minas Gerais. Entretanto, aos poucos, as ordens religiosas passaram a se posicionar de forma contrária às arbitrariedades

do regime militar, sobretudo aquelas cometidas contra os seus religiosos, abandonando progressivamente as fileiras dos apoiadores do governo ditatorial.

O endurecimento do regime militar foi estreitando as relações entre os setores progressistas da Igreja Católica e os estudantes, sobretudo os mais ativos nos movimentos estudantis. As igrejas tornam-se locais de resistência, possibilitando encontros e reuniões repreendidas pelo aparato estatal. Segundo frei Oswaldo, "os dominicanos eram vistos, no meio estudantil, como uma espécie de guarda-chuva ao que se recorre na hora da tempestade". Por causa de sua ativa participação junto aos militantes de esquerda, a ordem dominicana tornou-se *persona non grata* para o regime, como conta frei Betto:

> [...] meu pai, Antônio Carlos Vieira Christo, encontrou-se com o escritor Augusto de Lima Júnior na livraria Itatiaia, em Belo horizonte. O velho historiador mineiro era ardoroso defensor do golpe militar de 1964 e muito amigo do general Lyra Tavares, então ministro do Exército. Lima Júnior chamou meu pai a um canto e sussurrou-lhe: "Onde está seu filho? Continua nos dominicanos? " Diante da confirmação, advertiu: "Diga a ele para mudar de ordem, passar para os salesianos, pois os dominicanos vão sofrer muito no Brasil. "[28]

Outro exemplo importante dessa aproximação foi a postura dos religiosos da Igreja do Carmo, em Belo Horizonte. Em entrevista realizada para o Núcleo de História Oral da UFMG, frei Cláudio Van Balen, da ordem dos franciscanos, apontou que a instituição era

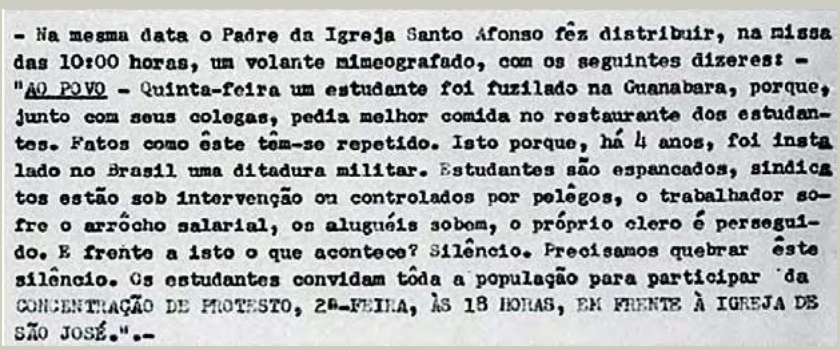
> [...] muito aberta ao pessoal da JIC, da JOC, da JUC, todo mundo [...]. Nós não éramos tão visados, no começo, como os dominicanos. Então, muita reunião acontecia aqui, de grupos que eram visados e que não tinham espaço. Então, nós aqui abríamos a casa, que era muito grande.[29]

Nesse contexto, outras igrejas também se abriram para os militantes contrários à ditadura. A Igreja São Francisco das Chagas, localizada no Bairro Carlos Prates, abrigou o 28º Congresso da União Nacional dos Estudantes. A entidade havia sido suspensa, mas as reuniões ocorreram de forma clandestina. Esse encontro aconteceu no dia 28/06/1966, na cripta da igreja, os estudantes estavam munidos de senha e contrassenha, quando um afirmava que o "O maior Papa da história foi João XXVIII" o outro deveria responder "Não, foi Paulo VI". O Jornal Estado de Minas deu grande destaque para o Congresso clandestino, apontando seu caráter subversivo e demonstrando como o governo estava pronto

para agir contra os estudantes. Foi dado destaque à proteção que esses jovens receberam dos dominicanos e franciscanos, mesmo contrariando as ordens do governo militar.[30] Em setembro desse mesmo ano, frei André foi chamado para prestar depoimento por ter permitido, como prior do Convento dos Dominicanos, a hospedagem de estudantes participantes do Congresso, na instituição. Em sua fala, ele alegou ter descoberto o posicionamento do governo, contrário à realização do evento, somente após a partida dos jovens.[31]

Em 28/03/1968 o estudante Edson Luís é baleado durante um embate entre a polícia e estudantes no Rio de Janeiro, próximo ao Restaurante Calabouço. A morte do rapaz culminou em grande comoção nacional, fazendo eclodir da sociedade civil uma série de manifestações contrárias à violência do regime militar. Os religiosos Antônio de Muniz Rezende – o frei André, já citado anteriormente – Hugo de Lucena Lopes e Frederico Ozanam Pereira redigiram um manifesto criticando a postura repressora do governo. O documento recebeu a assinatura de 34 religiosos, sendo a maioria atuante no estado de Minas Gerais. Distribuído no dia seguinte após a morte do estudante, o mesmo ficou conhecido como a "Declaração dos Padres".

Além desse manifesto, a morte de Edson Luís resultou em diversas passeatas, que ocorreram em todo o País. Em Belo Horizonte a manifestação foi marcada para o dia 1º de abril, em frente à Igreja São José. Além de abrir suas portas para reuniões políticas, a igreja também abrigava os militantes perseguidos pela polícia. Localizada a 100 metros da Praça Sete, essa região é um importante palco de manifestações da capital mineira, pois atividades realizadas ali ecoavam em toda a cidade.



- Na mesma data o Padre da Igreja Santo Afonso fêz distribuir, na missa das 10:00 horas, um volante mimeografado, com os seguintes dizeres: - "AO POVO - Quinta-feira um estudante foi fuzilado na Guanabara, porque, junto com seus colegas, pedia melhor comida no restaurante dos estudantes. Fatos como êste têm-se repetido. Isto porque, há 4 anos, foi instalado no Brasil uma ditadura militar. Estudantes são espancados, sindicatos estão sob intervenção ou controlados por pelêgos, o trabalhador sofre o arrôcho salarial, os aluguéis sobem, o próprio clero é perseguido. E frente a isto o que acontece? Silêncio. Precisamos quebrar êste silêncio. Os estudantes convidam tôda a população para participar da CONCENTRAÇÃO DE PROTESTO, 2ª-FEIRA, ÀS 18 HORAS, EM FRENTE À IGREJA DE SÃO JOSÉ."-

Figura 1: Convocação para se quebrar o silêncio. Fonte: APM, Arquivo DOPS 5309[32]

Após o AI-5, a "Declaração dos Padres" foi considerada um documento subversivo, por supostamente incitar a animosidade entre as Forças Armadas e as instituições civis. Por esse motivo, abriu-se um inquérito presidido pelo Coronel de

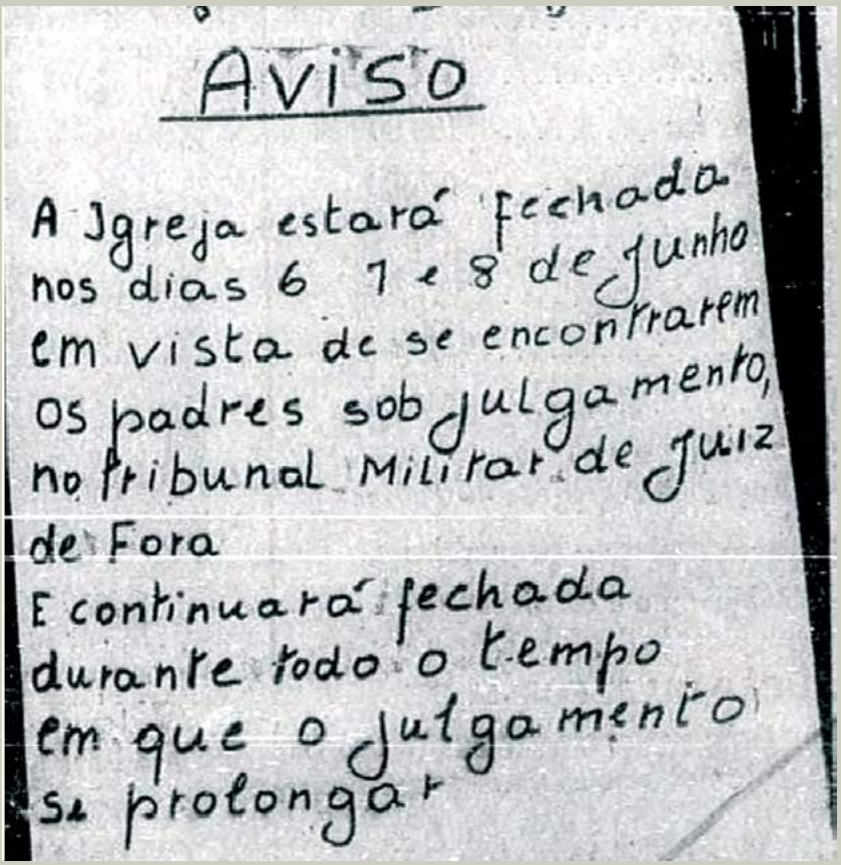
cavalaria Euclides de Oliveira Figueiredo Filho contra os religiosos que haviam assinado o manifesto.[33] Os padres indiciados foram: Alberto Antoniazzi (secular), Antônio Gonçalves (secular – vigário da Paróquia Santos Anjos da Guarda), Antônio Muniz de Rezende (dominicano), Arnaldo Ribeiro (secular - vigário Episcopal das Religiosas), Augusto Pinto Padrão (secular), Cândido Bizewski (jesuíta), Carlos Alves da Silva (dominicano), Eidemar Pinto Massote (jesuíta), Felipe Soares Aranha (secular laicizado), Francisco de Souza Viana (secular laicizado), Francisco Maria Pires Teixeira, Frederico Ozanam Pereira (secular laicizado), Hugo de Lucena Lopes (dominicano – prior dos dominicanos), Humberto Geraldo Pereira (dominicano), Jacobus Gerardus Hubertus Mesters (franciscano), Jan Hendrik Maria Meeks (franciscano), Jayme Lopes Cançado (sacramentino de Nossa Senhora), Jerzy Wasilewki (dominicano), Jildert Tjalling Van Balen (franciscano), João Darós Casagrande (dominicano), José Fragoso Filho (carmelita), José Geraldo Campos (redentorista), Juan Antonio Ruiz de Copegui (jesuíta), Lélio Avelino de Barros (salesiano), Luiz Aurélio Rodrigues de Andrade (lazarista laicizado), Martinho Penido Burnier (dominicano), Miguel Elousa Rojo (jesuíta), Reginaldo Dutra Pessanha (secular), Rosário Joffily (dominicano), Tarcísio Machado Rocha (secular – Igreja de São João Evangelista), Virgilio Leite Uchoa (secular), padre Wilhlmus Petrus Tolemar (franciscano) e William Silva (secular). Durante o ano de 1971, há uma série de arquivos do DOPS solicitando os antecedentes criminais dos investigados.

O julgamento ocorreu em junho de 1973, na Auditoria da 4ª Região Militar em Juiz de Fora, absolvendo todos os indiciados. Frei Cláudio Van Balen conta que, durante o processo, ele e outros três religiosos da Igreja do Carmo fecharam diversas vezes a Igreja do Carmo para prestar depoimento em Juiz de Fora. Quando isso acontecia "Ficava tudo fechado, com faixas do lado de fora. Nós fazíamos isso só para provocar. [...] para denunciar os bichos. "[34]

Ainda em 1968, ocorreu o 30º Congresso da UNE, dessa vez realizado clandestinamente em um pequeno sítio na cidade de Ibiúna/SP. O IPM aberto para averiguar esse encontro apontou ligações do clero mineiro, especificamente os dominicanos, com atividades consideradas subversivas. Para averiguação dos fatos, foi aberto um IPM intitulado Diocese de Itabira, sob recomendação do Coronel Euclides de Oliveira Figueiredo Filho.

O IPM aberto em Itabira abordou diversas ações dos religiosos das Comunidades do Horto de Ipatinga, Cariru, Coronel Fabriciano e outras da região do Vale do Aço. Como destaque, o artigo "Independência ou Morte???", datado de 07/09/1969 e publicado pelo Jornal O Fato. Esse Jornal era um semanário feito por iniciativa dos religiosos da diocese, padre Cícero de Castro, padre José Valetim Bertollo,

padre Josheph Cornelius Maria de Man, padre José Nazareno Ataíde, o irmão da congregação Nossa Senhora Mãe de Misericórdia Petrus Martinus, padre Jorge Abdalla, padre Ferreira Monção e padre Wilson Moreira. Além de responsáveis pelo Jornal, eles também elaboraram em conjunto os textos. Todos foram enquadrados no artigo 39 da Lei de Segurança Nacional, indo a julgamento em 1972.[35]


AVISO

A Igreja estará fechada
nos dias 6 7 e 8 de junho
em vista de se encontrarem
os padres sob julgamento,
no Tribunal Militar de Juiz
de Fora
E continuará fechada
durante todo o tempo
em que o julgamento
se prolongar

Figura 2: Aviso: padres em julgamento, igreja fechada. Fonte: Arquivo DOPS - Diário da Tarde, 08/06/1973

Na documentação, os responsáveis pelo inquérito lamentaram o mesmo não ter sido aberto quando as denúncias surgiram, culpando o atraso de quase um ano para justificar o fato de não terem alcançado os resultados almejados, dando aos religiosos tempo suficiente para destruírem as provas de suas atividades subversivas. O famoso promotor militar, Joaquim Simeão de Faria, alegou que o artigo utilizava de trechos do Hino Nacional indevidamente, além de questionar erroneamente a Junta Militar. Além disso, o fato de os padres não terem tocado os sinos das igrejas durante as comemorações da Semana da Pátria foi também considerado prova de que os mesmos diminuíram os ideais da "revolução", subvertendo a ordem pública[36]. Os religiosos foram todos absolvidos por unanimidade.

Em Belo Horizonte, alguns frades também tiveram problemas com suas publicações religiosas, geralmente distribuídas durante as missas dominicais. Frei Cláudio demonstra que nenhum deles assumia autoria individual para que ninguém fosse usado como bode expiatório:

> [...] eles queriam saber quem fazia esses folhetos. Eu falava "não tem ninguém não, é uma equipe de padres da igreja, a gente faz em conjunto. " [...]. Recebia conselho deles, para não falar de liberdade, justiça "estamos numa situação de exceção, o senhor tem que compreender. " E eu falava para eles: "bem, vocês podem me pegar como quiser, mas deixar de falar de liberdade e justiça, nós não vamos não. " Aí me mandavam... ""vocês fazem todo domingo isso? " Todo domingo. "Tem mais folheto? " Tem uai. [...] "Então você vai me trazer duas cópias do ano inteiro".[37]

Frei Cláudio, por diversas vezes, precisou dar declarações aos agentes públicos dos órgãos de repressão, em Belo Horizonte. Era comum que aqueles fizessem ameaças pelo fato de ser estrangeiro. Diziam com toda ênfase "[...] iam mandar todo mundo de volta. "[38] Um dos depoimentos ocorreu em 03/02/1972, quando ele foi denunciado por ter ajudado na distribuição das cartas redigidas pelos presos políticos em Linhares. "Nós ajudamos, mas esse movimento foi grande. [...] aí o rapaz (Edésio Passos) foi preso, ele falou que estas torturas, a descrição tinha sido batida numa máquina aqui na Igreja do Carmo e [...] multiplicada num xerox daqui também. "[39] No DOPS da Avenida Afonso Pena, frei Cláudio foi colocado frente a frente com o militante que o denunciou, e mesmo assim negou a acusação:

> Eu lembrava do episódio, sabia que nós tínhamos ajudado a divulgar. Mas que foi passado, eu tenho quase certeza que não foi. Bom, então eu neguei. [...] fiquei lá a manhã toda [...]. Não me maltrataram fisicamente, mas moralmente tentaram me pegar. [...] E eu não abri a boca. E foram de oito da manhã até o meio dia. [40]

As instituições católicas e seus membros progressistas foram ficando cada vez mais visados, repreendidos e violados, mas a postura da Igreja nesse momento era de proteção aos seus membros. Em 1978, ocorreram dois ataques à bomba contra instituições religiosas: o primeiro foi realizado em 11 de setembro no Colégio Santo Agostinho, enquanto ocorria uma noite de debates sobre os direitos humanos.[41] O segundo atentado ocorreu dois dias depois, teve como alvo a Igreja São Francisco de Chagas, onde acontecia uma vigília. Já em maio de 1980, houve um outro atentado. Dessa vez, a Igreja São José foi pichada e depredada com frases ofensivas. Em 1982, o Padre Antônio Haddad, pároco da

Igreja da Boa Viagem, foi sequestrado, levado para um motel, despido e fotografado juntamente com uma mulher. Esse sequestro foi apontado pelo padre Henrique Moura de Faria como uma tentativa de "desmoralizá-lo, para que a Igreja fosse atacada [...]. Os militares faziam isso com muita gente, mas graças a Deus foi provado que tudo era mentira. "[42]

Além de proteger seus religiosos, a Igreja Católica teve um cuidado importante de se preocupar com aqueles que sofriam diante das arbitrariedades cometidas pelos militares. Não raro, foram as missas e vigílias realizadas nas igrejas de Minas Gerais com o intuito de denunciar prisões ilegais.

Os religiosos também se prontificavam a ir em delegacias, a fim de garantir que os presos não fossem torturados e pudessem ser libertados da maneira mais digna. Todas essas violações de direitos tencionaram, cada vez mais, as relações entre a Igreja Católica e o Estado ditatorial, criando um distanciamento cada vez maior entre eles.

Durante o governo militar, as igrejas protestantes tradicionais assumiram um posicionamento diferente da Igreja Católica. Ou seja, de maior alinhamento com a proposta do regime militar por acreditarem na existência de um "inimigo interno", que seria o avanço comunista do Brasil, e que isso representaria uma ameaça real à sociedade brasileira. Por isso, deveria ser combatido de todas as maneiras. Como exemplo, a Igreja Presbiteriana possuía grande prestígio entre a classe média e os militares, o que levou à contribuição dos seus membros com o regime, tanto que

> [...] três presbiterianos da ilustre família Gueiros vêm tendo participação ativa no delineamento dos destinos do país desde a deposição do Presidente Goulart. Eraldo Gueiros Leite, no momento em que escrevemos, é Procurador Geral da Justiça Militar da Presidência da República, Evandro é Procurador da Justiça Cível, e Nehemias Gueiros entrou para a História como redator do Ato Institucional nº 2. Vale mencionar o nome de Jeremias Fontes, outro filho do protestantismo (presbiteriano) designado por Castelo Branco e eleito em pleito indireto para governador do Estado do Rio. [...]. [43]

É significativo apontar algumas diferenças entre a Igreja Católica e as Igrejas Protestantes tradicionais: Metodista, Luterana, Batista e Presbiteriana, para poder compreender melhor os posicionamentos dessas igrejas cristãs. Enquanto o catolicismo chega ao Brasil, juntamente com a fundação do País, promovendo a catequização da população e certa hegemonia religiosa, as doutrinas protestantes,

sob a influência da cultura norte americana, chegaram ao Brasil na segunda metade do século XIX. A difusão do protestantismo foi possibilitada com o surgimento dos primeiros centros de educação para formação protestante. Em Minas Gerais, podemos destacar o Instituto Metodista Granbery (1898), o Instituto Metodista Izabela Hendrix (1904), o Colégio Batista (1918) e a Sociedade Presbiteriana de Educação e Pesquisa, antigo Colégio Caratinga (1942).

Nesse Capítulo, nossa análise busca compreender as igrejas protestantes tradicionais, como a Presbiteriana e Metodista, diante da ruptura do Estado Democrático. Essas duas vertentes têm forte característica do *pietismo:* uma doutrina que durante o século XX teve caráter fundamentalista, de cunho anticientífico, antidarwinista e anticomunista, repelindo a intelectualidade como um pecado que, por muitas das vezes, afastava o cristão da vida santificada. O Instituto Metodista Granbery, localizado em Juiz de Fora, por exemplo, aproximou-se bastante da ideologia Integralista durante a década de 1930, já demonstrando uma inclinação do protestantismo ao discurso ufanista e anticomunista. A visita do reverendo norte americano Carl McIntire, em 1951, marca o início de uma grande aproximação com a alta hierarquia da Igreja Presbiteriana. McIntire era uma figura que já havia denunciado muitos protestantes nos Estados Unidos, acusando-os de comunistas e rechaçando aqueles professores que ensinavam o darwinismo nas escolas. Após o golpe militar de 1964, a prática de delação dos próprios membros da congregação foi constante no meio presbiteriano,

> Aliando-se aos militares, as igrejas protestantes passariam a participar do seu poder, ao mesmo tempo em que seria possível eliminar, pelo braço armado do Estado, os hereges que estavam tentando quebrar a gaiola. A Igreja, então, se adiantou ao Estado. Ela tomou a iniciativa de entregar os seus hereges, sob a acusação de subversão e comunismo.[44]

Os presbiterianos conservadores, antes mesmo de 1964, já tentavam tolher os jovens progressistas, censurado jornais e aplicando disciplinas severas nos colégios e seminários. Já a Igreja Metodista era considerada levemente mais engajada com órgãos que atuavam próximos a movimentos de esquerda, como a Junta Geral de Ação Social (JUGAS). Ofereciam atividades que visavam combater os vícios, programas de melhorias na alimentação e também de alfabetização. Atividades que no contexto pós-golpe muitas vezes foram consideradas como suspeitas e "coisas de comunistas".

As igrejas protestantes começaram um movimento de aproximação em 1948, quando foi instalado o Conselho Mundial de Igrejas (CMI), e os temas deste

Conselho vão caminhando lentamente para as questões sociais. A partir da década de 1960, o Movimento Ecumênico Internacional (MEI) começa a discutir questões relativas ao terceiro mundo. Paralelamente, é fundado a Confederação Evangélica do Brasil (CEB), aproximando os movimentos jovens das igrejas protestantes em prol de ações sociais e projetos educativos. Já com o golpe, ainda em 1964, a Confederação Evangélica do Brasil foi invadida, tendo seus arquivos apreendidos, iniciando uma série de perseguições do aparelho governamental contra personalidades, pastores e membros. Mesmo nessas condições, o movimento ecumênico se fortaleceu, passando a denunciar as violações e torturas do governo militar. Em Belo Horizonte foi criado o grupo de padres e pastores pelos direitos humanos, bastante perseguido pela ditadura.[45]

Em Minas Gerais, encontramos o caso de Lemuel Cunha do Nascimento, reverendo da Segunda Igreja Presbiteriana de Belo Horizonte, bastante perseguido pela ala conservadora da Igreja. No ano de 1967, Lemuel é reeleito líder da congregação, entretanto as instâncias superiores da Igreja Presbiteriana anularam as eleições pois, segundo o reverendo Boanerges Ribeiro, Lemuel era um "papagaio teologante", de "esquerda" e "ecumentista" – expressão utilizada pejorativamente para se referirem aos membros considerados de esquerda, uma mistura de ecumênico com comunista.[46] O pastor da Segunda Igreja já era uma figura investigada pelo DOPS mineiro desde 1964, por uma declaração dada ao jornal católico Brasil Urgente e também por suas publicações no Jornal Presbiteriano. Foi encontrada nos arquivos do DOPS uma pasta com o seu nome, contendo recortes dos jornais e uma carta escrita pelo próprio reverendo.

A declaração ao Brasil Urgente, abordava a necessidade de os cristãos buscarem justiça social, a humanização dos indivíduos, alegando também que Karl Marx não estava de todo errado em suas convicções ao afirmar que a religião era o ópio do povo. Já o Jornal Presbiteriano, denominado *O Arauto*, era uma publicação da própria Segunda Igreja Presbiteriana de Belo Horizonte, por abordar temas como a justiça divina. Em sua carta, além de se afirmar anticomunista, Lemuel alegava desconhecer para qual jornal sua entrevista seria publicada. Mesmo escrevendo uma carta ao DOPS, os setores conservadores presbiterianos o consideravam um elemento perigoso.[47]

Em 1967, a congregação da Segunda Igreja Presbiteriana, mesmo com a anulação das eleições, decide passar por cima da alta hierarquia, efetivando o reverendo Lemuel em seu cargo. De forma arbitrária e ilegal, o alto escalão presbiteriano decide dissolver a Segunda Igreja, fechando com grossas correntes o templo situado na Rua dos Guajajaras. Em ato de desobediência, os fiéis

reabrem o templo para prestarem culto. Esses membros foram denunciados como "arrombadores de templo" e o reverendo Lemuel, destituído de vez do seu cargo, viu-se obrigado a se exilar nos Estados Unidos.[48]

A política de delação dentro das igrejas para os agentes repressivos foi bastante presente, atingindo também os pastores G. Wenzel e Rubem Alves, das Igrejas Presbiterianas de Governador Valadares e Lavras, respectivamente. Rubem Alves é informado, por amigo, de uma carta enviada às forças repressivas, que denunciavam seis pastores da igreja, entre eles o já aqui citado Lemuel Cunha Nascimento. O pastor Rubem Alves, assim como Lemuel, vê no exílio uma solução, iniciando um doutorado nos Estados Unidos. Sua tese "Por uma Teologia da Libertação" - no original *Towards a Theology of Liberation* - é considerada como uma das precursoras do movimento que ficou conhecido depois como a Teologia da Libertação, consagrada na década de 1970 pelas obras de Gustavo Gutiérrez e Leonardo Boff.[49]

É importante salientar que as ações políticas realizadas por membros das igrejas protestantes eram feitas isoladamente por indivíduos, não havendo dentro delas, órgãos ou movimentos próprios na organização e execução de atos de oposição ao regime militar. No meio estudantil, importantes nomes da militância pertenciam às igrejas protestantes, entre eles: Juarez Guimarães Brito, Renato Godinho Navarro, Apolo Heringer Lisboa, Ivan Mota Dias, Daniel José de Carvalho, Devanir José de Carvalho e Joel José de Carvalho.

A liderança da Igreja Metodista Central de Belo Horizonte passou a ver no grupo de jovens um foco subversivo, pois alguns de seus membros eram conhecidos como líderes de movimentos de esquerda, sendo um deles, Renato Godinho Navarro, da AP. Godinho trabalhava como operário na região industrial de Contagem, onde auxiliou na organização de duas importantes greves em 1968. Durante uma das assembleias de metalúrgicos dentro de uma igreja na Paróquia Nossa Senhora do Sagrado Coração, no Bairro Inconfidência, Renato Godinho foi preso e levado para o DOPS de Belo Horizonte. Após sua libertação, passa a viver na clandestinidade, até ser preso novamente em Santo Amaro da Purificação, quando sofreu diversas torturas, ficando três meses, sem estar fichado, em prisão ilegal. Em 1972, foi julgado e condenado somente a três anos e seis meses de prisão.[50]

No grupo de jovens da Igreja Metodista Central de Belo Horizonte, à qual Renato Godinho pertencia, foram expulsos, ainda em 1968, dois professores da Escola Dominical, o casal Libério Correia Filho e Raquel Correia Ferreira. Considerada a

principal Igreja Metodista da capital mineira, o grupo de jovens liderado pelo casal realizava trabalhos missionários em favelas e reunia, aproximadamente, 200 participantes. Libério e Raquel foram demitidos sob acusação de "comunismo". Em protesto, o prédio de educação cristã da Comunidade amanheceu pichado, com expressões como "Fora Goodwin" e *"Go Home"*. Essas pichações se referiam ao principal pastor da igreja, tornando-se motivo de investigações internas, nas quais seus próprios membros da igreja interrogaram e espionaram os jovens da congregação em busca de atividades consideradas suspeitas. Como nada foi descoberto, as lideranças da Igreja encaminharam suas denúncias ao DOPS.[51]

Apolo Heringer Lisboa, líder jovem da Igreja Presbiteriana, foi preso pela primeira vez em maio de 1964, ano em que estava na presidência do Diretório Acadêmico Alfredo Balena. Sua segunda prisão ocorreu em 1966, quando coordenou uma manifestação da UNE contra a posse do general Costa e Silva. Após as prisões, tornou-se integrante da Polop, da qual foi diretor estadual. Com a divisão desta organização, Apolo auxilia na criação do Colina. Forma-se em 1968 e entra para a clandestinidade, fugindo do País em 1973, quando se exila no Chile.[52]

Protestantes mineiros também foram perseguidos e mortos fora do estado. Juarez Guimarães estudou no Colégio Batista, mas era membro da Igreja Presbiteriana, em Belo Horizonte. Ele integrou a juventude do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), atuando em sindicatos e participando de diversas mobilizações como a Greve dos Mineiros em Nova Lima, contra a empresa *Hanna Corporation* e dos trabalhadores da Liga Camponesa em Três Marias. Suas atividades políticas fizeram com que ele fosse preso ainda em 1964, em Recife, onde trabalhava na Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Juarez foi líder do Colina e posteriormente da VAR – Palmares e atuou em várias operações armadas em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro. A maior ação armada comandada por ele foi o assalto ao cofre da amante do ex-governador paulista, Adhemar de Barros, angariando 2,8 milhões de dólares, que deveriam ser utilizados na guerrilha urbana. Vítima de uma emboscada no Rio de Janeiro em 18/04/1970, Juarez Guimarães, para não ser preso, recorreu ao suicídio, atirando no próprio ouvindo, quando já estava ferido à bala e cercado pelos agentes da repressão.[53]

Zwinglio Mota Dias, pastor da Igreja Presbiteriana no Rio de Janeiro, também foi considerado subversivo por participar do movimento ecumênico. Zwinglio foi preso no DOI-CODI da cidade do Rio de Janeiro em 1º/07/1970, quando sofreu tortura psicológica para denunciar o seu irmão Ivan Mota Dias, integrante do movimento estudantil e também membro da Igreja Presbiteriana. Zwinglio exilou-se no Uruguai, mas Ivan Mota Dias não teve a mesma sorte, sendo hoje

um dos vários desaparecidos políticos. Ivan teve a sua primeira prisão durante o Congresso de Ibiúna e posteriormente foi acusado de manter ligações com organizações revolucionárias dentro e fora do País. Condenado a oito anos de prisão por ser integrante do PCB, passou a viver na clandestinidade. Foi preso novamente em 15/05/1971, desta vez no Rio de Janeiro, por agentes do Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA), e foi dado como desaparecido. Segundo o depoimento de Inês Ettiene Romeu, sobrevivente da "Casa da Morte", em Petrópolis, Ivan foi um dos militantes assassinados nesse local de tortura.[54]

Os irmãos Daniel, Joel e Devanir José de Carvalho pertenciam a uma família metodista da região de Muriaé, que havia emigrado para São Paulo durante a década de 1950. No ABC paulista, os três tornaram-se operários e atuaram ativamente como militantes do PCdoB. Pertenciam ao grupo dissidente do Partido, que deu origem à Ala Vermelha. Devair José, em 1969, liderou outra dissidência do Partido: o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT). Nos documentos encontrados, constata-se a sua certidão de óbito e laudo do IML/SP, informando a data de sua morte no dia 05/04/1971, após ser Devanir atingido por uma rajada de metralhadora. Entretanto, segundo depoimento de Ivan Seixas, Devanir foi preso e levado ao DOPS/SP, onde foi torturado até a morte por Sérgio Fleury. Já Daniel e Joel foram presos e processados por militarem na Ala Vermelha, em 1969, sendo banidos do País em janeiro de 1971, com a troca de prisioneiros pelo embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, sequestrado em dezembro de 1970. Vivendo no exílio na Argentina, tentaram retornar clandestinamente ao Brasil, mas caíram na armadilha do ex-companheiro Alberi Vieira dos Santos, que passou a atuar para a repressão, assim como tantos outros denominados de "cachorros". A princípio, os nomes de Daniel e Joel constavam na lista de desaparecidos, mas segundo registros, ambos os irmãos foram executados na fronteira do Brasil.[55]

Ao contrário da Igreja Católica, nota-se que as igrejas protestantes não possuíam uma estrutura para abarcar a juventude. Isso significou um maior protagonismo católico junto às forças reprimidas pelos militares. As ações dos militantes protestantes eram de cunho individual e desvinculadas da instituição confessional, o que os deixavam mais vulneráveis, transformando-os em alvos de denúncias que partiam do próprio interior das igrejas. Já os católicos, mesmo mais visados, utilizavam da união das ordens e dos setores progressistas para criar uma rede de proteção aos seus membros. Não podemos nos esquecer também da força do movimento ecumênico, em que padres e pastores utilizavam do seu papel de destaque na sociedade para denunciar torturas e

desaparecimentos. Um exemplo dessa união é o "Projeto Brasil Nunca Mais", idealizado pelo bispo Dom Paulo Evaristo Arns, o rabino Henry Sobel e o pastor presbiteriano Jaime Wright.

Em suma, no desenrolar dos acontecimentos do período ditatorial, alguns grupos cristãos brasileiros, tanto católicos quanto protestantes, acabaram por assumir um posicionamento de resistência frente às violações sofridas pelos opositores do regime, que lutavam pela redemocratização do País. A atuação destas instituições cristãs, em relação ao contexto nacional, apresenta diferenciações. Um dos motivos está associado à estrutura organizacional da Igreja Católica, que permitia aos leigos maior inserção na realidade social e uma atuação política mais alinhada ao pensamento progressista cristão que vigorava desde o advento do Concílio Vaticano II. Os protestantes, por outro lado, estavam marcados por uma estrutura mais conservadora - o que acabou minorando a participação dos seus membros e reprimindo aqueles que insurgiram contra a ditadura.

7.4 O caso dos padres franceses

As 6h05 da manhã do dia 02/12/1968, o padre francês da Ordem dos Assuncionistas, Michel Marie Le Ven, foi preso e encaminhado à 4ª Companhia de Comunicações do Exército, na Pampulha, sob a acusação de práticas subversivas junto aos membros da Igreja de Bom Jesus, no Bairro Horto – uma região operária – em Belo Horizonte. Sem apresentar mandado ou algo do tipo, os militares invadiram a casa paroquial e já foram logo batendo na porta do quarto do padre Michel, pois sabiam exatamente para onde se dirigir. Eles levaram uma mala, três caixotes de papelão e vários livros. Ao verem que a maioria dos seus livros era em francês, comentaram: "Eu não entendo essa língua mais por via das dúvidas vou levar esses livros também"[56]. Sua prisão foi seguida pela de seus companheiros de sacerdócio e congregação, os padres François Xavier Berthou, Hervé Croguennec, bem como do diácono brasileiro José Geraldo da Cruz, realizada às 18 horas do mesmo dia.

A execução destas prisões causou grande debate no meio religioso, midiático e político, bem como entre os membros da paróquia que, em protesto, ornamentaram a igreja com panos roxos e vestiram-se de preto, dada a dor que aquelas prisões lhes geravam. As missas, casamentos, catecismo e reuniões com as famílias no salão paroquial ficaram suspensas e, como declarou um morador: "não queremos que outros padres venham substituir aqueles nossos queridos amigos. "[57]

Em um documento datado de 30/11/1968, o tenente-coronel Newton Dias da Motta relata que, ao se apurar atividades subversivas no meio estudantil, surgiram os nomes dos três padres franceses e do diácono brasileiro. Solicitando outras informações ao comando policial, recebeu como resposta dados detalhados sobre atividades subversivas, "que os mesmos vinham desenvolvendo junto a estudantes e ao operário metalúrgico. "[58] E, ao serem informados de que Le Ven viajaria para a França, os militares solicitaram a execução de um mandado de busca e apreensão na residência dos religiosos:

> Intimei-os a prestar declarações sobre a vasta documentação de cunho subversivo, que foi apreendida em poder dos mesmos, e, diante das respostas dos interrogatórios à face daquela documentação, solicitei a prisão preventiva dos citados elementos no dia 29 de novembro de 1968', informa o documento.[59]

Contra os religiosos instalou-se uma verdadeira perseguição, por meio dos métodos mais abjetos que a repressão militar gerou: torturas físicas e psicológicas, apelo midiático, incriminações descabidas e confissões forjadas. A condição de padres, de mensageiros da palavra de Deus e de membros de uma instituição religiosa amplamente reconhecida não foi o suficiente para que eles não caíssem nas agruras da ditadura militar.

Os clérigos foram detidos ilegalmente e o exército brasileiro foi enfático em afirmar que eles "foram presos por abandonarem a pregação do Evangelho para se dedicarem à pregação política e ideológica e à organização da subversão e dos movimentos de guerrilha armada para a derrubada do regime".[60] Entretanto, tais alegações não possuíam quaisquer lastros com a realidade dos padres e menos ainda com o contexto de expansão teológica experimentado na América Latina após o Concílio Vaticano II e a Carta de Medellín, que colocou o povo oprimido e a luta por justiça social no centro da ação evangélica e pastoral da Igreja Católica.

Contudo, as acusações infundadas foram o suficiente para mantê-los presos e submetidos a toda sorte de violência física e psicológica, como nos relata o próprio Michel Le Vem, em entrevista concedida à Comissão da Verdade em Minas Gerais (Covemg), na qual nos esclarece que eles eram deixados por mais de dez horas sem comer, submetidos a mais de 200 (duzentas) horas de interrogatório, constantemente ameaçados e agredidos:

> Voltando ao interrogatório, continuava se baseando em tudo que o cara que ia lá em casa tinha anotado. Eu conseguia

> acompanhar sua linha de raciocínio. Chegou uma hora que eu já tinha acostumado com aquela situação que disse para ele: mas o senhor é o quê? Ele me respondeu que era professor e eu disse, mas é possível? Então ele passou por trás de mim e me deu um soco no ouvido. Nessa hora me levantei e disse: cuidado, sou francês, eu exijo a presença do cônsul que conheço pessoalmente (...). Ele ficou furioso, mas parou de bater.
>
> (...)
>
> Entrevistadora: Esse tempo todo, Michel, você não foi torturado? Michel: Não fisicamente, mas psicologicamente. Mas os outros colegas foram torturados. Pauladas, pau de arara. Nossa! Era cada noite uma loucura. (...) tortura de todo tipo para obter informação, era isso. Então não foi à toa que me deixaram doze horas sem comer, mas eu sabia das coisas. Às dez horas da noite me empurraram para a sala de interrogatórios. Quem estava lá era um homem à paisana, aparentemente bem alegre, que me disse 'sabemos que o senhor é uma pessoa culta etc. e tal, vamos ver o que vai vir' e começou a elencar todos os crimes que eu tinha cometido e foi falando, falando.[61] [grifos nossos]

Nas primeiras horas da prisão, reforçando a tese de que havia por parte dos religiosos diversas práticas de subversão, o coronel Newton Mota informou ao advogado de defesa à época, Doutor Gamaliel Herval, que o padre Michel Le Ven estava bastante implicado em atividades subversivas e que permaneceria incomunicável na 4ª Companhia de Comunicações do Exército, na Pampulha, juntamente com os companheiros de vocação, também presos.

O padre Le Ven chegou ao Brasil em 1965, assumindo a paróquia do Horto em 1966. Na França, Le Ven já militava em movimentos sociais e, no Brasil, fez parte de um grupo de padres e freiras que denunciava as constantes prisões de estudantes brasileiros após o golpe de 1964. Ele fazia parte da Congregação dos Agustinianos da Assunção, fundada em 1950, em Nimes, pelo padre Emanuel d'Alzon. A preocupação maior dos assuncionistas era com a educação dos pobres e, assim, o seminário de Eugenópolis – cidade mineira da Zona da Mata – foi a concretização no Brasil dos desejos do fundador da Congregação a favor da juventude pobre. De tal modo, o que caracteriza os membros desta Congregação é mais o espírito de diálogo e o serviço aos pobres do que obras específicas, espírito que o Concílio do Vaticano II salientou e que os bispos da América Latina, em Medellín, reafirmaram.

Portanto, desde cedo a obra missionária começou pela ação dos padres no Instituto Central de Filosofia e Teologia e pelo engajamento pastoral em um bairro pobre da cidade. O trabalho pastoral, sobretudo, na linha ecumênica adotada, colocava forçosamente os padres em contato com todos os tipos de pessoas e grupos. Para poder ajudar aos mais pobres, os religiosos precisavam acompanhar suas vidas e falar por meio de uma linguagem que lhes fosse comum e acessível.

Assim, em 1968, quando recrudescia a repressão militar, "o caso dos padres franceses", como ficou conhecido o episódio da prisão de padre Michel Le Ven e a de seus companheiros de ordem, ganhou grande notoriedade e repercussão nacional e internacional. Para o frei Eliseu de Resende, prior dos Dominicanos, a alegação do regime ditatorial de que a prisão dos sacerdotes era necessária devido ao fato de se ter apreendido "farta literatura subversiva" na paróquia do Horto é insustentável e, de maneira muito lúcida, chama a atenção para o fato de que:

> Seria interessante ter uma lista completa da biblioteca dos padres; em qualquer biblioteca que se preze hoje não pode faltar uma documentação séria sobre todos os movimentos atuantes. Se o fato de se encontrar livros marxistas numa biblioteca for motivo de acusação então todos os conventos, seminários, colégios e o próprio Vaticano poderiam cair sob a incriminação de subversão Padres que trabalham com os movimentos estudantil e operário, se quiserem ter qualquer eficácia no seu trabalho pastoral, precisam estar ao corrente [conforme original] dos movimentos de ideias que ocorrem nesses meios. Duvido que os padres do Horto tenham qualquer militância em organizações políticas; o que acho normal é que no exercício de seu pastoreio procurassem estar bem documentados, de modo que pode haver um terrível equívoco na instalação desse inquérito contra eles.[62] [grifos nossos]

Dentre o material dos padres que foram confiscados, os agentes da ditadura afirmam que havia: 1) um documento denominado "A estratégia da organização patrocinadora", que prega a constituição do Partido Operário Brasileiro, com elementos advindos da ala chinesa do Partido Comunista Brasileiro, da linha cubana do mesmo Partido e de elementos da Ação Popular; 2) um caderno de 200 folhas, escritas à mão, com o título "Anotações de sugestões para o movimento de libertação nacional", que contém uma série de teses comunistas e revolucionárias, inclusive tratando diretamente da tomada do poder pela técnica da guerrilha; 3) três revistas ilustradas sobre a China Comunista; 4) uma revista sobre canções revolucionárias chinesas e 5) o livro de Mao Tse-tung "*La Revolución y el Partido de la China*".

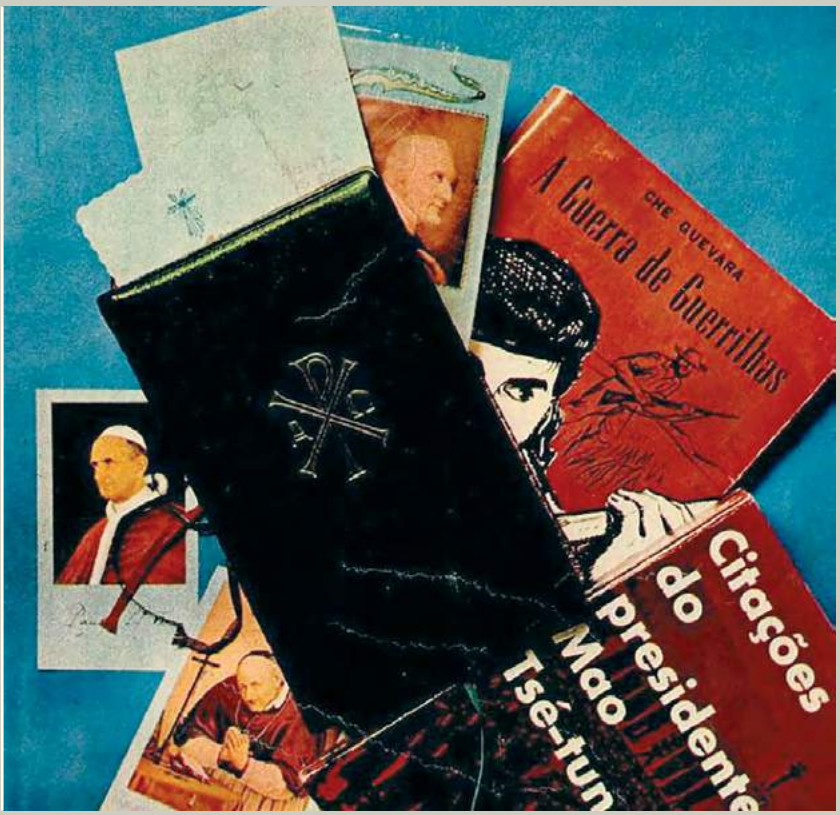


Figura 3: Livros apreendidos. Foto de parte dos livros apreendida. Fonte: VEJA, 1968, p. 14

A invasão da casa paroquial e a prisão dos religiosos movimentou todo o clero brasileiro. O padre Bernard Andrieux, superior dos clérigos presos, veio do Rio de Janeiro para Belo Horizonte logo que soube da prisão. O arcebispo de Belo Horizonte à época, Dom João Resende Costa, ao saber que os eclesiásticos haviam confessado os crimes em seus depoimentos, afirmou:

> Irmãos, com a minha autoridade de pastor da arquidiocese de Belo Horizonte e com a anuência de nosso clero devo denunciar o que sei por ciência direta pessoal e segura: os depoimentos dos sacerdotes e do diácono preso não são aceitos como expressão da verdade porque foram usados espancamentos e torturas. Para honra de nosso exército, denunciamos estes horrores, para que as autoridades militares não permitam que elementos de sua corporação pratiquem tais atos.[63]

O episódio provocou uma reação em cadeia que se transformou em uma séria crise entre o governo militar e a Igreja. O bispo auxiliar da Arquidiocese de Belo Horizonte naquele momento, Dom Serafim Fernandes de Araújo, também saiu em defesa dos padres franceses acusados de "cabeludas atividades políticas em Minas Gerais" e disse que "a Igreja vive nestes dias momentos que chama-

ríamos de perseguição"[64] e produziu um sermão que, por sua ordem, foi lido em todas as igrejas de Minas Gerais. Trechos do Sermão enfatizava:

> Sabemos que a nossa atitude diante dos fatos será julgada diversamente, conforme as opiniões. Uns vão dizer que merecemos mesmo ser presos, outros vão ficar com dó dos padres; uns vão achar que somos autênticos, outros dirão que não é esta a Igreja de Cristo; uns irão xingar as autoridades, outros vão usar do nosso testemunho para sua política ou a sua ideologia; para uns esta é a Igreja que sonhavam; para outros nós a estamos traindo. Para nós basta-nos que o Deus verdadeiro nos julgue.[65]

De um lado, o arcebispo Dom João Rezende Costa e o bispo auxiliar Dom Serafim Fernandes de Araújo receberam inúmeros telegramas e cartas de apoio e solidariedade por seus pronunciamentos e atuação no caso dos clérigos presos: arcebispos, bispos e padres de diversas regiões do estado e do País, como também superioras de ordens religiosas e representantes da sociedade civil, como a Sociedade São Vicente de Paula, e intelectuais, como Alceu Amoroso de Lima. Mas por outro lado o sermão de Dom Serafim gerou acirrada polêmica, tanto dentro quanto fora da Igreja, pois, para os militares e setores civis conservadores, o comportamento dos chamados padres progressistas ficou caracterizado como uma traição à Igreja e uma ameaça contra a segurança nacional.

Para os agentes militares, "os padres engajaram-se realmente numa luta revolucionária. "[66] Já para uma grande parte do clero, as acusações são maliciosas: "a Igreja está à procura de um caminho de autenticidade, baseada unicamente nos ensinamentos do Evangelho"[67]. Entre as duas posições – junto com os boatos da expulsão dos padres franceses e a iminente prisão de mais 15 padres – abre-se entre a Igreja e o governo militar, um sério ponto de atrito, admitido inclusive pelo arcebispo Dom João Resende Costa: "sabemos que está sendo um pouco difícil pregar o Evangelho neste nosso regime atual. "[68]

Em defesa da truculência do regime militar, o general Syzeno Sarmento, comandante do I Exército, no Rio de Janeiro, para onde foram levados alguns dos documentos e livros confiscados, declara que a prisão dos padres não tem nada a ver com a pregação do Evangelho e não envolve desrespeito à Igreja. Para sustentar esse posicionamento, o general afirma que no IPM dos sacerdotes realizado em BH constam depoimentos nos quais eles supostamente teriam confessado que "procuravam fazer com que o operário se rebelasse contra o patrão e o governo"[69] e que "vários planos de agitação estavam prontos para ser colocados em execução, visando à derrubada do Presidente; vários grupos de guerrilha estavam prontos para entrar em ação; no Recife já possuíam cerca de 40 mil homens prontos para agir de surpresa."[70]

Em audiência pública realizada pela Comissão da Verdade em Minas Gerais na cidade de Belo Horizonte, o jornalista Carlos Lindenberg relatou em detalhes como foi fazer a cobertura do caso da prisão dos padres. Em sua descrição do fato ele nos esclarece:

> Outra matéria que eu envolvi foi com relação à prisão de alguns padres franceses aqui em Belo Horizonte, na verdade foram três padres fran.... Foram dois padres franceses, um belga e um diácono brasileiro. Eles foram presos por agentes do Exército e desapareceram. Ninguém sabia onde estavam, e eu fui escalado para fazer a cobertura dessa situação, que era do primeiro confronto da Igreja com o Estado naquela altura.[71]

Assumindo a reportagem, Lindenberg resolveu "procurar a 4ª Companhia de Publicações do Exército, que fica na Pampulha, num lugar bem escondido, depois do Colégio Militar"[72] e lá chegando, juntamente com motorista e fotógrafo, ele foi abordado por um soldado que o indagou sobre o que fora fazer ali e, ao dirigir-lhe a resposta, Lindenberg percebeu que se tratava de um amigo com o qual costumava jogar futebol em Montes Claros:

> "Uai, Lindenberg. O quê que você tá fazendo aqui?", falei: "oh, Roberto, (trecho incompreensível) atualmente é formado em Direito, advogado em Januária Então eu disse: eu vim atrás dos padres que foram presos, eu fiquei sabendo que eles estão na 4ª Companhia de Comunicações, lá no Colégio Militar. Ele me falou: "eles estão no 3ª andar do Colégio Militar.", "Vai lá.", "Mas eles vão me deixar entrar?", ele falou assim: "Vai andando." "Eles estão no 3° andar.". E assim (trecho incompreensível) a Kombi entrou, ninguém pediu documento, nem nada, entramos e subimos.[73]

Ao acessarem o local indicado, "no primeiro quarto à direita", ele encontrou os padres e o diácono tendo apenas o tempo de dizer:

> "Vocês são os presos, os padres com o diácono?", "Sim, somos nós.", perguntei se estavam bem fisicamente, disse: "Estamos.", não houve nem tempo, porque o fotógrafo que estava comigo (trecho incompreensível) me empurrou de lado "Esses são meus." [...] "Esses são meus." E me empurrou e começou a fotografar com uma máquina (trecho incompreensível), fotografando os padres e fez uma meia dúzia de fotos, quando nós ouvimos passos subindo as escadas, aí eu fechei a porta e ele rapidamente, como bom profissional que era, saudoso Clodovil, já falecido há muitos anos, ele tirou o filme da máquina e falou "Guarda no seu bolso." Coloquei o meu bolso. Naquela época nós trabalhávamos de terno e gravata, coloquei no bolso e ele colocou um filme novo na máquina rapidamente en-

quanto subíamos uns três degraus de escada, uns três lances de escada, trocou o filme e aí o Coronel chegou, estava com a porta fechada já, (trecho incompreensível) saber o que estava acontecendo e o Coronel Facó: "O que cê tá fazendo aqui, que absurdo, invasão do colégio, não sei o que...", jogou aquela bronca, aquele negócio e o soldado que estava com ele, um oficial, não me lembro, foi na máquina do fotógrafo e tomou a máquina, o fotógrafo esboçou uma reação: "Absurdo, não pode ser...", tomou a máquina, tal e abriu a máquina e pegou o filme, não tinha nada (trecho incompreensível) estava no meu bolso. Aí o Coronel (trecho incompreensível) disse a frase que eu mais gostei na minha vida: "Para fora." Eu morrendo de medo de ele me mandar para dentro: "Pra fora". Eu morrendo de medo de ele me mandar para dentro.[74]

A repercussão midiática e o sensacionalismo em torno do caso dos padres do Horto foram imensos:



Francêses revolucionários

O ESTADO DE S. PAULO

Para os padres que pregam o "nôvo Evangelho", Mao Tsé-tung, Guevara, Cristo e os santos podem conviver pacìficamente dentro das mesmas lições. Os padres franceses Michel, Xavier, Hervé e o brasileiro José, presos em Minas, pensam assim. Os militares respondem que êsse Evangelho já está se tornando perigoso.

Figura 4: Reportagem sobre "novo evangelho". Fonte: Revista Veja, 11/12/1968, p.14.



FOLHA DE S. PAULO

Exercito revela ligações de padres com ação guerrilheira

Figura 5: Chamada Jornalística sobre os padres franceses. Fonte: Folha de São Paulo, 06/12/1968, n. 3.



Correio da Manhã

EDMUNDO BITTENCOURT — PAULO BITTENCOURT

RIO DE JANEIRO, QUARTA-FEIRA, 4 DE DEZEMBRO DE 1968

EXÉRCITO BENEFICIA SERVIDORES

BISPOS DÃO APOIO A PADRES QUE ESTÃO PRESOS EM MINAS

Figura 6: Chamada Jornalística sobre os padres franceses. Fonte: Correio da Manhã, 04/12/1968.



Correio da Manhã

EDMUNDO BITTENCOURT — PAULO BITTENCOURT

RIO DE JANEIRO, QUINTA-FEIRA, 5 DE DEZEMBRO DE 1968

CNBB refuta acusações de subversão no clero

Figura 7: Chamada Jornalística sobre os padres franceses. Fonte: Correio da Manhã, 05/12/1968.



PAPA CONDENA TEOLOGIA LIBERAL

Padre Michel usava cartilha comunista

Núncio chama ao Rio Arcebispo D. Serafim

CNBB admite erros de padres e bispos

Càndida começa a movimentar-se

I EXERCITO MOSTRA A DOM JAIME PROVAS DA AÇÃO SUBVERSIVA DOS SACERDOTES FRANCESES EM MINAS

O GLOBO

Bandido perdeu para a mocinha

Figura 8: Chamada Jornalística sobre os padres franceses. Fonte: O Globo, 05/12/1968, p.1.

O editorial do maior jornal católico da América Latina, O Diário, produzido em Belo Horizonte, numa matéria intitulada "Perseguição à Igreja", faz uma severa denúncia de que "certos setores dominantes estão testando nossa capacidade de reagir prendendo padres e ameaçando prender bispos (...). Esta ameaça não é apenas contra a Igreja oficial é mais facilmente realizável contra o povo de Deus que não pode contar com o apoio de uma estrutura poderosa".[75] Os militares respondem, como podemos ver na declaração oficial do comandante da ID4, general Álvaro Cardoso, afirmando com rispidez que:

> Fala-se de Igreja perseguida. É este o tom da missa e da pregação ordenadas. No entanto, sabe-se que as autoridades não estão contra a Igreja, nem a perseguem. Estão sim espantadas diante de um espetáculo nunca visto na história, o de alguns padres que defendem a entrega de nosso país a um dos piores inimigos da Igreja. Proclama-se o Evangelho dos pacíficos, mas aprova-se e defende-se a atitude daqueles que preparam o derramamento de sangue pelas armas, daqueles que nas igrejas fazem a apologia de um Che Guevara como modelo digno dos cristãos. (...). Que significa tanta consternação pela prisão daqueles que pregam igualdade e tanta fidelidade aos ideais da subversão? As autoridades policiais estão arcando com o ônus de reprimir as atitudes de padres que deveriam ser controlados pelos seus superiores hierárquicos para se evitar o escândalo e

> a especulação do tipo da que vem sendo consagrada. Pretender acusar as autoridades de perseguidores da Igreja porque prenderam padres pilhados em atividades tipicamente subversivas do tipo comunista é consagrar como heróis aqueles que na Rússia, na China, em Cuba e outros países comunistas assassinaram sacerdotes e freiras, acabaram com a Igreja e suprimiram qualquer espécie de liberdade religiosa. É o paradoxo do século: os que agem em defesa da liberdade, inclusive a religiosa, são acusados de perseguidores e os que trabalham pela ideologia que consagra a escravidão são proclamados pregadores do Evangelho, da paz e da justiça.[76]

Em um editorial, completamente alinhado aos ditos dos militares, o Jornal O Globo, acusou os padres da elaboração de um caderno para conscientizar as massas. E diz que este caderno procurava jogar brasileiros contra brasileiros, partindo do pressuposto de que o povo consciente é capaz de fazer uma reviravolta no Brasil. Nas palavras do editorial, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) tomou uma atitude exemplar: repeliu os apelos à violência e admitiu a possibilidade de equívocos por parte de membros da Igreja, sejam padres ou bispos. O editorial informa que a CNBB está se queixando de não ter sido ainda formalmente informada pelas autoridades sobre a precisa natureza dos delitos praticados por padres estrangeiros e, ao final, sugere que a CNBB "peça a imediata expulsão do Brasil desses enamorados da luta fratricida".[77]

O Globo em seu texto de 5/12/1968 afirma que, entre a documentação apreendida pelas autoridades militares de Belo Horizonte em poder de Michel Le Ven, figuram cadernos manuscritos e ilustrados, intitulados "Progresso da Pessoa Humana" e afirma:

> À primeira vista os cadernos não contêm nada de grave, são conceitos e perguntas formulados em linguagem simples, de fácil compreensão, que no conjunto, entretanto, compõem uma cartilha completa de ensinamentos comunistas, forma mais prática utilizada pelo padre francês para atingir a "conscientização" da massa que futuramente seria levada à traição. Alguns exemplos de conceitos e perguntas expostos e formulados pelo Padre Michel: "Juntos criaremos um mundo novo – mundo a justiça, da paz, da fraternidade. Você é o sujeito da transformação do mundo. Os bens da terra são de todos. Somente alguns usam os bens da terra. Nós unidos, usaremos de todos os bens que a terra nos oferece. O que separa os homens é a riqueza contra a miséria, a liberdade contra a escravidão. O capitalismo é uma monstruosa pirâmide de desigualdade social. O povo consciente é capaz de fazer uma reviravolta no Brasil. A classe dirigente tem nas mãos o governo, o exército, a justiça, a polícia, para arrochar

> o povo. A sociedade socializada dá aos homens nobres ideais de humanismo, de fraternidade e de amizade entre os povos; os ideais de paz e felicidade sobre a terra.[78] [grifos do autor]

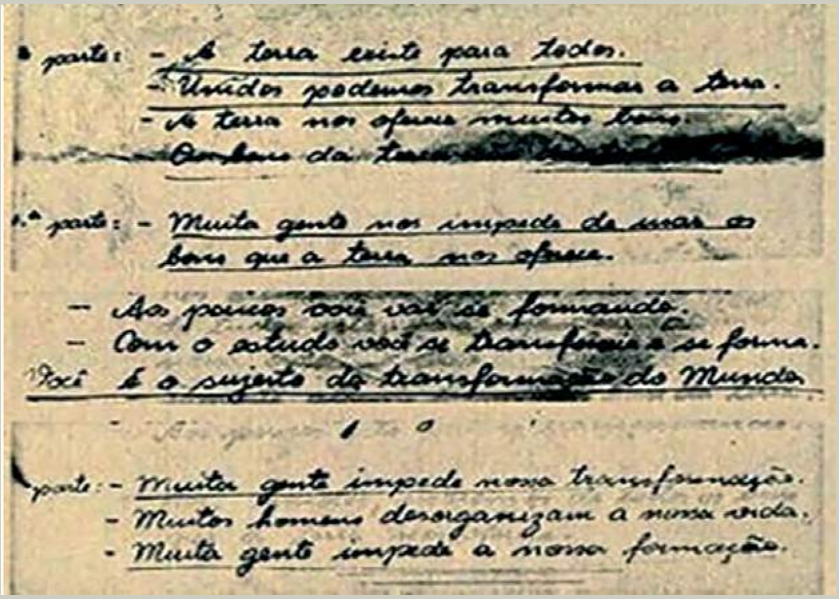


Figura 9: Trecho de manuscrito do padre Michel Le Ven considerado subversivo.[79]
Fonte: Revista Veja, 11/12/1968, p.16.

Diante de tais denúncias e da ofensiva dos militares contra os eclesiásticos, muitos clérigos, leigos e religiosos se reuniram para denunciar o abuso das medidas. Em uma dessas ocasiões, na presença de um representante do clero mineiro, os sacerdotes paulistas reunidos na capital decidiram adotar uma série de medidas a fim de proteger os religiosos estrangeiros que trabalham no Brasil e denunciaram um plano pré-estabelecido contra os padres que vêm de fora para ajudar na obra da catequese, particularmente contra os franceses.[80] No Rio de Janeiro os religiosos se reuniram para demonstrar que:

> a Igreja não pode nunca abandonar os direitos do homem, lutando por eles sempre (...) Voltamos a proclamar que a Igreja não renuncia e não renunciará a sua mensagem de justiça qualquer que seja a perseguição que tenha de enfrentar (...) Temos que repudiar a atitude de "orientação pastoral " que este ou aquele militar nos queira dar, quando só à hierarquia da Igreja cabe esta tarefa.[81]

Além da manifestação de solidariedade ao clero de Belo Horizonte, foi feito um agradecimento "pelo exemplo que nos dão os padres e o diácono presos, que exercem seu sacerdócio vivendo a mensagem de Cristo na realidade do povo"[82] A repercussão teve, como não poderia deixar de ser, alcance internacional e os

padres presos receberam um Núncio enviado pelo Papa Paulo VI, foram visitados pelo cônsul geral francês e pelo padre superior Provincial dos Assuncionistas, Bernad Andrieu, e na Nota Oficial emitida pela Organização se dizia que "a Congregação acha importante reafirmar a sua plena confiança nos seus religiosos e salientar que a atuação esteve sempre, até hoje, de acordo com a Congregação e, sobretudo, conforme o espírito do último Concílio: espírito de diálogo e serviço aos pobres" e acrescenta dizendo que o lema da Congregação é "*Adveniat Regnum tuum*" i.e. "Venha a nós o Teu Reino." Ou seja, o trabalho junto aos pobres é exatamente o que caracteriza os assuncionistas.

Ademais, como salienta o bispo auxiliar Dom Serafim, o objetivo da Igreja não é a derrubada de nenhum governo, mas simplesmente a conscientização do povo e, se o governo militar considera a Igreja subversiva, eles teriam então que:

> Enquadrar 40.781 (quarenta mil, setecentos e oitenta e uma) freiras, 12.181 (doze mil, cento e oitenta e um) padres, 3.769 (três mil, setecentos e sessenta e nove) irmãos leigos, além de fechar 2.013 (duas mil e treze) casas paroquiais, 3.854 (três mil, oitocentos e cinquenta e quatro) conventos de religiosas, bem como lacrar 4.764 (quatro mil, setecentos e sessenta e quatro) paróquias e mais de mil educandários católicos que se espalham por todo o território nacional."[83]

Nesse mesmo sentido, o bispo Dom João Rezende Costa faz um desabafo: "estamos vivendo um momento de grande angústia", e convoca todos os cristãos leigos para uma manifestação em frente ao Palácio do Bispo, a realizar-se no dia 4/12/1968. Momento de grande comoção e envolvimento local, a manifestação que reuniu mais de 300 pessoas entre religiosos e populares foi marcada por discursos, distribuição de uma nota de apoio dos bancários à igreja progressista e pelo esclarecimento dos fatos noticiados pelo Jornal O Globo.

As freiras do Colégio Assunção – que era a versão feminina da Congregação dos religiosos presos – foram o destaque entre as séries de manifestações de denúncia e solidariedade, tamanho empenho que as envolviam. Nas palavras de Le Ven "havia um movimento de 1.300 (mil e trezentas) freiras em frente ao palácio do bispo, gritando 'queremos os padres franceses'".[84]

Havia uma compreensão clara de que o ato do governo foi ilegal e realizado com abuso de poder, tanto assim que em determinado momento até mesmo membros da alta hierarquia, tanto da linha progressista como da linha conservadora, se aliaram e escreveram cartas em protesto à prisão dos religiosos. Este foi um dos raros momentos em que a Igreja, em seu conjunto, se posicionou e protestou abertamente na defesa dos direitos humanos.

Um dos padres presentes à manifestação a favor da libertação dos religiosos, referindo-se ao fato de O Globo ter veiculado um artigo trazendo uma confissão em que os padres eram acusados de preparar as guerrilhas no Brasil, denunciou a aliança entre o Jornal e a ditadura militar:

> O que este jornal fez foi com o apoio do governo. Senão como conseguiu informações ditas secretas? E a difamação que faz dos padres? No fundo é um julgamento para que o público considere os padres comunistas? E se é verdade onde estão as provas?[85]

Além das truculências já citadas, "havia algo de estranho no caso dos assuncionistas... Geralmente os réus costumam negar até o fim o crime. É realmente espantosa essa confissão assim tão rápida"[86], afirma Dom José de Castro Pinto, bispo auxiliar do Rio de Janeiro. E com a confissão forjada, os militares tentaram dar uma solução simples ao episódio dos clérigos assuncionistas: expulsar do País esses "padres estrangeiros metidos com pobreza e esquerdismo", numa negociata entre a cúpula de São Pedro e a lajota do Planalto.

Na Nota distribuída pela Organização Bancária Posição e Luta podemos perceber que o posicionamento da ditadura militar no caso dos padres do Horto não era, nem de longe, um caso isolado:

> Temos visto nos dias de hoje, uma Igreja que se integra com o povo em sua luta. Uma Igreja arejada que descobre sua verdadeira função. Unindo-se ao povo torna-se mais um inimigo da ditadura. A prova disso são os recentes acontecimentos que demonstram claramente a intenção da ditadura de calar mais esta força que luta contra ela. Vimos a expulsão do país de um padre de Osasco, as ameaças de prisão a Dom Helder e Dom Fragoso e agora a prisão dos padres do Horto.[87]

Tornando clara a verdadeira postura esperada de uma Igreja atuante, o representante da CNBB à época, Dom Ângelo Rossi, afirmou em uma Nota – lida e distribuída na manifestação:

> As acusações que dia a dia mais se avolumam contra a Igreja em nosso país pedem um esclarecimento autorizado por parte da CNBB. A Igreja e seus membros é tachada de subversiva. Se a Igreja, nos dias atuais, reivindica uma participação ativa na procura do desenvolvimento não está exorbitando de seu campo específico que é o religioso; esta procura é parte intrínseca de sua missão de serviço à humanidade (...). Nesta perspectiva, cumpre-nos esclarecer e o fazemos com insistência que a Igreja no Brasil, através de seus membros, busca com sinceridade de propósitos e motivação evangélica, o bem do nosso país, uma vez que o que se procura é o desenvolvimento integral do

> homem brasileiro (...). Houve e há erros de nossa parte. Ninguém é perfeito. Mas admito também que houve precipitação por parte das autoridades. O mal que se faz com referência ao caso, é um velho erro: o da generalização (...) estamos prontos a ajudar. Nosso papel é somar e multiplicar os valores, dando razões a quem mereça. É preciso, principalmente, que se pesem e meçam as responsabilidades. Nosso papel é ajudar a manter o patriotismo e a democracia.[88] [grifos nossos]

No mesmo sentido, em Nota intitulada "Uma palavra necessária", o arcebispo de Belo Horizonte, Dom João Resende Costa, declara:

Ao regressar de rápida viagem que fiz ao exterior, a serviço da arquidiocese, encontrei Belo Horizonte traumatizada pelo doloroso acontecimento da prisão de três sacerdotes e um diácono da Congregação dos Padres Assuncionistas, que desenvolvem sua atividade pastoral em benefício de nossa população, no Bairro do Horto. Tomei conhecimento das primeiras providências adotadas pelo bispo-auxiliar d. Serafim com os sacerdotes do Conselho Presbiterial, que consideraram o fato numa visão evangélica e sobrenatural, convidando para a oração e a reflexão, e analisando o acontecido não sob o impulso de qualquer tendência política ideológica, mas simplesmente perante a doutrina do evangelho e da Igreja, a respeito dos direitos do homem, filho de Deus, e perante o interesse que a Igreja consagra a todos quando sofrem os efeitos de injustas desigualdades sociais e econômicas. Qualquer que seja a ambiguidade com que alguns queiram ver revestida a ação da Igreja, ou qualquer que seja o proveito que grupos extremados pretendam tirar de nossa pregação, ela se orienta no sentido de levar todos os homens a tomar consciência de seus direitos e a respeitarem o direito dos outros. Na magistral homilia com que d. Serafim procurou situar o problema para os sacerdotes na pregação dominical, já previa êle as diversas reações que sua palavra ia ter, como de fato teve. E eu só poderia convidar a todos a refletirem, com sinceridade e humildade, a fim de poderem retificar posições porventura aparentemente tranquilas, mas fundamentalmente falsas em que se tivessem colocado. Cristianismo é sobretudo amor, justiça e respeito à dignidade humana, respeito à verdade. Qualquer arbitrariedade, ou difamação, ou alegação de fato que não forem livremente examinados e claramente comprovados, não ajudarão à causa de uma sociedade que quer ser democrática, vivendo num país cristão como vivemos. É preciso saber que há reflexos novos da verdade iluminando os caminhos dos homens. Ninguém mais consegue ocultar esses clarões. Há hoje uma visão nova das coisas, uma consciência mais aguda nos homens quanto a seus direitos e os direitos dos outros, um desejo vivo de progredir e realizar-se, uma certeza de que faz parte do próprio plano de Deus poderem os homens atingir seu integral desenvolvimento cultural, econômico. Desigualdades haverá sempre, mas não devem existir as que sejam frutos da injustiça. A paz é fruto da justiça. O novo nome da paz é "desenvolvimento". A Igreja sabe disso e prega isso. Sua pregação no Concílio, na *Populum Progressio*, ou nos magistrais documentos de Medellín, podem incomodar a pessoas ou grupos, mas será para o bem desses próprios grupos e pessoas. A verdade é as vezes dura, mas só ela nos libertará. Proclamá-la é uma tarefa árdua, mas a Igreja a assume para o bem da humanidade, com todos os riscos de não ser ouvida, de ser mal interpretada, ou de alguém se valerem dos sulcos que ela abre, para neles semear sementes que não são as legítimas. Quero guardar para o lamentável episódio destas prisões um desfecho que respeite a lei os direitos do homem e termino citando este tópico do documento de Medellín sobre a justiça: "Apesar de estarmos rodeados de imperfeições, somos homens de esperança. Cremos que o amor de Cristo e a nossos irmãos será não somente a força libertadora da injustiça e da opressão, mas também e principalmente a inspiradora da justiça social, entendida como concepção de vida e como impulso para o desenvolvimento integral de nosso povos.

Figura 10: Nota do arcebispo de Belo Horizonte, Dom João de Resende Costa sobre a prisão dos padres franceses. Fonte: O Globo, 05/12/1968, p.1.

Em 06/12/1968, ou seja, quatro dias após a prisão dos padres, a Folha da Tarde divulga parte do chamado "Dossiê dos Sacerdotes da Revolução" produzido pelo coronel Medeiros, no qual consta o depoimento dos religiosos, informando como certos e incontroversos os seguintes fatos:

- Que **Michel Le Ven** era membro efetivo da Ação Católica e assistente da Juventude Operária Católica (JOC); que participava de reuniões para discutir sobre técnica de agitação, confecção e distribuição de manifestos; que ele chefiava e orientava grupos de guerrilha nas regiões de Muriaé e Eugenópolis; que tinha participação no Congresso Nacional da JOC, em Recife; que participava de reuniões frequentes no Sindicato dos Metalúrgicos, tendo participado de uma concentração no auditório da Secretaria de Saúde, no chamado Dia do Protesto, em 27 de março e que em seu quarto foram achados livros chineses, russos, sobre Cuba, e de outras procedências referentes à guerrilha, à guerra subversiva e à luta armada.

- Que **François Xavier Berthou** era o responsável pela doutrinação de caráter socialista e que fazia os treinamentos de grupos guerrilheiros na cidade de Vespasiano e que em seu depoimento comprometeu Michel Le Ven porque disse ser ele o "chefe de tudo. "

- Que **José Geraldo da Cruz** participou de greves contra a elevação das anuidades escolares e dos movimentos de protesto contra a morte de Edson Luís, morto no Rio de Janeiro, e foi o responsável pela redação e distribuição de manifesto contra o governo, incitando os estudantes à luta sem tréguas, tendo também participado das sessões preliminares ao 30º Congresso da União Nacional do Estudante (UNE).

- Que **Hervé Croguennec** fazia parte de toda a agitação subversiva de estudantes e proletariados.

Ainda nas divulgações do Jornal Folha da Tarde de 06/12/1968, o coronel Medeiros esclarece que estas informações foram obtidas em parte da documentação apreendida em poder dos padres, pois a maior parte do que havia sido confiscado foi levada para o Ministério do Exército que iria decidir sobre a instauração de um IPM regional ou Nacional. Nas palavras do coronel:

> Tudo partiu de uma denúncia e por isso foi feita uma busca e chegou-se à conclusão que os padres e o seminarista seriam

> presos para averiguações. O material recolhido e as declarações dos padres vieram levantar a ponta do véu que fez vera atividade intensa de doutrinação que visa à conscientização e há até ligações internacionais.[89]

O coronel Medeiros faz ainda severas críticas à Ação Católica e diz que ela está sob influência e dominada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e pela Ação Popular (AP), movimento este que foi totalmente desvirtuado. E hoje o movimento da JOC visa apenas provar que o operário é reprimido e despertá-lo para a luta, culpando o capitalismo e o imperialismo americano sem mencionar o imperialismo russo e apontando o caminho do socialismo como a única solução. Salienta que, diante das provas encontradas, o Exército percebera que as investigações teriam de ser feitas num âmbito nacional e internacional, já que os padres informaram que recebiam orientação de alguns grupos estrangeiros.

Sobre a suposta participação de forças internacionais na ação dos padres, o Jornal O Paiz, de 06/12/1968, reforça que no relatório do Exército contra os religiosos presos apresentado pelo general Sizeno Sarmento é possível concluir junto com o militar que:

> Os padres e seminarista presos pouca ou nenhuma importância têm diante de tudo que evidenciam e do movimento ao qual pertencem que é organizado estrutural e funcionalmente de modo eficiente, dinâmico e conduzido de forma centralizada com o auxílio e orientações vindas do exterior.[90]

Ressalta ainda o fato de que "todos os elementos até agora implicados na direção do movimento são de nacionalidade francesa, o que até então tinha passado despercebido."[91]

Em defesa dos padres, o Conselho Presbiterial da CNBB afirma que "a JOC é um movimento internacional aprovado pela Santa Sé e que não formam grupos de conscientização visando sempre à subversão, preparando a luta de classe e a derrubada do governo como disse o general Sizeno Sarmento. "[92] O Conselho acrescentou que "o penoso encargo de se entender com o governo será feito pela CNBB e que as provas contra os padres Michel Le Ven, Hervé Croguennec, Xavier Berthou e o diácono José Geraldo da Cruz são bastante fracas. "[93] No mesmo sentido, o pronunciamento de Dom Lucas Moreira, da CNBB, afirma e esclarece que:

> A JOC é essencialmente um movimento de evangelização da juventude trabalhadora e tem, por isso mesmo, um caráter com o duplo objetivo de encarnar o evangelho na vida do operário e promover integralmente o jovem trabalhador.

> A característica básica do movimento jocista é realizar a evangelização a partir da vida: partindo dos problemas reais para conscientizar o jovem trabalhador dando-lhe a visão evangélica de sua existência.[94]

Sediado em Bruxelas, a JOC é reconhecida pela Igreja como movimento a ela vinculado, cuja finalidade é a evangelização do meio operário na linha de pastoral da Igreja pós-conciliar. No Brasil ela existe há vários anos, e atualmente está vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). E realiza, anualmente, congressos para seus militantes e jovens operários, visando rever a execução dos planos traçados no ano anterior, de forma a planejar as tarefas do ano seguinte. A organização tem mais de dois milhões de jovens trabalhadores a ela filiados como militantes, em cerca de 97 países de todo mundo e, no Brasil, cerca de 40 mil filiados.

Os jucistas e tantas outras dezenas de militantes que representam organizações da Igreja Católica Apostólica Romana, no Brasil, desenvolvem uma atividade dentro da sociedade, exigindo uma mudança radical das estruturas, em que seja abolido todo o sistema de lucro, a propriedade privada como tal e a exploração do homem pelo homem em todas as suas formas, conforme documento da JOC, então ligada à CNBB.

O trabalho de apostolado dessas entidades é exercido tanto pelo Secretariado Nacional do Apostolado ao qual estão ligados, como pela Cáritas Brasileira – uma espécie de autarquia dentro da organização centralizada da Igreja, criada para fins assistenciais, com o objetivo de distribuição de alimentos e roupas da Aliança para o Progresso.[95]

Mas como afirma os seus gestores apostólicos: "nós não nos propomos à derrubada do governo, conforme pregam alguns fascistas que temem a ação de um povo conscientizado, a opção de fazê-lo será das próprias classes trabalhadoras e, não, nós. "[96]

Quanto aos suplícios que atingiam os clérigos presos, o bispo auxiliar do Rio de Janeiro, Dom José de Castro Pinto, denunciou ao Jornal *O Paiz* que recebeu vários comunicados de Belo Horizonte afirmando que "métodos semelhantes aos dos nazistas e pelos regimes totalitários foram empregados para se obter a confissão dos padres Le Ven, Berthou, Croguennec e do diácono José Geraldo, de modo que quando lhe puseram um papel à frente assinaram para se livrarem dos algozes".[97] Com o depoimento de Le Ven podemos asseverar a veracidade

dessa colocação de que os militares usavam métodos abjetos, sobretudo, após a aprovação do AI-5:

> De manhã eu entendi que estava tendo alguma coisa diferente. Na noite do dia 12 o exército voltou no Horto e revirou a casa toda, saqueou a cozinha. Então os estudantes que estavam lá, todo mundo, se escondeu, né. E claro que isso me pesava, mas o que eu poderia fazer né? E, quando foi em torno de nove horas o coronel Mota, sempre vestido à paisana, dirigindo a Kombi da Comunidade começou a dar voltas comigo, Hervé e José Geraldo e nós sem sabermos o que iria acontecer. O coronel foi muito claro. Esta é a última noite que vocês vão passar. Porque agora tudo mudou. Não existem direitos, Deus, bispos. Rodaram conosco a noite toda na nossa Kombi da Comunidade. E que por isso, não tinha nenhuma identificação. Mas que depois foi devolvida para nós. Como eu não conhecia bem BH não sei por onde andamos. E sempre dizendo: daqui a pouco eu mato vocês. Nós não podíamos dizer nada, não tínhamos o que dizer. Só ouvindo a noite toda que era a nossa última noite, que daqui a pouco ia nos matar. Quando foram seis horas da manhã ele parou, já dentro da área do CM, eu decidi pular e o José Geraldo conseguiu também.[98] [grifos nossos]

Dom José de Castro Pinto ressaltou em sua declaração que "existe um plano de perseguição e de pressão específicas contra a Igreja, numa tentativa de desacreditá-la perante os brasileiros e impedir que sejam desenvolvidas e concretizadas as reformas exigidas pelo progresso e pelas encíclicas papais".[99] Revelou também que "a anunciada expulsão dos estrangeiros acusados não passa de manobra das autoridades para impedir que a verdade da tortura venha a público, uma vez que os acusadores já constataram a fragilidade das provas e dos documentos incriminatórios".[100] Para Dom Serafim, "a expulsão dos padres franceses não solucionará a crise, ao contrário servirá para agravá-la, porque no Brasil padres brasileiros continuarão a pregar o Evangelho e a palavra de Deus, taxada de subversiva. "[101]

No *habeas corpus* impetrado em favor dos sacerdotes e assinado pelos bispos Dom João Resende Costa, Dom Serafim e pelos advogados Ariosvaldo Campos Pires e Gamaliel Herval foi demonstrado que o padre Xavier Berthou, principal implicado nos depoimentos, foi levado pela confusão causada pela técnica empregada pelo interrogatório. Por isso ele teria confessado coisas que não fez e por isso seu depoimento é muito confuso.[102]

Ademais, adotou-se um sistema *sui generis* de interrogatório, uma vez que se fazia inserir na resposta do inquerido os termos usados nas perguntas, estando todos eles carregados de sugestão e simbolismo. Uma análise crítica às declarações permite compreender que o que se vê estampado nas "confissões" é resultado menos do que disseram do que do método empregado que os obrigou a dizer ou fez crer que tivessem dito. A título de exemplo, houve uma pergunta endereçada ao padre Michel Le Ven que demonstrou a utilização dos métodos condenáveis: perguntado por que ia constantemente à Vespasiano e à Água Limpa com grupos para realizar treinamentos de guerrilha, declarou que ia àquelas regiões acompanhados de grupos de seminaristas com a finalidade de fazer reflexões sobre a vida cotidiana e sobre suas responsabilidades religiosas.

Como se nota, a pergunta contém mais que uma sugestão – contém uma afirmação que só resta ser desmentida pela própria natureza da resposta. O que se percebe do teor das perguntas do interrogatório é que ao tratar de qualquer tema, partiu-se de uma afirmação e não de uma real indagação. Ademais, quanto ao depoimento do padre Xavier Berthou é ainda preciso considerar que: a) trata-se de sacerdotes estrangeiros, pouco familiarizados com a Língua Portuguesa, principalmente com termos técnicos; b) nenhuma verossimilhança do que foi por ele alegado não encontra o mais leve apoio na realidade.

No *habeas corpus,* os advogados mostram, com clareza, que alcança as fronteiras do incompreensível o contexto da seguinte pergunta-resposta dada pelo sacerdote: perguntado sobre que elementos davam apoio externo aos movimentos de guerrilha difundidos em Belo Horizonte, por ele e pelo padre Michel, respondeu que "chineses e franceses faziam o envio de medicamentos para serem distribuídos a elementos dos grupos de guerrilha. " Para os advogados, bastaria essa resposta para pôr a nu a ingenuidade do sacerdote ao assinalar que a contribuição às guerrilhas se fazia pela remessa de medicamentos. O que prova, na verdade, é que o padre confundiu grupos da JOC com grupos de guerrilha.

Além do mais, é totalmente inverossímil a suposta existência de guerrilhas nas proximidades das cidades apontadas como focos das mesmas e, se houvesse, já teriam sido abortadas pelas autoridades. E não podemos deixar de mencionar que não seria crível a realidade de guerrilhas sem guerrilheiros, sem armamentos e sem dinheiro para aquisição. Nem um só "guerrilheiro" foi preso, nem mesmo se apreendeu um só armamento por mais rudimentar que fosse,

nem foi apontada ou descoberta uma só fonte de meios de sustentação desse tipo de luta.

Em comovente depoimento, Le Ven nos relata os últimos momentos deles na prisão:

> MICHEL: Nós só ficamos no Colégio Militar.
>
> ENTREVISTADORA: Nas mãos do Exército?
>
> MICHEL: Nas mãos, só que desta vez do alto Exército, você imagina? O irmão do chefe do SNI. Eles achavam que tinham achado o segredo.
>
> ENTREVISTADORA: A conexão?
>
> MICHEL: É o que tem nessa igreja? O que tem nesses estrangeiros? O quê? Mas nós já tínhamos uma certa liberdade e falávamos o que passava na nossa cabeça. Porque eles não tinham porque nos condenar. Mas por outro lado, estou doido para ter esse material com meus depoimentos, pois foi tudo datilografado.... Os depoimentos e a prisão duraram até o início de fevereiro. Para mim o clima era mais claro, mas para meus colegas foi horrível, eles eram interrogados todas as noites, em grupo.
>
> ENTREVISTADORA: Então você ficou numa situação diferente deles?
>
> MICHEL: Eu fiquei separado, mas eles me chamavam para assistir à tortura.
>
> ENTREVISTADORA: Ah! Era tortura física?
>
> MICHEL: Chamaram até uma vez porque implicaram conosco por causa de uma festa junina que demos no nosso espaço no Horto e que vieram lideranças dos movimentos sociais, inclusive do movimento estudantil. Lembro-me que durante o depoimento éramos acusados de ter levado o Travassos, da liderança estudantil, na festa. Eles diziam que a gente mentia. Então eles foram atrás do João Batista dos Mares Guia que tinha sido preso por causa de Ibiúna, na base da Aeronáutica, que disse para o Gomes Carneiro, um homem completamente louco, o seguinte: capitão, eles têm o direito de fazer o que quiserem, de convidar quem quiserem. Se não tivessem feito o convite, não teriam cumprido a mensagem do Evangelho. O capitão quase derreteu. O João era muito alto e o capitão bem baixinho. Mas o João não gosta muito de falar sobre este tempo. O nosso inter-

> rogatório passou a ficar sem sentido. Uma noite, o coronel Euclides ficou irritado e se aproximou dizendo: Esse cara aí está sendo interrogado desde hoje pela manhã, já são cinco e trinta da tarde e ele está muito tranquilo. Eu respondi – coronel, posso te falar uma coisa? Eu sei o porquê de estar aqui, o senhor não sabe, não entende nada de igreja, de Medellín. Então ele avançou para me bater e eu disse: sou francês. Fazia uso disso o tempo todo, mas meus colegas não usaram como eu fiz. Só tínhamos direito a vinte minutos no parque do Colégio Militar, mas sem conversar um com o outro. Uma vez, o padre Crognac deu um jeito e me disse - Michel quando que vamos sair? Eu disse - Não sei, só sei que este dia vai chegar. Ele nunca se recuperou da prisão, o Xavier também não. Depois vem uma longa história, tentamos continuar com a paróquia do Horto, eu na JOC e principalmente como professor da PUC, o que me protegia muito, porque tinha carteira de trabalho.[103] [grifos nossos]

Libertados em 06/02/1969, os sacerdotes sentiram além da dor da - prisão ilegal, os seus resultados práticos em suas vidas sociais, para sempre marcada pela truculência da ditadura militar:

> ENTREVISTADORA: Quando saiu da prisão, você voltou para o Horto, continuou fazendo suas tarefas normalmente? Se sentia vigiado?
>
> MICHEL Sim, continuei, juntei os cacos que tinham sobrado, a casa estava praticamente inabitável, tudo estava quebrado.
>
> ENTREVISTADORA: E você sentiu bem acolhido na PUC? Eles te davam apoio?
>
> MICHEL: Pelos alunos sim.
>
> ENTREVISTADORA: A hierarquia mais alta, não? Certo.
>
> MICHEL: Fui mandado embora. Porque eu pedi ao Papa que me desse o que se chama Redução ao Estado Laico. Em um mês ele me concedeu.
>
> ENTREVISTADORA: Ah, você saiu da ordem logo depois.
>
> MICHEL: Logo não, foram dois anos depois.
>
> ENTREVISTADORA: Ah, dois anos.
>
> MICHEL: Dois anos. Mas começou a ficar difícil, Dom João foi bem intolerante comigo. Ele me disse: "Você está train-

> do o Evangelho. " Eu levantei e falei: "Dom João, só Deus que poderia lhe falar isso, então tchau, eu agradeço, e vou continuar a minha vida". "O senhor é um idealista, um sonhador. " Eu falei: "Bom pra cada um. " Mas eu queria ficar. E claro, porque me ofereceram de voltar para a França, de ir para Roma. Ou a Casa Generalis, para ser um tipo de inspetor da América Latina, de visitar as comunidades.
>
> ENTREVISTADORA: Ah, sei.
>
> MICHEL: Mas eu falei para eles: "Isso é meio louco! Vocês imaginam andar pelo Chile, pela Argentina a partir de 73, isso seria um risco...". Também não queria ir e falei: "não, vou continuar o que comecei aqui.". A minha família não entendeu.
>
> ENTREVISTADORA: Você ter ficado?
>
> MICHEL: Como que iam entender?
>
> ENTREVISTADORA: Mas do seu grupo quem voltou para a França ou ninguém voltou, todos permaneceram aqui? Isto é, do grupo que ficou preso.
>
> MICHEL: Não, Hervé voltou para o seminário, mas o seminário foi fechado por causa de eu ser considerado treinador de guerrilha.
>
> ENTREVISTADORA: O seminário de Eugenópolis? Então foi fechado? Ah! O seminário era visto como um lugar também para treinamento?
>
> MICHEL: Isso me machucou muito mais do que vivi aqui, era tudo gente conhecido meu. Estou escrevendo sobre isso.[104] [grifos nossos]

E, mesmo agora, passados tantos anos dos fatos aqui narrados, muito se debocha e oculta das pessoas que mais severamente foram afetadas pela ditatura. Le Ven, por exemplo, andou por todos os tribunais militares procurando por seus pertences e lá onde há o acervo principal ele disse que queria ter acesso aos arquivos de 1968, ao passo que o homem que lá trabalhava lhe respondeu: 68, o que é isso?

Em suma, o caso dos padres franceses contribui para desvelar os porões da ditadura militar, onde a tortura era uma prática cotidiana. Inclusive os setores conservadores católicos, que consideravam as denúncias de tortura como algo irreal e fantasioso, passaram a acreditar que a tortura era uma realidade

e que deveria ser claramente enfrentada. O que demonstra que esse incidente serviu também para criar uma maior coesão dentro da própria Igreja que, até aquele momento, ainda estava dividida em sua postura diante do regime militar.

7.5 A fábula das freiras comunistas

> Peço-lhe um último esforço, porque estas crônicas de libertação são todas no feminino e no plural, mas isto não quer dizer que alguma de nós não tivesse sua privacidade, como se o público absorvesse tudo. Éramos, porém, como arrastadas por uma corrente impetuosa de história pela qual o existente era um constante vir a ser. (Irmã Raffaela).

Em 1959, na cidade de Belo Horizonte, um grupo de irmãs da Congregação Oblatas do Espírito Santo criou o famoso e emblemático Colégio Helena Guerra, cujas atividades educacionais se estenderam até 1968, quando, por perseguição política, as mesmas foram forçadas a se encerrar.

Incialmente hospedado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e depois passando de uma casa alugada a outra, sempre em áreas nobres, logo o Colégio adquiriu sede própria na Rua Bernardo Guimarães, em um prédio que hoje pertence à Fundação Dom Cabral. Iniciada com apenas uma turma do curso clássico, a escola cresceu e se tornou bastante conhecida e em seu terceiro ano de funcionamento contava com mais de 150 alunas.

No dizer de sua diretora, irmã Raffaela, – maior expoente da Comunidade das Oblatas do Espirito Santo em suas ações no Brasil –, elas operaram, sem perceber, uma "perfeita operação capitalista de mercado"[105] uma vez que em apenas quatro anos de funcionamento a escola passou a contar com aproximadamente mil alunas, do primário ao terceiro ano clássico. O interesse da classe média alta belo-horizontina pela educação que se oferecia no Colégio Helena Guerra era muito grande e as vagas tão disputadas que "as mães reservavam a matrícula das filhas logo que nasciam".[106]

A surpresa de todas as irmãs envolvidas no Colégio foi o fato de que o público da escola era muito distinto daquele com o qual elas haviam trabalhado na cidade de Cássia, interior de Minas Gerais, já que a escola se tornou o local escolhido pela classe dirigente para a educação de suas filhas:

> A classe dirigente não fomos nós que a escolhemos. Ela que havia mandado suas filhas, no início timidamente, depois em massa, apenas porque se conscientizou que o nível intelectual da escola era, sem comparação, o melhor da cidade. Nisto, do ponto de vista deles, entendemos que era justo, porque num país subdesenvolvido, a seleção intelectual torna-se automaticamente seleção social. Nós, infelizmente, só acordamos mais tarde.[107]

Era fato que o grande número de alunas e alunos exigia um vasto corpo docente laico e assim buscou-se uma primeira parceira com jovens professores italianos de *Gioventu Studantesca*, mas a experiência foi rompida e, nas palavras de irmã Rafaela, o motivo era:

> A evidente divergência de objetivos e métodos. Os contatos com a Universidade, ao contrário, nos permitiram selecionar um corpo docente brasileiro afinado com o nosso sentir, e cuidamos muito dele, com reuniões até fora da sede, especialmente no Eldorado, onde se programava e se revia os fatos ocorridos.[108]

Atentas ao contexto político de enfrentamentos ideológicos e da brutal ditadura que se instalou no País, as religiosas, sob a liderança de irmã Raffaela, construíram no Colégio Helena Guerra verdadeiros cursos de contra-história:

> O curso de história era praticamente de contra-história e a orientação cultural era em geral refinadamente de esquerda nacionalista através da literatura, do cinema e do teatro. O elemento cultural refinado deixava perplexos os pais tradicionalistas. Fizemos cursos de Bossa Nova para confrontar os princípios do Evangelho com esta expressão revolucionária popular poética da alma brasileira.[109]

Com uma proposta pedagógica ousada de ensinar às filhas da alta burguesia belo-horizontina a existência e o impacto de seus privilégios, logo se espalhou a notícia de que era um Colégio comunista, entretanto a verdadeira inovação era a relação disciplina-liberdade, na qual se buscava "descobrir os instrumentos pedagógicos que liberassem a capacidade de criar, participar, ser responsável, que são latentes em cada ser humano. No fundo, desejávamos que nossas alunas assumissem uma posição crítica frente ao seu ambiente".[110] Para alcançar tais objetivos, "foram introduzidas novas disciplinas nos currículos, como a música e o cinema, matérias pioneiras para aquela época, que tornavam o Colégio, conforme alguns alunos e professores, como o Prof. Gagliardi, 'uma escola diferente das outras. '"[111] A cadeira de ensino religioso, por exemplo, não

visava doutrinar as alunas na fé cristã, mas tão somente educá-las e instruí-las na doutrina social da Igreja, sem qualquer apelo religioso.

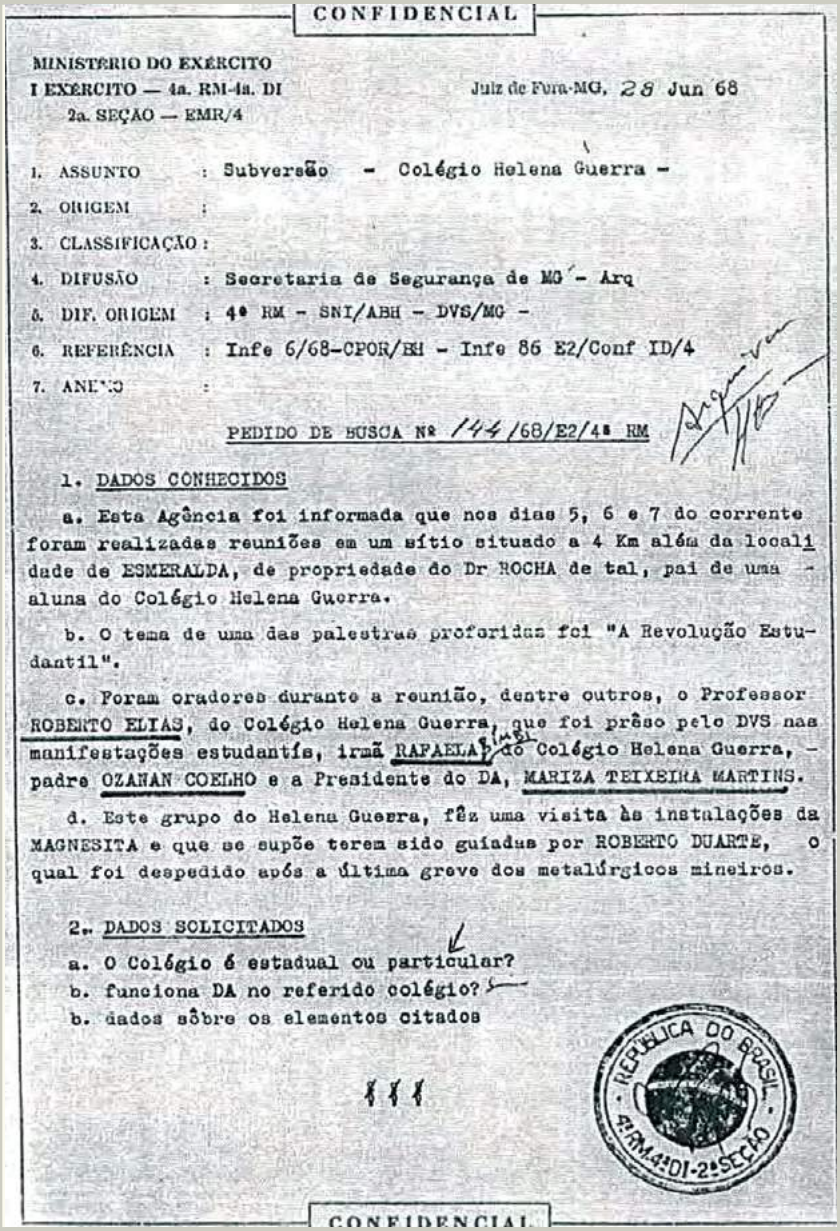
Uma das marcas do Colégio Helena Guerra foram as sessões noturnas do chamado cineclube, sempre com a exibição de filmes com certo teor cultural e aberto às alunas que quisessem frequentá-lo. A programação ficava a cargo do padre Massote e seus alunos de cinema na PUC Minas. O objetivo deste projeto era "despertar nas jovens e ricas alunas certo chamado à realidade da vida, que lhes mostrasse que a vida não é só divertimento e conforto".[112]

Havia também a chamada "hora de formação" que, a cargo das educadoras do Instituto Assistencial Helena Guerra, visava tencionar suas realidades com elementos concretos como, por exemplo, a Declaração Universal dos Direitos do Homem. E muitas vezes, "a essas reflexões [...] seguiam-se visitas às favelas com o intuito de interessar e estimular cada vez mais as alunas, inclusive na construção de uma pequena escola juntamente com os moradores. "[113] As favelas denominadas Primeiro de Maio, Bairro São Paulo, Pau comeu, Vila dos Marmiteiros, Pindura Saia, entre outras, era parte do destino das alunas.

Outra importante inovação didática foi a prática de 'encontros' ou 'acampamentos' que ocorriam "entre grupos nem sempre homogêneos que não ocorriam na igreja ou outro lugar sagrado, mas na natureza, em fazendas ou acampamentos. "[114] Esses encontros eram abertos para a participação de toda a família das alunas, tendo sido criada, inclusive, "uma associação de pais e docentes que garantia o compartilhamento de propósitos sobre a educação das jovens alunas. "[115] Nas palavras de irmã Raffaela, "entre os pais, pouquíssimos se tornaram nossos amigos, mas estes poucos foram fiéis até o fim e a um desses devo, seguramente, a vida. "[116]

Entretanto, havia também aqueles que colocavam sob suspeita as atividades pedagógicas desenvolvidas no Colégio. É caso conhecido o de aluna, filha de um militar de alta patente do Exército, que ao compartilhar as experiências vividas no cotidiano da escola para a sua família, ingenuamente, serviu de informante ao pai. Provavelmente este militar, por sua vez, repassava as informações ao aparelho repressivo acirrando a perseguição e vigilância ao Colégio.

Prova de que este fato serviu de estímulo à vigilância e perseguição ao Colégio pode ser observado no documento a seguir, no qual se demonstra que qualquer movimento de irmã Rafaela junto às alunas estava sob suspeita:



CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
I EXÉRCITO — 4a. RM-4a. DI
2a. SEÇÃO — EMR/4

Juiz de Fora-MG, 28 Jun 68

1. ASSUNTO : Subversão - Colégio Helena Guerra -
2. ORIGEM :
3. CLASSIFICAÇÃO :
4. DIFUSÃO : Secretaria de Segurança de MG - Arq
5. DIF. ORIGEM : 4ª RM - SNI/ABH - DVS/MG -
6. REFERÊNCIA : Infe 6/68-CPOR/RH - Infe 86 E2/Conf ID/4
7. ANEXO :

PEDIDO DE BUSCA Nº 144/68/E2/4ª RM

1. DADOS CONHECIDOS

a. Esta Agência foi informada que nos dias 5, 6 e 7 do corrente foram realizadas reuniões em um sítio situado a 4 Km além da localidade de ESMERALDA, de propriedade do Dr ROCHA de tal, pai de uma aluna do Colégio Helena Guerra.

b. O tema de uma das palestras proferidas foi "A Revolução Estudantil".

c. Foram oradores durante a reunião, dentre outros, o Professor ROBERTO ELIAS, do Colégio Helena Guerra, que foi preso pelo DVS nas manifestações estudantis, irmã RAFAELA do Colégio Helena Guerra, padre OZANAN COELHO e a Presidente do DA, MARIZA TEIXEIRA MARTINS.

d. Este grupo do Helena Guerra, fêz uma visita às instalações da MAGNESITA e que se supõe terem sido guiadas por ROBERTO DUARTE, o qual foi despedido após a última greve dos metalúrgicos mineiros.

2. DADOS SOLICITADOS

a. O Colégio é estadual ou particular?
b. funciona DA no referido colégio?
b. dados sôbre os elementos citados

xxx

REPÚBLICA DO BRASIL · 4ª RM 4ª DI 2ª SEÇÃO

CONFIDENCIAL

Figura 11: Perseguição às atividades pedagógicas do Colégio Helena Gerra[117]. Fonte: Arquivo DOPS, Pedido de busca.

Todas essas produções e inovações pedagógicas ganharam fôlego e vigor com a expansão do trabalho realizado em Belo Horizonte para a Cidade Industrial de Contagem. Devido ao progresso da experiência do Colégio Helena Guerra, a Congregação das Oblatas do Espírito Santo recebeu, em doação, um terreno no Eldorado, a apenas 18 quilômetros de Belo Horizonte, para que se abrisse outra escola. Criada pelo Decreto nº 5742, de 13/01/1960 e projetado pelo arquiteto José Vasconcelos na forma de um grande H, o edifício havia sido idealizado para ser o maior instituto escolar da América Latina.

Enquanto no Colégio de Belo Horizonte a intenção pedagógica era construir com as alunas uma consciência histórica, no Eldorado os objetivos eram outros, já que, como conta irmã Raffaela, o Eldorado "era uma ilha verdejante circundada por casas populares e favelas. "[118] Compreendendo a realidade desse novo cenário e a importância do trabalho educacional voltado aos pobres, as irmãs:

> Decidiram abrir os jardins da escola do Eldorado e dirigir a experiência educativa aos meninos e meninas das favelas. Houve alguma inevitável recriminação por parte dos políticos locais, mas a experiência prosseguiu e os anos seguintes, nesse sentido, foram muito intensos para Linda [irmã Raffaela] e suas companheiras. Em pouco tempo estava gerindo dois institutos escolares ao mesmo tempo, mas com instrumentos pedagógicos necessariamente diferentes, por causa dos contextos sociais em que estavam inseridos. Algumas prosseguiram o próprio empenho no Instituto feminino do centro da cidade com experimentações educativas de vanguarda, ao passo que outras se dirigiriam para os confins da área industrial, o Eldorado, a confrontar os mesmos métodos didáticos alternativos com a fome dos estudantes e com suas famílias de operários.[119]

A abertura da Escola Estadual Helena Guerra, no Eldorado, voltada, sobretudo, aos filhos e filhas dos operários, se deu em absoluta sintonia com o fermento social e cultural do momento, pois "era início dos anos sessenta e, no governo de João Goulart respirava-se um ar de reformas e muitos se mobilizavam: camponeses, universitários e os próprios habitantes dos subúrbios urbanos. "[120] Em vários relatos da Comunidade de irmãs emerge a lembrança de que na escola do Eldorado, por exemplo, quando os operários entravam em greve, as irmãs e demais professores iam reunir-se com os alunos em assembleia para explicar-lhes porque seus pais estavam protestando.[121]

De tal modo, havia no processo educacional levado a cabo pelo Instituto Helena Guerra no Eldorado uma grande identificação com o método de ensino de Paulo Freire. Para melhor aplicá-lo, irmã Raffaela "preocupou-se em chamar os especialistas nas técnicas pedagógicas de Freire, para que as professoras aprendessem antes de mais nada o método e o pudessem 'traduzir' naquele contexto. "[122] As primeiras pessoas a serem "alfabetizadas" em tal método e a receber novos instrumentos de leitura da sociedade foram as jovens religiosas do Instituto. O método se tornou o horizonte de ação e a cada mês eram realizadas reuniões com o corpo docente, formado em grande parte por professores leigos, para estabelecer conjuntamente o programa didático mensal. Normalmente, naquela ocasião, se escolhia uma temática a ser enfrentada, de modo que cada professor, na própria matéria, pudesse aprofundar um aspecto.[123]

Graças, sobretudo, à experiência do Eldorado e ao "confronto com as realidades mais pobres das periferias urbanas, num percurso de revisão e renovação das práticas pastorais" e de construção do método pedagógico a ser adotado em um período de vivacidade democrática no Brasil,[124] os anos foram de intensa fermentação para as irmãs e leigas que constituíram as práticas do Colégio Helena Guerra em Belo Horizonte e na Escola Estadual Helena Guerra do Eldorado, mas apenas até 1964, quando as atividades educacionais realizadas pelas irmãs são colocadas sob suspeita e em constante vigilância:

> Com o golpe militar de 31 de março de 1964 a situação mudou rapidamente e o grande fermento do grupo cedeu lugar a uma atitude de atenta cautela. Não abandonaram suas atividades educativas, ou melhor, como conta Linda, nunca "deram um passo para trás, pelo contrário, a ditadura militar se tornou uma temática a ser enfrentadas, e uma razão a mais para estimular a crítica da consciência 'burguesa' das alunas" [...] As atividades do Colégio e de todo o corpo docente, porém, foram logo colocadas sob acusação e não somente pela polícia, mas também por muitas famílias das alunas, "divididas – conta Linda – entre a hostilidade em relação a nós e o amor pelas filhas, que não admitiam censuras ou medidas repressivas contra suas educadoras".[125]

Período de particular periculosidade para a escola do Eldorado, para o Colégio em Belo Horizonte e para as irmãs que estavam à frente das atividades docentes, a ditatura militar foi minando de modo sorrateiro e truculento os avanços educacionais arduamente construídos. Os dois ambientes escolares eram vigiados, as irmãs e os professores insistentemente chamados a depor, tendo inclusive relato de professores presos e desaparecidos, como é o caso do professor de Geografia, Roberto Elias. Em uma dessas perseguições, irmã Raffaela foi intimada a depor num quartel na qualidade de testemunha e lá vivenciou algo que lhe marcou profundamente:

> Enquanto atravessava o corredor do quartel viu o padre Lage, um sacerdote que se envolveu muito com as Ligas Camponesas, um verdadeiro revolucionário. [...]. Havia sido torturado e tinha as mãos atadas. A irmã, que devia entrar na sala para dar testemunho, voltou atrás e lhe beijou as mãos. Naquele momento pensou que seria presa, porque ele era considerado terrorista, mas não foi. "Foi um impulso incontrolável" – acrescenta Linda, referindo-se ao mesmo episódio – que a levou a fazer o gesto que, de modo geral, como diz, sempre repudiou e evitou.[126]

A aproximação necessária com o movimento estudantil era outro fator que colocava as irmãs, especialmente madre Raffaela e Maria Helena, sob a mira dos militares. Em suas memórias, irmã Raffaela relata:

> Depois explodiu o que devia explodir, mesmo porque eu era muito próxima dos jovens que se rebelavam, sobre isso não há dúvida, mas nunca estivera de acordo com a luta armada que eles haviam iniciado. Afinal, eu me tornara um ponto de referência para a juventude inquieta. Compreendia profundamente esses jovens que lutavam pelos direitos humanos e a coisa se tornou perigosa.[127]

O empenho de irmã Raffaela e do corpo docente com a luta dos estudantes por direitos humanos era tão intenso que, inclusive, os acompanhava em grandes marchas e assembleias pelas ruas e dava-lhes abrigo, até mesmo sediando seus congressos clandestinos. Sobre tais fatos, irmã Raffaela nos revela que:

> Foi um período em que vivemos um pouco perigosamente, continuando nossos métodos, mas acredito que no começo fomos poupadas porque tínhamos 'defensores' na Igreja Oficial: o famoso Dom Helder Câmara, por exemplo, arcebispo de Olinda e Recife, em Pernambuco, ou Dom Antônio Fragoso, bispo de Crateús, no Ceará: eram pessoas extraordinárias e isso muitas vezes bastou para nos proteger.[128]

Mesmo com o apoio e respaldo inicial que grandes figuras da Igreja davam à Comunidade, as religiosas foram sistematicamente encurraladas em suas ações, sobretudo após abandonarem conscientemente a ordem hierárquica e patriarcal da Igreja Institucional para adotarem uma vida de devoção à Igreja viva na figura dos oprimidos. Desvinculando-se institucionalmente da Igreja, as irmãs se constituíram como Comunidade leiga e, com o incentivo espiritual da Teologia da Libertação, muitos outros religiosos caíram na ilegalidade por sustentarem uma fé na emancipação dos pobres e por agirem de acordo com esta perspectiva.

O cerco às irmãs e ao trabalho que elas realizavam junto aos estudantes era tal que se conta que, em um dado momento, foi morar ao lado do Colégio, Dan Mitrione, "um agente contratado pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) para treinar as polícias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, no Brasil, e a polícia do Uruguai, a torturar presos sem deixar marcas"[129], causando nelas a forte sensação de que eram continuamente observadas. Sobre a prática dessas vigilâncias, irmã Raffaela nos conta:

Um dia, no Colégio, apareceu um general. Eu estava lendo Medellín e, ao vê-lo, minhas mãos começaram a tremer, a tal ponto que derramei café sobre o documento...'o que está fazendo? – Me disse – Mas por que não vem ler Medellin no quartel? ''Prefiro lê-lo aqui'... A partir daí começaram as ameaças. Uma situação que se tornou cada dia mais perigosa, mesmo porque Linda e as outras nunca recusaram, dentro do possível, seu apoio aos movimentos estudantis, particularmente à UNE (União Nacional do Estudantes).[130]



Figura 12: Alunas do Colégio Helena Guerra diante da escola. Fonte: Bonifazi, 2016, p.261.



Figura 13: 1966: alunas do Colégio Helena Guerra na capela[131]. Fonte: Bonifazi, 2016, p.261.



Figura 14: Eldorado, 05/04/1969: memória de um começo. A escolha de não manter nenhum vínculo jurídico com a Igreja[132]. **Fonte: Bonifazi, 2016 p.263.**



Figura 15: 1971: lições a céu aberto no Eldorado.[133]**Fonte: Bonifazi, 2016 p.264.**

Como marca desse apoio incondicional à luta dos estudantes, na noite do dia 21 de setembro, no Eldorado, irmã Raffaela – que já havia se desligado da Igreja e daquele modo de se vestir que marcava a sua antiga condição como membro de Congregação religiosa – volta a vestir o hábito de freira e conduz,

de carro, alguns dirigentes da UNE. Entretanto, quando "alguns meses depois eles foram presos durante o Congresso Nacional clandestino que se realizou em Ibiúna, a Comunidade não pode deixar de sofrer as consequências daquela hospitalidade"[134] e todos os demais acontecimentos caminharam para o fechamento do Colégio.

Diante da pressão política e policialesca da ditatura militar, da compreensão de que a pastoral como estrutura hierárquica não era capaz de "dar expressão ao povo e responsabilidade às pessoas"[135] e da real ruptura institucional com a Igreja, o grupo de irmã Raffaela se viu forçado a uma revisão de seus métodos e à análise de seus aprendizados na experiência pedagógica alcançada na gestão de dois estabelecimentos de ensino tão diversos social e culturalmente.

A primeira consequência dessa reflexão foi a compreensão de que elas haviam sofrido de um "equívoco de consciência", como denomina Raffaela. No diagnóstico da irmã, a proposta concreta de transformação cultural levada a cabo por nove anos no Colégio Helena Guerra falhou e abriu-lhe os olhos a intervenções mais urgentes. Elas aprenderam que "lá onde o capitalismo é selvagem, precisa antes de tudo, dar a palavra àqueles que há séculos não são livres, afrontar a desumanização para descartá-la"[136] e acrescenta:

> A nossa experiência nesse setor parte da convicção de que fosse possível mudar a juventude da alta burguesia de Belo Horizonte através de instrumentos pedagógicos novos e alternativos. Foi um longo itinerário, cheio de inventividade, revisões, frustações e tentativas repetidas. Envolvemo-nos todos nessa experiência, que amadureceu e quando constatamos a sua inutilidade, decidimos juntos à comunidade educacional mudar o experimento, como forma de libertação para nós e apelo à libertação para os nossos interlocutores. O equívoco de fundo, que a experiência deixou claro, foi a aposta sobre a transformação das consciências: aprendemos a nossa custa que, sem mudar as estruturas, 'o coração profundo' sozinho não é capaz de transformar a sociedade. Isto me veio e sempre me recordo como 'equívoco da consciência'.[137]

Assim, ao longo de 1968, elabora-se para toda a comunidade de pais e alunos um documento no qual se esclarecem as condições atuais do projeto e a decisão de fechar o Colégio Helena Guerra em Belo Horizonte que, naquele momento, contava com aproximadamente duas mil alunas. Com essa decisão, as Oblatas do Espírito Santo continuaram mantendo apenas a experiência educacional da Escola do Eldorado. Conta Linda que:

> Em dezembro, entregues os últimos diplomas, fechamos os portões. Estávamos todas feridas, mas serenas: feridas porque poucas, mesmo entre as fiéis, aceitaram a radicalidade do gesto; porque muitas alunas provisoriamente se desorientaram; porque se iniciou uma campanha de calúnias de ordem política e moral.[138]

Ao fechamento do Colégio de Belo Horizonte seguiu-se a interrupção de todas as atividades institucionais que a Congregação levava adiante também nas outras cidades brasileiras: iniciou-se a dispersão da Comunidade, que as levou, com o pedido oficial de dispensa dos votos, a libertar-se oficialmente da Instituição eclesiástica.

A comunidade dividiu-se em pequenos grupos, em pequenas comunidades de 'integração', como as chamavam, cuja finalidade era misturar-se à sociedade: todas tiveram de procurar um novo trabalho. Linda foi viver numa casa alugada com algumas companheiras e continuou a dar aulas na Universidade. Outras iniciaram um trabalho de educação popular para jovens e adultos num bairro periférico de Belo Horizonte, mas a experiência durou apenas alguns meses, pois que, ao lado da casa para onde haviam se transferido, morava um policial, e suas atividades logo foram de novo vigiadas.[139]

No Eldorado, a escola permaneceu sob a direção do Instituto Helena Guerra até 1973, quando a instituição encerra todas as suas atividades no Brasil. Posteriormente, a direção da escola ficou a cargo do Instituto de Orientação Juvenil (IOJ), órgão da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), assim permanecendo até 1985.

Desde então, o espaço ocupado pela escola pertence à Arquidiocese Metropolitana de Belo Horizonte, responsável direta pela conservação e manutenção deste patrimônio, sendo que, em 1975, o então arcebispo, Dom Serafim Fernandes, reitor da PUC Minas, fez dela a "menina de seus olhos", convocando as irmãs salesianas para a direção da instituição, ciente de que estavam realmente vocacionadas para a educação dos jovens, sob a inspiração do educador Dom Bosco.

Ao constatar que na região do Eldorado havia grande procura de mão de obra e que os jovens estavam totalmente despreparados para o mercado de trabalho, em 1985 a direção da Helena Guerra decidiu se tornar uma escola profissionalizante, onde o aluno tivesse não só a formação de 2º grau, mas, sobretudo, recebesse, nas oficinas, a experiência necessária para o trabalho. Atualmente, a Escola Estadual Helena Guerra possui aproximadamente 2.720 alunos e

200 funcionários, funcionando em três turnos, nas suas 90 salas de aula, além de oferecer uma bem-equipada biblioteca, sala de informática e laboratórios.

Escola-referência para o município pelo seu desenvolvimento pedagógico, a Escola Estadual Helena Guerra é conhecida, atualmente, pela qualidade do trabalho de seus profissionais e desempenho da equipe. "Nossa filosofia é voltada para a formação da cidadania, já que a escola foi fundada dentro dos princípios de amor, tolerância e respeito. É uma mensagem passada de geração a geração, contribuindo para formar pessoas", resume a diretora Miriam. Além da maneira de educar, outro ponto que, segundo Miriam, faz a E. E. Helena Guerra ser respeitada na comunidade é o bom espaço físico que, de acordo com a diretora, dá aos alunos uma maior sensação de liberdade, além de possuir muitas pessoas de confiança, dispostas a ouvir aqueles que desejam falar sobre suas vidas, buscando conforto.

No ápice da perseguição política de que a Comunidade foi alvo, a vida de irmã Raffaela ficou sob a mira dos militares, até que, em 13/05/1969, dois pais de alunas do Colégio Helena Guerra – um, era tabelião e o outro, diretor de Banco – foram de madrugada até a casa das irmãs e disseram a Linda Bimbi: "pelo amor das nossas filhas viemos te avisar, vá embora, que amanhã cedo vão vir te pegar."[140] Pela intensa ligação com as alunas e o movimento estudantil, irmã Raffaela era a mais exposta do grupo e foi obrigada a deixar Belo Horizonte em poucas horas. Com a ajuda e o apoio da rede de amigos do grupo, elas pediram ao irmão de uma delas – Maria Helena – que trabalhava no *Minstério degli Affari Esterim,* na Itália, para mandar um telegrama, dizendo que a mãe de Linda estava muito doente. E assim puderam justificar e comprar uma passagem.

Acompanhada de Dom Marcos Noronha e Maria Elena, irmã Raffaela chega ao Rio de Janeiro, onde uma abadessa beneditina lhe emprestaria algum dinheiro, já que ela não podia retirar nenhum valor do Banco sem ser imediatamente detida pela repressão militar. Para restituir o dinheiro à abadia, a religiosa começou a fazer traduções durante a noite e não aceitou a devolução dos valores por parte de irmã Raffaela.[141] Em suas memórias, Linda Bimbi, outrora irmã Raffaela, expõe: "eu subi no carro com minha amiga e fui ao Rio de Janeiro. Na Embaixada Italiana contei minha história. Foram muito bons, me acompanharam até o aeroporto, até eu subir no avião. Lembro que, quando o avião começou a decolar, eu adormeci."[142]

A história de Linda Bimbi no Brasil se confunde com a experiência do Colégio e da Escola Helena Guerra. A expansão do trabalho dos educandários se deu em

consonância com a extensa atividade levada a cabo pela italiana. Mulher de muita desenvoltura política, sua presença foi marcante entre os operários, os religiosos das mais variadas congregações e no movimento estudantil. A perseguição por ela sofrida foi uma forma de minar o experimento educacional vocacionado, de um lado, a incutir uma consciência histórica nas alunas, filhas da burguesia de Belo Horizonte; de outro, a utilizar a Pedagogia do Oprimido como método de trabalho com as alunas e alunos, filhos dos operários no Eldorado, cujo fim último era estabelecer a educação como prática da liberdade.

Essa trajetória educacional, aliada à ousada luta por uma liberdade efetiva, em aberto confronto com a realidade política e social dos anos de chumbo foi suficiente para que o regime militar coagisse a irmã Raffaela, diretora do Colégio Helena Guerra, a deixar o Brasil, dado o grau de perseguição que lhes impunha.

Entretanto, ao cruzar Atlântico, seu espírito combativo permaneceu ligado às questões que abalavam a vida política e ameaçava os direitos humanos no Brasil. Prova disso foi a sua atuação na organização do Tribunal Russel II, na América Latina, que investigou e condenou a ditadura militar em nosso País.

7.6 O lugar do trabalho sociorreligioso na ditadura militar

A orientação teológica da Igreja Católica, iniciada com o Concílio Vaticano II e levada a cabo na América Latina a partir das Conferências de Medellín e de Puebla, aproximou a hierarquia eclesial das classes populares e fez da Igreja "a voz dos que não têm voz", empenhando-se de modo incansável numa campanha de denúncia às torturas e na defesa dos direitos humanos.[143] A maior expressão dessa proximidade foram as Comunidades Eclesiais de Base – CEBs – que, nascidas nas periferias dos grandes centros urbanos e nas zonas rurais, tinham por objetivo criar "um novo modo de ser" para a Igreja, como instituição.

Surgida não como fruto de uma geração espontânea ou mera decisão eclesial, mas como o resultado da convergência de descobertas e conversões pastorais, as CEBs encontraram nos grupos militantes ligados à Igreja Católica e na agitação política das décadas de 1960 e 1970 todo o fermento e contexto social para o seu desenvolvimento. Ademais, elas se fortaleceram e se consolidaram como espaço de luta pela libertação dos povos, à medida que tomou a dianteira dos processos sociais, tendo em vista que havia um espaço de militância católica a

ser reconstruído e ocupado devido à crescente desmobilização e fragmentação das forças jucistas a partir de 1968.

Com seus símbolos e textos libertários, as CEBs mediavam a luta política pela fé cristã e traziam lemas como "em luta por uma sociedade justa e fraterna" ou a tão conhecida "opção preferencial pelos pobres", para o cotidiano dos trabalhos das comunidades, dos sermões de padres e diversos textos teológicos.[144] O que tornou possível fazer uma discussão qualificada da realidade de seus adeptos, sem apelar para um intelectualismo vazio.

O debate dos temas nas reuniões costuma pautar-se pelo método de "ver-julgar-agir": o "ver" consiste numa sucessão de observações de cada um dos presentes sobre o tema em questão, o "julgar" implica o contraste entre a realidade observada e os valores do cristianismo, frequentemente através da questão "como é que Jesus agiria diante disso? "; o "agir" trata-se de concluir sobre aquilo que aquelas pessoas poderiam fazer diante do problema.[145] De tal modo, o método da CEBs era bem-definido e atendia de modo inigualável à mobilização das massas em prol de seus direitos humanos básicos.

Pensada como Comunidade, a CEBs integra famílias, adultos e jovens, em estreito relacionamento interpessoal. Como Eclesial, é uma comunidade de fé, esperança e caridade que celebra a palavra de Deus e se nutre com a Eucaristia – ponto culminante dos demais sacramentos –, que realiza a palavra de Deus na vida, mediante a solidariedade e o compromisso com o mandamento novo do Senhor, tornando presente e atuante a missão eclesial e a comunhão visível com os legítimos pastores, pelo serviço de coordenadores aprovados. É de Base, por estar constituída por um pequeno número de membros em forma de células vivas da Igreja.

Desde seu início, as CEBs cresceram mais entre as populações simples e pobres, havendo várias razões para esse fato. Em um primeiro momento, foi junto às populações dispersas pelo interior que elas se firmaram, já que diante da ausência de um vigário residente, os leigos acabavam por assumirem ministérios e colocar a força da Igreja na comunidade. Padres e religiosos passaram a assumir mais o papel de animadores de lideranças locais, deixando mais espaço para os leigos.

Além disso, a simplicidade das CEBs tanto em sua dimensão e estrutura, como em sua linguagem, vivência e clima, corresponde mais a sua maneira espontânea e simples de viver. Isso levou as CEBs a serem um lugar de grande

integração de pessoas simples, iletradas e pobres como membros atuantes na Igreja. Não seria certo, porém, concluir que as CEBs só são possíveis entre as classes pobres. Pior ainda pensar que a Igreja está dividida em duas: uma nas CEBs para os pobres e outra das classes médias ou ricas, na paróquia e outras organizações.[146] O fundamento das CEBs como ideal se dirige a todos os cristãos. Importante salientar que elas não são um novo movimento de leigos, mas uma nova forma de ser da instituição católica.

Com as CEBs, a Igreja se abriu ao mundo e envolveu-se com os seus problemas. Nesse sentido, sua prioridade se tornou promover a alfabetização e a mobilização social, sobretudo, pelo método de Paulo Freire – que havia sido proibido no regime militar. Essas comunidades usavam a concepção bíblica da vida para agir na sociedade diante da realidade vivida, reconhecendo que as dores de um era as dores de todos, dando materialidade à orientação conciliar, que assim dispunha:

> As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo; e não há realidade alguma, verdadeiramente humana, que não encontre eco no seu coração. Porque a sua comunidade é formada por homens que, reunidos em Cristo, são guiados pelo Espírito Santo na sua peregrinação, em demanda do Reino do Pai, e receberam a mensagem da salvação para comunicar a todos. Por este motivo, a Igreja sente-se real e intimamente ligada ao gênero humano e a sua história.[147]

Em Minas Gerais, a contribuição das CEBs, dentro do contexto sociopolítico que a ditadura militar impunha, se deu no âmbito da organização dos segmentos populares. Essa atuação impulsionou a criação de associações de moradores, de clubes de mães, assim como a inserção do movimento operário e rural, entre outros. O levantamento feito por Rodrigues *et al* chama a atenção para a existência de 36 CEBs atuantes em Minas Gerais, dentre as quais eles destacam a atuação da Comunidade de Santa Rita, situada em Campos Gerais, e da Comunidade Margarida Maria Alves, em Ipatinga.

Com todo o seu potencial de mobilização e luta, as CEBs não passaram despercebidas pelo regime militar, nem pôde fugir de sua truculência. Prova disso é a perseguição declarada que sofriam por parte dos militares que chegou a situações extremas de assassinato de lideranças pastorais. Em 1988, o secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaobim, José Vaz de Matos, conhecido

por seu trabalho de militância junto às CEBs, foi brutalmente assassinado. Antes disso, o bispo auxiliar de Itabira, Dom Lélis Lara, já denunciava em carta dirigida ao Secretário de Segurança Pública de Minas Gerais o conflito na região do Miradouro e a impunidade pelo assassinato de Avelino Pereira Guimarães, em Braúnas, e de Adelino Pereira Guimarães, na cadeia de Itabira.[148]

Muitos clérigos, apoiados na mensagem e na coragem do Cristo, e diante da realidade que experimentavam junto às CEBs, desafiavam o regime com robustas denúncias. O padre Agostinho Vander Broék, responsável pela paróquia São Paulo, em Muriaé, escreveu uma carta denunciando o clima de terror em Miradouro, o medo da população diante da violência policial e a descrença que a justiça pudesse ser feita. Em Varzelândia, é o Padre José Silveira que sai em defesa dos direitos das pessoas de sua comunidade. O município de Eugenópolis, próximo a Muriaé, na Zona da Mata, padeceu com a perseguição sofrida pelo padre assuncionista Jean Kendarel, conhecido como Gweanael. Perseguido por sua atuação na evangelização rural – carro-chefe das CEBs – a atuação do padre Gweanael foi duramente reprimida e, em 1968, o regime ditatorial realizou uma intervenção no Seminário de Eugenópolis, sob a alegação de que o religioso estaria implantando um núcleo de guerrilha na região.

O padre Elizete Lopes Gusmão, militante das CEBs, primeiro presidente e um dos fundadores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Miradouro e que estimulava a atuação da Comissão Pastoral da Terra – CPT na região, também foi perseguido, sofreu emboscada e viu uma das capelas de sua paróquia ser fechada. A Comissão Pastoral da Terra foi criada em 1975 para atuar nas questões agrárias. Sua origem está associada ao bispo de Campanha, que publicou a carta pastoral "Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma agrária" que pode ser considerado o primeiro documento da Igreja sobre o tema. A atuação por ela desenvolvida afastava-se dos movimentos sociais da época, em especial da proposta socializante das ligas camponesas. Com o golpe militar, em virtude da repressão, sua linha de atuação mudou, o apoio advindo dos movimentos leigos, como a JAC e o MEB (Movimento de Educação de Base), foi enfraquecido e, por fim, a própria Igreja passa a considerar que o Estatuto da Terra já contemplava as demandas sobre a questão da terra.[149]

Contudo, nada disso abatia o povo de Deus reunido em Comunidades Eclesiais de Base e, na luta por uma ativa participação dos camponeses na defesa de seus interesses, os católicos ministravam cursos, promoviam encontros entre os moradores rurais, a fim de discutir questões importantes para o cotidiano local, e levavam reivindicações às forças políticas. Tudo isso visava como fim

último à unificação dos camponeses na defesa dos seus direitos: "os sindicatos da Igreja não eram, na sua maior parte, "revolucionários". Na realidade, os sindicatos da Igreja tentavam, na maioria das vezes, forçar a aplicação de leis já existentes."[150] Ou seja, a ação política e social desenvolvida pelos membros das CEBs era no sentido de cobrar das forças políticas e da justiça, a garantia dos direitos já existentes aos trabalhadores urbanos e rurais. E era justamente a defesa de tais direitos que colocava os católicos mais engajados na promoção social dos indivíduos, por meio das CEBs, em confronto direto com o Estado Militar.

As dioceses que mais notadamente se envolveram com um trabalho social de base em Minas Gerais, segundo levantamento feito a partir da participação comunitária nos Encontros Intereclesiais das CEBs, realizados em 1980, 1981 e 1982, foram Uberaba, Uberlândia, Patos de Minas, Teófilo Otoni, Itabira, Belo Horizonte e Juiz de Fora, totalizando 21 dioceses, na luta pela redemocratização do País e que mediavam a luta político-social pela celebração da fé no Deus vivo e pela esperança de libertação que a ressureição do Cristo lhes embutiam n'alma.

NOTAS

1. A Ação Católica foi criada em 1930, incentivada pelo Papa Pio XI. No Brasil, ela foi instalada, oficialmente, em 1936, mas é na década de 1950 que suas metas se tornam mais precisas e sua atuação mais presente na sociedade brasileira, principalmente com o surgimento da JUC.
2. DELGADO, L.A.N., PASSOS, M. Catolicismo: Direitos Sociais e Direitos Humanos (1960-1970). In*: O tempo da ditadura militar:* regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. FERREIRA, J e DELGADO, L. A.N. (orgs). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
3. FERREIRA et al. p 3.
4. Idem p.15
5. GAVIÃO, P.F. p.157
6. Sobre a Ação Católica, a JEC, JUC e JOC Revista Eclesiástica Brasileira, 43, fascículo 159, março de 1983 . p.21
7. FERREIRA *et al*, 2002, p.16.
8. Idem p.17
9. (...), 1983, p.21.
10. GAVIÃO, P.F. p.157
11. Idem p.157.
12. Jornal Diário, 02/08/1963.
13. Idem.
14. Entrevista de Frei Cláudio Van Ballen, em 06/01/1995. Programa de História Oral. Centro de Estudos Mineiros, FAFICH- UFMG.
15. Comissão Nacional da Verdade.
16. STARLING, H. M. M. *Os Senhores das Gerais* - Os Novos Inconfidentes. Petrópolis: Editora Vozes, !984.
17. GASPARI, 2002, p.237.
18. Entrevista com frei Oswaldo realizada pela Covemg. 18/11/2015.
19. PESSOA, Francisco Lage. *O Padre do Diabo*. 1988. São Paulo: EMW Editores. p.71.
20. OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. Movimento de Favelas de Belo Horizonte e os católicos conservadores. 2011. IN*: Revista de História Regional*.
21. OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. Movimento de Favelas de Belo Horizonte e os católicos conservadores. 2011. IN*: Revista de História Regional* p. 681.
22. O Jornal Brasil Urgente foi fundado pelo dominicano mineiro, frei Carlos Josaphat, em 1963. Circulou apenas por um ano, sendo fechado às vésperas do golpe. Sua última edição anunciava como manchete de primeira página a intervenção militar.
23. Brasil Urgente 1963.
24. PESSOA, Francisco Lage. *O Padre do Diabo*. 1988. São Paulo: EMW Editores. p.147.
25. PESSOA, Francisco Lage. *O Padre do Diabo*. 1988. São Paulo: EMW Editores. p.175.
26. Quando Lage candidatou-se a deputado, precisou procurar o arcebispo Dom João Resende Costa, para ser dispensado de suas atividades na Igreja da Floresta. Alegou ter recebido a licença em uma carta ambígua e mal redigida, em troca do seu afastamento da paróquia (LAGE,1988, p.115). Para Lage, Dom João considerava um alívio tê-lo fora da Igreja, já que reprovava suas atividades políticas, tratando-as com receio.
27. STARLING, Heloísa. *Os Senhores das Gerais*. 1986. Vozes. p. 216.
28. CHRISTO, Carlos Alberto Libânio – frei Betto. *Batismo de Sangue.*

29. Entrevista com frei Claúdio Van Balen, realizada pelo Programa de História Oral da UFMG. Entrevistador: Sérgio Ricardo da Mata. Data da entrevista: 06/01/1995.
30. Jornal Estado de Minas de 28/07/1966 e 29/07/1966.
31. Disponível em < http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=0833 >
32. Documento retirado da pasta do DOPS 5309 intitulada "Padres". Arquivo Público Mineiro (APM). Disponível em < http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=5309&imagem=1000>
33. Jornal Estado de Minas 15/04/1970, obtido na documentação do DOPS/APM Disponível em < http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=1205&imagem=1910 >
34. Entrevista com frei Cláudio Van Balen, realizada pelo Programa de História Oral da UFMG. Entrevistador: Sérgio Ricardo da Mata. Data da entrevista: 06/01/1995.
35. Disponível em < http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=0041&imagem=1728 >
36. Idem.
37. Entrevista com frei Cláudio Van Balen, realizada pelo Programa de História Oral da UFMG. Entrevistador: Sérgio Ricardo da Mata. Data da entrevista: 06/01/1995.
38. Idem.
39. Idem.
40. Idem.
41. FARIA, Henrique Moura. A Igreja e o golpe civil-militar. In: SÁVIO, Robson (Org), *50 Anos do Golpe Civil-Militar*. A Igreja e a universidade. Cadernos Temáticos nº4. Belo Horizonte. FUMAC.
42. Idem. p. 62.
43. ARAUJO, João Dias de. *Inquisição sem fogueiras.* Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos de Religião, 2º edição, 1982.
44. ALVES, Rubem. *Religião e repressão*. São Paulo: Loyola, 2005, p. 11.
45. FARIA, Henrique Moura. A Igreja e o golpe civil-militar. In: SÁVIO, Robson (Org), *50 Anos do Golpe Civil-Militar*. A Igreja e a universidade. Cadernos Temáticos nº4. Belo Horizonte. FUMAC. p.66.
46. SCHMIDT, Daniel Augusto. *O Protestantismo Brasil*: entre a colaboração e a resistência no período da ditadura civil-militar (1964-1974). São Bernardo do Campo. 2015.
47. Disponível em < http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=0231 >
48. SCHMIDT, Daniel Augusto. *O Protestantismo Brasil*: entre a colaboração e a resistência no período da ditadura civil-militar (1964-1974). São Bernardo do Campo. 2015. p. 243.
49. Idem. p. 250.
50. Comissão Nacional da Verdade. Textos temáticos/ Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014 - (Relatório da Comissão Nacional da Verdade, v.II), p. 180. Disponível em < http://www.cnv.gov.br/ >
51. SCHMIDT, Daniel Augusto. *O Protestantismo Brasil*: entre a colaboração e a resistência no período da ditadura civil-militar (1964-1974). São Bernardo do Campo. 2015. p. 203.
52. Comissão Nacional da Verdade. Textos temáticos/ Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014 - (Relatório da Comissão Nacional da Verdade, v.II), p. 183. Disponível em < http://www.cnv.gov.br/ >
53. Idem. p. 186.
54. Idem. p. 189.
55. Idem. p. 186-188.
56. JORNAL JB, 1968, p.6.
57. CORREIO DA MANHÃ. 1968, p.4.
58. JORNAL JB, 1968, p.6.
59. JORNAL JB, 1968, p.6.
60. JORNAL JB, 1968, p.6.
61. LE VEN, 2017.
62. CORREIO DA MANHÃ, 1968.
63. GASPAR, p.255.
64. O GLOBO, 1968.
65. VEJA, 1968, p.14.
66. Idem
67. Idem
68. Idem
69. Idem
70. Idem
71. LINDEMBERG, 2017.
72. Idem
73. Idem
74. Idem
75. O DIÁRIO, 1968.
76. JORNAL JB, 1968.
77. O GLOBO, 1968.
78. Idem
79. VEJA, 1968, p.14.
80. FOLHA DA TARDE, 1968.
81. Idem
82. Idem
83. O PAIZ, 1968.
84. LE VEN, 2017.
85. FOLHA DA TARDE, 1968.
86. Idem
87. Idem
88. Idem
89. Idem
90. O PAIZ, 1968.
91. Idem
92. O PAIZ, 1968.
93. Idem
94. FOLHA DA TARDE, 1968.
95. Esse programa foi criado por J. Kennedy em 1961 para acelerar o desenvolvimento e conter o "perigo" socialista na América Latina.

96. O PAIZ, 1968.
97. Idem
98. LE VEN, 2017.
99. O PAIZ, 1968.
100. Idem
101. O GLOBO, 1968.
102. FOLHA DA TARDE, 1968.
103. LE VEN, 2017.
104. Idem
105. BIMBI, 1990, p.45.
106. Idem
107. BIMBI, 1990, p.45.
108. Idem
109. Idem
110. Idem
111. BONIFAZI, 2016, p.66.
112. Idem
113. Idem
114. Idem
115. Idem, p.67.
116. BIMBI, 1990, p 84.
117. Idem
118. BONIFAZI, 2016, p.62.
119. Idem, p.62-63.
120. Idem, p.63.
121. Idem
122. BONIFAZI, 2016, p.64-65.
123. Idem, p.65.
124. BONIFAZI, 2016, p.65.
125. Idem, p.70-71.
126. Idem
127. Idem, p.78.
128. Idem, p.70-71.
129. Idem, p.72.
130. Idem, p.90.
131. BONIFAZI, 2016, p.261-262.
132. Idem, p.263.
133. BONIFAZI, 2016, p.264.
134. Idem, p.91.
135. BIMBI *apud* BONIFAZI, 2016, p.69.
136. Idem
137. BIMBI, 1990, p.48.
138. Idem.
139. BONIFAZI, 2016, p.92.
140. Idem, p.92-93.
141. Idem.
142. Idem, p.93.
143. BETO, 1985, p.8.
144. SANTOS, 2006, p.16.
145. SADER, 1988, p. 159-160.
146. OLIVEIRA, 1983, p. 80.
147. GAUDIUM ET SPES *apud* SILVA, 2006, p. 14.
148. Levantamento de dados feito pela Comissão de Trabalhadores Rurais da Covemg 2017.
149. TERRA, Comissão Pastoral. Disponível em:<www.fgb.br/cpdoc/acervo/dicionario/verbetetematico/comissaopastoraldaterra-cpt> acesso em agosto 2017.
150. BRUNEAU, 1979, p.176.



VOLTAR AO SUMÁRIO

VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS DOS POVOS INDÍGENAS

Coordenador: Paulo Afonso Moreira
Redação: Juliana Ventura de Souza Fernandes
Marco Túlio Antunes Gomes
Pedro Berutti Marques
Colaboradores: Igor da Silva Nunes
Luciana Paula dos Santos Ferreira
Paulo Vitor Cordeiro Repolês
Simone Rabelo Goyas Jardim

8.1 Considerações teórico-metodológicas

O Capítulo a seguir apresenta graves violações de direitos dos povos indígenas perpetradas por agentes públicos ou com sua omissão ou conivência, no território de Minas Gerais entre os anos de 1946 e 1988, marcos temporais estabelecidos pela Covemg. Decerto, a delimitação cronológica não reduz as arbitrariedades cometidas a estes povos ao período de enfoque, cujas histórias são marcadas por vilipêndios em momentos anteriores e posteriores ao recorte adotado.

No relatório "Violações de direitos humanos dos povos indígenas", apresentado em dezembro de 2014 pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), o período é subdividido em dois momentos:

> Poder-se-ia assim distinguir dois períodos entre 1946 e 1988, o primeiro em que a União estabeleceu condições propícias ao esbulho de terras indígenas e se caracterizou majoritariamente (mas não exclusivamente) pela omissão, acobertando o poder local, interesses privados e deixando de fiscalizar a corrupção em seus quadros; no segundo período, o protagonismo da União nas graves violações de direitos dos índios fica patente, sem que omissões letais, particularmente na área de saúde e no controle da corrupção, deixem de existir.[1]

Tal periodização se adequa ao cenário observado no estado de Minas Gerais, onde as violações de direitos dos povos indígenas estiveram diretamente relacionadas à omissão do Estado brasileiro na questão fundiária, seja por meio dos governos estadual e federal, seja meio das entidades governamentais indigenistas vigentes no período, a saber: o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Ressalte-se que o esbulho de terras indígenas é algo observável nos grupos originários de Minas Gerais – Krenak, Maxakali e Xakriabá, e também motivador de transferência de povos oriundos de outros estados, como é o caso dos Guarani Mbya, Tupinikim e Pataxó. Verifica-se uma progressiva militarização da administração indigenista no estado mineiro a partir da ditadura militar, sobretudo com a nomeação de Manoel dos Santos Pinheiro, capitão da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), para o cargo de chefe da Ajudância Minas-Bahia, instância voltada para a administração dos povos indígenas destas regiões. É durante

sua gestão que ocorre a institucionalização do Reformatório Krenak, presídio indígena criado em 1969 para receber indivíduos considerados infratores de todo o País, posteriormente substituído pela Colônia Agrícola Indígena Guarani, que mantém as práticas de seu antecessor. De acordo com o jornalista Rubens Valente, as instituições correcionais "foram usadas para prender índios que reivindicavam posse de terras e incomodavam a ditadura ou os fazendeiros."[2] Indígenas das etnias Karajá, Campa, Pankararu, Pataxó, Fulni-Ô, Canela, Kaiowá, Guajajara, Krahô, Sateré-Mawé, Terena, Kadiwéu, Bororo, Xerente, Urubu e Xavante sofreram transferências para estes locais entre as décadas de 1960 e 1970, justificadas por condutas como prostituição, alcoolismo, homicídio, tratamento mental e vadiagem.

Para garantia da ordem nestas colônias penais e também em outros Postos Indígenas, Pinheiro organizou a Guarda Rural Indígena (GRIN), composta por indivíduos das etnias Xerente, Karajá, Krahô, Maxakali e Gavião. Foram treinados, fardados e armados para exercer a vigilância e repressão em várias aldeias do País, contando com amplo apoio do presidente da FUNAI em sua criação, José de Queiroz Campos.

A partir do cenário observado entre os anos de 1946 e 1988, buscou-se esclarecer violações de direitos fundamentais de caráter individual ou coletivo, identificando, quando possível, os locais e agentes envolvidos direta ou indiretamente. O enfoque maior desta pesquisa se deu nos povos Krenak, Maxakali e Xakriabá, e também no Reformatório Krenak, na Colônia Agrícola Indígena Guarani e na Guarda Rural Indígena, principais instituições indigenistas repressoras criadas durante a ditadura militar.

A ênfase nas referidas etnias decorre da exigência da Covemg em embasar os casos descritos a partir da utilização de fontes documentais, testemunhais e bibliográficas. Atualmente, pelo menos outros oito grupos habitam o estado de Minas Gerais: Aranã, Arachá, Kaxixó, Muckurin, Pankararu, Pataxó, Puri e Xucuru-Kariri. É sabido que a negação da identidade foi recorrente para estes e outros povos no processo de esbulho de terras indígenas no decorrer dos anos, o que demanda estudos mais aprofundados posteriormente.

Quando abordados o Reformatório Krenak e a Colônia Agrícola Indígena Guarani, casos de violações de indígenas de outros estados confinados em Minas Gerais são explorados, explicitando o cotidiano de arbitrariedades e descaracterização cultural a que eram submetidos.

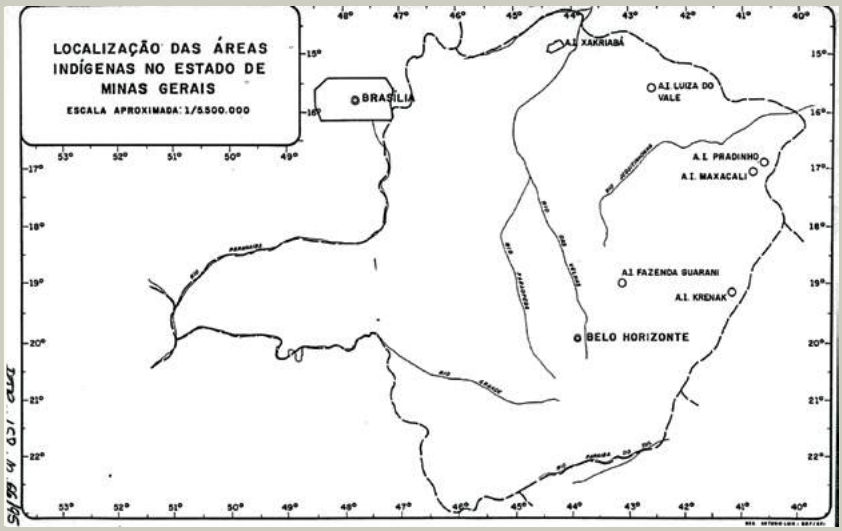


Figura 1 – Áreas Indígenas em Minas Gerais. Fonte: Arquivo Nacional, BR DFANBSB AA3 DTI DTR 0158, 1988, p. 66.

À exceção dos Pataxó, não foi possível a coleta de depoimentos destas etnias, o que exigiria recursos humanos e financeiros incompatíveis aos disponibilizados neste trabalho. No caso destes, a apuração dos fatos foi limitada diante da impossibilidade de deslocamento dos pesquisadores da Covemg para outras aldeias senão as concentradas na área da Fazenda Guarani.

Além do município de Carmésia, onde existem três aldeias Pataxó, os membros deste grupo de trabalho também realizaram atividades em Resplendor, onde atualmente se encontram os Krenak; São João das Missões, cidade que concentra o povo Xakriabá, e nos municípios de Bertópolis e Santa Helena de Minas, onde reside a maior parte dos Maxakali. Pelo menos quatro mil quilômetros foram percorridos em território mineiro para o desenvolvimento deste trabalho.

Antes da realização das viagens, a equipe de pesquisa dedicou-se primordialmente a um levantamento bibliográfico e documental dos povos abarcados, que incluiu dissertações, livros e artigos de diversas áreas do conhecimento. Simultaneamente, foi realizada a leitura do Relatório Figueiredo, documento de mais de sete mil páginas reunidas pelo procurador federal Jader Figueiredo, entre 1967 e 1968 sobre irregularidades administrativas praticadas pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Apesar de fornecer informações valorosas sobre a corrupção no órgão durante a ditadura, e principalmente identificar barbaridades praticadas junto aos povos indígenas de todo o País, um número reduzido de páginas são dedicadas aos Postos Indígenas (PIs) de Minas Gerais, oferecendo poucos subsídios para compreender a situação dos aldeados no período.

O relatório se encontra disponível na íntegra no *site* do Museu do Índio, de onde também foram analisados relatórios administrativos sobre a atuação do SPI até 1969, quando este é substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Nas descrições das atividades dos PIs em território mineiro, são relatadas mortes de indígenas, ameaças e a má assistência prestada pelo órgão aos tutelados.

Do Arquivo Nacional foram enviadas à Covemg centenas de páginas da Assessoria de Segurança e Informação da Fundação Nacional do Índio (ASI-FUNAI), órgão criado durante a gestão do general Bandeira de Mello para investigar possíveis irregularidades na instituição. A documentação disponibilizada diz respeito às gestões de João Itatuitim Ruas e do coronel reformado da Aeronáutica, Clodomiro Bloise, que fornece informações sobre o período do capitão Pinheiro e as interferências que este promove posteriormente nas aldeias Maxakali, sendo identificáveis algumas violações perpetradas por ele e fazendeiros da região.

Outra fonte importante para o desenvolvimento desta pesquisa foi o portal do Instituto Socioambiental (ISA), onde se encontram armazenadas notícias jornalísticas e informações sobre os povos indígenas de Minas Gerais. A partir deste material, foi possível identificar diversas vítimas de violações das etnias estudadas, principalmente entre os anos de 1970 e 1980. O acervo do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) também foi consultado, mas por apresentar as mesmas reportagens do ISA, optou-se pela utilização deste, pela praticidade do acesso ao conteúdo digitalizado. Jornais disponíveis online na Hemeroteca Digital Brasileira, da Fundação Biblioteca Nacional, também foram consultados.

Primordiais foram os documentos do Serviço de Gestão Documental (SEDOC) da FUNAI para esta pesquisa, juntamente com os processos demarcatórios das terras indígenas em Minas Gerais. A documentação foi consultada na sede da instituição em Brasília (DF), em janeiro de 2017, e enviada digitalizada posteriormente. Por sua vez, arquivos sobre o Reformatório Krenak e a Fazenda Guarani foram disponibilizados pela historiadora Rochelle Foltram, dada a impossibilidade dos membros da Covemg em consultar os originais no Museu do Índio, localizado no Rio de Janeiro.

Finalmente, por meio da metodologia da história oral, a equipe entrevistou membros das quatro etnias ao longo do primeiro semestre de 2017, após a análise dos documentos e das referências bibliográficas, o que possibilitou uma conversa com mecanismos de reativação da memória, algo que definitivamente colaborou com a qualidade dos depoimentos, quando muitos tentavam lembrar-se de algo que sabiam ter esquecido.

É importante frisar que, neste aspecto, trata-se de trabalhar com a "memória", algo extremamente difícil de ser definido e ainda mais de ser sistematizado durante a pesquisa. Maurice Halbwachs trabalhou com o conceito de "memória coletiva" que, além da memória individual, é construída pelo grupo ao longo dos anos à medida que suas histórias são recontadas e ajustadas à forma de uma memória coletiva, destacando como exemplo a memória nacional.[3] Contrapondo-se parcialmente a este conceito, o historiador Michel Pollak cunhou o conceito de "memórias subterrâneas"*:*

> Numa perspectiva construtivista, não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas. Como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade. Aplicada à memória coletiva, essa abordagem irá se interessar, portanto, pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias. Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "memória oficial", no caso a memória nacional.[4]

Portanto, esse conceito se encaixa perfeitamente a uma pesquisa sobre os indígenas, grupo minoritário, "invisibilizados" e submetido à construção de histórias oficiais que, se não os esquecem, os adornam com estereótipos.

> Este exemplo mostra também a sobrevivência, durante dezenas de anos, de lembranças traumatizantes, lembranças que esperam o momento propício para serem expressas. A despeito da importante doutrinação ideológica, essas lembranças durante tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração a outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas. O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas.[5]

E é agora, no momento atual, quando a redistribuição das cartas políticas permanece um desafio para os povos indígenas, que essa voz escondida surge e ressignifica suas lutas no presente, possibilidade viabilizada pela longa e sofrida resistência nos tempos da ditadura, mas que fez emergir, num cenário mais amplo, as múltiplas vozes indígenas. O próximo excerto de Pollak revela que a memória não é apenas uma história de um fato, mas também que o fato de se recontar é também um momento de se reconstruir identidades:

> Assim como uma "memória enquadrada", uma história de vida colhida por meio da entrevista oral, esse resumo condensado de uma história social individual, é também suscetível de ser apresentada de inúmeras maneiras em função do contexto no qual é relatada. Mas assim como no caso de uma memória coletiva, essas variações de uma história de vida são limitadas. Tanto no nível individual como no nível do grupo, tudo se passa como se coerência e continuidade fossem comumente admitidas como os sinais distintivos de uma memória crível e de um sentido de identidade assegurados. Em todas as entrevistas sucessivas - no caso de histórias de vida de longa duração - em que a mesma pessoa volta várias vezes a um número restrito de acontecimentos (seja por sua própria iniciativa, seja provocada pelo entrevistador), esse fenômeno pode ser constatado até na entonação. A despeito de variações importantes, encontra-se um núcleo resistente, um fio condutor, uma espécie de *leitmotiv* em cada história de vida. Essas características de todas as histórias de vida sugerem que estas últimas devem ser consideradas como instrumentos de reconstrução da identidade, e não apenas como relatos factuais. Por definição reconstrução a *posteriori*, a história de vida ordena acontecimentos que balizaram uma existência. Além disso, ao contarmos nossa vida, em geral tentamos estabelecer certa coerência por meio de laços lógicos entre acontecimentos-chaves (que aparecem então de uma forma cada vez mais solidificada e estereotipada), e de uma continuidade, resultante da ordenação cronológica. Através desse trabalho de reconstrução de si mesmo o indivíduo tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros.[6]

Direitos Humanos, Etnocídio e Genocídio

Se esta Comissão foi instituída para investigar as violações de direitos humanos cometidas entre 1946 e 1988, é no período da ditadura militar que o enfoque se dá, uma vez que nossa série de cinco ditadores em 21 anos pode, quiçá, ser resumida como uma série macabra de violações aos direitos humanos, como que se fosse uma obrigação infringir todos os artigos da Declaração Universal de Direitos Humanos, de 1948, à qual o Brasil foi signatário de imediato.

No caso indígena, as violações da ordem do discurso são ainda mais abjetas: o artigo 1º da Declaração diz que "todas as pessoas são dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade"[7], mas o Estado insistiu em tratar o índio como um incapaz, um ser primitivo, estático no tempo; e que, portanto, deveria ser integrado à civilização, mesmo que à força.

Os artigos 3º e 9º desvelam o avesso do que o regime praticava contra aqueles que estavam em seu caminho: "ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante" e "ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado. "[8]

Com o artigo 19 será possível iniciar uma reflexão peculiar e relevante para a Covemg: "toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular. "[9]

Estamos lidando aqui com o conceito de "etnocídio", sobre o qual o antropólogo Pierre Clastres observou:

> Ora, foi principalmente a partir de sua experiência americana que os etnólogos, e muito particularmente Robert Jaulin, viram-se levados a formular o conceito de etnocídio. É primeiramente à realidade indígena da América do Sul que se refere essa ideia. Dispomos aí, portanto, de um terreno favorável, se é possível dizer, à pesquisa da distinção entre genocídio e etnocídio, já que as últimas populações indígenas do continente são simultaneamente vítimas desses dois tipos de criminalidade. Se o termo genocídio remete à ideia de "raça" e à vontade de extermínio de uma minoria racial, o termo etnocídio aponta não para a destruição física dos homens (caso em que se permaneceria na situação genocida), mas para a destruição de sua cultura. O etnocídio, portanto, é a destruição sistemática dos modos de vida e pensamento de povos diferentes daqueles que empreendem essa destruição. Em suma, o genocídio assassina os povos em seu corpo, o etnocídio os mata em seu espírito. Em ambos os casos, trata-se sempre da morte, mas de uma morte diferente: a supressão física e imediata não é a opressão cultural com efeitos longamente adiados, segundo a capacidade de resistência da minoria oprimida.[10]

A questão de fundo é a da alteridade, da diferença, do Outro. Como enxergamos o diverso? Para Clastres, toda cultura é etnocêntrica, e o etnocentrismo é "essa vocação de avaliar as diferenças pelo padrão da própria cultura. "[11]

Portanto, pode-se dizer, salvo raras exceções, que o indigenismo no Brasil variou segundo o pêndulo etnocídio-genocídio. Ou os indígenas eram vistos como incapazes, crianças, ingênuos, primitivos, selvagens e, logo, passíveis de serem melhorados pelas benesses da civilização branca, ou eram entendidos como um entrave ao desenvolvimento dessa mesma civilização.

O Discurso Civilizacional

Fulcral para se refletir sobre a história indígena, o discurso civilizacional se pauta em não querer ver o outro como diferença, mas como falta. Tal concepção tomou tamanha importância no período da ditadura, aperfeiçoada por meio da doutrina de segurança nacional, que Rangel Reis, ministro do Interior e secretário-geral da Agricultura dos governos Médici e Geisel chegou a afirmar em 1976: "os índios não podem impedir a passagem do progresso, [...] dentro de 10 a 20 anos não haverá mais índios no Brasil."[12] Neste sentido, é de extrema importância desvelar o que está por trás da ordem do discurso civilizacional.

A palavra "civilização" pôde ser adotada tanto mais rapidamente quanto constituía um vocábulo sintético para um conceito preexistente, formulado anteriormente de maneira múltipla e variada: abrandamento dos costumes, educação dos espíritos, desenvolvimento da polidez, cultura das artes e das ciências, crescimento do comércio e da indústria, aquisição das comodidades materiais e do luxo. Para os indivíduos, os povos, a humanidade inteira, ela designa em primeiro lugar o processo que faz deles civilizados (termo preexistente), e depois o resultado cumulativo desse processo. É, portanto, um conceito unificador[13], no qual ficam "[...] explícitas duas temporalidades distintas no conceito, uma sincrônica e outra diacrônica – processo e estágio."[14] Inicialmente, expressa o movo de vida europeu, e

> [...] legitimava as prerrogativas das nações europeias frente às outras nações – isso quando eram denominadas de nações. O estágio da civilização europeia era um fim idílico para todos seguirem, por meio de um processo de civilização, que acabava por desconsiderar outras possibilidades históricas, diferentes maneiras de uma sociedade se organizar e ter agência sobre seu futuro, por meio de experiências e expectativas únicas e 'irrepetíveis' concernentes às especificidades espaciais e temporais.[15]

A ideia de estágios da humanidade partia da condição do estado natural – identificado com o selvagem e, portanto, com a visão sobre a maior parte das populações africanas e ameríndias – até chegar a um estágio avançado, civilizado. Ao mesmo tempo, o conceito de civilização carregava a temporalidade de processo histórico, capaz de avançar os povos pelos estágios civilizacionais, e, portanto, tornando-se semelhante a progresso ou evolução.

> Esse princípio teleológico gera, na apreensão da história, o sentido da carência, da ausência, em relação ao modelo ideal de sociedade. No ensino de história, anulam-se as múltiplas

> possibilidades de leituras e os reconhecimentos às histórias diversas; estas parecem destinadas a cumprir o caminho que "deu certo", pontuando suas falhas e faltas.[16]

Retomando o conceito de civilização, é oportuno destacar que, como processo, tem relação com os termos progresso, desenvolvimento, evolução, aperfeiçoamento. De acordo com o historiador Jean Starobinski, a palavra civilização, além de subentender refinamento de costumes, desenvolvimento social e técnico, é carregada de uma aura sagrada justamente por causa de sua associação às ideias de progresso e perfectibilidade. Não por acaso, seu uso se disseminou rapidamente, sendo até hoje extremamente controverso, mas nunca irrelevante. Para o autor:

> Um termo carregado de sagrado demoniza o seu antônimo. A palavra civilização, se já não designa um fato submetido ao julgamento, mas um valor incontestável entra no arsenal verbal do louvor ou da acusação. Não se trata mais de avaliar os defeitos ou os méritos da civilização. Ela própria se torna o critério por excelência: julgar-se-á em nome da civilização. É preciso tomar seu partido, adorar sua causa. Ela se torna motivo de exaltação para todos aqueles que respondem ao seu apelo; ou, inversamente, fundamenta uma condenação: tudo que não é civilização, tudo que lhe resiste, tudo que a ameaça, fará figura de monstro ou de mal absoluto. Na excitação da eloquência, torna-se permissível reclamar o sacrifício supremo em nome da civilização. O que significa dizer que o serviço ou a defesa da civilização poderão, eventualmente, legitimar o recurso à violência. O anticivilizado, o bárbaro, devem ser postos fora de condição de prejudicar, se não podem ser educados ou convertidos.[17]

Essa perspectiva de que civilização é tanto um processo quanto um estado de ser, foi também aplicada à questão indígena no Brasil, como bem denota o antropólogo Antônio Carlos de Souza Lima:

> A rigor, não havia grandes diferenças com relação ao paradigma evolucionista. Todas as concepções da natureza dos povos indígenas apresentavam em comum o fato de situá-las como inferiores, quer em relação à "civilização nacional" ou à "raça branca", quer, como no caso dos positivistas, situando-os numa fase evolutiva primária. Ou, ainda, por que a "generosidade" e a ingenuidade os colocavam em situação de inferioridade no trato com os civilizados. A questão em torno da qual se estabelecia o dissenso era o da capacidade ou não de evolução dos povos indígenas.[18]

Retoma-se, com Foucault, a premissa de que o discurso constrói realidades, mas também, conforme observou Edward Said[19], de que a possibilidade de construção desse discurso também demonstra um poder de fato. Essa dialética discurso-realidade também pode ser encontrada na obra de Boaventura Souza Santos, que questiona: afinal, em um contato, como declarar descobridor e descoberto? "Porque sendo a descoberta uma relação de poder e de saber, é descobridor quem tem mais poder e mais saber e, com isso, a capacidade para declarar o outro como descoberto. "[20]

Para Boaventura Sousa Santos, a visão de mundo formulada a partir da Idade Moderna pode ser resumida como uma visão tripartite do mundo – Europa, Ásia e o duo América-África. A visão sobre as três regiões do mundo – e a própria construção e divisão arbitrária desses lugares em regiões distintas – foi elaborada pelo "conquistador", que descobre o outro primeiro por meio das ideias, e depois empiricamente. Esse primeiro contato (imaginário) revela a ideia etnocêntrica, a ideia da inferioridade do outro. O segundo contato (real) legitima e aprofunda o imaginário pré-concebido, justificando a construção de relações desiguais.[21]

Nessa perspectiva, a Europa seria um modelo civilizacional, pronto para ser seguido por todos, mas inalcançável. Para Janssen da Silva, a própria construção da ideia de Europa viria no encontro com a América:

> Tenho como pressuposto que a Europa é uma invenção feita por meio da invasão da denominada hoje de América Latina que deu base para a construção de uma matriz de poder mundial de dominação. Essa matriz de poder tem seus alicerces na "racialização" e na racionalização da sociedade com o advento do colonialismo-colonização do Novo Mundo. Friso que a expressão Novo Mundo é um artifício para negar, apagar e silenciar as histórias dos povos que habitavam a Abya Yala. O processo de racialização impôs uma classificação humana inicialmente em três raças: brancos, índios e negros. Essa classificação inicial hierarquizou as três raças, tendo como referência quem criou a classificação, no caso o branco europeu enquanto sujeito superior que produz cultura, ciência e civilidade, passível de trabalho intelectual e assalariado. Já as demais raças, os índios enquanto sujeito inferior intermediário servil e os negros como sujeito inferior escravo, ambos os grupos não passíveis de produzir cultura, ciência e civilidade.[22]

Em contraposição ao civilizado, há o selvagem, os habitantes originais dos continentes americano e africano. O discurso de que o outro não produz cultura ou

de que se produz, é inferior[23] e adjetivada com termos como bárbara, primitiva, subdesenvolvida, entre outros, confere ao dominador até mesmo um dever, como ser superior, de iluminar os povos inferiores.

Ao longo de séculos de colonialismo e imperialismo, as ideias e ideais de um modelo civilizacional superior foram incorporadas aos discursos hegemônicos também nos lugares inferiores. Alguns exemplos nacionais os revelam, desde o desejo de se embranquecer o Brasil até a ideia de se europeizar, ou seja, se civilizar como nação. Os índios, obviamente, como representantes do último estrato da hierarquia humana, porquanto ainda selvagens, deveriam se submeter ou desaparecer, retomando o pêndulo etnocídio-genocídio.

8.2 Histórico do indigenismo no brasil

Período imperial

Apesar de o índio assumir um papel central na construção da identidade nacional, não se desenvolveram efetivas políticas indigenistas no Primeiro (1822-1831) e Segundo Reinado (1840-1889). A primeira Constituição brasileira, outorgada em 1824, não contemplou a existência dos povos indígenas, e sustentou uma concepção homogênea da sociedade brasileira, a despeito da diversidade etnocultural do País. Dez anos depois, o Ato Institucional de 1834 determinou que promover a catequese e o processo de aldeamento era responsabilidade das Assembleias Provinciais, o que referendava a apropriação das terras indígenas nos anos seguintes.

A política de Estado em relação aos índios limitou-se ao Decreto nº 426 de 1845, que regulamenta as Missões de Catequese e Civilização dos Índios. Desde então, estes eram submetidos ao poder do diretor geral de Índios, ao qual deveriam se reportar todos aqueles empenhados no trabalho de implantação de escolas missionárias, cuja prática educacional se limitaria aos rudimentos básicos de leitura, escrita primária e operações aritméticas. Tudo isso temperado com a imposição da religião católica, destacando-se nesse contexto a atuação de capuchinhos italianos. Basicamente se repetia o que fora feito pelos jesuítas durante o período colonial. De qualquer forma, o objetivo era claro: transformar o índio em um "não índio". Sobre o referido documento, a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha destaca:

> De acordo com os especialistas, estamos diante do "único documento indigenista geral do Império" ou da "lei indigenista

> básica de todo período imperial" que vigoraria, grosso modo, até 1889. Com este regulamento, afirmam, "é que se tentará estabelecer as diretrizes sérias, mais administrativas, na realidade, do que políticas, para o governo dos índios aldeados". A nova legislação criou uma estrutura de aldeamentos indígenas, distribuídos por todo o território, sob a gestão de um Diretor Geral de Índios, nomeado pelo Imperador para cada província. [...]
>
> Cabia aos missionários a tarefa relativa à catequese e à educação dos índios, enquanto que os outros funcionários imperiais se encarregariam da vida cotidiana. [...] Já não era sem tempo. As demandas pela elaboração de instrumentos capazes de dar conta da questão indígena eram frequentes e muitas eram as vozes que se pronunciavam a respeito. Também por conta disso, a aprovação do Regulamento permite-nos levantar algumas indagações. Afinal, qual o lugar dos índios no intenso debate que marcou estas primeiras décadas do oitocentos no que diz respeito à construção da nova nação? John Monteiro considera que a questão de fundo "(...) dizia respeito à contradição que iria marcar profundamente o pensamento brasileiro com referência aos índios durante o Império. No mesmo momento em que o Estado sancionava 'guerras ofensivas' contra os índios em diferentes cantos do país, reivindicava-se um passado comum, mestiço, para destacar a identidade desta nova nação americana no contexto da separação política."[24]

A precária política indigenista do Império, sobretudo na segunda metade do século XIX, foi profundamente influenciada por "abordagens raciais" que encontraram grande aceitação entre expressivas parcelas da intelectualidade do país. Estes afirmavam que os índios remanescentes do território brasileiro constituíam uma "raça" em rápido processo de extinção. Desta forma, como bem denota o historiador John Manuel Monteiro, havia um embate

> [...] entre os que defendiam a "catequese e civilização" dos índios e aqueles que promoviam a sua remoção e mesmo extermínio intensificavam-se cada vez mais. Neste contexto, as doutrinas raciais – que pregavam a inerente inferioridade dos índios, a impossibilidade de os mesmos atingirem um estado de civilização e, por fim, a inevitabilidade de seu desaparecimento da face da terra – teriam um lugar de destaque no debate em torno da política indigenista.
>
> Tema de presença constante no pensamento brasileiro do século XIX, o contraste entre o índio histórico, matriz da nacionalidade, tupi por excelência, extinto de preferência, e o ín-

> dio contemporâneo, integrante das "hordas selvagens" que erravam pelos sertões incultos, ganhava, pouco a pouco, ares de ciência.[25]

Vítimas do preconceito e da ausência de uma efetiva política indigenista por parte do Estado, os índios foram interpretados como um obstáculo à incorporação de novas áreas de diversas atividades econômicas. Mesmo os aldeamentos que reprisavam o modelo de "incorporação" hegemônico nos tempos coloniais – agora encabeçado por religiosos que geralmente não tinham a mesma formação intelectual que seus antecessores jesuítas – não era consensual entre autoridades e "especialistas" no tema, reunidos nos gabinetes no Rio de Janeiro ou nas capitais das províncias.

O Serviço de Proteção ao Índio (SPI)

Criado em 20/06/1910 pelo Decreto nº 8.072, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) – inicialmente denominado Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILN) – foi a primeira iniciativa governamental voltada para a gestão dos povos indígenas do País[26], primordialmente atrelada ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC). Para a direção do órgão é nomeado o tenente-coronel Cândido Mariano da Silva Rondon (1865-1958), sertanista que se destacara no comando de expedições telegráficas, fortemente influenciado pelos ideais positivistas que nortearam sua formação militar. Segundo o historiador Carlos Fausto,

> Rondon e seu grupo traziam novas noções e novos métodos; substituíram a ideia da catequese missionária pelas de proteção e assistência do Estado. No entanto, compartilhavam com missionários e administradores do passado o objetivo de assimilar os índios à nossa sociedade e à nossa cultura. A proteção era vista como um momento transitório, que deveria garantir as condições para que os índios se tornassem parte da massa de trabalhadores nacionais. Esse objetivo se ligava diretamente a outro, de efeitos práticos importantes: promover a conquista das terras indígenas que ainda permaneciam fechadas à colonização.[27]

A dupla atribuição ao SPILNT, destinado tanto à prestação de assistência aos índios quanto criar centros agrícolas voltados aos trabalhadores nacionais, é considerada pelo antropólogo Antônio Carlos Souza Lima evidência de como o Estado compreendia os indígenas no período: "[...] um estrato social concebido como transitório, futuramente incorporáveis à categoria dos trabalhadores nacionais."[28] O intento é refletido com aprovação do decreto nº 5.484, de 27/06/1928,

que equipara aos menores de idade "os índios nômades, os arranchados, ou aldeados e os que tenham menos de cinco anos de estabelecimento em povoação indígena."[29] Aos "índios que passarem para os centros agrícolas"[30], seriam aplicadas as normas do direito comum. Contrariamente, caberia a sujeição ao regime tutelar, conforme previa o art. 6º do Código Civil de 1916. A partir da aprovação destas legislações, o índio se torna um *status* jurídico, a ser atribuído pelas administrações locais do SPI. Destarte, como bem denota Lima,

> [...] a atribuição de indianidade seria a via de acesso e forma intermediária do cumprimento de um projeto de extinção dos povos nativos enquanto entidades discretas, dotadas de historicidade diferencial e autodeterminação política.[31]

Ao lado desse objetivo de proteção do SPI, estava a pacificação, que se constituía, na verdade, na promoção da conquista de terras indígenas para a colonização. Para Fausto, "O SPI acabou muito mais cumprindo um papel de ponta-de-lança para a penetração da frente de expansão, pacificando as tribos que a ela resistiam, abrindo espaço para a ocupação dos territórios tribais".[32] Assim sendo, a "história das 'pacificações' realizadas pelo SPI foi, na maioria dos casos, uma sucessão de desastres demográficos."[33] É o caso dos Kaingang, habitantes do noroeste paulista, cujas terras encontravam-se no caminho da expansão cafeeira e ferroviária. Os conflitos foram resolvidos por meio da pacificação do SPI: após uma queda populacional de mais de 50%, os índios pacificados foram realocados em uma área muito inferior de 301 hectares.

Em Minas Gerais, o SPI criou um posto de atração temporário dos índios Krenak no Rio Eme em 1911, para garantir a construção das ferrovias Vitória-Minas e Bahia-Minas. De acordo com Maria Hilda Baqueiro Paraíso, os demais postos criados com o mesmo fim nos outros estados do circuito das estradas de ferro foram extintos, e os índios aldeados seriamente afetados por doenças infectocontagiosas.[34] Diante da resistência dos Krenak em serem transferidos para o Posto Indígena do Rio Pancas, no Espírito Santo, o SPI obtém junto ao governo de Minas Gerais a demarcação de 2 mil hectares em 1918, ampliada para 4 mil em 1920. Ao assumir caráter permanente, o posto do Rio Eme passa a se chamar Posto Indígena Guido Marlière (PIGM) e inicia-se o arrendamento das terras indígenas para trabalhadores nacionais. Desta forma, objetivava-se que por meio da atividade agrícola os indígenas fossem progressivamente "assimilados" à sociedade.

Este intento é enfatizado a partir de 1939, quando o SPI se torna vinculado ao Ministério da Agricultura (MA). A realocação do órgão era contemporânea à chamada "Marcha para o Oeste", termo que se refere à política do Estado Novo de

expansão e ocupação da região Centro-Oeste por colonos, o que agrava o esbulho de terras indígenas no período.[35]É também durante a ditadura Vargas que ocorre a criação Posto Indígena Mariano de Oliveira (PIMO), na região do Vale do Mucuri, Minas Gerais, voltado para a tutela dos índios Maxakali, aldeados nas glebas Água Boa e Pradinho. Há de se perceber que os Postos Indígenas Mariano de Oliveira e Guido Marlière foram as únicas experiências efetivas de tutela dos indígenas do estado durante o período de atuação do SPI, negligenciando a existência de outros povos em Minas Gerais, que como dito anteriormente, dependiam do reconhecimento da indianidade pelas autoridades estaduais do órgão.

Os anos da Terceira República (1946-1964) são marcados pela criação do Museu do Índio, em 1952, e do Parque Nacional do Xingu, em 1954. O positivismo rondoniano, comprometido pela idade avançada do militar e seus asseclas, foi progressivamente substituído por um novo grupo, composto pela oficialidade do Exército e funcionários públicos.[36] A Constituição Federal do período previa no artigo 216 que seria "respeitada aos silvícolas a posse das terras onde se achem permanentemente localizados, com a condição de não a transferirem."[37] De acordo com o antropólogo Mércio Pereira Gomes, o texto reafirmava o teor da Carta de 1934, que reconhecia os indígenas como parte da nação, além de esboçar a noção de modo tradicional de ocupação. Destarte, tratava-se de "[...] demonstração da consolidação dos direitos indígenas perante as diferentes forças sociais e políticas da nação."[38] Todavia, é mantida nas atividades do SPI a concepção de integrar o indígena na sociedade por meio do trabalho agrícola.[39]

O relatório Figueiredo e a criação da Fundação Nacional do Índio (Funai)

O golpe militar que depõe o presidente João Goulart em 1964 também aborta a gestão do médico sanitarista Noel Nutels, frustrado em seu intento de implantar um serviço de assistência médica voltado para os indígenas.[40] Em 1967, o general Afonso Augusto de Albuquerque Lima, ministro do interior do governo Costa e Silva, criou uma comissão para investigar as denúncias de irregularidades no SPI, chefiada pelo procurador-geral Jader de Figueiredo Correia. Vale ressaltar que as apurações não atingiram todos os 130 PIs do país, tendo a Comissão visitado cinco inspetorias regionais (IRs).

O resultado das investigações é divulgado em 1968, com informações devastadoras que repercutem negativamente nos jornais do País e na imprensa estrangeira. Segundo Figueiredo,

> É espantoso que existe na estrutura administrativa do País repartição que haja descido a tão baixos padrões de decência. E que haja funcionários públicos, cuja bestialidade tenha atingido tais requintes de perversidade. Venderam-se crianças indefesas para servir os instintos de indivíduos desumanos. Torturas contra crianças e adultos, em monstruosos e lentos suplícios, a título de ministrar justiça.[41]

Além dos desvios da renda do patrimônio indígena e extração ilegal de madeira dos PIs – denúncias que ocupam boa parte do relatório, foi apurado que os espancamentos eram prática cotidiana nos PIs, e na 7ª-IR utilizava-se o "tronco", técnica de tortura que

> [...] consistia na trituração do tornozelo da vítima, colocado entre duas estacas enterradas juntas em ângulo agudo. As extremidades, ligadas por roldanas, eram aproximadas lentas e continuamente.[42]

O relatório também apurou a existência de trabalhos forçados, a prisão em cárcere privado e a prostituição de índias. São citados episódios de extermínio de povos indígenas, como uma chacina no Maranhão, quando foram liquidados índios Canela; de inoculação de vírus em uma tribo de Itabuna, na Bahia; e o massacre dos Cinta-Larga no Mato Grosso, onde os indígenas

> [...] teriam sido exterminados a dinamite atirada de avião, e a estricnina adicionada ao açúcar enquanto os mateiros os caçam a tiros de 'pi-ri-pi-pi' (metralhadora) e racham vivos, a facão, do púbis / para a cabeça, o sobrevivente! ! ![43]

Chamado por Figueiredo de "o maior escândalo administrativo do País."[44], o impacto do relatório gera indignação mundial, e segundo Shelton Davis, jornais exigiam que o genocídio dos povos indígenas fosse investigado pelas Nações Unidas.[45] A maior parte das denúncias foi sobre irregularidades praticadas durante as gestões de Ribeiro Coelho, diretor do SPI durante o governo João Goulart, e do major-aviador Luis Vinhas Neves, do governo Castello Branco, o que evidenciava que a apregoada moralização defendida pelos militares não se aplicou no órgão indigenista por vários anos. Para Elena Guimarães,

> Fica claro que o objetivo do Inquérito Administrativo não é que a denúncia de crimes seja associada aos agentes do estado que estavam vinculados ao grupo político do golpe de 1964. Através do Inquérito, o Ministério quer provar que os crimes foram cometidos por funcionários corruptos, fruto da leniência do estado nos anos pré-golpe militar. E mais adiante

> corrobora o projeto de extinção do SPI e criação da Fundação Nacional do Índio, como se esta ideia fosse algo gestado pelos militares como solução e redenção para os problemas dos índios.[46]

Em Minas Gerais, todas as denúncias de irregularidades do Relatório Figueiredo diziam respeito ao Posto Indígena Mariano de Oliveira (PIMO), na época em crise pela revolta dos Maxakali com a má assistência e a prática de arrendamento de terras indígenas. O coronel Hamilton de Oliveira Castro, um dos diretores do SPI investigados, foi acusado pelo relatório juntamente com Sebastião Lucena da Silva de não punir o servidor Sebastião Domingos da Silva pela venda de gado do patrimônio indígena, além da cessão de um veículo do órgão para o destacamento rural da Polícia Militar.[47] Também se questionou a omissão do servidor "no episódio da apreensão dos equinos feitos pela Polícia Rural."[48] João Cardoso dos Santos é apontado como "corresponsável" pela diminuição das rezes do PI, assim como, Miguel Lopes da Silva e Nazareno Martins Fontes. Este também é acusado de "omissão à assistência aos silvícolas"[49] Em sua defesa, Fontes afirma que o major da Polícia Militar Manoel dos Santos Pinheiro – autorizado pelo diretor do SPI, alugava os pastos da reserva para obtenção de renda e garantir a manutenção do PI.

A corrupção investigada no SPI, que também incluía irregularidades praticadas após 1964, culminou no desprestígio do órgão indigenista, e finalmente sua extinção em 1969, substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Para Gomes, a criação desta em dezembro de 1967 atendia ao discurso moralizador dos governos militares, sendo extirpados os elementos corruptores a partir do surgimento do novo órgão. A partir deste, buscava-se:

> [...] transformar os índios em brasileiros, integrá-los à nação e assimilá-los culturalmente ao seu povo. De qualquer modo, era necessário transpor etapas, seguir os caminhos traçados pelo SPI (só que com mais intensidade) e atrelar o sentido do trabalho à ideologia do desenvolvimento com segurança. Era preciso demarcar as terras indígenas, contatar os povos autônomos, dar educação formal, cuidar da saúde, viabilizar a economia indígena para entrar no mercado, e fazer o próprio órgão autossuficiente a partir das rendas auferidas internamente. Nenhuma dessas metas foi alcançada integralmente – em alguns casos, felizmente.[50]

A militarização do indigenismo não se deu somente pela ascensão das Forças Armadas em postos de comando da FUNAI, mas pela inspiração na doutrina de segurança nacional, o que para Egon Heck justifica a presença de egressos de setores de informação e segurança no órgão.[51]

No aspecto jurídico, o regime militar inicialmente procurou legitimar sua posição com a promulgação da Constituição de 1967, apresentando assim uma continuidade à autointitulada Revolução de 64 [1964]. No entanto, tanto o texto constituinte quanto seu processo foram caracterizados por atos de exceção e autoritários. De fato, a Assembleia Constituinte exerceu uma "atividade de reforma de natureza homologatória, e não de criação constitucional"[52], ou seja, procurou legalizar atos que já se encontravam em curso na ação do Estado. No texto da lei, aparecem os termos "defesa nacional" e "desenvolvimento econômico", substituídos na Carta de 1969 por "segurança" e "desenvolvimento nacional". A palavra "segurança", no caso, pode ser interpretada também para combater os considerados inimigos internos e, portanto, é mais abrangente que "defesa nacional". A troca do termo "econômico" por "nacional" também revela uma preocupação com outras dimensões da vida cotidiana, como políticas, sociais e culturais.[53]

Mais que continuidades, o regime militar representou um endurecimento nas relações entre os povos indígenas e o Estado. Pautado na doutrina de segurança nacional, o governo autoritário enxergava no indígena um obstáculo ao desenvolvimento econômico e um risco à segurança nacional, especialmente nas regiões de fronteira. É o que defende o sociólogo Octavio Ianni em seu estudo sobre a colonização da Amazônia:

> A verdade é que a FUNAI foi criada, em 1967, como um órgão da política econômica da ditadura [...]. No contexto em que foi criada e passou a atuar, [...] transformou-se em um instrumento de aculturação agressiva, isto é, determinada exclusivamente pela forma de expansão capitalista [...]. Tudo deveria subordinar-se ao "progresso" que o governo estava impondo à sociedade, em associação com o capital monopolista.[54]

Em 1973 é aprovado o Estatuto do Índio, por meio da Lei nº 6.001, de 19/12/1973. Tido como "relativamente capaz", o indígena mantinha-se sob a tutela da FUNAI, que passa a ser o único ente com a atribuição de demarcar terras indígenas (TIs). Embora estipulasse que todas as TIs seriam demarcadas em um prazo de cinco anos, o governo Geisel não se mobilizou para que fosse cumprida essa meta. Segundo Ianni, mesmo quando a FUNAI desempenhava esta prerrogativa necessária ao indígena, seja por meio de PIs, reservas ou parques, sua atuação era voltada para garantir "[...] a continuidade do processo de expropriação da sua terra, força de trabalho e cultura."[55] A política indigenista empregada no regime militar atendia aos desígnios do capital privado, que impulsionava o desenvolvimento do País por meio de frentes de "expansão" e "pioneiras", como eram chamados, sobretudo, os empreendimentos agrícolas, pecuários e de mineração.[56]

Em linhas gerais, pode-se afirmar que o pêndulo etnocídio-genocídio permaneceu com as diversas frentes de colonização: dos europeus entre 1890-1930; a Marcha para o Oeste na década de 1940, na ditadura Vargas e, finalmente, com a "conquista" da região amazônica na ditadura militar.

8.3 As instituições repressoras na ditadura militar

O período da ditadura culminou na militarização das políticas indigenistas no País, não somente pela inclusão de membros das Forças Armadas na FUNAI, mas pela compreensão da questão indígena norteada a partir da doutrina de segurança nacional. De acordo com Egon Heck,

> [...] um novo indigenismo foi sendo implantado pelos governos militares, tendo sua inspiração e sustentação na Doutrina de Segurança Nacional, e coordenada (postos-chave na FUNAI) por militares egressos, em grande parte, dos serviços de informação e segurança. Esse processo é, por vezes, identificado como "militarização" da questão indígena, e da FUNAI.[57]

Isso não significa afirmar que práticas repressivas identificáveis no período da ditadura militar não se verificavam em períodos anteriores, sendo o maior exemplo disso os resultados obtidos em 1968 pela CPI coordenada pelo procurador do Estado Jader de Figueiredo Correia, sobre as arbitrariedades perpetradas pelo SPI. Contudo, é a partir da criação da FUNAI quando se verifica o recrudescimento da violência empregada nas políticas indigenistas, que em Minas Gerais dão origem a três instituições repressoras: o Reformatório Krenak, a Guarda Rural Indígena (GRIN) e a Colônia Agrícola Indígena Guarani, criadas durante a gestão do capitão da PMMG Manoel dos Santos Pinheiro na Ajudância Minas-Bahia (AJMB), e com o apoio do então presidente da FUNAI, José de Queiroz Campos.

Criada pela Ordem de Serviço Interna nº7, de 14/01/1966, a AJMB era a instância regional da administração indigenista do SPI, sendo seu primeiro chefe o servidor Augusto de Souza Leão. Sediada no município mineiro de Teófilo Otoni, sua atuação englobava o Posto Indígena Mariano de Oliveira, localizado em Bertópolis (MG); o Posto Indígena Guido Marlière, município de Resplendor (MG); Agrupamento dos índios Gamela, situados em Itacarambi (MG); e o Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu, do município de Itajú da Colônia (BA). Para Egon Heck,

> O uso da AJMB, da GRIN, a construção dos Reformatórios e os expedientes empregados pelo capitão [...] Manoel dos Santos Pinheiro aproximaram as suas células repressivas – na forma e na execução – das ações empreendidas pelo sistema DOI-CODI, pois além da triagem e controle de informações extraídos dos entrepostos do órgão pelo Brasil afora ele criou um braço armado para repressão interna, formado ironicamente por índios treinados como militares, além de um centro de detenção para índios de todos os estados da federação.[58]

A partir de 1973, durante a gestão de José Geraldo Itatuitim Ruas, a AJMB torna-se a 11ª Delegacia Regional da FUNAI, mas mantém sua estrutura voltada ao controle e repressão dos indígenas em Minas Gerais.[59] É também nesta década que o general de divisão Oscar Jerônimo Bandeira de Mello assume a presidência da FUNAI, o primeiro militar a ocupar o posto. Egresso da chefia da Divisão de Segurança e Informações (DSI) de Minas e Energia, um dos tentáculos do serviço de espionagem montado pelo regime, Bandeira de Mello cria a Assessoria de Segurança e Informação da FUNAI (ASI-FUNAI), composta majoritariamente por egressos do SNI ou do Exército. De acordo com Rubens Valente, o organismo objetivava:

> [...] acompanhar o noticiário da imprensa, emitir certificados acerca do passado de candidatos a cargos, acompanhar seminários sobre indigenismo, investigar possíveis desvios de conduta ou de recursos na Funai e denunciar "infiltrações" comunistas nos quadros do órgão e nas aldeias.[60]

A FUNAI se encaixava em um complexo aparato burocrático norteado pela doutrina de segurança nacional, com instâncias voltadas para a informação e repressão. Em Minas Gerais, a AJMB e a 11ªDR operaram como "apêndices da repressão"[61], coordenando as atividades dos presídios indígenas Reformatório Krenak e Colônia Agrícola Indígena Guarani, e também da Guarda Rural Indígena.

Reformatório krenak

Sob o comando do general Costa Cavalcanti, ministro do interior, e do general Bandeira de Melo, presidente da FUNAI, foi criado em 1969 o Reformatório Krenak, comandado pela PMMG e o capitão Manoel Pinheiro. Essa ideia e sua consecução eram vistas com orgulho pelos seus criadores, e tiveram origem já em 1966 com o acordo entre o SPI e a PMMG para garantir, supostamente, a assistência adequada aos indígenas.

Como será observado, está história será mais uma entre tantas histórias trágicas gestadas na ditadura militar. O Presídio Krenak, como era conhecido entre os indígenas, teve como justificativa na época ser um lugar para confinar e recuperar índios rebeldes, criminosos ou desajustados.

Em reportagem do Correio da Manhã, de 13/04/1970, pode-se ter uma ideia da nebulosidade que encobria o reformatório.

> Nos 11 alqueires da margem esquerda do Rio Doce funciona, agora, O Posto Indígena "Guido Marlière", da Fundação Nacional do Índio, a FUNAI. Lá dentro, o cabo Antônio Vicente Segundo, da Polícia Militar de Minas Gerais, mais um cabo e cinco soldados, tomam conta do velho Jacó e da velha Sebastiana, e de mais 50 índios de todo o Brasil, considerados rebeldes. Para o velho Jacó e a velha Sebastiana, não há mais esperanças: só sairão de lá mortos; os 50 índios rebeldes só sairão de lá quando estiverem de novo bem-comportados. O significado exato da palavra "rebelde", aplicado aos índios, até agora ninguém entendeu. E os moradores da região garantem que as casinhas que podem ser vistas do outro lado do Rio Doce, e que os próprios índios constroem, são cadeias para os índios rebeldes. [...] A imprensa não pode visitar o Posto – chega, no máximo, até a delegacia. Só com autorização especial do capitão Manoel dos Santos Pinheiro, chefe da Ajudância da FUNAI, em Minas. Só que o capitão não dá a autorização especial.[62]

A afirmação de que o acesso era impossível também aparece em reportagem do Jornal do Brasil (27/08/1972): "o acesso à colônia penal é vedado a qualquer pessoa, principalmente a jornalistas, e os poucos moradores da localidade contam sempre estranhas histórias sobre tentativas de fuga e violências que ali ocorrem".[63]

Se, por um lado, o Reformatório Krenak é percebido como um trabalho maravilhoso pelo próprio capitão Pinheiro, sua perseverança em isolá-lo de qualquer contato demonstra, no mínimo uma atitude contraditória e suspeita. Afinal, por que esconder algo tão brilhante?

Na visita dos jornalistas do JB, os policiais, logo que os encontraram, contataram o capitão Pinheiro que prontamente respondeu: "ponham o repórter para fora e não o deixem fotografar nada", e acrescentou que os índios, que estavam trabalhando na roça, fossem "recolhidos aos galpões e trancados, para que nada respondessem".[64] Para o capitão, sua criação era vista da seguinte maneira:

> Sim, o índio é fator de segurança nacional, pois quando ele se revolta cria a desordem, a subversão e, deste modo, depois de preso, pela GRIN, é enviado a Crenaque, para reeducar-se e ser um índio bom.[65]

Esse temor ainda é corroborado pela documentação oficial: em ofício de outubro de 1969, Antônio Vicente, chefe do PIGM, escreve para o capitão Pinheiro após a tentativa do jornalista Fialho Pacheco de fotografar e visitar o reformatório.

> Devo cientificar-vos que o soldado PM Alberto Aredes Vidal, demonstrando senso de responsabilidade, chamou-me discretamente e me deu ciência em tempo hábil de vossa proibição quanto a dar entrevista e permitir que sejam os índios daqui entrevistados. Face a isto procurei falar o mínimo possível e apenas o necessário para me desembaraçar da visita. Não sei se é pretensão vossa encobrir do povo a existência aqui do xadrez do prédio/confinamento, se assim for, devo dizer-vos, com o devido respeito, que não lograremos êxito.[66]

De fato, a criação de um presídio dentro de uma terra indígena veio na esteira da militarização do indigenismo, com convênios entre a FUNAI e a polícia, a criação da GRIN, a tomada de postos-chave pelos militares, como na FUNAI e nos ministérios, além de uma vigília coercitiva nas questões relativas à terra e conluios com empresas. A criação de um reformatório, nesse contexto, não tinha nenhuma relação com uma melhoria na assistência ao índio, pelo contrário.

Relatos e trocas de correspondência revelam que a situação era precária. Em 25/02/1972, o chefe do PIGM, Antônio Vicente, escreveu ao chefe da AJMB, capitão Pinheiro, pedindo para "enviar com a possível urgência roupas e calçados para os índios confinados, pois os mesmos estão todos sem roupa". Ainda mais grave seria outra correspondência comunicando "que estavam esgotados todos os gêneros alimentícios, não temos banha e nem sal, os índios confinados estão alimentando-se de pura mandioca e inhame sem tempero".

Para o Reformatório Krenak foram enviados índios de vários lugares do Brasil e muitas vezes por crimes dos mais frívolos possíveis, como embriaguez e vadiagem. Porém, uma análise mais detalhada mostra motivações políticas, como "desentendimento com o chefe de posto" ou envolvimento na luta pela terra. Os indivíduos indesejáveis eram transferidos e, assim, o problema local era resolvido. A tabela anexada (ANEXO A) mostra os nomes dos índios presos e alguns dados, como etnia, idade, motivo da prisão e tempo de detenção.

O próprio reformatório foi construído pelos Krenak, que não tinham conhecimento do que viria a ser aquela obra. Dona Laurita conta desse episódio:

> Aí comprando cimento, comprando... Aí colocando coisa lá pra fazer casa, fez um (trecho incompreensível), fez um barracão grande, cortamo lá e botamo coisa pra colocar os índio preso que vinha de fora. Aí eu... nós pregunto: "Uai, Seu Juquinha pra que que eles tão fazeno isso?" Aí ele falou: "Não sei, eles que sabe aí". Aí eles foi e fez uma sede, uma cozinha grande lá pra cozinhar. Depois foro descarregano mesa, as cadeira, foi colocando. Aí o Pinheiro, o Capitão Pinheiro falou que ele era o chefe, né, mandava. Aí eles num podia sair sem orde, que mandava o povo lá do Rio de Janeiro. Aí foi entrando, fazendo casa, aí foi chegando os índio prendido, né?! Aí veio seis polícia ficar lá, de um lugar pro outro, numa casona que era antiga, a polícia ficou ali catucando, tudo, aí ficava lá oiando os índio ficava com eles. De repente eles fizero a casa. Casa, cozinha e nós tinha uma casa de plantio, a oficina. Aí ele... Os cozinheiro morava na casa, que era a Maria Sônia, a Julia, daqui, aí trabaiava pra eles lá, cozinhando pros índio uma panelona cheia de comida. E nós trabaiava pra ele.[67]

Não havia previsão legal para o aprisionamento de indígena, já que a legislação tutelava o índio e o considerava juridicamente irresponsável. Além disso, cada etnia possui sua própria moral, costumes e modos de justiça, uma hierarquia diferenciada, cabendo a ela o julgamento de seus próprios membros. Para justificar essa anomalia, dizia-se que não era um presídio, mas um reformatório para a reeducação. Entretanto, os próprios policiais nomeavam as celas de "xadrez" e os índios de "confinados".[68]

Para José Gabriel Corrêa, havia inclusive uma preocupação de se resguardar os funcionários do órgão tutelar pela criação de memorandos, destacando "restrições e limitações legais a aplicações de punições, 'rememorando' a situação especial de tutela – tal como na menoridade – em que se enquadravam os índios por estarem no processo de transformação em pessoas imputáveis criminalmente, ou seja, em civilizados."[69] Ele também destaca que essa punição estava totalmente ao arbítrio do funcionário do SPI/FUNAI, já que não se baseava em um código, mas na sua vontade e discernimento.

Relatos de violência simbólica e tortura foram identificados em inúmeros depoimentos. Dona Laurita Felix contou o seguinte episódio sobre um índio, dizendo que, como "morava perto e via tudo", que a polícia "pegava aquele índio e batia. Nossa, uma vez que um índio pegou eles também. A Lu que tava lá perto da

lagoa, o índio brigando com os outros índio, mas aí eles começou a atirar e o índio parou, eu acho que eles mataro um índio no rio... de noite!"[70]

Em entrevista a Rubens Valente, José Alfredo, que ficou preso 17 dias apenas por ter atravessado o rio, relatou que uma vez um índio fugiu e, "quando pegaram ele, botaram dentro da água até [...]. Eu vi, foi no córrego. Eles batiam pra caramba. Afogaram ele um bocado, bateram nele e depois levaram. Nós não sabíamos o que ele tinha feito."[71]

A fuga era punida severamente, com requintes de crueldade. O encarceramento no cubículo por vários dias e espancamentos eram punições viáveis. José Gabriel Corrêa e Antônio Jonas Dias Filho[72] chamam a atenção para o caso de Dedé Baena, Pataxó Hã-Hã-Hãe, enviado para o Reformatório por agir violentamente em conflito de terra em Itajú do Colônia (BA). Entretanto, Dedé não aceitou o exílio e seu confinamento, desobedecendo a ordens e sendo torturado e confinado na solitária. Apesar de em um ofício de abril de 1970 constar que Dedé já passara pelo Reformatório, seu destino parece ter sido mais trágico. Dias Filho[73] afirma, baseado em suas entrevistas e na ausência de documentação sobre Dedé, que este teria fugido e, na perseguição, foi afogado pelo guarda do PIGM. Antônio Vicente afirmaria que ele teria se afogado sozinho, mas os outros índios disseram que Dedé era um exímio nadador. Dias Filho assim analisa esse caso:

> Acreditamos que o índio Dedé é um caso que reúne duas categorias de vítimas da ditadura militar: ele é ao mesmo tempo um desaparecido político, como também um dos mortos da repressão institucionalizada dentro dos órgãos públicos do regime.[74]

Sabe-se, portanto, do castigo imposto aos fugitivos. Mas qual era a reação dos guardas ao perceberem uma fuga? Além de contar com os cães da polícia para a perseguição, e os próprios policiais, eram veiculados nas redondezas e cidades próximas cartazes com ofertas de gratificações:

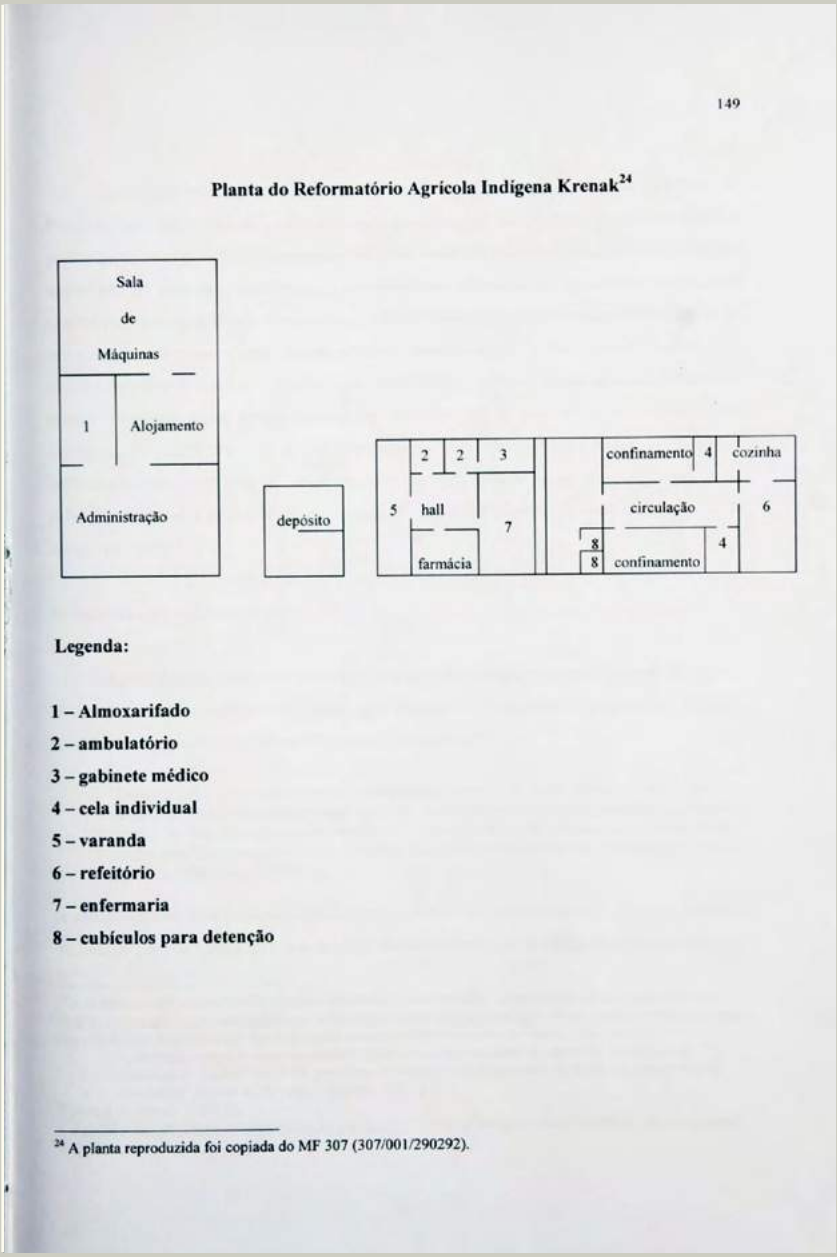
> GRATIFICAÇÃO DE Cr$ 200,00 (DUZENTOS CRUZEIROS)
>
> Solicito-vos com todo empenho os vossos esforços no sentido de CAPTURA do índio ADILSON VASCURÚ que fugiu deste Reformatório esta noite de 23 para 24 [de setembro de 1971]. Seu destino pode ter sido para: Gov. Valadares, Cons. Pena, Penha do Norte, Goiabeira, Aldeia Cuparaque, R. Novo e Boa Esperança.

> Fugiu a pé e sem dinheiro, por certo terá que pedir refeições em algum lugar.
>
> Seu destino futuramente, caso logre êxito, será Belo Horizonte. Característica do referido índio: nome, ADILSON VASCURÚ, cor escura, praticamente negra, com 1,69 de altura, aproximadamente, franzino, cabelo carapinhado (preto seco).
>
> O referido elemento deverá chegar em qualquer um destes lugares indicados, por estes dois a três dias, uma vez que seguiu norte adentro, a pé.
>
> Gratifica-se com Cr$ 200,00 (duzentos cruzeiros) quem capturá-lo por estes dias.
>
> Certo de vossa colaboração antecipo-vos os nossos agradecimentos.
>
> Ainda características: calça clara ou escura, camisas grená, preta ou ainda clara. Fugiu levando ainda um uniforme de brim azul, que são usados no reformatório.
>
> Chefe do PI Guido Marlière.[75]

O Jornal Porantim denunciava, em reportagem de outubro de 1981, a fazenda Guarani e sua antecessora, o Reformatório Krenak, sobre o qual relatava o cotidiano dos índios.

> Trabalhar durante todo o dia na lavoura, vigiados por guardas da Polícia Militar de Minas Gerais e por índios da Guarda Rural Indígena, às vezes acorrentados e sem comer, e à noite dormir trancados em minúsculas e sujas celas. Eram essas as penas aplicadas aos índios confinados [...]. Esse "campo de concentração" indígena chegou a abrigar cerca de 50 índios e afetou a vida dos *krenak*, que não haviam sido consultados quanto à transformação de suas terras em reformatório. Com o tempo, eles passaram de donos legítimos das terras, por posse imemorial e por decreto estadual de 1920, à condição de confinados. Eram proibidos de sair das terras e por qualquer motivo sofriam agressões físicas e eram presos nas celas.[76]

Dona Dejanira também relembra da famosa "solitária" do reformatório, dizendo que "tinha presídio, mas era, eles falava, cubiquinho, pau dentro e marrava o índio, marrava o pé dele com corrente e ai ficava andando lá dentro."[77] Na imagem a seguir, pode-se ver a planta do presídio:



149

Planta do Reformatório Agrícola Indígena Krenak[24]

Sala de Máquinas
1 Alojamento
Administração
depósito
2 2 3
5 hall
7
farmácia
confinamento 4 cozinha
circulação 6
8 4
8 confinamento

Legenda:

1 – Almoxarifado
2 – ambulatório
3 – gabinete médico
4 – cela individual
5 – varanda
6 – refeitório
7 – enfermaria
8 – cubículos para detenção

[24] A planta reproduzida foi copiada do MF 307 (307/001/290292).

Figura 2 - Planta do Reformatório Krenak. José Gabriel CORREA. A ordem a se preservar: a gestão dos índios e o reformatório agrícola Krenak. 2000, p. 149

A planta contém o "cubículo", solitária utilizada para torturar os índios mais "rebeldes" e com dificuldades de se ajustar ao padrão. De acordo com depoimentos colhidos pelo Ministério Público, era costume usá-lo para punir os índios, mesmo que por leves infrações. Manelão Pankararu relata:

> Era uma cadeia grande. Tinha muitas celas, e cada cela tinha 4 camas. Era igual hospital'. Havia uma cela que ele chamou

> de 'cubículo', que era onde eles pegavam os índios e 'metiam o cacete'; era possível ouvir os índios gritando. 'Era ali que o índio tomava couro'. Havia um pau de arara, 'igual cadeia'; no cubículo havia um pau de arara e também o 'cachorro quente', que era um aparelho que ficava jogando água do teto o tempo inteiro e o índio ficava dois dias numa cela molhava. Lembra de índios que iam para o pau de arara e 'cachorro quente' por qualquer motivo, sempre que 'fazia alguma coisa errada'.[78]

A repressão também recaía sobre as crianças:

> Tinha, ele ficou, ele coisou o reformatório ele contava muita coisa também. Ele falava que eles não podia brinca de bola, uma vez ele tava brincando de bola mais pai do Douglas, né? Mais o Nadio, e eles foram buscar ele e amarraro as mão deles assim, nossa não é bom lembrar. Disse que marravam eles e sai puxando o cavalo pra... Pra levar embora, né? Que tinha horário, né? Tinha horário pra eles recolher, né? Aqui ele trabalhava... Aqui ele trabalhava é... Carregando almoço pros policiais, né? Ele contava. Aí num podia sair pra brincar, tinha que ficar ali, quando saia pra brincar era... Eles buscavam eles de... Até batia neles. Ai quando ele foi pra Guarani... Daqui eles foram pra Guarani, de Guarani eles foi pra São Paulo.[79]

Em entrevista concedida em 1989, Antônio Vicente, encarregado do comando tanto do Reformatório quanto da fazenda Guarani, destacou a importância do cumprimento da disciplina. Afinal, era preciso civilizar o índio, ainda percebido, após séculos, como preguiçoso, indisciplinado e pueril.

> Um dos aspectos mais enaltecidos pelo antigo gestor do reformatório, Antônio Vicente, era a gestão do cotidiano dos confinados [...]. Segundo ele, as rotinas tinham no cumprimento rígido dos horários um dos seus "pontos mais positivos". [...] os mesmos não podiam ser alterados ou cabulados por qualquer detendo. Caso isso acontecesse, o confinado estava sujeito às punições mais severas determinadas em uma lista pelo Capitão Pinheiro. Nas palavras deste depoente: "o desrespeito aos horários era falta grave e o capitão tomava isso como ofensa pessoal ao que ele determinou".[80]

Com base nessa entrevista, Dias Filho identificou a rotina dos confinados durante a semana: às 8h tomavam café e iniciavam os trabalhos meia hora depois, parando para tomar banho às 11:30. 13h descansavam, retomando os trabalhos na hora seguinte, que cessava somente às 17:30, quando tomavam outro banho, jantavam e dormiam às 19h.[81]

É preciso destacar que esse controle sobre o tempo do índio e seu modo de vida não foi imposto apenas para os detentos do Reformatório, mas também teve consequências drásticas para os Krenak, o que será analisado neste Capítulo.

Conclui-se que o controle era elemento fundamental da ação tutelar do órgão de proteção ao índio, e para autores como Corrêa esse poder tutelar já era uma característica do SPI desde antes do golpe militar de 1964.

> A atuação dos "responsáveis" pelos indígenas incluiu não só o controle cotidiano e as punições dos índios "criminosos": a orientação guiava o dia a dia dos postos e dos índios, regulando os mais diferentes aspectos de sua vida. Ela cuidava de modificar hábitos "primitivos" por "civilizados": vigiava e condenava as relações – sexuais ou não – existentes entre os índios ou com os "não índios"; as atividades exercidas no cotidiano; a correção, por meios mais ou menos violentos, das práticas e posturas questionadas. Enfim, a prática de tutelar, implica em que os tutelados estejam sob a orientação, e muitas vezes à mercê, dos desígnios e projetos que o tutor tem para ele, estando ele de acordo ou não.[82]

Em 1972, diante de novos conflitos pela terra, movimento revitalizado pelos posseiros[83] após o ganho da FUNAI, em 1970, da ação de reintegração de posse, o Estado decide pela evacuação completa da área, e todos os Krenak e todos os índios presos são transferidos para a fazenda Guarani.

A Guarda Rural Indígena (Grin)

Para garantir que os confinados cumprissem pena, a segurança do Reformatório Krenak, assim como no PIMO, também se utilizava dos indígenas para a execução do patrulhamento – neste caso, os "delinquentes, já recuperados. "[84] A partir de ambas as experiências surgiu a ideia de criação da Guarda Rural Indígena (GRIN), voltada para a capacitação de indígenas de todo o País para protegerem suas próprias aldeias. Regulamentada a partir da Portaria nº 231 de 1969, tinha como atribuições:

a) Impedir a invasão de suas terras, sob qualquer pretexto, por parte dos civilizados;

b) Impedir o ingresso de pessoas não autorizadas, nas comunidades tribais, cuja presença venha contraria as diretrizes da política indigenista traçada pela FUNAI;

c) Manter a ordem interna e assegurar a tranquilidade nos aldeamentos, através de medidas preventivas e repressivas;

d) Preservar os Recursos Naturais Renováveis existentes nas áreas indígenas, orientando os silvícolas na sua exploração racional, visando rendimentos permanentes;

e) Impedir derrubadas, queimadas, explorações florestais, caça e pesca, por parte de pessoas não autorizadas pela FUNAI;

f) Impedir derrubadas, queimadas, caça e pesca criminosas praticadas pelos índios contra o patrimônio indígena;

g) Impedir a venda, o tráfego e o uso de bebidas alcoólicas;

h) Impedir o porte de armas de fogo por pessoas não autorizadas legalmente;

i) Impedir que os silvícolas abandonem as suas áreas com o objetivo de praticar assaltos e pilhagens nas povoações e propriedades rurais próximas dos aldeamentos.[85]

Assim sendo, a GRIN objetivava replicar em todo o País a experiência desenvolvida por Pinheiro nos Postos Indígenas Guido Marlière e Mariano de Oliveira. Para tanto, o chefe da AJMB percorreu aldeamentos no norte e centro-oeste do país, onde selecionou 18 indígenas da etnia Xerente, 29 Karajá, 28 Krahô, 7 Maxakali e 2 Gavião.[86] Em seguida, foram enviados para o Batalhão Escola Voluntários da Pátria, em Belo Horizonte, para a obtenção de treinamento. Segundo reportagem do Jornal do Brasil, o curso intensivo era dividido em três etapas: a primeira, destinada à adaptação dos indígenas, obtinha-se noções de instrução militar básica, como marcha e desfile, continência e apresentação, além de aulas de educação moral e cívica. Na segunda fase, recebiam noções de treinamento policial, incluindo noções de equitação, ataque e defesa, manejo de armas e técnicas de efetuação de prisão. Por fim, eram ensinados conhecimentos sobre preservação ambiental[87]. Entrevistado pelo Jornal do Brasil, o capitão Pinheiro afirma que a Guarda Rural Indígena veio para "resolver um problema de segurança nacional."[88]

A formatura da primeira turma da GRIN – composta por 84 indígenas - ocorreu no dia 05/02/1970, marcada por solenidade da qual participaram o coronel José

Costa Cavalcanti, ministro do Interior e paraninfo dos formandos; José de Queiroz Campos, presidente da FUNAI; o governador de Minas Gerais, Israel Pinheiro; o comandante da Infantaria Divisionária 4, general Gentil Marcondes Filho, além dos secretários estaduais de Segurança Pública e Agricultura, o secretário de Educação José Maria Alkmin, o comandante da PMMG, coronel José Ortiga, e outras autoridades. Após a execução do hino nacional e a saudação às autoridades feita pelo indígena João Xerente, os membros da GRIN fizeram demonstrações de defesa pessoal, de "captura e condução de presos com e sem arma e de lutas típicas de suas tribos."[89]



Figura 3 – Desfile da GRIN em Belo Horizonte. Fonte: Fotograma retirado de vídeo-reportagem. TV FOLHA, 2012[90]

Em 2012, o pesquisador Marcelo Zelic, do grupo Tortura Nunca Mais/SP, encontrou filmagens da formatura digitalizadas em um DVD etiquetado "Arara". Embora sugerisse ser material sobre a etnia homônima, o rótulo era uma referência ao pau de arara, uma das técnicas exibidas ao longo do ato oficial. Em reportagem da Folha de São Paulo, a jornalista Laura Capriglione descreve a peculiaridade do evento:

> Entranhada nos porões, a tortura jamais recebera tratamento tão alegre e solto quanto naqueles 26 minutos e 55 segundos, que exibem o pau de arara orgulhosamente à luz do dia, em ato oficial, sob os aplausos das autoridades e de uma multidão de basbaques.[91]

Apesar disso, a GRIN repercute positivamente na imprensa, tornando-se vitrine do novo órgão indigenista. Para o governo militar, era essencial que a FUNAI não somente superasse os escândalos de corrupção e críticas de genocídio, noticiados internacionalmente nos anos derradeiros do SPI, mas também as críticas dos antropólogos sobre a militarização indígena. Meses após sua formatura, a GRIN desfilou nas cidades de Recife, Goiânia e São Paulo, nesta última com as Forças Armadas durante a Páscoa da Fraternidade. Segundo o general Ayrosa, tratava-se de uma demonstração dos "esforços desenvolvidos pelo governo para a aculturação pacífica do indígena, desmentindo a exploração sensacionalista de que os nossos silvícolas estão sendo dizimados."[92] Após o desfile, o periódico Diário de Notícias noticiou o intento do governo Médici de destinar 500 mil cruzeiros novos para a criação de outras duas turmas de Guardas Rurais Indígenas, com 90 soldados cada.[93]

De volta às aldeias, as atividades da GRIN respondiam à AJMB, e o capitão Pinheiro era constantemente notificado das ações de seus integrantes. Nove destacamentos foram organizados: três deles compostos por Karajá; dois Kraô, dois Xerente e dois Maxakali. As brigadas respondiam aos graduados da PM de Minas e Goiás, estes últimos após estagiarem nos PIGM e PIMO.

Além da atuação do destacamento da GRIN Maxakali no PIMO, guardas indígenas também foram utilizados no patrulhamento do Reformatório Krenak e na fazenda Guarani. Nesta, o chefe do PI Antônio Vicente Segundo, cabo da PMMG, mostra em seus relatórios que os GRINs Antônio Karajá e o Krenak João Batista de Oliveira foram empregados na prisão de "assemelhados", como eram chamados os não índios habitantes da área, em ocasiões em que eram encontrados alcoolizados.[94] Também realizava guarda no local o Kaigang Laurenço Gares.

A experiência, contudo, não foi exitosa, e são registrados atos de tortura, estupro e insubordinação, sobretudo na Ilha do Bananal. Em 1970, o Jornal do Brasil denunciou alguns destes acasos, além de acusar a GRIN de promover a desagregação cultural ao desprestigiar lideranças tradicionais. Em reportagem, atribuiu à instituição "o início da implantação do sistema policial, com delações de espionagem dentro e fora das tribos."[95] Tratava-se, como bem denota Egon Heck, de uma política indigenista fortemente influenciada pela doutrina de segurança nacional em voga durante os governos militares, que ambicionava a aceleração do processo de assimilação do índio à sociedade, a partir da instituição da ordem nas aldeias.[96]

A aplicação da Guarda em muito se deveu ao apoio do presidente da FUNAI, José de Queiroz Campos, e sua manutenção é dificultada após a saída deste,

que é substituído pelo general Oscar Jerônimo Bandeira de Mello em junho de 1970. Para Edinaldo Bezerra de Freitas, o fracasso da GRIN se deve à ausência de planejamento e continuidade da iniciativa, além da provável carência financeira, ressaltada por Queiroz Campos quando findada sua gestão. Segundo o historiador,

> [...] sua maior agravante foi a incapacidade de acompanhar as peculiaridades específicas de cada etnia indígena, num jogo de impossibilidade de adaptação cultural que só levou a gerar mais problemas de descaracterização. Assim, as principais questões de cada grupo indígena não foram atingidas.[97]

A colônia agrícola indígena Guarani

Em vistas de solucionar a pressão dos fazendeiros de Resplendor, que alegavam a extinção do povo Krenak na região, o capitão da PMMG Manoel dos Santos Pinheiro, exercendo a chefia da Ajudância Minas-Bahia, arquitetou a transferência dos "remanescentes" para outra localidade. Embora inicialmente tenha sido aventada a possibilidade de transferi-los para parte do Parque do Rio Doce, Pinheiro garantiu que o local apropriado seria a fazenda Guarani, localizada no município de Carmésia, na região do Vale do Rio Doce, interior de Minas Gerais. Para a administração do novo PI foi escolhido pelo chefe da AJMB o cabo da PMMG Antônio Vicente Segundo.



Figura 4 - Casarão na Aldeia Sede, utilizado como moradia pelos funcionários da FUNAI.
Fonte: Covemg. Foto Marco Túlio Antunes Gomes

Outrora propriedade do coronel José Ribeiro Pereira de Magalhães, a fazenda se destacara pela produtividade de café e outras culturas até a morte de seu proprietário, quando é doada ao Estado pela ausência de herdeiros. Por sua vez, o governo mineiro a repassa para a administração da PMMG, que a utiliza como campo de treinamento antiguerrilha. Na década de 1970, os três mil hectares que compunham o local eram parcialmente ocupados por alguns posseiros, retirados pela Polícia Militar a mando do governador, que promete o pagamento de indenizações.

Por meio da Lei Estadual nº 5.875, de 16/05/1972[98], assinada pelo governador Rondon Pacheco, a fazenda Guarani foi doada à FUNAI, na época dirigida pelo general Oscar Bandeira de Melo, representando no processo pelo capitão Manoel dos Santos Pinheiro. Segundo relatório do antropólogo Rafael José de Menezes Bastos e do economista Marcos Antônio de Carvalho, a área desocupada pelos Krenak foi transferida da FUNAI ao governo de Minas, permanecendo sob controle da Fundação Rural Mineira (Ruralminas), que passa a regularizar as terras invadidas por fazendeiros.[99]

A permuta entre o governo de Minas e a FUNAI foi noticiada positivamente por esta em seu Boletim Informativo, no qual considerou a fazenda Guarani como uma ampliação da experiência do Reformatório Krenak. Segundo a reportagem, a nova instituição seria

> [...] um centro de formação de monitores indígenas encarregados de ministrar cursos práticos de formação de mão de obra às tribos consideradas integradas, tais como capatazia, sapateiros, tratoristas, lavradores, carpinteiros, mecânicos, técnicos em latifúndios, curtumes, motoristas, etc.[100]

Junto das informações da fazenda Guarani foi anexada a defesa do senador Osires Teixeira (ARENA-GO) ao trabalho do órgão indigenista, negando a existência de colônias penais no país, além de transparecer o ideário do Estado de tornar os indígenas produtivos e assimilados:

> O Krenak – disse – existe não para segregar o índio e sim para reconduzi-lo ao convívio dos seus irmãos; não para puni-lo, mas para instrui-lo; não para infundir medo àquele que quebrou o rito social de sua comunidade, porém, sobretudo, para despertar nele a sua utilidade em um ambiente social; não para recuperá-lo, no sentido convencional da palavra, mas para reeducá-lo.[101]

Na prática, a fazenda Guarani também operou como uma colônia penal agrícola indígena, em pouco se diferenciando arbitrariedades da instituição antecessora.

Os Krenak são deslocados forçadamente para o local, sendo também realocados confinados da colônia penal em Resplendor. Em reportagem ao Jornal do Brasil, os jornalistas Gutemberg Mota e Silva e Waldemar Sabino relataram em 1973 que a Fazenda Guarani chegou a manter 22 "índios delinquentes", sendo a continuação do "Reeducandário" Krenak. Informa que o então chefe da Ajudância Minas-Bahia da FUNAI, José Geraldo Itatuitim Ruas, era a favor da desativação do local:

> Itatuitim entende que a primeira violentação que se comete com um índio delinquente (ou não) é retirá-lo de seu habitat, para jogá-lo numa terra estranha, onde ele não encontra nada daquilo que é comum em sua aldeia, principalmente no que diz respeito aos meios que lhe possibilitam a sobrevivência (caça, pesca, agricultura, pecuária e artesanato).[102] [Grifo do autor].

Apesar de os jornalistas informarem a eminente soltura dos últimos 12 indígenas confinados, a documentação atualmente sob a guarda do Museu do Índio sobre o "PI Crenack", como é também conhecida a fazenda Guarani a partir de 1972, revela que a transferência arbitrária de indígenas permanece nos anos seguintes. São os casos de Roberto Joaquim e Ambrósio Gois, ambos da etnia Terena, Gregório Xerente, Bibiano Xerente, Julieta Karajá, Iuamá Karajá, Antônio Karajá e Oscar de Melo Sará, da etnia Campa[103], entre outros. Em entrevista ao portal digital jornalístico Pública, Itatuitum Ruas descreveu a rotina de castigos e trabalhos forçados dos detentos no local:

> Imagina o que era para mim, como índio, ouvir a ordem do dia do cabo Vicente (policial militar e chefe local do posto indígena), botando todos os presidiários em fila indiana, antes de tomarem um café corrido, ameaçando baixar o cacete em quem andasse errado. E alertando que, para aquele que fugisse, havia quatro cachorros policiais, treinados e farejadores, prontos para agir, exemplifica. "Eles não trabalhavam no sábado, que era dia de lavar a roupa, costurar, essas coisas todas. Mas, durante a semana, era trabalho escravo!"[104]

A despeito da substituição do capitão Manoel Pinheiro dos Santos por Itatuitim Ruas na AJMB em maio de 1973, permanecem as violações de direitos dos indígenas na Fazenda Guarani. Segundo Corrêa, entre 1973 e 1974 ocorrem 35 detenções no local – 10 destas de não índios – relacionadas a acusações de embriaguez, desordem e homicídios em suas aldeias de origem.[105]

Era frequente o uso do "xadrez" para o confinamento dos indígenas, localizado no andar térreo do casarão onde funcionava o escritório administrativo do

chefe de posto. Um caso exemplar é o da prisão do Tupinikim Nilson Joaquim Pinto, que se recusa a acatar as ordens do cabo Antônio Vicente Segundo, e este informa em ofício ao chefe da AJMB João Geraldo Itatuitim Ruas que "[...] não teve alternativa senão o de recolhê-lo ao xadrez por algumas horas."[106] Em outra ofício, o chefe do PI relata que o indígena Bibiano Pereira Xerente foi encontrado consumindo bebidas alcoólicas nas ruas de Carmésia, sendo recolhido ao xadrez durante a noite por três dias, quando " [...] prestou serviços gratuitamente a Colônia, para pagar em serviços a importância de Cr$ 20,00 (Vinte cruzeiros) que foi paga ao motorista [...] no seu transporte da mencionada cidade a esta Colônia."[107]



Figura 5 - O "xadrez" onde permaneciam os indígenas considerados infratores. Fonte: Covemg. Foto Marco Túlio Antunes Gomes

Dos indivíduos confinados no PI, pelo menos quatro apresentam doenças mentais reconhecidas pelos funcionários da FUNAI: Bertoldo Xacriabá, Ciapy Xavante, Elias Sateré e Oscar de Melo Sará. Consta em relatório que este teria acusado o capitão Pinheiro de maus-tratos no Reformatório Krenak, o que é desconsiderado após um exame psiquiátrico realizado em Belo Horizonte revelar "desequilíbrio mental".[108] Segundo o jornalista Andre Campos, além de manter confinados indígenas que cometiam delitos em suas aldeias de origem, a fazenda Guarani era voltada para "tratamento mental", apesar de não apresentar profissionais destinados a este fim.[109]

Semelhante à situação dos Krenak, outros povos indígenas também foram transferidos para a fazenda Guarani por conflitos de terras nos anos seguintes. Em agosto de 1973, Itatuitim Ruas esteve em Guarapari (ES) para convencer os Guarani Mbya a aceitarem serem transferidos para Minas Gerais, e também na Aldeia Caieiras Velhas, região de Aracruz, onde ofereceu o mesmo aos Tupinikim. Anteriormente habitantes nas praias capixabas de Santa Cruz e Nova Almeida, estes povos foram progressivamente confinados a partir da chegada da Aracruz-Florestal na região:

> Chegava o eucalipto, estendendo-se pela região, e escasseava o terreno, cada vez mais estreito para os índios. Em pouco tempo restou apenas a vila apertada de eucaliptos, deixando os índios confinados a uma estreita faixa de terra.[110]

Destarte, os Guarani Mbya migram para Guarapari, onde o prefeito do município, Hugo Borges, oferece terras aos indígenas desde que se tornassem atração turística local. O intento repercute negativamente na imprensa nacional, o que leva Itatuitim Ruas a intervir tanto para abafar as denúncias de exploração dos indígenas, quanto para solucionar a questão fundiária na região de Caieiras Velhas. De acordo com a historiadora Kalna Mareto Teao,

> A retirada dos Mbya para a Fazenda Guarani representou também o conflito entre o modo de ser guarani e a concepção ocidental de que esses índios deveriam estar em aldeamentos ou prisões destinadas ao trabalho agrícola e à integração nacional.[111]

Um relatório do Censo da fazenda Guarani de 1973 indica que 30 Guarani e 12 Tupinikim foram transferidos para o local, onde eram mantidos com 5 Fulni-Ô, 1 Kaiowá, 24 Krenak, 7 Karajá, 4 Pankararu, 9 Terena, 5 Xerente, 4 Maxakali, 1 Mauê, 1 Xavante e 1 Campa, totalizando em 104 indígenas.[112] 20 destes são registados como "confinados", outros 35 como "desocupados", enquanto os demais exerciam atividades de pedreiro, motorista, doméstica, cultivo de roças e funções administrativas.[113]

Ainda na primeira metade da década de 1970, famílias Pataxó migraram para a fazenda Guarani, pressionadas por conflitos fundiários no PI Barra Velha, na Bahia. A situação dos indígenas se agrava em sua aldeia de origem a partir de agosto de 1949, quando a liderança Honório Borges dos Santos, conhecido como capitão Honório, parte para a capital federal com a intenção de solicitar ao Serviço de Proteção ao Índio (SPI) que intercedesse pelos Pataxó. De volta à região, o capitão Honório e os indígenas conhecem dois homens que se passaram por um

engenheiro e tenente, supostamente encarregados de realizar uma nova medição oficial no local. Contudo, estes os convencem a invadir e saquear a fazenda de Teodomiro Rodrigues, autorizados pelo general Rondon. Essa versão, repercutida por alguns impressos, é contestada pelas autoridades policiais, que julgam "inconcebível que duas pessoas pudessem obrigar uma turma de 50 caboclos cometer atos criminosos. Daí a presunção de que o caboclo Honório Borges dos Santos, que já estava à espera dos estranhos ter também responsabilidade [...]"[114] Seja como for, é importante ressaltar que a liderança do capitão Honório fez conhecida a situação dos Pataxó por todo o País, ainda que inicialmente sem a identidade indígena. Identificados como "caboclos" no período, essa negação do reconhecimento dos Pataxó como grupo étnico é agravada devido a dispersão dos indígenas a partir do episódio do confronto entre fazendeiros, forças policiais e indígenas, que fica conhecido entre estes como "Fogo de 51".

Comandada pelo major Arsênio Alves de Souza, a Polícia Militar desloca-se para a região com o intuito de conter os indígenas. Segundo reportagem do Jornal Imprensa Popular, após intensos disparos contra os revoltosos, o destacamento

> [...] incendiou todas as casas, aprisionou e espancou dezenas de homens, mulheres e crianças, levando-os para Caravelas. Os demais escaparam pela mata [...]. Não houve possibilidade de resistência dos caboclos, que estavam desarmados.[115]

Dispersos a partir do massacre, muitos indígenas passaram a omitir sua identidade, migrando para cidades e fazendas, enquanto alguns retornaram para a reconstrução da aldeia. Uma das principais consequências dessa descaracterização cultural se deu no idioma Pataxó, progressivamente extinto.[116] Em busca de se estabelecerem em um local isento de conflitos agrários, famílias se deslocam para Minas Gerais, a partir dos anos 1970. No depoimento concedido à Covemg, Valmores Pataxó relata a violência psicológica contida no processo de expulsão de seus antepassados da Bahia:

> O fato de tirarem o índio da sua origem, do seu local, do seu habitat, já é uma forma de impedir de você praticar a sua cultura, né? O seu modo de viver, manifestar, né? Os seus atos, os seus costumes, então isso é automático, né? Então assim, eu acho que ditadura de certa maneira, e isso assim, que a gente não tem conhecimentos, igual, das pessoas que vivem aqui, igual eu, Firmino, finado Bastião, Zé Mané, Zé Vavá, João Milton, esses pessoal, caindo, esse pessoal vieram mais naquele período da década de 1970, eles não têm sofrido essas consequências na pele assim, da pancada na pele, mas sofreu psicologicamente, acho que a questão

> psicológica, ela foi muito mais agravante, do que a questão de quebrar uma perna, quebrar um braço, quebrar uma cabeça e emendar, e acho que essa questão psicológica, ela muito mais doída do que uma pancada, entendeu? Eu acho que provavelmente esse seria, acho que a grande causa, a grande dor causada, tem esse período tão longo da ditadura, né? Eu acho que indiretamente nós sofremos essas consequências até hoje, e provavelmente nossos filhos, nossos netos sofrerão, porque é uma doença, se tornou uma doença, né? Que fica impregnada ali… acontecer, é natural, da mesma maneira foi o que aconteceu com nós, Pataxós, e outras nações, outros povos indígenas também, né? Que de certa maneira, vem sofrendo com isso, o tempo todo, né? Com essas lembranças, né? […][117]

Se a fazenda Guarani apresentou como permanência do Reformatório Krenak a manutenção de confinados enviados individualmente ou em pequenos grupos por delitos cometidos em suas aldeias natais, sua especificidade era ser um local voltado para transferência de aldeias inteiras, motivada por conflitos de terras. Destarte, Krenak, Guarani, Tupinikim e Pataxó foram submetidos a um exílio forçado, e como bem denota a historiadora Rochelle Foltram,

> [...] não tinham como voltar, pois, não sabiam o caminho para suas terras e não possuíam dinheiro ou contato com aqueles que ficaram. Esse processo ajudou na tomada de terras indígenas e nas desarticulações da luta pela terra.[118]

Mantidos em uma área de clima e solo adversos dos quais eram familiarizados, estes povos viviam em estado de abandono na fazenda Guarani. Em relatório enviado à presidência da FUNAI em 1978, a antropóloga Sonia Marcato adverte para o processo de desintegração social no local, não sendo garantidas aos indígenas

> [...] condições de obter renda com a lavoura, com a venda de artesanato. O pouco dinheiro que conseguem é logo aplicado na compra de alimentos essenciais. Para o resto nada sobra. Daí sua condição de penúria no que se refere ao vestuário, por exemplo, e terem de viver na dependência do que a FUNAI lhes possa fornecer.[119]

A superpopulação do PI era agravada com a presença majoritária de não índios no local. Segundo dados da própria FUNAI, de acordo com levantamento socioeconômico realizado em setembro de 1973, eram cerca de 100 índios: 37 Krenak, 46 Guarani e 21 índios presos de outras etnias, enquanto os "civilizados" eram 380: 29 civis engajados na PMMG, que com seus familiares somavam

247 pessoas; 85 diaristas e familiares; e 7 famílias de ex-meeiros, que totalizavam 42 pessoas, além dos funcionários da FUNAI. Assim, para 100 índios, havia mais de 380 não índios.[120] Diante de tal situação, os Guarani e Tupinikim retornam para o Espírito Santo a partir de 1974, incapazes de se adaptarem ao clima da colônia penal e aos parcos recursos naturais existentes.[121]

Em relatório anual do ano de 1976, o delegado da 11ª DR da FUNAI Clodomiro Bloise explicita as condições precárias e incertas relacionadas à fazenda Guarani, que a partir do ano de 1977 seria excluída da condição de Posto Indígena. Na prática, cessavam-se as transferências de Auxílio de Manutenção para o PI, cujas atribuições permaneciam ambíguas:

> Inúmeros relatórios foram feitos durante o ano de 1976, principalmente no que diz respeito a definição final de sua finalidade. É Colônia de Correção, é fazenda experimental, é local de recuperação de silvícolas sofredores de doença mental ou é simplesmente uma colônia correcional. Até a presente data nada ainda foi definido, acontecendo que, porém, na realidade ali vivem 104 (índios) sendo sua grande maioria criminosos por homicídio proveniente devido ao estado de embriaguez no ato praticado. As condições de sobrevivência desses índios são precaríssimas, pois não existe cobertura financeira para sua manutenção.[122]

No final da década de 1970, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e o Grupo de Estudos da Questão Indígena de Minas Gerais (GREQUI), este vinculado à UFMG, somam esforços para denunciar a manutenção da Colônia Penal Agrícola na área da fazenda Guarani. O presidente da FUNAI Ademar Ribeiro da Silva contestou os organismos, alegando que os "[...] índios saíram espontaneamente de suas aldeias de origem, em geral por problemas de adaptação dentro do seu grupo tribal, mas de forma alguma sofrem qualquer tipo de restrição, podendo deixar livremente a fazenda [...]."[123] Apesar de suas alegações, em junho de 1981 a Revista Porantim denunciou que o Pataxó Hã-Hã-Hãe Herculano foi espancado pela PMMG na Fazenda Guarani, sendo quebrada sua perna em dois locais. A entrada dos quatro policiais na área teria sido autorizada pelo delegado da 11ª DR da FUNAI, Carlos Grossi, e a agressão assistida por um técnico agrícola do posto.[124] Em depoimento à Covemg, a cacica Sÿanete Pataxó relembra o episódio:

> [...] ele apanhou muito da polícia [...] Aqui e nessa fazenda, de lá dessa Fazenda Ministério, trouxe o Herculano pra cá. [...] E ele era Pataxó Hã Hã Hã. E aí ele também trouxe esse povo, né? E deixou, a própria FUNAI que trouxe.

ENTREVISTADORA: Foi a FUNAI?

CACICA SŸANETE: Foi a FUNAI que trouxe, não foi outro, né? Foi a própria FUNAI que trouxe esse povo, e deixou ele também por conta do Deus dará depois também, já existem pessoas de Valadares perdido, longe da sua comunidade, longe dos seus costume. Essa família mesmo, que eu estou falando, que é do Benedito Chaves, né? Que ficou com... Preso aí, que não pode voltar mais para a sua terra natal [...]. [125]

Nos anos subsequentes a colônia penal agrícola indígena é desativada sem alarde, permanecendo na fazenda Guarani apenas famílias Pataxó. Em levantamento feito pela Covemg, constatou-se que entre as décadas de 1970 e 1980 pelo menos 40 indígenas de diversas etnias do País estiveram confinadas na Colônia Agrícola Indígena Guarani (ver anexo B).

Na década de 1980, com o apoio de entidades indigenistas mineiras, as lideranças deste povo passam a lutar pelo reconhecimento de sua identidade, e pela demarcação do local. A cacica Sÿanete esclarece em seu relato em que circunstâncias a fazenda Guarani passa a ser reivindicada como território do povo Pataxó, atualmente regularizado pela FUNAI:

[…] Como você fala assim, desse tempo da ditadura, né? Que eu não sei usar bem a palavra, né? Mas eles foram massacrados, né? […] É, assim, porque principalmente assim de cada lugar que a gente vem, né? A gente vem de Barra Velha, né? Para... A gente veio, depois assim de algumas lutas, né? Que a gente fomo... A gente veio de um povo muito sofrido também, né? Então não sei se você... E a gente por chegar aqui em Minas, a gente não praticava isso não (referência a rituais e outras práticas culturais), tinha mais isso mais era guardado mesmo, né? Passado os anos, que a gente viu que na verdade, depois da luta, né? Pela terra, que a gente já queria ela... Já queria ela pra nós como aldeia, não mais como fazenda, não mais como refúgio, a gente queria ela como terra nossa mesmo, né? Pra ser uma terra, como é que se diz, batizada aí como uma aldeia, né? Uma comunidade indígena. Aí que a gente foi a praticar nossas aldeias, né? Mas em tempo, assim, não fomo impedido por ninguém, mas sim com medo, fazia isso, né? De enquanto ela não for nossa, nós não podemos manifestar esse ritual aquí dentro, né? Então depois... Então também vem por aí, né? Por esses medos, né?[126]

8.4 Povos indígenas em Minas Gerais

Krenak

Caracterização geral

Talvez não haja melhor maneira de falar sobre um povo do que dando espaço para que falem sobre si mesmos.

> Neste ano [2008], precisamente no mês de maio, completará 200 anos que um rei chamado Dom João VI declarou "Guerra Justa" ao meu povo Krenak. Na verdade, para nós Borun são 200 anos de resistência e de luta pela vida. Tudo começou quando em nossas terras atracaram os Kraí-Krenton (não indio) com seus navios. Segundo nossos antepassados o motivo da vinda dos Kraí-Krenton fora devido à busca por riquezas, novas terras, escravos e exploração muita exploração, as mais cruéis e imperdoáveis explorações que já presenciamos e hoje sabemos. No entanto, ao chegarem aqui em nosso continente, eles jamais podiam imaginar que dentro das belas e densas matas podiam existir os povos da floresta. Povos que tinham a natureza como lar, como santuário, como todas as coisas boas que a natureza possa significar. Enfim, eles nunca imaginaram o quanto era importante para nós a relação com a natureza, com o sagrado, com o preservar, em saber como é primordial manter intactas as coisas que o grande espírito criou para nós. Sendo assim, ao exterminarem com todos os parentes da costa do nosso continente, os Kraí-Krenton decidem adentrar as matas a procura de riquezas, pedras preciosas e todas as coisas que viessem pela frente. Na época em que aquelas pessoas estranhas subiram os rios, as nossas belas águas doces cortavam o que hoje chamamos de estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia. Era em toda essa região que vivia e comandava todo o meu povo, os "Borum" (Essência do ser). Mas não era bem assim que os estranhos nos chamavam. Desde aquela época a discriminação acontecia. Por meu povo usar adornos nas orelhas e nos lábios, eles nos passaram a chamar de "Botocudos" termo pejorativo que advém de Botoque, que significa rolha de fechar barril. O choque, o contato entre os Kraí-Krenton e o meu povo foi o mais violento, intenso e sanguinário que acontecera neste país. Matavam mulheres, crianças, velhos além dos nossos guerreiros nas batalhas. Mesmo assim o meu povo resistiu bravamente, impedindo que os estranhos destruíssem nossas matas e levassem toda nossa riqueza. Muitos anos se passaram e várias guerras foram travadas, milhares

de Borum e Kraí-Krenton morriam desesperadamente. Como se não bastasse tanta morte, mais estranhos chegavam e alojavam-se em nossas terras, chegando ao ponto em que a vida de todos os povos da floresta estava perto do fim. Durante todo esse período, os Kraí-Krenton não conseguiram nos derrotar tendo que apelar para uma severa e cruel estratégia, a de convencerem seus líderes que era preciso nos matar sem piedade para extrair de nossas terras as riquezas exuberantes. Diante de toda repercussão, lendas de antropofagismo, histórias inimagináveis sobre meu povo, um rei que viera para nossas terras conhecido por Dom João VI decide declarar guerra ao meu povo, uma Guerra que teve o nome de Guerra Justa aos Botocudos. A justificativa do nome era porque o meu povo impedia o desenvolvimento por toda região. Pra ser sincero, meu povo impedia que nossas matas fossem queimadas, nossos rios poluídos, nossas riquezas extraídas e nossa dignidade manchada com sangue inocente. E por achar que nesta terra não tinha dono decidiram nos exterminar por completo, sem que nenhuma vida fosse poupada. Em 13 /05/1808 com a divulgação da Carta Régia deu-se início oficialmente à Guerra Justa para complementar às decisões do famoso rei. A sanguinária ocupação de nossas terras com todo o esquema militar, de quartéis, cães e soldados durou longos 15 anos. Após repercutir por toda Europa e demais continentes a "Guerra Justa" teve fim oficialmente no ano de 1823. Na verdade, a guerra acabara apenas para os Kraí-Krenton, porque, para o meu povo ela ainda não acabou. Depois das guerras, nosso povo foi quase exterminado por completo restando poucas aldeias. A partir de então tivemos que passar por vários tipos de guerras e batalhas que se possa imaginar. São na verdade os aldeamentos, os métodos de pacificação utilizados pelos governos, prisões, delimitação dos nossos territórios, negação da nossa cultura, projetos desenvolvimentistas, hidrelétricas, Usinas, reservas ambientais, privadas, dentre várias outras. As agressões ao meu povo e as reações adversas à nossa cultura são cada vez mais presentes, quase que incontroláveis, prestes a um conflito social de graves proporções. É urgente, portanto, que todos saibam da riqueza e da importância que é a cultura de um povo, e com isso tomar iniciativas para tornar mais harmônica a convivência entre os povos de diferentes culturas. Sabemos que a Constituição Federal dedicou um pequeno capítulo aos índios, reconhecendo sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, impondo à sociedade brasileira um dever legal de respeito e de reconhecimento das diferenças etnoculturais dos indígenas. No entanto, a ignorância e o desrespeito da sociedade brasileira acerca das questões culturais e tradicionais ainda é o que prevalece, levando ao preconceito e à discriminação.

> É preciso demonstrar que estas diferenças são o que faz do Brasil uma grande Nação. Não podemos tomar como base e norteamento histórico informações como as que a Rede Globo exibiu em uma série no Programa do Fantástico, colocando algumas figuras como líderes e responsáveis pelo desenvolvimento do nosso país. É preciso dizer que Dom João VI teve que mandar matar injustamente vários povos indígenas para colocar em prática seu plano de desenvolvimento, assim como Napoleão, Dom Pedro I e vários outros tiveram que cometer atrocidades para realizarem seus escandalosos planos. Eu sei que muito ainda precisa ser feito para a construção de uma nova realidade, para que nossa sociedade caminhe rumo a um novo Brasil. Precisamos exigir do Governo Brasileiro que a Sociedade e até mesmo os seus Governantes passem por um intenso processo educativo e de formação, buscando romper as barreiras da corrupção, da violência, do isolamento, do desconhecimento não só dos Meios de Comunicação, mas de todos os setores e sistemas da Sociedade Brasileira. É chegada a hora de que nossas crianças precisam ser educadas com a verdade, com o real significado da palavra verdade. Para quem sabe assim construirmos um novo mundo com um pouco mais de respeito às diferentes culturas e respeito ao nosso grande lar chamado Planeta Terra. Erehé Ynhauit. Paz e Luz a todos.[127]

O texto, de autoria de Douglas Krenak, escrito na perspectiva indígena, traz muitos elementos para reflexão, desde a relação sagrada com a natureza, passando por séculos de violência física e simbólica e terminando com um alento, talvez a visão de uma possibilidade de coexistência por meio da educação.

E esse aspecto intensifica a importância deste Relatório, de ser mais que apenas um documento, mas um instrumento para a consecução da Lei 11645/2008[128] que torna obrigatório o ensino de história indígena e pretende uma reeducação para o estabelecimento de novas relações étnico-raciais, combatendo o racismo, o preconceito e a discriminação.

O passado, portanto, nunca esteve tão presente e é invocado para mudar o futuro; porém, para tanto, precisa ser tensionado e questionado quando da sua escrita etnocêntrica que por tantas vezes invisibilizou a história de tantos povos.

Dando continuidade à apresentação do povo Krenak, hoje eles vivem no munícipio de Resplendor, ou melhor, sua terra indígena encontra-se localizada no nesse município, mas os Krenak, por motivos que serão trabalhados adiante, vivem em diversos lugares.

Voltando à história dos Krenak, para além da perseguição da "guerra justa", já no século XX ocorrem novos problemas por causa de suas terras com a construção da ferrovia Vitória-Minas e são pressionados para abandoná-las. Em 1911, o recém-criado SPI funda dois postos indígenas de atração, Pancas e Guido Marlière, o que significava que suas terras podiam ser alvo do desenvolvimento, isto é, da tão cultuada civilização. Pelo Decreto 5462, de 1920, o estado de Minas cede à União 4000ha de terras da região para a fundação de uma colônia de krenak e pojichá. Para se ter uma ideia, em meados de 1960 os Krenak ocupavam uma área de apenas 68ha. Essa cobiça pelas terras permaneceu: por exemplo, no início do século XX existiam 5 mil Krenak, mas na década de 1920 eram apenas 600.

Entretanto, a ideia de um posto indígena de atração era justamente atrair novos colonizadores, atrair a civilização que, pelo contato próximo, acabaria modificando os selvagens.

Na análise de Correa, "para o governo do Estado, a doação de terra ao SPI estava condicionada com a 'civilização' dos índios. Esta incluía além de sua fixação na área reservada – para liberar as terras para colonização –, que os índios trabalhassem e que abandonassem 'hábitos primitivos', como viver em casas comunais."[129]

O descontrole dessa colonização chegou a números absurdos: em 1945, havia 1493 arrendatários não indígenas dentro da área indígena.[130] Esse crescimento gerou conflitos, e a documentação do SPI na década de 1950 está muito mais relacionada aos problemas com os arrendatários do que de questões indígenas.[131] Os arrendatários queriam garantir a posse da terra e, assim, controlar a extração vegetal e mineral. A descoberta da mina de mica teria gerado mais conflitos, contribuindo para o fechamento do PIGM em 1957.

Em 1958, são transferidos para o PI dos Maxacali e retornam lentamente. Em 1967, é criado o Reformatório Krenak e em 1972 são removidos para a fazenda Guarani. São esses eventos que serão analisados a seguir.

Exílio ou deslocamento forçado?

Na história recente dos Krenak, encontram-se exemplos recorrentes de migrações. Em alguns textos, esses eventos são intitulados de "deslocamentos forçado"; porém, a palavra "exílio" parece ser mais apropriada para os casos que serão analisados a seguir. Se a palavra exílio é usada quando se refere a alguém que saiu do País, este não seria o caso de alguém que nem saiu do estado de

Minas Gerais ou do País. Teria relação, portanto, com o sentimento de nacionalidade e de ser levado a um lugar que não é sua terra.

No caso indígena, há de se considerar que o sentimento de pertencimento a um grupo ou comunidade é diferente, e está ligado ao povo, à etnia, e sua ligação ancestral com a terra. O exílio não é sair do País, mas sair da terra sagrada dos ancestrais. Douglas Krenak, em entrevista para a Covemg, enriqueceu essa reflexão:

> [...] e até uma palavra que a gente fala, exílio, que até dentro do próprio Ministério Público é uma coisa que tem se discutido, porque exílio o pessoal acha que é sair daqui para ir para outro país, aí foi da onde que nós colocamos para eles qual o sentimento que vocês branco têm por pátria, o que viria ser pátria pra os branco. Pátria simplesmente, né? O que vocês têm com esse sentimento de pátria, o que vem a ser a palavra pátria, né? Então é daí que a gente começou a formular tudo. Porque tirar o meu povo daqui do Vale do Rio Doce foi exilar, porque a nossa pátria, o relacionamento que nós temos com pátria, com terra, território sagrado, é isso, é esse sentimento que nós temos por pátria, né?[132]

Outro ponto que não pode ser esquecido sobre o exílio é sua capacidade de desagregar famílias e comunidades. O exílio de um não é apenas pessoal, mas também de todos os outros que deixaram de conviver com esse sujeito. Esse sentimento pode ser observado nas declarações a seguir:

> ZEZÃO: Aí eu tinha 8 anos, aí o meu tio Antônio Jorge que Manuel irmão da tia Margô veio buscar nós e nós fomos pra lá. Pra senhora ver o sofrimento. Aí pega e despejou nós, esparrando todo mundo, um pouco pra Mato Grosso, um pouco pra São Paulo, né?![133]

> OREDES: Na época do... Na época retiraram o nosso povo né, pra... Exilaram o nosso povo né, aí nóis... Uma parta te da nossa família foi pra fazenda Guarani né, onde hoje habita os Pataxó né? E outros foro pra... Pros Maxacali tamém né, e outros foro pra Vanuire interior de São Paulo, aí espalhou né, tem inclusive até po Mato Grosso teve né,- tem índios nesses, tinha no visual nosso né, o último que nóis... Dilermano discubriu antes de falecer, foi o Seu Oclides né...teve que buscar ele lá no Mato Grosso, disse que falou: "Ó mais nóis tem terra.", nossa terra num... Nóis conseguimo tamém, né? Um pedaço de terra né, porque na

> verdade essa terra nossa num é homologada, foi uma negociação né, a nossa terra é muito mais do que isso que cês pensa. Aí meu pai, mais minha tia, nossa família teve que ser obrigada, a saí forçado da nossa terra aqui, pra fazenda Guarani né?[134]

Em sua conversa com a Covemg, uma das lideranças dos Krenak, Douglas, resumiu o longo processo de exílios perpetrados contra seu povo. Sua própria família foi vítima dos desmandos do Estado, pois seu pai, que era uma liderança, foi mandado para trabalhar nos Maxakali, onde ele nasceu. Seu irmão nasceu em São Paulo e sua irmã na a fazenda Guarani. Entretanto, no seu relato encontra-se o forte sentimento de pertencimento à etnia e a terra. A resiliência de um povo que sempre encontra uma maneira de voltar.

> Durante o período da ditadura militar eles viram que isso não tava dando certo, porque o povo não deixava de falar a língua, essas questões todas, e tava vindo uma expansão muito grande de café, de gado, e a ideia era extinguir esse povo, acabar com esse povo, mas como na época já tinha esses serviços de proteção ao índio, esses órgãos que trabalhavam na questão indígena, eles começaram a retirar o nosso povo daqui para outros lugares. Por causa da própria estrada de ferro [...]. A gente é uma prova viva de toda atrocidade que essa estrada de ferro, que é a questão das aberturas de estrada, a cultura do gado e do café fez por aqui. Nosso povo tinha memória viva de tudo isso, então a ideia era sumir com o povo do mapa. Foi da onde teve vários exílios pra outros lugares do Brasil, principalmente São Paulo, Mato Grosso, Bahia, e até mesmo Minas Gerais, lá na aldeia dos índios Maxakali, aqui na Fazenda Guarani, que era também um local de treinamento militar da época. E é uma das coisas novas que aconteceu, foi isso, mas a tortura, matar, impor questões culturais, trabalho forçado, isso a gente já vinha desde 1800 passando por isso e lutando contra. O que foi novo mesmo de violência contra o nosso povo foi essa questão de tentar tirar daqui, pra outro lugar, pro povo não retornar mais pra cá. E aí teve várias frentes, né? Porque o povo sempre retornava, retornava a pé, em carona, e a apoio de algumas pessoas sensibilizadas com a causa do nosso povo, né? E aí o povo conseguiu retornar. Alguns ficaram refugiados nas ilhas, nas matas aqui e vivendo escondido, né? De tudo isso. E se refugiando aí, nesse Vale do Rio Doce, ao longo do rio. Têm várias histórias de vários índios velhos que ficaram ainda aqui, resistindo nas ilhas, escondido, né? Vivendo ali nas escondidas mesmo.[135]

O exílio de 1958

Com o acirramento dos conflitos pela terra na década de 1950, o SPI decide, no final do mesmo ano, transferir os 45 índios Krenak para a área do PIMO e fechar o PIGM.

> Apesar da rapidez e falta de planejamento, a "solução" de fechar o posto indígena e transferir os Krenak para o posto Mariano de Oliveira, respondia a objetivos mais "profundos" da proteção aos índios. A retirada dos índios e do SPI da área do posto indígena, respondia à última etapa da ação do órgão e a liberar as terras para colonização. Este movimento pode parecer estranho se considerarmos que a área passaria ao controle do Serviço Florestal de Minas Gerais, visando à criação do Horto Florestal do Rio Doce. [...] Para além desta situação específica de conversão de "reservas" indígenas em reservas florestais – resolvendo assim os conflitos e disputas locais pela terra com a retirada dos índios –, existem outros casos de tentativas semelhantes [...].[136]

No entanto, como destaca Maria Hilda Barqueiro Paraíso, o acordo com a Polícia Florestal se deu justamente para barrar o processo de doação da área aos Krenak, uma "negociata entre o SPI e a Polícia Florestal de Minas Gerais"[137]. Além disso, a administração pública, no caso a prefeitura de Resplendor, geraria uma renda com a cobrança da taxa de arrendamento dos posseiros.

Nesse contexto de disputa, ocorreu um atentado a bomba na casa do chefe do posto que, até hoje, não se descobriu a autoria. A Polícia Florestal acusou os Krenak e, com isso, arrumou um pretexto para expulsá-los da área à força. O cacique José Alfredo relembra: "eles pegaram os índios, colocaram todos na balsa e, depois, no caminhão. Levou para a cidade de Maxacali, quando chegou lá, eles nos despejaram e voltaram. Nós ficamos três dias lá na cidade, depois veio o senhor Juquinha, funcionário da FUNAI [sic], e nos levou para a aldeia dos Maxacali."[138]

Nesse ínterim, não houve comunicação sobre essa remoção e o problema se tornou ainda maior, já que não havia nenhum tipo de preparo para dar assistência à chegada de uma nova etnia dentro da área Maxacali. Sobre o exílio para os Maxakali, Cleuza relatou o seguinte:

> Eles chegaro, jogaram nós lá no lugar lá de... Ah, eles falam num lugar onde só tinha prostituta, sabe? Jogaro as muierada pra lá praquele lugar, aí ficaro lá, ninguém sabia nem onde, nem que rumo ia tomar, até que pareceu um pessoal lá e recolhero eles, foi lá pa aldeia.[139]

Cleuza também conta da experiência de Laurita, dizendo que ela "fico muitos anos lá, diz ela que sufria, né? Que queria vir embora, prantava a roça, num podia colher puque eles colhia tudo, eles tomava. Até hoje... Cê conhece eles, né? Aí num pudia, era aquele sofrimento, só prantava, mas não colhia."[140]

Laurita Krenak, que tinha apenas oito anos quando do exílio para Maxacali, lembra de como os meios de vida dos Krenak foram acabando com o aumento do número de "civilizados". Os jacarés acabaram, algumas frutas, como o araticum, e até mesmo alguns peixes, que foram comidos pelo bagre africano, introduzido pelos "brancos". Outra parte importante de seu relato se relaciona com a violência simbólica, por meio da ameaça, dos funcionários que deveriam cuidar dos índios, como se pode perceber no excerto abaixo.

> Ali no Maxacali, só tinha um lugar de Chefe de posto morar, e na Água Boa havia umas casas, poucas, mas tinha. Nós ficamos lá, mas meu pai pegou e falou que vinha embora pra cá. Depois a Lucinda falou: –"Eu não vou ficar aqui, não!" Nós íamos embora quando o Chefe falou com ela: "se vocês forem embora, nós vamos pegar vocês e jogar dentro do rio, aqui não é lugar de vocês." Nossa mãe, nosso pai e Lucinda, mãe da Maria Sônia, ficaram com medo de nos jogarem dentro do rio e fomos embora. Largamos Joaquim Grande pra trás. Nós saímos de madrugada, escurinho, antes do chefe do posto acordar.[141]

Os absurdos de tamanho desmando, combinados com uma falta de preparo, organização e boa vontade, geraram casos de uma excentricidade macabra. Na continuação de seu relato, Laurita conta de como sua vida de menina foi apartada de seus pais, e da responsabilidade dos funcionários do SPI no isolamento de uma criança em uma cidade totalmente desconhecida.

> Quando eu cheguei em Valadares, já não estava aguentando... Eu estava doente... Quando nós chegamos lá, o Chefe brigou, falou que nós estávamos com preguiça de trabalhar, que no Maxacali tinha mata, que os índios trabalharam e que era para nos mandar para São Paulo. Nos mandou para São Paulo. Nós chegamos em um lugar que chama São Martim (fica para o lado de Catu). Nós paramos lá e eles deram dinheiro pra gente comprar, mas nem mandou o chefe nos esperar. Chegamos lá no meio do trem, na estação de São Martim e o chefe do posto falou que quando eu fiquei internada em Bauru, que quando sarasse não era pra eu ligar pra lá. Era pra me deixar em Bauru mesmo, sozinha... Em Bauru. Eu fiquei lá, cresci, sarei e nada da minha mãe nem do meu pai. O

> chefe falou com o médico que não era para eu nem telefonar pra ele e deu o endereço errado pro médico. O médico falou: "você sarou? Então eu vou mandar o chefe vir buscar você." E não buscou. Eu fiquei lá, saí de lá de Bauru, do hospital, com 15 anos.[142]

Esses depoimentos, em conformidade com a documentação e a bibliografia, comprovam as péssimas condições a que foram submetidos os Krenak. Alguns não esperaram e voltaram para o PIGM, os que aguardaram foram retirados da área Maxakali em 1959 e se dispersaram. Muitos foram para o PI Vanuíre (SP), ou mesmo para a Ilha do Bananal.

Esse foi o caso da família de Laurita Félix, ainda menina quando enviada para os Maxakali. Em seu relato, fica claro o completo descaso do órgão de assistência ao indígena, o SPI, assim como as dificuldades que tiveram que enfrentar para finalmente voltar a terra.

> Aí quando nós fiquemo lá foi aquele Maxakali, aí meu pai num quis fica lá não, que nós era pequena lá passando fome, aí eles tinha que trabalhar por dia pra ganhar dinheirinho pra... Ou senão nós trabaiava a troco de mandioca, banana pra gente comer. Aí meu pai... Aí morreu a irmãzinha minha com dois ano, aí a minha mãe falou assim: "Ah se você quiser você fica aí que eu vou embora a pé, aqui eu num fico de jeito nenhum, os meus fio tá morrendo, é febre, é fome". Aí nós veio embora a pé. Veio eu, meu pai, minha mãe e o avô do Douglas que era Jacô viero também. Aí nós veio embora e tinha uma menininha assim, e eu pequena e o meu irmão, a mãe tava esperando outro neném, que é pouco. Aí nós veio andando... O meu pé tava até dando sangue. Aí nós foi embora, veio embora, fiquemo trabaiando lá nesse lugar até arrumar dinheiro pra tornar andar a pé. Porque não tinha carro, ia andar só no trieiro assim, e lá acolá o carrochaca. Aí nós veio parar a pé tanto e cortando aqui na estrada, eles tavam ponhando asfalto ainda. Quando nós cheguemo ali a pé subiu muito tempo assim no meio da estrada pra chegar ali no asfalto que eles tava fazendo, aí meu pai pediu carona para nós vim pra Valadares, aí o home deu carona, nós num tinha um tostão pra comer nada pela meio da estrada. Aí eu fiquei com febre, fiquei vomitando. Aí que cheguemo... Aí meu pai e nós tivemo que ficar na estação lá na terra do home, lá nós dorme lá. Aí nós fiquemo lá na estação, o homem deixou nós lá e nós fiquemo. Aquele sacrifício, aí o meu pai pediu o home pra nós ficar lá na estação, o home deixou. Deu pra forrar o papelão pra deitar as crianças que o chão tá frio. Aí

> nós fiquemo lá à noite, aí eu fiquei passando bem mal, aí o home da estação falou pra um guarda que eu tava passando mal, e aí o guarda levou nós pra... Levou eu pra tirar pulso e pra tomar remédio. Deu remédio pra mim, mais nada que eu miorava aquela febre, febre. Aí o meu pai pegou e fiquemo lá na estação e no outro dia nós pegou o trem, daí pediu o prefeito, o prefeito deu dinheiro pra nós ir pra Belo Horizonte. De lá ele deu um papel pra o meu pai prega no prefeito em Belo Horizonte, pra seguir lá pro Rio. Nessa época o povo trabaiava com índio lá no... nós foi pra lá. Aí quando cheguemo no Rio também, ele pegou nós e mandou pra São Paulo, num queria que nós viesse pra cá não. Nós fiquemo pra lá e pra cá, aquela turma de gente, um mucado de nós, um mucado dos índio foi pro Luiz Bananal, que é o Luiz Algodão, que é o pai de Sandra, aí entrou o Pedro, mais a mãe dele, o outro irmão dele, morrero tudo pra lá. E nós fiquemo arrodando, fomos pra São Paulo, fiquemo lá em São Paulo um ano, aí meu pai não quis ficar lá, vortemo de novo, passemo no Rio, aí o home pegou e falou que aqui tinha uns home que matava índio, então agora nós vamo ser matado lá mesmo. Nós voltemo de novo. Ô sacrifício! Aí o chefe pegou não queria nós, pegou nós e mandou pra São Paulo de novo. Nosso Deus, mas eu não consigo contar nessa época quantos foi não. Tanto que nós sofreu, agora graças a Deus de tanto eu ir lá pedi, de tanto o povo de Brasília, ponhou mão deu jeito nessa terra, que essa terra era nossa, eles tinha que dá pros outro, ou vendia, ou... Coisa do governo, nós tanto pelejava, saímo de São Paulo, a gente veio pra Brasília, de Brasília nós veio pra Guarani, aí mandou nós pra Guarani.[143]

Sobre a volta para a terra, dona Dejanira também conta da sua experiência, pois era ainda criança no exílio, e também conta das lembranças de seu pai.

> Lá era difícil, muito difícil. Muito difícil! Uma dificuldade danada. [...] os meus pai trabalhava de dia pra poder eles pagar pra gente comprar as coisa, mas era muito difícil, ai o parente não gostou também, não, né? Aí meu tio veio embora, meu irmão veio embora, veio minha família. Parece que quatro família. Fugiram. Veio embora de a pé, descansando nas estradas, né? Meu irmão diz ele que ele passou uma fome, comia essas folhinha que caia junto na rodagem e bibia água e ia embora.[144]

O retorno era algo extremamente complicado, pois, segundo relatos, era feito a pé, pelas estradas ou trilhas, às vezes conseguindo alguma carona, tentando sobreviver da ajuda de desconhecidos.

Para a família de Dejanira, esse retorno foi na verdade uma longa volta, pois dos Maxakali foram levados para Brasília, pois a ideia era enviá-los para Goiás. Apenas com muita luta e perseverança foi possível retornar para o Rio Doce.

ENTREVISTADORA: É, como que foi depois do Maxakali?

DEJANIRA: Eles levaram nós pra Brasília, pra nós ir embora lá pra terra do Carajá. Mas meu pai falou pra eles que nós não ia embora pra terra dos outro mais não, já chega. Nós têm terra, pra que nós vai pra terra dos outros? Não, nós vamos pra nossa terra. Eles falaram assim "não tem terra lá", então nossa terra tá com eles é nossa, sim, "não tem, você vai encontrar branco lá." Mas nós não quer nem saber. Eu não vou pra terra do outro índio mais não! Teimou, bateu pé. Nós não vai. "Lá não tem, não tem terra". Tem sim, eu quero ser interrado lá na minha terra. Falou que não ia, não foi mesmo, minhas família não vai, ai o home falou assim "meu cumpade não vai, eu também não vou". Aí nós fiquemos lá, você vai pai, vamos Carajás? Não, falei que não vou. Pode me matar não vou, não, não vou mermo! Ai disse que o chefe falou assim, "Olha tô falando com ocê, tô avisando vocês, vocês não querem escutar, tô falando pro bem de ocês", não, vô volta pra minha terra, eu moro na ilha, tem ilha, tem pedra, eu vou pescar, eu vou me virar, eu não vou mexer com pranta.

ENTREVISTADORA: Mas quem que queria que o pai da senhora fosse lá pro Carajás?

DEJANIRA: A encarregada, mas essa encarregada já é de Maxakali, é de lá.

ENTREVISTADORA: Ele não queria que os Krenak voltasse pra cá?

DEJANIRA: Não, meu pai falou que não ia pa terra do cajá, é lá de Goiás, né? É, Goiás, ai o meu pai não quis, não. Teimou que não, vou não. E na outra semana quero ir embora pra Krenak, quero ir embora pra Krenak, aí ele pegou e "Tá certo. Cês quer ir embora pra Krenak eu vou levar vocês inté no..." Tem um lugar que antigamente o trem não ia lá... Uberaba. "Eu vou levar vocês dentro do caminhão, nas caçambas, vou arrumar alimento pro cês, pra não fica com fome viu?"Tá bom. Aí arrumou, arrumaram as coisa pro meu pai, tá tudo cheio de fio, que é muito menino, né? Aí colocou nós, arrumou alimento, ai trouxe, ai chegou, o trem encostava, deixou lá, botou nós na caçamba "Bom, aí conversei com vocês, vocês não me escutou." Aí o meu pai "não, que eu quero minha terra, lugar que meu povo morreu, cabou tudo. Então eu vou

> pra lá, eu vou pra lá." Aí ela "Tá certo. Então ocês vai com Deus". Aí nós veio embora, embarcou nós, o homo, o encarregado, e veio embora.[145]

Os que voltaram permaneceram na região escondidos, em áreas desocupadas pelos arrendatários, uma vez que o PIGM só voltou a funcionar em 1966, reavivando a tensão em torno da questão da terra.

Maria Júlia Krenak conta como o retorno após o primeiro exílio foi complicado, até mesmo porque seu pai havia ficado na terra Krenak, mas também por causa da oposição dos fazendeiros e posseiros que, durantes anos, foram legalizados dentro da terra indígena pelo SPI. Essa oposição, ora feita por ameaças, algumas concretizadas, ora feita para aquebrantar a perseverança do outro. Quando voltou com a família, ela diz que encontrou o pai: "ele estava ali, trabalhando do mesmo jeito. Foi quando chegou o Afrânio. Quando íamos fazer roça ele chegava e cortava tudo. O que podíamos fazer? Largamos a roça. Passamos a vender flechas no trem (meu pai vendia). Se ele vendesse alguma coisa a gente comia, se não, não comia."[146]

Esse local onde seu pai permaneceu escondido, provavelmente com mais dois Krenak, hoje se tornou um lugar de memória, como fica evidente no depoimento de Itamar Krenak:

> Tem um poção aqui que é um lugar onde os peixes se reproduzem muito. Então esse é um lugar onde a gente, no futuro, pretende conservar. Até porque essa área hoje faz parte de um patrimônio cultural Krenak, a Ilha da Resistência. Na época em que os índios foram tirados à força para outros lugares, ficou uma turma de índios Krenak nessa Ilha até o pessoal todo voltar novamente e retomar a terra. Por isso, é importante preservar esse local para contar para os nossos mais jovens que vêm crescendo, a história que aconteceu aqui e que é passada de geração a geração.[147]

A partir desse pequeno reduto, até porque grande parte de suas terras já tinha sido tomada por fazendeiros, os Krenak tentaram dar continuidade ao modo de vida tradicional. Entretanto, adentrava-se a década de 1960 e crescente a militarização e controle das regiões escolhidas para o desenvolvimento da civilização. Os índios, em pouco tempo, foram confinados em uma área infinitamente menor – o que significa que seu modo de viver, como a sobrevivência pela caça e pesca (com seus aspectos culturais), também foi alterado abruptamente.

Essa situação se estendeu até a criação do Reformatório Krenak, construído pelos próprios índios dentro de suas terras sem consentimento e ciência do que viria a ser aquela construção.

Reformatório Krenak

De fato, a presença do Reformatório modificou o cotidiano dos Krenak, que há pouco haviam se reestabelecido na região. Oredes Krenak, em depoimento à Covemg, relatou:

> De matá né, um pouco o nosso povo, além de tamém trazê invasões do nosso território dos índio, foi aí que começou a perseguição contra nosso povo, os índios, da construção do presídio né, na ditadura aí,militarismo aí, que eles falam, construção de presídio logo dentro da nossa terra, não sei porque aconteceu isso, pra aprisionar vários índios né, da nossa tribo memo, nosso povo né. Trazia povo, trazia índio de fora tamém pa aprisionar dentro do presídio aqui, Krenak que eles fala né, e foi nesse tempo que começou muito... Muito sofrimento do nosso povo né, nosso povo ficava com mercê desses... Desses militar sabe, forçava a uma convivência nossa, que não era a realidade do nosso povo, nosso povo sempre usufruiu do Rio Doce né, o Rio Doce sempre foi como a nossa mãe né, o alimento, a pesca né, caça tamém. Nóis era proibido de fazer isso né, proibido pescar, proibido de caçar com esse presídio aí, com esses confinamento que eles tinham aí né, inclusive aprisionava até o nosso povo tamém né, que gostava de sai né, pra vender seus artesanato, em Aimorés, Colatina, Valadares, quando voltava eles achava que era... Tava desobedecendo a orde deles né, então tinha que aprisionar o índio tal, ficar preso dois dias com fome, sem... Inclusive meu pai passou por isso né... Meu pai mais minha tia, eles vendia muito artesanato né, lá fora tal, pra trazer subsistência pro nosso (trecho incompreensível) nossos parentes, que não só a nossa família, ajudava os outros tamém (trecho incompreensível) fazia uma comprinha, trazia, e aquilo lá era motivo pra eles pegar e né? A verdade que tinha uns que bibia as vezes, mas, meu pai nunca foi de fazer uso de bebida alcoólica assim e minha tia tamém, Bastianinha, aí é motivo pra pegá e prendê eles né?[148]

Talvez um dos aspectos mais deletérios para os Krenak tenha sido o etnocídio que sofreram nesse período, já que não podiam nem mesmo falar a própria língua ou iriam presos. Outras práticas culturais, então, seriam ainda mais ofensivas aos olhos da vigilante polícia.

Até mesmo a liberdade de ir e vir foi afetada, uma vez que os Krenak deveriam pedir autorização aos funcionários para sair da área do PIGM. O índio Augusto Paulino, por exemplo, foi preso no reformatório por esse delito[149]. Uma pena tão "branda" era aplicada apenas para os Krenak considerados bons; os rotulados como índios em estágio de reeducação eram caçados como fugitivos por policiais, guardas indígenas e mesmo detentos do presídio. A pena, nesse caso, era muito mais severa.

Assim, os Krenak se tornaram prisioneiros em sua própria terra, vigiados e confinados, temerosos de serem postos nas celas por qualquer motivo. Até mesmo as relações sexuais eram controladas. O psicólogo Bruno Simões Gonçalves produziu um laudo para o Ministério Público no qual chegou à conclusão de que os Krenak sofreram diversos traumas psicossociais, individuais e coletivos.

> Proibida de beber, de pescar e até de manter relações sexuais, a população Krenak sofreu forte opressão e consequente humilhação pela imposição à força de uma condição de subalternidade extrema, muitas vezes análoga à escravidão.[150]

As crianças também eram castigadas, até porque a liberdade que tinham na cultura indígena era vista como desobediência sob a ótica da polícia. Locomover-se pelas matas, brincar, nadar no rio, voltar para casa à noite. Um caso emblemático para os Krenak foi o dos amigos Zezinho e Nadil, crianças nessa época do presídio. Basílio conta que "eles era tudo menino e ficaram preso porque vinham fora de hora pra casa". Sônia acrescenta que "quando eles ia estudar, eles saia pra ficar brincando e os polícia não gostava. Se não ia embora, eles batia."[151] Outro castigo aplicado aos meninos e relembrado por vários membros da comunidade foi o de amarrá-los ao cavalo e soltar o animal para correr. Talvez ainda mais grave seja a experiência que viveram de acordo com a depoente Rute, quando foram levados para ver uma sessão de espancamento e, no dia seguinte, para ver o resultado: "diz ele que o homem tava com o olho todo esbogaiado pra fora. Diz que esse homem sumiu. Esse índio sumiu depois."[152]

As consequências desses traumas foram avaliadas da seguinte maneira pelo psicólogo Bruno Gonçalves:

> O caso de Zezinho apresenta elementos evidentes de adoecimento psíquico relacionado à violência sofrida na infância e na adolescência como consequência da presença militar no território Krenak e na fazenda Guarani. Os diferentes relatos de castigos, trabalho forçado, "treinamento" forçado, proibições e tortura psicológica configuram um quadro de vivências

> traumáticas que foram responsáveis em seu conjunto pela perda de sua integridade mental, ou seja, pela deflagração do quadro de adoecimento psíquico. Este apresentou como principais sintomas agressividade com as mulheres e com os filhos, além de episódios isolados de violência contra crianças da aldeia, assim como fenômenos delirantes. Os sintomas delirantes persecutórios crônicos de Zezinho remetem a figuras imaginárias de soldados e policiais [...]. Assim, podemos afirmar que o gradativo adoecimento psíquico indica a hipótese diagnóstica de transtorno delirante persistente, que se estendeu até a data de sua morte, explicitando claramente a relação entre a violência política vivida pelo povo Krenak na época do Reformatório e a saúde mental de Zezinho.[153]

Por fim, um tema que normalmente fica relegado ao esquecimento, o da violência de gênero, foi percebido muito mais por meio dos silêncios que dos relatos. De acordo com Pollak, "existem nas lembranças de uns e de outros zonas de sombra, silêncios, 'não ditos'."[154] Quando a equipe da Covemg tentou abordar esse assunto, apesar de um incômodo "natural" ao tratar de assunto tão delicado com pessoas praticamente estranhas, o que se percebeu foi o silenciamento, a negação ou a passagem para outro tema ao dizer que não se sabia nada sobre o assunto.

Esse tipo de reação pode ser considerado comum, sendo o silêncio uma "tentativa de apagamento e esquecimento da violência vivida [...], estratégia muito presente em comunidades que sofreram com a violência política. No caso específico da violência de gênero, o silêncio é ainda maior."[155]

A construção de uma memória coletiva também passa pelo aparo das arestas, pelo esquecimento das incongruências e, às vezes, pelo silenciamento das contradições. Relatar um ponto indizível pode gerar um conflito no presente com os membros da comunidade.

> Em uma determinada entrevista, após o desligamento do gravador, a pessoa entrevistada falou que havia sido feitas entrevistas com as vítimas de violência sexual no interior do Reformatório, mas que dificilmente alguém falaria diretamente sobre esses episódios, já que esse era um tema proibido na aldeia. Segundo esse relato, era provável até mesmo que houvesse negação de que teria ocorrido violência sexual, sendo a pessoa que afirmou isso acusada de "mentirosa".[156]

Esse aspecto é confirmado por Pollak, que diz que as fronteiras desses silêncios e 'não ditos' com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são

evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento. Essa tipologia de discursos, de silêncios, e também de alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos.[157]

Fazenda Guarani

Em um Boletim Informativo da FUNAI, de 1972, é relatada a aquisição da fazenda Guarani pela FUNAI para ser um local de "reeducação dos índios aculturados que transgridem princípios norteadores da conduta tribal", tal como o PIGM.

Mais uma vez, os Krenak foram transferidos sem saber a razão e, aqueles que resistiram, foram levados à força. Uma das justificativas oferecidas era que o PIGM seria reformado para melhor atendê-los e, depois, eles retornariam.

Em reportagem do Jornal do Brasil, de 24/12/1971, pode-se perceber a parcialidade do Jornal assim como a falsidade das informações. No texto, faz-se referência ao reformatório afirmando que fora construído "há cerca de 20 anos", quando, de fato, se passara apenas quatro anos. A parcialidade é demonstrada quando o Jornal diz que os posseiros estavam ali há mais de 20 anos, mas não fornece nenhum dado sobre a antiguidade indígena na região. Outro ponto, é que as famílias se sentem ameaçadas, mas... e os índios?

> Os 28 índios que estavam localizados na região de Crenaque, no Vale do Rio Doce, em Minas Gerais, vão ser transferidos até o próximo dia 31 para a fazenda Guarani, pertencente ao Estado [...]. Esta transferência tem por objetivo acabar de vez com os incidentes que vinham ocorrendo entre os indígenas e os posseiros da região que ali se estabeleceram há mais de 20 anos com suas famílias. Hoje eles formam um núcleo de 1500 pessoas e se julgam ameaçados pelos índios. A pendência entre os posseiros da região do Crenaque e os índios começou há cerca de 20 anos, quando a FUNAI decidiu montar ali um posto para onde mandava os indígenas delinquentes, apesar dos protestos dos posseiros que já estavam estabelecidos na região.[158]

Porém, o mesmo Jornal publicou, pouco tempo depois (27/08/1972), uma reportagem com trechos de uma entrevista com o capitão Pinheiro, no qual ele explicitou o real motivo para a criação da fazenda Guarani:

> Assim, ficou decidido que o Estado daria outra área à FUNAI, em troca das boas terras de Crenaque, que reverteriam ao patrimônio estadual, como área devoluta, permitindo aos posseiros de ali se fixarem definitivamente como proprietários rurais.[159]

Novamente, a centralidade da questão da terra ajuda a explicar terríveis eventos, mas não apenas. Atrelada a ela, há a questão da civilização. O índio, afinal, não é um produtor rural; logo, não produz. Deixar uma terra excelente nas mãos de selvagens nada mais seria que um obstáculo ao desenvolvimentismo.

No caso da fazenda Guarani, não havia mais a justificativa de se reeducar os índios rebeldes, como no Reformatório Krenak. O que foi feito, de fato, foi pura e simplesmente o esbulho total das terras indígenas garantidas pela própria legislação. Foi necessário, portanto, esvaziá-la de índios, e esse processo foi liderado pelo próprio órgão que deveria defender os direitos indígenas, a FUNAI, que trocou a terra Krenak pela fazenda Guarani, até então propriedade da PMMG.

Agora, não se tratava mais do exílio de um índio ou de alguns poucos. O que se perpetrava era o exílio, por completo, de um povo. E assim, autoritariamente, sem consulta, os Krenak foram transferidos para a fazenda Guarani, localizada no município de Carmésia (MG).

A experiência da expulsão e da remoção foi extremamente traumática para os Krenak, já que foi uma medida imperiosa e violenta: todos foram confinados no trem até Itabira, e de lá levados em um caminhão até a fazenda. Os que resistiram, foram presos. Os relatos dão conta das arbitrariedades, como o de Dona Dejanira:

> Uai, mudou quando eles veio pra cá, porque eles botaram nós, expulsou nós, tirou nós, botou lá pra fazenda Guarani. Enganou nós, falou que nós não tinha mais terra, que essa terra já era de outra pessoa, né? Aí nós fomos no trem, levou índia algemada, eles que ficou aqui que não foram pro Maxakali, saiu algemado, foi dentro do carro, pra fazenda Guarani, e nós foi no trem, né? Até chegar lá no... Itabira, chegamos às 20h, aí o caminhaozão lá esperando nós.[160]

Seu Oredes, apenas um menino em 1972, relembra da história de resistência:

> Mais meu pai ele resistia muito né? Resistia, num queria saí, porque o Rio Doce é a nossa casa, a nossa... A nossa vida sabe? Aí teve... Teve que algemá eles... Algemá eles... Aí algemaram minha tia e meu pai, eles falaram que não saía, que era terra nossa e tal. Aí o trem de ferro passava ali né... Esse trem de carguêro, esse trem que carrega... Carregava cimento na época, carregava muita coisa né, aí esses trem nunca parô aqui né, de frente pra nossa vila, parô só pra pegá os índios, jogá dentro dum comboio daquele, levá para Itabira né, em Itabira eles conseguiram acho que um pau de arara lá né, caminhão que eles fala né, esses caminhão antigo sabe? Até levá eles até na fazenda Guarani né.[161]

O cotidiano na fazenda Guarani também se mostrou ingrato aos Krenak: a terra era pior (e diferente), o espaço era restrito, os desmandos mais constantes e a convivência com os civilizados e outros índios tornava o ambiente ainda mais caótico. É importante lembrar que este é o contexto do surgimento do Estatuto do Índio, de 1973, e que a chamada aculturação significava civilização e, por fim, a desindianização. Até mesmo o policial Vicente, que continuou o responsável na fazenda Guarani, levantou essa questão em reportagem do Jornal do Brasil (05/12/1973):

> O chefe do Posto Indígena Crenaque-Guarani, Sr. Antônio Vicente Segundo, acha que a própria fazenda Guarani, com 105 índios vivendo em meio a 247 brancos, vai 'de encontro' à política indigenista do governo, pois o convívio diário com os que ele chama de "civilizados" não permite ao índio manter aquele equilíbrio tão salutar para a preservação de sua raça.[162]

Sem alocação de recursos e assistência, os indígenas sofriam com o descaso da FUNAI e as arbitrariedades da PMMG. Seu Oredes relembrou sua vida na fazenda Guarani em entrevista à Covemg:

> Entrevistadora: Senhor Oredes, como era a vida lá na fazenda Guarani?
>
> Oredes: Era muito péssima, nóis passava fome, lá tinha um chefe de posto tamém, que era autoritário lá do SPI né?
>
> Entrevistadora: Quem que era lá, o senhor lembra nessa época?
>
> Oredes: Vicente.

Entrevistadora: Vicente?

Oredes: Vicente. Vicente ele já tinha aquele poder de... Né? E querê forçá o índio a fazer uma coisa, tinha que fazê tal, se não ia preso tamém, porque lá tinha presídio tamém, lá na fazenda Guarani. Aí tinha esse chefe do SPI, esses cara já tinha o poder altíssimo sobre querê mandá, querê fazê o índio força fazê alguma coisa, mais por de trais tinha o SPI né, com toda seu poder pra forçá isso, entendeu? Qualquer coisa chamava pulícia, chamava o soldado... Aí dessa forma que acontecia. Meu pai acabô morreno de tristeza lá, né? Sonha todo dia voltá po Rio Doce, que meu pai vivia mais na bera do Rio Doce, mais minha tia e nóis, durmia acindia fuguera, mais aí lá no Guarani já num tinha isso né, pa cumê lá era uma dificuldade, a gente passava necessidade, de veis em quando matava uma caça, comia, mais era muito difícil, o próprio chefe do SPI num dexava, né? Lá nóis sofremo bastante né, que o nosso povo vivia mais da pesca né, do Rio Doce né, e lá num tinha pexe, num tinha nada, nóis durmia no Rio Doce direto né, durmia na pedra, e la na fazenda Guarani uma realidade toda diferente, um lugá muito frio, gelado, uma terra infértil, num pudia prantar nada, nosso povo vivia da pesca do Rio Doce, tudo, mais nós tamém prantava mandioca né? Plantava um milho...[163]

Após um levantamento realizado em setembro de 1973, a FUNAI elaborou um Plano de Desenvolvimento para a fazenda Guarani, mas que revelava as condições precárias a que foram submetidos os indígenas.

> Dada a situação criada com a transferência dos índios Krenack e Guarani para a área da fazenda, onde não havia infraestrutura de sustentação, fomos levados a criar um programa de Assistência Social. Se considerarmos que os índios perderam a maioria de seus objetos de uso pessoal, suas roças de subsistência, que estavam plantadas, suas criações domésticas e não encontraram na fazenda condições de subsistência imediata, verificamos que é perfeitamente válida a formulação deste programa, para alimentá-los, vesti-los e supri-los com objetos de uso pessoal.[164]

Esse quadro era agravado com a vigilância e censura sobre os costumes – a língua, os rituais, as práticas sexuais e o controle do tempo – e a possível e

provável punição física por meio da violência ou do confinamento. Aos Krenak, se juntaram posteriormente 32 índios Guarani, 12 Tupiniquim e, por último, em 1974, os Pataxó da Bahia.

O retorno dos Krenak, ao longo da década de 1970, configurou-se em uma nova dispersão, já que, como demonstram os depoimentos, ninguém queria ficar. Porém, dessa vez, diferentemente do que ocorreram no Reformatório Krenak, não houve perseguições àqueles que fugiam. A única preocupação da AJMB era impedir o retorno dos Krenak para o Rio Doce. Assim, a desagregação familiar foi constante, com idas e vindas: muitos foram para o PI Vanuíre, em São Paulo, outros para a cidade de Colatina (ES), e alguns, com extrema resiliência e coragem, conseguiram voltar para a terra sagrada de seus ancestrais, não obstante os avisos persecutórios dos funcionários públicos de que, em Resplendor, estavam matando índios, como relembra Laurita Felix.

> Tinha, muito fazendeiro aqui. Aí eles ficaro tudo com medo, aí a FUNAI veio e falou com nós "ô, vocês vão ficar aí, mas o fazendeiro vai matar vocês". Deixa matar. Matando nós dentro da aldeia ta bom demais, nós fica. Nós ficou numa casa veia ali, de primeiro onde é que o capitão Pinheiro botava o pessoal onde dormir e aí nós ficou, limpemo a casa e fiquemo lá, lá é igual a um salão, aí o capitão Pinheiro foi me ver e falou assim, "ô você fala só a verdade, né, Laurita, você é uma mulher muito é mão na roda e direita". E aqui também tinha um fazendeiro, ele é vivo ainda, ele e a irmã tinha terreno aqui, num gostava de ele de jeito nenhum. Aí eu peguei carona com ele. Aí ele foi e falou "né Laurita, vocês tão teimando com essa terra, mas vocês vão ver, vocês nunca que vai morar nessa terra, porque nós têm dinheiro, nós paga advogado, nós fica com o terreno."[165]

O retorno também foi sofrido, já que quase toda a terra já havia sido tomada, com a emissão de títulos pelo governo do estado de Minas, e os Krenak ficaram numa pequena gleba perto do Rio Doce. Em 1983, a FUNAI ajuizou ação ordinária de nulidade de títulos sobre os imóveis localizados na terra indígena, e esse processo se arrastou na justiça por 10 anos, até que, em 1993, o STF deu ganho de causa para os Krenak. A Polícia Federal foi enviada para garantir a remoção dos posseiros e a segurança dos indígenas.

Essa notícia foi espalhada pelos parentes Krenak e muitos retornaram nos últimos 25 anos, trazendo a esperança de novo para esse povo indígena.

Maxakali

Caracterização geral

Atualmente concentrados na região do Vale do Mucuri, região nordeste de Minas Gerais, os Maxakali habitam as Terras Indígenas de Água Boa e Pradinho, em zona limítrofe dos municípios de Santa Helena de Minas e Bertópolis, divididos pelo Rio Umburanas. Além deste território tradicional, atualmente regularizado, há também grupos familiares na Aldeia Verde, município de Ladainha, e na Terra Indígena Cachoeirinha, em Teófilo Otoni, ambas adquiridas pela FUNAI. Trata-se de um povo originário do aldeamento de diversas etnias indígenas a partir do século XIX. A língua Maxakali, conhecida pelos seus falantes como Tikm'n, pertence ao tronco linguístico Macro-Jê, e é predominante nas relações sociais desse povo, cuja população foi contabilizada em 2.076 indivíduos em 2014.[166]

Os Maxakali sob a tutela do SPI (1940-1967)

A implementação efetiva de uma política indigenista voltada para os Maxakali data de 1940, com a demarcação da aldeia Água Boa, e a criação do Posto Indígena Mariano de Oliveira (PIMO) no mesmo local, em 1941. As iniciativas se deram a partir da intensificação da presença de posseiros nas margens do córrego Umburanas, na década de 1920, para a criação de gado. Segundo o antropólogo Curt Nimuendajú, um "amansador de índios" chamado Joaquim Fagundes vendeu terras dos Maxakali para não índios, o que inicia conflitos na área. Além de terem seu território e área de caça significativamente reduzidos "pela ganância dos negociantes de couros silvestres"[167], os indígenas são expostos às epidemias de varíola e sarampo, que causam drástica redução de sua população, limitada a pouco mais de 100 indivíduos em 1939[168]. Cumpre ainda ressaltar que fora dos limites da referida demarcação permaneceram a gleba do Pradinho e uma área na região sul de Água Boa, apesar de ambas serem ocupadas pelos Maxakali.

As duas aldeias – Água Boa e Pradinho – mantiveram-se a mercê das pressões dos fazendeiros nos anos seguintes, conforme evidenciam relatórios do Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Em 1949, o inspetor Telesforo Martins Fontes comunica a Raimundo Dantas Carneiro, chefe da 4ª Inspetoria Regional, que a relação entre os indígenas, funcionários do SPI e posseiros pobres que ocupavam as terras do PI era cordata, porém ameaçada pelos

> [...] gananciosos progressistas latifundiários, que virão se introduzindo entre posseiros, procurando afastá-los com promessas de compras, tornando-se encarregado do Posto uma

> pessoa visada quando não satisfaz as pretensões dos progressistas civilizados.[169]

Dantas Carneiro informa ao secretário de agricultura de Minas Gerais anos depois que a ocupação do território indígena por fazendeiros resultou em duas áreas descontínuas, e que

> [...] pretendem alguns civilizados [...] se apossar do último reduto de terras que ainda se encontram sob o secular domínio e posse daqueles pacíficos índios [...], solicitando mediação daquelas terras como áreas devolutas, sabendo de antemão que elas ali não existem, por se encontrarem ocupadas pelos índios. "[170]

Em dezembro de 1955, a liderança Antônio Cascorado Maxakali foi assassinada por Artur Canguçu, na propriedade de Nerino Canguçu de Carvalho, um dos fazendeiros invasores das terras indígenas no Pradinho. Depois de morto, seu corpo foi queimado para não deixar vestígios, conforme descreve o relatório do encarregado do PIMO, José Silveira de Souza.[171]

Em entrevista ao Conselho Indigenista Missionário (CIMI) na década de 1990, Lourenço Lopes da Silva descreve o episódio:

> Num dia de sábado, o Nerino Canguçu pegou a sua família e foi para a feira de Batinga e deixou o concunhado em casa, isso já combinado né. Tinha um Antônio Maxacaris, filho de Cascorado [...]. Então, mataram esse índio [...]. Isso foi combinado, deixaram o concunhado em casa e se foi para a feira de Batinga e o índio foi olhar o Jequi e nessa o concunhado matou o índio [...]. Depois nós caçamos este índio em toda a região e não encontramos, nesse tempo.[172]

A partir desse crime, Canguçu passou a ser "considerado o maior inimigo dos índios."[173] Segundo Lourenço Lopes da Silva, o fazendeiro foi apontado pelo coronel Assídio Índio Brasil como o responsável pelo crime, mas nunca foi preso.[174] O assassinato de Cascorado pressionou as autoridades a tomarem providências no conflito de terras, e uma segunda demarcação foi realizada em 1956, desta vez contemplando o Pradinho e a área sul de Água Boa. Contudo, não foram retirados os não índios que se instalaram na região, de tal maneira que Água Boa e Pradinho permaneceram áreas separadas por um corredor de fazendas. Dada a necessidade dos indígenas de transpô-las no trânsito entre aldeias, em muitos casos eram impedidos por capatazes armados, que os afugentavam.

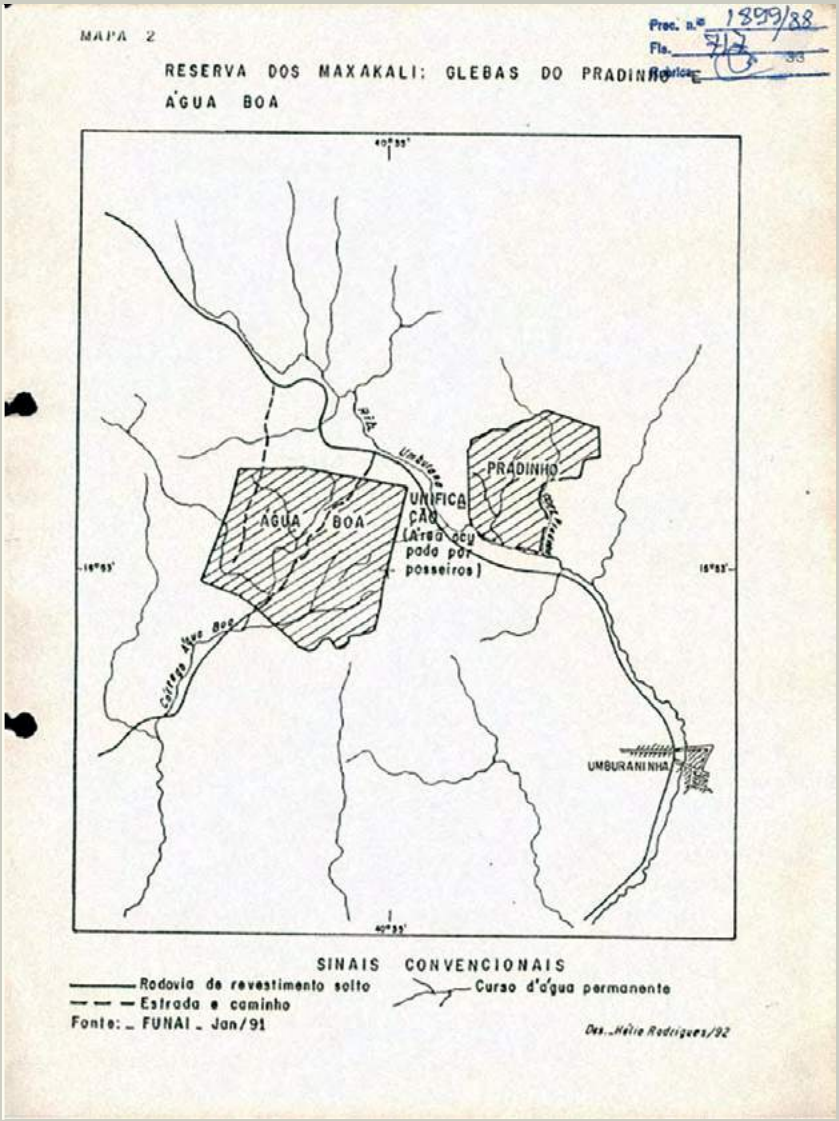


Figura 6 - Mapa das aldeias Água Boa e Pradinho. Fonte: NUDOC-DPT-FUNAI. Processo nº 28870.001899-1988-149. Relatório relativo à reunificação da área indígena Maxakali no estado de Minas Gerais – Portaria nº 1265/PRES de 14/11/1991. 1988. p. 36

No dia 30/03/1962, foi alvejado mortalmente o indígena Raimundo Maxakali, na fazenda de Antônio Fabrício. De acordo com o relatório de José Silveira de Souza, Sebastião Capixaba e Valmir Pereira, funcionários de Fabrício, foram responsáveis pela morte.[175] O Jornal do Brasil noticiou o episódio, descrito como "aviso final para a retirada, antes que se faça o extermínio total. "[176] O mesmo periódico aponta Geraldo Magalhães, vereador da cidade de Bertópolis, como " testa de ferro dos quatro fazendeiros que lhe fornecem dinheiro e a promessa de terras, caso ele consiga tirar os índios da região. "[177]

Ainda na década de 1960, a documentação interna do SPI registra a criação de uma "polícia indígena" pelo encarregado do PIMO, José Fernando da Cruz, que obtém fardas da polícia estadual. É o que descreve o Francisco Sampaio, chefe da 4ª-IR: Trouxe para o Posto 50 uniformes caqui e 50 uniformes de mescla azul da penitenciária, de mangas curtas, tipo blusão, além de botinas, meias e roupas brancas. Vi seis índios fardados, sob a chefia do índio capitão Micael. Só faltam as braçadeiras, com a legenda "Polícia Indígena".[178]

A experiência registrada no documento não era exclusividade da tutela dos Maxakali. Segundo Egon Heck, "a questão indígena sempre esteve intimamente associada à construção do Estado e aos problemas militares."[179] Sob a égide do marechal Rondon, desde seus primórdios o SPI mantinha uma hierarquia nas aldeias similar à da Caserna, na qual vigorava a figura de um "índio-capitão", obedecido pelos demais. Segundo o autor, a criação de polícias indígenas foi fomentada pelo SPI em todo o território nacional, para coibir insubordinações, homicídios, roubos, o nomadismo e o consumo de bebidas alcoólicas.[180]

Cabe destacar que a ingestão de bebidas alcoólicas nas aldeias era incentivada por não índios, conforme demonstra o antropólogo Curt Nimuendajú: "algum tempo antes da minha chegada, veio a Umburanas um Machacarí com sua mulher. Embriagaram o índio e jogaram-no na rua e trancaram a índia num quarto, onde foi violada sucessivamente por três indivíduos. "[181] Quadro semelhante descreve ao inspetor regional o encarregado José Silveira de Souza, que informa que "inescrupulosos" forneciam bebidas na região para se "aproveitarem da fraqueza das índias".[182] Os nomes das vítimas de tais abusos não são revelados nos documentos – os únicos identificados neste trabalho que indicam a ocorrência de estupros de indígenas. No entanto, o estímulo da ingestão de álcool pelos indígenas é recorrentemente identificado por reportagens jornalísticas e relatórios de funcionários do PIMO, que denunciam o intuito de fazendeiros de suscitar o desprestígio dos Maxakali e dos órgãos indigenistas à opinião pública, legitimando assim o esbulho de suas terras.

Após o golpe militar de 1964, o general Castello Branco nomeou o major-aviador Luís Vinhas Neves para a direção do SPI, que nos dois anos seguintes celebra seis contratos de arrendamento de terras no PIMO com fazendeiros. Augusto de Souza Leão, que exerce a função de chefe da Ajudância Minas-Bahia entre janeiro de 1966 até setembro de 1967, sugere em relatório enviado ao diretor do SPI

> [...] a rescisão pura e simples dos referidos contratos, de vez que nenhum benefício trouxe ao Posto e aos índios, ao

> contrário, tem sido motivo de discórdias, pois os índios abatem o gado dos arrendatários, ora por vingança, ora para alimentação e estes exigem indenizações do SPI, o que vem causando sérios transtornos e desentendimentos, pois os índios jamais se conformaram com tais arrendamentos e contratos.[183]

A permissividade de não índios na reserva também foi questionada pelo cacique Adolfo Maxakali, que relatou que estes vendiam cachaça aos indígenas e permitiam a invasão do gado na área.[184] No mesmo período, o indígena Odilio Maxakali declarou ao funcionário Miguel Lopes da Silva ter sido espancado por Jerônimo Alves da Silva, um dos arrendatários das terras indígenas.[185] O esbulho de terras indígenas leva os Maxakali a se rebelarem contra os funcionários do PIMO, que são expulsos da área. Segundo o coronel Hamilton de Oliveira Castro, que ocupou a diretoria do SPI, "essa agressividade dos indígenas [...] era devido a fome em que se encontravam, alegando que todas as terras haviam sido arrendadas, por preços ínfimos, nada restando que fosse à manutenção dos índios"[186].

Dada a incapacidade do órgão indigenista em exercer "controle efetivo dos índios insatisfeitos e em estado de rebelião latente"[187], solicitou-se a intervenção da Polícia Militar de Minas Gerais na área, que envia um destacamento do contingente rural, comandado pelo capitão Manoel dos Santos Pinheiro. Por meio da Ordem de Serviço Interna nº 28, de 06/04/1967, emitida pelo coronel Hamilton de Oliveira Castro, diretor do SPI, autorizou-se a instalação de um posto provisório da PMMG no PIMO. Afirma o policial militar anos depois no Jornal do Brasil: "tratei logo de prender os índios que lideravam o movimento – o capitão fala como se estivesse se referindo a marginais – e fui pouco a pouco restabelecendo a paz no local. "[188]

A presença do efetivo policial a partir de maio nas aldeias logo gerou conflitos de atribuições junto ao chefe da Ajudância, que informa ter a Polícia Rural assumido "o controle da administração do Posto Indígena, dos índios e dos próprios funcionários, dela partindo todos os comandos das ações."[189] Em setembro, Pinheiro fornece informações à Comissão Parlamentar de Inquérito Administrativo responsável por investigar irregularidades administrativas do SPI por todo o País, e acusa os funcionários do PIMO de vender o gado pertencente ao patrimônio indígena, e de prestar má-assistência aos Maxakali.[190] No mesmo mês, Leão é substituído por Pinheiro na chefia da Ajudância, órgão mantido após a criação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Se feita uma avaliação do período de atuação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) entre as décadas de 1940 e 1960, é possível constatar um aumento

significativo da população Maxakali, que salta de 118 indivíduos em 1943 para 259 em 1963.[191] Os assassinatos de indígenas registrados, além do incontido esbulho de suas terras, denotam a ineficácia do órgão em cumprir sua atribuição de assistência ao referido povo indígena – quadro que se repete por todo o País.

O período de militarização do indigenismo (1967-1972)

O discurso moralizador – motor da criação da FUNAI em 1967 – é sustentado em Minas Gerais sob a égide do capitão Manoel dos Santos Pinheiro, que introduz mudanças significativas no PIMO. Segundo José Gabriel Corrêa,

> a entrada do policiamento rural da Polícia Militar de Minas Gerais na administração dos índios teria como motivo impedir os conflitos entre os índios Maxakali e os outros ocupantes da área indígena, e possibilitar a retomada de atividades econômicas dentro das áreas, fazendo com que os índios – além de serem "protegidos" – alcançassem o estágio desejado de agricultores.[192]

As ações tomadas no período pelo novo órgão indigenista objetivam tornar os indígenas produtivos, ou nas palavras de Mércio Pereira Gomes, "atrelar o sentido do trabalho à ideologia do desenvolvimento com segurança."[193] Tal intento se manifesta com a criação de um "campo de adestramento indígena"[194] no PIMO, voltado para o ensino de ofícios. É o que conta José Ferreira Maxakali, que aprende o ofício de tratorista:

> [...] veio tudo policial, professor, pintor, professor pedreiro, professor tratorista, inclusive tem um trator parado ali que era um, eu aprendi naquele e no pequeno que tem lá. E nessa época eu já, em 68 [1968], eu estava completando 10 anos, aí eles viram que eu tinha, assim, uma boa vontade, uma ideia, assim, mais... Aí me deixaram aí, aí fiz curso pra tratorista com eles, aprendi a dirigir, trabalhar com trator.[195]

Em relatório enviado ao comandante geral da PMMG em 1980, Manoel Pinheiro afirma que essa "fazenda escola" chegou a receber 70 indígenas de vários estados diferentes, que "aprenderam as profissões de tratoristas, mecânicos, pedreiros, oleiros e carpinteiros."[196] Em depoimento, Noêmia Maxakali, relata que cerca de 50 indígenas de outras aldeias foram para Água Boa, onde permaneceram trabalhando no posto.[197] Lourenço Lopes da Silva também confirma a existência de indígenas de outras etnias no PIMO, levados pelo capitão Pinheiro: "ele trouxe índio de Pernambuco, ele trouxe índio do Mato Grosso, ele trouxe índio Pataxó, ele trouxe índio do Crenaque e muntou essa indiaiada tudo aqui."[198]

Ao longo dessa pesquisa, não foi possível obter os nomes e origem dos referidos indígenas.

A infraestrutura do PIMO também passa por algumas transformações na época, como a criação da Mercearia Maxacalis, onde era possível comprar gêneros alimentícios, fósforos, querosene e foices; a Confecções Xafiz, voltada para o comércio de tecidos, calçados e armarinho; e um rancho, que fornecia refeições para mensalistas, funcionários indígenas e policiais.[199] Segundo Noêmia Maxakali, era vedado aos indígenas obter produtos fora do posto, sendo estes pagos com o próprio trabalho.[200] Viviam, portanto, confinados em suas próprias aldeias. Em ofício encaminhado a FUNAI, Carlos Alberto Grossi, delegado da 11ªDR de Valadares, destaca que durante a gestão do Capitão Pinheiro, os Maxakali eram mantidos "(...) [em] confinamento [...] dentro de sua própria reserva, mediante dispositivo policial e com medidas extremas de disciplina, equivalente às penitenciárias agrícolas [...]".[201] Tal informação é referendada pela antropóloga Neli Ferreira, que em 1981 afirma que os fazendeiros desejavam o retorno da situação de confinamento dos indígenas.[202]

O êxito do processo de transformação dos indígenas dependia do combate ao consumo de álcool, tido como fonte da desordem e improdutividade. A restrição de bebidas alcoólicas era feita com a prisão de comerciantes, e também pela punição dos indígenas, obrigados a capinar no Posto de Polícia por cinco dias.[203] Outros atos resultaram em confinamento, como atesta o Maxakali Manoel Kelé: "não pode bater a filho, não pode brigar com as mulher, [...] a polícia chega aí e leva. Aí vai ficar mais ou menos três dias, aí libera pra sair [...]. Ficava lá no posto."[204] Kelé também descreve que os indígenas flagrados colhendo frutas verdes eram confinados no banheiro, onde eram molhados.[205] Em seu depoimento concedido ao Ministério Público Federal (MPF), Noêmia Maxakali menciona que o cacique Adolfo, Antônio e Júlio estiveram presos em Água Boa. Segundo ela, alguns indígenas eram castigados sendo amarrados em uma jaqueira, ou mesmo afogados no rio.[206]

Para manter a vigilância constante, foram recrutados alguns indígenas "respeitados", que recebem "instruções elementares de patrulhamento ao cavalo e passaram, durante o dia a integrarem as patrulhas em conjunto com os PMs retornando à noite aos seus aldeamentos."[207] Após dois anos, estes oito Maxakali foram fardados e armados com revólveres. Em reportagem elogiosa da Revista O Cruzeiro, publicada em agosto de 1968, um indígena é fotografado vestindo uma farda e portando um arco e flecha. Intitulado "Índios e Brancos de Mãos Dadas. Paz na Aldeia dos Maxacalis", o texto louvava a ação do governo de Minas por romper com "uma velha tradição de indiferentismo pelos silvícolas."[208]



Figura 7 – Indígena fardado. Fonte: Revista O Cruzeiro, 1968, p. 138

Condutas consideradas graves pela Polícia Militar eram punidas com transferência forçada para o Reformatório Krenak, presídio indígena criado por Pinheiro no Posto Indígena Guido Marlière (PIGM), município de Resplendor. Em 12/05/1969, Carmindo Maxakali, é confinado no local por assassinato, além de se destacar como uma liderança negativa, "chefiando os assaltos às fazendas vizinhas da aldeia."[209] No mesmo ano são aprisionados no Krenak Odílio Maxakali, durante nove meses e vinte e três dias, e Gustavo Maxakali, ambos por embriaguez.[210] Ele conta em depoimento ao MPF que antes de ir para o Reformatório, permaneceu por três dias em Governador Valadares, onde também foi espancado pela polícia. Quando falavam em seu idioma no presídio, os Maxakali eram punidos pelos policiais, que julgavam que estes os maldiziam.[211] Odilio declarou ao coronel reformado da Aeronáutica Clodomiro Bloise[212] que no período em que esteve no Reformatório o capitão Pinheiro "por várias vezes colocou cachorros amestrados para perseguí-lo, a fim de evitar a sua fuga do sacrifício."[213] Segundo

ele, o major não permitia que os indígenas fizessem suas próprias roças, e que tinham que viver do artesanato que faziam, trocado por víveres na mercearia. Ele e os demais confinados dormiam algemados.

Além dos indígenas mencionados, outros Maxakali foram enviados para o Krenak entre os anos de 1967 e 1972. Consta na documentação do Museu do Índio relatórios sobre o confinamento do jovem Valdívio Maxakali, preso em 04/04/1970 por furto no PIMO. Durante sua pena no local, "insubordinou com palavras obscenas"[214] o soldado Alberto Aredes Vidal, e foi colocado no "xadrez isolado" por cinco dias.

Em janeiro de 1971, Dival Maxakali é aprisionado no reformatório por embriaguez. O indígena permanece no "xadrez" por 30 dias, sendo posteriormente "colocado no alojamento dos elementos de bom comportamento e a fazer todos os trabalhos braçais, que são feitos no reformatório, capinas, roçadas, derrubadas, cercas, plantios e diversos tipos de colheita."[215] Sua liberação ocorre após quatro meses e vinte e seis dias. Valentin Maxakali permanece no Krenak entre os dias 1/12/1971 até 25/08/1972.[216] Nos oito meses de confinamento, sua rotina se resume à realização de trabalhos braçais durante o dia, sendo recolhido ao "xadrez" à noite. Período semelhante permaneceu Louro Maxakali, enviado um dia após Valentin para o Krenak por determinação do capitão Pinheiro.[217]

Apesar de não constar na documentação do Reformatório Krenak, permanece na memória dos Maxakali o caso de Gero Maxakali. Segundo Noêmia Maxakali, o indígena era homossexual, motivo pelo qual apanhava com frequência.[218] No presídio, fizeram-no beber alternadamente leite fervendo e água gelada, o que lhe causou problemas alimentares. De volta à Água Boa, vomitava sangue constantemente, até finalmente falecer. Noêmia Maxakali e Dozinho Maxakali também relatam em seus depoimentos o envio de Jânio Maxakali para o Reformatório Krenak, onde teria sofrido agressões físicas.

Convém destacar que as prisões mencionadas se davam arbitrariamente, não ocorrendo qualquer julgamento – situação que se repetia em outros pontos do país. Sobre isso, relata a historiadora Rochelle Foltram:

> Os chefes de posto se sentiam como juízes, a ponto de passar a pena para aqueles índios tidos como infratores sem qualquer limite jurídico. Dessa pena viriam às diárias em celas nos postos indígenas, ou ainda, a transferência dos índios para lugares maiores e mais bem equipados. A punição física fazia parte do cotidiano dos índios reclusos [...].[219]

Conforme dito anteriormente, muitos dos confinados no Reformatório passaram a ser utilizados para a vigilância dos demais. A experiência na instituição – juntamente com a realizada no PIMO – deu origem a Guarda Rural Indígena (GRIN), da qual foram recrutados indígenas Maxakali. Em depoimento ao MPF/MG, Noêmia Maxakali afirma que eram 12 indígenas – seis da aldeia Água Boa e mais seis de Pradinho. Os que desta eram originados atuavam na primeira, enquanto os primeiros exerciam vigilância nesta. Eram incumbidos de fiscalizar os indígenas em suas atividades laborais, e ocasionalmente entregaram aqueles que eram demandados pelos polícias.[220] O testemunho é ratificado pelo Antropólogo José Gabriel Corrêa:

> Exercer a função de guarda rural no reformatório implicava não trabalhar nas atividades programadas – basicamente trabalhos braçais –, ficando encarregado apenas de vigiar sua execução pelos índios detidos; receber um salário e dispor de melhores condições de acomodação que os outros índios. Sair com maior frequência da área indígena, além de não estar sujeito aos rigores e intensidades das punições aplicadas pelos funcionários.[221]

Assim sendo, gozavam de benesses que os demais não possuíam – incluindo soldos. A seleção destes indivíduos se dava a partir das relações de confiança estabelecida entre eles e policiais, o que justifica o recrutamento de muitos confinados. É o caso de Carmindo Maxakali, que após cumprir pena no Reformatório, é enviado para Belo Horizonte para realizar seu treinamento. Em um de seus relatórios, é descrito como elemento de pouca confiança, por ter tentado evadir do local inicialmente. Contudo, mostra-se "[...] por demais interessado em ser 'Guarda Indígena'"[222], e em um relatório de 1969 conclui o chefe de posto que ele "[...] será, sem dúvida, facilmente transformado em um bom policial."[223] Louro Maxakali, que também permaneceu confinado no presídio indígena, é recrutado para integrar as fileiras da GRIN. Além destes, também foram guardas indígenas Antônio Maxakali, Tintim Maxakali, Totó Maxakali, Rondon Maxakali, Doutor Maxakali, Dival Maxakali, Kelé Maxakali. Contudo, nem todos os que exerceram patrulhamento nas aldeias foram treinados em Belo Horizonte, o que torna impreciso o número de membros da GRIN.

De voltas às aldeias, as atividades da GRIN respondiam à AJMB, e o capitão Pinheiro era constantemente notificado das ações de seus integrantes. Contudo, são registradas irregularidades praticadas pelos membros da GRIN, incluindo casos de tortura, estupro e insubordinação, sobretudo na Ilha do Bananal. No local, convém ressaltar a expulsão do indígena Camilo Maxakali, devido a

um relacionamento extraconjugal mantido com uma Karajá, e é reencaminhado para Minas Gerais.[224] Há também o caso de Kokti Maxakali, que desiste de ser guarda ainda em Belo Horizonte, sendo substituído por Rondon Maxakali.[225] Outro episódio relatado em documentação do Reformatório Krenak é o do guarda Doutor Maxakali, acusado pelo indígena Odilio de estuprar sua esposa, Maria Luciana Maxakali, que se encontrava grávida. Consta na denúncia que se aproveitando da ausência do marido, o GRIN a agrediu e ameaçou de prender Odilio para forçá-la a praticar o ato sexual.[226]

Entre os Maxakali, a GRIN não foi efetiva no combate ao alcoolismo nas aldeias, além de ter coexistido com invasores nas terras indígenas, o que contrariava a portaria que a criara. Ademais, verifica-se um agravamento do processo de desagregação cultural, à medida que criava uma nova hierarquia social, que por vezes se chocava com as lideranças tradicionais. Findada a GRIN, o chefe de posto Nazareno Martins Fontes registra em 1973 problemas com seus ex-membros, que se recusam a trabalhar em roças comunitárias, "[...] alegando que tinham prestado serviços durante cinco anos (1968-1973) e que não mais se adaptavam ao sistema do posto. Alegavam também que o trabalho braçal era uma atividade humilhante."[227] Oportuno destacar que as principais lideranças Maxakali no período que se segue após a extinção da GRIN foram membros desta.

Os relatos dos Maxakali sobre a gestão de Pinheiro são contraditórios, sobretudo porque identificam aspectos positivos e negativos em suas ações. Perguntado pela antropóloga Neli Ferreira sobre o período, o indígena "capitão Mikael" afirma que "[...] capitão Pinheiro era metade bom, porque não deixava índio passar fome, trazia roupas e alimentos, mas era metade mau, porque castigava e prendia índio."[228] Se nos tempos do SPI a fome era algo recorrente no PIMO, tal situação não se repetiu enquanto a PMMG administrou a área. É amena a incidência de conflitos entre indígenas e fazendeiros no período, embora os invasores permanecessem na área de intercessão entre as aldeias Água Boa e Pradinho. O aparente fim das animosidades, contudo, se deu à custa das restrições dos Maxakali de circularem no exterior da reserva, do uso excessivo de violência e prisões arbitrárias, executadas na PIMO e no Reformatório Krenak.

A retomada dos conflitos com fazendeiros (1972-1988)

A retirada do contingente militar das terras indígenas dos Maxakali reacendeu as tentativas de esbulho de terras pelos fazendeiros, que inclusive incitavam os indígenas ao consumo de bebidas alcoólicas para obterem êxito. Segundo José Itatuitim Ruas, que assume a 11ª Delegacia Regional da Funai[229] entre 1972 e 1975, os proprietários das fazendas assim agiam "porque sabem que quanto

mais os índios forem mal vistos, mais fácil será retomar a terra deles. "[230] Mal assistidos, estes eram obrigados a recorrer ao saque de criações das propriedades limítrofes para sobreviverem. Segundo José Ferreira Maxakali, o indígena Gustavo Maxakali foi espancado pela Polícia Militar após roubar um toca-fitas na cidade, o que gerou indignação de vários indivíduos que no dia seguinte fizeram a polícia recuar das terras indígenas. Na linha de frente encontrava-se Tiago Maxakali, que mesmo não tendo disparado com seu arco e flecha, foi atingido na perna pelos policiais, e morre em decorrência do ferimento. Na mesma ocasião, Iraci Maxakali, tia do depoente, foi atingida de raspão na cabeça.[231]

Afastado de suas atribuições no órgão indigenista, Manoel Pinheiro permanece na região como fazendeiro das propriedades adquiridas de José Coelho de Morais e Hermínio Barbosa, que somavam mais de 180 hectares. Alia-se aos proprietários Laurindo Pereira Sena e Valdevino da Silva Cabral[232], e faz reverberar nos veículos de imprensa que "a FUNAI trata os índios com 'paternalismo exagerado', apontando como solução do problema o restabelecimento da 'ordem e disciplina'."[233] A tríade de fazendeiros recorre ao ministério do interior (MINTER) e outras instâncias para denunciar o roubo de gado pelos Maxakali na região, e a inépcia da FUNAI para assisti-los e controlá-los. Em reportagem do Jornal Estado de Minas, Pinheiro diz que o índio passou a ser visto como "um assaltante protegido pelo governo», e sugere o retorno da PMMG nas aldeias:

> Vamos propor ao ministro uma medida adotada entre 1966 e 1972 com bons resultados: a intervenção da Polícia Militar na área para o restabelecimento da autoridade e da ordem entre índios e funcionários. Além disso, a comissão de fazendeiros de Bertópolis pedirá ao ministro Costa Couto autorização para que os proprietários coloquem seu gado nos pastos da reserva pelo sistema de aluguel.[234]

O delegado substituto da FUNAI, Sivaldo Barbosa, nega as acusações de que os indígenas seriam mal assistidos, e questiona a ideia de permitir o gado dos fazendeiros no posto: "como que os fazendeiros, ao mesmo tempo que alegam estarem os índios famintos, matando seu gado para alimentar, querem colocar este gado dentro da reserva, perto deles? "[235]

Ao final da década de 1970, Dom Quirino Adolfo Schmitz, bispo de Teófilo Otoni, introduz na região o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), organismo vinculado à Igreja Católica criado em 1972. Geralda Chaves Soares, agente pastoral indígena designada para atuar junto aos Maxakali no período, conta em depoimento que os fazendeiros eram fortes no período e que os assassinatos dos indígenas sempre repercutiam nos jornais como resultado de "briga interna".[236]

É o caso do assassinato de Waldomiro Maxakali em 16/07/1982, denunciado por Dom Quirino. Segundo o bispo, o indígena foi esfaqueado, e seu corpo arrastado para o local onde Aquilino Maxakali teria sido espancado por um vaqueiro do fazendeiro Valdevino Cabral.[237] Contudo, a maioria dos jornais atribui o assassinato de Waldomiro a outros indígenas, motivado pelo fato de praticar feitiçaria e ter se envolvido no assassinato de outro indígena.[238] Não foram obtidas mais informações sobre este assassinato ao longo dos trabalhos realizados pela Covemg, que demanda maiores investigações. Quase um ano depois, no dia 10/07/1983, Alcides Maxakali, acompanhado de sua mulher Jovita retornava de viagem quando foi abordado por "José Rolinha", Geraldo e José Moura - vaqueiros da fazenda de Laurindo Pereira Sena, onde havia parado para descansar. Segundo reportagens do período, Alcides teve sua orelha decepada por "Jose Rolinha", golpeado no pescoço e atingido mortalmente na cabeça por uma paulada.[239] Jovita também foi espancada pelos vaqueiros, mas conseguiu fugir.[240] Assim como no caso do assassinato de Waldomiro, inicialmente foi enfatizada a hipótese de que um indígena seria o autor do crime. Segundo o Jornal O Globo, os vaqueiros foram presos e liberados pouco tempo depois.[241]

O CIMI também foi responsável por denunciar várias ameaças sofridas pelos Maxakali no período. Em setembro de 1987, o delegado da Polícia Militar de Águas Formosas, Antônio de Morais Fernandes, apurou algumas destas denúncias, interrogando Antônio Rodrigues de Souza, chefe do Posto Indígena (PI) Pradinho. Segundo o depoente, o vaqueiro "José Rolinha", autor da morte de Alcides, permanecia fazendo ameaças de morte aos indígenas. Também depõe Maria Ângela de Matos, do CIMI, que aponta o capataz do major Pinheiro, conhecido como "Bana Fogo", como praticante de ameaças aos indígenas, tendo sofrido o mesmo quando lhe apontou uma espingarda em certa ocasião. Relata ainda que algum tempo antes foram colocadas estacas pontiagudas em um açude da fazenda de Pinheiro, onde os indígenas costumavam se banhar, com intuito de feri-los.[242]

Após a morte de Alcides, os Maxakali passam a pressionar a FUNAI pela unificação e demarcação das terras indígenas, apoiados pelo CIMI em suas ações. Tintim, Carmindo e Kelé viajam para Brasília, além de enviarem um áudio para o deputado federal indígena Mário Juruna, no qual narravam as violências sofridas pelos Maxakali. Cabe destacar que o CIMI também sofreu pressões constantes no período, sendo inclusive proibidos entrarem nas aldeias pela FUNAI. Em certa ocasião, o padre Samir Gazel recebeu um bilhete assinado pela "Associação Amigos de Bertópolis", ameaçando-o de morte caso estes perdessem terras na região.[243] Geralda Chaves Soares relembra em depoimento o episódio em que

o carro do CIMI foi incendiado criminosamente, e quando uma cisterna de uso dela e vizinhos foi envenenada. A agente, que esteve entre os Maxakali durante boa parte da década de 1980, descreve em depoimento um caso de agressão de um jagunço a uma Maxakali:

> Era assim né, a década de 80 [1980] ali, muito violenta [..]. E era uma pressão atrás da outra né, outra vez foi uma mulher, a mulher de... como que ele chama? Era do Pradinho, eles tavam indo pra Itanhém. Pararam, porque tava muito frio, chovendo, pararam debaixo de uma árvore, ficaram quietos lá, fizeram uma fogueirinha né, [...] o jagunço veio e pegou essa mulher, e com o cabo da [...] da arma, quebrou os dentes dela.[244]

Enquanto atuaram com os Maxakali na região, o CIMI também acompanhou a descoberta do corpo de Osmino Maxakali, assassinado em 12/01/1987. Ele retornava de uma feira quando se deitou perto da cerca do fazendeiro Valdevino Cabral, e foi reencontrado morto três dias depois.[245] Mesmo sofrendo pressões dos filhos do fazendeiro, os indígenas sepultaram-no na fazenda onde foi localizado, e o túmulo de concreto é marcado com o molde de uma lança. O crime não foi apurado.

A luta dos Maxakali se estende nos anos da Nova República, e a reunificação das terras indígenas ganhou repercussão nacional e internacional. Em 1993, ocorre a demarcação da área, homologada em 1996. A conquista reduz o número de assassinatos de indígenas por fazendeiros na região, contudo permanece elevada a mortandade por doenças e desnutrição – principalmente infantil.

Muitas violações de direitos do povo Maxakali não puderam ser incluídas neste Capítulo, seja por extrapolarem o marco temporal que norteia os trabalhos da Covemg, ou mesmo pela ausência de mais informações sobre casos do período estudado. Convém destacar que as violações dos direitos dos indígenas perpetradas pelo Estado e agentes privados entre as décadas de 1940 e 1980, configuram em um processo incessante de etnocídio do povo Maxakali. Tal descaracterização cultural assume uma dimensão física e individual, manifestada nos assassinatos, espancamentos, torturas e prisões arbitrárias nos Postos Indígenas e no Reformatório Krenak. Há também a supressão de aspectos culturais, como a proibição do uso do idioma nativo no presídio indígena, do cultivo de roças de subsistência, do trânsito no exterior das aldeias; as longas jornadas de trabalhos forçados e a criação da Guarda Rural Indígena (GRIN), que institui novas hierarquias sociais - contribuíram significativamente para a desagregação sociocultural dos Maxakali no período.



Figura 8 – Túmulo de Osmino Maxakali. Fonte: Covemg. Foto Marco Túlio Antunes Gomes

Xakriabá

Caracterização geral

Os Xakriabá são um povo pertencente à família Akwen do tronco linguístico Jê, do qual também fazem parte os povos Xerente e Xavante. Atualmente, vivem, em sua maioria, no município de São João das Missões, região noroeste de Minas Gerais, onde se localiza a Terra Indígena Xakriabá.

Os primeiros contatos entre colonizadores europeus e os Xakriabá ocorreram entre o fim do século XVI e o início do século XVII, quando as primeiras expedições portuguesas atingiram o Vale do Alto-Médio São Francisco em busca de terras para a expansão da criação de gado. O bandeirante Matias Cardoso conhecia a potencialidade econômica da região, concentrando esforços para o desenvolvimento da atividade no local. Fundou o Arraial de Nossa Senhora da Conceição dos Morrinhos em meio ao território Xakriabá, escravizando-os e impondo trabalho compulsório na instalação de sua fazenda. O povoado se localizava em um ponto estratégico, já que conectava as zonas de criação de gado à zona de mineração.[246]

De acordo com a antropóloga Maria Hilda Baqueiro Paraíso, a ocupação da área foi cercada de conflitos entre indígenas e colonizadores, tendo os Xakriabá em um desses episódios queimado a sede da fazenda, posteriormente reconstruída por Januário Cardoso de Almeida, filho de Matias Cardoso. A nova edificação recebeu o nome de Nossa Senhora do Amparo do Brejo Salgado, e foi novamente atacada pelos indígenas, gerando uma reação violenta de Almeida, que os levou a recuar à região do Rio Urucaia. No entanto, ataques esporádicos do povo Kayapó, que atingiam tanto as fazendas quanto as aldeias Xakriabá, contribuíram para que se forjasse uma aliança temporária entre Januário Cardoso e o povo Xakriabá.[247]

Analisando relatos de viajantes do século XVIII e XIX, a antropóloga Ana Flávia Moreira Santos[248] faz referência à "Carta de Doação de Terras" que teria sido redigida em nome dos Xakriabá com data de 10/02/1728.[249] A Carta simbolizava um reconhecimento por parte da Coroa dos serviços prestados a Januário Cardoso de Almeida nos confrontos contra os Kayapós. Libertos do regime de trabalhos forçados pelos colonizadores, os Xakriabá obtiveram a delimitação de um lote de terras, cujos limites eram estabelecidos pelos rios Itacarambi, Peruaçu e São Francisco e pela Serra Geral e da Boa Vista.

Durante o século XIX, os Xakriabá sofreram sucessivas perdas de terras relativas à doação de 1728. Os abusos do poder local e um quadro de violência

generalizada contra os indígenas da região levaram um grupo Xakriabá a organizar uma viagem ao Rio de Janeiro. O objetivo era solicitar providências ao Imperador e garantias legais sobre "os terrenos doados aos índios das missões".[250] Daí em diante seria permanente a presença de forasteiros, mas que nem sempre se constituíram uma ameaça aos indígenas.

A partir do século XIX, intensifica-se a presença de migrantes do sertão baiano em território Xakriabá, especialmente pessoas negras escravizadas fugidas ou alforriadas e brancos pobres. Em alguns casos, os indígenas estabeleceram alianças e casamentos interétnicos, permitindo que essas pessoas passassem a viver em suas terras. Os laços tradicionalmente estabelecidos entre indígenas e outros povos na região foram compreendidos a partir de perspectivas comuns ao indigenismo do final do século XIX e século XX, que distinguia indígenas de "raça pura" ou "bravios e guerreiros" e os "índios misturados", "mestiços" e "caboclos". Esse tipo de classificação passou a contribuir para a negação da condição indígena de vários povos e, consequentemente, para o esbulho de suas terras.

Os processos de miscigenação dos Xakriabá foram compreendidos, da perspectiva do Estado, como sua "caboclização", o que contribui para a negação da indianidade Xakriabá por quase todo o século XX. Os Xakriabá, nesse sentido, nunca contaram com qualquer proteção por parte do SPI.

O projeto da Ruralminas e a questão do reconhecimento identitário do povo Xakriabá

Entre os conflitos fundiários que se estabeleceram em terras tradicionalmente ocupadas pelos Xakriabá durante o século XX, destaca-se um primeiro grande conflito envolvendo a região de Rancharia. No episódio que ficou conhecido como "Curral de Varas", um fazendeiro cercou um local no qual os indígenas realizavam o "toré".[251] Os Xakriabá, reunidos em grupo, atearam fogo no curral. Alguns indígenas foram mortos em retaliação a essa prática.[252] Em 1949, a Lei estadual nº 550[253], de 20/12/1949, em confronto com as garantias expressas na Constituição de 1946, declarou devolutas as terras do território Xakriabá.[254]

O problema da garantia das terras tradicionalmente ocupadas pelo povo Xakriabá se tornaria ainda mais grave no final da década de 1960. A crescente especulação fundiária no norte de Minas Gerais, e a implantação de projetos de desenvolvimento agrícola como o Planorte I e II, de responsabilidade da Ruralminas, contribuiriam para a atração de uma série de colonos para a região. Por meio desses projetos, vários títulos de terra foram atribuídos a grileiros na área ocupada pelos Xakriabá.[255]

A prática da grilagem de terras acabou sendo estimulada por essas políticas estatais, que ocorria tanto pelo uso sistemático de violência, com a expulsão dos indígenas de determinadas áreas, como pela compra de pequenas posses, a partir das quais terrenos muito maiores foram cercados.[256] Também existem relatos de que grupos de fazendeiros e empresários passaram a cercar estradas e gerais, impedindo que os indígenas pudessem circular, coletar alimentos e matérias-primas e criar animais em áreas tradicionalmente livres.[257] Terras usurpadas por meio dessas estratégias foram posteriormente regularizadas pela Ruralminas, que as considerou devolutas e, portanto, propriedade do Estado.[258]

Senhor Laurindo e Manoel Gomes de Oliveira, conhecido como cacique Rodrigão (morto em 2003), foram os pioneiros na articulação do povo Xakriabá em relação à luta pela garantia de ocupação de seu território tradicional. Laurindo, de aproximadamente 95 anos, em depoimento à Covemg, relatou aspectos da chegada da Ruralminas na área Xakriabá, e os constrangimentos aos quais ficaram submetidos em relação a fazendeiros e posseiros.

> […] A Ruralminas foi quem endoidou o povo aí tomando as terras […] Eles fizeram que foi que (…) uai eles fizeram, que já tinha um bocado desses posseiros aí, já esperando essa ordem. Quando a Ruralminas deu a ordem, que a terra tinha que ficar para os fazendeiro por que nós não trabaiava (sic), aí os fazendeiro cada um foi 'caçando' um jeito de encostar (...) um prum lado, outro pra outro esticaram a cerca nesse muro tudo aí. E um dia eu tava lá na roça e a menina gritou: "Ó pai, ó pai (...) lá em casa tá uns homem esperando ocê, 'caçando' o cê lá". Quem trabaia num me ajuda, mas pra empatar eu acho quem me ajuda, quem me empata. Aí veio de lá pra cá. Cheguei subindo naquele pé de manga (…) Aí, eu tava sentando escutei as conversa deles me esperando. Aí chegou uma turma, eles que tava exibindo tudo por aqui. Ele falou assim: "ué moço? Mas nós aqui às pressa pra encontrar ocê e cê tá bem sentado aí". Aí eu digo: "uai moço, me diga uma coisa, nóis tinha trato?". "Não". "Eu le devo?". "Não". "Mas, pois, o que é que cê quer?" (...) "Ó moço, eu tava querendo le ver pra isso, pra nóis fazer um acordo assim, o meu empreiteiro aí me avisou que o ocê não atendeu o serviço da picada, que o senhor não aceitava fazer do jeito que ele fazia não, e aí eu não quero encrenca, eu quero é metade e tal. E você, isentando desse lugar, você da licença para nós passar (...) Aí eu pensei assim, já que é eu sozinho que tô vendo nessa tentação, que não tem ninguém pra me ajudar, eu vou largar de mão também. Aí, desci lá (…) e "ó aqui ó, isentando essa parte daqui pra cá, daí pra cá cês pode tomar conta (...) ele meteu um pau (...). Todo lugar tinha arame esticado. Um puxando por lá, outro pondo outro, um alvoroço danado. E aí resultado foi esse mesmo né?[259]

No início dos anos 1970, diante da progressiva perda de seus territórios, lideranças indígenas como Rodrigão e Laurindo passaram a empreender uma série de viagens a Brasília e capitais estaduais. Por meio dessas viagens, buscavam compreender questões legais relativas à garantia de terras e, também, reivindicar às autoridades competentes providências em relação aos problemas enfrentados. A demanda mais urgente seria dirigida à FUNAI, já que até então a indianidade dos Xakriabá não era reconhecida pelo Estado.

O relato do Senhor Valdemar destacou a atuação do funcionário da Ruralminas, Manoel Calais, na tentativa de reprimir esses deslocamentos

> […] foi ele (Manoel Calais) que perseguiu mais o finado Rodrigo, porque ele que fazia as denúncias que diziam que o finado Rodrigo tava contra a lei. Ele com a Ruralminas e finado Rodrigo tava contra a lei de tá indo lá em Brasília, que eles ia caçar modo de prender ele. Mas é... eles zoou demais aí, nesse trem. E a discriminação era muita. Eles falava que caboclo não tinha terra, não. Que terra era de quem pudesse pagar taxa de ocupação[260]

Em depoimento à Covemg, José Pereira Lopes, conhecido como José de Benvindo, descreveu aspectos da articulação política do povo Xakriabá e da ascensão de Rosalino Gomes de Oliveira como importante liderança dos movimentos de retomada da terra, destacando o contexto de exploração sistemática da área.

> [...] e aí foi só crescendo, crescendo o número de pessoas lá dentro das terras, interessado, que tinha muita madeira boa, muitas coisas importantes, né? E acabou que esse povo indígena, como não tinha aquilo que eles tinha, foi recuando, ficando naquelas parte de terra mais piorada, né? E foi aí fazendo as exploração que eles queria. Aí quando o seu Rodrigo chegou de Brasília, que ele teve um tempo pra lá, aí ele tentou esclarecer pro nosso povo indígena, mas o povo já tudo assim, né, sem saber o que fazer, porque essas pessoa era preparada. E o índio preparava era um pedaço de pau, era outras coisas, né. […} mas aí a gente foi tá conversando com um e com outro. Aí, graças a Deus, o Rosalino (Gomes de Oliveira), que é o pai dele (referência a cacique Domingos, que esteve presente na entrevista), também entrou em ação mais seu Rodrigo. "Então vamos dar um jeito e vamos ajudar, porque do jeito que tá nós vamo ter que sair é tudo daqui" […] Aí ele entrou, aí no mesmo instante já foi apontando a liderança que tem hoje, né. Foi apontando uma liderança pra região, aí quando foi juntando os pouquinhos, pouquinhos, cresceu um grupinho, aí quando cresceu um grupinho aí comecemo a fazer os mutirão. Aí desses mutirão, cada vez só crescendo.[261]

A articulação política dos Xakriabá mobilizou reações violentas por parte de agentes públicos e privados que atuavam na região, que buscaram impedir ou coibir esses movimentos.

> ENTREVISTADORA: Mas as outras polícias, seu Laurindo, sem ser a Polícia Federal, a Polícia Militar, a Polícia Civil, por exemplo, como é que elas atuaram aqui na área Xakriabá?
>
> SENHOR LAURINDO: Eles ficaram aí assombrando a gente, moça. Botando até a gente, como que fala? Detido né, um tal... era o Bida que era o chefe desse povo...
>
> ENTREVISTADORA: Bida? (provável referência a Rosalvo Fraga Fernandes, ex-delegado de polícia de São João das Missões).
>
> SENHOR LAURINDO: Ele já morreu a muito tempo (…) botaro os outros pra fazer essas coisas aí, que os outro acompanharo essa injustiça ai com todo mundo, queria por força tomar pra todo mundo, sai fora deixar pra eles essa terra, os fazendeiro. Eles faziam muita injustiça com a gente, pra gente ficar com medo e não prestar queixa lá em Brasília mais[262]
>
> […] foi muito esquisito pra nós, né? Sofreu demais na mão de fazendeiro. Nós não sabia se a terra era nossa ou se era dele. E ia, atropelava nosso povo, sem poder fazer nada que tinha dia que a gente ficava triste. Mas nós tudo, com o tempo, a gente vai descobrindo que a gente tinha direito, mas naquele tempo, tinha hora que a gente ficava iludido, parece que o direito só corria. Então nós não tinha muita voz ativa não. Então nós não sabia que ali era a porta que batia pra procurar nossos direito, e aí os outros vencia nós. E, mas Deus deu um poder, porque naquela época começaro a invadir nosso território e encheu de fazendeiro que cês vê aí esses desmato, foi tudo na época de fazendeiro. Desmatou as nascente, acabou com um bocado delas, e aí quando o cacique Rodrigo, ele precisava esconder, pra procurar direito se existia, e por isso ele foi perseguido tanto. Na roça, polícia ia atrás dele, de noite de casa, carregava ele, fazia dele… Aí outras vezes, eu conversava com eles, e eles vinha pra levar ele, eles mandava eles ficar esperando que aquele tempo não tinha transporte, então ele tinha que pegar o cavalo pra ir, aí chegava lá, ele arriava o carro, quando eles tava esperando ele pra andar. Aí aconteceu isso um bocado de vez[263]

A presença do CIMI entre os Xakriabá, a partir do início dos anos 1970, colaborou com a estruturação dos movimentos de retomada do território, principalmente a partir da atuação de Fábio Alves dos Santos, conhecido como Fabinho. Também

é destacada a atuação de Luiz Antônio Chaves, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg), que iniciou seu trabalho na região no início dos anos 1980.

> JOSÉ DE BENVINDO: Graças a Deus sempre apareceu pessoal das igreja, incentivando pra tomar cuidado, porque senão ia ser muito pior pra nós; uma incentivação muito boa, né, que eles alertava muito a gente.
>
> ENTREVISTADORA: Quem é que alertava? O senhor se lembra?
>
> JOSÉ DE BENVINDO: O pessoal do CIMI [...] que era o Fábio, o Luiz Chaves, esse povo que chegava e alertava: "olha, se vocês ver um grupo de homem armado, corre! Não fica esperando não, que eles tão armado já. As armas dele pega distante, ocês com um pedaço de pau não adianta", né.[264]

Por meio do contato com que se foi estabelecendo entre os Xakriabá e agentes estatais da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em Brasília, os indígenas descobriram que o então chefe da Ajudância Minas-Bahia, capitão Manoel Pinheiro, solicitava recursos para assistência na área Xakriabá, sem que nada fosse garantido a eles.

> [...] Então cê vê que não foi pouco sofrimento não, né? Se a pessoa não tivesse coragem que nem deus me deu, num ia mais... ele queria era amedrontar nós pra num ir na Brasília, eles era enciumado de nós ir porque eu fui lá um dia, em Brasília, acho que foi nessa viagem mesmo que eu... cheguei lá e uma diretora lá, e aí eu cheguei e sentei, e me recebeu, peguei o ofício com ela, ela entrou lá pra de lá ela veio e falou de cara bem- vindo assim pra mim assim, "ô moço, mas moço, que confusão miserável que cês tão nela que ninguém num sabe quem tá com a verdade, quem tá com a mentira", "porque que a senhora fala assim?" "ah! Porque capitão Pinheiro essa semana pegou aqui 30 mil cruzeiro pra mode começar a construir um posto lá procês, veio aqui, pegou o dinheiro e levou, disse que foi para construir esse posto, esse posto tava, já tava trabalhando lá.
>
> ENTREVISTADORA: E não existia esse posto?
>
> SENHOR LAURINDO: Não tinha nada, num tinha remédio, num tinha né? De posto num tinha nada. [...] se tem alguém que conta caso de Capitão Pinheiro lá andando lá na terra, se ele vem é pra voar no avião, mas pra descer na terra ele nunca pisou lá não. "Mas que miséria é essa?"[265]

Como resultado da mobilização do povo Xakriabá, a FUNAI designaria Ney Land, antropólogo ligado ao Departamento de Estudos e Pesquisas (DEP), para um primeiro levantamento dos conflitos envolvendo suas terras. Em 1971, Land destacaria aspectos relativos à expropriação das terras indígenas e as dificuldades enfrentadas pelos Xakriabá para levar adiante o propósito de estabelecer contato com o órgão indigenista

> Sem orientação da FUNAI ou do extinto SPI, nunca lá se fixaram, os remanescentes, pressionados a cano de revólver por fazendeiros, venderam ficticiamente suas posses que são legalizadas nos tabeliões das cidades. Com isso, os fazendeiros invadem a área indígena cercando as propriedades dos remanescentes obrigando-os a se retirarem com suas famílias, do que eles chamam de 'suas terras'. Tocaias são feitas para impedir que os remanescentes cheguem a Brasília para se queixarem[266]

Em 1973, finalmente instalou-se um Posto Indígena na área. A presença da FUNAI, no entanto, não foi capaz de preservar os indígenas dos conflitos que vinham ocorrendo, nem finalizou o processo expansionista sobre suas terras, que se dava a partir do próprio Estado, por meio da Ruralminas. Essa situação foi descrita por uma reportagem do Jornal do Brasil publicada em 1974, que destacava o interesse de grupos privados sobre aquela região.

> No começo, o território Xacriabá, doado pelo Império, ficava entre três rios: o Rio São Francisco, Itacarambi e o Peruaçu. Hoje, nenhuma gleba chega a àquelas águas, pois a ação continuada dos invasores espremeu os gamelas em pequenos núcleos, e o branco Bida, Rosalvo Fraga Fernandes, ficou com a maior parte do território primitivo. Embora a FUNAI possua documento comprovador da doação imperial, a Ruralminas considera devolutas as terras de Itacarambi e, particularmente, do seu distrito de São João das Missões, onde centenas de posseiros vivem ao lado de remanescentes dos xacriabás. Na mesma área, o Grupo Cauê mantém uma fazenda, a Canadá[267]

Ocupando a chefia da AJMB naquele momento, João Geraldo Itatuitim Ruas, declarou que a invasão de terras Xakriabá, denunciada em junho de 1974 em Belo Horizonte pela indígena Luísa do Vale, era "um problema antigo e só acabaria com a demarcação de uma área para os 3 mil remanescentes que vivem em São João das Missões, distrito de Itacarambi, no vale do São Francisco. "[268] Itatuitim também afirmou que quando a demarcação da terra fosse concluída, os "brancos" que estivessem dentro da terra indígena seriam considerados

invasores e, por fim, retirados. Ruas, entretanto, não deixou de registrar que a proteção da política indigenista seria dada aos indígenas que ainda permanecem "como tal" e "não aos aculturados e que estão plenamente integrados na sociedade, vivendo normalmente como qualquer civilizado e possuindo até título de eleitor"[269] reproduzindo estereótipos comuns mobilizados pelas práticas indigenistas naquele momento.

A instalação do Posto Indígena, além de não concretizar a proteção do território, também não significou um pleno reconhecimento da condição indígena do povo Xakriabá por parte da FUNAI. Funcionários do órgão indigenista, baseando-se em antigos relatórios do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e na persistência de um imaginário que reduzia o indígena Xakriabá à genérica terminologia de "caboclo", colocavam em dúvida sua identidade indígena ou a negavam abertamente. Em 1977, por exemplo, um relatório de visitas à comunidade, produzido pelo Departamento Geral de Obras da 11ª Delegacia Regional da FUNAI informava que

> A Equipe da ASPLAN, da qual fiz parte, ao visitar aquele posto, recentemente, concluiu, é lógico, com a 'devida vênia' dos antropólogos, que não existe índios na área de Xakriabá. Se existisse, seria no máximo da 3ª, 4ª ou 5ª geração. Pois, não possuem nenhuma característica pré-colombiana. (…). Os supostos remanescentes na sua maioria são de pele negra, cabelos encaracolados, nunca ouviram falar o nome da tribo primitiva, não conhecem o arco-e-flexa [conforme original] nem têm noção do que seja trabalho de artesanatos. São possivelmente emigrantes baianos, que chegando àquela área e sabendo-a indígena ocuparam-na e hoje se dizem remanescentes. Falam sem nenhum sotaque o português (…). Salvo melhor juízo, não há índio na área de Xakriabá, e, possivelmente, nem mesmo remanescentes serão ali encontrados.[270]

É interessante observar que os Xakriabá, como tantos outros povos indígenas, sofreram, ao longo de sua trajetória, uma série de constrangimentos ao exercício de suas práticas culturais. Foi relatado à Covemg que rituais ou o acesso aos locais em que eles deveriam ocorrer chegaram a ser impedidos por grupos de invasores. Ao mesmo tempo, do ponto de vista do Estado, os Xakriabá eram cobrados pelo exercício de práticas que supostamente os identificassem enquanto indígenas.

> […] Eles acusava a gente, inventando ai que nós, que nós tava aí no nosso trabai, a noite né precisava botar guarda na boca da entrada aqui, lá pro terrero que nós tava...Não ai não pode entrar não, agora de noite não, nós tamo aqui pra guarda, aqui não pode entrar não. Assim eles fizeram muitas vezes né?[271]

Retomando a reportagem do Jornal do Brasil, a menção à Cia. de Cimento Cauê não seria um fato isolado no que se refere às discussões envolvendo o povo Xakriabá. Em setembro de 1977, o nome da Cauê surgiria novamente, dessa vez em um documento que a Assessoria de Segurança e Informações da FUNAI (ASI – FUNAI) enviaria ao Departamento Geral de Operações e à 11ª Delegacia Geral da entidade. Tratava-se de um pedido de busca cujo assunto era "conflito entre índios e fazendeiros no município de Itacarambi (MG)". Solicitava-se, por meio desse documento, que o departamento averiguasse a veracidade de inúmeras informações referentes a conflitos existentes naquela região.

Como parte da resposta à solicitação foi anexado um relatório que o antropólogo Romeu Sabará da Silva dirigia ao professor Ney Land, que em 1970 havia iniciado o trabalho de levantamento e identificação do povo indígena Xakriabá. Nesse relatório, elaborado em 1974, Silva enumera entraves para sua atuação e permanência na área. O antropólogo destacava que a presença de sua equipe havia se tornado inconveniente ao Delegado Regional da FUNAI, "pessoa obscura, que apresentava em uma só oportunidade várias faces". Acusava-o de manter em sigilo informações relevantes, "invocando o nome do SNI (Serviço Nacional de Informações)", para que pudesse estar livre para a tomada de decisões arbitrárias. Por fim, descrevia algumas questões críticas envolvendo as disputas territoriais:

> A Cauê, grupo ligado a industrialização do calcário, possui uma fazenda agropastoril, dentro da antiga área Xacriabás, montada dentro dos moldes das mais perfeitas e modernas empresas. Além deste, outros grupos importantes atuam na área, cujos nomes não podemos levantar, ligados a criação de gado em longa escala sediados em Teófilo Otoni, Governador Valadares, Montes Claros e Belo Horizonte, e outros ligados à exploração de madeira. Constituem eles atualmente problema mais sério que os pequenos posseiros, devido a um poder econômico que representam, aliado ao poder político não menos expressivo envolvendo governo do Estado, Ruralminas, INCRA e Sudene.[272]

A ambiguidade no exercício da política indigenista também pode ser identificada no posicionamento da chefia da AJMB, enquanto ainda era ocupada pelo capitão Pinheiro. A proposta da Ruralminas, que diante dos conflitos envolvendo o território Xakriabá, estabeleceu que lotes individuais seriam doados aos "remanescentes dos indígenas", foi previamente aceita pela FUNAI em 1970. A proposta ignorava a dimensão coletiva da relação dos povos indígenas com a terra e só não foi levada adiante por conta de um parecer contrário à decisão da Ruralminas, produzido por um escrivão do município de Itacarambi, que reconhecia o

termo de doação de terras de 1728.[273] A proposta, no entanto, continuou a ser considerada pelo órgão indigenista ao longo de toda década.

A demarcação da Terra Indígena Xakriabá só se efetivaria em 1979. Em setembro desse mesmo ano, a revista Porantim publicaria, no editorial "Onde os índios não sentem mais vergonha de ser índios", que "os Xakriabá, em Minas Gerais, considerados extintos, foram redescobertos recentemente em Itacarambi onde eram vistos como 'cablocos'".[274]

A escalada de violência nos anos 1980

No entanto, a demarcação não foi suficiente para concretizar a posse da terra ao povo Xakriabá. O processo de grilagem seguiria durante a década de 1980, inclusive com novas titulações da Ruralminas. De acordo com os relatos colhidos pela Covemg, a FUNAI argumentava que não dispunha de recursos financeiros para indenizar os posseiros e, por fim, retirá-los da Terra Indígena. Em 1985, dos 46.414 hectares demarcados em 1979, pelo menos 47% estariam ocupados indevidamente por fazendeiros ou posseiros.[275] O acirramento dos confrontos entre indígenas e posseiros se tornaria uma constante na década de 1980.

Em 29/05/1984, o presidente da FUNAI, Jurandy Marcos da Fonseca, solicitou, via telegrama, o auxílio de Moacyr Coelho, diretor-geral do Departamento da Polícia Federal. Pedia que a equipe de Coelho acompanhasse a equipe da 11ª Delegacia Regional da FUNAI à região "em virtude de ameaça à integridade física de servidores e índios na área indígena Xakriabá, município de Itacarambi", esclarecendo que "a situação estava tensa na região, sendo iminente o atrito entre índios e posseiros ocupantes de terra já demarcada."[276]

Em 18/10/1985, os "invasores de terras", responsáveis por ameaças e intimidações aos indígenas e aos funcionários da FUNAI, foram formalmente citados por Luiz Augusto Guadalupe, chefe da ASI-FUNAI, em um telegrama enviado ao diretor da Divisão de Segurança e Informações (DSI) do ministério do interior. Nesse documento, Guadalupe fazia referência aos nome de: "Renato Mendes Cardoso; Sinval Mendes Cardoso; Aécio Costa Pereira; Antonio Carlos Saraiva; Joaquim Lopes da Mota; Joaquim Caetano de Souza; João Ferreira de Santana Filho; Adão Ferreira Leite; Francisco do Ampara Guimarães; Aderlande Costa Pereira; Joseh da Paixão Ferreira; Rosalvo Fraga Fernandes e Emílio Caetano de Souza" e destacava que, apesar de "conflitos de graves proporções, inclusive com iminência morte", suas inúmeras solicitações de auxílio vinham sendo ignoradas pelo órgão. Por fim, solicitava apoio da Policia Militar de Montes Claros, considerando que já havia lançado mão de todos os recursos que lhe eram disponíveis.[277]

O diretor da DSI seria novamente acionado por um telegrama de 06/12/1985, cuja identificação do destinatário não foi possível. Dessa vez, o destinatário (provavelmente, um funcionário da FUNAI) ressaltava a continuidade das ameaças contra os indígenas por parte dos posseiros e reiterava "veementemente as providências anteriormente solicitadas". Além disso, denunciava o apoio do prefeito e do delegado de Itacarambi aos posseiros, registrando suas infrutíferas tentativas de desarmamento desses últimos.[278]

A resposta do povo Xakriabá ao processo sistemático de ocupação de suas terras foi a continuidade dos mutirões de retomada. José de Benvindo, que teve importante atuação nesses mutirões, destacou algumas das retaliações sofridas pelo povo Xakriabá nesse processo e aborda o ataque à casa de Rosalino Gomes de Oliveira:

> [...] Só crescendo os mutirão. Aí nesse meio tempo, através desses mutirão, eles, pra ver se tirava seu Rosalino, eles atacaram a casa dele. Tinha vez, chegou o ponto de pegar as roupas dele, calça, tudo, cortou tudo e furou e jogou dentro do poço de panhar água, que era o poço de panhar água pra beber, né. [...] É, do seu Rosalino. Aí quando eles fez aquilo, Deus abençoou que não tinha achado ele no ponto, que eles queria era ele, né. Aí eles tornou a voltar, não encontrou ele de novo, e tornou fazer a mesma coisa, pegou as coisas dele, bagunçou com tudo, com as coisinha dele. [...] E a gente não esmoreceu, não! Continuemo com os mutirão e a comunidade só reforçando, né.[279]

Em seguida, uma nova invasão foi articulada na aldeia do Sapé. Dessa vez, José de Benvindo e outros indígenas tiveram casas depredadas e roças destruídas.

> JOSÉ DE BENVINDO: [...] É. Teve essas invasão lá, aí prejuízo mesmo fui eu, que foi o prejuízo maior, foi eu Raimundo e finado Manoelino, que a gente preparava aquelas coisa, que a gente quase já não tava podendo trabalhar, então a gente pegava, acumulava aquelas quantia de coisa, vendia alguma coisinha e ia acumulando aquilo porque era pra tirar aquela tarefa. E naquela época, 45 dias de chuva, o que é que eles fizeram? Os colchãozinho que a gente tinha, o saco de feijão que a gente tava aprontando, feijão preto da FUNAI, que dava pra gente plantar, o feijão virava feijoa, a gente colheu tanto feijão! O feijão nasceu tudinho no terreiro! (...) Aí pegaram essas coisa nossa tudinho e colocou no terreiro, na chuva. E aí agora? "Não, não vai lá não, tem que esperar a Polícia Federal", "ah, até a Polícia Federal chegar".

> ENTREVISTADORA: Mas o que eles fizeram com as coisas do senhor?
>
> JOSÉ DE BENVINDO: Jogaram por lá, na chuva lá, tudo no terreiro.[280]

Ainda em 1985, em um documento intitulado "Denúncia feita por índios Xakriabá", produzido pelos próprios indígenas e encaminhado ao Conselho Indigenista Missionário (CIMI), vários relatos de violência foram apresentados. Destacam-se as ameaças de morte e intimidação, emboscadas, roubo de gado, prisões arbitrárias e torturas praticadas a partir da associação entre agentes públicos e privados, conforme trechos a seguir. Ressalta-se também a presença de invasores como Renato e Sinval, já mencionados em outros documentos.

> Grileiros e pistoleiros estava falando de fazer danos aos Xakriabá. E agora está comerçando [começando] a fazer. Segunda feira dia 23 de setembro quando o índio André filho do índio Geminiano da Aldeia Barreiros foi olhar a roça deles que tinha milho, mamona e etc foi a roça que o Renato e os jagunços dele que é os filhos Chicão falaram que inham queimar tudo que tivesse lá. Eles falaram que inha queimar e queimou tudo o que tinha
>
> [...]
>
> Na volta que André vinha da roça o Renato escondeu na estrada quando ele inha passando Renato deu um tiro nele, mas não atingiu. Renato amontou no cavalo e correu atrás dele e deu outro tiro, mas graças a Deus ele não saiu atingido
>
> [...]
>
> Segunda feira dia 23 de setembro Renato e Sinval trouxeram 50 homens que é pistoleiros deles e daqui tinha também uns três filhos do Chicão. Até na quarta-feira ficou com esses pistoleiros na Aldeia Barreiros. 4 Polícia Militar de Itacarambi e o Mané José falou que se ele pegar causa para resolver se não resolver na justiça. Ele resolve na bala e ele já é acostumado a matar. Mané José falou que vai matar Ronaldo, chefe do PI [Posto Indígena] e vai matar representantes de outros índios.[281]

Em 06/01/1986, o indígena Osvaldo Fernandes Ribeiro enviou uma correspondência a Fábio Alves dos Santos, funcionário do CIMI, na qual também destacava a colaboração de agentes públicos como o prefeito José de Paula Ferreira e a Polícia Militar com os invasores de terras indígenas.

> O prefeito José de Paula paçor o Sapé para outro para o José Moriço prefeito de Janaúba. O José Moriço paçor para o Gonga Gonsal de tal e este elemento junto com Sivaldo e Renato Cardoso envadio o Sapé correo com os indios dando tiros e destruindo casas aonde o renato jurando e prometendo de tirar a minha vida quando eu encontrei ele na estrada vindo do Sapé. Nós Xakriabá apelemos pela a FUNAI e pedimos imediata providência a noço socorro e disemos queremos a Polícia Federal e não Militar e depois de muitos dias o delegado Lucio Flavio deceo com uma equipe de Polícia Federal do posto ao Sapé, e retornor os povo índio do sapé para suas casas e prendeo treis pistoleiro.[282]

Por fim, o documento "Conflitos de Terra (Relatório Preliminar) – Levantamento dos conflitos de terra em que se registravam mortes, ocorridos no País entre 1º *de janeiro e 22*/05/1986", elaborado pelo Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e Reforma Agrária (MIRAD) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)[283], registrou em seu "Quadro Geral de Mortos em Conflitos de Terra" o assassinato de José Ferreira Lopes (Zezão) em Itacarambi. Constava, ainda, a observação "índio morto por pistoleiro" e a indicação do CIMI como fonte dessa informação. A data referida a esse assassinato foi 14/05/1986. Em um relatório da Comissão Pastoral da Terra (Minas Gerais), essa morte é confirmada. Consta-se que o responsável seria Alfredo Ferreira Leite, conhecido como Alfredão, a serviço do prefeito de Itacarambi José Ferreira de Paula e do grileiro Amaro. No conflito, José de Benvindo e Manuel Fiúza da Silva também teriam sido feridos.[284]

A Chacina Xakriabá

Os crescentes conflitos da década de 1980 e a inépcia (e, por vezes, conivência) do Poder público na contenção da violência na região levaram ao episódio que ficou conhecido como a Chacina Xakriabá. Em fevereiro de 1987, a casa de Rosalino Gomes de Oliveira foi invadida por um grupo de grileiros sob a liderança de Francisco Assis Amaro. No tiroteio, Rosalino, que estava com 42 anos, e José Pereira Santana, que também residia na casa, foram assassinados. A esposa de Rosalino, Anísia Nunes, grávida de dois meses, foi atingida por um tiro no braço. Os pistoleiros ainda assassinaram Manuel Fiúza da Silva, irmão de Anísia, que se dirigiu ao local para colaborar com seus companheiros. Por fim, uma quarta pessoa foi morta – um pistoleiro baleado por seu próprio grupo.[285]

Os pistoleiros exigiram que José Nunes de Oliveira, filho de Rosalino, retirasse o corpo do pai de dentro de casa, como forma de certificá-los de sua morte. José Nunes, que na época tinha 10 anos de idade, não conseguia arrastar o corpo do

pai. A criança e sua família foram ameaçados de que seguiriam atirando caso não trouxesse o corpo. A mãe Anísia apelou para a fé e José Nunes conseguiu arrastar o corpo para fora da casa. Só então os tiros pararam.[286]

A notícia foi encaminhada ao Coronel Hércio Gomes Soares, diretor da Divisão de Segurança e Informações do Ministério do Interior por Luiz Augusto Guadalupe, chefe da Assessoria de Segurança e Informação (ASI) da FUNAI. Por meio do telegrama nº 43/ASI/FUNAI, de 12/02/1987, Guadalupe informava:

> (...) NA MADRUGADA DE 12 FEV VG POSSEIROS LIDERADOS POR FRANCISCO ASSIS AMARO VG ATACARAM AI XACRIABAH VG MUNICIPIO ITACARAMBI/MINAS GERAIS PT HA FERIDOS ET QUATRO MORTOS SENDO UM DELES POSSEIRO PT EH GRANDE A TENSÃO NA ÁREA ET HA POSSIBILIDADE DE NOVO CONFRONTO PT.[287]

Curiosamente, alguns meses depois desses assassinatos, em 14/07/1987, a FUNAI encontrou condições de homologar e dar posse definitiva da terra aos Xakriabá. Na memória do povo indígena, a morte de seus parentes é ainda um episódio doloroso, registrado anualmente na Romaria dos mártires, que completou 30 anos. A despeito da proporção da tragédia, a chacina teve como consequência um feito inédito na justiça brasileira. Foi a primeira vez que assassinos de indígenas foram levados a julgamento e enquadrados no crime de genocídio. Vinte e sete homens, considerados responsáveis pelo crime, encontravam-se presos em 1988, aguardando julgamento. O caso paradigmático tornou-se uma referência.

Em abril de 1988, por exemplo, frente a outra chacina, que dessa vez envolvia o povo amazônico Tikuna, Romero Jucá Filho, presidente da FUNAI informou a Romeu Tuma, diretor-geral do departamento de Polícia Federal, que havia solicitado ao ministério público o enquadramento do crime na categoria de genocídio, evocando o exemplo Xakriabá.[288]

Em 1993, o caso foi novamente tomado como referência. Em uma correspondência enviada pelo CIMI ao presidente Itamar Franco, ao ministro da justiça Maurício Corrêa, ao governador do Mato Grosso do Sul Pedro Pedrossian e ao juiz de Direito Jair Roberto de Quadros, a entidade externava a sua preocupação frente ao risco de impunidade no julgamento de Líbero Monteiro de Lima, fazendeiro mandante do emblemático assassinato do líder guarani Marçal de Souza Tupã'i. O CIMI lembrava às autoridades responsáveis pelo caso que apenas uma vez no Brasil se havia condenado envolvidos na morte de indígenas, fazendo-se referência ao assassinato de lideranças Xakriabá. [289]

NOTAS

1. BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Texto 5: Violações de direitos humanos dos povos indígenas*. Brasília: CNV, 2014. p. 198. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2)
2. VALENTE, Rubens. *Os fuzis e as flechas*: história de sangue e resistência indígena na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. (Arquivos da repressão no Brasil)
3. HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
4. POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Volume 2, número 3. Rio de Janeiro: CPDOC, 1989, p. 4.
5. Idem, p. 5.
6. Idem, p. 13.
7. Declaração Universal dos Direitos Humanos. In: < http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Declara%C3%A7%C3%A3o-Universal-dos-Direitos-Humanos/declaracao-universal-dos-direitos-humanos.html>.
8. Idem.
9. Idem.
10. CLASTRES, Pierre. *Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004. p. 56.
11. Idem, p. 58.
12. BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Texto 5: *Violações de direitos humanos dos povos indígenas*. Brasília: CNV, 2014. p. 251. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2)
13. STAROBINSKI, Jean. *As máscaras da civilização: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 14.
14. MARQUES, Pedro Berutti. *História da África em livros didáticos em face do conceito de civilização no contexto de recepção da Lei 10639*. 2015. Dissertação (Mestrado). FaE/UFMG. p. 75.
15. Idem, p. 75.
16. Idem, p. 76.
17. *Idem*, p. 33.
18. LIMA apud HECK, Egon Dionísio. *Os índios e a caserna*: políticas indigenistas dos governos militares (1964-1985). 1997. 151 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Campinas, SP, 1997. p. 24.
19. SAID, Edward. *Orientalismo*: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
20. SANTOS, Boaventura Sousa. *O fim das descobertas imperiais*. Notícias do Milénio, Edição Especial do Diário de Notícias, 1999.
21. SANTOS, Boaventura Sousa. *O fim das descobertas imperiais*. Notícias do Milénio, Edição Especial do Diário de Notícias, 1999.
22. SILVA, Janssen Felipe da. Geopolítica da educação: tensões entre o global e local na perspectiva dos Estudos Pós-Coloniais Latino-Americanos. *XXI Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e do Nordeste,* Recife, 2013. P. 2.
23. Manuela Carneiro da Cunha (2009) discute sobre esse assunto, dentre outros, trazendo uma importante reflexão sobre o conhecimento científico e os conhecimentos tradicionais e suas diferenças e semelhanças.
24. CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/ Fapesp, 1992. pp. 138-139.
25. MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, Tapuias e historiadores*: Estudos de História Indígena e do Indigenismo. Departamento de Antropologia (IFCH-Unicamp). Tese de Livre Docência. Área de Etnologia, Subárea História Indígena e do Indigenismo. Campinas, agosto de 2001. p. 136.
26. LIMA, Antônio Carlos de Souza. O governo dos índios sob a gestão do SPI. In: CUNHA, Manuela Carneiro (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992. pp. 155-172.
27. Idem, p. 68.
28. LIMA, Antônio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz*: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. p. 120.
29. BRASIL. Decreto nº 5.484, de 27/06/1928. Regula a situação dos índios nascidos no território nacional. Diário Oficial, Rio de Janeiro, DF, 17 set. 1928. Seção 1, p. 17125.
30. Idem.
31. LIMA, Antônio Carlos de Souza. Reconsiderando poder tutelar e formação do Estado no Brasil: notas a partir da criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais. In: FREIRE, Carlos Augusto da Rocha (org.). *Memória do SPI*: textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967). Rio de Janeiro: Museu do Índio-FUNAI, 2011. p. 210.
32. ASSOCIAÇÃO DE EX-PRESOS POLÍTICOS ANTIFASCISTAS (AEPPA). *A política de genocídio contra os índios do Brasil*. 16/03/1974, Arquivo Nacional. p. 6.
33. FAUSTO, Carlos. História. In: Índios no Brasil *1*. Secretaria de Educação a Distância, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEED/SEF, 2001. (Cadernos da TV Escola). p. 68.
34. PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Os Botocudos e sua trajetória histórica. In: CUNHA, Manuela Carneiro (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992. pp. 413-430.
35. GARFIELD, Seth. *A luta indígena no coração do Brasil*: política indigenista, a Marcha para o Oeste e os índios xavante (1937-1988). São Paulo: Editora Unesp, 2011.
36. DAVIS, Shelton H. *Vítimas do milagre*: o desenvolvimento e os índios do Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977. p. 30.
37. BRASIL. Constituição (1946). Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>.
38. GOMES, Mércio Pereira. *Os índios e o Brasil*: passado, presente e futuro. São Paulo: Contexto, 2012. p. 98.
39. LIMA, Antônio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz*: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
40. COSTA, Dina Czeresnia. Política indigenista e assistência à saúde: Noel Nutels e o serviço de unidades sanitárias aéreas. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, out.-dez. 1987. p. 388-401. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/csp/v3n4/v3n4a03.pdf>.

41. MUSEU DO ÍNDIO. Relatório Figueiredo, v. 20, 1967, p. 377.
42. Idem, p. 378.
43. Idem, p. 382.
44. Idem, p. 380.
45. DAVIS, Shelton H. *Vítimas do milagre*: o desenvolvimento e os índios do Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.
46. GUIMARÃES, Elena. *Relatório Figueiredo*: entre tempos, narrativas e memórias. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social/Programa de Pós-Graduação em Memória Social - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.p. 56.
47. MUSEU DO ÍNDIO. Relatório Figueiredo, v. 20, 1967, p. 407.
48. Idem, p. 437.
49. Idem, p. 429.
50. GOMES, Mércio Pereira. *Os índios e o Brasil*: passado, presente e futuro. São Paulo: Contexto, 2012. p. 101.
51. HECK, Egon Dionísio. *Os índios e a caserna*: políticas indigenistas dos governos militares (1964-1985). 1997. 151 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Campinas, SP, 1997.
52. HORTA, Raul Machado. *Estudos de direito constitucional*. Belo Horizonte: Del Rey, 1995. p. 64.
53. PEREIRA, José Edgard Penna Amorim. *Perfis constitucionais das terras devolutas*. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.
54. IANNI, Octavio. *Ditadura e agricultura*: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. pp. 182-183. (Retratos do Brasil; 131)
55. Idem, p. 205.
56. Idem.
57. HECK, Egon Dionísio. *Os índios e a caserna*: políticas indigenistas dos governos militares (1964-1985). 1997. 151 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Campinas, SP, 1997. p. 12.
58. Idem, p. 117.
59. DIAS FILHO, Antônio Jonas. *Sobre os viventes do rio Doce e da Fazenda Guarany*: dois presídios federais para índios durante a ditadura militar. Doutorado em Ciências Sociais. PUC-SP. 2015.
60. VALENTE, Rubens. *Os fuzis e as flechas*: história de sangue e resistência indígena na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. pp. 84-35. (Arquivos da repressão no Brasil)
61. DIAS FILHO, 2015, p. 114.
62. TERRAS demais para poucos índios. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 13 abril 1970. Disponível em: <https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/21446_20120411_095033.pdf>.
63. ÍNDIOS delinquentes têm colônia em Minas para recuperá-los. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 27/08/1972. Disponível em: <https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/3582_20090803_111517.pdf>.
64. Idem
65. Idem
66. Idem, p. 128.
67. KRENAK, Laurita Félix. Entrevista. Terra Indígena Krenak. Resplendor, 2017. Entrevista concedida Comissão da Verdade em Minas Gerais (Covemg).
68. Ministério Público de Minas Gerais, Ação Civil Pública de 10/12/2015, pp. 15-16.
69. CORRÊA, José Gabriel Silveira. *A ordem a se preservar*: a gestão dos índios e o reformatório agrícola indígena Krenak. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. p. 52. (Dissertação de Mestrado)
70. KRENAK, Laurita Félix. Entrevista. Terra Indígena Krenak. Resplendor, 2017. Entrevista concedida à (Covemg).
71. VALENTE, 2017, p.77
72. CORRÊA, 2000; DIAS FILHO, 2015.
73. Idem, p. 154.
74. Idem, p. 155.
75. Idem, p. 156.
76. KRENAK perdem na Justiça para fazendeiro. Porantim, Minas Gerais, 1º out. 1981. Disponível em: < https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/21529_20120417_093144.pdf>
77. KRENAK, Dejanira. Entrevista. Terra Indígena Krenak. Resplendor, 2017. Entrevista concedida à Comissão da Verdade em Minas Gerais (Covemg).
78. Ministério Público de Minas Gerais, Ação Civil Pública de 10/12/2015, p. 24.
79. KRENAK, Cleuza. Entrevista. Terra Indígena Krenak. Resplendor, 2017. Entrevista concedida à Comissão da Verdade em Minas Gerais (Covemg).
80. Idem, p. 139.
81. Idem, p. 140.
82. CORRÊA, 2000, p. 180.
83. "As gestões dos 'invasores' incluíram o envio de telegramas ao Presidente da República e a publicação de documentos que 'atestavam' a quase inexistência de índios na área do posto, como no memorial entregue ao presidente da República, ministro do interior, comandante da 4ª Região Militar e presidente da FUNAI – '*Os posseiros de Crenaque e a terra que cultivam: o fato, o direito e o apelo*' –, o advogado dos posseiros argumentava que "das tribos de crenaques e pojichás, da região, restam apenas dois representantes, que são irmãos, já idosos (Belo Horizonte, 1970), apelando também ao aspecto produtivo dos posseiros e à lealdade ao governo militar." (CORREA, 2000: 164-165)
84. FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. FF SSA-AS CX 651 DOC 10974. 1980. p. 13.
85. FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. FF SPP-NO CX 244 DOC 4441. Roteiro de Regulamento da GRIN. 1972. pp. 5-6.
86. Os Xerente atualmente se localizam no estado de Tocantins, em um censo de 2014 a população totalizava 3.509 índios. Informações obtidas em: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/xerente>. Os Karaja estão situados atualmente nos estados de Goiás, Mato Grosso, Pará e Tocantins, a população em 2014 era de 3.768 índios. Informações obtidas em: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/iny-karaja>. Os Krahô habitam atualmente o território do Tocantins, em 2014 a população era de 2992 índios. Informações obtidas em: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/kraho>.

Os Gavião estão localizados atualmente no estado do Pará, em 2014 era de 646 índios. Informações obtidas em: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/gaviao-parkateje>.

87. ÍNDIOS são preparados para cuidar da ordem nas tribos. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, ano LXXIX, n. 197, 23-24 nov. 1969, p. 29. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_08&pasta=ano%20196&pesq=Pessoa%20briga,%20eu%20pego%20e%20bato.>.

88. ÍNDIOS delinquentes tem colônia em Minas para recuperá-los. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 27 ago. 1972. Disponível em: <https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/3582_20090803_111517.pdf>

89. ÍNDIOS são preparados para cuidar da ordem nas tribos. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, ano LXXIX, n. 197, 23-24 nov. 1969, p. 29. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_08&pasta=ano%20196&pesq=Pessoa%20briga,%20eu%20pego%20e%20bato.>.

90. Vídeo sugere que ditadura ensinou indígenas a torturar. TV FOLHA. Roteiro e edição: Dani de Lamare. 11 nov. de 2012. Disponível em: https://www.youtube.com./watch?v=H0s4m1WQNmg&t=77s

91. CAPRIGLIONE, Laura. Como a ditadura ensinou técnicas de tortura à Guarda Rural Indígena. Folha de São Paulo, São Paulo, 11 nov. 2011. Disponível em: < http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2012/11/1182605-como-a-ditadura-ensinou-tecnicas-de-tortura-a-guarda-rural-indigena.shtml>.

92. Índios desfilarão. Diário da Noite, São Paulo, ano XLV n.13583, 18/03/1970, p. 2.

93. IZAR, Margarida. Soldados índios em São Paulo para a Páscoa da Fraternidade. Diário da Noite, São Paulo, ano XLV, n. 13592, 28/03/1970 p. 3.

94. MUSEU DO ÍNDIO. Microfilme307_00381. Telegrama. 1973.

95. Primeiro problema para a nova direção da Funai é o da Guarda Indígena. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, ano LXXX, n. 52, 7-8/06/1970. p. 27.

96. HECK, Egon Dionisio. *Os índios e a caserna*: políticas indigenistas dos governos militares, 1964-1985. 1996. 151 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Departamento de Ciências Políticas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

97. FREITAS, Edinaldo Bezerra de. A Guarda Rural Indígena – GRIN: Aspectos da Militarização da Política Indigenista no Brasil. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, jul. 2011. p. 24.

98. MINAS GERAIS. Lei Estadual nº 5.875 de 1972. Autoriza a doação de imóvel, que menciona, à Fundação Nacional do Índio – FUNAI. Disponível em < https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=5875&comp=&ano=1972>

99. CARVALHO, Marcos Antônio de; BASTOS, Rafael José de Menezes. Súmula de relatório de viagem de técnicos do DGPC à Fazenda Guarani – 11ª DR-MG. *Fundação Nacional do Índio*, Processo nº 28870.003550-1987-31, 1987. pp. 217-225.

100. Funai amplia experiência do Krenac. *Boletim Informativo da Funai*, Brasília-DF, ano I, n. 2, I trimestre 1972. p. 23. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=DocIndio&PagFis=103>.

101. Idem, pp. 24-25.

102. SILVA, Gutemberg Mota e; SABINO, Waldomiro. Índios egressos da Fazenda Guarani regressam às tribos. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, ano LXXXIII, n. 241, 5 dez. 1973. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_09&pasta=ano%20197&pesq=%C3%8Dndios%20egressos%20da%20Fazenda%20Guarani%20regressam%20%C3%A0s%20tribos >.

103. MUSEU DO ÍNDIO. Microfilme307_00580. 1973.

104. CAMPOS, Andre. Um campo de concentração indígena a 200 quilômetros de Belo Horizonte (MG). Disponível em: <http://apublica.org/2013/06/um-campo-de-concentracao-indigena-200-quilometros-de-belo-horizonte-mg/>.

105. CORRÊA, José Gabriel Silveira. *A ordem a se preservar*: a gestão dos índios e o reformatório agrícola indígena Krenak. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. p. 167. (Dissertação de Mestrado)

106. MUSEU DO ÍNDIO. Microfilme307_00977. Ofício 045/74. 1974.

107. MUSEU DO ÍNDIO. Microfilme307_01003. Ofício 071/74. 1974.

108. FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. FF SAI-SC CX 651 DOC 10992. Relatório da viagem à sede da Ajudância Minas/Bahia, PI Machacalis, Aldeia do Crenack e Fazenda Guarany, tudo no estado de Minas Gerais. 1972. p. 2.

109. CAMPOS, Andre. CAMPOS, Andre. Um campo de concentração indígena a 200 quilômetros de Belo Horizonte (MG). Disponível em: <http://apublica.org/2013/06/um-campo-de-concentracao-indigena-200-quilometros-de-belo-horizonte-mg/>.

110. Guaranis chegam à terra prometida. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 19 ago. 1973. Disponível em: < https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/6944_20091126_094942.pdf>.

111. TEAO, Kalna Mareto. História e deslocamentos dos Guarani Mbya do Paraguai ao Espírito Santo (1940-1973*). Dimensões*: Revista de História da UFES, v. 35, p. 321-346, 2015. p. 342.

112. FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. FF SAD-OF CX 46 DOC 1094. Relatório do Censo da Fazenda Guarani. 1973. p. 8.

113. Idem, p. 9.

114. MUSEU DO ÍNDIO. CARNEIRO, Sebastião. Relatório. Acervo SPI\Inspetoria-Regional-4_IR4\064_Caramuru-Paraguacu\Caixa 146\Planilha 023 (5) p. 203.

115. Espancamento, Prisão e Morte de Homens, Mulheres e Crianças. Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 19 jun. 1951, ano IV, n. 718, p. 3.

116. URBAN, Greg. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. pp. 87-102.

117. PATAXÓ, Valmores. Entrevista. *Terra Indígena Krenak*. Resplendor, 2017. Entrevista concedida à Comissão da Verdade em Minas Gerais (Covemg).

118. FOLTRAM, Rochelle. *O Estado Militar e as Populações Indígenas*: Reformatório Krenak e Fazenda Guarani. 2017. 157 p. Dissertação (Mestrado Profissional – Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas) - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. p. 131.

119. MUSEU DO ÍNDIO; MARCATO, Sonia de Almeida. *Relatório de viagem à fazenda Guarani e no Posto Indígena* Maxakali. Microfilme307_01611. 1978.

120. FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. *Plano de desenvolvimento comunitário do PI Krenack* (Fazenda Guarani) – Ajudância Minas Bahia – Município de Carmésia – Minas Gerais nº2/73 – D.D.C. 1973.

121. TEAO, Kalna Mareto. *História e deslocamentos dos Guarani Mbya do Paraguai ao Espírito Santo* (1940-1973). *Dimensões*: Revista de História da UFES, v. 35, pp. 321-346, 2015.

122. FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. Relatório anual de 1976. Adr - G. VALADARES 3ª - SUER 1971 – 80. 1977. p. 357.

123. Negada a existência de prisão indígena. O Estado de São Paulo, São Paulo, 15 set. 1979. Disponível em: < https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/21454_20120411_121416.pdf>

124. Fazenda Guaraní: prisão disfarçada de projeto. *Porantim*, Brasília-DF, out. 1981, p. 13. Disponível em: < https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/21530_20120417_095501.pdf>.

125. SŸANETE (Cacica Net). Entrevista. Fazenda Guarani. Carmésia, 2017. Entrevista concedida à Covemg.

126. SYANETE (Cacica Net). Entrevista. Fazenda Guarani. Carmésia, 2017. Entrevista concedida à Covemg.

127. KRENAK, Douglas. Borum Krenak: 200 anos de resistência à Guerra Justa. Disponível em: < https://webradiobrasilindigena.wordpress.com/2008/02/06/borun-krenak-200-anos-de-resistencia-a-guerra-justa-douglas-krenak/>.

128. BRASIL. Lei nº 11.645, de 10/03/2008**.** Dispõe Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 09/01/2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>.

129. CORRÊA, 2000, p. 109.

130. PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Os Botocudos em Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo*: a busca do passado. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1986 (Datilografado). p. 786.

131. Idem, pp. 100-118.

132. KRENAK, Douglas. Entrevista. Terra Indígena Krenak. Resplendor, 2017. Entrevista concedida à Covemg.

133. KRENAK, José Alfredo (Zezão). Entrevista. Terra Indígena Krenak. Resplendor, 2017. Entrevista concedida à Comissão da Verdade em Minas Gerais.

134. KRENAK, Oredes. Entrevista. Terra Indígena Krenak. Resplendor, 2017. Entrevista concedida à Comissão da Verdade em Minas Gerais (Covemg).

135. KRENAK, Douglas. Entrevista. Terra Indígena Krenak. Resplendor, 2017. Entrevista concedida à Comissão da Verdade em Minas Gerais (Covemg).

136. CORRÊA, 2000, p. 120.

137. PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Os Botocudos em Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo*: a busca do passado. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1986 (Datilografado). p. 11.

138. ALMEIDA, Maria Inês de (coord.). *Conne Pãnda, Rí-thioc Krenak*: coisa tudo na língua Krenak. Brasília: MEC/UNESCO; Belo Horizonte: SEE-MG, 1997. p. 40.

139. KRENAK, Cleuza. Entrevista. Terra Indígena Krenak. Resplendor, 2017. Entrevista concedida à Comissão da Verdade em Minas Gerais (Covemg).

140. Idem.

141. KRENAK, Itamar (org.). *Uatu Hoom*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG/Cipó Voador, 2009. p. 26.

142. Idem, pp. 26-27.

143. KRENAK, Laurita Félix. Entrevista. Terra Indígena Krenak. Resplendor, 2017. Entrevista concedida à Comissão da Verdade em Minas Gerais (Covemg).

144. KRENAK, Dejanira. Entrevista. Terra Indígena Krenak. Resplendor, 2017. Entrevista concedida à Comissão da Verdade em Minas Gerais (Covemg).

145. Idem.

146. KRENAK, 2009, p. 32.

147. Idem, p. 77.

148. KRENAK, Oredes. Entrevista. Terra Indígena Krenak. Resplendor, 2017. Entrevista concedida à Comissão da Verdade em Minas Gerais (Covemg).

149. CORRÊA, José Gabriel Silveira. *A ordem a se preservar*: a gestão dos índios e o Reformatório Agrícola Indígena Krenak. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. p. 161.

150. GONÇALVES, Bruno Simões. Parecer técnico psicológico. Ministério Público de Minas Gerais. 2015. p. 16.

151. Idem, p. 26.

152. Idem, p. 26.

153. Idem, p. 29.

154. POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Volume 2, número 3. Rio de Janeiro: CPDOC, 1989, p. 8.

155. GONÇALVES, Bruno Simões. Parecer técnico psicológico. Ministério Público de Minas Gerais. 2015. p. 45.

156. Idem, p. 46.

157. POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Volume 2, número 3. Rio de Janeiro: CPDOC, 1989, p. 8.

158. MINAS transfere seus índios para fazenda. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 24 dez. 1971. Disponível em: <https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/21448_20120411_104310.pdf>.

159. ÍNDIOS delinquentes têm colônia em Minas para recuperá-los. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 27/08/1972. Disponível em: <https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/3582_20090803_111517.pdf>.

160. KRENAK, Dejanira. Entrevista. Terra Indígena Krenak. Resplendor, 2017. Entrevista concedida à Comissão da Verdade em Minas Gerais (Covemg).

161. KRENAK, Oredes. Entrevista. Terra Indígena Krenak. Resplendor, 2017. Entrevista concedida à Comissão da Verdade em Minas Gerais (Covemg).

162. ÍNDIOS egressos da Fazenda Guarani regressam às tribos. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 05/12/1973. Disponível em: <https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/21450_20120411_113439.pdf>.

163. KRENAK, Oredes. Entrevista. Terra Indígena Krenak. Resplendor, 2017. Entrevista concedida à Comissão da Verdade em Minas Gerais (Covemg).

164. Idem, p. 10.

165. KRENAK, Laurita Félix. Entrevista. Terra Indígena Krenak. Resplendor, 2017. Entrevista concedida à Comissão da Verdade em Minas Gerais (Covemg).

166. PARAISO, Maria Hilda Baqueiro; INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Maxakali. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/maxakali/771>.

167. NIMUENDAJÚ, Curt. Índios Machacarí. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 6, n. 1, jun. 1958, p. 60.

168. Idem.

169. ACERVO MUSEU DO ÍNDIO. Acervo SPI, Inspetoria Regional-4_IR4, 065_Engenheiro-Mariano-de-Oliveira, Cx. 156, Pl. 004, p. 60. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=MuseudoIndio&PagFis=248579&Pesq=>

170. NUDOC-DPT-FUNAI. Processo nº 28870.001899-1988-149. Relatório relativo à reunificação da área indígena Maxakali no estado de Minas Gerais – Portaria nº 1265/PRES de 14/11/1991. 1988. p. 12.

171. MUSEU DO ÍNDIO. Acervo SPI. Inspetoria Regional-4_IR4\Caixa 156\Planilha 004. p. 110. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=MuseudoIndio&PagFis=248579&Pesq=>

172. ARQUIVO GERALDA CHAVES SOARES. Depoimento de Lourenço Lopes da Silva, concedido ao Conselho Indigenista Missionário. S/D.

173. Sorte dos índios Maxacalis nas mãos dos "aba-largas". O Globo, Belo Horizonte, 06 mar. 1967. Disponível em: https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/24430_20130226_210541.pdf.

174. ARQUIVO GERALDA CHAVES SOARES. Depoimento de Lourenço Lopes da Silva, concedido ao Conselho Indigenista Missionário. S/D.

175. MUSEU DO ÍNDIO. Acervo SPI, Inspetoria Regional-4_IR4\Caixa 156\Planilha 004. p. 110. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=MuseudoIndio&PagFis=248579&Pesq=>.

176. POSSEIROS tentam expulsar os maxacális queimando um índio vivo como ameaça. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25 maio 1966. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pesq=Posseiros%20tentam%20expulsar%20os%20maxac%C3%A1lis%20queimando%20um%20%C3%ADndio%20vivo%20como%20amea%C3%A7a>.

177. FOME, vício da embriaguez e ambição de fazendeiros ameaçam os maxacális. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 26 jun. 1966. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pesq=Posseiros%20tentam%20expulsar%20os%20maxac%C3%A1lis%20queimando%20um%20%C3%ADndio%20vivo%20como%20amea%C3%A7a>.

178. MUSEU DO ÍNDIO. Acervo SPI, Inspetoria-Regional-4. Sede da Inspetoria. Cx. 182. Plan. 001. p. 49-50. Disponível em: < http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=museudoindio&pagfis=>

179. HECK, 1996. p. 41.

180. CORRÊA; 2000.

181. NIMUENDAJÚ; 1958.

182. ACERVO MUSEU DO ÍNDIO, Acervo SPI, Inspetoria-Regional-4_IR40, Engenheiro Mariano de Oliveira, Cx. 156, Pl. 004. SOUZA, José Silveira de. Informe. 1966. p. 110. Disponível em: < http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=museudoindio&pagfis=>

183. ACERVO MUSEU DO ÍNDIO. Relatório Figueiredo, v. 20, 1967, p. 19. Disponível em < http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=museudoindio&pagfis=>.

184. Idem, p. 29.

185. Idem, p. 37

186. MUSEU DO ÍNDIO. Termo de Inquirição. Relatório Figueiredo, v. 4, 1967, p. 141.

187. MARCATO, Sonia de Almeida. O indigenismo oficial e os Maxakali (séculos XIX e XX). In: RUBINGER, Marcos Magalhães; AMORIM, Maria Stella de; MARCATO, Sonia de Almeida. Índios Maxakali: resistência ou morte. Belo Horizonte: Interlivres, 1980. p. 154.

188. ÍNDIOS delinquentes tem colônia em Minas para recuperá-los. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 ago. 1972. Disponível em: < https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/3582_20090803_111517.pdf>.

189. ACERVO MUSEU DO ÍNDIO. Relatório Figueiredo, v. 27, 1967, p. 132. Disponível em < http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=museudoindio&pagfis=>

190. ACERVO MUSEU DO ÍNDIO. Relatório Figueiredo, v. 22, 1967, p. 206. Disponível em < http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=museudoindio&pagfis=>

191. NASCIMENTO, Neli Ferreira do. *A Luta pela sobrevivência de uma sociedade tribal do nordeste mineiro*. São Paulo: USP, 1984. (Dissertação de Mestrado)

192. CORRÊA, 2000, p. 124.

193. Idem, p. 101.

194. MINAS forma brigada de 30 machacalis e carajás para defender aldeias indígenas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9 mar. 1969, p. 36. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&PagFis=130361&Pesq=>

195. MAXAKALI, José Ferreira. Entrevista. Terra Indígena Maxakali. Aldeia Água Boa, Santa Helena de Minas. Entrevista concedida à Comissão da Verdade em Minas Gerais em 08/06/2017. Entrevistador: Marco Túlio Antunes Gomes.

196. FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. FF SSA-AS CX 651 DOC 10974. 1980.

197. MAXAKALI, Noêmia. Entrevista. Terra Indígena Maxakali. Aldeia Verde. Ladainha. Entrevista concedida ao Ministério Público Federal em 23/08/2014. Entrevistador: Edmundo Antônio Dias Netto.

198. ARQUIVO GERALDA CHAVES SOARES. Depoimento de Lourenço Lopes da Silva, concedido ao Conselho Indigenista Missionário. S/D. p. 18

199. Idem, p. 36.

200. MAXAKALI, Noêmia. Entrevista. Terra Indígena Maxakali. Aldeia Verde. Ladainha. Entrevista concedida ao Ministério Público Federal em 23/08/2014. Entrevistador: Edmundo Antônio Dias Netto.

201. SEDOC-FUNAI. AI MAXACALI ADR-G.VALADARES 3ª – SUER. 1982. p. 216.

202. NASCIMENTO; 1984.

203. PM mineira livra a tribo maxacali de extermínio por alcoolismo e grilagem. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro. 7 abr. 1968. Disponível em: <https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/24433_20130226_211027.pdf>.

204. MAXAKALI, Manoel Kelé. Entrevista. Terra Indígena Maxakali. Aldeia Água Boa, Santa Helena de Minas. Entrevista concedida à Comissão da Verdade em Minas Gerais em 05/06/2017. Entrevistador: Marco Túlio Antunes Gomes.

205. Idem.

206. MAXAKALI, Noêmia. Entrevista. Terra Indígena Maxakali. Aldeia Verde. Ladainha. Entrevista concedida ao Ministério Público Federal em 23/08/2014. Entrevistador: Edmundo Antônio Dias Netto.

207. SEDOC-FUNAI. FF SSA-AS CX 651 DOC 10974. 1980. p. 11.

208. FRANCO, José, NICOLAU, José. Paz na aldeia dos Maxakalis. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, ano XL, n. 32 10 ago. 1968. p. 140.

209. ÍNDIOS são preparados para cuidar da ordem nas tribos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXXIX, n. 197, 23-24/11/1969, p. 29. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_08&pasta=ano%20196&pesq=Pessoa%20briga,%20eu%20pego%20e%20bato.>.

210. ACERVO MUSEU DO ÍNDIO.Microfilme 306_02087. 1970.

211. MAXAKALI, Noêmia. Entrevista. Terra Indígena Maxakali. Aldeia Verde. Ladainha. Entrevista concedida ao Ministério Público Federal em 23/08/2014. Entrevistador: Edmundo Antônio Dias Netto.

212. Clodomiro Bloise assume a 11ª Delegacia Regional em 26/08/1975, após a demissão de João Geraldo Itatuitim Ruas em 11/08/1975, por irregularidades administrativas.

213. ARQUIVO NACIONAL. BR_DFANBSB_AA3_PSS_0432. BLOISE, Clodomiro. Relatório de viagem ao PI Maxakalis. 1975. p 15.

214. ACERVO MUSEU DO ÍNDIO. Relatório mensal. Microfilme306_01573. 1971.

215. ACERVO MUSEU DO ÍNDIO. Relatório mensal. Microfilme306_01893. 1971.

216. ACERVO MUSEU DO ÍNDIO. Relatório mensal. Microfilme306_01955 1972.

217. ACERVO MUSEU DO ÍNDIO. Relatório mensal. Microfilme306_01938 1972.

218. MAXAKALI, Noêmia. Entrevista. Terra Indígena Maxakali. Aldeia Verde. Ladainha. Entrevista concedida ao Ministério Público Federal em 23/08/2014. Entrevistador: Edmundo Antônio Dias Netto.

219. FOLTRAM, Rochelle. *O Estado Militar e as Populações Indígenas*: Reformatório Krenak e Fazenda Guarani. 2017. 157 p. Dissertação (Mestrado Profissional – Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas) - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. p. 107.

220. MAXAKALI, Noêmia. Entrevista. Terra Indígena Maxakali. Aldeia Verde. Ladainha. Entrevista concedida ao Ministério Público Federal em 23/08/2014. Entrevistador: Edmundo Antônio Dias Netto.

221. CORRÊA, José Gabriel Silveira. *A ordem a se preservar*: a gestão dos índios e o reformatório agrícola indígena Krenak. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. (Dissertação de Mestrado). p. 163.

222. MUSEU DO ÍNDIO. Relatório. Microlfillme306_02070. 1969. 1969.

223. Idem.

224. SEDOC-FUNAI. FFSSA-AS CX 654 DOC 11060. 1970. p.16.

225. MAXAKALI, Noêmia. Entrevista. Terra Indígena Maxakali. Aldeia Verde. Ladainha. Entrevista concedida ao Ministério Público Federal em 23/08/2014. Entrevistador: Edmundo Antônio Dias Netto.

226. MUSEU DO ÍNDIO. Microfilme 306_0918 1971.

227. MARCATO, Sonia de Almeida. O indigenismo oficia e e os Maxakali (séculos XIX e XX). In: RUBINGER, Marcos Magalhães et al. Índios Maxakali: resistência ou morte. Belo Horizonte: Interlivros, 1980. p. 156.

228. NASCIMENTO, 1984, p.98.

229. A partir de 1972, a Ajudância Minas-Bahia torna-se 11ª Delegacia Regional, e a sede administrativa é transferida de Belo Horizonte para Governador Valadares.

230. FUNAI é acusada de abandonar os índios maxacalis. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 04 set. 1975. Disponível em: <https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/24435_20130226_211325.pdf>.

231. MAXAKALI, José Ferreira. Entrevista. Terra Indígena Maxakali. Aldeia Água Boa, Santa Helena de Minas. Entrevista concedida à Comissão da Verdade em Minas Gerais em 08/06/2017. Entrevistador: Marco Túlio Antunes Gomes.

232. O fazendeiro Valdevino da Silva Cabral chegou a encaminhar um ofício ao então presidente João Batista Figueiredo, em 1982 sobre os prejuízos que tinha tendo em sua fazenda devido aos constantes saques de índios. Na documentação analisada, também é citado como Valdivino Cabral.

233. FAZENDEIROS temem conflito com índios. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 11/02/1982. Disponível em: <https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/24460_20130227_002005.pdf>.

234. FAZENDEIROS armados controlam os maxacalis. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 02/10/1985. Disponível em: <https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/24497_20130227_131140.pd>

235. FAZENDEIROS ameaçam maxacalis. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 04/10/1985. Disponível em: <https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/24498_20130227_131243.pdf>.

236. SOARES, Geralda Chaves. Entrevista. Contagem. Entrevista concedida à Comissão da Verdade em Minas Gerais em 1º/08/2017.

237. D. Quirino acusa os fazendeiros. *Porantim*, Brasília-DF, setembro de 1982, p. 15. Disponível em: < https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/24473_20130227_003831.pdf>.

238. MAXAKALIS brigam na tribo e um é morto. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 20/07/1982. Disponível em: < https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/24469_20130227_003304.pdf>.

239. FUNAI pede à DPF para apurar morte de maxacáli. *O Globo*, Rio de Janeiro, 13/07/1973. Disponível em: <https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/24481_20130227_084118.pdf>.

240. POLÍCIA não apura quem matou índios. *O Dia*, Rio de Janeiro, 21/09/1983. Disponível em: <https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/24486_20130227_085648.pdf>.

241. FUNAI: não há recursos para fazer demarcações. *O Globo*, Rio de Janeiro, 12/08/1983. Disponível em: < https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/24489_20130227_120713.pdf>.

242. ARQUIVO NACIONAL. ABH_ACE_13282_87. Informe nº174/87 – 17/09/1987 22 p. 1987.

243. PADRE recebe bilhete com uma ameaça. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 02/12/1985. Disponível em: < https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/24500_20130227_131537.pdf>.

244. SOARES, Geralda Chaves. Entrevista. Contagem. Entrevista concedida à Comissão da Verdade em Minas Gerais em 1º/08/2017.

245. FREIRAS pedem que Tuma apure morte de índio. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11/03/1987. Disponível em: < https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/24504_20130227_162224.pdf>.

246. PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Laudo Antropológico. *Identidade étnica dos Xakriabá*. 1987. (Xerocopiado). Material consultado no Centro de Documentação Elói Ferreira da Silva (CEDEFES).

247. Idem, p. 20.

248. SANTOS, Ana Flávia Moreira. Xakriabá: identidade e história. Relatório de Pesquisa. Brasília: UNB, 1994. Disponível em: <http://dan.unb.br/images/doc/Serie167empdf.pdf>.

249. Aos dezenove dias do mês de abril de mil oitocentos e cinquenta e seis, nesta vila de Januária, compareceu Eugênio Gomes de Oliveira pedindo que registrasse o seu exemplar, o qual o faço pela forma e maneira seguinte - Eugênio Gomes de Oliveira por si e por TODOS OS INDIOS DE SÃO JOÃO DA MISSÃO, declara que possuem desde o Riacho do Itacarambi acima até a cabeceira e vertentes e descanso (sic), extremando na Serra Geral, e para parte do Peruguaçu extremando na Boa Vista, onde desagua para cá, como os ditos Índios por ordem de Sua Majestade: Januário Cardoso de Almeida Brandão, e ditas é neste município e freguesia. Vila Januária dezessete de abril de mil oitocentos e cinquenta e seis. Eugênio Gomes de Oliveira. Nada mais ouve o declarante declarar eu Timoteo Francisco da Costa escrevente do Páraco o escrevi. (Certidão de registro de posse, extraída de Livro Paroquial do Cartório de Ouro Preto. Expressão em letras maiúsculas, transcrita desta forma por Silvio Gabriel Diniz. In: SANTOS, Ana Flávia Moreira. *Do terreno dos cablocos do Sr. São João à Terra Indígena Xakria*bá: as circunstâncias de formação de um povo. Um estudo sobre a construção social de fronteiras. Pp. 28-29. 1997. 297 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Ciências Sociais/UNB. Brasília, 1997.).

250. SANTOS, 1994, p.9; PARAÍSO, 1987, p.22.

251. Ritual indígena sagrado.

252. NUDOC-DPT-FUNAI. Processo nº 08620.040804-2013-89. Reestudo de Limites da TI Xakriabá. v. 1, 2013. p. 2.

253. MINAS GERAIS. Lei Estadual 550/1949. Dispõe sobre concessão de terras devolutas. Disponível emhttps://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=550&ano=1949

254. NUDOC-DPT-FUNAI, 2013, p. 3.

255. Idem.

256. SANTOS, Ana Flávia Moreira. *Do terreno dos cablocos do Sr. São João à Terra Indígena Xakriabá:* as circunstâncias de formação de um povo. Um estudo sobre a construção social de fronteiras. Pg. 78-79. 1997. 297 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Ciências Sociais/UNB. Brasília, 1997.

257. SANTOS, Ana Flávia Moreira. Xakriabá: identidade e história. Relatório de Pesquisa. Brasília: UNB, 1994. Disponível em: <http://dan.unb.br/images/doc/Serie167empdf.pdf>.

258. SANTOS, 1994, p. 4-5.

259. LAURINDO (Senhor Laurindo). Entrevista. Terra Indígena Xakriabá. São João das Missões, 2017. Entrevista concedida à Comissão da Verdade em Minas Gerais (Covemg).

260. SANTOS, Valdemar Ferreira (Senhor Valdemar). Entrevista. Terra Indígena Xakriabá. São João das Missões, 2017. Entrevista concedida à Comissão da Verdade em Minas Gerais (Covemg).

261. LOPES, José Pereira (José de Benvindo). Entrevista. Terra Indígena Xakriabá. São João das Missões, 2017. Entrevista concedida à Comissão da Verdade em Minas Gerais (Covemg).

262. LAURINDO (Senhor Laurindo). Entrevista. Terra Indígena Xakriabá. São João das Missões, 2017. Entrevista concedida à Comissão da Verdade em Minas Gerais (Covemg).

263. LOPES, José Pereira (José de Benvindo). Entrevista. Terra Indígena Xakriabá. São João das Missões, 2017. Entrevista concedida à Comissão da Verdade em Minas Gerais (Covemg).

264. LAURINDO (Senhor Laurindo). Entrevista. Terra Indígena Xakriabá. São João das Missões, 2017. Entrevista concedida à Comissão da Verdade em Minas Gerais (Covemg).

265. Idem

266. NUDOC-DPT-FUNAI. Processo nº 08620.040804-2013-89. Reestudo de Limites da TI Xakriabá. v. 1, 2013, p. 100.

267. CIVILIZADOS levam tudo de Xacriabás em 3 séculos e até mudam sua denominação. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 04/09/ 1974 (a).

268. TÉCNICO da Funai afirma que invasão das terras dos Xacriabás é muito antiga. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 06/06/1974 (b).

269. Idem.

270. SANTOS, Ana Flávia Moreira. *Xakriabá:* identidade e história. Relatório de Pesquisa. Brasília: UNB, 1994. Disponível em: http://dan.unb.br/images/doc/Serie167empdf.pdf.

271. LAURINDO (Senhor Laurindo). Entrevista. Terra Indígena Xakriabá. São João das Missões, 2017. Entrevista concedida à Comissão da Verdade em Minas Gerais (Covemg).

272. FUNAI. Assessoria de Segurança e Informações. Pedido de Busca nº 74-B/77 de 06/09/1977.

273. PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Laudo Antropológico. Identidade étnica dos Xakriabá. 1987. (Xerocopiado). Material consultado no Centro de Documentação Elói Ferreira da Silva (CEDEFES)

274. Onde os índios não sentem mais vergonha de ser índios. Revista Porantim, 1979. Acervo: Hemeroteca Indígena Digital.

275. SANTOS, Ana Flávia Moreira. *Xakriabá:* identidade e história. Relatório de Pesquisa. p. 11. Brasília: UNB, 1994. Disponível em: http://dan.unb.br/images/doc/Serie167empdf.pdf.

276. FUNAI. Assessoria de Segurança e Informações. Telegrama nº 82/PRES de 29/05/ 1984.

277. FUNAI. Assessoria de Segurança e Informações. Telegrama nº 294/ASI/FUNAI de 18/10/1985 (a)

278. FUNAI. Assessoria de Segurança e Informações. Telegrama nº 342/ASI/FUNAI de 06/12/1985 (b)

279. LOPES, José Pereira (José de Benvindo). Entrevista. Terra Indígena Xakriabá. São João das Missões, 2017. Entrevista concedida à Comissão da Comissão da Verdade em Minas Gerais (Covemg).

280. Idem.

281. DENÚNCIA FEITA POR ÍNDIOS XACRIABÁ. 1985. Acervo: Centro de Documentação Elói Ferreira da Silva (CEDEFES). Pasta: Xakriabá.

282. SEM TÍTULO (Correspondência). 1986. Acervo: Centro de Documentação Elói Ferreira da Silva (CEDEFES). Pasta: Xakriabá.

283. MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO E REFORMA AGRÁRIA (MIRAD); INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). Conflitos de Terra (Relatório Preliminar) – Levantamento dos conflitos de terra em que se registravam mortes, ocorridos no País entre 1º de janeiro e 22/05/1986. Acervo: Comissão Pastoral da Terra *on-line*.

284. CPT (COMISÃO PASTORAL DA TERRA). MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO E REFORMA AGRÁRIA (MIRAD); INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). Conflitos de Terra (Relatório Preliminar) – Levantamento dos conflitos de terra em que se registravam mortes, ocorridos no país entre 1 de janeiro e 22/05/1986. p. 20.

285. OLIVEIRA, Cacique Domingos Nunes de. Informação Verbal. Terra Indígena Xakriabá. São João das Missões, 18/05/2017.

286. Idem.

287. FUNAI. Assessoria de Segurança e Informações. Telegrama nº 43/AI/FUNAI de 12/02/1987.

288. FUNAI quer enquadrar crime como genocídio. *Jornal do Comércio*, Manaus, 05/04/1988.

289. Será julgado no Brasil o fazendeiro que mandou matar líder indígena Guarani. Conselho Indigenista Missionário (CIIMI), 11/03/1993.

ANEXO A
Relação dos confinados no Reformatório Krenak

Nome	Etnia	Razão da Pena	Período de detenção
Antônio Karajá	Karajá	Homicídio	23/04/1969 - ?
Martinha Karajá	Karajá	Esposa de Antônio Karajá	05/04/1970 - ?
Odilio Maxakali	Maxakali	Embriaguez	12/05/1969-05/04/1970
José Beuaká	Karajá	Homicídio	04/06/1969 – 11/11/1971
José Celso Ribeiro da Silva	Fulni-Ô	Vadiagem e uso de drogas	21/06/1969 – 14/04/1971
Gustavo Maxakali	Maxakali	Embriaguez	? – 05/04/1970
José Rui	Canela	Vadiagem e embriaguez	06/071969 – 11/11/1971
José Alfredo Krenak	Krenak		
Dedé Baena Pataxó	Pataxó	Atritos com chefe do PI	07/08/1969 - ?
Francisco de Oliveira	Guajajara	Vadiagem	25/08/1969 – 05/04/1970
Moacir Pompeu	Guajajara	Vadiagem	25/08/1969 – 05/04/1970
Carmino Maxakali	Maxakali	Homicídio	? – 04/11/1969
Augusto Paulino Krenak	Krenak	Saída sem autorização	06/09/1969 - ?
Pedro Sanábria	Kaiowá	Vadiagem	30/09/1969 – 15/02/1970
Aníbal Sanábria	Kaiowá	Embriaguez	30/09/1969 – 15/02/1970
Jamiro José Paulino	Krenak	Relação sexual	17/10/1969- ?
Alcides Karirama	Karajá	Assalto	12/11/1969 - ?
Antônio Vieira das Graças	Pankararu	Homicídio	12/11/1969 – 11/11/1971
Manuel Vieira das Graças	Pankararu	Homicídio	12/11/1969 – 11/11/1971
Lourenço Gares	Kaingang		25/11/1969 – Fazenda Guarani
Juarez Pereira da Silva	Karajá/Javaé		27/11/1969 - 11/11/1971
Julieta Karajá	Karajá	Prostituição	09/12/1969 – Fazenda Guarani
Samado Bispo dos Santos	Pataxó	Atritos com o chefe do PI	07/01/1970 – 21/02/1970
Diógenes Ferreira dos Santos	Pataxó	Atritos com o chefe do PI	07/01/1970 – 21/02/1970
João Batista Krenak	Krenak	Embriaguez	01/02/1970 – 18/02/1971
Gerson Filho	Xerente	Embriaguez	14/021970-31/03/1971
Geraldino Calixto	Xerente	Embriaguez	14/02/1970 – 04/05/1970

Nome	Etnia	Razão da Pena	Período de detenção
Demétrio José de Brito	Xerente	Embriaguez	14/02/1970 – 31/03/1971
Vitorino da Silva (Hikú)	Canela	Embriaguez	25/02/1970 – 11/11/1971
Paulinho Karajá	Karajá	Embriaguez	27/02/1970 – 20/08/1970
Alexandre Karajá	Karajá	Embriaguez	03/03/1970 – 19/08/1970
Jacob Josué Krenak	Krenak	Embriaguez	03/03/1970 – Krenak
Jamiro José Paulino	Krenak	Embriaguez	03/03/1970 – Krenak
Joaquim Isidoro Krenak	Krenak	Embriaguez	03/03/1970 – Krenak
Augusto Paulino Krenak	Krenak	Embriaguez	17/02/1969 - ?
Adão Luiz Viana	Não-índio	Embriaguez	03/03/1970 – 04/03/1970
Paulo Gerônimo	?	Vadiagem	03/03/1970 – 14/06/1970
Valdívio Maxakali	Maxakali	Roubo no PIMO	04/04/1970 – 20/04/1970
Emílio Góis	Terena	Roubo	07/05/1970 – 20/06/1970
Severiano Matchua	Kadiwéu	Roubo	07/05/1970 – 20/06/1970
Guilhermano Anastácio	Terena	Roubo	07/05/1970 – 08/12/1971
Angelo Marques	Terena	Roubo	07/05/1970 – 20/06/1970
Ismael Bento Medina	Terena	Roubo	07/05/1970 – 20/06/1970
Haroldo de Souza	Terena	Roubo	07/05/1970 – 20/06/1970
Daniel Silva	Terena	Embriaguez	07/05/1970 – 20/06/1970
Gico Pedroso	Kadiwéu	Roubo	07/05/1970 – 20/06/1970
José Marcelino	Kadiwéu	Roubo	07/05/1970 – 20/06/1970
Antonio Mendes	Kadiwéu	Homicídio	07/05/1970 – 14/06/1972
Antonio Farias	Kadiwéu	Roubo	07/05/1970 – 20/06/1970
David Matchua	Kadiwéu	Roubo	07/05/1970 – 20/06/1970
Nestor Rufino	Kadiwéu	Homicídio	07/05/1970 – 09/12/1971
Pedro Rufino	Kadiwéu	Homicídio	07/05/1970 – 14/06/1972
Francisco Bioga	Bororo	Homicídio	07/05/1970 – 14/06/1972
Candido Cougue	Bororo	Homicídio	07/05/1970 – 09/12/1971
Amarílio Marques	Terena	Homicídio	07/05/1970 – 09/12/1971
Antonio Arce Martins	Kaiowá	Embriaguez	07/05/1970 – 09/12/1971

Nome	Etnia	Razão da Pena	Período de detenção
Rufino Rodrigues	Kaiowá	Homicídio	07/05/1970 – 09/12/1971
Hernesto Rodrigues	Kaiowá	Homicídio	07/05/1970 – 09/12/1971
Kabithiena Karajá	Karajá	Homicídio	07/05/1970 – 14/04/1971
Karovino Karajá	Karajá	Embriaguez	07/05/1970 – 12/04/1971
João Batista	Krenak	Embriaguez	29/05/1970
Sebastiana	Krenak	Embriaguez	29/05/1970
Jacob Josué	Krenak	Embriaguez	29/05/1970
Feliciano Pereira dos Santos	Xerente	Roubo	27/08/1970 – 12/02/1971
Pedro Bororo	Bororo	Embriaguez	07/11/1970 – 31/03/1971
Pedro Mandiarú	Karajá	Homicídio	21/11/1970
Edival Maxakali	Maxakali	Embriaguez	20/01/1971 – 16/03/1971
Kudioena Karajá	Karajá		27/03/1971 – 13/04/1971
Teuassure Karajá	Karajá		27/03/1971 – 13/04/1971
Ibrobedu Karajá	Karajá		27/03/1971 – 13/04/1971
Adilson Vascuru	Urubu	Roubo/Pederastia	01/05/1971 – 16/06/1971
Antonio Marcos	Krahô		05/05/1971 – 19/06/1971
Oscar Pinto	Krahô		05/05/1971 – 19/06/1971
Alcides Pinto	Krahô		05/05/1971 – 19/06/1971
Doutor Maxakali	Maxakali		12/05/1971 – 05/09/1971
Sebastiana Krenak	Krenak	Embriaguez	05/07/1971 – 31/08/1971
Maria Sônia Krenak	Krenak	Relações Sexuais	14/09/1971 – 14/10/1971
Tecuaré Karajá	Karajá		19/10/1971 – 30/11/1971
Konoi Karajá	Karajá		19/10/1971 – 30/11/1971
Tebucua Karajá	Karajá		19/10/1971 – 30/11/1971
João Batista Krenak	Krenak	Saída sem autorização	04/11/1971
Bernardino Pereira de Oliveira	Krenak	Saída sem autorização	04/11/1971
Aracy Ferreira de Sá	Fulni-Ô		10/11/1971 – 17/05/1971
João Martins	Terena	Embriaguez	08/12/1971 – 01/12/1971
Louro Maxakali	Maxakali	Embriaguez	14/12/1971 – 25/08/1972

Nome	Etnia	Razão da Pena	Período de detenção
Valentim Maxakali	Maxakali		14/12/1971 – 25/08/1972
Antonio Maxakali	Maxakali		14/12/1971 – 25/08/1972
Teuassury Karajá	Karajá		23/12/1971
Julieta Karajá	Karajá	Relações sexuais	31/12/1971 – Faz. Guarani
Bibiano Xerente	Xerente	Homicídio	01/12/1971 – Faz. Guarani
Joaquim Isidoro	Krenak	Agressão à mulher	03/04/1972
Marluire Karajá	Karajá		05/04/1972 – 30/06/1972
Konoi Karajá	Karajá		05/04/1972 – 30/06/1972
Raucate Karajá	Karajá		05/04/1972 – 30/06/1972
Uarau Karajá	Karajá		05/04/1972 – 30/06/1972
Carmindo Maxakali	Maxakali	Embriaguez	02/05/1972 – 25/08/1972
Tin-Tin Maxakali	Maxakali	Embriaguez	02/05/1972 – 25/08/1972
Henrique Joaquim Lulu	Terena	Embriaguez	31/05/1972 – 25/08/1972
José Alfredo Krenak	Krenak	Atritos com o chefe do PI	13/07/1972 – 11/08/1972
Bertolino Pereira	Terena	Atritos com o chefe do PI	28/07/1972 – 15/09/1972
Iuana Karajá	Karajá	Embriaguez e Homicídio	01/08/1972
Clarindo Dias	Terena	Embriaguez	03/09/1972 – 15/09/1972
Ciapi Xavante	Xavante	Problema mental	19/09/1972 – 15/09'/1972
Ambrósio Góis	Terena	Embriaguez	15/11/1972

Fonte: CORRÊA, José Gabriel Silveira. A ordem a se preservar: a gestão dos índios e o Reformatório Agrícola Indígena Krenak. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

ANEXO B
Relação dos confinados na Colônia Penal Agrícola Indígena Guarani

Nome	Etnia	Razão da Pena	Período de detenção
Adão Matelo	Terena	Embriaguez e homicídio	28/03/1973 - ?
Ambrósio Góis	Terena	Embriaguez	
Antônio Karajá	Karajá	Homicídio	
Antônio Vieira das Graças	Pankararu	Embriaguez e agressividade	20/04/1974 - ?
Apolinário José	Terena	Embriaguez e desordem	28/03/1973 - ?
Bartolino Pereira	Terena	Atritos com chefe do PI	
Bertoldo Xacriabá	Xakriabá	Tratamento mental	12/1974-04/03/1975
Bibiano Xerente	Xerente	Embriaguez	20/04/1974 - ?
Ciapy Xavante	Xavante	"Mentalidade infantil"	
Clarindo Dias	Terena		
Crilson Alves dos Santos	Pataxó	Homicídio	1979 - ?
Ednaldo Borges da Silva	Pataxó	Homicídio	1975
Elias Saterê	Sateré-Mawé	Homicídio	07/03/73 - ?
Erasmo Maxakali	Maxakali	Homicídio	15/12/1979 - ?
Feliciano Pereira dos Santos	Xerente	Embriaguez	15/03/1973-18/01/1974
Gregório Xerente	Xerente	Embriaguez	15/01/1973- ?
Gumercindo Bororo Merure	Bororo	Embriaguez e homicídio	01/1978 - ?
Heleno Cavania	Kaiowá	Embriaguez e homicídio	28/03/1973 - ?
Hibrobredu Karajá	Karajá	Embriaguez	27/02/1973- ?
Idiuyrama Karajá	Karajá	Agressão	10/1977 - ?
Iuamá Karajá	Karajá		
João Antônio Martins	Tenera	Homicídio	
João Carvalho Guarani	Guarani	Embriaguez e agressividade	17/07/1974 - ?
José Alfredo Krenak	Krenak	Pego em ato sexual Embriaguez e agressividade	20/04/-1974 - ?
José Carlos Borges da Silva	Pataxó	Homicídio	1975
José de Souza	Xerente	Homicídio	28/08/1973 - ?

Nome	Etnia	Razão da Pena	Período de detenção
José Terêncio Bráz	Pataxó	Homicídio	1979
Julieta Karajá	Karajá	Prostituição	
Mario Cezar Guarani	Guarani	Embriaguez e agressividade	17/07/1974 - ?
Manoel Ferreira da Silva	Pataxó	Homicídio	1975
Manuel Vieira das Graças	Pankararu	Embriaguez e agressividade	17/07/1974
Modesto Maxakali	Maxakali	Homicídio	15/12/1979 - ?
Nazário Salvador	Terena	Embriaguez e homicídio	28/03/1973-?
Nilson Joaquim Pinto	Tupinikim	Atritos com o chefe do PI	26/03/1974
Oscar de Melo Sara	Campa	Vadiagem	
Ramão dos Santos	Terena	Homicídio	1975
Roberto Joaquim	Terena	Embriaguez e desordem	28/03/1973 - ?
Sebastião Alves dos Santos	Pataxó	Homicídio	1975
Ubirajara de Brito	Xerente	Homicídio	
Valdevino Alves dos Santos	Pataxó	Homicídio	1975
Valmir Alves dos Santos	Pataxó	Homicídio	1979

Fonte: Informações compiladas a partir da dissertação de CORRÊA, José Gabriel Silveira. A ordem a se preservar: a gestão dos índios e o Reformatório Agrícola Indígena Krenak. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000 e documentação microfilmada do Museu do Índio e da edição de 5 de dezembro de 1973 do Jornal do Brasil; MUSEU DO ÍNDIO. Microfilme307_00592. Relação dos confinados da Fazenda Guarany. 1973.



9

VOLTAR AO SUMÁRIO

A EXTREMA DIREITA VAI AO TERRORISMO EM MINAS GERAIS

Coordenação: Alberto Carlos Dias Duarte
Redação: Ronald Rocha
Vanuza Nunes Pereira

9.1 Introdução

Este Capítulo tem por finalidade apurar, arrolar e descrever as denúncias sobre os atos terroristas perpetrados por grupos paramilitares de extrema direita em Minas Gerais – especialmente, em Belo Horizonte – de 1964 a 1988, assim como tecer o contexto econômico-social e as circunstâncias políticas em que ocorreram, para depois extrair conclusões e fazer recomendações acerca do assunto.

Integra esse objetivo o quesito de elucidar a ligação direta ou indireta dos referidos atentados com os órgãos estatais criados e direcionados para fins de repressão política durante o regime militar ou com aqueles tradicionalmente dedicados à segurança pública – também usados na caçada a "subversivos" e "comunistas" nas décadas anteriores ao golpe de 1964 –, inclusive os esquemas que sobreviveram posteriormente à promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.[1]

Para produzir a pesquisa e apuração dos fatos, conforme a legislação pertinente, a Covemg utilizou as seguintes fontes:

- jornais e revistas da época em que os fatos transcorreram;
- livros, ensaios, artigos, teses acadêmicas e sites eletrônicos por internet;
- relatório e materiais anexos da CPI instaurada pela ALMG em 1980, para averiguar "denúncias de omissão e desinteresse do Governo Estadual na apuração de atos de terrorismo praticados contra pessoas e entidades do Estado de Minas Gerais";[2]
- relatório e materiais anexos da CPI instaurada pela Câmara Municipal de Belo Horizonte em 1995, "com a finalidade de apurar a responsabilidade pelos atentados a bomba que vêm ocorrendo em nossa cidade";[3]
- relatório e materiais anexos da CPI instaurada pela ALMG em 1998, para "apurar a destinação dos arquivos do Departamento de Ordem Pública e Social";[4]
- publicação da ALMG em 2013, lembrando os 15 anos do encerramento da CPI instaurada em 1998 para "apurar a destinação dos arquivos do Departamento de Ordem Pública e Social";[5]
- notas taquigráficas de audiências públicas na ALMG;
- oitivas na Câmara Municipal de Belo Horizonte e na ALMG, a partir de 1980;

- documentos oficiais do município de Belo Horizonte e do estado de Minas Gerais;
- inventário sobre os dossiês avulsos da série "Movimentos Contestatórios no Brasil", publicado pelo Arquivo Nacional;
- arquivo pessoal do Betinho Duarte.

9.2 Contexto nacional

Entre 1965 e 1995 aconteceram 54 atentados terroristas em Minas Gerais, especialmente em Belo Horizonte. Considerando-se a prerrogativa legal da Covemg, foram 38, entre 1965 e 1987 – número maior que em qualquer outra cidade do Brasil. Seu traço comum é a intenção de atingir pessoas físicas, entidades da sociedade civil, partidos e órgãos públicos relacionados – indireta ou diretamente, real ou presumivelmente – com as movimentações da resistência democrática. Após a consumação, em 1988, da transição conservadora ao regime republicano constitucional, nas novas e ainda débeis condições político-institucionais do País, os ataques procuraram intimidar os participantes das lutas populares ou estabelecer acertos de contas internos aos órgãos de segurança.

O regime implantado pelo golpe de 1964 e depois a sua herança – conhecida como entulho autoritário – são o contexto que lhes deu origem, alimentou e acobertou os atentados terroristas. A periodização histórica do processo de surgimento, amadurecimento, apogeu, decadência e fim do ciclo militar se revela fundamental para a compreensão acerca das circunstâncias que determinaram e definiram os motivos, as características, as consequências e as responsabilidades dos crimes terroristas, inclusive sobre a situação específica dos governos e da segurança pública nas conjunturas das ocorrências, bem como as atitudes das autoridades oficiais.

João Goulart, nas vésperas do golpe, alertara:

> Chegou-se a proclamar, até, que esta concentração seria um ato atentatório ao regime democrático, como se no Brasil a reação ainda fosse a dona da democracia e a proprietária das praças e das ruas. Desgraçada a democracia se tiver que ser defendida por tais democratas. Democracia para esses democratas não é o regime da liberdade de reunião para o povo: o que eles querem é uma democracia de povo emudecido, amordaçado nos seus anseios e sufocado nas suas reivindicações.[6]

Poucos dias depois, os segmentos mais retrógrados da classe dominante suprimiram a república democrático-constitucional, em que seus representantes partidários geriam diretamente o poder público, e cederam às Forças Armadas o papel de mediador institucional de fato. Feito o ajuste de contas com os desafetos políticos e a militância popular antecedente, o regime militar manteve um arranjo casuístico de formalidades legais, subordinadas ao propósito repressivo difuso e ajustadas para enfrentar o nível reduzido de oposição que até enfrentara.

9.3 Periodização do ciclo militar

Em uma primeira fase – enquanto o Estado se concentrava em torno do Alto Comando das Forças Armadas, os órgãos públicos se fundiam às corporações e as demandas trabalhistas eram reprimidas – completou-se o ciclo conjuntural da crise econômica, recuou a recessão, elevaram-se as taxas de lucro e retornou o crescimento, gerando nos governantes uma sensação de estabilidade. Assim, o auge da resistência democrática, em 1968, os pegou de surpresa. Nessas condições, com a iniciativa finalmente inclinada em direção à "linha dura", a reação oficial optou por decretar o AI-5, outorgar a "Constituição de 1969", refazer as instituições ditatoriais e reorganizar a estrutura coercitiva para exercer o terrorismo de Estado no combate à contestação popular.[7]

O regime ditatorial-militar ingressou em sua segunda fase.[8] A adequação do aparelho repressivo foi antecipada por grupos paramilitares de extrema direita organizados na sociedade civil e mantenedores de relações promíscuas no interior de órgãos públicos, com destaque para o Comando de Caça aos Comunistas (CCC). De julho a dezembro de 1968, houve a invasão do espetáculo "Roda Viva", no Teatro Ruth Escobar e o incêndio na Faculdade de Filosofia da USP – provocando a famosa "Batalha da Rua Maria Antônia" –, ambos em São Paulo, assim como o atentado a bomba no Teatro Opinião, no Rio de Janeiro. Sintomaticamente, o terrorismo da reação extraoficial se retraiu quando a barbárie institucional entrou em cena.

Os Destacamentos de Operações de Informações/Centros de Operações de Defesa Interna (Doi-Codi), iniciados de fato no II Exército em junho de 1969 sob o nome de "Operação Bandeirantes" e oficialmente legalizados em todo o País pela Diretriz Presidencial de Segurança Interna, expedida em setembro de 1970,[9] passaram a ser a espinha dorsal de um aparato calcado em métodos fascistas. Estava criada, institucionalmente, a estrutura basilar e legal do terrorismo de Estado[10] que, apesar de certas concorrências com os antigos DOPS, bem como entre as unidades repressivas das Forças Armadas, acabou centralizando a espiral de

prisões, torturas, assassinatos e desaparecimentos aos milhares de opositores, bem como estimulando e até articulando as atividades da ultradireita civil.

Todavia, o chamado "milagre brasileiro", apresentado como processo legitimador da violação aos direitos fundamentais, exauriu-se muito cedo – em torno de 1972 –, exatamente quando, na esfera mundial, a expansão do pós-guerra se estertorava e a reprodução do capital iniciava sua trajetória depressiva. A terceira fase do regime militar começou em meados dos anos 1970, em estreita ligação com a decadência do *boom* capitalista internacional e suas particularidades na sociedade brasileira: o impasse econômico foi coadjuvado, socialmente, pelas peculiaridades de um País onde as "gorduras" do *Welfare State* já tinham sido cortadas pela "austeridade" imposta ao mundo do trabalho e onde o empresariado era instado a apertar o cinto até então deixado bem frouxo pela política antipopular.

As primeiras tentativas do regime militar de conceber-se e gerir a transição "lenta, gradual e segura" – durante o governo Geisel – representam o marco inaugural da adequação controlada. Alguns setores do regime perceberam que a estabilidade política de sua ordem estava ameaçada e se impunha um novo passo, pois o terrorismo aberto de Estado contra a resistência democrática, apesar da brutalidade ilimitada, começava a exaurir-se como método pela perda crescente de respaldo político. Já não era possível manter a face dura que o governo Médici incorporara e assumira explicitamente. Os sucessivos presidentes militares, caso permanecessem inertes, caminhariam para a derrota total. O descontentamento em ampliação na sociedade seria incontornável pela via da pura e simples repressão.

Não tardou que as frações na sociedade a favor do regime e das cúpulas militares percebessem que a manutenção a ferro e fogo do regime em crise – com o exclusivo incremento e prolongamento do terrorismo de Estado – geraria a perda progressiva de eficiência na forma de dominação, precipitaria o descontrole da situação institucional e criaria premissas para uma ruptura por baixo, com resultados imprevisíveis. Nesse quadro, setores influentes na sociedade brasileira passaram a considerar seriamente o trânsito à normalidade constitucional, ao mesmo tempo em que se viam constrangidos pela luta política dos "de baixo", que então reacendia com entusiasmo, força, amplitude e tendência ao crescimento.[11]

O projeto de abertura gerava certa inconformidade entre algumas facções da hierarquia militar e da extrema direita civil, mas passava paulatinamente a representar os interesses da fração superior do capital, articulada em torno dos grupos monopolista-financeiros, e a responder às pressões da sociedade com propostas mediadas. Ganhava corpo e espaço político o plano sobre a transição controlada pelos quartéis,[12] sobrepondo-se à alternativa democrático-progressis-

ta, que pretendia ultrapassar o ciclo de 1964 por meio de um ato fundante: a interrupção do regime, a sua derrota completa e a supressão de seu legado.

Assim, predominou uma passagem restritiva e sem pronunciamento popular. Na ausência de uma ruptura por baixo, de caráter radicalmente democrático, assistiu-se a uma dissipação processual, lenta e incompleta do velho regime, que durou um período demasiadamente prolongado e provocou sérias deformidades, até hoje remanescentes. Foi nesse clima político que se conformou e se completou a "solução" conservadora e conciliadora, tendo como consequências a manutenção das prerrogativas militares, a sua tutela sobre a vida política nacional e a decisão de que não deveria haver reformas sociais, nem democratização profunda, nem punição aos crimes perpetrados por agentes do Estado.[13]

Para que semelhante desfecho se tornasse viável, foi preciso, anteriormente, eliminar a esquerda remanescente ou no mínimo enfraquecê-la por meio da repressão física, mesmo depois de cessarem suas contestações armadas – por exemplo, a Guerrilha do Araguaia já se desmobilizara no fim de 1974. Só tal propósito pode explicar as chacinas ocorridas ao apagar das luzes ditatoriais: em 1975 e 1976, os assassinatos de Vladimir Herzog e Manoel Fiel Filho, assim como as execuções de Pedro Pomar, Ângelo Arroio e João Batista Drumond no assalto à reunião do Comitê Central do PCdoB.[14]

Dois anos depois os atos institucionais foram revogados, mas não sem antes baixar-se o "Pacote de Abril". Em 1979, ainda mantendo o velho regime, o governo Figueiredo decretou uma anistia a meio pano, com a intenção de assegurar a impunidade dos criminosos que torturaram e mataram opositores: uma autoanistia.[15] Ao mesmo tempo, cuidou de reprimir as lutas populares em ascensão, inclusive o surto grevista cujo epicentro se localizou no ABC paulista. Em 1984, acossado pelo movimento das Diretas-Já, que unificara todos os setores democráticos, tratou de brecar a Proposta de Emenda Constitucional nº 5 – conhecida como Dante de Oliveira[16] – no Congresso castrado, amedrontado e vigiado,[17] para assegurar uma transição que passasse pelo Colégio Eleitoral e assim ocorresse com o menor risco possível.

9.4 Situação política em Minas Gerais

A Constituinte de 1988 marcou o fim do ciclo militar, mas a transição foi endógena e embutida, nem sequer faltando atentados, como no caso do Riocentro. A passagem por cima plasmou o novo período democrático-constitucional em condições históricas, limites sociais e ambientes políticos singulares: mantiveram-

-se as instituições e os métodos repressivos do passado recente, a impunidade quanto a crimes cometidos pelo Estado, uma atrofia das liberdades democráticas, o estilo de gestão administrativa elitista, a concepção tradicional de fazer política e, sobretudo, os privilégios que estiveram na origem do golpe militar.[18] Os atos terroristas ocorridos em Minas Gerais expressaram esse contexto e suas sobrevivências.

Depois do sabor oposicionista na vitória de Israel Pinheiro em 1965, os autores do golpe de 1964 resolveram eliminar as dissonâncias nas esferas estatais em escala nacional e estadual, provocadas por contradições nos resquícios da antiga sociedade política, bem com quaisquer brechas por onde poderiam penetrar as insatisfações populares. Para tanto, editaram o Ato Institucional nº 3,[19] que substituiu, em todo o País, o sufrágio direto para governador e para prefeitos das capitais estaduais pela escolha indireta: Rondon Pacheco, Aureliano Chaves e Francelino Pereira, todos da Arena, partido pró-regime, foram indicados para chefe do poder executivo mineiro em 1971, 1975 e 1979.[20]

A partir de então, a crise institucional em marcha abriria caminho para o retorno ao voto popular no âmbito estadual. Tal mudança, ainda que de pequeno alcance, foi favorecida pelo esgarçamento do autocratismo central e pelo clima de mobilização democrática massiva. Assim, em 1982, Tancredo Neves foi eleito no pleito direto. Depois da campanha pelas Diretas-Já, foram escolhidos para o Palácio da Liberdade, Newton Cardoso em 1986, Hélio Garcia em 1990 e Eduardo Azeredo em 1994, todos de Partidos cuja origem estava, de uma forma ou de outra, relacionada à oposição ao regime militar.

A sucessão na prefeitura de Belo Horizonte, que voltou a ser feita por meio do sufrágio direto a partir de 1985, como nas capitais de todo o País, não causavam maiores preocupações às autoridades centrais, pois o executivo municipal ainda continuava uma instância administrativamente subordinada aos governos estaduais, que por sua vez também se viam com reduzida margem de competências. A escolha de Patrus Ananias em 1992, porém, quando os municípios já estavam transformados em entes federativos pelos deputados constituintes, culminou a presença institucional dos segmentos democráticos e progressistas, com reflexos na disputa de hegemonia. Indubitavelmente, o espaço político da ultradireita se reduzira em Minas Gerais.

Os atentados se inserem nesse processo, expressando múltiplas relações políticas, caldeando vetores nacionais, estaduais e municipais. Na primeira fase do regime militar de 1964, quando acabaram de surgir ou começaram a se organizar

os grupos paramilitares de extrema direita, até 1968, houve um ato terrorista, perfazendo média anual de 0,25. Na segunda fase, de 1969 a 1976, quando o terrorismo de Estado estava em plena vigência e atuação, nenhum. Logo, os atentados foram, até então, rarefeitos. Depois, apresentaram uma forte concentração, que merece menção mais detalhada.

De 1978 a 1980, nos primeiros anos da terceira e derradeira fase do regime militar – o processo de transição –, aconteceram 33 eventos, com a média anual subindo a 11. Há uma notável coincidência de sua concentração com a ascensão dos movimentos democrático-populares em Belo Horizonte, com destaque para o ressurgimento da ação sindical, a ampliação dos movimentos sociais na periferia, a luta pela anistia, o fortalecimento da mídia oposicionista, a denúncia sobre os crimes perpetrados pelo regime militar, o retorno dos exilados e a reorganização de Partidos à esquerda, bem como o recuo do terrorismo de Estado, conforme ilustra o quadro a seguir:

Atentados terroristas da extrema direita em Minas Gerais

Período	Número absoluto	Porcentagem	Média anual
1964-1968	1	2,63 %	0,25
1969-1977	0	0 %	0
1978-1980	33	86,84 %	11
1981-1988	4	10,52 %	0,5
Total	38	100 %	63,15

Fonte: Arquivo Covemg

Em recente publicação, a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva cita um episódio que ilustra a conjuntura:

> Em 1978, o Jornal da imprensa alternativa Em Tempo foi o primeiro e único a publicar na íntegra a lista dos 233 torturadores. [...] O Jornal sofreu, em represália, na mesma semana que divulgou os nomes dos torturadores, dois atentados. Um na sucursal de Curitiba [...]. O outro atentado ocorreu em Belo Horizonte, quando colocaram ácido nas máquinas de escrever.[21]

O jornalista Antônio Luiz Bernardes, com base nos trabalhos da CPI instalada pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) em 1980, para averiguar "denúncias de omissão e desinteresse do Governo Estadual na apuração de atos de terrorismo praticados contra pessoas e entidades do Estado de Minas

Gerais", aponta a motivação e o alvo da sequência terrorista que abalou e indignou a capital mineira no ocaso do regime militar: "Ela atinge instituições e pessoas que lutam por liberdades, por melhoria das condições de vida do povo; têm o objetivo maior de criar o clima propício para avançar mais com a repressão."[22]

De qualquer forma, a curva das ocorrências, se bem correlacionada com as diversas conjunturas nacionais e locais, dissolve a hipótese de flutuação aleatória. Os eventos adquirem, então, claro sentido reacionário e reforçam a análise sobre as principais motivações delituosas, especialmente em relação aos atos explicitamente direcionados contra a resistência democrática e as lutas populares, que emergiram no clima de indefinições, isolamentos, quebras de autoridade e conspirações, enquanto a transição prosseguia e a ordem institucional se ajustava com dificuldades e conflitos.

9.5 Relação dos atos terroristas

A extrema direita executou 38 atentados em Minas Gerais de 1965 a 1987:

- atentado no Instituto de Educação, em 17/11/1965;
- 1ºatentado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 28/03/1978;
- 2º atentado na UFMG, em 28/03/1978;
- 3º atentado na UFMG, 28/03/1978;
- 1º atentado ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais, em 30/04/1979;
- 4º atentado na UFMG, em 07/04/1978;
- 5º atentado na UFMG, em 07/04/1978;
- 6º atentado na UFMG, em 14/04/1978;
- atentado no Colégio Santo Antônio, em 18/04/1978;
- atentado ao Diretório Central dos Estudantes, em 18/04/1978;
- 1º atentado a Helena Greco, em 19/04/1978;
- 2º atentado a Helena Greco, em 10/07/1978;
- 1º atentado ao Jornal Em Tempo, em 28/07/1978;
- 2º atentado ao Jornal Em Tempo, em 18/08/1978;

- 7º atentado na UFMG, em 1º/09/1978;
- atentado ao Jornal De Fato, em 02/09/1978;
- atentado no Colégio Santo Agostinho, em 11/09/1978;
- atentado na Igreja São Francisco das Chagas, 13/09/1978;
- atentado ao Jornal dos Bairros, em 1º/05/1979;
- atentado à Fundação Centro de Estudos do Trabalho, em 1º/05/1979;
- atentado ao Centro Cultural Operário, em 1º/05/1979;
- atentado ao Grupo de Estudos e Trabalho de Educação em Comunidades, em 1º/05/1979;
- atentado à Pastoral Operária, em 1º/05/1979;
- 3º atentado ao Jornal Em Tempo, em 08/07/1979;
- atentado a Geraldo Magela de Almeida, em 13/09/1979;
- atentado à União dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais, em 27/11/1979;
- atentado ao Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade, em 08/12/1979;
- atentado à Igreja São José, em maio de 1980;
- 1ª leva de ameaças a bancas de jornal, em 26/06/1980;
- atentado a João Paulo Pires Vasconcelos e outros dirigentes sindicais, em 26/06/1980;
- 2º atentado ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais, em 27/06/1980;
- 2º atentado no Instituto de Educação, em 1980;
- 2ª leva de ameaças a bancas de jornal, em 28/06/1980;
- atentado a banca de jornal, em 16/07/1980;
- 2º atentado a João Paulo Pires Vasconcelos, em 27/07/1980;
- atentado na ALMG, em 1º/07/1983;
- 1º atentado a Célio de Castro, em 22/06/1984;
- 2º atentado a Célio de Castro, em 14/04/1987.

Além desses atos físicos de terrorismo e outros ainda a serem apurados, foram realizadas centenas de ameaças mediante cartas, telefonemas e abordagens diretas a pessoas tidas como opositoras ou de alguma forma consideradas incômodas ao regime militar.

9.6 Atentados caso a caso

Atentado no instituto de educação

No dia 17/11/1965 foram lançados recipientes com ácido nítrico concentrado no auditório do Instituto de Educação, situado na Rua Pernambuco, Centro, Belo Horizonte, quando se realizava o espetáculo teatral "Show Medicina". Os danos materiais não puderam ser quantificados. Todavia, houve ferimentos nos seguintes presentes:

- Maria Terezinha Barros Vieira, estudante da 4ª série ginasial do Colégio Sacré-Coeur de Marie, então com 16 anos, teve o rosto, o braço direito e a mão esquerda corroídos por ampolas de ácido bromídrico, além de grave lesão no pulmão;
- Cláudio Azevedo, estudante de Medicina então com 26 anos, teve o braço esquerdo queimado;
- Waldemar Cândido, soldado da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), sofreu ferimentos nas mãos ao socorrer Maria Terezinha Barros Vieira;
- Adão Ubiratan da Costa Pereira, estudante e ator na peça "O Corvo", que satirizava a figura de Carlos Lacerda, então governador do estado da Guanabara, sofreu uma tentativa de sequestro e foi espancado;

O suspeito como principal autor do atentado é Jacob Lopes de Castro Máximo, conforme as seguintes testemunhas:

- César Vieira, irmão de Maria Terezinha Barros Vieira e um dos coordenadores do "Show Medicina";
- Dr. José Guerra Lage, que sentiu o cheiro da substância química atirada na plateia cerca de cinco minutos antes do lançamento;
- Dra. Maria Tófani Gontijo, médica do Centro de Saúde Carlos Chagas;
- Heloísa Martins Vieira;
- Paulo César Barros Vieira;

São as seguintes as fontes que apresentam elementos capazes de esclarecer os fatos:

- notas taquigráficas de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos da ALMG;[23]
- Dossiê "Show Medicina" 1965, contendo 31 páginas ou em forma de CD;[24]
- cópias dos jornais da época pesquisados na hemeroteca histórica da Biblioteca Pública do Estado de Minas Gerais, nos dias 23 e 24/09/2014 por Betinho Duarte;
- conversas diretas de Betinho Duarte com Maria Terezinha Barros Vieira, Cesar Vieira e Bia Nazaré;
- correspondência eletrônica de César Vieira a Betinho Duarte em 28/09/2014.

Informações adicionais:

O Show Medicina passou a ser alvo da repressão por fazer críticas ao regime militar. José Geraldo Dângelo, professor da Faculdade de Medicina da UFMG, diretor, ator e dramaturgo, fez o seguinte depoimento:

> Abriu-se um inquérito, que foi acompanhado pela imprensa até com certa disposição de pôr as coisas às claras, mas ele foi rapidamente arquivado. Ninguém soube de nada, nem se fez tanto esforço assim. Porém nós, da Faculdade de Medicina, pelo contrário, não deixamos de acompanhar todo o andamento do inquérito, sentimos o que estava acontecendo: na verdade, o DOPS estava querendo é incriminar radicais de esquerda, como se houvesse alguém da esquerda dentro da própria Faculdade de Medicina [...] achando que o Show Medicina não era radical o bastante em suas críticas. [...] Era uma coisa absurda, sem o menor sentido. Apesar de a imprensa ter levantado alguns nomes como suspeitos de terem jogado essas ampolas, isso nunca ficou provado. Na verdade, não ficou provado porque o inquérito foi arquivado quase que imediatamente depois. Não houve interesse em realmente descobrir. [...] Isso foi na hora do *blackout*. Evidentemente já sabíamos que teria de ser gente que estava ligada ao Comando de Caça aos Comunistas – CCC – ou ao Movimento Anticomunista – MAC. Sabíamos que tinha de ser, mas era complicado saber exatamente. [...] O Show Medicina foi ficando cada vez mais crítico do regime militar, particularmente depois de 1968, depois do AI-5. Como consequência, a censura cortou o Show Medicina. Ele foi interrompido até praticamente 1976.[25]

Cesar Vieira testemunha detalhadamente os fatos, conforme a seguinte correspondência:

> Aqui vão as informações a respeito deste assunto que obtive dos meus irmãos Paulo Cesar de Barros Vieira e Maria Terezinha Vieira Araújo: [...] O colégio em que estudava a Terezinha era o *Sacré Coeur de Marie*. [...] Minha então namorada Heloisa Martins Vieira também estava no show junto da Terezinha e do Cláudio. [...] O Paulo estava sentado atrás deles, junto com algumas nossas primas e uma amiga. [...] Dona Eunice Vieira Martins (mãe da Heloisa) e nossa tia Wilma Barros Andrade também estavam na plateia. [...] Terezinha, Paulo e a amiga, ao chegarem ao teatro e não encontrarem lugar junto dos demais do grupo resolveram procurar assento no 2º andar.

Prossegue Cesar Vieira:

> [...] Lá, tiveram oportunidade de ver Jacó Máximo, Paulo Guimarães, Antônio Caram e outros sentados à esquerda do mezanino, bem na direção dos lugares em que estavam os nossos, no 1º andar. Esse fato provocou uma observação jocosa entre Paulo e Terezinha, de que a extrema direita estava de plantão na extrema esquerda do auditório. Não se imaginava, no entanto, que o propósito da presença daquelas pessoas ali estava longe de ser o lazer. [...] Antes ainda do início do show, Terezinha, Paulo e a amiga receberam um chamado de que podiam descer, pois haviam vagado alguns assentos perto do nosso grupo. [...] O show teve início e, logo após uma das primeiras cenas, a luz se apagava por um instante.

Continua narrando Cesar Vieira:

> Nesse momento, Terezinha sentiu algo quebrando em seu rosto e o líquido se espalhando. Muita dor e dificuldade extrema de respiração: era uma ampola de ácido bromídrico. [...] Imediatamente o Paulo levou a Terezinha ao banheiro do auditório para lavar o seu rosto e tentar aliviar o seu mal-estar. [...] Ao saírem do banheiro para o saguão do auditório, viram o Jacob descendo rapidamente a escadaria do lado esquerdo. Assim que viu Terezinha toda queimada, ele exclamou apavorado: "foi em você!?" [...] Eu, que havia saído dos bastidores para ver o motivo do tumulto que estava acontecendo, também presenciei esta cena. [...] Auxiliada por nós e várias outras pessoas, Terezinha tomou um carro de onde descia uma passageira e foi levada para o Pronto Socorro Amélia Lins. [...] Paulo foi para lá no carro da família, em que também entrou o Jacob. Antes de entrar no HPS, porém, disse que ia para casa por estar sentindo muita bambeza nas pernas. [...] Depois do atendimento de emergência no HPS, a Terezinha foi levada para o Hospital Felício Rocho, onde ficou internada por algum tempo para tratar as queimaduras do rosto, do braço direito, da mão esquerda e a mais séria, a do pulmão.

Cesar Vieira conclui:

> Ainda no hospital, ela foi visitada por alguns de nossos tios militares do Rio de Janeiro, que encontraram o delegado David Hazam fazendo perguntas a Terezinha. [...] Um dos tios, também juiz de Direito, ficou impressionado com a demora na abertura de um inquérito sobre o atentado. [...] Papai teve enfarte em julho, estando ainda convalescente à época do ácido. [...] O atentado causou ferimentos graves a Terezinha, que nos primeiros anos seguintes foi submetida a quatro cirurgias oftalmológicas: duas feitas por Dr. Hilton Rocha e duas por Dr. Humberto Martins Vieira. [...] Ficaram sequelas permanentes, sobretudo no olho esquerdo e pulmões. Até hoje Terezinha recebe tratamento regular nessas áreas mais afetadas, conforme podem atestar seus médicos tanto em BH quanto em *St. Louis* e Filadélfia. [...] Há dias, a Terezinha recebeu nos Estados Unidos uma chamada do Betinho, a qual não pôde responder devidamente porque estava dirigindo. [...] Mas ela tem interesse em abrir um processo para esclarecer os fatos a respeito deste atentado, para o que está disposta a dialogar e colaborar com a Comissão da Verdade de Minas Gerais. [...] Para isto ela me autorizou a passar a você seu *e-mail* (ao qual estou copiando esta mensagem) e o seu telefone local [...] que a chama nos EUA. [...] O Paulo, que é advogado, também está disposto a cooperar com a Comissão, pelo que me autorizou a lhe passar seu *e-mail* (igualmente destinatário deste *e-mail*) e seu celular [...] Ele também está interessado e disposto a me acompanhar na reunião da Comissão da próxima terça-feira, caso eu venha a ser convidado para a mesma. [...] Finalmente, ambos me disseram que o dossiê sobre este episódio, preparado pelo nosso irmão Duval, já foi entregue ao Mário Lúcio Quintão, outro membro da Comissão.[26]

Atentado na UFMG

No dia 28/03/1978, explodiu uma bomba na sede do Diretório Acadêmico da Escola de Medicina, localizada no *Campus* Saúde da UFMG, Av. Professor Alfredo Balena, 190, Santa Efigênia, Belo Horizonte. Não se constataram ferimentos em pessoas. Não foi possível se calcularem os danos materiais. A fonte usada na pesquisa é o "Dossiê sobre os atentados terroristas cometidos em Belo Horizonte", produzido pela CPI da ALMG.[27]

Segundo atentado na UFMG

No dia 28/03/1979, uma bomba explodiu na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, situada na Rua Carangola, 288, Santo Antônio, Belo Horizonte. Não se constataram ferimentos em pessoas. Não foi possível se calcularem os danos materiais. A fonte usada na pesquisa é o "Dossiê sobre os atentados terroristas cometidos em Belo Horizonte".[28]

Terceiro atentado na UFMG

No dia 28/03/1978, explodiu uma bomba na Faculdade de Direito da UFMG, localizado no *Campus* Centro, Av. João Pinheiro, Belo Horizonte. Não se constataram ferimentos em pessoas. Não foi possível se calcularem os danos materiais. A fonte usada na pesquisa é o "Dossiê sobre os atentados terroristas cometidos em Belo Horizonte."[29]

Atentado ao sindicato dos jornalistas profissionais de Minas Gerais

No dia 30/04/1979, a sede do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais foi invadida e depredada. Houve a destruição de vários documentos importantes, a danificação do piso de mármore e a deterioração de uma porta de jacarandá com sete centímetros de espessura. Não se constataram ferimentos em pessoas. A fonte usada na pesquisa é o Relatório da CPI instalada pela ALMG.[30]

Washington Tadeu de Melo, jornalista, presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado, relatou que:

> No dia do atentado, a Casa dos Jornalistas (Sindicato dos Jornalistas) que tem uma área nos fundos arrendada para um restaurante que tem acesso pela Rua Espírito Santo, dez minutos antes de explodir a bomba, segundo depoimento de pessoas do restaurante, houve um telefonema, por volta de 1h15, com uma voz masculina insistindo pelo telefone que o garçom olhasse se havia alguém na Casa dos Jornalistas, alegando que precisava falar com qualquer pessoa de lá urgentemente. Como a distância é muito grande entre o restaurante e a Casa, o garçom viu que estava tudo escuro e disse que não havia ninguém. A pessoa insistiu que o garçom fosse lá verificar. O garçom foi, olhou e constatou que não tinha ninguém. Dez minutos depois, explodiu a bomba. [...][31]

Quarto atentado na UFMG

No dia 07/04/1978, foi implantada uma bomba, contendo três dinamites, no Diretório Acadêmico da Escola de Medicina, situado no *Campus* Saúde da UFMG, Av. Professor Alfredo Balena, 190, Santa Efigênia, Belo Horizonte. Não houve feridos e nem danos materiais. A fonte da pesquisa é o "Dossiê sobre os atentados terroristas cometidos em Belo Horizonte."[32]

Quinto atentado na UFMG

No dia 07/04/1978, explodiu uma bomba na Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, localizada na Rua Curitiba, 832, Centro, Belo Horizonte. Não se constataram ferimentos em pessoas. Não foi possível se calcularem os danos materiais. A fonte usada é o "Dossiê sobre os atentados terroristas cometidos em Belo Horizonte."[33]

Sexto atentado na UFMG

No dia 14/04/1978, explodiu uma bomba na Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, situada na Rua Curitiba, 832, Centro, Belo Horizonte. Não se constataram ferimentos em pessoas. Não foi possível se calcularem os danos materiais. A fonte de pesquisa é o "Dossiê sobre os atentados terroristas cometidos em Belo Horizonte."[34]

Atentado no Colégio Santo Antônio

No dia 18/04/1978, foi implantada uma bomba-relógio no Colégio Santo Antônio, assim como se depredaram e furaram os pneus dos carros estacionados em frente à Igreja, situada na Rua Pernambuco, Belo Horizonte. Não se constataram ferimentos em pessoas. A fonte de pesquisa é o Relatório da CPI instalada pela ALMG.[35]

No momento do atentado se realizava uma concentração promovida pelo Movimento Feminino pela Anistia de Minas Gerais (MFPA/MG), com cerca de 1.500 pessoas, quando vários agentes e um delegado do DOPS-MG entraram no pátio – a pretexto de uma denúncia sobre a presença de explosivos no prédio – e encontraram uma bomba-relógio dentro de uma caixa de sapatos. Nesse ínterim, oito carros pertencentes a membros do MFPA/MG foram danificados e pichados com a sigla GAC, assim como tiveram os pneus furados. Antes do acontecido, o local fora vasculhado por dois agentes do DOPS-MG, que nada tinham encontrado.[36]

Atentado à sede do Diretório Central dos Estudantes

No dia 18/04/1978, explodiu uma bomba na sede administrativa do Diretório Central dos Estudantes da UFMG, localizada na Rua Guajajaras, 694, Centro, Belo Horizonte. Não se constataram ferimentos em pessoas, mas destruíram um equipamento de impressão e móveis. A fonte de pesquisa é o "Dossiê sobre os atentados terroristas cometidos em Belo Horizonte".[37]

Atentado a Helena Greco

No dia 19/04/1978, explodiu uma bomba na calçada em frente à residência de Helena Greco, presidente do MFPA/MG, situada na Rua Juiz de Fora, 849, Centro, Belo Horizonte. Não se constataram ferimentos em pessoas. Não foi possível se calcular os danos materiais. A fonte de pesquisa é o Relatório da CPI instaurada pela ALMG.[38]

A bomba foi atirada a partir de um veículo da marca Volkswagen de cor azul, em movimento. A casa residencial atingida se localizava em frente à sede da 4ª Brigada de Infantaria do Exército, área considerada de segurança nacional. Helena

Greco declarou que "todos os pedidos de inquérito que foram realizados não foram a lugar algum".[39]

Segundo atentado a Helena Greco

No dia 10/07/1978, houve invasão do jardim situado no terreno da residência de Helena Greco, presidente do MFPA/MG, localizada na Rua Juiz de Fora, 849, Centro, Belo Horizonte. Não houve feridos, mas ocorreram danos materiais e violação de correspondências. A fonte de pesquisa é o Relatório da CPI instaurada pela ALMG.[40]

Conforme depoimento de Helena Greco, os danos afetaram:

> Cerca de 200 cartões enviados pelo correio ao governador de Pernambuco, ao diretor do presídio e aos presos políticos de Itamaracá. Esses cartões faziam parte da campanha de solidariedade à greve nacional de fome pela quebra do isolamento carcerário de presos políticos de Itamaracá. Junto aos cartões, havia telegramas, de vez que eram enviados pelo correio, diariamente, aos presos políticos de Itamaracá. O MFPA/MG pediu abertura de inquérito na Polícia Federal, por violação de correspondência.[41]

Atentado ao Jornal em Tempo

No dia 28/07/1978, foram arrombados a porta na sucursal mineira do Jornal Em Tempo, em Belo Horizonte, com invasão da sede. Não houve ferimentos pessoais, mas os danos materiais foram grandes: destruição de porta, paredes, mesas, cadeiras, máquinas, mimeógrafo, calculadora eletrônica, documentos e papéis diversos. A fonte de pesquisa são as notas taquigráficas de uma audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos da ALMG.[42]

As paredes foram pintadas por meio de *spray* vermelho com as expressões "MAC+GAC", "A volta será pior", "Entrei de sola e volto", etc. A série de ameaças e atentados começou após a publicação de uma denúncia com nomes de 233 torturadores brasileiros, elaborada por presos políticos. Policiais militares compareceram ao local no mesmo dia do ocorrido, mesmo sem ter sido feito nenhum chamado, e não se identificaram. Depois, um membro da Policia Federal também esteve na sede da sucursal, igualmente sem solicitação: fez perguntas, mas não obteve respostas, de vez que se recusou a identificar-se.

Duas horas após, uma pessoa, que se dizia ser membro do "serviço de informação do Exército" e apresentava uma carteira com o nome de Eustáquio Ferreira, sargento, afirmou estar ali em nome de um coronel e informou não ter

o governo responsabilidade nenhuma pelo atentado, principalmente porque o País está em um período de abertura política e nas vésperas de eleições. No dia 4 de agosto foi requerida a abertura de um inquérito na Polícia Civil e na Polícia Federal, mas nenhuma providência foi tomada.[43]

Segundo atentado ao Jornal em Tempo

No dia 18/08/1978, foi arrombada a porta e a janela na sucursal mineira do Jornal Em Tempo. Não houve pessoas feridas, mas os danos materiais são significativos: roubo, explosão de bomba e ataque a veículo estacionado, assim como destruição de mesa, máquina de escrever, portas, janelas, persiana, luminária, paredes, teto, papéis, documentos e vidro de veículo. Roubaram-se papéis e vários documentos. Na época, o prejuízo ficou orçado em Cr$ 200.000,00. A fonte da pesquisa são as notas taquigráficas da audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos da ALMG.[44]

O motivo foi o mesmo do atentado anterior, qual seja, a publicação da lista com torturadores. Conforme depoimento de Juarez Rocha Guimarães, ex-diretor da sucursal mineira do Jornal Em Tempo:

> Um dos vizinhos chamou a radiopatrulha por volta das 3 horas. A polícia esteve no local desde essa hora, até aproximadamente 9 horas, sem a presença de qualquer uma das pessoas da sucursal. Aliás, a primeira empregada da sucursal a chegar ao local foi impedida de entrar, e os policiais se negaram a dizer o que a perícia estava levando – saíram portando vários embrulhos. [...] Foram procurados o DOPS e a Polícia Federal. Ambos responderam que de nada sabiam, sendo que o delegado da Polícia Federal, Wilson Ramalho, afirmou que não realizava nem realizaria perícia por não ter equipamento para tanto. Pouco tempo depois disso, no entanto, compareceram à sucursal dois agentes da Polícia Federal: o Sr. José Osmar e o Sr. Taveira, que fizeram várias perguntas e anotaram nome e endereço de três pessoas da sucursal. Disseram que não sabiam para qual fim seria utilizadas as informações ali colhidas. Foi procurada a Polícia Militar, e o capitão Gladstone informou que a Polícia Militar estivera no local, guardando-a até por volta das 9 horas, e que a perícia fora feita pelo Instituto de Criminalística.

Prossegue Juarez:

> No Instituto, o perito confirmou a informação, dizendo que eles apenas haviam levado estilhaços da bomba e que o laudo estaria pronto em 30 dias. No dia 22 de agosto do mesmo

> ano foi encaminhado ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais uma representação solicitando abertura de inquérito pelo órgão policial competente. Na mesma data, também foi encaminhado ao Exmo. Sr. Procurador-Geral, do Estado pedido de nomeação de promotor para acompanhar o inquérito. Em 29/08/1978, pelo Ofício nº 421/78, de 25/08/78, o Exmo. Sr. Procurador-Geral do Estado comunicou à sucursal a nomeação do promotor para atuar no inquérito. No dia 06/09/1978, o Instituto de Criminalística forneceu cópia do laudo pericial referente ao atentado à bomba. [...] Desde o último atentado há policiamento na sucursal nos seguintes horários: das 23 horas às 9 horas; das 17 horas do sábado às 9 horas da segunda-feira, conforme pedido da sucursal e deferimento do comandante de policiamento da capital.[45]

Sétimo atentado na UFMG

No dia 1º/09/1978, explodiu uma bomba no Diretório Acadêmico do Instituto de Ciências Exatas da UFMG, situado no *Campus* Pampulha, Belo Horizonte. Não houve ferimentos pessoais, mas foi destruída uma urna com os votos coletados no Instituto de Ciências Exatas, durante a eleição da nova diretoria da entidade. A fonte de pesquisa é o "Dossiê sobre os atentados terroristas cometidos em Belo Horizonte".[46]

Atentado ao Jornal de Fato

No dia 02/09/1978, foi arrombada a sede do Jornal De Fato, localizada na Avenida do Contorno, 2.399, Bairro Floresta, Belo Horizonte. Não houve ferimentos pessoais, mas vários objetos foram depredados, inclusive a porta, ou roubados. A fonte de pesquisa são as notas taquigráficas da audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos da ALMG.[47] Antes do atentado, o Jornal tratou de várias questões ligadas a Belo Horizonte, publicou uma lista de torturadores mineiros e abordou a questão dos presos políticos. Logo após a invasão, foi registrada ocorrência e a perícia esteve no local, mas sem qualquer resultado.

Atentado ao Colégio Santo Agostinho

No dia 11/09/1978, explodiu uma bomba no banheiro do Colégio Agostinho, em Belo Horizonte. Não houve feridos, mas danificaram-se as portas. A fonte da pesquisa é o Relatório da CPI instaurada pela ALMG.[48] O ato terrorista ocorreu no momento em que se realizava um debate promovido pelo Grupo de Universitários Católicos. Conforme depoimento de Geraldo Magela Almeida, advogado de presos políticos:

> Quando mais ou menos às 9 horas da noite [...] o professor Edgar da Mata Machado falava [...], eu e mais 200 pessoas ouvimos uma explosão terrível que chegou a arrancar, não só as portas, como também os marcos. [...] Em um dado momento a polícia compareceu, recolheu pavios, retroexplosivos, colocando-os em saquinhos, ouviu algumas pessoas, mas ficou por isso.

Atentado na igreja São Francisco das Chagas

> No dia 13/09/1978, explodiu uma bomba na Igreja São Francisco das Chagas, situada no Bairro Carlos Prates, Belo Horizonte. Não se constataram ferimentos em pessoas. Não foi possível se calcular os danos materiais. A fonte de pesquisa é o Dossiê sobre os atentados terroristas cometidos em Belo Horizonte.[49]

O alvo foi o MFPA/MG, cuja sede funcionava no local. No momento do atentado acontecia uma vigília em solidariedade ao preso político Edvaldo Nunes.

Atentado ao jornal dos bairros

No dia 1º/05/1979, a sede do Jornal dos Bairros, localizada na Avenida Álvaro da Silva, 626, Santa Margarida, Contagem, foi invadida e saqueada. Não houve pessoas feridas, mas foram roubadas máquinas de escrever, uma impressora *offset,* aparelhos de telefone, dinheiro, livros contábeis, arquivos e publicações. As fontes da pesquisa foram o próprio Jornal dos Bairros[50] e o Relatório da CPI instaurada pela ALMG.

Conforme o depoimento de João Batista dos Mares Guia, então presidente do Centro dos Estudos do Trabalho:

> O Jornal no seu trabalho fere interesses, como é o caso do interesse particular do vereador Álvaro Antônio que se tornou figura ímpar na perseguição sistemática a esse Jornal. Embora não se possa fazer uma correlação entre o combate feito pelo vereador e o atentado, o fato é que tal combate ganhou apoio no Centro das Indústrias [...] e, por coincidência, depois desse apoio que o Jornal foi atacado de madrugada [...].[51]

Atentado à Fundação Centro de Estudos do Trabalho (CET)

No dia 1º/05/1979, houve invasão e saque na sede do CET, situada na Rua José Brandão, Barreiro, Cidade Industrial, em Belo Horizonte. Não houve ferimentos pessoais, mas foram danificados vários objetos materiais e roubados documentos. A fonte de pesquisa é o Relatório da CPI instaurada pela ALMG.[52]

O principal objetivo do CET era desenvolver pesquisas a respeito da história social dos trabalhadores e dos movimentos populares em Minas Gerais. Em depoimento, João Batista dos Mares Guia, presidente da entidade, acusa o governador Francelino Pereira dos Santos de omissão em face dos atentados e afirma que "estará ele, pelo menos, indiretamente, no nível político, como responsável pela atuação do terrorismo em Minas Gerais."[53]

Invasão e saque no Centro Cultural Operário (CCO)

No dia 1º/05/1979, foi invadida e saqueada a sede do CCO, em Belo Horizonte. Não houve ferimentos pessoais, mas se danificaram materiais e roubaram documentos. A fonte da pesquisa é o "Dossiê sobre os atentados terroristas cometidos em Belo Horizonte".[54]

Atentado ao Grupo de Estudos e Trabalho de Educação em Comunidades (Getec)

No dia 1º/05/1979, foi invadida e saqueada a sede do GETEC, em Belo Horizonte. Não houve ferimentos pessoais, mas foram danificados materiais e roubados documentos. A fonte da pesquisa é o Relatório da CPI instaurada pela ALMG.[55]

Atentado à Pastoral Operária

No dia 1º/05/1979, a sede da Pastoral Operária foi invadida e saqueada. Não houve ferimentos pessoais, mas os impressos que seriam distribuídos durante a Missa do Trabalhador – evento tradicional no Dia 1º de Maio – foram roubados. A fonte da pesquisa é o Relatório da CPI instaurada pela ALMG.[56]

Terceiro atentado ao Jornal em Tempo

No dia 08/07/1979, a sede da sucursal mineira do Jornal Em Tempo, em Belo Horizonte, foi invadida e depredada. Não houve ferimentos pessoais, mas foram destruídos materiais de pesquisa, papéis, documentos, cadeiras, mesas, máquinas de escrever, aparelho de telefax, arquivos, cofre e outros utensílios, com uso de ácido corrosivo. A fonte da pesquisa são as notas taquigráficas da audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos da ALMG.[57]

O motivo foi o mesmo do atentado anterior, qual seja, a publicação da lista de torturadores. Conforme depoimento de Juarez Rocha Guimarães, ex-diretor da sucursal mineira do Jornal Em Tempo:

> As providências tomadas imediatamente após a constatação do atentado no domingo, por volta das 10 horas: comunicamos o ocorrido a toda imprensa e solicitamos a presença da

> polícia técnica, que vistoriou o local e recolheu materiais para a feitura do laudo. Esta foi a matéria do Jornal que saiu em seguida ao atentado: 'Os terroristas desafiam Figueiredo'. O general Figueiredo, então, ditador do País, fez um pronunciamento oficial dizendo que não era de responsabilidade de seu governo o atentado. Houve pronunciamento de personalidades do País inteiro em defesa do nosso Jornal, entre eles o Barbosa Lima Sobrinho, Oscar Niemeyer, bispos. Continuamos a noticiar. Dessa vez, com uma edição especial 'O terror da direita continua impune', mostrando que, mesmo após o processo de instauração de inquérito, nada havia sido descoberto. Fizemos, então, diariamente nas escadarias da Igreja de São José, uma vigília [...] com a finalidade de denunciar esses acontecimentos.

Prossegue Juarez:

> No ano seguinte, em 1980, ocorreu um novo episódio na sequência desses atentados. [...] Soubemos, por informação do Jornal O Pasquim, que havia ocorrido um telefonema à secretária do referido Jornal no Rio de Janeiro, ameaçando de morte três pessoas em Minas Gerais: a companheira Helena Greco, que era a grande líder da luta pelos direitos humanos e que sofria e sofreu muitos atentados e ameaças nesse período; o deputado Genival Tourinho, que vinha denunciando os torturadores no Congresso Nacional; e eu, que havia dado uma entrevista sobre os atentados e participado do esforço de instalação de uma CPI sobre o terrorismo em Minas Gerais nesta Assembleia Legislativa. Lembro, aliás, que, durante o meu depoimento aqui, as luzes da Assembleia de repente se apagaram e todos saíram correndo com medo de haver uma explosão de bomba. Depois os trabalhos foram retomados. Então esse era o clima da época, de total insegurança. [...] Levamos uma reivindicação ao então governador do Estado à época, Francelino Pereira, o dossiê com todos os atentados cometidos no Estado e a impunidade daqueles que haviam praticado esses atos. Essa impunidade continua até hoje. Em nome disso, da justiça, da criminalização, da responsabilização desses terroristas, estamos aqui hoje colaborando com a Comissão da Verdade.[58]

Atentado a Geraldo Magela de Almeida

No dia 13/09/1979, explodiu uma bomba em frente à residência de Geraldo Magela Almeida, conhecido advogado de presos políticos, situada na Rua Engenheiro Amaro Lanari, nº 139, ap. 302, Bairro Sion, Belo Horizonte. Não houve ferimentos pessoais, mas foi destruído um carro – modelo Brasília, cor vermelha, placa AW-8244 –, além de danificados outros dois veículos e janelas de vidro nos

prédios próximos. A fonte são as notas taquigráficas da audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos da ALMG.[59]O proprietário do carro destruído era Geraldo Magela de Almeida. Imediatamente, foi chamada a perícia técnica. Com o fato comunicado à PMMG, uma unidade compareceu ao local e fez a ocorrência, mas nada se apurou.

Atentado à União dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais (UTE)

No dia 27/11/1979, explodiu uma bomba na sede da UTE, em Belo Horizonte. Não houve ferimentos pessoais, mas foram avariados objetos e pichados os carros estacionados na rua em frente. A fonte da pesquisa é o "Dossiê sobre os atentados terroristas cometidos em Belo Horizonte".[60]

Atentado ao Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade

No dia 08/12/1979, foi depredado o estacionamento do Instituto Santo Inácio, em Belo Horizonte. Não houve ferimentos pessoais, mas os veículos foram incendiados e tiveram suas fechaduras lacradas com cola. A fonte de pesquisa é o Relatório da CPI instaurada pela ALMG.[61] No momento em que se realizou o atentado acontecia uma reunião plenária dirigida pelo Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade. O inquérito instaurado sobre o ato nada apurou.

Atentado à Igreja São José

Em maio de 1980, a Igreja São José, situada no centro de Belo Horizonte, foi pichada e depredada. Não houve ferimentos pessoais, mas as paredes ficaram danificadas com inscrições ofensivas. A fonte da pesquisa é o "Dossiê sobre os Atentados Terroristas cometidos em Belo Horizonte".[62]

Ameaça a bancas de jornal

No dia 26/06/1980, várias bancas de jornal, em Belo horizonte, foram ameaçadas simultaneamente. Houve chantagem por meio de folhetos, ameaçando com represálias as bancas que vendessem publicações alternativas. A fonte da pesquisa é o "Texto com Informações", anexo ao Relatório da CPI da ALMG.[63]

Conforme o anexo ao Relatório da CPI:

> Nas primeiras semanas de junho várias bancas amaneceram com um manifesto anônimo afixado, com ameaças de se tomar 'medidas drásticas' caso estas bancas continuassem a vender o Jornal Hora do Povo e os outros jornais alternativos [...].[64]

Atentado a João Paulo Pires Vasconcelos e outros dirigentes sindicais

No dia 26/06/1980, tiveram os pneus furados os carros de João Paulo Pires Vasconcelos e outros dirigentes sindicais, que se encontravam na Faculdade de Direito da UFMG, Belo Horizonte. Não houve ferimentos pessoais. A fonte da pesquisa é o Relatório da CPI instaurada pela ALMG.[65]

Conforme o depoimento de João Paulo Pires Vasconcelos:

> Quando saíamos de um debate na Escola de Direito e nos dirigíamos à Rádio Capital, com Lula e o Luiz Soares Dulci, onde gravaríamos uma entrevista, alguns companheiros foram agredidos verbalmente por pessoas que se encontravam em dois táxis à porta da Escola de Direito. Neste momento, verificamos que dois veículos que nos serviam de condução estavam com os quatros pneus vazios.[66]

Segundo atentado ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais

No dia 27/06/1980, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais recebeu ameaças telefônicas. Depois, foi invadido e uma bomba explodiu. Não houve ferimentos pessoais, mas se verificaram a degradação de objetos e paredes, assim como tentativa de intimidação e violação de correspondências. A fonte da pesquisa é o "Dossiê sobre os atentados terroristas cometidos em Belo Horizonte".[67]

Segundo atentado no Instituto de Educação

No ano de 1980, houve danificação de carros e explosões de bombas nas imediações do Instituto de Educação e imediações. Não houve ferimentos pessoais, mas foram cortados os pneus de 10 a 12 carros estacionados nas proximidades do local. A fonte são as notas taquigráficas da audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos da ALMG.[68]

No local estava acontecendo um evento do PDT, com a presença de Leonel Brizola. Conforme depoimento de Betinho Duarte:

> Quando o Brizola veio a Belo Horizonte na década de 1980, no Instituto de Educação, jogaram ácido em carros e soltaram bombas. O Santos Moreira, que era delegado na época e fazia a segurança no local, identificou Antônio Ribeiro e o prendeu pelos atentados. Aliás, quem disse isso foi o Sarmento e o Wagner Seixas, jornalista do Estado de Minas, que faleceu há pouco tempo. Esse é um documento e uma prova contra esse ex-perito criminal Antônio Carlos Ribeiro.[69]

Segunda leva de ameaças a bancas de jornal

No dia 28/06/1980, várias bancas de jornal foram simultaneamente ameaçadas em Belo Horizonte. A chantagem aconteceu por meio de folhetos, anunciando represálias para as bancas que ousassem vender publicações alternativas. A fonte da pesquisa é o "Texto com Informações", anexo ao Relatório da CPI da ALMG:[70] "dias posteriores, na calada da noite, novo manifesto foi colocado nas bancas, onde se lia 'Seu estopim está aceso'. Praticamente, todos os jornaleiros passaram a ficar em clima de terror não recebendo mais jornais Hora do Povo e outros para venda."[71]

Atentado a banca de jornal

No dia 16/07/1980, a banca localizada na Rua Curitiba, esquina com a Rua Tupinambás, Centro de Belo Horizonte, foi alvo de um incêndio criminoso. Não houve ferimentos pessoais, mas os danos resultaram totais, perfazendo um prejuízo em torno de 400 mil cruzeiros. As fontes da pesquisa são o "Texto com Informações", anexo ao Relatório da CPI da ALMG,[72] e "Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça: Inventário dos dossiês avulsos da série Movimentos Contestatórios".[73] O "Inventário dos dossiês avulsos da série Movimentos Contestatórios" menciona "atentados à bomba" registrados nos sumários políticos do Departamento de Polícia Federal, com datas de julho, agosto e setembro de 1980, entre os quais uma referência a "bancas de jornais":

> BR.AN,RIO.TT.0.MCP.AVU.197 [...] Sumário político do Departamento de Polícia Federal [...] Cobertura diária dos eventos ocorridos no mês de agosto de 1980 através de telex pela manhã e à tarde, relatando ocorrências em todo o País tais como Lei dos Estrangeiros, conflitos de terra, comício do PT em Xapuri (AC), Luís Inácio da Silva, atentados às bancas de jornais, Movimento contra a Carestia, atentado à bomba na OAB, etc.[74]

Conforme declaração de Elder Pacheco, à época dono de banca de jornal, em audiência pública na ALMG:

> Fui jornaleiro, trabalhei em banca de jornal e tive banca de jornal. Estou escrevendo um livro sobre o período das bancas de jornal explodidas e a imprensa alternativa. Isso começou em 1981. A primeira banca explodida no Brasil foi a da Rua Curitiba. Foi a Banca Curitiba. O fato silenciou a imprensa alternativa e toda a imprensa de esquerda, pois os jornaleiros

> passaram a ter medo de vender esses jornais. Isso começou aqui e depois estouraram bancas no Rio de Janeiro, em Brasília, em Recife, em Salvador e em Porto Alegre.[75]

Segundo atentado a João Paulo Pires Vasconcelos

No dia 27/07/1980, a residência do sindicalista João Paulo Pires Vasconcelos, em João Monlevade, sofreu invasão e tentativa de incêndio. Não houve ferimentos pessoais, mas documentos foram roubados. A fonte da pesquisa é o Relatório da CPI instaurada pela ALMG.[76] Conforme depoimento de João Paulo, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade:

> Logo que cheguei à frente da minha casa, [...] entrei [...]. Ao abrir a porta, percebi o cheiro de gás e vi que as quatro trempes do fogão se encontravam abertas. Abri a porta da frente, do fundo e basculante que se encontravam logo acima do fogão. Gritei pelo meu filho, ele não respondeu e eu previ coisa pior. Eu me dirigi, rapidamente, para o quarto que ele se encontrava dormindo. Normalmente, o fogão fica com a chave do botijão fechada, para que não haja vazamento de gás. Naquele momento, ouvi o barulho de uma pessoa fechando a porta. Voltei pelo mesmo caminho, e [...] percebi que havia fogo sobre a prancheta da mesinha de televisão, o que eu não percebera quando entrei porque eu senti cheiro de coisa queimada, mas como entrei rapidamente, não vi. Havia um pacote de livros, jornais, catálogos de telefones, e sobre estes livros havia um rolo de papel com fogo. Uma pasta de couro [...] estava danificada. Levaram uma chave de um apartamento de Belo Horizonte. O comandante do Destacamento, chamado Capitão Edgar Ednardo, lá esteve, mas, segundo a polícia técnica, ele deveria ter interditado o local, [...] essa medida ele não adotou. Pedimos a abertura de inquérito [...].[77]

Atentado na ALMG

No dia 1º/07/1983 foi implantado um artefato explosivo dentro de envelope no recinto da ALMG, em uma poltrona localizada na antessala do gabinete do deputado João Batista dos Mares Guia. Não houve danos materiais e nem ferimentos pessoais. A fonte da pesquisa são as notas taquigráficas da audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos da ALMG,[78] o depoimento de assessor do parlamentar visado[79] e jornais da época.[80]

O deputado Durval Ângelo, presidente da Comissão de Direitos Humanos da ALMG, fez referência a um "incêndio ocorrido nesta Casa" inserindo-o entre "os

atentados terroristas cometidos por grupos paramilitares de extrema direita."[81] Betinho Duarte, então chefe de gabinete do deputado João Batista dos Mares Guia, declarou:

> O atentado na Assembleia ocorreu no final de 1984, não me lembro do dia exato, quando uma bomba chegou ao gabinete dentro de um envelope fechado. Chamamos um perito, que desmontou a bomba. Na ocasião, o fato se tornou matéria de jornal, inclusive com registro em foto.[82]

O Jornal Estado de Minas noticiou:

> Alertados por um telefonema anônimo, avisando que uma bomba explodiria no gabinete do líder do Partido dos Trabalhadores, deputado Mares Guia, agentes de segurança da Assembleia Legislativa localizaram às 11h40min de ontem um artefato contendo três bananas de dinamite no Conjunto 607 do Palácio Inconfidência.[83]

Primeiro atentado a Célio de Castro

No dia 22/06/1984, o carro do médico Célio de Castro explodiu em frente à Fundação Educação para o Trabalho em Minas Gerais (UTRAMIG), localizada na Av. Afonso Pena, Bairro Cruzeiro, Belo Horizonte. Não houve ferimentos pessoais, mas se constatou a destruição parcial do carro e o furto de pneus. A fonte da pesquisa é o discurso publicado no Diário da Assembleia Nacional Constituinte.[84] Conforme denúncia de Célio de Castro, presidente do Sindicato dos Médicos:

> [...] são nitidamente atentados de feição terrorista... [...] outro carro meu foi totalmente destruído, quando, a convite do presidente Tancredo Neves, eu estava a proferir uma palestra [...] num prédio próprio do governo estadual, a UTRAMIG em Belo Horizonte. Naquela época, os autores do atentado, que assumiram a sua autoria, se intitulavam pertencentes a uma organização paramilitar de direita, denominada Comando de Caça aos Comunistas. Foi instaurado inquérito, foram feitos laudos periciais e até hoje, sr. presidente, três anos decorridos, o que recebi foi um novo atentado [...].[85]

Segundo atentado a Célio de Castro

No dia 14/04/1987, uma bomba explodiu na garagem da casa onde residia o deputado federal Célio de Castro, situada na Rua do Catete, Bairro Barroca, Belo Horizonte. Não houve ferimentos pessoais, mas ficaram destruídos o portão de

entrada e os vidros da casa. A fonte de pesquisa é o discurso publicado no Diário da Assembleia Nacional Constituinte.[86]

Como presidente do Sindicato dos Médicos, Célio de Castro havia publicado um texto sobre a prestação de serviços médicos e a atuação profissional, no qual é apresentada uma carta-programa, texto-síntese de sua atuação na entidade representativa que dirigia e da luta política mais geral contra o regime militar que então chegava ao fim.

9.7 Suspeitos

Os atos terroristas mencionados e detalhados neste Relatório expõem uma barbárie que contrasta com os valores inseparáveis dos direitos fundamentais, cristalizados na Constituição Federal e evidenciam as nódoas geradas na história do Brasil, especialmente sob o regime militar e com a sobrevivência de sua herança nas instituições contemporâneas. Devem, pois, servir de exemplo para as novas gerações e ser tratados como crimes contra a humanidade.

Diferentes fontes foram utilizadas para se apurarem os fatos: matérias da imprensa, depoimentos formais,[87] relatos de testemunhas, denúncias feitas por militantes e correspondências oficiais.[88] A lista a seguir apresenta os principais suspeitos e os possíveis responsáveis pelos crimes, que fica à disposição dos órgãos competentes e da opinião pública, sem prejuízo de se arrolarem novos nomes de praticantes e mandantes, inclusive autoridades envolvidas em delito de proteção delituosa ou em conduta omissa:

- Antônio Ribeiro: ex-perito criminal, foi "acusado de pertencer a um grupo de extrema direita" e de ser o responsável por no mínimo dois atentados, o primeiro ao "Dr. Célio de Castro" e o segundo no Instituto de Educação, "quando Brizola veio a Belo horizonte", nessa ocasião sendo identificado e preso, como autor, pelo delegado Santos Moreira;[89]

- Afonso de Araújo Paulino: proprietário do Jornal de Minas, teria pertencido ao CCC e seria um dos responsáveis pelos atentados cometidos contra o Jornal Em Tempo – segundo depoimento do então deputado federal Genival Tourinho, do MDB, seria um dos chefes da Máfia Mineira e ligado, desde o início dos anos 1970, à ID-4 e ao DOI-Codi-BH,[90] denúncia reforçada por João Batista dos Mares Guia, que lhe atribui a autoria por meio de "certo Alfredão", detento naquela ocasião cumprindo pena de 100 anos;[91]

- Ediraldo Brandão: desafeto declarado de Santos Moreira,[92] hostilizou-o publicamente em 1984, quando esse delegado era diretor da academia de polícia;

- Nelson Galvão Sarmento: ex-agente do Centro de Informações da Marinha e funcionário público na Corregedoria do Estado de Minas Gerais, que segundo depoimento do ex-deputado federal Genival Tourinho estaria também implicado no atentado à OAB/RJ:

> Para mim, o fato mais relevante dessa CPI [...] foi que esse Sarmento me disse que, nas próximas 48 horas, ocorreriam mortes, e 24 horas depois jogaram a bomba na OAB do Rio de Janeiro, que matou a Dona Lyda Monteiro, secretária administrativa, cegou um funcionário dela e lhe extirpou a mão esquerda ou direita. A imprensa nunca explorou esse fato que denunciei 24 horas antes de acontecer. Foi uma carta-bomba que ela abriu [...]. A bomba a matou e cegou um dos olhos de seu auxiliar, e decepou-lhe a mão [...].[93]

- Jacob Lopes Máximo de Castro, advogado muito conhecido em Belo Horizonte, Paulo Guimarães e Antônio Caram foram apontados como envolvidos no atentado ao Show Medicina, em 17/11/1965, em ato que inaugurou o ciclo terrorista em Minas Gerais:[94]

> Lá, tiveram oportunidade de ver Jacó Máximo, Paulo Guimarães, Antônio Caram e outros sentados à esquerda do mezanino, bem na direção dos lugares em que estavam os nossos, no 1º andar. Esse fato provocou uma observação jocosa entre Paulo e Terezinha, de que a extrema direita estava de plantão na extrema esquerda do auditório. Não se imaginava, no entanto, que o propósito da presença daquelas pessoas ali estava longe de ser o lazer. [...] O show teve início e, logo após uma das primeiras cenas, a luz se apagava por um instante. Nesse momento, Terezinha sentiu algo quebrando em seu rosto e o líquido se espalhando. Muita dor e dificuldade extrema de respiração: era uma ampola de ácido bromídrico. [...] Imediatamente o Paulo levou a Terezinha ao banheiro do auditório para lavar o seu rosto e tentar aliviar o seu mal-estar. [...] Ao saírem do banheiro para o saguão do auditório, viram o Jacob descendo rapidamente a escadaria do lado esquerdo. Assim que viu Terezinha toda queimada, ele exclamou apavorado: "foi em você!?[95]

- José Maria de Paula, mais conhecido como Zé Maria Cachimbinho: lotado na delegacia de Furtos e Roubos, foi citado por vários denun-

ciantes como torturador, estava na relação dos convidados a comparecer para prestar esclarecimentos à Câmara Municipal de Belo Horizonte[96] e foi citado no Relatório Final CPI das Bombas.[97]

- Por fim, o capitão Gomes Carneiro e o tenente Marcelo Araújo Paixão, ligados a Afonso de Araújo Paulino, também mencionados pelo ex-deputado federal Genival Tourinho em depoimento à Comissão de Direitos Humanos da ALMG:

> Afonso de Araújo Paulino [...] andava acompanhado do capitão Gomes Carneiro e do tenente Marcelo Araújo Paixão [...]. Eu, como advogado de presos políticos, tive bate-bocas tremendos com esse Marcelo, que sempre me ameaçava. Ele dizia que não era de violência, mas que eu abrisse os olhos porque o capitão Gomes Carneiro era extremamente violento – e demonstrou que era mesmo.[98]

9.8 Indícios e ecos

Há mais dois assuntos que merecem registro, mesmo breve. Primeiramente, os acontecimentos com os músicos Emanuel de Oliveira César, Jaime Mol, Janir Araújo, João Suriadakis, Paulinho Saxofonista, Reinaldo Teotônio Marques e Roberto de Oliveira César Filho, que foram envolvidos em fatos com fortes indícios de atentado político – contemporaneidade, motivo e *modus operandi* –, cujo diagnóstico ainda exige apuração mais profunda. Depois, os atentados posteriores a 1988, cuja investigação detalhada extrapolaria a competência legal da Covemg.

Ataque ao *Pendulum*

No dia 26/01/1977, a porta principal da Boate *Playboy*, então situada na Rua Cláudio Manoel, nº 250, Belo Horizonte, foi arrombada de madrugada. Todos os equipamentos musicais da Banda *Pendulum*, que ali estavam guardados por causa de uma temporada contratada, acabaram atacados com ácido sulfúrico, com a destruição dos seguintes itens: seis microfones, um órgão Saima, dois teclados, um contrabaixo Hafner, uma bateria Ludwig, um piano Giannini, três caixas de som e câmaras de eco Binson, totalizando, na moeda de então, prejuízos superiores a 200 mil cruzeiros. O fato virou notícia do Jornal Estado de Minas.

Em depoimento à Covemg, Emanuel de Oliveira César narrou o episódio e as suas circunstâncias:

> [...] nós fomos contratados para acompanhar um grupo internacional, *The Platters*, americano, em uma casa de shows de Belo Horizonte, está reportado em Jornal. Neste momento, passado algum tempo, nós chegamos lá e vimos nosso equipamento todo danificado com ácido sulfúrico, porque não era um show único, era uma temporada. [...] Então, esse equipamento foi danificado, nós, sem saber por que, procuramos na época as autoridades competentes. [...] E [...] o Prata Neto nos aconselhou literalmente, falou: 'ó, meninos, façam o seguinte: comprem outro equipamento, se virem; saiam do meio em que vocês estão, porque vocês estão mexendo com pessoas que podem machucar vocês, mais cedo ou mais tarde' [...].[99]

Cerca de três meses depois, em abril de 1977, quando a mesma banda se apresentava no Largo de Baeta, localizado na Avenida João Pinheiro, nº 141, Belo Horizonte, o estabelecimento sofreu a invasão de policiais "armados, que subiram no palco e, na presença da plateia, destruíram todos os equipamentos".[100] O depoimento de Emanuel também se refere ao novo ataque:

> Era na João Pinheiro essa casa, ao lado do Detran, se não me engano, né. [...] o dono não acatou o pedido do delegado, aí ele veio armado com cães, com, aí já com.... eu não sei o nome de arma, nunca usei nenhuma, mas umas metralhadoras, umas coisas, subiram no palco e destruíram esse segundo equipamento nosso, né.[101]

Os músicos registraram a primeira ocorrência no cartório do 10º Distrito da metrópole. De imediato, precisavam de novos instrumentos e aparelhos. Como os autores da destruição ficaram impunes e o dono do estabelecimento se recusou a ressarcir o prejuízo, não sobrou alternativa à banda senão vender o próprio ônibus que usavam em viagens de trabalho. Foi o que fizeram. Todavia, os seus equipamentos recém-adquiridos foram depredados três meses depois, obrigando os jovens músicos a saírem de Minas Gerais.

Em depoimento, Emanuel apresenta uma versão acerca das possíveis motivações e autorias do crime:

> As provas são as seguintes: com relação ao material usado, ácido sulfúrico, quem usava isso era o pessoal da ditadura. Eles usavam. Ninguém tinha acesso a isso, não é?! [...] A gente só fazia aquilo, emprestava equipamento pra esses estudantes, para esses eventos contra a ditadura ou contra quem quer que seja, né, ou a favor, a gente fazia isso pela

> amizade, né, e pela falta desse equipamento, de empresas prestadoras de serviço naquele momento, que não existiam ainda. [...] Covemg: Hoje, anos depois, décadas depois, você atribuiria que motivação a essas depredações? [...] Emanuel César: "Ah, com certeza uma forma de inviabilizar esses eventos estudantis, porque sem o equipamento nosso, não teriam, não é? [...] Inviabilizar, tentar inviabilizar esses eventos, essas palestras, essas manifestações contra a ditadura. Com certeza"[102].

Ecos do terrorismo

Após a promulgação da Constituição Federal, em 1988, que alargou os direitos fundamentais e coletivos, houve uma segunda leva de atos terroristas: 16 eventos de 1991 a 1995 – em média, 3,2 por ano –, desta feita ligada, predominantemente, a desavenças e disputas ocorridas em razão de rivalidades entre alas internas a órgãos do Estado ou por razões individuais, mas com sentido político relevante, cujas motivações e autorias jamais foram adequadamente investigadas e permaneceram até hoje na obscuridade, como eco impune. O Jornal Hoje em Dia noticiou que a Polícia Civil considerava o detetive Geraldo Alcides Guimarães, vulgo Ganso, como suspeito.[103] Santos Moreira, então secretário de segurança pública do estado de Minas Gerais, afirmou serem, os terroristas, pessoas que haviam servido ao regime militar.[104]

O jornalista Luiz Carlos Bernardes analisa os acontecimentos:

> O governo vem investigando 40 policiais que pertencem a 4 grupos dentro da polícia. O primeiro é ligado à corrupção policial. O segundo é ligado ao uso de prestígio para negociatas. O terceiro é um grupo de ultradireita, nostálgico da ditadura militar. E o último grupo é de políticos profissionais ligados ao subterrâneo da polícia. O governo tem expectativas de conseguir provas rapidamente.[105]

Em 1995, a Câmara Municipal de Belo Horizonte instalou uma CPI "com a finalidade de apurar a responsabilidade pelos atentados a bomba que vêm ocorrendo em nossa cidade", cujo Relatório Final apresenta a lista dos fatos: primeiro atentado à Copasa, em 10/12/1991; segundo atentado à Copasa, em 10/12/1991; atentado no Edifício Central da Praça da Liberdade, em 12/12/1991; atentado na Escola Estadual Santos Dumont, em 19/12/1991; atentado no estacionamento do BH *Shopping,* em 20/02/1992; atentado em empresa de Autopeças, em 1º/04/1992; atentado na Escola Estadual Pedro II, em 29/08/1993; atentado no Fórum Lafayete, em 02/07/1994; atentado no *Shopping* Del Rey, em 07/07/1994;

atentado na Delegacia de Furtos e Roubos, em 10/05/1994; atentado no Cine Nazaré Liberdade, em 04/02/1995; atentado ao coronel da PM Felisberto Egg, em 12/02/1995; atentado à Casa dos Jornalistas em Belo Horizonte, em 10/03/1995; atentados aos Diários Associados, em 18/03/1995; atentado à OAB/MG, em 21/03/1995; atentado no Colégio Promove, em 1º/04/1995.[106]

9.9 Conclusões

Os atentados desenvolveram relações funcionais complementares com as atividades do aparato policial-militar do regime político, em âmbito nacional. Começaram no ano anterior à instauração aberta do terrorismo de Estado, como se o propusesse. Em Minas Gerais, concentraram-se de 1978 a 1980, contrastando com a rarefação verificada entre 1969 e 1977, quando suas demandas extremistas e antidemocráticas se encontravam integral e institucionalmente supridas pelas ações efetivadas pelos esquemas repressivos.

Os atentados se proliferaram em circunstâncias politicamente dúbias, correlações de forças instáveis e conjunturas desfavoráveis aos olhos dos grupos paramilitares de ultradireita, nas quais seus agentes vislumbraram mudanças que afetariam seus interesses e finalidades, assim como facilitariam o retorno dos Partidos e movimentos de esquerda à legalidade institucional e ao protagonismo político, isto é, o processo de transição do regime militar à república democrático-constitucional, nacionalmente e em Minas Gerais.

Os atentados adotaram alvos delineados e precisos, pois sempre focaram pessoas físicas e instituições engajadas ou relacionadas à luta pelas liberdades democráticas e pela melhoria nas condições de vida das classes populares, especialmente os indivíduos, as entidades da sociedade civil e os movimentos organizados que a extrema direita considerava comprometidos com a oposição ao regime militar ou de alguma forma próximos às forças de esquerda no espectro político mineiro.

Os atentados apresentaram uma teleologia típica, de vez que se nortearam pela meta de provocar o clima psicossocial e a conjuntura capazes de favorecer, desenvolver e radicalizar ainda mais a repressão estatal em Minas Gerais, para que o regime militar retomasse ao terrorismo de Estado, tentando reverter a decadência desse mecanismo autocrático de controle social e promover o seu retorno à vida política nacional, estadual e municipal;

Os atentados, em vez de meras ações isoladas, esporádicas e erráticas – sem objetivos precisos e maiores, assim como sem origem estável e definida –, possuíram características comuns, como a autoria de grupos clandestinos de extrema direita ou de máfias, a obediência a uma diretriz, a adoção da mesma forma orgânica, o exercício de procedimentos semelhantes, a obediência à lógica de sincronização planejada, a efetivação de operações com comando único, a existência de retaguarda segura e a certeza de impunidade.

Os atentados gozaram e se beneficiaram de uma convivência promíscua com os órgãos estatais na área da segurança pública e políticos de partidos conservadores, tal como fica explícito na estranha presença anterior de policiais em locais atingidos e na relação de alguns suspeitos com a estrutura do DOPS-MG, bem como a ausência das autoridades de então, quando convidadas, às CPIs organizadas na ALMG em 1980 e na Câmara Municipal de Belo Horizonte em 1995.

Os atentados nem sequer foram tratados como objeto de inquérito policial, apesar das frequentes solicitações dos atingidos às autoridades estaduais – inclusive a Francelino Pereira, então governador de Minas Gerais – e a despeito de sua tipicidade como crime de ação pública, que exigia a iniciativa dos órgãos competentes, exceto os 11 casos acolhidos para investigação, dos quais somente dois chegaram à conclusão, mesmo assim sem derivações que levassem ao coração do esquema e atingissem os principais responsáveis.

Os atentados caíram no esquecimento, sem investigações e punições à altura de sua gravidade, não por inexistirem condições técnicas e elementos materiais suficientes para se tomarem as providências e os encaminhamentos necessários, mas porque as autoridades – mesmo tendo à sua disposição recursos e aparatos nas esferas políticas, policiais, jurídicas e financeiras – optaram pela omissão, inclusive no que diz respeito à imprescindível proteção aos ameaçados, e pelo resguardo aos suspeitos, como articularam no episódio da mobilização governamental para abafar a CPI de 1980, instalada na ALMG;

Os atentados e as atitudes práticas das autoridades revelaram não apenas indícios acerca dos interesses inconfessáveis envolvidos nos círculos governamentais e de certa intimidade nos órgãos públicos com grupos paramilitares de extrema direita, como também a cumplicidade das autoridades maiores do Estado com o crime de terrorismo e suas consequências em Minas Gerais.

NOTAS

1. BRASIL. *Constituição da República Fedaerativa do Brasil de 1988*.
2. ALMG. Relatório Final e materiais anexos da CPI instaurada pela ALMG em 1980, para averiguar "denúncias de omissão e desinteresse do Governo Estadual na apuração de atos de terrorismo praticados contra pessoas e entidades do Estado de Minas Gerais". Belo Horizonte, ALMG, 1980.
3. ALMG. Relatório Final e materiais anexos da CPI das bombas, instaurada pela Câmara Municipal de Belo Horizonte em 1995, "com a finalidade de apurar a responsabilidade pelos atentados a bomba que vêm ocorrendo em nossa cidade". Belo Horizonte, Câmara Municipal, 1995.
4. ALMG. Relatório Final e materiais da CPI instaurada pela ALMG em 1998, para "apurar a destinação dos arquivos do Departamento de Ordem Pública e Social". Belo Horizonte, ALMG, 1998.
5. ALMG. Publicação lembrando 15 anos de encerramento da CPI instaurada em 1998 para "apurar a destinação dos arquivos do Departamento de Ordem Pública e Social". Belo Horizonte, ALMG, 2013.
6. GOULART, João Belchior Marques. *Discurso no comício da Central do Brasil,* em 13/03/1964. In: **http://www.institutojoaogoulart.org.br**
7. Essa periodização do regime militar se encontra proposta e justificada no ensaio ROCHA, Ronald. O golpe de 1964 e a transição restritiva. In: *Resistir Sempre – Ditadura Nunca Mais: 50 Anos do Golpe de 1964*. Belo Horizonte, Revista publicada pela ALMG, 2014, pp. 33 a 36.
8. **ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO MEMORIAL DA ANISTIA POLÍTICA DO BRASIL** *et al. Abaixo-assinado*. **Brasília, 2012, item 13.2.**
9. GOVERNO MÉDICI. Diretriz Presidencial de Segurança Interna. Brasília, setembro de 1970.
10. DECKES, Flávio. *Radiografia do Terrorismo no Brasil 66/80. São Paulo, Editora Ícone, 1985.*
11. ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. Democratização e direitos humanos: compartilhando experiências da América Latina. In: REÁTEGUI, Félix (org.). *Justiça de transição – Manual para a América Latina.* Brasília / Nova Iorque, Comissão de Anistia / Ministério da Justiça / Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011, pp. 28 e 29.
12. GRUPO DE ESTUDOS JUSTIÇAS DE TRANSIÇÃO LATINO-AMERICANA E CONSTITUCIONALISMO DEMOCRÁTICO. *Justiça de transição*. Belo Horizonte, ALMG, 2014, p. 12.
13. BAGGIO, Roberta Camineiro. Anistia e Reconhecimento: o processo de (dês)integração social da transição política brasileira. In: COMISSÃO DE ANISTIA, MINISTÉRIO DE JUSTIÇA, Brasil; CENTRO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS, UNIVERSIDADE DE OXFORD, REINO UNIDO. *A Anistia na Era da Responsabilização: o Brasil em Perspectiva Internacional e Comparada*. Brasília/ Oxford, Ministério da Justiça, Comissão de Anistia / Oxford University, 2013, pp. 260-261.
14. POMAR, Pedro Estevan da Rocha Pomar. *Massacre na Lapa – Como o Exército Liquidou o Comitê Central do PCdoB*. São Paulo, Editora Busca Vida Ltda., 1976.
15. MEYER, Emílio Peluso. A anistia após a Constituição de 1988: um conceito em disputa nos 50 anos do golpe. In: *Resistir Sempre – Ditadura Nunca Mais: 50 Anos do Golpe de 1964*. Belo Horizonte, ALMG, 2014, p. 38.
16. OLIVEIRA, Dante. *Proposta de Emenda Constitucional nº 5. Brasília,* 02/03/1983.
17. AZEVEDO, Débora Bithiah de; RABAT, Márcio Nuno. *Parlamento mutilado – Deputados federais cassados pela ditadura de 1964*. Brasília, Centro de Documentação e Informação / Edições Câmara, 2012.
18. MAGALHÃES, José Luiz Quadros. *Intervenção no ciclo de debates Resistir Sempre – Ditadura Nunca Mais: 50 Anos do Golpe de 1964*. ALMG. "Notas taquigráficas da 11ª Reunião Especial Ordinária na 17ª Legislatura". Belo Horizonte, ALMG, 1/4/2014, pp. 42-51.
19. GOVERNO CASTELO BRANCO. Ato Institucional nº 3. Brasília, 05/02/1966.
20. Em 06/07/1978, Ozanan Coelho, então vice-governador, assumiu o governo quando Aureliano Chaves se afastou do governo para concorrer, no Colégio Eleitoral, à Vice-Presidência da República na chapa do General João Baptista de Figueiredo. Ver: *Os governadores: história de Minas Gerais*. Jornal Hoje em Dia/ Governo de Minas Gerais; p. 215.
21. COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO RUBENS PAIVA. *Carta dos presos políticos do Barro Branco (São Paulo): a criação da memória coletiva*. São Paulo, Edição da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva, s/d, p. 9.
22. BERNARDES, Antônio Luiz. *Depoimento*. ALMG. Notas taquigráficas da 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura. Belo Horizonte, ALMG, 21/05/2014.
23. DÂNGELO, José Geraldo. *Depoimento*. ALMG. Notas taquigráficas da 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura. Belo Horizonte, ALMG, 21/05/2014, pp. 45-46.
24. NAZARÉ, Bia et al. *Dossiê SHOW MEDICINA 1965*. Belo Horizonte, 2011.
25. DÂNGELO, José Geraldo. *Depoimento*. ALMG. Notas taquigráficas da 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura. Belo horizonte, ALMG, 21/05/2014, pp. 45-46.
26. VIEIRA, César. *Correspondência eletrônica a Betinho Duarte*. Belo Horizonte, 28/09/2014.
27. ALMG. *Dossiê sobre os atentados terroristas cometidos em Belo Horizonte*. Anexo ao Relatório da CPI instalada em 1980, cit.
28. ALMG. *Dossiê sobre os atentados terroristas cometidos em Belo Horizonte*. Anexo ao Relatório da CPI instalada em 1980, cit..
29. ALMG. *Dossiê sobre os atentados terroristas cometidos em Belo Horizonte*. Anexo ao Relatório da CPI instalada em 1980, cit..
30. MELO, Washigton Tadeu de. *Depoimento*. ALMG. Relatório da CPI instalada em 1980, cit., fl. 1.
31. MELO, Washigton Tadeu de. *Depoimento*. ALMG. Relatório da CPI instalada em 1980, cit., fl. 1.
32. ALMG. *Dossiê sobre os atentados terroristas cometidos em Belo Horizonte*. Anexo ao Relatório da CPI instalada pela ALMG em 1980, cit..

33. ALMG. *Dossiê sobre os atentados terroristas cometidos em Belo Horizonte*. Anexo ao Relatório da CPI instalada pela ALMG em 1980, cit..
34. ALMG. *Dossiê sobre os atentados terroristas cometidos em Belo Horizonte*. Anexo ao Relatório da CPI instalada pela ALMG em 1980, cit..
35. GRECO, Helena. *Depoimento*. ALMG. Relatório da CPI instalada em 1980, cit., fl. 1.
36. GRECO, Helena. *Depoimento*. ALMG. Relatório da CPI instalada em 1980, cit., fl. 1.
37. ALMG. *Dossiê sobre os atentados terroristas cometidos em Belo Horizonte*. Anexo ao Relatório da CPI instalada pela ALMG em 1980, cit..
38. GRECO, Helena. *Depoimento*. ALMG. Relatório da CPI instalada em 1980, cit., fl. 1.
39. GRECO, Helena. *Depoimento*. ALMG. Relatório da CPI instalada em 1980, cit. fl. 1.
40. GRECO, Helena. *Depoimento*. ALMG. Relatório da CPI instalada em 1980, cit., fl. 2.
41. GRECO, Helena. *Depoimento*. ALMG. Relatório da CPI instalada em 1980, cit., fl. 2.
42. GUIMARÃES, Juarez Rocha. *Depoimento*. ALMG. Notas taquigráficas da 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17° Legislatura. Belo Horizonte, ALMG, 21/05/2014, pp. 11-12.
43. GUIMARÃES, Juarez Rocha. *Depoimento*. ALMG. Notas taquigráficas da 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17° Legislatura. Belo Horizonte, ALMG, 21/05/2014, pp. 11-12.
44. GUIMARÃES, Juarez Rocha. *Depoimento*. ALMG. Notas taquigráficas da 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17° Legislatura. Belo Horizonte, ALMG, 21/05/2014, pp. 12-14.
45. GUIMARÃES, Juarez Rocha. *Depoimento*. ALMG. Notas taquigráficas da 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17° Legislatura. Belo Horizonte, ALMG, 21/05/2014, pp. 12-14.
46. ALMG. *Dossiê sobre os atentados terroristas cometidos em Belo Horizonte*. Anexo ao Relatório da CPI instalada em 1980, cit..
47. ALMG. Notas taquigráficas da 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17° Legislatura. Belo Horizonte, ALMG, 21/05/2014, pp. 20-21.
48. ALMEIDA, Geraldo Magela. *Depoimento*. ALMG. "Relatório da CPI instalada pela ALMG em 1980", cit., fl. 01.
49. ALMG. Dossiê sobre os atentados terroristas cometidos em Belo Horizonte. Anexo ao Relatório da CPI instalada em 1980, cit..
50. JORNAL DOS BAIRROS. *Assalto*. Jornal dos Bairros, n° 67, 17/05/1979.
51. MARES GUIA, João Batista dos. *Depoimento*. ALMG. Relatório da CPI instalada pela ALMG em 1980, cit., fl. 1.
52. MARES GUIA, João Batista dos. *Depoimento*. ALMG. Relatório da CPI instalada pela ALMG em 1980, cit., pp. 2 e 3.
53. MARES GUIA, João Batista dos. *Depoimento*. ALMG. Relatório da CPI instalada pela ALMG em 1980, cit., pp. 2 e 3.
54. ALMG. Dossiê sobre os atentados terroristas cometidos em Belo Horizonte. Anexo ao Relatório da CPI instalada em 1980, cit..
55. ALMG. Relatório da CPI instalada pela ALMG em 1980, cit., fl.1.
56. ALMG. Relatório da CPI instalada em 1980, cit., fl.1.
57. GUIMARÃES, Juarez Rocha. *Depoimento*. ALMG. Notas taquigráficas da 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17° Legislatura. Belo Horizonte, ALMG, 21/05/2014, pp. 14-16.
58. GUIMARÃES, Juarez Rocha. *Depoimento*. ALMG. Notas taquigráficas da 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17° Legislatura. Belo Horizonte, ALMG, 21/05/2014, pp. 14-16.
59. ALMEIDA, Regina Maria Albino Andrade. *Depoimento*. ALMG. Notas taquigráficas da 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17° Legislatura. Belo horizonte, ALMG, 21/05/2014, pp. 42-43.
60. ALMG. Dossiê sobre os atentados terroristas cometidos em Belo Horizonte. Anexo ao Relatório da CPI instalada em 1980, cit...
61. VASCONCELOS, João Paulo Pires. *Depoimento*. ALMG. Relatório da CPI instalada em 1980, cit., fl. 1.
62. ALMG. Dossiê sobre os atentados terroristas cometidos em Belo Horizonte. Anexo ao Relatório da CPI instalada em 1980, cit..
63. ALMG. *Texto com Informações*. Anexo ao Relatório da CPI instalada em 1980, cit., fl. 1.
64. ALMG. *Texto com Informações*. Anexo ao Relatório da CPI instalada em 1980, cit., fl. 1.
65. VASCONCELOS, João Paulo Pires. *Depoimento*. ALMG. Relatório da CPI instalada em 1980, cit., fl. 2.
66. VASCONCELOS, João Paulo Pires. *Depoimento*. ALMG. Relatório da CPI instalada em 1980, cit., fl. 2.
67. ALMG. Dossiê sobre os atentados terroristas cometidos em Belo Horizonte. Anexo ao Relatório da CPI instalada em 1980, cit..
68. DUARTE, Betinho. *Depoimento*. ALMG. Notas taquigráficas da 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17° Legislatura. Belo Horizonte, ALMG, 21/05/2014, p. 42.
69. DUARTE, Betinho. *Depoimento*. Notas taquigráficas da 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17° Legislatura. Belo Horizonte, ALMG, 21/05/2014, p. 42.
70. ALMG. *Texto com Informações*. Anexo ao Relatório da CPI instalada em 1980, cit., fl. 1.
71. ALMG. *Texto com Informações*. Anexo ao Relatório da CPI instalada em 1980, cit., fl. 1.
72. ALMG. *Texto com Informações*. Anexo ao Relatório da CPI instalada em 1980, cit., fl. 2.
73. ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). *Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça: Inventário dos dossiês avulsos da série Movimentos Contestatórios*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2013 (2ª. ed.).

74. ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). *Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça: Inventário dos dossiês avulsos da série Movimentos Contestatórios*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2013 (2ª. edição), p. 64.

75. PACHECO, Elder. *Depoimento*. Notas taquigráficas da audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17° Legislatura. Belo Horizonte, ALMG, 27/08/2014, p. 92.

76. VASCONCELOS, João Paulo Pires. *Depoimento*. ALMG. Relatório da CPI instalada pela ALMG em 1980, cit., fl. 1 e 2.

77. VASCONCELOS, João Paulo Pires. *Depoimento*. Relatório da CPI instalada pela ALMG em 1980, fl. 1 e 2.

78. DUARTE, Betinho. *Depoimento*. ALMG. Notas taquigráficas da 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17° Legislatura. Belo horizonte, ALMG, 21/05/2014, p. 42.

79. DUARTE, Betinho. Declaração à assessoria da Covemg. Belo Horizonte, Covemg, 30/07/2014.

80. ESTADO DE MINAS. *Bomba na Assembleia: deputados exigem rigor nas investigações*. Belo Horizonte, 02/07/1983, pp. 1 e 3. DIÁRIO DE MINAS. *Assembleia sofre atentado à bomba e pede ao governo para apurar tudo*. Belo Horizonte, 02/07/1983, pp. 1-3.

81. ÂNGELO, Durval. *Intervenção inicial*. ALMG. Notas taquigráficas da 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17° Legislatura. Belo Horizonte, ALMG, 21/05/2014, p. 2.

82. DUARTE, Betinho. Declaração à assessoria da Covemg. Belo Horizonte, Covemg, 30/07/2014.

83. ESTADO DE MINAS. *Bomba na Assembleia: deputados exigem rigor nas investigações*. Belo Horizonte, 02/07/1983, p. 1.

84. CASTRO, Célio de. Discurso publicado no Diário da Assembleia Nacional Constituinte. Brasília, abril de 1987.

85. CASTRO, Célio de. Discurso publicado no Diário da Assembleia Nacional Constituinte. Brasília, abril de 1987.

86. CASTRO, Célio de. Discurso publicado no Diário da Assembleia Nacional Constituinte. Brasília, abril de 1987.

87. CPIs da ALMG e da Câmara Municipal de Belo Horizonte, cit..

88. DUARTE, Betinho. Ofício a Santos Moreira, Secretário de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, Câmara Municipal de Belo Horizonte, abril de 1995.

89. DUARTE, Betinho. Ofício a Santos Moreira, Secretário de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, Câmara Municipal de Belo Horizonte, abril de 1995.

90. TOURINHO, Mário Genival. Entrevista. Jornal Em Tempo. TOURINHO, Mário Genival. Depoimento. : ALMG. Notas taquigráficas da 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura. Belo Horizonte, ALMG, 21/05/2014.

91. MARES GUIA, João Batista dos. *Depoimento*. ALMG. Reunião de 04/09/1980 da CPI instalada em 1980, cit..

92. DUARTE, Betinho. Ofício a Santos Moreira, Secretário de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, Câmara Municipal de Belo Horizonte, abril de 1995.

93. TOURINHO, Mário Genival. *Depoimento*. ALMG. Notas taquigráficas da 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura. Belo Horizonte, ALMG, 21/05/2014.

94. DUARTE, Betinho. *Depoimento*. ALMG. Notas taquigráficas da 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura. Belo Horizonte, ALMG, 21/05/2014.

95. VIEIRA, César. Correspondência eletrônica a Betinho Duarte. Belo Horizonte, 28/09/2014.

96. DUARTE, Betinho. Ofício a Santos Moreira, Secretário de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, Câmara Municipal de Belo Horizonte, abril de 1995.

97. CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. Relatório Final CPI das Bombas, *cit*.. Belo Horizonte, Câmara Municipal, 1995.

98. TOURINHO, Mário Genival. *Depoimento*. ALMG. Notas taquigráficas da 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura. Belo Horizonte, ALMG, 21/05/2014.

99. OLIVEIRA CÉSAR, Emanuel de. Depoimento à Covemg em 30/03/2017. Belo Horizonte, Covemg, 2017.

100. DUARTE, Betinho (Coord.). *Estamos vivos. A volta será pior – O DNA do terrorismo de Direita em Minas Gerais*. Belo Horizonte, S/E, 2015, p. 20.

101. OLIVEIRA CÉSAR, Emanuel de. Depoimento à Covemg em 30/03/2017. Belo Horizonte, Covemg, 2017.

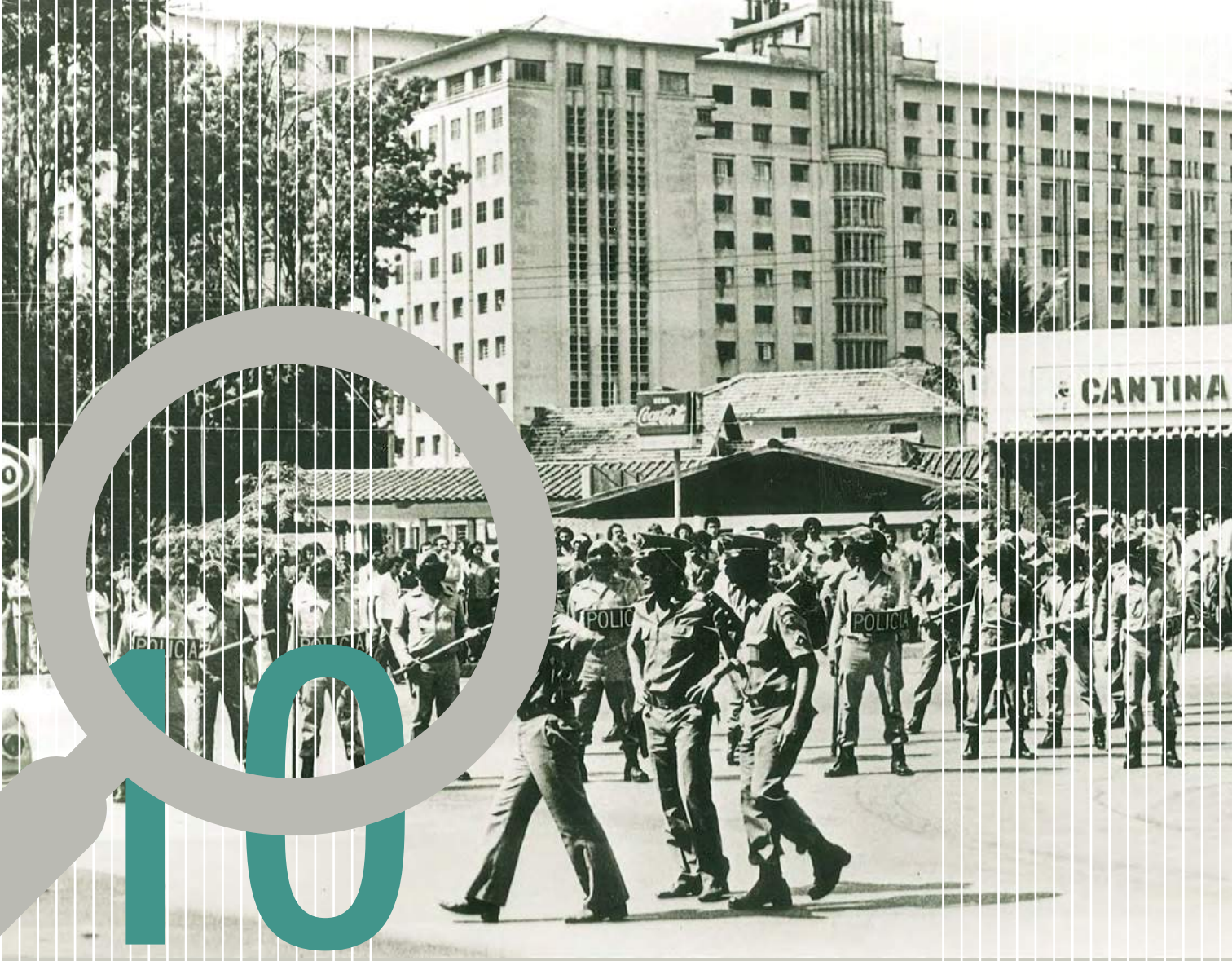
102. OLIVEIRA CÉSAR, Emanuel de. Depoimento à Covemg em 30/03/2017. Belo Horizonte, Covemg, 2017.

103. JORNAL HOJE EM DIA. Belo Horizonte, 19/03/1995.

104. JORNAL ESTADO DE MINAS. Policiais-terroristas serviram à ditadura militar. Belo Horizonte, 15/03/1995. (espaçamento)

105. BERNARDES, Luiz Carlos. Programa Jornal da Rede Cidade. Belo Horizonte, TV Bandeirantes, 21/03/1995.

106. CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. *Relatório Final CPI das Bombas*, cit.. Belo Horizonte, Câmara Municipal, 1995.



10

VOLTAR AO SUMÁRIO

CENSURA AOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA DE BELO HORIZONTE, AOS ESPETÁCULOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS E AOS INTÉRPRETES

Coordenação: Maria Céres Pimenta Spínola Castro
Redação: Claudia Graça da Fonseca
Jaana Braz Rodrigues
Vanessa Padrão de Vasconcelos Paiva
Colaboradores: Celso Gomes Travassos
Emily Jaine Nunes Guimarães
José Alexandre Salles
Larissa Fernandes Ribeiro Assis

10.1 Introdução

> A liberdade de imprensa foi assegurada aos brasileiros em 28 de agosto de 1821, assinada por D. Pedro I. Cento e cinquenta e um anos depois, precisamente no dia 6 de setembro de 1972, o decreto de D. Pedro foi censurado pelo Departamento de Polícia Federal, com a seguinte ordem a todos os jornais do País: "Está proibida a publicação do decreto de D. Pedro I, datado do século passado, abolindo a censura no Brasil. Também está proibido qualquer comentário a respeito". A proibição de se referir, nos meios de comunicação de massa, ao ato de D. Pedro revela a orientação da Censura. Protegida pela própria censura, ela não hesitava em fazer proibições ridículas, segura de que elas não chegariam ao conhecimento público (SOARES, 1989).[1]

Os direitos humanos de primeira geração (direitos civis e políticos) são aqueles cuja função é a garantia da pessoa frente ao poder do Estado. São chamados direitos negativos, porque, para serem efetivados, o Estado não deve invadir a esfera da autonomia e da liberdade do indivíduo. São exemplos de direitos de primeira geração: o direito à vida, à integridade física da pessoa, à propriedade; às liberdades de manifestação do pensamento, de opinião, de reunião, de imprensa e religiosa; os direitos de participação política, o direito ao voto e o direito de ser votado dentro de um regime democrático, além de muitos outros.

A censura aos meios de comunicação – jornais, revistas, emissoras de rádio e de televisão – ou aos espetáculos artísticos e culturais, aos intérpretes de tais espetáculos, configura uma ofensa aos direitos fundamentais dos cidadãos, pelo impedimento, seja ao conhecimento do que acontece na vida do País, seja pela impossibilidade de manifestação sobre tais acontecimentos.

Trata-se, pois, de uma ação em dois âmbitos: a censura que incide sobre questões políticas e a censura voltada para os "costumes". De maneira ampla, pode-se dizer que, no período militar, a grande questão que provocou diferentes formas de censura foi aquela de natureza político-ideológica. As manifestações culturais e artísticas, ou seja, os "costumes", que já eram censurados continuamente, tiveram, naquele período, o acréscimo de um olhar censor focado, também, no teor político desses espetáculos. Um exemplo disso são as músicas, as peças de teatro e tantas outras manifestações culturais censuradas.

É preciso assinalar que os eventos relatados incidem sobre a censura aos meios de comunicação ocorridos em Belo Horizonte, havendo também uma série de

fatos relativos à perseguição a jornalistas por motivos políticos. Entretanto, dados os limites para a investigação sobre este tema, optou-se por trabalhar tão somente os eventos censórios, sendo que aquelas perseguições devem ser investigadas em outra oportunidade, conforme recomendação apresentada.

Para uma definição inicial do termo "censura", tomou-se como base o Dicionário da Língua Portuguesa, de Antônio HOUAISS (2011), definição recorrente em grande parte dos estudos sobre o tema:

> a censura é o exame a que são submetidos trabalhos de cunho artístico ou informativo, [...] com base em critérios de caráter moral ou político, para decidir sobre a conveniência de serem ou não liberados para apresentação ou exibição ao público em geral.

Nessa primeira parte desta investigação, propõe-se identificar os principais acontecimentos registrados como atos de censura aos meios de comunicação, em Belo Horizonte. Inicialmente, havia a intenção de trabalhar com os veículos de comunicação – jornais, revistas, emissoras de rádio e de televisão – nas cidades polo de Minas Gerais. Entretanto, tendo em vista o fato de que as condições adequadas de pesquisa e investigação para uma tarefa deste porte só foram conseguidas a partir de janeiro de 2017, decidiu-se limitar o trabalho aos meios de comunicação de massa (MCM) de Belo Horizonte, incluindo-se aí as sucursais de veículos comunicacionais do Rio de Janeiro e de São Paulo instaladas na capital mineira.

Certamente, o primeiro passo para a realização desta tarefa foi procurar indicações e subsídios para o tratamento do tema na bibliografia relativa aos meios de comunicação de massa e ações da censura no período definido pela Comissão da Verdade em Minas Gerais - Covemg.

Ainda que os estudos sobre este tema sejam muitos e de muita qualidade e relevância para a compreensão de sua importância, do significado que esta medida trouxe para o escamoteamento das ações de repressão política no período da ditadura militar (1964-1985) e para a manutenção do sigilo político sobre as reações da sociedade contra o sistema político-militar prevalecente, verificou-se que os estudos sobre tais práticas em Minas Gerais foram muito poucos, como se verá à frente.

Entretanto, mesmo com estas dificuldades, procurou-se trabalhar as fontes bibliográficas, de forma a compreender como os meios de comunicação de massa

se organizavam na cidade e como eles se comportaram no período da ditadura militar, em relação às ações da censura do regime.

Além disso, buscou-se fazer pesquisas nos arquivos públicos de Belo Horizonte, procurando identificar, nos jornais e revistas publicadas no período e disponíveis naqueles arquivos, eventos, situações, notícias ou mesmo indicações da atuação da censura realizada no período. Dentre as fontes encontradas destaca-se um documento – reproduzido e analisado mais à frente – denominado "Manual de Instruções", expedido pela Infantaria Divisionária da 4ª Região Militar (ID-4), indicando de forma definitiva os assuntos que não poderiam ser tratados nos meios de comunicação.

É preciso destacar a importância que, naquele período – 1964/1985 – os meios de comunicação de massa (veículos impressos, radiofônicos e televisivos) tinham para a informação aos cidadãos sobre os fatos e acontecimentos que apresentavam relevância e, muitas vezes, interferência significativa na sua vida cotidiana, mas que eram distanciados social e geograficamente do ambiente desta mesma vivência. Diferentemente do que acontece hoje, quando boa parte da sociedade se informa e se manifesta por meio das chamadas "redes sociais" surgidas a partir do desenvolvimento e da centralidade que o fenômeno da informação digital passou a ter no cotidiano da vida social. Assim, censurar os meios impressos, radiofônicos e televisivos, naquela época, significava, realmente, impedir que os cidadãos tivessem conhecimento de fatos, eventos, medidas que não interessavam à ditadura militar que fossem divulgados.[2] Assim, tomou-se o cuidado, na investigação realizada, de caracterizar os veículos de comunicação existentes em BH, indicando a sua importância para a difusão de informação sobre o cotidiano da vida social.

Após a pesquisa bibliográfica e documental, foram identificados profissionais de imprensa que atuaram naquela época e que poderiam relatar fatos e eventos censórios acontecidos em Belo Horizonte, o que foi feito por meio de Audiência Pública, realizada em 23/03/2017, e de oitivas individuais com jornalistas que tiveram papel destacado naquele período, em diferentes veículos de comunicação da cidade.

A segunda parte da investigação debruçou-se sobre a censura, em Belo Horizonte, aos espetáculos artísticos e culturais e aos intérpretes. Desde a década de 1940, já existia toda uma legislação a respeito, que se aplicava às diversões públicas e se referia aos preceitos da garantia "da moral e dos costumes", com a promulgação do Decreto-Lei nº 1077, além das peças de teatro e filmes, os

programas de televisão e de rádio, livros e revistas passaram a ser censurados antes de serem divulgados.

> Isso pode ser corroborado pelo fato de que os capítulos de novelas para a TV e o rádio passaram a ser censurados depois do decreto. Mas a censura prévia das diversões públicas sempre existiu, sendo inteiramente admitida pelo regime militar, que persistiu usando o formato instituído em 1946, apenas fazendo adaptações, como as que o Decreto-Lei nº 1.077 discriminava, isto é, o controle da TV (que não existia em 1946) e das revistas e livros que se multiplicavam na época abordando questões comportamentais (sexo, drogas, etc.) e que, na ótica que vigorava, afrontavam os "bons costumes". O Decreto-lei falava em "publicações", mas isso não incluía a censura de temas estritamente políticos nos órgãos de imprensa.[3]

Entretanto, como este processo de censura já foi bastante descrito na bibliografia pertinente, foi decidido que ele não seria investigado, mas seria apenas relatado conforme expresso na bibliografia. A investigação feita abordou tão somente os eventos ocorridos em espetáculos já liberados pela censura e que sofreram intervenções violentas durante sua execução, seja por agentes do Estado ou por grupos não identificados que agiam naquele período.

10.2 Censura à imprensa de Belo Horizonte

A censura não é um tema fácil de ser documentado, pois a marca que ela deixa na memória daqueles que viveram um período de exceção é a da ausência. O exercício da censura é o que impede que determinado fato, acontecimento, opinião ou ideia deixe de ser comunicado informado, debatido. De início, para realizar a documentação da censura política que aconteceu em Minas Gerais e violou o direito dos cidadãos mineiros de receberem informações e de se expressarem, surgiu uma situação que parece paradoxal: a de documentar a ausência. Como colher provas materiais de algo que não aconteceu? Ou seja, como documentar o trabalho jornalístico que deixou de ser realizado; a matéria que não foi publicada ou veiculada, o tema que não foi apresentado ou discutido?

A estratégia inicial foi a de buscar respostas na bibliografia e nos arquivos - públicos ou privados - tarefa que não se mostrou fácil. Existe uma bibliografia expressiva sobre a censura no período da ditadura militar no Brasil, mas ela trata

principalmente de jornais e emissoras de rádio e televisão de expressão nacional. Os estudos mais exaustivos sobre a questão se voltaram para a imprensa localizada no eixo Rio-São Paulo. A bibliografia que aborda os meios de comunicação no estado de Minas Gerais, no período, não se dedicou a estudar de forma específica a questão da censura nos veículos mineiros. Também é importante destacar que a Comissão Nacional da Verdade, cujo trabalho é referência importante, não tinha em sua estrutura um grupo de trabalho exclusivamente dedicado à temática da censura.

Uma segunda estratégia foi o recurso à memória dos profissionais de comunicação que militavam nos meios de comunicação mineiros, no período. As primeiras conversas exploratórias com alguns desses jornalistas foram marcadas pela imprecisão em relação à ação da censura nas principais redações. Naqueles contatos, os fatos narrados vieram acompanhados de considerações acerca do que foi chamado por esses jornalistas de "autocensura". Quando pedida uma explicação sobre o que seria essa autocensura, as definições eram: poderia ser o cerceamento do trabalho do repórter/jornalista a partir do controle exercido dentro da hierarquia do veículo por editores, diretores e proprietários; poderia também ser o exercício da censura autoimposto pelo profissional que já havia incorporado à sua rotina o conhecimento de assuntos, personagens e até palavras que eram consideradas subversivas e que, portanto, estavam banidas das publicações de maneira bem-marcada e definida.

Os depoimentos iniciais deixaram entrever momentos distintos da atuação da censura nos jornais e emissoras de Minas, confirmando, assim, a periodização apontada nos estudos de autores como Kucinski (2002) ou Samways (2008). Nesse sentido, existiria uma primeira fase, menos organizada, que vai de 1964 até a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5)[4], em 13/12/1968, data a partir da qual a censura a esses meios se institucionaliza. Para Kucinski (2002 p.534), a censura aos jornais, durante o período inicial da ditadura militar, era "aplicada de modo pontual e desprovida de regras claras". Isso trazia para as empresas jornalísticas grande insegurança e, em especial, o medo dos prejuízos que a interferência no processo de produção do jornal ou mesmo o confisco de uma edição poderiam acarretar.

Nos primeiros anos da ditadura, a censura não foi tão rígida.[5] É possível identificar filmes censurados, jornalistas presos, mas não se tratava de algo tão sistemático e a censura não possuía o poder que ganhou nos anos seguintes. Assim, nos quatro primeiros anos da ditadura militar, a censura buscava impedir que os veículos de comunicação divulgassem informações que comprometessem a ação do novo governo.

> Para manter sua boa imagem e impedir que "influências negativas" chegassem à população era necessário aumentar o controle à imprensa [...], pois [isso] impedia que grande parte da população soubesse dos atos repressivos, autoritários e violentos por parte do governo.[6]

A partir da promulgação do AI-5, em 1968, pelo presidente Costa e Silva, instala-se o período mais contundente da repressão militar e intensifica-se a censura aos meios de comunicação e, não era incomum, a presença de censores nas redações. As pautas passavam pelo crivo da censura antes de serem publicadas, ficando as redações submetidas a inspeções periódicas. O órgão responsável por esse tipo de censura era a Comissão Nacional de Telecomunicações (CONTEL) que, criada pela Lei nº 4.117, de 1962, foi modificada pelo Decreto-Lei nº 236, de 1967. Esse órgão ficava sob a coordenação do Serviço Nacional de Informações (SNI) e do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS).

Segundo esses primeiros depoimentos, a censura em Minas se materializou, em alguns momentos, na presença de censores, civis ou militares, nas redações. Eles eram encarregados de ler o que seria publicado, sugerir modificações e proibir conteúdos, chegando, em última instância, a parar as máquinas de impressão e inutilizar o que já havia sido impresso, considerado polêmico ou contrário à ordem vigente. Também houve relatos de documentos, listas, bilhetes, telefonemas e "telegramazinhos" que traziam as proibições do dia e que chegavam às redações de alguma maneira, que não foi identificada.

Esses documentos, em sua maioria, não foram guardados e sua recuperação, como provas materiais do acontecido nas redações dos veículos de comunicação em Minas Gerais, mostrou-se tarefa árdua. Por um lado, verifica-se a imprecisão da memória, depois de tanto tempo transcorrido e, por outro lado, esses indícios materiais da ação da censura não se encontram disponíveis, em arquivos públicos ou pessoais. A preocupação em preservar a memória da censura deste período aconteceu somente *a posteriori*.

Em seu livro, "Veja sob Censura: 1968 a 1976", Maria Fernanda Lopes conta que:

> [...] muitos documentos censurados não foram colocados no arquivo do Dedoc. A preocupação em preservá-los ocorreu somente a partir de 20/02/1974, terminando com a ed. de 404, de 02/06/1976, a última que passou pelas mãos do censor. [..] Quanto às edições do período anterior (1968-73), somente duas matérias censuradas encontram-se no arquivo.[7]

No momento inicial da pesquisa, uma das poucas provas materiais a que se teve acesso foi o exemplar de uma entrevista com o ex-vice-presidente da República Pedro Aleixo, realizada pelo jornalista Carlos Lindenberg, que trabalhava na sucursal da Revista Veja, em Belo Horizonte. A entrevista, feita para as páginas amarelas da Veja, teve sua publicação proibida e seu exemplar com o carimbo do censor foi enviado pelo editor, Mino Carta, a uma pessoa que, recentemente, encaminhou-a ao jornalista em questão. Outra prova material desse tipo foi um exemplar da Revista *Circus*, com as páginas carimbadas pela censura.



Figura 1: Revista Circus de 1975, com carimbos da Censura Federal. Fonte: Arquivo Covemg

O trabalho de Flávio de Almeida "Jornais e Jornalistas mineiros: a censura a partir da vigência do AI5" é um dos poucos trabalhos acadêmicos que se dedica a examinar, especificamente, a questão da censura política aos meios de comunicação em Minas Gerais, no período da ditadura militar, de 1964 a 1985. Conforme o autor,

> [a] censura política em São Paulo e no Rio de Janeiro decorrente do AI-5 vem sendo investigada desde o final dos anos 1970 e já conta com um conjunto de trabalhos densos sobre as complexas relações entre Estado e Imprensa durante o regime militar. Entretanto, há poucos estudos específicos sobre a censura à imprensa de Belo Horizonte, embora a elite mineira tenha sido uma das mais ativas apoiadoras do golpe militar de 1964, fornecendo também quadros políticos que ajudaram na sustentação do regime.[8]

Ainda segundo Almeida, existem trabalhos que abordam a imprensa mineira no período que interessa a este relatório, mas eles não analisam a questão da censura.[9] Assim, a monografia de Almeida foi - ao lado da pesquisa documental realizada pela Comissão da Verdade em Minas Gerais – Covemg, na Hemeroteca da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, no Arquivo Público Mineiro

(APM) e no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH) - ponto de partida para este trabalho.

Nesse contexto, a Covemg estabeleceu que o levantamento de informações deveria ser feito a partir de três fontes básicas: bibliografia acadêmica ou jornalística; legislação, documentos e acervos pertinentes; e depoimentos com pessoas envolvidas. Após o estudo exploratório da bibliografia disponível, dos acervos documentais e, ainda, de contatos com profissionais da área, foi constituído um conjunto de evidências sobre eventos, nomes de profissionais e de veículos que teriam sofrido algum tipo de violação. De posse desses dados, foi possível caracterizar os veículos existentes no período de interesse da pesquisa e agrupar as ocorrências de violação dos direitos à informação e à opinião, além de identificar os profissionais envolvidos.

A pesquisa demonstrou que a censura durante o regime militar foi institucionalizada e exercida de forma cotidiana nas redações mineiras e que, para assegurar o conhecimento dos fatos e das violações acontecidas no período, seria necessário conhecer não apenas os acontecimentos isolados e comprová-los, mas também entender e reconstituir o modo de atuação da censura e a forma como ela impediu que o direito à informação e expressão dos jornalistas e de seus leitores e ouvintes fosse exercido plenamente.

A documentação de alguns acontecimentos - como a matéria censurada na Revista Veja e o exemplar carimbado da Revista *Circus* - é importante, mas não traduz, por si só, uma prática que se fez contínua e abrangente, durante longo período. Seria, portanto, mais esclarecedor investigar indícios de um *modus operandi* da censura no período, acerca do qual fosse possível recolher documentação e testemunhos. A tarefa de pesquisa não deveria se deter na comprovação de casos isolados, apesar de reconhecer a sua exemplaridade, mas se dedicar a conhecer e documentar esse *modus operandi*.

Dada a distância temporal e a precariedade das provas materiais, concluiu-se que a estratégia mais adequada seria privilegiar as provas testemunhais obtidas por meio de oitivas e de uma audiência pública realizada com jornalistas mineiros que vivenciaram o período da censura. Para realizá-las sem centrar as discussões em acontecimentos específicos, mas, sim, num modo mais geral de funcionamento, foram definidos quatro grupos temáticos capazes de propiciar uma discussão mais abrangente sobre os atos de violação ao direito de expressão e informação ocorridos, formados a partir de indícios de acontecimentos coletados nas fases iniciais da pesquisa:

a) O funcionamento ou o *modus operandi* da censura

Conforme relato de diferentes profissionais e estudiosos, a censura à mídia operou de diferentes formas, seja em relação aos veículos, seja em relação aos períodos da ditadura. A inclusão desse item pautou-se em algumas evidências, dentre as quais destacamos o envio do "Manual de Instruções", pela Infantaria Divisionária da 4ª Região Militar (ID-4)[10], às redações dos órgãos de imprensa, com o objetivo de definir assuntos que não poderiam ser noticiados pela mídia.

Outra questão incluída refere-se à existência de encontros periódicos, em Minas Gerais, entre os dirigentes de jornais e a cúpula militar, nos quais eram discutidos assuntos ligados à proibição de temas na imprensa. Esses encontros são mencionados no trabalho de Almeida e também registrados no Jornal O Diário.[11]

Para discussão dos itens referentes ao *modus operandi* da censura, foram convidados a participar de audiência pública, realizada pela Covemg, em março de 2017, os jornalistas Aloísio Morais, Carlos Lindenberg, Manoel Marcos Guimarães, Mírian Chrystus, Nilmário Miranda, Vilma Fazito e Washington Mello. Foram, ainda, realizadas oitivas com os jornalistas Fábio Martins, Dídimo Paiva, José Maria Rabelo e Guy de Almeida.

b) Eventos isolados

Nos depoimentos dos jornalistas, foram citados alguns eventos exemplares de censura e de violações dos direitos desses profissionais, que permitem ao leitor entrar em contato com o cotidiano vivido em tempos de exceção. Mais do que o conhecimento dos fatos, essas narrativas evocam um sentimento próprio de uma época, em que pairava no ar uma ameaça que tornava o exercício da profissão cheio de riscos.

c) O surgimento dos alternativos em Belo Horizonte: o Jornal Binômio e demais iniciativas, posteriores a 1964

Ações de violação aos direitos à informação e à opinião começaram a aparecer antes de 1964 e, mesmo nessa época, profissionais da mídia buscaram "driblar" essa situação, construindo "alternativas" aos jornais existentes, crian-

do, assim, uma nova concepção de imprensa, menos submetida aos interesses dos grupos políticos e econômicos. Para a Covemg, foi fundamental identificar a construção dessas alternativas como forma de resistência às ações de violação dos direitos à informação e à opinião - o que evidencia uma censura de natureza política, que ainda não estava configurada em leis e outros aparatos jurídico-legais, mas que já era exercida.

Dessa forma, a abordagem do tema buscou focar o modo como surgiram os jornais alternativos; que tipo de objetivo perseguia e que tipo de violações sofreram. Foram incluídos na audiência pública os depoimentos do jornalista Nilmário Miranda, para falar da experiência do Jornal dos Bairros; Aloísio Morais e Mírian Chrystus, pela experiência do Jornal De Fato. Foi realizada uma oitiva com o jornalista José Maria Rabelo, responsável pela criação do Jornal Binômio. Neste grupo foram incluídas, também, as provas documentais sobre a censura à Revista *Circus*.

d) Suplemento Literário

O Suplemento Literário do Minas Gerais (Diário Oficial do Estado) foi abordado em um item à parte na pesquisa, por se tratar de uma experiência de relevância singular, com características próprias, que teve grande importância na formação de uma geração de literatos e artistas e que, no período da ditadura, sofreu com o afastamento de alguns de seus colaboradores.

A publicação sobreviveu às adversidades, tornando-se espaço de reunião e de divulgação do trabalho literário e artístico de jornalistas, escritores, poetas e artistas plásticos. Pelo menos em dois momentos de sua existência, o Suplemento sofreu a ação da censura: em 1973, teve uma edição "mutilada" pela censura e, em 1975, uma edição retirada das máquinas de impressão e impedida de circular. Este episódio provocou o pedido de demissão do jornalista Wander Pirolli, que então dirigia a publicação.

10.3 A Comunicação em Minas

É importante assinalar que esta pesquisa enfocou prioritariamente o jornalismo impresso, deixando de aprofundar em outras formas comunicativas de expressão,

também significativas no período, como o rádio e a televisão. Ocorre que a maioria das evidências de atos de censura aos MCM ocorridos em Minas, que aparecem na bibliografia e nos documentos estudados, refere-se ao exercício do jornalismo impresso. No entanto, independentemente dessa supremacia de dados, buscou-se uma contextualização ampla dos MCM em Belo Horizonte no período estudado.

A presença de censores nas sucursais, tanto da imprensa escrita quanto da radiofônica e televisiva, ocorre, em especial, a partir da década de 1970 e, ainda que de forma pouco aprofundada, também será registrada neste documento, apenas para indicar a necessidade de pesquisas posteriores.

Os impressos

Inicialmente, é importante assinalar a importância da imprensa escrita na configuração da sociedade mineira e sua presença em diferentes momentos da história, especialmente da história política. Dados mais gerais sobre a imprensa em Minas Gerais mostram características, tanto de cobertura quanto de alcance, prioritariamente regionalizadas. Os principais títulos circularam, sobretudo na capital, mas existiram jornais no interior de Minas com importância significativa para a região e mesmo para o estado.

A atividade jornalística em Minas Gerais, tardia em relação aos demais estados, ganhou algum incremento a partir da década de 1930, quando uma industrialização, ainda incipiente, amplia um pouco o mercado publicitário. A soberania do Jornal Estado de Minas (1928) é confrontada pelo aparecimento de novos impressos: Folha de Minas (1934), Diário da Tarde (1931), Diário do Comércio (1931), O Debate (1934), O Diário (1935) e o Diário de Minas (1949).[12]

No entanto, esse incremento não chega a ancorar uma imprensa mais moderna, com retornos econômicos significativos. Os veículos impressos de Minas Gerais são marcados

> [...] pelo interesse partidário, panfletário, de debate ideológico, não apresentando ainda as características modernas da produção jornalística, na forma de uma atividade capaz de gerar retornos significativos ao investimento econômico.[13]

Mesmo nessas condições, a capital mineira consegue manter os jornais existentes e criar outros títulos, ampliando o parque gráfico e iniciando um processo

de modernização, ainda que precário, nas décadas de 1950 e 1960. Entretanto, é preciso ressaltar que muitas publicações significativas e com repercussão nacional não conseguiram sobreviver às crises dos anos 1960.

Durante a ditadura militar (1964 a 1985), aparecem outros títulos e a imprensa de Minas Gerais se concentra nos jornais da capital, nos jornais alternativos e nas sucursais dos grandes jornais e revistas do País. Uma das questões que se evidencia nas discussões sobre a imprensa mineira do período é a sua dependência da publicidade governamental. A escassez de verbas publicitárias vindas dos setores empresariais, bancários e de serviços mantinha os meios de comunicação atrelados aos governos e às empresas estatais.

No final da década de 1970, esse quadro se altera com o crescimento econômico, em especial o imobiliário, vivido na capital mineira, criando-se novas alternativas de financiamento. No entanto,

> esse fato não foi capaz de anular ou neutralizar a subordinação da imprensa mineira aos interesses políticos dominantes, do Estado, produzidos pela convergência entre os interesses do regime militar e as necessidades de crescimento e expansão das empresas de comunicação existentes.[14]

Nessa fase, assiste-se, a um só tempo, à modernização da imprensa e seu atrelamento a um modelo que se pretende objetivo, factual, orientado por um novo estilo jornalístico. A necessária modernização tecnológica e a falta de condições de implementá-la tiram grande parte dos periódicos do estado de circulação e abrem espaço para a absorção de uma imprensa que se pretendia nacional. Jornais tradicionais do Rio de Janeiro e de São Paulo alcançam outros estados e criam sucursais, permitindo a disputa de fatias significativas da publicidade.

> [...] numa estratégia empresarial bem-sucedida, as sucursais desempenham um importante papel na consolidação das agências noticiosas vinculadas àqueles diários e que passam a fornecer aos veículos locais, com menor custo e maior agilidade, informações dos fatos ocorridos nos diversos pontos do território nacional.[15]

A presença das sucursais (jornais e revistas) na capital mineira altera as características do fazer jornalístico local, tornando-o mais moderno e, ao mesmo tempo, dificultando o crescimento das publicações locais.

Entre as revistas semanais existentes em Belo Horizonte, destaca-se a Alterosa (1939-1964), que passou por dois períodos distintos: inicialmente foi uma revista feminina e, posteriormente, um periódico com características informativas, mas de interesse político do grupo de Magalhães Pinto, objetivando lançar sua candidatura à presidência da República.[16] O golpe militar de 1964 inviabiliza essa possibilidade, e a publicação deixa de existir.

Depois de 1964, as revistas informativas também inauguram uma nova forma de jornalismo, mais abrangente e de âmbito nacional. A Revista Veja, da Editora Abril, uma das primeiras a circular nacionalmente, teve sua primeira edição em 11/09/1968 e, já no final desse ano, a edição de nº 15 (dezembro de 1968) foi recolhida das bancas por agentes do regime. A partir de então, todas as edições eram submetidas ao crivo da censura[17], sendo muitos de seus textos cortados ou mutilados - o que exigia substituições ou utilização de outros recursos que pudessem sinalizar aos leitores que, ali, algo havia sido cortado.

Ainda dentro dos periódicos/imprensa escrita, é importante analisar o papel desempenhado pela imprensa alternativa. Esta apresentou diferentes características durante o período militar e seus projetos e motivações variavam, mantendo, como ponto comum, o protagonismo da articulação com a sociedade civil. Em Belo Horizonte, destacam-se algumas experiências - a primeira delas anterior a 1964 (O Binômio) e duas outras, da década de 1970 (De Fato e Jornal dos Bairros) - todas de grande importância no cenário da imprensa:

> A rigor essas experiências significaram mais: representaram para muitos de seus participantes e para uma boa parte de seus leitores um espaço de participação com algum grau de autonomia e, certamente, uma possibilidade de crítica aos mecanismos de repressão, à própria sociedade e às suas normas e regras autoritárias.[18]

O Rádio

Outro veículo de comunicação que, desde seu início, teve uma presença muito grande na vida política do País é o Rádio. A primeira transmissão radiofônica ocorreu em 1922, com a transmissão de um discurso do então presidente do Brasil Epitácio Pessoa. Em 1923, é inaugurada a primeira emissora, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. No entanto, o rádio começa a ganhar espaço somente em 1932, quando Getúlio Vargas autoriza sua utilização como veículo de publicidade.[19] Isso atrai recursos para as emissoras, o que determina grandes mudanças no veículo. Primeiro, os setores econômicos descobrem o potencial do rádio e, logo, a classe política encontra ali um aliado na divulgação de ideias.

O jornalismo no rádio ganha espaço significativo, pois, ainda na década de 1940, é editado o Repórter Esso, pela Rádio Nacional, que ficou no ar por 27 anos. A utilização que Getúlio Vargas fez do rádio é bem conhecida.[20] Juscelino Kubitschek foi outro presidente que utilizou bastante o veículo. Leonel Brizola criou a Rede Radiofônica da Legalidade em agosto de 1961 com o objetivo de fazer chegar aos diferentes cantos do País a defesa dos princípios democráticos então ameaçados. Rubens Paiva também fez uso do veículo para tentar mobilizar a população contra o golpe de 1964. De seu lado, os governos militares souberam, também, utilizar o rádio, aproveitando sua grande penetração, para fazer propagandas ufanistas.[21]

Grande parte das emissoras de Rádio e os demais veículos de comunicação em todo o Brasil vivenciaram uma duplicidade de papéis. Em muitos momentos, criaram e ocuparam espaços de combate à ditadura, quando se tornavam foco da censura e, em outros momentos, apoiaram e abriram espaço de defesa para a consolidação do golpe militar. Emissoras de Rádio enfrentaram a censura dentro das redações e até mesmo o corte de microfones durante a apresentação dos programas.

> Durante o regime militar a capacidade de comunicação do rádio tornou-se assunto de suma importância e a mídia sofreu por causa disso. A primeira vítima do regime foi a Mayrink Veiga, que ficou fora do ar por três semanas. Durante esse período todos os funcionários foram investigados por um Inquérito Policial Militar. Quando voltou à operação normal, a rádio mudou sua postura política, tendo a volta de Carlos Lacerda, agora para defender o regime militar. [22]

O Movimento de Educação de Base (MEB), lançado em 1960, pela Igreja Católica, usava o rádio como seu principal veículo, tendo conseguido atingir quase todo o País. Chegou a contar com 25 emissoras e 54 sistemas de retransmissão, antes de 1964. Em 1965, o governo militar tirou todo o apoio ao MEB, fechando a maioria das emissoras educativas.[23]

Em Minas Gerais, a primeira emissora de rádio (Rádio Mineira) surge de forma experimental, em 1925, utilizando-se da estação da Repartição Geral dos Telégrafos, da Rede Mineira de Viação, e, só em 1931, a Associação Rádio Mineira vai ao ar oficialmente.[24] Em 1940, a Rádio Mineira foi incorporada ao grupo dos Diários Associados, onde viveu a sua plenitude no período de 1965 a 1969.[25] Cinco anos mais tarde, surgem mais duas emissoras: a Guarani (10/08/1936) e a Inconfidência (03/09/1936).

A importância das emissoras de rádio nos diferentes momentos do País é inquestionável. No entanto, sua história ainda precisa ser contada. A ausência de dados é grande, mas certamente é possível encontrar um fio condutor em narrativas como a que se transcreve a seguir:

> Quando as rádios silenciavam, diante das tropas militares que tomaram o poder, quando apenas um ou dois jornais eram capazes de gritar contra o arbítrio, quando as tevês se tornaram subservientes, o que Januário permitiu fazer [...] é algo próprio de quem ama a liberdade e seu país, acima de tudo. [...] Fazíamos à época o Jornal das 12 [...]. Diariamente um jovem musculoso vinha buscar os originais [...] jogava com brutalidade e ruído os originais do dia anterior no balcão. Literalmente riscados de vermelho, eram o grito da desaprovação.[26]

Televisão

Outro veículo que compõe o conjunto dos MCM, a televisão, nascida no Brasil em 1950, também enfrenta os arbítrios de um Estado repressor, instaurado em 1964. Inaugurado com a TV Tupi, de São Paulo, comandada pelo grupo Associados, o novo veículo busca no rádio as condições iniciais para seu funcionamento. Muitos radialistas transferiram-se para a televisão. O ritmo foi rápido; tanto que, na metade da década de 1960, o Brasil já possuía 34 estações de TV, pautadas em um modelo comercial bastante acentuado.[27]

Sobre o surgimento da televisão em Belo Horizonte, o jornalista Assis Chateaubriand obteve do presidente Eurico Gaspar Dutra, em 1951, a concessão para uma emissora na capital mineira, a qual só entrou no ar em 1955. Essa demora já apontava para questões políticas. Oliveira Vaz[28] alega que a dificuldade teria sido a oposição ao segundo governo Vargas (1951-1954), feita pelas Emissoras Associadas.

Também em relação à televisão, Minas Gerais apresenta comportamento semelhante àquele relativo a outras mídias. Apesar de ser a terceira emissora implantada no Brasil, o regionalismo que marcou o jornalismo impresso também esteve presente na TV Itacolomi. A propalada "desconfiança do mineiro" frente ao avanço tecnológico que o novo meio apresentava foi bastante evocada.

Em Minas Gerais, o surgimento da televisão coincide com um momento no qual a modernização da cidade de Belo Horizonte era a grande meta:

> Belo Horizonte entrou na era da arquitetura moderna no momento em que o então prefeito Juscelino Kubitschek convidou Oscar Niemeyer para projetar o conjunto arquitetônico

> da Pampulha. Chegar à modernidade se tornou possível a partir dos anos 50. A cidade ganhou ares de metrópole e fervilhou em torno das mesas dos bares e restaurantes. [...] Foi também nesse período que a cidade parou diante do fascínio causado pelas imagens da televisão. Em novembro de 55 foi anunciada a inauguração da TV Itacolomi.[29]

Por suas características tecnológicas, o novo veículo permanece, por algum tempo, com acesso restrito aos grupos sociais de maior poder aquisitivo e cultural.[30]

10.4 O modus operandi da censura em Minas

Para trabalhar o modo de funcionamento da censura em Minas Gerais, foi examinado o documento produzido pela Infantaria Divisionária da 4ª Região Militar (ID-4), sediada em Minas, uma espécie de tradução/regulamentação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) para os censores mineiros. O documento ficou conhecido como "Manual de Instruções do ID-4" e encontra-se na coleção de documentos do DOPS, no Arquivo Público Mineiro[31]. É preciso lembrar que esse Manual não inicia a ação da censura nas redações de Belo Horizonte, mas constitui um marco, à medida que disciplina e informa a ação dos censores a partir daquele momento.

A finalidade do documento, datado de 16/12/1968 (3 dias após a publicação do AI-5), está descrita logo no seu início: "reformular normas e orientações para a execução da Censura na área do ID-4". Assinado pelo general Álvaro Cardoso, comandante da unidade militar, e pelo coronel Gentil Marcondes Filho, chefe do Estado Maior de Coordenação, o documento explicita os objetivos da censura:

> A - Obter da Imprensa total respeito à Revolução de Março de 64, que é irreversível e visa à consolidação da Democracia.
>
> B - Evitar a publicação de notícias tendenciosas, vagas ou falsas.

A lista das proibições vinha organizada em três campos temáticos: político, econômico e psicossocial. À citação de cada um destes campos seguiam-se instruções que chamavam a atenção dos censores para as restrições. No campo político, eram proibidas notícias que promovessem a "luta de classes" ou a "desmoralização do governo ou das instituições"; que dessem voz "aos cassados"; que abalassem a "confiança no governo" ou que comprometessem

a "imagem democrática do País no exterior". No campo econômico, as restrições diziam respeito às informações que pudessem "tumultuar" essa área ou "comprometer a imagem econômica" do Brasil. No campo psicossocial, eram enumeradas restrições às notícias que pudessem provocar a "desarmonia entre as Forças Armadas" e os demais poderes e instituições; que divulgassem prisões ou atos de censura, sem que fossem fornecidas ou autorizadas por fontes oficiais, ou, ainda, que relatassem atividades estudantis de natureza política.

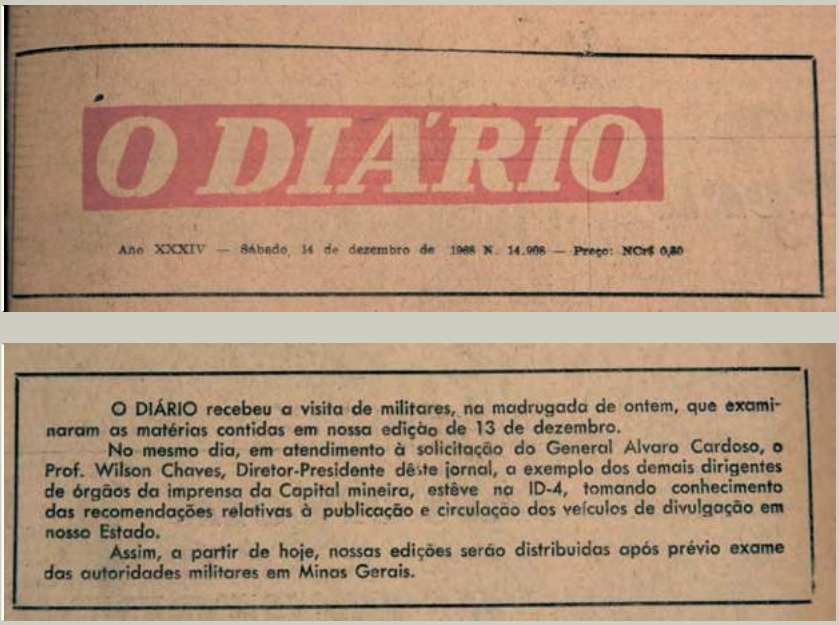
Feitas as definições acerca do conteúdo, nas páginas seguintes do documento eram descritos os encargos do censor, que deveria ler atentamente todas as seções das publicações impressas, inclusive aquelas "sem importância aparente", como horóscopos e palavras cruzadas. Recomendava especial atenção à primeira página e às manchetes. Também recomendava que se procedesse à leitura atenta do conteúdo de todas as páginas, que se prestasse atenção aos aspectos gráficos e à diagramação, bem como às fotografias e às suas legendas. Em suma, o censor deveria examinar atentamente a publicação, em seus mínimos detalhes, antes de liberá-la para impressão, que deveria ser comunicada com antecedência ao ID-4. Nada podia ser distribuído sem a liberação do censor, que executaria uma última inspeção no material já impresso para "verificar se houve adulteração do texto". Os materiais impressos "estranhos à empresa" também mereciam o crivo do censor.

Os itens seguintes referiam-se à chamada "imprensa falada". O censor precisava solicitar "duas vias do noticiário" para realizar o seu trabalho. Recebidas as cópias, ele acompanhava a emissão radiofônica e, caso os textos fossem adulterados, "contrariando as normas, o censor dever[ia] desligar a chave-geral, tirando a estação do ar". O mesmo procedimento era prescrito para as emissoras televisivas. O documento ainda prescrevia normas para o trabalho com as agências internacionais e de comunicação.

Os itens finais diziam respeito às sanções e à necessidade de funcionamento do serviço de censura aos meios de comunicação "24 horas por dia" e forneciam contatos e números de telefone de autoridades e serviços aos quais o censor deveria se reportar. Uma prescrição final: "os censores devem estimular a publicação de matérias de interesse público".

Além deste Manual de Instruções, sabe-se, conforme citado anteriormente, que existiram encontros periódicos, em Minas Gerais, entre os dirigentes de jornais e a cúpula militar. Relatos dos entrevistados[32] por Almeida, somados a, pelo menos, um registro feito por um jornal belo-horizontino, confirmam que unidades

militares baseadas na capital mineira abrigaram encontros do gênero. Em sua edição de 14/12/1968, O Diário, da Arquidiocese de Belo Horizonte, informava, em Nota de primeira página, que o presidente do Jornal, Wilson Chaves, estivera na sede do ID-4, junto com dirigentes de órgãos de imprensa da capital mineira, para tomar "conhecimento das recomendações relativas à publicação e circulação dos veículos de divulgação em nosso Estado."



O DIÁRIO

Ano XXXIV — Sábado, 14 de dezembro de 1968 N. 14.908 — Preço: NCr$ 0,20

O DIÁRIO recebeu a visita de militares, na madrugada de ontem, que examinaram as matérias contidas em nossa edição de 13 de dezembro.

No mesmo dia, em atendimento à solicitação do General Alvaro Cardoso, o Prof. Wilson Chaves, Diretor-Presidente dêste jornal, a exemplo dos demais dirigentes de órgãos da imprensa da Capital mineira, estêve na ID-4, tomando conhecimento das recomendações relativas à publicação e circulação dos veículos de divulgação em nosso Estado.

Assim, a partir de hoje, nossas edições serão distribuidas após prévio exame das autoridades militares em Minas Gerais.

Figura 2: Nota informativa publicada no O Diário, em 14/12/1968. Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa (Arquivo Covemg)

Diversos jornalistas que participaram das reuniões com militares deram seu depoimento a Flávio de Almeida. Entre eles, se encontrava Manoel Hygino, diretor de redação e assistente da diretoria de O Diário:

> As reuniões de que Hygino participava eram, segundo ele, comandadas pelo general Octávio de Medeiros, à época chefe do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) e que mais tarde comandaria o Serviço Nacional de Informações (SNI). Apesar da atmosfera pesada, o jornalista diz não se recordar de conflitos entre os dirigentes de jornais e os militares - a não ser questionamentos tímidos. Quando se proibia algum tipo de notícia, alguém perguntava: 'Mas por quê?' 'E até que ponto nós podíamos dizer isso? ' 'Como dizer? '[33]

Dessa maneira, estabelecia-se uma relação de controle das publicações por parte dos militares, que incidia diretamente na rotina das redações. A chamada

censura prévia existiu durante um tempo que não foi determinado nos depoimentos coletados pela Covemg. Almeida trata dessa imprecisão, demonstrando o conflito de datas e duração da presença dos censores nas redações:

> Com os elementos levantados nas entrevistas, seria arriscado precisar o tempo de permanência dos censores do exército nas redações de Belo Horizonte. Luiz Fernando Perez, que trabalhava na TV Itacolomi, dos Diários Associados, e na sucursal de O Estado de São Paulo, no final da década de 1960, afirma que eles frequentaram as redações durante cerca de seis meses. Manoel Hygino, de O Diário, fala em dois anos após a deflagração do AI-5. Mesmo entre profissionais dos Diários Associados, essa percepção é discrepante. Enquanto Washington Mello, ex-repórter do vespertino Diário da Tarde, estima em cerca de um ano, Roberto Elísio, do coirmão do Estado de Minas, acredita que o trabalho presencial do censor – coronel do Exército, frisa ele – não durou mais do que uma semana.[34]

É difícil, portanto, determinar essa duração, pela falta de documentos e pela imprecisão da memória dos entrevistados. Os documentos - neste caso o Manual de Instruções do ID4 e a Nota publicada em O Diário, em 14/12/1968 - confirmam a institucionalização do trabalho da censura nas redações a partir de 1968, mas não autorizam a dizer o que aconteceu antes, e nem a duração dessa presença. Os depoimentos coletados falam de um convívio cotidiano com os censores e confirmam que o Manual inaugurou uma forma de trabalho mais contínua. Relatam também variações na forma dessa atuação, sem, no entanto, permitir uma periodização exata-_ o que exigirá, no futuro, uma pesquisa mais aprofundada.

À imprecisão, causada pela distância temporal dos acontecimentos, soma-se um distanciamento que havia entre jornalistas e censores nos primeiros momentos, como demonstra o testemunho de Carlos Lindenberg:[35]

> Nessa época, eu trabalhava no Estado de Minas e, (trecho incompreensível), no início da censura (trecho incompreensível) eram oficiais do Exército ou da Polícia Militar, me parece mais que eram do Exército. Eles se sentavam na redação e todo o material que era produzido no Jornal, principalmente na área de política e de economia, mas tinham também coisas da área de polícia e etc. Esse material era submetido à apreciação e à censura desses oficiais que ficavam, aparentemente, à paisana dentro da redação. E aquilo que eles consideravam que era inadequado, proibido, ou o que seja, ou até que não era do gosto pessoal deles, eles vetavam, ou totalmente ou em parte, mas era época da censura prévia.

No mesmo sentido, Manoel Guimarães[36] afirma:

> Parece que, eu não presenciei isso, porque eu trabalho mais os relatos, que nos jornais, pelo menos no Estado de Minas, havia um censor que passava no fim do dia para olhar, para saber o que estava publicando, etc.

O distanciamento permite um olhar mais crítico, que leva os jornalistas a avaliarem, *a posteriori*, essa presença:

> E uma coisa interessante é que os censores, num determinado momento, e eles estavam presentes nas redações, alguns muito conscientes da sua autoridade e do autoritarismo que (trecho incompreensível), outros assim mais já cansados de uma vida policialesca e receber essa missão como mais uma da vida e aqueles que achavam que iam salvar o Brasil proibindo pelo noticiário. Mas nós tivemos neles fontes de muitas informações.[37]

Se, no período inicial, os censores eram mais distantes e os jornalistas tinham consciência da sua presença, mas não os identificavam, ao longo do tempo, com a institucionalização da censura, alguns deles se tornaram presença mais constante. O chefe do Serviço de Censura às Diversões Públicas (SCDP) da Polícia Federal em Minas Gerais, o censor Leopoldo Portela, é um desses profissionais, cuja presença nas redações era cotidiana e acabou por estabelecer um convívio nas redações, que foi definido como tranquilo e respeitoso por vários profissionais.

Segundo o próprio Portela,[38] ele chefiava o SCDP em Minas e, a partir da promulgação do AI-5, a censura se tornou política, cabendo a ele e aos demais censores trabalhar junto aos veículos de informação. Portela conta que "autoridades superiores" telefonavam, dizendo que uma determinada matéria não poderia ser publicada. Ele e os outros censores, então, iniciavam uma ronda pelas redações para evitar a publicação do assunto proibido. Chegavam a sair de madrugada das redações, para impedir uma publicação que tivesse sido proibida. Segundo Portela, caso os jornais se recusassem a cumprir a determinação dos censores, a edição poderia ser apreendida e as empresas teriam de arcar com os prejuízos.

Ao longo do período, a ação da censura foi se transformando e, de acordo com os depoimentos, as proibições chegavam às redações na forma de listas, bilhetes, telegramas e telefonemas:

> Eu lembro que a sala dos revisores tinha um quadro de aviso e ali, todo dia, era pregado o aviso da Polícia Federal, enumerando ali os assuntos proibidos do dia, e ficava ali na revisão uma cópia justamente para os revisores ficarem de olho e não deixar nada passar debaixo da perna. Mas a gente tentava driblar isso, como a Miriam falou, tentava driblar e tal, depois eu acabei sendo contratado lá no Jornal de Minas, eu passei a ser um incômodo lá dentro da redação, e me desceram pra oficina, então eu fui, como o Washington foi, secretário de oficina, que era a pessoa que dava o ok das páginas todas, catava os erros, possíveis problemas. E ali também eu pude viver e ver como é que a censura atuava, porque, de repente, uma manchete era trocada, o jornal era na época do chumbo ainda, era impresso em chumbo, o estanho e o chumbo. Então volta e meia tinha que mudar título, tinha que mudar manchete, o cara vinha uma ordem de cima para mexer ali.[39]

Nas sucursais, a censura não era explícita e os jornalistas sabiam que alguns assuntos eram censurados na sede do Jornal, sem que isso fosse comunicado diretamente, como exemplifica o depoimento de Manoel Guimarães, na Audiência Pública sobre Censura aos Meios de Comunicação realizada pela COVEMG, em 23 de março de 2017:

> Mas, particularmente, eu cobria, na sucursal do Estadão, eu cobria o que a gente chama de Editoria Geral, a sucursal tinha poucos repórteres e a minha parte era saúde, educação, cultura. E um dos episódios de uma das coberturas que eu fiz e foi censurada, eu estou relatando isso para vocês terem uma ideia de como era sem nexo a censura, foi a primeira epidemia de meningite que teve no Brasil, né? Noticiar os casos de meningite passou a ser censurado. Era tido como uma... passou a ser tido como uma capa de segurança nacional, você revelar para o País que havia uma epidemia de meningite, né? Então a gente fazia a cobertura normalmente, as matérias iam, mas não saia nada, durante um vasto período o Estadão não podia publicar. Em outros jornais até saia alguma coisa, mas no Estadão não saia nada a respeito dos casos de meningite.

Em relação às emissoras de rádio e televisão, havia alguma diferença. O Decreto-Lei nº 236, de 28/02/1967, estabelecia que toda irradiação deveria ser gravada e mantida em arquivo nas 24 horas subsequentes ao fechamento dos trabalhos da emissora. O radialista Fábio Martins, em seu depoimento, lembra que a programação das rádios e televisões era gravada integralmente e aquilo criava um clima de apreensão:

> Inicialmente eles, depois de 64, colocaram em cada redação um gravador, obrigatório, de fita, e esse gravador gravava toda a programação. A programação, no momento em que a rádio abrisse, até no momento que a rádio fechasse. Essa fita era mantida pela rádio, ela era obrigatoriamente mantida pela rádio. A rádio que não fizesse isso estaria infringindo as normas e a legislação que eles fizeram. Muito bem, então toda emissora estava já sob censura na medida em que as gravações eram documentos guardados pela emissora e depois recolhidos, essas gravações eram recolhidas pelo governo. Estabeleceu-se então o pânico, porque veja bem, você sabendo que a sua fala está sendo gravada para fins de censura, para fins de que "o que você anda falando aí? "[40]

Em seguida, ele narra também a presença dos censores:

> Muito bem, a coisa foi andando dessa maneira e até que a censura um dia chegou dentro das redações com as pessoas físicas, com os militares. Os militares ficavam, eram pessoas de nível de graduação boa, o oficial que ia para a emissora e sentava na mesa do censor, e a ele eram entregues as cópias de todos os jornais, de toda a programação. Muito bem, isso permaneceu algum tempo. Esse incômodo da presença do censor nas emissoras, em todas as emissoras de rádio e televisão. Quando a censura, a coisa ficava mais séria para o governo, o governo apertava na censura também. Quer dizer, a cada movimento social que se dava o governo mais infligia sua força de censura e de observação. Certa vez foi proibido comentar o que era proibido.

Ao longo do tempo, as proibições se solidificaram e a censura era exercida sem a presença de censores ou listas. Nos relatos dos jornalistas, aparece a consciência de que alguns temas eram proibidos e era preciso construir formas de exercer o jornalismo, sem confrontar diretamente as proibições. Vilma Fazito também usa o termo "driblar" e fala em criatividade para conviver com a censura exercida pela própria emissora:

> Bom, voltando à minha participação na TV Globo, foram tempos difíceis. Quando entrei na emissora, os ditos censores da Polícia Federal já não mais estavam na redação, lendo textos, escutando entrevistas, e cortando o que bem entendiam. Quando não exigiam que aquele assunto não devesse ser tratado. Segundo os meus colegas de redação, os censores não tinham noção do que estavam fazendo, e trechos de reportagens eram cortados, simplesmente

> porque o sujeito não entendia o que ele lia. Isso é verdade, viu gente? Verdade mesmo. Com a saída dos censores, os colegas jornalistas passaram a conviver com a autocensura, que já foi dita aqui pelos colegas, talvez pior que a própria censura. As ordens de não divulgar essa ou aquela matéria tem um destino, no Rio de Janeiro, onde Alice Maria e Armando Nogueira davam as ordens expedidas pelo velho Roberto. Nos (trecho incompreensível) anos 1970, não podíamos utilizar as palavras greve, deveria ser substituída por paralisação. Anistia? Nem pensar, mas a gente podia usar o termo "perdão". Vê se pode, gente? Ditadura? Nem pensar. E aí a gente ia driblando a nossa autocensura e a censura do regime, via emissora, procurando usar a criatividade, mas nem sempre dava certo.[41]

Outra questão que surgiu nos depoimentos refere-se aos exageros das proibições:

> Era uma coisa difícil fazer noticiário político. Não se sabia o que era, o quê que pode ofender esses militares que tomaram o poder? O quê que pode ofender o golpe? Ah, pois é. Por exemplo: "falar que o feijão aumentou no mercado, eu visitei hoje o mercado, fui comprar feijão, o preço do feijão aumentou, o arroz aumentou". Em um determinado momento, um censor me chamou e falou assim: "Olha, o senhor não pode ficar falando que houve aumento de preço de arroz, de feijão, de batata. Porque isso...", "Mas por que não pode? " "Porque isso é ofensivo à segurança nacional". Eu falei: "Mas é real, está lá a tabela", "Ah, então eu vou telefonar aqui para o meu superior para saber se pode divulgar as tabelas de aumento de preço de gêneros alimentícios".[42]

Em meados da década de 1970, a ação da censura na imprensa dá sinais de enfraquecimento, com a diminuição da presença dos censores, das listas e dos telefonemas às redações. Os depoimentos sobre violações ao direito de informação e expressão nos anos finais da década deixam de se referir a uma ação oficial e institucionalizada da censura, para mencionar as tentativas dos jornalistas de ampliar a liberdade de exercício da profissão, ainda sob um clima de controle. Surgem vários focos de resistência: militância dentro das redações dos grandes veículos, criação de veículos independentes, ação sindical. Contra essa resistência, já não há uma ação clara e aberta do Estado e de seus agentes. Tanto o Sindicato dos Jornalistas, em um período de renovação, quanto vários dos veículos ditos alternativos e, ainda, diversas bancas de jornal sofreram atentados em 1978 e 1979.[43]

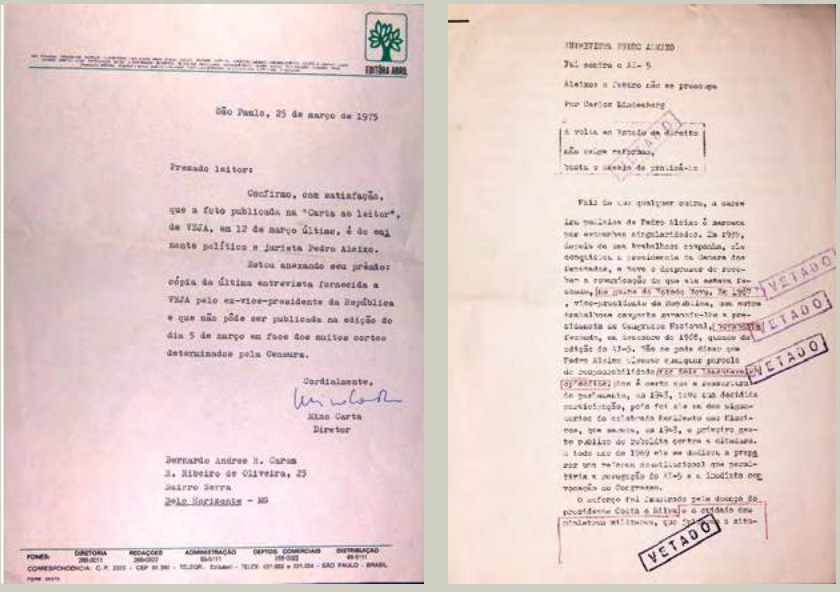
10.5 Eventos isolados de censura e/ou violação dos direitos de informação e de expressão

Como dito anteriormente, o presente relatório não tem como objetivo investigar e comprovar atos censórios isolados, mas sim comprovar a presença da censura de forma cotidiana e abrangente nas redações dos mais importantes veículos da capital mineira no período da ditadura. No entanto, é importante destacar os depoimentos de jornalistas em relação a alguns eventos vividos no período. Dois deles - o episódio da censura à entrevista de Pedro Aleixo concedida a Carlos Lindenberg na Revista Veja e a censura à Revista *Circus* - possuem comprovação documental. O episódio da prisão de padres franceses em Belo Horizonte foi narrado por Carlos Lindenberg, analisado por Flávio Almeida[44] (2014) e noticiado por O Diário e seus concorrentes. Os demais episódios, relatados na Audiência Pública e em oitivas, deixam pistas que podem levar a sua comprovação futura.

Nesse contexto, passa-se a relatar a censura de entrevista com o ex-vice-presidente da República Pedro Aleixo, que seria publicada nas páginas amarelas de Veja. Pedro Aleixo, político mineiro, foi o vice-presidente impedido de assumir a presidência da República quando Artur da Costa e Silva foi afastado do cargo, por motivo de doença. Em seu lugar, ministros militares assumiram o comando da nação, por meio do Ato Institucional nº 12, de 31/08/1969. A entrevista realizada por Lindenberg[45] nunca foi publicada.

> Mas na Veja eu tive uma experiência que eu gostaria também de narrar que foi uma... O Vice-presidente impedido de (trecho incompreensível) de assumir (trecho incompreensível) a Presidência da República, na doença do Costa e Silva. (Trecho incompreensível) [...] então se deu a tarefa de criar o PDR, Partido Democrata Republicano, e passou a se dedicar a isso. E eu que era... Tinha a sucursal da Veja aqui cuidava mais dessa área política, eu insistia em conversar com o Doutor Pedro Aleixo, fazer uma entrevista com ele nas páginas amarelas da Veja, que era lugar que todos nós queríamos frequentar: as páginas amarelas da Veja [...] toda semana ou quase toda semana eu ligava para o Doutor Pedro Aleixo, que morava perto do Colégio Estadual, e tentava marcar... Teve um dia que ele falou: "Não, pode vir cá, vamos conversar." Eu cheguei, eu lembro, o Doutor Pedro Aleixo estava adoentado, estava acabando de receber os vereadores de Mariana, terra dele, (trecho incompreensível) falei: "Doutor Pedro, é a nossa entrevista." "Vamos fazer." "Vamos. Você

sabe já, muito tempo procurando o senhor..." fiz a entrevista com ele e ele me disse que estava doente, com problema respiratório, eu fiquei meio penalizado com a figura ali, meio frágil já, (trecho incompreensível). Eu falei: "Doutor Pedro, eu trouxe aqui umas perguntas por escrito que eu vou fazer para o senhor, o senhor fica à vontade para respondê-las." Aí ele me deu a seguinte resposta: "Meu filho, na minha casa eu estou sempre à vontade." A partir daí eu fiquei à vontade, fiz a entrevista com o Pedro Aleixo e essa entrevista, está aqui, foi encaminhada à Revista Veja de São Paulo e ela não foi publicada, porque, como vou mostrar pra vocês aqui, ela está toda vetada, toda vetada. Essa matéria não foi publicada. Não tinha nada de excepcional, mas tinha algumas coisas que o censor lá da Veja, lá tinha censura prévia, o censor não deixou passar e a matéria foi vetada. Essa matéria chegou às minhas mãos, aliás, ela foi publicada no livro do Pedro Aleixo, ele diz ter ouvido do pai dele o Doutor Pedro Aleixo e ele publicou essa matéria que eu tenho certeza que estava, continua (trecho incompreensível). A Revista Veja depois fez uma matéria comemorativa dos 35 anos da Revista e usou essa matéria como exemplo da ação da censura prévia da Revista, e publicou essa matéria aqui. Então, são essas as minhas experiências com a censura, a censura prévia aqui no Estado de Minas e a censura através da Polícia Federal (trecho incompreensível) nesse caso o padre, a entrevista do Costa e Silva (trecho incompreensível) jornal, e essa da Revista Veja.



São Paulo, 25 de março de 1975

Prezado leitor:

Confirmo, com satisfação, que a foto publicada na "Carta ao leitor", de VEJA, em 12 de março último, é de eminente político e jurista Pedro Aleixo.

Estou anexando seu prêndo: cópia da última entrevista fornecida a VEJA pelo ex-vice-presidente da República e que não pôde ser publicada na edição do dia 5 de março em face dos muitos cortes determinados pela Censura.

Cordialmente,

Mino Carta
Diretor

Bernardo Andrea N. Carmo
R. Ribeiro de Oliveira, 25
Bairro Serra
Belo Horizonte - MG

VETADO

Figura 3 Carta do Editor Mino Carta e uma das páginas da entrevista censurada. Fonte: Arquivo do Jornalista Carlos Lindenberg

Outro episódio diz respeito à entrevista com o líder estudantil Athos Magno da Costa e Silva, de acordo com depoimento de Carlos Lindenberg:

> Me lembro de um deles, foi uma matéria que eu fiz com o então presidente do DCE, se não engano, chamava-se Athos Magno da Costa e Silva, ele era presidente do DCE (trecho incompreensível). Estava instalado em Belo Horizonte um IPM, Inquérito Policial Militar, que era presidido pelo coronel Camarão, a gente chamava de IPM Camarão. E fizeram uma demanda, entrevistar o Athos (trecho incompreensível) fazer uma apreciação, enfim, sobre o IPM Camarão. Eu fiz a matéria, a matéria foi publicada e isso criou um problema, porque o coronel Camarão queria porque queria que o Jornal oferecesse ao IPM o nome do autor da matéria, que é essa modesta figura. E criou uma... se leu no jornal, não sei se vou achar aqui, o que... havia aqui duas direções no Jornal, uma direção da redação propriamente dita, e vou citar os nomes (trecho incompreensível) era o doutor Pedro Agnaldo, que era o editor, né? O geral, que era, e tinha o... Cearense, qual o nome dele? Paulo Cabral, que era o diretor-geral dos Associados. E aí o Pedro Agnaldo queria oferecer o nome, dar o nome, e o Paulo Cabral não queria que desse o nome. E criou-se ali uma discussão que em uma delas, eu me lembro, (trecho incompreensível) contei isso ao Paulo Cabral diretamente. Pedro Agnaldo queria oferecer o nome, ele não queria, até que a certa altura, a gente estava na sala quando entrou Pedro Agnaldo "Pedro, quando não tem assinatura do repórter a responsabilidade é nossa, então se você (trecho incompreensível) coronel Camarão, nós, você e eu, somos responsáveis por essa matéria." Bom, nenhum dos dois foi preso, nem eu, minha vida continuou.

Episódio também emblemático foi a prisão de quatro religiosos, três estrangeiros e um brasileiro, em 28/11/1968, que demonstra a complexidade das relações entre a Igreja, o Estado e a Imprensa naquele momento. Os religiosos foram presos sob a acusação de subversão. Num primeiro momento, O Diário deu repercussão ao ocorrido, enfrentando o governo, com editoriais e matérias sobre o assunto, cumprindo, assim, seu papel de porta-voz da Arquidiocese. Segundo a análise de Almeida, imediatamente após a edição do AI-5, a resistência do Jornal diminui, demonstrando a presença da censura na redação, e permanece assim até o fim da crise, no ano seguinte[46]. O depoimento a seguir, de Carlos Lindenberg,[47] ilustra o clima de conflito em torno do ocorrido:

> Bom, outra matéria em que eu me envolvi foi com relação à prisão de alguns padres franceses aqui em Belo Horizonte, foram dois padres franceses, um belga e um diácono brasileiro.

Eles foram presos por agentes do Exército e desapareceram. Ninguém sabia onde estavam, e eu fui escalado para fazer a cobertura dessa situação, que era do primeiro confronto da Igreja com o Estado, naquela altura, e eu fiquei então, todo dia eu ia, todos os dias, no Palácio do (trecho incompreensível) eu ia ao ID-4, que era comandada pelo general Cardoso, enfim, ia à Polícia Federal, ia nesses lugares onde poderia ter algum tipo de informação sobre o paradeiro dos padres, dos franceses, do belga e esse diácono brasileiro, José Geraldo da Cruz. O francês é Michel Le Ven, e depois foi professor da UFMG, se não me engano. Até que um dia eu resolvi... Tem um amigo meu, um já falecido colega, que diz o seguinte: "todo repórter, todo bom repórter deve ter pouco juízo e muita sorte. " Ele até escreveu um livro sobre isso, o José Roberto. Talvez por isso, um dia resolvi procurar a 4ª Companhia de Comunicações do Exército, que fica na Pampulha, num lugar bem escondido, depois do Colégio Militar. Eu fui lá, o motorista da minha Kombi era o Seu João e o fotógrafo era (trecho incompreensível), agora eu não me lembro... Então, eu fui para lá. Chegando ao Colégio Militar tinha uma guarita, tinha uns guardas ali, soldados, que guardavam o acesso ali, e quando eu parei a Kombi, pedi pro Seu João parar a Kombi um pouco antes, parou, e vieram os soldados para nos identificar, saber o que a gente queria ali. E quando chegou o soldado perto de mim, foi muito engraçado, porque era um velho amigo meu de Montes Claros, jogador de futebol, lá em Montes Claros. "Uai, Lindenberg. O quê que você tá fazendo aqui?", falei: "Oh Roberto, (trecho incompreensível) atualmente é formado em Direito, advogado em Januária. Então eu disse: eu vim atrás dos padres que foram presos, eu fiquei sabendo que eles estão na 4ª Companhia de Comunicações, lá no Colégio Militar. Ele me falou: "eles estão no 3ª andar do Colégio Militar", "Vai lá", "Mas eles vão me deixar entrar?" Ele falou assim: "Vai andando." "Eles estão no 3° andar." E assim (trecho incompreensível) a Kombi entrou, ninguém pediu documento, nem nada, entramos e subimos. Entrando, cheguei e subi a escada, o comandante do Colégio Militar na época era o coronel Facó [...] à direita, abri a porta, estavam lá os padres e o diácono. Eu tive tempo apenas de dizer: "Vocês são os presos, os padres com o diácono?" "Sim, somos nós " Perguntei se estavam bem fisicamente, disse: "Estamos. "Não houve nem tempo, porque o fotógrafo que estava comigo (trecho incompreensível) me empurrou de lado "Esses são meus." [...] "Esses são meus". E me empurrou e começou a fotografar com uma máquina (trecho incompreensível), fotografando os padres e fez uma meia dúzia de fotos, quando nós ouvimos passos subindo as escadas, aí eu fechei a porta e ele rapidamente, como bom profissional que era, saudoso Clodovil, já falecido há muitos

> anos, ele tirou o filme da máquina e falou: "guarda no seu bolso." Coloquei no meu bolso. Naquela época nós trabalhávamos de terno e gravata, coloquei no bolso e ele colocou um filme novo na máquina rapidamente enquanto subíamos uns três degraus de escada, uns três lances de escada, trocou o filme e aí o coronel chegou, estava com a porta fechada já, (trecho incompreensível) saber o que estava acontecendo e o coronel Facó: "o que cê tá fazendo aqui, que absurdo, invasão do colégio, não sei o quê...", jogou aquela bronca, aquele negócio e o soldado que estava com ele, um oficial, não me lembro, foi na máquina do fotógrafo e tomou a máquina, o fotógrafo esboçou uma reação: "absurdo, não pode ser...", tomou a máquina, tal e abriu a máquina e pegou o filme, não tinha nada (trecho incompreensível) estava no meu bolso. Aí o coronel (trecho incompreensível) disse a frase que eu mais gostei na minha vida: "Para fora." Eu morrendo de medo de ele me mandar para dentro: "Pra fora", (trecho incompreensível) entrei na Kombi e fomos embora. E cheguei no Jornal com esse material. Com a localização dos padres, todo mundo queria saber, inclusive o Núncio Apostólico estava em Belo Horizonte, naquela época, procurando a localização dos padres (...l), até que na tarde deste mesmo dia eu fui à ID-4, que era comandada pelo general Álvaro Cardoso, e o general dá uma entrevista à imprensa, era mais uma conversa em *off* ali com a imprensa, e o general Cardoso insistia que os padres não estavam em Belo Horizonte, embora eu tinha acabado de estar com os padres de manhã e eu não aguentei, ao invés de dar o furo, eu preferi desmentir o general, falei: "general, o senhor vai me desculpar, mas os padres estão aqui sim.", "E onde estão, então?" "Os padres estão no Colégio Militar.", então aí acabou o segredo, [...] eu perdi o furo, mas não podia deixar de dizer ao general que ele não estava dizendo a verdade.

Outros dois episódios foram narrados por Vilma Fazito, jornalista da Rede Globo Minas, de 1977 a 1986. O primeiro deles diz respeito à entrevista realizada com o então presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais, Dídimo Paiva, que ilustra o clima de coerção que ainda pairava sobre imprensa, na segunda metade dos anos 1970:

> Tínhamos um programa de entrevistas que se chamava Painel, onde tratávamos de pautas sobre diversos assuntos de cultura à política. Era uma produção local muito interessante, ordenada e idealizada pelo saudoso Walfrido de Gramont, nosso editor-geral. Naquela época, a sucursal de Minas ainda tinha certa autonomia, hoje é completamente dependente da Globo carioca. Certa feita, chamamos para gravar o programa

> o nosso colega Dídimo de Paiva, então presidente do Sindicato dos Jornalistas. E ele falaria sobre a situação política, o movimento sindical, e outros assuntos que apesar da vigência do AI-5, fervilhavam nas rodas de conversa. O editor do programa era Bill Falcão, gravamos a entrevista e o Dídimo falou à vontade sobre tudo, inclusive utilizando termos como greve, anistia, ditadura e etc. Resultado? Fomos chamados à Polícia Federal, que seríamos enquadrados, caso Walfrido não se responsabilizasse por tudo. Ele nos livrou do pior, mas foi degredado para São Paulo com cargos e salários mais baixos, morreu do coração pouco tempo depois, eu acho que foi até de desgosto, gente.[48]

O segundo caso narrado por Vilma Fazito refere-se a episódio de grande repercussão na imprensa, que foi a prisão e a tortura de um operário:

> Bom, outra ação da censura, que ficou marcada na memória, foi a cobertura feita pela minha equipe sobre a história de um operário que, suspeito do furto de um rádio de pilha, foi torturado com tanto furor pelos policiais civis de Belo Horizonte que ficou paralítico. O rapaz chamava-se Jorge Defensor, e o fato ficou conhecido nacionalmente como "Caso do Defensor". Isso foi em 1977, e rendeu a uma equipe do Jornal do Estado de Minas o prêmio Esso regional de jornalismo. [...], e Aureliano Chaves era o governador de Minas. O ocorrido emblemático na história do nosso jornalismo, naquela época... (trecho incompreensível) tradicionais, conseguiram denunciar as torturas nos cárceres brasileiros, que não eram aplicadas só em presos políticos, mas também nos comuns. Chegada a Polícia Metropolitana de Belo Horizonte... (trecho incompreensível) tratamento, policial com fama de poderoso e torturador. Embora a TV Globo tenha sido a primeira emissora a receber a denúncia sobre a presença de Defensor no Hospital São Francisco, onde ele estava internado, as chefias só resolveram fazer a matéria quando o Estado de Minas publicou e teve grande repercussão. Então, lá vamos nós fazer a cobertura. Ao chegar, portas fechadas. Pulamos janelas, entramos na enfermaria, e fizemos uma entrevista emocionante. Matéria humana, e mais do que isso, de denúncia. Mesmo assim, a Globo só publicou nos jornais locais, o Rio não se interessou. No dia seguinte era manchete nos maiores jornais do País, com a visita de Aureliano Chaves ao Defensor. Depois disso tudo, a Globo, na rabeira dos outros, se redimiu, e aí, sim, passou a fazer a cobertura nacional. E (trecho incompreensível), como ficou nessa história? Horrorizada com o telefonema que julguei ser de gente da Metropol, ameaçando a mim e a minha família, mas, felizmente, não deu em nada. E (trecho incompreensível) da Metropol

> mesmo, porque o nosso amigo de tratamento já me conhecia em função de uma matéria que eu havia publicado no Jornal Movimento, denunciando a tortura que teriam feito aqui em Belo Horizonte.[49]

Os episódios seguintes, narrados por Washington Mello[50], revelam a ameaça que pairava sobre o exercício da profissão e tornava o cotidiano instável e perigoso. Ao mesmo tempo, demonstram certo ridículo da ação repressiva:

> Mas temos alguns casos muito interessantes e que mostram como é que o exercício da censura era efetivo, presente em todas as redações. Eu citei o caso dos telegramas e dos comunicados. Mas teve um caso interessante que os cumpridores de ordens, eu chamava (trecho incompreensível) revolucionário, saiu para prender gente para todo lugar, mas recebiam ordens que a gente não sabe como é que chegava neles. Mas saía com ordem para buscar fulano, não sei o quê, parará. E lá na redação aconteceram dois casos muito interessantes. O Gonçalo Coelho dos Santos era um baiano muito competente, tinha um texto maravilhoso e foi chefe da editoria internacional do Estado de Minas por muitos anos. E muito popular no meio da categoria, muito amigo da classe toda, tão respeitado, acabou sendo presidente do Sindicato dos Jornalistas, nessa época do movimento militar de 64. Um dia, o nosso pavor era quando parava um jipe na porta do Jornal na Rua Goiás e desciam quatro: tenente, sargento, soldado, o que fosse, descia um para cada lado, os quatro a gente via de cima: "Ih, chegou o jipe. Subiram os quatro, chegaram na redação, atravessaram com aqueles "batibute[51]", 'pom', 'pom', 'pom'". Entraram na redação. E a redação era comprida, o Gonçalo, esse editor, presidente do Sindicato dos Jornalistas sentava na última mesa, lá no fundo, que a editoria internacional era separada, um nicho. E tal, chegaram: "o senhor que é o Senhor Gonçalo Coelho dos Santos? " "Sim senhor. " "O senhor que é o presidente do Sindicato dos jornalistas? " "Sim senhor. " "O senhor está preso, nos acompanhe não sei o quê e tal, parará, parará, parará". Levaram o Gonçalo Coelho dos Santos, presidente do Sindicato dos Jornalistas, preso. Porque uma matéria, uma matéria que deveria ter sido vetada, teria sido publicada em um jornal, em uma edição anterior. Mas não tinha sido. Aí levaram o Gonçalo lá, deixaram ele uma hora lá esperando para passar as informações que ele inseriu, chegou lá um representante do movimento revolucionário do comando geral: "o senhor que é o Gonçalo Coelho dos Santos". "Sou eu". (Trecho incompreensível). "Aonde o senhor nasceu, parará, parará. O senhor recebeu uma ordem que não podia publicar uma matéria assim,

assim, assim." "Sim senhor". "E por que a matéria foi publicada?" "Ela não foi publicada. " "Quem que disse que ela não foi publicada? " "Eu estou falando que não foi publicada, eu separei lá qual seria a ordem. " "Mas segundo a informação que nós temos a matéria foi publicada, não sei o quê, na página e tal, da edição". "Não senhor, não foi publicada a matéria, ficou na minha gaveta, está lá guardada." "Então nós vamos lá buscar a matéria para ver se ela foi publicada ou não". Voltaram, devolveram o Gonçalo à redação, e pronto acabou. Eles tinham a informação de uma matéria publicada que não tinha sido publicada. O outro caso. Tito Guimarães, grande Tito. De Montes Claros, de Teófilo Otoni, Montes Claros é outro. O Tito Guimarães foi procurado, foi buscado no Estado de Minas porque o jipe queria levá-lo. Aí entraram na redação e chegaram em frente de um colega nosso e falaram assim: "o senhor é que é o Senhor Tito". "Sou eu". "Então o senhor nos acompanha, está preso". Chegou a levar para o DOPS, na Afonso Pena. Chegaram lá, na hora eles deixaram ele sentado lá esperando um tempão e tal, algumas horas. Aí foram para qualificação e identificação. "O senhor é jornalista?" "Sou" "Do Estado do Minas? " "Sou" "Como é que é seu nome? " "Tito Karan Guimarães". "O senhor não é Tito Guimarães? " "Não. Sou Tito Karan Guimarães. " "O senhor não é do Estado de Minas? " "Sou. Mas eu sou outro Tito". "Ah, então está bom. Então o senhor está dispensado". E o Tito Guimarães falou assim: "bom, agora eu vou voltar a pé?" Ele falou: "ô fulano, manda o jipe levar o jornalista. Eu dei o sobrenome da pessoa que eles estavam buscando".

E o 3º caso semelhante foi do Ênio, que era assessor, Ênio Amaral. O Ênio Amaral foi da Última Hora muitos anos. Então a Última Hora foi muito visada na hora de prender jornalistas em 64 e eles saíram, o comando saiu procurando o Ênio Amaral. Tinha no Diário de Minas, o editor do Jornal, grande figura, inteligente, bom profissional. Que era o Ênio Fonseca, que posteriormente trabalhou na Agência Nacional. Eles procuraram o Ênio Amaral no Estado de Minas, não acharam. Ele realmente era do outro lado do Estado de Minas, com dois ou três irmãos dele que trabalharam. Não acharam o Ênio Amaral, quem falou assim, mas o Ênio que vocês estão, o Ênio que vocês estão procurando não trabalha aqui não, ele trabalha no Diário de Minas, que era na Praça Raul Soares, não na Rua Goiás. Aí os caras desceram, pegaram o jipe, foram lá, buscaram o Ênio Fonseca e levaram ele para depor. O Ênio Fonseca, que era um contador de histórias, gostava de fazer umas histórias, umas novelas. Então contando essa história, a gente dobrava de rir, ele contando as mancadas dos quatro militares que foram buscá-lo e foram no Diário de Minas até o (trecho incompreensível), eu não me lembro

> de bem, contando da burrice do chefe deles, de mandar eles irem à Rua Goiás, quando o cara era na Praça Raul Soares. E eles contando e tal, achando vitorioso, então está aqui o camarada. E o Ênio ouvindo tudo. Quando ele voltou, não é, eles tinham levado o Ênio errado, mas estavam se vangloriando de ter prendido o Ênio certo e pôr a culpa no chefe que não falou com eles quem que era o Ênio. Esse chefe que não falou com eles quem que era o Ênio. Esse era o comando que queria comandar o Brasil.

De acordo com o relatório da Comissão da Verdade do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais (SJPMG), dois eventos censórios que foram relatados não constavam nas investigações realizadas pela Covemg. Tendo recebido o relatório mencionado já no período em que as atividades de pesquisa do grupo responsável por este tema já haviam se encerrado, optou-se para relatar tais eventos a partir das informações constantes no documento encaminhado pelo SJPMG.

Na mensagem que o ex-presidente do SJPMG, Kerison Lopes, encaminhou à Covemg, quando da entrega do relatório, são indicados os motivos da demora do envio do Relatório. Nas palavras de Kerison Lopes

> Após a conclusão do relatório, houve um conjunto de questionamentos de jornalistas que não foram ouvidos pela Comissão do Sindicato e que julgavam ter casos relevantes a serem relatados. Além disso, alguns depoentes consideraram insuficientes as informações publicadas sobre seus casos. Com isso, o coordenador da Comissão, professor Dalmir, solicitou ao Sindicato a extensão do prazo para que pudesse "corrigir" essas possíveis distorções ou omissões. Mas com o acúmulo de trabalho do jornalista, além de problemas de saúde, essa revisão não pôde ser realizada.[52]

Mesmo levando em conta tais observações, a Covemg apurou os eventos relacionados à censura aos meios de comunicação e decidiu ser pertinente apresentar os dois eventos que são relatados no documento. Tais eventos se referem à divulgação de documento produzido pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) quando das comemorações do Dia da Independência do Brasil (7 de setembro) de 1980.

Segundo o relatório, o jornalista Samuelito Capuchinho Mares, editor da Rádio Itatiaia, em Belo Horizonte, divulgou o manifesto que havia sido encaminhado à emissora, relativo às comemorações do Dia da Independência. O manifesto fazia críticas à situação do País e questionava as comemorações oficiais

promovidas pelo Estado brasileiro. Com base na Lei de Segurança, a polícia política apresentou denúncia contra o jornalista, o chefe de reportagem da Rádio Itatiaia, Márcio Dotti, e contra o locutor que leu a notícia. O processo correu na Auditoria Militar de Juiz de Fora e os acusados foram absolvidos.

Ainda segundo o relatório do SJPMG, José Juranir Garcia de Araújo, repórter da Rádio Jornal do Brasil, de Belo Horizonte, estava de plantão no sábado, dia 06/09/1980. Na redação recebeu, da Agência Jornal do Brasil, a informação a respeito do manifesto do Partido Comunista do Brasil (PC do B), a propósito das comemorações do Dia 7 de setembro. Considerando que o manifesto fazia um contraponto às comemorações oficiais, o repórter fez uma notícia a respeito. A matéria foi ao ar no noticiário da noite e, no dia seguinte, a repórter de plantão, Rosângela Conrado, a reaproveitou também no noticiário do Dia 7 de setembro.

Os dois jornalistas envolvidos no episódio foram demitidos da Rádio Jornal do Brasil e foram denunciados pela polícia política, com base na Lei de Segurança Nacional, assim como o chefe de reportagem da Rádio, jornalista Gutemberg da Mota e Silva. Os jornalistas foram defendidos por advogado contratado pelo Sindicato, tendo sido absolvidos, em 02/03/1981. Por unanimidade, a Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar decidiu:

> Absolver os acusados Gutemberg da Mota e Silva, José Juranir Garcia de Araújo, Rosângela Conrado Melo, Hugo Afonso de Almeida e Souza, Samuelito Capuchinho Mares e Márcio da Conceição Dotti. Referente a todas as imputações a que lhe são feitas na denúncia, com fundamento no art.493, letra b, do C.P.P.M.[53]

10.6 Os alternativos e a resistência ao autoritarismo

Em Belo Horizonte, o surgimento da imprensa alternativa está relacionado principalmente aos movimentos de resistência ao Estado de Exceção. A grande imprensa mineira, sediada na capital, foi claramente aliada, de primeira hora, do governo militar e aceitou a existência da censura em suas redações, sem grandes conflitos. Mesmo quando entrou em desacordo pontual com as ações autoritárias-_ como foi o caso da cobertura da prisão de religiosos pelo O Diário, -, a resistência não se consolidou como uma oposição dos veículos frente ao Estado. Com a edição do AI-5, o Estado de Exceção se firmou, a censura se institucionalizou e a oposição foi momentaneamente calada.

É na segunda metade da década de 1970 que profissionais da imprensa e movimentos sociais mineiros fazem surgir, de forma mais consistente, uma expressão de resistência à ditadura, concretizada em algumas iniciativas como o De Fato e o Jornal dos Bairros. Ao lado deles, surgiram algumas publicações de expressão da contracultura, que não se opunham diretamente ao governo, mas desafiavam a moral vigente e os chamados bons costumes, tornando-se, também, alvo da repressão. Neste conjunto, foram identificadas as Revistas *Circus* e Silêncio e os jornais Vapor e Cemflores.

A esses dois conjuntos, somam-se ainda duas experiências, uma de caráter mais jornalístico e outra com características mais culturais: o Binômio e o Suplemento Literário, respectivamente. As duas iniciativas sofreram violações por parte de agentes do Estado e merecem sua inclusão neste Relatório, mesmo sendo o Binômio anterior ao golpe de 1964 e o Suplemento, um meio ligado à Imprensa Oficial. Ambos possuíam características especiais e tiveram um papel importante na resistência ao autoritarismo.

O Binômio: um alternativo anterior ao golpe

O Binômio foi fundado em 1952, pelos jornalistas José Maria Rabelo e Euro Arantes, como alternativa ao conservadorismo da imprensa local da época. José Maria narra a criação do Jornal:

> E então nós dissemos: "olha, é preciso respirar, porque a imprensa aqui é inteiramente abafada por esses interesses que a controlam", nós éramos jornalistas jovens, jornalistas que trabalhavam em outros jornais, eu tinha 22 anos e o Euro, Euro Luiz Arantes, foi meu sócio, tinha 23, então nós ficávamos no Jornal pensando: "o quê que nós vamos fazer?", aí, assume o governo aqui de Minas, depois o presidente Juscelino Kubitschek, que era um emérito controlador da mídia, e com métodos dissuasórios, ele não era da violência, mas ele era da generosidade financeira, distribuía dinheiro a rodo pros jornais, e era uma espécie de unanimidade no estado. Nós então resolvemos lançar um jornal, e era o inverso disso, nós dissemos: "a imprensa de Belo Horizonte tem 1% de independência e 99% de compromissos escusos. Nós vamos lançar o nosso, estamos lançando o nosso que tem 99% de independência e 1% de compromissos escusos", 1% só, sabe o que era o 1%? Era o Café Caçula que tinha na Rua da Bahia, pequenininho, e que nós fazíamos permuta em troca de anúncio pra tomar café lá sem pagar. [54]

A oposição ao governo Juscelino Kubitschek foi o motor de criação do veículo. O nome Binômio foi inspirado no *slogan* governamental: "contra o binômio da men-

tira 'Energia e Transporte', o Binômio da verdade, nosso Binômio: Sombra e Água Fresca."[55] Segundo José Maria Rabelo, o Jornal tinha o humor como carro-chefe e teve uma vida longa (12 anos), incomodando os ocupantes do Palácio da Liberdade.

Em seu depoimento à Covemg, José Maria Rabelo narrou dificuldades pelas quais a equipe do Jornal passou. Segundo ele, além das dificuldades de relacionamento com os governos, o Binômio produzia matérias que incomodavam várias esferas da sociedade mineira:

> Então, o seguinte, o Jornal foi sempre, teve sempre essa cara humorística, que fazia rir, mas rir refletindo sobre a situação, não era um riso inconsequente, sabe? Mas denunciando o que nós chamávamos das grandes injustiças sociais, vamos ver aqui. Reportagem, grandes reportagens, comércio de seres humanos, quando nós, através, com reportagem, do jornalista e depois escritor Roberto Drummond, nós compramos um casal de retirantes em Montes Claros, na região de Montes Claros, pra comprovar o tráfico de pessoas, seres humanos. Uma reportagem de grande repercussão. Roberto foi premiadíssimo por essa reportagem. Fizemos outra reportagem aqui sobre a discriminação racial em Belo Horizonte, "ódio racial contra negros e judeus", nós inclusive matriculamos uma menina negra, por telefone, qual é que foi o colégio aqui? Colégio que existe até hoje... *Sacré Coeur de Marie,* todos esses colégios, Sion, *Sacré Coeur de Marie, Sacré Coeur* de Jesus, Santa Maria, todos eles não aceitavam meninas negras, nós não vemos esses, que eles querem lá na Savassi, nós matriculamos por telefone e quando chegamos lá eles viram que a menina era negra e deram uma desculpa que não podiam aceitá-la. E assim o Hotel Amazonas também. Hotel também era assim, não aceitava negro.[56]

Durante sua existência, a publicação foi bem-sucedida, circulando semanalmente em Belo Horizonte e em Juiz de Fora, apesar de a convivência nem sempre pacífica com os governantes. Se Juscelino Kubitschek era considerado "esportivo", o mesmo não se podia dizer de outras autoridades:

> Um exemplo nosso, uma vez houve uma inauguração de um clube de campo lá em Barbacena e nós fomos. Ele mandou a capangada nos esperar na saída, foi uma luta danada, nós lá, o Euro saiu muito ferido e tal, coisas assim. E perseguição junto às gráficas, que nós não tínhamos oficina, nós imprimíamos em gráficas particulares, então ele pressionou as gráficas todas de Belo Horizonte para que não continuassem imprimindo o Binômio. Daí então nós tivemos que ser impressos no Rio. Durante muitos anos nós imprimimos o Jornal no Rio e trazíamos de caminhão pra cá, porque aqui não havia uma gráfica sequer...[57]

Em 1961, o Binômio foi "empastelado"[58], episódio que José Maria atribui ao desentendimento com o general Punaro Bley, à época comandante da Zona Militar de Belo Horizonte. O Jornal publicou matéria sobre o general, que foi tirar satisfações na sede da publicação. O episódio acabou em luta corporal e intervenção da polícia:

> Que eu estou contando aqui, né. E ele ainda ficou mais um tempo lá discutindo, insultando, aí chegou a polícia, nós chamamos a polícia e a polícia o autuou por invasão de domicílio e agressão, e ele quis botar banca com o sargento que estava na rádio patrulha, o sargentinho foi, "não, general, porque a autoridade aqui sou eu, o senhor faz o favor de me respeitar", e foi autuado, depois foi embora e o capitão disse: "mas isso não vai ficar assim!", "mas isso eu sei, mas você não vai voltar aqui, tenho certeza", e três horas depois, cerca de duzentos soldados, sob o comando dos três comandantes das unidades militares de Belo Horizonte, o 12, o CPOR e a Base Aérea foram ao Jornal e destruíram tudo.[59]

O Binômio foi fechado em 29/03/1964, às vésperas do golpe, quando, segundo seu proprietário, havia chegado "a hora da vingança":

> Operação, que dizia abafa, alguma coisa assim, sabe? E prenderam toda a liderança de esquerda, toda pessoa suspeita de esquerda com alguma liderança eles prendiam. E eles foram ao Binômio, mais ou menos umas 11 horas do dia 29 de março, era um general aposentado, muito provocador, de direita mesmo, e dois capitães pra me prender. Pois você acredita, isso é um negócio que a gente conta e fica parecendo filme. Naquele preciso momento que eles subiam lá para o 6º andar, na redação do Jornal, eu tava descendo pelo outro elevador, e nos cruzamos no caminho.[60]

José Maria Rabelo fugiu do País, exilando-se na Bolívia, depois no Chile e, em seguida, na França. O Binômio foi extinto e seu acervo, hoje, integra a Divisão de Coleções Especiais e Obras Raras da UFMG.

Jornal dos Bairros: o jornalismo e o cotidiano da classe trabalhadora

O Jornal dos Bairros, de circulação quinzenal, foi criado em 1976, com a proposta de retratar o cotidiano da classe trabalhadora, como forma de resistência ao autoritarismo. Surge como expressão da reorganização de movimentos sociais que ocorria na época. O jornalismo praticado por sua equipe buscava dar voz

aos movimentos populares, realizando uma cobertura que não tinha espaço na grande imprensa mineira, de viés conservador. Nilmário Miranda, jornalista que participou da experiência, relata:

> O Jornal foi ali na Cidade Industrial, nome genérico, né?! A redação era no Barreiro, perto de onde hoje é o viaduto, e só tinha voluntários. Não tinha ninguém contratado, só voluntário mesmo. Jornalistas que trabalhavam no Diário do Comércio, Estado de Minas, outros lugares, e que trabalhavam com um trabalho político, um desafio de produção de Jornal na periferia pra quem não lia jornais. [...] E o povo não tinha o hábito de leitura. E nós queríamos fazer um Jornal para esse povo. Um Jornal político, mas não político como eram o Opinião, (trecho incompreensível), o Em Tempo, (trecho incompreensível). Jornais... Um Jornal pra aquele público específico. E foi muito interessante, uma experiência muito boa. E era difícil de vigiar. Primeiro que já era em 76, a fase não tão aguda, né?! [...] nunca deixou de haver a repressão, mas... uma redução desse controle sobre a mídia tradicional, não sobre os jornais que tinham posição, o Movimento sempre foi muito censurado, Em Tempo também, Opinião também, vários outros jornais, vários, esse título, existia (trecho incompreensível) mesmo. O nosso não tinha como censurar, porque ele não tratava de temas da esfera política, tratava do... Da vida do povo. Dos bairros populares, a falta de serviços de saúde, educação, (trecho incompreensível) pública, transporte, enchentes, asfalto, a vida do povo.[61]

Segundo Nilmário, não era mais o momento da censura institucionalizada, mas os participantes sabiam que eram vigiados: "então nós tínhamos vigilância. Vigilância, sabíamos que estávamos sendo vigiados. " O fato mais marcante, segundo ele, aconteceu no dia 1º/05/1979, após uma manifestação de trabalhadores que não havia sido permitida:

> Enquanto nós vamos para o Jornal dos Bairros, que era no Barreiro, ali perto. Não tinha nada. Só tinha coisa velha. Não era profissional, era um Jornal comercial. Então tudo era só tralha velha, as cadeiras, as máquinas, as mesas, tudo, filtro, tudo de terceira mão, dá nada. Roubaram tudo, durante a noite, no dia 30 de abril para o 1º de maio. [...] Na impossibilidade de censurar, não tinha o que censurar. Censurar o quê? O cotidiano dos trabalhadores. [62]

O Jornal dos Bairros circulou até 1981.

De Fato: mais liberdade para o exercício do jornalismo

O Jornal De Fato foi criado em 1976, a partir da insatisfação de jovens jornalistas que militavam na grande imprensa belo-horizontina e que tinham como objetivo criar um veículo de informação no qual o jornalismo pudesse ser exercido com mais autonomia e liberdade de expressão. Em sua composição inicial estava Aloísio Morais, Durval Campos, Bernardo Carvalho, Mirian Chrystus, entre outros. Seus fundadores apontam como estopim para a criação do Jornal De Fato a publicação do editorial do Jornal de Minas sobre a morte do jornalista Vladimir Herzog. O depoimento de Mírian Chrystus narra esse momento:

> Mas enfim, então tinha esse misto de liberdade, esse misto de repressão, esse misto de medo, esse misto de heroísmo, até um dia que o Vladimir Herzog foi morto pela repressão, aí a coisa ficou mais complicada, porque o Jornal de Minas publicou, no dia seguinte, um editorial de página inteira, favorável... Primeira página, página inteira, favorável à morte do Vladimir Herzog, tipo assim, eles estão dizendo uma coisa assim, dessa vez foi um deles, é guerra, nós estamos vivendo uma guerra. Então, de repente, por mais liberdade que a gente tivesse ali, a gente se deu conta que a gente estava em um terreno minado, que a gente estava dentro de um Jornal que era favorável à morte de jornalista, então a contradição foi muito forte. E aí é isso, quer dizer, as pessoas saíram, o Aloísio vai falar do projeto, a gente... de repente, a gente sentiu muito vivamente essa contradição, e pensamos: a gente quer escrever em um Jornal, em que a gente escreva aquilo que a gente realmente acredita, a gente quer escrever aquilo que a gente acredita, e não ser apenas alguém que para pra escrever alguma coisa, a gente tem que ter esse espaço assim.[63]

O De Fato foi criado com recursos escassos e com sede improvisada, tornando-se um espaço para o exercício livre da profissão jornalística e também para a militância política, como narra Aloísio Morais:

> Fomos fazer um Jornal nosso e juntamos um monte de jornalistas e não jornalistas e tal, e então partimos para criar o nosso Jornal. O Jornal alternativo... que a gente participava dele todo. O Jornal então foi funcionar lá na nossa casa, o nosso quarto de casal virou redação, virou redação, ocupamos um quarto menor... E então criamos o Jornal e o Jornal uma edição pagava a outra. Para fazer o número, né? O primeiro número, cada um deu uma graninha que podia e juntamos o suficiente pra fazer o número um. Depois o número um pagou o dois e assim por diante. Então a gente, o Jornal existiu

> [...] por 28 edições. E era um jornal mensal, mais ou menos mensal. E aí começou também a incomodar, ele começou reunindo os jornalistas e passou... Passaram muitas pessoas lá durante o período... Interessante que eu olho o expediente, cada hora aparece um time, parece que diferente. E muita gente queria participar, naquela época não tinha, nós estávamos ali debaixo, numa... Na ditadura, não tinha partido político, não tinha muitos espaços para você atuar politicamente. Então o Jornal era uma maneira também de você participar politicamente. Então nós fizemos esse Jornal que era, né? A gente participava, o interessante dele também era que a gente participava de todo o processo, desde discutir a pauta, fazer a matéria, a gente mesmo já gravava, a gente às vezes trabalhava a madrugada discutindo coisas, e na hora que saia a gente morria de medo [...]. Então lá, por lá passaram inúmeras pessoas, o Jornal existiu durante três anos, de 76, 77, 78... E viveu também várias fases, porque foi um entra e sai. Tinha uma equipe mais fixa, mas era um entra e sai de muita gente, né? Então viveu fases diferentes. Mas o fato é que ele acabou também com o, a gente temia, acabou chamando a atenção da repressão e dos terroristas. [64]

O De Fato não foi submetido à censura prévia, mas sofreu um atentado, em 02/09/1978, descrito no relatório preliminar da Covemg.[65] Sua sede foi arrombada, porta e mobiliário foram destruídos e objetos foram roubados. A polícia foi informada, mas o caso não foi solucionado. Edições anteriores do Jornal continham matérias sobre presos políticos e traziam uma lista de torturadores mineiros. É importante assinalar que, conforme o mesmo relatório, a sede da sucursal mineira do Jornal Em Tempo também sofreu dois atentados, um em julho e outro em agosto do mesmo ano, após ter publicado essa mesma lista.

Circus, o Vapor, Cemflores e Silêncio: contracultura e resistência

Este conjunto de publicações, de existência breve e com características comuns, constituiu espaço para a expressão de ilustradores, escritores e poetas no ano de 1979. Vapor e *Circus* eram editados pelo ativista cultural Rodrigo Leste e começaram a ser produzidas nas dependências do Diretório Central dos Estudantes da UFMG. Silêncio era editada por um grupo de estudantes e artistas ligados principalmente à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Cemflores era um jornal de poesia e representava uma resistência artística – da palavra e da imagem – contra a ditadura militar. A organização do jornal teve início no "bandejão" da Faculdade de Medicina/UFMG. Carlos Barroso, Luciano Cortez, Marcelo Dolabela, Avanilton de Aguilar integravam a equipe que criou o jornal. Nelas, expressava-se uma contracultura juvenil, cujo engajamento político

não era manifesto e direto. De periodicidade incerta, são pouco citadas na bibliografia e possuem raros exemplares em arquivos oficiais. A Revista *Circus* foi exemplar da expressão de uma época e de um segmento cultural, tendo sido submetida à censura prévia. O episódio da criação da *Circus* e a censura que sofria foi relatada no depoimento de Aloísio Morais:[66]

> Aí, lá em 75, final de 74 a 75, vamos fazer uma Revista intermediando uma edição e outra do Vapor. Aí fizemos essa Revista chamada *Circus*. E aí no primeiro número nós demos uma sorte que a gente entrevistou um ex-integrante da TFP, todo mundo sabe o que é TFP aqui, Tradição, Família e Propriedade. Era um grupo de direita, né? Que existia aí, ligados à Igreja e tal, que existia no País na época. Então esse cara contou os bastidores lá do... Da TFP e tal, como é que era, e era um assunto que ninguém ainda tinha abordado. E o negócio acabou repercutindo, então o Jornal Brasil, por exemplo, entrou no caso, fez matéria em cima, foi localizar lá o... não... O Garrocho, o Luiz Carlos Garrocho, hoje ele mexe com teatro aí até, da prefeitura, do Luiz Carlos Garrocho. Então, o negócio repercutiu, e pô, vamos nessa. E então partimos para fazer a número dois, que foi essa aqui e a gente, a gente abordou aqui o caso do Antônio Luciano, entre outros, entre outros assuntos aqui. Mas a capa foi as duas mil virgens de Dom Luciano, que era um empresário que tinha aqui que era famoso, porque ele gostava de desvirginar mulheres e tal. Então... A partir desse momento então a gente começou a sentir ali, né? [...], a presença ali da Polícia Federal, chegar umas figuras estranhas lá na redação e tal. E a gente sentiu que começou a ser assediado pela Polícia Federal. E, nesse número, o... Essa matéria que a gente deu do Luciano, foi uma matéria censurada no Jornal Movimento... Movimento ou Opinião, eu acho. Era um Jornal alternativo que tinha aqui, nacional. O Durval Campos Guimarães e o Teodomiro Braga, eles fizeram uma ampla matéria sobre o Luciano, uma parte dela contando o lado do empresário Luciano, e suas sacanagens, e do outro lado as virgens de sua sacanagem. Então, essa parte das virgens então foi censurada, lá no Opinião e tal. E aí o Durval pegou lá e falou "Pô! Tô com uma matéria aqui, vocês não topam publicar, não? Sobre o Antônio Luciano e tal e as virgens, e tal? Foi censurada lá, mas de repente aqui dá." Porque o Opinião, e o Movimento e o (trecho incompreensível) eram censurados, tinha censura prévia. Aí nós não estávamos ligando pro azar e falamos "é com a gente mesmo, então publicamos essa matéria censurada." E aí tem uma mão de obra danada, porque depois que a Revista já estava impressa o Teodomiro tomou conhecimento, Teodomiro Braga, e aí ele falou "Porra, eu não quero assinar

> essa matéria, não, (trecho incompreensível)." Bom, e aí a Polícia Federal começou a chegar junto, nós fizemos o número três e aí a sede do Jornal (trecho incompreensível) interesse e foi na minha casa, na casa dos meus pais, que na época eu era solteiro. Então, a gente fez o número três, e um belo dia a Polícia Federal baixa lá na casa dos meus pais à tarde, falaram que apreendeu a *Circus*. A minha irmã que estava lá assustada, né? Eles entraram lá e o que acharam de revista eles levaram. Mas na verdade, lá não era, né? A sede do Jornal, mas aí eles deixaram o recado, que é o seguinte. Na época existia uma regulamentação que se a publicação tivesse esse grampo no meio, outro grampo no meio é revista, tirou o grampo é jornal. Então vinha e a (trecho incompreensível) tinha o grampo, e por ser a Revista tinha de ter o registro, porque o grampo tinha de ter, [...] e ser revista tinha de ter o registro na polícia, no departamento da Polícia Federal. E para ter o registro tinha que passar pela censura. Então vamos ficar aqui, nós teremos o registro aí da revista, aí tal, devolveram para a gente essa revista aqui toda carimbada, corte de censura federal, da capa até, só a página 12 que tem o expediente que não sofreu. Mas o resto foi todo no carimbo da censura.

10.7 Suplemento literário de Minas – a literatura e o rebelde oficial

O Suplemento Literário de Minas Gerais foi criado em 03/09/1966, pelo então governador Israel Pinheiro, com o intuito inicial de levar informação a mais de duzentas localidades do Norte de Minas Gerais, visto que essa região se encontrava em situação de notável isolamento.

O Suplemento logrou um alcance expressivo em todo o País e circulou até 1993, na forma de um encarte semanal do Jornal oficial do Estado, o "Minas Gerais". Retornou em 1994, já independente do "Minas Gerais", com periodicidade mensal e sob o comando da Secretaria de Estado da Cultura. Circula até hoje. A rebeldia e a inovação características do veículo são analisadas por Ângelo Oswaldo:[67]

> Criado em plena ditadura militar, não tardou muito para que o Jornal passasse por dificuldades. O provincianismo mineiro, a descrença da parte mais conservadora dos escritores (a maioria da Academia Mineira de Letras) e, principalmente, a ditadura, fizeram com que se instalasse uma crise no Jornal

> e culminasse na saída de Murilo Rubião. [...] Um pequeno grupo de acadêmicos movia ardilosa campanha contra o 'vanguardismo' do Suplemento e a blindagem estabelecida por Rubião contra a subliteratura que costuma assaltar publicações do gênero. [...] denunciado como subversivo, Murilo se afasta do Jornal, sendo substituído por Rui Mourão, que também seria vítima do regime autoritário, permanecendo pouco tempo no SLMG, assim como os seguintes diretores Libério Neves e Ildeu Brandão.

Apesar de ser um "encarte" de um Jornal oficial do Estado, o Suplemento sofreu censura e repressão. Ele teve grande importância na formação de uma geração de escritores e leitores e, no período da ditadura, sofreu com o afastamento de alguns de seus colaboradores. Mesmo assim, teve uma vida autônoma e constituiu espaço relevante para a cultura mineira, congregando intelectuais que encontravam ali, espaço para suas manifestações. Esta autonomia, contudo, não livrou a publicação da ação conservadora. Dois casos emblemáticos de censura encontram-se registrados no Suplemento Especial de 50 anos, edição comemorativa.

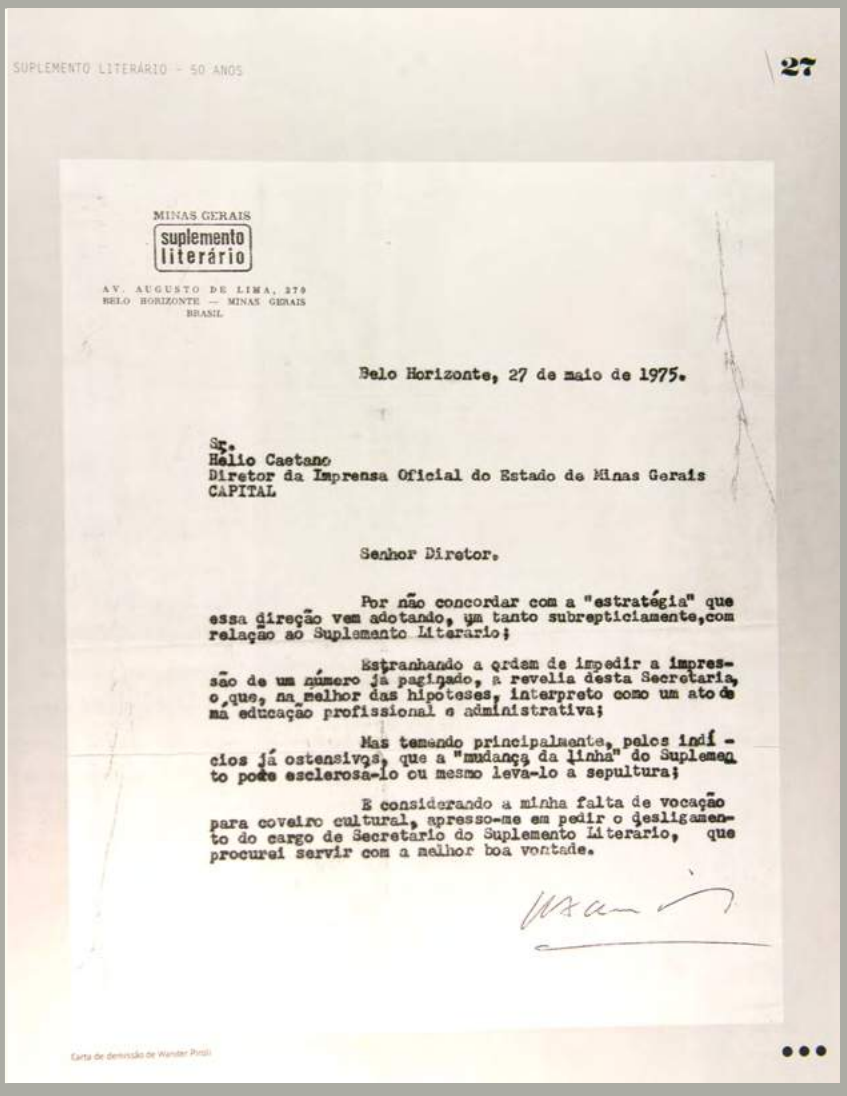
O primeiro caso trata de uma Edição Especial de 1973, organizada por Ângelo Oswaldo, dedicada ao Conto Brasileiro:

> De acordo com Jaime Prado Gouvêa, na gestão de Garcia de Paiva as pressões continuaram e um suplemento especial, que pretendia ser uma amostra do Conto Brasileiro Atual (24 textos de ficção), foi mutilado pela censura. Seriam dois números, cada um com dezesseis páginas. O primeiro saiu perfeito, mas o segundo teve apenas oito páginas.[68]

Segundo um artigo publicado na Veja, em 19/12/1973, essas oito páginas censuradas "haviam desaparecido da gráfica da Imprensa Oficial, tendo retornado sem algumas páginas, após terem sido inspecionadas no Palácio da Liberdade, sede do governo de Minas Gerais. "[69]

Em janeiro de 1975, ocorreu o segundo caso de censura ao Suplemento. Havia, até então, certa liberdade de pensamento e de criação no veículo, mesmo que em plena ditadura. Com Wander Piroli na direção, o encarte ganha notoriedade e, como observa Jaime Prado Gouvêa[70], o novo diretor trouxe o dinamismo do Jornal diário a que estava acostumado, inovando na parte gráfica: publicou cordel, abriu espaço aos escritores que quisessem desabafar, agilizou o setor editorial e irritou os conservadores em geral. Porém, durante esse breve período

de independência do Suplemento, a direção da Imprensa Oficial informa que o Suplemento seria reformulado, sem comunicar previamente tal decisão ao secretário e ao diretor do Encarte. De acordo com Humberto Werneck[71], em seu livro "Desatino da rapaziada" esse episódio se deu após pressões da censura e por meio de manobras políticas de um poeta membro da Academia Mineira de Letras, o que acabou provocando a demissão de Piroli e de grande parte de seus colaboradores. Em seguida, o Suplemento acabou entrando em crise, pois tal acontecimento teve grande repercussão na Imprensa nacional e motivou artistas plásticos e grandes nomes da literatura brasileira a iniciarem um movimento de revolta em forma de protesto a favor de Wander Piroli.



SUPLEMENTO LITERÁRIO - 50 ANOS 27

MINAS GERAIS
suplemento literário

AV. AUGUSTO DE LIMA, 270
BELO HORIZONTE — MINAS GERAIS
BRASIL

Belo Horizonte, 27 de maio de 1975.

Sr.
Hélio Caetano
Diretor da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais
CAPITAL

Senhor Diretor.

Por não concordar com a "estratégia" que essa direção vem adotando, um tanto subrepticiamente, com relação ao Suplemento Literário;

Estranhando a ordem de impedir a impressão de um número já paginado, a revelia desta Secretaria, o que, na melhor das hipóteses, interpreto como um ato de má educação profissional e administrativa;

Mas temendo principalmente, pelos indícios já ostensivos, que a "mudança da linha" do Suplemento pode esclerosa-lo ou mesmo leva-lo a sepultura;

E considerando a minha falta de vocação para coveiro cultural, apresso-me em pedir o desligamento do cargo de Secretario do Suplemento Literario, que procurei servir com a melhor boa vontade.

Carta de demissão de Wander Piroli

Figura 4: Carta de demissão de Wander Piroli, por não estar de acordo com medidas internas adotadas pelo Minas Gerais em relação ao Suplemento Literário de Minas Gerais. Fonte: Suplemento Especial 50 anos



SUPLEMENTO LITERÁRIO - 50 ANOS 29

Suplemento literário muda e traz protestos

"Por não concordar com a estratégia que essa direção vem adotando, um tanto subrepticiamente, com relação ao Suplemento Literário, estranhando a ordem de impedir a impressão de um número já paginado, a revelia desta Secretaria, o que, na melhor das hipóteses, interpreto como um ato de má educação profissional e administrativa, mas temendo, principalmente, pelos indícios já ostensivos, que a "mudança de linha" do Suplemento pode esclerosá-lo ou mesmo levá-lo à sepultura e considerando a minha falta de vocação para coveiro cultural, apresso-me em pedir o desligamento do cargo de secretário do Suplemento Literário, que procurei servir com a melhor boa vontade". Com esta carta, o secretário de redação do Suplemento Literário do "Minas Gerais", Vander Piroli, pediu demissão do cargo ao diretor da Imprensa Oficial de Minas, Hélio Caetano da Fonseca.

O ex-secretário de redação não está sozinho: escritores e artistas plásticos iniciaram um movimento de protesto contra o ato do diretor daquele órgão. Também por não ter concordado com a supressão do Suplemento Literário, criado em 1966 pelo Governo do Estado por iniciativa de seu primeiro chefe de redação, Murilo Rubião, a escritora Laís Corrêa de Araújo desligou-se então do Conselho Estadual de Cultura.

Sérgio Sant'Anna, escritor mineiro, apoiando a decisão de Vander Piroli, afirma: "Aprovo integralmente a decisão do secretário de redação, pois sua gestão de cinco meses lembra Sérgio — foi a melhor época, em que o Suplemento esteve aberto a todas as tendências culturais".

"O Suplemento Literário" diz o escritor, "era o último órgão literário vivo no Brasil que destinava algum espaço à criação e a movimentos de vanguarda".

Clarice Lispector, Autran Dourado e Nélida Piñon, através de telefonemas ao ex-Secretário, reafirmam a posição de Vander Piroli e dizem: "vamos defender o Suplemento através de uma campanha nacional".

Todos os escritores mineiros lançam hoje um manifesto contra a decisão e, do Rio, escritores de todo País enviarão ao governador Aureliano Chaves um abaixo-assinado em favor do Suplemento. De escritores mais conceituados em Minas totalizam 95% no movimento de solidariedade e reconquista do atual suplemento.

Vander Piroli, que é autor do livro "A mãe e o filho da mãe", lança no mês que vem o seu segundo livro: "O menino e o ponto do menino", que ele considera como sendo uma estória infantil urbana, para todas as idades.

Recorte do jornal "Estado de Minas" (1975)

Na redação do Suplemento em 1975. Em pé: Dulcio Gomes, Luis Gonzaga Vieira, Sérgio SantAnna, Luis Márcio Vianna, Antônio Carlos Braga, Sérgio Sista e Humberto Werneck. Agachados: Jaime Prado Gouvêa, Marcio Sampaio, Luiz Vilela e Waldimir Diniz

Minas reage a mudança em jornal

Belo Horizonte — Escritores e artistas plásticos mineiros iniciaram ontem um movimento de protesto contra o que qualificam "um ato de loucura" do diretor da Imprensa Oficial de Minas, Sr Hélio Fonseca: reformular o *Suplemento Literário do Minas Gerais*, considerado por eles uma das melhores publicações especializadas da América Latina.

O secretário de redação do *Suplemento*, Vander Piroli, declarou, ontem, que nada sabia ainda oficialmente, mas que se demitirá logo que seja cientificado do que já sabe extra-oficialmente: que a publicação será transformada num órgão de divulgação da Academia Mineira de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico de Minas e da Sociedade Amigas da Cultura.

O *Suplemento Literário do Minas Gerais* foi criado em 1966 pelo Governo do Estado, por iniciativa de Murilo Rubião, seu pirmeiro secretário de redação

Recorte do "Jornal do Brasil" (1975)

Figura 5: Matéria do Jornal Estado de Minas, de 1975, sobre o movimento de escritores e artistas plásticos em apoio à decisão de Wander Piroli e a favor do Suplemento. Fonte: Suplemento Especial 50 anos

10.8 A censura violenta aos espetáculos artísticos e culturais e a intépretes, em Minas Gerais

Antecedentes da censura no Regime Militar: a legislação da era Vargas

A censura a espetáculos e diversões públicas realizada no Brasil durante o período da ditadura militar tem suas raízes no sistema implementado pelo governo de Getúlio Vargas, após o golpe de 1930.[72]

Em 04/04/1932, foi expedido o Decreto nº 21.240 que nacionalizava o serviço de censura dos filmes cinematográficos, proibindo sua exibição pública sem que fosse obtido um certificado de autorização do Ministério da Educação e Saúde Pública. A censura seria realizada por uma comissão, até que fosse criado um órgão técnico "destinado não só a estudar e orientar a utilização do cinematógrafo, assim como dos demais processos técnicos que sirvam como instrumentos de difusão cultural."[73]

Esse órgão foi criado pelo Decreto nº 24.651, de 10/06/1934: vinculado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, funcionaria o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural incumbido, entre outros, de "estudar a utilização do cinematógrafo, da radiotelefonia e demais processos técnicos e outros meios que sirvam como instrumento de difusão."[74] A censura seria realizada por uma comissão mista, composta de representantes de vários ministérios, um representante do Juízo de Menores, um representante do chefe de Polícia e um representante da Associação Brasileira de Produtores Cinematográficos.

Dias mais tarde, atribuições concernentes à censura teatral e de diversões públicas foram conferidas à Polícia Civil do Distrito Federal pelo Decreto nº 24.531, de 02/07/1934.[75] E, no dia 16 de julho do mesmo ano, a censura a espetáculos e diversões públicas foi consignada na Constituição de 1934, ao tratar de direitos e liberdades individuais, em seu artigo 113:

> Em qualquer assunto é livre a manifestação do pensamento, sem dependência de censura, salvo quanto a espetáculos e diversões públicas, respondendo cada um pelos abusos que cometer, nos casos e pela forma que a lei determinar. [...] [grifos nossos].[76]

A área de atuação desse tipo de censura foi ampliada pela Constituição de 1937 que inclui, entre os limites legalmente possíveis, à liberdade de expressão,

> a) com o fim de garantir a paz, a ordem e a segurança pública, a *censura prévia da imprensa*, do teatro, do cinematógrafo, da radiodifusão, facultando à autoridade competente proibir a circulação, a difusão ou a representação. [destaque nosso][77]

Em 27/12/1939, o Decreto-Lei nº 1.915 cria o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), encarregado de "fazer a censura do Teatro, do Cinema, de funções recreativas e esportivas de qualquer natureza, de radiodifusão, da literatura social e política, e da imprensa, quando a esta forem cominadas as penalidades previstas por lei."[78] As atribuições anteriormente conferidas à Polícia Civil do

Distrito Federal pelo Decreto nº 24.531 e ao Departamento de Propaganda e Difusão Cultural e à Comissão de Censura Cinematográfica, regulados no Decreto nº 24.651, foram transferidas para o DIP, diretamente subordinado ao Presidente da República.[79]

As atividades sujeitas à fiscalização do DIP, entre elas o cinema, o teatro e as diversões públicas, foram reguladas pelo o Decreto-Lei nº 1.949, de 30/12/1939.[80] O DIP é extinto em 25/05/1945, pelo Decreto-Lei nº 7.582, e substituído pelo Departamento Nacional de Informações, encarregado de "fazer a censura do Teatro, do Cinema, de funções recreativas e esportivas de qualquer natureza, da radiodifusão, dentro das normas do Decreto-Lei nº 21.111, de 1º/03/1932 e, nos casos previstos em lei, da literatura social e da imprensa."[81]

A Constituição de 1946 retoma os termos daquela de 1934:

> § 5º - É livre a manifestação do pensamento, sem que dependa de censura, salvo quanto a espetáculos e diversões públicas, respondendo cada um, nos casos e na forma que a lei preceituar pelos abusos que cometer. [grifo nosso][82]

Desde janeiro de 1946, a norma que regulamentava o funcionamento da censura no Brasil era o Decreto nº 20.493[83], que foi recepcionado pela nova Constituição. Esse Decreto aprovou o regulamento do Serviço de Censura de Diversões Públicas do Departamento Federal de Segurança Pública, institucionalizando a censura que, naquele momento, era bastante centrada na preservação da moral e dos bons costumes da sociedade.

Esse Decreto é parcialmente revogado pelo Decreto nº 37.008, de 08/03/1955 que aprova o Regulamento Geral do Departamento Federal de Segurança Pública.[84]A partir daí, a censura prévia e a fiscalização dos espetáculos e diversões públicas é atribuída a Delegacias Especializadas de Costumes e Diversões, as quais contavam com um Serviço de Censura de Diversões Públicas. As atividades a serem censuradas incluíam cinema, teatro, música, dança, propagandas, entre outras, discriminadas no rol (exemplificativo) do artigo 146 do Regulamento.

Em 1961, é editado o Decreto nº 50.518, que dispõe sobre a fiscalização e controle da entrada de filmes cinematográficos destinados à projeção nos cinematógrafos e pela televisão.[85] Como sua motivação, o Decreto aponta "que a entrada no País de filmes cinematográficos e de televisão, sem a devida cobertura cambial e a título de amostra, tem dado ensejo a burlas fiscais de toda ordem com graves prejuízos ao erário nacional, com a evasão de divisas". Entretanto,

essa justificativa não é aceita pela doutrina conservadora e moralista, segundo a qual o Decreto teria o fito de atender "às reivindicações de setores conservadores, em especial entidades católicas."[86] Seja como for, o efeito prático do Decreto foi conceder aos estados federativos prerrogativas no exercício da censura de filmes.

A censura a espetáculos artísticos e culturais durante a Ditadura Militar

> A partir de 1965, uma nova legislação censória foi sendo construída pelo regime militar, aproveitando muitos artigos já existentes e criando novos mecanismos que melhor atendessem às suas necessidades coercitivas. [...] Com a inauguração, em 1965, do novo prédio do Departamento Federal de Segurança Pública, no Distrito Federal, teve início o processo de centralização da atuação censória no Serviço de Censura de Diversões Públicas do Departamento Federal de Segurança Pública (posteriormente Departamento de Polícia Federal), em detrimento das censuras regionais. [...] Este processo de centralização foi fundamental para a censura, pois esta pretendia ter uma atuação mais coerente e uniforme. De algum modo, também simplificou a vida dos artistas, produtores e distribuidores, que agora requeriam uma única liberação, válida para todo o País.[87]

Em 1965, é editado o Decreto nº 56.510, que aprova novo Regulamento Geral do Departamento Federal de Segurança Pública.[88] O Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP) passa a ser um órgão da Polícia Federal de Segurança[89], encarregada, entre outros, de "[c]oordenar e supervisionar, em caráter geral, os trabalhos da Censura de Diversões Públicas."[90]

O SCDP era o órgão central. Além de exercer a censura diretamente, por meio da Seção de Censura e suas duas Turmas, uma de Censura Cinematográfica e outra de Censura de Teatro e Congêneres, o SCDP estava encarregado de "[c] oordenar, em todo o território nacional, do ponto de vista doutrinário e normativo, as atividades inerentes à Censura Federal, a serem desempenhadas pelo órgão central e pelos demais descentralizados nas Delegacias Regionais."[91]

As Delegacias Regionais poderiam ter jurisdição sobre um ou mais estados da federação. Nelas, a censura era exercida pela Turma de Censura de Diversões Públicas, integrante da Polícia de Segurança, órgão central da Delegacia Regional. As Delegacias estavam diretamente subordinadas ao Departamento Federal de Segurança Pública – o que é ressaltado no artigo 394 do Decreto: "As Delegacias Regionais, miniaturas que são do Departamento Federal de

Segurança Pública, existem como representações descentralizadas das atividades desse organismo." O material a ser censurado deveria, portanto, ser encaminhado, em princípio, à Secretaria da Turma de Censura de Diversões Públicas da Delegacia Regional correspondente.

Em 1966, o Decreto-Lei nº 43 criou o Instituto Nacional do Cinema, encarregado, entre outras funções, de "visar" a programação de exibições cinematográficas comerciais e encaminhar filmes à censura, após o recolhimento do tributo correspondente e verificação de cumprimento das normas de proteção ao cinema brasileiro, fixadas pelo Conselho Deliberativo do Instituto. Além disso, o Decreto determina, em seu artigo 26, que "[a] censura de filmes cinematográficos, para todo o território nacional, tanto para exibição em cinemas, como para exibição em televisão, é da exclusiva competência da União."[92] Intensifica-se, desse modo, o processo de centralização da censura.

A Constituição de 1967, em seu artigo 8º, consignou a competência da União para organizar e manter a Polícia Federal com a finalidade (entre outras) de prover a censura de diversões públicas.[93] A institucionalização da censura é confirmada pelo art. 150, sobre os direitos e garantias individuais:

> § 8º - É livre a manifestação de pensamento, de convicção política ou filosófica e a prestação de informação sem sujeição à censura, salvo quanto a espetáculos de diversões públicas, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer. É assegurado o direito de resposta. A publicação de livros, jornais e periódicos independe de licença da autoridade. Não será, porém, tolerada a propaganda de guerra, de subversão da ordem ou de preconceitos de raça ou de classe. [grifo nosso].[94]

Em 21/11/1968, é promulgada a Lei nº 5.536, que dispõe sobre a censura de obras teatrais e cinematográficas, cria o Conselho Superior de Censura, e dá outras providências. A exibição pública de obras cinematográficas era submetida apenas à censura classificatória, cujos critérios foram estabelecidos pela Lei, que mantém a censura "moral" de obras teatrais que pudessem:

> I - atentar contra a segurança nacional e o regime representativo e democrático;
>
> II – ofender às coletividades ou às religiões ou incentivar preconceitos de raça ou luta de classes; e
>
> III - prejudicar a cordialidade das relações com outros povos.[95]

A censura seria decidida por comissões de três técnicos do Serviço de Censura de Diversões Públicas do Departamento de Polícia Federal e, em caso de reprovação total, a decisão deveria ser ratificada pelo diretor-geral do Departamento de Polícia Federal. Decorridos os prazos legais sem essas manifestações, entendia-se que a obra estava liberada.

A figura do "Técnico de Censura" substituía o "Censor Federal", exigindo-se, a partir de então, que o candidato possuísse diploma de Curso Superior em Ciências Sociais, Direito, Filosofia, Jornalismo, Pedagogia ou Psicologia.

O Conselho Superior de Censura, diretamente subordinado ao Ministério da Justiça, era competente para "rever, em grau de recurso, as decisões finais, relativas à censura de espetáculos e diversões públicas, [proferidas] pelo diretor-geral do Departamento de Polícia Federal e elaborar normas de critérios que orientem o exercício da censura, submetendo-os à aprovação do Ministro da Justiça" (art. 17). A decisão não unânime do Conselho poderia ser objeto de recurso ao Ministro da Justiça.

A instalação do Conselho Superior de Censura, contudo, só foi possível após a promulgação do Decreto nº 83.973, de 13/09/1979, que regulamentou o artigo 15, e seguintes, da Lei nº 5.536.[96]

Com fundamento no Ato Institucional nº 5, de 13/12/1968, é promulgada a Emenda Constitucional nº 1, de 17/10/1969, que "[e]dita o novo texto da Constituição Federal de 24/01/1967".[97] A norma constitucional relativa à competência da União para a censura de diversões públicas é mantida.[98] Entretanto, à norma que regula a liberdade de expressão é acrescentada a proibição de "exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes":

> Art. 153 [...] § 8º É livre a manifestação de pensamento, de convicção política ou filosófica, bem como a prestação de informação independentemente de censura, salvo quanto a diversões e espetáculos públicos, respondendo cada um, nos têrmos da lei, pelos abusos que cometer. É assegurado o direito de resposta. A publicação de livros, jornais e periódicos não depende de licença da autoridade. Não serão, porém, toleradas a propaganda de guerra, de subversão da ordem ou de preconceitos de religião, de raça ou de classe, e as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes. [grifos nossos]

Esta parte final do dispositivo foi posteriormente regulamentada pelo Decreto-Lei nº 1.077, de 14/02/1970, que proíbe exteriorizações contrárias à moral e aos

bons costumes em diversões e espetáculos públicos (além daquelas contidas em publicações e meios de comunicação).[99] A fiscalização do cumprimento dessa norma foi atribuída ao Conselho Superior de Censura, ao Departamento de Polícia Federal e aos juizados de Menores, no âmbito de suas respectivas competências.

A propósito dos censores, sua formação e forma de trabalhar:

> A partir de 1966, a fim de entenderem as diferentes manifestações artísticas, os censores passaram a frequentar cursos de capacitação ministrados, por exemplo, pelo coronel Oswaldo Ferraro de Carvalho – Técnica de Censura –; pelo censor Coriolano Fagundes – Direito Aplicado –; pela atriz Sylvia Orthof – Teatro. A capacitação implantada na DCDP teve sua continuidade: em 1976, por exemplo, a professora de Técnica e Censura de teatro foi Maria Clara Machado e, no ano seguinte, professores da Universidade de Brasília ministraram também disciplinas para os censores. Com a alteração das exigências do cargo de censor, os policiais, que desde o Estado Novo eram maioria nos serviços de Censura, foram substituídos por concursados e por apadrinhados portadores de diploma de curso superior. Entre alguns destes novos censores, que surgem em cena já no início da década de 1970, vão figurar até mesmo profissionais com nível de pós-graduação, como ocorre com a historiadora Solange Hernandez, formada pela USP, que assumiu, em 1980, a direção geral da DCDP, sendo já atuante na Censura paulista. A fixação de legislações foi de fundamental importância para a atividade censora, pois era não só um limite imposto ao profissional de censura, mas também um referencial e uma fonte de justificativas.
>
> Além do arcabouço legal instituído para justificar a censura às obras analisadas pela DCDP, havia à disposição dos censores inúmeras normas divulgadas pelo CONTEL a fim de regular as transmissões de rádio e televisão, além das resoluções e portarias baixadas pelo Instituto Nacional do Cinema (INC) que regulavam e criavam novas regras para a difusão e apresentação de filmes em território nacional e normatizavam também a apresentação de filmes nacionais em outros países. O término da censura prévia às diversões públicas ocorreu em 1979. A DCDP foi desativada no ano de 1988, com a promulgação da nova Constituição deste ano, que pôs fim à censura no Estado brasileiro.[100] [grifos nossos]

Acerca das diferenças que marcaram a censura a obras e espetáculos artísticos e culturais e a censura à Imprensa:

> É preciso que atentemos para o fato de que a censura praticada pelo regime militar não foi homogênea. É possível distinguir uma série de diferenças entre a censura de diversões públicas e a censura feita à imprensa. Enquanto a primeira foi legal, conhecida do público, a última foi negada pelo regime e imposta por atos revolucionários como o AI-5, por exemplo. A censura feita pela DCDP estava inserida em uma longa tradição de defesa da "moral e dos bons costumes" e já existia havia muitas décadas no Brasil, legalmente, ao contrário da censura da imprensa, que foi feita pelos militares envergonhadamente, pois lembrava o velho DIP do Estado Novo e os castelistas moderados tinham horror ao velho órgão. [...]
>
> Embora existisse um mal-estar da parte da DCDP em afirmar categoricamente que realizava uma censura política, em seus pareceres os censores não se sentiram incomodados em dizer que determinada música "fere as normas do regime vigente" ou identificar "mensagem de teor subversivo". [...]
>
> Mesmo em meio ao processo de abertura não houve um afrouxamento da censura musical nem um desgaste, como aconteceu com a censura feita à imprensa. Pelo contrário, a DCDP funcionou até o ano de 1988, embora a partir de 1985, com o fim do regime, o número de vetos tenha caído drasticamente. A DCDP foi finalmente extinta no ano de 1988, quando foi promulgada uma nova Constituição, na qual se determinou a passagem da censura de diversões públicas para o âmbito do Ministério da Educação, com um caráter apenas classificatório.[101]

A Constituição de 1988,[102] em seu artigo 5º, sobre os direitos e garantias fundamentais, dispõe:

> IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença; [grifo nosso]

Ainda, em seu Capítulo V, sobre a comunicação social, a Carta estabelece:

> Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.
>
> § 1º Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística

> em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.
>
> § 2º É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística. [grifos nossos]

Extingue-se, dessa forma, a censura institucionalizada no Brasil.

10.9 Eventos de censura violenta a espetáculos artísticos e culturais e a intérpretes mineiros ou ocorridos em Minas Gerais

O *Living Theatre*

O *Living Theatre* é um grupo de teatro fundado por Judith Malina (atriz, escritora e diretora americana/alemã) e seu companheiro Julian Beck (pintor, poeta, ator e diretor americano), em Nova York, nos Estados Unidos, em 1947. A prática teatral proposta pelo grupo busca ir ao encontro do povo, na rua, rompendo, assim, a convencional partilha de poder entre palco e plateia, para promover a revolução, em sua forma não violenta, por meio da libertação da arte, da cultura, das universidades. O objetivo é criar formas diversas de organização social, rumo à utopia anárquica da convivência humana sem classes e sem nações.[103]

Desde sua estreia, as apresentações do grupo foram impedidas várias vezes pelas autoridades americanas e de outros países, sob diversas acusações. O *Living Theatre* produziu seu próprio conceito de teatro político e se tornou a mais importante referência internacional para os grupos de vanguarda, entre as décadas de 1960 e 1970.[104] "Não bastassem as encenações agressivas ou debochadas, mas sempre de ataque direto às instituições e ao *status quo*, os Beck[105] eram visivelmente muito ativos – anarquistas, pacifistas e, é claro, empenhados ativistas políticos."[106]

O grupo deixou os EUA em 1963, rumo à Europa. Os artistas voltaram aos EUA em 1968 e à Europa em 1969. Chegaram ao Brasil, em 1970, graças ao convite feito em Paris por José Celso Martinez Corrêa, diretor do Teatro Oficina, e Renato Borghi.

Julian Beck e Judith Malina chegaram a São Paulo no dia 25/07/1970, com mais sete integrantes do grupo, dispostos a desenvolverem um projeto em

comunidade com o grupo teatral Oficina e com o grupo argentino *Los Lobos*, também em São Paulo, a convite de José Celso. O encontro entre os grupos, contudo, foi marcado por divergências estéticas e políticas e por conflitos pessoais. Em janeiro de 1971, romperam; o *Living Theatre* instalou-se em Ouro Preto e deu início aos preparativos para a montagem de um trabalho inédito - "O legado de Caim" -, contando, para isso, com novos integrantes do grupo, inclusive alguns brasileiros.[107]

Em Ouro Preto, "o grupo encontrou um ambiente alternativo, consequência direta da existência, [ali], de uma estrutura intencionalmente comunal construída, a cada ano, no mês de julho, para escolha de eventos e locais de exibição e para apresentação e distribuição coletiva da vida artística - o Festival de Inverno."[108]

> Durante a estada em Ouro Preto, o *Living* continuou seus trabalhos de pesquisa e de preparação dos próximos espetáculos, principalmente O legado de Caim. [...]. Desenvolveram ainda uma oficina para crianças e adolescentes que resultou numa apresentação em homenagem ao Dia das Mães, com o título de Seis sonhos sobre mamãe, apresentada no bairro industrial de Saramenha.[109]

O grupo solicitou a inclusão de sua participação na programação oficial do V Festival de Inverno da UFMG, obtendo, contudo, resposta negativa, sob o fundamento de que "na programação do referido Festival não caberia uma tão intensa participação no setor de Teatro."[110]

Interpretação diversa foi apresentada:

> Após meses de negociações, e mesmo com o grupo se oferecendo para apresentar gratuitamente após alegação de falta de verbas, sua participação [no Festival de Inverno] foi recusada [pela direção]. Justificaram, posteriormente, não haver tempo de modificar a programação. Recentemente, a biografia de Júlio Varela revela outra explicação: "Apenas seis meses depois da instalação do grupo em Ouro Preto, a população da cidade, incluindo o clero, está escandalizada com o estilo de vida e o comportamento do grupo. A proposta, então, não é aceita pelo Festival. "[111]

Em 1º/06/1971, dia da abertura do Festival, uma denúncia anônima justifica a irrupção de agentes do Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais (DOPS/MG), na república onde os membros do *Living* residiam – um casarão na Rua Pandiá Calógeras, nº 23, Ouro Preto. São encontrados medicamentos,

vitaminas, livros e o mapa da cidade, que aos militares parecem constituir evidências de atividades subversivas.[112] Vinte e um integrantes do grupo são presos[113].

Os artistas foram conduzidos à cadeia de Ouro Preto e, durante a madrugada, ao DOPS, em Belo Horizonte. Conforme relata Judith Malina.[114]

> em um tumultuado corredor do DOPS, o grupo foi interrogado por policiais e jornalistas, indistintamente, sobre um eventual hábito de fumar maconha e sobre sua vida sexual. Judith declarou nunca haver usado maconha e Julian afirmou que a fumara no passado, mas não durante muitos anos. Após várias horas, os detidos foram finalmente divididos em dois grupos: os que estavam na casa (presos "em flagrante") e os que tinham sido presos fora da casa. Às quatro horas da manhã, as mulheres foram separadas dos homens. Judith e Mary foram colocadas em um pequeno quarto, com a porta trancada, e foram informalmente abordadas pelo Dr. Renato Aragão da Silveira, delegado encarregado do aspecto social do DOPS, diplomado pela *School of the Americas*, a escola da CIA para oficiais de regimes totalitários na América Latina. O delegado David Hazan era o gestor do DOPS à época.[115]

No dia 02/07/1971, alguns dos integrantes do grupo foram soltos. "Os que não [haviam sido] soltos foram autuados e tiveram de deixar impressões digitais."[116] Ainda que não conhecessem o teor dos documentos relativos à detenção, os artistas não tinham outra saída, que não fosse assiná-los. [117]

No dia 03/07/1971, o grupo foi comunicado acerca de rumores de que seriam novamente presos. Judith e Julian, sem ter aonde ir ou o que fazer, foram à inauguração de uma galeria de artes. Durante o evento, dois agentes do DOPS invadiram a galeria e detiveram os artistas, que foram levados à cadeia de Ouro Preto e, posteriormente, ao DOPS, em Belo Horizonte, sob a "suspeita de uso de drogas e suspeita de atos de subversão."[118]

Judith e Mary foram colocadas em uma cela, em companhia de Maria Dalce Ricas, 22 anos, presa política (SEDESEa). Posteriormente, foram introduzidas mais "três moças do Rio que tinham sido presas em Ouro Preto, por causa de maconha. "[119]

No dia 04/07/1971, houve uma tomada de declarações. Julian foi interrogado em primeiro lugar e permitiu-se que ele presenciasse o interrogatório de Judith, que foi mediado por um intérprete de alemão. Judith foi interrogada acerca de

cadernos, livros, cartas, papéis, anotações, fotografias e pedaços de um mapa de Ouro Preto, encontrados na casa do grupo. Os policiais afirmaram haver encontrado maconha[120] na casa dos artistas e mostraram fotografias de policiais e cães com os pacotes descobertos. Judith afirma que o local das fotografias não parecia com a casa do grupo e que havia indícios de fraude.[121]

No dia 05/07/1971, o grupo recebeu a visita de seu advogado, Ariosvaldo de Campos Pires, enviado pelo Consulado dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, a pedido de Preston Amos, funcionário do Serviço de Divulgação e Relações Públicas dos Estados Unidos da América, que tinha visitado o grupo no dia anterior. O grupo também recebeu a visita de Randy Reed, vice-cônsul dos Estados Unidos no Rio de Janeiro e de Yvonne e Jimmy Spicer. As visitas eram acompanhadas por policiais, repórteres e fotógrafos.

Em 06/07/1971, foi decretada a prisão preventiva do grupo, até o julgamento pelo Juiz de Direito da Comarca de Ouro Preto, Moacir Andrade. No dia seguinte, Julian e Judith deveriam ser enviados a prisões diferentes. Entretanto, o advogado do casal solicitou o cancelamento da medida e o delegado Thacyr Omar Menezes Sia[122] deferiu o pedido. Os demais membros do grupo foram transferidos. Em 11/07/1971, Judith e Julian foram levados num jipe, junto com Guimarães Filho, preso político (SEDESEb), a fim de serem fotografados e terem suas impressões digitais registradas. No dia 08/07/1971, Mary e Andy foram postos em liberdade.

No dia 23/07/1971, com base nos autos do inquérito, o promotor de justiça, Antônio Carlos de Barros, apresentou denúncia contra Julian Beck, Judith Malina, Vicente Segura, Sérgio Godinho, Sheila Mary Charlesworth, Luke Theodore, James Anderson, Pamela Badyk, Brigit Knabe, José Carlos Templet, Ivanildo Silvino de Araújo, Roy Harris Levine, Thomas S. Walker, Hans Schano, William Lawrence Hoves.[123] A denúncia foi fundamentada no art. 281 do Código Penal, com redação dada pelo Decreto-Lei nº 385, de 26/12/1968, que dispõe:

> Art. 281. Importar ou exportar, preparar, produzir, vender, expor a venda, fornecer, ainda que gratuitamente, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, ministrar ou entregar, de qualquer forma, a consumo substância entorpecente, ou que determine dependência física ou psíquica, sem autorização ou de desacôrdo com determinação legal ou regulamentar[124]:

A instrução criminal teve início no dia 26/07/1971, no âmbito do processo nº 8724/71. Interrogada sobre a existência de inimigos seus, Judith disse que sim,

mas que não podia dizer nomes, eram pessoas que falavam contra o grupo em público, nos sermões da igreja, e diziam que eram sujos. O juiz perguntou se esses inimigos tinham acesso à porta da casa. Judith informou que a casa era aberta a jovens e pobres, e que qualquer um podia entrar na casa pelo jardim, que dava para o rio. O juiz perguntou se Judith bebia, fumava, jogava baralho, se já havia estado separada de Julian, se já havia sido presa antes. Não foram feitas perguntas sobre maconha. Foi lida uma relação de nomes, desconhecidos para Judith, de pessoas que testemunharam contra o grupo.[125]

No dia 27/07/1971, após os depoimentos das testemunhas de acusação, as testemunhas de defesa falam em favor do grupo: Maria Delfina de Oliveira, diretora da escola de Saramenha; Vladmir Santos; Elisabete, professora; Orlandinho Seitas Fernandes, diretor do Museu da Inconfidência; Victor e Caiaffa; Nelo Nunno, artista plástico; Maurílio Torres, jornalista.

Em 26/08/1971, a Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, sob a relatoria do Des. Lindolfo Paoliello, julgou o *habeas corpus* nº 12.679, impetrado em favor dos artistas. A medida foi concedida, exceto em favor de Sergio Godinho, James Anderson, Pamela Badik, Judith Malina e Julian Beck. A ordem foi cumprida no dia 28/08/1971.[126]

A detenção dos membros do *Living* pela ditadura brasileira mobilizou ações de protesto na Europa e nos Estados Unidos. No dia 31/07/1971, é publicado um manifesto internacional[127], exigindo a incolumidade dos artistas e pedindo a sua libertação. O documento foi assinado por mais de 120 personalidades das artes e da política, que criaram o *American Committee for the Defense of the Living Theatre*. Entre as assinaturas constavam os nomes de John Lennon, Yoko Ono, Marlon Brando, Píer Paolo Pasolini, Tennessee Williams, John Lindsay (o então prefeito de Nova York), Allen Ginsberg, Samuel Beckett, Jean-Paul Sartre, Michel Foucault, Bernardo Bertolucci, Jean Luis Barrault, Artur Miller, Mick Jagger, Susan Sontag, Bob Dylan, Jane Fonda, Abbey Rockefeller, Andy Warhol, Stanley Kubrick, Jean Luc Godard, Moravia, Jean Genet, entre outros.

Sobre o período da detenção, Julian Beck descreve métodos de tortura utilizados pelos militares para obter informações e Ilion Troya destaca o caso dos choques elétricos ministrados pelos algozes de Thacyr Omar Menezes Sia no potiguar Ivan Silvino e em Vicente Segura, o peruano, durante os interrogatórios da madrugada de 02/07/1971.[128]

Em agosto de 1971, o então presidente da República, general Emílio Garrastazu Médici, assinou o Decreto de expulsão do *Living Theatre* do País, atendendo à exposição de motivos do Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, que alegou estar o grupo inspirando uma campanha difamatória contra o Brasil. O Decreto foi expedido antes que fosse pronunciada qualquer sentença.

O Jornal Correio da Manhã, de 28/08/1971, publicou a seguinte notícia:

> O presidente da República, baseando-se em exposição de motivos do ministro da Justiça assinou ato expulsando do território nacional treze cidadãos estrangeiros.
>
> O ato presidencial e a exposição de motivos têm a seguinte íntegra:
>
> "O presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 102 do Decreto nº 66.689, de 11 de junho de 1970, e tendo em vista o que consta do processo nº 58.283, de 1971, do Ministério da Justiça".
>
> Resolve expulsar do território nacional, na conformidade do artigo 100, combinado com os artigos 103 e 108, todos do Decreto nº 66.689, de 11 de junho de 1970, Vicente Segura, de nacionalidade peruana; Sérgio Godinho, de nacionalidade portuguesa; Sheila Mary Charlesworth, de nacionalidade canadense; Pamela Badyk, da nacionalidade australiana; Birgit Knabe, de nacionalidade alemã; Hans Schano, de nacionalidade austríaca; Luke Theodore, James Anderson, Roy Harris Levine, Thomas S. Walther, William Lawrence Howes, Judith Malina Beck e Julian Beck, de nacionalidade norte-americana.
>
> Nos primeiros dias de julho do corrente ano foram presos em Minas Gerais, componentes do grupo teatral internacional Living Theatre, acusados de crime capitulado no artigo 281 do Código Penal.
>
> Sua prisão determinou o surgimento de onda de protestos em várias partes do mundo, atribuindo ao Governo brasileiro conduta inamistosa para com a classe teatral, o que tem sido explorado por inimigos de nossa pátria, na campanha difamatória que empreendem contra o Brasil.
>
> Essa campanha tem sido estimulada pelos próprios integrantes do grupo Living Theatre, através de declarações encaminhadas à Imprensa Internacional, o que constitui também crime contra a segurança nacional (Decreto-lei nº 898, de 29 de setembro de 1969, artigo 45).

> Entendo que esse comportamento torna a presença dos alienígenas presos em Minas Gerais absolutamente perniciosa aos interesses nacionais, o que os faz passíveis de expulsão na forma do artigo 100 do Decreto número 66.689, de 11/ 06/1970.
>
> Acresce, ainda, que o retardamento de sua libertação e o constrangimento do processo criminal em curso em Belo Horizonte estimularão progressivamente a ação dos interessados em denegrir o bom nome do Brasil.
>
> Dispõe o artigo 108 do citado Decreto nº 66.689: "Art. 108 – Em se tratando de procedimento contra a Segurança Nacional, a ordem política ou social e a economia popular, assim como no caso de desrespeito à proibição especialmente prevista em lei para estrangeiro, a expulsão poderá ser feita mediante investigação sumária, que não poderá exceder o prazo de cinco dias, dentro do qual fica assegurado ao expulsando o direito de defesa.
>
> Parágrafo único – Nos casos deste artigo, dispensar-se-á a investigação sumária quando o estrangeiro houver prestado depoimento em inquérito policial, ou inquérito policial-militar ou administrativo, no qual se apure haja ele se tornado passível de expulsão.
>
> E o artigo 103 do mesmo decreto reza: "Art. 103 – Desde que seja conveniente ao interesse nacional, a expulsão do estrangeiro poderá efetivar-se, ainda que haja processo ou já se tenha efetivado sua condenação."[129]

No dia 26/09/1972, foi prolatada a sentença, no sentido de absolver todos os acusados, por não haver sido corroborada, na instrução criminal, a prova colhida durante o inquérito policial.

O Promotor de Justiça, Antônio Carlos de Barros, apelou da decisão em 02/10/1972. A apelação tramitou sob o nº 8.724, contudo, no dia 29/06/1973, a Primeira Câmara Criminal do TJMG, sem examinar o mérito do assunto, determinou a devolução dos autos ao juízo de origem, para que este apresentasse, de ofício, o recurso necessário regulado no art. 7º da Lei nº 1.521 de 26/12/1951.[130] O processo ficou sem qualquer movimentação durante quase vinte anos, e o referido recurso somente foi apresentado em 21/02/1990. Em resposta, a Segunda Câmara Criminal do TJMG prolatou, no dia 24/05/1990, acórdão no sentido de declarar a extinção da punibilidade dos réus, pela prescrição da ação penal. A decisão transitou em julgado e os autos foram arquivados.

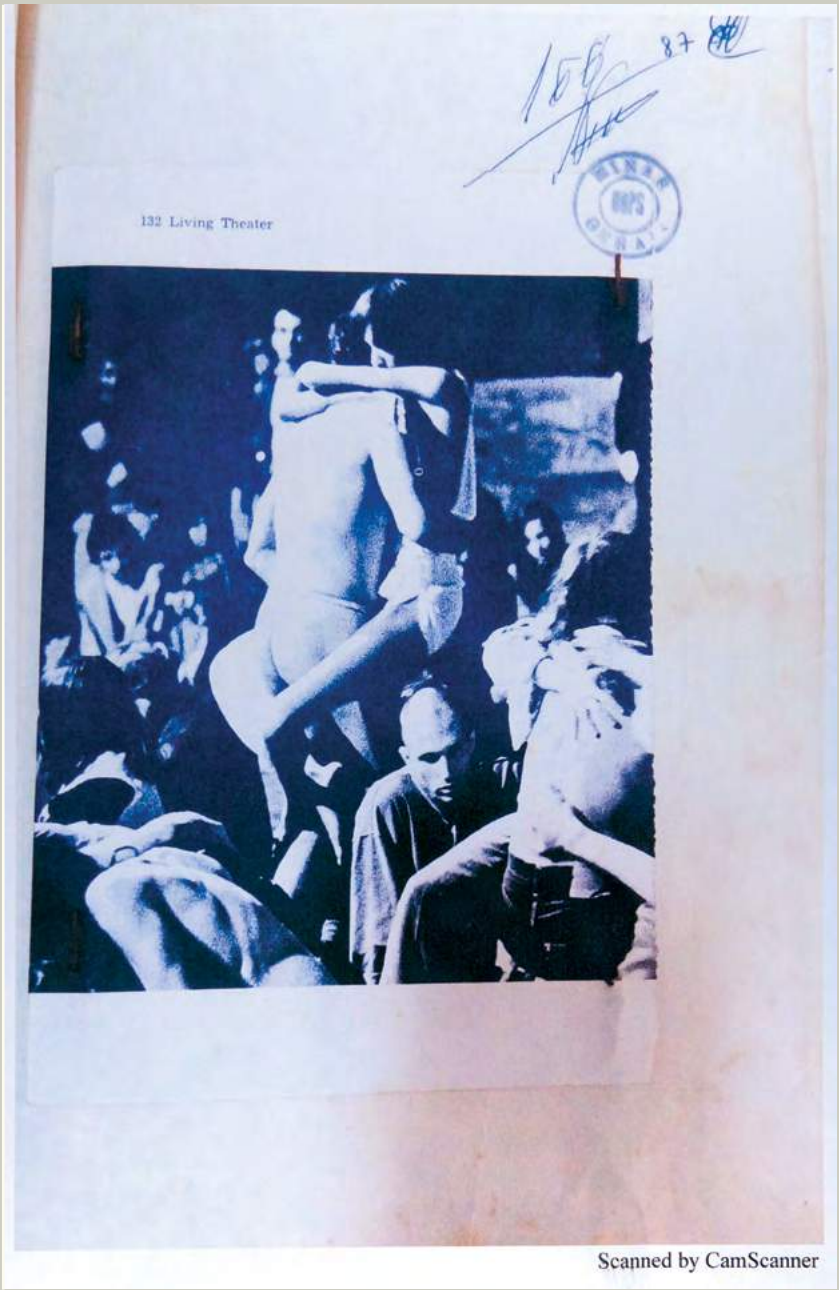


Figura 6 – A prática teatral do *Living Theatre*. Fonte: MINAS GERAIS, 1990.

Processo contra o artista plástico Lincoln Volpini Spolaor

Em 1976, a obra "Penhor da Igualdade", do artista plástico Lincoln Volpini Spolaor, é retirada da galeria do IV Salão Global de Inverno, apresentado no Palácio das Artes, em Belo Horizonte, entre os dias 2005 e 18/07/1976. O evento, uma realização da Globo Minas – Rede Globo de Televisão, era organizado pelo jornalista Jurandir Persichini.

O artista, assim como os críticos de arte que aturam como jurados na seleção e premiação das obras para o IV Salão - Héctor Júlio Paride Bernabó, Rubens Herschmann, Frederico Guilherme Gomez de Moraes e Mário Cravo Júnior, foram processados e julgados.

Após a apreensão da obra, foi instaurado um inquérito policial e, em seguida, o Ministério Público Militar junto à Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar apresentou ação penal contra o artista, autor do quadro, e contra os referidos jurados, que teriam sido coniventes com o crime ao premiar a obra. O quadro foi considerado subversivo "porque além de conter um agravo ao símbolo nacional encerrava, como pano de fundo, uma inscrição fixada em uma parede, apoiando uma tentativa de guerrilha".[131]

> "Penhor da Igualdade" apresentava, no alto, um espaço de madeira que aludia à bandeira nacional e, na parte inferior, a foto de uma criança junto a um tronco de árvore. Em primeiro plano, uma corda. No fundo, a foto de um muro com a frase "Viva a guerrilha do Pará-73". A interpretação da polícia foi a seguinte: "O pequeno pedaço de madeira representa a bandeira nacional, a corda, na realidade, é um arame farpado. Um exame com lupa do muro ao fundo do quadro mostra que nele está escrita uma frase de apoio à guerrilha do Pará."[132]

A denúncia tipificou o evento no artigo 47 do Decreto nº 898, de 29/09/1969, que "define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências": "Incitar à prática de qualquer dos crimes previstos neste Capítulo, ou fazer-lhes a apologia ou a de seus autores se o fato não constituir crime mais grave. "[133]

Em suas alegações finais, o Ministério Público Militar deixou a critério do Conselho a desclassificação do crime, do artigo 47 para o 45, incisos I e IV, do Decreto nº 898/69. Esta norma dispõe:

> Art. 45. Fazer propaganda subversiva:
>
> I - Utilizando-se de quaisquer meios de comunicação social, tais como jornais, revistas, periódicos, livros, boletins, panfletos, rádio, televisão, cinema, teatro e congêneres, como veículos de propaganda de guerra psicológica adversa ou de guerra revolucionária ou subversiva;
>
> [...]
>
> VI - Manifestando solidariedade a qualquer dos atos previstos nos itens anteriores.

Em primeira instância, a ação tramitou sob o número 06/77, perante a Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar, sendo julgada pelo Conselho Permanente de Justiça para o Exército. A sentença foi prolatada em 27/07/1978.

Os membros do júri que premiou a obra foram absolvidos. O Conselho considerou que:

> entre as atribuições dos membros da comissão [julgadora] não estava prevista, contratualmente ou legalmente, a de examinar o aspecto ideológico das obras julgadas, mas tão somente de seu valor artístico. [...] Além do mais, foram mais de 1800 obras, centenas de áudio-visuais, todos vistos a distância e somente de relance por horas seguidas com o consequente cansaço físico e psicológico. [...] Se alguma negligência ocorreu quando da premiação do quadro, já os jurados pagaram árdua e amargamente pelo descuido somente com o processo a que responderam por anos seguidos.[134]

Quanto a Lincoln Volpini, o Conselho Permanente de Justiça para o Exército considerou que a afirmação "Viva a guerrilha do Pará-73", contida no quadro "Penhor da Igualdade", constituía "propaganda de meios violentos como forma de subverter a ordem estabelecida."[135] A referida frase não havia sido escrita pelo artista, mas aparecia, em letras pequenas, em uma foto utilizada pelo artista no quadro. O Conselho entendeu que o artista "utilizou conscientemente tal frase em consonância com os demais elementos de sua montagem, mostrando os problemas sociais e oferecendo a solução através da luta armada."[136]

O Conselho ponderou, ainda:

> Um quadro é um veículo de comunicação social tal como um filme, um artigo de jornal ou revista, um panfleto, uma peça de teatro, ou tudo que transmita uma mensagem entre o autor da mensagem e o receptor, devendo-se tomar o relacionamento do inciso I do artigo 45 da LSN como meramente exemplificativo.
>
> Se um meio utilizado tem força ou não para atingir a segurança nacional, isto somente seria objeto de exame para os fins do § único deste mesmo artigo, bastando para seu "caput" que a mensagem seja transmitida.[137]

A sentença declarou a perda do quadro, em favor da Fazenda Nacional, e condenou Lincoln Volpini a um ano de reclusão, pelo crime do artigo 45 do Decreto nº 898/69. Em vista dos bons antecedentes do artista, foi-lhe permitido aguardar em liberdade pelo trânsito em julgado da sentença.

O Ministério Público Militar apelou da decisão, insistindo na culpabilidade dos jurados. Perante o Superior Tribunal Militar, o recurso tramitou sob o nº 42.164-MG. O acórdão foi proferido em 16-03/1979, mantendo a sentença apelada, na íntegra.

Lincoln Volpini, por meio de seu advogado, apresentou, perante o STM, Recurso Ordinário a ser encaminhado ao Supremo Tribunal Federal, o que se efetivou em 05/07/.[138] Entretanto, menos de dois meses mais tarde, em 28/08/1979, foi promulgada a Lei nº 6.683, conhecida como Lei de Anistia. Esta foi invocada pelo STF, em sua decisão, de 18/09/1979, declarando a extinção da punibilidade do artista.

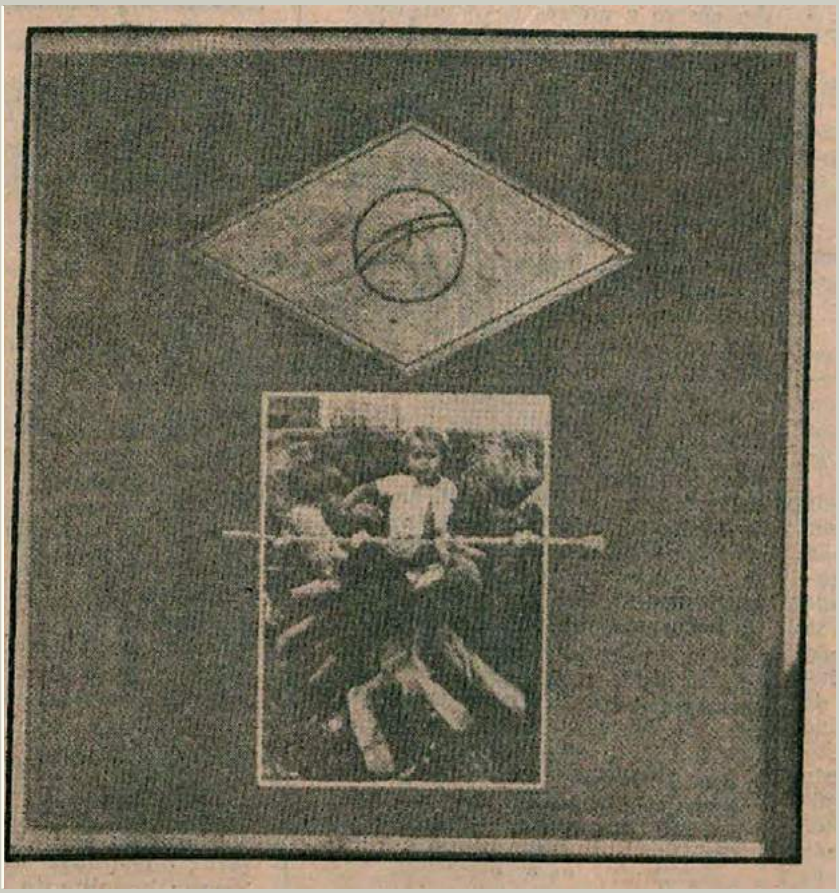


Figura 7 – Obra "Penhor da Igualdade", de Lincoln Volpini

"Penhor da Igualdade" [...] é constituído por uma peça de eucatex emoldurado, de 40 x 40 cm. No alto dessa peça, há um pedaço de madeira em forma de losango e, no centro, um círculo com uma faixa branca e uma interrogação desenhada a grafite. Sob o losango há uma fotografia feita pelo próprio artista numa rua de Belo Horizonte mostrando uma criança sobre o tronco desabado de uma árvore e tendo ao fundo o Ribeirão do Arrudas, muito poluído, que corta o centro da Capital mineira. Mais ao fundo, ainda na área de foco, há um muro, onde está pichada a frase: "Viva a Guerrilha do Pará 73". Para a polícia, "o pedaço de madeira representa a Bandeira Nacional, a corda é na realidade um arame farpado. Um exame com lupa, sobre a parede ao fundo do quadro, mostrou que nela está escrita uma frase de apoio à guerrilha do Pará". [...] Volpini explicou na época que na verdade o losango não "representa" a Bandeira, sendo a própria Bandeira, acrescentando, mais adiante, que a ideia básica era "mostrar paradoxo existente entre a imagem de um pais desenvolvido sob o signo da ordem e do progresso para quem tem dinheiro, e não para uma maioria que continua sem ordem e sem progressos". A interrogação sobre a faixa da Bandeira, prosseguiu, deixa isso bem claro. "A Bandeira não seria então um símbolo de nação, mas puramente o símbolo de um Governo que obviamente não representa a população, como um todo, pois nenhum Governo o faz."

Fonte: ARTISTAS, 1978.

Censura e repressão ao músico Sirlan Antônio de Jesus

Sirlan Antônio de Jesus, natural de Belo Horizonte, começou a frequentar e participar da cena cultural belo-horizontina no começo dos anos 1960, como cantor e baterista. À época, Sirlan tocou em apresentações dos grupos Jazz Minas Bossa, Os Barranqueiros, Os Turbulentos, MPB4, entre outros. Participou de apresentações musicais em programas de rádio e televisão em Belo Horizonte e em bailes, promovidos em várias cidades do estado de Minas Gerais. Concomitantemente, Sirlan começou a trabalhar no Jornal Correio de Minas e na Revista Três Tempos e, a partir de 1964, na TV Itacolomi, especialmente no programa "Brasa 4". Na mesma época, Sirlan começou a frequentar o Colégio Estadual Central de Belo Horizonte, o Saloon – bar situado à Rua Rio de Janeiro - e o Restaurante do Lucas – no edifício Arcângelo Maletta – "pontos de encontros diários de músicos, escritores, cineastas, atores e diretores de teatro, jornalistas, advogados, profissionais liberais e estudantes que ali debatiam os acontecimentos, trocavam informações e tramavam suas criações e produções artísticas. "[139]

Em 1968, após o assassinato do estudante Edson Luís de Lima Souto, no Rio de Janeiro, em parceria com Murilo Antunes, Sirlan compôs a música "Viva Zapátria". Em 1969, o artista foi convidado a participar, como baterista, de uma turnê do grupo MPB4, pelo interior de Minas Gerais. Após a turnê, solicitou sua transferência, da TV Itacolomi para a Rádio Tupi, no Rio de Janeiro. Retornou a Minas Gerais em 1971 e, em 1972, decidiu inscrever a música Viva Zapátria no VII Festival Internacional da Canção da Rede Globo, que acontecia anualmente no Maracanãzinho, Rio de Janeiro. Para tanto, Sirlan convidou Flávio Venturini e Zé Geraldo Vermelho (mais tarde 14 Bis) para irem ao estúdio da Bemol, no bairro Caiçara, fazer a gravação. A inscrição foi realizada no escritório da TV Globo em Belo Horizonte.[140]

Viva Zapátria foi selecionada e, algum tempo depois, Sirlan vai ao Rio de Janeiro, a convite de Solano Ribeiro, diretor artístico do Festival Internacional da Canção, para assistir às audições classificatórias, durante as quais seriam selecionadas outras 29 músicas para o Festival. Definidas as 30 músicas que iriam participar, suas letras foram enviadas para liberação da Divisão de Censura de Diversões Públicas da Policia Federal. Viva Zapátria foi censurada. A direção do festival, da Rede Globo e da Som Livre, entre outros, se mobilizaram para conseguir liberar a música. Desse modo, Viva Zapátria foi liberada para a apresentação no festival e gravação do LP "As Finalistas do VII FIC", o que foi feito pelo grupo MPB4, por meio da gravadora Polygram.[141]

Durante as apresentações do Festival, agentes do regime estiveram presentes, uniformizados ou à paisana. Viva Zapátria foi bem recebida pelo público, chegando à etapa final do concurso. A música e Sirlan, seu compositor e intérprete, receberam o prêmio de "Menção Honrosa". Sirlan foi convidado a representar o Brasil no júri da Final Internacional do Festival e a gravadora Som Livre começou a se ocupar dos preparativos para o lançamento de um LP de Sirlan. Entretanto, após várias tentativas, todas as músicas enviadas por Sirlan foram vetadas pela Censura Federal, ainda que não houvessem sido compostas por ele. À época, Sirlan estava negociando com a Editora Musical Novo Rumo Ltda. - integrante do Sistema Globo de Edições Musicais, SIGEM - um contrato de exclusividade para a edição de músicas de sua autoria. Este não foi concluído e, após dois anos de tentativas de liberação, a Som Livre rescindiu o contrato com Sirlan. Nesse ano de 1972, o espetáculo teatral Fio da Navalha também foi vetado pela Censura, em virtude da participação de Sirlan, como baterista. [142]

Apenas em 1979, Sirlan conseguiu a liberação de canções suas, que integrariam um show no Teatro da Imprensa Oficial, em Belo Horizonte, e o LP "Profissão de fé", gravado pela Continental, nesse mesmo ano, mas não teve a repercussão esperada. Verificou-se, desse modo, a censura à atividade profissional do

artista, compositor, cantor e baterista Sirlan Antônio de Jesus, mediante veto de várias músicas de sua autoria e de shows e espetáculos que contariam com sua participação.

Em 28/04/2014, Sirlan apresentou um requerimento à Comissão de Anistia, com base na Lei nº 10.559, de 13/11/2002. O pedido tramitou sob o nº 2014.01.73659 e foi deferido em 25/03/2015. Em 05/08/2015, foi publicada a Portaria nº 1.251, que declarou a condição de anistiado político de Sirlan e concedeu-lhe reparação econômica, de caráter indenizatório, além de determinar a contagem do tempo em que esteve compelido ao afastamento de suas atividades profissionais, para todos os efeitos.[143]

Viva Zapátria
MPB 4
Compositores: Murilo Antunes e Sirlan

Esse meu sangue fervendo de amor
Aterrissam falcões, onde estou?
Carabinas, sorriso, onde estou?

Um compromisso a sirene chamou
Duplicatas, meu senso de humor
Se perdeu na cidade onde estou.

Viva Zapátria, saudou esse meu senhor
Beijos, abraços, ano um chegou
Salve Zapátria, ê, viva Zapátria, ê
Esta cidade foi uma herança só.

Viva Zapátria, saudando o senhor
Horizonte aberto onde estou
Esta América mãe onde estou.

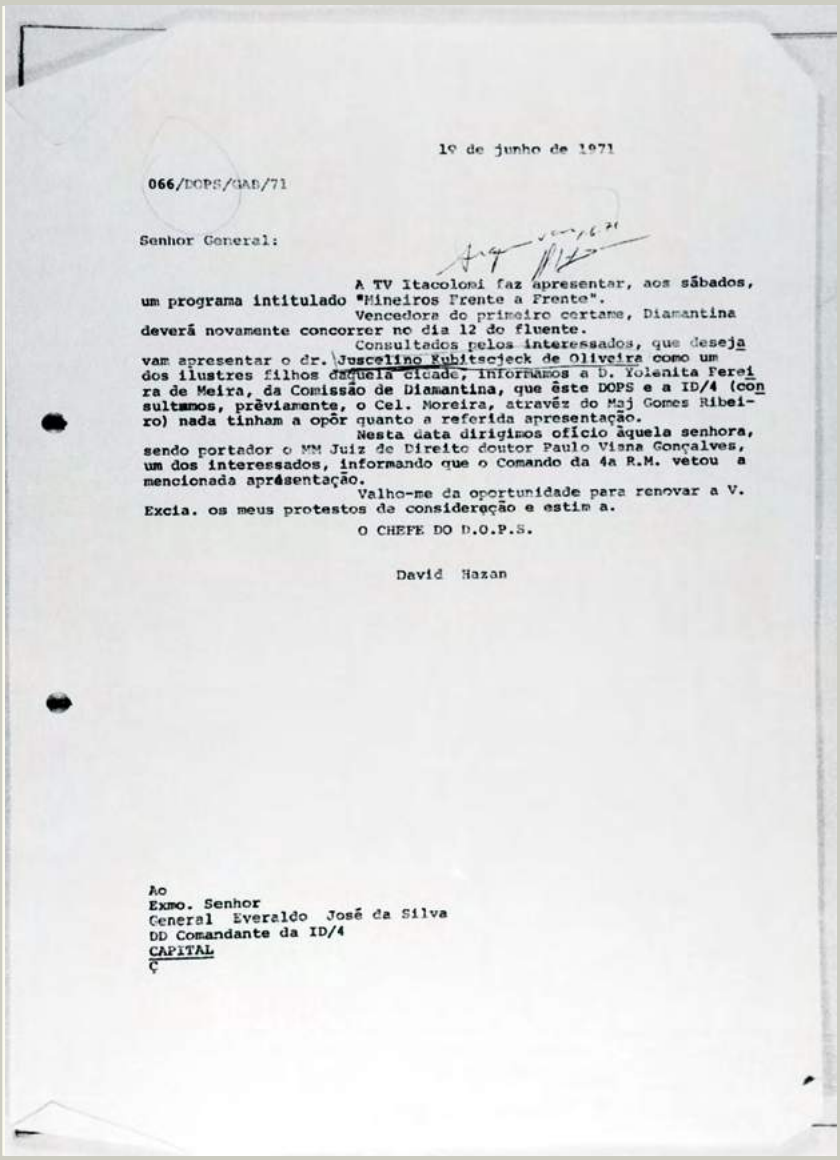
Figura 8 – Letra da música Viva Zapátria. Fonte: https://www.vagalume.com.br/mpb4/viva-zapatria.html

Impedimento de participação de Juscelino Kubitschek de Oliveira em Programa da TV Itacolomi

Juscelino Kubitschek, natural de Diamantina, ocupou a Presidência da República entre 1956 e 1961, tendo João Goulart como vice-presidente. Em 1962, foi eleito senador por Goiás e, em março de 1964, o PSD lançou sua candidatura à

presidência. Entretanto, após o golpe de 1964, JK teve seu mandato cassado e seus direitos políticos suspensos.

Em 1971, o nome de Juscelino Kubitschek foi indicado para representar Diamantina no programa "Mineiros frente a frente", apresentado pela TV Itacolomi, aos sábados. Em comunicação oficial datada de 1º/06/1971, o chefe do DOPS, David Hazan, informa que o DOPS e a ID/4 nada tinham a opor quanto à referida apresentação; contudo, a participação de JK havia sido vetada pelo Comando da 4ª Região Militar.[144]



1º de junho de 1971

066/DOPS/GAB/71

Senhor General:

A TV Itacolomi faz apresentar, aos sábados, um programa intitulado "Mineiros Frente a Frente".
Vencedora do primeiro certame, Diamantina deverá novamente concorrer no dia 12 do fluente.
Consultados pelos interessados, que deseja vam apresentar o dr. Juscelino Kubitscjeck de Oliveira como um dos ilustres filhos daquela cidade, informamos a D. Yolanita Ferei ra de Meira, da Comissão de Diamantina, que êste DOPS e a ID/4 (con sultamos, prèviamente, o Cel. Moreira, através do Maj Gomes Ribei- ro) nada tinham a opôr quanto a referida apresentação.
Nesta data dirigimos ofício àquela senhora, sendo portador o MM Juiz de Direito doutor Paulo Viana Gonçalves, um dos interessados, informando que o Comando da 4a R.M. vetou a mencionada aprésentação.
Valho-me da oportunidade para renovar a V. Excia. os meus protestos de consideração e estim a.

O CHEFE DO D.O.P.S.

David Hazan

Ao
Exmo. Senhor
General Everaldo José da Silva
DD Comandante da ID/4
CAPITAL
Ç

Figura 9 – Carta que comunica a vedação da participação de JK no programa "Mineiros Frente a Frente". Fonte: MINAS GERAIS, 1971.

Casos não esclarecidos

Grupo Mambembe

Em 1979, o Palácio das Artes lançou um edital para produção de um grande espetáculo com os músicos mineiros que despontavam, como parte do projeto "Travessia – O canto dos mineiros". Segundo Camargos, ex-integrante do grupo, o Mambembe inscreveu cinco músicas (o máximo permitido) e todas elas foram selecionadas. O evento aconteceria nos dias 29 de junho a 1º de julho. Entretanto, durante o ensaio geral, na quinta-feira anterior ao evento, o Mambembe teria sido informado de que uma de suas músicas, "Charada Nacional" (poema de Dom Pedro Casaldáglia, musicado por Toninho Camargos), estava censurada para a apresentação. No primeiro dia do show "Travessia", a música teria sido apresentada, a despeito da proibição. Nos outros dias "nem a versão instrumental foi permitida".[145] O público tentou cantar a música, mas "[c]ortaram o som".[146]

Cruzeiro do Sul
Com o Cristo do Norte
Brasil!
Sobrando de vida
Vivendo da morte
Da morte do povo Brasil!

Sem terra, sobrando de terra
Fazendo da paz uma Escola de Guerra
Sem graça
No gol
Na cachaça:

Sobrando de festa e de sol!
Meu Brasil brasileiro
Apenas cantado
Brazil estrangeiro
Vendido, de fato, comprado
Importado!

Só entrando de novo Brasil
No bloco diário da rua!
Só entrando na tua
Na tua do povo
Brasil, pau-brasil, ex-Brazil
Brasil do Brasil!

Figura 10 – Poema "Charada Nacional", de Dom Pedro Casaldáglia, musicado por Toninho Camargos. Fonte: CAMARGOS, 2016, p. 173.

Também a música "Canto de Alegria", de Ricardo Faria, integrante do Mambembe, teria sido proibida para execução fora do show do conjunto "A Revolta da Chibata", por defender a anistia ampla, geral e irrestrita.

Esses fatos são relatados por Toninho Camargos, em seu livro "Grupo Mambembe: pequena história que virou canção", segundo o qual também foram noticiados pela Folha de São Paulo, na matéria "Censura veta duas músicas em Minas", do dia 30/06/1971, e pelo Jornal Movimento, em sua edição de 9 a 15/07/1979. Contudo, não foi possível obter documentos que comprovassem, de forma definitiva, a veracidade dos fatos.

Banda Pendulum

A banda *Pendulum* foi fundada em 1971 e teve entre seus integrantes Emanuel de Oliveira César, Roberto de Oliveira César, Jaime Mol, João Suriadakis, Reinaldo Marques, Idejair Pereira, Acari João Antônio Gonçalves. O grupo tocava músicas de artistas nacionais e estrangeiros em festas, bailes e *eventos* promovidos por clubes e por particulares em Minas Gerais. No afã de possuir equipamentos de som de maior qualidade, e diante das restrições às importações impostas pelo governo, o grupo fazia compras no "mercado negro". Nessa época, era notória a escassez de bons equipamentos de som em Belo Horizonte; por isso, a banda emprestava os seus a amigos que promoviam eventos; a artistas vindos de fora para se apresentar em Minas Gerais; a estudantes do DCE da Universidade Católica e da UFMG, que os utilizavam em suas reuniões e manifestações.[147]

Em determinado momento, o *Pendulum* foi convidado para acompanhar o grupo estadunidense *The Platters* em sua temporada no Brasil. As apresentações seriam na boate *Playboy,* em Belo Horizonte. Entretanto, Emanuel de Oliveira César, um dos fundadores da banda, relata que, um dia, em janeiro de 1977, o grupo chegou à boate e viu que todo o seu equipamento havia sido danificado com ácido sulfúrico. Por meio do jornalista João Euclides Prata Salgado, amigo do grupo, os artistas tiveram acesso ao chefe de polícia Prata Neto e perguntaram-lhe o que fazer. A orientação de Prata Neto foi que a banda comprasse outro equipamento e não tocasse mais no assunto. Diante disso, junto com seu advogado Abraão Bentes, o grupo decidiu não abrir um processo criminal. [148]

Três meses mais tarde, em abril de 1977, o *Pendulum* se apresentava no Restaurante Largo do Baeta (Av. João Pinheiro, 141, Belo Horizonte). Durante a apresentação, agentes da polícia chegaram ao local, solicitando que fosse abaixado o volume do som. A ordem não foi acatada pelo dono do Restaurante, Augusto Baeta, que a considerou infundada, já que o Restaurante estava localizado em zona não residencial. Os policiais invadiram o local e, diante do público, destruíram violentamente os equipamentos e instrumentos dos artistas.[149]


Sem calor em casa, 98 fogem na busca do amor

Delegacia apreende pivo menor

Por dois beijos roubados, uma confusão e um morto

Quantos são os tiros é irrelevante

Para prender fazendeiro sargento precisa de ajuda

Na boite Play Boy, músicos ficam sem seus instrumentos

Dois rapazes raptam moça na Savassi

Assaltantes dão tiro no bancomático

Comerciante é esfaqueado e mata um dos agressores

Misteriosa invasão de uma casa por 5 homens fardados

Figura 11 – Notícia jornalística sobre a destruição dos equipamentos da banda Pendulum.

Fonte: NA BOATE, 1977

A banda precisou cancelar alguns dos compromissos já assumidos e, gradativamente, foi-se desintegrando: alguns desistiram, outros foram para fora do País e outros decidiram sair. Emanuel de Oliveira César e seu irmão, Roberto de Oliveira César, decidiram "auto exilar-se" na Bahia, onde fizeram algumas apresentações da banda *Pendulum*, e só retornaram a Minas Gerais, em 1985.[150]

O primeiro episódio, ocorrido na boate Playboy, foi noticiado pelo Jornal Estado de Minas.[151] Entretanto, o segundo episódio, ocorrido no Restaurante Largo do Baeta, não teve cobertura da mídia. Esses eventos foram mencionados no livro "Estamos vivos, a volta será pior. O DNA do terrorismo de direita em Minas", de Betinho Duarte, que relata ter recebido correspondência de Emanuel de Oliveira César relatando os fatos.[152] O artista Emanuel de Oliveira César confirmou e detalhou o relato em depoimento prestado à Comissão da Verdade em Minas Gerais – Covemg.[153]Entretanto, outras provas não puderam ser obtidas.

O disco JK em Serenata

Em 1968, Juscelino Kubitschek de Oliveira, foi procurado por Serafim Jardim, que lhe propôs participar do lançamento de um disco de modinhas diamantinenses. Juscelino aceitou a proposta e o disco foi lançado sob o nome "JK em Serenata". A capa do disco continha fotos de Juscelino e na primeira faixa uma mensagem lida por ele. O disco foi gravado e distribuído pela gravadora Bemol, sediada em Belo Horizonte.



Figura 12 – Capa do disco "JK em Serenata". Fonte: Arquivo pessoal de José Alexandre Salles.

Entretanto, Serafim conta que um agente da censura teria sugerido que o disco não fosse distribuído às lojas, motivo pelo qual teriam sido contratados vendedores para oferecê-lo de porta em porta. Em Brasília, um vendedor teria oferecido o disco a um coronel do Exército, que o confiscou e "interditou a gravadora, levando o estoque lá existente da peça, um acetato subversivo."[154]

O fato foi noticiado na mídia,[155] porém, outras provas não puderam ser obtidas.

Relação dos veículos de comunicação existentes em Belo Horizonte durante a ditadura

Diário Oficial Jornal Minas Gerais: foi criado em 1892, como órgão oficial do Estado. Teve a colaboração de grandes nomes da política e literatura, em especial quando, em 1966, foi criado o Suplemento Literário de Minas Gerais**,** que teve grande repercussão, sobretudo no meio literário. O Suplemento circulou até 1993, na forma de um encarte semanal do Jornal Minas Gerais, quando teve sua publicação interrompida, retornando em 1994. Nesta nova fase, com periodicidade mensal, passou para o comando da Secretaria de Estado da Cultura, com nova numeração e circulando até hoje sob o título "Suplemento". Em 1975, com Wander Pirolli na direção, o encarte ganha notoriedade, mas, em maio do mesmo ano, a direção da Imprensa Oficial informa que o Suplemento seria reformulado, sem haver previamente consultado seu diretor, que se demite.

Estado de Minas: em 1928, Pedro Aleixo, Mendes Pimentel e Juscelino Barbosa compraram as oficinas do Diário da Manhã, que deram origem ao Estado de Minas. Pedro Aleixo era advogado e político e fazia oposição ao prefeito da capital, Cristiano Machado. O jornal nasce com a intenção de articular um sentimento de ser mineiro, pautado nos ideais da Inconfidência. A crise financeira e os baixos investimentos de publicidade inviabilizam a manutenção do jornal. Em maio de 1929, foi incorporado aos Diários Associados, por Assis Chateaubriand. Dario de Almeida Magalhães, Milton Campos e Abílio Machado se juntaram para viabilizar o novo jornal. Pedro Aleixo e outros políticos continuaram integrando o jornal, como colaboradores. Em 1964, o grupo Diários Associados já era um dos maiores do Brasil. De acordo com Ângela Carrato:

> Em 1964, os dirigentes dos Associados em Minas não foram apenas apoiadores do golpe civil-militar foram conspiradores de primeira hora [...] "Uma vez no poder, os dirigentes dos Associados perseguiram seus concorrentes na mídia – entre 1964 e 1970, quase uma dezena de jornais foram fechados

> ou fecharam em Belo Horizonte – além de terem pedido a prisão de centenas de jornalistas, intelectuais, sindicalistas, estudantes e militantes de esquerda.[156]

Um trabalho da Universidade Federal de Juiz de Fora mostra que, nos primeiros momentos da ditadura, o Estado de Minas teve posturas ambíguas. De elogios expressos, em 02/04/1964 passa, em agosto do mesmo ano, ao ataque direto a Castelo Branco, quando este fala da intenção de criar uma fábrica estatal de papel.[157] No entanto, outros trabalhos acadêmicos mostram que:

> [...] o Estado de Minas esteve plenamente identificado com os governos revolucionários. [...] Pequenas considerações críticas em nada prejudicaram o relacionamento do jornal com os governantes oriundos das forças armadas, apoiadas e prestigiadas como responsáveis pela ordem e integridade do país.[158]

Diário da Tarde: criado em 1931, conhecido como DT, pertencia ao grupo Associados e encerrou suas atividades em 2007. Fábio Proença Doyle foi seu diretor por mais de 26 anos e tinha a preocupação de fazer um jornal voltado para questões "mais corriqueiras da vida das cidades". Atingiu as cidades do entorno de Belo Horizonte. Criou a Coluna da Mulher, em 1949, e uma coluna do funcionalismo público, em 1962.

> Idealizado e criado como um diário vespertino, o Diário da Tarde era um jornal de textos de leitura fácil, diagramação que privilegiava fotos e ilustrações – e foi, desde o seu lançamento, leitura diária obrigatória dos taxistas de Belo Horizonte e dos amantes do futebol.[159]

Foi substituído pelo tabloide Aqui**,** em 2007.

Diário do Comércio: fundado em 1931, na forma mimeografada, como "Informador Comercial". Informava sobre cargas que chegavam ou saíam de Belo Horizonte pela estrada de ferro Central do Brasil. Passou a chamar–se Diário do Comércio em 1934, quando foi adquirido por José Costa. Único Jornal do estilo em Minas Gerais, foi pioneiro em inovações tecnológicas: o primeiro a adotar o *off-set* (1967) e os sistemas computadorizados de edição eletrônica (1989). Participou de campanhas como a da criação da CEMIG, da USIMINAS e da AÇOMINAS. É um Jornal voltado para a economia mineira. Ainda é o único jornal comercial do estado. O semanário gratuito, Jornal de Casa **(**1976-1982), com objetivo bastante comercial, foi uma iniciativa desse grupo e teve grande repercussão nos bairros de classe média de Belo Horizonte.

O Diário: fundado pela Igreja Católica, em 1935, era conhecido como Diário Católico e fazia oposição à ditadura de Vargas. Recebeu benção do Papa Pio XI, em nota reproduzida pelo Jornal. Teve a colaboração de importantes figuras da política, como João Franzen de Lima, Guilhermino César, Edgard da Mata Machado, João Etienne Filho, e diversos outros. Em 1972, sai do controle da Igreja Católica, passando às mãos de Afonso Paulino, como sócio majoritário. Muda de nome para Jornal de Minas**,** parando de circular em 1994.

Diário de Minas: foi fundado por Otacílio Negrão e, após sua morte, em 1960, passou por várias diretorias. Pertenceu a Magalhães Pinto e ao grupo Jornal do Brasil, em 1962. Voltou, depois, ao grupo de Magalhães Pinto que, em 1969, vendeu-o a Januário Carneiro que, por problemas financeiros, não conseguiu mantê-lo. O Tribunal Regional Eleitoral proibiu que o jornal circulasse enquanto durassem as eleições, o que também inviabilizou sua continuidade.

Correio de Minas: fundado em 1961, por José de Araújo Cotta, a convite de Gilberto Faria e de Tancredo Neves, contou com uma equipe formada por grandes jornalistas como Guy de Almeida, Fernando Gabeira, Ivan Ângelo, entre outros. Passou às mãos de Samuel Weiner[160], diretor do Jornal Última Hora, e foi fechado em julho de 1964.

Jornais alternativos

Binômio: surgido em fevereiro de 1952, a partir de uma iniciativa de José Maria Rabelo e Euro Arantes, o semanário combinava humor e crítica política de forma irreverente, utilizando charges e muita ilustração. De acordo com seus idealizadores, o jornal passou por três fases até seu fechamento, em 1964.[161] A primeira foi a fase de características humorísticas, que teve como grande alvo o governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek. A segunda fase coincidiu com o governo de Bias Fortes, quando o Binômio fez uma oposição política bastante "dura e áspera". Na terceira fase, a tentativa de golpe contra a democracia já estava em curso e o Binômio foi porta-voz das reformas de base do governo João Goulart. A iminência de um governo ditatorial obrigou os criadores e grande parte dos colaboradores do Binômio a deixarem o País. O jornal foi digitalizado pela biblioteca da UFMG e encontra-se disponível no *site* da Instituição.

De Fato: criado por um grupo de jornalistas jovens, egressos da grande imprensa, em 1976, o De Fato pretendia criar um espaço de autonomia para o exercício profissional do jornalismo. Seus idealizadores acreditavam ser necessário lançar-se na luta contra a grande imprensa, em seu processo de "assujeitamento" do profissional.[162]Suas matérias denunciavam as más condições de vida da

população, os crimes da ditadura e apoiavam as campanhas pela anistia e pela assembleia constituinte. O De Fato existiu até o final de 1978.

Jornal dos Bairros: (1976-1981). Em 1976, o Jornal dos Bairros nasce em uma fase da ditadura na qual os movimentos sociais começam a se reorganizar. Muitas iniciativas como essa surgem em meados da década de 1970, como resposta a uma mobilização da sociedade brasileira após a vitória do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), em 1974, e também em vista a menor rigidez da censura à Imprensa nessa época.

Além dos jornais com características de imprensa informativa, outras publicações aconteceram e foram reprimidas durante a ditadura militar. Propostas e editadas por grupos culturais, organizações e iniciativas sociais, eram impressos que dependiam de muito trabalho voluntário, seja na sua produção, seja na sua distribuição. Entre esses, destacam-se: Revista *Circus,* Jornal O Vapor, Revista Silêncio.

Revistas

Apesar de existirem algumas revistas editadas em Belo Horizonte, na década de 1960, não foram identificados atos de censura que justifiquem a inclusão neste Relatório. Seria recomendável, contudo, o aprofundamento dos estudos sobre esse tipo de periódico. Alguns títulos identificados:

Alterosa: criada pelo jornalista Miranda e Castro, em 20/08/1939, passou às mãos de Magalhães Pinto, governador de Minas Gerais, em 1962, a ser dirigida pelo jornalista e escritor Roberto Drummond. Foi editada mensalmente, entre 1939 e 1964, pela Sociedade Editora Alterosa Ltda., em Belo Horizonte. A Revista viveu duas fases bem distintas. Inicialmente, foi mais voltada para o público feminino, com assuntos de moda, culinária, literatura, rádio e cinema. Também as colunas sociais eram constantes, assim como notícias e entrevistas com celebridades. Chegou a ter uma tiragem de 30 mil a 40mil exemplares. A partir de 1962, sob a direção de Roberto Drummond, houve uma modificação do perfil editorial, e questões mais políticas passaram a ganhar espaço na revista. Questões nacionais e internacionais começam a aparecer.

> Entre efetivos e colaboradores, Roberto escalou uma equipe afiada, da qual faziam parte Jorge Amado, Otto Lara Resende, Fernando Gabeira, Ivan Ângelo e o cronista Carlos Wagner [...]. Roberto Drummond mexeu à vontade na publicação que recebera. [...]. Como tantas outras publicações brasileiras, a Alterosa acabou quando secaram determinados projetos políticos de seus donos. No caso, Magalhães Pinto, um dos

> líderes civis do golpe militar, viu se esfumarem seus planos de chegar à presidência da República – e, nesse momento, seu empreendimento editorial deixou de fazer sentido.[163]

É nessa mesma época que o cartunista Henfil aparece como colaborador. Existe uma tentativa de modernização do periódico, mas ao que tudo indica a intenção do governador de Minas era a de ter mais espaço para a divulgação de suas ideias, especialmente, aquelas relacionadas com o combate às reformas de base em discussão à época. Às vésperas do golpe militar de 1964, a Revista deixa de circular.

Sucursais

Nos anos 1970, no jornalismo impresso assiste-se ao crescimento de quatro publicações do Rio de Janeiro e de São Paulo, com pretensões de alcance nacional. Para tanto, lançam mão de uma estratégia empresarial importante: a utilização das sucursais. Além dos jornais O Globo, Jornal do Brasil, Estado de São Paulo e Folha de São Paulo, as revistas semanais informativas também se utilizam das sucursais.

Em seu livro "Sucursal das incertezas", José de Souza Castro fala de sua experiência com a chegada das sucursais a Belo Horizonte:

> Quando fui trabalhar na sucursal mineira do Jornal do Brasil, em junho de 1972, uma das coisas que me impressionou foi como era fácil transmitir nossos textos para a sede, no Rio, através de um telex ligado ponta a ponta. Havia dois aparelhos de telex, mas um deles tinha que ser discado. Com o ponta a ponta nas sucursais dos grandes jornais e revistas, Minas não vivia isolada do resto do país e do mundo.[164]

O fim das sucursais de jornais do Rio e de São Paulo em Belo Horizonte foi um dos efeitos do Plano Collor:

> O fim das sucursais em Belo Horizonte, nos anos 1992 e 1993, foi mais ou menos assim: no Estadão éramos seis repórteres, entre eles, desde 1986, eu. Aí, após já uns dois anos do advento da informática na redação, apareceram, em 91, uns caras caretas de terno e muito sorridentes, lá de Sampa. Vinham esses homens "pra ajudar a melhorar tudo pra nós", armados pelos mais vastos conhecimentos da modernísima qualidade total. Assim acreditamos e assim respondíamos a todas perguntas, mais pra entusiasmados do que pra desconfiados com as "mudanças". [...] "Vejam vocês

> que, exatamente em plena véspera de Natal de 1991, quatro de nós foram demitidos. Ficamos eu e Paulinho Assunção. Em março seguinte, só restava Paulinho, pouco depois substituído por um correspondente. Fim da sucursal. [165]

Emissoras de rádio em Belo Horizonte

Rádio Mineira (AM 690): existem divergências nas fontes consultadas sobre a data de criação da Mineira. Ao que tudo indica, a Rádio fez pequenas transmissões, em caráter experimental, entre os anos de 1927 e 1931, utilizando as antenas do serviço radiotelegráfico da rede Mineira de Viação e um equipamento desativado da Rádio Nacional.[166] No entanto, ela só entrou no ar oficialmente em 1931, quando obteve autorização. Idealizada a pedido do presidente do Estado de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1926-1930), por Lindolpho Espeschit, então funcionário da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, a emissora desempenhou importante papel na divulgação do ideário da Aliança Liberal, em preparação para a eclosão da Revolução de 1930.

Nos anos 1940, a Mineira foi incorporada ao grupo dos Diários Associados, onde viveu a sua plenitude, no período de 1965 a 1969.[167] A base da programação era feita de música e informação, dentro de um estilo mais coloquial, fugindo do padrão do então consagrado Repórter Esso.

Em meados dos anos 1970, a Rádio Mineira entrou em declínio, após uma forte alteração em sua programação. A sua maior concorrente nessa época (a Guarani) pertencia ao mesmo grupo Associados que, ao que tudo indica, fez a opção de "[d]inamitar a Mineira porque havia ultrapassado a audiência da Guarani. Essa era a ordem da direção e uma das saídas foi acabar com o jornalismo. Em pouco tempo, a Mineira perdeu audiência. "[168]

No início de 1980, foi adquirida por Marco Aurélio Jarjour Carneiro, proprietário da Radio Del Rey FM que, logo depois, em 1983, vendeu a emissora ao psiquiatra e educador Welington Armanelli. Em 2002, uma ação judicial (trabalhista) retira a emissora do ar.

Radio Guarani (AM 1190 e FM 96,5): fundada por Lauro de Souza Barros, em agosto de 1936, foi incorporada, em 1942, aos Diários e Emissoras Associados, de Assis Chateaubriand, que já detinham o controle da Rádio Mineira. Rádio generalista, foi reconhecida, desde seu início, como uma estação de serviços. Seu *slogan* era "a voz do povo" e foi considerada a maior do gênero no País. Até o final da década de 1970, teve uma programação que se destacava como uma

das melhores do País. Um dos seus diretores, Rômulo Paes, um compositor de marchinhas e grande apreciador das noites de Belo Horizonte, fez história com "A Hora do Recruta", que lançou muitos talentos no cenário da música e teatro.

Nessa mesma linha musical, a Guarani, já como estação FM, foi a favorita de um segmento da população de Belo Horizonte, com seu programa "Um Toque de Clássicos", apresentado diariamente das 12 às 13h45min, com uma seleção de músicas clássicas do mundo inteiro.

A Guarani saiu do ar em 2015, dando lugar à Rádio Feliz (96,5 FM), retransmissora de um grupo da Igreja Evangélica.

Radio Inconfidência (AM 880 e FM 100,9): emissora estatal, criada em setembro de 1936, sob o governo de Benedito Valadares, tinha como objetivo usar o rádio como forma de unir a capital ao interior. A Inconfidência fez e ainda faz história com seus programas de auditório, ídolos, humor, etc. O programa "A Hora do Fazendeiro", lançado na semana seguinte à da fundação da emissora, foi seu programa de maior audiência, que permanece no ar até hoje.

A emissora completou, em 2016, 80 anos e continua sob o controle do governo de Minas, transmitindo em AM e FM, agora com alterações de foco entre elas. Ainda que se possa dizer que ambas apresentam um jornalismo forte, a emissora AM tem uma programação mais popular, focando no público adulto das classes C, D e E, enquanto a FM, chamada "Brasileiríssima", é especializada em música nacional, visando um público mais elitizado. Em ambas, a busca de uma relação direta com os ouvintes é valorizada, como exemplificam A Hora do Fazendeiro, na AM, e o programa Bazar Maravilha, na FM. De acordo com alguns autores, a Rádio sempre foi uma alavanca para os governos do Estado.[169]

Radio Itatiaia (AM 610 e FM 95,7): emissora comercial fundada por Januário Carneiro, em 1951, com autorização inicial para a cidade de Nova Lima. Já em 1952, obteve uma licença, do então presidente Getúlio Vargas, para funcionar em Belo Horizonte. Seu idealizador e fundador foi reconhecidamente um dos nomes mais importantes do mundo do Rádio, tendo obtido reconhecimento nacional.

Com um foco muito grande no esporte e no noticiário, essa emissora já inaugurou suas atividades com uma diferença em relação às concorrentes. Desde 1957, a emissora não sai do ar. Enquanto as demais paravam de funcionar à meia noite, a Itatiaia mantinha sua programação durante as 24 horas do dia. Outra atitude ousada e que diferenciou a Itatiaia foi inaugurar, em 1959, as transmissões a partir do exterior, cobrindo um campeonato sul-americano de futebol ocorrido na Argentina.

Muitas outras histórias fazem da Itatiaia uma emissora respeitada na radiofonia mineira. Seu objetivo principal sempre foi o esporte, o jornalismo e a prestação de serviços. Na década de 1970, a Rádio já estava bem consolidada no cenário radiofônico de Minas, tendo incorporado outras emissoras e um canal de TV. Como as demais emissoras, teve de se submeter às exigências da censura durante o período da ditadura.[170] As entrevistas feitas com os profissionais da Itatiaia mostram uma aproximação com o grupo político que lutava pelas Diretas Já, sugerindo uma atitude de respeito e liberdade, traduzida no *slogan* da Itatiaia: "Nós vendemos espaço, não vendemos opinião."

Rádio Cultura (AM 830): fundada por Milton Lopes Cury, em 1963, obteve, ainda nos primeiros anos, uma parceria com Januário Carneiro, passando a operar em frequência maior. Durante os anos 1960-1970, teve muita penetração entre os jovens, transmitindo programação musical e informações sobre vestibular. O advento da FM prejudicou a emissora, que foi comprada pela Igreja Católica em 2004, grupo ao qual pertence (Rede Catedral de Comunicação Católica).

Rádio Globo BH (AM 1150): emissora do sistema Globo, que iniciou suas atividades como Rádio Tiradentes**,** em 1974. Na década de 1980, passou a ser chamada Globo BH, nos anos 1990, mudou para CBN e, em 21/04/2002, voltou a ser Rádio Globo. Desde julho de 2013 vem colocando, aos poucos, a programação local (visando concorrer com emissoras tradicionais na capital mineira como Inconfidência e Itatiaia).

Rádio Favela (FM 106,7): criada clandestinamente em 1979,

> com o objetivo de reduzir a violência na região da Vila Fátima, no conglomerado de 11 favelas, local onde está instalada. Em mais de 20 anos de existência, a rádio foi fechada várias vezes pela polícia, mas sempre esteve no ar, conquistando o apoio da gente do morro e a simpatia de outros setores da sociedade. Um dos fundadores da rádio é Nerimar Wanderley Teixeira. Em fevereiro de 2000 a Rádio Favela foi autorizada pelo Ministério das Comunicações a operar como emissora educativa. O diretor e um dos fundadores da Rádio Favela é Misael Avelino dos Santos: "Agora com a concessão você tem que ficar medindo palavra, tem que ir à reunião que não vale nada tem que ouvir 'ah, você é da Rádio Favela, você tem concessão'. O que acontece com isso ? Isso não traz resultado só traz canseira, conta para pagar, certo?"[171]

Canais de Televisão

TV Itacolomi: inaugurada em novembro de 1955, a TV Itacolomi foi mais uma iniciativa dos Diários Associados. Denominada "a melhor da América do Sul", de acordo com o Estado de Minas de 09/11/1955, é extinta em 18/07/1980. Sua concessão foi cassada, bem como a de mais dez outras do grupo, em razão de vários problemas administrativos e financeiros que foram sendo acumulados.

TV Alterosa**:** a TV Alterosa foi fundada em março de 1962 e, dois anos mais tarde, foi incluída no grupo Associados. A Alterosa participou da Rede de Emissoras Independentes (REI), que era liderada pela TV Record de São Paulo, de propriedade de Paulo Machado de Carvalho. Em 1972, parte da Record é adquirida por Silvio Santos que, em 1981, cria o Sistema Brasileiro de Televisão, o SBT, que encampa também a Alterosa.

TV Belo Horizonte: criada em 1963 pela "Emissoras Unidas" que, em 1968, é comprada pela "Organizações Globo", passando a operar como TV Globo Minas.

TV Vila Rica: inaugurada em 1967, como concessão para o Banco Real, era ligada à TV Excelsior de São Paulo, em um projeto que visava a formação de uma rede nacional. Em 1976, a TV Vila Rica passa a se chamar TV Bandeirantes Minas e integra a Rede Bandeirantes de Televisão, hoje BandMinas.

TV Manchete de Belo Horizonte: em junho de 1983, a Bloch Editores cria, em Belo Horizonte, a TV Manchete de Belo Horizonte, no lugar da extinta TV Itacolomi.

Rede Minas: criada por Decreto estadual, em 1984, parte da Fundação TV Minas Cultural e Educativa teve como primeiro diretor o jornalista Guy de Almeida. Retransmite programação da TV Brasil e TV Cultura. Em 1985, são realizadas as primeiras produções locais, sendo uma delas "Momentos de Minas" que, depois passaria ao Jornal de Minas. Em 1987, amplia as produções locais e passa a ter um alcance maior até o sul de Minas.

NOTAS

1. SOARES, Glaucio A. Dillon. *A Censura durante Regime Autoritário*. São Paulo, RBCS nº 10. Vol. 4 jun. 1989.
2. Ver entrevista de Pablo Ortellado, no programa "Diálogos com Mário Sérgio Conti", da *Globo News*, exibido em 1º/06/2017.
3. FICO, Carlos. *Prezada censura: cartas ao regime militar*. Topoi, Rio de Janeiro, dezembro2002, pp. 251-286
4. Ato Institucional nº 5 de 13 de dezembro de 1968: São mantidas a Constituição de 24/01/1967 e as Constituições Estaduais; o Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências.
5. Fico, 2002; Samways, 2008; Kucinsky,2002
6. SAMWAYS, IX ANPUH-RS, 2008, p.4.
7. LOPES, 2009, p.13
8. ALMEIDA, 2014, p. 5
9. Almeida cita os trabalhos "Na tessitura da cena a vida" de M. Céres P.S. Castro e "A casa amena de Assis" de Ângela Carrato, que "abordam o tema de forma tangencial" e o trabalho de Silva (2011) que aborda a censura em dois jornais de Montes Claros.
10. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=4153>.
11. ALMEIDA (2014, P. 25-27) e *Jornal O Diário,* de 14/12/1968.
12. Esses dados foram coletados em diferentes fontes documentais e trabalhos acadêmicos dentre os quais destacamos: *Catálogo dos Meios de Comunicação de Massa de Belo Horizonte:* 1930-1987. UFMG, Departamento de Comunicação Social, Belo Horizonte, 1989.
13. CASTRO, 1997 p.64.
14. CASTRO, 1997 p.76
15. CASTRO, 1997 p.73
16. RODRIGUES, 2011
17. A propósito: Veja nasceu em meio à ditadura militar que tomou o poder em 1964, na tentativa de trazer um formato diferenciado das revistas informativas que existiam até então. No entanto a representação desta modernidade não escapou de um reforço na descrição da atuação dos jovens em plenos ventos do furacão promovido pelo AI-5. Mesmo assim, como ocorreu com os demais segmentos jornalísticos, a revista sofreu a intervenção do poder público, numa verticalização incorporada em algumas redações sob a forma de censura prévia. (KLANOVICZ, 2010). Ver também: CIVITA, 2013
18. CASTRO, 1997 p.79
19. BAUM, 2004, p. 119.
20. CIACCIA, 2012.
21. Idem.
22. Idem
23. Ver BAUM (2004) e CACCIA (2012).
24. Existem informações divergentes em relação à criação da Rádio Mineira: teria havido uma fase experimental entre 1925 e 1927, e uma inauguração oficial entre 1930 e 1931.
25. MOURA *in* PRATA, 2010
26. CARVALHO, 1992.
27. BUCCI, 2004 Uma discussão sobre o papel da televisão em nossa sociedade é apresentada no livro "Videologias: ensaios sobre televisão", de Eugenio Bucci e Maria Rita Kehl, obra que mostra como a televisão tornou-se onipresente no mundo de hoje. Marilena Chauí, no prefácio desse livro, afirma: "Livro inovador e instigante, contra a violência fetichista do imaginário, Videologias nos convida ao trabalho do pensamento contra a violência política dos meios de comunicação, nos convida à busca de uma cultura democrática."
28. OLIVEIRA VAz, 2008 *apud* LINS, 2011
29. CAMPELO, 2010, p. 222-223.
30. Apesar de autores reconhecerem que esse fato influenciou na programação da época, isso não impediu que a "improvisação" fosse uma marca nos primórdios do fazer televisivo.
31. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=4153>.
32. Almeida (2014)
33. Almeida, 2014, p.26
34. Almeida, 2014, p. 29
35. Depoimento do Jornalista Carlos Lindenberg na Audiência Pública sobre Censura aos Meios de Comunicação, realizada pela Covemg, em 23/03/2017.
36. Depoimento do jornalista Manoel Guimarães na Audiência Pública sobre Censura aos Meios de Comunicação realizada pela Covemg, em 23/03/2017.
37. Depoimento do jornalista Washington Melo, na Audiência Pública sobre Censura aos Meios de Comunicação, realizada pela Covemg, em 23/03/2017.
38. SILVA *et. al.*, 2008,
39. Depoimento do jornalista Aloisio Morais, na Audiência Pública sobre Censura aos meios de Comunicação, realizada pela Covemg, em 23/03/2017.
40. Depoimento prestado à Covemg,pelo Jornalista Fábio Martins, em 19/04/2017.
41. Depoimento da jornalista Vilma Fazito na Audiência Pública sobre Censura aos Meios de Comunicação, realizada pela Covemg em 23/03/2017.
42. Depoimento do jornalista Fábio Martins, coletado pela Covemg, em 19/04/2017.
43. A questão dos atentados a jornais, bancas de revistas e ao Sindicato dos Jornalistas foi tratada no relatório "Comissão da Verdade em Minas Gerais: um ano de atividades", pela subcomissão de Atentados Terroristas. Disponível em: <http://www.comissaodaverdade.mg.gov.br/images/documentos/Relatorio%20Covemg%20Digital%203.pdf>..
44. ALMEIDA, 2014.
45. Depoimento do jornalista Carlos Lindenberg na Audiência Pública sobre Censura aos Meios de Comunicação, realizada pela Covemg, em 23/03/2017.
46. ALMEIDA, 2014.
47. Depoimento de Carlos Lindenberg na Audiência Pública sobre Censura aos Meios de Comunicação, realizada pela Covemg, em 23/03/2017.
48. Depoimento da jornalista Vilma Fazito na Audiência Pública Censura aos Meios de Comunicação, realizada pela Covemg, em 23/03/2017.
49. Depoimento da jornalista Vilma Fazito na Audiência

Pública sobre Censura nos Meios de Comunicação, realizada pela Covemg, em 23/03/2017.

50. Depoimento do jornalista Washington Mello na Audiência Pública Censura aos Meios de Comunicação realizada pela Covemg, em 23/03/2017.
51. Termo popular que designa "coturno" ou "bota militar".
52. Mensagem de e-mail de Kerison Lopes enviada à Coordenadora da Subcomissão, Maria Céres Pimenta Spínola Castro em 18/08/2017.
53. Relatório da Comissão da Verdade – Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais. Belo Horizonte, out.2013/janeiro 2014. pp. 70-76.
54. Depoimento prestado à Covemg, pelo jornalista José Maria Rabelo.
55. Idem
56. Idem
57. Idem
58. Empastelar: Por extensão, empastelamento também é o ato de "*invadir uma gráfica ou redação de jornal para inutilizar o trabalho em curso, danificar equipamentos e materiais*", como define o Houaiss. Desta forma, o empastelamento consiste na forma violenta de impor o silêncio de um jornal ou publicação pela destruição de seus equipamentos de tal forma que o jornalista Alberto Dines o compara como sendo o linchamento aplicado a um meio de imprensa.
59. Depoimento prestado à Covemg, pelo jornalista José Maria Rabelo.
60. Idem
61. Depoimento prestado pelo jornalista Nilmário Miranda, na Audiência Pública Censura aos Meios de Comunicação, realizada pela Covemg, em 23/03/2017.
62. Esse atentado é mencionado no relatório "Comissão da Verdade em Minas Gerais: um ano de atividades", p.90. Disponível em: <http://www.comissaodaverdade.mg.gov.br/images/documentos/Relatorio%20Covemg%20Digital%203.pdf>.
63. Depoimento prestado pela jornalista Mírian Chrystus na Audiência Pública Censura aos Meios de Comunicação, realizada pela Covemg, em 23/03/ 2017.
64. Depoimento do jornalista Aloisio Morais, na Audiência Pública realizada pela Covemg, em 23/03/de 2017
65. Ver Relatório "Comissão da Verdade em Minas Gerais: um ano de atividades", p.90. Disponível em: <http://www.comissaodaverdade.mg.gov.br/images/documentos/Relatorio%20Covemg%20Digital%203.pdf>.
66. Depoimento prestado pelo jornalista Aloisio Morais na Audiência Pública Censura aos Meios de Comunicação, realizada pela Covemg, em 23/03/2017.
67. SANTOS, A. Oswaldo de Araújo. Suprimento para a travessia. In: Suplemento Literário do Minas Gerais. 50 anos. Edição Especial. Outubro de 2016. Secretaria de Cultura de Minas Gerais. p. 3-5.
68. Suplemento Literário do Minas Gerais. 50 anos. Edição Especial. Outubro de 2016. Secretaria de Cultura do Estado de Minas Gerais.
69. Novaes, 2014
70. Suplemento Literário do Minas Gerais. 50 anos. Edição Especial. Outubro de 2016. Secretaria de Cultura do Estado de Minas Gerais.
71. WERNECK, H.1992
72. SOARES, 1998
73. BRASIL, 1932b, art.32
74. BRASIL, 1934a
75. Idem
76. BRASIL, 1934c
77. BRASIL1937, art.122, nº15
78. BRASIL, 1939a, art. 2º, letra
79. Ver Decreto nº 24.651
80. BRASIL, 1939b
81. Ver BRASIL, 1932a, art. 3º, letra e.
82. BRASIL, 1946b, art. 141,
83. BRASIL, 1946a
84. BRASIL, 1955.
85. BRASIL, 1961
86. Ver CAROCHA, 2006
87. CAROCHA, 2006.
88. BRASIL, 1965.
89. Antes disso, conforme anteriormente dito, em virtude do Decreto 37.008, o Serviço de Censura de Diversões Públicas integrava as Delegacias de Costumes e Diversões.
90. Art. 136, inc. VII. A composição e o funcionamento do Serviço de Censura são detalhados pelo Decreto, em sua Seção IV, arts. 175 a 183.
91. Ver: art. 175, inc. I
92. BRASIL, 1966
93. Ver Constituição brasileira de 1967: inc. VII, letra d
94. BRASIL, 1967.
95. BRASIL, 1968a, art. 2º.
96. BRASIL, 1979
97. BRASIL, 1969b
98. Ver: art. 8º, inc. VIII, letra d
99. Ver: BRASIL, 1979
100. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA.
101. CAROCHA, 2006
102. BRASIL, 1988
103. Conforme exposto no documento *Living Theatre Declaration*, de 1970: "No mundo, hoje, há muitos movimentos buscando transformar esta estrutura – o Complexo Capitalista-Burocrático-Militar-Autoritário-Policial – em seu oposto: um Organismo Comunal-Não Violento. A estrutura cairá se pressionada no sentido correto. Nosso propósito é conceder apoio a todas as forças de libertação." (Tradução nossa). Disponível em: <http://www.worldhistory.biz/contemporary-history/79216-25-living-theatre-declaration-1970.html>
104. STARLING, 2008, p. 18.
105. Judith Malina e Julian Beck
106. STARLING, 2008, p. 22
107. STARLING, 2008, p. 25-28.
108. Idem, p.32
109. ASSUMPÇÃO, 2008
110. CARTA, 1971

111. ARAGÃO, 2009, p. 116, apud KAMINSKI, 2016.

112. VANUCCI, 2015.

113. O fato teve repercussão internacional. O Jornal *The New York Times*, em 03/07/1971, publica: "*Brazilian police release Beck after drug raid.*" A notícia informa sobre a prisão, sob acusação de uso e tráfico de drogas, de 21 integrantes do grupo teatral norte-americano *Living Theatre*, incluindo seus criadores, Julian Beck e Judith Malina, na cidade de Ouro Preto, Brasil.

114. MALINA, 2008.

115. TROYA in MALINA, 2008

116. Idem

117. Idem

118. Idem

119. Idem, p.63

120. Além do inquérito policial, o DOPS encaminhou ao juízo de Ouro Preto "553 gramas de maconha contidos em três invólucros de papel e um frasco de alumínio; 54 (cinquenta e quatro) comprimidos de Mandrix em suas embalagens originais." (TJMG, Câmara Criminal, Ação Criminal nº 8724, fls. 45. Arquivo Covemg.)

121. MALINA, 2008. p.71

122. Thacyr Omar Menezes Sia é identificado por Ilion Troya como torturador de prisioneiros políticos (TROYA, 2008).

123. MINAS GERAIS, 1990

124. BRASIL, 1965

125. MALINA, 2008, p. 82

126. MINAS GERAIS, 1990.

127. Disponível em: http://library.brown.edu/wecannotremainsilent/wp-content/uploads/2014/03/american-committee-for-the-defense-of-the-living-theater-letter.pdf

128. TROYA in MALINA, 2008.

129. MALINA, 2008, p. 252.

130. Art. 7º. Os juízes recorrerão de ofício sempre que absolverem os acusados em processo por crime contra a economia popular ou contra a saúde pública, ou quando determinarem o arquivamento dos autos do respectivo inquérito policial. (BRASIL, 1951)

131. BRASIL, 1979b, p. 885.

132. MORAIS, 1997.

133. BRASIL, 1969ª.

134. BRASIL, 1979b, p. 798.

135. BRASIL, 1979b, p. 799.

136. BRASIL, 1979b, p. 800.

137. BRASIL, 1979b, p. 800

138. BRASIL, 1979b, p. 920

139. BRASIL, 2015

140. BRASIL, 2015.

141. Idem

142. Idem

143. Idem

144. Ver MINAS GERAIS, 1971

145. CAMARGOS, 2016, p. 147

146. Idem

147. CÉSAR, 2017.

148. Idem

149. Idem

150. Idem

151. NA BOATE, 1977

152. DUARTE, 2015, p. 410

153. CÉSAR, 2017.

154. SIQUEIRA, 1993.

155. ROCHA, 1977; ROCHA, 1977; FELIPE, 1977.

156. https://www.facebook.com/estacaoliberdade/posts/427439484128894)

157. ARANTES, 2012

158. FERREIRA, s.d.

159. RUSSEL, 2007

160. Samuel Weiner foi jornalista e criador do Jornal Última Hora, periódico de grande circulação e que defendeu a posse de João Goulart, assim como as reformas de base propostas por ele. Teve seus direitos suspensos durante a ditadura militar, ficando exilado na França até 1967, quando voltou ao Brasil e assumiu novamente o Última Hora.

161. RABELO, 2017

162. MORAIS, 2017

163. WERNECK, 1992, p. 171

164. CASTRO, José de Souza. Sucursal das incertezas. http://docplayer.com.br/28216064-Sucursal-das-incertezas.html

165. D'AVILA, data apud CASTRO.

166. De acordo com Wanir Campelo, a Rádio Mineira fez, em 16/12/1925, a sua primeira transmissão. Para Nair Prata, a data inicial é fevereiro de 1927, em caráter experimental e, para Ângela de Moura, a entrada da emissora no ar, em caráter experimental, deu-se em novembro de 1929. Os três autores podem ser consultados em PRATA, 2010.

167. MOURA *in* PRATA, 2010

168. MOURA, apud PRATA, 2010, p. 14

169. CAMPELO, 2001

170. Porém, a primeira emissora a anunciar a movimentação das tropas foi a Itatiaia, por meio uma reportagem de Fábio Martins, radialista da época. "Eu fiz na noite de 30 de março de 1964 uma entrevista com o general Guedes, esse general foi o general que comandou as tropas de Minas que foram em direção a Juiz de Fora e lá se juntaram às tropas do general Mourão Filho e marcharam pelo Rio de Janeiro. [...] Então, o general Guedes e o general Mourão marcharam pelo Rio de Janeiro, depuseram o presidente da República e ele anunciou esta deposição na noite anterior, no dia 30. [...] Isso ficou lá na Rádio Itatiaia, eu não sei se eles têm cópia [...]." (NUNES, 2009).

171. PRATA, 2003.



1

VOLTAR AO SUMÁRIO

CASSAÇÃO DE REPRESENTANTES POLÍTICOS, APOSENTADORIAS E DEMISSÕES DE SERVIDORES PÚBLICOS, NO ÂMBITO DE MINAS GERAIS

Coordenadora: Maria Céres Pimenta Spínola Castro
Redação: Vanuza Nunes Pereira
Colaboradores: Amanda Brissa Bonilla Arruda,
Caroline C. Rodrigues,
Florencia Lorenzo,
Luíza Leone Prazeres Araújo,
Marina Ribeiro Reis,
Pauline Louise Araújo,
Raissa Lott Caldeira da Cunha,
Victor Tadeu de Senna Pires Cunha

11.1 Introdução

Este Capítulo é uma compilação das diferentes cassações, exonerações e expurgos instaurados contra os representantes políticos e servidores públicos em Minas Gerais.

Em relação aos representantes políticos, procurou-se investigar as cassações de parlamentares de Minas Gerais, tanto no âmbito do estado, como no Congresso Nacional, nas câmaras municipais e em prefeituras. Sobre a perseguição feita aos servidores públicos, funcionários de autarquias ou de empresas estatais, apresenta-se uma listagem de exonerados e aposentados compulsoriamente.

Além das suspensões de direitos políticos daqueles acima mencionados, é importante salientar que, muitos representantes da sociedade civil, principalmente aqueles relacionados com movimentos sindicais ou de qualquer vertente contrária ao regime militar, também tiveram seus direitos políticos suspensos por dez anos. No entanto, este escopo extrapola a proposta de pesquisa do capítulo apresentado, podendo ser mencionados nos capítulos que tratam de determinadas categorias sociais.

E, por fim, busca-se descrever como se deu a implantação e existência da Comissão Estadual de Investigação do Estado de Minas Gerais e os expurgos por ela implantados.

Este Capítulo trata de um conjunto de informações organizadas em tópicos, em que se pretende demonstrar as diversas facetas da repressão, durante os anos do regime militar, no âmbito do estado de Minas Gerais, impostas aos representantes políticos e servidores públicos.

11.2 Cassação de representantes políticos de Minas Gerais

Considerações preliminares

O golpe que implantou a ditadura militar no Brasil, a partir de abril de 1964, atingiu de forma brutal os direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros. Os instrumentos que pretendiam estabelecer uma aura de legalidade às ações do poder implantado foram os Atos Institucionais. O primeiro deles – o Ato Institucional (posteriormente conhecido como Ato Institucional Número 1 ou AI-1),

editado no dia 09/04/1964 pelo "Comando Supremo da Revolução", procurava forçar uma legitimidade do golpe de Estado e atribuir poderes discricionários à Junta Militar que governava o País.

O AI-1 estabelecia, no seu art.10,

> [...] no interesse da paz e da honra nacional, e sem as limitações previstas pela Constituição, os comandantes em chefe que editam o presente ato poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses atos.
>
> Parágrafo Único*:* Empossado o presidente da República, este, por indicação do Conselho de Segurança Nacional, dentro de 60 (sessenta) dias, poderá praticar os atos previstos neste artigo[1].

Em Minas Gerais, entretanto, a Assembleia Legislativa (ALMG) não aguardou as definições da nova ordem legislativa do País e, em 03/04/1964, foi protocolado requerimento para a cassação dos mandatos dos deputados estaduais Sinval Bambirra, José Gomes Pimenta e Clodsmidt Riani, por ofensa ao decoro parlamentar. Após um processo sumário e secreto na ALMG, aprovou-se a Resolução nº 580, que definiu a cassação dos mandatos dos referidos parlamentares.

Após a cassação dos mandatos dos deputados estaduais pela ALMG, foi publicada, em 13/06/1964, no Diário Oficial da União (DOU), a suspensão dos direitos políticos destes deputados, com base no AI-1. No mesmo dia também foi publicada a suspensão dos direitos políticos de Armando Ziller, deputado estadual pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), cujo mandato havia sido cassado em 1948 em decorrência da extinção do seu Partido.[2]

Além destes parlamentares mencionados, outros representantes políticos também tiveram seus direitos políticos cassados durante os anos de regime militar, no âmbito do estado, assim como no Congresso Nacional, nas câmaras municipais e em prefeituras.

Chamamos a atenção para o fato de que foram incluídos nesta relação tão somente os representantes políticos que tiveram seus mandatos cassados - pela respectiva Casa Legislativa ou por ato institucional – e que tiveram, concomitantemente, seus direitos políticos suspensos por ato de exceção no período, qualquer que tenha sido a ilação considerada.

Cassações de deputados estaduais de Minas Gerais

Deputado estadual cassado da Legislatura 1947-1951

ARMANDO ZILLER (PCB/MG)



Deputado estadual/MG

Sanção: suspensão de direitos políticos

Fonte: Diário Oficial da União: 13/06/1964, p. 5050

Cassação do mandato em janeiro de 1948, por decisão da ALMG, amparada na Lei federal 211, de 1948, que previa a extinção do mandato dos parlamentares eleitos sob legendas partidárias que tiveram o registro cassado.

Deputados estaduais cassados na Legislatura 1963-1967

JOSÉ GOMES PIMENTA (CONHECIDO COMO DAZINHO) (PDC/MG)



Deputado estadual/MG

Sanção: suspensão de direitos políticos

Decreto de 12/06/1964

Fonte: Diário Oficial da União: 13/06/1964, p. 5051

Cassação do mandato em 04/04/1964, pela ALMG, pela Resolução n° 580/64, publicada no Diário Oficial de Minas Gerais, em 09/04/1964.

CLODSMIDT RIANI (PTB/MG)



Deputado estadual/MG

Sanção: suspensão de direitos políticos

Fonte: Diário Oficial da União: 10/04/1964, p. 3217

Cassação do mandato em 04/04/1964, pela ALMG, pela Resolução n° 580/64, publicada no Diário Oficial de Minas Gerais, em 09/04/1964.



SINVAL DE OLIVEIRA BAMBIRRA (PTB/MG)

Deputado estadual/MG
Sanção: suspensão de direitos políticos
Decreto de 12/06/1964
Fonte: Diário Oficial da União: 13/06/1964, p. 5051
Cassação do mandato em 04/04/1964 pela ALMG, sob a Resolução nº 580/64, publicada no Diário Oficial de Minas Gerais, em 09/04/1964.

WILSON MODESTO RIBEIRO (PTB/MG)

Deputado estadual/MG
Sanção: suspensão de direitos políticos e cassação de mandato
Decreto de 04/07/1966
Fonte: Diário Oficial da União: 04/07/1966, p. 7272

Deputados estaduais cassados na Legislatura 1967-1971

ANIBAL TEIXEIRA DE SOUZA (MDB/MG)

Deputado estadual/MG
Sanção: suspensão de direitos políticos e cassação de mandato
Decreto de 13/03/1969
Fonte: Diário Oficial da União: 14/03/1969, p. 2212

ANTÔNIO PEREIRA DE ALMEIDA (ARENA/MG)

Deputado estadual/MG
Sanção: suspensão de direitos políticos e cassação de mandato
Decreto de 13/03/1969
Fonte: Diário Oficial da União: 14/03/1969, p. 2212



MATOZINHOS DE CASTRO PINTO (ARENA/MG)

Deputado estadual/MG
Sanção: suspensão de direitos políticos e cassação de mandato.
Decreto de 29/04/1969
Fonte: Diário Oficial da União: 30/04/1969, p. 3662

RAUL DÉCIO DE BELÉM MIGUEL (MDB/MG)



Deputado Estadual/MG
Sanção: suspensão de direitos políticos e cassação de mandato
Decreto de 13/03/1969
Fonte: Diário Oficial da União: 14/03/1969, p. 2212

SEBASTIÃO FABIANO DIAS (MDB/MG)

Deputado estadual/MG
Sanção: suspensão de direitos políticos e cassação de mandato
Fonte: Diário Oficial da União: 20/10/1969, p. 8913

SILVIO MENICUCCI (MDB/MG)

Deputado estadual/MG
Sanção: suspensão de direitos políticos e cassação de mandato
Fonte: Diário Oficial da União: 20/10/1969, p. 8913

Suplente de Deputados Estaduais cassados

JOSÉ SETTE DE BARROS (MDB/MG)

Suplente de deputado estadual/MG
Sanção: suspensão de direitos políticos e cassação de mandato.
Decreto de 13/03/1969
Fonte: Diário Oficial da União: 14/03/1969, p. 2212

Deputados federais de Minas Gerais cassados com suspensão dos direitos políticos

Deputados federais cassados na Legislatura 1963-1967

JOSÉ APARECIDO (UDN-MG)



José Aparecido de Oliveira
Nascimento: 17/02/1929. Falecido.
Profissões: Jornalista, radialista e segurador
Filiações Partidárias: UDN; PP; 1981-1982; PMDB, 1982; PRN, 1990. Participou do movimento de renovação e de revitalização da UDN, integrando o grupo Bossa Nova do Partido.

Secretário particular do presidente Jânio Quadros, 1961; ministro de Estado da Cultura, 1985; governador do Distrito Federal, 1985-1988; embaixador do Brasil em Lisboa, Portugal, 1992.
Mandato de deputado federal cassado (Ato do Comando Supremo da Revolução nº 2, de 09/04/1964, publicado no Diário Oficial da União de 10/04/1964).



MÚCIO ATHAYDE (PTB-MG)

Múcio Athayde Fróis
Nascimento: 25/08/1936, em Montes Claros (MG)
Profissão: Advogado
Filiações Partidárias: UDN; PTB, 1962; PMDB, 1979.
Mandatos de deputado federal pelo PTB-MG, 1963; e pelo PMDB-RO, 1983-1987. Assumiu, como suplente, o mandato de deputado federal na Legislatura 1963-1967, no período de 03/04/1963-18/06/1963, na vaga do deputado Paulo Freire.
Mandato de deputado federal suplente cassado e direitos políticos suspensos por dez anos (Ato do Comando Supremo da Revolução nº 4, de 14/04/1964, publicado no Diário Oficial da União de 14/04/1964, p. 3313).



PAES DE ALMEIDA (PSD/MDB-MG)

Sebastião Paes de Almeida
Nascimento: 22/11/1912, em Estrela do Sul (MG). Falecido.
Profissões: Industrial, advogado e banqueiro
Filiações Partidárias: PSD e MDB
Presidente do Banco do Brasil, 1956-1959; ministro da Fazenda, 1959-1961; vice-presidente da Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa).
Mandato de deputado federal (MG) pelo PSD, 1963-1966.
Mandato de deputado federal cassado e direitos políticos suspensos por dez anos (Decreto de 13/10/1966, publicado no Diário Oficial da União de 14/10/1966, p. 11877).

Suplentes cassados

CELSO TEIXEIRA BRANT (PR/MG)

Celso Teixeira Brant
Nascimento: 16/12/1920, em Diamantina (MG)

Profissões: Jurista, professor e escritor
Filiações Partidárias: PR
Mandato de suplente de deputado federal (MG) pelo PR, 1963-1967.
Mandato de suplente de deputado federal cassado e direitos políticos suspensos por dez anos (Decreto de 13/06/1964, publicado no Diário Oficial da União de 13/06/1964, p. 5050).

Deputados federais cassados na Legislatura 1967-1971

CARLOS MURILO (PSD-MG)

Carlos Murilo Felício dos Santos
Nascimento: 13/5/1927, em Diamantina (MG)
Profissões: Advogado e tabelião
Filiações Partidárias: PSD; MDB, 1964; PMDB, 1979
Oficial de gabinete do governador Juscelino Kubitscheck, 1951-1954; funcionário, Caixa Econômica Federal, 1953; Tabelião, 8º Ofício de Notas, BH, 1951 e 1990-1997; diretor, Banco Denasa de Investimentos, Brasília, 1971-1980; secretário de governo, DF, 1985; chefe de gabinete, ministro da Cultura de José Aparecido de Oliveira, 1988-1990.
Deputado estadual, 1955-1959, MG, PSD.
Deputado federal, 1959-1963, MG, PSD.
Deputado federal, 1963-1967, MG, PSD.
(Decreto de 30/09/1969, publicado no Diário Oficial da União de 01/10/1969, pp. 8271/8272).

CELSO PASSOS (MDB-MG)

Celso Gabriel Rezende Passos
Nascimento: 28/03/1927, em Belo Horizonte (MG). Falecido.
Profissão: Advogado
Filiações Partidárias: UDN, MDB e PDT
Mandatos de deputado federal (MG) pela UDN, 1963-1967; e pelo MDB, 1967-1969.
Mandato de deputado federal cassado e direitos políticos suspensos por dez anos (Decreto de 16/01/1969, publicado no Diário Oficial da União de 17/01/1969, p. 554).

JOÃO HERCULINO (MDB-MG)

João Herculino de Souza Lopes
Nascimento: 20/2/1927, em Sete Lagoas (MG). Falecido.
Profissões: Agropecuarista, advogado, professor, contador e funcionário público
Filiações Partidárias: PDT, 1950; MDB, 1965; PMDB, 1979
Prefeito de Sete Lagoas (MG), pelo PTB, 1950-1954; deputado estadual (MG) pelo PTB, 1954-1958; fundador do Centro de Ensino Unificado de Brasília (CEUB), 1968.
(Decreto de 16/01/1969, publicado no Diário Oficial da União de 17/01/1969, p. 554).



JOSÉ MARIA MAGALHÃES (MDB-MG)

José Maria Magalhães
Nascimento: 07/10/1922, em Serro (MG). Falecido.
Profissão: Médico
Filiações Partidárias: UDN, 1958-; MDB, 1965; PMDB
Vereador em Belo Horizonte (MG), pela UDN, 1959-1962; deputado estadual (MG) pela UDN, 1963-1966.
Mandatos de deputado federal (MG) pelo MDB, 1967-1971; e pelo PMDB, 1983-1987.
Mandato de deputado federal cassado e direitos políticos suspensos por dez anos (Decreto de 16/01/1969, publicado no Diário Oficial da União de 17/01/1969, p. 554).

MARCIAL DO LAGO (ARENA-MG)

Marcial do Lago
Nascimento: 18/10/1918, em Barreto (SP). Falecido.
Profissões: Industrial, economista, contador e funcionário público
Filiações Partidárias: PSD e Arena
Delegado regional da Previdência Social, 1942; curador de benefícios do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transporte e Cargas (Iapetec), 1944; auxiliar de gabinete do governador de Minas Gerais, 1951; diretor da Carteira Hipotecária, 1959; presidente da Caixa Econômica Federal (CEF), em 1960 e 1961; presidente da Fundação da Casa Popular.
Mandatos de deputado federal (MG) pelo PSD, 7/1963 e 2/1966-10/1966; e pela Arena, 4/1967-2/1969.
Mandato de deputado federal cassado e direitos políticos suspensos por dez anos (Decreto de 07/02/1969, publicado no Diário Oficial da União de 10/02/1969, p. 1331).



MATA MACHADO (MDB-MG)

Edgard de Godói da Matta Machado
Nascimento: 14/05/1913, em Diamantina (MG)
Falecimento: 09/09/1993
Profissões: Advogado e professor universitário
Filiações Partidárias: UDN, MDB, PMDB e PSDB
Deputado estadual (MG), 1951-1955; senador suplente (MG), 1982-1990
Mandato de deputado federal (MG) pelo MDB, 1967-1971.
Mandato de deputado federal cassado e direitos políticos suspensos por dez anos (Decreto de 16/01/1969, publicado no Diário Oficial da União de 17/01/1969, Seção I p. 554).

MILTON REIS (MDB-MG)



Milton Vita Reis
Nascimento: 01/05/1929, em Pouso Alegre (MG)
Profissões: Advogado, professor e empresário
Filiações Partidárias: PTN; PTB, 1954-1966; MDB, 1966-1969; PMDB, 1980-1989; PTB, 1990
Deputado estadual (MG), pelo PTB, 1955-1959.
Mandatos de deputado federal (MG) pelo PTB, 1959-1963; e pelo MDB, 1967-1969; e pelo PMDB, 1983-1987 e 1987-1991 (constituinte).
Mandato de deputado federal cassado e direitos políticos suspensos por dez anos (Decreto de 16/01/1969, publicado no Diário Oficial da União de 17/01/1969, p. 554).

NYSIA/ NÍSIA CARONE (MDB-MG)



Nysia Coimbra Flôres Carone
Nascimento: 16/10/1928, em Muriaé (MG). Falecida.
Profissões: Contadora e escriturária
Filiação Partidária: MDB
Mandato de deputada federal (MG) pelo MDB, 1967-1969.
Mandato de deputada federal cassado e direitos políticos suspensos por dez anos (Decreto de 30/09/1969, publicado no Diário Oficial da União de 01/10/1969, pp. 8271-8272).

PAULO FREIRE (ARENA-MG)



Paulo Freire de Araújo
Nascimento: 06/08/1911, em Riachão do Dantas (SE). Falecido.
Profissão: Professor
Filiações Partidárias: PRE, 1954-1959; PSP, 1959-; PTB, 1962-; Arena, 1965-1969.
Mandatos de deputado federal (MG) pelo PRE, 1956-1959 e 1959-963; pelo PTB, 1963-1967; e pela Arena, 1967-1971.
Mandato de deputado federal cassado e direitos políticos suspensos por dez anos (Decreto de 07/02/1969, publicado no Diário Oficial da União de 10/02/1969, p. 1331).

SIMÃO DA CUNHA (MDB-MG)

Simão Vianna da Cunha Pereira
Nascimento: 01/09/1919, em Abaeté (MG). Falecido?
Profissão: Advogado
Filiações Partidárias: UDN e MDB
Deputado estadual (MG), pela UDN, 1947 (constituinte); deputado estadual (MG) pela UDN, 1950-1954 e 1958-1962.
Mandatos de deputado federal (MG) pela UDN, 1963-1967; e pelo MDB, 1967-1971.
Mandato de deputado federal cassado e direitos políticos suspensos por dez anos (Decreto de 07/02/1969, publicado no Diário Oficial da União de 10/02/1969, p. 1331).

Suplentes cassados

ANTÔNIO LUCIANO (ARENA-MG)

Antônio Luciano Pereira Filho
Nascimento: 27/0/1913, em São Gotardo (MG). Falecido.
Profissões: Médico, industrial e hoteleiro
Filiações Partidárias: PDS e Arena
Mandato de suplente de deputado federal (MG) pela Arena, 1967-1971.
Mandato de suplente de deputado federal cassado e direitos políticos suspensos por dez anos (Decreto de 30/04/1969, publicado no Diário Oficial da União de 30/04/1969, p. 3661).

JOSÉ DE CASTRO (MDB-MG)

José de Castro Ferreira
Nascimento: 17/07/1934, Carmo do Rio Claro (MG). Falecido.
Profissão: Advogado
Filiações Partidárias: MDB
Mandato de suplente de deputado federal (MG) pelo MDB, 1967-1971.
Mandato de suplente de deputado federal cassado e direitos políticos suspensos por dez anos (Decreto de 30/04/1969, publicado no Diário Oficial da União de 30/04/1969, p. 3661).

Deputados federais cassados na Legislatura 1975-1979

MARCOS TITO (MDB-MG)

Marcos Wellington de Castro Tito
Nascimento: 22/09/1940, em Belo Horizonte (MG)
Profissão: Advogado
Filiações Partidárias: MDB e PMDB
Deputado estadual (MG), pelo MDB, 1971-; e pelo PMDB, 1985-.

Mandato de deputado federal (MG) pelo MDB, 1975-1977.
Mandato de deputado federal cassado e direitos políticos suspensos por dez anos (Decreto de 14/06/1977, publicado no Diário Oficial da União de 15/06/1977, p. 7432).

Cassações dos mandatos eletivos municipais com suspensão dos direitos políticos em Minas Gerais

Câmara Municipal de Além Paraíba – Legislatura 1967-1971

WILLIAM FADEL SAHIONE

Vereador
Sanção: suspensão de direitos políticos e cassação de mandato
Mandato de vereador cassado e direitos políticos suspensos por dez anos (Decreto de 01/07/1969, publicado no Diário Oficial da União de 01/07/1969, p. 5532).

Câmara Municipal de Belo Horizonte – Legislatura 1963-1965

DIMAS D'ANUNCIAÇÃO PERRIN

Vereador
Sanção: suspensão de direitos políticos e cassação de mandato
Mandato de vereador cassado e direitos políticos suspensos por dez anos (Decreto de 13/06/1964, publicado no Diário Oficial da União de 13/06/1964, p. 5050).

Legislatura 1965-1967

MEROVEU DA ROSA E SILVA

Vereador
Sanção: suspensão de direitos políticos e cassação de mandato
Mandato de vereador cassado e direitos políticos suspensos por dez anos (Decreto de 09/11/1966, publicado no Diário Oficial da União de 10/11/1966, p. 12990).

Câmara Municipal de Caxambu – Legislatura 1965-1967

ABEL MURTA GOUVEA

Prefeito
Sanção: suspensão de direitos políticos e cassação de mandato
Mandato de prefeito cassado e direitos políticos suspensos por dez anos (Decreto de 04/07/1966, publicado no Diário Oficial da União de 04/07/1966, p. 7272).

JAIR MATUCK

Vice-prefeito
Sanção: suspensão de direitos políticos e cassação de mandato
Mandato de vice-prefeito cassado e direitos políticos suspensos por dez anos (Decreto de 16/07/1966, publicado no Diário Oficial da União de 19/07/1966, p. 8006).

Câmara Municipal de Juiz de Fora – Legislatura 1967-1971

PEDRO DE CASTRO

Suplente de vereador
Sanção: suspensão de direitos políticos e cassação de mandato
Mandato de suplente de vereador cassado e direitos políticos suspensos por dez anos (Decreto de 01/07/1969, publicado no Diário Oficial da União de 01/07/1969, p. 5532).

Câmara Municipal de Pouso Alegre – Legislatura 1967-1971

JORGE ANTÔNIO ANDERE

Prefeito
Sanção: suspensão de direitos políticos e cassação de mandato
Mandato de prefeito cassado e direitos políticos suspensos por dez anos (Decreto de 29/04/1969, publicado no Diário Oficial da União de 30/04/1969, p. 3662).

11.3 Aposentadorias e demissões de servidores públicos

Considerações preliminares

Uma das formas utilizadas pelo regime militar para reprimir a luta popular pela democracia naquele período foi a perseguição feita aos servidores públicos, funcionários de autarquias ou de empresas estatais. Por meio de atos institucionais, o servidor ou funcionário que se atrevesse a se manifestar contra a ditadura era demitido, exonerado ou aposentado compulsoriamente. Tais medidas foram usadas contra os militantes, mas serviram também para perseguições políticas, muitas vezes de natureza pessoal.

A repressão ao movimento estudantil, feita de todas as formas, especialmente no período posterior a 1968, se manifesta também sobre o conjunto dos professores universitários, configurando a chamada "modernização autoritária" que marcou a relação do regime militar com as instituições universitárias.[3]

As duas relações que são apresentadas a seguir – servidores públicos exonerados, demitidos ou aposentados por medida excepcional e professores universitários aposentados ou demitidos – são relações preliminares que ainda necessitam de aprofundamento e de complementação. Entretanto, todas as informações nelas constantes foram conferidas e confirmadas por mais de uma fonte, sendo necessária tão somente a pesquisa para a complementação de outros nomes, de outras instituições ainda não pesquisadas.

Servidores públicos e funcionários de empresas públicas e de autarquias aposentados ou demitidos por um ato de exceção

ABNER DE SOUZA PEREIRA

Função: Trabalhador
Local: Prefeitura de Belo Horizonte/MG
Sanção: demissão
Fonte: Diário Oficial da União: 08/11/1972, p. 9886.

ANTÔNIO DE FARIA LOPES

Função: Escriturário, letra "E".
Local: Banco do Brasil
Sanção: demissão
Fonte: Diário Oficial da União: 07/10/1964, p. 9086.

APOLO HERINGER LISBOA

Função: Médico/Estagiário
Local: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (IPSEMG)
Sanção: aposentadoria e suspensão de direitos políticos
Fonte: Diário Oficial da União: 01/07/1969 p. 5532 e 23/07/1970, p. 5476.

ARMANDO ZILLER

Função: Escriturário
Local: Banco do Brasil
Sanção: demissão
Fonte: Diário Oficial da União: 09/10/1964, p. 9206.

CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS

Função: Servidor Público/Serventuário da Justiça
Local: Minas Gerais

Sanção: aposentadoria
Fonte: Diário Oficial da União: 23/07/1970, p. 5476.

CELSO GABRIEL DE REZENDE PASSOS

Função: Procurador da República
Sanção: aposentadoria
Fonte: Diário Oficial da União: 30/05/1969, p. 4605.

DEMÉTRIO DA ROCHA RIBEIRO

Função: Escriturário
Local: Prefeitura de Belo Horizonte/MG
Sanção: demissão
Fonte: Diário Oficial da União: 08/11/1972, p. 9886.

EDGARD DE GODÓI DA MATTA MACHADO

Função: Servidor Público
Sanção: aposentadoria
Fonte: Diário Oficial da União: 14/04/1969, p. 3120.

FABRÍCIO SOARES DA SILVA

Função: Procurador
Local: Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE)
Sanção: demissão
Fonte: Diário Oficial da União: 28/09/1964, p. 8689.

JOÃO FIRMINO LUZIA

Função: Representante Classista
Local: Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI/MG)
Sanção: destituição de função
Fonte: Diário Oficial da União: 25/09/1964, p. 8636.

JORGE CARONE FILHO

Função: Serventuário da Justiça
Local: Minas Gerais
Sanção: aposentadoria e suspensão de direitos políticos
Fonte: Diário Oficial da União: 23/07/1970, p. 5476 e 10/11/1966, p. 12990.

JOSÉ ALVES CAXEADO

Função: Junta de Julgamento e Revisão
Local: Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas (IAPETC/MG)
Sanção: destituição de função
Fonte: Diário Oficial da União: 28/09/1964, p. 8688.

LIVIO LOPES

Função: Auxiliar de Contabilidade
Local: Prefeitura de Belo Horizonte/MG
Sanção: demissão
Fonte: Diário Oficial da União: 08/11/1972, p. 9886.

MANOEL DO BONFIM FREIRE JÚNIOR

Função: Auxiliar de Serviços
Sanção: aposentadoria
Fonte: Diário Oficial da União: 30-08-1971, p. 6974.

MARIA MENDES BARBOSA

Função: Professora Primária
Local: Belo Horizonte/MG
Sanção: demissão
Fonte: Diário Oficial da União: 08/11/1972, p. 9886.

MÁRIO RIBEIRO DA SILVEIRA

Função: Médico
Sanção: suspensão de direitos políticos e aposentadoria
Fonte: Diário Oficial da União: 01/07/1969, p. 5532 e 23/07/1970, p. 5476.

NELSON FARIA DA SILVA

Função: Escriturário
Local: Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI/MG)
Sanção: demissão
Fonte: Diário Oficial da União: 07/10/1964, p. 9088.

NEY JACINTO PEREIRA

Função: Funcionário Municipal.
Local: Prefeitura de Juiz de Fora/MG

Sanção: aposentadoria
Fonte: Diário Oficial da União: 01/07/1969, p. 5533.

PAULO BENICIO DE SOUZA

Função: Contínuo Servente
Sanção: aposentadoria.
Fonte: Diário Oficial da União: 30/08/1971, p. 6974.

PAULO GERALDO FERREIRA

Função: Inspetor Sanitário
Local: Belo Horizonte/MG
Sanção: demissão
Fonte: Diário Oficial da União: 08/11/1972, p. 9886.

PEDRO DE CASTRO

Função: Tesoureiro Auxiliar
Local: Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas (IAPETC/MG)
Sanção: demissão
Fonte: Diário Oficial da União: 10/11/1966, p. 12991.

RAUL DÉCIO DE BELÉM MIGUEL

Função: Fiscal de Rendas
Sanção: aposentadoria
Fonte: Diário Oficial da União: 23/07/1970, p. 5476

SECUNDO AVELINO PEITO

Função: Juiz de Direito
Local: Minas Gerais
Sanção: aposentadoria
Fonte: Diário Oficial da União: 15/07/1970, p. 5227.

SILVIO MENICUCCI

Função: Médico
Local: Instituto Nacional de Previdência Social (INPS)
Sanção: aposentadoria
Fonte: Diário Oficial da União: 07/03/1972, p. 1927.

TASSO MAURÍCIO DE CARVALHO

Função: Juiz De Direito
Local: Minas Gerais
Sanção: aposentadoria
Fonte: Diário Oficial da União: 21/03/1969, p. 2451.

WILSON MODESTO RIBEIRO

Função: Assessor Técnico Administrativo
Sanção: aposentadoria
Fonte: Diário Oficial da União: 23/07/1970, p. 5476.

ZACARIAS ROQUE

Função: Mecânico
Local: Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas (IAPETC/MG)
Sanção: destituição de função e suspensão de direitos políticos
Fonte: Diário Oficial da União: 28/09/1964, p. 8688 e 10/11/1966, p. 12991.

Professores de universidades mineiras cassados

ALOÍSIO PIMENTA

Professor da Universidade Federal de Minas Gerais
Sanção: aposentado
Decreto de 13/10/1969
Fonte: Diário Oficial da União em 16/10/1969, p. 8767.

AMILCAR VIANNA MARTINS

Professor na Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais
Sanção: aposentado
Decreto de 15/09/1969
Fonte: Diário Oficial da União em 15/09/1969, p. 7777.

CELSON DINIZ PEREIRA

Professor de Física da Universidade Federal de Minas Gerais
Sanção: aposentado
Decreto de 15/09/1969
Fonte: Diário Oficial da União em 15/09/1969, p. 7777.

EDER SIMÕES

Professor - Universidade Federal de Minas Gerais

Sanção: aposentado

Decreto de 15/09/1969

Fonte: Diário Oficial da União em 15/09/1969, p. 7777.

EDGAR DA MATA MACHADO

Professor da Universidade Federal de Minas Gerais

Sanção: aposentado

Decreto de 11/04/1969

Fonte: Diário Oficial da União em 14/04/1969, p. 1969.

FÁBIO LUCAS GOMES

Professor de Literatura da Universidade Federal de Minas Gerais

Sanção: aposentado

Decreto de 15/09/1969

Fonte: Diário Oficial da União em 15/09/1969, p. 7777.

GERSON DE BRITO MELO BOSON

Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais

Sanção: aposentado

Decreto de 13/10/1969

Fonte: Diário Oficial da União em 16/10/1969, p. 8767.

GUIDO ANTÔNIO DE ALMEIDA

Professor na Universidade Federal de Minas Gerais

Sanção: aposentado

Decreto de 15/09/1969

Fonte: Diário Oficial da União em 15/09/1969, p. 7777.

HERBERT JOSÉ DE SOUZA

Professor na Universidade Federal de Minas Gerais

Sanção: demitido

Decreto de 07/03/1969

Fonte: Diário Oficial da União em 28/04/1969, p. 3598.

JULIO BARBOSA

Professor na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais
Sanção: aposentado
Decreto de 15/09/1969
Fonte: Diário Oficial da União em 15/09/1969, p. 7777.

LOURIVAL VILELA VIANA

Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais
Sanção: aposentado
Decreto de 15/09/1969
Fonte: Diário Oficial da União em 15/09/1969, p. 7777.

MARIA ANDREA RIOS LOYOLA

Professor na Universidade Federal de Juiz de Fora
Sanção: aposentada
Decreto de 15/09/1969
Fonte: Diário Oficial da União em 15/09/1969, p. 7777.

OSÓRIO DA ROCHA DINIZ

Professor na Faculdade de Economia da Universidade Federal de Minas Gerais
Sanção: aposentado
Decreto de 15/09/1969
Fonte: Diário Oficial da União em 15/09/1969, p. 7777.

PEDRO PARAFITA DE BESSA

Diretor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais
Sanção: aposentado
Decreto de 13/10/1969
Fonte: Diário Oficial da União em 16/10/1969, p. 8767.

RODOLPHO DE ABREU BERING

Professor - Diretor da Faculdade de Economia da Universidade Federal de Minas Gerais
Sanção: aposentado
Decreto de 15/09/1969
Fonte: Diário Oficial da União, em 15/09/1969, p. 7777.

RUI DE SOUZA

Professor da Universidade Federal de Minas Gerais
Sanção: aposentado
Decreto de 15/09/1969
Fonte: Diário Oficial da União em 15/09/1969, p. 7777.

SYLVIO CARVALHO DE VASCONCELLOS

Professor da Universidade Federal de Minas Gerais
Sanção: aposentado
Decreto de 15/09/1969
Fonte: Diário Oficial da União em 15/09/1969, p. 7777.

TARCÍSIO FERREIRA

Professor da Universidade Federal de Minas Gerais
Sanção: aposentado
Decreto de 15/09/1969
Fonte: Diário Oficial da União, em 15/09/1969, p. 7777.

11.4 Comissão Estadual de Investigação

Considerações preliminares

A ditadura militar implantada no Brasil em 1964, comparada a outras ditaduras do Cone Sul da América Latina, destacou-se pelo seu perfil conservador e buscou utilizar, em maior grau, ferramentas legais para legitimar ações truculentas, bem como a estrutura de repressão como um todo. Neste sentido, a implantação do Ato Institucional de 09/04/1964, posteriormente conhecido como Ato Institucional nº 1 (AI-1), representou o início de uma série de 17 atos impostos ao longo dos 21 anos de regime militar. Incorporados à ordem jurídica do País, naquele período, tais Atos Institucionais legitimaram a execução da crescente restrição aos direitos e liberdades da população brasileira.

O AI-1 teve como uma de suas principais funções o expurgo de pessoas que, nas diversas formas, pudessem representar algum tipo de resistência à ditadura militar. Conforme seu art. 7º, o Ato suspendeu, por seis meses, as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade, abrindo espaço para que os titulares dessas garantias que desempenhavam alguma função pública fossem:

> [...] demitidos ou dispensados, ou ainda, com vencimentos e as vantagens proporcionais ao tempo de serviço, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, mediante atos do Comando Supremo da Revolução até a posse do presidente da República e, depois da sua posse, por decreto presidencial.

No entanto, os Atos Institucionais não foram os únicos instrumentos usados pela ditadura militar no intuito de legitimar suas ações. Ainda em concordância com o art. 7º do AI-1 criou-se a Comissão Geral de Investigações (CGI), vinculada à presidência da República, com intermediação do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. As investigações feitas pela Comissão Geral poderiam partir de iniciativa própria, por determinação do presidente da República, dos ministros de Estado, dos chefes dos gabinetes Civil e Militar da presidência da República ou ainda em decorrência de representação de dirigentes de autarquias, sociedades de economia mista, fundações e empresas públicas, de governadores e prefeitos. Os Ministérios também tinham autonomia para promover as investigações que considerassem convenientes e encaminhá-las ao presidente da República.[4]

Todos aqueles submetidos à dita investigação sumária poderiam ser demitidos ou dispensados, postos em disponibilidade, aposentados e transferidos para a reserva ou reformados. Além disso, corriam o risco de ser enquadrados no artigo 10º do AI-1, cujo teor previa a possibilidade de suspensão dos direitos políticos por um prazo de dez anos e de cassação de mandatos legislativos federais, estaduais e municipais.[5]

Estima-se que foram instauradas comissões, pelos menos, nos seguintes estados: Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Pará, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Paraíba, Acre, Goiás, Rio de Janeiro, além do Distrito Federal.[6] No entanto, em Minas Gerais, antes mesmo da criação da Comissão Geral de Investigações (CGI) – em âmbito nacional – em 27/04/1964, instalou-se uma Comissão que se apresentava em conformidade aos termos do AI-1. O então governador do Estado, José Magalhães Pinto, assinou o Decreto nº 7557 de 14/04/1964, o qual constituiu a Comissão Estadual de Investigação**.** Posteriormente, por meio do Decreto nº 7600, de 11/05/1964, houve a regulamentação do funcionamento da respectiva Comissão e de suas atividades de investigação sumária, com base nos artigos 7º e 8º do AI-1.

O fato de a Comissão Estadual de Investigação do Estado de Minas Gerais ter sido instaurada antes mesmo da CGI, suscitou críticas sobre a sua legalidade.

Segundo declaração de Jayme Ghitick, advogado de um delegado demitido após parecer da Comissão Estadual, esta não teria competência para atuar em casos de investigações sumárias referentes ao art. 7º do AI-1, dada a sua criação anterior à Comissão Geral.[7]

Segundo o Art 1º do Decreto 7600, a Comissão Estadual de Investigação em Minas Gerais, tinha por objetivo:

[...] na forma das disposições do Ato Institucional, de 09/04/1964, e de sua regulamentação, proceder às investigações sumárias das atividades dos servidores civis ou militares, estaduais ou municipais, de entidades públicas estaduais, paraestatais, autárquicas, de economia mista, concessionárias de serviços públicos, bem como o Estado participe, ou em que tenha interesses relevantes, daqueles que desempenhem atividades consideradas fundamentais para a sua segurança e a sua vida econômica e social, servidores ou empregados esses de qualquer categoria ou condição, e também aqueles que exerçam mandatos eletivos estaduais ou municipais ou ocupem cargos de direção acusados ou suspeitos de terem atentado contra a segurança do País, o regime democrático e a probidade administrativa pública. O Decreto 7600 também determinou que a Comissão Estadual fosse composta pelo Secretário de Estado do Interior e Justiça, Secretário de Estado da Segurança Pública, Secretário de Estado de Administração, Comandante Geral da Polícia Militar e do Procurador-Geral do Estado. Assim, segundo Portaria nº 1, publicada no Diário Oficial de Minas Gerais, em 04/06/1964, a Comissão Estadual de Investigação tinha como membros:

- Oswaldo Pieruccetti – Secretário do Interior e Justiça;
- José Monteiro de Castro – Secretário da Segurança Pública;
- Paulo Neves de Carvalho – Secretário da Administração;
- José Geraldo de Oliveira – Comandante Geral da Polícia Militar;
- Mauro da Silva Gouvêa – Procurador Geral do Estado;
- Alberto Teixeira dos Santos Filho – Secretário da Comissão de Investigação.

Conforme o Artigo 5º do Decreto 7600, após a conclusão das investigações sumárias sobre as atividades de alguém suspeito de subversão nos termos do Art. 1º, os autos eram encaminhados ao governador do Estado. Este poderia apreciar livremente o parecer e decidir-se pela demissão, dispensa ou tornar, "com os vencimentos e vantagens proporcionais ao tempo de serviço, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva, ou reformados os

servidores [...] incursos no disposto nos artigos 7º e 8º do Ato Institucional de 09/04/1964". Inicialmente, a Comissão teria o prazo de seis meses para o envio de todos os autos ao governador, contados a partir da publicação do AI-1 (Artigo 8º). Embora o referido Decreto previsse a oportunidade de defesa oral ou escrita do indiciado pelo prazo de três dias, a ausência de defesa não inviabilizaria as conclusões da Comissão por meio das investigações realizadas. (Artigo 3º).

Importante destacar que a atuação da Comissão não se restringia ao julgamento dos servidores do estado de Minas Gerais. Com base no Art. 6º do Decreto, os servidores dos municípios também poderiam sofrer sanções a partir de proposta, com fundamentação e comprovação, do prefeito e do parecer da Comissão Estadual de Investigação. Assim, entende-se que, também por decreto do governador, os servidores municipais poderiam ser "demitidos ou dispensados ou, ainda, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, postos em disponibilidade ou aposentados os servidores municipais incursos nas mesmas sanções referidas no artigo anterior".

A justificativa sobre a inclusão ou não do servidor nos moldes do Decreto e os encaminhamentos que seriam dados, se respaldavam no art. 7º:

> [...] crime contra o Estado ou seu patrimônio, e a ordem política social, ou seja, considerado ato de guerra revolucionária, os autos, em original ou cópia autenticada, serão encaminhados à autoridade competente a fim de que promova os inquéritos e processos, visando à apuração da responsabilidade, os quais poderão ser instaurados individual ou coletivamente.

Nota-se, conforme publicações no Diário Oficial de Minas Gerais, nos dias 04, 10 e 14/07/1964, a importância e a visibilidade dada pelo governo do estado de Minas Gerais à Comissão Estadual de Investigação. Em nota, o governo chamava a atenção dos secretários de estado e chefes de entidades públicas administrativas, com as seguintes informações:

> Para fiel execução das disposições do Decreto n. 7.600, de 11 de abril de 1964, publicado no <<Minas Gerais>>, do dia 13 desse mês, recomenda-se aos Senhores Secretários de Estado e aos demais Chefes de entidades públicas administrativas, estaduais ou municipais, as providências necessárias para que sejam indicados à Comissão Estadual de Investigação, até o próximo dia 31 de julho, os servidores civis ou militares, acusados ou suspeitos de terem atentado contra a segurança do País, o regime democrático e a probidade administrativa pública, para os fins previstos nos pará-

> grafos primeiro e segundo do artigo 7.º do Ato Institucional, de 9 de abril de 1964.

Além disso, segundo publicação também no Diário Oficial de Minas Gerais, assinada pelo secretário da Comissão Estadual de Investigação, Alberto Teixeira dos Santos Filho, aqueles que pudessem ter interesse na instauração de investigações pela Comissão, deveriam enviar suas demandas para a sede do referido órgão, à Secretaria do Interior e Justiça do Estado.

Para melhor compreendermos o papel da Comissão Estadual de Investigação, segundo publicação do Jornal do Brasil, em 29/09/1964, a Comissão teria apresentado uma lista com mais 105 nomes do funcionalismo público em Minas Gerais, em sua maioria, juízes de direito considerados "relapsos ou subversivos".

Ainda em relação aos expurgos de juízes de direito em Minas Gerais, também de acordo com publicação do Jornal do Brasil, em 24/11/1964, Mauricio Aleixo, advogado de defesa de três juízes aposentados compulsoriamente – Sidônio Paes Ferreira, Reginaldo de Souza Lima e Rafaela Alves Costa – alegou que as punições se deram por motivos pessoais e interesses políticos.

No tocante à repressão aos representantes políticos, a Comissão Estadual de Investigação também teve um papel relevante. Segundo publicação também do Jornal do Brasil, em 04/06/1964, a abertura de inquérito sobre Jorge Carone Filho, então prefeito de Belo Horizonte, se dava pelas irregularidades administrativas e também pelas implicações ideológicas, como por exemplo, seu envolvimento com a campanha do presidente deposto João Goulart.

Em relação à Comissão Geral de Investigações (CGI) – no âmbito da presidência da República –, em 26/10/1964, por meio do Decreto nº 54.609, foi extinta. Na ocasião, foi anunciado que seu presidente remeteria, em um prazo de dez dias, todos os processos resultantes das investigações sumárias aos órgãos competentes. Entretanto, não foi possível obter informações a respeito da extinção da Comissão Estadual de Investigação de Minas Gerais.

Com a informação de que haveria a extinção da CGI, antes mesmo da efetivação do ato, segundo publicação no Jornal Correio da Manhã, em 10/10/1964 – foram enviadas listas com os nomes dos trabalhadores incursos no artigo 7º do AI-1, até aquele momento. O Jornal destacou que, sob a autorização do governador Magalhães Pinto e orientação da Comissão Estadual de Investigações, as demissões dos juízes Paulo Ferreira Garcia e Reginaldo Deodato de Sousa Lima; e dos funcionários públicos João Lenine Vale de Carvalho (auxiliar-técnico da Se-

cretaria da Fazenda)[8] e João Leal (Secretaria de Comunicações e Obras Públicas) foram efetivadas.

No entanto, em 17/12/1968, criou-se uma nova Comissão Geral de Investigações (CGI), por meio do Decreto-Lei nº 359. Desta vez, a Comissão foi instituída no âmbito do Ministério da Justiça, com a finalidade de promover investigações sumárias para confisco de bens adquiridos de maneira ilícita no exercício de cargo ou função pública, sob a justificativa do combate à corrupção no País. O novo "Sistema CGI", como ficou conhecido, era integrado por mais de 20 subcomissões estaduais e tinha como presidente o próprio ministro da Justiça.

A CGI, naquele momento, cumpria dois papéis: funcionava como um "tribunal administrativo especial destinado a promover investigações sumárias para propor ao presidente da República o confisco dos bens" e "promovia investigações para apurar atos de corrupção ativa e passiva ou contrários à preservação e consolidação da Revolução, para os efeitos de aplicação das medidas previstas no AI-5". O acervo da CGI é formado por processos de investigação sobre corrupção e subversão, relativos ao período de 1964 a 1979, ano em que foi definitivamente extinta.[9]

Conforme repressão descrita no âmbito do estado de Minas Gerais, que utilizou de legalidade autoritária,[10] para legitimar a exoneração, demissão ou aposentadoria por medida excepcional de servidores públicos do estado e de municípios de Minas Gerais, apresentamos, a seguir, a relação dos servidores Todas as informações arroladas foram provenientes das publicações no Diário Oficial de Minas Gerais e pesquisadas em curto tempo, dessa forma, acredita-se que são relações preliminares que ainda necessitam de aprofundamento e de complementação.

11.5 Casos de sanções aplicadas pela Comissão Estadual de Investigação em Minas Gerais

Juízes e Promotores de Direito

CARLOS PORTIRIO DOS SANTOS

Cargo: Juiz de Direito
Comarca: município de Arcos, primeira entrância
Sanção: aposentado
Fundamentação: Parecer da Comissão Estadual de Investigação, com base no Art. 7º e § 1º a 8º do AI-1.
Fonte: Diário Oficial de Minas Gerais; 02/10/1964; nº 188; Ano LXXII.

LUIZ PEDRO FRANCISCO DE PAULA CRUZ

Cargo: Juiz de Direito
Comarca: município de Ferros, segunda entrância
Sanção: não consta
Fundamentação: Parecer da Comissão Estadual de Investigação, com base no Art. 7º e § 1º a 8º do AI-1.
Fonte: Diário Oficial de Minas Gerais; 02/10/1964; nº 188; Ano LXXII.

JANYR MOACIR DE CASTRO E SILVA

Cargo: Juiz de Direito
Comarca: exercício do cargo na 4ª Vara Criminal da Comarca de Belo Horizonte
Sanção: aposentado
Fundamentação: Parecer da Comissão Estadual de Investigação, com base no Art. 7º e § 1º a 8º do AI-1.
Fonte: Diário Oficial de Minas Gerais; 02/10/1964. Nº 188; Ano LXXII.

JOSÉ DE SALLES FILHO

Cargo: Juiz de Direito
Comarca: município de Rio Novo, segunda entrância
Sanção: colocado em disponibilidade
Fundamentação: Parecer da Comissão Estadual de Investigação, com base no Art. 7º e § 1º a 8º do AI-1.
Fonte: Diário Oficial de Minas Gerais; 06/10/1964; nº 190; Ano LXXII.

JOSÉ DOS SANTOS FERREIRA

Cargo: Juiz de Direito
Comarca: município de Cataguases, terceira entrância
Sanção: aposentado
Fundamentação: Parecer da Comissão Estadual de Investigação, com base no Art. 7º e § 1º a 8º do AI-1.
Fonte: Diário Oficial de Minas Gerais; 02/10/1964; nº 188; Ano LXXII.

JOSÉ GROSSI

Cargo: Juiz de Direito
Comarca: município de Paraisópolis, terceira entrância
Sanção: aposentado
Fundamentação: Parecer da Comissão Estadual de Investigação, com base no Art. 7º e § 1º a 8º do AI-1.
Fonte: Diário Oficial de Minas Gerais; 02/10/1964; nº 188; Ano LXXII.

PAULO FERREIRA GARCIA

Cargo: Juiz de Direito
Comarca: município de Barbacena, terceira entrância
Sanção: colocado em disponibilidade
Fundamentação: Parecer da Comissão Estadual de Investigação, com base no Art. 7º e § 1º a 8º do AI-1.
Fonte: Diário Oficial de Minas Gerais; 09/10/1964; nº 193; Ano LXXII.

PEDRO FRANCISCO DE PAULA CRUZ

Cargo: Juiz de Direito
Comarca: município de Ferros, segunda entrância
Sanção: Colocado em disponibilidade
Fundamentação: Parecer da Comissão Estadual de Investigação, com base no Art. 7º e § 1º a 8º do AI-1.
Fonte: Diário Oficial de Minas Gerais; 06/10/1964. nº 190; Ano LXXII.

RAFAELA ALVES COSTA

Cargo: Juíza de Direito
Sanção: não foram encontradas informações
Fonte: não foi possível encontrar a publicação no Diário Oficial de Minas Gerais, entretanto, consta no acervo da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) depoimento da juíza. Na oportunidade, Rafaela relatou ter sido cassada [...], tendo lutado por 33 anos para revogar essa cassação. Já na Associação dos Magistrados Mineiros, consta ainda que Rafaela foi a primeira mulher juíza do Estado.[11]

REGINALDO DEODORO DE SOUZA LIMA

Cargo: Juiz de Direito
Comarca: município de Mateus Leme, primeira entrância
Sanção: colocado em disponibilidade
Fundamentação: Parecer da Comissão Estadual de Investigação, com base no Art. 7º e § 1º a 8º do AI-1.
Fonte: Diário Oficial de Minas Gerais; 09/10/1964; nº 193; Ano LXXII.

RUY DE MELO CHAVES

Cargo: Promotor de Justiça
Comarca: município de Ferros, segunda entrância
Sanção: não consta

Fundamentação: Parecer da Comissão Estadual de Investigação, com base no Art. 7º e § 1º a 8º do AI-1.
Fonte: Diário Oficial de Minas Gerais; 02/10/1964. nº 188; Ano LXXII.

SIDÔNIO PAES FERREIRA

Cargo: Juiz de Direito
Comarca: município de Peçanha, terceira entrância
Sanção: aposentado
Fundamentação: Parecer da Comissão Estadual de Investigação, com base no Art. 7º e § 1º a 8º do AI-1.
Fonte: Diário Oficial de Minas Gerais; 02/10/1964. nº 188; Ano LXXII.

Funcionário público

JOÃO ANTÔNIO LEAL

Cargo: Auxiliar padrão
Local: Secretaria das Comunicações e Obra Públicas
Sanção: aposentado
Fundamentação: Parecer da Comissão Estadual de Investigação, com base no Art. 7º e § 1º a 8º do AI-1.
Fonte: Diário Oficial de Minas Gerais; 09/10/1964; nº 193; Ano LXXII.

Policial Militar

FERNANDO ANTÔNIO DE ALMEIDA

Cargo: Subtenente
Sanção: reformado
Órgão Responsável pela Sanção: Secretaria de Segurança Pública.
Fundamentação: Parecer da Comissão Estadual de Investigação, com base no Art. 7º e § 1º a 8º do AI-1.
Fonte: Diário Oficial de Minas Gerais; 02/10/1964. nº 188; Ano LXXII.

NOTAS

1. BRASIL. Ato Institucional nº 1; editado em 09/04/1964.
2. FARIA, Maria Auxiliadora & DULCI, Otávio Soares. *Diálogo com o tempo: 170 anos do Legislativo Mineiro.* Belo Horizonte, Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2005.
3. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária.* Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
4. Disponível em: http://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/comissao-geral-de-investigacoes.
5. Para mais informações ver: http://atom.ippdh.mercosur.int/index.php/comissao-geral-de-investigacoes-2.
6. *Jornal Correio da Manhã.* Edição: 10/10/1964.
7. *Jornal Correio da Manhã.* Edição: 17/03/1965.
8. Além da Nota de Jornal mencionada, não foi possível ter maiores informações sobre a cassação do servidor público.
9. Maiores informações, disponível: http://atom.ippdh.mercosur.int/index.php/comissao-geral-de-investigacoes-2.
10. PEREIRA, Anthony. *Ditadura e repressão: o autoritarismo e o Estado de Direito no Brasil, no Chile e na Argentina.* São Paulo: Paz e Terra, 2010.
11. Disponível em: https://www.almg.gov.br/consulte/pronunciamentos/detalhe.html?id=10955 e https://www.amagis.com.br/plus/modulos/noticias/ler.php?cdnoticia=20114.



Este livro faz parte de um conjunto de cinco volumes, impressos na Gráfica Formato, compostos com as tipologias Lyon [desenhada por Kai Bernau] e Univers [desenhada por Adrian Frutiger]. Impressos em papel Chambril Avena 90g/m² com a capa revestida em couchê fosco 150g/m² para a Comissão da Verdade em Minas Gerais. Belo Horizonte. Primavera de 2017.

5

1964
1988

COMISSÃO DA VERDADE EM MINAS GERAIS

RELATÓRIO FINAL

Belo Horizonte - 2017

VOLUME | 5

1964
1988

COMISSÃO DA VERDADE EM MINAS GERAIS

RELATÓRIO FINAL

Belo Horizonte - 2017

Fernando Damata Pimentel
Governador

Antônio Andrade
Vice-Governador

Nilmário Miranda
Secretário de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – SEDPAC

Comissão da Verdade em Minas Gerais - Covemg
Carlos Antonio Melgaço Valadares
Emely Vieira Salazar
Jurandir Persichini Cunha
Maria Celina Pinto Albano
Maria Céres Pimenta Spínola Castro
Paulo Afonso Moreira
Robson Sávio Reis Souza

Coordenação Gráfica e Produção
Frente Verso Encadernações e Editora

Projeto Gráfico
Lúcia Nemer e Martuse Fornaciari

Diagramação
Fábio de Assis [NFDesign]

Fotografia
Celso Travassos

Revisão
Elizete Munhoz Ribeiro

© 2017 – Comissão da Verdade em Minas Gerais (Covemg) Todos os direitos reservados. Autoriza-se a reprodução parcial ou total desta obra, desde que se respeite a fidelidade ao texto original, seja citada a fonte conforme as normas vigentes e não seja para venda ou qualquer fim comercial.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M663c

Minas Gerais. Comissão da Verdade em Minas Gerais.
Relatório / Comissão da Verdade em Minas Gerais. - Belo Horizonte, MG: Frente Verso Editora, 2017.
744 p. 20 x 27 cm - (Relatório da Comissão da Verdade em Minas Gerais; v. 5)

ISBN Coleção: 978-85-66644-13-5
ISBN Volume 5: 978-85-66644-18-0

1. Ditadura militar - Minas Gerais. 2. Violação de direitos humanos. 3. Comissão da verdade. 4. Relatório final. Título.

CDD: 323.81044

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Ana Cláudia Ribeiro CRB 6/2868.

2017

COMISSÃO DA VERDADE EM MINAS GERAIS

RELATÓRIO FINAL

Carlos Antonio Melgaço Valadares

Emely Vieira Salazar

Jurandir Persichini Cunha

Maria Celina Pinto Albano

Maria Céres Pimenta Spínola Castro

Paulo Afonso Moreira

Robson Sávio Reis Souza

2017

EXPEDIENTE

Equipe Executiva

COORDENADORA
Helena Maria Penna Amorim Pereira

SECRETÁRIA EXECUTIVA
Simone Rabelo Goyas Jardim

ASSESSORES
Angélica Vilela Santos
Camila Americano Lanhoso
Celso Gomes Travassos
José Alexandre Salles
Luciana Paula dos Santos Ferreira
Maria Aparecida Rodrigues de Miranda
Ronald Rocha
Thelma Yanagisawa Shimomura
Vanuza Nunes Pereira

BOLSISTAS DE PÓS-GRADUAÇÃO
Camilla Cristina Silva, Clarissa Teixeira Fazito Rezende, Claudia Graça da Fonseca, Felipe Guimarães Assis Tirado, Fernanda Nalon Sanglard, Jaana Braz Rodrigues, Jailane Pereira da Silva, Janaina Campos de Freitas Breugelmans, Jose Antonio Marçal, Lorena Martoni de Freitas, Ludmila Lais Costa Lacerda, Marcelo de Freitas Assis Rocha, Marcus Vinicius Porcaro Nunes Schubert, Mariane dos Reis Cruz, Marina Mesquita Camisasca, Pedro Berutti Marques, Thiago Lenine Tito Tolentino, Tiago de Souza Lima Gomes, Vanda Lucia Praxedes.

BOLSISTAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
Amanda Brissa Bonilla Arruda, Ana Luiza Otoni Borges, Ana Sofia Vilanova Monken, Anna Luiza Werkema Ferreira Freitas, Carlos Lucio Romano Neto, Christian Victor de Oliveira Coelho, Claudemir Henrique Silva, Fernanda Mara Gonçalves, Florencia Lorenzo, Henrique Sena Guimarães Lopes, Igor Britto Lica, Igor da Silva Nunes, Ivangilda Bispo dos Santos, Jade Noronha de Oliveira, João Pedro Galvão, Josias de Matos Ferreira, Julia Somberg Alves, Larissa Fernandes Ribeiro de Assis, Laura Luiza Costa, Leonardo Bittencourt Silva, Loren Lopes Santos, Luis Gonzaga Martins Mota de Oliveira, Luiza Leone Prazeres Araújo, Marco Paulo Barbabela Penna Amorim, Marina Ribeiro Reis, Pauline Louise Araújo Silva, Paulo Vitor Cordeiro Repoles, Pétalah Augusto Lotti, Raissa Lott Caldeira da Cunha, Raquel Khouri dos Santos, Raquel Marques Soares, Thatyanna Paula Barbosa Mota, Vanilda Peres dos Santos, Victoria Rezende Fagundes de Albuquerque, Vitor Tadeu de Sena Pires Cunha.

ESTAGIÁRIA
Caroline Cunha Rodrigues

PESQUISADORES VOLUNTÁRIOS
Amanda Queiroz Magalhães, Ana Clara Abrantes Simões, Ana Cláudia Ribeiro, Ana Lívia Gomes Vieira, Ana Luise Santana de Souza, Ana Luiza Melo Maciel, Andréia de Jesus Silva, Arnaldo José Zangelmi, Augusto Rodrigues Borges, Beatriz Parreiral Xavier, Bruno Camilloto, Bruno Guarienta Barbosa Braga, Camila Gonçalves Zedes, Carlos Magno Machado, Carolina Dellamore Batista Scarpelli, Christiane Jalles de Paula Edna Martins Borges, Emily Jaine Nunes Guimarães, Érico Ubaldino Diniz, Everson de Alcântara Tardeli, Francine Lelina Rosa de França, Gabriele Ferreira dos Santos, Gisele Lucowicz Costa, Giuliana Alves Ferreira de Rezende, Gustavo Rocha Vital Gonçalves, Isabela de Andrade Pena M. Corby, Isabela Cristina Carreiro Cavalcante, Jéssica Holl, João Paulo Medeiros Araújo, Juliana Carvalho, Juliana Ventura de Souza Fernandes, Júnia Versiani Mourão, Letícia Maria Antunes do Carmo, Lilian Andrade, Luísa Santos Paulo, Luiza Drummond Veado, Marcelo Corrêa Giacomini, Marco Antônio Silveira, Marco Túlio Antunes Gomes , Maria Clara Barros Mota, Maria Lisboa de Oliveira, Mariana Rezende Oliveira, Marina Almeida, Marina Araújo, Marta Maia, Mateus Pereira, Matheus Cazeca Oliveira Ferreira, Monique Alvares Assis, Myriam Costa de Oliveira, Natália Lisbôa, Nayara Maria Gonçalves Pedrosa, Núbia Medeiros Caetano da Silva, Oraldo Paiva, Paulo Vitor Cordeiro Repolês, Rafael Drummond, Raquel Cristina Possolo Gonçalves, Renata Diniz de Souza, Renato Santos Gonçalves, Robert Salles Roque, Rodrigo Rievers de Almeida, Sebastião Soares da Silva, Sophia Pires Bastos, Tayara Talita Lemos, Vanessa Padrão de Vasconcelos Paiva, Vânia Márcia Paiva Pacheco.

Consultores

Equipe de Justiça de Transição
COORDENAÇÃO
Emílio Peluso Neder Meyer

Equipe de Redação
Amanda Brissa Bonilla Arruda, Felipe Guimarães Assis Tirado, Jéssica Holl, Vitor Tadeu de Sena Pires Cunha.

Equipe da Ciência da Informação
COORDENADORA
Maria Guiomar da Cunha Frota

Equipe
Ana Cláudia Ribeiro, Anna Luiza Werkema, Pétalah Augusto Lotti.

COMISSÃO DE REDAÇÃO
Helena Maria Penna Amorim Pereira
Maria Celina Pinto Albano
Maria Céres Pimenta Spínola Castro
Robson Sávio Reis Souza
Ronald Rocha
Vanda Lúcia Praxedes

LISTA DE SIGLAS

APCBH	Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte
AAB	Aliança Anticomunista Brasileira
ACESITA	Companhia Aços Especiais Itabira
ACP	Ação Civil Pública
ADPF	Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental
AESI	Assessoria Especial de Segurança e Informação
AI-1	Ato Institucional Número 1
AI-5	Ato Institucional Número 5
AJMB	Ajudância Minas-Bahia da
ALMG	Assembleia Legislativa de Minas Gerais
ALN	Ação Libertadora Nacional
AN	Arquivo Nacional
AP	Ação Popular
APM	Arquivo Público Mineiro
APML	Ação Popular Marxista-Lenista
APMLDOB	Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ART	Assembleia de Representantes de Turmas
ASI	Assessoria de Segurança e Informações
ASPLAN	Assessoria de Planejamento, Estratégia e Modernização da Gestão
ATAMG	Associação de Trabalhadores Agrícolas de Minas Gerais
BDMG	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CA	Centro Acadêmico
CAAP	Centro Acadêmico Afonso Pena
CAEM	Centro Acadêmico da Escola de Minas de Ouro Preto
CAIS	Complexos Agroindustriais
CEB	Confederação Evangélica do Brasil
CEBS	Comunidades Eclesiais de Base
CEDEFES	Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva
CEDOC/CPT	Centro de Documentação D. Tomáz Balduino
CEFET-MG	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
CEIVT	Comissão Especial de Indenização às Vítimas de Tortura
CEMDP	Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos
CEMIG	Centrais Elétricas de Minas Gerais
CENIMAR	Centro de Informações da Marinha
CET	Comando Estadual dos Trabalhadores do Estado de Minas Gerais
CETI	Centro Estudantil Técnico Industrial
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CIDH	Corte Interamericana de Direitos Humanos
CIE	Centro de Informações do Exército
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CMDP	Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos
CMI	Conselho Mundial de Igrejas

CMV-JF	Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora
CNA	Confederação Nacional de Agricultores
CNTI	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CODI	Centro de Operações de Defesa Interna
COLINA	Comando de Libertação Nacional
CONEDH	Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos
CONSIR	Comissão Nacional de Sindicalização Rural
CONTAG	Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura
CORRENTE	Corrente Revolucionária de Minas Gerais
COSEG	Coordenadoria Geral de Segurança
COVEMG	Comissão da Verdade em Minas Gerais
CPC	Centro Popular de Cultura
CPOR	Centro de Preparação de Oficiais da Reserva
CPOR	Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Belo Horizonte
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRFB/88	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CTA	Centro de Tecnologias Alternativas
DA	Diretório Acadêmico
DCE	Diretório Central de Estudantes
DEE	Diretório Estadual de Estudantes
DNE	Diretório Nacional de Estudantes
DAEM	Diretório Acadêmico da Escola de Minas de Ouro Preto
DEOP	Delegacia Especializada de Ordem Pública
DEOPS/SP	Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo
DEP	Departamento de Estudos e Pesquisas
DIPOA	Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal
DNOS	Departamento Nacional de Obras e Saneamento
DNPA	Departamento de Produção Animal
DOI-CODI	Destacamento de Operações de Informação Centro de Operações de Defesa Interna
DOP	Delegacia de Ordem Pública
DOPS	Departamento de Ordem e Política Social
DPF/BH	Departamento de Polícia Federal em Belo Horizonte
DR	Delegacia Regional
DSI	Divisões de Segurança e Informação
DSI/MEC	Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação e Cultura
DVS	Delegacia Vigilância Social
DVS	Divisão de Vigilância Social
EC	Estatuto da Criança e do Adolescente
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPAMIG	Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
EPOMG	Escola Popular Orocílio Martins Gonçalves
EQUIP	Escola de Formação Quilombos dos Palmares
ESAV	Escola Superior de Agricultura e Veterinária

ETFMG	Escola Técnica Federal de Minas Gerais
FACE-UFMG	Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais
FAFEOD	Faculdade Federal de Odontologia de Diamantina
FAFICH	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais
FAFI-UMG	Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais
FEB	Força Expedicionária Brasileira
FEEPDH	Fundo Estadual de Promoção dos Direitos Humanos
FETAEMG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais
FMTM	Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro
FOGUERA	Forças Guerrilheiras do Araguaia
FUMA	Fundação Mineira de Arte
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNRURAL	Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
GARCAFÉ	Cooperativa dos Cafeicultores da Região de Garça
GREQUI	Grupo de Estudos da Questão Indígena de Minas Gerais
GRIN	Guarda Rural Indígena
IADESIL	Instituto Interamericano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre
IAPETEC	Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Empregados em Transportes e Cargas
IBAM	Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
ICB/UFMG	Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Minas Gerais
ID/44ª	Infantaria Divisionária
IEVE	Instituto da Violência do Estado
III ENE	Terceiro Encontro Nacional de Estudantes
IML	Instituto Médico Legal
INC	Instituto Nacional do Cinema
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPM	Inquérito Policial Militar
IPSEMG	Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais
IPUC	Instituto Politécnico da Universidade Católica
IR	Inspetoria Regional
ISA	Instituto Socioambiental
JAC	Juventude Agrária Católica
JB	Jornal do Brasil
JEC	Juventude Estudantil Católica
JIC	Juventude Independente Católica
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
JUGAS	Junta Geral de Ação Social
LGBT	Grupo de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
LSN	Lei de Segurança Nacional
MA	Ministério da Agricultura
MAIC	Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio

MCM	Meios de Comunicação de Massa
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
ME	Movimento Estudantil
MEB	Movimento de Educação de Base
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MEC/USAID	Ministério da Educação e Cultura/United States Agency for International Development
MEI	Movimento Ecumênico Internacional
METASITA	Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos da Acesita
MINTER	Ministério do Interior
MIRAD	Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário
MOBON	Movimento da Boa Nova
MPF-MG	Ministério Público Federal em Minas Gerais
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem-terra
NUDOC-CPT-FUNAI	Núcleo de Documentação da Diretoria de Proteção da FUNAI
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PADAP	Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba
PADVALE	Programa de Assentamento Dirigido do Vale do Jequitinhonha
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCDOB	Partido Comunista do Brasil
PCI	Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados
PDR	Partido Democrata Republicano
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos
PI	Posto Indígena
PIGM	Posto Indígena Guido Marlière
PIMO	Posto Indígena Mariano de Oliveira
PIS	Postos Indígenas
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMMG	Polícia Militar de Minas Gerais
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
POC	Partido Operário Comunista
POLONORDESTE	Programa de Desenvolvimento das Áreas Integradas do Nordeste
POLOP	Organização Revolucionária Marxista Política Operária
PPG CPDA/UFRRJ	Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
PRODEMATA	Programa de Desenvolvimento Integrado da Zona da Mata
PRORURAL	Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste
PROVALE	Programa Especial para o Vale do São Francisco
PROVÁRZEA	Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea
PSD	Partido Social Democrático
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro

PUC MINAS	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
PUC SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RAN	Resistência Armada Nacional
RURALMINAS	Fundação Rural Mineira Colonização e Desenvolvimento Agrário
SCDP	Serviço de Censura às Diversões Públicas
SEDESE	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais
SEDOC-FUNAI	Serviço de Gestão Documental da FUNAI
SEP	Seção de Estudos e Planejamento
SNI	Serviço Nacional de Informações
SPI	Serviço de Proteção ao Índio
SPILN	Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais
SSNE	Seção de Segurança Nacional do Ministério da Educação e Saúde
STF	Supremo Tribunal Federal
STM	Superior Tribunal Militar
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUPRA	Superintendência de Política Agrária
TJMMG	Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais
TRF	Tribunal Regional Federal
UCMG	Universidade Católica de Minas Gerais
UDPR	União Democrática dos Produtores Rurais
UDR	União Democrática Ruralista
UEE	União Estadual dos Estudantes
UEEMG	União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFRN	Universidade Federal do Rio de Grande do Norte
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFV	Universidade Federal de Viçosa
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UMG	Universidade de Minas Gerais
UNA	União de Negócios e Administração Ltda
UNB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNEM	União Nacional dos Estudantes de Medicina
UNIMONTES	Universidade Estadual de Montes Claros
UREMG	Universidade Rural do Estado de Minas Gerais
URSO	União das Repúblicas Socialistas Ouro-pretanas
USP	Universidade de São Paulo
UTE-MG	União dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais
VAR PALMARES	Vanguarda Armada Revolucionária Palmares
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

VOLUME 5

12. REPRESSÃO AO MOVIMENTO ESTUDANTIL E ÀS UNIVERSIDADES EM MINAS GERAIS 13

12.1 Introdução 14

12.2 O golpe de 1964 e sua ação contra o movimento estudantil em Minas Gerais 15

12.3 A dura repressão nas universidades durante o regime militar – estudo de casos de algumas instituições de ensino em Minas Gerais 63

12.4 O binômio informação/repressão contra o movimento estudantil e universidades em Minas Gerais 150

Anexos 168

13. IMPEDIMENTO DE CONVIVÊNCIA DE CRIANÇAS COM SEUS GENITORES EM RAZÃO DA SUA PRISÃO, MORTE OU DESAPARECIMENTO 175

13.1 Introdução 176

13.2 A violação ao direito de convivência familiar sob a perspectiva da legislação 176

13.3 Percurso metodológico da pesquisa realizada 180

13.4 Casos relatados: violação ao direito de convivência com os genitores 183

13.5 Casos a serem investigados 341

14. RECOMENDAÇÕES 355

15. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 371

16. ANEXOS 393



12

VOLTAR AO SUMÁRIO

REPRESSÃO AO MOVIMENTO ESTUDANTIL E ÀS UNIVERSIDADES EM MINAS GERAIS

Coordenadora: Maria Céres Pimenta Spínola Castro
Redação: Camilla Cristina Silva
Vanuza Nunes Pereira
Colaboradores: Amanda Queiroz Magalhães
Ana Luiza Ottoni
Arnaldo Zangelmi
Carlos Romano
Laura Luiza Costa
Laura Nogueira Oliveira
Henrique Sena Guimarães Lopes
Jade Noronha
João Pedro Galvão
Julia Somberg Alves
Juliana Carvalho
Lilian Andrade
Marco Antônio Silveira
Marina Almeida
Marta Maia
Mateus Henrique de Faria Pereira
Nubia Medeiros Silva
Pauline Louise Araújo Silva
Raissa Lott Caldeira da Cunha
Thatyanna Mota

12.1 Introdução

Este Capítulo buscou identificar os eventos que caracterizam violações de direitos fundamentais da comunidade universitária de Minas Gerais e dos estudantes destas instituições no período da ditadura militar.

Para realizar esta tarefa, o grupo investigou os eventos ocorridos no período de 1964 a 1985, que envolviam instituições universitárias e seus estudantes. Em decorrência dos limites de funcionamento da Covemg, especialmente de recursos financeiros que possibilitassem as investigações necessárias em todas as instituições universitárias do estado existentes no período, não foi possível abordar todo o universo institucional identificado. Assim, as instituições investigadas foram: Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG (Belo Horizonte); Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas (Belo Horizonte); Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP (Ouro Preto); Universidade Federal de Viçosa – UFV (Viçosa); Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF (Juiz de Fora); Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET (Belo Horizonte).

Instituições importantes do interior do estado deixaram de ser investigadas como, por exemplo, a Faculdade de Odontologia de Diamantina; as instituições de educação superior que deram origem à Universidade Federal de Uberlândia – UFU ou aquelas que hoje compõem a Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM, em Uberaba. Ou ainda muitas outras Instituições de Ensino Superior, públicas ou privadas que existiam em Minas Gerais naquele tempo. Entretanto, é preciso afirmar que esta tarefa pode se completar, a partir de investigações a serem realizadas por outras Comissões da Verdade – estaduais ou municipais, ou até mesmo das próprias instituições, completando-se a tarefa fundamental de recuperar a memória, reconstruir a verdade e realizar a justiça, reafirmando que é preciso não esquecer, para que não mais aconteçam eventos como os identificados nas investigações. Contudo, mesmo com tais limitações, as investigações foram frutíferas e alcançaram seus objetivos.

Como trajeto metodológico adotado, foi inicialmente levantada e tratada a bibliografia a respeito do tema, o que forneceu caminhos e estratégias investigativas. Após a análise da bibliografia existente, a Covemg procurou as instituições universitárias e assinou termos de cooperação com os dirigentes.[1] Estes termos permitiram que se fizessem pesquisas nos acervos documentais de tais instituições, especialmente nos acervos das Assessorias de Segurança e Informação – ASI, ou Assessorias Especiais de Segurança e Informação – AESI, subordinadas à Divisão de Segurança - DSI, do Ministério da Educação, mas ligada ao Serviço

Nacional de Informação – SNI. Naquela época, estas divisões foram criadas em todos os ministérios civis.

Além das pesquisas nos acervos documentais das instituições, foram feitas pesquisas no Arquivo Público Mineiro, especialmente no Arquivo do DOPS e no acervo de jornais e revistas de Minas Gerais, constante do Arquivo Público. Ao mesmo tempo em que se pesquisavam os arquivos, foram realizadas oitivas com participantes do movimento estudantil do período, bem como uma Audiência Pública com lideranças estudantis, ativistas da luta contra a ditadura militar.

Porém, é preciso assinalar que os eventos relacionados ao movimento estudantil secundarista – segmento que teve papel de destaque no movimento estudantil do período e do qual saíram muitas das lideranças que atuavam no movimento universitário – não foram pesquisados, pelos mesmos motivos já apontados acima: falta de condições de pesquisa para apurar os eventos e coletar as evidências que os confirmassem de forma clara e objetiva.

A primeira parte deste Capítulo aborda a luta estudantil em diferentes momentos – da época em que se deu o golpe de Estado até a realização do III ENE. Em seguida, será abordada a repressão ocorrida em cada instituição pesquisada e se apresenta como um estudo de caso. E finalmente, as estruturas de vigilância e repressão que foram montadas nas instituições universitárias públicas, detalhando seus métodos de atuação e as estratégias de repressão utilizadas.

12.2 O golpe de 1964 e sua ação contra o movimento estudantil em Minas Gerais

A gênese da repressão ao movimento estudantil em Minas Gerais

Ao longo da história mundial, o movimento estudantil assumiu papéis políticos e de protagonismos relevantes. Assim também ocorreu no Brasil, após o golpe militar de 1964, especialmente quando o cenário universitário se fez palco de resistência e de mobilização social.

Durante o período inicial do regime militar no Brasil (1964), o panorama do ensino superior em Minas Gerais era composto por 28 instituições[2], que se caracterizavam como baluarte do movimento estudantil mineiro, tendo este assumido, na maioria das vezes, um posicionamento político contrário ao golpe militar, o que resultou em retaliações, perseguições e ataques, configurando um período de relações conflituosas entre o movimento estudantil e o governo.

Tabela 1: Relação de Instituições de Ensino Superior existentes em Minas Gerais no ano de 1964.

	Nome da Instituição	Ano de Criação	Cidade
1	Escola Superior de Farmácia de Ouro Preto	1839	Ouro Preto
2	Escola de Minas de Ouro Preto	1876	Ouro Preto
3	Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas	1914	Alfenas
4	Universidade de Minas Gerais	1927	Belo Horizonte
5	Escola Guignard	1944	Belo Horizonte
6	Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro	1947	Uberaba
7	Universidade Estadual Rural de Minas Gerais	1948	Viçosa
8	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino	1948	Uberaba
9	Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro	1951	Uberaba
10	Faculdade de Odontologia de Diamantina	Fundada em 1953, Federal em 1960	Diamantina
11	Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro	Fundada em 1953, Federal em 1960	Uberaba
12	Faculdade Dom Bosco de Filosofia, Ciências e Letras de São João Del Rey	1954	São João Del Rei
13	Escola Federal de Engenharia de Itajubá	1956	Itajubá
14	Escola de Engenharia do Triângulo Mineiro	1956	Uberaba
15	Universidade Católica de Minas Gerais	1958	Belo Horizonte
16	Curso de Música de Uberlândia	1959	Uberlândia
17	Universidade Federal de Juiz de Fora	1960	Juiz de Fora
18	Faculdade de Direito	1960	Uberlândia
19	Faculdade Federal de Engenharia	1961	Uberlândia
20	UNA[3] – União de Negócios e Administração Ltda.	1961	Belo Horizonte
21	Escola Superior de Agricultura de Lavras	1963	Lavras
22	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras	1963	Montes Claros
23	Faculdade de Ciências Econômicas de Uberlândia	1963	Uberlândia
24	Fundação Educacional de Divinópolis	1964	Divinópolis
25	Escola de Engenharia Civil Kennedy	1964	Belo Horizonte
26	Fundação Mineira de Arte FUMA	1964	Belo Horizonte

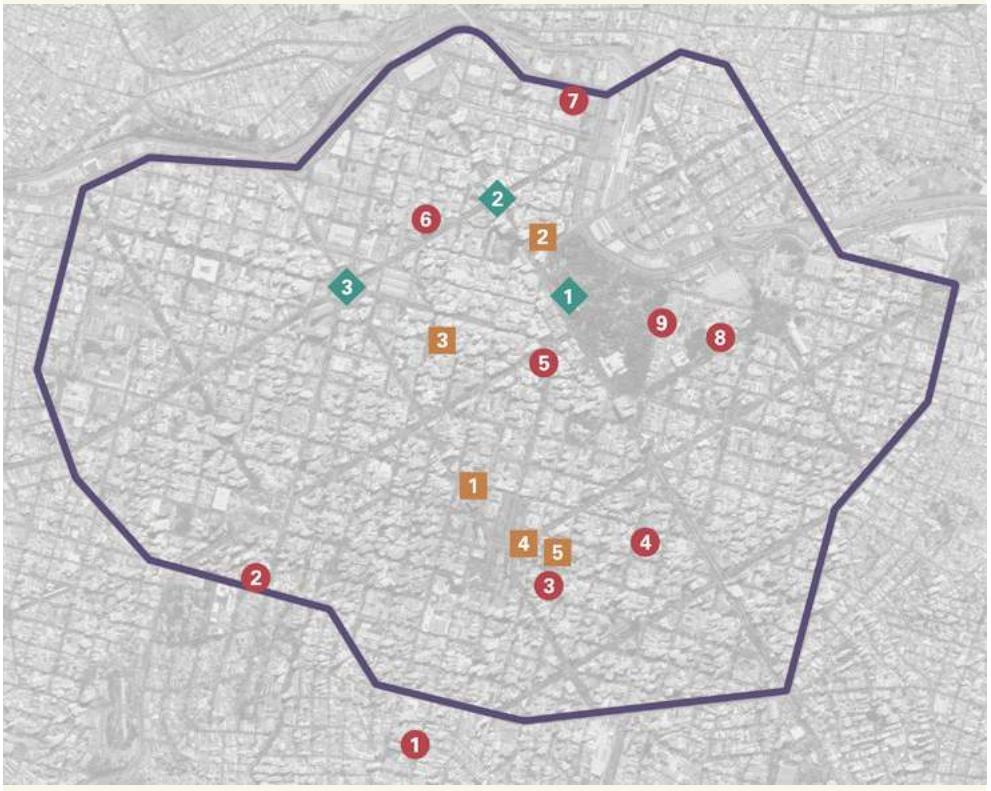
	Nome da Instituição	Ano de Criação	Cidade
27	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Belo Horizonte	1964	Belo Horizonte
28	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guaxupé	1964	Guaxupé

Fonte: Pesquisa realizada nos sites das Instituições de Ensino Superior de Minas Gerais (IES).

Em 1964, ano do golpe militar, a maior parte dos estudantes universitários da Região Metropolitana da capital mineira – Belo Horizonte – estava matriculada na Universidade de Minas Gerais (UMG), doravante apresentada como Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)[4], seguida pela Universidade Católica de Minas Gerais (UCMG), atual Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)[5]. A maioria das Faculdades da UFMG e da PUC Minas concentrava-se nas regiões centro e centro-sul de Belo Horizonte, algumas em uma mesma avenida. As Faculdades de Ciências Econômicas, Direito, Medicina e Engenharia da UFMG, conhecidas pelo envolvimento no movimento estudantil, estavam situadas próximas ao centro da cidade. Já a PUC Minas se encontrava nos arredores da Praça da Liberdade, localizada na região centro-sul da capital mineira.

De acordo com João Roberto Martins, "no começo dos anos 60, uma politização até então desconhecida tomou conta do meio universitário brasileiro"[6]. Apesar de alguns avanços importantes naqueles primeiros anos de regime militar, como o aumento das vagas no Ensino Superior, os estudantes ainda se mantinham insatisfeitos com os acontecimentos que ocorriam no País.

A União Nacional dos Estudantes (UNE) fundada em 1937, que existiu, desde então, como símbolo e entidade unificadora das lutas estudantis em escala nacional, a partir da década de 1960 assumiu uma posição mais acentuada no panorama político nacional ao lançar no debate questões que estavam mais amplamente presentes na sociedade brasileira da época, como, por exemplo, discussões sobre a orientação econômica do País, a ordem política, o nacionalismo, o desenvolvimento e a política educacional. Estes foram alguns dos temas sobre os quais a UNE manifestou-se e buscou, em diversas ocasiões, mobilizar os estudantes.[7] Sob a coordenação da UNE, as Uniões Estaduais dos Estados (UEEs), destinadas a coordenar as entidades de cada estado, também tiveram um papel relevante em prol dos debates desencadeados pelo movimento estudantil, o que também aconteceu com os diretórios, grêmios e centros acadêmicos nas faculdades.



Faculdades

1. Faculdade de Filosofia - UFMG
2. Faculdade de Farmácia - UFMG
3. Faculdades de Filosofia, Direito e Serviço Social - PUC Minas
4. Faculdade de Arquitetura - UFMG
5. Faculdade de Direito - UFMG
6. Faculdade de Ciências Econômicas - UFMG
7. Faculdade de Engenharia - UFMG
8. Faculdade de Medicina - UFMG
9. Faculdade de Ciências Médicas - PUC Minas

DCE's

1. Sede Social do DCE - UFMG
2. DCE - UFMG
3. UEE - MG
4. DCE - UCMG
5. PUC Minas - Universidade Católica de Minas Gerais

Locais Públicos

- Teatro Francisco Nunes
- Praça Sete de Setembro
- Praça Raul Soares

Mapa 1: Mapa do centro de Belo Horizonte com a localização das Instituições de Ensino Superior, naquela região, em 1964. Fonte: Covemg.

O movimento estudantil brasileiro, uma das maiores forças oposicionistas ao regime militar, principalmente pela sua capacidade de mobilização popular e de organização de manifestações reivindicatórias, sofreu, imediatamente após o golpe, medidas de repressão, como, por exemplo, o corte das verbas oficiais aprovadas pela Câmara dos Deputados para as entidades estudantis e, ainda, a repressão à ideologia e às iniciativas tomadas pela UNE.

Em Minas Gerais, não haveria de ser diferente. Em ofício reservado (16/1964), enviado ao Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o diretor da Seção de Segurança Nacional (SSNE), José de Almeida Rios, deixou clara a preocupação em relação ao papel protagonista dos estudantes e sobre as iniciativas contrárias ao regime de alguns diretórios acadêmicos, dos quais são citados: Escola de Medicina da UFMG; Escola de Agronomia de Viçosa; Escola de Minas e Metalurgia de Ouro Preto; Escola de Filosofia de São João Del Rei; Escola de Agronomia de Lavras; Instituto Eletrotécnico de Itajubá; Escola de Florestas e de Ciências Domésticas de Viçosa; Escola de Odontologia de Diamantina; Escola de Farmácia de Ouro Preto; Escola de Filosofia e Conservatório de Música de Uberaba e Escola de Filosofia de Uberlândia. Conforme declara:

> [...] De nossa parte serão tomadas providências, infelizmente, prejudiciais aos diretórios que demonstrem subversão [...].
>
> [...] O Ministério da Educação e Cultura deseja integrar o grupo estudantil na Doutrina de Segurança Nacional, como os mais responsáveis pelo futuro da Pátria. Eles deverão fazer parte e concorrer com nossos esforços para perseguirmos os objetivos nacionais. É dentro de tal espírito que estamos imprimindo nossa atuação nesta seção de Segurança Nacional.[8]

O movimento estudantil mineiro representava um foco diversificado de luta e de resistência às ações repressivas impostas pelo governo autoritário, tendo sido também palco da criação de organizações políticas de resistência com um papel significativo, como, por exemplo: a Ação Popular (AP); a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (POLOP) e, logo depois, a Corrente Revolucionária de Minas Gerais (mais conhecida como simplesmente Corrente, termo adotado a partir daqui, neste Capítulo).

Naquele momento, logo após a imposição do regime militar, que defendia o lema – "garantir a ordem",[9] os detentores do poder fizeram uso de todos os recursos disponíveis, revestindo-se principalmente de uma legalidade autoritária,[10] como, por exemplo, os atos institucionais. Estes foram utilizados no intuito de frear e inibir todos aqueles que atrevessem manifestar qualquer atitude contrária ao regime imposto.

O Ato Institucional n° 1 (AI-1),[11] decretado em 09/04/1964, redigido pelo jurista Francisco Campos e pelo advogado Carlos Medeiros da Silva, segundo Schawarcz e Starling: "liberou a execução de manobras policial-militares de detenção em massa, com bloqueio de ruas, busca em casa e checagem individual, que se deram durante o ano de 1964 em Minas Gerais (e em outros estados). "[12]

Lei Suplicy[13]

Em outubro de 1964, durante participação no V Fórum Universitário,[14] o Ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda, discursou, evidenciando quais eram as intenções do regime sobre as Instituições de Ensino Superior, e ainda, declarou que a sua proposta de lei já estava em poder do Congresso Nacional:

> Uma organização qualquer e, em especial, instituição tão marcantemente humana é a universitária, só pode formar-se e em seguida evoluir se colocar na base, justamente, o homem, mas o homem suficientemente preparado e disposto a ser elemento basilar e não decorativo. Desta verdade elementar partiu este Governo Revolucionário da República para formar a Universidade, cuidando do elemento humano, disciplinando-o, porque não há vida universitária sem condição de propósitos sadios. O homem é o aluno e o professor, juntos e separados, unidos e não desentendidos em lutas falsas de classes inexistentes. Inicia-se com a regulamentação legal dos órgãos de representação estudantil, já submetida ao Congresso Nacional, que visa a dar estrutura e garantir a dignidade permanente à vida do estudante como tal, protegendo-o contra aqueles que sabem, e bem, que a revolução comunista só poderá partir da Universidade orgânica.[15]

Logo após, em 09/11/1964, foi instaurada a Lei nº 4.464, chamada Lei Suplicy,[16] estabelecendo uma nova política autoritária para o meio universitário, extinguindo a UNE e as demais entidades estudantis existentes.

Conforme dispôs o Art. 2º da Lei Suplicy: São órgãos de representação dos estudantes de ensino superior: a) o Diretório Acadêmico (DA), em cada estabelecimento de ensino superior; b) o Diretório Central de Estudantes (DCE), em cada Universidade; c) o Diretório Estadual de Estudantes (DEE), em cada capital de Estado, Território ou Distrito Federal onde houver mais de um estabelecimento de ensino superior; d) o Diretório Nacional de Estudantes (DNE), com sede na Capital Federal.[17]

A lei assegurava a participação de representantes discentes nos órgãos de deliberação coletiva e nos departamentos das Instituições de Ensino Superior, designados pelos estudantes. Atendia, também, à antiga reinvindicação do movi-

mento estudantil, tornando obrigatório o voto para a eleição das diretorias dos diretórios acadêmicos. Entretanto, vedava aos órgãos de representação estudantil "qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares". Além disso, as decisões passaram a ser tomadas exclusivamente pelos órgãos executivos, federais e estaduais, ampliando-se o papel das secretarias de educação e a criação das divisões regionais de ensino, que eram dotadas de funções técnicas com o objetivo de implantar as decisões contando com o mínimo de resistência.

Outro mecanismo repressivo usado pelo governo militar foi a incursão de pessoas na Lei de Segurança Nacional. Muitos estudantes, durante os primeiros anos do regime foram incursos na Lei, sendo que, na maioria das vezes, as denúncias eram por crimes políticos, contra a segurança nacional e crimes de responsabilidade e/ou baseados no Decreto-Lei nº 314 de 13/3/67,[18] em que definia crimes contra a segurança nacional e a ordem política social.

Manifestações estudantis nos primeiros anos da ditadura militar

Nos anos iniciais do regime militar brasileiro, a UNE, maior representação tradicional de estudantes, foi declarada ilegal pelo governo. Essa imposição contribuiu para o arrefecimento das manifestações estudantis no Brasil e, claro, em Minas Gerais. Naquele momento, ainda no início da década de 1960, após o golpe militar, as manifestações no estado ocorriam, principalmente, em Belo Horizonte. E configuravam-se pelo arremesso de folhetos do alto de edifícios do centro da cidade, na distribuição de boletins no âmbito das Instituições de Ensino Superior ou/e espalhados pelo centro da capital mineira nas madrugadas. Também foram identificadas ações logo após o golpe pelas cidades do interior de Minas, desencadeadas, especialmente, por estudantes secundaristas e/ou universitários.

Já no dia 31 de março de 1964, na véspera da imposição do regime, os estudantes da Faculdade de Direito da UFMG distribuíram panfletos na tentativa de conscientizar a população sobre a violação constitucional que estaria sendo realizada pelos militares.[19]

Em Ouro Preto, na manhã de 1º/04/1964, as ruas amanheceram movimentadas. As calçadas da cidade estavam ocupadas por pichações, que traduziam o repúdio ao golpe recém-instalado: "abaixo o latifundiário – *impeachment* para Magalhães – cadeia para Lacerda, Adhemar e Magalhães – Justiça social e paz – Abaixo os gorilas – Tudo pelas reformas de base – Legalidade com Jango – Uni-

versidade para todos."[20] O episódio não seria o único na história da cidade após o golpe de 1964.

No entanto, sob a perplexidade da virada brusca que atingia com dureza o cenário político brasileiro, as primeiras movimentações de oposição sistemática de estudantes ao regime instaurado em 1964 acontecem com maior representatividade a partir de 1966. Após a reorganização do movimento estudantil, o número de passeatas e manifestações de estudantes nas principais cidades do País aumentou consideravelmente, bem como greves e ocupações de prédios pertencentes às Instituições de Ensino Superior.

Na primeira quinzena de março de 1966, a União Estadual de Estudantes – Minas Gerais (UEE-MG) promoveu junto com Diretórios Centrais Estudantis (DCEs) da PUC Minas e da UFMG uma "Calourada Unificada" e como parte do evento de recepção aos novos estudantes das duas maiores universidades da capital mineira, aconteceria a "Passeata dos Calouros". Sua ocorrência já era de conhecimento até mesmo do Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais (DOPS/MG). Seu então diretor, Fábio Bandeira de Figueiredo, acionou a polícia para que acompanhasse a passeata, com a orientação de que fossem destruídos todos os cartazes que insultassem as autoridades militares.

Os estudantes se reuniram nos arredores do Teatro Francisco Nunes, no Parque Municipal, na região central de Belo Horizonte, de onde sairia a passeata pela Avenida Afonso Pena em direção à Igreja São José. Com cartazes nas mãos, os quais discordavam das orientações da polícia, os estudantes denunciavam o regime imposto e marcaram aquela passeata como um ato de resistência. Maria Lúcia Resende Garcia relembra os acontecimentos daquele dia:

> [..] cartazes e faixas com dizeres: Abaixo a ditadura, Fora imperialismo ianque, O povo unido jamais será vencido, Fora acordo MEC-USAID, eram palavras de ordem, em vozes gritadas pelas ruas. Estudantes em grande número, [...] de todas as universidades de Belo Horizonte, reunidos em frente à Igreja São José, no centro da cidade. Houve invasão da Igreja para prender estudantes que lá entraram para se esconder. Bombas de gás lacrimogêneo e cassetetes foram usados contra os manifestantes.[21]

A passeata foi reprimida com pancadaria e bombas de efeito moral contra os jovens universitários, dissolvendo a manifestação. A atuação militar convertida em espancamento e prisões de estudantes, assim como a depredação e invasão da Igreja São José, despertou e mobilizou ainda mais o movimento estudantil mineiro.



Figura 1 - Passeata dos Calouros (março de 1966). Fonte: AEM7D, p.105



Figura 2 - Passeata dos Calouros (março de 1966). Fonte: AEM7D, p.105



Figura 3: Passeata dos Calouros (março de 1966). Fonte: AEM7D, p.105

Imediatamente após o ocorrido, os órgãos estudantis, UEE-MG e os DCEs da PUC Minas e da UFMG, lançaram Nota conjunta protestando e denunciando as arbitrariedades cometidas pelos agentes do DOPS/MG, exigindo a libertação imediata dos colegas presos.

Além da Nota de repúdio contra as agressões sofridas pelos estudantes na "Passeada dos Calouros", logo depois, os DCEs da UFMG e da PUC Minas realizaram uma assembleia e decidiram decretar greve por três dias em sinal de protesto. Deliberaram, ainda, pela realização de uma nova passeata em protesto pelas arbitrariedades ocorridas na manifestação anterior. A nova passeata veio a ser conhecida como "Passeata do Silêncio".

Em 14/03/1966, a "Passeata do Silêncio", protesto simbólico contra a violência cometida pelos policiais, contou com aproximadamente dez mil universitários[22] das faculdades da UFMG, da PUC Minas e de outras instituições de ensino de Belo Horizonte. Os estudantes, trajados de preto e amordaçados, ostentaram faixas protestando contra a violência sofrida e o boicote à liberdade de expressão. A concentração ocorreu na Praça Afonso Arinos, em frente à Faculdade de Direito da UFMG, na região central da capital mineira.

Apesar da resistência declarada pelo movimento estudantil em Belo Horizonte, a retaliação violenta se repetiu.[23] Mais uma vez, quando os estudantes se posicionaram nos arredores da Igreja São José, os agentes do DOPS/MG não hesitaram em dissolver a manifestação, usando novamente as bombas de gás lacrimogênio. O tumulto maior aconteceu quando os estudantes se posicionaram nas escadarias da Igreja São José para que os jornalistas pudessem fotografá-los, quando explodiu a primeira bomba de efeito moral, seguida de explosões de outras bombas. Dessa forma, os policiais conseguiram dispersar os manifestantes, efetuando algumas prisões.[24]

O então estudante, Aluísio Marques, em depoimento à Covemg, retrata as manifestações:

> Então eu entrei para Faculdade Ciências Econômica em 1965, no calor de 66, que foi nas calouradas de 66 que teve a primeira manifestação nacional contra a ditadura. Primeiras manifestações contra a ditadura ocorreram nas calouradas de 66. Foi bem, como a Eleonora disse, havia unidade em todas as forças para produzir a calourada, mas as escolas mais centrais caminharam a pé até o Parque Municipal, na concha acústica, onde se reuniram; a ida foi tranquila, a volta, a repressão na volta, na Igreja São José que a repressão chegou e foi bastante violenta, etc. E àquela época ainda usava com mais intensidade, alguns calouros tinham os cabelos pintados, e não tinha como escapar muito. E a repressão até dentro da Igreja São José, e foi muito violenta. O que motivou uma segunda passeata, a Passeata do Silêncio, que teve um sucesso muito grande, também muito grande, aqui eu acho que teve esse papel muito importante nesse período de 66 [...].[25]

Os estudantes que conseguiram fugir do aparato da polícia dirigiram-se para a Praça da Liberdade, região centro-sul de Belo Horizonte, obrigando o comando da Polícia Militar a colocar pelotões de policiais nos arredores do Palácio do Governador. No final, depois de gritos e vaias por parte dos estudantes nos arredores do Palácio, os ânimos se acalmaram e os manifestantes se dispersaram.

Com o intuito de justificar as arbitrariedades cometidas pelos agentes policiais do Estado, a Secretaria de Segurança Pública fez publicar uma Nota na imprensa mineira divulgando a Portaria nº 5185, de 26/02/1964, que dizia respeito à realização de passeatas, concentrações ou manifestações, conforme seus itens 2º, 3º e 4º:

> 2º – a licença para passeata só será concedida após prévia aprovação de seu itinerário pela autoridade competente; 3º – é indispensável comunicação por escrito, ao Departamento de

> Vigilância Social, pelo menos vinte e quatro horas antes da realização do comício, de acordo com a lei; 4º – cabe às autoridades policiais do interior do Estado fixar os locais de comícios e reuniões públicas nos termos da legislação vigente, tendo sempre em vista o que a prática e a experiência têm sugerido a respeito de modo a serem evitadas as inovações ou normas que possam gerar dúvidas ou incompreensões que acarretem dificuldades ao bom desempenho das atribuições policiais.[26]

Em protesto à repressão sofrida, pelas prisões efetuadas e pelos inquéritos policiais que recaíam sobre as lideranças do movimento estudantil mineiro, em decorrência das últimas duas passeatas em Belo Horizonte – "Passeata dos Calouros" e "Passeata do Silêncio" – estudantes de diferentes Instituições de Ensino Superior da capital mineira se reuniram em assembleias e decidiram prorrogar a greve. Os DCEs da UFMG e da PUC Minas, em conjunto com a UEE-MG, lançaram manifesto contra a violência imposta às manifestações estudantis. Vale ressaltar o reconhecimento do movimento estudantil mineiro por estudantes pelo País afora: o DCE da UFMG recebeu diversos telegramas e manifestações de estudantes de vários estados em solidariedade aos estudantes mineiros, por terem sido atacados pela polícia, duas vezes, em três dias.[27]

Em resposta aos acontecimentos concernentes às duas passeatas – "Calouros" e "Silêncio" – instaurou-se Inquérito Policial Militar (IPM) para apurar os fatos. Na ocasião foram indiciados 158 estudantes, todos julgados em uma mesma sessão, em dois cinemas de Juiz de Fora (MG), pois a sala de julgamentos na Auditoria Militar da cidade não comportava o número de pessoas processadas.[28]

Neste mesmo ano, foram preparadas as manifestações do dia 21 de abril, em Ouro Preto, com a presença de estudantes de várias partes do estado, conscientes dos riscos que os protestos em dias de comemoração de visibilidade nacional acarretavam. No decorrer dos anos, as comemorações de 21 de abril tornaram-se cenários de mobilizações e confluência de ações de estudantes e trabalhadores da região. Ao mesmo tempo, as festividades relacionadas ao '21 de abril' foram utilizadas pela ditadura buscando a identificação dos valores de "liberdade, igualdade e fraternidade" consagrados na figura de Tiradentes, com o regime. Daí o aumento da repressão nestas festividades.[29]

A presença do então Ministro da Guerra, Arthur da Costa e Silva, combinada com a revolta gerada diante dos últimos acontecimentos na capital mineira, converteu a ocasião em um "dia histórico" de luta do movimento estudantil em Minas Gerais. Conforme depoimento de Nilmário Miranda, atual Secretário

de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania e estudante à época, foi a partir da mobilização em torno do dia 21 de abril na cidade e das discussões realizadas que se formou "uma chapa da UEE-MG (União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais) muito combativa".[30]

Em Belo Horizonte, após a movimentação em torno do feriado do dia 21 de abril, a UEE-MG promoveu uma concentração de estudantes universitários na sede do DCE da UFMG, em nome da proteção da "Liberdade". O evento ocorreu com a autorização do DOPS-MG e, além dos estudantes universitários, também contou com a presença de líderes sindicais, empresários, economistas, operários, donas de casa, estudantes secundaristas, artistas do teatro e do cinema mineiro, críticos de arte, artistas plásticos, músicos, intelectuais, representantes da classe operária e membros do clero.

Na ocasião, o presidente da UEE-MG, Luís Carlos da Costa Monteiro, leu os cinco pontos que exigiam do governo, para cumprimento imediato: 1) Revogação dos atos institucionais; 2). Constituinte popular; 3) Revogação da Lei Suplicy; 4) Fim do acordo de garantia de investimentos estrangeiros; 5) Retirada das tropas de ocupação de São Domingos, na República Dominicana.[31]

Por volta das 23 horas daquele dia, posteriormente à concentração na sede do DCE da UFMG, os estudantes dirigiram-se à Praça da Liberdade, na região centro-sul de Belo Horizonte. Na ocasião, espalharam-se pelos jardins da Praça carregando velas, que foram colocadas no chão em formato de "L" e, neste ínterim, Luís Carlos da Costa Monteiro – presidente da UEE-MG – discursava em protesto pelas violações sofridas e em solidariedade aos colegas detidos. A manifestação silenciosa ficou conhecida como "Vigília Cívica".[32]

A "Vigília Cívica" terminou com a leitura da Declaração Universal dos Direitos do Homem e dos artigos da Constituição Federal que asseguravam aos cidadãos o direito de ir e vir e de se reunir sem armas em recinto fechado. Por fim, os estudantes entoaram o Hino Nacional e deixaram a Praça pacificamente, dando vivas à liberdade.[33]

A repressão do regime aumentou muito em relação ao movimento estudantil. Com isso, as passeatas passaram a ser organizadas de forma mais cautelosa, a fim de evitar contratempos e situações conflituosas com a polícia. Duas estratégias foram adotadas: os locais dos eventos eram anunciados quase no momento de sua realização e – para dispersarem os policiais – as manifestações aconteciam simultaneamente em diferentes locais, distribuídas, quase sempre,

na região central de Belo Horizonte – Praça Sete, Praça Afonso Arinos, Praça da Liberdade e Praça Rui Barbosa (também conhecida como Praça da Estação). Os estudantes saíam em grupos das faculdades com palavras de ordem estampadas em cartazes confeccionados nos mimeógrafos dos diretórios acadêmicos.

Nesta perspectiva, em conformidade com o cenário vivenciado pelos estudantes mineiros, Santana relata:

> [...] em 1966, o movimento estudantil mineiro organizou uma concentração na Escola de Direito da UFMG, onde debateram várias propostas de luta contra o regime. Nesse encontro, houve discursos de lideranças da UNE, da UEE-MG, do DCE e de presidentes de diretórios acadêmicos. Mais uma vez, a polícia se apresentou e reprimiu a concentração, após manter os estudantes dentro da universidade até o anoitecer[34].

Mesmo em situação de ilegalidade, a UNE decretou, em 22/09/1966, o Dia Nacional de Luta contra a Ditadura. Estudantes saíram em passeata pelas ruas, em vários estados brasileiros, tendo sido violentamente reprimidos. Este episódio ficou conhecido como "Setembrada" e resultou no "Massacre da Praia Vermelha", que ocorreu no estado do Rio de Janeiro.

28° Congresso da UNE em Belo Horizonte

Ainda em 1966, mesmo com a proibição imposta pelo governo militar, a UNE voltou a organizar eleições para a diretoria e planejar o 28° Congresso, que teria Belo Horizonte como a cidade escolhida para hospedar o evento. No entanto, o então Secretário de Segurança de Minas Gerais, Bias Fortes Filho, recebeu ordens para coordenar a repressão ao evento e tomar medidas para o fechamento da sede da União Estadual dos Estudantes (UEE) de Minas Gerais, por tempo indeterminado. Além disso, todas as vias de acesso à cidade e aos locais de encontro dos universitários ficaram sob o monitoramento de tropas estaduais. Estima-se que foram mobilizados cerca de 5 mil homens do Exército, Aeronáutica e Polícia Militar para se posicionarem em lugares estratégicos e impedirem a realização do Congresso em Belo Horizonte.[35]

Apesar de toda proibição e repressão, foi realizado no dia 28/07/1966, o 28° Congresso da UNE, na capital mineira. Os estudantes contaram com a ajuda de religiosos franciscanos, que cederam um dos salões do porão da Igreja São Francisco de Assis, localizada no Bairro Carlos Prates, para abrigar o evento, já

que o DCE da UFMG – local onde o evento aconteceria – estava cercado por um aparato policial.[36]

Poerner relata detalhes dos cuidados dos estudantes com a repressão durante o evento:

> [...] deve constar que os 300 delegados universitários de todo o país que atingiram o local do encontro (200 outros esbarraram no cinturão policial militar), não vieram de mãos totalmente vazias: no chão monástico, cada um deles depositou, ao chegar, o seu respectivo saco plástico, a ser utilizado como mascara contra gases, caso se confirmassem as ameaças policiais de invasão do convento. Ninguém se descuidou quanto a essa "arma" defensiva [...].[37]

Eleonora Menicucci, em Audiência Pública promovida pela Covemg, também relembra o Congresso:

> [...] nós fizemos o primeiro Congresso da UNE clandestino depois de 64, aqui na Igreja dos Franciscanos. Que foi a Zélia Rogedo que conseguiu a igreja porque ela morava ao lado da praça da igreja. Não é? E esse Congresso foi marcante. Porque ele já, a UNE já clandestina, nós todos já na clandestinidade e ele foi evidentemente proibido. E nós fizemos uma mobilização muito grande com a parceria dos freis e padres da igreja. E entramos todas e todos clandestinamente.[38]

De acordo com Documento Oficial produzido pelo Centro de Informações da Marinha (CENIMAR-MG), os estudantes ficaram hospedados (em regime de internato). Dentre eles, 22 presidentes de UEEs do Brasil, inclusive José Luiz Moreira Guedes (Minas Gerais), bem como os líderes da União Nacional: Altino Dantas Ribeiro Junior e José Fidelis Augusto Sarne.

Ainda segundo o mesmo Documento, em declarações registradas de frei Guido Wlaman, a senha para entrar livremente no recinto do Congresso fora: "o maior Papa da história foi João XXIII"; Resposta*:* "Não, foi Paulo VI". Também no Convento dos Dominicanos a senha fora: "Promissória vencida? "; Resposta: "Pagamento de ____ (nome do estudante). "[39]

Transcrita a seguir, apresentamos parte de uma relação produzida em agosto de 1966, também pelo CENIMAR-MG, sobre os líderes estudantis da capital, investigados pela participação no 28º Congresso da UNE e na política estudantil, sendo eles:[40]

UEE – UNIÃO ESTADUAL DOS ESTUDANTES-MG

Presidente em exercício: Paulo Cangussú Ribeiro (Eng. UFMG), substituto de José Luiz Moreira Guedes.
1º Vice-presidente: Marcos Wilson Spyer (FACE-UFMG);
2º Vice-presidente: Orlando José Morais (Medicina – UC);
3º Vice-presidente: Eleonora Menicucci Oliveira (FAFI-UFMG);
Secretário-geral: Luiz Eduardo Dias Grunevald (Direito – UFJF);

DCE - DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UFMG

Presidente: José Mateus Pinto Filho (Direito)
Vice-Presidente: Carlos Alberto Ribeiro de Sá (Engenharia)
2º Vice-presidente: Jorge Raimundo Nahas (Medicina)
3º Vice-presidente: Marco Antonio Vasconcelos de Sousa (Odontologia)
4º Vice-presidente: Jorge Batista Filho (FaFi)

DCE - DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UCMG

Presidente: Gamaliel Herval Soares (Direito)
Vice-presidente: Gilse Maria Westin Cosenza (Serviço Social)

Em clima de insegurança pela possibilidade de uma invasão policial, os estudantes presentes no Congresso deram início às discussões, a partir das quais foram produzidos dois documentos: O Plano de Ação (1966-1967) e a Declaração de Princípios da UNE, além de elegerem, como novo presidente, o universitário mineiro José Luiz Moreira Guedes. [41]

A dura repressão contra o movimento estudantil nos anos de chumbo: 1968 a 1974

Após quatro anos da imposição do regime militar no Brasil, dá-se o início da fase mais aguda e violenta da atuação político-militar, principalmente no que diz respeito ao aumento das repressões ao movimento estudantil e às universidades.

Após a posse do marechal Arthur da Costa e Silva como presidente do Brasil (15/03/1967), novas medidas repressoras foram tomadas. Em janeiro de 1968, por meio do Decreto-Lei n° 348, estruturou-se o Conselho de Segurança Nacional como medida centralizadora do regime que, dentre suas finalidades, procurava avaliar os possíveis problemas relacionados à educação e à pesquisa.

Mesmo assim, a força do movimento estudantil, principalmente a partir de 1968, teve uma significativa ampliação. Insatisfeitos com o cenário político vigente,

estudantes ingressaram ainda mais em atividades de cunho político, o que veio ressignificar a presença da juventude brasileira no movimento de resistência, quando assume a *práxis* estudantil em atividades de luta e de contestação à repressão. Todavia, o aumento do engajamento estudantil agravou a situação conflituosa entre governo militar e estudantes.

O ano de 1968 foi marcado pela efervescência do movimento estudantil, como movimento político, radical e ideológico[42], nitidamente perceptível nas grandes passeatas de estudantes, na ocupação de instituições de ensino e no ataque aos setores universitários conservadores.

Em 28/03/1968, o estudante secundarista Edson Luís Lima Souto é morto quando a polícia reprimia uma manifestação no Restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro. A morte do secundarista teve repercussão em vários estados brasileiros, onde foram realizados comícios e passeatas de repúdio à violência policial, bem como marcou, definitivamente, a mudança de perfil do movimento estudantil, que adotou a tática do enfrentamento e do combate às forças de repressão.

O então presidente do DCE da PUC Minas, Luiz Gonzaga de Souza Lima, e o presidente do DCE da UFMG, Athos Magno Costa e Silva, foram presos e levados ao DOPS, por fazerem parte de uma dessas manifestações, em Belo Horizonte, pela morte do estudante Edson Luiz. Segundo documento do Arquivo Público Mineiro (APM), o retrato de Luiz Gonzaga aparece na segunda fila de estudantes fotografados durante a passeata em sinal de luto pela morte do estudante.[43]



Figura 4 - Passeata de estudantes mineiros em sinal de luto pela morte do secundarista Edson Luiz. Fonte: Jornal *O Cruzeiro*, 13/04/1968

O próprio presidente Costa e Silva, em discurso feito no dia 31 de março, em comemoração ao aniversário do golpe, prometeu responder à expansão das manifestações estudantis e proibiu qualquer protesto deste caráter em todo o território nacional.

Em conformidade com a resistência estudantil que tinha tomado o Brasil, em 03/03/1968, o movimento em Minas Gerais, que demonstrou engajamento e força política na conjuntura estabelecida a partir do golpe, se reúne no prédio da Faculdade de Medicina da UFMG, buscando conhecer o posicionamento político do diretor da Faculdade, Oscar Versiani Caldeira, diante dos fatos que vinham acontecendo no País.

Na ocasião, reivindicavam também a libertação de colegas detidos e o arquivamento de Inquéritos da Polícia Militar (IPMs) que envolviam o movimento estudantil. Entretanto, com o não atendimento das reivindicações, os alunos invadiram o prédio da Faculdade de Medicina da UFMG, o que resultou no estabelecimento de um impasse entre estudantes e a diretoria da Faculdade. Em contrapartida, com o consentimento do então Reitor da Universidade, Gerson Boson, e sob a ordem do coronel Luiz Nunes Filho, chefe do Serviço de Polícia Ostensiva, foi montado um reforçado aparato militar em frente à Faculdade.

Entremeio à tensão da conjuntura, carteiras foram empilhadas na entrada do prédio, montando barricadas de proteção, vidros foram quebrados, explodiram bombas e espalharam gás lacrimogêneo. Os professores Ângelo Machado Rangel, Fatini Peres e Oromar Moreira estavam no prédio. O diretor foi retirado pela escada do Corpo de Bombeiros e 27 estudantes ficaram entrincheirados no 4º andar, em uma sala do Departamento de Bioquímica, onde passaram a noite.

A polícia invadiu o prédio e desarticulou o movimento de forma agressiva na madrugada 04/05/1968.[44] Foram detidos 154 estudantes[45] pelo DOPS. Dentre os detidos, dois deles continuaram presos, para prestar depoimento no IPM instaurado para apurar atividades subversivas no meio estudantil: João Batista dos Mares Guia (ex-presidente da União Estadual dos Estudantes) e Robson Vieira Porto (presidente do Diretório Acadêmico Alfredo Balena). Os outros estudantes foram intimados a prestar declarações e ouvidos pelos militares encarregados do IPM instaurado no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Belo Horizonte (CPOR). As aulas foram suspensas e as dependências do Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina foram interditadas por algumas semanas[46], sendo os detidos:

Relação nº1: Adelson de Souza Pires; Airton Brown; Alencar Leite Praça Filho; Antônio Faleiros Filho; Antônio Leal; Nilton Martins Soares; Carlos Alberto Correia Sales; Carlos Mariano Lobo Ribeiro; Carlos Vilan Piñon; Cesar José Grupi; Cláudio Neiva Lenza; Delfino de Magalhães Pimenta; Dilermando Rodrigues Correia; Eustáquio Diniz França; Fernando Guimarães Amaral; Fernando Silveira Bouças; Francisco Barreiros Neto; Geraldo Nogueira de Oliveira; Isaí Vianey; João Batista Gomes; Jaime Pereira dos Santos; Javert Lima Jardim; João Batista dos Mares Guia; José Abraahão Kallas Neto; José Eimar Pitella; José Eloy Diamantino; José Márcio Garcia Pedrosa; José Murilo Robilotta Zeitune; José Vicente Amorim de Paula; Josefino Fagundes da Silva; Julio Gallani da Cunha; Luiz Eustáquio Linhares; Luiz Fernando Borges de Oliveira; Luiz José de Macedo; Manoel Gonçalves Costa; Marcelo de Oliveira Clark; Marcelo Eustáquio Gomes; Marcos André Bernardes de Menezes; Marcos Bolina; Marcos Geraldo Godinho Pereira; Maria Mendes Barbosa; Maurício Vieira de Paiva; Mirtes Maria do Vale; Nilson Figueiredo Amaral; Omar Murta de Andrade; Orlando de Assis Alves; Paulo Afonso Barcelos; Paulo Cesar Lage Guerra; Paulo César Ribeiro Malta; Paulo Roberto Maia; Paulo Sérgio Carneiro de Miranda; Rodrigo Otávio Maia Martins; Roger Simões; Rômulo Amorim; Sebastião Galeno da Silva; Tiago Jaques Gonçalves; Wilson da Conceição Silva.

Relação nº 2: José Vilmar de Oliveira; Tufí Salomão; Ênio de Moura Macêdo; Francisco José Moreira Caminha; Serafim Francisco Alves; Milton Viana Diniz Filho; Manoel Xavier Lopes; Paulus Cícero Horta Pessoa; Erix Curi Mafra; Geraldo Domingos da Transfiguração Coelho; Vamberto Rodrigues Gomes; Jurany Castro Rezende Andrade; Eduardo Caixeta; Kleber Linconln Gomes; Eduardo Antônio de Queiroz; Euro de Andrade Lanza; Cesar Augusto de Barros Vieira; José Costa de Araújo; Arnaldo Pereira Ferraz; Roberto Eustáquio da Matta Machado; Julio Araújo Gontijo; Teófilo Pereira da Silva; João Antônio Mansur Brina;João Celso dos Santos; Antônio Felipe Boueri; Erwin Rezende Duarte; Ieve Franco; Germano José Turrer; José de Souza Borges; Antônio Laércio dos Reis; Eduardo Carlos Tavares; Fausto Valadão Monteiro; Marcone Magalhães; Francisco Geraldo Furtando; Itagiba de Castro Filho; José Satyro Alves de Oliveira; Marcos Antônio de Carvalho; Leonardo Dutra Lemos; Ismael Ferreira Barros; Hebert Eustáquio de Carvalho; Marco Antônio Vieira Paschoal; Marcelo Ribeiro Vaz; Carlos Alberto do Carmo; Marcionilo Vieira Filho; Gerson de Almeida; Durvalino Lopes Rocha; Marcílio Afonso; Alfredo José Afonso Barbosa; Luciano de Oliveira e Silva; Reginaldo Parreiras Soares; Deusdest Eulápio de Morais; João Bosco da Silva; Sebastião Batista Pereira; Marcelo Cláudio Moreira; Pedro Paulo Bretas; Erbio Ferreira Pádua; Luiz Servelino Ribeiro; Athos Magno Costa e Silva; Paulo de Tarso Craves de Miranda.

Relação nº 3: Ajax Pinto Ferreira; Carlos Alberto Diniz Silva; Cristiano Roberto Resende Viana; Davidson Pires de Lima; Décio Vieira de Alvarenga; Dilmon Resende Buzzatti; Joaquim Antônio Cesar Mota; José Fornaciari; José Geraldo Rodrigues; José Leal Domingues Filho; José Maria Ribeiro Bastos Filho; José Nelson Fagundes; José Ribeiro de Oliveira; José Torres Alves Filho; Leonides Rezende Junior; Lincoln Pôrto de Queiroz; Márcio Rodrigues; Marcos Borato Viana; Ricciotti Piana Filho; Robson Vieira Pôrto; Ruilon Montalverne Neto; Sebastião Soares Leal; Silvio José de Oliveira; Vicente de Paulo Brandão Raposo; Walter Sales Gouveia, Zenilton Alves Sucupira.[47]

Outra situação delicada ocorreu na UFMG no final de 1968. No dia 05 de outubro, um grupo de estudantes se reuniu no subsolo do prédio da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), que se localizava na Rua Carangola, em Belo Horizonte, para organizar a viagem ao 30º Congresso da UNE. Apesar do sigilo da reunião, os militares tomaram conhecimento dos planos dos estudantes e decidiram reprimi-los.

Naquele dia, o diretor da Faculdade, professor Pedro Parafita de Bessa, foi chamado à Secretaria de Estado de Segurança pela manhã, pouco antes da invasão. Quando retornou, o prédio na Rua Carangola já estava cercado pela Polícia Militar. Pretendiam prender o presidente do Diretório Acadêmico da FAFICH, Waldo Silva, estudante de História, e outros líderes estudantis.[48]

Waldo Silva relembra o episódio:

> Do subsolo, [...], os estudantes foram para os andares mais altos da FAFICH (7º e 8º) e, no caminho, montaram barricadas nas rampas internas, com carteiras e mesas recolhidas nas salas de aula. Do alto do prédio, um grupo atirava pedras nos policiais, numa tentativa de evitar a invasão. Os elevadores foram desligados e apenas uma linha de telefone foi mantida, para que os entrincheirados pudessem se comunicar. Aos integrantes da União Estadual de Estudantes (UEE) juntaram-se os demais alunos que assistiam às aulas no dia, além de professores e funcionários. Calcula-se que mais de 700 pessoas ficaram sitiadas no prédio. Aos poucos, os parentes dos estudantes começaram a se juntar, do lado de fora, em busca de notícias.[49]

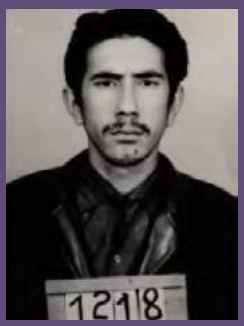
Os militares propuseram levantar o cerco em troca do estudante Waldo Silva e de outros nove líderes do movimento estudantil. Após negociações e contatos com o Exército, com o então vice-presidente Pedro Aleixo e, também, com o senador Milton Campos, realizadas pelo diretor da FAFICH, Pedro Parafita de Bessa, concomitantemente à elaboração de uma carta da direção da Faculdade negando a existência da reunião clandestina, o conflito foi contornado sem responder às exigências dos militares. O cerco foi cancelado na noite daquele dia. Apesar de temerosos, os estudantes foram deixando o prédio da Faculdade, no decorrer da noite, com o apoio de professores, demonstrando, assim, a solidariedade que ainda existia entre a comunidade acadêmica contra as ingerências da ditadura nas Universidades.

Mesmo com a retaliação sofrida pelos alunos da UFMG, o plano para comparecer ao 30º Congresso da UNE permaneceu. Diante de um cenário marcado por protestos e manifestações estudantis, que ganhavam seu auge naquele ano, a UNE realizou clandestinamente o 30º Congresso, em um sítio em Ibiúna/São Paulo, em 12/10/1968. A movimentação dos estudantes pelos arredores da pequena cidade deixou a população alarmada que, por sua vez, apresentou denúncias ao delegado local e este avisou ao DOPS de São Paulo que, imediatamente, montou um aparato policial com reforço da Polícia de Sorocaba/SP.

Este emblemático dia foi marcado por dura repressão militar, resultando na prisão de 920[50] estudantes, dentre eles 84[51] de Instituições de Ensino Superior de Minas Gerais. Entre os presos, estima-se que 200 eram mulheres, com idade média entre18 e 35 anos, tendo sido possível identificar 16[52] de universidades mineiras presas em Ibiúna. A maioria dos presos foi encaminhada para o Presídio Tiradentes em São Paulo, mesmo que este fosse destinado para os chamados "presos comuns".

Em resposta, várias faculdades em diferentes capitais brasileiras, entre elas, Belo Horizonte, entraram em greve em protesto contra a dura repressão aos presentes no 30° Congresso da UNE. O então Ministro da Educação, Tarso Dutra, afirmou, na ocasião, que não haveria prorrogação do ano letivo para que fosse completado o calendário. Após uma sequência de embates políticos entre estudantes e governo, este dia seria marcado como a última tentativa do movimento estudantil de organizar ações contra o regime militar, naquele explosivo ano de 1968.

Estudantes de Instituições de Ensino mineiras, presos no 30º Congresso da UNE



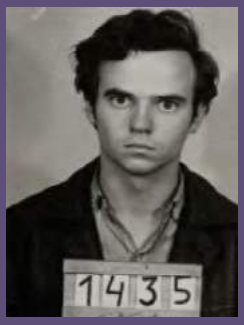
Alceu Antônio da Costa
Faculdade de Ciências Econômicas do Sul de Minas. Itajubá/MG



Aluísio Eustáquio de Freitas Marques
Faculdade de Ciências Econômicas - UFMG
Belo Horizonte/MG



Ana Maria Mendes
Faculdade de Direito
Uberlândia/MG



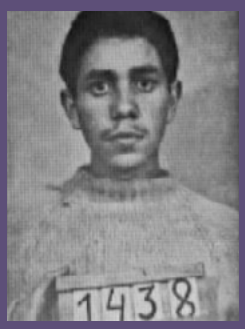
Antônio Carlos Drumond Monteiro de Castro
Faculdade de Filosofia - UFMG. Belo Horizonte/MG



Antônio Divino Moura
Faculdade de Engenharia - UFMG. Belo Horizonte/MG



Antônio Lázaro Rodrigues
Escola de Química Industrial de Uberlândia/MG



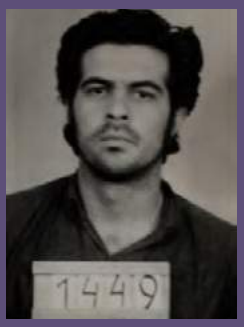
Antônio de Pádua Machado
Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro. Uberaba/MG



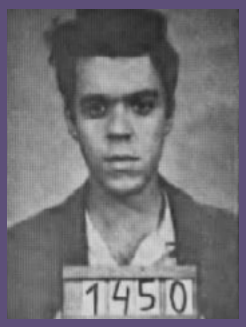
Arlete Diniz Campolina
Instituto de Psicologia - UCMG. Belo Horizonte/MG



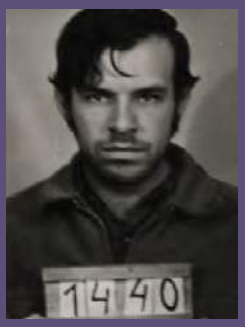
Arlinda Lima da Costa
Faculdade de Ciências Econômicas. Uberaba/MG



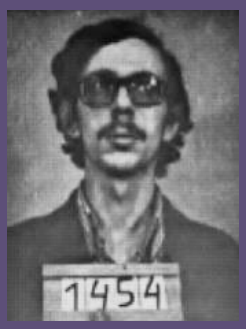
Arquimedes Cartuliares
Faculdade de Engenharia do Triângulo Mineiro Uberaba/MG



Cantidio Bretas Maganini
Faculdade de Engenharia de Uberlândia/MG



Carlos Alberto A. Fernandes Távora
Instituto Politécnico - UCMG. Belo Horizonte/MG



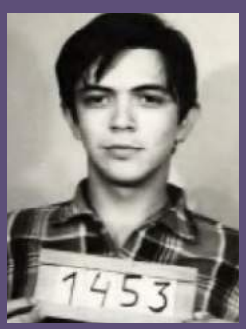
Carlos Augusto Junqueira Henrique
Faculdade de Direito - UCMG. Belo Horizonte/MG



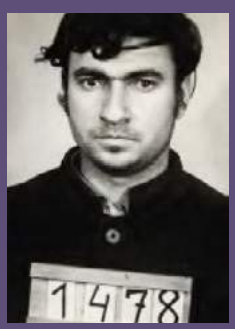
Carlos Wolney Soares
Escola de Belas Artes.
Belo Horizonte/MG



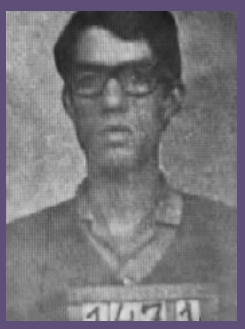
Carmen Maria da Conceição
Faculdade de Direito do Norte de Minas.
Montes Claros/MG



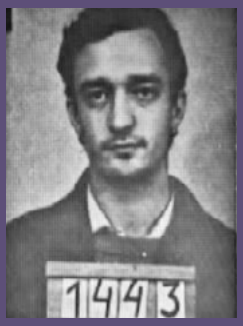
Cassio Rogério Ramos
Faculdade de Ciências Econômicas - UFMG.
Belo Horizonte/MG



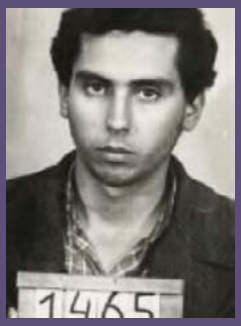
Cesar Epitacio Maia
Escola Federal de Minas
Ouro Preto/MG



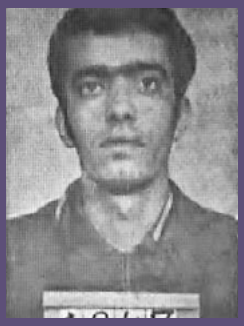
Dalvo Cardoso de Oliveira
Faculdade de Filosofia São Tomás de Aquino
Uberaba/MG



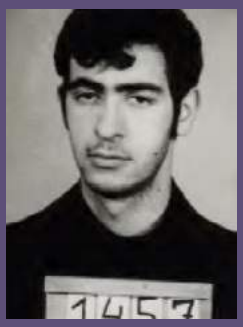
Danilo Carata
Faculdade de Engenharia - UFMG. Belo Horizonte/MG



Dermeval da Silva
Faculdade de Engenharia de Uberlândia/MG



Edson Gonçalves Soares
Escola de Engenharia - UFMG. Belo Horizonte/MG.



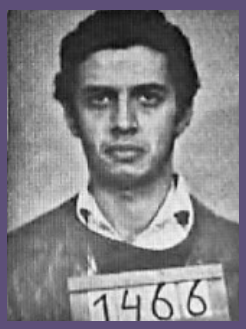
Elias Antônio Jorge
Faculdade de Filosofia de Belo Horizonte/MG



Elizabeth Schmidt de Andrade
Faculdade de Serviço Social. Juiz de Fora/MG



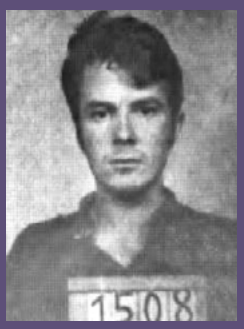
Elza Pereira
Faculdade de Odontologia - UFMG. Belo Horizonte/MG



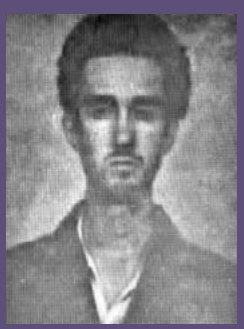
Enio Antônio Diniz Dutra
Engenharia
Inst. Politécnico - UCMG.
Belo Horizonte/MG



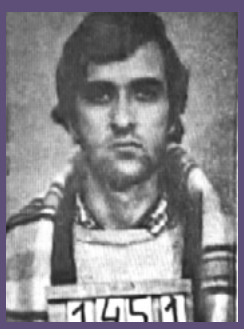
Eumar Prottis
Escola de Engenharia
do Triângulo Mineiro
Uberaba/MG



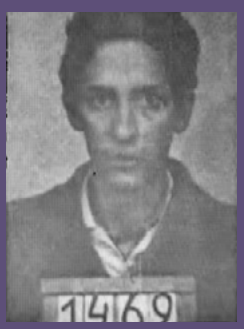
Gilberto Martins Vasconcelos
Faculdade de Direito do
Triângulo Mineiro
Uberaba/MG



Gildásio Westin Cosenza
Universidade Rural de
Minas Gerais. Viçosa/MG



Gildo Macedo Lacerda
Faculdade de Ciências
Econômicas - UFMG
Belo Horizonte/MG



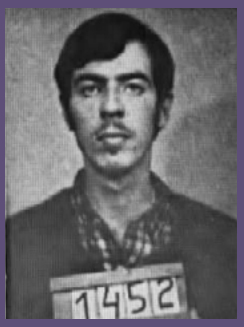
Hailton Curi
Escola de Arquitetura e
Urbanismo - UFMG
Belo Horizonte/MG



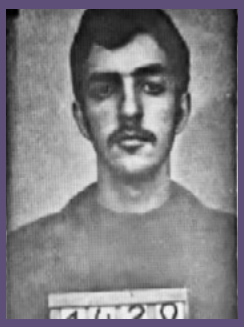
Irani Martins Parreiras
Faculdade de Filosofia - UFMG. Belo Horizonte/ MG



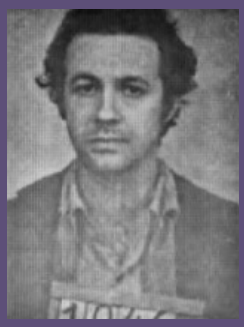
Jaime Petit da Silva
Faculdade de Engenharia de Itajubá/MG



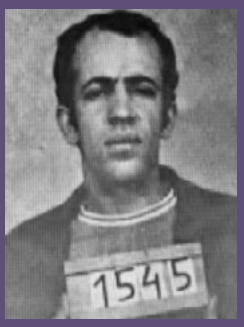
João Álvaro de Oliveira
Faculdade de Farmácia - UFMG.
Belo Horizonte/MG



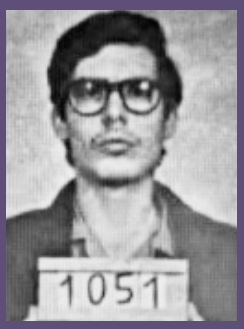
João Batista dos Mares Guia
Faculdade de Filosofia - UFMG. Belo Horizonte/ MG



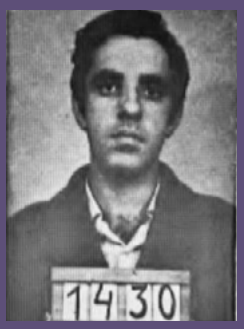
Jorge Batista Filho
Faculdade de Filosofia - UFMG. Belo Horizonte/ MG



José Antônio Gonçalves Duarte
Faculdade de Engenharia - UFMG.Belo Horizonte/ MG



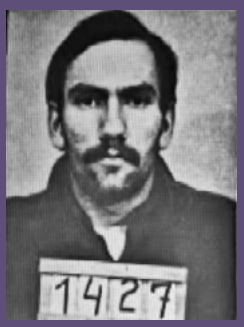
José Carlos Novaes da Mata Machado
Faculdade de Direito - UFMG. Belo Horizonte/MG



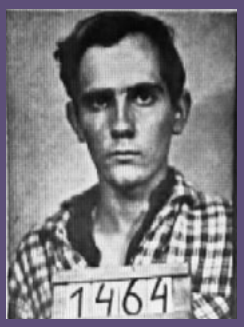
José Diniz Moreira
Faculdade de Medicina - UFMG. Belo Horizonte/MG



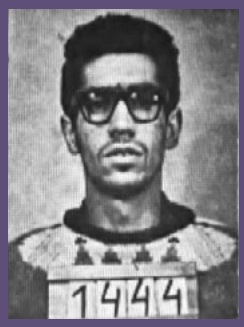
José Gomes de Paula Filho
Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro - Uberaba/MG



José Jader da Silva
Faculdade de Engenharia - UFMG. -Belo Horizonte/MG



José Norberto Ataíde Mota
Faculdade de Filosofia de Montes Claros/MG



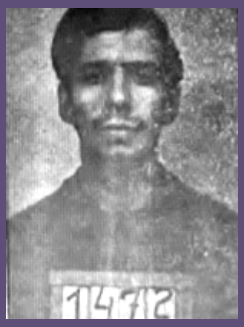
Jurany Castro Rezende Andrade
Faculdade de Medicina da UFMG. Belo Horizonte/MG



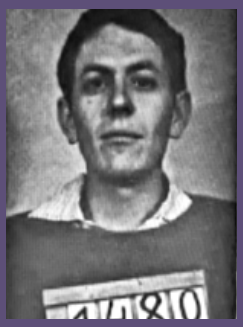
Lais Soares Pereira
Faculdade de Medicina/ UFMG. Belo Horizonte/ MG



Lucimar Belo Pereira
Escola de Belas Artes da UFMG. Belo Horizonte/MG



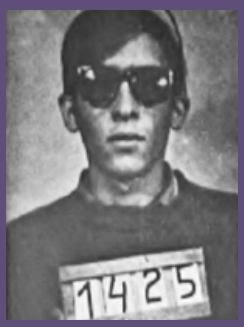
Luiz Fernando Borges de Oliveira
Faculdade de Medicina da UFMG
Belo Horizonte/MG



Luiz José de Macêdo
Instituto de Ciências Exatas da UFMG. Belo Horizonte/MG



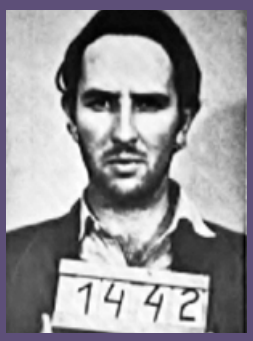
Luiz Lotfallah Miziara
Faculdade de Direito - Uberlândia/MG



Luiz Sérgio Fonseca Soares
Faculdade de Direito da UFMG. Belo Horizonte/ MG



Manoel Seito
Engenharia Florestal
Universidade Rural de Minas Gerais. Viçosa/MG



Manoel da Silva Costa Júnior
Faculdade de Economia. Itaúna/MG



Manuel Tolentino Filho
Instituto Municipal de Administração e Ciências Contábeis. Belo Horizonte/MG



Marcos Silvio Pinheiro
Faculdade de Filosofia de Belo Horizonte/MG



Marcos Wilson Spyer Prates
Faculdade de Filosofia - UFMG. Belo Horizonte/MG



Maria Lucia Santos Resende
Escola de Serviço Social - UCMG. Belo Horizonte/MG



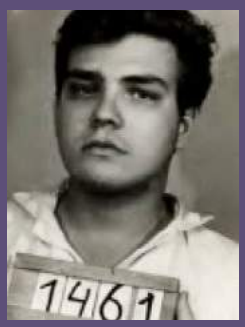
Maria Luzia Rodrigues
Escola de Educação Física - UCMG. Belo Horizonte/MG



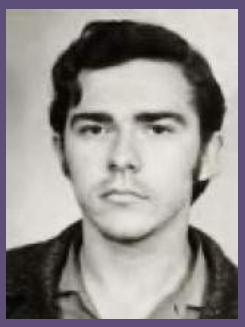
Marilia Pires Fernandes
Faculdade de Filosofia da UFMG. Belo Horizonte/MG



Marilia da Silva Costa
Colégio Estadual de Minas Gerais.
Belo Horizonte/MG



Mauro Mendes Braga
Escola de Engenharia UFMG. Belo Horizonte/MG



Max Botelho Victor Rodrigues
Faculdade de Direito da UFMG. Belo Horizonte/MG

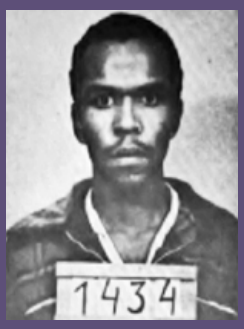


Newton Miranda Sobrinho
Escola de Engenharia - UFMG. Belo Horizonte/MG



Olavo Junqueira de Andrade

Faculdade de Direito - UFMG. Belo Horizonte/MG



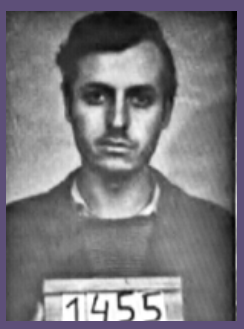
Paulo Roberto de Magalhães

Faculdade de Filosofia de Belo Horizonte/MG



Paulo Telles da Silva

Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais. Belo Horizonte/MG



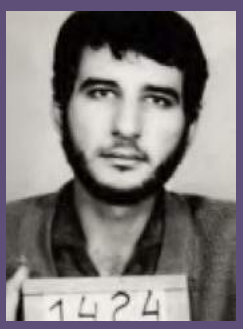
Pedro Luiz Matos Giovannini

Escola de Engenharia Kennedy. Belo Horizonte/MG



Rafael Arcuri Neto

Escola de Engenharia. Juiz de Fora/MG



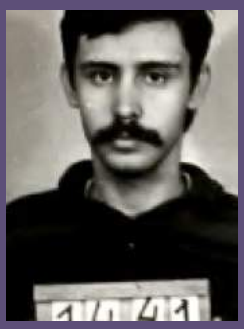
Reginaldo Joaquim Pereira

Instituto de Escolas Técnicas Industriais. Uberaba/MG



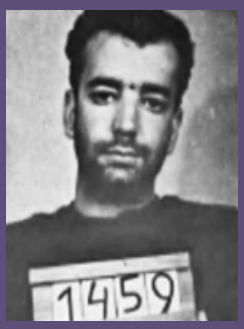
Reynaldo do Carmo Neves

Escola Superior de Agronomia. Viçosa/MG



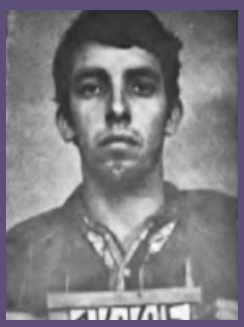
Renato Alves do Valle

Instituto Politécnico - UCMG. Belo Horizonte/MG



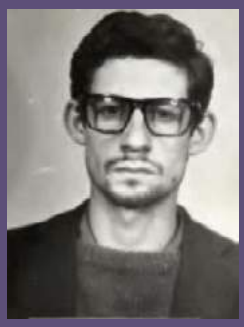
Ricardo Fontes Cintra

Faculdade de Filosofia. Juiz de Fora/MG



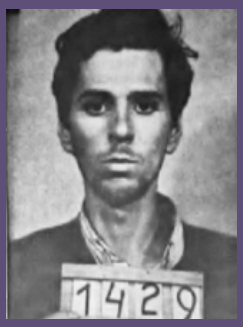
Ricardo Samuel de Lana

Faculdade de Veterinária - UFMG. Belo Horizonte/MG



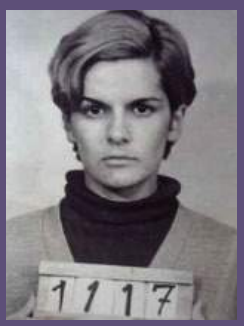
Romualdo Francisco Damaso

Faculdade de Filosofia - UFMG. Belo Horizonte/MG



Ronald de Oliveira Rocha

Faculdade de Biblioteconomia - UFMG. Belo Horizonte/MG



Rosa Maria Nassif de Mesquita
Faculdade e Filosofia, Ciências e Letras.
Poços de Caldas/MG



Salvio Moreira Penna Franco
Faculdade de Direito.
Uberlândia/MG



Sérgio de Moraes Elias
Faculdade de Engenharia - UFMG. Belo Horizonte/MG



Sérgio Roberto Costa
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.
Itajubá/MG



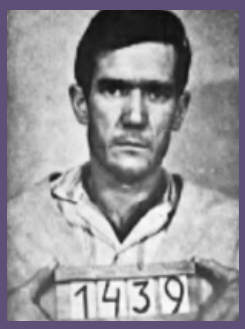
Silvio Rodrigues Moura
Instituto Nacional de Telecomunicações.
Santa Rita do Sapucaí/MG



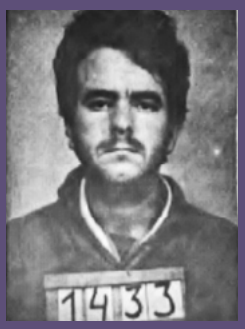
Terezinha de Jesus Peixoto
Faculdade de Odontologia - UFMG.
Belo Horizonte/MG



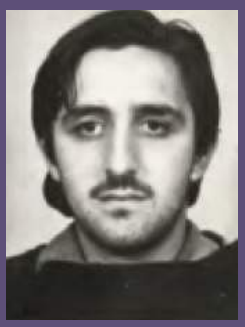
Verônica Aguiar dos Santos
Escola de Serviço Social da UCMG. Belo Horizonte/MG



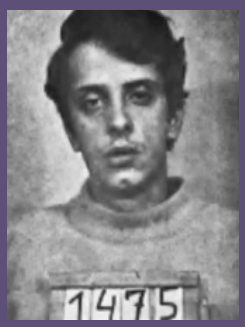
Vicente de Paulo Cunha Braga
Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro. Uberaba/MG.



Wagner Correa de Oliveira
Instituto de Escolas Técnicas de Uberaba/MG



Wagner Raggi
Escola de Engenharia - UFMG. Belo Horizonte/MG



Waldo Silva
Faculdade de Filosofia - UFMG. Belo Horizonte/MG

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo. Acervo DEOPS e no website: Documentos Revelados

Promulgação do Ato Institucional nº 5

Seguindo a linha de reformas no âmbito do Ensino Superior, o governo de exceção impôs o Estatuto do Magistério Superior Federal (Lei n° 5.539) e em 23/11/1968, a Lei de Reforma Universitária (Lei nº 5.540), consolidando a feição atual da Universidade brasileira, criando os departamentos em substituição ao sistema de cátedras, o regime de créditos disciplinares e o vestibular classificatório (que, formalmente, acabava com o problema dos "excedentes", foco de agitação da massa estudantil desde o começo da década).

Neste sentido, verifica-se que os atos institucionais baixados pelos governos militares e a Constituição de 1967 abriram caminho para a extinção do regime de cátedras. Vale ressaltar que os Decretos-leis determinaram mudanças na organização administrativa e acadêmica nas Instituições Federais de Ensino Superior, suprimindo qualquer possibilidade de apelação judicial.

Por derradeiro, o ano de 1968 reservava um golpe ainda mais severo. O governo do marechal Arthur da Costa e Silva surpreenderia o País com a imposição, por meios excepcionais, do Ato Institucional n° 5 (AI-5). A imposição do AI-5 ocorreu em 13/12/1968, representando o ponto culminante de medidas autoritárias e a fase mais dura de todo o governo de exceção.[53]

A publicação pintou o cenário de endurecimento da repressão. A partir dali, a ação repressiva não isentava quaisquer instituições democráticas – fechamento do Congresso Nacional e paralisação total das instituições parlamentares - atingindo todo indivíduo considerado "inimigo da nação", com prisões arbitrárias, torturas e expulsões do País, viabilizadas pela utilização execrável do instituto do crime de banimento de cidadãos brasileiros natos.

A partir daquela imposição, o movimento estudantil, que tinha se caracterizado como uma força de oposição, vivenciou o início de um intenso autoritarismo que buscava silenciar o engajamento político de estudantes e de todos aqueles que fossem considerados "subversivos". Assim, o auge da resistência democrática em 1968 - maior índice de agitações sociais e aumento das ações armadas - experimentou a reação oficial do governo, inclinada em direção à "linha dura". Com isso, vários membros do movimento estudantil optaram pela clandestinidade, sendo a única possibilidade frente à estrutura coercitiva montada, que combatia qualquer objeção popular, por meio de um terrorismo de Estado, que se caracterizava como perpetrador de violações de direitos humanos em massa.

1969 – O endurecimento da repressão e o Decreto-Lei 477: os anos de chumbo

Logo após a promulgação do AI-5, atos repressivos se intensificaram sobre aqueles que se opunham ao governo de exceção. A propósito, tal promulgação pode ser vista como uma estratégia para golpear a oposição e segurar, com mais força, o poder.[54] Esse forte controle do regime pelo AI-5 não hesitaria em envolver o meio universitário, acirrando ainda mais as medidas punitivas, iniciadas sequencialmente à promulgação.

Apesar de a promulgação do AI-5 e a reforma universitária de 1968, o controle sobre o Ensino Superior continuava sendo prioritário para o regime, pois este era considerado o *locus* de modernização do País e berço de ideologias reivindicatórias. Neste sentido, o governo de exceção baixou arbitrariamente, em 26/02/1969, o Decreto-Lei 477, concebido para desmantelar o movimento estudantil, considerado perigoso adversário do governo no contexto dos eventos de 1968. O Decreto dispunha sobre infrações disciplinares praticadas por professores, estudantes, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino. No entanto, o foco era a desestruturação do movimento estudantil. Os estudantes punidos eram desligados das faculdades e ficavam três anos proibidos de se matricular em outra Instituição de Ensino Superior. Conforme qualificado em seu Artigo 1º:

> Art 1º Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que:
>
> I - Alicie ou incite à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento; II - atente contra pessoas ou bens tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino, como fora dele; III - pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dele participe; IV - conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza; V - sequestre ou mantenha em cárcere privado diretor, membro de corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno; VI - use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública.[55]

Faculdade de Ciências Econômicas da
Universidade Federal de Minas Gerais

DECRETO-LEI Nº 477 - PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DE 26 DE FEVEREIRO DE 1969 - (SEÇÃO I PARTE I) PÁGINA 1 706

Define infrações disciplinares praticadas por professôres, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o parágrafo 1º do Artº 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro - de 1968, decreta:

Art. 1º - Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que:

I - Alicie ou incite a deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento;

II - Atente contra pessoas ou bens tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino, como fora dêle;

III - Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dêle participe;

IV - Conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza;

V - Seqüestre ou mantenha em cárcere privado diretor, membro de corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno;

VI - Use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública.

§ 1º - As infrações definidas neste artigo serão punidas:

I - Se se tratar de membro do corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino com pena de demissão ou dispensa, e a proibição de ser nomeado, admitido ou contratado por qualquer outro da mesma natureza, pelo prazo de cinco (5) anos:

II - Se se tratar de aluno, com a pena de desligamento, e a proibição de se matricular em qualquer outro estabelecimento de ensino pelo

Parágrafo único - Havendo suspeita de prática de crime, o dirigente do estabelecimento de ensino providenciará, desde logo a instauração de inquérito Policial.

Art. 3º - O processo sumário será realizado por um funcionário ou empregado do estabelecimento de ensino, designado por seu dirigente, que procederá às diligências convenientes e citará o infrator para, no prazo de quarenta e oito horas, apresentar defesa. Se houver mais de um infrator, o prazo será comum e de noventa e seis horas.

§ 1º - O indiciado será suspenso até o julgamento, de seu cargo, função ou emprêgo, ou, se fôr estudante proibido de frequentar as aulas, se o requerer o encarregado do processo.

§ 2º - Se o infrator residir em local ignorado, ocultar-se para não receber a citação, ou citado, não se defender, ser-lhe-á designado defensor para apresentar a defesa.

§ 3º - Apresentada a defesa, o encarregado do processo elaborará relatório dentro de quarenta e oito horas, especificando a infração cometida, o autor e as razões de seu convencimento.

§ 4º - Recebido o processo, o dirigente do estabelecimento proferirá decisão fundamentada, dentro de quarenta e oito horas, sob pena do crime definido no Art. 319 do Código Penal, além da sanção cominada no Item I do § 1º do Art. 1º dêste Decreto-Lei.

§ 5º - Quando a infração estiver capitulada na Lei Penal, será remetida cópia dos autos à autoridade competente.

Art. 4º - Comprovada a existência de dano patrimonial no estabelecimento de ensino, o infrator ficará obrigado a ressarcí-lo, independentemente das sanções disciplinares e criminais que, no caso, couberem.

Art. 5º - O Ministro de Estado da Educação e Cultura expedirá, dentro de trinta dias, contados da data de sua publicação, instruções para

a execução dêste Decreto-Lei.

Art. 6º - Êste Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de fevereiro de 1969: 148º da Independência e 81º da República.

A. Costa e Silva
Luis Antonio da Gama e Silva
Tarso Dutra

.....
.....
.....

Figura 5: Decreto Lei 447. Fonte: Projeto República / UFMG

A aplicação do Decreto-Lei 477 marcou o apogeu do ciclo crítico da repressão sobre as Instituições de Ensino Superior em todo o Brasil. Em Minas Gerais, esta ferramenta repressora foi usada nas universidades logo após a sua promulgação. Entre os anos de 1969 a 1973, tempo de aplicação massiva, o 477 atingiu tanto os estudantes individualmente como suas entidades representativas, tendo sido, desde a sua edição, um dos instrumentos mais combatidos da legislação de exceção.

O movimento estudantil na década de 1970

O regime militar colocou na ilegalidade a UNE e as UEEs por meio da Lei nº 4.464, de 09/11/1964, conhecida como Lei Suplicy. A Lei Suplicy buscou substituir as entidades estudantis existentes por outras, controladas direta ou indiretamente pelo Ministério da Educação, bem como proibiu, expressamente, os órgãos de representação estudantil de assumir ou apoiar qualquer atuação com caráter político.

Além disso, conforme relatado por Samira Raidan (presidente do DCE da UFMG em 1975):

> O ano de 69 foi então o ano da repressão, das prisões, do desmanche, não é? Amigos presos, desaparecendo. O AI-5, a Lei de Segurança Nacional, o Decreto-Lei 477. Então os movimentos sofrem um terrível baque nesse ano. E nós vamos ter o fechamento da UNE e das UEEs no caso a União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais que era liderada pelo Athos Magno Costa e Silva, que era da Faculdade de Medicina que imediatamente entra na clandestinidade no final, já no final de 68, início de 69. Então toda e qualquer forma de manifestação pública era proibida.[56]

Aquelas entidades estudantis – UNE e UEEs – passaram, então, a atuar na clandestinidade, encontrando dificuldades para articular o movimento, tanto no âmbito nacional, quanto estadual ou local. Poucas Instituições de Ensino Superior conseguiram manter diretórios acadêmicos, controlados ou livres, após a instituição da Lei Suplicy e do recrudescimento da ditadura militar. Apesar da proibição pela legislação citada, o DCE da UFMG, um dos poucos que se manteve em funcionamento, conseguiu realizar processo direto de eleição para a diretoria da Entidade em 1976.

É importante destacar que os anos 1970 marcaram as tentativas de reorganização do movimento estudantil em âmbito nacional, por meio de estratégias distintas daquelas adotadas pelos estudantes da geração anterior, dando início, assim,

a um processo de retomada, por parte dos estudantes, de ações políticas de oposição ao regime militar.

A estratégia utilizada pelo movimento estudantil caracterizou-se, em grande parte, pela adesão de táticas de resistência não violenta, como, por exemplo, organização de passeatas, greves e atos em defesa da redemocratização. Constata-se, assim, que os estudantes continuaram tendo seu protagonismo na resistência ao regime autoritário.

Além disso, a comunicação com outros grupos resistentes – sindicalistas urbanos e rurais, movimento pela anistia, etc. – se estreitou. Porém, a nova roupagem da atuação política estudantil foi capaz de mobilizar outros setores da população brasileira e catalisar o processo de retomada de uma oposição direta ao regime militar.[57]

Na década de 1970, as novas pautas do movimento estudantil mineiro se revelam nas publicações do Jornal GOL A GOL SE PEGÁ COM O PÉ É DIBRA (DCE da UFMG – 1972), uma vez que as suas edições tratavam de assuntos relativos à reforma universitária, à censura à imprensa, às prisões irregulares, bem como denunciavam as arbitrariedades da ditadura militar. Segundo Samira Raidan:

> Em todos os números do jornal há denúncias de prisões irregulares e arbitrárias de estudantes em todo o país. Quem se mantinha, quem estava preso. Era uma divulgação constante, não é? Nós vamos ter o exemplo de 1973, com a divulgação da morte do Alexandre Vanuchi, que era estudante de Geologia da USP que foi dado como atropelado.[58]

Em depoimento, durante Audiência Pública realizada pela Covemg, Américo Antunes relembra este momento de reorganização do movimento estudantil:

> Então era uma conjuntura tanto do ponto de vista econômico como político, extremamente propícia a um processo de ressurgimento, retomada do movimento estudantil, que aconteceu exatamente a partir de 1977 de forma mais enfática, de forma mais orgânica com o processo das primeiras repressões, no caso a prisão de companheiros em São Paulo, que faziam uma convocatória para o dia 1º/05/1977. Eles foram presos. Imediatamente o movimento se reorganizou em São Paulo. [...] 5 mil estudantes foram para o Viaduto do Chá, apesar da polícia ter proibido as manifestações de rua. Daí se estendeu para Belo Horizonte, se estendeu para Brasília,

> se estendeu para Rio Grande do Sul, Porto Alegre, como um efeito em cadeia, os movimentos, o movimento estudantil então assumiu um protagonismo de ir às ruas, de enfrentar o regime, enfim, um momento novo que se ensaiava naquela conjuntura e que vai ter aqui exatamente em Belo Horizonte, exatamente há 40 anos, vamos fazer 40 anos agora no dia 04/06/2017, 40 anos da repressão ao III ENE, que foi, portanto, um 3º encontro nacional que se pretendia realizar aqui em Belo Horizonte, na Escola de Medicina, onde então se pretendia pactuar ,com os diretórios centrais dos estudantes, que a reconstrução, o processo de reconstrução por via de Congresso da União Nacional dos Estudantes, proscrita desde os anos 1960.[59]

III Encontro Nacional de Estudantes (III ENE)

Em 1976, os estudantes começaram a se organizar com o intuito de reconstruir a UNE, que havia sido colocada na ilegalidade pelo regime militar em 1964. No ano de 1977, foram organizadas três versões do III Encontro Nacional dos Estudantes (III ENE). Uma delas em Belo Horizonte, na Faculdade de Medicina da UFMG, e as outras duas em São Paulo, na USP e na PUC-SP. A realização do Encontro, em qualquer um dos locais citados, estava expressamente proibida pelo então Ministro da Educação, Ney Braga.

O III ENE que ocorreria em Belo Horizonte foi marcado para o dia 04/06/1977, no Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina da UFMG. O Encontro, no entanto, não chegou a ser realizado, sendo reprimido fortemente por agentes militares.

Um dia antes do evento, o general Antônio Bandeira, comandante da 4ª Divisão do Exército, assumiu a operação de repressão, determinando o bloqueio de todas as escolas de nível superior de Belo Horizonte, com a instalação de telas de arame em suas entradas. As imediações do *campus* Saúde, da UFMG, em que se localizava a Faculdade de Medicina e o seu DA, foram ocupadas pela Polícia Militar e pelo Exército.

Barreiras policiais foram montadas nas rodovias de acesso à capital mineira, impedindo a chegada de estudantes de outros estados. Ônibus e carros que passavam pelas vias de acesso a Belo Horizonte foram parados antes mesmo de chegarem ao seu destino e muitos daqueles estudantes, reconhecidos nas barreiras policiais, foram detidos ou forçados a retornar a sua cidade de origem. Parte daqueles estudantes que lograra chegar a Belo Horizonte foi presa logo ao chegar à rodoviária ou nas proximidades do local de realização do Encontro.



Figura 6 - Bomba de gás lacrimogêneo explode na Avenida Afonso Pena nas imediações da Praça Sete, em Belo Horizonte[60]. Fonte: Acervo Projeto República/UFMG

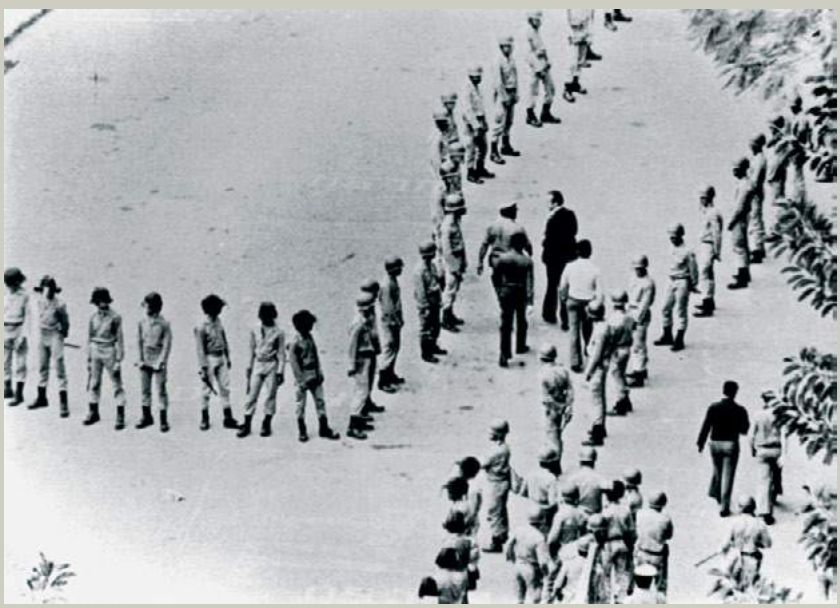


Figura 7 - Reitor da UFMG, professor Eduardo Osório Cisalpino, tendo ao lado policial militar e estudantes, durante a tentativa de realização do III ENE em Belo Horizonte[61]. Fonte: Acervo Projeto República/UFMG

Américo Antunes, estudante à época da realização do III ENE, recorda o Congresso:

> E esse movimento então foi duramente reprimido. Houve o cerco da Faculdade de Medicina pelas forças, o Governador era o Aureliano Chaves na época, bom lembrar. Havia uma articulação direta da força de segurança, o Dênio Moreira era o Secretário de Segurança Pública, uma articulação direta com o forte apache em Brasília. Que se desencadeou então essa repressão ao III ENE, com o cerco da Faculdade de Medicina. Os estudantes que lá estavam em vigília a partir do dia 03, que era uma sexta-feira à tarde, exatamente para aguardar os colegas de outros estados, [...] então chegaram as notícias que Belo Horizonte estava sitiada.[62]

A despeito do aparato policial para bloquear a realização do III ENE em Belo Horizonte, cerca de 400 estudantes já se encontravam no interior da Faculdade de Medicina da UFMG desde a noite anterior (03 de junho), quando haviam ocupado o DA daquela Faculdade. Com o intuito de garantir a realização do evento, os estudantes presentes decidiram, em assembleia estudantil, lá permanecer.

No dia 04 de junho, pela manhã, a Faculdade de Medicina foi cercada por um grande contingente policial e os estudantes que se encontravam em seu exterior foram dispersados com bombas de gás lacrimogêneo, cassetetes e cães. Em vários pontos da cidade foram feitas prisões e emboscadas contra os estudantes. As ruas e avenidas de Belo Horizonte se tornaram praça de guerra e a Igreja da Boa Viagem foi utilizada como um dos locais de refúgio pelos estudantes. A repressão da Polícia Militar e do Exército contra os estudantes que se manifestavam em favor da realização do III Encontro foi marcada por uma brutal violência.[63]

Samira Raidan, estudante do Curso de Matemática e ex-presidente do DCE da UFMG, relembra o evento:

> Nós tivemos mais de duas mil pessoas presas no estado de Minas Gerais. Vários ônibus foram presos nas estradas e devolvidos. A entrada de Belo Horizonte foi cercada, tamanha a importância que era para o sistema repressivo a criação da UNE. Quer dizer, era realmente uma demonstração da capacidade de reorganização desse movimento que teria [...].[64]

Na noite daquele mesmo dia, a polícia invadiu a Faculdade e os jovens que estavam no DA se renderam, deixando o prédio em pequenos grupos, abraçados,

passando por um estreito "corredor polonês", formado por policiais. Os estudantes foram imediatamente detidos e encaminhados ao Parque de Exposições da Gameleira, onde passaram por triagem e interrogatórios. Ana Rita Trajano, estudante de Psicologia da UFMG, em 1977, que participou da ocupação do Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina, relata:

> Fomos no dia anterior, prontos para dormir lá e garantir que o encontro ocorresse de fato. [...] Ainda de madrugada, não me lembro exatamente o horário, mas ainda estava escuro quando ouvimos o barulho das botas correndo em volta da Faculdade. Às 5 horas, as ruas já estavam completamente cercadas por policiais. Depois de muita tensão e negociações, que tinham apoio de grupos que ficaram do lado de fora, concordamos em sair do diretório. Ficamos sentados no chão e saímos em grupos de quatro estudantes de cada vez. Entramos em um ônibus e fomos levados para a Gameleira sem saber o que iria acontecer.[65]



Figura 8 - Estudantes deixam o Campus da Saúde, após a tentativa de realização do III ENE, acompanhados do reitor da UFMG, Eduardo Osório Cisalpino, do secretário de educação, José Fernandes Filho, e do diretor do Instituto de Ciências Biológicas da UFMG, Marcello de Vasconcellos Coelho.[66].
Fonte: Acervo Projeto República/UFMG

Familiares e estudantes fizeram vigília do lado de fora do Parque da Gameleira, sendo organizado um mutirão, que contou com o apoio da Reitoria da UFMG, para levar cobertores e lanches para os estudantes detidos. Posteriormente, muitos dos participantes foram incursos na Lei de Segurança Nacional, condição que lhes causou grandes prejuízos. Segundo Jânio Bragança, presidente do DCE da UFMG em 1977, "[...] houve grande mobilização dos estudantes, das famílias e até da população que assistia a mais uma ação truculenta dos militares. [...] O que fica até hoje na lembrança sobre o III ENE é a união dos estudantes. "[67]

Ainda, de acordo com o relato de Sandhy, diretora do Diretório Acadêmico de Medicina em 1977:

> Uma parte [dos estudantes] foi para a porta da Faculdade de Medicina, na Avenida Alfredo Balena, e outra parte foi para a Gameleira, onde os estudantes tinham sido levados, sabíamos que era preciso mobilizar ao máximo as pessoas e setores da sociedade para garantir a segurança dos nossos colegas que haviam sido presos.[68]

Em memória à luta destes estudantes mineiros que foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional, é importante conhecer os seus nomes:[69]

Tabela 2 - Reportagem do Jornal Diário da Tarde divulgando o inquérito do DOPS com os nomes dos estudantes mineiros que participaram da organização do III ENE na Faculdade de Medicina/UFMG. Local: Belo Horizonte. Data: 16/06/1977

AGAMENON SÉRGIO PEREIRA BASTOS	UCMG - Engenharia Civil
ALBERTO EUSTÁQUIO CALDEIRA DE MELO	UFMG - Medicina
ÁLVARO EUSTÁQUIO ROCHA FRAGA	UFMG - Comunicação
ANA RITA CASTRO TRAJANO	UFMG - Psicologia
ANDRÉ LUIZ BOTELHO DOS SANTOS	UFMG - Engenharia
ANTÔNIO SÉRGIO DE MELO BRAZ	UFMG - Ciências Sociais
ANTÔNIO TOMAZ GONZAGA MATTA MACHADO	UFMG - Medicina
APOLO SÉRGIO COSTA GAZEL	UFMG - Medicina
AUGUSTO MONTEIRO GUIMARÃES	UFMG - Ciências Sociais
CARLOS COSENZA ARRUDA	UFMG - Direito

CELSO VIEIRA JÚNIOR	UFMG - Engenharia Civil
CÍCERO OTÁVIO DE ASSIS CABRAL	UFMG - Engenharia de Minas
EDUARDO DA MOTTA E ALBUQUERQUE	UFMG - Medicina
EDUARDO NUNES CAMPOS	UCMG - Comunicação
FÁBIO MELQUIADES DE OLIVEIRA	UFMG - Geologia
FERNANDO JOSÉ DE ASSUNÇÃO	UFMG - Comunicação
FRANCISCO CARLOS DE SOUZA	UFMG - Medicina
GEORGE ALVES DE ALMEIDA	UFMG - Medicina Veterinária
GERALDO MAGELA MARTINS CARNEIRO	UFMG - Bioquímica Farmácia
GUILHERME FÁTIMA DE FARIA	UCMG - Engenharia Elétrica
JÂNIO OLIVEIRA BRAGANÇA	UFMG - Comunicação
JAVERT MONTEIRO	UFMG - Ciências Sociais
JOÃO BOSCO PINTO LARA	UFMG - Direito
JOSÉ AFONSO ASSIS CABRAL	UFMG - Medicina
JOSÉ CÉLIO GABRIEL MARTINS	UFMG - Ciências Sociais
JOSÉ MÁRCIO GIRARDI DE MENDONÇA	UFMG - Enfermagem
JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA CANÇADO	UFMG - Letras
JOSÉ NÉLIO JANUÁRIO	UFMG - Medicina
JOSÉ REINALDO GOMIDE DE PAIVA	UFMG - Engenharia
JOSÉ TARCÍSIO DE CASTRO FILHO	UFMG - Medicina
LINCOLN PENA ELIAS	UCMG – Engenharia Mecânica
LÍVIA MARIA FRAGA VIEIRA	UFMG - Psicologia
LUCIANO CORTEZ E SILVA	UFMG - Letras
LUCIANO ELÓI SANTOS	UFMG - Odontologia
LUIZ ANTÔNIO BORGES	UFMG - Engenharia
LUIZ CARLOS BALBINO GAMBOGI	UCMG - Direito
LUNA ELIZABETH MATOS	UFMG - Enfermagem
MARIA ÂNGELA BRAGA	UFMG – Ciências Biológicas
MARIA DE FÁTIMA CARDOSO GOMES	UFMG - Psicologia
MARCELO DA MATA MACHADO	UFMG - Direito

MARCIONIS FRANCISCO ALVES	Ituiutaba – Engenhara de Operações
MARCOS GERALDO DE ASSIS COELHO	UFMG - Medicina
MOACYR DE LINS WANDERLEY	UFMG - Geologia
MOYRATOFANI DE MACEDO ROCHA	UCMG - Enfermagem
NEWTON AFONSO DE LIMA	IPUC - Mecânica
PAULO ROBERTO LIMA PINHEIRO	UFMG - Psicologia
RENATO CAPORALICORDEIR	UFMG - Economia
RICARDO BOAVENTURA DE ARAÚJO SILVA	UFMG - Engenharia
RICARDO MEDANHA LADEIRA	UFMG – Engenharia Civil
RODRIGO LABORNE MATIOLI	UFMG - Direito
ROGÉRIO AUGUSTO PEREIRA	UCMG - Economia
ROLANDO TRINDADE BASSI	UFMG – Engenharia Civil
SÉRGIO DE CASTRO	UFMG - Psicologia
SIGRIDTOMICH SANTOS	UFMG - Medicina Veterinária
TÚLIO ALBERTO MARTINS DE FIGUEIREDO	UFMG - Enfermagem
WALTER JOURBERT LIMA GARCIA	UFMG - Direito

Fonte: Coleção Eduardo Osório Cisalpino/Acervo Projeto República/UFMG.

Frente à impossibilidade de realização do III Encontro em Belo Horizonte, sucederam-se diversas manifestações em defesa dos estudantes que se encontravam detidos e contra a truculência da polícia. O episódio foi uma importante denúncia contra as arbitrariedades cometidas pelo governo militar, contribuindo para a crescente perda de legitimidade da ditadura.

Ainda em 1977, intentou-se realizar o III ENE outras duas vezes, na USP e na PUC São Paulo, sendo o encontro efetivamente ocorrido em setembro, na PUC-SP. Em maio de 1979, aconteceu o XXXI Congresso da UNE, mais de dez anos após a realização de seu XXX Congresso, em Ibiúna, que fora reprimido fortemente pela polícia.

A UNE, refundada pelo Congresso de Salvador, era uma entidade muito diferente daquela que havia sido colocada na ilegalidade. Em decorrência da conjuntura política do País e da geração que tomava sua frente, adotaram-se novas pautas, como a redemocratização, a anistia, o direito de greve e a realização da Constituinte.

12.3 A dura repressão nas universidades durante o regime militar – estudo de casos de algumas instituições de ensino em Minas Gerais

No decorrer de 1969, a manutenção e o fortalecimento do Decreto-Lei 477 apontaram para a intensificação de perseguições, prisões, invasões de instituições de ensino e fechamento de entidades de representação estudantil. Tais eventos evidenciavam, portanto, que, a partir daquele ano, todos aqueles que tendessem a confrontar o regime imposto sofreriam - arbitrariamente - as consequências. Inclusive, este foi o destino de muitos daqueles que atuavam no movimento estudantil, tanto que a proporção de exclusão de estudantes universitários nos primeiros meses de 1969 foi muito superior ao expurgo de 1964.

Com o propósito de esclarecer a repressão sofrida pelos estudantes, após a promulgação do Decreto-Lei 477, serão expostos e contextualizados, a seguir, alguns acontecimentos vivenciados por estudantes de instituições de ensino em Minas Gerais, indiciados – mesmo que posteriormente absolvidos – e os incursos pelo referido Decreto. Optou-se pela exposição da pesquisa dividida por Instituição de Ensino, seguida pelos fatos ocorridos nas Faculdades, pois a avaliação e a decisão dos Inquéritos advinham das Diretorias das Faculdades.

Além da pesquisa sobre a repressão sofrida por estudantes, procurou-se também, investigar os casos que envolveram perseguição, demissão e/ou aposentadoria compulsória de professores e técnicos administrativos das universidades pesquisas.

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), fundada em 07/09/1927 naquele momento como Universidade de Minas Gerais (UMG), surgiu a partir da união das Faculdades de Direito, Medicina, Odontologia, Farmácia e Engenharia. Nos primeiros anos de sua criação, a Instituição era privada e subsidiada pelo Estado. Em 1949, inicia o processo de federalização da UMG, mas sua atual nomenclatura – UFMG – é adotada somente em 1965.

Além de estar entre as maiores Universidades de Minas Gerais, a UFMG é reconhecida nacionalmente pelo engajamento de grande parte de seus estudantes na luta pela democracia, principalmente durante os anos da ditadura militar brasileira (1964/1985).

Referente ao período da ditadura militar, existe ambiguidades e paradoxos em relação à política universitária da época. E, conforme pesquisas, a UFMG se tornou palco destes paradoxos. De um lado, em relação aos professores da Universidade, encontram-se posições de resistência ao regime e de apoio ao movimento estudantil considerado "subversivo" – tanto que professores, diretores e reitores foram aposentados compulsoriamente ou até mesmo exonerados – e, por outro lado, posições de colaboração com a máquina repressora, principalmente nas ações de vigilância das atividades no *campus* da Universidade.

Além disso, muitos estudantes da UFMG, envolvimentos na luta pela resistência democrática, foram vigiados, presos, expulsos da comunidade acadêmica, sofreram inquéritos policiais, tendo sido até mesmo torturados e/ou mortos.

A concepção modernizadora do governo deposto para as universidades foi vinculada pela ditadura aos propósitos autoritários e conservadores. Para o historiador Rodrigo Patto Sá Motta, mesmo que houvesse um "setor moderno da coalização golpista" que defendia a necessidade de determinadas reformas, estas só eram admitidas "sob a condição de despolitizar os debates e reprimir quaisquer tentativas de arregimentação social."[70]

Neste sentido, procura-se relatar, aqui, a repressão sofrida por estudantes, professores e servidores técnico-administrativos no âmbito da UFMG durante o regime militar no Brasil.

Início das Sindicâncias na UFMG

Poucos dias depois do golpe militar, a UFMG já sentiria o peso da repressão que estaria presente nos *campi* universitários do País, durante os 21 anos seguintes.

Em 22/04/1964, foi dado início ao período de sindicâncias na UFMG. As sindicâncias se configuravam, naquele momento, como procedimento administrativo na Universidade, incumbido de realizar investigação com a finalidade de esclarecer determinados atos ou fatos que pudessem ser reconhecidos como "subversivos".

O então Ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda, pelo Aviso nº 705, sugeriu ao reitor da UFMG a instauração de inquéritos administrativos para averiguação da ocorrência de atos qualificáveis como "crimes contra o Estado e a ordem política e social", consoante o que prescreve no AI-I. No Aviso, o Ministro enfatizava a importância dos inquéritos administrativos, no intuito de salvaguardar o regime e, ainda, estabeleceu a necessidade de implantação de uma severa

vigilância para "reintegrar o estudante brasileiro em sua precípua tarefa, qual seja a de estudar, de reintegrar o professor na sua missão de ensinar, de colocar os servidores administrativos na sua esfera de trabalho."[71]

É preciso ressaltar que, antes mesmo da determinação do Ministério da Educação para a abertura de sindicâncias em universidades pelo Brasil, já existiam divergências políticas no ambiente da UFMG. O Diretório Acadêmico da Escola de Arquitetura publicou uma Nota em jornal local, logo após o golpe militar, com o documento "Manifesto à Nação"[72], denunciando a suposta tendência esquerdista dos diretores da escola. A denúncia apresentada culminou na instalação de uma Comissão de Inquérito, cujo resultado das investigações considerou inocentes os referidos professores acusados.[73] Este caso contribuiu para o fortalecimento da deliberação tomada pelo governo para a abertura de Comissão de Sindicância na UFMG.

Foi nesse contexto e atendendo às finalidades expressas no Aviso já mencionado, que o então reitor Aluísio Pimenta, fundamentado na Portaria 259, de 19/04/1964, instaurou a primeira Comissão de Sindicância na UFMG,[74] constituída por quatro professores – Caio Benjamim Dias (Faculdade de Medicina), Mário Barbosa (Escola de Veterinária), Francisco de Assis Castro (Faculdade de Ciência Econômicas), Levindo Lambert (Conservatório Mineiro de Música) e por um aluno, Paulo Roberto Diniz (presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Odontologia). A Comissão exerceria suas atividades entre os dias 11 e 15/05/1964 em uma das salas da Faculdade de Ciências Econômicas.[75] O professor Levindo Lambert fora empossado como presidente, sendo o responsável pelo envio de relatório ao reitor e ao MEC.[76]

Ao final, a Comissão concluiu que, segundo o §1º do art. 7º do Ato Institucional nº 1[77], não foi possível ter conhecimento dos responsáveis pela administração da Universidade e de suas unidades – nem tampouco de denúncias de outra procedência – que indicassem atos ou demonstração de ideias extremistas contrárias à segurança do País, ao regime democrático e à probidade da administração pública, por parte daquela comunidade universitária.[78]

Em 1967, as autoridades policiais e militares de Minas Gerais denunciaram e prenderam estudantes da UFMG, com base na Lei de Segurança Nacional, por considerarem as campanhas publicitárias – divulgação de jornais, revistas, panfletos, volantes e cartazes – organizadas por entidades estudantis, um "flagrante delito" ao regime vigente da época[79], sendo eles:

Tabela 3 - Estudantes da UFMG indiciados na Lei de Segurança Nacional em 1967

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas	Faculdade de Engenharia	Faculdade de Direito	Faculdade de Medicina	Faculdade de Ciências Econômicas	Faculdade de Odontologia
Luiz Carlos Magalhães Cavalcante	José Jarbas Saraiva Cerqueira	José Benedito Miranda	Agenário Victor Batista	Carlos Alberto de Menezes Scotti	Carmem Lúcia do Amaral
Jorge Batista Filho	Carlos Roberto Leite Tormin	Luiz Carlos Santos Neves	João Francisco Lobo Ribeiro		
José Tarcisio Campo	Mely Lerman	Sérgio Bittencourt Siqueira			
Jurandir Persequini Cunha		José Matheus Pinto Filho			
Luciola Licinio de Castro Paixão		Plínio Arantes			
Sônia Teixeira Turfi		Luiz Carlos de Mattos			
Yone de Souza Grossi		Maria Terezinha Murta Lages			
Carlos Roberto Drawin		Rosely Carlos Boldrini			
Olívia de Oliveira Damasceno					
Maria Ires Baião					
Marilu Alves de Souza					
Carmen Guimarães Mehedff					
Maria Clara Abrantes Pego					

Fonte: Acervo da AESI/UFMG. Caixa 06; maço 16.

Em decorrência das detenções, em abril de 1967, o general Oscar Jannsen Barroso, comandante do ID/4, enviou ofício ao reitor da UFMG, apontando sua preocupação em relação às atividades de "certas lideranças estudantis univer-

sitárias" envolvendo setores diretamente ligados à UFMG. Segundo ele, o movimento estudantil: "tem pautado as atividades na renitente campanha contra o regime vigente e a atual política de ensino, incluindo manifestações violentas e ao arrepio da lei". Destacava que as lideranças do movimento estudantil utilizavam os órgãos legais de representação – diretórios acadêmicos e diretórios centrais de estudantes – no contexto universitário de Belo Horizonte, para lançar campanhas publicitárias, cuja diretriz e fundamentos ideológicos eram ditados, segundo o general, por uma entidade ilegal – a UNE. Como por exemplo, uma matéria publicada pela Revista Mosaico afirmando, "A alternativa que se abre para as forças populares é a sua organização para a derrubada da ditadura".[80] E ainda enfatizou a necessidade "inadiável" da aplicação de dispositivos legais contidos no Decreto-Lei nº 288 e nos regimentos da Universidade.

Em resposta, o reitor da UFMG, Gerson Boson, enviou uma carta respondendo às alusões feitas pelo general Barroso. Naquela oportunidade, o reitor declarou não ter suporte jurídico para aplicação das penalidades estabelecidas no Decreto-Lei 228 de 28/02/1967, em que era:

> [...] vedada aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, racial ou religioso, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares e que a inobservância dessa disposição acarretará a suspensão ou a dissolução dos Diretórios Acadêmicos ou do Diretório Central dos Estudantes.[81]

Intervenções na UFMG em 1964

Em 11/06/1964 a Faculdade de Filosofia (FAFI), atual Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), sofreu a primeira intervenção, ordenada pelo general Carlos Luiz Guedes, comandante da 4ª Região Militar, sob a responsabilidade do tenente Expedito Orsi Pimenta.

Segundo ofício ao reitor Aluísio Pimenta, o ato tinha por finalidade:

> [...] dar cobertura aos trabalhos de investigação policial-militar que estão sendo feitos neste Estabelecimento de Ensino com relação a suspeições levantadas sobre infiltração de elementos de ação subversiva que estariam promovendo agitações no meio estudantil desta escola.[82]

A intervenção durou cinco dias e teve por objetivo realizar investigações, punir estudantes e, além disso, cogitou a possibilidade de afastar professores,

como, por exemplo, citado, a menção ao então professor José Israel Vargas. O diretor da FAFICH, Emanuel Brandão Fontes, em ofício, informou sobre a intervenção naquela Faculdade:

> O afastamento dos professores foi feito como medida de precaução e até que se completassem as investigações, sem o caráter de punição e sem prejuízo de vencimentos [...]. O retorno dos alunos suspensos ficaria condicionado à apresentação de atestados dos DOPS e da ID-4 e despacho do Diretor desta Faculdade.[83]

Por fim, depois da apuração do inquérito, a diretoria daquela Faculdade decidiu permitir o retorno de seus professores e alunos afastados às atividades escolares em 1º/09/1964.[84] Vale ressaltar que as intervenções nas faculdades ou/e em instituições educacionais demonstravam a cultura política repressiva conduzida pelos militares e que resultaria em graves violações de direitos.

Em 09/07/1964, o tenente Expedito Orsi Pimenta, professor do Colégio Militar, também foi responsável pela intervenção na Reitoria da UFMG. Com a finalidade de apurar possíveis atividades "subversivas" de professores e estudantes, foi constituída uma Comissão de Inquérito para atuar nas diversas faculdades da Universidade. Segundo o Jornal Estado de Minas, a ordem de intervir teria partido novamente do general Carlos Luiz Guedes, por determinação do Ministério da Educação.[85]

Com a decisão, o reitor Aluísio Pimenta foi afastado do cargo pelo Comando Regional Militar, assumindo a direção o interventor tenente Expedito Orsi Pimenta. Essa medida provocou forte articulação do meio acadêmico com autoridades federais ligadas à UFMG. Consumada a intervenção, Aluísio Pimenta emitiu comunicados aos alunos e professores da UFMG e ao Ministro da Justiça, Milton Campos, nos quais declarava:

> Lamento ter de comunicar ao Sr. Ministro, também professor da Universidade de Minas Gerais, cátedra de Política da Faculdade de Filosofia, que a Universidade de Minas Gerais acaba de ser colocada sob regime de intervenção, por ordem assinada pelo General-Comandante da 4ª Região Militar. Impossibilitado de tomar qualquer providência, limitei-me a levar o fato ao conhecimento do Excelentíssimo Ministro da Educação e Cultura. Dirijo-me agora ao eminente colega, a fim de manifestar meu protesto pelo ato atentatório à autonomia da UMG, esperando que o assunto seja considerado devidamente pelas altas autoridades federais"[...].[86]

Dois dias depois do ocorrido, o então presidente da República, general Humberto de Alencar Castelo Branco, anulou a intervenção, antes mesmo que tivessem esclarecimentos sobre os motivos da iniciativa do Comando de Guarnição Federal de Minas.

Faculdade de Ciências Econômicas

Primeiro Momento da Repressão – 1969

A Faculdade de Ciências Econômicas (FACE) foi aquela que teve o maior número de estudantes indiciados e incursos no Decreto-Lei 477 na UFMG. Mesmo com o aumento da repressão a partir da promulgação do AI-5 e do Decreto 477, as reivindicações e manifestações de resistência democrática estudantil não foram totalmente paralisadas.

Em 07/04/1969, estudantes ocuparam o restaurante que funcionava – sob a administração da Assistência aos Universitários Mendes Pimentel – no prédio da FACE, em protesto ao aumento do valor das refeições. Os estudantes assumiram a direção da caixa registradora, no horário do almoço daquele dia, recolhendo pagamentos e distribuindo fichas com base no valor antigo. A coordenação do restaurante foi informada sobre a ocupação, entrou em contato com a 4ª Infantaria Divisionária (ID/4) e solicitou providências policiais.

Em reação, a diretoria da Faculdade abriu inquérito, por meio da Portaria nº 43/69, designando uma comissão composta por três professores para apurar a ocorrência no restaurante do prédio. Em 06/05/1969, a comissão proferiu decisão sobre o caso, constatando que o estudante do curso de Ciências Econômicas, Gildo Macedo Lacerda, em companhia de dois outros estudantes não identificados, foram os responsáveis pela ocupação.

O texto de conclusão do inquérito menciona também a atuação dos membros do Diretório Acadêmico da FACE. É relatado que o estudante Paulo Bicalho dos Santos, presidente do DA, "não cumpriu os deveres impostos por seu cargo" na ocasião da ocupação do restaurante universitário daquela Faculdade. Relatou-se, também, sobre a omissão – não fazendo qualquer comunicação à Diretoria daquela Faculdade – dos outros membros da diretoria do DA, sendo eles: Verbens Sérgio Vieira (primeiro secretário); Marcelo Boschi (segundo secretário) e Robinson Ayres Pimenta (tesoureiro).

Outro estudante que também ficou na mira da repressão, principalmente depois da manifestação no restaurante da Faculdade foi Marvin Roberto Ortega

Rodrigues, estudante conveniado, natural de Jinotape/Nicarágua. No referido inquérito foi mencionado que Marvin Rodrigues "participava ativamente de todos os movimentos estudantis na Faculdade e fora dela. "

Além dos já mencionados estudantes, Carlos Tadeu Biondi, representante do DA junto à administração do restaurante da Faculdade, foi acusado de não cumprir com o dever imposto aos alunos matriculados, deixando de respeitar as obrigações para com aquela Assistência.

Em conclusão do caso, em 14/05/1969, considerando as manifestações de resistência que estavam acontecendo no ambiente da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, o diretor Rodolpho de Abreu Bhering enviou ofício ao reitor, com fotocópia dos relatos sobre a ocupação do restaurante, com as seguintes conclusões a respeito dos acusados:

Gildo Macedo Lacerda: desligamento. Acusado de infringir o art. 1°, I, II e VI, do Decreto-Lei 477. Com proibição de se matricular em qualquer outro estabelecimento de ensino durante três anos.

Paulo Bicalho dos Santos: desligamento. Acusado de infringir o art. 1°, I, do Decreto-Lei 477. Com proibição de se matricular em qualquer outro estabelecimento de ensino durante três anos.

Marvin Roberto Ortega Rodriguez: suspenso por trinta (30) dias. De 17/05 a 15/06/1969, tendo sido informado ao MEC e à Embaixada de Nicarágua sobre a punição, por se tratar de um aluno-convênio. O estudante foi acusado de infringir os arts. 252, inciso 3; 253, incisos 2 e 7 e 254, inciso 4°, do Regimento da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG.

Carlos Tadeu Biondi: suspenso por oito (8) dias, entre 17 e 24/05/1969. O estudante foi acusado de infringir os arts. 230, inciso 7 e 238, inciso 3.

Além da acusação a respeito da ocupação do restaurante, foi instaurado outro inquérito pela Faculdade. O inquérito, segundo documentos, procurava esclarecer a origem de boletins considerados "subversivos", distribuídos no prédio, em 29/03/1969.

Na ocasião, foram encontrados documentos considerados pela diretoria da Faculdade "altamente comprometedores", na sala do DA, onde estava o mimeógrafo. Foram acusados os seguintes membros do DA: Marcelo Boshi, Robinson Ayres

Pimenta e Verbens Sérgio Vieira. Os estudantes foram acusados pela distribuição de panfletos, intitulado "As contradições da ditadura militar" e, ainda, pela coibição e participação no evento da ocupação do restaurante daquela Faculdade.

As decisões da diretoria, segundo conclusões do inquérito sobre os boletins distribuídos foram:

Marcelo Boshi: desligamento. Acusado de infringir o Decreto-Lei 477.

Robinson Ayres Pimenta: desligamento. Acusado de infringir o Decreto-Lei 477.

Verbens Sérgio Vieira: desligamento. Acusado de infringir o Decreto-Lei 477.

Ao lado das óbvias restrições impostas pelo AI-5 e pelo Decreto-Lei 477, as forças repressoras que sondavam as universidades estavam atentas para tomar medidas destinadas a coibir atos considerados indisciplinares. Como aponta o ofício[87] enviado em 07/11/1969 ao diretor da Faculdade de Ciências Econômicas, Rodolpho de Abreu Bhering, pelo diretor da DSI, Waldemar Raul Turola, em que informava sobre a decisão do Ministro da Educação sobre inquérito aberto naquela Faculdade para apurar as ocorrências "subversivas". Conforme consta no ofício, o aluno Marvin Roberto Ortega Rodriguez[88], que num primeiro momento tinha sido suspenso por 30 dias, posteriormente, nos termos dos parágrafos 2° e 3° do art. 1° do Decreto-Lei 477, perdeu sua matrícula e foi retirado do território nacional. Ainda no mesmo ofício foi informado que o aluno Carlos Tadeu Bondi deveria ser desligado do corpo discente daquela Faculdade, na forma do inciso II do art. 1°, com base no Decreto-Lei 477.

Nos meses de novembro e dezembro de 1969, o diretor em exercício da Faculdade de Ciências Econômicas, Joakim Senna Jeronymo, informou ao reitor da Universidade que, por determinação do Ministro da Educação, contida no DSIEC/SEP/OF/CONF. n° 637/69, de 07/11/1969, foram canceladas as matrículas dos alunos Marvin Roberto Ortega Rodrigues e Carlos Tadeu Biondi Ribeiro. Informou também, conforme Portaria nº 150/69[89], com base no Decreto-Lei 477, o desligamento do corpo discente daquela Faculdade o aluno Décio Geraldo de Oliveira Sales, com proibição de matricular-se em qualquer outro estabelecimento de ensino público ou particular do País, por três anos.

Segundo Momento da Repressão - 1972

Em 1972, o aluno Geraldo Cruz Pires Ribeiro, acusado de participar da organização Ação Popular Maoísta Leninista (antiga Ação Popular) em Belo Horizonte e

de ser um dos principais responsáveis pela edição do Jornal Opinião – considerado uma publicação subversiva – foi indiciado no IPM 31/72. Em consequência, o general Everaldo José da Silva, comandante da 4ª Região Militar, solicitou por meio de ofício ao reitor da UFMG, que fossem tomadas as medidas necessárias na FACE para apurar as infrações cometidas pelo aluno, passíveis de enquadramento no Decreto-Lei 477.

Em 11/07/1972, o então diretor da FACE, Ivar Vieira Campos, cumpriu as ordens e instaurou o processo sumário nº 20/72, para investigar a responsabilidade do estudante Geraldo Ribeiro em atos apurados pela Justiça Militar, considerados como infrações disciplinares pelo Decreto-Lei 477. O encarregado do processo foi o professor Simão Pedro Casassanta, designado para a função pela Portaria nº 084/72, de 10/07/ 1972.

Ao final a comissão decidiu que o aluno Geraldo Cruz Pires Ribeiro fosse incurso no Decreto-Lei 477, ou seja, desligado do corpo discente da UFMG, com proibição de se matricular em qualquer outro estabelecimento público ou particular de ensino do País, durante três anos.

Na ocasião, não se sabia o paradeiro do estudante. Neste sentido, determinou-se que fosse dado conhecimento, por Edital, ao punido, que se encontrava em lugar incerto e não sabido, conforme dados de ofício emitido pelo então vice-diretor em exercício da FACE, professor João Domingos Pinto, 03/08/ 1972.[90]

Faculdade de Medicina

A Faculdade de Medicina da UFMG também esteve na mira do regime opressor durante a conjuntura política estabelecida a partir do golpe. Notadamente, era destaque em mobilizações reivindicatórias – invasão e ocupação do prédio da Faculdade de Medicina, em 1968 – e no engajamento expressivo de estudantes pertencentes àquela Faculdade, que iniciaram atividades organizadas de combate ao regime.

Logo após a imposição do Decreto-Lei 477, sete alunos e um funcionário foram indiciados e acusados de pertencer à organização Colina (Comando de Libertação Nacional)[91]: Ângelo Pezzuti da Silva, Athos Magno da Costa e Silva; Erwin Resende Duarte, Herbeth Eustáquio de Carvalho; Jorge Raimundo Nahas; Maria José Carvalho Nahas; Pedro Paulo Bretas e Irany Campos (funcionário).

O estudante do curso de Medicina da UFMG, Athos Magno da Costa e Silva,[92] um dos acusados de pertencer à Colina, foi o primeiro do grupo de estudantes

mencionados a sofrer as penalidades impostas pelo Decreto-Lei 477. Em abril de 1969, o diretor da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação e Cultura (DSI/MEC), Waldemar Raul Turola, enviou o ofício DSI/MEC/SEP/ ofício nº 4/69, de cunho secreto, ao reitor da UFMG, retratando o indiciamento do aluno pelo Decreto 477.[93] Após o indiciamento, a Diretoria da Faculdade de Medicina proferiu parecer sobre o caso e, segundo as considerações finais, assinada pelo diretor Oscar Versiani Caldeira, ficou decidido que o aluno deveria ser incurso no Decreto-Lei 477. Segundo considerações feitas pelo diretor da Faculdade de Medicina, Oscar Versiani Caldeira:

> [...] o indivíduo aliciou a deflagração do movimento paralisador da atividade escolar; atentou contra bens da faculdade, danificando prédio e instalações; desacatou, sequestrou e manteve em cárcere privado diretor, professores e funcionários da faculdade; usou do recinto da faculdade para fins de subversão e prática de ato contrário à ordem pública.[94]

Por meio do ofício 420-E2/Confidencial, enviado pelo general Gentil Marcondes Filho, Comandante da 4ª Divisão de Infantaria (ID/4), foi exigido que a Reitoria da UFMG apurasse as atividades dos outros estudantes acusados de pertencerem à organização Colina.

Era 20/11/1969, quando, por meio da Portaria n° 50, o diretor da Faculdade de Medicina designou o professor Sylvio Gonçalves Coutinho para apuração das infrações disciplinares relacionadas pelo Decreto-Lei 477, porventura cometidas pelos alunos e funcionário indiciados.

Após avaliação do inquérito, foi decidido pela absolvição de todos os indiciados nas acusações capituladas no Decreto-Lei 477, pois a Lei era posterior às infrações disciplinares de que os estudantes e o funcionário foram acusados[95], tanto que, conforme informado, quando foi aberto inquérito sob as diretrizes do Decreto informado, a maioria dos indiciados estava preso: Ângelo Pezzuti da Silva e Pedro Paulo Bretas (Rio de Janeiro), Jorge Nahas e Maria José Nahas (Juiz de Fora) e Herbert Eustáquio de Carvalho (foragido).

Apesar da absolvição dos citados alunos e funcionário, com base no Decreto-Lei 477, instaurou-se em 24/11/ 1969, pela Portaria nº 58[96], uma Comissão Especial na Faculdade de Medicina para apurar as atividades antirregimentais de Ângelo Pezzuti da Silva; Herbeth Eustáquio de Carvalho; Jorge Raimundo Nahas; Maria José Carvalho Nahas e Pedro Paulo Bretas. A Comissão foi composta pelos seguintes professores: Oromar Moreira, Aparicio Silva de Assis e Sylvio Gonçalves Coutinho.

O inquérito teve por base as atividades constadas nos autos do processo feito sob a égide do Decreto-Lei 477, em que os estudantes foram absolvidos – dada a circunstância de que os atos haviam sido cometidos antes da vigência da Lei. No inquérito aberto pela Comissão Especial da Faculdade de Medicina, os estudantes foram acusados de violação de deveres fundamentais previstos no art. 195, letras a e b, do Regimento daquela Faculdade*:* "Desobediência ao Regimento e prática de atos perturbadores da ordem, ofensivos aos bons costumes ou de desacato à autoridade universitária ou a professores". A advogada Elizabeth Ferreira Diniz, por já haver defendido os indiciados no processo anterior, foi designada para defender a todos eles, apresentando a seguinte defesa:

> a) que os atos praticados o foram "fora da Faculdade", sem qualquer desobediência ou infringência do Regimento; b) que se trata de fatos capitulados na Lei de Segurança Nacional e, não, de faltas disciplinares escolares; c) que os indiciados não estavam matriculados nesta Faculdade no ano letivo considerado (1969); d) que os indiciados estão respondendo a processo perante a Justiça Militar, ainda sem julgamento, não podendo os atos delituosos lhe serem atribuídos decisivamente; e) concluindo, pede absolvição dos indiciados, aduzindo a inconveniência da antecipação de julgamento nestes autos da Justiça Militar, cuja decisão final repercutirá na vida escolar de cada um deles.[97]

Apesar da defesa, a Comissão Especial decidiu propor a exclusão dos alunos citados e sugeriu ao reitor encaminhar a conclusão do inquérito ao Conselho Universitário, que seria o órgão competente para a aplicação da penalidade indicada, por força do Regimento, art. 202, (d).

Conforme sugestão da Comissão, o caso foi enviado para o Conselho Universitário da UFMG, prolongando a decisão por quase um ano. Todavia, o Conselho se reuniu em 19/03/1970, aprovando, por maioria dos votos, o parecer emitido pela Comissão de Legislação em relação aos alunos citados, com fundamento no disposto na alínea "d" do art. 84, combinado com o preceito estabelecido no parágrafo 2º do artigo 85, do Estatuto da Universidade, homologando a decisão da Comissão Especial de Inquérito, referendada pela Comissão da Faculdade de Medicina, aplicando aos indiciados a pena de exclusão da UFMG.

O reitor da UFMG, Marcello de Vasconcellos Coelho, informou por meio de ofício ao general de Brigada Gentil Marcondes Filho, Comandante da ID/4 e ao brigadeiro Armando Troia, diretor da DSI/MEC, a decisão do Conselho Universitário em expulsar os alunos: Angelo Pezzuti da Silva, Herbeth Eustáquio de Carvalho; Jorge Raimundo Nahas, Maria José de Carvalho Nahas e Pedro Paulo Bretas[98]

da UFMG. Esse exemplo demonstra que os reitores dispunham de meios próprios para afastar estudantes tidos como subversivos, sem necessitar de lei específica para isso.[99]

Faculdade de Odontologia

Em abril de 1969, o comandante do ID-4, general Álvaro Cardoso, enviou ofício ao reitor Gerson Boson e ao diretor da Faculdade de Medicina, informando que a aluna do 3º ano do Curso de Odontologia, Elza Pereira[100] estava envolvida em atividades "subversivas" e tais atividades eram qualificadas como infrações disciplinares e, por isso, a estudante deveria ser enquadrada no Decreto-Lei 477. Elza Pereira fazia parte também do corpo administrativo da Faculdade de Medicina, como auxiliar de laboratório, também da UFMG.

A incursão de um mesmo aluno, simultaneamente, em dois processos, emitidos por diferentes faculdades, foi um caso único naquela Universidade. O diretor da Faculdade de Odontologia, Edson Pereira, declarou, segundo avaliação do processo instaurado, a constatação de ações qualificáveis como "subversivas".

Dessa forma, a diretoria da Faculdade de Odontologia, em conformidade com o Decreto-Lei 477, decidiu pelo desligamento da aluna e a proibição de matricular-se em qualquer outro estabelecimento de ensino pelo período de três anos.

Instituto de Ciências Biológicas

A imagem deste caleidoscópio de repressão estava sendo construída em ampla ascensão. Em 24/11/1969, mais uma vez, um aluno da UFMG sofreu uma prática de abuso respaldada pelo Decreto-Lei 477. O aluno do Instituto de Ciências Biológicas (ICB), Erwin Resende Duarte[101] foi indiciado, por iniciativa do general Gentil Marcondes Filho - comandante da ID/4 - por meio de um processo sumário instaurado para apurar as possíveis atividades "subversivas" de autoria do estudante. O diretor do ICB, Eduardo Osório Cisalpino, deferiu o professor Carlos Américo Veiga Damasceno como responsável pelo inquérito que chegou à seguinte conclusão: segundo acusações de infringência do art. 1º do Decreto-Lei 477, diante do não convencimento das alegações feitas pela defesa, foi decidido que o estudante Erwin Resende Duarte, que já estava jubilado da Faculdade de Medicina e pelo ICB, deveria continuar jubilado e também incurso no parágrafo 1º, item II do art. 1º do Decreto-Lei 477, com a proibição de matricular-se em qualquer estabelecimento de ensino pelos três anos seguintes.

Luiz Oswaldo Carneiro Rodrigues, também aluno do ICB, foi mais um estudante a ficar sob a vigilância do regime. O tenente assistente do QG ID/4, Antônio Cúr-

cio Neto enviou ofício à Diretoria daquele Instituto, informando sobre possíveis faltas cometidas pelo estudante. No entanto, nada foi apurado contra o universitário, não havendo justificativa para sua exclusão.

Faculdade de Direito

Em 1971, Maria Dalce Ricas cursava o terceiro ano da Faculdade de Direito da UFMG e era vice-presidente do DCE.

No dia 1º de maio daquele ano, durante uma manifestação contra a ditadura militar na Avenida Paraná, em Belo Horizonte, Maria Dalce foi detida pela Polícia Militar. A estudante foi acusada de terrorismo e filiação a partido político clandestino.

Posteriormente, sob custódia da Polícia Civil no prédio do DOPS, em Belo Horizonte, a estudante Maria Dalce Ricas, segundo documentação enviada ao Conselho de Direitos Humanos de Minas Gerais (Conedh), recebeu a visita de um enviado do então diretor da Faculdade de Direito da UFMG, Wilson Melo. O objetivo da visita era informar à estudante sobre a abertura de processo sumário contra ela, com base no Decreto-Lei 477.

Segundo Maria Dalce, a abertura do processo sumário na Faculdade de Direito ocorreu imediatamente a sua prisão:

> [...] com surpreendente eficiência, providenciou um inquérito para me expulsar da universidade, com base no Decreto 477, promulgado pelos militares, que previa expulsão das universidades, de estudantes envolvidos em ações contra a ditadura.[102]

> Aí eu fui expulsa, não é? Naturalmente da universidade pelo famigerado, combate ao famigerado Decreto 477 que significa uma expulsão sumária, sem direito de defesa, sem nada.[103]

Em informativo emitido pela AESI/UFMG, em 27/07/973, para o DSI/MEC, encontra-se a listagem de alunos da UFMG atingidos pelas sanções do Decreto-Lei 477, até aquele ano. Dentre os alunos listados está Maria Dalce Ricas, a qual, conforme documento, sofreu a sanção em 1972. A punição se deu por militância em organização "subversiva" e por ter sido indiciada em Inquérito Policial Militar (IPM).[104]

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da FAFICH

No âmbito dos Programas de Pós-Graduação da UFMG, houve uma estudante proibida de defender sua dissertação com base no Decreto-Lei 477.

Magda Maria Bello de Almeida Neves, aluna do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) da UFMG, em 1972 foi indiciada no IPM 22/72, acusada de ações e participação em reuniões consideradas "subversivas". Consequentemente, por meio do ofício nº 689/conf., emitido pelo juiz auditor da 4ª Circunscrição Judiciária Militar, foi solicitado que se tomasse providências necessárias para que a estudante também fosse responsabilizada nos termos do Decreto-Lei 477.[105]

Segundo ofício da AESI/UFMG/018/72, emitido em 31/07/1972, endereçado ao então Ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho, Magda Neves havia completado, em dezembro de 1971, os créditos exigidos pelo Programa de Mestrado em Ciência Política. No entanto, naquela ocasião, a estudante não estava matriculada no referido Mestrado, embora, ainda, não tivesse apresentado a dissertação exigida para a defesa do título.

Diante da situação, foi feita consulta por parte da UFMG ao Ministro Passarinho sobre a aplicabilidade ou não do Decreto-Lei 477, naquela situação.

Conforme parecer do procurador-geral da UFMG, Márcio Ribeiro Vianna, enviado ao então diretor da FAFICH, Daniel Valle Ribeiro:

> A rigor, pois, a estudante que concluiu os créditos para o Mestrado, não tendo renovado sua matrícula em qualquer outro curso, não integra o corpo discente, não podendo ser considerada atualmente, aluna da universidade. [...] Se a infração disciplinar foi cometida, enquanto aluna, e a falta não será prescrita, nada impede, em princípio, a instauração do processo sumário contra a mesma, até porque a cominação prevista para o aluno incurso na infração compreende não só o desligamento, mas também a proibição de se matricular em qualquer outro estabelecimento de ensino pelo prazo de três anos.[106]

Apesar de inconcluso o caso, segundo documentação encontrada no Acervo da AESI/UFMG, em depoimento a Covemg, Magda Neves informou:

> [...] a UFMG abriu um inquérito né, administrativo, para me aplicar o 477 e na época o diretor da faculdade, Daniel, o Daniel agora esqueci o sobrenome dele, mandou que abrisse e aplicasse o 477 né. Então eu perdi a oportunidade de fazer a minha dissertação de mestrado, porque eu fui expulsa da universidade durante 3 anos [...].[107]

Em 29/08/1969, o general Álvaro Cardoso, comandante da 4ª Infantaria Divisionária (ID/4), enviou ofício à Reitoria da UFMG, informando sobre a abertura de Inquérito Policial Militar (IPM) para a apuração das atividades de estudantes da UFMG acusados de pertencerem à organização Corrente Revolucionária. Segundo o documento, os integrantes eram responsáveis por assaltos a bancos, a casas comerciais, carros, e eram autores de outras ações consideradas "subversivas". No ofício, o general Cardoso traçou um cenário dramático dos acontecimentos que envolviam a citada organização. Assim, esperava que fossem tomadas providências necessárias e cabíveis, no sentido de punir os alunos daquela Universidade que estivessem envolvidos e aquele Comando deveria ser oportunamente informado a respeito.

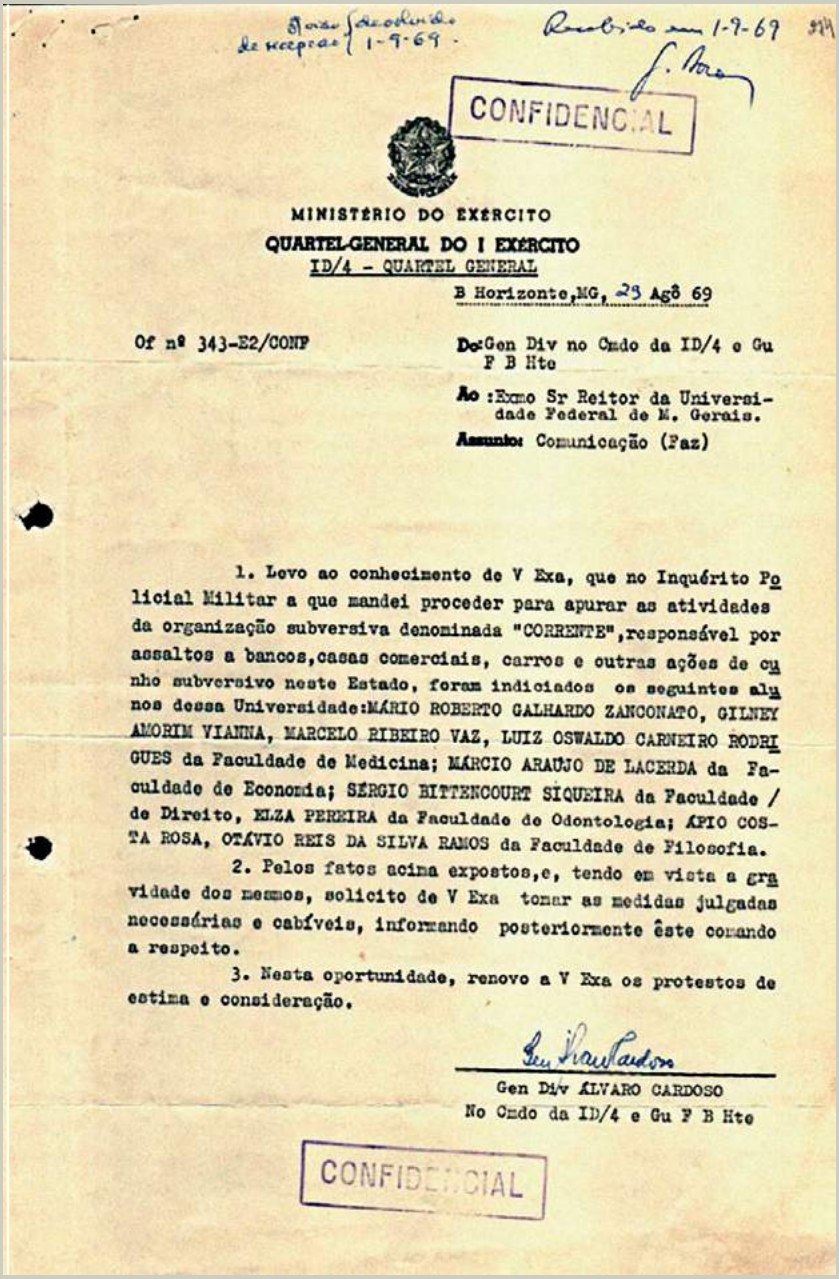
Referindo-se ao ofício enviado pelo comandante da ID/4, o reitor da UFMG, Gerson Boson, informou, por meio de telegrama[108] ao diretor da Faculdade de Medicina, Oscar Versiani Caldeira, sobre a conveniência de manter contato com as autoridades encarregadas do referido IPM para a obtenção de dados e informes acerca das ocorrências em que se envolveram os estudantes.

Assim, as faculdades segundo as quais os alunos acusados pertencessem, poderiam tomar, ulteriormente, as medidas que eram consideradas cabíveis, contra os alunos, pelo fato de que a competência das infrações disciplinares cometidas por alunos, segundo o Decreto-Lei 477, era exclusiva dos dirigentes dos estabelecimentos de ensino.

Outros dois alunos também foram acusados de pertencer à organização Corrente, ambos da Faculdade de Medicina: Gilney Amorim Vianna e Mário Roberto Galhardo Zanconato. Eles sofreram processo por infrações disciplinares cometidas, instalado por aquela Faculdade. Ao final do processo, foi imposto ao estudante Gilney Amorim Vianna a pena de proibição de matricular-se em qualquer estabelecimento de ensino por três anos, a partir de 04/10/1969, como previsto no Decreto-Lei 477. O processo contra o estudante Mário Roberto Galhardo Zanconato foi suspenso, pelo menos até a perduração do seu banimento.

Zancontato foi banido do País, em um ato do governo de exceção, quando foi trocado com outros 14 presos políticos pelo resgate do Embaixador dos Estados Unidos, Charles Burke Elbrick. Na ocasião, saiu uma Nota em um jornal mineiro com o título: "Chuchu" (apelido de Zanconato): de estudante a líder de movimento subversivo.[109]

Estudantes da UFMG acusados de envolvimento com a organização Corrente



Data de recebido de recepção 1-9-69.

Recebido em 1-9-69

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
QUARTEL-GENERAL DO I EXÉRCITO
ID/4 - QUARTEL GENERAL

B Horizonte,MG, 28 Agô 69

Of nº 343-E2/CONF

De:Gen Div no Cmdo da ID/4 e Gu F B Hte

Ao :Exmo Sr Reitor da Universidade Federal de M. Gerais.

Assunto: Comunicação (Paz)

1. Levo ao conhecimento de V Exa, que no Inquérito Policial Militar a que mandei proceder para apurar as atividades da organização subversiva denominada "CORRENTE",responsável por assaltos a bancos,casas comerciais, carros e outras ações de cunho subversivo neste Estado, foram indiciados os seguintes alunos dessa Universidade:MÁRIO ROBERTO GALHARDO ZANCONATO, GILNEY AMORIM VIANNA, MARCELO RIBEIRO VAZ, LUIZ OSWALDO CARNEIRO RODRIGUES da Faculdade de Medicina; MÁRCIO ARAÚJO DE LACERDA da Faculdade de Economia; SÉRGIO BITTENCOURT SIQUEIRA da Faculdade / de Direito, ELZA PEREIRA da Faculdade de Odontologia; ÁPIO COSTA ROSA, OTÁVIO REIS DA SILVA RAMOS da Faculdade de Filosofia.

2. Pelos fatos acima expostos,e, tendo em vista a gravidade dos mesmos, solicito de V Exa tomar as medidas julgadas necessárias e cabíveis, informando posteriormente êste comando a respeito.

3. Nesta oportunidade, renovo a V Exa os protestos de estima e consideração.

Gen Div ÁLVARO CARDOSO
No Cmdo da ID/4 e Gu F B Hte

CONFIDENCIAL

Figura 9: Ofício nº 343-E2/Conf. Do general Álvaro Cardoso, comandante da 4ª Infantaria Divisionária (ID/4), à Reitoria da UFMG. Fonte: Arquivo UFMG. AESI/UFMG. Cx 11; maço 06.

O estudante Otávio Reis da Silva Ramos, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, além de ter sido acusado de pertencer à Corrente, lhe eram conferidas, segundo Nota em Inquérito, atribuições "subversivas" na organização como, por exemplo, "aliciar militantes para executar um plano de terrorismo a ser implantando por aquela fundação clandestina. [...] Por haver participado de reuniões ilegais no Parque Municipal (em Belo Horizonte), [...] furtar o mimeógrafo da Faculdade de Medicina, assim como, por ter distribuído panfletos de conteúdo subversivos".[110]

Dada a conclusão do inquérito, em 10/10/1969, o professor Leônidas Machado Magalhães, vice-diretor da FAFICH, enviou ofício[111] ao general Gentil Marcondes Filho, informando as medidas e decisões tomadas a respeito do estudante. Em síntese, Otávio Reis da Silva Ramos foi incurso no Decreto-Lei 477, tendo sido desligado do curso de Ciências Sociais, proibido de matricular-se em qualquer outro estabelecimento de ensino pelo período de três anos, conforme Portaria nº 99/69[112]; de 08/10/1969.

As deliberações em relação ao estudante Ápio Costa Rosa tomaram um caminho diferente. O referido estudante também era acusado de pertencer à Corrente e de "aliciar militantes em Governador Valadares e ali criar um movimento de massas[113]". Todavia, em 10/10/1969[114], a Diretoria da FAFICH decidiu enviar o caso para um parecer do Consultor Jurídico da UFMG, dado o fato de que o estudante indiciado não tinha renovado a sua matrícula, portanto, não havia uma convicção se a Faculdade poderia punir um aluno que não estivesse devidamente matriculado. No entanto, em 21/05/1970, o diretor da Faculdade, Daniel Valle Ribeiro, informou a decisão imposta por meio da Portaria nº 60/1970, tendo em vista as conclusões do processo instaurado pela Portaria 89/1969, de 15/09/1969, cuja decisão foi proferida pela incursão do aluno Ápio Costa Rosa, as penalidades previstas no item II, do parágrafo 1°, do Art. 1°, do Decreto-Lei 477, desligando o aluno do curso de Ciências Sociais e proibindo-o de matricular-se em qualquer outro estabelecimento de ensino pelos três anos seguintes.[115]

Ainda seguindo as apurações do envolvimento de estudantes da UFMG com a organização Corrente, foi instaurado um processo sumário na Faculdade de Direito para apurar as atividades imputadas a Sérgio Bittencourt Siqueira,[116] relativas ao domínio da Lei de Segurança Nacional, pela qual estava sendo processado. O vice-diretor da Faculdade de Direito, Raul Machado Horta, enviou comunicado ao reitor da UFMG, informando sobre o processo instaurado

naquela Faculdade. Segundo as investigações, verificou-se que, muito antes da entrada em vigor do Decreto-Lei 477, o aluno já não frequentava a Faculdade de Direito, da qual foi regular até 1967 e, conforme premissa legislativa, nenhuma lei poderia ser aplicada retroativamente. Havia indícios de que a última aparição naquela Faculdade foi quando fez sua matrícula para o 5° ano do Curso de Direito, em 1968. Em face do princípio da irretroatividade da lei, o responsável pelo inquérito, professor Raimundo Cândido, sustentou que o caso era unicamente de competência do foro militar.

A aluna Elza Pereira já havia sido desligada daquela Faculdade no dia 15 de maio de 1969 de acordo com o Decreto-Lei 477.

Luiz Oswaldo Carneiro Rodrigues não sofreu a pena prevista no item II do parágrafo 1° do Decreto-Lei 477, possibilitando ao estudante continuar como aluno do ICB da UFMG.

Em 27/10/1969, o aluno Marcello Ribeiro Vaz[117], segundo inquérito, foi acusado de praticar infrações disciplinares no ICB. O diretor Eduardo Osório Cisalpino decidiu pelo enquadramento do aluno no Decreto 477, com a pena de desligamento e proibição de matricular em qualquer outro estabelecimento de ensino pelos próximos três anos.

A Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG que, até aquele momento, já era a faculdade com maior número de alunos enquadrados no Decreto-Lei 477, optou pela incursão do aluno Márcio Araújo de Lacerda no Decreto 477, com desligamento e proibição de matricular em qualquer outro estabelecimento de ensino pelos três anos seguintes.

Tabela 4: Estudantes da UFMG incursos no Decreto-Lei 477, ao longo dos anos da ditadura militar

	Faculdade de Filosofia e Ciência Humanas		Instituto de Ciências Biológicas		Faculdade de Ciências Econômicas		Faculdade de Medicina		Faculdade de Odontologia		Faculdade de Direito	
	Nome	Data de Desligamento	Nome	Data de Desligamento	Nome	Data de Desligamento	Nome	Data de Desligamento	Nome	Data de Desligamento	Nome	Data de Desligamento
1	Ápio Costa Rosa	1969	Marcelo de Ribeiro Vaz	27/10/1969	Robinson Ayres Pimenta	08/05/1969	Athos Magno da Costa e Silva	29/05/1969	Elza Pereira	1969	Maria Dalce Ricas	1972
2	Otávio R. da Silva Ramos	1969	Erwin Resende Duarte	24/11/1969	Verbens Sério Vieira	08/05/1969	Gilney Amorim Viana	04/10/1969				
3	Magda B. de Almeida Neves	1972			Marcelo Boshi	08/05/1969	Mário Roberto Galhardo Zanconato	04/10/1969				
4					Gildo Macedo Lacerda	14/05/1969						
5					Paulo Bicalho dos Santos	14/05/1969						
6					Márcio Araújo de Lacerda	20/10/1969						
7					Marvin R. Ortega Rodrigues	07/11/1969						
8					Carlos Tadeu Biondi	07/11/1969						
9					Décio G. de Oliveira S. Rodrigues	15/12/1969						
10					Geraldo Cruz Pites Ribeiro	1972						

Fonte: Acervo da AESI/UFMG.

Repressão aos Professores, Técnicos e Servidores Universitários da UFMG

Além dos expurgos de estudantes, objetivo prioritário dos órgãos de repressão, professores, pesquisadores e técnicos administrativos das universidades, considerados contrários ao regime militar, também estiveram na mira do regime autoritário. A UFMG já possuía um considerável número de professores e técnicos-administrativos durante o período da ditadura militar, desde o início do golpe até meados de 1982.

Baseando-se no artigo 21 do Decreto n° 62.803, de 03/06/1968, que aprovava o regulamento das Divisões de Segurança e Informações (DSIs) dos Ministérios Civis foi estipulada a obrigatoriedade de fornecer às DSIs os dados, informações e esclarecimentos que lhes fossem solicitados[118] Essa norma, que era aplicada a todas as organizações oficiais da União, subordinadas e vinculadas a cada um dos Ministérios, foi o embasamento utilizado para os recorrentes pedidos de identificação de professores e funcionários das universidades.

Os principais levantamentos de informações pessoais eram realizados para contratações ou ocupação de cargos. Um ofício confidencial do reitor da UFMG, enviado para todas as unidades, levou ao conhecimento dos diretores que, de acordo com informações da DSI/MEC, a indicação de chefes de departamento e nomeação ou contratação de professores somente se efetivaria mediante prévia liberação por aquele setor do MEC. Para tanto, as pessoas deveriam preencher uma ficha de qualificação, que seria remetida à Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI) e encaminhada ao órgão próprio. Ao final, a DSI/MEC ressaltava que as suas instruções possuíam caráter estritamente sigiloso do assunto em pauta, razão pela qual a sua divulgação só foi feita às pessoas cogitadas para os cargos em questão.[119]

Observa-se a "mão repressiva" no controle da contratação de professores da UFMG, na indicação para cargos de chefia de departamento ou outros órgãos, na concessão de licenças para Pós-Graduação no exterior, entre outras medidas.

Em 1967, o general Dioscoro Gonçalves, comandante da ID/4, questionou o reitor Gerson Boson sobre a contratação de professores para a Escola de Belas Artes da UFMG. Segundo ofício enviado, a Universidade estava contratando professores radicados em outros estados ou desvinculados do movimento artístico de Minas Gerais. Acrescentou, ainda, que dois dos professores

contratados eram vistos como "elementos conhecidos como esquerdistas": Maciev Babinski, indiciado em IPM e expulso da Universidade de Brasília e Jessé Guimarães de Brito, indiciado em IPM de Belo Horizonte. Naquela oportunidade, ainda enfatizou que o professor Haroldo Mattos, dava "preferência a elementos notoriamente esquerdistas" nas contratações.[120]

Entre os casos sobre a proibição de contratação de professores, observa-se a situação do professor João Batista dos Mares Guia, cuja contratação foi vetada, mesmo quando ele já ministrava aulas. A contratação de Mares Guia foi solicitada pelo Departamento de Sociologia em 1976, e ele imediatamente começou a lecionar. No segundo semestre daquele ano, a Reitoria da UFMG enviou pedido de Levantamento de Dados Biográficos (LDB)[121] – recurso que as AESI/ASI possuía para maior controle de informações – sobre o professor. A resposta dos órgãos foi uma negativa "peremptória" sobre a contratação do professor Mares Guia.

Em dezembro de 1976, professores do ciclo básico da Faculdade mandaram carta de protesto ao reitor pela não efetivação de Mares Guia. De acordo com a carta, a contratação tinha sido protelada, inicialmente, com argumentos administrativos, mas depois surgira a informação de que havia 'pressões de órgãos exteriores à universidade'. Os signatários concluíam o documento, questionando a atitude da Reitoria, de aceitar agressão à sua autonomia. Em fevereiro de 1977, a DSI/MEC emitiu documento que, pelo tom enfático, o assunto deveria ser encerrado. Ao final, a universidade aceitou o veto sobre a contratação.[122]

No entanto, o monitoramento continuava e, em 23/11/ 1977, o então diretor do DSI/MEC, Armando Menezes, enviou ofício ao reitor da UFMG, Eduardo Osório Cisalpino, solicitando informações sobre o professor João Batista dos Mares Guia: a) se era professor ou servidor daquela Universidade; b) data de admissão; c) forma de contrato; d) atividades desenvolvidas.[123] Em decorrência da solicitação, Eduardo Osório Cisalpino respondeu que a decisão proferida pela Reitoria sobre o caso do professor João Batista dos Mares Guia, foi dada por meio de ofício emitido em 25/04/1977, enviado ao diretor da FAFICH. Nas palavras do ofício: "esclareço, no ensejo, que desde aquela data, até hoje, não se modificou a decisão desta Reitoria quanto ao possível aproveitamento do epigrafado, nesta Universidade".[124]

Em depoimento à Covemg, Mares Guia relembra o ocorrido:

> Por ocasião da criação do ciclo básico de Ciências Sociais na Universidade Federal de Minas Gerais, a partir de 1975, e inclusive, e até vários anos adiante, o ingresso de professores nas universidades federais, por razões administrativas, que não vem ao caso agora detalhar, não se dava através de concurso público, de provas, de títulos e entrevistas. Dava-se através de convite feito, por exemplo, no meu caso, pelo Departamento de Sociologia e Antropologia, com base no currículo da pessoa, no conhecimento que os professores do departamento tinham, segundo as informações disponíveis sobre as competências do eventual futuro professor para ocupar a posição de contratado como professor da Universidade Federal de Minas Gerais. E assim ocorreu. [...]
>
> [...] A mim foram designadas 3 turmas quando a maioria dos professores lecionava para 2 turmas. Eu tinha 2 turmas no turno da manhã e 1 turma no turno da tarde. Assinei, diariamente, sem nenhuma falta ou atraso o livro de presença. Testemunhando a minha presença, assiduidade, pontualidade e a ação de lecionar, cadernetas foram oficialmente emitidas pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas na Rua Carangola, 288.
>
> [...]. Lecionei e curiosamente, enquanto todos os meus colegas tinham seus contratos já assinados e recebiam mês a mês, o meu contrato não foi elaborado. Eu não o assinei, embora estivesse autorizado a prosseguir lecionando. Lecionei, aprovei meus alunos e reprovei 1, 2 ou 3, no máximo, ao longo de todo o primeiro semestre. No final do primeiro semestre, a Reitoria emitiu uma orientação ou uma ordenação ao Departamento de Sociologia, no sentido de que eu interrompesse imediatamente as minhas atividades docentes. O rumor que correu em toda Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas e que [...] foi adotado como sendo a descrição do que de fato estava acontecendo. Inclusive, a começar do próprio diretor da faculdade, o professor José Balsted, todos os professores sem exceção, chegaram à conclusão de que a autonomia da Universidade Federal de Minas Gerais estaria sendo violada ou sob o risco de violação porque patentemente o impedimento para que eu prosseguisse com minha atividade docente tinha uma única razão: veto político externo à universidade oriundo ainda não se sabia de onde.[125]

A preocupação aumentava conforme o contexto de atuação dos funcionários. Em 19/10/1971, a DSI enviou uma informação sobre a contratação de professo-

res – "considerando a retomada de posição dos professores esquerdistas". Foi apresentada ao reitor, como norma de procedimento e prudência, a exigência de consulta antecipada aos órgãos de segurança da área. Em resposta, o então reitor Marcello de Vasconcellos Coelho afirmou que a Reitoria estava atenta ao fato.[126]

Observa-se, ainda, a preocupação em buscar informações sobre aqueles professores que cogitavam o afastamento do País; a pesquisa nos Órgãos de Informação visava à liberação dos nominados. Em 31/10/ 1967, o chefe do SNI, general Emílio Garrastazu Médici solicitou, ao reitor da UFMG, informações sobre os professores que estavam fora do País ou que estivessem com previsão de saída. Dentre as informações que deveriam ser prestadas, incluía: nome do professor, país em que se encontrava ou que pretendia ir; motivo da missão no exterior; instituição frequentada; condições da especialização (com ou sem ônus para o governo ou para a universidade).[127]

Até mesmo a designação do prefeito da cidade universitária da UFMG era monitorada. O general Dioscoro Gonçalves, comandante da ID/4, questionou a possível designação do arquiteto Gutemberg de Almeida Resende para o cargo. Informou que Gutemberg fora indiciado em IPM e naquele momento aguardava julgamento pela Auditoria da 4ª Região Militar. No ofício, o general acrescentou que quando estudante, Gutemberg teria participado de esquema de "subversão", incitamento a greves na Escola de Arquitetura e distribuição do Jornal Brasil Urgente e, por fim, apresentou protestos à nomeação.[128]

Outra investigação recorrente dos órgãos de informação referia-se à escolha dos paraninfos. Um caso a exemplificar foi quando o professor Edgar de Godoi da Mata Machado, naquela ocasião aposentado compulsoriamente pelo AI 5, foi escolhido como paraninfo das turmas de formandos dos cursos de Administração, Economia e Ciências Contábeis, na Faculdade de Ciências Econômicas, em 1975. Na ocasião, a Diretoria da FACE trocou informações com a Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal e ambas as instituições mostraram verdadeiro descontentamento com a escolha do professor Mata Machado para paraninfo das turmas informadas.[129]

Uma característica marcante da repressão aos funcionários do meio universitário era a instauração de Inquérito Policial Militar para a averiguação das atividades consideradas subversivas. As atividades do IPM, de modo geral, não resultavam em condenações, mas era um meio eficaz para produzir angústia e ansiedade entre os funcionários, já que perpetuava a ameaça da perda do emprego e sujeitava-os aos interrogatórios e detenções para averiguações.[130]

Além das atuações dos agentes do regime já citadas, havia uma preocupação constante com as suspeitas de contato com Universidades de países considerados esquerdistas. Nesse caso, é ilustrativo o ofício do SNI enviado à UFMG, para informar que chegara ao seu conhecimento que a Universidade da Amizade dos Povos Patrice Lumumba, de Moscou, enviou convite às universidades brasileiras para a participação de professores no XV Seminário Internacional dos Professores de Língua Russa. O órgão solicitou que fosse informado o recebimento do citado convite, além dos nomes dos professores que se afastaram durante aquele período. Em resposta, o reitor da UFMG informou que não recebeu o referido convite, não sendo conhecida a participação de qualquer docente no Seminário.[131] Um mês depois, o chefe do Departamento de Registro e Controle Policial de Minas Gerais, Ignácio Gabriel Prata Neto, enviou um ofício ao reitor com a solicitação do nome de professores que falavam a língua russa e que viajaram ou que estivessem na iminência de viajar para o exterior. A UFMG respondeu que não tinha condições de informar quais professores falavam russo, e que não havia registros recentes de professores ou funcionários que oficialmente estiveram na União Soviética.[132]

A modificação do cenário docente da UFMG também era motivo para os questionamentos dos órgãos públicos. Em um desses episódios, o chefe do SNI, em Belo Horizonte, solicitou informações ao reitor da UFMG sobre a ocorrência de demissões de professores naquela Universidade. Em decorrência da solicitação, conforme Informação Nº 260/ASI/UFMG/76, emitida em 20/07/1976, o entao reitor, Eduardo Osório Cisalpino, confirmou que, no primeiro semestre de 1976, 46 docentes se demitiram. Informou, ainda, não conhecer os motivos das demissões, limitando-se a informar alguns dados sobre os regimes do magistério.[133] Anos depois, a DSI/MEC, no dia 20/08/1979, enviou um ofício ao reitor da UFMG informando que havia tomado conhecimento da pretensão da Universidade em readmitir 16 professores cassados por Atos Institucionais, questionando, ao final, se a notícia possuía fundamento, bem como solicitando o nome dos professores e os motivos da punição.[134]

Já no início do golpe, destacam-se certos episódios marcados pelo autoritarismo, tais como a renúncia do diretor da Escola de Arquitetura, a tentativa de troca do diretor da Escola de Engenharia e a intervenção militar ocorrida em julho de 1964. Entretanto, é importante ressaltar, desde logo, que a atuação de oposição ao regime instaurado não era unanimidade: existem indícios de professores que apoiaram abertamente o golpe e a ditadura. O Conservatório Mineiro de Música declarou "aprovar votos de aplauso e de irrestrita solidarie-

dade às Forças Armadas e às autoridades civis, pela restauração das franquias democráticas em nossa Pátria e pela restituição da tranquilidade e do sossego à família brasileira."[135] O Conselho Universitário aprovou uma Moção de Aplauso "aos que souberam reconduzir o Brasil aos caminhos que assegurarão o bem-estar, a justiça social e a harmonia dos poderes constituídos", publicada no Jornal Estado de Minas no dia 10/04/1964.[136] Logo após o golpe, um professor da Escola de Arquitetura chegou a se prontificar a prestar informações sobre alunos e ex-alunos que participaram de agitações estudantis entre os anos de 1959 a 1963.[137]

Um exemplo de colaboração com o regime foi quando, em 1967, o professor Adalberto Moreira dos Santos Penna, vice-diretor da Faculdade de Farmácia e Bioquímica, enviou ofício ao reitor da UFMG, Gerson de Britto Mello Boson, com a seguinte proposta em relação do professor Jorge Vianna Martins, que havia sido indiciado: " [...] propomos que seja encaminhado ao Exmo. Sr. Presidente da República, expediente no sentido de ser o Prof. Jorge Vianna Martins destituído das funções de Diretor da Faculdade de Farmácia e Bioquímica".[138]

Na ocasião da tentativa de intervenção militar na UFMG, em 1964, o diretor da Faculdade de Direito, Alberto Deodato, realizou uma reunião com os professores para a apreciação dos acontecimentos. De acordo com uma reportagem do Jornal O Diário, do dia 12/07/1964, eles concluíram "pela tomada de uma atitude energética da Faculdade contra o ato, alegando desrespeito ao princípio da autonomia universitária". Dos quinze professores, dois se mostraram conformados com a intervenção: Lídio Bandeira de Melo e Paulo Campo Guimarães, este com restrições.[139]

Ainda, destaca-se que esta tentativa frustrada – o afastamento do reitor da UFMG – foi resultado de uma série de eventos que desagradavam os militares, tal como o trabalho da Comissão Interna de Sindicância, que concluiu pela ausência de culpados a punir; a posição política do reitor Aluísio Pimenta, que desagradava os conservadores; o desejo de obter a demissão de uma série de professores, de acordo com o Consulado dos Estados Unidos; e, por último, o pretexto decisivo foi a localização de panfletos subversivos na Faculdade de Filosofia.[140] Nesse caso, é preciso levar em consideração que as condições locais exerciam grande influência na intensidade da repressão. Nesse episódio, fica claro a prevalência dos valores liberais[141] e, por isso, a intervenção terminou em menos de uma semana.

Sobre a expulsão de professores, destaca-se que o segundo ciclo repressivo foi mais intenso do que em 1964. Gerson Boson, que era reitor da UFMG em um dos períodos mais conturbados (1967/1969), chegou a revelar que alguns

professores foram preservados pelos esforços envolvendo políticos e ministros para retirar nomes da lista de punidos.[142] Nem todas as expulsões foram motivadas por questões ideológicas. Em raros casos, o contexto político foi aproveitado para fazer carreira e eliminar desafetos.[143]

O número de professores aposentandos diverge conforme a fonte, mas chega a uma média de 120 professores em todo o Brasil.[144] Como parte do processo inerente à "Operação Limpeza" e às intervenções nas universidades no início do regime militar, professores da UFMG também foram alvo de perseguições políticas, sendo que alguns deles chegaram a ser presos ou aposentados compulsoriamente. Dos professores da UFMG que foram presos cita-se: Simon Schwartzman, Sylvio de Vasconcellos, Henrique de Lima Vaz, Celson Diniz e Marcos Rubinger.[145]

A UFMG teve dezessete (17) professores aposentados compulsoriamente por atos de exceção: Aloísio Pimenta; Amilcar Vianna Martins; Celson Diniz; Eder Simões; Edgar da Mata Machado; Fábio Lucas Gomes; Gerson de Brito Melo Boson; Guido Antônio de Almeida; Herbert José de Souza; Júlio Barbosa; Lourival Vilela Viana; Osório da Rocha Diniz; Pedro Parafita de Bessa; Rodolpho de Abreu Bering; Rui de Souza; Sylvio Carvalho de Vasconcellos e Tarcísio Ferreira.

É importante ressaltar que demissões também ocorrem por ato da própria reitoria da Universidade, baseadas no regimento interno e, não, em atos de exceção. Na UFMG, constata-se a ocorrência de três demissões: o professor Marcos Magalhães Rubinger; o laboratorista Irani Campos e a técnica administrativa, Elza Pereira. Para melhor compreensão, os casos serão detalhados a seguir.

Marcos Magalhães Rubinger

Marcos Magalhães Rubinger era professor de Antropologia no curso de Sociologia da Faculdade de Ciências Econômicas UFMG, em 1964, ano do golpe militar.

Foi preso em 12/04/ 1964, à noite, em sua residência na Rua Angustura, Bairro Serra em Belo Horizonte. Durante cerca de um mês o professor Rubinger ficou incomunicável. Após este período, passou a ter visitas breves para receber alimentos e roupas. No período de incomunicabilidade, o Jornal Correio da Manhã publicou, em 14/05/1964, matéria denominada "Terrorismo em Minas e Guedes não quer eleição", em que se lê no subtítulo "Nazismo", que*:*

> Diversos professores universitários foram detidos, entre eles Simon Schwartzman, Marcos Rubinger, José de Anchieta Correia e Moacyr Laterza. A prisão dos dois primeiros é considerada caso típico de anti-semitismo, pois são tratados pelo delegado do DOPS como 'porcos judeus'.[146]

Em maio de 1964, o professor Marcos Rubinger apresentou à direção da Faculdade de Ciências Econômicas, "certificado da Comissão de Investigação dizendo encontrar-se detido desde o dia 12 de abril".[147] Segundo depoimento de Conceição Rubinger, viúva do professor Marcos Rubinger, com este certificado procurava-se impedir alguma ação relativa ao abandono de cargo e pretendia garantir a remuneração do professor durante o período de sua prisão.

O diretor da FACE, Rodolpho de Abreu Bhering, por meio do ofício nº 458, encaminha ao reitor Aluísio Pimenta, o ofício elaborado pela Comissão Administrativa sobre a situação de alguns servidores, inclusive de Marcos Rubinger, de ausência por mais de 30 dias de serviço, lembrando a sua situação peculiar de terem sido nomeados sem concurso e estarem em estágio probatório e ressaltando que a decisão sobre esse assunto seria de competência do reitor. [148]

Em 19/06/1964, a prisão preventiva de Rubinger foi decretada. No final do mês, foi transferido para a Colônia Penal Magalhães Pinto, em Ribeirão das Neves, onde teria, segundo Conceição Marques Rubinger, retornado à condição de incomunicabilidade e todos os pedidos de *habeas corpus* requeridos ao Superior Tribunal Militar – STM foram indeferidos.

Ainda segundo depoimento de Conceição Marques, o ofício nº 714, de 09/12/1964, da Auditoria da 4ª Região Militar, endereçado à Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, comunica ao Secretário de Segurança:

> [...] para os devidos fins, que no dia 7(sete) do corrente mês, este Juízo aceitou a denúncia pelo órgão do Ministério Público Militar, junto a esta Auditoria, contra os civis – [...] MARCOS MAGALHÃES RUBINGER, [...], professor universitário, [...] todos incursos na sanção do art. 2º, nº III, da Lei de 1.802, de 5 de janeiro de 1953 (Lei de Segurança Nacional).[149]

A partir daí segundo depoimento de Conceição Rubinger, começaram a preparar a fuga do professor Rubinger. Na época do Natal, conseguiram permissão para que visitasse o pai e se refugiaram na Embaixada da Bolívia, de onde saíram do Brasil no final de janeiro de 1965. Permaneceram na Bolívia até março de 1966. Depois passaram a residir no Chile, onde residiram por 11 meses.

Ao retornar ao Brasil, após ter sido informado que o Supremo Tribunal Federal havia ordenado o trancamento do processo, Marcos Magalhães Rubinger toma conhecimento de que, em 28/01/ 1966, pela Portaria nº 028 do Reitor da UFMG, havia sido exonerado.[150]

O conhecimento de sua exoneração teria provocado, segundo depoimento de Conceição Marques, um efeito devastador sobre a "constituição físico-emocional" do professor Rubinger, "bem como sobre sua esperança de permanecer no Brasil."[151] O professor Marcos Magalhães Rubinger faleceu aos 41 anos de idade, em Belo Horizonte, em 19 de novembro de 1975.

Em 24/08/1983, pela Portaria nº 1.414, é anulada a Portaria 28, de 28/01/1966, que exonerou *ex officio,* por conveniência do serviço, Marcos Magalhães Rubinger, do cargo de pesquisador-auxiliar, EC-704-15, do QP da UFMG, lotado na Faculdade de Ciências Econômicas.[152]

Irany Campos

Irany Campos nasceu em Conselheiro Pena, Minas Gerais, em 29/05/ 1938. Foi empregado em 1958 na Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais, hoje UFMG, como laboratorista.[153] A partir deste período começou a ter contatos com a Ação Católica, especialmente com o grupo denominado JOC (Juventude Operária Católica). Depois ingressou na Polop (Política Operária) e, por divergências com a linha política, aderiu ao Colina (Comando de Libertação Nacional), em 1968. Participou da criação da União dos Servidores da Faculdade de Medicina, perseguida na época do regime militar pelo DOPS. Irany contou em depoimento à Covemg que ficou preso durante quase 40 horas por ser dirigente desta entidade.[154]

No dia 06/06/1969, foi publicado um edital no Jornal Estado de Minas, requisitando 19 pessoas, acusadas de pertencer à Colina, para responder a Inquérito Policial Militar e o nome de Irany Campos estava na lista.[155]

No dia 02/08/1969, o ônibus em que ele voltava do Rio de Janeiro para Belo Horizonte sofreu um grave acidente próximo à capital mineira, no Viaduto das Almas.[156] Levado para o Pronto Socorro, foi reconhecido e preso. No hospital, foi submetido a uma cirurgia abdominal e logo em seguida transferido para o DOPS em Belo Horizonte. Segundo Irany:

> [...] fiquei lá [no DOPS] mais de uma semana sem curativo sem nada, começou a dar um mau cheiro tremendo e os vizinhos de lá da cela, né, quando chegaram na hora de alimentar, tinham certa dificuldade e começaram a reclamar... Aí,

> então eles mandaram me levar para o hospital, para fazer o curativo, né... Mas me levaram num dia à noite, lá, com um aparato militar tão grande [...] assustou demais o pessoal do Pronto Socorro, inclusive."[157]

> Após fazer o curativo, retornou mais uma vez ao DOPS, onde permaneceu até 26 de setembro. Nesta data, foi transferido para a Vila Militar, no Rio de Janeiro, tendo sido submetido a uma "aula de tortura".

> Bom, aí passa uns dias, eles resolvem dar uma aula, a famosa aula de tortura na Vila Militar, então, para sargentos e oficiais de todas as Forças Armadas e da Polícia Militar. Então... Cada hora eles punham uma pessoa lá, numa situação "X": pau de arara, negócio de choque, fazendo todas essas barbaridades que eles faziam, punham a pessoa de pé, nas latinhas cortadas, né, que vai penetrando no pé da pessoa, e tal... A coisa era tão absurda que até teve uns quatro sargentos que passaram mal.[158]

Do Rio de Janeiro foi levado para a Penitenciária de Linhares, em Juiz de Fora, onde se encontrava um grande número de presos políticos. Nessa época, Irany Campos tomou conhecimento da abertura de inquérito contra ele, nos termos do Decreto-Lei 477.

Em 13/10/1969, o professor Leônidas Dias Machado, Vice-reitor em exercício, envia ao professor Oscar Versiani Caldeira, diretor da Faculdade de Medicina, o ofício confidencial que segue:

> O Senhor General Gentil Marcondes Filho, Comandante da ID/4, acaba de cientificar à Reitoria, através do ofício 480-E2/Confidencial – datado de 23.9.69 e recebido em 09.10.69 que no Inquérito Policial Militar que mandou proceder para apurar as atividades da organização subversiva denominada "Colina" (Comando de Libertação Nacional) foram indiciados, dentre outros [...] Irany Campos (funcionário).[159]

Em 20/10/1969, o diretor da Faculdade de Medicina, Oscar Versiani Caldeira, publica a Portaria 51, designando o professor Sylvio Gonçalves Coutinho a coordenar um processo, visando apurar infrações disciplinares porventura praticadas por Irany Campos, conforme Decreto-Lei 477.[160]

No dia 08/11/1969, Sylvio Gonçalves Coutinho apresenta seu relatório referente ao Processo Sumário contra Irani Campos, indicando:

> [...]. Ora, como funcionário público, submetido à lei 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos da União), ao indiciado é vedado, sob pena de demissão, ter 'incontinência pública escandalosa', (art.207 n. III, caput). 15. Ninguém pode negar que, acusado e confessando a prática de tantos crimes, catalogados dos documentos de fls 14,15, 16 a conduta do indiciado pode, perfeitamente, caracterizar-se como incontinência pública e escandalosa. Se, pois, parece-nos inaplicável ao indiciado o Decreto-Lei 477, de 26.02.69, julgamos viável a apuração de sua incontinência pública e escandalosa vedada pelo Estatuto dos Funcionários Públicos, através de Processo administrativo ali previsto e a que corresponde a pena de demissão.[161]

A decisão do Diretor da Faculdade de Medicina da UFMG, professor Oscar Versiani Caldeira, no mesmo dia, foi a seguinte:

> Absolver o indiciado Irany Campos das infrações disciplinares de que é acusado, pela certeza de que o decreto-lei n. 477 é posterior à atividade ilícita do Indiciado, beneficiando-o, ainda, a dúvida existente quanto à data de um ou outro ato delituoso relativamente à daquele decreto-lei;
>
> Julgar prejudicada a nulidade do processo por ausência de citação do Indiciado, em virtude da absolvição do item anterior;
>
> Submetê-lo a Processo Administrativo, previsto na lei 1.711 de 28.10.52, como incurso no art. 207 n. III, caput, para tanto baixando Portaria constitutiva de Comissão de Inquérito, conforme o aludido Estatuto, arts. 217 e 219. Remeta-se cópia deste Processo Sumário à Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Educação e Cultura, à Reitoria da Universidade Federal de Minas Gerais, ao Comando da Infantaria Divisionária da 4ª Região Militar e ao Presidente da Comissão de Inquérito que, em Processo Administrativo, Julgará a atividade do Indiciado diante do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União.[162]

Em 11/11/1969, o diretor da Faculdade de Medicina da UFMG publicou a Portaria nº 57, designando o professor Sylvio Gonçalves Coutinho, o técnico de laboratório Júlio Saud e a laboratorista Maria da Conceição Dias Coelho, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Inquérito incumbida de apurar, em processo administrativo, a infração prevista no art. 207, III, caput da lei nº 1.711, isto é, "incontinência pública e escandalosa", atribuível ao servidor Irany Campos.[163]

A referida Comissão de Inquérito apresenta, em 05/01/1970, seu relatório para o Diretor da Faculdade de Medicina, Oscar Versiani Caldeira. Consta que Irany Campos escreveu duas laudas em sua defesa, ainda na Penitenciária de Linhares, em Juiz de Fora.[164] Porém, a Comissão de Inquérito não acata os pedidos de Irany e propõe a sua demissão do cargo público de que era titular.[165]

Após o parecer da Comissão de Inquérito, em 07/01/1970, o diretor da Faculdade de Medicina, Oscar Caldeira, envia o Ofício nº 4/70[166] para o reitor da UFMG, Marcello de Vasconcellos Coelho, pedindo a pena disciplinar de demissão para Irany Campos. E este mesmo reitor, pela Portaria 65, de 17/02/1970 "resolve, nos termos do art. 207, inciso III, da Lei 1.711, de 28 de outubro de 1952, demitir IRANY CAMPOS do cargo de Laboratorista, [...] pela prática de atos considerados de incontinência pública e escandalosa."[167]

Elza Pereira

Elza Pereira nasceu em Sorocaba, São Paulo, em 12/03/1944. No ano de 1969 cursava o terceiro ano da Faculdade de Odontologia e, concomitantemente, era funcionária técnica, como Auxiliar no Laboratório de Pesquisas Clínicas da Faculdade de Medicina, ambas as atividades na UFMG.

Durante sua trajetória universitária, participou do movimento estudantil de resistência ao regime militar em Minas Gerais, chegando a ser presa em diferentes circunstâncias. Uma das prisões se deu pela participação no 30º Congresso da UNE, em 12/01/1968. Depois de alguns dias presa em São Paulo, foi transferida para Belo Horizonte e, posteriormente, posta em liberdade. Mesmo em liberdade, respondeu ao processo nº 67/68 na 2ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar do Estado de São Paulo.[168]

A segunda prisão imposta à estudante do Curso de Odontologia da UFMG se deu no dia 08/04/1969, quando participava de uma reunião com outros estudantes na Sede Social do DCE da UFMG. Naquele momento, discutiam medidas contra o aumento de preços das refeições fornecidas pelo restaurante universitário. Na ocasião, depois de todos os presentes terem sido encaminhados ao Departamento de Vigilância Social, a única a não ser dispensada foi Elza Pereira, ficando detida por alguns meses, em decorrência de Processo que corria em São Paulo por sua participação no 30º Congresso da UNE.[169]

Em abril de 1969, o comandante do ID-4, general Álvaro Cardoso, enviou ofício ao reitor Gerson Boson[170] e ao diretor da Faculdade de Medicina[171], informando que a aluna[172] estava envolvida em atividades "subversivas" e, tais atividades eram qualificadas como infrações disciplinares e, por isso, solicitava o indiciamento da estudante no Decreto-Lei 477[173]. Vale ressaltar uma Nota do ofício

enviado ao diretor da Faculdade de Medicina, pelo general Álvaro Cardoso, no qual declarou: "não devem verbas do governo facilitar a atuação de elementos subversivos."[174]

Em resposta à demanda do general Cardoso, o reitor Gerson Boson enviou ofício àquele Comando, datado de 19/05/1969, informando que em 05 de maio daquele ano, a Reitoria tomou medidas que lhe competiam, enviando o solicitado à consideração dos diretores da Faculdade de Odontologia e da Faculdade de Medicina, visto que a estudante pertencia ao corpo discente da primeira e ao corpo administrativo da segunda.[175] Em decorrência do citado ofício, foram abertos processos nas duas Faculdades da UFMG. A incursão de um mesmo indivíduo, simultaneamente, em dois processos sumários, emitidos por diferentes Faculdades, foi um caso único naquela Universidade.

O diretor da Faculdade de Medicina da UFMG, Oscar Versiani Caldeira, declarou por meio da Portaria nº 17/04/1969, a rescisão do contrato de Elza Pereira, naquele momento ocupante da função de Auxiliar de Laboratório, do Laboratório Central do Hospital das Clínicas em Belo Horizonte. Segundo declarações, a rescisão se deu em "virtude das faltas graves por ela cometidas."[176] O diretor Versiani informou, ainda, por meio do ofício nº 917, de 02/05/1969, ao chefe da Delegacia de Vigilância Social, Fábio Bandeira, a rescisão do contrato de Elza Pereira, enviando àquela Delegacia, a pasta de registro funcional com anotações referentes à estudante.[177]

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

A Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) foi criada por meio do Decreto-Lei nº 778, em 21/08/969, com a junção das centenárias, e até então independentes, Escola de Farmácia e Bioquímica e Escola de Minas de Ouro Preto.[178] Fundada no contexto da recém-inaugurada reforma universitária do período do regime militar, instituída especialmente pela Lei n.º 5540/1968, a Universidade passaria a contar com novos cursos e um *campus* na cidade de Mariana, ainda no final dos anos 1970.

Datada de 04/04/1839, a Escola de Farmácia foi a primeira Instituição de Ensino Superior na cidade de Ouro Preto. Em 1950, durante o governo de Eurico Gaspar Dutra, a Escola foi federalizada, sendo subordinada à Divisão do Ensino Superior do Ministério de Educação e Cultura.[179] A partir daí, houve um significativo desenvolvimento da Instituição, com a construção de novos prédios e reformas no prédio onde estava situada, a realização de concursos para novas cátedras

e a criação do Instituto Farmacotécnico e Bioquímico da Escola de Farmácia de Ouro Preto, em 1960. Após o golpe de 1964, foram realizadas pelo menos duas reformas curriculares, sendo que, em 1971, adotou-se a Portaria 287/69, na qual tornavam-se obrigatórias as disciplinas de Educação Física. A importância deste dado está na identificação do professor de Educação Física que passou a atuar nas Escolas, Hilton Mourão Malheiros, que seria o responsável pela Assessoria de Segurança e Informação da UFOP.[180]

Fundada em 1876, o surgimento da Escola de Minas de Ouro Preto[181] teve apoio inicial direto de Dom Pedro II e se tornou possível pelo espírito do mineralogista Claude-Henri Gorceix. Em trabalho minucioso realizado sobre a Instituição, o historiador José Murilo de Carvalho constata que "os primeiros vinte anos de vida [da Escola de Minas] foram atribulados. A iniciativa era atacada de vários lados e não foram raras às vezes em que a extinção da Escola foi proposta, até mesmo no parlamento."[182]

A Instituição enfrentou diversos problemas ao longo de sua história, que geraram instabilidades econômicas e políticas sobre sua existência, além de desconfianças sobre a qualidade do ensino. A proposta de criação da Universidade Federal de Ouro Preto partiu da Congregação da Escola de Engenharia, em 10/10/1968. Logo acatada pelo regime militar, decorreu-se um longo período de incertezas sobre a organização da Universidade, que só seria encerrado com a aprovação do seu estatuto, em 1972. No entanto, o caráter autoritário deste ato que, segundo José Murilo de Carvalho, teria sido "quase imposto pelo MEC", dentre outras medidas expedidas pela ditadura, como o desrespeito à lista tríplice para diretor da Escola de Minas enviada ao governo, causou grande apreensão nos primeiros anos da união dos estabelecimentos de ensino.[183] Mesmo com a junção, a relação entre as Escolas continuou confusa, persistindo, na prática, um expressivo distanciamento entre as instituições, que ficaria também evidente na atuação de seus estudantes durante a ditadura. Especialmente até final dos anos 1960, mesmo depois da junção das Escolas na UFOP, parecia haver um esforço mínimo de atuação conjunta entre os alunos, com diferenças significativas nas formas de ação diante do que acontecia em âmbito nacional e nos ambientes de ensino.

Talvez por esta dificuldade de relacionamento, as mobilizações de estudantes das duas Escolas teriam um caráter muito divergente. No estudo de casos que serão apresentados a seguir, conseguimos identificar que a atuação dos estudantes da Escola de Farmácia se dava, na maioria das vezes, de forma mais institucional, visando rebater o reacionarismo/conservadorismo/autoritarismo

de alguns professores e da diretoria da Instituição, enquanto os estudantes da Escola de Minas, em geral, se mobilizavam em consonância com movimentos nacionais de luta contra a ditadura, extrapolando os muros da Instituição e, posteriormente, da Universidade. Somente a partir do final dos anos 1970 foi possível mapear uma consonância nas mobilizações, mesmo que de forma tímida, em torno da luta pela anistia.

Escola de Farmácia de Ouro Preto: resistência institucional e controle ideológico

Dietrich Sebald Ritter Von Kostrich[184] ingressou em 1968 na Escola Federal de Farmácia e Bioquímica de Ouro Preto. Constantemente envolvido em conflitos com alguns professores da Escola e, especialmente, com o ex-diretor da Instituição, Vicente Ellena Tropia, o aluno foi incluído em diversos processos administrativos e, em mais de uma ocasião, denunciado por diretores da Escola a órgãos de repressão da ditadura militar.

Em 1970, ao ser interrogado como testemunha no processo administrativo movido contra outro aluno da instituição, Dietrich Kostrich acabou sendo investigado também em uma sindicância e, posteriormente, punido com trinta dias de suspensão, sob a justificativa de "infração de desrespeito e injúria contra professores."[185] Após tal ocorrência, o estudante entrou com mandado de segurança na Justiça Federal contra o professor Vicente Ellena Tropia, questionando a punição disciplinar que recebeu em um inquérito no qual era apenas uma das testemunhas.[186]

No decorrer de todo o processo, indignado com o clima de tensão que tomava conta do ambiente da Escola de Farmácia, Dietrich procurou o Jornal Estado de Minas para denunciar as arbitrariedades que vinham acontecendo na Instituição. Na reportagem divulgada em 04/04/1970, o discente alegou a existência de desigualdade de tratamento entre estudantes, relatou casos de punições aplicadas contra alunos, incluindo o seu em particular, apontou irregularidades na atuação de professores e destacou o clima de animosidade que permeava a Escola.[187]

Em 06/05/1971, o estudante elaborou um documento com o intuito de informar ao então diretor da Escola, Benedito Cândido da Silva, sobre o funcionamento irregular da disciplina "Economia e Administração", ministrada pelo professor Altivo Márcio Ribeiro. Por meio de um relatório minucioso, o aluno informava diversas irregularidades cometidas, que levaram a uma discussão pública entre docente e discente, no dia 13/05/1971.[188]

O clima de tensão chegou ao extremo na aula do dia seguinte (14 de maio), quando um novo conflito gerado pelas críticas que o estudante direcionou a Vicente Ellena Tropia, levou à demissão do professor Altivo Ribeiro. Assim que tomou conhecimento da situação, em 28/06/1971, Tropia solicitou oficialmente ao diretor Benedito Cândido da Silva a abertura de inquérito para apurar as responsabilidades do aluno que, segundo ele, havia proferido "palavras desairosas contra [sua] pessoa, numa tentativa de [desmoralizá-lo] perante seus colegas de classe, arguindo de infundadas e mentirosas as informações que [ele havia prestado]."[189] No dia seguinte, foi baixada a Portaria 58/71, que previa a instalação de uma Comissão de Inquérito para averiguar os fatos. O professor contratado, Zilmar de Andrade Miranda, foi designado presidente e os professores José Batista Pereira, Mauro Sampaio e Solange de Oliveira Bicalho, membros da referida comissão.

No decorrer do inquérito, várias testemunhas foram ouvidas e nenhuma delas relatou questões que pudessem embasar a aplicação de uma punição ao aluno, tampouco alegaram sofrer algum tipo de ameaça por parte do investigado.[190] Neste contexto, diante da ausência de provas que pudessem condenar Dietrich, os professores Zilmar de Andrade Miranda e José Batista Pereira informaram ao diretor da Escola que decidiriam em favor do acusado, declarando-o inocente. Porém, Benedito C. da Silva alegou que as testemunhas estavam sendo coagidas pelo aluno investigado e informou que ele já havia tomado providências para que todos fossem inquiridos novamente, agora diante da presença de um oficial do Exército, conforme ele mesmo havia acertado na ID-4[191]. Além disso, afirmou aos professores que o acusado "teria que ser condenado de qualquer forma sem apelação."[192]

Naquele contexto, Dietrich Kostrich já suspeitava que as recorrentes tentativas de punição contra ele não se limitavam ao ambiente institucional da Universidade, tanto que solicitou ao DOPS um atestado de seus antecedentes políticos e sociais. A certidão emitida em 04/01/1972 relatava que, de acordo com documento de 26/08/1970, arquivado naquele órgão, Dietrich Sebald Ritter Von Kostrichera era:

> um dos supostos líderes responsáveis pelo tumulto na Escola Federal de Farmácia e Bioquímica de Ouro Preto, na tentativa de desorganizar a vida escolar e administrativa da Escola, com críticas desrespeitosas, inverídicas e provocando o afastamento dos melhores professores do referido estabelecimento.[193]

Intrigado com a origem destas informações, o estudante solicitou uma segunda certidão que constasse, na íntegra, as acusações registradas em 26/08/ 1970. Foi a partir desse segundo documento[194] que Dietrich identificou uma carta desabonadora, escrita pela aluna da Escola, Juvenilha Lacerda de Almeida. Motivado a descobrir o que realmente estava por trás daquela denúncia, Dietrich conseguiu uma declaração de Juvenilha Almeida, escrita de próprio punho, na qual ela esclarecia os verdadeiros motivos das acusações, afirmando:

> que o Sr. Dr. Vicente Ellena Trópia foi quem induziu-me a assiná-la e que eu, pessoalmente levasse essa carta ao DOPS. Quero reforçar mais uma vez, que fui iludida e forçada pelo Sr. Vicente Ellena Trópia e que hoje, me arrependo de tal atitude impensada por minha inexperiência e boa-fé.[195]

A declaração da estudante comprovava a existência de um esquema maior arquitetado por Vicente Ellena Tropia e também por outros diretores que o sucederam para prejudicar estudantes da Escola, não apenas institucionalmente, uma vez que, os constantes comunicados encaminhados ao DOPS colocavam evidentemente em risco a própria segurança daqueles estudantes. Tropia ainda tentou prosseguir com seu projeto de prejudicar os que se posicionavam de maneira contrária as suas ideias e práticas, dentre eles, o aluno Dietrich, quando em 24/06/1972, escreveu uma carta ao Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, relatando as "graves ocorrências" que vinham acontecendo na Faculdade de Farmácia e Bioquímica de Ouro Preto. Na missiva, Dietrich foi novamente apontado como um dos alunos envolvidos na divulgação dos boletins anônimos intitulados "Cartas Chilenas e Reação" e classificado como estudante "portador de personalidade psicopática", que continuava "criando as maiores dificuldades para as administrações escolares."[196]

Escola de Minas de Ouro Preto: engajamento estudantil e o clima de terror imposto pela repressão[197]

Prisões, monitoramento e resistência: a "Operação Limpeza" e as manifestações de 1964

Poucos dias após o golpe de 1964, repúblicas estudantis[198] da cidade foram invadidas, e vários estudantes presos pelo delegado especial de polícia de Ouro Preto, capitão Sebastião Lucas, e levados para a Delegacia de Vigilância Social (DVS), em Belo Horizonte[199]. Ainda no mês de abril, foi elaborada pelo delegado uma "Relação nominal dos elementos residentes no município de Ouro Preto, que foram presos e enviados ao Departamento de Vigilância Social, em Belo Horizonte, como comunistas, agitadores e adeptos do partido vermelho."[200] Há indícios de que a decisão sobre as prisões tenha sido tomada com a ajuda de autoridades da

cidade, reunidas no Hotel Toffolo, estabelecimento de uma família tradicional ouro-pretana. Dos 24 nomes arrolados na listagem, 14 eram de estudantes, sendo 13 da Escola de Minas e 1 (um) estudante secundarista.

Tabela 5 - Estudantes arrolados na "Relação nominal dos elementos residentes no município de Ouro Preto, que foram presos e enviados ao Departamento de Vigilância Social, em Belo Horizonte, como comunistas, agitadores e adeptos do partido vermelho"

Antônio Carlos Moraes Sarmento	Estudante de Engenharia
Márcio Antônio Pereira	Estudante de Engenharia
Eduardo Teles de Barros	Estudante de Engenharia
Nuri Andraus Gassani	Estudante de Engenharia
José Paulo Vasconcelos Gomes	Estudante de Engenharia
Osamu Takanohashi	Estudante de Engenharia
Frank Ulrich Helmut	Estudante de Engenharia
Paulo Roberto Hanan Barcelos	Estudante de Engenharia
Wagner Geraldo da Silva	Estudante de Engenharia
Haroldo Pereira da Silva	Estudante de Engenharia
Jacques Herskovic	Estudante de Engenharia
Nelson Maculan Filho	Estudante de Engenharia
Sérgio Antônio Pretti Maculan	Estudante de Engenharia
Ney de Almeida	Estudante Metalúrgico[201]

Fonte: Covemg - Grupo de Pesquisa a partir de informações de documentação consultada.

Na mesma data da elaboração da lista citada, 27/04/1964, por meio das Portarias nº 17 e 18, foi instaurada pelo diretor da Escola de Minas, professor Joaquim Maia, uma Comissão de Inquérito, em obediência ao Art. 8º do Ato Institucional nº 1 (AI-1).[202] Foram designados como membros da Comissão os professores Antônio Pinheiro Filho e Moacyr do Amaral Lisbôa e o servidor Roque dos

Santos Paiva.[203] O então presidente das investigações, Antônio Pinheiro, se tornaria diretor da Escola de Minas, em 1968, e o primeiro reitor da UFOP, em 1969. O papel de Roque dos Santos também foi fundamental no monitoramento dos discentes, visto que ocupava o cargo de auxiliar de portaria. É importante lembrar que, nesta época, os cursos da Escola de Minas ainda eram ministrados no prédio da Praça Tiradentes, no antigo Palácio dos Governadores.

Das primeiras ações desencadeadas pela Comissão, destaca-se a distribuição de 220 circulares e 560 questionários a serem respondidos em caráter de urgência por docentes, discentes, servidores e "todas as pessoas de maior destaque da sociedade ouro-pretana".[204] Formado por nove perguntas, o questionário em si era uma forma de coação para a identificação de pessoas como "comunistas" e "subversivas". Além de conter perguntas relativas à participação em sindicatos, reuniões/ações de apoio ao governo deposto e governos socialistas e sobre qual seria o governo ideal para o País, o documento informava que o não preenchimento ou não devolução no prazo seria considerado "ato de rebeldia a uma ordem emanada do Govêrno."[205]

Por outro lado, havia colaboração espontânea aos trabalhos da Comissão, que recebeu diversas cartas de apoio e manifestações sobre suspeitas de "agitadores", enviadas por autoridades da região. Dentre estas, a carta do padre José Feliciano da Costa Simões, pároco da matriz de Nossa Senhora do Pilar, expressava a visão de setores da Igreja e também de membros "ilustres" da sociedade ouro-pretana com o repúdio à ameaça comunista que rondava o meio universitário:

> Respeito o Ato Institucional em o Art. 8º e estarei sempre pronto a bem servir, também, a minha pátria. Afirmo-lhe, em consciência, que os elementos suspeitos, conhecidos por mim, são os mesmos já sentidos pela alta direção da própria Escola. Alguns já se formaram e outros guardam a semente do mal ainda em Ouro Preto.[206]

Em outras cartas havia denúncia nominal de alunos da Instituição, como o fez Francisco Barroso, vigário cooperador da paróquia de Antônio Dias, ao declarar: "Tomo liberdade de informar, ainda, que tive conhecimento de que os universitários Jairo José Siqueira e Guilherme de Almeida Gazzola seriam suspeitos de esquerdismo."[207] Ademais, Francisco Barroso foi elogiado no relatório final da Comissão por seu "marcante cunho de sinceridade, desassombro e patriotismo", ao demonstrar que:

> desde muito tempo, êsse trabalho de agitação política no Corpo Discente da Escola de Minas já vinha sendo feito por uma minoria a serviço da UNE, da UEE e, quem sabe, de outras entidades agitadoras, ou de políticos profissionais a serviço do Govêrno deposto.[208]

Após quase um mês de trabalho, no dia 20 de maio, a Comissão de Inquérito concluiu, no seu relatório, que os estudantes de engenharia de Ouro Preto participavam ativamente de movimentos políticos, sendo que os membros do Diretório Acadêmico da Escola de Minas (DAEM), atuante até o golpe, seriam influenciados pelas organizações estudantis "subversivas", UEE e UNE. Durante os trabalhos, chegou-se a realizar uma vistoria na sede do DAEM à procura de "material subversivo" que comprovasse o envolvimento dos estudantes com ideias comunistas. Devido à desconfiança levantada pela ausência de cópias de correspondências e publicações que eram de conhecimento de todos, os membros do diretório recém-extinto – Rômulo Freire Pessôa, Adão Marcos Conrado, Nelson Maculan, Geraldo Celso Ferreira e Ronald Vasimon Ferreira – foram intimados a depor em sessão conjunta, na qual negaram qualquer envolvimento em manifestações e com uniões estudantis.[209]

Ao final das investigações, a Comissão concluiu que, mesmo que alguns estudantes de Engenharia tenham sido denunciados na delegacia como adeptos da "doutrina vermelha", outros tantos tiveram uma atuação "patriótica, meritória e abnegada", provando que não só de "atos condenáveis" a Escola de Minas era formada. Decidiu-se, assim, por não condenar ou absolver plenamente aqueles que foram denunciados como implicados no Art. 8º do AI-1. De fato, parecia que os membros da Comissão decidiram agir com parcimônia devido, sobretudo, à imagem que a Instituição tinha a zelar. Mesmo que reconhecessem a "presença do perigo vermelho" entre os estudantes de engenharia, a melhor justificativa encontrada era de que eram jovens manipulados, "vítimas de verdadeiros abutres", "estranhos à classe estudantil", que queriam esfacelar a "Ordem e o Progresso". Aos que identificavam como sentimento de "brasilidade" e "sublimado idealismo" dessa juventude, corrompida pelos tenebrosos elementos comunistas e brizolistas, vinculados aos "parcos elementos disponíveis" levantados, a Comissão preferiu se abster de dar uma palavra final sobre o caso dos estudantes acusados.[210]

Ainda visando "apurar as responsabilidades subversivas" na cidade de Ouro Preto, no mesmo período, foi instaurado um Inquérito Policial Militar (IPM), por ordem da Secretaria de Segurança Pública do Estado, presidido pelo delegado de polícia de 3ª classe, Virgílio Soares Souza Lima. A ligação estreita entre diversas instâncias de investigação sobre atividades esquerdistas na cidade seria

também constatada na condução deste Inquérito, que se baseou na lista construída pelo capitão Sebastião Lucas e não poupou elogios ao trabalho realizado pelas sindicâncias nas Escolas de Ouro Preto.[211] Dentre os 14 estudantes indiciados neste IPM, apenas um não constava na lista de presos e foragidos do dia 27 de abril: Rômulo Freire Pessôa, presidente do Diretório recém-extinto, que também havia sido investigado pela Comissão de Inquérito.

O foco das investigações do IPM foi em torno de atividades relacionadas com o comunismo, no início da década de 1960, as pichações realizadas nas calçadas da cidade e o envolvimento do DAEM com organizações estudantis tidas como "subversivas" e com elementos "estranhos" à classe estudantil. Após a inquirição de várias testemunhas, dentre autoridades da sociedade ouro-pretana, professores e estudantes, o relatório publicado 19/06/1964 concluiu que, referente aos estudantes acusados de "subversão", aqueles com maior periculosidade eram: Nuri Andraus Gassani,[212] Antônio Carlos de Moraes Sarmento, Eduardo Teles de Barros, "vulgo Amazonas", Wagner Geraldo da Silva e Márcio Antônio Pereira.[213]

Apesar das prisões, das investigações e das perseguições realizadas por uma rede repressiva que se instituía em Ouro Preto e possuía vínculo com órgãos de segurança da capital, ainda no ano de 1964, estudantes universitários e secundaristas se uniram em protestos pela cidade. As ações ocorreram no cenário de rumores sobre a possível extinção da UNE e logo após o discurso do ministro Flávio Suplicy de Lacerda, no V Fórum Universitário.[214]

Assim como antes, a resposta das forças de segurança da cidade indicava decisivamente o tom das ações desencadeadas contra quaisquer atos dos estudantes considerados "agitadores" da ordem e da tranquilidade. Entre 24 e 25 de outubro, foram presas 42 pessoas, entre estudantes da Escola Técnica e, em sua maioria, da Escola de Minas. O responsável pela operação, delegado Sebastião Lucas, foi taxativo ao reiterar que o "mal" rondava o ambiente estudantil, "estando a classe de estudantes, principalmente os de Engenharia, infestada de elementos agitadores e comunistas, inimigos da paz entre os homens". Mas, salientava, que entre os estudantes da Escola de Farmácia não havia indício de agitação, constatando "o elevado espírito de disciplina e a potência moral" dos alunos ali matriculados.[215]

O 30º Congresso da UNE

As mobilizações estudantis de 1964 - que não foram intimidadas mesmo pelas prisões e constantes medidas repressoras aos estudantes - se fortaleceriam no decorrer dos anos, assim como a articulação bem-sucedida em torno das

repúblicas mais engajadas.[216] Nesse ínterim, se formaram os representantes do Diretório Acadêmico da Escola de Minas, eleito em 1967,[217] e despontaram para a cena política estadual e nacional alguns estudantes de Engenharia, como são os casos de César Epitácio Maia, Lincoln Ramos Vianna e, mais tarde, Newton Moraes. Com papéis relevantes na luta contra a ditadura em âmbito estadual, seus nomes passariam a figurar frequentemente nas listas e ofícios dos órgãos de repressão brasileiros.

César Epitácio Maia chegou a Ouro Preto antes mesmo de ingressar na Escola de Engenharia. No final de 1965, nos preparativos para o vestibular do ano seguinte, mudou-se para a cidade e passou a residir na República Pureza, onde desde então ingressou em um ambiente de reuniões e discussões sobre política e estratégias de luta contra a ditadura. Por influência da União das Repúblicas Socialistas Ouro-pretanas (URSO) e, em grande medida, do estudante Nelson Maculan Filho, iniciou sua trajetória na esquerda ouro-pretana que, posteriormente, o levaria a se filiar ao PCB. Na época em que Hélcio Pereira Fortes assumiu a presidência e Secretaria-geral do Partido, César tornou-se secretário de agitação e propaganda, coordenando diversas ações de panfletagens com os trabalhadores nas indústrias da região. Mas, foi a partir de sua atuação no DAEM que seu trabalho assumiria caráter nacional e o tornaria alvo da rede repressiva.

A publicação e difusão do Jornal O Martelo[218] também traria grande visibilidade aos representantes estudantis da Instituição, arrolados em IPM e investigados no dossiê sobre o movimento estudantil elaborado pela Divisão de Seguranças e Informações do Ministério da Educação e Cultura (DSI/MEC). César era um dos principais articuladores desta mobilização do DAEM em nível nacional, mantinha contato com outros órgãos estudantis e participava de congressos estaduais e nacionais. No mesmo período, vários estudantes de Engenharia, Farmácia e secundaristas que compunham o PCB ouro-pretano passaram a se articular de forma mais próxima com categorias nacionais do Partido. Com as cisões após o VI Congresso do PCB, muitos deles ingressariam na Corrente Revolucionária de Minas Gerais e passariam a atuar na luta armada contra a ditadura. Sobre sua participação, César Maia salientou que, no processo de treinamento para as expropriações armadas, participou da equipe de apoio no assalto à Caixa Econômica, na periferia de Belo Horizonte.[219]

Como consequência da expansão de sua participação em ações contra o regime, César foi preso três vezes, em 1968. Em julho, a prisão foi efetuada pela Delegacia de Vigilância Social, em Belo Horizonte, pela acusação de distribuir "boletins subversivos" no centro da cidade. No dia 05 de outubro, em meio às

preparações do Congresso da UNE, participou da reunião estudantil realizada no subsolo do prédio da Faculdade de Filosofia de Ciências Humanas (FAFICH) da UFMG. Na ocasião, houve um cerco militar exigindo a entrega dos principais líderes do movimento, que só foi dispersado devido ao apoio de professores, servidores e do diretor da Instituição. Foi preso novamente nesta ocasião e libertado poucos dias antes do Encontro Nacional de Estudantes.[220]

Apesar da vigilância constante, o 30º Congresso da UNE foi realizado ainda no mês de outubro, em Ibiúna, no interior do estado de São Paulo, e os estudantes mineiros estiveram presentes. No entanto, há controvérsias sobre como César Maia teria se identificado no evento. Após a prisão desencadeada por agentes do DOPS de São Paulo, o estudante foi remetido a Minas Gerais, onde foi indiciado em IPM presidido pelo major Thomaz Rodrigues. Ao ser inquirido, na Companhia de Comando e Serviços do Colégio Militar de Belo Horizonte, afirmou que sua participação no Congresso foi decidida em uma assembleia do DAEM e que recebeu o comunicado por meio de uma carta anônima. Tal fato é confirmado por Lincoln Ramos Vianna, ao afirmar que ele "foi preso no Congresso de Ibiúna representando o DA de Ouro Preto".[221] Porém, César relatou ao pesquisador Otávio Machado que seu envio ao evento da UNE foi pela Corrente, em pedido direto do dirigente Mário Roberto Galhardo Zanconato (conhecido na organização como "Chuchu"). Além disso, ele ainda salientou que neste período já havia deixado a Escola de Minas e se transferido para a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Conforme depoimento, a sua transferência estava diretamente relacionada à vigilância constante que passou a ser alvo após a circulação do Jornal *O Martelo*.

> Não podia ficar em Ouro Preto porque lá eu já estava manjado. Era uma figura manjadíssima na cidade. Eu tinha que sair, mas não demonstrar que vivia em Belo Horizonte, pois precisaria ter uma atividade. Eu necessitava de uma cobertura qualquer. Então: "Eu estou estudando no Rio! " "Onde está o César Maia? " "Está estudando no Rio! " Para todos os efeitos, eu estava estudando no Rio. Se bem que eu nunca precisei disso. Exerci a clandestinidade em Belo Horizonte por pouco tempo. Durante uns quatro meses, ou cinco. Depois fui para Ibiúna.[222]

A atuação de César no DAEM também seria salientada na descrição de atividades do estudante, listada no relatório do IPM conduzido pelo tenente-coronel Newton Dias da Motta, onde constava: "Promoveu acampamento de calouros na via pública, a fim de forçar a direção da Escola a providenciar moradia para os mesmos."[223] Durante a investigação, o estudante ficou preso na DVS, em Belo

Horizonte, e foi remetido à Auditoria da 4ª Região Militar, em Juiz de Fora, e à Auditoria da 2ª Região Militar, em São Paulo. Só seria liberado, conforme sua ficha de identificação no DOPS/MG, em 31/03/1969.[224] No mesmo ano, César Maia partiu para o exílio no Chile, onde permaneceu até 1973.

Enquadramentos no Decreto-Lei 477 e o desligamento de estudantes

Assim como César Maia, Lincoln Ramos Vianna e Pedro Carlos Garcia Costa, inseridos no ambiente da URSO, logo se filiaram ao PCB. Como presidentes do diretório e do centro acadêmico, respectivamente, a partir de 1967, conseguiram promover a aproximação entre os órgãos, que passaram a se mobilizar conjuntamente nas manifestações contra o regime. Tradicionalmente, com o papel mais voltado para a parte social, o Centro Acadêmico da Escola de Minas promovia as ações de recepção dos calouros e as comemorações estudantis, deixando as questões políticas a cargo do DAEM[225]. Mas, a partir da eleição da chapa de 1967 e das mudanças institucionais adotadas no âmbito social, houve maior aproximação entre as entidades, que resultaria no processo de politização do Centro Acadêmico da Escola de Minas (CAEM). Pedro Garcia afirmou em depoimento que isto só foi possível, pois:

> Nós conseguimos unificar numa mesma corrente política a direção do Centro Acadêmico e do Diretório Acadêmico. A direita, que tradicionalmente dominava o Centro Acadêmico, foi substituída pelo pessoal que atuava na esquerda. E com isso o Centro Acadêmico passou a ter uma atuação mais próxima do Diretório Acadêmico.[226]

Esta aproximação permitiu que a difusão de jornais, panfletos e boletins, bem como a arregimentação de alunos na luta contra a ditadura se tornassem mais intensas.

A atuação conjunta destes órgãos estava diretamente ligada aos papéis dos estudantes – César, Lincoln e Pedro – nas ações desencadeadas em Ouro Preto e, posteriormente, na capital de Minas. O envolvimento dos estudantes continuava a mobilizar questionamentos sobre o caráter autoritário das intervenções na Escola de Minas, mas também extrapolavam os muros da Escola. Ainda em 1967, César Maia relata ter participado com os outros dois estudantes de panfletagem com trabalhadores da região e de pichações nas ruas da cidade e na estrada até Passagem de Mariana, às vésperas do dia 21 de abril.[227]

Lincoln Ramos Vianna também ingressou na Escola em 1966. Apesar de, como presidente do DAEM, preocupar-se mais detidamente com os problemas locais,

passou a articular-se com as questões do movimento estudantil em âmbito nacional, recorrentemente discutidas nas reuniões em Ouro Preto. Como diversos militantes da cidade, integrou a Corrente Revolucionária, como membro do "Comitê Estudantil (Universitário)", do qual Pedro Garcia também fazia parte.[228] De início, o grupo instalado na cidade realizava especialmente as ações de panfletagem e pichações, com o objetivo de "esclarecer os estudantes e a população de Ouro Preto sobre o momento político, sobre o governo militar da época e da sua falta de abertura, bem como as suas medidas de arrocho."[229] Lincoln estava, neste período, à frente da articulação no ambiente universitário, sendo um dos principais responsáveis pelo recrutamento de novos alunos para a organização. Sobre esta tarefa, o estudante menciona que a seleção era por:

> [...] aqueles alunos que mostravam um maior interesse sobre os problemas da própria escola, sobre a vida no dia a dia da república, inclusive aqueles que procuravam mais o Diretório e procuravam ter conhecimento do que estava se passando. Essas pessoas nós convidávamos para participar de uma reunião com o grupo de leitura, e depois explicávamos que tínhamos a Corrente, que era para lutar contra o governo militar em termos de liberdade. E assim era um novo membro que aparecia.[230]

Posteriormente, devido à organização da célula ouro-pretana do PCB, em torno de Hélcio Pereira Fortes, muitos foram recrutados para atuar em Belo Horizonte. Apesar de participar de ações na capital, o trabalho em âmbito local parece ter sido a principal função de Lincoln na organização. As transformações promovidas, enquanto esteve na presidência do DAEM, se estabeleceram como um marco na configuração da organização estudantil da época. Tanto é que o estudante Romeu Delaroli confirma em depoimento que, após sua gestão, "não poderíamos permitir que o DA fosse parar nas mãos do pessoal de direita."[231] Além disso, tornou-se um dos principais articuladores de novos membros para ações armadas com dirigentes da organização que atuavam na cena estadual.

O estudante Lincoln Ramos Vianna foi monitorado pela polícia da cidade desde o início de suas atividades políticas, especialmente nas comemorações do Dia de Tiradentes, quando a república Canaan estava recorrentemente entre aquelas que eram invadidas. Ele chegou a ser alertado pelo professor Walter José Von Krüger de que restringisse sua atuação ao movimento estudantil, pois já estava muito visado pelo contingente civil e militar que sustentava a ditadura.[232]

A partir do recrudescimento do regime, com o estabelecimento do Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1968, e a investida crucial em torno do movimento

estudantil com o Decreto-Lei 477, de fevereiro de 1969, a perseguição aos estudantes que participavam de organizações políticas intensificou-se ainda mais.

Em abril de 1969, na ocasião das festividades do '21 de abril', várias repúblicas estudantis foram invadidas por agentes da repressão que estavam à procura de Lincoln. Sobre o episódio, o ex-aluno de Engenharia, Paulo Pavanelli, afirma ter sido "um negócio absolutamente de terror, como a de pessoas sendo acordadas com metralhadoras apontadas na cabeça."[233] Ainda em junho desse ano, Lincoln Ramos Vianna passou a ser investigado no IPM relativo à Corrente, pelo qual foi interrogado.[234]

Em Ouro Preto, os únicos estudantes enquadrados no Decreto-Lei 477 foram Lincoln Ramos e Pedro Garcia, de acordo coma portaria nº 54 de 17/11/ 1969.[235] A decisão foi proferida após a instauração de processo disciplinar, presidido pelo diretor da Escola de Minas e à época reitor da UFOP, Antônio Pinheiro, também responsável pelo inquérito realizado na Instituição em 1964.[236] Por este ato, ambos foram desligados da Escola e ficaram proibidos de se matricularem em qualquer outro estabelecimento de ensino pelo período de três anos. Mesmo após este prazo, Pedro Garcia declarou que o prejuízo fora ainda maior, pois eles perderam o semestre cursado, ao serem impedidos de realizarem as provas finais, em novembro.[237]

Após a punição, os estudantes exilaram-se no Chile. Lincoln Vianna declara que sua fuga só foi possível devido ao apoio que teve de Dalila Ribeiro de Almeida Maia, mãe de César Maia, que já estava em Santiago. Os três só voltariam ao Brasil em 1973. Já no exílio, Lincoln teve a prisão preventiva decretada, sendo condenado às penas referidas no artigo 23 do Decreto-Lei 314, de 1967, e pelo artigo 36, do Decreto-Lei 510, de 1969.[238] Em depoimento afirma que, após seu retorno ao País, cumpriu pena de um ano de reclusão, por determinação do Superior Tribunal Militar, que aceitou a extensão de mais seis meses à pena já imputada pelo IPM.[239]

Prisão, tortura e expulsão

Newton Moraes ingressou na Escola de Minas de Ouro Preto em 1968. Como morador da república *Pureza*, participava do círculo de efervescência política formado pelas "repúblicas socialistas" da cidade. Logo passou a atuar junto com Lincoln Ramos e César Maia, sendo considerado "o maior discípulo" deste último, especialmente em sua trajetória no Jornal *O Martelo*.[240] Mas sua entrada no movimento de esquerda armada se deu por influência de Lincoln Ramos, que o apresentou a Arnaldo Cardoso da Rocha, dirigente da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Foi a partir destes encontros que Newton ingressou na articulação da ALN, em Minas Gerais, composta por integrantes da Corrente que sobreviveram às investidas da repressão, passando a ser conhecido pelos codinomes "Gordo" e "Brandão". Na ocasião, foi convidado pelo dirigente Arnaldo Cardoso a participar do "Grupo de Fogo" da organização, responsável pelas ações de expropriação, divulgação dos princípios de luta e sequestros de autoridades, tendo em vista a liberação de presos políticos.[241]

O estudante passou a atuar em Belo Horizonte, onde participou de operações que tinham por objetivo conseguir apoio logístico para o planejamento do sequestro do cônsul da Inglaterra. Em janeiro de 1971, durante o assalto ao Banco Nacional de Minas Gerais, Newton e outros companheiros foram presos pelo delegado do DOPS/MG, Thacyr Omar Meneses Sia.[242] Durante a perseguição, o aluno de Engenharia foi acusado de acertar, acidentalmente, com um tiro o menor Marcelo C. Tavares, que veio a óbito. Mais tarde ficou comprovado que o disparo que atingiu o jovem não saiu de sua arma, mas, possivelmente, foi efetuado por um dos policiais que o perseguia.[243]

Newton passou por vários interrogatórios, os quais indicam que foi brutalmente torturado pelos agentes do Estado brasileiro. Primeiro, porque o tempo em que o acusado ficou sendo interrogado é bem longo em algumas das inquirições, sendo que uma delas dá a entender que ele passou toda a madrugada relatando sua participação na luta armada. Segundo, Newton faz uma descrição minuciosa de toda a estruturação da ALN-MG, de seu vínculo com determinados militantes de outros estados, nomeia seus principais dirigentes e confessa todas as ações praticadas, bem como a maneira que as tornaram possíveis. Tanto que no segundo volume do "Orvil", livro elaborado pelo Centro de Informações do Exército (CIE), entre 1985 e 1988, com o objetivo de contestar as denúncias de violações de direitos humanos cometidas durante a ditadura, as prisões de Newton Moraes e Milton Campos de Souza são relacionadas com a causa da "desarticulação do trabalho da ALN em Minas Gerais."[244] Sobre as violações a que Newton foi submetido, seu colega de Curso à época, Romeu Delaroli, confirma em depoimento ao pesquisador Otávio Machado: "eu me lembro que o Newton foi mostrado na TV, mas estava irreconhecível. Apanhou demais."[245] Além disso, conforme o projeto "Brasil Nunca Mais", no momento da prisão já foram iniciadas as torturas ao estudante, que foi golpeado na cabeça com uma barra de ferro.[246]

Para se ter ideia da manipulação produzida pelos agentes da ditadura neste caso, verificou-se que, em maio, meses após sua detenção, foram publicadas

cartas de Newton Moraes e Milton Campos, nas quais se retratavam para seus familiares e diziam renunciar ao "terrorismo". Dois meses depois, o Jornal *Venceremos,* da ALN, divulgou a manchete "Ditadura sem-vergonha mente" com uma declaração de Newton Moraes, na qual ele desmentia as declarações anteriores dadas a público pela repressão e afirmava ter sido um embuste.

> Companheiros, em nenhum momento vacilei quanto à validade de nossa luta, nem de nossos ideais revolucionários. [...] estou sendo vítima de uma trama desta ditadura, que através da falsificação de um bilhete meu a minha família, lançou a calúnia na imprensa escrita e falada, de meu repúdio à guerra popular e revolucionária. Newton Moraes (militante da ALN).[247]

Não se sabe com clareza por quanto tempo Newton ficou preso no DOPS, porém a documentação encontrada esclarece que de janeiro a maio de 1971, pelo menos, ele foi submetido a interrogatórios. Após a prisão, ele foi indiciado em quatro IPMs: 1) assalto ao Banco Nacional; 2) tentativa de assalto ao Supermercado Camponesa; 4) assalto ao Merci-Mercearias Nacionais; 4) relativo às "atividades políticas da organização subversiva" Ação Libertadora Nacional.[248]

Posteriormente, em data não precisa, o estudante foi expulso da Escola de Minas de Ouro Preto. Apesar do ex-aluno de Engenharia, José César Caiafa Júnior, considerar que ele foi enquadrado no Decreto 477, não encontramos nenhum documento que confirme tal afirmação. Todavia, todos os relatos reunidos no projeto de Otávio Machado, em que consta Newton Moraes, sinalizam categoricamente sua expulsão. Além disso, o professor da Escola de Farmácia, já citado por sua colaboração com o regime militar, Vicente Ellena Tropia, no memorial que enviou ao ministro da Justiça, em 1972, elencou Newton como integrante da "agitação esquerdista que tumultuou e vem tumultuando a vida universitária de Ouro Preto", no "esquema traçado" por Lincoln Ramos Vianna e Pedro Carlos Garcia Costa", mas que, "felizmente, já [teriam sido] expurgados pelo Governo da Revolução."[249]

Monitoramento de docentes da Escola de Minas de Ouro Preto

O professor Oswaldo Magalhães Dias, um dos indiciados no Inquérito Policial Militar de Ouro Preto, em 1964, também foi investigado pela Comissão de Inquérito da Escola de Minas. Em carta enviada à Comissão em 30/04/64, Walter Valadão de Sousa, professor da Escola de Minas, relatou que:

> [...] por ouvir dizer - e é fato notório em nossa cidade, bem como na imprensa do Estado - que os senhores Dr. Oswaldo

> Magalhães Dias, professor da Escola, Márcio Antônio Pereira e Antônio Carlos de Moraes Sarmento, alunos, têm ideias comunistas e por tal foram presos.[250]

Dessa forma, além de ter sido citado pela Delegacia de Polícia de Ouro Preto como um dos indivíduos tidos como "comunistas, agitadores e adeptos do partido vermelho", o professor Oswaldo enfrentou suspeitas dos próprios colegas na Escola de Minas. Na montagem de um quadro incriminador sobre este professor, foram explorados também seus vínculos de amizade e parentesco, assim como sua passagem pela Venezuela, considerados indícios de alinhamento com os processos políticos vividos nesse país e em Cuba.

A desconfiança e a vigilância sobre o professor Oswaldo Magalhães foram constantes durante muito tempo, sendo recorrentemente submetido a constrangimentos e tentativas de intimidação em seu local de trabalho. Outra situação adversa com a qual o professor teve de lidar foi sua demissão em 25/09/1965, depois de ter lecionado ininterruptamente, desde 1961, na Instituição. Em nenhuma parte do processo foram declarados os reais motivos de seu desligamento. Nos documentos, as autoridades da Escola de Minas utilizaram termos vagos para se referir às causas da demissão: "por motivos ponderáveis" ou "por razões que só a ela (Escola de Minas) interessam".[251]

Além do uso de expressões evasivas para tratar do desligamento do professor Oswaldo Magalhães, outros indícios apontam no sentido de que a demissão possa ter motivações políticas. O professor pediu que fossem incluídos em seu processo documentos do DOPS e da Secretaria de Estado de Segurança Pública de Minas Gerais que atestavam que ele não tinha antecedentes criminais e era indivíduo sem grande "periculosidade" para o regime. Ele acreditava ser necessário dissipar as desconfianças sobre seu posicionamento político, pretendendo, assim, possibilitar seu retorno à Instituição. Após ficar cerca de um ano desligado da Escola de Minas e sem salário, o professor Oswaldo Magalhães conseguiu retornar ao cargo por meio de um mandado de segurança, deferido pelo juiz Benedito Starling, da 1ª Vara da Fazenda Pública, em Belo Horizonte. Porém, existem documentos do DOPS/MG que indicam que o professor foi vigiado até meados da década de 1970.

Universidade Federal de Viçosa (UFV)

Breve Histórico

A Universidade Federal de Viçosa originou-se da Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), criada pelo Decreto 6.053, de 30/03/1922, do então presiden-

te (governador) do estado de Minas Gerais, Arthur da Silva Bernardes. A ESAV foi inaugurada em 28/08/1926, por seu idealizador Arthur Bernardes, que nesse período ocupava a cadeira da presidência da república. Em 1927, foram iniciadas as atividades didáticas, com a instalação dos Cursos Fundamental e Médio e, no ano seguinte, do Curso Superior de Agricultura. Em 1932, foi a vez do Curso Superior de Veterinária. Em 1948, o governo do estado a transformou em Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG), que era composta pela Escola Superior de Agricultura, pela Escola Superior de Veterinária, pela Escola Superior de Ciências Domésticas, pela Escola de Especialização (Pós-Graduação), pelo Serviço de Experimentação e Pesquisa e pelo Serviço de Extensão. A Instituição se torna federalizada, em 15/07/1969, com o nome de Universidade Federal de Viçosa.[252]

Na memória pública sobre a ditadura militar no Brasil, prevalece o discurso de que os enfrentamentos entre comunidade universitária e regime autoritário foram típicos dos grandes centros urbanos. Nesse sentido, durante algum tempo, as pesquisas não contemplavam as movimentações em cidades do interior, como ocorreram em Viçosa, que tinha uma média de pouco mais de 10 mil habitantes no período entre 1960 e 1970.

Todavia, em uma universidade considerada conservadora e tradicional, o movimento estudantil em Viçosa foi bastante participativo e atuante, encabeçando várias greves de estudantes, em âmbito estadual, e manifestações contra a ditadura militar. Antes de iniciarmos o relato sobre os principais fatos que se caracterizaram como supressão dos direitos fundamentais nesta Universidade, é preciso contextualizar o período que será abordado e o papel daquela Instituição voltada principalmente para acordos na área de pesquisas científicas.

Influência dos Estados Unidos em Viçosa

No contexto internacional do pós-guerra, com a divisão da hegemonia econômica entre Estados Unidos e União Soviética, a ajuda externa à América Latina se tornou objeto de interesse dos estadunienses. Assim, convênios com instituições educacionais ligadas à agricultura foram firmados para abrir maiores possibilidades de negócios entre os dois países.[253]

Segundo Rodrigo Patto, para coordenar a aplicação do projeto modernizador encampado pela administração de John F. Kennedy (1961 /1963), sobretudo os programas vinculados à Aliança para o Progresso, foi criada, em 1961, a *United States Agency for International Development, a USAID*, ou simplesmente AID, forma como é chamada nos Estados Unidos. Com a criação da *USAID* e da

Aliança para o Progresso, de Kennedy, o interesse dos funcionários americanos em relação ao Ensino Superior brasileiro aumentou, e novos programas foram criados. De certa forma, era interessante atender às solicitações dos líderes brasileiros por ajuda na modernização das universidades – tratava-se de figuras influentes, era inteligente agradá-los, aceitando suas demandas. Naquele momento, as faculdades tornavam-se mais estratégicas, à medida que se intensificava a mobilização política da esquerda, e essa frente de batalha não poderia ser deixada para segundo plano.

> Um dos projetos pioneiros começou na então Universidade do Estado de Minas Gerais (Uremg, atual Universidade Federal de Viçosa – UFV), com repercussão positiva em outras instituições. A Uremg foi escolhida como associada, e as atividades dos primeiros anos se resumiram a cursos de extensão rural, com a participação de especialistas da Universidade de Purdue (Indiana/EUA). Logo surgiram laboratórios na área de ciências agrárias, bem como a demanda da criação de cursos de pós-graduação na própria Uremg, que a *USAID* aceitou custear. Em 1962, a Uremg já tinha dois cursos de mestrado em funcionamento, sempre com a participação de professores da Universidade de *Purdue,* e em Viçosa foi defendida a primeira dissertação de mestrado no Brasil. Em 1964, a Uremg contava com catorze professores americanos, e eles continuaram a chegar nos anos seguintes. Os resultados alcançados em Viçosa estimularam a ideia de criar programas semelhantes em outras regiões do país, no momento em que a AID reorientava suas prioridades para o ensino superior.[254]

Militares e a Reitoria da UFV

Em documentos do Arquivo Central da UFV, podemos perceber como se dava a relação amistosa entre a Reitoria e os órgãos de segurança pública da cidade de Viçosa e de outras cidades próximas, já no final da ditadura militar. Conforme os documentos a seguir, percebe-se a troca de favores como a utilização de veículos da universidade e a prestação de serviços de assistência técnica de militares para a Instituição.

> 1º Documento:
>
> Ministério do Exército 4º RM, Viçosa, 26 de setembro de 1984.
>
> Em vista de convite recebido por este Tiro de Guerra, para participar da programação cívica do aniversário da cidade de

> Visconde de Rio Branco, no próximo dia 28, vimos solicitar de Vossa Magnificência a cessão de um ônibus da UFV para o transporte de nossos atiradores. Certos de que seremos atendidos em nossa pretensão, renovamos protestos de estima e elevada consideração.[255]
>
> 2º Documento:
>
> Solicitação de Estado de Segurança Pública, Delegacia de Polícia da comarca de Viçosa, 01 de junho de 1984.
>
> Magnífico Reitor, pelo presente, vimos solicitar de Vossa Magnificência a obsequiosa atenção no sentido de que seja autorizada ao setor de transporte dessa Fundação a liberação ou a cessão de um veículo para transportar de Belo Horizonte para esta Delegacia vinte e dois móveis (mesas, cadeiras, arquivos, armários) 25 colchões, cobertores e roupas de cama para a cadeia, bem assim quinhentos pares de placas para uso desta Unidade Policial, visto a nossa impossibilidade material de fazê-lo. Na certeza de um pronunciamento favorável de Vossa Magnificência, apresentamos os nossos agradecimentos e os protestos de apreço e consideração.[256]
>
> 3º Documento
>
> Chefe de Gabinete do Reitor para Comandante do 5º Pelotão da Polícia Militar, 20 de setembro de 1984. Agradecimento.
>
> Senhor comandante: Temos a satisfação de dirigimos a Vossa Senhoria para agradecer sua valiosa colaboração, autorizando que o Subtenente Sebastião Neto Coelho prestasse assistência técnica ao Sistema de Radiocomunicações do Serviço de Vigilância desta Universidade. Ao ensejo, colocando-nos à disposição de Vossa Senhoria, apresentamos-lhe protestos de elevado apreço.[257]

Diante de um grande número de documentos, não foi possível realizar uma pesquisa completa em todas as caixas do Arquivo. Mas, na parte do acervo que tivemos acesso, não identificamos respostas referentes a essas correspondências, tanto por parte da Reitoria, quanto pelos órgãos de segurança pública.

Prisões e violações de direitos fundamentais de Funcionários da UFV.

Em reportagem do Jornal Folha de São Paulo, de 08/01/1980, o Diretório Acadêmico dos Estudantes/UFV relata a demissão de quatro professores do quadro da Universidade. Segundo o DCE, a demissão se deu por motivos políticos e/ou

ideológicos. Os professores Ibis Ferreira Soares Brandão (doutora pela Universidade de Paris); Edgar Afonso Malacote (doutor pela Universidade de Berlim) e Otávio Henrique Soares Brandão (musicólogo) foram demitidos no dia 04/01/1980. Já no dia 09 do mesmo mês, foi demitido o antropólogo e jornalista Sebastião Geraldo Breguez. Seguem alguns trechos da reportagem que relata o ocorrido, bem como um trecho de um abaixo-assinado de professores da UFV:

> [...] segundo a professora Ibis Ferreira, ela e o professor Edgar Malacote haviam feito uma pesquisa sobre o modelo cultural da Zona da Mata. Ao entregar a pesquisa, o chefe de departamento alegou que a pesquisa não interessava, pois, a universidade dava prioridade à comercialização e consumo agrícola[...].[258]

Ainda segundo a reportagem, o abaixo-assinado relatou:

> [...] os professores demitidos desenvolveram algumas alternativas metodológicas nas suas reflexões científicas caracterizadas, sobretudo, pelas múltiplas possibilidades de se analisar o mesmo fenômeno, bem como pela análise da crescente dependência científica e cultural do processo brasileiro. Ao ensaiar uma análise crítica indispensável ao pensamento científico e cultural foram demitidos.[259]

Após a reportagem do Jornal, a delegacia da Polícia Federal de Juiz de Fora enviou uma correspondência para a ASI/UFV em 27/02/1980, solicitando maiores informações sobre estas demissões por motivação política. A resposta só veio em 12 de dezembro. Num primeiro momento, a Universidade nega a motivação política como foco principal das demissões. Porém, ao longo de sua justificativa, ficam claros os motivos políticos entrelaçados com questões morais da própria Instituição. Nos trechos a seguir, a Reitoria trata apenas Ibis Ferreira como professora, os outros são nomeados como técnicos:

> [...] A demissão dos técnicos Edgar Afonso Malagodi, Ibis Ferreira Soares Brandão, Sebastião Geraldo Breguez e Otávio Henrique Soares Brandão, fato rotineiro na Instituição, e que o Jornal Folha de São Paulo explorou com tanto estardalhaço à página doze da edição de 08.JAN.80, não passou de maquiavelismo de um grupo de ativistas de esquerda que objetivava disseminar agitação e tumulto no "Campus" Universitário[...].
>
> [Edgar Afonso Malagodi] [...] Fato curioso ocorreu na vida curricular do Sr. Edgar. Sem concluir o curso de graduação em

1968, rumou para Berlim Ocidental e na Universidade Livre de Berlim, obteve o título de mestrado, sem que lhe fosse exigido o diploma de graduação. Por outro lado, além do aspecto legal abordado e que determinou a demissão, o Sr. Malagodi deixou claro ser marxista não se atendo a lecionar a teoria que é curricular, para se ocupar da doutrinação maciça sobre os alunos de Pós-graduação que orientava. Este ângulo foi constatado pela Chefia do Departamento. Além do mais, sob o ponto de vista moral, o comportamento do técnico não agradou, por permitir que alunos assistissem aulas de calção e sem camisa, violentando costumes da Universidade que prima pelo respeito e a ordem, e o que é mais grave, chegou a ser visto em trajes menores no gabinete de trabalho[...]

[Ibis Ferreira Soares Brandão] foi demitida por não acatamento às normas legais da Instituição. Convidada a firmar novo contrato para regularizar sua situação funcional, insurgiu contra as autoridades constituídas, não somente se recusando assinar o novo vínculo, mas contestando violentamente, num ato de rebeldia que não seria recomendável aceitar. Ao ver consumada a demissão Ibis e Malagodi partiram para o incitamento a professores novos da Instituição visando engajá-los na luta e colocá-los também contra a Administração Superior da Universidade. Como se não bastasse, redigiram contundente carta de protesto que distribuíram numa reunião do DCE/UFV, por eles solicitada, visando obter também o apoio daquele órgão de representação estudantil, que além de repudiar as demissões, considerando-as de caráter ideológico, prometeu deflagrar greve em março próximo, reivindicando a recontratação dos técnicos dispensados e o congelamento de todas as taxas. Entretanto, torna-se imperioso salientar que a demissão da professora Ibis ocorreu por motivos meramente administrativos [...].[260]

[Sebastião Geraldo Breguez]. Jornalista profissional, com militância em vários jornais do Estado, técnico de reconhecida competência, mas dispersivo, demonstrou desde o momento da contratação muito interesse em se autopromover. No curto período que passou nesta Universidade revelou ser radical de esquerda, com participação ativa em todos os movimentos contestatórios patrocinados pela liderança do DCE/UFV. Sua dispensa foi motivada por desentendimentos com seu chefe, professor Benito Taranto que o advertiu por escrito pelo não cumprimento de algumas tarefas sob sua responsabilidade, cuja medida enérgica, levou-o a se insurgir contra a punição.

[Otávio Henrique Soares Brandão]. O distrato com referido técnico deu-se por razões pedagógico-administrativas. Dis-

> punha a Universidade de cinco musicólogos na Assessoria Cultural e carência de técnicos em Artes Plásticas e Teatro. O bom senso indicou que no momento seria dispensável o concurso do professor Otávio que é técnico em Eletroacústica e essa especialidade bastante sofisticada não atendia os interesses imediatos da Assessoria. Por ser esposo de Ibis Brandão, associou-se aos demais no movimento de protesto contra o Alto Escalão desta Universidade. Deixando transparecer que também havia sido dispensado por motivos ideológicos, o que não espelha a verdade [...]

Repressão aos estudantes da UFV

As arbitrariedades cometidas pelos agentes de segurança pública contra estudantes não são identificadas apenas com as prisões. Invasões policiais do *campus* da Universidade e em repúblicas eram fatos corriqueiros na cidade de Viçosa. Consta, em uma documentação no acervo do Arquivo Nacional, a informação da ASI/UFV para DPF/BH sobre um fato ocorrido entre universitários que organizavam uma festa em que houve a invasão da polícia. Anexa ao mesmo documento existe uma Nota oficial dos estudantes para a comunidade universitária.

> Cerca de (35) trinta e cinco a (40) quarenta estudantes universitários da UFV promoviam uma festa numa república fora do campus na madrugada do dia 26/09/76, degenerou em pancadaria, em virtude dos excessos que praticavam os desordeiros, alguns dos quais provavelmente dopados, e visivelmente embriagados, que se recusaram aceitar as ordens dos policiais militares. Um dos estudantes, ainda não perfeitamente identificado, tentou agarrar o Sargento, comandante da operação policial, o que obrigou os militares a fazer uso de cassetetes para restabelecer a ordem.[261]

Segundo o mesmo documento, os principais estudantes envolvidos nesse ocorrido foram, além do presidente do DCE, estudante de Agronomia, Celso da Silveira, o vice-presidente Venício Melo Gontijo, o secretário Antônio Maria Claret de Almeida Silva, o ex-presidente do DCE, estudante Arismário de Oliveira, relatado como o principal "insuflador dos últimos movimentos estudantis verificados nesta Universidade nos últimos anos. "

Em Nota à comunidade universitária e à população de Viçosa, os estudantes denunciam a invasão arbitrária dos policiais e os feridos que foram encaminhados para o hospital.

> Após a realização de um show pelo Grupo Mambembe no campus, um grupo de universitários se dirigiu com componentes do grupo para a casa de alguns colegas, no Cantinho do Céu, onde, com a participação de vizinhos, faziam uma festa de confraternização. Por volta de 01:00 hora a casa foi invadida por cinco policiais e dois detetives, que, não apresentando ordem judicial, foram perguntando por um alvará pretenso (licença para a realização da festa). Aos protestos de todos, se retiraram, sendo que, em conversas havidas fora de casa com os moradores, concordaram não haver motivo para sua intervenção. Retornaram quinze minutos depois, em maior número, e foram logo agredindo os que ainda se encontravam no local, pois alguns, desgostosos com o ocorrido anteriormente, já haviam se retirado. Agrediram aos estudantes, provocando lesões em quatro deles e distúrbios nervosos em uma senhora amiga, que foram conduzidos ao hospital. A pancadaria só terminou quando, após terem fugido muitos estudantes apavorados, senhoras se postaram em choro entre os policiais e os estudantes, implorando que parassem [...]
>
> [...] Entramos em contato com as autoridades constituídas, e medidas foram tomadas quanto aos problemas de invasão de domicílio e agressão a colegas nossos na madrugada de 26/09/76. O inquérito para apurar responsabilidades está em andamento. Os laudos médicos registrando as lesões corporais estão de posse de um médico de Viçosa, e comporão o processo judicial [...].[262]

No acervo do Arquivo Nacional, outro documento chama atenção. Datado em 05/05/1977, é relatado o abuso policial a alguns alunos da Universidade. O documento foi produzido pela própria ASI/UFV. É perceptível um ar de denúncia, porém, ao final, fica claro que se trata de uma justificativa da Assessoria para evitar maiores cobranças e ações do movimento estudantil. Segundo o relato, no dia 30 de abril, alguns alunos achavam-se assentados junto ao passeio na praça principal da cidade, quando foram abordados por um detetive da Delegacia de Viçosa e dois policiais militares. Tiveram seus objetos pessoais apreendidos, com alegação de que estavam fumando maconha. Entregaram todos os objetos pessoais para revista, mas nada foi encontrado que pudesse incriminar qualquer estudante do grupo. Foram para a cadeia pública na cidade, onde foram submetidos a uma série de humilhações e torturas.

> [...]. Sob o comando do Sgt. PM. Jorge Teodoro do contingente local e do detetive Paulo, este responsável pela abordagem inicial, foram obrigados a despir inteiramente, sem que nada

> tivesse sido encontrado que levasse os policiais ao menos à suspeita de que fossem maconheiros. O fato mais deplorável, no entanto, é que fazia parte do grupo, duas jovens de apenas dezoito anos de idade que, segundo revelaram ao Delegado local, foram também compelidas a despir-se em presença de vários policiais. Trata-se das universitárias MARIA ISABEL e MARIA RAQUEL a primeira aluna da Engenharia Florestal e a segunda do curso de Engenharia Agronómica. Esta última, valendo-se do fato de que o pai conhecia o detetive Paulo, um dos condutores do grupo, safou-se, sendo compelida apenas a levantar a blusa até a altura do busto e mesmo afirmando que se achava sem *soutien*, queriam os policiais, conforme declarou, que continuasse a levantar a peça acima das mamas, fato que serviu para representar bom espetáculo para os policiais que a rodeavam. A universitária MARIA ISABEL QUEIROZ DE ALMEIDA, conforme declarações prestadas ao Dr. Delegado da Comarca em presença deste Assessor, revelou 'que não teve a mesma sorte, sendo obrigada a despir-se na presença de vários policiais, sendo que um deles, ainda teve a ousadia de levantar sua calcinha na frente e atrás, sob o argumento de que estava sendo revistada. Por seu turno, o universitário IRNÁS FIDÉLIS DE SOUZA, acusou o Sgt. PM Jorge Teodoro e outros policiais, inclusive o detetive Paulo, de havê-lo espancado quando era submetido a busca. Segundo revelaram os componentes do grupo, foram mantidos detidos até o dia seguinte, sendo liberados pelo Delegado no domingo por volta das dez horas da manhã as moças, os rapazes, calculadamente às 15:30hs do mesmo dia. A situação está rigorosamente controlada, inexistindo qualquer possibilidade de reação anormal por parte da classe estudantil, ligada ao fato presente, porque o Presidente do Diretório soube entender e colaborar pra que os ânimos fossem serenados, haja vista, não ter sido expedida qualquer nota de protesto, mencionando possíveis arbitrariedades policiais [...][263]

Dentre as diversas maneiras de denunciar os abusos realizados pelos agentes de segurança pública, dentro ou fora do *campus* da universidade, um dos mais efetivos era o jornal. Produzido por estudantes ligados ao DCE/UFV, tivemos acesso a alguns exemplares do Jornal "O Bandejão". No exemplar de número 27, referente a novembro de 1979, o caso de José Seródio chama atenção. Natural de Moçambique, Seródio relata em uma carta que, ao término do primeiro semestre de 1977, foi levado no carro do coronel Ferreira para Belo Horizonte e submetido a sessenta dias de interrogatórios e torturas. Ao término de seu relato, ele informou que a família conseguiu, por via diplomática, seu exílio para Portugal.[264] No acervo do Arquivo Nacional, há também informações sobre o caso descrito acima. Entretanto, não foram encontrados documentos referentes

a sua prisão, embora existam informações sobre a invasão da república onde morava e relatos provenientes de interrogatório.

> [...] O marginado é ativista de esquerda e marxista; foi preso a 4 de junho em B.H., por ocasião do frustrado III Encontro Nacional de Estudantes. Onde reside (Rua dos Passos, n2 579, quarto dos fundos, em Viçosa, MG), possui vasta literatura subversiva e diz possuir dois irmãos em Moçambique. Um guerrilheiro e um Ministro; diz sempre que se for preso suas ideias permanecerão; diz que se a "barra pesar", em 8 horas tem condições de abandonar o país, conduzindo seus "papéis importantes". Mantêm contatos com alguns líderes do DCE/UFV. Encontra-se com a matrícula trancada, contudo é visto constantemente nas dependências da UFV, junto aos principais agitadores ao ME (Movimento Estudantil). Suspeita-se tratar de um militante comunista infiltrado no meio estudantil da UFV, com interesses óbvios. [...]

> [...] No quarto de José na república onde vive em VIÇOSA-MG foram apanhados vários livros de ideologia comunista, discos com hinos revolucionários, fotografias de favelas brasileiras, recortes de jornal com notícias tendenciosas, panfletos diruídos a área estudantil.[265]

Invasões no Campus da UFV

Em depoimento prestado à Covemg, durante Audiência Pública, Gildázio Cosenza, então estudante de Agronomia da UFV, relembra invasão ocorrida no *campus* daquela Universidade, no início do semestre letivo em 1969:

> [...] no dia 28 de janeiro, imediatamente viajei para Viçosa e fizemos um panfleto de boas-vindas aos vestibulandos, que naquela época o vestibular era em um dia só, e era só na universidade, não tinha esse negócio de vestibular em 'n' lugares, etc., era só lá, em um sábado. E fizemos um boletim, dizendo que eles iam passar a fazer parte de uma pequena elite de universitários, que, portanto, tinham compromisso com a nação, com o Brasil, porque o Brasil era o país, já citamos os dados, de miseráveis, de analfabetos, etc., dominados pelo imperialismo, tal. Portanto eles passavam a ter esse compromisso ao entrar na universidade. Resultado, na segunda-feira a universidade foi invadida por tropas do Exército, vindo de Juiz de Fora, e do DOPS, vindo de Belo Horizonte. Dois dias antes do Decreto-Lei 477, que foi de fevereiro de 69. E aí, imediatamente, na universidade estavam quase todos [...]. Não tinham chegado ainda, porque as férias estavam acabando, e os professores nos deram apoio integral. Então

> eu, com outro companheiro que era o presidente do diretório, eu já não era mais do Diretório de Agronomia, o Edmundo, o Fábio, fomos escondidos pelos professores uma caixa d'água que estava sendo construída em um morro ao lado da Universidade, enquanto as tropas revistavam o campus todo. Depois, fomos para ficar escondidos em um cafezal, e um dos professores, professor Leonardo, arrumou um carro e nos tirou do *campus* [...].[266]

Encontramos em jornais da época e documentos da ASI/UFV, os relatos de invasões do *campus*. No Jornal Folha de São Paulo de 19/05/1977, na página 19 e no acervo do Arquivo Nacional, correspondência da ASI/UFV para o Departamento de Polícia Federal de Juiz de Fora com data de 17/04/1979. Seguem abaixo os relatos:

> Em seis capitais também estão previstas concentrações – [...] Em Viçosa, a 224 quilômetros de Belo horizonte, na zona da mata mineira, os 3.700 estudantes da UFV decidiram entrar em greve hoje e promover uma concentração no *campus* universitário, em frente à Escola Superior de Agricultura. O Clima na UFV é de tensão. O Dops enviou anteontem duas viaturas para reforçar o esquema policial interno da escola, que conta com centena de policiais. E há duas semanas, segundo informa, um grupo de estudantes foi mantido em prisão local por 24 horas e uma estudante obrigada a se despir na cela diante dos policiais. [...][267]

> [...] Dia 27 março, numa ação decidida e firme, o Magnífico Reitor determinou então o acionamento da tropa sob o Comando do Cel. José de Abreu Soares, Cmt. dos Batalhões do Interior. Objetivava a medida extrema, não apenas o restabelecimento da ordem ferida ou violentada pela liderança estudantil, mas, sobretudo, salvaguardar a soberania da Instituição que estava ameaçada pela turba incontrolável. [...] Sem qualquer detenção ou violência que pudesse deslustrar a beleza da "Operação", ao cabo de 45 minutos estava concluída a ação policial. [...]. Superado o impacto inicial, constatou-se que a presença da tropa que se conduziu airosamente produziu um efeito negativo. [...][268]

Destruição de documentos

A destruição de documentos referentes às violações cometidas pelo Estado foi muito comum no período ditatorial no Brasil. Foi possível identificar boletins internos do SNI autorizando a destruição de alguns documentos pertencentes à ASI/UFV. O conteúdo dos documentos não é revelado, são identificados ape-

nas por números e a instituição portadora: TELEX 000090/83/ASI/UFV, OFICI 000105/80/04/UFV, PAREC 000272/80/UFV, PORTA 001044/80/UFV.[269] OFICI 000047/83/ASI/UFV/MG, OFICI 000053/83/ASI/UFV/MG.[270]

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

A Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) foi criada pela Lei nº 3.858, de 23/12/1960. Desde a sua criação, a UFJF consolidou-se como polo acadêmico e cultural na Zona da Mata mineira. Tanto que esteve na mira da repressão desde a instauração da ditadura militar no País, em 1964.

Os dados apontados sobre a repressão sofrida por alunos, professores e técnicos administrativos no âmbito da UFJF são provenientes de pesquisa realizada pela Comissão Municipal da Verdade em Juiz de Fora (CMV-JF), os quais foram cedidos à Covemg.

Adverte-se que a CMV-JF não encontrou no arquivo do Serviço Nacional de Informações (SNI) e na parca documentação da própria Universidade, a qual teve acesso, quaisquer menções a investigações e punições a técnicos administrativos. No entanto, isso não significa que este tipo de repressão não tenha ocorrido.

Na UFJF, assim como em grande parte das universidades brasileiras, durante o regime militar, os alvos foram os estudantes, em primeiro lugar, seguidos dos professores. Conforme pesquisa realizada pela CMV-JF, apesar do conhecimento de que houve vigilância e repressão à comunidade da UFJF, não foi possível calcular o número de professores, servidores e funcionários cassados, aposentados compulsoriamente referentes ao período de 1964 a 1985. Conforme investigação, apenas uma professora da UFJF foi aposentada compulsoriamente, por um ato de exceção.

Vale ressaltar que não há dados/acervo organizado na Universidade. As informações foram coletadas no sítio do Arquivo Nacional, nos acervos de documentos do período da ditadura militar, especialmente no arquivo do Serviço Nacional de Informações (SNI) que concentrava informações de outras agências de inteligência. Outras fontes foram os depoimentos realizados CMV-JF e pela Covemg. Enfim, cabe ressaltar que o quadro apresentado é incompleto, uma vez que não conseguimos ter a relação de todos que tiveram seus direitos violados na UFJF.

Monitoramento e prisões de estudantes e professores da UFJF

Imediatamente após o golpe militar, no dia 04/04/1964 foram detidos professores da UFJF e outras pessoas de Juiz de Fora, acusadas de atividades consideradas subversivas.[271] Os detidos foram enviados para Belo Horizonte pelo então chefe do Estado-Maior da 4ª Região Militar, coronel João Batista da Costa e, dentre eles estavam o professor e diretor da Faculdade de Direito da UFJF, Tomás Bernardino e o também professor, Raimundo Nonato Lopes.

Em Nota emitida pelo Correio da Manhã (05/04/1964)[272], o diretor da Faculdade de Direito de Juiz de Fora, Tomás Bernardino, declarou que não sabia o motivo de sua prisão, tendo sido surpreendido em sua residência na noite do dia 04/04/1964, com a presença de policiais. Afirmou também que jamais teria participado de qualquer movimento político subversivo. E acrescentou, ainda, que teria sido nomeado pelo presidente deposto João Goulart e que talvez por isto tenha sido preso. O professor Raimundo Nonato Lopes também alegou inocência.

Ao chegarem a Belo Horizonte, os professores foram detidos no Departamento de Vigilância Social, onde permaneceram até a madrugada do dia 05 de abril e, posteriormente, eles foram conduzidos ao quartel do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR). Não foi possível ter maiores informações sobre a soltura dos professores.

Ainda em abril de 1964, Peralva de Miranda Delgado, docente na Faculdade de Direito, também ficou detido por três meses no Quartel General (QG) do Bairro Mariano Procópio, em Juiz de Fora, e no presídio de Lagoa Santa (MG).

E no dia 24/04/1964, o então reitor Manoel Barbosa Leite Filho recebeu ofício 744/64, encaminhado pelo comandante da 4ª Região Militar, general Mourão Filho, com determinações para que a Reitoria investigasse a ocorrência de atividades consideradas subversivas no *campus* da UFJF. Consequentemente, instalou-se Comissão de Sindicância, presidida pelo major Cid de Godofredo Fonseca, que recebeu poderes por subprocuração do então reitor. Foram ouvidos alunos daquela instituição, sendo eles: José Hipolito de Moura Faria; Hugo Silveira Herédia; Francisco Antonio de Mello Reis; Antônio Tibúrcio da Cunha Gomes Carneiro; Joanildo Rodolfo Teixeira; Carlos Alberto dos Reis Duque; Silvia de Alencastro Bizzi; Celina de Assis Ribeiro de Oliveira; Marco Antônio Dias Pontes; Heloísa Helena Fernandes de Oliveira; Lindaura Veiga Machado; Thereza Ernestina de Carvalho Pereira.[273]

Ao final, o relatório da Comissão de Sindicância conclui que a subversão na UFJF era restrita a alguns estudantes ligados à Juventude Universitária Católica (JUC), e que tais já estavam sob controle.[274]

Em depoimento a CMV-JF, Marilda Iamamoto, militante da JUC e ativa no DA da Faculdade de Serviço Social e no DCE da UFJF, entre 1967 e 1971, recorda a atuação dos estudantes daquela Universidade durante aqueles anos:

> Recordo-me da invasão da Reitoria, pela Polícia Militar na época da gestão, estava na direção do DCE o Paulo Villela Lomar e depois a gestão do Renê de Matos. Então, a nossa atividade era atividade voltada contra a reforma MEC-USAID, por mais verba na educação. Ah, eu lembro claramente da luta pelo ingresso dos estudantes excedentes, que passavam no vestibular, mas não tinham oportunidade de ingressar porque não havia vagas, então a luta por mais vagas.[275]

A também ex-aluna e presidente do DA do Curso de Serviço Social da UFJF, Magda Maria Belo de Almeida Neves, em depoimento à Covemg, relatou:

> Na faculdade de Serviço Social, logo que eu entrei, eu comecei a participar do diretório acadêmico e me tornei presidente do diretório acadêmico, e participando e organizando junto com outros diretórios na época, em Juiz de Fora, das passeatas, das manifestações que ocorreram contra a ditadura militar. Então eu era uma militante ativa do movimento estudantil na faculdade de Serviço Social e continuava a fazer parte da JUC. Fiz também parte do DCE de Juiz de Fora né, da diretoria do DCE na época, no final, em 67, 68, e ajudei a organizar os colegas que foram para o Congresso de Ibiúna e que depois ocorreu aquela prisão em massa de todos né, lá em Ibiúna, naquele momento em 68. Bom, a participação em Juiz de Fora é, a minha participação em Juiz de Fora foi sempre muito ativa, a gente fazia diversas reuniões e as reuniões começaram evidentemente a se tornar um pouco clandestinas porque ainda não tinha aquele recrudescimento da ditadura pós o ato institucional em 68, o ato institucional nº 5, em 68, mas evidentemente que já havia uma pressão, uma repressão, muitos professores da Universidade foram presos ou foram aposentados, né. Eu me lembro do Itamar Bonfati, um professor que era da Faculdade de Odontologia, mas era um participante ativo dos nossos movimentos né, e isso nos colocava sempre em oposição ao regime.[276]

Uma das ferramentas utilizadas pela ditadura militar, na repressão contra o movimento estudantil, foram as detenções e as prisões. O estudante de Medicina

da UFJF, Jubel Barreto, presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina e em seguida do DCE, em 1970, foi detido em duas ocasiões pela sua atuação no movimento estudantil. No final de 1971, foi preso e levado para a Penitenciária de Linhares, em Juiz de Fora e novamente em 1972, ocasião em que permaneceu, por 10 dias, incomunicável, respondendo a inquérito. A acusação contra o estudante se deu por suposta participação na organização Ação Popular (AP) e, o julgamento veio a ocorrer em 1973, o qual concluiu pela absolvição do estudante por falta de provas.[277]

O aluno do Curso de Ciências Sociais da UFJF, Luiz Antônio Sansão, participou do Movimento Estudantil e atuou no DA de sua Faculdade e no DCE, na década de 1970. Em depoimento ao Comitê pela Memória, Verdade e Justiça, Luiz Antônio relembrou as prisões sofridas durante o regime militar:

> [...] uma primeira prisão em 1970, quando ainda na Faculdade de Ciências Sociais de Juiz de Fora, eu fui atrás do professor Rainho [Luiz Flávio Rainho Thomaz Ribeiro] para que, é, nos ajudasse numa matéria, não era exatamente ao golpe, sobre, é, o movimento estudantil e eu estava na época no DCE da Universidade Federal, direção do DCE da Universidade Federal, era vice-presidente [...] Eu estava lá conversando com o professor Rainho domingo em torno de 11 horas da manhã e chega a repressão e nós fomos presos ali naquele momento. Naquele dia, eu fui liberado no final da noite, em torno de meia noite, mas, é, me pegaram, é, e eu fiquei por conta deles até a meia noite mais ou menos daquele dia, depois me liberaram porque não teve nenhuma referência a mim em nenhuma situação. [...] No final de 1971, é que a coisa ficou complicada, no governo Médici né, e a repressão novamente era muito violenta, nós tivemos então a prisão em dezembro de 71. [...] e pararam, invadiram a casa, jogaram a casa dos meus pais no chão (gaveta, tudo) era uma coisa horrorosa e sem dar explicação, meus pais apavorados. E isso foi em torno de seis horas da tarde, seis e meia, sete horas da noite. E lá pelas dez horas da noite, me levaram, me levaram e eu fiz o primeiro depoimento no QG (Quartel General) em Juiz de Fora e dali, eles me mandaram para o DOI-Codi em Belo Horizonte, onde eu fiquei num período sumido, minha família não conseguiu me localizar. Foram conseguir me localizar no final de dezembro, ou seja, quase um mês depois. Bom, coisas marcantes disso tudo, são muitas torturas, muitas.[278]

Em 1972, o professor da Faculdade de Odontologia, Farmácia e Bioquímica, Itamar Bonfatti, foi acusado de promover reuniões subversivas na cidade de Juiz de Fora, teve livros apreendidos e foi preso – sendo que durante sua detenção ficou 15 dias em cela isolada.

Em 1979, a atuação dos estudantes da UFJF no Comitê Brasileiro pela Anistia, resultou na detenção do então presidente do DCE, Carlos Alberto Pavam, na delegacia da Polícia Federal de Juiz de Fora. Segundo publicação do Jornal Folha de São Paulo, de 22/08/1979, o estudante teria sido detido por pichar muros da cidade com palavras de ordem, "por uma anistia ampla, geral e irrestrita".

O protagonismo do Movimento Estudantil da UFJF

Não obstante a dura repressão sofrida pelo movimento estudantil brasileiro, institucionalizada com o passar dos anos, durante a ditadura militar, os estudantes se reorganizaram na segunda metade da década de 1970. Os estudantes pertencentes à comunidade universitária da UFJF fizeram parte deste processo de reorganização, encampando a luta nacional em prol da democracia e, muitas destas ações foram refletidas, principalmente, em âmbito local.

Conforme relatório CMV-JF, o movimento estudantil em Juiz de Fora, liderado pelos estudantes da UFJF, divulgaram, em maio de 1977, carta aberta em solidariedades aos alunos da USP, que denunciava as repressões sofridas pelos estudantes e a deficiência do ensino naquela Universidade.

Ainda naquele ano de 1977, os estudantes da UFJF se reuniram no Centro Cívico do *campus* universitário, despertando, assim, a atenção dos agentes do SNI. Conforme documento do Fundo do SNI, comprova-se não só monitoramento da reunião, mas também a atenção dada às falas dos seguintes estudantes: Francisco Carlos Limp, Jorge Antônio Ferreira da Costa, Paschoal de Barros Montesano, Carlos Eduardo de Oliveira Vasconcelos, Márcio José Gomes, Raquel Braga Scarlatelli, Antônio José Marques, Altemir Zanetti, Paulo Roberto Ferreira Costa, Regina Braga Arcuri.[279]

Em 1979, o monitoramento aos estudantes se fazia constante na UFJF, como verdadeiros "olhos" sobre o *campus* e sobre as movimentações em torno do movimento estudantil. Nota-se este tipo de vigilância, em diferentes situações. Por exemplo, em decorrência da morte do estudante secundarista Cezío Salvador de Souza, em Juiz de Fora, segundo a CMV-JF, por agentes da Polícia Militar, declarações e manifestações foram feitas pelo DCE da UFJF, criticando o regime militar em decorrência do acontecido. Tais declarações e manifestação deixou o DCE da UFJF sob forte supervisão das forças de repressão. Tanto que o SNI em Belo Horizonte enviou informe ao então Ministro da Justiça informando a situação em Juiz de Fora.[280]

Soma-se a este ocorrido, outro momento de destaque, em março de 1979, o qual também colocou os estudantes do DCE da UFJF na mira da vigilância feita pela ditadura militar. A CMV-JF narrou o ocorrido:

> [...] os estudantes do DCE da UFJF encenaram um julgamento do regime e do presidente da República João Batista Figueiredo, o que resultou na convocação de vários presidentes de DAs e do DCE para prestar esclarecimentos na delegacia da Polícia Federal em Juiz de Fora.[281]

Repressão aos professores da UFJF

Muitos professores universitários também estiveram na mira da repressão durante os anos de ditadura militar, chegando até à aposentadoria compulsória e/ou demissões. Apresentam-se a seguir, os professores da UFJF, pesquisados pela CMV-JF, perseguidos pela repressão no âmbito da universidade.

Perseguições:

Avelino Gonçalves Koch Torres – professor na Faculdade de Engenharia – Após ter sido nomeado, em 1973, vice-diretor da Faculdade de Engenharia, os serviços de informações e segurança tentaram impedir sua permanência no cargo, afirmando que o "nada consta" do relatório que subsidiara sua nomeação ocorrera "por uma desorganização do sistema", pois dados mais cuidadosos haviam indicado que ele tinha pertencido a uma "organização subversiva". Mais do que isso, em ofício encaminhado ao então ministro da Educação, Jarbas Passarinho, o general Carlos Alberto da Fontoura, do SNI, lhe dá conhecimento do "erro".[282]

José Paulo Netto: aprovado em primeiro lugar em concurso para professor de Sociologia da UFJF, foi impedido de assumir o cargo por ter sido enquadrado na Lei de Segurança Nacional em 1973, quando foi indiciado em IPM sobre a Resistência Armada Nacional (RAN), tendo sido identificado como terrorista.[283]

Luiz Flávio Rainho Thomaz Ribeiro – professor de Sociologia, também é ex-aluno da UFJF, conseguiu ser efetivado como professor, mas foi vigiado com atenção.[284]

Murílio Hingel – diretor da Faculdade de Filosofia e Letras na década de 1960 e assessor de Ensino Fundamental do MEC nos anos 1970, o professor foi sistemática e cuidadosamente vigiado. Além da triagem ideológica, sobre Hingel os espiões registraram: é de "origem judaica" e "em Juiz de Fora é acusado de ser homossexual passivo".[285]

Alexis Stepanenko, Maria José Vieira, Flora Maria de Mattos, Afonso Henrique Hargreaves Botti, Márcio Antônio de Oliveira: professores da UFJF identificados pelos órgãos de vigilância como "esquerdistas" e/ou "comunistas".[286]

Aposentadoria Compulsória:

Maria Andréa Rios Loyola – professora de Sociologia da UFJF, foi aposentada compulsoriamente, com base no Ato Institucional Nº 5 (AI 5), conforme publicação no Diário Oficial da União, em 15/09/1969, página 7777. A aposentadoria foi decretada nos termos de *§ 1º de seu art. 6º, e o que a motivou foi a infração definida no inciso I, art. 1º do Decreto 477. Nos documentos consultados pela CMV-JF, não foi possível ter maiores informações sobre de quem era a responsabilidade, no âmbito da Universidade, pela indicação à aposentadoria, tampouco qual o procedimento que levou a este fim. Em depoimento, Maria Andréa Loyola explicou a surpresa vivenciada quando soube de sua aposentadoria. Ela declarou que estava licenciada, naquele momento, para cursar o mestrado e soube do ato pelo colega Alexis Stepanenko. Nas palavras de Maria Andréa: "Ele falou assim: 'Andrea, escutei na Voz do Brasil que você foi aposentada. ' Falei: aposentada?"*.[287]

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)

A Universidade Católica de Minas Gerais (UCMG) foi fundada em 12/12/1958. O título de pontifícia veio em 1983 e, consequentemente, a Instituição passou a ser denominada Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Dessa forma, destaca-se que, ao longo do texto, para melhor compreensão, optou-se por utilizar a atual nomenclatura da Universidade, ou seja, PUC Minas.

Durante o período militar, a PUC Minas era a segunda maior Universidade mineira, depois da UFMG. Nesse sentido, o segundo maior contingente de estudantes estava concentrado naquela Instituição de Ensino Superior, além de sua relevância acadêmica. Procura-se, assim, apresentar neste Capítulo a participação e engajamento do movimento estudantil da PUC Minas, suas fases e as repressões sofridas por estudantes e professores no âmbito da Universidade e/ou até mesmo fora dela.

Logo depois do golpe militar, frente às mudanças e incertezas do novo governo, a PUC Minas caminhava de forma cautelosa, mas atenta aos acontecimentos. Em novembro de 1964, com a publicação da chamada Lei Suplicy, o então reitor da PUC Minas, Dom Serafim Fernandes de Araújo, além de manifestar pessoalmente ao ministro Suplicy posição contrária ao fechamento da UNE, em fórum

de reitores no Rio de Janeiro, também ordenou que suspendessem as aulas até que houvesse uma estabilização dos ânimos dentro da Universidade.[288]

No entanto, mesmo com as ações cautelosas por parte da PUC Minas, a Universidade, assim como as demais, também esteve sob a vigilância do regime militar. Conforme declaração do padre Henrique Moura Faria, professor da PUC Minas durante o regime:

> [...] quando dávamos aula aqui na PUC (MG), sabíamos que em qualquer lugar, qualquer universidade, estávamos sendo vigiados, gravados. Quantas vezes, quando a gente saía da sala de aula, éramos abordados por policiais: "olha, o senhor falou isso e não pode falar mais. " Tínhamos enormes discussões com eles. Muitos alunos quando saíam das salas de aulas eram abordados: "você falou isso na sala de aula; você protestou contra o regime". Essa era a situação terrível que passávamos. Os alunos denunciavam para nós que tal "aluno" era espião, era do serviço secreto, do SNI, etc.[289]

Movimento estudantil na PUC Minas

As organizações estudantis da PUC Minas estavam atentas aos acontecimentos políticos e suas possíveis consequências no cotidiano da Universidade. Conforme Jornal O Diário, os estudantes se reuniram, no dia 10/08/1965, no pátio da PUC Minas, para uma assembleia geral de repúdio à matricula de militares no Instituto Politécnico da Universidade Católica (IPUC), sem terem prestado o vestibular, conforme manifestação favorável da Congregação daquele Instituto. O Diretório Central dos Estudantes (DCE) e todos os Diretórios Acadêmicos (DAs) da PUC Minas emitiram um "manifesto" de esclarecimento aos universitários, explicando os pontos que nortearam a posição assumida naquela situação.

Segundo o manifesto, um grupo de militares havia requerido ingresso na Escola de Engenharia Especializada no IPUC, sem a prática normal de processo seletivo, e receberam pareceres favoráveis da Congregação, que afirmava "ser honra para a casa, a presença dos mesmos no estabelecimento". Entretanto, os estudantes lembram não só a escassez de vagas, como também o privilégio de classe, e se manifestaram contrários a matrícula dos militares naquelas circunstâncias.[290]

Ainda sobre o engajamento do movimento estudantil na PUC Minas, durante o regime militar, há um grande número de declarações de resistência, principalmente do DCE daquela Instituição. As pautas de mobilização do DCE giravam

em torno de melhorias do ambiente universitário para os estudantes, como melhor qualidade de Restaurantes Universitários (RU), concessão de autorização de estágio e adoção de abono de faltas por parte da Universidade. Tais reivindicações culminaram em greves articuladas, muitas vezes pela Escola de Serviço Social da PUC Minas, que demonstrava participação evidente e demarcada em diversos documentos encontrados.[291]

A PUC Minas contava também com a existência de um Conselho Universitário que, segundo declaração emitida pelo DCE, era um mecanismo que reunia todos os estudantes e os DAs de todos os cursos para discutir pautas importantes em torno do movimento estudantil. Tanto que no dia 25/06/1975, os estudantes se reuniram, com diversos DAs e com representantes do DCE para denunciar as violações arbitrárias de direitos sofridas pelos estudantes.[292]

Além da pauta de defesa dos direitos dos estudantes da própria Instituição, nota-se o envolvimento e a solidariedade do DCE e dos estudantes da PUC Minas com o movimento estudantil em todo o Brasil. Em relato de reunião ordinária ocorrida no dia 25/06/ 1975, "Discurso da Bancada Estudantil", encontram-se manifestações e apelos contra as graves violações de direitos humanos perpetradas contra estudantes no País. No caso do desaparecimento de três estudantes do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense (UFF) – Henrique Eduardo Veloso, Maria Lucia e Fernando Santa Cruz – os estudantes da PUC Minas propuseram um abaixo-assinado em repúdio aos atos repressivos. Aquele manifesto foi devidamente assinado por 351 estudantes da Universidade e enviado ao DA Raimundo Soares da UFF, que considerou a importância da mobilização feita pelos estudantes mineiros em solidariedade aos colegas desaparecidos daquela instituição.[293] Além deste caso, encontram-se outras fontes que comprovam a ocorrência de manifestação de repúdio frente às tantas violações impostas aos estudantes brasileiros, durante o período autoritário no País.[294]

Ainda no ano de 1975, estudantes do Curso de Serviço Social da PUC Minas decidiram por uma paralisação contra as políticas do Curso, que não atendiam às demandas estudantis. Os estudantes reinvindicavam: presença de orientador no campo de estágio; condução e alimentação gratuitos para as estagiárias; estágio remunerado; orientação de estágio gratuito; melhoria do acervo do Curso na bibilioteca da Universidade. No documento em que constavam tais questões, os alunos do Serviço Social reinteraram, ainda, que a luta não se resume às reivindicações em torno de modificações na estrutura da escola. Declararam que, "[...] nossa luta não se resume a exigir modificações na orientação e estrutura da escola, pois os problemas vividos têm causas mais profundas."

Ainda segundo esta mesma declaração, "Estudantes de Serviço Social em Greve", a manifestação de repúdio à direção do curso de Serviço Social da PUC Minas, feita pelos estudantes, associava-se à recusa da política educacional adotada pelo governo militar da época, o qual, segundo os responsáveis pelo manifesto, visava à privatização do ensino e à transferência dos custos da educação para os estudantes.[295]

Conforme o manifesto, "Estudantes de Serviço Social em Greve":

> Visando a privatização do ensino, a Politica Educacional do Governo se orienta para transferência dos custos da educação para os estudantes. Disto decorre o corte sistemático de verbas para as universidades sejam oficiais ou particulares. No nosso caso, essa política educacional gera um aumento permanente das anuidades e condições precárias de ensino. Portanto, exigimos que nossas reivindicações não aceitam aumento de anuidades.[296]

A respeito da Reforma Universitária, os estudantes da PUC Minas, segundo consta, se posicionaram contrários. Os estudantes mantiveram posições contrárias, principalmente, ao acordo MEC-USAID e o que ele representava no cenário universitário. De acordo com eles:

> O acordo MEC-*USAID* e a tentativa de transformar as Universidades em fundações foi amplamente atacado pelos estudantes por ser um caminho que legitimaria o controle dos países estrangeiros sobre os estabelecimentos de ensino. A política educacional atualmente seguida denota (como sempre denotou) um profundo descaso para com o problema da educação, o que traduz pela destinação de verbas mínimas para este campo, em visível desproporção com as que são destinadas ao exército e à segurança nacional.[297]

Na PUC Minas, o ano de 1978 foi marcado pela greve feita pelos estudantes do IPUC, em que reivindicavam melhores condições de ensino, acesso aos laboratórios, além de melhoria nas instalações físicas, dentre outras questões.

Ainda em 1978, dando continuidade às ações repressoras e de censura naquela Universidade, é noticiado pelo Jornal do Básico, na reportagem "*Campus?* Fechado!", informações de que a Universidade teria baixado um decreto com proibições sobre a permanência de estudantes e professores nas dependências da Universidade fora do horário de aula, mesmo que as instalações estivessem sendo usadas para pesquisas, estudos e até trabalhos escolares. A edição ques-

tiona ainda a semelhança de pensamento entre Reitoria e ditadores frente a uma decisão que claramente prejudicaria a formação acadêmica dos estudantes.[298]

Em 1979, ocorreram manifestações no âmbito da PUC Minas, em prol de eleições livres do DCE daquela Universidade, as quais estavam suspensas.[299] A partir deste ano, o movimento estudantil da PUC Minas experimentou uma nova diretriz, as questões culturais foram colocadas em segundo plano e a participação do movimento em atos políticos contra o regime militar se tornou mais frequente. Em sua gestão, como presidente do DCE, Gamaliel Herval afirmou a importância de eleições diretas:[300]

> A primeira coisa que eu me propus a fazer quando assumi o DCE da Católica foi uma eleição direta. A eleição era indireta para DCE da Federal, da Católica, para a UNE, eram todas indiretas. Como a gente pregava a volta das eleições diretas, eu falei: "Por que nós não vamos começar aqui no DCE?" Foi feita na minha época a primeira eleição direta. Foi um sucesso porque nós percorremos todas as escolas, todas as salas de aulas, apresentamos programa, tivemos uma votação muito boa. O DCE da Católica começou a aparecer porque nós fizemos a eleição direta, foi a primeira de Minas Gerais.[301]

Os estudantes convidaram a comunidade estudantil a juntar-se a esse processo, conforme declaração feita no documento "Eleições Livres":

> Apesar do voto não ser obrigatório, conclamamos a todos os estudantes do *Campus* a participarem das eleições como forma de legitimar o Diretório Central dos Estudantes e o processo de eleições livres e diretas.[302]

Invasão da Reitoria da PUC Minas

Passados os anos 1970, percebe-se que na década de 1980 o perfil das reinvindicações, por parte do movimento estudantil da PUC Minas, sofreu profundas mudanças:

> As problemáticas relacionadas à política nacional são substituídas pelas reivindicações voltadas para a própria Universidade. Em 1983 os estudantes da Gestão Renovação, liderados pelo presidente Guilherme Caetano de Menezes Júnior invadem a Reitoria da PUC. As principais reivindicações dos estudantes são: pagamento da matrícula só em janeiro e não em dezembro, anistia do débito existente para os estudantes desempregados e fixação dos índices de reajuste das mensalidades somente depois da discussão com a comunidade escolar.[303]

Em 1983, o movimento estudantil daquela Universidade ocupou a Reitoria, movido por uma proposta que se centrava sobre um tripé de ideias: mobilização, participação e luta. Segundo os estudantes, a ocupação foi a única alternativa após tentativas de diálogo, no sentido de pressionar a possibilidade de negociações.



Figura 10 - Ocupação da Reitoria 1983. Fonte: Livro DCE- Gestão Teia DCE PUC Minas. Projeto 55 anos DCE PUC Minas

Nesse episódio, os estudantes foram taxados pela Reitoria como invasores. Os estudantes emitiram uma carta aberta à população, além de uma "Carta aos professores e funcionários da PUC-Minas", justificando a ação e expondo a necessidade de uma luta além dos muros da universidade. O reitor da época, Gamaliel Herval, declarou ainda que: [304]

> Quando veio a Anistia, o movimento estudantil já estava mais enfraquecido. Não era igual à nossa época. Tinha muito movimento estudantil, mas não estava saindo pra fora da universidade. A diferença da minha época com a posterior era que enquanto a gente saía do muro para fora eles ficavam só dentro do *campus*. O *campus* propiciou que o movimento se fortalecesse interno na universidade. Os prédios todos ali, muito fácil de fazer articulação. Foi uma época de atuação interna, era pagamento, boicote de mensalidade. [...] . "[...] eles invadiram a Reitoria muito mais pelo cargo, pela requisição do que eles queriam, do que por mim. Houve até um fato

> desagradável de um rapaz que morreu lá dentro da Reitoria. O dia que invadiram a Reitoria a primeira coisa que eu fiz foi entrar na justiça pedindo a reintegração de posse. O juiz deu às 8 horas da noite e o Tancredo era o governador do Estado. Ele era compadre do meu pai. O professor que foi meu paraninfo tinha sido ministro do Supremo Tribunal, era Secretário de Segurança. Então nós ficamos no telefone, 'Olha eu quero que o senhor mande desocupar, porque o senhor vai ter que cumprir a ordem judicial'. E o Tancredo pondo pano quente no negócio e eu danado da vida. Quando chegaram, 11 horas da noite, ele falou, 'Eu vou mandar desocupar às 4 horas da manhã, mas eu não me responsabilizo com o que o soldado vai fazer dentro da Reitoria'. 'E eu vou responsabilizar? '. Aí passou um pouco, eu conversei com o Lélio Santiago que me ajudava muito, que era diretor da Faculdade de Comunicação. Conversei com o Ozanan, que foi padre e outras pessoas. Aí liguei para o secretário, 'Suspende, não precisa desocupar a Reitoria'.[305]

Estudantes da PUC Minas presos durante os anos de repressão

Um dos instrumentos amplamente utilizados pelos militares contra o movimento estudantil foram os Inquéritos Policial-Militares (IPMs), os quais levaram a prisões e aterrorizaram a vida de muitos estudantes. Esta também foi a realidade de alguns dos estudantes da PUC Minas. Muitas vezes, as prisões se davam por participação no movimento estudantil ou por qualquer posição contrária à política nacional imposta naqueles anos (1964-1985).

Faculdade de Ciências Médicas

João Jesus de Oliveira era estudante da Faculdade de Ciências Médicas que, à época, fazia parte da Universidade Católica de Minas Gerais, ou seja, atual PUC Minas e participou ativamente da luta do movimento estudantil contra a ditadura militar. Foi eleito presidente da União Nacional dos Estudantes de Medicina (UNEM), no mandato de 1965/1966.

O estudante, João Jesus de Oliveira, por meio de inquéritos instaurados, foi acusado de estar envolvido nas manifestações estudantis em Belo Horizonte, especialmente naquela ocorrida no dia 02/06/1967. Naquela ocasião, os estudantes movidos pela vontade de protestar contra o acordo MEC-*USAID*, segundo o inquérito, promoveram "distúrbios" na cidade. O inquérito reitera, ainda, que João Jesus não participou da passeata, mas teria sido indiciado por sua articulação do movimento. Segundo Nota do inquérito:[306]

> O estudante não participou da passeata, mas, sua indiciação está baseada na ativa articulação do movimento. Embora

> soubesse da proibição da passeata, não poupou esforços para que os estudantes a ela comparecessem em massa.[307]

Por conta desse episódio, João Jesus foi incurso nos artigos 24, 29, 33,35 e 38 da Lei de Segurança Nacional, em 1º/02/1968.[308]

No entanto, apesar da repressão sofrida, o estudante João Jesus continuou impulsionando os estudantes a participarem das manifestações estudantis, conforme entrevista concedida ao programa Jornal das Doze, da Rádio Itatiaia.[309]

O Jornal Estado de Minas, na edição de 02/03/1968, reporta a denúncia recebida pelo DOPS, realizada pela Procuradoria da Justiça Militar, contra os estudantes Jorge Batista Filho, José Tarcísio Filho, Waldo Silva e João Jesus de Oliveira, incursos no artigo 36 do Decreto-Lei 314.[310] A reportagem também relata, assim como o documento do DOPS citado, que os estudantes assumiram posições de lideranças na União Estadual de Estudantes (UEE) e no DCE da PUC Minas. Além disso, os estudantes, em declarações emitidas na Rádio Itatiaia, convidaram os colegas universitários a se manifestarem contra o acordo MEC-*USAID*. Posteriormente, segundo a reportagem, os estudantes participaram de protesto de rua. Por esse motivo, foram indiciados por subversão da ordem, pelo DOPS.[311]

O estudante João Jesus foi denunciado no dia 16/02/1968. Segundo reportagem publicada em 03/04/968, pelo Jornal O Diário, com o título de "Presidente do DCE da Católica desaparecido", pode-se também verificar o ocorrido:[312]

> Continua detido pela polícia em algum lugar incerto o ex-dirigente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Católica, o estudante João Jesus do quinto ano da Faculdade de Ciências Médicas. Ontem, o advogado Gamaliel Herval voltou a manter contato com as autoridades para localizá-lo, sem, contudo, obter informação precisa. O estudante foi preso em sua residência sábado, pelo DVS, e entregue ao Departamento Federal de Segurança Pública. Consta que foi levado para delegacia de Betim e dali transferido para local desconhecido. Por isso, seu advogado, Gamaliel Herval, entrou com pedido de *habeas corpus* na Justiça Federal.[313]

João Jesus foi julgado no dia 06/10/1969, incurso no artigo 38, incisos IV e VII, por desclassificação e condenado a pena de seis meses. A condenação coube ao Conselho Permanente de Justiça, pertencente ao Exército. Posteriormente, a defesa apelou sobre a sentença condenatória e o Superior Tribunal Militar (STM), em 10/12/1969, absolveu o estudante das imputações que lhe foram feitas no processo em questão.[314]

Psicologia

O estudante do curso de Psicologia da PUC Minas, Luiz Gonzaga de Souza Lima, foi presidente do DCE daquela Universidade em 1967 (gestão 1967/1968). Durante seu mandato, foi preso em agosto de 1968, durante uma manifestação em que estava sendo cobrado pedágio, em frente ao prédio da PUC Minas.

Sobre o episódio, Luiz Gonzaga relata:

> Eu fui preso a segunda vez no dia 08/08/ 1968, eu fui preso [quando] [...] a gente resolveu fazer uma panfletagem na porta da universidade, então os alunos estavam fazendo panfletagem [...]. Na hora que eu e a presidente do Diretório do Serviço Social, Maria Lúcia, descemos para fazer a [panfletagem], dar força para a panfletagem e tal, eu fui agarrado pelo pipoqueiro e por um ambulante, e aí veio gente correndo do outro lado, era Avenida Brasil ali, né, e eu acho que prenderam eu e ela também, não prenderam? Prenderam nós dois, quer dizer, eles sacavam a liderança, sacavam quem eles queriam prender, e prenderam praticamente dentro da Universidade, no passeio da Universidade. Aquilo foi um golpe muito grande pra mim, porque eu lutei e ela também lutou pra resistir, e os estudantes assistiram, imobilizados com o quadro.[315]

De acordo com o Relatório de Atividades de Indiciados, o estudante teria sido preso tentando conduzir para dentro da Universidade uma caixa contendo dinheiro de pedágio, uma carteira e uma lata de "*color jet*".[316] Sua prisão se estendeu até 18/10/1968.

Escola de Serviço Social

No dia 19/08/1968, a estudante e presidente do DA de Serviço Social Maria Lucia Santos Resende, foi conduzida por um policial civil ao Departamento de Vigilância Social (DVS), após estar presente em uma manifestação promovida por estudantes da PUC Minas na manhã do mesmo dia.

Em seu depoimento, Maria Lucia afirmou não fazer parte do movimento estudantil, dizendo ter ido à porta da Universidade por ser informada de uma confusão e ter permanecido no local ao ver um estudante sendo preso. A estudante disse não ter sido interrogada ao ser levada ao DVS, tendo apenas que informar seu nome para preenchimento de uma ficha que ficou arquivada naquela repartição.[317]

A estudante também foi presa em 22/10/1968, no 30º Congresso da UNE, em Ibiúna[318], como consta em documentos do DOPS.

Constam em documentos relacionados aos atos praticados, acusações contra a estudante como participação no movimento clandestino Ação Popular (AP), além da participação nas reuniões clandestinas e tarefas da organização junto a operários.[319] Maria Lucia foi enquadrada nos Art. 11, 12, 14, 21, 23, 33 nº I, II IV e V do Decreto-Lei 314[320] em vista de diversas atividades consideradas subversivas, segundo Inquérito instaurado para apurar atividades de indivíduos militantes.[321]

Verônica Aguiar dos Santos, também aluna da Escola de Serviço Social, tesoureira do DCE em 1968, foi presa no dia 22 de outubro, no 30º Congresso da UNE, em Ibiúna,[322] permanecendo na Penitenciária de Mulheres Estevão Pinto até o dia 14 de janeiro do ano seguinte.[323]

A estudante era militante da Ação Popular e relatou em seu depoimento ter participado de reuniões de caráter político estudantil, nas quais se discutiam realizações de passeatas, panfletagens e atividades do tipo. Verônica relatou, ainda, ter sido informada pela presidente do DA de seu Curso, Maria Lucia Santos Resende, sobre as finalidades do Congresso na qual, dias depois, ambas estariam presentes, representando a Escola de Serviço Social.[324]

Em dezembro de 1971, Verônica foi novamente presa, como consta no mandato de prisão, por crime contra a segurança nacional, Decreto-Lei 898.[325] Incursa nos art. 45[326] (número VI) e 49[327] (número I), dentre os atos praticados pela estudante considerados subversivos estão: ceder seu domicílio para reunião e estudos para formação da Liga da Juventude Comunista, aliciar elementos para filiar-se a APML do Brasil e fazer propaganda por meio de panfletos.[328] A estudante ficou presa até o dia 21/01/1972. [329]

Em 23/12/1971, a aluna da Escola de Serviço Social Maria Rosangela Batistoni foi detida, segundo mandato de prisão[330], ficando presa até 17/01/1972.[331] O motivo da prisão se deu por participação em movimentos considerados "subversivos" e ligação com organização que estava na clandestinidade, a Ação Popular. Poucos dias antes, em 20 de dezembro, foi expedido um mandato de busca e apreensão na residência de Maria Rosângela[332], em que se permitia arrombamento de portas e móveis, inclusive prisão em flagrante de quem oferecesse resistência ou quisesse impedir o cumprimento das ordens. Durante a busca na residência da estudante foram encontrados jornais, livros, cadernos, apostilas e cartas considerados de conteúdo duvidoso, segundo documento do DOPS.[333]

Em seu depoimento, a estudante relata ter começado a participar de atividades de caráter político em 1970, na igreja que frequentava, onde participava

de um grupo para discussões de reflexões bíblicas, formado por operários. Neste grupo foi convidada para desenvolver um trabalho de cunho político, posteriormente entrando em contato com a AP.[334] Maria Rosângela confessou ter distribuído documentos subversivos, participado de reuniões subversivas, feito panfletagens e foi acusada de haver cedido sua residência para reuniões subversivas da Ação Popular Marxista Leninista do Brasil, como consta no documento "Atos Praticados".[335]

Ciências Médicas

Paulo Telles da Silva foi estudante de Medicina e presidente do DA de Ciências Médicas da Faculdade de Ciências Médicas da PUC Minas, em 1968. O nome do estudante foi encontrado em notas e inquéritos policiais do acervo do DOPS/MG, contendo seus antecedentes políticos de participação em passeatas estudantis, por exercer liderança em órgãos ligados ao movimento estudantil, como o DA da Faculdade em que estudava e por fazer parte da organização clandestina Ação Popular Marxista Leninista.

Paulo Telles adotava o nome falso ou codinome Evandro, foi preso pelo DOPS, quando estudante, em 12/10/ 1968 e no dia 17 do mesmo mês, em Ibiúna, São Paulo. Segundo o inquérito policial que declara sobre sua prisão, ele foi preso mais uma vez; na ocorrência que se deu no dia 12/12/1968. Conforme consta, foi preso devido a sua ativa participação no 30º Congresso da UNE, em Ibiúna.[336]

Paulo Telles foi incurso nos artigos 14,16, 23, 25, 39, 43, 45, 47 e 49 do Decreto-Lei número 898, referente à Lei de Segurança Nacional. Em 18/04/1972 foram denunciados todos os participantes da APML, no processo denominado Pequena Burguesia, entre os quais constava seu nome. Em 22/03/1973, Paulo Telles foi condenado à pena de reclusão de seis meses.[337]

O Decreto-Lei 477 na PUC Minas

No ano de 1969, ocorreu um fato na Escola de Serviço Social da PUC Minas, envolvendo alunos e duas professoras da disciplina "Serviço Social de Grupo". Após serem comunicados sobre a realização de uma prova, os alunos resolveram debater tal decisão com as professoras, levando em conta o conteúdo da disciplina, pois consideravam que seriam mais adequadas outras atividades avaliativas, diferentes deste método de avaliação.

Entretanto, as sugestões não foram ouvidas e a prova foi mantida, levando os estudantes a realizarem uma reunião na qual, em conjunto, optaram por não estarem presentes no dia da prova, como forma de protesto à relação pouco

democrática entre alunos e professores. Após a data da avaliação, em que nenhum aluno compareceu, a diretora do Curso foi convocada pela Reitoria e chamou os alunos, informando sobre o possível enquadramento no Decreto-Lei 477, em consequência do episódio.

Instalou-se uma Comissão de Inquérito que contava com cinco professores, tendo como presidente a professora Leda Del Caro. Todos os alunos envolvidos no episódio foram convocados a prestar depoimento. Apesar de a maioria dos alunos contarem com diferentes álibis, três estudantes relataram não só o "movimento paredista", como a reunião ocorrida, além de citarem quem liderava o movimento.

A Comissão então redigiu um relatório sobre a denúncia, no qual indicaram sete alunas como líderes do movimento, que acabaram indiciadas no Decreto 477. A aluna da Escola de Serviço Social, na época do processo, Maria Céres Pimenta Spínola Castro, relata:

> Nós fomos convocadas pela diretora, que disse que, frente ao movimento paredista, ela foi acionada pela Reitoria para que fosse aberto um processo com base no Decreto 477 para poder identificar aquele movimento, um movimento de subversão, contrário, portanto, às leis existentes e que então estávamos informadas que seríamos indiciados, toda a turma, no processo do 477 [...]
>
> A Comissão fez um relatório e nesse relatório ela conta a história de que as pessoas apresentaram uma série de justificativas para não estar lá, mas que tinha havido a denúncia, de que havia de fato o movimento paredista e que era para obrigar as professoras a abrirem mão da prova... E aí indicaram sete de nós como as lideranças do movimento, e nós fomos indiciadas no 477. A partir desse momento, passou a ser um processo de julgamento da nossa conduta.[338]

Ao final, a Comissão produziu um relatório que optou por considerar aquele episódio apenas um conflito em relação à forma de avaliação colocada e, não, um movimento subversivo, absolvendo as alunas.

Professores demitidos da PUC Minas por motivações políticas

Edgar da Mata Machado era mineiro, foi jornalista do Jornal O Diário, e formou-se na UFMG em Direito, tornando-se professor dessa mesma universidade anos depois. Foi um dos fundadores da PUC Minas e teve uma vida política bastante intensa desde o período do Estado Novo (1937-1945).

Com a ditadura militar e extinção dos partidos políticos existentes no País até aquela época, Edgar da Mata Machado filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e organizou, em Minas Gerais, com Simão da Cunha, Jorge Ferraz e João Herculino, em 1966, a Frente Radical Democrática, que reivindicava eleições diretas, anistia geral e o restabelecimento das liberdades democráticas. Nesse mesmo ano, foi eleito deputado federal, ocupando meses depois a vice-liderança do seu Partido.

Em janeiro de 1969, com base no Ato Institucional número cinco (AI-5), foi cassado de seu mandato e teve seus direitos políticos suspensos por dez anos. Em consequência de tal fato, foi demitido arbitrária e compulsoriamente da UFMG, universidade em que lecionava e, em dezembro de 1969, foi afastado de seu cargo na PUC MINAS, por determinação do ministro da Educação, Jarbas Passarinho.[339]

No DOPS, foram verificadas certidões constando o nome do professor da PUC Minas, Haroldo Santiago. Em alguns dos documentos relata-se sobre a participação desse professor em organizações como o Centro Popular de Cultura (CPC), organização com forte ligação com a UNE, considerada subversiva e da qual ele era um membro da diretoria, eleito em 1º/06/1963. O CPC tinha como principal objetivo promover a conscientização e a politização das massas populares, principalmente os estudantes e a classe operária. Devido o envolvimento nessa organização e na articulação de suas reuniões, Haroldo Santiago era denominado pelo Departamento de Ordem e Vigilância Social (DOPS-MG) como um "marginado". Segundo documento encontrado no DOPS, há o relato de uma ata da reunião do CPC, do dia 22/06/ 1963, em que consta que Haroldo Santiago foi o responsável por encabeçar o projeto "comunista – Novos Rumos", que prezava por uma cultura popular revolucionária, de combate ao regime militar, o que serviu de base para considerá-lo subversivo."[340]

Além disso, verifica-se também o nome de Haroldo Santiago como suspeito de militância comunista e sendo acusado como membro do Comitê Nacional do Partido Comunista Brasileiro, o PCB. [341]

No ofício 1243, formalizado em Juiz de Fora, no dia 04/09/ 1967, identifica-se o nome do professor como incurso na Lei de Segurança Nacional. Esse documento trata sobre a concessão de *habeas corpus* impetrada a favor de vários civis e, entre os citados, encontra-se o nome de Haroldo Santiago.[342]

A condenação de professores da PUC Minas no processo denominado "Pequena Burguesia"

Em março de 1973, o processo denominado "Pequena Burguesia" indiciou 16 pessoas por pertencerem ao setor da "Pequena Burguesia", da Ação Popular Marxista Leninista do Brasil, organização considerada subversiva que, segundo o documento, pretendia a tomada do poder pela violência. Dentre os acusados estavam alguns professores da PUC Minas, como Aldeysio Dias Duarte (professor de Engenharia), Marilda Soares Vilela e Mariléa Venâncio Porfírio, professoras da Escola de Serviço Social, denunciados como incursos nas sanções do art. 43 do Decreto Lei nª 898/69.

Os acusados teriam praticado tarefas de estudo da doutrina marxista-leninista, elaboração política da organização subversiva, além de serem acusados da distribuição de documentos e materiais de propaganda. De acordo com o processo, Aldeysio teria emprestado seu apartamento, em 1970, para a realização de reuniões clandestinas da Ação Popular Marxista Leninista do Brasil (APMLdo B). Marilda Soares Vilela, que era de Juiz de Fora e passou a residir em Belo Horizonte, teria atuado na APML, trabalhando na "Pequena Burguesia" e integrando também uma célula da organização.

Mariléa Porfirio passou a ter contatos sobre a reorganização da Ação Popular, em 1970. Por ocasião das eleições no mesmo ano, teria colocado etiquetas em lugares do centro de Belo Horizonte, com a seguinte inscrição: "Anule seu voto, eleição é farsa eleitoral." Em 1971, foi acusada de fazer parte de uma célula da organização e sua função seria a formação teórica marxista-leninista (organização de um plano de estudo), além de conseguir locais para reuniões do organismo de base.

Após três dias de julgamento, o Conselho Permanente de Justiça resolveu, ao final do processo, absolver Aldeysio pela maioria de quatro votos a um, também em face de insuficiência de provas. Já as professoras da Escola de Serviço Social, Marilda e Mariléa, foram incursas nas sanções do art. 14 do Decreto-Lei nº 898/69 e condenadas à pena de seis meses de reclusão.[343]

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG)

O Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG) foi criado em 1909, pelo Decreto nº 7.566, assinado pelo então presidente da república,

Nilo Peçanha. É hoje a maior Instituição de Ensino Tecnológico de Minas Gerais, contando com diversos *campi* em diferentes cidades do interior do estado.[344]

O CEFET-MG possui um perfil diferente das outras instituições de ensino pesquisadas no escopo da Comissão da Verdade em Minas Gerais (Covemg). Tendo sido, inicialmente, uma instituição de ensino de 1º e 2º graus, passou a ofertar também cursos de Ensino Superior ainda durante o regime militar. O Curso de Engenharia de Operação, o primeiro Curso Superior da Instituição, foi criado no ano de 1972.

Por meio da pesquisa no Arquivo Geral do CEFET-MG, foi possível constatar que a Instituição, embora só tenha passado a ofertar cursos superiores na década de 1970, esteve sujeita às mesmas normativas infligidas às universidades durante o regime militar. Isso significa que o CEFET-MG vivenciou, ainda como uma escola secundarista, processo muito semelhante ao das Instituições de Ensino Superior federais do País, durante aquele período.

Há vários pontos comuns entre a trajetória do CEFET-MG e a das universidades no sentido do controle e repressão às instituições de ensino. Podemos citar a aplicação, por exemplo, da Portaria 259, imposta pelo MEC nos primeiros dias após o golpe de 1964.

Esta Portaria determinava às universidades a "instauração de inquéritos administrativos"[345] para investigar professores, funcionários e alunos. Em pesquisa no Arquivo Geral do CEFET-MG, verifica-se que a Escola esteve sob a mesma normativa, tendo criado uma Comissão de Investigação para esse fim, composta por dois professores e um médico da instituição[346].

Outros fatores são verificados, como a obrigatoriedade do ensino de Educação Moral e Cívica a todos os alunos[347], a expulsão de alunos integrantes do movimento estudantil por meio do regimento interno, chegando até mesmo à implantação de órgão de informação especializado no âmbito estudantil. Todos esses foram recursos amplamente utilizados pela repressão em Universidades Federais e também fizeram parte da realidade do CEFET-MG durante a ditadura militar.

A pesquisa no Arquivo Geral do CEFET-MG

Tendo em vista o recorte temporal pesquisado pela Covemg, trabalharemos mais frequentemente com a Instituição quando Escola Técnica Federal de Minas Gerais (ETFMG), denominação que recebeu entre os anos de 1965 a 1978.

No entanto, para melhor compreensão do texto, optamos por utilizar a atual nomenclatura, CEFET-MG.

Foram levantados casos que abrangem o período de 1964 a 1974. Naquele momento, o CEFET-MG dividia-se em Ginásio Industrial (atual Ensino Fundamental) e Colégio Técnico (atual Ensino Médio). Nesse período, conforme pesquisa, o movimento estudantil se deu, principalmente, no âmbito do Colégio Técnico, o qual ofertava alguns cursos, como Química, Mecânica e Desenho Industrial.

Movimento grevista de 1966: atores, causas, punições

De acordo com reportagem do Jornal Estado de Minas, em 19/05/2013, o mineiro Wellington Diniz Moreira relatou sua trajetória como militante de esquerda durante a ditadura militar. Wellington informava que encerrara seus estudos na então denominada Escola Técnica de Belo Horizonte e que, logo no ano seguinte, já se encontrava preso por suas ações políticas. Essa afirmativa levou à suspeita de que seu engajamento político talvez se iniciara no período em que ele ainda era aluno secundarista.

Em pesquisa ao dossiê do aluno no arquivo do CEFET-MG, foi possível encontrar documentação que comprovou não só a suspensão do aluno Wellington Diniz Moreira por participação em movimento grevista no ano de 1966, como também registrou a criação de uma Comissão Especial de Inquérito para apurar as responsabilidades dos alunos suspeitos de participação na referida greve. Todas as decisões em relação ao caso foram tomadas pelos chamados Conselho de Representantes e Conselho de Professores.[348]

Segundo Liberato e Carvalho (2015), entre 1962 e 1974, o CEFET-MG foi gerido por estes dois conselhos deliberativos: o Conselho de Representantes, responsável pelas funções administrativas e o Conselho de Professores, responsável pelos encargos didático-pedagógicos.

Ambos foram criados em cumprimento do Decreto federal nº 47.038, de 16/10/1959, que assegurava autonomia didática, administrativa, técnica e financeira para as escolas industriais federais e prescrevia as finalidades da educação técnica.[349]

A greve dos alunos, ocorrida entre os dias 22 e 24/09/ 1966, foi homologada tanto pelo Centro Estudantil Técnico Industrial (CETI), quanto pela Assembleia de Representantes de Turmas (ART), sendo estas as representações estudantis existentes no CEFET-MG naquele momento.

Com o intuito de suprimir o movimento grevista e, consequentemente, o movimento estudantil naquela Instituição, o Conselho de Representantes atuou de maneira sistemática, demonstrando seus esforços nos seguintes atos[350]:

1. Considerar ilegal, em face da legislação que rege o ensino no País, o "Movimento Grevista" declarado pelo CETI da Escola. (CR32/66);

2. Suspender, temporariamente, todas as atividades do CETI e de todos os seus órgãos de direção e administração. (CR32/66);

3. Constituir uma Comissão Especial de Inquérito com o fim de:
   a) Investigar as causas reais, imediatas e remotas do movimento grevista declarado pelo CETI.
   b) Apurar responsabilidades e propor à Diretoria da escola as medidas disciplinares cabíveis.
   c) Propor ao Conselho de Professores a dissolução do CETI, se constatar desvirtuamento das suas atribuições. (CR33/66);

4. Recomendar ao Conselho de Professores reestruturar o CETI e elaborar seus novos estatutos. (CR34/66).

Na comunicação 1/66[351], o presidente da Comissão Especial de Inquérito, professor José Joaquim Francisco de Paula, informava ao Serviço de Escolaridade do CEFET-MG que os alunos listados a seguir prestaram depoimento nos dias e horas especificados:

Tabela 6 - Listagem com nomes dos alunos, datas e horários de duração dos depoimentos prestados à Comissão Especial de Inquérito

NOME	DATA	DURAÇÃO
Wellington Moreira Diniz	11/10/1966	8h às 18h30
Vladimir Vsevolod Michailowsky Filho	12/10/1966 13/10/1966 14/10/1966	10h às 12h 8h às 12h 7h às 12h
Luiz Roberto Lobo Artiaga	18/10/1966 19/10/1966	8h às 12h 7h às 12h
Marcos Fernando Dias de Oliveira	25/11/1966 27/11/1966 03/11/1966	7h às 12h 8h às 12h 8h às 12h

NOME	DATA	DURAÇÃO
Julio Boechat Braga	04/11/1966	8h às 12h
Milton Moraes Malachias	08/11/1966	9h às 12h
José Francisco Varela	09/11/1966	7h às 9h
Valter Zschaber	09/11/1966	9h às 12h
Edson Antônio Moraes	10/11/1966	7h às 9h
Francisco Bernardino dos Santos	10/11/1966 11/11/1966	8h às 11h 8h às 10h
Jari Ricas	11/11/1966	9h às 12h

Fonte: Covemg.

Já o Conselho de Professores convocou no primeiro dia de greve dos estudantes, 22/09/1966, os professores conselheiros para uma Reunião Extraordinária.[352] Na reunião, pretendia-se discutir a paralisação dos alunos. O então diretor da Escola e presidente deste Conselho, professor Nelson Hortmann, afirmou ter sido surpreendido com a decisão dos alunos, já que, segundo ele, havia ocorrido, no mês anterior, reuniões nas quais os alunos tiveram suas reivindicações ouvidas. Em seguida, o professor Hortmann convocou uma segunda reunião, com a presença do diretor do Conselho de Representantes, Dr. Adolpho Ribeiro Montes e a diretoria do Centro Estudantil Técnico Industrial, na qual foi comunicada a ilegalidade da greve, pois, segundo o diretor, não haviam sido esgotados todos os recursos para um acordo.

Na sequência, durante a 70ª Reunião Ordinária do Conselho dos Professores[353], Nelson Hortmann relatou as providências tomadas em relação ao movimento grevista e anunciou a reformulação do Estatuto do Centro Estudantil Técnico Industrial.

A Comissão Especial de Inquérito, instaurada para investigar os alunos envolvidos na greve, emitiu sua conclusão e enviou, ao diretor da escola, dados dos estudantes considerados líderes do movimento grevista: Ricardo Apgaua, Marcos Mauro Magalhães e Wellington Diniz Moreira.

A punição indicada pela Comissão dizia respeito a suspensões e transferências. Ao final, com as conclusões da Comissão, o Diretor decidiu pela transferência, para outro estabelecimento de ensino, dos alunos Ricardo Apgaua e Marcos Mauro Magalhães. Segundo consta, os dois alunos, com o auxílio de um terceiro

aluno da 4ª série do Ginásio Industrial, fizeram um "manifesto" na escola e mandaram publicar nos jornais da capital mineira.

Em relação ao aluno Wellington Diniz Moreira, optou-se por sua suspensão por 10 dias. Além disso, a direção da escola também suspendeu, temporariamente, as atividades do Centro Estudantil Técnico Industrial, para que fosse reformulado o seu estatuto, adequando-o, segundo o professor Hortmann, à "legislação que rege o ensino no país".[354]

Com o cumprimento das punições, o Conselho de Representantes considerou a ação da Comissão Especial de Inquérito oficialmente finalizada, homologando-se o arquivamento do caso.[355]

O movimento estudantil conquistou um forte protagonismo nas lutas contra o regime militar e, conforme exposto, esta força resistente dos estudantes se fez presente no ambiente do CEFET-MG. No entanto, a Escola, nos primeiros anos após o golpe, deixou clara a sua postura perante qualquer manifestação de resistência. A não tolerância da greve, a declaração de sua ilegalidade, a intervenção no órgão de representação estudantil e a punição severa contra os investigados certamente tiveram a função de, além da repreensão direta dos envolvidos, aterrorizar os alunos daquela Instituição como um todo.

Movimento grevista de 1968: atores, causas e punições

Entre os dias 15 e 22/08/1968, um segundo movimento grevista por parte dos estudantes tomou lugar no CEFET-MG. Com a decisão do movimento estudantil daquela Instituição pela greve, o Conselho de Professores convocou reunião extraordinária "devido às agitações estudantis". A pauta foi a discussão sobre atos considerados indisciplinares cometidos por grupos de alunos.[356]

Na primeira reunião extraordinária do referido Conselho, o seu então presidente, professor Tasso Ramos de Carvalho, apresentou os fatos que antecederam ao que ele chamou de crise estudantil. Destacou, principalmente, a atuação do presidente do Centro Estudantil Técnico Industrial, Milton Tavares Campos, como principal responsável pela deflagração da greve, destacando sua participação no movimento estudantil.

Ainda segundo o professor Ramos de Carvalho, o ambiente estudantil no CEFET-MG se encontrava agitado desde o início do segundo semestre letivo de 1968, principalmente por questões relacionadas às reformas impostas pela direção ao Serviço Médico da escola. Em Assembleia Geral de Estudantes, os alunos

acusaram a direção de ter despedido sumariamente o médico José Maria, medida da qual discordavam.[357]

As tensões entre a direção da escola e o Centro Estudantil Técnico Industrial permaneciam constantes naquele ano de 1968. Alguns dias após a ocorrência da Assembleia Geral, a direção da escola convocou reunião com o representante dos alunos. Segundo consta em ata da reunião do Conselho de Professores, pode-se verificar a posição contestatória do presidente do Centro Estudantil, Milton Tavares Campos, ao diretor. Na mesma ata pode-se ler que essa conduta foi considerada indisciplinar pelos membros do Conselho e professores em geral.

Devido a essas tensões e ao posicionamento do representante dos alunos na reunião, um grupo de professores se manifestou com um abaixo-assinado contra o clima de agitação que, segundo eles, os estudantes tentavam introduzir na escola.[358]

Assim, com os impasses existentes entre professores e estudantes e após um pedido do Centro Estudantil Técnico Industrial, criou-se, em 08 de agosto, uma Comissão de Professores que ficaria responsável por escutar os anseios dos alunos e levá-los à diretoria.

Os alunos solicitaram então à nova Comissão, para a manutenção do diálogo, a revogação das três seguintes portarias da escola:

> 1 - Proibição de afixar cartazes sem o "visto" da Diretoria.
>
> 2 - Proibição de entrar em salas de aula com o intuito de dar avisos e comunicações sem licença prévia do Diretor, Supervisor ou Chefe da Disciplina.
>
> 3 - Proibição de Assembleia de Alunos em horários de aulas que não sejam convocadas pela Direção da Escola.[359]

Entretanto, a direção do CEFET-MG rejeitou o pedido dos estudantes. E, em consequência, no dia 13/08/ 1968, o Centro Estudantil Técnico Industrial, em nova Assembleia Geral, declarou greve.

Em reação à greve, o Conselho de Professores aprovou a instauração de uma nova Comissão Especial de Inquérito para investigar os possíveis envolvidos. De

antemão, antes mesmo da conclusão do inquérito, o Conselho resolveu suspender o aluno Milton Tavares Campos, por trinta dias. No entanto, ao receber a ordem de suspensão, segundo consta, o aluno afirmou que não levaria em consideração tal decisão. O Conselho ainda decidiu pela dissolução do Centro Estudantil.[360]

Em 22/08/1968, o presidente do Conselho de Professores, baseado nos fatos apurados pela Comissão de Investigação sobre os atos considerados indisciplinares, relatou que os alunos Milton Tavares Campos, Roberto Castro Aleixo, Marília Angélica do Amaral e Lúcio Dias Nogueira tiveram suas matrículas canceladas.

A Assembleia de Representantes de Turma (ART) fez um pedido de clemência à direção, solicitando que as punições dos alunos envolvidos na greve não chegassem ao extremo do cancelamento de matrícula.

Como resposta, o Conselho reforçou a legalidade das punições, já que incitação à greve e outras faltas cometidas pelos alunos punidos estavam enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Em ofício enviado pela Secretaria do Conselho de Professores à Assembleia de Representantes de Turmas, o Conselho confirmou suas decisões e aproveitou a oportunidade para passar direcionamentos para a Assembleia Geral de Estudantes marcada para o dia 24/08/1968.[361]

Dentre esses direcionamentos, ressaltou-se que, na possibilidade de ser declarada nova greve durante aquela Assembleia, as aulas e faltas seriam dadas normalmente e que as autoridades poderiam ser solicitadas, caso necessário, para proteção do patrimônio da escola e dos alunos que desejassem assistir às aulas. Além disso, a Comissão Especial de Inquérito continuaria funcionando para apuração de responsabilidades, que seriam punidas imediatamente.[362]

No movimento grevista de 1968, fica perceptível o aumento da severidade das punições, condizente com o crescimento do aparato repressor da ditadura militar naquele período. O uso da Lei de Segurança Nacional como justificativa para as penalidades aplicadas neste caso é um claro exemplo deste fato.

Em 1968, a repressão ao movimento estudantil no CEFET-MG se fez presente mais uma vez, tendo quatro alunos desligados da Instituição, por meio do Regimento Interno, além da aprovação da dissolução do Centro Estudantil Técnico Industrial. Naquele período, a opção deixou de ser pela intervenção e observação próxima do movimento estudantil, mas pela sua eliminação.

Tabela 7 - Listagem de alunos do CEFET/MG que tiveram suas matrículas canceladas em função de envolvimento em greve de estudantes em 1968

Lúcio Dias Nogueira
Marília Angélica do Amaral
Milton Tavares Campos
Roberto Castro Aleixo

Fonte: Covemg.

Aluno do CEFET-MG implicado no Decreto-Lei 477

Segunda consta em documento do DSI/MEC, até o dia 31/05/1969, 14 estudantes de todo o País haviam sido desligados de suas instituições de ensino por terem sido incluídos no Decreto-Lei 477. Entre estes, é citado o nome de Eduardo Demétrio Ferreira, listado como aluno da Escola Técnica de Minas Gerais.[363]

Essa informação é confirmada pelo então reitor da UFMG, Marcello de Vasconcellos Coelho, em Ofício ao diretor do DSI/MEC, no qual, respondendo a um pedido prévio, informa os dados dos alunos da UFMG incursos no Decreto 477. No Ofício, o reitor deixa claro, contudo, que Eduardo Demétrio não era aluno daquela Instituição, mas, sim, da Escola Técnica.[364]

Em 1973, o DSI/MEC fez um pedido de busca à AESI/UFMG, no qual requeria informações sobre o "pessoal atingido pelo Decreto 477". A Assessoria o responde com uma listagem, em que consta que Eduardo Demétrio, natural de Belo Horizonte/MG, era aluno da Escola Técnica e foi punido pelo Decreto 477 em 1969, por militar em organizações consideradas subversivas e ter sido alvo de IPM.[365]

Já na documentação do DOPS-MG, é possível conhecer as circunstâncias que culminaram no enquadramento de Eduardo Demétrio Ferreira no Decreto 477. Em seu Boletim de Recolha em Custódia[366], relata-se que o estudante fora detido em 08/04/1969, aos 16 anos, nas imediações do DCE da UFMG, durante agitações estudantis, portando um exemplar do Jornal oficial do PC do B A Classe Operária, de nº 27.

Em consequência, foi incurso no Decreto-Lei 477/69 e desligado por três anos da Escola Técnica Federal.[367]

12.4 O binômio informação/ repressão contra o movimento estudantil e universidades em Minas Gerais

O período da repressão revestiu-se também de uma política de vigilância social decorrente do interesse do regime militar de dispor de informações estratégicas para as ações do governo e de combate aos resistentes à ditadura militar. O serviço de inteligência no âmbito federal foi uma das primeiras e mais significativas ações instituídas pelos militares brasileiros assim que tomaram o poder. Por meio da reorganização do serviço de inteligência e da criação do Serviço Nacional de Informações (SNI)[368] (Lei nº 4341 de 13/06/1964), instituiu-se um organismo que respondia apenas ao presidente da República.[369]

Tratava-se de uma rede de informações que atuava dentro da sociedade e em todos os níveis da administração pública, ou seja, constituiu-se uma verdadeira "comunidade de informações" que alimentou a estabilidade do regime militar.

Reunia-se na rede de informações, além do SNI, os serviços secretos do Exército, Marinha e Aeronáutica; uma parte da Polícia Federal; as Divisões de Segurança e Informações (DSI) – criadas em 1967, a partir de estruturas previamente montadas, em todos os ministérios civis. A DSI conectada ao Ministério da Educação e Cultura (DSI/MEC) foi uma das mais atuantes e importantes do quadro representativo do binômio informação/repressão, evidentemente em razão da crescente criminalização e repressão que recaíram sobre o movimento estudantil, durante aquele período, sobretudo por meio do monitoramento feito pelas Delegacias Estaduais de Ordem Política e Social (DOPS) e dos serviços de informações da Polícia Militar. Vale ressaltar que os chefes das DSI, normalmente, eram coronéis do Exército, o que lhes assegurava uma fonte extra de poder na arquitetura autoritária do regime militar.

O DSI/MEC procurava estabelecer contato direto com as reitorias das universidades públicas, havendo, inclusive, solicitado aos reitores que fosse indicado um funcionário de seus quadros para estreitar o diálogo entre o órgão e as instituições. Materiais recuperados deste período revelam que o DSI/MEC prestava especial atenção às atividades do movimento estudantil, em especial aos Diretórios Estudantis (DAs) e aos Diretórios Centrais das Universidades (DCEs), como também monitorava os processos de contratação de professores e exercia vigilância sobre a trajetória acadêmica desses profissionais.

Assessoria Especial de Segurança e Informações (AESI)

A partir de 1970, reorganizou-se e ampliou-se o complexo de informações do Governo Federal. Por meio do Decreto nº 67.325 (02/10/1970) e pelo Decreto nº 68.060 (14/01/1971) foram criadas subdivisões nas Divisões de Segurança e Informações (DSIs).

Esta ampliação trouxe consequências no âmbito das Instituições de Ensino Superior, resultando posteriormente, por meio da aprovação do Plano Setorial de Informações do MEC, em 1971, na criação das Assessorias de Segurança e Informação (ASI), também conhecidas como Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI).

Integrava-se, assim, a agência de informações para o meio universitário a complexa estrutura do aparato governamental de monitoramento, coordenadas diretamente pelo DSI/MEC, órgão responsável por prover, às AESIs, orientação normativa e operacional, além de realizar, por vezes, a função de intermediar a comunicação entre as assessorias e outros serviços de informações. Ressalta-se que as Instituições de Ensino Estaduais não estavam obrigadas a criar AESIs, sem que fossem demandadas. Entretanto, algumas dessas universidades optaram pela sua criação.[370]

Na lógica dos órgãos de segurança e repressão da ditadura militar brasileira, o monitoramento e a vigilância dos resistentes, era um dos princípios fundamentais. No âmbito universitário, monitorar aqueles estudantes desligados das universidades, principalmente aqueles incursos no Decreto-Lei 477 (com proibição de matrícula em qualquer Instituição de Ensino Superior do País durante três (3) anos), era parte de um esquema de vigilância intensa. Objetivava-se, assim, impedir o "retorno" daqueles considerados ameaça. Além disso, considerava-se também necessário o fortalecimento do binômio 'vigilância-repressão' em relação às atividades de professores e de técnicos administrativos das universidades como um todo.

Importa salientar que, conforme documentação oficial, as AESIs eram subordinadas aos reitores das universidades e tinham como finalidade assessorá-los em assuntos relativos à segurança nacional. Assim, ainda que tenham funcionado como instrumento de pressão, controle e vigilância sobre as atividades das reitorias, as AESIs não foram criadas com o propósito de ser agências de repressão, pois, para tanto, o Estado contava com o aparato repressivo específico.[371]

O organograma a seguir explica a estrutura e o funcionamento das AESIs junto à rede de investigação do regime militar:

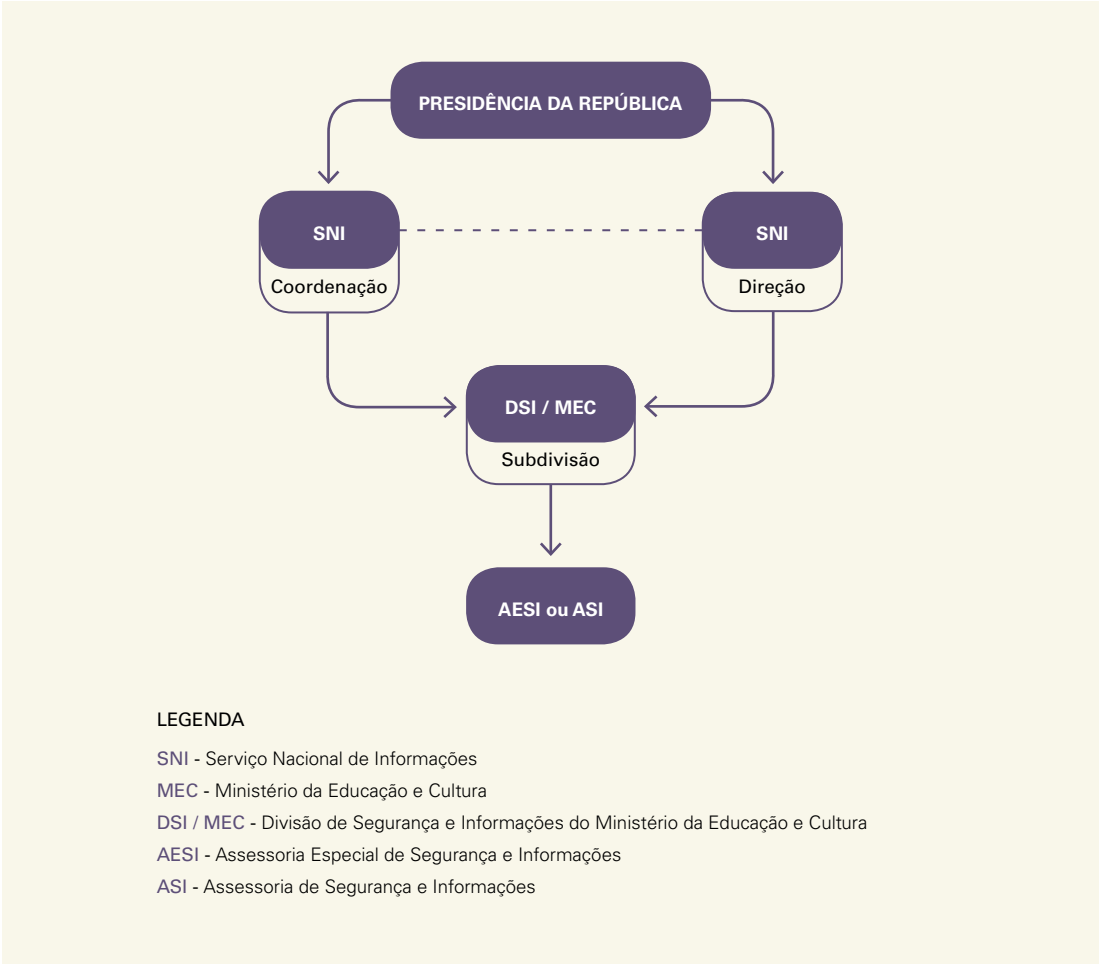
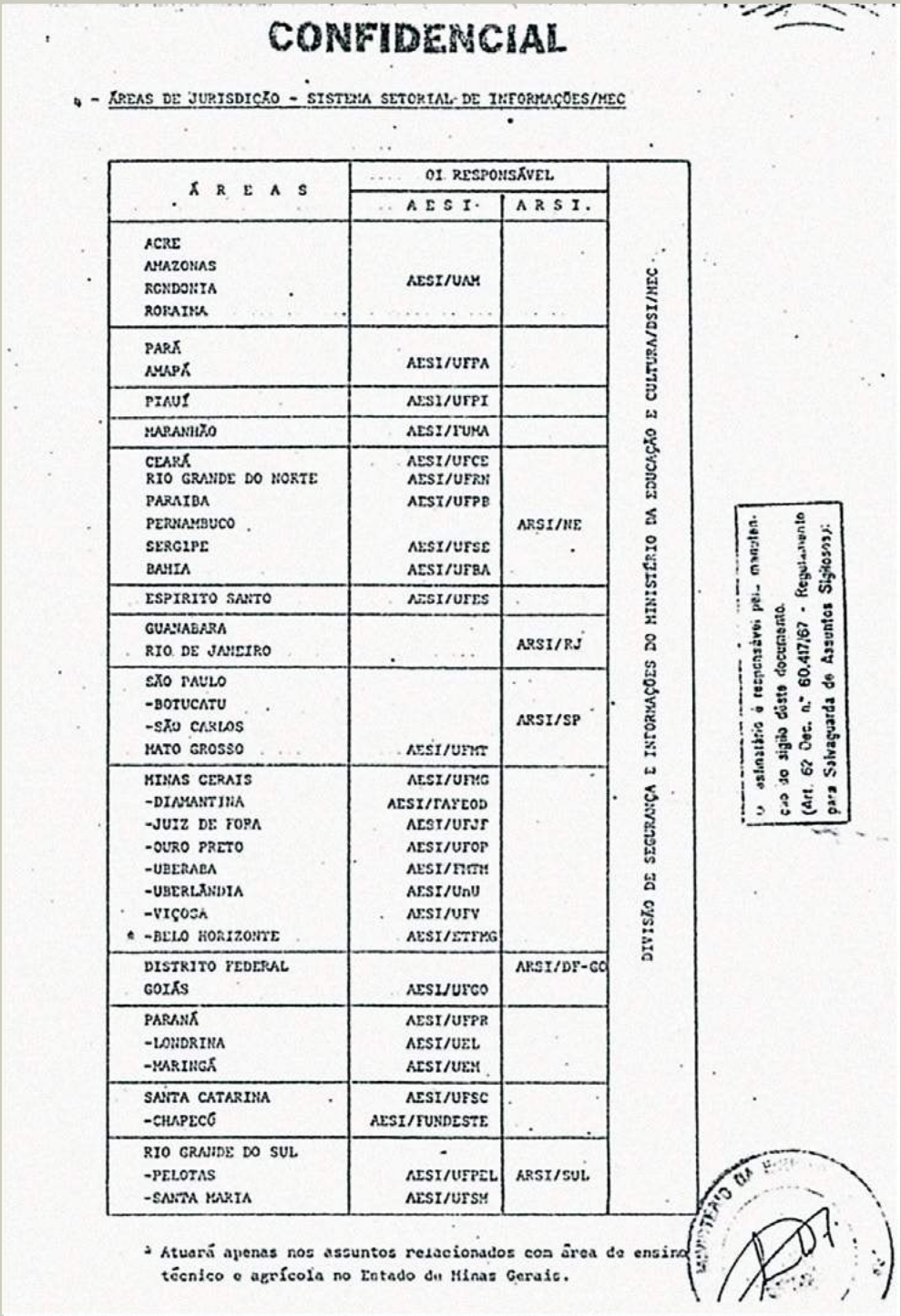


Figura 11 - Estrutura das AESIs na rede de investigação durante o regime militar. Fonte: Covemg

As AESIs desempenharam diversos outros papéis relevantes no cenário acadêmico, a saber: controle das contratações de professores e funcionários; monitoramento da circulação internacional dos docentes; vigilância e interferência nas cerimônias de colação de grau, em particular na escolha dos paraninfos; vigilância sobre as atividades e manifestações estudantis, intervenção nas eleições de DCEs, DAs e CAs (com apoio às chapas politicamente favoráveis ao regime militar); monitoramento da contratação e de viagens de professores; aplicação das punições previstas na legislação; proibição de eventos; censura de publicações acadêmicas, livros, periódicos, revistas e cartazes; e na disseminação de material produzido pelo governo.[372]



CONFIDENCIAL

4 - ÁREAS DE JURISDIÇÃO - SISTEMA SETORIAL DE INFORMAÇÕES/MEC

ÁREAS	OI RESPONSÁVEL	
	AESI	ARSI
ACRE AMAZONAS RONDONIA RORAIMA	AESI/UAM	
PARÁ AMAPÁ	AESI/UFPA	
PIAUÍ	AESI/UFPI	
MARANHÃO	AESI/UFMA	
CEARÁ	AESI/UFCE	
RIO GRANDE DO NORTE	AESI/UFRN	
PARAIBA	AESI/UFPB	
PERNAMBUCO		ARSI/NE
SERGIPE	AESI/UFSE	
BAHIA	AESI/UFBA	
ESPIRITO SANTO	AESI/UFES	
GUANABARA RIO DE JANEIRO		ARSI/RJ
SÃO PAULO -BOTUCATU -SÃO CARLOS		ARSI/SP
MATO GROSSO	AESI/UFMT	
MINAS GERAIS	AESI/UFMG	
-DIAMANTINA	AESI/FAFEOD	
-JUIZ DE FORA	AESI/UFJF	
-OURO PRETO	AESI/UFOP	
-UBERABA	AESI/FMTM	
-UBERLÂNDIA	AESI/UnU	
-VIÇOSA	AESI/UFV	
-BELO HORIZONTE	AESI/ETFMG	
DISTRITO FEDERAL		ARSI/DF-GO
GOIÁS	AESI/UFGO	
PARANÁ	AESI/UFPR	
-LONDRINA	AESI/UEL	
-MARINGÁ	AESI/UEM	
SANTA CATARINA	AESI/UFSC	
-CHAPECÓ	AESI/FUNDESTE	
RIO GRANDE DO SUL	-	
-PELOTAS	AESI/UFPEL	ARSI/SUL
-SANTA MARIA	AESI/UFSM	

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA/DSI/MEC

O estabelecimento é responsável pela manutenção do sigilo deste documento.
(Art. 62 Dec. n.º 60.417/67 - Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos)

* Atuará apenas nos assuntos relacionados com área do ensino técnico e agrícola no Estado de Minas Gerais.

Figura 12: Instruções sobre LDB (Levantamento de Dados Biográficos) para as ASIs. Documento do fundo: Assessoria de Segurança e Informações da Universidade Federal de Minas Gerais. Fonte: Arquivo Nacional

Diferentemente do DSI/MEC, as AESIS universitárias foram chefiadas tanto por civis, quanto por militares, variando de acordo com a universidade.[373] Inicialmente, os reitores contaram com maior liberdade para realizar a escolha dos diretores das AESIs – a nomeação deveria ser autorizada pelo DSI/MEC, mediante a análise da trajetória política do indicado.

Muito se questionava sobre a existência de AESIs em algumas universidades de Minas Gerais, principalmente no interior do estado. No entanto, em correspondência da DSI/MEC para a AESI/UFMG, instruindo sobre a coleta de dados, informou-se sobre as localidades e as áreas de jurisdição das Assessorias de instituições de ensino em Minas Gerais. Conforme documento aqui apresentado, constata-se a existência de AESIs nas seguintes instituições: Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG (Belo Horizonte); Faculdade Federal de Odontologia de Diamantina – FAFEOD (Diamantina); Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF (Juiz de Fora); Universidade de Ouro Preto – UFOP (Ouro Preto); Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro – FMTM (Uberaba); Universidade Federal de Uberlândia – UFU[374] (Uberlândia); Universidade Federal de Viçosa – UFV (Viçosa); Escola Técnica Federal de Minas Gerais – ETFMG (Belo Horizonte).[375]

Conjuntamente aos documentos necessários à constituição das AESIs, as universidades recebiam ofício do DSI/MEC requisitando a nomeação do responsável em um prazo de 10 dias. Neste sentido, conforme documento do diretor do DSI/MEC, ao assessor especial da AESI/UFMG, referente às informações sobre as chefias de algumas AESIs em Minas Gerais, encontramos:[376]

Tabela 8 - Algumas das chefias das AESIs em Minas Gerais

Nome	Local – Universidade	Cidade
Roberto Marcus Faleiro de Faria	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Belo Horizonte
Hilton Mourão Malheiros	Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)	Ouro Preto
Herbert Moreira Moraes	Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	Juiz de Fora
Celso Corrêa dos Santos	Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	Uberlândia

Fonte: Covemg.

Francisco Limp, que foi presidente do DCE da UFJF, recorda:

> Existia uma coisa acho que ligada ao SNI dentro da Reitoria, tudo passava pelo reitor. Eu lembro que eu ia nas reuniões lá na Reitoria, inclusive era uma coisa até, "Chama esse secreta" aí pra reunião, aí vinha o Secreta lá, que chamava Doutor Herbert, o nome dele, não sei o sobrenome dele, mas o primeiro é Herbert, e praticamente ficava ao lado do gabinete do reitor.[377]

No caso da UFMG, observa-se a atuação da AESI em diferentes circunstâncias que se configuram como vigilância e monitoramento. Vários são os exemplos da atuação da AESI/UFMG, como a proibição de participação do Coral *Ars Nova* em festival de corais no Chile (o país naquele momento estava sob a administração do governo socialista), cancelamento de Seminários de natureza acadêmica, devido à presença de conferencistas e intelectuais oposicionistas (Antonio Houaiss, Edgar da Mata Machado), ou possuidores de ficha "suja" nos órgãos de informação. Ressalta-se também a proibição de eventos organizados pelas entidades estudantis, como a Semana da Independência preparada pelo DCE/UFMG em setembro de 1972.[378]

Em análise dos arquivos da AESI da UFMG, constata-se a prática reiterada de disseminação dos documentos produzidos em uma AESI universitária por tantas outras AESIs instaladas nas universidades públicas brasileiras e demais agências de informação, evidenciando a complexa trama em que estavam inseridos os órgãos de segurança e informação do governo federal.

Assim, nos arquivos da AESI/UFMG encontra-se, também, uma movimentação de informação entre as próprias universidades, principalmente pedidos de busca de informações a respeito de professores. Como exemplo, a Universidade Federal de Alagoas enviou à UFMG e à Universidade Federal de Pernambuco uma solicitação de informações a respeito de uma professora de Inglês que deixou de completar o curso iniciado "para ganhar o bebê em Belo Horizonte"; havia suspeita a respeito das atividades de seu marido, que pouco aparecia em sua residência.[379] A Universidade Federal do Espírito Santo também solicitou o fornecimento de dados de professores,[380] tal como a AESI da Universidade Federal do Rio Grande do Norte que solicitou dados de antecedentes políticos ideológicos de um professor daquela Instituição.[381]

Em certos momentos, a DSI/MEC utilizou os serviços da AESI/UFMG para conseguir informações a respeito de outras universidades mineiras. Por exemplo, a

DSI enviou um pedido de busca para a UFMG sobre um professor da Universidade Federal de Ouro Preto cogitado para nomeação do Conselho da UFOP. A AESI/UFMG estabeleceu a troca de informações, remetendo a cópia do expediente solicitado ao reitor da UFOP para os órgãos responsáveis.[382]

No caso da AESI/UFV ou ASI/UFV destaca-se: monitoramento de funcionários - professores e técnicos administrativos; viagens de professores para o exterior, vigilância aos estudantes do ponto de vista moral e político, desde o uso de drogas no *campus* até a participação em congressos estudantis, mobilizações políticas na cidade e na própria universidade como greves estudantis.

Sobre a instalação de uma AESI no atual CEFET-MG, contata-se sua existência, por meio da Portaria 510, assinada pelo então diretor da Escola, Clóvis Renato de Freitas, a chamada AESI/ETFMG (Escola Técnica Federal de Minas Gerais) que foi oficialmente instalada em 31/12/1974 e, conforme a Portaria 511, de mesma data e autoria, o Sr. José Liberato Costa Póvoa foi nomeado seu chefe.[383]

Segundo dois ofícios e radiograma trocados entre os chefes da AESI da Universidade de Brasília (UnB), Francisco Pedro de Oliveira, e da Escola Técnica Federal mineira, José Liberato Póvoa, corrobora-se a atuação da AESI/ETFMG e sua localização. Sua sede funcionou no prédio onde está localizado o atual *Campus I* do CEFET-MG, na Avenida Amazonas, 5223, em Belo Horizonte. Embora não haja referências catalogadas no Arquivo Geral do CEFET-MG sobre o funcionamento de uma AESI na Instituição, foi possível localizar nas atas de reuniões do Conselho de Representantes, em novembro de 1974, menção ao processo de implantação da AESI/ETFMG e a indicação de quem seria o seu assessor.[384]

Em síntese, pode-se concluir que as AESIs universitárias estavam inseridas em um complexo cenário de vigilância e repressão, com articulações em nível federal, sobre a comunidade de instituições educacionais, em geral. Instaladas em universidades e órgãos ligados ao MEC, essas agências contribuíram para que a liberdade no interior das Instituições de Ensino Superior fosse constantemente ceifada, gerando um ambiente de temor e insegurança. Notadamente, esse cenário afetou a produção acadêmica e o desenvolvimento das atividades estudantis nas universidades – sem desconhecer as estratégias de perseguição a alunos, professores e funcionários universitários, considerados "subversivos" políticos –, o que certamente reduziu consideravelmente a autonomia dos indivíduos que participavam do cotidiano universitário.

O processo de extinção das AESIs, conforme ofício à AESI/UFMG, estendeu-se de 08/05/1979 a 30/09/ 1986, data em que o Decreto nº 93.314/86 declarou extintas todas as AESIs vinculadas às Instituições de Ensino Superior por intermédio do MEC. No caso da UFMG, inicialmente, a AESI havia sido declarada extinta em 08/05/1979, conforme revela o ofício 009/3000/79-SNM/DSI/MEC remetido pelo diretor do DSI/MEC ao reitor da UFMG.[385] No entanto, em 21/10/1981, foi remetido à reitoria o ofício 0236/81/20/DSI/MEC do DSI/MEC informando que a partir daquela data a AESI/UFMG deveria ser considerada desativada e não mais extinta, gerando incertezas acerca de sua situação até 1986, quando o órgão, de fato, encerrou suas atividades.[386]

NOTAS

1. É preciso ressaltar que foi assinado um "Protocolo de Intenções" com a Universidade Federal de Minas Gerais, o que possibilitou que a Covemg realizasse pesquisas em diferentes acervos da instituição; com a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e com a Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) foram assinados Termos de Cooperação. Entretanto, em decorrência das condições de trabalho da Covemg, não foi possível realizar as investigações nestas duas instituições.
2. Pesquisa realizada, pela Covemg, via internet, nos históricos das páginas eletrônicas das Instituições de Ensino Superior do Estado de Minas Gerais.
3. A UNA - União de Negócios e Administração LTDA. foi fundada em 20 de outubro de 1961, em Brlo Horizonte - MG.
4. A Universidade de Minas Gerais foi federalizada em 1949, mantendo o mesmo nome – UMG – até 1965 quando foi alterado para Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.
5. Em 1983 a UCMG recebe o título de Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG).
6. MARTINS FILHO, João Roberto. *A Rebelião Estudantil: México, França, Brasil*. Campinas: Mercado de Letras, 1996, p. 73.
7. SANFELICE, José Luiz. *Movimento Estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986.
8. Arquivo UFMG, AESI/UFMG. Caixa 1, maço 002.
9. Segundo Sodré, a expressão "garantir a ordem", usada pelos militares, justificava o uso da violência para, na verdade, deter ou retardar o avanço do sistema político anterior. SODRÉ, Nelson W. *Vida e morte da ditadura: 20 anos de autoritarismo no Brasil*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1984. 133p.
10. PEREIRA, Anthony. *Ditadura e repressão: o autoritarismo e o Estado de Direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
11. O AI nº 1 modifica a Constituição do Brasil de 1946 quanto à eleição, ao mandato e aos poderes do Presidente da República; confere aos Comandantes-em-chefe das Forças Armadas o poder de suspender direitos políticos e cassar mandatos legislativos, excluída a apreciação judicial desses atos; e dá outras providências. Disponível em: http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/atos-institucionais.
12. SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
13. Desdobramentos legais sobre a Lei Suplicy. Decreto-lei nº 228/67, conhecido como "Decreto Aragão", revogou a Lei Suplicy, mas manteve intacta sua essência, criando a figura dos Diretórios Acadêmicos e dos D.C.E. O objetivo deste decreto era coibir organizações estudantis que não se enquadrassem nesses modelos (como, por exemplo, as uniões estaduais de estudantes), e regulamentava o processo pelo qual o patrimônio oriundo da dissolução dessas instituições fossem redirecionadas em favor dos DCE. A Lei 6680/79, dispõe sobre as relações entre o corpo discente e a instituição de ensino superior, e dá outras providências (revogada). A Lei 6683/79, conhecida como Lei de Anistia, estabelece no seu Art. 9: "Terão os benefícios da anistia os dirigentes e representantes sindicais punidos pelos Atos a que se refere o art. 1º, ou que tenham sofrido punições disciplinares incorrido em faltas ao serviço naquele período, desde que não excedentes de 30 (trinta) dias, bem como os estudantes. A Lei 7395/85, em seu Art. 7º estabelece: "Revogam-se as disposições em contrário, especialmente as contidas na Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964, e na Lei nº 6.680, de 16 de agosto de 1979."
14. CUNHA, L.A. *A universidade crítica*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983. Indica: O Fórum Universitário, criado por portaria do Ministério da Educação em fevereiro de 1962, para servir de assessoria ao ministro, seu presidente, era constituído dos reitores de todas as universidades, do Diretor de Ensino Superior e de um representante da UNE. Em junho de 1963, portaria do ministro Paulo de Tarso incluiu entre os participantes do Fórum os presidentes de um terço dos Diretórios Centrais de Estudantes, a serem indicados pela UNE, em regime de rodízio. A derrota dos estudantes na luta por um terço de representantes nos órgãos colegiados das universidades foi compensada ou vingada por igual participação no Fórum Universitário que reunia, justamente, os reitores antagonistas. Em novembro de 1964, portaria do ministro Suplicy de Lacerda aprovou novo regimento do Fórum Universitário, restringindo suas atividades e incluindo um representante indicado pelo órgão nacional de representação estudantil, o Diretório Nacional de Estudantes, a ser organizado conforme as diretrizes da

Lei Suplicy (Lei n. 4.464, promulgada no mesmo mês).

15. Discurso do Ministro Suplicy de Lacerda, IN: BRASIL. Ministro da Educação e Cultura. Diretoria do Ensino Superior. *A Universidade e a revolução nacional*, 1964, s/p; apud SANFELICE, 1986.

16. Lei Suplicy, nº 4.464, dispõe sobre os Órgãos de Representação dos estudantes e dá outras providências. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4464-9-novembro-1964-376749-publicacaooriginal-1-pl.html.

17. BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade. Relatório*: Volume II. Textos Temáticos: Violações de Direitos Humanos na Universidade. Texto 6 (p. 266 a 296). Brasília: CNV, 2014.

18. Decreto-Lei 314, de 1967: "Art. 23. Praticar atos destinados a provocar guerra revolucionária ou subversiva: Pena - reclusão, de 2 a 4 anos." Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html

19. APM/DOPS/MG. Pasta: 0319 (Comunismo – Estudantes e Trabalhadores), Rolo: 208. Imagem: 109.

20. Arquivo Permanente da Escola de Minas de Ouro Preto. Caixa 256. Pasta Comissão de Inquérito de 1964, Doc. 36, Folha 55. Documento 2.

21. GARCIA, Maria Lúcia R. *Geração Esperança*. São Paulo: Alfa-Omega, 2003, p. 40.

22. FARLEY, Bertolino. *Movimento estudantil de esquerda católica na capital mineira:* história e memória de uma geração. 279 f. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – FAFICH, UFMG. p. 154.

23. SANTANA, F. A. *Atuação do movimento estudantil no Brasil: 1964-1984*. 2007. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2007. p. 75.

24. FARLEY, Bertolino. *Movimento estudantil de esquerda católica na capital mineira*: história e memória de uma geração. 279 f. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – FAFICH, UFMG. pp. 154 e 155.

25. Depoimento prestado à Covemg, durante Audiência Pública. Data: 06/04/ 2017.

26. Jornal O DIÁRIO, 15/03/1966, p.1.

27. FARLEY, Bertolino. *Movimento estudantil de esquerda católica na capital mineira*: história e memória de uma geração. 279 f. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – FAFICH, UFMG p. 158.

28. APM/DOPS/MG, Pasta: 0345; rolo: 021; Imagem: 03.

29. Tanto é que, em 09/12/1965, o então presidente do regime militar, Humberto Castelo Branco, decretou a elevação de Joaquim José da Silva Xavier – o Tiradentes – a "Patrono cívico da Nação Brasileira", por meio da Lei nº 4.897. Para consulta da referida lei, acessar: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4897-9-dezembro-1965-368995-publicacaooriginal-1-pl.html.

30. Depoimento de Nilmário Miranda a Otávio Luiz Machado. Projeto "A Corrente Revolucionária de Minas Gerais". Disponível em: http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br/2008/03/depoimento-de-nilmrio-miranda-otvio.html.

31. FARLEY, Bertolino. *Movimento estudantil de esquerda católica na capital mineira*: história e memória de uma geração. 279 f. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – FAFICH, UFMG. p. 159.

32. Idem

33. Idem II

34. SANTANA, F. A. *Atuação do movimento estudantil no Brasil: 1964-1984*. 2007. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2007. p. 76.

35. GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

36. SANTANA, F. A. *Atuação do movimento estudantil no Brasil: 1964-1984*. Dissertação (Mestrado em História Social), Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2007. p. 77.

37. POERNER, Artur José. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. 4. ed. São Paulo: Centro de Memória da Juventude, 1995.

38. Depoimento prestado à Covemg em Audiência Pública. Data: 06/04/2017.

39. APM/DOPS/MG. Pasta: 0340; Rolo: 021; Imagem: 120.

40. APM/DOPS/MG. Pasta: 0340; Rolo: 021; Imagens: 4 e 5.

41. Em 1967 foi realizado o 29º Congresso da UNE, em Valinhos (SP), mais uma vez na clandestinidade. Luís Travassos é eleito presidente. Disponível em: https://www.une.org.br/2011/09/linha-do-tempo/.

42. FORACCHI, M. M. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: EDUSP, 1972.

43. APM/DOPS/MG. Pasta: 0676; Rolo: 023; Imagem: 4.

44. VITRAL, Thiago Veloso. *Corrente Revolucionária de Minas Gerais:* Resistência ativa à ditadura civil militar em Minas Gerais (1967-1969). Dissertação (Mestrado em História), Departamento de História. FAFICH, UFMG. Belo Horizonte, 2013.

45. APM/DOPS/MG. Pasta: 0251; Rolo: 017; Imagem: 68.

46. Acervo do Centro de Memória da Medicina da UFMG.

47. APM/DOPS/MG. Pasta 0251; Rolo 017.

48. LEITE, Cristina Isabel. Apurando a subversão: um estudo de caso sobre repressão na Universidade pelos arquivos da AESI/UFMG. In: *Temporalidades*: *Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG*, vol. 2, n.º 1, janeiro/julho de 2010.

49. Disponível em: https://www.ufmg.br/diversa/11/politica.html

50. GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

51. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Acervo DEOPS. BR SPAPESP DEOPS OS-000138. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/prontuarios/BR_SPAPESP_DEOPSOS000138.pdf ; BR SPAPESP DEOPS OS-000235. Disponível em:http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/prontuarios/BR_SPAPESP_DEOPSOS000235.pdf ; BR SPAPESP DEOPS OS-000334. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/prontuarios/BR_SPAPESP_DEOPSOS000334.pdf ; BR SPAPESP DEOPS OS-000335. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/prontuarios/BR_SPAPESP_DEOPSOS000335.pdf

52. Documentos Revelados. Disponível em: https://www.documentosrevelados.com.br/repressao/as-meninas-de-ibiuna-152-fotografias-das-estudantes-presas-no-congresso-de-ibiuna.

53. FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, imprensa oficial do Estado, 2008 (2° edição), p. 26.

54. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime*

militar – cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

55. Decreto-Lei Nº 477, 26/2/1969. http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html.

56. Depoimento prestado à Covemg, durante Audiência Pública. Data; 06/04/2017.

57. Cf: ANTUNES, W. B.A vontade geral contra a vontade do general: o movimento estudantil da UFMG na década de 1970. In: XX Encontro Regional de História: História e Liberdade - ANPUH/SP, 2010, Franca. Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade. ANPUH/SP, UNESP-Franca, 2011. LACERDA, Gislene Edwiges de. O movimento estudantil e a transição democrática brasileira: memórias de uma geração esquecida. 2015. 216 f. Tese (Doutorado em História Social) Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2015.

58. Depoimento prestado à Covemg, durante Audiência Pública. Data: 06/04/2017.

59. Idem.

60. Coleção Eduardo Osório Cisalpino/Acervo Projeto República/UFMG.

61. Idem

62. Depoimento prestado à Covemg, durante Audiência Pública. Data: 06/04/2017.

63. CÂNDIDO, Carlos Alberto. O grito de uma geração: universitários dos anos 1970 comemoram os 30 anos do 3º Encontro Nacional de Estudantes. *O Cometa*, Belo Horizonte/Itabira, p. 17, jun. 2007. Também em: ZAIDAN, Samira. O movimento estudantil de Belo Horizonte na cena da Ditadura Militar. In: *Estamos vivos. A volta será pior O DNA do terrorismo de direita em Minas Gerais*. Belo Horizonte, 2015.

64. Depoimento prestado à Covemg, durante Audiência Pública. Data: 06/04/2017.

65. FONSECA, Marcelo da. *Um dia de militância histórica*. Estado de Minas, Belo Horizonte, 09/06/2017.

66. Acervo Projeto República/UFMG.

67. FONSECA, Marcelo da. *Um dia de militância histórica*. Estado de Minas, Belo Horizonte, 09/06/2017.

68. Idem.

69. Coleção Eduardo Osório Cisalpino/Acervo Projeto República/UFMG.

70. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Os olhos do regime militar brasileiro nos campi*. As assessorias de segurança e informações das universidades. *Topoi*, v. 9, n. 16, jan.-jun. 2008, p. 31.

71. Arquivo UFMG, AESI/UFMG. Caixa 2/1964.

72. Recorte de Jornal: *Manifesto à Nação*, publicado no Jornal Estado de Minas, em 05/04/1964: Arquivo UFMG, AESI, Caixa 2, Pasta 28.

73. Ofício do Diretor da Escola de Arquitetura professor José Amédée Péret ao reitor Aluísio Pimenta, de 09/07/1964, indica que nenhuma responsabilidade foi atribuída aos professores Sylvio de Vasconcelos e João Boltshauser por ocasião da apreciação do Relatório da Comissão de Inquérito, designada para apurar os fatos contidos no Manifesto à Nação , publicada no Jornal Estado de Minas, em 05/04/1964: Arquivo UFMG, AESI, Caixa 2, Pasta 28.

74. Arquivo UFMG. AESI/UFMG, Caixa 1/maço 5. Portaria Ministerial nº 259, de 19/04/1964.

75. Idem I. Jornal Diário de Minas, publicação em 12/05/1964.

76. Idem II. Nota Oficial publicada no Diário Oficial da União em 10/5/1964

77. Ato Institucional nº 1 - Art. 7º, § 1º: Mediante investigação sumária, no prazo fixado neste artigo, os titulares dessas garantias poderão ser demitidos ou dispensados, ou ainda, com vencimentos e as vantagens proporcionais ao tempo de serviço, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, mediante atos do Comando Supremo da Revolução até a posse do Presidente da República e, depois da sua posse, por decreto presidencial ou, em se tratando de servidores estaduais, por decreto do governo do Estado, desde que tenham tentado contra a segurança do País, o regime democrático e a probidade da administração pública, sem prejuízo das sanções penais a que estejam sujeitos. Disponível em:http://www.planalto.gov.br//CCIVIL_03/AIT/ait-01-64.htm

78. Arquivo UFMG. AESI/UFMG. Caixa 1/maço 22.

79. Arquivo UFMG. AESI/UFMG. Caixa 6/maço 16/1967

80. Revista "Mosaico". DCE/UFMG-abril/1967- pág. 19.

81. Arquivo UFMG. AESI/UFMG. Caixa 6/maço 16/1967.

82. Arquivo UFMG. AESI/UFMG. Caixa 2, Pasta 29.Ofício nº 602/64, de 12/6/1964.

83. Arquivo UFMG. AESI/UFMG. Caixa 2, Pasta 29.Ofício nº 858/64, de 17/9/1964.

84. BERTOLINO, Farley da Conceição. O golpe civil militar e a Universidade de Minas Gerais: repressão e resistência estudantil. In: *Temporalidades - Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG*, vol. 5, n.º 3, setembro/dezembro de 2013.

85. Jornal Estado de Minas, em 10/07/1964.

86. Arquivo UFMG. AESI/UFMG (1964). Caixa 2. Jornal Estado de Minas, em 10/07/1964.

87. Arquivo UFMG/AESI (1969). Caixa 10, Maço 46. Ofício DSIEC/SEP/OF/CONF. nº 637/69, de 07/11/69 Estava carimbado os seguintes dizeres: A Revolução de 64 é irreversível e consolidará a Democracia no Brasil .

88. Arquivo UFMG/AESI (1969). Caixa 10, Maço 46. Processo Nº 3315/69.

89. Arquivo UFMG/AESI (1971). Caixa 16, Maço 16. Portaria nº 150/69.

90. Arquivo UFMG/AESI. Caixa 18, Maço 26.

91. Originada de dissidências da Polop nos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Executou, a partir de 1968, ações armadas para obter recursos que se destinariam à instalação de uma "área estratégica" no campo. MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos desde solo*: mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado. São Paulo: Boitempo, 1999.

92. Arquivo UFMG/AESI/UFMG (1969). Caixa 12, Maço 01.Jornal Minas Gerais, 31/05/ 1969, p. 17.

93. Arquivo UFMG. AESI/UFMG (1969). Caixa 10, Maço 02.

94. Publicação no Jornal Estado de Minas (01/06/969), titulada: Faculdade de Medicina da UFMG. Reporta a decisão da Diretoria da Faculdade de Medicina da UFMG sobre o caso Athos Magno Costa e Silva. Arquivo UFMG/AESI (1969). Caixa 10, Maço 02.

95. Arquivo UFMG. AESI/UFMG (1969). Caixa 12, Maço 01

96. Arquivo UFMG. AESI/UFMG (1969). Caixa 12, Maço 09. Publicação no Jornal Minas Gerais da Portaria 58 de 24/11/ 1969, citando os acusados, um deles por edital, por encontrar-se foragido, para que no prazo de 15 dias

apresentasse a defesa escrita.

97. Arquivo UFMG. AESI/UFMG (1969). Caixa 12, Maço 09

98. Arquivo UFMG. AESI/UFMG (1970). Caixa 14, Maço 06.

99. MOTTA, 2014 p. 57.

100. Arquivo UFMG. AESI/UFMG (1969). Caixa 10, Maço 18.

101. Arquivo UFMG. AESI/UFMG (1969). Caixa 11, Maço 05.

102. Arquivo SEDESE-1.1.1. Cx.45-Proc.415. C

103. Depoimento prestado à Covemg. Data: 16/05/2017.

104. Arquivo UFMG. AESI/UFMG. Caixa 20, Maço 12.

105. Arquivo UFMG. AESI/UFMG. Caixa 18, Maço 25 e 26.

106. Arquivo UFMG. AESI/UFMG. Caixa 18, Maço 26

107. Depoimento prestado à Covemg. Data: 18/07/2015.

108. Arquivo UFMG. AESI/UFMG (1969). Caixa 11, Maço 06. SC/Confidencial, de 08/09/1969.

109. Arquivo UFMG. AESI/UFMG (1969). Caixa 12, Maço 03.

110. Arquivo UFMG. AESI/UFMG (1969). Caixa 11, Maço 06.

111. Arquivo UFMG. AESI/UFMG (1969). Caixa 12, Maço 03.SC-CONFIDENCIAL em 10/10/69.

112. Arquivo UFMG. AESI/UFMG (1969). Caixa 11, Maço 09.

113. Arquivo UFMG. AESIUFMG (1969). Caixa 11, Maço 06.

114. Arquivo UFMG. AESI/UFMG (1969). Caixa 12, Maço 03. SC-CONFIDENCIAL em 10/10/69.

115. Arquivo UFMG. AESI/UFMG (1970). Caixa 14, Maço 17.Of. nº226/70/E2/ID-4/CONF de 21/05/ 1970.

116. Arquivo UFMG. AESI/UFMG (1969). Caixa 11, Maço 08. Ofício 451/Gb/69 Confidencial de 17/11/ 1969.

117. Arquivo UFMG. AESI/UFMG. Caixa 10, Maço 31

118. BRASIL. Decreto n° 62.803, de 03/06/1968. Aprova o regulamento das Divisões de Segurança e Informações dos Ministérios Civis. Diário Oficial da União - Seção 1 - 1/7/1968, página 5387.

119. Arquivo UFMG. AESI/UFMG. Caixa 27, maço 5.

120. Arquivo UFMG. AESI/UFMG. Caixa 5/maço 08/1967.

121. Normalmente, quando eram solicitadas as LDBs, se tratava de informações em fichas de qualificação de alunos e/ou professores. As fichas continham endereços, experiência profissional, formação acadêmica e um trecho reservado para, se caso houvesse algum ato que desabonasse sua atividade na instituição. Um simples nada consta nos O.I (órgãos de informação) da área era considerado como aval para o profissional atuar em determinada universidade.

122. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar – cultura política brasileira e modernização autoritária.* Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 228-229.

123. Arquivo UFMG. AESI/UFMG. Caixa 37, maço 29.

124. Idem. Informação Nº 150/ASI/UFMG/77 (28/11/1977).

125. Depoimento prestado à Covemg. Data: 28/07/2017.

126. Arquivo UFMG. AESI/UFMG. Caixa 17, maço 18

127. Arquivo UFMG. AESI/UFMG. Caixa 6 ,maço.

128. Arquivo UFMG. AESI/UFMG. Caixa 5, maço.

129. Arquivo UFMG. AESI/UFMG. Caixa 31, maço 6.

130. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar – cultura política brasileira e modernização autoritária.* Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 50.

131. Arquivo UFMG. AESI/UFMG. Caixa 29, maço 37

132. Arquivo UFMG. AESI/UFMG. Caixa 30, maço 5.

133. Arquivo UFMG. AESI/UFMG. Caixa 35, maço 53.

134. Arquivo UFMG. AESI/UFMG. Caixa 38, maço 26

135. Arquivo UFMG. AESI/UFMG. Caixa 1, maço 3

136. Arquivo UFMG. AESI/UFMG. Caixa 1, maço 3

137. Arquivo UFMG. AESI/UFMG. Caixa 1, maço 23.

138. Arquivo UFMG. AESI/UFMG. Caixa 5 (1967), maço 11.

139. Arquivo UFMG. AESI/UFMG. Caixa 2, maço 27.

140. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar – cultura política brasileira e modernização autoritária.* Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 46.

141. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar – cultura política brasileira e modernização autoritária.* Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 38

142. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar – cultura política brasileira e modernização autoritária.* Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 166.

143. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar – cultura política brasileira e modernização autoritária.* Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 178.

144. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar – cultura política brasileira e modernização autoritária.* Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 164.

145. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar – cultura política brasileira e modernização autoritária.* Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 29.

146. Publicação no Jornal Correio da Manhã, em 14/05/1964.

147. Anexo 1: Ofício nº458. Data: 17/06/1964

148. Idem

149. Anexo 2: Ofício nº 714. 09/12/1964

150. Depoimento concedido à Covemg. Data: 25/06/2015. Portaria nº 28; 28/01/1966.

151. Idem.

152. Anexo 4: Portaria da UFMG, nº 1.414. 24/08/1983.

153. Arquivo UFMG. AESI/UFMG (1969). Caixa 12. Maço 12. Dados funcionais referentes ao servidor.

154. Depoimento concedido à Covemg. Data: 27/01/2015.

155. Edital publicado no Jornal Estado de Minas, 06/06/1969.

156. Correio da Manhã. Ônibus da Cometa mata 30 a caminho de Minas. 1º caderno, p. 15, 03/08/1969. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_07&pagfis=103044&ppes=&url=http://memoria.bn.br/docreader.

157. Depoimento concedido à Covemg. Data: 27/01/2015.

158. Idem.

159. Arquivo UFMG. AESI/UFMG (1969). Caixa 12. Maço 12. Ofício SC/Confidencial, 13/10/1969.

160. Idem. Portaria nº 51/1969.

161. Idem I. Relatório. 08/11/1969.

162. Idem II. Decisão do Diretor da Faculdade de Medicina da UFMG. 08/11/1969.

163. Idem III. Portaria Nº 57/69. 11/11/1969.

164. Idem IV. Relatório da Comissão de Inquérito. 05/01/1970.

165. Idem V.

166. Idem VI. Ofício nº 4/70. 07/01/1970.

167. Idem VII. Portaria 65. 17/02/1970.

168. Processo Conedh. 25/09/2002. O número do processo foi citado por Elza Pereira no pedido de indenização de perseguidos políticos da ditadura militar, ao Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos (Conedh), Lei Estadual 13.187/1999. No mesmo documento, a mesma refere que a sua pena processual foi prescrita em dezembro de 1972.

169. Arquivo UFMG. AESI/UFMG (1969). Caixa 10, Maço 18.

170. Anexo III - Ofício Nº 123/RP. Ministério do Exército. 28/04/1969.

171. Anexo IV - Ofício Nº 126/RP. Ministério do Exército. 29/04/1969

172. Arquivo UFMG. AESI/UFMG (1969). Caixa 10, Maço 18.

173. O decreto dispunha sobre infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino. Os estudantes punidos eram desligados das faculdades e ficavam três anos proibidos de se matricular em outra Instituição de Ensino Superior.

174. Idem.

175. Anexo V – Ofício Confidencial. 19/05/1969.

176. Anexo VI – Portaria nº 17. 30/04/1969.

177. Anexo VII – Ofício nº 917. 02/04/1969.

178. Para acessar o decreto de criação da UFOP, consulte: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-778-21-agosto-1969-374757-publicacaooriginal-1-pe.html.

179. Para acesso à Lei nº 1.254, de 04/12/1950, consultar: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L1254.htm.

180. DIAS, José Ramos. *Apontamentos históricos da Escola de Farmácia de Ouro Preto.* - 1989. 3 ed. Ouro Preto: Imprensa Universitária, 1988. 317p.

181. No decorrer dos anos, o nome da Escola foi alterado. Em 1960, pela Lei nº 3.843 passou a denominar Escola de Minas de Ouro Preto (EMOP), nomeação que utilizamos ao longo deste relatório. Para acesso à referida lei, consultar: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L3843.htm.

182. CARVALHO, José Murilo. *A Escola de Minas de Ouro Preto:* o peso da glória. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010, p. 45.

183. A sessão "Diversos" do Jornal Estado de Minas, em 02/05/1973, trazia a seguinte notícia: "Por ato do Presidente Médici, foi exonerado do cargo de diretor-geral da Escola de Minas e Metalurgia de Ouro Preto o prof. Antônio Moreira Calaes. A escola vai passar por uma reformulação administrativa". Arquivo Central da UFOP. Recorte de Jornal. Matéria "Diversos", do Estado de Minas. 02/05/1973.

184. Devido à limitação de espaço, incluímos neste relatório, no que se refere à Escola de Farmácia de Ouro Preto, apenas o caso do estudante Dietrich Sebald Ritter Von Kostrich, por considerarmos que o constante monitoramento, punições e ações repressivas que estendiam além do ambiente universitário foram mais expressivos contra este indivíduo. Outros casos pesquisados e mesmo o texto completo sobre as violações contra Dietrich podem ser acessados no relatório final do GT UFOP.

185. Arquivo Central da UFOP. Ata de Reunião do Colegiado da Faculdade de Farmácia e Bioquímica da Universidade Federal de Ouro Preto. 21/03/1970.

186. Documento disponível em: Arquivo Público Mineiro. Acervo DOPS/MG. Pasta 0317B459, rolo 20A, Documento 73-77.

187. Arquivo Central da UFOP. Recorte de Reportagem divulgada no Jornal Estado de Minas. 04/04/1970.

188. Arquivo Nacional/Distrito Federal. BR_DFANBSB_AT3_0028_d. AT3.1.28. Declaração de alunos da Escola de Farmácia e Bioquímica de Ouro Preto sobre diálogo entre o aluno Dietrich Kostrisch e o professor Altivo Márcio Ribeiro, p. 47.

189. Arquivo Nacional/Distrito Federal. BR_DFANBSB_AT3_0028_d. AT3.1.28. Solicitação de abertura de inquérito contra o aluno Dietrich Kostrich. 28/06/1971, p. 30.

190. Neste ponto cabe uma ressalva: apenas os depoimentos do ex-diretor Vicente Ellena Tropia, do atual diretor Benedito Cândido da Silva e da secretária da Escola de Farmácia, Ilka da Costa Simões, apontavam aspectos desabonadores no que diz respeito à conduta do aluno Dietrich Kostrich. No caso de Tropia, em especial, o mesmo elaborou um verdadeiro memorial com informações e documentos que ele julgava corroborar a necessidade de punição do aluno. Arquivo Nacional/Distrito Federal. BR_DFANBSB_AT3_0028_d. AT3.1.28. Declaração de Vicente Ellena Tropia encaminhada à Comissão de Inquérito contra o aluno Dietrich Ritter. 23/08/1971, p. 71-73.

191. ID/4: 4ª Divisão de Infantaria da Região Militar de Belo Horizonte. No contexto de estruturação do sistema repressivo, Belo Horizonte representava uma Subárea de Defesa Interna (SADI/BH) que correspondia à 4ª Divisão de Infantaria (ID/4). Sobre essa questão ver: RAMOS, Luiz Fernando Figueiredo. *Dentro da estrutura repressiva*: o sistema de segurança interna imaginário anticomunista e repressão política em Minas Gerais no começo da década de 1970. In: SOUZA, Fernando Ponte de; SILVA, Michel Goulart (orgs). *Ditadura repressão e conservadorismo*. Florianópolis: UFSC, 2011; SILVA. André Gustavo da. *Um estudo sobre a participação da PMMG no movimento golpista de 1964 em Belo Horizonte*. 2014. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de São João Del Rei. Departamento de Ciências Sociais, Política e Jurídicas, São João Del-Rei, 2014.

192. APM/DOPS/MG. Pasta: 0317B459, Rolo: 20A, Documento: 99.

193. APM/DOPS/MG. Pasta: 0317B459, Rolo: 20A, Documentos: 70.

194. Arquivo Nacional/Distrito Federal. BR_DFANBSB_AT3_0028_d. AT3.1.28. Certidão emitida pelo Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais. 07/02/1972, p. 3.

195. Arquivo Nacional/Distrito Federal. BR_DFANBSB_AT3_0028_d. AT3.1.28. Declaração da Aluna Juvenilha Almeida afirmando ter sido manipulada por Vicente Ellena Tropia. 17/03/1972, p. 4.

196. Arquivo Nacional/Rio de Janeiro. BR_RJANRIO_TT_0_IRR_PRO_295_d0001de0001. Of. Conf, nº 665/72. p. 9.

197. O trabalho completo sobre resistência e violações de direitos fundamentais a estudantes e professores da Escola de Minas de Ouro Preto pode ser consultado no relatório final do GT UFOP.

198. No caso de Ouro Preto, a articulação do movimento estudantil foi, em grande medida, potencializada pelo ambiente formado por mais de setenta repúblicas universitárias. As fontes analisadas indicam que estes locais se tornaram focos expressivos de mobilização dos

estudantes, no planejamento de ações contra as arbitrariedades do regime. Tanto é que, desde 1964, as repúblicas identificadas como moradias de estudantes "comunistas" - Pureza e Canaan, principalmente – foram frequentemente invadidas por agentes da repressão, especialmente em datas próximas ao 21 de abril. Uma análise aprofundada do papel das repúblicas estudantis em Ouro Preto na organização do movimento estudantil pode ser encontrada no relatório final do GT UFOP.

199. Em interrogatório efetuado pelo Delegado da DVS, Thacyr Omar Menezes Sia, os alunos da Escola de Minas de Ouro Preto, Sérgio Antônio Pretti Maculan e Nelson Maculan Filho afirmaram ter sido presos no dia 05/04/1964, na República Pureza. Relataram ainda que, no momento da prisão, com o delegado, estavam outros policiais e alguns civis. Apesar da rápida ação das forças repressivas na cidade, alguns estudantes conseguiram fugir. Arquivo Público Mineiro. Acervo DOPS/MG. Pasta 0266, rolo 018. Comunismo. Documentos135-136/141.

200. Vale salientar que no mesmo dia, o capitão Sebastião Lucas preparou também a "Relação nominal dos elementos e atuantes nesta cidade de Ouro Preto, que estão denunciados nesta delegacia como comunistas, agitadores, doutrinadores e simpatizantes das doutrinas comunistas, mas que não foram presos por terem fugido da localidade, continuando, no entanto, sujeitos aos resultados das investigações policiais que prosseguem", com 18 nomes, dos quais constavam o estudante Escola de Minas, Fernando Gomes Jardim, e os professores também da Escola, Oswaldo Magalhães Dias e Antônio Pimenta. Ambos documentos foram encontrados em: Arquivo Público Municipal de Ouro Preto. Fundo CMOP. Caixa 1960-1965. Pasta 1964. Cópia das relações também podem ser encontradas em: CARVALHO, Natália Andrade. *Em busca do "credo vermelho":* operação limpeza e "subversão" na Escola de Minas de Ouro Preto logo após o golpe de 1964. Mariana/MG: ICHS, 2011, p. 73-74.

201. Em solicitação do dia 08/05/1964, enviado à DVS, Dona Lígia de Almeida, mãe de Ney, suplicava pela soltura do filho para que pudessem passar juntos o Dia das Mães. Nesta solicitação, foi informado que o aluno cursava "dois ginásios" na cidade, o que comprovava que ele era estudante secundarista na data da prisão. Arquivo Público Mineiro. Acervo DOPS/MG. Pasta 5489, rolo 097, Documento 870.

202. "Os inquéritos e processos visando à apuração da responsabilidade pela prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou de atos de guerra revolucionária poderão ser instaurados individual ou coletivamente". Ato Institucional nº 1, de 09/04/1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm.

203. Vale salientar que a Portaria nº 17 indicava como membro da Comissão o bibliotecário José Pedro Xavier da Veiga, que justificou sua recusa ao diretor da Escola por sua atuação de combate na imprensa ao que chamou de "orientação do desgovêrno, ora derrubado". Assim, acreditava que suas convicções poderiam impedi-lo de agir com "completa imparcialidade". Arquivo Permanente da Escola de Minas de Ouro Preto. Caixa 256. Pasta Comissão de Inquérito de 1964, Doc. 3, Folhas 03-04. Documento 3.

204. Arquivo Permanente da Escola de Minas de Ouro Preto. Caixa 256. Pasta Comissão de Inquérito de 1964, Doc. 14. Folha 22. Documento 4.

205. Arquivo Permanente da Escola de Minas de Ouro Preto. Caixa 256. Pasta Comissão de Inquérito de 1964, Doc. 9. Folha s 13 e 14. Documento 5.

206. Arquivo Permanente da Escola de Minas de Ouro Preto. Caixa 256. Pasta Comissão de Inquérito de 1964, Doc. 26, Folha 41. Documento 6.

207. Arquivo Permanente da Escola de Minas de Ouro Preto. Caixa 256. Pasta Comissão de Inquérito de 1964, Doc. 94, Folhas 138-140. Documento 7. Apesar do posicionamento de alguns padres da cidade, em seu relatório, a Comissão condenou os "membros da JUC [Juventude Universitária Católica] de Ouro Preto, que, em franca oposição à atitude definida e desassombrada dos congregados marianos, trouxe a esta cidade e Pe. Telentino, o Pe.Viegas e suspeitíssimo Frei Josafat, com suas dialéticas nitidamente marxistas. Tais pronunciamentos, de certo, poderiam ser úteis aos trabalhos da comissão, e sobretudo no esclarecer até que ponto os estudantes filiados àquela entidade estariam implicados na política esquerdista do governo deposto, ou melhor, contaminados pelos pregueiros do mal". Arquivo Permanente da Escola de Minas de Ouro Preto. Caixa 256. Pasta Comissão de Inquérito de 1964, Folhas 276-291. Documento 8.

208. Arquivo Permanente da Escola de Minas de Ouro Preto. Caixa 256. Pasta Comissão de Inquérito de 1964, Folhas 276-291. Documento 8.

209. Em ofício nº 072/64, de 07 de abril, logo após as prisões de estudantes na cidade, foram comunicadas ao diretor da Escola de Minas as demissões de todos os membros do Diretório Acadêmico, com exceção do presidente Rômulo Pessôa que não estava na cidade e, assim, não assinara sua demissão. Arquivo Permanente da Escola de Minas de Ouro Preto. Of. nº 072/64. Caixa 153. Documento 9.

210. Arquivo Permanente da Escola de Minas de Ouro Preto. Caixa 256. Pasta Comissão de Inquérito de 1964, Folhas 276-291. Documento 8.

211. Em carta enviada no dia 04/05/1964 ao Prefeito de Ouro Preto, José Benedito Neves, consta o estabelecimento de uma comissão de inquérito para investigar o corpo docente, discente e administrativo da Escola de Farmácia, também com base no artigo 8º do AI-1. Tal comissão era formada pelos seguintes membros: os professores Vicente Ellena Tropia (presidente), Jair Penna e Antônio Fortes e pelo oficial administrativo Themístocles Corrêa de Magalhães. Arquivo Público Municipal de Ouro Preto. Fundo CMOP. Caixa 1960-1965. Pasta 1964. Apesar de comprovada sua existência, não tivemos acesso a quaisquer documentos de tal Comissão, nem mesmo referentes à finalização dos trabalhos. Em junho do mesmo ano, em telegrama enviado ao Diretor da Escola, professor José Badini, o Diretor de Educação Superior, Raymundo Moniz Aragão, solicitava, por ordem do Ministro da Educação, que se instaurasse uma nova comissão de inquérito para investigar os "frequentes rumores de ação subversiva de estudantes estrangeiros". Arquivo da Escola de Farmácia. Telegrama ao Diretor da Escola de Farmácia de Ouro Preto. Data: 16/06/1964. Documento 2.

212. Nos depoimentos tomados pela Comissão de Inquérito, Nuri foi o único aluno que admitiu ter participado das pichações na madrugada de 31 de março de 1964. Sobre a ação, completou que considerava "uma forma legal de manifestação, porquanto não houve nenhuma objeção por parte da autoridade policial que presenciara o fato". Além dele, foram acusados de envolverem-se no episódio, os estudantes Eduardo Teles de Barros e Wagner Geraldo da Silva. Arquivo Permanente da Escola de Minas de Ouro Preto. Caixa 256. Pasta Comissão de Inquérito de 1964, Doc. 43, Folhas 63-66. Documento 10.

213. APM/DOPS/MG. Pasta 3869, rolo 049.

214. Lei nº 4.464/1964. Disponível em: http://www2.cama-

ra.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4464-9-novembro-1964-376749-publicacaooriginal-1-pl.html.

215. As diferenças entre as ações dos estudantes das duas Escolas serão melhor discutidas posteriormente. Arquivo da Escola de Farmácia de Ouro Preto. Ofício nº 162/64. 04/11/1964. Documento 3.

216. Há indícios que, à época da deposição de João Goulart, fundou-se a União das Repúblicas Socialistas Ouro-pretanas (URSO), formada por estudantes das repúblicas Canaan, Castelo dos Nobres e Pureza. As repúblicas citadas foram elencadas no depoimento de César Epitácio Maia, então estudante de Engenharia em Ouro Preto. César salientou ainda não se recordar se a república "Reino de Baco" compunha a URSO. Mas, foi taxativo ao afirmar que a república "Vaticano", localizada no mesmo casarão onde era a "Pureza", "era marcada pela contradição, pois tinha pessoas da esquerda e da direita", sinalizando que possíveis conflitos foram gerados dessa relação. Depoimento de César Epitácio Maia a Otávio Luiz Machado. Projeto *Reconstrução histórica das repúblicas estudantis da UFOP*. 28/01/2003. Disponível em: http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br/2008/03/depoimento-de-cesar-maia_19.html.

217. A partir de 1967, as ações contra as arbitrariedades do regime e, consequentemente, a violência dirigida aos estudantes ouro-pretanos envolveriam, sobretudo, os membros do Diretório Acadêmico eleito naquele ano, formado por: Lincoln Ramos Viana (Presidente); Athaualpa Valença Padilha (Vice-Presidente); Serafim Carvalho Melo (1º Secretário); Benedito França Barreto (2º Secretário); Douglas Senju Morishita (3º Secretário); César Epitácio Maia (Tesoureiro).Depoimento de Lincoln Ramos Viana a Otávio Luiz Machado. Projeto *A Atuação do Diretório Acadêmico da Escola de Minas de Ouro Preto* - o desenvolvimento e o radicalismo entre 1956 e 1969. 26/07/2002. Disponível em: https://fpabramo.org.br/2006/04/15/lincoln-ramos-viana/.

218. Apesar de não termos referências precisas sobre sua origem, o órgão do DAEM aparece diretamente relacionado a César Epitácio Maia, em 1967, que se tornou o principal articulador da publicação entre os alunos de Engenharia. Durante a pesquisa encontramos somente duas edições de *O Martelo*, uma de 1973 e outra de 1981, que atestam a circulação do jornal por ao menos quase duas décadas (Arquivo Nacional/Distrito Federal. BR_DFANBSB_AT3_0025_d). Pela circulação do jornal, o DA de Engenharia estaria no centro das investigações dos principais órgãos de repressão. No ofício nº 5582/SS1/DSI/MEC/73 difundido para DSI/MJ - CIE - CISA - CENIMAR, sobre "Análise de informação adversa", em que é analisada a distribuição de "material subversivo" no meio estudantil, consta que "o Diretório Acadêmico da Escola de Minas e Metalurgia da Universidade Federal de Ouro Preto [estaria] enviando o jornal '*O Martelo*' à USP e a algumas universidades do Nordeste". Arquivo Nacional/Rio de Janeiro. BR_AN_RIO_TT_0_MCP_PRO_0338. Informação nº 5582/SS1/DSI/MEC/73.

219. Em depoimento, César afirma que, durante o assalto, "ficava fora, ficava vigiando apenas de longe, pois se acontecesse algo errado, eu entraria e daria apoio aos companheiros que estavam na ação". Depoimento de César Epitácio Maia a Otávio Luiz Machado. Projeto *Reconstrução Histórica das Repúblicas Estudantis da UFOP*. 28/01/2003. Disponível em: http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br/2008/03/depoimento-de-cesar-maia_19.html.

220. VITRAL, Thiago Veloso. *Corrente Revolucionária de Minas Ger*ais: Resistência ativa à ditadura civil militar em Minas Gerais (1967-1969). 2013. 158f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013, p. 70.

221. Depoimento de Lincoln Ramos Viana a Otávio Luiz Machado. Projeto *A Atuação do Diretório Acadêmico da Escola de Minas de Ouro Preto* - o desenvolvimento e o radicalismo entre 1956 e 1969. 26/07/2002. Disponível em: http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br/2007/07/depoimento-de-lincoln-ramos-viana.html.

222. Depoimento de César Epitácio Maia a Otávio Luiz Machado. Projeto *Reconstrução Histórica das Repúblicas Estudantis da UFOP*. 28/01/2003. Disponível em: http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br/2008/03/depoimento-de-cesar-maia_19.html.

223. Arquivo Público Mineiro. Acervo DOPS/MG. Pasta 5237, rolo 083. Investigação a Estudantes. Documento 17.

224. APM/DOPS/MG. Pasta 4214, rolo 057. Fichas de identificação. Documento 155.

225. Em 1915, foi criado o Centro Acadêmico de Ouro Preto, com o objetivo de promover atividades sociais na cidade, reunindo como sócios, tanto estudantes da Escola de Farmácia quanto da Escola de Minas. Diante de desavenças internas, em 1946, foi aprovada a mudança de nome para "Centro Acadêmico da Escola de Minas" e a exclusão dos estudantes de Farmácia como membros efetivos. Criado posteriormente, em 1931, o Diretório Acadêmico da Escola de Minas demonstrou em toda a sua história uma trajetória política e institucional combativa, tendo papel relevante nas greves nacionais desde os anos 1940 e na luta pelos direitos e contra a precariedade da classe estudantil. Enquanto o primeiro ficava responsável por eventos sociais – como recepção de calouros e formaturas -, o segundo estava encarregado da luta política em âmbito nacional – com papel importante na resistência contra a ditadura - e dentro da Escola. Para mais informações, consultar: MACHADO, Otávio Luiz. *Entidades estudantis de Ouro Preto: Trajetórias e Importância*. Frutal-MG: Prospectiva, 2014.

226. MACHADO, Otávio Luiz (org.). Depoimento de Pedro Carlos Garcia Costa a Otávio Luiz Machado. Ouro Preto: Projeto *A Atuação do Diretório Acadêmico da Escola de Minas de Ouro Preto* - o desenvolvimento e o radicalismo entre 1956 e 1969, 2003. Disponível em: http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br/2008/03/depoimento-de-pedro-carlos-garcia-costa.html.

227. Depoimento de César Epitácio Maia a Otávio Luiz Machado. Projeto *Reconstrução Histórica das Repúblicas Estudantis da UFOP*" 28/01/2003. Disponível em: http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br/2008/03/depoimento-de-cesar-maia_19.html.

228. VITRAL, Thiago Veloso. *Corrente Revolucionária de Minas Gerais*: Resistência ativa à ditadura civil militar em Minas Gerais (1967-1969). 2013. 158f. Dissertação (Mestrado em História*)* - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013, pp. 147-149.

229. Depoimento de Lincoln Ramos Viana a Otávio Luiz Machado. Projeto *A Atuação do Diretório Acadêmico da Escola de Minas de Ouro Preto* - o desenvolvimento e o radicalismo entre 1956 e 1969. 26/07/2002. Disponível em: http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br/2007/07/depoimento-de-lincoln-ramos-viana.html.

230. Depoimento de Lincoln Ramos Viana a Otávio Luiz Machado. Projeto *A Atuação do Diretório Acadêmico da Escola de Minas de Ouro Preto* - o desenvolvimento

e o radicalismo entre 1956 e 1969. 26/07/2002. Disponível em: http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br/2007/07/depoimento-de-lincoln-ramos-viana.html.

231. MACHADO, Otávio Luiz (org.). Depoimento por escrito de Romeu Delaroli a Otávio Luiz Machado. Ouro Preto: LPH/UFOP/Projeto *A Atuação do Diretório Acadêmico da Escola de Minas de Ouro Preto* - o desenvolvimento e o radicalismo entre 1956 e 1969, 2004. Disponível em: http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br/2008/03/depoimento-de-romeu-delaroli-otvio-luiz.html.

232. Conforme seu depoimento: "Foi o professor (Walter José Von) Krüger que uma vez me chamou e disse que a atuação junto ao Diretório Acadêmico para defender os interesses dos estudantes tinha que ser feito mesmo e com toda a vontade, mas que qualquer movimento junto aos funcionários e trabalhadores da empresa Saramenha (ALCAN) devia ser evitado, para não se misturar as coisas. Eu acho que foi quase um conselho de amigos e de uma pessoa mais experiente na época, que estava percebendo o perigo que eu estava correndo. Ele me deu um alerta". Walter José Von Krüger também foi aluno da Escola de Minas de Ouro Preto, tendo se formado em 1938. Depoimento de Lincoln Ramos Viana a Otávio Luiz Machado. Projeto *A Atuação do Diretório Acadêmico da Escola de Minas de Ouro Preto* - o desenvolvimento e o radicalismo entre 1956 e 1969. 26/07/ 2002. Disponível em: http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br/2007/07/depoimento-de-lincoln-ramos-viana.html.

233. MACHADO, Otávio Luiz (org.). Depoimento de, Paulo Pavanelli a Otávio Luiz Machado. Ouro Preto: Projeto *A Atuação do Diretório Acadêmico da Escola de Minas de Ouro Preto* - o desenvolvimento e o radicalismo entre 1956 e 1969, 2003. Disponível em: http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br/2008/03/depoimento-de-paulo-pavanelli-otvio.html.

234. Arquivo Público Mineiro. Acervo DOPS/MG. Pasta 0028, rolo 003. Corrente Revolucionária de Minas Gerais. Documento 346-582.

235. Todavia, em 1970, o professor Joaquim Maia tentou enquadrar uma turma inteira do curso de Engenharia Geológica no Decreto 477. Segundo o então estudante José César Caiafa Júnior, devido à insatisfação dos alunos com as aulas do professor, ele passou a ser interrompido e questionado, interpretando o episódio como "uma contestação, um ato de rebeldia, uma insubordinação ou qualquer outra forma de protesto que não seria adequado a uma instituição como a Escola de Minas e muito menos a ele próprio". MACHADO, Otávio Luiz (org.). Depoimento por escrito de José Cesar Caiafa Junior a Otávio Luiz Machado. Ouro Preto: LPH/UFOP/Projeto *A Atuação do Diretório Acadêmico da Escola de Minas de Ouro Preto* - o desenvolvimento e o radicalismo entre 1956 e 1969, 2004. Disponível em: http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br/2008/03/depoimento-de-jos-cesar-caiafa-junior.html. Em reportagem de agosto de 1971, o jornal Tribuna da Imprensa confirmou o fato e a ida do professor Newton Sucupira a Ouro Preto, atendendo solicitação do Ministro da Educação e Cultura. Joaquim Maia acabou repreendido, pelo desconhecimento dos artigos do decreto e orientado a ministrar aulas mais práticas e acessíveis aos estudantes. Arquivo Central da Universidade Federal de Ouro Preto. Estudante é processado por professor Jornal Tribuna da Imprensa. 23/08/1971.

236. Em nota, o pesquisador Otávio Machado revela que apenas quatro dias após o desligamento dos estudantes, em resposta a ofício do Diretório Acadêmico sobre as dificuldades vivenciadas pelos moradores da República Gaiola de Ouro, o Diretor da Escola declarou: "Com o afastamento dos Snrs. LINCOLN RAMOS VIANA e PEDRO CARLOS GARCIA COSTA surgiram duas vagas, respectivamente na República Canaã e na República Castelo dos Nobres". Depoimento de Lincoln Ramos Viana a Otávio Luiz Machado. Projeto *A Atuação do Diretório Acadêmico da Escola de Minas de Ouro Preto* - o desenvolvimento e o radicalismo entre 1956 e 1969. 26/07/2002. Disponível em: http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br/2007/07/depoimento-de-lincoln-ramos-viana.html.

237. MACHADO, Otávio Luiz (org.). Depoimento de Pedro Carlos Garcia Costa a Otávio Luiz Machado. Ouro Preto: Projeto *A Atuação do Diretório Acadêmico da Escola de Minas de Ouro Preto* - o desenvolvimento e o radicalismo entre 1956 e 1969, 2003. Disponível em: http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br/2008/03/depoimento-de-pedro-carlos-garcia-costa.html.

238. Decreto-Lei 314, de 1967: "Art. 23. Praticar atos destinados a provocar guerra revolucionária ou subversiva: Pena - reclusão, de 2 a 4 anos." Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html. Decreto-Lei 510, de 1969: "Art. 36: Constituir, filiar-se manter organização do tipo militar, de qualquer forma ou natureza, armada ou não, com ou sem fundamento, com finalidade combativa. Pena: reclusão, de 1 a 3 anos para os cabeças, reduzida de metade para os demais". Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0510.htm.

239. Depoimento de Lincoln Ramos Viana a Otávio Luiz Machado. Projeto *A Atuação do Diretório Acadêmico da Escola de Minas de Ouro Preto* - o desenvolvimento e o radicalismo entre 1956 e 1969. 26/07/2002. Disponível em: http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br/2007/07/depoimento-de-lincoln-ramos-viana.html.

240. MACHADO, Otávio Luiz (org.). Depoimento de, Paulo Pavanelli a Otávio Luiz Machado. Ouro Preto: Projeto *A Atuação do Diretório Acadêmico da Escola de Minas de Ouro Preto* - o desenvolvimento e o radicalismo entre 1956 e 1969, 2003. Disponível em: http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br/2008/03/depoimento-de-paulo-pavanelli-otvio.html.

241. APM/DOPS/MG. Pasta 0043. Rolo 004. Documentos 11-12.

242. Foi preso na mesma ocasião Milton Campos de Souza. Aldo de Sá Brito Souza Neto, que também participou da ação, foi morto pelos policiais. Arquivo Público Mineiro. Acervo DOPS/MG. Pasta 0059, rolo 006. Presos Políticos. Documento 12.

243. Após investigações, a decisão proferida pela 4ª Circunscrição Judiciária Militar salientou que tudo "leva à certeza, senão absoluta pelo menos palpável, de que não foi Newton Moraes o autor do disparo mortal." Apesar disso, por estar envolvido também em outros três IPMs, Newton foi condenado a 15 anos de reclusão e suspensão de seus direitos políticos por dez anos. Após apelação ao STM, sua pena foi reduzida a 8 anos de reclusão. BNM_248. Ação Penal nº 5/71. Sentença. Auditoria da 4ª CJM. Disponível em: http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/300/248.html.

244. A citação do *Orvil* presente nesse relatório foi retirada da p. 623, da versão digital encontrada em: https://books.google.com.br/books?id=XIv6cbJvWBUC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false. Para conhecer melhor sobre o projeto do *Orvil*, consultar: TEIXEIRA, Mauro Eustáquio Costa. *A democracia fardada*: imaginário político e negação do dissenso durante a transição brasileira (1979-1988). Aedos no 13 vol. ago/dez 2013.

245. MACHADO, Otávio Luiz (org.). Depoimento por escrito de Romeu Delaroli a Otávio Luiz Machado. Ouro Preto:

LPH/UFOP/Projeto *A Atuação do Diretório Acadêmico da Escola de Minas de Ouro Preto* - o desenvolvimento e o radicalismo entre 1956 e 1969, 2004. Disponível em: http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br/2008/03/depoimento-de-romeu-delaroli-otvio-luiz.html.

246. BNM, 1985: tomo V, vol. 3 as torturas, p. 324. Apud: RAMOS, Luiz Fernando Figueiredo. Corrente e ALN: *Memória da Resistência armada à ditadura em Minas Gerais (1967-1971*). 2013. 221f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros.

247. Acervo DEOPS/SP *Venceremos*, número 3, junho/julho de 1971, capa. APESP. Pasta 30Z160, n. 10.415, p. 03. Apud: GASPAROTTO, Alessandra. *Fontes sobre as organizações de resistência à ditadura civil-militar no Brasil.* Caracterização e possibilidades de investigação. Acervo, Rio de Janeiro, V. 27, Nº 1, jan/jun 2014, p. 180.

248. APM/DOPS/MG. Pasta: 0043; Rolo: 004. Ação Libertadora Nacional – Investigações sobre Assaltos. Imagens: 11-12.

249. Arquivo Nacional/Rio de Janeiro. BR_RJANRIO_TT_0_IRR_PRO_205_d0001de0001. Of. Conf, nº 665/72.

250. Arquivo Permanente da Escola de Minas de Ouro Preto. Caixa 256. Pasta Comissão de Inquérito de 1964. Doc. 17, Folha 25.

251. Arquivo Nacional/Distrito Federal. Ministério da Educação e Cultura - Escola de Minas de Ouro Preto. Processo de mandado de segurança do Prof. Oswaldo de Magalhães Dias. BR_DFANBSB_AT3_0029_d.

252. *Site* oficial da UFV. Disponível em: https://www.ufv.br/a-ufv/a-ufv-historia/. Acesso em:15/07/2017.

253. SILVA, Gustavo Bianch. BOTELHO, Maria Izabel Vieira. *Os convênios internacionais entre a Universidade de Purdue e a UREMG/UFV:* a ciência em rede (1958, 1973). Caminhos de Geografia Uberlândia v. 16, n. 54 Jun/2015. p.49. Disponível em: http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/. Acesso: 16/07/2017.

254. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar* – cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p.77.

255. Arquivo Central da UFV. Caixa 748. 1984.

256. Idem I

257. Idem II.

258. Arquivo Nacional/Distrito Federal. BR_DFANBSB_HE_0_IVT_0086.pdf. Identificação: *Reportagem do Jornal Folha de São Paulo*,08/01/1980. Documento do fundo: Delegacia de Polícia Federal em Juiz de Fora (Minas Gerais), p.84. Disponível em: http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/pesquisa_pdf.asp#.

259. Idem I.

260. Idem II.

261. Arquivo Nacional/Distrito Federal. BR_DFANBSB_ZD_0_0_0015C_0005_d0001.pdf. Identificação: *Invasão policial em festa de estudantes*. Documento do fundo: Divisão de Inteligência do Departamento de Polícia Federal. Disponível em: http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/pesquisa_pdf.asp#..

262. Idem I.

263. Arquivo Nacional/Distrito Federal. BR_DFANBSB_ZD_0_0_0015C_0008_d0006.pdf. Identificação: *Arbitrariedade Policial*. A partir da página 03.

264. Arquivo UFV. DCE/UFV. Caixa com identificação 1979.

265. Arquivo Nacional/Distrito Federal. AC_ACE_106711_77.pdf. Fundo: BR RJANRIO V8. Serviço Nacional de Informações. Identificação: Caso José Seródio. Pp. 01-30.

266. Depoimento prestado à Covemg, durante Audiência Pública. Data: 06/04/2017.

267. Publicação Jornal Folha de São Paulo em 19/05/1977. *Acervo Folha de São Paulo*. Disponível em: http://acervo.folha.uol.com.br/

268. Arquivo Nacional/Distrito Federal. BR_DFANBSB_ZD_0_0_0016C_0002_d0003.pdf. Fundo: Divisão de Inteligência do Departamento de Polícia Federal. Identificação: *Invasão Policial*. Pp. 01-07

269. Arquivo Nacional/Distrito Federal. BR_DFANBSB_V8_GNC_CCC_80002209_an002_d0001de0001.pdf. FUNDO: BR RJANRIO V8 - Serviço Nacional de Informações. Identificação: *Destruição de documentos*, p.13 e 23.

270. Arquivo Nacional/Distrito Federal. BR_DFANBSB_V8_TXT_AGR_DNF_0134_d0001de0001.pdf p.85

271. Conforme publicação no Jornal Correio da Manhã foram: Antônio Armond Marques, José de Souza, Lamiro Francisco Costa, Moacir José de Luca, José Moreira Lana, Alberto Ibraim Arbex, Wilson Valverde, Nonato Furtado de Siqueira, Itamar Barbosa de Souza, Rubens Policastro Meira, Manoel Queiroz e Plinio Simplicio Vieira.

272. Jornal Correio da Manhã. 05/04/1964. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_07&pasta=ano%20196&pesq=.

273. UFJF: Arquivo Fafile, ata Congregação, 28/04/1964. Relatório da CMV-JF.

274. UFJF: Arquivo Fafile, ata Congregação, 28/04/1964. Relatório da CMV-JF.

275. Depoimento à CMV-JF – 01/08/2014.

276. Depoimento à Covemg em 18/07/2015.

277. RIBEIRO, Flávia Maria Franchini (2007). *A subida do monte purgatório:* estudo da experiência dos presos políticos da Penitenciária Regional de Linhares (1969-1972*)*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, UFJF. Juiz de Fora. p.9.

278. Depoimento ao Comitê pela Memória, Verdade e Justiça, s/d. Juiz de Fora. Comissão Municipal da Verdade. *Memórias da repressão:* relatório da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de For*a*. Juiz de Fora, 2015.

279. Arquivo Nacional/Distrito Federal. Fundo SNI. AC_ACE 104127/77.

280. Arquivo Nacional/Distrito Federal. Fundo SNI. AC_ACE_3288/79.

281. Arquivo Nacional/Distrito Federal. Fundo SNI. ABH_ACE_6246.

282. Arquivo Nacional/Distrito Federal. Fundo SNI. AC_ACE_62011/73.

283. Arquivo Nacional/Distrito Federal. Fundo SNI. AC_ACE_92926/76.

284. Arquivo Nacional/Distrito Federal. Fundo SNI. ABH_ACE_7385_82.

285. Arquivo Nacional/Distrito Federal. Fundo SNI. AC_ACE_114164/76.

286. Arquivo Nacional/Distrito Federal. Fundo SNI. EBH_ACE_3932_/81, EBH_ACE_6278_/82, AC_ACE_103363/77, AC_ACE_104043, ABH_ACE _917/80 e ABH_ACE _6577/82.

287. Depoimento prestado à CMV-JF, em 05/12/2014.

288. Gestão Teia DCE PUC Minas. Projeto *55 anos DCE PUC Minas*. Belo Horizonte: [s.n.], [ca. 2007]. p. 51.

289. SOUZA, Robson Sávio R. (org.). *50 anos do golpe militar:* a Igreja e a Universidade. Belo Horizonte: FUMARC, 2014, p. 59.

290. Jornal O Diário. Publicação: 10/08/1965. p.7.

291. CMPH PUC/MG; Fundo DCE; Série: Correspondência. Caixa: 22/pasta 05/. Datas limite: 1963/2007/S/D

292. Idem I

293. CMPH PUC/MG; Fundo DCE; Série: Comunicado. Caixa: 22/pasta 5/5. Datas limite: S/D *discurso na Bancada Estudantil no Conselho Universitário*- Reunião Ordinária 25/06/1975

294. CMPH PUC/MG; Fundo DCE; Série: Comunicado: Caixa: 22/ pasta: 2/5 Datas limite: 1980/89. *Vida é Vida!* Luto é Luta. S/D.CMPH PUC/MG; Fundo DCE; Série: Comunicado. Caixa: 22/pasta 5/5, Datas limite: S/D. Prisões- 05/09 (sem ano) doc. 17.

295. CMPH PUC/MG; Fundo DCE; Série: Correspondência. Caixa: 22/pasta 05, Datas limite: 1963/2007/S/D-*Estudantes do Serviço Social em Greve*

296. IDEM 1

297. Gestão Teia DCE PUC Minas. Projeto *55 anos DCE PUC Minas*. Belo Horizonte: [s.n.], [ca. 2007]. p. 16.

298. CMPH PUC/MG; Fundo DCE; Série: Jornal Pasta: 66/ Datas Limite: 1970-1978/Documento 33.

299. De 1952 a 1965 as eleições para o DCE da PUC Minas foram indiretas.

300. Gestão Teia DCE PUC Minas. Projeto *55 anos DCE PUC Minas*. Belo Horizonte: [s.n.], [ca. 2007]. p.32.

301. IDEM 1

302. CMPH - PUC/MG; Fundo DCE; Série: Correspondência: Caixa: 22/ pasta: 05 Datas limite:1963/2007/S/D-Eleições Livres- 1979

303. Gestão Teia DCE PUC Minas. Projeto *55 anos DCE PUC Minas*. Belo Horizonte: [s.n.], [ca. 2007]. p.37.

304. Gestão Teia DCE PUC Minas. Projeto *55 anos DCE PUC Minas*. Belo Horizonte: [s.n.], [ca. 2007]. p.36

305. IDEM 1

306. APM/DOPS/MG. Pasta: 083; rolo: 024; Imagem: 4.

307. IDEM 1

308. APM/DOPS/MG. Rolo: 024; Pasta: 0835; Imagem: 6.

309. IDEM 2.

310. "Art 36: Constituir, filiar-se manter organização de tipo militar, de qualquer forma ou natureza, armada ou não, com ou sem fardamento, com finalidade combativa".

311. Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa (SABE). Hemeroteca Digital do Jornal Estado de Minas. Edição de 02/03/1968. *Promotor denuncia estudantes*; imagem 14.

312. Jornal O Diário, edição de 03/04/1968.

313. IDEM 1

314. APM/DOPS/MG. Pasta 0835; rolo: 024; Imagem: 2 / Pasta 0034; rolo: 004; Imagem: 85.

315. Depoimento concedido à Covemg. Data: 13/06/2017.

316. APM/DOPS/MG. Pasta: 0033; rolo: 004; Imagem: 395.

317. APM/DOPS/MG. Pasta: 0033; rolo: 004; Imagem: 03

318. APM/DOPS/MG. Pasta: 5276; rolo: 084; Imagem: 28.

319. APM/DOPS/MG. Pasta: 0040; rolo: 004; Imagem: 123

320. "Art. 11: Redistribuir material ou fundos de propaganda de proveniência estrangeira, sob qualquer forma ou a qualquer título, para a infiltração de doutrinas ou idéias incompatíveis com a Constituição./ Art. 12: Formar filiar-se ou manter associação de qualquer título, comitê, entidade de classe ou agrupamento que sob a orientação ou com o auxílio de govêrno estrangeiro ou organização internacional, exerça atividades prejudiciais ou perigosas à segurança nacional./ Art. 14: Divulgar por qualquer meio de comunicação social, notícia falsa, tendenciosa ou fato verdadeiro truncado ou deturpado, de modo a indispor ou tentar indispor o povo com as autoridades constituídas./ Art. 21: Tentar subverter a ordem ou estrutura político-social vigente no Brasil, com o fim de estabelecer ditadura de classe, de partido político, de grupo ou de indivíduo./ Art. 23: /Art. 33: Se o crime fôr praticado por meio de imprensa, panfletos ou escritos de qualquer natureza, radiodifusão ou televisão, a pena será aumentada de metade".

321. APM/DOPS/MG. Pasta: 0040; rolo: 004; Imagem: 124.

322. APM/DOPS/MG. Pasta: 0040; rolo 004; Imagem: 284.

323. APM/DOPS/MG. Pasta: 0014; rolo 001; Imagem: 188.

324. APM/DOPS/MG. Pasta: 0047; rolo 005; Imagem: 119.

325. APM/DOPS/MG. Pasta: 0047; rolo 005; Imagem: 59.

326. "Art. 45 (Número VI): Fazer propaganda subversiva: Manifestando solidariedade a qualquer dos atos previstos nos itens anteriores".

327. "Art. 49 (Número I): São circunstâncias agravantes, quando não elementares do crime: Ser o agente militar ou funcionário público, a êste se equiparando o empregado de autarquia, emprêsa pública ou sociedade de economia mista"

328. APM/DOPS/MG. Pasta: 0047; rolo: 005; Imagem: 198.

329. APM/DOPS/MG. Pasta: 0047; rolo: 005; Imagem: 185.

330. APM/DOPS/MG. Pasta: 0046; rolo: 005; Imagem: 17.

331. APM/DOPS/MG. Pasta: 0046; rolo: 005; Imagem: 153.

332. Como Maria Rosângela, o estudante Luiz Carlos Alves, da escola de Filosofia, também teve sua casa revistada, no dia 8 de dezembro do mesmo ano, sendo apreendida uma grande quantidade de material sobre a organização subversiva AP, segundo consta no relatório, a residência era um "aparelho" onde membros da AP se reuniam para tratar de atividades, particularmente no setor estudantil. No documento "Relatório de atividades do Indiciado", presente no acervo do DOPS, dentre as atividades de Luiz estão que, em 1969 foi orientado por um membro da UNE a fazer pichações e panfletagens, além de ser um dos responsáveis pela pesquisa de opinião "Berra Enquanto é Tempo" feito na PUC Minas, cujo resultado foi apresentado num livreto apreendido em sua residência. O livreto continha comentários de caráter subversivo. O estudante esteve foragido, entretanto, não constam no acervo do DOPS documentos relativos a sua prisão. APM/DOPS/MG. Pasta: 0045; Rolo: 004; Imagem: 49 e 54.

333. APM/DOPS/MG. Pasta: 0046; rolo: 005; Imagem: 41.

334. APM/DOPS/MG. Pasta: 0046; rolo: 005; Imagem:82.

335. APM/DOPS/MG. Pasta: 0046; rolo: 005; Imagem:279.

336. APM/DOPS/MG. Pasta: 0263; rolo: 018; Imagem: 7.

337. APM/DOPS/MG. Pasta: 0263; rolo: 018; Imagem: 8.

338. Depoimento prestado à Covemg: Data: 19/06/2017.

339. FGV CPDOC. *Edgar de Godoi da Mata Machado*. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/edgar-de-godoi-da-mata-machado>. Acesso em: 14/07/2017.

340. APM/DOPS/MG. Pasta: 4150; Rolo: 054; Imagem: 99.

Alípio Gomes - Ciências Econômicas: O D.A. da Faculdade de Ciências Econômicas da PUC Minas (FACE) publicou uma nota, no dia 28/05/1976, declarando que o aluno Alípio Gomes e seu professor de Microeconomia, Haroldo Santiago, foram presos. Segundo consta, o motivo da prisão se deu por pertencerem ao PCB. Na ocasião da prisão, professor e estudante da PUC Minas permaneceram incomunicáveis e foram incursos na Lei de Segurança Nacional, mesmo após os apelos feitos pelos advogados e da mobilização das entidades estudantis na Universidade (CMPH PUC/MG; Fundo DCE; Série: Comunicado. Caixa: 22/pasta 5/5, Datas limite: S/D. Nota oficial: *Preso estudante e professor da UCMG,* 27/051976).

341. APM/DOPS/MG. Pasta: 0238; rolo: 016; Imagem: 137.

342. APM/DOPS/MG. Pasta: 0054; rolo: 005; Imagem: 245-246.

343. APM/DOPS/MG. Pasta: 0047; rolo: 005.

344. Disponível em: http://www.cefetmg.br/textoGeral/historia.html.

345. MOTTA, Rodrigo P. Sá. *As universidades e o regime militar*: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

346. Documento Portaria 259: Arquivo Geral do CEFET-MG - Caixa 43/02.02.01.01.003/ Ata da 49ª Reunião Ordinária do Conselho de Representantes.

347. Comissão de Legislação ao CP - 12/12/1969. Caixa 68 - 02.02.02.03-005/006.

348. Arquivo Geral CEFET-MG.Of.CD-1351/66. Caixa 192, Dossiê Wellington Moreira Diniz.

349. TAVARES, Fábio Liberato de Faria. CARVALHO, Maria Helena Meira. *A Presença Militar na Escola Técnica Federal de Minas Gerais na década de 1960.* Disponível em: http://www.historialivre.com/revistahistoriador/sete/4fabio.pdf

350. Arquivo Geral CEFET-MG. Caixa 61 - Fundo 2.CR-31/66 a CR-35/66.

351. Arquivo Geral CEFET-MG. Comunicação 1/66. Caixa 192, Dossiê Wellington Moreira Diniz.

352. Arquivo Geral CEFET-MG. Caixa 65. 02.02.02.01.005. Ata da 69ª Reunião Extraordinária do Conselho de Professores.

353. Arquivo Geral CEFET-MG. Caixa 65. 02.02.02.01.005. Ata da 70ª Reunião Ordinária do Conselho de Professores.

354. Arquivo Geral CEFET-MG. Arquivo Geral CEFET-MG. Ata da 71ª Reunião Ordinária do Conselho de Professores.

355. Arquivo Geral CEFET-MG. Caixa 44. 02.02.01.01-006.Ata da 86ª Reunião Ordinária do Conselho de Professores.

356. Arquivo Geral CEFET-MG. Pasta 64. 02.02.02.01-011. Ata da 100ª Reunião Extraordinária do CP.

357. Idem.

358. Ibidem.

359. Arquivo Geral do CEFET-MG. Caixa 74 - 02.02.11.001. Relatório Comissão de Professores. 12/08/1968.

360. Arquivo Geral CEFET-MG. Pasta 64. 02.02.02.01-011. Ata da 100ª Reunião Extraordinária do CP.

361. Arquivo Geral do CEFET-MG. Pasta 67 - 02.02.02.02-005. OF. SEC. CP Nº45/68.

362. Idem.

363. Arquivo/UFMG. AESI/UFMG. Caixa 10, Maço 23.

364. Arquivo/UFMG. AESI/UFMG. Caixa 18, Maço 09.

365. Arquivo/UFMG. AESI/UFMG. Caixa 20, Maço 12.

366. APM/DOPS/MG. Pasta: 4323; Rolo: 60; Imagem: 3.

367. APM/DOPS-MG. Pasta: 0057; Rolo: 005; Imagem: 20.

368. Desde 1956 o Estado Brasileiro contava com o Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (Sfici), cujo prestígio ficou abalado com a queda de João Goulart, o que culminou na criação do SNI em 1964. Cf. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Os olhos do regime militar brasileiro nos campi*. As assessorias de segurança e informações das universidades. *Topoi*. v.9, n.16, jan/jun. 2008.

369. STEPAN, Alfred. *Os militares: da abertura à Nova República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 33.

370. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 197.

371. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, pp. 198-202.

372. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, pp. 36-51. SANTANA, F. A.. *Atuação do movimento estudantil no Brasil: 1964-1984*. Dissertação (Mestrado em História Social), Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2007. p. 131.

373. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, pp. 198-199.

374. O documento faz referência à sigla da Universidade em Uberlândia como UnU. No entanto, acredita-se ser a UFU a sigla correta.

375. Instruções sobre LDB, Levantamento de Dados Biográficos para as ASIs. Documento do fundo: *Assessoria de Segurança e Informações da Universidade Federal de Minas Gerais*, disponível no *site* do Arquivo Nacional: http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/pesquisa_pdf.asp#.

376. Arquivo Nacional/Rio de Janeiro. BR_RJANRIO_CNV_0_ERE_00092_000767_2012_07. Of Nº 2519 AEPC/DSI/MEC/73.

377. Depoimento de Francisco Carlos Limp Pinheiro prestado à Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora em 31/10/2014.

378. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Os olhos do regime militar brasileiro nos campi*. As assessorias de segurança e informações das universidades. Topoi. v.9, n.16, jan/jun.2008.

379. Arquivo UFMG. AESI/UFMG, Caixa 20, maço 6.

380. Arquivo UFMG. AESI/UFMG, Caixa 24, maço 3.

381. Arquivo UFMG. AESI/UFMG, Caixa 31, maço 9.

382. Arquivo UFMG. AESI/UFMG, Caixa 21, maço 3.

383. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=4408&imagem=1689

384. Arquivo Geral CEFET-MG. CAIXA 49 - 02.02.01.01-021. Ata da 229ª Reunião Ordinária do Conselho de Representantes.

385. Arquivo UFMG. AESI/UFMG, Caixa 38, maço 23.

386. Arquivo UFMG. AESI/UFMG, Caixa 38, maço 31.

Cf. nº 458 Em 17 de junho de 1964

Magnífico Reitor:

Encaminho a Vossa Magnificência o parecer elaborado pela Comissão Administrativa desta Faculdade, sôbre a situação dos servidores José Nilo Tavares, Simon Schwartzman, Marcos Magalhães Rubinger, Teotônio José dos Santos Júnior e Herbet José de Sousa, nomeados sem concurso e em estágio probatório (art. 15 da Lei nº 1.711, de 28.10.52), os quais se ausentaram por mais de trinta dias do serviço, bem como de um que, em situação idêntica, aceitou outro cargo público.

Informo a Vossa Magnificência que:

a) O professor Marcos Magalhães Rubinger apresentou à Faculdade, em 13 de maio último, certificado da Comissão de Investigação dizendo encontrar-se detido desde o dia 12 de abril;

b) O professor Simon Schwartzman uma comunicação, sem qualquer comprovação, de que estave detido de 11 de abril a 4 de junho corrente, encontrando-se à nos-

Exmo. Sr.
Professor Aluísio Pimenta
Magnífico Reitor da Universidade
de Minas Gerais
Belo Horizonte, MG.
RAB/MGA

Cl. nº 458 Em 17 de junho de 1964

Magnífico Reitor:

Encaminho a Vossa Magnificência o parecer elaborado pela Comissão Administrativa desta Faculdade, sôbre a situação dos servidores José Otto Tavares, Simon Schwartzman, Marcos Magalhães Rabinger, Teotônio José dos Santos Júnior e Herbet José de Sousa, nomeados sem concurso e em estágio probatório (art. 15 da Lei nº 1.711, de 28.10.52), os quais se ausentaram por mais de trinta dias do serviço, bem como de um que, em situação idêntica, aceitou outro cargo público.

Informo a Vossa Magnificência que:

a) O professor Marcos Magalhães Rabinger apresentou à Faculdade, em 13 de maio último, certificado da Comissão de Investigação dizendo encontrar-se detido desde o dia 11 de abril;

b) O professor Simon Schwartzman uma comunicação, sem qualquer comprovação, de que esteve detido de 11 de abril a 4 de junho corrente, encontrando-se à noe-

Exmo. Sr.
Professor Aluísio Pimenta
Magnífico Reitor da Universidade
de Minas Gerais
Belo Horizonte, MG.
RAB/MGA

EM J.F. (ANEXO 6)

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR
AUDITORIA DA 4ª R. M.

OFÍCIO Nº 714

JUIZ DE FORA (MG)
Em 9 de dezembro de 1954.

(4)

EXMº SR. DR. SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

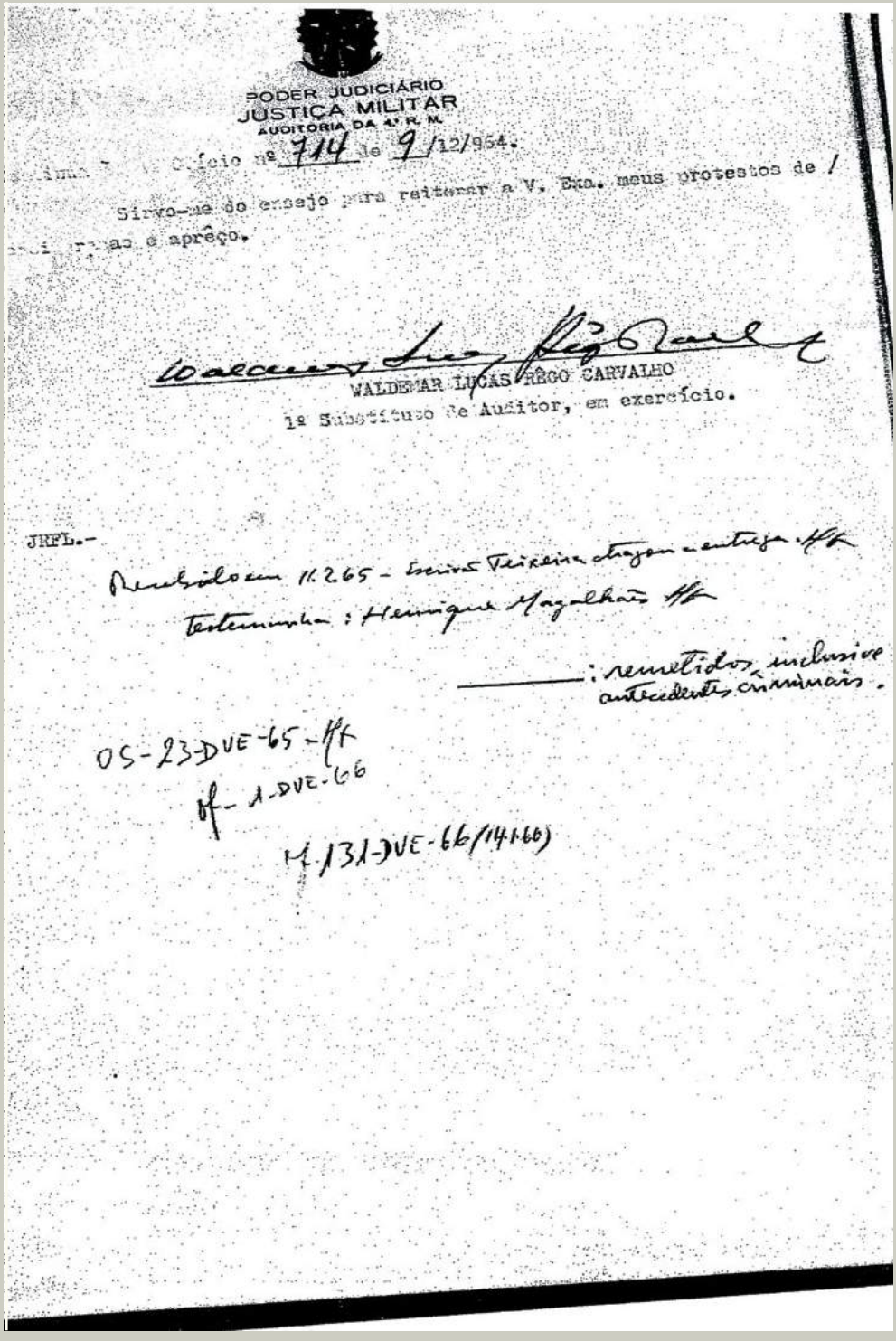
Comunico a V. Exa., para os devidos fins, que no dia sete (7) do corrente mês, êste Juizo aceitou a denúncia oferecida pelo órgão do Ministério Público Militar, junto a esta Auditoria, contra os civís - SIMON SCHWARTZMAN, brasileiro, 24 anos de idade, filho de Salomão Schwartzman e Chaja Radzymer Schwartzman, casado, natural de Belo Horizonte, MG, professor universitário, residente à rua dos Carijós nº 679, aptº 501, nessa Capital; MARCOS MAGALHÃES RUBINGER, brasileiro, 30 anos de idade, filho de Leon Rubinger e Alzira Magalhães Rubinger, casado, natural de Belo Horizonte, MG, professor universitário, residente à rua Augustura nº 243, aptº 101, nessa Capital; JOSÉ DE ARCHILLA CORRÊA, brasileiro, 29 anos de idade, filho de Alcindo Corrêa e Ercília Moreira Corrêa, casado, natural de Itapecirica, MG, professor universitário, residente à Av. do Contorno nº ... 6.636, Bairro Santo Antonio, nessa Capital; MARILDA ALMEIDA TRONCOSO, brasileira, com 27 anos de idade, filha de Manoel Troncoso de Meireles e Ar... mira Troncoso de Almeida, solteira, natural de Almenara, MG, professora universitária, residente à rua Paraíba nº 139, aptº 9, nessa Capital; SILVIO CARVALHO DE VASCONCELOS, brasileiro, 47 anos de idade, filho de Salomão Vasconcelos e Branca Vasconcelos, casado, natural de Belo Horizonte, MG, professor catedrático, residente à Av. do Contorno nº 7.510, nessa Capital e ELY BONINI GARCIA, brasileiro, 34 anos de idade, natural de Pirado Rio, GO, filho de Nemésio Garcia Lima e Irma Bonini Garcia, professor universitário, residente à rua Turfa nº 1.168, aptº térreo, Bairro Barroca, nessa Capital, todos como incursos na sanção do art. 2º, nº III, da Lei nº 1.802, de 5 de janeiro de 1953 (Lei de Segurança Nacional).

R. Araguari 1254 - 06-130-1955-11

Em consequência, solicito as necessárias de V. Exa. no sentido remeter a êste Juizo as individuais dactiloscópicas e os antecedentes criminais dos referidos civís, a fim de serem anexados ao processo respectivo.

Informo a V. Exa. que nesta data estamos solicitando ao Exmº Sr. Gen. Cmt. da 4ª R.M. o transporte do acusado MARCOS MAGALHÃES RUBINGER para a sede desta Auditoria, ficando a manutenção do mesmo, preso, em uma das Unidades Militares desta Guarnição, à disposição dêste Juizo.

(continua)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR
AUDITORIA DA 4ª R. M.

[illegible] Ofício nº 714 de 9/12/964.

Sirvo-me do ensejo para reiterar a V. Exa. meus protestos de / [illegible] e aprêço.

WALDEMAR LUCAS RÊGO CARVALHO
1º Substituto de Auditor, em exercício.

JRFL.-

Recebido em 11.2.65 - Escrivão Teixeira atrazou a entrega. [illegible]
Testemunha: Henrique Magalhães [illegible]

_____: remetidos, inclusive antecedentes criminais.

OS-23-DVE-65 - [illegible]
Of-1-DVE-66
M.131-DVE-66 (14.1.66)

NO 11
EAS CORPUS

OFÍCIO Nº 3

JUIZ DE FORA (MG)
Em 3 de janeiro de 1967.

58

Arquivar

EXMO SR DR SECRETARIO DA SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS.
BELO HORIZONTE - MG.

FICHADO

O

Comunico a V. Exa., para os devidos fins, que o Supremo Tribunal Federal, em sessão de 17-5-66, conforme telegrama nº 102-P, da mesma data, julgando a petição de "habeas-corpus" nº 42.588, impetrada em favor da acusada - MARILDA ALMEIDA TRONCOSO, - decidiu conceder a ordem para trancar a ação penal, fundada em denúncia inépta.

Ainda, o mesmo Tribunal, conforme telegrama nº 317-P, de 16-12-66, julgando a reclamação nos autos de "habeas-corpus" nº 42.619, impetrado em favor do acusado civil - ELY BONINI GARCIA, decidiu conceder a ordem mandando trancar a ação penal contra o reclamante e demais denunciados - SIMON SCHWARTZMAN, MARCOS MAGALHÃES RUBINGER, JOSÉ DE ANCHIETA CORRÊA e SILVIO CARVALHO DE VASCONCELOS, por falta de justa causa para o proseguimento da ação penal.

Esclareço a V. Exa. que os civis acima mencionados, respondiam a processo, perante êste Juízo, como incursos na Lei de Segurança Nacional, conforme comunicação feita a essa Secretaria através do ofício nº 499, de 14-04-66.

Aproveito a oportunidade para reiterar a V. Exa. meus protestos de estima e consideração.

DR. WALDEMAR LUCAS RÊGO CARVALHO
1º SUBSTITUTO DE AUDITOR, EM EXERCÍCIO.

V - 41/DVE-67 - Comunicação ao Deptº de Investigações

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FACE

PORTARIA Nº 1414, DE 24 AGO 1983

O Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, e de acordo com o que determina o Parecer PG. 121/81, constante no Processo nº 00/17747/79,

Resolve anular a Portaria nº 28, de 28 de janeiro de 1966, publicada no D.O. de 30-06-66, que exonerou "ex-officio", por conveniência do serviço, Marcos Magalhães Rubinger, do cargo de Pesquisador-Auxiliar, EC-704-15, do QP da UFMG, lotado na Faculdade de Ciências Econômicas.

Belo Horizonte, 24 AGO 1983

José Henrique Santos
Reitor

CONFERE COM O ORIGINAL
B. Hte., 24/08/83
MARIA DE LOURDES MACEDO
Secretária Administrativa
do DP da UFMG

31/08/83 II 0571

ALAB/zvs

MOD. DA 019



12

VOLTAR AO SUMÁRIO

IMPEDIMENTO DE CONVIVÊNCIA DE CRIANÇAS COM SEUS GENITORES EM RAZÃO DA SUA PRISÃO, MORTE OU DESAPARECIMENTO

Coordenadora: Maria Céres Pimenta Spínola Castro
Redação: Ana Sofia Vilanova Monken
Janaína Campos de Freitas Breugelmans
Larissa Alves Fernandes
Mariane dos Reis Cruz

13.1 Introdução

> A ditadura roubou parte da história desses meninos e meninas (...) Nenhum dos que tiveram os pais assassinados, clandestinos ou encarcerados, teve direito a desfrutar da convivência familiar e escolar ou mesmo comunitária. Eles não viajavam nas férias, não participavam de jogos nem de festinhas do colégio, relacionavam-se com restrições e por pouco tempo com os vizinhos, conviviam permanentemente com o segredo. Incontáveis fins de semanas eram passados nas cadeias, únicas ocasiões em que podiam ver os pais. Isso sem falar na experiência dos que permaneceram nas celas junto com as mães… [1]

Os objetivos desta investigação referem-se à explicitação da violação dos direitos das crianças à convivência com seus pais, em decorrência da ação da ditadura militar, conforme se observou nos relatos dos casos apresentados. Desta forma, considerou-se que seria possível consolidar a memória relativa à ditadura militar, por meio dos relatos daqueles que, com enorme sofrimento e perdas individuais e coletivas, viveram e presenciaram essa época.

Os casos são apresentados com a identificação do genitor, de seu percurso na militância política contra a ditadura militar e das penas que sofreu naquele período. Após esta identificação, é relatado o que o filho viveu naquela época, a partir do que a sua memória registra. Tais relatos memorialísticos foram obtidos por meio de oitivas com os filhos, realizadas pela Covemg ou pela obtenção de relatos escritos encaminhados pelos filhos à Covemg, ou ainda, pela utilização de relatos apresentados em documentos de outras comissões da verdade que foram a público, como é o caso do livro "Infância Roubada: crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil", publicado pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo - Rubens Paiva, em parceria com a Assembleia Legislativa daquele estado.

13.2 A violação ao direito humano de convivência familiar sob a perspectiva da legislação

Ainda que o regime jurídico durante a ditadura militar (1964-1988) não regulamentasse os direitos que envolviam as famílias e a convivência familiar entre pais e filhos, desde os anos 1950 declarações internacionais, em que o Brasil é signatário, tratam da proteção à família, às crianças e do direito à convivência familiar.

Em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos visava à ampliação dos direitos para uma terceira geração, que protegesse direitos econômicos e sociais. Com um tratamento generalizado acerca das garantias a serem estabelecidas e dos indivíduos amparados, a Declaração versou sobre a importância da família e a preservação do núcleo familiar sem a interferência de terceiros:

> Art. XII: Ninguém será sujeito à interferência em sua vida privada, em sua família, em seu lar ou em sua correspondência, nem a ataque à sua honra e reputação. Todo ser humano tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques.
>
> Art. XVI: A família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado.

A família, núcleo fundamental da sociedade, deve ser protegida contra interferências de terceiros, civis ou agentes estatais. Nos casos relatados a seguir, a violação dos direitos protegidos pela Declaração mostra-se clara no quesito interferência na vida familiar das crianças que foram separadas de seus pais, por ação direta do Estado ou em razão da preservação de sua segurança ou integridade. De qualquer forma, o núcleo familiar foi afetado, e algumas vezes destruído, em decorrência da atuação política dos pais naquele período.

Influenciada pela mudança de paradigma dos direitos humanos ocorrida na metade do século passado em razão da Declaração, a Organização das Nações Unidas - ONU resolveu proclamar a Declaração Universal dos Direitos das Crianças, em 1959, elencando princípios que visam à proteção das crianças e à garantia de que elas possam usufruir de direitos e liberdade como qualquer outro sujeito de direito.

Sobre o direito à convivência familiar, a Declaração dos Direitos das Crianças proclama:

> Princípio 6º: Direito ao amor e à compreensão por parte dos pais e da sociedade. A criança necessita de amor e compreensão, para o desenvolvimento pleno e harmonioso de sua personalidade; sempre que possível, deverá crescer com o amparo e sob a responsabilidade de seus pais, mas, em qualquer caso, em um ambiente de afeto e segurança moral e material; salvo circunstâncias excepcionais, não se deverá separar a criança de tenra idade de sua mãe. A sociedade e as autoridades públicas terão a obrigação de cuidar especialmente do menor abandonado ou daqueles que careçam de meios adequados de subsistência. Convém que se concedam subsídios governamentais, ou de outra espécie, para a manutenção dos filhos de famílias numerosas [grifos nossos].

Reconhecida pelo governo brasileiro, desde 1961, a Declaração dos Direitos das Crianças afirma que o desenvolvimento pleno da personalidade da criança - ou seja, o seu desenvolvimento moral, social, mental e psicológico - é de responsabilidade e depende do amparo dos pais. A Declaração ainda prioriza que a criança de tenra idade, para atingir seu desenvolvimento pleno, não deve ser separada de sua mãe. O impedimento de convivência entre pais e filhos, em razão da prisão, morte ou desaparecimento daqueles, durante a ditadura militar, configurou violação de um direito fundamental.

Além da proteção ao núcleo familiar e da interdição de separação de filhos e seus genitores, as duas Declarações – a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e a Declaração dos Direitos das Crianças (1959) - implicam a sociedade, o Estado e as autoridades governamentais na proteção das crianças e de suas garantias individuais. No período antidemocrático e violento por que passou o Brasil entre os anos de 1964 e 1988, verifica-se que o próprio Estado e autoridades governamentais infligiram violências contra as crianças e violaram direitos humanos e fundamentais.

Já em tempos democráticos, a Constituição Federal do Brasil busca a realização de uma nação democrática, livre, fraterna e comprometida com a construção de uma sociedade igualitária, plural e justa. Neste sentido, em um dos seus capítulos (VII) preconizam os cuidados com a família, as crianças, os adolescentes, jovens e idosos. Ela é clara ao garantir o direito à convivência familiar das crianças e adolescentes:

> Art. 227 É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. [grifo nosso].

Ainda, a Constituição de 1988 declara:

> Art. 229. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.

Em 1989, para firmar compromisso jurídico entre as nações sobre a proteção da criança, as Nações Unidas propuseram a Convenção sobre os Direitos da Criança, da qual o Brasil também é signatário. A Convenção trata do direito à convivência familiar em seu Preâmbulo:

> [...]
>
> Convencidos de que a família, como grupo fundamental da sociedade e ambiente natural para o crescimento e bem-estar de todos os seus membros, e em particular das crianças, deve receber a proteção e assistência necessárias a fim de poder assumir plenamente suas responsabilidades dentro da comunidade;
>
> Reconhecendo que a criança, para o pleno e harmonioso desenvolvimento de sua personalidade, deve crescer no seio da família, em um ambiente de felicidade, amor e compreensão;
>
> [...] [grifos nossos].

A Convenção assume os princípios da Declaração dos Direitos da Criança e os transforma em obrigações jurídicas a serem cumpridas pelos países signatários. As duas definem "criança" como sujeito vulnerável e carente de proteção, em razão de sua vulnerabilidade.

No Brasil, em 1990, já no escopo do novo paradigma do Estado Democrático de Direito, é promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, cuja finalidade é a proteção integral à criança e ao adolescente, sujeitos de direitos em desenvolvimento. O ECA segue o sistema de proteção integral determinado pela Declaração e pela Convenção e estabelece a proteção de toda e qualquer criança, independentemente de sua situação, buscando a garantia de seus direitos sociais e individuais.

Especificando o que está definido na Constituição brasileira e na Convenção dos Direitos da Criança, o Estatuto possui um capítulo destinado ao direito à convivência familiar: "Capítulo III - Do Direito à Convivência Familiar e Comunitária".

Assim prescreve o ECA:

> Art. 19. É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral.
>
> [...]
>
> § 4º Será garantida a convivência da criança e do adolescente com a mãe ou o pai privado de liberdade, por meio de visitas periódicas promovidas pelo responsável ou, nas hipóteses de acolhimento institucional, pela entidade responsável, independentemente de autorização judicial. [grifos nossos].

Verifica-se, assim, que a criança tem o direito de ser criada em ambiente familiar, com pai e mãe, para o seu desenvolvimento integral. Além do mais, ainda que um dos genitores esteja em situação de privação de liberdade, deve ser garantida a sua convivência com os filhos. Tal hipótese abarca as situações vividas por um grande número de crianças, durante a ditadura militar, em que seus genitores foram acusados, presos e condenados a penas privativas de liberdade em virtude de militância política, além de muitos terem sido mortos ou desapareceram por força da ação ditatorial naquele período. E, ainda que tais proteções à criança e a definição do seu direito à convivência familiar só tenham sido estabelecidas em textos fundamentais no período de redemocratização, é importante reafirmar que o Brasil era, desde 1961, signatário da Declaração dos Direitos da Criança promulgada pelas Nações Unidas em 1959.

13.3 Percurso metodológico da pesquisa realizada

O trabalho de investigação foi realizado a partir da definição de critérios objetivos que permitiram a seleção dos casos a serem incluídos no Relatório. Assim, foram utilizadas as regras que nos instrumentos legais fundamentam a proteção das crianças. A partir destas regras, foi definido o sujeito central deste Capítulo, ou seja, aquele que sofreu a violação de seus direitos fundamentais: a criança. A Convenção dos Direitos da Criança define:

> Artigo 1: Para efeitos da presente Convenção considera-se como criança todo ser humano com menos de dezoito anos de idade, a não ser que, em conformidade com a lei aplicável à criança, a maioridade seja alcançada antes.

No entanto, por ser o critério adotado pelo paradigma jurídico brasileiro, a definição de criança adotada, aqui, é a do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA:

> Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos; e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.
>
> Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

Sendo assim, os casos selecionados referem-se aos militantes políticos presos, mortos ou desaparecidos, durante o período da ditadura militar, que tinham

filhos com até 12 anos de idade. Entretanto, outros aspectos foram utilizados também para a seleção dos casos a serem investigados: militantes políticos que foram exilados ou banidos e que tinham filhos com idade até 12 anos; mulheres militantes políticas que foram presas grávidas ou que, na prisão, tiveram seus filhos torturados ou ameaçados de tortura, como forma de pressioná-las a "confessar seus crimes contra o Estado". E ainda, filhos de presos políticos que ficaram mais de dois anos na prisão, sem que seu direito à convivência com "o pai ou mãe privado de liberdade" fosse respeitado.

Os casos foram selecionados a partir da relação de cidadãos mineiros mortos e desaparecidos já investigados pela Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), especialmente aqueles casos investigados pela subcomissão de Mortos e Desaparecidos da Covemg. Além destas listagens, foram também utilizados os processos de indenização às vítimas de tortura (Comissão Especial de Indenização ás Vítimas de Tortura – CEIVIT) do Conselho Estadual de Direitos Humanos de Minas Gerais (CONEDH). Os casos constantes destas relações foram examinados cuidadosamente para a verificação de que se aplicavam aos critérios definidos:

- se o militante morto ou desaparecido tinha filhos com idade até 12 anos na ocasião de sua morte ou desaparecimento;
- se o militante ficou preso mais de dois anos e se nessa época tinha filhos com idade até 12 anos
- se o militante quando foi exilado ou banido tinha filhos com idade até 12 anos.

Em muitos dos casos relatados pelas comissões apontadas acima, havia informações acerca dos filhos daqueles militantes. Entretanto, esta informação não era priorizada e, na maior parte das vezes, não se destacava a idade dos filhos no período da prisão do genitor. Assim, naqueles casos em que não havia quaisquer dados sobre os filhos foi tentada a localização de algum membro da família que pudesse corroborar a existência de filhos do militante no período de sua prisão, com a referência também da idade destes filhos naquele período. Essas tentativas foram feitas por telefone (quando havia esta indicação no processo) e majoritariamente por carta, para endereços constantes nos processos de indenização. Infelizmente, em muitos casos não se obteve êxito.

Na situação em que foi contatada a família e comprovado que a situação vivida por ela atendia aos critérios estabelecidos, os filhos foram convidados a

conceder um depoimento à Covemg que, gravado e transcrito, forneceu os elementos para os relatos que se seguem sobre acontecimentos vividos pela família e, especialmente, pelos filhos dos militantes políticos. Em alguns casos, os filhos optaram por fornecer um depoimento escrito que foi enviado à Covemg. Ainda, em outros casos, foram utilizados depoimentos coletados por outras comissões da verdade e já tornados públicos, como é o caso, já citado, do livro "Infância Roubada "[2] - produzido pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva".

Lembramos aqui, antes de adentrarmos na história de cada caso, as formulações constantes do Relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV) ao discutir "A violência contra crianças e adolescentes, o legado traumático e sua transmissão. "[3]

> O esforço em descrever a experiência traumática de vítimas de graves violações de direitos humanos explicita o quão tênue são as fronteiras físicas e psicológicas. A permanência de sequelas nos corpos dos sobreviventes, que dificultam ou mesmo limitam suas vidas, por décadas, é indiscutível. Também é incontestável que as consequências dos traumas vividos não se encerram em sua forma física, com desdobramentos psicológicos importantes. Da mesma forma, não é mais possível ignorar que a gravidade da violência do período e a profundidade do sofrimento experimentado deixaram marcas indeléveis na sociedade brasileira. Nesse sentido, a voz das vítimas é uníssona: meio século depois do golpe de Estado, a herança traumática do período não apenas sobrevive, como vem sendo transmitida às novas gerações. O termo "trauma" designa a sequela produzida por um evento desorganizador das defesas psíquicas. Os sobreviventes de grandes catástrofes naturais, assim como as vítimas de formas extremas de violência, não conseguem superar o terror dessas experiências porque elas não se enquadram nas estruturas simbólicas que permitem a elaboração psíquica. Assim, as marcas do sofrimento traumático tendem a se atualizar durante a vida dessas vítimas e são transmitidas inconscientemente a seus descendentes. O trauma só pode ser compreendido e descrito a partir do modo como a violação e a violência são incorporadas, reproduzidas e vivenciadas, por exemplo, na estrutura da relação que se constrói entre marido e mulher, mãe e filho, entre as mulheres e homens. Um trauma é mediado, necessariamente, pela maneira como cada vítima vivenciou e elaborou a experiência e pela forma como pôde reconstruir suas relações com o mundo exterior, a partir dos eventos marcados pelo sofrimento.

13.4 Casos relatados: violação ao direito de convivência com os genitores [4]

Filhos de militantes mortos e/ou desaparecidos políticos

Militantes: André Grabois e Crimeia Alice Schmidt de Almeida –
Filho: João Carlos Schmidt de Almeida Grabois

João Carlos Schmidt de Almeida Grabois, o Joca, é filho de Crimeia Alice Schmidt de Almeida e André Grabois. Crimeia começou sua militância ainda na adolescência em Belo Horizonte com sua família. Ela foi presa no Congresso de Ibiúna em 1968[5] e entrou para a clandestinidade após ser solta. Antes de fazer 18 anos, Crimeia já havia sido "fichada", quando foi presa com a família, em Belo Horizonte. Em 1969, começou a militar no Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e foi para a região do Araguaia, juntando-se à Guerrilha[6]. Foi presa em 1972 quando estava grávida, torturada e teve o filho na prisão. Nascido no Rio de Janeiro/RJ, André Grabois entrou para a clandestinidade com 17 anos de idade com seu pai Maurício Grabois e militou no PCdoB. Depois de realizar treinamentos na China e na Albânia, foi para o Araguaia, onde comandou o Destacamento A, e ali conheceu e se casou com Crimeia. Foi morto em outubro de 1973 e é considerado desaparecido político.[7]

Nascido na prisão, em Brasília, João Carlos é administrador de empresas e matemático. Sua mãe estava grávida de sete meses quando foi presa com a família da irmã, Maria Amélia de Almeida Teles. Crimeia foi extremamente torturada pelo coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra e constantemente ouvia as ameaças de tortura e sequestro do filho que estava esperando. Crimeia afirma que sentia o feto tendo crises de soluço dentro de sua barriga toda vez que era torturada. Essas crises acompanharam Joca enquanto criança. Ela ficou 27 horas em trabalho de parto, sendo a maior parte delas na cadeia, sem assistência médica adequada. Joca, nascido em 1973, ficou com a mãe por um mês, quando foi entregue a sua família. Ele estava desnutrido, com infecção e sendo sedado constantemente. As sequelas desse período foram diversas e Joca fez muitos tratamentos, incluindo o neurológico até os 10 anos de idade.

> O meu nome é João. Minha mãe estava presa quando eu nasci. Ela estava sequestrada e eu nasci em Brasília, no Hospital da Guarnição do Exército. Mas isso eu não lembro.[8]



Figura 1 – João Carlos no colo da mãe Crimeia após seu nascimento. Fonte: ALMEIDA, 2014, p. 277[9]

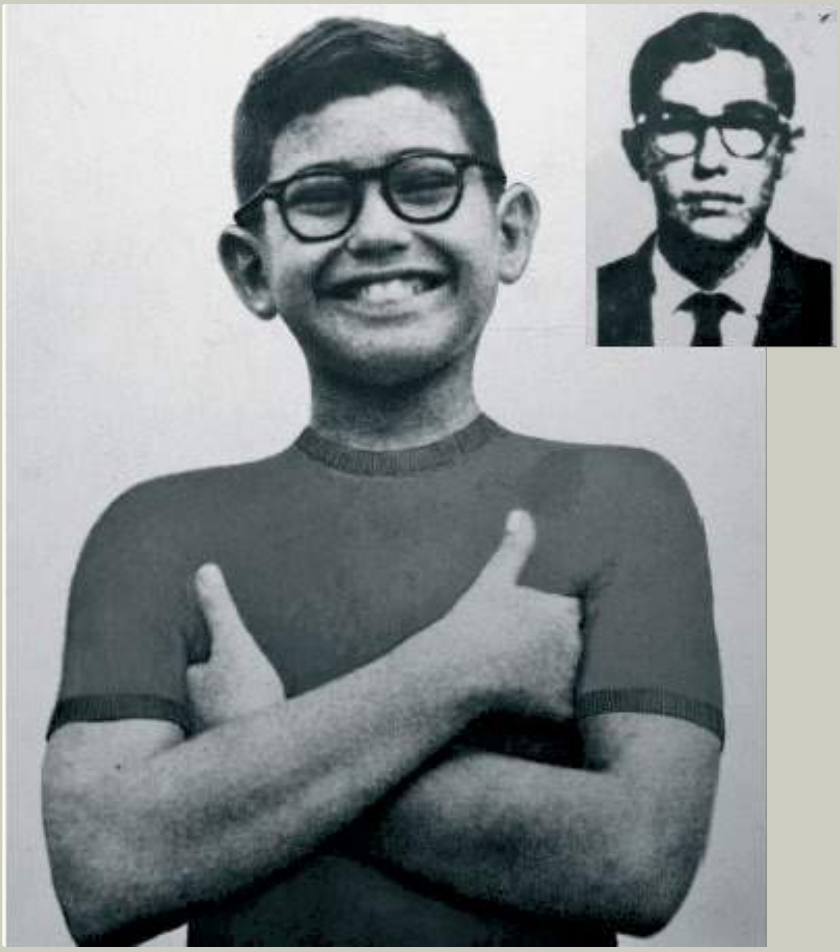


Figura 2 – Registros fotográficos de André Grabois. Fonte: GRABOIS, 2014. p. 274[10]

Joca nunca conheceu o pai, André Grabois, morto no Araguaia em 1973. Como André se encontrava clandestino desde 1964, quando ainda era menor de idade, Joca possuía poucas fotografias e informações sobre o pai e sua família.

> Quando eu era pequeno, minha mãe contou que meu pai tinha morrido na Guerrilha do Araguaia. Ela dizia: "Olha, se perguntarem, você vai dar outro nome. Não vai falar o nome verdadeiro do seu pai, nem contar essa história de que ele era guerrilheiro. Você fala que ele teve um acidente e morreu. Que você era muito bebê e teve um acidente de carro, morreu e pronto". Aí depois eu fui conhecer o Igor [Igor Grabois, outro primo de João Carlos], mais tarde, já quase nos anos 1980, eu já estava na escola. Nessa época conheci mais gente da família. Antes, a família era reduzida à Jana, o Edson, o Cesar, a Amelinha e a minha mãe. Eram poucas pessoas e aí, de repente, mais que dobra o número de familiares. Os Grabois têm um monte de primos. [...] Aí, quando eu estava

> com 17 anos, mais ou menos, a gente abriu um processo contra a minha avó... olha que engraçado. Na verdade, era contra o meu pai e contra a minha avó para reconhecimento de paternidade. Tinha o curador de ausente que estava defendendo o meu pai. Ele ficava questionando se minha mãe não tinha tido outros casos, se eu era realmente filho do meu pai, sei lá o quê. Uma coisa assim meio surreal. A minha avó era ré, tinha este cara que estava lá para defender os interesses do meu pai, mas questionando a paternidade. Aí, uma hora o juiz perguntou se eu tinha uma pergunta para fazer. Eu disse: "Tenho, sim. Por que essa pessoa que está representando o meu pai não está querendo reconhecer o filho dele? Eu acho que se meu pai estivesse aqui ele ia querer, sim. E eu não entendo essa coisa aí". Ele falou: "Não, a figura dele é essa, e alguém tem que questionar". Aí eu falei, "Mas não tem sentido, ele não está aqui não é por que ele não quer reconhecer a paternidade. Ele não está aqui porque é desaparecido". Nós ganhamos esse processo e, a partir dos 17 anos, eu passei a ter no RG a filiação, pai: André Grabois. Porque antes, só tinha assim: mãe, Crimeia Alice. E ganhei uma certidão que tinha os avós paternos.[11]

Joca demorou a conhecer sua história, escrita por sua mãe:

> Havia um caderninho que ganhei da minha mãe em que ela contava toda a sua história. Era tipo um diário que ela fez durante todo o tempo em que esteve presa. Todo dia ela escrevia um pouquinho porque achava que não ia me conhecer. Eu demorei muito tempo para ler esse caderninho. Minha mãe o colocou na minha fralda quando me entregou para minha tia, minha madrinha. Quando eu estava com três meses e saí da cadeia ela entregou para essa minha tia. E aí depois a minha tia entregou esse diário para minha mãe e depois a minha mãe entregou para mim. Só fui lê-lo quando estava com 21 anos. É triste.[12]

Militante: Benedito Gonçalves - Mãe: Maria da Conceição Gonçalves – Filhos: Dejamilton, Elaine e Chirlene Gonçalves

Kleber Gonçalves, nascido em 1957; Nelson Gonçalves, 1958; Dejamilton Gonçalves, 1959; Elaine Gonçalves, 1965 e Chirlene Gonçalves, 1969, são filhos de Benedito Gonçalves e Maria da Conceição Gonçalves. Benedito nasceu em 1931, na cidade de Carmo da Mata/MG, onde se casou com Maria da Conceição, e tiveram três filhos, Kleber, Nelson e Dejamilton. No início da década de 1960, a família mudou-se para Divinópolis/MG em busca de melhores condições

de vida. Lá, nasceram Elaine e Chirlene. Benedito trabalhou por 11 anos como metalúrgico na Companhia Siderúrgica Pains, na cidade de Divinópolis, em Minas Gerais, além de atuar como sindicalista. Durante uma manifestação de um grupo de grevistas em 13/08/1979, foi agredido pela Polícia Militar de Minas Gerais e, sete dias depois, no mesmo dia em que completaria 48 anos de idade, morreu no Hospital São João de Deus, em Divinópolis, em 20/08/1979.

Em outubro de 2004, foi reconhecida pela CEMDP a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Benedito.[13]



Figura 3 – Benedito com seus filhos Dejamilton, Kleber e Nelson. Fonte: acervo pessoal de Djamilton Gonçalves

Sobre os primeiros anos da família em Divinópolis, Dejamilton conta:

> Eu sou o Dejamilton Gonçalves, eu nasci em 27/09/1959, sou filho de Seu Benedito Gonçalves e da Dona Maria da Conceição Gonçalves. Nasci em Carmo da Mata, e de lá, pequeno ainda, por volta de um ano de idade, a gente, nós viemos pra Divinópolis. Pra Divinópolis porque a vida em Carmo da Mata tava muito difícil, e a gente, meus pais, vieram buscar uma vida melhor aqui em Divinópolis pra toda família. E aquela dificuldade danada pra carregar a família nas costas, salário muito baixo, na época da ditadura também, tudo era difícil. Tudo era difícil. Mas era bom, porque pelo menos hoje, a gente aprendeu muita coisa na vida e a gente foi uma família feliz, todos trabalham, e a família cresceu bastante.[14]

À época da morte de Benedito, Kleber tinha 22 anos; Nelson, 21; Dejamilton, 20; Elaine, 14 e Chirlene, 10. Sobre o falecimento do pai, Elaine relata:

> Perdi meu pai com 14 anos, o que foi horrível, foi uma covardia o que fizeram com meu pai. Meu pai era um trabalhador muito honesto. Sinto falta dele até hoje, sinto a presença dele todo momento da minha vida, lembro como se fosse hoje a notícia, quando chegou, porque uma coisa que eu lembro muito bem, quando meu pai saiu de casa, tava tendo a greve, aí eu pedi pra ele, falei: "Papai, não vai! Por favor!" Aí ele falou pra mim: "Minha filha, é justo os meus amigos lá, batalhando por um salário melhor, e eu ficar aqui deitado?" Meu pai tava de licença médica, e ele passou uma hora mais ou menos, chegou a notícia. Eu estava sozinha na minha casa, porque minha mãe tinha ido ao médico, meus irmãos não estavam em casa, chegou a notícia do meu pai e foi horrível.[15]

Dejamilton completa:

> Eu vou falar um pouco do relato, como que foi que aconteceu a morte do meu pai. O meu pai morreu no dia 20/08/1979. Meu pai morreu no dia do aniversário dele. A pessoa espera... Um ano é grande demais, mais de 300 dias, procê morrer no dia do seu aniversário. Só que, o que eu analiso de lá pra cá, é, nem tudo foi trevas. Porque o trabalhador ganhou muita coisa com isso, porque foi através de uma greve, que começou aqui em Divinópolis, quem começou essa greve aqui em Divinópolis foi o, o Lula teve aqui em Divinópolis pra começar essa greve, aí ele veio mobilizando Celso Aquino, Teixeira, uma turma aqui, pra fazer essa greve aqui em Divinópolis, pra começar essa greve aqui em Minas Gerais. Me parece que Divinópolis começou antes de Belo Horizonte, e essa greve, ela foi, me parece, que a primeira do Brasil, que depois que parou aqui, acho que na semana seguinte que parou o ABC Paulista[16], conseguiu parar o ABC Paulista. [...] Eu perdi meu pai, mas os trabalhadores ganharam. As conquistas que teve de lá pra cá. Então alguém teve que derramar o sangue pra melhorar pros que ficaram. Alguém teve que pagar por isso, e uma dessas pessoas, foi o meu pai. Eu não vejo isso com tristeza.[17]

Chirlene também se recorda da época do falecimento de seu pai:

> Eu me chamo Chirlene Gonçalves, sou filha de Benedito Gonçalves, eu sou a mais nova, na época que meu pai morreu, eu tinha 10 anos. E eu vou falar uma coisa para vocês, é uma dor muito grande que eu não desejo pras minhas filhas o que eu passei, porque a ausência de um pai é muito grande. Se ele

> não tivesse morrido na época que aconteceu, talvez a nossa vida não tinha sido do jeito que foi, podia ter sido até melhor. Então, o quê que a gente fez, a gente uniu muito e vamos levando a vida. Só que foi uma morte assim, muito injusta, na idade, eu tinha só 10 anos. Sabe que toda hora você liga a televisão e vê falando aquela mesma coisa, sai no jornal, você vai na escola, os assuntos dos meninos não mudam! Tudo era sobre aquilo! Então a gente fica assim, traumatizada com aquilo, na idade que eu tinha, só 10 anos, já estava no final de ano, já estava saindo do quarto ano, já. Então confunde muito a cabeça de uma criança.[18]

A violência da morte de Benedito marcou a família, que ainda hoje encara o ocorrido como um abuso por parte dos agentes da repressão. Chirlene diz:

> Esses negócios de greve, a gente já passou por isso. Eu tenho medo de greve, cês não imaginam. Morro de medo! Se falar que tem greve lá no Centro, eu corro léguas, por quê? Trauma que a gente fica. [...] O jeito que ele morreu, como que ele foi tratado, que eu acho que não precisava daquilo. Machucou, levou pro hospital, chegou lá, não fizeram os exames que ele tinha que fazer, depois o salário que ele recebia, passaram a perna na minha mãe, pegaram mais da metade dela, até hoje não conseguimos repor esse dinheiro dela, entendeu?[19]

Além da violência policial, o descaso da equipe médica que atendeu Benedito, no hospital para onde foi levado, também foi marcante para a família. Não foram encontrados registros de nenhuma das passagens de Benedito pelo hospital. Dejamilton narra:

> Eu nunca vi falar isso na minha vida, que você tem uma pancada na cabeça e você não tinha, e você não precisa de tirar radiografia. Não tirou radiografia do meu pai. [...] Eu fiquei revoltado pra caramba, falei: 'Por que que não tiraram radiografia do meu pai? Eu tava no hospital, [...]Deu um cortezinho na cabeça, nessa altura mais ou menos, do cérebro, né? Aí fizeram uma raspagem, deu ponto e puseram o curativo. Aí deu afundamento de crânio, num tiraram. Porque se tivesse tirado a radiografia, talvez tinha visto. Aí foi tirar de madrugada, aí deu afundamento de crânio. O meu pai já não falou mais nada. [...] Aí de madrugada ele passou mal, nós voltamos com ele pro hospital, ali já levou ele pra mesa de cirurgia, já tiraram a radiografia, já constatou, e já foi pra mesa de cirurgia, e eles devem ter feito a cirurgia até 5 horas. Na mesma hora fizeram, já não dava mais pra… Não dava mais pra fazer muita

> coisa mais. E ali meu pai foi piorando, já foi pro CTI, piorando, piorando, aí quando foi no...nesse dia 20, que nós chegamos no hospital, [eu] mais o meu irmão, ele [meu pai] tava no CTI, não podia entrar, aí a enfermeira falou pra mim. Falou: "Ó, cê tem que esperar o médico que já tá chegando aí." O médico já chegou e falou comigo assim: "Ó, tá você e o Nelson aí, vou deixar um de vocês entrar pra ver seu pai, mas um só. Talvez vai ser a última vez que cês vão ver ele com vida." Aí me perguntou qual de nós dois que ia ver ele, lá. Que queria ver, entrar no CTI. O Nelson falou comigo: "Não, então se for, você entra." Aí eu entrei, ele já tava, já dando convulsão de novo, né? Aquela convulsão, suando frio. Eu vi que não tinha esperança mais, eu vi que não dava mais. Ficou uma semana tentando, foi piorando, piorando, piorando... [20]

No dia em que Benedito foi ferido pelo policial, ele e Nelson haviam combinado de se encontrar durante a greve. Dejamilton relata:

> Aí, nesse momento, o meu irmão trabalhava [...], eles foram parando, empresa por empresa, eles iam chegar lá. A intenção deles era ir no Bairro de Icaraí pra parar tudo, no Centro Industrial pra parar tudo. Aí teve o batalhão. Aí o batalhão na época, a Fundição Guarani, ela era no Niterói, no Bairro Niterói, então me parece que era uma das últimas indústrias que tinha no final do bairro, da cidade. Então dali pra lá era mato puro. Então dali pra lá, só tinha a Forjaria São Luiz, que era lá no meio do mato. Eles tinham que passar lá na porta pra parar essas forjarias. Foi onde que, na época, o batalhão parece que aproveitou pra pegar o pessoal. Tava fora da cidade… Porque dentro da cidade tinha muita imprensa, a imprensa dava cobertura demais, sabe? E num era só a imprensa de Divinópolis, era de tudo quanto é lugar. Folha de São Paulo, Estado de Minas, tudo cobria, o pessoal cobria. O pessoal de fora vinha e fazia cobertura, e símbolo daquilo ali. Porque era... Gente, era a primeira greve que teve. Praticamente quase que do Brasil, ué. Depois que teve essa aqui que começou a do ABC Paulista, começou Belo Horizonte, aí foi a cidade… Não sei de João Monlevade também, foi emendando tudo ali, ó. Começou aqui primeiro.[21]

Após a morte de Benedito, a família, que já passava por dificuldades financeiras, se viu em uma situação ainda mais complicada. Maria da Conceição contou com a ajuda de todos para superar as adversidades encontradas. Elaine conta:

> Aí o papai morreu em agosto, eu com 14 anos [de idade], aí eu tive que começar a trabalhar fora, trabalhar em casa de família. Por quê? Não tinha como, eu precisava de vestir… De

> uma calcinha, por exemplo, eu falava: "Mamãe, eu preciso de uma calcinha", "Ah, não tem jeito", porque meus irmãos tavam todo mundo novo, né? E aí eu comecei a trabalhar em casa de família. Eu não tive… Eu tenho uma filha hoje com 14 anos, aí eu fico olhando ela, né? Toda enfeitada, toda chique… "Ah, mamãe faz isso, compra isso, me dá isso" e num sei o quê e tal, e eu falo assim: "Gente, e eu não tive nada disso." Eu não lembro da minha adolescência, parece que apagou. Quer dizer, eu num tive também, né? Que eu comecei a trabalhar com 14 anos, então eu já fui, aí estudei só até na sexta série, parei de estudar, e minha vida sempre foi trabalhar. Sempre trabalhando, graças a Deus. Sempre trabalhando, sabe? Mas num tive, eu nem ela [Chirlene] tivemos, assim, luxo de adolescente, de... Sabe? De… Das coisas que adolescente da época tinha e hoje também tem, né? E isso foi tirado de nós.[22]

Atualmente, Maria da Conceição tem 10 netos e seis bisnetos. Benedito, que adorava crianças, não chegou a conhecer nenhum deles. Apesar de todo o sofrimento, a família seguiu unida, como permanece até hoje. Dejamilton conta:

> Mas com tudo, com tudo que aconteceu com a gente, eu falo com sinceridade, sinceridade mesmo, Deus me deu um presente. Eu sou um privilegiado das coisas que aconteceram comigo. Olha procê ver. Eu perdi meu pai, eu agradeço a Deus toda hora, de lá pra cá, a pessoa que eu virei, a pessoa que eu sou, eu fui presidente [de Associação] de bairro, por dois mandatos, fui vice, um mandato. Eu mexo com… A gente mexe com política porque a gente quer melhorar o negócio.[23]

Militantes: Eduardo Collen Leite e Denize Peres Crispim – Filha: Eduarda Crispim Leite

Eduarda, nascida em 11/10/1970, é filha de Denize Peres Crispim[24], nascida em 02/12/1949 no Rio de Janeiro e Eduardo Collen Leite (apelidado pelos amigos de "Bacuri"), nascido em 28/08/1945, em Campo Belo, Minas Gerais. Ela nunca conheceu o pai. Eduardo desde cedo foi militante político, tendo feito parte das organizações Política Operária (Polop) e Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Fundou a Resistência Democrática (Rede) e em 1969 se tornou membro-dirigente da Ação Libertadora Nacional (ALN). Denize também era militante política da ALN e, ao ser presa, mesmo estando grávida, também foi torturada. Em 21/08/1970, Eduardo foi preso no Rio de Janeiro quando estava chegando em casa, e foi levado para São Conrado, onde havia um centro clandestino de tortura ligado ao Centro de Informações da Marinha (Cenimar). Após ser torturado, foi

levado para o Cenimar do Rio de Janeiro e ao DOI-CODI do I Exército do Rio de Janeiro. Segundo relato do militante Ottoni Guimarães Fernandes Júnior, que viu Eduardo no centro de tortura, ele estava com dificuldades para se locomover e, segundo relato da militante Cecília Coimbra, que o viu no DOI-Codi, Eduardo estava com "estado precário físico-motor". Eduardo além de passar por várias instalações de repressão foi torturado durante 109 dias consecutivos.[25]

Segundo o livro "A ditadura escancarada"[26], Eduardo foi assassinado no Guarujá (SP), no Forte dos Andradas. De acordo com o autor do livro, Eduardo estava preso em um banheiro sendo vigiado pelo soldado Rinaldo Campos de Carvalho, quando um major entrou e pediu que o soldade se retirasse e então matou Eduardo. Já a Revista Veja[27] fez uma entrevista com Marival Dias Chaves do Canto, ex-sargento ativo na ditadura, que afirma ser a versão oficial da morte de Eduardo[28], publicada na época - morte em troca de tiros com a polícia - um "teatrinho", já que era necessário camuflar as torturas sofridas. Quando o corpo de Eduardo foi entregue a sua família, sua companheira Denize Crispim percebeu que nele havia marcas de queimadura, hematomas, escoriações, dentes arrancados, orelhas decepadas e cortes profundos.[29]

Eduarda, em depoimento ao documentário "Repare Bem", de Marta de Medeiros, mostra como vê sua mãe e como Leonardo Ditta, segundo marido de sua mãe, a acolheu em sua família e se tornou seu pai:

> O marido da minha mãe me adotou, desde quando eu tinha quatro anos, ele começou a fazer o papel de pai para mim e a família dele também. Minha mãe lutou toda a vida dela, uma combatente, uma lutadora. O signo dela é Leão e ela se comporta como uma onça e ela teve essa missão de me proteger. [...] Eu me lembro de uma cena quando eu era criança que eu tava na cama e tava chorando e dizia "Quero meu pai, eu quero meu pai". E o Leonardo chegou lá e me disse: "Eu estou aqui, sou eu teu pai, não se preocupe, sou eu agora teu pai."[30]

Em uma de suas memórias da infância, Eduarda se recorda de uma história que sua tia lhe contou quando era criança:

> A minha tia Olga me contou, eu tinha uns quatro, cinco anos, eu acho, e a gente, ela, eu tava tomando banho e ela me contou a história de um soldado, que tinha no país dele, tinha um ogro, um gigante muito cruel. E as pessoas sofriam e tinha esse soldadinho que lutava contra esse grande monstro, e com ele também outras pessoas, também outros soldados. E no final, o soldado venceu, o gigante foi

matado [sic] e o país foi livre, mas infelizmente o soldado morreu. E ela me perguntou: "Sabe quem era o soldado?" - "Sim, era meu pai, e se chamava Eduardo". Eu acho que vou contar essa história para minhas filhas.[31]

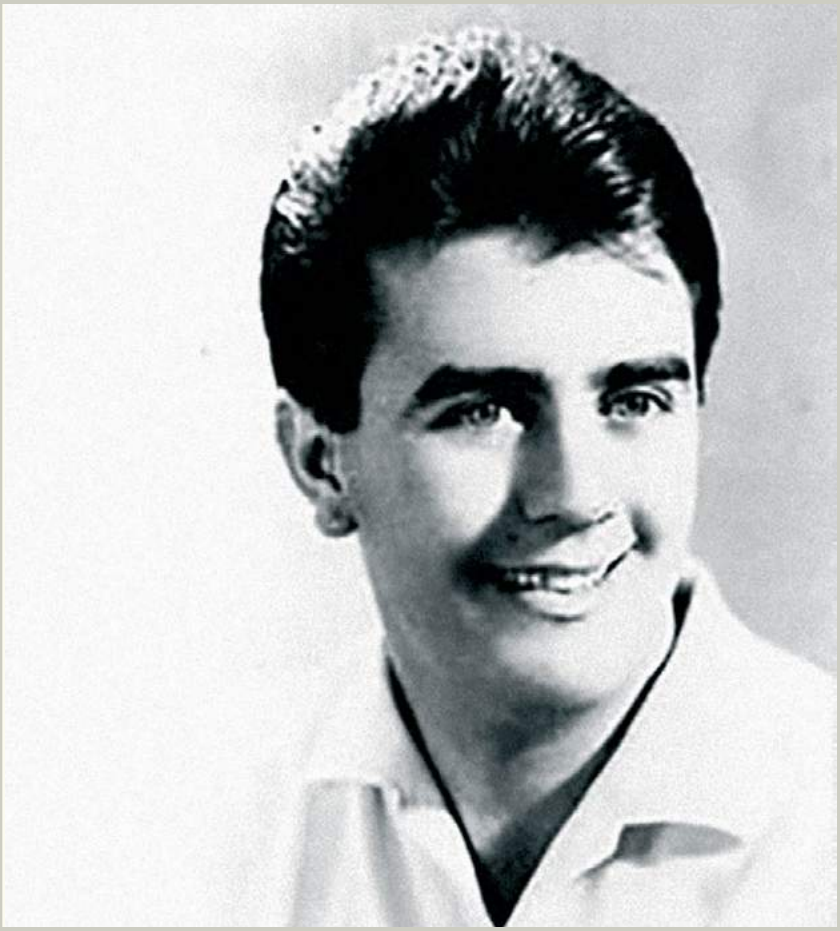


Figura 4 – Eduardo Collen Leite. Fonte: MEMÓRIAS da Ditadura[32]

Eduarda, ao ver fotos da avó Encarnacion Lopes Peres, lembra bem dela:

> Essa foto é uma situação típica com minha avó. Ela era muito carinhosa, e era, eu acho que era, muito bonita, e era pequenininha, com esse jeito muito elegante. Sempre com sapato, um sapatinho, que ela tinha um par bem pequenininho, com um pouquinho de tamanco, e a sainha, a saia, que era uma sainha, porque ela era pequena, até o joelho. Ela sempre tinha um jeito muito chique, muito elegante, com os óculos e sempre com o cabelo bem penteado, era uma pessoa muito... era bem mulher, era bem feminina, uma lutadora muito feminina [...] eu acho que todo mundo gostava dela [...] que pena que não tenho muita experiência, muita vida com ela.[33]

Durante o mesmo documentário, a entrevistadora pergunta para Eduarda: "E valeu a pena a luta dos teus pais no Brasil?" Eduarda em um primeiro momento responde: "Pausa, pausa (risos)... preciso de pensar, essa pergunta é muito difícil, se valeu a pena... não sei, não sei, não posso responder esta pergunta". Mas, no decorrer do vídeo, Eduarda diz:

> A reparação que fez a Comissão da Anistia e o Ministério dos Direitos Humanos é importante, mas ainda mais importante é o lado simbólico da reparação, é um reconhecimento pra dizer então valeu a pena, a pergunta que você me fez ontem. Valeu a pena, essa noite eu pensei nisso, vale a pena se tem um reconhecimento, senão fica sem história, fica história sem sentido. Então eu acho que esse momento histórico é muito importante por isso, muito importante para mim porque dá uma razão para a morte do meu pai e para a morte também de outras pessoas.[34]

Eduarda descreve como se sentiu ao ser convidada para vir ao Brasil ver uma homenagem que seria feita a seu pai em São Paulo:[35]

> Em novembro do ano passado o município de São Paulo fez essa cerimônia e deu o título de cidadão paulistano para o meu pai. "Município de São Paulo, título de cidadão paulistano para Eduardo Leite Bacuri" e eu fui convidada, mas eu tive medo e não fui. Eu tinha a desculpa de ter que trabalhar, que não tinha férias, que eu não podia ir, mas tive medo. Eu tinha a impressão que agora que tô bem, vou voltar pro Brasil, vou ir pra essa comemoração e vou cair outra vez. Então tive um medo desesperado e não queria. Mas depois a minha mãe veio aqui na Holanda e me trouxe o documento oficial, e eu sou muito feliz.[36]

No entanto, em 2009, ela conseguiu vir ao Brasil e se emociona ao lembrar do encontro com Paulo Vannuchi, e do presente que ele lhe deu:

> Voltei no Brasil no final de 2009, quando teve a comemoração para o meu pai e foi como um sonho. Eu tava no palco com a minha mãe e depois chegou também o Paulo Vannuchi, o ministro dos Direitos Humanos e ele me disse que tinha conseguido essa camiseta quando ele estava na em prisão e era a camiseta do meu pai. E ele disse: "eu guardei com muito carinho por 40 anos, não imaginava qual iria ser o destino dessa camisa, mas deve ser alguma coisa de especial e acho que o momento mais especial é essa comemoração e a presença da sua filha aqui". E então ele me deu essa camiseta na frente de todo mundo, e eu chorei, chorei, chorei, chorei...

> E guardei essa camiseta como ouro, é a única lembrança que tenho do meu pai. [...] acho melhor guardá-la em uma caixinha, debaixo de chave como uma relíquia, porque é o destino dessa camisa agora é comigo e depois vai ser com as crianças. Porque tem um corpo, posso imaginar aqui uma cabeça, os braços e as pernas. Então essa camisa não é uma camisa qualquer, mas tem um corpo por trás. Se pudesse a história voltar pro passado eu iria dizer pro meu pai: "me deixa alguma coisa, me deixa fotos, me deixa, me deixa alguma coisa que me conte quem é você."[37]

Ao olhar no computador duas fotos que possui do pai, Eduarda fez o desenho de uma delas ao seu próprio modo:

> Eu adorava fazer retrato e quase tenho a impressão de que fiz a cara do meu pai, menos sofrida, mais gentil. Dá pra ver que é ele, que é feito daquela foto, mas é diferente, os olhos são mais gentis, os lábios não são tão contraídos, quase uma idealização do pai.[38]

Ao falar do pai, ela se mostra bem emocionada:

> Era um rapaz pobre, mas tinha muita dignidade, muito jeito, a minha mãe me contou que ele não dizia nunca palavrão, era uma pessoa muito delicada, isso eu quero dizer com muita sinceridade e não só reconstruir o que que era meu pai guerrilheiro, o Bacuri. Mas eu preciso de reconstruir a pessoa, que se apaixonou pela minha mãe e que decidiu junto com minha mãe de fazer uma filha.[39]

Eduarda apresenta a sua visão sobre a ditadura militar:

> A ditadura é sempre ruim, a ditadura é sempre um mal. Então você como pessoa tem sempre o direito de lutar contra a ditadura, que não é um crime, que você não vira criminal porque aquilo é Estado, aquilo é Estado de Direito. A ditadura não é um direito, não pode ser aceita no passado e não pode ser aceitado agora, não importa se é no Brasil, se é no norte da África, ou na China ou em outro país.[40]

Na Comissão da Anistia e Reparação, em que foi reconhecida como anistiada política brasileira[41], Eduarda deu um depoimento contando inclusive como foi difícil crescer em um país estrangeiro e sem documentos:

> Boa tarde para todo mundo. Eu estou muito emocionada por uma série de razões. Essa viagem até aqui no Brasil foi muito

> importante, eu nasci outra vez, eu não tinha certidão de nascimento. Tinha dificuldade de documentação na Itália, fui morar na Holanda e também eles precisavam também de certidão de nascimento e eu não tinha. Essa oportunidade dessa Comissão, desse processo, me deu a oportunidade de enfrentar o que é que foi o meu passado e me dá a possibilidade de ter um futuro. Meu pai não me pegou no colo, eu não tenho memória. Eu quando era criança, todo mundo me perguntava de onde eu vinha, e quem eram meus pais, e depois conheciam minha mãe e "Quem é o teu pai?" – "Meu pai morreu" – "E como ele morreu?" – "Morreu em um acidente, ele foi embora".. eu contei um monte de mentira, eu não conseguia enfrentar a morte do meu pai. Não conseguia ser diferente lá na Itália, ser diferente dos outros. Eu não queria que eles olhassem para mim e dissessem: "Ô coitadinha, ela é especial, ela é diferente dos outros". Imagina uma menina com 15 anos, em plena adolescência, como é que pode viver nessa situação... Eu nasci de novo. Muito obrigada.[42]

Militante: Flávio Ferreira da Silva – Mãe: Doracy Aranha Ferreira; Filhos: Glaucy Marise Aranha de Morais, Flávia Magda Aranha Ferreira, Farley Magno Aranha Ferreira

Glaucy, nascida em 02/08/1965, na cidade de Várzea da Palma/MG; Flávia Magda Aranha Ferreira Resende, em 08/08/1966; e Farley Magno Aranha Ferreira em 01/11/1972, são filhos de Flávio Ferreira da Silva e Doracy Aranha Ferreira.[43] Flávio, nascido em Pirapora/MG, em 1934, era jornalista, filiado ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais. Durante sua carreira, trabalhou nos jornais "Diário de Minas", "O Diário", "Diário da Tarde", "Estado de Minas", "Rádio Itatiaia" e foi proprietário dos jornais "Porta Voz dos Municípios" e "Polícia e Ação". Casou-se com Doracy Aranha Ferreira, dona de casa, nascida em 1947. Flávio foi o primeiro prefeito eleito de Três Marias/MG, cidade emancipada em março de 1963. Entretanto, com o primeiro Ato Institucional, decretado logo após a chegada dos militares ao poder, em 1964, o jornalista teve seu mandato cassado. Ainda antes do nascimento dos filhos, Flávio foi detido pelo Departamento de Ordem e Política Social - DOPS, permanecendo incomunicável no período em que estava preso e sendo torturado.[44]

Segundo depoimentos de alguns familiares, após sua soltura, Flávio passou a comportar-se de maneira diferente, mais apático, introspectivo, evitando conversar sobre o tempo em que esteve preso. Em abril de 1975, Flávio e Doracy foram encontrados mortos em casa, em Belo Horizonte, pela filha Glaucy, na manhã de uma segunda-feira. As circunstâncias da morte do casal ainda hoje não foram completamente esclarecidas. Em 2008, Flávio foi reconhecido como

anistiado político pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e, em 2013, a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro por sua morte.[45]

Glaucy, Flávia e Farley tiveram a infância diretamente afetada em função do regime militar, devido à morte de seus pais, Flávio e Doracy. À época do episódio, ocorrido em 1975, Glaucy contava com nove anos, Flávia com oito, e Farley com apenas três. A família residia em um apartamento no Bairro Serra, em Belo Horizonte/MG. Flávio era jornalista e sindicalista, e Doracy, dona de casa. Glaucy relata as memórias que tem da convivência com seu pai:

> Bom, o que eu sei da vida do meu pai, é, ele era jornalista. Sei que amava a política, que ele se, quando jornalista ainda foi premiado ou em parceria. Eu não me recordo o nome do colega de trabalho dele. Eles fizeram um trabalho, que ganharam o Prêmio Esso de Jornalismo, e ele foi convidado até para ir pra fora, se não me engano no México fazer alguns trabalhos lá. Ele não quis ir, o desejo dele era ir para o caminho da política. Aí foi na cidade Corinto, perdeu[46]. Foi para Três Marias, que era na época recém-emancipada, foi distrito de Corinto e lá ele foi eleito o 1º prefeito do município. E até que foi cassado na época da... do golpe militar. Era muito atuante, um pai assim, eu via como meu pai, mas um profissional muito atuante, muitas viagens, muito trabalho e muito preocupado com os filhos assim para a leitura, para estudo. O que eu me lembro do meu pai era isso aí. [...] Era muito presente, era um pai muito presente e como eu disse, muitas viagens. Ele tinha um jornal que era chamado de "Porta-voz dos Municípios" e a gente viajava muito com ele. Muito presente. De chegar, tirar assim, tirar o sapato, pentear o cabelo dele. Era muito presente mesmo. De ensinar tarefa, estudo, sair aqui na cidade [Belo Horizonte] para ensinar o caminho de ir para a escola. Mostrava as novidades, não é? Naquela época, casa de sucos, isso tudo era novidade. Restaurante *self-service*. Ele queria mostrar... cachorro quente era novidade. Ah, vamos lá conhecer o quê que é. O suco tal, essas coisas aí. Muito amigo, ele gostava muito de visitar seus amigos também.[47]

Logo nos primeiros anos da ditadura, antes do nascimento dos filhos, Flávio foi detido pelo DOPS, permanecendo incomunicável no período em que esteve preso. Naquele período, o jornalista teria sido vítima de uma série de torturas físicas e psicológicas, o que teria afetado seu comportamento depois de solto, fato constatado por parentes e amigos[48]. A respeito desse episódio de prisão do pai, Glaucy conta:

> [...] minha mãe estava grávida do primeiro filho quando ele foi preso. E ela chorava. Os familiares... como minha avó, meu avô, não eram muito de falar não. Mas os familiares, assim, ela chorava bastante. É, o ciúme dele. Sempre tem essa coisa do ciúme, porque ela tinha um namorado que era médico e ele não queria que fizesse o parto dela. E aí naquela época ganhava-se muito bebê na fazenda, não é? Em casa. E a parteira foi, mas teve dificuldade. Teve que levar ela para a cidade e esse bebê acabou falecendo. E aí ele desaparecido. Eu lembro do meu avô. E são falas mesmo de familiares, contando que ele teve que recorrer a políticos, doutor Antônio Gomes Pinto Coelho, tem até o nome lá na minha cidade [Várzea da Palma/MG] da rua que leva o nome dele. Um tio, Otávio Fernandes, que era político muito atuante. Eles tinham muitos amigos assim da política, aquela época a gente via mais essas pessoas e aí ajudou a localizar meu pai. Que aí soube que ele estava em Lagoa Santa, eu não sei como ele descobriu isso, não sei. E a situação que encontrou de tristeza, de... ah, não sei nem falar assim o nome. Parece assim que muito moribundo, muito apático, muito triste. Muito triste. [...] ele tinha uma ferida também na perna, uma cicatriz. Eu sempre perguntava, passava a mão na canela dele, o quê que era aquilo. Ele nunca detalhava para nós. Eu não sei o que era, uma ferida na canela. Bem grande, uma cicatriz. Eu não sei te falar o quê. E ele nunca tocou nesse assunto de prisão. Nunca. Nunca falou isso conosco. Nunca. Eu fui saber pelas coisas que ele deixou lá escritas mesmo, por acaso, aí que eu sabia que ele, que a vida dele estava envolvida com política, mas ele nunca tinha falado não. Tinha um... as coisas não eram muito abertas. Não para nós.[49]

Depois de solto, Flávio retomou suas atividades como jornalista. No dia 14/04/1975, quando os três filhos ainda eram crianças, Flávio e Doracy foram encontrados mortos em casa, episódio cujas circunstâncias ainda hoje não foram plenamente esclarecidas. Glaucy descreve as lembranças que tem do dia em que os pais faleceram:

> Porque no domingo, ele me chamou e me perguntou onde eu queria almoçar, onde eu queria passear, onde eu queria almoçar. [...] Ele falou que ia fazer uma viagem e que não ia nos levar. Ainda eu reclamei na hora, falei assim, mas, não é? Aquela coisa, era muito apegada a ele: "Ah, mas eu quero". "Não. Vocês não vão não". E foi um domingo normal, nós saímos, voltamos. [...] E aí dormimos normal à noite. Na segunda-feira acordo com o sol batendo na janela e [era] ele que me levava para a escola. "Uai", acordei assustada, "meu pai não me acordou, o quê que aconteceu? " Aí, já preocupada

> com o horário da escola, entrei e fui para o quarto deles. Abri a porta do quarto e me deparei com a cena. Fiquei assustada. Eu, de imediato, eu abri a porta e senti um cheiro forte do sangue, até quando várias vezes que eu entrei nessa casa, eu sentia esse odor bem forte. Fiquei na porta, assustada. Mas eu não tinha noção, não é? O quê que era a morte, alguma coisa assim. Vi ele deitado de barriga para cima. Me choquei. [...] o braço caído, uma arma na mão e minha mãe do lado de bruços. Aí foi esse tempo, eu acho que não foi demorado, porque a moça[50] logo chegou e falou assim: "É, Glaucy, o quê que você está fazendo aí que você não foi pra escola? " Aí eu falei assim: "Como que eu vou para a escola com meu pai desse jeito? " Me lembro que eu respondi dessa forma. Só isso. Ela chegou na porta do quarto e eu me lembro que ela falou "Oh, Jesus", alguma coisa assim e aí ela já nos tirou e eu sabia que era algo muito grave. Até um tio meu chegou na casa de uma senhora que nos acolheu no dia e falou, "Não, olha, eles não morreram". "Cadê meu pai? ", eu perguntando. Falei: "Eles não morreram, eles estão machucados. Mas eles não morreram. E eles estão machucados". [...] Eu me lembro assim tudo, eu lembro triste, alguém conversando comigo, falando. Falei assim: "Mas é meu pai e minha mãe". E fiquei com aquela confusão. Durante muito tempo eu procurava por minha mãe. Eu via mulheres parecidas com ela e achava que era ela ainda viva. Não conseguia assimilar essa coisa da morte.[51]

À época do acontecimento, a versão oficial divulgada era a que Flávio havia matado sua esposa com um tiro e, logo após, suicidado. Na certidão de óbito de ambos consta que a causa da morte é uma hemorragia interna causada por disparo de arma de fogo contra o cérebro. Entretanto, a conjuntura do falecimento de Flávio e Doracy é bastante controversa. Há diversas inconsistências entre a cena narrada por Glaucy, a versão oficial divulgada à época, e o Inquérito Policial Militar. Um exemplo de tais incoerências é o fato de que no laudo de necropsia consta haver vestígios de pólvora na mão esquerda de Flávio. Em contrapartida, segundo o referido inquérito, a arma utilizada teria sido encontrada na mão direita do falecido[52]. Contudo, apesar das incongruências, em 2013, a CEMDP reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro por sua morte.

Ainda na manhã do dia 14 de abril, os irmãos Aranha foram levados à casa de uma vizinha, até que familiares chegassem da cidade de Várzea da Palma, para onde, no mesmo dia, foram levados. Lá, passaram a viver com avós, tios e primos maternos. Glaucy conta acerca do relacionamento que ela e os irmãos tinham com a família, especialmente com os avós:

> [...] enquanto eles [Flávio e Doracy] eram vivos, era uma situação. De quando a gente chegava, chegavam as princesas na casa. As meninas, meu Deus. Chegava o pessoal assim, era muita festa. Depois que eles faleceram, a realidade foi outra. Acabou assim, por exemplo, no dia de aniversário da gente, se eu falasse que era meu aniversário, eu ganhava um xingo. "Isso não existe não menina. " O avô não. O avô [era] muito carinhoso, muito. Eu tinha um certo... um... parece, assim, teve uma época que eu achei que estavam meio escondendo a gente. Eu sentia um pouco isso, da não exposição nossa. [...] Da noite pro dia, uma situação de: tinha família, mas eu não me sentia com braços nem pernas mais. É como se jogasse pra lá, jogasse pra cá. Um boneco sem braço e sem perna. E eu me lembro que esse ambiente hostil eu não queria viver. Eu fui passear na casa da família do meu pai, eu não quis voltar e mandaram me buscar várias vezes, eu não queria voltar. Eu esqueci de ler. Eu não sabia ler, [antes] eu lia muito bem. Eu não sabia mais ler. Demorou para eu voltar a ler. E, assim, durante muitos anos foi uma vida... eu falava assim: "Para quê que eu vou viver?" Porque não... quem eu mais gostava não tem mais. Aí eu preferia que tivesse acabado a família inteira ali. Aos 12 anos, eu tive muita crise também de não querer viver. Aos 16 também. Eu só fui ter força quando eu fui mãe. Só.[53]

No que tange ao relacionamento dos três irmãos durante a infância e juventude:

> Eu e minha irmã nós sempre recordamos, conversamos muito, dos detalhes da vida, como era bom. A gente, olha só... Aula, não é? Estudava, fazia violão, balé, piano, natação, isso aí lá em 75 [1975]. Eu me lembro dos lugares onde a gente [ia]. Eu me lembro de sapatilha, roupinha de balé. Lembro do catecismo, lembro das missas aos domingos, era uma vida assim... para, de repente, ir para a roça, arrancar mato no chão, lavar vasilha de carvão, lavar roupa, fazer arroz. "Se você não trabalhar, você não come. Tirar o prato de você. Não, hoje você trabalhou pouco". Então, assim, a gente ficava mais unidas, conversando, lembrando dessas coisas, não é? O quê que a gente fazia. Como que era a vida aqui e o meu irmão não. O meu irmão não gostava de falar do assunto, não aceitava. Era uma casa de muitos rapazes, muitos homens a casa da minha avó e muito machismo. Muito, meu Deus, muito rigor.[54]

Além das adversidades vivenciadas no âmbito familiar, Glaucy, Flávia e Farley também eram hostilizados pelos demais moradores da cidade. Glaucy descreve:

> Ah, nós crescemos rotuladas, crescemos rotuladas na cidade. Você, até hoje as pessoas lembram do velório. Foi muito...

> não é? Foi muito chocante. Elas lembram até hoje. "Então, você é quem? Você é filha, você é filha de Flávio. Flávio matou sua mãe, suicidou." E teve aquela coisa da infância, dia das mães. "Cadê meu pai? Cadê minha mãe?" "Você é filha dele, que matou sua mãe." Ficou muito rotulado isso. Mocinha e aquele rótulo. Ah, e o namorado chegava, "você vai ser igual," aquelas coisas. "Vai ser igual a sua mãe?"[55]

Glaucy aponta, ainda, as dificuldades enfrentadas especificamente por Farley durante a infância:

> ... os banhos dele, eram gritos e gritos, ele chorava à noite muito choro à noite querendo mãe. E gritos, gritos. Não era choro normal. Grito querendo mesmo, berros. Muito, muito, muito. [...] Ah, o meu irmão... O que eu sei falar... ele não conseguia ficar na escola. Eu fiquei durante um longo período com ele na escola. A gente levava, eu tinha que ficar dentro da sala de aula. Isso no grupo, a gente chamava de grupo na época do grupo, 1ª a 4ª série. Eu tinha que ficar dentro da sala com ele todos os dias. Muito... O olhar dele transformado. As fotos... A tristeza era nítida nas fotos, assim, aquele olhar triste, caidinho. Uma situação de abandono, eu sentia, assim, a gente sentia. Estava na casa da família, mas uma situação de abandono. Eu lembro uma vez ele quis vender picolé. A minha família tem uma condição boa, assim, uma condição, assim, tinha a fazenda. Talvez não tinha tanto dinheiro em si, mas tinha casa boa, tinha fazenda, muito cheia sempre de muita gente. Mas ele quis vender picolé e um tio meu bateu muito nele. Muito. Muito.[56]

Os três irmãos cresceram convivendo com as constantes dúvidas e incertezas a respeito do episódio da morte de seus pais. Em função disso, Glaucy, já adulta, foi em busca de esclarecimentos. Após juntarem documentos, cartas escritas pelo pai e depoimentos, a família recebeu indenização pela Comissão de Indenização por Vítimas de Tortura, por meio de processo deferido em 08/04/2002, no Conselho Estadual de Direitos Humanos de Minas Gerais.[57]No âmbito da Comissão de Anistia, foi atribuída a Flávio a condição de anistiado político. É importante ressaltar também que, em maio de 2013, a CEMDP reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Flávio.[58]

Glaucy destaca, por fim, que os trágicos acontecimentos, que marcaram a sua infância e de seus irmãos, têm desdobramentos na convivência atual da família. Salientando os efeitos transgeracionais da perda de seus pais:[59]

> [Meu irmão] sozinho, mora sozinho, muita dificuldade de se relacionar. Uma pessoa tranquila, mas muito introspectiva. Não

> fala. Quando você cobra um pouco ele desaparece. Aí depois ele aparece depois de 3 meses, 4 meses, 6 meses. De chegar na casa dele, ele esconder. E talvez ele não quer te receber, ele deixa a casa sozinha e sai pro mato. Mas tem dia que quer receber. Eu até perguntei se ele queria vir porque ele ficou muitos anos sem querer vir aqui. Aí ele falou que até que ia vir. Eu falei, olha, você quer vir. Vamos comigo. Mas muito introspectivo, muito inteligente assim. Eu vejo nas coisas que ele faz. De reaproveitar tudo. Ele é um homem, tudo dele é reciclável. Ele aproveita tudo, muito organizado nas coisas dele. [...] nós não tivemos aquele convívio de família, aquela coisa de chegou o Natal, vamos reunir? Não. Não tinha. Não foram criados laços muito fortes. Parece que o que tinha, nós não conseguimos manter tanto. Hoje mesmo... eu tenho um tempo que eu estou sem conversar com a minha irmã. A gente não consegue, às vezes, romper a dor, a dor ainda é tão grande que a gente se isola um pouco. Outro dia eu falei para ela: "Não que eu não te ame", falei não, escrevi. Nem passei a limpo a carta. "Não que eu... não é que eu não te ame, é porque talvez você vá me agredir, eu já sou de caco e retalho, eu vou me proteger". Então a proteção é um pouco essa distância. Então, nós tão próximas, e, às vezes, a gente fica distante. Parece que laços assim, não tivemos e cada um se isola. Hoje eu vejo meu filho sofrendo um pouco. Essa coisa de isolar e essa isolação existe, esse isolamento existe. Cada um mais no seu canto.[60]

Atualmente, Glaucy permanece residindo em Várzea da Palma e é mãe. Ela mudou-se da casa da família em que passou sua infância aos 18 anos, quando se casou. Flávia casou-se com 22 anos, quando se mudou da mesma casa. Hoje, reside em Pirapora, e tem dois filhos e dois netos. Assim como Glaucy, Farley também reside em Várzea da Palma, em um sítio nos arredores da cidade.

Militante: Geraldo Bernardo da Silva - Mãe: Iraci de Lima Silva; Filhos: Eliane da Silva, Elenice da Silva Freire e Carlos Roberto da Silva

Eliane da Silva (nascida em 02/11/1957), Elenice da Silva Freire (15/03/1959) e Carlos Roberto da Silva (05/04/1963) são filhos de Iraci de Lima Silva e Geraldo Bernardo da Silva. Iraci era do Rio de Janeiro, tendo nascido em 06/01/1931, e Geraldo nasceu em 20/08/1925 em Minas Gerais e foi funcionário da Rede Ferroviária Federal por 19 anos. Era membro do Sindicato dos Ferroviários e, no ano de 1963, participou de mobilizações em defesa das Reformas de Base.[61] Em 08/07/1969, uma patrulha do Exército invadiu sua casa, onde ele residia com a família, no Rio de Janeiro/RJ, e os militares fizeram várias perguntas para sua esposa e filhos, por exemplo: se ele havia enterrado ou queimado algo. Geraldo foi levado até a Vila Militar de Deodoro, onde permaneceu por uma semana, até ser

liberado e voltar para casa. Após a prisão, a família percebeu que Geraldo estava muito diferente, tornando-se irritadiço e nervoso sem motivo aparente, sendo que ele sempre foi visto como uma pessoa calma e gentil, querido pelos amigos e conhecidos. Em 17/07/1969, com a continuação dos sintomas, Geraldo foi ao serviço médico da Rede Ferroviária Federal, acompanhado de seu irmão José Vicente da Silva e de sua esposa Iraci. Enquanto lá estavam, Geraldo disse para a esposa que iria ao banheiro, mas, passado muito tempo, Iraci estranhou e ao tentar descobrir o que estava acontecendo pediu que José Vicente fosse até lá. Ele constatou que Geraldo havia se jogado da janela do banheiro do 19° andar e morrido na queda.[62]

A morte de Geraldo Bernardo se enquadra no artigo 4° da Lei nº 10.875, que trata dos casos de pessoas "que tenham falecido em decorrência de suicídio praticado na iminência de serem presas ou em decorrência de sequelas psicológicas resultantes de atos de tortura praticados por agentes do poder público."[63]

Uma das filhas de Geraldo, Elenice, lembra-se de quando os militares invadiram sua casa à procura de provas contra seu pai e de como foi vê-lo dentro da cadeia:

> O que recordo dessa época é que nada justifica o que fizeram com meu pai e que se isso fosse hoje não deixaria que a PE de Deodoro[64] o levasse preso daquele jeito. Invadiram a minha casa de tarde, armados com fuzis, revistaram tudo em nossa casa: armários, colchões, gavetas, passaram o cabo de vassoura dentro da caixa d'água, não encontraram nada, mesmo assim levaram meu pai, covardemente. No dia seguinte fomos vê-lo no quartel, mas nos disseram para voltarmos na quinta-feira. Quando voltamos na quinta-feira, meu pai falava que estava bem, que iria sair logo, ficamos incomodados porque tinha sempre um soldado dentro da saleta onde estávamos. Quando voltamos no domingo notamos que as coisas não estavam tão bem assim, meu pai falava com a voz baixa, meio assustado, olhando desconfiado, estava estranho. No dia seguinte o irmão dele, tio José, foi buscá-lo no quartel para ir para casa e no trajeto ele repetia que estava sendo seguido.[65]

Elenice também se lembra de como o comportamento do pai se alterou quando ele voltou da prisão, tornando-se mais violento:

> Com o passar dos dias, meu pai ia ficando inquieto, começava a gritar e não conhecia mais a mim, que era o seu xodó. Falava com a voz alterada, chutou o portão de casa, socou uma cerca, não entendíamos as atitudes dele, porque ele era

> calmo, educado com todos. Minha mãe perguntava o que tinha acontecido na prisão, se eles o torturaram, se levou choque, mas ele não respondia nada.[66]

Carlos Roberto, o filho mais novo de Geraldo, também fala sobre como eram as atitudes e o comportamento do pai antes de ser preso:

> O meu pai, Geraldo Bernardo da Silva, sempre foi um homem digno para com todos e era um brasileiro honrado, sempre cuidou com serenidade e responsabilidade da sua família, dando uma casa própria com muito trabalho, nos dando assim a base perfeita para crescermos como cidadãos capazes e do bem.[67]

Ele fala também como seu pai passou a agir após a prisão, com um comportamento que assustou seu filho, indicando que Geraldo sofreu graves sevícias no período em que esteve detido na Vila Militar em Deodoro:

> Quando ele voltou para casa, percebi que o meu pai não era a mesma pessoa de antes, pois alternava em poucos minutos lucidez e descontrole, o que nos assustava, com agressividade a ponto de esmurrar uma parede e até mesmo batendo com a própria cabeça. Uma vez estava brincando com meus brinquedos no quintal e aconteceu uma coisa estranha com meu pai. Eu brincava sentado com uns carrinhos e soldados, ele se aproximou, pegou o meu soldado e começou a arrancar seus braços, suas pernas e sua cabeça. Eu fiquei espantado, não entendia o porquê de o meu pai agir daquela forma, foi muito difícil aceitar aquela situação, pois meu pai era bondoso e brincava normal com todos nós, foi quando minha mãe chamou meu tio, que era seu irmão, para levá-lo ao médico para saber o porquê daquilo tudo, como uma pessoa normal poderia agir de uma maneira tão insana a ponto de assustar todos que estavam a sua volta.[68]

Eliane se recorda dos momentos que teve com a família na infância, de como o pai era carinhoso e querido por todos:

> Até a idade dos meus 11 anos, eu tinha uma família completa e feliz, com mãe, pai e dois irmãos. Meu pai era extremamente amoroso e dedicado à família. Companheiro, zeloso, calmo, alegre, prestativo. Estas eram algumas das qualidades do meu pai. Quando havia algum problema de ordem pessoal ou familiar com alguns dos meus tios paternos, meu pai era logo chamado para resolver o problema. Lembro-me que os meus tios falavam: "Chama o Geraldo, o advogado da família."[69]

As lembranças referentes à invasão de sua casa pelos militares também estão presentes, junto àquelas sobre seu pai queimando papéis e participando de reuniões:

> Fui acordada de madrugada com homens fardados do Exército em minha casa. A porta do meu quarto ficava aberta. Acordei com um barulho de vozes e choro. As vozes eram dos "malditos" soldados e o choro era da minha mãe. Dei um pulo da cama, assustada, pois não entendia o que estava acontecendo. Os meus dois irmãos, Elenice e Carlos, na época com 10 e 6 anos, também acordaram e, como eu, não entendiam o porquê daqueles homens fardados em nossa casa, e nos fazendo uma porção de perguntas, tais como: "O seu pai queimou algum papel? Vocês viram se ele enterrou algum caderno, livro ou alguma coisa? Pode falar, não tenham medo, não vai acontecer nada com ele." Nos perguntavam o tempo todo. Onde quer que íamos tinha um soldado atrás da gente. É claro que não respondemos a nenhuma das perguntas feitas. Só falávamos que não sabíamos e que não vimos nada. Mentimos. Dias antes, não sei precisar quando, vi meu pai rasgando papéis, cadernos e livros que ficavam em um quarto fora da casa, onde, de vez em quando, eram feitas umas reuniões com uns homens que sempre vinham bem-vestidos. Não sei o que conversavam, pois quando eles chegavam, meu pai falava para ficarmos dentro de casa. Quando o vi rasgando, queimando e enterrando todos aqueles papéis, perguntei porque ele estava fazendo aquilo e ele respondeu que era pro bem dele e nosso e nos alertou se caso alguém aparecesse procurando por ele e fazendo perguntas que não era para respondermos nada. Aqueles "malditos" soldados reviraram tudo dentro e fora de casa. Andaram pelo quintal com lanternas, iluminavam o alto das árvores e quando viram a porta do telhado aberta, perguntaram o que tinha lá em cima e meu pai respondeu que era a caixa d'água. Mas eles não se deram por satisfeitos. Subiram e ainda revolveram a água da caixa, procurando por não sei o quê. E ainda, jogavam a luz das lanternas nos nossos olhos e tornavam a nos fazer as mesmas perguntas. Levaram meu pai preso e algemado. Não entendia o porquê daquilo tudo.[70]

Como os irmãos, Eliane também se lembra do momento em que foi visitar o pai na prisão, e de como ele já estava um pouco diferente:

> Dias depois, fomos visitá-lo na Vila Militar, em Deodoro. Ficamos esperando numa sala com os "malditos" soldados de prontidão. Só de lembrar a cena, meus olhos se enchem de água e é impossível conter as lágrimas. O homem que trouxeram era o meu pai, mas já não era mais o mesmo de quando o levaram de nossa casa. Era completamente visível:

> o medo, o pavor, o olhar baixo e a voz trêmula. Comecei a chorar e fui abraçá-lo e os "malditos" soldados não deixaram. Não era permitido. Notei que ele estava com uma das mãos e com os dedos machucados e perguntei o que tinha [acontecido] e ele me disse que havia caído e que não era nada, mas tinha alguma coisa errada. Durante todos os poucos minutos de visita que tivemos éramos atentamente observados, não podíamos conversar em voz baixa. Ele ficou preso por uns oito dias. O que fizeram com meu pai? Pois ele já não era mais o mesmo, quando chegou em casa, após ser solto. Calado, quieto e apático, indiferente a tudo a sua volta.[71]

Na véspera do suicídio, Eliane se lembra de que Geraldo teve um surto enquanto via televisão com os filhos, o que deixou todos assustados e preocupados com aquele homem que sempre havia sido gentil:

> Estávamos vendo televisão. Chegada do homem à lua, julho de 1969. De repente, meu pai pediu para minha mãe aumentar o volume. Ela aumentou um pouco e ele pediu para que ela aumentasse mais e mais, o volume todo. E à medida que ele ia pedindo para aumentar, ele ia se descontrolando; gritando; dando murros na parede; tampando os ouvidos; dando chutes nas coisas e falando palavrões (nunca tinha ouvido meu pai xingar). No seu descontrole, ele dizia que não sabia por que estava fazendo aquilo, mas tinha que fazer e pediu para que fôssemos para a casa da mãe Maria (minha avó materna), pois ele não queria que o vissem daquele jeito. Fomos correndo, chorando e desesperados pelo meio da rua. Quando chegamos lá, não conseguíamos falar coisa com coisa. Os meus tios foram até a nossa casa saber o que estava acontecendo. Isso foi à tarde e só voltamos para casa à noite. E fiquei sabendo que o meu pai, no seu descontrole, foi para o meio da rua, xingando e falando coisas sem nexo. Os vizinhos ficaram sem entender aquele comportamento, pois ele era estimado e cordial com todos.[72]

A visão que Eliane possui sobre o que aconteceu com seu pai está ligada ao período da ditadura e às torturas que o pai sofreu:

> Na manhã seguinte, minha mãe e meu tio José o levaram no médico no prédio da Central do Brasil, onde meu pai trabalhava como ascensorista. Ele não chegou a passar pelo médico, pois enquanto aguardava, disse que ia ao banheiro. Minha mãe estranhou a demora e pediu para o meu tio ir ver o que tinha acontecido. Quando meu tio entrou no banheiro, notou que algo tinha acontecido. Disseram que um homem havia pulado a janela. Quando meu tio olhou, se deparou com o corpo do meu pai. O desespero que meu tio sentiu foi enorme e

> ainda tinha que dar a notícia para minha mãe. Meu pai tinha 43 anos, saúde e uma vida inteira para viver com a família. No dia 17 de julho próximo completará 37 anos[73] que isso tudo aconteceu. Hoje sei que meu pai tinha ideias políticas contrárias ao regime militar. As reuniões feitas em casa eram políticas. E tudo era relatado em anotações, cadernos que foram queimadas pelo meu pai, que soube que alguns amigos que frequentavam as reuniões estavam sendo presos. Sei também que as vezes que ele me levava para um passeio em uma cachoeira e na casa de alguns amigos era para fazer as tais reuniões. Em 1964 ele já havia sido preso quando saía do trabalho, sendo libertado no dia seguinte. E hoje sei que foi por causa de tudo isso que em 1969 ele foi levado de nossa casa. Ele foi preso e TORTURADO[74] e morreu por causa disso. [...] O meu pai nos foi tirado do seio familiar, não nos viu crescer e não pudemos vê-lo envelhecer. Completaria em agosto 81 anos e também foi tirado dos netos e bisnetos o direito de conhecê-lo.[75]

A reflexão que Elenice faz sobre a morte de seu pai também está ligada às torturas que Geraldo sofreu:

> No dia seguinte ele perguntou o que tinha acontecido com as mãos dele que estavam machucadas, pediu para ir ao médico porque não estava bem. Não deu tempo de isso acontecer, pois quando eles estavam no prédio da Central do Brasil esperando para ele ser atendido, meu pai disse que ia ao banheiro. Meu tio foi ver porquê ele estava demorando e aconteceu o que não esperávamos acontecer: meu pai pulou da janela do 19° andar. Suicidou tão inesperadamente, que entendi muitas coisas: meu pai foi torturado covardemente naquela prisão maldita ao ponto de desestruturá-lo psicologicamente e cometer um ato tão insano assim, sem pensar nas consequências. Arrancaram um pai de família, trabalhador de 43 anos, do seio da família, deixando uma viúva jovem com a difícil tarefa de criar três filhos, que na época tinham 11,10 e 6 anos. Minha família pede justiça por todos esses anos sem o nosso pai, uma perda que até hoje nos faz falta.[76]

Carlos Roberto também remete às torturas e ao sofrimento da família:

> Foi quando o pior de todos os pesadelos aconteceu. Minha mãe voltou para casa com meu tio, chorando desesperadamente, dizendo que meu pai tinha se jogado do 19° andar do prédio da Central do Brasil, não acreditei, pois eu nunca tinha visto de perto a morte de um ente querido e da maneira que aconteceu, foi arrancado um pedaço de todos nós. Essa dor trazida até hoje é difícil entender, queremos saber o porquê disso tudo. O

> meu pai sempre trabalhou honestamente para ter aquele fim, e hoje sabemos que uma pessoa normal jamais teria essa atitude tirando a própria vida: é que ele sofreu torturas, jamais conhecidas, para decidir o seu próprio fim. Hoje se passaram todos esses anos e eu jamais esquecerei a maneira com que meu pai foi torturado e devido a isso, ele deixou todos nós órfãos e sem entender o motivo disso tudo. Sem contar que desestruturou toda a família, pois minha mãe naquela circunstância emocional ainda teve que nos educar e criar sozinha, mas que nos deu a honra de sermos pessoas de bem e dignas, assim como o meu pai era antes de todo esse pesadelo acontecer. E hoje, faço a essa Comissão [CEMDP] a seguinte pergunta: "A nossa família Silva precisa saber por quê?"[77]

Militantes: Gildo Macedo Lacerda e Mariluce de Souza Moura - Filha: Tessa Moura Lacerda

Tessa Moura Lacerda, nascida em 18/06/1974, é filha de Mariluce de Souza Moura e Gildo Macedo Lacerda, ambos militantes da Ação Popular Marxista-Leninista (APML), à época do regime militar. Mariluce, formada em jornalismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), nasceu em 03/11/1950, em Salvador/BA e atuou na luta contra a ditadura de 1968 a 1973, na Bahia. Gildo, por sua vez, nasceu em 08/07/1949, em Ituiutaba, município de Veríssimo/MG e, durante sua infância e juventude, morou em Uberaba/MG[78] e, posteriormente, em Belo Horizonte, ingressou no Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mas não chegou a concluí-lo. Ele atuou em Minas Gerais e na Bahia. Em outubro de 1973, Gildo e Mariluce, que à época estava grávida de Tessa, foram presos em Salvador, onde moravam. Gildo foi assassinado pelos agentes da repressão três dias após a prisão, e Mariluce permaneceu detida por 42 dias.[79]

Como tantas outras crianças, Tessa também, desde cedo, sofreu com os impactos da ditadura em sua família. Sobre sua infância, Tessa conta:

> Durante a minha infância, eu me lembro de ter perguntado, aos 6 anos: "Mãe, conta de novo a história de Gildo?" Isso significa que eu já sabia da história. Depois, ela me contou que falava sobre isso em casa desde meus 2 anos de idade para que eu ficasse conhecendo a história do meu pai biológico, já que ela tinha se casado de novo. E depois de alguns anos passei a chamar esse segundo marido dela de pai. Esse momento foi de muita emoção, nós choramos muito, e eu tentei, com os instrumentos que uma criança de 6 ou 7 anos tem, reconstruir a minha história. Eu desenhei como de fato é a minha história, como gostaria que tivesse sido e como poderia ter sido – desenhei minha mãe grávida no enterro do meu pai e isso nunca aconteceu.[80]

Tessa conviveu na infância com a incerteza sobre do paradeiro de seu pai. Apesar de todos os indícios de sua morte, a menina acreditava na possibilidade de encontrá-lo:

> Eu, aos 9, 10 anos, tinha esperança de que Gildo tivesse conseguido fugir. Acho que aos 15 anos eu ainda não tinha desfeito essa fantasia, queria acreditar que ele tinha conseguido fugir. Como a ditadura foi até 1985 (ano em que completei 11 anos), eu achava que essa era a justificativa para que ele não tivesse aparecido. Minha mãe jamais me sonegou essa informação. Jamais. Mas eu não queria acreditar. Eu queria acreditar que ele estava vivo e que nem ela sabia. Na verdade, isso foi uma fantasia que eu fiz quando tinha uns 9, 10 anos. Creio que isso se deve também à ausência do corpo, o fato de não haver um túmulo, qualquer coisa para fazer o rito, aceitar minimamente que aquela pessoa está de fato morta.[81]



Figura 5 – Mariluce e Tessa, 1974, Salvador/BA. Fonte: fotografia retirada do livro "Infância Roubada"[82]

Sem ter conhecido o pai, Tessa vive a tentativa de construir uma imagem dele por meio de conversas e fotos. Um marco importante na tarefa de reconstrução, destacado por ela, foi a criação da Lei nº 9.140, em 1995:[83]

> Na época em que o Fernando Henrique aceitou fazer a Lei 9.140 em 1995, por meio da qual o Estado reconhecia a responsabilidade pelas mortes de mortos e desaparecidos políticos, nós participamos de várias reuniões da Comissão de Familiares de São Paulo, e também de Minas, porque meu pai é mineiro. Tivemos acesso a cópias de cartas e cadernos. Eu tinha 20 anos e li avidamente tudo que chegava. A Comissão de Familiares de Pernambuco também mandou um dossiê com a descrição da morte. Minha mãe disse: "Você não vai ler isso", porque queria me preservar. Mas eu li avidamente, para tentar reconstruir Gildo. E a minha história. E mais recentemente achamos que mesmo com a Lei 9.140, deveríamos processar o Estado brasileiro pela morte de Gildo. Esse foi outro momento em que entrei em contato com minha história. E por sugestão do advogado fiz uma perícia psicológica. Achei o resultado muito interessante, porque a psicóloga disse que não há nenhum dano que tenha me impossibilitado de viver e de gozar da vida e ter alegrias. Mas como paira sempre essa sombra para mim, o que ela via refletido na minha personalidade era insegurança, baixa autoestima, enfim, uma série de coisas assim… Medo. Eu tenho muito medo sempre. Eu não durmo de luz apagada. Sempre tem que ter alguma luz acesa. E agora com os filhos é muito fácil dizer: "Tem de deixar a luz acesa. E se eles quiserem ir ao banheiro de madrugada?" Mas são coisas que eu carrego desde a infância.[84]

Outra dificuldade que Tessa relata ter enfrentado quando jovem diz respeito ao reconhecimento do nome de seu pai em seus documentos:

> Até os 18 anos, eu não tinha o nome do meu pai na certidão de nascimento porque ele já estava morto quando nasci. No documento havia só o nome da minha mãe e dos meus avós maternos. E isso criou situações constrangedoras, além de ser horrível para mim: "Como assim não ter um pai nem na certidão?" Quando eu fui ficando mais velha, fui percebendo olhares, situações constrangedoras por não ter o nome do meu pai na certidão. Como se eu não tivesse pai mesmo. E para que eu obtivesse o nome dele na minha certidão, juridicamente foi necessário que a minha mãe processasse a família do meu pai para que eles reconhecessem a paternidade. Não que eles não reconhecessem antes disso, mas juridicamente era necessário. Isso também para mim era bastante

> estranho, processar a minha tia, a minha avó e tal, ser contra elas para ter o nome do meu pai na certidão. E, então, tive o nome dele só aos 18 anos. Sem a certidão eu não podia fazer o RG, e não podia prestar o vestibular. Eu fiz o vestibular com 18 anos. O meu aniversário é em junho e foi uma correria para fazer o RG.[85]

Gildo foi morto em um tiroteio em Recife, de acordo com a versão oficial divulgada na época.[86] Os verdadeiros acontecimentos até hoje não são de conhecimento da família:

> A morte foi divulgada como se fosse um tiroteio no centro do Recife, às seis horas da tarde, naquele movimento de pico e ninguém viu nada. Meu pai Gildo e o José Carlos da Mata Machado teriam sido levados para um encontro com um terceiro, que não é nomeado, e esse terceiro teria percebido a emboscada. E ele teria atirado no meu pai, que morre no local, e o Zé Carlos fica ferido. Não só a versão oficial encobre a morte sob tortura, como ainda meu pai morre como se fosse traidor do companheiro. Quando isso aconteceu, minha mãe estava presa. Ao sair, ela tentou reaver o corpo. Dizia-se que seria menos difícil reaver o corpo de Gildo porque ele tinha um metro e 92 centímetros de altura. Mas a investigação da Comissão de Familiares de Pernambuco apurou que primeiro seu corpo estava em um caixão lacrado, mas depois foi jogado em uma vala comum chamada Buraco do Inferno, e depois, seus restos mortais foram transferidos para outra vala comum, no cemitério Parque das Flores, lá no Recife. E, nessa, as ossadas ficaram a céu aberto, os ossos foram se deteriorando. Ficamos sabendo disso mais ou menos na época da Lei 9.140. Temos essa informação, mas mesmo assim é muito duro. Não sabemos se há a possibilidade de identificação por meio de exame de DNA. Inclusive, eu contribuí com uma amostra de sangue para o banco de DNA do governo federal. O que sabemos é que, por ser uma vala a céu aberto, a identificação da ossada é inviável. Sabemos disso. (Pelo menos é a informação que tínhamos na década de 1990). Mas esse saber racional não tira a dor daquela criança que queria falar: "Eu sei que não dá, mas eu quero enterrar meu pai". Eu quero levar os meus filhos [ao cemitério] e dizer: "Olha, o seu avô está aqui". É claro que eu enchi a parede de minha casa com fotos de todos os nossos familiares, dos pais, dos avós e bisavós dos meus filhos para que eles vejam e entendam e reconstruam, e saibam que, além dessas pessoas com quem eles convivem, têm um avô que eles nunca vão conhecer. Então, saber racionalmente que isso é impossível, não adianta. É muito duro.[87]

Tessa descreve os obstáculos que enfrenta em lidar com o passado:

> Depois de todo esse percurso, eu fui estudar filosofia. Fiz toda a minha formação em filosofia, virei professora e em 2011 fizemos um colóquio na USP[88] em homenagem à professora Marilena Chauí, com quem eu trabalho e que também é uma pessoa que me cobra uma postura em relação à minha história. Eu consegui fazer um texto sobre a filosofia política de Espinosa. Um texto acadêmico, mas falando da história de Gildo. Isso para mim foi uma grande vitória. É um texto de quinze páginas, é pouco, mas foi a maneira que consegui trabalhar nisso. [...] Para mim, a maior dor é não poder enterrar o meu pai. Mais do que qualquer dor física que eu tenha sofrido sem saber e que, de alguma maneira, esteja lá no meu subconsciente, se é que eu tinha o subconsciente naquela época, no embrião. Eu nunca quis ir atrás dos torturadores. No começo não sabia muito bem o porquê, mas depois eu fiquei pensando, e entendi que é porque eu não queria saber o rosto dessas pessoas. Acho que todas devem ser punidas, mas elas não estavam isoladas; era uma ação do Estado, então o Estado como um todo e todos os membros daquele Estado precisariam ser responsabilizados. Eu queria que as Forças Armadas brasileiras não tivessem o poder que elas ainda têm e acho que deveria existir uma lei proibindo que ex-torturadores, em geral, ocupem cargos públicos. Eu não queria uma vingança pessoal. Meu pai não deu a vida por algo individual. Ele deu a vida pela democracia. Democracia brasileira e latino-americana. Eu quero uma responsabilização pública.[89]

Tessa tem dois irmãos mais novos, filhos do segundo casamento de Mariluce. A família chegou a morar nas cidades de Salvador, Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro. Atualmente, Tessa reside na capital paulista, é professora de Filosofia na USP, e mãe de três filhos.[90]

Militantes: José Carlos Novais da Mata Machado e Maria Madalena Prata Soares - Filho: Dorival Soares da Mata Machado

Dorival Soares da Mata Machado é filho de Maria Madalena Prata Soares e José Carlos Novais da Mata Machado. Seus pais eram militantes da Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil (APMLdoB). Quando Dorival nasceu, em 19/02/1972, José Carlos e Maria Madalena viviam clandestinamente, especialmente, no Ceará e Recife[91]. Ele tem dois irmãos, Eduardo, filho de um relacionamento de Madalena, anterior ao casamento com José Carlos e, Lucas, filho de Maria Madalena, nascido na década de 1980. Com poucos meses Dorival foi levado por Madalena para morar com seus avós, Edgar e Yedda da Mata Machado, pois

estava doente, a condição financeira de seus pais e a clandestinidade colocavam sua vida em risco. José Carlos foi preso quando tentava sair de São Paulo, com familiares, buscando uma forma de escapar da repressão. Morreu sob tortura, no Recife, em 28/10/1978.[92] Madalena que se encontrava refugiada em um sítio na Região Metropolitana de Belo Horizonte foi presa juntamente com seu filho Eduardo, o qual foi resgatado pelo pai e levado para a França. Dorival, assim como o irmão Eduardo Neves da Silva, foi criado por outras pessoas, que não eram seus pais biológicos, como sua tia Edite Novais da Mata Machado e o marido José Francisco Soares, tal como os avós paternos Yedda Novais e Edgar Godói da Mata Machado.

Dorival explica que boa parte das memórias que tem dos primeiros anos de vida vem das histórias narradas pela mãe, Maria Madalena, e que as consequências da vida clandestina de seus pais ecoaram em sua saúde:

> Bom, eu fui, eu, de certa maneira, a minha memória contada do período começa quando eu tinha 9 meses, fui mandado pelo meu pai e pela minha mãe para morar com meus avós aqui em Belo Horizonte. Meu pai e minha mãe moravam, à época, no interior, em Fortaleza, capital do Sergipe lá, capital do Ceará, olha eu, e numa comunidade, numa favela, como você preferir. A ideia era fazer todo o trabalho de sustentação de base, de levantamento, e isso era 1972. Quando eu nasci já estava em um momento onde a ação, que eles eram um grupo, o grupo que eles eram ligados, a APML, já estava muito desbaratada, então já estava com muito pouco dinheiro. Então a memória do que minha mãe conta deste período é: Que eu passei a maior parte desses 9 meses muito doente, eu tive "meningismo", se é que isso existe, ou seja, tinha uma meningite. A memória da minha mãe é que os vizinhos passavam na porta e falavam: "Ah, já virou um anjinho, que lindo" etc., eu acabei sobrevivendo. E aí minha mãe e meu pai falavam: "Olha, ele vai morrer se a gente continuar nessa condição." Seja por falta de alimento, seja por uma condição precária em geral, que eles estavam vivendo, como a população vive, grande parte da população vive até hoje. E eles decidiram então me mandar para Belo Horizonte. Então assim, eu tenho muito pouca memória, mesmo oral, ou seja, minha mãe me contou muito pouco desse período antes dos 9 meses, tirando a história do "meningismo", tirando a história que meu pai trabalhava de assistente de sapateiro, de sapateiro para ganhar dinheiro mesmo, já não era mais nem necessariamente para estar fazendo uma ação, tirando o fato de que eu sabia que eles estavam discutindo uma possibilidade de fugir do País, de sair do País, porque tinha chegado o cerco

da ditadura, já tinha chegado a um ponto muito sério. Tirando essas coisas um pouco esparsas, com certeza a memória do...dessa época era muito melhor, porque eu tinha 4 anos. Então a minha memória, seja descritiva por outros, seja minha mesmo, começou quando eu fui para minha vó.[...] Então eu cheguei absolutamente subnutrido, eu era, tinha barriga d'água, tinha verme, tinha um milhão de coisas. Então era magérrimo, com as costelas à vista, uma barriga proeminente, típica do menino nordestino na época, e aí eu cheguei, pouquíssimo cabelo, isso hoje também é comum, mas na época pouquíssimo cabelo. Eu cheguei, a primeira coisa que meus avós fizeram foi levar no médico, doutor Hugo Werneck, se eu não me engano, e doutor Hugo, então, eu falo que eu tomei antibiótico o resto da vida naquela época. Eu li aqueles papéis, eu vi que eu cheguei numa condição muito ruim. Eu não vou lembrar o peso, mas com certeza abaixo do peso normal, e fiquei nisso. E teve então todo esse processo de tratar verme, cuidar, alimentar. Minha vó fala, minha vó ainda é viva, estava almoçando com ela nesse minuto, inclusive. Minha vó então vai fazer nesse ano 99, 2017, ela é de 1918, e ela fala que ela me engordou, me alimentou a angu e feijão. Literalmente paneladas de angu e feijão. E aí tem uns casos que na família viraram folclóricos, que era quando eu pude, finalmente, comer comida normal, começou com sopa, porque eu não conseguia, nada parava no estômago, aquela coisa. E ela conta que a primeira vez que foram me alimentar eu comi a sopa inteira. Inteira. Eu acabei de comer e vomitei. Ou seja, mesmo com menos de 1 ano tinha aquela coisa da necessidade, do é este o momento, tem que comer enquanto tem, tinha uma coisa muito forte nesse sentido. E aí mamãe conta uma coisa, que é uma coisa muito particular dela, mas que eu vou tomar liberdade de dividir, eu não vou saber exatamente quando, mas algo entre esse meu período de 9 meses, ou seja, algo entre novembro de 1972 e outubro de 1973, quando meu pai foi assassinado, algo entre aí ela foi visitar, algo nesse meio. Aí ela conta que ela chegou na casa da minha vó e estava minha tia mais velha com um neném que ela falou: "Nossa, que neném lindo", no colo, então ela fala que ela chegou e falou assim: "Nossa, que menino lindo!", e era eu. Então ela fala que naquele momento ela olhou e falou assim, eu tinha cabelo, eu estava gordo, moreno, sorridente, gritando. Ela falou assim: "Esse é o filho que eu tive, não é a criança que eu tentei manter viva numa condição ruim durante 9 meses". Então, de certa maneira, a lembrança que eu tenho antes desse período é muito essa. Tem outros casos cômicos, já que nós estamos falando, esse também o meu irmão deve ter mencionado, que é que minha vó pegou uma, ou mais de uma vez, não vou saber, o Dudu me dando terra. Sentado... a gente sentado no jardim e ele me dando

> terra. O quê que era? Era o irmão mais velho me alimentando. Era, tipo assim, algo que ele fala, do tatu bolinha, isso aí eu acho [...] "Um para você e um para mim", que era uma coisa do irmão, ele era três anos mais velho que eu, praticamente, cuidando daquele bebezinho que ele sabia que tinha de ser alimentado. Eu estou contando muito da minha perspectiva, obviamente, mas minha mãe mandou eu e meu irmão para minha vó materna, depois a vó paterna, a vó paterna dele pegou, tem aí toda a história que vocês já ouviram. Então é um pouco essa, a minha memória começa um pouco aí. E aí tem que entender um pouco isso, minha família não era uma família rica, mas era uma família de classe média, meu avô, professor universitário. Meu avô foi cassado pelo Getúlio[93], foi cassado na ditadura, foi expulso do jornal, de vários jornais quando era jornalista, e aí, mas quando eu cheguei já tinha só uma tia minha, que é uma pessoa que também é minha mãe, que morava com ela.[94]

Dorival da Mata Machado endossa o trabalho de base dos pais, que formaram a família enquanto realizavam trabalhos em periferias e comunidades. No início dos anos 1970, o cerco aos opositores se estreitava, muitos foram presos e mortos. Assim, quando Dorival nasceu, em 1972, não havia dúvidas para José Carlos e Maria Madalena de que deveriam sair do País com as duas crianças pequenas. Enquanto se preparavam para partir, resolveram deixar o filho Dorival com os avós paternos. Ele tinha 9 meses e conta que passou por uma ruptura, deixando de ser um menino desnutrido e doente e passando a "ser criado a pão de ló:"[95]

> Então eu saí de uma condição diferente em Fortaleza e vim para ser criado a pão de ló, como a gente fala lá em casa, em Belo Horizonte. Então assim, eu fiz natação, eu tinha bronquite, então eu fiz natação durante 15 anos no Minas Tênis Clube, eu estudei no Colégio Loyola, isso aí tem um parêntese. Meu ponto é que tem um rompimento muito grande e eu tenho muita pouca memória, então eu sei contar o quê que eu passei nesse processo, muito pouca lembrança anterior. Já comecei por educação. A questão da educação, a questão da formação intelectual, questão da formação intelectual como parte da formação humana sempre foi fundamental na minha família. E meu avô sempre foi, era um advogado, advogado, era advogado no sentido de estudante de direito, um filósofo, um jornalista e sempre então na nossa biblioteca tinha livros de francês, alemão, italiano, todas as Línguas, e uma exposição muito humanista de discussão das coisas, uma questão sempre 'muito pé no chão' para falar das coisas.[96]

Para Dorival, toda sua formação intelectual, passando pela educação formal até a escolha acadêmica e profissional de trabalhar com demografia, tem tudo a ver com a formação adquirida na casa dos avós, que era ao mesmo tempo liberal e tradicional mineira.

Como perdeu o pai ainda muito cedo, o conhecimento que Dorival tinha dele foi formado por uma série de narrativas e histórias contadas por outras pessoas. Assim, ele acabou por criar seu próprio imaginário sobre o pai, que mais tarde foi modificado. Ele conta:

> Eu acho que quando eu devia ter uns 4, 5 anos eu comecei a entender a dimensão do que significava para a família e para o entorno nosso, ser filho do Zé Carlos. Vou dizer que não é uma coisa muito fácil, porque de certa maneira contém os traços do herói mítico em toda construção, em toda memória. E se já é difícil pra gente tentar deixar o pai orgulhoso, tentar deixar um pai, mito, que morreu assassinado, sob tortura, durante a ditadura, eu vou dizer que não era uma coisa muito fácil. Digamos que a minha realização acabou sendo muito por uma coisa que ele não teve condição de fazer, mas eu chego aí. Então eu imagino que nesse entorno, 4, 5 anos, que talvez tenha sido que eu comecei a pensar, comecei a tentar elaborar isso, e isso para mim hoje é muito forte, porque eu lembro que a minha elaboração era que eu falava que meu pai morreu lutando pelos pobres. Era uma fala de criança, mas eu acho que foi a forma como meu avô, minha avó, minha tia, traduziram isso para mim. Obviamente quando você entra num colégio e começa a estudar o período, por mais que fosse 1984, 85, tivesse 13 anos, você começa a olhar o período atrás, você começa a falar assim: "Hum, não era bem assim... Estava lutando pela liberdade, estava lutando contra uma ditadura militar, estava lutando com outro conjunto", então eu elaborei um discurso um pouco mais argumentativo, vamos dizer assim. E eu falo que, de certa maneira, quando eu entrei na faculdade e tive exposto, como todo mundo quando entra na faculdade, a outro conjunto de opiniões contrárias, diferentes, mas basicamente um grau de discussão, de certa maneira eu voltei a falar o que eu falava quando criança, que é que ele morreu lutando pelos pobres, com um adendo, que é mesmo os pobres não tendo pedido, não tendo sabido e tendo continuado a vida, mas no fundo foi uma opção que ele fez vendo a condição da época. Eu vou dizer que eu tive vários momentos nessa minha relação com o Zé. Eu tive um momento de muita falta, por mais que eu tenha tido vários pais, o Edgar da Mata Machado, pai do meu pai, foi meu pai; o José Francisco Soares, marido da minha tia, foi meu pai; Bernardo, irmão mais novo do meu pai,

foi meu pai. Por exemplo, era meu pai em festa de Dia dos Pais. Então assim, teve, tinha, então, por mais que eu tenha tido vários pais e vários modelos, você sente uma coisa assim: "Cara, que cara interessante é esse que eu não conheci, né?" Então assim, teve um momento inicial, e aí estou falando entre os 5 e os 13 [anos de idade], principalmente, onde eu também o idolatrava. A história do lutar pelos pobres era uma coisa cheia de beleza, cabia em qualquer papo, qualquer pessoa de repente, sabe? "Você é filho do Zé", virava uma história, e obviamente com, obviamente não, mas eu tinha, eu gostava dessa, desse, como é que a gente chamava? Desse acolhimento que isso dava. E aí eu acho que nesse sentido, eu fui, quando, daqui a pouco eu volto, perdi um pouco a linha, mas quando entrei na faculdade e fui entender isso foi muito positivo para eu poder reavaliar, discutir, entender e também trabalhar um pouco, tentar trabalhar um pouco as escolhas que eu ia fazer. Eu tive um momento inicial, então, como eu estava falando, de muita falta dele, um momento do filho que queria ter o pai, que queria ter conhecido esse cara; teve o momento de idealização muito forte junto com essa falta, então ele era perfeito, né? Eu lembro que eu tenho algumas memórias muito importantes entre os 10 e 15 anos, não vou saber exatamente precisar, mas, por exemplo, acho que foi em 84 [1984] que fez, talvez 20 anos, é, 20 anos [...] que a turma dele em Direito, e aí formou uma festa. E essa festa para mim foi muito importante, porque todo mundo chegava: "Ah, Dori, filho do Zé", eram colegas de faculdade, com quem ele não pôde formar, que foi proibido de formar pela ditadura. E daí, não sei o quê: "O que você sabe sobre o seu pai?", "Nossa, como é ser filho do Zé?", e tal. Ali era meio estranho, mas de novo eu estava num ambiente que eu gostava de ser centro, até que alguém, eu não vou lembrar quem, infelizmente, o nome dela ou dele, um colega falou o seguinte: "Você não conheceu o seu pai, né?", falei: "Não". Falou: "Quantos anos você tinha quando ele morreu?", falei: "Um ano e pouco, e vivi com ele só até os 9 meses", e aí teve uma experiência que foi muito legal, que as pessoas começaram a tirar fotos. Eu não tinha fotos, visto fotos do meu pai, eu já até conto um pouco porque pelo menos eu não tinha visto aquela profusão de fotos que eram fotos de viagem da universidade, viagem de faculdade, turmas, debates, não sei o quê, então foi a primeira vez que eu descobri que o meu pai fumava. Eu falei assim: "Isso é um cigarro na mão dele? Papai fumava? Como assim ele fumava? Ele não era...", "Papai bebia? Como assim papai bebia?" Então foi muito interessante nesse sentido de descobrir essa coisa de descobrir o lado humano dele fora do militante, descobrir que era um jovem que tinha seus sonhos, seja lá quais fossem e viajar pelo mundo, "mochilar "pelo mundo, criar uma família, ser

professor da faculdade que nem o pai, não sei quais eram. Sonhos que foram interrompidos por uma coisa absurda que aconteceu nesse País e que ele fez uma escolha. E essa escolha teve as consequências, obviamente que teve. E aí eu acho muito, eu acho que foi muito interessante esse período para eu entender um pouco e começar a ter outra relação com ele.[97]

Outro momento relatado por Dorival foi a exumação do corpo de José Carlos:

E teve um dia, a gente estava vendo jornal, eu não sei qual dos três, foi o primeiro a anunciar, que era um senhor que tinha descoberto um cemitério em Ibiúna, aí "olha" e tal, a primeira vez minha vó olhou e falou: "olha" e tal, ficou calada. Na segunda vez, ela cochichou alguma coisa com meu avô, não sei o quê, na terceira vez ela falou: "A gente devia mandar a arcada dentária do seu pai", e aí eu falei: "Pára tudo! Todo Dia de Finados na minha vida, até então, vocês me levam no Cemitério do Colina para ver uma lápide onde está escrito José Carlos da Mata Machado. Como assim? Meu pai não está lá?", e aí foi um momento muito chave. Por quê? Porque ela falou: "Não sei. A gente conseguiu, a gente entende que conseguiu recuperar o corpo, mas ele veio num caixão lacrado e a gente foi proibido de abrir, e eles não tinham aberto até 1974". E aí a gente, eu falei: "Cara, não. Isso não existe. Vamos fazer diferente", e [...] eu tinha 12, 13 anos [...] E aí decidiu-se que a gente ainda, por mais que já tivesse começado o momento de abertura, o pânico de quem viveu sobre a batuta militar permanece para sempre, minha filha hoje não tem nada disso, mas ela tem restrições em relação à Polícia Militar, tem 14 anos, nunca viveu nada, muito antes, pelo contrário, mas tem restrição porque quem viveu sobre isso sabe um pouco o quê que é. Então a gente, ao invés de pedir uma abertura de caixão, a gente pediu um traslado de ossos. Então já tinha 14, 15 anos que meu pai tinha morrido, 14, 13 anos mais ou menos, então já era um período aceitável, eu falei: "Vamos pedir para pegar os ossos para pôr numa caixinha". Antigamente fazia-se isso, pegava-se os caixões lá pelas tantas, tirava os caixões, tirava os ossos para pôr na caixinha para aquela mesma cova, aquele mesmo jazigo, na verdade, cova, jazigo, não sei, para aquele mesmo local poder caber mais de um, mais de uma pessoa. E esse dia é muito "vivaço" para mim, porque estava chovendo, quando eu vejo esses filmes de super-heróis, filme, qualquer filme de cemitério, aquela cena de chuva, era aquela cena. A gente foi, então foi eu, que eu fiz questão de ir, foi minha tia Marília, que é minha madrinha e que não estava aqui no Brasil quando meu pai morreu, ela estava estudando nos Esta-

dos Unidos, então ela também, além de ser minha madrinha, também é uma pessoa que precisava deste processo. Foi mais uma pessoa que eu não vou lembrar quem seja, me desculpe, que talvez meu tio, uma tia minha que é advogada, talvez outro tio, marido da minha tia mais velha, e a gente levou... Ah, confundi o nome. Meu médico não era o Hugo Werneck, o Hugo Werneck era o dentista da família que foi com a gente. Eu vou lembrar o meu médico depois. E nós levamos ele. Por que o dentista foi com a gente? Porque no momento que estivesse fazendo o traslado, ele levou as fotos da arcada dentária, então quando estivesse tirando os ossos do caixão para caixa, a gente ia olhar. Porque assim, para mim é muito forte essa lembrança de a gente andando, era mais ou menos longe na Colina, então a gente andando para lá, a cova aberta, os dois coveiros esperando a gente com aquela cara de: "O quê que esses malucos resolveram fazer com esse dia chuvoso uma mudança de ossos?", não vou lembrar o nome exato, e aí a gente chegou lá e tal. Aí: "Pode fazer?" "Pode", aí teve a primeira cena, engraçada, que foram várias cenas, hoje eu acho engraçado, né. A primeira que eles tiram a madeira e embaixo da madeira era aço. Aí eles falam: "Olha, é coisa de aço. Ele foi militar, alguma coisa?", porque era tipo cova de Exército, tem até uma foto do lugar, mas era uma coisa, não era de aço propriamente, era alumínio ou algum metal, né, aí eles tiram a tampa de metal e está até a borda de serragem. Segundo susto dos caras: "Ele morreu de alguma doença, alguma coisa?", a gente: "Não, não, é só porque ele morreu longe, então o corpo teve que ser mandado", "Ah, é, porque isso aqui é para conservação e tal". Então a gente, todo mundo assim: "Ih, não sei se esse corpo está aí, olha que estranho, coisa engraçada", aí eles enfiam a mão na serragem e falam: "Uai, tem corpo nenhum", e ninguém fez cara de assustado. Então os caras olharam para nós e falaram assim: "Não tem nenhum corpo", todo mundo: "não?" Não foi com este grau de tranquilidade, mas assim: "Procura direito", aí ele mexeu e falou: "Ah, não. Tem sim um corpo, só que ele é muito pequeno para o caixão", por isso eu não tinha entendido, eles foram puxar onde eles acharam que estava a cabeça e o pé e não acharam, porque era um caixão um pouco maior. E aí vem, então passou-se o evento do aço, do alumínio, passou esse evento da serragem, passou-se o evento do "não tem corpo", eles falaram assim: "Nossa, mas o corpo ainda está rígido, ele morreu há pouco tempo", aí a gente começou a achar já um pouco estranho. Aí o quê que aconteceu? O espaço é que ele foi colocado com uma roupa que não era dele, menor, então a roupa era muito justa, provavelmente aquelas, alguma coisa de elastano, qualquer coisa nesse sentido, do Exército [...] elastano na época, mas alguma coisa justa, e

aí quando o corpo se decompôs, ele ficou lá. Então o cara quando ele pegou a perna na primeira vez, ele viu que ela estava... que ela estava rígida. Quando ele apertou, era pó, que se dissolveu. Aí começou, ele: "Ah, tá", aí eles começaram a achar, tira o pé, tira ossos, tira o fêmur, tira essa tal dessa calça que se dissolve e tal, e pegou e foi pondo do lado e pôs a caveira e o maxilar. Não sei exatamente o que a gente falou com o cara. Eu sei que quando eles tiraram a caveira, minha tia falou: "É ele", ela falou: "Reconheço pelos traços", soltou um, respirando fundo, "É ele". E não sei o quê a gente falou para os caras, mas a gente pôs de lado e o doutor Hugo, se eu não me engano, foi lá olhar. E eu, é importante depois eu lembrar quem era exatamente, porque é importante eu falar o que eu vou contar. Aí ele chegou e falou: "Ó, é ele sim, ó. Tem esse dente aqui com cárie, tem isso" [...] vamos lembrar que ele era um dentista da família há anos, era uma pessoa informada, uma pessoa educada, uma pessoa, até onde eu convivi e conheço depois, com uma cabeça maravilhosa. E aí a terceira frase dele, [...] aí ele olhou e falou: "Olha, esse dente aqui", era um dente aqui, assim, "Esse dente aqui teve muita cárie. Nossa, ele deve ter tido um problema enorme de cárie", era um dentista olhando. "Está muito machucado esse dente", aí ele olhou e falou assim: "Mas engraçado, parece que está um pouco afundado", aí eu olhava para ele e falava assim: "Mas o que ele está falando, né?" Aí ele pôs o resto do crânio e falou assim: "Nossa, parece que aqui, aqui tudo parece que ele machucou", aí eu falei: "Doutor Hugo, papai morreu espancado sob tortura", e eu lembro até hoje da cara dele olhando para mim, que foi a primeira vez que ele acreditou. Então era uma pessoa absolutamente próxima à família, uma pessoa muito próxima, que conseguiu ser ludibriado por toda história militar que até hoje volta com "bolsonaros" da vida, de que não houve tortura, não houve nada disso, a gente só estava tentando fazer o melhor pelo País em função do comunismo, mas não. Então foi o primeiro, eu lembro da cara dele olhando para mim e falando assim: "Mas bateram nele até morrer". Então eu lembro que isso para mim foi muito importante também. Por que foi muito importante? Porque eu notei ali, não ali, hoje em dia eu sei elaborar isso, mas eu notei que eu vivia também numa posição de muita arrogância[...] Então esse período também foi um período que eu me dei a liberdade de ter raiva dele, de ter raiva. "Porra, em algum momento você podia ter inventado alguma história, ter falado o nome de alguém que você sabia que já estava morto". Mas não, ele ficou o máximo calado possível, até o último momento. E eu não vou dizer que foi por isso que ele foi morto, acho que ele já ia ser morto, como muitas pessoas que entraram numa cela de tortura, já "vamos tirar o que a

> gente pode, enquanto a gente mata ele", e eu acho que isso é uma coisa importante, muito importante, porque eu não falo que ele morreu sob tortura, eu falo que ele foi assassinado. Ou seja, quando ele entrou naquela sala, quando ele foi preso ali, já estava determinado o que ia fazer, foi um assassinato premeditado com tortura para tirar o máximo de informação antes de ele morrer, não era nada diferente disso. Então foi um momento que eu tive um pouco de raiva e foi importante essa raiva. Essa raiva de verdade, ela só veio a se dissipar e só veio a se tornar outra coisa muito pouco tempo, muito tempo depois, quando eu vim a ter filho.[98]

Sobre a prisão dos pais, em outubro de 1973, Dorival conta:

> Eu conhecia o Gilberto desde pequeno. A lembrança que eu tenho do Gilberto é de ser um tio absolutamente muito carinhoso [...] As duas lembranças que eu tinha do Gilberto eram essas, era uma pessoa absolutamente carinhosa, mas que parecia perdido. Eu tenho *flashes* de memória que eu não sei se foram criadas depois de ter conhecimento dos fatos ou se aconteceu de fato, que eu tenho *flashes* de memória de uma gravação. Que gravação é essa? Em algum momento, e eu não vou saber quem e eu não vou entrar nesse mérito, algum momento as pessoas começaram a fazer a conexão entre a morte de várias pessoas e a morte do meu pai, no sentido de que provavelmente todas as 10 últimas pessoas que ele encontrou foram presas, mortas, presas e assassinadas. Então assim, de certa maneira meu pai parece ter sido usado como um ponto de ligação, ele tinha essa impressão de que ele tava sendo perseguido, mas isso era mentira. Ele tava sendo usado. Ele tinha a impressão de que todo mundo que ele tinha encontrado estava sendo preso e estava caindo. Não. As pessoas estavam sendo presas, estavam caindo porque estavam encontrando com ele. É pior. Eu imagino que ele tenha morrido sem saber isso, coitado. E aí teve aquele, não vou lembrar o nome, acho que Merval[99] alguma coisa, não vou lembrar, que saiu uma capa da Veja que citou o Gilberto, um militar cooptador das Forças Armadas da época, e aí surgiu a história do Gilberto. E essa história do Gilberto surgiu aí, ela tinha, em algum momento entre minha mãe, a Eleonora [Menicucci], que é minha tia, e era casada com o Ricardo Prata, que é meu tio, na verdade [...] e minha mãe se juntaram e de alguma forma alguém pegou um depoimento do Gilberto. Eu tenho *flashes* de memória dessa fita existir e ter ouvido alguma coisa sobre ela, nem que seja como criança sentado no canto da escada, ouvindo mais do que devia, eu era mestre nisso.[...] Aí então eu lembro de ter ouvido isso, mas o fato é que naquele momento

foi um outro momento muito importante, que foi o momento de se descobrir que o irmão da minha mãe, e eu não vou julgar ele pelas razões das escolhas que ele fez, eu vou julgar, sim, pelas escolhas, mas pelas razões, seja por ameaça, seja por insegurança, seja por fragilidades emocionais, seja por ter apanhado demais, ele acabou entrando no que muitas pessoas chamariam de Síndrome de Estocolmo[100], seja lá o quê. Basicamente ele virou um informante e fez todo o caminho de reaproximar da minha mãe e do meu pai para através disso sair derrubando. Isso foi outra fase muito importante, porque eu convivi com ele muito tempo. Muito tempo eu convivi com o Gilberto. Eu não... Não dava para transformar aquele tio num bandido. Eu não podia transformar aquele tio num torturador, num ditador, num, desculpa a palavra, filho da puta. Eu resolvi não fazer essa transformação. Isso é diferente de tolerar, perdoar ou aceitar o ato. A questão é toda assim, bem mais um entendimento que é: "Caralho. Que merda!". Meu avô sempre falou isso. Meu avô sempre falou assim: "Dori, esse País tem vários problemas e o mundo tem vários problemas". Uma das palavras que ele sempre falou comigo era: "O poder corrompe. Pequenos poderes, grandes poderes, o poder corrompe. Ponto. Você tem que traçar uma linha ética muito clara e qualquer passinho que você der fora dessa linha, sai, corre. Porque na hora que você aceita um almoço, daqui a pouco aceita um helicóptero. Para você pode ser a mesma coisa, mas não é."[101]



Figura 6 – Família Prata. Fonte: Acervo pessoal de Eduardo Neves Silva

Dorival também relaciona a captura de seus pais ao sofrimento de sua mãe:

> Mas por outro lado eu também sou duro, então quando finalmente o Gilberto morreu, eu falo finalmente porque não é "ainda bem que ele morreu", é porque ele procurou a morte, coitado. Ele nunca chegou em paz consigo mesmo, bebeu e talvez tenha usado outras drogas, não sei, mas bebeu muito e foi se matando aos poucos, como quase todas as pessoas que não conseguem encarar ninguém de frente mais, olhando no olho, né? Então quando ele morreu minha mãe me ligou e falou assim: "Ah, o Gilberto morreu", não sei o quê, não sei que lá, e eu, eu não vou dizer o quê que ela disse, mas eu falei com minha mãe: "Que bom. Agora aliviada, acabou, segue em frente. Vai cuidar de outra coisa na vida ao invés de ficar se martirizando, se culpando porque seu irmão que levou seu marido e um monte de amigos à morte? Então segue em frente". Ela falou: "Ah, mas não é errado?", eu falei: "Errado o quê? Você estar aliviada porque ele morreu? Não. Tem nada de errado. Segue em frente". Para ela foi muito duro, porque ele era o melhor amigo dela, entre os irmãos. Ele era muito próximo, ele foi muito bem explorado e ele explorou muito bem essa relação. Então acho que o último capítulo dessa história passa um pouco por essa questão do Gilberto.[102]

Sobre a relação com a mãe biológica, Maria Madalena, Dorival explica:

> A relação com minha mãe, obviamente, se prejudicou naquele período, por razões das mais variadas e Madalena é minha mãe, mas eu chamo ela de mãe quando eu estou com ela, quando eu não estou com ela é Madalena. Quando eu tive minha filha eu pude virar para a minha tia e falar: "Você vai ser avó", porque eu sempre fui proibido pela minha família de chamar qualquer outra pessoa de mãe que não a Madalena, então quando eu era criança eu queria chamar a Edite de mãe, não podia. Então isso também não foi muito fácil, porque eu tinha uma mãe, que era minha mãe biológica, que não era presente na minha vida, e a mãe de verdade eu não podia chamar de mãe. Foi bem confuso, eu tenho de dizer. Mas aí, depois, eu resolvi, quando minha filha nasceu, ela é a avó e nunca se discutiu, então a relação da mãe foi carimbada, vamos dizer assim, chamando ela de avó. Então minha filha tem algumas avós. Aí, quê mais? Acho que essas duas, então assim, minha relação com Madalena é uma boa relação, nós temos uma relação, mas não é uma relação próxima. Dudu tem uma relação, meu irmão Eduardo tem uma relação muito mais próxima com ela, viveu até os 4 anos com ela, tem memórias afetivas. Eu não tenho memória. Eu lembro da minha

Dite, que é minha tia, minha mãe também, me levar para visitar ela em João Pessoa, quando ela morava numa comunidade da Paraíba, ela continuou a ação forte, independente do desmantelamento total do sistema, do sistema de luta contra a ditadura. Então me lembro, levava eu e meu irmão em João Pessoa. Eu lembro de ir em alguns lugares que ela foi morando, ir. Eu lembro de ter orgulho de muitas das coisas que ela foi fazendo na vida e do que ela foi produzindo, mas nunca tivemos essa relação. A gente tem uma boa relação, mas eu diria que, às vezes, coitada, ela é mais minha mãe do que eu sou filho dela. Mas, por outro lado, tenho uma boa relação e eu lido muito bem com isso. [...] Agora, eu acho que minha mãe reclama um pouco disso, mas minha mãe, por outro lado, eu sempre fui absolutamente carinhoso. Hoje em dia eu sou um pouco menos, mas acho que tem a ver também com isso, que você vai ficando mais velho. E aí, eu sempre fui muito próximo dela nesse sentido.[103]



Figura 7 – Dorival ao lado de seu irmão, Eduardo Neves da Silva. Fonte: Acervo pessoal de Eduardo Neves Silva

Militante: João de Carvalho Barros – Mãe: Benedita Fontes Carvalho; Filhos: Jorge Carvalho, Catarina Maria Barros, Maria José de Carvalho, Vera Lúcia Álvares, Luiz Antônio de Barros, Ana Maria de Carvalho Barros, Rosemary Carvalho.

Nascido em 24/07/1908 no Rio Grande do Sul e casado com Benedita Fontes Carvalho, João de Carvalho Barros era veterinário do Ministério da Agricultura, lotado no Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (DIPOA).

Além das atividades laborais no Ministério da Agricultura, João era pastor da Igreja Primitiva dos Apóstolos Pró-Salvação e Cura Divina, e presidente do diretório do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), no Bairro Aarão Reis/Belo Horizonte, onde vivia com a família. Nos acervos da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), sob a guarda do Arquivo Nacional, foram encontrados testemunhos, recortes de jornal e registros civis que atestam que em 02/04/1964, nos primeiros dias do golpe militar, João, sua companheira e seus sete filhos – em ordem de nascimento, Jorge Carvalho, Catarina Maria Barros, Maria José de Carvalho, Vera Lúcia Álvares, Luiz Antônio de Barros, Ana Maria de Carvalho Barros e Rosemary Carvalho - tiveram a casa invadida por cerca de 30 homens armados. Na ocasião, João foi alvejado fatalmente, sua esposa atingida por tiro de raspão no braço e uma de suas filhas ferida gravemente na região torácica dorsal, fato que teria deixado sequelas irreversíveis na jovem.[104]

Ana Maria de Carvalho Barros Viana, uma das filhas caçulas de João de Carvalho Barros, em depoimento enviado por carta à Covemg, em 09/07/2017, relata as suas primeiras lembranças do pai, da sua infância e dos momentos familiares partilhados antes de abril de 1964.

> Meu nome é Ana Maria de Carvalho Barros Viana, nasci em 1º/05/1956, sou filha de João de Carvalho Barros, veterinário, trabalhava no Ministério da Agricultura, também formado em Economia, nascido em São Borja - Rio Grande do Sul. A minha mãe chamava-se Benedita Fontes Carvalho, era do lar e nascida na cidade de Piraí - Rio de Janeiro. Eu era uma criança alegre que gostava de brincar, sonhava ser professora, tinha uma família bem-estruturada e muito protetora, sentia-me segura e feliz, lembro-me de meu pai chegando do trabalho, eu e meu irmão correndo para abraçá-lo nas pernas, era assim que gostávamos de abraça-lo, éramos sete irmãos. Minha mãe (um anjo) estava sempre muito preocupada em nos ensinar tudo que fosse benéfico para tornarmos pessoas do bem. Eles nos ensinavam a sermos generosos, preocupamos com o próximo, etc. Lembro-me de meu pai conseguindo doações de leite e brinquedos, minhas irmãs organizavam a distribuição desses donativos para pessoas carentes. Meu pai era um militante que sonhava com uma sociedade mais justa, mais humana.[105]

Em testemunho prestado à CEMDP em 24/09/1997[106], a filha de João, que foi gravemente atingida na circunstância do assassinato do pai, Catarina Maria de Barros, à época com 17 anos, aponta que na noite do dia 02/04/1964 a família foi acordada por tiros de metralhadora. Quando a jovem se dirigiu à sala, encontrou o pai já morto no chão. Em pânico pela situação e temendo pelos seus irmãos,

Catarina afirma que ficou imóvel diante os gritos da mãe e de sua própria ferida na região abdominal do corpo. Catarina também afirma em seu relato que toda a família teria sido ameaçada pelo grupo armado que invadira a casa, quebrara móveis e apreendera objetos pessoais do pai.

Laura dos Santos Soares, vizinha da família no período em que os fatos ocorreram, também relatou à CEMDP[107], em 17/09/1997, que de sua residência, ela pôde ver que um grupo de homens armados e vestidos de terno invadiu a casa de João de Carvalho Barros, em seguida, foram ouvidos vários tiros, bem como os gritos de seus familiares. O grupo teria deixado a residência da família em jipes e carros "chapa branca" e, no momento seguinte, a Polícia Civil teria chegado ao local para providenciar a remoção do corpo de João de Carvalho, para o Instituto Médico Legal. No mesmo testemunho, Laura dos Santos Soares confirma que a residência do pastor era frequentada por diversos políticos e que o sistema de autofalante da igreja, da qual ele fazia parte, era utilizado para propaganda política.

Na carta apresentada à Covemg, Ana Maria narra suas memórias pessoais sobre a noite em que perdeu seu pai, aos 8 anos de idade:

> Numa noite fui acordada pelo meu irmão chorando, e dizendo: "Ana, acho que o pai morreu!" Não entendi muito bem, levantei desesperada, deparei-me com uma cena de terror que até hoje se fechar meus olhos sou capaz de revivê-la: meu pai caído no chão com os olhos abertos; chamei-o, balancei-o, ele não se manifestou, ouvi um gemido que vinha do quarto, corri para lá e vi minha irmã Catarina toda ensanguentada e pessoas estranhas dentro da minha casa com armas grandes. Um deles me pegou pela mão e me tirou para fora, procurei minha mãe e não a encontrei, naquele momento comecei a chorar e me senti abandonada. Minha mãe havia sido atingida por uma bala de raspão e tinha ido buscar socorro para nós. Quando ela chegou, foi muito bom vê-la, ela era meu porto seguro. Minha mãe pegou meu irmão e eu pela mão e disse: "Vocês vão para a casa dela (vizinha), vou resolver uns problemas e depois volto para buscá-los."[108]

Ainda sobre suas memórias dos fatos relativas ao assassinato do pai, Ana Maria narra o dia posterior à violação de sua casa, bem como os meses após a perda do progenitor.

> Fiquei na casa da vizinha, não dormi a noite toda, levantei, olhei para minha casa que era em frente, havia policiais, era tudo muito estranho. À tardinha comecei a chorar, tentaram me consolar e nada. Havia na casa uma menina mais ou

> menos da minha idade, ela me chamou escondido e falou: "Seu pai morreu, sua mãe foi enterrá-lo, mas vai voltar." Tive uma mistura de sentimentos, alívio em saber que não ficaria sem minha mãe e tristeza por ter perdido meu pai, era muito sofrimento. Os anos se passaram, lembro-me de uma foto que minha mãe tirou de meu pai no caixão para que eu, meu irmão e minha irmã, que estava no hospital, pudéssemos ver. Minha mãe sempre nos levava ao cemitério e chorava muito, lembro-me que ficávamos ao redor dela e ela sempre dizia: "A vida continua, vamos em frente."[109]

Com o assassinato de João de Carvalho Barros, os irmãos de Ana Maria tiveram que trabalhar muito jovens para sustentar a família. Contudo, apesar dos esforços dos irmãos, a família não conseguiu manter o mesmo padrão de vida:

> Meus irmãos foram trabalhar bem cedo, para ajudá-la [a mãe] a criar os mais novos e ela se desdobrava para mantermos psicologicamente bem, dando-nos força, e incentivando-nos para realizarmos os nossos sonhos, mas a missão dela não foi fácil e custou-lhe a saúde, lembro-me que ela não tinha às vezes nem como comprar os seus remédios, nós que éramos acostumados a nos alimentarmos bem, ficamos em uma situação que tínhamos que comer o que tinha (mingau de fubá, macarrão, etc.). Mataram não só nosso pai, mas também nossa infância e adolescência dos meus irmãos mais velhos. Tivemos que nos tornar adultos bem cedo, ir para a escola de chinelo, tendo como pasta um saco de colocar arroz, morar num barracão que só tinha um quarto para todos. Uma coisa que até hoje não posso ver que me dói o coração é um carrinho de bombeiro, lembro-me do meu irmão com uns 9 a 10 anos [de idade] trabalhando de entregar propaganda no ponto do ônibus, para comprar um sonhado carrinho plástico de bombeiro para ele no dia de Natal. Não gosto de ver crianças trabalhando até hoje.[110]

Ana Maria de Carvalho Barros finaliza o seu relato escrito afirmando que o homicídio de João de Carvalho Barros tirou-lhes não somente o direito fundamental de conviver com o pai, como também acabou por adoecer a família.-

> Minha mãe mais tarde morreu de infarto, nós continuamos na luta. Perdi mais três irmãos, hoje somos quatro. Tenho um vazio dentro de mim, que é de não poder ter tido meu pai por mais tempo, pois a minha convivência com ele foi abortada muito cedo e de maneira horrível de lembrar. Somos pessoas do bem, não guardamos ódio de quem destruiu o nosso lar, mas gostaria que as pessoas lutassem por seus ideais sem violência, sem ceifar vidas, sem destruir sonhos e alegria de crianças e inocentes.[111]

Militantes: João Fortunato Vidigal e Thereza Aurélia Álvares Vidigal – Filhos: Leonardo Álvares Vidigal e Fernanda Álvares Vidigal

Leonardo Álvares Vidigal nasceu em 1967. Ele é filho dos militantes Thereza Aurélia Álvares Vidigal e João Fortunato Vidigal, ambos mineiros, ela de Belo Horizonte, ele de Mariana. Leonardo tem uma irmã, Fernanda Álvares Vidigal, nascida em 1971. Thereza é Assistente Social e conheceu João Fortunato em Belo Horizonte quando ele era estudante da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e, ela, professora no Curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica em Minas Gerais (PUC Minas). Em Belo Horizonte, Thereza militava na Ação Popular (AP). Os dois se casaram em 1965. No início de 1966, Thereza foi presa em Minas Gerais e libertada por meio de *habeas corpus* impetrado pelo advogado Sobral Pinto. Ela ficou 42 dias encarcerada, sendo alguns deles no presídio de Linhares, em Juiz de Fora/MG.[112]



Figura 8: Thereza Aurélia, a irmã de João Fortunato e João Fortunato. Fonte: Acervo pessoal de Leonardo Álvares

Em razão da perseguição que o casal sofreu na capital mineira, resolveram sair da cidade e ir para o Rio de Janeiro/RJ em 1966. No Rio, Thereza se dedicou a dar aulas na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e PUC-Rio e também no cargo que assumiu no Banco Nacional de Habitação (BNH). João continuou os estudos de Pedagogia na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), trabalhou na FEBEM - Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor, e vendeu livros em praças. No Rio de Janeiro, o casal abrigava militantes e realizava grupos de estudos em sua casa. Por isso, em 1968, foram presos em função da Ação Penal nº 576/68-C.[113] Thereza foi solta em razão de hemorragia devido

a um aborto sofrido. João ficou preso dois meses. Depois foi preso novamente em janeiro de 1969, sendo libertado em fevereiro. Thereza relatou que João foi extremamente torturado na prisão. O casal foi denunciado em 1969 por "agrupamento prejudicial à segurança nacional, tentativa de subversão, tentativa de insurreição, provocação de guerra subversiva, incitação a crime contra a segurança nacional, agrupamento paramilitar, propaganda subversiva e apologia de crime contra a segurança nacional", junto de outras pessoas. Thereza foi absolvida das acusações em 1974 pelo Superior Tribunal Militar (STM). A punibilidade de João Fortunato foi extinta em razão de seu falecimento. Em 29/12/1972 João foi encontrado morto em casa enquanto a família passava o final de ano em Belo Horizonte. O laudo oficial indicou que a *causa mortis* foi pancreatite hemorrágica aguda. Depois, Thereza descobriu que dois homens foram procurar o casal em casa e que havia sido expedido mandado de prisão em desfavor de João, em julho daquele ano.[114]

Leonardo rememora sua infância e as consequências da perda do pai ainda muito cedo:

> Eu não sei, eu gostaria só de começar com uma história que eu nem sei se é verdadeira, porque meu pai me conta [contou] assim, de forma meio fantasiosa, mas porque existe uma peça, né, [...] chama "Um Edifício Chamado 200". É um edifício lá na Barata Ribeiro, em Copacabana, quase no meio dali, onde havia muitos jovens, [que] moravam lá, e uma época, pelo que minha mãe me contou, ela morou lá, eu era bebê ainda e, segundo ela, ela foi forçada a fugir pela porta dos fundos, porque ficou sabendo que a polícia tinha invadido o prédio buscando algum aparelho, alguma coisa assim, né. E essa cena, assim, dela fugindo comigo nos braços, assim, isso é o que me vem, não sei também se é verdadeiro, talvez eu até tenha sonhado com isso, não sei. [...] Mas eu lembro disso por causa dessa peça, né, e eles até mudaram o número do Edifício para não ter... ninguém ir lá, né, mas eu vi esse edifício, o edifício até bonito lá na Barata Ribeiro, que a arquitetura é interessante. Então a minha família tem essa, uma espécie de... Evento fundador, assim [...] Quando eu, desde que eu me entendo por pessoa, porque às vezes as lembranças dessa época são meio nebulosas, né, mas a perda do meu pai talvez seja o primeiro evento que eu me lembre. Quer dizer, esse trauma fez eu apagar quase tudo anterior a isso. Quando o meu pai foi encontrado morto em casa, no final do ano de 1972, eu ainda estava com 5 anos, ia fazer 6 em fevereiro, então a única coisa que eu me lembro são cenas muito fugazes, a gente soltando pipa no Aterro do Flamengo, e a minha mãe confirmou que a gente costumava fazer esse passeio, e

> algumas cenas noturnas, assim, não lembro bem. Mas o fato é que a minha primeira grande lembrança é a da minha mãe me dizendo, me comentando que o meu pai havia falecido. [...] Eu me lembro que eu estava em uma daquelas máquinas escavadeiras lá, e ela veio na minha direção, assim, e me contou, e eu também não lembro, mas segundo ela, eu fiquei em estado de choque por várias horas, deitado, sem conseguir falar, sem conseguir me alimentar. Ela falou que eu estava em estado catatônico, na mesma hora estado de choque, né?[115]

João era estudante de Pedagogia e trabalhou na antiga FEBEM, mas não conseguia estabilidade em nenhum emprego, já que era perseguido constantemente e tinha algumas passagens pela polícia.

> Ele era militante e tal, mas ele era uma pessoa muito à frente do tempo dele, sabe, não tinha essa história [de] deixar todas as tarefas domésticas para a minha mãe, entendeu? [...] E fazia questão mesmo, inclusive ele me ensinou a ler antes de entrar para a escola, quer dizer, aos 5 anos eu já lia, e ele que me ensinou. [...] Então ele cuidou muito de mim, sabe? E como ele tinha... estudou Pedagogia, ele anotou todas as fases do meu desenvolvimento, só que isso foi jogado fora pelos amigos da minha mãe, porque eles entraram no apartamento, no nosso apartamento, logo depois que o corpo dele foi retirado de lá e tiraram tudo o que podia lembrar a minha mãe dele, inclusive isso. É, infelizmente. Mas, então até mesmo, sabe, hoje é até simbólico isso, porque esse ato de apagar a memória deles, porque a gente, por muito tempo não apagou, mas evitou muito falar sobre os assuntos, é muito penoso. Enquanto eu era criança, as sequelas mais importantes: eu engordei, virei uma bola, nunca mais me recuperei disso, estou na minha luta contra a balança eterna, mas... Eu inchei mesmo, dos 6 aos 8 anos eu inchei assim. E havia essa... E a minha mãe me levou... me levou em psicólogo, eu lembro que eu fiz terapia ocupacional, ficava brincando lá com as coisas, enquanto a escola ficava... Por muito tempo não consegui dormir sozinho, alguém tinha que dormir comigo, até os 10 anos assim, eu não conseguia dormir sozinho no escuro. Ainda hoje o escuro me... Às vezes eu me forço a abrir os olhos no meu quarto escuro...[116]

Sobre a saída do casal Thereza e João de Belo Horizonte, Leonardo conta:

> É, porque ela tinha 32 [anos]. Eles foram embora daqui fugidos praticamente, porque a minha mãe foi presa, o meu pai foi preso e... E ela já estava... eles já estavam sendo... não conseguiam arrumar emprego aqui, por aquilo, né, porque eles faziam isso para desfocar economicamente os militantes.

> Então a gente... eles foram praticamente fugidos lá para o Rio. Eu não sei se era... era a melhor opção ir para o Rio, né, era o centro da repressão lá na época, mas sei lá, não sei exatamente por quê. Eles foram pra lá um ano antes de eu nascer, né? E, assim, eles... Realmente, quem era militante aqui em Belo Horizonte era a minha mãe, o meu pai era ainda muito novo, não tinha muita... E ele também sempre foi muito, eu acho que eu herdei isso, muito cético.[117]

Ao chegar no Rio de Janeiro, Thereza se dedicou ao trabalho como professora, deixando a militância política de lado:

> Eu lembro... eu me lembro que a minha mãe falava que a gente fazia muitos grupos de estudo em casa, e eles estudavam muito os textos, né, a teoria de cada Partido. Cada grupo tinha as suas, os seus fundamentos teóricos ali, uns textos e tal. Até hoje, quando você vai entrar em uma organização dessas, você tem que conhecer, ler todos os textos canônicos, da vertente. Então ele fazia muito isso, porque ele não ia... E, assim, se ele optou por participar de um grupo que levasse às últimas consequências, até a luta que era armada, eu acho que ele, eu acho difícil... Eu acho difícil ele ter escondido isso da minha mãe tão facilmente, porque eles faziam isso em casa abertamente. [...] Ela disse que não tinha a menor ideia. Se ele realmente participou disso, a gente não sabe, também a gente nunca sabe, mas se ele realmente participou disso, foi... ele escondeu muito bem. Tá, para protegê-lo, para nos proteger e tal, mas mesmo assim a gente fazia, eles faziam algumas atividades arriscadas, né, como abrigar pessoas em casa. [...] E, eles continuaram mantendo reunião de grupo de estudo. Então eu não sei, eu não... eu acho que as coincidências são muito grandes e a ação foi no dia que ele desapareceu, foi... não sei como é que conseguiu chegar em casa, e faleceu lá de hemorragia interna, porque ele já tinha sido torturado antes, no abdômen, e o laudo final foi pancreatite, né, e essa pancreatite, ela pode se desenvolver por trauma também. E ela [a mãe] falou que eles bateram muito no abdômen, porque a... Essa... Os hematomas somem rápido. Então o que a gente sabe, eu não sei, fazem isso para disfarçar, mas não bate tanto, entendeu? Porque é isso. Ela me fala, por exemplo, que ele era muito assediado pela VAR-Palmares, pelo VPR, né? [...] Ele era conhecido pela coragem. Tipo assim, se você está em uma passeata, ele abria um cartaz "Abaixo a ditadura" na frente do general, aí os caras começaram a jogar gás, todo mundo corria, menos ele. Ficava mais um pouquinho ali só para, né, aí ele vai embora. Isso acontecia, e era chamado de João Passeata, porque ele ia em todas as passeatas, era o apelido dele na turma, né?[118]

Leonardo lembra que era comum o pai ficar fora alguns dias e voltar para casa muito machucado. Apesar de Thereza Aurélia não conversar sobre isso com os filhos, Leonardo entende que o pai foi preso diversas vezes.[119]

Durante muito tempo a família não conversou sobre o que passara com a morte de João Fortunato. Foi com a publicação do relatório da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) e da história do massacre de seis militantes do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), no Rio de Janeiro, em 29/12/1972[120], que eles começaram a questionar a morte do pai e refletir sobre o que realmente pôde ter acontecido. João Fortunato não se abria com a família acerca de sua atuação política, para poupá-los e garantir sua segurança. Thereza sabia que João atuava clandestinamente e, por isso, desconfiou de sua participação no PCBR.

João Fortunato foi encontrado morto em casa no dia 30/12/1972, enquanto a família o esperava em Belo Horizonte. A empregada Manuelita Justino da Silva encontrou o corpo, ligou para o médico e logo apareceu uma ambulância no apartamento do Bairro Catumbi. O laudo oficial indicou "envenenamento" como *causa mortis* e foi realizado pelos legistas Elias Freitas e Salim Raphael Balassiano, médicos que já haviam sido envolvidos em fraudes de laudos de mortes de militantes.[121] No entanto, Thereza desconfiou de toda a situação e pediu que o amigo médico Erasto Gomes contestasse o envenenamento, e o laudo oficial foi modificado, sendo "pancreatite aguda hemorrágica" a causa da morte oficial.[122]

Sobre desconfiar da versão oficial da morte do pai, Leonardo discute:

> O que aconteceu foi que a gente foi para Belo Horizonte para o Natal, né, de 72 [1972], e ele voltou [para o Rio de Janeiro] falando que tinha uma entrevista de emprego. Que a minha mãe é que sabe onde era, então ele me informou isso. E aí ele sumiu por uns dois dias, estavam tentando entrar em contato com ele e não conseguiam, e aí foi encontrado... foi encontrado morto em casa. E assim, segundo, né, foi quem encontrou ele foi a... uma mulher que fazia a faxina lá em casa. Ela disse que foi na farmácia, foi só comunicar, que em cinco minutos apareceu alguém lá. [...] E aí ela [a mãe] descobriu depois que já tinha gente rondando lá, sabe, antes, nos dias anteriores, assim. Que ela conversou com os vizinhos e tal. [...] É, porque a minha mãe levou o Erasto [Gomes] [...] Esqueci o nome do amigo dela que era médico, e ele viu o corpo e falou que ele estava todo roxo, já estava todo roxo já. Então ele falou: "Isso não é... não é quadro de

envenenamento. Envenenamento não produz esse tipo de..." Então ele contestou o laudo, então eles refizeram e é... um médico já conhecido desses médicos que fazem laudos.[...] Esse Elias Freitas é conhecido por ter assinado outros laudos, né, segundo as conveniências, né, do aparelho de repressão. Então é por isso também é que... é que a minha mãe levou, né, a minha mãe sabia dessa prática, né, dos médicos, de esconderem as verdadeiras causas de mortes, então ela levou esse amigo médico dele lá, dela lá, e aí ele contestou. [...] E, a gente acha que houve, né, no nosso entendimento ele, sim, ele morreu por alguma ação do Estado, mas a gente não conseguiu provar. Esse é o nosso entendimento. [...] E isso também, as sequelas na família. Assim, nós demoramos um tempo para nos recuperarmos, mãe ficou ainda morando no Rio por alguns anos, e aí ela viu que não estava dando conta e voltou para cá, para contar com o apoio da família, né? Mas daí ela abdicou de um cargo que ela tinha no BNH, né, para o Banco Nacional de Habitação, onde ela tentou, pelo menos, continuar os ideais dela, né, mantém cooperativas de habitação, que era a especialidade dela, né. Mas de certa forma, ela... realmente, ela abdicou da militância para nos criar e tal, né, porque agora éramos só nós, né? Eu lembro que eu ficava muito tempo sozinho, porque ela dava aula, ela ficava fora praticamente o dia inteiro, né? [...] E a gente era muito novo, a gente não conseguia... Eu tinha lá os meus próprios problemas, eu não conseguia ajudar muito, e a Fernanda, ela era muito nova também e não teve muito... não teve contato nenhum com meu pai praticamente, né? Tem uma foto dele segurando ela bebê, assim, mas ela... que ela foi privada da figura paterna, eu fui um pouco mais... as sequelas em mim foram mais profundas que nela, mas ela sublimou isso fazendo.... Ela [Fernanda] fez um filme[123]. [...] Todo esse processo... esse depoimento dela [da mãe] para a Comissão de Anistia foi a primeira vez que realmente eu consegui fazer ela sentar e fazer um relato coerente sobre o que aconteceu. Era um assunto... não é que era tabu, mas a gente não... entendeu, porque ela era... ela era, desde então, ela sempre foi meio frágil emocionalmente, e esse assunto realmente mexia muito com ela e eu não gostava de como ela ficava quando a gente falava disso. Como apareceu essa oportunidade de operar a Comissão de Anistia e tal, eu... 2004 assim, a gente fez esse depoimento aí sem precisar de... aquela coisa de ficar pressionando ela para contar, né? Então foi uma oportunidade que a gente teve de fazer, de ela falar um pouco, assim. Não fez bem para ela, é óbvio, né, fazer. Foi penoso na hora, mas depois foi bom para ela, e o filme [da Fernanda] também foi importante para ela [minha mãe] superar um pouco isso.[124]

Como uma experiência definidora da família, Leonardo explica como a morte do pai afetou sua vida:

> Não, eu me lembro que eu fui uma criança muito solitária, assim, bastante. Não tinha muitos amigos, não. Sofria *bullying* na escola, e... Eu imagino que por causa da... Que eu era o único gordo na época. Imagino que tenha sido por isso, eu não sei, e também porque eu era bolsista de uma escola meio de classe média. Todo mundo chegava de motorista menos eu, tipo assim, então eu acho que tem a ver também. Mas é o que eu estava explicando [...] Os meus pais, sequelas, sozinho, eu não conseguia dormir sozinho por muito tempo, engordei muito, ainda fui, eu fiz um regime com 10 anos, eu fui uma das primeiras pessoas a tomar guaraná dietético, um guaraná dietético meio artesanal, assim, que eles faziam. Então foi principalmente isso, as sequelas físicas... Mas, assim, eu não acho que, assim, comparado com outras pessoas, né, não faz minimizar o que... que aconteceu comigo, não, mas eu consegui, mais ou menos, superar. Muitas pessoas não conseguiram, que sofreram, sofreram torturas, crianças. A gente conseguiu, mais ou menos. A minha mãe, eu acho que ficou... nunca se recuperou. Ela realmente... Foi um evento definidor na nossa família, né, não tem como... Mas eu acho que eu e a minha irmã conseguimos, de certa forma, trabalhar isso, eu consegui formar uma família, ela também está em um relacionamento estável, não sei o quê. Então assim, não ficou... a nossa vida não foi totalmente dilacerada como a de outras pessoas, mas foi uma luta mesmo.[125]

Filhos de militantes presos

Militantes: Affonso Junqueira de Alvarenga e Mara Curtiss Alvarenga – Filhos: Danilo e Patrícia Curtiss Alvarenga

Os irmãos Curtiss Alvarenga, Patrícia, nascida em 1956, Emílio Eduardo, nascido em 1957, Andrea, em 1958, Marina, em 1959, Alexandre, em 1961, e Danilo, 1964, sempre estiveram juntos dos pais, Mara Curtiss e Affonso Junqueira durante a sua militância.[126] O casal atuava na Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), em Minas Gerais. Em 1969, entraram na clandestinidade e saíram do estado. Em junho de 1970, Mara e Affonso foram presos em Porto Alegre/RS, sendo torturados no DOPS, até setembro do mesmo ano, quando foram transferidos para o presídio de Linhares, em Juiz de Fora/MG. O casal ficou preso até janeiro de 1971, quando foi banido do território nacional em razão de figurar na lista dos 70 militantes políticos presos que seriam libertados em troca do embaixador suíço, sequestrado em 1970, Giovanni Enrico Bucher. O casal esteve na situação de banimento por anos, até a Anistia em 1979.[127]

Desde cedo era explicada aos irmãos a situação política do Brasil e qual o posicionamento político da família. Patrícia conta:

> A minha lembrança mais antiga disso, eu nem sei precisar quando foi, é que os nossos pais sempre conversaram com a gente bastante, ele sempre... Pelo menos comigo e com o meu irmão que vem logo depois de mim, então nós depois de percebermos que estavam acontecendo coisas diferentes em casa, porque amanhecia a sala cheia de gente dormindo no chão, os nossos pais saíam pra reuniões e falavam: "Nós vamos pra uma reunião." A gente não sabia do quê. Aí eles conversaram com a gente e explicaram sobre... O que eu lembro é que eles deram uma explicação sobre a situação política, coisa que eles não estavam de acordo como que acontecia, que as pessoas eram pobres e que deram uma explicação sucinta de luta de classes e essas coisas, eu lembro que a gente achava justo, só que eu pelo menos tinha muito medo, meu irmão era muito mais compreensivo nessas coisas. [...] As atividades foram ficando sempre mais intensas, a gente estudava em uma escola, que era na frente da antiga FAFICH[128] ali na Rua Carangola, e desde muito cedo assim, aos 12 anos, a gente foi experimentando o cheirinho de gás lacrimogêneo, porque quando acontecia manifestações na FAFICH a polícia invadia, jogava gás lacrimogêneo ali e, nos estudantes, né, e se espalhava. A nossa escola era bem na frente. E o papai explicava pra gente que os estudantes estavam brigando, o quanto as coisas estavam erradas, então eles sempre explicaram pra gente as coisas, quando apareceu esse filme, agora, A Culpa é do Fidel[129], todo mundo achava que aquela menina parecia muito comigo, que toda a família toda, "Ah lembrei da Patrícia", quando via a menina de "A Culpa é do Fidel", eu acho que não, porque no filme os pais não explicam pra ela e os nossos pais explicavam pra gente, eles falavam das coisas.[130]

Danilo servia de referência para a família:

> Lembranças... as primeiras, você [Patrícia] já está entrando na clandestinidade, as primeiras que eu lembro assim, eu era muito novo, eu sou mais novo dos seis, e eu tinha 5 anos [de idade] na época que a gente começou a fugir, mas então essas reuniões assim e tal. Às vezes, eu acho que eles levavam a gente, porque eu lembro de... eles me levando não sei porque eu era caçula, aí o que eles faziam? Eles me deitavam, porque eu sempre fui muito bom de referência, então eu lembro dos pais, o pai e mãe contam até hoje, o problema era quando eles me levavam, eles tinham, tipo assim, me

> esconder durante o caminho, aí quando chegava no lugar e "Vamos descer do carro." Não sei o que, eu falava: "Ah, isso aqui é tal lugar, tal lugar." Eu conhecia muito.[131]

A família albergava muitos militantes e os irmãos acabavam por se relacionar e adquirir afeto pelas pessoas que passavam pela casa. No entanto, Danilo afirma que a relação com nomes de pessoas era passageira:

> Eu tenho esse problema até hoje, tenho uma dificuldade pra decorar nome, eu acho... gravou no inconsciente isso, que nome muda qualquer hora, porque eu encontrava uma pessoa em um lugar tinha um nome, depois de um tempo encontrava e tinha outro nome, no Chile tinha um nome, em Cuba tinha outro nome, cada lugar tinha um nome, então nome pra mim tinha uma coisa momentânea, só "prazer meu nome é tal", virou a costas, já vou mudar de nome. Então, até hoje eu tenho dificuldade de decorar nome por causa disso.[132]

Os irmãos contam que a família viajava muito, em razão da militância. Assim, afirma Patrícia: "Levava a meninada toda, papai conta que no bagageiro dele dentro do carro iam armas, livros e etc., punha um edredom, e a meninada toda dormindo em cima ia pro Rio de Janeiro. "[133]

A mais velha, Patrícia, com mais lembranças das reuniões e "aparelhos"[134] que visitavam, conta que a situação ficou tensa em 1969 e a família teve de fugir de Belo Horizonte, no meio da noite: "A situação foi ficando tensa, a gente percebia que estava tenso, a gente não podia comentar nada com a família, ou seja, da movimentação dos pais, das coisas que eles faziam."[135] Danilo também lembra do episódio:

> Isso eu lembro também, foi correria esse dia. No meio de tantas viagens, tantos passeios noturnos e tal, essa ficou marcada, porque eu lembro que tinha uma tensão no ar que eu não entendia nada, mas que foi muito rápido, urgente, foi uma coisa assim meio pra ontem, né, porque as outras eram meio que... Talvez avisa-se não sei, eram mais tranquilas as viagens, os "passeios" que a gente dava, mas essa foi assim, de repente acordou, "não, vamos embora, nós vamos viajar, não sei o quê, "parara", deixa, deixa, pega, deixa".[136]

A família foi para a cidade do Rio de Janeiro/RJ, onde vivia clandestinamente no apartamento alugado pela Organização. Depois de um tempo, foram para Porto Alegre/RS, de onde tentariam sair do País. Danilo revive o momento:

> Como foi final do ano, então pra mim ficou aquilo, férias. Só que foi ficando esquisito porque foi terminando o ano, como entrou em 1970, passou o ano e as férias não acabavam, a gente continuava viajando e montões de amigos, tios, apareceram na casa em Araruama, e aí começou a ficar um pouco diferente, que nós fomos pra Porto Alegre, o plano parece, deles, né, era de tentar atravessar a fronteira do Uruguai, aí essa viagem pra Porto Alegre foi muito estranha pra mim, já começou a ficar esquisito. Primeiro porque as férias não acabavam, já estava na hora de voltar para as aulas, porque eu faço aniversário em 1º de março, então eu lembro direitinho, eu fiz aniversário a gente viajando, "Ué, mas não tem escola?" Não, não sei qual foi a desculpa, eu sei que viajar com os meus pais e meus irmãos era tudo de bom, então não tinha essa preocupação, né, criança e aí essa viagem pra Porto Alegre dividiu a família, porque parece que já estavam procurando um casal com seis filhos, que mesmo sendo uma loucura, era um bom disfarce, porque ninguém também imaginava também, né, seis crianças iam estar na clandestinidade. Dividiu, um grupo foi pra São Paulo, eu acho, com o pai, né?[137]

Foram dias de apreensão, segundo Patrícia: "Era um medo constante, era assim a coisa que eu mais lembro a sensação de medo e preocupação, porque quando separava, então, era pior porque eu ficava imaginando o que ia acontecer com quem não estava perto. "[138] Quando a família chegou a Porto Alegre, passaram bons tempos durante os arranjos para a saída do País, iam aos parques da cidade, passeavam pelas manhãs. Como alguns "aparelhos" caíram, a família ficou sem jeito de conseguir passaportes e sair do País. Sendo assim, Affonso levou cinco dos seis filhos a São Paulo para que retornassem a Belo Horizonte para morar com os avós. Patrícia continua:

> E a gente veio. Chegamos, aqui estavam o meu avô paterno e a minha avó materna esperando a gente. E nós ficamos com eles, ficamos divididos no começo, aí a gente não sabia mais nada do papai e da mamãe. Era um horror, assim, nada! Não tinha notícia nenhuma, então era um pânico que eu olhava jornal e sem, nó... Eu não sabia se... Aí, de verdade que a gente percebe que não ter notícia é uma boa notícia.[139]

As crianças foram para Belo Horizonte pouco antes de Affonso e Mara serem presos em Porto Alegre; elas moraram com avós e tios. Patrícia ficou aliviada quando soube da prisão dos pais, depois de tanto tempo sem notícias: "E quando eu soube que eles tinham sido presos, eu senti um alívio muito grande, porque se está preso está vivo."[140] Danilo conta da visita aos pais em Linhares, Juiz de Fora/MG:

> Isso foi já no final de 1970, foi logo quando aconteceu o sequestro do embaixador suíço, então eles fecharam o presídio, eu lembro que nós chegamos na porta do presídio e a gente não pôde entrar. E eu berrava que eu queria ver a minha mãe, e chorava assim, eu só lembro, de dentro do fusca.[141]

A família preservava as crianças quanto à prisão dos pais, por isso as visitas ao presídio não foram muitas. Danilo e Patrícia guardam lembranças dessa época: os dois têm peças de artesanato que o pai produzia, como almofadas e pulseiras.

Em dezembro de 1970, Mara e Affonso entraram para a lista de presos que seriam libertados em razão do sequestro do embaixador suíço. Em 13 de janeiro do ano seguinte, foram banidos do Brasil e se exilaram no Chile, até o golpe militar de Pinochet, de 1973.[142]



Figura 9 - Registro dos 70 militantes banidos em 1971. Fonte: Memorial da Democracia[143]

A família morou no Chile por três anos em uma escola desativada com outros militantes. Patrícia conta:

> Oh, o negócio foi assim... Tinha um banheiro que era da escola, um banheiro enorme, gelado, a água era 4 graus. Então eu lembro de um companheiro que falava: "Antes de entrar naquele chuveiro, a gente abre o livrinho vermelho do companheiro e vamos ver quantas páginas, hein, a gente entra para debaixo daquela água! " A gente esquentava a água subia... [...]Três andares com balde de água e tomava banho de canequinha, em um banheiro enorme, gelado.[144]

A família ficou nessa escola até uma primeira tentativa de golpe no País, assim conta Danilo: "E aí eles tiraram a gente de lá e colocaram a gente no apartamento numa... Na Quinta Normal chamava, e era um apartamento desses pré-fabricados e tudo, nós ficamos lá acho que..."[145] Patrícia acrescenta: "Uma semana até passar, até o pessoal que cuidava dos exilados achar que já não tinha mais perigo, porque eles achavam que no caso de golpe, os primeiros que iam ser cassados seriam os exilados políticos, né?"[146]

O mais novo recorda sua alfabetização e a relação com o Brasil:

> Eu lembro pai e mãe sempre mostrando para a gente, o contexto do que estava acontecendo, e uma coisa que gravou muito para mim, para a vida inteira foi que a gente não era exilado, a gente era banido.[147] Ou seja, nós somos...o governo não reconhecia a nossa nacionalidade, nós perdemos nacionalidade brasileira, e a gente não podia...isso que eu lembro, assim, de ter ficado, a gente não podia de forma alguma voltar pro Brasil. E como eu era muito novo, eu tinha acabado de fazer 7 anos, pra mim e por isso eu acho que me dou bem com criança também, eu lembro direitinho dessas coisas, como que a criança percebe tempo e essas coisas. Pra mim, assim, se não podemos voltar para o Brasil, nunca mais voltar pro Brasil, apesar de ter nascido no Brasil, não sou mais brasileiro, então de todos os países que eu fui, eu entrava como "Se agora cheguei no Chile, sou chileno", então sou chileno. Aprendi as coisas, assim, muito mais rápido como criança e também com essa ideia de não poder voltar para o Brasil.[148]

Quando a situação no Chile ficou tensa para a esquerda, com a iminência do golpe militar, a família buscou meios de sair do país. Foram então para Cuba em meados de 1972, como conta Danilo:

> E aí eu lembro de um deles [dos pais] falar: "A gente quer ir para um lugar pra vocês conhecerem o porquê da gente estar lutando tanto. Uma sociedade muito mais igual, muito mais igual, muito mais sem essas diferenças de classe e tal. Pobreza... para vocês verem como que é na prática isso tudo que a gente está falando, isso tudo que a gente está lutando."[149]

Com a ideia de voltarem ao Chile, a família deixou muitas de suas coisas por lá, como livros e fotografias, que foram queimadas com a concretização do golpe de Pinochet. Em Cuba, moraram durante um ano em hotel. Já adolescentes, em 1976, os irmãos se separaram e Patrícia foi com Emílio, apelidado 'Bili', para a antiga União Soviética. Logo depois, Mara e Affonso foram para a Bulgária,

com os filhos Alexandre e Danilo, onde encontraram trabalho. Marina e Andreia casaram ainda em Cuba e ficaram por lá.

Danilo recorda a viagem para a Bulgária: "Não tinha passaporte, o nosso documento era um papel meia folha ofício, escrito assim: essas pessoas... 'o governo cubano se responsabiliza por essas pessoas'. O carimbo... e pra aproveitar a folha rasgada, com régua, meia folha."[150] Naquele país, as dificuldades diminuíram:

> Chegamos na Bulgária, desce, eu sou um dos primeiros a sair de nós quatro, aí quando chego na porta, alguém fala "Affonso Junqueira", eu falei "Ih, pronto, complicou tudo de novo." Voltei pra trás, falei: "Pai, resolve, é com cê", mas não, era o contrário, era recepção de gala, "Qual que é bagagem de vocês?", não sei o quê, fomos pra uma sala *vip* e espera lá, e vem com tudo, tudo resolvido, tudo pronto, tudo não sei o quê, e a gente acostumando com tanta dificuldade, de repente não estava mais entendendo mais nada, aí põe no carro "elegantérrimo", carro da presidência, carro assim, ele era tão elegante que era carro de gala, sei lá como que fala, carro oficial, ele ia no meio e os outros carros saiam da frente pra dar passagem pra gente. E a gente assim: "Nossa Senhora, agora mudou depois de tanta dificuldade", e aí lá, quando chegamos, uma loucura, né, porque não entende absolutamente nada, nada do que se fala e nem se mexe. [...] E aí ficamos no hotel, também Alexandre, eu, pai e mãe... é... uns 15 dias.[151]

Patrícia também comenta:

> É, aí eu não sei, eu acho que se algum psicólogo viesse me fazer uma análise, porque, por exemplo, o Dani [Danilo] fala que ele chegava no país, ele era do país e é assim, eu desde que saí, eu não sou de país nenhum, e daqui também não! Então, eu sou de qualquer um, tá bem, ou seja, o meu país é onde eu me sinto bem e eu fiquei, eu me sinto a verdadeira apátrida, e é uma instabilidade, porque eu cheguei em Moscou fiquei um ano e oito meses lá, e fui pra Bulgária, fui morar lá.[152]

Ela conta como era a vida na Bulgária e depois o retorno ao Brasil:

> Aí a gente morou, ai foi muito bom! Eu entrei pra universidade lá na Bulgária, e ainda deram anistia, ou seja, em 79 [1979] até novembro foi o melhor ano da minha vida depois de tudo isso, porque eu estava na universidade, estava morando com

> os meus pais, estava com os meninos, e era muito divertido, a gente se dava super bem. Então e era assim, era nossa... era uma vida muito boa, não tinha preocupação financeira, porque era uma vida muito simples, mas era muito boa! E aí deram anistia, e eu não queria voltar de jeito nenhum! Mas eu não queria voltar por nada no mundo, papai teve que convencer pra ir embora, tiveram que convencer pra voltar, porque eu não queria, eu ia ficar na Bulgária, "Não quero, não quero voltar, não tenho nada a ver com aquele País", aí a gente voltou. E ficamos aqui, eu morria de medo, eu não gostava de sair na rua, eu tinha medo.[153]

Sobre a volta para o Brasil, afirma Danilo:

> E aí, a volta pro Brasil, que sempre foi traumática, porque eu, desde pequeno, cresci em um país socialista, nunca tinha visto um mendigo, nunca tinha visto ninguém pedir esmola, sabia dessas histórias porque, né, que nem falei, a gente dava até palestra, encontro, falava a situação brasileira e tal, latino-americana, mas nunca tinha confrontado com isso, então quando eu vi, até hoje eu não consigo, dá vontade de tirar a roupa e dar pro mendigo com frio, dá vontade de tirar a roupa e entregar.[154]

Patrícia completa:

> Pois é, e acho que essa preocupação, é o maior legado de tudo isso pra gente e que é o mais legal. Olha, eu não aguentei, eu fiquei um ano, voltei em 79 [1979] e voltei pra Bulgária de novo em 80 [1980], só voltei definitivamente no final de 87 [1987]. Eu fiz minha faculdade lá, minhas filhas nasceram lá, e eu não queria de novo voltar, meu marido é que falou, quando terminar a faculdade ele [disse]: "Não, a gente não fica aqui", meu marido é português. Mas toda essa história, tudo isso, mamãe às vezes fala: "Nossa! A gente acabou com a vida de vocês, vocês poderiam..." Realmente, eu se tivesse...a gente se tivesse continuado aqui, a essa altura eu seria médica, era assim o que eu pensei pra mim a vida inteira [...] eu entrei em Medicina parei, não sei o quê. Bom, eu acho que esse legado que a gente tem, e que o mais legal é que a gente conseguiu passar para os nossos filhos, porque Marina tem filha, Andréia tem filho, o Bili tem filhos e, então, nossos filhos têm uma cabeça muito legal, minhas filhas têm uma cabeça muito legal, e eu não troco nenhum bem-estar de ser médica, que eu poderia ter sido, eu não troco nada, é uma coisa que a gente tem que estar repetindo. Mamãe, ela carrega uma culpa muito grande, mas a gente repete pra ela 500 vezes:

> "Mãe, a gente não se arrepende nenhum momento, nenhum momento a gente se arrepende, eu acho que naquela época eu acho que era o melhor que poderia ter acontecido com a gente, foi ter levado a vida que a gente levou e passar por todos esses perrengues que a gente passou." Porque eu acho que faz da gente pessoas legais, ou seja, eu tenho uma paixão ilimitada pelos meus irmãos, mas uma coisa assim, por a gente ter vivido tantas coisas, eu acho, né, que por a gente ter vivido tantas coisas dolorosas e traumáticas, a gente formou um 'nucleozinho' que você viu quantas vezes a gente falou que seria legal se todos estivessem juntos, porque pra nós esse núcleo é a base de tudo. E o legal é que os nossos filhos são criados, os primos são criados, ou seja, minhas filhas e as filhas de minhas irmãs, eles têm uma identidade como irmãos, é tudo criado muito assim, fechadinho, eu acho que minha mãe podia ser tranquila, não tem nada que se arrepender.[155]

Por fim, os irmãos contam que, apesar de ter sofrido, tiveram experiências engrandecedoras, que não trocariam por nada. Danilo afirma tal fato:

> Na época, foi muito doloroso, agora hoje em dia eu não troco aquilo por nada da vida, porque são experiências sensacionais, nós não fomos, ou eu principalmente, como turista, eu não fui pensando que eu ia passar um tempo e depois voltar, não, eu fui definitivo pra todos os lugares, tudo foi sempre pra mim muito definitivo, então eu abraçava aquelas culturas, aquele conhecimento daquele povo, então eu sou cubano, eu sou búlgaro, eu sou chileno, eu falo, assim, até hoje eu nunca voltei em nenhum desses três países, eu falo não sei qual seria a minha reação quando eu voltar, não sei se eu vou querer sair principalmente do Chile, tenho uma relação com Chile onde eu alfabetizei e tal, muito intensa, a Bulgária [...] uma coisa assim muito marcante, tão marcante que eu tenho fisicamente marcado, eu sou deficiente, então todos os países que a gente ia, o meu pai sempre preocupou, pai e mãe me levavam para o hospital, fazer fisioterapia, tentar ajudar a resolver. Então eu tenho cirurgias feitas no Chile, cirurgias feitas em Cuba, cirurgias feitas na Bulgária. [...] Pontos chilenos, ponto cubano, ponto búlgaro. E a riqueza cultural que isso nos deu, né, a compreensão, esse negócio de compreender o outro, se colocar no lugar do outro, isso não ficou em palavras pra gente, né? Uma sociedade mais justa, não ficou em teoria pra gente.[156]

Patrícia acrescenta:

> ...a gente adquiriu uma quantidade, uma bagagem tão grande que eu acho que não tem... foi, assim, terrivelmente doloroso,

> assim traumático, mas no final das contas, resultou em uma coisa extremamente enriquecedora, e que eu, pelo menos, eu não me arrependo! E eu acho que mamãe tem muito... não deve se arrepender, mesmo porque a gente aprendeu, assim, a beleza da luta deles, [...] quando falavam com eles: "Mas vocês estão expondo os filhos de vocês, vocês estão esquecendo os filhos de vocês." Ela falava: "Não, é o que eu quero, eu estou lutando por eles, pelos filhos de todo o mundo."[157]

Militante: Belizário Ferreira Rodrigues - Mãe: Maria da Conceição Rocha Martins; Filha: Elisa Rocha Martins

Belizário Ferreira Rodrigues nasceu em São João Nepomuceno/MG, em 20/05/1914. Com Maria da Conceição Rocha Martins, sua companheira na época, teve seis filhos: Elisa Rocha Martins (nascida em 12/08/1953), Luiz Carlos Rocha Martins (10/12/1954), Messias José Eustáquio Rocha Martins (15/05/1958), Marcelino Rocha Martins (11/12/1959), Antônio de Pádua Rocha Martins (23/11/1960) e Maria Aparecida Rocha Martins (11/03/1965). Belizário trabalhou por muitos anos na Fábrica de Biscoitos Confiança, mas por ser militante político durante a ditadura militar, ele foi preso várias vezes, sendo numa delas, inclusive, condenado a 12 anos de prisão, mas como a pena foi reduzida, cumpriu dois anos. As acusações eram referentes a vender o Jornal do Povo, tentar reorganizar o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e por participar de reuniões de "caráter subversivo".[158]

Segundo a família e amigos, Belizário foi torturado enquanto esteve preso, sofrendo, inclusive, com torturas psicológicas. Foi colocado em uma solitária chamada de "buraco do cachorro", na qual fazia suas necessidades e tinha de implorar aos carcereiros por água, para beber e se limpar.[159]

Seu filho, Messias José Eustáquio, apresenta, em relato encaminhado ao Conselho Estadual de Direitos Humanos – CONEDH, em 2002, como era a vida enquanto o pai estava preso, com as pessoas os criticando e maltratando por terem um pai comunista:

> Dirijo-me a este órgão para relatar o que minha família sofreu com a prisão de meu pai durante a ditadura militar. Ao visitá-lo na cadeia sofríamos muito ao vê-lo preso e até éramos humilhados por alguns agentes da polícia, criticando-nos e falando que éramos filhos de comunista. Também éramos desprezados pelos nossos vizinhos, pois isto servia como tortura porque tínhamos de aguentar muitas

> humilhações. Também sabíamos que nosso pai era torturado na cadeia, algumas vezes ouvíamos comentários da parte dele. Quando meu pai saiu da cadeia estava com problemas psicológicos, que foram resultado do que sofreu na prisão.[160]

Sua irmã Elisa, em depoimento prestado à Covemg em 28/06/2017, relata o que sua família passou durante a ditadura:

> Eu não me lembro de todas as coisas, porque...[...] era muito pequena na época, eu já te falei, mas a que eu lembro, as perseguições dentro de casa, que a polícia chegava em casa chutando porta, né, levando ele preso, outras vezes na rua, no emprego dele, né, constrangimento psicológico, tortura na cadeia, perseguição na escola, a professora tinha tratamento diferenciado com a gente por causa de a gente ser filho de comunista, né, as merendas eram diferenciadas, tratamento diferenciado por causa disto, né, e perseguição dentro da escola também, dentro da sala de aula também por causa disto. Ah, é filho de comunista? Era tratado de forma, digamos assim, agressiva, por causa dele ser comunista.[161]

Ela se lembra que por ser muito nova não entendia o que acontecia, o porquê da perseguição ao pai "comunista":

> Eu nem sabia o que que era comunismo. Eu perguntava para a minha mãe: "Mãe, o que que é comunismo?" Ela mandava a gente fazer shhh! [dedo indicador na boca como sinal de silêncio], não podia nem sequer falar, perguntar isto. Então muitas vezes eu queria saber coisas que ela não deixava a gente saber, talvez para me proteger, talvez com medo que eu abrisse a boca e contasse para os vizinhos, que os vizinhos começaram a nos tratar com diferença, né, com indiferença.[162]

Elisa relata a história da irmã que faleceu ainda quando bebê e que não pôde ter um enterro:

> Eu vou contar um relato aqui da minha irmã que faleceu. A minha irmã faleceu dentro de casa, meu pai, quando andando pela casa com ela já moribunda, ela começou a chorar, chorar, chorar [...] até que ela morreu, não tinha mesmo como salvar ela. Havia uma pessoa dentro da casa, não sei se era farmacêutico, não sei se era médico, quem era, que falava: "Ela não vai aguentar, ela vai morrer mesmo." E a criança morreu. Devia ter uns dois meses de nascido, um mês ou dois e ele [o pai] não pode fazer o enterro da menina por causa da perseguição. O quê que ele fez? Ele foi até a sapa-

> taria vizinha e levou lá, o sapateiro colocou dentro de uma caixinha e deixou lá. Minha mãe foi lá ver, ela estava dentro de uma caixinha, aí a minha mãe falou assim: "Gente, mas eu não posso aguentar isso, deixar a minha filha aqui dentro dessa caixinha de sapato, aqui...", mas para fazer o enterro da menina teria que o pai estar presente, saber por que a menina morreu dentro de casa, fazer todo o tipo de processo, de procedimento a respeito disso e não se podia fazer isso porque... por causa da perseguição.[163]

Sobre ela e os irmãos não terem o sobrenome do pai, ela explica:

> Nos nossos registros de nascimento não consta o sobrenome dele, Ferreira Rodrigues. Por quê? Por causa da perseguição da ditadura. Nós temos somente um reconhecimento de filho, chama escritura de reconhecimento de filhos e na qual consta aí o nome dele, o nome da minha mãe e vem Eliza, Messias, Marcelina, Antônio, Luiz, o nome de todos nós relatando que somos filhos legítimos dele por causa disto, por causa da perseguição. Nós não temos o nome do nosso pai nos nossos registros de nascimento, temos apenas a escritura de reconhecimento de filhos.[164]

Ainda se lembrando da discriminação que sofriam, Elisa conta que isso ocorria inclusive dentro da escola, não só por parte dos alunos:

> Eu vou falar uma coisa para vocês, é muito triste você lembrar de coisas tristes assim, de coisas que você quer esquecer. Por quê? Porque marcou de forma brutal, você... Vinha num ônibus, encontrava a pessoa dentro do ônibus, eu queria abraçar a pessoa, a pessoa virava o rosto, fingia que não estava me vendo, com medo que eu chegasse, cumprimentasse. Olha que situação. Pessoa que estava... Que comia na minha casa, brincava comigo e, tipo, crescemos praticamente juntas, dentro do ônibus eu ia abraçar e cumprimentar, [a pessoa] virava o rosto e ia lá para frente com medo que eu a cumprimentasse, e na escola também o tratamento era muito diferenciado, nós éramos jogados às traças, bem dizer, porque tudo o que era de melhor era para aqueles alunos X e nós éramos o restolho, né? Então na hora da saída também, todo mundo saía primeiro, depois saíamos nós. E vá perguntar a minha mãe: "Por que eles saem primeiro e nós temos que sair depois?" Ela não falava nada, você nem... Ela sabia o porquê, mas não falava nada. E outra coisa também: passamos fome, que o meu pai era o sustento da casa, a minha mãe não trabalhava fora.[165]

Sobre a prisão do pai e seu envolvimento com o Jornal do Povo[166], ela lembra que:

> Ele era vendedor, vendedor de biscoito e balas, sempre trabalhou na Aymoré, que antigamente era Fábrica de Biscoito e Bala Confiança, depois passou a ser Aymoré. E mesmo antes dessas datas [...] Ele trabalhava com o quê? Eu não me lembro, a minha mãe não chegou a falar isso comigo, mas eu lembro que ele trabalhava, ele fazia, assim, tipo, uma entrega no jornal, chamava Jornal do Povo. Ia de casa em casa entregando esse Jornal do Povo. E esse jornal era para comentar o quê que se sabia sobre o que estava acontecendo com o País em relação à financeira, né, social e parece que estava alguém, algum relato do Jornal não estava de acordo com o que eles queriam que fosse falado. Por causa disso ele foi preso, por causa desse Jornal do Povo.[167]

Ao relembrar um episódio de sua infância, Elisa demonstra como a ditadura afetou a relação entre pais e filhos, devido à perseguição:

> Quando eu fiz 10 anos, eu fiz o encontro de escola primária do Grupo Escolar [...] eu fiquei olhando, assim, todo mundo com os seus pais, né, ou mães ali, que ele [o pai] podia vim, aí vinham mães ou tios, eu fiquei procurando. Saber, cadê o meu pai? Fiquei assim olhando e ele estava escondido atrás de um pilar da escola com medo de aparecer. Ele me viu, fez inclusive, fez um verso lá, declamei um verso lá. Todo mundo falou, né, que estava contente por causa daquilo e meu pai teve... foi quando o meu pai... mas o meu pai estava escondido, ele não podia aparecer em público. Porque, "ah, é comunista", "ah, tem um comunista aqui dentro", então ele ficou ali escondidinho. Aí quando eu cheguei em casa eu falei: "Mãe, o pai, o pai não foi lá me dar um abraço, porquê? " Ela falou: "Ele vai dizer para você, um dia ele vai te contar porque que ele não quis te dar. Não é que ele não quis te dar, ele não podia aparecer em público. " Eu fiquei assim pensando, por que que o pai de todo mundo foi lá e o meu não foi, né? Ele ainda, inclusive ele nem foi comigo até em casa, eu tive que ir a pé, morava perto da escola, eu fui a pé e pensando por que ele não foi lá e algum dia ele vai me contar, só que não me lembro que ele tenha contado o porquê, que tinha aquele negócio dos filhos, que eles queriam saber e os pais falavam assim: "Isso não é coisa de criança saber não. Oxê, vai brincar, você não tem que escutar essas coisas. " Então a gente queria saber, mas eles não relatavam o que era realmente, a fundo, aquilo ali, mas que era vergonhoso era, porque os meus vizinhos... tudo é diferente com a gente, os colegas que tinham a maior amizade, era tudo diferente, né?[168]

Ela se lembra de como a situação da família ficou complicada após a prisão do pai, já que era o salário dele que sustentava a família:

> E outra coisa também, fome, porque ele [o pai] não estava trabalhando e ela [a mãe] também não trabalhava, ela não tinha ofício nenhum. Aí uma vez ela, há um tempo atrás, quer ver, foi em 1957, 58 [1958] por aí, ela fazia aqueles bordados de tricô, para poder forrar o altar da Igreja Católica, e o padre pagava para ela sobre aquelas toalhas que ela fazia para forrar o altar. Com aquele dinheiro que ela fazia nas igrejas, esses bordados, é que ela pagava advogado para tirar ele [o pai] da cadeia e era difícil demais, muito difícil, porque nós tínhamos que comer, tínhamos que pagar o aluguel da casa, dois cômodos ou um cômodo, tinha que comprar leite, tinha que pagar advogado, então era... foi muito difícil. Uma vez eu estava com tanta fome, tinha um pé de mamão lá em casa, aí ela [a mãe] olhou, assim, para o pé de mamão, ela começou a abraçar o pé de mamão, um mamão caiu no chão e ela pegou e tirou aquela nódoa do mamão, para não ferir a minha boca, lavou aquilo bem-lavadinho, partiu e falou: "É o que tem, come". E eu estava com tanta fome que eu comi mesmo aquele mamão verde, sabe? Qualquer coisa, eu estava com muita fome. Às vezes os vizinhos faziam, assim, arroz, feijão, aquele cheirinho de arroz refogadinho, feijão, eu falava: "Mãe, mãe, mãe, feijão?" Ela fazia: (shhh!). Aí ia ao quintal e catava um chuchu cru, né, um repolho, qualquer coisa que dava, porque ela gostava de plantar e dava aquilo para comer, porque não tinha feijão com arroz dentro de casa. E ela sem trabalhar [...] então foi uma vida, assim, muito humilhante, muito, porque não estava [o pai] dentro de casa para sustentar a família. Ele trabalhava, ela não trabalhava, né? Fomos despejados da casa que a gente morava, porque não tinha o dinheiro para pagar o aluguel. Eu tinha que ver lá, eu não me lembro disso, foi ela que contou. Tá... Que ela, a casa, chovia dentro de casa, tinha goteira e chovia dentro de casa, aí o homem chegou lá para dispensar, despejar ela da casa, um oficial de justiça para despejar ela da casa e falou: "Nossa, eu não posso fazer isso, se eu fizesse, eu seria um monstro... a senhora com esse menino pequeno nos braços, mais essa pequena... se outro vem aqui, fala que eu estive aqui, ou que não, que eu não encontrei a senhora e tenta qualquer coisa, eu não tenho coragem de botar a senhora para fora nesse estado". Aí a vizinha veio, limpou a casa toda, trocou o lençol da cama, pegou uma sopa e deu para ela, e disse: "A senhora não pode ficar aqui sozinha com esses dois meninos, o seu marido está preso". A vizinha sabia que estava preso. São relatos assim da minúcia, [...] minuciosamente tem coisas que a minha mente apagou. Porquê? Porque são

> histórias muito tristes, muito vergonhosa [...] Todo o pessoal, cada um, ninguém falava com a gente, desde que você passando fome dentro da sua casa, sentir o cheiro de um arroz refogando lá da casa do vizinho, do feijão, você sentir fome, mas está aí quietinho, porque não tinha, fazer o quê. [...] Ela gostava de plantar, né, fazia aquilo cru para a gente comer, punha só sal, assim, quando tinha sal. Às vezes ela fazia o macarrão, gente, isso é doloroso isso... ela fez, parecia um banquete, assim, o macarrão, né, porque fazia dias que a gente não comia, só comia quando ia para a escola. Domingo e sábado não tinha escola, o que que a gente ia comer? Então ela fez aquele macarrão bem branco, colocou na mesa, eu fiz assim: "Eu não quero isso não. " [A mãe disse:] "Tem que comer esse arroz sim. Come, dias haverá que nem isso você vai ter, nem isso você vai ter." Eu não queria comer aquele macarrão branco, porque foi nojento, assim, aquele macarrão bem grossinho, não é aquele fininho. Eu não sei como é que chama, o número, não sei como é que é aquele. Sei que ela falou assim: "Come, porque dias haverá que nem esse você vai ter." E teve mesmo, teve dias que não tinha. Era só verdura crua quando tinha, "Quero esse chuchu", não tinha, começou a acabar o chuchu, acabar o mamão, né, aí tirava a nódoa do mamão, aí não feria a boca, descascava aquilo e fala: "Come." "Mãe, está cru." "Come." Não tinha gás, não tinha madeira para poder queimar no fogo, porque era um fogo. O que é que ela fez? Nós tínhamos cadeira, olha só, cadeiras. Ela quebrava as cadeiras, começou a quebrar as cadeiras para fazer lenha, para poder pôr no fogão de lenha. Aí as cadeiras acabaram, começou a quebrar as camas também, até isso ela fez, porque os vizinhos falavam assim: "De onde vocês são?" "Cadê o seu marido?" "Ah, está viajando." Não estava, estava preso.[169]

A tortura alterou o comportamento de Belizário, conforme o depoimento abaixo.

> Eu quis também que não lembrasse mais daquilo, porque são coisas que me deixam triste. Ele não era um bandido, um assassino, ele não era um bandido, ele era um homem que a ideologia dele era uma e a deles outra. Talvez, eles chamam ele como o inimigo da nação, digamos assim, mas ele não era, ele era um homem bom, mas quando ele foi preso ele começou a mudar. Porquê? Por causa da tortura, ver os colegas morrendo ali, apanhando e ele também, então ele era um pai muito brabo, era um pai muito rigoroso dentro de casa. Chegasse em casa com uma coisa que não era da gente, ele falava: "Aonde você pegou isso? Vamos lá, eu quero saber quem te deu". Era assim então... e muito bravo. Chegava, saía de manhã e deixava um ofício para cada um fazer.

> A casa tinha quintal, tinha chiqueiro de porco, tinha plantas para poder molhar, cada um tem a sua obrigação, o dever de casa. "O seu dever de casa, vem aqui. Ah, está errado, faz de novo", né? Não era um pai, assim, de botar no colo, fazer carinho. Por quê? Porque ele passou por esse processo doloroso na cadeia, ele é um desconfiado, um homem, um homem, assim, não é aquele homem, aquele pai carinhoso, não era, mas porque tiraram dele é... essa, talvez, essa vontade que ele tinha de ser carinhoso, mas ele não era, por causa que ele passou essas torturas dentro da cadeia [...] Não, não mudou, mudou não, não mudou, ele era muito severo, ele olhava em você, assim, você ia contar uma coisa e ele: "Você está mentindo". Era bem no seu olho, assim. Ele tinha a mania... "Conversa olhando no meu olho, eu quero que você converse olhando aqui ó, olho no olho", ele era muito bravo. Mas por que que ele era assim? Porque lá atrás ele passou por esse processo de tortura, eu acredito que foi por causa disso.[170]

Elisa se lembra de ir com a mãe e os irmãos visitar o pai na cadeia:

> (...) No DOPS, eu ia, eu e a mãe, os meus irmãos visitá-lo e tinha, ainda tem uma escada comprida, assim, com degraus grandes, parece que é mármore aquele piso. [...] A gente sentava ali esperando o meu pai sair. Quando ele saía de lá dava dó olhar o meu pai, porque era um homem sem cor, era um homem sem cor, magro, pálido, triste. Ele vinha assim, ele queria até sorrir para cumprimentar a gente, a gente percebia que ele estava com medo. Uma vez ele falou assim: "Não sei quando que eu vou sair." [...] Ele falava assim: "Eu não sei, talvez eu nunca saia." Ele falou isso. Eu fiquei assim, "Mãe, o pai falou que não vai sair mais. Por que ele falou aquilo?" [a mãe disse:] "shhh!". Tudo o que a criança, de perguntar para esse respeito, ela fazia: "shhh!." Ela não queria nem sequer que eu comentasse. "Oh, você não vai falar isso para ninguém. Está escutando? Nem na escola, para ninguém." Não queria que eu comentasse. O medo era tão grande da repressão, que ela fazia "shhh!" E aquele tempo era assim, né, criança não podia ficar escutando conversa de adulto. [...] Então eu queria lembrar coisas, assim, mais coisas para relatar aqui, mas eu não consigo lembrar, porque era tão fechado aquilo, tão assim, que talvez ela tinha medo de eu comentar na escola. "Ah, o meu pai é comunista. Sabia?" "O meu pai foi preso." Ela fazia: "shhh!", [...] Está escutando? Não é para comentar nada. Você não sabe de nada, você não viu nada, você não sabe de nada, então era assim.[171]

Após tudo o que sua família passou, Elisa expressa sua opinião sobre a ditadura:

> Então eu falo francamente: ditadura nunca mais. É uma época de muita vergonha, indiferença das pessoas, humilhação, fome, então nunca mais. [...] "bota a ditadura." Não, gente, vocês não sabem o que estão falando, ninguém sabe, ninguém sabe o que nós passamos. Fome, humilhação, viu, indiferença das pessoas. Tu sabe o que é conhecer a pessoa desde pequeno, a pessoa virar as costas para você, fingir que não está te conhecendo, que não está te vendo? Era assim, viu... Então é humilhante... e ele [o pai] era um homem muito bravo, muito nervoso. Talvez, acredito, por causa do que ele lá sofreu humilhação lá dentro [da prisão].[172]

Militante: Celso Aquino Ribeiro - Mãe: Maria de Lourdes Alves Cordeiro; Filhos: Patrícia Valentina e Vladmir Caamano Cordeiro Ribeiro

Patrícia Valentina Cordeiro Ribeiro e Vladmir Caamano Cordeiro Ribeiro são filhos do militante Celso Aquino Ribeiro e de Maria de Lourdes Alves Cordeiro. Celso Aquino trabalhava como servidor público na ex-Coletoria Estadual em Lagoa da Prata/MG, militava no Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e na Corrente Revolucionária de Minas Gerais (Corrente). Ficou preso entre junho de 1969 e novembro de 1971, sendo boa parte no presídio de Linhares, Juiz de Fora/MG.[173] Advogado trabalhista, teve mais dois filhos, Carlos Thiago Ribeiro e Olgalnah-Inarê Aquino Ribeiro, filha de seu segundo casamento, com Heloísa Aquino. Celso Aquino faleceu em 2002.[174]

Patrícia Valentina, nascida em março de 1964, e Vladmir Caamano, nascido em maio de 1965, ambos na cidade de Divinópolis/MG, os dois irmãos têm muitas lembranças da época em que foram impedidos de conviver com o pai. Por isso, relatam cenas de violências e perseguições sofridas, e também dos valores recebidos dos pais mesmo com imensas dificuldades. Vladmir Caamano conta do sofrimento que a família passou com o pai preso, das memórias de irem visitá-lo:

> Eu estava com 4 para 5 anos [de idade], o meu pai foi preso. Eu me lembro quando o Exército invadiu minha casa, mesmo sendo pequeno, mas eu me lembro que ficou uma imagem na minha mente de...da polícia, do Exército, o Exército brasileiro entrando ali na casa, invadindo, invadindo até a parte de cima lá, que era o telhado, e isso ficou na minha mente, esses fatos, que eu me lembrava, eu vinha me lembrando, que eu via a polícia ali e foi fato que ficou na minha mente. Meu pai preso, minha mãe falava que ele estava estudando.

E sempre que eu chegava na escola, assim que eu completei ano de vir pra escola, os meus coleguinhas naquela época falavam que meu pai tava preso, minha mãe falava que tava estudando, então aquilo ficava na minha mente, se meu pai tava preso ou se ele estava estudando. Eu, pequeno, né, com 6, 5, 6 anos, já tinha isso na minha mente, né, essa dúvida. E nisso, na escola, os colegas falavam: "seu pai é preso, é um bandido, seu pai..." falando essas coisas, e ficou marcado na minha mente, do meu pai nessa prisão. Quando eu então passei a visitar meu pai, nós chegávamos em Neves, visitar meu pai em Neves, e depois meu pai foi transferido para Juiz de Fora. Eu me lembro que minha mãe também foi presa, mas não ficou detida, não cumpriu uma cadeia, mas minha mãe ia visitar meu pai sempre, quase todo mês, minha mãe, com as dificuldades que nós passávamos, minha mãe visitava meu pai em Juiz de Fora. Eu lembro que a gente ia em uma boleia de caminhão, juntamente com as outras mulheres dos outros presos. Muita dificuldade! [...] Então era perseguido mesmo. Não podia ter nenhum contato, falar de política e muito menos falar contra o governo, né, que era o militar. Então a perseguição era 24 horas por dia, e a minha mãe sofria! Sofria perseguição, [eu] recebia *bullying* na escola... [...] Toda vez minha mãe ia e levava eu e minha irmã. E aquilo na minha mente, pra eu ver se era verdade mesmo, que meu pai tava preso, nós erámos criança, né, as pessoas falavam, não chegava perto, porque naquele tempo, ser filho de comunista, assim falando, subversivo, era igualzinho se fosse filho de uma pessoa doente [...] Ninguém chegava perto, ninguém ajudava. Meu vô era muito, assim, dificuldade, muito [175]humilde, era pai da minha mãe, ele era aposentado, ferroviário, e ele que sustentou a casa até meu pai voltar. [...] E lembro também da minha mãe, os fatos que eu lembro, que eu era muito pequeno, igualzinho o fato da polícia da cidade naquela época, Polícia Militar, né, tinha um capitão, chamado capitão Faria, que hoje é dono de uma rede de comunicação em Divinópolis, rede de comunicação de jornalismo, né, Jornal Agora de Divinópolis, que ele tem um poder aquisitivo muito grande, hoje, né, que até é fato que a Prefeitura, tudo da Prefeitura ele comanda, e esse homem foi o ditador, capitão Faria. Eu vi, eu lembro direitinho ele dando "telefone sem fio"[176] na cabeça da minha mãe, torturando ela dentro da minha própria casa, quando ele levou ela presa, ele bateu na minha mãe. Até tem o fato da minha mãe, deu um depoimento no Jornal, no Jornal uma vez, até esse Jornal, minha mãe falando como é que ela foi torturada por esse homem. Então isso tudo ficou marcado na minha vida, meu pai preso, meu pai perseguido, família perseguida.[177]

Patrícia Valentina também relembra o mesmo período:

> Mas eu lembro de uma solitária que ele ficou nela. Lembro da polícia, os agentes do Exército armados, né, estavam com cães e armados com os fuzis, lembro que a gente ia nesses transportes, como ele disse, e lembro também que quando eu queria vir embora, eu saía de lá sem ele [o pai], e eu não entendia isso, que a minha mãe, para resguardar a família, para nos proteger, ela disse que meu pai estava estudando, então pra mim era isso. Eu achava estranho, porque tanta polícia, tanta gente armada. E eu perguntava: "Mas mãe, quem é esse moço?" Ela falava que era professor dele. "Mas de arma?", e o vizinho, tinha os colegas e vizinhos que falavam realmente que ele estava preso, que ele era um bandido, mas eu não aceitava aquilo. Não aceitava, porque eu confiava na palavra da minha mãe. Depois que eu fui crescendo, eu só fui saber realmente que meu pai esteve preso, eu já estava com 11 anos de idade, que eu vi e que um dia ele mesmo me disse que ele estava, que ele tinha sido preso. Então... Foi muita dificuldade financeira. Como ele disse, meu avô, alguns tios ajudaram, mas a minha mãe foi perseguida também, além das torturas que ela também sofreu, a tortura psicológica também. [...] Nós sofremos por causa da ausência dele, esse impedimento, de ver pouco, de às vezes não ter o contato físico, de eu ir embora, ele olhando, um dia ele subiu ainda, tinha um muro lá, ele foi jogar bola, ele ficou olhando pra mim de cima daquele muro e eu indo embora sem ele, mas minha vontade é que ele fosse embora comigo. Então isso refletiu demais! A ausência dele foi ruim pra nós, né, porque ele ficou preso e nós vivemos assim. Então minha mãe foi uma mulher de muita coragem também, ficou detida, né, mas ela acompanhou ele até o fim, depois ele voltou pra casa, né? Eu lembro dele lá na EF[178] como ativista, igual ele diz, tava lá mexendo com jornais de publicações, eu era menina e eu via estampado a tristeza nele, do cargo, a função que ele anteriormente exercia para depois fazer isso, né?[179]

Com a prisão de Celso Aquino, Maria de Lourdes e os dois filhos foram perseguidos e assediados, tanto por agentes do Estado quanto por civis vizinhos:

> Na escola eu sofri a discriminação, de vizinhos também, por eu ser filha dele, por ele ter sido um preso político. A minha mãe teve os agentes lá do Exército que fizeram uma proposta indecente pra minha mãe, no popular né, cantavam lá a minha mãe. Tinha um vizinho lá perto, que minha mãe foi passar na porta da casa dele, eles falaram mal da minha mãe, que era pra eles entrarem pra dentro de casa, porque a mulher do

> Celso tava passando na porta, né? Eu, além disso tudo, quando meu pai tava preso, eu sofri uma tentativa de estupro, eu não fui estuprada porque o senhor Deus que não permitiu, eu tinha 6 anos de idade, por um vizinho. Quando cheguei, que eu consegui livrar dele, que eu cheguei em casa, o vovô estava lá, eu contei pro meu avô, eu falei: "Avisa a minha mãe." Quem disse que as pessoas iam acreditar? Eu, uma menina de 6 anos de idade, pai preso político, minha mãe conosco, e quem ia falar que aquilo era verdade? Tanto é que disseram que isso era mentira, mas não era mentira. Então todo tipo que vocês pensarem de perseguição, nós passamos. E isso refletiu na vida da gente, reflete o quê? Na vida inteira, né![180]

Celso Aquino era servidor público e militante da Corrente quando foi preso em 1969. Ao sair da prisão em 1971, ele foi reposicionado para arquivista da fiscalização estadual e logo depois saiu do emprego em razão da perseguição que ainda sofria. Fez faculdade de Direito e estagiou no escritório de contabilidade da esposa, à época, Maria de Lourdes. Mesmo depois de solto e da Anistia, Celso ainda levava o filho Vladmir para visitar os presos políticos:

> Um fato importante também na vida dele, que agora passa da política, né, que ele foi preso político, depois veio a época de Anistia total em 79 [1979], quando os presos políticos que ficaram presos, meu pai visitava todo ano, ele ia no Rio de Janeiro, Frei Caneca, no Rio de Janeiro, eu ia com ele. [...] Os que restaram em Linhares, em Juiz de Fora, e lá em Neves, eles foram transferidos pro Rio, então todos ficaram presos no Rio de Janeiro. Então eu ia com meu pai visitar aqueles presos lá, que o preso estava lá, ia visitar eu e ele, até um deputado federal, Gilney Amorim, a gente ia visitar ele, que era muito amigo dele. E lá, e depois veio a época da greve, da greve de negócio de patrão, dos empregados metalúrgicos. E meu pai ia naquele movimento da greve na frente, meu pai que fazia as greves. Não existia a CUT[181] ainda não. Então fazia o movimento de greve. E meu pai uma vez, eu lembro, em 79 [1979], quando saiu Anistia total e irrestrita.[182]

Os dois irmãos relembram do pai como um idealista, que estava sempre ao lado dos trabalhadores:

> Meu pai era fiscal do estado, depois que ele voltou, ele foi perseguido dentro da fiscalização, ele era, já tinha um... Dentro do Estado ele tinha um cargo bom, que era fiscal do Estado, quando ele voltou, eles colocaram ele como arquivista. Eu lembro que ele falava, ele não aceitou, até abandonou o emprego, mais de 20 anos de emprego, ele abandonou, e ele

> não tinha... Idealizador, né, ele tinha a mente focada naquilo que ele queria, tudo que ele queria ele falava e fazia e aquilo que ele focava e não falava mentira, é uma coisa que eu tinha admiração do meu pai, é isso, o idealismo, e nunca foi mentiroso. Tanto é que o depoimento dele no julgamento dele, que foi contra ele, que ele falou só a verdade do que a polícia fazia e que o Exército fazia.[183]

Patrícia Valentina tem a mesma visão do pai:

> Então ele participava de tudo, que ele tinha um idealismo político e ele amava demais todos os trabalhadores e todas as... e, digo assim, amava as pessoas. Eu lembro que quando a gente tava na estrada, a gente ia viajar, uma vez nós fomos à Capitólio, eu reparei que meu pai estava dirigindo o carro, aí eu já tinha, assim, uns 19 anos, não, uns 20, foi na época que eu fui prestar o vestibular. Meu pai com a mão para fora do carro. Quando eu observei, meu pai estava acenando para um trabalhador rural que ele nem conhecia, que estava passando na rodovia, que vinha a pé. Então ele sempre teve esse amor por eles, então era uma coisa que, assim, contagiava a gente, esse amor que ele tinha pelo povo. Meu pai escrevia cartas pra nós, escrevia pra minha mãe e pro meu irmão, pra mim, e eu aprendi a ler e escrever enviando cartas pra ele. E desde pequenininha ele já me mostrava o sentido sobre o direito do povo e me mostrava sobre a igualdade social, que todos nós somos iguais: pobres, rico, branco, negro. Então já me mostrava tudo isso: somos iguais, que não haveria diferença, distinção para ninguém. [...] Então, ele então, a visão dele era avançada para a época, sempre foi um homem culto e inteligente. E ele, assim, era muito amoroso, né, foi um grande profissional aqui, ele chegou a ser vereador[184] daqui também, e como advogado era muito bom, muito grande também, era respeitado também. O nome que nós temos hoje, nós temos hoje, não, que foi registrado, né, Vladmir Caamano, o nome dele é russo, né, de Vladimir Lenin, e tem o Caamano; o meu é Patrícia por causa do revolucionário africano Patrice Lumumba, e Valentina por causa da cosmonauta russa. E os meus outros irmãos têm um nome assim também.[185]

Sobre os traumas de sua vida, Vladmir Caamano relembra:

> E aquilo ali tudo ficou marcado na minha vida. E disso tudo que eu tenho pra falar, que ficou marcado na minha vida, na idade, que meu pai saiu, eu tava na faixa de 7 pra 8 anos, meu pai ficou dois anos e meio preso. Até eu falo muito com meus primos assim, né, que meus primos hoje são médicos,

> são engenheiros, né, que a família da minha mãe tinha...são nove irmãos, eu falo: "Enquanto vocês tavam indo pra escola, nós estávamos visitando meu pai na cadeia." E aquilo ficou marcado na minha vida, que naquilo tudo, com 10 anos de idade, eu vim conhecer a droga. Eu focalizo nisso muito, pra saber assim, como muitas vezes a gente fala assim: "Ah, aquela pessoa ali, por que ela tá na droga, por que ela usa droga?!", mas tem de ver o que foi o passado daquela pessoa, e isso me acarretou muita coisa, que, muitas vezes, eu usava droga pra não pensar naquilo que tava acontecendo na minha casa, né, devido a eu ser o homem da casa, minha irmã, minha mãe, criança, né, com 10 anos conheci a droga, fui usuário de droga, cheguei a ser detido também, e nisso tudo minha vida não foi assim como eu esperava.[186]

Ao fim, os irmãos contam que não restaram bens materiais do pai. Patrícia Valentina afirma:

> Foi uma infância sofrida, adolescência também, né, mas tem as coisas boas que, assim, né, pra nós é um orgulho de sermos filhos de quem somos, né, do meu pai, do Celso Aquino e de Maria de Lourdes, então é uma honra pra nós até falar e falar deles.[187]

Militante: Clodesmidt Riani - Mãe: Norma Geralda Riani; Filho: Rubensmidth Ramos Riani

Mineiro de Rio Casca, nascido em 15/10/1920, Clodesmidt Riani em 1964 era presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias (CNTI), do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e do Comando Estadual dos Trabalhadores do Estado de Minas Gerais (CET). Também era deputado estadual pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), desde 1954. Dias antes do golpe militar, o sindicalista tentou, sem sucesso, organizar uma greve geral em defesa da permanência do mandato de João Goulart. Após se recusar a sair para o exílio político, Riani voltou a sua residência em Juiz de Fora/MG, e soube que estava sendo procurado por oficiais militares da cidade. No dia 5 de abril do mesmo ano, se apresentou voluntariamente à 4ª Região Militar, onde foi detido pela primeira vez. Posteriormente, teve seus direitos políticos suspensos por 10 anos por meio do Ato Institucional nº 1 de 09/04/1964. Em 09/06/1964, teve a prisão preventiva decretada.[188] Enquadrado pela Lei de Segurança Nacional como subversivo, Riani foi condenado em dezembro de 1965 a 17 anos de prisão. Em julho do ano seguinte, o Superior Tribunal Militar reduziu a pena para 10 anos e, dois anos depois, para um ano e dois meses de prisão. Foi então libertado, retornando às suas atividades laborais na Companhia Mineira de Eletricidade.

Contudo, ainda corria na justiça militar um Inquérito Policial Militar instaurado para apurar irregularidades na CNTI e que acusava Riani de apropriação indébita de recursos do sindicato. Após o julgamento em 1969, ele foi condenado a dois anos de reclusão e foi posto em liberdade por bom comportamento depois de cumprir um ano e meio da pena. Posteriormente à Anistia, em agosto de 1979, filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Após afastar-se da vida pública, dedicou-se à advocacia trabalhista.[189]

Em oitiva realizada pela Covemg, em 18/04/2017, Rubensmidt Ramos Riani, o mais novo dos 10 filhos que o deputado teve com sua esposa, Norma Geralda Riani[190], relata suas lembranças sobre as históriais de vida de seu pai e sua família.

> Papai, ele começou na questão sindical, um pouco da tradição, meu avô foi sindicalista, trabalhou, foi um grande sindicalista em Juiz de Fora, na área têxtil, mas o papai começou em função de melhorias de condições de trabalho, pessoal, era tudo muito pobre, né? A Companhia Mineira de Eletricidade em Juiz de Fora, ela detinha a parte de eletricidade, a parte de telefonia, a parte de transporte, então era uma grande empresa. E nessa luta ele foi como representante, aqui em Belo Horizonte, da Caixa de Assistência, depois foi na luta sindical, até criar um sindicato. A própria criação do sindicato já foi uma luta, né, ele era contra a saída ou a fragmentação dos sindicatos e, exatamente por ser contra, ele fez uma chapa de oposição, e acabou que a chapa de oposição foi a vencedora. A partir daí ele começou todo um trabalho em Juiz de Fora com pequeno sindicato, mais ou menos aí uns 120 associados, até chegar a ser o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, CNTI. Então, quer dizer, em 10 anos é uma carreira bastante meteórica, né, na vida sindical, e foi exatamente dentro dessa atuação sindical que ele também se projetou politicamente, né?[191]

Depois de galgar experiência na atuação sindical, Clodesmidt Riani foi um dos principais articuladores do Partido Trabalhista Brasileiro no estado de Minas Gerais. Como aponta seu filho, a partir daquilo que lhe foi contado pela mãe e irmãos mais velhos.

> O PTB tinha sido criado e em Juiz de Fora, o PTB, à época, era dominado por parlamentares que não tinham essa verve sindical, essa luta dos trabalhadores, e ele então quis que esse Partido dos Trabalhadores fosse efetivamente representante dos trabalhadores. Então em Juiz de Fora, ele fez novamente uma chapa de oposição no diretório municipal do PTB, ganhou, e a partir daí então já veio toda uma trajetória que se mistura parte sindical e a parte política.[192]

No entanto, a dedicação ao Partido, ao movimento sindical e à vida pública acabou por impossibilitar Clodesmidt de conviver cotidianamente com os seus filhos.

> A atuação dele era muito grande, então nessa atuação, isso ainda eu não era nascido, então todos esses relatos são tanto dele quanto da minha mãe, quanto de alguns dos meus irmãos, ele praticamente se ausentava de casa, né? Era uma luta gloriosa, mas ao mesmo tempo ausente da família. Mas ele sempre foi um pai muito presente na questão com relação a suas questões de diretrizes, com relação à questão de valores, principalmente questão ética, questão da honestidade, a questão do bem-comum, a questão com relação à doação para questões da nossa comunidade, então de melhoria das condições da sociedade. Então isso era muito presente nele e também muito presente na minha mãe. E eu acho que a conjugação até desses dois personagens, meu pai e minha mãe, formou uma entidade que fortaleceu muito a nossa família para a gente poder suportar o que a gente suportou nesses períodos da ditadura. [...] muitas conquistas foram feitas, né? Até hoje várias dessas conquistas permanecem. Nós temos aí o 13º salário, que até hoje a gente recebe em função dessa luta, né. Nós temos várias garantias ao trabalhador com relação à segurança e saúde que persistem até hoje, que nasceram dessa época. Então, assim, além da previdência social, que hoje a gente está discutindo tanto aqui, que em seis meses querem fazer uma reforma da Previdência, a lei da Previdência lá foram sete anos de debate, né, com a comunidade sindical, com a comunidade política, até se ter uma lei digna para os trabalhadores. Então, era uma luta poderosa, era uma luta grande que trazia benefícios para a comunidade. Isso tudo a gente entendia, né, ausência do pai em relação a essa busca por melhoria das condições, não só da nossa família, mas de todas as famílias.[193]

Rubensmidt observa que a atuação política do pai não somente consumia seu tempo e esforços, mais também seus recursos financeiros eram voltados para tais atividades.

> Eu me lembro bem de um relato no qual ele foi chamado a participar no estado do Espírito Santo de uma ação com trabalhadores rurais, em que eles vieram chorando, eram três homens chorando, que a única esperança que eles tinham é que papai fosse lá, devido não só a sua força moral, mas principalmente pela liderança que ele tinha, pelo engajamento que ele tinha, para poder minimizar ou eliminar a tortura que era feita nos canaviais lá do Espírito Santo. Ao saber que papai ia, o fazendeiro mandou falar que se ele fos-

> se, ele não voltaria vivo, mas mesmo assim ele foi, ele era um homem de luta. Foi, constatou, fez todo um trabalho, fez um relatório muito bem- circunstanciado e houve uma intervenção federal no Espírito Santo, com apoio até do governador de lá para que fosse transformada essa situação. Então, essa era a luta. Ninguém pagava isso, ele tirava do bolso para poder fazer isso, né, uma coisa meio doida, mas fazia porque era importante lutar por condições dignas. Ninguém vai ser livre se alguém ainda estiver preso, com relações à tortura, com relações a condições não dignas, essa era uma bandeira que ele tinha.[194]

Neste contexto, Rubensmidt destaca o papel fundamental que a mãe exerceu na criação e estruturação do núcleo familiar.

> Não foi fácil, apesar de toda atuação dele, apesar de todo o dinamismo dele, não éramos ricos, éramos pobres, morávamos em uma periferia em Juiz de Fora. Aqui em Belo Horizonte, mesmo sendo deputado, ele morava em um bairro também pobre, morava no Renascença, eu não cheguei a morar aqui em Belo Horizonte, vim para cá em 87 [1987], mas lá em Juiz de Fora nós morávamos em um bairro também que era considerado de proletários, né? Era um bairro de periferia, um bairro que estava sendo criado há pouco tempo e por empréstimo que ele conseguiu na Caixa de Assistência, então, quer dizer, é uma luta grande, né? E somos dez filhos, então imagine você ter uma família numerosa numa época difícil, numa época em que tanto o movimento brasileiro era conturbado, o movimento sindical muito conturbado. [...] Minha mãe, apesar de só ter o segundo ano primário, ela tinha uma força moral muito grande e colocou de que a nossa vida só iria melhorar se todos estudassem, então ela fez com que todos os 10 filhos se formassem, né, então todos são formados em uma faculdade. E isso sem dinheiro, isso sem apoio do marido, isso sem apoio da sociedade como um todo, mas tínhamos amigos, os amigos foram importantes. No primeiro ano nós não tínhamos dinheiro para nada. Quando levaram papai, papai nunca trouxe dinheiro para dentro de casa, praticamente, o dinheiro que vinha era praticamente para incentivar a luta sindical. Papai viajava muito, não só no estado de Minas Gerais, mas em todo o País.[195]

Sobre a primeira prisão do pai por motivações políticas, Rubensmidt afirma que suas lembranças são raras, uma vez que tinha apenas três anos [de idade] à época. Não obstante, é viva na memória a imagem dos soldados entrando em sua casa enquanto ele brincava no quintal.

Quando veio a ditadura, foi um período bastante complicado, porque, apesar de ter nascido também em Juiz de Fora, o general Mourão Filho partiu com as tropas, papai estava no Rio, e mesmo com as tropas no Rio ele foi, falou na rádio pedindo que o povo resistisse ao que seria esse golpe, um golpe militar contra uma democracia. Não era das melhores democracias, porque estávamos trabalhando essa democracia, mas era muito melhor do que foi até 85 [1985]. Não só para a nossa família, mas para todas as famílias. Nesse período, eu tinha 3 anos [de idade] e a nossa casa, era constantemente vigiada, né, até disse para a Janaína que me lembro muito bem, eu brincava no nosso quintal da casa e os soldados entrando. Então, assim, isso é muito complicado para até a gente entender, só fui entender isso mais tarde. [...] Papai ficou perambulando por quartéis, a gente não sabia onde é que ele tava, buscávamos informações, não sabia se ainda tava vivo, tava morto, tava aqui, tava ali, tava na polícia, tava no Exército, tava no DOPS, cada hora tava em um lugar. Sofria torturas em alguns lugares, a gente não sabia, mas a gente não parava de buscar, de procurar. Quantas vezes nós viajamos ao Rio de Janeiro de ônibus, eu me lembro bem, porque eu ia, eu era pequeno, minha mãe não podia me deixar sozinho [...] Fato interessante que nos... nos idos aí de 1970, eu e minha irmã fomos ao Rio para poder fazer com que o processo do meu pai andasse. Papai foi preso em 64 [1964], e novamente preso em 69 [1969], né, e a gente não sabia porquê. Papai era preso, ganhava liberdade, mas na hora que ele ganhava liberdade ele não saía da porta do quartel, porque já tinha um novo mandado de prisão, e assim foi, sucessivamente, mantendo o homem preso, sem nenhuma coisa que pudesse condená-lo. Papai tinha imunidade internacional, papai era membro da OIT[196], e nem assim os militares deixaram ele de lado. Papai estava na lista dos cassados, o 11º cassado, e sempre a fala dos generais era de muito ódio, de muita raiva de um homem que não tinha arma, de um homem que não tinha nada contra, a não ser fazer o bem para uma coletividade. [...] Meu irmão, Claudesmidt, este é quem assumiu as condições todas da família, ele tinha 17 anos à época, foi quem foi com meu pai, no dia 4 de abril, até o Comando da 4ª Região Militar, que era em Juiz de Fora, é engraçado que em Juiz de Fora não era capital, mas era a única sede de 4ª região, aliás, única Região Militar, né, ao invés de ser Belo Horizonte, era Juiz de Fora, e ele [o pai] foi se apresentar lá. Ele não foi preso, ele não foi cassado, ele foi lá e se entregou, ele não tinha nada a esconder, como nunca teve, como nunca acharam. Procurar, procuraram. Revistaram tudo que podiam. Não encontraram nada. Não tinha nada para ser encontrado. Até as correspondências que vinham da OIT, apesar de ele estar preso, a OIT ainda tinha ele como membro, o comando

do golpe tinha que responder mensalmente à ausência dele, quer dizer, no fórum da OIT ele foi eleito lá como membro representante da América como um todo, e mesmo assim, com imunidade internacional, eles o mantiveram sempre preso.[197]



Figura 10: Registro do dia em que Clodesmidt Riani se entregou na 4ª Região Militar, em Juiz de Fora. Fonte: Portal G1 Zona da Mata (Fotografia de Nathalie Guimarães/G1 a partir de acervo pessoal)[198]

Os episódios nos quais o pai foi levado para a prisão em Juiz de Fora e em Ilha Grande são recordados por Rubensmidt. Em sua narrativa, são ressaltados os momentos de visita aos presídios, os presentinhos que o pai tentava fabricar para os filhos e o contato com os outros presos que ali cumpriam penas.

> O que nós fizemos enquanto [como] família foi doar. Mamãe doou muito, meus irmãos também e papai mais ainda. Então acho que nós temos é que elevar sempre o nosso pensamento e faz parte dessa construção dessa nossa jornada aqui na Terra com relação a uma evolução, porque não faz sentido, nós só recebemos bomba, maus-tratos, desconfiança, intolerância, contra ações de doação, de amor, de fraternidade. Mas faz parte, não vamos aqui chorar por isso. Nós temos que dizer que... Lutar muito para que isso não volte a acontecer no nosso País, nosso País é um grande País, apesar do que sempre fazem com ele, como estamos vendo recentemente, mas é um grande País, nós somos uma grande nação, acreditamos nisso e temos que construir esse processo. As botinas tentaram calar, mas não calaram. Papai foi afasta-

do da gente por muito tempo. Eu me lembro bem, quando ele estava preso na Polícia Militar, no quartel lá em Juiz de Fora, e era o ano das bodas de casamento deles, bodas de prata. E o comandante deste batalhão era o primo da minha mãe, poderia se pensar assim: "bom, vai ter um pouco mais de tolerância, um pouco mais de entendimento", foi exatamente o contrário, né? Se não fossem os soldados, os cabos, os sargentos que nos conheciam bem, porque o batalhão era no nosso bairro, todos moravam próximos, né, os filhos deles brincavam conosco, então eles nos conheciam bem, conheciam bem o papai, então isso não deixou que essa intolerância desse comandante chegasse tanto às vias de fato. Mas nessa boda, foi só pedido para ser celebrada uma missa, que inicialmente foi concedido, então nós fomos para lá, só que nós fomos e grande parte da população também foi para lá, então sem marcar nada, nós tínhamos aí em torno de 10 mil pessoas na porta do batalhão querendo assistir à missa de bodas de pratas do Riani e da Norma. Foi um grande testemunho para nós de solidariedade. Mas que o comandante interpretou como sendo um ato de terrorismo, de baderna e, por medo, não permitiu que ninguém entrasse, a não ser os familiares. Fizemos, foi uma grande celebração, foi bom, isso dava sempre mais ânimo a papai, né, que aprendeu a fazer trabalhos manuais, não fumava, mas recebia papel de maço de cigarro, ou dos colegas ou dos militares lá, para poder fazer cestinhos para a gente, então como nós passamos páscoa agora, eu me lembro muito bem que uma das primeiras cestinhas de coelhinho que eu tive, meus irmãos também, foi trabalho artesanal dele, uma cestinha feita de maço de cigarro. Então, assim, isso para nós era importante... Importante, porque mostrava também que apesar de todo drama que ele tinha, ele conseguia canalizar toda a sua energia para algo construtivo. Então para nós também era uma diretriz de sempre canalizar as nossas frustrações, as nossas raivas, indignações para algo construtivo. [...] A última prisão do papai, eu visitei várias delas, meus irmãos também, a última delas foi na Ilha Grande, engraçado que o Fernando Gabeira também estava preso, só que o Gabeira estava preso como preso político, era uma casa bacana, bonitinha, com jardim, e papai como preso comum, em uma cela lá de 30, 40 pessoas, todas dormindo no chão [...] E você não tinha o direito de reclamar nada! Nem se estivesse sendo morto alguém do seu lado. A orientação que ele teve dos próprios presos era: "Bico calado, senão acontece com você". Então isso é tortura o tempo inteiro, né, tortura psicológica, é tortura de afastamento familiar, tortura de afastamento dos seus, e além da questão da própria tortura física, né, uma má alimentação, falta de cuidados e tudo o mais. Ilha Grande só ia para lá gente como preso comum, os piores que tinham no

> País, assassino condenado a muitos anos, pessoas... Então esse foi o último brinde que os militares fizeram pra ele. Já que eu não posso te curvar, pelo menos eu vou tentar mais uma vez te sacanear, mais do que eu te sacaneei. Desculpa, mas é essa palavra. E na Ilha Grande a comida não era tão boa, a gente foi visitar, meu irmão visitava ele sempre, nós tínhamos que fazer uma travessia de barca, meu Deus do céu! Eu não tenho trauma com água e nem com barco, mas era uma barca muito pequena para muita gente; era um mar muito revolto para uma barca tão pequenininha, né? Quando falo "barca pequenininha", é bem pequenininha! Não chega a ser uma lancha. E iam ali 30, 40 pessoas, em uma barquinha que não cabia quase nem isso. Mas a gente ia. [...] Papai só não morreu porque ele era uma pessoa muito mais tarimbada, eles tentaram de tudo! Papai... Eles não poderiam fuzilar o papai, né? Papai era uma figura internacional. Então, assim, eles tentaram de tudo para ver se ele dava aquele negocinho "ah, ele tentou fugir", "ah, foi pego no fogo cruzado", algum acidente, né? Então papai nunca teve isso. E sempre, assim, eu acho que pela própria figura, ele acabava congregando algum, minimamente, um respeito até dos presos, né? Ele me conta que na visita que eu fiz a ele na Ilha Grande, ele estava tomando conta do posto de gasolina, e aí ele tentou melhorar lá a produtividade, fazer uma planilha de controle melhor, e tal, não sei o quê e "tralalala", aí um mecânico lá veio avisar pra ele, falar: "não faz isso, não, porque na hora que você está fazendo isso, o outro ali que está fazendo isso na mão, leva um tempão" não sei o quê, "tralalala", "não vai gostar, por quê? Ao levar muito tempo, ele fica muito tempo fora da cela, se fizer muito rápido ele vai ser, vai voltar pra cela rápido, então ele vai ficar com raiva de você e vai acabar, né". Por coincidência, essa pessoa que estava tomando conta lá, eu era pequeno ainda, aí fiquei conversando muito com ele, e vocês já devem ter visto, eu gosto de falar, né, e vários assuntos da vida dele e tal, era um dos maiores assassinos que tinha no País. E aí ele foi falar para o meu pai que ele, assim, nunca ninguém tinha sentado com ele e ouvido sobre a vida dele, porque ele fez isso da vida dele, onde que ele chegou... a estar na Ilha Grande, era prisão perpétua e tal, então, assim, toda aquela coisa, ninguém nunca tinha escutado e tal, não sei o quê e tal, que a partir de então ele ia ser o defensor do papai. Então são situações bem-interessantes da...que a gente nem sabia, eu pelo menos não sabia, nem papai sabia.[199]

Uma das lembranças que Rubensmidt recorda com emoção são os esforços do pai, ainda na prisão, para que ele e os irmãos recebessem presentes em ocasiões especiais.

> Então eu tenho uma lembrança, dos poucos presentes que papai me deu, já falei da cestinha, no meu aniversário ele pediu que eu fosse lá no Batalhão, e aí os militares rasos, os sargentos lá de dia que conhecia e tudo, deixou que ele me entregasse o meu presente. Era um Vemaguet[200] azul claro. Hoje nem tem mais isso, já acabou esse carro, né, mas era um carro muito bom. Mas era de plástico, que ele conseguiu comprar ou pediu alguém que comprasse lá na... Subsistências dos militares lá, então, aí eu ganhei. Então era um carrinho de plástico que hoje a gente tem aos montes aí, mas para mim era assim, uma alegria muito grande. Outro ano, ele não conseguiu comprar nada, aí me deu uma nota de 5, acho que era 5 cruzeiros, eu não sei, só sei que era de 5, não lembro mais o dinheiro da época. E eu perdi essa nota! Nossa senhora! No caminho. E aí um menino lá coleguinha da rua achou. Nossa senhora! Que confusão que foi para esse colega devolver, que era um dinheiro, para nós era muito dinheiro, né? Outro amiguinho meu brigou, brigou mesmo, soco para lá e para cá para eu poder ter minha nota. Acabou rasgando um pouquinho, aí foi, colei e tudo. Não gastei. Então são lembranças que a gente vai tendo assim, com pouco contato. Como a comida não era muito boa, eles deixavam a gente levar comida. Então mamãe fazia uma janta, botava num prato, botava outro prato por cima, botava um pano, né, um pano de prato, amarrava ali, botava e tal. E aí, eu com meu outro irmão, o Mitch, a gente ia até lá no quartel para poder levar pra ele. Tinha vez que deixava a gente entregar, dependendo do sargento do dia. Tinha vez que não deixava. Esses eram os contatos que a gente ia tendo. Nas visitas que a gente fazia e a família fazia, né, tinha período de visita, aí íamos todos. Aí papai ficava conversando com cada filho, orientando os mais velhos, "Fazer isso, fazer aquilo, ajuda sua mãe nisso, ajuda sua mãe naquilo". Comigo ele tentava brincar, mas como é que vai brincar dentro do quartel? Eu me lembro bem do quartel, né, um pátio interno, aí só podia ficar no pátio interno, eles tinham medo de ele sair, sei lá o quê. Então... Aí no pátio interno a gente ficava brincando, contando as janelas, as grades que tinha em cada janela, para poder me estimular a aprender a contar, a fazer conta.[201]

Apesar do empenho de Clodesmidt em se fazer presente na vida dos filhos, ainda que privado de liberdade, e da persistência da senhora Norma em proporcionar uma vida saudável à família, os Riani sofreram com perseguições, rejeições e empecilhos pelas escolhas políticas do patriarca da família.

> Toda hora, ou os meus irmãos ou minha mãe, a gente escutava, falavam "os filhos dos comunistas", "bem feito que o pai

tá preso", né, "fez, tem que pagar!" Fez o quê, né? [...] meus irmãos mais velhos apesar de não terem a idade de 21 anos, mas todos estavam em 17, 18 anos, 16 anos, tiveram que ir trabalhar, amigos ajudaram com isso, empregaram alguns dos meus irmãos para a gente poder ter uma renda, enquanto não tinha renda a gente viveu de cesta básica de amigos, né, então... Bom que sempre os pequenos nos ajudaram, porque os grandes fugiram. [...] Quando eu fui fazer, naquela época fazia, né, uma prova de seleção para você entrar no ginásio público, ginásio que papai levou para Juiz de Fora. Juiz de Fora não tinha escola pública, os filhos dos trabalhadores não tinham direito a estudar, vamos dizer assim, só tinham colégios particulares. Então esse ginásio, ele quem levou. E nessa prova de seleção, a prova de redação, não esqueço isso, uma tarde muito bonita, o professor que estava aplicando a prova, ele não gostava do meu pai, já tinha falado isso diversas vezes, inclusive com os meus irmãos que estudaram lá, né. "Essa 'Rianada' toda tem que sair daqui", palavras dele. E ele tomou minha prova. Foi uma situação tão complicada! Eu denunciei, minha mãe denunciou, o diretor do ginásio era um coronel do Exército, né, eles fizeram isso, colocaram militares em todos os postos possíveis e imagináveis, né? Onde já se viu um diretor de escola ser um coronel de Exército? Me ajuda aí! Mas ele então, para poder minimizar essa situação, arrumou mais uma vaga para que eu pudesse entrar, isto porque além de ser filho do Riani, eu recebi uma bolsa da Câmara Municipal e da Prefeitura de Juiz de Fora como melhor aluno da escola primária de Juiz de Fora. Então não tinha porque eu não entrar no colégio para fazer a 5ª série, então se eu fui o melhor aluno do Município de Juiz de Fora da 4ª série, como é que eu não tinha condições de entrar na 5ª série? Então para que isso não repercutisse mais do que já tinha sido feito na...mais um desmando dos militares, acabaram arrumando uma vaga. Esse professor foi meu professor não só no ginásio, peguei ele três séries seguidas, como depois eu fiz o colégio técnico na Universidade Federal de Juiz de Fora e ele foi meu professor por mais três anos, então, assim... Gostar de mim, ele não gostava! Tanto é que minhas notas, apesar de serem, as minhas redações eram sempre muito boas, mas ele não me dava nota boa, não adiantava. Paciência! O problema era dele, não era meu. Digo isso só para ver que, assim, aonde que as pessoas, aonde que foi levado as situações de perseguição. Perseguir um menino? Tinha 7 anos. 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, até 16 anos, foi o último ano que ele me deixou, né? Então, quer dizer, percorreu essa via-sacra comigo, o tempo inteiro. Então é isso que era feito. Você não tinha direitos, você não tinha nada, né, você está aqui por benefício, estou concedendo, você não é digno de estar aqui. Então são situações em que a gente

> vai vendo. Uma das minhas irmãs, ela namorava um militar do Exército, e eles passaram muito aperto com isso! Ele foi chamado lá e incentivado a não casar com a minha irmã, né? "Se você quer ter carreira no Exército", mas mesmo assim ele casou. Acabou não tendo carreira no Exército, então... O que se pode imaginar de sofrimento mental, de cerceamento de direitos, de liberdade, de ir e vir, foi feito. Mas a gente trabalhou, a gente avançou, a gente, né, superou. É claro que não fica tudo muito bem, é claro que não é o normal, está dentro da normalidade, claro que não! Nós tivemos sempre que ter poucos amigos, quando eu falo "poucos" é um ou dois! Mais do que isso já era interpretado como sendo complô. É uns negócios meio esquisito, a gente jogar futebol, pertencer um, futebol, não... Diretório Acadêmico, nem falar, né, nenhum movimento era possível. A nossa família era católica nessa época, até isso tiraram! Os padres, né, papai até assistiu, a última missa que ele assistiu antes de ir lá se entregar, no dia 4, lá na Igreja da Glória, era um padre falando isso, né, a Igreja da Glória, que era uma das mais progressistas, vamos dizer assim, um dos padres falou: "Ainda bem que os comunistas estão sendo presos!", queria dizer para o meu pai. Então, assim, o bispo de Juiz de Fora não deu apoio nenhum! Muito ao contrário, né, foi um cretino, um bandido, um safado. Ao invés de estar junto, ele nos conhecia bem, conhecia bem papai, ele, além de colocar mais lenha na fogueira, ainda fez vários destratos com a nossa família, à minha mãe também. Então, assim, você sabe o que é que é de repente você estar se recuperando de uma saúde abalada, alguma coisa assim, de repente pedem para você ficar em pé e tiram todo apoio? Pois é. Você tem a sensação que vai cair no chão e até o chão te tiram? Pois é, mais ou menos é isso.[202]

Até àquele momento, a convivência com o pai era somente nas visitas aos presídios e nos pequenos intervalos entre as prisões. No entanto, como afirma Rubensmidt, a proximidade foi sendo reestabelecida aos poucos, quando o sindicalista foi posto em liberdade de forma definitiva.

> Depois, quando ele voltou, aí eu tive mais tempo com ele. Ele tinha que fazer biscate, tinha que fazer trabalho fora para ter um dinheirinho a mais, porque o salário não estava dando, então sábado e domingo ele fazia esses biscates e aí eu ia com ele. Aprendi a fazer muita coisa, né? Foi auxiliar de pedreiro, auxiliar de eletricista, auxiliar-geral, só não fui motorista, que ainda não tinha idade, 13, 14 anos, hoje iam falar que é trabalho infantil. Mas era bom! Eu estava ali com ele, a gente brincava, tinha vez que ele xingava, brigava, ficava nervoso, aí minha mãe brigava com ele porque ele brigou comigo, né?

> Essa era uma relação. Nós sempre fomos muito simples. Papai também era simples, eu me lembro bem, ele chegando da Companhia Mineira, ele chegava por volta de cinco, cinco e meia, terminava às cinco horas lá o serviço dele, pegava ônibus, vinha, descia e a mamãe já estava lá com... Juiz de Fora é mais frio, prato lá de sopa de macarrão com batata e cenoura e um ovo frito e um pão. Então isso era a rotina dele. Jornal a gente não lia, porque não tinha dinheiro nem para isso, né... Televisão, coisa muito rara. Aliás, eu fui o único irmão a ter televisão em casa, né, assim, de pequeno. Televisão entrou lá em casa bem mais tarde, 62, 63 [1962,1963].[203]

Mesmo depois da soltura do pai, Rubensmidt relata circunstâncias em que a família se sentiu ameaçada ou prejudicada devido ao passado de Clodesmidt como preso político.

> Fui o único lá de casa que serviu ao Exército, por determinação inclusive do gabinete militar da presidência da República, eu tinha todos os quesitos para não servir, mas eu permaneci como civil por dois meses dentro do quartel em 79 [1979], aguardando ordens de Brasília, até que a ordem veio, que eu tinha que seguir carreira militar. Sou contra, sou pacifista, papai também é pacifista e toda a nossa família é contra violência, nós nunca tivemos nenhuma arma sequer, nós somos contra a questão de armas. Então mais uma violência que nos foi impingida, mas faz parte, outros sofreram muito mais do que isso. O quartel, apesar de o comandante ser uma pessoa também digna, honrada, ele tinha que cumprir algumas determinações. Nessas determinações havia sempre as provocações. A gente já estava acostumado com isso, né? [...] nunca quis servir Exército, apesar de ter servido. Sou contra, não o nosso Exército, sou contra qualquer Exército. Acho que é o maior atestado de incompetência humana a gente ter que ter homens armados para poder garantir coisas para os outros. Isso é incompetência total do ser humano. Você usar de violência pra que seus argumentos prevaleçam. Isso não existe. Então sempre fui contra. E os 10 meses que eu estive no quartel, os 10 meses eu falei isso.[204]

> Papai brigava muito, até hoje ele briga, aos 96 anos, até hoje ele briga, até hoje é muito determinado, mas a determinação dele era isso, era sempre transformar esse País em um País melhor, não só para alguns, mas para todos. Acho que é isso que incomodava a esses militares. Papai, quando estava fazendo a faculdade de Direito, lá em Juiz de Fora, então ele era deputado aqui, trabalhava de segunda a sexta, chegava sexta à noite e ia para a faculdade à noite, ele fez a faculdade parti-

> cular, estudava à noite e no sábado, então tinha um major que se dirigiu a ele, depois de certo tempo, só para esclarecê-lo de que ele estava ali a mando do comandante da 4ª Região Militar para poder acompanhar suas ações, né? Quer dizer, nós já estávamos em plena transição para a democracia, já tinha tido Anistia, ele já era deputado, né, então ter um militar dentro da sala de aula, né, como um agente secreto, vocês imaginam o quê que não foi isso em 64 [1964]. Mas o bom que a gente superou. O bom que a gente caminhou.[205]

Ao refletir sobre trajetória de vida familiar, Rubensmidt apresenta suas considerações sobre o que implica ser filho de ex-preso político, trazendo as dimensões da ausência do pai, do orgulho pela luta por um ideal e de como essa história é repercutida nos dias atuais.

> Nós nunca tivemos problema algum com relação a transtorno, trauma e que nos levasse a cometer qualquer ato contra quem quer que seja, muito pelo contrário, a gente sempre mostrou muita dignidade, porque isso eles não poderiam tirar de nós. Acho que a gente tem que preservar tudo. Liberdade é importante, mas a dignidade é mais. Isso eles não tiraram. A honradez também não. Então acho que isso fica registrado, acho que é importante que a gente lute sempre, porque sempre vão atentar contra a gente [...] Eu ressinto muito, eu tenho dois filhos, de que eu não pude estar com meu pai, só pude efetivamente estar cotidianamente com ele, eu já tinha 12 anos. A minha infância praticamente então ele não esteve comigo. Interessante, eu sou o caçula dos 10 e foi praticamente o único parto que ele assistiu. Papai não ficava em casa, como eu já disse. No meu ele ficou, porque mamãe já tinha 40 anos e o meu parto era de risco, alto risco, né? Se hoje já é complicado uma mulher de 40 anos ter filho, ainda mais uma gravidez de alto risco, imagina naquela época! Então papai ficou. Então... A minha saúde sempre foi mais frágil, ainda é, acho que muito em função dessa situação, mas mesmo assim a gente lutou, teve apoio, os médicos daquela época ainda são vivos, a quem a gente agradece muito, mas é uma situação que, assim, causa revolta. Uma revolta que não é de raiva, é uma revolta de ser tirado algo seu, sem nenhum motivo, sem nenhum mérito nisso, isso não engrandeceu a ninguém, em nada o País, em nada a Nação, contra o papai nunca foi provado nada, eles tentaram forjar um, e forjaram, um processo de empréstimo de recurso para alimentação de um evento sindical em que o próprio tesoureiro interventor dos militares falou que estava tudo em ordem [...] Papai só veio conhecer melhor os seus filhos bem depois, né? Papai teve muito convívio com minha mãe, mas não com os filhos,

> apesar de ser um pai presente, ser um pai atuante, mas a presença dele vinha muito da minha mãe. Mamãe sempre colocava essa fortaleza da figura paterna, do "Seu pai, do exemplo do seu pai, seu pai é assim, seu pai, né, quer isso... Então precisamos fazer isso para que melhore as condições do seu pai", então a nossa vida foi muito em função disso. Minha mãe foi uma guerreira muito grande, porque teve que suportar tudo, tudo sozinha, daí a saúde dela foi totalmente abalada, veio a falecer inclusive em função disso, mas foi uma pessoa de muita luta, de muita fibra. Mamãe não tinha medo nem vergonha de ninguém! Conseguiu fazer com que todo mundo estudasse e deixou pra gente um legado muito importante. Então nós somos família, nós não nos desestruturamos em função disso, dessa figura também materna que nós tivemos, que nos acolheu, que cuidou e que nos garantiu um futuro, um futuro que os militares não quiseram para nós [...] Então... E meus irmãos, assim, ninguém tem lembrança do papai brincando com eles. Papai só veio brincar com crianças, com os netos, e por ironia do destino, lá em Juiz de Fora não tinha tanta área de lazer assim, mas tinha um parquinho que era exatamente na área militar, lá do Exército, lá em Juiz de Fora. Então, depois de solto, ele ia com os netos no parquinho que era na área militar lá em Juiz de Fora. Muito engraçado isso! Mas foi o jeito que ele teve para poder, acho que ter, assim, um pouco mais desse convívio, retornar aí essa questão mais de humanização, né?[206]

Militantes: Gilse Maria Westin Cosenza e Abel Rodrigues Avelar – Filhas: Juliana Cosenza Avelar e Gilda Cosenza Avelar

Como tantas outras crianças, Juliana e Gilda Cosenza Avelar viveram grande parte da sua infância na clandestinidade, constantemente mudando de residência e sem saber pormenores de suas histórias familiares. Filhas de Gilse Maria Cosenza de Avelar e Abel Rodrigues Avelar[207], dois militantes da Ação Popular, as irmãs narram, em carta enviada à Comissão da Verdade de Minas Gerais[208], alguns fatos marcantes de suas histórias pessoais, trazendo à tona as memórias de seus primeiros anos de vida.

> Meu nome é Juliana Cosenza Avelar, nascida em 27/02/1969, em pleno AI-5[209], tenho uma irmã, que nasceu em 24/08/1971, na cidade de São Paulo e que se chama Gilda Cosenza Avelar. Sob os olhares da minha irmã mais nova segue o relato das lembranças que ficaram.[210]

No relato escrito, Gilda Cosenza Avelar comenta não se lembrar de praticamente nada do período em que viveram em São Paulo até o ano de 1975. Ela atribuía falta de lembranças concretas tanto pela pouca idade:

> Como pela ausência de informações por parte de meus pais, em defesa de nossa segurança. O que sei, decorre do que meus pais foram me contando depois da Anistia[211], após meus 8 anos de idade e por algumas fotos. Devido à atuação dos dois na luta contra a ditadura desde estudantes, meus pais eram perseguidos pela repressão, já viviam na clandestinidade desde 1968 e minha mãe tinha sido presa e brutalmente torturada em 1969, quando minha irmã mais velha, Juliana, tinha 4 meses. Juliana foi escondida e criada por meus tios Gilda (Gilda Westin Cosenza) e Henriquinho (Henfil)[212] até o fim de 1970, quando minha mãe saiu da prisão, reencontrou meu pai na clandestinidade (havia vários processos contra eles) e foram viver em São Paulo. Receberam de volta, clandestinamente, minha irmã Juliana, passaram a morar em bairros periféricos bem pobres, trabalhando como entrevistadores de pesquisa de mercado, continuando sua militância política, mudando de endereço e identidade quando havia risco de serem localizados pela ditadura.[213]

Ainda sobre o período em que Juliana ficou escondida com os tios maternos, Gilda Westin relatou, em 2014, ao Jornal Estado de Minas - edição *online*, que Juliana estava muito frágil quando uma amiga de Gilse a levou ao Rio de Janeiro para ser protegida. Na gestação vivida na clandestinidade, Gilse teve gêmeas prematuras, mas somente Juliana sobreviveu ao parto e necessitava de cuidados intensos. Na mesma reportagem, Gilda Westin ainda detalha que a sobrinha chegou aos seus cuidados com quatro meses de idade e apenas três quilos. Enquanto cuidavam da sobrinha no Rio de Janeiro, Henfil utilizava-se de suas tirinhas no Jornal do Brasil para comunicar a Abel e Gilse que Juliana estava bem. Um episódio como esse é narrado à reportagem do Estado de Minas.[214]

> Quando foi transferida para Juiz de Fora, Gilse recorda que a condição era melhor. "Fazíamos greves de fome para ter direito a banho de sol e até conseguir ler um jornal diário", destaca. "Quando chegou o primeiro exemplar do Jornal do Brasil todas queriam o primeiro Caderno para ler as notícias de política, mas eu queria ver a parte com os *cartuns* para saber se estava tudo bem com o Henfil e, assim, com a Juliana. "Quando leu o quadrinho, ela não se recorda se era com a graúna ou algum dos fradinhos, viu um recado, que a fez chorar de emoção e gritar de alegria para as colegas de luta que estavam presas: "Juliana, chega de comer sorvete com morango, pois você vai ter caganeira". O recado cifrado de Henfil fez com que Gilse soubesse que sua filha estava bem. [215]



Figura 11: Gilda Westin Cosenza com sua sobrinha, Juliana. Fonte: ***Estado de Minas*** **online**[216]

Ainda em relação ao período de clandestinidade vivido pelas irmãs após a soltura da mãe e o reencontro dos pais, Gilda narra que:

> A repressão estava muito violenta, com inúmeros militantes sendo presos e muitos desaparecidos e assassinados. Apesar dos cuidados tomando pílulas anticoncepcionais, minha mãe engravidou e passou por um grande conflito pessoal, ciente dos perigos de ter mais um filho naquela situação, mas desejando manter a gravidez, o que acabou acontecendo com apoio de meu pai. Mais uma vez enfrentou uma gravidez extremamente tensa, carente de recursos financeiros e sob a permanente angústia da perseguição. Nestas condições, não conseguiu contar com assistência pré-natal e somente no fim da gravidez foi atendida por um médico apoiante da luta e que fez o parto. Ela relata o pavor que sentia com a possibilidade de ser presa grávida. Tinha pesadelos com a lembrança das ameaças dos torturadores sobre as barbaridades que fariam com Juliana quando a achassem e com o que poderiam fazer comigo se eu nascesse nas mãos deles. Felizmente isto não aconteceu. Quando nasci, morávamos num barracão localizado na Vila Alpina. Um berço e roupas de recém-nascido foram doados por alguns militantes e apoiantes. Meus pais já haviam decidido que o nome da criança esperada seria uma homenagem, um agradecimento aos tios que protegeram e criaram Juliana enquanto minha mãe estava presa. Se fosse menino seria Henrique, se menina seria Gilda. Assim fui nomeada. [217]



Figura 12: Juliana, à esquerda do tio Henfil, junto com a irmã Gilda. Fonte: ***Estado de Minas*** online[218]

Com duas crianças pequenas, Gilse e Abel permaneceram na clandestinidade em São Paulo com identidades falsas e novas profissões. Sobre essa nova realidade, Gilda relata sobre os pais:

> Providenciaram para mim e Juliana Certidões de Nascimento condizentes com a identidade que usavam na época, o que continuaram a fazer quando tinham de mudar de nome e moradia para evitar a repressão. Quando surgiam estas situações de emergência, minha mãe saía rapidamente de casa levando nós duas e uma sacola com o mínimo necessário e meu pai entregava o barraco ao dono, pagava o que devia e comunicava que estavam se mudando porque o pai havia morrido e iriam cuidar da mãe dele. Arranjavam algum lugar para minha mãe ficar conosco enquanto meu pai tratava de alugar outro barraco em área popular bem distante da moradia anterior. Nestas ocasiões, comunicavam clandestinamente com a tia Gilda e ela enviava algum dinheiro por ordem de pagamento para um nome já combinado. Houve situação muito perigosa e complicada em que tiveram de nos entregar por mais tempo para tia Gilda até que conseguissem mais informações sobre as prisões e situação de segurança e providenciassem novas identidades e moradia. Durante este período, aprenderam a trabalhar com fotografia através de um militante que ia se deslocar e que lhes passou uma máquina fotográfica, um ampliador e outros materiais necessários para isso. A cada vez que se mudavam,

> montavam a nova casa adquirindo alguns móveis usados, construíam e pintavam mesinha, cadeirinhas e armário para nós com caixotes doados por algum armazém. Pintavam e enfeitavam para nós termos coisas bonitinhas. Enfrentavam muitas dificuldades, inclusive porque eu e Juliana sofríamos de bronquite asmática e muitas vezes, sem estrutura material, precisavam pedir ajuda de vizinhos para nos levar a um hospital. Quando eu tinha 1 ano e Juliana 3 anos e meio, mudaram-se para a Vila Guilhermina, já se apresentando como fotógrafos, com o nome de Cecília Auxiliadora de Aguiar e Rodrigo Pereira de Souza. Conseguiram legalizar os documentos com essa identidade e aumentaram as medidas de segurança: nenhum militante ou apoiante conhecia o endereço, a profissão ou a identidade. Nesta situação, legalizaram também Juliana e eu, registrando-nos com o sobrenome usado por eles. Em janeiro de 1973, meu pai fez outro registro em meu nome, com nome e data de nascimento verdadeiro, no Cartório do Pari (bem longe de onde morávamos) e mandaram esta certidão para lugar seguro, mas decidiram colocar o local de nascimento como se fosse Belo Horizonte, para confundir a repressão, caso descobrissem. Neste período, meu pai escapou por pouco de ser preso, por causa da prisão de um apoiante conhecido, mas este, apesar de saber quem éramos, não conhecia a identidade nem endereço usados. Tinham notícias de pessoas presas interrogadas sobre o paradeiro deles, sabendo, portanto, que continuavam a ser procurados.[219]

Além das constantes mudanças de nomes e endereço, a infância vivida na clandestinidade também não permitiu contato com os familiares paternos e maternos.

> Em todos os lugares onde moramos, diziam que eram filhos únicos e que tinham pais vivos, mas morando em estados muito distantes (para o caso de precisar explicar uma mudança repentina pela morte de algum deles). Para nos proteger tratavam pessoas para cuidar de nós em sua própria casa, orientando-as que só eles iriam nos buscar, o que só faziam depois de observar cuidadosamente se não haviam sido seguidos ou se havia pessoas ou movimentos estranhos nas redondezas. Cuidaram de nós: a Dina (ex-operária têxtil até se casar), Lucilene (esposa de um mecânico), Dona Maria e "Seu" Zé (que vendia peixe numa carroça).[220]

Durante os primeiros anos de suas vidas, Gilda e Juliana eram instruídas a não darem muitas informações pessoais, estarem sempre vigilantes sobre pergun-

tas de desconhecidos, e ensinadas a como agir em caso de necessidade de fuga.

> Já na Vila Guilhermina, a partir dos 3 anos de Juliana, nos diziam que havia pessoas que queriam nos fazer mal e que precisávamos tomar muito cuidado: não conversar com nenhum estranho, não dizer o nome deles para ninguém (só papai e mamãe), não sair de perto das pessoas que cuidavam da gente, responder perguntas sempre com "não sei ou esqueci". Nas ocasiões em que encontramos companheiros deles, nos diziam imediatamente para não contar a ninguém e esquecer os nomes que ouvimos. Um desses, apresentado a nós como tio Rui, vimos mais vezes e como ele era muito carinhoso conosco, ficou gravado. Colocaram um papel com um nome e um telefone dentro de uma meinha vermelha enrolada e nos ensinaram que depois do jantar deveríamos sempre ficar olhando o relógio e se nenhum dos dois fosse nos buscar quando o "ponteirão" e o "ponteirinho" chegassem num determinado lugar, devíamos pedir à nossa cuidadora para ir à nossa casa, pegar o papel na meia vermelha e telefonar para a tia Dida que iria nos buscar na casa dela.[221]

No relato, Gilda e Juliana contam que a necessidade de esquecimento da própria identidade fez com que elas não recordassem detalhes de suas vivências em São Paulo. Somente após a Anistia e o processo de abertura política é que alguns fatos e histórias começaram a ser contados às irmãs, assim como elas puderam saber nomes verdadeiros de parentes e amigos da família.

> A partir da Anistia, quando minha mãe passou a nos contar estas coisas do período de São Paulo, eu disse a ela que tanto repetiram para nós que corríamos perigo e que devíamos esquecer nomes e fatos, que eu verdadeiramente esqueci. Não me lembro mesmo! A memória foi apagada. Não tenho qualquer lembrança desse período, senão o olhar para o relógio para controle do horário da chegada de meus pais. No segundo semestre de 1975, fomos para Fortaleza, de ônibus. Minha mãe conta que a viagem foi terrível, pois durou 52 horas e durante todo este tempo Juliana e eu estávamos com crise de bronquite asmática. Minha mãe nos levou a um médico e ele aconselhou a dar um jeito para começarmos a praticar natação. Conseguiram nos colocar no SESC[222] e com o tempo, a natação e o clima do Ceará nos curaram. Em Fortaleza, mantivemos a última identidade de São Paulo, que era legalizada e não tinha sido descoberta: Rodrigo Pereira de Souza, Cecília Auxiliadora de Aguiar, Juliana Aguiar de Souza e Gilda Aguiar de Souza. Esta identidade se manteve até a Anistia. A partir daí, já começo a ter lembranças. Meus pais

trabalhavam tirando fotos da vizinhança, em festas de escolinhas e casamentos. Locomoviam-se de bicicleta. Fomos morar em uma casa num setor bem popular do bairro Olavo Bilac. Para completar o orçamento, toda noite preparavam "dindin" (picolé no saquinho de plástico também conhecido como *chup-chup ou* geladinho) que era vendido em nossa casa. Eu tinha 4 anos e Juliana 6 anos e meio. Continuaram os cuidados de segurança: não dar informações a estranhos, só podia entrar alguém em nossa casa em companhia de meus pais, havia papeis que não podiam ser vistos (guardados num esconderijo no telhado). Algum tempo depois, já morando em outra casa, recebemos novas instruções. Pela primeira vez, ao que me lembro, soube o nome de algum parente. Meus pais nos deram um bauzinho de madeira com um cartão onde estava escrito o nome e telefone da tia Gilda. A orientação era para, se algum dia eles não chegassem no horário combinado, pedíssemos ajuda da cuidadora, saíssemos de casa, fossemos a um telefone público a uma quadra de distância e telefonássemos para tia Gilda. Não deveríamos retornar para casa e deveríamos seguir as orientações dadas por ela. Juliana chorou e não teve coragem de ficar com o papelzinho. Assim, com menos de 6 anos, fui eu a responsável pela guarda do único contato com um parente. A obsessão pelo relógio e controle do horário permanecia. Ficávamos sempre vigiando o relógio, apavoradas de que meus pais não chegassem até o horário combinado. As cuidadoras não entendiam nossa preocupação com o relógio. Achavam curioso! Tínhamos como vizinhas a Dona Mazé e Vilani, com quem ficávamos quando meus pais saíam e a quem podíamos pedir ajuda, se necessário. Os vizinhos às vezes perguntavam porque não recebíamos visitas nem cartas da família. Nós respondíamos o já costumeiro "não sei". Não me recordo da justificativa dada por meus pais. Certas vezes, meus pais demonstravam estar nervosos e preocupados, mas não diziam o motivo. Só na década de 1980 fiquei sabendo que isto se devia a notícias de prisões, inclusive em uma vez se tratava da Chacina da Lapa, onde tinha sido assassinado o Pedro Pomar, justamente o companheiro que estava sendo esperado em Fortaleza para se reunir com meus pais e planejar o trabalho político. Fui matriculada no Instituto Alves Benevides (na Avenida Bezerra de Menezes) e Juliana na escola da Coelce, mais tarde, as duas, na Escola XV de novembro, no Monte Castelo. Nossa próxima residência, após a da Olavo Bilac, foi na Av. Sargento Hermínio, onde tínhamos vizinhas (Irlanda, Valência e Londrina), com quem brincávamos, e na casa de quem assistíamos televisão, já que em nossa casa não havia. O cuidado com a segurança sempre continuou e muitas outras coisas não eram explicadas, como às vezes em que

nos pegavam e saíam rápido para longe e demoravam a dizer que já podíamos voltar. Recordo-me de uma ocasião em que meus pais chegaram em casa, arrumaram rapidamente algumas bolsas com roupas e papéis e saíram conosco. Ficamos rodando durante muito tempo e lembro-me que em determinado momento paramos na frente da Assembleia Legislativa. Só depois de alguns telefonemas dados pelo orelhão, pudemos retornar à nossa casa. Nada nos foi explicado. Mudamos novamente de casa e de escola. Passamos a estudar no Colégio Deoclécio Ferro, próximo à Rua Jovita Feitosa.[223]



Figura 13: Juliana, à esquerda, Gilse e Gilda no Ceará, foto de 1976. Fonte: Portal online da Fundação Maurício Grabois[224]

Gilda conta também que a revelação de suas histórias pessoais se deu pouco a pouco, e que nos primeiros momentos houve resistência pela mudança de sobrenome após a Anistia.

> Quando saiu a Anistia (eu tinha 8 anos), meus pais nos levaram para comemorar na Praça, numa manifestação com muita gente, e começaram a nos revelar um pouco da nossa história, da luta que eles travaram, o nome verdadeiro deles e nosso, a existência de nossos avós, tios e primos, e a história do Brasil da forma que nos era possível compreender. Explicaram que ainda não podíamos contar nada a ninguém até irmos a Belo Horizonte, tirar nossos documentos verdadeiros e conhecer a família. Que voltaríamos dessa viagem com nomes novos e aí contaríamos a todo mundo. Eu e Juliana resistimos a essa ideia. Não entendíamos direito porque deveríamos trocar os nomes com os quais já estávamos acostumadas por outros tão esqui-

> sitos. Nossos pais nos explicaram que todas as pessoas têm direito ao seu nome, à sua identidade, que todas as crianças têm direito de conhecer sua família, não viver se escondendo e nem usando nomes falsos. Compraram cadernos de caligrafia e começamos a treinar nossos nomes, de nossos pais e avós. No Natal, fomos para Belo Horizonte o que foi uma experiência marcante. De repente, eu e Juliana estávamos na casa de meus avós maternos, sendo abraçadas por um número grande de pessoas desconhecidas (tia Gilda não tinha chegado) e que se diziam nossos avós, tios e tias, além de crianças que diziam serem nossos primos (minha mãe tem 10 irmãos, todos com nome começado com Gil). Fiquei completamente desorientada até que a porta se abriu e entrou uma pessoa conhecida, o "tio Rui" que eu lembrava de antes (um dos que nossos pais nos mandaram esquecer) e que agora foi apresentado como mais um tio de verdade, o Gildásio[225], que também tinha sido preso e vivido clandestino. Voltando para Fortaleza, mudamos para uma casa, numa vilinha na Av. José Bastos, alugada com a identidade verdadeira. Meus pais começaram a visitar os vizinhos das casas onde tínhamos morado e as escolinhas onde eles trabalhavam, contando a todos a nossa história e mostrando os documentos com os nomes verdadeiros. Fizeram o mesmo com os diretores do Colégio Deoclécio Ferro (Angela e Acrísio) que, por solidariedade, se dispuseram a alterar nosso nome nos documentos escolares, como se tivesse havido um erro da escola. Na nova casa, continuava o esconderijo de papéis. Explicaram-nos que a Anistia era só um começo, que eles pertenciam a um Partido que ainda era perseguido e que não podíamos contar a ninguém nem ficar dando nosso endereço.[226]

Gilda narra que a vida dos pais pôde voltar totalmente à normalidade em 1985, com o fim da ditadura e a legalização dos partidos políticos de esquerda no País. Somente a partir desse ano é que as irmãs souberam de todos os eventos ocorridos com Gilse e Abel, e puderam entender os motivos pelos quais tiveram uma infância clandestina.

> Só em 1985, com a legalização do PCdoB passamos a ter vida completamente legal. Ainda adolescente, fiquei horrorizada quando soube que minha mãe tinha sido presa e torturada. Aí fui entendendo quem eram as pessoas que nos queriam fazer mal, porque sempre era preciso tomar tantos cuidados e esconder tanta coisa, porque sempre havia o risco de meus pais sumirem, porque eles se preocupavam tanto em nos proteger. Mais tarde, o abalo e a revolta foram ainda maiores, ao ouvir minha mãe, às vezes, chorando ou tendo ânsias de vômito enquanto narrava para Luiz Manfredini[227] as barbaridades sofridas por ela nas mãos dos torturadores. Até hoje, na minha vida profissional, tenho mui-

> ta dificuldade de trabalhar com situações que envolvem abuso sexual ou tortura. Com o tempo, fui entendendo melhor a opção que meus pais fizeram e a luta que travaram contra a ditadura, o que, para mim, é motivo de muito orgulho. Algumas pessoas que conhecemos quando éramos pequenas, soubemos depois que foram mortas pelo regime militar. Outras, ficamos sabendo seus verdadeiros nomes. Hoje, tenho duas filhas, uma, Laura, ainda muito pequena para entender, já que apenas com um aninho, mas a outra, Manoela, com sete anos, conhece um pouquinho da História do Brasil, sabe o que se passou durante a ditadura militar e quão nociva é a ausência de respeito à liberdade.[228]

Na mesma carta, Juliana recorda dos momentos especiais, em que a história de luta dos pais e sobrevivência à perseguição durante as décadas de 1960 e 1970 foi reconhecida pelo Estado brasileiro.

> Em 04/04/14 houve uma caravana da Anistia e o julgamento do processo em São Paulo, na Câmara Municipal. Estavam presentes, meu pai, minha mãe, minha irmã Gilda e vários outros filhos que viveram àquele momento. A ocasião foi muito emocionante. Nós, que temos pais que tão bem utilizam a palavra e que estamos acostumados a ouvir a história deles, pela opção que fizeram e pela luta que travaram, tivemos a oportunidade de ir ao microfone e relatar um pouquinho de como nos sentimos atingidos pelos atos de exceção. A lista de coisas pensadas para falar não correspondeu com a fala do momento. A voz embargou, o olho encheu d'água e os pensamentos ficaram confusos. Foi como passar a limpo e até entender algumas atitudes que temos na nossa vida adulta. O que falei, exatamente, não sei, mas o que pensei em falar foi o motivo de estarmos ali. Buscávamos ali não uma reparação, pois o que nos foi subtraído, por não ser material, não é possível de reparação, mas sim, que a história que não é oficial e que é contada de forma ainda muito tímida nos livros escolares, não seja apagada ou esquecida, pois só conhecendo o que passou teremos força para não mais deixar acontecer. A segunda questão que gostaria de ter aproveitado o momento para falar é do orgulho que tenho dos meus pais e daqueles outros que estavam ali, que num momento que o Estado ao invés de proteger suas crianças, as colocou em risco, nossos pais com muita habilidade, criatividade e coragem conseguiram nos colocar a salvo, para que hoje pudéssemos contar a história, logo, se alguém nos subtraiu algo ou nos fez sofrer, não foi nossos pais e sim o Estado, representado à época pelos militares que arbitrariamente e violentamente procuraram calar o povo brasileiro. Dentre as lembranças da época, veio à cabeça que muito cedo devo ter aprendido a ver as horas, pois a fixação com o relógio e horário, devido à insegurança dos pais não chegarem, se apresentou ainda bem cedo, e, nenhuma criança deseja ou está preparada

> para ficar longe de seus pais, principalmente, quando tão amorosos e especiais, quanto os meus. Outra questão que deveria ser falada é que a ditadura militar nos subtraiu o direito à convivência familiar, tão importante a todo ser humano e especialmente às crianças. Só soubemos quem era a família extensa com a Anistia. Não tenho amigos de infância, pois à época não permitia a construção e fixação de vínculos e, as mudanças eram contínuas. Hoje, incentivo sempre minha filha a manter os vínculos com os amiguinhos e faço questão de recebê-los em nossa casa. Gosto de casa cheia, de barulho de criança, de família reunida, de amigos...Dou uma importância especial a tais momentos.[229]



Figura 14: Família Cosenza na Caravana da Anistia. Fonte: Arquivo Pessoal

As irmãs Juliana e Gilse Cosenza Avelar finalizam o relato escrito afirmando que a ditadura no Brasil lhes subtraiu o direito primordial à identidade: "desde pequena me identifiquei como Gilda Aguiar de Souza. Meus pais eram Cecília Auxiliadora de Aguiar e Rodrigo Pereira de Souza. Nasci em São Paulo, mas consta do meu registro que sou mineira."[230] Em seu parágrafo final da carta, Gilda diz da lembrança sobre a Caravana da Anistia, de 2014, revelando que:

> Após a nossa fala, o presidente da Comissão, Paulo Abrão, em nome do Estado nos fez um pedido formal de desculpas e nos concedeu a Anistia. Ao final, meus pais foram homenageados pela luta que travaram. Esse dia, com certeza ficará marcado para mim, como um dia especial. Dia que o Estado reconheceu o quanto errou conosco. Foi

> muito significativo e por isso escrevo, para quem sabe, um dia, poder compartilhar com minhas filhas esse momento, sem esquecer o que passou e quanto marcou.[231]

Grávidas e crianças presas

Militantes: Ana Lúcia Penna e Sálvio Humberto Penna – Filho: Rodrigo Penna

Rodrigo Penna é filho de Ana Lúcia Penna e Sálvio Humberto Penna. Seus pais, nascidos em Sabará/MG, eram militantes da Ação Popular Marxista Leninista do Brasil (APML do B), sendo o pai um dos fundadores da organização[232], ocupando, portanto, uma posição de destaque na militância. Rodrigo nasceu em Belo Horizonte no dia 02/12/1971, por meio de um procedimento complicado, envolvendo o uso de fórceps, e que deixou Ana Lúcia acamada e com 33 pontos. Cinco dias depois, no dia 7 de dezembro, a família foi surpreendida pela ação dos militares, que prenderam Ana Lúcia, Sálvio e Rodrigo em casa, em um bairro tipicamente operário da Região Metropolitana da capital mineira. Rodrigo ficou preso com a mãe no Hospital Militar de Belo Horizonte, por cerca de 50 dias. Ana Lúcia foi solta seis meses depois, e Sálvio ficou detido durante um ano e meio. No período em que estavam presos, todos da família Penna foram vítimas de tortura físicas e psicológicas. Após sua soltura, Sálvio retornou à militância política, tendo a companhia de Rodrigo ainda jovem, já na década de 1980. Sálvio e Ana Lúcia tiveram um segundo filho, Marcelo Idalísio, em 1974. Ana Lúcia faleceu em 2016.[233]

Rodrigo Penna é protagonista de uma história direta e brutalmente marcada pelas violências da ditadura militar.

Enquanto residiram em Contagem, Sálvio e Ana Lúcia escondiam instrumentos utilizados para a confecção de panfletos para manifestações, o que era considerado uma atividade ilegal. No dia 7 de dezembro, a residência da família foi invadida por agentes da repressão, conforme relata Rodrigo:

> Na manhã do dia 7 de dezembro, então tinha cinco dias que eu tinha nascido, a equipe do DOPS foi fazer a prisão tanto da minha mãe quanto do meu pai. Então, eu fui preso cinco dias depois de nascer. Meu pai tinha um emprego, carteira assinada. Eles mandaram uma equipe do DOPS, Departamento de Ordem e Política Social para a empresa que ele trabalhava e mandaram outra equipe do DOPS para a casa da minha mãe. Aí meu pai cometeu um erro, um erro de segurança. Ele chegou para trabalhar normalmente, mas percebeu que tinha gente da polícia política lá. Eu não sei se ele viu carro, eu não sei se ele viu gente fardada, o Exército participava desse tipo de operação, mas ele chegou para trabalhar e desconfiou.

Ele devia ter voltado para casa e olhado de longe, mas ele não fez isso, ele ficou preocupado, estava com a esposa e o filho pequeno em casa. Então, ele voltou para casa e tinha uma segunda equipe que já tinha chegado lá e estava com a minha mãe detida dentro de casa. Minha mãe não estava andando, ela tinha acabado de sofrer um parto complicado, ela estava praticamente de cama. Então, meu pai foi preso na própria casa dele, quando ele voltou da empresa. E aí foi direto do DOPS e direto para a tortura. Minha mãe, não. Minha mãe, ela estava bastante debilitada por causa do parto, e estava comigo. [...] Eles chegaram pela manhã, por volta das 7h, e minha mãe só veio a ser presa junto comigo por volta das 19h, então eles ficaram 12 horas lá para tomar essa decisão: "Nós vamos levar ela e a criança ou não? Nós vamos deixar aqui e liberar ou não?" E alguém deve ter saído e dado uns telefonemas.[234]

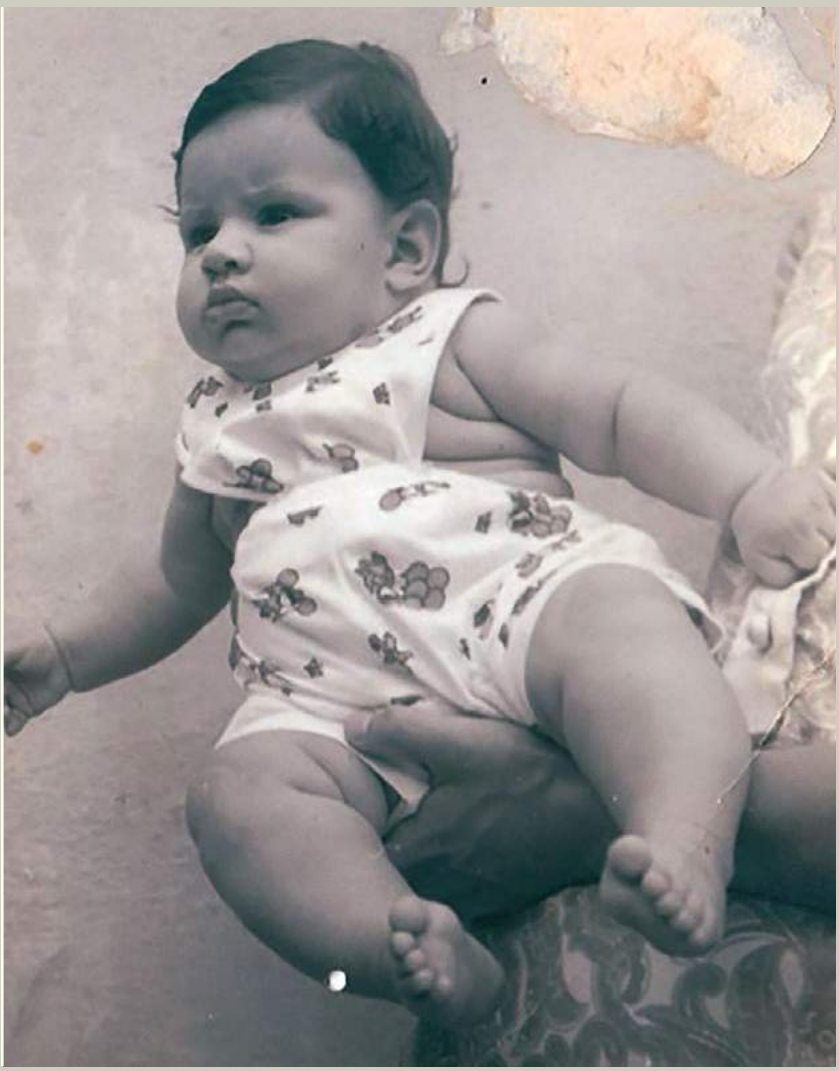


Figura 15: Rodrigo bebê, em 1972. Fonte: Acervo pessoal[235]

Devido às circunstâncias desfavoráveis em que Ana Lúcia se encontrava, ainda em recuperação de um parto complicado, ela e Rodrigo, recém-nascido, ao serem presos, foram levados ao Hospital Militar. Entretanto, conforme narrado por Rodrigo, até hoje não foram encontrados registros da passagem da família pelo Hospital:

> Curiosamente, tanto eu quanto meu pai, nós tentamos de várias maneiras arrumar os registros da minha passagem e da minha mãe pelo Hospital Militar. Não houve nenhum registro conhecido e público e notório. A gente sabe que vários arquivos, digamos assim, em *off* das ditaduras, sempre houve registro, mas nada disso nunca apareceu.[236]

Sálvio ficou cerca de um ano e meio preso, e Ana Lúcia, seis meses. Ela ficou detida por menos tempo que o marido pelo fato de não estar à frente dos movimentos de militância de que participavam, o que dificultou para os agentes da repressão encontrarem provas que a condenassem. Rodrigo relata as memórias que seus pais lhe contaram sobre o período em que a família esteve presa:

> Meu pai ficou cerca de um ano e meio preso, ele veio a sair em abril, maio de 1973. Sofreu as torturas clássicas, pau de arara, choque elétrico. [...] Minha mãe ficou bastante abalada com tudo isso que viveu, as torturas que ela sofreu. Ela nunca falou, ao contrário do meu pai, exatamente o que aconteceu nos seis meses em que ela ficou presa. A gente sabe que ela foi torturada, mas ela não queria falar. E, assim que as pessoas eram presas, na ditadura, elas ficavam incomunicáveis. Havia um aparato do submundo, da ilegalidade, da violência, tanto é que você não tem registro. Eu estava no Hospital Militar, eu não estava registrado como paciente. Minha mãe também não estava. Então a família não tinha a consciência que o membro da família estava preso.[237]

Em relação ao que ocorreu no Hospital Militar, para onde Rodrigo e Ana Lúcia foram levados ao ser tirados de casa, Rodrigo conta:

> Eles sacaram logo que eu era um instrumento de pressão grande contra a minha mãe. Então eu fui utilizado como instrumento de tortura contra ela. Eles ameaçaram fazer coisas horríveis comigo. E durante a tortura, o leite da minha mãe secou. Até isso eles usaram como instrumento de tortura, porque como minha mãe não tinha leite para me amamentar, eles, de sacanagem, na época já tinham algum tipo de leite em pó, no início da década de 1970 era muito mais precário que hoje, não tinha tanto alimento, então minha mãe conta, é de uma maldade até difícil de entender! Eles davam só uma mamadeira por dia para ela, e ela não tinha leite de manhã. Então ela

> conta que no final da tarde, o leite já tinha deteriorado, ele não tinha a mesma qualidade de hoje, ele azedava, e eu só tinha aquilo para comer. Ela só podia me dar aquilo, porque ela não tinha leite e não tinha mais nada. Era assim que ela passou durante todo o tempo que eu fiquei preso junto com ela. Ninguém sabe a data exata que eu saí, apesar de eu mesmo já ter conversado sobre isso com muita gente, eu fiquei preso algo em torno de 40 a 45 dias com ela lá no Hospital Militar. E você vê que era um hospital! E era usado como centro de repressão da ditadura. Tortura dentro do hospital. É loucura.[238]

Ainda sobre o episódio da prisão da família Penna, Rodrigo ressalta:

> Alguns dados que eu faço questão de citar, porque esse tipo de coisa a gente não esquece e merece registro. São os nomes dos torturadores, alguns inclusive escrachados pelo Levante da Juventude.[239] Quem comandou a operação que prendeu eu, meu pai, minha mãe, foi o tenente do Exército, Lacerda, torturador conhecido aqui em Minas Gerais. E, já na prisão, de participar da tortura tanto do meu pai quanto da minha mãe, capitão Pedro Ivo, da Polícia Militar, sargento Cruz da Polícia Militar de Minas Gerais, e major Portela.[240]

Após os aproximados 45 dias em que Rodrigo esteve preso junto com sua mãe, ele foi levado para Sabará, onde ficou sob os cuidados de sua avó materna, com quem desenvolveu, segundo ele, um vínculo muito forte. Rodrigo relata:

> Depois de certo tempo, eles chegaram à conclusão que não tinha cabimento eu ficar preso lá com a minha mãe. Então, de alguma maneira, o próprio aparelho de repressão contatou a família da minha mãe, minha avó e meu avô, os pais dela, e negociaram para poder me liberar, embora minha mãe continuasse presa ainda vários meses. Então, o que aconteceu foi o seguinte: eles combinaram com minha avó e com meu avô que eles seriam autorizados a me buscar lá no Hospital Militar. Eles assinaram algum tipo de termo de responsabilidade e eu pude sair da cadeia. Eu acredito que isso seja final de janeiro de 1972. [...] Embora eles tenham me entregado debilitado, eles exigiram que ela se comprometesse a cuidar da minha saúde. Então ela tinha de me levar, com certa frequência, até o Hospital Militar para eu ser examinado por um médico militar para ver se eu estava recuperando, se ela estava cuidando bem de mim. Eu acho que eles tinham medo de que alguma maneira eu viesse a falecer depois disso e a responsabilidade acabasse recaindo sobre eles. Mas deu tudo certo, lógico. Minha vó e minhas tias me trataram com todo carinho, eu fui recuperando aos poucos. E minha mãe veio a sair da cadeia então em meados de 72 [1972], e foi aí que eu pude passar a ter uma convivência com ela.[241]

Rodrigo destaca uma consequência que as circunstâncias acima expostas acarretaram no âmbito emocional de sua vida, referente ao seu relacionamento com a mãe e com sua avó:

> Eu acho que isso abalou de alguma maneira a minha mãe, eu noto que ela sempre teve um ciúme da minha vó, o resto da vida. São coisas sutis que você percebe no dia a dia íntimo de uma família, mas a gente não sabe direito como é que essas circunstâncias da ditadura afetaram exatamente a vida de cada um.[242]

Outro episódio narrado por Rodrigo:

> Um caso curioso, que eu faço questão de contar também, foi o seguinte: depois que você passava por um longo período de tortura, que foi o caso do meu pai, aí sim você tinha acesso ao advogado e, depois de um tempo, em alguns casos, você até podia receber visita. Então, assim que meu pai foi autorizado e minha mãe saiu da cadeia, uma das providências que ela fez foi me levar para o meu pai me conhecer, porque o meu pai conviveu comigo cinco dias de vida e foi preso. E eu e minha mãe também. Então tem uma cena que meu pai e minha mãe sempre contavam rindo para mim, é o seguinte: eu cheguei na cadeia, se não me engano meu pai foi preso numa cadeia que chamava Linhares, mas não é Linhares no Espírito Santo, tinha uma cadeia que chamava Linhares, eu não sei nem onde fica. E aí tinha os presos de um lado, tinha um guarda, e minha mãe conta que eu já estava começando a querer andar. Ela falou assim: "vai lá conhecer seu pai", eu fui e abracei o guarda. Eu não sabia quem era, eu não tinha convivido com ele até então. E as lembranças mais antigas que eu tenho, foi pouco depois de meu pai sair da cadeia. Quando meu pai saiu, minha mãe pôde sair da casa da minha vó e eles alugaram uma casa para voltar a morar junto. Eu só lembro da vida a partir daí, quando eles voltaram, eu devia ter uns dois anos e nós fomos morar lá no Bairro Sagrada Família.[243]

Após ser solto, Sálvio Humberto Penna retornou à militância na luta contra a ditadura, mas novos episódios de prisão não chegaram a acontecer.[244] A família, na medida do possível, retomou suas atividades habituais. Rodrigo destaca momentos difíceis em função do histórico de seus pais:

> Eu tenho lembrança, por exemplo, da gente passando aperto, porque a pessoa fica estigmatizada. No caso da minha mãe, menos, porque ela era funcionária pública. Eu não sei se ela já era concursada na época, mas ela tinha o emprego dela. Mas o meu pai, por exemplo, tinha dificuldade de arrumar emprego.[245]

Rodrigo, assim como os pais, iniciou a militância ainda jovem, no fim da década de 1970:

> Eu lembro da militância muito cedo. Eu lembro, por exemplo, da campanha de 1978, quando a ditadura autorizou dois partidos a funcionarem, MDB e ARENA. Eu lembro de participar ativamente das campanhas de 1978. Lembro das reuniões da campanha. [...] Eu tenho orgulho dessa militância da minha família toda. Eu lembro da fundação do PT. Lula já foi na minha casa lá em Contagem. Nessa época da fundação, no início dos anos 80 [1980], essa caminhada dos metalúrgicos que o Lula representou para São Paulo, mas também tiveram greves importantes aqui em Minas Gerais, histórias que não foram muito contadas. Meu pai voltou a ser metalúrgico, voltou a trabalhar em fábrica também. E ele participou desse tipo de movimento todo.[246]

Em 1975, Sálvio e Ana Lúcia tiveram um segundo filho, Marcelo Idalísio, que hoje reside em Brasília. Seu nome é uma homenagem a um amigo dos pais que foi assassinado pelo regime.[247] Rodrigo formou-se em curso técnico no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET), onde hoje é professor.[248]



Figura 16: Rodrigo em 1973. Fonte: acervo pessoal[249]

Militantes: Eleonora Menicucci de Oliveira e Ricardo Prata Soares – Filha: Maria de Oliveira Soares

Maria de Oliveira Soares é filha de Eleonora Menicucci de Oliveira[250] e Ricardo Prata Soares[251]. Ambos eram militantes da Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (Polop), e, posteriormente, membros-fundadores do Partido Operário Comunista (POC) à época da ditadura militar.

A história de vida de Maria começa a se moldar nos anos iniciais de militância dos seus pais, em Belo Horizonte, conforme relata Eleonora em seu depoimento à Covemg em julho de 2017:

> Eu comecei minha vida política, e pra mim essa que conta, fundamentalmente, aqui em Belo Horizonte. Eu sou de Lavras, no Sul de Minas, nasci em 21/08/1944, e eu sou filha de famílias de classe média alta de Minas Gerais, de Lavras. [...] E aí, realmente, como toda menina do interior, naquela época eu me rebelei e fui por caminhos muito rebeldes, né, rebeldes de questionar na adolescência. Namorei muito cedo, e comecei a militar em núcleos estudantis daquela época, e eu era secundarista e trabalhava e militava, entre aspas, lá em Lavras junto com os colegas mais velhos, né, da Escola de Agronomia de Lavras, até que em 63 [1963] a minha vó, em 55 [1955] eu perco meu pai e nos mudamos de Varginha para Lavras e lá em Lavras nós fomos morar com a minha vó materna. E em 63 [1963] a minha vó materna, que nos acolheu por ocasião da morte do meu pai, faleceu e eu me formei no famoso Curso Normal para professoras e não quis ficar em Lavras mais. Entre aspas, eu já era considerada uma menina mal falada, porque eu não seguia os trâmites, né, do que deveria seguir uma menina de classe média alta daquela cidade. E aliás, muito alta. Minha mãe que não era de classe média alta, mas a minha toda família era, os Menicucci. Eu vim para Belo Horizonte morar com um casal de tios e aí estoura o Golpe, em 64 [1964]. E eu, nessa história, eu já tinha uma militância secundarista muito grande, e entrei para a Universidade, para o curso de Ciências Sociais, na UFMG, aqui. E, imediatamente, no próprio vestibular, que era vestibular de prova oral, de, de... Discussão, e era pré-golpe, o vestibular em fevereiro, o golpe se deu oficialmente, né, entre 31, 30 de março e primeiro de abril. [...] Aí tem o golpe, que é civil-militar, que instaura-se a ditadura no nosso País, e aí menos de um mês eu entrei para o Partido Comunista Brasileiro, na Universidade. E por que eu entrei lá? Eu realmente, hoje, penso porque era a oportunidade, e eu não suportava a religião! Portanto, eu não suportava a AP [Ação Popular] e nada que tivesse, na minha mentalidade, relação com religião.

Equívocos, mas a gente sempre tem equívocos [...] entrei para o Partido Comunista e fui militar no Partido Comunista, cheguei a ser direção do Partido Comunista naquela época, da juventude. Participei ativamente do movimento estudantil, fui de várias diretorias de DCE da UFMG. [...] E naquela época eu tinha três prisões preventivas decretadas. Eu acho importante dizer isso, porque eu fui presa cinco vezes em passeatas. Existiam 14 lideranças procuradas aqui em Belo Horizonte. Eram 13 homens e uma mulher. A mulher era eu. E eles semanalmente iam na casa da minha mãe, na Rua Lavras, no início da Rua Lavras para procurar. A minha mãe já não tinha mais o que dizer. Lá pelas tantas ela dizia: "Olha, eu não sei dela. Se você souber, você me avisa". [...] Nesse momento, a situação foi, cada vez mais, apertando, e eu tentando, eu diria, tentando dar continuidade ao meu curso, porque eu tinha para mim o seguinte: eu não posso ser uma boa revolucionária ou uma boa guerrilheira se eu não for uma boa aluna. E aí foi, do ponto de vista da minha militância, eu fiquei no Partidão até 1967, quando teve o racha, a base era se existia ou não a burguesia nacional. Aí eu rachei, nós rachamos, uma base aqui de Minas rachou [...] e fomos para uma... um lado... uma opção mais radical de esquerda, né. E com o tempo, aí nós formamos aqui em Minas a Corrente, e eu fiz parte da Corrente, né. E durante a Corrente, no período que eu fiz parte da Corrente, que eram, começam as tendências, e isso é uma loucura, porque até hoje tem milhões de tendências nos partidos de esquerda. Eu também me identifiquei com a dissidência do Rio de Janeiro, e era dissidência de Porto Alegre, aquela que não ficou nem com a Corrente e nem com a Colina, com alguns membros da Colina, que gerou a VAR... a VAR-Palmares. E aí foi que eu me identifiquei [...] E nesse momento eu fiz uma opção bem radical: não fiquei com a dissidência e fiquei com o Rio Grande do Sul, e aqui em Minas éramos poucos na dissidência, nessa dissidência, e nós optamos por entrar para a Polop. [...] E na POLOP nós tivemos uma divergência, que a grande maioria da POLOP queria o militarismo, e nós considerávamos que tinha o militarismo mais a luta operária, a inserção da classe operária, né. E neste momento, nós... eu já estava casada, me juntei com o Ricardo Prata, que tem origem na Ação Popular e veio para a Polop também, e criamos o POC, junto com um grupo grande, Partido Operário Comunista, que privilegiou a ação de massa nas casas operárias [...] nesta concepção eu fui deslocada para a Cidade Industrial, né. Mas nesse interim eu fiz.... Eu me formei, não, eu não me formei, eu fiz concurso para professora primária em Belo Horizonte. E passei e fui lecionar numa favela que chamava Morro do Papagaio. E aí eu não só lecionava, mas eu aproveitei e fiz minhas atividades políticas e fui articulando com as mulheres.[252]

Ainda em seu depoimento, Eleonora conta sobre a gravidez da Maria, a opção do casal pela clandestinidade e as dificuldades enfrentadas nessa situação tão adversa para o desenvolvimento de uma criança:

> Em 68 [1968], antes do Ato Institucional, eu fico grávida, da minha primeira filha, que hoje ela faz, em setembro [de 2017], 48 anos, a Maria, e naquele momento que a repressão começa a ficar muito, muito, muito forte, né, nós fizemos a opção, Ricardo e eu, de irmos para... sair de Belo Horizonte, por determinação da organização, não poderíamos ficar aqui. Aí nós fomos para São Paulo, né. E eu, grávida, muito jovem e ficamos lá em São Paulo. A Maria nasceu lá, de forma também clandestina, e o que é forma clandestina? Ninguém nasce de forma clandestina, mas ela só foi a ter um nome dela registrado como nome Maria uns seis, sete, oito meses depois, né. E nós... ela... eu fui para São Paulo clandestina, e vivi tudo que uma mulher vive clandestinamente. A situação era dificílima, eu morava em Santo André, né, tinha uma articulação muito grande com o movimento operário, e em 69 [1969] nasce a Maria, dia 27 de... Depois do sequestro do embaixador americano, a Maria nasce dia 27 de setembro, e, com muita dificuldade, eu começo a... Cada vez mais clandestina, cada vez mais com dificuldade, a criar a Maria. E não a deixava com ninguém! Com ninguém, com ninguém, com ninguém! A não ser com o Ricardo, e com um companheiro, que depois veio a ser assassinado, que é o Luiz Eduardo da Rocha Merlino, o Nicolau.[253] E em um determinado momento, nós avaliamos que a Maria deveria vir para Belo Horizonte para ficar com a minha mãe. Aí o Faria,[254] que é um cara que era da AP, que eu tenho maior respeito, gratidão, amizade, ele traz a Maria para ficar com a minha mãe, e nesse momento ela não consegue ficar nem quinze dias aqui, ela desaprende a falar, ela desaprende a andar, ela desaprende a tudo. E aí minha mãe manda ela de volta. E esse momento que eu pego a Maria, eu peguei no Vale do Anhangabaú a Maria, e foi um dos momentos mais fortes da minha vida, quer dizer, eu pego a menina de volta e ela volta a falar quando ela me abraça. E aí, mais uma vez eu tive a dimensão do que eu passaria se fosse presa, né. E ali naquele momento eu tive a certeza que era ou morrer ou ser presa, né, ou as duas coisas, ser presa e morrer.[255]

A família inteira acabou sendo presa: Ricardo detido durante o enterro da mãe em Uberaba, um dia antes da prisão de Eleonora e Maria.[256] Sobre esses momentos, Eleonora narra os terrores passados nos porões dos órgãos de repressão:

> Ela tinha um ano e dez meses e eu fui presa em 71 [1971], com ela. E ela sofreu muito, muito, muito, e eu também, mas

> ela foi, eu fui ameaçada de que ela fosse torturada na minha frente, e ela o foi, não torturada fisicamente, mas foi levada para mim em um frio "diaboso" de julho, em um frio paulista, paulistano de julho, e tiraram a roupinha dela no DOPS, então isso é muito forte. Isso eu considero tortura. Mas, mais do que isso, era a ameaça que eu sofria dela ser morta ou dela ser torturada na minha frente. E numa dessas, aí até que ela vai, a minha cunhada traz a Maria para Belo Horizonte e ela é criada pela minha mãe e pelas minhas duas irmãs e um irmão. Essa é a base afetiva que deu para ela, para ela sobreviver hoje, né, até hoje, que tem uma filha que vai fazer 15 anos. [...] Eu só queria reportar isso para dizer nisso, eu descobri o feminismo na tortura. Eu acho que isso é muito importante. E como que foi isso? Porque todas as ameaças, todas as ameaças de tortura da minha filha eram em cima de mim, e não em cima do pai dela. E todas as torturas que eu sofri e que todas as minhas companheiras, de diferentes tendências, de diferentes partidos, sofreram, tinha a ver com o fato de ser mulher. "Mas como você, mulher, está aqui. Você..." Uma desqualificação por um lado, e uma... um este: "Quero ver se você tem força para aguentar, quero ver se você..." Vários diziam para mim: "Quero ver se você é homem!", eu falei: "Homem eu não sou!", né. Então a tortura é uma tortura. Existiu, sim. Eu tenho vários textos escritos, várias falas minhas, existiu, sim, uma diferença de gênero na tortura! A tortura para homens e a tortura para mulher, podia ser a mesma, enfiar o estupro anal, enfiar o pau de vassoura com choque, com fio na vagina da mulher e no ânus do homem, mas na vagina da mulher provocava um orgasmo neles. E eu, como mãe, jovem mãe presa, eu senti no corpo essa dor da ameaça e da tortura da minha filha e do medo, do pavor que eu tinha dela ser morta, né, e em momento algum eles fizeram isso na frente do pai dela. Então, a construção cultural da mulher, mãe, fraca, tudo, refletia na tortura. E era uma coisa muito violenta com as mulheres. Quando eles pegavam nos mamilos da gente e torcia, e queimava, era de um orgasmo absoluto que eles tinham também, então eu não posso deixar de fazer esse depoimento, da perspectiva feminista, da perspectiva do olhar de gênero, como eles torturavam a mulher e como eles torturavam o homem. E em momento nenhum da minha vida eu disse que nós fomos mais torturadas que os homens, mas eu disse da diferença.[257]

Durante o período em que esteve no centro de repressão, Maria não ficou na cela com a mãe. Os agentes da repressão utilizavam-se da criança como elemento de ameaça na tortura de sua mãe, como pode ser observado no relato de Eleonora:

> Um dia, eles me levaram para um lugar que hoje eu localizo como sendo a sede do Exército, no Ibirapuera. Lá estava a minha filha de um ano e dez meses, só de fralda, no frio. Eles a

> colocaram na minha frente, gritando, chorando, e ameaçavam dar choque nela. O torturador era o Mangabeira [codinome do escrivão de polícia de nome Gaeta] e, junto dele, tinha uma criança de três anos que ele dizia ser sua filha. Só depois, quando fui levada para o presídio Tiradentes, eu vim a saber que eles entregaram minha filha para a minha cunhada, que a levou para a minha mãe, em Belo Horizonte. Até depois de sair da cadeia, quase três anos depois, eu convivi com o medo de que a minha filha fosse pega. Até que eu cumprisse a minha pena, eu não tinha segurança de que a Maria estava salva. Hoje, na minha compreensão feminista, eu entendo que eles torturavam as crianças na frente das mulheres achando que nos desmontaríamos por causa da maternidade. Fui presa e levada para a Oban. Sofri torturas no pau de arara, na cadeira do dragão, levei muito soco inglês, fui pisoteada por botas, tive três dentes quebrados. Éramos torturadas completamente nuas. Com o choque, você evacua, urina, menstrua. Todos os seus excrementos saem. A tortura era feita sob xingamentos como 'vaca', 'puta', 'galinha', 'mãe puta', 'você dá para todo mundo'... Algumas mulheres sofreram violência sexual, foram estupradas. Mas apertar o peito, passar a mão também é tortura sexual. E isso eles fizeram comigo. Eles também colocaram na minha vagina um cabo de vassoura com um fio aberto enrolado. E deram choque. O objetivo deles era destruir a sexualidade, o desejo, a autoestima, o corpo.[258]

Enquanto os pais estavam presos, Maria ficou sobre a guarda de seus familiares em Belo Horizonte. Após a soltura de Eleonora em 1973, o casal teve outro filho, Gustavo Oliveira, batizado com esse nome em homenagem a Nilmário Miranda, um companheiro de militância na época conhecido pelo codinome de Gustavo.[259]

> [...] eu presa desde 71 [1971], eu já no presídio Tiradentes, eu fui retirada do presídio Tiradentes e levada para Juiz de Fora. Era dia 30 de dezembro, eu e Ricardo. O álibi deles, dos torturadores, era que nós precisávamos prestar depoimentos, porque nós tínhamos processo aqui. Só que, na realidade, prestando depoimento, não prestamos depoimento. [...] E aí, em fevereiro, que a auditoria abriu, eles nos trouxeram outra vez. E eu ainda estava bastante machucada, bastante roxa, e foi aí que eu encontrei as minhas duas irmãs, a Maria do Carmo e a Beth, na audiência, e a Zélia Rogedo, que sempre esteve em todas as minhas audiências, desde São Paulo até aqui. E elas ficaram muito horrorizadas ao me ver. Então a relação com Minas Gerais é uma relação de ter me construído aqui como cidadã brasileira, como uma mulher de luta, e uma construção difícil, dolorosa, que tem muita tortura no meio disso tudo, né. E eu fiquei presa quase três anos, dois anos e 11 meses, em São Paulo, voltei em Minas essa vez, depois

> voltei para o julgamento, fui condenada aqui em Minas Gerais neste processo. Fui condenada aqui a um [ano] e pouco, não me lembro se é cinco meses ou oito, e que foi descontado da pena maior que eu ganhei em São Paulo. E, depois, em São Paulo eu fui condenada a 12 anos, e depois, no Superior Tribunal Militar, né, imagina, caiu, descontou o tempo daqui e caiu para três anos e oito meses, que foi quase o período todo que eu estava, então eu saí com pena cumprida, né. E eu saí em São Paulo mesmo, né, com pena cumprida. [...] depois eu saí da prisão, final de 73 [1973], eu tive mais um filho, né, que é importante, eu quero, eu faço questão de registrar, que foram dois momentos da vida. Um... uma antes, e que acompanha todo esse processo, e o outro depois de todo esse processo vivido, que é um homem. Ambos, as marcas da tortura estão em ambos. A primeira, porque viveu, então ela teve que fazer um processo enorme de catarse, ela fez com um vídeo [...] "Quinze filhos", são filhos de ex-presos, desaparecidos e exilados, que eram crianças na época. Então é um vídeo maravilhoso, que foi premiadíssimo. E ela também escreveu a orelha do livro "Tiradentes: o presídio da ditadura", né, onde ela diz que a noção da liberdade ela aprendeu na barriga da mãe dela, né, porque ela viveu todo esse processo comigo. E depois eu tive o Gustavo, que também sofreu. Por que que ele sofreu? Porque eu saio da prisão, muito machucada, muito ferida fisicamente, eu tomei muito choque na vagina, muito choque nos ouvidos, que eu sou surda do direito até hoje. E ele traz essas marcas da dor da tortura, ela era da dor da clandestinidade, da dor do... entre aspas, "esse sentimento" que ela tinha de abandono. E ele, da dor da tortura, da dor física, da dor... e também de uma dor que ele chegou a perguntar para mim porquê que ele não foi preso. Uma família onde o pai, a mãe e a irmã foram, por que ele não? Então as crianças tiveram, na época da ditadura civil-militar no nosso País, um papel, um lugar muito destacado. Se nós tivemos poucos... Poucas crianças que foram torturadas e os pais assassinados e entregues para militares torturadores para serem criados, como na Argentina [...] nós tivemos uma parcela de crianças que trazem marcas muito dolorosas da tortura dos seus pais, da tortura de si mesmas, porque à medida que você vê a sua mãe e seu pai torturados, você está sendo torturado também, né. Então nessa história, nessa minha história, né, é uma história que marca muito a vida, a minha vida, que é a vida de quem está ao lado.[260]

Sobre esses episódios ocorridos nos seus primeiros anos de vida, Maria pouco fala. No entanto, ela utiliza-se das artes para rememorar o seu passado. Seja pela criação do documentário "15 filhos"[261] ou mesmo pela redação do prefácio do livro "Tiradentes: um presídio da ditadura"[262], que reúne depoimentos de

35 ex-presos políticos que passaram pelo presídio Tiradentes – em São Paulo - durante a ditadura militar:

> Tenho praticamente a mesma idade que as memórias deste livro. Seus autores tinham esta mesma idade quando estiveram no Tiradentes. Comecei a viver toda essa história dentro da barriga da minha mãe: a importância é vital. O mundo não existiria para mim sem esses fatos. Vi nascer a base da dignidade e da solidariedade, de certa forma, no Tiradentes. Aprendi a andar, falar e ler durante esse tempo. Foi um pouco minha casa, nada parecida com as outras que eu via, mas entendi que tinha que guardar essas diferenças comigo. Quando eu contava em alguma roda de amigos minha pequena história de vida, percebi que muitas pessoas não sabiam o que havia acontecido enquanto o Brasil ganhava a Copa de 70 [1970]. Minha noção de história surgiu, ironicamente, por intermédio dos meus íntimos sentimentos. Neste livro, relatos se repetem e se renovam. Foram meses e anos. As celas são as mesmas. O pavilhão masculino, com seus números de cela rígidos, e a torre das donzelas nem tão "donzelas" assim. Jovens, como eu hoje, aprendendo a ser mais sensíveis, tentando deixar a dureza e a dor naquelas paredes já não tão brancas de um lugar que por si só tem muito a falar. Parece que o Tiradentes era dor e alívio. Alívio, por voltar a existir oficialmente e dor, porque os que não voltavam certamente teriam morrido na tortura. A importância que dou à liberdade, sei agora, vem do fundo da minha memória de criança: ver tanta gente tão imóvel num lugar tão grande e ao mesmo tempo tão pequeno. Solidariedade, dignidade, liberdade e ideais de justiça podem ser redescobertos pelo leitor deste livro em um novo momento da história – o presente -, quando esses valores continuam relegados a um segundo plano. A pequena ação de ler esses relatos trará com certeza uma grande mudança na concepção da história oficial. Dá a sensação de que foi no espaço mais impróprio (celas de poucos metros quadrados) que parte dessa geração construiu algumas das mais profundas noções de ética e estética que hoje o país pode dizer que herdou. Enquanto o homem chegava à Lua, militantes de diversas organizações de esquerda estavam presos no Tiradentes. Neste livro alguns deles contam, mediante pequenos fatos, momentos e emoções lá vividos e assimilados, um importante contraponto à versão oficial do golpe de 64 [1964]. É uma geração que só foi ser jovem quando adulta, como eu só fui ser criança quando jovem, agora.[263]

No curta-metragem "15 filhos", codirigido por Marta Nehring[264], é possível entrar em contato com 15 relatos de filhos de ex-presos políticos, que tiveram suas vidas atravessadas pela ditadura militar no Brasil. Em seu testemunho para a Co-

missão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva", Marta Nehring conta como se deu o encontro com Maria, além de explicar a concepção da premiada obra e sua repercussão entre o grupo de filhos de ex-presos políticos:

> A minha mãe [Maria Lygia Quartim de Moraes] organizou um evento na UNICAMP[265], "A Revolução Possível", para acender o debate. Estavam lá organizações de direitos humanos, familiares dos mortos e desaparecidos, ex-guerrilheiros, etc. Eu fiquei a cargo de montar uma mesa para debater a questão dos filhos. O que era um problemão, porque eu só dispunha das minhas memórias de infância. Quem tinha o que dizer eram nossos pais, que haviam optado pela luta e poderiam fazer um balanço da situação. Foi aí que entrei em contato com a Maria Oliveira, filha de um casal de ex-presos políticos, Eleonora Menicucci e Ricardo Prata. Maria e eu éramos do mesmo grupo de amigos, a gente já tinha até passado férias na Bahia, na mesma pousada. Os amigos comentavam em baixa voz, para mim, que ela tinha uma história parecida com a minha. E eu sabia, pela minha mãe, que era filha de presos políticos. Do lado da Maria, acho que foi a mesma coisa. Mas, entre nós, nunca tocamos no assunto. O engraçado é que os amigos ficavam discretamente espiando quando a gente conversava, para ver se saía "aquele" assunto, e as duas mudas. Porque essas coisas de clandestinidade, de sigilo, elas colam. Não tem como sair falando. Mas enfim, quando surgiu a necessidade de organizar a mesa para debater a questão dos filhos, fui procurar a Maria porque a gente "tinha aquela história em comum" e ela trabalhava efetivamente com cinema. Decidimos gravar depoimentos de vários "filhos" e depois editar para, quem sabe, juntando as memórias, que a gente conseguisse passar para as pessoas da plateia algo que resultasse no retrato de uma experiência comum – que nós mesmas não sabíamos qual era, pois cada uma vivera "aquela história" no mais absoluto isolamento. Mas uma coisa era certa: todo mundo tinha as suas memórias de infância. Contudo, a memória é uma coisa tortuosa e nem eu, nem a Maria, íamos sentar diante da plateia para falar das nossas pequenas lembranças. Era necessária uma síntese. O primeiro passo foi fazer uma autoanálise: o que, das nossas infâncias, tinha a ver com a opção política dos nossos pais? Ou seja, nós tentamos descobrir o que era específico da nossa experiência sendo a Maria filha de ex-presos políticos e eu de um guerrilheiro assassinado, que vivera o exílio. [...] Gravamos com quem pôde ir nos dois dias de estúdio que a Maria conseguiu emprestado. Optamos por fundo neutro e exibir em preto e branco, para uniformizar ao máximo a imagem, aplainando as diferenças de tipo físico, cor da roupa, cenário de fundo, etc. A proposta foi anular as diferenças para

> destacar as falas e, assim, constituir um corpo de depoimentos capaz de reproduzir uma experiência comum. E aí saiu o "15 Filhos," o filme que não era pra ser filme, que foi exibido em março de 1996 na UNICAMP, e depois percorreu o mundo e ganhou prêmios. Eu comecei este depoimento falando sobre a dor, o trauma, o buraco. O "15 Filhos" foi o momento no qual os "filhos" descobriram que tinham uma experiência coletiva. Faziam parte da mesma tribo.[266]

Ainda sobre o Documentário, em 2006, Maria de Oliveira foi entrevistada por Rose Spina, à época subeditora da Revista Teoria & Debate. Nessa ocasião, Maria rememorou alguns fatos de sua infância a partir daquilo que se lembra e do que foi contado pelos familiares:

> Eu só me lembro de *flashes*. Mas, pelo que a minha mãe conta, eu fui com ela para a Oban (Operação Bandeirantes, órgão dos diversos serviços de segurança, precursora do DOI-Codi). Além dela, o Paulo Vannuchi, que estava preso lá, me contou que viu de sua cela eu chegar no colo da minha mãe. [...] Por mais que as lembranças do lugar fossem vagas para mim, ao visitar a delegacia e o presídio, agora, por ocasião da elaboração do vídeo, eu me lembrava de que primeiro vinha a revista, depois o portão, depois a grade, depois o pátio, depois outra grade e depois a cela. A conformação física existia na minha memória. [...] Até os 4 ou 5 anos a memória é muito fragmentada. Eu consigo imaginar o que era a minha infância pelo que eu identifico hoje em mim como reflexo desse período. Eu a identifico nos meus medos e traumas. [...] Não lembro de amigos de infância e sentia sempre que fora de casa tinha que tomar muito cuidado [...] Eu sabia que ela [Eleonora] era minha mãe e ele [Ricardo] meu pai, mas para mim pai e mãe eram aquelas pessoas com quem eu morava. Não queria dormir na casa deles, chorava muito e tinha pesadelos, e assim foi até o nascimento do meu irmão. [...] Não conversava com ninguém, não tinha amigos, para não correr o risco de alguém perguntar alguma coisa sobre meu passado. Não dava para inventar oito anos de vida! Até voltar para São Paulo, aos 14 anos de idade, fiquei praticamente muda.[267]

Militantes: Helena Jório de Vasconcelos e Ciro Valadares de Vasconcelos Junior – Filhos: Clio Jório de Vasconcelos, Ado Jório de Vasconcelos, Leo Jório de Vasconcelos e Lucas Jório de Vasconcelos

Ainda que não tenham crescido em um ambiente de insegurança acarretado pela perseguição e prisão política dos pais, os filhos de Ciro Valadares de Vasconcelos Junior[268] e Helena Jório de Vasconcelos[269], militantes da APMLdo B,

em meados dos anos 1970, relatam os reflexos transgeracionais das sevícias infringidas aos pais. No relato da família Jório de Vasconcelos, os fatos referentes à prisão de Ciro e à detenção de Helena grávida, em dezembro de 1971, são contados a partir das informações que os filhos conseguiram coletar em diferentes momentos ao longo dos anos.

Clio Jório Vasconcelos, narra em sua oitiva prestada à Covemg em 17/04/2017 que:

> Quando meus pais foram presos, eu tinha onze meses e aconteceu em dezembro. Então eu era muito pequena, não tenho absolutamente nenhuma lembrança, só sei de tudo que eles contaram, e já me contaram várias vezes e cada vez que contava eu ia gravando mais detalhes. No dia que meus pais foram presos, que chegaram policiais armados, não sei se eram do Exército, parece. Tinha uma amiga da minha mãe que estava lá visitando no dia, ela chama Clotilde, não sei o sobrenome dela. Toda vez que a gente encontra, eu já encontrei algumas vezes com ela, porque ela é madrinha de uma amiga, sempre ela conta "Ah, eu fiquei com você aquele dia que seu pai e sua mãe foram presos, você estava doente e não sei mais o quê, não sei mais o quê".[270]

Em depoimento prestado ao Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos em 16/11/2000, Ciro de Valadares Vasconcelos Júnior afirma que no final do ano de 1971, dois carros Chevrolet Veraneio[271] portando cerca de dez homens ostensivamente armados, estacionaram na porta de sua casa. Os homens pertenciam ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS/MG), que após se posicionarem de forma estratégica no *hall* do corredor e nas escadas no apartamento, entraram na residência, de forma arbitrária, coagindo Ciro e sua esposa, Helena, a acompanhá-los para local indefinido. No mesmo relato, Ciro declara que alguns policiais permaneceram armados no apartamento custodiando sua filha Clio, que estava gravemente enferma. Ficaram também retidos no apartamento uma amiga da família – Clotilde – que estava de visita a sua casa e a auxiliar de serviços domésticos da família. O casal foi encaminhado encapuzado à sede do DOPS/MG, sofrendo ali nas dependências diversas agressões físicas e verbais. A esposa foi liberada após ser qualificada no Inquérito Policial Militar (IPM) conhecido como Pequena Burguesia[272], já Ciro permaneceu preso até janeiro de 1972, denunciado, posteriormente, ao mesmo IPM da esposa e tendo a absolvição realizada após julgamento do processo em 13/11/1974 no Superior Tribunal Militar.[273]

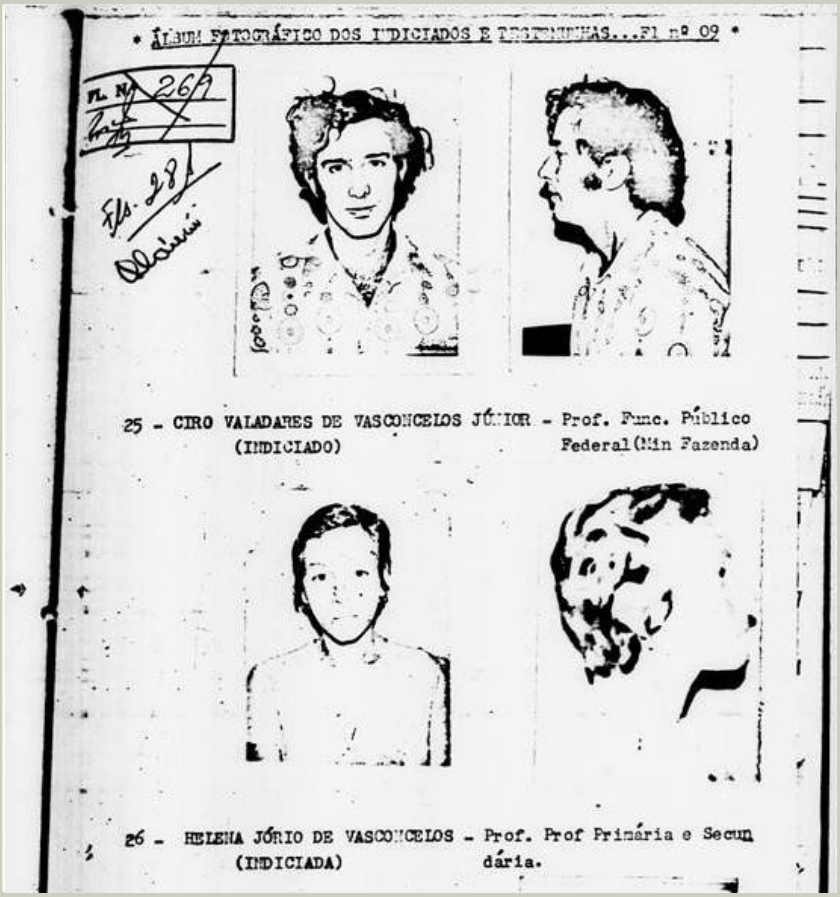


Figura 17: Registro dos indiciados e testemunhas do IPM conhecido como "Pequena Burguesia" em que constam as fotos de Ciro e Helena. Fonte: Arquivo online do Projeto Brasil Nunca Mais[274]

Nos relatos prestados à Covemg[275], os irmãos Ado Jório de Vasconcelos, Leo Jório de Vasconcelos, Lucas Jório de Vasconcelos, além da já citada Clio Jório de Vasconcelos, remontam as histórias de prisão, tortura e pós-soltura dos pais como em um quebra-cabeças, em que cada um vai contribuindo com uma peça daquilo que já foi dito, pesquisado e descoberto no decorrer de suas vidas.

Lucas Jório de Vasconcelos afirma que a mãe é uma das principais responsáveis pelas memórias que eles têm acesso sobre o dia em que o casal foi levado detido pelo DOPS:

> ...eu acho que não deve ter nos registros, ela suspeita fortemente que... Porque depois que eles foram levados, ela... Primeiro ela ficou horrorizada com a quantidade de militares, de gente com armas, que ela falou "Gente, um casal..." Ela sempre falou assim "Um casal totalmente pacífico, a gente

seria incapaz de pegar em armas. [...] "Um casal pacífico e esse tanto..." Ela não fala exatamente quantos, mas uns 10 mais ou menos que ela fala. "Muito armado para levar um casal". Então parece que ela teve... Ela se saiu… Bem, assim, parece, na prisão, até para ter conseguido voltar para casa depois. Mas assim... E ela diz que entraram, que depois que eles foram levados, a Clotilde estava, no caso eles moravam ali na Avenida Uruguai, e que vários militares entraram em casa e ela tem fortes suspeitas de que eles roubaram a casa. Além de levar livros e tal para comprovar que lá era parte do, que lá era biblioteca [do Partido]. Que roubaram, levaram joias também de família. Joias de valor e tal para… Mas ela mesma não tem como comprovar isso. Aí assim, a alegação foi que… Ela conta também de assim que eles saíram, de eles verem o Sálvio em algum lugar preso também, e que aí eles… Essa Clotilde ficou lá, tá, e ela foi presa. Tá. E ali na cadeia, ali no DOPS na Afonso Pena, ela falou… Ela acha que contribui muito para ela ter voltado para casa… Tinha alguns defendendo achando que ela deveria ficar presa também, chegaram a mencionar "ela que é a perigosa". Que meu pai sempre muito calado, muito tranquilo, eles não deram muita… Mas minha mãe começou a falar e acho que ela ironizou um pouco. "Mas gente, precisa disso? Nós somos tão perigosos assim, né?" Eu lembro deles falarem muito isso depois [...] Que medo que é esse, né? O comunismo tinha realmente tanto perigo assim? Muita gente não tinha nem ideia do que está acontecendo, né? Aí depois a gente foi ver que realmente num… Né? Tinha lá as reformas de base... Mas… Não sei. Se ia ter Revolução Comunista no Brasil. Acho que a chance de isso acontecer era muito pequena. Mas aí ela falou com os militares, ironizando, aí alguns falaram "Vão levar". Mas que aí ela mencionou que a filha ia no médico... Ah, eu não vou lembrar o nome do médico, mas era um médico militar. [...] Falou assim: "eu vou levar minha filha... Eu tenho que levar minha filha, está doente. "Quem que é o pediatra? Nós levamos sua filha, quem é o pediatra?" "Dr. Figueiredo". Aí um policial falou: "uai, eu conheço o Dr. Figueiredo, ele é pediatra do meu filho". [...] Que aí o pessoal falou "Uai... Então essa… Então... Se trata em médico em militar, então eles não são contra os militares, não são contra o governo". [...] "Então não são tão perigosos assim". Mas tá. Aí ela voltou para casa, no mesmo dia, eu acho. Então minha irmã ficou lá sozinha, com… Nem um dia, né, em casa com amiga, com a Clotilde lá, num... Deve ter ficado algumas horas sozinha, e minha mãe voltou logo. E meu pai ficou um mês preso. Acho que um pouco mais de um mês, e esperando sair as marcas da tortura e ele foi bastante torturado, a gente não sabe, exatamente ele não fala, mas ele tem. [..] Agora, ele conta que ele… Ele concorda, minha mãe fala

> que ele ficou preso esse tempo todo para sair as marcas. Aí sofreu em pau de arara, ficou lá apanhando e tal. E parece que eles desistiram, porque viram que ele não abria a boca de jeito nenhum. E vem, acho que viram que… Como que é que minha mãe comentou? Ou eles desistiram, porque "ou ele realmente é só o bibliotecário da AP... Ah, é APML, né, Associação Popular Marxista Leninista, Ação Popular Marxista Leninista. Eles realmente tinham envolvimento e tal, tinham reuniões na casa. Lembrei de um outro dado importante e tal. O que estava acontecendo antes é que tinha uma mulher que ia fugir e meu pai ia ajudar essa mulher a fugir. Quem? Lascou. Uma mulher lá de Sabará. [...] Que meu pai... a família é de Sabará e tal... E meu pai ia ajudar essa mulher um dia antes, eu acho, à prisão dele. Então o motivo da prisão do meu pai tem alguma coisa ligada a isso aí, ele estava participando da fuga dessa mulher perigosa, que ela ia passar lá. Meu pai guardou coisa dela, meu pai guardou uma bolsa dela. Minha mãe chegou a olhar na noite antes e minha mãe falou: "fodeu". Porque tinha coisa lá. O que tinha? Documentos dela, "os trem" tudo dela pra essa mulher fugir. Aí que minha mãe viu e falou: "Nossa senhora! Esse trem vai dar problema." Aí a prisão foi no dia seguinte, e não deu certo a fuga dessa mulher também. Tinha um sinal lá, que minha mãe contou... [...] Pessoa que ia dá um sinal assim "Olha, eu vou passar na porta da sua casa e se eu tiver com cigarro, se tiver fumando, tá beleza. Você pode vir com as coisas dela que nós vamos levar ela, não sei para onde. Se eu não tiver com cigarro, deu errado". Aí o homem estava lá sem o cigarro, então lascou tudo e no dia seguinte foi a prisão. Mas eu acho que eles não alegaram isso na prisão, não. Essa fuga dessa mulher. Eles alegaram mais negócio de livros e local de reuniões da AP… Da APML. E meu pai era envolvido mesmo. [...] Minha mãe concordava e tal, mas meu pai que era o comunista mesmo. O perigoso [tom irônico]. O mais perigoso da história era meu pai. Um perigo danado. Você precisa de ver, se você ver ele "que homem perigoso". Né? Que perigo de homem, Nossa Senhora! [276]

Embora os filhos de Ciro e Helena tenham acesso a algumas informações sobre o período de militância e prisão dos pais, os detalhes sobre a duração de tempo no qual os pais permaneceram detidos, o estado de saúde da bebê Clio enquanto estava sobre a vigilância armada dos policiais e os ocupantes da casa da família são ainda fragmentados. Algumas informações só vieram a ser conhecidas pelos irmãos após o contato feito pela Covemg para as oitivas, como afirma Lucas:

> ...acho que torturaram ele, acho que ele falou só nos primeiros dias, primeiro, segundo dia e tal, e o tempo que ele ficou

> lá… Mas assim, então ele nunca contou nada. Aí, recentemente, por causa dessa ligação suas eu perguntei algumas coisas e ele não consegue contar, ele começa a chorar e tal. Aí, mas aí ele conta, o que eu achei interessante, ele fica emocionado de coisas assim, de companheirismo da cadeia, né. Teve um cara, alguém estava preso por droga… Olha, os nomes... Um cara que não tinha nada a ver com política. [...] O filho do cônsul espanhol estava preso por causa de droga. Ele não sabe exatamente [...] se ele estava só usando droga, se ele estava vendendo. Ele não sabe e tal. Mas que esse menino, ele ficou muito preocupado e que assim que ele saiu da cadeia ele foi, em primeiro lugar, contar para minha mãe que ele estava bem. Minha mãe desesperada, não tinha notícia nenhuma.[277]

Assim, Lucas relata que o filho do cônsul serviu como fonte de informação para a família nessa situação:

> Então ele conta isso, só conseguiu contar isso e chora e tal. Então ele não consegue contar nada. E... O que mais? Aí esses negócios da cadeia. A única coisa que ele contou, isso ele contou rindo, é que ele assistiu o jogo do Atlético… Que você sabe disso, né? Que ele assistiu na cadeia e que os militares colocaram a televisão para o pessoal assistir, que em dezembro de 1971 tinha final do Campeonato Brasileiro, Atlético x Botafogo. Que foi o primeiro campeão brasileiro, né? Aí que os militares, ele conta isso achando legal assim, o pessoal colocou a televisão para eles assistirem e ele conta brincando, não sei se é brincadeira e tal, mas que não tinha nenhum cruzeirense, só tinha atleticano.[278]

Clio também narra episódios que só vieram à tona após a interpelação da Covemg:

> ...a mamãe, ela contou agora recentemente pra gente, que foi o seguinte. Esse episódio todo, essa coisa toda da moça que ia para Juiz de Fora, meu pai ia pegar pra lá, isso aconteceu um dia antes. No dia, no dia mesmo, eles estavam os dois em casa, não sei… Não sei que dia da semana que era, não entendi, não sei, mas eles estavam em casa. [...] Aí entraram para dentro de casa e começaram a pensar "Ai, meu Deus! O que é que a gente faz? Como nós vamos fazer? Para onde é que a gente vai? Nós vamos sair correndo? Como? Onde? Quando?" Pouco tempo depois, papai fala que, não sei horas, uma hora, duas horas… E também não sabe se nesse meio tempo a Clotilde chegou, se na hora que olhava para a janela a Clotilde já estava lá, isso eles não têm

muito certo, mas enfim… Depois disso eles entram. Então estamos... está mamãe, papai, eu, a empregada, tinha empregada lá, a Clotilde e uma outra amiga. Eles entram, diz que com um monte de homem armado e aí faz a prisão "Vamos levar vocês". Aí a mamãe começa "Não vai levar, porque nós somos… O que é que é isso? Esse monte de homem, pra quê isso?" Enfim, leva os dois e aí eu fico em casa com a empregada e com a Clotilde e com a amiga dela. E aí eu fui perguntar outro dia mamãe, porque eu falei assim "Mas aí eu fiquei com a Clotilde? A Clotilde ficou tomando conta de mim?", "Não, não. A Luia, que era a empregada que tava lá, que estava acostumada comigo." Não era babá, não, era empregada que ficava comigo. Aí ficou comigo lá. [...] a mamãe, ela conta também que ela foi, e ela tá com um vestido de crochê que minha vó fez e era um vestido assim, mais justo assim, muito bonitinho o vestido. Que aí eles chamaram "Vem cá". Ela levantou aí o policial falou "Nossa Senhora! Como que pode? Grávida. Uma mocinha dessa grávida e metida nessa bandidagem". Não sei se essa era a palavra, não. Aí ela falou "Metida em quê?". Ela falou que ela ficou o tempo todo dando de boba e que depois ela teve um pânico, mas um pânico, um pânico, um pânico muito grande, porque ela ficou com medo deles descobrirem que na verdade ela não era aquela boba completa, não. Na verdade, ela sabia o que estava acontecendo, apoiava, mas também num era uma… Né? Mas que ela também ficou com medo, com pânico, mas não aconteceu nada depois, não. Aí ela tava com um vestido e eles chamaram "Nó, grávida!". Não sei o quê, não sei o quê. Aí foi passando, passando. Aí lá pelas tantas ela falou: "minha filha tá doente, eu preciso levar ela ao médico". Aí que veio, aí eles falaram "Nós levamos sua filha". E ela assim, tipo assim "Credo nesses homens". "Não a gente leva sua filha, quem é o pediatra?" Aí que veio a história. Aí quando veio a história de que o pediatra era o Dr. Figueiredo e que o outro falou, ela acha, isso é opinião dela, ela acha que eles pensaram: "Ah, quer saber? Essa daí deve ser uma burguesinha que não tá sabendo de nada mesmo". [...] Que casou com um comunista. Que deve ter pensado assim: "porque tem gente...". Porque nesse ponto a minha mãe, ela é muito diferente do meu pai nesse ponto, o meu pai é muito, eu acho que ele é muito radical com essas coisas. A minha mãe é assim, se o médico é excelente e esse médico excelente, ele é militar... Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa, eu vou levar nele. Para mim o fato dele ser militar num… Num descarta. Já outros… Então eles pensaram assim: "ué, mas essa moça não é uma comunista, assim, tão subversiva, porque está levando em um médico militar". Aí ela falou que acha que isso deve ter pesado até para eles

> soltarem ela.. [...] E teve o negócio do capuz que ela conta que... Ela conta que o meu pai estava sentado assim, encapuzado, aí colocaram ela do lado dele. Aí que na hora que colocaram, ele falou assim: "Helena?". Para ver se era ela. E ela encapuzada e ele encapuzado. Na hora que ele falou "Helena", eles pá, pá, pá, pá, pá. Soltaram cacetada nele. "Cala a boca. Estamos falando pra você não falar".[279]

Após comparecer diversas vezes para prestar depoimentos e esclarecimentos ao DOPS entre os anos de 1971 e 1973[280], Ciro foi absolvido das acusações de crimes contra a Nação em 13/11/1974 pelo Superior Tribunal Militar. O casal tentou voltar às suas atividades laborais, contudo, encontrou resistência de familiares e da comunidade em seu entorno por terem participado de uma organização política de "caráter comunista". Ado fala da pressão que a família materna fez para que Helena se exonerasse de um cargo público de professora. Já Lucas afirma que um dos maiores receios do pai era a perda da sua posição de técnico de tributação:

> ...a minha mãe perdeu o emprego, perdeu o emprego, assim, ela... De novo, por ignorância, não foi... Não teve uma mão do Estado falando pra ela "Pede exoneração, você é comunista e coisa". Mas a família inteira te induz a fazer aquela coisa, mas minha mãe trabalhou a vida inteira… Assim, foi exonerada e coisa, mas sempre trabalhou e geralmente sempre ligada à política e educação. Secretaria de Educação e coisas desse gênero. [281]

> E a última coisa que eu lembrei, que ele [pai] contou agora, é que ele tinha acabado de… Foi preso em dezembro de 71[1971], acho que ele tinha acabado de passar num concurso pra… Técnico… O cargo era Técnico em Tributação. Aí ele contou que era um cargo diferente, não é o que ele virou depois, que é Auditor Fiscal do Tesouro Nacional, né? Aí que ele... Ele tinha acabado de passar nesse concurso, que parece que era um cargo diferente, alguma coisa que iria ser relacionada com o Itamaraty, com o Ministério das Relações Internacionais, ou Exteriores, sei lá também o que é... Bom, e aí ele ficou com medo, claro, tinha acabado de passar em um concurso bom e tal: "Ih, vou perder ele agora, imediatamente". Então ele fala que ele acha que o Delfim Neto foi importante, porque ele era o ministro da Economia, do governo mais… Mais, é… Mais violento que teve, mais autoritário foi do Médici [...] O Delfim Neto fez alguma coisa que ele conseguiu proteger o Ministério da Fazenda [e ele não perdeu o emprego]. [282]

Lucas também relembra episódios relacionados à aquisição de terrenos em Belo Horizonte e Ibirité, em que o passado como militantes políticos de esquerda voltou, prejudicou a família:

> Só lembrando, teve também uns episódios relacionados a eles. Eles compraram... Quando eles compraram um terreno lá [Ibirité], aí tinha aquele tipo de coisa "Olha, nó, mas eles não são comunistas? Então eles têm propriedade? Eles têm...". Né, quase que desistiram da compra. [...] Eles tiveram um problema com a polícia. Foi a única vez, depois, porque teve esse negócio de evitar polícia e tal. Eles tinham um lote que eles compraram, pertinho da favela da Serra, ali no alto do São Lucas, e aí como é normal em favela, o pessoal vai, invade e vai aumentando. Aí estava invadindo esse terreno. E aí teve um problema, eles chegaram a dar queixa na polícia. Não sei nem se deram queixa na polícia. No final das contas eles abriram mão do terreno, largaram pra lá. Não quiseram, porque eles tiveram essa opção, vamos dizer "Vamos lá chamar a polícia pra ir lá expulsar os invasores?" E eles, na ideologia comunista também, é… "Não. Uma propriedade, um lote pra gente não faz falta, deixa lá o pessoal. Pá e pronto. É deles agora, isso aí". Mas teve um problema lá [...] Só sei que 97 ou 98 [1997 ou 1997], por causa dessa denúncia, um borracheiro que denunciou meus pais por alguma coisa relacionada a esse lote então meus pais foram na polícia e chegou lá meu pai ficou surpreendido, porque tinha o... o cara da delegacia falou que ele tinha ficha suja. E… E o cara falou assim "Ficha suja?". Aí meu pai estranhou e falou: "mas como assim ficha? Ah, tá. Não", meu pai falou com ele "Mas isso aí é outra coisa, isso aí é prisão política que cê tá falando". Aí eu lembro do meu pai falar até, era um menino, policial jovem, que não tinha menor noção do que era isso, talvez ele nem soubesse de governo militar.[283]

Em suas narrativas, os irmãos apresentam os pontos positivos da educação que tiveram durante seus primeiros anos de vida, valorizando a preocupação dos pais com uma formação política crítica. Ado afirma que:

> A nossa vida foi muito, como que chama? Muito arraigada de política. A gente é, assim, a gente cresceu praticamente doutrinado a ter uma postura política, a ter... como que chama? Influências, essas coisas… Porque eu não tenho muito sentimento… Eu acho que você pode pensar assim, uma pessoa que é muito enraizada em política, ele pode ficar abandonado pelos pais, o pai envolvido demais com política… Esse sentimento de abandono eu acho que nenhum de nós temos, de forma alguma. Que, assim, a presença dos nossos pais

> sempre foi muito forte, mas, claramente, igual a Clio falou, todos os amigos, todo mundo, aquela coisa muito transpirando política, mas uma política de esquerda, antiditadura e tudo. Eu lembro assim, isso que a Clio tá falando, por exemplo, teve uma… Teve uma… De novo a gente… Nos contam isso. Quando meu pai virou tipo fiscal e coisa, eles tiveram a época, a possibilidade de comprar um lote no Mangabeiras e coisa, e a decisão, assim: "Eu não moro onde esse tipo de gente mora". Então essas decisões, elas… Algumas radicais, talvez, tivessem que ser mesmo, talvez não precisasse, não sei. Mas esse tipo de coisa, nas escolas que a gente estudava, nos lugares que a gente andava, as pessoas que a gente andava, era sempre característico. A única… A única coisa que eu lembro assim… Quando Tancredo ganhou a eleição, eu lembro de meu pai chorando muito. Essa é a única coisa que me marcou pessoalmente, porque você tem 10 anos de idade, vê seu pai chorando daquele jeito. Então assim, hoje eu entendo.[284]

Leo relembra em seu depoimento que os pais sempre conversaram abertamente sobre política em casa.

> Eu não lembro de eles sentarem e falar: "Olha, você tem que pensar assim, a gente pensa assim". Nunca teve isso, mas eles conseguiram passar… Eu na verdade, dos quatro aqui hoje, eu sou o mais desanimado com a política, eles eu acho que continuam mais engajados do que eu. [...] Sei lá, estou meio cabreiro com isso tudo que tá acontecendo. Mas não tenho dúvida que eles conseguiram passar e de um jeito completamente pacífico, sem imposição de pensamento nenhum. Mas a vida inteira eles foram muito intelectuais, com 50 bilhões de livros dentro de casa, assinatura de tudo quanto é Jornal. Isso, sabe? Então isso eles passaram muito forte. [285]

Os irmãos também relatam a permanência de resquícios dos "princípios comunistas" em vários aspectos da vida familiar, como nas escolhas dos locais nos quais a família residiu, exemplificado no caso da não aquisição de um terreno no Mangabeiras[286] e a doação de um terreno no Bairro São Lucas[287], narrado acima por Ado e Lucas, respectivamente, como também pela própria decoração permitida nos cômodos da casa da família, o incentivo à leitura e a seleção de músicas e artistas ouvidos no toca-discos do pai.

> Não sei se é porque eu que sou mulher. Eu falo com mamãe assim, a vida inteira eu vivi assim, a minha casa não tinha sofá, era almofada no chão, eu achava aquilo ali horroroso.

> Achava horrível aquilo. Eu era doida para ter uma casa mais convencional. E meu pai era muito, nossa gente, meu pai é muito radical, hoje eu vejo. Meu Deus do céu! Outro dia ele disse que não entra em um *pet shop*, "Mas isso aí deve ser a cara da burguesia, *pet shop*, né? Deve ser a cara da burguesia". Então ele… O papai era demais, sabe? E muito… A mamãe hoje eu vejo que é menos. Então era aquela coisa, não tinha sofá, almofada no chão. Eu fui ter um quarto mais assim, bonitinho, quando eu tinha, acho que uns 12 anos, sei lá. Tive um quarto mais... Até então… Isso é uma coisa, isso... Foi só isso, uma coisa que eu acho que me incomodou um pouco, mas... Nossa! Sem problema nenhum, nada… Nenhum problema [Clio].[288]

> Eu reclamei um dia que não tinha sofá. Todas as casas que eu já vi têm sofá, mas na nossa não tem sofá [Lucas].[289]

> Meus pais realmente, como o Ado falou, eles são mais… Meu pai principalmente é muito... Nunca mais esqueço na minha vida, que a gente brincava, tipo "Oh, pai, vamos um dia para a *Disney*?" E ele falava "Não piso nos Estados Unidos, não adianta". E não vai pisar. Não vai pisar. Vai morrer sem pisar nos Estados Unidos, tenho absoluta certeza disso [Leo].[290]

> Então acho que isso que é o mais forte dele assim e a gente teve… Na nossa vida a gente teve muita influência das escolas. Acho que o negócio das escolas era porque assim, eles associavam as escolas tradicionais com escola que valoriza disciplina e obediência. E não, a ideia era criar os meninos para ter conhecimento e liberdade. O negócio da música, que é interessante é o seguinte, um negócio que é muito nacionalista esse negócio que cês têm aí, né? Por exemplo, meu pai, duas coisas interessantes pra música, que eu acho que foi legal, primeiro quando tinha os quadros lá dos *Beatles* na casa, ele não gostava muito também, não, porque ele tinha só… Hoje ele sabe, claro, mas todos os discos, só disco brasileiro, só música brasileira. Então um negócio nacionalista. E *Beatles* e *Rolling Ston*es é coisa estrangeira, né. E… Mas eu lembro que foi importante uma vez que ele falou que eu tinha quadro dos *Beatles* no quarto, né. Ele falou: "não idolatra ninguém, não. Esse negócio de idolatrar é bobagem [Lucas].[291]

Além da própria socialização dos filhos ser calcada em princípios que remetiam às experiências como militantes da resistência, o círculo de convivência e amizade dos pais nos anos posteriores esteve sempre permeado por ex-companheiros de militância e pessoas que estiveram alinhadas aos ideais de resistência ao regime ditatorial, como conta Clio:

> Mas a gente cresceu, eu percebi que a gente cresceu pra não ter esse preconceito, essa coisa toda, eu percebi que a gente cresceu sempre convivendo com pessoas que estavam...que compartilhavam do mesmo, do mesmo... Da mesma ideologia, do mesmo... Tudo dos meus pais. Então quando eu era pequena, pequenininha, as escolas, por exemplo, as escolas, a vida inteira a gente estudou em escolas que não eram aquelas escolas tradicionais, que em geral eram todas religiosas e aquela coisa toda. A gente... Eu estudei quando pequena no "Balão Vermelho", tenho muito poucas lembranças. Depois algumas outras escolas, Pica-pau Amarelo e o Albert Einstein. E a gente conviveu muito, eu passei muito da minha infância com amigos da minha mãe, o Paulo Telles e a Irene Telles[292] [...] a gente ia todo ano para praia juntos, assim… [...] Quando eu comecei a me entender por gente, que devia ter lá uns 7, 8 anos assim, aí eu já convivia muito com eles. A gente ia para Ibirité, depois mamãe começou a trabalhar em Ibirité, sempre ali. E outras pessoas. [...] São essas pessoas que eu lembro. [293]

Nem todos os dados são precisos ou conhecidos pelos filhos. Como em outras famílias de ex-militantes, Ado e Clio retratam as dificuldades do pai em rememorar a história vivida, ao passo que Lucas reflete sobre as marcas da tortura em seu pai.

> Tem uma coisa que eu acho importante também colocar assim, quando… Porque tudo que a gente sabe foi contado pelos nossos pais, e 99,9% pela nossa mãe, porque meu pai... ele é muito calado, tá certo? Eu não sei se o... vamos dizer, se episódio de tortura e coisa tem algum efeito nisso, eu acho que muito maior é o efeito dele ter sido criado no seminário. Então ele foi educado mesmo por padre. Então ele é uma pessoa calada. E quando você pergunta dados para ele sobre tortura, ele responde sem graça, ele fala assim: "ah, eles davam um soco na gente, assim". Com alguma… Mas vocês… Ele fala que tinha muito... Como que chama? Muito espancamento, arrancar unha, coisas assim. E minha mãe que conta mais esses detalhes, essas coisas que... que aconteceu no dia [...] Então, assim, os fatos quem conta muito é a nossa mãe.[294]

> Mas eu acho, eu pelo menos, acho que eu vim a saber de detalhes depois que a gente… Mas também... Talvez não falasse assim com detalhes, depois que a gente começou a ficar grande que começou a sentar "Ah, me conta direitinho

> como que foi com detalhes". E realmente papai não fala muito, não, deixa que a mamãe fala por ele, né? Então, aí ele fica calado, ela fala, fala, fala e ele se emociona. Mas não teve nenhuma descoberta assim, traumática. Eu também não lembro da gente tá convivendo com os meninos e aí ter assim alguma descoberta. Não. Tudo, tudo… Tudo supernormal, né? [295]

> Meu pai tem um trauma, claro que tem, né? Normal. Não tem como uma pessoa ser torturada e "Não, que isso? Tomei umas porradas..." tranquilamente. Você não lida com isso tranquilamente. É óbvio que ele tem um trauma e não conta, não consegue falar do negócio de jeito nenhum.[296]

Apesar de os fatos narrados serem repletos de lacunas, os irmãos Jório de Vasconcelos refletem sobre a história de resistência dos pais, trazendo em seus relatos a importância social e histórica dessas memórias.

> O que eu lembro da minha vida é o seguinte: a gente cresceu sem nenhuma vergonha, nenhum preconceito, nada a respeito disso, muito pelo contrário, a gente cresceu aprendendo a valorizar. Isso inclusive é motivo de orgulho. Hoje eu conto pra todo mundo, eu sempre dou um jeito de comentar esse assunto. Acho isso, assim, fantástico. Admiro meus pais… [Clio].[297]

> Eu digo por ter nascido bem depois... sobra muita coisa de lembrança, claro, nada... O que eu corroboro que é isso, que realmente não tenho nenhuma lembrança de ter sido humilhado, *bulling*, ou nada sobre isso, nunca na vida, pelo contrário. [Leo].[298]

> Então, assim, teve um... nada traumático, pelo contrário. [...] eu acho que a gente tem uma colocação na sociedade, hoje, com a compreensão do que aconteceu… Porque na época tinha muita ignorância, tinha família que via aquilo com medo, alguma coisa. Então hoje nós temos uma posição até confortável... [...] Com autoridade dos seus pais, que fizeram a coisa certa num momento em que todo mundo tá fazendo a coisa errada. [...] Eu tenho um professor na universidade, um colega meu lá, que eu… Bem mais velho, da idade de meus pais, que eu converso com ele, assim: "como foi a ditadura procê?" Ele fala assim: "eu era muito pobre para saber o que está acontecendo. Eu estava sobrevivendo. Eu não sei de ditadura. Eu não vivi isso". Então eu acho que isso existiu. [Ado].[299]

Militantes: Jessie Jane Vieira de Sousa e Colombo Vieira de Sousa Júnior – Filha: Leta Vieira de Sousa

Leta Vieira de Sousa é filha de Jessie Jane Vieira de Sousa e Colombo Vieira de Sousa Júnior, dois militantes políticos da época da ditadura. Colombo nasceu em 06/03/1950, e Jessie Jane em 21/04/1949, em Bom Jesus do Galho, então distrito de Caratinga, Minas Gerais. Leta nasceu em 20/09/1976, no Hospital São Sebastião, no Rio de Janeiro, no momento em que seus pais estavam presos, o que fez com que tivesse de viver junto de sua mãe dentro da cadeia nos seus primeiros meses, até ser entregue para a mãe de Colombo. Quando Jessie Jane entrou para a Ação Libertadora Nacional (ALN), em 1969, ela conheceu Colombo, e os dois passaram a viver como clandestinos. O casal foi preso em 1°/07/1970, pela ação do sequestro do avião Caravelle PP-PDX da Companhia Cruzeiro do Sul, no Rio de Janeiro - o sequestro foi uma tentativa de o casal, em conjunto com Fernando Palha Freire e seu irmão Eiraldo de Palha Freire, libertar presos políticos em troca dos passageiros do avião.[300] Jessie Jane foi condenada a 18 anos de prisão e Colombo a 24 anos, sendo que ambos ficaram presos por nove anos em diferentes locais - ela em Bangu (Presídio Talavera Bruce) e, ele, no Instituto Penal Cândido Mendes (presídio da Ilha Grande). O casal só se comunicava por meio de cartas, até que conseguiram autorização judicial para se casarem em 1972 e conquistaram o direito à visita íntima em 1975. Jessie Jane então engravidou, e, em setembro de 1976, foi levada para o hospital no Rio de Janeiro, sob forte vigilância policial, para ter o bebê.[301]

Apesar de possuírem uma família unida, Jessie Jane se preocupou bastante com o fato de a filha nascer enquanto ambos os pais estavam presos. O processo de pré-natal e o nascimento de Leta também foram complicados, pela falta de assistência ofertada à Jessie Jane:

> A gravidez transcorreu com tranquilidade, mesmo sem os exames próprios ao pré-natal, mas o parto foi mais complicado. Quando faltava um mês para o nascimento da Leta, fui transferida para o hospital penitenciário e ali permaneci até o dia do seu nascimento. Nesse período, pude receber visitas da família do Colombo, que já me dava assistência ao longo dos anos em que estive presa. E, assim, pudemos estar juntos aos sábados e domingos. Neste hospital-prisão permaneci isolada em uma pequena cela, sem exercícios ou banho de sol. E, evidentemente, sem qualquer assistência médica. Os hospitais militares se negaram a fazer o parto. Diante dessa recusa, os companheiros organizaram um fundo que nos permitiu pagar um hospital privado e, mais importante, o parto sendo realizado por um médico de absoluta confiança. Tratava-se do Dr. Jeferson Carneiro Leão, ele mesmo militante da causa democrática e que havia trazido ao mundo vários filhos de companheiras

> nossas. Mas eu só o encontrei a poucos dias do parto, quando fui levada à clínica. Dia 19 de setembro, um daqueles domingos de visitas no presídio político, minha sogra percebeu que eu, sem saber, estava em trabalho de parto desde a noite anterior. Logo, os companheiros acionaram os carcereiros e fui levada para a maternidade sob forte escolta, ainda na caçamba de um camburão e algemada. Lá me esperavam alguns companheiros, que impediram que os soldados da Polícia Militar, que faziam a escolta, entrassem na sala de cirurgia.[302]

Leta ficou com a mãe por pouco tempo, depois foi entregue à família do pai, por Jessie Jane, para que ela fosse criada em um ambiente longe da prisão. Com a luta pela Anistia sendo cada vez maior, Jessie Jane, Colombo e Leta conseguiam se encontrar duas vezes por mês. O casal foi solto em 06/02/1979, e Leta estava com as duas avós aguardando os pais do lado de fora.

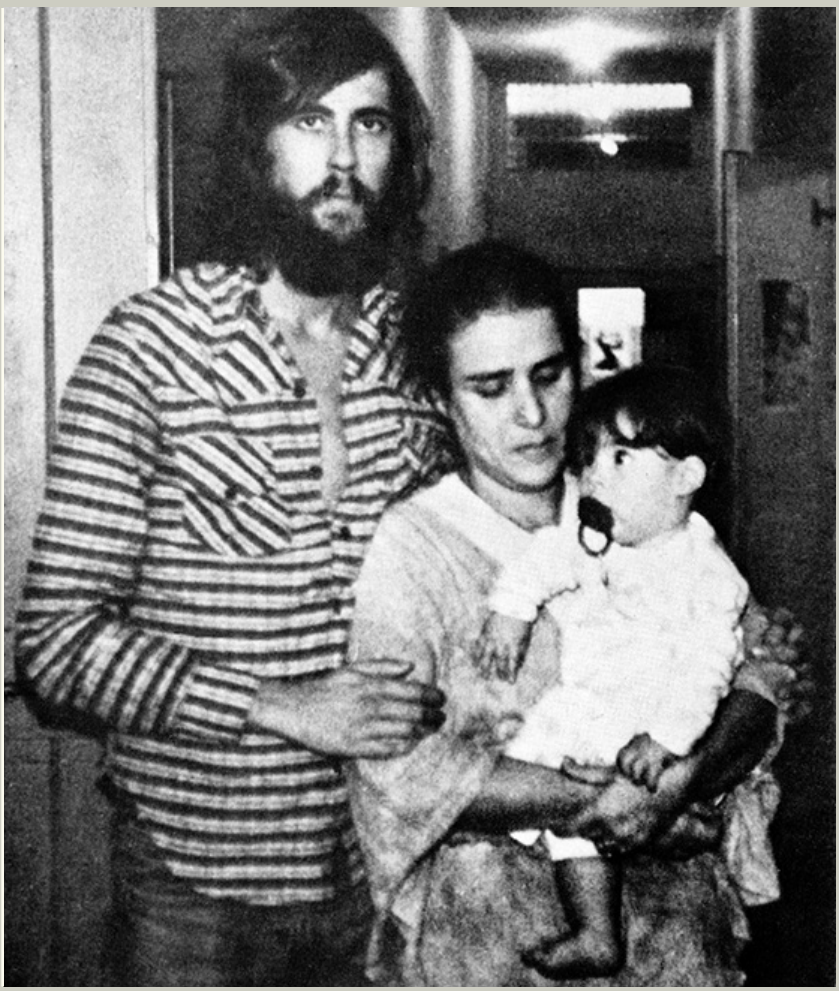


Figura 18 – O casal Colombo e Jessie Jane, com Leta no colo. Fonte: Portal online Memorial da democracia[303]

Leta desde cedo teve de conviver com a ditadura influenciando diretamente na sua relação com seus pais, tendo nascido enquanto ambos estavam presos e tendo de ser criada pelos avós, até os pais serem libertados. Alguns membros da família do pai estavam exilados durante sua infância, o que também prejudicou seu contato com outros familiares. Leta compreende o papel que os pais tiveram na ditadura e se vê nesse meio, como conta:

> Pra mim, ser uma anistiada política, filha de pessoas que lutaram contra os absurdos da ditadura militar brasileira é, e sempre foi, razão de grande orgulho. Meus pais e seus amigos são o que toda criança sonha: são heróis de verdade que ultrapassaram seus limites e suas próprias mazelas pelo bem comum. No entanto, com esse status de "filha de heróis", vem também o outro *status,* o de "filha de terroristas". Com esse, vem o silêncio, o medo de saberem quem você é e o que você pensa. Esse medo me acompanha até hoje.[304]

Relatar o que sentiu e ainda sente acerca da ditadura pode ser bem complicado, ainda mais quando no período em questão Leta era apenas uma criança, com sentimentos difusos. Entretanto, seu relato demonstra como o período militar impediu o convívio entre presos políticos e seus filhos, e como as relações foram afetadas:

> a constante insegurança, sobre as tristezas, sobre as dificuldades. Penso em como meus pais lutaram pra me dar uma vida estável e buscaram que eu fosse apenas "uma menina normal". Mas quem pode ser normal quando a polícia entra na sua casa pra espancar seu pai? Ou quando vive a invasão militar de Volta Redonda (já em 1989) e seus pais vêm até você para se despedirem, com o sentimento de que serão assassinados? Ou quando sua família está separada em várias partes do mundo porque foi obrigada a se exilar? Ou quando seu avô é obrigado a viver escondido para evitar ser deportado? Ou quando seus amiguinhos da escola são proibidos de falar com você porque seus pais acham que você é representante das "forças do mal"?[305]

Em relação às memórias, Leta se recorda de pouquíssimas coisas, mas valoriza as atitudes de todos aqueles que, de alguma forma, ajudaram-na e a sua mãe, e aqueles que lutaram contra a ditadura:

> Muitos me perguntam como foi ser um bebê na prisão. Como poderia responder se eu era um bebê? Mas quando vejo minhas fotos e ouço os depoimentos de minha mãe, vejo que fui quase um bebê como outro qualquer, repleto de amor e, talvez, mais carinho do que outros bebês. Eu tenho o privilégio de ser filha de uma geração de sonhadores, de ser protegida e amada incondicionalmente por pessoas que sequer conheço, mas que, igualmente, amo.[306]

Os sentimentos e os traumas fizeram-na ser quem é hoje, e algumas das lembranças se tornaram fundamentais para isso:

> Quanto à minha experiência no presídio, obviamente não tenho memória. Mas todas as vezes que eu vejo a lua cheia, lembro dos meus pais dizendo que essa é a "Lua de Letinha", porque lhes mostrava no dia em que foram soltos, como se eu estivesse adivinhando que eles não tiveram oportunidade de ver o mundo fora do presídio. Porém, apesar da falta de memória específica, eu me lembro do sentimento. Esse sentimento me acompanha até hoje. Nos momentos importantes da vida ele me retorna, como se um *clic* interno me acendesse e informasse "isso é importante, seja forte, siga em frente, faça o que é preciso, ouça o entorno, observe, fale menos, se proteja e, sobretudo, proteja os seus. " É um sentimento, uma coisa não mesurável, uma urgência.[307]

Em 1989, Leta junto dos avós teve de correr para a casa de uma companheira de seus pais, porque o Exército havia invadido a cidade de Volta Redonda/RJ. Os pais foram para o Sindicato dos Metalúrgicos e disseram que voltariam depois. Leta se recorda bem do que sentiu naquela noite:

> Eu via o olhar de pavor nos olhos da minha avó, sentia suas vibrações. Fui ao banheiro chorar pra que não soubessem que entendia que depois desse dia eu poderia não mais encontrar meus pais. Eles finalmente apareceram. Vieram até a mim e me abraçaram. Explicaram que tentavam ajudar os operários em greve na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Eu entendia e concordava, nada precisava ser explicado. Demos um abraço eterno. Quando foram embora, ficou aquele sentimento de urgência, de manter tudo em ordem, nada poderia nos atingir, nada poderia nos separar, nem mesmo a morte, muito menos a prisão. Nessa madrugada, três operários foram assassinados, mulheres grávidas foram espancadas por soldados em ônibus, a praça pública foi metralhada, entre outras barbaridades cometidas após a ditadura ter oficialmente terminado. Nessa madrugada eu pude entender um pouquinho todo o terror que meus pais e seus companheiros sentiram por tantos anos, primeiro na clandestinidade, depois nas torturas e, por fim, nas prisões. Uma gota em um oceano de lutas, dores, decepções. Uma gota num oceano de esperança em um mundo melhor, mais igualitário e mais justo. Uma gota.[308]

Militantes: Maria Amélia de Almeida Teles e César Augusto Teles – Filhos: Janaína de Almeida Teles e Edson Luís de Almeida Teles

Janaína e Edson Luís são filhos de Maria Amélia de Almeida Teles e César Augusto Teles. Os pais, César e Amelinha – como era conhecida Maria Amélia,

eram militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), e atuaram na estruturação da Guerrilha do Araguaia. Amelinha militou no PCdoB desde os anos 1960. Foi presa com o marido em 1972 e libertada em 1973. César ingressou no PCdoB em 1962, quando era ferroviário, sendo responsável pela imprensa do Partido juntamente com a esposa. Ele ficou preso de 1972 a 1977.[309]

Como em tantas outras famílias, o caso dos irmãos Almeida Teles, Janaína e Edson Luís, não se restringe a eles apenas. As experiências vividas pelos irmãos englobam outros personagens, além dos pais e irmãos, os parentes mais próximos, como a tia Criméia, os companheiros de militância política. Nesse sentido, a reconstrução da memória de Edson Luís, acerca dos eventos ocorridos no final dos anos 1960 e início dos 1970, apoia-se nas pessoas que o cercavam. Janaína nasceu em fevereiro de 1967, já Edson Luís, em junho de 1968. Ele é filósofo e professor universitário, ela é historiadora e pesquisadora sobre a ditadura.

A família passou um tempo na clandestinidade, até que foram presos em casa em 29/12/1972, na cidade de São Paulo. A casa servia como "aparelho" para a imprensa do Partido e nela viviam, além dos pais com Edson e Janaína, a irmã de Amelinha, Crimeia Alice Shmidt de Almeida. Em um dia foram presos os pais, no outro, os filhos e a tia. Todos levados ao DOI-CODI, César e Amelinha foram extremamente torturados e os filhos não os reconheceram no dia seguinte. Edson conta uma das cenas mais marcantes de sua infância:

> E a cena que mais me ficou presente foi o meu primeiro contato com a minha mãe. Parece que eu estava de costas para a janelinha de uma cela ou de um portão que tinha uma janelinha. Ela me chamou e eu, feliz da vida, reconheci a voz e me virei. Quando eu vi o rosto, eu não o reconheci. Ele já estava roxeado, desfigurado.[310]

Na prisão, as crianças viram seus pais sendo torturados, debilitados e irreconhecíveis. Eles passaram dias nas dependências do DOI-Codi/SP e às noites dormiam em local desconhecido, em camas de campanha na cozinha. Depois de uma semana, Janaína e Edson foram levados à casa de uma tia em Belo Horizonte, onde ficaram por seis meses. A tia paterna era casada com um delegado, chamado Edelton Bosco Alvarenga Machado. Por terem vivido na clandestinidade por anos, os irmãos não conheciam parentes, além da tia Crimeia. Janaína narra:

> Nós vivemos na clandestinidade, não conhecíamos a nossa família, nem materna, nem paterna. Muito menos a paterna porque ela morava toda em Minas. Então nós fomos levados

> para Belo Horizonte. Eu lembro bem do dia que esse casal de policiais nos prendeu em casa. Eles nos levaram de carro. Era um Opala, aquele azul claro que é a cor dos outros carros do DOI-Codi. E levaram para esse delegado. Não sei como descobriram esse parentesco e nos entregaram para esse homem que é um...Não tenho adjetivos para classificá-lo. Lá, ficamos seis meses sem saber o que estava acontecendo.[311]

A vida em Belo Horizonte foi difícil, as crianças viviam confinadas, não iam à escola e eram obrigadas a realizar tarefas domésticas. Edson conta as visitas ao "zoológico":

> Eu fui levado para passear com esse delegado. O que era raro, porque não saíamos, ficávamos todos os dias lá. E um dia ele falou: "ah, vou te levar ao zoológico". "Legal", eu pensei. Na minha memória, o zoológico era um lugar legal. Mas ele me levou à delegacia que ele comandava. Me levou para passear no corredor onde estavam as celas. Parava em frente a uma cela, apontava para o preso e falava: "esse aqui é um veado". Apontava para outro: "esse aqui é uma cobra" e esse daqui é não sei o quê. Era uma perversão sarcástica dele comigo e com os presos. Aquela era a mesma situação do DOI-Codi.[312]

Janaína lembra que as pessoas com quem passaram a morar proibiam as conversas sobre os pais e afirmavam com frequência que eles haviam abandonado os filhos. Ela tem outras lembranças do período na capital mineira:

> Tenho lembranças muito desconexas sobre aquele período. Uma delas é de quando o delegado colocou uma arma na mesa e disse que não era para perguntar da minha mãe. Ele era uma pessoa agressiva. Eu não me lembro da cena do zoológico relatada pelo Edson, mas havia uma atmosfera de muito medo naquela casa.[313]

O medo e a sensação de abandono só terminaram quando Crimeia, que foi posta em liberdade alguns meses depois da prisão, foi a Belo Horizonte encontrar seus sobrinhos, ainda que o tenha feito na clandestinidade. Os irmãos relatam que conseguiram (re)construir a história da família, e a sua própria, com a ajuda da tia Crimeia. Janaína conta:

> A Crimeia explicou o que tinha acontecido com meus pais, que eles não haviam nos abandonado. O delegado e nossos primos, os filhos dele, falavam que meus pais tinham nos abandonado. E eu pensava: "a gente se gostava tanto, como é que eles me abandonaram?".[314]

Ela continua:

> Ela [Crimeia] também nos levou para visitar meus pais no presídio Carandiru. Era a primeira vez que eu ia vê-los depois de seis meses. Era inverno, fazia muito frio, e não tínhamos casacos suficientes. Chegamos lá, meu pai estava no lado masculino e minha mãe no feminino. Os policiais não deixaram nos encontrarmos todos juntos... Foi angustiante e tivemos de esperar muito tempo para conseguirmos nos encontrar todos juntos! Desse dia, lembro-me de que minha mãe estava muito bonita de cabelos compridos.[315]

Edson também se lembra das visitas à prisão:

> O dia da visita ao meu pai no presídio era muito bom. A gente estava ali vivendo situações-limite, graves, como não ter a presença do pai no dia a dia. E eu passava a semana ou os dias anteriores a essa visita pensando nela.[316]

A tia Crimeia foi quem ajudou as crianças a escapar da casa do tio-delegado, e que as mantinham escondidas:

> A gente a encontrou [Crimeia] várias vezes até que ela nos levou... ela nos ajudou a fugir de lá! Um dia, chegou e combinou que viria nos buscar no dia seguinte, ao final da tarde. Ela falou: "hoje nós vamos embora, peguem as suas coisas que nós vamos fugir daqui". E a gente fugiu com a Crimeia da casa do delegado e fomos morar na casa da prima dela. [...] Não me lembrava desses detalhes todos, mas lembro bem o dia em que a Crimeia falou: "pega as suas coisas e vamos embora!" Saí correndo para pegar minhas coisas, ela ficou nos esperando perto do portão. Atrasei-me um pouco e fiquei com medo de que ela tivesse ido embora sem mim, mas ela estava lá me esperando e fui embora feliz da vida! O tratamento autoritário e insensível do delegado e de sua família deixaram marcas profundas em nós. Muitos anos depois, soubemos que Edelton, era um delegado corrupto da delegacia de Lagoinha, em Belo Horizonte, de onde saíram vários torturadores para compor o temido DOI-CODI de Minas Gerais.[317]

Amelinha e César foram soltos em 1973:

> Meus pais foram soltos em outubro de 1973, se não me engano, e nos encontramos no Rio de Janeiro, na Baixada Fluminense, onde morávamos com os meus avós maternos. Ficamos um tempo lá até meus pais conseguirem voltar para São Paulo, onde meu pai voltou a imprimir Jornais clandestinos na gráfica que ele tinha, localizada no Bexiga, bairro central da cidade. Por

causa dessas atividades, o processo dele foi reaberto. Nós fomos à audiência na segunda Auditoria Militar, que ficava na Avenida Brigadeiro Luis Antonio, para assistir ao julgamento final. Esse foi um dos momentos mais tristes para mim porque não consegui entender o que estava acontecendo. Apenas vi os militares todos enfileirados, o juiz no alto, e meu pai com o rosto muito triste – nós ficamos muito tristes. Ele foi para a prisão porque teve de se apresentar à Auditoria para não nos colocar em risco, porque, do contrário, teríamos de viver na clandestinidade novamente. E não havia condições materiais suficientes para levar a família para o exílio ou permanecer na clandestinidade. Toda aquela história já havia sido muito traumática.[...] A partir da segunda prisão de meu pai, em 1975, passamos a visitá-lo no presídio todos os sábados. E minha mãe, que é muito mineira, era a primeira a entrar e a última a sair.[318]

Janaína relembra:

O Edson nos contou sobre sua fantasia de ser um agente secreto, eu achava aquilo engraçadíssimo, pois amadureci demais para a minha idade. Desde a prisão, preocupava-me em proteger meu irmão, meu primo e em defender meus pais. Queria ser adulta para poder enfrentar os policiais e buscar meus pais na prisão. Depois, percebi que ter ficado meio adulta antes do tempo trouxe consequências muito difíceis e duradouras na minha vida, como distúrbios hormonais na infância que se prolongaram na vida adulta. Além de voltar a ter enurese noturna, passei a ter problemas com o sono (os quais de tempos em tempos voltam) e entrei em processo de puberdade precoce aos 7 anos de idade, o que levou a uma espécie de menopausa temporária, na vida adulta. Acho que a principal característica dessa perda parcial da infância se apresenta por meio de um sentimento profundo de que ela se manifestará, sempre. A recorrência dessa sensação gera um sentimento de impotência enorme. A melancolia envolve a vida e, embora ela prossiga e tenha momentos felizes, a sensação de cansaço parece uma herança muito pesada para "carregar". As demandas dessa infância perdida sempre retornam, cobrando seu espaço em momentos onde nem o corpo e nem a mente podem mais dispor do tempo de criança. Esse desencontro é bastante doloroso e se torna ainda mais intenso quando sinto as dificuldades inerentes ao ato de contar essa história. Na escola, também não gostava de cantar o Hino Nacional. E não gostava de ter de mentir, eu sempre contava que meu pai era um comerciante que viajava muito, por isso nunca estava em casa. Os colegas, a professora e as mães dos amigos sempre perguntavam. Era difícil mentir e, às vezes, a gente era pego em contradição, pois o Edson contava outra versão...[319]

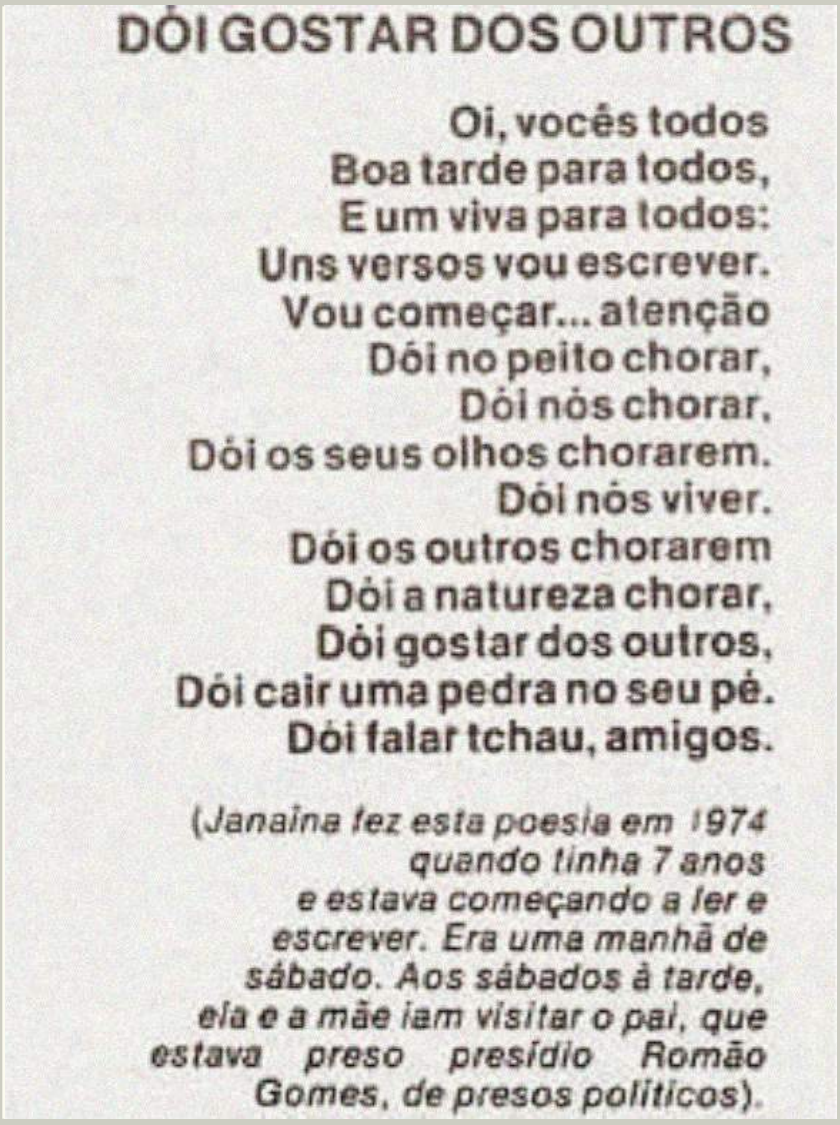
Edson contou:

> Então, uma das imposições ou imperativos éticos de ser criança na ditadura é aprender a mentir rapidinho, logo cedo. E mentir certo, rápido. No '7 de setembro' havia aqueles trabalhinhos, tinha que enaltecer a bandeira, o hino, o governo... Então se aprende a mentir e ser cínico. Porque eu fazia tudo direitinho. "Vamos pintar a bandeira?" "Vamos". Na hora de cantar o hino, e na minha escola a gente cantava o hino uma vez por semana, era um horror. Nesse dia que tinha que cantar o hino e hastear a bandeira, eu fazia um movimento com a boca, era o meu ato de resistência. Minha resistência era: "não vou soltar uma palavra desse hino".[320]

Mesmo com o processo para a Anistia e convivendo com os pais, já que César havia sido solto, a família ainda sofria ameaças:

> Recordo-me da chegada do João Amazonas[321] ao Brasil, em 1979. Fui escolhida para levar um buquê de rosas vermelhas para ele no aeroporto. Mas o que foi mais marcante na chegada do Amazonas é que nós fomos ameaçados pela Aliança Anticomunista Brasileira (AAA).[322] Um dia, meus pais leram a carta de ameaça, que dizia que a gente poderia ser sequestrada ou sofrer um acidente no caminho para a escola. Eles disseram: "agora vocês vão ter de redobrar o cuidado para ir e voltar da escola". Tínhamos de tomar todo o cuidado para voltar para casa, porque eles não eram de brincadeiras, esse era o pessoal que explodia banca de jornal, etc. Aí, eu fiquei realmente preocupada e com medo. Era uma infância que todos tentavam tornar mais ou menos normal, mas certamente era rodeada de muito medo e tensão. [...] Em 1982, outro fato nos deixou apreensivos. Por ocasião dos 10 anos do início da Guerrilha do Araguaia, as famílias de desaparecidos propuseram ao PCdoB a realização de uma revista onde fossem publicados documentos e fotos inéditos ou pouco conhecidos sobre a guerrilha. Meu pai, que trabalhava na editora, e minha tia, uma das poucas sobreviventes, empenharam-se muito para produzi-la e até eu ajudei. A revista foi apreendida e os militares iniciaram um inquérito na Justiça Militar. Naquele momento, consideramos que, talvez, a Crimeia pudesse ser presa novamente. Depois, o inquérito acabou sendo arquivado, mas ficamos preocupados. As famílias tiveram que fazer um empréstimo para editar a revista e acabamos sendo obrigados a vendê-la clandestinamente para repor o dinheiro. Vendiam-se exemplares da revista para pessoas como Teotônio Vilela, Chico Buarque e, por solidariedade, muita gente pagava mais do que ela valia. E, assim, foi possível quitar essas dívidas. [...] Aos 8 anos [de idade], fiz um poema para dar de presente de aniversário para

o meu pai. Esse poema chama-se "Dói gostar dos outros". É um poema triste, tem erros de português porque eu ainda estava aprendendo a escrever. E o Renzo gostou dele, conheceu a história da nossa família através de uma carta, na qual meu pai incluiu esse poema. Ele veio da Bahia para o Rio de Janeiro só para nos conhecer. Depois ajudou a publicar um livro na Itália, organizado pelo famoso jornalista e deputado da esquerda independente do PCI e, depois do PDS[323], Ettore Masina, no qual havia poemas relacionados com a ditadura brasileira, entre os quais o meu. Na introdução, Masina contou a história da minha família. Esse poema (reproduzido abaixo) foi publicado – e a nossa história contada – em vários jornais de esquerda, de exilados, de grupos de defesa dos direitos humanos, etc.[324]



DÓI GOSTAR DOS OUTROS

Oi, vocês todos
Boa tarde para todos,
E um viva para todos:
Uns versos vou escrever.
Vou começar... atenção
Dói no peito chorar,
Dói nós chorar,
Dói os seus olhos chorarem.
Dói nós viver.
Dói os outros chorarem
Dói a natureza chorar,
Dói gostar dos outros,
Dói cair uma pedra no seu pé.
Dói falar tchau, amigos.

(Janaina fez esta poesia em 1974 quando tinha 7 anos e estava começando a ler e escrever. Era uma manhã de sábado. Aos sábados à tarde, ela e a mãe iam visitar o pai, que estava preso presídio Romão Gomes, de presos políticos).

Figura 19 – Poema feito por Janaína. Fonte: TELES, J, 2014, p. 265[325]



Figura 20 – Amelinha, padre Renzo, Crimeia, Edson e Janaína, em 1975. Fonte: TELEs, J, 2014, 262[326]

Mesmo com toda tensão e medo com que vivia a família, os irmãos tiveram experiências felizes e de desenvolvimento político-social. A escola teve papel importante nessa formação, como afirma Janaína:

> Então fomos estudar no Colégio Equipe ainda em 1979, onde ganhamos bolsa de estudos. No primeiro dia, o diretor me perguntou: "o que você espera do colégio?" Eu respondi: "poder falar tudo o que penso". Ele ficou meio espantado. Depois, ajudei a organizar várias greves no Colégio, seja para não aumentar a anuidade ou para evitar a demissão de alguém. Eles não gostaram muito disso. Até que suspenderam

> a minha bolsa, não sei se pela agitação política ou em decorrência da crise econômica aguda vivida pelo país naquele momento. A despeito desse fato, o ambiente lá era superlegal, saudável e foi onde comecei a ter uma atuação militante, podendo dizer que eu e minha família tínhamos sido presos. O que nos deixava mais aliviados, reconfortados. No 'Equipe' havia um ambiente intrigante, que despertava nossa curiosidade, e também queríamos acelerar o processo que culminaria com o final da ditadura. Ainda havia muitas dúvidas sobre o sucesso da chamada "transição política". Eu queria ser militante para ajudar a acabar com a ditadura e naquela escola havia militantes de quase todos os grupos políticos da época. [...] Tínhamos muito medo, mas tínhamos amigos. Houve muita solidariedade, o tipo de solidariedade silenciosa ou anônima. Havia solidariedade de todos os tipos, tal como a do padre Renzo Rossi, originário de Florença (Itália), que nos "adotou", tornando-se uma figura meio paterna, meio de avô, e que ajudava muito. Meu pai é diabético, então precisávamos de ajuda, porque era muito difícil mantê-lo com a insulina e os remédios necessários. A Rosa Cardoso, a nossa advogada, ajudava; a Teresa, a professora que me alfabetizou, ajudava; a Ana e o Alemão; a Érica ajudava... Muitos foram solidários conosco.[327]

Sobre a recuperação da família, da Anistia, das denúncias, Janaína conta:

> Em diversas oportunidades minha família protagonizou denúncias dos crimes cometidos pelo Estado durante a ditadura. Através de uma série de iniciativas, inclusive por meio desse poema, minha família insistiu em contar a nossa história. Quando meus pais foram processados na Justiça Militar, em 1973, eles ainda estavam presos e sob ameaça de voltar às torturas, mas não deixaram de denunciar que os filhos e a tia grávida haviam sido presos, e que o Danielli[328] fora assassinado sob tortura. Por isso, no livro "Brasil: Nunca Mais", publicado em 1985, consta a nossa história (note-se que 25% das pessoas processadas na Justiça Militar daquele período tiveram a coragem de denunciar torturas em juízo). A família sempre denunciou também o sequestro, as torturas e a prisão (de quase um ano) sofridos pelo meu avô materno, ainda em 1964 (ele e meus pais foram condenados em um Inquérito Policial Militar (IPM), em Minas Gerais, no ano de 1966, e passaram a viver na clandestinidade desde então). Nesse sentido, meus pais escreveram um depoimento em 28/10/1979, registrado em cartório naquele mesmo ano, onde na última página diziam: "(...) As crianças de nosso País precisam também de uma anistia ampla, geral e irrestrita. Precisam que se lhes devolvam o direito de serem crianças no tempo certo." Nesse depoimento, eles contam que duran-

> te as torturas, sofreram ameaças de que seus filhos seriam assassinados caso não contassem o que sabiam. Apesar de ser uma experiência muito dolorosa, minha família se esforçou para denunciar o coronel Ustra como torturador – em 2008 ele foi condenado em uma ação civil movida por nós contra ele –, assim como os demais crimes de que foi testemunha. Fazemos questão de denunciar que Ustra e o comandante do II Exército, Humberto de Souza Mello, torturaram pessoalmente minha tia Crimeia, então grávida de 7 meses. Não é coincidência que uma história com essa gravidade não conste no meu *habeas data* (solicitado em 1993). Não há nenhum registro sobre o sequestro de que fomos vítimas entre 1972 e 1973. Não obstante, há menção a diversas atividades políticas das quais participei. As forças de segurança mantiveram minha vida sob vigilância. Nele, encontram-se informações incorretas ou inventadas, mas nada sobre o sequestro.
>
> O medo esteve sempre presente e foi retomado em diversas ocasiões da minha vida. Fiz psicoterapia várias vezes para tentar reelaborar essas experiências traumáticas. E as ameaças permaneceram no período democrático. Em 1996, auxiliei as buscas e escavações realizadas no sudeste do Pará, para tentar encontrar os restos mortais dos guerrilheiros do Araguaia, e lá nós fomos ameaçados. Também fomos ameaçados em 2001, com homem armado, no vilarejo de Santa Izabel, próxima a Xambioá (TO). Ou seja, as ameaças de morte, de sequestro ou de sumiço sempre estiveram presentes, inclusive no período democrático, não apenas durante a ditadura.[329]

As experiências vividas por Janaína e sua família foram de extrema importância em sua vida profissional. Ela é historiadora e pesquisadora sobre a ditadura:

> Aos poucos, resolvi que exerceria a profissão de historiadora. Sabia que teria de enfrentar críticas severas de historiadores que acreditam ser impossível manter certa distância do tema estudado, quando se está diretamente envolvido na história sobre a qual estudamos. Persiste ainda a ideia que menospreza a experiência vivida e que a separa da teoria, um procedimento bastante similar ao exercido em laboratórios de química. Eventualmente, persiste na universidade uma espécie de positivismo anacrônico. A despeito dessas vicissitudes, quando divulgaram a existência da Vala de Perus, em 1990, acompanhei o esforço dessas mulheres e deste homem, Ivan Seixas, fantásticos, que pesquisavam, todos os dias, nos arquivos do IML. Aos poucos, fui compreendendo que tinha de ajudá-los como militante e como historiadora e acabei participando, em 1992, da comissão que investigava os casos de mortes e desaparecimentos políticos de São Paulo, criada

> pela então prefeita Luiza Erundina. E, a partir daí, comecei a pesquisar nos arquivos do DEOPS/SP e a participar da organização do Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos publicado em 1995 e em 1996, e da edição de 2009. Na minha pesquisa de mestrado, para entender o silêncio que predominava sobre os crimes da ditadura considerei necessário recuperar as histórias das famílias dos mortos e desaparecidos políticos no Brasil. E nesse período comecei a adotar nas minhas análises uma perspectiva comparada, notadamente, com relação à história da ditadura argentina. Durante a pesquisa de doutorado, pesquisei as histórias e as memórias dos presos políticos brasileiros. Paralelamente, realizei um projeto de História Oral em vídeo na Universidade de São Paulo, em colaboração com a Universidade de Campinas, no qual gravamos 80 entrevistas com presos políticos de vários estados, cerca de 320 horas, com o apoio da Fundação Ford do Brasil. Essas pesquisas foram muito importantes para que eu pudesse me aproximar da experiência política desse período, o que me possibilitou aprofundar a análise crítica e a investigação factual da nossa história recente. Assim, tentei enfrentar também as minhas próprias experiências traumáticas, tanto no aspecto psicológico quanto no teórico e acadêmico.[330]

Os dois reforçam a luta contra a ditadura e as violências perpetradas contra a sua família, que ajuizou ação cível contra o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, torturador de seus pais. Dessa maneira, afirma Edson:

> Depois, com a volta da democracia, você não confia no Estado, na polícia e precisa repensar tudo que treinou desde a infância, como mentir. Em 1988 há uma nova lei, mas eu não acreditava nas leis. Então, tem que começar a pensar, "agora é um Estado democrático, há leis, regras, outras funções para essas instituições, há toda uma reelaboração subjetiva que tem de ser feita". Em 2002, a Jana entrou em contato com Fábio Konder Comparato para processarmos o Coronel Ustra, pela prisão, sequestro e tortura da família. A elaboração desse processo foi uma coisa que me marcou muito porque foi aí que caiu minha ficha: "Nós realmente estamos em outro Estado". É possível, tentar um processo contra essas pessoas e apesar de todas as limitações da Lei da Anistia. Então foi a primeira vez que eu sentei para escrever essa história. Na minha tese de doutorado, Brasil e África do Sul: Memória Política em Democracias com Herança Autoritária, também trabalhei com esse tema, tratando do caso da África do Sul e do caso brasileiro. Chamei o caso brasileiro de política do silêncio. Depois ficou claro para mim que eu estava falando da minha própria história. Essa tese foi uma espécie de divã. Ao escrever sobre a história do país, eu estava na verdade reelaborando a minha inserção enquanto sujeito no Brasil, no Estado brasileiro.[331]

E Janaína:

> Apesar de ser uma experiência muito dolorosa, minha família se esforçou para denunciar o coronel Ustra como torturador – em 2008 ele foi condenado em uma ação civil movida por nós contra ele –, assim como os demais crimes de que foi testemunha. Fazemos questão de denunciar que Ustra e o comandante do II Exército, Humberto de Souza Mello, torturaram pessoalmente minha tia Crimeia, então grávida de 7 meses.[332]

Militantes: Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes e Aldo Silva Arantes – Filhos: André e Priscila Almeida Cunha Arantes

André Cunha Arantes e Priscila Cunha Arantes são filhos de Aldo Silva Arantes e Maria Auxiliadora de Almeida Arantes, ambos militantes à época do regime militar. Aldo nasceu em dezembro de 1938, em Anápolis/GO, e iniciou suas atividades na militância já no movimento estudantil secundarista. Maria Auxiliadora nasceu em novembro de 1940, em Belo Horizonte/MG e, nos anos 1960, auxiliou na fundação da Ação Popular. Após o golpe de 1964, Aldo e Maria Auxiliadora, casados, exilaram-se em Montevidéu, onde André nasceu. De volta ao Brasil, em 1965, a família passou a viver na clandestinidade e, no ano de 1968, em Alagoas, onde moravam, a família foi presa. Maria Auxiliadora foi detida junto dos filhos, e os três foram soltos um tempo depois. Maria Auxiliadora, uma vez solta, retornou à militância política, passando a viver como foragida e, posteriormente, participou da fundação do Comitê Brasileiro pela Anistia de São Paulo. Em 1972, passou a fazer parte do comitê central do Partido Comunista do Brasil. Aldo foi preso em 1968 e, novamente, em 1976.[333] Em julho de 1977, foi condenado a cinco anos de prisão. André e Priscila foram levados para Belo Horizonte, onde passaram a viver com a avó materna. Em 1979 Aldo foi solto com a promulgação da Lei da Anistia. No mesmo ano, filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), pelo qual exerceu o mandato de deputado federal por quatro vezes. Em 1987, participou da Constituinte.[334]

Os irmãos André e Priscila Cunha Almeida Arantes nasceram, respectivamente, em junho de 1965 e maio de 1966. André relata sofrer com os impactos do regime militar desde seu nascimento, tendo em vista que sua mãe o teve enquanto ela e o marido estavam exilados no Uruguai.

> Era 1965, meus pais Aldo e Maria Auxiliadora estavam curtindo o frio do inverno sul-americano na praia de Punta Gorda, em Montevidéu. Não foi uma escolha voluntária, até porque a melhor época para aproveitar as praias uruguaias é no verão, entre os meses de janeiro e fevereiro. Por outro

> lado, o melhor mesmo seria ter ido para Puntadel Este que é a praia mais bonita e mais procurada desse pequeno país. Mas o motivo não era passar férias e sim uma imposição do momento político no Brasil, que acabava de mergulhar em um período de ditadura militar que duraria aproximadamente duas décadas. Em 13/06/1965, durante esse período de férias forçadas, no Sanatório Americano, minha mãe ficaria feliz de me ver chorar pela primeira vez. Moramos no Uruguai quase um ano. Depois voltamos para o Brasil e fomos morar em São Paulo. Mais tarde, dentro da política de integração na produção, fomos morar no Nordeste.[335]

Desde que seus filhos eram crianças, Aldo e Maria Auxiliadora se viam obrigados a viver com a família na clandestinidade. André e Priscila não tinham plena consciência dos acontecimentos, mas as circunstâncias a que eram submetidos em função da clandestinidade marcaram sua infância. Priscila narra:

> Existia, por vezes, uma sensação velada que talvez, pela minha idade na época, não conseguia entender. As janelas da casa na Avenida Itaquera eram forradas de papel e sempre me davam a impressão que estávamos escondendo algo que eu não tinha muito claro o que era. Muitas vezes quando ouvia meu pai escutar a Internacional em seu rádio pequeno, em seu quarto, bem baixinho, ficava sempre uma pergunta no ar: por que ele tem de escutar o som tão baixo?[336]

A família foi presa em casa no ano de 1968. À época da prisão, eles residiam no interior de Alagoas. Maria Auxiliadora e as crianças ficaram quatro dias presas, e Aldo, que foi detido alguns dias depois, ficou seis meses na prisão. André conta:[337]

> Tinha 3 anos e lá estávamos em mais uma situação estranha. Durante a noite, uns "amigos" de meus pais vieram nos buscar em nossa pequena casa que ficava no interior de Alagoas, mais precisamente em Pariconha, distrito de Água Branca no alto sertão. Nos levaram de jipe para um castelo (Policlínica da PM de Alagoas), em Maceió. Lembro que achei aquilo estranho. Como era noite, o castelo pareceu meio sombrio. Acreditei que quando acordasse de manhã perceberia que o castelo era legal. Quando despertei no outro dia, estava em um quarto pequeno e cinza, cheio de grades. Mudamos algumas vezes de 'endereço'. Depois do "castelo" fomos para Escola de Aprendizes de Marinheiro de Alagoas. Uma vez por dia descíamos para brincar em um pátio, cheio de lixo e ratos, que minha mãe apelidou carinhosamente de Jerry. O Jerry era o ratinho esperto de um desenho animado da época que vivia fugindo de seu algoz, o gato Tom. Como era pequeno, não percebi, mas o "Tom" tinha nos pegado. Estávamos detidos em uma

> prisão da Marinha. Comia no restaurante dos oficiais até o dia em que um oficial pediu que a minha mãe me deixasse com ele e a esposa, já que ela não tinha futuro pra me oferecer. O que o oficial não sabia é que o mundo dá voltas. Mais do que depressa, minha mãe me pegou pela mão e saiu dali. No dia seguinte, já estávamos comendo no restaurante dos soldados e dias mais tarde fomos transferidos para outra prisão.[338]

A família foi levada a julgamento ainda em 1968, em Recife. Foi acatado o pedido de liberdade de Maria Auxiliadora e das crianças, entretanto, Aldo permaneceu preso. André descreve as lembranças que tem do julgamento:

> Durante a sessão, eu e minha irmã, que nessa época tinha 2 anos, ficamos correndo por toda sala e fazendo uma bagunça danada. Vendo essa confusão, um militar do Conselho de Sentença procurou saber o que estávamos fazendo ali. O escrivão que já estava sensibilizado com a nossa situação disse que estávamos presos com nossos pais. Durante o julgamento não se tocou em nossa presença. Todavia, o mesmo militar questionou um coronel da PM de Alagoas por que minha mãe estava presa. Ele respondeu que em Alagoas quando não encontravam o marido prendiam a mulher. Com isso nossa advogada pediu a libertação de nossa mãe. Acatado o pedido, fomos os três libertados. Meu pai ficou preso mais algum tempo e depois fugiu da prisão durante um jogo de futebol entre os dois principais times de Alagoas.[339]

Após o julgamento, a família mudou-se para Goiás e, posteriormente, para São Paulo. Já na capital paulista, procuraram, dentro do possível, retomar suas atividades habituais. Entretanto, André relata que dois acontecimentos chamaram sua atenção:

> O primeiro foi quando meus pais resolveram que eu e minha irmã tínhamos que conhecer os nossos primos e tios de Belo Horizonte. Anualmente, todo esse pessoal ia de trem para uma casa em Angra dos Reis [Rio de Janeiro]. Era muita gente. Só de primos de primeiro grau devia ter mais de quinze na casa. Durante uma brincadeira em que cada um tinha de fazer sua apresentação, ocorreu um problema. Cada primo reunido ali na sala levantava e dizia o nome e o que gostava de fazer. Quando chegou a minha vez, falei meu nome "frio". Na verdade, o nome era Andre mesmo, mas o sobrenome era "frio" e bem diferente do dos primos. Quando eu acabei, um dos primos levantou e disse que eu falara meu sobrenome errado, pois não guardava relação com sobrenome de nossa família. Como sempre, onde há

> muitas crianças juntas, a história acabou em briga, pois me senti ofendido pelo fato de alguém dizer que eu mentia com relação ao meu sobrenome. Já de volta a São Paulo, relatei o ocorrido em casa. Meus pais não falaram nada, mas também nunca mais pusemos os pés em Angra dos Reis. Já tinha em torno de 8 anos [de idade]. Não queria pressionar meus pais, pois tinha muito carinho por eles, mas a certeza de que aquilo que meus primos falaram em Angra dos Reis a respeito do nome da nossa família fosse verdade foi aumentando. [...] Então, em um determinado dia, meu pai insistiu que eu não deveria contar aos primos onde morávamos. Aí eu disse: "pai, você ensina para a gente que não é para mentir e agora está me pedindo para mentir". Meu pai arregalou os olhos, pensou um pouco e disse: "olha, filho, você vê o seriado do Zorro, não vê? Você acha que o Zorro pode sair contando para todo mundo qual é a identidade verdadeira dele?" E eu, "Lógico que não, pai, só o Mudinho sabe disso. Se o Sargento Garcia souber a identidade do Zorro, vai prender ele". "Pois é, filho, esta é nossa situação", disse meu pai. "Já entendi, pai, pode deixar que eu vou guardar segredo", disse. Acompanhado desse diálogo, veio a seguinte explicação: existiam os "barrigudões" (tipo Sargento Garcia)[340] e o povo. Havia uma briga entre estes dois grupos, assim como no filme do Zorro, nós estávamos lutando do lado do povo contra os "barrigudões". Bom, para mim a explicação estava mais do que boa. Vi que tinha desvendado o segredo da família e ainda por cima descobri que era "filho do Zorro."[341]

Já o segundo acontecimento relata o falecimento do avô paterno:

> O segundo momento "estranho" foi quando meu avô paterno faleceu. Eu tinha quase 10 anos. Foi enviada para meu pai a caneta do meu avô que tinha seu nome inscrito na lateral. Um dia no quarto/escritório do meu pai, achei a caneta e li o sobrenome do meu avô. Percebi que o sobrenome dele não era parecido com o nosso. Aí disse: "Descobri, descobri que o sobrenome do vovô Galileu é Arantes. O nome de nossa família é Arantes". Diante disso, meus pais contaram a razão de nosso sobrenome trocado. Naquele dia, fiquei sabendo que o nome de meu pai era Aldo e o de minha mãe era Maria Auxiliadora. Virei para o meu pai e disse: "Você não tem cara de Aldo e sim de Roberto". Este era o nome frio do meu pai.[342]

No que se refere aos nomes pelos quais a família atendia na clandestinidade, Priscila conta:

> Priscila Almeida Cunha Arantes. Foi este o nome que os meus pais me deram em 1º de maio de 1966 quando nasci, mas não foi este o nome que utilizei até meus 11 anos de idade, quando, então, meu pai foi preso e minha mãe ficou foragida, na época da ditadura militar em nosso país. Até os meus 11 anos, sempre fui Priscila Guimarães Silva; uma criança feliz que vivia como muitas outras de minha idade na periferia de São Paulo com a família.[343]

No ano de 1976, Aldo é sujeito a um novo episódio de prisão. André narra:

> No final do ano de 1976, bem perto do Natal, meu pai foi preso em um episódio chamado "Chacina da Lapa". Fomos acordados bem cedo pela minha mãe, pegamos algumas coisas, colocamos na mochila e nos mandamos de táxi para casa de meu tio em Santo Amaro, um bairro de São Paulo. Era um tio que eu já conhecia, irmão da minha mãe. Ele e minha tia Tei, também irmã de minha mãe, eram praticamente os únicos parentes que víamos de vez em quando. Minha mãe não contou nada para a gente a respeito do ocorrido com meu pai. Ficamos alguns dias nessa casa imaginando que já estávamos saindo de "férias". Certa manhã, minha mãe me chamou com uma revista na mão e pediu que eu lesse a matéria. Era uma matéria que trazia fotos de meu pai e alguns amigos que foram presos na mesma reunião. Ele estava com o rosto tão machucado que nem o estava reconhecendo. A partir daí, tudo foi devidamente esclarecido. Dias depois, eu e minha irmã fomos levados pelo meu tio para Belo Horizonte, onde moraríamos por um ano com minha avó materna, enquanto meu pai seguia sendo torturado e minha mãe foragida da repressão, em algum lugar que não sabíamos.[344]

Sobre o mesmo acontecimento, Priscila conta:

> Certo dia, fomos tirados às pressas da Avenida Itaquera e levados por meu tio Bruno, irmão da minha mãe, de carro, até Belo Horizonte para a casa de minha avó materna. Não entendia ao certo porque estávamos indo para Belo Horizonte e muito menos o que de fato acontecera. Mas sabia que era algo muito grave, e alguma coisa acontecera ao meu pai. Ele e minha mãe tinham combinado de que se o meu pai não voltasse de uma viagem em uma determinada época é porque alguma coisa tinha ocorrido. E de fato ocorreu. Meu pai fora capturado em plena estação Paraíso, do Metrô – nome engraçado! – pelos militares, em dezembro de 1976. Não me lembro desse dia com detalhes. Mas me recordo do desespero de minha mãe, levando-nos às pressas, eu e Andre, à

> casa de tio Bruno. Na viagem a Belo Horizonte, fomos parados por um policial. Acho que o tio Bruno dirigia muito rápido e senti um nervosismo grande no ar. Chegamos à casa da minha avó. A casa era muito grande, tinha quase quarenta cômodos, e fomos acolhidos em clima de festa e com muito carinho pela família de minha mãe, uma família que, no entanto, eu nunca tinha visto (a única exceção era a querida Tia Tei, que nos acompanhou por diversas vezes na época da clandestinidade). Eu e André moramos por lá até minha mãe poder viver em liberdade. Encontramo-nos, acho, somente um ano depois, na casa da tia Diva. Minha mãe estava magra, pálida, fruto da dieta forçada em macrobiótica que teve de passar quando ficou escondida na casa de conhecidos no Rio de Janeiro. Seu corpo enfraquecido me chamou a atenção naquela época. Uma imagem que eu jamais esquecerei.[345]

Para Priscila, o tempo em que ela e o irmão viveram em Belo Horizonte com a avó foi de experiências e reflexões relevantes. Ela conta:

> Foi em Belo Horizonte que pude de fato me tornar Priscila Almeida Cunha Arantes. Anos antes, meu pai, quando ainda morávamos na Avenida Itaquera, tinha comentado comigo e meu irmão que nosso sobrenome não era Guimarães Silva. Naquela época, apesar da surpresa, o comentário não teve significado nenhum para mim. Eu continuava sendo Priscila Guimarães Silva, vivendo com meus pais na Avenida Itaquera. Também foi em Belo Horizonte que uma nova realidade se abriu para mim. Talvez hoje, mais madura, eu possa reconhecer o paradoxo daquela sensação. Por um lado, pude descobrir que tinha um nome de fato real, outro, este sim verdadeiro, que trazia consigo uma família, uma história; uma outra identidade. Era um mundo completamente novo que se abria para mim. Mas ao mesmo tempo, e talvez este fosse o fator que mais me assustou, assumir a minha verdadeira identidade e meu nome trouxe a perda da convivência com meus pais. E mais do que isto: a consciência de que eles estavam em uma situação de perigo iminente. É exatamente no momento que nossos nomes podiam ser utilizados, que meu pai foi preso e minha mãe ficou foragida. Obviamente este paradoxo de identidade se tornou mais acentuado em um momento de adolescência quando essas questões já são colocadas à mesa. Para além de uma mera crise de identidade, era uma real crise de identidade: seria melhor continuar sendo Priscila Guimarães Silva e poder viver clandestina com meus pais em liberdade? Ou seria melhor ser Priscila Almeida Cunha Arantes e poder viver em liberdade, com os meus pais presos? Pois, para mim, os dois estavam presos. Só depois soube que minha mãe estava escondida no Rio de

> Janeiro. Independentemente da minha opção na época, eu não tinha escolha real a fazer. Essa sensação paradoxal veio acompanhada por outra experiência que foi muito marcante na minha adolescência. Estávamos em Belo Horizonte quando dois ou três homens entraram na casa da vovó Isa dizendo que eram amigos de meus pais. Não me lembro exatamente quem foi me avisar das supostas visitas. Olhei à espreita por uma das portas da sala e tendo a nítida sensação de que aquela visita vinha carregada de alguma ameaça, me escondi debaixo de uma das mesas redondas que havia na sala de minha avó. Foi exatamente em volta dessa mesma mesa que minha avó, minha tia e os dois visitantes sentaram-se para conversar. Fiquei ali um bom tempo a escutar a conversa que não vou esquecer nunca mais: a conversa, em tom de ameaça – pois o que eles queriam saber era onde a mamãe estava – descrevia com minúcias e detalhes a tortura recebida pelo meu pai: espancamento, pau de arara, corpo inchado... quase morto. Anos depois vim saber que esses visitantes faziam parte da equipe de torturadores de meu pai. Nessa época fui acometida por uma série de desmaios, pequenos lapsos de consciência, talvez um desejo real de esquecer, por um pequeno espaço de tempo, algo que me incomodava em profundidade. Meu grande refúgio, no entanto, eram as aulas de pintura...[346]

Após cerca de um ano vivendo em Belo Horizonte com a avó, as crianças tiveram a oportunidade de reencontrar a mãe, com quem se mudaram novamente para São Paulo e, mais uma vez, tentaram retomar suas atividades habituais. Aldo ainda estava preso, e recebia visitas da família nos finais de semana. No ano de 1979, o pai foi solto, conforme relata André:

> Em agosto de 1979, foi aprovada e sancionada a Lei da Anistia. No mesmo dia da sua publicação, meu pai foi libertado do presídio de presos políticos em São Paulo, o Barro Branco. A família se encontrou novamente e passou a viver junto. Esse foi um momento muito bom. Meu pai foi eleito deputado federal por Goiás em 1982 e fomos todos morar em Brasília. Tudo diferente. Uma situação bem diferente.[347]

Sobre a soltura de seu pai, Priscila conta:

> Mas, talvez, um dos dias mais marcantes de minha vida, foi o dia em que meu pai foi solto, o mesmo da aprovação da Lei da Anistia. Ele descia a rampa do presídio, com uma pequena mala na mão. Estávamos ali, novamente, a família reunida, fora do espaço confinado das quatro paredes da prisão.[348]

Durante o período mais conturbado de sua vida, André encontrou no esporte seu refúgio, uma forma de escape. Ele narra:

> Olhando para trás, vejo como esporte e política estiveram entrelaçados em minha vida. Quando criança, minha leitura das questões sempre passou pelo corpo: alguém falava em superar obstáculos e eu me imaginava saltando barreiras em uma pista de atletismo. Diziam que era preciso ser forte, e eu me imaginava levantando um grande peso; que era necessário ser resistente, e eu me imaginava em uma maratona. Enfim, era um jeito muito particular de sentir as coisas, como foi também relacionar a vitória à opressão e o perdedor aos oprimidos. Decidir não "aparecer" por medo que minha família fosse descoberta. Enfim, cabeça de criança fantasia muito e estas coisas ecoam na adolescência. Esta foi a minha história, com cicatrizes geradas pela ditadura e com oportunidades criadas pela democracia.[349]



Figura 21: André, aos 4 anos, e Priscila, com 3 anos de idade. Fonte: ARANTES, 2014, p. 27[350]

Hoje, André é formado em Educação Física, possui doutorado em Ciências do Desporto, é ex-triatleta, professor universitário e diretor do Departamento de Esporte de Base e de Alto Rendimento do Ministério do Esporte. Priscila é formada em Filosofia pela Universidade de São Paulo, com pós-doutorado em Arte Contemporânea pela *Penn State University*, nos Estados Unidos, e professora universitária em cursos de Graduação e Pós-Graduação na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.[351]

Militantes: Maria Madalena Prata Soares e Everaldo Crispim Silva – Filho: Eduardo Neves da Silva

Eduardo Neves da Silva, nascido em 06/07/1969, é filho biológico de Maria Madalena Prata Soares e Everaldo Crispim Silva. Depois do nascimento de Eduardo, Maria Madalena iniciou um relacionamento com José Carlos Novais da Mata Machado, com quem atuava na Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil (APMLdoB). Os dois viveram casados até a prisão de Madalena e a morte de José Carlos em outubro de 1973. Eduardo viveu com o casal clandestinamente nesse período. Foi preso com a mãe e levado ao DOPS em Belo Horizonte, de onde foi resgatado pelo pai Everaldo e sua esposa Magda Maria Bello de Almeida Neves. Eduardo tem mais quatro irmãos, Dorival e Lucas, filhos de Maria Madalena, e Bruno e Priscila, filhos de Everaldo e Magda.

Eduardo (re)constrói sua vida ligando toda a sua trajetória àqueles eventos ocorridos com a sua família durante o período da ditadura no Brasil. Além de Maria Madalena e Everaldo, Eduardo considera Magda Maria, de quem herdou o sobrenome, como uma de suas mães, assim como vê José Carlos Novais da Mata Machado como um de seus pais.[352] Ele explica:

> Meu nome é Eduardo Soares Neves Silva, mas durante o período... durante a minha vida até aproximadamente uns... tenho que lembrar, deve ter sido até 93 [1993], talvez, meu nome era Eduardo Soares da Silva. Essa alteração do nome tem a ver diretamente com situação em foco, é... vou começar por isso mesmo. Eu nasci em 06/07/1969 [...] que era decisão de uma militante, né? Ter filho. A militante em questão, a minha mãe, mãe biológica, vocês vão entender isso, mãe biológica Maria Madalena Prata Soares, é, ela resolveu ter filhos, né? Ela... na verdade é uma história... antecedendo um pouco antes do meu nascimento, né? Ela e meu pai, Everaldo Crispim da Silva, se conheceram na militância, né? E se conheceram numa situação entre a... no Brasil é... ainda um pouco pacificado, é, se conheceram na verdade, foram membros de Juventude Estudantil Católica, JEC[353] e JUC[354] né? E depois participaram... isso mais pra frente, né? Da ação... fundação da AP, e depois no racha da AP [...] Eles se conheceram... eu acho que eles tiveram um relacionamento qualquer coisa como próximo de 2 anos, e depois se separaram, e aí um desses encontros, né? Eu nasci em 69 [1969] então... eu não sei exatamente qual foi, mas certamente depois de [...] 67 [1967] então alguma coisa 68 [1968], eu não sei exatamente o que houve, encontro em Belo Horizonte, a minha mãe não tava... não morava em Belo Horizonte, meu pai sim, meu pai era estudante de Medicina. Eles se encontraram, é

minha mãe foi visitar... é uma inconfidência, mas enfim, é... foi visitar o meu pai no Hospital das Clínicas, meu pai era Residente do Hospital das Clínicas, eles ficaram juntos, eu nasci dessa ocasião, já não estavam mais... já não eram mais um casal, e dessa ocasião, única ocasião, eu nasci e...e a minha mãe posteriormente, né? Ela entrou em contato com o meu pai já... não sei quanto tempo depois, enfim, meses provavelmente, falou: "estou grávida, eu vou ter o teu filho", meu pai falou: "claro, é, nós não estamos juntos, mas eu te apoio no que for". [...] Mas esse que eu vou dizer agora eu não tenho certeza, mas, enfim, como é que funciona, como é que funcionou, mas é fato que minha mãe, época que estava grávida ela pensou muitas vezes, ela tinha decidido ter o filho porque ela... é o raciocínio que ela, que ela fez, que ela já relatou em alguns...em algumas ocasiões, não só para mim, mas em situações públicas também, ela pensou assim: "bom, se a gente tá tentando é transformar o mundo e transformar o mundo para os nossos filhos, então tem que ter filho, tem que fazer filho, é, então vou ter o filho". E ela, que ela conta que isso na verdade não é que não eram, bem visto na militância, mas se sabiam que era uma situação de risco, o risco aumentava é, digamos assim as chances da... de problemas em função do fato de que uma criança na verdade é o lastro, né, ou uma âncora que então por medida precisa de uma situação fixa, pelo menos topográfica, para a coisa funcionarem bem, isso é que é... foi se tornando cada vez mais difícil ao longo do processo, fundamentalmente, na hora em que minha mãe era levada à clandestinidade.[...]minha mãe foi visitada no hospital por um monte de gente, entre essas pessoas eu fui visitado pelo Zé Carlos, né, José Carlos Novais da Mata Machado, que à época, se eu não me engano, era o dirigente da UNE, ainda não era o dirigente da AP, se tornou e que foi tão importante, para o desenrolar dessa história no Brasil. E aí... ali na situação mesmo, ele foi visitá-la no hospital, na maternidade, eu tive que ficar na maternidade alguns dias, não sei se 8 dias, alguma coisa assim, acho que nasci com icterícia. É, foi visitá-la e ali eles começaram um contato e que acabou evoluindo pra um namoro, que acabaram ficando juntos até o final, né, até a morte do Zé Carlos e a prisão da minha mãe, que é onde nós vamos chegar. Então, na verdade, voltando à questão do nome, efetivamente eu nasci Eduardo Soares da Silva e depois me tornei Eduardo Soares Neves Silva.[...] É que o Everaldo que veio me buscar na prisão, e nesse momento o Everaldo já estava casado com a minha mãe, minha outra mãe, né. Então, em geral eu me refiro assim ao meu pai, o Zé Carlos foi meu o pai em alguma medida, né. Mas, na verdade, foi meu padrasto até os 4 anos, e eu sempre me referi, né. Que eu tenho dois nomes, né. Eu posso dizer que eu tive, em um momento qualquer, dois pais,

> mas hoje eu tenho um pai e eu tenho ainda duas mães. Essa segunda pessoa, né, com a qual meu pai estava casado, e que no momento em que ele me resgatou da prisão, chama Magda Maria Bello de Almeida Neves.[...]acho que foi em 93 [1993], uma coisa do gênero, 93 [1993] provavelmente, um pouco depois eu troquei meu nome, eu incluí o sobrenome da minha mãe, da minha segunda mãe que é a Magda, Magda Maria Bello de Almeida Neves.[...]e eu tenho quatro meio irmãos, em função dessa... é confusão aí.[355]

A escolha da militante Maria Madalena de ter filhos acabou por envolver muitas pessoas, Everaldo, José Carlos e, posteriormente, Magda Maria, além da vida dos próprios filhos. A vida da família, que depois do nascimento de Eduardo, era composta por Maria Madalena e José Carlos, mudou bastante com o seu nascimento e o endurecimento das forças ditatoriais brasileiras. Eles saíram para a clandestinidade, fazendo trabalho de base em comunidades de todo o País. Eduardo relembra o período:

> Se trata de formação política, organização de trabalhadores e, em alguma medida, uma assistência jurídica, social, etc., de uma série de comunidades e grupos... [...] nesse período eu sei que nós vivemos em muitos Estados do Brasil, portanto em 70 [1970] [...] a gente viveu em muitos lugares do Brasil. Alguns deles são fixados, a gente sabe aí que muitas pessoas que nos acolheram não estavam na militância, não tiveram nenhum... não tiveram que lidar com grande problema da memória que é, em que medida eu mantenho a memória, em que medida eu a refaço, em que medida eu a esqueço, né? [...]De um atendimento político, jurídico, social a comunidades ou pessoas em dificuldades e tal, tem a ver um pouco, claro, né? Com a militância em *stricto sensu*, tem a ver com isso que era um certo espírito e um propósito de tempo transformador, e certamente tem lastro teórico, né? Tem um foco numa transformação radical do mundo, via revolução ou reforma; os debates todos da época, mas isso é sempre menos notável, isso sempre... é como eu, no final das contas, longa trajetória vim a me especializar em Filosofia contemporânea, e esses autores todos que estão na Filosofia contemporânea, eu sei, né? É por contraste, eu estou lidando há 30 anos, né? Eu sei, por contraste, que o papel é formativo, né? [...] o Zé Carlos, Madalena e esse povo todo ficassem o dia inteiro sentado lendo Marx e sei lá, história e consciência de classe. Não era isso, então que as disputas efetivas, teóricas que existiam, né? Entre trotskismo, Segunda Internacional, etc, né? Que mobilizava uma parte da discussão, maoísmo, que elas fossem efetivamente o dia a dia dos indivíduos, aquilo em certo sentido funcionado como...

como um mote, como um motivo e nesse sentido funciona também como um objetivo, a teoria funcionava um pouco como orientação, é da prática, nesse sentido, mas não era isso o dia a dia das pessoas, as pessoas trabalhavam, e aí é isso que a Madalena e o Zé Carlos, em geral, estavam inscritos em empresas como operários, é operário de construção têxtil, operário construção...teve metalurgia, é o que mais que trabalhavam? É em coisas mais próximas de assistência social mesmo então...[356]



Figura 22 – José Carlos e Eduardo. Fonte: Acervo pessoal[357]

Nesse percurso, a família ficou mais tempo em Fortaleza, onde José Carlos auxiliava na formação de um sindicato. Foi um período muito difícil e precário, Eduardo teve problemas de saúde. E quando as coisas se complicavam e o casal supunha que estava sendo vigiado, deixavam os filhos com vizinhos. Nesse sentido, Eduardo afirma:

> eu acho que talvez o todo da vida seja importante, né? Mas as... o modo, as partes, os pedaços da vida eles são meio arbitrários, desconectados, eu acho que isso é um pouco a minha experiência dessa coisa toda, em alguma medida eu carrego isso comigo. Há um esforço contínuo ao longo da minha vida inteira [...] A minha... o que eu sou no fundo é isso, é a soma... é [...] da forma, esses fragmentos. Mas, eu acho que essa experiência fragmentária, ou fragmentada, da existência, ela caracteriza muito o modo como eu vejo o mundo, como eu me coloco, né. Evidente, não... eu não tô dizendo que eu sou... eu sou até bastante coeso, é quase o

> contrário... eu tenho um esforço... eu chego a isso também, é um esforço de coesão, de concentração e de trabalho brutal, mas é porque no fundo eu sinto que se eu não fizer isso, desmonta tudo, né. E talvez eu acho que tem, né? Tem uma relação com esse trem de uma vida pingada, né. De uma vida aqui e lá, não uma vida, assim, que se tem pais, mães, um pai some e a mãe desaparece, aí tem uma outra mãe, um outro pai, e depois a mãe anterior volta, enfim.[358]

Em 1972, com dois filhos, José Carlos e Madalena resolveram articular a saída da família do País, pois muitos de seus companheiros de militância estavam "caindo", ou seja, muitos militantes estavam sendo perseguidos, presos, torturados e até mortos. Os dois sentiam que os agentes da ditadura estavam em seu percalço. Nesse processo de tentativa de saída do Brasil, em outubro de 1973, a família se separou. Madalena ficou com Eduardo em um sítio da família na Região Metropolitana de Belo Horizonte enquanto esperavam José Carlos, que estava vindo de São Paulo com dois cunhados.[359] No caminho, José Carlos foi reconhecido, preso e levado para Recife. Madalena e Eduardo foram presos no sítio e levados ao DOPS de Belo Horizonte.

> Eu fiquei algum tempo lá na prisão com minha mãe. Esse tempo é um tempo bem disputado, eu não faço menor ideia, tinha 4 anos [de idade], né? A minha mãe fala... acho que ela fala, é 2 dias, a minha tia que acompanhou esse processo inteiro, né? A minha tia chama... bom, é conhecida, né? Eleonora Menicucci[360] diz que foi um pouco mais, e os Mata Machado também acham que foi um pouco mais, mas, enfim, eu vou ficar com dois, né? Mas de qualquer forma é isso, eu fiquei alguns dias lá até o momento em que, é... aminha mãe consegue entrar em contato, com... acho que imediatamente ela entra em contato, que eles avisam que ela tá lá [...] "Sua nora tá presa com o filho dela", e avisam ao professor Edgar e a Dona Yedda e aí começam uma articulação louca lá, e eles conseguem entrar em contato com o meu pai.[...] então o que acontece é que eu saio da prisão, provavelmente no dia 25, vamos fazer um médio, a gente é pego 22, minha mãe acha então que eu saí lá pro o dia 23 e o resto acha 25. Então tá bom! Vamos dizer que no dia 24, eu tô em 73 [1973], eu passo a morar com meu pai, é, e com a Magda minha mãe, e aí, logo depois disso, isso é outubro, se eu não me engano, em fevereiro de 74 [1974] eu já morava na França, ou janeiro de 74 [1974] então, uns três meses depois tenho um corte bruto na minha vida, né? Eu tenho novo pai, nova mãe e moro em outro país, falando outra língua. Então, isso é realmente uma chave de compreensão do processo posterior, né?[361]



Figura 23 – Eduardo e a sua professora em Fortaleza em 1972. Fonte: Acervo pessoal[362]

Sobre a "queda" de Madalena e José Carlos, Eduardo explica:

> O que foi essa queda, né? Isso em outubro de 73 [1973], um pouco antes, na verdade, em agosto já começa os dirigentes da AP, 16, 16, sei lá, um número x, mais de 15, menos de 20 dirigentes da AP entre eles o Zé Carlos, o Honestino[363], um monte de gente cai, eram mortos dois, três, quatro por semana, né? Pouco tempo caem todos, né? Todos os "apare-

lhos" importantes da AP no Brasil, os mais importantes "aparelhos", os mais importantes personagens, em alguma medida dessa história, são presos, mortos, torturados, desaparecidos, né? E muito, muito mais muito posteriormente nós ficamos sabendo, em 80, [1980] né? Eu acho que a coisa pública em 1980. Nós ficamos sabendo que o delator disso tudo é o... foi o meu tio, né? Irmão da Madalena. Durante o período grande a minha mãe já falou isso comigo, já conversou isso comigo, eu já ouvi de outras pessoas o outro lado da história, então é fato isso. Durante um tempo grande, até por conta dessa frase[364], essa sentença que rodou o mundo, digo, a impressão de muita gente é que quem tinha sido a delatora que a partir daí é uma... [...] um jogo de dominó, tinha sido minha mãe e ela foi muito "ostracizada", né? Por isso, né? Principalmente no estado de São Paulo, cidade de São Paulo [...] A minha mãe sabe, muito antes disso, né? Muito antes dessa história dela ser considerada traidora da pátria. [...] É...mas enfim, então, é, minha mãe passou muito tempo com esse negócio, né? Ela ficou presa um tempo no... Primeiro no DOPS, depois encaminhada para penitenciária, não sei, 1 ano e 8 meses, dois anos, e aí depois ela vai pro nordeste do Brasil, aí tem um período no Rio, aí depois tem um longo período em Cuba. Ela fica, acho que sete anos em Cuba, em Cuba ela se reconstrói, faz uma nova vida. [...] Durante esse período todo daí... nós temos cartas, muitas cartas. Nós mandamos carta da França e depois a gente volta para o Brasil em 74, 75 [1974, 1975] já tô no Brasil, eu estou aqui em Belo Horizonte, mas ela não tá em Belo Horizonte, a gente continuou trocando cartas, etc. E esse período todo de troca de cartas é um período em que eu... é na verdade eu tive pouquíssimo contato... pessoal, né? Com minha mãe... eu, na verdade tava completamente inserido no seio dessa outra família, no outro pai e outra mãe, e ela, aos poucos, esse período todo, né? Um período longo de 5 até os 13 provavelmente. Porque 13 anos? Porque 13 anos nós, eu e o Dori, viajamos para ficar um tempo com ela em João Pessoa, nós ficamos em João Pessoa um bom tempo com ela, acho que 40 dias, aí logo depois, um pouco depois, é nós ficamos um tempo com ela também em Florianópolis, aí depois ela mudou pra Uberaba, aí eu encontrei com ela. Teve um período longo no Rio de Janeiro também, ficamos uns 40 dias no Rio de Janeiro, ou seja, ali começa a estabelecer certa relação de que tempo em tempo eu e Dori, ou então só eu, ia pra casa dela e ficava lá um mês, né. Então começa a restabelecer uma relação, mas tem um período longo aí de 4 aos 13 [anos] que nossa relação era por cartas, né? Eventualmente fita, ela mandava umas fitas também, pediu pra mandar alguns desenhos, fitas [gravação], e aí aos poucos esse momento... essa coisa toda desconstrói, né?[365]

Sobre a captura de José Carlos e Madalena, Eduardo explica:

> Anteriormente, foi isso, mais ou menos em 72 [1972], ou seja, a gente é preso em 73 [1973], então um ano antes. A Martinha, a Marta, irmã mais nova da minha mãe, muito querida, xodó da família, começa mexer com movimento secundarista, ela começa a engajar-se politicamente dentro do movimento secundarista ainda muito nova, e aí o Gil, é contatado pela polícia, e eles falam pro Gilberto assim: "olha, se você não quer que sua irmã mais nova dance, você dá um jeito de seguir a sua irmã mais velha, a gente não quer nada com a sua irmã mais velha a gente quer com o marido dela, o Zé Carlos." E aí o Gil aceita, né? E aí ele se torna, né? Delator. O Gil na verdade foi quem levou minha mãe primeiramente na militância, lá antes de eu nascer em 67 [1967], né? O Gil era militante e depois desencantou completamente, né? Essa coisa que é tão comum, né? E que é o... né, se eu for dar salto no presente, é o que em breve acontecerá, né? No Brasil, que é o fato do desencanto levar o ressentimento, o ressentimento levar ao contrário, né? Ao contrário da sua posição anterior. E aí exatamente aconteceu com o Gil, e que acontece o tempo todo, né?[...] Mas enfim, então o Gil... ele esteve muito envolvido nos tempos de 66, 67 /1966, 1967], aí depois desencanta, começa a achar que aqueles caras são uns idiotas e vira a casaca completamente para usar uma expressão, é vulgar mas... claro, é vira-casaca completamente quando já era contrário. Há um movimento, digamos assim, quando ele é procurado pela polícia e no início casa bem com, digamos assim, com essa nova adesão externa também superficial, uma nova ideologia, uma ideologia diferenciada da anterior; e ele começa a tentar reatar contato com a Madalena. Primeira vez que ele a procura, se eu não me engano, a Madalena tá em Goiânia. Ele procura, ela acha estranho, [...] É, que ela acha estranho inicialmente, mas tudo bem! Ela não fala nada, ela não deixa acontecer nada, mas o Zé Carlos lá pelas tantas, na conversa entre eles, né? A minha mãe expõe isso pro Zé Carlos, Zé Carlos fala: "não, nós estamos precisando de gente, é seu irmão, vamos sim, vamos aos poucos reintroduzi-lo" e etc., e aí ele consegue começar a ter algum contato com eles. E aí num momento específico, o Zé Carlos e minha mãe já estão preparando, né? Isso aí já na virada de 71 [1971] pra 72 [1972], já estão preparando pra tentar sair do Brasil, e o Gil tá lá o tempo todo muito próximo, é tentando ficar muito próximo, a minha mãe tá num lugar comigo, o Zé Carlos tá em outro, o Dori provavelmente já nascido devia tá aqui em Belo Horizonte, sei lá, e aí essa... há uma combinação deles, de tentarem se encontrar num... é em São Paulo, e pra tentar ir todo

mundo junto. É alguns dias antes, é... e o Gil encontra uma vez com o Zé Carlos rapidamente. O Zé Carlos é super... têm muitas pessoas testemunhas, é superafetivo, supervirtuoso e fala assim: "ô, Gil, que bom que cê tá querendo voltar, vamos ver como é que a gente faz, você conversa isso com calma"... e aí o Gil vira pra ele e fala assim: "é, vamos trocar de casaco", o que eu tinha dito lá no início, "vamos trocar de casaco, porque você tá com esse casaco aí há muito tempo, essa sua roupa já tá visada e tal", o Zé Carlos falou assim: "é, faz sentido", e troca de casaco, mas era o sinal, né? O Gil tinha um casaco específico pelo menos, sei lá, né? Verde fúcsia [sic]. É... e ele troca de casaco com o Zé Carlos, e aí, assim, a polícia sabe quem é o Zé Carlos, mas eles já tão de olho no aparelho ou, pelo menos, digamos, no prédio do aparelho, né? Fica um monte de gente de tocaia na região, alguns numa esquina, outros na outra, não sabe exatamente aonde é, porque o cara entra, sai, aí ele pula o muro e aí volta, né? É assim todo dia pra ir... pra voltar pra casa, né? Pula o muro, desce no ônibus, desce três pontos antes, no outro desce um ponto depois, aí vai a pé, aí entra num bar, ficam duas horas no bar, sei lá, né? Isso tudo pra despistar, então, eles têm... eles sabem mais ou menos onde é, mas não sabem exatamente, sabem de uma indicação mais precisa, a indicação é essa. Aí, ele troca de casaco e aí a polícia consegue saber quem é o Zé Carlos, e consegue seguir o Zé Carlos, é, é, na entrada, né? É na hora que o Zé Carlos entra no... acho que é um fusca, entra num fusca do Adalberto e do João Paulo, deita lá atrás, senta lá atrás naquele negocinho lá tipo... chamava chiqueirinho, senta lá atrás e aí ele, sabe, segue, e aí só pegam... só... tentam encontrar a melhor oportunidade. E aí nesse momento aí o Gil é superelogiado, né? O cara fala assim: "ah, muito bom! Você foi ótimo! Pegamos o homem, sei lá o quê". E aí, é isso aí, o Gil some da história. Aí muito tempo depois... eu tô achando que é 76, [1976] tô chutando 76 [1976], eu já tava no Brasil, portanto, ele procura a minha mãe, fala que tem uma coisa pra falar com ela, pede pra ela gravar, ela com o gravador, aí ele conta a história inteira, fala... porque aí a coisa degringola muito rapidamente, né? São... é muita gente, muitos... os inicialmente cento e vinte um, cento e não sei quantos mortos, dezenove ou dezessete são diretamente relacionados ao...ao Gilberto, um décimo dos mortos, é, nesse primeiro momento, né? Que depois o número foi aumentando [...] Tem a ver diretamente com o Gil, eu acho que isso o mobilizou em algum momento, ele gravou esse negócio pra minha mãe, deixou lá. Então minha mãe passou muito tempo sabendo disso, eu acho que só a Eleonora sabe, a única pessoa que soube disso desde o início [foi] a Eleonora, minha

mãe contou. A Eleonora falou: "você quer contar pra todo mundo, precisa nem de falar sobre nada", [Madalena fala] "consigo nem falar o bom dia!"[...] Mas enfim, aí o que acontece é que, em 80 [1980], a [Revista] Veja começa... a Veja! Começa a ter uma atuação mais decisiva [...] É, mas antes disso, tem uma capa... eu não lembro exatamente o chamado nem nada mais, a capa é alguma coisa mais um delator abriu uma coisa assim, e aí tem uma longa entrevista com o Gil, em que ele conta tudo, né? Aí muda completamente... Eu acho que muda também o modo como a minha mãe encara essa questão, e acho que aí talvez ela começa a falar, aí a minha mãe começa a discutir isso, falar sobre isso, começa a tentar reconstruir essa história, juntar os caquinhos, até então eu acho que ela tava no estado de estupor, né, ela deve ter vivido uns sete anos sem saber exatamente onde ela estava. Enfim, porque não tem mais nada, né? O marido morreu, o filho não é mais filho, o outro também não é mais filho e todo mundo te odeia, né? Realmente, né? [...] Não, não vou entrar nisso não, não é situação de fazer uma crítica ao resto do mundo, né? Vão fazer crítica realmente em quem realmente é o gerador do problema. Mas, enfim, aí é isso a...a minha mãe passa sete anos nesse negócio e aí a partir de 80 [1980] ela começa a se reencontrar, reconstruir, etc., aí coincide porque aí eu já tô com 11 anos, eu passei esse tempo todo vivendo um sentimento de perda, é? O sentimento é de abandono, né? Demostra sentimento de abandono, então a minha mãe não ficou comigo e eu... tudo bem, eu adoro meu pai, minha mãe, mas tem uma outra mãe que não ficou comigo, não quer saber de mim, etc. e tal, embora essas cartas estão aí, as cartas... mas as cartas normalmente tem duas linhas eu vou mostrar pra vocês as cartas assim, "mamãe gosta muito de você! Mamãe te ama!" É, sei lá, "seja feliz!" Não tem nada, né? São cartas, na verdade, uma expressão meio brutal de afeto, sem muito mais do que isso, sem... elaboração. Começa, eu acho, da parte dela e, portanto, da minha parte também, porque em certo sentido eu guardei isso como "ok isso aí eu... uma coisa que eu não vou conseguir mexer com isso sozinho, então fica aí nesse canto, aí eu toco minha vida", uma nova vida que eu tenho desde os 4 anos, então como se eu tivesse duas temporalidades, eu tenho 47 [anos] hoje e 43, em certo sentido também. É, então é... aí começa uma elaboração dela e aí a gente começa a se reaproximar, e aí a partir de 80 [1980], aí tem essas visitas todas, eu vou a João Pessoa, vou a Florianópolis, vou ao Rio, é, vou a Uberaba, vou a Uberlândia, mas aí eu já tô aumentando, é vou a Brasília, vou aumentando muito o espaço temporal, né? O escopo temporal, aí já juntando, 20 anos.[366]

Eduardo analisa sua vida:

> A minha vida é uma... eu sou integralmente isso, essa história, né? Eu me sinto... essa história integralmente. Tudo. Todos os meus passos... eu nem penso, não tem nada de consciência. Não é assim: "ah, vou fazer isso!" Mas eu vejo como o modo como sou, o modo como eu... como eu lido com o mundo, como eu lido com as pessoas, ele tá todo marcado por esse... por essas duas situações... por duas ou três situações talvez, né? Por esse período inicial, que é um período de muito afeto, muita expectativa, muita esperança, mas, ao mesmo tempo, muita atividade, muita... evidente que eles eram superafetuosos, então eu sou protegido da brutalidade, mas você vê a brutalidade, você sente a brutalidade. Aí depois, em outro momento que é o momento de ruptura e um momento de reconstrução, que se segue talvez aí dentro desse momento de reconstrução, também tem um momento de reelaboração da história. Então, eu sou isso, né? Eu acho que isso me marca integralmente em todas as coisas que eu faço, no modo como eu constituo relacionamentos, nas escolhas que fiz profissionais.[367]



Figura 24 – Everaldo, Eduardo e Dorival. Fonte: Acervo pessoal[368]



Figura 25 – Maria Madalena. Fonte: Acervo pessoal[369]

Eduardo também conta como chegou onde está hoje, professor universitário e chefe do departamento de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Ele, depois de passar pelos cursos de Engenharia e Física, encontra-se na Filosofia Política:

> Sucintamente, o pensamento radical, o que quer que seja isso, né? Ainda teve crítica e eu mergulhei naquilo que eu

> vim a fazer na maior parte da minha vida; no fundo uma reflexão sobre a Teoria Social, ou seja, hoje eu me considero um filósofo da Teoria Social, um filósofo social, alguém que trabalha entre Filosofia Política e Filosofia Social; no fundo que eu chamo o modo como caracteriza isso é Teoria Social. Relação de Teoria Política e Teoria Social. [...] Aí, em 2009, eu entrei na universidade, eu realmente entrei nesse processo, resolvi abraçar essa coisa da universidade, da vida pública, da universidade pública, em certo sentido, é uma vida pública, é, realmente, né, eu criei aí já imediatamente um grupo de pesquisa, que é um grupo de pesquisa superforte que na verdade...é... eu tô lá é formando.[...] Então, no final das contas acabou que a minha pesquisa é sobre Brasil contemporâneo [...] Eu na verdade, embora isso sempre esteve presente, eu sempre estudei teoria critica, eu sempre estudei Foucault, etc, mas esses eram temas teóricos e eu realmente não tava engajado, a partir disso eu vou dar um recado, meu recado sobre o real, né?[370]

Sobre seu percurso afetivo, Eduardo conta que vive há muitos anos com Dora e que juntos adotaram duas crianças:

> Em 2009, nós adotamos o Antônio, é um "tchuco", que eu amo! Adotamos em... eu falo isso claramente, em duas horas. Duas horas! Eu disse "gente, esse menino saiu de mim, vingou de mim, *pluft*, né?" Não consigo nem pensar não viver com ele e tal, eu realmente, é uma relação construída evidentemente, mas... e é isso, é quase a demonstração da construção, né? [...] Aconteceu, evidentemente, e o Antônio é do jeito que é. Adoção no Brasil, né? É um menino negro. [...] O Antônio chegou com 3 anos, a gente sabe que o Antônio tinha dois irmãos biológicos, a Priscila e o Bernardo.[...] Então, aí, a gente resolveu: "então, vamos adotar o Bernardo" [...] Bernardo tinha 11 anos, ninguém adota um menino de 11 anos, é um outro tipo de adoção, né? O irmão biológico tornou-se irmão integralmente não apenas biológico. Hoje funciona perfeitamente, maravilhoso [...] que são as coisas afetivas no percurso é esse meu... a minha, o meu impulso inicial, é um pouco, me desculpa a referência, né? É uma coisa pernóstica, fazer esse tipo de referência, mas é um pouco esse negócio de cuidar das ruínas, né, *a la* Benjamin[371], tá tudo arruinado, é um horror. Você tem que dar um jeito, cê tem que tentar fazer com que as coisas se juntem, os momentos que se perderam sejam minimamente fixados, recuperados pela memória.[372]

Por fim, sobre rememorar os eventos de sua vida, Eduardo afirma:

Dá sentido à vida a partir da coleção desses momentos todos fragmentários, dessa coisa, vem uma marreta e esmigalha tudo, todos os seus sonhos, a sua vida inteira e você tem que tentar segurar o sentido da vida, é um pouco segurar essas migalhas, é tentar fazer disso um todo, e é o que eu tentei fazer.[373]

13.5 Casos a serem investigados

Ao longo do trabalho foram identificados vários casos, em especial relacionados à população camponesa, que poderiam atender aos critérios estabelecidos e serem também investigados e relatados. Entretanto, o tempo de pesquisa de que a Covemg dispunha, em razão das dificuldades de financiamento e das próprias características das investigações necessárias, não foi possível esclarecer tais casos. Estes deverão ser indicados posteriormente, para novas e precisas investigações.

NOTAS

1. Brasil, 2009, p. 30
2. São Paulo (Estado). Assembleia Legislativa. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva". Infância Roubada, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil, São Paulo, ALESP, 2014.
3. BRASIL. *Relatório CNV*: Mortos e Desaparecidos Políticos, Volume III. Brasília: CNV, 2014, p. 427.
4. No período em que trabalhou – janeiro a agosto de 2017 – o Grupo D, da Subcomissão VI, investigou e relatou trinta e três casos, tendo coletado trinta e três testemunhos, nas formas apontadas acima, durante os meses de abril a julho de 2017. Os casos, em cada uma das categorias trabalhadas, são apresentados por ordem alfabética.
5. Em outubro de 1968 foi realizado o 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes na cidade de Ibiúna/SP. Estavam reunidos clandestinamente na Fazenda Mucuru mais de mil estudantes. O grande número de pessoas na cidade fez desconfiar as forças repressoras, que invadiram o local e prenderam os estudantes.
6. Em 1968, dissidentes do PCdoB ingressaram na luta armada contra a ditadura na aérea rural na região do Rio Araguaia. Lá, realizaram trabalho de base com os ribeirinhos e camponeses. Um dos líderes foi Carlos Marighella. Com espionagem, o Exército brasileiro consegue se infiltrar na guerrilha e até 1975 realiza três campanhas para derrubar o movimento. Quase todos os guerrilheiros foram mortos pelo Estado brasileiro, muitos deles são considerados desaparecidos políticos.
7. Arq. CNV, Relatório: Mortos e Desaparecidos Políticos, Volume III. Brasília: CNV, 2014 pp. 1325-1329.
8. GRABOIS, João Carlos Schmidt de Almeida. A história que o menino não queria ouvir a mãe contar. In: *Infância Roubada: Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. São Paulo: ALESP, 2014, p. 271.
9. ALMEIDA, Crimeia Alice Schmidt de. In: *Infância Roubada: Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. São Paulo: ALESP, 2014, p. 277.
10. GRABOIS, João Carlos Schmidt de Almeida. A história que o menino não queria ouvir a mãe contar. In: *Infância Roubada: Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. São Paulo: ALESP, 2014, p. 274.
11. GRABOIS, João Carlos Schmidt de Almeida. A história que o menino não queria ouvir a mãe contar. In: *Infância Roubada: Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. São Paulo: ALESP, 2014, pp. 271-72.
12. GRABOIS, João Carlos Schmidt de Almeida. A história que o menino não queria ouvir a mãe contar. In: *Infância Roubada: Crianças atingidas pela Ditadura Militar no B*rasil. Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. – São Paulo: ALESP, 2014, p. 272.
13. Ver Relatório Covemg, Cap. Mortos e Desaperecidos. Ver também: Arq. Covemg, GONÇALVES, Dejamilton; GOLÇALVES, Elaine; GONÇALVES, Chirlene. Depoimento. [maio 2017]. Entrevistadoras: Mariane

Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (51 min.).

14. Covemg, GONÇALVES, Dejamilton; GOLÇALVES, Elaine; GONÇALVES, Chirlene. Depoimento. [maio 2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (51 min.).
15. Arq. Covemg, GONÇALVES, Dejamilton; GONÇALVES, Elaine; GONÇALVES, Chirlene. Depoimento. [maio 2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo. mp3 (51 min.).
16. Região tradicionalmente industrial do estado de São Paulo, parte da Região Metropolitana de São Paulo. A sigla vem das três cidades, que, originalmente, formavam a região: Santo André (A), São Bernardo do Campo (B) e São Caetano do Sul (C).
17. Arq. Covemg, GONÇALVES, Dejamilton; GONÇALVES, Elaine; GONÇALVES, Chirlene. Depoimento. [maio 2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo. mp3 (51 min.).
18. Arq. Covemg, GONÇALVES, Dejamilton; GONÇALVES, Elaine; GONÇALVES, Chirlene. Depoimento. [maio 2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo. mp3 (51 min.).
19. Arq. Covemg, GONÇALVES, Dejamilton; GONÇALVES, Elaine; GONÇALVES, Chirlene. Depoimento. [maio 2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo. mp3 (51 min.).
20. Arq. Covemg, GONÇALVES, Dejamilton; GONÇALVES, Elaine; GONÇALVES, Chirlene. Depoimento. [maio 2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo. mp3 (51 min.).
21. Arq. Covemg, GONÇALVES, Dejamilton; GONÇALVES, Elaine; GONÇALVES, Chirlene. Depoimento. [maio 2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo. mp3 (51 min.).
22. Arq. Covemg, GONÇALVES, Dejamilton; GONÇALVES, Elaine; GONÇALVES, Chirlene. Depoimento. [maio 2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo. mp3 (51 min.).
23. Arq. Covemg, GONÇALVES, Dejamilton; GONÇALVES, Elaine; GONÇALVES, Chirlene. Depoimento. [maio 2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo. mp3 (51 min.).
24. Denize Peres Crispim é filha de José Maria Crispim e Encarnacion Lopes Peres - ambos militantes durante a ditadura militar - e irmã de Joelson Crispim. José integrava a bancada Constituinte do PCB em 1946, e foi cassado junto com os outros integrantes do Partido em 1947, enquanto que Encarnacion era militante da Vanguarda Popular Revolucionária, tendo sido presa e banida do País em 13/01/1971 por ter participado do sequestro do embaixador da Suíça no Brasil, Giovanni Enrico Bucher. Joelson foi militante da VPR, até ser morto em 22/04/1970, em uma emboscada preparada por agentes do DOI-CODI/SP. Brasil. *Relatório CNV.* Mortos e Desaparecidos Políticos. Volume III. Brasilia. CNV, 2014. pp.390-393
25. Idem, pp.498-504
26. GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*: As ilusões armadas. 2 ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
27. FILHO, Expedito. Autópsia da sombra. *Revista Veja*. São Paulo, edição 1262, nº 47, pp. 20-32, novembro de 1992.
28. A versão divulgada pelos militares diz que Eduardo morreu durante um tiroteio na cidade de São Sebastião, em São Paulo.
29. BRASIL. *Relatório CNV:* Mortos e Desaparecidos Políticos, Volume III. Brasília: CNV, 2014, p. 498-504.
30. CRISPIM, Eduarda Ditta Peres. Depoimento. *Documentário Repare Bem*. 2012. Direção: Maria de Medeiros. Brasil/Itália/França. [95 min].
31. CRISPIM, Eduarda Ditta Peres. Depoimento. *Documentário Repare Bem*. 2012. Direção: Maria de Medeiros. Brasil/Itália/França. [95 min].
32. MEMÓRIAS da Ditadura. Eduardo Collen Leite. Disponível em:http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/eduardo-collen-leite/index.html.
33. CRISPIM, Eduarda Ditta Peres. Depoimento. *Documentário Repare Bem*. 2012. Direção: Maria de Medeiros. Brasil/Itália/França. [95 min].
34. CRISPIM, Eduarda Ditta Peres. Depoimento. *Documentário Repare Bem*. 2012. Direção: Maria de Medeiros. Brasil/Itália/França. [95 min].
35. No dia 07/12/2010, a Câmara Municipal de São Paulo concedeu o título de cidadão paulistano*, in memorian*, para Eduardo Collen Leite, em respeito à sua luta deste contra a ditadura militar.
36. CRISPIM, Eduarda Ditta Peres. Depoimento. *Documentário Repare Bem*. 2012. Direção: Maria de Medeiros. Brasil/Itália/França. [95 min].
37. CRISPIM, Eduarda Ditta Peres. Depoimento. *Documentário Repare Bem*. 2012. Direção: Maria de Medeiros. Brasil/Itália/França. [95 min].
38. CRISPIM, Eduarda Ditta Peres. Depoimento. *Documentário Repare Bem*. 2012. Direção: Maria de Medeiros. Brasil/Itália/França. [95 min].
39. CRISPIM, Eduarda Ditta Peres. Depoimento. *Documentário Repare Bem*. 2012. Direção: Maria de Medeiros. Brasil/Itália/França. [95 min].
40. CRISPIM, Eduarda Ditta Peres. Depoimento. *Documentário Repare Bem*. 2012. Direção: Maria de Medeiros. Brasil/Itália/França. [95 min].
41. A Comissão de Anistia foi criada em 13/11/2002, pela Lei 10.559, tendo como objetivo contatar as vítimas da ditadura, as reparando moral e economicamente pelos "atos de exceção, arbítrio e violações aos direitos humanos cometidos entre 1946 e 1988". Eduarda teve seu reconhecimento publicado no Diário Oficial da União em 2010.
42. CRISPIM, Eduarda Ditta Peres. Depoimento. *Documentário Repare Bem*. 2012. Direção: Maria de Medeiros. Brasil/Itália/França. [95 min].
43. Arq. Covemg MORAES, Glaucy Marise Aranha de. Depoimento [junho 2017]. Entrevistadores: Helena Amorim, Janaina Campos de Freitas Breguelmas e Augusto Borges. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo.mp3.
44. BRASIL Relatório CNV. Mortos e Desaparecidos Políticos. Volume III. Brasília. CNV, 2014 p.1761-1763
45. MORAIS, Glaucy Marise Aranha de. Depoimento [junho 2017]. Entrevistadores: Helena Amorim, Janaína Campos de Freitas Breguelmas e Augusto Borges. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3.
46. Flávio se candidatou ao cargo de prefeito da cidade de Corinto/MG.

47. Covemg, MORAIS, Glaucy Marise Aranha de. Depoimento [junho 2017. Entrevistadores: Helena Amorim, Janaína Campos de Freitas Breguelmas e Augusto Borges. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3.

48. Covemg, MORAIS, Glaucy Marise Aranha de. Depoimento [junho 2017]. Entrevistadores: Helena Amorim, Janaína Campos de Freitas Breguelmas e Augusto Borges. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3.

49. Coveng, MORAIS, Glaucy Marise Aranha de. Depoimento [junho 2017]. Entrevistadores: Helena Amorim, Janaína Campos de Freitas Breguelmas e Augusto Borges. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3.

50. A moça a que Glaucy se refere é Iris Matuzinha Ferreira Martins, uma jovem de 16 anos à época do episódio narrado. Ela teria se mudado do interior de Minas Gerais para Belo Horizonte para trabalhar na casa da família.

51. Covemg, MORAIS, Glaucy Marise Aranha de. Depoimento [junho 2017]. Entrevistadores: Helena Amorim, Janaína Campos de Freitas Breguelmas e Augusto Borges. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3.

52. BRASIL. *Relatório CNV*: Mortos e Desaparecidos Políticos, Volume III. Brasília: CNV, 2014, p. 1761-1763. Ver também o relatório sobre mortos e desaparecidos políticos da Covemg.

53. Covemg, MORAIS, Glaucy Marise Aranha de. Depoimento [junho 2017]. Entrevistadores: Helena Amorim, Janaína Campos de Freitas Breguelmas e Augusto Borges. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3.

54. Covemg, MORAIS, Glaucy Marise Aranha de. Depoimento [junho 2017]. Entrevistadores: Helena Amorim, Janaína Campos de Freitas Breguelmas e Augusto Borges. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3.

55. Covemg, MORAIS, Glaucy Marise Aranha de. Depoimento [junho 2017]. Entrevistadores: Helena Amorim, Janaína Campos de Freitas Breguelmas e Augusto Borges. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3.

56. Covemg, MORAIS, Glaucy Marise Aranha de. Depoimento [junho 2017]. Entrevistadores: Helena Amorim, Janaína Campos de Freitas Breguelmas e Augusto Borges. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3.

57. Arq. APM, CONEDH. Glaucy Marise Aranha de Morais. Caixa 19, Processo 058.

58. BRASIL. *Relatório CNV:* Mortos e Desaparecidos Políticos, Volume III. Brasília: CNV, 2014, p. 1761-1763.

59. Por sua vez, o GTNM / RJ levou em consideração a transmissão transgeracional dos danos causados pelo terrorismo de Estado entre os descendentes dos afetados diretos, desde que estejam ligados às produções atuais de subjetividade contra silenciamento, negação e impunidade da nossa história recente. Seus efeitos marcam o corpo e a vida dos afetados diretamente, o de seus filhos e se espalham pelo corpo social, constituindo parcerias complexas e únicas. Privilegiando o dispositivo do grupo clínico como uma estratégia de intervenção para a experiência privada da violência, buscou-se, além de investigar as modalidades de sofrimento observadas na clínica, problematizar os efeitos da subjetivação produzidos pela violência estatal e construir ferramentas clínico-políticas para a produção de memória, desindividualização e privatização de danos. Dano transgeracional: consequências da repressão política no Cone Sul. Santiago, Chile. 2009. p.5. [tradução nossa]

60. Covemg, MORAIS, Glaucy Marise Aranha de. Depoimento [junho 2017]. Entrevistadores: Helena Amorim, Janaína Campos de Freitas Breguelmas e Augusto Borges. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3

61. As "reformas de base" começaram a ser discutidas em 1958 pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e intencionavam realizar mudanças nas estruturas presentes no Estado, no que tangia ao social, econômico e político, visando uma melhoria no problema da desigualdade social no País. Quando João Goulart assume a presidência em 1961, adota essas reformas como plano de governo, o que envolveria realizar um conjunto de ações, como reforma agrária, administrativa, bancária e fiscal, além de medidas de cunho nacionalista, como um controle maior de investimentos estrangeiros, o que tornaria o Estado mais interventor. Entretanto, para realizar tais reformas, principalmente a agrária, a Constituição de 1946 teria de ser alterada, mas os conservadores não concordavam com tal ato. Em 1963, os movimentos populares se tornaram mais fortes, e os militantes pressionavam o governo para a implementação das reformas. Já em 1964, o presidente ainda tinha dificuldades em negociar com os conservadores para a implementação da agenda, mas com o golpe em 31 de março, as reformas não aconteceram.

62. BRASIL. *Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Acervo - Mortos e Desaparecidos Políticos. Geraldo Bernardo da Silva. Disponível em: http://cemdp.sdh.gov.br/modules/desaparecidos/acervo/ficha/cid/14.

63. Lei número 10.875 de 1° de junho de 2004 - Altera dispositivos da Lei n° 9.140, de 04/12/1995, que reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas.

64. Polícia do Exército de Deodoro/Rio de Janeiro.

65. Arq. Arquivo Nacional, SILVA, Elenice. 2006, p. 82. Depoimento escrito. 1

66. Arq. Arquivo Nacional, SILVA, Elenice. 2006, p. 82. Depoimento escrito. 1 CD.

67. Arq. Arquivo Nacional, SILVA, Carlos Roberto. 2006, p. 83. Depoimento escrito. 1 CD.

68. Arq. Arquivo Nacional, SILVA, Carlos Roberto. 2006, p. 83. Depoimento escrito. 1 CD.

69. Arq. Arquivo Nacional, SILVA, Eliane. 2006, p. 84. Depoimento escrito. 1 CD.

70. Arq. Arquivo Nacional, SILVA, Eliane. 2006, pP. 84-85. Depoimento escrito. 1 CD.

71. Arq. Arquivo Nacional, SILVA, Eliane. 2006, p. 85. Depoimento escrito. 1 CD.

72. Arq. Arquivo Nacional, SILVA, Eliane. 2006, p. 86. Depoimento escrito. 1 CD.

73. O depoimento à CEMDP foi prestado em 2006.

74. Grafia reproduzida conforme o original.

75. Arq. Arquivo Nacional, SILVA, Eliane. 2006, pP. 85-86. Depoimento escrito. 1 CD.

76. Arq. Arquivo Nacional, SILVA, Elenice. 2006, p. 82. Depoimento escrito. 1 CD.

77. Arq. Arquivo Nacional, SILVA, Carlos Roberto. 2006, p.83. Depoimento escrito. 1 CD.

78. LACERDA, Tessa Moura. Reconstruindo Gildo. In: *Infância Roubada: Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Assembleia Legislativa. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva. São Paulo: ALESP, 2014, pp.285-287.

79. LACERDA, Tessa Moura. Reconstruindo Gildo. In: *Infância Roubada: Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Assembleia Legislativa. Comissão da

Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva;. São Paulo: ALESP, 2014, pp.285-287.

80. LACERDA, Tessa Moura. Reconstruindo Gildo. In: *Infância Roubada: Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Assembleia Legislativa. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva;. São Paulo: ALESP, 2014, pp.285-287.
81. LACERDA, Tessa Moura. Reconstruindo Gildo. In: *Infância Roubada: Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Assembleia Legislativa. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva;. São Paulo: ALESP, 2014, pp.285-287.
82. LACERDA, Tessa Moura. Reconstruindo Gildo. In: *Infância Roubada: Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Assembleia Legislativa. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva;. São Paulo: ALESP, 2014, pp.285-287.
83. Lei número 9.140, de 04/12/1995 – Reconhece como mortas as pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 02/09/1961 a 15/08/1979, e dá outras providências.
84. LACERDA, Tessa Moura. Reconstruindo Gildo. In*: Infância Roubada: Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Assembleia Legislativa. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva;. São Paulo: ALESP, 2014, pp.285-287.
85. LACERDA, Tessa Moura. Reconstruindo Gildo. In: *Infância Roubada: Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Bra*sil. Assembleia Legislativa. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva;. São Paulo: ALESP, 2014, pp.285-287.
86. Em 1973, a versão oficial dos acontecimentos divulgada atribuía a morte de Gildo a um tiroteio provocado por um colega de militância chamado Antônio. De acordo com a Nota oficial da época, Gildo e José Carlos da Mata Machado, ambos militantes da APML, haviam confessado um encontro com o suposto Antônio em uma avenida de Recife. Ao chegarem acompanhados por forças de segurança ao ponto de encontro com Antônio, Gildo e Mata Machado teriam sido baleados pelo suposto colega de militância.
87. LACERDA, Tessa Moura. Reconstruindo Gildo. In: *Infância Roubada: Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Assembleia Legislativa. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva. São Paulo: ALESP, 2014, pp.285-287.
88. Sigla utilizada para abreviar "Universidade de São Paulo".
89. LACERDA, Tessa Moura. Reconstruindo Gildo. In: *Infância Roubada: Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Assembleia Legislativa. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva. São Paulo: ALESP, 2014, pp.285-287.
90. Ibid. p. LACERDA, Tessa Moura. Reconstruindo Gildo. In: *Infância Roubada: Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Assembleia Legislativa. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva. São Paulo: ALESP, 2014, pp.285-287.
91. Arq. APM, CONEDH. Maria Madalena Prata Soares. Caixa 69, Processo 114.
92. LIMA, Samarone. *Zé*. Belo Horizonte: Mazza, 1998.
93. Edgar da Mata Machado teve o mandato de deputado cassado com o AI-5. No governo Vargas, fez oposição ao Estado Novo.
94. Arq. Covemg, MATA MACHADO, Dorival Soares da. Depoimento [maio.2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmas. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (100 min.).
95. Arq. Covemg, MATA MACHADO, Dorival Soares da. Depoimento [maio.2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmas. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (100 min.).
96. Arq. Covemg, MATA MACHADO, Dorival Soares da. Depoimento [maio.2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmas. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (100 min.).
97. Arq. Covemg, MATA MACHADO, Dorival Soares da. Depoimento [maio.2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmas. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (100 min.).
98. Arq. Covemg, MATA MACHADO, Dorival Soares da. Depoimento [maio.2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmas. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (100 min.).
99. FILHO, Expedito. Autópsia da sombra. *Revista Veja*. São Paulo, edição 1262, nº 47, p. 20-32, novembro de 1992.
100. Nomenclatura dada a um estado psicológico específico, em que uma pessoa, submetida a uma situação de intimidação, passa a ter empatia, sentimento de amizade, ou mesmo de amor, perante o seu agressor.
101. Arq. Covemg, MATA MACHADO, Dorival Soares da. Depoimento [maio.2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmas. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (100 min.).
102. Arq. Covemg, MATA MACHADO, Dorival Soares da. Depoimento [maio.2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmas. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (100 min.).
103. Arq. Covemg, MATA MACHADO, Dorival Soares da. Depoimento [maio.2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmas. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (100 min.).
104. Ver Relatório Covemg – Mortos e desaparecidos Políticos Ver também: Arquivo Nacional, CEMDP, BR_ DFANBSB_ AT0_0045_0007, Processo de familiares João de Carvalho Barros interposto à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.
105. Arq. Covemg VIANA, Ana Maria de Carvalho Barros. Depoimento [julho. 2017]. Carta enviada à Comissão da Verdade em Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017
106. Arquivo Nacional, CEMDP, BR_DFANBSB_ AT0_0045_0007 Processo de familiares João de Carvalho Barros interposto à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.
107. Ibid. p. Arquivo Nacional, CEMDP, BR_DFANBSB_ AT0_0045_0007, Processo de familiares João de Carvalho Barros interposto à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.
108. Arq. Covemg VIANA, Ana Maria de Carvalho Barros. Depoimento [julho. 2017]. Carta enviada à Comissão da Verdade em Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017
109. Arq. Covemg VIANA, Ana Maria de Carvalho Barros. Depoimento [julho. 2017]. Carta enviada à Comissão da Verdade em Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017
110. Arq. Covemg VIANA, Ana Maria de Carvalho Barros. Depoimento [julho. 2017]. Carta enviada à Comissão da Verdade em Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017
111. Arq. Covemg VIANA, Ana Maria de Carvalho Barros. Depoimento [julho. 2017]. Carta enviada à Comissão da Verdade em Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017

112. Arq. Arquivo Nacional, VIDIGAL, Thereza Aurélia Álvares. 2005. Depoimento escrito. Comissão da Anistia 2005.01.50967.

113. BRASIL: NUNCA MAIS – Sumário do BNM 665. Disponível em: http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/700/665.html

114. Arq. Arquivo Nacional, VIDIGAL, Thereza Aurélia Álvares. 2005. Depoimento escrito. Comissão da Anistia 2005.01.50967.

115. Arq. Covemg. VIDIGAL, Leonardo Álvares. Depoimento [jun.2017] entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. (80min.).

116. Arq. Covemg. VIDIGAL, Leonardo Álvares. Depoimento [jun.2017] entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. (80min.).

117. Arq. Covemg. VIDIGAL, Leonardo Álvares. Depoimento [jun.2017] entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. (80min.).

118. Arq. Covemg. VIDIGAL, Leonardo Álvares. Depoimento [jun.2017] entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. (80min.).

119. Arq. Covemg. VIDIGAL, Leonardo Álvares. Depoimento [jun.2017] entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. (80min.).

120. BRASIL. Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos. P. 391-398.

121. O relatório final da Comissão Nacional da Verdade responsabilizou os médicos Elias Freitas e Salim Raphael Balassiano pela autoria direta de condutas que ocasionaram graves violações de direitos humanos.

122. Arq. Arquivo Nacional, VIDIGAL, Thereza Aurélia Álvares. 2005. Depoimento escrito. Comissão da Anistia 2005.01.50967.

123. Fernanda Álvares Vidigal produziu o filme *Subversivas*, que conta a história de mulheres militantes mineiras, em 2013.

124. Arq. Covemg. VIDIGAL, Leonardo Álvares. Depoimento [jun.2017] entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. (80min.).

125. Arq. Covemg. VIDIGAL, Leonardo Álvares. Depoimento [jun.2017] entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. (80min.).

126. Arq. Covemg, CURTISS ALVARENGA, Danilo; CURTISS ALVARENGA, Patrícia. Depoimento [abril. 2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmas. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (min)

127. Arq. APM, CONEDH, Affonso Junqueira de Alvarenga, Caixa 02, Processo 027.

128. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais.

129. Filme francês de 2007, de Julie Gravas.

130. Arq. Covemg, CURTISS ALVARENGA, Danilo; CURTISS ALVARENGA, Patrícia. Depoimento [abril. 2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Breguelmas. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (min)

131. Arq. Covemg, CURTISS ALVARENGA, Danilo; CURTISS ALVARENGA, Patrícia. Depoimento [abril. 2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmas. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (min)

132. Arq. Covemg, CURTISS ALVARENGA, Danilo; CURTISS ALVARENGA, Patrícia. Depoimento [abril. 2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmas. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (min)

133. Arq. Covemg, CURTISS ALVARENGA, Danilo; CURTISS ALVARENGA, Patrícia. Depoimento [abril. 2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmas. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (min)

134. Local utilizado como refúgio de uma organização política.

135. Arq. Covemg, CURTISS ALVARENGA, Danilo; CURTISS ALVARENGA, Patrícia. Depoimento [abril. 2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmas. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (min)

136. Arq. Covemg, CURTISS ALVARENGA, Danilo; CURTISS ALVARENGA, Patrícia. Depoimento [abril. 2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Breguelmas. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (min)

137. Arq. Covemg, CURTISS ALVARENGA, Danilo; CURTISS ALVARENGA, Patrícia. Depoimento [abril. 2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmas. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (min)

138. Arq. Covemg, CURTISS ALVARENGA, Danilo; CURTISS ALVARENGA, Patrícia. Depoimento [abril. 2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Breguelmas. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (min)

139. Arq. Covemg, CURTISS ALVARENGA, Danilo; CURTISS ALVARENGA, Patrícia. Depoimento [abril. 2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmas. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (min)

140. Arq. Covemg, CURTISS ALVARENGA, Danilo; CURTISS ALVARENGA, Patrícia. Depoimento [abril. 2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmas. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (min)

141. Arq. Covemg, CURTISS ALVARENGA, Danilo; CURTISS ALVARENGA, Patrícia. Depoimento [abril. 2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmas. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (min)

142. Arq, APM, CONEDH. Mara Curtiss Alvarenga. Caixa 43, Processo 102.

143. Memorial da Democracia. 1970. Disponível em http://memorialdademocracia.com.br/card/70-sao-libertados-no-ultimo-sequestro

144. Arq. Covemg, CURTISS ALVARENGA, Danilo; CURTISS ALVARENGA, Patrícia. Depoimento [abril. 2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmas. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (min)

145. Arq. Covemg, CURTISS ALVARENGA, Danilo; CURTISS ALVARENGA, Patrícia. Depoimento [abril. 2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmas. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (min)

146. Arq. Covemg, CURTISS ALVARENGA, Danilo; CURTISS ALVARENGA, Patrícia. Depoimento [abril. 2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmas. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (min)

147. O casal Mara e Affonso foi banido do território nacional pelo Decreto nº 68.050, de 13/01/1971. Seus filhos, no entanto, foram exilados. Como saíram do País com seus pais, as crianças não conseguiram documentos do governo brasileiro para viajar. O banimento de Affonso e Mara foi revogado pelo Decreto nº 82.960, de 29/12/1978.

148. Arq. Covemg, CURTISS ALVARENGA, Danilo; CURTISS ALVARENGA, Patrícia. Depoimento [abril. 2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmas. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (min)

149. Arq. Covemg, CURTISS ALVARENGA, Danilo; CURTISS ALVARENGA, Patrícia. Depoimento [abril. 2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Breguelmas. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (min)

150. Arq. Covemg, CURTISS ALVARENGA, Danilo; CURTISS ALVARENGA, Patrícia. Depoimento [abril. 2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmas. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (min)

151. Arq. Covemg, CURTISS ALVARENGA, Danilo; CURTISS ALVARENGA, Patrícia. Depoimento [abril. 2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmas. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (min)

152. Arq. Covemg, CURTISS ALVARENGA, Danilo; CURTISS ALVARENGA, Patrícia. Depoimento [abril. 2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmas. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (min)

153. Arq. Covemg, CURTISS ALVARENGA, Danilo; CURTISS ALVARENGA, Patrícia. Depoimento [abril. 2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmas. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (min)

154. Arq. Covemg, CURTISS ALVARENGA, Danilo; CURTISS ALVARENGA, Patrícia. Depoimento [abril. 2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmas. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (min)

155. Arq. Covemg, CURTISS ALVARENGA, Danilo; CURTISS ALVARENGA, Patrícia. Depoimento [abril. 2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmas. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (min)

156. Arq. Covemg, CURTISS ALVARENGA, Danilo; CURTISS ALVARENGA, Patrícia. Depoimento [abril. 2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmas. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (min)

157. Arq. Covemg, CURTISS ALVARENGA, Danilo; CURTISS ALVARENGA, Patrícia. Depoimento [abril. 2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmas. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (min)

158. Arq. APM, CONEDH. Belizário Ferreira Rodrigues. Caixa 9, Processo 682.

159. Arq. APM, CONEDH. Belizário Ferreira Rodrigues. Caixa 9, Processo 682.

160. Arq. APM, CONEDH. Belizário Ferreira Rodrigues. Caixa 9, Processo 682.

161. MARTINS, Elisa Rocha. Depoimento [jun.2017]. Entrevistadoras: Janaína Campos de Freitas Breguelmans, Larissa Fernandes e Mariane Reis Cruz. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo.mp3 (60 min.).

162. MARTINS, Elisa Rocha. Depoimento [jun.2017]. Entrevistadoras: Janaína Campos de Freitas Breguelmans, Larissa Fernandes e Mariane Reis Cruz. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo.mp3 (60 min.).

163. MARTINS, Elisa Rocha. Depoimento [jun.2017]. Entrevistadoras: Janaína Campos de Freitas Breguelmans, Larissa Fernandes e Mariane Reis Cruz. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo.mp3 (60 min.).

164. MARTINS, Elisa Rocha. Depoimento [jun.2017]. Entrevistadoras: Janaína Campos de Freitas Breguelmans, Larissa Fernandes e Mariane Reis Cruz. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo.mp3 (60 min.).

165. MARTINS, Elisa Rocha. Depoimento [jun.2017]. Entrevistadoras: Janaína Campos de Freitas Breguelmans, Larissa Fernandes e Mariane Cruz. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo.mp3 (60 min.).

166. O diário Tribuna Popular foi fundado em 1945, no Rio de Janeiro, por militantes e intelectuais que estavam ligados ao Partido Comunista do Brasil (PCB). O diário circulou de 22/05/1945 a 28/12/1947. Este fazia parte de uma rede de periódicos criada pelo Partido, chamada de imprensa popular, e entre os jornais dessa rede se encontrava o Jornal do Povo em Belo Horizonte.

167. MARTINS, Elisa Rocha. Depoimento [jun.2017]. Entrevistadoras: Janaína Campos de Freitas Breguelmans, Larissa Fernandes e Mariane Reis Cruz. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo.mp3 (60 min.).

168. MARTINS, Elisa Rocha. Depoimento [jun.2017]. Entrevistadoras: Janaína Campos de Freitas Breguelmans, Larissa Fernandes e Mariane Reis Cruz. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo.mp3 (60min.).

169. MARTINS, Elisa Rocha. Depoimento [jun.2017]. Entrevistadoras: Janaína Campos de Freitas Breguelmans, Larissa Fernandes e Mariane Reis Cruz. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo.mp3 (60 min.).

170. MARTINS, Elisa Rocha. Depoimento [jun.2017]. Entrevistadoras: Janaína Campos de Freitas Breguelmans, Larissa Fernandes e Mariane Reis Cruz. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo.mp3 (60 min.).

171. MARTINS, Elisa Rocha. Depoimento [jun.2017]. Entrevistadoras: Janaína Campos de Freitas Breguelmans, Larissa Fernandes e Mariane Reis Cruz. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo.mp3 (60 min.).

172. MARTINS, Elisa Rocha. Depoimento [jun.2017]. Entrevistadoras: Janaína Campos de Freitas Breguelmans, Larissa Fernandes e Mariane Reis Cruz. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo.mp3 (60 min.).

173. Arq. APM, CONEDH, Celso Aquino Ribeiro. Caixa 11 Processo 24.

174. Arq. Covemg, RIBEIRO, Patrícia Valentina Cordeiro; RIBEIRO, Vladmir Caamano Cordeiro. Depoimento [maio. 2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmas. Divinópolis, 2017. 1 arquivo .mp3 (100min.).

175. Ele usa essa expressão para dizer de método de tortura que consiste em bater com as duas mãos ao mesmo tempo na cabeça da vítima. Conhecido como "telefone"

176. Ele usa essa expressão para dizer de método de tortura que consiste em bater com as duas mãos ao mesmo tempo na cabeça da vítima. Conhecido como "telefone".

177. Arq. Covemg, RIBEIRO, Patrícia Valentina Cordeiro; RIBEIRO, Vladmir Caamano Cordeiro. Depoimento [maio. 2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmas. Divinópolis, 2017. 1 arquivo .mp3 (100min.).

178. Referência à Secretaria de Fazenda do Estado, à fiscalização fazendária.

179. Arq. Covemg, RIBEIRO, Patrícia Valentina Cordeiro; RIBEIRO, Vladmir Caamano Cordeiro. Depoimento [maio. 2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmas. Divinópolis, 2017. 1 arquivo .mp3 (100min.).

180. Arq. Covemg, RIBEIRO, Patrícia Valentina Cordeiro; RIBEIRO, Vladmir Caamano Cordeiro. Depoimento [maio. 2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmas. Divinópolis, 2017. 1 arquivo .mp3 (100min.).

181. Sigla para Central Única dos Trabalhadores, entidade de representação sindical brasileira, fundada em 28/08/1983, na cidade de São Bernardo do Campo - São Paulo, durante o Primeiro Congresso Nacional da Classe Trabalhadora. Fonte: http://www.cut.org.br/

182. Arq. Covemg, RIBEIRO, Patrícia Valentina Cordeiro; RIBEIRO, Vladmir Caamano Cordeiro. Depoimento [maio. 2017]. Entrevistadoras: Mariane Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmas. Divinópolis, 2017. 1 arquivo .mp3 (100min.).

183. Arq. Covemg, RIBEIRO, Patrícia Valentina Cordeiro; RIBEIRO, Vladmir Caamano Cordeiro. Depoimento [maio. 2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Breguelmas. Divinópolis, 2017. 1 arquivo .mp3 (100min.).

184. Celso Aquino Ribeiro foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT) e pelo mesmo Partido foi vereador em Divinópolis/MG.

185. Arq. Covemg, RIBEIRO, Patrícia Valentina Cordeiro; RIBEIRO, Vladmir Caamano Cordeiro. Depoimento [maio. 2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmas. Divinópolis, 2017. 1 arquivo .mp3 (100min.).

186. Arq. Covemg, RIBEIRO, Patrícia Valentina Cordeiro; RIBEIRO, Vladmir Caamano Cordeiro. Depoimento [maio. 2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmas. Divinópolis, 2017. 1 arquivo .mp3 (100min.).

187. Arq. Covemg, RIBEIRO, Patrícia Valentina Cordeiro; RIBEIRO, Vladmir Caamano Cordeiro. Depoimento [maio. 2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmas. Divinópolis, 2017. 1 arquivo .mp3 (100min.).

188. Arq. APM, DOPS, Pasta 5489, rolo 097, Fichas de identificação, abr. de 1964- abr 1966.

189. Arq. APM, CONEDH. Clodesmidt Riani. Caixa 12, Processo 660.

190. Norma faleceu em 1992.

191. Arq. Covemg RIANI, Rubensmidt Ramos. Depoimento [abril. 2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (min.).

192. Arq. Covemg RIANI, Rubensmidt Ramos. Depoimento [abril. 2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (min.).

193. Arq. Covemg RIANI, Rubensmidt Ramos. Depoimento [abril. 2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (min.).

194. Arq. Covemg RIANI, Rubensmidt Ramos. Depoimento [abril. 2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (min.).

195. Arq. Covemg RIANI, Rubensmidt Ramos. Depoimento [abril. 2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (min.).

196. Sigla para Organização Internacional do Trabalho (OIT ou ILO, do inglês *International Labour Organization*). É uma agência multilateral da Organização das Nações Unidas, criada em 1919, e especializada nas questões do trabalho, principalmente quanto ao cumprimento das convenções e recomendações internacionais.

197. Arq. Covemg RIANI, Rubensmidt Ramos. Depoimento [abril.2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (min.).

198. GUIMARÃES, Nathalie. Ex-líder sindical e ex-deputado de MG relembra prisão após o golpe militar. *Portal G1* Zona da Mata, Minas Gerais, 30/03/2014. Disponível em: http://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2014/03/ex-lider-sindical-e-ex-deputado-de-mg-relembra-prisao-apos-golpe-militar.html

199. Arq. Covemg RIANI, Rubensmidt Ramos. Depoimento [abril.2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (min.).

200. Vemaguet é um automóvel brasileiro produzido pela Vemag (adquirida pela Volkswagen), sob licença da fábrica alemã DKW (atualmente Audi), entre 1958 e 1967

201. Arq. Covemg RIANI, Rubensmidt Ramos. Depoimento [abril. 2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (min.).

202. Arq. Covemg RIANI, Rubensmidt Ramos. Depoimento [abril. 2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (min.).

203. Arq. Covemg RIANI, Rubensmidt Ramos. Depoimento [abril. 2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (min.).

204. Arq. Covemg RIANI, Rubensmidt Ramos. Depoimento [abril. 2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (min.).

205. Arq. Covemg RIANI, Rubensmidt Ramos. Depoimento [abril. 2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (min.).

206. Arq. Covemg RIANI, Rubensmidt Ramos. Depoimento [abril. 2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (min.).

207. Gilse Maria Westin Cosenza, Assistente Social formada pela PUC-MG, foi líder estudantil, vice-presidente do DCE da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, militante da Juventude Universitária Católica (JUC) e se integrou à Ação Popular (AP) e, posteriormente, ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Foi dirigente desse Partido em Minas Gerais até o seu falecimento em 28/05/2017. Abel Rodrigues Avelar foi vice-presidente do DCE da Universidade Federal de Minas Grais, militante da AP até 1972, quando essa organização política originária da JUC se incorporou ao PcdoB. Assim como Gilse, foi presidente do PCdoB/Ceará até o início dos anos 1990, atualmente é secretário do Comitê Estadual do Ceará dessa mesma legenda.

208. O texto apresentado à Covemg como relato foi

confeccionado por Juliana Cosenza Avelar e Gilda Cosenza Avelar a partir o processo interposto à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça.

209. ATO INSTITUCIONAL Nº 5, DE 13/12/1968. De acordo com o Ato, que vigorou até 1º de janeiro de 1979: "São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências".

210. Arq. Covemg AVELAR, Juliana Cosenza; AVELAR, Gilda Cosenza. Depoimento [maio. 2017]. Carta enviada à Comissão da Verdade em Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017

211. LEI Nº 6.683, DE 28/08/1979, conhecida como Lei da Anistia, concedia anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02/09/1961 e 15/08/1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos servidores dos poderes legislativo e judiciário, aos militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares. A lei vigorou em sua totalidade até ter o artigo II, IV e o inciso quinto do artigo III revogados pela Lei nº 10.559, de 2002.

212. Gilda WestinCosenza é psicóloga e irmã de Gilse Maria Westin Cosenza. Foi casada até início da década de 1970 com Henrique de Souza Filho, o Henfil, nascido em Ribeirão das Neves/Minas Gerais. Henfil foi um dos maiores cartunistas brasileiros. Usou os seus *cartuns* como fonte de denúncia e resitência à ditadura. Trabalhou no semanário O Pasquim, no Jornal do Brasil, Diário de Minas e em outros jornais de prestígio no País. É o autor da expressão "Diretas Já", que marcou a campanha pela volta das eleições democráticas para Presidente. Faleceu aos 43 anos, em janeiro de 1988, vítima do vírus da Aids, contraído em uma das transfusões de sangue a que era submetido periodicamente por ser hemofílico, assim como seus irmãos o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, e o músico Chico Mário. Henfil teve um filho com Gilda, Ivan Cosenza, hoje responsável pelo acervo da obra do pai.

213. Arq. Covemg AVELAR, Juliana Cosenza; AVELAR, Gilda Cosenza. Depoimento [maio. 2017]. Carta enviada à Comissão da Verdade em Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017

214. CAMARGOS, Daniel. Conheça a história de Henfil e saiba como o cartunista driblou a ditadura com desenhos. O *Estado de Minas,* Minas Gerais, 02/03/2014. Disponível em: http://www2.em.com.br/app/noticia/especiais/golpe-militar-50-anos/2014/03/02/noticias-internas-golpe-militar-50-anos,511666/conheca-a-historia-de-henfil-e-saiba-como-o-cartunista-driblou-a-ditadura-com-desenhos.shtml.

215. ICAMARGOS, Daniel. Conheça a história de Henfil e saiba como o cartunista driblou a ditadura com desenhos. O *Estado de Minas,* Minas Gerais, 02/03/2014. Disponível em: http://www2.em.com.br/app/noticia/especiais/golpe-militar-50-anos/2014/03/02/noticias-internas-golpe-militar-50-anos,511666/conheca-a-historia-de-henfil-e-saiba-como-o-cartunista-driblou-a-ditadura-com-desenhos.shtml.

216. CAMARGOS, Daniel. Conheça a história de Henfil e saiba como o cartunista driblou a ditadura com desenhos. O *Estado de Minas*, Minas Gerais, 02 de março de 2014. Disponível em: http://www2.em.com.br/app/noticia/especiais/golpe-militar-50-anos/2014/03/02/noticias-internas-golpe-militar-50-anos,511666/conheca-a-historia-de-henfil-e-saiba-como-o-cartunista-driblou-a-ditadura-com-desenhos.shtml.

217. Arq. Covemg AVELAR, Juliana Cosenza; AVELAR, Gilda Cosenza. Depoimento [maio. 2017]. Carta enviada à Comissão da Verdade em Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017

218. CAMARGOS, Daniel. Conheça a história de Henfil e saiba como o cartunista driblou a ditadura com desenhos. O *Estado de Minas*, Minas Gerais, 02 de março de 2014. Disponível em: http://www2.em.com.br/app/noticia/especiais/golpe-militar-50-anos/2014/03/02/noticias-internas-golpe-militar-50-anos,511666/conheca-a-historia-de-henfil-e-saiba-como-o-cartunista-driblou-a-ditadura-com-desenhos.shtml.

219. Arq. Covemg AVELAR, Juliana Cosenza; AVELAR, Gilda Cosenza. Depoimento [maio. 2017]. Carta enviada à Comissão da Verdade em Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017

220. Arq. Covemg AVELAR, Juliana Cosenza; AVELAR, Gilda Cosenza. Depoimento [maio. 2017]. Carta enviada à Comissão da Verdade em Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017

221. Arq. Covemg AVELAR, Juliana Cosenza; AVELAR, Gilda Cosenza. Depoimento [maio. 2017]. Carta enviada à Comissão da Verdade em Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017

222. Sigla para Serviço Social do Comércio.

223. Arq. Covemg AVELAR, Juliana Cosenza; AVELAR, Gilda Cosenza. Depoimento [maio.2017]. Carta enviada à Comissão da Verdade em Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017

224. JOFFILY, Mariana. *Gilse Westin Cosenza: uma vida de militância*. Portal online da Fundação Maurício Grabois, 28/05/2017. Disponível em: http://www.grabois.com.br/portal/especiais/153579-44752/2017-05-28/gilse-westin-cosenza-uma-vida-de-militancia.

225. Gildásio Westin Cosenza foi militante da Ação Popular e movimento estudantil em Belo Horizonte. Posteriomente, atuou no PcdoB. Foi preso em 1975, vivendo na clandestinidade após a sua soltura.

226. IArq. Covemg AVELAR, Juliana Cosenza; AVELAR, Gilda Cosenza. Depoimento [maio.2017]. Carta enviada à Comissão da Verdade em Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017

227. Jornalista e escritor, nascido em Curitiba, em 1950. Em 1989 publicou e, em 2008, reeditou o romance "As Moças de Minas", um painel da juventude mineira dos anos 1960 em sua luta contra a ditadura e pela construção de uma nova sociedade. Nele, Gilse é uma das personagens principais.

228. Arq. Covemg AVELAR, Juliana Cosenza; AVELAR, Gilda Cosenza. Depoimento [maio.2017]. Carta enviada à Comissão da Verdade em Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017

229. Arq. Covemg AVELAR, Juliana Cosenza; AVELAR, Gilda Cosenza. Depoimento [maio.2017]. Carta enviada à Comissão da Verdade em Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017

230. Arq. Covemg AVELAR, Juliana Cosenza; AVELAR, Gilda Cosenza. Depoimento [maio.2017]. Carta enviada à Comissão da Verdade em Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017

231. Ibid. p. Arq. Covemg AVELAR, Juliana Cosenza; AVELAR, Gilda Cosenza. Depoimento [maio.2017]. Carta enviada à Comissão da Verdade em Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017

232. Arq. Covemg, PENNA, Rodrigo. Depoimento. [maio 2017]. Entrevistadoras: Ana Sofia Vilanova Monken e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (51 min.).

233. Ibid. p.Arq. Covemg, PENNA, Rodrigo. Depoimento. [maio 2017]. Entrevistadoras: Ana Sofia Vilanova Monken e Janaína Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (51 min.).

234. Arq. Covemg, PENNA, Rodrigo. Depoimento. [maio 2017]. Entrevistadoras: Ana Sofia Vilanova Monken e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (51 min.).

235. PENNA, Rodrigo. Acervo pessoal.

236. Arq. Covemg, PENNA, Rodrigo. Depoimento. [maio 2017]. Entrevistadoras: Ana Sofia Vilanova Monken e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (51 min.).

237. Arq. Covemg, PENNA, Rodrigo. Depoimento. [maio 2017]. Entrevistadoras: Ana Sofia Vilanova Monken e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (51 min.).

238. Arq. Covemg, PENNA, Rodrigo. Depoimento. [maio 2017]. Entrevistadoras: Ana Sofia Vilanova Monken e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (51 min.).

239. Levante Popular da Juventude, organização de jovens militantes voltada para a luta de massas.

240. Arq. Covemg, PENNA, Rodrigo. Depoimento. [maio 2017]. Entrevistadoras: Ana Sofia Vilanova Monken e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (51 min.).

241. Arq. Covemg, PENNA, Rodrigo. Depoimento. [maio 2017]. Entrevistadoras: Ana Sofia Vilanova Monken e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (51 min.).

242. Arq. Covemg, PENNA, Rodrigo. Depoimento. [maio 2017]. Entrevistadoras: Ana Sofia Vilanova Monken e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (51 min.).

243. Arq. Covemg, PENNA, Rodrigo. Depoimento. [maio 2017]. Entrevistadoras: Ana Sofia Vilanova Monken e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (51 min.).

244. Arq. Covemg, PENNA, Rodrigo. Depoimento. [maio 2017]. Entrevistadoras: Ana Sofia Vilanova Monken e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (51 min.).

245. Arq. Covemg, PENNA, Rodrigo. Depoimento. [maio 2017]. Entrevistadoras: Ana Sofia Vilanova Monken e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (51 min.).

246. Arq. Covemg, PENNA, Rodrigo. Depoimento. [maio 2017]. Entrevistadoras: Ana Sofia Vilanova Monken e Janaína Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (51 min.).

247. Arq. Covemg, PENNA, Rodrigo. Depoimento. [maio 2017]. Entrevistadoras: Ana Sofia Vilanova Monken e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (51 min.).

248. Arq. Covemg, PENNA, Rodrigo. Depoimento. [maio 2017]. Entrevistadoras: Ana Sofia Vilanova Monken e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (51 min.).

249. PENNA, Rodrigo. Acervo pessoal.

250. Eleonora nasceu em Lavras, Minas Gerais, em 1944, possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (1974), mestrado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (1983) e doutorado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo/USP (1990) e Livre Docência em Saúde Coletiva pela Faculdade de Saúde Pública da USP. Atuou como ministra de Política para as mulheres, no governo de Dilma Roussef, e, atualmente, é professora sênior na área de Saúde Coletiva, da Universidade Federal de São Paulo

251. Ricardo Prata Soares é nascido em 1942, na cidade de Uberaba/MG, possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (1975), mestrado em Ciência Política (1984) pela mesma universidade e aperfeicoamento em Iedes pela Université Paris I (*Panthéon-Sorbonne*) (1987). Atualmente, é professor da Universidade de Uberaba.

252. OLIVEIRA, Eleonora Menicucci. Depoimento à Covemg [jul.2017] entrevistadoras: Maria Céres Pimenta Spínola Castro, Maria Lisboa e Fernanda. Belo Horizonte, 2017. 1 . mp4(min)

253. Luiz Eduardo da Rocha Merlino, nascido em 18/10/1948, foi um jornalista e militante do POC morto após tortura nas dependências do DOI-CODI de São Paulo, em 19/07/1971.

254. Referência a Antonio Faria, que foi preso quando do golpe militar e que dava apoio aos presos políticos e aos seus familiares.

255. OLIVEIRA, Eleonora Menicucci. Depoimento [jul.2017] entrevistadoras: Maria Céres Pimenta Spínola Castro, Maria Lisboa e Fernanda. Belo Horizonte, 2017. 1 . mp4(min)

256. MELLO, Alessandra. Nova ministra chega com bagagem acumulada em anos de luta pelos direitos das brasileiras. O *Estado de Minas*, Minas Gerais, 12/02/2012 . Disponível em: http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2012/02/12/interna_politica,277506/nova-ministra-chega-com-bagagem-acumulada-em-anos-de-luta-pelos-direitos-das-brasileiras.shtml.

257. OLIVEIRA, Eleonora Menicucci. Depoimento [jul.2017] entrevistadoras: Maria Céres Pimenta Spínola Castro, Maria Lisboa e Fernanda. Belo Horizonte, 2017. 1 . mp4(min.).

258. OLIVEIRA, Eleonora Menicucci. In: MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor (orgs.). Direito à memória e à verdade: luta, substantivo feminino. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010, p. 149.

259. MELLO, Alessandra. Nova ministra chega com bagagem acumulada em anos de luta pelos direitos das brasileiras. O Estado de Minas, Minas Gerais, 12 de fevereiro de 2012. Disponível em: http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2012/02/12/interna_politica,277506/nova-ministra-chega-com-bagagem-acumulada-em-anos-de-luta-pelos-direitos-das-brasileiras.shtml.

260. OLIVEIRA, Eleonora Menicucci. Depoimento [jul.2017] entrevistadoras: Maria Céres Pimenta Spínola Castro, Maria Lisboa e Fernanda. Belo Horizonte, 2017. 1 . mp4(min.).

261. *filhos*. Vídeo. Direção: Maria Oliveira e Marta Nehring, p&b, 20 min, 1996.

262. FREIRE, Alípio, ALMADA, Izaías, PONCE, J.A. de

Granville. (orgs.). *Tiradentes, um presídio da ditadura. Memórias de presos políticos*. São Paulo: Scipione, 1997.

263. OLIVEIRA, Maria. Prefácio. In: FREIRE, Alípio, ALMADA, Izaías, PONCE, J.A. de Granville. (orgs.). *Tiradentes, um presídio da ditadura. Memórias de presos políticos*. São Paulo: Scipione, 1997, s/p.

264. Marta Nehring nasceu em janeiro de 1964, na cidade de São Paulo. Estudou literatura e cinema, trabalha como roteirista de cinema e televisão. Filha de Norberto Nehring e Maria Lygia Quartim de Moraes, ambos estudantes na USP, de Economia e Ciências Sociais, respectivamente. O casal militou junto no PCB, depois na ALN. Com o endurecimento da perseguição, em abril de 1969, Norberto saiu do País com destino à Cuba. A família se reuniria alguns meses depois. Em abril de 1970, Norberto retornou ao Brasil depois de uma estada em Praga. Após desembarcar no aeroporto do Galeão, ele foi preso em circunstâncias não esclarecidas. Ele teria sido morto em 24/04/1970 nas dependências da OBAN. Fonte: NEHRING, Marta. "Por que você é tão tristinha". In: *Infância Roubada: Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. – São Paulo: ALESP, 2014, pp. 46-47.

265. Sigla para Universidade Estadual de Campinas.

266. NEHRING, Marta. "Por que você é tão tristinha". In: *Infância Roubada: Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. – São Paulo: ALESP, 2014, pp. 46-47.

267. SPINA, Rose. Memória: Filhos da Resistência. *Revista Teoria e Debate*. Fundação Perseu Abramo: São Paulo, n. 33, p. 1-6, 1997. Acesso em: http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-anteriores/memoria-filhos-da-resistencia

268. Ciro Valadares de Vasconcelos Júnior, funcionário público aposentado do Ministério da Fazenda, nascido em 20/04/1942, é natural de Conselheiro Lafaiete/MG. Foi preso em 13/12/1971, sob acusação de ceder seu domicílio para reuniões clandestinas da APML do B, guardar publicações de caráter subversivo dessa organização e contribuir financeiramente para sua manutenção. Foi solto em janeiro de 1972, mas continuou respondendo a Inquérito Policial Militar, por essa razão teve de permanecer no estado até seu julgamento, em 13/11/1974. Foi absolvido pelo Superior Tribunal Militar pela maioria dos votos, 4x1. É anistiado pela Portaria 2417, publicada em 24/07/2009.

269. Helena Jório de Vasconcelos, nascida em 11/11/1944, na Belo Horizonte, era professora da rede estadual. Em dezembro de 1971, teve a residência invadida por mais de 10 agentes do Estado fortemente armados, detida grávida junto com o marido, Ciro, foi levada ao DOPS presa e encapuzada. Posteriormente, foi indiciada no IPM da Pequena Burguesia por ser simpatizante aos APML do B e enquadrada na Lei de Segurança Nacional, sofrendo forte pressão para afastar-se de suas atividades laborais, dada a perseguição política. É anistiada pela Portaria 1211, publicação de 22/06/2011. Foi professora da PUC/MG e secretária municipal de Educação de Ibirité (MG). Covemg VASCONCELOS, Clio Jório; VASCONCELOS, Ado Jório; VASCONCELOS, Leo Jório; VASCONCELOS, Lucas Jório. Depoimento [abril.2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (min.).

270. Arq. Covemg VASCONCELOS, Clio Jório; VASCONCELOS, Ado Jório; VASCONCELOS, Leo Jório; VASCONCELOS, Lucas Jório. Depoimento [abril.2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (min.).

271. Modelo de carro utilizado pelas policiais civil e militar em diferentes estados no Brasil durante os anos do regime ditatorial.

272. Nome pelo qual ficou conhecido o Inquérito Policial Militar, instaurado em 14/12/1971, que investigava as ações dos membros da APML do B em Minas Gerais.

273. Arq, APM, CONEDH. Ciro Valadares de Vasconcelos Junior. Caixa 12, Processo 25.

274. PROJETO BRASIL NUNCA MAIS 201 a 300. [sem título]. 14 fev. 1972. Label: MPF_BNM_03 BNB300 (3) página 286. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/BIB_03/114237> .

275. Arq. Covemg VASCONCELOS, Clio Jório; VASCONCELOS, Ado Jório; VASCONCELOS, Leo Jório; VASCONCELOS, Lucas Jório. Depoimento [abril.2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (min.).

276. Arq. Covemg VASCONCELOS, Clio Jório; VASCONCELOS, Ado Jório; VASCONCELOS, Leo Jório; VASCONCELOS, Lucas Jório. Depoimento [abril.2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (min.).

277. Arq. Covemg VASCONCELOS, Clio Jório; VASCONCELOS, Ado Jório; VASCONCELOS, Leo Jório; VASCONCELOS, Lucas Jório. Depoimento [abril.2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (min.).

278. Arq. Covemg VASCONCELOS, Clio Jório; VASCONCELOS, Ado Jório; VASCONCELOS, Leo Jório; VASCONCELOS, Lucas Jório. Depoimento [abril.2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (min.).

279. Arq. Covemg VASCONCELOS, Clio Jório; VASCONCELOS, Ado Jório; VASCONCELOS, Leo Jório; VASCONCELOS, Lucas Jório. Depoimento [abril.2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (min.).

280. Arq, APM, CONEDH. Ciro Valadares de Vasconcelos Junior. Caixa 12, Processo 25.

281. Arq. Covemg VASCONCELOS, Clio Jório; VASCONCELOS, Ado Jório; VASCONCELOS, Leo Jório; VASCONCELOS, Lucas Jório. Depoimento [abril.2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (min.).

282. Arq. Covemg VASCONCELOS, Clio Jório; VASCONCELOS, Ado Jório; VASCONCELOS, Leo Jório; VASCONCELOS, Lucas Jório. Depoimento [abril.2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (min.).

283. Arq. Covemg VASCONCELOS, Clio Jório; VASCONCELOS, Ado Jório; VASCONCELOS, Leo Jório; VASCONCELOS, Lucas Jório. Depoimento [abril.2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (min.).

284. Arq. Covemg VASCONCELOS, Clio Jório; VASCONCELOS, Ado Jório; VASCONCELOS, Leo Jório; VASCONCELOS, Lucas Jório. Depoimento [abril.2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (min.).

285. Arq. Covemg VASCONCELOS, Clio Jório; VASCONCELOS, Ado Jório; VASCONCELOS, Leo Jório; VASCONCELOS, Lucas Jório. Depoimento [abril.2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (min.).

286. Bairro na região centro-sul de Belo Horizonte.

287. Bairro na região centro-sul de Belo Horizonte

288. Arq. Covemg VASCONCELOS, Clio Jório; VASCONCELOS, Ado Jório; VASCONCELOS, Leo Jório; VASCONCELOS, Lucas Jório. Depoimento [abril.2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (min.).

289. Arq. Covemg VASCONCELOS, Clio Jório; VASCONCELOS, Ado Jório; VASCONCELOS, Leo Jório; VASCONCELOS, Lucas Jório. Depoimento [abril.2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (min.).

290. Arq. Covemg VASCONCELOS, Clio Jório; VASCONCELOS, Ado Jório; VASCONCELOS, Leo Jório; VASCONCELOS, Lucas Jório. Depoimento [abril.2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (min.).

291. Arq. Covemg VASCONCELOS, Clio Jório; VASCONCELOS, Ado Jório; VASCONCELOS, Leo Jório; VASCONCELOS, Lucas Jório. Depoimento [abril.2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (min.).

292. Militantes da APML do B, foram indiciados no IPM "Pequena Burguesia". Mais informações podem ser encontradas no Repressão a estudantes, professores e servidores de Instituições de Ensino Superior.

293. Arq. Covemg VASCONCELOS, Clio Jório; VASCONCELOS, Ado Jório; VASCONCELOS, Leo Jório; VASCONCELOS, Lucas Jório. Depoimento [abril.2017]. Entrevistadoras: Mariane Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (min.).

294. Arq. Covemg VASCONCELOS, Clio Jório; VASCONCELOS, Ado Jório; VASCONCELOS, Leo Jório; VASCONCELOS, Lucas Jório. Depoimento [abril.2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (min.).

295. Arq. Covemg VASCONCELOS, Clio Jório; VASCONCELOS, Ado Jório; VASCONCELOS, Leo Jório; VASCONCELOS, Lucas Jório. Depoimento [abril.2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (min.).

296. Arq. Covemg VASCONCELOS, Clio Jório; VASCONCELOS, Ado Jório; VASCONCELOS, Leo Jório; VASCONCELOS, Lucas Jório. Depoimento [abril.2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (min.).

297. Arq. Covemg VASCONCELOS, Clio Jório; VASCONCELOS, Ado Jório; VASCONCELOS, Leo Jório; VASCONCELOS, Lucas Jório. Depoimento [abril.2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (min.).

298. Arq. Covemg VASCONCELOS, Clio Jório; VASCONCELOS, Ado Jório; VASCONCELOS, Leo Jório; VASCONCELOS, Lucas Jório. Depoimento [abril.2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (min.).

299. Arq. Covemg VASCONCELOS, Clio Jório; VASCONCELOS, Ado Jório; VASCONCELOS, Leo Jório; VASCONCELOS, Lucas Jório. Depoimento [abril.2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (min.).

300. BRASIL. *Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Acervo - Mortos e Desaparecidos Políticos. Eiraldo de Palha Freire. Disponível em: http://cemdp.sdh.gov.br/modules/desaparecidos/acervo/ficha/cid/218.

301. SOUSA, Leta Vieira de. A Lua de Leta. In: *Infância Roubada: crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. - São Paulo: ALESP, 2014. p. 156.

302. SOUSA, Jessie Jane Vieira de. O Nascimento de Leta. In: *Infância Roubada: crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. - São Paulo: ALESP, 2014, p. 158-159.

303. "Foto que ilustra cartão postal endereçado ao governo brasileiro e que pede a libertação do casal Jessie Jane e Colombo Vieira de Souza Jr." *Memorial da Democracia*, 2015. Apresenta pesquisa de imagens, fonografia e filmografia oferecidos pelo portal *online* Memorial da Democracia. Disponível em: http://www.memorialdademocracia.com.br/card/sequestro-fracassa-na-pista-do-galeao.

304. SOUSA, Leta Vieira de. A Lua de Leta. In: *Infância Roubada: crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. - São Paulo: ALESP, 2014. p. 153.

305. SOUSA, Leta Vieira de. A Lua de Leta. In: *Infância Roubada: crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. - São Paulo: ALESP, 2014. p. 153.

306. SOUSA, Leta Vieira de. A Lua de Leta. In: *Infância Roubada: crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. - São Paulo: ALESP, 2014. p. 154.

307. SOUSA, Leta Vieira de. A Lua de Leta. In: *Infância Roubada: crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. - São Paulo: ALESP, 2014. p. 154.

308. SOUSA, Leta Vieira de. A Lua de Leta. In: *Infância Roubada: crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. - São Paulo: ALESP, 2014. p. 155.

309. Arq. APM, CONEDH. Edson Luís de Almeida Teles. Caixa 15, Processo 589.

310. TELES, Edson Luis de Almeida. Quem é essa pessoa que tem a voz da minha mãe? In: *Infância Roubada, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. – São Paulo: ALESP, 2014, p. 257.

311. TELES, Janaína de Almeida. Dói gostar dos outros. In: *Infância Roubada, Crianças atingidas pela Ditadura*

Militar no Brasil. Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. – São Paulo: ALESP, 2014, p. 258.

312. TELES, Edson Luís de Almeida. Dói gostar dos outros. In: *Infância Roubada, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. – São Paulo: ALESP, 2014, p. 256.

313. TELES, Janaína de Almeida. Dói gostar dos outros. In: *Infância Roubada, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. – São Paulo: ALESP, 2014, p. 262.

314. TELES, Janaína de Almeida. Dói gostar dos outros. In: *Infância Roubada, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. – São Paulo: ALESP, 2014, p. 262.

315. TELES, Janaína de Almeida. Dói gostar dos outros. In: *Infância Roubada, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. – São Paulo: ALESP, 2014, p. 263.

316. TELES, Edson Luis de Almeida. Quem é essa pessoa que tem a voz da minha mãe? In*: Infância Roubada, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. – São Paulo: ALESP, 2014, p. 259.

317. TELES, Janaína de Almeida. Dói gostar dos outros. In*: Infância Roubada, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. – São Paulo: ALESP, 2014, pp. 260-268.

318. TELES, Janaína de Almeida. Dói gostar dos outros. In: *Infância Roubada, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. – São Paulo: ALESP, 2014, pp. 260-268.

319. TELES, Janaína de Almeida. Dói gostar dos outros. In: *Infância Roubada, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. – São Paulo: ALESP, 2014, p. 264.

320. TELES, Edson Luis de Almeida. Quem é essa pessoa que tem a voz da minha mãe? In: *Infância Roubada, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. – São Paulo: ALESP, 2014, p. 259.

321. Militante da Guerrilha do Araguaia.

322. Organização terrorista de extrema-direita que atuou no Brasil durante a ditadura militar.

323. PCI – Partido Comunista Italiano e PDS – Partido Democrático de Esquerda; ambos italianos.

324. TELES, Janaína de Almeida. Dói gostar dos outros. In: *Infância Roubada, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. – São Paulo: ALESP, 2014, pp. 264-265.

325. TELES, Janaína de Almeida. Dói gostar dos outros. In: *Infância Roubada, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. – São Paulo: ALESP, 2014, p. 265.

326. TELES, Janaína de Almeida. Dói gostar dos outros. In: *Infância Roubada, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. – São Paulo: ALESP, 2014, p. 264.

327. TELES, Janaína de Almeida. Dói gostar dos outros. In*: Infância Roubada, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. – São Paulo: ALESP, 2014, p. 262.

328. Carlos Nicolau Danielli foi um dos dirigentes do PCdoB morto em 1972. BRASIL. *Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Acervo - Mortos e Desaparecidos Políticos. Carlos Nicolau Danielli. Disponível em: http://cemdp.sdh.gov.br/modules/desaparecidos/acervo/ficha/cid/192

329. TELES, Janaína de Almeida. Dói gostar dos outros. In: *Infância Roubada, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. – São Paulo: ALESP, 2014, p. 265-266.

330. TELES, Janaína de Almeida. Dói gostar dos outros. In: *Infância Roubada, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. – São Paulo: ALESP, 2014, p. 266.

331. TELES, Edson Luis de Almeida. Quem é essa pessoa que tem a voz da minha mãe? In: *Infância Roubada, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. – São Paulo: ALESP, 2014, p. 259.

332. TELES, Janaína de Almeida. Dói gostar dos outros. In: *Infância Roubada, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. – São Paulo: ALESP, 2014, p. 265.

333. No ano de 1968, Aldo, sua esposa e filhos foram detidos em casa, no interior de Alagoas e, logo em seguida foram levados a Maceió. Em 1976, a prisão de Aldo se deu no contexto da "Chacina da Lapa", uma operação do Exército brasileiro ocorrida em São Paulo, com o intuito de desarticular a atuação do Partido Comunista do Brasil – PCdoB. Durante o episódio, Aldo foi preso e bruscamente torturado por agentes da repressão.

334. ARANTES, André Almeida Cunha. Filho do Zorro. In: *Infância Roubada: Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Assembleia Legislativa. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva. São Paulo: ALESP, 2014, pp. 22-25.

335. ARANTES, André Almeida Cunha. Filho do Zorro. In: *Infância Roubada: Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Assembleia Legislativa. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva. São Paulo: ALESP, 2014. pp.22-25

336. ARANTES, Priscila Almeida Cunha. Identidade, nome e o paradoxo da liberdade: carta aos meus pais. In: *Infância Roubada: Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Assembleia Legislativa. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva. São Paulo: ALESP, 2014, pp. 27-29

337. ARANTES, André Almeida Cunha. Filho do Zorro. In: *Infância Roubada: Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Assembleia Legislativa. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva. São Paulo: ALESP, 2014, pp.22-25

338. ARANTES, André Almeida Cunha. Filho do Zorro. In: *Infância Roubada: Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Assembleia Legislativa. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva. São Paulo: ALESP, 2014, pp. 22-25

339. ARANTES, André Almeida Cunha. Filho do Zorro. In: *Infância Roubada: Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Assembleia Legislativa. Comissão da

Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva. São Paulo: ALESP, 2014, pp. 22-25

340. É uma referência ao personagem "Sargento Garcia", do seriado Zorro, muito popular naquela época

341. ARANTES, André Almeida Cunha. Filho do Zorro. In: *Infância Roubada: Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Assembleia Legislativa. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva. São Paulo: ALESP, 2014, pp. 22-25

342. ARANTES, André Almeida Cunha. Filho do Zorro. In: *Infância Roubada: Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Assembleia Legislativa. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva. São Paulo: ALESP, 2014, pp. 22-25

343. ARANTES, Priscila Almeida Cunha. Identidade, nome e o paradoxo da liberdade: carta aos meus pais. In: *Infância Roubada: Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Bras*il. Assembleia Legislativa. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva. São Paulo: ALESP, 2014, p. 27-29

344. ARANTES, André Almeida Cunha. Filho do Zorro. In: *Infância Roubada: Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Assembleia Legislativa. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva. São Paulo: ALESP, 2014, pp. 22-25

345. ARANTES, Priscila Almeida Cunha. Identidade, nome e o paradoxo da liberdade: carta aos meus pais. In: *Infância Roubada: Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Assembleia Legislativa. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva. São Paulo: ALESP, 2014, pp. 27-29

346. ARANTES, Priscila Almeida Cunha. Identidade, nome e o paradoxo da liberdade: carta aos meus pais. In: *Infância Roubada: Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Assembleia Legislativa. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva. São Paulo: ALESP, 2014, pp. 27-29

347. ARANTES, André Almeida Cunha. Filho do Zorro. In: *Infância Roubada: Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Assembleia Legislativa. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva. São Paulo: ALESP, 2014, pp. 22-25

348. ARANTES, Priscila Almeida Cunha. Identidade, nome e o paradoxo da liberdade: carta aos meus pais. In: *Infância Roubada: Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Assembleia Legislativa. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva. São Paulo: ALESP, 2014, pp. 27-29

349. ARANTES, André Almeida Cunha. Filho do Zorro. In: *Infância Roubada: Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Assembleia Legislativa. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva. São Paulo: ALESP, 2014, pp. 22-25.

350. ARANTES, Priscila Almeida Cunha. Identidade, nome e o paradoxo da liberdade: carta aos meus pais. In: *Infância Roubada: Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Assembleia Legislativa. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva. São Paulo: ALESP, 2014, pp. 27-29

351. Ibid. p. ARANTES, André Almeida Cunha. Filho do Zorro. In: *Infância Roubada: Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Assembleia Legislativa. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva. São Paulo: ALESP, 2014, pp. 22-25.

352. Arq. APM, CONEDH, Eduardo Soares Silva. Caixa 63, Processo 685.

353. Juventude Estudantil Católica (estudantes secundaristas, hoje estudantes do Ensino Fundamental e Médio)

354. Juventude Universitária Católica.

355. Arq. Covemg, SILVA, Eduardo Neves. Depoimento [abril.2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (102 min.).

356. Arq. Covemg, SILVA, Eduardo Neves. Depoimento [abril.2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (102 min.).

357. SILVA, Eduardo Neves da. Acervo Pessoal.

358. Arq. Covemg, SILVA, Eduardo Neves. Depoimento [abril.2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (102 min.).

359. LIMA, Samarone. *Zé*. Belo Horizonte: Mazza, 1998.

360. Eleonora Menicucci foi presa e torturada política. Era casada com Ricardo Prata, irmão de Maria Madalena.

361. Arq. Covemg, SILVA, Eduardo Neves. Depoimento [abril.2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (102 min.).

362. SILVA, Eduardo Neves da. Acervo Pessoal.

363. Honestino Monteiro Guimarães era líder estudantil e foi morto em outubro de 1973. BRASIL. *Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Acervo - Mortos e Desaparecidos Políticos. Honestino Monteiro Guimarães. Disponível em: http://cemdp.sdh.gov.br/modules/desaparecidos/acervo/ficha/cid/228.

364. Frase atribuída a José Carlos próximo de sua morte: "Meu nome é José Carlos Novais da Mata Machado. Sou dirigente nacional da AP. Se você puder, se tiver condições, avise aos companheiros que eu não abri nada." In: LIMA, Samarone. *Zé*. Belo Horizonte: Mazza, 1998.

365. Arq. Covemg, SILVA, Eduardo Neves. Depoimento [abril.2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (102 min.).

366. Arq. Covemg, SILVA, Eduardo Neves. Depoimento [abril.2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (102 min.).

367. SILVA, Eduardo Neves da. Acervo Pessoal.

368. SILVA, Eduardo Neves da. Acervo Pessoal.

369. Arq. Covemg, SILVA, Eduardo Neves. Depoimento [abril.2017]. Entrevistadoras: Mariane Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (102 min.).

370. Arq. Covemg, SILVA, Eduardo Neves. Depoimento [abril.2017]. Entrevistadoras: Mariane Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (102 min.).

371. Em referência ao filósofo e sociólogo alemão Walter Benjamin.

372. Arq. Covemg, SILVA, Eduardo Neves. Depoimento [abril.2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (102 min.).

373. Arq. Covemg, SILVA, Eduardo Neves. Depoimento [abril.2017]. Entrevistadoras: Mariane Reis Cruz e Janaína Campos de Freitas Breguelmans. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (102 min.).


II ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES
DIA 4/6 - NO D.A. MEDICINA - SABADO
ELEIÇÕES DIRETAS
DCE 7 e 8/6
POR ENTIDADES
LIVRES E REPRE
SENTATIVAS!
BELCHIOR

14

VOLTAR AO SUMÁRIO

RECOMENDAÇÕES

Coordenador: Robson Sávio Reis Souza
Redação: Carlos Antônio Melgaço Valadares
Emílio Peluso Neder Mayer
Felipe Guimarães Assis Tirado
Jéssica Holl
Maria Celina Pinto Albano
Vanda Lúcia Praxedes

Recomendações

A Covemg, ao concluir seu Relatório sobre as violações de direitos humanos durante o período de 1946 a 1988, tem o dever de apresentar para a sociedade o que se resgatou da verdade e o muito que falta esclarecer. Precisamos fazer emergir a memória que foi silenciada, durante um longo período, deste passado de graves violações e extrair recomendações para que a democracia e o Estado de Direito se consolidem. A transição do Estado de exceção, para o Estado que respeite e garanta os direitos humanos não é fácil, enfrenta resistências dos agentes que os violaram e que buscam se autoanistiar, mesmo no que se refere a crimes imprescritíveis de lesa humanidade. Eles ocultam provas e negam esclarecer os fatos. Sendo assim, é necessário aplicar mecanismos de justiça de transição, processo complexo cuja prática é cheia de avanços e recuos. Fazer outras verdades virem à tona não é simples e as recomendações constituem um elo para garantir a continuidade das atividades e efetivar os direitos humanos.

A justiça de transição contempla o conjunto de mecanismos e práticas efetivados durante períodos de transformações e rupturas políticas. Tem como objetivo a superação de um regime autoritário ou de um período de conflito, para tornar possível o desenvolvimento de uma ordem democrática e um estado de paz.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), ela consiste em mecanismos que visam superar um legado de sistemáticas violações de direitos humanos. A efetivação desses mecanismos é "peça fundamental" na construção de uma paz sustentável (ONU, 2012, p.18). A ONU também salienta que a abordagem desse processo deve ser compreensiva, "incorporando a gama completa de medidas judiciais e não judiciais" visando, finalmente, ao reestabelecimento da confiança nas instituições estatais e à promoção do Estado de Direito (ONU, 2012, p.21).

A justiça de transição é composta por quatro pilares: justiça; reparação; memória e verdade; e reformas institucionais. Esses pilares devem ser aplicados de forma conjunta, por serem medidas complementares. A profundidade e o desenrolar desse processo dependem, fundamentalmente, na atualidade, do desempenho e pressão da sociedade civil frente aos Estados nacionais, instituições e organismos internacionais.

O pilar da justiça consiste na responsabilização do Estado e de seus agentes que cometeram graves violações de direitos humanos, especialmente no caso do cometimento de crimes contra a humanidade.

O pilar da reparação implica compreender que a definição do *status* de vítima é um ponto de extrema relevância. Estabelecer *quem são* os sujeitos com direito às reparações e *quais fatos geram* essas reparações, em suas diversas configurações.

O pilar da memória e verdade compreende ações que possibilitem revisitar o passado de graves violações e suas repercussões nas diversas sociedades. Ele assegura a rememoração e a desconstrução de historiografias hegemônicas, com o objetivo de garantir que essas graves violações não se repitam.

O pilar das reformas institucionais visa à apuração de ilícitos praticados no interior das instituições estatais durante os regimes de exceção; à execução de expurgos de indivíduos que participaram ativamente das violações de direitos humanos; à modificação e à extinção de órgãos e práticas institucionais utilizadas pelos regimes autoritários; bem como outras reformas que se façam necessárias para a garantia e estabilidade da democracia e da paz. Essas medidas têm como objetivo restaurar a democracia; a integridade das instituições estatais; a confiança no Estado de Direito, nos Poderes constituídos e em suas entidades; e o combate à cultura da impunidade.

Assim, norteadas por esses princípios, seguem as recomendações gerais e específicas deste Relatório final da Covemg:

Recomendações Gerais

Dar prosseguimento aos trabalhos desenvolvidos pela Covemg, pela diretoria de Memória e Verdade da SEDPAC.

Promover, por meio da diretoria de Memória e Verdade da SEDPAC, medidas que permitam maior contato e aproximação da população mineira com o conteúdo do presente Relatório.

Promover Audiência Pública, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, para discutir as conclusões e recomendações presentes neste Relatório, assim como as formas de implementar as recomendações.

Garantir a criação do Memorial de Direitos Humanos, no prédio do antigo DOPS, e os recursos necessários para o desenvolvimento do acervo a ser exibido nesse espaço de memória, inclusive a documentação pesquisada pela Covemg.

Garantir o uso imediato do espaço já concluído e a finalização da construção do Memorial da Anistia, no antigo prédio da FAFICH, em Belo Horizonte, e a dotação orçamentária para a sua manutenção.

Garantir dotação orçamentária necessária, pelo governo do estado de Minas Gerais, para a revitalização do monumento localizado em frente ao antigo DOPS em memória dos mineiros mortos pela ditadura militar e a atualização dos nomes dos homenageados.

Efetivar políticas de capacitação em direitos humanos nas polícias civil e militar, pelo governo de Minas Gerais.

Efetivar a capacitação dos agentes da Polícia Civil e Militar do estado de Minas Gerais sobre a atuação necessária em casos de detenção, ou prisão, e o devido encaminhamento para a audiência de custódia.

Agilizar as ações do Conselho Nacional de Justiça para a instrução e capacitação da magistratura a fim de garantir a realização das audiências de custódia, de acordo com os Tratados Internacionais sobre a matéria.

Alterar os nomes dos locais públicos que façam menção a responsáveis por violações de direitos humanos e substituí-los por nomes de vítimas do regime militar.

Estimular a criação de legislações municipais para suprimir homenagens e nomes de personalidades associadas à ditadura militar de locais públicos, nos municípios do estado de Minas Gerais.

Promover ações que visem à identificação de locais que constituem referências sobre a memória histórica do período da ditadura militar, na capital e no interior do estado de Minas Gerais.

Sinalizar, na capital e no interior do estado de Minas Gerais, os locais utilizados pelo aparato repressivo da ditadura militar com placas que narrem os fatos ocorridos em cada um dos lugares.

Incluir no projeto pedagógico da Educação Básica e dos cursos de licenciatura conteúdos sobre as violações de direitos humanos ocorridas durante o período da ditadura militar, com destaque para o protagonismo das populações historicamente excluídas.

Promover a entrega e abertura ao público dos arquivos relacionados à ditadura militar que se encontram na posse de órgãos do governo de Minas Gerais.

Promover a organização, digitalização e disponibilização na rede mundial de computadores (*internet*) de todas as edições do Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e o envio do acervo para o Arquivo Público Mineiro.

Dotar o Arquivo Público Mineiro de recursos necessários para a sistematização da documentação COSEG/DOPS e outros acervos referentes ao período da ditadura militar, que se encontram sob sua guarda.

Dotar o Arquivo Público Mineiro de recursos necessários para o recolhimento, organização, digitalização e disponibilização ao público dos acervos do período de 1961 a 1988 dos órgãos de segurança pública (secretaria, forças policiais civis e militares e unidades prisionais) do estado de Minas Gerais.

Garantir a efetividade da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) no que se refere à abertura e ao acesso pela população dos arquivos do período ditatorial que se encontram sob a responsabilidade das Forças Armadas.

Garantir a organização e preservação do acervo do Conselho Indigenista Missionário, e de outras entidades voltadas à questão indígena em Minas Gerais.

Efetivar, por parte do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e das justiças especializadas, a digitalização dos processos tramitados antes de 1988 em todos os fóruns das comarcas mineiras.

Desenvolver, no âmbito do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e das justiças especializadas, políticas de facilitação do acesso aos autos de processos que envolvam questões de direitos humanos, e que não tramitem em segredo de Justiça, para institutos e grupos de pesquisa.

Dar efetividade à garantia de que os inquéritos policiais e os processos judiciais existentes nas comarcas da capital e do interior do estado de Minas Gerais possam ser consultados pelas partes envolvidas.

Promover a revisão do entendimento jurisprudencial, no âmbito do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e das comarcas especializadas, sobre a aplicação da Lei de Anistia (Lei nº 6.683/1979), considerando a sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Gomes Lund e outros *versus* Brasil (2010).

Fortalecer a Defensoria Pública no estado de Minas Gerais, dando maior estímulo a sua atuação para a comunidade na defesa dos direitos humanos.

Incentivar a criação e desenvolvimentos de Grupo de Trabalho especializado em Justiça de Transição na Defensoria Pública no estado de Minas Gerais.

Incentivar a criação e desenvolvimento de Grupo de Trabalho especializado em Justiça de Transição no Ministério Público do estado de Minas Gerais.

Remeter os documentos relacionados aos casos de mortes ocorridas em Minas Gerais durante a ditadura militar para o Ministério Público do estado de Minas Gerais, para instauração de inquérito penal e demais medidas cabíveis.

Promover a investigação do envolvimento de agentes de segurança pública nas violações de direitos humanos cometidas contra trabalhadores rurais, trabalhadores urbanos e indígenas durante a ditadura militar, por meio de Comissão Parlamentar de Inquérito na Assembleia Legislativa de Minas Gerais e pela Promotoria de Direitos Humanos do Ministério Público Federal.

Promover a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, para apurar a participação da Fundação Rural Mineira (Ruralminas) nas grilagens de terras indígenas e de camponeses ocorridas entre 1966 e 1988.

Remeter a documentação relacionada à atuação da Fundação Rural Mineira (Ruralminas) nas grilagens e na expulsão de posseiros e de comunidades tradicionais ao Ministério Público Federal, para a instauração de inquérito e demais medidas cabíveis.

Garantir a efetividade de políticas que visem ao acompanhamento das condições das unidades prisionais no estado de Minas Gerais, de modo a promover reformas periódicas nos estabelecimentos, que assegurem condições dignas de vida aos detentos.

Criar comitê e mecanismo estadual de prevenção e combate à tortura garantindo sua independência e autonomia financeira para a execução de suas atividades, de acordo com protocolo das Nações Unidas sobre a matéria, assinado pelo Brasil.

Garantir que os comitês e mecanismos de prevenção e combate à tortura tenham acesso livre aos locais de detenção e de privação da liberdade.

Realizar campanhas estaduais de prevenção e combate à tortura.

Criar um programa estadual de atendimento psicológico e psiquiátrico às vítimas do regime militar.

Promover a alteração da Lei nº 10.559/2002, que cria a Comissão de Anistia no âmbito do Ministério da Justiça, de modo a dotá-la de competência para conferir reparações coletivas.

Estimular o desenvolvimento de pesquisas, nas Universidades localizadas na capital e no interior do estado de Minas Gerais, relacionadas às violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura militar.

Promover a investigação dos casos de violações de direitos humanos ocorridas em hospitais psiquiátricos no estado de Minas Gerais, durante a ditadura militar.

Promover a investigação dos casos de violações de direitos humanos sobre o Movimento de Favelas de Belo Horizonte, ocorridas durante a ditadura militar.

Promover a investigação da atuação das mulheres na resistência à ditadura militar em Minas Gerais, assim como da repressão direcionada a elas.

Promover a investigação dos casos de violações de direitos humanos ocorridos durante a ditadura militar sobre o Movimento Negro.

Promover a investigação dos casos de violações de direitos humanos ocorridos sobre comunidades quilombolas no estado de Minas Gerais, durante a ditadura militar.

Recomendações Específicas dos Capítulos

Acontecimentos envolvendo mortes e desaparecimentos de opositores à ditadura

1. Promover o acompanhamento das investigações relacionadas ao caso Nestor Vera realizadas pela Procuradoria da República em Minas Gerais, pelo órgão do poder executivo do estado de Minas Gerais responsável pela continuidade dos trabalhos da Covemg.

2. Criar um espaço de memória em homenagem aos mineiros envolvidos na Guerrilha do Araguaia, de modo a dar cumprimento à sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Gomes Lund e outros *versus* Brasil (2010).

Tortura e violência institucional aos opositores à ditadura em Minas Gerais

3. Dar continuidade às análises dos processos do CONEDH/CEIVT em caso de abertura de novos prazos referentes à Lei de Indenizações.

4. Promover a organização, preservação e abertura ao público de seus acervos históricos pelas entidades que atuam na luta dos trabalhadores/as rurais, com destaque para a CPT, a Fetaemg, as associações e os sindicatos.

5. Promover a digitalização dos processos que tramitaram durante a ditadura militar pelo INCRA/MG e pelo Arquivo Fundiário do Estado de Minas Gerais, que abrigam os documentos da Ruralminas.

6. Garantir o acesso aos documentos que se encontram sob a posse da Superintendência Regional do Trabalho de Minas Gerais, referentes à criação de sindicatos de trabalhadores rurais e às intervenções realizadas em sindicatos, durante a ditadura militar.

7. Promover, pelo estado de Minas Gerais, ampla e criteriosa investigação dos crimes cometidos contra os trabalhadores/as rurais e suas organizações, bem como a omissão ou conivência de agentes do Estado em relação a esses crimes

8. Ampliar e consolidar, pelo estado de Minas Gerais, as políticas de combate à grilagem de terras públicas, favorecendo a destinação das terras devolutas à reforma agrária.

9. Ampliar as investigações dos casos de morte ou desaparecimento dos camponeses e seus apoiadores, tais como: Alceu Ribeiro, Antônio Montes de Brito (Antonio Manço), Arlindo Soares da Silva, Benedito de Melo Peres, Divino João de Deus, Felício Germano Mendes, Geraldo Sancler, Jair Augusto de Campos, Jerônimo Costa Ribeiro, João Dias Paes, João Dutra, João Leite, Joaquim Rodrigues Pereira, José Amâncio Rocha, José dos Reis Soares, José Esteves Viana, José Felix (Felipe), José Graciano da Silva, José Máximo da Fonseca, José Vaz dos Santos, Juarez Barbosa, Júlio Eustáquio de Oliveira, Luiz Fernando Reis, Luizão, Manoel Albino, Manoel Versiane dos Santos, Maria da Cruz Vieira, Napoleão, Nelson Fernandes Espínola, Nilo Gomes Teles, Oscar Varejeano Badaró, Osvaldo Fernandes de Oliveira, Otávio Ferreira Gonzaga, Pedro Antônio de Oliveira, Pedro Pereira Passos, Salvador Mota Viana, Sávio Gonçalves da Silva, Sebastião Ferreira Leite, Sebastião Pederneira Santos, Sebastião R. dos Santos, Walter Gonçalves de Carvalho e Wantuil Dias Paes, entre outros.

10. Investigar o processo de tortura e morte da trabalhadora rural Dúlcia Gonçalves de Araújo, ocorrido na região do Norte de Minas.

11. Criar um memorial sobre a repressão no campo em Minas Gerais que garanta visibilidade aos acontecimentos relacionados aos conflitos de terras e às perseguições políticas sofridas por trabalhadores/as durante o regime militar.

12. Investigar os casos de expulsão de camponeses e violação de direitos humanos ocorridos durante a criação dos Parques Nacionais da Serra da Canastra, Cipó e Caparaó, no período do regime militar.

13. Promover investigações, no âmbito do Ministério Público Estadual, do Ministério Público Federal e do Ministério Público do Trabalho, sobre as ações de empresas reflorestadoras no estado de Minas Gerais, que possam ter causado ou intensificado violações de direitos humanos.

14. Promover investigação, por meio de Comissão Parlamentar de Inquérito na Assembleia Legislativa de Minas Gerais e pelo Ministério Público do Trabalho, acerca do histórico de violações de direitos humanos e de mortes ocorridas em Unaí, desde 1985.

15. Criar Comitê ou Conselho Estadual em Minas Gerais para garantir o prosseguimento das investigações sobre as violações dos direitos ocorridas no campo e a efetividade de políticas públicas em prol dos trabalhadores rurais.

16. Investigar os casos de trabalho escravo e mortes por acidente no transporte de trabalhadores rurais, especialmente as mortes causadas por acidentes de caminhões que transportavam boias-frias de forma precária durante o período do regime militar.

17. Remeter à Comissão Interamericana de Direitos Humanos o caso do assassinato do trabalhador rural Adelino Pereira Guimarães na cadeia pública de Itabira.

A repressão ao mundo do trabalho e ao movimento sindical urbano em Minas Gerais, de 1946 a 1988.

18. Priorizar o exame do processo de indenização de José das Graças Oliveira na Comissão de Anistia.

19. Proceder uma nova busca de informações a respeito de Jesulino França de Souza, Fábio Rodrigues de Souza e João Flávio Neto, por parte do governo de Minas Gerais e de seus órgãos competentes, particularmente a Delegacia de Pessoas Desaparecidas.

20. Incluir no projeto pedagógico da Educação Básica e dos cursos de licenciatura conteúdos sobre as violações de direitos humanos ocorridas no massacre de Ipatinga.

21. Sugerir à Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais e às Secretarias de Educação das cidades da Região do Vale do Aço a inclusão do massacre de Ipatinga nos currículos de História.

22. Agraciar com a Medalha da Inconfidência, conferida pelo governo de Minas Gerais, preferencialmente no ano de 2019: os 13 militantes comunistas e sindicalistas executados ou feridos na chacina de novembro (1948); o dirigente comunista executado em junho (1949); os 51 operários processados como "sabotadores" (1949); os 176 arrolados no inquérito do IPM nº 87 da 4ª RM-JF (1964); os 10 constantes no APM, pasta 0005, imagens 32 a 35; o sindicalista João Paz Rocha; o deputado estadual José Gomes Pimenta; o jornaleiro Jacob Francisco Rosa; Adilson Guimarães, Agildo Guimarães e Iguatemy Corrêa – excluindo-se, obviamente, a repetição de nomes.

23. Construir monumento em memória aos trabalhadores vítimas da repressão da ditadura militar na Praça Bernardino de Lima, em Nova Lima, ou em sua proximidade.

A posição das igrejas cristãs durante o governo militar

24. Criar, pelas instituições católicas e confissões protestantes, acervo e memorial específico relativo aos religiosos perseguidos durante a ditadura militar.

25. Envidar esforços e investimentos na preservação da memória da luta política empreendida pelos religiosos no período militar, pelas instituições católicas e confissões protestantes.

26. Criar arquivos que reúnam informações sobre os movimentos leigos em Minas Gerais.

27. Identificar as igrejas que foram alvo de atentados e ataques no governo militar

28. Produzir material audiovisual contendo a história de luta política empreendida pelas Igrejas.

Violações de direitos humanos dos povos indígenas

29. Criar uma Comissão Nacional Indígena da Verdade, que não se atenha exclusivamente ao período de 1946 a 1988, voltada para o esclarecimento dos casos de violações aos direitos humanos dos indígenas.

30. Formular pedido público de desculpas, pelo Estado brasileiro, aos povos indígenas pelo esbulho de suas terras e pelas violações de direitos humanos ocorridas sob sua responsabilidade direta ou por sua omissão ou conivência.

31. Incluir a temática das "graves violações de direitos humanos ocorridas contra os povos indígenas entre 1946-1988" no currículo oficial da Rede de Ensino, conforme determina a Lei nº 11.645/2008.

32. Promover a recuperação ambiental das Terras Indígenas Krenak, Maxakali e XaKriabá, degradadas pelo esbulho, desmatamento e empreendimentos pecuários entre os anos de 1946 e 1988.

33. Concluir as medidas determinadas pelo Ministério Público Federal de Minas Gerais na ação civil pública nº 64483-95.2015.4.01.3800.

34. Concluir os processos demarcatórios relativos aos povos indígenas de Minas Gerais, de modo a assegurar a reprodução social, cultural e econômica dos grupos indígenas.

35. Apurar as perseguições aos missionários do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), servidores da FUNAI, antropólogos e outros indivíduos atuantes na questão indígena durante a ditadura militar.

36. Apurar as mortes dos indígenas Waldomiro Maxakali e Osmino Maxakali, assassinados em 16/06/1982 e 16/07/1982, respectivamente.

37. Promover o tombamento do casarão da fazenda Guarani, localizado no município de Carmésia, para que se torne um espaço que abrigue a história do povo Pataxó e do município.

38. Implementar ações governamentais que subsidiem a recuperação do idioma e da cultura dos povos indígenas.

39. Promover uma nova demarcação da Terra Indígena Xakriabá, que compreenda a área conhecida como Peruaçú, território sagrado para este povo, e que leve em conta a escassez hídrica da região.

40. Promover a organização e digitalização do acervo do Serviço de Gestão Documental (SEDOC) da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

41. Promover a organização e sistematização do Arquivo Fundiário da Fundação Rural Mineira (Ruralminas).

42. Encaminhar documentos relativos às violações dos direitos dos indígenas à Procuradoria Regional do Ministério Público Federal em Minas Gerais para instauração de inquérito e demais medidas cabíveis.

A extrema direita vai ao terrorismo em Minas Gerais

43. Proceder à remessa dos documentos levantados para o Ministério Público Federal em Minas Gerais, para a instauração de processo de investigação sobre os atos terroristas perpetrados por grupos paramilitares de extrema direita no Estado entre 1964 e 1988 e tomar medidas cabíveis.

44. Enviar os documentos identificados para a Superintendência Regional da Polícia Federal em Minas Gerais, para a instauração de inquérito para investigar os atos terroristas perpetrados por grupos paramilitares de extrema direita no Estado entre 1964 e 1988.

45. Fornecer os documentos identificados ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais, para a instauração de processo de investigação sobre os atos terroristas perpetrados por grupos paramilitares de extrema direita no Estado entre 1964 e 1988 para as medidas cabíveis.

Censura aos meios de comunicação de massa de Belo Horizonte, aos espetáculos artísticos e culturais e aos intérpretes

46. Promover a restituição do quadro "Penhor da Igualdade" ao artista Lincoln Volpini Spolaor.

47. Encaminhar os documentos do caso "Lincoln Volpini Spoalaor" ao Ministério Público Estadual, para instauração de inquérito e demais medidas cabíveis.

48. Enviar a carta do ID-4 ao Memorial JK, em Brasília.

49. Dar continuidade às investigações dos casos de censura aos meios de comunicação e aos espetáculos artísticos ocorridos em Minas Gerais, durante a ditadura militar.

Cassação de representantes políticos, aposentadorias e demissões de servidores públicos, no âmbito de Minas Gerais

50. Promover a reincorporação e/ou contagem do tempo para a aposentadoria dos funcionários públicos do estado e de municípios de Minas Gerais afastados de seus cargos e funções em virtude de sua atuação política.

Repressão ao movimento estudantil e às universidades em Minas Gerais

51. Criar espaços de memória nas Instituições de Ensino, em Minas Gerais, em homenagem aos estudantes perseguidos por sua atuação política durante o regime militar.

52. Promover o reconhecimento formal das Instituições de Ensino pelo afastamento de discentes, docentes e técnico-administrativos em virtude de sua atuação política.

53. Organizar, catalogar e disponibilizar para consulta livre, tanto no âmbito físico quanto online, o acervo documental referente ao regime militar das Instituições de Ensino em Minas Gerais.

54. Estimular pesquisas nas universidades, principalmente naquelas não pesquisadas pela Covemg, referentes às violações sofridas por estudantes, professores e técnico- administrativos no âmbito das Instituições de Ensino Superior.

Impedimento de convivência de crianças com seus genitores em razão da sua prisão, morte ou desaparecimento

55. Aprofundar as investigações sobre as crianças e adolescentes impedidos de conviver com seus genitores em razão da sua prisão,

morte ou desaparecimento pelo órgão do poder executivo do estado de Minas Gerais criado para dar prosseguimento às investigações realizadas pela Covemg.

56. Investigar os casos de crianças e adolescentes impedidos de conviver com seus genitores em razão da sua prisão, morte ou desaparecimento, para identificar aqueles que ainda não tiveram a reparação do Estado e providenciar para que sejam incluídos nos programas relativos a essas situações.



15

VOLTAR AO SUMÁRIO

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRÃO, Paulo; PAYNE, Leigh; TORELLY, Marcelo (Orgs.). *A anistia na era da responsabilização*: o Brasil em perspectiva internacional e comparada. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Oxford: Oxford University, Latin American Centre, 2011.

ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. Democratização e direitos humanos: compartilhando experiências da América Latina. In: REÁTEGUI, Félix (org.). *Justiça de transição* – Manual para a América Latina Brasília / Nova Iorque, Comissão de Anistia / Ministério da Justiça / Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011.

ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. Mutações do conceito de anistia na justiça de transição brasileira. *Revista Brasileira de Direito*, ano 2, v. 3, jul/dez. 2012, p. 357.

ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. O programa de reparações como eixo estruturante da Justiça de Transição no Brasil. In: Reátegui, Felix (org.*). Justiça de Transição* – Manual para a América Latina. Brasília/Nova Iorque: Ministério da Justiça/ICTJ, 2011. pp. 473-516.

ABREU, Ilva Ruas. *A influência das lideranças políticas no processo de criação das Instituições Federais de Ensino Superior de Minas Gerais*. 2006. 192f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais / UFMG, Belo Horizonte, 2006.

ABREU, Sebastião de. *De Zé Porfírio ao MST*. Brasília: André Quicé, 2002.

AGUIAR, Cynara Silde Mesquita Veloso de. *A prática do coronelismo em São João da Ponte (MG), no período de 1946-1996*: um estudo de caso. 2001. 293f. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

ALEXANDRE, José Carlos. *A demissão dos 51 "terroristas" de Nova Lima, um trabalho para a Comissão Estadual da Verdade*. 2013. Disponível em: <http://josecarlosalexandre.blogspot.com.br/2013/09/a-demissao-dos-51-terroristas-de-nova.html>.

ALMEIDA, Crimeia Alice Schmidt de. *Infância Roubada*: crianças atingidas pela ditadura militar no Brasil. Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. – São Paulo: ALESP, 2014, pp. 276-277.

ALMEIDA, Daniela de Lacerda. Imprensa alternativa: a experiência do Jornal dos Bairros (1976-1981). In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTORIA, IX, 2008, Porto Alegre. *Anais*. Porto Alegre: Associação Nacional de História, 2008.

ALMEIDA, Dinorá Rubim. *A guerrilha esquecida*: Memórias do Caparaó (1966-67), o primeiro foco guerrilheiro contra a ditadura militar no Brasil. Vitória, 2014, 304 fls. Dissertação (Mestrado); Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

ALMEIDA, Flavio. *Jornais e jornalistas mineiros:* a censura a partir da vigência do Al 5. 2014. Monografia (Especialização em Culturas Políticas, História e Historiografia) - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2014.

ALMEIDA, Klinger Sobreira de. *Um certo delegado de capturas* – o romance de um mito-herói. Salvador, Editora Contexto & Arte, 2009.

ALMEIDA, Maria Auxiliadora de Arantes Cunha. *Tortura*: clínica psicanalítica. São Paulo: Casapsi, 2013.

ALMEIDA, Maria Fernanda Lopes de. *Veja sob censura*: 1968-1976. São Paulo: Jaboticaba, 2009.

ALMEIDA, Maria Inês de (coord.). *Conne Pãnda, Ríthioc Krenak*: coisa tudo na língua Krenak. Brasília: MEC/UNESCO; Belo Horizonte: SEE-MG, 1997.

ALMEIDA, Maria Inês de (coord.). *Hitupmã'ax, curar*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG/Cipó Voador, 2008.

ALMEIDA, Maria Inês de (coord.). Índios *Xakriabá*: o tempo passa e a história fica. Brasília: MEC/UNESCO; Belo Horizonte: SEE-MG, 1998.

ALMG. Dossiê sobre os atentados terroristas cometidos em Belo Horizonte. Anexo ao Relatório da CPI instalada em 1980.

ALMG. *Resistir Sempre* – Ditadura Nunca Mais: 50 Anos do Golpe de 1964. Belo Horizonte, ALMG, 2014.

ALVES, Bernard José Pereira. *A Política Agrária de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul:* governo, legislação e mobilização. 2010. 86f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

ALVES, Maria Helena Morais. *Estado e oposição no Brasil* (de 1964 a 1979). Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

ALVES, Rubem. *Religião e repressão*. São Paulo: Loyola, 2005.

AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (orgs). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

AMADO, Jô. *Eloy* – Morre uma voz, nasce um grito. Belo Horizonte: Sociedade Editora e Gráfica de Ação Comunitária, 1985.

AMARAL, Roberto Antonio Penedo do. *Afasta de mim esse cálice!:* Chico Buarque e a censura no Brasil pós 1964. Disponível em: https://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2017/05/afasta-de-mim-esse-calice-chico-buarque-e-a-censura-no-brasil-pos-1964_nalva_roberto.pdf .

ÂNGELO, Durval. *Intervenção inicial*. In: ALMG. Notas taquigráficas da 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17° Legislatura. Belo Horizonte, 21/5/2014

ANTUNES, Mércio Mota. *A teoria da experiência hermenêutica na adequação normativa em conflitos agrários e o papel da fraternidade na racionalidade jurisdicional*. 2010. 168 f. Dissertação (Mestrado em Direito, Estado e Constituição) – Universidade de Brasília /Unb, Brasília.

ANTUNES, W. B.A vontade geral contra a vontade do general: o movimento estudantil da UFMG na década de 1970. In: XX Encontro Regional de História: História e Liberdade - ANPUH/SP, 2010, Franca. Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade. ANPUH/SP, UNESP-Franca, 2011.

ARANTES, André Almeida Cunha. Filho do Zorro. *Infância Roubada:* crianças atingidas pela ditadura militar no Brasil. Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. – São Paulo: ALESP, 2014, pp. 23-25.

ARANTES, Haydée e MUSSE, Christina. Estado de Minas: Um resgate histórico do jornal dos mineiros. In: ENCONTRO REGIONAL SUDESTE DE HISTÓRIA DA MÍDIA, II, Espírito Santo, 2012

ARANTES, Priscila Almeida Cunha. Identidade, nome e o paradoxo da liberdade: carta aos meus pais. *Infância Roubada:* crianças atingidas pela ditadura militar no Brasil. Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. – São Paulo: ALESP, 2014, pp. 27-32.

ARAÚJO, Ana Valéria et alli. *Povos indígenas e a Lei dos "brancos":* o direito à diferença. Brasília: MEC/SECADI; LACED/Museu Nacional, 2006.

ARAUJO, João Dias de. *Inquisição sem fogueiras*. Rio de Janeiro, Instituto Superior de Estudos de Religião, 2° edição, 1982.

ARBEX, Daniela. *Cova 312*. São Paulo: Geração Editorial, 2015.

ARNS, Paulo E. *Brasil nunca mais*. Um relato para a História. Vozes: Petrópolis, 1985.

AROUCA, José Carlos. *Organização Sindical no Brasil:* Presente, Passado, Futuro (?). São Paulo: Editora LTr, 2013.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. Brasil Nunca Mais. São Paulo: Arquidiocese de São Paulo, 1985. Tomo 1: Regime Militar.

ARROYO, Ângelo. Relatório Arroyo. In: *Guerrilha do Araguaia*. 3 ed. São Paulo: Editora Anita, 1996.

ARTHUR, Paige. *How Transitions Reshaped Human Rights: A Conceptual History of Transitional Justice*. In. *Human Rights Quart*erly 31:2, Baltimore: The John Jopkins University Press, 2009, p. 321-367.

ARTHUR, Paige. *Identities in Transition Challenges for Transitional Justice in Divided Societies*. Cambridge: Cambridge University Press. 1ª edição. 2010.

ARTISTAS condenam a condenação de Volpini. *Jornal do Brasil,* Rio de Janeiro, 29 jul. 1978. Caderno B, p. 27. Disponível em: <http://memoria.bn.br/ pdf/030015/ per030015_1978_00112.pdf>

ASSOCIAÇÃO DE EX-PRESOS POLÍTICOS ANTIFASCISTAS (AEPPA). *A política de genocídio contra os índios do Brasil*. 16/03/1974, Arquivo Nacional, 1974.

ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO MEMORIAL DA ANISTIA POLÍTICA DO BRASIL et al. *Abaixo-assinado*. Brasília, 2012.

ASSUMPÇAO, Adyr. A reinvenção do teatro. In: MALINA, Judith. *Diário de Judith Malina:* O Living Theatre em Minas Gerais. Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte, 2008.

ASSUNÇÃO, Rosângela Pereira de Abreu. *DOPS/MG*: Imaginário anticomunista e policiamento político (1935-1964). Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Departamento de História, 2006.

ATOS INSTITUCIONAIS nº 1, 2, 3, 4, 5. In: CAMPANHOLE, A.; CAMPANHOLE, H.L. *Constituições do Brasil*. São Paulo: Atlas, 1981.

AUGUSTO, Rosely Carlos. *Aprender na prática:* saberes e lutas camponesas entre os século XX e XXI. Curitiba: Appris, 2016.

AZEVEDO, Débora Bithiah de; RABAT, Márcio Nuno. *Parlamento mutilado* – Deputados federais cassados pela ditadura de 1964. Brasília, Centro de Documentação e Informação / Edições Câmara, 2012.

AZEVEDO, Djalma Alves. *A imprensa do Brasil nasceu em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Armazém de Idéias, 2000.

BAGGIO, Roberta Camineiro. Anistia e Reconhecimento: o processo de (dês)integração social da transição política brasileira. In: COMISSÃO DE ANISTIA, MINISTÉRIO DE JUSTIÇA, Brasil; CENTRO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS, UNIVERSIDADE DE OXFORD, REINO UNIDO. *A Anistia na Era da Responsabilização: o Brasil em Perspectiva Internacional e Comparada*. Brasília/Oxford, Ministério da Justiça, Comissão de Anistia / Oxford University, 2013.

BANDEIRA, Orlando de Sá. Relatos pessoais. In: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho:* A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981.

BARAGLIA, Mariano. *Evolução das Comunidades Eclesiais de Base*. Petrópolis: Vozes, 1974.

BARBOSA, Rui. *Prefácio a O Papa e o Concílio: a questão religiosa, de Johann Joseph Ignaz Döllinger*. In: BARBOSA, Rui. "Obras". Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Cultura / Fundação Casa de Rui Barbos, 1977, Volume 1.

BAUM, Ana (org.). *Vargas, agosto de 54:* a história contada pelas ondas do rádio. Garamond, 2004.

BERGER, Christa. A contribuição do cinema para a memória da ditadura brasileira. *Revista Comunicação & Educação*, Ano XIV, n. 3, set/dez 2009.

BERNARDES, Luiz Carlos. *Programa Jornal da Rede Cidade*. TV Bandeirantes, Belo Horizonte, 21 mar. 1995.

BERTOLINO, Farley. *Movimento Estudantil e esquerda católica na capital mineira*: história e memória de uma geração. 279f. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

BETTO, Frei. *O que é Comunidades Eclesiais de Base*. São Paulo: Brasiliense, 1985

BIMBI, Linda. *Lettere a um amico. Cronache di liberazione al femminile plurale*. Genova: Marietti, 1990.

BOCAIÚVA, Caio. Jornal O Globo: Rio de Janeiro, 7 out. 1963, p.27. Entrevista concedida ao Jornal O Globo.

BONAMIGO, Carlos Antônio; SCHNEIDER, Claídes Rejane (Org.). *Revisitando a história:* a revolta dos posseiros de 1957 no sudoeste do Para*ná*. Francisco Beltrão: Grafisul, 2007.

BONATO, Massimo. *Igreja Católica e Modernização Social:* a crise do catolicismo a partir da experiência missionária de um grupo de jovens italianos em Belo Horizonte no anos 1960. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2014. Disponível em < http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-13102014-171639/pt-br.php >

BONIFAZI, Chiara. *Irmã Raffaela, Linda Bimbi*. Uma vida, tantas histórias. Tradução L.L., Irene Bassanezi Tosi, Giuseppe Tosi. Belo Horizonte: Trinca, 2016.

BORGES, Maria Elisa Linhares. Estilistas urbanos do universo rural: o PCB na luta pela sindicalização rural em MG. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: Marco Zero: ANPUH/FAPESP/CNPq, n. 27, 1994, pp.73-86.

BORGES, Maria Elisa Linhares. Reforma Agrária e Identidade Camponesa. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O golpe e a ditadura militar quarenta anos depois (1964- 2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004.

BORGES, Maria Elisa Linhares. Representação do Universo Rural e luta pela Reforma Agrária no Leste de Minas Gerais. *Revista Brasileira de História,* São Paulo, v. 24, n. 47, p. 303-326, 2004.

BORGES, Maria Elisa Linhares. Três Marias: de Liga Camponesa a Sindicato Rural. *XVI Encontro Anual da Anpocs*, GT Classe Operária e Sindicalismo. Caxambu (MG), 1992.

BORGES, Maria Elisa Linhares. *Utopias e contra utopias*: movimentos sociais rurais em Minas Gerais (1950-1964). 1988. 287f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais / UFMG, Belo Horizonte, 1988.

BRANCO, Andréa Castello. A História contada pelos protagonistas. *Teoria e Debate*, São Paulo, ano 21, Edição Especial, 2008, pp.14-20.

BRASIL. *Brasil nunca mais*. Petrópolis: Editora Vozes, 1985 (3ª ed.).

BRASIL. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. *Mortos e Desaparecidos - Joelson Crispim*. Disponível em: http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/ joelson-crispim.

BRASIL. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à verdade e à memória* Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

BRASIL. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Acervo - Mortos e Desaparecidos Políticos*. Eiraldo de Palha Freire. Disponível em: http://cemdp.sdh.gov.br/modules/desaparecidos/acervo/ficha/cid/218.

BRASIL. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Acervo - Mortos e Desaparecidos Políticos*. Geraldo Bernardo da Silva. Disponível em: http://cemdp.sdh.gov.br/modules/desaparecidos/acervo/ficha/cid/141.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *2014.* Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_3_digital.pdf>.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Contrapontos ao Relatório da Comissão da Verdade da Câmara Legislativa do Município de São Paulo* - SP. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/laudos/contrapontos_relatorio_cvmsp.pdf>.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Depoimento de Daniel Bezerra de Albuquerque Filho 29/04/2014 e 09/06/2014*. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/Daniel_Bezerra_de_Albuquerque_Filho_29_04_2014.pdf>.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Laudo referente à análise dos elementos materiais produzidos em virtude da morte do ex-presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira e de Geraldo Ribeiro*. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: http://www.cnv.gov.br/images/pdf/jk/laudo_pericial_cnv.pdf

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Parecer do subprocurador-geral da República Wagner Gonçalves, consultor da CNV*. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/jk/parecer_wagner_golcalves_menor.pdf>.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/textos-do-colegiado/586-epub.html>.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014. v. 1.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório JK* - diligência sobre exumação de Geraldo Ribeiro. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/laudos/ relatorio_jk_diligencia_exumacao_geraldo_ribeiro.pdf>.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório Preliminar de Pesquisa*: O caso Juscelino Kubitschek. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/jk/relatorio_preliminar_jk.pdf>.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório*: textos temáticos – grupo de trabalho 13. Brasília: CNV, 2014.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório: Volume II. Textos Temáticos: Violações de Direitos Humanos na Universidade. Brasília: CNV, 2014.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Texto 5*: Violações de direitos humanos dos povos indígenas. Brasília: CNV, 2014. Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2

BRASIL. Constituição (1934). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: Assembleia Nacional Constituinte, 1934c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>

BRASIL. Constituição (1937). Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: Presidência, 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm>

BRASIL. Constituição (1946). Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: Assembleia Constituinte, 1946b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>

BRASIL. Constituição (1946). Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>.

BRASIL. Constituição (1967). Constituição da República Federativa do Brasil de 1967. Brasília, Congresso Nacional, 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm>

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. 21 ed. SP: Saraiva, 1999.

BRASIL. *Decreto n° 62.803*, de 03/06/1968. Aprova o regulamento das Divisões de Segurança e Informações dos Ministérios Civis. Diário Oficial da União - Seção 1 - 1/7/1968, página 5387.

BRASIL. *Decreto nº 19.770, de 19/3/1931*. In: www.planalto.gov.br

BRASIL. *Decreto nº 20.493,* de 24 de Janeiro de 1946. Aprova o Regulamento do Serviço de Censura de Diversões Públicas do Departamento Federal de Segurança Pública. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 29 jan. 1946a. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-20493-24-janeiro-1946-329043-publicacaooriginal-1-pe.html

BRASIL. *Decreto nº 21.240,* de 4 de Abril de 1932. Nacionaliza o serviço de censura dos filmes cinematográficos, cria a "Taxa Cinematográfica para a educação popular e dá outras providências. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro,15 abr. 1932b. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21240-4-abril-1932-515832-publicacaooriginal-81522-pe.html>

BRASIL. *Decreto nº 24.531*, de 2 de julho de 1934. Aprova novo Regulamento para os serviços da Polícia Civil do Distrito Federal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 6 jul. 1934b. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24531-2-julho-1934-498209-publicacaooriginal-1-pe.html>

BRASIL. *Decreto nº 24.651*, de 10 de junho de 1934. Cria, no Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 14 jul. 1934a. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24651-10-julho-1934-503207-publicacaooriginal-1-pe.html>.

BRASIL. *Decreto nº 37.008,* de 8 de Março de 1955. Aprova o Regulamento Geral do Departamento Federal de Segurança Pública. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 22 mar. 1955. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-37008-8-marco-1955-331459-publicacaooriginal-1-pe.html>.

BRASIL. *Decreto nº 4.388, de 25 de setembro de 2002*. Promulga o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional.

BRASIL. *Decreto nº 5.484*, de 27/06/1928. Regula a situação dos índios nascidos no território nacional. Diário Oficial, Rio de Janeiro, DF, 17 set. 1928. Seção 1,

BRASIL. *Decreto nº 50.518,* de 2 de Maio de 1961. Dispõe sobre a fiscalização e controle da entrada de filmes cinematográficos destinados à projeção nos cinematógrafos e pela TV, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2 mai. 1961. Disponível em: <http://

www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-50518-2-maio-1961-390451-publicacaooriginal-1-pe.html>

BRASIL. *Decreto Nº 56.510,* de 28 de junho de 1965. Aprova o Regulamento Geral do Departamento Federal de Segurança Pública. Diário Oficial da União, Brasília, 22 jul. 1965. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-56510-28-junho-1965-396733-publicacaooriginal-1-pe.html>

BRASIL. *Decreto nº 592,* de 02 de julho de 1992.Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Promulgação. Diário Oficial da União, Brasília, 7 jul. 1992. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.htm>

BRASIL. *Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992*. Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Pacto de São José da Costa Rica, de 22 de novembro de 1969.

BRASIL. *Decreto nº 68.050, de 13 de janeiro de 1971*. Dispõe sobre o banimento do Território Nacional de Affonso Junqueira de Alvarenga e outros. Disponível em http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-68050-13-janeiro-1971-409937-publicacaooriginal-1-pe.html

BRASIL. *Decreto nº 8.766, de 11 de maio de 2016*. Promulga a Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas, firmada pela República Federativa do Brasil, em Belém, em 10 de junho de 1994.

BRASIL. *Decreto nº 8.767, de 11 de maio de 2016*. Promulga a Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado, firmada pela República Federativa do Brasil em 6 de fevereiro de 2007.

BRASIL. *Decreto nº 82.960, de 29 de dezembro de 1978*. Revoga os atos de banimento. Disponível em http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-82960-29-dezembro-1978-432175-publicacaooriginal-1-pe.html

BRASIL. *Decreto nº 83.973*, de 13 de setembro de 1979. Regulamenta o artigo 15, e seguintes, da Lei nº 5.536, de 21 de novembro de 1968, que criou o Conselho Superior de Censura. Diário Oficial da União, Brasília, 14 set. 1979a. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-83973-13-setembro-1979-433144-publicacaooriginal-1-pe.html>

BRASIL, *Decreto Lei nº 898, de 29 de setembro de 1969*. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 29 set. 1969a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0898.htm>

BRASIL. *Decreto Lei n.º 1.402, de 1939*. In: www.planalto.gov.br

BRASIL. *Decreto-Lei 2.948, de 1940*.

BRASIL. *Decreto-Lei 314,* de 1967: Disponível em: http://www2.camara.leg.br/ legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html

BRASIL. *Decreto-Lei 510*, de 1969: Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0510.htm

BRASIL. *Decreto-Lei nº 1.077*, de 26 de janeiro de 1970. Dispõe sobre a execução do artigo 153, § 8º, parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, 26 jan. 1970. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1077.htm>

BRASIL. *Decreto-Lei nº 1.915,* de 27 de dezembro de 1939. Cria o Departamento de Imprensa e Propaganda e dá outras providências. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 29 dez. 1939a.Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/ legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1915-27-dezembro-1939-411881-publicacaooriginal-1-pe.html>

BRASIL. *Decreto-Lei nº 1.949,* de 30 de dezembro de 1939. Dispõe sobre o exercício da atividade de imprensa e propaganda no território nacional e dá outras providências. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 30 dez. 1939b. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1949-30-dezembro-1939-412059-publicacaooriginal-1-pe.html>

BRASIL. *Decreto-Lei nº 21.111*, de 1 de março de 1932. Aprova o regulamento para a execução dos serviços de radiocomunicação no território nacional. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 4 mar. 1932a. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21111-1-marco-1932-498282-publicacaooriginal-81840-pe.html>

BRASIL. *Decreto-Lei nº 385*, de 26 de dezembro de 1968. Dá nova redação ao artigo 281 do Código Penal. Diário Oficial da União, Brasília, 27 dez. 1968b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0385.htm>

BRASIL. *Decreto-Lei nº 43*, de 18 de novembro de 1966. Cria o Instituto Nacional do Cinema, torna da exclusiva competência da União a censura de filmes, estende aos pagamentos do exterior de filmes adquiridos a preços fixos o disposto no art . 45, da Lei nº 4 . 131, de 3-9-62, prorroga por 6 meses dispositivos de legislação sôbre a exibição de filmes nacionais e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 21 nov. 1966. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0043.htm>

BRASIL. *Decreto-Lei nº 5.452, de 1943*. In: www.planalto.gov.br

BRASIL. *Decreto-Lei nº 7.582*, de 25 de maio de 1945. Extingue o Departamento de Imprensa e Propaganda e cria o Departamento Nacional de Informações. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 25 mai. 1945. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=12262&norma=26721>

BRASIL. *Decreto-Lei nº 7.586, de 28/5/1945*. In: www.camara.leg.br

BRASIL. *Decreto-Lei nº 7.666, de 22/6/1945*. In: www.planalto.gov.br.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 9.070, de 15/3/1946*. In: www.planalto.gov.br

BRASIL. *Decreto-Lei nº 9.070,* de 31/01/1946. Apud: AROUCA, José Carlos. Organização sindical no Brasil / passado, presente, futuro. São Paulo, Editora LTr, 2013

BRASIL. *Direito à Memória e à Verdade*. Brasília, Secretaria Especial dos Direitos Humanos / Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, 2007, pp 233 e 234.

BRASIL. *Emenda Constitucional nº 1*, de 17 de outubro de 1969. Edita o novo texto da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967. Diário Oficial da União, Brasília, 30 out. 1969b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm>

BRASIL. *Lei Constitucional nº 9, de 28/2/1945*. In: www.camara.leg.br

BRASIL. *Lei Federal nº 12.528, de 2011*.

BRASIL. *Lei Federal nº 6.683, de 1979*.

BRASIL. *Lei nº 10.875, de 1º de junho de 2004*. Altera dispositivos da Lei no 9.140, de 4 de dezembro de 1995, que reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.875.htm>.

BRASIL. *Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979*. Concede anistia e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm

BRASIL. *Lei nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995*. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9140compilada.htm

BRASIL. *Lei nº 1.521*, de 26 de dezembro de 1951. Altera dispositivos da legislação vigente sobre crimes contra a economia popular. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 27 dez. 1951. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L1521.htm>

BRASIL. *Lei nº 10.559, de 4 de dezembro de 1995*. Regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.

BRASIL. *Lei nº 11.645*, de 10/03/2008. Dispõe Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 09/01/2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>.

BRASIL. *Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011*. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República.

BRASIL. *Lei nº 5.536*, de 21 de novembro de 1968. Dispõe sôbre a censura de obras teatrais e cinematográficas, cria o Conselho Superior de Censura, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 22 nov. 1968a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5536.htm>

BRASIL. Ministério da Aeronáutica. *Ato da Revolução de 1964*. Brasília: Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA). 13/12/1968 a 31/12/1970, v. 2.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Memória INCRA 35 anos* - Alberto Marques. Antonio Fernando Mattza. Antonio Francutti… [et. al.]. – Brasília: MDA: INCRA, 2006.

BRASIL. Partido Socialismo e Liberdade. *Petição inicial na arguição de descumprimento de preceito fundamental nº 320/DF*. Brasília/DF: 15 de maio de 2014. Disponível em: http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5892287&ad=s#2%

BRASIL. *Portaria nº 1.251*, de 05 de agosto de 2015. Diário Oficial da União, Brasília, 7 ago. 2015. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/97434236/dou-secao-1-07-08-2015-pg-28>

BRASIL. Presidência da República. Emílio Garrastazu Médici. *Diretriz Presidencial de Segurança Interna*. Brasília, setembro de 1970.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. *Questões fundamentais para prevenção à tortura no Brasil*/Coordenação Geral de Combate à Tortura (org.). Brasília: SEDH, 2015.

BRASIL. *Projeto de Lei nº 6.240, de 30 de agosto de 2013*. Acrescenta art. 149-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar o crime de desaparecimento forçado de pessoa, e acrescenta inciso VIII ao art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para considerar esse crime hediondo. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=589982>.

BRASIL. *Relatório CNV:* Mortos e Desaparecidos Políticos, Volume III. Brasília: CNV, 2014.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. *Camponeses mortos e desaparecidos:* Excluídos da Justiça de Transição. Brasília, 2013.

BRASIL. *Seus Direitos* - Anistia Política. Disponível em: http://www.justica.gov.br/seus-direitos/anistia.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Acórdão na arguição de descumprimento de preceito fundamental nº 153/DF*. Arguente: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Arguidos: Presidente da República e Congresso Nacional. Relator: Ministro Luiz Fux. Brasília/DF: 29 de abril de 2010. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=612960>.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Autos do processo judicial de 06/07/1949, com 51 mineiros arrolados*. In: Arquivo Judiciário. Centro de Memórias de Nova Lima. Nova Lima

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Eleições federais e estaduais realizadas em 1965 e 1966: dados estatísticos*. Brasília: Imprensa Nacional, 1971, v.8.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Eleições federais e estaduais realizadas e em confronto com os anteriores referendum 6.163*. Brasília: Imprensa Nacional, 1964, v.6.

BRASIL: Nunca Mais – Sumário do BNM 665. Disponível em: http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/700/665.html

Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. *Diário Oficial da União. http://portal.in.gov.br/*

BRUNEAU, Thomas C. *Religião e politização no Brasil: Igreja e o Regime Autoritário*. São Paulo, Loyola, 1979.

BRUNO, Regina. Revisitando a UDR: ação política, ideologia e representação. *Revista Instituto Estudos Brasileiros*. São Paulo. 40, pp. 69-90, 1996.

BUCCI, Eugenio; KEHL, Maria Rita. *Videologias:* ensaios sobre a televisão. São Paulo: Boitempo, 2004.

BUONICORE, Augusto. *O 1968 operário*. Portal Vermelho, 2017

BUONICORE. Augusto. *A explosão eleitoral comunista nos anos 40*. In: www.vermelho.org.br

BUZALAFI, Márcia Neme. *Historiografia e jornalismo na compreensão da ditadura civil-militar:* as três fases de censura no jornal O Pasquim. Disponível em:http://www.uel.br/eventos/eneimagem/2013/anais2013/trabalhos/pdf/Marcia%20Neme%20Buzalaf.pdf

CALDART, Roseli Salete (org.). *Dicionário da educação no campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. *Relatório Final CPI das bombas,* instaurada pela Câmara Municipal de Belo Horizonte em 1995, com a finalidade de apurar a responsabilidade pelos atentados a bomba que vêm ocorrendo em nossa cidade. Belo Horizonte, Câmara Municipal, 1995.

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LIMA. Ata nº 2 da Sessão Extraordinária da Câmara dos Vereadores de Nova Lima, 10/12/1947. Livro I, fl. 5. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. Mina de Morro Velho: A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981.

CAMARGOS, Daniel. *Conheça a história de Henfil e saiba como o cartunista driblou a ditadura com desenhos*. O Estado de Minas, Minas Gerais, 02/03/2014. Disponível em: http://www2.em.com.br/app/noticia/especiais/golpe-militar- 50-anos/2014/03/02/noticias-internas- golpe-militar- 50-anos,511666/conheca- a-historia- de-henfil-e-saiba-como-o- cartunista-driblou- a-ditadura- com-desenhos.shtml.

CAMARGOS, Toninho. *Grupo Mambembe:* pequena história que virou canção. Belo Horizonte: Recanto das Letras, 2016.

CAMISASCA, Marina Mesquita. *Camponeses mineiros em cena: mobilização, disputas e confrontos (1961-1964)*. 2009. 201f. Dissertação mestrado, Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, 2009.

CAMPELO, Wanir. *Das ondas do rádio à tela da TV:* o som e a imagem na cidade das alterosas. Dissertação de Mestrado - Universidade de São Marcos. São Paulo, 2001

CAMPELO, Wanir. História sonora de uma cidade. Belo cenário para um novo Horizonte radiofônico. IN: PRATA, Nair (org). *O rádio entre as montanhas*: histórias teorias e afetos da radiofonia mineira. Belo Horizonte, FUNDAC, 2010.

CAMPOS, Leonardo Álvares da Silva. *Saluzinho*: luta e martírio de um bravo. Belo Horizonte: Editora D´Plácido, 2014.

CÂNDIDO, Carlos Alberto. *O grito de uma geração:* universitários dos anos 1970 comemoram os 30 anos do 3º Encontro Nacional de Estudantes. O Cometa, Belo Horizonte/Itabira, p. 17, jun. 2007.

CARDOSO, Luiza Rita e NEVES, Hudson Campos. Resenha da obra – REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e Democracia no Brasil: do golpe de 1964 à constituição de 1988.

CARLOS, Newton. Toda a verdade sobre o Plano Cohen. In: *Revista Manchete,* nº 344, 22/11/1958.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. *Retrato da Repressão Política no Campo* – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: MDA, 2011. 2º Edição.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. (org) *Minorias silenciadas:* História da censura no Brasil. São Paulo: Editora USP/ Imprensa Oficial do Estado/ FAPESP, 2002.

CAROCHA, Maika Lois. A Censura musical durante o Regime Militar (1964-1985). *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 44, n. 1, jun. 2006. Disponível em: http://revistas.ufpr.br/historia/article/view/7940.

CAROCHA, Maika Lois. *Pelos versos das canções:* um estudo sobre o funcionamento da censura musical durante a ditadura militar brasileira. Dissertação Mestrado de História UFRJ, 2007

CARRATO, Angela. Imprensa mineira, um monopólio próximo ao fim. IN: PORTO, Sérgio *et all. O jornal da forma ao sentido*. Brasília, Paralelo 15, 1997. P.169-481.

CARVALHO, Aline Fonseca. Tiradentes, o teatro e a poesia no Jornal 'Estado de Minas' durante o período militar. Dissertação (curso de História) – UFMG, 2006.

CARVALHO, André; BARBOSA, Waldemar. *Dicionário Biográfico:* Imprensa Mineira. Belo Horizonte, Armazém de Ideias, 1994.

CARVALHO, André; MARTINS, Kao. Habla, Señor. *Um homem chamado Januário*. Belo Horizonte: Armazém de Idéias, 1992.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil:* o longo caminho. 9ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, José Murilo. A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

CARVALHO, Natálya Dayrell de. *Luta pela terra no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba:* a trajetória dos movimentos e organizações sociais na construção do território. 2011. 125f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

CASTANHO, Sandra Maria. *Política e lutas sociais no campo*: organização dos trabalhadores rurais, legislação trabalhista e reforma agrária (anos 1950 e 1960). Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Maringá, 2006.

CASTRO, Célio de. *Discurso publicado no Diário da Assembleia Nacional Constituinte*. Abril de 1987.

CASTRO, José de Souza. Sucursal das incertezas. Disponível em: http://docplayer.com.br/ 28216064-Sucursal-das-incertezas.html p.8

CASTRO, Maria Ceres Pimenta Spinola. *De Fato*: um novo sujeito político na cena Mineira. C&P Ano 12 n. 21.

CASTRO, Maria Ceres Pimenta Spínola. *Na tessitura da cena, a vida: Comunicação, sociabilidade e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.

CAVA, Pedro Paulo. *Biografia*. Disponível em: http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa243796/pedro-paulo-cava.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Disponível em http://www.cut.org.br/

CENTRO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS, Universidade de Oxford, Reino Unido. *A Anistia na Era da Responsabilização:* o Brasil em Perspectiva Internacional e Comparada. Brasília/Oxford, Ministério da Justiça, Comissão de Anistia / Oxford University, 2013.

CERQUEIRA, Benedito Cerqueira. Entrevista. [nov. 1962]. Jornal Última Hora. Rio de Janeiro, 26 nov. 1962 *apud* DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O comando geral dos trabalhadores no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1986.

CHAVES, José Deusdedith Serrinha. Depoimento. *In*: RUEDA, Lenira e JÚNIOR, Antônio Nahas. *Homens em Série*: a história de Ipatinga contada por seus próprios personagens. Ipatinga: Ed. Prefeitura de Ipatinga, 1991, Vol. 1.

CHAVES, Luiz Antônio. *As terras devolutas e a questão energética em Minas Gerais*: desafios e perspectivas de sustentabilidade econômica, ambiental, e social nas regiões Norte e Alto Jequitinhonha. 2015. 150f. Dissertação mestrado. Escola Superior Dom Hélder Câmara. Belo Horizonte.

CHAVES, Luiz Antônio. Saluzinho e a luta pela terra no Norte de Minas. *Revista Verde Grande*. Montes Claros: Ed. Unimontes, v.1, n.3, pp.98-106, dez/fev. 2005.

CIACCIA, Fábio; MANHANELLI, Carlos. *A história do rádio na política brasileira.* Trabalho do Mestrado em Comunicação Social, Universidade Metodista de São Paulo. s/d.

CINTRÃO, Rosângela Pezza. *ONGS, tecnologias agrícolas e representação política do capesinato:* uma análise entre o Centro de Tecnologias Alternativas e os sindicatos de trabalhadores rurais da Zona da Mata mineira. 1996. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais/ CPDA/UFRRJ, Seropédica.

CIPRIANI, Juliana. *Como atuou a Assembleia Legislativa de Minas Gerais durante os anos de chumbo:* Três deputados de Minas foram cassados pelos próprios colegas. Jornal Estado de Minas, Belo Horizonte, 09 de mar.

de 2014. Disponível em <http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2014/03/09/interna_politica,505905/como-atuou-a-assembleia-legislativa-de-minas-gerais-durante-os-anos-de-chumbo.shtml>

CIVITA, Roberto. Memórias de um Editor. *Veja* (2324): 93-101, 5 jun. 2013.

CLASTRES, Pierre. *Arqueologia da violência*: pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

COLLINS, Cath. *Post-transitional Justice Human Rights Trials in Chile and El Salvador*. State College: Penn State University Press. 1ª Edição, 2010.

COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE. *Relatório final: violações de direitos no campo – 1946 a 1988.* Brasília: Comissão Camponesa da Verdade, 2014.

COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO RUBENS PAIVA. *Carta dos presos políticos do Barro Branco (São Paulo*): a criação da memória coletiva! São Paulo, Edição da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva, s/d.

COMISSÃO DA VERDADE DO RIO. *Relatório.* Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015.

COMISSÃO DA VERDADE EM MINAS GERAIS: *Relatório de Atividades da Comissão da Verdade de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais. 2014.

COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. *Dossiê Ditadura:* Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964- 1985). 2ª edição revista, ampliada e atualizada. Imprensa Oficial. São Paulo, 2009.

COMISSÃO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO EM NOVA LIMA. *Relatório*. Nova Lima, Comissão Especial de Investigação em Nova Lima, 1949.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *1985:* Conflitos de terra no Brasil. Goiânia: CPT, 1986.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no campo Brasil/1987*. Goiânia: CPT, 1988.

COMPARATO, Fábio Konder. A tortura no direito internacional. In: BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. *Tortura.* Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010. pp. 80-87.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Pastoral da Terra:* estudos da CNBB. São Paulo: Paulinas, 1977.

CONY, Carlos Heitor. *JK e a ditadura*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

CORREA, Antônio Inácio. *Um Lavrador no Reino do Latifúndio*. Petrópolis: Vozes, 1988.

CORREA, José Gabriel. *A Ordem a se Preservar*: A Gestão dos Índios e o Reformatório Agrícola Indígena Krenak. 2000. 216 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu do Índio – UFRJ. Rio de Janeiro.

CORREIO DA MANHÃ. *Passarinho vê em greve provocação*. 1º caderno, p.10, 28 de setembro de 1968. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_07&pagfis=95917&url=http://memoria.bn.br/docreader#>

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Sentença no caso Gomes Lund e Outros, de 2010*.

COSTA, Dina Czeresnia. *Política indigenista e assistência à saúde*: Noel Nutels e o serviço de unidades sanitárias aéreas. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, out.-dez. 1987.

COSTA, Roberto C.. *A Cortina de Ouro (morro-velho).* Belo Horizonte, s/e, 1955.

COUTO, Ronaldo Costa. *Juscelino Kubitschek*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara: Senado Federal, Edições Técnicas, 2011.

COUTO, Ronaldo Costa. *O essencial de JK*. Editora Planeta do Brasil, 2013.

CRUZ, Carla Buiatti et al. A territorialização da luta pela terra em Minas Gerais: dados de ocupações do projeto DATALUTA 2001-2005. *II Encontro de grupos de pesquisa*. Universidade Federal de Uberlândia. 20 a 22/07/2006.

CRUZ, Mônica de Souza Alves da. *O processo de censura à peça teatral Calabar*. Monografia (Bacharelado) – Departamento de História. UFRJ. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: http://www.academia.edu/8029602/O_processo_de_censura_ %C3%A0pe%C3%A7a_ teatral_Calabar.

CUBAS, Caroline Jaques. *Do hábito ao ato: vida religiosa feminina ativa no Brasil*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Santa Catarina. 2014. Disponível em < https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/129601 >

CUNHA, Luiz Antonio. *A universidade crítica*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/Fapesp, 1992.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Aconteceu longe demais*. A luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a Revolução Brasileira (1950-1964). São Paulo: UNESP, 2007.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. Trombas: um ensaio revolucionário. In: PAULILO, Maria Ignez; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; FERNANDES, Bernardo Mançano (Org.). *Lutas camponesas contemporâneas*: condições, dilemas e conquistas. O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: Ed. UNESP, 2009. v.1.

CUNHA, Paulo Ribeiro da.(org.). *O camponês e a história:* a construção da Ultab e a fundação da Contag nas memórias de Lyndolpho Silva. São Paulo: Instituto Astrojildo Pereira, 2004.

DANGELO, Jota. *Biografia*. Disponível em: http://enciclopedia.itaucultural.org.br /pessoa109212/jota-dangelo.

DANTAS, San Tiago. *Jornal Estado de Minas:* Belo Horizonte, 6 out. 1963, p.3. Entrevista concedida ao Jornal Estado de Minas.

DAVIS, Shelton H. *Vítimas do milagre:* o desenvolvimento e os índios do Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

DECKES, Flávio. *Radiografia do Terrorismo no Brasil 66/80*. São Paulo, Editora Ícone, 1985.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves, DULCI, Otávio Soares e MENDES, Virgínia dos Santos. *Edgar de Godoi da Mata Machado*: fé, cultura e liberdade. Belo Horizonte: Ed. UFMG/ Edições Loyola, 1993.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves, MAURO, Passos. Catolicismo: Direitos Sociais e Direitos Humanos (1960-1970). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília D. A. N. *O Brasil Republicano:* o tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. 1964: temporalidade e interpretações. In: TOLEDO, Caio Navarro (org.) *1964:* visões críticas do golpe. Democracia e reformas no populismo. Campinas: Ed. UNICAMP, 2001, pp. 15-18.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O comando geral dos trabalhadores no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1986.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Rito Sumário: política, poder e discriminação: a cassação dos deputados operários. In: VIANA, Márcio Túlio; RENAULT, Luiz Otávio Linhares (org.). *Discriminação*. São Paulo: Editora LTR, 2000. p. 77-91.

DELGADO, Raimundo Tarcísio. *Entrevista por Rodrigo Patto de Sá Motta.* Belo Horizonte, Projeto Memória e História: Visões de Minas / UFMG, 1993.

DELGADO, Raimundo Tarcísio. *Tatuagens na Alma – 1964: A Saga dos Mineiros da Mina Morro Velho de Nova Lima*. Belo Horizonte, Mandamentos Editora, 2009.

DELLAMORE, Carolina. *Resistência operária e ditadura militar* – a atuação dos metalúrgicos na Cidade Industrial de Contagem/MG. XI Encontro Regional Sudeste de História Oral. Universidade Federal Fluminense, 2015.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL. *Atribuições*. In: http://www.dpf.gov.br

DIAS FILHO, Antônio Jonas. *Sobre os viventes do rio Doce e da Fazenda Guarany:* dois presídios federais para índios durante a ditadura militar. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). 2015. 155 f. PUC-SP, São Paulo, 2015.

DIAS, José Ramos. *Apontamentos históricos da Escola de Farmácia de Ouro Preto:* 1989. 3 ed. Ouro Preto: Imprensa Universitária, 1988.

DOLABELA, Marcelo. *Breve história da música de Belo Horizonte*. Mimeo. Coleção Minimemória. Parte I.

DRUMOND, Ivan. *Ribeirão das Neves já teve presídio modelo*. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/01/16/interna_gerais,839731/ribeirao-das-neves-ja-teve-presidio-modelo.shtml.>. Acesso em: 16 jul 2017.

DUARTE, Betinho. *Estamos vivos, a volta será pior*. O DNA do terrorismo de direita em Minas. Belo Horizonte: Edição própria, com financiamento da Cemig, 2015.

DUARTE, Betinho. *Ofício a Santos Moreira,* Secretário de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, Câmara Municipal de Belo Horizonte, Abril de 1995.

DUARTE-PLON, Leneide. *A tortura como arma de guerra* - Da Argélia ao Brasil: como os militares franceses exportaram os esquadrões da morte e o terrorismo de estado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

DUTRA LADEIRA, Antônio. *Manual de organização civil de Minas Gerais e práticas sociais*. Belo Horizonte: Academia de Polícia Civil de Minas Gerais, 1971.

ECLESIASTES. *Velho Testamento*. Eclesiastes 13, Vs. 21-22-23.

ELSTER, Jon. *Closing the books* – transitional justice in historical perspective. Cambridge, UK; New York. Cambridge University Press: 2004.

ENISWELER, Kely Cristina; NEUMANN, Sofia. *Ditadura e Música:* um retrato da sociedade nas composições do grupo Secos e Molhados. Disponível em http://www.congressodorock.com.br/evento/anais/2013/artigos/7/artigo_simposio_5_146_kelyenisweler@hotmail.com.pdf.

ESPINDOLA, Haruf Salem. Apropriação de Terras Devolutas e Organização Territorial no Vale do Rio Doce: 1891-1960. In: ABREU, J. L. N.; ESPINDOLA, H. S. *Território, sociedade e modernidade*. Governador Valadares: Editora Univale, 2010.

ESPINDOLA, Haruf Salem. *Sertão do Rio Doce*. Governador Valadares: Editora Univale, 2005.

ESTADO DE MINAS GERAIS. *Constituição do Estado de Minas Gerais*.

ESTADO DE MINAS GERAIS. *Lei Estadual nº 20.765, de 2013*.

ESTADO DE SÃO PAULO. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. *Relatório sobre a morte do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira*. vol. I e II, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo e Grupo de Trabalho Juscelino Kubitschek GT-JK (Pesquisadores da Universidade de São Paulo e da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie), São Paulo. 2014. Disponível em: http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/ relatorio/tomo-iv/>.

FARIA, Henrique Moura. A Igreja e o golpe civil-militar. In: SÁVIO, Robson (Org), 50 Anos do Golpe Civil-Militar. A Igreja e a universidade. *Cadernos Temáticos* no 4. Belo Horizonte. FUMAC, 2014.

FARIA, Maria Auxiliadora de; DULCI, Otávio Soares. *Diálogo com o tempo:* 170 anos do Legislativo Mineiro. ALMG, 2005.

FARLEY, Bertolino. *Movimento estudantil de esquerda católica na capital mineira:* história e memória de uma geração. 279 f. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – FAFICH, UFMG.

FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2° Ed.; 2008.

FAUSTO, Carlos. História. Índios no Brasil *1*. Secretaria de Educação a Distância, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEED/SEF, 2001.

FEITOSA, Antonio Maurilio Alencar. *A luta pela terra no Norte de Minas e o processo de territorialização do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST*: o estudo da Brigada Camilo Torres. 2008. 141f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia.

FELIPE, Carlos. É ou não é a voz de JK? *Jornal Estado de Minas*, Belo Horizonte, 22 dez. 1977.

FERNANDES, Edivaldo (org.). *Massacre de Ipatinga quadro a quadro*. Belo Horizonte: Instituto Pauline Reichstul, 2013.

FERREIRA NETO, José Ambrósio; DOULA, Sheila Maria. *Assentamentos Rurais:* organização, mobilização e imaginário social. Visconde do Rio Branco: Suprema, 2003

FERREIRA, Amauri Carlos; GROSSI, Yonne de Souza; PASSOS, M. *A Igreja do outro lado do espelho*. In: *Horizonte Teológico*, Belo Horizonte, v. 01, n.01, 2002.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. E o golpe virou revolução. In: *1964:* O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2014.

FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (orgs) *Revolução e Democracia* (1964-...). Coleção As Esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *A trajetória política de João Goulart* - As reformas de base. Fundação Getúlio Vargas. 2017. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/As_reformas_de_base.

FETAEMG. *Fetaemg 30 anos de luta* - 1968-1998. Belo Horizonte: Segrac, 1998.

FICO, Carlos. *"Prezada Censura":* cartas ao regime militar. Rio de Janeiro, TOPOI, *Revista de História UFRJ*, vol 3 n. 05, jul/dez de 2002.

FICO, Carlos. A ditadura documentada: acervos desclassificados do regime militar brasileiro. *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, v. 21, no 2, p. 67-78, jul/dez 2008.

FICO, Carlos. *Como eles agiam*: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, Carlos. *Prezada censura*: cartas ao regime militar. Topoi, Rio de Janeiro, 2002.

FILHO, Expedito. Autópsia da sombra. *Revista Veja*. São Paulo, edição 1262, n° 47, p. 20-32, 18/nov. de 1992.

FILHO, José de Jesus. Contribuição para a compreensão e prevenção da tortura no Brasil. In: BRASIL. SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Tortura*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010. pp. 238-253.

FOLTRAM, Rochelle. *O Estado Militar e as Populações Indígenas*: Reformatório Krenak e Fazenda Guarani. 2017. 157 p. Dissertação (Mestrado Profissional – Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas) - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

FORACCHI, M. M. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: EDUSP, 1972.

FORMAN, Shepard. *Camponeses: sua participação no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

FORTES, D. P. (ORG). *Hélcio*. Belo Horizonte: Editora Usina do Livro, 2017.

FRANCO, José, NICOLAU, José. Paz na aldeia dos Maxakalis. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, ano XL, n. 32 10 ago. 1968. p. 140.

FREDERICO, Renata Leite Raposo. *A censura aos meios de comunicação no período ditatorial do Brasil e a história do jornalismo especializado em gastronomia*. In: Intercom – Congresso Nacional de História da Mídia. São Paulo, 31 maio a 02 de junho de 2007.

FREIRE, Alípio, ALMADA, Izaías, PONCE, J.A. de Granville. (orgs.). *Tiradentes, um presídio da ditadura.* Memórias de presos políticos. São Paulo: Scipione, 1997.

FREITAS, E. B. A Guarda rural Indígena - GRIN. Aspectos da militarização da Política Indigenista no Brasil,. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* - ANPUH 50 anos. São Paulo: ANPUH, 2011. pp. 1-26.

FREITAS, Marcelo. *Não foi por acaso*. Belo Horizonte: Comunicação de Fato Editora, 2008.

FREITAS, Sandra Maria de. Jornal dos Bairros: compromisso com os movimentos sociais e com uma nova militância política. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA. 10, 2015, Porto Alegre. *Anais*. ALCAR, UFRGS, 2015.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 2001. 2ª Edição.

FUNDAÇÃO MAURÍCIO GRABOIS, Disponível em: http://www.grabois.com.br/portal/ especiais/ 153579-44752/2017- 05-28/gilse- westin-cosenza-uma- vida-de-militancia.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA – BELO HORIZONTE. *Dossiê de Tombamento do Edifício do antigo DOPS*. Elaborado pela equipe técnica da Diretoria de Patrimônio Cultural, 2013.

GAGLIARD, José Mauro. *O indígena e a república*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1989.

GARCIA, Maria Lúcia R. *Geração Esperança*. São Paulo: Alfa-Omega, 2003.

GARFIELD, Seth. *A luta indígena no coração do Brasil:* política indigenista, a marcha para o oeste e os índios xavante (1937-1988). São Paulo: UNESP, 2011.

GASPARI, E. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GAUDIUM ET SPES. Constituição pastoral do Concílio Vaticano II sobre a Igreja no Mundo de Hoje, parágrafo I. In: Frei Antônio de Sanctis (Org) In: *Encíclicas e Documentos*, 1965.

GAVIÃO, Fabio Pires. Religião e Reformas Sociais: uma leitura do discurso da esquerda católica brasileira no campo político do pré-golpe (1960-1964). In: *Revista Brasileira de História das Religiões* - Ano I , nº2, 2008.

GOMES, Gilberto Antônio. *A Perseguição da ditadura militar aos metalúrgicos de BH e Contagem e o papel das empresas na colaboração com a repressão militar*. Belo Horizonte, CSP-Conlutas, S/D.

GOMES, Mércio Pereira. *Os índios e o Brasil:* ensaio sobre um holocausto e sobre uma nova possibilidade de convivência. Petrópolis: Vozes, 1988.

GOMES, Mércio Pereira.. *Os índios e o Brasil:* passado, presente e futuro. São Paulo: Contexto, 2012.

GONÇALVES NETO, João. *Memórias de Três Marias*. Belo Horizonte: Rona Editora, 2001.

GONÇALVES, Regis. A Liga Camponesa de Três Marias. In: *Revista Sem Terra*. nº33. nov/dez 2005.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas* – A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo, Editora Ática, 1987.

GOULART, João Belchior Marques. *Discurso no comício da Central do Brasil, em 13/03/1964*. In: http://www.institutojoaogoulart.org.br

GRABOIS, João Carlos Schmidt de Almeida. A história que o menino não queria ouvir a mãe contar. In: *Infância Roubada:* Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil. Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. – São Paulo: ALESP, 2014, pp. 270-275.

GRISALES, Natalia Rodriguez. *Cuerpo, sexualidad y violencia simbólica en la tortura sexual. Rev. estud. soc.*, Bogotá , n. 54, pp. 81-92, Dec. 2015 . Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid= S0123-885X2015000400007&lng=en&nrm=iso>. http://dx.doi.org/10.7440/res54.2015.06.

GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro velho:* A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981.

GRUPO DE ESTUDOS JUSTIÇAS DE TRANSIÇÃO LATINO-AMERICANA E CONSTITUCIONALISMO DEMOCRÁTICO. *Justiça de transição*. Belo Horizonte, ALMG, 2014.

GRYNSZPAN, Mario. A questão agrária no Brasil pós-1964 e o MST. In: DELGADO, Lucília Neves; FERREIRA, Jorge (orgs.). *O tempo da ditadura regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano; v.4).

GRYNSZPAN, Mario. Da barbárie à terra prometida: o campo e as lutas sociais na história da República. In: GOMES, Ângela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Vera (orgs.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC, 2002.

GUATIMOSIM, Gil. Depoimento. In: ALMG. Comissão Especial de Ipatinga. Belo Horizonte, 1963, p. 551.

GUERRA, Claudio; NETTO, Marcelo; MEDEIRA, Rogério. *Memórias de uma Guerra Suja*. Petrópolis: Topbooks, 2012. p. 39.

GUERRILHA DO ARAGUAIA. 3 ed. São Paulo: Editora Anita, 1996.

GUIMARÃES, Anélio Marques. *Entrevista por Lucília de Almeida Neves Delgado*. Belo Horizonte, Projeto Memória e História: Visões de Minas / UFMG, 1991.

GUIMARÃES, Elena. *Relatório Figueiredo*: entre tempos, narrativas e memórias. 2015. 204 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – UFRJ. Rio de Janeiro, 2015.

GUIMARÃES, José Otávio Nogueira; PAIVA, Cláudia; GUERRA, Maria Pia (Orgs). *Justiça de transição na América Latina*: panorama 2015. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, Rede Latino-Americana de Justiça de Transição, 2016.

GUIMARÃES, Nathalie. *Ex-líder sindical e ex-deputado de MG relembra prisão após golpe militar*. Entrevista concedida ao Portal G1 Zona da Mata, Juiz de Fora, 30 de março de 2014. Disponível em: http://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2014/03/ex-lider-sindical-e-ex-deputado-de-mg-relembra-prisao-apos-golpe-militar.html

GUIMARÃES, Plínio Ferreira*, CAPARAÓ*: a Lembrança do Medo. Juiz de Fora, 2006, 207 fls. Dissertação (Mestrado); Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).Disponível em https://www.almg.gov.br/export/sites/default/acompanhe/ noticias/pdf/relatorio_ CPIDops_mar13.pdf.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HECK, Egon Dionísio. *Os índios e a caserna:* políticas indigenistas dos governos militares (1964-1985). 1997. 151 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Campinas, SP.

HOBSBAW, Eric. *A Era dos Extremos* – o breve século XX, 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HORTA, Raul Machado. *Estudos de direito constitucional*. Belo Horizonte: Del Rey, 1995.

HUYSSEN, Andreas. *Culturas do passado-presente:* modernismos, artes visuais, políticas da memória. Rio de Janeiro: Contraponto/Museu de Arte do Rio, 2014.

HUYSSEN, Andreas. Resistência à Memória: os usos e abusos do esquecimento público. In: BRAGANÇA, Aníbal e MOREIRA, Sônia (org.). *Comunicação, Acontecimento e Memória*. São Paulo: Intercom, 2005.

IANNI, Octavio. *Ditadura e agricultura*: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. Disponível em http://www.ilo.org

JAYME, Juliana Gonzaga. Parecer de dossiê de tombamento do antigo DOPS apresentado ao Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte – CDPCM/BH; outubro de 2013.

JEFFERY, Renée, *Transitional justice in practive* – conflict, justice, and reconciliation in the Solomon Islands - k5250 t77

JESUS, Sirlan Antônio de. Depoimento. Entrevistador: Luiz Carlos Bernardes. 1 arquivo vídeo. Disponível em: <https://plus.google.com/photos/photo/118119168712251807065/5807021224263489442?icm=-false>

JIMENEZ, Gabriel. O mal está em todos nós. *Veja*, Editora Abril, edição 2335, ano 46, número 34, 21 de agosto, 2013, p.19. Disponível em: https://acervo.veja.abril.com.br/ index.html#/edition/32136?page=18&section=1.

JORNAL ESTADO DE MINAS. *Bomba na Assembleia: deputados exigem rigor nas investigações*. Belo Horizonte, 2/7/1983.

JORNAL ESTADO DE MINAS. *Policiais-terroristas serviram à ditadura militar*. Belo Horizonte, 15/3/1995.

JUIZ DE FORA. Comissão Municipal da Verdade. *Memória da Repressão:* relatório da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora. Juiz de Fora: MAMN, 2016.

JUÍZES militares interrogam pintor. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 24 jan. 1978, p. 15.

KAMINSKI, Leon Frederico. Teatro, liberdade e repressão nos Festivais de Inverno de Ouro Preto, 1967-1979. *Varia Historia.* Belo Horizonte, vol. 32, n. 59, p. 327-355, mai/ago 2016.

KLANOVICZ, Luciana Rosar Fornazari. No olho do furacão: revista veja, censura e ditadura militar (1968-1985). *Revista Literatura em Debate*, v. 4, n. 6, p. 34-50, jan.-jul., 2010.

KOLKER, Tania. Tortura e impunidade – danos psicológicos e efeitos de subjetivação. In: BRASIL. SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Tortura*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010. Pp. 170-195.

KRENAK, Douglas. *Borum Krenak*: 200 anos de resistência à Guerra Justa. Disponível em: < https://webradiobrasilindigena.wordpress.com/2008/02/06/borun-krenak-200-anos-de-resistencia-a-guerra-justa-douglas-krenak/>.

KRENAK, Itamar (org.). *Uatu Hoom*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG/Cipó Voador, 2009.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários:* Nos tempos da imprensa alternativa. EDUSP: São Paulo, 2003.

KUCINSKI, Bernardo. *Pau de arara:* a violência militar no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores do AI-5 à constituição de 1988.* Tese – Departamento de História UNICAMP, 2001.

LACERDA, Carlos. *Jornal Estado de Minas:* Belo Horizonte, 2 out. 1963. Capa, p. A1. Entrevista concedida ao Jornal Estado de Minas.

LACERDA, Gislene Edwiges de. *O movimento estudantil e a transição democrática brasileira:* memórias de uma geração esquecida. 2015. 216 f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2015.

LACERDA, Tessa Moura. Reconstruindo Gildo. In: *Infância Roubada*: Crianças atingidas pela ditadura militar no Brasil. Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. – São Paulo: ALESP, 2014, p. 285-289.

LANGGUTH, A.J. *A face oculta do terror*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

LE VEN, Michel Marie. *Dazinho, um Cristão nas Minas* – minas do ouro, minas d'água, minas de gente.... Belo Horizonte: Editora O Lutador, 2005.

LEITE, Cristina Isabel. Apurando a subversão: um estudo de caso sobre repressão na Universidade pelos arquivos da AESI/UFMG. *Temporalidades: Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG*. Belo Horizonte, vol. 2, n.º 1, janeiro/julho de 2010.

LEITE, Eduardo Collen. *Memórias da ditadura*. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/eduardo-collen-leite/index.html.>.

LEITE, I. C. *Comandos de Libertação Nacional*: oposição armada à ditadura em Minas Gerais – 1967-1969. 233f. 2009. Dissertação. (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

LETRO, Cláudio. *Trajetórias de deslocamento:* experiência e narrativas dos moradores da "Rua do Buraco" no espaço urbano de Ipatinga. 2006. Dissertação (Mestrado

em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE. Disponível em <http://levante.org.br/>.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. *Aos fetichistas, ordem e progresso*: um estudo do campo indigenista no seu estado de formação. UFRJ, 1989.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. O governo dos índios sob a gestão do SPI. In: CUNHA, Manuela Carneiro (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. Reconsiderando poder tutelar e formação do Estado no Brasil: notas a partir da criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais. In: FREIRE, Carlos Augusto da Rocha (org.). *Memória do SPI:* textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967). Rio de Janeiro: Museu do Índio-FUNAI, 2011. pp. 201-213.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz:* poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

LIMA, Samarone. *Zé*. Belo Horizonte: Mazza, 1998.

LIMBERTI, Rita de Cássia Pacheco. *A imagem do índio*: discursos e representações. Dourados: Ed. UFGD, 2012.

LINDENBERG, Carlos. Audiência Pública sobre Censura aos Meios de Comunicação de Belo Horizonte. [mar. 2017]. Belo Horizonte, 2017. 1 arquivo .mp3 (4 horas).

LINS, Álvaro. Os mortos de sobrecasaca. Apud: KUCINSKI, Bernardo; TRONCA, Ítalo. *Pau de Arara:* a violência militar no Brasil. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2013.

LINS, Flávio; BRANDÃO, Cristina; MAIA, Aline Silva Corrêa. Itacolomi – uma TV para Minas Gerais. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUFDESTE. XVI, 2011, São Paulo. *Anais:* São Paulo, maio de 2011.

LOPES, Antônio de Faria. *Projeto Integrado Memória e História*: Visões de Minas do Programa de História Oral do Centro de Estudos Mineiros da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG. Belo Horizonte, 10 ago. 1994. Entrevista concedida a Michel M. Le Ven.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

MACHADO, Otávio Luiz (org.). Depoimento de Pedro Carlos Garcia Costa a Otávio Luiz Machado. Ouro Preto: Projeto A Atuação do Diretório Acadêmico da Escola de Minas de Ouro Preto - o desenvolvimento e o radicalismo entre 1956 e 1969, 2003. Disponível em: http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br/ 2008/03/ depoimento - de-pedro-carlos-garcia-costa.html.

MACHADO, Otávio Luiz. Entidades estudantis de Ouro Preto: Trajetórias e Importância. Frutal-MG: Prospectiva, 2014.

MAGALHÃES, José Luiz Quadros. Intervenção no ciclo de debates Resistir Sempre – Ditadura Nunca Mais: 50 Anos do Golpe de 1964. In: ALMG. Notas taquigráficas da 11ª Reunião Especial Ordinária na 17ª Legislatura. Belo Horizonte, ALMG, 1/4/2014.

MALAN, Pedro Sampaio; et al. *Crescimento econômico, industrialização e balanço de pagamentos:* o Brasil dos anos 70 aos anos 80. Friburgo / Stanford-Berkeley, Joint Center for Latin American Studies, Iuperj, 1983.

MALAN, Pedro Sampaio; et al. *Política econômica externa e industrialização no Brasil, 1939-1952*. Rio de Janeiro, Ipea, 1977.

MALINA, Judith. Diário de Judith Malina: O Living Theatre em Minas Gerais. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, Arquivo Público Mineiro, 2008.

MANFREDINI, Luiz. *As moças de Minas:* uma história dos anos 60. São Paulo: Alfa-omega, 1989.

MANIFESTO. American Committee for the Defense of the Living Theatre Letter. Nova Iorque, 16 ago. 1971. Disponível em: <http://library.brown.edu/wecannotremainsilent/wp-content/uploads/2014/03/ american-committee-for-the-defense-of-the-living-theater-letter.pdf>

MANZANO, Júlia de Quevedo e PADRÒS, Enrique Serra. *Liberado com cortes:* Tática e estratégia no jornal Movimento no processo de liberação da censura prévia. Disponível em: http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/67216/ 000872698. pdf?sequence=1

MARCATO, Sonia de Almeida. O indigenismo oficial e os Maxakali (séculos XIX e XX). In: RUBINGER, Marcos Magalhães; AMORIM, Maria Stella de; MARCATO, Sonia de Almeida (org.). Índios *Maxakali*: resistência ou morte. Belo Horizonte: Interlivros, 1980. pp. 119-189.

MARES GUIA, João Batista dos. *Depoimento*. In: ALMG. Relatório da CPI instalada pela ALMG em 1980 para averiguar denúncias de omissão e desinteresse do Governo Estadual na apuração de atos de terrorismo praticados contra pessoas e entidades do Estado de Minas Gerais.

MÁRIO, Caio. *Jornal Estado de Minas*: Belo Horizonte, 8 out. 1963, p. 4. Entrevista concedida ao Jornal Estado de Minas.

MARQUES, Fabrício e NOVAES, Mariana. A hora e a vez do Suplemento Literário de Minas Gerais. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, IX, 2013, Ouro Preto. Anais. Ouro Preto: UFOP, 2013.

MARQUES, Pedro Berutti. *História da África em livros didáticos em face do conceito de civilização no contexto de recepção da Lei 10639*. 2015. Dissertação (Mestrado). FaE/UFMG.

MARTINS FILHO, João Roberto. *A Rebelião Estudantil:* México, França, Brasil. Campinas: Mercado de Letras, 1996.

MARTINS, Antonieta Francisca da Conceição. Entrevista. *Jornal Última Hora*. Rio de Janeiro, 9 out. 1963, p. 3. Entrevista concedida ao Jornal Última Hora.

MARTINS, Elisa Rocha. *Depoimento*. Belo Horizonte, jun. 2017. 1 arquivo.mp3 (60 min.). Entrevista concedida a Janaína Breguelmas; Larissa Fernandes e Mariane Reis Cruz.

MARTINS, Fábio. *Senhores ouvintes, no ar... A Cidade e o Rádio*. Belo Horizonte: Editora C/ Arte, 1999.

MARTINS, José de Souza. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz [org.]. *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v. 4.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1990.

MARTINS, Paulo Emílio Matos; MUNTEAL FILHO, Oswaldo; PIERANT, Octavio Penna; KRONEMBERGER, Thais Soares. Descentralização administrativa e repressão: o Ai-5 e o (dês) controle da administração pública. In: FREIXO, Adriano de. MUNTEAL FILHO, Oswaldo. *Tempo negro, temperatura sufocante* – Estado e Sociedade no Brasil do AI-5. PUC Rio. Contraponto, 2008.

MARTINS, Tião. *Passos de uma paixão:* Dídimo Paiva e a dignidade no jornalismo. Belo Horizonte: Conceito, 2011.

MATOS, Kleber Gesteira de. *Ordem e Progresso na Amazônia*: o discurso militar indigenista. 2010. (mestrado). UnB. Universidade de Brasília/DF.

MEDEIROS, Lea Vidigal.; LUIS, Alessandro Octaviani.; BRAGA, Marco Aurélio. (Orgs.). *O Assassinato de JK pela Ditadura:* Documentos Oficiais, vol. 1 e 2, 1. ed., São Paulo: LiberArs, 2016.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de MEDEIROS, Leonilde Servolo de (org.). *Relatório final:* Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988). Rio de Janeiro: CPDA, 2015.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *A questão da reforma agrária no Brasil 1955-1964*. Dissertação (Mestrado). São Paulo, Universidade de São Paulo, 1982.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Dimensões políticas da violência no campo*., Rio de Janeiro: Tempo, vol. I, 1996, pp. 126-141.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Lavradores, *Trabalhadores Agrícolas, Camponeses:* os comunistas e a constituição de classes no campo. Tese (Doutorado). Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1995.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Luta por terra e organização dos trabalhadores rurais: a esquerda no campo nos anos 50/60. In: MORAES, João Quartim de; ROIO, Marcos Del (orgs.). *História do marxismo no Brasil*, volume 4: Visões do Brasil. Campinas (SP): UNICAMP, 1995.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Reforma agrária no Brasil:* história e atualidade da luta pela terra. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de; LEITE, Sérgio (orgs.). *A formação dos assentamentos rurais no Brasil:* processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre/ Rio de Janeiro: Ed Universidade, UFRGS, CPDA, 1999.

MEDINA, Cremilda. As múltiplas faces da censura. IN: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org). *Minorias silenciadas:* história da censura no Brasil. São Paulo: Editora USP/Imprensa Oficial do Estado/FAPESP, 2002.

MEIRELES, Bernardo Costa. *Prisão para averiguação em grandes eventos*: um estudo de caso do inquérito policial instaurado em Brasília-DF durante a copa das confederações. 2014. 52 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Centro Universitário de Brasília- Uniceub, Brasília, 2014.

MELLO, Alessandra. Nova ministra chega com bagagem acumulada em anos de luta pelos direitos das brasileiras. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 12 fev. 2012. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2012/02/12/interna_politica,277506/nova-ministra-chega-com-bagagem-acumulada-em-anos-de-luta-pelos-direitos-das-brasileiras.shtml.>. Acesso em: 07 ago. 2017.

MELO, Amir José de. *Padres Subversivos:* As representações da Igreja Progressista do Vale do Aço na mira do aparelho repressor (1968-1972). (Monografia), 2014.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. 1970. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/70-sao-libertados-no-ultimo-sequestr>.

MENDES, Jairo Faria. *O silêncio das gerais: o nascimento tardio e a lenta consolidação dos jornais mineiros*. 2007. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 2007.

MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor (orgs): *Direito à memória e à verdade*: Luta, substantivo feminino. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

MEYER, Emilio Peluso Neder (Org.). *Justiça de transição em perspectiva transnacional*. Belo Horizonte: Centro de Estudos sobre Justiça de Transição da UFMG, Secretaria da Rede Latino Americana de Justiça de Transição e Initia Via, 2017.

MEYER, Emílio Peluso Neder. Crimes contra a Humanidade, Justiça de Transição e Estado de Direito: Revisitando a Ditadura Brasileira. In.: *Brasiliana Journal for Brazilian Studies*. v. 4, 2015. Disponível em: <https://tidsskrift.dk/index.php/bras/article/view/20028.>

MEYER, Emílio Peluso Neder. *Ditadura e Responsabilização:* elementos para uma Justiça de Transição no Brasil. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2012.

MEYER, Emílio Peluso. *A anistia após a Constituição de 1988:* um conceito em disputa nos 50 anos do golpe. Belo Horizonte: ALMG, 2014.

MINAS GERAIS (Estado). ALMG. *Deputados à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (1947-1996)*. Belo Horizonte: Gerência-Geral de Documentação e Informação, 1996.

MINAS GERAIS. Comissão da Verdade de Minas Gerais – *Relatório Preliminar das Subcomissões*. Belo Horizonte, 2014.

MINAS GERAIS. Comissão da Verdade de Minas Gerais – *Relatório sobre Atendados Terroristas*. In: COVEMG. *Relatório Preliminar das Subcomissões*. Belo Horizonte: Covemg, 2014.

MINAS GERAIS. *Lei Estadual nº 5.875*, de 1972. Autoriza a doação de imóvel, que menciona, à Fundação Nacional do Índio – FUNAI. Disponível em <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=5875&comp=&ano=1972

MINAS GERAIS. *Relatório final da CPI do DOPS*. Belo Horizonte: ALMG, 2013.

MIRAD/INCRA. *Conflitos de Terra*. Vo. Brasília (DF), 1985,1986.

MIRANDA, Nilmário & TIBÚRCIO, Carlos *Dos filhos deste solo* – mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado. 2ª Ed. revista e ampliada. São Paulo: Boitempo Editorial/Fundação Perseu Abramo, 2008. 1ª Ed.1999.

MIRANDA, Padre. Depoimento. In: RUEDA, Lenira e JÚNIOR, Antônio Nahas. *Homens em Série:* a história de Ipatinga contada por seus próprios personagens. Ipatinga: Ed. Prefeitura Municipal de Ipatinga, 1991, Vol. 1.

MONÇÃO, Katia Maria Gomes. *As sementes da luta:* conflito agrário de Cachoeirinha - um estudo dos assentamentos e dos acampamentos do município de Verdelândia, Norte de Minas Gerais. 2009. 129f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social). Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros.

MONTEIRO, John M. *Tupis, Tapuias e historiadores*. Estudos de História Indígena e do Indigenismo. Departamento de Antropologia (IFCH-Unicamp). Tese de Livre Docência. Área de Etnologia, Subárea História Indígena e do Indigenismo. Campinas, agosto de 2001.

MONTERO, Paula. *Selvagens, Civilizados, Autênticos*: a produção das diferenças nas etnografias salesianas (1920-1970). São Paulo: Edusp, 2012.

MORAES FILHO, Evaristo de. *A ordem social num novo texto constitucional*. São Paulo, Editora LTr, 1986. pp. 60-61.

MORAES, José Augusto Neves. *Ipatinga 42 anos:* a história de uma cidade que se confunde com a construção de uma siderúrgica. Ipatinga: Ed. Prefeitura Municipal de Ipatinga, 2006.

MORAIS, Frederico. Arte e crítica de arte nos tribunais militares. Continente delSur: *Revista do Instituto Estadual do Livro*, Porto Alegre, n.6, p. 325-334, nov. 1997.

MORAIS, Michelle Nunes de. *Conflitos Agrários:* Negociação e resistência dos trabalhadores rurais no Vale do Rio Doce (1950-1960). Brasília, 2013.

MORAIS, T; SILVA, E. *Operação Araguaia*: os arquivos secretos da guerrilha. 2 Ed. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

MOREIRA, Hugo Fonseca. *Se for para morrer de fome, eu prefiro morrer de tiro:* o Norte de Minas e a formação de lideranças rurais. 2010. 139f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro / UFRRJ, Rio de Janeiro, 2010.

MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS: A LUTA POR VERDADE E JUSTIÇA NO BRASIL. Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985). São Paulo: Imprensa Oficial, 2009.

MOTTA, José Flávio. *Derradeiras Transações:* O comércio de escravos nos anos de 1880 (Areias, Piracicaba e Casa Branca, Província de São Paulo*)*. In: Almanaque braziliense / *Revista Eletrônica*, nº 10. São Paulo, IEB/USP, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar:* cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O Ofício das sombras. *Revista do Arquivo Público Mineiro* Jan/ 2006, vol. 42 p.52-69

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Os olhos do regime militar brasileiro nos campi:* As assessorias de segurança e informações das universidades. Topoi, v. 9, n. 16, jan.-jun. 2008.

MOURA, Angela de. A pioneira se despede: os últimos passos da Radio Mineira. IN: PRATA, Nair (org). *O rádio entre as montanhas:* histórias teorias e afetos da radiofonia mineira. Belo Horizonte, FUNDAC, 2010.

MOURA, Roberto M. A censura e a música popular no Brasil. In: ICTM – Internacional Council for Tradicional Music, 36º, 2001. *Anais*. Rio de Janeiro: UFRJ. Disponível em: http://bocc.ubi.pt/pag/moura-roberto-censura-musica.html

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *Assassinatos no campo:* crime e impunidade, 1964-1986. São Paulo: Global, 1987.

MUNDURUKU, Daniel. *O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990).* São Paulo: Paulinas, 2012.

MUSEU DO ÍNDIO. Relatório Figueiredo, v. 20, 1967.

NAGASAVA, Heliene Chaves. *O sindicato que a ditadura queria*: o Ministério do Trabalho no governo Castelo Branco (1964-1967).(Dissertação mestrado) Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. FGV, 2015.

NAHAS JÚNIOR, A. *A queda*: Rua Atacarambu, 120. Belo Horizonte: Scriptum, 2015.

NASCIMENTO, Amanda C. Alves *et all*. A ditadura militar e a censura no jornal impresso (O Estado de São Paulo). In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA. IX, 2013, Ouro Preto. Anais. Ouro Preto: UFOP. 2013. Disponível em: http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-da-midia-impressa/a-ditadura-militar-e-a-censura-no-jornal-impresso-o-estado-de-sao-paulo

NASCIMENTO, Neli Ferreira do. *A Luta pela sobrevivência de uma sociedade tribal do nordeste mineiro.* 1984. 136 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – USP.

NASCIMENTO, Saint Clair Luiz do. *Os Comunistas, cizânia em quartéis de Minas*. Juiz de Fora: Editar Editora Associada LTDA, 2008.

NAZARÉ, Bia; VIEIRA, Tiko; CARVALHAES, Mateus. *Dossiê show medicina 1965*. Belo Horizonte, 2011.

NEHRING, Marta. Por que você é tão tristinha. In: *Infância Roubada*: crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil. Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. – São Paulo: ALESP, 2014, pp. 46-47.

NETO, José Ambrósio Ferreira. *Lideranças sindicais e ação coletiva:* A FETAEMG e a luta pela terra em Minas Gerais. 1999. 414f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro / UFRRJ, Rio de Janeiro.

NEVES, D. P. (Org.). *Desenvolvimento social e mediadores políticos*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.

NEVES, Léo de Almeida. *Segredos da ditadura de 64*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

NEVES, Luciana de Almeida. Etilismo, intolerância e discriminação: cassação de deputados federais de Minas Gerais (1964). *Perspectivas*. São Paulo, v. 34, p. 15 - 36, jul./dez. 2008.

NIMUENDAJÚ, Curt. Índios Machacarí. *Revista de Antropologia,* São Paulo, v. 6, n. 1, jun. 1958.

NORA, Pierre. *Realms of Memory: the construction of the French Past*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1996.

NOVAES, Regina Reyes. *De corpo e alma:* catolicismo, classes sociais e conflitos no campo. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

NOVAES, Regina Reyes. Reforma agrária: o mito e sua eficácia. In: VILLLAS BÔAS, Gláucia; GONÇALVES, Marco Antonio (orgs.). *O Brasil na virada do século:* o debate dos cientistas sociais. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

NUNES, Edson. *A Gramática Política do Brasil* – Clientelismo e Insulamento Burocrático. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2003.

NUNES, Marcus Vinícius Dias. *A participação da FETAEMG no processo histórico de luta pela terra em Minas Gerais*. 2011, 111f. Monografia (Faculdade de Educação) – UFMG, Belo Horizonte, 2011.

NUNES, Paulo Giovani Antonino. Golpe civil-militar e repressão no imediato pós-golpe: os casos da Paraíba e de Minas Gerais. *Cadernos de História*, v.15, n. 22, 1º sem.2014.

NUNES. Ana Paula Gomes; COTA. Maristella Paiva. *Sintonia do Silêncio:* estudo de caso da censura nas rádios Inconfidência e Itatiaia de Belo Horizonte no apogeu do Regime Militar. Projeto Experimental (Graduação em Comunicação Social/Jornalismo) – Universidade Federal de Viçosa, 2009.

OIKAWA, Marcelo Eiji. *Porecatu:* a guerrilha que os comunistas esqueceram. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. *Constituição*, 1948.

OLIVEIRA, Dante. *Proposta de Emenda Constitucional nº 5. Brasília,* 2/3/1983.

OLIVEIRA, Edgard Leite. *Conflito social, memória e experiência:* as greves dos metalúrgicos de Contagem em

1968. 2010. 229f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belo Horizonte, 2010.

OLIVEIRA, Eleonora Menicucci. In: MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor (orgs.). *Direito à memória e à verdade*: luta, substantivo feminino. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010, p. 149.

OLIVEIRA, Fernanda Amaral de. *Os modelos penitenciários no século XIX*. 2007. Disponível em: <http://www.ufjf.br/virtu/files/2010/05/artigo-6-a-1.pdf>.

OLIVEIRA, Francisco. *A economia brasileira*: crítica à razão dualista. São Paulo: Seleções CEBRAP, 1976.

OLIVEIRA, Maria. Prefácio. In: FREIRE, Alípio, ALMADA, Izaías, PONCE, J.A. de Granville. (orgs.). *Tiradentes, um presídio da ditadura*. Memórias de presos políticos. São Paulo: Scipione, 1997.

OLIVEIRA, Paulo Affonso Martins. *Atos Institucionais*: sanções políticas. Câmara dos Deputados, Brasília, 2000.

OLIVEIRA, Ricardo Cordeiro de. *A Memória da Construção e a Construção da Memória:* a greve dos operários da construção civil de Belo Horizonte em 1979.(Dissertação de Mestrado em Memória Social). UNIRIO, Rio de Janeiro, 2006.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *O índio e o mundo dos brancos*: uma interpretação sociológica da situação dos Tukúna. São Paulo: Pioneira, 1972.

OLIVEIRA, Rodrigo Francisco. Minas Gerais: Milton Nascimento, poesia e música mineira na ditadura militar de 1964. In: ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. 2005, Londrina. *Anais*. Londrina: ANPUH. 2005 Disponível em: http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0890.pdf.

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. Movimento de Favelas de Belo Horizonte e os católicos conservadores. In: *Revista de História Regional*, 2011.

OLTRAMARI, Alexandre. Torturei uns trinta. *Veja,* Editora Abril, São Paulo, ano 31, n. 49, p. 44-49, dez. 1998.

ONU. Assembleia Geral. *Declaração Universal dos Direitos Humanos.* 10/12/1948.

ONU. Assembleia Geral. *Declaration of the High-level Meeting of the General Assembly on the Rule of Law at the National and International Levels.* A/RES/67/1. 30/11/2012.

ONU. Assembleia Geral. *Resolução nº 3.074.*, 1973.

ONU. Comitê Contra a Tortura. Observação Geral nº2. CAT/GC/2/CRP.1/Ver.4. 23/11/2007.

ONU. Conselho de Segurança das Nações Unidas. *The rule of law and transitional justice in conflict and post-conflict societies*: Report of the Secretary-General. S/2004/616. 23/08/2004.

ONU. *Convenção Internacional para a Eliminação do Financiamento do Terrorismo*, de 1999.

ONU. *Convenção Internacional sobre a Supressão de Atentados Terroristas com Bombas*, de 1997.

ONU. *Convenção sobre a Imprescritibilidade dos Crimes de Guerra e dos Crimes contra a Humanidade*, de 1968

ONU. *Convenção sobre a Marcação dos Explosivos Plásticos para Fins de Detecção*, de 1991.

ONU. *Declaração Complementar*, de 1994, *à Declaração sobre Medidas para Eliminar o Terrorismo Internacional*, de 1996.

ONU. *Declaração sobre Medidas para Eliminar o Terrorismo Internacional*, de 1994.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados entre Estados e Organizações Internacionais ou entre Organizações Internacionais*, de 23/05/1969.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Convenção sobre a Imprescritibilidade dos Crimes de Guerra e dos Crimes Contra a Humanidade*, de 26 de novembro de 1968.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica), de 22/11/1969.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Corte Interamericana de Direitos Humanos. *Sentença no caso Gomes Lund e outros* (Guerrilha do Araguaia) vs. Brasil (exceções preliminares, mérito, reparações e custas). Decisão de 24 de novembro de 2010. Disponível em:< http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_por.pdf>.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Corte Interamericana de Direitos Humanos. *Resolução de supervisão de cumprimento da sentença no caso Gomes Lund e outros* (Guerrilha do Araguaia) vs. Brasil. Resolução de 17 de outubro de 2014. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/supervisiones/gomes_17_10_14_por.pdf>.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. *A informação no rádio*: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos. São Paulo: Summus, 1985.

OSMO, Carla. *Judicialização da justiça de transição*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, Rede Latino-Americana de Justiça de Transição, 2016.

PALMER et. al, *Critical Perspectives in transitional justice*. Cambridge, U.K. Intersentia: 2012.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Identidade étnica dos Xakriabá:* laudo antropológico. Brasília: FUNAI, 1987. pp. 396-423.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Os Botocudos e sua trajetória histórica. In: CUNHA, Manuela Carneiro (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992. p. 413-430.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Os Botocudos em Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo:* a busca do passado. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1986 (Datilografado).

PAULA, Almir. In: TULER, Marilene. *Massacre de Ipatinga:* mitos e verdades. Belo Horizonte: O Lutador, 2007.

PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e Repressão*: o autoritarismo e o estado de direito do Brasil, no Chile e na Argentina. Tradução: Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PEREIRA, Carlindo Marques. *O Massacre de Ipatinga*. Belo Horizonte: SEGRAC, 1984.

PEREIRA, Carlos Olavo da Cunha. *Nas terras do rio sem dono*. Rio de Janeiro: Codecri, 1988.

PEREIRA, José Edgard Penna Amorim. *Perfis constitucionais das terras devolutas*. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

PERRIN, Dimas. *Entrevista por Lucília de Almeida Neves Delgado, Valéria Pires e Miriam Hermeto.* Belo Horizonte, Projeto Memória e História: Visões de Minas / UFMG, 1993.

PERRIN, Dimas. *Entrevista por Rodrigo Patto* Sá Motta. Belo Horizonte, Projeto Memória e História: Visões de Minas / UFMG, 1995.

PESSOA, Francisco Lage. *O Padre do Diabo*. EMW Editores: São Paulo,1988.

PIMENTA, José Gomes (Dazinho). *Entrevista por Michel Marie Le Vem e Aparecida Maciel*. Belo Horizonte, Projeto Memória e História: Visões de Minas / UFMG, 1995.

PINHEIRO, Milton (org). *Ditadura:* o que resta da transição. São Paulo: Boi Tempo, 2014.

PINTO, Moacir Bretas. Depoimento. In: MORAES, José Augusto de Morais. *Ipatinga 42 anos:* a história de uma cidade que se confunde com a construção de uma siderúrgica. Ipatinga: Ed. Prefeitura Municipal de Ipatinga, 2006.

PINTO, Paulo. Depoimento. In:. *Usiminas conta sua história*. Ipatinga, 1987.

POERNER, Artur José. *O poder jovem:* história da participação política dos estudantes brasileiros. 4. ed. São Paulo: Centro de Memória da Juventude, 1995.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Volume 2, número 3. Rio de Janeiro: CPDOC, 1989, pp. 3-15.

POMAR, Pedro Estevan da Rocha Pomar. *Massacre na Lapa* – Como o Exército Liquidou o Comitê Central do PCdoB. São Paulo, Editora Busca Vida Ltda., 1976.

PORTAL MEMÓRIAS DA DITADURA. Disponível em: < http://memoriasdaditadura.org.br/>. Acesso em: 20 ago. de 2017.

PORTILHO, Jacy. Depoimento. In: *Usiminas conta sua história*. Ipatinga, 1987, 154p.

PORTO, Sérgio et all. *O jornal da forma ao sentido*. Brasília, Paralelo 15, 1997.

PORTUGAL, Augusto; ASSUMPÇÃO, San Romanelli. *Repressão às greves e às Liberdades sindicais durante a ditatura militar*. Relatório da comissão nacional da memória, verdade e justiça da CUT. Central Única dos Trabalhadores - Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça – São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2015, pp. 101-105.

PRADO, Luiz Carlos Delorme. O desenvolvimentismo autoritário de 1968 a 1980. O desenvolvimentismo econômico brasileiro e a Caixa. *Conferências*, 2010. pp. 23-34.

PRATA, Nair (org). *O rádio entre as montanhas:* histórias teorias e afetos da radiofonia mineira. Belo Horizonte, FUNDAC, 2010.

PRATA, Nair. A história do rádio em Minas Gerais. In: INTERCOM, XXVI, Belo Horizonte, 2003. *Anais*. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2003.

PRATA, Nair. Panorama do rádio em Belo Horizonte. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, IX. Fortaleza, 2009. *Anais*. Fortaleza, 2013.

PRESTES, Luiz Carlos. Participemos ativamente das eleições municipais. *Revista Princípios*, nº 2, setembro de 1947. In: pcb.org.br (acessado em 30/06/2015).

PROJETO BRASIL NUNCA MAIS 201 a 300. [sem título]. 14 fev. 1972. Label: MPF_BNM_03 BNB300 (3) pagina 286. Disponível em: http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/ BIB_03/114237>

PROJETO BRASIL: NUNCA MAIS, tomo V, volume. IV: *Os mortos*. São Paulo. Arquidiocese de São Paulo, 1985.

PROJETO CINCO. *Cidade Industrial:* estudo de viabilidade. v.1. Belo Horizonte: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, 1968.

PROJETO MEMÓRIA. Disponível em: <http://www.projetomemoria.art.br/JK/capa.html>.

QUADRAT, Samantha Viz. *Poder e informação*: o sistema de inteligência e o regime militar no Brasil. 2000. 145 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/IFCS/UFRJ. Rio de Janeiro.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Figuras do Movimento Operário: Willian Dias Gomes*. In: Problemas (Revista mensal de cultura política), 1949, nº 21, outubro de 1949. Rio de Janeiro, Revista Problemas.

QUINALHA, Renan Honório. *Justiça de transição:* contornos do conceito. São Paulo: Outras Expressões, Dobra Universitária, 2013.

RABELO, José Maria& RABELO, Thereza. *Os caminhos do exílio*. São Paulo: Geração Editorial, 2016.

RABELO, José Maria. *Binômio:* Edição Histórica. Belo Horizonte: Armazém de Ideias/ Barlavento Grupo Editorial, 2004.

RAMOS, Alcida Rita. (Org.). *Constituições nacionais e povos indígenas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

RAMOS, Alcida Rita. *O índio hiper-real*. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_28/rbcs28_01.htm>.

RAMOS, Luiz Fernando Figueiredo. Dentro da estrutura repressiva: o sistema de segurança interna – imaginário anticomunista e repressão política em Minas Gerais no começo da década de 1970. In: SOUZA, Fernando Ponte de; SILVA, Michel Goulart (orgs). Ditadura repressão e conservadorismo. Florianópolis: UFSC, 2011.

REÁTEGUI, Félix (Org.). *Justicia Transicional*: manual para América Latina. Brasília: Ministério da Justiça, New York: International Center for Transitional Justice, 2011

REBELLO, Gilson. *A guerrilha de Caparaó*. São Paulo. Editora Alfa-Omega, 1980.

REIMÃO, Sandra. *Fases do Ciclo Militar e censura a livros*. Brasil, 1964-1978. Disponível em https://www.usp.br/proin/download/artigo/artigo_fases_ciclo_militar.pdf

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil:* do golpe de 1964 à constituição de 1988. RJ: Zahar, 2014.

RELATÓRIO AZUL, edição 97, Comissão de Cidadania e Direitos Humanos – Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/ dados/relatorios/r_relatorio_azul/r_azul_1997.pdf.

RELATÓRIO DA COMISSÃO DA VERDADE DO RIO. Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015.

RELATÓRIO DA COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE. *Memórias da Repressão* Juiz de Fora. 2016.

RELATÓRIO Serra das Andorinhas: Grupo de Trabalho Araguaia. Disponível em: www.mpf.mp.br/atuacao.../ccr2/...grupos-de-trabalho/.../relatorios.../ANEXO-4C.PDF.

RELATÓRO DA COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO "RUBENS PAIVA". São Paulo, 2014

RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/06/1949. In: MARÇAL, Argemiro; et al. Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de (Org.). *Mundos nativos*: culturas e história dos povos indígenas. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

REVISTA VEJA. *Estopim curto*. Belo Horizonte: Editora Abril, p. 40, 29 mar. 1995.

REZENDE, Guilherme Jorge de. (org) *Impasses e Perspectivas da Imprensa em Minas Gerais*. São João D'El Rey, UFSJ, 2012

REZENDE, Hilda de Paula; CAMPOS, Nilo de A. *Clodesmidt Riani:* trajetória. Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2005.

RIANI, Clodesmidt. Depoimento. In: FREITAS, Marcelo.

Não foi por acaso. Belo Horizonte: Comunicação de Fato Editora, 2008.

RIANI, Clodesmidt. Projeto Integrado Memória e História: Visões de Minas do Programa de História Oral do Centro de Estudos Mineiros da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG. Belo Horizonte, 14 jan. 1991. Entrevista concedida Lucília Neves.

RIANI, Clodsmitdt. Estado de Minas: Belo Horizonte, 23 mar. 2004. Entrevista concedida ao Jornal Estado de Minas.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização*: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães (org.). *Histórias dos gerais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães (org.). *Lembranças da Terra histórias do Mucuri e Jequitinhonha.* Contagem: CEDEFES, 1996.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. Agregados e fazendas no nordeste de Minas Gerais. *Estudos Sociedade e Agricultur*a. Rio de Janeiro, vol. 18, n. 2, 2010.

RIBEIRO, Flávia Maria Franchini, *A subida do monte purgatório: estudo da experiência dos presos políticos da penitenciária regional de Linhares* (1969- 1972). Juiz de Fora, disponível em: <http://www.ufjf.br/virtu/files/2010/05/artigo-7a20.pdf>.

RIBEIRO, Geraldo. Estado de Minas: Belo Horizonte, 24 jan. 2006. Entrevista concedida ao Jornal Estado de Minas.

RIBEIRO, Geraldo. Estado de Minas: Belo Horizonte, 8 out. 1963. Entrevista concedida ao Jornal Estado de Minas.

RIBEIRO, Ludmila Mendonça Lopes. *Análise da política penitenciária feminina do Estado de Minas Gerais*: o caso da Penitenciária Industrial Estevão Pinto. 2003. 164 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2003.

RICOEUR, Paul. *A Memória, a História, o Esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. *La mémoire, l'histoire, l'ou*bli. Paris, Éditions du Seuil, 2000. A memória, a história, o esquecimento. Trad. FRANÇOIS, Alain, Campinas: UNICAMP.

RIDENTI, Marcelo. Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970. In: __ , *O fantasma da revolução brasileira.* São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

ROCHA, Jésus. Polêmica da voz de JK pode acabar na justiça. *Jornal A Última Hora.* Revista 5, Rio de Janeiro, 22 dez. 1977.

ROCHA, Jésus. Voz de JK é de JK*? Jornal A Última Hora*, nº 8124, Rio de Janeiro, 20 dez. 1977.

ROCHA, Ronald. Antíteses dos 500 anos do Brasil. In: ALMG. *Revista do Legislativo,* nº 27, janeiro/março de 2000. Belo Horizonte, ALMG, 2000.

ROCHA, Ronald. O golpe de 1964 e a transição restritiva. In: ALMG. Resistir Sempre – *Ditadura Nunca Mais: 50 Anos do Golpe de 1964*. Belo Horizonte, Revista publicada pela ALMG, 2014.

ROCHA, Ronald. *Teses Tardias* – capitalismo e revolução social no Brasil moderno. São Paulo, Editora Interferência, 1989.

RODRIGUES, Carla Corradi. Fotorreportagens e política nas páginas da revista Alterosa (Brasil, 1962-1964). In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA UFG, Jataí. Anais Jataí: UFG

RODRIGUES, Hila, LAPA,Bruna. Narrativas jornalísticas e enquadramentos da ditadura militar em Minas Gerais: Dídimo Paiva e uma trajetória. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, IX, Ouro Preto. *Anais*. Ouro Preto: UFOP, 2013.

ROLLEMBERG, Denise. As trincheiras da memória: A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974). In: ROLLEMBERG , Denise; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários:* Legitimidade, consenso e consentimento no Século XX. Vol. 2: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. Disponível em: http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/ABI_PDF.pdf

ROMANELLI, Antonio Ribeiro. *1964 Minhas Histórias do Cárcere e no Exílio*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1994.

RUBIÃO, André (org). *Um bunker na imprensa:* Dídimo Paiva em seis décadas de profissão.coletânea de artigos. Belo Horizonte: Conceito, 2011.

RUSSEL, Júlio. O fim do Diário da Tarde, 77 anos depois. Observatório da Imprensa. *Caderno da Cidadania*, ed. 443. Belo Horizonte, 24 jul. 2007. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/caderno-da-cidadania/o-fim-do-diario-da-tarde-77-anos-depois/>.

SÁ, Celso Pereira de. Psicologia social da memória: sobre memórias históricas e memórias geracionais. In: JACÓ-VILELA, AM., and SATO, L. (Orgs). *Diálogos em psicologia social*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012, pp. 46 - 57.

SAID, Edward. *Orientalismo:* o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SAID, Valéria. Dídimo Paiva: A 'mineiridade' de um jornalista contestador. Disponível em: http://observatoriodaimprensa.com.br/marcha-do-tempo/mineiridade-de-um-jornalista-contestador/.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

SAMWAYS, Daniel Trevisan. Censura à imprensa e a busca de legitimidade no regime militar. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, IX, Porto Alegre, jul/2008. Anais. Porto Alegre: ANPUH, 2008.

SANDER, Roberto. 1964 – *O verão do golpe*. Rio de Janeiro, Maquinaria editora, 2013.

SANFELICE, José Luiz. *Movimento Estudantil:* a UNE na resistência ao golpe de 64. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986.

SANTANA, F. A. *Atuação do movimento estudantil no Brasil:* 1964-1984. São Paulo, 2007. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2007.

SANTOS, A. Oswaldo de Araújo. Suprimento para a travessia. In: *Suplemento Literário do Minas Gerais. 50 anos*. Edição Especial. Outubro de 2016. Secretaria de Cultura de Minas Gerais. p. 3-5.

SANTOS, Afonso Barsante. Belo Horizonte: Estado de Minas, 21 mar. 2004. Entrevista concedida ao Jornal Estado de Minas.

SANTOS, Ana Flávia Moreira. *Do terreno dos cablocos do Sr. João à Terra Indígena Xakriabá:* as circunstâncias de formação de um povo. Um estudo sobre a construção social de fronteiras. 1997. 297f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto Ciências Sociais/UNB. Brasília, 1997.

SANTOS, Ana Flávia Moreira. *Xakriabá*: identidade e história. Relatório de Pesquisa. Brasília: UNB, 1994. Disponível em: <http://dan.unb.br/images/doc/Serie167empdf.pdf>.

SANTOS, Boaventura Sousa. O fim das descobertas imperiais. *Notícias do Milénio*, Edição Especial do Diário de Notícias, 1999.

SANTOS, Irinéia Maria Franco dos. *Luta e Perspectivas da Teologia da Libertação:* o caso das comunidades de São João Batista, Vila Rica, São Paulo: 1980-2000.

SANTOS, Sônia Nicolau dos. À procura da terra perdida: para uma reconstituição do conflito de Cachoeirinha. 1985.136f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – UFMG, Belo Horizonte,1985.

SANTOS, Teotônio dos. Intervenção no painel Contexto do Golpe Militar de 1964, do ciclo de debates Resistir Sempre – Ditadura Nunca Mais: 50 Anos do Golpe de 1964. In: ALMG. *Notas taquigráficas da 11ª Reunião Especial na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura*. Belo Horizonte, ALMG, 31/03/2014.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva". Infância Roubada, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil, São Paulo, ALESP, 2014.

SÃO PAULO. Comissão Municipal da Verdade. *Vladimir Herzog*. Relatório da Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog 2013/2014. São Paulo. 2014. Disponível em: <http://www.camara.sp.gov.br/livrocomissaodaverdade/>.

SCHETTINI, Fernando Gomes. *A ação mediadora da Igreja Católica e a formação dos sindicatos de trabalhadores rurais da Mata de Muriaé*- MG. 2013. 153 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Direito) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense/UFF, Niterói, 2013.

SCHMIDT, Daniel Augusto. *O Protestantismo Brasil:* entre a colaboração e a resistência no período da ditadura civil-militar (1964-1974). São Bernardo do Campo. 2015

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil:* uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SEABRA, Ênio. Depoimento in: *Notas Taquigráficas da audiência pública para debater as perseguições sindicais no período da ditadura realizada pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas gerais: Ciclo de Debates Resistir Sempre - Ditadura Nunca Mais - 50 anos do Golpe de 1964*. Belo Horizonte, ALMG, 2014.

SEABRA, Ênio. *Entrevista por Michel Le Ven e Marluci da Silva C. Moreira, de 8 a 22/111995*. Belo Horizonte: UFMG / Projeto Integrado Memória e História: Visões de Minas, 1995.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da Justiça de Transição*. Brasília (DF): Projeto Direito à Memória e à Verdade, 2013.

SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS. CEMDP. *Direito à Verdade e Memória*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

SENA, Lázaro Francisco. *História do Décimo Batalhão da Polícia Militar*. Montes Claros: Editora Millennium, 2014.

SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. *Em defesa da moral e dos bons costumes:* a censura de periódicos no regime militar. Rio de Janeiro, 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de História, UFRJ, 2008.

SGRECIA, Alexandre; GADELHA, Edmar Guariento. Movimento Rural, 1970-85. In: POMPERMAYER, Malori J. (org). *Movimentos Sociais Rurais em Minas Gerais:* emergência e perspectivas, Ed. UFMG, 1987.

SIGUAD, Lígia. Congressos camponeses (1953-1964). In: *Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária*. v.11, n.6, Campinas, 1981.

SILVA NETO, Joaquim Pereira da. *Semear Esperanças*. Belo Horizonte: O Escriba, 1995.

SILVA, Camila Gonçalves. *A Censura Veste Farda*: elites conservadoras, policiais militares e o consentimento da imprensa escrita à censura, durante o Governo Militar em Montes Claros de 1964-1985. 2011. 215f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora, MG, 2011.

SILVA, Felipe; *et all*. Memórias da disputa pela terra em Governador Valadares sob os olhares de três atores distintos: pai, mãe e filha. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL – TESTEMUNHOS: HISTÓRIA E POLÍTICA, X, Recife, 201. *Anais*. Pernambuco: (UFPE) Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2010.

SILVA, Felipe; MELO, Fernanda de; et. al. Memórias da disputa pela terra em Governador Valadares sob os olhares de três atores distintos: pai, mãe e filha. In: *X Encontro Nacional de História Oral* – Testemunhos: História e Política. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 26 a 30/04/2010.

SILVA, Gustavo Bianch. BOTELHO, Maria Izabel Vieira. Os convênios internacionais entre a Universidade de Purdue e a UREMG/UFV: a ciência em rede (1958, 1973). *Caminhos de Geografia.* Uberlândia v. 16, n. 54 Jun/2015. p.49. Disponível em: http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/.

SILVA, Hélio. Por que depuseram Vargas. In: *O ciclo de Vargas*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976, Vol. XV.

SILVA, Janssen Felipe da. Geopolítica da educação: tensões entre o global e local na perspectiva dos Estudos Pós-Coloniais Latino-Americanos. *XXI Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e do Nordeste,* Recife, 2013.

SILVA, Maria Aparecida Moraes de. *A luta pela terra:* experiência e memória. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

SILVA, Maria Aparecida Moraes de. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

SILVA, Napoleão III Medeiros; SILVA, Lea Melo. *Vale do Jequitinhonha:* incorporação e transformações culturais. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1987.

SILVA. André Gustavo da. Um estudo sobre a participação da PMMG no movimento golpista de 1964 em Belo Horizonte. 2014. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de São João Del – Rei. Departamento de Ciências Sociais, Política e Jurídicas, São João Del-Rei, 2014.

SILVEIRA, Lidiane Nunes da. *O Pântano do Cururu: trabalho, ocupação e conflitos de terra*. 113f. Dissertação Mestrado. Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2008.

SIMÕES, Solange de Deus. *Deus, pátria e famíli*a: as mulheres no golpe de 64. Petrópolis: Vozes, 1985.

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE BH/CONTAGEM E REGIÃO. *Uma história forjada na luta*. Contagem, Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem e Região, 2014.

SIQUEIRA, André Iki. *João Saldanha* – Uma vida em jogo. São Paulo: CEN, 2007. 143.

SIQUEIRA, Cyro. Esclarecendo certas histórias sobre os cantares de Diamantina. *Jornal Estado de Minas*, Belo Horizonte, 22 mai. 1993. Segunda seção.

SOARES, Geralda Chaves. *Os Borun do Watu*: os índios do Rio Doce. Contagem, CEDEFES, 1992.

SOARES, Glaucio A. Dillon. A Censura durante Regime Autoritário. São Paulo, RBCS, nº 10. Vol. 4 jun. 1989.

SOARES, Glaucio Ary Dillon. Censura durante o regime autoritário. In: ENCONTRO ANULA DA ANPOCS, XII,

Águas de São Pedro, 1988. *Anais.* São Paulo: Anpocs, 1988. Disponível em: www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_10/rbcs10_02.htm

SOARES, Sebastião. Influências estrangeiras na formação do sindicalismo brasileiro. In: JOSÉ REGINALDO INÁCIO (Org.). *Sindicalismo no Brasil: os primeiros 100 anos?*. Belo Horizonte: Editora Crisálida, 2007.

SORGENTINI, Hernán. Reflexión sobre la memoria y autorreflexión de la historia. *Revista Brasileira de História*. Volume 23, ano 45, São Paulo, Julho de 2003. pp. 103-128.

SOUSA, Jessie Jane Vieira de. O Nascimento de Leta. In: *Infância Roubada*: crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil. Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. - São Paulo: ALESP, 2014, p. 158-159.

SOUSA, Leta Vieira de. A Lua de Leta. In: *Infância Roubada*: crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil. Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. - São Paulo: ALESP, 2014. p. 153-157.

SOUZA, Georgino Jorge de. *Reminiscências de um Soldado de Polícia*. Montes Claros: Editora Gráfica Silveira, 1996.

SOUZA, Miliandre Garcia de. *Ou vocês mudam ou acabam:* teatro e censura na ditadura militar. Rio de Janeiro, 2008. Tese – História, UFRJ, 2008.

SOUZA, Miliandre Garcia. *A censura de costumes no Brasil: da institucionalização da censura teatral no século XIX à extinção da censura da constituição de 1988*. Biblioteca Nacional, R.J. 2009.

SOUZA, R. S. R. *Tortura: passado e presente*. *Revista Carta Capital,* 16/10/12. Disponível em: [https://www.cartacapital.com.br/politica/tortura-passado-e-presente].

SPINA, Rose. Memória: Filhos da Resistência. *Revista Teoria e Debate*. Fundação Perseu Abramo: São Paulo, n. 33, p. 1-6, 1997. http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-anteriores/memoria-filhos-da-resistencia

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil:* 1871-1820. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981.

STARLING, Heloisa M. M. *Os senhores das gerais*. Petrópolis: Vozes, 1985.

STARLING, Heloisa M. M. *Os Senhores das Gerais*: os novos inconfidentes e o golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1986.

STARLING, Heloisa M. M; BRAGA, Pauliane de Carvalho (orgs). *Sentimentos da Terra:* Imaginação de Reforma Agrária, Imaginação de República. Belo Horizonte: PROEX/UFMG, 2013.

STARLING, Heloísa Maria Murgel. *Coisas que ficaram muito tempo por dizer*. A trajetória do Living Theatre no Brasil. Em "Diário de Judith Malina. O Living Theatre em Minas Gerais", Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, Arquivo Público Mineiro, 2008.

STAROBINSKI, Jean. *As máscaras da civilização*: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

STEDILE, João Pedro (org.) *A questão agrária no Bras*il v.4: História e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

STEDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária no Brasil* v.3: Programas de reforma agrária 1946-2003. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

STEPAN, Alfred. *Os militares: da abertura à Nova República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

TANIGUTI, Gustavo Takeshy. *Cotia:* imigração, política e cultura. 2015. 332f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

TARDELI, Everson de Alcântara. *Eletricitários do sul de Minas – Meio século de lutas, 1957-2007*. Belo Horizonte: Crisálida Livraria e Editora, 2008.

TAVARES, Fábio Liberato de Faria; CARVALHO, Maria Helena Meira. A Presença Militar na Escola Técnica Federal de Minas Gerais na década de 1960. *Revista Historiador,* Porto Alegre, n. 07. Ano 07, Janeiro de 2015. Disponível em: <http://www.historialivre.com/revistahistoriador/sete/4fabio.pdf>

TEAO, Kalna Mareto. *História e deslocamentos dos Guarani Mbya do Paraguai ao Espírito Santo* (1940-1973). Dimensões: Revista de História da UFES, v. 35, p. 321-346, 2015.

TEITEL, Ruti G. *Transitional Justice Genealogy*. In. Harvard Human Rights Journal, v. 16, Cambridge, MA, spring, 2003, p. 69 -94.

TEITEL, Ruti G. *Transitional justice*. Nova Iorque: Oxford University Press: 2002.

TEITEL, Ruti. Genealogia da Justiça Transicional. In: REÁTEGUI, Félix (Org.). *Justiça de transição:* manual para a América Latina. Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011, pp. 135 - 170.

TEIXEIRA, Mauro Eustáquio Costa. A democracia fardada: imaginário político e negação do dissenso durante a transição brasileira (1979-1988). *Aedos,* n. 13 vol. ago/dez 2013.

TEIXEIRA, Pedro Ludovico. *Memórias.* Goiânia: Editora Cultura Goiana, 1973.

TELES, Edson Luis de Almeida. Quem é essa pessoa que tem a voz da minha mãe? In: *Infância Roubada*: Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil. Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. – São Paulo: ALESP, 2014, pp. 256-259.

TELES, Janaína de Almeida. Dói gostar dos outros. In: *Infância Roubada*: Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil. Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. – São Paulo: ALESP, 2014, p. 260-268.

THEVET, André. *Singularidades da França Antártica, a que outros chamam de América*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944.

TOLEDO, C. N. A democracia populista golpeada. In: TOLEDO, Caio Navarro (org.) *1964:* visões críticas do golpe. Democracia e reformas no populismo. Campinas: Ed. UNICAMP, 2001.

TROYA, Ilion. Sobre o Living no Brasil. *Em "Diário de Judith Malina.* O Living Theatre em Minas Gerais", Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, Arquivo Público Mineiro, 2008.

TULER, Marilene. *O massacre de Ipatinga*: mitos e verdades. Belo Horizonte: O Lutador, 2007.

UDN. Estatutos da União Democrática Nacional. Apud: KUCINSKI, Bernardo; TRONCA, Ítalo. *Pau de Arara:* a violência militar no Brasil. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2013, p. 32.

URBAN, Greg. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos Índios no Brasi*l. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 87-102.

USIMINAS. *Relatório da Comissão de Inquérito sobre o Massacre de Ipatinga*. Ipatinga: Usiminas, 1963.

USIMINAS. *Usiminas conta sua história*. Ipatinga, 1987.

USTRA, Carlos Alberto. *O Exército de ontem e de hoje*. In: http://www.alertatotal.net . Acesso julho de 2014.

VALADARES, Loreta. *Estilhaços em tempos de luta contra a ditadura*. Salvador. Governo da Bahia. Egba Empresa Gráfica. s/d.

VALENTE, Rubens. *Os fuzis e as flechas:* história de sangue e resistência indígena na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

VAN ZYL, Paul. Promovendo a Justiça Transicional em Sociedades Pós-Conflito. Trad. Ministério da Justiça. In. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*. Brasília, nº 1 (jan/jul. 2009). Brasília: Ministério da Justiça, 2009. pp.32-55

VANNUCCI, Alessandra. Legado de Caim: a jornada brasileira do Living Theatre (1970-71). *Revista Sala Preta,* vol. 15, n. 1, 2015.

VARGAS, Mariluci Cardoso de. *Desaparecimento forçado e justiça de transição na América Latina*: judicialização e arquivos. Florianópolis: Tribo da Ilha; Belo Horizonte: Projeto Memorial da Anistia; Rede Latino-Americana de Justiça de Transição (RLAJT); Centro de Estudos sobre Justiça de Transição, Universidade Federal de Minas Gerais (CJT/UFMG), Universidade de Brasília (UnB), 2016.

VASCONCELOS, João Paulo Pires. *Depoimento*. In: ALMG. Relatório da CPI instaurada pela ALMG em 1980 para averiguar denúncias de omissão e desinteresse do Governo Estadual na apuração de atos de terrorismo praticados contra pessoas e entidades do Estado de Minas Gerais.

VAZ, Oliveira. *TV Itacolomi sempre na liderança*. Belo Horizonte: Armazém de Ideias, 2008.

VAZ, Oscar Vianna. *A Pedra e a Le"*. 2005. 258 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura, Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/ bitstream/handle/1843/RAAO-6WNG4M/a_pedra_e_a_lei.pdf?sequence=1>.

VERANO, Luiz. *Depoimento*. In: USIMINAS. "Usiminas conta sua história". Ipatinga: Usiminas, 1987.

VIANA, Gilney Amorim. *Linhares:* Memorial da Prisão Política. Contagem: História, 1979.

VIANA, Márcio Túlio; RENAULT, Luiz Otávio Linhares (org.). *Discriminação*. São Paulo: Editora LTR, 2000.

VIDIGAL, Wilson Carneiro. Hino dos Mineiros de Morro Velho, 13/05/1959. Apud: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho:* A Extração do Homem – Uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981, p. 83.

VIEIRA, César. *Correspondência eletrônica a Betinho Duarte*. Belo Horizonte, 28/09/2014.

VITRAL, Thiago. Veloso. *Corrente Revolucionária de Minas Gerais:* resistência ativa à ditadura civil militar em Minas Gerais. 2013. Dissertação. (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

WAINER, João. Rádio Favela FM sai dos barracos para mundo. *Jornal Folha de S. Paulo,* 23/07/1998.

WEFFORT, Francisco. Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco (1968). *Cadernos CEBRAP*, São Paulo, n.5, 1972.

WELCH, Clifford Andrew [et al.] (org). *Camponeses brasileiros*: leituras e interpretações clássicas. Vol 1. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

WERNECK, Humberto. *O desatino da rapaziada:* jornalistas e escritores em Minas Gerais. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

WILLIAMS et. al, *Transitional justice*. American Political Science Association. Meeting .2005 : Washington, D.C. New York : New York University Press: 2012

YAMANAKA, Isidoro. *Herança cultural de um Nikkey*: Brasil e Japão. São Paulo: Editora Paulo's, 2013.

ZAIDAN, Samira. O movimento estudantil de Belo Horizonte na cena da Ditadura Militar. In: DUARTE, Betinho. *Estamos vivos. A volta será pior:* O DNA do terrorismo de direita em Minas Gerais. Belo Horizonte, 2015.

ZAMPROGNO, Robson. Depoimento. *In*: ALMG. Comissão Especial de Ipatinga. Belo Horizonte, 1963.

ZANGELMI, Arnaldo J. *História, Identidade e Memória no Assentamento Aruega* – Novo Cruzeiro/MG. Viçosa, 2007, 156p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa, 2007.

ZANGELMI, Arnaldo J. *Traduções e bricolagens*: mediações em ocupações de terra no Nordeste Mineiro nas décadas de 1980 e 1990. 2014. 256 p. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais/ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2014.

ZILLER, Armando. *Entrevista por Lucília de Almeida Neves Delgado e Célia Regina Alves*. Belo Horizonte: UFMG / Projeto Memória e História – Visões de Minas, 1985.

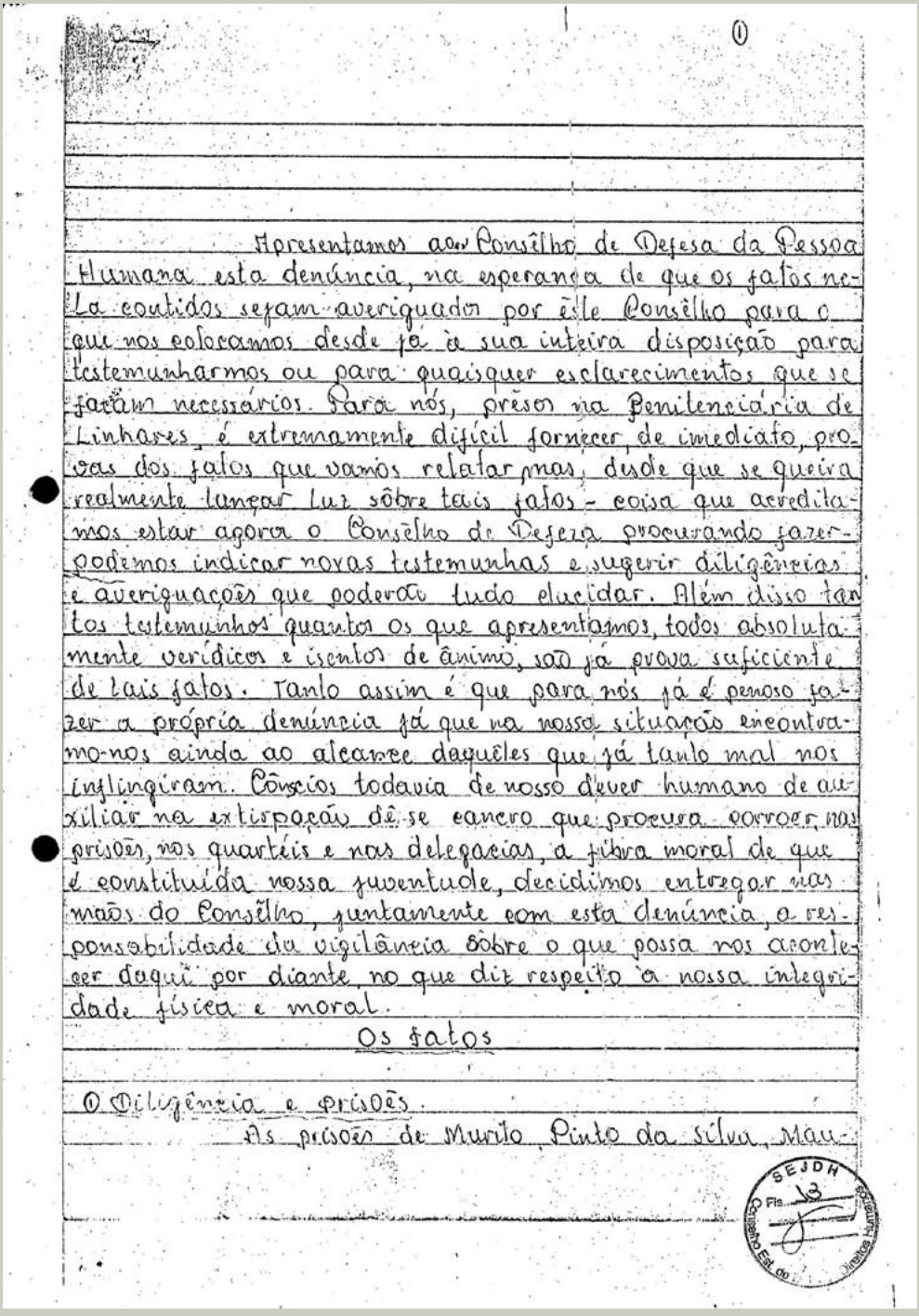


16

VOLTAR AO SUMÁRIO

ANEXOS

ANEXO A
Carta de Linhares - Colina



①

Apresentamos ao Conselho de Defesa da Pessoa Humana esta denúncia, na esperança de que os fatos nela contidos sejam averiguados por êste Conselho para o que nos colocamos desde já à sua inteira disposição para testemunharmos ou para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários. Para nós, presos na Penitenciária de Linhares, é extremamente difícil fornecer, de imediato, provas dos fatos que vamos relatar mas, desde que se queira realmente lançar Luz sôbre tais fatos - coisa que acreditamos estar agora o Conselho de Defesa procurando fazer - podemos indicar novas testemunhas e sugerir diligências e averiguações que poderão tudo elucidar. Além disso tantos testemunhos quantos os que apresentamos, todos absolutamente verídicos e isentos de ânimo, são já prova suficiente de tais fatos. Tanto assim é que para nós já é penoso fazer a própria denúncia já que na nossa situação encontramo-nos ainda ao alcance daqueles que já tanto mal nos infligiram. Cônscios todavia de nosso dever humano de auxiliar na extirpação dêsse cancro que procura corroer nas prisões, nos quartéis e nas delegacias, a fibra moral de que é constituída nossa juventude, decidimos entregar nas mãos do Conselho, juntamente com esta denúncia, a responsabilidade da vigilância sôbre o que possa nos acontecer daqui por diante, no que diz respeito à nossa integridade física e moral.

Os fatos

① Diligência e prisões.

As prisões de Murilo Pinto da Silva, Mau-

SEJDH Fls. 13 Conselho Estadual de Justiça e Direitos Humanos

rício Vieira de Paiva, Afonso Célio Lana Leite, Jorge Raimundo Nahas, Maria José Carvalho Nahas, Nilo Sérgio Menezes Macedo e Júlio Antônio Betancourt de Almeida ocorreram por volta das 4 (quatro) da madrugada do dia 29 de janeiro de 1969, na rua Itacarambu, no bairro São Geraldo em Belo Horizonte. No momento da prisão Maurício foi atingido por duas balas disparadas pelos policiais.

Todos os presos foram em seguida encostados na parede dos fundos da casa, sob intenso espancamento, para serem fuzilados pelos policiais que, exaltados, chegaram a armar as metralhadoras. A ação foi impedida pelo sr. Luiz Soares da Rocha, chefe da diligência, que ficou temeroso das conseqüências que aquêle ato poderia provocar.

Frustados na tentativa de fuzilamento os policiais passaram a espancar os prêsos, com maior violência, com os carregadores das metralhadoras. Todos foram espancados, quase todos tiveram cortes profundos na cabeça, inclusive Maurício que, apesar de nem mesmo agüentar de manter-se em pé, teve a cabeça tão machucada que, mais tarde, no Pronto Socorro, os médicos acharam que esta havia sido atingida por uma bala. Ainda na casa da rua Itacarambu foram algemados e amarrados com arame nos pulsos e no pescoço, tendo alguns policiais tentado enforcá-los com êsses arames.

Os prêsos foram então levados para a Delegacia de Vigilância Social (DVS - antigo DOPS) em uma Rural-Willys onde 5 (cinco) dêles, incluindo Maurício, foram jogados no porta-malas. Como Maurício tivesse sua perna enrijecida, em conseqüência do tiro no joelho, foi obrigado a ir tombado em cima do encôsto do banco traseiro, aumentando o seu sofrimento. Chegando ao DVS foram novamente espancados com punhos, carregadores de metralhadoras e chutes. Não resistindo aos espancamentos - estava sangrando

SEJDH
Fls. 14

havia mais de 1 (uma) hora - Maurício caiu no chão, ainda algemado e amarrado com arames. Após o espancamento foi separado dos outros companheiros e ali ficou, jogado no chão por muito tempo ainda, sendo de vez em quando chutado por alguns policiais. Já eram quase 8 (oito) horas quando resolveram levá-lo para o Pronto Socorro porque - disse o delegado Thacir Menezes Sia - "ele" não ia morrer mesmo". Chegou portanto ao Pronto socorro 4 (quatro) horas após ter sido baleado.

Policiais que participaram da diligência, prisões e espancamentos: Sr. Luiz Soares da Rocha (superintendente do policiamento geral do estado de Minas Gerais), delegados Lara Resende, Mário Cândido da Rocha (da Delegacia de Furtos e Roubos de Belo Horizonte), José Pereira, Haydn Saraiva e José Reis (também da Furtos e Roubos) além de outros policiais e guardas-civis.

② Os interrogatórios

I - Na Delegacia de vigilância social (DVS):

O espancamento teve início quando os presos lá chegaram e continuou durante todo o tempo que ali permaneceram. Logo que chegaram foram colocados de pé em um xadrez, com o rosto voltado para a parede e assim ficaram, sem água nem alimentação, até a madrugada do dia seguinte. A todo momento chegavam policiais do DVS, da Guarda Civil e da Polícia Militar que passavam a bater-lhes com cassetetes, chutes e murros, deixando-lhes ulcerações por todo o corpo. Quase todos tiveram que levar pontos na cabeça. Além disso sofreram tôda espécie de tortura psicológica, com ameaças de morte a tôda hora.

O delegado Thacir Sia, durante todo o primeiro dia de interrogatório, afirmava a Murilo Pinto da Silva que aca-

E.D.H. 15

baria matando-o "como havia já feito muitas vêzes, sem que ninguém soubesse". Levado para fazer um diligência Murilo foi cutucado com ponta de faca durante todo o trajeto, pelos integrantes da diligência, comandada pelo delegado Thacir Sia.

Maurício, por ter sido operado, prestou seu depoimento no Pronto Socorro. Devido a isso não foi espancado nêsse primeiro interrogatório tendo sido, entretanto, ameaçado de morte e de ser levado naquêle mesmo dia para o DVS onde "o colocariam no pau-de-arara e lhe dariam o cacête," - palavras do escrivão do DVS, Arioswaldo Hora, que o interrogou na presença do sr. Fábio Bandeira.

Ângelo Arruti da Silva e Erwin Rezende Duarte, ambos presos na madrugada do dia 15 (quinze) de janeiro de 1969, também passaram pelo DVS tendo ali levado pescoções e chutes do delegado Thacir Sia. Também foi espancado no DVS José Raimundo de Oliveira, tendo sido várias vêzes pendurado pelo pescoço.

Alguns dias após Maurício ter chegado ao Pronto socorro (uma semana mais ou menos) ali chegou Antônio José de Oliveira, com ferimentos gravíssimos à bala. Havia ficado jogado em uma cela do DVS durante mais de 2 (duas) horas) "a espera de que morresse", segundo diziam os policiais daquela delegacia, e sido submetido a espancamentos generalizados. Dois dias depois chegou ao Pronto Socorro Délio Fantini. Estava com um pé e um braço quebrados em várias partes, ulcerações em várias partes do corpo e vários cortes na cabeça. Délio Fantini foi seviciado no DVS onde partilhou uma cela com Júlio Antônio Betancourt de Almeida que ouviu conduzir logo após as torturas. Segundo Júlio, Délio Fantini estava com "os dentes arrancados, o braço quebrado, torto para um lado, os dedos do pé macetados, as pernas muito inchadas, a cabeça com dois cortes profundos e todo corpo marcado de cassetetes e queimados de cigarros." Tal era seu estado, segundo

SEJDH
Fls. 16
Conselho Est. de Dir. Humanos

Maurício, que as pessoas que trabalhavam no Pronto Socorro, quando êle ali chegou (médicos, enfermeiras, etc.) ficaram horrorizados com a selvageria policial.

Irany Campos, 17 (dosessete) dias após ter sido submetido a uma operação de ruptura de fígado, com escoriações por todo o corpo (Irany fora vítima de um acidente de ônibus no Viaduto das Almas - BH-Rio - onde morreram 30 pessoas), com um abcesso pós-operatório, foi colocado numa cela suja no DVS onde dormia no chão e não tinha assistência médica. Sòmente depois de alguns dias lhe deram uma cama com cobertor, bem como assistência médica, por interferência do diretor do Pronto Socorro que afirmou que seu caso inspirava cuidados. Não se alimentava pois davam-lhe de comer arroz cru e feijão azêdo. Foi também ameaçado de ser torturado.

Torturadores do DVS: Thaeir Menezes Sia, Arlosvaldo Hora, Seoralick, José do Carmo, Joel, Cobo Ferreira, Márcio, José Aparecido, Anésio, Geraldo, Vander, Bicalho.

II - Na Delegacia de Furtos e Roubos -

Os primeiros interrogatório do inquérito foram realizados na Delegacia de Furtos e Roubos de Belo Horizonte. O presidente do inquérito era então o sr. Luiz Soares da Rocha, superintendente do policiamento geral do Estado. A mando dêle e dos delegados Lara Rezende e Mário Cândido da Rocha, os presos que por ali passaram foram barbaramente torturados.

Os primeiros, Ângelo Pezzuti da Silva e Erwin Rezende Duarte, foram para ali levados por duas vêzes na segunda quinzena de janeiro de 1969. Erwin Rezende Duarte foi obrigado a deitar-se no chão, nu e brutalmente espancados e chutado em tôdas as partes do corpo por Lara Rezende, Mário Cândido da Rocha, os policiais Rodrigo, Saraiva e outros. O capitão do Exército Gomes Carneiro, que ali estava presente também o espancou aplicando-lhe "telefones" (bate-se com as palmas das mãos

SEJDH
Fls. 17
Assessoria Esp. de Def. dos Direitos Humanos

abertas com fôrça e simultâneamente, nos dois ouvidos.). Em outra ocasião aplicaram-lhe choques e bateram-lhe com a palmatória, além de ameaçá-lo de morte, de prender seus familiares, etc. Ângelo Pezzuti da Silva foi espancado no pau-de-arara por José Pereira. Enquanto êste lhe aplicava a "hidráulica" (água no nariz) José Maria lhe espancava violentamente as solas dos pés com uma palmatória de borracha e o sub-inspetor Cecildes, juntamente com o delegado Mário Cândido da Rocha lhe aplicavam choques com o aparêlho portátil de manivela.

Em fevereiro de 1969 os demais prêsos, que se encontravam no DVS ou na Colônia Penal Magalhães Pinto, começaram a ser interrogados na Delegácia de Furtos.

Nilo Sérgio Menezes Macedo foi ali espancado por vários dias pelos delegados Lara Rezende e Mário Rocha, pelos investigadores José Pereira e Haydu Saraiva e outros. - Foi colocado nú, durante três dias e três noites, numa cela infecta, mal-cheirosa e cheia de enormes ratazanas que à noite o impediam de dormir. Ângelo e Erwin também dormiram nesta cela. Por fim os elementos citados penduraram Nilo Sérgio no pau-de-arara, espancaram as solas de seus pés com a palmatória de borracha, aplicaram-lhe choques elétricos e o sufocaram com uma esponja embebida de água. Jorge Raimundo Nahas foi torturado nesta delegacia por Mário Cândido da Rocha, José Pereira, Haydu Saraiva, José Maria e Pionoro que usaram choques elétricos e palmatória. Ficou com as mãos e as unhas arrebentadas e o corpo todo marcado. Pedro Paulo Bretas foi ali torturado em janeiro de 1969 pelos delegados Lara Rezende, e Mário Rocha e pelos investigadores Adão, Haydu Saraiva, José Pereira e outros. Foi pendurado no Pau-de-arara e submetido a choques elétricos e palmatórias. Permaneceu na cela cheia de ratazanas por três dias e três noites.

Na delegacia de furtos e Roubos torturaram adolecentes de doze anos a quinze - prêsos comuns - na presença de Ângelo Pezzuti da Silva, Erwin Rezende Duarte, Pedro Paulo Bretas e Júlio An-

SEJDH
Fls. 18
Assessoria Especial de Direitos Humanos

tônio Betancourt de Almeida a fim de induzi-lo a falar.

Conduzido a esta delegacia Júlio Antônio foi colocado numa cela com instalação sanitária estragada onde o ar era pràticamente inespirável e onde havia detenal de enormes ratazanas. Durante todo o tempo em que ali permaneceu ouvia gritos de pessoas sendo torturados. Viu 15 (quinze) a 20 (vinte) pessoas numa cela de 2 (dois) por 8 (dois) metros.

Maurício Vieira de Paiva quando foi depor naquela delegacia, apesar de ferido e recém-operado foi espancado inclusive nos locais dos ferimento.

As torturas perpetradas na delegacia de Furtos e Roubos foram a mando do sr. Luiz Soares da Rocha e dos delegados Zara Rezende e Mário Cândido da Rocha, com a conivência e o assentimento do comandante do CPOR na época, Coronel Otávio Aguiar de Medeiros, representado pessoalmente em vários interrogatórios na delegácia de Furtos pelo Capitão Almeida.

III - NO 12 RI

Após os interrogatórios na Delegacia de Furtos os presos ficaram à disposição das autoridades militares na Colônia Penal Magalhães Pinto, onde ficaram também, posteriormente vários outros presos políticos. Ficaram vários meses incomunicáveis, proibidos de conversar, em celas com as janelas fechadas e pintadas de preto, proibidos de deitar-se ou de ficar em pé na cela (deveriam ficar todo o dia sentado no colchão - não havia camas) e às vêzes proibidos de ler e de fumar por várias semanas, sem direito a descer ao pátio para tomar sol. Vária adoeceram nesta época. Nilo Sérgio! estêve durante todo êsse tempo necessitado de assistência médica por possuir uma lesão grave no ouvido esquerdo. As autoridades, como o coronel Otávio Aguiar de Medeiros, foram informadas de seu estado de saúde por intermédio de seus familiares, sem tomaram qualquer providência a respeito. Todos, inclusive o diretor da prisão, foram informados do que estava acontecendo com Nilo e, inclusive tiveram conhe-

SEJDH
Fls. 19
Comissão Est. da Def. dos Direitos Humanos

cimento do diagnóstico do Dr. Idalmo Duarte (Ed. Helena Passig 11º andar Belo Horizonte) e da indicação explícita, feita por êste médico, de uma intervenção cirúrgica imediata no início do mês de maio. Nada disso foi levado em conta.

Durante êste período deu-se prosseguimento ao inquérito policial-militar, agora sob a presidência do coronel Otávio Aguiar de Medeiros. Os interrogatórios eram realizados numa sala especial do CPOR (12 RI) onde os presos eram submetidos a várias formas de coação moral e pressão psicológica ficando - durante a prestação de seus depoimentos, coisa que as vêzes durava várias semanas - em celas sujas, sem cama, sem chuveiro, etc. Os responsáveis pelo inquérito não tiveram maior interêsse em aumentar as torturas já sofridas pelos presos porque já tinham obtido as informações que lhes interessavam. Mesmo assim Jorge Raimundo Nahas foi torturado naquêle quartel, numa sala do Departamento de Educação Física, para confirmar depoimentos e prestar ou "inventar" (segundo o tenente Ormenesi) novas informações. Foi torturado com choques elétricos produzidos por um aparêlho normalmente usado para comunicações no Exército, além de ser obrigado a subir em talas pequenas de bordas cortantes. Essa tortura foi feita, a mando do Coronel Medeiros e do capitão Almeida, por: capitão Portela, tenente Ormenezi, sargento Elébar, sargento Averno, cabo Aires, policial Vicente e um civil (provável agente do SNI) de nome Afonso Paulino.

Ainda na Delegacia de Furtos e Roubos de Belo Horizonte sofreu torturas Antônio Pereira Matos. Foi pendurado no pau-de-arara, recebeu choques elétricos durante 12 (doze) horas ininterruptamente com espancamentos com a palmatória de borracha por todo o corpo, "telefone" nos ouvidos, pontapés, água nas narinas ("hidráulica"). Em conseqüência das torturas sofridas teve que tomar antibióticos durante 30 (trinta) dias. Foi ameaçado de ir para a "mesa de operação" (segundo os torturadores trata-se de uma mesa de ferro onde o torturado é amarrado, munida de um dispositivo que faz espichar o

SEJDH Fls. 20

o corpo da vítima, enquanto se lhe raspam os cisos das costelas com um estilete longo).

Nesta delegacia morreu João Lucas Alves ex-sargento da aeronáutica que havia sido preso no fim do ano anterior na Guanabara e para a Delegacia de Furtos transferido após as prisões realizadas em Belo Horizonte em janeiro de 1969. João Lucas Alves foi brutalmente ~~assassinado~~ torturado na Delegacia de Furtos, segundo os próprios delegados e investigadores daquela delegacia, porque não queria admitir sua participação em assaltos a bancos. Os policiais afirmam que João Lucas suicidou-se com sua própria calça (enforcando-se) em uma cela onde fôra colocado.

IV Na Polícia do Exército (PE) - Vila Militar GB.

Terminado o inquérito em Belo Horizonte os presos Ângelo Pezzuti da Silva, Murilo Pinto da Silva, Nilo Sérgio Menezes Macedo, Júlio Antônio Betancourt de Almeida, Ayrton Celso Lana Leite e Pedro Paulo Bretas foram enviados para a Guanabara (1ª companhia do exército - PE) a pedido do coronel Ary, encarregado de um inquérito policial-militar, no dia 18 de agôsto de 1969. Os presos foram transportados na parte traseira de uma rádio-patrulha, os seis amontoados e algemados entre si, sem ar, tendo quase todo passado mal e vomitado uns nos outros, sem que lhes dessem atenção desde Belo Horizonte até a Guanabara. Foram transportados por policiais do DVS (entre êles os torturadores Scorallick e Ariosvaldo Hora) e pelo tenente do exército, Marcelo. Chegando à PE foram retirados da rádio-patrulha aos pescoções e pontapés despreparados de suas roupas e atirados - após espancamento - em duas celas (cinco em uma e um na outra) ladrilhadas, de dois metros por dois metros de área onde permaneceram nus por 74 (setenta e quatro) dias sem as condições mínimas de higiene. Posteriormente, cêrca de um mês depois, foram também enviados para a PE: Maurício Vieira de Paiva e Jrany Campos.

SEJDH
Fls. 21
Assessoria Especial de Def. dos Direitos Humanos

5

Nas duas primeiras noites após sua chegada, os presos foram proibidos de dormir, sendo obrigados a permanecer de pé por 96 (noventa e seis) horas e de momento a momento jatos de água fria jogados por uma mangueira. Durante todo o tempo que permaneceram na PE os presos citados (passaram) fome, sem nenhum exagêro. A alimentação recebida não dava para encher um copo d'água, assim mesmo quando a recebiam. De vez em quando voltavam a jogar água fria nas celas com as mangueiras e por duas vêzes jogaram bombas de gás lacrimogênio, tendo os prêsos quase morrido sufocados por não poderem escapar ao gás. Eram proibido doces e cigarros que, se encontrados, eram motivo de mais espancamento e torturas. Os prêsos emagreceram tanto e tão rápidamente - apesar da inação absoluta em que ficavam nas celas - que assustavam seus familiares - pareciam espectros recém-saídos de campo de concentração. Aliás os torturadores da PE se orgulhavam de repetir sempre que ali era a "Gestapo brasileira".

Em setembro de 1969 foram submetidos a tortura na PE:

Murilo Pinto da Silva - torturado com choques elétricos, palmatória de madeira, sôcos e chutes por quatro horas ininterruptas. Torturadores: major Ênio de Albuquerque de Lacerda (comandante da PE), capitão João Luís (cavalaria CIC), tenente Haylton (PE-GB), sargento Oliveira, sargento Montes, estando ainda presentes sargento Rangel e tenente-coronel Ary (presidente do inquérito). Durante as torturas o tenente Haylton introduziu na sala uma criança de 8 (oito) anos aproximadamente. Os torturadores pararam um momento a tortura, ao que tenente Haylton disse: "não há problemas. Podem continuar. Êle (referia-se à criança) precisa ir se acostumando a isto".

Pedro Paulo Bretas - pendurado no pau-de-arara, espancado com a palmatória, torturado com choques elétricos e com pequenos ferros de 20cm de comprimento que comprimem os dedos por dois dias e duas noites. Foi torturado pelos cabos Mendonça, Rovoreli e Gilberto a mandado do capitão João Luís e do tenente Haylton. Os serviços eram manejados pelo sargento Andrade.

SEJDH
Fls. 222
Conselho Est. de Def. dos Direitos Humanos

Ângelo Pezzuti da Silva - torturado com choques elétricos e com a palmatória de madeira. Chegando a um determinado ponto da tortura Ângelo não suportou mais e atirou-se na janela de vidros da sala, cortando-se em várias partes do corpo e perdendo os sentidos. Foi levado para o Hospital Militar da Vila onde recebeu vários pontos nas costas e no braço. Sua entrada naquêle Hospital foi ali registrada.

Afonso Celso Lana Leite - torturado com choques elétricos, sôcos e "telefone" por várias horas pelo sargento Andrade que, mesmo depois de terminado o interrogatório continuou dando-lhe choques a fim de presenciar as contrações "interessantes" que o choque produzia no corpo de Afonso Celso.

Ângelo Pezzuti foi torturado pelo cabo Mendonça e Boocreli a mando do tenente Hayllon.

Júlio Antônio Betancourt de Almeida - foi pendurado no pau-de-arara, submetido a choques, "telefone", espancamento com palmatória e introduziram-lhe um cassetete no ânus. Foi torturado pelo capitão Guimarães, sargento Andrade, cabo Mendonça e Bovoreli e soldado Marcolino.

No dia 8 (oito) de outubro houve, na PE, uma Instrução sôbre interrogatórios para um grupo de cêrca de 100 (cem) militares, a maioria sargentos das três armas. Antes dessa instrução Maurício foi submetido a choques "para ver se o aparêlho estava funcionando bem", segundo disse o cabo de nome Mendonça. A hora da instrução, cêrca de 16 horas, os prêsos Maurício de Paiva, Ângelo Pezzuti, Murilo Pinto, Pedro Paulo Bretas, Afonso Celso Lana, Nilo Sérgio, Júlio Antônio, Irany Campos, um ex-PM da GB e um outro prêso conhecido por Zèzinho foram levados para as proximidades das salas onde estava se realizando a reunião. Em seguida fizeram-nos entrar na sala, tirar as roupas e, enquanto o tenente Hayllon projetava "slides" explicando a forma de tortura, suas características e efeitos os sargentos, Andrade, Oliveira, Rossoni e Rangel, juntamente com o cabo Mendonça e Boocreli e o soldado Marcolino

SEJDH Fls. 23 Comissão Est. de Def. dos Direitos Humanos

torturavam os prêsos frente aos cem militares, numa demonstração ao vivo dos vários métodos de torturas empregados. Maurício recebeu choques, Brêtas teve o dedo comprimido pelos ferrinhos, Murilo teve que subir nas latinhas de bordas cortantes, Zezinho foi pendurado no pau-de-arara, o ex-PM foi espancado com a palmatória enquanto Nilo Sérgio deveria ficar segurando pêsos com os bracos abertos, equilibrando-se numa perna só.

Enquanto estiveram na PE os prêsos, quando não estavam sendo torturados, ouviam, ininterruptamente gritos de pessoas sendo torturados noite e dia, chegando a distinguir, depois de algum tempo, pelos gritos e outros sons, o tipo de tortura que estava sendo utilizado. Enquanto ali estiveram foram torturados: Marco Aurélio - jornalista "copy desk" do Correio da Manhã. Recebeu choques, côco, foi queimado com pontas de cigarro. Os torturadores queriam que êle confessasse um assalto em uma agência bancária em Bonsucesso. Como era professor de inglês da senhora do presidente da LIGHT chegou a insinuar que ela havia participado de tal assalto a fim de escapar à continuação das torturas e ter oportunidade de ser levado até a residência do presidente da LIGHT para que pudesse denunciar a sua situação (o que de fato aconteceu). Foi também obrigado a denunciar Almir e Walmir, como culpados de atividades revolucionárias.

Walmir Marum Cury e Almir Marum Cury foram prêso e levados para a PE. Walmir foi colocado na mesma cela que Maurício V. de Paiva. Passados alguns momentos passaram a ouvir gritos desesperados. Walmir disse a Maurício que reconhecia naquêles gritos a voz de seu irmão. Após meia hora de gritos ininterruptos os torturadores vieram até a cela onde estavam e disseram a Walmir: "Pode ir abrindo logo o fôgo que agora é você". Quem disse isso e levou, em seguida, Walmir, foi o sargento Oliveira. Logo em seguida os prêsos passaram a ouvir gritos e os sons da palmatória. Mais de uma hora depois de ter saído Walmir foi jogado novamente dentro da cela e seu estado era lastimável: suas mãos e seus pés estavam roxos, sangrando e inchados como uma bola. Suas costas, nádegas e co-

SEJDH
Fls. 24
Conselho Est. de Def. dos Direitos Humanos

xas estavam em carne viva. Seu peito estava queimado e o rosto inchado.

No dia 14 de outubro foi levado para a PE Reinaldo J. Melo. Os presos ouviram seus gritos e o som do espancamento de 10 (dez) horas da noite até as 4 (quatro) horas da manhã. Foi pendurado no pau-de-arara, recebeu choques, "telefones", foi espancado com palmatória. Os presos viram-no passar em frente à sua cela, depois da tortura, todo machucado, cheio de ulcerações, com os membros inchados.

Carlos Mine Bauzeno - torturado com coronhadas de revólver, choques elétrico, "telefone" e espancamento com a palmatória de madeira. Também êsse rapaz, não suportando a continuação das torturas, atirou-se a uma janela de vidro, o que lhe causou vários cortes nas costas. Foi medicado no Hospital da Vila Militar. Carlos Mine é menor de idade e seu curador foi o tenente Hayleton, o mesmo que mandou torturá-lo.

Jayme (filho do gerente do Banco do Brasil, ag. Leblon), foi torturado com choques elétricos, espancamento com a palmatória de madeira. Bateram-lhe com uma caixa na cabeça. Ficou cheio de eczemas e ulcerações profundas nos pés, joelhos, etc., e com as unhas arrebentadas.

Salvador Sales Wey (chamado China - ex-operário da Remington) submetido a choques, espancamento com palmatória por um agente da polícia Federal que o levou a PE para isso.

Aldo de Albuquerque de Alcântara - (morador à rua Costa Filho - Bloco B - ap.to 304 - prêso na Guanabara como suspeito de furto de automóvel. Foi pendurado no pau-de-arara onde o balançavam. Devido a isso, adquiriu duas enormes ulcerações nos antebraços, nas regiões por onde passava o pau-de-arara. Foi submetido a várias sessões de choques e espancamentos com palmatória de madeira. Os espancamentos lhe provocaram um deslocamento na espinha. O seu Aero-Willys branco é utilizado pelos torturadores da PE em suas diligências.

SECRETARIA
Fls. 25
Conselho Est. de Def. dos Direitos Humanos

X 7

Uma senhora - Dona Angelina, sogra de Juarez Guimarães de Brito que estava sendo procurado pela polícia - estêve presa na PE por mais de um mês. Um garotinho de nome André, seu neto, ficou preso com ela. A êle diziam ensinar civismo (ásperas palavras de baixo calão).

Na PE. os prêsos Ângelo, Murilo, Nilo, Júlio, Afonso Celso, Bretas, Maurício e Irani encontraram-se com Marco Antônio de Azevedo Meyer, Fausto Machado Freire, José Roberto Monteiro, José Carmel Neto, Sérgio Lara, Walter Fernandes de Araújo e outros presos que lhes relataram as atrocidades que se cometiam na PE. desde março de 1968. Marco Antônio Meyer encontra-se hoje prêso com os primeiros na Penitenciária de Linhares.

Março de 1969 -

Sr. Euclides - proprietário de uma casa de sombrinhas, com mais de 60 (sessenta) anos. Foi torturado com choques e espancado com a palmatória de madeira e algemado nas portas da cela, nas grades, por mais de 24 (vinte e quatro) horas.

Geraldo - marinheiro, da marinha mercante. Foi bàrbaramente espancado e algemado nas grades da cela por mais de 24 horas

Maio - junho de 1969 -

Túlio - Quintanista de medicina da Guanabara. Foi prêso porque seu endereço foi encontrado com um estudante prêso em Belo Horizonte (deu o endereço ao estudante em uma excursão que êste havia feito com outros colegas a Guanabara). Foi torturado com choques e espancado com palmatória.

Roil Noronha Soares - 2º sargento paraquedista. Depois de torturado com choques, est., foi jogado nu em uma cela pequena e fria onde passou mais de 100 (cem) dias

Waldir de Almeida - 2º sargento paraquedista - idem.

Severino Beatriz da Silva - ex-presidente do sindicato dos motoristas autônomos da Guanabara. É um senhor com mais de 50 (cinqüenta) anos - Foi torturado por mais de 30 (trinta)

SEJDH
Fls. 26
Conselho Est. de Def. dos Direitos Humanos

(8)

dias. Devido a isso permaneceu minando sangue por muito tempo e teve que se submeter a operações nos olhos.

Walter Fernandes de Araujo - trocador de ônibus. Submetido a choques e bàrbaramente espancado com a palmatória em todo o corpo. ~~[illegible]~~. Teve que permanecer de cuecas na cela por mais de 120 (cento e vinte dias).

Sérgio Lara - Físico do Instituto de Pesquisas Nucleares. Espancado com palmatória, foi obrigado a confessar o assalto a um quartel, coisa que nunca ocorreu.

José Neves - Sargento da PM da Guanabara - torturado com choques (no ânus, mãos, pés, etc) com sôcos e palmatórias. Levou tantos "telefones" que acabou surdo do ouvido direito. José Neves afirmou ter visto os ossos das pernas de Viana Callou aparecendo, de tantos pontapés que tomou.

Severiano Viana Callou - sargento Viana, prêso em Mafé estado do Rio. Foi bàrbaramente torturado e seviciado. Morreu na PE. Os torturadores afirmam que êle suicidou-se com a própria calça. É fato sabido por tôdas as pessoas que estiveram na PE, todavia, que os prêsos ficam nus ou apenas de cuecas nas celas.

Luiz Stalin - Jovem de 17 anos, prêso para averiguações. Trabalhava como pescador, ajudante de Viana. Foi violentamente espancado.

Fausto Machado Freire - chefe de divisão no MEC. Foi torturado com choques, palmatórias, sôcos e chutes. Passou também muito tempo na cela sem colchão, com fome. Em outubro tentou matar-se com tiras do colchão por não suportar mais as torturas. Tiveram que levá-lo para o Hospital da Vila Militar.

Marco Antônio Azevedo Meiyeux - foi espancado por mais de 14 horas no DOPS-GB. Enfiaram-lhe um pedaço de madeira no ânus. Espancaram-no com sôcos, chutes, com as algemas. Bateram-lhe com uma toalha no rosto e obrigaram-lhe a ficar su-

SEJDH
Fls. 27
Conselho Est. de Def. dos Direitos Humanos

portando pêso, tendo desmaiado. Isto se deu no dia 28 de maio de 1969. Posteriormente em fins de junho, ou melhor de julho, foi transferido para a PE, onde foi submetido a choques (âmus, pés mãos, região mamária) e socos, pontapés, palmatórias, "telefones" e ferrinhos nos dedos. Passou 30 dias dormindo no chão. Em outubro de 1969, quando os prêso, Ângelo, Murilo, Nilo, Júlio, Bretas, Maurício, Mattos, Irany e Afonso Celso ali estavam, foi novamente submetido ao pau-de-arara, choques, palmatória, etc.

junho - julho - 1969.

José Roberto Monteiro - engenheiro do IBRA - submetido a choques elétricos por todo o corpo. Está preso há mais de um ano (sem julgamento) apenas por ter emprestado seu Volkswagen a João Lucas Alves, o sargento que morreu na Delegacia de Furtos e Roubos de B H.

José Cosme Neto - Diretor da Cinemateca do Museu de Arte Moderna - Prêso por ter alojado em sua residência a jovem Lotus, sua namorada, que era caçada por ser cunhada de Jair Ferreira Guimarães, tido como subversivo. Ficou uma semana sem dormir (jogavam água em sua cela toda noite, de hora em hora). De dia era obrigado a ficar correndo em círculos. Recebeu choques, sôco e pancadas de palmatória em todo o corpo. O major Lacerda, comandante da PE, queria arrancar uma confissão dêle de qualquer maneira. E como o mesmo havia ido a um festival de cinema no Peru, representando a Cinemateca, alegavam que o mesmo estivesse com os guerrilheiros peruanos. Passou mais de 60 dias de cuecas nas celas. E como nada foi provado ou "arrancado" foi remetido para o Cenimar onde, dizem, existem métodos mais perfeitos.

O tenente Haylton da PE espancou bàrbaramente a um prêso comum (um rapaz de côr escura, forte, de uns 22 anos, prêso por ter brigado com um soldado do exército) apenas a título de intimidar Vera Wrobel a novas confissões. Vera é estudante de Ciências Sociais da Universidade Federal Flumi-

SEJDH
Fls. 28
Conselho Est. de Def. dos Direitos Humanos

mense e já se encontrava condenada a 4 anos.

O cabo Marco Antônio Povoreli, da PE, em uma diligência acertou dois tiros de pistola calibre 45 na região anal de um rapaz que já se encontrava preso, apenas porque acreditou que ele "tinha a intenção" de esboçar alguma reação. O rapaz era um pacato operário.

Os torturadores da PE - major Lacerda, capitão Joaci Luís, tenente Hayllon, capitão Guimarães, sargento Oliveira, sargento Andrade, sargento Rangel, sargento Rossini, sargento Montes, cabo Povoreli, cabo Mendonça, cabo Gilberto, soldado Marcolino, soldado Rosa - todos ou quase todos são membros do Esquadrão da Morte ("Escuderie Le Coq") possuindo escudos dessa organização em seus carros, chaveiros, etc.

Atualmente encontramo-nos na Penitenciária Regional de Linhares e - apesar de presos a quase um ano - sem nada ter feito após a nossa prisão que possa ser qualificado como mau comportamento (o próprio diretor desta Penitenciária elogia nosso comportamento) estamos ainda submetidos a várias restrições absurdas que caracterizam um rigor penitenciário do qual estamos isentos pela própria lei de Segurança Nacional. Ficamos fechados nas celas individuais 19 (dezenove) horas diárias, proibidos de ter fósforos, isqueiros, jornais, revistas ou rádio dentro das celas. Não podemos receber livros, exceto os livros didáticos, as visitas são dificultadas pelas exigências feitas, não é possível contato reservado com os advogados, etc.

- A tortura. Por que existe?

A tortura existe porque é o método mais rápido, menos trabalhoso, menos inteligente e mais brutal de obter informações. É o método mais rápido e a rapidez é, às vezes, o elemento mais importante na repressão ao movimento revolucionário, segundo

SEJDH
Fls. 29
Conselho Est. de Def. dos Direitos Humanos

os serviços de informações. Não se pode perder tempo tentando obter um depoimento ao mesmo tempo espontâneo e esclarecedor de um comunista, procurando os indícios de seus contatos, companheiros, chefes - no levantamento minucioso de sua vida, de seus hábitos, etc. Prendendo-se um suspeito, a possibilidade de êle ser alguém que saiba alguma coisa, algum nome, algum endereço que faça marchar um pouco mais a repressão, esta única possibilidade (às vezes acertam uma em dez ou vinte) de obter rápidamente informações é uma tentação demasiado grande! E o pequeno pecado da tortura fica impune.

É menos trabalhoso. Depois de certa prática o torturador executa a sua arte sem muito esfôrço físico ou mental. É necessário muito mais inteligência para bolar uma diligência, para concatenar informações de dedo-duros, para interrogar informantes ou realizar uma boa investigação em geral do que para se fechar em um pequeno cubículo com um revolucionário, alguns auxiliares e alguns aparêlhos e dizer ao primeiro: "vai levar pau até falar tudo o que sabe". Aí, como geralmente não se tem a mínima indicação do que o fulano sabe, tortura-se até que seu estado físico, os ferimentos, a quantidade de sangue perdido, o número de desmaios, o número de vezes que o camarada engole a língua (na choque), a qualidade de seus berros, a natureza de suas súplicas, a aparência sincera de suas promessas indiquem que é hora de fazer uma pausa para que o indivíduo "abra o bico". É muito simples e muito fácil.

E "last but not least", é o método mais brutal. A importância disso está em que a brutalidade dirigida contra o revolucionário gratifica os interrogadores, a maioria intensivamente preparada em cursinhos simplistas onde os comunistas aparecem como comedores de crianças e que, tendo oportunidade de com êles trocar alguns tiros em uma ou outra ocasião, começaram a exercitar assim o seu ódio maniqueísta. Um afeto dêsses, que cria o "espírito de corpo" da repressão, que lhe dá unida-

SEJDH
Fls. 90
Conselho Est. de Def. dos Direitos Humanos

de, necessita uma gratificação. A tortura ao mesmo tempo que gratifica, que compensa, alimenta êsse ódio. Sou o revolucionário às vêzes não quer falar assim nas primeiras sessões, ou outras, descobre-se de outro torturado que o fulano omitiu alguma coisa, ou mentiu. Nada speede excitar mais a cólera dos torturadores contra os torturados do que a constatação de que êstes, após várias sessões de torturas, têm ainda algo a esclarecer. Isto redobra o furor dos torturadores que, mesmo o torturado esclarecendo o tal ponto que havia omitido e não se tenha mais nada a perguntar-lhe, voltam a torturar, numa "repassagem", como medida de segurança, a fim de terem a consciência limpa, tal é o seu zêlo fervoroso para com o método, tal a sua ansiedade em não se deixar enganar por êsse sistema ao qual entregaram sua própria alma.

No Brasil, dêsde 64, as torturas aumentaram e muito pôde se escrever sôbre isto. Todavia, depois que a esquerda brasileira se recompôs mais ou menos da fermentação, das fissões, cisões, rachas, etc. em que o golpe de 64 e os movimento de massa 66-67-68 a lançaram, depois que se organizou novamente, e se lançou à prática daquilo que nunca havia feito antes: assalto a bancos, a casas de armas, a quartéis, preparando-se para novas formas de lutas propostas, e depois que - como uma das consequências dessa tentativa - muitos jovens estudantes, operários foram presos como suspeitos, inicialmente em Minas, São Paulo, Guanabara, e depois em quase todo o Brasil, as torturas duplicaram, triplicaram em intensidade, em crueldade, chegando a tamanha violência sistemática contra os presos que esta, por si só, explicaria os movimentos de contestação violenta do poder.

Como torturam - os métodos

Depois de todo êsse tempo de utilização sistemática da tortura, os métodos não se tornaram mais complexos, mais engenhosos, ou mais cruentos, muito pelo contrário, não têm a complexidade dos

SEJDH
Fls. 31
Conselho Est. de Def. dos Direitos Humanos

tormentos medievais como os borzequins, etc. Por outro lado não devem deixar marcas, pois a tortura "não é permitida". Contudo com tôda a simplicidade e sem deixar muitas mutilações (físicas naturalmente) ou marcas por mais de algumas semanas, pode-se realizar um louvável trabalho de tortura com os seguintes instrumentos: ① o pau-de-arara. ② o choque elétrico. ③ a "hidráulica". ④ a palmatória. ⑤ algumas latas. ⑥ pequenas barras de ferro de alguns milímetros de espessura e cêrca de 20 cm de comprimento. Êsses instrumentos, usados isoladamente ou combinados, recebendo o método o nome que a gíria da repressão na região consagrou, podem provocar sofrimentos simplesmente insuportáveis.

É o que tem sido feito com bastante sucesso, em que pese pequenos deslizes, como algumas mortes e mutilações que, no cômputo geral, não o têm qualquer significação estatística. Mas se houvesse um cômputo geral do sofrimento provocado pelos torturas (digamos só de presos políticos) e fizéssemos uma comparação estatística com os sofrimentos causados pelas piores e mais dolorosas doenças do Brasil nos últimos dois anos, duvidamos que qualquer dessas doenças tenha causado mais sofrimento que a tortura.

Mas como medir o sofrimento? pela intensidade do grito, pela pungência dos gemidos, pela verossimilhança das convulsões epileptiformes, pela "facies" multiforme que assume a dor e o desespêro na fisionomia do torturado? Não. Tudo isso é imensurável. só a qualidade dêsse sofrimento pode nos dar alguma indicação de sua grandeza.

As vítimas da tortura que morreram ou perderam a razão em 1969 são muita. Podemo citar João Lucas Alves, Severino Viana Callou e Fausto Machado Freire. O primeiro morreu na Delegacia de Furtos e Roubos de Belo Horizonte. A polícia afirma que êle se suicidou com a própria calça, na cela. Existem, contudo, na 1ª auditoria da Marinha na GB, foto-

SEJDH
Fls. 32
Conselho Est. de Def. dos Direitos Humanos

grafias de seu cadáver, onde são evidentes as marcas e mutilações deixadas pela tortura. Viana Callou morreu na 1ª Companhia da Polícia do Exército, na GB. Também ali dizem que êle se matou enforcando-se com a cueca, na cela 2.

Mesmo admitindo o suicídio de ambos, coisa bastante discutível, não podemos deixar de afirmar serem os seus torturadores seus verdadeiros assassinos. Pois qualquer pessoa submetida a tortura, durante uma sessão de pau-de-arara com choques ou "hidráulica", matar-se-ia para escapar ao sofrimento, se encontrasse uma oportunidade. E qualquer preso político que já passou por qualquer dessas sessões, se pudesse optar, preferiria morrer que voltar a ser torturado. Fausto Freire perdeu a razão devido à torturas. Parcialmente recuperado, continua em tratamento psiquiátrico.

O PAU-DE-ARARA

Uma barra de ferro ou de madeira do comprimento de um cabo de vassoura e cuja espessura varia. Na Delegacia de Furtos e Roubos e no DVS de BH tem uns 2cms. de diâmetro, na 1ª Companhia de PE da GB uns 3cms, assim como no DOPS de S. Paulo. Quanto mais grossa mais "pesa a barra" pois machuca consideràvelmente mais os braços do acusado, como será explicado. Os pulsos da vítima são amarrados, assim como o tornozêlo. A barra é passada por baixo dos joelhos que são colocados entre os braços do indivíduo curvado para frente. A barra passa, portanto, por cima dos antebraços. As extremidades das barras são apoiadas em dois suportes que podem ser duas mesas ou duas cadeiras altas ou dois caixotes. O torturado fica suspenso sendo o pêso de seu corpo sustentado pela articulação dos joelhos e pelos antebraços. É como se se aplicasse um pêso de setenta quilos (se é que a essas alturas o falano ainda pesa isso) a um determinado ponto dos antebraços durante horas. Depois de meia hora a coisa começa a fazer sentir seus efeitos: as amarras dos pulsos e do tornozêlo, forçadas pelo pêso do corpo, quase impedem a circulação do sangue. As mãos e os pés ficam roxos, insensíveis, pro-

SEJDH
Fls. 83
Conselho Est. de Def. dos Direitos Humanos

vocando inicialmente uma sensação de formigamento, depois in-
chação progressiva e enfim de pletora. O torturado pensa que a
qualquer momento seus dedos vão estourar, fazendo escorrer o "líqui-
do azul-pardo" que escurece e faz inchar seus membros. Essa sensa-
ção é reforçada por palavras "amáveis" dos torturadores que a
cada momento insinuam isto e aquilo, que vai acontecer com
seus dedos, com sua coluna vertebral, com seus pulmões, etc. Esta
parte da tortura que foi incorporada do interrogatório de cri-
minosos comuns aos inquéritos políticos chama-se "sugesta" - É a
pressão psicológica destinada a abater moralmente o torturado.

Depois de mais algum tempo, o pêso nos antebraços começa
a provocar uma dor terrível, como se os estivessem quebrando naquêle
ponto em que sustentam o pêso do corpo, dor aumentada quando
balançam o torturado, para a frente e para trás, coisa que os tor-
turadores fazem cost constantemente, rindo e pilheriando entre si,
como se estivessem fazendo uma brincadeira.

O torturado é pendurado nu no pau-de-arara, e oli ji-
cando muitas horas. De vêz em quando é necessário desamarrar os
pulsos e os tornozêlos pois do contrário o torturado perderia as mãos e
os pés por isquemia e necrose. Mas o pau-de-arara raríssimamente
é utilizado isoladamente. É mais um ponto de referência, um come-
ço, uma excelente posição para a aplicação das demais formas
de tortura: o choque elétrico, a palmatória, a "hidráulica", etc.

- A Hidráulica -

A "hidráulica" é apenas uma das formas do afogamento
parcial, assim batizado na delegacia de Furto e Roubo em Belo Ho-
rizonte. Um tubo de borracha que se introduz no nariz do tor-
turado e pelo qual se injeta água. Todavia a injeção de água
pelas narinas pode ser feita (e o é) de mil e uma formas diferentes,
por meio de esponjas, pano, vasilhas, etc. Tapa-se a bôca da víti-
ma para que essa não possa respirar. Quando o torturado inspi-
ra pelas narinas, recebe a injeção de água. Começa a tossir deses-

SEJDH
Fls. 34
Conselho Est. de Def. dos Direitos Humanos

peradamente procurando expulsar a água, e inspira procurando um pouco de ar, recebendo então novo jato de água e assim sucessivamente. É a sensação de quem está se afogando e de vez em quando volta à tona. É das piores torturas. Quando o torturado está prestes a desmaiar ou, mais comumente, quando desmaia, deixam-no respirar e recuperar um pouco para reiniciar em seguida.

A "hidráulica" ou outras formas de afogamento parcial são aplicadas geralmente quando o torturado está no pau-de-arara. O torturado pensa que seguramente vai morrer afogado e aquela angústia da morte iminente por asfixia, aquela busca desesperada, inconsciente (conscientemente, a última, sem dúvida, prefere morrer logo, mas não consegue deixar de procurar avidamente tomar ar), animal de um pouco de ar, aquele tossir gorgolejante, aquele desesperado arfar pré-agônico, tudo isso é repetido 10, 20 vêzes, indefinidamente. É simplesmente inenarrável.

O choque elétrico

A maioria dos torturadores utiliza-se dos aparêlhos elétricos portáteis, se bem que em muitos lugares aplica-se, na falta dêles, o choque obtido com a corrente comum.

Com os aparêlhos portáteis consegue-se geralmente 1.100volt e é o suficiente. A corrente alternada é obtida pelo princípio do deslocamento do campo magnético. Enfim é um aparêlho que possui uma manivela, cuja velocidade de rotação que ai ela se imprime aumenta ou diminui a corrente, e dois fios (os eletrodos) que são ligado ao corpo da vítima, fechando-se o circuito e produzindo-se o choque.

A imaginação dos torturadores regula os locais onde se aplicam os choques no corpo do torturado. A maneira mais simples é enrolar-se os fios nos dedos das mãos ou dos pés. Em seguida gira-se a manivela.

SEJDH
Fls. 35
Conselho Est. de Def. dos Direitos Humanos

A descarga elétrica provoca no torturado uma sensação difícil de definir-se, um estremecimento físico e psicológico cheio de faúlhas elétricas que juntamente com o tremor convulsivo e o descontrôle muscular, dá ao torturado o sentimento de perda, de atração ineludável daquela turbilhonante trituração elétrica.

O choque provoca no músculo um estímulo idêntico ao estímulo das fibras nervosas e o músculo responde com uma contração. Os músculos extensores estendem-se e os flexores fletem, provocando movimentos desordenados, incontroláveis, semelhantes a convulsões epileptiformes.

O torturado grita com tôdas as suas fôrças, procurando tomar pé, afirmar-se naquêle caos de convulsões, estremecimentos e faúlhas. É necessário não se deixar perder, desviar a atenção dessa sensação desesperadora. Para o torturado, nêsse momento, qualquer outra forma de tortura, a palmatória, por exemplo, é um alívio pois desvia a sua atenção, prendendo-o a terra, ao seu próprio corpo que parece escapar-lhe. A dor o salva, o espancamento o resgata. Êle próprio procura se infligir dor, buscando bater com a cabeça no chão repetidamente, com tôdas as fôrças. Mas geralmente está amarrado, pendurado no pau-de-arara e nem dêsse recurso pode valer-se.

O choque em determinadas partes do corpo é um requinte adicional: no rosto, nos órgãos genitais, no ânus. No rosto é necessário ter cuidado pois o descontrôle muscular leva o torturado a engolir a própria língua.

Em S. Paulo, na PE, o choque é dado dentro do reto do indivíduo, sendo os eletrodos introduzidos dentro de um tubo de polietileno, dentro do intestino. Aí o choque provoca a incontinência urinária e fecal.

A Palmatória

A palmatória é apenas o espancamento menos indiscriminado um pouco. O espancamento indiscriminado

SEJDH Fls. 36 Conselho Est. de Def. dos Direitos Humanos

também existe mas é uma forma demasiado grosseira, pouco técnica. Hoje em dia costuma-se bater mais nas palmas das mãos, nas plantas dos pés e nas nádegas, com a palmatória. Este varia enormemente em forma e material, podendo ser de madeira, de borracha, de alumínio, com ou sem furinhos, etc.

Os mãos, os pés e as nádegas aumentam quatro vêzes de volume, ficando em carne viva. As pancadas inicialmente vão formando bôlhas de sangue que vão estourando, saindo a pele juntamente com o sangue (às vêzes também algumas unhas, mas isso é mais raro).

A palmatória nas mãos é geralmente aplicada com o torturado em pé em cima de duas latas pequenas que, depois de algum tempo, começam a penetrar dolorosamente na pés do indivíduo. Ainda com o indivíduo em cima das latinhas, costumam a lhe aplicar os ferrinho nos dedos das mãos. São uns ferrinhos de 20cm de comprimento e alguns mm de espessura que se colocam entre os dedos para serem apertado entre si. Provocam uma dor lancinante de esmagamento. São uma espécie de luvas borzequins. Estas são apenas algumas das formas de torturas, as mais usadas por tôda a parte; naturalmente em cada lugar onde se tortura encontram-se variantes das formas mencionadas, que se devoraram segundo o gôsto sádico dos torturadores. Em S. Paulo, por exemplo, na DE ao invés de pau-de-arara, penduram o torturado de cabeça para baixo. Introduzem cabos de vassoura, cassetetes, etc. no ânus do torturado. As mulheres são seviciadas quase sempre.

A institucionalização da tortura - Quem tortura?

A tortura no Brasil está sendo utilizada em tão larga escala que já é quase uma instituição dentro da repressão política. Tem a sua própria cultura, seus valôres, seu aprendizado, sua linguagem própria. Os torturadores possuem seus

SEJDH Fls. 97 Consultoria Est. de Def. dos Direitos Humanos

feito glosado, suas famas, suas características que os distinguem e os fazem respeitar entre seus confrades. Um especialista passa a ter apelido de "pau-de-arara", etc.

Os métodos de tortura utilizados hoje na repressão política foram incorporados da polícia civil em sua longa prática de repressão ao marginalismo. Os métodos e os elementos da Delegacia de Furto e Roubo de Belo Horizonte foram usados nos interrogatórios de dezenas de presos políticos durante o ano de 1969. Assim também o DEIC de são Paulo. A 1ª Companhia de Polícia do Exército, na Vila Militar da Guanabara, também especializada na repressão dos marginais do morro ali próximo, agora se dedica a interrogatórios de preso político. Os próprios sargento e cabo, especialistas dali, chamam a P.E. de Gestapo. Desde o comandante da companhia, Major Ênio Albuquerque de Lacerda, passando pela oficialidade: capitão Guimarães, capitão João Luís (da cavalaria-CIC), tenente Haylton, pelo sargento Andrade, Oliveira, Rangel, Monter, Rossoni, pelo cabo Mendonça, Povoreli, Gilberto, pelos soldados Rosa, Marcolino ... todos torturam presos políticos e nisso são apenas igualáveis.

A prova da institucionalização da tortura está ali, onde a tortura é ensinada, onde sargentos do exército, da marinha e daí aeronáutica vão aprender os métodos acima descritos, com projeção de slides e tortura ao vivo - um dos cursinhos foi ministrado pelo tenente Haylton para mais de cem sargentos reunidos. Aí se fêz a demonstração ao vivo, do pau-de-arara, do choques, das latinhas, das palmatórias, etc. Naturalmente um ou outro tem o estômago mais fraco, não é bem talhado para tal tarefa. Um dêsses sargentos, no cursinho acima, ao ver aquela porção de presos nus, um no pau-de-arara, outro gritando desesperadamente ao receber choques, etc., não aguentou e saiu da sala ao vômito.

O presidente Médici diz que não haverá mais tortu-

SEJDH 38 Fls. Comissão Est. de Def. dos Direitos

ras, o ministro da justiça interfere diretamente prometendo punir os culpados, o Conselho de Direitos da Pessoa Humana é mobilizado.

Mas como acabar com a tortura sem acabar com a própria repressão política? A tortura é hoje a sua mola principal. Para citarmos os três maiores centros: Na Guanabara, em todos os lugares onde se fazem inquéritos ou interrogatórios, há torturas; no Cenimar, na Polícia do Exército, no DOPS Em S. Paulo, idem no DOPS., no DEIC, na P.E. Em Belo Horizonte idem no DOPS, na Delegacia de Furtos e Roubos, no G-2 (da Polícia Militar) no 12 RI, etc.

A tortura está nas entranhas da repressão política. É uma de suas instituições. E vai além disso. A tortura é um dos baluartes da justiça Militar - Basta que seja examinado um processo político. Tudo encontra seu centro de irradiação sua pedra de toque, no depoimento do réu. Durante o inquérito policial-militar O exército, os centros de informações e a polícia orientam-se exclusivamente pelas informações obtidas sob tortura. Procuram obter as indicações das provas materiais para incriminar o próprio réu, seus companheiros, ou um outro acusado político, no interrogatório sob parreadas - O interrogatório do réu é a peça orientadora fundamental de tôdas as demais peças do processo político.

Enfim a tortura é a manifestação e o alimento de uma violência maior que a repressão política põ em marcha. A violência extravasa a simples fase do interrogatório do suspeito e penetra tôdas as etapas e procedimentos da repressão política. Basta olhar a forma como são conduzidas as diligências para a efetuação de prisões. São verdadeiro massacres. A resistência armada à prisão dos presos políticos é, em parte, conseqüência disso. A resistência se motiva, muitas vezes, no conhecimento que o procurado político tem do que êle irá passar nos quartéis e delegacias. A tortura é aí, mais uma

SEJDH
Fls. 39
Conselho Est. de Def. dos Direitos Humanos

14

vez, o centro motivador. E o indivíduo que resiste é ainda mais torturado. É uma verdadeira bola de neve de violência. E o ~~canal~~ caudal de violência não se mostra apenas aí. Os oficiais nos quarteis, ciosos dos princípio da geração da violência, assustam seus sentinelas: qualquer sombra é suspeita de terrorista! Os sentinelas atiram (e têm ordem para isso). Recentemente no Rio, foi morta uma môça que passava perto de um quartel, dentro de um taxi. Há dezenas de casos assim. A população se vê envolvida, inadvertidamente, nesse caudal da violência. As famílias dos prêsos que fazem esta denúncia foram maltratadas em todos os centros de repressão política. Isto é um sinal de radicalização. Outro, da outra parte, é o aviso que os revolucionários fizeram por ocasião do rapto do embaixador: de que os torturadores devem colocar suas barbas de môlho pois a sua hora e a sua vez estão para chegar.

Franjampo
Angelo Pezzuti da Silva
Pedro Paulo Pretas
[illegible]
[illegible]
[illegible]
[illegible]
[illegible]
[illegible]
José Raymundo de Oliveira
Jorge [illegible]
Erwin Rezende Duarte

SEJDH
Fls. 40
Conselho Est. de Def. dos Direitos Humanos



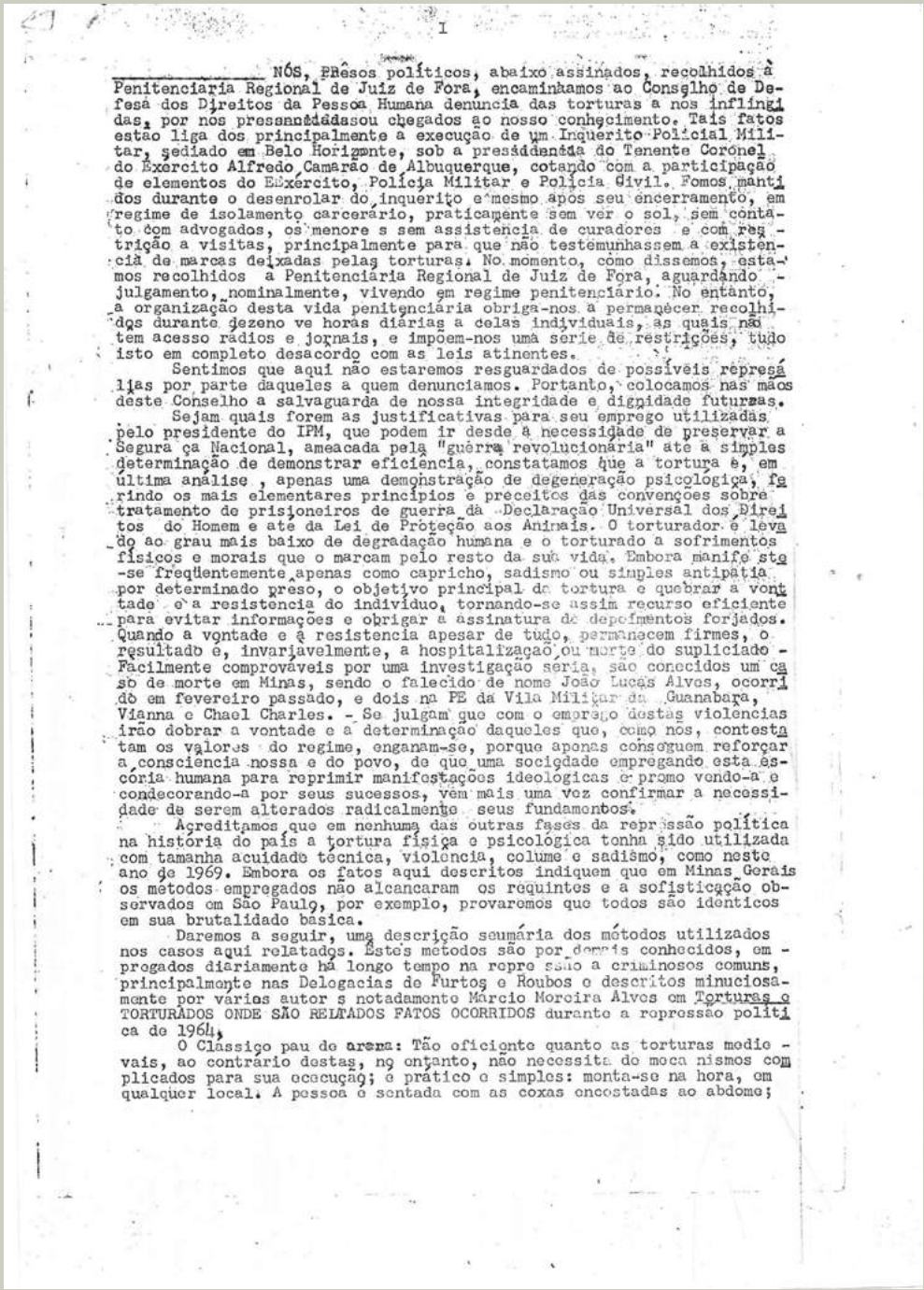
22)

Fls 224

Êste documento (a sua cópia original) quando estava sendo terminado, foi apreendido pelo diretor da penitenciária de Linhares para ser examinado. Sabendo de sua existência através do tenente comandante da guarda externa, o major Vicente Teixeira, da Polícia Militar de Minas Gerais, veio até esta penitenciária e disse ao diretor que tinha autorização do coronel Ledo, responsável no QG da 4ª RM pelos presos políticos, para tirar uma cópia do documento. O diretor, na maior boa fé, entregou-lhe o manuscrito (que já estava assinado por treze de nós) com o compromisso de que seria devolvido na quarta-feira, dia 17, às 12 horas. Depois disso o major Teixeira desapareceu com o documento, vindo o diretor da prisão a saber posteriormente que o coronel Ledo não havia dado nenhuma ordem a nenhum major.

Por coincidência o major Teixeira é um dos mais contumazes torturadores em Minas Gerais. Mais de uma dezenas de companheiros presos aqui em Linhares atualmente foram torturados pessoalmente por êle. Êsses companheiros também estão preparando a sua denúncia. Esta talvez seja o que o major Teixeira tenha querido fazer desaparecer pois os signatários do documento que êle roubou (não pode haver outra palavra para carac-

ANEXO B
Carta de Linhares - Corrente



I

NÓS, Presos políticos, abaixo assinados, recolhidos à Penitenciaria Regional de Juiz de Fora, encaminhamos ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana denuncia das torturas a nos inflingidas, por nos presentemdasou chegados ao nosso conhecimento. Tais fatos estão liga dos principalmente a execução de um Inquerito Policial Militar, sediado em Belo Horizonte, sob a presidencia do Tenente Coronel do Exercito Alfredo Camarão de Albuquerque, cotando com a participação de elementos do Exército, Policia Militar e Policia Civil. Fomos mantidos durante o desenrolar do inquerito e mesmo apos seu encerramento, em regime de isolamento carcerário, praticamente sem ver o sol, sem contato com advogados, os menores s sem assistencia de curadores e com restrição a visitas, principalmente para que não testemunhassem a existencia de marcas deixadas pelas torturas. No momento, como dissemos, estamos recolhidos a Penitenciaria Regional de Juiz de Fora, aguardando julgamento, nominalmente, vivendo em regime penitenciario. No entanto, a organização desta vida penitenciária obriga-nos a permanecer recolhidos durante dezeno ve horas diarias a celas individuais, as quais não tem acesso radios e jornais, e impoem-nos uma serie de restrições, tudo isto em completo desacordo com as leis atinentes.

Sentimos que aqui não estaremos resguardados de possíveis represálias por parte daqueles a quem denunciamos. Portanto, colocamos nas mãos deste Conselho a salvaguarda de nossa integridade e dignidade futuras.

Sejam quais forem as justificativas para seu emprego utilizadas pelo presidente do IPM, que podem ir desde a necessidade de preservar a Segura ça Nacional, ameacada pela "guerra revolucionaria" até a simples determinação de demonstrar eficiencia, constatamos que a tortura é, em última análise , apenas uma demonstração de degeneração psicológica, ferindo os mais elementares principios e preceitos das convenções sobre tratamento de prisioneiros de guerra da Declaração Universal dos Direitos do Homem e até da Lei de Proteção aos Animais. O torturador é levado ao grau mais baixo de degradação humana e o torturado a sofrimentos físicos e morais que o marcam pelo resto da sua vida. Embora manifeste-se freqüentemente apenas como capricho, sadismo ou simples antipatia por determinado preso, o objetivo principal da tortura e quebrar a vontade e a resistencia do individuo, tornando-se assim recurso eficiente para evitar informações e obrigar a assinatura de depoimentos forjados. Quando a vontade e a resistencia apesar de tudo, permanecem firmes, o resultado é, invariavelmente, a hospitalização ou morte do supliciado - Facilmente comprováveis por uma investigação séria, são conecidos um caso de morte em Minas, sendo o falecido de nome João Lucas Alves, ocorrido em fevereiro passado, e dois na PE da Vila Militar da Guanabara, Vianna e Chael Charles. - Se julgam que com o emprego destas violencias irão dobrar a vontade e a determinação daqueles que, como nós, contestam os valores do regime, enganam-se, porque apenas conseguem reforçar a consciencia nossa e do povo, de que uma sociedade empregando esta escória humana para reprimir manifestações ideologicas e promo vendo-a e condecorando-a por seus sucessos, vem mais uma vez confirmar a necessidade de serem alterados radicalmente seus fundamentos.

Acreditamos que em nenhuma das outras fases da repressão política na historia do país a tortura física e psicológica tenha sido utilizada com tamanha acuidade técnica, violencia, calma e sadismo, como neste ano de 1969. Embora os fatos aqui descritos indiquem que em Minas Gerais os métodos empregados não alcancaram os requintes e a sofisticação observados em São Paulo, por exemplo, provaremos que todos são identicos em sua brutalidade basica.

Daremos a seguir, uma descrição seumária dos métodos utilizados nos casos aqui relatados. Estes metodos são por demais conhecidos, empregados diariamente há longo tempo na repressão a criminosos comuns, principalmente nas Delegacias de Furtos e Roubos e descritos minuciosamente por varios autor s notadamente Márcio Moreira Alves em Torturas e TORTURADOS ONDE SÃO RELTADOS FATOS OCORRIDOS durante a repressão política de 1964.

O Classico pau de arara: Tão eficiente quanto as torturas modernas, ao contrário destas, no entanto, não necessita de mecanismos complicados para sua ocacução; é prático e simples: monta-se na hora, em qualquer local. A pessoa é sentada com as coxas encostadas ao abdome;

passa-se uma roliça de madeira ou de ferro sob os joelhos; os braços são passados sob a barra, cada um pelo lado externo de uma das pernas e os pulsos são atados. Finalmente, colocam-se as extremidades da barra, cada um pelo lado externo de uma das pernas, e os pulsos são atados. Finalmente, colocam-se as extremidades da barra sobre duas mesas. Dependendo da resistência da vítima e do desenrolar do interrogatório pararelo, esta posição pode prolongar-se de poucos minutos a várias horas, ganhando uma crescente pressão sobre braços e pernas; começa uma sensação de formigamento nas mãos e nos pés, que em breve tornam-se insensíveis. Simultaneamente, são aplicados outras formas de suplício.

Espancamentos e sevícias: o espancamento é a forma mais simples e primitiva de infligir sofrimento físico. Nos casos aqui citados geralmente ministrado simultâneamente por mais de um torturador, usando-se pés, mãos, cassetete de metal, borracha ou madeira, cabos de aço, cintos militares, achas de lenha e coronhas de revólveres, atingindo-se cabeça, tronco, membros e órgãos genitais, enfim, todo o corpo. Embora provocassem em alguns casos fraturas em braços e pernas e a perda de alguns dentes, na maioria das vezes as consequências foram hematomas de larga extensão e dores atrozes, de curta duração. Os resultados sobre os órgãos internos, possíveis nestas circunstâncias, são de difícil constatação; no entanto, ocorreu um caso evidente de amnésia parcial. O chamado "telefone", método particularmenhe cruel, prejudicou irremediàvelmente a audição de alguns torturados. O torturador usa as duas mãos para bater violenta e simultâneamenhe sobre os ouvidos, provocando uma pressão insurportável nos tímpanos.

São nas sevícias que os torturadores tem um campo mais vasto para dar largas à sua imaginação: quoimaduras com pontas de cigarros enforcamentos parciais, introdução de objetos no ânus e na vagina, perfuração com tesoura, cortes com lâmina de barbear. Quando o torturado é uma jovem, as sevícias alcançam seu grau mais virulento, pisoteando-se à dignidade feminina.

Choques elétricos: em quase todos os casos aqui citados, foi utilizado o telefone de campanha do Exército, modelo TF- 201 que produz uma corrente alternada de baixa freqüencia, com aproximadamente 100 v. girando-se a manivela do magneto. É muito prático para os torturadores: leve, fácil manejo, comodamente transportável e, o que é mais importante, abundante nas unidades militares. Os caminhos percorridos pela corrente elétrica no organismo podem variar, dependendo dos pontos onde se fixem as extremidades dos dois fios: as orelhas, língua e face, as mãos, órgãos genitais e anus, braço e perna, etc. Este tipo de choque provoca principalmente contrações e flexões involuntárias dos músculos, com as consequentes convulsões; quando o músculo percorrido pela corrente elétrica pertence a um órgão interno, o sofrimento é naturalmente mais acentuado.

Torturas morais e psicológicas: vão desde a agressão verbal, pura e simples, porém continuada e constante, até ameaças de represálias contra pais, esposas e filhos, algumas vezes concretizadas, e passando pelas montagens ostensivas de preparativos de fuzilamentos e esteriliza - ção, sendo a execução desta última facilitada pela realização do inquérito nas dependências do 12º RI. Um método muito usado foi o de colocar a pessoa nua, deitado no chão e cercá-la de cães policiais, continuamente açulados, sobre a vítima; claro que o zelo dos policiais não foi suficiente para evitar algumas mordidas.

Julgamos, diante de nossa experiência, e o Conselho talvez julgue, colocado até agora apenas perante rumores, que, seja difícil provar a realização de torturas; na maioria dos casos, eles tiveram bom senso bastante para não deixar marcas visíveis e evitar a presença de incomodas testemunhas. Em várias ocasiões, no entanto, a fúria desenfreada mandou alguma vítimas para hospitais, onde ficou patente para médicos, enfermeiros e funcionários qual a origem daquelas chagas. No 12 RI, as torturas eram efetuadas no interior da enfermaria, quase sempre na presença de soldados em tratamento. Na Colônia Penal Magalhães Pinto à vista de todos presos políticos, presos comuns em regime de recuperação e funcionários com a conivência complacente do diretor do estabelecimento.

-- Capitães Pedro Ivo dos Santos, Aécio, Lacerda e Jésu;
-- Tenentes Marcello e Pádua;
-- Sargentos: Leo, Machado, Jorge, Nonato, Monta ha, Praxedes, Franklin. Para caracterizar êste grupo no que tem em comum, podemos citar uma frase de : "A única coisa que sei fazer é bater em comunista. Meu maior prazer é ver um de vocês apontar-me na rua e dizer: vejam, foi aquêle que destruiu-me os pulmões.
-- Soldados - Vicente e Buião-
DOPS OU DVS de MG: seus policiais, bastante conhecidos, deram uma contribuição importante a êste festival de brutalidade.
-- Delegado- Tacir Menezes Sia
-- Investigadores: Frederico, Scoralick, José Aparecido e outros.

TORTURADOS

1- Délio de Oliveira Fantini, secundarista, 18 anos; No momento de sua prisão, em 5 de fevereiro de 1969, foi atacado a sôcos e pontapés. Levado para a 12ª Delegacia, no Barreiro, em Belo Horizonte, foi cercado por um grupo de agentes do DOPS, que passaram a espancá-lo; em virtude de pontapés recebidos na cabeça, desmaiou. Levado para o Dops, foi chamado um médico para constatar se estava dopado, sendo negativo o resultado do exame. Foi sentado em uma cadeira com as mãos algemadas para trás; enquanto um policial o interrogava, dois outros o esmurravam, um pela frent frente, outro por trás. Recebeu pontapes no abdomen e foi ~~xlgxxxdx xxxxxxxxxxxx~~ e foi queimado com pontas de cigarro. Pendurado no "pau de arara", passaram a balançar seu corpo e a espancar-lhe os pés com um cassetete tamanho família. Ligando dois fios a uma tomada da parede, um dos policiais fixou um dos polos na barra de ferro do pau de arara, e, com o outro, percorreu diversas partes do corpo de Délio, especialmente sôbre o peito, nádegas e penis; a seguir, o torturador segurando quase juntos as duas extremidades dos fios, começou a provocar curto-circuitos sôbre o corpo de Délio, produzindo-se queimaduras cujas cicatrizes ainda são visíveis. Diversos outros prêsos foram levados a assistir a cena, e ameaçados de sofrer igual tratamento. Seu estado consequente foi constatado por diversos outros prêsos, entre êles Júlio Antônio Bittencourt, João Anunciato dos Reis e Matusalém Bretas, indiciados no inquérito do Coronel Medeiros, e que passaram por tratamento semelhante. Na noite seguinte produziu-se uma hemorragia no crânio de Délio, sendo por isto internado no Hospital do Pronto Socorro, onde permaneceu cêrca de 20 dias. Radiografias constataram a presença a presença de fraturas em três pontos do crânio, ~~xx~~ uma no pé esquerdo e outra no braço esquerdo, exigindo esta última intervenção cirúrgica, que foi efetuada no Hospital da Cruz Vermelha. Seu rosto ficou pràticamente irreconhecível durante dois mêses, registrando-se ainda a perda de três dentes. Seus torturadores foram Tacir Menezes Cia, Scoralick, Frederico, José Aparecido e outros;

2- Antônio José de Oliveira, operário;
Prêso também no dia 5 de fevereiro, em companhia de Dílio Fantini, foi igualmente levado para o Dops, com o pulmão esquerdo varado por doos projéteis, 45 e a perna esquerda atingida por um terceiro No Dops, passou por duas horas de espancamento, sendo depois removido para o Hospital do Pronto Socorro, onde foi medicado; seus torturadores foram os mesmos citados no caso 1. Dois meses após, no 12 RI, passou por várias sessões de choques elétricos e espancamentos, ministrados principalmente pelo Capitão Portella e Major Teixeira.

3- José Adão Pinto, secundarista.-
Prêso a 8 de abril de 1969, foi levado para a G 2, onde inicialmente foi ameaçado por cães, da forma descrita anteriormente. Logo após, atacado a socos e pontapés pelo Capitão Aécio, Tenente Pádua e Major Rubens, auxiliados por alguns dos sargentos citados. O Delegado de Furtos e Roubos, Lara Rezende, bem como o Superintendente do Policiamento do Estado, Luís Soares da Rocha, também o torturaram nesta ocasião. Continuando os espancamentos,

José Adão desmaiou, encontrando a seu lado, quando voltou a si, o Secretário de Segurança Pública, Joaquim Ferreira Gonçalves, que lhe disse: - "Se dentro de 10 minutos você não falar o que sabe, eu o entrego a êsses interrogadores"! Passados 10 minutos reiniciaram-se as torturas no mesmo ritmo prolongando-se até a madrugada, registrando-se choques elétricos na cabeça, língua e órgãos sexuais. Rasgado, sangrando e queimado com pontas de cigarro, foi transportado para o Dops, onde passou no dia seguinte por novas sessões de espancamentos ministrados por Tacir Menezes Gia e José Aparecido. Nos dias 11 e 12 do mesmo mês esteve no DI da PM, levando tesouradas, cassetetadas, socos e pontapés, partidos dos mesmos elementos citados na G-2. No dia 18 de abril, na penitenciária, foi espancado pelo Capitão Portella e Sargento Saulo, levando socos, pontapés e telefones. Nesta sessão foram quebrados seus óculos. No dia 21 de abril, no mesmo local, foi chutado e esmurrado pelo Capitão Portella, na presença do Cel. Camarão. No dia 25 do mesmo mês, foi levado ao pau-de-arara, pelos Capitães Pedro Ivo dos Santos e Aécio. Neste mesmo dia assistiu ao espancamento de José Alfredo pelo Capitão Pedro Ivo dos Santos. Em rpincípios de maio sofreu novas torturas no 12 RI, principalmente por parte do Capitão Portella. Em fins de maio, espancado conjuntamente pelo Capitão Portella, Capitão Pedro Ivo e Ten. Del Menezzi e Capitão Aécio, perdeu os sentidos. Voltando a si, o Capitão Portela empunhou o cabo de uma vassoura e forçou a entrada dêste em seu ânus. Em 5 de junho, no 12 RI, foi espancado pelo Capitão Gomes Carneiro, levando choques elétricos. Os contínuos espancamentos trouxeram-lhe problemas de hemorróidas, ficando também quase cego de um ôlho. Em 13 de junho, no 12 RI, assistiu ao espancamento de Rogério Campos Teixeira. Em 17 e 18 de junho, foi novamente espancado. Em 12 de julho, assitiu em Governador Valadares, torturas inflingidas a Elias Siqueira e outros. Em 14 de julho, na penitenciária, espancado novamente pelo Capitão Portella. A 10 de agôsto, no 12 RI, levou marteladas, choques elétricos, chutos e sôcos. Em 2 de setembro no 12 RI, foi agredido pelo Cap. Portella, assistinto ainda à tortura de Apio Costa Rosa pelo Ten. Ronaldo de Souza.

4 - Lúcio Dias Nogueira, secundarista, 18 anos.
Prêso juntamente com José Adão, Lúcio enfrentou ao lado dêste as maratonas da G2, Dops e DI da PM. Em 16 de abril, na penitenciária, foi levado ao pau-de-arara, pelo Major Rubens, Capitão Pedro Ivo, Capitão Aécio e Ten. Pádua. As pancadas que levou na cabeça neste dia provocaram-lhe amnésia, que durou vários dias. Em setembro, no 10º RI de Juiz de Fora, foi ameaçado juntamente com Délio Fantini e Geraldo Clemente Soares, pelo Te. Cel. Ralph de serem fuzilados, chegando a montar-se os preparativos.

5 - Celso Aquino Ribeiro - funcionário público.
Prêso em 27 de junho, em Lagoa da Prata. Durante seu transporte para Divinópolis, feito de autmóvel, seus captores desviaram o veículo para uma variante existente a certa altura da estrada, onde foi despido e encostado a uma cêrca de arame farpado, passando a ser agredido a sôcos e pontapés, pauladas e golpes de cassetete, correia do ventilador e mangueira plastica. Recebeu ainda alguns telefones. Finalmente, para intimidá-lo, dispararam vários tiros, que passaram ora ao lado do corpo, ora sôbre a cabeça e entre as pernas. Colocado novamente no automóvel, foi espancado até o local do destino, Quartel da Companhia da Polícia Militar de Divinópolis, perdendo três dentes no trajeto. Participaram da diligência os Capitães Portella e Pedro Ivo, Ten. Pádua e soldado Buião. No quartel da PM em Divinópolis, no mesmo dia, prosseguiram os espancamentos, com o concurso também do Cp. Aécio e do Ten. Faria, comandante do destacamento. Foi levado ao pau de arara, por 8 vêzes consecutivas, com permanência variável de 15 a 25 minutos. Violentamente golpeado a cassetete, colocaram sal em seus olhos, narinas e bôca, despejaram coca-cola e água nas suas narinas. A seguir, veio a sessão de choques elétricos, já com a participação do Major Teixeira, Ten. Souza e soldado Vicente, que durou até a madrugada. No dia seguinte, 28, no 12 RI, choques e pancadas ministradas por Portella. No dia 29, no Batalhão de Guardas da PM, recebeu pancadas durante três horas seguidas, dadas por Portella e Pedro Ivo. A 30 de junho e a 6 de julho, no 12 RI, novamente os-

pancado por Portella. A 6 de julho, no 12 RI, assistiu à tortura da universitária Maria Mendes Barbosa. A 29 de julho, no quartel da PE da Tijuca, Guanabara, sendo torturadores os capitães Portella e Pedro Ivo, o sargento Franklin e três elementos da PE, sendo um dêles um Major, foi mais uma vez espancado, sendo usada para isso, entre outros instrumentos, uma mangueira de borracha com cêrca de dois metros de comprimento, repleta de objetos contundentes. Esta ultima sessão durou aproximadamente 4 horas. Em consequência das torturas, além de perder três dentes, sofreu pequenas hemorragias internas e veio até a ter problemas de hernia.

6 - Mário Roberto Galhardo Sanconato - médico.
Levado ao pau-de-arara, na G2 e na penitenciária em abril. Espancado a acha de lenha, ficou coberto de hamtomas, e imobilizado durante 3 dias. Seus torturadores foram Cap. Aécio, Sargento Machado e outros.

7 - Rogério Campos Teixeira - universitário.
Em 13 de junho, no 12 RI, de 17 às 18 horas, foi chutado, esmurrado, levou telefones, joelhadas nos órgãos genitais, pancadas com cassetete familia e cabo de aço. Levou choques elétricos nos pulsos, lábios e língua. No dia 14 de julho, às 13;30 horas, foi levado a uma das salas da administração da penitenciária. Lá estavam os capitães Pedro Ivo e Portella. "Tire a roupa", foram as palavras de Portella. Diante dos protestos de Rogério, os três citados tiraram suas vestes, deixando-o nu no meio da sala. Pode começar a falar ou não saira daqui vivo (Portella). Tudo o que dizia, tentando explicar o que lhe perguntaram era logo classificado de mentira e lá vinham socos e pontapés. O cap. Portella, com uma correia, enforcava-o, fazendo com que se ajoelhasse ao chão, enquanto o cap. Pedro Ivo dava-lhe chutes nas nádegas, no abdomen, e nos órgãos genitais! O sargento Praxedes, munido de uma barra de ferro, desferia-lhe golpes nas pernas.

8 - Ápio da Costa Rosa, universitário.
Apesar de encontrar-se em tratamento psiquiátrico e alegado isso, no 12 RI, em agôsto, recebeu de Portella a respos[illegible] do se mata com pancadas, e uma série de murros e pontapés. Fizeram-lhe uma brincadeira conhecida como cabra-cega. Colocado no centro de um grupo formado por Portella, Gomes Carneiro, Ten. Ronaldo de Souza, sargento Saulo e Praxedes, ten. Marcello Paixão, Cap. Pedro Ivo, Major Teixeira e Soldado Vicente, Ápio, de olhos vendados, tinha a tarefa de identificar um dêles. Sempre que errava era espancado. Passou ainda por eletrochoques, teve o pênis queimado com ponta de cigarro e tentaram introduzir em seu ânus uma vareta de limpeza de fuzil. Seu estado consequente foi testemunhado pelo Pastor James Goldwin, da Igreja Metodista de Governador Valadares.

9 - Lívio Lopes, funcionário público.
Prêso em 30 de abril, levado à G2 foi espancado pelo Cap. Aécio, Sargentos Leo e Machado. Ameaçado por cães policiais, no mesmo dia foi sôlvagemente espancado por Portella, Pedro Ivo e Praxedes.

10 - Fernando de Freitas Picardi, funcionário público.
Foi espancado por Portella na Penitenciária, em julho. A[illegible] pir e seviciar sua espôsa em presença sua. Esta se[illegible] mantida encarcerada naquela prisão masculina dur[illegible] A tortura psicológica levou-o a uma tentativa de suicídio.

11 - Deguile de Freitas Castro, operário.
Torturado pelo Cap. Pedro Ivo e Sarg. Praxedes, na penitenciária, em 18 de abril.

12 - José Natalino Magalhães, operário.
Torturado no Dops, em julho. Frederico e Scoralick arrancaram-lhe as unhas de três dedos de um dos pés.

13 - Abner de Souza pereira, operário.
Espancado com cassetete e cabo de vasoura, no 12 RI, em maio, pelo Capitão Pedro Ivo e pelo Sargento Machado, queimaram a fogo parte de seus cabelos.

14 - Antônio de Rezende Guedes, universitário.
Espancamentos e pau de arara, no 12 RI, em setembro, promovidos pelo Cap. Portella e ten. Marcello Paixão.

15 - José Alfredo, operário.
Preso em 9 de abril, foi torturado no DI da PM e na penitenciária. No DI, com a presença do Cel. Drumond, Comandante da unidade. Espancado pelo Cap. Pedro Ivo e Sargentos Nonato e Machado. Foi ferido com uma tesoura.

16 - Antônio Magalhães, funcionário público.
Torturado no Dops, em julho, pelo Capi Portella, Sargento Averno, cabo Hilton e pelo Delegado Nacir Monezes Sia.

17 - Márcio Araújo de Lacerda, universitário.
Torturado na G2, em 4 de julho, pelo Cap. Portella, Ten. Pádua, Sargentos Jorge e Nonato.

18 - Marco Antônio Victória Barros, secundarista.
Torturado no DI da PM em abril, pelo major Rubens.

19 - Elias Siqueira, secundarista.
Torturado no 6º Batalhão da PM em Governador Valadares, pelo Capitão Aécio, ten. Pádua, o Sargento Machado e na penitenciária, pelo cap. Portella, cap. Pedro Ivo, Major Teixeira e Ten. Souza. Perdeu parcialmente a audição no ouvido esquerdo devido aos golpes de "telefone".

20 - Demétrio Rocha Ribeiro, funcionário público.
Torturado no 12 RI, pelo Cap. Portalla e Ten. Marcello Paixão.

21 - Túlio, quintanista de Engenharia na Guanabara. Torturado na penitenciária, em maio, pelo Sargento Leo.

22 - Arnaldo Fortes Drumond, estudante secundarista. Torturado pelo Te. Pádua e Sargento Jorge, em abril.

23 - Maria Mendes Barbosa, universitária.
Conduzida presa ao 12 RI, em 6 de julho, foram-lhe arrancados depoimentos e confissões sob torturas que duraram das 20 horas desse dia, [illegible] horas do dia seguinte, como se segue:

- Despida violentamente por várias vezes pelo Cap. Pedro Ivo, sendo obrigada a andar nua em sua frente a uma assistência composta pelo referido, mais cap. Portella, Major Teixeira, Ten. Ronaldo de Souza, Ten. Pádua e Sargento Leo. Espancada com chutes e golpes de karatê, nas costas, reato, pernas e ao mesmo tempo boliscada com violência nos mamilos e regiões glúteas, todos êstes atos praticados em conjunto por Portella, Pedro Ivo e Pádua, que os reforçaram com palavras do baixo calão. - Forçada a ficar de pé e nua numa cadeira, posição em que o sargento Leo lhe atou os fios de um telefone de campanha às mãos e pés, tendo caído da cadeira em conequência dos choques. - Tentativa de estrangulamento pelo Cap. Pedro Ivo, causando-lhe asfixia parcial e contusão no pescoço. Vítima também do telefone! Durante todo o tempo em que durou a tortura-interrogatório, foi agraciada com propostas indecorosas (tendo sido, inclusive, sortoada entre os presentes() e ultrajada com as mais ignóbeis expressões e atos (o Ten. Pádua chegou a agredí-la sexualmente com um cassetete), no mais vil ataque violento ao pudor que se possa caracterizar.

24 - Conceição Imaculada de Oliveira, operária.
Torturada pelo Cap. Portella em junho. Levou socos e choques elétricos.

Queremos também denunciar o bárbaro assassinato de Nelson José de Almeida, ocorrido em Teófilo Otoni, em 12 de abril. Após ser algemado, fez menção de fugir, desvencilhando-se das mão de seus captores. Sua corrida foi interrompida alguns metro à frente por uma bala calibre 38 disparada por um oficial da G2, irmão do Ten. Marcello Paixão. Finalmente, denunciamos, por terem sido por nós presenciados ou chegados ao nosso conhecimento pelas próprias vítmas, as torturas inflingidas às seguintes pessoas:

- No inquérito presidido pelo Col. Medeiros, e Belo Horizonte: Ângelo Pezutti, Murilo da Silva, Jorge Nahas, Maurício Paiva, Pedro Paulo, Bretas, Matos de tal, Afonso Celso Lana, Erwin Rezende, Júlio Bittencourt, Nilo de Tal. Torturados no DOPS, Delegacia de Furtos e Roubos, 12 RI, em Belo Horizonte, e na PE da Vila Militar da Guanabara.

- No inquérito presidido pelo Cap. Gomes Carneiro, em Belo Horizonte - estudante - estudantes conhecidos como José Antônio, Pery e outros. Torturados no 12 RI e no Colégio Militar de Belo Horizonte.

- No inquérito presidido pelo Cel. Góes, em Belo Horizonte, destacando-se como torturadores o referido coronel, mais os capitães Jesus e Lacerda, Tenente Pádua, Sargento Leo e outros. Foram torturados no 12 RI, na C2, Colônia Penal Magalhães Pinto (penitenciária) e no DI da PM, as seguintes pessoas: - Elmo Coelho da Silvam, motorista de taxi; José Afonso, advogado; Max da Costa, estudante; Gildásio de Tal, estudante; Mário de Tal, operário; Ênio de Tal, operário; Carlos Melgaço de Almeida, médico e sua espôsa Loretta de Almeida; cinco outras jovens cujos nomes não são de nosso conhecimento e que se encontravam em outro pavilhão da penitenciária de Juiz de Fora. Devido às torturas, Carlos Melgaço foi internado no Hospital do Pronto Socorro e no Hospital Militar, em Belo Horizonte, onde permaneceu vários meses.

Resta ainda relatar um fato ocorrido há poucos dias aqui na Penitenciária: tomando conhecimento de que os prêsos aqui recolhidos estavam preparando denúncias de torturas, o já bastante citado Major PM João Teixeira Vicente penetrou na penitenciária e usando de meios excusos, apoderou-se do documento onde os indiciados no inquérito do Cel. Medeiros fazem suas denúncias.

Juiz de Fora, dezembro de 1969.

a)
Márcio Araújo de Lacerda
José Alfredo
Celso Joaquim
[illegible] Castro
Jose Adão Pinto
Antônio José de Oliveira
Elias Siqueira
Arnaldo Fortes Drumond
Marco Antônio Victoria Barros
Délio de Oliveira Fantini
Demétrio Rocha Ribeiro.

ANEXO C
Lista de pessoas que prestaram depoimento à Covemg**

Nº	Nome do Depoente
1	Adair Pereira da Silva
2	Adão Alves Barbosa
3	Adão Gregório
4	Ado Jório de Vasconcelos
5	Afonso Henrique de Miranda Teixeira
6	Afrânio de Oliveira e Silva
7	Agenor Xacriabá*
8	Aguinaldo Aquiles Peixoto Quintela
9	Aguimar Antônio de Morais Maxacali*
10	Alberto Carlos Dias Duarte (Betinho Duarte)
11	Alcebíades Campbell Filho
12	Alfredinho Maxacali*
13	Alípio Gomes
14	Aloísio Morais Martins
15	Aloísio Vieira
16	Alpiniano Silva Filho (Tim Filho)
17	Aluísio Eustáquio de Freitas Marques
18	Amanda Oliveira dos Reis
19	Américo César Antunes
20	Ana Maria Motta Ribeiro
21	André Montalvão da Silva
22	Ângela Maria Pezzuti
23	Antônio Carlos Ramos Pereira
24	Antônio de Faria Lopes
25	Antônio Inácio Corrêa
26	Antônio Luiz Bernardes
27	Antônio Ribeiro Romanelli

Nº	Nome do Depoente
28	Braulino Caetano dos Santos
29	Braz Teixeira da Cruz
30	Carlos Antonio Melgaço Valadares
31	Carlos Lindenberg Spínola Castro
32	Carlos Ricardo Fragoso Filho
33	Carlos Vitor Alves Delamonica
34	Carmélia Gomes dos Santos Santana Xacriabá*
35	Carmino Maxacali*
36	Carlos Alberto Menezes Calazans
37	Carlos Magno Machado
38	Carolino Alves Barbosa
39	Chirlene Gonçalves Silva
40	Cipriana da Cruz Rodrigues
41	Clara (Liga dos Camponeses pobres do Norte de Minas e do Sul da Bahia)
42	Cláudio Ferreira Santos
43	Cleuza Cecília Damasceno de Souza Krenak*
44	Clio Jório Vasconcelos
45	Clodesmidt Riani
46	Daniel Deslandes de Toledo
47	Danilo Curtiss Alvarenga
48	Débora (Neta de Porfírio)
49	Dejamilton Gonçalves
50	Dejanira Krenak*
51	Delcy Gonçalves de Paula
52	Délio de Oliveira Fantini
53	Dídimo Paiva
54	Dira (Dirigente da Liga dos Camponeses pobres do Norte de Minas e do Sul da Bahia)
55	Domingos Xacriabá*
56	Dorival Soares da Mata Machado

Nº	Nome do Depoente
57	Douglas Krenak*
58	Dozinho Maxacali*
59	Edison Nogueira da Silva
60	Edson Soares
61	Eduardo Sérgio Coelho
62	Eduardo Soares Neves Silva
63	Elaine Gonçalves
64	Elder Pacheco
65	Eleonora Menicucci de Oliveira
66	Elisa Rocha Martins
67	Emanuel de Oliveira César
68	Emely Vieira Salazar
69	Emilce Maria Soares
70	Emílio Peluso Neder Meyer
71	Enio Seabra
72	Everson de Alcântara Tardeli
73	Fábio Martins
74	Fahid Tahan Sab
75	Francisco Carlos Limp Pinheiro
76	Francisco da Conceição de Paula
77	Geralda Chaves Soares
78	Geralda de Brito Oliveira
79	Geralda Lopes da Silva
80	Gilberto Antônio Gomes
81	Gildásio Westin Cosenza
82	Gilmar Maxacali*
83	Gilson Luiz Reis
84	Glaucy Marise Aranha de Morais
85	Guy de Almeida

Nº	Nome do Depoente
86	Helena Maria Penna Amorim Pereira
87	Heloísa Greco
88	Hilário Xacriabá*
89	Iguatemy Correa
90	Irany Campos
91	Jaci Ribeiro
92	Jafete Abrahão
93	Jair Rosa de Paiva
94	Jesuína Soares de Moura
95	Jésus Santiago
96	João Batista dos Mares Guia
97	João da Paz Rocha
98	João Dalício de Resende
99	João Duro Maxacali*
100	João Gonçalves Neto
101	João Paulo Pires de Vasconcelos
102	Joaquim Lélio Mourão Pataxó*
103	Joaquim Pereira da Silva Neto (Joaquim de Poté)
104	Jorge Raimundo Nahas
105	José Alexandre Salles
106	José Amaro da Silva
107	José Antônio Silva (José Alagoano)
108	José Benício Xacriabá* (Zé Tiago)
109	José Carlos Alexandre
110	José Cecílio Damasceno Krenak* (Tácro)
111	José Ferreira Maxacali*
112	José Francisco da Silva
113	José Francisco Neres
114	José Geraldo Dângelo

Nº	Nome do Depoente
115	José Luiz Guedes
116	José Luiz Ribeiro
117	José Maria dos Santos
118	José Maria Rabêlo
119	José Pereira Lopes Xacriabá* (Benvindo)
120	Josefina Maria de Jesus Lacerda Xacriabá*
121	Juarez Rocha Guimarães
122	Juarez Teixeira Santana
123	Jurandir Persichini Cunha
124	Laurindo Prata Xacriabá*
125	Laurita Felix Krenak*
126	Leo Jório Vasconcelos
127	Leonardo Álvares Vidigal
128	Lírio Guarani*
129	Lourdes Francisco
130	Lucas Jório Vasconcelos
131	Luiz Antônio Chaves
132	Luiz Gonzaga Souza Lima
133	Luiz Gustavo D'Ávlia Riani
134	Luiz José Ribeiro Pataxó* (Souin)
135	Luiz Marcos Magalhães Gomes
136	Luiza Maxacali*
137	Magda Lopes Campbell
138	Magda Maria B. de Almeida Neves
139	Manoel Castelo Branco
140	Manoel Marcos Guimarães
141	Manoel Maxacali*
142	Manuel Kelé Maxacali*
143	Márcio Augusto Santiago

Nº	Nome do Depoente
144	Márcio Kameoka
145	Marcos José Burle de Aguiar
146	Maria Aparecida Rodrigues de Miranda
147	Maria Celina Pinto Albano
148	Maria Céres Pimenta Spínola Castro
149	Maria da Conceição Marques Rubinger
150	Maria da Conceição Monteiro Guimarães
151	Maria da Cruz Kaizer
152	Maria da Glória Fernandes Nascimento
153	Maria Dalce Ricas
154	Maria de Jesus Dias Reis
155	Maria Diva Maxacali*
156	Maria Lúcia Gomes
157	Maria Luisa da Silva Krenak*
158	Marinho Maxacali*
159	Mário Genival Tourinho
160	Marita Pimentel França Teixeira
161	Michel Marie Le Ven
162	Milton Campos de Souza
163	Mirian Chrystos de Mello e Silva
164	Murilo Conceição Barbosa da Silva
165	Nair Guedes
166	Neuza Maria Souza Neto Ladeira
167	Nilmário Miranda
168	Norberto Antônio dos Santos
169	Omene Vera
170	Oraldo Paiva
171	Oredes Adilson Krenak* (Tepó)
172	Orlando dos Santos

Nº	Nome do Depoente
173	Oswaldo Augusto Rezende Júnior (Frei Oswaldo)
174	Otávio Soares Dulci
175	Patrícia Curtiss Alvarenga
176	Patrícia Valentina Cordeiro Ribeiro Greco
177	Paula Hermínia Rosário do Carmo
178	Paulo Gomes Ferreira
179	Paulo Henrique Santos Fonseca
180	Paulo Telles da Silva
181	Pedro Mendes de Queiroz
182	Pequi Maxacali*
183	Precioso Barbosa
184	Raimundo Nonato Pereira
185	Raymundo Tarcísio Delgado
186	Regina Maria Albino Andrade Almeida
187	Ricardo Apgáua
188	Ricardo Fontes Cintra
189	Rodrigo Célio de Castro
190	Rodrigo Penna
191	Rômulo Luiz Campos
192	Ronald de Oliveira Rocha
193	Rose Viana
194	Rosely Carlos Augusto
195	Rubesmidt Ramos Riani
196	Sálvio Humberto Penna
197	Samira Zaidan
198	Santo Caetano Barbosa Xacriabá*
199	Sebastião Neto
200	Silva Maxacali* (Doutor)
201	Sônia Mara de Sousa Prata

Nº	Nome do Depoente
202	Sÿanete Alves Braz Pataxó*
203	Tomé Maxacali*
204	Túlio Lopes
205	Ursulino Pereira Lima (Sr. Sula)
206	Valdemar Ferreira dos Santos Xacriabá* (DEMA)
207	Valdivina Dias Batista
208	Valéria Peres Morato Gonçalves
209	Valmores Conceição da Silva Pataxó*
210	Valdir Francisco Gomes
211	Vanderli Pereira Pinheiro
212	Vilma Fazito Rezende
213	Vilson Luiz da Silva
214	Vinícius Marcus Nonato da Silva
215	Vladimir Caamano Cordeiro Ribeiro
216	Waldo Silva
217	Washington Thadeu de Mello
218	Zezinho Maxacali*

* Guarani, Krenak, Maxacali, Pataxó e Xacriabá são etnias indígenas.
** Outras quatro pessoas prestaram depoimento à Covemg (totalizando 222 depoentes), mas solicitaram sigilo do nome ou não autorizaram formalmente a divulgação.

ANEXO D
Trabalhadores urbanos reprimidos, em ordem alfabética

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
TRABALHADORES SUBMETIDOS A IPM	APM, docs. do DOPS: pasta 4215, imagens 5 e 9.	20/05/1964 e 23/04/1964	Todas	1 - O comandante do ID-4 distribui formulário padrão para pedido de prisão preventiva. Independentemente do inquérito e definição das responsabilidades, o padrão já define os indiciados a terem prisão pedida como "comunista confesso e atuante"; 2 - Ofício do Ministério da Guerra ao governador Magalhães Pinto determinando que ao abrir IPM já sejam listados os "possíveis" indiciados.	Belo Horizonte
TRABALHADORES SUBMETIDOS À IPM	APM, docs. dos processos CONEDH - SEDESE-1.1.1-Cx. 65-Proc. 506, imagem 0029.	19/06/1964	Todas	Delegado reconhece a ilegalidade de processo de coleta de provas.	Ouro Preto
{BALTAZAR?} RODRIGUES JUNIOR	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 35.	16/05/1964	Não identificado	IPM 15	Cambuquira
{BIOMAR?} FERREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 35.	16/05/1964	Não identificado	IPM 15	Cambuquira
{EUZL?} GERALDO DA CUNHA CARVALHO	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 48.	26/05/1964	Não identificado	IPM 2	Alfenas
{GILDA?} {KNATNÉ?} DE BARROS	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 47.	10/08/1964	Trab. do ensino	IPM 3	Airuoca
{ILEGÍVEL} BORTONI	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 39.	16/07/1964	Não identificado	IPM 11	Caxambu
{ILEGÍVEL} DIAS AYRES	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 40.	10/06/1964	Não identificado	IPM 10	Caxambu
{LÉMOS LOPES MORESTO?}	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 39.	16/07/1964	Não identificado	IPM 11	Caxambu
{OLIMPIO?} DE OLIVEIRA GASPAR	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 39.	16/07/1964	Não identificado	IPM 11	Caxambu
ABDALA MEMERI	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 7.	11/08/1964	Bancários	IPM 7 DVS 100	Araguari
ABDO CHAIZ	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 84.	19/04/1964	Autônomos	IPM 127 DVS 056	Visc. R. Branco
ABEL ALCÂNTARA VIEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 6.	13/05/1964	Autônomos	IPM 69 DVS 089	Medina
ABEL DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Não identificado	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Uberaba
ABEL DIROTEL DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
ABEL FALSIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 40.	10/06/1964	Não identificado	IPM 10	Caxambu
ABEL MARTINS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
ABEL MURTA DE GOUVEIA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 43.	07/06/1964	Trab. do ensino	IPM 38 DVS 032	Caxambu
ABEL ROCHA LEAL	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 43.	07/06/1964	Autônomos	IPM 38 DVS 032	Caxambu
ABEL VÍTOR	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
ABELO JOSÉ DE MORAIS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Além Paraíba
ABERLADO DE CASTRO ANDRADE	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 20.	08/05/1964	Não identificado	IPM 13	Rio Pomba
ABÍLIO PEREIRA NUNES	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 20.	08/05/1964	Não identificado	IPM 13	Rio Pomba
ACELINO OROZIMBO DE ALMEIDA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 49.	25/04/1964	Industriários	IPM 44 DVS 106	Coronel Fabriciano
ACRYSIO HENRIQUE DE MENDONÇA JÚNIOR	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 32.	08/05/1964	Previdenciários	IPM 1 no IAPI	Não identificada

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
ACYLO DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 47.	31/05/1964	Autônomos	IPM 95 DVS 039	Planura
ADAIL LANA LOBO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Petroleiros	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
ADAIL LÁZARO	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 4 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
ADAIL LEITE FLÁVIO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 29.	07/05/1964	Ind. Alimentícia	IPM 85 DVS 017	Montes Claros
ADAÍLTON MARTINS ALCANTARINO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora
ADAIR DUARTE JÚNIOR	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	B. de Cocais
ADALBERTO EUZÉBIO SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Sabará
ADALBERTO JOSINO DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 9.	08/05/1964	Serv. públicos	IPM 22 por atividades subversivas no SAPS	Juiz de Fora
ADALBERTO LANDAU	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 10; pasta 0313, imagens 21 a 32. APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.61-Proc.720.	08/05/1964	Não identificado	IPM 21; Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT; Tortura física, tortura psicológica.	Juiz de Fora
ADALBERTO SILVÉRIO DA COSTA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Eletricitários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Varginha
ADALDIZA MARIA VIEIRA DO ROSÁRIO	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 7.	01/06/1964	Trab. do ensino	IPM 114	Belo Horizonte
ADALDIZA MARIA VIEIRA DO ROSÁRIO	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 25.	05/05/1964	Trab. do ensino	IPM 51 DVS 096	Belo Horizonte
ADALGIZA NERY FONTES	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 5 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
ADÃO DE MORAIS COUTINHO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 36.	14/05/1964	Correios	IPM 32 DVS 012	Carangola
ADÃO FAGUNDES DE AQUINO	APM, doc. DOPS: pasta 0002{3}, imagem 2 e outras.	03/06/1964	Comerciários	Indiciado no IPM sem número	Belo Horizonte
ADÃO FIRMO	RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/6/1949. In: MARÇAL, Argemiro; e OUTROS. "Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil", pp. 2 e 3.	28/06/1949	Extrativistas	Operário da Mina Morro Velho Indiciado por "sabotagem" e "comunismo" no processo iniciado em 28 de junho de 1949.	Nova Lima
ADÃO FRANSCISCO DO PRADO	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 49.	24/08/1964	Militares	IPM 1 no 4º Regimento de Obuses-105	Pouso Alegre
ADÃO VIDAL SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0002{3}, imagem 2 e outras. RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/6/1949. In: MARÇAL, Argemiro; e OUTROS. "Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil", pp. 2 e 3.	03/06/1964	Extrativistas	Indiciado no IPM sem número. Operário da Mina Morro Velho Indiciado por "sabotagem" e "comunismo" no processo iniciado em 28 de junho de 1949.	Nova Lima
ADAUTO BARBOSA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Montes Claros
ADAUTO BARROS AMIM	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 11.	08/05/1964	Serv. públicos	IPM 20 por atividades subversivas no SAMDU	Juiz de Fora
ADAUTO BRÁS PEREIRA DE REZENDE	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 19.	30/04/1964	Bancários	IPM 14 no IAPB	Juiz de Fora
ADAUTO FRANCISCO DA CRUZ	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Autônomos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
ADAYR PAULO MODENA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 49.	24/08/1964	Militares	IPM 1 no 4º Regimento de Obuses-105	Pouso Alegre
ADEL PEREIRA DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Eletricitários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
ADELAR DIAS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 56.	07/05/1964	Bancários	IPM 104 DVS 075	Resplendor

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
ADELINO ALVES DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0003{2}, imagem 1 e outras.	11/07/1964	Não identificado	Indiciado no IPM sem número sobre subversão na guarnição militar federal de Belo Horizonte	Belo Horizonte
ADELINO DA COSTA GONÇALVES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 24.	30/05/1964	Serv. públicos	IPM 81 DVS 088	Mato Verde
ADELINO RUFINO SAMPAIO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 28.	15/05/1964	Serv. públicos	IPM 24 DVS 047	Campina Verde
ADELMO DE OLIVEIRA CAMPOS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 77;: pasta 0008, imagem 4 e outras.	07/04/1964	Autônomos	IPM 123 DVS 099. Indiciado no IPM sem número	Uberlândia
ADEMAR DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 20.	08/05/1964	Não identificado	IPM 13	Rio Pomba
ADEMAR LIMA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35;: pasta 0313, imagens 21 a 32.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018. Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Nova Lima
ADEMAR SIMÕES COELHO FILHO	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 5.	11/08/1964	Jornalistas	IPM 26	São João Del Rei
ADEMIR TALARICO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 4.	26/04/1964	Ferroviários	IPM 4 DVS 066	Além Paraíba
ADEMIR XAVIER BORGES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Ind. Alimentícia	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Três Corações
ADERVAL COSTA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 58.	08/09/1964	Serv. públicos	IPM 106 ID/4 055	Rio Pardo de Minas
ADÍLIO JOSÉ DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 47.	31/05/1964	Autônomos	IPM 95 DVS 039	Planura
ADÍLIO PEREIRA DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 38.	24/05/1964	Autônomos	IPM 88 DVS 021	Novo Cruzeiro
ADÍLSON GUIMARÃES	RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/6/1949. In: MARÇAL, Argemiro; e OUTROS. "Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil", pp. 2 e 3.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
ADIR? PENA DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 4 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
ADOLFO FERREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 48.	26/05/1964	Não identificado	IPM 2	Alfenas
ADOLFO FERREIRA DA COSTA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 14.	abril/1964.	Não identificado	IPM 12 DVS 040	Curvelo
ADOLFO FERREIRA NETO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 64: doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.01-Proc.547	06/05/1964	Ferroviários	IPM 59 DVS 020. Torturas psicológicas.	Gov. Valadares
ADOLFO MAGALHÃES GUERRA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
ADONEL ALMEIDA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 31.	08/05/1964	Comerciários	IPM 86 DVS 027	Nanuque
AÉCIO CUNHA	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 4 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
AFFONSO JUNQUEIRA DE ALVARENGA	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.02-Proc.027	01/06/1970	Serv. públicos	Espancamentos, choques elétricos, palmatória, torturas psicológicas.	Belo Horizonte
AFIF RADE	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 8.	11/08/1964	Radialistas	IPM 7 DVS 100	Araguari
AFONSO ALVES DE SILVA FILHO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 31.	08/05/1964	Autônomos	IPM 86 DVS 027	Nanuque
AFONSO CAMPOS	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 7 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
AFONSO CELSO GUIMARÃES LOPES	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 41; pasta 0009, imagem 2 e outras.	18/05/1964	Correios	IPM 137. Indiciado no IPM sem número	Belo Horizonte

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
AFONSO CELSO RASO	APM, doc. COSEG: rolo (ref.: Greves Diversas) 004, pasta CA.03.08, documento 28.	Não disponível	Jornalistas	Órgãos de segurança realizam vigilância sobre jornalistas.	Belo Horizonte
AFONSO DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 20.	01/05/1964	Ferroviários	IPM 77 DVS 030	Mariana
AFONSO ENES DE CARVALHO	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Enfermeiro	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
AFONSO ESTEVES DA FONSECA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 5.	02/06/1964	Autônomos	IPM 68 DVS 086	Itanhandu
AFONSO GUTEMBERG DA COSTA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 56.	07/05/1964	Industriários	IPM 104 DVS 075	Resplendor
AFONSO LANA DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 45.	08/06/1964	Ferroviários	IPM 40 DVS 038	Cons. Lafaiete
AFONSO LOPES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
AFONSO LUIZ FRANÇA	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 48.	05/05/1964	Serv. públicos	IPM 32	Belo Horizonte
AFONSO MARIA CÂMARA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 60.	08/06/1964	Serv. públicos	IPM 108 DVS 078	Rio Vermelho
AFONSO MARIA DA CRUZ	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Petroleiros	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
AFONSO PENA DO CARMO	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 20.	08/05/1964	Não identificado	IPM 13	Rio Pomba
AFONSO ROMANO SANTANA	APM, doc. DOPS: pasta 0012{5}, imagem 16.	13/06/1964	Trab. do ensino	Indiciado em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
AFONSO ROSA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Sabará
AFRÂNIO DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Coronel Fabriciano
AGAMENON ARRUDA ALVES	RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/6/1949. In: MARÇAL, Argemiro; e OUTROS. "Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil", pp. 2 e 3.	28/06/1949	Extrativistas	Operário da Mina Morro Velho Indiciado por "sabotagem" e "comunismo" no processo iniciado em 28 de junho de 1949.	Nova Lima
AGAMENON JOSÉ SIQUEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0002{3}, imagem 2 e outras.	03/06/1964	Comerciários	Indiciado no IPM sem número	Belo Horizonte
AGENIR JOSÉ DA FONSECA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Curvelo
AGENOR ARANTES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Eletricitários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Varginha
AGENOR GOMES DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 12; doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.02-Proc. 690	09/04/1964	Jornalistas	IPM 10 DVS 058. Tortura psicológica, incomunicabilidade, privação de assistência de advogados.	Barbacena
AGENOR GOMES FERREIRA	RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/6/1949. In: MARÇAL, Argemiro; e OUTROS. "Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil", pp. 2 e 3.	28/06/1949	Extrativistas	Operário da Mina Morro Velho Indiciado por "sabotagem" e "comunismo" no processo iniciado em 28 de junho de 1949.	Nova Lima
AGENOR GOMES PINTO SOBRINHO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 67.	28/04/1964	Autônomos	IPM 114 DVS 054	São Lourenço
AGENOR MOREIRA DA SILVA NETO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 54.	26/04/1964	Não identificado	IPM 49 DVS 111	Diamantina
AGENOR NAPOLEÃO ALMEIDA	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Industriário	Ferido por projétil no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
AGILDO GUIMARÃES	RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/6/1949. In: MARÇAL, Argemiro; e OUTROS. "Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil", pp. 2 e 3.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
AGNALDO AQUILES PEIXOTO QUINTELA	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.02-Proc.743	29/04/1969	Petroleiros	Perseguição política	Belo Horizonte
AGNALDO JOSÉ DE ALMEIDA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 57.	14/05/1964	Ferroviários	IPM 53 DVS 029	Engenheiro Navarro
AGNELO FERREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 5.	02/06/1964	Industriários	IPM 68 DVS 086	Itanhandu
AGOSTINHO DE ABREU	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 29.	30/04/1964	Não identificado	IPM 4 sobre Câmara Municipal	Juiz de Fora
AGOSTINHO VIEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 64.	06/05/1964	Ferroviários	IPM 59 DVS 020	Gov. Valadares
AGUIAR CÂNDIDO DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 37.	30/04/1964	Autônomos	IPM 33 DVS 041	Caratinga
AGUINALDO ANACLETO ANTÃO	APM, doc. DOPS: pasta 5303, imagem 4.	out-68	Construção civil	Detido durante realização de greve em 1968.	Belo Horizonte e Contagem
AIDES DIAS DE CARVALHO	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Industriário	Morto por projétil no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
AÍLSON MENDES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 52.	15/05/1964	Autônomos	IPM 100 DVS 038	Porteirinha
AÍLSON NAVES PEREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Alfaiates e Costureiras	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
AILTON PINTO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 48.	12/05/1964	Autônomos	IPM 43 DVS 035	Conselheiro Pena
AIRES DE SOUZA ANDRADE	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 3,	10/04/1964	Autônomos	IPM 67 DVS 074 em Itajubá.	Itajubá
AIRTON MARTINS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 41; pasta 3869, imagens 3 a 24 .	27/05/1964	Metalúrgicos	IPM 90 DVS 033. Indiciados no IPM DVS 033 em Ouro Preto	Ouro Preto
AKIM SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 37.	30/04/1964	Bancários	IPM 33 DVS 041	Caratinga
ALAÉRCIO MARCONDES MONTEIRO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 57.	09/06/1964	Industriários	IPM 105 DVS 076	Ribeirão Vermelho
ALAIR ALMEIDA DUARTE	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 6.	18/05/1964	Autônomos	IPM 6 DVS 073	Araçuaí
ALAIR SOZZI VELOSO	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 19.	30/04/1964	Serv. públicos	IPM 14 no IAPB	Juiz de Fora
ALAN KARDEC DE CAMPOS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 77; pasta 0008, imagem 14 e outras.	19/05/1964	Autônomos	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
ALAOR CESÁRIO DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Uberaba
ALAOR JUSTINO CORNÉLIO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 7.	11/08/1964	Autônomos	IPM 7 DVS 100	Araguari
ALAOR MADUREIRA MELLO	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 4 e seguintes; APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32; pasta 0005, imagens 32 a 35.	abril/1964.	Extrativistas	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais. Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT. IPM 87 DVS 018	Nova Lima
ALAOR TEODORO FERREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Eletricitários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Varginha
ALBERT WILIAN FRAISE	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 48.	26/05/1964	Autônomos	IPM 2	Alfenas

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
ALBERTINO DANIEL DE MELO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 48.	12/05/1964	Autônomos	IPM 43 DVS 035	Conselheiro Pena
ALBERTO ALOYSIO IACHER DE ALMEIDA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 11.	08/05/1964	Serv. públicos	IPM 20 por atividades subversivas no SAMDU	Juiz de Fora
ALBERTO CARLOS DIAS DUARTE	APM, doc. DOPS: pasta 4214, imagem 753.	14/05/1968	Não identificado	Preso em 14/05/1968 por participação em passeata estudantil, encaminhado ao DOPS.	Belo Horizonte
ALBERTO CUNHA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Leopoldina
ALBERTO DEODATO	APM, doc. COSEG: rolo (ref.: Greves Diversas) 004, pasta CA.03.08, documento 28.	Não disponível	Jornalistas	Órgãos de segurança realizam vigilância sobre jornalistas.	Belo Horizonte
ALBERTO DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
ALBERTO GOMES	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 37.	30/04/1964	Autônomos	IPM 33 DVS 041	Caratinga
ALBERTO IBRAIM ARBEX	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 21.	30/04/1964	Trab. do ensino	IPM 12	Juiz de Fora
ALBERTO IRINEU PEREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cons. Lafaiete
ALBERTO JOSÉ DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 31; pasta 0313, imagens 21 a 32; doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.03-Proc.283	17/06/1964	Bancários	IPM 120. Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT. Condenado a dez anos de prisão.	Belo Horizonte
ALBERTO LEMOS MOTA (MOTTA?)	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32; pasta 0005, imagens 32 a 35; doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.03-Proc.524.	06/07/1964	Extrativistas	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT. Espancamentos, choques elétricos, queimaduras com cigarro, agulhas enfiadas debaixo das unhas, "pau-de-arara", privação de alimentos, "afogamento", tortura psicológica. IPM 87 DVS 018	Nova Lima
ALBERTO LUIZ DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Extrativistas	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Nova Lima
ALBERTO MAREGO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Não identificado	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Uberaba
ALBERTO MODESTO (KIMURA)	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 83.	19/05/1964	Autônomos	IPM 126 DVS 055	Varginha
ALBERTO NOVAIS DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Montes Claros
ALBERTO SENA BATISTA	APM, doc. COSEG: rolo (ref.: Greves Diversas) 004, pasta CA.03.08, documento 28.	Não disponível	Jornalistas	Órgãos de segurança realizam vigilância sobre jornalistas.	Belo Horizonte
ALBERTO WILSON DE FIGUEIREDO	APM, doc. DOPS: pasta 0012{5}, imagem 16.	13/06/1964	Trab. do ensino	Indiciado em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
ALBINO CAPANEMA PINHO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 7.	11/08/1964	Serv. públicos	IPM 7 DVS 100	Araguari
ALCEBÍADES MELO CAMPBELL	RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/6/1949. In: MARÇAL, Argemiro; e OUTROS. "Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil", pp. 2 e 3.	28/06/1949	Extrativistas	Operário da Mina Morro Velho Indiciado por "sabotagem" e "comunismo" no processo iniciado em 28 de junho de 1949.	Nova Lima
ALCEU SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 77; pasta 0008, imagem 15 e outras.	19/05/1964	Comerciários	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
ALCI? JUSCELINO DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 5 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
ALCIDES CIRILO DE PAULA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
ALCIDES DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Marceneiros	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
ALCIDES JOSÉ TOSTES	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 28.	15/05/1964	Serv. públicos	IPM 24 DVS 047	Campina Verde

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
ALCIDES LIBERATO PEREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0252, imagem 9.	15/05/1968	Taxistas	Prisão por realizarem greve por reajuste no valor da tarifa.	Belo Horizonte
ALCÍDES LOPES MAGALHÃES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
ALCIDES MARTINS DO REGO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 14.	abril/1964.	Não identificado	IPM 12 DVS 040	Curvelo
ALCIDES MAXIMIANO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora
ALCIDES MENDES DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 52.	15/05/1964	Serv. públicos	IPM 100 DVS 038	Porteirinha
ALCIDES NECESIO COSTA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Uberaba
ALCIDES OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 7 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
ALCIDES PINTO BARBOSA	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.03-Proc.591; Processo trabalhista 4281, CEREM/Sindmon-Metal.	01/04/1964	Metalúrgicos	Perseguido e coagido a pedir demissão da Belgo Mineira.	J. Monlevade
ALCIDES PINTO MAGALHÃES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	S. J. Nepomuceno
ALCIDES ROCHA LEAL	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 43.	07/06/1964	Autônomos	IPM 38 DVS 032	Caxambu
ALCIDES VIEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora
ALCINDO CHRISTIANO DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 19.	30/04/1964	Serv. públicos	IPM 14 no IAPB	Juiz de Fora
ALCINDO PIRES	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 40.	10/06/1964	Não identificado	IPM 10	Caxambu
ALCINO BARROS DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora
ALCY DE PAULA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
ALDO JOSÉ SAGAZ	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 44.	12/06/1964	Autônomos	IPM 139 DVS 063	Belo Horizonte
ALEXANDRE MARTINS FILHO	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 49.	24/08/1964	Militares	IPM 1 no 4º Regimento de Obuses-105	Pouso Alegre
ALEXANDRINO ROCHA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 38.	24/05/1964	Serv. públicos	IPM 88 DVS 021	Novo Cruzeiro
ALFEU DA SILVA GUSMÃO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Construção civil	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Montes Claros
ALFREDO ABDALLA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 9.	08/05/1964	Serv. públicos	IPM 22 por atividades subversivas no SAPS	Juiz de Fora
ALFREDO DIAS SOBRINHO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 51; doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.03-Proc.009	01/04/1964	Metalúrgicos	IPM 45 DVS 098. Espancamentos, tortura psicológica.	Coronel Fabriciano
ALFREDO EUGÊNIO DE ALMEIDA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
ALFREDO MARQUES GUIMARÃES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
ALFREDO MELO GONÇALVES ABREU	APM, doc. DOPS: pasta 0008, imagem 4 e outras.	07/04/1964	Não identificado	Indiciado no IPM sem número	Uberlândia
ALFREDO NERY DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Transportes	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Pirapora
ALFREDO SOARES DA CRUZ	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 44.	12/06/1964	Autônomos	IPM 139 DVS 063	Belo Horizonte
ALFREDO SOARES DA CRUZ	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 72.	30/04/1964	Serv. públicos	IPM 119 DVS 023	Teófilo Otoni
ALICE REIS DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Uberaba
ALINE CARVALHO DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
ALÍPIO CANUTO DE SOUZA FILHO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 37.	30/04/1964	Comerciários	IPM 33 DVS 041	Caratinga
ALIPIO SIQUEIRA	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Não identificado	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
ALÍRIO SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 75.	15/05/1964	Autônomos	IPM 122 DVS 019	Uberaba
ALLAN CARDEC CARLOS DIAS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Ind. Alimentícia	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Três Corações
ALMANSOR RIBEIRO GUIMARÃES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora
ALMERINDA MARIA DE MORAIS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
ALMERY PIAZAROLLO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 64.	06/05/1964	Autônomos	IPM 59 DVS 020	Gov. Valadares
ALMINO AFONSO	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 5 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
ALMIR LEAL ARNAUT	APM, doc. DOPS: pasta 0002{4}, imagem 1 e outras; pasta 0004{1}, imagem 30.	10/06/1964	Não identificado	Indiciado no IPM sem número. IPM 119.	Belo Horizonte
ALMIR SCARPELLI VILAÇA	APM, doc. DOPS: pasta 0252, imagem 8.	15/05/1968	Taxistas	Prisão por realizarem greve por reajuste no valor da tarifa.	Belo Horizonte
ALOÍSIO CARVALHO (DA SILVA?) NOVAIS	APM, doc. DOPS: pasta 5303, imagens 6, 67 e 68.	05/10/1968	Bancários	Detido durante realização de greve em 1968 para averiguações.	Belo Horizonte e Contagem
ALOÍSIO DOMINGUETE	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Eletricitários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Varginha
ALOISIO MARTINS DE ALMEIDA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 64.	06/05/1964	Autônomos	IPM 59 DVS 020	Gov. Valadares
ALOÍSIO VIEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
ALPHEU PEREIRA DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Transportes	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora
ALSOR MADUREIRA MELO	RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/6/1949. In: MARÇAL, Argemiro; e OUTROS. "Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil," pp. 2 e 3.	28/06/1949	Extrativistas	Operário da Mina Morro Velho Indiciado por "sabotagem" e "comunismo" no processo iniciado em 28 de junho de 1949.	Nova Lima
ALTARY DE SOUZA FERREIRA JUNIOR	APM, doc. DOPS: pasta 0010, imagens 109-112; pasta 0326 imagem 9	18/02/1966	Extrativistas	Indiciado e interrogado em inquérito sobre atividades no Sindicato de Extração de Minério. Vigiado pela suspeita de participação em movimento comunista dentro da CSN.	Congonhas do Campo
ALTER ULISSES LACERDA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cataguases
ALTIVO DE CASTRO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Uberaba
ALUÍSIO PALHANO	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 7 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
ALUÍZIO DIONATO DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Marceneiros	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
ALVARINO ALVES PEREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 44.	06/11/1964	Não identificado	IPM 39 DVS sem nº	Coimbra
ÁLVARO ABBOTT SOARES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 77; pasta 0313, imagens 21 a 32.	19/05/1964	Trab. do ensino	IPM 123 DVS 099. Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Uberlândia
ALVÁRO ALVIM	APM, doc. COSEG: rolo (ref.: Greves Diversas) 004, pasta CA.03.08, documento 28.	Não disponível	Jornalistas	Órgãos de segurança realizam vigilância sobre jornalistas.	Belo Horizonte

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
ÁLVARO AVELAR FILHO	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 42.	16/07/1964	Autônomos	IPM 8	Três Corações
ÁLVARO BERNSTOFF NASCIMENTO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 66.	18/05/1964	Comerciários	IPM 60 DVS 025	Gov. Valadares
ÁLVARO DANTAS MOTTA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 61.	22/08/1964	Bancários	IPM 57 ID/4 13	Formiga
ÁLVARO MAGALHÃES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 5.	02/06/1964	Ind. Alimentícia	IPM 68 DVS 086	Itanhandu
ÁLVARO SOARES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 78.	19/05/1964	Autônomos	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
ALVIMAR DE OLIVEIRA SANTANA	APM, doc. DOPS: pasta 0252, imagem 6.	15/05/1968	Taxistas	Prisão por realizarem greve por reajuste no valor da tarifa.	Belo Horizonte
ALVINA ROSA CEZÁRIO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Além Paraíba
ALVINO FERREIRA	RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/6/1949. In: MARÇAL, Argemiro; e OUTROS. "Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil", pp. 2 e 3.	28/06/1949	Extrativistas	Operário da Mina Morro Velho Indiciado por "sabotagem" e "comunismo" no processo iniciado em 28 de junho de 1949.	Nova Lima
ALVINO FERREIRA FELIPE:	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Construção civil	Morto no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
ALVINO GONÇALVES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Construção civil	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Montes Claros
AMADEU DA SILVA PINHO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 37.	30/04/1964	Serv. públicos	IPM 33 DVS 041	Caratinga
AMARILDO CASTRO DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 30.	30/04/1964	Autônomos	IPM 3	Não identificada
AMARO IRINEU GRACIETTE	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 67.	28/04/1964	Comerciários	IPM 114 DVS 054	São Lourenço
AMARO TEODORO FERNANDES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
AMARO XISTO DE QUEIRÓZ	APM, doc. DOPS: pasta 0012{5}, imagem 16.	13/06/1964	Trab. do ensino	Indiciado em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
AMAURY SILVA NOGUEIRA	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.03-Proc.399	09/10/1964	Ferroviários	Espancamentos, tortura psicológica.	S. J. Nepomuceno
AMAURY TEIXEIRA	APM, doc. COSEG: rolo (ref.: Greves Diversas) 004, pasta CA.03.08, documento 28.	Não disponível	Jornalistas	Órgãos de segurança realizam vigilância sobre jornalistas.	Belo Horizonte
AMBROSINA PIRES DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
AMÉLIA ELZA FIGUEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 71.	02/05/1964	Securitários	IPM 118 DVS 022	Teófilo Otoni
AMÉLIO (ANÉSIO?) INOCÊNCIO COSTA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
AMILCAR A. DE CASTRO	APM, doc. DOPS: pasta 0012{5}, imagem 16.	13/06/1964	Trab. do ensino	Indiciado em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
AMÍLCAR DE LEMOS	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 48.	05/05/1964	Serv. públicos	IPM 32	Belo Horizonte
AMILCAR VIANA MARTINS	APM, doc. DOPS: pasta 0012{5}, imagem 16.	13/06/1964	Trab. do ensino	Indiciado em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
AMIR CHERULLI	APM, doc. DOPS: pasta 0008, imagem 4 e outras.	07/04/1964	Não identificado	Indiciado no IPM sem número	Uberlândia
ANA ALVES DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
ANA COROACI DOS SANTOS TORQUATO	APM, doc. DOPS: pasta 0012{5}, imagem 16.	13/06/1964	Trab. do ensino	Indiciado em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
ANA MARINA	APM, doc. COSEG: rolo (ref.: Greves Diversas) 004, pasta CA.03.08, documento 28.	Não disponível	Jornalistas	Órgãos de segurança realizam vigilância sobre jornalistas.	Belo Horizonte
ANADIR FERREIRA	APM, doc. COSEG: rolo (ref.: Greves Diversas) 004, pasta CA.03.08, documento 28.	Não disponível	Jornalistas	Órgãos de segurança realizam vigilância sobre jornalistas.	Belo Horizonte
ANANIAS MORAIS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32; doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.03-Proc.177; Processo trabalhista 4281, CEREM/Sindmon-Metal.	01/04/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT. Tortura físicas, tortura psicológica. Perseguido e coagido a pedir demissão da Belgo Mineira.	J. Monlevade
ANDRÉ BARRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora
ANDRÉ CARVALHO	APM, doc. COSEG: rolo (ref.: Greves Diversas) 004, pasta CA.03.08, documento 28.	Não disponível	Jornalistas	Órgãos de segurança realizam vigilância sobre jornalistas.	Belo Horizonte
ANEIVA MOREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 5 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
ANÉLIO MARQUES GUIMARÃES	APM, doc. DOPS: pasta 0002{4}, imagem 1 e outras; pasta 0004{1}, imagem 30; RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/6/1949. In: MARÇAL, Argemiro; e OUTROS. "Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil", pp. 2 e 3; doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	10/06/1964	Extrativistas	Indiciado no IPM sem número. IPM 119. Operário da Mina Morro Velho Indiciado por "sabotagem" e "comunismo" no processo iniciado em 28 de junho de 1949. IPM 87 DVS 018. Vereador. Indiciado em IPM em 1964.	Nova Lima
ANESTINO RODRIGUES VICENTE	APM, doc. DOPS: pasta 5303, imagens 5 e 102.	03/10/1968	Rodoviários	Detido durante realização de greve em 1968 para averiguações.	Belo Horizonte e Contagem
ANGELINA DUTRA	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 4 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
ANGELINA DUTRA DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 25.	05/05/1964	Serv. públicos	IPM 51 DVS 096	Belo Horizonte
ANGELINO DE CARVALHO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Transportes	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Pirapora
ANGELINO PAVAN	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 78; pasta 0008, imagem 15 e outras.	19/05/1964	Serv. públicos	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
ÂNGELO CASELATO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Transportes	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Varginha
ÂNGELO DIAMANTE	APM, imagens 0042, Processo Conedh/Ceivt 296.	27/5/1969	Mecânico	Preso por 16 horas	Ipatinga
ÂNGELO GONÇALVES RABELO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 28.	15/05/1964	Serv. públicos	IPM 24 DVS 047	Campina Verde
ÂNGELO JOSÉ VIEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
ANGELO PEREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 5303, imagem 4.	out-68	Rodoviários	Detido durante realização de greve em 1968.	Belo Horizonte e Contagem
ÂNGELO VIEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 56.	07/05/1964	Autônomos	IPM 104 DVS 075	Resplendor
ANÍBAL {KASTNÉ?}	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 47.	10/08/1964	Bancários	IPM 3	Airuoca
ANÍBAL AMARAL DE BARROS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 14.	09/06/1964	Autônomos	IPM 72A DVS s/ nº	J. Monlevade
ANÍBAL GONÇALVES SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
ANIBAL TORRES FRANCO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32; pasta 0004{1}, imagem 31.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT. IPM 120	Belo Horizonte

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
ANÍBAL VIEIRA DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 8.	11/08/1964	Autônomos	IPM 7 DVS 100	Araguari
ANIDES MARCIANO GUERRA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 39.	16/05/1964	Ind. Alimentícia	IPM 34 DVS 043	Caratinga
ANÍSIO BISPO COELHO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Transportes	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Pirapora
ANÍSIO JORGE HERBAIDE ou ANÍSIO JORGE HUBALDE - BAHIA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 77; pasta 0008, imagem 16 e outras.	19/05/1964	Autônomos	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
ANÍZIA VIEGAS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Pará de Minas
ANTENOR ANASTÁCIO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
ANTENOR BRAVUR	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 56.	07/05/1964	Industriários	IPM 104 DVS 075	Resplendor
ANTENOR LIZARDO GONÇALVES	APM, doc. DOPS: pasta 0008, imagem 4 e outras.	07/04/1964	Não identificado	Indiciado no IPM sem número	Uberlândia
ANTENOR MANOEL DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Construção civil	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cataguases
ANTENOR MOREIRA BORGES	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.04-Proc.674; Processo trabalhista 4281, CEREM/Sindmon-Metal.	01/04/1964	Metalúrgicos	Agressões físicas, tortura psicológica. Perseguido e coagido a pedir demissão da Belgo Mineira.	J. Monlevade
ANTENOR REZENDE	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 49.	24/08/1964	Militares	IPM 1 no 4º Regimento de Obuses-105	Pouso Alegre
ANTENOR RODRIGUES DAS DORES	RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/6/1949. In: MARÇAL, Argemiro; e OUTROS. "Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil", pp. 2 e 3.	28/06/1949	Extrativistas	Operário da Mina Morro Velho Indiciado por "sabotagem" e "comunismo" no processo iniciado em 28 de junho de 1949.	Nova Lima
ANTERO ALENCAR	APM, doc. COSEG: rolo (ref.: Greves Diversas) 004, pasta CA.03.08, documento 28.	Não disponível	Jornalistas	Órgãos de segurança realizam vigilância sobre jornalistas.	Belo Horizonte
ANTÔNIA BOSCO DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Uberaba
ANTÔNIA GARRIDO VARELA	APM, doc. DOPS: pasta 5241 imagem 46	1966	Autônomo	Vigiado após ser acusada de comunista.	Belo Horizonte
ANTÔNIA LOPES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Pará de Minas
ANTONIETA F. C MARTINS	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Doméstica	Ferido por projétil no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
ANTÔNIO ACÁCIO ALVES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
ANTÔNIO ALFEU (ALPHEU?) DA MATTA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 36; pasta 0007{1}, imagem 4.	14/05/1964	Ferroviários	IPM 32 DVS 012. IPM 27 sobre atividades subversivas na Estrada de Ferro Leopoldina.	Carangola
ANTÔNIO ALMEIDA FILHO (JAPONÊS)	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 27.	16/05/1964	Autônomos	IPM 23 DVS 053	Cambuquira
ANTÔNIO ALTINO GUIMARÃES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Ind. Alimentícia	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Uberaba
ANTÔNIO ALVARENGA CAMPOS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Extrativistas	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
ANTONIO ALVES (DE?) ASSIS DINIZ	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.61-Proc.12; doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 49.	03/04/1964.	Metalúrgicos	Espancamentos, tapas, socos, privação de alimentos, tortura psicológica. IPM 44 DVS 106	Ipatinga
ANTÔNIO ALVES DE ASSIS	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 49.	25/04/1964	Metalúrgicos	IPM 44 DVS 106	Coronel Fabriciano

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
ANTÔNIO ALVES FERREIRA DE MELO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
ANTONIO ALVES MOREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 3961, imagens 19 e 20.	03/04/1964	Ferroviários	Preso, investigado e indiciado por Comissão de Investigação de Práticas Subversivas na RFFSA/EFCB.	Montes Claros
ANTÔNIO ALVES MOREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 29.	07/05/1964	Ferroviários	IPM 85 DVS 017	Montes Claros
ANTÔNIO AMARO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Construção civil	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cataguases
ANTÔNIO ANASTÁSIO CAMPOS	APM, doc. DOPS: pasta 0002{4}, imagem 1 e outras; pasta 0004{1}, imagem 30.	10/06/1964	Metalúrgicos	Indiciado no IPM sem número. IPM 119	Belo Horizonte
ANTÔNIO ANDREZA DIAS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Leopoldina
ANTÔNIO APOLÔNIO EVANGELISTA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Sabará
ANTÔNIO AQUILES	APM, doc. COSEG: rolo (ref.: Greves Diversas) 004, pasta CA.03.08, documento 28.	Não disponível	Jornalistas	Órgãos de segurança realizam vigilância sobre jornalistas.	Belo Horizonte
ANTÔNIO ARMOND MATTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 19; pasta 0313, imagens 21 a 32.	30/04/1964	Bancários	IPM 14 no IAPB. Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora
ANTÔNIO AUGUSTO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 56.	29/04/1964	Industriários	IPM 52 DVS 006	Divinópolis
ANTÔNIO AUGUSTO FURST GONÇALVES	APM, doc. DOPS Pasta: 0257, Imagem 12	1968	Bancários	Registrado como favorável à greve dos bancários e fichado.	Belo Horizonte
ANTÔNIO BAETA LÉLIS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Ponte Nova
ANTÔNIO BARBOSA DIAS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Transportes	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora
ANTÔNIO BARCELOS	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 62.	30/04/1964	Autônomos	IPM 58 DVS 036	Frutal
ANTÔNIO BASÍLIO MARTINS	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 30.	30/04/1964	Serv. públicos	IPM 3	Não identificada
ANTÔNIO BELO	APM, doc. DOPS: pasta 5303, imagem 7.	out-68	Metalúrgicos	Detido durante realização de greve em 1968.	Belo Horizonte e Contagem
ANTÔNIO BRAGA DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Extrativistas	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
ANTÔNIO BRAZ DE ALMEIDA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cons. Lafaiete
ANTÔNIO BRAZ PEREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Fumageiros	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
ANTÔNIO CABRAL DE CASTRO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 86.	27/04/1964	Serv. públicos	IPM 101 ID/4 - C - Específico da ECT	Belo Horizonte
ANTÔNIO CALÁBRIA	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 28.	20/05/1964	Serv. públicos	IPM 117	Belo Horizonte
ANTONIO CAMPOS MARTINS NOBE	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 40.	10/06/1964	Não identificado	IPM 10	Caxambu
ANTÔNIO CARLOS CHAVES	APM, doc. DOPS: pasta 0252, imagem 10.	15/05/1968	Taxistas	Prisão por realizarem greve por reajuste no valor da tarifa.	Belo Horizonte
ANTÔNIO CARLOS DOS REIS	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 20.	08/05/1964	Bancários	IPM 13	Rio Pomba
ANTÔNIO CARLOS FIORINI	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Alfaiates e Costureiras	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
ANTONIO CARLOS FLEIXO	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 49.	24/08/1964	Militares	IPM 1 no 4º Regimento de Obuses-105	Pouso Alegre
ANTÔNIO CARLOS PEREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 4.	09/08/1964	Ferroviários	IPM 27 sobre atividades subversivas na Estrada de Ferro Leopoldina.	São Geraldo

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
ANTÔNIO CARLOS RAMOS PEREIRA (CARLÃO)	APM, doc. COSEG: rolo (ref.: Greves Diversas) de microfilmes nº 6, pasta CA.04.04-A, documentos 62, 63 e 64 e pasta CA.04.04-3, documento 31; rolo (ref.: Greves Diversas) de microfilmes nº 7, pasta CA.04.04-6, documentos 1 a 8 e pasta CA.04.04-7, documentos 1 e 2.	29/04/1980	Trab. do ensino	Prisão durante greve dos professores em 1.980; incomunicabilidade.	Belo Horizonte
ANTÔNIO CARLOS RIBEIRO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cataguases
ANTÔNIO CARMO (CARLOS?)	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
ANTÔNIO CLÁUDIO LUCAS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
ANTÔNIO COELHO DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	B. de Cocais
ANTÔNIO CORNÉLIO DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
ANTÔNIO CORREA DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
ANTÔNIO CRISPIM DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 14; pasta 0313, imagens 21 a 32; doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.05-Proc.280; Processo trabalhista 4281, CEREM/ Sindmon-Metal.	01/04/1964	Metalúrgicos	IPM 72A DVS s/ nº. Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT. Choques elétricos, "pau de arara", "telefones", "dança das latas", privação de alimentos, simulação de fuzilamento, tortura psicológicas. Perseguido e coagido a pedir demissão da Belgo Mineira.	J. Monlevade
ANTÔNIO DA SILVEIRA RAMOS	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 21.	30/04/1964	Trab. do ensino	IPM 12	Juiz de Fora
ANTÔNIO DAMOS FILHO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 41.	25/05/1964	Autônomos	IPM 36 DVS 083	Cássia
ANTÔNIO DE ASSIS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 8.	Não disponível	Comerciários	IPM 70 DVS 046	Ituiutaba
ANTONIO DE ASSIS LOPES	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.61-Proc.666; doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32; processo trabalhista 4281, CEREM/Sindmon-Metal.	abril/1964.	Metalúrgicos	Agressões físicas, incomunicabilidade , tortura psicológica. Perseguido e coagido a pedir demissão da Belgo Mineira. Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	J. Monlevade
ANTÔNIO DE ASSIZ CASTRO VEADO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 72.	06/06/1964	Autônomos	IPM 66 DVS 052	Itabirito
ANTÔNIO DE BRITO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Transportes	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Pirapora
ANTÔNIO DE FARIA BORGES (OU LOPES?)	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 4 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
ANTÔNIO DE FARIA LOPES	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 31; pasta 0313, imagens 21 a 32; doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.05-Proc.534	28/04/1964	Bancários	IPM 120. Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT. Espancamentos, tortura psicológica.	Belo Horizonte
ANTÔNIO DE OLIVEIRA BARROS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 14; pasta 0313, imagens 21 a 32; doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.05-Proc.761; processo trabalhista 4281, CEREM/ Sindmon-Metal.	01/04/1964	Metalúrgicos	IPM 72A DVS s/ nº. Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT. Tortura psicológica. Perseguido e coagido a pedir demissão da Belgo Mineira.	J. Monlevade
ANTÔNIO DE OLIVEIRA FILHO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 26.	26/06/1964	Ferroviários	IPM 83 DVS 064	Monte Carmelo
ANTÔNIO DE OLIVEIRA LINS	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 48.	05/05/1964	Serv. públicos	IPM 32	Belo Horizonte
ANTÔNIO DE OLIVEIRA RAMOS	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 11.	08/05/1964	Serv. públicos	IPM 20 por atividades subversivas no SAMDU	Juiz de Fora
ANTÔNIO DE PÁDUA REZENDE	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 53.	05/05/1964	Serv. públicos	IPM 101 DVS 090	Pouso Alegre
ANTÔNIO DE PÁDUA SAMPAIO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Fumageiros	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
ANTONIO DE SOUZA FRANCO	NASCIMENTO, Saint'Clair L. Os Comunistas, cizânia em quartéis de Minas (livro).	1953	Policial Militar	Indiciado em IPM por indisciplina na PM.	Belo Horizonte ; Juiz de Fora
ANTÔNIO DILSON DE SALES	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Metalúrgicos	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
ANTÔNIO DIRCEU ARAÚJO XAVIER	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 14.	abril/1964.	Não identificado	IPM 12 DVS 040	Sete Lagoas
ANTÔNIO DOS REIS:	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Construção civil	Morto no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
ANTÔNIO DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Sabará
ANTÔNIO ELISEU LOPES	APM, doc. COSEG: rolo (ref.: Greves Diversas) 004, pasta CA.03.08, documento 28.	Não disponível	Jornalistas	Órgãos de segurança realizam vigilância sobre jornalistas.	Belo Horizonte
ANTONIO ELOI DE ABREU	NASCIMENTO, Saint'Clair L. Os Comunistas, cizânia em quartéis de Minas (livro).	1953	Policial Militar	Indiciado em IPM por indisciplina na PM.	Belo Horizonte ; Juiz de Fora
ANTÔNIO ESMERIO RIBEIRO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Transportes	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora
ANTÔNIO EUGÊNIO FILHO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Eletricitários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora
ANTÔNIO EURÍPEDES RODRIGUES	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 8.	11/08/1964	Autônomos	IPM 7 DVS 100	Araguari
ANTÔNIO F. FRADE	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 48.	05/05/1964	Serv. públicos	IPM 32	Belo Horizonte
ANTÔNIO FAVATO	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Não identificado	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
ANTÔNIO FELISBINO MOTA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Não identificado	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Uberaba
ANTÔNIO FÉLIX DE MELO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 1.	25/04/1964	Serv. públicos	IPM 1 DVS 098	Timóteo
ANTÔNIO FERNANDES BONGIOVANI	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Aux. Serviço	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
ANTÔNIO FERNANDES NETO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 16.	29/04/1964	Ferroviários	IPM 74 DVS 015	Lavras
ANTÔNIO FERNANDO BONGIOVANI	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Auxiliar de serviço	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
ANTÔNIO FERREIRA DE MENDONÇA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 11.	08/05/1964	Serv. públicos	IPM 20 por atividades subversivas no SAMDU	Juiz de Fora
ANTÔNIO FERREIRA DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0010, imagens 91-92.	16/02/1966	Extrativistas	Indiciado e interrogado em inquérito sobre atividades no Sindicato de Extração de Minério.	Congonhas do Campo
ANTÔNIO FERREIRA DIAS	RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/6/1949. In: MARÇAL, Argemiro; e OUTROS. "Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil", pp. 2 e 3.	28/06/1949	Extrativistas	Operário da Mina Morro Velho Indiciado por "sabotagem" e "comunismo" no processo iniciado em 28 de junho de 1949.	Nova Lima
ANTÔNIO FERREIRA NETO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 10.	Não disponível	Serv. públicos	IPM 70 DVS 046	Ituiutaba

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
ANTÔNIO FRANCISCO GONÇALVES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
ANTÔNIO GERMANO SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	J. Monlevade
ANTÔNIO GOMES DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 72.	30/04/1964	Autônomos	IPM 119 DVS 023	Teófilo Otoni
ANTÔNIO GONÇALVES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Uberaba
ANTONIO GONÇALVES BRAGA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 36.	16/07/1964	Não identificado	IPM 14	Varginha
ANTÔNIO GONÇALVES NETO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 78; pasta 0008, imagem 14 e outras.	19/05/1964		IPM 123 DVS 099	Uberlândia
ANTONIO HERMANO SOMMAVILLA	APM, doc. DOPS: pasta 0003{2}, imagem 1 e outras.	11/07/1964	Militares	Indiciado no IPM sem número sobre subversão na guarnição militar federal de Belo Horizonte	Belo Horizonte
ANTÔNIO HIPÓLITO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 77.	19/05/1964	Autônomos	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
ANTÔNIO IRINEU DO NASCIMENTO	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 27.	08/05/1964	Ferroviários	IPM 6.	Bicas
ANTÔNIO JACINTO DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora
ANTÔNIO JORGE TANNUS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 78.	19/05/1964	Autônomos	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
ANTÔNIO JOSÉ DE ALMEIDA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Coronel Fabriciano
ANTÔNIO JOSÉ DOS REIS	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Operário	Ferido por projétil no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
ANTÔNIO LIBERATO	RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/6/1949. In: MARÇAL, Argemiro; e OUTROS. "Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil", pp. 2 e 3.	28/06/1949	Extrativistas	Operário da Mina Morro Velho Indiciado por "sabotagem" e "comunismo" no processo iniciado em 28 de junho de 1949.	Nova Lima
ANTÔNIO LIBERATO DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0003{2}, imagem 1 e outras.	11/07/1964	Não identificado	Indiciado no IPM sem número sobre subversão na guarnição militar federal de Belo Horizonte	Belo Horizonte
ANTONIO LISBOA DA CONCEIÇÃO	APM, doc. DOPS: pasta 0135(1), imagem 24.	12/07/1965	Metalúrgicos	Acusado de ser subversivo e de se reunir com Sinval Bambirra.	Sabará
ANTÔNIO LISBOA XAVIER	Arquivos do Judiciário no Centro de Memória de Nova Lima: depoimentos em inquérito e autos do processo contra os 51 da Mina Morro Velho.	07/11/1948	Extrativistas	Operário da Morro Velho. Ferido em 7/11/1948 na invasão armada ao Escritório dos Vereadores do Povo.	Nova Lima
ANTÔNIO LOPES DE FARIA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 2.	06/06/1964	Autônomos	IPM 2 DVS 072	Açucena
ANTÔNIO LOURENÇO COSTA GONÇALVES	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 30.	30/04/1964	Não identificado	IPM 3	Não identificada
ANTÔNIO LUCIANO PEREIRA FILHO	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 25.	05/05/1964	Autônomos	IPM 51 DVS 096	Belo Horizonte
ANTÔNIO LUIZ DE ARAÚJO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Construção civil	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cataguases
ANTONIO MACEDO	NASCIMENTO, Saint'Clair L. Os Comunistas, cizânia em quartéis de Minas (livro).	1953	Policial Militar	Indiciado em IPM, presos acusados de serem comunistas, agitadores e incitação à indisciplina na Polícia Militar em 1953; faleceu na prisão	Belo Horizonte ; Juiz de Fora
ANTONIO MACHADO	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 49.	24/08/1964	Militares	IPM 1 no 4º Regimento de Obuses-105	Pouso Alegre
ANTÔNIO MACIEL COELHO	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Guarda sanitário	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
ANTÔNIO MALDONADO BAETA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 8.	11/08/1964	Autônomos	IPM 7 DVS 100	Araguari
ANTÔNIO MARCOLINO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Construção civil	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cataguases
ANTÔNIO MARIA DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
ANTONIO MARINHO TOTÓ	APM, doc. DOPS: pasta 0135{1), imagem 24.	12/07/1965	Metalúrgicos	Acusado de ser subversivo e de se reunir com Sinval Bambirra.	Sabará
ANTÔNIO MARTINS DE PAULA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 37.	30/04/1964	Bancários	IPM 33 DVS 041	Caratinga
ANTÔNIO MARTINS GONÇALVES	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 4; pasta 0007{1}, imagem 14.	26/04/1964	Ferroviários	IPM 4 DVS 066. IPM 18.	Além Paraíba
ANTÔNIO MENDES DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 78.	19/05/1964	Autônomos	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
ANTÔNIO NASCIMENTO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 56.	29/04/1964	Industriários	IPM 52 DVS 006	Divinópolis
ANTÔNIO NAZARIO FILHO	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.06-Proc.197; processo trabalhista 4281, CEREM/Sindmon-Metal.	01/04/1964	Metalúrgicos	Tortura psicológica. Perseguido e coagido a pedir demissão da Belgo Mineira.	J. Monlevade
ANTÔNIO NETTO BARBOSA	APM, doc. DOPS: pasta 5303, imagem 3.	out-68	Não identificado	Detido durante realização de greve em 1968.	Belo Horizonte e Contagem
ANTÔNIO OLIVEIRA LIMA	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 7.	01/06/1964	Autônomos	IPM 114	Belo Horizonte
ANTÔNIO ORLANDO DE ARAÚJO	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 44.	12/06/1964	Autônomos	IPM 139 DVS 063	Belo Horizonte
ANTÔNIO PÁDUA SIMÃO	APM: doc. COSEG, rolo (ref.: Greves Diversas) nº 6, pasta CA.04.03-4, documento 83.	29/05/1978	Trab. do ensino	Preso quando se manifestava na Praça da Liberdade durante greve dos trabalhadores do ensino.	Cons. Lafaiete
ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 29; pasta 0313, imagens 21 a 32; doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx. 06-Proc. 313; doc. DOPS: pasta 0042, imagem 4 e seguintes.	05/05/1964	Têxteis	IPM 118. Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT. Tortura psicológica. IPM 16.	Belo Horizonte
ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 31.	08/05/1964	Serv. públicos	IPM 86 DVS 027	Nanuque
ANTÔNIO PEREIRA PONTES	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 17.	30/04/1964	Ferroviários	IPM 16	Santos Dumont
ANTÔNIO PIMENTA	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 29; pasta 0005, imagem 40; pasta 0012{5}, imagem 16; pasta 0042, imagem 3 e seguintes.	05/05/1964	Trab. do ensino	IPM 118. IPM 90 DVS 033. Indiciado em IPM sobre subversão no ensino. Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
ANTÔNIO PINTO DE OLIVEIRA CASTRO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 30.	07/05/1964	Autônomos	IPM 85 DVS 017	Montes Claros
ANTÔNIO PRIMÁRIO GONÇALVES	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 49.	25/04/1964	Autônomos	IPM 44 DVS 106	Coronel Fabriciano
ANTÔNIO RAMOS DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
ANTÔNIO RAYMUNDO DE ALMEIDA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Transportes	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora
ANTÔNIO RIBEIRO ROMANELLI	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 85; pasta 0005, imagem 12; pasta 0004{1}, imagem 27; pasta 0004{1}, imagem 48; pasta 0006{4}, imagem 14; pasta 0235, imagem 1028; pasta 0261, imagem 2163.	abril/1964	Autônomos	IPM 100 ID/4 – B. IPM 71 DVS 087. IPM 116. IPM 32. IPM 12 DVS 040. Preso em 09/06/1969. Indiciado no IPM DVS 040.	Belo Horizonte, Jeceaba e Três Marias
ANTÔNIO RODRIGUES DE ILMA (sic)	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 9.	08/05/1964	Serv. públicos	IPM 22 por atividades subversivas no SAPS.	Juiz de Fora

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
ANTÔNIO RODRIGUES MORAIS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Marceneiros	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
ANTÔNIO RÔMULO DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
ANTÔNIO SEBASTIÃO COSTA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
ANTÔNIO SILVA (BRIZOLINHA)	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 1.	25/04/1964	Serv. públicos	IPM 1 DVS 098	Timóteo
ANTÔNIO SPEDO	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 4.	09/08/1964	Ferroviários	IPM 27 sobre atividades subversivas na Estrada de Ferro Leopoldina.	Recreio
ANTONIO TASILO	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 9.	18/05/1964	Serv. públicos	Indiciado em IPM nº 106 sobre subversão na Assembleia Legislativa de MG.	Belo Horizonte
ANTÔNIO TEIXEIRA SIQUEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0003{2}, imagem 1 e outras.	11/07/1964	Autônomos	Indiciado no IPM sem número sobre subversão na guarnição militar federal de Belo Horizonte	Belo Horizonte
ANTÔNIO VARGAS VILLAÇA	APM, doc. COSEG: rolo (ref.: Greves Diversas) 004, pasta CA.03.08, documento 28.	Não disponível	Jornalistas	Órgãos de segurança realizam vigilância sobre jornalistas.	Belo Horizonte
ANTÔNIO VENÂNCIO DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Indústria de calçados	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Uberaba
ANTÔNIO VENÂNCIO DE ARAÚJO	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Carpinteiro	Ferido por projétil no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
ANTÔNIO VICENTE RODRIGUES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	S. J. Nepomuceno
ANTÔNIO VIDAL DE CARVALHO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 83.	19/05/1964	Não identificado	IPM 126 DVS 055	Varginha
ANTÔNIO VIEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Ind. Alimentícia	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Uberaba
ANTÔNIO WÁLTER	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 20.	01/05/1964	Ferroviários	IPM 77 DVS 030	Mariana
ANTÔNIO ZANDER SANTIAGO	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 48.	05/05/1964	Serv. públicos	IPM 32	Belo Horizonte
APARECIDA FERREIRA BERNADINO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 7.	11/08/1964	Autônomos	IPM 7 DVS 100	Araguari
APARÍCIO ARCHANJO CORRÊA	APM, doc. DOPS: pasta 0016 Rolo: 002	1966	Industriários	Interrogado por atividades subversivas	Congonhas do Campo - MG
APARÍCIO FRANCISCO DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
APARÍCIO ROCHA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Ind. Alimentícia	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Uberaba
APRÍGIO JOSÉ DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Ind. Alimentícia	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Uberaba
ARÃO ZACARIAS DE FARIAS	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.08-Proc.252; processo trabalhista 4281, CEREM/Sindmon-Metal.	01/04/1964	Metalúrgicos	Espancamentos, incomunicabilidade, tortura psicológica.Perseguido e coagido a pedir demissão da Belgo Mineira.	J. Monlevade
ARAY BALZAN DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 49.	24/08/1964	Militares	IPM 1 no 4º Regimento de Obuses-105	Pouso Alegre
ARÉDIO ALVARENGA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 8.	11/08/1964	Autônomos	IPM 7 DVS 100	Araguari
ARÉDIO FERNANDES FILHO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 77.	19/05/1964	Autônomos	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
ARGEMIRO DE LIMA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 79.	19/05/1964	Comerciários	IPM 123 DVS 099	Uberlândia

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
ARGEMIRO MARÇAL DE OLIVEIRA	RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/6/1949. In: MARÇAL, Argemiro; e OUTROS. "Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil", pp. 2 e 3.	28/06/1949	Extrativistas	Operário da Mina Morro Velho Indiciado por "sabotagem" e "comunismo" no processo iniciado em 28 de junho de 1949.	Nova Lima
ARGEMIRO TEODORO DA CRUZ	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Não identificado	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Uberaba
ARGENTINO DE SOUZA BUENO	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 49.	24/08/1964	Militares	IPM 1 no 4º Regimento de Obuses-105	Pouso Alegre
ARGENTO FERREIRA DE BRITO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 44.	02/05/1964	Não identificado	IPM 92 DVS 044	Passos
ARI BARBOSA CORDEIRO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 14.	abril/1964.	Não identificado	IPM 12 DVS 040	Sete Lagoas
ARI CÂMARA	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.08-Proc.309; processo trabalhista 4281, CEREM/Sindmon-Metal.	23/04/1964	Metalúrgicos	Tortura psicológica. Perseguido e coagido a pedir demissão da Belgo Mineira.	J. Monlevade
ARI LEITE	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Petroleiros	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
ARILDA ALMEIDA TRANCOSO	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 18.	22/04/1964	Trab. do ensino	IPM 108 .	Belo Horizonte
ARIOVALDO DA MOTA PAES	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 49.	24/08/1964	Militares	IPM 1 no 4º Regimento de Obuses-105	Pouso Alegre
ARISTEU JOSÉ DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Marceneiros	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
ARISTIDES CARDOSO RORIZ	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 41; pasta 3869, imagens 3 a 24 .	27/05/1964	Comerciários	IPM 90 DVS 033.	Ouro Preto
ARISTIDES DERNES	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 5.	11/08/1964	Serv. públicos	IPM 26	São João Del Rei
ARISTIDES FLORINDO CASTRO	APM, doc. DOPS: pasta 0008, imagem 4 e outras.	07/04/1964	Não identificado	Indiciado no IPM sem número	Uberlândia
ARISTIDES LISBÔA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 48.	26/05/1964	Não identificado	IPM 2	Alfenas
ARISTIDES SALDANHA	APM, doc. DOPS: pasta 0003{2}, imagem 1 e outras.	11/07/1964	Não identificado	Indiciado no IPM sem número sobre subversão na guarnição militar federal de Belo Horizonte	Belo Horizonte
ARISTÓTELES DA CONCEIÇÃO BARBOSA	NASCIMENTO, Saint'Clair L. Os Comunistas, cizânia em quartéis de Minas (livro).	1953	Policial Militar	Indiciado em IPM por indisciplina na PM.	Belo Horizonte ; Juiz de Fora
ARISTÓTELES DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 32.	08/05/1964	Autônomos	IPM 28 DVS 005	Campo Belo
ARLINDO JOSÉ RAMOS	APM, doc. COSEG: pasta . CA.02.30	1967	Bancário	Foi afastado da presidência do sindicato por intervenção do governo (Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, diretor do Banco Nacional em licença para assumir o cargo público).	
ARLINDO JOSÉ RODRIGUES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Transportes	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Pirapora
ARMANDO BORTELO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 62.	30/04/1964	Autônomos	IPM 58 DVS 036	Frutal
ARMANDO DIAS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	B. de Cocais
ARMANDO FERNANDES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Marceneiros	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
ARMANDO FERREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 29.	07/05/1964	Ferroviários	IPM 85 DVS 017	Montes Claros
ARMANDO JERÔNIMO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
ARMANDO LÚCIO DA ROCHA RISPARI	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 78.	19/05/1964	Não identificado	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
ARMANDO RICCIOPPO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Serviços	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Uberaba

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
ARMANDO RIGHETTO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 44.	02/05/1964	Trab. do ensino	IPM 92 DVS 044	Passos
ARMANDO RISPOLI	APM, doc. DOPS: pasta 0008, imagem 4 e outras.	07/04/1964	Não identificado	Indiciado no IPM sem número	Uberlândia
ARMANDO ZILLER	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 31; pasta 0042, imagem 3 e seguintes; pasta 0313, imagens 21 a 32; pasta 0042 imagem 3	17/06/1964	Bancários	IPM 120. Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais. Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT. Acusado de cooperar com os movimentos grevistas à época.	Belo Horizonte
ARMINDO DIAS DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
ARMY PAZAROLO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 64.	06/05/1964	Autônomos	IPM 59 DVS 020	Gov. Valadares
ARNALDO FORTES DRUMOND	APM, doc. DOPS Pasta: 0257, Imagem 3	1968	Bancários	Presos por envolvimento com o grupo "Corrente Revolucionária de Minas Gerais"	Belo Horizonte
ARNALDO LUIZ LAGE	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.08-Proc.760; processo trabalhista 4281, CEREM/Sindmon-Metal.	05/05/1964	Metalúrgicos	Tortura psicológica. Perseguido e coagido a pedir demissão da Belgo Mineira.	J. Monlevade
ARNALDO NOGUEIRA DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 45.	08/06/1964	Autônomos	IPM 40 DVS 047	Cons. Lafaiete
ARNALDO SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cataguases
AROLDO DA GAMA (CAMA?)	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 31.	30/04/1964	Correios	IPM 2 no DCT	Não identificada
ARTUR DE FREITAS	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 28.	15/05/1964	Trab. do ensino	IPM 24 DVS 047	Campina Verde
ARTUR FLÁVIO SIMÕES BERALDO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 54.	04/05/1964	Serv. públicos	IPM 102 DVS 091	Pouso Alegre
ARTUR OTÁVIO MONTEIRO	APM, doc. DOPS: pasta 0012{5}, imagem 16.	13/06/1964	Trab. do ensino	Indiciado em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
ARY HELENO DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Ponte Nova
ARY MACHADO FERREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Eletricitários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Varginha
ARY ROBERTO DE BREU	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 64.	05/05/1964	Serv. públicos	IPM 111 DVS 060	Santa Rita do Sapucaí
ASPÁSIA DE OLIVEIRA PIRES	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 21; pasta 0002{3}, imagem 2 e outras.	21/05/1964	Autônomos	IPM 12 . Indiciada no IPM sem número	Belo Horizonte
ASSIS MELGAÇO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 16.	29/04/1964	Industriários	IPM 74 DVS 015	Lavras
ASSUNÇÃO DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 9.	18/05/1964	Serv. públicos	IPM 106 sobre subversão na Assembleia Legislativa de MG.	Belo Horizonte
ATAÍDE CARDOSO FERREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Ind. Alimentícia	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Uberaba
ATAÍDE FRANCISCO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
ATAÍDE TAVARES FRANÇA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 77; pasta 0008, imagem 16 e outras.	19/05/1964	Comerciários	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
ÁTILA MENDES E SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 24.	25/04/1964	Serv. públicos	IPM 49 DVS 094	Belo Horizonte
AUGUSTO GONÇALVES FERREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 8.	11/08/1964	Autônomos	IPM 7 DVS 100	Araguari
AUGUSTO RODRIGUES NEVES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 54.	04/05/1964	Serv. públicos	IPM 102 DVS 091	Pouso Alegre
AURECLIDES PONCE DE LÉON ANTUNES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 87.	13/05/1964	Jornalistas	IPM 102 ID/4 - D	Belo Horizonte
AUSTEN MUDADO	APM, doc. DOPS: pasta 0009, imagem 2 e outras.	18/05/1964	Serv. públicos	Indiciado no IPM sem número	Belo Horizonte

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
AUSTENO MANOEL COELHO	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Metalúrgicos	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
AUSTOR MUDADO	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 41.	18/05/1964	Serv. públicos	IPM 137	Belo Horizonte
AUXILIADOR FERREIRA E ALMEIDA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Curvelo
AVELINO LUCAS PEREIRA ROSA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
AYRES DE SOUZA ANDRADE	APM, doc. DOPS: pasta 0054 imagem: 213	1967	Não identificado	Requisitados os antecedentes e demais informações possíveis por suspeita de atividades subversivas em Juiz de Fora - MG	
AYRES SIQUEIRA PINTO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Transportes	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora
BALTAZAR MARIANO DE MELO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 8.	11/08/1964	Autônomos	IPM 7 DVS 100	Araguari
BALTAZAR VÁLTER SOARES DA COSTA	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 48.	05/05/1964	Autônomos	IPM 32	Belo Horizonte
BARCELAR ANTÔNIO EUSTÁQUIO	APM, doc. DOPS: pasta 5303, imagens 7 e 41.	03/10/1968	Metalúrgicos	Detido durante realização de greve em 1968.	Belo Horizonte e Contagem
BATISTA FAIOLI	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 1.	25/04/1964	Autônomos	IPM 1 DVS 098	Timóteo
BEBIANO FERREIRA PEQUENO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 30.	07/05/1964	Ferroviários	IPM 85 DVS 017	Montes Claros
BELIZÁRIO PEREIRA RODRIGUES	APM, doc. DOPS: pasta 0003{2}, imagem 1 e outras.	11/07/1964	Industriários	Indiciado no IPM sem número sobre subversão na guarnição militar federal de Belo Horizonte	Belo Horizonte
BENEDITO ASSUNÇÃO DUTRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Eletricitários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
BENEDITO BERALDO RIBEIRO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 5.	21/05/1964	Autônomos	IPM 5 DVS 103	Andradas
BENEDITO CARDOSO RABELO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 3,	10/04/1964	Comerciários	IPM 67 DVS 074 em Itajubá.	Itajubá
BENEDITO DAS MERCEDES (MERCÊS?)	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
BENEDITO FARIA MACHADO	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 49.	24/08/1964	Militares	IPM 1 no 4º Regimento de Obuses-105	Pouso Alegre
BENEDITO FELÍCIO CORNÉLIO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
BENEDITO FERREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 27.	16/05/1964	Trab. do ensino	IPM 23 DVS 053	Cambuquira
BENEDITO GONÇALVES	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.09-Proc.319	13/08/1979	Metalúrgicos	Morto por ferimentos causados em repressão policial a manifestação durante greve.	Divinópolis
BENEDITO GONÇALVES SALGADO	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 49.	24/08/1964	Militares	IPM 1 no 4º Regimento de Obuses-105	Pouso Alegre
BENEDITO GONÇALVES XAVIER	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 20; pasta 0005, imagem 40; pasta 0006{4}, imagem 72.	01/05/1964	Autônomos	IPM 77 DVS 030. IPM 90 DVS 033. IPM 66 DVS 052.	Mariana, Ouro Preto e Itabirito
BENEDITO GUEDES	APM, doc. DOPS: pasta 5303, imagens 7 e 43.	03/10/1968	Metalúrgicos	Detido durante realização de greve em 1968.	Belo Horizonte e Contagem
BENEDITO JACINTO DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Além Paraíba
BENEDITO JACINTO TAVARES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cons. Lafaiete
BENEDITO MARÇAL DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Extrativistas	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
BENEDITO MARTINHO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cons. Lafaiete

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
BENEDITO PEDRO DE PAULA	APM, doc. DOPS: pasta 5303, imagens 3 e 122.	01/10/1968	Metalúrgicos	Detido durante realização de greve em 1968 por realização de piquetes.	Belo Horizonte e Contagem
BENEDITO VIEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0003{2}, imagem 1 e outras.	11/07/1964	Serv. públicos	Indiciado no IPM sem número sobre subversão na guarnição militar federal de Belo Horizonte	Belo Horizonte
BENEVENUTO FERREIRA	RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/6/1949. In: MARÇAL, Argemiro; e OUTROS. "Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil", pp. 2 e 3.	28/06/1949	Extrativistas	Operário da Mina Morro Velho Indiciado por "sabotagem" e "comunismo" no processo iniciado em 28 de junho de 1949.	Nova Lima
BENEVENUTO RIBEIRO DOS SANTOS	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.09-Proc.178	14/08/1979	Bancários	Espancamento, privação de higiene e de remédios, choques elétricos, tortura psicológica.	Belo Horizonte
BENÍCIO F. DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Extrativistas	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
BENÍCIO VILA NOVA DINIZ	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Extrativistas	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
BENIGNO DE AZEVEDO LEITE	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Autônomos	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
BENITO CAPARELLI	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 75.	15/05/1964	Autônomos	IPM 122 DVS 019	Uberaba
BENITO MUSSOLINI FELICE	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 8.	11/08/1964	Radialistas	IPM 7 DVS 100	Araguari
BENITO ONOFRE CALDO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 37.	30/04/1964	Autônomos	IPM 33 DVS 041	Caratinga
BENJAMIM CECÍLIO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
BENJAMIM MIRANDA GOMES	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Ajudante de solda	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
BENJAMIM MIRANDA NEVES	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Ajudante de solda	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
BENJAMIM PASSOS	APM, doc. DOPS: pasta 5241 imagem 46	1966	Autônomo	Perseguido por participação no PCB.	Juiz de Fora
BENJAMIM PASTEUR BORGES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
BENJAMIM PASTOR JORGE	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
BENONI DOS SANTOS MOTTA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 45.	08/06/1964	Ferroviários	IPM 40 DVS 034	Cons. Lafaiete
BENTO JACOB DA SILVA	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.09-Proc.161; processo trabalhista 4281, CEREM/Sindmon-Metal.	12/04/1964	Metalúrgicos	Privação de alimentos, tortura psicológica.Perseguido e coagido a pedir demissão da Belgo Mineira.	J. Monlevade
BENTO LEMOS DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Uberaba
BERTOLINO FERREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Transportes	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Pirapora
BIANOR ALVES DE CARVALHO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 75.	15/05/1964	Autônomos	IPM 122 DVS 019	Uberaba
BIANOR DE ASSIZ	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Eletricitários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
BIBIANO FERREIRA PEQUENO	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.10-Proc.796	01/04/1964	Ferroviários	Intoxicação (BHC), tortura psicológica.	Montes Claros
BOLIVAR DETALOND LOPES	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.62-Proc.020; doc. DOPS: pasta 0005, imagem 86; pasta 0302, imagem 8.	abril/1964.	Correios	"Corredor polonês", tortura psicológica. IPM 101 ID/4 - C - Específico da ECT	Belo Horizonte

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
BRÁS ALVES VIEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 39.	16/07/1964	Não identificado	IPM 11	Caxambu
BRÁULIO CARLOS BEZERRA FILHO	APM, doc. DOPS: pasta 0012{5}, imagem 16.	13/06/1964	Trab. do ensino	Indiciado em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
BRAZ ALVES VIEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 68.	02/06/1964	Autônomos	IPM 115 DVS 062	São Sebastião do Paraíso
BRENO SOARES MAIA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 44.	02/05/1964	Autônomos	IPM 92 DVS 044	Passos
CACILDO JOSÉ CORDEIRO	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 9.	08/05/1964	Serv. públicos	IPM 22 por atividades subversivas no SAPS	Juiz de Fora
CAETANO JOSÉ PIRES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
CAIO JOSÉ DIAS RODRIGUES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 72.	30/04/1964	Autônomos	IPM 119 DVS 023	Teófilo Otoni
CALCIR JOSÉ PEREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0008, imagem 4 e outras.	07/04/1964	Não identificado	Indiciado no IPM sem número	Uberlândia
CALIXTO ROSA NETO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 76.	15/05/1964	Autônomos	IPM 122 DVS 019	Uberaba
CALVA GERALDO DE OLIVEIRA QUINTO	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 40.	10/06/1964	Não identificado	IPM 10	Caxambu
CAMERINDO DE OLIVEIRA E SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0003{2}, imagem 1 e outras.	11/07/1964	Não identificado	Indiciado no IPM sem número sobre subversão na guarnição militar federal de Belo Horizonte	Belo Horizonte
CÂNDIDO CERQUEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 4 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
CÂNDIDO ELIAZÁRIO SILVA CASURO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Coronel Fabriciano
CÂNDIDO SIMÕES CANELA	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 48; pasta 0005, imagem 29.	05/05/1964	Serv. públicos	IPM 32. IPM 85 DVS 017.	Belo Horizonte e Montes Claros
CÂNDIDO SOARES NETO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 6.	13/05/1964	Autônomos	IPM 69 DVS 089	Medina
CANUTO DE ARAÚJO ?	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 20.	08/05/1964	Não identificado	IPM 13	Rio Pomba
CARÍCIO (ou CANÍCIO) DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 86; pasta 0302, imagem 7.	27/04/1964	Serv. públicos	IPM 101 ID/4 - C - Específico da ECT	Belo Horizonte
CARLITO CORDEIRO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 77; pasta 0008, imagem 16 e outras.	19/05/1964	Serv. públicos	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
CARLOS ALBERTO AHOUAGI	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 21.	30/04/1964	Bancários	IPM 12	Juiz de Fora
CARLOS ALBERTO BOTREU COUTINHO	APM, doc. DOPS: pasta 0012{5}, imagem 16.	13/06/1964	Trab. do ensino	Indiciado em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
CARLOS ALBERTO FERREIRA LIMA	APM, doc. DOPS: pasta 0263, imagem 55.	21/07/1975	Trab. do ensino	Fichado no DOPS/MG porque em 1.965 pediu demissão do cargo de professor da UNB em solidariedade a 15 professores demitidos pelo Reitor daquela universidade.	Belo Horizonte
CARLOS ALBERTO TEIXEIRA BARBOSA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 9.	08/05/1964	Serv. públicos	IPM 22 por atividades subversivas no SAPS	Juiz de Fora
CARLOS ALBERTO XAVIER	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Policial militar	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
CARLOS ALOISE NAVAD	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 48.	05/05/1964	Serv. públicos	IPM 32	Belo Horizonte
CARLOS AMÉRICO FATINI	APM, doc. DOPS: pasta 0012{5}, imagem 16.	13/06/1964	Trab. do ensino	Indiciado em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
CARLOS ANTÔNIO MELGAÇO VALADARES	APM, doc. DOPS: pasta 4214, imagem 708; pasta 0040, imagens 82 em diante; pasta 5303, imagem 3.	out/1968	Não identificado	Indiciado em processo por denuncia como dirigente da AP. Detido durante realização de greve em 1968.	Belo Horizonte e Contagem
CARLOS ANTUNES DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 20.	01/05/1964	Serv. públicos	IPM 77 DVS 030	Mariana
CARLOS BARBOZA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
CARLOS COSTA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 17.	30/04/1964	Ferroviários	IPM 16	Santos Dumont
CARLOS DE ALMEIDA WUTKE	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 78.	19/05/1964	Autônomos	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
CARLOS DE ARAÚJO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 16.	29/04/1964	Autônomos	IPM 74 DVS 015	Lavras
CARLOS DE LAS CASAS IGNACIO DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 309, imagens 3 e 4;	03/04/1974	Serv. públicos	Em 03/04/74 teve atestado de antecedentes negado por ter assinado lista do PCB em 1.962 e ter sido preso em Ipatinga em 1.964	Rua Eduardo Porto 306
CARLOS DE SALES FRANÇA	APM, doc. DOPS: pasta 0008, imagem 4 e outras.	07/04/1964	Não identificado	Indiciado no IPM sem número	Uberlândia
CARLOS DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 30.	30/04/1964	Não identificado	IPM 3	Não identificada
CARLOS FABRÍCIO XAVIER NEGROMONTE	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Aeroviários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
CARLOS FREITAS ANDRADE	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 54.	26/04/1964	Não identificado	IPM 49 DVS 111	Diamantina
CARLOS GATTI	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 14; pasta 0313, imagens 21 a 32; doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.62-Proc.766; processo trabalhista 4281, CEREM/ Sindmon-Metal.	abril/1967	Metalúrgicos	IPM 72A DVS s/ nº. Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT. Perseguido em J. Monlevade desde a ocorrência do golpe militar de 1964, foi transferido para Sabará.	J. Monlevade
CARLOS GUEDES CAVALCANTI	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 44.	02/05/1964	Trab. do ensino	IPM 92 DVS 044	Passos
CARLOS GUIMARÃES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 83.	19/05/1964	Bancários	IPM 126 DVS 055	Varginha
CARLOS GUIMARÃES SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Construção civil	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Montes Claros
CARLOS JOSÉ PEREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 64.	06/05/1964	Autônomos	IPM 59 DVS 020	Gov. Valadares
CARLOS LÚCIO MONTALVÃO COUTINHO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Ponte Nova
CARLOS LUIZ SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 79.	19/05/1964	Serv. públicos	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
CARLOS MAGNO DE ALMEIRA	APM, doc. COSEG: rolo (ref.: Greves Diversas) 004, pasta CA.03.08, documento 28.	Não disponível	Jornalistas	Órgãos de segurança realizam vigilância sobre jornalistas.	Belo Horizonte
CARLOS MAGNO MACHADO	APM, doc. DOPS: pasta 1018, imagens 4 e 5; declaração do próprio à COVEMG.	Não disponível	Tec. em Agricultura	Interrogado no DOPS sobre suas atividades em movimentos sociais, de trabalhadores e estudantis.	Belo Horizonte
CARLOS MARIA LACERDA CRUZ MACHADO	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 8.	25/05/1964	Não identificado	IPM 23.	Barbacena
CARLOS MARKS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cons. Lafaiete
CARLOS MONTEIRO DE ARAÚJO	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 4 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
CARLOS MOREIRA DE AMARAL	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
CARLOS MOREIRA DE ARAÚJO	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 41; pasta 0009, imagem 2 e outras.	18/05/1964	Serv. públicos	IPM 137. Indiciado no IPM sem número	Belo Horizonte

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
CARLOS OLAVO DA CUNHA PEREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 64.	06/05/1964	Jornalistas	IPM 59 DVS 020	Gov. Valadares
CARLOS QUEZADA CESARINI	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 48.	26/05/1964	Não identificado	IPM 2	Alfenas
CARLOS RAPINI	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 11.	30/09/1964	Autônomos	IPM 9 DVS sem nº	B. de Cocais
CARLOS ROBERTO DA SILVA	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Operador	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
CARLOS SIMÕES	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.10-Proc.759; processo trabalhista 4281, CEREM/Sindmon-Metal.	01/04/1964	Metalúrgicos	Privação de higiene, tortura psicológica. Perseguido e coagido a pedir demissão da Belgo Mineira.	J. Monlevade
CARLOS VASCI GASPAR	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 39.	16/07/1964	Não identificado	IPM 11	Caxambu
CARLOS VITOR ALVES DELAMONICA	APM, doc. DOPS: pasta 5065, imagem 191.	10/04/1964	Não identificado	Indiciado no IPM DVS 074	Itajubá
CARMO DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	B. de Cocais
CARMOZINA DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Leopoldina
CAROLINO BENEDITO DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Ind. Alimentícia	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Uberaba
CASSEMIRO ALCÂNTARA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 54.	26/04/1964	Autônomos	IPM 49 DVS 111	Diamantina
CÁSSIO GONÇALVES	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 7.	01/06/1964	Autônomos	IPM 114	Belo Horizonte
CÁSSIO PORFÍRIO DE ANDRADE LIMA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 62.	30/04/1964	Autônomos	IPM 58 DVS 036	Frutal
CATÃO DA CRUZ PRATES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Construção civil	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Montes Claros
CAUBY JOSÉ DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 17.	30/04/1964	Ferroviários	IPM 16	Santos Dumont
CECÍLIA FERREIRA DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0008, imagem 4 e outras.	07/04/1964	Não identificado	Indiciado no IPM sem número	Uberlândia
CECÍLIA SILVA	APM, doc. COSEG: rolo (ref.: Greves Diversas) 004, pasta CA.03.08, documento 28.	Não disponível	Jornalistas	Órgãos de segurança realizam vigilância sobre jornalistas.	Belo Horizonte
CECÍLIO LEONARDO FERREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Sabará
CELESTE B. DE ALMEIDA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 36.	16/07/1964	Não identificado	IPM 14	Varginha
CELESTINO ESTEVES PEREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 38.	24/05/1964	Serv. públicos	IPM 88 DVS 021	Novo Cruzeiro
CÉLIA FRANCISCA ESTEVES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Além Paraíba
CÉLIA LABORNE TAVARES	APM, doc. COSEG: rolo (ref.: Greves Diversas) 004, pasta CA.03.08, documento 28.	Não disponível	Jornalistas	Órgãos de segurança realizam vigilância sobre jornalistas.	Belo Horizonte
CÉLIA REZENDE RIBEIRO DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 7.	01/06/1964	Trab. do ensino	IPM 114	Belo Horizonte
CELINE DA SILVA MACHADO	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Industriário	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
CÉLIO GUERRA HORTA	APM, doc. COSEG: rolo (ref.: Greves Diversas) 004, pasta CA.03.08, documento 28.	Não disponível	Jornalistas	Órgãos de segurança realizam vigilância sobre jornalistas.	Belo Horizonte

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
CÉLIO SEGUNDES (SEGUNDO?) SALES	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 36; pasta 0005, imagem 83.	16/07/1964	Não identificado	IPM 14. IPM 126 DVS 055.	Varginha
CÉLIO SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 4.	26/04/1964	Ferroviários	IPM 4 DVS 066	Além Paraíba
CELIUS AULICUS GOMES JARDIM	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 87.	13/05/1964	Jornalistas	IPM 102 ID/4 - D	Belo Horizonte
CELSO ANDRADE MENDES	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 40.	10/06/1964	Não identificado	IPM 10	Caxambu
CELSO AQUINO RIBEIRO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 56.	29/04/1964	Serv. públicos	IPM 52 DVS 006	Divinópolis
CELSO CORREA DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 78; pasta 0008, imagem 14 e outras.	19/05/1964	Trab. do ensino	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
CELSO MACHADO GUIMARÃES	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 8.	11/08/1964	Bancários	IPM 7 DVS 100	Araguari
CELSO MAGALHÃES	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 3 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
CELSO SALCHE	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 30.	30/04/1964	Não identificado	IPM 3	Não identificada
CELSON DINIZ PEREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0012{5}, imagem 16.	13/06/1964	Trab. do ensino	Indiciado em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
CELY MARIA DE OLIVEIRA MORAES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora
CERCÍDIO GABRIEL DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 28.	15/05/1964	Serv. públicos	IPM 24 DVS 047	Campina Verde
CESALPINO CAMPOS ABREU	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cataguases
CÉSAR EPTÁCIO MAIA	APM, doc. DOPS: pasta 5303, imagem 6.	out-68	Não identificado	Detido durante realização de greve em 1968.	Belo Horizonte e Contagem
CESARINHO JOSÉ FÉLIX	APM, doc. DOPS: pasta 0252, imagem 4.	15/05/1968	Taxistas	Prisão por realizarem greve por reajuste no valor da tarifa.	Belo Horizonte
CEZAR EDUARDO CERQUEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 49.	25/04/1964	Metalúrgicos	IPM 44 DVS 106	Coronel Fabriciano
CEZÁRIO MATIAS DE ALMEID	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 54.	26/04/1964	Correios	IPM 49 DVS 111	Diamantina
CHAFI AYUB JACOB	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 78.	19/05/1964	Trab. do ensino	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
CHICÃO	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 3 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
CÍCERO ALVES	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Metalúrgicos	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
CÍCERO CHAVES	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 37.	30/04/1964	Autônomos	IPM 33 DVS 041	Caratinga
CÍCERO MACEDO ALVIM	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 78.	19/05/1964	Autônomos	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
CÍCERO MANOEL NUNES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
CÍCERO NUNES DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 8.	11/08/1964	Autônomos	IPM 7 DVS 100	Araguari
CINÉSIO FLORÊNCIO DA CRUZ	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Eletricitários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
CINÉSIO LOURENÇO REIS	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 48.	05/05/1964	Metalúrgicos	IPM 32	Belo Horizonte
CIRILO RIOMAR	APM, doc. DOPS: pasta 0003{2}, imagem 1 e outras.	11/07/1964	Não identificado	Indiciado no IPM sem número sobre subversão na guarnição militar federal de Belo Horizonte	Belo Horizonte

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
CIRO CIQUEIRA	APM, doc. COSEG: rolo (ref.: Greves Diversas) 004, pasta CA.03.08, documento 28.	Não disponível	Jornalistas	Órgãos de segurança realizam vigilância sobre jornalistas.	Belo Horizonte
CIRO DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32; doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.11-Proc.583	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT. Torturas físicas, privação de alimentos, tortura psicológica.	Lavras
CIRO REVERBEL DE ARAÚJO GOÉS	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 19.	18/05/1964	Ind. Alimentícia	IPM 15 DVS 081	Brasilândia
CIRO SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 16.	29/04/1964	Industriários	IPM 74 DVS 015	Lavras
CLARICE DE ASSIS BRASIL	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Lavras
CLÁUDIO GONÇALVES DA ROCHA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 31.	30/04/1964	Correios	IPM 2 no DCT	Não identificada
CLÁUDIO ou CLAUDINO JOSÉ DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0003{2}, imagem 1 e outras.	11/07/1964	Não identificado	Indiciado no IPM sem número sobre subversão na guarnição militar federal de Belo Horizonte	Belo Horizonte
CLAUDIOMIRO ANTÔNIO DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0252, imagem 9.	15/05/1968	Taxistas	Prisão por realizarem greve por reajuste no valor da tarifa.	Belo Horizonte
CLAUDIONOR DOS SANTOS CRUZ	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Eletricitários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
CLÉBER MARINHO DE CARVALHO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 14.	abril/1964.	Não identificado	IPM 12 DVS 040	Corinto
CLÉLIO TEIXEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Petroleiros	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
CLÉRIA MARIA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 11.	30/09/1964	Comerciários	IPM 9 DVS sem nº	B. de Cocais
CLERY SOARES VANDERLEY	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 23.	23/04/1964	Comerciários	IPM 90 DVS 095	Belo Horizonte
CLODESMIDT RIANI	APM, doc. DOPS: pasta 0042 imagem 4; pasta 0004{1}, imagem 29; pasta 0007{1}, imagem 10; pasta 0313, imagens 21 a 32; pasta 314, imagem 3.	abril/1964	Eletricitários	Acusado de cooperar com os movimentos grevistas à época. IPM 118. IPM 21. Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT. Cassação de direitos políticos. Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Juiz de Fora
CLORINDO PEIXOTO FRADE	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
CLOVES GONÇALVES FERREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Coronel Fabriciano
CLÓVIS PEREIRA GUIMARÃES	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 48; pasta 0005, imagem 29.	05/05/1964	Autônomos	IPM 32. IPM 85 DVS 017.	Belo Horizonte e Montes Claros
CONCEIÇÃO COSTA PEREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 35.	16/05/1964	Não identificado	IPM 15	Cambuquira
CONCEIÇÃO IMACULADA DE OLIVEIRA	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.12-Proc.028	01/10/1968	Metalúrgicos	Espancamentos, "telefones", queimadura com cigarro, choques elétricos, tortura psicológica.	Belo Horizonte
CONCEIÇÃO MARIA DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Pará de Minas
CONRADO FERREIRA CAMPOS	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 62.	30/04/1964	Bancários	IPM 58 DVS 036	Frutal
CORIOLANO BRUZZI DE CARVALHO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Fumageiros	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
COSME SIMPLÍCIO SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0003{2}, imagem 1 e outras.	11/07/1964	Não identificado	Indiciado no IPM sem número sobre subversão na guarnição militar federal de Belo Horizonte	Belo Horizonte
CRISTIANO SANTOS PIRES	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 20.	08/05/1964	Não identificado	IPM 13	Rio Pomba
CRISTÓVAM BONIFÁCIO DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0252, imagem 9.	15/05/1968	Taxistas	Prisão por realizarem greve por reajuste no valor da tarifa.	Belo Horizonte
CRISTÓVÃO ALVES PEREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 6.	18/05/1964	Serv. públicos	IPM 6 DVS 073	Araçuaí
CRISTÓVÃO JOSÉ DE RIBAMAR NUNES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 8.	Não disponível	Autônomos	IPM 70 DVS 046	Ituiutaba

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
CRISTÓVÃO RUBENS DE OLIVEIRA	APM, doc. COSEG: rolo (ref.: Greves Diversas) 004, pasta CA.03.08, documento 28.	Não disponível	Jornalistas	Órgãos de segurança realizam vigilância sobre jornalistas.	Belo Horizonte
CUSTÓDIO PEREIRA DE FIGUEIREDO FILHO	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 40.	10/06/1964	Não identificado	IPM 10	Caxambu
CUSTÓDIO REZENDE	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 4 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
CUSTÓDIO REZENDE EVANGELISTA DE PAULA	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 31; pasta 0313, imagens 21 a 32.	17/06/1964	Bancários	IPM 120. Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
CYRO ALÍPIO (ALYPIO?) SIQUEIRA	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Industriário	Ferido por projétil no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
CYRO MACHADO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 78.	19/05/1964	Autônomos	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
DALBERTO DE REZENDE NEVES	APM, doc. DOPS: pasta 0008, imagem 4 e outras.	07/04/1964	Não identificado	Indiciado no IPM sem número	Uberlândia
DALMO PEREIRA DE CARVALHO	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 30.	30/04/1964	Não identificado	IPM 3	Não identificada
DALMY BARRETO E SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 87; pasta 0313, imagens 21 a 32; doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.62-Proc.030	13/05/1964	Aeroviários	IPM 102 ID/4 - D . Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT. Tortura física, tortura psicológica.	Belo Horizonte
DALSON SOARANO	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 39.	16/07/1964	Não identificado	IPM 11	Caxambu
DALTRO CATAZI	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 78.	19/05/1964	Trab. do ensino	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
DALVINO PEDRO DE ALMEIDA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Construção civil	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
DAMIRO RICARDO DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	B. de Cocais
DANIDSON MACHADO DE MORAIS	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 21.	21/05/1964	Comerciários	IPM 12	Belo Horizonte
DANIEL DE OLIVEIRA NOVAES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
DANIEL ROSALIO ou ROSALINO FREITAS	APM, doc. DOPS: pasta 0003{2}, imagem 1 e outras.	11/07/1964	Não identificado	Indiciado no IPM sem número sobre subversão na guarnição militar federal de Belo Horizonte	Belo Horizonte
DANILO DELLA CROCI	APM, doc. DOPS: pasta 5303, imagem 4.	out-68	Bancários	Detido durante realização de greve em 1968.	Belo Horizonte e Contagem
DANILO MONTES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Indústria de calçados	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Uberaba
DANTE MELO BASTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 7 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
DANTE PELACANE	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 3 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
DARCI (OU DARCY) POLICARPO	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.12-Proc.286	01/04/1964	Ferroviários	Espancamentos, choques elétricos, "telefones", tortura psicológica.	Além Paraíba
DARCI LUIZ CARNEIRO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
DÁRCIO COSTA MENDES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Montes Claros
DARCY DO COUTO GIL	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 4.	09/08/1964	Ferroviários	IPM 27 sobre atividades subversivas na Estrada de Ferro Leopoldina.	Visc. R. Branco
DARCY POLYCARPO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 4.	26/04/1964	Ferroviários	IPM 4 DVS 066	Além Paraíba
DARKE BAETA DA COSTA	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 9.	18/05/1964	Serv. públicos	IPM 106 sobre subversão na Assembleia Legislativa de MG.	Belo Horizonte

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
DAURY DE BARROS PINTO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 3,	10/04/1964	Comerciários	IPM 67 DVS 074 em Itajubá.	Itajubá
DAUTA FILOMENA VITAL	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	S. J. Nepomuceno
DAVI DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 29.	05/05/1964	Comerciários	IPM 118	Belo Horizonte
DAVID ALVES DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 35.	16/05/1964	Não identificado	IPM 15	Cambuquira
DAVID CUSTÓDIO DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 21; pasta 0042, imagem 4 e seguintes.	abril/1964	Industriários	IPM 12 . Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
DAVID DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 21.	21/05/1964	Comerciários	IPM 12	Belo Horizonte
DAVID ESTEVES CARDOSO (BOCA DE MULA)	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 72.	30/04/1964	Serv. públicos	IPM 119 DVS 023	Teófilo Otoni
DAVID GERALDINO DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Eletricitários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
DAVID JOSÉ DE MIRANDA FILHO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Transportes	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Pirapora
DAVID MAXIMILIANO DE SOUZA	Machado, Luiz Otávio. Depoimento de David Maximiliano de Souza. Acessível em http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br/2008/04/depoimento-de-david-maximiliano-de.html . Acesso em 19/03/2017.	17/04/1980	Trab. do ensino	Acusado de preparar atentados à bomba. Preso por cerca de um ano, absolvido no Superior Tribunal Militar (STM) demonstrando que os artefatos, alegadamente encontrados em sua residência, haviam sido ali "plantados".	Ouro Preto
DAVID MENEZES SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
DAVID RODRIGUES DINIZ	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 29.	07/05/1964	Autônomos	IPM 85 DVS 017	Montes Claros
DAVIM SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Construção civil	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Montes Claros
DEGULIO FREITAS CASTRO	APM, doc. DOPS Pasta: 0257, Imagem 3	1968	Bancários	Presos por envolvimento com o grupo "Corrente Revolucionária de Minas Gerais"	Belo Horizonte
DEHNIR? VILELA	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 7 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
DELCY BOLIVAR DE CASTRO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 26.	31/07/1964	Serv. públicos	IPM 22 DVS sem nº	Caetanópolis
DELFIM COELHO GOMES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 20.	01/05/1964	Ferroviários	IPM 77 DVS 030	Mariana
DELHI SILVA CARVALHO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 79.	19/05/1964	Serv. públicos	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
DELMIR FERNANDES VILELA	APM, doc. DOPS: pasta 0003{2}, imagem 1 e outras.	11/07/1964	Não identificado	Indiciado no IPM sem número sobre subversão na guarnição militar federal de Belo Horizonte	Belo Horizonte
DELMYR (OU DELMIR) FERNANDES VILLELA	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.12-Proc.708; pasta 0313, imagens 21 a 32.	31/03/1964	Eletricitários	Tortura psicológica. Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
DEMÉTRIO DA ROCHA RIBEIRO	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.63-Proc.031	24/04/1969	Serv. públicos	Chutes, choques elétricos, "telefones", privação de alimento, simulação de fuzilamento, tortura física, tortura psicológica.	Belo Horizonte
DEMÓSTENES DIAS TEIXEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 8.	11/08/1964	Bancários	IPM 7 DVS 100	Araguari
DENISE PAIVA DE SOUZA MAIA	APM, doc. DOPS: pasta 0008, imagem 4 e outras.	07/04/1964	Não identificado	Indiciado no IPM sem número	Uberlândia
DEOCLÉSIO MOREIRA DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 3.	07/05/1964	Autônomos	IPM 3 DVS 051	Aimorés
DEOVALDO DE LIMA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 52.	15/05/1964	Autônomos	IPM 100 DVS 038	Porteirinha
DERLY PEDRO DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 20.	01/05/1964	Autônomos	IPM 77 DVS 030	Mariana

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
DERMIVAL BRITO GAMA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 7.	13/05/1964	Serv. públicos	IPM 69 DVS 089	Itaobim
DEUSDANTE FERREIRA FREITAS	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 62.	30/04/1964	Autônomos	IPM 58 DVS 036	Frutal
DEUSDETE BRAGA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32; doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.13-Proc.400; processo trabalhista 4281, CEREM/Sindmon-Metal.	01/04/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT. Agressão física, tortura psicológica.	J. Monlevade
DEUSMIRO DUARTE LAGE	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.13-Proc.665; processo trabalhista 4281, CEREM/Sindmon-Metal.	01/04/1964	Metalúrgicos	Agressão física, tortura psicológica. Perseguido e coagido a pedir demissão da Belgo Mineira.	J. Monlevade
DEUZEDINO AVELINO SANTOS	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.13-Proc.218; processo trabalhista 4281, CEREM/Sindmon-Metal.	01/04/1964	Metalúrgicos	Agressão física, tortura psicológica. Perseguido e coagido a pedir demissão da Belgo Mineira.	J. Monlevade
DEVENIR GOMES SILVA	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Metalúrgicos	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
DÍDIMO MIRANDA DE PAIVA	APM, doc. DOPS: pasta 5489, imagem 160; pasta 4059, imagem 148; pasta 104, imagem 180; pasta 5291, imagem 14; pasta 4446, imagem 36; doc. COSEG, rolo (ref.: Greves Diversas) nº 4, pasta CA.02.52, documento 28; pasta CA.02.52, documento 9; pasta CA.03.08, documento 28.	1961 a 1978	Jornalistas	Fichado por assinar manifesto a favor de Cuba em maio de 1.961. Em 31/1/78, relatório da COSEG com dados pessoais e fichas de identificação do jornalista. Em 8/4/75, relatório da COSEG registrando fichas de diversos jornalistas, inclusive Dídimo de Paiva. Em 27/4/64 consta em lista de presos em custódia. Em 3/4/75 a 4ª Brigada de Infantaria pede antecedentes de jornalistas da chapa ao Sindicato dos Jornalistas. Órgãos de segurança realizam vigilância sobre jornalistas.	Belo Horizonte
DILERMANDO DE OLIVEIRA FILHO	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 34.	16/07/1964	Não identificado	IPM 17	Itajubá
DILSON DIAS DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 43.	07/06/1964	Não identificado	IPM 38 DVS 032	Caxambu
DÍLSON FÉLIX PEREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Ind. Alimentícia	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Uberaba
DILTON DA SILVA	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Metalúrgicos	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
DIMAS PERRIM	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 4 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
DINAH DE CASTRO FARIA	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 49.	05/05/1964	Serv. públicos	IPM 32	Belo Horizonte
DINARCO REIS	NASCIMENTO, Saint'Clair L. Os Comunistas, cizânia em quartéis de Minas (livro).	1953	Policial Militar	Indiciado em IPM por indisciplina na PM.	Belo Horizonte ; Juiz de Fora
DIÓGENES DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 8.	Não disponível	Serv. públicos	IPM 70 DVS 046	Ituiutaba
DIONÍSIO GOMES	RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/6/1949. In: MARÇAL, Argemiro; e OUTROS. "Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil", pp. 2 e 3.	28/06/1949	Extrativistas	Operário da Mina Morro Velho Indiciado por "sabotagem" e "comunismo" no processo iniciado em 28 de junho de 1949.	Nova Lima
DIONÍSIO NUNES DELGADO	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 25.	05/05/1964	Serv. públicos	IPM 51 DVS 096	Belo Horizonte
DIONÍZIO DE BRITO VILLAS BOAS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Construção civil	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Montes Claros
DIRCEU MOUTHER DE ARAÚJO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 14.	abril/1964.	Não identificado	IPM 12 DVS 040	Curvelo
DIVINO ALVES DE CARVALHO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 78; pasta 0008, imagem 16 e outras.	19/05/1964	Trab. do ensino	IPM 123 DVS 099	Uberlândia

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
DIVINO DOS SANTOS REIS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Alfaiates e Costureiras	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
DIVINO FRANCISCO DE ASSIS	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.14-Proc.646; processo trabalhista 4281, CEREM/Sindmon-Metal.	01/04/1964	Metalúrgicos	Privação de alimentos, tortura psicológica. Perseguido e coagido a pedir demissão da Belgo Mineira.	J. Monlevade
DIVINO MEDEIROS	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.14-Proc.757; processo trabalhista 4281, CEREM/Sindmon-Metal.	01/04/1964	Metalúrgicos	Agressão física, privação de alimentos, tortura psicológica. Perseguido e coagido a pedir demissão da Belgo Mineira. Antes de ser conduzido ao fórum para homologação de sua demissão foi colocado em um caminhão em praça pública e na carroceria uma faixa dizendo "nocivos à sociedade", expostos em praça pública durante horas.	J. Monlevade
DIVINO MIRANDA MENDES	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 64.	06/05/1964	Comerciários	IPM 59 DVS 020	Gov. Valadares
DIVINO MIRANDA PEREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 64.	06/05/1964	Comerciários	IPM 59 DVS 020	Gov. Valadares
DJALMA DA CONCEIÇÃO SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
DJALMA DA SILVA TOLEDO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 83.	19/05/1964	Bancários	IPM 126 DVS 055	Varginha
DJALMA PEREIRA NETO	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 19.	30/04/1964	Bancários	IPM 14 no IAPB	Juiz de Fora
DJANIRO JOSÉ DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 49.	25/04/1964	Industriários	IPM 44 DVS 106	Coronel Fabriciano
DOLINGER CÂNDIDO FERREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Marceneiros	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
DOLVINO MARTINS DA ROCHA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Construção civil	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
DOMINGOS CAPARELLI MAIOLINO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Serviços	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Uberaba
DOMINGOS RIBEIRO VIOTTI	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 29; pasta 0004{1}, imagem 41; pasta 0009, imagem 2 e outras; pasta 0042, imagem 3 e seguintes.	05/05/1964	Serv. públicos	IPM 118. IPM 137. Indiciado no IPM sem número. Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
DORCELINO ALVES DE SOUZA	RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/6/1949. In: MARÇAL, Argemiro; e OUTROS. "Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil", pp. 2 e 3.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
DORILA PILÓ VELOSO	APM, doc. DOPS: pasta 5303, imagens 6 e 55.	06/10/1968	Trab. do ensino	Detido durante realização de greve em 1968 por distribuição de panfletos.	Belo Horizonte e Contagem
DORIVAL JORGE DE JESUS	APM, doc. DOPS: pasta 0252, imagem 4.	15/05/1968	Taxistas	Prisão por realizarem greve por reajuste no valor da tarifa.	Belo Horizonte
DOROTEA KOHVERT	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 18.	22/04/1964	Industriários	IPM 14 DVS 007	Bom Despacho
DR CASTELAR GUIMARÃES	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 5 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
DR. ANTÔNIO DE OLIVEIRA LUIS	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 5 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
DR. JUVENAL PEREIRA COUTO	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 7 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
DR. PAULO DE FARIA MATOS	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 5 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
DR. PEDRO BIZZOTO	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 7 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
DR. SILVEIRA RAMOS	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 5 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
DUARTE SEBASTIÃO DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Fumageiros	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
DULCIDA DE BRITO VIEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
DULCÍDIO MONTEIRO DA FONSECA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 30.	30/04/1964	Serv. públicos	IPM 3	Não identificada
DUNTALMO MAYER PIMENTA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 21.	maio-64	Serv. públicos	IPM 17 DVS 071	Buenópolis
DURVAL DE FREITAS	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 49.	24/08/1964	Militares	IPM 1 no 4º Regimento de Obuses-105	Pouso Alegre
DURVAL RAMALHO CORRÊA	APM, doc. DOPS: pasta 5303, imagem 31.	out-68	Não identificado	Detido durante realização de greve em 1968.	Belo Horizonte e Contagem
DURVALINO TELES DE ANDRADE	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 29.	07/05/1964	Autônomos	IPM 85 DVS 017	Montes Claros
EDELTRUDES GUIMARÃES	APM, doc. DOPS: pasta 0012{5}, imagem 17.	13/06/1964	Trab. do ensino	Indiciado em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
EDELWEIS BORGES	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 41.	25/05/1964	Não identificado	IPM 36 DVS 083	Cássia
EDEM ARAÚJO BORGES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 75.	15/05/1964	Comerciários	IPM 122 DVS 019	Uberaba
EDERN ANTONIO VELOSO	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 48.	26/05/1964	Não identificado	IPM 2	Alfenas
EDGAR CUSTÓDIO EVANGELIST	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 4 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
EDGAR RIBEIRO DE FRANCO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cataguases
EDGARD ANTÔNIO DE ARAÚJO	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.14-Proc.492	01/04/1964	Aeronautas	Incomunicabilidade, agressões físicas, tortura psicológica.	Belo Horizonte
EDGARD DE CARVALHO SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0012{5}, imagem 17.	13/06/1964	Trab. do ensino	Indiciado em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
EDGARD GODOI DA MATA MACHADO	APM, doc. DOPS: pasta 0012{5}, imagem 16; pasta 0042, imagem 7 e seguintes.	abril/1964	Trab. do ensino	Indiciado em IPM sobre subversão no ensino. Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
EDGARD MAGALHÃES DIAS	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 51.	25/04/1964	Correios	IPM 45 DVS 098	Coronel Fabriciano
EDIMAR JEFERSON DE PAIVA LOPES	APM, doc. DOPS: pasta 0252, imagem 5.	15/05/1968	Taxistas	Prisão por realizarem greve por reajuste no valor da tarifa.	Belo Horizonte
EDIR PENA DE OLIVEIRA (CANOA)	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 20.	04/08/1964	Não identificado	IPM 33 sobre subversão no 12º RI.	Belo Horizonte
EDISA DOS ANJOS ALEXANDRE	RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/6/1949. In: MARÇAL, Argemiro; e OUTROS. "Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil," pp. 2 e 3.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
EDISON NOGUEIRA DA SILVA	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.15-Proc.338	07/07/1964	Ferroviários	Privação de alimentos, tortura psicológica.	Furtado de Campos
EDIVAR LINO DE PAULA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Construção civil	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cataguases
EDLA RODRIGUES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Eletricitários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
EDMAR FIRMINO MAIA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Fumageiros	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
EDMAR JOSÉ DA FONSECA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 85.	22/06/1964	Jornalistas	IPM 100 ID/4 - B	Belo Horizonte
EDMUNDO CORDEIRO	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 49.	24/08/1964	Militares	IPM 1 no 4º Regimento de Obuses-105	Pouso Alegre
EDMUR JOSÉ DA FONSECA	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 27.	22/06/1964	Jornalistas	IPM 116	Belo Horizonte
EDSEL DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 26; doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.15-Proc.033	26/06/1964	Autônomos	IPM 83 DVS 064. Tortura psicológica.	Monte Carmelo

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
ÉDSON ARMOND MATOS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora
ÉDSON CRUZ BALDI	APM, doc. DOPS: pasta 0252, imagem 5.	15/05/1968	Taxistas	Prisão por realizarem greve por reajuste no valor da tarifa.	Belo Horizonte
ÉDSON DE ASSIS MORAIS	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 2.	06/06/1964	Autônomos	IPM 2 DVS 072	Açucena
ÉDSON DE MIRANDA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 2.	06/06/1964	Serv. públicos	IPM 2 DVS 072	Açucena
EDSON DE OLIVEIRA FERRI	NASCIMENTO, Saint'Clair L. Os Comunistas, cizânia em quartéis de Minas (livro).	1953	Policial Militar	Indiciado em IPM por indisciplina na PM.	Belo Horizonte ; Juiz de Fora
ÉDSON DORNELES	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 37.	30/04/1964	Radialistas	IPM 33 DVS 041	Caratinga
ÉDSON FRANCO DA ROSA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 5.	02/06/1964	Serv. públicos	IPM 68 DVS 086	Itanhandu
EDSON GENEROSO COELHO	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Metalúrgicos	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
ÉDSON GOMES QUARESMA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cataguases
EDSON MOREIRA LUIZ INÁCIO MAGALHÃES	APM, doc. DOPS: pasta 5303, imagens 4 e 123.	01/10/1968	Metalúrgicos	Detido durante realização de greve em 1968 por realização de piquetes.	Belo Horizonte e Contagem
ÉDSON NOGUEIRA DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 4.	09/08/1964	Ferroviários	IPM 27 sobre atividades subversivas na Estrada de Ferro Leopoldina.	Furtado de Campos
EDSON PARREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0012{5}, imagem 17.	13/06/1964	Trab. do ensino	Indiciado em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
ÉDSON ROSA BOTELHO	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 51.	13/10/1964	Comerciários	IPM 33 DVS sem número	Belo Horizonte
EDUARDO AUGUSTO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
EDUARDO FRIEIRO	APM, doc. DOPS: pasta 0012{5}, imagem 17.	13/06/1964	Trab. do ensino	Indiciado em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
EDUARDO GOMES DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0002{3}, imagem 2 e outras.	03/06/1964	Autônomos	Indiciado no IPM sem número	Belo Horizonte
EDUARDO JORGE VITAL DE FREITAS	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 30.	30/04/1964	Autônomos	IPM 3	Não identificada
EDYNARDO RODRIGUES WEYNE	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 67.	04/06/1964	Serv. públicos	IPM 61 DVS 063	Guapé
EFIGÊNIA ALVIM DE MENEZES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
EINAS SILVINO DE SOUZA	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Não identificado	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
EKEL SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 77; pasta 0008, imagem 14 e outras.	19/05/1964	Bancários	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
ÉLCIO	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 6 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
ÉLDER BARRETO DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 7.	22/06/1964	Militares	IPM 24 por atividades subversivas no quartel da 11º RI	São João Del Rei
ELENA OCHOA CARRASCO	APM, doc. DOPS: pasta 0008, imagem 4 e outras.	07/04/1964	Não identificado	Indiciado no IPM sem número	Uberlândia
ELI BONINI GARCIA	APM, doc. DOPS: pasta 0012{5}, imagem 14.	13/06/1964	Trab. do ensino	Investigado em IPM sobre subversão no ensino,.	Belo Horizonte

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
ELIANA (ELIANE?) MARTINS	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	3 meses de idade	Morta no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
ELIAS ANDRADE	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 31.	17/06/1964	Bancários	IPM 120	Belo Horizonte
ELIAS JORGE CHAIM	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 38.	24/05/1964	Autônomos	IPM 88 DVS 021	Novo Cruzeiro
ELIAS SILVINO	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Não identificado	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
ELIEZER PEREIRA DA SILVA	RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/6/1949. In: MARÇAL, Argemiro; e OUTROS. "Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil", pp. 2 e 3.	28/06/1949	Extrativistas	Operário da Mina Morro Velho Indiciado por "sabotagem" e "comunismo" no processo iniciado em 28 de junho de 1949.	Nova Lima
ELÍSIO ALVES GONÇALVES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 45.	30/04/1964	Autônomos	IPM 93 DVS 093	Pedro Leopoldo
ELIZETE NICODEMOS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	S. J. Nepomuceno
ELIZEU TEIXEIRA DE ARAÚJO	APM, doc. DOPS: pasta 0003{2}, imagem 1 e outras; NASCIMENTO, Saint'Clair L. Os Comunistas, cizânia em quartéis de Minas (livro).	1953 e 11/07/1964	Policial Militar	Indiciado no IPM sem número sobre subversão na guarnição militar federal de Belo Horizonte. Indiciado em IPM por indisciplina na PM.	Belo Horizonte
ELMATO DE AMORIM FORTUNA PESSOA	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 24.	25/04/1964	Serv. públicos	IPM 49 DVS 094	Belo Horizonte
ELOY FAGUNDES FARIA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 35.	16/05/1964	Não identificado	IPM 15	Cambuquira
ELOY FERNANDES DE FARIA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 27.	16/05/1964	Correios	IPM 23 DVS 053	Cambuquira
ELOY FERNANDES DOS REIS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Transportes	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora
ELPÍDIO LUIZ DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 26.	30/04/1964	Não identificado	IPM 7	S. J. Nepomuceno
ELPÍDIO PIRES DA SILVA	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.16-Proc.613; processo trabalhista 4281, CEREM/Sindmon-Metal.	01/04/1964	Metalúrgicos	Agressões físicas, tortura psicológica.Perseguido e coagido a pedir demissão da Belgo Mineira.	J. Monlevade
ELPÍDIO RAMOS ALTOMAR	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora
ELSON COSTA	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 4 e seguintes; pasta 0004{1}, imagem 20.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais. IPM 33 sobre subversão no 12º RI.	Belo Horizonte
ÉLSON RANGEL	APM, doc. DOPS: pasta 0010, imagens 93-95.	16/02/1966	Extrativistas	Indiciado e interrogado em inquérito sobre atividades no Sindicato de Extração de Minério.	Congonhas do Campo
ELVANDE DE OLIVEIRA SOUZA	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Eletricista	Ferido por projétil no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
ELVANDE OLIVEIRA SOUZA	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Não identificado	Ferido por projétil no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
ELY BONINI GARCIA	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 18.	22/04/1964	Trab. do ensino	IPM 108 .	Belo Horizonte
ELZIO FONSECA DOLABELA	APM, doc. DOPS: pasta 0012{5}, imagem 17.	13/06/1964	Trab. do ensino	Indiciado em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
EMANOEL BIANCHI	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 47.	03/08/1964	Serv. públicos	IPM 133	Belo Horizonte

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
EMELY VIEIRA RIBEIRO	APM, doc. DOPS: pasta 0837, imagem 2	1964	Serv. públicos	Indicada como membro da AP. Detida em 09/05/1970. Indiciada em IPM sobre Ala Vermelha do PCdoB em 08/07/1970	Belo Horizonte
EMER LIMA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Construção civil	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
EMÍLIA DOS SANTOS SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
EMÍLIO	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 7 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
EMÍLIO EVANGELISTA DA SILVA	RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/6/1949. In: MARÇAL, Argemiro; e OUTROS. "Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil", pp. 2 e 3.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
EMÍLIO JOSÉ FONSECA MUZZI	APM, doc. DOPS: pasta 0252, imagem 6.	15/05/1968	Taxistas	Prisão por realizarem greve por reajuste no valor da tarifa.	Belo Horizonte
EMÍLIO SÁVIO MORAIS LIMA	APM, doc. DOPS: pasta 0235, imagem 47.	28/08/1961	Jornalistas	Preso em 1961 no Clube dos Bancários, fichado no DOPS como comunista. Denunciou policiais presentes no Congresso Agrícola no Auditório da Secretaria da Saúde em 1961.	Belo Horizonte
ENEIAS FERNANDO PORTO	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 8.	25/05/1964	Trab. do ensino	IPM 23.	Barbacena
ÊNIO AMARAL	APM, doc. DOPS: pasta 0425.	04/06/1950	Jornalistas	Pasta completa de vigilância e relatório de atividades desde 1.950 a 1.976.	Belo Horizonte
ÊNIO RICAS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 15.	13/06/1964	Serv. públicos	IPM 73 DVS 069	Laginha
ÊNIO SEABRA	APM, doc. DOPS: pasta 5303, imagens 10 e 11; doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.17-Proc.041; doc. DOPS: pasta 4214, imagens 174; pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Detido durante realização de greve em 1968. Espancamentos, choques elétricos, tortura psicológica. 6 prisões entre maio/68 e abril/70. Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte e Contagem
ENNIO CARDILO VIEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0012{5}, imagem 17.	13/06/1964	Trab. do ensino	Indiciado em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
EPAMINONDAS ALVES COSTA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 38.	24/05/1964	Serv. públicos	IPM 88 DVS 021	Novo Cruzeiro
EPAMINONDAS DIAS GONÇALVES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cataguases
EPAMINONDAS DOS SANTOS JÚNIOR	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 24.	25/04/1964	Serv. públicos	IPM 49 DVS 094	Belo Horizonte
EPAMINONDAS MONTEIRO DE MENDONÇA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Fumageiros	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
ERASMO JOSÉ DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32; doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.17-Proc.765	01/04/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT. Espancamentos, tortura psicológica.	J. Monlevade
ERCASE DE CARVALHO (SIC)	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 14; pasta 0006{4}, imagem 4.	26/04/1964	Ferroviários	IPM 18. IPM 4 DVS 066	Além Paraíba
ERCIAS GOMES DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 5303, imagens 7 e 39.	03/10/1968	Industriários	Detido durante realização de greve em 1968.	Belo Horizonte e Contagem
ERCIDES SOARES DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0252, imagem 8.	15/05/1968	Taxistas	Prisão por realizarem greve por reajuste no valor da tarifa.	Belo Horizonte
ERCÍLIO RODRIGUES DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 8.	Não disponível	Jornalistas	IPM 70 DVS 046	Ituiutaba
ERDIR PENA, O "CANÔA"	Arquivos do Judiciário no Centro de Memória de Nova Lima: depoimentos em inquérito e autos do processo contra os 51 da Mina Morro Velho.	07/11/1948	Extrativistas	Operário da Morro Velho. Ferido em 7/11/1948 na invasão armada ao Escritório dos Vereadores do Povo.	Nova Lima
ERLEY ANGHINETTI	APM, doc. DOPS Pasta: 0257, Imagem 6	1968	Bancários	Detido e conduzido à delegacia de segurança pública por atuar em movimento favorável á greve no centro da cidade.	Belo Horizonte

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
ERLI RABELO DA COSTA	APM, doc. DOPS: pasta 0252, imagem 9.	15/05/1968	Taxistas	Prisão por realizarem greve por reajuste no valor da tarifa.	Belo Horizonte
ERNANI PEREIRA DE MELO	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 9.	18/05/1964	Serv. públicos	IPM 106 sobre subversão na Assembleia Legislativa de MG.	Belo Horizonte
ERNÂNI RODRIGUES COSTA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
EROTIDES AUGUSTO DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 30.	30/04/1964	Não identificado	IPM 3	Não identificada
ESPERIDIÃO DIAS DE MELO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Construção civil	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Montes Claros
ESTANISLAU ALKIMIM MAGALHÃES	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 16.	01/06/1964	Autônomos	IPM 116	Belo Horizonte
ESTELINA SARAIVA DE PEANO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 77; pasta 0008, imagem 14 e outras.	19/05/1964	Trab. do ensino	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
EUCLIDES ASCENDINO DE CARVALHO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 45.	08/06/1964	Não identificado	IPM 40 DVS 035	Cons. Lafaiete
EUCLIDES CASTANHEIRA NUNES	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 62.	30/04/1964	Autônomos	IPM 58 DVS 036	Frutal
EUCLIDES DIOGO SABARÁ	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 1.	25/04/1964	Industriários	IPM 1 DVS 098	Timóteo
EUCLIDES WENCHENKE	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 45.	08/06/1964	Metalúrgicos	IPM 40 DVS 037	Cons. Lafaiete
EUCLYDES ASCENDINO DE CARVALHO	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.63-Proc.603	01/04/1964	Extrativistas	Ponta de madeira sob as unhas, simulação de fuzilamento, tortura psicológica.	Cons. Lafaiete
EUGÊNIO CAETANO DA COSTA	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 4 e seguintes; pasta 0004{1}, imagem 29; doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.18-Proc.310	abril/1964.	Ferroviários	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais. IPM 118. Espancamentos, "pau-de-arara", privação de sono, banho frio, tortura psicológica.	Belo Horizonte
EULER LANNES BERNARDES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 78; pasta 0008, imagem 16 e outras.	19/05/1964	Trab. do ensino	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
EULINA FERNANDES CERQUEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Além Paraíba
EUPLÍNIO SIMPLÍCIO VIEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Construção civil	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cataguases
EURICO LEÃO DE MIRANDA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 23.	05/06/1964	Industriários	IPM 19 DVS 031	Cachoeira do Campo, Ouro Preto
EURICO LEÃO DE MIRANDA	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.18-Proc.361	01/03/1964	Extrativistas	Agressões físicas, tortura psicológica.	Ouro Preto
EURICO PAULO DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Serviços	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Uberaba
EURÍDICE MONTEIRO ZAGAZ	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 86.	27/04/1964	Serv. públicos	IPM 101 ID/4 - C - Específico da ECT	Belo Horizonte
EURÍPEDES DE ALMEIDA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Não identificado	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Uberaba
EURÍPEDES NUNES COELHO	RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/6/1949. In: MARÇAL, Argemiro; e OUTROS. "Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil", pp. 2 e 3.	28/06/1949	Extrativistas	Operário da Mina Morro Velho Indiciado por "sabotagem" e "comunismo" no processo iniciado em 28 de junho de 1949.	Nova Lima
EUSTÁQUIO PINTO DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 5303, imagens 7 e 40.	03/10/1968	Metalúrgicos	Detido durante realização de greve em 1968.	Belo Horizonte e Contagem
EUZÉBIO RIBEIRO DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Transportes	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Pirapora
EVANDRO MAGALHÃES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 86.	27/04/1964	Serv. públicos	IPM 101 ID/4 - C - Específico da ECT	Belo Horizonte

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
EVANDRO PERI BANDEIRA	APM, doc. COSEG: rolo (ref.: Greves Diversas) 004, pasta CA.03.08, documento 28.	Não disponível	Jornalistas	Órgãos de segurança realizam vigilância sobre jornalistas.	Belo Horizonte
EVANDRO SOARES CHAVES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 6.	13/05/1964	Serv. públicos	IPM 69 DVS 089	Itaobim
EVANGELISTA JUSTINO DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	J. Monlevade
EVARISTO	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 3 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
EVARISTO GARCIA DE MATOS	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 48.	05/05/1964	Autônomos	IPM 32	Belo Horizonte
EVARISTO TEIXEIRA DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 16.	29/04/1964	Serv. públicos	IPM 74 DVS 015	Lavras
EVERALDO GONÇALVES PEREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Fumageiros	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
EVRÁGIO TORRES DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 23.	23/04/1964	Comerciários	IPM 90 DVS 095.	Belo Horizonte
EVRÁGIO TORRES DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 23.	23/04/1964	Comerciários	IPM 90 DVS 095	Belo Horizonte
EWANIR PAES GONÇALVES FREIRE	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 15.	15/05/1964	Ferroviários	IPM 18.	Além Paraíba
EWASTON SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 27.	08/05/1964	Ferroviários	IPM 6.	Bicas
EXPEDITA DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Pará de Minas
EXPEDITO BATISTA DE CARVALHO	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 20.	08/05/1964	Não identificado	IPM 13	Rio Pomba
EXPEDITO DA ANUNCIAÇÃO DE ASSIS	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 32.	08/05/1964	Previdenciários	IPM 1 no IAPI	Não identificada
EXPEDITO EVANGELISTA DE ANDRADE	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 86; pasta 0302, imagem 6.	27/04/1964	Serv. públicos	IPM 101 ID/4 - C - Específico da ECT	Belo Horizonte
EXPEDITO FERNANDES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
EXPEDITO FERNANDES DE ALMEIDA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 22.	12/07/1964	Serv. públicos	IPM 79 DVS 045	Marsagânia
EXPEDITO VÉSPOLI	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 8.	25/05/1964	Não identificado	IPM 23.	Barbacena
EXPEDITO WALDOMIRO DE CARVALHO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 6.	13/05/1964	Serv. públicos	IPM 69 DVS 089	Medina
FABIANO SALES	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 47.	10/08/1964	Trab. do ensino	IPM 3	Airuoca
FÁBIO DOYLE	APM, doc. COSEG: rolo (ref.: Greves Diversas) 004, pasta CA.03.08, documento 28.	Não disponível	Jornalistas	Órgãos de segurança realizam vigilância sobre jornalistas.	Belo Horizonte
FÁBIO FARIA(S?) DE MEDEIROS	APM, doc. DOPS: pasta 5241 imagem 40; pasta 0007{1}, imagem 12.	08/05/1964	Autônomo	Perseguido por participação no PCB. IPM 19 de membros do Comitê Central do PCB	Juiz de Fora
FÁBIO LINO MOREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Extrativistas	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
FÁBIO LUCAS GOMES	APM, doc. DOPS: pasta 0012{5}, imagem 17.	13/06/1964	Trab. do ensino	Indiciado em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
FABRÍCIO SOARES	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 7 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
FABRICIO SOARES E SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 19.	09/07/1964	Autônomos	IPM 118 sobre subversão entre advogados.	Belo Horizonte
FAUSTO AUGUSTO MACHADO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 51; pasta 0313, imagens 21 a 32.	05/05/1964	Bancários	IPM 99 DVS 008. Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Ponte Nova

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
FAUSTO DE ALMEIDA DRUMOND	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 31; pasta 0313, imagens 21 a 32; doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.18-Proc.673; doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	abril/1964.	Bancários	IPM 120. Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT. Tortura psicológica. Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
FAUSTO GONZAGA DE FREITAS	APM, doc. DOPS: pasta 0008, imagem 4 e outras.	07/04/1964	Não identificado	Indiciado no IPM sem número	Uberlândia
FEBRÔNIO ALVES DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0008, imagem 4 e outras.	07/04/1964	Não identificado	Indiciado no IPM sem número	Uberlândia
FELIPE CUPERTINO	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.18-Proc.047	01/04/1964	Metalúrgicos	Espancamento, "pau-de-arara", tortura psicológica, privação de alimentos, choques elétricos, tortura psicológica.	Belo Horizonte
FELIPE CUPERTINO DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 25.	05/05/1964	Autônomos	IPM 51 DVS 096	Belo Horizonte
FELISMUNDO DE PAULA ALVES	APM, doc. DOPS: pasta 0252, imagem 6.	15/05/1968	Taxistas	Prisão por realizarem greve por reajuste no valor da tarifa.	Belo Horizonte
FÉLIX FELICIANO FERREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
FÉLIX FERNANDES FILHO	APM, doc. COSEG: rolo (ref.: Greves Diversas) 004, pasta CA.03.08, documento 28.	Não disponível	Jornalistas	Órgãos de segurança realizam vigilância sobre jornalistas.	Belo Horizonte
FERNANDO CABRAL	APM, doc. COSEG: rolo (ref.: Greves Diversas) de microfilmes nº 6, pasta CA.04.04-A, documentos 62, 63 e 64 e pasta CA.04.04-3, documento 31; rolo (ref.: Greves Diversas) de microfilmes nº 7, pasta CA.04.04-6, documentos 1 a 8 e pasta CA.04.04-7, documentos 1 e 2.	29/04/1980	Trab. do ensino	Prisão durante greve dos professores em 1.980; incomunicabilidade.	Belo Horizonte
FERNANDO CAPARELLI FILHO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Serviços	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Uberaba
FERNANDO CHAVES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 16.	29/04/1964	Serv. públicos	IPM 74 DVS 015	Lavras
FERNANDO GASPARIAN	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 36.	16/07/1964	Não identificado	IPM 14	Varginha
FERNANDO GOULART JÚNIOR	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Petroleiros	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
FERNANDO LADEIRA ROCHA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora
FERNANDO MARTINS PATRÍCIO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 37.	30/04/1964	Serv. públicos	IPM 33 DVS 041	Caratinga
FERNANDO MASSOTI	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 6 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
FERNANDO TELES	APM, doc. COSEG: rolo (ref.: Greves Diversas) 004, pasta CA.03.08, documento 28.	Não disponível	Jornalistas	Órgãos de segurança realizam vigilância sobre jornalistas.	Belo Horizonte
FERNANDO ZUBA	APM, doc. COSEG: rolo (ref.: Greves Diversas) 004, pasta CA.03.08, documento 28.	Não disponível	Jornalistas	Órgãos de segurança realizam vigilância sobre jornalistas.	Belo Horizonte
FHESIBE RIBEIRO SALES	RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/6/1949. In: MARÇAL, Argemiro; e OUTROS. "Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil", pp. 2 e 3.	28/06/1949	Extrativistas	Operário da Mina Morro Velho Indiciado por "sabotagem" e "comunismo" no processo iniciado em 28 de junho de 1949.	Nova Lima
FIRMIANO FÉLIX DE ABREU	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Alfaiates e Costureiras	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
FIRMINO RODRIGUES GOMES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Uberaba
FLÁVIO RODRIGUES DE SOUZA	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Não identificado	Desaparecido após o Massacre de Ipatinga.	Ipatinga

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
FLÁVIO ROQUE MIURA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Eletricitários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora
FLORÊNCIO BALBINO DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 61.	22/08/1964	Serv. públicos	IPM 57 ID/4 13	Formiga
FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0003{2}, imagem 1 e outras.	11/07/1964	Não identificado	Indiciado no IPM sem número sobre subversão na guarnição militar federal de Belo Horizonte	Belo Horizonte
FLORIANO MARTINS DORNA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 49.	24/08/1964	Militares	IPM 1 no 4º Regimento de Obuses-105	Pouso Alegre
FLORÍCIO FORNICIARI	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Militar	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
FLORINDO PEIXOTO FRADE	RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/6/1949. In: MARÇAL, Argemiro; e OUTROS. "Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil", pp. 2 e 3.	28/06/1949	Extrativistas	Operário da Mina Morro Velho Indiciado por "sabotagem" e "comunismo" no processo iniciado em 28 de junho de 1949.	Nova Lima
FORTUNATO FERREIRA BARBOSA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 44.	02/05/1964	Comerciários	IPM 92 DVS 044	Passos
FRANCISCO AFFONSO PINHEIRO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Eletricitários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora
FRANCISCO AFONSO PINHEIRO	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 29.	30/04/1964	Autônomos	IPM 4 sobre Câmara Municipal	Juiz de Fora
FRANCISCO ALVES DA ROCHA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Construção civil	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cataguases
FRANCISCO ALVES NETO	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 49.	24/08/1964	Militares	IPM 1 no 4º Regimento de Obuses-105	Pouso Alegre
FRANCISCO ALVES TEIXEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Curvelo
FRANCISCO ANTÔNIO DE SOUZA JORGE	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.19-Proc.051	1967	Serv. públicos	Espancamentos, "pau-de-arara", choques elétricos, tortura psicológica.	Belo Horizonte
FRANCISCO ANUNCIAÇÃO FILHO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cons. Lafaiete
FRANCISCO BARRA JÚNIOR	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 78.	19/05/1964	Trab. do ensino	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
FRANCISCO BATISTA BARBOSA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Transportes	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Pirapora
FRANCISCO BATISTA GOMES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Indústria de calçados	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Uberaba
FRANCISCO BERNARDO DA SILVA	NASCIMENTO, Saint'Clair L. Os Comunistas, cizânia em quartéis de Minas (livro).	1953	Policial Militar	Indiciado em IPM por indisciplina na PM.	Belo Horizonte ; Juiz de Fora
FRANCISCO CAETANO DE MENEZES	APM, doc. DOPS: pasta 0008, imagem 4 e outras.	07/04/1964	Não identificado	Indiciado no IPM sem número	Uberlândia
FRANCISCO CARDOSO DE MELO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Marceneiros	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
FRANCISCO CARVALHO DE MELO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 56.	29/04/1964	Ferroviários	IPM 52 DVS 006	Divinópolis
FRANCISCO CERON CARRASCO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 78; pasta 0008, imagem 16 e outras.	19/05/1964	Trab. do ensino	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
FRANCISCO COUTINHO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Além Paraíba
FRANCISCO DA CUNHA PINHEIRO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Indústria de calçados	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Uberaba
FRANCISCO DAS CHAGAS GRAÇA DE OLIVEIRA (PIAUI)	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.19-Proc.050; doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 51.	abril/1964.	Metalúrgicos	Espancamentos, tortura psicológica. IPM 45 DVS 098	Ipatinga.

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
FRANCISCO DE ASSIS	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Industriário	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
FRANCISCO DE ASSIS BORGES DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
FRANCISCO DE ASSIS BRASIL	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Montes Claros
FRANCISCO DE ASSIS SOUZA	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.20-Proc.564; processo trabalhista 4281, CEREM/Sindmon-Metal.	abril/1964.	Metalúrgicos	Tortura psicológica. Perseguido e coagido a pedir demissão da Belgo Mineira.	J. Monlevade
FRANCISCO DE PAULA FONSECA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 29.	30/04/1964	Serv. públicos	IPM 4 sobre Câmara Municipal	Juiz de Fora
FRANCISCO DE SALLES GONZAGA	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.20-Proc.379; processo trabalhista 4281, CEREM/Sindmon-Metal.	abril/1964.	Metalúrgicos	Tortura psicológica. Perseguido e coagido a pedir demissão da Belgo Mineira.	J. Monlevade
FRANCISCO DE SOUZA FILHO	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 7.	22/06/1964	Militares	IPM 24 por atividades subversivas no quartel da 11º RI	São João Del Rei
FRANCISCO EUGÊNIO TEIXEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 16.	29/04/1964	Serv. públicos	IPM 74 DVS 015	Lavras
FRANCISCO FARIA(S?) DO NASCIMENTO	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagens 25 e 41; pasta 0005, imagem 86; doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.64-Proc.790; doc. DOPS: pasta 0009, imagem 2 e outras.	27/04/1964	Correios	IPM 51 DVS 096. IPM 137. IPM 101 ID/4 - C - Específico da ECT Tortura psicológica. Indiciado no IPM sem número	Belo Horizonte
FRANCISCO FAVA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Serviços	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Uberaba
FRANCISCO FERNANDES DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 17.	30/04/1964	Ferroviários	IPM 16	Santos Dumont
FRANCISCO FREIRE DE ASSIS	APM, doc. DOPS: pasta 5303, imagem 8.	out-68	Metalúrgicos	Detido durante realização de greve em 1968.	Belo Horizonte e Contagem
FRANCISCO GONÇALVES COSTA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	S. J. Nepomuceno
FRANCISCO IGLÉSIAS	APM, doc. DOPS: pasta 0012{5}, imagem 17.	13/06/1964	Trab. do ensino	Indiciado em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
FRANCISCO ILÍDIO DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Eletricitários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
FRANCISCO INÁCIO TERRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Eletricitários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora
FRANCISCO IRANY QUEIROZ	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Eletricitários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora
FRANCISCO JOÃO DE SOUZA	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Eletricista	Ferido por projétil no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
FRANCISCO JOSÉ GOMES CORTÊS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cataguases
FRANCISCO JOSÉ NEVES	APM, doc. DOPS: pasta 4326 imagem 174	1967	Autônomo	Foi vigiado pelo DOPS e posteriormente teve sua casa revistada sob a acusação de ser "guerrilheiro".	Belo Horizonte
FRANCISCO MARANGON NETO	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 29.	30/04/1964	Não identificado	IPM 4 sobre Câmara Municipal	Juiz de Fora
FRANCISCO MARIA TEIXEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Construção civil	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cataguases
FRANCISCO MARTINS DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 45.	08/06/1964	Correios	IPM 40 DVS 048	Cons. Lafaiete

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
FRANCISCO MATEUS DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0010, imagens 115-118; pasta 0013 imagem 52	25/02/1966	Extrativistas	Indiciado e interrogado em inquérito sobre atividades no Sindicato de Extração de Minério. Vigiado pela suspeita de participação em movimento comunista dentro da CSN.	Congonhas do Campo
FRANCISCO MULNOR VAÑO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 67.	28/04/1964	Autônomos	IPM 114 DVS 054	São Lourenço
FRANCISCO ONOBRE PEREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 71.	02/05/1964	Serv. públicos	IPM 118 DVS 022	Teófilo Otoni
FRANCISCO PINTO DE PAIVA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 54.	04/05/1964	Autônomos	IPM 102 DVS 091	Pouso Alegre
FRANCISCO RAMOS FILHO	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 11.	08/05/1964	Serv. públicos	IPM 20 por atividades subversivas no SAMDU	Juiz de Fora
FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Fumageiros	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
FRANCISCO RODARTE	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 16.	29/04/1964	Autônomos	IPM 74 DVS 015	Lavras
FRANCISCO SOARES DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0135(1), imagem 24; pasta 0313, imagens 21 a 32.	12/07/1965	Metalúrgicos	Acusado de ser subversivo e de se reunir com Sinval Bambirra. Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Sabará
FRANCISCO VELASCO RIBEIRO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Ind. Alimentícia	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Três Corações
FRANCISCO XAVIER	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 48.	05/05/1964	Autônomos	IPM 32	Belo Horizonte
FRANCK GRANADO	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 27.	08/05/1964	Ferroviários	IPM 6.	Bicas
FRANKLIN DE PAULA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 20.	08/05/1964	Não identificado	IPM 13	Rio Pomba
FUED ANTÔNIO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Serviços	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Uberaba
GABRIEL DE PAIVA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 41; pasta 3869, imagens 3 a 24 .	27/05/1964	Metalúrgicos	IPM 90 DVS 033.	Ouro Preto
GABRIEL GONÇALVES DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 30.	30/04/1964	Não identificado	IPM 3	Não identificada
GABRIEL GONÇALVES DE MACEDO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Curvelo
GABRIEL JOSÉ PEREIRA (AMIGO)	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 49.	25/04/1964	Autônomos	IPM 44 DVS 106	Coronel Fabriciano
GABRIEL PINHEIRO FRAGA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Extrativistas	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
GABRIEL PROCÓPIO LOURES	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 26.	30/04/1964	Não identificado	IPM 7	S. J. Nepomuceno
GALBO VELOSO	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 4 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
GALDINO ROSA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 62.	30/04/1964	Autônomos	IPM 58 DVS 036	Frutal
GÁRCIA DO PRADO QUEIRÓZ	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 39.	16/07/1964	Não identificado	IPM 11	Caxambu
GASTÃO PACHECO SOBRINHO	APM, doc. DOPS: pasta 0012{5}, imagem 17.	13/06/1964	Trab. do ensino	Indiciado em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
GENERAL DE BARROS CARMO	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 32.	08/05/1964	Previdenciários	IPM 1 no IAPI	Não identificada
GENÉSIO ALVES FERREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 8.	Não disponível	Autônomos	IPM 70 DVS 046	Ituiutaba
GENÉSIO DA SILVA VEIGA	APM, doc. DOPS: pasta 0002{3}, imagem 2 e outras.	03/06/1964	Comerciários	Indiciado no IPM sem número	Belo Horizonte
GENI GONÇALVES DA SILVA	RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/6/1949. In: MARÇAL, Argemiro; e OUTROS. "Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil," pp. 2 e 3.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
GENTIL JOSÉ DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	B. de Cocais
GENTIL PEREIRA LOPES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Eletricitários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora
GENY DOS REIS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora
GERADO DOS REIS RIBEIRO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 1.	25/04/1964	Industriários	IPM 1 DVS 098	Timóteo
GERALDA ALVES DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 14.	abril/1964.	Não identificado	IPM 12 DVS 040	Sete Lagoas
GERALDA MARIA GUIMARÃES RODRIGUES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 78.	19/05/1964	Trab. do ensino	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
GERALDINO DE ALMEIDA MOURÃO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Alfaiates e Costureiras	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
GERALDINO MARCONDES MONTEIRO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 3,	10/04/1964	Metalúrgicos	IPM 67 DVS 074 em Itajubá.	Itajubá
GERALDINO MARCONDES MONTEIRO	APM, doc. DOPS: pasta 0054 imagem 213 a 226	1967	Não identificado	Requisitados os antecedentes e demais informações possíveis por suspeita de atividades subversivas em Juiz de Fora - MG	
GERALDINO NATIVIDADE	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 12; pasta 5241 imagem 40	08/05/1964	Autônomos	IPM 19 de membros do Comitê Central do PCB. Perseguido por participação no PCB.	Juiz de Fora
GERALDINO RODRIGUES MORAIS	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 29.	30/04/1964	Não identificado	IPM 4 sobre Câmara Municipal	Juiz de Fora
GERALDINO RODRIGUES NOVAIS	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 31.	30/04/1964	Correios	IPM 2 no DCT	Não identificada
GERALDO (ANTÔNIO?) DE MORAIS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
GERALDO ALENCAR CUNHA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 54.	26/04/1964	Autônomos	IPM 49 DVS 111	Diamantina
GERALDO ALVES SEGUNDO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
GERALDO ANTONIO CARDOSO	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 48.	26/05/1964	Não identificado	IPM 2	Alfenas
GERALDO ANTÔNIO DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
GERALDO ANTÔNIO DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 7.	13/05/1964	Autônomos	IPM 69 DVS 089	Itaobim
GERALDO ANTÔNIO DIAS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Serviços	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Uberaba
GERALDO ANTÔNIO DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Sabará
GERALDO ANTÔNIO PINTO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 48.	12/05/1964	Autônomos	IPM 43 DVS 035	Conselheiro Pena
GERALDO APOLINÁRIO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cons. Lafaiete
GERALDO AUGUSTO SÁ MIRANDA	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 24.	25/04/1964	Serv. públicos	IPM 49 DVS 094	Belo Horizonte
GERALDO BARROS RODRIGUES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora
GERALDO BASÍLIO LIMA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 20.	01/05/1964	Autônomos	IPM 77 DVS 030	Mariana
GERALDO BIZOTTO	APM, doc. DOPS: pasta 0002{3}, imagem 2 e outras.	03/06/1964	Autônomos	Indiciado no IPM sem número	Belo Horizonte
GERALDO BORGES CAMPOS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 68.	02/06/1964	Autônomos	IPM 115 DVS 062	São Sebastião do Paraíso
GERALDO BORGES CAMPOS	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 39.	16/07/1964	Não identificado	IPM 11	Caxambu

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
GERALDO BRASILINO CORREA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Extrativistas	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Nova Lima
GERALDO CAIXEIRO	NASCIMENTO, Saint'Clair L. Os Comunistas, cizânia em quartéis de Minas (livro).	1953	Policial Militar	Indiciado em IPM por indisciplina na PM.	Belo Horizonte ; Juiz de Fora
GERALDO CELESTINO FIGUEIREDO	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Apontador	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
GERALDO CIPRIANO TEIXEIRA	RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/6/1949. In: MARÇAL, Argemiro; e OUTROS. "Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil", pp. 2 e 3.	28/06/1949	Extrativistas	Operário da Mina Morro Velho Indiciado por "sabotagem" e "comunismo" no processo iniciado em 28 de junho de 1949.	Nova Lima
GERALDO COIMBRA	APM, doc. COSEG: rolo (ref.: Greves Diversas) 004, pasta CA.03.08, documento 28.	Não disponível	Jornalistas	Órgãos de segurança realizam vigilância sobre jornalistas.	Belo Horizonte
GERALDO CORREIA DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 60.	26/04/1964	Autônomos	IPM 56 DVS 013	Estrela Dalva
GERALDO COSTA LIMA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cataguases
GERALDO CRUZEIRO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora
GERALDO CUNHA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 49.	24/08/1964	Militares	IPM 1 no 4º Regimento de Obuses-105	Pouso Alegre
GERALDO DAMASCENO DE CASTRO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Construção civil	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
GERALDO DE AGUIAR FRANÇA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 86.	27/04/1964	Serv. públicos	IPM 101 ID/4 - C - Específico da ECT	Belo Horizonte
GERALDO DE PAULA MIRANDA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32; doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.21-Proc.194. Processo trabalhista 4281, CEREM/Sindmon-Metal.	abril/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT. Agressão física.Perseguido e coagido a pedir demissão da Belgo Mineira.	J. Monlevade
GERALDO DIAS REGO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 6.	13/05/1964	Serv. públicos	IPM 69 DVS 089.	Itaobim
GERALDO DOS REIS RIBEIRO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Coronel Fabriciano
GERALDO ELÍSIO	APM, doc. COSEG: rolo (ref.: Greves Diversas) 004, pasta CA.03.08, documento 28.	Não disponível	Jornalistas	Órgãos de segurança realizam vigilância sobre jornalistas.	Belo Horizonte
GERALDO EPPRÓDIGO (EXPRÓDIGO?)	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
GERALDO ESPÍRITO SANTO BRANDÃO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 30.	07/05/1964	Serv. públicos	IPM 85 DVS 017	Montes Claros
GERALDO EUSTÁQUIO DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0252, imagem 8.	15/05/1968	Taxistas	Prisão por realizarem greve por reajuste no valor da tarifa.	Belo Horizonte
GERALDO FERRARI MELO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora
GERALDO FERREIRA DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 7.	11/08/1964	Autônomos	IPM 7 DVS 100	Araguari
GERALDO FERREIRA DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Transportes	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora
GERALDO FERREIRA DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 29.	07/05/1964	Autônomos	IPM 85 DVS 017	Montes Claros
GERALDO FERREIRA DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 30.	07/05/1964	Autônomos	IPM 85 DVS 017	Montes Claros
GERALDO FERREIRA PINTO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Eletricitários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
GERALDO GALDINO DE FREIRE	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 66.	01/05/1964	Autônomos	IPM 113 DVS 004	Santana do Jacaré (Campo Belo)
GERALDO GALDINO DE FREIRE	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 32.	08/05/1964	Autônomos	IPM 28 DVS 005	Campo Belo
GERALDO GONÇALVES PEREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 8.	11/08/1964	Autônomos	IPM 7 DVS 100	Araguari
GERALDO GOULART DO NASCIMENTO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 20.	01/05/1964	Autônomos	IPM 77 DVS 030	Mariana
GERALDO GUALBERTO:	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Não identificado	Morto no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
GERALDO HIPÓLITO DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Construção civil	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cataguases
GERALDO JORGE DA SILVA	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.64-Proc.728	abril/1964.	Extrativistas	Tortura física, incomunicabilidade, simulação de fuzilamento, tortura psicológica.	Nova Lima
GERALDO JOSÉ CORDEIRO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Não identificado	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Uberaba
GERALDO LENHO DE CARVALHO FILHO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
GERALDO LOPES DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Construção civil	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Montes Claros
GERALDO LOPES DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Coronel Fabriciano
GERALDO LUIZ DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Serviços	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Uberaba
GERALDO LUIZ MORAIS DE ANDRADE	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 8.	Não disponível	Autônomos	IPM 70 DVS 046	Ituiutaba
GERALDO MADEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 43.	07/06/1964	Autônomos	IPM 38 DVS 032	Caxambu
GERALDO MAGELA DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
GERALDO MAGELA DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0252, imagem 5.	15/05/1968	Taxistas	Prisão por realizarem greve por reajuste no valor da tarifa.	Belo Horizonte
GERALDO MAGELA RESENDE	APM, doc. DOPS: pasta 0012{5}, imagem 17.	13/06/1964	Trab. do ensino	Indiciado em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
GERALDO MAGNANI	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
GERALDO MARCONDES DE AGUIAR	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 14.	abril/1964.	Não identificado	IPM 12 DVS 040	Corinto
GERALDO MATIAS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Uberaba
GERALDO MAURÍCIO ANGELINO	APM, doc. DOPS: pasta 5303, imagens 6 e 45.	03/10/1968	Bancários	Detido durante realização de greve em 1968.	Belo Horizonte e Contagem
GERALDO MOISÉS DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 8.	Não disponível	Serv. públicos	IPM 70 DVS 046	Ituiutaba
GERALDO MORAES PINTO	APM, doc. DOPS: pasta 5303, imagens 6 e 46.	03/10/1968	Bancários	Detido durante realização de greve em 1968.	Belo Horizonte e Contagem
GERALDO MOREIRA SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 16.	29/04/1964	Autônomos	IPM 74 DVS 015	Lavras
GERALDO OSCAR DE MENEZES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 14; pasta 0313, imagens 21 a 32; doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.22-Proc.695; Processo trabalhista 4281, CEREM/ Sindmon-Metal.	31/03/1964	Metalúrgicos	IPM 72A DVS s/ nº. Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT. Preso em 31 de março de 1964. Perseguido e coagido a pedir demissão da Belgo Mineira.	J. Monlevade

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
GERALDO PEDRO DA CONCEIÇÃO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 60.	08/06/1964	Autônomos	IPM 108 DVS 078	Rio Vermelho
GERALDO PEDRO DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Curvelo
GERALDO PEREIRA SOBRINHO	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 5 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
GERALDO PIMENTA	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 41.	18/05/1964	Serv. públicos	IPM 137	Belo Horizonte
GERALDO PIMENTA	APM, doc. DOPS: pasta 0009, imagem 2 e outras.	18/05/1964	Construção civil	Indiciado no IPM sem número	Belo Horizonte
GERALDO PINTO DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Fumageiros	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
GERALDO POLICARPO DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0003{2}, imagem 1 e outras.	11/07/1964	Não identificado	Indiciado no IPM sem número sobre subversão na guarnição militar federal de Belo Horizonte	Belo Horizonte
GERALDO POLICARPO DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35; RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/6/1949. In: MARÇAL, Argemiro; e OUTROS. "Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil", pp. 2 e 3.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018. Operário da Mina Morro Velho Indiciado por "sabotagem" e "comunismo" no processo iniciado em 28 de junho de 1949.	Nova Lima
GERALDO REIS MAIA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 40.	10/06/1964	Não identificado	IPM 10	Caxambu
GERALDO ROCHA GUALBERTO	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Alfaiate	Ferido por projétil no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
GERALDO RODRIGUES	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.22-Proc.633; processo trabalhista 4281, CEREM/Sindmon-Metal.	abril/1964.	Metalúrgicos	Tortura psicológica. Passou a ser perseguido em J. Monlevade desde a ocorrência do golpe militar de 1964, até ser coagido a se demitir da empresa.	J. Monlevade
GERALDO RODRIGUES DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 36.	14/05/1964	Autônomos	IPM 32 DVS 012	Carangola
GERALDO RODRIGUES DE QUEIROZ	APM, doc. DOPS: pasta 0003{2}, imagem 1 e outras.	11/07/1964	Não identificado	Indiciado no IPM sem número sobre subversão na guarnição militar federal de Belo Horizonte	Belo Horizonte
GERALDO RODRIGUES DO NASCIMENTO	NASCIMENTO, Saint'Clair L. Os Comunistas, cizânia em quartéis de Minas (livro).	1953	Policial Militar	Indiciado em IPM por indisciplina na PM.	Belo Horizonte ; Juiz de Fora
GERALDO ROEDEL	APM, doc. DOPS: pasta 0002{3}, imagem 2 e outras; pasta 0012{5}, imagem 17.	03/06/1964	Trab. do ensino	Indiciado no IPM sem número. Indiciado em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
GERALDO ROSA DE OLIVEIRA	Arquivos do Judiciário no Centro de Memória de Nova Lima: depoimentos em inquérito e autos do processo contra os 51 da Mina Morro Velho.	07/11/1948	Extrativistas	Operário da Morro Velho. Ferido em 7/11/1948 na invasão armada ao Escritório dos Vereadores do Povo.	Nova Lima
GERALDO SERAFIM DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 57.	14/05/1964	Ferroviários	IPM 53 DVS 029	Engenheiro Navarro
GERALDO SÉTIMO MOREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 8.	Não disponível	Jornalistas	IPM 70 DVS 046	Ituiutaba
GERALDO SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 46.	11/08/1964	Serv. públicos	IPM 94 DVS 057	Piumhi
GERALDO SILVA LEITÃO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Eletricitários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora
GERALDO TASSO DE ANDRADE ROCHA	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 49; pasta 0005, imagem 50.	05/05/1964	Autônomos	IPM 32. IPM 98 DVS 105	Belo Horizonte e Poços de Caldas
GERALDO VIANA SPECHIT	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 14.	abril/1964.	Não identificado	IPM 12 DVS 040	Curvelo
GERALDO VICENTE	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
GERALDO VIEIRA DA CRUZ	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 6.	18/05/1964	Autônomos	IPM 6 DVS 073	Araçuaí
GERALDO VILHENO DE ALMEIDA PAIVA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 31.	30/04/1964	Correios	IPM 2 no DCT	Não identificada
GERINO PEREIRA DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Curvelo
GERMANO LATERZA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 8.	Não disponível	Industriários	IPM 70 DVS 046	Ituiutaba
GERMANO RIBEIRO NEVES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 12.	28/05/1964	Ferroviários	IPM 71 DVS 087	Jeceaba
GERMANO RODRIGUES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 26.	26/06/1964	Autônomos	IPM 83 DVS 064	Monte Carmelo
GERSINO DIAS DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	B. de Cocais
GÉRSON ALVES DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
GÉRSON BARATA DINIZ	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Construção civil	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cataguases
GERSON FERREIRA LIMA	APM, doc. DOPS: pasta 3869, imagens 3 a 24; pasta 0005, imagem 41.	27/05/1964	Metalúrgicos	IPM 90 DVS 033	Ouro Preto
GÉRSON FIRMINO COSTA NETO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 20.	01/05/1964	Autônomos	IPM 77 DVS 030	Mariana
GÉRSON MARTINS PEREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cataguases
GERVÁSIO OLÍMPIO NUNES	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 28.	15/05/1964	Serv. públicos	IPM 24 DVS 047	Campina Verde
GESMUNDO GOMES CHAGAS	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 8.	11/08/1964	Ferroviários	IPM 7 DVS 100	Araguari
GETÚLIO ALVES	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 49.	25/04/1964	Metalúrgicos	IPM 44 DVS 106	Coronel Fabriciano
GETÚLIO LUIZ PEREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 28.	15/05/1964	Autônomos	IPM 24 DVS 047	Campina Verde
GETÚLIO RODRIGUES DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 32.	08/05/1964	Não identificado	IPM 28 DVS 005	Campo Belo
GEWILSON MOREIRA DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 48.	26/05/1964	Não identificado	IPM 2	Alfenas
GIL (GILDES?) DAMIÃO MAGALHÃES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
GIL MACHADO	APM, doc. DOPS: pasta 0002{4}, imagem 1 e outras; pasta 0004{1}, imagem 30.	10/06/1964	Ferroviários	Indiciado no IPM sem número. IPM 119	Belo Horizonte
GIL MEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Montes Claros
GIL SIMÕES MARTINS	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 45; pasta 0313, imagens 21 a 32; doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.22-Proc.263	03/04/1964	Metalúrgicos	IPM 40 DVS 036. Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT. Ferimentos com esponja de aço, tortura psicológica.	Cons. Lafaiete
GILBERTO BLANCO (BRANCO?)	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
GILBERTO FARIA	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 5 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
GILBERTO FERNANDES GOMES DE FARIAS	APM, doc. DOPS: pasta 5241, imagens 102 .	31/03/1966	Têxteis	Preso na praça Rui Barbosa carregando material subversivo composto por panfletos.	Belo Horizonte
GILBERTO GUSMÃO DE ANDRADE	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 41; APM, doc. DOPS: pasta 0009, imagem 2 e outras.	18/05/1964	Serv. públicos	IPM 137. Indiciado no IPM sem número	Belo Horizonte
GILDA MARIA MATUCK	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Ind. Alimentícia	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Três Corações

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
GÍLSON DE CARVALHO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 86.	27/04/1964	Serv. públicos	IPM 101 ID/4 - C - Específico da ECT	Belo Horizonte
GÍLSON FERNANDES DAS CHAGAS	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 42.	14/05/1964	Serv. públicos	IPM 37 DVS 011	Cataguases
GILSON FRANCISCO ALVES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	S. J. Nepomuceno
GILSON MIRANDA:	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Construção civil	Morto no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
GILSON REGAL PEREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0008, imagem 4 e outras.	07/04/1964	Não identificado	Indiciado no IPM sem número	Uberlândia
GIUSEPPE RINALDI	APM, doc. DOPS: pasta 5241 imagem 21	1962	Autônomo	Vigiado pela suspeita de vinculação a "grupos de extrema esquerda".	Belo Horizonte
GLAUCO MEDEIROS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 3,	10/04/1964	Bancários	IPM 67 DVS 074 em Itajubá.	Itajubá
GLAUCO WALDIR DE PAULA LICO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Ind. Alimentícia	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Três Corações
GLÓRIA LOPES	APM, doc. COSEG: rolo (ref.: Greves Diversas) 004, pasta CA.03.08, documento 28.	Não disponível	Jornalistas	Órgãos de segurança realizam vigilância sobre jornalistas.	Belo Horizonte
GODOFREDO BASILICO BOTELHO	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 29.	30/04/1964	Não identificado	IPM 4 sobre Câmara Municipal	Juiz de Fora
GRACI DE FARIA COSTA	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 25.	05/05/1964	Autônomos	IPM 51 DVS 096	Belo Horizonte
GRACIANO NOGUEIRA FILHO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 27.	16/05/1964	Comerciários	IPM 23 DVS 053	Cambuquira
GUARACY RANIERO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 77; pasta 0008, imagem 14 e outras.	19/05/1964	Autônomos	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
GUIDO ANTÔNIO DE ALMEIDA	APM, doc. DOPS: pasta 0012{5}, imagem 17.	13/06/1964	Trab. do ensino	Indiciado em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
GUIDO DE SOUZA ROCHA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 15.	abril/1964.	Não identificado	IPM 12 DVS 040	Belo Horizonte
GUILHERME BELARSINO DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 28.	15/05/1964	Serv. públicos	IPM 24 DVS 047	Campina Verde
GUILHERME CALDEIRA	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.23-Proc.221; processo trabalhista 4281, CEREM/Sindmon-Metal.	abril/1964.	Metalúrgicos	Agressão física, tortura psicológica. Perseguido e coagido a pedir demissão da Belgo Mineira.	J. Monlevade
GUILHERME JOSÉ ALEGRO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Transportes	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Varginha
GUILHERME MENDES DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 16.	29/04/1964	Autônomos	IPM 74 DVS 015	Lavras
GUILHERME OPIPARIO FILHO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 75.	15/05/1964	Autônomos	IPM 122 DVS 019	Uberaba
GUILHERME SANTÓRIO DE MORAES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32; pasta 0006{4}, imagem 11.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT. IPM 9 DVS sem nº	B. de Cocais
GUILHERME VALIM	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Transportes	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Varginha
GUILHERME WINTER	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 16.	29/04/1964	Ferroviários	IPM 74 DVS 015	Lavras
GUISEPPE CONSTANZO FRANTTINI	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 49.	24/08/1964	Militares	IPM 1 no 4º Regimento de Obuses-105	Pouso Alegre
GUY AFONSO DE ALMEIDA GONÇALVES	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 27; pasta 0005, imagem 85; pasta 0042, imagem 7 e seguintes.	22/06/1964	Jornalistas	IPM 116. IPM 100 ID/4 – B. Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
HACIP RIBEIRO SALES	Arquivos do Judiciário no Centro de Memória de Nova Lima: depoimentos em inquérito e autos do processo contra os 51 da Mina Morro Velho.	07/11/1948	Extrativistas	Operário da Morro Velho. Ferido em 7/11/1948 na invasão armada ao Escritório dos Vereadores do Povo.	Nova Lima
HAELMO JOSÉ MASS GONÇALVES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
HALDANE RIBEIRO TEIXEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
HAMILTON DE ABREU NAVARRO	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 8.	25/05/1964	Não identificado	IPM 23.	Barbacena
HAMILTON DE MORAIS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Eletricitários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora
HARLY BERNARDES ARAÚJO	APM, doc. DOPS: pasta 0008, imagem 4 e outras.	07/04/1964	Não identificado	Indiciado no IPM sem número	Uberlândia
HAROLDO DA SILVA MENDES	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 27.	08/05/1964	Ferroviários	IPM 6.	Bicas
HAROLDO DA SILVA PEREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0012{5}, imagem 18.	13/06/1964	Trab. do ensino	Indiciado em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
HAROLDO LÍVIO DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 48.	05/05/1964	Bancários	IPM 32	Belo Horizonte
HAROLDO MATOS	APM, doc. DOPS: pasta 0012{5}, imagem 18.	13/06/1964	Trab. do ensino	Indiciado em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
HAROLDO ROICHMAN	APM, doc. DOPS: pasta 0002{3}, imagem 2 e outras.	03/06/1964	Não identificado	Indiciado no IPM sem número	Belo Horizonte
HAROLDO VITORINO DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 45.	08/06/1964	Ferroviários	IPM 40 DVS 039	Cons. Lafaiete
HÉLBER JOSÉ GOMES GOULART	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 20.	01/05/1964	Serv. públicos	IPM 77 DVS 030	Mariana
HÉLBIO FERNANDES DE MORAIS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 6.	13/05/1964	Serv. públicos	IPM 69 DVS 089	Medina
HÉLCIO PEREIRA FRANCÊS	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 1.	25/04/1964	Industriários	IPM 1 DVS 098	Timóteo
HELENA BIBIANA	RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/6/1949. In: MARÇAL, Argemiro; e OUTROS. "Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil", pp. 2 e 3.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
HELENA MACHADO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 39.	08/05/1964	Trab. do ensino	IPM 89 DVS 001	Oliveira
HELENA OCHOA CARRASCO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 78.	19/05/1964	Trab. do ensino	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
HÉLIO ALBERNAZ SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 31.	08/05/1964	Autônomos	IPM 27 DVS 003	Campo Belo
HÉLIO AUGOTTI	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 75.	15/05/1964	Autônomos	IPM 122 DVS 019	Uberaba
HÉLIO COSTA PASCHOALINI	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 11.	08/05/1964	Serv. públicos	IPM 20 por atividades subversivas no SAMDU	Juiz de Fora
HÉLIO DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Extrativistas	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Nova Lima
HÉLIO DE SOUZA MAFRA ou MAFFRA	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 30; doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.24-Proc.062	09/07/1964	Ferroviários	IPM 119. Incomunicabilidade, tortura psicológica.	Belo Horizonte
HELIO FRANCISCO PALHARES	APM, doc. DOPS: pasta 5303, imagem 4.	out-68	Bancários	Detido durante realização de greve em 1968.	Belo Horizonte e Contagem
HÉLIO GOMES	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Não identificado	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
HÉLIO MATEUS FERREIRA	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Não identificado	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
HÉLIO MONTEIRO FILHO	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 27.	08/05/1964	Ferroviários	IPM 6.	Bicas
HÉLIO NAVARRO DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Petroleiros	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
HÉLIO NOGUEIRA DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 26; doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.24-Proc.396	30/04/1964	Ferroviários	IPM 7. Tortura psicológica.	S. J. Nepomuceno
HÉLIO NOGUEIRA ESPÍNOLA	APM, doc. DOPS: pasta 0012{5}, imagem 17.	13/06/1964	Trab. do ensino	Indiciado em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
HÉLIO PONTES	APM, doc. DOPS: pasta 0012{5}, imagem 17.	13/06/1964	Trab. do ensino	Indiciado em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
HÉLIO REIS DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Eletricitários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora
HÉLIO SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 16.	29/04/1964	Industriários	IPM 74 DVS 015	Lavras
HÉLIO SOARES DE QUEIROZ	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Não identificado	Ferido por projétil no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
HÉLIO SOUZA DE MAFRA	APM, doc. DOPS: pasta 0002{4}, imagem 1 e outras.	10/06/1964	Ferroviários	Indiciado no IPM sem número	Belo Horizonte
HÉLIO ZANINE	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 29.	30/04/1964	Autônomos	IPM 4 sobre Câmara Municipal	Juiz de Fora
HELOÍSA DOS ANJOS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
HÉLTON GONÇALVES PRATA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 76.	15/05/1964	Autônomos	IPM 122 DVS 019	Uberaba
HELVÉCIO DA COSTA SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 20.	01/05/1964	Ferroviários	IPM 77 DVS 030	Mariana
HELY MACHADO HOMEM	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 54.	04/05/1964	Serv. públicos	IPM 102 DVS 091	Pouso Alegre
HENI JORGE DO NASCIMENTO	APM, doc. DOPS: pasta 0252, imagem 5.	15/05/1968	Taxistas	Prisão por realizarem greve por reajuste no valor da tarifa.	Belo Horizonte
HENRIQUE CIRILLO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	B. de Cocais
HENRIQUE DE SOUZA NOVAIS	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 25.	05/05/1964	Autônomos	IPM 51 DVS 096	Belo Horizonte
HENRIQUE FACIO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora
HENRIQUE MESSIAS DO NASCIMENTO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Coronel Fabriciano
HENRIQUE MIGUEL DUQUE PORTUGAL	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 11.	08/05/1964	Serv. públicos	IPM 20 por atividades subversivas no SAMDU	Juiz de Fora
HENRIQUE OSVALDO DE ANDRADE	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 7.	01/06/1964	Bancários	IPM 114	Belo Horizonte
HENRIQUE ROBERTI SOBRINHO	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 41; pasta 0004{1}, imagem 7; pasta 0005, imagem 86; pasta 0302, imagem 9; pasta 0009, imagem 2 e outras.	27/04/1964	Correios	IPM 137. IPM 114. IPM 101 ID/4 - C - Específico da ECT Indiciado no IPM sem número	Belo Horizonte
HERALDO ALVES CAMBUI	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Montes Claros
HERALDO TURÍBIO GONÇALVES	APM, doc. DOPS: pasta 5303, imagens 5 e 105.	02/10/1968	Metalúrgicos	Detido durante realização de greve em 1968.	Belo Horizonte e Contagem

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
HERBERT JOSÉ DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 25; pasta 0004{1}, imagem 44; pasta 0012{5}, imagem 17.	05/05/1964	Trab. do ensino	IPM 51 DVS 096. IPM 139 DVS 063. Indiciado em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
HERBERT MAGALHÃES ALVES	APM, doc. DOPS: pasta 0012{5}, imagem 18.	13/06/1964	Trab. do ensino	Indiciado em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
HERCULANO DE OLIVEIRA SOARES	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 49.	25/04/1964	Metalúrgicos	IPM 44 DVS 106	Coronel Fabriciano
HERCULANO PINTO FILHO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 16.	29/04/1964	Serv. públicos	IPM 74 DVS 015	Lavras
HERCULANO RODRIGUES NAVES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 78; pasta 0008, imagem 15 e outras.	19/05/1964	Autônomos	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
HÉRCULES CORREIA	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 5 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
HÉRCULES DE OLIVEIRA SOARES	APM, doc. DOPS: pasta 5489, imagem 445; pasta 0318, imagem 20; pasta 0006, imagem 72; pasta 0246, imagens 89 e 90; pasta 5291, imagem 22.	15/05/1964	Metalúrgicos	IPM DVS 038 e IPM 044.	Coronel Fabriciano
HEREDIA GOMES	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 31; pasta 0313, imagens 21 a 32; doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.24-Proc.229	17/06/1964	Bancários	IPM 120. Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT. Tortura psicológica.	Belo Horizonte
HERMAN PAULO ROCHA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 3,	10/04/1964	Bancários	IPM 67 DVS 074 em Itajubá.	Itajubá
HERMÍNIO DIAS DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Transportes	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora
HERMÓGENES LUIZ BRADA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
HERNANI MAIA	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 9; pasta 0042, imagem 4 e seguintes.	abril/1964	Serv. públicos	IPM 106 sobre subversão na Assembleia Legislativa de MG. Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
HERTZ MARTINS CALDAS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 86.	27/04/1964	Serv. públicos	IPM 101 ID/4 - C - Específico da ECT	Belo Horizonte
HERVAL DE ARUEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 27.	08/05/1964	Ferroviários	IPM 6.	Bicas
HERVÊ LOPES DE CASTRO	APM, doc. DOPS: pasta 0010, imagens 102-107.	16/02/1966	Extrativistas	Indiciado e interrogado em inquérito sobre atividades no Sindicato de Extração de Minério.	Congonhas do Campo
HERZ GUIMARÃES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Eletricitários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
HIDELBRANDO PEREIRA DE LUCERVA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 6.	13/05/1964	Autônomos	IPM 69 DVS 089	Medina
HIDEO ISHI	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 49.	25/04/1964	Industriários	IPM 44 DVS 106	Coronel Fabriciano
HILÁRIO DE CARVALHO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Curvelo
HILDA FELICIANO FERREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Além Paraíba
HILER DO CARMO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 37.	30/04/1964	Serv. públicos	IPM 33 DVS 041	Caratinga
HILTON LOBATO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 49; doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.24-Proc.065	02/04/1964	Metalúrgicos	IPM 44 DVS 106. Espancamentos, "telefones", palmatória, cusparadas, extração de dentes, privação de alimentos tortura psicológica.	Coronel Fabriciano
HINDEMBURGO BATISTA DE MIRANDA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 60.	08/06/1964	Não identificado	IPM 108 DVS 078	Rio Vermelho
HIRAN XAMÉS DE LIMA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 42.	16/07/1964	Autônomos	IPM 8	Três Corações
HOMERO RODRIGUES BRBOSA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 81.	04/06/1964	Autônomos	IPM 124 DVS 037	Unaí

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
HONORATO MARCOS DIAS	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 56.	29/04/1964	Ferroviários	IPM 52 DVS 006	Divinópolis
HORÁCIO GIRARDELLI	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Lavras
HORÁCIO LIMA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 28.	28/05/1964	Autônomos	IPM 84 DVS 067	Monte Santo
HORÁCIO MIRANDA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 3,	10/04/1964	Têxteis	IPM 67 DVS 074 em Itajubá.	Itajubá
HORLANDI VIOLATI	APM, doc. DOPS: pasta 0008, imagem 4 e outras.	07/04/1964	Não identificado	Indiciado no IPM sem número	Uberlândia
HOTTOGARMINI DOS REIS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Eletricitários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora
HUDSON DE OLIVEIRA FERRI	NASCIMENTO, Saint'Clair L. Os Comunistas, cizânia em quartéis de Minas (livro).	1953	Policial Militar	Indiciado em IPM por indisciplina na PM.	Belo Horizonte ; Juiz de Fora
HUDSON FONSECA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 86.	27/04/1964	Serv. públicos	IPM 101 ID/4 - C - Específico da ECT	Belo Horizonte
HUERTON DE ALBUQUERQUE FORMAGGINI	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 21.	maio-64	Serv. públicos	IPM 17 DVS 071	Buenópolis
HUGO ALESSI	APM, doc. COSEG: rolo (ref.: Greves Diversas) 004, pasta CA.03.08, documento 28.	Não disponível	Jornalistas	Órgãos de segurança realizam vigilância sobre jornalistas.	Belo Horizonte
HUGO DINORAH DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 49.	24/08/1964	Militares	IPM 1 no 4º Regimento de Obuses-105	Pouso Alegre
HUMBERTO BENEDITO FILHO	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 29.	30/04/1964	Militares	IPM 4 sobre Câmara Municipal	Juiz de Fora
HUMBERTO DECNOJO BATISTA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 37.	30/04/1964	Autônomos	IPM 33 DVS 041	Caratinga
HUMBERTO DIAS	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 21.	21/05/1964	Bancários	IPM 12	Belo Horizonte
HUMBERTO TEODORO JÚNIOR	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 8.	Não disponível	Autônomos	IPM 70 DVS 046	Ituiutaba
IAMBÁ MATOS JÚNIOR ?	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 31.	30/04/1964	Correios	IPM 2 no DCT	Não identificada
IBRANTINO LOPES DOS REIS	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 7.	22/06/1964	Militares	IPM 24 por atividades subversivas no quartel da 11º RI	São João Del Rei
IEDA SOARES DE AZEVEDO DIAS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
ÍLCIO IDALINO DE PAULA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Ind. Alimentícia	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Três Corações
ILDEU CHAVES	APM, doc. COSEG: rolo (ref.: Greves Diversas) 004, pasta CA.03.08, documento 28.	Não disponível	Jornalistas	Órgãos de segurança realizam vigilância sobre jornalistas.	Belo Horizonte
ILDEU DE CARVALHO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Fumageiros	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
ILDEU MANSO VIEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 48.	26/05/1964	Não identificado	IPM 2	Alfenas
ILDO FERREIRA DOS SANTOS	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Não identificado	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
ILÍDIO DE OLIVEIRA	NASCIMENTO, Saint'Clair L. Os Comunistas, cizânia em quartéis de Minas (livro).	1953	Policial Militar	Indiciado em IPM por indisciplina na PM.	Belo Horizonte ; Juiz de Fora
IMOIL GOMES CANCELA?	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 20.	08/05/1964	Não identificado	IPM 13	Rio Pomba
INÁCIO BRAGA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
INÁCIO GOMES DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0003{2}, imagem 1 e outras.	11/07/1964	Autônomos	Indiciado no IPM sem número sobre subversão na guarnição militar federal de Belo Horizonte	Belo Horizonte

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
INDIANO COSTA	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 9.	18/05/1964	Serv. públicos	IPM 106 sobre subversão na Assembleia Legislativa de MG.	Belo Horizonte
IOLANDA DE LIMA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 78; pasta 0008, imagem 16 e outras.	19/05/1964	Trab. do ensino	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
IOLANDA MARQUES DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cataguases
IRACAHY SOARES PITTA (PINTO?)	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 41; pasta 0005, imagem 86; pasta 0009, imagem 2 e outras.	27/04/1964	Correios	IPM 137. IPM 101 ID/4 - C - Específico da ECT Indiciado no IPM sem número	Belo Horizonte
IRACEMA RODRIGUES DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
IRACI DE ASSIS	APM, doc. DOPS: pasta 0008, imagem 4 e outras.	07/04/1964	Não identificado	Indiciado no IPM sem número	Uberlândia
IRACIDES LIMA (vulgo NEGRINHO)	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 8.	Não disponível	Autônomos	IPM 70 DVS 046	Ituiutaba
IRACY CAMARGO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Eletricitários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora
IRACY DE ANDRADE JUNQUEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 77.	19/05/1964	Trab. do ensino	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
IRINEU MELO ALMEIDA	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Metalúrgicos	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
ISAAC SALUM	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
ISABEL O. CANCELA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 20.	08/05/1964	Não identificado	IPM 13	Rio Pomba
ISALINO MANOEL DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Eletricitários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora
ÍSIS MAGALHÃES	APM, doc. COSEG: rolo (ref.: Greves Diversas) de microfilmes nº 6, pasta CA.04.04-A, documentos 62, 63 e 64 e pasta CA.04.04-3, documento 31; rolo (ref.: Greves Diversas) de microfilmes nº 7, pasta CA.04.04-6, documentos 1 a 8 e pasta CA.04.04-7, documentos 1 e 2.	29/04/1980	Trab. do ensino	Prisão durante greve dos professores em 1.980; incomunicabilidade.	Belo Horizonte
ISOLINO SALVADOR ROSA	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Metalúrgicos	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
ITAGIBA DE CASTRO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 71.	02/05/1964	Serv. públicos	IPM 118 DVS 022	Teófilo Otoni
ÍTALO ANTÔNIO MARCHIORI	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora
ÍTALO BARBIERI	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 3,	10/04/1964	Autônomos	IPM 67 DVS 074 em Itajubá.	Itajubá
ÍTALO VALENTE	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 86.	27/04/1964	Serv. públicos	IPM 101 ID/4 - C - Específico da ECT	Belo Horizonte
ITAMAR VIEIRA DA COSTA	APM, doc. DOPS Pasta: 0257, Imagem 12	1968	Bancários	Registrado como favorável à greve dos bancários e fichado.	Belo Horizonte
IVAIR PEREIRA LEÃO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Eletricitários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
IVALDO ALVES MARTINS	APM, doc. DOPS: pasta 0252, imagem 10.	15/05/1968	Taxistas	Prisão por realizarem greve por reajuste no valor da tarifa.	Belo Horizonte
IVAN CALDEIRA VICTÓRIA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Montes Claros

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
IVAN FERREIRA DA COSTA	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Metalúrgicos	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
IVAN JOSÉ DE BASTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 14.	abril/1964.	Não identificado	IPM 12 DVS 040	Sete Lagoas
IVANIR DE SOUZA BARROS	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 4.	26/04/1964	Ferroviários	IPM 4 DVS 066	Além Paraíba
IVANIR DE SOUZA BASTOS	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.25-Proc.289	abril/1964.	Ferroviários	Espancamentos, choques elétricos, queimaduras com cigarro, afogamentos, tortura psicológica.	Além Paraíba
IVO BARBOSA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 30.	07/05/1964	Autônomos	IPM 85 DVS 017	Montes Claros
IVONE DOLLEY	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 9.	08/05/1964	Serv. públicos	IPM 22 por atividades subversivas no SAPS	Juiz de Fora
IZAURINO ALVES DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0003{2}, imagem 1 e outras.	11/07/1964	Serv. públicos	Indiciado no IPM sem número sobre subversão na guarnição militar federal de Belo Horizonte	Belo Horizonte
JAÇANÃ MUSA DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 49.	15/04/1964	Artistas	IPM 97 DVS 104	Poços de Caldas
JACI DE CASTRO FERREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 30.	30/04/1964	Autônomos	IPM 3	Não identificada
JACINTO PIRES DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
JACOB CERANI	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 7 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
JACOB IBRAIM ELIAS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 74.	18/05/1964	Serv. públicos	IPM 121 DVS 080	Ubá
JACQUES LIGEIRO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 37.	30/04/1964	Autônomos	IPM 33 DVS 041	Caratinga
JACY DE ASSIS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 78.	19/05/1964	Trab. do ensino	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
JACY GIRARDI	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora
JACY PINTO MOREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Fumageiros	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
JACY SANTOS MAGALHÃES	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 14.	abril/1964.	Não identificado	IPM 12 DVS 040	Corinto
JADER PIRES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Eletricitários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora
JAHIR DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Ind. Alimentícia	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Três Corações
JAIME (ou JAYME) BARRA	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.25-Proc.499	20/08/1968	Jornalistas	Espancamentos por 7 policiais.	Belo Horizonte
JAIME DE OLIVEIRA CORREA	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 41; pasta 0005, imagem 86; pasta 0302, imagem 3; pasta 0302, imagem 4; APM, doc. DOPS: pasta 0009, imagem 2 e outras.	27/04/1964	Correios	IPM 137. IPM 101 ID/4 - C - Específico da ECT Indiciado no IPM sem número	Belo Horizonte
JAIME KATZ	APM, doc. DOPS: pasta 0002{3}, imagem 2 e outras.	03/06/1964	Não identificado	Indiciado no IPM sem número	Belo Horizonte
JAIME LEANDRO DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 81.	04/06/1964	Serv. públicos	IPM 124 DVS 037	Unaí
JAIME MARQUES DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Sabará
JAIME PATROCÍNIO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
JAIME SOARES DA CÂMARA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 21.	maio-64	Autônomos	IPM 17 DVS 071	Buenópolis
JAIR ALEXANDRE DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
JAIR ALVES MARTINS	APM, doc. DOPS: pasta 0002{4}, imagem 1 e outras; pasta 0004{1}, imagem 30; doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.26-Proc.590	10/06/1964	Ferroviários	Indiciado no IPM sem número. IPM 119. Ferimentos com baioneta, tortura psicológica.	Belo Horizonte
JAIR BELIZÁRIO DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Construção civil	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cataguases
JAIR CABRAL	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	S. J. Nepomuceno
JAIR FERREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Transportes	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Pirapora
JAIR MATURK	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 43.	07/06/1964	Não identificado	IPM 38 DVS 032	Caxambu
JAIR MOREIRA RODRIGUES	APM, doc. DOPS: pasta 0008, imagem 4 e outras.	07/04/1964	Não identificado	Indiciado no IPM sem número	Uberlândia
JAIR REHIN, REIHN?, RHEIN? OU HEINN?	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 22; pasta 0313, imagens 21 a 32; pasta 0042, imagem 5 e seguintes; pasta 0007{1}, imagem 29.	abril/1964	Têxteis	IPM 11 no Sindicato de Fiação e Tecelagem. Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT. Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais. IPM 4 sobre Câmara Municipal	Juiz de Fora
JAIR REIS FILHO	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 41; pasta 0009, imagem 2 e outras.	18/05/1964	Correios	IPM 137. Indiciado no IPM sem número	Belo Horizonte
JAIR RODRIGUES DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32; doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.26-Proc.568	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT. Torturas físicas e psicológicas.	S. J. Nepomuceno
JAIR ROSA	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Não identificado	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
JANDIRA PINTO MENDONÇA	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 9.	18/05/1964	Serv. públicos	IPM 106 sobre subversão na Assembleia Legislativa de MG.	Belo Horizonte
JANOT REZENDE	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Indústria de calçados	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Uberaba
JARBAS DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 51.	25/04/1964	Industriários	IPM 45 DVS 098	Coronel Fabriciano
JARBAS DA SILVA	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.65-Proc.069	08/04/1964.	Metalúrgicos	Espancamento, chutes, tortura psicológica.	Ipatinga
JARBAS PEREIRA CAMPOS	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 4.	09/08/1964	Ferroviários	IPM 27 sobre atividades subversivas na Estrada de Ferro Leopoldina.	Ubá
JARDO LEITE PENHA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 83.	19/05/1964	Autônomos	IPM 126 DVS 055	Varginha
JAYME DE FREITAS SALES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 84.	19/04/1964	Autônomos	IPM 127 DVS 056	Visc. R. Branco
JEDOR PEREIRA BALEEIRO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 62.	30/04/1964	Serv. públicos	IPM 58 DVS 036	Frutal
JEOVÁ FERREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 62.	30/04/1964	Autônomos	IPM 58 DVS 036	Frutal
JERING DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Transportes	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Varginha
JERÔNIMO BARBOSA NETO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Transportes	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora
JERÔNIMO CARDOSO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 77; pasta 0008, imagem 16 e outras.	19/05/1964		IPM 123 DVS 099	Uberlândia
JERÔNIMO DE MOURA NETO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 64.	06/05/1964	Agitador profissional (sic)	IPM 59 DVS 020	Gov. Valadares
JERÔNIMO FRANCO DE GOUVEA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 8.	Não disponível	Autônomos	IPM 70 DVS 046	Ituiutaba

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
JERÔNIMO JOSÉ ALVES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 77; pasta 0008, imagem 16 e outras.	19/05/1964	Autônomos	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
JERÔNIMO MOURA	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 3 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
JERÔNIMO RODRIGUES DE LIMA	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 41; pasta 0009, imagem 2 e outras.	18/05/1964	Serv. públicos	IPM 137. Indiciado no IPM sem número	Belo Horizonte
JERÔNIMO THOMAS DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 8.	11/08/1964	Ferroviários	IPM 7 DVS 100	Araguari
JESSÉ GUIMARÃES DE BRITO	APM, doc. DOPS: pasta 0012{5}, imagem 18.	13/06/1964	Trab. do ensino	Indiciado em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
JESU RAIMUNDO DE PAULA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 48.	26/05/1964	Não identificado	IPM 2	Alfenas
JESUALDO MONTEIRO GONZAGA	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 4 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
JESULINO FRANÇA DE SOUZA	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Não identificado	Desaparecido após o Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
JÉSUS ALMEIDA FERNANDES	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.26-Proc.425	25/02/1964	Serv. públicos	Espancamentos, choques elétricos, "pau-de-arara", "cadeira do dragão", afogamentos, foi arrastado por um jipe, tortura psicológica.	Belo Horizonte
JÉSUS ARREGUI CAMPOS	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 39.	16/05/1964	Correios	IPM 34 DVS 043	Caratinga (distrito de Entre Folhas)
JÉSUS BITTENCOURT BRAGA	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Metalúrgicos	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
JÉSUS DE PAULA MENDES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 51.	05/05/1964	Bancários	IPM 99 DVS 008	Ponte Nova
JÉSUS DE SOUZA MENDES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Ponte Nova
JÉSUS FIRMINO DA COSTA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 20.	01/05/1964	Autônomos	IPM 77 DVS 030	Mariana
JÉSUS GONÇALVES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35; pasta 0313, imagens 21 a 32.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018. Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Nova Lima
JÉSUS GRACIANO LUZ	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 26.	26/06/1964	Autônomos	IPM 83 DVS 064	Monte Carmelo
JÉSUS HOMEM SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 8.	11/08/1964	Industriários	IPM 7 DVS 100	Araguari
JESUS PAULO MARQUES	APM, doc. DOPS: pasta 0003{2}, imagem 1 e outras.	11/07/1964	Não identificado	Indiciado no IPM sem número sobre subversão na guarnição militar federal de Belo Horizonte	Belo Horizonte
JÉSUS PEREIRA CAMPOS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
JÉSUS PEREIRA LOPES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 64.	05/05/1964	Autônomos	IPM 111 DVS 060	Santa Rita do Sapucaí
JÉSUS RAIMUNDO DDE PAULA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 44.	02/05/1964	Trab. do ensino	IPM 92 DVS 044	Passos
JOANÉSIO CARDOSO DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 6.	13/05/1964	Autônomos	IPM 69 DVS 089	Medina
JOANÉSIO MARTINS DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Construção civil	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cataguases
JOÃO (CINZA?) MENDES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
JOÃO ABRAÃO JORGE (JOÃO TURCO)	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 67.	04/06/1964	Autônomos	IPM 61 DVS 063	Guapé

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
JOÃO AFFONSO PINHEIRO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Eletricitários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora
JOÃO AFONSO	APM, doc. DOPS: pasta 5303, imagem 4 e 123.	01/10/1968	Metalúrgicos	Detido durante realização de greve em 1968 por realização de piquetes.	Belo Horizonte e Contagem
JOÃO ALBERTO BARROSO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Leopoldina
JOÃO ALBERTO PINTO FIUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0252, imagem 4.	15/05/1968	Taxistas	Prisão por realizarem greve por reajuste no valor da tarifa.	Belo Horizonte
JOÃO ALVARENGA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 48.	26/05/1964	Não identificado	IPM 2	Alfenas
JOÃO ALVES DAVI	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 26.	26/06/1964	Ferroviários	IPM 83 DVS 064	Monte Carmelo
JOÃO ALVES RODRIGUES	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 64;	06/05/1964	Comerciários	IPM 59 DVS 020	Gov. Valadares
JOÃO ALVES VIEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32; doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.65-Proc.072	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT. Tortura física, tortura psicológica.	Belo Horizonte
JOÃO ANTÔNIO FONSECA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
JOÃO ANTÔNIO MEDES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Transportes	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Varginha
JOÃO ANTÔNIO SPERIDIÃO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Serviços	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Uberaba
JOÃO ANUCIATO DOS REIS	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.27-Proc.073	28/10/1968	Metalúrgicos	Queimaduras com cigarro, torturas psicológicas.	Belo Horizonte
JOÃO ARNALDO (ARNUFO?) COSTA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
JOÃO AUGUSTO DE PAULA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
JOÃO BATAGLIA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 28.	15/05/1964	Comerciários	IPM 24 DVS 047	Campina Verde
JOÃO BATISTA ADÁRIO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 37.	30/04/1964	Trab. do ensino	IPM 33 DVS 041	Caratinga
JOÃO BATISTA BARBOSA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cataguases
JOÃO BATISTA BRAGA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 49; doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.27-Proc.074	25/04/1964	Metalúrgicos	IPM 44 DVS 106. Tortura psicológica.	Coronel Fabriciano
JOÃO BATISTA COSTA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 64.	05/05/1964	Serv. públicos	IPM 111 DVS 060	Santa Rita do Sapucaí
JOÃO BATISTA DE ALMEIDA	APM, doc. DOPS: pasta 0252, imagem 4.	15/05/1968	Taxistas	Prisão por realizarem greve por reajuste no valor da tarifa.	Belo Horizonte
JOÃO BATISTA DE ARAÚJO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cons. Lafaiete
JOÃO BATISTA DE CARVALHO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Ind. Alimentícia	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Uberaba
JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0252, imagem 9.	15/05/1968	Taxistas	Prisão por realizarem greve por reajuste no valor da tarifa.	Belo Horizonte
JOÃO BATISTA DE RESENDE	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Metalúrgicos	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
JOÃO BATISTA DE REZENDE	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cataguases
JOÃO BATISTA DINIZ	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 21.	maio-64	Ferroviários	IPM 17 DVS 071	Buenópolis
JOÃO BATISTA LEÃO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 8.	11/08/1964	Autônomos	IPM 7 DVS 100	Araguari

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
JOÃO BATISTA PEREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0252, imagem 8.	15/05/1968	Taxistas	Prisão por realizarem greve por reajuste no valor da tarifa.	Belo Horizonte
JOÃO BATISTA RODRIGUES	APM, doc. DOPS: pasta 5303, imagens 8 e 36	03/10/1968	Bancários	Detido durante realização de greve em 1968.	Belo Horizonte e Contagem
JOÃO BATISTA SOARES	RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/6/1949. In: MARÇAL, Argemiro; e OUTROS. "Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil", pp. 2 e 3.	28/06/1949	Extrativistas	Operário da Mina Morro Velho Indiciado por "sabotagem" e "comunismo" no processo iniciado em 28 de junho de 1949.	Nova Lima
JOÃO BATISTA VIANA	APM, doc. DOPS: pasta 0003{2}, imagem 1 e outras.	11/07/1964	Não identificado	Indiciado no IPM sem número sobre subversão na guarnição militar federal de Belo Horizonte	Belo Horizonte
JOÃO BATISTA VIANA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35; RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/6/1949. In: MARÇAL, Argemiro; e OUTROS. "Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil", pp. 2 e 3.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018. Operário da Mina Morro Velho Indiciado por "sabotagem" e "comunismo" no processo iniciado em 28 de junho de 1949.	Nova Lima
JOÃO BATISTA WÁLTER	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 20.	01/05/1964	Autônomos	IPM 77 DVS 030	Mariana
JOÃO BEBIANO PINTO	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.27-Proc.386; processo trabalhista 4281, CEREM/Sindmon-Metal; processo trabalhista 4281, CEREM/Sindmon-Metal.	abril/1964.	Metalúrgicos	Agressões físicas, tortura psicológica.Perseguido e coagido a pedir demissão da Belgo Mineira.	J. Monlevade
JOÃO BENÍCIO PERERIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Construção civil	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
JOÃO BOLTAHAUSER	APM, doc. DOPS: pasta 0012{5}, imagem 18.	13/06/1964	Trab. do ensino	Indiciado em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
JOÃO BOSCO RIBEIRO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 23; doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.27-Proc.662	abril/1964		IPM 19 DVS 031. Espancamentos, incomunicabilidade, tortura psicológica.	Cachoeira do Campo, Ouro Preto
JOÃO BOTELHO DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 72.	30/04/1964	Autônomos	IPM 119 DVS 023	Teófilo Otoni
JOÃO CAETANO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	B. de Cocais
JOÃO CÂNDIDO DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 3.	07/05/1964	Industriários	IPM 3 DVS 051	Aimorés
JOÃO CÂNDIDO PEREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 79.	19/05/1964	Autônomos	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
JOÃO CERQUEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0003{2}, imagem 1 e outras; pasta 0004{1}, imagem 44.	11/07/1964	Autônomos	Indiciado no IPM sem número sobre subversão na guarnição militar federal de Belo Horizonte. IPM 139 DVS 063	Belo Horizonte
JOÃO CEZÁRIO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cons. Lafaiete
JOÃO CEZÁRIO DE FARIA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 51; pasta 0007{1}, imagem 4.	05/05/1964	Ferroviários	IPM 99 DVS 008. IPM 27 sobre atividades subversivas na Estrada de Ferro Leopoldina.	Ponte Nova
JOÃO CIRÍACO SAMPAIO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 3.	07/05/1964	Bancários	IPM 3 DVS 051	Aimorés
JOÃO COELHO LINHARES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	B. de Cocais
JOÃO CRISTIANO MONTEIRO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 57.	14/05/1964	Serv. públicos	IPM 53 DVS 029	Engenheiro Navarro
JOÃO CURY FILHO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 78.	19/05/1964	Ind. Alimentícia	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
JOÃO DA COSTA SOL	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Alfaiates e Costureiras	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
JOÃO DA ROCHA HIRSON	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 7; pasta 0012{5}, imagem 18.	01/06/1964	Trab. do ensino	IPM 114. Indiciado em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
JOÃO DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Lavras
JOÃO DAMASCENO PINZONI RAMOS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Leopoldina
JOÃO DE ALMEIDA FREIRE	APM, doc. DOPS: pasta 0252, imagem 4.	15/05/1968	Taxistas	Prisão por realizarem greve por reajuste no valor da tarifa.	Belo Horizonte
JOÃO DE DEUS ROCHA	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 4 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
JOÃO DIAS DE FIGUEIREDO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Coronel Fabriciano
JOÃO DIAS FILHO	APM, doc. DOPS: pasta 0252, imagem 8.	15/05/1968	Taxistas	Prisão por realizarem greve por reajuste no valor da tarifa.	Belo Horizonte
JOÃO DO CARMO EVARISTO	APM, doc. DOPS: pasta 5303, imagem 8.	out-68	Não identificado	Detido durante realização de greve em 1968.	Belo Horizonte e Contagem
JOÃO DORNELES SANTOS JUNIOR	APM, doc. DOPS: pasta 0008, imagem 4 e outras.	07/04/1964	Não identificado	Indiciado no IPM sem número	Uberlândia
JOÃO EDSON DE MELO	APM, doc. DOPS: pasta 0008, imagem 4 e outras.	07/04/1964	Não identificado	Indiciado no IPM sem número	Uberlândia
JOÃO EDSON RESK	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 42.	16/07/1964	Autônomos	IPM 8	Três Corações
JOÃO EDUARDO VASCONCELLOS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 68.	02/06/1964	Serv. públicos	IPM 115 DVS 062	São Sebastião do Paraíso
JOÃO ELIAS DE SOUZA	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Chefe vacinação	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
JOÃO EUSTÁQUIO CAETANO	APM, doc. DOPS: pasta 0252, imagem 4.	15/05/1968	Taxistas	Prisão por realizarem greve por reajuste no valor da tarifa.	Belo Horizonte
JOÃO EVANGELISTA DIAS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 41; doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.65-Proc.506	27/05/1964	Construção civil	IPM 90 DVS 033.Tortura física, incomunicabilidade, tortura psicológica.	Ouro Preto
JOÃO EVANGELISTA FERNANDES	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.28-Proc.647; processo trabalhista 4281, CEREM/Sindmon-Metal.	abril/1964.	Metalúrgicos	Tortura psicológica. Perseguido e coagido a pedir demissão da Belgo Mineira.	J. Monlevade
JOÃO FAGUNDES FELICIANO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
JOÃO FELIPE DE OLIVEIRA	RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/6/1949. In: MARÇAL, Argemiro; e OUTROS. "Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil", pp. 2 e 3.	28/06/1949	Extrativistas	Operário da Mina Morro Velho Indiciado por "sabotagem" e "comunismo" no processo iniciado em 28 de junho de 1949.	Nova Lima
JOÃO FELIX	APM, doc. DOPS: pasta 0003{2}, imagem 1 e outras.	11/07/1964	Não identificado	Indiciado no IPM sem número sobre subversão na guarnição militar federal de Belo Horizonte	Belo Horizonte
JOÃO FERREIRA DA SILVA	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Construção civil	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
JOÃO FERREIRA DE MORAIS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
JOÃO FERREIRA DIAS	RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/6/1949. In: MARÇAL, Argemiro; e OUTROS. "Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil", pp. 2 e 3.	28/06/1949	Extrativistas	Operário da Mina Morro Velho Indiciado por "sabotagem" e "comunismo" no processo iniciado em 28 de junho de 1949.	Nova Lima

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
JOÃO FIRMINO (FIUZA?) LUZIA	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 7 e seguintes; pasta 0004{1}, imagem 44; pasta 0313, imagens 21 a 32; doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.28-Proc.504.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais. IPM 139 DVS 063. Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT. Agressões físicas, incomunicabilidade, tortura psicológica. Acusado de cooperar com os movimentos grevistas à época.	Belo Horizonte
JOÃO FLÁVIO NETO	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Não identificado	Desaparecido após o Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
JOÃO FRANCISCO PALERMO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 59.	01/05/1964	Autônomos	IPM 107 DVS 077	Rio Pomba
JOÃO GALDINO DIAS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Ind. Alimentícia	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Uberaba
JOÃO GARCIA DO CARMO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Construção civil	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cataguases
JOÃO GOMES DINIZ	APM, doc. DOPS: pasta 0008, imagem 4 e outras.	07/04/1964	Autônomos	Indiciado no IPM sem número	Uberlândia
JOÃO GONÇALVES CAMPOS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 26.	26/06/1964	Autônomos	IPM 83 DVS 064	Monte Carmelo
JOÃO GONZAGA SOBRINHO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 19.	18/05/1964	Ind. Alimentícia	IPM 15 DVS 081	Brasilândia
JOÃO ILDEFONSO FERREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
JOÃO ILDEFONSO MARTINS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Extrativistas	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Nova Lima
JOÃO JACINTO FILHO	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.28-Proc.645; processo trabalhista 4281, CEREM/Sindmon-Metal.	31/03/1964.	Metalúrgicos	Tortura psicológica. Perseguido e coagido a pedir demissão da Belgo Mineira.	J. Monlevade
JOÃO JORGE COURI ou COURY	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 77; pasta 0008, imagem 16 e outras.	19/05/1964	Autônomos	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
JOÃO JOSÉ KIREGNA	APM, doc. DOPS: pasta 0012{5}, imagem 18.	13/06/1964	Trab. do ensino	Indiciado em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
JOÃO KLÉBER LEITE DE CASTRO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
JOÃO LEAL	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 41; pasta 0009, imagem 2 e outras; pasta 0042, imagem 3 e seguintes.	18/05/1964	Correios	IPM 137. Indiciado no IPM sem número. Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
JOÃO LÍRIO MAGEL SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 31.	08/05/1964	Autônomos	IPM 86 DVS 027	Nanuque
JOÃO LÚCIO BRANDÃO	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 5 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
JOÃO LÚCIO LOPES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 75; pasta 0313, imagens 21 a 32.	15/05/1964	Indústria de calçados	IPM 122 DVS 019. Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Uberaba
JOÃO LUIZ	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 11.	30/09/1964	Autônomos	IPM 9 DVS sem nº	B. de Cocais
JOÃO LUIZ GONÇALVES	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 11.	30/09/1964	Comerciários	IPM 9 DVS sem nº	B. de Cocais
JOÃO LUIZ LEITE PRAÇA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 46.	11/08/1964	Autônomos	IPM 94 DVS 057	Piumhi
JOÃO LUIZ MIGUEL	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.29-Proc.279	14/04/1964	Metalúrgicos	Privação de alimentos e higiene, apedrejamento.	B. de Cocais
JOÃO LUIZ MOREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Marceneiros	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
JOÃO MANCILHA DA FONSECA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
JOÃO MANOEL DE ARAÚJO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 28.	15/05/1964	Serv. públicos	IPM 24 DVS 047	Campina Verde

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
JOÃO MARCELINO SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
JOÃO MARCHIORI	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 26; pasta 0313, imagens 21 a 32; doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.29-Proc.456	30/04/1964	Têxteis	IPM 7. Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT. Prisão preventiva decretada em 12/02/1965.	S. J. Nepomuceno
JOÃO MARTINS COIMBRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cons. Lafaiete
JOÃO MATIAS DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0252, imagem 5.	15/05/1968	Taxistas	Prisão por realizarem greve por reajuste no valor da tarifa.	Belo Horizonte
JOÃO MENDES	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 17.	30/04/1964	Ferroviários	IPM 16	Santos Dumont
JOÃO MICONI	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Marceneiros	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
JOÃO MIGUEL COSTA	APM, doc. DOPS: pasta 0010, imagens 130-134; pasta 5127 imagem 91	26/02/1966	Extrativistas	Indiciado e interrogado em inquérito sobre atividades no Sindicato de Extração de Minério. Vigiado pela suspeita de participação em movimento comunista dentro da CSN.	Congonhas do Campo
JOÃO MIRANDA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 7.	11/08/1964	Ferroviários	IPM 7 DVS 100	Araguari
JOÃO MOREIRA PIRES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Transportes	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora
JOÃO NASCIMENTO	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Metalúrgicos	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
JOÃO NASCIMENTO GODOY	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 7.	11/08/1964	Autônomos	IPM 7 DVS 100	Araguari
JOÃO NOGUEIRA DUARTE FILHO	APM, doc. DOPS: pasta 0252, imagem 4.	15/05/1968	Taxistas	Prisão por realizarem greve por reajuste no valor da tarifa.	Belo Horizonte
JOÃO NUNES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 45; pasta 0313, imagens 21 a 32; doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.65-Proc.312	10/04/1964	Têxteis	IPM 93 DVS 093. Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT. Tortura física, tortura psicológica.	Pedro Leopoldo
JOÃO NUNES DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 9.	18/05/1964	Serv. públicos	IPM 106 sobre subversão na Assembleia Legislativa de MG.	Belo Horizonte
JOÃO OLIVEIRA GUIMARÃES	RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/6/1949. In: MARÇAL, Argemiro; e OUTROS. "Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil", pp. 2 e 3.	28/06/1949	Extrativistas	Operário da Mina Morro Velho Indiciado por "sabotagem" e "comunismo" no processo iniciado em 28 de junho de 1949.	Nova Lima
JOÃO PASTOR COSTA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
JOÃO PEDRO CARDOSO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 6.	13/05/1964	Serv. públicos	IPM 69 DVS 089	Medina
JOÃO PEDRO FERREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
JOÃO PEDRO GOSTUR ou GUSTIN	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 77; pasta 0008, imagem 15 e outras.	19/05/1964	Autônomos	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
JOÃO PEQUENO DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
JOÃO PEREIRA DA SILVA	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Mecânico	Ferido por projétil no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
JOÃO PIO DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
JOÃO RAMIRO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 67.	28/04/1964	Industriários	IPM 114 DVS 054	São Lourenço

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
JOÃO RESENDE DIAS	APM, doc. DOPS: pasta 0252, imagem 4.	15/05/1968	Taxistas	Prisão por realizarem greve por reajuste no valor da tarifa.	Belo Horizonte
JOÃO RIBEIRO BEBIANO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
JOÃO RIBEIRO BORGES	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 7.	22/06/1964	Militares	IPM 24 por atividades subversivas no quartel da 11° RI	São João Del Rei
JOÃO RICARDO VASCONCELLOS	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 39.	16/07/1964	Não identificado	IPM 11	Caxambu
JOÃO ROBERTO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
JOÃO ROCHA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 19.	18/05/1964	Ind. Alimentícia	IPM 15 DVS 081	Brasilândia
JOÃO RODRIGUES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Coronel Fabriciano
JOÃO RODRIGUES DA SILVA JÚNIOR	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 79.	19/05/1964	Autônomos	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
JOÃO RODRIGUES DE MIRANDA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Curvelo
JOÃO ROSA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Leopoldina
JOÃO SÉRGIO DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cataguases
JOÃO SEVERINO DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Construção civil	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cataguases
JOÃO SIQUEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 3789, imagem 152; pasta 0317, imagem 7.	07/07/1952	Autônomo	Investigado em sua residência como comunista em 1952. Condenado a 1 ano de prisão.	Belo Horizonte
JOÃO SOARES CRUZ	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Construção civil	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Montes Claros
JOÃO SOLANO DE PAULA	RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/6/1949. In: MARÇAL, Argemiro; e OUTROS. "Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil," pp. 2 e 3.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
JOÃO SOTERO	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 9; pasta 0009, imagem 2 e outras.	18/05/1964	Serv. públicos	IPM 106 sobre subversão na Assembleia Legislativa de MG. Indiciado no IPM sem número	Belo Horizonte
JOÃO THOMAZ DE AQUINO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 26.	26/06/1964	Serv. públicos	IPM 83 DVS 064	Monte Carmelo
JOÃO TOMÁS DOS SANTOS (BACALHAU)	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 14.	abril/1964.	Não identificado	IPM 12 DVS 040	Curvelo
JOÃO TOMÉ FERREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 77; pasta 0008, imagem 15 e outras.	19/05/1964	Autônomos	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
JOÃO VENTURATO	APM, doc. DOPS: pasta 0010, imagens 113-114.	18/02/1966	Extrativistas	Indiciado e interrogado em inquérito sobre atividades no Sindicato de Extração de Minério.	Congonhas do Campo
JOÃO VIANA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 28.	15/05/1964	Serv. públicos	IPM 24 DVS 047	Campina Verde
JOÃO VIEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 3 e seguintes; pasta 5303, imagens 3 e 122.	abril/1964 e 1968	Metalúrgicos	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais. Detido durante realização de greve em 1968 por realização de piquetes.	Belo Horizonte
JOÃO ZACARIAS	APM, doc. DOPS: pasta 0135(1), imagem 24.	12/07/1965	Metalúrgicos	Acusado de ser subversivo e de se reunir com Sinval Bambirra.	Sabará
JOAQUIM ALVES DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	B. de Cocais
JOAQUIM ALVES MOREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cataguases
JOAQUIM ANACLETO PEREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 54.	26/04/1964	Autônomos	IPM 49 DVS 111	Diamantina

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
JOAQUIM ANTONIO DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 35.	16/05/1964	Não identificado	IPM 15	Cambuquira
JOAQUIM AUGUSTO PEREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Construção civil	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cataguases
JOAQUIM BAIÃO LIMA	APM, doc. DOPS: pasta 0247, imagem 75.	22/05/1967	Autônomo	Registro de indiciamento em inquérito aguardando julgamento na 4ª RM.	Raul Soares
JOAQUIM BALDUÍNO FELIPE	APM, doc. DOPS: pasta 0252, imagem 6.	15/05/1968	Taxistas	Prisão por realizarem greve por reajuste no valor da tarifa.	Belo Horizonte
JOAQUIM BARROS DE MELO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 1.	25/04/1964	Autônomos	IPM 1 DVS 098	Timóteo
JOAQUIM BERNADES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
JOAQUIM BONIFÁCIO DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 26.	26/06/1964	Autônomos	IPM 83 DVS 064	Monte Carmelo
JOAQUIM BONIFÁCIO FREITAS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
JOAQUIM BORBA DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Curvelo
JOAQUIM BOTELHO DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 72.	30/04/1964	Autônomos	IPM 119 DVS 023	Teófilo Otoni
JOAQUIM CARMO SIQUEIRA	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Metalúrgicos	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
JOAQUIM CARVALHO	RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/6/1949. In: MARÇAL, Argemiro; e OUTROS. "Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil," pp. 2 e 3.	28/06/1949	Extrativistas	Operário da Mina Morro Velho Indiciado por "sabotagem" e "comunismo" no processo iniciado em 28 de junho de 1949.	Nova Lima
JOAQUIM CÉZAR DA FONSECA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 78.	19/05/1964	Autônomos	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
JOAQUIM COELHO DIAS CHEROM	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 30.	30/04/1964	Serv. públicos	IPM 3	Não identificada
JOAQUIM COSTA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32; doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.29-Proc.303; processo trabalhista 4281, CEREM/Sindmon-Metal.	abril/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT. Tortura psicológica. Passou a ser perseguido até ser coagido a se demitir da empresa	J. Monlevade
JOAQUIM DE ASSIS TORRES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Coronel Fabriciano
JOAQUIM DE CARVALHO	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 25.	05/05/1964	Autônomos	IPM 51 DVS 096	Belo Horizonte
JOAQUIM DE CARVALHO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Leopoldina
JOAQUIM DE OLIVEIRA FILHO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Fumageiros	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
JOAQUIM DE SOUZA FILHO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Ind. Alimentícia	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Três Corações
JOAQUIM DÉCIO DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora
JOAQUIM DO CARMO SIQUEIRA	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Metalúrgicos	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
JOAQUIM EMERENCIANO MADEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Sabará
JOAQUIM ESTEVES ED FARIA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 12.	08/05/1964	Autônomos	IPM 10 DVS 058	Barbacena
JOAQUIM FELISMINO MARTINS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Construção civil	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cataguases

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
JOAQUIM FERNANDES CAVALCANTI	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 41; pasta 0009, imagem 2 e outras.	18/05/1964	Serv. públicos	IPM 137. Indiciado no IPM sem número	Belo Horizonte
JOAQUIM FERNANDES DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 48.	26/05/1964	Não identificado	IPM 2	Alfenas
JOAQUIM FERREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0008, imagem 4 e outras.	07/04/1964	Não identificado	Indiciado no IPM sem número	Uberlândia
JOAQUIM FERREIRA SIMÃO (ANTÔNIO CARPINTEIRO)	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 62.	30/04/1964	Autônomos	IPM 58 DVS 036	Frutal
JOAQUIM FRANCISCO DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Coronel Fabriciano
JOAQUIM GALDINO DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 5303, imagens 3 e 122.	01/10/1968	Metalúrgicos	Detido na de greve em 1968 por distribuição de panfletos e realização de piquetes.	Belo Horizonte e Contagem
JOAQUIM GAMBOGI	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 32.	08/05/1964	Não identificado	IPM 28 DVS 005	Campo Belo
JOAQUIM GONÇALVES ANDRADE	RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/6/1949. In: MARÇAL, Argemiro; e OUTROS. "Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil", pp. 2 e 3.	28/06/1949	Extrativistas	Operário da Mina Morro Velho Indiciado por "sabotagem" e "comunismo" no processo iniciado em 28 de junho de 1949.	Nova Lima
JOAQUIM GONÇALVES DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Coronel Fabriciano
JOAQUIM GONÇALVES DE MACEDO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Curvelo
JOAQUIM GUEDES CARDOSO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 72.	30/04/1964	Autônomos	IPM 119 DVS 023	Teófilo Otoni
JOAQUIM IGNEZ DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 14; doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.30-Proc.563; processo trabalhista 4281, CEREM/Sindmon-Metal.	abril/1964	Metalúrgicos	IPM 72A DVS s/ nº . Incomunicabilidade, privação de sono, tortura psicológica. Perseguido e coagido a pedir demissão da Belgo Mineira.	J. Monlevade
JOAQUIM JORGE PEREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 30.	30/04/1964	Não identificado	IPM 3	Não identificada
JOAQUIM JOSÉ DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 5303, imagens 8 e 37.	03/10/1968	Industriários	Detido durante realização de greve em 1968.	Belo Horizonte e Contagem
JOAQUIM JOSÉ SANTANA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 45.	30/04/1964	Têxteis	IPM 93 DVS 093	Pedro Leopoldo
JOAQUIM LACERDA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Eletricitários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Varginha
JOAQUIM LOPES CANÇADO	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 9.	18/05/1964	Serv. públicos	IPM 106 sobre subversão na Assembleia Legislativa de MG.	Belo Horizonte
JOAQUIM LUCAS PIRES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
JOAQUIM LUIZ DE ANDRADE	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Construção civil	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cataguases
JOAQUIM MAGALHÃES	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 47.	10/08/1964	Serv. públicos	IPM 3	Airuoca
JOAQUIM MARIANO DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35; pasta 0313, imagens 21 a 32; doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.30-Proc.406	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018. Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT. Espancamentos, tortura psicológica.	Nova Lima
JOAQUIM MARTINS BORGES	APM, doc. DOPS: pasta 0257, Imagem 11; pasta 0257, Imagem 12	1968	Bancários	Detido por aderir à greve dos bancários. Registrado como favorável à greve dos bancários e fichado.	Belo Horizonte
JOAQUIM MAXIMIANO TAVARES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Extrativistas	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
JOAQUIM MORAIS PIRES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Alfaiates e Costureiras	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
JOAQUIM PAULO DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 26.	30/04/1964	Não identificado	IPM 7	S. J. Nepomuceno
JOAQUIM PEREIRA COLARES	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 36.	16/07/1964	Não identificado	IPM 14	Varginha
JOAQUIM PEREIRA DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Petroleiros	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
JOAQUIM PEREIRA ROSA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Montes Claros
JOAQUIM PIPPA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 30.	30/04/1964	Não identificado	IPM 3	Não identificada
JOAQUIM REZENDE	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Ind. Alimentícia	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Uberaba
JOAQUIM RUBENS FONTES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Ponte Nova
JOAQUIM SEBASTIÃO GONZAGA DA COSTA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 49.	25/04/1964	Serv. públicos	IPM 44 DVS 106	Coronel Fabriciano
JOAQUIM SOARES	APM, doc. COSEG: rolo (ref.: Greves Diversas) 004, pasta CA.03.08, documento 28.	Não disponível	Jornalistas	Órgãos de segurança realizam vigilância sobre jornalistas.	Belo Horizonte
JOAQUIM TIAGO FILHO	APM, doc. DOPS: pasta 0252, imagem 6.	15/05/1968	Taxistas	Prisão por realizarem greve por reajuste no valor da tarifa.	Belo Horizonte
JOAQUIM TIBÚRCIO RIBEIRO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
JOAQUIM VIANA DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 49.	05/05/1964	Militares	IPM 32	Belo Horizonte
JOAQUIM VITAL LADEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 42; pasta 0313, imagens 21 a 32.	14/05/1964	Têxteis	IPM 37 DVS 011. Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cataguases
JOB DE PAULA DIAS	APM, doc. DOPS: pasta 5489, imagem 563; pasta 0240, imagem 5 .	13/04/1964	Autônomo	Preso por dificultar trabalho de trator da prefeitura na localidade de Alto do Minério.	Belo Horizonte
JOEL JOSÉ NASCIMENTO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Construção civil	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Montes Claros
JOEL RIBEIRO CAMPOS	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.65-Proc.833	31/03/1964	Bancários	Tortura física, tortura psicológica.	Belo Horizonte
JOEL WEISZ	APM, doc. DOPS: pasta 5303, imagens 5 E 78.	05/10/1968	Serv. públicos	Detido durante realização de greve em 1968 para averiguações.	Belo Horizonte e Contagem
JOFFRE DE ALMEIDA	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.30-Proc.080	06/04/1964	Ferroviários	Espancamentos, palmatória, choques elétricos, incomunicabilidade, tortura psicológica.	Belo Horizonte
JOFRE ALVES MARTINS	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 7.	11/08/1964	Serv. públicos	IPM 7 DVS 100	Araguari
JOFRE BORGES DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 7.	11/08/1964	Autônomos	IPM 7 DVS 100	Araguari
JOFRE DE ALMEIDA	APM, doc. DOPS: pasta 0002{4}, imagem 1 e outras; pasta 0004{1}, imagem 30.	10/06/1964	Ferroviários	Indiciado no IPM sem número. IPM 119	Belo Horizonte
JOFRE DE LACERDA SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cataguases
JOHANNES HAD	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 44.	12/06/1964	Autônomos	IPM 139 DVS 063	Belo Horizonte
JONAR TEIXEIRA DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 12.	08/05/1964	Serv. públicos	IPM 10 DVS 058	Barbacena
JONAS TREFASINI	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 36.	16/07/1964	Não identificado	IPM 14	Varginha
JONAS TROMBINI	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 83; pasta 0313, imagens 21 a 32.	19/05/1964	Transportes	IPM 126 DVS 055. Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Varginha

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
JORGE BACARAT	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 67.	28/04/1964	Autônomos	IPM 114 DVS 054	São Lourenço
JORGE BLANCO (ou BRANCO)	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35. RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/6/1949. In: MARÇAL, Argemiro; e OUTROS. "Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil", pp. 2 e 3.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018. Operário da Mina Morro Velho Indiciado por "sabotagem" e "comunismo" no processo iniciado em 28 de junho de 1949.	Nova Lima
JORGE DA ROCHA BRANDÃO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Curvelo
JORGE DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Petroleiros	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
JORGE DE MEDEIROS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cataguases
JORGE FERREIRA DA ROCHA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 4.	09/08/1964	Ferroviários	IPM 27 sobre atividades subversivas na Estrada de Ferro Leopoldina.	Ubá
JORGE JACOB NUNES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 9.	Não disponível	Industriários	IPM 70 DVS 046	Ituiutaba
JORGE LUIZ PANDOLFI	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Transportes	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora
JORGE SÁ NORONHA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 35.	16/05/1964	Não identificado	IPM 15	Cambuquira
JOSÉ BATISTA DE CARVALHO	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 5 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
JOSÉ ADÃO PINTO	APM, doc. DOPS Pasta: 0257, Imagem 3	1968	Bancários	Presos por envolvimento com o grupo "Corrente Revolucionária de Minas Gerais"	Belo Horizonte
JOSÉ ADJUTO FILHO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 81.	04/06/1964	Autônomos	IPM 124 DVS 037	Unaí
JOSÉ ALAOR BUENO DE PAIVA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 56.	29/04/1964	Autônomos	IPM 52 DVS 006	Divinópolis
JOSÉ ALEIÃO DA SILVA	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Industriário	Ferido por projétil no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
JOSÉ ALEXANDRE	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35; pasta 0313, imagens 21 a 32.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018. Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Nova Lima
JOSÉ ALEXANDRE DINIZ	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35; pasta 0313, imagens 21 a 32.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018. Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Nova Lima
JOSÉ ALFREDO DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Eletricitários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora
JOSÉ ALVES CAMPOS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Transportes	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Varginha
JOSÉ ALVES CRUZ	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 78.	19/05/1964	Autônomos	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
JOSÉ ALVES DE CARVALHO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora
JOSÉ ALVES DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 81.	04/06/1964	Serv. públicos	IPM 124 DVS 037	Unaí
JOSÉ ALVES DORNELEES (CANCAN)	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 38.	30/04/1964	Autônomos	IPM 33 DVS 041	Caratinga
JOSÉ ALVES CORGOSINHO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 24.	19/05/1964	Industriários	IPM 20 DVS 049	Cachoeira Dourada
JOSÉ ALVES PINTO SOBRINHO	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.30-Proc.300; processo trabalhista 4281, CEREM/Sindmon-Metal.	abril/1964.	Metalúrgicos	Espancamento, tortura psicológica. Perseguido e coagido a pedir demissão da Belgo Mineira. Obrigado a deixar a cidade onde morava já que a casa em que residia era de propriedade da empresa.	J. Monlevade
JOSÉ ALVES PRADO JÚNIOR	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 54.	26/04/1964	Correios	IPM 49 DVS 111	Diamantina

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
JOSÉ ALVES RODRIGUES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Transportes	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Pirapora
JOSÉ ALVES VIEIRA	RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/6/1949. In: MARÇAL, Argemiro; e OUTROS. "Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil," pp. 2 e 3.	28/06/1949	Extrativistas	Operário da Mina Morro Velho Indiciado por "sabotagem" e "comunismo" no processo iniciado em 28 de junho de 1949.	Nova Lima
JOSÉ AMÉRICO RODRIGUES HORTA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Eletricitários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora
JOSÉ ANASTÁCIO MACHADO	APM, doc. DOPS: pasta 5303, imagens 7 e45.	03/10/1968	Metalúrgicos	Detido durante realização de greve em 1968.	Belo Horizonte e Contagem
JOSÉ ANDRADE DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 64.	06/05/1964	Ferroviários	IPM 59 DVS 020	Gov. Valadares
JOSÉ ANTÃO DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0135(1), imagem 24.	12/07/1965	Metalúrgicos	Acusado de ser subversivo e de se reunir com Sinval Bambirra.	Sabará
JOSÉ ANTÔNIO FILHO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Lavras
JOSÉ ANTÔNIO LOPES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Leopoldina
JOSÉ ANTÔNIO MACHADO RODRIGUES	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 37.	30/04/1964	Bancários	IPM 33 DVS 041	Caratinga
JOSÉ ANTUNES PEREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 5303, imagens 7 e 39.	03/10/1968	Metalúrgicos	Detido durante realização de greve em 1968.	Belo Horizonte e Contagem
JOSÉ APINHÃO DA SILVA	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Não identificado	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
JOSÉ ARARY MOURA NEVES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora
JOSÉ ARAÚJO FLEXA	APM, doc. DOPS: pasta 0012{5}, imagem 19.	13/06/1964	Trab. do ensino	Indiciado em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
JOSÉ AUGUSTO ?	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 7 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
JOSÉ AUGUSTO DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
JOSÉ AUGUSTO DE PAULA	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 23; doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.30-Proc.243	31/03/1964	Gráficos	IPM 90 DVS 095. Espancamentos, tortura psicológica.	Belo Horizonte
JOSÉ AUGUSTO WANDERLEY CONCEIÇÃO	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 21.	30/04/1964	Trab. do ensino	IPM 12	Juiz de Fora
JOSÉ BARBOSA DE ARAÚJO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cons. Lafaiete
JOSÉ BARBOSA MELGAÇO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 77; pasta 0008, imagem 16 e outras.	19/05/1964	Trab. do ensino	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
JOSÉ BARBOSA TAVARES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Eletricitários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Varginha
JOSÉ BATISTA ALVARENGA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Petroleiros	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
JOSÉ BATISTA DA COSTA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
JOSÉ BATISTA DE CARVALHO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 75; pasta 0313, imagens 21 a 32.	15/05/1964	I Ind. Alimentícia	IPM 122 DVS 019. Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Uberaba
JOSÉ BELOZI	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Eletricitários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
JOSÉ BENJONE	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 5 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
JOSÉ BENTO JANUÁRIO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 4.	26/04/1964	Ferroviários	IPM 4 DVS 066	Além Paraíba
JOSÉ BENTO TEIXEIRA DE SALES	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 21.	21/05/1964	Jornalistas	IPM 12	Belo Horizonte
JOSÉ BERNARDINO DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 20.	01/05/1964	Ferroviários	IPM 77 DVS 030	Mariana
JOSÉ BERNARDINO FILHO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
JOSÉ BISPO COSTA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32; doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.31-Proc.256; processo trabalhista 4281, CEREM/Sindmon-Metal.	abril/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT. Tortura psicológica. Perseguido e coagido a pedir demissão da Belgo Mineira.	J. Monlevade
JOSÉ BOGGIONE	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 31; APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32; APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.31-Proc.349	abril/1964	Bancários	IPM 120. Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT. Tortura psicológica.	Belo Horizonte
JOSÉ BONIFÁCIO DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 25.	05/05/1964	Industriários	IPM 51 DVS 096	Belo Horizonte
JOSÉ BORGES DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
JOSÉ BORGES DO COUTO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 54.	26/04/1964	Serv. públicos	IPM 49 DVS 111	Diamantina
JOSÉ BRAGA DA COSTA	NASCIMENTO, Saint'Clair L. Os Comunistas, cizânia em quartéis de Minas (livro).	1953	Policial Militar	Indiciado em IPM por indisciplina na PM.	Belo Horizonte ; Juiz de Fora
JOSÉ CAETANO	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 5 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
JOSÉ CALDAS	NASCIMENTO, Saint'Clair L. Os Comunistas, cizânia em quartéis de Minas (livro).	1953	Policial Militar	Indiciado em IPM por indisciplina na PM.	Belo Horizonte ; Juiz de Fora
JOSÉ CAMPOS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Lavras
JOSÉ CÂNDIDO DE OLIVEIRA (BASTEN)	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 14.	abril/1964.	Não identificado	IPM 12 DVS 040	Sete Lagoas
JOSÉ CÂNDIDO FILHO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Sabará
JOSÉ CÂNDIDO RODRIGUES	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 36.	27/10/1964	Transportes	IPM 23	Belo Horizonte
JOSÉ CARDOSO MACHADO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 12.	28/05/1964	Ferroviários	IPM 71 DVS 087	Jeceaba
JOSÉ CARIS	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 41.	25/05/1964	Autônomos	IPM 36 DVS 083	Cássia
JOSÉ CARLOS ALEXANDRE	APM, doc. DOPS: pasta 0087, imagens 11 e 241.	19/03/1964	Jornalistas	Registrado em documentos do DOPS/DVS sobre Jornal Novos Rumos.	Belo Horizonte
JOSÉ CARLOS DE LERY GUIMARÃES	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 32.	08/05/1964	Previdenciários	IPM 1 no IAPI	Não identificada
JOSÉ CARLOS DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cons. Lafaiete
JOSÉ CARLOS DIAS	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 57.	14/05/1964	Autônomos	IPM 53 DVS 029	Engenheiro Navarro
JOSÉ CARLOS ELIAS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Ind. Alimentícia	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Três Corações
JOSÉ CARLOS GUIMARÂES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
JOSÉ CARLOS RODRIGUES OLIVEIRA {ILEGÍVEL}	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 6.	08/05/1964	Trab. do ensino	IPM 25 por atividades subversivas na Escola de Agricultura de Viçosa	Viçosa

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
JOSÉ CARLOS SIQUEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Alfaiates e Costureiras	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
JOSÉ CAROLINO DOS SANTOS	RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/6/1949. In: MARÇAL, Argemiro; e OUTROS. "Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil", pp. 2 e 3.	28/06/1949	Extrativistas	Operário da Mina Morro Velho Indiciado por "sabotagem" e "comunismo" no processo iniciado em 28 de junho de 1949.	Nova Lima
JOSÉ CASSIMIRO DA PAIXÃO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	J. Monlevade
JOSÉ CHRISTIANO FILGUEIRAS	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 4; doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.65-Proc.085	31/03/1964	Ferroviários	IPM 4 DVS 066. Espancamento, tapas, socos, chutes, "telefone", "afogamento", "pau-de-arara", queimadura com ponta de cigarro, tortura psicológica.	Além Paraíba
JOSÉ CIRÍACO SAMPAIO	APM, doc. DOPS: pasta 0688, imagem 2.	05/01/1962	Bancários	Registrado no DOPS por filiar-se ao PCB. Pagou assinatura semestral do jornal "Novos Rumos". Preso e indiciado no IPM 48.	Aimorés
JOSÉ COELHO BASTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 20.	04/08/1964	Não identificado	IPM 33 sobre subversão no 12º RI.	Belo Horizonte
JOSÉ CONSTANTINO ALVES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	S. J. Nepomuceno
JOSÉ CORDEIRO DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 60.	08/06/1964	Autônomos	IPM 108 DVS 078	Rio Vermelho
JOSÉ COSTA	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 21.	21/05/1964	Jornalistas	IPM 12	Belo Horizonte
JOSÉ COSTA MOREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Fumageiros	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
JOSÉ COSTA REIS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Coronel Fabriciano
JOSÉ CUPERTINO VIEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 84.	19/04/1964	Autônomos	IPM 127 DVS 056	Visc. R. Branco
JOSÉ CUSTÓDIO DE ANDRADE	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
JOSÉ CUSTÓDIO SOBRINHO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 77.	19/05/1964	Serv. públicos	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
JOSÉ DA ROCHA CORREA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 17; doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.32-Proc.387	05/04/1964	Ferroviários	IPM 16. Espancamento, tortura psicológica.	Santos Dumont
JOSÉ DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Coronel Fabriciano
JOSÉ DALAI ROCHA	APM, doc. Dops: pasta 0013, imagem 92.	01/02/1967	Jornalistas	Indiciado em IPM	Belo Horizonte
JOSÉ DAMIÃO	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 49.	24/08/1964	Militares	IPM 1 no 4º Regimento de Obuses-105	Pouso Alegre
JOSÉ DARIO SODRÉ	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Leopoldina
JOSÉ DAS GRAÇAS OLIVEIRA	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Industriário	Ferido por projétil no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
JOSÉ DE ANCHIETA CORREA	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 18; pasta 0012{5}, imagem 7.	22/04/1964	Trab. do ensino	IPM 108 . Recomendadas investigações em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
JOSÉ DE ARAÚJO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Curvelo
JOSÉ DE ARÚJO MATOS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Construção civil	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cataguases
JOSÉ DE ASSIS FONSECA	APM, doc. DOPS: pasta 0012{5}, imagem 18.	13/06/1964	Trab. do ensino	Indiciado em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
JOSÉ DE AZEVEDO FILHO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Fumageiros	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
JOSÉ DE FREITAS PICARDI	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 14; pasta 0006{4}, imagem 14.	abril/1964	Autônomos	IPM 72A DVS s/ nº. IPM 12 DVS 040	J. Monlevade
JOSÉ DE MELO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 78; pasta 0008, imagem 16 e outras.	19/05/1964	Autônomos	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
JOSÉ DE MOURA PEREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 31.	30/04/1964	Correios	IPM 2 no DCT	Não identificada
JOSÉ DE OLIVEIRA	APM, doc. COSEG: rolo (ref.: Greves Diversas) 004, pasta CA.03.08, documento 28.	Não disponível	Jornalistas	Órgãos de segurança realizam vigilância sobre jornalistas.	Belo Horizonte
JOSÉ DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0008, imagem 4 e outras.	07/04/1964	Não identificado	Indiciado no IPM sem número.	Uberlândia
JOSÉ DE PAULA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 11; pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	IPM 9 DVS sem nº. Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	B. de Cocais
JOSÉ DE PAULA	APM, doc. DOPS: pasta 0252, imagem 8.	15/05/1968	Taxistas	Prisão por realizarem greve por reajuste no valor da tarifa.	Belo Horizonte
JOSÉ DE PAULA GIFONI JR.	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 3,	10/04/1964	Comerciários	IPM 67 DVS 074 em Itajubá.	Itajubá
JOSÉ DE QUEIROZ GONÇALVES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Ponte Nova
JOSÉ DE SILVA MAIA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 16.	29/04/1964	Ferroviários	IPM 74 DVS 015	Lavras
JOSÉ DE SOUZA LÉLIS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 77; pasta 0008, imagem 14 e outras.	19/05/1964	Trab. do ensino	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
JOSÉ DE SOUZA LUQUINI	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cataguases
JOSÉ DE SOUZA MOREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 4.	26/04/1964	Ferroviários	IPM 4 DVS 066	Além Paraíba
JOSÉ DE SOUZA QUEIROZ FILHO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 1; pasta 0313, imagens 21 a 32; doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.32-Proc.721	04/04/1964	Metalúrgicos	IPM 1 DVS 098 . Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT. Espancamentos, choques elétricos, palmatória, "telefones", tortura psicológica.	Timóteo
JOSÉ DE SOUZA RIBEIRO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cataguases
JOSÉ DEUSDEDITH CHAVES	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.32-Proc.087; doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 49.	01/04/1964	Metalúrgicos	Choques elétricos, banho de água gelada, tortura psicológica. IPM 44 DVS 106	Ipatinga
JOSÉ DIAS PIMENTA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Uberaba
JOSÉ DINIZ FIQUEIREDO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Construção civil	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
JOSÉ DIOGO DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 28.	15/05/1964	Serv. públicos	IPM 24 DVS 047	Campina Verde
JOSÉ DIOLINDO DE OLIVEIRA	RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/6/1949. In: MARÇAL, Argemiro; e OUTROS. "Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil", pp. 2 e 3.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
JOSÉ DO CARMO	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 25.	05/05/1964	Autônomos	IPM 51 DVS 096	Belo Horizonte
JOSÉ DO PATROCÍNIO	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.32-Proc.677; processo trabalhista 4281, CEREM/Sindmon-Metal.	abril/1964.	Metalúrgicos	Tortura psicológica. Perseguido e coagido a pedir demissão da Belgo Mineira. Obrigado a deixar a cidade onde morava já que a casa em que residia era de propriedade da empresa.	J. Monlevade
JOSÉ DO PATROCÍNIO	APM, doc. DOPS: pasta 4401 imagem 5	1974	Autônomo	Fichado e vigiado por suspeita de envolvimento com atividades subversivas.	Matozinhos - MG

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
JOSÉ DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0002{4}, imagem 1 e outras.	10/06/1964	Têxteis	Indiciado no IPM sem número	Belo Horizonte
JOSÉ DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 30.	09/07/1964	Ferroviários	IPM 119	Belo Horizonte
JOSÉ DOS SANTOS	RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/6/1949. In: MARÇAL, Argemiro; e OUTROS. "Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil", pp. 2 e 3. Arquivos do Judiciário no Centro de Memória de Nova Lima: depoimentos em inquérito e autos do processo contra os 51 da Mina Morro Velho.	28/06/1949	Extrativistas	Operário da Mina Morro Velho Indiciado por "sabotagem" e "comunismo" no processo iniciado em 28 de junho de 1949. Operário e dirigente comunista. Executado em tocaia em 17/6/1949.	Nova Lima
JOSÉ DOS SANTOS DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cons. Lafaiete
JOSÉ DOS SANTOS MOREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cons. Lafaiete
JOSÉ DOS SANTOS OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0252, imagem 5.	15/05/1968	Taxistas	Prisão por realizarem greve por reajuste no valor da tarifa.	Belo Horizonte
JOSÉ DOS SANTOS SILVA	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.66-Proc.718	abril/1964.	Metalúrgicos	Tortura física, tortura psicológica.	Cons. Lafaiete
JOSÉ EDGAR AMORIM PEREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 31; pasta 0313, imagens 21 a 32.	17/06/1964	Bancários	IPM 120. Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
JOSÉ ÉDSON DE MELO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 77.	19/05/1964	Autônomos	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
JOSÉ EDUARDO BRAGA	RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/6/1949. In: MARÇAL, Argemiro; e OUTROS. "Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil", pp. 2 e 3.	28/06/1949	Extrativistas	Operário da Mina Morro Velho Indiciado por "sabotagem" e "comunismo" no processo iniciado em 28 de junho de 1949.	Nova Lima
JOSÉ EGÍDIO FILHO	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 36.	16/07/1964	Não identificado	IPM 14	Varginha
JOSÉ EGYDIO NERY	RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/6/1949. In: MARÇAL, Argemiro; e OUTROS. "Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil", pp. 2 e 3.	28/06/1949	Extrativistas	Operário da Mina Morro Velho Indiciado por "sabotagem" e "comunismo" no processo iniciado em 28 de junho de 1949.	Nova Lima
JOSÉ ELIAS DOS SANTOS	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Industriário	Ferido por projétil no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
JOSÉ ELIAS SILVINO	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Não identificado	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
JOSÉ ENDYPSON DE PAULA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 21.	maio-64	Autônomos	IPM 17 DVS 071	Buenópolis
JOSÉ ESTEVES DA SILVA	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Metalúrgicos	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
JOSÉ ESTNER	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Eletricitários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora
JOSÉ EUFRÁSIO HOTT	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 38.	30/04/1964	Autônomos	IPM 33 DVS 041	Caratinga

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
JOSÉ EUGÊNIO ALMEIDA	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Metalúrgicos	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
JOSÉ EUGÊNIO SILVA	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Metalúrgicos	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
JOSÉ EVARISTO BARROSO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 51.	05/05/1964	Ferroviários	IPM 99 DVS 008	Ponte Nova
JOSÉ EYMARD MONTEIRO	APM, doc. DOPS: pasta 0252, imagem 8.	15/05/1968	Taxistas	Prisão por realizarem greve por reajuste no valor da tarifa.	Belo Horizonte
JOSÉ FABIANO CORDEIRO	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Metalúrgicos	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
JOSÉ FARIA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Eletricitários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
JOSÉ FELICIANO MENDES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 20.	01/05/1964	Autônomos	IPM 77 DVS 030	Mariana
JOSÉ FELICIANO SEGUNDO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Sabará
JOSÉ FELÍCIO FERREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Marceneiros	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
JOSÉ FELISMINO NEPOMUCENO	NASCIMENTO, Saint'Clair L. Os Comunistas, cizânia em quartéis de Minas (livro).	1953	Policial Militar	Indiciado em IPM por indisciplina na PM.	Belo Horizonte ; Juiz de Fora
JOSÉ FÉLIX FRAGA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Fumageiros	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
JOSÉ FERNANDES DE SIQUEIRA	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.33-Proc.089	1964	Metalúrgicos	Espancamentos, "pau-de-arara", solitária, tortura psicológica.	Ipatinga
JOSÉ FERNANDES FERREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora
JOSÉ FERRAZ BAIÃO	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 31; pasta 0004{1}, imagem 44.	12/06/1964	Serv. públicos	IPM 120. IPM 139 DVS 063	Belo Horizonte
JOSÉ FERREIRA COIMBRA	APM, doc. DOPS: pasta 5241, imagens 35 e 36.	25/01/1967	Vendedores	Detido no café Palhares elogiando o ex-presidente Goulart.	Belo Horizonte
JOSÉ FERREIRA DA COSTA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 19.	01/05/1964	Autônomos	IPM 76 DVS 014	Manhuaçu
JOSÉ FERREIRA DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
JOSÉ FERREIRA DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 14.	abril/1964.	Não identificado	IPM 12 DVS 040	Sete Lagoas
JOSÉ FERREIRA DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Coronel Fabriciano
JOSÉ FERREIRA DE FIGUEIREDO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Lavras
JOSÉ FERREIRA GOMES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Indústria de calçados	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Uberaba
JOSÉ FERREIRA IZABEL	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 7.	11/08/1964	Ferroviários	IPM 7 DVS 100	Araguari
JOSÉ FIRMINO DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Marceneiros	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
JOSÉ FLAVIANO MACHADO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 45.	30/04/1964	Industriários	IPM 93 DVS 093	Pedro Leopoldo
JOSÉ FONSECA FILHO	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 35; pasta 0006{4}, imagem 27.	16/05/1964	Não identificado	IPM 15. IPM 23 DVS 053	Cambuquira

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
JOSÉ FRANCISCO DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 49.	15/04/1964	Serv. públicos	IPM 97 DVS 104	Poços de Caldas
JOSÉ FRANCISCO DAMAS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 49.	15/04/1964	Autônomos	IPM 97 DVS 104	Poços de Caldas
JOSÉ FRANCISCO DAS DORES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Petroleiros	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
JOSÉ FRANCISCO DE FREITAS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
JOSÉ FRANCISCO DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
JOSÉ FRANCISCO LOPES DA SILVA SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 31.	30/04/1964	Correios	IPM 2 no DCT	Não identificada
JOSÉ FRANCISCO MASSAFERA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 49.	24/08/1964	Militares	IPM 1 no 4º Regimento de Obuses-105	Pouso Alegre
JOSÉ FRANCISCO NERES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 22; pasta 0005, imagem 14; pasta 0313, imagens 21 a 32; doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.33-Proc.088	31/03/1964	Serv. públicos	IPM 79 DVS 045. IPM 72A DVS s/ nº. Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT. Espancamentos, choques elétricos, incomunicabilidade, tortura psicológica.	Marsagânia
JOSÉ FRANCISCO SANTA BÁRBARA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Construção civil	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
JOSÉ FREITAS PICARDI	APM, doc. DOPS: pasta 0003{2}, imagem 1 e outras.	11/07/1964	Não identificado	Indiciado no IPM sem número sobre subversão na guarnição militar federal de Belo Horizonte	Belo Horizonte
JOSÉ FRIAS BARROSO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 64.	06/05/1964	Autônomos	IPM 59 DVS 020	Gov. Valadares
JOSÉ FURTADO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
JOSÉ GARCIA ESCOBAR	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 39.	16/07/1964	Não identificado	IPM 11	Caxambu
JOSÉ GARCIA LOPES	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 62.	30/04/1964	Autônomos	IPM 58 DVS 036	Frutal
JOSÉ GAULBERTO DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 8.	11/08/1964	Industriários	IPM 7 DVS 100	Araguari
JOSÉ GERALDO	APM, doc. Dops: pasta 0057, imagem 256.	30/05/1967	Militares	Indiciado e condenado	Não informado
JOSÉ GERÔNIMO GONÇALVES	Arquivos do Judiciário no Centro de Memória de Nova Lima: depoimentos em inquérito e autos do processo contra os 51 da Mina Morro Velho.	07/11/1948	Extrativistas	Operário da Morro Velho. Ferido em 7/11/1948 na invasão armada ao Escritório dos Vereadores do Povo.	Nova Lima
JOSÉ GOMES COIMBRA	APM, doc. DOPS Pasta: 0257, Imagem 12	1968	Bancários	Registrado como favorável à greve dos bancários e fichado.	Belo Horizonte
JOSÉ GOMES LIMA	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.66-Proc.535; processo trabalhista 4281, CEREM/Sindmon-Metal.	abril/1964.	Metalúrgicos	Tortura psicológica. Perseguido em J. Monlevade desde a ocorrência do golpe militar de 1964 até ser coagido a se demitir da Belgo Mineira e a deixar a casa em que morava, de propriedade da empresa.	J. Monlevade
JOSÉ GOMES PIMENTA "DAZINHO"	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 29; pasta 0004{1}, imagem 48; pasta 0042, imagem 3 e seguintes; pasta 5242, imagem 145.	abril/1964	Extrativistas	IPM 118. IPM 32. Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais. Certidão de antecedentes emitida em setembro de 1.962 relata ter sido indeferido pedido de antecedentes devido a diversas atividades sindicais e políticas anteriores.	Belo Horizonte
JOSÉ GOMES TRINDADE	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Alfaiates e Costureiras	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
JOSÉ GONÇALVES	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 24.	25/04/1964	Serv. públicos	IPM 49 DVS 094	Belo Horizonte
JOSÉ GONÇALVES (MARIANO)	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 6.	18/05/1964	Serv. públicos	IPM 6 DVS 073	Araçuaí
JOSÉ GONÇALVES DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Alfaiates e Costureiras	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
JOSÉ GONÇALVES DA SILVA	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.33-Proc.451	abril/1964.	Metalúrgicos	Tortura psicológica, espancamento e outras torturas físicas.	Timóteo
JOSÉ GONÇALVES DA SILVA (ZÉ MILOTA)	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 51.	25/04/1964	Autônomos	IPM 45 DVS 098	Coronel Fabriciano

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
JOSÉ GONÇALVES DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
JOSÉ GONÇALVES FILHO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
JOSÉ GONÇALVES POLEGRINI	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 48.	26/05/1964	Não identificado	IPM 2	Alfenas
JOSÉ GUIDO GOMES	APM, doc. DOPS: pasta 4281 imagem 142	1962	Trab. do ensino	Investigado e vigiado por sua suposta "perseguição" às práticas da Polícia Civil de MG.	Belo Horizonte
JOSÉ GUILHERME DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Construção civil	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Montes Claros
JOSÉ GUIMARÃES	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 45.	08/06/1964	Ferroviários	IPM 40 DVS 049	Cons. Lafaiete
JOSÉ HELENO DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
JOSÉ HERMÍNIO DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0252, imagem 8.	15/05/1968	Taxistas	Prisão por realizarem greve por reajuste no valor da tarifa.	Belo Horizonte
JOSÉ HIGINO DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
JOSE HONÓRIO DE PAIVA	APM, doc. DOPS: pasta 3869, imagens 3 a 24; pasta 0005, imagem 41.	21/07/1964	Metalúrgicos	Indiciados no IPM DVS 033 em Ouro Preto	Ouro Preto
JOSÉ HORÁCIO RODRIGUES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Petroleiros	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
JOSÉ ISABEL DO NASCIMENTO:	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Metalúrgicos	Morto no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
JOSÉ ISRAEL VARGAS	APM, doc. DOPS: pasta 0012{5}, imagem 18.	13/06/1964	Trab. do ensino	Indiciado em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
JOSÉ IZALTINO FERREIRA MONTEIRO	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 42.	16/07/1964	Militares	IPM 8	Três Corações
JOSÉ JOÃO DE DEUS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Extrativistas	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
JOSÉ JOÃO DE SOUZA	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Industriário	Ferido por projétil no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
JOSÉ JONAS DE CARVALHO	APM, doc. DOPS: pasta 5303, imagens 6 e 46.	03/10/1968	Bancários	Detido durante realização de greve em 1968.	Belo Horizonte e Contagem
JOSÉ JORGE	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 37.	30/04/1964	Serv. públicos	IPM 33 DVS 041	Caratinga
JOSÉ JULIÃO DA CRUZ	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.34-Proc.220; processo trabalhista 4281, CEREM/Sindmon-Metal.	abril/1964.	Metalúrgicos	Tortura psicológica. Perseguido e coagido a pedir demissão da Belgo Mineira.	J. Monlevade
JOSÉ JÚLIO DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	B. de Cocais
JOSÉ JUVENTINO COSTA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Alfaiates e Costureiras	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
JOSÉ KLEBER LEITE DE CASTRO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 51; pasta 0313, imagens 21 a 32.	05/05/1964	Bancários	IPM 99 DVS 008. Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Ponte Nova
JOSÉ LA GUARDIA	NASCIMENTO, Saint'Clair L. Os Comunistas, cizânia em quartéis de Minas (livro).	1953	Policial Militar	Indiciado em IPM por indisciplina na PM.	Belo Horizonte ; Juiz de Fora
JOSÉ LADEIRA DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 49.	25/04/1964	Industriários	IPM 44 DVS 106	Coronel Fabriciano
JOSÉ LEAL DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Alfaiates e Costureiras	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
JOSÉ LEÃO CÂMARA	APM, doc. DOPS: pasta 0252, imagem 5.	15/05/1968	Taxistas	Prisão por realizarem greve por reajuste no valor da tarifa.	Belo Horizonte
JOSÉ LEOCÁDIO FILHO	APM, doc. DOPS: pasta 0057, imagem 263.	28/04/1967	Militares	Condenado a 2 anos de prisão.	Belo Horizonte
JOSÉ LEOCÁDIO FILHO	APM, doc. Dops: pasta 0057, imagem 256 e 263; pasta 4392 imagens 29.	30/05/1967	Militares	Indiciado e condenado	Não informado
JOSÉ LEONARDO BONFIM	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Sabará
JOSÉ LEOTÉRIO SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Extrativistas	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
JOSÉ LIBERATO DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 37.	30/04/1964	Autônomos	IPM 33 DVS 041	Caratinga
JOSÉ LINHARES DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Coronel Fabriciano
JOSÉ LOBATO SOBRINHO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 78; pasta 0008, imagem 14 e outras.	19/05/1964	Autônomos	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
JOSÉ LOBO SOBRINHO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 12.	28/05/1964	Serv. públicos	IPM 71 DVS 087	Jeceaba
JOSÉ LOPES	APM, doc. COSEG: rolo (ref.: Greves Diversas) 004, pasta CA.03.08, documento 28.	Não disponível	Jornalistas	Órgãos de segurança realizam vigilância sobre jornalistas.	Belo Horizonte
JOSÉ LOPES CANÇADO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 18.	22/04/1964	Serv. públicos	IPM 14 DVS 007	Bom Despacho
JOSÉ LOPES MARTINS	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 7.	11/08/1964	Industriários	IPM 7 DVS 100	Araguari
JOSÉ LOURENÇO DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 37.	30/04/1964	Serv. públicos	IPM 33 DVS 041	Caratinga
JOSÉ LUCIANO DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Curvelo
JOSÉ LUIZ CIPRIANO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 47.	31/05/1964	Comerciários	IPM 95 DVS 039	Planura
JOSÉ LUIZ DE CARVALHO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 49.	25/04/1964	Comerciários	IPM 44 DVS 106	Coronel Fabriciano
JOSÉ LUIZ DE LIMA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32; doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.34-Proc.402; processo trabalhista 4281, CEREM/Sindmon-Metal.	abril/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT. Incomunicabilidade, agressões físicas, tortura psicológica. Perseguido e coagido a pedir demissão da Belgo Mineira.	J. Monlevade
JOSÉ LUIZ DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 78; pasta 0008, imagem 15 e outras.	19/05/1964	Comerciários	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
JOSÉ LUIZ DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 49.	25/04/1964	Autônomos	IPM 44 DVS 106	Coronel Fabriciano
JOSÉ LUIZ ESTEVES DOS SANTOS	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.34-Proc.828	1963	Metalúrgicos	Espancamentos, incomunicabilidade, privação de higiene, tortura psicológica.	Belo Horizonte
JOSÉ MACHADO	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 9.	08/05/1964	Serv. públicos	IPM 22 por atividades subversivas no SAPS	Juiz de Fora
JOSÉ MAGALHÃES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Serviços	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Uberaba
JOSÉ MALAQUIAS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 78.	19/05/1964	Autônomos	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
JOSÉ MARÇAL (MARSAL?) SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
JOSÉ MARÇAL DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Curvelo
JOSÉ MARCHIORI NETO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	S. J. Nepomuceno
JOSÉ MÁRCIO DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 7 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
JOSÉ MARCOS DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
JOSÉ MARIA DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	S. J. Nepomuceno
JOSÉ MARIA DE ALMEIDA	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Operador de ponte	Ferido por projétil no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
JOSÉ MARIA DE FREITAS	APM, doc. DOPS: pasta 5303, imagens 5 e 103.	02/10/1968	Bancários	Detido durante realização de greve em 1968 por distribuição de panfletos.	Belo Horizonte e Contagem
JOSÉ MARIA DOS REIS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Curvelo
JOSÉ MARIA DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Coronel Fabriciano
JOSÉ MARIA FERNANDES	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 11.	30/09/1964	Correios	IPM 9 DVS sem nº	B. de Cocais
JOSÉ MARIA GOMES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Ind. Alimentícia	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Uberaba
JOSÉ MARIA JÚNIOR	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 45.	08/06/1964	Ferroviários	IPM 40 DVS 045	Cons. Lafaiete
JOSÉ MARIA PEREIRA	APM, doc. COSEG: rolo (ref.: Greves Diversas) 004, pasta CA.03.08, documento 28.	Não disponível	Jornalistas	Órgãos de segurança realizam vigilância sobre jornalistas.	Belo Horizonte
JOSÉ MARIA PINHEIRO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 6.	13/05/1964	Comerciários	IPM 69 DVS 089	Medina
JOSÉ MARIA RABELO	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 5 e seguintes.	abril/1964.	Jornalistas	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
JOSÉ MARIA RODRIGUES	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.35-Proc.260; processo trabalhista 4281, CEREM/Sindmon-Metal.	abril/1964.	Metalúrgicos	Agressões físicas, privação de alimentos, tortura psicológica. Perseguido e coagido a pedir demissão da Belgo Mineira.	J. Monlevade
JOSÉ MARIA TEIXEIRA FERRAZ	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 47.	03/08/1964	Serv. públicos	IPM 133	Belo Horizonte
JOSÉ MARINO GOMES	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 25.	05/05/1964	Autônomos	IPM 51 DVS 096	Belo Horizonte
JOSÉ MÁRIO DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 16.	29/04/1964	Serv. públicos	IPM 74 DVS 015	Lavras
JOSÉ MÁRIO FASSY?	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 37.	30/04/1964	Correios	IPM 33 DVS 041	Caratinga
JOSÉ MARTINS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Transportes	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Varginha
JOSÉ MARTINS BARROS (NONÔ)	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 51.	25/04/1964	Comerciários	IPM 45 DVS 098	Coronel Fabriciano
JOSÉ MARTINS DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 6.	13/05/1964	Serv. públicos	IPM 69 DVS 089	Medina
JOSÉ MARTINS DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Ind. Alimentícia	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Três Corações
JOSÉ MARTINS DA SILVA	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963. APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 49.	07/10/1963	Não identificado	Ferido no Massacre de Ipatinga. IPM 44 DVS 106	Ipatinga
JOSÉ MARTINS GONÇALVES	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 4.	26/04/1964	Ferroviários	IPM 4 DVS 066	Além Paraíba
JOSÉ MATOZINHOS LEITE	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cons. Lafaiete
JOSÉ MAURÍCIO SILVA SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
JOSÉ MAURÍCIO VIDAL	APM, doc. COSEG: rolo (ref.: Greves Diversas) 004, pasta CA.03.08, documento 28.	Não disponível	Jornalistas	Órgãos de segurança realizam vigilância sobre jornalistas.	Belo Horizonte
JOSÉ MAXIMIANO SOBRINHO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Leopoldina
JOSÉ MENDES DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0002{4}, imagem 1 e outras; pasta 0004{1}, imagem 30.	10/06/1964	Não identificado	Indiciado no IPM sem número. IPM 119	Belo Horizonte
JOSÉ MENDES DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0002{4}, imagem 1 e outras.	10/06/1964	Não identificado	Indiciado no IPM sem número	Belo Horizonte
JOSÉ MENDES SIQUEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Lavras
JOSÉ MIGUEL	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
JOSÉ MILO DO ROSÁRIO	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 6 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
JOSÉ MONTEIRO	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 49.	24/08/1964	Militares	IPM 1 no 4º Regimento de Obuses-105	Pouso Alegre
JOSÉ MONTEIRO (VULGO JOSÉ LONGINES)	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 14.	abril/1964.	Não identificado	IPM 12 DVS 040	Sete Lagoas
JOSÉ MOREIRA DA CRUZ	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Construção civil	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
JOSÉ MOREIRA GOMES	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Metalúrgicos	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
JOSÉ MOREIRA LANNA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 10; pasta 0007{1}, imagem 12; doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.35-Proc.562	24/04/1964	Autônomos	IPM 21. IPM 19 de membros do Comitê Central do PCB. Incomunicabilidade, tortura psicológica.	Juiz de Fora
JOSÉ MURILO MARQUES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Ind. Alimentícia	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Três Corações
JOSÉ NETO PAGY	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 37.	30/04/1964	Autônomos	IPM 33 DVS 041	Caratinga
JOSÉ NEVES DE BRITO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 56.	29/04/1964	Ferroviários	IPM 52 DVS 006	Divinópolis
JOSÉ NICOLAU	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.67-Proc.302; processo trabalhista 4281, CEREM/Sindmon-Metal.	abril/1964.	Metalúrgicos	Tortura psicológica. Perseguido até ser coagido a se demitir da Belgo Mineira e a deixar a casa em que morava, de propriedade da empresa.	J. Monlevade
JOSÉ NILO DO ROSÁRIO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35; pasta 0042 imagem 6	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018. Acusado de cooperar com os movimentos grevistas à época.	Nova Lima
JOSÉ NILO FERNANDES	APM, doc. DOPS: pasta 0012{5}, imagem 18.	13/06/1964	Trab. do ensino	Indiciado em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
JOSÉ NILO TAVARES	APM, doc. DOPS: pasta 0012{5}, imagem 18.	13/06/1964	Trab. do ensino	Indiciado em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
JOSÉ NIVALDO DE FIGUEIREDO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 6.	13/05/1964	Autônomos	IPM 69 DVS 089	Itaobim
JOSÉ NOGUEIRA DO PINHO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Fumageiros	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
JOSÉ NOGUEIRA LEITE	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 3,	10/04/1964	Trab. do ensino	IPM 67 DVS 074 em Itajubá.	Itajubá
JOSÉ OLINTO VIEGAS	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.35-Proc.672; processo trabalhista 4281, CEREM/Sindmon-Metal.	abril/1964.	Metalúrgicos	Incomunicabilidade, agressões físicas, tortura psicológica. Perseguido até ser coagido a se demitir da Belgo Mineira e a deixar a casa em que morava, de propriedade da empresa.	J. Monlevade
JOSÉ OLIVEIRA MENDES	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Metalúrgicos	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
JOSÉ OLÍVIO DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
JOSÉ OSÓRIO FAJARDO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cataguases
JOSÉ OTAVIANO GUIMARÃES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
JOSÉ OTAVIANO OLIVEIRA LAGE	APM, doc. DOPS: pasta 0002{3}, imagem 2 e outras.	03/06/1964	Comerciários	Indiciado no IPM sem número	Belo Horizonte
JOSÉ OTÁVIO DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Lavras
JOSÉ OTONI CARVALHO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 45.	30/04/1964	Jornalistas	IPM 93 DVS 093	Pedro Leopoldo
JOSÉ PATROCÍNIO DA SILVA	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.35-Proc.566; processo trabalhista 4281, CEREM/Sindmon-Metal.	abril/1964.	Metalúrgicos	Tortura psicológica. Perseguido até ser coagido a se demitir da Belgo Mineira e a deixar a casa em que morava, de propriedade da empresa.	J. Monlevade
JOSÉ PAULO DA CRUZ	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.36-Proc.663; processo trabalhista 4281, CEREM/Sindmon-Metal.	abril/1964.	Metalúrgicos	Incomunicabilidade, tortura psicológica, agressão física. Perseguido até ser coagido a se demitir da Belgo Mineira e a deixar a casa em que morava, de propriedade da empresa.	J. Monlevade
JOSÉ PAULO GUIMARÃES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
JOSÉ PAULO GUIMARÃES	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 11; pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	IPM 9 DVS sem nº. Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	B. de Cocais
JOSÉ PEDRO COSTA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 35; pasta 0006{4}, imagem 27.	16/05/1964	Correios	IPM 15. IPM 23 DVS 053	Cambuquira
JOSÉ PEDRO DE CASTRO	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 49.	24/08/1964	Militares	IPM 1 no 4º Regimento de Obuses-105	Pouso Alegre
JOSÉ PEDRO DE FREITAS - JOSÉ ARIGÓ	APM, doc. DOPS: pasta 0010, imagens 135-136.	28/02/1966	Extrativistas	Indiciado e interrogado em inquérito sobre atividades no Sindicato de Extração de Minério.	Congonhas do Campo
JOSÉ PEDRO FERREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Sabará
JOSÉ PEREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0252, imagem 6.	15/05/1968	Taxistas	Prisão por realizarem greve por reajuste no valor da tarifa.	Belo Horizonte
JOSÉ PEREIRA BARBOSA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Extrativistas	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
JOSÉ PEREIRA DE LIMA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 49.	24/08/1964	Militares	IPM 1 no 4º Regimento de Obuses-105	Pouso Alegre
JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 6.	13/05/1964	Serv. públicos	IPM 69 DVS 089	Medina
JOSÉ PEREIRA FILHO	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Metalúrgicos	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
JOSÉ PEREIRA FRANCO	APM, doc. DOPS: pasta 0135(1), imagem 25.	02/06/1965	Empresários	Denunciado por seus sócios ao DVS Como sendo comunista.	Belo Horizonte
JOSÉ PEREIRA GARCIA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 67.	28/04/1964	Autônomos	IPM 114 DVS 054	São Lourenço
JOSÉ PEREIRA IDELFONSO	APM, doc. DOPS: pasta 5303, imagens 7 e 44.	03/10/1968	Metalúrgicos	Detido durante realização de greve em 1968.	Belo Horizonte e Contagem
JOSÉ PEREIRA JÚNIOR	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 29.	30/04/1964	Não identificado	IPM 4 sobre Câmara Municipal	Juiz de Fora
JOSÉ PEREIRA PIRES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 78.	19/05/1964	Jornalistas	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
JOSÉ PERY ZANETTE	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 29.	30/04/1964	Não identificado	IPM 4 sobre Câmara Municipal	Juiz de Fora
JOSÉ PIMENTA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	B. de Cocais

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
JOSÉ PINTO CONFESSOR	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Extrativistas	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
JOSÉ PINTO DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32; doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.36-Proc.635; processo trabalhista 4281, CEREM/Sindmon-Metal.	abril/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT. Agressão física, tortura psicológica. Perseguido até ser coagido a se demitir da Belgo Mineira e a deixar a casa em que morava, de propriedade da empresa.	J. Monlevade
JOSÉ PIRES DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0252, imagem 5.	15/05/1968	Taxistas	Prisão por realizarem greve por reajuste no valor da tarifa.	Belo Horizonte
JOSÉ PORFÍRIO AMORIM	APM, doc. DOPS: pasta 0008, imagem 4 e outras.	07/04/1964	Não identificado	Indiciado no IPM sem número	Uberlândia
JOSÉ PRÍMOLA FERREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 14.	09/06/1964	Trab. do ensino	IPM 72A DVS s/ nº	J. Monlevade
JOSÉ PROTÁZIO DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 49.	25/04/1964	Autônomos	IPM 44 DVS 106	Coronel Fabriciano
JOSÉ QUARESMA SOBRINHO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 14; doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.36-Proc.199; processo trabalhista 4281, CEREM/Sindmon-Metal.	abril/1964	Metalúrgicos	IPM 72A DVS s/ nº. Tortura física, tortura psicológica. Perseguido até ser coagido a se demitir da Belgo Mineira e a deixar a casa em que morava, de propriedade da empresa.	J. Monlevade
JOSÉ RAIMUNDO DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 64.	06/05/1964	Serv. públicos	IPM 59 DVS 020	Gov. Valadares
JOSÉ RAIMUNDO LINHARES	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.36-Proc.639; processo trabalhista 4281, CEREM/Sindmon-Metal.; processo trabalhista 4281, CEREM/Sindmon-Metal.	abril/1964.	Metalúrgicos	Tortura psicológica, agressão física, tortura psicológica. Perseguido até ser coagido a se demitir da Belgo Mineira e a deixar a casa em que morava, de propriedade da empresa.	J. Monlevade
JOSÉ RAIMUNDO MAFRA	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Metalúrgicos	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
JOSÉ RAIMUNDO NEVES	APM, doc. DOPS: pasta 0012{5}, imagem 18.	13/06/1964	Trab. do ensino	Indiciado em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
JOSÉ RAIMUNDO PINTO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Sabará
JOSÉ RAMOS	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.36-Proc.196; processo trabalhista 4281, CEREM/Sindmon-Metal.	abril/1964.	Metalúrgicos	Tortura psicológica. Perseguido e coagido a pedir demissão da Belgo Mineira.	J. Monlevade
JOSÉ REZENDE	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Indústria de calçados	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Uberaba
JOSÉ RIANI DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Transportes	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora
JOSÉ RIBEIRO COUTINHO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 37.	30/04/1964	Comerciários	IPM 33 DVS 041	Caratinga
JOSÉ RIBEIRO DE CASTRO FÉLIX	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 34.	16/07/1964	Autônomos	IPM 17	Itajubá
JOSÉ RIBEIRO GUIMARÃES	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Metalúrgicos	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
JOSÉ RIBEIRO SOBRINHO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
JOSÉ ROBERTO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 51.	05/05/1964	Ferroviários	IPM 99 DVS 008	Ponte Nova
JOSÉ ROBERTO CAMPOS	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 37.	30/04/1964	Comerciários	IPM 33 DVS 041	Caratinga
JOSÉ ROBERTO DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 4.	09/08/1964	Ferroviários	IPM 27 sobre atividades subversivas na Estrada de Ferro Leopoldina.	Ponte Nova
JOSÉ RODRIGUES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
JOSÉ RODRIGUES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Lavras

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
JOSÉ RODRIGUES	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Militar	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
JOSÉ RODRIGUES DA ROCHA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 49.	25/04/1964	Metalúrgicos	IPM 44 DVS 106	Coronel Fabriciano
JOSÉ RODRIGUES DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	S. J. Nepomuceno
JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Construção civil	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
JOSÉ RODRIGUES FILHO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora
JOSÉ RODRIGUES VILELA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 7.	11/08/1964	Autônomos	IPM 7 DVS 100	Araguari
JOSÉ RONALD VIANA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 45.	30/04/1964	Jornalistas	IPM 93 DVS 093	Pedro Leopoldo
JOSÉ RONEI FILHO ?	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 23.	08/05/1964	Têxteis	IPM 10	Cataguases
JOSÉ ROQUE VASCONCELOS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora
JOSÉ ROSA DE MELO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 45.	08/06/1964	Ferroviários	IPM 40 DVS 040	Cons. Lafaiete
JOSÉ ROSA FILHO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 42; pasta 0313, imagens 21 a 32; doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.37-Proc.375	31/03/1964	Industriários	IPM 37 DVS 011. Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT. Agulhas enfiadas debaixo das unhas, choques elétricos, mergulho em barril de água fria, socos, pontapés, tortura psicológica.	Cataguases
JOSÉ SANTA BÁRBARA DE SÁ	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 16; pasta 0004{1}, imagem 7.	29/04/1964	Trab. do ensino	IPM 74 DVS 015. IPM 114	Lavras e Belo Horizonte
JOSÉ SARTORI	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32; processo trabalhista 4281, CEREM/Sindmon-Metal.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	J. Monlevade
JOSÉ SILVEIRA MACHADO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 64.	06/05/1964	Autônomos	IPM 59 DVS 020	Gov. Valadares
JOSÉ SILVÉRIO (ou SILVEIRA?) COUTO	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Industriário	Ferido por projétil no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
JOSÉ SILVÉRIO MARCOS (MATTOS?) GIOVANINI	APM, doc. DOPS: pasta 3869, imagens 3 a 24; pasta 0005, imagem 41.	21/07/1964	Bancários	Indiciados no IPM DVS 033 em Ouro Preto	Ouro Preto
JOSÉ SIQUEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 48.	05/05/1964	Eletricitários	IPM 32	Belo Horizonte
JOSÉ SMITH XAVIER	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 14.	abril/1964.	Não identificado	IPM 12 DVS 040	Curvelo
JOSÉ SOARES DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 86.	27/04/1964	Serv. públicos	IPM 101 ID/4 - C - Específico da ECT	Belo Horizonte
JOSÉ TARCÍSIO ROLLA GUIMARÃES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Ponte Nova
JOSÉ TAVARES	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 1.	25/04/1964	Estivadores	IPM 1 DVS 098	Timóteo
JOSÉ TAVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Fumageiros	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
JOSÉ TECCHIO SOBRINO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 64.	06/05/1964	Autônomos	IPM 59 DVS 020	Gov. Valadares
JOSÉ TEIXEIRA DIAS	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 40.	10/06/1964	Não identificado	IPM 10	Caxambu

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
JOSÉ TEIXEIRA MACHADO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 28.	15/05/1964	Serv. públicos	IPM 24 DVS 047	Campina Verde
JOSÉ TEODORO	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 42.	16/07/1964	Ferroviários	IPM 8	Três Corações
JOSÉ TEÓFILO	APM, doc. DOPS: pasta 0054 imagem 226	1967	Não identificado	Requisitados os antecedentes e demais informações possíveis por suspeita de atividades subversivas em Juiz de Fora - MG	
JOSÉ TEÓFILO DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 14; pasta 0313, imagens 21 a 32; doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.39-Proc.093	14/04/1964	Têxteis	IPM 12 DVS 040. Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT. Torturas físicas, incomunicabilidade, torturas psicológicas.	Curvelo
JOSÉ THIAGO (ou TIAGO) CINTRA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 15; pasta 0012{5}, imagem 19.	abril/1964.	Trab. do ensino	IPM 12 DVS 040. Indiciado em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
JOSÉ TIAGO RIBEIRO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora
JOSÉ TITO DE ARAGÃO VILLAR	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 29.	30/04/1964	Não identificado	IPM 4 sobre Câmara Municipal	Juiz de Fora
JOSÉ VALÉRIO DE BARROS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Transportes	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora
JOSÉ VÁLTER MOREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 19.	30/04/1964	Serv. públicos	IPM 14 no IAPB	Juiz de Fora
JOSÉ VAZ DA SILVA	NASCIMENTO, Saint'Clair L. Os Comunistas, cizânia em quartéis de Minas (livro).	1953	Policial Militar	Indiciado em IPM por indisciplina na PM.	Belo Horizonte ; Juiz de Fora
JOSÉ VENÂNCIO DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 5303, imagens 7 e 38.	03/10/1968	Industriários	Detido durante realização de greve em 1968.	Belo Horizonte e Contagem
JOSÉ VIEIRA FILHO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 45.	30/04/1964	Serv. públicos	IPM 93 DVS 093	Pedro Leopoldo
JOSÉ VIEIRA LOPES	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 23.	23/04/1964	Comerciários	IPM 90 DVS 095	Belo Horizonte
JOSÉ VILAS NOVAS MENDES	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.67-Proc.094. POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Metalúrgicos	Ferido por projétil no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
JOSÉ VILHENA MOURA LEITE	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Eletricitários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Varginha
JOSÉ VILLANI CORTÊS	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 19; pasta 0313, imagens 21 a 32; doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.39-Proc.169	01/04/1964	Bancários	IPM 14 no IAPB. Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT. Tortura física, tortura psicológica.	Juiz de Fora
JOSÉ VIRGÍLIO MINEIRO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 77; pasta 0008, imagem 15 e outra.	19/05/1964	Autônomos	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
JOSÉ VÍTOR DE MORAIS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
JOSÉ VÍTOR SOBRINHO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 18.	22/04/1964	Autônomos	IPM 14 DVS 007	Bom Despacho
JOSÉ VIZAQUE	RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/6/1949. In: MARÇAL, Argemiro; e OUTROS. "Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil", pp. 2 e 3.	28/06/1949	Extrativistas	Operário da Mina Morro Velho Indiciado por "sabotagem" e "comunismo" no processo iniciado em 28 de junho de 1949.	Nova Lima
JOSÉ WILSON ROSA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Leopoldina
JOSEFINO DE CARVALHO	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 42.	16/07/1964	Autônomos	IPM 8	Três Corações

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
JOSÉGABRIEL DOS SANTOS (GABI)	APM, doc. COSEG: rolo (ref.: Greves Diversas) 004, pasta CA.03.08, documento 28.	Não disponível	Jornalistas	Órgãos de segurança realizam vigilância sobre jornalistas.	Belo Horizonte
JOSIAS COSTA PELES	APM, doc. DOPS: pasta 0252, imagem 10.	15/05/1968	Taxistas	Prisão por realizarem greve por reajuste no valor da tarifa.	Belo Horizonte
JOSIAS MARIANO	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Metalúrgicos	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
JOSIAS MARINHO	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Operário	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
JOSINO MERI	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Transportes	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Varginha
JOSUÉ GONÇALVES PINHEIRO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 6.	13/05/1964	Serv. públicos	IPM 69 DVS 089	Medina
JOSUÉ LOURENÇO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 79; pasta 0008, imagem 16 e outras.	19/05/1964	Autônomos	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
JOVANY DA CUNHA MONTALVÃO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 49.	25/04/1964	Industriários	IPM 44 DVS 106	Coronel Fabriciano
JOVELINO LOPES DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 29; pasta 0313, imagens 21 a 32.	07/05/1964	Construção civil	IPM 85 DVS 017. Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Montes Claros
JOVINO BATISTA DA ROCHA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Construção civil	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Montes Claros
JUARACI MANOEL DA SILCA	APM, doc. COSEG: rolo (ref.: Greves Diversas) 004, pasta CA.03.08, documento 28.	Não disponível	Jornalistas	Órgãos de segurança realizam vigilância sobre jornalistas.	Belo Horizonte
JUAREZ ANTUNES SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Montes Claros
JUAREZ DAVID FREITAS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 6.	13/05/1964	Serv. públicos	IPM 69 DVS 089	Medina
JUAREZ GODOY DA MATA MACHADO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Eletricitários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
JUAREZ GUIMARÃES BRITO	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 44.	12/06/1964	Autônomos	IPM 139 DVS 063	Belo Horizonte
JUAREZ MARTINS DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 6.	13/05/1964	Autônomos	IPM 69 DVS 089	Medina
JUCA FIGUEIREDO	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 42.	16/07/1964	Autônomos	IPM 8	Três Corações
JUDISMAR BHERING TORRES (DIMAR)	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 49.	25/04/1964	Autônomos	IPM 44 DVS 106	Coronel Fabriciano
JÚLIA RIBEIRO PIRES	APM, doc. COSEG: pasta . CA.02.42		Trab. do ensino	Boletim cita sequestro do professor. Escola Estadual Odilon Behrens.	
JULIETA (SRA.)	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Não identificado	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
JULIETA CUPERTINO GUIMARÃES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 78.	19/05/1964	Trab. do ensino	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
JÚLIO ARANTE {SANDARON?} DE QUEIRÓS	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 47.	10/08/1964	Autônomos	IPM 3	Airuoca
JÚLIO BARBOSA	APM, doc. DOPS: pasta 0012{5}, imagem 18.	13/06/1964	Trab. do ensino	Indiciado em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
JÚLIO DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Aeroviários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
JÚLIO EVANGELISTA RIBEIRO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
JÚLIO WEINBERG	APM, doc. DOPS: pasta 0012{5}, imagem 18.	13/06/1964	Trab. do ensino	Indiciado em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
JUPYAJU JUPYRA DO PAU BRASIL	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 86.	27/04/1964	Serv. públicos	IPM 101 ID/4 - C - Específico da ECT	Belo Horizonte
JURACY ANDRADE SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Além Paraíba
JURANDIR GOMES MACALHA (ou MACÁRIO)	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Não identificado	Ferido por projétil no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
JURANDIR PAULO DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 5303, imagem 4.	out-68	Industriários	Detido durante realização de greve em 1968.	Belo Horizonte e Contagem
JURANDIR PERSICHINI CUNHA	APM, doc. DOPS: pasta 0455, imagem 4; pasta 0032{2}, imagem 107, 180 e outras ; doc. COSEG: rolo (ref.: Greves Diversas) 004, pasta CA.03.08, documento 28.	04/10/1967	Jornalistas	Preso 04/10/1967. Denunciado como participante do COLINA e da Corrente. Órgãos de segurança realizam vigilância sobre jornalistas.	Ipatinga e Belo Horizonte
JURANDIR SEBASTIÃO	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 49.	24/08/1964	Militares	IPM 1 no 4º Regimento de Obuses-105	Pouso Alegre
JURANDIR SOARES MACÁRIO	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Ajudante montador	Ferido por projétil no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
JUSCELINO JOSÉ DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
JUVENAL PEREIRA DO COUTO NETO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Serv. públicos	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
JUVENIL DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 45.	30/04/1964	Serv. públicos	IPM 93 DVS 093	Pedro Leopoldo
JUVENTINO MONTEIRO MARQUES	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 56.	29/04/1964	Transportes marítimos	IPM 52 DVS 006	Divinópolis
JUVERSINO EUGÊNIO BATISTA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
KASUTO KAVAMOTO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 78.	19/05/1964	Trab. do ensino	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
KENETH ALBERNAZ	APM, doc. COSEG: rolo (ref.: Greves Diversas) 004, pasta CA.03.08, documento 28.	Não disponível	Jornalistas	Órgãos de segurança realizam vigilância sobre jornalistas.	Belo Horizonte
KEZIAH GUEDES DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 83.	19/05/1964	Trab. do ensino	IPM 126 DVS 055	Varginha
LACY CARDOSO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 77.	19/05/1964	Trab. do ensino	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
LADISLAU PEREIRA	RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/6/1949. In: MARÇAL, Argemiro; e OUTROS. "Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil", pp. 2 e 3.	28/06/1949	Extrativistas	Operário da Mina Morro Velho Indiciado por "sabotagem" e "comunismo" no processo iniciado em 28 de junho de 1949.	Nova Lima
LAÉRCIO NONATO DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 14.	abril/1964.	Não identificado	IPM 12 DVS 040	Sete Lagoas
LAERTE LDEIRA DAVID	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 29.	07/05/1964	Industriários	IPM 85 DVS 017	Montes Claros
LAET DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Lavras
LAHYRE MOREIRA DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 54.	26/04/1964	Correios	IPM 49 DVS 111	Diamantina
LAIR MARÊDO SIGNI	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 48.	26/05/1964	Não identificado	IPM 2	Alfenas

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
LAUDELINO ANTONIO DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0003{2}, imagem 1 e outras.	11/07/1964	Não identificado	Indiciado no IPM sem número sobre subversão na guarnição militar federal de Belo Horizonte	Belo Horizonte
LAUDELINO FERREIRA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
LAURA JÚLIA ROCHA GARRODRO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 72.	30/04/1964	Serv. públicos	IPM 119 DVS 023	Teófilo Otoni
LAURINDO LOPES DOS SANTOS, O "CIGANINHO" OU "BROINHA"	Arquivos do Judiciário no Centro de Memória de Nova Lima: depoimentos em inquérito e autos do processo contra os 51 da Mina Morro Velho.	07/11/1948	Extrativistas	Operário da Morro Velho. Ferido em 7/11/1948 na invasão armada ao Escritório dos Vereadores do Povo.	Nova Lima
LAURO DA COSTA REIS	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 3 e seguintes; pasta 0006{4}, imagem 4; pasta 0007{1}, imagem 14; pasta 0313, imagens 21 a 32; doc. proc. CONEDH-SEDESE-1.1.1-Cx.41-Proc.291	31/03/1964	Têxteis	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais. IPM 4 DVS 066. IPM 18. Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT. Tortura física, tortura psicológica.	Além Paraíba
LAURO JUSTINO DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 5303, imagemns8 e 38.	03/10/1968	Industriários	Detido durante realização de greve em 1968.	Belo Horizonte e Contagem
LAYRTON BORGES DE MIRANDA VIEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0008, imagem 4 e outras.	07/04/1964	Não identificado	Indiciado no IPM sem número	Uberlândia
LÁZARO DA SILVEIRA CHAVES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 77; pasta 0008, imagem 16 e outras.	19/05/1964	Autônomos	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
LÁZARO SANTOS DO REGO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 7.	11/08/1964	Comerciários	IPM 7 DVS 100	Araguari
LÁZARO SORINO VIEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 48.	26/05/1964	Não identificado	IPM 2	Alfenas
LEÃO COHN	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 56.	29/04/1964	Ferroviários	IPM 52 DVS 006	Divinópolis
LÉLIO FABIANO DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 7.	01/06/1964	Jornalistas	IPM 114	Belo Horizonte
LÉO DE JUDÁ BARBOSA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Petroleiros	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
LÉO LANER	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 42.	16/07/1964	Serv. públicos	IPM 8	Três Corações
LEOBÉRIO PEREIRA DE CARVALHO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 8.	11/08/1964	Ferroviários	IPM 7 DVS 100	Araguari
LEON AMORIM DE LIMA	APM, doc. DOPS: pasta 5241 imagem 40;: pasta 0007{1}, imagem 12.	08/05/1964	Serv. públicos	Perseguido por participação no PCB. IPM 19 de membros do Comitê Central do PCB	Juiz de Fora
LEONARDO BAHIA MACHADO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 45.	30/04/1964	Autônomos	IPM 93 DVS 093	Pedro Leopoldo
LEONARDO CORRÊA DE MELO	APM, doc. DOPS: pasta 5303, imagem 5 e 100.	03/10/1968	Bancários	Detido durante realização de greve em 1968 por realização de piquete.	Belo Horizonte e Contagem
LEONARDO MARTINS DE CARVALHO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 6.	13/05/1964	Autônomos	IPM 69 DVS 089	Medina
LEONÍCIA FIRMINO DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 5303, imagens 5 e 122	01/10/1968	Industriários	Detido na de greve em 1968 por distribuição de panfletos e realização de piquetes.	Belo Horizonte e Contagem
LEÔNIDAS CAETANO DA FONSECA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 41.	25/05/1964	Autônomos	IPM 36 DVS 083	Cássia
LEÔNIDAS DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Transportes	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Pirapora
LEONIDES DE SOUZA LIMA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 16.	29/04/1964	Serv. públicos	IPM 74 DVS 015	Lavras
LEONÍDIO GILBERTO BORGES	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 15.	15/05/1964	Ferroviários	IPM 18.	Além Paraíba

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
LEONÍDIO GOMES SAMPAIO	NASCIMENTO, Saint'Clair L. Os Comunistas, cizânia em quartéis de Minas (livro).	1953	Policial Militar	Indiciado em IPM por indisciplina na PM.	Belo Horizonte ; Juiz de Fora
LEOPOLDO BRANDÃO	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 7 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
LEVI ANTÔNIO DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
LEVI GOMES	NASCIMENTO, Saint'Clair L. Os Comunistas, cizânia em quartéis de Minas (livro).	1953	Policial Militar	Indiciado em IPM por indisciplina na PM.	Belo Horizonte ; Juiz de Fora
LEVINDO MARTINS DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 29.	07/05/1964	Ferroviários	IPM 85 DVS 017	Montes Claros
LEVINO BARBOSA DE NASCIMENTO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 26.	26/06/1964	Autônomos	IPM 83 DVS 064	Monte Carmelo
LEVY TEIXEIRA DA COSTA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 45.	30/04/1964	Serv. públicos	IPM 93 DVS 093	Pedro Leopoldo
LIBERALINO MOREIRA	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.41-Proc.696; processo trabalhista 4281, CEREM/Sindmon-Metal.	abril/1964.	Metalúrgicos	Tortura física, tortura psicológica. Perseguido e coagido a pedir demissão da Belgo Mineira.	J. Monlevade
LIBERATO MIGUEL COSTA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Sabará
LIMÍRIO FRANCISCO PEREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 17.	30/04/1964	Ferroviários	IPM 16	Santos Dumont
LINCOLN CORRÊA, O "LILI"	Arquivos do Judiciário no Centro de Memória de Nova Lima: depoimentos em inquérito e autos do processo contra os 51 da Mina Morro Velho.	07/11/1948	Extrativistas	Operário da Morro Velho. Ferido em 7/11/1948 na invasão armada ao Escritório dos Vereadores do Povo.	Nova Lima
LINCOLN DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35; doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.67-Proc.588	31/03/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018. Tortura física, tortura psicológica.	Nova Lima
LINCOLN INÊS RIBEIRO	APM, doc. DOPS: pasta 0252, imagem 9.	15/05/1968	Taxistas	Prisão por realizarem greve por reajuste no valor da tarifa.	Belo Horizonte
LINDOLFO ANSELMO LOBO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cons. Lafaiete
LINDOLFO ROMÃO DO NSCIMENTO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 31.	08/05/1964	Autônomos	IPM 86 DVS 027	Nanuque
LINDOLFO SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 7 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
LINDORICO SILVA BARBOSA	RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/6/1949. In: MARÇAL, Argemiro; e OUTROS. "Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil", pp. 2 e 3.	28/06/1949	Extrativistas	Operário da Mina Morro Velho Indiciado por "sabotagem" e "comunismo" no processo iniciado em 28 de junho de 1949.	Nova Lima
LINEU ALVES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
LÍNIO RODRIGUES	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 8.	11/08/1964	Autônomos	IPM 7 DVS 100	Araguari
LINO EVARISTO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Eletricitários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Varginha
LINO SANTOS PENONI FILHO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Lavras
LOURDES BARBOSA	RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/6/1949. In: MARÇAL, Argemiro; e OUTROS. "Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil", pp. 2 e 3.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
LOURDES CARVALHO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 78.	19/05/1964	Trab. do ensino	IPM 123 DVS 099	Uberlândia

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
LOURENÇO LEZZORI	APM, doc. DOPS: pasta 0012{5}, imagem 19.	13/06/1964	Trab. do ensino	Indiciado em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
LOURIVAL ALVES DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 7.	22/06/1964	Militares	IPM 24 por atividades subversivas no quartel da 11º RI	São João Del Rei
LOURIVAL APARECIDO PEREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 78; pasta 0008, imagem 14 e outras.	19/05/1964	Autônomos	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
LOURIVAL BASTOS DE MATOS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 6.	13/05/1964	Autônomos	IPM 69 DVS 089	Medina
LOURIVAL DIAS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
LOURIVAL GUIMARÃES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Ind. Alimentícia	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Uberaba
LOURIVAL PEREIRA MATOS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
LUCI DE OLIVEIRA BARROS LUCÍOLA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 67.	28/04/1964	Autônomos	IPM 114 DVS 054	São Lourenço
LUCILA ZOLINI	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Fumageiros	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
LUCÍLIO JOSÉ DA ROCHA FILHO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Petroleiros	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
LÚCIO DIAS NOGUEIRA	APM, doc. DOPS Pasta: 0257, Imagem 3	1968	Bancários	Presos por envolvimento com o grupo "Corrente Revolucionária de Minas Gerais"	Belo Horizonte
LUCY LOPES FONSECA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Montes Claros
LUIS ALBERTO DIAZ	APM, doc. DOPS: pasta 0886 imagem 17	1968	Mecânico	Interrogado e vigiado pela suspeita de envolvimento com grupos comunistas.	Belo Horizonte
LUIS CARLOS	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Metalúrgicos	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
LUÍS DE CARVALHO BICALHO	APM, doc. DOPS: pasta 0012{5}, imagem 19.	13/06/1964	Trab. do ensino	Indiciado em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
LUÍS FERNANDO CARCERONI	APM, doc. COSEG: rolo (ref.: Greves Diversas) de microfilmes nº 6, pasta CA.04.04-A, documentos 62, 63 e 64 e pasta CA.04.04-3, documento 31; rolo (ref.: Greves Diversas) de microfilmes nº 7, pasta CA.04.04-6, documentos 1 a 8 e pasta CA.04.04-7, documentos 1 e 2; rolo (ref.: Greves Diversas) de microfilmes nº 6, pasta CA.04.04-2, documento 102.	29/04/1980	Trab. do ensino	Prisão durante greve dos professores em 1.980; incomunicabilidade. Demitido do Colégio Estadual Central.	Belo Horizonte
LUIS MARCOS DE MAGALHÃES	APM, doc. DOPS: pasta 5303, imagem 3.	out-68	Autônomos	Detido durante realização de greve em 1968.	Belo Horizonte e Contagem
LUÍS ROGÉRIO AVELINO BRANDÃO	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 31.	30/04/1964	Correios	IPM 2 no DCT	Não identificada
LUIS TENÓRIO DE LIMA	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 3 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
LUIZ ABRAÃO SAFAIR	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 29.	30/04/1964	Não identificado	IPM 4 sobre Câmara Municipal	Juiz de Fora
LUIZ ADVINCATA DOS REIS	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 9.	18/05/1964	Serv. públicos	IPM 106 sobre subversão na Assembleia Legislativa de MG.	Belo Horizonte
LUIZ ALTAFIM NETO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 77.	19/05/1964	Autônomos	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
LUIZ AMBRÓSIO DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Coronel Fabriciano
LUIZ ANTÔNIO NAVES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 77; pasta 0008, imagem 14 e outras.	19/05/1964	Comerciários	IPM 123 DVS 099	Uberlândia

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
LUIZ CAPISTRANO DE ALKMIM	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 16.	29/04/1964	Autônomos	IPM 74 DVS 015	Lavras
LUIZ CARLOS SENA GERÔNIMO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 45.	30/04/1964	Autônomos	IPM 93 DVS 093	Pedro Leopoldo
LUIZ DE AZEVEDO MEDEIROS	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 49.	25/04/1964	Metalúrgicos	IPM 44 DVS 106	Coronel Fabriciano
LUIZ DÉCIMO	APM, doc. DOPS: pasta 0012{5}, imagem 19.	13/06/1964	Trab. do ensino	Indiciado em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
LUIZ EDUARDO GRAPIUNA LIMA	APM, doc. DOPS: pasta 5303, imagens 8 e 35.	03/10/1968	Metalúrgicos	Detido durante realização de greve em 1968.	Belo Horizonte e Contagem
LUIZ ELOI DURÃES	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 54.	26/04/1964	Autônomos	IPM 49 DVS 111	Diamantina
LUIZ FRANCISCO DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 25.	05/05/1964	Serv. públicos	IPM 51 DVS 096	Belo Horizonte
LUIZ GERALDO MARTINS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Montes Claros
LUIZ GOMES DA SILVA JÚNIOR	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 3,	10/04/1964	Trab. do ensino	IPM 67 DVS 074 em Itajubá.	Itajubá
LUIZ GONZAGA BADARÓ	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Leopoldina
LUIZ GONZAGA DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0012{5}, imagem 19.	13/06/1964	Trab. do ensino	Indiciado em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
LUIZ GONZAGA DE SOUZA LIMA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
LUIZ INÁCIO MAGALHÃES	APM, doc. DOPS: pasta 5303, imagem 9.	out-68	Autônomos	Detido durante realização de greve em 1968.	Belo Horizonte e Contagem
LUIZ LINO PERDIGÃO	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.42-Proc.809; processo trabalhista 4281, CEREM/Sindmon-Metal.	abril/1964.	Metalúrgicos	Tortura psicológica. Perseguido e coagido a pedir demissão da Belgo Mineira.	J. Monlevade
LUIZ MARI	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Marceneiros	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
LUIZ MENDES COSTA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Uberaba
LUIZ MIGUEL COSTA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Sabará
LUIZ OTÁVIO LESSA	APM, doc. COSEG: rolo (ref.: Greves Diversas) 004, pasta CA.03.08, documento 28.	Não disponível	Jornalistas	Órgãos de segurança realizam vigilância sobre jornalistas.	Belo Horizonte
LUIZ PASCOAL DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Eletricitários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Varginha
LUIZ PASCOAL DOS SANTOS	RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/6/1949. In: MARÇAL, Argemiro; e OUTROS. "Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil", pp. 2 e 3. APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	Operário da Mina Morro Velho Indiciado por "sabotagem" e "comunismo" no processo iniciado em 28 de junho de 1949. IPM 87 DVS 018	Nova Lima
LUIZ PONTES NETO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Eletricitários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Varginha
LUIZ ROGÉRIO FABRINO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 49.	25/04/1964	Industriários	IPM 44 DVS 106	Coronel Fabriciano
LUIZ ROSA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 62.	30/04/1964	Serv. públicos	IPM 58 DVS 036	Frutal
LUIZ SÁ FORTES PESSOA	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 9.	18/05/1964	Serv. públicos	IPM 106 sobre subversão na Assembleia Legislativa de MG.	Belo Horizonte

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
LUIZ SOARES DULCI	APM, doc. COSEG: rolo (ref.: Greves Diversas) de microfilmes nº 6, pasta CA.04.04-A, documentos 62, 63 e 64 e pasta CA.04.04-3, documento 31; rolo (ref.: Greves Diversas) de microfilmes nº 7, pasta CA.04.04-6, documentos 1 a 8 e pasta CA.04.04-7, documentos 1 e 2.	29/04/1980	Trab. do ensino	Prisão durante greve dos professores em 1.980; incomunicabilidade.	Belo Horizonte
LUIZ TEIXEIRA CORREIA PINTO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora
LUIZ TRICOTTE	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cataguases
LUÍZA BATISTA SIMÕES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
LUIZA DE SOUZA (DOS SANTOS?)	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
MAGDA LENARD	APM, doc. COSEG: rolo (ref.: Greves Diversas) 004, pasta CA.03.08, documento 28.	Não disponível	Jornalistas	Órgãos de segurança realizam vigilância sobre jornalistas.	Belo Horizonte
MAGDA LOPES CAMPBELL	APM, doc. DOPS: pasta 0830, imagem 16.	Não identificado	Não identificado	Registrada em documento do DOPS/DVS como participante numa chapa denominada "Unidade e Organização". No documento constando ainda a palavra "REVOLUÇÃO" em destaque.	Belo Horizonte
MANFREDO DE PAULA FREIRE	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 24.	25/04/1964	Serv. públicos	IPM 49 DVS 094	Belo Horizonte
MANOEL ACÁCIO DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Extrativistas	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Nova Lima
MANOEL ALVES FERREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Construção civil	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Montes Claros
MANOEL ALVES VALADÃO	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 40.	10/06/1964	Não identificado	IPM 10	Caxambu
MANOEL BASTOS SANT ANA	APM, doc. DOPS: pasta 0003{2}, imagem 1 e outras.	11/07/1964	Não identificado	Indiciado no IPM sem número sobre subversão na guarnição militar federal de Belo Horizonte	Belo Horizonte
MANOEL BORRÁS NETO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 79; pasta 0008, imagem 14 e outras.	19/05/1964	Autônomos	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
MANOEL CASTELANI	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 51; APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 4.	05/05/1964	Ferroviários	IPM 99 DVS 008. IPM 27 sobre atividades subversivas na Estrada de Ferro Leopoldina.	Ponte Nova
MANOEL CORRÊA DE SÁ BANDEIRA	Arquivos do Judiciário no Centro de Memória de Nova Lima: depoimentos em inquérito e autos do processo contra os 51 da Mina Morro Velho; APM, doc. DOPS: pasta 0054 imagem 213 a 226. pasta 0005, imagens 32 a 35; RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/6/1949. In: MARÇAL, Argemiro; e OUTROS. "Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil", pp. 2 e 3; pasta 0042, imagem 7 e seguintes.	07/11/1948	Extrativistas	Ferido em 7/11/1948 na invasão armada ao Escritório dos Vereadores do Povo. Requisitados os antecedentes e demais informações possíveis por suspeita de "atividades subversivas" em Juiz de Fora-MG. IPM 87 DVS 018. Operário da Mina Morro Velho Indiciado por "sabotagem" e "comunismo" no processo iniciado em 28/6/1949. Indiciado em IPM.	Nova Lima
MANOEL CORREA RODRIGUES	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 17.	30/04/1964	Ferroviários	IPM 16	Santos Dumont
MANOEL COUTO	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 27.	08/05/1964	Ferroviários	IPM 6.	Bicas
MANOEL DE ALMEIDA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 29.	30/04/1964	Não identificado	IPM 4 sobre Câmara Municipal	Juiz de Fora
MANOEL DE ALMEIDA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 32.	08/05/1964	Previdenciários	IPM 1 no IAPI	Não identificada
MANOEL DE OLIVEIRA PINTO	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.43-Proc.592	19/01/1972	Petroleiros	Espancamentos, choques elétricos, incomunicabilidade, tortura psicológica.	Belo Horizonte
MANOEL DIAS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 56.	07/05/1964	Serv. públicos	IPM 104 DVS 075	Resplendor

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
MANOEL DO CARMO MENDES	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 37.	30/04/1964	Autônomos	IPM 33 DVS 041	Caratinga
MANOEL DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 29.	07/05/1964	Autônomos	IPM 85 DVS 017	Montes Claros
MANOEL FERREIRA DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Transportes	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Pirapora
MANOEL FRANCISCO PEDRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Transportes	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora
MANOEL GALVÃO SAMPAIO	APM, doc. DOPS: pasta 0003{2}, imagem 1 e outras; pasta 0004{1}, imagem 23.	23/04/1964	Autônomos	Indiciado no IPM sem número sobre subversão na guarnição militar federal de Belo Horizonte. IPM 90 DVS 095	Belo Horizonte
MANOEL MADUREIRA RODRIGUES	RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/6/1949. In: MARÇAL, Argemiro; e OUTROS. "Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil", pp. 2 e 3.	28/06/1949	Extrativistas	Operário da Mina Morro Velho Indiciado por "sabotagem" e "comunismo" no processo iniciado em 28 de junho de 1949.	Nova Lima
MANOEL MARTINS FERREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Petroleiros	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
MANOEL OTAVIANO DA FONSECA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 25.	05/08/1964	Autônomos	IPM 8 sobre envolvimento do Movimento Tiradentes em atentado	Juiz de Fora
MANOEL PEDRO DE LIMA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Aeroviários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
MANOEL PEDRO MACHAREON	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Além Paraíba
MANOEL PEREIRA TRINDADE	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 14.	abril/1964.	Não identificado	IPM 12 DVS 040	Curvelo
MANOEL QUEIRÓS	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 42.	14/05/1964	Autônomos	IPM 37 DVS 011	Cataguases
MANOEL RIBEIRO DA SILVA NETO	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.43-Proc.608; processo trabalhista 4281, CEREM/Sindmon-Metal.	abril/1964.	Metalúrgicos	Tortura psicológica. Perseguido e coagido a pedir demissão da Belgo Mineira.	J. Monlevade
MANOEL RODRIGUES FONSECA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
MANOEL RODRIGUES HORTA	RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/6/1949. In: MARÇAL, Argemiro; e OUTROS. "Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil", pp. 2 e 3.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
MANOEL ROSA DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 54.	26/04/1964	Autônomos	IPM 49 DVS 111	Diamantina
MANOEL SOARES HENRIQUES	APM, doc. Dops: pasta 4229, imagem 434.	24/04/1964	Ferroviários	Demitido, preso político.	Ponte Nova
MANOEL TOMAZ (ou THOMAZ) TEIXEIRA DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 77; pasta 0008, imagem 15 e outras.	19/05/1964	Autônomos	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
MANOEL VICENTE DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Construção civil	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cataguases
MANOEL VICENTE FILHO	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 7.	22/06/1964	Militares	IPM 24 por atividades subversivas no quartel da 11º RI	São João Del Rei
MANOEL VIEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Leopoldina
MANOEL VÍTOR DA SILVA FILHO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 20.	01/05/1964	Eletricitários	IPM 77 DVS 030	Mariana
MANOEL WALDEMAR BARBOZA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 49.	24/08/1964	Militares	IPM 1 no 4º Regimento de Obuses-105	Pouso Alegre
MANUEL QUEIROS NETO	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Metalúrgicos	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
MANUEL R. OLIVEIRA	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Metalúrgicos	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
MARCEL BRASIL FREIRE CAPIBARIBE	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 77; pasta 0008, imagem 16 e outras.	19/05/1964	Trab. do ensino	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
MARCELINO LOPES DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 16.	29/04/1964	Autônomos	IPM 74 DVS 015	Lavras
MARCIL GABRIEL DIAS	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.44-Proc.285; processo trabalhista 4281, CEREM/Sindmon-Metal.	02/04/1964.	Metalúrgicos	Tortura psicológica. Perseguido e coagido até pedir demissão da Belgo Mineira. Obrigado a deixar a casa em que residia, que era de propriedade da empresa.	J. Monlevade
MÁRCIO ANTÔNIO DEL CANTONI	APM, doc. DOPS: pasta 0252, imagem 5.	15/05/1968	Taxistas	Prisão por realizarem greve por reajuste no valor da tarifa.	Belo Horizonte
MÁRCIO GUIMARÃES NAVES	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 8.	11/08/1964	Bancários	IPM 7 DVS 100	Araguari
MÁRCIO JOSÉ REZENDE	APM, doc. COSEG: rolo (ref.: Greves Diversas) 004, pasta CA.03.08, documento 28.	Não disponível	Jornalistas	Órgãos de segurança realizam vigilância sobre jornalistas.	Belo Horizonte
MÁRCIO MILICI MARTINS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 41.	27/05/1964	Serv. públicos	IPM 90 DVS 033	Ouro Preto
MÁRCIO VICENTE DA SILVEIRA SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 14.	abril/1964.	Não identificado	IPM 12 DVS 040	Sete Lagoas
MARCO ANTÔNIO COELHO	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 5 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
MARCO ANTONIO RODRIGUES DIAS	APM, doc. Dops: pasta 0011, imagem 45; pasta 0236, imagem 68	12/06/1964	Jornalistas	Investigado devido a sua atividade profissional	Belo Horizonte
MARCO ANTÔNIO VICTORIO	APM, doc. DOPS Pasta: 0257, Imagem 3	1968	Bancários	Presos por envolvimento com o grupo “Corrente Revolucionária de Minas Gerais”	Belo Horizonte
MARCOS ANTÔNIO COELHO DE AMORIM	APM, doc. DOPS: pasta 5303, imagens 5 e 101.	03/10/1968	Bancários	Detido durante realização de greve em 1968 por realização de piquetes.	Belo Horizonte e Contagem
MARCOS MAGAHÃES RUBINGER	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 18; pasta 0012{5}, imagem 4.	22/04/1964	Trab. do ensino	IPM 108 . Recomendado mais investigações em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
MARCOS VINÍCIUS RIOS NEYER	APM, doc. DOPS: pasta 0002{3}, imagem 2 e outras.	03/06/1964	Autônomos	Indiciado no IPM sem número	Belo Horizonte
MARCUS ALEXANDRE QUINTINO VIEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 5303, imagens 6 e 66.	05/10/1968	Não identificado	Detido durante realização de greve em 1968 por distribuição de panfletos.	Belo Horizonte e Contagem
MARELDO DALDEMA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 16.	01/06/1964	Serv. públicos	IPM 17 no IAPC	Juiz de Fora
MARGARIDA LUIZA DE MATOS	APM, doc. DOPS: pasta 5303, imagens 6 e 66.	05/10/1968	Não identificado	Detido durante realização de greve em 1968 por distribuição de panfletos.	Belo Horizonte e Contagem
MARIA APARECIDA MACHADO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Pará de Minas
MARIA APARECIDA RODRIGUES DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 32.	08/05/1964	Previdenciários	IPM 1 no IAPI	Não identificada
MARIA AUXILIADORA FARIA	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 25.	05/05/1964	Comerciários	IPM 51 DVS 096	Belo Horizonte
MARIA AUXILIADORA MARTINS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Pará de Minas
MARIA BERNADETE DE LOURDES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Pará de Minas
MARIA CELESTE REIS	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 31; pasta 0313, imagens 21 a 32.	17/06/1964	Bancários	IPM 120. Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
MARIA CÉLIA SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0008, imagem 4 e outras.	07/04/1964	Industriários	Indiciado no IPM sem número	Uberlândia
MARIA CERES PIMENTA	APM, doc. DOPS: pasta 0047, imagem 218 (índice) e outras; pasta 0044, imagem 6.	27/12/1971	Serv. públicos	Presa em 27/12/1971. Indiciada em IPM sobre atividades na APML.	Belo Horizonte
MARIA CONCEIÇÃO SEABRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Lavras
MARIA CUNHA CAMPOS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 78; pasta 0008, imagem 16 e outras.	19/05/1964	Trab. do ensino	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
MARIA DA CONCEIÇÃO ARAÚJO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
MARIA DA SILVA (GONÇALVES?) PEDROSA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Trab. do ensino	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
MARIA DAS DORES SOUZA ALMEIDA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
MARIA DATIVA DE SALES DIAS	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 7.	01/06/1964	Trab. do ensino	IPM 114	Belo Horizonte
MARIA DE ASSUNÇÃO (DA ANUNCIAÇÃO?) DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
MARIA DE LOURDES ARAÚJO VIANA	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 31; doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.45-Proc.230	17/06/1964	Bancários	IPM 120. Tortura psicológica.	Belo Horizonte
MARIA DE LOURDES CHAVES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Montes Claros
MARIA DE LOURDES MALTA	APM, doc. DOPS: pasta 0012{5}, imagem 19.	13/06/1964	Trab. do ensino	Indiciado em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
MARIA DE LOURDES MENEZES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
MARIA DE LOURDES OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Uberaba
MARIA DE LOURDES PINHEIRO DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 47.	31/05/1964	Têxteis	IPM 95 DVS 039	Planura
MARIA DO CARMO CUSTÓDIO DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Leopoldina
MARIA DO ROSÁRIO CAIAFÁ	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 25.	05/05/1964	Trab. do ensino	IPM 51 DVS 096	Belo Horizonte
MARIA DO ROSÁRIO VELOSO DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 48.	05/05/1964	Serv. públicos	IPM 32	Belo Horizonte
MARIA DOS ROZÁRIO DOS ANJOS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
MARIA EUGÊNIA RIBEIRO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
MARIA FELICIDADE DA SILVA	RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/6/1949. In: MARÇAL, Argemiro; e OUTROS. "Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil," pp. 2 e 3.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
MARIA GILDA PAIVA MAIA	APM, doc. DOPS: pasta 0008, imagem 4 e outras.	07/04/1964	Não identificado	Indiciado no IPM sem número	Uberlândia
MARIA HELENA GONÇALVES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Pará de Minas
MARIA IMACULADA DINIZ	APM, doc. DOPS Pasta: 0257, Imagem 3	1968	Bancários	Presos por envolvimento com o grupo "Corrente Revolucionária de Minas Gerais"	Belo Horizonte
MARIA JOSÉ CÂNDIDO GUARNIERI	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 27.	08/05/1964	Ferroviários	IPM 6.	Bicas
MARIA JOSÉ DA CRUZ	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 10.	28/04/1964	Trab. do ensino	IPM 8 DVS 070	Augusto de Lima

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
MARIA JOSÉ MAIA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 18.	22/04/1964	Têxteis	IPM 14 DVS 007	Bom Despacho
MARIA JOSÉ NARCÍSIO	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 48.	05/05/1964	Serv. públicos	IPM 32	Belo Horizonte
MARIA LÍGIA PEREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Pará de Minas
MARIA LÚCIA ANDRADE GARCIA	APM, doc. DOPS: pasta 0012{5}, imagem 19.	13/06/1964	Trab. do ensino	Indiciado em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
MARIA LUIZA DE ARAÚJO	APM, doc. DOPS: pasta 5303, imagens 5 e 122.	01/10/1968	Industriários	Detido na de greve em 1968 por distribuição de panfletos e realização de piquetes.	Belo Horizonte e Contagem
MARIA LUIZA GONZAGA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Pará de Minas
MARIA LUIZA VILAÇA CARVALHO	APM, doc. DOPS: pasta 0010, imagens 162-165; pasta 4233 imagem 180	02/03/1966	Extrativistas	Indiciada e interrogada em inquérito sobre atividades no Sindicato de Extração de Minério. Vigiada pela suspeita de participação em movimento comunista dentro da CSN.	Congonhas do Campo
MARIA MADALENA DE SOUZA MORAIS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 77.	19/05/1964	Trab. do ensino	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
MARIA MARQUES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 78.	19/05/1964	Trab. do ensino	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
MARIA MIRANDA DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 3,	10/04/1964	Operária	IPM 67 DVS 074 em Itajubá.	Itajubá
MARIA NAGIB TEIXEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
MARIA NAZARÉ MOREIRA COUTO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 10.	28/04/1964	Trab. do ensino	IPM 8 DVS 070	Augusto de Lima
MARIA RAIMUNDA COSTA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
MARIA RAIMUNDA SOARES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Pará de Minas
MARIA SOARES DE CARVALHO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Lavras
MARIANA DE ALMEIDA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 29.	30/04/1964	Não identificado	IPM 4 sobre Câmara Municipal	Juiz de Fora
MARILDA ALMEIDA TRANCOSO	APM, doc. DOPS: pasta 0012{5}, imagem 10.	13/06/1964	Trab. do ensino	Recomendado mais investigações em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
MARINA VELOSO MURTA	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 7 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
MARINHO JORGE MORAIS	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 11.	30/09/1964	Industriários	IPM 9 DVS sem nº	B. de Cocais
MÁRIO ALVES FERREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 30.	30/04/1964	Não identificado	IPM 3	Não identificada
MÁRIO ANTÔNIO CAIFA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 20.	08/05/1964	Bancários	IPM 13	Rio Pomba
MÁRIO BANONI	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 75.	15/05/1964	Construção civil	IPM 122 DVS 019	Uberaba
MÁRIO BARBOSA DO NASCIMENTO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Alfaiates e Costureiras	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
MÁRIO BENTO DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32; doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.46-Proc.429	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT. Espancamento com cassetete, chutes, "pau-de-arara", tortura psicológica.	Belo Horizonte
MÁRIO BONONI	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Não identificado	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Uberaba
MÁRIO CALIL	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 8.	Não disponível	Serv. públicos	IPM 70 DVS 046	Ituiutaba
MÁRIO CAMPOS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 8.	Não disponível	Bancários	IPM 70 DVS 046	Ituiutaba
MÁRIO DE ASSIS CORDEIRO	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.70-Proc. 479.	1969	Jornalistas	Espancamento, palmatória, choques elétricos, incomunicabilidade, tortura psicológica.	Belo Horizonte

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
MÁRIO DEL CANTONI JÚNIOR	APM, doc. DOPS: pasta 0252, imagem 5.	15/05/1968	Taxistas	Prisão por realizarem greve por reajuste no valor da tarifa.	Belo Horizonte
MÁRIO DINARCO REIS	APM, doc. DOPS: pasta 0003{2}, imagem 1 e outras.	11/07/1964	Não identificado	Indiciado no IPM sem número sobre subversão na guarnição militar federal de Belo Horizonte	Belo Horizonte
MÁRIO DORNAS DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Eletricitários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
MÁRIO FERREIRA DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 7.	11/08/1964	Autônomos	IPM 7 DVS 100	Araguari
MÁRIO FONTANA	APM, doc. COSEG: rolo (ref.: Greves Diversas) 004, pasta CA.03.08, documento 28.	Não disponível	Jornalistas	Órgãos de segurança realizam vigilância sobre jornalistas.	Belo Horizonte
MÁRIO GUIMARÃES DE FARIA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 78.	19/05/1964	Autônomos	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
MÁRIO IBRAIN DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 8.	25/05/1964	Não identificado	IPM 23.	Barbacena
MÁRIO LUCIO COSTA	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Metalúrgicos	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
MÁRIO MODESTO SIMÕES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Ind. Alimentícia	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Uberaba
MÁRIO MÚCIO UTSCH LEÃO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 37.	30/04/1964	Comerciários	IPM 33 DVS 041	Caratinga
MÁRIO PEDRO FORMI	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 67.	28/04/1964	Autônomos	IPM 114 DVS 054	São Lourenço
MÁRIO RAIMUNDO DA FONSECA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Pará de Minas
MÁRIO RIBEIRO DA SILVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 48; pasta 0005, imagens 24 e 29.	05/05/1964	Autônomos	IPM 32. IPM 81 DVS 088. IPM 85 DVS 017.	Belo Horizonte, Mato Verde e Montes Claros
MARIO ROBERTO GALHARDO	APM, doc. DOPS Pasta: 0257, Imagem 3	1968	Bancários	Presos por envolvimento com o grupo "Corrente Revolucionária de Minas Gerais"	Belo Horizonte
MÁRIO RODRIGUES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
MARISTEL PIRES DE LIMA	APM, doc. DOPS: pasta 0012{5}, imagem 19.	13/06/1964	Trab. do ensino	Indiciado em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
MARITA PIMENTEL FRANÇA TEIXEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 31.	30/04/1964	Correios	IPM 2 no DCT	Não identificada
MARLEY BERNARDES ARAÚJO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 78.	19/05/1964	Trab. do ensino	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
MARTA NAIR MONTEIRO	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 4 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
MARTIM IZIDORO SCHAEFREN	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Marceneiros	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
MARTINELLI	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 7 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
MARTINHO MENDES	APM, doc. DOPS: pasta 5241 imagem 40	1967	Autônomo	Perseguido por participação no PCB.	Juiz de Fora
MATHEUS DA SILVA REIS	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 20.	08/05/1964	Não identificado	IPM 13	Rio Pomba
MATHIAS SCHEFFER	APM, doc. DOPS: pasta 5241 imagem 40	1967	Autônomo	Perseguido por participação no PCB.	Juiz de Fora
MATIAS GOMES BARBOSA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 29; pasta 0313, imagens 21 a 32.	07/05/1964	Autônomos	IPM 85 DVS 017. Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Montes Claros
MATIAS SCHEFFER ?	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 12.	08/05/1964	Autônomos	IPM 19 de membros do Comitê Central do PCB	Juiz de Fora
MAURÍCIO BALTAZAR DE CARVALHO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 16.	29/04/1964	Bancários	IPM 74 DVS 015	Lavras

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
MAURÍCIO CADAVAL	APM, doc. DOPS: pasta 0012{5}, imagem 19.	13/06/1964	Trab. do ensino	Indiciado em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
MAURÍCIO DE ALMEIDA MARTINS	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 9.	08/05/1964	Serv. públicos	IPM 22 por atividades subversivas no SAPS	Juiz de Fora
MAURÍCIO DE VASCONCELOS PINHEIRO	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 19.	09/07/1964	Autônomos	IPM 118 sobre subversão entre advogados.	Belo Horizonte
MAURÍCIO GASTIN	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Ponte Nova
MAURÍCIO HADDAD	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 16.	29/04/1964	Autônomos	IPM 74 DVS 015	Lavras
MAURÍCIO JOSÉ TOSI FERREIRA LEMOS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Petroleiros	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
MAURICIO LEITE JUNQUEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 19.	09/07/1964	Autônomos	IPM 118 sobre subversão entre advogados.	Belo Horizonte
MAURÍCIO MONTEIRO DE AQUINO	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 24.	25/04/1964	Serv. públicos	IPM 49 DVS 094	Belo Horizonte
MAURÍCIO MOREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 49.	25/04/1964	Comerciários	IPM 44 DVS 106	Coronel Fabriciano
MAURÍLIO BRANDÃO	APM, doc. COSEG: rolo (ref.: Greves Diversas) 004, pasta CA.03.08, documento 28.	Não disponível	Jornalistas	Órgãos de segurança realizam vigilância sobre jornalistas.	Belo Horizonte
MAURÍLIO GONÇALVES CORDEIRO	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 49.	24/08/1964	Militares	IPM 1 no 4º Regimento de Obuses-105	Pouso Alegre
MAURÍLIO JOSÉ COELHO	APM, doc. DOPS: pasta 5303, imagens 7 e 43.	03/10/1968	Metalúrgicos	Detido durante realização de greve em 1968.	Belo Horizonte e Contagem
MAURÍLIO JOSÉ. MOREIRA	APM, doc. COSEG: rolo (ref.: Greves Diversas) 004, pasta CA.03.08, documento 28.	Não disponível	Jornalistas	Órgãos de segurança realizam vigilância sobre jornalistas.	Belo Horizonte
MAURO BRITO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Eletricitários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Varginha
MAURO GARCIA NETO	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 21.	21/05/1964	Autônomos	IPM 12	Belo Horizonte
MAURO GOMIDE BORGES	APM, doc. DOPS: pasta 0008, imagem 4 e outras.	07/04/1964	Não identificado	Indiciado no IPM sem número	Uberlândia
MAURO HERBERT GODOY	APM, doc. DOPS: pasta 0010 imagem 48	1966	Não identificado	Vigiado pela suspeita de participação em movimento comunista dentro da CSN.	Congonhas do Campo - MG
MAURO JOSÉ COELHO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 54.	26/04/1964	Correios	IPM 49 DVS 111	Diamantina
MAURO QUEIRPOS PINHEIRO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 56.	07/05/1964	Serv. públicos	IPM 104 DVS 075	Resplendor
MAURO SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 9.	08/05/1964	Serv. públicos	IPM 22 por atividades subversivas no SAPS	Juiz de Fora
MAURY DE CASTRO MENEZES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32; doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.47-Proc.620	abril/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT. Tortura psicológica.	S. J. Nepomuceno
MELO BASTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 5 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
MELQUÍADES ABRAÃO DE CARVALHO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 45.	08/06/1964	Autônomos	IPM 40 DVS 041	Cons. Lafaiete
MELQUÍADES JOSÉ LISBOA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 8.	11/08/1964	Serv. públicos	IPM 7 DVS 100	Araguari
MELQUÍADES PEREIRA DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0252, imagem 6.	15/05/1968	Taxistas	Prisão por realizarem greve por reajuste no valor da tarifa.	Belo Horizonte
MESIAS MARINHO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Lavras
MIGUEL ABDALA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 37.	30/04/1964	Autônomos	IPM 33 DVS 041	Caratinga

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
MIGUEL ARCANJO DA COSTA	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.47-Proc.640; processo trabalhista 4281, CEREM/Sindmon-Metal.	abril/1964.	Metalúrgicos	Tortura psicológica. Perseguido e coagido a pedir demissão da Belgo Mineira.	J. Monlevade
MIGUEL BENEDITO DE ANDRADE	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
MIGUEL CANUTO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 8.	11/08/1964	Serv. públicos	IPM 7 DVS 100	Araguari
MIGUEL CARDOSO DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 7.	11/08/1964	Autônomos	IPM 7 DVS 100	Araguari
MIGUEL DIAS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
MIGUEL QUEIRÓS DE FARIA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 9.	Não disponível	Autônomos	IPM 70 DVS 046	Ituiutaba
MIGUEL RODRIGUES DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 64.	06/05/1964	Autônomos	IPM 59 DVS 020	Gov. Valadares
MIGUEL VIANA DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 31.	08/05/1964	Serv. públicos	IPM 86 DVS 027	Nanuque
MILITÃO ALVES ROSA	RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/6/1949. In: MARÇAL, Argemiro; e OUTROS. "Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil", pp. 2 e 3; Arquivos do Judiciário no Centro de Memória de Nova Lima: depoimentos em inquérito e autos do processo contra os 51 da Mina Morro Velho.	07/11/1948	Extrativistas	Operário da Mina Morro Velho Indiciado por "sabotagem" e "comunismo" no processo iniciado em 28/6/1949. Operário da Morro Velho. Ferido em 7/11/1948 na invasão armada ao Escritório dos Vereadores do Povo.	Nova Lima
MILITÃO FERREIRA DIAS	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 29; pasta 0005, imagens 32 a 35; pasta 0042, imagem 3 e seguintes; doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.47-Proc.448.	01/04/1964	Extrativistas	IPM 118. IPM 87 DVS 018. Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais. Espancamentos, "soco inglês", chutes, tortura psicológica. Acusado de cooperar com os movimentos grevistas à época.	Nova Lima
MILTON ALEXANDRE DE PAULA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 36.	16/07/1964	Não identificado	IPM 14	Varginha
MILTON BARBOSA DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0003{2}, imagem 1 e outras.	11/07/1964	Não identificado	Indiciado no IPM sem número sobre subversão na guarnição militar federal de Belo Horizonte	Belo Horizonte
MILTON CAMBOGI	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Aeroviários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
MILTON DE FREITAS CARVALHO	APM, doc. DOPS: pasta 5303, imagens 7 e 40.	03/10/1968	Industriários	Detido durante realização de greve em 1968.	Belo Horizonte e Contagem
MILTON DE MAGALHÃES PORTO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 78.	19/05/1964	Trab. do ensino	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
MILTON DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 35; pasta 0042, imagem 7 e seguintes.	abril/1964	Não identificado	IPM 15. Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Cambuquira
MILTON DE OLIVEIRA PINHO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Fumageiros	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
MILTON DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Alfaiates e Costureiras	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
MILTON JOSÉ DE ASSIS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 84.	19/04/1964	Autônomos	IPM 127 DVS 056	Visc. R. Branco
MILTON JOSÉ FERNANDES	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 12; pasta 5241, imagens 38 a 40; pasta 5241 imagem 37	1949 a 28/02/1966	Autônomos	IPM 19 de membros do Comitê Central do PCB. Preso em 1964. Indiciado em IPM na Justiça Militar. Perseguido por atuar de maneira clandestina no PCB (PCB), como tesoureiro.	Juiz de Fora
MILTON JOSÉ RODRIGUES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
MILTON MÁRIO DE MENEZES	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 19.	18/05/1964	Ind. Alimentícia	IPM 15 DVS 081	Brasilândia

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
MILTON MOREIRA DA SILVA	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Não identificado	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
MILTON NUNES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
MILTON PEREIRA DA SILVA	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Industriário	Ferido por projétil no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
MILTON SETRAGNI	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 51.	13/10/1964	Comerciários	IPM 33 DVS sem número	Belo Horizonte
MILTON SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 7.	22/06/1964	Militares	IPM 24 por atividades subversivas no quartel da 11° RI	São João Del Rei
MILTON SOARES FERREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 64; pasta 0006{4}, imagem 66.	06/05/1964	Autônomos	IPM 59 DVS 020. IPM 60 DVS 025.	Gov. Valadares
MILTON TELES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 52.	15/05/1964	Serv. públicos	IPM 100 DVS 038	Porteirinha
MILTON VARGAS BRASIL	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 7.	22/06/1964	Militares	IPM 24 por atividades subversivas no quartel da 11° RI	São João Del Rei
MIRANDE OLIVEIRA SOUZA	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Construção civil	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
MIZAEL CARDOSO TEIXEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 31.	30/04/1964	Correios	IPM 2 no DCT	Não identificada
MIZAK (ou MIZAQUE) BERNARDINO RIBEIRO	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Não identificado	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
MIZANDE OLIVEIRA SOUZA	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Construção civil	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
MOACIR DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Alfaiates e Costureiras	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
MOACIR JOSÉ DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 45.	30/04/1964	Serv. públicos	IPM 93 DVS 093	Pedro Leopoldo
MOACIR LATERZA	APM, doc. DOPS: pasta 0012{5}, imagem 19.	13/06/1964	Trab. do ensino	Indiciado em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
MOACIR MACHADO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Coronel Fabriciano
MOACIR VASCONCELOS	APM, doc. DOPS: pasta 0012{5}, imagem 19.	13/06/1964	Trab. do ensino	Indiciado em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
MODESTO DE PAULA SANTOS	RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/6/1949. In: MARÇAL, Argemiro; e OUTROS. "Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil", pp. 2 e 3.	28/06/1949	Extrativistas	Operário da Mina Morro Velho Indiciado por "sabotagem" e "comunismo" no processo iniciado em 28 de junho de 1949.	Nova Lima
MOISÉS ou MOYSÉS JOSÉ PAULINO DE BARROS	APM, doc. DOPS: pasta 0009, imagem 2 e outras.	18/05/1964	Correios	Indiciado no IPM sem número	Belo Horizonte
MOISÉS PAULINO DE BARROS	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 41.	18/05/1964	Correios	IPM 137	Belo Horizonte
MONIR TAHAN SAB	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.47-Proc.110	01/05/1969	Serv. públicos	Torturas física, ferimento à bala no pescoço, tortura psicológica.	Belo Horizonte

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
MORETHSON JOSÉ BARBOSA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32;: pasta 0005, imagem 51.	05/05/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT. IPM 99 DVS 008	Ponte Nova
MORSE BELÉM TEIXEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0012{5}, imagem 19.	13/06/1964	Trab. do ensino	Indiciado em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
MOYSES PAULINO DE BARROS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 86; pasta 0302, imagem 5.	27/04/1964	Serv. públicos	IPM 101 ID/4 - C - Específico da ECT	Belo Horizonte
MOYSÉS SOARES ROSA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 75.	15/05/1964	Autônomos	IPM 122 DVS 019	Uberaba
MOZART DE LIMA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 7.	11/08/1964	Ferroviários	IPM 7 DVS 100	Araguari
MÚCIO ATHAÍDE	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 3 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
MÚCIO GONÇALVES DOS REIS	APM, doc. DOPS: pasta 0252, imagem 9.	15/05/1968	Taxistas	Prisão por realizarem greve por reajuste no valor da tarifa.	Belo Horizonte
MURILO BARBOSA	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 36.	27/10/1964	Transportes	IPM 23	Belo Horizonte
MURILO BATISTA PEREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 37.	30/04/1964	Bancários	IPM 33 DVS 041	Caratinga
MURILO GOMES BATISTA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 45.	30/04/1964	Autônomos	IPM 93 DVS 093	Pedro Leopoldo
MYRIAM DO CARMO MELILLO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Eletricitários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
MYRON PINTO TOSCANO BARRETO	APM, doc. DOPS: pasta 5303, imagens 5 e 102.	03/10/1968	Bancários	Detido durante realização de greve em 1968 por realização de piquetes.	Belo Horizonte e Contagem
MYRTES NÔ DE ANDARADE CRUZEIRO	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 32.	08/05/1964	Previdenciários	IPM 1 no IAPI	Não identificada
NAIR VIEIRA DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
NALCÍRIO PINTO RAMIRO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	S. J. Nepomuceno
NANTO FURTADO CIQUEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 42.	14/05/1964	Serv. públicos	IPM 37 DVS 011	Cataguases
NAPOLEÃO JOSÉ VIEIRA	NASCIMENTO, Saint'Clair L. Os Comunistas, cizânia em quartéis de Minas (livro).	1953	Policial Militar	Indiciado em IPM por indisciplina na PM.	Belo Horizonte ; Juiz de Fora
NAPOLEÃO PASSOS GONÇALVES	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 7.	11/08/1964	Industriários	IPM 7 DVS 100	Araguari
NATAL FELICE	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 77; pasta 0008, imagem 16 e outras.	19/05/1964	Autônomos	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
NATALÍCIO RAMALHO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Não identificado	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Uberaba
NATANAEL DA FONSECA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
NAYLOR SALLES GONTIJO	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 49.	05/05/1964	Autônomos	IPM 32	Belo Horizonte
NÉLIO (HÉLIO?) DOMINGOS DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 5303, imagem 9.	out-68	Bancários	Detido durante realização de greve em 1968.	Belo Horizonte e Contagem
NELITO RODRIGUES PEREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0252, imagem 4.	15/05/1968	Taxistas	Prisão por realizarem greve por reajuste no valor da tarifa.	Belo Horizonte
NÉLSON CARVALHO FIGUEIREDO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 54.	04/05/1964	Serv. públicos	IPM 102 DVS 091	Pouso Alegre
NÉLSON CUPERTINO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 78: pasta 0008, imagem 14 e outras.	19/05/1964	Trab. do ensino	IPM 123 DVS 099	Uberlândia

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
NÉLSON DA SILVA BARBOZA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 31.	30/04/1964	Correios	IPM 2 no DCT	Não identificada
NÉLSON DE ABREU	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 77.	19/05/1964	Autônomos	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
NÉLSON DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Fumageiros	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
NELSON DIAS AYRON	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 40.	10/06/1964	Não identificado	IPM 10	Caxambu
NÉLSON DIAS DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 77.	19/05/1964	Serv. públicos	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
NÉLSON ELIAS SABAT	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 44.	06/11/1964	Não identificado	IPM 39 DVS sem nº	Coimbra
NELSON EVANGELISTA ESPINOLA	APM, doc. DOPS: pasta 5303, imagem 8.	out-68	Metalúrgicos	Detido durante realização de greve em 1968.	Belo Horizonte e Contagem
NELSON FERNANDES DE MELO	RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/6/1949. In: MARÇAL, Argemiro; e OUTROS. "Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil", pp. 2 e 3.	28/06/1949	Extrativistas	Operário da Mina Morro Velho Indiciado por "sabotagem" e "comunismo" no processo iniciado em 28 de junho de 1949.	Nova Lima
NÉLSON FERREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 4.	26/04/1964	Ferroviários	IPM 4 DVS 066	Além Paraíba
NÉLSON HENRIQUE DE MORAES	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 11; pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	IPM 9 DVS sem nº. Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	B. de Cocais
NELSON JOSÉ DE ALMEIDA	APM, doc. DOPS Pasta: 0257, Imagem 3	1968	Bancários	Presos por envolvimento com o grupo "Corrente Revolucionária de Minas Gerais"	Belo Horizonte
NÉLSON JUBILATO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora
NÉLSON LEITE SOARES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Fumageiros	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
NÉLSON MACULAN	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 47.	03/08/1964	Serv. públicos	IPM 133	Belo Horizonte
NÉLSON MENDES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Eletricitários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora
NÉLSON RAIMUNDO	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 15; APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 17.	30/04/1964	Ferroviários	IPM 18. IPM 16	Além Paraíba e Santos Dumont
NÉLSON RIBEIRO MENDES	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 7 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
NÉLSON RODRIGUES BARBOSA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 14.	abril/1964.	Não identificado	IPM 12 DVS 040	Sete Lagoas
NÉLSON RODRIGUES CAMPOS	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 8.	25/05/1964	Não identificado	IPM 23.	Barbacena
NÉLSON SÉRGIO LEMES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Ind. Alimentícia	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Três Corações
NÉLSON XAVIER DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Transportes	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora
NERY DE MENDONÇA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 29.	30/04/1964	Autônomos	IPM 4 sobre Câmara Municipal	Juiz de Fora
NESTOR ANTÔNIO MEDINA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 71.	02/05/1964	Ferroviários	IPM 118 DVS 022	Teófilo Otoni
NESTOR DE AGUIAR	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
NEWTON BHERING (TITINO)	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 49.	25/04/1964	Serv. públicos	IPM 44 DVS 106	Coronel Fabriciano
NEWTON DIAS DE ABREU	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 8.	11/08/1964	Bancários	IPM 7 DVS 100	Araguari
NEWTON LEITE DE LIMA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Eletricitários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
NEWTON PINTO ESTEVES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora
NEWTON VELOSO	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 5 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
NEWTON VIANA DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 29.	30/04/1964	Autônomos	IPM 4 sobre Câmara Municipal	Juiz de Fora
NEY JACINTO PEREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 10.	08/05/1964	Serv. públicos	IPM 21	Juiz de Fora
NEZITO FRANCISCO DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Marceneiros	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
NICANOR BOTELINO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Lavras
NICODEMOS DE ARAÚJO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 31.	08/05/1964	Serv. públicos	IPM 86 DVS 027	Nanuque
NILBERTO BATISTA MOREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 308, imagens 4 e 5.	02/02/1968	Serv. públicos	Teve negado atestado de antecedentes por ter participado da UNE em 1.963.	Rua Manaus 348.
NILO ALVES	NASCIMENTO, Saint'Clair L. Os Comunistas, cizânia em quartéis de Minas (livro).	1953	Policial Militar	Indiciado em IPM por indisciplina na PM.	Belo Horizonte ; Juiz de Fora
NILO COSTA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 64.	06/05/1964	Autônomos	IPM 59 DVS 020	Gov. Valadares
NILO DE OLIVEIRA LIMA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Aeroviários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
NILO GONÇALVES MARANDUBA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora
NILSON JOÃO DE MIRANDA	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Aux. administração	Ferido por projétil no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
NILSON LOPES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
NILSON LOPES DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cataguases
NILSON NUNES DE CASTRO	APM, doc. DOPS Pasta: 0257, Imagem 12	1968	Bancários	Registrado como favorável à greve dos bancários e fichado.	Belo Horizonte
NÍLSON VITAL NAVES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 16.	29/04/1964	Bancários	IPM 74 DVS 015	Lavras
NILTON ALEXANDRE DE PAULA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 83.	19/05/1964	Comerciários	IPM 126 DVS 055	Varginha
NILTON BARBEIRO J. ?ORA?	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 5 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
NILTON BRAZ PAIVA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 21.	30/04/1964	Trab. do ensino	IPM 12	Juiz de Fora
NILTON CANDEIA DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 37.	30/04/1964	Industriários	IPM 33 DVS 041	Caratinga
NILTON DE OLIVEIRA BORGES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Além Paraíba
NILTON DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Transportes	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Pirapora
NILTON DRUMOND	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
NILTON GUERRA VIANA	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 48.	05/05/1964	Comerciários	IPM 32	Belo Horizonte
NILTON RAFAEL DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 22.	12/07/1964	Serv. públicos	IPM 79 DVS 045	Marsagânia
NILTON SANTOS DE BRITO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 44.	02/05/1964	Autônomos	IPM 92 DVS 044	Passos
NIVALDO FERREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Ind. Alimentícia	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Três Corações

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
NIVALDO FREIRE SAMPAIO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 3.	07/05/1964	Trab. do ensino	IPM 3 DVS 051	Aimorés
NOÉ DE ALMEIDA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 14.	abril/1964.	Não identificado	IPM 12 DVS 040	Sete Lagoas
NOEME MARTINS DE CARVALHO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 10.	28/04/1964	Trab. do ensino	IPM 8 DVS 070	Augusto de Lima
NORBERTO BENÍCIO DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 49.	25/04/1964	Industriários	IPM 44 DVS 106	Coronel Fabriciano
NORBERTO NANINI LINHASRES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Aeroviários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
NORBETO FERREIRA DA CUNHA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 26.	26/06/1964	Ferroviários	IPM 83 DVS 064	Monte Carmelo
NORMY BARBOSA FIRMINO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 78.	19/05/1964	Trab. do ensino	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
OCTACÍLIO DA CUNHA BORGES	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.49-Proc.602	abril/1964.	Ferroviários	Tortura física, agulha de bambu por baixo das unhas, tortura psicológica.	Cons. Lafaiete
ODETE ALVES DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 6.	13/05/1964	Autônomos	IPM 69 DVS 089	Medina
ODETE EUGRÁCIA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	S. J. Nepomuceno
ODIETE GLÓRIA LOPES FILGUEIRAS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	S. J. Nepomuceno
ODILIO RIBEIRO DOS SANTOS	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.71-Proc.697; doc. DOPS: pasta 0005, imagem 14; processo trabalhista 4281, CEREM/Sindmon-Metal.	abril/1964.	Metalúrgicos	Tortura física, tortura psicológica.Perseguido até ser coagido a se demitir da Belgo Mineira. IPM 72A DVS s/ nº	J. Monlevade
ODILON BHERING	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 45.	08/06/1964	Autônomos	IPM 40 DVS 042	Cons. Lafaiete
ODILON FERREIRA DE CARVALHO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 14; pasta 0313, imagens 21 a 32; APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.49-Proc.751; processo trabalhista 4281, CEREM/Sindmon-Metal.	abril/1964	Metalúrgicos	IPM 72A DVS s/ nº. Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT. Tortura física, tortura psicológica. Perseguido e coagido a pedir demissão da Belgo Mineira.	J. Monlevade
ODILON PEREIRA SILVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 56.	07/05/1964	Serv. públicos	IPM 104 DVS 075	Resplendor
ODILON PIO DE ARAÚJO	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 30.	30/04/1964	Não identificado	IPM 3	Não identificada
ODILON SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 31.	17/06/1964	Bancários	IPM 120	Belo Horizonte
ODILON SILVA DE MIRANDA	APM, doc. DOPS: pasta 0002{4}, imagem 1 e outras; pasta 0004{1}, imagem 30; pasta 0313, imagens 21 a 32; doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.49-Proc.464	abril/1964	Aeroviários	Indiciado no IPM sem número. IPM 119. Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT. Tortura física, socos, tortura psicológica.	Belo Horizonte
ODILON TEIXEIRA DE CARVALHO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Eletricitários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
ODIR RODRIGUES	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Industriário	Ferido por projétil no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
ODORICO TOVO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Não identificado	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Uberaba
OLAVO BATISTADE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0252, imagem 9.	15/05/1968	Taxistas	Prisão por realizarem greve por reajuste no valor da tarifa.	Belo Horizonte
OLAVO GOMES DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 29.	30/04/1964	Não identificado	IPM 4 sobre Câmara Municipal	Juiz de Fora
OLAVO MARQUES DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 22; APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	08/05/1964	Têxteis	IPM 11. Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
OLAVO MOTERANI	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Transportes	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Varginha
OLDEMAR VIANA DIAS	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 49.	25/04/1964	Metalúrgicos	IPM 44 DVS 106	Coronel Fabriciano
OLEGÁRIO MENDES BORGES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 77.	19/05/1964	Trab. do ensino	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
OLIMPO CARNEIRO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Leopoldina
OLÍNIO XAVIER E BONFIM	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 47.	31/05/1964	Construção civil	IPM 95 DVS 039	Planura
OLINTO CAMPOS	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 13.	04/05/1964	Industriários	IPM 11 DVS 059	Barbacena
OLINTO GOULART	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 45.	08/06/1964	Autônomos	IPM 40 DVS 044	Cons. Lafaiete
OLIVALDO RUAS PINTO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 6.	13/05/1964	Serv. públicos	IPM 69 DVS 089	Medina
OLÍVIA CALABRIA	APM, doc. DOPS: pasta 0008, imagem 4 e outras.	07/04/1964	Não identificado	Indiciado no IPM sem número	Uberlândia
OLÍVIO BREGALDA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Transportes	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Varginha
OLÍVIO DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Não identificado	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Uberaba
OLYMPIO FERRAZ DE CARVALHO	NASCIMENTO, Saint'Clair L. Os Comunistas, cizânia em quartéis de Minas (livro); APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 18.	1953 e 24/08/1964	Policial Militar	Indiciado em IPM por indisciplina na PM. IPM 15	Belo Horizonte, Juiz de Fora e S. J. Nepomuceno
OLYNTHO DE CAMPOS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32; doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.49-Proc.298	09/04/1964	Petroleiros	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT. Tapas, "enforcamento", tortura psicológica.	Barbacena
OLYNTO RODRIGUES PEREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 17.	30/04/1964	Ferroviários	IPM 16	Santos Dumont
OMAR ALEIXO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 7.	11/08/1964	Autônomos	IPM 7 DVS 100	Araguari
OMAR EL HARIRI	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 72.	30/04/1964	Autônomos	IPM 119 DVS 023	Teófilo Otoni
ONÉSIO SIQUEIRA DUARTE	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 17.	30/04/1964	Ferroviários	IPM 16	Santos Dumont
ONÉZIMO ALVES MARQUES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Eletricitários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
ONIDIO NICOLAU DE VITO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 75.	15/05/1964	Autônomos	IPM 122 DVS 019	Uberaba
ONILDO NEVES DE CARVALHO	APM, doc. DOPS: pasta 0252, imagem 6.	15/05/1968	Taxistas	Prisão por realizarem greve por reajuste no valor da tarifa.	Belo Horizonte
ONOCIR LONGO	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 27.	08/05/1964	Ferroviários	IPM 6.	Bicas
ONOFRE CORREIA LIMA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora
ONOFRE MARIZE DA MATA	APM, doc. DOPS: pasta 5303, imagens 6 e 71.	04/10/1968	Bancários	Detido durante realização de greve em 1968 por subversão.	Belo Horizonte e Contagem
ONOFRE MARTINS ANDRADE	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 3.	07/05/1964	Comerciários	IPM 3 DVS 051	Aimorés
ONOFRE SANTIAGO DE CARVALHO	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Metalúrgicos	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
OPOLINÁRIO (APOLINÁRIO?) FERREIRA DO NASCIMENTO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
ORANIDES DOS PASSOS ROCHA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora
ORDÁLIO CARLOS DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Indústria de calçados	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Uberaba
ORIDES FERREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0008, imagem 4 e outras.	07/04/1964	Não identificado	Indiciado no IPM sem número	Uberlândia
ORIVAL HENRIQUE NOGUEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cons. Lafaiete
ORLANDINA DE BARROS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Além Paraíba
ORLANDO	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 5 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
ORLANDO ALÉM GABRIEL	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 42.	16/07/1964	Autônomos	IPM 8	Três Corações
ORLANDO ALVES DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 79.	19/05/1964	Serv. públicos	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
ORLANDO AZEVEDO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 37.	30/04/1964	Ferroviários	IPM 33 DVS 041	Caratinga
ORLANDO CARDOSO	APM, doc. DOPS: pasta 0135(1), imagem 24.	12/07/1965	Metalúrgicos	Acusado de ser subversivo e de se reunir com Sinval Bambirra.	Sabará
ORLANDO CORRÊA DE SÁ BANDEIRA	Arquivos do Judiciário no Centro de Memória de Nova Lima: depoimentos em inquérito e autos do processo contra os 51 da Mina Morro Velho.	07/11/1948	Extrativistas	Operário da Morro Velho. Ferido em 7/11/1948 na invasão armada ao Escritório dos Vereadores do Povo.	Nova Lima
ORLANDO CORRÊA DE SÁ BANDEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 29; pasta 0005, imagens 32 a 35; pasta 0042, imagem 4 e seguintes; doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.50-Proc.571; doc. DOPS: pasta 0042 imagem 4; RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/6/1949. In: MARÇAL, Argemiro; e OUTROS. "Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil", pp. 2 e 3.	01/04/1964	Autônomos	IPM 118. IPM 87 DVS 018. Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais. Espancamentos, tortura física, tortura psicológica. Acusado de cooperar com os movimentos grevistas à época. Operário da Mina Morro Velho Indiciado por "sabotagem" e "comunismo" no processo iniciado em 28 de junho de 1949.	Nova Lima
ORLANDO DA SILVA ROSA BONFIM JÚNIOR	APM, doc. COSEG: pasta . CA.02.41 / DOPS PASTA 0256 / {Atividades políticas diversas} documento 82	1970	Autônomo	Advogados excluídos da OAB/MG e que foram monitorados pela PM.	
ORLANDO DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 16.	01/06/1964	Serv. públicos	IPM 17 no IAPC	Juiz de Fora
ORLANDO DE OLIVEIRA VILELA	APM, doc. DOPS: pasta 0012{5}, imagem 20.	13/06/1964	Trab. do ensino	Indiciado em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
ORLANDO GOMES GONÇALVES	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 56.	29/04/1964	Ferroviários	IPM 52 DVS 006	Divinópolis
ORLANDO MACHADO BARCELOS	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 37.	30/04/1964	Bancários	IPM 33 DVS 041	Caratinga
ORLINDO BATISTA DE ARAÚJO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Coronel Fabriciano
ORMIDES FLORENTINO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Petroleiros	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
ORNÉLIO PEREIRA DA COSTA	Arquivos do Judiciário no Centro de Memória de Nova Lima: depoimentos em inquérito e autos do processo contra os 51 da Mina Morro Velho.	07/11/1948	Extrativistas	Operário da Morro Velho. Executado em 7/11/1948 na invasão armada ao Escritório dos Vereadores do Povo.	Nova Lima
OROCÍLIO MARTINS GONÇALVES	OLIVEIRA, Ricardo C. A memória da construção e a construção da memória:a greve dos operários da construção civil de Belo Horizonte em 1979. 2006. UNIRIO. pp. 16.	30/07/1979	Operário	Morto em passeata durante a greve dos trabalhadores da construção civil em Belo Horizonte no final de julho de 1979.	Belo Horizonte
OROZIMBO ARANTES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 78.	19/05/1964	Trab. do ensino	IPM 123 DVS 099	Uberlândia

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
OSCAR EFIGÊNIO EVANGELISTA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 45.	08/06/1964	Ferroviários	IPM 40 DVS 046	Cons. Lafaiete
OSCAR HENRIQUES FILHO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora
OSCAR PEDRO DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0010, imagem 32.	26/01/1966	Extrativistas	Indiciado e interrogado em inquérito sobre atividades no Sindicato de Extração de Minério.	Congonhas do Campo
OSCAR PEDRO DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0010 imagem 6	1966	Não identificado	Vigiado pela suspeita de participação em movimento comunista dentro da CSN.	Congonhas do Campo - MG
OSCAR PINTO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 83.	19/05/1964	Jornalistas	IPM 126 DVS 055	Varginha
OSCAR REUDER TEIXEIRA REZENDE	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 25.	05/08/1964	Comerciários	IPM 8 sobre envolvimento do Movimento Tiradentes em atentado	Juiz de Fora
OSCAR SOARES MACHADO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 46.	11/08/1964	Autônomos	IPM 94 DVS 057	Piumhi
OSCAR VIEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
OSCAR VIRGÍLIO PEREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 77; pasta 0008, imagem 14 e outras.	19/05/1964	Autônomos	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
OSIEL DE ASSIS VAZ	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
OSLINA B. DE ALMEIDA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 36.	16/07/1964	Não identificado	IPM 14	Varginha
OSMAR DOS REIS BARBOSA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Aeroviários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
OSORIO (SIC) JOSÉ VIEIRA	NASCIMENTO, Saint'Clair L. Os Comunistas, cizânia em quartéis de Minas (livro).	1953	Policial Militar	Indiciado em IPM por indisciplina na PM.	Belo Horizonte ; Juiz de Fora
OSÓRIO DA ROCHA DINIZ	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 21.	21/05/1964	Trab. do ensino	IPM 12	Belo Horizonte
OSÓRIO PEREIRA VARGAS	APM, doc. DOPS: pasta 0010, imagens 146-147.	01/03/1966	Extrativistas	Indiciado e interrogado em inquérito sobre atividades no Sindicato de Extração de Minério.	Congonhas do Campo
OSVADO BARBOSA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 32.	08/05/1964	Comerciários	IPM 28 DVS 005	Campo Belo
OSVALDO ALVES DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 31.	17/06/1964	Bancários	IPM 120	Belo Horizonte
OSVALDO CASTANHEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Indústria de calçados	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Uberaba
OSVALDO CLEMENTE	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Fumageiros	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
OSVALDO COSTA LIMA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Transportes	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Pirapora
OSVALDO DA SILVA ACASIO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Construção civil	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Montes Claros
OSVALDO DE ARAÚJO VIANA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Pará de Minas
OSVALDO DE ASSUNÇÃO ALENCAR	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 8.	11/08/1964	Bancários	IPM 7 DVS 100	Araguari
OSVALDO FARIA	APM, doc. COSEG: rolo (ref.: Greves Diversas) 004, pasta CA.03.08, documento 28.	Não disponível	Jornalistas	Órgãos de segurança realizam vigilância sobre jornalistas.	Belo Horizonte
OSVALDO FERREIRA BOTELHO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Eletricitários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
OSVALDO FREIRE CAMPOS	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 19.	09/07/1964	Autônomos	IPM 118 sobre subversão entre advogados.	Belo Horizonte
OSVALDO HEBSTER GUSMÃO	APM, doc. DOPS: pasta 0012{5}, imagem 20.	13/06/1964	Trab. do ensino	Indiciado em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
OSVALDO LACERDA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 56.	29/04/1964	Autônomos	IPM 52 DVS 006	Divinópolis

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
OSVALDO MACHADO	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 6 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
OSVALDO MACHADO DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
OSVALDO MALAQUIAS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 78.	19/05/1964	Autônomos	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
OSVALDO MARQUES LADEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 49.	25/04/1964	Metalúrgicos	IPM 44 DVS 106	Coronel Fabriciano
OSVALDO PACHECO	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 7 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
OSVALDO REIS	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 32.	08/05/1964	Não identificado	IPM 28 DVS 005	Campo Belo
OSVALDO SIQUEIRA GALANTINE	APM, doc. DOPS: pasta 5303, imagem 4 e 118.	01/10/1968	Eletricitários	Detido durante realização de greve em 1968 por distribuição de panfletos.	Belo Horizonte e Contagem
OSVALDO SOARES MACHADO	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 48.	05/05/1964	Autônomos	IPM 32	Belo Horizonte
OSVALDO VIEIRA GONÇALVES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 77; pasta 0008, imagem 14 e outras.	19/05/1964	Trab. do ensino	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
OSVALDO WEBTER GUSMÃO	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 19.	09/07/1964	Autônomos	IPM 118 sobre subversão entre advogados.	Belo Horizonte
OSVINO PINTO DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 49.	24/08/1964	Militares	IPM 1 no 4º Regimento de Obuses-105	Pouso Alegre
OSWALDIR REIS	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 24.	25/04/1964	Serv. públicos	IPM 49 DVS 094	Belo Horizonte
OSWALDO BARBOSA	APM, doc. Dops: pasta 0006, imagem 32.	28/05/1964	Comerciários	Indiciado em IPM e preso político	Campo Belo
OSWALDO CRUZ LISBOA	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 47.	03/08/1964	Serv. públicos	IPM 133	Belo Horizonte
OSWALDO MAGALHÃES DIAS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 40.	27/05/1964	Trab. do ensino	IPM 90 DVS 033	Ouro Preto
OSWALDO SIGIANI	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 36.	16/07/1964	Não identificado	IPM 14	Varginha
OTACÍLIO CORRÊA	RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/6/1949. In: MARÇAL, Argemiro; e OUTROS. "Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil", pp. 2 e 3.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
OTACÍLIO CUNHA BORGES	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 45.	08/06/1964	Ferroviários	IPM 40 DVS 043	Cons. Lafaiete
OTACÍLIO GONÇALVES TOMÉ	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 48; pasta 0005, imagem 46.	05/05/1964	Trabalhador do ensino	IPM 32. IPM 94 DVS 057	Belo Horizonte e Piumhi
OTAVINO ALVES DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32; pasta 5303, imagens 7 e 41.	06/07/1964	Marceneiros	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT. Detido durante realização de greve em 1968.	Belo Horizonte e Contagem
OTÁVIO DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 48.	26/05/1964	Não identificado	IPM 2	Alfenas
OTÁVIO FERREIRA FILHO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 78.	19/05/1964	Autônomos	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
OTÁVIO JÚLIO DOS PASSOS	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 67.	04/06/1964	Serv. públicos	IPM 61 DVS 063	Guapé
OTÁVIO MARTINS VIEIRA FILHO	APM, doc. DOPS: pasta 5303, imagem 3.	out-68	Bancários	Detido durante realização de greve em 1968.	Belo Horizonte e Contagem
OTAVIO REIS DA SILVA RAMOS	APM, doc. DOPS Pasta: 0257, Imagem 4	1968	Bancários	Presos por envolvimento com o grupo "Corrente Revolucionária de Minas Gerais"	Belo Horizonte

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
OTÁVIO SALEH	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 30.	30/04/1964	Não identificado	IPM 3	Não identificada
OTHON REIS FERNANDES	APM, doc. DOPS: pasta 0063 imagem 152	1964	Industriários	Indiciado por criar ou fazer parte de organização subversiva.	Cons. Lafaiete - MG
OTO CANEDO LOPES	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 5 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
OVÍDIO NICOLAU DE VITO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Não identificado	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Uberaba
OZAIR LEITE	APM, doc. DOPS: pasta 0012{5}, imagem 20.	13/06/1964	Trab. do ensino	Indiciado em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
OZIEL DE ASSIS VAZ	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Extrativistas	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Nova Lima
OZÓRIO VITORIANO DE ALMEIDA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Construção civil	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cataguases
PALMERINDO LOPES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 51.	05/05/1964	Serv. públicos	IPM 99 DVS 008	Ponte Nova
PALMYOS PAIXÃO CARNEIRO	APM, doc. DOPS: pasta 0002{3}, imagem 2 e outras.	03/06/1964	Autônomos	Indiciado no IPM sem número	Belo Horizonte
PASCOAL DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 11; pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	IPM 9 DVS sem nº. Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	B. de Cocais
PAULINO SANTANA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 5.	21/05/1964	Autônomos	IPM 5 DVS 103	Andradas
PAULO ALVES DE MEIRA	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.50-Proc.502	abril/1964.	Bancários	Tortura física, tortura psicológica.	Belo Horizonte
PAULO APGAUA PAULO GUILHERME	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagens 9 e 19.	18/05/1964	Serv. públicos	IPM 106 sobre subversão na Assembleia Legislativa de MG. IPM 118 sobre subversão entre advogados.	Belo Horizonte
PAULO ARAÚJO QUEIRÓS	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 41; pasta 0009, imagem 2 e outras.	18/05/1964	Serv. públicos	IPM 137. Indiciado no IPM sem número.	Belo Horizonte
PAULO BRIGAGÃO		07/04/1964	Não identificado		
PAULO CAMPOS MAIA	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 25.	05/05/1964	Serv. públicos	IPM 51 DVS 096	Belo Horizonte
PAULO CARNEIRO RIBEIRO	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 47.	03/08/1964	Serv. públicos	IPM 133	Belo Horizonte
PAULO CASTILHO MOREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0008, imagem 4 e outras.	07/04/1964	Não identificado	Indiciado no IPM sem número	Uberlândia
PAULO CÉSAR DE OLIVEIRA	APM, doc. COSEG: rolo (ref.: Greves Diversas) 004, pasta CA.03.08, documento 28.	Não disponível	Jornalistas	Órgãos de segurança realizam vigilância sobre jornalistas.	Belo Horizonte
PAULO CLÁUDIO	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Metalúrgicos	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
PAULO DANIEL	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 27.	08/05/1964	Ferroviários	IPM 6.	Bicas
PAULO DE ARAÚJO MAGALHÃES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 6.	13/05/1964	Serv. públicos	IPM 69 DVS 089	Medina
PAULO DE OLIVEIRA ROSA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 86.	27/04/1964	Serv. públicos	IPM 101 ID/4 - C - Específico da ECT	Belo Horizonte
PAULO DOMINGOS DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 5303, imagem 4.	Out./1968	Metalúrgicos	Detido durante realização de greve em 1968 por distribuição de panfletos.	Belo Horizonte e Contagem
PAULO DURAN	APM, Dops	Décadas de 1950 a 1970	Metalúrgicos	Submetido a vigilância pelo Dops. Desaparecido político.	Belo Horizonte

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
PAULO EDUARDO RENAUT	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 19.	09/07/1964	Autônomos	IPM 118 sobre subversão entre advogados.	Belo Horizonte
PAULO EVARISTO SOARES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Não identificado	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Uberaba
PAULO FERNANDES SOARES DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 49.	25/04/1964	Metalúrgicos	IPM 44 DVS 106	Coronel Fabriciano
PAULO FERREIRA GARCIA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 13.	04/05/1964	Autônomos	IPM 11 DVS 059	Barbacena
PAULO FERREIRA SOUZA	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.51-Proc.705	08/06/1964	Metalúrgicos	Espancamentos, "pau-de-arara", queimaduras com cigarros, tortura psicológica.	Cons. Lafaiete
PAULO GASTÃO LEÃO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Petroleiros	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
PAULO GERALDO FERREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 31; pasta 0313, imagens 21 a 32; doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.51-Proc.671	31/03/1964	Bancários	IPM 120. Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT. Espancamentos, socos, pontapés, tapas, empurrões, asfixia, privação de higiene, privação de banho de sol, incomunicabilidade, tortura psicológica.	Belo Horizonte
PAULO GONÇALVES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
PAULO GUILHERME ROSA	APM, doc. DOPS: pasta 5303, imagens 3 e 122.	01/10/1968	Metalúrgicos	Detido durante realização de greve em 1968.	Belo Horizonte e Contagem
PAULO GUILHERME VERSIANE MARTINS	APM, doc. DOPS: pasta 5303, imagens 4 e 118.	01/10/1968	Bancários	Detido durante realização de greve em 1968 por realização de piquetes.	Belo Horizonte e Contagem
PAULO JOSÉ CARDOSO	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.51-Proc.578; processo trabalhista 4281, CEREM/Sindmon-Metal.	abril/1964.	Metalúrgicos	Tortura física, tortura psicológica. Perseguido e coagido a pedir demissão da Belgo Mineira.	J. Monlevade
PAULO JOSÉ RIBAS	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 54.	26/04/1964	Autônomos	IPM 49 DVS 111	Diamantina
PAULO LOTT	APM, doc. COSEG: rolo (ref.: Greves Diversas) 004, pasta CA.03.08, documento 28.	Não disponível	Jornalistas	Órgãos de segurança realizam vigilância sobre jornalistas.	Belo Horizonte
PAULO NARCISO	APM, doc. COSEG: rolo (ref.: Greves Diversas) 004, pasta CA.03.08, documento 28.	Não disponível	Jornalistas	Órgãos de segurança realizam vigilância sobre jornalistas.	Belo Horizonte
PAULO NOGUEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Eletricitários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora
PAULO ROBERTO HADDAD	APM, doc. DOPS: pasta 0012{5}, imagem 20.	13/06/1964	Trab. do ensino	Indiciado em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
PAULO SENA GOULART	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 32.	08/05/1964	Serv. públicos	IPM 28 DVS 005	Campo Belo
PAULO SOARES PEREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 49.	15/04/1964	Jornalistas	IPM 97 DVS 104	Poços de Caldas
PAULO TEIXEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 79.	19/05/1964	Autônomos	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
PAULO VAZ DA COSTA PRAZERES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 67.	28/04/1964	Autônomos	IPM 114 DVS 054	São Lourenço
PAULO VICENTE DE SOUZA LIMA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 75.	15/05/1964	Autônomos	IPM 122 DVS 019	Uberaba
PAULO XAUBET	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Ind. Alimentícia	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Três Corações
PEDRO ALEXANDRINO DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
PEDRO ALVES DE ALMEIDA	APM, doc. Dops: pasta 5282, imagem 115.	19/05/1964	Jornalistas	Investigado devido a sua atividade profissional	Belo Horizonte
PEDRO BRASIL PARENTE	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Além Paraíba
PEDRO CARLOS	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 4 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
PEDRO COUTINHO DE CAMPOS	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 56.	29/04/1964	Ferroviários	IPM 52 DVS 006	Divinópolis
PEDRO CUNHA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Além Paraíba
PEDRO DA COSTA SAMPAIO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Curvelo
PEDRO DE CASTRO	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 29.	30/04/1964	Não identificado	IPM 4 sobre Câmara Municipal	Juiz de Fora
PEDRO DE OLIVEIRA CAMPOS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Curvelo
PEDRO DIAS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
PEDRO DOS REIS	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 42.	16/07/1964	Autônomos	IPM 8	Três Corações
PEDRO DUTRA NICÁCIO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 42; pasta 0007{1}, imagem 23.	08/05/1964	Autônomos	IPM 37 DVS 011. IPM 10	Cataguases
PEDRO FERNANDES GUIMARÃES	APM, doc. DOPS: pasta 0008, imagem 4 e outras.	07/04/1964	Não identificado	Indiciado no IPM sem número	Uberlândia
PEDRO FERNANDES GUIMARÃES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
PEDRO GARCIA GOMES	APM, doc. DOPS: pasta 5303, imagens 4 e 118.	01/10/1968	Metalúrgicos	Detido durante realização de greve em 1968 por ser agitador.	Belo Horizonte e Contagem
PEDRO JUNQUEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35; RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/6/1949. In: MARÇAL, Argemiro; e OUTROS. "Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil", pp. 2 e 3.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018. Operário da Mina Morro Velho Indiciado por "sabotagem" e "comunismo" no processo iniciado em 28 de junho de 1949.	Nova Lima
PEDRO LOMEU DE CARVALHO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cataguases
PEDRO LOURDES DE MORAIS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 9.	Não disponível	Autônomos	IPM 70 DVS 046	Ituiutaba
PEDRO LÚCIO DE ALMEIDA	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.52-Proc.228; processo trabalhista 4281, CEREM/Sindmon-Metal.	abril/1964.	Metalúrgicos	Tortura psicológica. Perseguido e coagido a pedir demissão da Belgo Mineira.	J. Monlevade
PEDRO MATIAS HORTA	RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/6/1949. In: MARÇAL, Argemiro; e OUTROS. "Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil", pp. 2 e 3.	28/06/1949	Extrativistas	Operário da Mina Morro Velho Indiciado por "sabotagem" e "comunismo" no processo iniciado em 28 de junho de 1949.	Nova Lima
PEDRO MOREIRA BARBOSA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 42.	16/07/1964	Autônomos	IPM 8	Três Corações
PEDRO NOGUEIRA SOUZA	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Metalúrgicos	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
PEDRO PAULO CASTRO	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Metalúrgicos	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
PEDRO PAULO PEREIRA (PEDROCA)	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 83.	19/05/1964	Telecomunicações	IPM 126 DVS 055	Varginha
PEDRO PAULO RODRIGUES	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 3.	07/05/1964	Ferroviários	IPM 3 DVS 051	Aimorés
PEDRO SEBASTIÃO RODRIGUES	APM, doc. DOPS: pasta 5303, imagem 5.	out-68	Metalúrgicos	Detido durante realização de greve em 1968 por distribuição de panfletos.	Belo Horizonte e Contagem

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
PEDRO SIMÕES NEVES	APM, doc. DOPS: pasta 0252, imagem 10.	15/05/1968	Taxistas	Prisão por realizarem greve por reajuste no valor da tarifa.	Belo Horizonte
PEDRO UMBELINO DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 71.	02/05/1964	Ferroviários	IPM 118 DVS 022	Teófilo Otoni
PENHA MARIA DE JESUS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Pará de Minas
PERALVA DE MIRANDA DELGADO	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 29; doc. COSEG: pasta . CA.02.41	30/04/1964	Trab. do ensino	IPM 4 sobre Câmara Municipal. Advogados excluídos da OAB/MG e que foram monitorados pela PM.	Juiz de Fora
PERCELINO PENA DE RESENDE	APM, doc. DOPS: pasta 0010 imagem 5	1966	Não identificado	Vigiado pela suspeita de participação em movimento comunista dentro da CSN.	Congonhas do Campo - MG
PERCY CARVALHO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 37.	30/04/1964	Autônomos	IPM 33 DVS 041	Caratinga
PERI TUPINAMBÁ	APM, doc. DOPS: pasta 0012{5}, imagem 20.	13/06/1964	Trab. do ensino	Indiciado em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
PÉRICLES CENIDANES	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 37.	30/04/1964	Autônomos	IPM 33 DVS 041	Caratinga
PERLECINO PENA DE RESENDE - PEIXINHO	APM, doc. DOPS: pasta 0010, imagens 128-129.	25/02/1966	Extrativistas	Indiciado e interrogado em inquérito sobre atividades no Sindicato de Extração de Minério.	Congonhas do Campo
PETRINO DE PAULO CORREA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
PETRÔNIO BACKS	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 56.	29/04/1964	Serv. públicos	IPM 52 DVS 006	Divinópolis
PETRÔNIO MENDES DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 71.	02/05/1964	Autônomos	IPM 118 DVS 022	Teófilo Otoni
PFENI PEREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 25.	05/08/1964	Militares	IPM 8 sobre envolvimento do Movimento Tiradentes em atentado	Juiz de Fora
PIO ANTÔNIO FERREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 6.	13/05/1964	Autônomos	IPM 69 DVS 089	Medina
PIO PINHEIRO BRANDÃO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 38.	30/04/1964	Autônomos	IPM 33 DVS 041	Caratinga
PLÁCIDO MAGALHÃES GOMES	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 11.	08/05/1964	Serv. públicos	IPM 20 por atividades subversivas no SAMDU	Juiz de Fora
PLÍNIO ANOR AMADEU	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Ind. Alimentícia	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Três Corações
PLÍNIO ANTÔNIO DA COSTA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Além Paraíba
PLÍNIO BUENO DE PAIVA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Eletricitários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Varginha
PLÍNIO FRANCISCO GALUPE	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Aeroviários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
POLIDORO DE FREITAS RODRIGUES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 78; pasta 0008, imagem 16 e outras.	19/05/1964	Autônomos	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
POMPEU JOSÉ ANTÔNIO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 3; pasta 0313, imagens 21 a 32; doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.53-Proc.137; doc. DOPS: pasta 0054 imagem 226	10/04/1964	Têxteis	IPM 67 DVS 074 em Itajubá. Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT. Tortura física, incomunicabilidade, tortura psicológica. Requisitados os antecedentes e demais informações possíveis por suspeita de atividades subversivas em Juiz de Fora - MG	Itajubá
PORFÍRIO FRANCISCO DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 29.	07/05/1964	Autônomos	IPM 85 DVS 017	Montes Claros
PRECIOSO BARBOSA DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 72.	30/04/1964	Serv. públicos	IPM 119 DVS 023	Teófilo Otoni
PRÊNTICE MULFOED DE PAIVA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Coronel Fabriciano
QUINTILIANO MARTINS NETO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Coronel Fabriciano
QUIRINO DE OLIVEIRA CAMPOS	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 20.	08/05/1964	Não identificado	IPM 13	Rio Pomba

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
RADINEL PIMENTA BRASIL	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 29.	30/04/1964	Têxteis	IPM 4 sobre Câmara Municipal	Juiz de Fora
RAFAEL SOARES DA COSTA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Fumageiros	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
RAFAEL SOUZA SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 9.	18/05/1964	Serv. públicos	IPM 106 sobre subversão na Assembleia Legislativa de MG.	Belo Horizonte
RAIMUNDO AGOSTINHO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
RAIMUNDO ALVES DIAS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
RAIMUNDO ANTÔNIO DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Marceneiros	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
RAIMUNDO BARRETO LIMA	RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/6/1949. In: MARÇAL, Argemiro; e OUTROS. "Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil," pp. 2 e 3.	28/06/1949	Extrativistas	Operário da Mina Morro Velho Indiciado por "sabotagem" e "comunismo" no processo iniciado em 28 de junho de 1949.	Nova Lima
RAIMUNDO CERQUEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 5 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
RAIMUNDO CESÁRIO DE MATOS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Marceneiros	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
RAIMUNDO DE LIMA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 14.	abril/1964.	Não identificado	IPM 12 DVS 040	Corinto
RAIMUNDO DE LIMA E SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 19.	09/07/1964	Autônomos	IPM 118 sobre subversão entre advogados.	Belo Horizonte
RAIMUNDO DO AMARAL TINTI	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 25.	05/05/1964	Serv. públicos	IPM 51 DVS 096	Belo Horizonte
RAIMUNDO EUSTÁQUIO DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
RAIMUNDO EVANGELISTA PINTO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Sabará
RAIMUNDO FERREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Transportes	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Pirapora
RAIMUNDO GALDINO AMORIM	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Extrativistas	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Nova Lima
RAIMUNDO GERTRUDES COSTA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Extrativistas	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Nova Lima
RAIMUNDO GIL DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 25.	05/05/1964	Autônomos	IPM 51 DVS 096	Belo Horizonte
RAIMUNDO GONÇALVES DE FIGUEIREDO (DIDI FIGUEIREDO)	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 14.	abril/1964.	Não identificado	IPM 12 DVS 040	Sete Lagoas
RAIMUNDO GUERRA	APM, doc. DOPS: pasta 5303, imagens 7 e 99.	02/10/1968	Ferroviários	Detido durante realização de greve em 1968.	Belo Horizonte e Contagem
RAIMUNDO JOAQUIM GONÇALVES	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 4.	26/04/1964	Ferroviários	IPM 4 DVS 066	Além Paraíba
RAIMUNDO LÍRIO BRANT	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 48; pasta 0005, imagem 29; pasta 0313, imagens 21 a 32.	05/05/1964	Bancários	IPM 32. IPM 85 DVS 017. Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte e Montes Claros
RAIMUNDO MADEIRA FILHO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 49.	25/04/1964	Comerciários	IPM 44 DVS 106	Coronel Fabriciano
RAIMUNDO MONTEIRO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 72.	06/06/1964	Comerciários	IPM 66 DVS 052	Itabirito
RAIMUNDO MONTEIRO LEÃO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cons. Lafaiete
RAIMUNDO MOREIRA REIS	APM, doc. DOPS: pasta 5303, imagens 5 e 103.	03/10/1968	Bancários	Detido durante realização de greve em 1968 por realização de piquetes.	Belo Horizonte e Contagem

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
RAIMUNDO NEVES DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	B. de Cocais
RAIMUNDO NONATO DIAS	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 26.	31/07/1964	Autônomos	IPM 22 DVS sem nº	Caetanópolis
RAIMUNDO NONATO DINIZ	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
RAIMUNDO NONATO FREITAS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
RAIMUNDO NONATO LOPES	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 21.	30/04/1964	Trab. do ensino	IPM 12	Juiz de Fora
RAIMUNDO NONATO LOPES DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 21.	30/04/1964	Trab. do ensino	IPM 12	Juiz de Fora
RAIMUNDO NONATO VITORIANO	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Metalúrgicos	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
RAIMUNDO PEREIRA DA COSTA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Aeroviários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
RAIMUNDO RIBEIRO DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 4.	09/08/1964	Ferroviários	IPM 27 sobre atividades subversivas na Estrada de Ferro Leopoldina.	São Geraldo
RAIMUNDO SÉRGIO DE FREITAS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35; pasta 0313, imagens 21 a 32.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018. Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Nova Lima
RAIMUNDO VENEZIANO (VALESIANO) MELO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
RAIMUNDO VICENTE DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32; doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.53-Proc.767; processo trabalhista 4281, CEREM/Sindmon-Metal.	abril/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT. Tortura física, tortura psicológica. Perseguido e coagido a pedir demissão da Belgo Mineira.	J. Monlevade
RAMIRO (RAMYRO?) CIPRIANO DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 3; pasta 0005, imagem 56.	07/05/1964	Autônomos	IPM 3 DVS 051. IPM 104 DVS 075.	Aimorés e Resplendor
RAPHAEL HARDY FILHO	APM, doc. DOPS: pasta 0012{5}, imagem 20.	13/06/1964	Trab. do ensino	Indiciado em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
RARY RODRIGUES	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 16.	01/06/1964	Serv. públicos	IPM 17 no IAPC	Juiz de Fora
RAYMUNDO SIQUEIRA DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 5241 imagem 40	1967	Autônomo	Perseguido por participação no PCB.	Juiz de Fora
REALINO DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 13; doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.53-Proc.366	09/04/1964	Petroleiros	IPM 11 DVS 059. Tortura física, tortura psicológica.	Barbacena
REGALDINO NETO DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 72.	06/06/1964	Metalúrgicos	IPM 66 DVS 052	Itabirito
REGINA SILVA ROCHA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 78.	19/05/1964	Trab. do ensino	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
RÉGIS ELIAS SIMÃO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 79.	19/05/1964	Autônomos	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
REIDINEL JOÃO PIMENTA BRASIEL	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
REIMUNDO FERREIRA BARBOS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Alfaiates e Costureiras	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
REINALDO CAZABUONA ou CASABONA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 77; pasta 0008, imagem 15 e outras.	19/05/1964	Autônomos	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
REINALDO DE AVELAR CHAVES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 7.	13/05/1964	Autônomos	Indiciado no IPM DVS 08	Itaobim
REINALDO MARTINS GONÇALVES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 87.	13/05/1964	Jornalistas	IPM 102 ID/4 - D	Belo Horizonte

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
REINALDO SIMÕES COELHO	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 5.	11/08/1964	Autônomos	IPM 26	São João Del Rei
REMO ALMEIDA DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 42.	16/07/1964	Autônomos	IPM 8	Três Corações
REMO RODRIGUES SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
RENATO BARBUTO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 3.	07/05/1964	Autônomos	IPM 3 DVS 051	Aimorés
RENATO BRANDÃO VIEGAS	APM, doc. DOPS: pasta 5303, imagens 4 e 118.	01/10/1968	Industriários	Detido durante realização de greve em 1968 por distribuição de panfletos e agitações.	Belo Horizonte e Contagem
RENATO DE OLIVEIRA LINS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
RENATO GARCIA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 8.	11/08/1964	Autônomos	IPM 7 DVS 100	Araguari
RENATO GODINHO NAVARRO	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.54-Proc.521; doc. DOPS: pasta 5303, imagens 7 e 44.	03/10/1968	Metalúrgicos	Espancamentos, "pau-de-arara", choques elétricos, incomunicabilidade, tortura psicológica. Detido durante realização de greve em 1968.	Belo Horizonte e Contagem
RENATO PARAGUASSU DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 3.	07/05/1964	Serv. públicos	IPM 3 DVS 051	Aimorés
RENATO SEBASTIÃO FERREIRA BACCI	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 29.	03/05/1964	Serv. públicos	IPM 25 DVS 102	Campestre
RENATO TEIXEIRA GUIMARÃES	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 14.	abril/1964.	Não identificado	IPM 12 DVS 040	Sete Lagoas
REVALFNO BORGES DE LIMA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 49.	24/08/1964	Militares	IPM 1 no 4º Regimento de Obuses-105	Pouso Alegre
REYNALDO MARTINS GONÇALVES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Petroleiros	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
RIBEIRO PENA	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 5 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
RICARDO HENRIQUE NICHOLLS (ou NICOLA?)	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.54-Proc.610; doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	Tortura física, tortura psicológica. IPM 87 DVS 018	Nova Lima
RICARDO PEIXOTO BRAGA	APM, doc. DOPS: pasta 5303, imagem 3.	out-68	Serv. públicos	Detido durante realização de greve em 1968.	Belo Horizonte e Contagem
RICARDO RESENDE ROCHA	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Metalúrgicos	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
RIVADALVIA BARSANULFO ROCHA	APM, doc. DOPS: pasta 0008, imagem 4 e outras.	07/04/1964	Não identificado	Indiciado no IPM sem número	Uberlândia
RIVADÁVIA H. DE GUSMÃO	APM, doc. DOPS: pasta 0012{5}, imagem 20.	13/06/1964	Trab. do ensino	Indiciado em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
RIVALDO ARDUINI	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Ind. Alimentícia	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Uberaba
ROBELINO ALVES	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 4.	26/04/1964	Ferroviários	IPM 4 DVS 066	Além Paraíba
ROBERDÁRIO DINIZ VALÉRIO	APM, doc. DOPS Pasta: 0257, Imagem 4	1968	Bancários	Presos por envolvimento com o grupo "Corrente Revolucionária de Minas Gerais"	Belo Horizonte
ROBERTINO ALVES	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 4.	26/04/1964	Ferroviários	IPM 4 DVS 066	Além Paraíba
ROBERTO BARROS	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Metalúrgicos	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
ROBERTO BIZZOTO	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 44.	12/06/1964	Industriários	IPM 139 DVS 063	Belo Horizonte

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
ROBERTO CARNEIRO	APM, doc. DOPS: pasta 0012{5}, imagem 20.	13/06/1964	Trab. do ensino	Indiciado em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
ROBERTO COSTA	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 4 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
ROBERTO DE OLIVEIRA PRATES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
ROBERTO ELÍSIO DE CASTRO	APM, doc. COSEG: rolo (ref.: Greves Diversas) 004, pasta CA.03.08, documento 28.	Não disponível	Jornalistas	Órgãos de segurança realizam vigilância sobre jornalistas.	Belo Horizonte
ROBERTO FONSECA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 25.	05/08/1964	Comerciários	IPM 8 sobre envolvimento do Movimento Tiradentes em atentado	Juiz de Fora
ROBERTO MARGONARI (ou MARGONARY?)	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 27; pasta 0004{1}, imagem 29; pasta 0042, imagem 4 e seguintes; pasta 0005, imagem 85; pasta 0005, imagem 77; pasta 0008, imagem 14 e outras.	abril/1064	Autônomos	IPM 116. IPM 118. Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais. IPM 100 ID/4 – B. IPM 123 DVS 099	Belo Horizonte e Uberlândia
ROBERTO MORENO	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 3 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
ROBERTO PEREIRA DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Construção civil	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
ROBINSON LEITE DE MATTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 37.	30/04/1964	Bancários	IPM 33 DVS 041	Caratinga
RODIR RODRIGUES	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Industriário	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
RODOLFO LEITE DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 9.	Não disponível	Serv. públicos	IPM 70 DVS 046	Ituiutaba
ROLF HERZER	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Ind. Alimentícia	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Três Corações
ROMEU AQUILES JORGE	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	J. Monlevade
ROMEU EXPEDITO DE CASTRO	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 11.	08/05/1964	Serv. públicos	IPM 20 por atividades subversivas no SAMDU	Juiz de Fora
ROMEU RAMOS CHAVES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 71.	02/05/1964	Comerciários	IPM 118 DVS 022	Teófilo Otoni
ROMEU RENÓ CARNEIRO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 3,	10/04/1964	Trab. do ensino	IPM 67 DVS 074 em Itajubá.	Itajubá
ROMUALDO DA SILVA NEIVA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 81.	04/06/1964	Autônomos	IPM 124 DVS 037	Unaí
ROMUALDO JOÃO DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 8.	Não disponível	Autônomos	IPM 70 DVS 046	Ituiutaba
ROMUALDO MENDES SILVA	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Construção civil	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
RÔMULO QUIRINO CHAVES SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 6.	13/05/1964	Serv. públicos	IPM 69 DVS 089	Medina
RÔMULO REZENDE PIMENTA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 39.	16/07/1964	Não identificado	IPM 11	Caxambu
RONALDO BENEDITO DA CUNHA CAMPOS	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 19.	09/07/1964	Autônomos	IPM 118 sobre subversão entre advogados.	Belo Horizonte
ROSA ALVES DE LIMA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Pará de Minas
ROZALVO DE ALMEIDA LIMA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Construção civil	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Montes Claros
RUBENS	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 7 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
RUBENS CALIXTO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cataguases
RUBENS COSTA ROMANELLI	APM, doc. DOPS: pasta 0012{5}, imagem 20.	13/06/1964	Trab. do ensino	Indiciado em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
RUBENS EMÍDIO RAMOS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
RUBENS FIÚZA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 18.	22/04/1964	Jornalistas	IPM 14 DVS 007	Bom Despacho
RUBENS FONSECA	APM, doc. DOPS: pasta 0054 imagem 213 a 226	1967	Não identificado	Requisitados os antecedentes e demais informações possíveis por suspeita de atividades subversivas em Juiz de Foram	
RUBENS GARCIA SOBRINHO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 8.	11/08/1964	Autônomos	IPM 7 DVS 100	Araguari
RUBENS JOSÉ DA MATA MACHADO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 86.	27/04/1964	Serv. públicos	IPM 101 ID/4 - C - Específico da ECT	Belo Horizonte
RUBENS JOSÉ VIEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Ponte Nova
RUBENS MARINHO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Aeroviários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
RUBENS POLICARPO MEIRA (ou POLICASTRO MEIRAS?)	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 42; pasta 0007{1}, imagem 23.	08/05/1964	Autônomos	IPM 37 DVS 011. IPM 10	Cataguases
RÚBIO DIAS RIBEIRO	APM, doc. DOPS: pasta 0012{5}, imagem 20.	13/06/1964	Trab. do ensino	Indiciado em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
RUFINO DA SILVA NETO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 48; pasta 0006{4}, imagem 51.	25/04/1964	Comerciários	IPM 43 DVS 035. IPM 45 DVS 098	Conselheiro Pena e Coronel Fabriciano
RUI BARBOSA DE CASTRO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Eletricitários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
RUI BARBOSA TORRES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
RUI DINIZ	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Eletricitários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
RUI METSKER (CABO RUI)	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 71.	02/05/1964	Securitários	IPM 118 DVS 022	Teófilo Otoni
RUTH DE ASSIS	APM, doc. DOPS: pasta 0008, imagem 4 e outras.	07/04/1964	Não identificado	Indiciado no IPM sem número	Uberlândia
RUY DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0012{5}, imagem 20.	13/06/1964	Trab. do ensino	Indiciado em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
RUY DINIZ	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.71-Proc.142	abril/1964.	Eletricitários	Conduzido para prestar depoimentos ao DOPS e ao ID-4 em diversas ocasiões; torturado psicologicamente. Demitido da CEMIG em 1970.	Belo Horizonte
RUY RODARTE	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 16.	29/04/1964	Serv. públicos	IPM 74 DVS 015	Lavras
SALIM BOUHID	APM, doc. DOPS: pasta 0010, imagens 96-101; pasta 0010 imagem 4	17/02/1966	Extrativistas	Indiciado e interrogado em inquérito sobre atividades no Sindicato de Extração de Minério. Vigiado pela suspeita de participação em movimento comunista dentro da CSN.	Congonhas do Campo
SALIM TANNUS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 79.	19/05/1964	Autônomos	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
SALOMÃO BARBOSA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 8.	11/08/1964	Autônomos	IPM 7 DVS 100	Araguari
SALOMÃO FREITAS	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Metalúrgicos	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
SALVADOR SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
SALVADOR VASCONCELOS	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 4 e seguintes; pasta 0313, imagens 21 a 32.	abril/1964.	Fumageiros	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais. Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
SAMI SIRIHAL	APM, doc. DOPS: pasta 0012{5}, imagem 20.	13/06/1964	Trab. do ensino	Indiciado em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
SAMUEL FRANKLIN DE MIRANDA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 16.	29/04/1964	Serv. públicos	IPM 74 DVS 015	Lavras
SAMUEL MAGANHA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Eletricitários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Varginha
SAMUEL MENDES DA FONSECA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 83; pasta 0007{1}, imagem 36.	19/05/1964	Bancários	IPM 126 DVS 055. IPM 14	Varginha
SAMUEL ROCHA BARROS	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 9.	18/05/1964	Serv. públicos	IPM 106 sobre subversão na Assembleia Legislativa de MG.	Belo Horizonte
SAMUEL SIMÕES DE MORAIS	APM, doc. DOPS: pasta 308, imagem 23;	09/09/1966	Serv. públicos	Em 09/09/66 Teve negado atestado de antecedentes por constar em lista da 4ª RM.	Rua Manoel Joaquim, 243, Caxambu
SANDOVAL XAVIER DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 6.	13/05/1964	Autônomos	IPM 69 DVS 089	Itaobim
SANDRA MEIRA STARLING	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Petroleiros	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
SANTOS EVANGELISTA SOARES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	B. de Cocais
SARA BALBINO AQUINO	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 5 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
SARGENTO GARCIA	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 7 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
SARGENTO NÉLSON	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 6 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
SATIRO ALVES DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Uberaba
SATURNINO DA MATTA (ou MOTTA?)	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 30;: pasta 0002{4}, imagem 1 e outras.	10/06/1964	Ferroviários	IPM 119. Indiciado no IPM sem número	Belo Horizonte
SATURNINO RAMOS FERREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 23.	23/04/1964	Militares	IPM 90 DVS 095	Belo Horizonte
SAULO RODRIGUES DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0008, imagem 4 e outras.	07/04/1964	Não identificado	Indiciado no IPM sem número	Uberlândia
SCHNEIDER?	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 7 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
SEBASTIANA GONÇALVES	RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/6/1949. In: MARÇAL, Argemiro; e OUTROS. "Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil," pp. 2 e 3.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
SEBASTIÃO ALVES DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 16; pasta 0313, imagens 21 a 32.	29/04/1964	Têxteis	IPM 74 DVS 015. Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Lavras
SEBASTIÃO ALVES DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 81.	04/06/1964	Serv. públicos	IPM 124 DVS 037	Unaí
SEBASTIÃO ALVES DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
SEBASTIÃO AMÉRICO ROSA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Construção civil	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cataguases
SEBASTIÃO ANTÔNIO MARTINS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Construção civil	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cataguases

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
SEBASTIÃO ARAÚJO COSTA	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Não identificado	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
SEBASTIÃO ARAÚJO SILVA	RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/6/1949. In: MARÇAL, Argemiro; e OUTROS. "Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil", pp. 2 e 3.	28/06/1949	Extrativistas	Operário da Mina Morro Velho Indiciado por "sabotagem" e "comunismo" no processo iniciado em 28 de junho de 1949.	Nova Lima
SEBASTIÃO BARBOSA COUTINHO	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Metalúrgicos	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
SEBASTIÃO BONIFÁCIO DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Construção civil	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cataguases
SEBASTIÃO BOTELHO BORGES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Leopoldina
SEBASTIÃO CAMPOS	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 7.	11/08/1964	Autônomos	IPM 7 DVS 100	Araguari
SEBASTIÃO CAMPOS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Lavras
SEBASTIÃO CÂNDIDO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
SEBASTIÃO CARDOSO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 32.	08/05/1964	Autônomos	IPM 28 DVS 005	Campo Belo
SEBASTIÃO CARRACCI	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Transportes	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora
SEBASTIÃO CHAVES DE ABREU	APM, doc. DOPS: pasta 0252, imagem 9.	15/05/1968	Taxistas	Prisão por realizarem greve por reajuste no valor da tarifa.	Belo Horizonte
SEBASTIÃO CIRILO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Ind. Alimentícia	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Uberaba
SEBASTIÃO DA CONCEIÇÃO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cons. Lafaiete
SEBASTIÃO DE CARVALHO	APM, doc. DOPS: pasta 5303, imagens 6 e 31.	04/10/1968	Bancários	Detido durante realização de greve em 1968 por distribuição de panfletos.	Belo Horizonte e Contagem
SEBASTIÃO DE CARVALHO BICALHO	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 41; pasta 0009, imagem 2 e outras.	18/05/1964	Serv. públicos	IPM 137. Indiciado no IPM sem número	Belo Horizonte
SEBASTIÃO DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
SEBASTIÃO DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 27.	08/05/1964	Ferroviários	IPM 6.	Bicas
SEBASTIÃO DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0010, imagens 89-90; APM, doc. DOPS: pasta 4412 imagem 3	15/02/1966	Extrativistas	Indiciado e interrogado em inquérito sobre atividades no Sindicato de Extração de Minério. Vigiado pela suspeita de participação em movimento comunista dentro da CSN.	Congonhas do Campo
SEBASTIÃO DE SOUZA BALEIRO	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 49.	24/08/1964	Militares	IPM 1 no 4º Regimento de Obuses-105	Pouso Alegre
SEBASTIÃO DOS SANTOS LIMA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 7.	11/08/1964	Ferroviários	IPM 7 DVS 100	Araguari
SEBASTIÃO DRUMOND	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 11.	30/09/1964	Metalúrgicos	IPM 9 DVS sem nº	B. de Cocais
SEBASTIÃO EVARISTO ALVES	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.56-Proc.188; processo trabalhista 4281, CEREM/Sindmon-Metal.	abril/1964.	Metalúrgicos	Tortura física, incomunicabilidade, tortura psicológica. Perseguido e coagido a pedir demissão da Belgo Mineira.	J. Monlevade
SEBASTIÃO FABIANO DIAS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Serv. públicos	IPM 87 DVS 018	Nova Lima

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
SEBASTIÃO FELIZ DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Ind. Alimentícia	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Uberaba
SEBASTIÃO FERREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 36.	16/07/1964	Não identificado	IPM 14	Varginha
SEBASTIÃO FERREIRA DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 11.	08/05/1964	Serv. públicos	IPM 20 por atividades subversivas no SAMDU	Juiz de Fora
SEBASTIÃO FERREIRA SOARES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
SEBASTIÃO FRANCISCO DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 78.	19/05/1964	Autônomos	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
SEBASTIÃO FRANCISCO DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 14;: pasta 0313, imagens 21 a 32; APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.56-Proc.644; processo trabalhista 4281, CEREM/ Sindmon-Metal.	abril/1064	Metalúrgicos	IPM 72A DVS s/ nº. Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT. Tortura física, tortura psicológica. Perseguido e coagido a pedir demissão da Belgo Mineira. Teve ainda que deixar a casa em que morava, de propriedade da empresa, e abandonar a cidade	J. Monlevade
SEBASTIÃO FRANCISCO SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 8.	Não disponível	Autônomos	IPM 70 DVS 046	Ituiutaba
SEBASTIÃO FREITAS	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Metalúrgicos	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
SEBASTIÃO GABRIEL	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Construção civil	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cataguases
SEBASTIÃO GOMES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
SEBASTIÃO GOMES DE PAULA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Leopoldina
SEBASTIÃO GONÇALVES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
SEBASTIÃO HENRIQUE CUBA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 26.	26/06/1964	Autônomos	IPM 83 DVS 064	Monte Carmelo
SEBASTIÃO JOSÉ DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Construção civil	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
SEBASTIÃO JOSÉ RIBEIRO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32; pasta 5303, imagens 6 e 72.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT. Detido durante realização de greve em 1968 por distribuição de panfletos.	Belo Horizonte e Contagem
SEBASTIÃO LUIZ DOS SANTOS	Arquivos do Judiciário no Centro de Memória de Nova Lima: depoimentos em inquérito e autos do processo contra os 51 da Mina Morro Velho.	07/11/1948	Extrativistas	Operário da Morro Velho. Ferido em 7/11/1948 na invasão armada ao Escritório dos Vereadores do Povo.	Nova Lima
SEBASTIÃO LUIZ MAMEDE	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 10.	Não disponível	Serv. públicos	IPM 70 DVS 046	Ituiutaba
SEBASTIÃO MARCIANO NASCIMENTO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	J. Monlevade
SEBASTIÃO MARIANO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 26.	26/06/1964	Industriários	IPM 83 DVS 064	Monte Carmelo
SEBASTIÃO MARIANO	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Metalúrgicos	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
SEBASTIÃO MAURÍCIO DE CARVALHO	APM, doc. DOPS: pasta 0010, imagens 153-160; pasta 001o imagem 4	02/03/1966	Extrativistas	Indiciado e interrogado em inquérito sobre atividades no Sindicato de Extração de Minério. Vigiado pela suspeita de participação em movimento comunista dentro da CSN.	Congonhas do Campo
SEBASTIÃO MENDES DE PAULA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	S. J. Nepomuceno
SEBASTIÃO MOREIRA FREITAS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 83.	19/05/1964	Metalúrgicos	IPM 126 DVS 055	Varginha
SEBASTIÃO MOTTA DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Lavras

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
SEBASTIÃO PEDRO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Extrativistas	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
SEBASTIÃO PERERIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Leopoldina
SEBASTIÃO PINTO DA COSTA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Leopoldina
SEBASTIÃO RAMALHO DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
SEBASTIÃO REZENDE	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 51; pasta 0007{1}, imagem 4.	05/05/1964	Ferroviários	IPM 99 DVS 008. IPM 27 sobre atividades subversivas na Estrada de Ferro Leopoldina.	Ponte Nova
SEBASTIÃO RIBEIRO DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 24.	19/05/1964	Autônomos	IPM 20 DVS 049	Cachoeira Dourada
SEBASTIÃO RIBEIRO DE LIMA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 49.	24/08/1964	Militares	IPM 1 no 4º Regimento de Obuses-105	Pouso Alegre
SEBASTIÃO ROSA	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.56-Proc.401; processo trabalhista 4281, CEREM/Sindmon-Metal.	abril/1964.	Metalúrgicos	Tortura psicológica. Perseguido e coagido a pedir demissão da Belgo Mineira.	J. Monlevade
SEBASTIÃO ROSSIGNOLI FILHO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Transportes	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Varginha
SEBASTIÃO SALES VARGAS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Ponte Nova
SEBASTIÃO SOARES BENEVIDES	APM, doc. DOPS: pasta 5303, imagens 5 e 103.	02/10/1968	Metalúrgicos	Detido durante realização de greve em 1968 por distribuição de panfletos apedrejamento de um ônibus.	Belo Horizonte e Contagem
SEBASTIÃO SOARES DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0117, imagem 39, pasta 0076, imagem 101.	1954 e 1962	Jornalista, servidor público	Registrado no DOPS/DVS como candidato a vereador pelo PSB em 1954. Sindicalista. Registrado como membro do PCB em 1962.	Belo Horizonte
SEBASTIÃO TOMÉ	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Metalúrgicos	Morto no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
SEBASTIÃO TRINDADE	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 49.	15/04/1964	Autônomos	IPM 97 DVS 104	Poços de Caldas
SEBASTIÃO VERÍSSIMO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Construção civil	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
SEBASTIÃO VITORINO SILVA	RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/6/1949. In: MARÇAL, Argemiro; e OUTROS. "Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil", pp. 2 e 3.	28/06/1949	Extrativistas	Operário da Mina Morro Velho Indiciado por "sabotagem" e "comunismo" no processo iniciado em 28 de junho de 1949.	Nova Lima
SECUNDINA GUIMARÃES DE PAULA	APM, doc. DOPS: pasta 0008, imagem 4 e outras.	07/04/1964	Não identificado	Indiciado no IPM sem número	Uberlândia
SELME DA SILVA MACHADO	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Não identificado	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
SERAFIM JÚLIO CALVO DIEGUAS	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 49.	25/04/1964	Metalúrgicos	IPM 44 DVS 106	Coronel Fabriciano
SERGINO DE OLIVEIRA CANCELA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 20.	08/05/1964	Não identificado	IPM 13	Rio Pomba
SÉRGIO ANDRADE SANT'ANA E SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Petroleiros	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
SÉRGIO AUGUSTO SEPÚLVEDA	APM: doc. COSEG, rolo (ref.: Greves Diversas) nº 7, pasta CA.04.04-8, documento 14.	abril-80	Trab. do ensino	Preso, encaminhado ao DOPS e interrogado por distribuir panfletos de comunicados da UTE.	Belo Horizonte
SERGIO DE MEDEIRO CHAVES	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 9.	18/05/1964	Serv. públicos	IPM 106 sobre subversão na Assembleia Legislativa de MG.	Belo Horizonte

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
SÉRGIO FIRMINO PEREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 46.	11/08/1964	Jornalista	IPM 94 DVS 057	Piumhi
SERGIO JOSÉ LEMOS DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 35.	16/05/1964	Não identificado	IPM 15	Cambuquira
SERGIO NA? SENNA	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 9.	18/05/1964	Serv. públicos	IPM 106 sobre subversão na Assembleia Legislativa de MG.	Belo Horizonte
SÉRGIO NERTAN DE BRITO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 41.	27/05/1964	Autônomos	IPM 90 DVS 033	Ouro Preto
SÉRGIO NEVES	APM, doc. COSEG: rolo (ref.: Greves Diversas) 004, pasta CA.03.08, documento 28.	Não disponível	Jornalistas	Órgãos de segurança realizam vigilância sobre jornalistas.	Belo Horizonte
SÉRGIO PRATES	APM, doc. COSEG: rolo (ref.: Greves Diversas) 004, pasta CA.03.08, documento 28.	Não disponível	Jornalistas	Órgãos de segurança realizam vigilância sobre jornalistas.	Belo Horizonte
SÉRGIO SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 49.	25/04/1964	Metalúrgicos	IPM 44 DVS 106	Coronel Fabriciano
SEVERINO GUIDO DE CARVALHO MELO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 56.	29/04/1964	Ferroviários	IPM 52 DVS 006	Divinópolis
SEVERINO JOSÉ SOARES	APM, doc. DOPS: pasta 0252, imagem 6.	15/05/1968	Taxistas	Prisão por realizarem greve por reajuste no valor da tarifa.	Belo Horizonte
SIDIVAN RIBEIRO DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 25.	05/08/1964	Não identificado	IPM 8 sobre envolvimento do Movimento Tiradentes em atentado	Juiz de Fora
SIDNEY ALBERTO DA COSTA	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 48.	05/05/1964	Serv. públicos	IPM 32	Belo Horizonte
SIDNEY MONTICELLI MACIAL	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 40.	10/06/1964	Não identificado	IPM 10	Caxambu
SIDÔNIO EPAMINONDAS OTONI	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 71.	02/05/1964	Autônomos	IPM 118 DVS 022	Teófilo Otoni
SIGEFREDO MARQUES SOARES	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 19; pasta 0012{5}, imagem 20.	09/07/1964	Trab. do ensino	IPM 118 sobre subversão entre advogados. Indiciado em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
SIGFREDO MARQUES SOARES	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 21.	21/05/1964	Autônomos	IPM 12	Belo Horizonte
SIGURAN BRENER	APM, doc. DOPS: pasta 0012{5}, imagem 21.	13/06/1964	Trab. do ensino	Indiciado em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
SILANO ABALÉM	APM, doc. DOPS: pasta 0008, imagem 4 e outras.	07/04/1964	Não identificado	Indiciado no IPM sem número	Uberlândia
SILVERINO (SILVÉRIO?) JOSÉ DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
SILVIÂNIO LIBÂNIO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Ponte Nova
SILVINO TEODORO DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 57.	09/06/1964	Ferroviários	IPM 105 DVS 076	Ribeirão Vermelho
SÍLVIO ALVES FARIA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
SÍLVIO AMBRÓSIO DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 57.	14/05/1964	Autônomos	IPM 53 DVS 029	Engenheiro Navarro
SILVIO CARVALHO DE VASCONCELOS	APM, doc. DOPS: pasta 0012{5}, imagem 12; pasta 0004{1}, imagem 18; pasta 0007.	22/04/1964	Trab. do ensino	Recomendado mais investigações em IPM sobre subversão no ensino. IPM 108 . Interrogado em IPM na 4ª DI por suspeita de comunista e patrocínio de viagem de estudantes a exposições de arquitetura.	Belo Horizonte
SÍLVIO DE OLIVEIRA MOTA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 67.	28/04/1964	Autônomos	IPM 114 DVS 054	São Lourenço
SÍLVIO LOPES DA SILVA SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 30.	30/04/1964	Militares	IPM 3	Não identificada
SÍLVIO LOPES RDRIGUES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Transportes	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora
SÍLVIO OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Extrativistas	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Nova Lima
SÍLVIO PAULO DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 30.	30/04/1964	Não identificado	IPM 3	Não identificada

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
SÍLVIO PIRES DE MOURA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Extrativistas	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
SÍLVIO VIEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Fumageiros	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
SIMÃO DE CARVALHO LUZ	APM, doc. DOPS: pasta 0008, imagem 4 e outras.	07/04/1964	Não identificado	Indiciado no IPM sem número	Uberlândia
SIMÃO SALOMÉ DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 56.	29/04/1964	Autônomos	IPM 52 DVS 006	Divinópolis
SIMEÃO ALVES FILHO	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 27.	08/05/1964	Ferroviários	IPM 6.	Bicas
SIMEÃO RIBEIRO PIRES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 29.	07/05/1964	Autônomos	IPM 85 DVS 017	Montes Claros
SIMON SCHWARTZMAN	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 18.	22/04/1964	Trab. do ensino	IPM 108 .	Belo Horizonte
SIMPHRÔNIO JOSÉ DA VEIGA	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 32.	10/09/1964	Militares	IPM 121	Belo Horizonte
SINVAL DE OLIVEIRA BAMBIRRA	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagens 25, 29 e 48; pasta 0042, imagem 3 e seguintes; pasta 0313, imagens 21 a 32. doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.56-Proc.147; APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 4; pasta 0005, imagem 85.	abril/1064	Têxteis	IPM 51 DVS 096. IPM 118. IPM 32. Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais. Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT. Espancamentos, tortura física, tortura psicológica. Acusado de cooperar com os movimentos grevistas à época. IPM 4 DVS 066. IPM 100 ID/4 - B	Belo Horizonte
SINVAL SILVINO GUIMARÃES	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 7.	22/06/1964	Militares	IPM 24 por atividades subversivas no quartel da 11° RI	São João Del Rei
SIZENANDO SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Transportes	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Pirapora
SÓCRATES	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 7 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
SPYRIDON HARILAOS DOUVAKIS	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 49.	25/04/1964	Metalúrgicos	IPM 44 DVS 106	Coronel Fabriciano
STAFORD	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 5 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
STELA RIGNI	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
STHEVEZ HERRERA VIDAL	APM, doc. DOPS: pasta 5241 imagem 6	1962	Não identificado	Interrogado e fichado por percorrer países da América do Sul com fortes influências de "grupos extremistas de esquerda".	Belo Horizonte
SUDÁRIO BRAGA SENA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 49.	24/08/1964	Militares	IPM 1 no 4º Regimento de Obuses-105	Pouso Alegre
SYLVIO NÓBREGA WANDALSEN	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Fumageiros	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
SYMON SCHWARTZMAN	APM, doc. DOPS: pasta 0012{5}, imagem 2.	13/06/1964	Trab. do ensino	Recomendado mais investigações em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
SYNÉSIO DE PAULA LOURES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora
TARCÍSIO DE CASTRO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Ponte Nova
TARCISIO ROBERTO CORREIA	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 25.	05/05/1964	Autônomos	IPM 51 DVS 096	Belo Horizonte
TARCÍSIO SENA ALMEIDA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Montes Claros
TARQUÍNIO BRASILIANO DE ANDRADE	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 47.	31/05/1964	Serv. públicos	IPM 95 DVS 039	Planura
TASSO MAURÍCIO DE CARVALHO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 81.	04/06/1964	Serv. públicos	IPM 124 DVS 037	Unaí
TASSO MELO GONÇALVES DE ABREU	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 77; pasta 0008, imagem 14 e outras.	19/05/1964	Trab. do ensino	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
TAURINO PINTO DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 64.	06/05/1964	Ferroviários	IPM 59 DVS 020	Gov. Valadares

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
TEODORO ALVES LAMOUNIER	APM, doc. DOPS: pasta 0012{5}, imagem 21.	13/06/1964	Trab. do ensino	Indiciado em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
TEODORO ANTUNES FILHO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Construção civil	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cataguases
TEÓFILO ANSELMO	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 23.	08/05/1964	Autônomos	IPM 10	Cataguases
TEOTÔNIO DIAS DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Alfaiates e Costureiras	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
TEOTÔNIO DOS SANTOS JÚNIOR	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 44; pasta 0012{5}, imagem 21.	12/06/1964	Trab. do ensino	IPM 139 DVS 063. Indiciado em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
TEREZA BUENO DO PRADO	APM, doc. DOPS: pasta 0008, imagem 4 e outras.	07/04/1964	Não identificado	Indiciado no IPM sem número	Uberlândia
TEREZINHA APARECIDA MAGALHÃES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 78.	19/05/1964	Trab. do ensino	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
TERTULIANO DE SOUZA E SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Curvelo
TERTULIANO FERREIRA DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 49; doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.57-Proc.151	25/04/1964	Metalúrgicos	IPM 44 DVS 106. Espancamentos, "corredor polonês", privação de alimentos, tortura psicológica.	Coronel Fabriciano
THALES GONZAGA BARROS	APM, doc. DOPS: pasta 0012{5}, imagem 21.	13/06/1964	Trab. do ensino	Indiciado em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
THALES MAYER PIMENTA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 21.	maio-64	Comerciários	IPM 17 DVS 071	Buenópolis
THOMAS BERNADINO	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 21.	30/04/1964	Trab. do ensino	IPM 12	Juiz de Fora
THOMÁS DE AQUINO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 8.	Não disponível	Autônomos	IPM 70 DVS 046	Ituiutaba
TIMÓTEO PEREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 37.	30/04/1964	Serv. públicos	IPM 33 DVS 041	Caratinga
TITO ANTÔNIO DE ALMEIDA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 6.	13/05/1964	Serv. públicos	IPM 69 DVS 089	Medina
TITO MARTINS BRAGA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
TOMAS CANAVANI	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cataguases
TOMAZ AQUINO BONFIM	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Sabará
TOMÉ ALVES FERREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Construção civil	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Montes Claros
TUFI FAISAL	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 3.	07/05/1964	Autônomos	IPM 3 DVS 051	Aimorés
UBALDO JORDÃO	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 48; pasta 0006{4}, imagem 7.	05/05/1964	Serv. públicos	IPM 32. IPM 7 DVS 100.	Belo Horizonte e Araguari
UBIRACI CARIAS DOS SANTOS	APM, doc. DOPS Pasta: 0257, Imagem 12	1968	Bancários	Registrado como favorável à greve dos bancários e fichado.	Belo Horizonte
UBIRAJARA PEREIRA DE BRITO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 31.	08/05/1964	Autônomos	IPM 86 DVS 027	Nanuque
ULISSES (ou ULYSSES?) ENCERTI	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 14; doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.57-Proc.287	abril/1964	Ferroviários	IPM 18. Tortura física, incomunicabilidade, tortura psicológica.	Além Paraíba
ULISSES CIRILO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
ULISSES VIEIRA SILVA	RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/6/1949. In: MARÇAL, Argemiro; e OUTROS. "Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil," pp. 2 e 3.	28/06/1949	Extrativistas	Operário da Mina Morro Velho Indiciado por "sabotagem" e "comunismo" no processo iniciado em 28 de junho de 1949.	Nova Lima

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
ULISSES ZUCARTI	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 4.	26/04/1964	Autônomos	IPM 4 DVS 066	Além Paraíba
ULK RODRIGUES ALMADA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 4.	09/08/1964	Ferroviários	IPM 27 sobre atividades subversivas na Estrada de Ferro Leopoldina.	Recreio
URBANO MENDES	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 15.	15/05/1964	Ferroviários	IPM 18.	Além Paraíba
URQUIZA ANTONIO FARIA ALVIM	APM, doc. DOPS: pasta 0008, imagem 4 e outras.	07/04/1964	Não identificado	Indiciado no IPM sem número	Uberlândia
VALDEMAR DE ALMEIDA	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.72-Proc.664; processo trabalhista 4281, CEREM/Sindmon-Metal.	abril/1964.	Metalúrgicos	Tortura física, incomunicabilidade, tortura psicológica. Perseguido e coagido a se demitir da Belgo Mineira.	J. Monlevade
VALDEMAR FIRMINO DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 78.	19/05/1964	Serv. públicos	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
VALDEMAR GOMES ALVES	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 83.	19/05/1964	Autônomos	IPM 126 DVS 055	Varginha
VALDIR ANICETO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Construção civil	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cataguases
VALDOMIRO PEDROSA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 8.	11/08/1964	Comerciários	IPM 7 DVS 100	Araguari
VANDA TEREZINHA DE CARVALHO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 75.	15/05/1964	Autônomos	IPM 122 DVS 019	Uberaba
VÂNIA CÂNDIDA DE ALMEIDA SANTAYANA	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 27; pasta 0005, imagem 85.	22/06/1964	Jornalistas	IPM 116. IPM 100 ID/4 - B	Belo Horizonte
VANIR SOARES DE MAGALHÃES	APM, doc. DOPS: pasta 0252, imagem 8.	15/05/1968	Taxistas	Prisão por realizarem greve por reajuste no valor da tarifa.	Belo Horizonte
VARONIL ROBERTO DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 3.	07/05/1964	Autônomos	IPM 3 DVS 051	Aimorés
VENÂNCIO RICARDO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Não identificado	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Uberaba
VENANCIUS FERREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0252, imagem 9.	15/05/1968	Taxistas	Prisão por realizarem greve por reajuste no valor da tarifa.	Belo Horizonte
VENCESLAU	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 4 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
VENCESLAU FERREIRA	RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/6/1949. In: MARÇAL, Argemiro; e OUTROS. "Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil", pp. 2 e 3.	28/06/1949	Extrativistas	Operário da Mina Morro Velho Indiciado por "sabotagem" e "comunismo" no processo iniciado em 28 de junho de 1949.	Nova Lima
VENERO CAETANO DA FONSECA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 86.	27/04/1964	Serv. públicos	IPM 101 ID/4 - C - Específico da ECT	Belo Horizonte
VERGÍLIO PERERIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Eletricitários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Varginha
VICENTE (DE?) FARIA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35; pasta 0042, imagem 7 e seguintes; pasta 0313, imagens 21 a 32.	abril/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018. Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais. Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Nova Lima
VICENTE ALBERTO TUPINANBÁ FLORES	APM, doc. DOPS: pasta 5241, imagens 26 e 27 .	11/02/1967	Vendedores	Detido por afirmar, na rua, não ser boa a situação financeira do país e agredir verbalmente o Presidente da República.	Belo Horizonte
VICENTE ALVES DE SOZA	NASCIMENTO, Saint'Clair L. Os Comunistas, cizânia em quartéis de Minas (livro).	1953	Policial Militar	Indiciado em IPM por indisciplina na PM.	Belo Horizonte ; Juiz de Fora
VICENTE ANTERO HORTA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
VICENTE DE PAULA SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Coronel Fabriciano
VICENTE DE PAULA SOARES	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 14.	abril/1964.	Não identificado	IPM 12 DVS 040	Corinto

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
VICENTE DE PAULO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cons. Lafaiete
VICENTE ESTEVES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Marceneiros	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
VICENTE FERNANDES DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Curvelo
VICENTE FERREIRA DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 86.	27/04/1964	Serv. públicos	IPM 101 ID/4 - C - Específico da ECT	Belo Horizonte
VICENTE FRANCISCO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
VICENTE GONÇALVES	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 25.	05/05/1964	Serv. públicos	IPM 51 DVS 096	Belo Horizonte
VICENTE JOAQUIM DE LACERDA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 18.	22/04/1964	Autônomos	IPM 14 DVS 007	Bom Despacho
VICENTE JOSÉ DE DEUS	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 7.	11/08/1964	Autônomos	IPM 7 DVS 100	Araguari
VICENTE MOREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0252, imagem 6.	15/05/1968	Taxistas	Prisão por realizarem greve por reajuste no valor da tarifa.	Belo Horizonte
VICENTE PEREIRA DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0252, imagem 10.	15/05/1968	Taxistas	Prisão por realizarem greve por reajuste no valor da tarifa.	Belo Horizonte
VICENTE ROSA DE ABREU	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 44.	12/06/1964	Autônomos	IPM 139 DVS 063	Belo Horizonte
VICENTE SANCHES BRANDÃO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Petroleiros	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
VICTOR MODESTO FERNANDES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Ind. Alimentícia	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Uberaba
VIRGILIANA RAMOS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cataguases
VIRGÍLIO ALVES DE MELO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 24.	19/05/1964	Autônomos	IPM 20 DVS 049	Cachoeira Dourada
VIRGÍLIO DE ASSIZ PEREIRA DA SILVA JÚNIOR	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora
VIRGÍLIO DIAS	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 41.	25/05/1964	Autônomos	IPM 36 DVS 083	Cássia
VIRGÍLIO FAUSTINO SALOMÃO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 14; 0313, imagens 21 a 32; doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.58-Proc.198; processo trabalhista 4281, CEREM/Sindmon-Metal.	abril/1964	Metalúrgicos	IPM 72A DVS s/ nº. Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT. Socos, tortura física, violência sexual, incomunicabilidade, tortura psicológica. Perseguido e coagido a se demitir da empresa e deixar a cidade em que morava.	J. Monlevade
VIRGILIO GALASSI	APM, doc. DOPS: pasta 0008, imagem 4 e outras.	07/04/1964	Não identificado	Indiciado no IPM sem número	Uberlândia
VIRGÍNIO PINTO DE CARVALHO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 14.	abril/1964.	Não identificado	IPM 12 DVS 040	Corinto
VISTAL CUSTÓDIO RIBEIRO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 54.	04/05/1964	Autônomos	IPM 102 DVS 091	Pouso Alegre
VITAL DE SOUZA	APM, doc. Dops: pasta 5489, imagem 1091.	17/06/1964	Comerciários	Preso político	Belo Horizonte
VITALINO RUFINO MARTINS	RENNÓ, J. Pinto. Denúncia de 28/6/1949. In: MARÇAL, Argemiro; e OUTROS. "Recurso Extraordinário de Argemiro Marçal e outros ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil," pp. 2 e 3.	28/06/1949	Extrativistas	Operário da Mina Morro Velho Indiciado por "sabotagem" e "comunismo" no processo iniciado em 28 de junho de 1949.	Nova Lima
VÍTOR DOS SANTOS	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Coronel Fabriciano
VITOR HUGO GOMES	APM, doc. DOPS: pasta 5303, imagens 4 e 118.	01/10/1968	Eletricitários	Detido durante realização de greve em 1968 por distribuição de panfletos.	Belo Horizonte e Contagem

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
VÍTOR MARTINS	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 75.	15/05/1964	Autônomos	IPM 122 DVS 019	Uberaba
WAGNER SILVA DE ASSIS	APM, doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.72-Proc.739; doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 1.	25/04/1964	Metalúrgicos	Tortura física, tortura psicológica. IPM 1 DVS 098	Timóteo
WALDEMAR CABRAL	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
WALDEMAR DAS DORES	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 11; pasta 0313, imagens 21 a 32; doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.59-Proc.225	30/09/1964	Autônomos	IPM 9 DVS sem nº. Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT. Choques elétricos, incomunicabilidade, tortura psicológica.	B. de Cocais
WALDEMAR DE ALMEIDA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	J. Monlevade
WALDEMAR DE AQUINO	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 31.	30/04/1964	Correios	IPM 2 no DCT	Não identificada
WALDEMAR DE OLIVEIRA BORGES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Além Paraíba
WALDEMAR GARRAZA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Petroleiros	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
WALDEMAR JORGE	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 51; pasta 0007{1}, imagem 4.	05/05/1964	Ferroviários	IPM 99 DVS 008. IPM 27 sobre atividades subversivas na Estrada de Ferro Leopoldina.	Ponte Nova
WALDEMAR JOSÉ RABELO	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 15.	15/05/1964	Ferroviários	IPM 18.	Além Paraíba
WALDEMAR SIGIANI	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 36.	16/07/1964	Não identificado	IPM 14	Varginha
WALDEMAR SIQUEIRA	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Serralheiro	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
WALDEMAR VERSIANI DOS ANJOS	APM, doc. DOPS: pasta 0012{5}, imagem 21.	13/06/1964	Trab. do ensino	Indiciado em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
WALDEVINO ANTUNES VIEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0252, imagem 4.	15/05/1968	Taxistas	Prisão por realizarem greve por reajuste no valor da tarifa.	Belo Horizonte
WALDIR DA SILVA VIANA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 29.	07/05/1964	Autônomos	IPM 85 DVS 017	Montes Claros
WALDIR FERNANDES DA CONCEIÇÃO	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 9.	08/05/1964	Serv. públicos	IPM 22 por atividades subversivas no SAPS	Juiz de Fora
WALDIR RESENDE XAVIER	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Industriário	Ferido por projétil no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
WALDIR SENA BATISTA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 30.	07/05/1964	Jornalistas	IPM 85 DVS 017	Montes Claros
WALDIR SILVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 24.	30/05/1964	Autônomos	IPM 81 DVS 088	Mato Verde
WALDIR VIZANI	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Eletricitários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Juiz de Fora
WALDO LOMBARDI	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Indústria de calçados	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Uberaba
WALDYR PEREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 4.	09/08/1964	Ferroviários	IPM 27 sobre atividades subversivas na Estrada de Ferro Leopoldina.	São Geraldo
WALFRIDO DE GRAMONT. JUNIOR	APM, doc. COSEG: rolo (ref.: Greves Diversas) 004, pasta CA.03.08, documento 28.	Não disponível	Jornalistas	Órgãos de segurança realizam vigilância sobre jornalistas.	Belo Horizonte
WALMIR FALCÕ	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 49.	05/05/1964	Serv. públicos	IPM 32	Belo Horizonte
WALMIRO CÂNDIDO BORGES	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Não identificado	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Uberaba

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
WALTENCIR BRITO DE PAULA	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Industriário	Ferido por projétil no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
WÁLTER ANTÔNIO PORTILHO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 4.	26/04/1964	Ferroviários	IPM 4 DVS 066	Além Paraíba
WALTER ARCI	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Metalúrgicos	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
WÁLTER AUGUSTO DE MATOS	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 6.	18/05/1964	Serv. públicos	IPM 6 DVS 073	Araçuaí
WALTER DE ARAUJO ZAZÁ	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 9.	18/05/1964	Serv. públicos	IPM 106 sobre subversão na Assembleia Legislativa de MG.	Belo Horizonte
WALTER DE ASSIS (ou ASSIZ?)	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 4 e seguintes; doc. proc. CONEDH- SEDESE-1.1.1-Cx.58-Proc.157; doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 41; pasta 0009, imagem 95; pasta 0313, imagens 21 a 32.	09/04/1964	Petroleiros	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais. Socos, tortura física, incomunicabilidade, tortura psicológica. IPM 137. Indiciado no IPM sem número. Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
WALTER DE OLIVEIRA GARROCHO	APM, doc. Dops: pasta 4214, imagem 143.	29/03/1969	Comerciários	Preso político em 1969	Teófilo Otoni
WÁLTER FERREIRA MENDES	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 19.	18/05/1964	Ind. Alimentícia	IPM 15 DVS 081	Brasilândia
WÁLTER JOSÉ DE CARVALHO MELO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 56.	29/04/1964	Ferroviários	IPM 52 DVS 006	Divinópolis
WÁLTER LOPES DE CARVALHO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 3.	07/05/1964	Serv. públicos	IPM 3 DVS 051	Aimorés
WÁLTER MOREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Uberaba
WÁLTER NOGUEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Eletricitários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
WÁLTER PEDRO CLAVIA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Alfaiates e Costureiras	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
WALTER PEREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0008, imagem 4 e outras; pasta 0005, imagem 78.	07/04/1964	Comerciários	Indiciado no IPM sem número. IPM 123 DVS 099	Uberlândia
WALTER PEREIRA LEITE	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Operador	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
WÁLTER PORTILHO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 4; pasta 0007{1}, imagem 14.	26/04/1964	Autônomos	IPM 4 DVS 066. IPM 18.	Além Paraíba
WALTER ROMEIRO MENESE	APM, doc. Dops: pasta 5489, imagem 1113	13/05/1964	Autônomo	Preso político no DVS	Belo Horizonte
WALTER TEODORO DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0008, imagem 4 e outras.	07/04/1964	Não identificado	Indiciado no IPM sem número	Uberlândia
WALTER VIEIRA SOARES	APM, doc. DOPS: pasta 0999, imagem 271.	18/02/1971	Jornalistas	Embaixada Americana pede informações de antecedentes ao Delegado de Vigilância Especial. Há inúmeros pedidos similares contra outros trabalhadores nesta pasta.	Belo Horizonte
WALTER VOLPATO (ou VON PATER ou WOLPATO?)	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Industriário	Ferido por projétil no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
WANDA MARY ROHLFE (ou ROHFS?)	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagens 18 e 48; pasta 0012{5}, imagem 9.	22/04/1964	Trab. do ensino	IPM 108 . IPM 32 . Recomendado mais investigações em IPM sobre subversão no ensino.	Belo Horizonte
WANDA SCHINCARIOL DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	S. J. Nepomuceno

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
WANDER CAMPOS	APM, doc. Dops: pasta 0255, imagem 245.	02/08/1969	Comerciante	Preso para averiguação	Gov. Valadares
WÂNDER DA SILVA CARDOSO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 79.	19/05/1964	Serv. públicos	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
WANDER PIROLI	APM, doc. COSEG: rolo (ref.: Greves Diversas) 004, pasta CA.03.08, documento 28.	Não disponível	Jornalistas	Órgãos de segurança realizam vigilância sobre jornalistas.	Belo Horizonte
WANDERLEY SANTOS SOARES	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Soldador	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
WANDERLEY VELANS	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 48.	26/05/1964	Não identificado	IPM 2	Alfenas
WANDERLINO ARRUDA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
WANTUIL (VANTUIL?) LIMA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
WÁTER ALVES DA MOTTA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 27.	08/05/1964	Ferroviários	IPM 6.	Bicas
WÁTER FERNANDES ROCHA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Têxteis	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Curvelo
WENCESLAU FERREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagens 32 a 35.	24/04/1964	Extrativistas	IPM 87 DVS 018	Nova Lima
WILKIE RODRIGUES	APM, doc. COSEG: rolo (ref.: Greves Diversas) 004, pasta CA.03.08, documento 28.	Não disponível	Jornalistas	Órgãos de segurança realizam vigilância sobre jornalistas.	Belo Horizonte
WILLIAM DIAS GOMES	Arquivos do Judiciário no Centro de Memória de Nova Lima: depoimentos em inquérito e autos do processo contra os 51 da Mina Morro Velho.	07/11/1948	Extrativistas	Operário da Morro Velho, sindicalista, vereador e dirigente do PCB. Executado em 7/11/1948 na invasão armada ao Escritório dos Vereadores do Povo.	Nova Lima
WILLIAM DIAS GOMES	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 4 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
WILLIAM VIGLIONI	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 35.	01/05/1964	Serv. públicos	IPM 31 DVS 002	Candeias
WILMAR JOSÉ EMILIANO	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Extrativistas	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
WILSON BRAGANÇA REZENDE	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Indústria de calçados	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Uberaba
WILSON DANTAS	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 48; pasta 0313, imagens 21 a 32.	05/05/1964	Bancários	IPM 32. Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte e Montes Claros
WILSON DE CASTRO	APM, doc. DOPS: pasta 0252, imagem 8.	15/05/1968	Taxistas	Prisão por realizarem greve por reajuste no valor da tarifa.	Belo Horizonte
WILSON DIAS DE ARAÚJO	APM, doc. DOPS: pasta 5303, imagens 3 e 122.	01/10/1968	Metalúrgicos	Detido na de greve em 1968 por distribuição de panfletos e realização de piquetes.	Belo Horizonte e Contagem
WILSON FERNANDES VELOSO	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 8.	11/08/1964	Autônomos	IPM 7 DVS 100	Araguari
WILSON FRADE	APM, doc. COSEG: rolo (ref.: Greves Diversas) 004, pasta CA.03.08, documento 28.	Não disponível	Jornalistas	Órgãos de segurança realizam vigilância sobre jornalistas.	Belo Horizonte
WILSON GARCIA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Belo Horizonte
WILSON JUNQUEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 86.	27/04/1964	Serv. públicos	IPM 101 ID/4 - C - Específico da ECT	Belo Horizonte
WILSON MARINHO DA ROCHA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 31.	08/05/1964	Autônomos	IPM 86 DVS 027	Nanuque
WILSON MARQUES	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 7 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte

NOME	FONTES	DATA REFER.	CATEGORIA PROFISSIONAL	REPRESSÃO SOFRIDA	LOCALIDADE
WILSON MARTINS FERREIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Não identificado	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Uberaba
WILSON MODESTO	APM, doc. DOPS: pasta 0042, imagem 3 e seguintes.	abril/1964.	Não identificado	Indiciado em IPM sobre lideranças sindicais.	Belo Horizonte
WILSON QUEIROZ	APM, doc. DOPS: pasta 0135(1), imagem 24.	12/07/1965	Metalúrgicos	Acusado de ser subversivo e de se reunir com Sinval Bambirra.	Sabará
WILSON RAMIRO LEXANDRINO	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 38.	24/05/1964	Serv. públicos	IPM 88 DVS 021	Novo Cruzeiro
WILSON ROCHA DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 43.	07/06/1964	Não identificado	IPM 38 DVS 032	Caxambu
WILSON RODRIGUES VILELA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 8.	11/08/1964	Autônomos	IPM 7 DVS 100	Araguari
WILSON SILVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 9.	08/05/1964	Serv. públicos	IPM 22 por atividades subversivas no SAPS	Juiz de Fora
WILSON VALVERDE	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 42.	14/05/1964	Serv. públicos	IPM 37 DVS 011	Cataguases
WILTON JORGE	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 78.	19/05/1964	Trab. do ensino	IPM 123 DVS 099	Uberlândia
WILTON SIGNI	APM, doc. DOPS: pasta 0007{1}, imagem 48.	26/05/1964	Não identificado	IPM 2	Alfenas
WOLFI NOGUEIRA SANTOS	NASCIMENTO, Saint'Clair L. Os Comunistas, cizânia em quartéis de Minas (livro).	1953	Policial Militar	Indiciado em IPM por indisciplina na PM.	Belo Horizonte ; Juiz de Fora
YOKIO KAXAKANA	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Inquérito Policial Militar. Ipatinga, 1963, e relação de feridos fornecida pela Usiminas na tarde do dia 7/10/1963.	07/10/1963	Não identificado	Ferido no Massacre de Ipatinga.	Ipatinga
YONE DE SOUZA GROSSI	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 25.	05/05/1964	Serv. públicos	IPM 51 DVS 096	Belo Horizonte
ZELINO PINTO DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Bancários	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cataguases
ZELY DE OLIVEIRA	APM, doc. DOPS: pasta 0004{1}, imagem 7.	01/06/1964	Industriários	IPM 114	Belo Horizonte
ZENON CAETANO DE SOUZA	APM, doc. DOPS: pasta 0313, imagens 21 a 32.	06/07/1964	Metalúrgicos	Cassação de mandato no sindicato e/ou federação pela DRT.	Cons. Lafaiete
ZENON MARTINS DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0005, imagem 6.	13/05/1964	Serv. públicos	IPM 69 DVS 089	Medina
ZENOS JOSÉ DA SILVA	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 49.	25/04/1964	Comerciários	IPM 44 DVS 106	Coronel Fabriciano
ZEUXIS VELOSO	APM, doc. DOPS: pasta 0003{2}, imagem 1 e outras.	11/07/1964	Autônomos	Indiciado no IPM sem número sobre subversão na guarnição militar federal de Belo Horizonte	Belo Horizonte
ZULMAN ORLANDO REQUETI	APM, doc. DOPS: pasta 0006{4}, imagem 56.	29/04/1964	Serv. públicos	IPM 52 DVS 006	Divinópolis

Siglas: EFCB: Estrada de Ferro Central do Brasil; ID/4: Infantaria Divisionária 4; IPM: Inquérito Policial Militar; RFFSA: Rede Ferroviária Federal S/A; RM: Região Militar.

ANEXO E
Perfil profissional das vítimas a partir das fontes "Brasil Nunca Mais" e "Relatório da Anistia de 1972"

PROFISSÃO	QUANTIDADE
Estudante	60
Funcionários Públicos	19
Advogado	10
Professor(a)	19
Comerciante	7
Médico	7
Assistente Social	4
Auxiliar de escritório	4
Operário	4
Mecânico	3
Ferroviário	3
Fotógrafo	3
Engenheiro	3
Dentista Protético	2
Publicitário	2
Pedreiro	2
Advogada	1
Arquiteto	1
Artesã	1
Assistente de administração	1
Balconista	1
Bancário	1
Cabeleireira	1
Carpinteiro	1
Comerciária	1
Cirurgiã Dentista	1
Cirurgião Dentista	1
Diácono	1
Eletricista	1
Escriturário	1

PROFISSÃO	QUANTIDADE
Ex-Cabo da PM	1
Fiscal de Renda do Estado	1
Funcionário autárquico	1
Funcionário dos correios	1
Fundidor	1
Industriário	1
Jornalista	1
Laboratorista	1
Marceneiro	1
Marinheiro	1
Mecanógrafo	1
Metalúrgica	1
Motorista	1
Operador de ponte volante	1
Operário tecelão	1
Pintor	1
Radialista	1
Repórter Fotográfico	1
Sacerdote	1
Secretária	1
Servente	1
Sexagenário	1
Socióloga	1
Técnico em administração	1
Técnico Industrial	1
Trocador de ônibus	1
Vendedora	1
Viajante comercial	1

Fonte: Dados reunidos pela equipe da COVEMG, a partir de dados retirados do "Brasil nunca mais" e do "Relatório da Anistia de 1972".

ANEXO F
Relação de pessoas fichadas no DOPS, conforme arquivo físico disponível no APM.

NOME	FILIAÇÃO	NATURALIDADE	DATA DO NASCIMENTO	RESIDÊNCIA	OBSERVAÇÕES
ABEL RODRIGUES DE AVELAR	AFONSO DIAS AVELAR - MARIA DA CONCEIÇÃO RODRIGUES	MONTES CLAROS-MG	22/03/1945	N/D	N/D
ABEL SOARES	N/D	N/D	N/D	N/D	PROFISSÃO: EX SARGENTO; ALN-SP
ABNER DE SOUZA PEREIRA	JOÃO CASSIANO PEREIRA - DOLORES DE SOUZA PEREIRA	BAMBUÍ-MG	05/03/1940	N/D	CODINOME "NATAL" - CORRENTE
ACÁCIO FERREIRA DOS SANTOS	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
ADAIR RICARDO	BERNARDO RICARDO - ELZA PAULINA DE SOUZA	BELO HORIZONTE-MG	N/D	R. CARANGOLA, 288	ASCENSORISTA DA FAFI; PC DO B (ALA VERMELHA)
ADÃO FAGUNDES DE AQUINO	JOSÉ ELÍDIO DE AQUINO - JOVELINA FAGUNDES PENA	MONTES CLAROS-MG	27/01/1941	N/D	PCB
ADÃO PEREIRA NUNES	N/D	N/D	N/D	N/D	ALN-SP
ADAUTO EMMERICH OLIVEIRA	NILTON OLIVEIRA - ALICE NEUSA EMMERICH OLIVEIRA	COLATINA -ES	26/11/1952	ES	DETIDO QUANDO DA REALIZAÇÃO DO IIIº ENE
ADELINO RIBEIRO BORGES	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
ADEMIR DIAS	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
ADERBAL CAETANO DE BURGOS	STÊNIO HENRIQUE DE BURGOS - EUNICE DE BURGOS	SÃO FELIX - BA	14/01/1944	N/D	N/D
ADILSON FERREIRA DA SILVA	N/D	N/D	N/D	N/D	CONDINOME MIGUEL ALN-SP
AFONSO CARLOS VITOR	GERALDO CALDEIRA VITOR - ERNESTINA FERREIRA VITOR	BELO HORIZONTE-MG	N/D	N/D	N/D
AFONSO CELSO LANA LEITE	CELSO MOREIRA LEITE - OFÉLIA LANA LEITE	RIO CASCA-MG	07/08/1944	R. ATACARAMBU, 120, BAIRRO S. GERALDO	CODINOME CIRÓ. VPR. BANIDO DO TERRITÓRIO NACIONAL
AFONSO JUNQUEIRA DE ALVARENGA	ANTÔNIO DE MELO ALVARENGA - CHLORIS JUNQUEIRA DE ALVARENGA	BELO HORIZONTE-MG	24/05/1930	R. RIACHUELO, 317, AP. 14	CODINOMES: ALEX E DANILO; ORGANIZAÇÃO VAL-PALMARES. PERTENCIA AO SETOR DE INTELIGÊNCIA DE VAR. PALMARES. RESPONSÁVEL PELA FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS UTILIZADOS PELA ORG. INCLUIDO NA LISTA DOS BANDIDOS DO TERRITÓRIO NACIONAL
AFONSO MARIA CRUZ	TEODORO JOÃO DA CRUZ - MARIA DA CONCEIÇÃO	COROMANDEL-MG	28/02/1941	RUA CARIJÓS, 558, AP. 208	N/D
AGEU HERINGER LISBOA	ABDENAGO LISBOA - IRACI HERINGER LISBOA	BELO HORIZONTE-MG	02/09/1949	N/D	CODINOME: EMIR; COLINA (OPM)
AGLAEDIÇON RAMOS CHAVES	DELMIRO RODRIGUES CHAVES - NOEMIA ANTUNES CHAVES	UMBURATIBA-MG	11/05/1953	BELO HORIZONTE	N/D
AICY CLEMENTE	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
AIVETE SANTA CECÍLIA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
ALANIR CARDOSO	AGRIPINO CARDOSO - GUIOMAR DOS SANTOS CARDOS	N/D	21/05/1945	N/D	"LEVINDO"
ALBERTO IBRAIM ORLEX	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
ALBERTO SANTIAGO GALENO	N/D	N/D	N/D	N/D	JORNAL "ESTADO DE MINAS" DE 10/04/73. O NOMINADO É INTEGRANTE DO P.C.B EM FORTALEZA-CE

NOME	FILIAÇÃO	NATURALIDADE	DATA DO NASCIMENTO	RESIDÊNCIA	OBSERVAÇÕES
ALCEU SALAMONI	ORESTE SALAMONI - JOANA TRINQUILIN SALAMONI	PALMEIRA DAS MISSÕES/RS	03/04/1939	R. GAL. ARGOLO, 221, AP. 221, PELOTAS/RS	APML - "LUIZ"
ALCIDES SALES FILHO	ALCIDES SALES - MIRIAN MAGALHÃES	VITÓRIA-ES	02/05/1946	N/D	AP/ML
ALDEYSIO GERALDO DIAS DUARTE	ARMANDO FERREIRA DUARTE - ALDEIDA FERREIRA DUARTE	VESPASIANO-MG	23/07/1942	N/D	ND
ALDO SÁ BRITO	N/D	N/D	N/D	N/D	MORTO
ALFREDO SCHNEIDER	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
ALFREDO SOARES CRUZ	JOÃO SOARES DA CRUZ - MARIA ROSA SOARES	ANDARAÍ - BA	25/12/1915	N/D	RESPONDEU IPM EM 1964; PCB
ALIRIO RAMOS	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
ALLEN DA SILVA BOECHAT	JARBAS REZENDE BOECHAT - ALAIDE SILVA BOECHAT	MENDES PIMENTEL-MG	14/11/1948	FONSECA HERMES, 66 -AP. 303	JUIZ DE FORA
ALMICAR BOUCINHAS	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
ALMIR MANU CURY	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
ALMIR RIBEIRO TAVARES	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
ALOISIO ALVES	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
ALOISIO NUNES FERREIRA FILHO	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
ALOISIO RODRIGUES COELHO	DÁRCIO RODRIGUES COELHO - STELLA RODRIGUES COELHO	GOVERNADOR VALADARES-MG	27/01/1956	N/D	CODINOME: "REMO" - VAR PALMARES
ALOIZIO BEZERRA PAIS	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
ALTAMIRO ALVES DA SILVA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
ALUIZIO EUSTÁQUIO DE FREITAS MARQUES	ALDERICO BENEDITO MONTERIO MARQUES - MARIA DE LOURDES FREITAS MARQUES	BONFIM-MG	25/12/1943	N/D	PRESO EM 12/10/1968, EM IBIÚNA-SP. TRANSFERIDO PARA O B.E DA PM
AMARO LUIZ DE CARVALHO	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
AMAURI	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
ANA APARECIDA DE ANDRADE	ANTÔNIO VIEIRA DE ANDRADE - OSVALDINA MARINHO DE ANDRADE	SÃO PAULO	26/01/1955	SÃO PAULO	DETIDA QUANDO DA REALIZAÇÃO DO III° ENE
ANA LÚCIA BATISTA	FRANCISO DE DEUS BATISTA - JOVITA AGOSTINHA BATISTA	VENDA NOVA-MG	27/11/1942	N/D	N/D
ANA LÚCIA CAMPAINHA BATISTA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
ANA LÚCIA PENA	JOSÉ FELICIANO PINTO - ANUNCIATA FERREIRA PINTO	SABARÁ-MG	N/D	N/D	N/D
ANA MARIA DE MOURA NOGUEIRA	N/D	N/D	N/D	N/D	"VER PARA CONVERGÊNCIA SOCIALISTA*"
ANA MARIA DE SIQUEIRA	BENEDITO SIQUEIRA	SÃO PAULO	28/06/1957	CAMPINAS/SP	DETIDA QUANDO DA REALIZAÇÃO DO III° ENE
ANA MARIA PEREIRA DE SOUZA	GUIMARINO PEREIRA DE SOUZA- ILZA SANTOS PEREIRA	BELO HORIZONTE-MG	16/11/1948	N/D	PRESA EM 01/11/70 PELO ID/4 - TRANSFERÊNCIA P/ JUIZ DE FORA EM 10/11/70
ANA MARIA VILELA ALVIM	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
ANA NERY CARVALHO E CORDEIRO	ALVINO RIBEIRO DE CARVALHO - JOSEFA MATOS CORDEIRO DE CARVALHO	CEARÁ	10/11/1952	RIO DE JANEIRO	DETIDA QUANDO DA REALIZAÇÃO DO III° ENE
ANÁRIO BATISTA DE CARVALHO	N/D	N/D	N/D	N/D	JORNAL "ESTADO DE MINAS" DE 10/04/73. O NOMINADO É INTEGRANTE DO P.C.B DO CEARÁ
ANDRÉ YOSHINARA MASSAHUMI	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
ANECIR SHERRI	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
ANETTE SCOTTI	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D

NOME	FILIAÇÃO	NATURALIDADE	DATA DO NASCIMENTO	RESIDÊNCIA	OBSERVAÇÕES
ANGELA AMERICA DA SILVA	MOACIR JOSÉ DA SILVA - MARIA DE LOURDES FREITAS DA SILVA	SÃO VINCENTE - BA	05/06/1950	N/D	IP SOBRE ATIVIDADE NO PC DO B - PRESA EM 20/12/71 PELO DOPS/MG
ANGELA FORTINI	VALTER AMADEU FORTINI - MARIA DA CONCEIÇÃO CUNHA FORTINI	BELO HORIZONTE-MG	08/08/1948	RUA JACINTO VIEIRA, 70, BH	LIGADA A MARCELO RENATO BRITO (AP/ML)
ANGELA MARIA PEZZUTI	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
ANGELO PEZZUTI DA SILVA	THEOFREDO PINTO DA SILVA - CARMELLA PEZZUTI	N/D	27/04/1946	N/D	BANIDO; MORTO
ANTENOR PESSOA DE OLIVEIRA	CAMILO DE OLIVEIRA - MARIA DE OLIVEIRA	VITÓRIA-ES	N/D	N/D	O NOMINADO É PUNGUISTA
ANTENOR SILVEIRA DO ESPIRITO SANTO	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
ANTONIO ALVES ARAGÃO	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
ANTONIO AURELIO OLIVEIRA COSTA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
ANTONIO BARRETO DOS SANTOS	DURVAL GOMES DOS SANTOS - HELENA BARRETO DOS SANTOS	RIO DE JANEIRO - GB	13/05/1949	N/D	N/D
ANTONIO BARTOLOMEU AZEVEDO	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
ANTONIO CAMELATO VOLTAN	AMÉRCIO FERNANDO VOLTAN - FRANCISCA CAMELATO VOLTAN	PELOTAS/RS	14/12/1943	RUAL GAL. ARGOLO, 111, PORTO ALEGRE/RS	APML - “BRENO”
ANTONIO CARLOS BICALHO LANA	ADOLFO BICALHO LANA - ADALGISA GOMES DE LANA	OURO PRETO-MG	02/03/1949	N/D	“CARLOS” “CRISTINO” “ZEZINHO”; FORAGIDO
ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA	LAURO BERALDO DE OLIVEIRA - OLGA BERALDO DE OLIVEIRA	SÃO PAULO	21/06/1954	SÃO PAULO	DETIDO QUANDO DA REALIZAÇÃO DO IIIº ENE
ANTONIO CARLOS DRUMOND	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
ANTONIO CARLOS MADEIRA	AGOSTINHO MADEIRA - ODILA GALEMBECK MADEIRA	JUNDIAÍ - SP	13/08/1928	N/D	CORRENTE
ANTONIO CARLOS MONTEIRO DE CASTRO	JOSÉ MONTEIRO DE CASTRO - MARIA DE LOURDES DRUMMONDE MONTEIRO DE CASTRO	RIO DE JANEIRO - GB	29/10/1947	R. ESTÁCIO DE SÁ, 360, BH/MG	PARTICIPOU DO IIIº CONGRESSO DA UNE EM IBIÚNA/SP
ANTONIO CARLOS RODRIGUES	AGENOR RODRIGUES - TEREZA BERTHE RODRIGUES	AMERICANA - SP	15/08/1953	CAMPINAS/SP	DETIDO QUANDO DA REALIZAÇÃO DO IIIº ENE
ANTONIO CÉSAR DO AMARAL SECCHES	PAULO SECCHES - ALAYDE DO AMARAL SECCHES	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO -SP	06/03/1955	SÃO PAULO	DETIDO QUANDO DA REALIZAÇÃO DO IIIº ENE
ANTONIO CHRISPIM DE OLIVEIRA	LEONILDO ALVES DE OLIVEIRA - ERCILIA EUGÊNIA DE JESUS	ALVINÓPOLIS -MG	25/10/1924	R. MUZAMBINHO, 355	DENUNCIADO NO ART. 43 DA LSN
ANTONIO DE PAIVA BARBOSA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
ANTONIO DIVINO MOURA	INOCENTE MOURA - MARIA JOSÉ DA COSTA	ITUIUTABA-MG	21/10/1945	N/D	PRESO EM 12/10/1968, EM IBIÚNA-SP. LIBERADO EM 09/01/69
ANTONIO EUSTÁQUIO DE TEIXEIRA MIRANDA	BELARMINO J. DE MIRANDA - DÁRIA TEIXEIRA DE MIRANDA	GUARANI-MG	01/12/1950	N/D	DETIDO QUANDO DA REALIZAÇÃO DO IIIº ENE
ANTONIO FONSECA MACHADO	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
ANTONIO FRANCISCO PARENTES FORTES	CLEMENTE HONORIO PARENTES FORTES - DAGMAR MAZZA PARENTES FORTES	TEREZINA-PI	24/10/1959	AMAZONAS, 713, AP. 1602	AP/ML; “CAMISETA”
ANTONIO JOAQUIM DE SOUZA MACHADO	IVACI DE SOUZA MACHADO - MARIA DE OLIVEIRA KAMP	PAPAGAIO-MG	13/09/1939	N/D	AP/ML
ANTONIO JOSÉ ASSIS DAYEL	N/D	N/D	N/D	R. CUIABÁ 514	N/D
ANTONIO JOSÉ BARROS DE ALMEIDA	N/D	N/D	N/D	R. TURFA, 119 - BARROCA	N/D

NOME	FILIAÇÃO	NATURALIDADE	DATA DO NASCIMENTO	RESIDÊNCIA	OBSERVAÇÕES
ANTONIO JOSÉ DE OLIVEIRA	JOSÉ PINTO DE OLIVEIRA - CARMELINA PAULA OLIVEIRA	BRUMADINHO-MG	03/10/1947	N/D	TONHO E LOPES - CORRENTE. PRESO PELO DOPS EM 9/04/1969 EM IBIRITÉ. IPMA A 4ª RM - CONDENADO A 9 ANOS DE RECLUSÃO DEC. LEI 314/67
ANTÔNIO LANDI BORGES	PAULO DE CARVALHO BORGES -MARIA LANDI BORGES	CALDAS-MG	06/12/1952	OURO PRETO - MG	DETIDO QUANDO DA REALIZAÇÃO DO IIIº ENE
ANTÔNIO MAGALHÃES	RAIMUNDO MAGALHÃES - MARIA DE SOUZA BRAGA	IBIRITÉ-MG	19/09/1938	N/D	ANTUNES-CORRENTE - PRESO EM 0/06/69 PELO DOPS POR SUBVERSÃO. IPM NA 4ªA RM
ANTÔNIO MARIA CLARET DE TORRES	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
ANTONIO MARIA DE SÁ LEAL	N/D	PORTUGAL	N/D	N/D	LIGADO AO MOVIMENTO CONVERGÊNCIA SOCIALISTA
ANTÔNIO MARQUES ALVES JÚNIOR	ANTÔNIO MARQUES ALVES - YONE ABY-AZAR MARQUES ALVES	PINHEIROS - SP	02/12/1956	PINHEIROS - SP	DETIDO QUANDO DA REALIZAÇÃO DO IIIº ENE
ANTÔNIO MARTINS ROFRIGUES	FELICÍSSIMO MARTINS NOGUEIRA	N/D	28/04/1942	N/D	B-27 - IPMCRUSP
ANTONIO NETO BARBOSA	HERODIANO BARBOSA - MARIA DE OLIVEIRA NETO	BOA ESPERANÇA - MG	21/03/1944	N/D	CODINOME "BARBOSINHA" - AP/ML - FORAGIDO
ANTONIO NOGUEIRA DA SILVA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
ANTONIO PACHECO DOS SANTOS	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
ANTONIO RAIMUNDO DE LUCENA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
ANTONIO RAMOS GOMES	NEMÉSIO CÂNDIDO GOMES - EVANGELINA RAMOS GOMES	CAÇAPAVA/SP	24/04/1947	AV. PROTÁSIO ALVES, 440, AP. 204, P.A.	(APML) - "NANDO", "FÁBIO", "CELSO".
ANTONIO REZENDE GUEDES	BOANERGES FERREIRA DA COSTA GUEDES - MARIA REZENDE GUEDES	JUIZ DE FORA-MG	15/11¹1947	N/D	N/D
ANTONIO REZENDE NETO	N/D	CARATINGA-MG	N/D	N/D	RG. 325022
ANTONIO RIBEIRO PENA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
ANTONIO ROBERTO ESPINOSA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
ANTONIO VIEIRA MATOS	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
APARECIDO MORALEJO	N/D	N/D	N/D	N/D	MEMBRO DA COMISSÃO EXECUTIVA DO COMITÊ ESTADUAL E DO SECRETARIADO DO PC
APIO COSTA ROSA	PEDRO COSTA CARVALHO - OLINDA ROSA	CARATINGA-MG	24/10/1941	N/D	CORRENTE
APOLO HERINGER LISBOA	ABDENAGO LISBOA - IRACI HERINGER LISBOA	RIO DE JANEIRO- GB	16/02/1943	N/D	N/D
ARABELA PEREIRA MADALENA	ANTONIO PEREIRA MADALENA - MARIA PEREIRA MADALENA	BELO HORIZONTE-MG	04/10/1946	R. CAMANDUCAIA, 67	"DINA". ATUALMENTE, CONSTA ESTAR LECIONANDO EM BRASIIA-DF.
ARANY JOSÉ NOGUEIRA DE ALMEIDA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
ARI ALGUIM DA SILVA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
ARISTELIO TRAVASSO DE ANDRADE	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
ARISTIDES DE OLIVEIRA VINHEDOS	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
ARISTIDES SALGADO SANTOS	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
ARMANDO ALVES PIMENTA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
ARMANDO CORREIRA PARENTE	ÁLVARO CORREIRA PARENTE - EURIDES RODRIGUES CORREIRA	VERMELGO VELHO-MG	15/05/1947	N/D	N/D
ARMANDO PRATA PINTO	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
ARMANDO TEIXEIRA FRUTUOSO	MARIA DA GLÓRIA FRUTUOSO	GUANABARA-GB	N/D	N/D	CORRENTE
ARNALDO AFONSO BARBOSA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D

NOME	FILIAÇÃO	NATURALIDADE	DATA DO NASCIMENTO	RESIDÊNCIA	OBSERVAÇÕES
ARNALDO CARDOSO DA ROCHA	JOÃO DE DEUS ROCHA - JANET CARDOSO ROCHA	BELO HORIZONTE-MG	28/03/1949	N/D	"FLÁVIO" - ALN
ARNALDO FORTES DRUMOND	ARTHUR DRUMOND GUIMARÃES - MARIA FORTES DRUMOND	OURO PRETO-MG	20/11/1949	N/D	CORRENTE - JOÃO E JOAQUIM
ARNALDO SCHREINER	N/D	N/D	N/D	N/D	VER P/ CONVERGÊNCIA SOCIALISTA
ARNO REIS	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
ARTHUR MASSARI VALE	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
ARY RODRIGO PEREZ	RENALDO PEREZ - MARIA DE ANDRADE PEREZ	GOIÂNIA - GO	14/04/1954	SP	DETIDO QUANDO DA REALIZAÇÃO DO IIIº ENE
ATHOS MAGNO COSTA E SILVA	JOÃO COSTA E SILVA - MARIA SIMON COSTA E SILVA	PIRACAJUBA-GO	01/12/1943	N/D	CODINOME "RODRIGO" - CONDENADO A 25 ANOS PB N] 162/DPF, INFORMAM SEU RETORNO AO PAÍS, JUNTAMENTE COM CLÁUDIO GALENO E JAMMES ALLEN LUZ
AUGUSTO CESAR SALLES GALVÃO	EUFRASIANO NUNES GALVÃO - INÁ SALLES FALVÃO	RIO DE JANEIRO	16/04/1949	N/D	CODINOME "MAURÍCIO" - VAR-PALMARES
BADIH MELHEM	SALIM MELHEM - ADÉLIA MELHEM	SALVADOR-BA	02/03/1943	N/D	"JOEL" - COLINA - PROFESSOR
BARTOLOMEU JOSÉ GOMES	BARTOLOMEU GOMES DA SILVA - HELENA MARIA DO CARMO	IPUEIRAS-CE	29/12/1948	N/D	"HAROLDO"
BERGSON GURGEL FARIAS	GESSINER FARIAS - LUIZA GURGEL FARIAS	FORTALEZA-CE	17/05/1947	N/D	N/D
BERNARDETE FURTADO DOS SANTOS LAGE	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
BERNARDO NOVAIS DA MATA MACHADO	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
BERNARDO VIANA MARQUES CERDEIRA	N/D	N/D	N/D	N/D	VER P/ CONVERGÊNCIA SOCIALISTA
BOANERDES SOUZA MASSA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
BOLIVAR FONTES	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
BRAZ TEIXEIRA DA CRUZ	INOCENCIO DOS REIS - VICENCIA MARIA DE JESUS	ITAUNA-MG	03/02/1939	N/D	CORRENTE
BRENO JATOBÁ AGRA	MÁRIO LOPES AGRA - FLEURANGE JATOBÁ AGRA	VIÇOSA/ALAGOAS	01/06/1952	N/D	CODINOME "ABRAÃO" E "BRENO"
CAIO BOUCINHAS	n/d	N/D	N/D	N/D	N/D
CAIO SALOMÉ	Francisco Salomé de Oliveira e Alzira de Souza Salomé	BH	22/08/1946	N/D	MAURO
CANDIDO URAÍDO GONÇALVES	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
CARLOS ADALBERTO ESTUQUI FILHO	Carlos Adalberto Estuqui Filho e Maria de Lourdes Estuqui	Florianópolis-SC	14/11/1952	Brasília -DF	Detido quando da realização do 3º/ENE
CARLOS ALBERTO DA SILVA	N/D	N/D	N/D	N/D	vulgo Carlinhos; o nominado é punguista
CARLOS ALBERTO DAS NEVES	Antônio Nunes das Neves e Josefa das Neves	N/D	09/09/1941	N/D	N/D
CARLOS ALBERTO DO CARMO	José Raimundo do Carmo e Lourdes Braga	Divinópolis - MG	17/05/1948	N/D	ANÍBAL
CARLOS ALBERTO SOARES DE FREITAS	Jaime Martins de Freitas/Alice Soares de Freitas	BH	12/08/1939	N/D	N/D
CARLOS ARAÚJO DE MORAIS	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
CARLOS AUGUSTO AMARAL HOFFMANN	Paulo Amaral Hoffmann/Ismar Amaral Hoffmann	Natividade - RJ	15/03/1953	N/D	Detido quando da realização do 3º/ENE
CARLOS BICALHO SCHOTTIFELDT	Carlos Socias Sclottfeldt/Léa Bicalho Schlottfeldt	Viçosa -MG	28/10/0945	N/D	N/D

NOME	FILIAÇÃO	NATURALIDADE	DATA DO NASCIMENTO	RESIDÊNCIA	OBSERVAÇÕES
CARLOS LAMARCA	N/D	N/D	N/D	N/D	Morto
CARLOS MARIGHELLA	N/D	N/D	N/D	N/D	Morto
CARLOS ROBERTO ZANIRATO	N/D	N/D	N/D	N/D	Cabral"
CARLOS TADEU BIONDI	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
CARLOS TADEU RIBEIRO	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
CARLOS THMOSHENKO SOARES DE SALES	João Sales da Silva/Margarida Sales Soares	Fortaleza-CE	03/11/1946	N/D	Assalto ao Banco do Brasil de Maranguape - CE -ALN
CARLOS VICTOR ALVES DELAMÔNICA	Sebastiana Marques	Três Corações - MG	02/06/1946	N/D	"Domince" C.E. do PC do B.
CARLOS VILAN PINON	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
CARMELA PEZZUTI	Pedro Pezzuti/Tiburcia Ávila Pezzuti	Araxá - MG	10/10/2026	N/D	"Virginia"- DI/PCB - Colina - Banida
CARMEM BARCELOS COSTA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
CARMEN HELENA BARBOSA DO VALE	JOSÉ RODRIGUES DO VALE - LUIZA BARBOSA DO VALE	GOVERNADOR VALADARES-MG	21/11/1944	N/D	CASADA COM APOLO HERINGER LISBÔA. OUTROS NOMES: CARMEN HELENA HERINGER LISBÔA E CARMEN HELENA HERINGER LISBÔA - CODINOME: ANA E ESTER. COMPONENTE DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO MILITAR (COLINA)
CARMEN HELENA BARBOSA DO VALE	N/D	N/D	N/D	N/D	FICHA 158
CARMEN LÚCIA DE CILLO	ANTONIO DE CILLO NETO - ENCARNAÇÃO GONZALES DE CILLO	SÃO PAULO	04/02/1957	SÃO PAULO	DETIDA QUANDO DA REALIZAÇÃO DO III° ENE
CARMEN LÚCIA DO AMARAL	PLÍNIO BARBOSA DO AMARAL - MARIA ALZIRA RODRIGUES DO AMARAL	RUBIM-MG	07/05/1945	N/D	"LEILA"
CARMEN SILVIA LAGUNA TERRERI	OSCAR TERRERI - ADELINA LAGUNA TERRERI	RIBEIRÃO PRETO-SP	03/05/1958	CAMPINAS/SP	DETIDA QUANDO DA REALIZAÇÃO DO III° ENE
CASEMIRO BRUNO FALEIKS	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
CASSIO ROGÉRIO RAMOS	LÚCIO RAMOS - WANDA VELOSO RAMOS	SALINAS-MG	27/09/1946	N/D	PARTICIPOU DO CONGRESSO DA UNE EM IBIÚNA/SP
CATARINA MELONI	JOÃO MELONI - CRISTINA SEGATO MELONI	PRONTA-SP	03/10/1943	N/D	APML - "DORA"
CECILIO EMIDIO SATURNINO	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
CÉLIA FONTINI	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
CELIA MARIA TORRES	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
CÉLIA REGINA BARBOSA RAMOS	N/D	N/D	N/D	N/D	VER P/ CONVERGÊNCIA SOCIALISTA
CELINA MARIA DE SOUZA COSTA	MARIO COSTA FILHO - CLEUZA MARIA DE SOUZA COSTA	SÃO PAULO	28/11/1953	N/D	DETIDA QUANDO DA REALIZAÇÃO DO III° ENE
CELIO SÉRGIO CABRAL	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
CELISIO CHRISPIM	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
CELSA CELITA DO NASCIMENTO BERMELLO	MARCIAL AFONSO RODRIGUES BERMELLO - FLORIPES DO NASCIMENTO BERMELLO	SÃO PAULO	26/12/1954	SÃO PAULO	DETIDA QUANDO DA REALIZAÇÃO DO III° ENE
CELSO DE AQUINO RIBEIRO	NARCISO RIBEIRO - GUIOMAR AQUINO RIBEIRO	SÃO TOMAZ DE AQUINO - MG	23/12/1938	N/D	CODINOME CARLOS - CORRENTE
CELSO DINIZ PEREIRA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
CELSO MIRANDA	SÁVIO NASCIMENTO MIRANDA - ZAIRA NASCIMENTO MIRANDA	PEÇANHA - MG	25/11/1954	N/D	DETIDO QUANDO DA REALIZAÇÃO DO III° ENE
CELSO PEREIRA ARAUJO	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
CESAR ADOLFO REBOLLAR	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
CESONIA MAGNA TEIXEIRA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D

NOME	FILIAÇÃO	NATURALIDADE	DATA DO NASCIMENTO	RESIDÊNCIA	OBSERVAÇÕES
CICERO LOUREIRO MOURÃO	CICERO MOURÃO - MARIA SALES MOURÃO	SÃO LOURENÇO-MG	30/06/1946	N/D	LIGADO A MARCELO RENATO BRITO. TERIA PERTENCIDO A "ALA-VERMELHA", COM CONTATOS NO DCE.
CÍCERO OTÁVIO DE ASSIS CABRAL	CÍCERO VALERIANO CABRAL - MARIA DA GLÓRIA ASSIS CABRAL	ITABIRA-MG	07/01/1955	N/D	N/D
CINESIO LOURENÇO DOS REIS	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
CIRO VALADARES DE VASCONCELOS JUNIOR	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
CLARA MARIA DE OLIVEIRA ARAÚJO	WALDEMAR FERREIRA DE ARAUJO - MARIA DE OLIVEIRA ARAUJO	TEOFILÂNDIA - BA	05/06/1958	BA	DETIDA QUANDO DA REALIZAÇÃO DO IIIº ENE
CLAUDETE BOTARO DE MATOS	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
CLAUDINO JOSÉ DA SILVA	N/D	N/D	N/D	N/D	MEMBRO DO COMITÊ CENTRAL DO PC. DEPUTADO FEDERAL PELO PC
CLAUDIO AUGUSTO DE ALENCAR CUNHA	JONAS CUNHAS - IDELZUITE ALENCAR CUNHA	FORTALEZA-CE	26/11/1943	N/D	B-148. FÁBIO - PABLITO
CLAUDIO DE SOUZA RIBEIRO	BERINO DA SILVA RIBEIRO - DULCINÉIA DE SOUZA RIBEIRO	N/D	N/D	N/D	VPR-CURSO EM CUBA - FORAGIDO
CLAUDIO GALENO DE MAGALHÃES LINHARES	JOVINO LINHARES - CONCEIÇÃO LAGE LINHARES	FERROS-MG	N/D	N/D	"LOBATO"
CLAUDIO ROCHA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
CLEA MARIA PRADO GALHANO	SEBASTIÃO GALHANO - CLEA FERREIRA GALHANO	CRUZEIRO-SP	N14/01/1955	N/D	DETIDA QUANDO DA REALIZAÇÃO DO IIIº ENE
CLEBER CONSOLATRIX MAIA	N/D	N/D	N/D	N/D	"JACÓ" - AP/ML - PRESO EM JUIZ DE FORA
COLATRINO LOPES SOARES FILHO	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
CONCEIÇÃO IMACULADA DE OLIVEIRA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
CRISTOBAL ALVAREZ GARCIA	N/D	N/D	N/D	N/D	PADRE
CUL CHARLES SHREIE	N/D	N/D	N/D	N/D	"NOBERTO"
DALTON GODINHO PIRES	N/D	N/D	N/D	N/D	"FERNANDO"- VAR-PALMARES - FORAGIDO
DALTON LUIZ FERREIRA ALVES	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
DALVA STELA RODRIGUES DE CARVALHO	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
DANILO CARATA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
DANILO CORADO	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
DANTON RIOS FREITAS ALVIM	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
DARCY RODRIGUES	N/D	N/D	N/D	N/D	"BATISTA"- EX - 2 SGT.
DAVID RODRIGUES DINIZ	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
DEA MARCIA DIAS DA SILVA	GERALDO MARCELINO DA SILVA/ NISIA DIAS DA SILVA	BH	19/08/1947	R. VALCEDONIA, 260	PRESA EM 18/ 01/1972
DEGULE FREITAS CASTRO	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
DELIO DE OLIVEIRA FANTINI	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
DELMYR FERNANDES VILELA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
DEMÉTRIO DA ROCHA RIBEIRO	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D

NOME	FILIAÇÃO	NATURALIDADE	DATA DO NASCIMENTO	RESIDÊNCIA	OBSERVAÇÕES
DENISSON LUIZ CERQUEIRA MENEZES	PEDRO LEÃO DE MENEZES/TEREZA CERQUEIRA MENEZES	PALMEIRA DOS ÍNDIOS/ ALAGOAS	27/07/1950	N/D	CODINOMES: “DENISSO” E “GRACILIANO”
DESLY GONÇALVES DE PAULA	PHILOGENO GONÇALVES DE PAULA/ ESTER OLIVEIRA GONÇALVES	POTÉ-MG	N/D	AV. GETÚLIO ARGAS, 25 (RES. DOS PAIS)	“RUTH” “ANA” “AMELIA”- AP/ML - PRESA NO RIO GRANDE DO SUL EM 12/05/1972
DILMA MARIA PEREIRA LARA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
DILMA VANA ROUSSEF	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
DILSON CARDOSO	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
DIVINO FERREIRA DE SOUZA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
DOBORA MARIA DE ALMEIDA	JOSÉ DE ALMEIDA/ JACYRA CANDIDO	SÃO PAULO	15/10/1951	SÃO PAULO	DETIDA QUANDO DA REALIZAÇÃAO DO III ENE.
DOMICIO ORNELAS DE SOUZA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
DOMINGOS SÁVIO DO NASCIMENTO	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
DORA KAUFMAN BESSLER	MANECHEM KAUFMN/ LIBE RACHL KAUFMAN	RIO DE JANEIRO	N/D	RJ.	DEQTIDA QUANDO DA REALIZAÇÃO DO II ENE
DULCE QUEIROZ	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
DURVAL GUIMARÃES SOBRINHO	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
EDÉSIO FRANCO PASSOS	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
EDGAR DE ALMEIDA MARTINS	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
EDGAR GODOY DA MATA MACHADO	N/D	N/D	N/D	N/D	PROFESSOR . UM DOS FUNDADORES DA AP
EDIVALDO AMORIM FARIAS	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
EDNA MARIA SILVA ZENA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
EDNEIA ELIAS XAVIER	GERALDINO FERREIRA XAVIER- IZABEL ELIAS XAVIER	CACHOEIRA DO CAMPO - MG	30/03/1953	BELO HORIZONTE	DETIDA QUANDO DA REALIZAÇÃO DO III°/ENE*
EDSON DA SILVA COELHO	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
EDSON GONÇALVES SOARES	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
EDSON LOURIVAL REIS DE MENEZES	N/D	N/D	N/D	N/D	WANDER - COMANDANTE GUERRILHEIRO. VISITOU CUBA, FRANÇA E ARGÉLIA- ÀS CUSTAS DA COLINA
EDUARDO AFONSO DOS REIS	JOSÉ AFONSO DOS REIS - LUZIA FAILAGE DOS REIS	MARÍLIA - SP	15/08/1956	SÃO PAULO	DETIDA QUANDO DA REALIZAÇÃO DO III°/ENE*
EDUARDO ANTONIO DA FONSECA	N/D	N/D	N/D	N/D	ALN
EDUARDO COLLIER FILHO	ANTONIO SOARES DA COSTA - SILVIA DOS SANTOS SOARES	POÇOS CALDAS - MG	02/02/1948	N/D	APML. COD : “ULISSES”
EDUARDO LEITE	N/D	N/D	N/D	N/D	“BACURIª
EDUARDO MARCUS CHAVES BASTO	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
EDYR DA SILVA RABELO	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
EFIGÊNIA MARIA DE OLIVEIRA	N/D	N/D	N/D	N/D	CORRENTE
EGON KRAKHECKE	ALFREDO KRACHECKE - LEUCÁLIA MARIA HARTMANN KRAKHECKE	GARIBALDI- RS	21/04/1941	R. DRª RITA LOBATO, 194, APTO. 204 - P.A.	“BERNARDO” - (APML)
ELECTRA DE PAULA OLIVEIRA	PAULO CARLOS DE PAULA - MARIA DA GLÓRIA BARBOSA DE PAULA	SANTOS DUMONT- MG	06/01/1939	RIO DE JANEIRO	DETIDA QUANDO DA REALIZAÇÃO DO III°/ENE*
ELEONORA MENICUCCI DE OLIVEIRA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
ELIAS ANTONIO JORGE	NACIF JORGE- HONORINA JOSÉ NACIF	PONTE NOVA - MG	25/03/1948	R. BERNARDINO DE LIMA, 502- BH	PRESO EM IBIUNA- SP - VAR- PALMARES

NOME	FILIAÇÃO	NATURALIDADE	DATA DO NASCIMENTO	RESIDÊNCIA	OBSERVAÇÕES
ELIAS SIQUEIRA	N/D	GOVERNADOR VALADARES-MG		GOVERNADOR VALADARES	N/D
ELIEZER VAZ DE MORAIS	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
ELIZA MARCIA MENDONÇA LEOPOLDO	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
ELIZA MARIA DA CONCEIÇÃO PEREIRA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
ELIZA MARIA PEREIRA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
ELIZABETH GUERRA PARREIRAS	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
ELIZABETH MACHADO RIBEIRO DE OLIVEIRA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
ELMO COELHO DA SILVA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
ELMO FURTADO SIQUEIRA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
ELMO VITAL NOLASCO	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
ELOISA DE REZENDE DIAS DUARTE	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
ELOISE CEDRO FERNANDES	AVELINO FERNANDES - HORTÊNCIA CEDRO FERNANDES	SANTOS - SP	11/01/1953	SÃO PAULO	DETIDA QUANDO DA REALIZAÇÃO DO III°/ENE*
ELOISIO FURBINO GUALBERTO	N/D	N/D	N/D	N/D	DETIDA QUANDO DA REALIZAÇÃO DO III°/ENE*
ELSON COSTA	JOÃO SOARES COSTA- MARIA NOVAIS COSTA	MINAS GERAIS	26/08/1913	N/D	MEMBRO DO CC DO PCB
ELVIO CARLOS MOREIRA	N/D	N/D	N/D	N/D	MÉDICO VETERINÁRIO
EMANOEL TOLENTINO FILHO	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
EMELY VIEIRA RIBEIRO	CLARINDO VIEIRA DOS SANTOS - FILOCELI ALVES RIBEIRO	ARASSUAÍ- MG	20/02/1938	N/D	"SARA" - ALA VERMELHA E AP- PRESA EM 08-10-1971
EMILIA EMIKO KITA	TOKUMOSUKE KITA - KINITO KITA	BASTOS - SP	23/07/1943	N/D	B- 141 * RESPONDE A PROCESSO NA AUDITORIA DA 4ª CJM. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA. FORAGIDA
ENIO AMARAL	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
ENIO ANTONIO DUTRA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
ÊNIO SEABRA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
ENRICO DAVITE	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
ERLY GODOY ROSA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
ERNOBIO PASSOS DE ANDRADE	N/D	N/D	N/D	N/D	DETIDO QUANDO DA REALIZAÇÃO DO III°/ENE*
ESDRAZ AZARIAS CAMPOS = "VIET-KONG"	N/D	N/D	N/D	N/D	COLINA
ESTHER TANZER	EMIL TANZER - ROSA TANZER	MILÃO - ITÁLIA	01/06/1957	SÃO PAULO	DETIDA QUANDO DA REALIZAÇÃO DO III°/ENE*
ETELVINO DE OLIVEIRA NUNES	LEVI DE ARAUJO NUNES - GERALDA OLIVEIRA NUNES	BOCAIUVA- MG	26/06/1948	N/D	COD. "MANOEL" . AP/ML - COMITÊ ESTUDANTIL - FAZ ENGENHARIA NA UFMG - FORAGIDO
ETELVINO TEIXEIRA COELHO	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
EULER CORDEIRO TITO	ROQUE JOSÉ TITO - DORALICE CORDEIRO TITO	BELO HORIZONTE - MG	N/D	N/D	N/D
EUSTAQUIO PINTO DE OLIVEIRA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
EVANDRO AFONSO NASCIMENTO	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
EVERALDO CRISPIM DA SILVA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
EVERALDO QUINTÃO TORRES	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
FABIO ALBERTO ANDRADE GOULART	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D

NOME	FILIAÇÃO	NATURALIDADE	DATA DO NASCIMENTO	RESIDÊNCIA	OBSERVAÇÕES
FABIO MARÇAL ANDRADE CUNHA	JOSÉ CUNHA CHAVES/ GRACIETE VILELA CUNHA CHAVES	UBERLÂNDIA/MG	29/03/1947	UBERLÂNDIA/MG	REGISTRA ANTECEDENTES POLITICOSOCIAIS NA ID/4, INDICIADO EM IPM, - AP/ML
FARDI HELOU	BARBAHAN HELOU/ELMILIE HELOU	PIRES DO RIO/GO	N/D	N/D	¨CORRENTE¨; 40 ANOS
FÁTIMA PLUTARCO SÁ RODRIGUES LIMA	N/D	FORTALEZA/CE	15/07/1956	SP	DETIDA QUANDA REALIZAÇÃO DO III/ENE REF. NA B=571/FLS.18 E 572*
FÁTIMA TELLES DA SILVA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
FELIPE FELIX BICHARA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
FELIPE FERES BICHARA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
FERANDO SANNA PINTO	JOSÉ CRUZ PINTO/ MARIA MADALENA SANNA PINTO	BELO HORIZONTE/ MG.	11/06/1945	SRFX-	ML/PCB. RESPONDE A PROCESSO NA AUD. DA 4A. CJAM. ESTÁ COM PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA, TENDO SIDO PRESO EM SÃO PAULO.
FERNANDA COLAIS ARANTES	N/D	N/D	N/D	N/D	AP/ML.
FERNANDO ANTÔNIO DOS SANTOS OLIVEIRA	SEBASTIÃO RODRIGUES DOS SANTOS/ ALMERINDA DE OLIVEIRA SANTOS	SÃO MIGUEL DO ANTA/ MG	06/08/1942	RUA CONSELHEIRO LAFAIETE, 865 - BH/MG.	IPM-ALA VERMELHA- DO PCDOB ENCARREGADO TEN. TARCISIO NOVAES MURTA- DATA DA PRISÃO 09/05/1970-LIBERADO EM 06/06/1970- SOB LIBERDADE VIGIADA. ML-PCB-CODINOME: CLÁUDIO.
FERNANDO AUGUSTO DE SANTA CRUZ OLIVEIRA	N/D	N/D	N/D	RUA DIANA, 698 -SP	26 ANOS, CASADO, FUND. DO DAE- SP
FERNANDO BORGES DE PAULA FERREIRA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
FERNANDO BORJANA DE FREITAS MORGADO DE MOURA	ARMANDO MORGADO/ MARIA EDUARDA BORJANA FREITAS	SANTARÉM	16/12/1946	N/D	CODINOMES: ANTUNES, ESTUDANTE FAFICH APML
FERNANDO CARAMURU BASTOS FRAGA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
FERNANDO CORRÊIA DIAS	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
FERNANDO DA MATTA PIMENTEL	MIGUEL PIMENTEL	BELO HORIZONTE = BH	31/03/1951	N/D	COLINA- EX- ESTUDANTE, MINEIRO, PROFISSIONAL DA SUBVERSÃO, UMA VEZ QUE É MANTIDO POR ELA. ANTERIORMENTE, PERTENCEU, JÁ NO RGS, A VAR=P., COM O CODINOME DE CHICO. NA VAR=P., "JORGE" FOI UM DOS QUE ASSALTARAM O CARRO DO BANCO DO BRASIL (PAGADOR), EM CANÔAS E DA TENTATIVA DE SEQUESTRO DO CONSUL AMERICANO, SAINDO FERIDO NO PÉ, ALÉM DE SER O CHEFE DA UNIDADE DE COMBATE DA VPR NO R.G.S.. RESPONDE A PROCESSO NA AUD. DA 4ª C.J.M. SUA PRISÃO PREVENTIVA FOI DECRETADA, ESTANDO O MESMO FORAGIDO. OUTRO CODINOME: "OSCAR"
FERNANDO DE FREITAS PICARDI	VICENTE RAFAEL PICARDI/ MARIA DE FREITAS PICARDI	SÃO ROQUE DE MINAS	19/10/1944	N/D	(CORRENTE)
FERNANDO FERREIRA	TÓFILO ALVES FERREIRA BASTOS/ ANA FERREIRA	PARÁ DE MINAS/ MG	28/10/1937	N/D	PIM - ENCARREGADO TEN. TARCÍSIO NOVAES MURTA - DATA DA PRISÃO 09/0501970- LIBERDADE 25/05/1970- SUBVERSÃO
FERNANDO JOSÉ DA CUNHA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
FERNANDO JOSÉ DE BARROS COSTA	MANOEL DE BARROS COSTA/ MARIA BARBOSA COSTA	QUADRÂNGULO/ ALAGOAS	08/08/1949	N/D	CODINOMES: ¨EDUARDO E ¨FERNANDO¨
FERNANDO JOTA DE PAULA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
FERNANDO SOARES LOPES	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D

NOME	FILIAÇÃO	NATURALIDADE	DATA DO NASCIMENTO	RESIDÊNCIA	OBSERVAÇÕES
FLÁVIA DE OLIVEIRA BARRETO	SEVERINO DIAS DE OLIVEIRA/ TEREZINHA MENDES DE OLIVEIRA	PERNAMBUCO - PE.	18/01/55	N/D	DETIDA QUANDO REALIZAÇÃO DO III/ ENE.
FLÁVIO ALBERTO ANDRADE GOULARTE	N/D	N/D	N/D	N/D	DETIDO QUANDO REALIZAÇÃO DO III/ ENE.
FLÁVIO DAS NEVES CRUZ	AFFONSO CRUZ NETTO/ MARIA ANTONIA CRUZ	RIO DE JANEIRO	30/10/1958	RJ.	N/D
FLÁVIO LIMA E SILVA	JAIME XAVIER SILVA/ JACILDA LIMA SILVA	MACEIÓ/ ALAGOAS	29/09/1944	N/D	CODINOMES: ¨AIMORE¨ E ¨FLÁVIO¨
FLÁVIO TEIXEIRA	N/D	N/D	01/04/1957	CAMPO GRANDE- MT.	DETIDO QUANDO REALIZAÇÃO DO III/ ENE.
FORTUNATO DA SILVA	WALDEMAR CUPERTINO BERNARDES/ NAZARENA BERNARDES	UBERLÂNDIA - MG.	09/01/1948	N/D	VAR=PALMARES. ÚLTIMA PRISÃO EM 08/01/1970 E LIBERADO EM 28/01/1971 PELO CODI=BH.
FRANCIS GOMES DO VALE	RAIMUNDO NONATO VALE/ EXPEDITA GOMES VALE	BELÉM DO PARÁ	07/01/1945	N/D	N/D
FRANCISCO ANTÔNIO DE SOUZA JORGE	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
FRANCISCO DE ASSIS ALVES BRANT	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
FRANCISCO DE ASSIS PALHARINI	JOSÉ PALHARINI/ CLAUTILDE MARIA BIANCCHI	NOVO HORIZONTE - SP.	01/03/1954	SP.	DETIDO QUANDO DA REALIZAÇÃO DO III/ ENE.
FRANCISCO EDMUNDO LOPES MALESPIN	TIBÚRCIO LOPES SAPATA/ FRANCISCA MALESPIN DE LOPEZ	MANÁGUA-NICARÁGUA	26/12/1952	BH	DETIDO QUANDO DA REALIZAÇÃO DO III/ ENE.
FRANCISCO FELIPE CARDOSO	N/D	N/D	N/D	N/D	JORNAL ¨ESTADO DE MINAS¨ DE 10/04/1973. O NOMINADO É INTEGRANTE DO P.C.B DO CEARÁ
FRANCISCO INACIO DE ALMEIDA	JOSÉ PINTO DE ALMEIDA/ LUIZ VIANA DE ALMEIDA	BATURITÉ-CE	16/11/1939	N/D	UNE-COD. ¨SOL¨
FRANCISCO JACOB PIMENTA ROCHA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	JOSÉ PEREIRA DA SILVA/ CRISTINA PEEIRA GURGEL	FORTALEZA-CE	10/09/1928	N/D	N/D
FREDERICO CASTRO PENA/PONA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
FREDERICO OZANAN BARCELLOS DE SOUZA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
FREDERICO OZANAN PEREIRA	CUSTÓDIO PEREIRA SOBRINHO/ DULCE ALVES PEREIRA	UBERLÂNDIA = MG.	N/D	AV. RAINHA ELIZABETH, 85 RIO=GB.	DENUNCIADO PELA 4A. RM COMO SUBVERSIVO.
FREDERICO WAGNER BERGER BARBOSA	CARLOS WAGNER BERGER BARBOSA/ HILDA STRACK BARBOSA	BELO HORIZONTE/ MG.	22/10/1948	N/D	N/D
GABRIEL KRAICHETE SOBRINHO	N/D	N/D	N/D	N/D	MIITANTE DO PC DO B (CEARÁ)
GASPAR	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
GERALDA ETIENE ROMEU	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
GERALDO ALVES ALVARENGA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
GERALDO CLEMENTE SOARES	VICENTE DE PAULO SOARES/ MARIA BERNARDINA SOARES	PEDRO LEOPOLDO = MG.	23/11/1946	N/D	CODINOMES ¨ MARTELETE ¨ ROGÉRIO ¨ ESQUEMA ¨ DINO¨.
GERALDO CRUZ PIRES RIBEIRO	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
GERALDO DE MENEZES	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
GERALDO GOMIDES	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
GERALDO LESSA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
GERALDO MOREIRA DA SILVA	JOSÉ MOREIRA DA SILVA/ RITA TERESA DA COSTA	ALVINÓPOLIS=MG.	13/04/1941	RUA SARAMENHA DE LIMA, OURO PRETO - MG.	¨MOREIRA¨- CORRENTE. RESPONDE PROCESSO NA AUD. DA 4A CJM. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA. FORAGIDO.

NOME	FILIAÇÃO	NATURALIDADE	DATA DO NASCIMENTO	RESIDÊNCIA	OBSERVAÇÕES
GERALDO REIS ALVES	JOÃO DOS REIS/ MARIA DO CARMO ALVES REIS	LAMIM/ MG	20/08/1913	A. ANDRE CAVALCANTI, 359, APTO 11 - BARROCA	CONSTA QUE O EPIGRAFADO FOI DENUNCIADO COMO MEMBRO DE UMA ORGANIZAÇÃO SUBVERSIVA. A DENUNCIA FOI FEITA POR ELAINE BERNARDES DA ROCHA. CODINOME: DESEMBARGADOR.
GERALDO TARCIANO	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
GETÚLIO LUIZ DE OLIVEIRA	N/D	N/D	N/D	N/D	O NOMINADO É PUNQUISTA
GILBERTO FERNANDES GOMES DE FARIA	CARMELINO ANDRADE DE FARIA/ YOLANDA GOMES DE FARIA	BRASILEIRO	N/D	RUA RIO DE JANEIRO, 804 - BH/MG.	35 ANOS; CONDENADO PELA AUD. DA 4A. RM, A 6 MESES DE RECLUSÃO. REVEL- FORAGIDO.
GILBERTO THELMO SIDNEY MARQUES	JOSÉ MARQUES FILHO/ MARIA ELNIR SIDNEY MARQUES	QUIXERAMOBIM - CE	23/04/1944	N/D	ALN- ¨JOAQUIM¨- PRESO
GILDAZIO WESTIN COSENZA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
GILDO MACEDO DE LACERDA	AGOSTINHO NUNES LACERDA/ JUSTA GARCIA MACEDO LACERDA	ITUIUTABA - MG	08/07/1949	N/D	AP
GILGAL GONÇALVES VERMELHO	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
GILNEY AMORIM VIANA	DIVALDO TRANCOSO VIANA/ MARIA GLORIA AMORIM VIANA	BRASILEIRO/ MINAS GERAIS	18/08/1945	N/D	SUSPEITO DE FAZER CURSO EM CUBA=PRESO.
GILSE MARIA CONSENZA	JOSÉ NICODEMO CONSENZA/ SIMONE WESTIN CONSENZA	PARAGUASSÚ = MG.	12/12/1943	N/D	AP/ML
GUIDO DE SOUZA ROCHA	JOSÉ DE ASSIS ROCHA/ MARIA AUGUSTA SOUZA ASSIS ROCHA	SERRO/ MG	22/09/1933	N/D	IPM - S/POLOP E COLINA - PRISÃO EM S. PAULO PELO CODI= BH. DATA DA PRISÃO EM 30/07/1971. ELEMENTO SUBVERSIVO, QUE AO TENTAR FUGIR, FOI PRESO NA FRONTEIRA COM A BOLIVIA EM PORTO FERREIRA E RECAMBIADO PARA S. PAULO. RECOLHIDO AO DOI/II EXÉRCITO DESDE 04/07/1971. TRATA-SE DE UM ELEMENTO INDICIADO NO IPM COLINA E QUASE ENCONTRAVA FORAGIDO. A INFORMAÇÃO DO DOI/II EXERC., DATA DE 07.07.1971
GUILHERME GOMIDES	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
GUILHERME JOÃO MONKEN	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
GUILHERME PRATA LIMA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
HAIRTON GURY	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
HAMILCAR BOUCINHAS	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
HAMILTON ALVES DUARTE	TEOTONIO PINTO DUARTE/ RAIMUNDA ALVES BAHIA DUARETE	MONTE ALEGRE - PA.	11/06/1945	N/D	IPM SOBRE VAR PALMARES. CODINOME RENATO.
HAMILTON RODRIGUES COELHO	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
HEIDEMBURGO CHATEUBRIAND FERREIRA DINIZ	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
HELBERT DE OLIVEIRA COELHO	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
HELCIO CANÇADO SOUTO	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
HELCIO PEREIRA FORTES	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
HELENA HELOIZA PAIXÃO ALENCAR	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
HELIO ADAMI DE CARVALHO	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
HELIO CABRAL DE SOUZA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D

NOME	FILIAÇÃO	NATURALIDADE	DATA DO NASCIMENTO	RESIDÊNCIA	OBSERVAÇÕES
HELIO MONTEIRO NOBREGA	HUMBERTO NOBREGA/ ANETE MONTEIRO NÓBREGA	FORTALEZA - CE	20/10/1946	N/D	N/D
HELMUT HEIRICH GEORG BITTER	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
HELVÉCIO AVELAR MARQUES	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
HELVECIO LUIZ DE AMORIM RATTON	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
HELVECIO PORTUGAL NEVES	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
HENRIQUE CLAUDIO DE LIMA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
HENRIQUE DE ASSIS MELO	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
HENRIQUE MACHADO HORTA FILHO	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
HERBERT EUTÁQUIO DE CARVALHO	N/D	N/D	N/D	N/D	"DANIEL" TAMPINHA"-ALN
HERCULANO MOURAO SALAZAR	GUTEMBERG SALAZAR JUNIOR/ SALAMBO MOURAO SALAZAR	BELO HORIZONTE - MG	09/03/1947	R. LAVRAS, 212 -BH	CODINOME: "GERALDO". ALA VERMELHA DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (P.C.DO B.)
HERCULANO PEREIRA DA SILVA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
HERQUIDES ESTACHIO NOLASCO	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
HERTHA CLECIA PIDNER BOUCINHAS	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
HILÁRIO JOSÉ DOS SANTOS	JOSÉ LUIZ DE GONZAGA/ JOAQUINA RAIMUNDA DOS SANTOS	POTEGI- CE	25/05/1943	N/D	N/D
HILDA MACHADO	N/D	N/D	VER P/CONVERGENCIA SOCIALISTA	N/D	N/D
HIRAM RAMOS DE OLIVEIRA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
HISACI PEREIRA DOS SANTOS	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
ICLEA GOMES CORREA	MANOEL ALVES CORREA/ ELVIRA GOMES CORREA	RIO DE JANEIRO	08/10/1950	RJ.	DETIDA QUANDO DA REALIZAÇÃO DO III/ ENE.
IDALIZIO SOARES ARANHA FILHO	IDALIZIO SOARES ARANHA/ AMINTAS RODRIGUES PEREIRA	RUBIM-MG	21/08/1947	N/D	C.R. DO P. C. DO B.- CONSTA ESTAR ATUANDO EM BRASILIA- D, JUNTAMENTE COM WALQUIRIA AFONSO COSTA
IEDA MARIA BOTTURA AREIAS	JOAO BARBOS AREIAS/ MARIA IZZOTA BOTTURA AREIAS	ARARAQUARA- SP.	12/08/1953	N/D	DETIDA QUANDO DA REALIZAÇÃO DO III/ ENE.
IGNACIO AGERO HERNANDES	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
IGNÁCIO ALFONSO DE BEDIAGA Y HICKMAN	NEMÉSIO BEDIAGA LÓPES/ ELIZ CARMEN KICKMAN Y URRUTIA DE BEDIAGA	ESPANHA ZARAGOZA	26/01/1954	RJ.	DETIDO QUANDO DA REALIZAÇÃO DO III/ ENE.
ILDE FADIGA ANDRADE	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
INES ETIENE ROMEU	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
IRANI CAMPOS	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
IRANY MARTINS PARREIRAS	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
IRENE CARMEN V. TELLES	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
IRINA WESKO	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
ISOLDE SOMMER	FRANCISCO SOMMER/ JOANA MARTE SOMMER	PA/RS	18/09/1945	N/D	VAR-PALMARES * "ANITA" MARIA". CONDENADA A 25 ANOS. FORAGIDA.

NOME	FILIAÇÃO	NATURALIDADE	DATA DO NASCIMENTO	RESIDÊNCIA	OBSERVAÇÕES
ITALO BIAGIO FLORA	MIGUEL FLORA/ VIRCIA MARIA FLORA	MANHUMIRIM	04/11/1951	N/D	EM JULHO DE 1971, PRESIDENTE DO D. C. E.; EM SETEMBRO DE 1971, EDITOU O JORNAL OPINIAO, IMPRESSO NA GUANABARA PELO CORREIO DA MANHA. LIGADO A GERALDO CRUZ PIRES. PRESO EM 72 PELO DOI. (INQUÉRITO DE AP/ML)
IVENS PINTO FRANQUEIRA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
IZILDINHA GASPAR BUELONI	SANTOS BUELINI FILHO/ HELENA DE JESUS GASPAR BUELINI	PIRACICABA - SP.	14/06/1955	SP.	DETIDA QUANDO DA REALIZAÇÃO DO III/ ENE.
JACINTA FREITAS DUARTE	VICENTE DUARTE/ EVA FREITAS GOMES	PORTO ALEGRE/ RS	24/03	RUA BERNARDO PIRES, 448 - P.A.	(APML) - "JAQUELINE", "JACK"
JADIR DE OLIVEIRA ISIDORO	N/D	N/D	N/D	N/D	CORRENTE.
JAIR NEGRAO DE LIMA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
JAIR REIS FILHO	JAIR PINTO DOS REIS/ ERUDINA DE OLIVEIRA REIS	SAO GOTARDO = MG.	N/D	N/D	CONDENADO PELA AUDITORIA DA 4A. CJM. =FORAGIDO=
JAMIL ANTUNES PARREIRA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
JANE VASCONCELOS DANTAS	JOSÉ LOPES DA SILVEIRA/ CLEIDE VASCONCELOS DANTAS	LICANIA- SANTANA DE ACARAÚ- CE.	01/06/1948	N/D	"LOURA"
JANTE O. CARVALHO	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
JARBAS HOLANDA PEREIRA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
JAYME DE ALMEIDA	N/D	N/D	N/D	N/D	"CHAIM" "ALA VERMELHA DO B. "
JEANNE LEMOS PIMENTEL	JOAO XAVIER PIMENTEL/ JUDITH LEMOS PIMENTEL	RIO DE JANEIRO	16/09/1954	RJ.	DETIDA QUANDO DA REALIZAÇÃO DO III/ ENE.
JEFFERSON LUIZ DE BARROS COSTA	MANOEL DE BARROS COSTA/ MARIA BARBOSA COSTA	QUADRANGULO/ ALAGOAS	16/05/1968	N/D	CODINOMES: "SAMUEL" E "JEFFERSON"
JESUS DE ALMEIDA FERNANDES	JESUALDO SOARES FERNANDES/ ALAE ALMEIDA FERNANDES	CORONEL MURTA/ MG.	06/04/1951	RUA ABRE CAMPO, 365 APTO 102	"PC DO B"- CODINOME: ZÉ
JOAO ANTONIO ABRIÇAN	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
JOÃO ANUNCIATO DOS REIS	N/D	N/D	N/D	N/D	CODINOME: "CANELA""
JOÃO BATISTA BRAGA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
JOÃO CARLOS AGOSTINI	N/D	N/D	N/D	N/D	VER P/ CONVERGENCIA SOCIALISTA
JOÃO CARLOS CASTELLAR PINTO	CARLOS CESAR CASTELLAR PINTO/ DULMORGADO CASTELLAR PINTO	RIO DE JANEIRO	04/04/1958	RJ.	DETIDA QUANDO DA REALIZAÇÃO DO III/ ENE.
JOÃO CARLOS HAAS SOBRINHO	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
JOÃO CARLOS KFOURI QUARTIM MORAIS (MANOEL)	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
JOÃO DE DEUS ROCHA	JOAQUIM CANDIDO DOS REIS/ MARIA DE LOURDES ROCHA	CONTAGEM = MG	16/02/1918	RUA BOA ESPERANÇA, N 165 - BHTE	P.C.B.
JOÃO DE QUEIRÓZ ANDRADE	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
JOÃO DIOGO FILHO	N/D	N/D	N/D	N/D	DETIDO QUANDO DA REALIZAÇÃO DO III ENE
JOÃO DOMINGOS PASSARELA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
JOÃO GONÇALVES DA SILVA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
JOÃO HOMERO NOVAES	JOÃO FERREIRA NOVAES/ IDA MUNIZ NOVAES	CARANGOLA - MG.	24/04/1953	RJ.	DETIDO QUANDO DA REALIZAÇÃO DO III ENE
JOÃO JACINTO DA MOTTA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D

NOME	FILIAÇÃO	NATURALIDADE	DATA DO NASCIMENTO	RESIDÊNCIA	OBSERVAÇÕES
JOÃO MARQUES AGUIAR	N/D	N/D	N/D	N/D	"COLINA""
JOÃO MAURICIO DE ANDRADE GOULART	N/D	N/D	N/D	N/D	ALA VERMELHA DO B.
JOÃO MAURICIO VIEIRA	N/D	N/D	N/D	N/D	FIGUEIRA
JOÃO ROCHA DE JESUS	MANOEL ROCHA DE JESUS/ RAIMUNDA LOPES RODRIGUES	BALSAS - MA	20/09/1942	N/D	N/D
JOAQUIM ANTONIO FONSECA	INEZ AUGUSTA CALDEIRA/ OLINTO ANTONIO DA FONSECA	RIO PIRACICABA = MG.	10/04/1936	N/D	"FONSECA E CARECA"= CORRENTE.
JOAQUIM FALCÃO FILHO	JOAQUIM FALCÃO/ NEDINA DAS DORES FALCÃO	B.H.	16/12/1946	RUA DOS AERONÁTUAS, 322 - AP. 25	ESTUDANTE DA FACE - P. C. DO B.
JOAQUIM PIRES CERVERIA	MARCELO PIRES CERVERIA/ AURACELA GOULART CERVERIA	RS	14/12/1923	N/D	OFICIAL DO EXÉRCITO- BANIDO TERRITÓRIO
JOB ALVES DOS SANTOS	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
JONAS JOSÉ CRISOTO	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
JONES QUEIROS	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
JORGE ALVES DE ALMEIDA VENANCIO	FRANCISCO DA SILVA VENANCIO/ ISMALIA ALVES DE A. VENANCIO	GUANABARA	13/05/1951	GB.	DETIDO QUANDO DA REALIZAÇÃO DO III ENE.
JORGE BATISTA FILHO	JORGE BATISTA/ NATALINA SILVA BATISTA	CÁSSIA=MG.	01/03/1943	NATAL = RN.	N/D
JORGE GERALDO TARABAL ABDALA	JORGE MIGUEL ABDALA/ TARABALITA TARBAL ABDALA	ITAUNA=MG.	26/10/1952	BH.	DETIDO QUANDO DA REALIZAÇÃO DO III ENE.
JORGE LUIZ MENEZS	JORGE MENEZES/ ANESIA LIMA MENEZES	ESTADO DO RIO	24/02/1959	RJ.	DETIDO QUANDO DA REALIZAÇÃO DO III ENE.
JORGE RAIMUNDO NAHAS	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
JORGE ROBERTO SAMPAIO	JUVENIL ANGELIM SAMPAIO/ EDITH PENIDO SAMPAIO	GUIRICEMA - MG.	20/05/1954	BH.	DETIDO QUANDO DA REALIZAÇÃO DO III ENE
JORGE WERTZ	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
JOSÉ ADÃO PINTO	N/D	N/D	N/D	N/D	"CORRENTE" JUIZ DE FORA.
JOSÉ AFONSO DE ALENCAR	N/D	N/D	N/D	N/D	EM LIBERDADE VIGIADA. "CORRENTE".
JOSÉ ALFREDO	N/D	N/D	N/D	N/D	"CORRENTE".
JOSÉ ALVES DE SOUZA	N/D	N/D	N/D	N/D	DETIDO QUANDO DA REALIZAÇÃO DO III ENE. VER RECORTE DA FOLHA DE SP. DE 12.03.1977 VERSANDO SOBRE O NOMINADO.
JOSÉ ALVES PEREIRA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
JOSÉ ANGELO ROCHA	ANTONIO ROCHA/ TERESA BERSANI ROCHA	NOVA ERA MG	20/11/1954	BH.	DETIDO QUANDO DA REALIZAÇÃO DO III ENE.
JOSÉ ANIBAL PERES PONTES	N/D	N/D	N/D	N/D	COLINA
JOSÉ ANTONIO FONSECA	ANTONIO FONSECA/ CONSTANCIA FONSECA	SANTO ANGELO/ RS	01/01/1943	RUA ARNALDO BOHRER, 176 -PORTO ALEGRE	TOMÁS (APML)
JOSÉ ANTONIO GONÇALVES DUARTE	N/D	N/D	N/D	N/D	EDÚ - POC.
JOSÉ ANTONIO PINTO PINHEIRO	N/D	N/D	N/D	N/D	CORRENTE"
JOSÉ ANTONIO PRATES	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
JOSÉ AUGUSTO DE MACEDO	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
JOSÉ AUGUSTO FIDÉLIS SARNO	CORINTO SARNO/ ANA MARIA SANGIOVANI SARNO	POÇOES/ BA	04/05/1943	N/D	(APML) - "MARCIO", "AUGUSTO", "FREDERICO". NOME FASLO: WILSON ANTONIO MILIOLI
JOSÉ AURI PINHEIRO	N/D	N/D	N/D	N/D	MILITANTE DO PC DE B (CEARÁ) "ANTONIO"

NOME	FILIAÇÃO	NATURALIDADE	DATA DO NASCIMENTO	RESIDÊNCIA	OBSERVAÇÕES
JOSÉ AYRES LOPES	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
JOSÉ AZZIZ CRETTON	N/D	N/D	N/D	N/D	VER P/ CONVERGENCIA SOCIALISTA
JOSÉ CARLOS NOVAIS DA MATTA MACHADO	N/D	N/D	N/D	N/D	AP
JOSÉ CARVALHO DE OLIVEIRA	N/D	N/D	N/D	N/D	BANIDO
JOSÉ CAVALCANTE FILHO	JOSÉ CAVALCANTE/ VIRGINIA CAVALCANTE	PERNAMBUCO	12/08/1929	N/D	N/D
JOSÉ CORREA (PADRE)	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
JOSÉ DA CONCEIÇÃO BARBOSA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
JOSÉ DA SILVA TAVARES	N/D	N/D	N/D	N/D	"ATLETICANO"
JOSE DARCY FONTENELLI DE ARAUJO	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
JOSÉ DE ALMEIDA LIMA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
JOSÉ DE ARAÚJO NOBREGA	N/D	N/D	N/D	N/D	EX SARGENTO DA E. E.
JOSÉ DE BRITO BARBALHO	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
JOSÉ DE MELO FARIA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
JOSE DIRCEU REGIS RIBEIRO	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
JOSE DUARTE	N/D	N/D	N/D	N/D	MILITANTE DO PC DO B (CEARÁ). "RAMALHO".
JOSÉ EDUARDO AGUAIR SIQUEIRA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
JOSÉ EMILIO CARVALHO DE OLIVEIRA	JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA/ DOLORES CARAVALHO DE OLIVEIRA	PIRENÓPOLIS - GO	11/11/1948	AV. BIAS FORTES, 583	LIGADO A MARCELO RENATO BRITO
JOSÉ EURIDES PEREIRA QUERÓS	TIAGO PEREIRA DA SILVA/ CAROLINA VIEIRA DE QUEIROZ	MONTES CLAROS - MG.	25/12/1947	RJ.	DETIDO QUANDO DA REALIZAÇÃO DO III ENE.
JOSÉ FERREIRA LOPES	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
JOSÉ FIDELIS AUGUSTO SARNO	COINTO SARNO/ ANA MARIA SANGIOVANE SARNO	POÇOES = BA.	04/05/1943	CURITIBA- ETS. DO PARANÁ	MARCIO "" AUGUSTO" "FREDERICO".
JOSÉ FLAVIO RODRIGUES PEREIRA	N/D	N/D	N/D	N/D	LIGADO A COLINA
JOSÉ FRANCISCO DOS SANTOS RUFINO	N/D	N/D	N/D	N/D	MILITANTE DO PC DO B (CEARA)
JOSÉ FREDERICO SOBRINHO	N/D	N/D	N/D	N/D	ANTECEDENTES NO DOPS.
JOSÉ GENOINO NETO	SEBASTIÃO GENOINO GUIMARÃES/ MARIA LAÍS NOBRE	QUIXERAMOBIM - CE	03/05/1946	N/D	UNE
JOSÉ GERALDO	N/D	N/D	N/D	N/D	EX SARGENTO DO EXÉRCITO BRASILEIRO
JOSÉ JULIO ARAÚJO	JOSÉ ARAUJO/ MARIA DO ROSARIO CORREITA DE ARAUJO	ITAPECIRICA = MG.	22/07/ 1972	RUA THOMPSOM FLORES 271 = BH	ISRAEL JJ - CORRENTE.
JOSÉ LAMARTINI GODOY	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
JOSÉ LEITE FILHO	N/D	N/D	N/D	N/D	JORNAL ESTADO DE MINAS 10.04.1973. O NOMINADO É MILITANTE FILIADO AO PCB DE CEARÁ.
JOSÉ LINCOLN VIANA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
JOSE LOURENÇO SIQUEIRA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
JOSÉ LUIZ AMALIO DA SILVA	CARLOS EDMUNDO AMÁLIO DA SILVA FILHO/ SILVIA RODRIGUES DA SILVA	RIO DE JANEIRO	19/03/1948	RJ.	DETIDO QUANDO DA REALIZAÇÃO DO III ENE/
JOSÉ LUIZ ESTEVES DOS SANTOS	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
JOSÉ LUIZ MOREIRA GUEDES	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D

NOME	FILIAÇÃO	NATURALIDADE	DATA DO NASCIMENTO	RESIDÊNCIA	OBSERVAÇÕES
JOSÉ MACIEL DUARTE DE PAIVA	JUIZ GERMANO BONTEMPO DE PAIVA/ EUNICE DUARTE DE PAIVA	ITABIRA - MG.	11/06/1958	BH.	N/D
JOSÉ MÁRCIO GIRARDI DE MENDONÇA	JOAQUIM CASTRO DE MENDONÇA/ GERCY GIRARDI DE MENDONÇA	SÃO JOÃO NEPOMUCENO - MG.	20/03/1950	BH.	DETIDO QUANDO DA REALIZAÇÃO DO III ENE.
JOSÉ MARCOS SANTANA	JOSÉ GERALDO SANTANA/ AVELINA ANTUNES SANTANA	BH.	02/03/1960	BH.	DETIDO QUANDO DA REALIZAÇÃO DO III ENE.
JOSÉ MARIA BORGES	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
JOSÉ MARIA DE ALMEIDA	N/D	N/D	N/D	N/D	VER P/ CONVERGENCIA SOCIALISTA
JOSÉ MARIA DE CASTRO	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
JOSÉ MARIANI FERREIRA ALVES	N/D	N/D	N/D	N/D	CABO MARIANE
JOSÉ MARTINS DA SILVA	N/D	N/D	N/D	N/D	LIGADO A "CORRENTE".
JOSÉ NATALINO MAGALHÃES	N/D	N/D	N/D	N/D	MANOEL
JOSÉ ORFEU MARANHÃO MOREIRA	ESDRAS BRITO MOREIRA/ TEREZINHA MARANHÃO MOREIRA	CRITALANDIA -GO.	30/07/1951	GO.	DETIDO QUANDO DA REALIZAÇÃO DO III ENE.
JOSÉ PEREIRA LIMA	EZEQUIEL PEREIRA LIMA	N/D	N/D	N/D	N/D
JOSÉ RAIMUNDO COSTA	N/D	N/D	N/D	N/D	IAIAS - MOISÉS- GILBERTO
JOSÉ RAIMUNDO JARDIM ALVES PINTO	JOSÉ ALVES PINTO/ MARIA APARECIDA ALVES PINTO	UBERABA= MG	26/09/1942	N/D	"OPM" PRESO EM 23/03/1969. LIBERADO EM 27/03/1969, TRASFERIDO PARA A COLONIA PENAL DUTRA LADEIRA.
JOSÉ RIBAMAR LEMOS JÚNIOR	JOSÉ RIBAMAR LEMOS/ MARIA DE LOURDES LEMOS	RECIFE - PE	21/02/1956	N/D	DETIDO QUANDO DA REALIZAÇÃAO DO III ENE.
JOSE ROBERTO FERREIRA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
JOSÉ ROBERTO FRANCO TAVARES PAES	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
JOSE RONALDO TAVARES LIRA E SILVA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
JOSÉ SALES DE OLIVEIRA	MANOEL SALES DE OLIVEIRA/ ALTINA ARAGAO DE OLIVEIRA	AMAZONAS	30/11/1941	N/D	MARCUS
JOSÉ TARCISIO CAMPOS	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
JOSÉ TARCISIO CRISÓSTOMO PRATA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
JOSÉ WANDERLEY VENTURI	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
JOSÉ WELMOWICKI	N/D	N/D	N/D	N/D	VER P/ CONVERGENCIA SOCIALISTA
JOSEMAR PIRES DELARRETE	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
JOSUÉ GRIFF	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
JUAREZ GUIMARÃES DE BRITO	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
JUDAS THADEU TIBÚRCIO	JOÃO AFONSO TIBÚRCIO/ IRACI FERREIRA VILAÇA	BOM SUCESSO = MG.	22/07/1944	N/D	"SERGIO"- CORRENTE
JULIO ANTONONIO BITENCOURT ALMEIDA	N/D	N/D	N/D	N/D	COLINA
JULIO CEZAR DE MELO ANDRADE	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
JURACY MENDES DE OLIVEIRA	ANTONIO TAVARES DE OLIVEIRA/DEMICÍLIA MENDES DE OLIVEIRA	CEARÁ	30/07/1938	N/D	N/D
JUSSARA LINS MARTINS (DE SOUZA?)	N/D	N/D	N/D	N/D	A. P. M. L. CODINOME: "PAULA""
JUSTINO LEMOS PINHEIRO	N/D	N/D	N/D	N/D	VER P/ CONVERGENCIA SOCIALSTA
JUVERCINO CANDIDO DA SILVA	N/D	N/D	N/D	N/D	LIGADO A "CORRENTE"

NOME	FILIAÇÃO	NATURALIDADE	DATA DO NASCIMENTO	RESIDÊNCIA	OBSERVAÇÕES
LADISLAU DOW BOR	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
LAFAYETE MEGALE	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
LAIS SOARES PEREIRA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
LAMARTINE SACRAMENTO FILHO	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
LAUDELINA MARIA CARNEIRO	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
LAURA BUTCHER CAMARGO	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
LAURO RONALDO SANTOS CORDEIRO	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
LEILA DIAS ARAUJO	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
LEILA MARIA FERREIRA	BENEDITO FERREIRA - WILMA THEREZA DE LIMA FERREIRA	SÃO MANUEL - SP	17/02/1955	SÃO PAULO	DETIDA QUANDO DA REALIZAÇÃO DO IIIº/ENE*
LELIO FABIANO DOS SANTOS	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
LENINI MOREIRA DA SILVA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
LEONARDO PIMENTA MOURÃO	AMORIM RABELO MOURÃO - DALVA LÚCIA PIMENTA MOURÃO	PARÁ DE MINAS - MG	04/09/1953	N/D	DETIDO QUANDO DA REALIZAÇÃO DO IIIº/ENE*
LEONIDES KLEI	N/D	N/D	N/D	N/D	EX-SGT. DO EB
LEOVI ANTONIO PINTO CARNEIRO	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
LESSI DIOLISIO DE OLIVEIRA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
LEY SOARES	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
LINCOL RAMOS VIANA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
LINO WANDER CIONI FONTINI	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
LIVIO LOPES	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
LORETA KIEFER VALADARES	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
LUCIA MARLY OLIVEIRA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
LUCILLA REGINA FARIA DE SOUZA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
LUCIO DIAS NOGUEIRA	N/D	N/D	N/D	N/D	CORRENTE
LUIZ ANTONIO SANSÃO	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
LUIZ AUGUSTO ARAÚJO MARQUES	ELOFILO MARQUES- JULIETA DANTAS ARAÚJO MARQUES	IRARÁ- BA	15/03/1954	SALVADOR- BA	DETIDO QUANDO DA REALIZAÇÃO DO IIIº/ENE*
LUIZ CARLOS DE FREITAS	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
LUIZ CARLOS LEITE	N/D	N/D	N/D	N/D	JORNAL “ESTADO DE MINAS” DE 10.04.1973- PERTENCE AO PCB DO CEARÁ
LUIZ CARLOS MATOS	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
LUIZ FELIPE BATTON MASCARENHAS	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
LUIZ FENELON PIMENTEL BARBOSA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
LUIZ FERNANDO BORGES OLIVEIRA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
LUIZ FERNANDO CARCERONI	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
LUIZ OSWALDO CARNEIRO RODRIGUES	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
LUIZ OTAVIO FAGUNDES DO AMARAL - (TAVINHO)	CONSTANTINO DUTRA AMARAL - INÊZ MARIA FERNANDES AMARAL	BELO HORIZONTE - MG	19/12/1950	RUA CEARÁ, 1908	CURSANDO NO ICEX - PC do B
LUIZ SABINO DE SANTANA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D

NOME	FILIAÇÃO	NATURALIDADE	DATA DO NASCIMENTO	RESIDÊNCIA	OBSERVAÇÕES
LUIZ SERGIO FONSECA SOARES	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
LUIZ SÉRGIO J. DA SILVA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
LUP FURTADO SIQUEIRA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
LUZIANA DE ABREU E SOUZA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Magda Magalhães Alves	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Mairy Barbosa Loureiro	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Manoel de Oliveira Pinto	N/D	N/D	N/D	N/D	ALN
Manoel Dias Nascimento	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Manoel Eduardo Borges de Marques	Manoel Rodrigues Marques; Nancy Borges Marques	Andradina - SP	28/08/1954	SP	Detido quando da Realização do III°/ENE* Ref. Na B 571/ fls.26
Manoel Henrique Ferreira	N/D	N/D	N/D	N/D	"Anderson"
Manoel Paulino de Souza	Geraldo Deusdet de Souza; Alice de Vila Souza	BH	22/06/1938	N/D	N/D
Mara Curtis Alvarenga	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Marcelo Boshi	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Marcelo de Almeida Santos Neves	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Marcelo Eiji Oikawa	N/D	N/D	N/D	N/D	Detido quando da realização do III°/ENE* Ver Armário 18 - 3ª gaveta
Marcelo Mário de Melo	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Marcelo Renato Brito	José de Araújo Brito; Odete Ana Miranda Brito	Trê Pontas - MG	28/09/1948	Rua Itatiaia, 62	Ligado a Judas Tadeu (Veterinário)
Marcelo Ribeiro Vaz	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Márcia Cordeiro de Morais	Nyto Abreu de Morais; Ainda Cordeiro de Morais	Governador Valadares - MG	31/07/1957	N/D	N/D
Márcia de Lemos	Ageu Luiz de Lemos; Aparecida Marques Garcia	Orinhos - SP	10/08/1953	SP	Detida quando da realização do III°/ENE* Ref. Na B 571/ fls 27 e B 572
Marcia Elias Viana Melhem	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Márcia Izabel Fugisawa	Marques Fugisawa; Akira Fugisawa	Londrina - Paraná	12/05/1955	Londrina	Detida quando da realização do III°/ENE* Ref. Na B 571/A-doc 116 e B 572
Marcia Regina Polido	Luiz Polido Filho; Aparecida Bueno Polido	Marília - SP	12/02/1956	SP	Detida quando da realização do III°/ENE* Ref. Na B 571/ fls. 32 e B 572
Marcio Augusto Santiago	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Marcio de Araujo Lacerda	N/D	N/D	N/D	N/D	Corrente -
Márcio Godinho Oliveira	Sílvio Viana Oliveira; Maria da Conceição Oliveira	Belo Horizonte - MG	03/12/1955	N/D	Detido quando da realização do III°/ENE* Ref. Na B 570/C
Marco Antonio de Azevedo Meyer	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Marco Antônio Fabiani	Péricles Barbuio Fabiani; Irene Barbuio Fabiani	Ribeirão Claro - PR	26/09/1956	PR	Detido quando da realização do III°/ENE* Ref. Na B 571/A-fls. 118 e B 572
Marco Antônio Victorio Barros	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Marco Aurélio Freitas Lisboa	Francisco Lisbôa; Lais de Freitas Lisbôa	BH	16/05/1950	Rua Euclásio, 374 e Rua Lignito, 235 - Santa Efigênia	PC do B - foragido
Marco Aurelio Spyer Prates	Geraldo Spyer Prates e Ana Siesi Prates	Belo Horizonte - MG	22/04/1950	Rua Estevão Pinto, 932	Ligado a Marcelo Renato Brito e Newton (Viet) da Engenharia
Marco Fábio da Fonseca Mourão	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Marcos de Faria Azevedo	Theles Azevedo; Myrtes Felisberto de Faria Azevedo	Campos - RJ	16/03/1956	Campos - RJ	Detido quando da realização do III°/ENE* Ref. Na B 571/ fls. 89 e B 572

NOME	FILIAÇÃO	NATURALIDADE	DATA DO NASCIMENTO	RESIDÊNCIA	OBSERVAÇÕES
Marcos de Paula Pinto	Fausto de Paula Pinto; Ionne de Paula Pinto	Belo Horizonte - MG	26/12/1956	BH	N/D
Marcos José Burle Aguiar	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Marcos Magalhães Rubinger	Algisa Magalhães Rubinger	N/D	N/D	N/D	Prontuário (RG) nº 573498 (23)
Marcos Nonato da Fonseca	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Marcos Wilson	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Margot de Alvarenga Araujo	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Margot Edith Jacob Buchi	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Maria Aparecida Fernandes	William Fernandes; Lazara de Melo Fernandes	Itapira - SP	09/03/1949	SP	Detida quando da realização do III°/ENE Ref. Na B 571/fls 34 - E 572 e B 495 (Info)
Maria Aparecida Machado Castro Nunes	Riolando de Castro Nunes; Taciturna Teixeira Machado	Comendador Gomes - MG	04/10/1955	BH	Detida quando da realização do III°/ENE* Ref. Na B 570/C*
Maria Auxiliadora Athayde	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Maria Auxiliadora Barcelos	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Maria Auxiliadora Córdova	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Maria Auxiliadora de Almeida Cunha	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Maria Ceres Pimenta	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Maria Clara Arante Pêgo	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Maria Conceição Imaculada	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Maria Cristina da Nobrega Cesarino	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Maria da Conceição D'Angelo Pinto	Francisco José Pinto Filho; Helena Maciel D'Angelo	Campos - RJ	11/11/1954	N/D	Detida quando da realização do III°/ENE* Ref. Na B 570/C*
Maria da da Glória Santos	Juarez Bonelli. Iza Parreira Gusmão Bonelli	Rio de Janeiro - RJ	16/04/1957	RJ	Detida quando da realização do III°/ENE* Ref. Na B 571 fls 92 e B 572*
Maria da Natividade Ferreira de Silva	Antonio F. de Lima; Maria Barbosa Lima	Ouro Preto - MG	05/12/1941	N/D	N/D
Maria Dalce Riccas	Enea Ricas; Francisca Ricas	Iuna - ES	13/02/1949	Rua Paulo Brandão, 286	PC do B - Codinome "Nádia"
Maria das Dores Belmiro	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Maria de Fátima Cury	Miguel Cury; Najla Elias Cury	Ribeirão Preto - SP	13/04/1957	SP	Detida quando da realização do III°/ENE* Ref. Na B 571/ fls. 35* B 572/III°/ENE*; B570-C
Maria de Lourdes Oliveira	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Maria do Carmo Brito	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Maria do Carmo Lara	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Maria do Espirito Santo de Oliveira Santos	João da Costa Santos e Hilária Moreira de Oliveira	Jequitibá - MG	14/04/1941	Rua Capivarí, 426-apto. 108 Serra	APMC?
Maria do Perpétuo Socorro Barreira Gomes	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Maria do Rosário Cunha Peixoto	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Maria do Rosário Rodrigo Gonzalez	Pedro Rafael Antonio Rodrigo Martinez; Maria Del Pilar Gonzales Blanco	Oviedo - Espanha	28/09/1958	SP	Detida quando da realização do III°/ENE* Ref. A B 571/ fls 38
Maria do Socorro Pereira Bicalho	N/D	N/D	N/D	N/D	Detida quando da realização do III°/ENE* Ver armário 18 - 3ª gaveta (Civil 1)
Maria Emília Lisbôa Pacheco	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Maria Francisca Sales Pinheiro	Ataliba Pinheiro da Silva; Eglandine Sales Pinheiro	Jaguaribe - CE	05/12/1947	N/D	(B-148) UNE

NOME	FILIAÇÃO	NATURALIDADE	DATA DO NASCIMENTO	RESIDÊNCIA	OBSERVAÇÕES
Maria Grecia Vieira Raponi	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Maria Helena Costa Albergaria	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Maria Helena L. Lacerda	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Maria Helena Teixeira Lacerda	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Maria Imaculada Diniz	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Maria Inêz Pedrosa Nahas	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Maria Izabel de Medeiros Valle	Rodolfo Guimarães Valle; Consuelo de Medeiros Valle	Manaus - Amazonas	19/05/1957	RJ	Detida quando da realização do III°/ENE * Ref. Na B 571/ fls. 93 e B 572*
Maria José Rios Peixoto da Silveira Lindolfo	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Maria José Rossetti	Wanderley Rossetti; Olinda Ferreira Rossetti	Cruzeiro - SP	12/08/1954	Pinheiros - SP	Detida quando da realização do III°/ENE* Ref. Na B 571/ fls 36 e B 572/III°/ENE*
Maria José Silva Lourenço "Luiza"	N/D	N/D	N/D	N/D	Detida pelo DEOPS/SP como membro da CONVERGÊNCIA SOCIALISTA
Maria Lisboa de Oliveira	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Maria Lucia Torres Lepecki	N/D	N/D	N/D	N/D	B - 244
Maria Luiza de Barros Torres	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Maria Luiza Santa Cruz	João Santa Cruz; Narcisa Munhoz Santa Cruz	São Paulo	11/01/1957	SP	Detida quando da realização do III°/ENE* Ref na B 571/ fls 37 e B 572
Maria Luiza Torres	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Maria Marta D'Angelo Cretton	N/D	N/D	N/D	N/D	Ver p/ Partido Socialista *
Maria Meier Barboza	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Maria Nadja Leite de Oliveira	Celso Nogueira de Oliveira; Judite de Oliveira	Pacajús - CE	16/01/1946	N/D	(b-148)
Maria Octavia Borges	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Maria Regina de Paula Mota	Ciro Marinho de Paula Mota; Maria Terezinha Soares de Paula	Belo Horizonte - MG	15/04/1953	Rua Paraíba, 1190 - apto 201, Belo Horizonte - MG	Vide C-69
Maria Rosangela Batistoni	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Maria Ruth Barreto Cavalcante	Francisco Vieira Cavalcante; Ana Brasil Barreto Cavalcante	Pedra Branca - CE	16/04/1943	N/D	(B-148)
Maria Solange de Castro Athayde	N/D	N/D	N/D	N/D	Civil 6
Maria Valderés S.Coelho da Paz	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Marilda Soares Vilela	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Mariléa Venâncio Porfirio	N/D	N/D	N/D	N/D	19
Marilene Melgaço Valadares	N/D	N/D	N/D	N/D	21
Marilia Angélica do Amaral	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Marilyn Lyra Lima	Francisco de Lyra Lima; Elvira Teixeira Campos	São Paulo - SP	17/10/1954	BH	N/D
Mario Bento da Silva	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Mario de Souza Prata	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Mario de Souza Rezene	Altamiro Augusto de Rezende; Fausta Augusta Teixeira de Souza	N/D	N/D	N/D	N/D
Mario Jorge Dias Carneiro	N/D	N/D	N/D	N/D	"Agamenon" - "Ala Vermelha"
Mario Roberto Galhardo Sanconato	N/D	N/D	N/D	N/D	"XUXU"

NOME	FILIAÇÃO	NATURALIDADE	DATA DO NASCIMENTO	RESIDÊNCIA	OBSERVAÇÕES
Mário Vitor Parreira Santos	Mario Antônio Santos; Durvalina Parreira Santos	Rio de Janeiro	04/12/1954	RJ	Detido quando da realização do III°/ENE* Ref; na B 571/ fls. 94
Mariza Pontes de Oliveira	Arthur Pula de Oliveira; Maria Pontes de Oliveira	Ribeirão Preto - SP	02/08/1954	Detida quando da realização do III°/ENE*	Ver P/B 570/C*
Marly Elizabeth Rodrigues	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Marvim Ortega	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Mary de Souza Muniz	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Masaro Sato	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Máscara de Gesso	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Matias Gomes Barbosa	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Maura Gerbi Veiga	N/D	N/D	N/D	N/D	Ver P/ Convergência Socialista*
Mauricio Gradel	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Mauricio Guerra	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Mauricio Vieira de Paiva	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Max Botelho Victor Rodrigues	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Menina do POC	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Miguel Pereira dos Santos	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Milton Campos de Souza	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Milton Lucas de Paula	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Milton Moraes	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Milton Tavares Campos	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Mirian Ema Gothardo Krenus	N/D	São Paulo	15/02/1959	SP	Detida quando realização do III°/ENE* Ref. Na B 571/fls 41* e B 572
Mirian Soares Ferro	Sebastião Ferro de Souza;Lindinalva Soares Ferro	Palmeira dos Índios/Alagoas	24/12/1956	N/D	Codinomes: “Miriam” e “Mariana” PCBR - B 218, CIVIL 9
Mirtis Maria do Vale	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Misael Pereira dos Santos	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Moacir Ramos da Silva	N/D	N/D	N/D	N/D	Jornal “Estado de Minas” de 10/04/1973, o nominado é integrante de Comitê Central do PCB em Fortaleza
Moema Correia São Thiago	Raimundo Lima Verde São Thiago; Branca Correia São Thiago	Formiga - MG	03/04/1948	N/D	(B-148) - ALN -
Mônica Eustáquio da Fonseca	Adriano Fonseca e Zely Eustáquio Fonseca	Ponte Nova - MG	15/05/1949	Rua Abre Campo, 365-apto 102	PC do B
Monir Fahan Sab	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Morelino Ferreira Marques	Dorvil Ferreira Marques de Souza; Maria Madalena de Jesus	Rio Manso - MG	26/11/1945	Bom Sucesso - R. Vigario Camilo, 122	Codinome: “Salvador” R4 0511119/70 DOPS
Moretzon José Barboza	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Murilo Borges Bernardes	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Nair do Rosário Barboza	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Napoleão Miranda	Sebastião Ildefonso de Miranda; Maria Fúlia de Melo Miranda	Belo Horizonte - MG	15/05/1954	N/D	N/D
Nedilza Maria Rivorêdo	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D

NOME	FILIAÇÃO	NATURALIDADE	DATA DO NASCIMENTO	RESIDÊNCIA	OBSERVAÇÕES
Nelson Boechat Cunha	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Nelson Deusdará	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Nelson Lima Piauhy Dourado	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Neuza Maria de Souza Netto	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Neuza Maria Del Ri	Rinaldo Del Ri; Jacira Spasiani Del Ri	N/D	01/03/1956	N/D	Detida quando da realização do III°/ ENE* REF. Na B= 570/C*
Newton Morais	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Ney Francisco	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Nilcea Moraleida Gomes	N/D	N/D	N/D	N/D	PC do B - Codinome "Sonia"
Nilmario de Miranda	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Nilo Sergio Menezes Macêdo	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Nilson Junqueira	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Nilze Azevedo Cardoso	Álvaro Cardoso; Zilá Azevedo Cardoso	Orlandi/SP	22/01/1945	Rua Venâncio Aires, 281 - apto. 316 - P.A.	(APML) - "Mônica", "Regina", "Vera", Cida". Ver o Extrato de Situação na AB-260, fl. 10
Noberto Ferreira Spindola	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Noberto Nemy	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
NOME	FILIAÇÃO	NATURALIDADE	DATA DE NASCIMENTO	RESIDÊNCIA	OBSERVAÇÕES
NOME	FILIAÇÃO	NATURALIDADE	DATA DO NASCIMENTO	RESIDÊNCIA	OBSERVAÇÕES
Norma Nápoles Oliveira	Geraldo de Oliveira; Thereza Nápoles de Oliveira	Belo Horizonte - MG	07/09/1950	Rua Lima Duarte, 226	RG nº 932*339
Nylson Gomes da Silveira Filho	Nylson Gomes da Silveira; Jacira M. da Silveira	SP	05/03/1948	N/D	Detido quando da Realização do III°/ENE* REF. Na B=570/c-* B571/Fls. 52-*
OLAVO JUNQUEIRA DE ANDRADE	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
OMAR BATISTA PEREIRA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
ONDINA PEDROSA NAHAS	JOAQUIM PEDROSA PEREIRA - HARINE PEDROSA	RIO ACIMA - MG	15/10/1917	RUA AFONSO DE CARVALHO, 77 - CAIÇARA - BH	N/D
ONOFRE DOS SANTOS	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
OROSLINDA MARIA TARANTO GOULART	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
OSCAR IKIRO KUDO	N/D	N/D	N/D	N/D	VER P/ CONVERGÊNCIA SOCIALISTA
OSMAR CÂNDIDO DINIZ	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
OSMAR FERNANDES COLONGE	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
OSMAR MARCELINO	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
OSWALDO BERNARDINO DA SILVA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
OSWALDO REZENDE DA SILVA	N/D	N/D	N/D	N/D	"BATISTA"
OSWALDO SEVERINO DA SILVA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
OTACILIO CALDEIRA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
OTAVIANO ALVEZ	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
OTAVIO REIS DA SILVA RAMOS	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
OTÁVIO SILVA CAMARGOS	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
OZÉAS DUARTE DE OLIVEIRA	LAURO ALVES DE OLIVEIRA - MARIA TEMÍSTOCLES DUARTE DE OLIVEIRA	JUCAS- CE	N/D	N/D	(B-148)- "TADEU" "EJERÔNIMO"

NOME	FILIAÇÃO	NATURALIDADE	DATA DO NASCIMENTO	RESIDÊNCIA	OBSERVAÇÕES
PAULO BICALHO DOS SANTOS	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
PAULO CESAR CURY	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
PAULO CESAR DE FREITAS CARDOSO	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
PAULO CESAR DE OLIVEIRA SOUZA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
PAULO DE TARSO LOGUÉRICO VIEIRA	POMPÍLIO VIEIRA JÚNIOR E AMADA MARIETA LOGUÉRCIO VIEIRA	BAGÉ-RS	26/02/1949	RUA RIACHUELO, 1355 (CASA DO ESTUDANTE)	(APML) - "RICARDO" "EDUARDO" "NILTON"
PAULO DIAS DO NASCIMENTO	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
PAULO EMILIO DE ANDRADE AGUIAR	MIGUEL FROTA AGUIAR E IVETE ANDRADE AGUIAR	SOBRAL-CE	31/01/1944	N/D	(B-148)
PAULO FERNANDO DE MIRANDA CARVALHO	PAULO DE MIRANDA CARVALHO E LAÉLIA BROWNE DE MIRANDA CARVALHO	RIO DE JANEIRO	19/10/1955	RIO DE JANEIRO	DETIDO QUANDO DA REALIZAÇÃO DO IIIº/ENE*
PAULO GERALDO FERREIRA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
PAULO LÚCIO DE PAULA	ANTONIO EUZEBIO DE PAULA E CLARINDA ROSA DE JESUS	DOM JOAQUIM	N/D	N/D	N/D
PAULO MARCOMINI	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
PAULO MIRANDA GOMES	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
PAULO MOTA CHAVEIRO	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
PAULO PEDREIRA DA SILVA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
PAULO PONTES	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
PAULO PONTES DA SILVA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
PAULO ROBERTO MACHADO	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
PAULO ROBERTO MAGALHÃES	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
PAULO RODRIGUES CHAVES	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
PAULO SERGIO AZAMBUJA ROCHA	N/D	N/D	N/D	N/D	PRESIDENTE DO DCE
PAULO TELLES DA SILVA	JOSÉ TELES DA SILVA E GERALDINA DE OLIVEIRA E GERALDINA DE OLIVEIRA TELLES	POTÉ-MG	23/12/1942	N/D	(PRONTUARIADO)*
PEDRO ALVARES CABRAL ROSA	N/D	N/D	N/D	N/D	"MARCIO"
PEDRO AMÉRICO ROCHA E SILVA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
PEDRO DE ASSIS PEREIRA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
PEDRO GARCIA COSTA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
PEDRO GRANJEIRO AMORIM	N/D	N/D	N/D	N/D	JORNAL "ESTADO DE MINAS" DE 10.04.73 - O NOMINADO É INTEGRANTE DO PCB DO CEARÁ.
PEDRO MOREIRA MACHADO	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
PEDRO PAULO BRETAS	N/D	N/D	N/D	N/D	COLINAS
PEDRO PAULO DE ANDRADE CRUZEIRO	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
PEDRO ROCHA FILHO	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
PERCY SAMPAIO	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
PERY TADEU DE OLIVEIRA FALCON	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
PIERINO GARGANO	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
PORFIRIO FRANCISCO DE SOUZA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Rachid Rachid de Araujo Filho	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D

NOME	FILIAÇÃO	NATURALIDADE	DATA DO NASCIMENTO	RESIDÊNCIA	OBSERVAÇÕES
Raimundo Fernandes de Jesús	Abrelino Vieira dos Santos; Januária Fernandes Vieira	Itamarandiba-MG	N/D	N/D	Pasta C-70: o nominado é punguista. Ver of.29/74-2º DP
Raimundo Uchoa DIógenes	N/D	N/D	N/D	N/D	Jornal "Estao de Minas" de 10/04/73. O nominado é integrante do P.C.B. em Fortaleza
Raul Bicalho	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Raymundo Nonato Lopes dos Santos	Antônio Calixto dos Santos; Maria Dacy Lopes	Urussuaí - Piaúí	15/03/1917	Rua Quintino Bocaiúva - 426, Bairro Jardim da Glória	Of. Nº 25/ CISMEC ao Sr. Secretário da Segurança Pública/MG, o solicitando dados do epigrafado. O.S. nº 53/CODIN/73. Vide Infão. Nº 009/DRSP-CVS-DAS-JF 69. Infão. Nº 140/73/COSEG à CISMEC dando informações sobre o epigrafado
Regina Celi	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Regina Celi de Araujo	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Reinaldo José de Melo	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Renata Ferraz Guerra de Andrade	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Renato Alves do Valle	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Renato Batista de Carvalho	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Renato Luis Campos Aroeira	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Renato Notine Cançado	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Renato Pimentel	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Renato Santos Pereira	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Ricardo Apgaua	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Ricardo Ferreira Ribeiro	Mauro de Morais Ribeiro; Maria da Glória Ferreira Ribeiro	Rio de Janeiro - RJ	18/01/1958	Rua Aimorés - 913 - Belo Horizonte	N/D
Ricardo Fontes Cintra	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Ricardo Gonçalves Angelino	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Ricardo Prata Soares	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Ricardo Samuel de Lana	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Ricardo Zaratini Filho	N/D	N/D	N/D	São Paulo	N/D
Roberto Cieto	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Roberto Ferreira Rezende	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Roberto Líbio Alcântara Gonçalves	Santos da Costa Gonçalves; Carmem de Alcântara Gonçalves	Nanuque - MG	28/08/1952	BH	N/D
Roberto Marcio Xavier Pereira	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Rodolfo de Carvalho Troiano	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Rodolfo Frithz Filho	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Rogério Bacelar Pinto	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Rogério de Campos Teixeira	Manoel de Freitas Teixeira	N/D	N/D	Juiz de Fora	N/D
Rogério Lucio Gonçalves Machado	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Roi Noronha Soares	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Rolando Fratt	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Romário Dias da Silva	Paulino Dias da Silva; Helena Ribeiro Santos	Cachoeira - Bahia	N/D	N/D	27 anos
Rômulo Freire Pessoa	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Ronaldo Eduardo de Almeida	N/D	N/D	N/D	N/D	Ver p/convergência socialista*

NOME	FILIAÇÃO	NATURALIDADE	DATA DO NASCIMENTO	RESIDÊNCIA	OBSERVAÇÕES
Ronaldo Montalvão	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Ronaldo Ronan Aleto	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Ronan de Araujo Abreu	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Rosa Alves da Costa	N/D	N/D	N/D	N/D	Presa no "aparelho" da Rua Maria Francisca, 250
Rosalvo Tenório de Alencar	José Pereira de Castro; Maria Carmelita de Castro	Potengi - CE	04/09/1948	N/D	(B-148)
Rouberdário Diniz Valério	N/D	N/D	N/D	N/D	Corrente -
Rui Barbosa de Alencar	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Rui da Silva Pereira	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
SALATIEL TEIXEIRA ROLIM	N/D	N/D	N/D	N/D	MR-8
SALVIO HUMBERTO PENNA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
SAMIL SAGIB EL-AONAN	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
SANDRA CARVALHO	N/D	N/D	N/D	N/D	R.G. 594.197
SANTINO PACHECO VARGAS	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
SARA DE SOUZA E LIMA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
SARA MARIA DORNAS DE ABREU	VICENTE CARNEIRO DE ABREU - DALVA DORNAS DE ABREU	BELO HORIZONTE -MG	09/11/1956	BELO HORIZONTE	N/D
SAUL KIRSCHBAUM	ARON IZAK KIRSCHBAUM - ELIZA SCHWARTZ KIRSCHBAUM	PORTO ALEGRE-RS	19/07/1944	RUA MIGUEL TOSTES, 447 - APTO. 102 - P.A	(APML)- "ALBERTO"
SEBASTIÃO ANDRELINO DE SOUZA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
SEBASTIÃO JOSÉ DELFINO	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
SEBASTIÃO JOSÉ LEVINHAGENS	N/D	N/D	N/D	N/D	"LUCIO" - "TIÃO"
SERGIO BITTENCOURT SIQUEIRA	GERALDO SANTIAGO SIQUEIRA- HELENA BITTENCOURT SIQUEIRA	NOVA LIMA - MG	25/04/1944	N/D	ENCONTRA-SE FORAGIDO. MANDADO DE PRISÃO NÃO CUMPRIDO
SERGIO BIZZOTO PESSOA DE MENDONÇA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
SERGIO DE MORAIS ELIAS	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
SERGIO FRANÇA MACÊDO	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
SÉRGIO LUIZ BITTENCOURT	EDEMAR BITTENCOURT- ORLANDINA DUARTE BITTENCOURT	PORTO ALEGRE- RS	02/07/1952	AV. LAVRAS, 376 - PORTO ALEGRE/RS	(APML) - "CARLOS"
SÉRGIO MIRANDA DE MATOS BRITO	N/D	N/D	N/D	N/D	B-232 * MILITANTE DO PC DO B (CEARÁ)
SÉRGIO SAMPAIO MARTINS DA COSTA	EUZÉBIO TOMAZ MARTINS DA COSTA - FRANCELINA SAMPAIO MARTINS DA COSTA	ITABIRA- MG	28/12/1957	BELO HORIZONTE	N/D
SERVELINO VIANA CALLON	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
SIDNEY MIGUEL	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
SIMÃO SALOMÉ DE OLIVEIRA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
SINVAL SIQUEIRA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
SÔNIA LACERDA DE MACÊDO	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
SÔNIA MARIA FERREIRA LIMA	ANTONIO FERREIRA LIMA - MARIA BARBOSA LIMA	OURO PRETO - MG	10/02/1944	N/D	N/D
SONIA TEREZINHA ROCHA REIS	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
SULLY SPOLAOR	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Tânia Maria Ribeiro Cardoso	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D

NOME	FILIAÇÃO	NATURALIDADE	DATA DO NASCIMENTO	RESIDÊNCIA	OBSERVAÇÕES
Tereza Ângelo	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Tereza Cristina Collier	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Terezinha de Lourdes Carvalho	N/D	N/D	N/D	N/D	B-274
Theofolo Tavares Paes	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Tibúrcio Marques dos Santos	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Tomaz David Weiz	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Tulio Roberto Cardoso Quintiliano	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Una Carvalho	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Urbano dos Santos	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Valdivo de Almeida	N/D	Palmeira dos Índios	N/D	N/D	Colina - "Paraquedista"
Valdo Silva	Geraldo Henrique da Silva; Janete Crispim da Silva	Juiz de Fora - MG	18/07/1944	N/D	N/D
Vânia de Almeida Marques	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Vânia Maria Tameirão Andrade	João Francisco de Paula Andrade; Conceição Tameirão Andrade	Itabira - MG	16/04/1941	Avenida Álvares Cabral, 361 - Belo Horizonte	Seus pais residem em Itabira, a Rua dos Operários, 171 - Pertence ao EDAL, conforme BB 216/E2/4ª RM.
Vera Ligia Hueba Neto Saavebra Durão	Langlebert de Souza Netto; Neuza Huebra de Souza Netto	Laginha - MG	25/07/1945	Rua Domingos Ferreira, 20 - GB	REF P/B 333*
Vera Lúcia Pereira de Magalhães	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Vera Lucia Ratton	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Verbens Serio Vieira	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Veronica Aguiar dos Santos	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Verônica Daniel da Silveira	Francisco Teixeira da Silveira; Francisca Daniel da Silveira	Pacetti - CE	02/04/1947	N/D	(B-148) "Raquel" CIVIL 8
Vicente de Paula Serafim Azevedo	N/D	N/D	N/D	N/D	Var-Palmares - Pediu asilo na Embaixada do México, Conduziu Carmela Pezzuti para o Rio
Vicente Pompeu da Silva	N/D	N/D	N/D	N/D	Jornal "Estado de Minas" de 10/04/1973. O nominado é integrante do PCB do Ceará
Vicente Vaz Maia	N/D	N/D	N/D	N/D	CIVIL 12
Vicente Walmick Vieira	N/D	N/D	N/D	N/D	B-232* Militante do PC do B (Ceará). "Chico".
Virgilio Horácio de Castro Veado	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Vitor Gregório Hermenegildo	N/D	N/D	N/D	N/D	"Ganso", "Cara-de-Cavalo" - Em abril de 69, foi visto soltando boletins de teor subversivo, onde chegou a pregar alguns dos ditos boletins na cerca de arame da Cia. Belgo Mineira. Já foi funcionário da citada Cia., tendo sido despedido por estar liderando movimentos esquerdistas.
WALDEMIRO MARQUES DA SILVA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
WALDERÉS OLIVEIRA NUNES	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
WALDIR CARLOS SARAPEN	N/D	N/D	N/D	N/D	SÃO PAULO- VER CARTAZES
WALDO MEMELSTEIN	N/D	N/D	N/D	N/D	VER P/ CONVERGÊNCIA SOCIALISTA
WALMIR JOSÉ REZENDE	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
WALMIR MANN CURY	N/D	N/D	N/D	SÃO PAULO	N/D

NOME	FILIAÇÃO	NATURALIDADE	DATA DO NASCIMENTO	RESIDÊNCIA	OBSERVAÇÕES
WALQUIRIA AFONSO COSTA	EDWIN COSTA E ODETE AFONSO COSTA	RUBIM- MG	02/08/1947	RUA ILDEFONSO LIMA, 9 - RENASCENÇA	"VERA" - CR DO PC DO B - CONSTA ESTAR EM BRASILIA- DF, JUNTAMENTE COM IDALIZIO SOARES ARANHA FILHO (IVAN)
WALTENCY ROQUE DE SÁ	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
WALTER CARLOS COSTA	N/D	N/D	N/D	N/D	SÃO PAULO
WALTER DE FRANCO	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
WALTER ROCHA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
WANDER MIGUEL	TEÓFILO MIGUEL - RUTE DE PAULA MIGUEL	N/D	20/07/1947	MONTES CLAROS - MG (EM 1980)	N/D
WELINGTON MOREIRA DINIZ	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
WELLINGTON ABRANTES OLIVEIRA BARROS	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
WENCESLAU DE OLIVEIRA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
WILMAR DO VALE BARBOSA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
WILSON GONÇALVES DE OLIVEIRA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
WILSON LAERT LUCAS	N/D	N/D	N/D	N/D	RG. 945322
WILSON MOREIRA BORGES	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
WILSON ROMEU	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
WILSON SOARES	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
WLADIMIR FERNANDES FARIA LUZ	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
WOLNEY VIEIRA LIMA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Yone Carmen Balsamão Weis	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Yone de Souza Grossi	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Yoshitante Fujimore	N/D	N/D	N/D	N/D	São Paulo
Yurico Tatamiya	Kasudi Tatamiya; Satsuco Tatamiya	São Paulo - SP	06/09/1943	N/D	(APML) - "Luzia", "Marlene". Ver extrato de Situação na AB-260, fl. 3. Civil 3.
ZENON SCHULER REIS	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
ZORAIDE GOMES DE OLIVEIRA	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D



Este livro faz parte de um conjunto de cinco volumes, impressos na Gráfica Formato, compostos com as tipologias Lyon [desenhada por Kai Bernau] e Univers [desenhada por Adrian Frutiger]. Impressos em papel Chambril Avena 90g/m² com a capa revestida em couchê fosco 150g/m² para a Comissão da Verdade em Minas Gerais. Belo Horizonte. Primavera de 2017.



UFMG
UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MINAS GERAIS

FAPEMIG

MINAS GERAIS
DIÁLOGO EQUILÍBRIO TRABALHO